00100.185607/2025-99

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXX SUP. ÚNICO AO Nº 37, QUINTA-FEIRA, 2 DE OUTUBRO DE 2025

ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO CONGRESSO NACIONAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)
Presidente

Deputado Altineu Côrtes (PL-RJ)
1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa (PT-PE)
2º Vice-Presidente

Deputado Carlos Veras (PT-PE)
1º Secretário

Senador Confúcio Moura (MDB-RO)
2º Secretário

Deputada Delegada Katarina (PSD-SE)
3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira (PP-SE)
4º Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)
Presidente
Senador Eduardo Gomes (PL-TO)
1º Vice-Presidente
Senador Humberto Costa (PT-PE)
2º Vice-Presidente
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)
1ª Secretária
Senador Confúcio Moura (MDB-RO)
2º Secretário
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)
3ª Secretária
Senador Laércio Oliveira (PP-SE)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
2º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)
3º - Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN)
4ª - Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS)

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Hugo Motta (REPUBLICANOS-PB)
Presidente
Deputado Altineu Côrtes (PL-RJ)
1º Vice-Presidente
Deputado Elmar Nascimento (UNIÃO-BA)
2º Vice-Presidente
Deputado Carlos Veras (PT-PE)
1º Secretário
Deputado Lula da Fonte (PP-PE)
2º Secretário
Deputada Delegada Katarina (PSD-SE)
3ª Secretária
Deputado Sergio Souza (MDB-PR)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Deputado Antonio Carlos Rodrigues (PL-SP)
2º - Deputado Paulo Folletto (PSB-ES)
3º - Deputado Dr. Victor Linhalis (PODE-ES)
4º - Deputado Paulo Alexandre Barbosa (PSDB-SP)

DIÁRIO CONGRESSO NACIONAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Danilo Augusto Barboza de Aguiar
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

Celso Dias dos Santos
Diretor da Secretaria de Expediente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO CONGRESSO NACIONAL

1.1 – COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DO INSS - 2025

Ata da 5ª Reunião, realizada em 4 de Setembro de 2025 4

Ata da 6ª Reunião, realizada em 8 de Setembro de 2025 296

Ata da 7ª Reunião, realizada em 11 de Setembro de 2025 577

Ata da 8ª Reunião, realizada em 16 de Setembro de 2025 984

Ata da 9ª Reunião, realizada em 18 de Setembro de 2025 1051

Ata da 10ª Reunião, realizada em 22 de Setembro de 2025 1469

Ata da 11ª Reunião, realizada em 25 de Setembro de 2025 1704

Ata da 12ª Reunião, realizada em 29 de Setembro de 2025 2022

1.2 – COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1296, DE 2025

Ata da 1ª Reunião, realizada em 2 de Julho e 17 de Junho de 2025 2324

Ata da 2ª Reunião, realizada em 15 de Julho de 2025 2329

1.3 – COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1300, DE 2025

Ata da 1ª Reunião, realizada em 26 de Agosto de 2025 2334

Ata da 2ª Reunião, realizada em 2 e 3 de Setembro de 2025 2339

1.4 – COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1301, DE 2025

Ata da 1ª Reunião, realizada em 5 de Agosto de 2025 2352

Ata da 2ª Reunião, realizada em 6 de Agosto de 2025 2365

Ata da 3ª Reunião, realizada em 10 de Setembro de 2025 2419

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DO INSS - 2025 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE SETEMBRO DE 2025, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e dezenove minutos do dia quatro de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Parlamentares Carlos Viana e Duarte Jr., reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025 com a presença dos Parlamentares Soraya Thronicke, Eliziane Gama, Beto Faro, Jorge Seif, Izalci Lucas, Marcio Bittar, Rogerio Marinho, Magno Malta, Rogério Carvalho, Leila Barros, Randolfe Rodrigues, Tereza Cristina, Damares Alves, Coronel Chrisóstomo, Coronel Fernanda, Adriana Ventura, Alfredo Gaspar, Delegado Fabio Costa, Ricardo Maia, Castro Neto, Ricardo Ayres, Romero Rodrigues, Beto Pereira, Zé Trovão, Fernando Rodolfo, Bia Kicis, Kim Kataguiri, Mauricio Marcon, Paulo Pimenta, Alencar Santana, Orlando Silva, Bruno Farias, Mário Heringer, Marcel van Hattem e Luiz Lima, e ainda dos Parlamentares Gisela Simona e Evair Vieira de Melo, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Professora Dorinha Seabra, Styvenson Valentim, Omar Aziz e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A reunião é suspensa às onze horas e cinquenta e seis minutos e reaberta às doze horas e dezessete minutos. A reunião é suspensa às treze horas e cinco minutos e reaberta às quatorze horas e vinte e dois minutos. A reunião é suspensa às dezesseis horas e cinquenta e três minutos e reaberta às dezessete horas e dois minutos. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 338 de 2025** que: "Requer ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS o envio do número de requerimentos de cancelamento de descontos a partir de 2021; de benefícios previdenciários e assistenciais sobre os quais incidam descontos em razão de ACTs; do montante indicado no item precedente, o percentual de benefícios sobre os quais incidem descontos; quantas e quais eram as entidades sindicais e associativas que celebraram ACTs com o INSS; cópia integral das auditorias realizadas; cópia integral dos processos e procedimentos administrativos relacionados ao objeto de investigação com vistas a subsidiar os trabalhos da Comissão." **Autoria:** Deputado Beto Pereira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 1044 de 2025** que: "Requer, à Controladoria-Geral da União, o envio de informações sobre procedimentos de fiscalização dos ressarcimentos aos aposentados e pensionistas que sofreram descontos indevidos em seus benefícios." **Autoria:** Deputado Romero Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 1045 de 2025** que: "Requer, à Advocacia-Geral da União, o envio de informações sobre o andamento dos processos referentes aos descontos indevidos em benefícios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

do INSS." **Autoria:** Deputado Romero Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 1063 de 2025** que: "Requer que seja solicitado ao Departamento de Polícia Federal o envio integral de relatórios, inquéritos policiais, documentos e depoimentos coletados nas investigações sobre fraudes em descontos associativos, em especial aquelas que identificaram o uso de pessoas vulneráveis como "laranjas"." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 1064 de 2025** que: "Requer à Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará a cópia da ação judicial que busca excluir do registro da associação a Sra. Francisca da Silva de Souza, bem como documentos, petições e pareceres que detalhem o caso e a defesa da hiper vulnerável em questão." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 1065 de 2025** que: "Requer ao Supremo Tribunal Federal informações e acesso, mediante transferência de sigilo, quando for o caso, aos autos dos inquéritos relativos aos descontos indevidos em benefícios administrados pelo INSS, e aos autos das ADPFs 1224 e 1236, envolvendo, respectivamente, pedido de suspensão de descontos ilegais e o acordo do governo para ressarcimento das vítimas." **Autoria:** Deputada Coronel Fernanda. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 1083 de 2025** que: "Requer, ao presidente da Dataprev, o envio de cópias e informações referentes aos descontos indevidos em benefícios do INSS relativos a, aproximadamente, 25 pessoas jurídicas." **Autoria:** Senador Jorge Seif. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 1096 de 2025** que: "Requer, à Polícia Federal, o envio de informações sobre viagens internacionais realizadas pelo Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes nos últimos cinco anos." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 1097 de 2025** que: "Requer, à Central Eletrônica Notarial de Serviços Compartilhados (CENSEC), informações sobre pessoas físicas ou jurídicas que, mediante procuração, adquiriram poderes para atuar em nome do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical (SINDNAPI), abrangendo o período de 1° de janeiro 2015 a 23 de junho de 2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 1099 de 2025** que: "Requer, à Central Eletrônica Notarial de Serviços Compartilhados (CENSEC), o envio de informações sobre pessoas físicas ou jurídicas que, mediante procuração, adquiriram poderes para atuar em nome da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais do Brasil (CONAFER), no período compreendido entre 1° de janeiro 2020 e 23 de junho de 2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 1106 de 2025** que: "Requer, à Polícia Federal, informações sobre carros apreendidos no âmbito das investigações da Operação Sem Desconto e relacionados ao Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 1108 de 2025** que: "Requer, à Polícia Federal, informações sobre entradas e saídas do território nacional relativas ao Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 1109 de 2025** que: "Requer, ao Instituto Nacional do Seguro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Social - INSS, informações acerca de esquema desarticulado pela Polícia Federal no âmbito da Operação Egrégora." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado.. **ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 1116 de 2025** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Sr. Ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Vinícius Marques de Carvalho, informações sobre a auditoria referente à atuação da Associação Mutualista de Benefícios Coletivos (Ambec), investigada por supostas fraudes em descontos de benefícios previdenciários." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 1153 de 2025** que: "Requer, à Polícia Federal, o envio de informações e acesso aos autos de inquéritos policiais relacionados à prática de descontos fraudulentos em benefícios administrados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), em especial os autos da investigação que deflagrou a Operação Sem Desconto." **Autoria:** Deputada Coronel Fernanda. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 1182 de 2025** que: "Requer à 4ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária de São Paulo o envio de dados e informações acerca das investigações e ações penais, relativos ao objeto desta Comissão, especialmente relativos à denominada "Operação Sem Desconto"." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 1202 de 2025** que: "Requer à Polícia Federal o envio de cópias do Inquérito referente a "Operação Sem Desconto"." **Autoria:** Deputado Delegado Fabio Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO Nº 1255 de 2025** que: "Requer, ao Banco Central, o envio de informações relacionadas às suspeitas de fraudes ocorridas contra aposentados e pensionistas do INSS no âmbito de descontos indevidos por débito automático realizados por bancos diretamente na conta de beneficiários." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 19 - REQUERIMENTO Nº 1271 de 2025** que: "Requer ao Ministério Público Federal informações e documentos, bem como o inteiro teor de procedimentos, de natureza civil ou criminal, em todas as unidades federativas, em tramitação ou arquivados, relativos ao objeto desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 20 - REQUERIMENTO Nº 1274 de 2025** que: "Requer à Polícia Federal informações sobre os movimentos migratórios, de entrada e saída do país, em viagens internacionais, nos últimos cinco anos, do senhor Antônio Carlos Camilo Antunes, investigado pelos desvios fraudulentos no INSS." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 21 - REQUERIMENTO Nº 1294 de 2025** que: "Requer, à Polícia Federal, informações e acesso aos autos de inquéritos policiais relacionados à Operação Unblok." **Autoria:** Deputado Fernando Rodolfo. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 22 - REQUERIMENTO Nº 1308 de 2025** que: "Requer, ao presidente da Central Nacional dos Aposentados e Pensionistas do Brasil – CENTRAPE, Francisco Canindé Pegado do Nascimento, informações destinadas à apuração desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Não apreciado.. **ITEM 23 - REQUERIMENTO Nº 1334 de 2025** que: "Requer, ao Juízo da 10ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, o envio da íntegra dos autos de processo relativo ao objeto desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito." **Autoria:** Deputado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 24 - REQUERIMENTO Nº 1335 de 2025** que: "Requer, ao Juízo da 15ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária do Distrito Federal, o envio da íntegra dos autos de processos relativos ao objeto desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 25 - REQUERIMENTO Nº 1345 de 2025** que: "Requer, à Defensoria Pública da União, a íntegra de todos os ofícios enviados por membros da Defensoria ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ou ao Ministério da Previdência Social (MPS) relatando fraudes de descontos associativos indevidos, desde 1º de janeiro de 2015 até 28 de agosto de 2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 26 - REQUERIMENTO Nº 1346 de 2025** que: "Requer, ao Ministério Público Federal, o envio das atas das reuniões do Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI) de Previdência e Assistência, bem como as razões para a suspensão das atividades do GTI após a deflagração da Operação Sem Desconto da Polícia Federal e o relatório produzido quando da conclusão das atividades." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 27 - REQUERIMENTO Nº 1349 de 2025** que: "Requer, ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a identificação do(s) número(s) da(s) conta(s) bancária(s) informada(s) pelo Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical – SINDNAPI, para o recebimento de recursos do Fundo do Regime Geral da Previdência Social, desde 1º de janeiro de 2015 até 28 de agosto de 2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 28 - REQUERIMENTO Nº 1353 de 2025** que: "Requer à Central Eletrônica Notarial de Serviços Compartilhados (CENSEC) informações sobre pessoas físicas ou jurídicas que, mediante procuração, adquiriram poderes para atuar em nome da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), no período compreendido entre 01 de janeiro 2015 a 23 de junho de 2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 29 - REQUERIMENTO Nº 1354 de 2025** que: "Requer, à Defensoria Pública da União, o envio de informações sobre a quantidade de ações, processos e reclamações envolvendo fraudes ou suspeitas de fraudes na concessão, manutenção e descontos relativos a benefícios previdenciários do INSS, no período de 2016 a 2025, indicando os que se referem a comunidades indígenas e quilombolas." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 30 - REQUERIMENTO Nº 1358 de 2025** que: "Requer, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o envio de informações sobre as autorizações individuais supostamente apresentadas por associações, sindicatos e entidades representativas para justificar descontos associativos realizados diretamente em benefícios previdenciários, no período de 2015 até a presente data." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 31 - REQUERIMENTO Nº 1359 de 2025** que: "Requer, à Controladoria-Geral da União (CGU), o envio de informações sobre as gravações telefônicas apresentadas por associações, sindicatos ou entidades representativas que comprovem autorização para descontos associativos em benefícios previdenciários." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 32 - REQUERIMENTO Nº 1360**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 2025 que: "Requer, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o envio de informações sobre os controles internos do INSS, nos convênios com instituições financeiras e na supervisão dos contratos, visando garantir a proteção dos beneficiários e a transparência na concessão de crédito." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 33 - REQUERIMENTO Nº 1362 de 2025** que: "Requer, à Defensoria Pública da União, o envio de informações sobre documentos relativos à atuação institucional e individual dos Defensores Públicos Federais sobre descontos associativos irregulares em benefícios previdenciários, desde o ano de 2015, bem como dados acerca da correlação entre tais descontos e a contratação de empréstimos consignados." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 34 - REQUERIMENTO Nº 1369 de 2025** que: "Requer, à Defensoria Pública da União, o envio de cópia das atas das reuniões do Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI) nas quais tenham sido discutidos temas relacionados a descontos indevidos de aposentados e pensionistas do INSS." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 35 - REQUERIMENTO Nº 1374 de 2025** que: "Requer, ao Ministério Público Federal, o envio de cópias e informações sobre o Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI) de Previdência e Assistência." **Autoria:** Deputado Lucas Redecker. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 36 - REQUERIMENTO Nº 1400 de 2025** que: "Requer, à PGR (à Senhora Subprocuradora-Geral da República/Coordenadora da 1ª CCR/MPF, Elizeta Maria de Paiva Ramos), as remessas dos documentos de instituição e funcionamento do Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI) Previdência e Assistência Social, desde sua criação, em 2019, até o presente momento." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 37 - REQUERIMENTO Nº 276 de 2025** que: "Requer, ao Senado Federal, o envio de documento que especifica: relatório completo dos registros de entrada do Senhor Antônio Carlos Camilo Antunes nas dependências do Senado Federal, entre janeiro de 2019 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 38 - REQUERIMENTO Nº 277 de 2025** que: "Requer, à Câmara dos Deputados, o envio de documento que especifica: relatório completo dos registros de entrada do Senhor Antônio Carlos Camilo Antunes nas dependências da Câmara dos Deputados, entre janeiro de 2019 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 39 - REQUERIMENTO Nº 439 de 2025** que: "Requer, ao Senado Federal, o envio de informações sobre o sigilo de 100 anos imposto aos registros de entrada do Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes nas dependências da Casa." **Autoria:** Deputado Zé Trovão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 40 - REQUERIMENTO Nº 984 de 2025** que: "Requer, à Câmara dos Deputados, o envio de informações sobre registro de entrada e saída no período de 1° de janeiro de 2019 a 25 de agosto de 2025 de Valdira Prado Santana Santos." **Autoria:** Deputado Zé Trovão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 41 - REQUERIMENTO Nº 986 de 2025** que: "Requer, à Câmara dos Deputados, o envio de informações sobre registro de entrada e saída, no período de 1° de janeiro de 2019 a 25 de agosto de 2025, de Edmilson Miguel Arcanjo Dias de Andrade." **Autoria:** Deputado Zé Trovão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 42 - REQUERIMENTO Nº 989 de 2025** que: "Requer, ao Senado Federal, o envio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de informações sobre as visitas do Sr. Antonio Carlos Camilo, no período de 1° de janeiro de 2011 a 1° de agosto de 2025 Antunes, às dependências da instituição." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 43 - REQUERIMENTO Nº 991 de 2025** que: "Requer, à Câmara dos Deputados, o envio de informações sobre registro de entrada e saída, no período de 1° de janeiro de 2019 a 25 de agosto de 2025, de Marcela Lins Moura de Figueiredo." **Autoria:** Deputado Zé Trovão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 44 - REQUERIMENTO Nº 993 de 2025** que: "Requer, à Câmara dos Deputados, o envio de informações sobre registro de entrada e saída, no período de 1° de janeiro de 2019 a 25 de agosto de 2025, de Alberto Gonzaga de Lima." **Autoria:** Deputado Zé Trovão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 45 - REQUERIMENTO Nº 994 de 2025** que: "Requer, à Câmara dos Deputados, o envio de informações sobre registro de entrada e saída, no período de 1° de janeiro de 2019 a 25 de agosto de 2025, de Marcos Jose Lins Moura Santos. ." **Autoria:** Deputado Zé Trovão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 46 - REQUERIMENTO Nº 1014 de 2025** que: "Requer, à Câmara dos Deputados, o envio de informações sobre registro de entrada e saída no período de 1° de janeiro de 2019 a 25 de agosto de 2025 de José Lins de Alencar Neto." **Autoria:** Deputado Zé Trovão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 47 - REQUERIMENTO Nº 1015 de 2025** que: "Requer, à Câmara dos Deputados, o envio de informações sobre registro de entrada e saída no período de 1° de janeiro de 2019 a 25 de agosto de 2025 de Raimunda Cunha." **Autoria:** Deputado Zé Trovão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 48 - REQUERIMENTO Nº 1024 de 2025** que: "Requer, à Câmara dos Deputados, o envio de informações sobre registro de entrada e saída de Maria Ferreira da Silva." **Autoria:** Deputado Zé Trovão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 49 - REQUERIMENTO Nº 1037 de 2025** que: "Requer, à Câmara dos Deputados, o envio de informações sobre registro de entrada e saída, no período de 1° de janeiro de 2019 a 25 de agosto de 2025, de Maria Liduína Pereira de Oliveira." **Autoria:** Deputado Zé Trovão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 50 - REQUERIMENTO Nº 1098 de 2025** que: "Requer, ao Senado Federal, o envio de informações sobre os registros de entrada do Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes nas dependências da instituição entre janeiro de 2015 e julho de 2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 51 - REQUERIMENTO Nº 1341 de 2025** que: "Requer, ao Senado Federal, a disponibilização dos registros de entrada relacionados ao sr. Antonio Carlos Camilo Antunes." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 52 - REQUERIMENTO Nº 1365 de 2025** que: "Requer, ao Senado Federal, a disponibilização das imagens de câmeras das áreas comuns da instituição, em especial da Alas Teotônio Vilela, Affonso Arinos, Dinarte Mariz, Alexandre Costa, Ruy Carneiro, Tancredo Neves e Nilo Coelho, além do 2º ao 26º andar do Anexo 1, no período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de julho de 2025." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 53 - REQUERIMENTO Nº 1366 de 2025** que: "Requer, ao Senado Federal, o envio de informações a respeito de dia, mês e ano e de horário de entrada e de saída do Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes no prédio da instituição, no período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de julho de 2025." **Autoria:** Deputado Marcel

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

van Hattem e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 54 - REQUERIMENTO Nº 1367 de 2025** que: "Requer, ao Senado Federal, a disponibilização de informações a respeito de dia, mês e ano e de horário de entrada e de saída do Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes no prédio da instituição, no período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de julho de 2025. Também é solicitado o encaminhamento das imagens, no mesmo período, de câmeras das áreas comuns do Senado Federal, em especial das Alas Teotônio Vilela, Affonso Arinos, Dinarte Mariz, Alexandre Costa, Ruy Carneiro, Tancredo Neves e Nilo Coelho, além do 2° ao 26° andar do Anexo 1, que demonstrem o trânsito do Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 55 - REQUERIMENTO Nº 1471 de 2025** que: "Requer o envio de convite à Sra. Ezimar Vieira dos Santos, vítima de descontos irregulares em seu benefício previdenciário, para comparecer a esta CPMI." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 56 - REQUERIMENTO Nº 1363 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Ezimar Vieira dos Santos, cidadã que relata ter sido vítima de descontos indevidos em seu benefício previdenciário a título de contribuição associativa a entidade da qual nunca fez parte, sem até o momento ter sido ressarcida." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Oitiva Eliane Viegas**. **Finalidade:** Oitiva da Sra. Eliane Viegas. Oitiva do Eliane Viegas Mota, Diretora de Auditoria de Previdência e Benefícios da CGU, em atendimento ao requerimento 822/2025. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenove horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Carlos Viana
Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/04

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Bom dia, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS, de 2025, que se realiza nesta data, 4 de setembro de 2025.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos – silêncio, por favor –, antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 4ª Reunião, realizada em 01/09/2025.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Senhores, eu vou colocar aqui uma regra para a ordem de oradores, porque nós estamos enfrentando um problema: os que chegam mais cedo fazem uma lista paralela, muitos saem, e deixam aqui os nomes; outros chegam depois, se inscrevem na lista oficial da Secretaria e não concordam com o lugar que já está colocado.

Então, eu determino o seguinte: a partir da próxima segunda-feira, às 15h30, a lista oficial será aberta no computador da Secretaria. Então, os Srs. Parlamentares que chegarem a partir de 15h30... Hoje nós vamos respeitar a ordem de chegada, já mandei para não criarmos confusão, mas, a partir de segunda-feira, os senhores vão chegar e não haverá mais lista paralela aqui em cima da mesa como está sendo entregue. Para que a gente possa dar igualdade a todos, direito a todos, principalmente aos que chegam mais cedo, a Secretaria vai centralizar, o Parlamentar vai chegar e colocar o nome. E essa lista estará disponível para que todos possam acompanhar durante os nossos trabalhos.

Conforme o art. 2º, §1º...

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) – Presidente... Presidente... Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É pela ordem ou questão de ordem?

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP. Pela ordem.) – É pela ordem, Presidente.

Presidente, eu assinei apenas a lista oficial. Eu gostaria de saber qual é a minha posição, porque...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É exatamente por causa disso, Deputado Orlando Silva.

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) – ... eu nem sequer sabia que havia lista paralela nem me interesso por tal.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois é.

Essa é a questão, porque há muitos nomes repetidos – nós temos ali quatro ou cinco –, mas eu mandei fazer pela ordem de chegada dos Parlamentares. Os que chegaram mais cedo vão ter o seu lugar mais cedo. Mas, a partir de segunda-feira, nós vamos ter a lista oficial ali no computador.

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP. *Fora do microfone*.) – Então, eu vou ser penalizado?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não há penalização aqui, Deputado Orlando Silva. Se o senhor ficar em sétimo, oitavo ou nono, é uma questão apenas de 20 minutos.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – A ordem de chegada deve ser...

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG) – Presidente, pela ordem. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado Mário Heringer.

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG. Pela ordem.) – Eu queria pedir para o senhor aditar essa decisão que o senhor tomou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG) – Aditar a decisão também para as pessoas que chegaram aqui: que cheguem os Deputados, porque, quando a gente chega aqui de manhã – eu cheguei cedo –, todas as posições estão tomadas, os assessores chegam, colocam pastas, o Deputado não chegou, nem o Senador, e a gente está tendo que esperar. As pessoas chegam tarde, estão reclamando de lista, mas colocam o assessor para marcar lugar. Isso está errado.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Deputada.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem.) – É só uma dúvida, por favor. Então, agora vai ter uma única lista, que vai estar com a assessoria da Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exatamente.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – ... e eles vão marcar a lista de acordo com a chegada de cada Parlamentar quando ele chega. Correto?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Isso. O Parlamentar chegou e se inscreveu. Meia hora antes, a lista está aberta.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Então, começa meia hora antes e aí os Parlamentares que chegarem antes fazem filinha ali e acabou. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, eu vou repetir. Na segunda-feira, às 15h30, a lista será aberta. Os Parlamentares que chegarem ou já estiverem na sala poderão se inscrever automaticamente com a Secretaria. A lista será encerrada uma hora após o início da sessão.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Sr. Presidente, só um adendo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Senador.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela ordem.) – É só um adendo. Eu pediria a V. Exa. que alargasse o prazo para 15h. Por quê? Uma hora antes, uma hora depois, porque depois

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

são 64 Parlamentares. Imagine que venha uma sessão de alguém que tenha maior visibilidade ou necessidade...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... você vai ficar com uma fila aqui de 60 Parlamentares? Então, se o senhor der uma hora antes, quem quiser e estiver interessado pode chegar aqui às 3h da tarde – a partir das 3h da tarde –, dar o nome aqui, ir cuidar das suas coisas e voltar às 4h da tarde.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não vejo problema algum, Senador.

Determino à Secretaria que disponibilize a lista... Por favor, prestem atenção, senhores. Determino à Secretaria que disponibilize a lista automática, nossa lista ali *online* – não teremos mais lista de papel sobre a mesa aqui desta Presidência –, uma hora antes, a abertura e, uma hora depois da sessão, o encerramento dos oradores.

Peço a gentileza daqueles que não conseguiram se inscrever no prazo... Desde já, peço desculpas para que a gente não inclua ninguém separadamente depois para a gente dar sequência.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Pois não, Deputado.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT. Pela ordem.) – Presidente, está... Em alguns estados, está havendo uma dificuldade de voo muito grande na segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – O senhor acha que era possível a gente discutir a possível mudança de data da segunda para terça?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência. Eu, como Presidente, mantenho a segunda-feira, porque nas terças-feiras nós temos os plenários. E pela regra do Senado, quando a sessão começa, todas as outras sessões têm que ser encerradas. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós não podemos dar continuidade na CPMI se a sessão do Senado for aberta. Aí nós vamos ter que parar na metade dos depoimentos. Resultado: os que conseguiram falar antes vão ser privilegiados em relação aos que não.

Então, segunda-feira, nós temos o espaço todo de televisão para nós; nas quintas-feiras, a transmissão ao vivo, e o tempo que nós precisarmos.

Não, eu pensei, eu pensei inclusive a gente colocar até nas quartas, mas desisti da ideia pela quantidade de horas que nós estamos ficando aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente. No mesmo sentido do Deputado Medeiros...

O SR. ROMERO RODRIGUES (Bloco/PODEMOS - PB) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – No mesmo sentido do Deputado Medeiros, eu acho que V. Exa. pode inclusive confirmar com a assessoria da CPMI. Ao que me parece, o impedimento é para deliberação. Para oitiva, ela pode seguir normalmente, mesmo com a Ordem do Dia. Então, eu queria rogar aí nos termos da solicitação do pedido do colega Medeiros, que talvez tivéssemos inclusive... Queria... Obviamente, eu quero remeter isso para a reflexão sua...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – ... da direção da CPMI, porque em virtude até da circunstância que coloca aqui o Deputado Medeiros, sobre as dificuldades de voo na segunda-feira, nós poderíamos ter, na terça-feira, um quórum mais adequado para a participação. Então, peço essa consulta...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, vamos ouvir o Parlamentar!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Ao que me parece, a única questão, a única questão que fica sobrestada com a Ordem do Dia da Câmara e do Senado é a deliberativa. As oitivas poderiam ocorrer normalmente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Randolfe.

Pois não. Tem um pela ordem do Deputado...

O SR. ROMERO RODRIGUES (Bloco/PODEMOS - PB) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROMERO RODRIGUES (Bloco/PODEMOS - PB. Pela ordem.) – Deputado Romero Rodrigues.

Eu também gostaria... eu acho que tem todo o sentido, tem toda a lógica a solicitação do Deputado Medeiros. Eu acho que, eu acho que recomenda o bom senso, sinceramente. Todo mundo tem atividade nos estados e, por outro lado, eu sou do Nordeste, também igualmente tem uma dificuldade muito grande com relação a voo. Não é só o meu caso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROMERO RODRIGUES (Bloco/PODEMOS - PB) – Eu acho que para o bom andamento do trabalho, sinceramente, não, não vai prejudicar em nada a alteração da segunda para a terça-feira. Eu acho que ainda tem como também igualmente equacionar uma sessão, uma reunião na quarta-feira.

Em relação à Câmara Federal, por exemplo, quando a sessão se inicia a Ordem do Dia após às 16 horas, e se iniciar de manhã, não vai ter prejuízo nenhum. Ninguém está aqui querendo dificultar, procrastinar ou criar algum tipo de eventual problema. Eu acho que o bom senso... que talvez essa data ajude todo mundo. Tem uma presença mais intensa, com tranquilidade de voo, um deslocamento. Geralmente a gente viaja na segunda-feira, mas chega aqui no período da noite.

Na outra segunda-feira, por exemplo, eu peguei um voo pela manhã, a verdade, nem consegui almoçar nem jantar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Obrigado, Deputado. Senhores...

O SR. ROMERO RODRIGUES (Bloco/PODEMOS - PB) – Fiquei até mais de meia-noite aqui neste Plenário, para tentar dar minha contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado pelas manifestações.

Eu tenho respeito profundo por todos, mas eu, como Senador, tive que refazer todas as minhas agendas de segunda-feira, em Belo Horizonte, e acho que nenhum dos senhores aqui tem a dificuldade que eu tenho com 853 municípios. Tive que sacrificar... Lá tem o Mário Heringer, que é meu parceiro, Deputado.

Agora, a decisão sobre os dias da CPMI, pelo nosso regulamento, é uma decisão desta Presidência, e eu mantenho... Com todo o respeito à posição dos senhores, nós continuaremos com a nossa CPMI às segundas-feiras, às 16h, e às quintas-feiras, a partir das 9h da manhã.

Conforme art. 2º, §1º do regulamento aprovado pela Comissão, o bloco da Câmara, PL, União, PP, PSD, Republicanos, MDB, Federação, PSD, Cidadania, Podemos, PSB, terá quatro crachás.

O regulamento foi aprovado, e todos concordaram com ele. Assim, solicito que as lideranças partidárias desse bloco cheguem hoje a um acordo quanto à distribuição desses quatro crachás e informem à Secretaria sobre o assunto.

Eu pedi também à Secretaria, e mais cedo, assim que estiver pronto, eu vou ler aqui para os Srs. Parlamentares... (*Pausa.*)

Ah tá.

Eu vou ler aqui os nomes das pessoas que estão com convocação ou convite para participarem desta CPMI. Não é requerimento para votação hoje. Eu só estou colocando os nomes para que os senhores acompanhem e, nas próximas sessões, nós colocaremos em votação os convites e os novos nomes a serem convocados ou convidados para a CPMI.

É pela ordem ou questão de ordem, Excelência?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Pela ordem, até para o andamento dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela ordem.) – Nós fizemos, eu acho que no primeiro dia aqui de votação...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... uma votação em que um acordo, aliás, é com a Oposição e com o Governo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Uhum.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... em que convencionamos entre nós que os 40 presidentes de associações...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... já estavam convocados.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... já estavam convocados – são 40 depoentes.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Mais presidentes de INSS, acho que são oito ou dez...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Superintendentes de benefício...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... mais os diretores de...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Benefícios, superintendentes...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Mais os ministros.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Então, esse pessoal aí dá quantos depoentes já?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ah, eu vou ler aqui... Por isso que eu vou ler, inclusive para que todos saibam claramente os nomes que têm aqui, para gente inclusive parar, que são muitas repetições.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Esses que já foram, os que já foram.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, esses aqui são os que estão para serem votados ainda.

Eu vou ler para que todos acompanhem e possam saber exatamente, com previsibilidade, o que está sendo colocado para a CPMI.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Presidente, podia informar quais já estão convocados? Quantos já estão convocados?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, esses são os que têm requerimentos para convocação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Não, perfeito. E quantos nós já aprovamos convocação?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Mais de 50.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu não tenho o número exato, mas eu vou pedir à Secretaria que levante quantos nós já convocamos e convidamos também. Será disponibilizado para todos os Parlamentares.

Eu vou ler para que os senhores tenham noção do que tem aqui, as datas de requerimentos a serem aprovadas, eu vou colocar, disponibilizar com antecedência, à medida que o Relator for desenvolvendo os trabalhos.

Não vou colocar em votação requerimentos que não estejam diretamente ligados ao momento em que o Relator tem das investigações. Então vamos lá.

Nomes convocados em requerimentos que ainda não estão votados: Aristides Veras dos Santos, Danilo Berndt Trento, Maurício Camisotti, que já está aprovado aqui. (*Pausa.*)

Pois não. Então eles vão ter que mudar aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É, não, então os senhores vão ter que... Então vamos, por favor, eu vou ler a lista, quando os senhores tirarem os nomes duplicados daqui, por gentileza.

Vamos à nossa parte deliberativa.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão. Os itens:

1ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 338/2025

Requer ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS o envio do número de requerimentos de cancelamento de descontos a partir de 2021; de benefícios previdenciários e assistenciais sobre os quais incidam descontos em razão de ACTs; do montante indicado no item precedente, o percentual de benefícios sobre os quais incidem descontos; quantas e quais eram as entidades sindicais e associativas que celebraram ACTs com o INSS; cópia integral das auditorias realizadas; cópia integral dos processos e procedimentos administrativos relacionados ao objeto de investigação com vistas a subsidiar os trabalhos da Comissão.

Autoria: Deputado Beto Pereira

1ª PARTE

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 1044/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, à Controladoria-Geral da União, o envio de informações sobre procedimentos de fiscalização dos ressarcimentos aos aposentados e pensionistas que sofreram descontos indevidos em seus benefícios.

Autoria: Deputado Romero Rodrigues

1ª PARTE

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 1045/2025

Requer, à Advocacia-Geral da União, o envio de informações sobre o andamento dos processos referentes aos descontos indevidos em benefícios do INSS.

Autoria: Deputado Romero Rodrigues

1ª PARTE

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 1063/2025

Requer que seja solicitado ao Departamento de Polícia Federal o envio integral de relatórios, inquéritos policiais, documentos e depoimentos coletados nas investigações sobre fraudes em

descontos associativos, em especial aquelas que identificaram o uso de pessoas vulneráveis como "laranjas".

Autoria: Senador Marcos Rogério

1ª PARTE

ITEM 5

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 1064/2025

Requer à Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará a cópia da ação judicial que busca excluir do registro da associação a Sra. Francisca da Silva de Souza, bem como documentos, petições e pareceres que detalhem o caso e a defesa da hiper vulnerável em questão.

Autoria: Senador Marcos Rogério

1ª PARTE

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 1065/2025

Requer ao Supremo Tribunal Federal informações e acesso, mediante transferência de sigilo, quando for o caso, aos autos dos inquéritos relativos aos descontos indevidos em benefícios administrados pelo INSS, e aos autos das ADPFs 1224 e 1236, envolvendo, respectivamente, pedido de suspensão de descontos ilegais e o acordo do governo para ressarcimento das vítimas.

Autoria: Deputada Coronel Fernanda

1ª PARTE

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 1083/2025

Requer, ao presidente da Dataprev, o envio de cópias e informações referentes aos descontos indevidos em benefícios do INSS relativos a, aproximadamente, 25 pessoas jurídicas.

Autoria: Senador Jorge Seif

1ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 8

REQUERIMENTO Nº 1096/2025

Requer, à Polícia Federal, o envio de informações sobre viagens internacionais realizadas pelo Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes nos últimos cinco anos.

Autoria: Deputada Adriana Ventura

1ª PARTE

ITEM 9

REQUERIMENTO Nº 1097/2025

Requer, à Central Eletrônica Notarial de Serviços Compartilhados (CENSEC), informações sobre pessoas físicas ou jurídicas que, mediante procuração, adquiriram poderes para atuar em nome do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical (SINDNAPI), abrangendo o período de 1° de janeiro 2015 a 23 de junho de 2025.

Autoria: Deputada Adriana Ventura

1ª PARTE

ITEM 10

REQUERIMENTO Nº 1099/2025

Requer, à Central Eletrônica Notarial de Serviços Compartilhados (CENSEC), o envio de informações sobre pessoas físicas ou jurídicas que, mediante procuração, adquiriram poderes para atuar em nome da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais do Brasil (CONAFER), no período compreendido entre 1° de janeiro 2020 e 23 de junho de 2025.

Autoria: Deputada Adriana Ventura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 11

REQUERIMENTO Nº 1106/2025

Requer, à Polícia Federal, informações sobre carros apreendidos no âmbito das investigações da Operação Sem Desconto e relacionados ao Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes.

Autoria: Deputado Duarte Jr.

1ª PARTE

ITEM 12

REQUERIMENTO Nº 1108/2025

Requer, à Polícia Federal, informações sobre entradas e saídas do território nacional relativas ao Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes.

Autoria: Senador Marcos Rogério

1ª PARTE

ITEM 13

REQUERIMENTO Nº 1109/2025

Requer, ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, informações sobre informações acerca de esquema desarticulado pela Polícia Federal no âmbito da Operação Egrégora.

Autoria: Senador Marcos Rogério

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 14

REQUERIMENTO Nº 1116/2025

Requer que sejam prestadas, pelo Sr. Ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Vinícius Marques de Carvalho, informações sobre a auditoria referente à atuação da Associação Mutualista de Benefícios Coletivos (Ambec), investigada por supostas fraudes em descontos de benefícios previdenciários.

Autoria: Senador Marcos Rogério

1ª PARTE

ITEM 15

REQUERIMENTO Nº 1153/2025

Requer, à Polícia Federal, o envio de informações e acesso aos autos de inquéritos policiais relacionados à prática de descontos fraudulentos em benefícios administrados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), em especial os autos da investigação que deflagrou a Operação Sem Desconto.

Autoria: Deputada Coronel Fernanda

Item 16, Requerimento 1.182, Deputado Delegado Fabio Costa.

1ª PARTE

ITEM 16

REQUERIMENTO Nº 1182/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer à 4ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária de São Paulo o envio de dados e informações acerca das investigações e ações penais, relativos ao objeto desta Comissão, especialmente relativos à denominada "Operação Sem Desconto".

Autoria: Deputado Rogério Correia

1ª PARTE

ITEM 17

REQUERIMENTO Nº 1202/2025

Requer à Polícia Federal o envio de cópias do Inquérito referente a "Operação Sem Desconto".

Autoria: Deputado Delegado Fabio Costa

1ª PARTE

ITEM 18

REQUERIMENTO Nº 1255/2025

Requer, ao Banco Central, o envio de informações relacionadas às suspeitas de fraudes ocorridas contra aposentados e pensionistas do INSS no âmbito de descontos indevidos por débito automático realizados por bancos diretamente na conta de beneficiários.

Autoria: Deputado Duarte Jr.

1ª PARTE

ITEM 19

REQUERIMENTO Nº 1271/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer ao Ministério Público Federal informações e documentos, bem como o inteiro teor de procedimentos, de natureza civil ou criminal, em todas as unidades federativas, em

tramitação ou arquivados, relativos ao objeto desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

1ª PARTE

ITEM 20

REQUERIMENTO Nº 1274/2025

Requer à Polícia Federal informações sobre os movimentos migratórios, de entrada e saída do país, em viagens internacionais, nos últimos cinco anos, do senhor Antônio Carlos Camilo Antunes, investigado pelos desvios fraudulentos no INSS.

Autoria: Deputado Duarte Jr.

1ª PARTE

ITEM 21

REQUERIMENTO Nº 1294/2025

Requer, à Polícia Federal, informações e acesso aos autos de inquéritos policiais relacionados à Operação Unblok.

Autoria: Deputado Fernando Rodolfo

1ª PARTE

ITEM 22

REQUERIMENTO Nº 1308/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, ao presidente da Central Nacional dos Aposentados e Pensionistas do Brasil – CENTRAPE, Francisco Canindé Pegado do Nascimento, informações destinadas à apuração desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Autoria: Deputado Rogério Correia

1ª PARTE

ITEM 23

REQUERIMENTO Nº 1334/2025

Requer, ao Juízo da 10ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, o envio da íntegra dos autos de processo relativo ao objeto desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

1ª PARTE

ITEM 24

REQUERIMENTO Nº 1335/2025

Requer, ao Juízo da 15ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária do Distrito Federal, o envio da íntegra dos autos de processos relativos ao objeto desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

1ª PARTE

ITEM 25

REQUERIMENTO Nº 1345/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, à Defensoria Pública da União, a íntegra de todos os ofícios enviados por membros da Defensoria ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ou ao Ministério da Previdência Social (MPS) relatando fraudes de descontos associativos indevidos, desde 1º de janeiro de 2015 até 28 de agosto de 2025.

Autoria: Deputada Adriana Ventura

1ª PARTE

ITEM 26

REQUERIMENTO Nº 1346/2025

Requer, ao Ministério Público Federal, o envio das atas das reuniões do Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI) de Previdência e Assistência, bem como as razões para a suspensão das atividades do GTI após a deflagração da Operação Sem Desconto da Polícia Federal e o relatório produzido quando da conclusão das atividades.

Autoria: Deputada Adriana Ventura

1ª PARTE

ITEM 27

REQUERIMENTO Nº 1349/2025

Requer, ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a identificação do(s) número(s) da(s) conta(s) bancária(s) informada(s) pelo Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical – SINDNAPI, para o recebimento de recursos do Fundo do Regime Geral da Previdência Social, desde 1º de janeiro de 2015 até 28 de agosto de 2025.

Autoria: Deputada Adriana Ventura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 28

REQUERIMENTO Nº 1353/2025

Requer à Central Eletrônica Notarial de Serviços Compartilhados (CENSEC) informações sobre pessoas físicas ou jurídicas que, mediante procuração, adquiriram poderes para atuar em nome da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), no período compreendido entre 01 de janeiro 2015 a 23 de junho de 2025.

Autoria: Deputada Adriana Ventura

1ª PARTE

ITEM 29

REQUERIMENTO Nº 1354/2025

Requer, à Defensoria Pública da União, o envio de informações sobre a quantidade de ações, processos e reclamações envolvendo fraudes ou suspeitas de fraudes na concessão, manutenção e descontos relativos a benefícios previdenciários do INSS, no período de 2016 a 2025, indicando os que se referem a comunidades indígenas e quilombolas.

Autoria: Senadora Damares Alves

1ª PARTE

ITEM 30

REQUERIMENTO Nº 1358/2025

Requer, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o envio de informações sobre as autorizações individuais supostamente apresentadas por associações, sindicatos e entidades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

representativas para justificar descontos associativos realizados diretamente em benefícios previdenciários, no período de 2015 até a presente data.

Autoria: Senador Marcos Rogério

1ª PARTE

ITEM 31

REQUERIMENTO Nº 1359/2025

Requer, à Controladoria-Geral da União (CGU), o envio de informações sobre as gravações telefônicas apresentadas por associações, sindicatos ou entidades representativas que comprovem autorização para descontos associativos em benefícios previdenciários.

Autoria: Senador Marcos Rogério

1ª PARTE

ITEM 32

REQUERIMENTO Nº 1360/2025

Requer, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o envio de informações sobre os controles internos do INSS, nos convênios com instituições financeiras e na supervisão dos contratos, visando garantir a proteção dos beneficiários e a transparência na concessão de crédito.

Autoria: Senador Marcos Rogério

1ª PARTE

ITEM 33

REQUERIMENTO Nº 1362/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, à Defensoria Pública da União, o envio de informações sobre documentos relativos à atuação institucional e individual dos Defensores Públicos Federais sobre descontos associativos irregulares em benefícios previdenciários, desde o ano de 2015, bem como dados acerca da correlação entre tais descontos e a contratação de empréstimos consignados.

Autoria: Senador Marcos Rogério

1ª PARTE

ITEM 34

REQUERIMENTO Nº 1369/2025

Requer, à Defensoria Pública da União, o envio de cópia das atas das reuniões do Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI) nas quais tenham sido discutidos temas relacionados a descontos indevidos de aposentados e pensionistas do INSS.

Autoria: Senador Magno Malta

1ª PARTE

ITEM 35

REQUERIMENTO Nº 1374/2025

Requer, ao Ministério Público Federal, o envio de cópias e informações sobre cGrupo de Trabalho Interinstitucional (GTI) de Previdência e Assistência.

Autoria: Deputado Lucas Redecker

1ª PARTE

ITEM 36

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 1400/2025

Requer, à PGR (à Senhora Subprocuradora-Geral da República/Coordenadora da 1ª CCR/MPF, Elizeta Maria de Paiva Ramos), as remessas dos documentos de instituição e funcionamento do Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI) Previdência e Assistência Social, desde sua criação, em 2019, até o presente momento.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

1ª PARTE

ITEM 37

REQUERIMENTO Nº 276/2025

Requer, ao Senado Federal, o envio de documento que especifica: relatório completo dos registros de entrada do Senhor Antônio Carlos Camilo Antunes nas dependências do Senado Federal, entre janeiro de 2019 e julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 38

REQUERIMENTO Nº 277/2025

Requer, à Câmara dos Deputados, o envio de documento que especifica: relatório completo dos registros de entrada do Senhor Antônio Carlos Camilo Antunes nas dependências da Câmara dos Deputados, entre janeiro de 2019 e julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 39

REQUERIMENTO Nº 439/2025

Requer, ao Senado Federal, o envio de informações sobre o sigilo de 100 anos imposto aos registros de entrada do Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes nas dependências da Casa.

Autoria: Deputado Zé Trovão

1ª PARTE

ITEM 40

REQUERIMENTO Nº 984/2025

Requer, à Câmara dos Deputados, o envio de informações sobre registro de entrada e saída no período de 1° de janeiro de 2019 a 25 de agosto de 2025 de Valdira Prado Santana Santos.

Autoria: Deputado Zé Trovão

1ª PARTE

ITEM 41

REQUERIMENTO Nº 986/2025

Requer, à Câmara dos Deputados, o envio de informações sobre registro de entrada e saída, no período de 1° de janeiro de 2019 a 25 de agosto de 2025, de Edmilson Miguel Arcanjo Dias de Andrade.

Autoria: Deputado Zé Trovão

1ª PARTE

ITEM 42

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 989/2025

Requer, ao Senado Federal, o envio de informações sobre as visitas do Sr. Antonio Carlos Camilo, no período de 1° de janeiro de 2011 a 1° de agosto de 2025 Antunes, às dependências da instituição.

Autoria: Senador Magno Malta

1ª PARTE

ITEM 43

REQUERIMENTO Nº 991/2025

Requer, à Câmara dos Deputados, o envio de informações sobre registro de entrada e saída, no período de 1° de janeiro de 2019 a 25 de agosto de 2025, de Marcela Lins Moura de Figueiredo.

Autoria: Deputado Zé Trovão

1ª PARTE

ITEM 44

REQUERIMENTO Nº 993/2025

Requer, à Câmara dos Deputados, o envio de informações sobre registro de entrada e saída, no período de 1° de janeiro de 2019 a 25 de agosto de 2025, de Alberto Gonzaga de Lima.

Autoria: Deputado Zé Trovão

1ª PARTE

ITEM 45

REQUERIMENTO Nº 994/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, à Câmara dos Deputados, o envio de informações sobre registro de entrada e saída, no período de 1° de janeiro de 2019 a 25 de agosto de 2025, de Marcos Jose Lins Moura Santos. .

Autoria: Deputado Zé Trovão

1ª PARTE

ITEM 46

REQUERIMENTO Nº 1014/2025

Requer, à Câmara dos Deputados, o envio de informações sobre registro de entrada e saída no período de 1° de janeiro de 2019 a 25 de agosto de 2025 de José Lins de Alencar Neto.

Autoria: Deputado Zé Trovão

1ª PARTE

ITEM 47

REQUERIMENTO Nº 1015/2025

Requer, à Câmara dos Deputados, o envio de informações sobre registro de entrada e saída no período de 1° de janeiro de 2019 a 25 de agosto de 2025 de Raimunda Cunha.

Autoria: Deputado Zé Trovão

1ª PARTE

ITEM 48

REQUERIMENTO Nº 1024/2025

Requer, à Câmara dos Deputados, o envio de informações sobre registro de entrada e saída de Maria Ferreira da Silva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Deputado Zé Trovão

1ª PARTE

ITEM 49

REQUERIMENTO Nº 1037/2025

Requer, à Câmara dos Deputados, o envio de informações sobre registro de entrada e saída, no período de 1° de janeiro de 2019 a 25 de agosto de 2025, de Maria Liduína Pereira de Oliveira.

Autoria: Deputado Zé Trovão

1ª PARTE

ITEM 50

REQUERIMENTO Nº 1098/2025

Requer, ao Senado Federal, o envio de informações sobre os registros de entrada do Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes nas dependências da instituição entre janeiro de 2015 e julho de 2025.

Autoria: Deputada Adriana Ventura

1ª PARTE

ITEM 51

REQUERIMENTO Nº 1341/2025

Requer, ao Senado Federal, a disponibilização dos registros de entrada relacionados ao sr. Antonio Carlos Camilo Antunes.

Autoria: Deputado Duarte Jr.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 52

REQUERIMENTO Nº 1365/2025

Requer, ao Senado Federal, a disponibilização das imagens de câmeras das áreas comuns da instituição, em especial da Alas Teotônio Vilela, Affonso Arinos, Dinarte Mariz, Alexandre Costa, Ruy Carneiro, Tancredo Neves e Nilo Coelho, além do 2º ao 26º andar do Anexo 1, no período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de julho de 2025.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

1ª PARTE

ITEM 53

REQUERIMENTO Nº 1366/2025

Requer, ao Senado Federal, o envio de informações a respeito de dia, mês e ano e de horário de entrada e de saída do Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes no prédio da instituição, no período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de julho de 2025.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

1ª PARTE

ITEM 54

REQUERIMENTO Nº 1367/2025

Requer, ao Senado Federal, a disponibilização de informações a respeito de dia, mês e ano e de horário de entrada e de saída do Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes no prédio da instituição, no período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de julho de 2025. Também é solicitado o encaminhamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

das imagens, no mesmo período, de câmeras das áreas comuns do Senado Federal, em especial das Alas Teotônio Vilela, Affonso Arinos, Dinarte Mariz, Alexandre Costa, Ruy Carneiro, Tancredo Neves e Nilo Coelho, além do 2° ao 26° andar do Anexo 1, que demonstrem o trânsito do Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

1ª PARTE

ITEM 55

REQUERIMENTO Nº 1471/2025

Requer o envio de convite à Sra. Ezimar Vieira dos Santos, vítima de descontos irregulares em seu benefício previdenciário, para comparecer a esta CPMI.

Autoria: Senador Carlos Viana

1ª PARTE

ITEM 56

REQUERIMENTO Nº 1363/2025

Requer a convocação da Sra. Ezimar Vieira dos Santos, cidadã que relata ter sido vítima de descontos indevidos em seu benefício previdenciário a título de contribuição associativa a entidade da qual nunca fez parte, sem até o momento ter sido ressarcida.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

Todos os requerimentos listados, divulgados com antecipação e dentro do acordo, que são requerimentos de informações. O único que não é, é um requerimento que fiz de uma senhora aposentada que procurou esta Comissão e gostaria de trazer aqui o depoimento dela sobre os prejuízos que ela sofreu nesses últimos anos, que está incluso aqui. É um convite que eu fiz a essa aposentada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito bem.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado Paulo Pimenta.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu também me inscrevo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Presidente, o item 13...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... do Senador Marcos Rogério...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, senhor.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... diz respeito a uma modalidade de fraude que é a utilização de documentos, informações sobre pessoas que já morreram, para receber benefícios previdenciários.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Me parece que é um assunto que não diz respeito nem a benefício previdenciário, nem a consignado, nem nada. Eu acho que está fora do escopo o item 13. É sobre situações de benefícios que foram pagos para pessoas que já morreram, fraude no INSS com uso de documentos de pessoas que já morreram.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Um instante, por favor.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Para não fugir do escopo. São benefícios assistenciais para pessoas que já morreram.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O 15 e o 22 têm divergência entre a ementa e o texto. A ementa diz respeito a um assunto...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Qual o item, Excelência?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O 15 e o 22.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Qual o item? É o 22 agora?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O 13 é de um tema que não diz respeito na nossa leitura. O 15 e o 22 têm erro material.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone*.) – O 15 ou o 22?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Os dois.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Os dois?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O 15 e o 22.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – E sobre o 55 e o 56, Presidente, que... Só queria deixar registrado que existem muitas pessoas pelo Brasil afora que gostariam de também comparecer a esta CPI para falar sobre situações que elas foram...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Entendo que o senhor convidou, mas que a gente tenha presente que, também no caso de beneficiários lesados, a gente vai ter que ter algum critério, alguma coisa, né? Não podemos, assim, simplesmente escolher um ou outro nome sem critério.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Então, que fique também aqui registrado ou que a gente possa discutir numa outra situação como será o critério para convidar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... beneficiários que foram lesados. Senão a pessoa vem aqui à porta e diz: "Ó, eu quero ser ouvido".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Vai ser este o critério, quem grita mais alto?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O Senador Marcos Rogério está presente para defender o requerimento?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Gostaria de fazer a defesa do requerimento, Senador Marinho?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela ordem.) – Eu acho que, assim, até... (*Fora do microfone*.)

Desculpe, desculpe, estava sem o microfone.

Sr. Presidente, eu, na verdade, aqui... O que nós acordamos é que qualquer informação dentro do escopo seria permitida, né?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Sem óbice de quem quer que seja. O que o Paulo Pimenta está alegando aí, o Deputado, é que informações sobre esquemas desarticulados pela Operação Egrégora... É uma outra operação, que fala sobre BPC e Loas, não é isso?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sim.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – O.k. O Senador Marcos Rogério não está aqui, no momento, eu, até para evitar... para dar um bom andamento ao trabalho, nós aceitamos aqui a retirada.

Agora, tem um outro aqui de que ele fala que é da...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O 22. É do Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Do Correia não vai ter problema, mas tem um aqui da Coronel Fernanda, que é o 15, sobre envio de autos de inquérito, desconto fraudulentos, ou coisa parecida, né? Eu queria que ela falasse a respeito, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, só um instantinho.

Deputada Coronel Fernanda, com a palavra, para defender o requerimento do item 15.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT. Pela ordem.) – Presidente, nós estamos apurando os atos que culminaram nessa fraude no INSS, e eu acho necessário que todos os Parlamentares tenham acesso ao inquérito para a gente entender o que está lá, porque nós estamos fazendo uma averiguação à parte, mas, se a gente tiver acesso ao inquérito – as partes que possam ser colocadas à disposição –, é importante para que a gente não fique às vezes discutindo a mesma coisa que já está provada no inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Tá. Deputada Coronel Fernanda, eu já posso de certa forma esclarecer alguns pontos. O inquérito-mãe da Polícia Federal, que deu origem à operação, esse já está publicizado, inclusive será tema da fala da nossa convidada de hoje e foi tema da fala do delegado na nossa última reunião.

Os itens que estão em investigação, os outros inquéritos – que, me parece, são mais 13 –, não serão disponibilizados temporariamente, porque estão sob sigilo. Então, nesse caso aqui do requerimento de V. Exa., o inquérito-mãe está disponível conosco, aí a gente já pode colocar à disposição dos Parlamentares que desejarem, porque ele já está na internet, inclusive, colocado, está certo?

Então, Deputado Paulo Pimenta, não vejo problema algum que a gente vote o requerimento dela, uma vez que os que estão em sigilo não serão disponibilizados em resposta.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Presidente, aproveitando o ensejo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Aproveitando o ensejo, nós protocolamos agora, pela manhã, um pedido justamente para levantar o sigilo da reunião com o delegado, porque me parece evidente – depois, ainda mais, do *habeas corpus* – que as informações prestadas não tinham nada de sigilosas ou secretas. Até pelo bom andamento dos trabalhos e para dar a devida transparência, sugeriria que fosse pautado esse requerimento também para levantar esse sigilo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O requerimento será pautado na próxima sessão, como nós temos sempre acertado. Estará disponível para avaliação de todos os Parlamentares.

Eu retiro...

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Coronel Fernanda, Deputada.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT. Pela ordem.) – Eu não sei se era essa a intenção do Senador Paulo Rogério...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Marcos Rogério.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Marcos Rogério. Eu recebi ontem muitas denúncias, e eles gostariam que a CPI pudesse questionar isso ao INSS, porque, no decorrer desse período, muitos pensionistas e aposentados faleceram e tiveram os descontos indevidos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, isso. Ele poderá novamente solicitar, fazendo a defesa aqui do requerimento. Isso... Eu vou retirar de pauta, mas poderá retornar para defesa.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Só para complementar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – E eles já procuraram o INSS; o INSS falou que, como a parte faleceu, eles não têm o que resolver. Então, os familiares estão sendo deixados de lado. Esse é um alerta que pediram para a gente fazer para esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É um bom alerta, porque realmente os familiares, os herdeiros, os filhos e dependentes têm direito ao ressarcimento, não somente os que estão vivos.

Senhores, retirados de pauta os itens 13 e 22, para posterior avaliação.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

1ª PARTE

ITEM 13

REQUERIMENTO Nº 1109/2025

Requer, ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, informações sobre informações acerca de esquema desarticulado pela Polícia Federal no âmbito da Operação Egrégora.

Autoria: Senador Marcos Rogério

1ª PARTE

ITEM 22

REQUERIMENTO Nº 1308/2025

Requer, ao presidente da Central Nacional dos Aposentados e Pensionistas do Brasil – CENTRAPE, Francisco Canindé Pegado do Nascimento, informações destinadas à apuração desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Autoria: Deputado Rogério Correia)

Os demais itens, os Parlamentares que concordam, Senadores, Deputados...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Sr. Presidente, eu tenho um item ainda, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pois não, Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela ordem.) – É o item 18... É o item do Deputado Duarte sobre o Banco Central, de consignado aqui. Qual é o item, Deputado? (*Pausa.*)

Acesso a inquérito da... Não, não é esse, não.

Qual é o item, Deputado Duarte? É do Deputado Duarte.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Pela ordem.) – É o item 18: requer, ao Banco Central, o envio de informações relacionadas às suspeitas de fraudes ocorridas contra aposentados e pensionistas do INSS no âmbito de descontos indevidos por débito automático realizados por bancos diretamente na conta de beneficiários.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Eu queria entender, até pedi ao Deputado Duarte para falar alguma coisa, porque me parece que a gente está trazendo aqui também, fora do escopo originário, está trazendo aqui agora o Banco Central para o processo. Então, eu só pediria...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É a segunda fase.

Pois não.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Eu só pediria, se fosse o caso, que a gente aguardasse uma outra sessão para discutir este aqui em especial, porque me parece que o escopo é desconto associativo e consignado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Inicialmente sim, tem razão.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Aí a gente está trazendo agora o Banco Central também aqui para o processo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Aí amplia muito aqui, porque é a mesma coisa... Por exemplo, o Governo Federal pediu ontem ou foi anteontem, e chamo a atenção até de Paulo Pimenta e aí de V. Exa. também, Deputado Duarte... Ontem ou foi anteontem, a Polícia Federal pediu... O Governo pediu à Polícia Federal para investigar a questão do seguro-defeso, finalmente, né? Finalmente pediu-se para investigar o seguro-defeso. E o seguro-defeso está aqui, permeando, muita gente querendo falar a respeito, só que a gente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Senador. Vamos dar sequência.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – A gente tem dois itens muito importantes, que são consignados e descontos associativos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Marinho.

Passo a palavra ao Vice-Presidente desta CPMI, o Deputado Duarte Jr., para defender o requerimento.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Para encaminhar.) – Presidente, como faz parte do escopo da investigação, além da questão dos aposentados e pensionistas, a questão também dos empréstimos consignados. E é muito importante destacar isso, porque estão querendo também ampliar. Eu sou um dos que tem interesse de investigar questões relacionadas ao BPC, questões relacionadas à colônia de pescadores, mas o escopo desta CPMI se dirige tão somente – com V. Exa. nós tratamos sobre essa questão ontem – aos empréstimos consignados e também à questão dos aposentados e pensionistas. Então, tão somente essas duas situações.

Aqui o pedido avança no que diz respeito aos empréstimos consignados, mas faz parte do escopo, é na segunda fase da CPMI, e, como a gente quer não só pedir as informações, mas ler essas informações, estudar essas informações para poder avançar nas investigações, é importante, previamente, a gente ter acesso a elas. Por isso é que, apesar de ser uma informação relacionada à segunda etapa da CPMI, eu apresento esse requerimento para que a gente possa ter logo acesso a elas, porque, como disse e aqui ratifico, não basta pedir as informações se a gente não ler. Então, precisa de tempo, precisa ter um adiantamento para que a gente possa aprofundar as investigações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aproveitando aqui, Sr. Presidente, e trazendo aqui a ideia de V. Exa. de ouvir pessoas que foram lesadas, aposentados, pensionistas, consumidores, eu vou apresentar um requerimento solicitando que esta CPMI possa fazer uma oitiva no Estado do Maranhão, ouvindo os aposentados, os pensionistas, os consumidores que foram prejudicados, ouvir esses relatos, esses testemunhos, essas denúncias que chegam aos PROCONs, que chegam às Defensorias Públicas, que chegam aos demais órgãos de fiscalização e controle, para que a gente possa construir um relatório ouvindo as pessoas e ajudar no avanço dessas investigações.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Beto.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS. Pela ordem.) – Presidente, a própria jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, jurisprudência antiga, garante que temas conexos possam ser apreciados numa Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – É bom deixar registrado isso para que... Não é algo estranho a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, o tema dos descontos consignados é parte desta CPMI, está dentro do nosso escopo. A questão colocada pelo Senador Marinho, e eu concordo, é que nós, como pela previsibilidade que colocamos, votaríamos primeiramente os requerimentos ligados aos descontos irregulares de associações e sindicatos. Esse daqui está na segunda parte em que, quando o Relator der por entendidas todas as informações necessárias para a primeira parte, a segunda parte começará a ser votada por esta Comissão.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Presidente, nós entendemos que o requerimento do Vice-Presidente, o Deputado Duarte Jr., está dentro do critério que nós estamos utilizando: são descontos indevidos com relação aos aposentados e aposentadas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está, Excelência. Eu vou...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – É um pedido de informação simples no Banco Central. Não vejo nenhuma dificuldade, não é requerimento de convocação, é um pedido de informações para o Banco Central, até para que a gente possa receber essas informações e estudá-las.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Então, nós apoiamos a manutenção e vamos votar favorável ao requerimento do Deputado Duarte Jr.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Se agora ou mais para frente, diante da colocação, eu vou manter o requerimento do Vice.

Com exceção dos itens 13 e 22, que serão apresentados posteriormente, coloco em votação os requerimentos.

Os Parlamentares, Senadores, Deputados e Deputadas, que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovados os itens da primeira parte, deliberativa, com exceção dos requerimentos citados por esta Presidência.

Vamos à segunda parte da nossa deliberação...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Quais seriam os requerimentos citados, Presidente? Desculpe...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – São o 13 e o 22.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – 13 e 22.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exatamente.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Por curiosidade, aliás...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Espere aí... Não... Desculpe, desculpe. Só um instante, para que não pairem dúvidas aqui. (*Pausa.*)

Não, são o 13 e o 20... E o 22. Exatamente, 13 e 22.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Presidente, é o Deputado Duarte...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pela ordem, Senador...?

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Pela ordem, Deputado.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Deputado...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante, Paulo Pimenta.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Pela ordem.) – Só uma questão aqui. Eu queria... Eu gostaria de aproveitar a oportunidade, Sr. Presidente. Nós aprovamos aqui o item 51, que é uma questão que, durante esta semana, gerou muita polêmica na imprensa quanto à negativa por parte do Senado de nos permitir acesso às informações sobre o acesso do Careca do INSS, o Antônio Carlos Camilo Antunes, a esta Casa. O Senado – a Advocacia do Senado – negou o acesso a essas informações, sob a alegação, Deputado Kim, de que não poderia ceder essas informações sob a alegação do sigilo dessas informações, do sigilo desses dados. Nós apresentamos esse requerimento, pedindo informações pormenorizadas do que o Careca do INSS veio fazer no Senado, quem ele visitou, a qual gabinete ele foi, não com base na Lei de Acesso à Informação, mas com base no art. 40, inciso X, da Constituição Federal, que diz que esta Casa, ainda mais esta CPMI que tem poder de polícia...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... de investigar, de fiscalizar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza, senhores...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Então, por isso, eu agradeço a V. Exa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... por pautar esse requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho, Deputado.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... e a todos que aprovaram o nosso pedido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou pedir a V. Exas. uma gentileza para a gente ter andamento....

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu levantei uma questão...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho, por favor, Deputado Paulo Pimenta, só um instante.

Eu vou só relembrar alguns critérios, porque nós temos aqui 60 Parlamentares, 28 estão presentes e, se todos os 28 forem fazer apontamentos com relação às suas ações, nós não vamos sair daqui hoje. Então, eu vou pedir que sempre a gente siga pela ordem ou questão de ordem para que a gente possa dar sequência com mais celeridade aos trabalhos.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu levantei uma questão, Presidente, que eu gostaria só que V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. A questão de ordem, Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Que V. Exa. checasse com a Secretaria.

No Requerimento nº 15...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... a ementa que consta aqui não é a mesma coisa que está no texto do requerimento. A ementa fala de um assunto, e o requerimento fala sobre outro assunto. Então, o que eu estou chamando a atenção é que nós estamos votando um requerimento que trata aqui na ementa de uma questão, mas o texto do requerimento é outro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, há um problema formal. O que está sendo votado? É a ementa ou é o texto do requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. A Secretaria já se posicionou, Deputado Paulo Pimenta: a justificativa pode ter um erro material, mas o que valeu foi exatamente o requerimento anterior. O erro que V. Exa. cita está na justificativa, não muda o teor do requerimento.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não, Presidente, não... O texto...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não muda o teor do requerimento, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O requerimento é a convocação de uma pessoa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, a justificativa não muda o teor. A justificativa não muda o teor do requerimento.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, V. Exa. me desculpe, mas a minha assessoria está insistindo aqui comigo que é o corpo do requerimento. Então, só quero dirimir essa dúvida para não...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Não, o mérito do requerimento é citado, está correto. A justificativa é que tem um erro material. A justificativa não muda o requerimento. É só verificar ali. O mérito está correto. E é um ofício que será encaminhado à Polícia Federal.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Certo. Só vamos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Só para evitar uma situação...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Claro, perfeitamente.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... em que a ementa diz uma coisa e o requerimento diz outra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, a justificativa, Deputado, não muda o requerimento.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Se for isso, não tem problema, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O que muda é o mérito dele, está correto.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu só estou checando aqui.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Presidente, vamos acordar e votar os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, os requerimentos já estão votados, já estão aprovados – já estão aprovados.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – Presidente, a matéria está superada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pela ordem... Pela ordem...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – A matéria está superada, já foram aprovados os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, Senador. Eu faço questão aqui de nós ouvirmos todos e, ponto a ponto, serem solucionados. Tanto à oposição quanto ao Governo, esta Presidência faz questão de dar voz e esclarecemos tudo.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – Presidente, só para esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Senador.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – V. Exa. eu conheço, sei do espírito altruísta e democrático.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – Ouvir todo mundo, o.k.; eu só estou dizendo que, com relação aos requerimentos, a matéria está vencida. Essa aqui já foi aprovada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Isso, eu concordo com V. Exa. Concordo, já estão aprovados, inclusive.

A justificativa não exclui o mérito do requerimento. O mérito está correto; a justificativa é que tem um erro material – não muda o teor.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, o senhor me desculpe...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... mas eu estou com o requerimento aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – A ementa diz: pedido de informação – o requerimento, não a justificativa. No requerimento, há um pedido de depoimento de uma pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Então, nós estamos tratando de dois assuntos diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Então, há um descompasso entre a ementa e o requerimento.

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) – Presidente... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho, Deputado Orlando Silva.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Por isso que eu entendo, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou responder e vou encerrar o assunto aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O que foi o que foi aprovado aqui é um pedido de informação sobre o inquérito, como está escrito aqui, ou é a convocação de uma pessoa para vir depor?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Ô, Presidente, só para ajudar V. Exa., na verdade o Gabas já está convidado para depor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Isso.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Então, isso aí é uma redundância.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não, mas veja bem, não, é uma questão menor pelo seguinte...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Mas é uma redundância.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Você abre um precedente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não há precedente, Deputado Paulo Pimenta. Observem, eu disponibilizei essa pauta com 48 horas de antecedência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Perfeito, por isso que eu...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A assessoria de V. Sa. deveria ter acompanhado com a antecedência necessária. Eu li todos os itens aqui para aprovação.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu destaquei na hora, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa. destacou depois da aprovação dos requerimentos.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não, não, antes, Presidente, na minha fala...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Depois.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... eu destaquei os itens.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Destaquei os itens 15 e 22.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Esta Presidência tirou de pauta dois requerimentos; os demais foram mantidos, porque...

Então, aqui, senhores, só...

Orlando Silva, só um instantinho, Deputado.

Os requerimentos estão aprovados, e eu peço aos senhores que, por favor, acompanhem com mais antecedência aquilo que está sendo colocado. Eu tenho respeitado isso.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, se o senhor olhar nas notas taquigráficas, o senhor vai ver.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... que eu pedi o destaque nos requerimentos 15 e 22.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Então, V. Exa. poderá entrar com requerimento, pedindo a correção.

Segunda parte.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – A Secretaria foi informada previamente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) – Presidente... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Segunda parte da nossa sessão.

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, por gentileza.

Convido a tomar assento à mesa a Sra. Eliane Viegas Mota, Diretora de Auditoria de Previdência e Benefícios da Controladoria-Geral da União.

Esta Presidência esclarece que recebeu, ontem à noite, decisão do Ministro André Mendonça, com semelhante teor àquela relativa ao depoimento do Delegado da Polícia Federal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bruno Bergamaschi. Em resumo, determina que, em razão do dever legal de manutenção do sigilo funcional acerca do teor das investigações em curso, sobretudo quando ainda pendentes uma série de diligências instrutórias, as autoridades envolvidas na investigação e com conhecimento sobre fatos sigilosos, como a Dra. Eliane Viegas Mota, somente poderão prestar esclarecimentos sobre fatos já publicizados. O dever de manutenção do sigilo funcional não autoriza, inclusive, a veiculação de dados sob sigilo, ainda que em reunião secreta.

A reunião será transmitida ao vivo e aberta a participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

E aqui faço uma saudação aos milhares de brasileiros que têm acompanhado as nossas sessões. Nós temos tido uma participação hoje em todo o Brasil. Chegamos a momentos em que tivemos 150 mil pessoas acompanhando esta sessão. Muitos, inclusive, mandando mensagens sobre, às vezes, o tumulto, as discussões, mas isso é parte do Parlamento, isso é nosso. Aqui nós estamos sempre com respeito muito um ao outro e cada um tem sua posição muito firme.

Passo agora a leitura do termo de compromisso da depoente.

Primeiro, bom dia. Muito bem-vinda, senhora. Muito agradecido.

V. Sa. promete, quanto aos fatos de que tenha conhecimento na qualidade de testemunha, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA (Para depor.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A partir deste momento, V. Sa. está sujeita ao compromisso de dizer a verdade quanto aos fatos de que tenha conhecimento ou que tenha protagonizado na qualidade de testemunha, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

Eu quero lembrar aos Parlamentares que a nossa convidada, a Dra. Eliane Viegas Mota, está aqui como colaboradora. E eu fiz uma solicitação durante a nossa primeira reunião em que recebemos aqui uma representante da Defensoria Pública, de que fossem enviados a esta Comissão representantes com datas, dados e informações exatas, porque aqueles que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

participaram das investigações têm acesso a todo, a tudo aquilo que aconteceu. Então, não se justifica em hipótese alguma que uma servidora pública ou um servidor público que tenha currículo, que tenha tempo de experiência, que tenha participado venha a essa CPMI e não queira colaborar ou não tenha as informações solicitadas do trabalho que realizou.

Servidor público não pode se omitir das informações que foram conseguidas durante o trabalho como servidor público. Claro, com exceção daquelas investigações que ainda estão secretas e que estão sendo mantidas por decisão do Ministro André Mendonça e não serão alvo aqui... Se forem de inquerimento, a nossa Procuradora poderá dizer claramente que não pode responder por questão de sigilo, mas as informações publicizadas, as do inquérito da Polícia Federal, as de que ela participou e que, inclusive, constam do inquérito, essas informações têm que ser trazidas, com data e exatidão, a essa CPMI. É uma questão legal de respeito a este Poder e a esta sessão.

Então, a senhora é muito bem-vinda, porque a CGU fez um grande trabalho em suspender todos os descontos. E nós temos aqui uma esperança muito grande de que a senhora nos ajude a avançar cada vez mais nessa investigação.

Passo a palavra a V. Sa. por 15 minutos.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA (Para depor.) – Bom dia a todos.

Eu cumprimento aqui o Sr. Presidente dessa CPMI, o Senador Carlos Viana, o Relator, Deputado Alfredo Gaspar, e o Vice-Presidente também, em nome dos quais eu cumprimento todas as senhoras e os senhores presentes na sessão.

Eu vou pedir licença para ler, em alguma medida aqui, os pontos que eu trouxe para não esquecer de nada que eu julgo que são pontos importantes.

Meu nome é Eliane Viegas Mota, eu sou auditora federal de finanças e controle, tenho 24 anos na CGU. Já trabalhei em algumas áreas, já trabalhei fora de Brasília, vim para Brasília em 2006 e atualmente eu estou ocupando o cargo de Diretora de Auditoria de Previdência e Benefícios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como eu imagino que os senhores tenham muitos questionamentos, eu vou tentar fazer uma fala breve, mas pontuar algumas questões que são importantes para localizar o trabalho que foi feito pela CGU.

Eu queria fazer uma breve exposição, então, acerca da missão da CGU, que temos estabelecida no art. 74 da Constituição, e que estabelece os pilares do sistema de controle interno, em que a CGU, então, é o controle interno do Poder Executivo Federal do sistema.

Sob a questão tratada nesta CPMI, especificamente, então, como órgão típico de Estado, o trabalho da CGU foi pautado, então, na avaliação da legalidade do gasto público e da gestão que estava envolvida nesses gastos a respeito dos quais vamos falar.

A CGU é um Ministério que é composto por seis secretarias. Eu trago isso porque aqui nós teremos, então, desdobramentos, principalmente em três das secretarias: a Secretaria Federal de Controle Interno, no âmbito da qual está a Diretoria de Auditoria de Previdência e Benefícios, da qual eu estou à frente, e outras duas secretarias de integridade privada, que estará responsável, então, pelos processos administrativos de responsabilização, e a Corregedoria-Geral da União, que estará, então, responsável pelos procedimentos administrativos disciplinares.

Quanto à diretoria, trabalhamos especificamente com auditoria e fiscalização. Então, neste nosso trabalho, somos pautados nas auditorias por regras e um embasamento normativo que define a forma de condução dos nossos trabalhos, que nos conduziu, então, na realização do trabalho específico a respeito do qual nós falaremos hoje. A gente tem um referencial técnico de auditoria, normatizado; temos um manual de orientações, que também define a forma como devemos conduzir os nossos trabalhos, e foi exatamente o que foi feito neste.

Então, para não entrar em detalhes de metodologia, e que podemos voltar a essa metodologia a qualquer tempo, a partir dos questionamentos dos senhores e das senhoras, eu vou trazer três pontos que são bastante importantes. Nós estamos falando, quando falamos de CGU, que eu já pontuei, de uma etapa de auditoria, que foi a etapa que nós fizemos e atuamos, então, em parceria com a Polícia Federal, e eu faço questão de trazer a questão da parceria, porque cada órgão atuou nos limites das suas competências. Trabalhamos nós, na CGU, na parte da auditoria, e a polícia, então, na questão da investigação, mas sempre em parceria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por fim, eu queria falar dos auditores e das auditoras da CGU, que todos fizemos esse trabalho.

Estou à frente da diretoria e estive coordenando o trabalho em nível nacional, mas foi feito um trabalho em todo o país em que nós identificamos que... Necessariamente, para conduzir o processo e trazer bons resultados na auditoria, lá na etapa de planejamento, definimos que nós precisávamos ir em todos os estados fazer entrevistas com esses beneficiários que tinham os descontos implementados na sua folha de pagamentos. Então, eu trago aqui o resultado de um trabalho que foi feito em parceria com a polícia e, em conjunto na Controladoria-Geral da União, por vários servidores de carreira, seguindo toda a metodologia que nós temos disciplinado.

Quero também fazer um destaque dos beneficiários que nos receberam nas suas casas, que foi a primeira barreira talvez que a gente teve que atravessar neste trabalho: chegam pessoas não identificadas aparentemente, em que pese chegarmos com documentos de identificação, para fazer uma entrevista com o beneficiário. Contextualizado do que se tratava, ali mesmo já buscávamos, então, fazer um primeiro papel de orientação, de dizer do que se tratava esse desconto associativo, como fazer para, eventualmente, cancelar o desconto associativo, o que não era suficiente, porque, além de cancelar, muitas vezes, eu precisava também, além de cancelar o meu desconto, bloquear o meu benefício para não ter outros descontos implementados no futuro. Então, já naquela etapa, nós já estávamos fazendo esse trabalho junto aos cidadãos. E foi uma etapa muito importante, e contamos, sim, com essa compreensão de todos que nos receberam. No primeiro trabalho em que a gente fez as entrevistas, foram 1.273 beneficiários entrevistados.

O trabalho, em si, está dividido em três relatórios, especificamente.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Para interpelar. *Fora do microfone*.) – Eu não escutei. Mil duzentos e...

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA (Para depor.) – E 73.

Os três relatórios estão estruturados da seguinte forma: o primeiro deles trata das entrevistas que foram feitas com os beneficiários, o segundo deles trata das visitas e avaliações que fizemos da capacidade operacional das entidades e o terceiro fala, especificamente, dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

controles internos do INSS. Então, sobre esses três relatórios, aquilo que foi produzido na CGU em termos de auditoria consta desses relatórios. Posso trazer os detalhes que recordo e os que tenho nos documentos que já trouxe aqui, mas, eventualmente, alguma informação que não esteja na minha memória ou nesses documentos, existindo, nós prontamente podemos encaminhar a esta CPMI, assim como já temos uma equipe lá separando vários documentos para atender já os requerimentos que foram feitos.

Agradeço e estou à disposição para todos os questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado à Sra. Eliane Viegas Mota pela apresentação, Diretora de Auditoria de Previdência e Benefícios da CGU.

Quero agradecer ao Elvis, de São Paulo, que mandou aqui a pergunta, que está sendo passada também ao Relator; e à Sra. Maria, de São Paulo, também muito obrigado pela participação, pelo e-Cidadania do Senado.

Pelo regulamento, o Relator é quem começa os trabalhos das perguntas, sem tempo definido.

Com a palavra o Deputado Alfredo Gaspar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Bom dia, Presidente. Bom dia a todos os presentes.

Eu gostaria de iniciar, Presidente, saudando a depoente, parabenizando a CGU pelo belo trabalho realizado e saudando também as advogadas da União, que estão ao lado da depoente. Tenho certeza de que a depoente não precisará, mas, precisando, estará bem assistida.

E aí, Presidente, me permita dizer que vou concordar plenamente com o relatório que será posto, porque a sessão secreta, que foi feita anteriormente, que resultou em impasse sobre o que é sigiloso ou não... Eu acho que o Brasil precisa saber o que foi discutido, para não ficar sendo dito que o Relator se exacerbou nas suas atribuições. Eu acho muito importante quebrar esse sigilo da reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, nós estamos recebendo, aqui, uma funcionária de carreira, competente e com um histórico muito bacana profissional. E tenho certeza de que isso irá contribuir para a tecnicidade dos trabalhos.

Dra. Eliane, há quanto tempo a senhora é Diretora desse departamento?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA (Para depor.) – Da Diretoria de Auditoria de Previdência e Benefícios desde 2019, que foi quando a diretoria foi criada.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quer dizer que, antes de 2019, não havia nenhum departamento específico da CGU para esse tipo de análise?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Existia.

Anteriormente, nós...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora poderia citar que departamento era esse?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Posso, sim.

Anteriormente, nós tínhamos uma diretoria que se denominava Diretoria de Auditoria da Área Social II. Por que social II? Porque tínhamos duas diretorias da área social. Da Social II eu estava à frente dessa diretoria, a partir da metade do ano de 2017, e ela tinha, então, coordenações-gerais.

Essas coordenações-gerais tinham, sob responsabilidade, acompanhar diferentes ministérios, um deles o Ministério da Previdência, mas era uma coordenação-geral. A partir de 2019, nós passamos a ter uma Diretoria de Auditoria de Previdência e Benefícios, que passou, então, a focar em previdência e alguns tipos de benefícios.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Seria correto, da minha parte, eu afirmar que a senhora mudou um pouco de função, em relação às nomenclaturas, mas que a senhora já estava à frente de setor correspondente desde 2017?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu estava no cargo de Diretora, mas tinha uma diferença da forma de atuação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – A atuação na Diretoria de Previdência e Benefícios não tem, embaixo dela, essas caixinhas das coordenações-gerais.

Então, nós temos uma aproximação mais forte das temáticas que são acompanhadas e, nessa estrutura que nós temos, que é matricial, vamos dizer assim, nós conseguíamos focar melhor os esforços nas áreas a serem priorizadas, que, nesse caso, especificamente, era previdência. Então, a partir de 2019, tivemos um foco muito forte em previdência e em alguns benefícios.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Se chegasse qualquer notícia de desconto associativo irregular para uma apuração na CGU em 2017, seria direcionada à sua diretoria?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Não, diretamente; iria para a Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Previdência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vou começar por aí, Dra. Eliane.

A senhora, com essa larga experiência, desde quando... A senhora disse que tem 24 anos de...

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – CGU.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... CGU.

Só para esclarecer para o povo brasileiro, o que é a CGU?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Controladoria-Geral da União. Somos o controle interno do Poder Executivo federal.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o que é que significa isso em termos práticos?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Nós acompanhamos não só as políticas públicas executadas pelos diferentes órgãos, como acompanhamos também a gestão desses órgãos públicos federais que estão no Executivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Há quanto tempo a CGU acompanha, com essa auditoria, o INSS?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Com auditorias?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Com auditorias.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Existimos como CGU desde 2003. A Secretaria Federal de Controle Interno, onde está a diretoria, tem os seus 31 anos, então, assim, já em alguma medida, em diferentes formatos desde então.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O Brasil está espantado com o tamanho desse roubo aos aposentados e pensionistas. Aqui, Deputado, Senador, com toda a propriedade, perguntam quando se deu início a essa tragédia.

E a CGU? A CGU, que tem toda essa competência, desde quando recebe notícia de irregularidades nos descontos associativos?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Especificamente na Controladoria-Geral da União, eu não sei dizer a data, eu posso lhe dizer que nós recebemos, na Controladoria... não sei se foram 12 ou 13 demandas envolvendo o tema. Nenhuma delas chegou à minha diretoria nesse período.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas eu gostaria de que a senhora esclarecesse: desse tipo de notícia se tem conhecimento na CGU oficialmente desde quando?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Oficialmente, não denúncia, eu tive conhecimento a partir da recomendação que foi feita pelo Ministério Público no Paraná. Ela é assinada por duas procuradoras. Inclusive, eu penso que, no primeiro relatório, nós mencionamos um trecho dessa recomendação. Foi o momento em que nós tivemos acesso a ela, em uma reunião do GTI de Previdência, posterior à assinatura da recomendação. Foi quando tivemos o primeiro contato com o tema.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Deixe... Eu, eu gostaria...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Em 2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora está dizendo aqui que a CGU só tomou conhecimento, oficialmente, a partir de 2019, de irregularidades em descontos associativos?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Em 2019...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, não. Eu quero saber: a senhora está dizendo aqui que a CGU só tomou conhecimento de irregularidades em descontos associativos a partir de 2019?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu não tenho acesso – não tenho conhecimento – a nenhum registro anterior.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Isso é muito importante.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Se existe esse registro, eu desconheço. Eu conheço especificamente esse marco.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha só, se eu não estou enganado, a senhora disse que, há 31 anos, o INSS é fiscalizado.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quer dizer que nós passamos mais de duas décadas pagando a CGU para a CGU fiscalizar o INSS e só se detectaram em 2019 irregularidades de descontos associativos?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Especificamente, que eu tive conhecimento – e, quando eu falo que eu tive conhecimento, é formalizado; não sei se, em outros momentos, houve conhecimento a respeito... E o conhecimento que houve foi de que existia um crescimento diferenciado, em relação a quatro entidades, em reclamações de beneficiários. Naquele momento, o que foi dito não foi de algo generalizado, que alcançasse a todas as entidades. Foram precisadas essas quatro entidades. Em relação a essas quatro entidades, houve uma recomendação do Ministério Público ao INSS. Posteriormente, acho que, num período de três, quatro meses, houve a suspensão dos ACTs com essas quatro entidades e, depois, mais uns três,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

quatro meses, foi suspenso um quinto ACT. Então, naquele momento, eu não tive o conhecimento de que existiria uma prática generalizada de descontos associativos indevidos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora... Se a senhora permitir, gostaria que fosse entregue a esta CPMI todas as auditorias feitas.

O certo é auditoria mesmo?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Todas as auditorias feitas pela CGU, ao longo desses 31 anos, relativas a descontos associativos no INSS, incluindo fiscalização e auditoria dos ACTs, que são os acordos de cooperação técnica.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Sim.

Se o senhor me permite, eu já antecipo que existe, sim, um trabalho específico envolvendo o tema acordos de cooperação técnica, que foi concluído, penso eu, em 2020 ou 2021, que traz um panorama de execução de acordos de cooperação técnica no âmbito do INSS; e o outro, especificamente agora dos descontos associativos. Mas, sim, vou anotar aqui a demanda.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor. Eu lhe agradeço muito essa sua colaboração.

Qual foi... Li os relatórios, mas não consegui entender. O que deflagrou a... A senhora já disse aí que 2019 foi algo específico referente a quatro associações, que foi o Ministério Público Federal quem chamou a atenção para isso e que houve a suspensão dessas associações. Aí eu vou voltar a essa temática só para fazer uma pergunta. Essas associações, a senhora tem conhecimento se elas foram reabilitadas?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Foram penso que duas. Isso está registrado num dos nossos relatórios com nomes diferentes.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Deixa eu perguntar... Deixa eu complementar. Deixa eu complementar. O Ministério Público Federal fez uma notícia-crime ou um alerta, comunicou que estava havendo descontos irregulares em quatro associações. A senhora recorda quais associações eram essas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu posso pegar o documento e indicar quais são.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. Depois, se a senhora puder, a senhora faz isso.

Eu pergunto – e para mim isso tem um valor muito grande –: essas associações foram reabilitadas em quanto tempo ou se foram reabilitadas?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Duas delas eu tenho certeza de que foram.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora pode citar o nome delas aí? Pode pegar aí os apontamentos.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Posso pegar, né?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente. A senhora pode ter acesso a todo o material.

Lembro ao Plenário, apenas para esclarecer, que normalmente se tem direito a um advogado, mas vieram as duas advogadas da União. Permiti a presença, elas estão orientadas de que não podem orientar as respostas da nossa convidada testemunha. Apenas permanecem aqui para discernir questões jurídicas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Doutora, primeiro, se a senhora puder citar aqui... O Deputado Rogerio indagou dali. Se a senhora puder citar... O Senador Rogerio, desculpa. Se pudesse citar as quatro associações que foram... Eu acho que tiveram os ACTs suspensos, né?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Sim, é o documento que eu estou pegando aqui.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Uma delas... Só vou precisar ver o nome dela para poder falar especificamente, porque tem a sigla. Chama Abamsp.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Abamsp foi uma, faltam três.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Centrape.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Duas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Asbapi.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Três.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Anapps – com dois pês.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito obrigado. Me diga, MPF fez a comunicação, elas foram... tiveram os ACTs, os acordos de cooperação suspensos, os descontos associativos, detectadas irregularidades, cessaram.

Eu estou querendo saber se houve reabilitação dessas associações que comprovadamente lesaram os aposentados e pensionistas?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Duas delas, sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quais são as duas?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Vou localizar aqui no relatório também, isso está no relatório. São duas entidades e elas mudaram de nome, não que isso...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Se a senhora puder dizer quais são as duas, quais foram as duas e os nomes que adotaram?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – E quando, doutora, se possível, Sr. Relator. (*Pausa.*)

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Deixe-me tentar pegar uma...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fora do microfone.*) – Pois não.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – É que é muito...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Senhora, tudo bem, fique tranquila, a senhora tem todo o tempo necessário para fazer a pesquisa. Sua colaboração aqui é muito importante para nós. (*Pausa.*)

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Abrapps é a que era Anapps, ela transformou-se na Abrapps. Anapps com dois pês virou Abrapps com dois pês também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Trocou só uma letra: Abrapps. De alfa novembro, de AN virou alfa bravo, AB, Abrapps.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – A outra eu vou ter que procurar no relatório.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Trocou o nome pra ficar mais bonito o roubo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Manteve o CNPJ.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí depois que a senhora localizar a outra, gostaria de saber os anos que elas fizeram de novo...

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – A Anapps era Abrapps, teve a rescisão no dia 30 de julho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – De quando?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – De 2019, desculpa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Estou tentando... Volta: 26 de outubro de 2021.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora tem o motivo, como foi dito aqui, dessa ressuscitação?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Hum, motivo? Não, as...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá, então, para a gente poder ver... E a outra associação? Faleceu quando?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Vou procurar, vou procurar aqui, se eu não tiver... Tem cola vindo aqui.

A outra...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A outra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Unibrasil, que mudou de nome para Unibap.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Ela... Pois é, é que essa aqui não é uma das que está....

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, só um instantinho. Vamos deixar... Vamos nos concentrar no nosso Relator, para a gente poder dar sequência. Posteriormente, cada um terá o seu tempo para poder fazer as perguntas. Se nós viermos com muitos questionamentos, ela pode acabar se confundindo aqui.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas só para...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu consigo controlar...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá, mas...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas nossa convidada...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas, só para esclarecer, temos que fazer a ressuscitação do que morreu, não de uma que estava viva.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – É. Eu posso procurar e lhe repassar depois, na volta de um intervalo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá, mas eu preciso... Mas a senhora falou o ano 2021 do milagre de uma. Eu gostaria de saber do milagre da outra...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Isso. Muito bem.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... qual foi o ano.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Então eu vou procurar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual foi a outra e...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. *Fora do microfone*.) – A data da ressurreição.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu vou procurar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora fica à vontade aí, porque isso é importante para a gente poder... (*Pausa.*)

Só para esclarecer, doutora, a senhora está falando, a senhora está procurando qual associação?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu estou procurando uma das quatro, eu não sei...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, mas...

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – .... exatamente qual delas que voltou...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ah tá. (*Pausa.*)

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – O que eu tenho no relatório, na p. 18, tem o seguinte: "Nesse contexto, importa ressaltar o caso das entidades Associação Nacional de Defesa dos Direitos dos Aposentados e Pensionistas (Andap) e Associação de Amparo Social ao Aposentado e Pensionista (Aasap), cujas nomenclaturas anteriores, quais sejam, Associação...", essa aqui é outra coisa, desculpa.

Essa é outra coisa. (*Pausa.*)

É essa? Essa é a mesma de antes. É a mesma. Mas essa é a mesma informação da Abrapps que era Anapps. Eu não consigo dizer para o senhor, neste momento, eu vou ter que pesquisar com calma.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas pesquise aí, porque eu só quero continuar quando a senhora achar.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Vou procurar então.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Obrigado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vou aproveitar aqui para comunicar ao Plenário que esta Presidência vai se ausentar a partir das 11h30.

Eu recebi hoje pela manhã a notícia do falecimento de uma pessoa muito amiga, muito próxima e da qual eu não posso deixar de apoiar a família num momento tão difícil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o Vice Duarte Jr. assumirá a partir das 11h30, já foi comunicado ao Líder do Governo e ao Líder da Oposição.

E quero aproveitar, enquanto isso, e saudar o ex-Prefeito da cidade de Patis, em Minas Gerais, que carinhosamente ele chamava de "a Paris de Minas", Valmir Morais de Sá, um grande conselheiro, uma pessoa com quem aprendi muito e que, infelizmente, essa madrugada sofreu um infarto. Não houve tempo para socorro, estava numa área rural, perto da cidade, na fazenda onde vivia com a família, e acordamos com a notícia que nos chocou e me chocou profundamente pela perda assim tão repentina.

Então, desde já, comunicando aos senhores que nós teremos essa alteração.

Um outro ponto que eu gostaria de questionar o Plenário, para já deixar acertado, para que o Deputado Duarte possa dar sequência: a ideia hoje, tendo a nossa experiência anterior, é fazermos um intervalo de uma hora para almoço. O Plenário concorda que façamos esse intervalo de uma hora? Líder do Governo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – A Presidência não quer estabelecer logo o horário?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos... Não, eu quero saber se concordam com uma hora.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Uma hora, o.k.

Então nós faremos esse intervalo entre...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não... De 1h às 2h da tarde. O.k.? Estamos combinados?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se temos convidados? Na segunda-feira da semana que vem, está convidado e aceitou o convite o ex-Ministro Lupi. Na quinta-feira, nós convidamos o ex-Ministro José Antônio...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Zé Carlos. Ele, por meio do advogado, confirmou a presença dia 22 de setembro.

Eu pedi a intimação dos senhores... do chamado Careca e do Sr. Camisotti, para que os dois possam se manifestar sobre vir na próxima quinta-feira a esta Comissão. Nós já temos a definição. Tanto que houve uma dificuldade da Secretaria em manter contato com os advogados, e eu autorizei, ontem, a Polícia Legislativa a fazer a intimação pessoalmente nos endereços dos dois convocados a esta Comissão.

Então, segunda-feira está confirmado e, quinta, possivelmente, a pedido do Relator, já ouviremos um dos dois principais apontados aqui no esquema do INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Doutora...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... Doutora, me permita aqui ser mais assertivo para a gente poder não ficar sem uma definição. A senhora falou que foram suspensos a associação Abamsp...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Abamsp.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Vou retomar aqui.

Abamsp...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A Abamsp foi suspensa?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Foi.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A Abamsp foi, com o mesmo nome ou com outro nome, como foi dito aí no Plenário, ressuscitou?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Deixa eu consultar aqui.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então deixa eu fazer uma pergunta: quando a Abamsp fez o ACT com o INSS?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu digo para o senhor em um minuto. Deixa eu só questionar se eu posso... Eu tenho uma lista aqui de todas que tinham um nome e tiveram outro depois.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá, mas, da Abamsp, com esse nome, quando foi feito o ACT... Porque isto é muito importante: quatro associações foram descobertas em 2019, na safadeza, roubando o povo. Eu queria saber: a Abamsp, foi feito quando o ACT com o INSS? (*Pausa.*)

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu penso que ela não retomou, porque na lista que eu tenho...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, não, mas eu não estou falando agora mais nem de retomada; eu estou falando de quando foi a origem do ACT da Abamsp com o INSS.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Sim, eu só preciso procurar em outra relação...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhora.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – ... porque esta relação que eu tenho é daqueles que têm ACT vigente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Então, se a Abamsp não está nela, ela deve ter sido rescindida. Eu vou procurar aqui.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. (*Pausa.*)

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Abamsp. Ele foi encerrado no dia 30 de julho de 2019.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Encerrado, mas nasceu o ACT quando?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu não tenho esse registro aqui, mas eu posso procurar depois.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A senhora trouxe assessores da CGU?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eles estão procurando.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ah, tá. Então, à medida que eles forem encontrando, podem passar. A senhora pode solicitar ajuda para dar as informações.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora ficou aí na pendência de dizer qual foi o ano que a Abamsp realizou esse acordo com o Governo Federal.

Centrape, Centrape. Qual foi o ano do ACT com a Centrape?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Centrape... Eu vou ter, neste momento, os anos de encerramento. Depois eu pego...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas o de encerramento a gente já sabe, eu queria saber... A senhora não tem o ano do ACT da Centrape, não?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu tenho aqui o número do processo do ACT, que dá uma ideia do ano.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto, ótimo. Qual é?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – E tenho o processo de rescisão também.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está bom. Qual foi o ano da Centrape, do ACT, que foi pedido?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – O ano do processo é 2015.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto. É 2015 aí... Olha, nós estamos falando justamente do marco temporal que delimitamos: 2015. Em 2019 foi detectada a safadeza, foi suspensa.

A Asbapi nasceu quando aí, processualmente falando?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Posso só dar um passo atrás para falar o mesmo ano da Abamsp?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A Abamsp, por favor.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Ano 2016.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha só, já está ajudando bem. Em 2016, Abamsp; Centrape, 2015. A Asbapi nasceu quando?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – O processo tem o ano de 2014.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – De 2014, certo.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Nossa, que coincidência...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Anapps.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Anapps... A Anapps...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu tenho aqui só da Abrapps, que foi a posterior à Anapps.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não tem o ACT da Anapps, não? O processo?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Não sei se eu tenho, vou procurar. Aqui... (*Pausa.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, vamos para a frente um pouquinho. A senhora deixa a assessoria procurando o ano que nasceu a Anapps para esse acordo de cooperação técnica.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Desculpa, eu tenho aqui.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Diga aí, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – O ano é 2017.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É 2017. Então, as quatro suspensas em 2019 tiveram ACTs, teoricamente, em 15, 16, 14 e 17. Está mais ou menos no escopo do marco temporal aqui da nossa busca investigativa. Pergunto à senhora: que a senhora tenha conhecimento, qual foi o ano do primeiro acordo de cooperação técnica feito entre o INSS e uma associação?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – O primeiro instrumento foi feito... Eu não tenho certeza do ano, mas foi por meio de convênio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, mas aproximadamente? (*Pausa.*)

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu não tenho certeza. Eu acho que foi 1994, mas eu não tenho certeza.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. A senhora está dando uma linha temporal... Aqui ninguém vai pegar a senhora exatamente, mas a senhora acha que foi na década de 90.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Penso que sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pensa que sim. Vamos...

A senhora recorda qual foi a primeira entidade a realizar esse acordo de cooperação técnica com o Governo Federal?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – A primeira entidade, o primeiro instrumento que foi firmado para descontos foi com a Contag.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A Contag até hoje mantém ACT ativo com o Governo Federal?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu li uma parte do relatório, eu achei muito interessante. Hoje – hoje – a senhora sabe qual é a entidade, proporcionalmente falando, que realiza mais desconto associativo no país?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Sim, nós temos as informações.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual é essa entidade?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Especificamente em relação a valores...?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Em relação a número de associados, consequentemente, valores.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – A Contag.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A Contag.

Quantas vezes a CGU...

Eu estou indo para o marco temporal da entidade que mais realiza desconto associativo. No relatório da senhora, a Contag deve arrecadar, por ano, mais de R$450 milhões, ou por volta disso.

Vamos falar da Contag. Quantas vezes a CGU fez procedimento de fiscalização e auditoria do ACT da Contag durante esse grande lapso temporal?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Em relação especificamente a trabalhos envolvendo acordos de cooperação técnica do INSS, eu não tenho conhecimento.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem.

Acordo de cooperação técnica envolve transferência de dinheiro?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Envolve transferência de dinheiro em que termos? Entre a entidade e o órgão, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Entre a entidade e o órgão, não. Isso em algum momento foi dito pela CGU ou pelo INSS, já que o dinheiro era roubado do próprio aposentado, do pensionista, e não interessava a fiscalização?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu não compreendi a pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A pergunta é: em algum momento os órgãos de fiscalização, a exemplo da CGU, tinham o entendimento, já que era um acordo de cooperação técnica e o dinheiro saía do aposentado para a entidade, que isso não interessava, era interesse privado, não interessava a fiscalização do Estado federal?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Não, em nenhum momento.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Em nenhum momento.

A CGU nunca se imiscuiu de fiscalizar, não é isso?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Nunca.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem. E, com todas essas décadas de desconto por meio de um ACT, a senhora poderia repassar para esta CPMI a fiscalização feita na entidade que mais descontava recurso de aposentado e pensionista por mais de 30 anos?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Especificamente em relação ao acordo de cooperação técnica, eu desconheço que tenha sido feito algum trabalho envolvendo esse tema e entidades antes deste.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu pergunto, a senhora consegue estimar... Já o real já existia. A senhora consegue estimar, ao longo desses mais de 30 anos de acordo de cooperação técnica, quanto essa entidade – e eu estou a citando pelo marco de recursos – arrecadou de aposentados e pensionistas em descontos associativos?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Nós temos os valores.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor, me diga especificamente para a gente não alongar muito, para a gente fazer esse marco da entidade que mais arrecadou e que não tem um relatório de fiscalização da CGU em relação a ela. Quanto ela arrecadou durante o tempo de vigência do ACT?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu tenho as informações disponíveis a partir de 2016, que são as informações da maciça folha de pagamentos do INSS que nós temos disponíveis na CGU.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, olha só o que é que a senhora está dizendo... Essas informações antes de 2016, que representam mais de 20 anos de desconto, a CGU as tem e a senhora não tem? Ou a CGU não as tem?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – A CGU não tem disponíveis as informações da maciça anteriores a 2016.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. Olha só, eu ia até perguntar à senhora o que é que significa, pelo amor de Deus, "maciça"?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – A folha de pagamentos do INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

Então, essa folha de pagamento do INSS, a senhora vai ter como responder a esta CPMI quanto foi descontado em favor da Contag pelos aposentados e pensionistas até o ano 2016? Do ACT de 94 até 2016 a senhora pode não ter aqui, mas a senhora vai conseguir enviar para a gente quanto foi descontado?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Nós podemos enviar a partir de uma apuração que seja feita no âmbito do INSS, que tem acesso a essas informações.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quer dizer que a CGU não tem essa informação hoje?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – No âmbito da CGU, disponível na CGU, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ótimo.

Agora vamos falar, 25 anos depois ou perto disso. Vamos falar de 2016 a 2025. Quanto a Contag arrecadou dos aposentados e pensionistas? Aí a senhora pode dar o valor global.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Os valores que nós temos disponíveis da folha de pagamentos do INSS, em relação à Contag, de 2016 a 2025, são 3,47 bi. E, explico, isso está registrado no relatório.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Deixe-me perguntar à senhora: quanto é? Três bilhões...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – São 3,47 bi.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – São 3,47 bilhões. Isso é dado subestimado, superestimado, aproximado? Que dado é esse? É dado exato?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Não. É dado da folha de pagamentos do INSS de 2016 a 2025, até o mês de março, me parece – eu tenho que conferir. E as informações que estão disponíveis, deste número, elas têm uma subestimativa, isso está registrado no relatório.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Subestimativa de quantos por cento? Aproximado.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Posso fazer o cálculo se eu tiver a mesma informação a partir do Siafi, que é o Sistema de Administração Financeira do Governo Federal...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Certo.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – ... eu consigo ter o valor que foi efetivamente transferido...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, mas eu queria saber... A senhora citou o valor de quase R$3,5 bilhões num período de menos de dez anos. Eu queria saber se esse cálculo é super ou subestimado...

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Subestimado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora falou subestimado.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Subestimado em aproximadamente quanto?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Foi o que eu acabei de calcular aqui... O valor seria em torno de 3,6 bi...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Três vírgula seis bilhões.

Para a gente falar um pouco mais dessa associação... E me interesso por ela, porque ela é a que mais desconta, é a mais antiga, foi a primeira que realizou ACT. Eu acho isso um dado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

fundamental. Eu pergunto à senhora... No relatório da CGU, foram feitas entrevistas, visitas... Foram feitas várias visitas para ver capacidade operacional, para ver a particularidade territorial. Eu queria falar sobre a Contag. A senhora sabe dizer quantos associados hoje a Contag tem por meio de acordo de cooperação vigente?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu tenho a informação de janeiro deste ano...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está ótimo.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – ... porque a gente teria que apurar mês a mês.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está bom, está bom. Está bom, mas diga aí, por favor.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Um milhão, duzentos e vinte e sete mil, quatrocentos e vinte e três.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ou seja, 1 milhão e mais de 200 mil brasileiros estão associados à Contag, não é isso?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto. É aí que eu quero chegar. Vocês fizeram a inspeção na Contag?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Foi feita uma visita.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ótimo. Pergunto à senhora: nessa inspeção na Contag, vocês fizeram uma amostra de quantos associados?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Nós fizemos uma amostra de entrevistas...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É, é essa mesma.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Essa amostra inclui seis pessoas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Seis pessoas. Olhe só. Vocês estão dizendo que de 1 milhão e 200 e poucos mil associados, para ver essa associação, que é a maior de todas em desconto, vocês entrevistaram seis pessoas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vocês perguntaram a essas seis pessoas se elas tinham autorizado o desconto associativo?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Das seis pessoas, quantas afirmaram ter autorizado o desconto associativo?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Uma.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Uma. Isso representa uma irregularidade de desconto associativo num percentual de quanto?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu vou ter que ver, não consigo fazer o cálculo, mas posso ver no relatório.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, deve ter um erro. Devem ser 6 mil pessoas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, não, não. O senhor sabe bem que são seis pessoas...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Seis?!

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Seis. São seis. Não, mas aí, no seu tempo...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Uma amostragem de seis pessoas?!

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – No seu tempo...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, não. O senhor sabe bem... No seu tempo, o senhor fala. Agora, na minha fala, não.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – De seis pessoas, que foi o corte, de seis, a senhora está dizendo que cinco negam. Agora vamos para o principal. Qual foi o último ano em que foi concedido um acordo de cooperação técnica com a Contag? Está no seu relatório.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu acabei de pegar aqui, que me entregaram o mapa, e eu consegui misturar tudo aqui, mas eu vou pegar de novo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

Eu quero saber qual foi o ano em que a Contag teve a renovação do ACT. O último ano, qual foi?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Sim, eu vou responder para o senhor, mas, se o senhor quiser, eu tenho os anos dos demais aqui também.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá, eu vou... Mas eu estou falando agora do ACT. Eu quero saber qual foi o último ACT firmado pelo Governo Federal com a Contag, que é a associação que mais executa descontos de aposentados e pensionistas do Brasil, não só em quantitativo, em valor e em tempo. Por isso esse marco. Qual foi o último ano?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Dois mil e vinte e quatro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Dois mil e vinte e quatro.

Qual foi o ano da inspeção feita na Contag?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Dois mil e vinte e quatro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora tem conhecimento de se havia algum parecer, alguma indicação técnica para não ser realizado um ACT com a Contag?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu não tenho conhecimento.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. Olha só, quem foi que produziu esses relatórios? Foi a senhora?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – O relatório, como eu ponderei, conta com a participação de uma equipe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – E eu queria fazer uma observação: quando a gente fala de entrevista de cinco pessoas, a gente está falando de uma amostra que foi feita em relação a todas as entidades.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por isso que eu estou perguntando à senhora, para a senhora explicar isso.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – E que o foco específico não era tratar, naquele momento específico, de uma ou outra entidade, mas, sim, compreender de que forma os descontos associativos alcançavam os beneficiários do INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, está aqui, no seu relatório, dizendo que houve pareceres, pareceres direcionados para a não realização do ACT com a Contag, e, mesmo assim, o INSS – o INSS – resolveu levar adiante, em 2024, esse acordo de cooperação técnica com a Contag.

Aí eu pergunto à senhora, por tudo que a senhora conhece da Contag, que é a maior... Depois que a senhora fez esse relatório... Não estou pedindo a opinião da senhora, não; estou falando tecnicamente. A senhora recomendaria, por tudo que foi apurado, um acordo de cooperação técnica do Governo Federal com a Contag?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – O que nós registramos no relatório, especificamente, diz respeito à renovação do ACT com a Contag.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu não me recordo de ter um parecer contrário.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Recordo, contudo, que o ACT foi renovado...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – ... após o recebimento do relatório da CGU, que indicava todos os problemas a respeito dos quais nós estamos falando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. Olha só, a minha pergunta foi muito objetiva: a senhora como técnica, por tudo que apurou, a senhora recomendaria que houvesse o acordo de cooperação técnica, sim ou não?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – No relatório, nós trazemos recomendações para que, diante do que se tinha identificado à época, o INSS avaliasse a pertinência de continuidade desse tipo de parceria. Isso está em relatório.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora, por favor, em relação à Contag, lê a parte do relatório da ACT.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu penso que isso está no terceiro relatório.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Nem eu estou achando.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu penso que é no terceiro relatório.

Não, gente eu vou...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fora do microfone*.) – Pode ficar tranquila.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Página...?

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – De qual relatório?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Do terceiro relatório.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vou ler para a senhora o que é que... A senhora participou disso aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fora do microfone*.) – P. 22?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – P. 23.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – P. 23.

A senhora pode ler os parágrafos 1, 2, 3, 4 e 5? "É relevante...".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria que a senhora dissesse... Isso aqui foi colocado por vocês.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – "É relevante destacar que alertas apresentados pela Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, em especial aqueles que relatam a existência de diversas ações judiciais para reparação de danos materiais por parte da União, não parecem ter sido considerados, haja vista que não implicaram em alteração perceptível de fluxos e de procedimentos relacionados à formalização e ao acompanhamento dos ACTs firmados pelo INSS para a operacionalização de descontos de mensalidade associativa em folha de pagamento. Nesse contexto, destaca-se a renovação de ACT da Contag em 27 de agosto de 2024, cujo parecer dos procuradores federais que opinam pela não formalização do referido pacto é reformado por despacho do Procurador-Geral do INSS, que entende ser razoável a assinatura por se tratar de entidade que possui ACT há praticamente 30 anos."

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora espera só um pouquinho?

A senhora está dizendo aí que havia procuradores federais concursados recomendando que não assinasse ACT e que o Procurador-Geral do INSS passou por cima disso e disse basicamente o seguinte: como já está há 30 anos, não vamos interromper. É esse aqui o sentido da coisa?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – O parecer foi no sentido de que a parceria, o acordo poderia... O que está posto é que entende ser razoável a assinatura. Não sei os exatos termos do parecer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha só que gravidade! O Procurador-Geral do INSS disse assim: como já está roubando há 30 anos, deixa mais.

Então foi isso que eu entendi aqui.

A senhora aqui está dizendo nessa entidade que é a maior de todas e não está sob investigação, está dizendo que o ACT foi celebrado pelo INSS. Olha só, mesmo sabendo que 97,6% dos beneficiários relataram não terem autorizado os descontos de mensalidade!

Eu quero chamar a atenção para isso, porque o órgão INSS tinha conhecimento de que quase 100% dos associados disseram que não autorizaram o desconto, mas, mesmo assim, tudo foi desconsiderado, e essa entidade que tem a primazia lá de 94 até hoje continua descontando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos associados. Olha, essa é a mais antiga das 40 entidades. É a entidade conhecida como a mãe do acordo.

Agora, os senhores imaginem as outras entidades, que muitas são de ponta de rua. Então, assim, não tenho dúvida nenhuma que nós estamos diante de um caso muito grave. Só de 2016 até hoje, mais de R$3,6 bilhões foram retirados do povo sofrido e trabalhador e 97% desse dinheiro, pela amostragem, eram de pessoas que foram roubadas.

Então, a gente está falando aí, possivelmente, de mais de R$6 bilhões que foram desviados para o bolso de alguém. E os senhores sabem quantos estão presos, mesmo descobertos com roubo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Zero!

Mas voltando, voltando às perguntas. Eu falei da Contag, porque eu me espantei com o que vocês descobriram e foi desconsiderado na renovação dessa ACT.

A AGU identificou... a senhora falou aí: "fraudes nos descontos associativos a aposentados". A senhora pode me dizer o que é que levou a AGU... a CGU a se imiscuir de forma sistêmica nessas associações? Quem foi que provocou a AGU e em que ano foi essa provocação? A senhora pergunta... a senhora me disse que a AGU é uma controladoria interna do Governo Federal, não é isso?

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP. *Fora do microfone.*) – CGU.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A CGU, desculpa. A CGU.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem foi, quem foi? Foi a CGU que disse: "Poxa, está saindo reportagem, eu vou me meter nisso aqui". O Ministério Público Federal, em 2019, a senhora disse que foi uma coisa localizada. Eu quero saber quem foi que... quem foi que deflagrou o processo de fiscalização da AGU? Qual foi? Foi um ofício de quem? Qual foi a autoridade? Qual foi o fato? Qual foi o fator dessa motivação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Vou fazer uma contextualização muito breve para ser muito precisa na resposta.

Aquela diretoria que foi formada em 2019, naquele formato que nós falamos anteriormente, precisou fazer um mapeamento muito amplo do que tínhamos em previdência. Fizemos esse mapeamento, basicamente no ano de 2019... 20 e 21, tivemos pandemia, tivemos algumas questões bastante contundentes para tratar...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, olha, 2019... 2019, vocês já começaram a fazer o mapeamento disso?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Fizemos um mapeamento do INSS como um todo e identificamos os principais problemas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Era isso que eu queria saber. Dentre os principais problemas, vocês detectaram que estava havendo fraude nos descontos associativos?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Nós identificamos como um tema necessário de abordagem as consignações na folha de pagamentos do INSS que também alcança os descontos associativos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha só. Quer dizer que, em 2019, vocês viram essa temática como sensível?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Esta, entre outras.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Entre outras. O que foi feito na CGU? Quando vocês detectaram isso em 2019, vocês fizeram alguma comunicação oficial? E, se fizeram, essa comunicação foi direcionada a quem?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Nós não estamos tratando especificamente de identificar o desconto associativo como algo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A pergunta é simples: em 2019, com a irregularidade dos descontos associativos, entre outras temáticas, em 2019, vocês direcionaram uma comunicação a quem?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu preciso só contextualizar porque eu não estou falando da questão dos descontos associativos, especificamente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto. Então, eu posso perguntar de forma inversa: em 2019, vocês fizeram alguma comunicação sobre desconto associativo irregular a alguma autoridade da República?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Não. Como eu ponderei...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ótimo.

2020?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Especificamente, sobre descontos associativos, o primeiro trabalho que foi feito pela CGU foi esse.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, não, não. A senhora, por favor... Eu quero saber ano a ano porque eu quero saber com quem está a responsabilidade.

Em 2019, a senhora já disse que não foi feito.

A CGU fez essa comunicação, em 2020, para alguma autoridade da República?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – 2021, foi feita alguma comunicação para alguma autoridade da República?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Especificamente...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É, sobre desconto associativo?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Sim, mas eu preciso contextualizar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, não, não. Não, depois a senhora... Eu estou fazendo uma pergunta objetiva. Eu quero saber se, em 2021, foi feita alguma comunicação da CGU para alguma autoridade da República sobre irregularidade de desconto associativo.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Se nós pegarmos as atas do GTI Previdência, nós temos, sim, manifestação não só da CGU, mas do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, por isso que eu estou falando especificamente. Eu preciso pegar ano a ano, ata por ata para trazer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu preciso saber... Eu estou perguntando da CGU.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – A CGU, sim, tem assento no GTI Previdência e tinha e se manifestava.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, não, não, não, não. Eu sou...

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP. *Fora do microfone.*) – Deixe-a responder.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, ela não está tendo o direito de responder.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ela vai responder. A minha pergunta é objetiva.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Pela ordem, Presidente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu sou o Relator, estou fazendo a pergunta, e ela depois...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente, a palavra está com o Relator.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Pela ordem, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Relator, só um instante.

Pela ordem o Deputado Paulo Pimenta.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Presidente, da mesma forma que o Relator tem direito de perguntar, a depoente tem direito de responder. O que não pode é fazer uma pergunta e, no momento em que a senhora vai começar a responder, começa a gritar em cima dela.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A minha pergunta é objetiva.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Relator, só um instante. Deixe-o terminar.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Estou falando com o Presidente.

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP. *Fora do microfone.*) – "(*Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI, e art.19, inciso I, do Regimento Interno.*)"

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Então, não é...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pera aí, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante, Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ele disse "calma, Betty" com quem?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, o que é isso?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – "Calma, Betty" com quem?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Calma.

Relator, por favor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – "Calma, Betty" com quem?

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) – Qual é o seu problema?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O seu problema o quê?

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) – O senhor deveria se acalmar e se comportar como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por gentileza.

(*Tumulto no recinto.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, obrigado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente, a palavra está comigo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A palavra está com o Deputado.

Deputado Coronel Chrisóstomo, por gentileza.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A palavra continua com o Deputado Paulo Pimenta.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC. *Fora do microfone.*) – Seja homem, rapaz!

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Por favor, Presidente.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC. *Fora do microfone.*) – Eu estou dizendo: seja homem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Paulo Pimenta, é preciso que todos colaborem, dos dois lados, por favor.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Bittar, por gentileza. V. Exa. já fez o comentário, e o Deputado Orlando Silva, também. Por favor, já encerramos isso. Por gentileza.

Com a palavra...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Eu lhe dou a palavra em seguida, Relator. Só um instante.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – V. Exa. é o Presidente da Comissão; cabe a V. Exa. garantir o bom andamento dos trabalhos. E existem determinadas regras de respeito e de civilidade que devem ser observadas nesta Comissão ou em qualquer lugar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Perfeitamente.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Se nós observarmos o Regimento da Casa, nós vamos observar que um depoente deve ser tratado de uma forma cordial e respeitosa, seja ele quem for.

Da mesma maneira que o Relator pode fazer a pergunta, quando ele terminar de fazer a pergunta dele, ela tem direito de responder. Agora, se o depoente vier aqui, for feita uma pergunta para ele e ele não puder responder – ele for interpelado –, isso cria uma situação, no mínimo, do meu ponto de vista, desrespeitosa.

Então, eu gostaria que V. Exa. estabelecesse uma regra de que o Relator pergunta e ela responde. Se ele não ficar satisfeito com a resposta, ele pergunta de novo. Agora, nós não podemos tratar uma servidora pública, um problema... Nenhuma pessoa pode ser tratada dessa maneira aqui, na Comissão.

Então, esse é o apelo que eu faço a V. Exa.: que tenha uma regra para todos nós. Perguntamos, e a pessoa responde; depois que a pessoa responde, a gente pergunta de novo.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Pela ordem, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT. Pela ordem.) – Presidente...

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Não, eu que pedi, pela ordem, primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, ele pediu primeiro que você, Zé Trovão. Só um instante.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Presidente, a gente já viu, em todas as CPIs, que o Relator tem toda a liberdade para perguntar, e não temos dúvida, aqui, de que a servidora não foi desrespeitada. O que a gente está notando é que há uma técnica de interpelação. O nosso Relator é experiente há muitos anos; e o que eu vi aí foi, simplesmente, ele pedindo uma objetividade na resposta.

Agora, o que eu estou vendo é que tanto o Deputado Paulo Pimenta quanto o Deputado Orlando Silva querem pautar o Relator. Eu creio que isso não seja correto. O Relator tem que ter a liberdade para fazer o seu trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O.k., Deputado.

Obrigado, querido.

Pela ordem, Deputado Zé Trovão.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, a gente tenta levar isto aqui com seriedade, mas eu não vou admitir que haja a falta de respeito que houve agora do Deputado Orlando Silva, quando mandou o Relator, com o nome pejorativo: "Calma, Betty"... Isso tem que ser exaltado por esta Comissão. Isso é quebra de decoro, é falta de respeito; isso não pode se proceder dessa maneira.

E, com relação às perguntas, eu quero deixar claro o que o Relator falou no início. Ele não está... Ela não está aqui como uma investigada; ela não está aqui e não será agredida por este

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parlamento. O que nós queremos, claro, são respostas objetivas, até para que o trabalho seja objetivo, senão nós não vamos terminar esta Comissão na quinta-feira; ela vai terminar na sexta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu passo a palavra ao Deputado Orlando Silva, que foi citado pelo Deputado Zé Trovão.

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP. Para explicação pessoal.) – Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer a V. Exa. pela palavra e de dizer o seguinte: não me cabe pautar o Relator, porque o Relator tem competência e prerrogativa definidas pelo Regimento.

V. Exa. tem procurado conduzir com serenidade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) – E eu apelo, Presidente, do mesmo modo – e pode ser o tempo que for necessário, uma hora, duas horas, três horas, cinco horas, já que o tempo é livre –, para que ele faça o questionamento e que a senhora ou qualquer outro convidado possa responder, para que fiquem mais nítidas para todos nós as informações que serão oferecidas.

É apenas isso que eu gostaria de dizer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) – Para facilitar, Sr. Presidente, a nossa sequência da reunião, inclusive, liberando os colegas para que não sigam pela ordem, eu me referi a uma expressão popular "Calma, Betty". Não era para ferir o nosso Relator. Então, neste momento, eu quero retirar...

Presidente, se me permite...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente.

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) – ... quero retirar a expressão...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ótimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) – ... se isso ajuda, e pedir que o senhor retire das notas taquigráficas, se isso ajudar ao prosseguimento da nossa reunião...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) – ... atendendo à recomendação do Senador Izalci.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Um instante só, um instante só.

O Deputado Paulo Pimenta fez aqui uma colocação, senhores, fez aqui uma colocação em que ele está coberto de razão. Esta Presidência tem pleno conhecimento das funções que estão sendo colocadas. Tenho tentado... E darei voz a todos, porque todos aqui têm pé de igualdade como investigadores. Agora, o principal é a nossa boa convivência, a boa convivência, em respeito um ao outro, especialmente quando há uma fala.

O Relator, até o momento, tem se colocado da maneira como ele entende, é um homem experiente nesse assunto e tenho certeza de que vai ouvir o que foi colocado por cada um dos senhores aqui.

Mas eu vou pedir a gentileza, mais uma vez, de que a gente mantenha aqui um bom relacionamento. Quando for necessário, esta Presidência, inclusive, cortará os microfones e retirará a voz de quem não estiver seguindo da forma como nós... É a última coisa que eu gostaria de fazer, mas será necessária, para que a gente possa dar sequência aos trabalhos. E nós vamos dar igualdade a todas as manifestações.

Pela ordem, pediu a Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem.) – Presidente, eu entendi. Eu ia falar, eu não vou ser repetitiva...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Eu só gostaria de pedir para o Deputado Orlando, generosamente, que peça desculpa para o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Já pediu. Já foi pedido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Eu não ouvi. Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Já foi pedido.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Eu vi que ele retirou das notas taquigráficas, para ajudá-lo, mas o.k. Eu acho que faltou um pedido de desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pela ordem, Deputado Mário Heringer.

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG) – Não, Presidente, já está vencida a posição.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Perfeito.

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, devolvo a palavra ao Relator, o Deputado Alfredo Gaspar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – O que mais me revoltou nisso é que eu não conheço essa Bete. (*Risos.*)

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) – É uma música da Blitz. Vou mandar por WhatsApp a música para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, senhores...

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Já chama para depor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor. Senhores, por favor. Vamos dar sequência aqui, por gentileza.

O Relator se sente satisfeito com a retirada do comentário?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aqui o ambiente está o melhor possível. Isso aqui é um ambiente caseiro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ótimo. Ele citou a Blitz ali. Eu não lembro. Eu sou da geração Skank, então não conheço essa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, mas foi bom, foram bons os conselhos que eu recebi, porque eu serei muito mais objetivo.

Sra. Dra. Eliane, da lavra da CGU, sendo bem objetivo, para a senhora... Depois a senhora explica, porque a senhora teve o tempo de fala, agora é o meu tempo de pergunta. Eu gostaria de resposta objetiva. Da lavra da CGU, em 2021, saiu algum ofício direcionado a alguma autoridade para adoção de providências sobre desconto irregular?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA (Para depor.) – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Da lavra da CGU, saiu alguma comunicação de desconto irregular para alguma autoridade no ano de 2022?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ótimo. Da lavra...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não. É porque a gente vai vivendo e aprendendo. É pouca a experiência. Eu estou ouvindo.

No ano de 2023, a CGU comunicou a alguma autoridade da República que tomasse providências sobre descontos irregulares?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – No ano de 2024, a CGU comunicou alguma autoridade da República sobre desconto irregular?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Comunicou... Está vendo, minha gente, é uma coisa simples, o Relator vai se aperfeiçoando de acordo com... (*Risos.*)

O Prof. Paulo Pimenta foi na mosca.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Agora precisa saber professor de quem, viu? (*Risos.*)

Eu fiquei orgulhoso da indicação.

Mas, voltando ao assunto do ano de 2024, em que mês e a quem a CGU comunicou questão de desconto irregular?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Especificamente, a comunicação foi a partir do trabalho de auditoria, que teve planejamento iniciado em março, externo à CGU em março, interno à CGU anteriormente. Foi uma série de comunicações, acredito que a primeira delas tenha sido feita ao Presidente do INSS...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora só... O pessoal diz que eu interrompo, é para eu não perder o raciocínio, porque eu tenho memória curta.

Quando o Presidente do INSS recebeu comunicação dessas irregularidades?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Das irregularidades postas em relatório ou nota de auditoria, que foi o que aconteceu...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Certo.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – ... foi em julho, porque primeiro foi feito todo o planejamento do trabalho, a execução do trabalho, o resultado registrado e levado ao conhecimento do Presidente do INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu lhe agradeço muito.

Julho de que ano?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Julho de 2024.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, seria correto eu afirmar, no relatório que terei que fazer, que a primeira comunicação oficial da CGU a um Presidente do INSS ocorreu sobre descontos irregulares em julho de 2024?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Como resultado de auditoria, sim, comunicação a respeito do trabalho e todos os questionamentos relacionados ao longo do exercício de 2024.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

Então, uma vez comunicado ao Presidente do INSS, a senhora sabe, recorda quem era o Presidente do INSS nessa oportunidade?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Foi o Presidente que foi afastado na operação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora me diz o nome dessa pessoa?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Sr. Alessandro Stefanutto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Essa operação de afastamento do Presidente ocorreu em que ano?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Em 2025.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Em que mês de 2025?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Por ocasião da operação em abril de 2025.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha só, o Presidente do INSS foi comunicado das irregularidades em junho de 2024.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Julho.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Julho de 2024.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pela CGU. Não, mas estamos aqui tratando da CGU.

E ele continuou na Presidência do INSS?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Sim, ele foi afastado por ocasião da operação em 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem determinou o afastamento do Presidente do INSS?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Houve um afastamento judicial por ocasião da operação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Me diga uma coisa. Me diga uma coisa. O Governo Federal tem, como núcleo principal de controle interno de fiscalização, a CGU. A CGU detectou uma irregularidade desse tamanho. O Ministro da Previdência foi comunicado do que estava acontecendo?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu não posso afirmar que o Ministro tenha sido comunicado, mas houve a expedição de uma comunicação de forma concomitante.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A quem?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Ao Ministério da Previdência...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – ... por ocasião da... Desculpa. Por ocasião da finalização do trabalho, primeiro comunicamos ao INSS, posteriormente ao Ministério da Previdência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu posso perguntar à senhora se essa comunicação incluía esses relatórios que estão comigo aqui?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Foram feitas, neste primeiro momento, duas comunicações. Primeiro, do encaminhamento da nota de auditoria, que é um documento que ainda não é um relatório finalizado, ele é um relatório ainda num formato prévio ao relatório final, e foi comunicado também em relação ao relatório preliminar que foi enviado, no final do mês de julho, ao INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E foi enviado isso também ao Ministério da Previdência?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Foi encaminhado ao Ministério da Previdência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Direcionado a quem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – À Assessoria Especial de Controle Interno.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Doutora, eu quero dizer para a senhora, reafirmar o meu respeito à CGU e ao grande trabalho, à competência da CGU. A forma como eu pergunto ou falo não é desrespeitando a senhora em momento algum. A senhora é uma técnica respeitada, decente e que orgulha o Brasil. Queria eu que o Brasil tivesse tanto funcionário assim como a senhora. É só questão mesmo didática, não tirei o cacoete ainda de Promotor, eu gosto de perguntar assim, não quero atrapalhar as suas respostas. Mas me diga uma coisa: depois que vocês comunicaram isso aí, em algum momento a senhora pessoalmente esteve com esse Presidente do INSS?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Voltando rapidamente no rito da auditoria, quando nós encaminhamos um relatório preliminar, porque nós encaminhamos a nota de auditoria, posteriormente o relatório preliminar no final de julho, foi feita uma reunião, que é praxe na auditoria, que se chama reunião de busca conjunta de soluções, que é quando nós discutimos o teor do relatório e as recomendações que estão propostas para endereçar os problemas que estão nele registrados.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas esta reunião... Eu desconhecia isso. Essa reunião é com quem? Foi com quem?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Neste caso, especificamente, foi feita com o Presidente do INSS, em função da relevância e da criticidade.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu pergunto: nessa oportunidade, além dos funcionários da CGU, encarregados aí de todas essas análises, quem estava presente nesta reunião por parte do Ministério da Previdência e do INSS?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu não consigo lembrar todas as pessoas, isso está registrado em ata, eu vou ter que pegar a ata para ver.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, eu vou perguntar à senhora dois nomes. André Fidelis estava?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu não recordo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Stefanutto estava?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quando vocês fizeram essa reunião, essa reunião não era uma busca de solução conjunta?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Como foi a postura do Presidente do INSS com as sugestões propostas pelos senhores?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Nós, na oportunidade, discutimos o relatório e em alguma medida houve questionamento a respeito da forma como foram feitas as entrevistas e da necessidade, então, de se apropriar dessas informações. Mas naquele momento foi sinalizado que algumas providências seriam adotadas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora poderia relatar quais as providências que o Presidente do INSS, no ano de 2024, a estar presente nesta reunião, se comprometeu a adotar?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Ele disse que faria uma análise das informações que nós tínhamos apresentado e avaliaria a viabilidade de fazer o que estávamos propondo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu posso perguntar à senhora, de forma prática, quantos ACTs o Presidente do INSS, ao tomar conhecimento das irregularidades, suspendeu naquele momento?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Não foram suspensos os ACTs naquele momento.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quer dizer que os descontos associativos... após vocês levarem todos esses dados técnicos ao Presidente do INSS, continuaram esses descontos associativos? Até quando?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Os descontos foram realizados até o mês de abril. Por ocasião...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Abril de que ano?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Abril de 2025, e foram suspensos após a Operação Sem Desconto, e o valor respectivo de abril, que já estava em folha, ele foi posteriormente restituído aos beneficiários.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu pergunto à senhora: durante todo esse longo período de detecção de irregularidades, desse roubo ao povo brasileiro, diante da inércia do Presidente do INSS, a CGU se preocupou em ir atrás do Ministro da Previdência para relatar o que estava acontecendo ou foi só a remessa do relatório?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Foi feita a remessa do relatório à Assessoria Especial de Controle Interno.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E vocês não mantiveram nenhum contato?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu não mantive nenhum contato.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem era, quem era o chefe da AGU... da CGU, desculpa, da CGU, naquele momento?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Nosso Ministro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Como é o nome dele?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Vinicius Carvalho.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Hein?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Vinicius Carvalho.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O Ministro Vinicius, a senhora tem conhecimento se ele foi informado de tudo que estava acontecendo em relação a isso no ano 2024?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu não tenho conhecimento se ele foi informado em relação a isso, mas, sim, sabia do trabalho que estávamos realizando.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora tem conhecimento se o ministro fez essa comunicação ao Presidente da República?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Não tenho conhecimento.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora tem conhecimento se o Ministro fez essa comunicação ao Dr. Carlos Lupi, Ministro da Previdência?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Não tenho conhecimento.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual é o papel da AGU diante da... Eu não sei por que AGU. É porque as doutoras estão aqui e eu... Qual o papel da CGU em relação a esse controle da integridade do dinheiro público? Veja, vocês fizeram um trabalho espetacular. Vocês materializaram o que estava sendo roubado do povo brasileiro, mas não cabia – não cabia – uma comunicação formal a quem de direito para tomar essas providências, não?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu não consigo fazer essa avaliação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quando, quando... A senhora disse uma coisa muito importante, a senhora disse que fez todo o planejamento, depois a investigação, em 2024 houve as comunicações. Quando a Polícia Federal foi comunicada pela CGU sobre esses descontos irregulares?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – A comunicação que foi feita à Polícia Federal foi ainda no âmbito das auditorias, quando se identificou o percentual de beneficiários que indicavam que não reconheciam os descontos, isso em abril de 2024.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então a Polícia Federal tomou conhecimento desse caso em abril de 2024. Pela CGU, né?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Sim. Começamos as interlocuções das equipes técnicas em abril de 2024.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – De 2024.

A senhora poderia dizer um histórico – ninguém melhor do que a senhora –, a senhora poderia dizer um histórico de 2015 a 2025, ano a ano, quantos foram os descontos associativos ano a ano? Aí pergunto à senhora, começando de 2015: quantos foram os descontos associativos em 2015?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Desculpa, valor ou...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Valor, valor. Estamos falando de ordem de grandeza.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Valores de descontos de todas as entidades, é isso?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Todas, todas.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Dois mil e quinze...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Espera aí, 2015...

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Vou trazer números arredondados ou...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, não. A senhora diz aproximado.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Trezentos e oitenta e sete milhões.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Trezentos e oitenta e sete em que ano?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Dois mil e quinze.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Dois mil e quinze.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Dois mil e dezesseis...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora... Só complementando, a senhora poderia dizer quantos acordos de cooperação técnica foram implementados em 2015? Tem essa informação aí?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu consigo, mas, se pudesse ser num momento subsequente...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está bom.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – ... porque eu vou ter que procurar em outro documento.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então "bora" falar só de números.

Em 2016?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Quatrocentos e seis milhões.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quatrocentos e seis milhões.

Dois mil e dezessete?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Quatrocentos e cinquenta e três milhões.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quatrocentos e cinquenta e três milhões.

Dois mil e dezoito?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Seiscentos e vinte e cinco.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Dois mil e dezoito, 600 e...

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Vinte e cinco.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Seiscentos e vinte e cinco.

Dois mil e dezenove?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Quinhentos e setenta e quatro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quinhentos e setenta e quatro.

Dois mil e vinte.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Quatrocentos e oitenta e dois.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Dois mil e vinte, 482.

Tem alguma explicação lógica para ter havido esse decréscimo depois de uma curva ascendente, que ainda é uma fortuna: 482 milhões? Mas a CGU consegue dar uma explicação lógica por que a curva baixou em 2020?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Nós tivemos em 2019 a recomendação do Ministério Público e aí, na sequência, a rescisão de cinco acordos de cooperação técnica. Eram quatro na recomendação do Ministério Público, posteriormente eles fizeram a rescisão, desculpa, de mais um.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Mais um. Quatro mais um: cinco.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aqui, a oposição e a situação, cada um tem uma narrativa diferente.

Eu quero ouvir da senhora como técnica. A MP 871 – a análise técnica da senhora – teve algum impacto nisso aí?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Relator, só um instantinho.

Dra. Eliane, se em algum momento a senhora desejar parar para... a senhora pode solicitar um intervalo, o.k.?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – O.k. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PODEMOS - MG) – Eu vou, como dito ao Plenário, eu vou me ausentar, vou pedir ao Duarte Jr. que assuma a Presidência.

Peço à Secretaria que mantenha nas notas taquigráficas a minha ausência para comparecimento ao enterro do Sr. Valmir Morais de Sá, ex-Prefeito da cidade de Patis, ex-Presidente do Consórcio Intermunicipal dos municípios mineiros da Área da Sudene.

Deputado Duarte Jr., por gentileza.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora, em algum momento, analisou a MP 871?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Especificamente a MP não... Analisamos em função de outras questões que ela trazia, que diziam respeito a fraudes, a combate a fraudes, pagamento de bônus, sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Com essa MP, não foi chamada a atenção da AGU para começar uma investigação, não? Da CGU?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Especificamente em relação aos descontos associativos?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Não...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Certo.

A senhora falou que, em 2020, foram 482 milhões. Em 2021, qual a ordem de grandeza?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Quinhentos e quarenta e quatro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quinhentos e quarenta e quatro.

Dois mil e vinte e dois?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Setecentos e oitenta e quatro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Dois mil e vinte e três?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Um vírgula cinquenta e quatro bi.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Um vírgula cinquenta e quatro bi.

Dois mil e vinte e quatro?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Três vírgula quatro bi.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Espera aí, em 2024, quanto?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Três vírgula quatro bi.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Três vírgula quatro bi.

Olha, eu já acho um absurdo descontar 500 milhões, sendo 97,6 de fraude, segundo vocês. Então aqui eu já acho um absurdo. Mas o que é que fez a curva sair de abaixo de 1 bilhão para ir bater em quase 4 bilhões em um ano? A senhora tem um diagnóstico? Porque, olha, eu fico impressionado, eu fico impressionado com como, diante de uma coisa dessas tão visível, todo mundo ficou numa cegueira coletiva. Eu queria saber se a senhora hoje tem um diagnóstico para que isso não se repita, isso de sair de abaixo de bilhão para quase 4 bilhões num espaço de um ano.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – O que nós trouxemos nos relatórios foi exatamente esse crescimento na quantidade de ACTs firmados ao longo do tempo e no crescimento da quantidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de aposentados, então, que tiveram esses descontos implementados por essas entidades, por todas elas e também pelas novas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora poderia agora voltar na linha do tempo um pouco? Tem uma curiosidade que eu não consegui superar ainda: quem fiscalizava os ACTs?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Existe uma área específica no INSS que é responsável pelos acordos de cooperação técnica, mas...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor, a senhora diz que área é essa?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Só para complementar, é porque o INSS tem outros tipos de acordos de cooperação técnica.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ah, tá.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Então não é essa área que acompanha esses acordos especificamente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Certo.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Os acordos de cooperação técnica para os descontos associativos, é uma coordenação dentro da Diretoria de Benefícios.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora poderia dizer o nome do responsável ou dos responsáveis por essa coordenação?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu não sei exatamente qual é a coordenação, porque existe uma coordenação que é responsável pelos pagamentos, e eu penso que tem uma que se chama "coordenação de acompanhamento de acordos". Eu precisaria saber exatamente qual que cuida dessas fiscalizações. Eu tenho a impressão de que é a coordenação de pagamento, mas eu não tenho certeza.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Doutora, a senhora, pessoalmente, poderia me explicar, porque eu ainda não consegui também captar isso aí: hoje está suspenso, mas, antes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

da suspensão, quantos ACTs estavam em vigência, ou seja, quantas associações estavam aptas a receber esse desconto?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – No início de abril de 2025, tinha 41 entidades, uma delas teve o ACT suspenso ainda na metade de abril, antes da operação. Quando foi feita a operação, tinha 40 entidades com ACT vigente. E com... Desculpa. E com o desconto implementado, porque tem essa diferença: às vezes tinha um ACT vigente, mas ainda não tinha descontos implementados, então era isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Só uma média: em tese – porque vocês disseram que não tinha, mas em tese –, qual era o serviço mais ofertado para justificar esses descontos? O que é que as associações mais alegavam? "Olha, estou te oferecendo auxílio-funerário, seguro-saúde", seja lá o que for. Vocês conseguem fazer esse recorte?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu não consigo precisar, porque nós não tivemos acesso a essa informação nesse formato. O que se comentava era que os aposentados, a partir desses acordos de cooperação técnica e a partir desse desconto, da contribuição, eles teriam acesso a serviços...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Era isso que eu queria saber.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – ... e nós, no trabalho que fizemos, não tivemos acesso a essa informação e a que tipo de serviço era oferecido, porque nós pedimos às entidades a documentação que poderia dar suporte a esse tipo de serviço – contrato de prestação de serviço e coisas do gênero –, e... Não posso dizer que nenhuma disponibilizou, mas, em sua grande maioria, esses documentos não foram disponibilizados.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Voltando um pouco, eu fiquei impressionado: quando vocês estavam fazendo essa inspeção, teve alguma entidade que se negou a fornecer documento, dizendo que vocês não tinham atribuição para fiscalização?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Teve.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quantas entidades afirmaram que vocês não tinham atribuição para fiscalização e quais foram elas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu não recordo. Eu tenho o documento, eu posso separar e, depois que a gente fizer uma pausa, eu posso trazer, mas...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu lhe agradeço muito, porque essas vão ser a prioridade absoluta para que nós possamos colocar uma lupa.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Nós fizemos tratativas com o INSS, inclusive, para ter acesso às informações, e não tivemos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí uma pergunta que também me traz muita curiosidade para colocar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Hein?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone.*) – O INSS também não permitiu o...?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Desculpa?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone.*) – Só para entender: o INSS também não permitiu?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Nós, quando fomos às entidades, pedimos acesso a documentos, sejam documentos da própria entidade ou os documentos que autorizariam os descontos. Algumas entidades não disponibilizaram nem uma coisa nem outra, disseram que nós não tínhamos competência. A nossa providência foi oficiar o INSS, que era quem elas reconheciam que tinha competência para fazer isso, pedindo que eles intercedessem, então, para que nós tivéssemos acesso às documentações.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Oi?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, e houve a intercessão do INSS para a CGU recepcionar esses documentos faltosos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Nós não tivemos acesso aos documentos.

Eu não posso dizer que não houve, porque em algumas situações tardiamente nós identificamos que existiam alguns pedidos, mas eles foram extemporâneos, e não chegaram as respostas até nós.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

Uma curiosidade também. Existiu um caso no país de a associação só ter sede, por exemplo, em um estado da Federação, e a maioria dos associados ser de outro estado da Federação que não tinha serviço disponibilizado?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Foram muitos casos?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Algumas... Eu também tenho essa informação aqui no meio desses papéis e posso pegar também.

Mas algumas em que a gente... Nós tínhamos a sede em um município, e a maior parte dos beneficiários em outros municípios, em outros estados.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora saberia informar se houve comunicação da CGU ao INSS solicitando providências ou sugestões, e o INSS não respondeu e se manteve omisso? Aí eu queria saber quantas comunicações foram feitas, quantos ofícios ficaram sem resposta, e o que é que vocês buscavam naqueles ofícios.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Nós fizemos inúmeras comunicações com o INSS, fizemos reuniões, tínhamos postas no relatório várias recomendações, e em todos os momentos buscamos que essas recomendações fossem endereçadas com o seguinte objetivo: tínhamos um trabalho com a polícia cuidando da investigação, que se identificou que seria o caso de se ter uma investigação, mas perseguimos na via administrativa cuidando de buscar algum bloqueio, algum freio, alguma medida no âmbito administrativo que pudessem naquele momento, no mínimo, estancar esses descontos que estavam acontecendo, sem perder de vista as outras medidas que estavam sendo adotadas em conjunto com a polícia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então vou ser mais objetivo: o INSS se manteve, em algumas situações necessárias, silente ou omisso diante do que a CGU tinha pedido?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora poderia dizer quem era o Presidente do INSS no momento dessas comunicações?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Foi o Presidente que foi afastado por ocasião da operação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Nome.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Alessandro Stefanutto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, a senhora me falou que a ABSP foi suspensa em novembro de 2019, o que acarretou a rescisão do ACT em 10 de fevereiro de 2020, certo? Aí a senhora me falou que a ABSP foi ressuscitada em 2021. Eu só queria confirmar se foi isso que a senhora disse.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu preciso confirmar...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, porque isso é muito importante para mim, porque, quando o pessoal diz "ressuscita, morre, não sei o quê", é importante a gente ter as datas precisas.

Então, ABSP, ela foi... Eu tinha pedido à minha assessoria... Ela foi... Teve a rescisão em 10 de fevereiro de 2020, após aquela provocação do Ministério Público Federal. Depois, a senhora disse que ela ressuscitou já com o nome de Aapen. Eu preciso que a senhora me diga exatamente quando foi esse milagre.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu não consigo dizer isso neste momento, mas...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas, naquele momento, a senhora falou exatamente a data, a senhora citou o ano de 2021. E aqui a minha assessoria pegou na publicação que ela ressuscitou em 17 de julho de 2023, arrecadando mais de 230 milhões. Aí, como a assessoria me disse e isso vai estar no relatório, eu precisava que a senhora pedisse à sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

assessoria e a senhora respondesse aqui enquanto a gente está aqui: se a senhora se confundiu no ano de 2021 ou se eu é que estou equivocado.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu penso que eu falei de uma entidade, eu não recordo ter falado da Aapen. Posso ter falado, mas não recordo. Eu recordo ter falado da outra entidade, que essa era 2021. Tinha um papel aqui que eles me passaram... Eu não recordo ter falado da Aapen.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora esclarece isso mais à frente, depois do intervalo aí, tá?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Está ótimo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (UNIÃO - AL) – Eu acho que aí... (*Pausa.*)

A senhora pode dizer em relação a uma pergunta que todo mundo faz... O que é que precisa para, hoje, um associado de uma entidade cancelar um empréstimo consignado fraudulento? A senhora poderia dizer?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Especificamente em relação a empréstimo consignado, eu não conheço qual é a lógica da questão da fraude, do procedimento que ele deve fazer. Eu não conheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora poderia dizer – está aqui no seu relatório, mas não tem esclarecido – o que é que foi detectado pela CGU no Maranhão por meio da Informação 683/2024?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Essa informação foi produzida no âmbito do inquérito e tinha por objetivo consolidar o resultado do trabalho-piloto que nós fizemos em um determinado município e trazer também o resultado das visitas que nós fizemos às entidades no primeiro momento – eram 29 entidades que tinham ACT vigente em março de 2024, quando nós iniciamos a definição das visitas que faríamos. Então, dessas 29 nós visitamos no primeiro momento 8. Essas 8 foram visitadas e constam dessa informação juntamente com alguns levantamentos e o resultado do piloto que foi feito. E foi encaminhado à polícia no início da investigação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Num dos relatórios, tem uma coisa que me chamou a atenção e parece bem didática. Há um mecanismo – eu não sei se a partir de 2020, 2022 – que, para ter o desconto, deveria ter a autorização do suposto beneficiário.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – A autorização para o desconto sempre foi necessária.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, a autorização para o desconto, não, o desbloqueio.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Esse desbloqueio entrou no mundo jurídico a partir de quando?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, o bloqueio com desbloqueio, né?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – O bloqueio, eu acho que foi a partir de 2020 que os benefícios nasciam bloqueados. Eu tenho que consultar. Eu não sei exatamente qual é a data, mas...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por que eu estou perguntando isso? Numa linha histórica, de 2015 a 2025, houve algo que me chamou muita atenção, que foi a adesão em bloco. E vocês fizeram um relatório dizendo: pela quantidade de adesões em bloco, ano a ano, dependendo do ano, precisaria haver tantas horas de trabalho, tantos funcionários, coisa para que o INSS jamais teria capacidade operacional.

Em 2015 e ao longo dos anos, vieram duas linhas paralelas. Uma linha pedindo o descredenciamento do desconto do beneficiário, vamos supor, com 5 mil pedidos, e outra linha paralela pedindo a inserção do desconto. De repente, essas linhas se separam de uma forma absurda.

Qual era a média no ano de 2019, 2020, 2021, 2022 até 2025? A qual era a média de pedidos de credenciamento que o próprio beneficiário lá da previdência pedia para descontar. E qual é era a média nessa linha, qual era a média de reclamações dizendo que estava tendo desconto indevido?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí eu queria fazer uma linha de tempo a partir de 2019. A senhora entendeu?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu acho... Vou ver se eu entendi. Nós queremos falar dos descontos implementados, comparando com as...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não...

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – ... reclamações dos beneficiários de que querem que excluam os descontos. É isso?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Exatamente.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Isso tem um gráfico no relatório, só preciso achar. Você me ajuda, Patrícia? (*Pausa.*)

Eu não sei se está no primeiro, no segundo ou no terceiro. Eu acho que está no primeiro ou no segundo. Eu acho que é no segundo. (*Pausa.*)

Aqui tem um... Este aqui. Ele está no segundo... No primeiro relatório. É isto: ele está no primeiro relatório, na p. 15.

Nós temos uma linha... É isso.

Não, na verdade este aqui, não. Neste aqui são só as reclamações.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas são reclamações mesmo.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Mas este aqui não tem os pedidos, ele tem só... Ah, entendi.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. Era esse ali. Eu não consegui ler, está muito pequeno – sério.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu explico, então.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Com óculos, com lupa eu não vi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa linha aqui de que eu falei – evolução do quantitativo de solicitação de exclusão de descontos –, uma é evolução, e a outra são descontos autorizados pelo titular do benefício, ou seja...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, não. Esse realmente descontado.

Qual é a primeira data marcada aqui?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Não, dá para ver.

É abril de 2022.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, "bora" falar de abril de 2022. De quantos descontos foi pedida exclusão em abril de 2022?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu posso só fazer uma observação antes?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Claro.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Na verdade, aqui tudo é pedido de desconto. O que está em azul são aqueles que o beneficiário pede para cancelar o desconto, mas ele considera como legítimo, ele simplesmente não quer mais o desconto; e o que está em vermelho é o que ele pede para descontar, mas ele não reconhece que tenha autorizado em algum momento.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora pode me dizer quanto era em abril de 2022?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Os números estão um pouco superpostos, mas eu vou tentar dizer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mais ou menos.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Em torno de 900 e alguma coisa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Novecentos e alguma coisa o quê?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Não... Os dois números estão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sobrepostos. Mas diga, por favor...

Vamos tratar como 904 as duas coisas.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – O.k.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Era o quê?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Descontos... Pedidos de cancelamento de descontos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pedidos de cancelamento de descontos.

Agora vamos para abril de 2023.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quantos pedidos de cancelamentos de descontos?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Autorizados pelo titular, 2.467; não autorizados, 19.562.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, a gente saiu, de um ano para outro, de 900 para 19 mil, foi?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Aqui, somando os dois, 22 mil.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O que é que aconteceu em abril de 2024?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Temos 192.519 pedidos não reconhecidos e 6.568 pedidos de cancelamento, mas com desconto reconhecido.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha só: a gente saiu de 904, em abril de 2022, para 192 mil pedidos de cancelamento...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Em 2025.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Em 2025.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – E em 2024?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, um mês. A gente está falando de mês aqui, está falando de mês.

Essa data é abril de...

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – De 2024.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – De 2024.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mil.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Só em abril.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Em abril.

Eu pergunto à senhora: o que é que o brasileiro que tinha o desconto associativo... Quando ele pedia esse cancelamento, qual era o prazo, como era feito, qual era esse caminho, esse percurso, para eu saber quanto tempo isso levava?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Depende.

O pedido poderia ser feito por alguns meios. Ele poderia ser feito diretamente no Meu INSS, que é a forma de acesso do cidadão; ele poderia ser feito na central 135. E não tenho certeza se era aceito fazer esse pedido nas agências ou se, obrigatoriamente, era nos dois canais digitais.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora disse aqui no relatório que pelo menos 70% dos brasileiros não tinham acesso à tecnologia para acessar esse Meu INSS.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Sim.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tem, não.

Como é... como é, uma vez... vamos encurtar essa história. Qual a média de prazo, por tudo que a senhora apurou, que leva entre a descoberta do desconto e o cancelamento?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Não conheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não conhece?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora poderia me dizer, com base nisso, quem fiscalizava, quem efetivamente fiscalizava as autorizações que as entidades enviavam já para descontar na Dataprev?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Não havia nenhum tipo de acompanhamento.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quer dizer que, se eu fundasse uma entidade, se eu preenchesse aqueles requisitos básicos e eu apresentasse uma lista de desconto, eu comprasse dados aí, como disseram aqui, na Santa Ifigênia, e apresentasse uma lista, essa lista iria ser entregue à Dataprev para o desconto, se tivesse o ACT, e ninguém fiscalizava isso?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Em relação especificamente aos nomes que estão na lista...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Isso.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – ... à documentação, suporte, não. Existiam algumas validações feitas, sistêmicas, no âmbito da Dataprev, trilhas de auditoria de sistema.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Isso é muito importante; olha, eu não sabia disso. Vamos... vamos pedir à Dataprev para mostrar essas auditorias...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Sem passar pelo INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sem passar pelo INSS, não é?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – São trilhas que foram definidas, eu acredito que tenha sido em acordo entre o INSS e a Dataprev, mas em alguma nota de rodapé dos relatórios – eu não recordo qual deles –, nós, inclusive, dizemos quais são as trilhas de auditoria, tipo beneficiário com óbito, beneficiário que já tem um desconto, só pode ter um, se tiver o pedido para o segundo, não tem. Eu não recordo, mas é algo um pouco mais do que dez trilhas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Uma coisa que me chamou atenção foi essa questão de assinatura por meio eletrônico. Queria saber da senhora se o brasileiro pode ficar seguro, vamos supor que tem essa questão de meio eletrônico de assinatura, que isso é garantia de não ter fraude ou vício nessas assinaturas?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Vou precisar voltar um passo atrás.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Foi definido inicialmente um sistema para ser utilizado, que não foi utilizado e aí passaram, então, a usar esse tipo de assinatura. Não, não há como conferir.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O balanço... Olha só, a senhora mostrou aí – afirmou – um crescimento gigantesco de associados. A senhora poderia me dizer se o balanço patrimonial dessas entidades que adquiriram novos associados acompanhou esse aumento de arrecadação.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Não sei dizer, não recordo se pedimos. O INSS tinha como um dos documentos a ser solicitados. Não identificamos se solicitaram ou se analisaram.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora...

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Eu gostaria de pedir ao nobre Relator e aos demais membros: a advogada da Dra. Eliane pediu um intervalo de 15 minutos para que ela possa organizar as informações, porque ela está percebendo que alguns questionamentos estão sendo realizados, mas precisa de tempo para poder organizar e dar a resposta devida.

Então, a gente suspende a reunião por 15 minutos para que ela organize e traga as respostas.

Obrigado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Não, apenas 15 minutos de intervalo para que ela organize os documentos para responder aos questionamentos, porque tem algumas informações que ela não está conseguindo responder, e o interessante para a gente é ter acesso a essas respostas. Então, só um intervalo de 15 minutos.

(Suspensa às 11 horas e 56 minutos, a reunião é reaberta às 12 horas e 17 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Dado o intervalo de 18 minutos, a Sra. Eliane Viegas Mota, Diretora e Auditora da Previdência e Benefícios da CGU, retorna, e retomamos os trabalhos.

Passo a palavra ao nosso eminente Relator para que dê continuidade aos seus questionamentos.

Antes, Relator, eu devolvo a palavra à Eliane para que ela possa começar respondendo os questionamentos que não foram respondidos com os documentos e elementos que ela acha necessários.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA (Para expor.) – Então, só registrando aqui...

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Silêncio aí, gente!

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – ... então, as entidades que se negaram a entregar documentos: ABSP e Aapen.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Eu queria pedir aos Parlamentares, Senadores e assessores que a gente fizesse silêncio para ouvir a testemunha. Neste momento, ela está trazendo informações extremamente importantes de quais foram as associações, as entidades que, oficiadas pela CGU, não responderam às informações, não trouxeram nenhum tipo de resposta aos questionamentos.

Então, peço a atenção de todos.

Por gentileza, Sra. Eliane.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Excelência, eu peço que ela repita, por favor, as associações.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – É exatamente o que ela vai fazer, Deputado.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Presidente, só coloque, por favor, o microfone mais posicionado, porque aqui a gente está ouvindo mal.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Obrigado, Deputada Adriana.

Sra. Eliane, por gentileza.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Então, as entidades que se negaram a entregar documento: ABSP e Aapen.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – A senhora me permita aí só: em relação à ABSP, essa entidade teve o ACT suspenso, anteriormente?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA (Para depor.) – Sim, ela teve o ACT suspenso, em 2020, e retornou como Aapen, em 2023, que foi uma das informações que eu fiquei também de repassar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, era a informação que eu perguntei à senhora. Essa entidade foi detectada irregularidade pelo Ministério Público Federal em 2019, teve o ACT suspenso em 2020 e foi ressuscitada em que ano?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Ela retornou, assinou o ACT, em 2023, como Aapen.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E essa entidade específica, que já tinha sido detectada, desde que voltou com o ACT, em 2023 até a data da suspensão cautelar de todas, arrecadou quanto?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Vou ter que procurar aqui também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Para que a gente possa alcançar o nosso objetivo, que são as respostas, eu não vejo nenhum tipo de problema que a assessoria da CGU possa colaborar para que a gente possa ter acesso à solução das questões.

Se alguém quiser, aqui, auxiliar a Sra. Eliane, para que a gente não tenha que dar um novo intervalo, sinta-se à vontade. (*Pausa.*)

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu posso, enquanto eles procuram o valor, seguir com as respostas que eu estava devendo e trazer depois?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor, por favor.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Então, as entidades que se negaram a entregar documentos, como eu já falei: a ABSP/Aapen, a outra é a ABCB (Amar Brasil Clubes de Benefícios), a Abenprev e a Unibap.

Como já disse antes, a ABSP saiu em 2020 e retornou em 2023, como Aapen. Os colegas aqui estão vendo o valor especificamente.

A Anapps saiu em 2019 e retornou como Abrapps, em 2021.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Dessa eu não tinha ouvido falar.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – E, especificamente, nós tínhamos comentado antes em relação à instituição do bloqueio automático do benefício, quando concedido, que foi o Decreto 14.140, do dia 30 de junho de 2020. E depois o serviço, especificamente, de desbloqueio foi criado por meio da Portaria Dirben 1.600, do dia 26 de setembro de 2022.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora...

Vamos voltar a essa questão do bloqueio, que eu acho muito importante. Eu tinha pedido à senhora para fazer uma linha de tempo. Mesmo antes do bloqueio, nós tivemos adesão em blocos, e o relatório apontou que era completamente impossível de o INSS operacionalizar qualquer fiscalização por exercício.

A partir de 2015, quantas entidades tiveram, no exercício de 2015, mais de 50 mil adesões em bloco?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu vou pegar o relatório para poder responder para o senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor.

Porque, pelo que eu vi, a adesão em bloco é um indício de fraude muito grande, porque não tem qualquer tipo de critério a adesão coletiva.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu vou falar do anexo que está no relatório de visitas a entidades.

Ele traz aqui, discriminada, a quantidade de inclusões superiores a 50 mil, por competência, as entidades...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É isso mesmo.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – De dezembro de 2016 a agosto de 2024...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, não.

Ah, sim, tá.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – E essas informações dizem respeito a inclusões, e se pensa, como uma das causas, que isso pode ser inclusões que são feitas de uma forma massiva de informações.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí vamos começar no ano de 2016, então, porque a senhora disse que o corte é a partir de 2016.

Teve adesão em bloco em 2016?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – A gente... Nós trouxemos no relatório, neste quadro, só aquelas que tiveram a partir de 50 mil.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É só as de 50 mil que eu estou pedindo.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – O.k.

Em 2016, especificamente, qual informação que o senhor quer?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu quero saber quantas entidades, em 2016, conseguiram adesão em bloco de mais de 50 mil.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Nós trouxemos a informação, especificamente, da única que nós identificamos, que foi da Contag.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, a Contag, em 2016, teve uma adesão em bloco, durante o exercício, de mais de 50 mil associados, o que vocês identificaram, isso aí, como um pressuposto de fraude muito forte.

Em 2017, quantas entidades conseguiram adesões de mais de 50 mil associados?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Nós temos três registros em dezembro de 2017.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pode dizer o nome dessas entidades?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Centrape, Contag, Anapps.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Em 2018?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – São várias. Eu vou listar, então, uma por uma: janeiro de 2018, Anapps; fevereiro de 2018, Anapps; março de 2018, Anapps; abril de 2018, Anapps; junho de 2018, Anapps; setembro de 2018, Centrape; novembro de 2018, Asbapi; dezembro de 2018, Centrape; dezembro de 2018, Abamsp...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não... Aí, ainda é dezembro de 2018?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Diga aí, por favor.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Dezembro de 2018, Contag; dezembro de 2018, Asbapi; dezembro de 2018, Anapps.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora poderia contar aí quantas entidades, em 2018, obtiveram adesões em bloco de mais de 50 mil? Porque, em 2016, foi uma; em 2017, foram três. Em 2018, quantas?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Doze.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Doze entidades.

Agora, vamos para 2019. Quantas entidades tiveram adesão em bloco em 2019?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Tem um registro em dezembro de 2019. Contag.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Em 2019...

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Contag.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... só teve uma, que foi a Contag, com mais de 50 mil adesões.

Em 2020?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Abril de 2020, Conafer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quantas teve durante o ano de 2020?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Apenas essa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Em 2021?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Julho de 2021, Contag.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Contag.

Em 2022?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Novembro de 2022, Conafer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Em 2023?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Abril de 2023, APDAP Prev; julho de 2023, CBPA; julho de 2023, Conafer; julho de 2023, Sindnapi; julho de 2023, AAPPS Universo; julho de 2023, Ambec; agosto de 2023, CBPA; setembro de 2023, Ambec; setembro de 2023, CBPA; outubro de 2023, ABSP; outubro de 2023, Ambec; novembro de 2023, ABSP; novembro de 2023, Ambec; dezembro de 2023, Ambec; dezembro de 2023, ABSP.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, eu me perdi, eu confesso à senhora. Quantas entidades, em 2023, tiveram adesão em bloco de mais de 50 mil associados?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Quinze.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quinze.

Em 2024?

O SR. ELIANE VIEGAS MOTA – Janeiro de 2024, MasterPrev; janeiro de 2024, ABSP; janeiro de 2024, CBPA; janeiro de 2024, Ambec; fevereiro de 2024, Cebap; março de 2024, Caap; março de 2024, MasterPrev; março de 2024, AAPB; março de 2024, ABCB; março de 2024, Unsbras; março de 2024, Cebap; março de 2024, Abapen; abril de 2024, Abapen; abril de 2024, Cebap; abril de 2024, Abrasprev; abril de 2024, AAPB; abril de 2024, Unaspub; junho de 2024, Ambec; junho de 2024, AAPPS Universo; junho de 2024, Sindnapi; junho de 2024, MasterPrev; julho de 2024, Anddap; julho de 2024, Aasap; e agosto de 2024, Cenap/Asa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu me perdi. Quantas entidades, em 2024, tiveram bloco de adesão de mais de 50 mil associados? Eu me perdi aqui.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Vinte e quatro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vinte e quatro.

A senhora pode me dizer em 25, quantas entidades aderiram em bloco de mais de 50 mil associados?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Nós não fizemos essa apuração.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. Mas a senhora sabe dizer, pelo menos, mesmo sem ter feito a apuração, se houve essas adesões em bloco em 2025?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Não sei dizer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Uma pergunta que também me traz muita curiosidade... Um associado... Houve caso de um associado ter múltiplos descontos associativos? Um beneficiado do INSS ter múltiplos descontos associativos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Assim, a senhora podia me explicar como é que isso era possível? Quer dizer que um beneficiário poderia receber mais de um desconto associativo? Isso foi verificado na prática?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Nós identificamos, em entrevista, que existiam beneficiários que tinham mais de um benefício; e aí, quando tinham mais de um benefício, por vezes, ambos os benefícios tinham desconto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora poderia dizer com isso se é possível que existia um banco de dados na mão dessas associações, que muitas vezes um associado recebia esse desconto indevido em um benefício por mais de uma associação?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Em um mesmo benefício da implementação efetiva, não; mas de um encaminhamento da informação para implementação, sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual foi o impacto financeiro que a CGU apurou sobre o total desviado dos aposentados, ao longo de todo o período, a partir do ano de 2016?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Esses são os números que eu tinha falado antes. Eu consegui aqui perder a minha planilha, mas eu vou achar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Se a senhora já falou, eu pulo a pergunta.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Foram os valores que nós falamos anteriormente que tinham sido descontados, mas nós não fizemos uma apuração exatamente porque nós não conseguimos aferir o que é irregular.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Quando tivemos que quantificar, usamos os percentuais que obtivemos nas respostas às entrevistas e não... Como fizemos entrevistas à época com beneficiários, em torno de trinta e poucas entidades, 31 ou 32, nós conseguimos fazer a estimativa para esses a partir dos percentuais da entrevista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A CGU mapeou quantos aposentados, desde 2016, foram atingidos por esses descontos irregulares? Tem uma estimativa?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Da mesma forma que fazemos a apuração em relação aos valores, fazemos em relação aos aposentados...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Certo.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – ... como uma proporção a partir do resultado da entrevista.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas me diz – me diz –, aproximado, qual é o tamanho do problema.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Nós identificamos, no momento em que estávamos fazendo a auditoria, em torno de 7 milhões de beneficiários, a aplicar um percentual de 97,6% nesse percentual de beneficiários.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quantos beneficiários até hoje, quantos beneficiários até hoje tiveram a restituição dos descontos indevidos?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu não sei dizer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora poderia me... a senhora poderia me esclarecer... Poderia me esclarecer? Aqui tem uma lista de entidades. Eu nem sei quantas tem aqui. Não sei se 20, se 30, se 40, que é tanto nome que não consegui decorar.

Para o povo brasileiro, pensionista e aposentado, pela apuração da CGU, por essa pesquisa e por tudo que vocês viram – aqui eu tenho uma lista, é muito grande –, quais são as entidades em que a AGU atestou a integridade, capacidade operacional, serviço prestado corretamente? Dessas 40 entidades aí. A CGU.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Não sei se eu compreendi a pergunta.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A pergunta é: vocês fizeram várias inspeções, relatórios, auditorias em cima também da atuação das entidades associativas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, como brasileiro, e os brasileiros estão vendo a senhora, nós queremos saber: dessas entidades associativas, em quais delas a CGU pode dizer que foi feita a verificação e estava tudo em ordem com o cumprimento das obrigações?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – De acordo com as análises que foram feitas e que nós registramos em relatório, não existe nenhuma das entidades em que nós possamos dizer que não exista algum tipo de inconformidade.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quando a senhora fala em conformidade, eu posso entender isso como, por exemplo, falta de autorização ou autorização viciada para desconto irregular?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, a partir de agora, vou tratar todas as entidades que estão aqui como investigadas, porque, se vocês, que fizeram a inspeção e a auditoria, não conseguiram encontrar nenhuma cumprindo os requisitos...

Tem documentos encaminhados pela CGU à PF – relatório de auditoria-geral do INSS, Ofício 22, de 2024, Audger, *e-mails* da Dataprev, planilhas e demais relatórios, que os senhores enviaram para a PF. Esses documentos podem também ser disponibilizados à CPMI?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Sim. Os relatórios da auditoria-geral do INSS podemos encaminhar. Eles estão disponibilizados também em transparência pública, mas podemos encaminhar, sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito obrigado. Vai ser muito importante.

A CGU recomendou alguma medida disciplinar contra os servidores em que foi detectada omissão, prevaricação ou mesmo qualquer outro crime contra a administração pública?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Existem processos instaurados, mas, como eu falei no início da minha fala, não estão sob a responsabilidade da minha diretoria ou de outra secretaria na Corregedoria-Geral da União.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A auditoria que vocês fizeram identificou qualquer outro órgão ou ministério que falharam na supervisão dessa fiscalização?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – A supervisão e o acompanhamento dos ACTs são responsabilidade do INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu vi ontem – ou foi antes de ontem – um fato que me chamou muito a atenção: a CGU determinou a abertura, se eu não me engano, de PAR. É procedimento de?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Administrativo de responsabilização.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – De responsabilidade de 37 entidades ou 40, eu não me recordo. E foi logo concomitante ao começo dos trabalhos da CPMI. Se vocês tinham isso desde 2024, por que vocês não abriram esses procedimentos concomitantemente à constatação das irregularidades?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu não sei dizer. Também não está na atribuição da minha diretoria e é outra secretaria da CGU.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quais são os requisitos para a abertura de um PAR?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu não conheço a lógica do processo administrativo de responsabilização, mas ele busca apurar a responsabilidade da entidade – nesse caso específico, das entidades associativas de que estamos falando aqui.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas a senhora não... Então, a senhora não saberia dizer o conteúdo desses processos de responsabilização, né?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olhe, quero dizer para a senhora que nós aqui – no caso, a relatoria – estamos muito gratos pelos trabalhos realizados pela CGU, pela forma como a senhora se portou. A senhora é uma técnica que honra o nosso país. E quero deixar isto registrado: quando a gente tem bons técnicos, responsáveis, competentes, a gente consegue levar esta nação adiante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, ao mesmo tempo, eu queria lamentar que esse trabalho que a senhora fez, a partir de 2023, não tenha sido realizado desde 1994. Esse rombo de bilhões de reais poderia ter sido evitado.

Da minha parte, Presidente, antes de encerrar, eu tenho que fazer duas perguntas que foram de telespectadores que o Presidente deixou comigo aqui.

O Elvis, de São Paulo – acho que é uma pergunta muito interessante –: "Que medidas a CGU recomenda para prevenir novas irregularidades e proteger os direitos dos beneficiários?".

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – As medidas estão tratadas como recomendações nos relatórios de auditoria, especificamente no segundo relatório de auditoria. Ele traz a proposição da suspensão da totalidade dos ACTs naquele momento e de que fosse avaliada, então, a pertinência de não mais fazer esse tipo de desconto consignado na folha de pagamentos do INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Respondendo ao Elvis, eu vou também falar com o Presidente para a gente colocar essas recomendações da CGU, de forma pública, aí na página da CPMI.

Mas queria fazer uma pergunta à senhora: os ACTs estão suspensos por ordem judicial ou administrativa?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Administrativamente.

Houve a decisão judicial em relação às entidades que estavam com medidas na operação, mas houve a decisão administrativa, na sequência da operação, de suspender a totalidade dos ACTs.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Essa suspensão pode ser revista com qual critério? A senhora sabe dizer?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – O senhor diz retomar a execução dos ACTs?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É, a grande preocupação é essa.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – A avaliação que nós temos dos contatos que temos tido com o INSS a partir da operação é que esses ACTs serão analisados à luz dos ressarcimentos que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

eles estão fazendo, a partir das informações que estão recebendo, deste terceiro relatório que nós concluímos em agosto e dos resultados dos processos administrativos de responsabilização.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Isso quer dizer, assim que passar esse período de apuração – foi o que eu entendi; eu queria que a senhora explicasse –, que há possibilidade, antes de ser aprovada a legislação que ontem foi aprovada na Câmara dos Deputados, antes de estar em vigência... Isso quer dizer que pode haver uma continuidade dos descontos associativos?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu não posso afirmar. Depende das análises que serão feitas a partir das considerações que existem no âmbito do INSS.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Qual é a legislação aprovada?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A legislação aprovada ontem foi que desconto associativo não possa ocorrer.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Na folha de pagamento, na folha de pagamento.

O que é, Marcel?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – O PT chegou a propor uma emenda para recolocar, mas depois retirou o destaque na hora da votação. O PT ontem ainda tentou botar isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas espera aí um pouquinho.

Só fazer um esclarecimento aqui...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela ordem.) – Mas...

(*Interrupção do som.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... Congresso. Como está aqui o Líder do Governo no Congresso e como o PT votou favorável na Câmara, eu proponho aqui ao ilustre Senador Randolfe que, juntos, vamos propor a inclusão na pauta de forma, eu digo, mais rápida possível no Senado, para, já na próxima semana, a gente replicar o que passou na Câmara. Vamos ajudar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito importante, muito importante.

Uma preocupação de todos nós aqui – não é do Relator, é de todos nós –, Doutora, é a questão dos consignados. Nessas análises feitas pela CGU, nessas entrevistas de 1.273 pessoas, vocês tiveram acesso a descontos também dos consignados?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Aí eu vou me permitir dar alguns passinhos atrás. Quando eu mencionei anteriormente que, a partir do mapeamento que fizemos dos temas críticos, um dos temas que identificamos era consignações na folha de pagamentos, que envolve, principalmente – entre outros, mas principalmente –, empréstimos consignados e descontos associativos, e naquele momento nós tínhamos em torno de 70 bilhões consignados na folha de empréstimos e em torno de 700, 500 milhões de descontos associativos, naquele momento a nossa decisão foi, então, de fazer um trabalho relacionado aos empréstimos consignados. O trabalho está pronto, está concluído desde o final de 2023 – dezembro de 2023 –, está publicado também.

E aí, na sequência, quando terminamos este primeiro trabalho, íamos iniciar um segundo trabalho cuidando de empréstimos consignados. E, por força do que tínhamos identificado em relação aos descontos associativos, mobilizamos a equipe para cuidar especificamente do trabalho dos descontos associativos, que não tínhamos terminado ainda. Já estamos fazendo outro trabalho envolvendo empréstimos consignados, esse trabalho está em andamento, pelas questões todas que foram ponderadas, pelos resultados dos trabalhos que tivemos anteriormente.

Então, em relação especificamente aos empréstimos consignados, a CGU tem um relatório publicado em fevereiro de 2024 e um trabalho em andamento a partir de março de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Me permita, a senhora tocou num ponto muito importante. A senhora falou que nós estamos cuidando de algo em desconto associativo da ordem de pouco mais de R$6 bilhões. Do consignado, a senhora está falando de algo em torno de R$70 bilhões, dez vezes mais.

A senhora disse que foi publicizado isso aí. Eu confesso à senhora que eu não conheço, mas, como está publicizado, eu gostaria de saber da senhora – isso está no escopo do nosso trabalho – se as mesmas questões irregulares, se fraudes parecidas... se há essa detecção também nesse relatório da CGU, o que já foi publicizado.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Em relação ao relatório que está publicizado, eu estou até procurando ele por aqui. Nós, naquele primeiro momento... Inclusive essa é a grande questão do porquê de trabalhos segmentados e por que não se trataram consignações como um pacote único. Porque os processos têm semelhanças, sim, mas eles também têm diferenças. E, no momento em que nós estávamos, então, fazendo aquele trabalho em 2023, com uma materialidade de muitos bilhões, nós, nas interlocuções com o INSS, conseguimos que fossem realizados aprimoramentos em sistema. Então, os sistemas, àquela época, estavam melhor construídos que aqueles dos descontos associativos. Mas especificamente em relação à implementação dos empréstimos consignados, precisamos seguir nas nossas análises para saber se eles têm a mesma forma de operação que a gente tem nos descontos associativos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, vou ser mais objetivo. Mesmo sem ter aprofundado naquele instante, vocês já apontaram indícios de irregularidades?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu não sei se eu consigo falar de irregularidades, mas sinalizações de problemas, com certeza. Se o senhor me permitir, eu vou ler aqui especificamente, em tópicos, o que nós identificamos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Baixa qualidade das informações registradas no e-Consignado. Possíveis averbações de empréstimo pessoal consignado sem o cumprimento dos critérios legais. Inexistência de acompanhamento periódico pelo INSS do cumprimento das normas e ACTs relativos ao crédito consignado e da qualidade dos serviços prestados pelas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

instituições consignatárias. Ausência de divulgação de informações mínimas previstas, bem como de orientações aos beneficiários do INSS. Ausência de institucionalização de regras e procedimentos de mensuração e cobrança dos custos operacionais acarretados ao INSS pelas operações de crédito consignado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Doutora, a senhora poderia... a senhora poderia fazer juntar aqui na Secretaria da CPMI esse relatório publicizado?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Podemos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu lhe agradeço muito.

Deixe eu perguntar outra coisa à senhora. A senhora saberia dizer quais bancos dominam a questão do consignado em relação a aposentados e pensionistas?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Não consigo dizer em função de a auditoria estar em andamento, e aí eu não tenho tanto detalhe.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Doutora, a D. Maria, de São Paulo, ela fez um questionamento aqui, perguntando: "Quais ações a CGU recomenda como prioritárias para garantir mais transparência e eficiência na gestão da Previdência". D. Maria é inteligente, viu?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Em relação a ações especificamente, eu acho que ela, na própria pergunta, já traz a resposta: é transparência efetivamente. Em relação a benefícios implementados, a valores descontados, eu acredito que a transparência, mesmo em relação a filas... Existe recomendação da CGU nesse sentido, de que se dê transparência ao beneficiário em relação ao serviço que o INSS disponibiliza a ele.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quero agradecer demais à senhora, agradecer à CGU, parabenizar. Na parte do Relator, eu me dou por satisfeito.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só para... Eu posso fazer uma pergunta ao Relator, só para entendimento de procedimentos futuros? Quero pedir ao Relator: diante da afirmação que a Dra. Eliana trouxe da irregularidade em 100% das entidades, não seria razoável pedir a suspensão dos registros, bloqueio de contas das entidades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

e de todos os seus diretores de forma imediata, para que possamos estancar e com certeza ter tranquilidade para auditar e ver os procedimentos futuros?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, eu fiz uma série de prioridades direcionadas ao Presidente para pautar. Eu acho que o primeiro momento agora, o primeiro momento, Deputado Evair, é nós quebrarmos o sigilo para sabermos onde o dinheiro se encontra, porque pode ser que o dinheiro nem esteja mais nas entidades, né? No Brasil já se mostrou que tem *offshores* também fora. Então, vamos esperar essa quebra que o Colegiado vai decidir na próxima semana para a gente avançar nisso aí, tá? Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA. Para interpelar.) – Antes de passar a palavra para a Senadora Damares, eu quero só um complemento aqui ao questionamento do Relator, Deputado Alfredo: quando ele pergunta sobre os empréstimos consignados, existem algumas recomendações da CGU no que diz respeito ao empréstimo consignado. Quais são essas recomendações?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA (Para depor.) – O senhor me permite que... O Presidente falou das recomendações da CGU em relação aos empréstimos... aos descontos associativos: elas ficam divulgadas na página da CGU também.

Em relação às recomendações, foram expedidas 11 recomendações. Vou resumir: inclusão no sistema E-Consignado (*Falha no áudio.*) preenchimento obrigatório pelas instituições financeiras, porque isso permite a transparência; apurar e adotar providências em relação aos casos identificados que estariam fora das regras de averbação, em especial quanto ao valor dos juros; estabelecimento de rotinas e procedimentos de acompanhamento dos registros do E-Consignado e da plataforma Consumidor.gov, de forma a monitorar a adequação dos contratos de crédito consignado averbados, os descontos realizados e a qualidade dos serviços prestados pelas instituições financeiras; publicar em sua página oficial informações mínimas sobre as instituições que ofertam crédito consignado, bem como orientações aos beneficiários, e formalizar regras e procedimentos para apuração e cobrança dos custos operacionais acarretados ao INSS pelas operações de crédito consignado.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Agradeço e complemento a sugestão do Senador Rogerio Marinho, quando ele fala do PL 1.546, de 2024, que nós aprovamos ontem lá na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Câmara e que vai agora para o Senado: além da questão da proibição dos descontos das associações e entidades, é importante ter o mesmo tratamento para essas instituições financeiras, porque, como já foi visto aqui, o desconto que os bancos fazem...

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS. *Fora do microfone*.) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – ... no que diz respeito aos empréstimos consignados, é 16 vezes maior do que as associações.

Então é importante a gente proteger, de fato, esses consumidores e, principalmente, esses beneficiários de programas sociais.

Eu...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Presidente, é para outro assunto, só para a organização dos nossos trabalhos.

V. Exa. chamou a Senadora Damares como a primeira inscrita. Logo em seguida teremos a suspensão para o almoço?

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Eu queria que pelo menos três oradores fizessem a fala, e aí para a gente... Após os três oradores...

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – O acordo foi feito...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Foi para as 13h.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Deixe a Senadora falar, Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – A gente ouve...

Só como encaminhamento, para cumprir o que acordamos antes, Presidente, ouviremos a Senadora Damares, suspendemos para o almoço à 1h, na hora combinada, e depois retornamos.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Eu tinha sugerido a Senadora Damares e a Senadora Eliziane. E aí... Mas se vocês acham que deve ser dessa forma, não tem problema.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – A maioria é quem decide.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Presidente, foi acordado, suspensão...

(*Interrupção do som.*)

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS. *Fora do microfone.*) – ... a partir de 1h.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Passo a palavra para a Senadora Damares, para fazer os seus questionamentos, por dez minutos.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente, mas é difícil participar de uma CPMI em que o Relator não dorme, não come, não faz nada a não ser ler documentos, porque o *show* que esse Relator deu hoje, porque ele leu e leu tudo. Parabéns, Relator! Mas deixe a gente trabalhar também, tá? (*Risos.*)

Eu quero começar antes parabenizando a Dra. Eliane, mas eu queria me referir a um questionamento do Deputado Evair.

Senhores, nós estamos numa CPMI que vai mudar a história do país e a história dos aposentados, com certeza, mas a gente tem que ter o cuidado de também respeitar um pouco as histórias de algumas associações e algumas instituições. Deixem-me dizer... Em 84... Eu sou vizinha do Relator, ele é de Alagoas e eu sou de Sergipe. Lá em 84, eu estava na militância, cuidando de mulheres do campo, e algumas instituições dessas que estão sendo investigadas chegavam a essas mulheres quando o Estado não chegava. Nós temos que reconhecer que algumas instituições dessas têm uma história de acolhimento, apoio ao trabalhador rural, ao aposentado rural lá na ponta. O que aconteceu é que elas foram aparelhadas por militâncias, e, recentemente, elas foram invadidas por bandidos. Nós temos que encontrar os bandidos que usaram a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

instituição como a Contag, por exemplo. Mas a gente precisa reconhecer que elas num momento foram muito importantes para os aposentados, especialmente da área rural, e eu preciso fazer justiça. Quem vem da base como eu... Eu tenho que fazer justiça a algumas instituições.

E eu precisava dizer isso porque, se a gente começar a bloquear tudo dessas instituições – as mais antigas especialmente, elas têm projetos na ponta, têm projetos sérios também –, a gente vai inviabilizar alguns projetos sérios. Então, que a gente tenha cuidado na hora de pedir os bloqueios de algumas instituições. Essas recém-criadas tão somente para fraudar, não, mas as mais antigas lá na ponta desenvolvem projetos. O.k.?

Dra. Eliane, eu sou autora do requerimento, uma das autoras do requerimento, para trazê-la e, antes de vir, fui pesquisar sua vida. Então, eu vou dar um conselho à senhora e a seus assessores: corre ao *site* da CGU, porque, quando a gente clica no seu currículo, aparece o de uma outra Eliane, não o seu. Então, corrijam isso lá, porque o que está aparecendo lá é o currículo de uma Eliane também funcionária, mas não é a senhora. E com isso foi difícil para mim conhecê-la mais profundamente, mas eu investiguei.

Vi que a senhora em 2017 foi Diretora interina de uma outra diretoria que cuidava de assuntos sociais, Governo Temer; 2018 foi efetivada, Governo Temer; 2019 já nessa nova diretoria criada pelo Governo anterior, Diretoria de Auditoria de Previdência e Benefícios, Governo Bolsonaro; e a senhora continua hoje lá, o que mostra que a senhora é uma profissional, que a senhora é imparcial, que a senhora é muito boa para ter permanecido – três governos – liderando um trabalho como este. Então, a gente precisa reconhecer o seu trabalho e reconhecer a qualidade do relatório.

O relatório apresentado por vocês em 24 é um relatório completo. Esse relatório vai nortear muito o nosso trabalho aqui, e eu preciso aqui valorizar os guerreiros da CGU, esses auditores incríveis, que, quando eu era Ministra, não me deixavam dormir. A CGU é proativa, é uma instituição forte. E eu preciso fazer esse reconhecimento.

Mas observei, Diretora, que a sua diretoria... Quando eu olho as outras diretorias no atual organograma, elas têm coordenadorias. Aí eu olho a sua diretoria, a senhora só tem gerentes de projeto. A sua diretoria está esvaziada? A gente precisa melhorar e empoderar mais a sua diretoria,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

num momento em que a gente vê que nós vamos ter muitos problemas ainda daqui para frente? A gente teria que melhorar a sua diretoria?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA (Para depor.) – Na verdade, o modelo de diretoria tem quatro gerências de projetos, enquanto outras diretorias têm coordenações-gerais. Qual é a diferença? A partir do momento que nós temos gerências de projetos, nós conseguimos, no âmbito da minha diretoria – não estou dizendo que esse é o modelo, mas lá funciona –, direcionar os esforços para onde nós temos a necessidade de priorizar trabalhos, tanto que eu falei que, ainda fazendo o trabalho dos descontos associativos, já retomamos um outro trabalho em relação aos empréstimos consignados. Então, se formos nós servidores públicos dizer que precisamos de mais pessoas para trabalhar, sempre precisamos, não só a minha diretoria, como todas as outras, mas temos, sim, a estrutura que nos permite trabalhar. E mais do que isso: nós temos uma estrutura em que temos colegas em todo o país, e os colegas engajam nos projetos que nós fazemos também. Então, em que pese termos uma diretoria com determinado tamanho, temos colegas em outras unidades regionais da CGU que compõem as nossas equipes. E conseguimos, sim, fazer os nossos trabalhos na necessidade que temos, mas sempre precisamos... Quanto mais pessoas tivermos trabalhando não só na minha diretoria, mas nas outras mais trabalhos poderemos fazer.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Dra. Eliane, no início de 2023, o Ministro Vinícius tentou acabar com a secretaria anticorrupção, transformando, rebaixando-a a uma diretoria; depois, ele volta atrás. Esse movimento interno atrapalhou o seu trabalho em 2023 de fiscalização?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Não, de forma nenhuma.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Doutora, todo mundo sabe do meu trabalho com os indígenas. E, quando a Procuradora esteve aqui, ela acabou nos alertando com relação aos descontos na área indígena.

Vocês também fizeram uma investigação lá nessa área. Eu vi aqui, no relatório, que vocês disseram que ouviram representantes dos indígenas, uma vez que talvez eles não entendessem as perguntas, o nível de perguntas que a CGU faria aos indígenas que estavam com desconto. Quem eram esses representantes que falaram em nome dos indígenas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Não sei lhe dizer, mas podemos recuperar nos nossos documentos de auditoria quem seriam esses representantes.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Porque a nossa preocupação é que é possível que esses representantes estejam com os cartões dos benefícios, sacando o benefício, não só fazendo acordo com as associações, mas também sacando os benefícios dos indígenas.

Doutora, eu vi que a senhora falou que vocês comunicaram ao INSS assim que a auditoria ficou pronta, e foram várias reuniões. E vocês comunicam ao controle interno do Ministério, o.k.?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Sim.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – O controle interno é ligado à secretaria-executiva do ministério, o.k.? É assim o organograma de qualquer Ministério.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Sim.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – O Secretário-Executivo na época era quem? A senhora lembra, do ministério? O Wolney, que é o atual Ministro?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu acredito que sim, mas eu não sei lhe dizer – mas acredito que sim.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Por que a minha pergunta? Porque, com certeza, ele foi informado também, como Secretário-Executivo.

Nós trouxemos o Ministro aqui, para falar no Congresso Nacional, e ele se mostrou muito disposto a resolver todos os problemas. Inclusive, eu entrei com uma ação para que ele não tomasse posse, porque ele era o Secretário-Executivo, com certeza sabia das fraudes, e ele me disse que iria me surpreender. De fato, ele está fazendo um grande trabalho, mas é possível que a secretaria-executiva e a coordenação de controle interno tenham sido pressionadas para não fazer nada dentro do ministério e dentro do INSS?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Não posso afirmar.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Doutora, mas a gente tem um subprocurador do INSS, Dr. Fábio Lucas, que tentou desqualificar o relatório de vocês, desqualificar todo o trabalho de vocês. Quais foram os argumentos que ele usou para desqualificar o relatório da CGU?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – O questionamento que foi feito por ele foi em relação à forma de amostragem.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Apenas à forma de amostragem?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Que eu recorde, sim, mas o que tivemos na reunião está registrado em ata. Mas o que eu recordo, o principal argumento, foi a forma de amostragem.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – O.k., Dra. Então, a gente pode dizer que, enquanto a CGU trabalhava, tentando encontrar todas as fraudes, o INSS queria desqualificar o trabalho dos auditores? A senhora pode afirmar isso?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Na verdade, ele fazia um questionamento a respeito da forma de amostragem...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – ... e, nessa mesma reunião, ficou definido que a CGU estaria, então, à disposição, para construir, com o INSS, alguma forma de amostragem que fosse coerente e pudesse ser utilizada.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Eu vou fazer a última pergunta, mas é claro que a gente não esgota aqui. Eu vou fazer requerimentos de informações também.

O relatório ficou pronto em setembro de 2024, mas só foi disponibilizado para todos nós, nós só tivemos acesso em abril de 2025. Por que esse tempo tão grande, doutora?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Especificamente, a data que ele traz na capa dele, que é de setembro, é da versão final já diagramada. O relatório, na verdade, a versão preliminar foi encaminhada ao INSS no final de julho, a versão final foi encaminhada ao INSS no final de agosto, e a publicação foi feita no dia da operação, porque, como eu falei no começo, trabalhamos em parceria com a polícia e conversamos, os técnicos, tanto na CGU quanto na polícia, que, se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

houvesse a divulgação do relatório, poderia existir um prejuízo à investigação. E aí, neste momento, o relatório foi publicado no dia da operação.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – O Ministro Rui Costa tinha conhecimento de tudo?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Não sei.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Agradeço e parabenizo a Senadora Damares.

Quero aqui fazer um registro que eu acredito importante: o esforço da Senadora Damares, que recebeu um diagnóstico nefasto nas últimas semanas. Saiba, repito as mensagens que eu lhe mandei; estamos todos em oração, torcendo pela sua saúde e pela sua vida. Tenho certeza de que essa é mais uma batalha que V. Exa. vai vencer. À 1h04 está aqui lutando mesmo sem ter almoçado nesse estado. Então, parabéns pela luta!

Aviso da Presidência: a pedido do Senador Carlos Viana, informo que houve um equívoco na fala dele no início desta reunião em relação à vinda do Ministro da Previdência José Carlos Oliveira, que mudou de nome. Atualmente chama-se Ahmed Mohamad Oliveira Andrade. Ele anunciou que a oitiva seria no dia 22 de setembro, quando, na verdade, a oitiva está agendada para a próxima quinta-feira, dia 11 de setembro.

Aproveito a oportunidade também para informar que a vinda do Ministro Lupi já ocorre na segunda-feira, dia 8 de setembro.

Conforme previamente acordado, esta reunião está suspensa por 60 minutos para um intervalo para o almoço e retornaremos às 14h10.

(Suspensa às 13 horas e 05 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 22 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Boa tarde a todos e todas!

Retomamos os trabalhos após o nosso intervalo de 60 minutos, dando imediatamente início à oitiva com os questionamentos formulados pela Senadora Eliziane Gama.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Deputado Duarte Jr., maranhense; quero cumprimentar também o Relator desta Comissão, Deputado Alfredo Gaspar; e cumprimentar a nossa convidada, a Dra. Eliane Viegas Mota.

Já peço, Dra. Eliane... O nosso tempo é bem diferente do tempo do Relator, que teve aí, eu acho, de umas três a quatro horas de espaço para fazer as suas perguntas. A gente só tem apenas dez minutos. Então, eu vou fazer aqui alguns questionamentos, e pediria a V. Exa. que a gente pudesse ter as respostas rápidas para a gente poder ter um bom aproveitamento desse nosso tempo de dez minutos.

Dra. Eliane, em 2018, esta Casa, o Senado Federal, recebeu uma informação de peritos do INSS, indicando que havia indícios de irregularidades e de um rombo da ordem de R$70 milhões, com relação à aposentadoria e outros tipos de procedimento, enfim, consignado, seguro-defeso, enfim... Essa informação foi passada, naquele momento, para o Governo de transição do então Presidente eleito Jair Messias Bolsonaro.

A minha pergunta para a senhora é a seguinte: essa informação chegou à Controladoria-Geral da União? Porque eu vejo e até queria saber se você também, se a CGU estava integrando esse Governo de transição e, ao mesmo tempo, também gostaria de saber se houve, naquele momento, alguma auditoria diante dessa denúncia.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA (Para depor.) – Quanto à CGU ter integrado o Governo de transição, acredito que sim, mas não é do meu conhecimento de que forma e quem participou.

Quanto a denúncias e informações e fatos entregues pela perícia médica, recebemos em algumas oportunidades, sim, informações da perícia médica, e todas elas, analisadas e tratadas naquilo que era pertinente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Nesse momento, nesse período, só para confirmar, o Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União era o Ministro Wagner Rosário. É isso? Durante o período de 2019?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Em 2019, sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Sim.

Não houve, então, da parte dele, um pedido de auditoria diante dessas denúncias?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Nós recebemos, como eu comentei, algumas informações da perícia médica, algumas denúncias.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Mas não houve auditoria?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Todas elas foram analisadas, e, sim, fizemos auditorias em alguns casos que eram pertinentes. Nós tínhamos algumas demandas que apareciam, e, sim, elas eram analisadas. Em algumas oportunidades, fizemos trabalhos específicos, sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Trabalhos específicos. Eu quero saber sobre o montante desse rombo de R$70 milhões por parte da Controladoria-Geral da União especificamente, do Ministro-Chefe da CGU, foi solicitada auditoria? Porque a informação que eu tenho aqui – e aí eu quero que você me confirme –, nós só tivemos auditoria referente a esse rombo no ano de 2024. Em 2023, houve a preparação, e, em 2024, houve a auditoria. Confere?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Não. Deixe-me, então, fazer uma contextualização.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Agora, eu só pediria que fosse um pouquinho rápido, porque realmente o meu tempo é muito escasso, Dra. Eliane.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Quando a gente fala de 2024, que eu falei que foi feito o trabalho em 2024, foi em relação aos descontos associativos. Em relação especificamente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – A descontos associativos, não houve, então, auditoria em 2019?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Não, tampouco me recordo de ter tido...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Não estou querendo até que você se limite, mas é uma questão realmente do meu tempo, porque realmente eu não tenho tempo.

Por exemplo, em 2019 – essa informação, nós obtivemos em 2018 –, em 2019, no grupo de trabalho em que estava, por exemplo, a Controladoria-Geral da União, estava o MPF, estava a Defensoria Pública da União, houve ali, por exemplo, o afastamento de quatro entidades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

irregulares, cumprindo, por exemplo, inclusive, uma decisão, uma recomendação do Ministério Público Federal. Na sua fala aqui conosco, você apontou, inclusive, as quatro, que eram: Anapps, a Abamsp, a Asbapi, que são siglas – não é? –, e a Centrape. Dessas quatro, todas elas foram afastadas por recomendação do Ministério Público Federal, isso em 2019. Mesmo com esse afastamento, também eu tenho a informação de que não houve, por parte do chefe, do Ministro-Chefe da CGU, o pedido de auditoria por esses descontos associativos. Confere?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Quando houve a recomendação do Ministério Público em 2019, a contextualização foi de que existiam denúncias no âmbito do Ministério Público, indicando que tinham quatro entidades com um aumento expressivo dos descontos. Essas quatro entidades, então, tiveram os ACTs rescindidos. Então, o objeto da denúncia era esse, o objeto da recomendação...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Por recomendação do Ministério Público Federal. Perfeito.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – O objeto da recomendação era esse...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – A minha pergunta não é em relação ao Ministério Público Federal. Eu quero saber a ação da CGU, por isso eu faço a pergunta específica. Quer dizer, nós tivemos o caso do afastamento delas por recomendação do MPF, mas não houve uma auditoria específica pelos descontos associativos pela CGU neste período de 2020, quando da recomendação do Ministério Público Federal do afastamento dessas entidades.

Mais uma outra pergunta na mesma linha: por exemplo, em 2021, a instituição "anasp" virou "abrasp", não é? Ou seja, ela não é o mesmo dono, ela é o mesmo CNPJ, ela estava lá definida claramente e apenas houve uma alteração, isso lá atrás, em 2019. Em 2021 – dois, três anos depois –, ela é admitida novamente pelo INSS com o mesmo CNPJ e continua lá fazendo a contratualização e fazendo os descontos associativos.

A mesma pergunta, para este caso específico: o Ministro-Chefe da CGU também não pediu auditoria referente a descontos associativos referentes a essa instituição?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Deixe-me só explicar como é que funciona o nosso trabalho na CGU. Nós temos um plano de auditoria que guia as nossas auditorias ao longo do ano. Então, nós definimos o plano de auditoria naquele ano e fazemos os trabalhos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas o Ministro pode pedir auditoria.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – A menos que a gente tenha algum tipo de demanda diferente, alguma sinalização da necessidade de fazer o trabalho...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Pronto, não houve, então, sinalização de realização da auditoria?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – ... aí ele pode ser incluído no plano.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Pode ser, mas não foi, não teve auditoria – eu estou sendo rápida, porque o meu tempo realmente está passando.

Veja, um ano depois, em 2022, a CGU produziu o relatório de avaliação que teve o número oito mil, meia, três, sete, sete, e no relatório ele diz o seguinte: "Pelo exposto, tem-se que a ausência de normas estabelecendo forma para a seleção de federações, sindicatos e associações, considerando a área de abrangência, a base territorial e a competência de representação de cada uma dessas entidades implica riscos que podem se refletir na legitimidade para a realização dos requerimentos".

Mais uma vez, eu pergunto e tenho aqui, portanto, a informação de que não houve por parte do Ministro-Chefe da CGU um pedido de auditoria, mesmo com esse relatório produzido, ao que me parece, por sua diretoria.

Como o meu tempo acabou, eu quero apenas fazer aqui um breve relato, Presidente, com sua permissão. Veja, em 2018, nós recebemos... o Governo de transição do então Presidente Bolsonaro recebeu a informação de que havia um rombo da ordem de R$70 milhões por descontos associativos feitos de forma irregular.

Em 2019, a própria Dra. Eliane colocou aqui, ela começou a receber informações relativas a essas mesmas denúncias, inclusive com atas e relatórios, naturalmente, na sua diretoria. Qual foi a ação do Ministro-Chefe da CGU? Nenhuma. Nenhum pedido de auditoria, nenhuma ação mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

enérgica de fiscalização; 2020, nós temos por terminação não da CGU, mas do Ministério Público Federal, o pedido de afastamento de entidades – quatro delas são afastadas. Depois, 2020, mais algumas são afastadas.

O que nós temos em 2021, no então Governo do então Presidente Bolsonaro? Você tem uma readmissão dessa mesma instituição que apenas muda de CNPJ – ou melhor, que apenas muda de nome e mantém o CNPJ –, e essa mesma instituição continua fazendo descontos associativos de forma fraudulenta. Em 2021, continua na mesma pegada, admitindo instituições fraudulentas.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Em 2023, há um aumento, por exemplo, de casos, e aí, então, o Governo do Presidente Lula inicia o processo de auditoria. Além de iniciar o processo de auditoria e fazer todo esse planejamento, afasta Ministro da Previdência, afasta Presidente do INSS, afasta diretorias; ou seja, a ação do Governo agora foi enérgica em relação a casos de fraudes.

E uma coisa é bom lembrar, está aqui o dado: quando você vê, em 2024, aumento de desconto associativo é resultante de ACTs do Governo anterior. Veja, quais são os números que dizem aqui, Izalci? Governo do Presidente Lula, R$1,76 bilhão de descontos, fruto de ACTs do Governo do Presidente Lula; fruto de ACTs do Governo Temer, R$1,458 bilhão; fruto de ACTs oriundos do então Presidente Bolsonaro, R$2,674 bilhões de descontos associativos; ou seja, a fraude, que foi descoberta neste Governo e foi investigada e está sendo investigada, com o devido rigor, é fruto de ACTs do Governo anterior.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Portanto, colegas, neste Governo, ao contrário dos governos anteriores, a fraude vem de quatro governos...

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Senadora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – ... e a fraude, que vem de quatro governos e que percorreu todos eles, foi interrompida no Governo do Presidente Lula.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Senadora, eu queria...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – E para fechar o meu raciocínio, Presidente, eu quero dizer...

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS. *Fora do microfone.*) – E outra: *stand-up* é no bar, não aqui.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Eu não posso ser interrompida, Presidente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Não, não. Peço reposição de um minuto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Senadora, é que o tempo já havia concluído. Só para concluir, 30 segundos, por gentileza.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Um minuto só, porque eles me interromperam.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Trinta segundos, para concluir!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Eles têm mania de fazer interrupções.

Para finalizar, Presidente, eu quero dizer ao senhor que a nossa função nesta Comissão é não admitir jamais que a investigação não seja imparcial e não seja rigorosa. Nós faremos o nosso papel aqui nesta Comissão. A corrupção é inaceitável e a corrupção, com velhinhos, com pessoas que passaram a vida inteira trabalhando e que, infelizmente, no final de suas vidas, tiveram a subtração dos seus recursos, não será tolerada por esta Comissão. Doa a quem doer, nós faremos a investigação à altura, Presidente!

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem. Só para o senhor saber: são 16 minutos em que a Senadora Eliziane está falando. Eu exijo seis minutos a mais na minha fala, porque extrapolou...

(*Interrupção do som.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA. *Fora do microfone.*) – Onze minutos.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA. *Fazendo soar a campainha.*) – Eu peço...

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Então, o seguinte: ela falou e concluiu. Só estou falando para o senhor que não podem ser dois pesos e duas medidas.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Já compreendi, já compreendi, mas sem ansiedade. Cada dia com a sua agonia.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Não, não. Eu sou assim, eu sou assim!

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Não pode ser assim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Eles se incomodam com a verdade, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Não precisa dessa ansiedade. Não precisa ansiedade. A sua inscrição ainda não chegou. No seu tempo, V. Exa. terá o tratamento igualitário. Já foi registrado.

Vou passar a palavra...

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Já estou registrando os minutos a mais com a Senadora.

(*Interrupção do som.*)

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Desespero com a verdade, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Podemos continuar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA. *Fora do microfone*.) – Desespero, desespero, Presidente, claramente desespero!

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Por que não assinou a CPI? (*Fora do microfone*.) Conte para nós.

Conte para nós, Eliziane, por que você não assinou a CPI?

É porque defender ladrão deve ser difícil mesmo.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone*.) – Ela não queria.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Precisa de mais tempo para...

(*Interrupção do som*.)

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS. *Fora do microfone*.) – ... defender. Dá mais meia hora...

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Infelizmente, o sistema aqui do microfone não estava funcionando, mas eu queria pedir a V. Exas. que mantivessem a calma e deixassem que as coisas ocorressem como estão ocorrendo.

Eu vou passar a palavra para a Sra. Eliane.

No momento da fala de vocês, se houver a necessidade de dar um ou dois minutos para que concluam o raciocínio, não terá problema algum, porque eu sei que, assim como eu, V. Exas. precisam fazer os questionamentos e fechar o raciocínio. Não vejo nenhum tipo de problema quanto a isso, sem nenhum tipo de ansiedade.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Agora não, Sandro, por gentileza.

Com a palavra a Sra. Eliane, por gentileza, para que ela...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC. *Fora do microfone*.) – O som aqui não está funcionando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Não, eu cortei, para que ela possa responder.

Só um minuto, Senador, um minuto.

Sra. Eliane.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC. *Fora do microfone*.) – Quem está inscrito lá na frente vai ficar prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Senador, V. Exa. já... Essa questão de ordem já foi levantada.

Então, peço a V. Exa. que escute a Sra. Eliane.

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – V. Exa. será... V. Exa. vai falar.

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – V. Exa. vai falar.

Com a palavra a Sra. Eliane.

Gostaria de concluir a palavra ou alguma resposta que ficou faltando?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA (Para depor.) – Não, rapidamente, só dizer que os nossos trabalhos de auditoria sempre têm um plano de auditoria, que é anual, e, caso haja alguma demanda que eventualmente surja e tenhamos uma avaliação de que ela é prioritária em relação às demais que estão programadas, pode existir, sim, um rearranjo deste planejamento.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Com a palavra, Senador Izalci Lucas, por dez minutos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Para interpelar.) – Presidente, primeiro eu quero elogiar, aqui, o nosso Relator, porque acabamos com a questão da narrativa. V. Exa. está trabalhando muito bem com dados concretos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para corrigir, foi colocado, aqui, na fala anterior que a ressuscitação da associação foi em 2021. Não foi; foi em 2023 que ela foi corrigida.

Presidente, tenho aqui... Eu achei que só o Careca do INSS que circulou por aqui, mas não. Tenho aqui uma declaração do Presidente da Contag. No dia 4 de junho de 2019, o Sr. Aristides Santos, Presidente da Contag, fez 253 emendas à Medida Provisória 871, das quais 14 eram para retirar completamente o recadastramento e também passar para cinco anos o recadastramento. Essa é a realidade.

E ele diz aqui – declaração do Presidente –: "Foi a luta nas ruas e nos gabinetes dos Parlamentares que contribuiu para diminuir os efeitos extremamente negativos da medida provisória [...]". Essa fiscalização tem efeito extremamente negativo para quem? Agora, sabemos que ela é negativa para quem queria roubar, os mesmos que visitaram os gabinetes dos Parlamentares... Estão aqui 253 emendas da oposição. Então, começa por aí.

Segundo, o que houve com relação... Para matar este assunto definitivamente, o que houve, lá na transição, foi uma demanda dos peritos, e, por sinal, a demanda maior que estava acontecendo no INSS era seguro-defeso e aposentadoria rural. E, aí, o Presidente, depois de 30 anos, mandou uma medida provisória – esta aqui –, da qual eu fui o Presidente da Comissão.

Então, qual a atitude? Qual o Presidente que fez isso para fazer, realmente, o controle dessas fraudes do seguro-defeso e também do INSS? Jair Messias Bolsonaro. Ponto.

Agora, eu pergunto à nossa querida Eliane, que parabenizo pelo trabalho: Eliane, por que a CGU, como órgão técnico de controle, concordou com a ação da AGU que blindou as entidades mais críticas e com mais evidentes laços políticos com o Governo? Ignorava a análise técnica da sua diretoria ou a CGU participou ativamente dessa decisão seletiva que protegeu os maiores arrecadadores do esquema, que era a Contag e o Sindnapi?

Por acaso, a Lei 13.019, de 2014, é muito clara no art. 39: parente até segundo grau não pode ter nenhuma relação ou convênio com nenhuma instituição. Então, tanto a Contag quanto o Sindnapi nem poderiam estar com o acordo de cooperação com o INSS, porque a lei proíbe. A CGU nunca fez nada com relação a isso? Primeira pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA (Para depor.) – Em relação aos processos de apuração, Senador, as instaurações dos procedimentos administrativos de responsabilização estão sob a responsabilidade de outra secretaria, da Secretaria de Integridade Privada. Então, eu desconheço de que forma houve essas tratativas entre a AGU e CGU em função da instauração desses processos administrativos de responsabilização. Especificamente em relação às análises que eram feitas no âmbito do INSS na formalização dos ACTs, no nosso terceiro relatório, nós fazemos uma análise amostral. Pegamos todos os ACTs vigentes em 2025, em abril, e fizemos, para trás, uma amostra por ano de três ACTs por ano de análise.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – V. Sa. lembra se a CGU chegou a analisar os acordos de cooperação do INSS? Chegaram? A CGU chegou a analisar isso? Porque, de fato, eu estou dizendo aqui, os dois não poderiam sequer ter assinado.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Especificamente, estes ACTs eu tenho a impressão de que não constam da amostra, porque a amostra que foi feita foi feita de acordo com os ACTs que foram formalizados nos últimos anos e estavam vigentes e de acordo com a materialidade.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O.k.

A CGU considera que a dispensa de biometria para o sindicato dirigido pelo irmão do Presidente Lula, contrariando alertas técnicos e decisão do TCU, foi um ato de improbidade administrativa e de favorecimento pessoal? Que medida a diretoria da CGU tomou para punir os responsáveis do INSS que deliberadamente criaram essa exceção para uma entidade que é mais que politicamente conectada – é o parente do Presidente Lula?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Especificamente, em relação ao procedimento de dispensa de biometria, estamos falando que, a partir de março de 2024, uma instrução normativa do INSS passa a regulamentar os ACTs e, para a formalização do ACT, faz-se necessária a biometria. E houve, então, uma excepcionalização para utilização da biometria – para a não utilização da biometria – e ela alcançou todas as entidades. Não estamos falando especificamente de uma ou outra. Ela acabou alcançando todas as entidades. Sim, houve uma excepcionalização. No âmbito da auditoria, isso foi ponderado, isso foi ponderado à época, porque a excepcionalização foi feita em...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Consta do relatório de denúncia isso?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Consta do terceiro relatório.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Tá. A CGU avaliou também o impacto dessa norma? Porque é a Instrução Normativa 162.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Exatamente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – A Instrução Normativa 162, de 2024 de março, criou critérios de dificuldade e punição das entidades fraudulentas, colocando aí um percentual de 5%: só poderiam ser analisadas aquelas entidades que tivessem 5% de reclamação. Ou seja, a CGU avaliou o impacto dessa norma e questionou por que essa norma favorece justamente as entidades com maior volume de desconto e que mais roubaram os aposentados? Ou a Controladoria se omitiu diante de uma regra que, na prática, foi criada na gestão petista para anistiar as irregularidades cometidas pelos maiores e mais influentes culpados deste esquema?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Senador, especificamente em relação a essa instrução normativa, ela é a primeira instrução normativa que trata especificamente dos descontos associativos. As anteriores tratavam da concessão de benefícios e também tinham alguns artigos que tratavam dos descontos. Quando se fala, então, desses 5%, ela traz como uma obrigatoriedade de fazer alguma fiscalização. Então, eu acho que essa instrução traz uma obrigatoriedade de fazer a partir daí, sem prejuízo de fazer antes disso também.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Sim, mas é evidente que já não faziam nenhuma, imagine com isso, né?

Então, 5%... Na realidade, beneficiou a Contag e o Sindnapi, porque era um volume muito alto e 5% disso davam um valor muito alto.

Mas eu perguntaria ainda, porque meu tempo também está esgotando: por que as auditorias financeiras da CGU permitiram que a atual gestão do INSS não só deixasse de cobrar os custos operacionais das entidades, mas também realizasse repasses bilionários às associações com pendências fiscais, usando o dinheiro do contribuinte para subsidiar um esquema de roubo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

e descumprimento do Decreto 3.048, de 99? Ou seja, o INSS gastou quase 6 milhões de custo, não repassou para as entidades, absorveu o custo. Tem conhecimento disso?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Na verdade, parte do custo é absorvido pelo INSS. Inclusive, esta era uma das recomendações que nós tínhamos em relação aos empréstimos consignados e trouxemos para os descontos associativos também: que houvesse adequada mensuração dos custos pelo INSS para que esse custo também não estivesse na autarquia, na execução dessas transferências. Mas é importante que se diga que uma parcela dos recursos também acabava sendo retida para cobrir esses custos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Como a CGU, em suas auditorias de conformidade, permitiu que os dois maiores e mais irregulares acordos de cooperação do INSS continuassem ativos, mesmo violando de forma tão clara a cláusula antinepotismo, que é a Lei 13.019, de 2014? Essa falha em recomendar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... o cancelamento imediato desses acordos ilegais não demonstra uma forma seletiva de fiscalizar, que se torna rigorosa com entidades pequenas e totalmente flexível com entidades dos amigos, aliados e parentes?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Na verdade, essa auditoria foi ampla e pegou todos os acordos de cooperação técnica que estavam vigentes em março de 2024; vigentes e com descontos, porque existiam acordos vigentes sem descontos – esses naquela oportunidade não foram vistos. E a auditoria abarcou a totalidade das entidades. Inclusive, os PARs abertos pela CGU estão abarcando também a quase totalidade dessas entidades.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Concluindo, Presidente, foi feito um acordo. Eu gostaria de... Acho que a CGU também participou desse acordo. E eu pergunto: o que a gente percebe... DPU, CGU, AGU, parece que defendem o interesse das empresas e não o dos aposentados e pensionistas. Por que – pergunto –, no acordo celebrado para devolução dos recursos, há uma cláusula obrigando o aposentado a retirar qualquer ação judicial ou não entrar com novas ações? Porque nós temos um Código de Defesa do Consumidor em que tem que devolver o dobro. V. Sa... A CGU assinou esse documento também concordando com isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Não, a CGU não participou da discussão desse acordo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Só a AGU?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O.k.

O.k., Presidente. Eu ia pedir mais 6 minutos, mas acho que vou colaborar com os colegas.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Mas veja só, da mesma forma como aconteceu com a Senadora Eliziane, eu permiti que ele fizesse a conclusão. Eu não vou interromper imediatamente após, até porque eu não quero prejudicar o material de nenhum Deputado, nenhum Senador que precisa prestar contas com seus eleitores do trabalho sério que todos nós estamos fazendo aqui.

Quero passar a palavra, agora, ao Deputado Alencar Santana, por dez minutos.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Para interpelar.) – Presidente Duarte Jr., colegas Deputados e Senadores...

Cumprimento aqui a Dra. Eliane Viegas e parabenizo a pessoa da senhora por todo o trabalho da equipe da Controladoria-Geral da União, que, sem dúvida alguma, teve uma postura bem diferente, muito mais ativa e efetiva durante o Governo do Presidente Lula. Afinal de contas, essa investigação sobre a apuração, realizada pela Controladoria. Permitiu que os descontos fossem suspensos, porque senão continuariam acontecendo e as pessoas sendo roubadas.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem.) – Presidente, com licença. Desculpe interromper, Alencar, eu não quero ser indelicada com você, mas a gente teve troca? É isso? Só porque é sobre a questão de ordem de lista.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Só peço que paralise o tempo, por gentileza.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Eu gostaria só...

Desculpe, Alencar, eu não quis te interromper.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Se puder voltar, agradeço, Presidente. Não me incomodo, não.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Peço que paralise o tempo.

Só respondendo a questão de ordem aqui de... O Pela Ordem, da Deputada Adriana.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Isso. É só para esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – O Deputado Alencar trocou a fala com o Deputado Mário Heringer.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Então existe troca? Isso é uma prática aqui? É só para entender. Eu só queria saber com quem eu estou, no fim da lista. Obrigada.

Está tudo certo.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Uma prática, um acordo que nós temos aqui é que as decisões que eu vou tomar são as mesmas decisões tomadas pelo Senador Carlos, que é o Presidente da CPMI, e eu estou como Vice-Presidente. Nem ele vai agir sem acordo comigo, nem eu vou agir sem acordo com ele.

Então, não há nenhum tipo de problemática de fazer a troca, o que não pode é acrescentar Parlamentar que não foi inscrito.

Então, já respondida sua questão, para continuar os trabalhos, retomem o tempo.

Deputado Alencar, que possa ser retomada a sua fala. Peço que resetem o tempo aí, por gentileza.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Pode retomar pelos dez minutos, por gentileza.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Obrigado, Presidente.

Então, parabenizo aqui todo o trabalho feito pela Controladoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Só um momento. É dez minutos, por gentileza, ali. Para retomar o tempo de dez minutos.

Pode começar, Deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Procuradora, parabenizá-la por todo o trabalho da equipe, da Controladoria-Geral da União, enfim, por todo o trabalho. Afinal de contas, essa apuração foi levada ao conhecimento da Polícia Federal e permitiu que os descontos, esse roubo fosse suspenso, e os aposentados e aposentadas que estavam sendo lesados deixassem de ser, inclusive com o ressarcimento que está sendo realizado pelo Governo do Presidente Lula, porque se passaram quatro anos do Governo anterior e a gente não viu nenhuma medida efetiva de controle, de suspensão ou de denúncia aos órgãos de controle e à própria Polícia Federal e ao Ministério Público em relação à roubalheira que lá existia, que lá começou, cresceu e que permitiu que entidades laranja entrassem, se conveniassem com o INSS e fizessem o que elas fizeram.

Eu queria fazer uma pergunta. A senhora fez parte do GTI desde 2019. É isso?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA (Para depor.) – Isso.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – O grupo de trabalho intersetorial, que lá tinha representantes do INSS, Promotoria, Procuradoria da República, Controladoria da União, naquele período, de 2019 a 2022, alertou o INSS sobre possíveis irregularidades, desvio da finalidade do desconto, ou seja, dos roubos que estavam acontecendo?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Iniciado em 2019, com a recomendação do Ministério Público, foi a primeira sinalização. E depois, na sequência, 2020, 21, 22.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Todos os anos? Os quatro?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Não, os quatro em 2019 e, depois, em 2020, 2021 e 2022, foram feitas muitas interações de forma...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Muitas...

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Interações com o INSS, cobranças, para construir uma instrução normativa que fizesse com que os descontos acontecessem de uma forma diversa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Mas por que queria que o desconto ocorresse de uma forma diversa? Tinha algum problema?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Não existia uma instrução normativa específica que regulamentasse os descontos. Então, a forma de fazer os descontos, como já foi ponderado no início pelo Relator, era simplesmente o encaminhamento de um arquivo, para implementação na folha de pagamentos. Então, a intenção é que isso tivesse mais controles por parte do INSS e que...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Então, já tinha irregularidades acontecendo ali nos descontos? Por isso que vocês estavam alertando.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Existiam algumas sinalizações de que existiam problemas, mas não do tamanho que se identificou mais recentemente.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Sim, mas se identificou porque eles se acumularam ao longo desse tempo a partir de 2019, inclusive com o crescimento de entidades laranja que fizeram os convênios. Podemos assim dizer?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Tivemos um crescimento de entidades e um crescimento de beneficiários.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – A senhora tomou conhecimento de uma comunicação do Procon-São Paulo, numa reunião de que teria participado o então Ministro Sergio Moro, no dia 30 de julho de 2019, o Sr. Luciano Timm, que era o Secretário Nacional de Consumidor, e o Presidente do INSS, Renato Vieira, onde o Procon-São Paulo lista um número de entidades como a Abamsp, Riaam Brasil, Asbapi, Sudamerica Clube de Serviços, Chubb Seguros Brasil, Previsul, Seasp, Centrape, Sabemi e Anapps, de que essas entidades estariam fazendo descontos e de que as reclamações eram várias por parte dos aposentados que não tinham permitido, que estavam sendo lesados, roubados? Tomou conhecimento à época?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Não.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Tá. Essa... Olha só, pessoal, aqui tem um documento importante – que todos tenham oportunidade de ver – do Procon-São Paulo, onde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

participou... noticia a participação do então Ministro da Justiça Sergio Moro, do Presidente do INSS à época, Renato Vieira, e também do Luciano Timm, Secretário Nacional do Consumidor, onde o Procon-São Paulo aqui noticia as irregularidades e as entidades, pedindo a suspensão desses convênios. E as medidas não foram tomadas pelo Governo anterior. Isso demonstra a diferença de postura, de cuidado, de zelo por parte da aposentadoria que o aposentado recebe.

O Governo do Presidente Lula, no primeiro momento, tomou conhecimento, e a Controladoria teve a capacidade e condições de fazer seu trabalho sem interferência e, depois, repassá-lo à Polícia Federal, que tem a competência de investigar o crime e pedir punições. Então, tem uma diferença brutal de comportamento.

Outra pergunta: a senhora... A auditoria do Tribunal de Contas da União, que é um órgão independente, ministros nomeados por diferentes Presidentes ao longo do tempo – Lula lá atrás, Dilma, Temer –, ou seja, uma composição eclética, ele fez auditoria a partir de que mês e ano? A senhora sabe?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu não sei exatamente a partir de que mês, mas nós estávamos fazendo na CGU um trabalho envolvendo os empréstimos consignados e, neste momento, nós tivemos uma interlocução com o TCU para fazer o trabalho. Acredito eu que tenha sido ao longo de 2023, mas não tenho certeza.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Então, esse trabalho, essa auditoria do Tribunal de Contas, em 2023, essa auditoria estava vendo o passado, correto? A auditoria não consegue ver o futuro, né?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – A gente consegue, a partir das análises feitas, identificar por que alguns desvios, alguns comportamentos acontecem.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Então, é importante ter claro a pessoa que está nos acompanhando: o Tribunal de Contas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Incomodado ou não, eu vou terminar meu tempo. Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Tribunal de Contas fez uma auditoria iniciada em 2023, justamente porque tinha irregularidades, tinha desvios, tinha roubos. E onde ocorreram esses roubos? No período anterior, onde essas entidades entraram, se cadastraram, sem critério.

Como pode uma entidade como a Ambec ter três filiados – três filiados –, e ser aceita para fazer um convênio, e ampliar o número de beneficiados assim exponencial? O que que isso demonstra? Que algo de irregular estava sendo feito. Ora, eu autorizo uma entidade de três filiados, quer dizer, ela não tinha representado, e ela entra no sistema. Isso foi feito justamente na gestão Bolsonaro. Então, esse tipo de conduta – é importante todos que estão nos acompanhando aqui, na TV Câmara ou na TV Senado, terem conhecimento –, foi por isso que cresceu de forma exponencial não só o número de entidades, mas também o número de descontos.

E elas cresceram, é verdade, no período *a posteriori*, porque ali elas estavam percebendo que medidas de controle como biometria iriam ser exigidas. E aí elas aproveitaram ainda o modelo anterior, sem controle, sem rigidez, e aí elas aumentaram o número de filiados irregulares, porque não eram filiados reais, vamos assim dizer – ninguém assinou, foram manipulados, houve fraude –, e aí perpetraram esse número excessivo, que infelizmente essas pessoas... excessivo do valor arrecadado, diferentemente pelo volume de aposentados e beneficiados que tinham com ela.

Mas queria fazer uma outra pergunta: a senhora... E aí, em algum momento, a Controladoria-Geral da União percebeu se, também na gestão do INSS, por exemplo, houve algum outro tipo de conduta irregular? Por exemplo, a contratação da empresa Nexus, de segurança, que começou na Superintendência em São Paulo, sob a gestão do Oliveira.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Em relação às contratações efetuadas pela empresa Nexus, temos um relatório de auditoria que fala dessas contratações. Houve um processo de apuração no âmbito da Secretaria de Integridade Privada e houve uma punição à empresa.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – A senhora pode mandar esse relatório à CPI, por favor?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Posso, sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – E a senhora sabe dizer um pouco das irregularidades, quais foram, aqui, para todo mundo ter conhecimento, inclusive quem nos acompanha?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Não sei se eu vou recordar, mas tinha questões de sobrepreço e superfaturamento e acordo entre as empresas – isso eu recordo.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Sabe mais ou menos o volume de contrato, de dinheiro? E se, além de São Paulo, houve outras superintendências?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Sim, contratação em Minas Gerais, na Superintendência de Minas, e na Superintendência de São Paulo. Essas questões estão em relatório.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – E começou em qual superintendência?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Começou em São Paulo.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Na época, quem era o superintendente?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Não recordo.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Está o.k.

Sabe dizer o ano?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – São várias contratações. Uma delas eu tenho a impressão de que é de 2019, mas eu não tenho certeza.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Tudo começa em 2019, o grande problema. Essa data... Eu sei que o pessoal aqui deve ter medo quando ouve falar 2019, 2020, 2021...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... 2022, assusta, mas fique tranquilo que, cada vez mais, esses anos e as irregularidades ficarão mais claras, para que as pessoas tomem conhecimento dessa roubalheira que se permitiu que acontecesse no Governo anterior. E, se não fosse o Presidente Lula, um Governo que tem seriedade, compromisso com a verdade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

compromisso com os aposentados, o roubo estaria continuando, com as pessoas sendo lesadas, e a gente não teria conhecimento dessa fraude, revelada para todos os brasileiros e brasileiras.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Presidente, peço...

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA. *Fazendo soar a campainha*.) – Para concluir, para concluir.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Mas desse jeito não dá, né, Presidente?

Então, é importante as pessoas terem muito claro isso, porque é uma diferença brutal de comportamento. E a verdade virá cada vez mais e as pessoas vão saber que foi o Governo Bolsonaro que permitiu que esse roubo começasse.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Com a palavra o Deputado Beto Pereira, por dez minutos.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS. Para interpelar.) – Presidente, quero aqui cumprimentar V. Exa. e o nosso Relator, Alfredo Gaspar, e dizer que ontem nós demos um passo importante na Câmara dos Deputados, votando o PL 1.546, que altera a Lei 8.213 e cujo relatório, do Deputado Danilo Forte, trouxe a proibição dos descontos associativos.

Agora, cabe ressaltar que – e aqui a gente tem que fazer e destacar com ênfase o que falamos e como agimos – o destaque nº 10, apresentado pelo PT, trazia no seu bojo uma emenda para permitir a continuidade dos descontos.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. *Fora do microfone.*) – Ah!

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Logo que foi apresentado o destaque, foi retirado o destaque, porque, talvez, causava vergonha ou espanto. Mas nós precisamos registrar isso, e isso está registrado nos *Anais* da Casa.

Agora, quero aqui também agradecer: agradecer a denúncia do jornal *Metrópoles*, porque posteriormente surgiu a investigação, o inquérito policial e o afastamento do Ministro e do chefe do INSS, estancando toda a roubalheira. Agora é importante destacar que foi o jornal *Metrópoles*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

que tomou a iniciativa, que hoje ecoa como se fosse uma iniciativa do próprio Governo, e não foi o próprio Governo que tomou essa iniciativa.

Eliane, eu quero aqui, como os que me antecederam, elogiar o seu currículo. E não é, com certeza, só o seu currículo, mas nós temos nobres e excelentes técnicos na CGU.

Quero também enaltecer o seu trabalho. Um trabalho muito consistente, muito bem elaborado, que contou, com certeza, com uma equipe aguerrida e que se debruçou sobre o tema, com muita propriedade e eficiência. Nós, antes aqui do debate, falávamos dos métodos que foram feitos para conquistar as estatísticas e que estão sendo validados agora com as ações do INSS.

Agora, eu tenho uma crítica, vou fazer uma contestação a V. Exa., sob a minha ótica, do trabalho. O trabalho é incontestável, e todos aqui foram nessa linha; agora, a primeira crítica é quanto ao momento. A CGU, que é um órgão do Governo Federal, um órgão de controle interno, que tem na sua essência prevenir os erros do Governo, prevenir que as coisas aconteçam de forma errada e continuada, tomou conhecimento em 2019, através de uma ação do MPF do Paraná, e só foi agir em 2023, com o relatório orientando. Claro, houve a reunião de 2020, houve a reunião de 21, houve a reunião de 22, mas com algo documentado, só em 2023. Então, a primeira crítica é quanto ao momento de agir: a CGU demorou muito para agir, e essa demora, a demora da CGU, a demora do Governo Federal, trouxe prejuízos significativos para os aposentados, para os pensionistas e para todos os brasileiros. Se eu estiver errado, você pode me contestar.

Segundo, quanto às providências. E aí eu queria ler aqui quais são as atribuições da Controladoria-Geral da União, de acordo com o Decreto nº 11.330, de 23, que rege a Controladoria. No §1º, inciso II, cabe à CGU:

> II - realizar inspeções, apurar irregularidades, instaurar sindicâncias, investigações e processos administrativos disciplinares, bem como acompanhar e, quando necessário, avocar tais procedimentos em curso em órgãos e entidades da administração pública federal para exame de sua regularidade ou condução de seus atos, podendo promover a declaração de sua nulidade ou propor a adoção de providências ou a correção de falhas [...].

No §2º, diz:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

> § 2º A Controladoria-Geral da União encaminhará à Advocacia-Geral da União os casos que configurarem improbidade administrativa e aqueles que recomendarem a indisponibilidade de bens, o ressarcimento ao erário e outras providências a cargo [...].

Assim, depois, à AGU. Agora, veja bem, a CGU preparou um relatório, um robusto relatório, encaminhou, viu que não deram relevância para aquele relatório e a CGU não acionou a AGU diante da inércia do INSS, diante das recomendações que foram dadas pela CGU.

Essas duas críticas, para mim, são aquilo que me incomoda. Por que a CGU, diante de um trabalho tão bem-feito, ficou apática, teve esse apagão, não agiu como tal diante de robustas provas, de um robusto relatório e da inércia daqueles que teriam responsabilidade de agir, que eram o Ministro da Previdência e o chefe do INSS?

Só para ilustrar, Eliane, em 2004 eu fui eleito Prefeito do Município de Terenos, e, em 2005, março, eu fui sorteado, dentre os 5.500 municípios do país, para uma auditoria aleatória da CGU. Eu recebi uma comitiva de técnicos de Brasília. Foi feita uma verdadeira devassa, o trabalho de vocês vai no cerne, e as providências foram tomadas, os encaminhamentos foram sérios, foram severos, encaminhamento ao Ministério Público Federal, ao Ministério Público estadual. Vocês foram muito diligentes. Não foi desta forma que vocês atuaram neste caso. O trabalho foi muito bem feito, muito robusto, mas contesto o seu momento de agir e contesto as providências que foram tomadas pela CGU.

Caso minhas afirmações não estejam alicerçadas, eu gostaria que a senhora contestasse.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA (Para depor.) – Inicialmente, eu vou falar então do nosso processo de planejamento.

Como eu já ponderei aqui algumas vezes, nós temos um planejamento de trabalhos. Quando vamos fazer um, deixamos de fazer outros, é fato. Houve o questionamento anteriormente da Senadora Damares Alves.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Sempre existem opções: ou eu vou fazer um, ou eu vou fazer outro, e o momento em que conseguimos chegar nos descontos associativos foi no final de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

2023, e, efetivamente, as denúncias que apareceram na imprensa auxiliaram e ajudaram a conduzir o processo, foram importantes e vieram como um elemento para auditoria.

Especificamente em relação aos resultados e aos desdobramentos. Numa auditoria normal, nós não teríamos três relatórios, nós teríamos um relatório só, coeso, com todos os resultados amarrados num documento único – agora nós temos os resultados amarrados em três documentos. Mas nós entendemos que não era o que tínhamos para o momento: nós precisávamos ter iniciativas céleres e interlocução com o INSS, com base em informações, em dados, em números, em análises. A contestação que nós ouvíamos do INSS é que os aposentados ficariam sem suporte das entidades, perderiam seus planos de saúde, não conseguiriam comprar seus medicamentos com redução de valor, auxílio-funeral e coisas do tipo.

Então, nesse momento, nós estávamos agindo na auditoria para fazer o nosso papel de controle interno de melhoria da gestão, sim, mas não nos furtamos, no dia 15 de abril, de procurar a Polícia Federal para dar prosseguimento àquilo que nós, enquanto auditores, não temos competência para fazer, que é na esfera criminal.

(*Soa a campainha.*)

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Então, cinco anos foram o tempo... Não foi um tempo... Foi o tempo necessário?

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Deputado Beto, seu tempo esgotou, e após a sua fala, o tempo ficou totalmente para que ela pudesse fazer a resposta. Então, já foi feita aqui a sua tréplica.

Alguma coisa mais para acrescentar, Sra. Eliane?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Sim, que, na metade de abril de 2024, nós procuramos a polícia, seguimos fazendo o trabalho de auditoria, como devemos fazer sempre, buscando a melhoria da gestão. A Polícia Federal, então, cuidando na seara criminal. E, sim, houve comunicação ao Ministério Público Federal de também forma reservada, pois existia uma ação civil pública no Estado do Espírito Santo. E o nosso relatório, então, subsidiou as ações que estavam sendo adotadas pelo Ministério Público Federal.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Deputado Delegado Fabio Costa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Presidente, só para...

Parece que a CGU foi atropelada pelos fatos. E ela disse algo importante que é preciso consignar o Relator...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Deputado Delegado Fabio Costa, por dez minutos, com a palavra.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (Bloco/PP - AL. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero inicialmente agradecer, parabenizar pelo trabalho a Sra. Eliane, que fez um grande trabalho, enfim, na CGU para enfrentar esse grave problema.

Eu vou fazer apenas duas perguntas, eu acho que os questionamentos foram quase que exauridos. O eminente Relator conseguiu fazer um trabalho para nos repassar todas as informações que a gente queria extrair do seu depoimento.

Então, eu só queria saber, Sra. Eliane... Dizer um fato aqui que... Em nota, na revista *Piauí*, em junho de 2025, portanto, após a Operação Sem Desconto, que ocorreu em abril de 25, o ex-Ministro Carlos Lupi afirmou categoricamente que não foi comunicado acerca das auditorias realizadas tanto pela CGU, pelo TCU e pelo INSS. Então, eu pergunto, Sra. Eliane, no que diz respeito ao trabalho, às auditorias da CGU, houve uma falha grave em não comunicar ao Ministro acerca do trabalho que foi realizado das auditorias da CGU, ou o Ministro Carlos Lupi deliberadamente mentiu nessa entrevista?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA (Para depor.) – Eu não posso me manifestar a respeito se o Ministro conhecia ou não...

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (Bloco/PP - AL) – Mas ele foi comunicado ou não?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – A Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Previdência Social foi comunicada.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (Bloco/PP - AL) – Então, ele foi comunicado, a pasta dele foi comunicada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Sim.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (Bloco/PP - AL) – Então, ele sabia.

Só um outro questionamento. Após o alerta da CGU em 3 de julho de 2024, o Presidente do INSS, Alessandro Stefanutto, adotou... Eu quero saber se, após esse primeiro alerta da CGU em 3 de julho de 24, o Presidente do INSS, o então Presidente Alessandro Stefanutto, adotou medidas efetivas para fazer cessar os descontos ilegais dos aposentados e pensionistas, ou ele ignorou o alerta, permitindo que os descontos indevidos continuassem até a Operação Sem Desconto em abril de 24.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Nessa data, o dia 3 de julho foi a data que nós encaminhamos a nota de auditoria, que é um documento, como eu ponderei, que tem por objetivo especificamente comunicar fatos graves que demandam providências. Nesse período e pós-recebimento da nota de auditoria, até o recebimento do relatório preliminar e posteriormente, nós não identificamos que tenham sido adotadas providências pelo INSS, tanto que, em abril deste ano, tivemos a operação.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (Bloco/PP - AL) – O.k. Obrigado.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Muito obrigado, Deputado Delegado Fabio Costa.

Com a palavra o Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco/PT - SE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Deputado Duarte Jr., Sr. Relator, Deputado Alfredo Gaspar, Sra. Eliane Vargas... Mota... Eu estou com a vista ruim!

Em primeiro lugar, eu quero cumprimentar a Controladoria-Geral da União pelo trabalho que desenvolveu, impedindo esse esquema, seja ele patrocinado por quem tenha patrocinado, de continuar ocorrendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante dizer que, só em 2023, já sob o comando do Marcus Vinícius, o Controlador-Geral, providências efetivas foram adotadas no sentido de dar um fim a esse crescimento absurdo, a esse processo de concessão ou de descontos sem autorização.

Então, fica aqui, claro, à disposição de um órgão que é do Governo Federal; não é Ministério Público para quem está ouvindo. Não é Ministério Público, não é nenhum órgão que não tenha vinculação com a indicação do Chefe do Executivo, porque quem indicou o Ministro da CGU foi o Presidente atual. E foi neste Governo e com este Presidente que a investigação ganhou força, ganhou esse contorno que a gente está vendo aqui, ganhou o fim dos descontos dos aposentados. E vai ter uma consequência firme em relação a quem facilitou, a quem se beneficiou com esses descontos indevidos.

Eu acho que isso é o ponto de partida. Se nós aqui queremos, de fato, fazer justiça, a gente tem que olhar para o momento em que isso foi... no momento em que se tomou a providência definitiva, que se chamou a Polícia Federal, que se começou a investigação policial decorrente de uma auditoria consequente e que se começou o indiciamento de pessoas, de que inclusive esta Comissão já encaminhou para o Ministro André Mendonça o pedido de prisão preventiva, mas essas pessoas já tinham sido arroladas e identificadas com algum grau de responsabilidade nessa fraude que está sob investigação e em que os acusados devem responder pelas suas responsabilidades no delito.

Então, eu quero aqui, primeiro, deixar isso muito claro, porque não interessa aos aposentados nem aos brasileiros ficar aqui procurando a responsabilidade deste ou daquele Chefe de Executivo – e, ao que parece, a intenção, em alguns momentos, é essa – e não focar no fim de um esquema como este, que agora parece que vai ter fim. Espero que tenha fim.

A outra questão importante é sobre os consignados. Espero que esta CPI, Relator, digníssimo Relator... Eu acho que foi muito importante o dia em que esta Comissão resolveu focar nesse objeto que são os consignados, porque essa questão não estava diretamente vinculada a essa investigação que a CGU fez, esse controle que a CGU fez sobre os descontos das associações, mas esse é um problema de que a gente precisa ir atrás.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E não é para acusar o Governo anterior, o Governo anterior do anterior, o outro Governo e este Governo. É para proteger os aposentados brasileiros, é para proteger aqueles que ganham muito pouco, fruto da sua dedicação ao longo de uma existência.

E eu acho, Sr. Relator, Sr. Presidente, que este compromisso é maior do que as nossas filiações partidárias, e ele tem que se consolidar aqui muito acima das nossas filiações partidárias, porque quem está aqui tem que ter a responsabilidade de defender o interesse público. E, quando um banco mete a mão no dinheiro do aposentado, levando em consideração o grau de desinformação, a pouca habilidade com tecnologia, a incapacidade de ler contrato, e mete a mão no dinheiro do aposentado ou lhe passa um empréstimo além, com juros mais altos do que o mercado está praticando, isso, na minha opinião, é um crime hediondo, porque está metendo a mão e usando de má-fé absoluta sobre aqueles que passaram uma vida trabalhando. Portanto, eu acho que nós todos aqui temos um compromisso de entregar ao Brasil, aos brasileiros um relatório, Sr. Relator, que mostre as responsabilidades doa a quem doer. Se a gente ficar aqui atirando para um lado e para o outro, num fla-flu – num fla-flu –, sabe o que vai acontecer? Nem os brasileiros, nem o Brasil, nem o interesse público ganha.

No momento em que a CGU entrou em campo, se fosse para proteger este ou aquele Governo, o ministro não teria impedido, não teria deixado divulgar, e isso não aconteceu. Isso foi adiante, chegou à polícia, foi atrás, e o nosso papel é cumprir essa função na condição de Parlamentares que aqui estamos.

Portanto, Dra. Eliane... É porque eu não estou conseguindo enxergar, eu estou precisando usar óculos de longe, viu, Eliziane. Portanto, eu quero cumprimentar o esforço que a senhora está fazendo, junto com as advogadas aqui, as Procuradoras da AGU e da própria CGU, talvez, aqui neste momento. Eu sei que é muita tensão, é muito difícil, mas eu quero te cumprimentar e cumprimentar todo o trabalho da CGU neste caso. Cumprimento o Relator, que tem feito um trabalho com muita precisão.

E espero que esta Comissão não fuja do seu objetivo maior: apontar responsabilidades de todos aqueles que cometeram delitos, que lesaram os aposentados brasileiros e que jogaram contra o interesse público, que é aquilo que a gente, como Parlamentares, como pessoas que exercem cargo eletivo, tem a obrigação de fazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, Sr. Presidente, eu não tenho nenhum questionamento a fazer, porque fui muito bem esclarecido.

O período... O Relator permitiu que a gente tivesse clareza de como aconteceu: começou em 2019 a ter mais casos, explodiu entre 22 e 23 – tem uma explosão. A gente sabe que houve vazamento de dados do INSS, certo? Dados do INSS vazaram, muita gente passou a ter acesso a esses dados. A gente sabe que, para fazer um esquema desse, é preciso ter acesso a banco de dados, e a gente sabe que bancos de dados foram vazados. Isso é importante que esta Comissão... Sr. Relator, eu vou fazer um requerimento nesse sentido, para gente apurar o vazamento do banco de dados que oportunizou essas associações a cometerem essas fraudes e a vinculação com esses bancos de dados, porque só com informação e banco de dados se consegue fazer autorização em bloco, mentirosa, fraudulenta. Se eu não tenho acesso ao banco de dados do aposentado, com detalhe, atualizado, como é que eu vou fazer isso em bloco, 50, 60, 70 mil autorizações em bloco? Como fazer isso senão com uma fraude dentro da fraude...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco/PT - SE) – Então, nesse sentido, eu quero cumprimentar a todos e dizer que o nosso compromisso aqui é que a gente apresente a verdade para os brasileiros, desqualificando qualquer fla-flu, Vasco *versus* Flamengo, Corinthians *versus* Palmeiras, nesse... Porque aqui o time é defender o Brasil e os brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Agradeço e parabenizo pela fala o Senador Rogério Carvalho e, de imediato, passo a palavra para o Senador Rogerio Marinho, por dez minutos.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero começar saudando a nossa convidada, a Sra. Eliane – todos nós já estamos entre nós aqui. Então, quero saudar a nossa convidada, quero agradecer como servidora pública... Quero agradecer, como servidora pública, o trabalho que V. Sa. está fazendo, a sua equipe, as advogadas que vieram junto com a senhora; dizer que eu encaro a instituição que V. Exa. representa aqui como órgão do Estado, e não de governo. A senhora está aqui no momento de uma deflagração ou uma conflagração – desculpe –, política. A senhora vê que muitos aqui falam em relação a esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou aquele período muito mais em função da questão de quem exerceu o mandato do que propriamente do Estado brasileiro. Então a CGU, na minha concepção, é um órgão do Estado – não é? –, que vai servir ao Estado, independentemente de quem estiver exercendo a presença da República, como é a AGU, como devem ser o Judiciário brasileiro, a Receita Federal e outros órgãos correlatos.

Eu queria que a senhora me dissesse – e eu queria que a senhora anotasse, não quero nem que a senhora me diga agora –, que a senhora me dissesse, eu ouvi o depoimento de V. Sa. atentamente e as perguntas do Relator... A senhora ingressa na AGU no final de 2004, 2005, não é isso?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA (Para depor.) – Em 2001.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Em 2001. Neste período, a senhora falou que em 2017 foi criada uma instituição, uma estrutura que existia na AGU, tratando de previdência, que foi transformada em 2019, e hoje a senhora é diretora dessa instituição, dessa estrutura. Pelo que eu entendi, em 2017 tinha uma estrutura, a partir de 2017, é isso?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Não, sempre tivemos o acompanhamento da área previdenciária, só que a mudança que ocorre...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Difusa. Aí aconteceu em 19 especificamente, é isso?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Em 2019, passa-se a ter uma diretoria.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – O.k., muito bem.

Dito isso, o trabalho que V. Exa. inicia-se em 22 de abril de 24, parece que essa é a linha do tempo, não é? Quando houve várias reuniões anteriores preparatórias, a senhora começa o seu trabalho em abril de 24.

A gente tem ouvido aqui, e eu ouvi uma afirmação que a senhora fez – claro que é muito documento, muita coisa – de que a IN 162, respondendo até o Senador Izalci, por pior que ela tenha sido, foi uma coisa importante, porque trabalhou no sentido de tentar normatizar alguma coisa. Então, só para ajudar o trabalho que V. Sa. continua a fazer – não é? –, dizer o seguinte: que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

em 2020 nós tivemos uma medida provisória... medida provisória, não; nós tivemos um decreto, o 14.410, e esse decreto é feito em função da validação da Medida Provisória 871. Nesse decreto, três itens importantes foram colocados: primeiro, todos os novos benefícios previdenciários passam a nascer bloqueados; segundo, com a Diretoria de Benefícios da Previdência, passa a ter a responsabilidade de avaliar e de validar as propostas de novas consignações... consignados e descontos associativos. Eu quero que a senhora observe que antes não existia nenhuma regulamentação a respeito do tema, existia um vácuo. E a questão dos consignados começa em 2003, e a questão do desconto associativo em 1994, com o primeiro grande ACT entre a Contag e a Previdência; 2020 é o primeiro momento em que, após a 871 convertida, se tem uma regulamentação a respeito dessa situação.

Depois tem duas INs, que são anteriores à 162. Tem a IN – instrução normativa, para os nossos amigos aqui –, tem a Instrução Normativa antes da 162, de que a senhora falou, 110, de 3 de dezembro de 2020, que foi convertida ou modernizada pela 128, de 28 de março de 2022. Essa 128 fala, especificamente no art. 655 e nos artigos subsequentes, de vários condicionantes para que o desconto possa ser implementado dentro do sistema: seja apresentado pelas associações, confederações e entidades de aposentados ou pensionistas; termo de filiação à associação e entidade; termo de autorização de desconto de mensalidade associativa e benefício previdenciário, devidamente assinado pelo beneficiário; documento de identificação civil. E tudo isso não ia direto para a Dataprev, tinha que ser validado pelo departamento de benefícios da Previdência. Essa IN que V. Sa. e o Senador citaram revoga os art. 654, 655, 656 e 657 da instrução normativa, ou seja, abre a porta, em definitivo, para a desregulamentação e permite o que já estava sendo feito de maneira informal, em 2023. Então, não é à toa que nós assistimos a uma explosão de descontos acima de 50 mil.

Em 2018, Dra. Eliana, sabe o que aconteceu? Teve um fato que precedeu, e é importante que a gente reflita. Em 2017, os sindicatos no Brasil tinham um desconto obrigatório, o imposto sindical obrigatório. Em 2017, eles o perderam com a reforma trabalhista. Por isso, houve uma corrida à Previdência. Em 2019, muda o Governo, aí só tem um e, coincidentemente, era a Contag e uma outra entidade que se reveza em 2020, 2021 e 2022, que são entidades que estão lá há 30 anos e que, de alguma forma, conseguiram esses descontos em bloco; depois a gente tem que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

avaliar se foi de forma correta. De 2023 a 2024, tem 39 desbloqueios, 39 é um movimento bastante atípico, né? Quando passa o ano de 2022, são 39 desbloqueios de lotes acima de 50 mil.

Tem uma afirmação que está sendo feita aqui como narrativa. Veja, eu concordo com o que o Senador que me antecedeu falou: nisso aqui a gente tem que buscar o dinheiro, para onde foi essa grana, o caminho do dinheiro, quem se locupletou com esses recursos, porque aqui a gente está tratando de forma, de como essa ação era tratada dentro da Previdência. Alguém fez alguma ação? Alguém tomou alguma medida? Alguém tinha alguma forma de regulamentação? Quem fragilizou esses instrumentos? Mas, no final, quem se locupletou disso? Por isso que eu acho que é urgente se quebrar o sigilo bancário dessas instituições e dos seus dirigentes e, de forma subsequente, verificar o caminho dessa grana toda, porque a senhora falou de R$6 bilhões. Só a Contag, foram R$3,2 bilhões. E se nós levarmos em consideração que a amostragem feita pela CGU, que é idônea, que é um órgão de Estado, mostra que, no cômputo dessas avaliações, para 98% desse valor não foi dada causa por quem foi associado, a gente está falando aí de uma quantia bastante vultosa de recursos que foram subtraídos de pessoas hipossuficientes e vulneráveis. É um crime hediondo que tem que ser combatido.

Eu quero dizer que a forma como foi feito em 2019 e 2020... Eu queria que a senhora respondesse se tem alguma referência, em 30 anos de desconto associativo, do que aconteceu em 19 e 20, e vou dizer o que é. Em 2019, foi dito aqui por alguém...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... por um dos que me antecederam que, no dia 1º de agosto de 2019, houve uma reunião com o Procon – quero chamar a atenção dos senhores –, com a presença do então Ministro da Justiça Sergio Moro, com o Presidente do INSS na época, Dr. Renato, que é até um profissional de carreira da AGU, um profissional idôneo, e com outras pessoas, onde o Procon de São Paulo faz um ofício reclamando que existiam entidades que faziam desconto indevido; 1º de agosto, dia 30 de julho essas entidades tinham sido descredenciadas, um dia depois... um dia antes, desculpe. Então, o nosso Governo, naquela época, parece que se antecipou até à reclamação do Procon. O Procon manda um ofício para o Governo no dia 1º de agosto, mas, no dia 30 de julho, essas entidades já tinham sido descredenciadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A mesma coisa aconteceu em 2020. Teve mais quatro entidades, Doutora: o STEFRJ, o Sintapi – que é ligado à CUT, que é a confederação única dos trabalhadores –, a Unibap, a CGTB e também a Conafer, que foi descredenciada e, depois, fez um termo de ajuste de conduta mais adiante.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Então, foram mais cinco entidades descredenciadas em 2020. Então, teve quatro em 2019; e teve cinco em 2020. São nove.

Aí a pergunta que eu faço à V. Sa. é se tem notícia se houve, em algum momento da história, algum período em que houve descredenciamento tão forte de entidades em função de provocações ou de descontos irregulares, ao contrário do que aconteceu em 23, 24, quando parece que o pessoal estava dormindo.

Alguém falou aqui que isso só tem início em 2019. Eu vou ler aqui matéria de 2010: "Contribuição compulsória: aposentados são descontados sem saber e sindicatos faturam milhões...", *O Globo*, de 2010, Dra. Geralda Doca – 2010, eu não sei nem quem era o Presidente na época!

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Mais, lá vai: "INSS fará pente-fino em convênios por suspeita de fraude", agora já em 2018.

Então, 2019 parece um número cabalístico, porque descontos associativos existem desde 1994; descontos consignados existem desde 2003. Eu não me lembro de um governo que tenha começado a sua administração com a Medida Provisória 871, de combate às fraudes, com duas situações que deixaram em polvorosa a república sindical. A primeira: validação anual do cadastro, porque a senhora provou pela CGU que o cadastro era extremamente frágil; imagina o terror dessas entidades. A segunda: tirar o poder cartorário da Contag através dos sindicatos rurais, que, até aquela oportunidade, era quem permitia...

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Para concluir, Senador.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Concluindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era quem permitia que o beneficiário fosse ao INSS com a condição de fé pública que era dada ao sindicato.

O sindicato é que dizia se ele, como aposentado, podia ou não se aposentar – se ele estava com 15 anos de atividade rural, se tinha 55 anos, no caso de mulheres, ou 60, de homens.

Nossas duas ações foram feitas na MP 871.

Mas elogiar o trabalho de V. Sa. novamente, muito importante.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Obrigada.

Senador Rogerio Marinho, nós temos, nesse relatório que foi fechado agora em agosto, uma análise exatamente das formalizações e das rescisões que ocorreram. Ao longo do período, existem novas entidades sendo credenciadas e entidades sendo descredenciadas.

O trabalho da CGU chega a um momento em que, sim, muitas entidades estavam sendo credenciadas, porque se tinha uma fila muito grande de entidades ainda a serem credenciadas pelo INSS. E isso tinha alguma relação com essa IN 162, de 2024, que, quando ela é editada, tem algum artigo, que eu não lembro qual é, que diz que ela tem efeito para aqueles protocolos de ACT apenas posteriores à vigência da IN.

Então, se teve, até o início de 2024, uma corrida para...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Eu peço que a senhora leia de novo a IN, porque, na verdade, ela recorda dispositivos que faziam...

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Senador, eu quero só destacar, aqui, que a gente precisa só cumprir o prazo de dez minutos, senão a gente não vai conseguir concluir as oitivas. E eu já prorroguei, por duas vezes, o seu tempo e, inclusive, troquei o meu tempo com V. Exa. Então, eu queria também a reciprocidade da compreensão.

Para concluir, pode responder, querida Sra. Eliane Viegas.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Sim, mas, quando temos, na IN 162, essa questão de que ela só vale dali para a frente, para aqueles ACTs que são, então, formalizados a partir dali, nós temos algumas entidades que não cumpriam os requisitos que a IN traz. Então, essas entidades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ficaram ainda nessa fila, e quero dizer com isso que, sim, quando a gente tem uma medida em 2024, a gente, de alguma forma, impede que essas entidades entrem.

Sim, existe toda uma mudança de normativo aqui ao longo do tempo, com movimentos de idas e vindas, inclusive com uma mudança na diretoria que é responsável pelos ACTs no INSS, por um curto período de tempo, que passou da Dirben para a Dirat, e, nesse movimento, quando ele passa da Dirben para a Dirat, a gente tem algumas formalizações também que tinham sido negadas na Dirben e foram depois concedidas na Dirat e vice-versa, alguns ACTs que foram negados na Dirat e depois aprovados na Dirben.

São movimentos que precisam ser, sim, avaliados e analisados, porque existe esse movimento, que não é compreensível, em que a competência passa de uma diretoria a outra num período de oito meses e alguns ACTs passam a ter condições de serem assinados nesse período.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Com a palavra, Senadora Soraya Thronicke, por dez minutos.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Deputado Duarte Jr., Sr. Relator, Deputado Alfredo Gaspar, cumprimento todos os Parlamentares nas pessoas de V. Exas.

Saúdo a Sra. Eliane Viegas Mota e, inclusive, as advogadas da AGU Patrícia Alves de Faria e Priscilla Machado de Oliveira.

Gostaria de saudar todos os brasileiros e brasileiras, especialmente os aposentados e pensionistas, em nome de duas turmas de aposentados, pensionistas, idosos, melhor idade, das quais eu sou madrinha lá no Mato Grosso do Sul, a UMA (Universidade da Maturidade), da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, e também da turma da melhor idade da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Vai meu abraço, meu carinho. É por eles que nós estamos aqui.

Eu gostaria de iniciar, Sr. Presidente, externando o meu descontentamento com o andamento desta CPI no tocante à seletividade na forma de tratamento dos depoentes. Nós estamos começando, é a quarta oitiva. Dá tempo de colocar um freio de arrumação nisso. E eu digo por quê. Os discursos iniciais foram – os discursos iniciais da maioria dos colegas, de todos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

– de isenção e de imparcialidade, mas hoje, na quarta oitiva... Tivemos três oitivas, a da senhora é a terceira, de cunho institucional, com agentes, com servidores concursados e que têm estabilidade, daí a importância da estabilidade, porque não se envolvem politicamente com absolutamente ninguém; é importante, e eu sou a favor. Só que quem veio representando as instituições brasileiras foram os mais maltratados, especialmente as mulheres. E Parlamentares ignoram os limites da competência de cada órgão, extrapolam nas perguntas e exigem respostas aquém da competência de quem está aqui depondo. É um absurdo isso. Cada órgão tem o seu limite de competência. E isso faz com que os brasileiros, que são o que mais importa aqui neste momento, fiquem confusos, porque eles acham que todo mundo que senta aqui tinha obrigação disso, obrigação daquilo, obrigação da PF, obrigação do MP. Nós temos que saber separar, saber fazer a pergunta correta para que os trabalhos possam realmente andar. Em contrapartida, o último depoente que aqui esteve, diga-se de passagem, com um comportamento bastante atípico, só faltou ser recebido com tapete vermelho, é verdade. Lamentável.

Então, eu destaco também, Presidente, a necessidade e a obrigatoriedade de tratamento digno para com advogadas e advogados não só por conta da indisponibilidade constitucional da presença dessa nobre profissão, à qual eu pertenço e de que tenho muito orgulho, tanto privada quanto pública, que é o caso da AGU aqui, não só do direito, dos advogados e advogadas, mas também do depoente de ser assistido. Nós tivemos problema hoje, hoje, para que advogadas da AGU viessem, entrassem aqui no recinto, e tivemos problema também na segunda passada quando a AGU veio acompanhar o Delegado Bruno. É inaceitável esse tipo de comportamento. É inaceitável. Eu defendo a OAB e, entre nós – o Dr. Relator foi promotor –, entre juiz, entre advogado, entre promotor não existe hierarquia. E não há também hierarquia aqui em relação a essa questão de porque está aqui no Parlamento pode ser maltratado. Então, fica a dica, porque, da próxima vez, nós vamos ter que tomar alguma atitude, porque não é possível, eu não aceito mais.

Bom, Eliane, eu já estou absolutamente, assim, tranquila em relação às suas respostas, de acordo com os limites da sua competência, da sua atuação. Mas algo para mim ainda está... Ainda estou em dúvida. Gostaria de saber, dentro da CGU, de quem é que parte a demanda para a auditoria, para o tema da auditoria? Quem é que manda no departamento? O chefe do departamento de auditoria acorda: "Estou com vontade de fiscalizar fulano". Quem é que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

determina quais serão as próximas auditorias ou as auditorias que devem estar em curso nesse período?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA (Para depor.) – Essa decisão é técnica. Ela tem um longo processo de planejamento. Inclusive, não consigo garantir que foi nesta semana ou na anterior que nós começamos o planejamento para o próximo ano, porque nessa correria eu não consegui atentar para o período. Mas é uma decisão técnica. Então, temos um longo processo normatizado de planejamento.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Existe autonomia desse departamento?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Existe autonomia. Ela é técnica, discutimos, os técnicos, não só na diretoria, mas conversamos com as nossas unidades regionais para identificar o que temos a fazer e o que é prioritário e fazemos uma proposta.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – E onde entram os ministros nessa história? Eles sabem do andamento das auditorias? O que ele faz? Ministro Wagner Rosário, Ministro Vinicius de Carvalho, onde é que eles entram dentro do trabalho da auditoria da CGU?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eles conhecem os trabalhos que são propostos.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Eles participam, tomam conhecimento?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eles tomam conhecimento do planejamento da auditoria.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – E aí eles podem concordar ou não? Eles podem também trazer uma demanda e questionar se seria possível? Porque... Quando um caso está em voga, quando se têm notícias de que um esquema de fraude está acontecendo, pode o Ministro levar até o departamento de auditoria?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Ele pode dar opinião, então?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Sim. Nós temos um processo de auditoria, que é um planejamento, e temos um plano. Desse plano damos conhecimento ao Ministro. Ele é decidido dentro da Secretaria Federal de Controle Interno. Mas esse plano não é engessado. Então, ao longo do ano, de qualquer demanda que venha a surgir, nós fazemos uma análise da criticidade, da pertinência de ela passar na frente dos outros que já estavam programados e também tinham uma relevância para estarem no plano de auditoria.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – O.k.

Então, assim, os ministros... Porque senão não haveria necessidade de nomear ministros, certo? Eles têm alguma relevância – não é possível – dentro do órgão.

Então, eu pergunto: durante os quatro anos do Governo passado, como se comportou Wagner Rosário em relação a este tema?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Como eu ponderei, o planejamento vem da área de auditoria.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Sim, mas ele chegou algum dia a trocar uma ideia com vocês, a trazer uma opinião acerca disso? Ele ouviu dizer que há algo de estranho acontecendo ou nunca vocês trataram desse assunto?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Não recordo de ter tratado esse assunto especificamente com o Ministro Wagner Rosário.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – E com o Ministro Vinicius de Carvalho?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Com o Ministro... Depois que começamos a fazer o trabalho, ele foi incluído no plano de auditoria e a partir dos resultados do trabalho.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Então, ele também não tem o poder de parar uma investigação ou uma auditoria de vocês, certo? Tem o poder?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Então, nessa autonomia, ele poderia muito bem, como aconteceu tempos atrás... Eu queria saber... Eu não encontrei nenhum policial federal ainda aqui. A minha pergunta seria: quando foi que a Polícia Federal iniciou as investigações? Porque quando foi deflagrada a operação, é óbvio que a investigação começou no mínimo um ano antes, concordam? Porque é algo de monta. É muito grande essa fraude. Então, nós imaginamos que tenha começado...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – ... um ano atrás e com sigilo.

Não vai dar tempo de eu falar tudo o que eu gostaria. Eu gostaria de fazer perguntas sobre a Conafer. A Conafer tem um crescimento vertiginoso, uma coisa espantosa.

E lembrar que a CGU é um órgão de controle interno do Governo Federal focado em assegurar a boa gestão dos recursos públicos e a transparência. A CGU gera, presta assistência ao Presidente da República. A CGU presta assistência ao Presidente da República nos assuntos relacionados ao controle interno, o que a coloca como uma instância que trabalha dentro da estrutura do Poder Executivo. Ela executa atividades de auditoria pública, correição e prevenção, a mando da Presidência da República. Então, isso precisa ser destacado...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone.*) – Acabou, Presidente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Pois é, mas ele vai me dar mais um minutinho aí, porque teve gente que levou 6, 8...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Presidente, não dá. Aí não dá!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Eu só gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Eu, eu simplesmente vou ter que cortar o microfone de todo mundo, porque isso aqui não é um colégio. Aqui, infelizmente, V. Exa. é testemunha. O Senador Rogerio Marinho prolongou o tempo dele por mais um minuto e meio. Da mesma forma, eu vou dar mais 30 segundos para que ela conclua...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não adianta gritar. Quem tem razão não precisa gritar. Peço que a senhora se recomponha.

Com a palavra, mais 30 segundos, Senadora Soraya.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Que regra? Que regra que é essa?

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Mais 30 segundos, por gentileza. Para concluir.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Pode falar.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Posso concluir? É apenas para destacar este gráfico aqui, que mostra o crescimento vertiginoso das criadas durante o Governo Bolsonaro e as anteriores. Em alaranjado está do Governo Bolsonaro.

Então, isso aqui é um fato e eu estou ao lado dos brasileiros. Apenas isso.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Agradeço à Senadora Soraya Tronicke e passo a palavra agora ao Deputado Orlando Silva, que fez a troca com o Deputado Paulo Pimenta. Por dez minutos.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem, pela ordem. Só um questionamento. Desculpa. Pela ordem.

O procedimento para troca. Eu quero saber se titular troca com titular, titular troca com suplente. Eu só quero a regra que foi estipulada e se há um procedimento formal de troca ou simplesmente o Deputado não está e alguém se autotroca.

O Deputado Paulo Pimenta deixou um requerimento autorizando troca e a questão do titular?

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Pronto. Respondendo à questão de ordem, na verdade é pela ordem dos trabalhos, o procedimento de troca é o mesmo que V. Exa. e o Partido Novo usaram na reunião passada. A grande problemática é que a gente precisa aplicar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui um ditado do direito romano, que é o *venire contra factum proprium* – vir contra o próprio direito. Infelizmente, quando o beneficia, executa-se, quando o prejudica, aí alega ilegalidade. Já foram feitas diversas trocas, inclusive eu dei o meu próprio tempo ao Senador Rogerio Marinho. Então, aqui eu ajo com imparcialidade e seriedade. Então, respondi.

Por dez minutos, Deputado Orlando Silva.

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Deputado Duarte Jr., eu o cumprimento, e, na pessoa dele, cumprimento os demais Parlamentares que participam desse encontro, o Sr. Relator, a Sra. Eliane Viegas Mota, a cumprimento e as advogadas que a acompanham.

O depoimento da Sra. Eliane Viegas Mota foi um depoimento, na minha percepção, esclarecedor, mas o depoimento dela não tem a mesma potência dos três relatórios produzidos pela Controladoria-Geral da União. Os relatórios produzidos pela AGU agregam informações que serão essenciais para o desenvolvimento da investigação, Presidente Duarte Jr.

Nós observamos, durante toda a fala do Relator, inquirindo a depoente, a persistência com que ele se dirigiu a apenas uma entidade. Ele falou durante uma hora apenas sobre uma entidade: a Contag. O que demonstra um viés evidente, muito diferente da imparcialidade proclamada pelo próprio Relator, quando aqui, entre nós, assumiu essa responsabilidade.

Mas eu não tenho a menor dúvida de que o processo de investigação desta CPI, a leitura cuidadosa e não seletiva dos relatórios técnicos produzidos pela CGU, a investigação policial que está em curso pela Polícia Federal, tudo isso vai produzir um resultado que deixará evidente a seletividade na condução dos trabalhos até aqui.

A Senadora Soraya acabou de fazer uma manifestação que ela é inequívoca, quando fez referência à entidade chamada Conafer, uma entidade que, em 2019, tinha 718 filiados – repito 718 filiados –, teve um crescimento exponencial, chegando a 443 mil filiados em apenas três anos. Isso aqui é um indício claro de uma fraude estruturada, articulada, construída por uma quadrilha, quadrilha montada para assaltar aposentados, pensionistas.

Uma segunda entidade, a Ambec, que já foi fartamente denunciada no início dos trabalhos desta CPI, tem números mais incríveis, porque a Ambec saiu de três filiados – três: um, dois, três

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

–, três filiados, com arrecadação anual de R$135 – de R$135 –, pulou para R$16 milhões no ano seguinte. Uma segunda demonstração de que a Ambec, a Conafer, são boas referências para o aprofundamento das investigações por parte desta CPI. Por quê? Porque tiveram o seu crescimento, tanto dos descontos quanto da inclusão de beneficiários, num patamar exponencial.

Para dialogar com o gentil Deputado Luiz Lima, que está tentando me explicar quais as razões dessa expansão, eu tenho uma outra hipótese, Deputado Luiz Lima. A minha hipótese sabe qual é? É que o Oliveira, aquele que chefiava o órgão que inicialmente credenciava ACT e foi Ministro da Previdência de Bolsonaro, é o patrocinador da formação dessas organizações criminosas. A Conafer – está aqui – saiu do chão... Esse é o gráfico da Conafer, esse é o gráfico. Saiu do chão, e olha a expansão que alcançou.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) – Esse é o gráfico...

Peço que reponha meu tempo, Presidente, por favor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Deputado, eu estou querendo deixar o trabalho transcorrer. Infelizmente, eu vou ter que recompor por mais 30 segundos o tempo do Deputado Orlando.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Mas V. Exa., a todo instante – eu estou ouvindo o que V. Exa. está falando –, a todo instante...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Não, V. Exa. vai ter o seu tempo nos seus dez minutos. V. Exa. terá dez minutos para repetir essa informação, mas ninguém aqui precisa desse lembrete. A todo instante V. Exa. repete, repete, repete essa informação, como um cuco. Não precisa disso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Então, eu peço a V. Exa., por gentileza, que permita que o Parlamentar, o Deputado Orlando possa recompor o seu tempo.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Eu vou recompor por mais dois minutos o tempo do Parlamentar Orlando. Se houver uma nova interrupção, a cada interrupção, eu darei mais 30 segundos.

Então, coloque, por gentileza... Isso, foram dados mais dois minutos.

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) – Presidente, a conduta...

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Por gentileza, eu peço silêncio.

Com a palavra o Parlamentar Orlando, e, assim como ele, todos vocês terão o mesmo tratamento no momento das suas falas. Com a palavra o Deputado Orlando, por gentileza.

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) – Presidente, a conduta...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) – Presidente, eu peço, por favor, a reconsideração do meu tempo.

A conduta nervosa do Deputado bolsonarista é típica daquelas pessoas que se inspiram no Abelardo Barbosa, o chamado Chacrinha. O Chacrinha falava sempre que não queria explicar; queria confundir. É essa a conduta nervosa dos Deputados bolsonaristas que não conseguem ver esse gráfico do crescimento dos valores descontados pela Conafer, o crescimento exponencial da inclusão de aposentados e pensionistas que foram lesados, e tudo isso foi produzido sob os auspícios da era Bolsonaro.

E o Oliveira, Ministro de Bolsonaro, era o chefe da quadrilha. Ele estará aqui na próxima quinta-feira e terá o devido tratamento.

E eu quero, Presidente, fazer um registro sobre a Contag, tão vilipendiada pelo Relator. Curiosamente e diferente das quadrilhas montadas no período Bolsonaro, que explodiu o número de beneficiários, o número de aposentados, a Contag diminuiu o número de filiados vinculados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao seu sistema, diminuiu em 400 mil participantes. Diferentemente da explosão de valores vista pelas entidades do Oliveira e do Governo Bolsonaro, o crescimento de valores da Contag foi vegetativo, não houve, é praticamente uma linha, o que demonstra uma distinção completa.

E eu falo isso, Presidente, Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras, porque a nossa determinação aqui é apurar responsabilidades de quem quer que tenha sido que produziu dano, lesão, roubo a aposentados e a pensionistas. É bom que venhamos desde 2015 e atravessemos distintos governos, para que nós possamos punir seja quem for, seja quem for o dirigente do INSS, seja quem for o dirigente de governo. E essa determinação é porque nós temos compromisso com o interesse público. Porque, se é verdade que as quadrilhas se estruturaram no Governo de Bolsonaro, elas foram desmontadas no Governo do Presidente Lula, e tudo isso ficará nítido ao final da apuração desta CPI – e, anotem aí, vai ao relatório final essa conclusão, porque isso corresponde aos fatos.

Por fim, ao tempo que eu agradeço a Sra. Eliane Viegas Mota por estar aqui conosco e reafirmo que o depoimento dela foi elucidativo e muito valioso será o relatório da CGU – os três relatórios –, eu quero concluir, Presidente, a minha fala dizendo que, no ano de 1963, foi fundada no Brasil a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. A Contag, que tem 27 federações, uma em cada unidade da nossa Federação, tem cerca de 3,4 mil sindicatos por base. Não me surpreende a atitude reacionária da direita que ataca o sindicato, que ataca o movimento sindical. Não me surpreende, porque eles são contra os instrumentos de luta da classe trabalhadora. Mas defendo a Contag, defendo o MST, porque defendo a luta dos trabalhadores. Se existe hoje aposentadoria rural para os trabalhadores do campo, se existe auxílio-doença para os trabalhadores do campo, se existem todos os benefícios para os trabalhadores do campo, eu sugiro que os Deputados e Senadores que estão nesta sala pesquisem sobre a Assembleia Nacional Constituinte e identifiquem quem foram os porta-vozes da defesa desses direitos. E lá os senhores e senhoras vão se surpreender, porque encontrarão na defesa dos direitos daqueles trabalhadores a Contag. Todas as iniciativas legislativas que protegem a agricultura familiar e que garantem direitos para o povo do campo têm a presença, a participação ativa dessa entidade; desse sistema de entidades, porque não se trata apenas de uma entidade.

O que me causa espanto é que eu sempre imagino, desejo dar boa-fé às pessoas. E é incrível que as pessoas tenham a coragem de misturar alhos com bugalhos. Instituições de fachada,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

sabidamente de fachada, comparar com organizações de luta dos trabalhadores é algo inaceitável.

É por isso, Presidente, que eu, com altivez, coragem e em respeito à luta dos trabalhadores do campo, que ergueu essa que é uma das maiores entidades da luta popular, quero dizer que eu tenho absoluta confiança no trabalho que a Contag, que as federações e que os sindicatos realizaram ao longo do tempo.

Aqui, enquanto Deputados e Senadores desrespeitam uma mulher de alta capacidade técnica, enquanto alguns inquisidores aqui sequer permitem que ela conclua o seu raciocínio... E aqui não é luta política, porque ela não é parte da luta política, ela é uma técnica que veio esclarecer, trazer informações. A resposta que a Contag dá no que diz respeito às mulheres não é essa conduta.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) – É a Marcha das Margaridas, que é a mais relevante manifestação de luta das mulheres camponesas do Brasil.

Por isso, Presidente, por ter muita convicção no que significa e significará para o nosso povo a Contag, eu faço questão de, neste momento, depois de ver a entidade tão vilipendiada, fazer a sua defesa e concluir com a análise que fiz de todos os relatórios da CGU: não há dúvida, o Governo Bolsonaro estruturou quadrilhas para assaltar aposentados e pensionistas, e, felizmente, o Presidente Lula e o nosso Governo desbaratou essas quadrilhas, e tudo isso vai aparecer no relatório final dessa CPI.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Agradeço a palavra do Deputado Orlando Silva.

Antes de passar a palavra para o Senador Marcio Bittar...

(*Intervenções fora do microfone.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – ... eu queria aqui só fazer um comunicado. Alguns veículos de comunicação estão noticiando que não houve a intimação ou que estava

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

havendo alguma dificuldade de intimação do Camisotti e também do Careca. Eu quero aqui informar que já houve a intimação tanto do Camisotti como do Careca do INSS, e há uma previsão de oitiva do Camisotti para o dia 15 de setembro e do Careca do INSS no dia 18 de setembro.

Passo a palavra para o Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Senador, me perdoe, é que o Relator está pedindo só um esclarecimento aqui, sem tomar o seu tempo, por gentileza.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Presidente, eu estou sendo questionado por alguns Parlamentares a respeito do acesso a documentos sigilosos. Pergunto à Secretaria se já está aberto para cadastramento da senha. (*Pausa.*)

A Secretaria está dizendo que já está aberto e é só seguir os passos das orientações para esse acesso.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Obrigado, Deputado Relator Alfredo Gaspar.

Com a palavra, por dez minutos, Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC. Para interpelar.) – Presidente Duarte, primeiro, eu quero dizer que, se, naquele momento da discussão dos 16 minutos, eu posso ter alterado a minha voz consigo, me perdoe, talvez seja o calor do momento. Eu só queria dizer que, se todo mundo passasse seis minutos da sua fala, aquele que estiver em décimo, décimo primeiro acaba sendo prejudicado.

Segundo, dizer que me parece um prejulgamento quando alguém vem defender, por exemplo, uma dessas entidades, como acaba de acontecer agora, com o meu antecessor defendendo a Contag. Ora, se ficar provado, no relatório final, aprovado por esta Comissão, que a Contag, seja amiga de quem for, praticou e ajudou a fraude no INSS, aquele que defendeu a Contag vai pedir desculpa ou não? Me parece um prejulgamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em segundo lugar, eu quero dizer que ofensa à nossa convidada, Dra. Eliene...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – Eliane – desculpe, Dra. Eliane. Ofensa à nossa convidada ou às nossas convidadas é quando um Governo não respeita o trabalho e as indicações que, de forma diligente, vocês fizeram. Isso, sim, que é desrespeitar. Porque está claro: um esquema que vem de muito tempo, começou lá em 94. A Contag era, sim, a mãe de tudo isso, não sozinha, mas era a grande entidade beneficiada por descontos indevidos – por descontos indevidos –, consignados não autorizados.

E o que é que acontece a partir de 2018? O Senador Rogerio Marinho usou a palavra, trocando aqui de lugar com o nosso Presidente Duarte – e muito obrigado por isso –, foi Relator da reforma trabalhista em 2018 e acabou, entre outras coisas, com o imposto sindical obrigatório, que irrigava com fartos recursos dezenas de entidades, que pararam de ter essa fonte de recursos. E essas entidades, muitas delas, essas 40 que agora nós investigamos, migraram para o esquema que a Contag já fazia, de assalto aos aposentados do INSS.

A partir disso, quando aumenta o volume de entidades tentando ou se beneficiando do que ficou famoso e conhecido como a roubalheira no INSS dos aposentados, começa a ter notícias de jornal. E aí a Dra. Eliane Viegas, diante das denúncias, faz um trabalho de excelência. E está claro, Doutora, está muito claro que todas as indicações ou quase todas que vocês fizeram não foram atendidas. E, se foi agora, ou ontem, ou amanhã, isso vai ficar claro, como está claro que, no Governo anterior do Presidente Bolsonaro, quando isso começou a vir à tona, os decretos e as medidas que ele adotou, que o Governo dele adotou, para combater a fraude, eles não são narrativas, eles são fatos – como fatos de que explodiram tudo isso, ao invés de serem contidas e diminuídas, a partir da volta ao Governo pelo quinto mandato do PT à frente da Presidência da República. Como disse o nobre Relator Alfredo Gaspar, nós saímos de menos de bi para estourar em bilhões, né? Sabe-se lá onde isso vai chegar.

Então, a operação está clara, são entidades que sobrevivem com dinheiro público, e muitas delas, quando tiveram o imposto sindical obrigatório anulado, terminado, migraram para esse esquema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero, por fim, concordar com o Senador Rogerio Marinho. É incrível, é Senador do PT, Líder do PT, mas concordo, porque ele fez uma fala e foi até o final, meu...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – Rogério Carvalho, desculpa. Rogério Carvalho, desculpa.

Mas ele fez uma fala, o Rogério Carvalho, e ele não usou da artimanha da esquerda, que sempre faz uma fala genérica para depois acusar o Governo passado e defender o Governo atual, inclusive fazendo prejulgamentos. Não, ele disse que nós estamos aqui, nobre Relator, para apurar o que aconteceu. E eu acho até, Dra. Eliane, que a tarefa do Relator não será tão difícil, porque tem uma coisa que, para lá de narrativas, está clara para todo mundo: houve um assalto, houve um roubo de milhões de brasileiros aposentados do INSS, pessoas humildes, vulneráveis. O desconto indevido e o consignado que não foi autorizado foram comida que faltou na mesa de milhões de brasileiros humildes, e isso está claro. Eu tenho confiança absoluta de que tudo isso vai deixar de ser narrativa no relatório que o nosso Deputado e Relator Alfredo fará.

Começa a chegar aos nossos conhecimentos que ONGs ligadas ao meio ambiente ou pseudoambiente na Amazônia brasileira – eu sou um homem da Amazônia, sou um homem do Norte – também teriam feito parcerias com algumas dessas entidades e que indígenas que foram lesados no mesmo esquema que está nacionalmente conhecido teriam alguma participação.

Então, eu queria fazer algumas perguntas. E, se possível – vou fazer de uma vez –, se possível, Dra. Eliane, anote para depois fazer as observações que considerar necessárias.

A AGU tem ou teve conhecimento...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – A CGU, desculpe, tem conhecimento de que ONGs que se apresentam como defensoras dos povos indígenas, na prática, estariam também fraudando solicitações de desconto, inclusive até retendo cartões dos indígenas, muitos dos quais sequer sabendo que receberiam aposentadorias ou pensões, e fazendo repasse desses valores para associações? Portanto, tem conhecimento dessa ligação de algumas associações com ONGs especificamente ligadas à questão indígena na Amazônia brasileira?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E mais duas, Dra. Eliane.

Durante a auditoria, a senhora ou a sua equipe enfrentou dificuldades de acesso a informações, atraso ou tentativa de obstrução?

E a terceira e última: quais recomendações importantes a CGU fez que não foram acatadas, pelo menos até o momento, pelo INSS, e por quê?

E aí eu termino fazendo algo que aprendi ao longo da vida. Muitas vezes, a gente não agradece quando é atendido e, muitas vezes, a gente não reconhece quando alguém faz um grande trabalho. É sempre mais fácil fazer a crítica. Eu quero, então, Dra. Eliane, dizer que a senhora honra o Brasil, honra os brasileiros, porque todo esse esquema não foi possível ser realizado até o momento sem cumplicidade meio que geral, mas sempre tem algumas pessoas que insurgem contra isso. Então, o Brasil se sente honrado pelo seu trabalho. Com certeza, a sua família e as pessoas que a conhecem se sentem honrados pela sua tenacidade, por ter feito um trabalho profissional, sem nenhuma ligação ideológica, partidária com quem quer que seja. E o seu trabalho, finalmente, vai ajudar a apontar todas as entidades, quem lucrou com isso, quais são os responsáveis e culpados para que eles possam pagar pelo crime cometido.

Eu fui Primeiro-Secretário da Câmara Federal. Naquele momento, eu percebi, ao conhecer esses servidores, que a imagem que muitos têm do serviço público brasileiro não é... E é um pecado generalizar, porque eu conheci funcionários da Câmara Federal que vestiam e vestem a camisa, sem horário para trabalhar, muitas vezes levando para casa até fim de semana, trabalhando para poder ajudar a Casa a funcionar. Hoje, eu vejo de novo funcionários do Estado brasileiro – não é de Governo – fazendo o mesmo trabalho com o mesmo empenho. Então, eu quero aqui deixar o meu reconhecimento, como brasileiro, a minha gratidão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – Vou terminar, Sr. Presidente. Eu que reclamei do tempo não posso exceder. Eu vou terminar no um minuto da tolerância de V. Exa.

Então, eu quero ao final deixar aqui a minha gratidão e o meu reconhecimento pelo trabalho que a senhora teve à frente de uma equipe que vai ajudar e está ajudando o Brasil a identificar os fraudadores, os que roubaram, os que se beneficiaram, porque serão punidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA (Para depor.) – Bom, eu vou começar pelo final. Esses servidores da CGU tiveram um mesmo objetivo – acredito que é o objetivo desta CPMI –, que é identificar o beneficiário que estava sendo lesado nesse processo. Então, esse sempre foi o nosso norte. O trabalho não foi fácil, mas ele teve isso como um norte.

Especificamente, em relação ao conhecimento de ONGs que se apresentam como defensoras dos indígenas e que retêm os cartões, nós não temos conhecimento. Está anotado aqui, a Senadora Damares Alves já tinha comentado – está anotado como um ponto de atenção.

Em relação à auditoria, dificuldades de acesso à informação, sim, tivemos todo tipo de dificuldade para acesso a todo tipo de informação.

Em relação às recomendações importantes, ainda existem muitas providências a serem adotadas, mas duas recomendações se impuseram, até por conta da operação, que foi a suspensão dos ACTs e aí a restituição aos beneficiários e a não realização de novos descontos, mas são medidas que vieram somente a partir da operação.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Senador, gostaria de fazer a conclusão?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – Sr. Presidente, só digo que nós vamos fazer... Já tem, nas suas mãos, requerimento da Senadora Damares para fazermos diligência na Amazônia, para ouvir as lideranças indígenas, para elucidar se tem ou não relação de alguma dessas entidades também com ONGs, lesando os indígenas da Amazônia.

No mais, digo muito obrigado, mais uma vez, e fica claro, na sua fala final, que só foram tomadas atitudes quando a bolha estourou e todo mundo ficou sabendo, a denúncia já era pública.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Antes de passar a palavra para a Deputada Adriana Ventura, eu quero, mais uma vez confirmar, que, contrariamente ao que está sendo noticiado, esta Casa conseguiu intimar o Antônio Antunes, Careca do INSS, e o Camisotti. E há uma confirmação de que essas tão esperadas oitivas, que são com personagens importantes para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

esta CPMI, serão Antônio Antunes, o Careca do INSS, no dia 15 de setembro, e o Camisotti no dia 18 de setembro.

Com a palavra a querida Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Para interpelar.) – Seja bem-vinda, Sra. Eliane. Eu já te cumprimentei hoje, já te agradeci pelo trabalho. Eu vou fazer perguntas muito objetivas, porque, assim, eu prefiro: pergunta-resposta, até para... Se puder ser "sim" e "não", até para eu entender, porque tem uma linha cronológica que eu quero montar na minha cabeça. E é especificamente acerca de ter alguns períodos que são muito chaves, seja por conta de reuniões feitas na CGU, ou por causa de envios, ou por causa de ofícios.

Então, assim, em novembro, especificamente, no dia 16 de novembro, a senhora mandou um ofício para o delegado Bruno, né? Inclusive, ele já veio a esta Comissão, já conversou com os Parlamentares, e ele mesmo disse que esse ofício foi um dos eventos principais para a abertura do inquérito. E, nesse ofício, foi alertado da inércia do INSS sobre riscos desses descontos. Então, é um bom serviço que você fez à nação.

Mas a minha pergunta é assim: eu gostaria de saber por que a senhora enviou esse ofício, que, se eu não estou enganada, é o 17.486, diretamente para a Polícia Federal, sem passar pelas chefias hierárquicas da Controladoria-Geral da União? A minha pergunta é: esse encaminhamento é comum ser direto? Como que é isso? Ou eu entendi errado?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA (Para depor.) – Vou tentar só fazer uma amarração. Eu não sei especificamente que ofício é esse; então, eu não consigo delimitar no tempo.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – É um de novembro de 2024. Foi após uma reunião feita, onde estava o Stefanutto, você, o Jucimar do INSS, o Diretor de Benefícios, o Vanderlei, e o Virgílio Oliveira Filho, que era o Procurador-Geral. Foi feita uma reunião, e, depois desta reunião, foi enviado um ofício para a Polícia Federal, alertando dessa inércia do INSS, o.k.? Eu sei que foi da CGU; eu pensei que fosse da senhora, eu só estou confirmando.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Não...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para estabelecer por conta de novembro... Por isso que nós já tínhamos tratativas anteriores. Nós temos uma área específica na CGU que, sempre que iniciamos qualquer contato com a polícia, ele é feito por meio dessa área. E ele foi feito, mas ele foi feito antes.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Ah, tá!

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Por isso que eu falei da data do ofício. E, a partir daí, de estabelecida essa parceria entre os dois órgãos, nós trocamos informações. Então, o caminho de saída da CGU é essa área específica que faz as interlocuções com a polícia, e aí, a partir de estabelecimento dessa comunicação, as áreas técnicas fazem essas conversas. E aí, se é o ofício que eu imagino, é um ofício pós-reunião que tivemos no INSS tratando das recomendações não atendidas.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Isso.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Então é isso. Já estávamos em reunião...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – É reunião de andamento de implementação de recomendações da CGU, descontos associativos

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – É isso.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – É exatamente isso.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Foi exatamente isso. O marco, o relatório final foi no final de agosto para o INSS. O assunto gravíssimo, sem providência nenhuma, sem resposta nenhuma, sem interlocução nenhuma. Fizemos uma reunião com o Presidente do INSS pela relevância. A partir daí, nós encaminhamos para a Polícia Federal, como estávamos encaminhando todos os documentos das interlocuções deste trabalho.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Então, só confirmando: houve, na verdade... O seu chefe hierárquico, se eu não estou enganada, era o Ronald Balbi, se eu não estou enganada, e o Ministro da CGU também estava informado. Então os dois estavam informados disso e tinham ciência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Não. Quando a gente trabalha em parceria com a polícia, a gente estabelece a parceria na área técnica.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Está certo, está bom.

Depois... Eu vou voltar um pouquinho para trás. Em agosto agora, em agosto de 2024, dentro dessa linha do tempo, a senhora participou de uma reunião com o ex-Presidente do INSS Alexandre Stefanutto, e o nome da reunião era "Busca conjunta de soluções, descontos de mensalidades associativas do INSS". É o que está inclusive ali no e-Agendas e tal.

Então, antes da reunião... Objetivamente, eu queria saber se, antes da reunião, a Controladoria-Geral da União já tinha uma versão preliminar do relatório de auditoria. Se vocês vão fazer uma reunião, provavelmente, é lógico que vocês tenham um relatório preliminar para chegar à reunião, certo?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Sim. O relatório, se não me engano, é do dia 23 de julho.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – E a minha pergunta é: por que depois dessa descoberta de 97% da amostra com desconto irregular não foi recomendada a sustação desse desconto de forma imediata?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Nós tínhamos o argumento sempre e que nós não tínhamos... Eu não sei se são evidências, mas eu não tem como contrapor que isso não tinha à época. O argumento do INSS é: eu vou deixar os meus aposentados sem plano de saúde, sem auxílio-funeral. Essas entidades estão provendo isso ao aposentado. Nós ainda estávamos recolhendo documentos junto às entidades para entender se eles não tinham mesmo esses contratos de prestação de serviço que pudessem prover esse serviço para os aposentados. Por mais que exista uma hipótese... Por mais que existisse à época uma hipótese de que não existiriam esses contratos de prestação de serviço, nós ainda estávamos analisando esta parte específica. E o argumento era esse.

Então, o que é que nós trouxemos? Para aquelas entidades que foram visitadas e nas quais identificamos problemas, sim, que eles interrompessem naquele momento os descontos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Hum-hum. Eu entendi que existia essa cooperação direta da área técnica com a polícia, mas em relação a todo esse acontecimento, naquele momento específico que a gente está falando desta reunião, a senhora informava o seu superior hierárquico direto sobre a gravidade do problema, que era relacionado a esses descontos, sobre os prejuízos que poderiam dar para os beneficiários? Esse comunicado existia de uma maneira clara?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Sim, o Secretário conhecia a versão preliminar do relatório e ele participou da reunião de busca conjunta de soluções no INSS.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – E a minha pergunta, eu acho que a senhora já falou, porque eu ia perguntar se você fez uma reunião com o Ministro da Controladoria sobre a gravidade do assunto, mas você já falou que vocês informaram o Ministro, certo? Está correto isso?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – Do INSS.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Desculpe, não... Eu perguntei se o Ministro da CGU, da Controladoria-Geral da União, foi informado dessa gravidade, desta reunião; se você fez uma reunião com ele, específico, ou se o assunto foi levado a ele pelo seu superior.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu, especificamente, não levei o assunto ao Ministro. Eu só tratei deste assunto com o Ministro na véspera da operação para falar do relatório. Só.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Hum-hum. Mas é crível a gente imaginar que, dada a gravidade, os acontecimentos e o relatório, o Ministro, com certeza, sabia?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – É possível.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – A partir do final de março de 2023, a gente viu que o jornal *Metrópoles* começou a divulgar uma série de reportagens relacionadas a essas fraudes, e eu pergunto: a Controladoria-Geral da União – é só para reforçar, porque tem uma coisa, assim, que... esse trabalho mais dedicado de auditoria sobre a questão de fraudes nos descontos associativos começou a ficar mais sério, mais dedicado depois dessas reportagens?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – O sinal de alerta que nós tínhamos, ele veio quando fizemos o mapeamento da parte de consignações na folha de pagamentos do INSS, que vem junto: descontos e empréstimos consignados.

Nós estávamos tratando, sim, os empréstimos consignados e tínhamos um relatório do TCU, já nessa época, dizendo da gravidade. E aí, na sequência, nós iniciamos o trabalho e, sim, utilizamos as informações do *Metrópoles*, mas nós a essa época já tínhamos um relatório do próprio TCU tratando do assunto.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – E uma outra pergunta que eu também queria... porque, assim, você comentou que, a partir de 2019, a área em que a senhora trabalha passou a ter um foco muito mais forte em previdência, tal. Você confirma essa informação?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Sim.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – E, então, é possível dizer que, a partir de 2019, a CGU estava melhor estruturada para investigar esse tipo de fraude relacionada à previdência?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu não sei se a palavra é "estruturada", mas tinha um foco maior.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Tinha um foco maior. E com esse foco maior em previdência, é natural que problemas relacionados à previdência, que antes pudessem passar, assim, batidos, viessem à tona de uma forma mais clara, porque tinha um departamento específico?

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Nós tínhamos uma equipe de trabalho maior, que aí podia, então, se dedicar a mais trabalhos na área de previdência.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Então, eu quero agradecer a sua presença. Eu já fiz esse agradecimento, porque é muito bom a gente ver uma servidora que serve ao país com essa clareza, com essa... fazendo o que é correto, pontuando. Então, eu te agradeço bastante pela tua postura. Eu gostaria muito que a gente... que realmente essa fosse a postura de todos que servissem à nação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada, tá, Eliane?

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Agradeço à Deputada Adriana Ventura.

Passo agora a palavra para o Deputado Marcel van Hattem, por dez minutos.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para interpelar.) – Bom, Sr. Presidente, eu quero saudar aqui V. Exa.; também o Relator, Deputado Alfredo Gaspar, que já fez importantes e percucientes perguntas; e também a testemunha, Sra. Eliane Viegas Mota, não apenas pela presença e pela contribuição que está dando a esta CPI, mas também pelo trabalho que desempenhou dentro da CGU e que continua desempenhando.

Quero começar por aí, porque o trabalho foi muito bem-feito. Nós temos dados, nós temos uma série de provas do crime bárbaro, hediondo, que foi cometido contra aposentados.

O que nos interessa aqui, Dra. Eliane, é chegar aos maiores beneficiários, porque nós sabemos que muitos dos que se beneficiaram nas instâncias inferiores já estão, inclusive, graças ao trabalho nosso da CPI, com prisão preventiva solicitada ao Supremo Tribunal Federal, mas nós queremos chegar também ao âmbito político. Como é que houve esse apagão? E, de certa forma, teve um apagão institucional sim.

O Deputado Alfredo Gaspar lamentou, com razão, que muitas instituições, vendo que esse crime e outros ocorrem há anos, não agiram a tempo, mas também como ocorreu essa suposta omissão ou conivência, cumplicidade e até beneficiamento de pessoas em altos escalões dos governos da nossa República.

Então, quero começar aqui apresentando esse gráfico, que está no seu trabalho e está no trabalho da CGU, com a evolução do quantitativo de solicitações de exclusão de descontos de mensalidades associativas.

Aqui não interessa a narrativa – ter oposição e situação é normal –, mas eu quero lembrar que o primeiro dado que a senhora disse foi de abril de 2024 e confere aqui com o número apresentado: foram 945 solicitações de exclusão de descontos de mensalidades associativas de pessoas que não reconheciam aqueles descontos que eram feitos. Certo? Novecentos e quarenta e cinco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem era o Presidente da República naquele ano em que 945 pessoas solicitaram exclusão de descontos de mensalidades associativas que não reconheciam, Dra. Eliane?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Isso em janeiro de 2022?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, abril de 2022. A senhora mesmo trouxe o nome. Quem era o Presidente da República?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Jair Bolsonaro.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Jair Bolsonaro.

Aí, a senhora trouxe outro número, de abril de 2023: 19.562 pessoas solicitaram exclusão de descontos, e bate exatamente com os números aqui.

Eu pergunto à senhora: quem era o Presidente da República, em abril de 2023?

Quem era o Presidente da República, em abril de 2023?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Lula.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Lula.

Foram 945, no Bolsonaro; 19.562, no Governo Lula.

Depois a senhora falou de novo em abril de 2024, e o número aqui é exatamente o mesmo que a senhora mostrou: 192 mil pessoas disseram que não reconheciam os descontos associativos. A senhora respondeu o Relator com esse número, o Relator confirmou. Está tudo aqui no relatório.

Quem era o Presidente da República, em abril de 2024, Dra. Eliane?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Presidente Lula.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Lula.

Foram 945, menos de mil, na época do Presidente Bolsonaro. E não estou dizendo que está certo, não; está errado! Qualquer pessoa que não reconhece e está lá o desconto feito está sendo prejudicada e lesada, não importa quem é o Presidente da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, o estouro apresentado pelo trabalho da CGU demonstra que, no Governo Lula, saltou de 945 pessoas, enquanto 300 reconheciam – então, para cada uma que reconhecia, três não reconheciam –, para 19 mil pessoas... Perdão... Em abril a senhora falou, né? É, são 19 mil pessoas em 2023 que não reconheciam, face a 2,4 mil pessoas que reconheciam. Isso quer dizer que, para cada oito pessoas que não reconheciam, uma reconhecia; ou seja, saltou à proporção, de um para três, para um para oito.

E, depois, em abril de 2024, uma explosão total, descontrole e roubalheira... A senhora disse que quem era o Presidente? Lula. Cento e noventa e dois mil e quinhentos e dezenove beneficiários do INSS diziam não reconhecer os descontos, enquanto 6.568 diziam reconhecer.

Aliás, Relator, eu acho interessante esse dado, porque 6,5 mil diziam reconhecer, mas lembre que, em 2019, eram 300. Eu não tenho dúvida de que muitos acabam reconhecendo – aqui, é até uma sugestão minha de investigação –, para se livrar da situação. "Tá, talvez até eu lá autorizei, mas tire isso da minha folha".

Mas olhem a diferença: 192 mil contra 6,5 mil.

Isso dá uma diferença de 30 vezes. Eu fiz o cálculo de cabeça rápido aqui e espero não ter errado, mas, para cada um que reconhecia, 30 não reconheciam. E esse trabalho foi graças à CGU e graças a outros órgãos que agiram, também ao advogado que esteve aqui, conosco, na semana passada.

E eu queria voltar à pergunta de quando se iniciou esse trabalho da CGU, Dra. Eliane.

Qual foi a data em que vocês começaram esse trabalho?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – O trabalho específico dos descontos associativos?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Desse relatório aqui. Exatamente. Dos descontos dos associados.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Nós iniciamos o planejamento do trabalho no início de 2024, em janeiro de 2024.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Início de 2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em algum momento, a senhora disse que a CGU só comunicou o INSS ou comunicou o INSS, teve todo o trabalho, fez o relatório, apresentou, etc... Comunicou o INSS em julho de 2024, certo?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Os resultados do trabalho sim, mas as interlocuções que vêm sendo feitas, ao longo do caminho, vão sinalizando os problemas.

A gente comunica. Por exemplo: encaminhamos ofício ao diretor de benefícios, indicando que as entidades não nos disponibilizavam documentos, pedindo apoio para que eles solicitassem às entidades; solicitamos fichas de filiação tanto à entidade quanto a autorização de desconto e documentos de identificação dos beneficiários, que é a documentação hábil para autorizar os descontos, e, se não recebemos, comunicamos o diretor de benefícios também.

Então, assim, quando se traz o relatório lá em julho... Na verdade, no início de julho se traz a nota de auditoria, que já reflete, em grande medida, o que vem no relatório depois, ao longo de todo o percurso, nós temos várias interlocuções.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Certo.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – E, aí, eu queria deixar aqui muito clara uma reunião que teve no dia 8 de maio, do GTI Previdência; foi uma reunião específica para tratar de descontos associativos, por tudo o que vínhamos relatando a respeito... Inclusive, na reunião anterior do GTI foi quando eu trouxe os resultados que já nós já tínhamos, em que 100% dos aposentados entrevistados de diferentes entidades estavam reportando que não tinham descontos implementados.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Pois bem...

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Então, assim, por mais que o relatório traga um resultado preliminar, como o relatório no final de julho, as interlocuções vinham sendo feitas ao longo do trabalho com muita contundência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – A senhora pode dizer que o Ministro Vinícius Carvalho teve conhecimento desse relatório em julho de 2024?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Não consigo afirmar. Eu não conversei com ele a respeito desse relatório e eu não consigo afirmar.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – A senhora não sabe, mas é um relatório assinado pela CGU. Ou seja, sai de dentro do órgão que é de responsabilidade do Ministro Vinícius Carvalho.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Mas essa é a praxe. Os documentos de auditoria e de fiscalização são concluídos na área técnica, encaminhados pela área técnica.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas é público?

Depois, em julho de 2024, quando houve essa comunicação ao INSS, tornou-se público esse relatório?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – O relatório estava no INSS e no Ministério da Previdência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Quem era o seu Coordenador ou o seu superior imediato à época?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – O Secretário Federal de Controle Interno.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Como se chama?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Ronald Balbe.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E ele soube desse relatório?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Ele soube do envio do relatório. Ele foi comunicado. Ele participou da reunião de busca conjunta.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E quem está acima dele?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Ele responde ao Ministro.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O Ministro está acima dele. Responde ao Ministro.

Então, Sr. Relator...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como se chama, mais uma vez, o seu superior? Ronald?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Balbe.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Relator, o Coordenador soube. A pergunta é se levou ao Ministro.

Eu pergunto, sabe por que, se levou ao Ministro? Porque houve, depois, uma reunião de ministros em agosto de 2024.

A senhora tem conhecimento disso?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E outra em dezembro de 2024. A senhora tem conhecimento?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas o Ministro certamente teve conhecimento, porque ele não só é convidado, como ele precisa participar, e eu imagino que tenha participado.

Eu me pergunto, Sr. Presidente e Sr. Relator: se chegou ao conhecimento do Ministro, por meio do seu superior, essa informação, para que ele compartilhasse com os demais ministros e o próprio Presidente da República...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... a roubalheira que estava acontecendo no INSS, porque a gente precisa chegar lá, Sr. Relator. Porque, se o superior dela soube, ela fez tudo certinho. A servidora agiu corretamente: informou ao superior... Aliás, um grupo de coordenação interna do CGU.

Esse superior informou ao Ministro? O Ministro levou às reuniões ministeriais de agosto e de dezembro ou ele prevaricou? Ou o seu subordinado imediato?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa pergunta vai ficar no ar, mas nós precisamos saber por que o Governo Lula demorou, desde 2024, quando o Presidente do INSS já tinha as informações, para tomar uma atitude, depois da operação da Polícia Federal, em 2025.

E a senhora trouxe outra informação relevante, que também nos foi apresentada pela Defensora Pública Patrícia Bettin, do grupo de trabalho, e eu perguntei à Dra. Bettin se ela havia questionado a finalização daquele grupo de trabalho, que, depois do escândalo, na minha opinião, deveria justamente ter-se debruçado mais, e não continuar suas atividades.

A senhora sabe por que foi encerrado aquele grupo de trabalho?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu tenho a documentação. Eu posso pegar aqui.

Nós recebemos uma comunicação formal de que o grupo estava sendo encerrado – eu vou pegar –, mas existe uma resolução – parece-me, pelo que foi escrito no ofício – do Ministério Público Federal, de dezembro de 2024, que não mais constituiria grupos de trabalho com outras instituições, e nós, então, recebemos a comunicação de que o grupo de trabalho tinha sido encerrado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Quem era o coordenador do grupo de trabalho?

Com a tolerância de V. Exa., 30 segundos.

Quem era o coordenador do grupo de trabalho?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – A Procuradora Zélia Pierdoná.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Presidente, Sr. Relator, eu gostaria de solicitar também a Procuradora Zélia Pierdoná.

Eu acho muito importante que ela também venha a esta Comissão, até para explicar o que esse grupo de trabalho fez e por que motivo, justo depois de eclodir todo o escândalo, decidiu-se por encerrar os seus trabalhos, porque era um momento justamente de continuar e fazer com que se chegasse até o fim, porque, hoje, quem está fazendo, pelo grupo e pelo Brasil, é esta CPI, para investigar e punir os responsáveis pelo roubo dos aposentados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez, parabéns pelo seu trabalho, Dra. Eliane. Muito obrigado pelos esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Só um complemento à Sra. Eliane.

A senhora entende que alguma autoridade, seja do INSS, seja de algum ministério, prevaricou, segundo a sua avaliação técnica, com base em ofícios, notificações, cientificações?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu não tenho como fazer essa avaliação.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Obrigado.

Quero só registrar que foi dado um prazo além para o Deputado Marcelo Van Hatten, e essas prorrogações... Como é que eu tenho avaliado caso a caso? Nosso objetivo aqui não é ver quem fala mais. Nosso objetivo aqui é, de fato, encontrar respostas, solucionar problemas, prender quem cometeu crimes e devolver o dinheiro de quem foi roubado. Então, essa prorrogação respeita exatamente esse critério.

Passo a palavra agora para a Deputada Coronel Fernanda, por dez minutos.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT. Para interpelar.) – Presidente, eu vou direto às perguntas.

Sra. Eliane, o Relator fez vários questionamentos hoje pela manhã e falou muito da Contag. Eu gostaria de fazer quase próximo àquelas perguntas, mas voltadas para a Associação Sindnapi.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Sim.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – A senhora sabe me dizer se ela está no rol das instituições em que foram identificadas irregularidades?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA (Para depor.) – Como foi ponderado hoje pela manhã com o Relator, nos relatórios de auditoria, com os procedimentos que foram aplicados, nós identificamos que, em relação a todas as entidades...

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Não. Eu quero, especialmente, só sobre essa instituição, tá? Só a Sindnapi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Nós identificamos que, em relação a todas elas, existiam impropriedades.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – A senhora falou que fez uma verificação *in loco*, ouvindo pessoas que tiveram descontos indevidos. Em relação à Sindnapi, quantas pessoas a senhora ouviu e quantas dessas pessoas declararam que não autorizaram os descontos?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu vou pegar o relatório para poder responder.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Por favor.

E qual é o volume de recurso que foi repassado para a Sindnapi desde 2015 – porque o relatório de vocês está baseado em 2015 – até o presente momento? (*Pausa.*)

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Em relação à Sindnapi, no relatório, na p. 20, quantidade de descontos da amostra 26, quantidade de descontos não autorizados da amostra 20, percentual: 76,9%.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Em virtude disso... E qual foi o valor que eles arrecadaram nesse período todo?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu vou pegar aqui em outra planilha. Só um instante. (*Pausa.*)

Eu preciso da planilha que tem os valores. (*Pausa.*)

Quinhentos e setenta e seis milhões.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Quinhentos e setenta e seis milhões.

Diante dessas informações que a senhora teve aí, 76% das pessoas que estavam recebendo seus descontos de forma indevida...

A senhora tem conhecimento de que o irmão do Presidente Lula faz parte da diretoria desse sindicato?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Nós tomamos conhecimento posteriormente à operação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – A senhora sabe me dizer se esse sindicato foi uma das instituições que questionou o relatório da CGU?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Não sei dizer.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – A senhora sabe me dizer se, diante das denúncias e do que foi informado, porque a senhora já informou que encaminhou o relatório para as autoridades competentes... A senhora entende que houve um benefício dessa instituição e das instituições ligadas ao atual Governo? Porque são quarenta instituições, e cinco que estranhamente são ligadas diretamente ao Governo continuaram, tiveram alguns benefícios. Não houve um tratamento de forma isonômica em relação às quarenta. A senhora concorda comigo?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu não posso fazer essa avaliação. O que eu sei é que...

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – A senhora solicitou a suspensão dessas instituições?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu tenho que conferir quais foram as recomendações do relatório, mas, do primeiro relatório, nós tínhamos visitado oito entidades. Em relação às oito entidades inicialmente visitadas, nós fizemos uma série de recomendações. Depois, no relatório atual, que foi publicado no dia da operação, nós, então, trouxemos outras recomendações em que a gente fala da totalidade dos ACTs. Quando nós fizemos o relatório, o primeiro deles, nós falamos de oito entidades e trouxemos recomendações para as oito entidades das quais falamos; depois, nos outros relatórios, nós falamos de todas as outras e as recomendações foram amplas para todas as outras.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Essa entidade está entre essas oito?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu vou ter que ver.

Aqui é o primeiro relatório. Primeiro, primeiro, primeiro. (*Pausa.*)

Deixa eu trazer uma outra questão. Anterior ao relatório, eu tenho a nota de auditoria, que fala as mesmas entidades do relatório. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – E aí vou aproveitando... A senhora... Depois de essas entidades serem identificadas e de serem identificadas essas alterações, essas discrepâncias, a senhora chegou a sofrer alguma retaliação? A senhora se sentiu intimidada? Teve alguma situação dentro da CGU ou fora da CGU?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu não senti... Não sofri nenhum tipo de retaliação interna à CGU, mas é uma situação que preocupa, porque é um desvio de recursos muito grande. Mas eu não tive nenhum tipo de retaliação interna à CGU de forma nenhuma e não posso falar que tive externa, mas é uma situação preocupante.

E, respondendo ao seu questionamento anterior, sim, a entidade estava entre as oito.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Diante de a entidade estar entre as oito, mais uma vez, a senhora, com a experiência que a senhora tem, a competência que a senhora tem, poderia me dizer que, se a senhora tivesse o poder de decisão para colocar o ponto final nisso, a senhora teria suspendido imediatamente o ACT dessas instituições?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Nós, na CGU, trazemos o resultado do nosso trabalho nos relatórios de auditoria, e o relatório de auditoria que foi produzido, o segundo deles, recomenda a suspensão da totalidade dos ACTs e que seja avaliada a pertinência, então, de não mais assinar esse tipo de acordo para o desconto em folha de pagamentos do INSS.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – E por que... A senhora sabe me dizer o que a senhora entende? O que aconteceu que elas não foram suspensas imediatamente e só foram suspensas agora? Na sua visão, na sua experiência, por que essas instituições, a Sindnapi, a Contag e essas outras que são ligadas ao atual Governo não tiveram, de forma imediata, a suspensão ao mesmo tempo em que as pequenas associações ou as associações laranja tiveram os seus ACTs suspensos? Por que essa diferença de tratamento? A senhora saberia me dizer?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Os ACTs foram suspensos, administrativamente, todos no mesmo momento. Tem uma resolução do INSS, pós operação. A operação foi no dia 23 de abril, foi até o final de abril – não sei exatamente qual foi o dia, eu acho que foi dia 28, não tenho certeza –, mas houve uma decisão pela suspensão da totalidade dos ACTs e dos descontos vinculados a eles.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – A senhora percebeu, desde o início da sua... do trabalho da relatoria, que havia inconsistências. Qual foi a orientação da CGU para que essas pessoas que foram lesadas pudessem receber de forma imediata o recurso que lhes foi retirado? Qual foi a orientação para o INSS?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Em todos os momentos em que nós atuamos junto ao INSS, nós buscamos a suspensão desses acordos, e a manifestação do INSS é que não tinha como interferir porque se tratava...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – ... de um acordo entre privados. Então...

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Repita para mim novamente isso, por favor.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Que se tratava de um acordo entre privados, e por esse motivo ele não poderia interferir.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – E, para terminar, essa instituição lhe encaminhou os serviços e lhe informou quais eram os serviços que eles prestavam para essas pessoas?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu preciso verificar, mas uma quantidade de entidades – eu não sei precisar quantas – não encaminhou documentos, outras encaminharam parcialmente, isso está no relatório, e eu não sei dizer, sem olhar para os documentos que subsidiaram o relatório, quais foram os documentos encaminhados e aqueles não encaminhados para aquelas que encaminharam parcialmente. Mas temos como recuperar essa informação. Mas, como regra geral, nós não tivemos acesso a documentos das entidades que dessem conta dos serviços que eram por elas prestados.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Presidente, só mais uma pergunta.

Eu gostaria de saber da senhora... Nós já sabemos que foram identificados problemas, mas, após a ação que afastou o Presidente, da época, do INSS, a CGU está acompanhando a devolução dos valores a essas pessoas? Porque o Governo Federal noticiou que estariam pagando,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

devolvendo às pessoas que fizessem um acordo, aceitassem aquele pedido de acordo. A senhora está acompanhando esse pagamento? Aquele termo que foi colocado pelo INSS passou pela CGU? A senhora concorda com aquele termo?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Especificamente de qual termo?

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Do termo para que não haja ação judicial para que ela possa receber os valores que foram descontados indevidamente.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Esse é o acordo, e a CGU não participou da negociação desse acordo.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Mas está acompanhando os pagamentos?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – O que nós fizemos em algumas interlocuções... Quatro ou cinco reuniões com INSS, Dataprev e CGU, para definir que validações mínimas poderiam ser feitas em relação às documentações que estavam sendo apresentadas, para identificar como, a partir dali então, processar as restituições.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Já tem algum relatório pronto disso?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Na CGU, não, mas nós, na CGU, não estamos fazendo uma auditoria. Nós fizemos uma interlocução com os dois órgãos para definir o que nós entendíamos, tecnicamente, que seriam alternativas viáveis para as avaliações a serem feitas.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Obrigada, Presidente.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem.

Apenas para consignar em ata que a recomendação da CGU para suspensão cautelar dos descontos está, Doutora, na pág. 25, no item 5. Não deu tempo de a senhora folhear. Apenas para consignar para que os colegas acompanhem.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Agradeço à Senadora Damares...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço à Senadora Damares, agradeço à Deputada Coronel Fernanda, que teve o tempo necessário para fazer seus questionamentos.

Eu vou suspender a reunião por cinco minutos a pedido da Sra. Eliane Viegas Mota, e a gente retoma...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Na sequência, quem é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Na sequência, a Senadora Tereza Cristina e o Senador Randolfe...

Para que todos se organizem, na seguinte ordem: Senadora Tereza Cristina; Senador Randolfe; Senador Mário Heringer, que trocou com o Deputado Alencar Santana; Senador Coronel Chrisóstomo; Senador Jorge Seif; Deputado Castro Neto; Deputado Ricardo Maia; Senadora Leila Barros; e os suplentes: Zé Trovão, Deputado Luiz Lima, Deputado Paulo Pimenta, Deputado Mauricio Marcon, Deputada Bia Kicis, Senador Beto Faro, Deputado Kim Kataguiri e, por fim, Deputado Fernando Rodolfo.

Então, vamos suspender por cinco...

Perdão... Tem os não membros que levantaram a mão ali, com toda a razão, que jamais serão esquecidos: Deputado José Medeiros e Deputado Evair de Melo.

Suspendo a sessão por cinco minutos.

(*Soa a campainha.*)

(Suspensa às 16 horas e 53 minutos, a reunião é reaberta às 17 horas e 02 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Declaro reaberta a reunião, intervalo breve de cinco minutinhos.

Passo, de imediato, a palavra para a Senadora Tereza Cristina por dez minutos.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco/PP - MS. Para interpelar.) – Quero cumprimentar aqui a Dra. Eliane Viegas Mota e agradecer o trabalho, que é a sua função, mas que foi tão bem-feito numa situação em que o Brasil passou a conhecer uma fraude bilionária, principalmente contra os mais desfavorecidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu sei que a senhora está cansada, são muitas perguntas, mas eu queria ir logo ao ponto.

Hoje, eu vi aqui várias falas, e parece que todos nos concentramos, hoje, em falar sobre os aposentados da área rural – falar sobre Contag, Conafer e outras entidades que trabalham com o trabalhador rural. E eu fico muito preocupada, porque, realmente, a Contag é uma instituição antiga, uma instituição que traz muitos benefícios para os produtores rurais, e, quando a gente vê uma fraude como essa no seio de uma instituição que deveria cuidar dos seus associados, a gente vê isso com grande tristeza. E, quando a gente vê uma fraude como essa no seio de uma instituição que deveria cuidar dos seus associados, a gente vê isso com grande tristeza. Esta CPMI não foi feita aqui para nem um lado nem outro; é para apurar realmente essas fraudes e esse roubo em cima de aposentados e pensionistas.

Então eu queria lhe fazer uma pergunta. A senhora liderou os trabalhos da auditoria da CGU que embasariam a Operação Sem Desconto da Polícia Federal e, depois, as ações da AGU nesse escândalo do INSS. Eu gostaria de saber, diante de todos os indícios de fraude que a senhora teve oportunidade de constatar durante o seu trabalho, se a senhora avalia que a Contag, a Conafer, o Sindnap, enfim, outras entidades aí que a senhora mencionou no primeiro momento, que, se não me engano, foram oito, e hoje a gente sabe que tem mais de 40... Mas a Contag não é uma instituição laranja; ela é uma confederação dos agricultores da agricultura familiar. Eu gostaria de saber se elas deveriam estar incluídas na ação cautelar da AGU que pediu o bloqueio de bens de 12 entidades. Em outras palavras, por que, na sua avaliação, essas três entidades, todas investigadas pela Polícia Federal, não foram sancionadas pela atual gestão da AGU? Representantes da própria União não estariam correndo o risco de lesar os cofres públicos? Porque os contribuintes... Porque o contribuinte não pode ser o responsável por pagar o que foi descontado indevidamente no caso dessas instituições que representam os trabalhadores... aposentados rurais. A senhora concorda com isso?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA (Para depor.) – Senadora...

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco/PP - MS) – Se a senhora quiser, eu faço duas perguntas e depois a senhora responde na sequência, como a senhora achar melhor.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Vou responder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco/PP - MS) – O.k.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Senadora Tereza Cristina, eu consigo falar a respeito daquilo que nós vimos e registramos nos relatórios. Identificamos problemas em relação à autorização dos descontos em relação a todas as entidades. Algumas tinham alguma estrutura, outras não tinham, como a senhora pondera, e têm registradas em relatório aquelas de que nós recebemos documentos ou não recebemos documentos. Essa é a opinião que eu consigo dar.

Especificamente, a partir daí, em relação à apuração de responsabilidade dessas entidades especificamente, aí já foge da competência da auditoria especificamente. Aí vai ser apurado pela área da CGU que cuida então dos processos administrativos de responsabilização.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco/PP - MS) – E, segundo relatos da imprensa, a senhora teve uma dezena de reuniões em 2024 com dirigentes do INSS, inclusive com o Presidente Stefanutto. E a senhora teria explicado a eles que os achados da auditoria da CGU indicavam não existir boa-fé na ação dessas entidades, mas não conseguiu convencer a cúpula do INSS a tomar qualquer medida para interromper essa fraude, esse roubo aos aposentados e pensionistas? No dia da Operação Sem Desconto da Polícia Federal, o Sr. Stefanutto, em cuja gestão os descontos ilegais dobraram a cada ano, foi até elogiado pelo então Ministro da Previdência, Sr. Carlos Lupi. A que a senhora atribui esse imobilismo da direção do INSS com tantas evidências? Por que o INSS nada fez durante esses dois anos? Por que ignorou a auditoria da CGU, a fiscalização do TCU e as denúncias que vieram amplamente pela imprensa?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Em relação às reuniões que foram realizadas no exercício de 2024, efetivamente fizemos várias.

Quando trazemos a questão de boa-fé e má-fé, foi uma expressão utilizada exatamente porque ela consta de pareceres técnicos do INSS de que era preciso considerar a boa-fé dessas entidades para superar algumas questões que demandavam alguma análise, e essa análise era superada em função da boa-fé. Então, por isso, boa-fé e má-fé.

Em relação à falta de providências, eu não consigo opinar em relação à motivação. O que nós fizemos sim na auditoria, a partir da falta de providências e da gravidade do tema, foi buscar interlocução com a polícia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco/PP - MS) – Então, diante de todas as reuniões, com a gravidade do tema e, como não vieram ações por parte do INSS, a senhora então tomou providências junto à polícia, é isso, se eu entendi bem? A CGU.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Nós seguimos fazendo auditoria, seguimos fazendo as interlocuções, mas precisamos... considerando o que identificávamos de entidades que estavam implementando descontos que não eram devidos.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco/PP - MS) – Está ótimo. A senhora respondeu à minha pergunta.

Eu espero que esta Comissão possa apurar de maneira isenta. Aqui nós não estamos falando de Governo A, B, C. Nós estamos falando aqui de aposentados e pensionistas que foram lesados, não interessa por quem. Eu acho que essas investigações deverão chegar a resultados para que essas pessoas possam ser punidas, as pessoas que realmente montaram o esquema de fraude que nós vimos aqui na sessão anterior, na oitiva anterior, montaram realmente um esquema para fraudar esses pensionistas. Então, aqui nós estamos para apurar os fatos, doa a quem doer.

Então, muito obrigada pela sua vinda aqui hoje para nos esclarecer os trabalhos que a CGU faz. Eu, quando Ministra, tive muita oportunidade de trabalhar com a CGU em muitas matérias em que a CGU nos ajudou muito, não é? E eu tenho... eu conheço o trabalho de vocês, é um trabalho pelo Estado brasileiro, não é para Governo A ou B. Então, muito obrigada pela sua vinda hoje aqui e os esclarecimentos que a senhora trouxe com esse relatório.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Agradeço à Senadora Tereza Cristina.

Só porque foi solicitado aqui: alguns Parlamentares estão falando BPU, CGU, Advocacia-Geral da União. Tem alguns termos que por equívoco estão mencionando, e aí estão preocupados com a Taquigrafia. Então, é só para realmente lembrar que é Controladoria-Geral da União (CGU), está certo?

Passo a palavra ao Líder Senador Randolfe Rodrigues por dez minutos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. Para interpelar.) – Muitíssimo obrigado, Deputado Duarte, Presidente em exercício desta Comissão. Cumprimento o Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dra. Eliane, Dras. Patrícia e Priscilla, sejam bem-vindas.

Dra. Eliane, a senhora já respondeu, mas só para reiterar: a senhora é servidora de carreira da Controladoria-Geral da União desde quando?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA (Para depor.) – Desde 2020... 2001, desculpa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Desde 2011...

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Desde 2001.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Desde 2001.

Sempre atuou nessa área de benefícios?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Não. Atuo na...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Na área de benefícios desde quando?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Especificamente benefícios, desde 2019, antes também benefícios, mas outras políticas também.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Perfeito. Na diretoria formalizada, desde 2019, não é isso?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Com essa vasta experiência sua nessa área – e eu quero aqui reiterar meus respeitos à senhora, como técnica da CGU, e à Controladoria-Geral da União, como órgão, como já foi dito aqui anteriormente, inclusive pelo colega da oposição, como órgão do Estado brasileiro –, mas, com essa sua experiência e no caso dessa fraude especificamente, é possível afirmar que o número de ACTs evoluiu de modo normal ao longo do tempo ou houve um crescimento anormal? E esse crescimento anormal, a partir de quando ocorreu?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Se identifica um crescimento, a partir, penso eu que a partir de, eu preciso ver o gráfico, 2019, 2020, mas se começa a identificar um crescimento de ACTs...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – A partir de 2019, 2020?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Começa ali e acirra em 2023.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Perfeito.

Mas o crescimento anormal de ACTs, a senhora pode afirmar que é a partir de? Os valores de 2023, mas a assinatura dos ACTs?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Pois é. Eu não sei se eu consigo afirmar que é anormal, a gente tem um crescimento maior...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Tem um crescimento.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – ... ou numa ascendência diferente do que era anteriormente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Perfeito.

Deixe-me lhe perguntar, a auditoria que a senhora conduziu concluiu que os ACTs, que esses ACTs firmados, que cresceram exponencialmente a partir de 2019, como a senhora acabou de afirmar, foram determinantes para o desenvolvimento do esquema de fraudes de entidades que não eram reais. Eu acho que é importante... E faço aqui as palavras da Senadora Tereza em que ela diz, ela destaca que a Contag é uma entidade tradicional, uma entidade de representação de trabalhadores rurais, existe desde 1993, e tem entidades de fachada, que são essas que a senhora destaca aqui, que foram firmadas, sobretudo, a partir de 2019 e 2020. E a senhora mesmo aponta no relatório que esses ACTs foram determinantes para o desenvolvimento do esquema de fraudes dessas entidades de fachada. A senhora poderia dizer quais foram as entidades responsáveis por esse aumento exponencial de descontos associativos?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu teria que ver no relatório. Eu não consigo nominar sem ver no relatório, mas todas elas tiveram aumento, né, no período, todas as entidades, e tivemos aumento no quantitativo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – E elas firmaram o convênio com o INSS quando?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu preciso pegar aqui, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – É só para ajudá-la: é correto dizer que a Ambec foi 2021; Conafer, 2022; e Amar Brasil, 2022?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Essas datas eu tenho. Ambec, assinatura do ACT foi no dia 31 de agosto de 2021.

Desculpa, quais foram as outras?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Conafer e Amar.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Conafer, assinatura do ACT foi no dia 2 de junho de 2022; e Amar Brasil, 9 de agosto de 2022.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Em 2020, 2021, 2022, ocorreu suspensão de desconto ou a suspensão de desconto só ocorreu agora?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – A suspensão da totalidade dos descontos, agora.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Somente ocorreu agora. Não aconteceu em 2019, em 2020, 2021?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Teve a suspensão de quatro ACTs...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Que depois voltaram com outro, com o mesmo CNPJ e com outras entidades, não é isso?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Após a recomendação do Ministério Público, dos quatro, dois retornaram; eu não recordo de os outros dois terem retornado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Perfeito.

Deixe-me lhe perguntar sobre o seguinte. Segundo publicação do *Diário Oficial da União* –, e a senhora também disse isso, já confirmou aqui –, a senhora é Diretora de Auditoria de Previdência e Benefícios desde 24 de janeiro de 2019...

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – ... ou seja, a senhora foi nomeada no início do Governo anterior, claramente com um cargo de Estado, para cumprir a sua função como técnica, que a senhora é. Já foi dito aqui, inclusive por um colega Senador Parlamentar de oposição, que o Governo de transição, entre 2018 e 2019, recebeu em seu gabinete peritos do INSS, indicando que havia indícios de rombo de mais de 70 milhões com relação a aposentados e que isso foi levado à transição do Governo de Michel Temer para Jair Bolsonaro.

Eu queria lhe perguntar: nesse período – a senhora assumiu a diretoria em 24 de janeiro de 2019 –, houve alguma ordem ou algum pedido do Governo de então para que a CGU fizesse alguma auditoria a partir dessa demanda? A senhora tem conhecimento?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Não, mas eu queria só voltar um pouquinho atrás.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Pois não.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Essa diretoria da qual estou à frente hoje, neste cargo, em 2019, mas ela foi uma transformação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Perfeito.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu ocupava o cargo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Não, a senhora explicou isso. Eu entendi.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – É isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – A pergunta específica é esta: houve algum pedido do Governo de transição de Jair Bolsonaro, de Michel Temer para Jair Bolsonaro, para que ocorresse alguma auditoria, para que a CGU atuasse nessas denúncias que tinham sido recebidas?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Não. A demanda que eu recebi foi: "Estamos estruturando uma diretoria com foco em previdência e outros benefícios, porque precisamos priorizar a previdência".

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Perfeitamente.

A entidade Conafer vai apresentar 718 filiados em 2019, e em 2020 ela começa a crescer exponencialmente, são 40 mil filiados em janeiro, ou seja, em menos de um ano – isso está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive no relatório. Já no mês seguinte, em fevereiro, ela dobra para mais 80 mil filiados; em março de 2020, ela apresenta 123 mil filiados. Depois, a cada mês, ela cresce, saltando, em setembro de 2020, para 276 mil filiados e, no final de 2022, chega a um impressionante número de 443 mil filiados. Eu acho que é importante destacar aí, nós não estamos falando da Contag, uma entidade que tem 40, 30 anos de história e que todo mundo, seja de direita ou de esquerda, sabe que não é uma entidade fantasma, mas uma entidade fantasma salta de 140 para 476 mil. Esses picos anômalos dessa entidade, durante esse ano, foram identificados pela CGU e houve alguma recomendação para a Diretoria de Benefícios do INSS de suspensão do ACT da Conafer?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Não, nesse período não houve, mas, no terceiro relatório que nós fizemos, fala-se de retenções que foram feitas pelo INSS para análise, pelo crescimento muito grande, mas houve a liberação na sequência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – A Diretoria de Benefícios do INSS, órgão de controle naquele momento, no seu entender, deveria ter percebido esses crescimentos anômalos e ter proposto a suspensão do ACT ou medida que valha?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu não me recordo se eles chegaram a suspender o ACT. Eles fizeram a retenção dos repasses para a entidade num período.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Mas depois voltaram?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Retomaram.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – E não teve nenhuma suspensão de ACT?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Essas medidas, então, só ocorreram agora?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Perfeito.

E, só para ilustrar, esse aqui é o gráfico, por exemplo, de uma das... – já foi apresentado aqui –, esse é o gráfico das entidades, do desconto das entidades, e das assinaturas de contratos que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ocorreram em 2021 e 2022. Dá para perceber que há um salto nas assinaturas de ACTs exatamente entre 2021 e 2022.

Essa entidade, Conafer, teve... foi denunciada por um servidor do INSS, se eu não me engano, em setembro ou outubro de 2021. A CGU teve conhecimento dessa denúncia? Chegou alguma denúncia desse tipo? Sabe se a Diretoria de Benefícios do INSS, naquele momento, teve alguma informação nesse sentido?

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu só tive conhecimento recentemente; à época, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Perfeito.

Para concluir, Dra. Eliane, o seu... O CGU anterior, do Governo anterior, o Dr. Wagner Rosário, em algum momento recomendou, determinou à senhora, que fizesse algum tipo de auditoria específica no INSS, com vistas a esta entidade? Teve alguma ordem ou orientação nesse sentido?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Perfeito.

Dra. Eliane, para concluir, a senhora não é a primeira membra da Controladoria-Geral da União que se senta para depor em uma CPI; um outro, nesse caso, Controlador-Geral da União, se sentou aí. A Senadora Soraya lembra? O Sr. Wagner Rosário, o CGU do Governo anterior.

Sabe por quê? Porque, naquela época, nós diagnosticamos na CPI da Covid a fraude envolvendo a compra irregular de uma vacina, a vacina Covaxin, pela Precisa. E técnicos gabaritados, respeitados como a senhora, pediram a suspensão do contrato, e o Sr. Wagner Rosário hesitou e negou que o contrato fosse suspenso, e só foi suspenso depois após determinação da CPI da Covid.

Realmente, como disse o colega Senador aqui: a CGU é um órgão do Estado, merece o nosso respeito, mas há diferença quando ela é coordenada e conduzida por agentes a serviço do Estado brasileiro e não de grupos políticos.

Cumprimento a senhora e cumprimento a CGU pelo serviço feito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Agradeço e parabenizo o Senador Randolfe pela fala e, salvo engano, Senador, nessa mesma CPMI, teve a confirmação, a comprovação de uma transferência do Camisotti no valor de R$18 milhões.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Bem lembrado, Presidente. Bem lembrado.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Na questão da compra da vacina... Eu não estava aqui como Parlamentar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Aguardamos o Sr. Camisotti aqui como o vigia espera pela aurora.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Se ele for convocado por outra CPMI, serão três CPMIs de convocação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Aí ele pode pedir música.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Passo a palavra... A gente espera que não; a gente espera que daqui ele vá para outro local.

Passo a palavra à Senadora Leila Barros, que fez alteração da ordem de fala com o Deputado Alencar Santana.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu cumprimento a Dra. Eliane. Está cansada, não é, Doutora? Mas a senhora tem sido brava aí, viu? Parabéns pela presença, pela postura.

Dra. Eliane, a senhora informou que participou... Que participa, não é? Que participou desde 2019 do GTI – vou reforçar novamente isso – da Previdência, formado pelo Ministério Público Federal em dezembro de 2018.

Eu gostaria de perguntar à senhora: no âmbito do GTI, como e quando surge o tema dos descontos associativos indevidos? Quais foram as providências e recomendações do GTI relacionadas aos descontos indevidos, quando foram feitas e para quem foram encaminhadas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA (Para depor.) – No âmbito do GTI, eu recordo de ter tido a primeira manifestação a respeito em 2019, por ocasião daquela recomendação do Ministério Público para as quatro entidades. Foi o primeiro registro que eu tenho.

O GTI especificamente funcionava como uma instância de discussão dos problemas que se identificavam em relação a previdência e assistência, especificamente alguns benefícios. Nós não tínhamos como função expedir documentos, recomendações, no âmbito do GTI, formalizadas. Nós discutíamos providências, a necessidade de adoção de providências.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Mas aí encaminhava para quem essas discussões, essas sugestões?

O SR. ELIANE VIEGAS MOTA – Os órgãos participavam. O próprio Ministério da Previdência, o INSS estavam lá. Então, ao final das reuniões, nós sempre trazíamos uma pauta do que, na próxima reunião, trataríamos. Por exemplo, um assunto que foi recorrente: a necessidade de formalizar uma instrução normativa definindo os descontos associativos. Teve um exercício específico, que eu acho que foi 2020, em que isso foi assunto de todas as reuniões do GTI. Mas não existiam recomendações formalizadas.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – As recomendações foram atendidas ou não? Como não teve nenhuma formalização em termos de recomendação, não tem sentido esta pergunta aqui.

Focando agora na atuação da CGU, eu lhe pergunto: entre os anos de 2019 e hoje, até hoje, a CGU encaminhou informações ou quaisquer alertas ao Ministério ou Secretaria da Previdência ou ao INSS relativos aos descontos associativos?

O SR. ELIANE VIEGAS MOTA – Todas as comunicações que foram enviadas foram no curso da auditoria, a partir de 2024.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Antes disso, nada?

O SR. ELIANE VIEGAS MOTA – Não.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Houve caso em que a CGU determinou a algum órgão da administração alguma providência relacionada a esse tema?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELIANE VIEGAS MOTA – Descontos associativos, não.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Agora eu gostaria de falar sobre o crescimento dos ACTs e a sua relação com as fraudes. A auditoria da CGU concluiu que os ACTs foram determinantes no desenvolvimento do esquema de fraudes de entidades de fachada. É possível identificar os períodos em que houve o crescimento anormal dos ACTs? E quais foram as principais entidades responsáveis pelo aumento exponencial dos descontos associativos? E saberia me dizer em que momento elas firmaram os convênios com o INSS?

O SR. ELIANE VIEGAS MOTA – Sim, no relatório em que a gente faz a avaliação dos controles do INSS, tem uma relação dos ACTs que foram firmados, na p. 58. Tem relação das entidades com ACTs vigentes, e aí tem por exercício, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, os ACTs que estavam vigentes em abril de 2025.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Tá.

E para finalizar, eu gostaria agora de tratar de um caso específico. Eu vou fazer um alerta aqui a esta CPMI, que acabou sendo investigado aqui no Distrito Federal. Eu estou me referindo ao Inquérito Policial 224, de 2020, da Polícia Civil daqui do Distrito Federal, que gerou processo no TJDFT, que acabou encaminhado à Justiça Federal a pedido do Ministério Público da União. Trata-se de apuração da circunstância em que houve, entre os anos de 2017 e 2020, a explosão nos números de associados na entidade conhecida como Conafer.

Segundo o Ministério Público, da investigação, extrai-se que, num período de oito meses, de janeiro a agosto de 2020, o número de adesões multiplicou-se por sete vezes, saindo de 40 mil para 279 mil associados, em plena pandemia, e chegando a 443 mil ao final de 2022.

Chama a atenção o fato de que a manifestação do Ministério Público sobre o processo traz informações detalhadas sobre a fraude, demonstrando números e conhecimento sobre o esquema, o que me leva a crer, Dra. Eliane, que o problema e sua magnitude já eram, sim, pelo menos desde 2020, de conhecimento da Justiça, porque eu tenho o ofício do Ministério Público sendo encaminhado ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, sobre esse processo da Conafer, eu pergunto à senhora: o GTI da Previdência, que a senhora integrava e que era coordenado justamente por esse Ministério Público, tomou conhecimento desse processo?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Não sei dizer.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – A CGU tomou conhecimento desse processo específico?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Não.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Alguma recomendação ou providência foi adotada pelo GTI ou pela CGU sobre essa questão?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Não. Como não tínhamos conhecimento do processo, não.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – Sr. Presidente... (*Pausa.*)

Sr. Presidente... (*Pausa.*)

Antes de encerrar a minha participação, eu aproveito para informar a esta Comissão...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) – ... que eu apresentei três requerimentos sobre esse processo 224, da Polícia Civil aqui do Distrito Federal. Estou requerendo a remessa do inquérito e do processo à CPMI e o depoimento do delegado que coordenava essa investigação desde 2020. E, peço que os três requerimentos, Sr. Presidente, constem na pauta da próxima reunião.

Outra coisa: deixando de lado esse fla-flu, o que nos deixa, enquanto agentes públicos, estarrecidos, é que o problema, gente, está muito claro. Ele estourou agora, nesses dois últimos anos, mas ninguém aqui tem dúvidas que ele vem, ó, de 19 a 20. Isso eu não tenho a menor dúvida de que é uma falha sistêmica do Estado, e nós vamos... Enfim, nós vamos averiguar, porque eu não tenho a menor preocupação em dizer que teve esse aumento em 2024, 2025 – que agora foi sanado, foram interrompidos esses descontos –, mas que existe, sim, conhecimento da Justiça Federal... Porque eu tenho em mãos o ofício do Ministério Público pedindo o processo que está no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios para que ele suba para a Justiça Federal. E isso é de conhecimento da Justiça, sim, desde 2020.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu gostaria que esta CPI – CPMI –, Sr. Presidente, apreciasse os meus três requerimentos e que eles constassem na próxima pauta, porque nós... Eu quero que esse delegado que abriu essa ação através da Polícia Civil venha aqui fazer... Enfim, nos prestar esclarecimentos. Tá bom?

Obrigada.

Obrigada, Doutora.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. PSB - MA) – Parabéns à Senadora Leila.

Quanto a pautar o requerimento, da minha parte, tem total posicionamento favorável, mas há um acordo entre mim, o Presidente e o Relator, de que, em todos os requerimentos que estão sendo pautados, é feito um acordo, seguindo, inclusive, o plano de trabalho do Relator. Mas, da minha parte, eu entendo que é um requerimento justo, necessário e que vai colaborar muito com essas investigações.

Passo a palavra em seguida para o Deputado Coronel Chrisóstomo, por dez minutos.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO. Para interpelar.) – Aquele tempo está valendo para mim também?

(*Intervenções fora do microfone.*) (*Risos.*)

Presidente, eu vou falar de pé que é para olhar de frente para a senhora, Doutora, e para que a senhora também me veja de frente.

Eu vou iniciar já fazendo uma pergunta direta para a senhora. O Ministro Temer e... Aliás, o Presidente Temer e Bolsonaro, os ministros deles, ou eles proibiram a senhora de investigar?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA (Para depor.) – Não.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Excelente.

A senhora conhece o gráfico dos valores descontados, por ano, de 2015 a 2025?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Sim.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Ótimo. Excelente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Brasil, para acabar com essa farsa da esquerda, eu vou somar aqui... Eu sou engenheiro do Exército, gosto de somar. Eu sou cartesianista, Doutora. Eu vou somar os anos de desconto – 19, 20, 21 e 22. Total, Brasil, total: 2,518 bilhões.

Está aqui.

A senhora pode somar aí também.

O Lula, só no ano de 2024, total: 2,723 bilhões.

Confere, Doutora? (*Pausa.*)

A senhora procure e me responda.

É para derrubar a esquerda, essa petezada, porque um único ano, Presidente, um único ano – um único ano –, somado aos quatro do Bolsonaro, os quatro do Bolsonaro não chegaram a 2024.

Essa é a esquerda. Eles são assim, mentirosos e gostam de, ó... Tirar do povo. Basta ver mensalão... Mensalão, Doutora. A senhora ouviu falar em mensalão algum dia?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Sim.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Petrolão?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Sim.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Roubo do BNDES?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Sim.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Tudo Governo Lula. Tudo isso foi essa turma do PT, que continua roubando, só que – uma pena, uma tristeza – dos nossos pobrezinhos e velhinhos.

Eu sou indígena tucano, Doutora. Nasci no meio da Floresta Amazônica. Sou quilombola e sou do beiradão da Amazônia. Já pesquisaram se essas pessoas na Amazônia estão sendo roubadas, Doutora? Sabe por quê? Essas são as pessoas humildes, que eles estão em cima. Indígenas, são várias tribos lá. Vários quilombolas. Vários beiradeiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está sendo investigado isso? Em algum momento a senhora passou perto disso? O que é que a senhora tem a dizer?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Em relação ao trabalho que nós fizemos, nós o fizemos com entrevistas que, como precisávamos fazê-las com celeridade, foram feitas nas capitais prioritariamente. Mas, nos trabalhos que a CGU conduz de avaliação de política pública, sempre vamos a todos os estados e, muitas vezes, vamos para lugares de muito difícil acesso, como o senhor está ponderando.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Excelente.

Lá nós estamos isolados de tudo. Ninguém sabe nem o que é internet, Doutora. É lá que nós temos que ir, porque esse povo... Não tem ninguém para chegar até eles e acudi-los.

Sugiro à CGU que faça isso, desde já, Doutora: vá lá, porque ninguém chega lá! E tem que ir de barco; não tem avião, não tem nada. Tem que ir de barco.

Doutora, a CGU já tinha conhecimento do Careca do INSS em algum momento?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Não.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Nesses últimos tempos, a senhora tomou conhecimento?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu tomei conhecimento a partir das reportagens do *Metrópoles*.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Sim, senhora.

Então, na sua pesquisa, a senhora não achou, em nenhum momento?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – No trabalho de auditoria não, lembrando que nós temos o trabalho de auditoria e existe uma investigação que foi feita no âmbito da polícia, e aí não sei quando que eles chegaram a esse nome.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Sim, senhora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A senhora informou ou a CGU informou o roubo dos aposentados ao Ministério da Previdência, quando o Ministro era o Lupi. O Ministro Lupi... Aqui, numa oitiva, numa Comissão, eu perguntei para ele se ele tinha conhecimento do roubo dos aposentados! Para sua surpresa, sabe o que ele falou? "Eu tinha". "Eu tinha"!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Ele falou.

A senhora está vendo o Ministro, Doutora? Prevaricou!

Brasil, Lupi prevaricou!

Ele vem aqui. Vai levar um cacete!

Esse é o ministro que vê o povo sendo roubado, os idosos, as idosas, os analfabetos, os doentes que estão numa cama, numa cadeira de rodas, Doutora... Isso nos enoja! E ainda vem a esquerda aqui querendo defender um governo desses, um governo que tem um Presidente que ensina até a mentira ao povo brasileiro!

Eu fico muito enraivecido, Doutora, mas, para a senhora ficar tranquila: no Exército, as notas são de zero a dez. Sabe qual é a sua nota aqui? Dez!

Parabéns, Doutora! A sua forma de se expressar, sem deixar nenhum Parlamentar aqui sem uma resposta, Doutora... Parabéns! Assim é que a gente quer ver as pessoas públicas. A senhora aqui não está vestida de vermelho, de azul, de verde; a senhora está vestida aqui como uma mulher pública, que veio para falar as verdades para o Brasil. Então, a sua nota é dez!

Vou continuar aqui, Doutora...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Dez!

Na sua visão técnica, Doutora, caso o roubo tivesse continuado em 2025, esse roubo teria sido muito maior que em 2024? Na sua visão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Nós não fizemos a projeção dos valores, mas existiam vários outros acordos de cooperação técnica em análise. Poderiam iniciar com descontos também.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Então, quer dizer...

Brasil! Brasil, se tivesse continuado, já devia ter chegado aos R$5 bilhões, porque em 2024 já estava perto de três!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Essa é a verdade, Zé Trovão! Este Governo não veio para roubar pouco, não; veio para roubar muito; veio para criar injustiças.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – E tudo deles bota a culpa no Presidente Bolsonaro, um homem inocente, que está preso em casa. Inocente, doutora. Um Presidente que chamava a gente... Eu levei ralho dele, eu levei puxão de orelha dele: "Venha cá, Chrisóstomo. Venha cá, rapaz. Procure fazer as coisas certas; cuidado com as tuas emendas, rapaz".

Esse era o Presidente Bolsonaro, meu Relator. Um cara que ensinava a gente a fazer o certo, para não fazer errado. Claro que a gente não iria fazer errado, mas ele já dava a orientação. Diferente deste Presidente atual, que ensina a mentir: "Olha, a mentira é assim...". Tem que mentir, mentir...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – ... até que as pessoas entendam que a mentira é o certo.

É uma tristeza isto, Doutora: nós, brasileiros, estarmos passando por isso.

Nós queremos é verdades, queremos é que o Presidente Bolsonaro saia dessa prisão em que ele está. Não deve nada ao Brasil, não deve nada a ninguém. Um homem que só faz o bem, só prega o bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui tem vários Parlamentares que são prova disso, meu Presidente, e é isso que queremos.

O Brasil quer paz, o Brasil quer respeito, mas quer justiça. Justiça, Brasil!

Não dá para nós aceitarmos um tribunal que não respeita a Constituição. Nós precisamos disto: homens públicos, mesmo que seja do tribunal, que respeitem a Constituição brasileira.

Presidente, eu fico empolgado, ao mesmo tempo, querendo que este Brasil mude. Ao mesmo tempo, um Brasil de paz, um Maranhão de paz, uma Amazônia de paz. É o que nós queremos. Queremos a Rondônia, sim...

Queremos o Presidente solto, trabalhando pelo Brasil; 26 é dele, 26 é nosso, e é tudo que queremos.

Paz, justiça já, anistia já.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Queremos já na próxima semana, Presidente.

Anistia já! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Cumprimento o Deputado Coronel Chrisóstomo pela fala.

Passo de imediato a palavra para o Senador Jorge Seif, por dez minutos.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, quero agradecer ao senhor e até, de alguma forma, pedir perdão, porque eu sou um cara incisivo, sou um cara combativo, e, quando eu peço para o senhor e peço que o senhor avalie seis minutos a mais, assim como foi dado para a Senadora Eliziane Gama, não é em desrespeito aos demais; é porque, como ela é da base do Governo e usou praticamente os seis minutos a mais como falas políticas em defesa do desgoverno, então eu peço para o senhor que avalie, por uma questão de justiça.

Eu falei com o meu Líder, tanto com o Sóstenes quanto com o Marinho, e eles me permitiram fazer esse pedido para o senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu quero fazer, primeiramente, uma justiça e um reconhecimento aqui, Presidente, ao senhor e ao nosso Relator Alfredo Gaspar, porque cada dia eu me orgulho mais.

Eu conheço a Sra. Eliane Viegas. Eu fui Secretário Nacional de Agricultura e Pesca, honrosamente do Presidente Jair Messias Bolsonaro, o melhor Presidente que este país já teve.

E a senhora Eliane Viegas e a sua equipe foram que fizeram uma grande parceria com a Secretaria Nacional de Aquicultura e Pesca, pois, como o Ministério da Pesca foi extinto, eu era titular do maior cargo que cuidava da aquicultura e pesca. E, graças à parceria com a senhora – não sei se a senhora se lembra de mim, provavelmente lembra, e quantas vezes a senhora me visitou ali no Ministério da Agricultura –, graças ao seu trabalho, em conjunto com a minha equipe, com a Polícia Federal, com o Dataprev e com o INSS, nós economizamos para o Brasil mais de R$1 bilhão, por ano, dos roubos do seguro-defeso.

Mas eu tenho um pedido para a senhora. Eu tenho uma notícia triste e um pedido.

Quando eu saí da Secretaria Nacional de Aquicultura e Pesca, ou "Ministro da Pesca", como o povo me chamava, quando eu saí, 700 mil pescadores no Brasil – e já tinha demais. Quando este desgoverno, o Governo de ladrão voltou, já são 2 milhões de pescadores.

De 2023 até agora, eles meteram mais 1,3 milhão pescadores – e a senhora sabe que o Brasil não incrementou nenhum quilo de peixe na produção nacional.

Roubo!

Assim como eles estão metendo a mão no INSS, eles também metem dinheiro no bolso através do seguro-defeso.

E eu peço à senhora, ainda que informalmente – e já oficiei à CGU e já oficiei ao Ministério Público –, para a senhora, de acordo com a sua possibilidade, disponibilidade – porque é tanta ladroagem, que vocês têm poucos braços para fazer –, ficar atenta ao seguro-defeso.

Aí, eu solicitei uma CPI do seguro-defeso aqui. Já estou com 25 assinaturas.

Antes do recesso parlamentar, falei, no Plenário do Senado Federal, ao Presidente Davi Alcolumbre que a roubalheira no seguro-defeso voltou com força. Aí, ontem, esse desgoverno anunciou que estão preocupados e que vão investigar. Mas, mesmo assim, nós vamos fazer uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

investigação aqui, a partir do Senado, e nós vamos também atrás dos servidores que fizeram muitas coisas erradas.

Então, quero lhe agradecer, honrar, agradecer à senhora, e que o Brasil reconheça essa servidora, que passou por vários governos – né? –, mas foi em 2019 que a CGU – com o Ministro Wagner Rosário e o Presidente Jair Bolsonaro – estruturou a diretoria dela, para que ela pudesse fazer ainda melhor o serviço dela. Então, eu quero aqui prestar a minha homenagem e o meu reconhecimento ao seu trabalho e ao da sua equipe pelo Brasil. Muito obrigado.

Agora eu tenho algumas perguntas, Dra. Eliane.

No âmbito da CGU (Controladoria-Geral da União), a senhora detinha a competência para determinar a suspensão de entidades, quando constatadas irregularidades, ou somente avisar os ministérios que havia irregularidades?

A senhora tinha poder de caneta, para falar assim: "Ó, suspende tal associação porque estão roubando"?

Sim ou não?

O SR. ELIANE VIEGAS MOTA (Para depor.) – Na função de auditoria, somente recomendar.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Maravilha.

Qual é o rito administrativo previsto para que essas entidades credenciadas com irregularidades fossem suspensas?

O SR. ELIANE VIEGAS MOTA – A análise interna ao INSS.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Então, a CGU, o seu órgão de controle, através do seu trabalho, oficia ao INSS, oficia ao Ministro, oficia ao Ministério do Trabalho, dizendo que existem irregularidades, e, a partir daí, esses gestores têm, por obrigação funcional, suspender essas entidades em que a senhora – a senhora que eu digo é a senhora e a sua equipe – encontrou irregularidades. Está correto?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – A partir do trabalho de auditoria e de recomendações, sim, as providências estão sob a alçada deles.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Tá.

Na condição de servidora da CGU, como a senhora avalia o fato de o Ministério do Trabalho e o INSS terem sido formalmente notificados com mais de um ano – como a senhora já bem disse para o nosso Relator – sobre tais problemas e, ainda assim, não terem adotado providências imediatas contra o roubo de nossos aposentados? Como é que a senhora avalia isso? Foi conivência, prevaricação, condescendência criminosa, corrupção passivo-omissiva, omissão de comunicação de crime ou condescendência dolosa? Como é que a senhora avalia como servidora?

A senhora me avisa: "Jorge Seif, está tendo roubo aí do seguro-defeso" – eu sou Ministro da Pesca. Passo um ano e pouco. Eu não faço nada. Aí, eu vou e desperto, depois que sai uma reportagem no *Metrópoles*.

Como é que a senhora caracterizaria isso, como uma servidora da Controladoria-Geral da União?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Senador, só um detalhe: INSS é Ministério da Previdência, né? O senhor mencionou Ministério do Trabalho.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Muito obrigado pela correção. Me perdoa.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Na verdade, INSS é Ministério da Previdência.

Em relação a qualquer tipificação de conduta de servidor, tem os processos administrativos. Então, os servidores vão responder em processo administrativo, onde qualquer tipificação vai ser feita, não na auditoria. Na auditoria, nós relatamos o que foi identificado.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Eu quero provar para a senhora que a senhora realmente é uma servidora de Estado, não de governo. E eu tenho certeza de que já houve ladrões desse benefício dos nossos aposentados no passado e que eles se multiplicaram. Por quê? O Brasil sabe: Lula é ladrão, Lula é descondenado. Ele é Presidente graças a seus amiguinhos do Supremo Tribunal Federal, que cancelaram todas as ações lá no Paraná por uma questão de CEP e trouxeram para Brasília para descondená-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O irmão dele, que é Vice-Presidente de uma associação por nome Sindnapi, roubou, segundo a senhora também hoje falou, mais de R$500 milhões de aposentados.

Então, Lula é ladrão, o irmão dele também é ladrão...

Só para lembrar ao Brasil que, no passado, esse mesmo sujeito que se chama Frei Chico... Até pensei que era alguma coisa da Igreja Católica, mas não é – graças a Deus não é. É só um apelido, porque, se fosse ligado a alguma entidade, seria da Igreja de Satanás, porque para roubar velhinho desse jeito não tem jeito.

Então, esse senhor, no passado, já esteva na lista do Odebrecht. Então, nós vemos a Lava Jato, o Petrolão, a lista do Odebrecht... Então, é uma família criminosa e trouxe criminosos para o Governo.

Lupi é outro criminoso, que, no passado, também facilitou propina para ONGs. Está aí, pesquisem no Google.

Então, nós sabemos que, hoje, este Governo de ladrões trouxe ladrões para governar o país e roubar, inclusive, velhinhos.

Então, eu não entendo.

Além disso – além disso –, olhe só que absurdo: a senhora, com seu trabalho meritório, oficiou à AGU (Advocacia-Geral da União), ao Ministro Jorge Messias, que 41 associações estavam roubando nossos velhinhos. O que que Jorge Messias, que tem ligação umbilical com essa quadrilha inteira, fez? Sabe o que ele fez? Ele só pediu a indisponibilidade de bens de duas entidades.

Brasil – e olhe que coincidência...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Olhe que coincidência: a entidade em que o Vice-Presidente é o irmão de Lula não estava nessas 12 entidades que pediram indisponibilidade.

Na opinião técnica da senhora, o órgão de controle, CGU, que a senhora aqui bem representa, indica várias entidades – 31 entidades – para serem punidas e sancionadas. Por que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

será que a AGU só notificou 12 e das 12... Das 31, em 12, não estava a entidade que é presidida também pelo irmão do Lula? A senhora tem alguma opinião sobre isso?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu não posso me manifestar porque eu não conheço o trabalho, e o trabalho está sob a responsabilidade deles. Eu não tenho como emitir opinião a respeito.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Eu queria também falar ao Brasil e à senhora: não surpreende à senhora que o Presidente da República...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – ... acione o Supremo Tribunal Federal para suspender restituições dos nossos velhinhos? Porque aqui a mentirada da esquerda, que defende ladrões é: "Ai, foi no Governo de Lula". Mentira! Foi graças ao *Metrópoles*. Depois que saiu a reportagem do *Metrópoles*, o Governo Lula afastou o ladrão do Lupi e afastou o ladrão do outro lá... Como é o nome do cara? E aqui eu provo, olha aqui... Está aqui. CNN Brasil: "Governo Lula pede que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – ... STF suspenda ações de restituições". Então, não é um Governo sério, preocupado com velhinho, coisa nenhuma. Foram descobertos pelo *Metrópoles*. Obrigado ao Metrópoles. Obrigado ao Dr. Eli Cohen, que veio aqui depor. Foi ele que denunciou o esquema, e por isso nós estamos aqui hoje. Não foi por causa de Governo Lula, porque, de ladrão, a gente não pode esperar nada.

Para terminar, Sr. Presidente, obrigado pela sua paciência.

Primeiro, eu quero parabenizar o MDB pela saída da CPMI. O MDB... Um dos membros do MDB – não vou falar se é Senador ou Deputado –, falou...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – ... para o nosso Líder e repetiu: "Eu vou lá ficar defendendo ladrão?". Um membro do MDB falou isto: "Eu vou ficar nesta CPMI defendendo ladrão?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Eu adorei ouvir isso.

Quero registrar minha indignação e vergonha pelo Senado da República impor cem anos de sigilo sobre visitas a gabinetes frequentados pelo Careca do INSS. É uma vergonha para o Senado Federal.

Quero registrar também que depois...

Já falei.

Quero também, Sra. Eliane...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – ... registrar que enviei um pedido à AGU que fossem suspensos os CNPJs de todas as associações apontadas, mas a AGU logicamente não respondeu porque é um quadrilhão, né?

E, por fim, quero também registrar ao Brasil que já pedi ao Ministro André Mendonça o pedido de quebra de sigilo da investigação da Polícia Federal para sabermos Deputados e Senadores que recebem mesadinha dessas associações...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – ... que roubaram os nossos aposentados.

Muito obrigado, Sra. Eliane.

Obrigado, Sr. Presidente, pela sua paciência e por esse tempo extra que eu tive para me manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Quero aproveitar e registrar, Senador Jorge Seif, que V. Exa. teve pouco mais de 15 minutos de fala, e, assim como aconteceu desde a primeira oradora, todos os oradores, independentemente do partido político, independentemente da região do estado que vem, estão tendo a oportunidade de concluir o seu raciocínio, até porque, eu repito aquilo que nós já falamos durante toda esta reunião: o nosso objetivo é descobrir quem roubou, colocar atrás das grades e devolver o dinheiro de quem foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

roubado. Não importa se um vai falar um pouco mais do que o outro. Então, como hoje me cabe a condução dos trabalhos, todos estão tendo essa prorrogação...

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – ... dentro do que é razoável.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS. Pela ordem.) – O senhor pode, por favor, só dar a lista para nós atualizarmos?

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Vou falar a lista agora.

Quem vai falar agora é o Deputado Castro Neto – Deputado Castro Neto – e, em seguida, Deputado Ricardo Maia. Aí a gente começa com a lista dos suplentes: Deputado Zé Trovão, Deputado Luiz Lima, Deputado Paulo Pimenta, Deputado Mauricio Macron...

É Macron, não é?

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS. *Fora do microfone*.) – É Marcon.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Macron.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS. *Fora do microfone*.) – Marcon.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Deputado Mauricio Marcon; Deputada Bia Kicis; Senador Beto Faro, que já saiu; Deputado Kim Kataguiri também já saiu; e Deputado Fernando Rodolfo.

E, por fim, os não membros inscritos: Deputados José Medeiros e Evair de Melo.

Com a palavra, o Deputado Castro Neto.

O SR. CASTRO NETO (Bloco/PSD - PI. Para interpelar.) – Boa tarde a todos os amigos.

Primeiramente, gostaria aqui de parabenizar o nosso Presidente Duarte Jr. pela condução tão certa aqui desta Comissão, e parabenizar aqui o nosso Relator, Deputado Alfredo Gaspar.

Alfredo, parabéns por sua didática, sua linha de raciocínio e sua maneira de compor as perguntas, fazendo uma linha temporal para que facilite o entendimento do acontecimento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos que participam desta CPMI. Mais uma vez, parabéns pela sua maneira de agir e fazer as perguntas.

Parabéns também à nossa visitante Eliane Viegas, da CGU, e, em nome dela, cumprimento a todos. Parabéns por sua conduta, suas respostas sempre certas, centradas e sérias e o conhecimento técnico da sua vida que você tem, do seu gabarito, do que você mostrou aqui do seu conhecimento.

Presidente, nesta legislatura, estamos no terceiro ano, e eu sou, pelo terceiro ano, membro da CIdoso (Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa).

Eu sou o primeiro Deputado Parlamentar do Piauí a assinar a CPMI do INSS... (*Palmas.*)

Porque isso é uma pauta que, para mim, é muito importante, pelo menos por dois aspectos: primeiro, pelo aspecto do país, do nosso Brasil. Hoje, nós temos em torno de 15% da população do Brasil acima de 60 anos. Isso dá mais de 30 milhões de pessoas, que é mais ou menos ali metade da população da Itália. Com uma diferença: a Itália é um país muito pequeno em relação ao Brasil, que é um país continental.

Então, hoje nós formamos uma pirâmide etária em que a base é larga e, em cima, é estreito. Ali mostra o número de pessoas acima de 60 anos.

As projeções mostram que, em 2060, daqui a 35 anos, nós teremos em torno de 33% da população acima de 60 anos. O que isso quer dizer? Que nós estamos saindo, em 35 anos, de uma pirâmide etária para um retângulo etário. Isso mostra uma preocupação com o Brasil que temos de ter em relação às políticas públicas. O que vamos fazer?

Na Itália e no Japão, eles já estão com uma preocupação diferente. Eles já estão preocupados com a pirâmide invertida, em que o número de pessoas acima de 60 anos é maior do que adultos, crianças e adolescentes. Então, isso muda toda a maneira de um país pensar no seu futuro. Na Itália e no Japão, eles já estão preocupados com o que vão fazer com os prédios públicos. O que é que vão fazer com as creches? O que é que vão fazer com as escolas infantis?

Os meus pais, os meus avós... Os meus avós tiveram 20 filhos; o meu pai e a minha mãe tiveram três; e a maioria das pessoas da minha geração tem dois, um, às vezes, nenhum filho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quer dizer, nós estamos tendo menos pessoas, nascendo menos, e estamos vivendo mais com o avanço da medicina. Então, tudo isso gera uma preocupação lá na frente com as políticas públicas que cada país tem que ter. O mundo está envelhecendo, o Brasil está envelhecendo, e essa é uma pauta importante, vendo, nas políticas públicas para o Brasil, uma preocupação com o futuro do país.

Por outro lado, eu estou no meu primeiro mandato e estou no terceiro ano da CIdoso. Abracei essa bandeira, porque eu fui parar para pensar... A vida do nosso povo não é uma vida fácil. Você passa ali 60 anos, passando pelas dificuldades da vida, com a família, com emprego, perde emprego, vai atrás, carteira assinada, dificuldade... Então, quando chega nos 60 anos, o que é que nós queremos? O que é que nós desejamos? O que é que eles merecem ter? É o respeito, é a dignidade, são os seus direitos garantidos de 60 anos. A pessoa completou 60 anos? Ela tinha que ser reverenciada.

Todo mundo que está aqui, o Relator, você, o Presidente, nós, as pessoas que estão nos assistindo conseguem o que conseguem, têm o futuro e o presente que têm, porque lá atrás nós tivemos uma pessoa para dar a mão que nos mostrou o caminho, e hoje nós temos essa trilha que seguimos aqui. Então, se estamos aqui hoje, alguém olhou e mostrou o caminho para a gente. Essas pessoas hoje têm acima de 60 anos. Então, têm que ser respeitadas, reverenciadas e zeladas.

Então, trago aqui também para vocês alguns dados que eu colhi da CIdoso, que é a Comissão de Defesa do Direito da Pessoa Idosa. Os idosos hoje sofrem violência física, psicológica, financeira – mais de 50% dessa violência é feita pela própria família –, sofrem com etarismo, que é o preconceito da idade. "Ah, esse velho não serve para nada, está cansado, deixa o velho para lá". Isso é um preconceito incrustado na sociedade que é difícil de sair. A própria Comissão CIdoso (Comissão de Defesa do Direito da Pessoa Idosa). Olha que nome bonito e longo. Mas vamos analisar. Comissão. Comissão de quê? De defesa do direito, quer dizer, a pessoa idosa tem um direito, mas precisa de uma Comissão nesta Câmara Parlamentar para defender o seu direito! Ela, de uma certa maneira, é uma Comissão que não está nas prioridades ainda desta Casa. Ela é um tanto que esvaziada. Se fizer uma relação de todos os Deputados, Senadores que existem aqui, se fizer, nesta legislatura, quantos participaram, a gente vai ver que é um número muito pequeno e coincidente. Quer dizer, é uma pauta que precisa de luz para a gente tratar ainda dos nossos idosos e do Brasil, e esta CPMI, de uma certa maneira, traz o foco para esse assunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

De tudo isso que eu falei aqui... Eu falei aqui de violência familiar, mais de 50%, de preconceito contra a idade, mas, em algumas audiências públicas que fiz na Comissão, eu gostaria aqui de dizer para os amigos que teve uma que me chamou a atenção: a com a antropóloga Mirian Goldenberg, que passa a sua vida com os idosos. O que mais atinge, o que mais aflige a população idosa, além disso tudo que eu falei, é o que eles chamam de morte simbólica. É você falar e não ser escutado. É você ter opinião e não ser validado. Numa casa, todo mundo sabe quanto o idoso ganha, o idoso não sabe quanto ninguém ganha. Então, essa é a figura que nós temos no Brasil hoje.

E, numa audiência pública que fiz recentemente, agora para tratar do INSS, então, com a CGU, com o TCU, e vários órgãos, a minha sensação com que eu saí dessa audiência pública foi de um sentimento assim... Tudo isso que eu falei do idoso, que tem que ser reverenciado, tem que ser... Então, o INSS... Na minha opinião, o idoso é a pedra preciosa do INSS. É o órgão que é feito para tratar, para defender, para levar ali tudo que o idoso precisa. E o que a gente viu, o sentimento que eu tive foi de um conluio, de uma união das associações com o INSS justamente para atacar a pedra preciosa, aquilo que mais eles precisam, de defesa, que é a pessoa idosa do Brasil.

E hoje, nesta CPMI, parabenizar mais uma vez o Relator pela linha das perguntas. Quando a gente parou para o almoço, o meu sentimento com que desci para almoçar foi exatamente o mesmo. Associações que, desde 1991, têm autorização para descontar em folha do INSS...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CASTRO NETO (Bloco/PSD - PI) – Presidente, eu gostaria de pedir aqueles seis minutos que o Senador falou. Peço desculpas aí pelo prolongamento.

E volto no raciocínio. Então... Agora eu perdi a linha do raciocínio, só um instante.

Então, associações que, desde 91, têm essa autorização, com a primeira em 94... Quer dizer, isso foi uma concessão de fé...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CASTRO NETO (Bloco/PSD - PI) – ... de bom coração, acreditando que tudo isso seria em defesa do idoso. Eu acho que, em algum momento da história, isso deu errado, apareceram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

os números que nós estamos vendo. Falamos aqui de adesões em massa que não foram adesões, foram cooptações, as pessoas foram "aderidas" sem saber, né? Associações também que tinham a lista dos idosos que podiam fazer sua inscrição sem autorização.

Salientar aqui também a palavra de alguns...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CASTRO NETO (Bloco/PSD - PI) – ... porque você não pode julgar todos por um, mas a minha pergunta que eu queria fazer a você seria: como resolver esse problema? Mas a minha própria descrição e o projeto que aprovamos ontem na Câmara dos Deputados já são a própria resposta. Não teria outra saída senão proibir esses descontos em folha do INSS.

O que me pasma...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CASTRO NETO (Bloco/PSD - PI) – ... é porque tudo que foi feito não tinha a necessidade de o INSS fazer.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Deputado Castro, só para concluir, Deputado.

O SR. CASTRO NETO (Bloco/PSD - PI) – Certo.

Qual a necessidade de o INSS fazer os descontos? Nenhuma. Ele já tem obrigação e preocupação demais. Para que o INSS vai fazer desconto em folha? Então, a proibição disso é um benefício para as associações que são sérias, porque as que são sérias e apresentam um trabalho, os servidores irão pagar pelo boleto, e isso irá diferenciar as boas das ruins.

Bom, e por fim eu queria relatar a frase aqui, as palavras do Rogério Carvalho e da Leila Barros: que é muito importante o foco desta CPMI punir qualquer pessoa que seja culpada, investigar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CASTRO NETO (Bloco/PSD - PI) – ... e ter a punição, e não fazer disso um fla-flu, porque, se isso virar um fla-flu...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Eu agradeço ao Deputado...

O SR. CASTRO NETO (Bloco/PSD - PI) – ... quando terminar o resultado, acabou.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Ricardo... Deputado Castro Neto, eu lhe agradeço, porque, assim, esse tempo de dois, três minutos...

O SR. CASTRO NETO (Bloco/PSD - PI) – Eu já vou concluir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Não, é porque é importante a conclusão em termos de questionamento...

O SR. CASTRO NETO (Bloco/PSD - PI) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – ... porque senão a gente vai ficar aqui num discurso como se a gente estivesse na tribuna da Câmara ou do Senado. Então, eu peço a V. Exa. que faça o questionamento para que a gente possa terminar e dar oportunidade para que outras pessoas possam falar. Eu acredito que já foi feito o questionamento.

O SR. CASTRO NETO (Bloco/PSD - PI) – Já vou concluir. O meu questionamento...

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Por 30 segundos improrrogáveis, por gentileza.

O SR. CASTRO NETO (Bloco/PSD - PI) – Pronto.

Meu questionamento foi no intuito de resolver o problema que já foi feito e, no final, não tornar isso um fla-flu, porque, se virar um fla-flu, quando tiver o resultado, acabou o problema, e o problema nós vamos enfrentar por mais trinta e...

(*Interrupção do som.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Muito obrigado, Deputado Castro Neto.

Passo a palavra, iniciando a fala dos suplentes, por dez minutos, ao Deputado Zé Trovão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT. Pela ordem.) – Presidente Duarte, só um pela ordem aqui para o meu próprio benefício e também para os outros. É só o seguinte: que, quanto ao acréscimo de tempo, seja o último aqui o do Deputado Castro e que, daqui para a frente, a gente não faça mais nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Faz sentido.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Senão a gente vai sair daqui meia-noite.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Então, com a concordância de todos, dez minutos improrrogáveis. (*Pausa.*)

Zé Trovão, por dez minutos.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. Para interpelar.) – Quero começar a minha fala parabenizando o trabalho da Sra. Eliane Viegas Mota. Eu tive o prazer de ler esse relatório aqui, e a gente vê a competência da CGU e vê a omissão dos órgãos competentes, que deveriam ter tomado as atitudes. Então, a senhora – eu já disse hoje mais cedo numa discussão feia que teve aqui – não está aqui para ser "inquisitada", a senhora veio aqui prestar esclarecimento, falar, trazer-nos boas informações. Mas a gente também precisa usar este tempo para tentar extrair o que a senhora tem, porque o que está aqui é muito bom, mas eu sei que aí, dentro dessa cabeça, uma cabeça pensante, tem muito mais coisa. Então, parabéns pelo trabalho da senhora. Isso é muito gratificante.

Eu quero também, Presidente, parabenizar o nosso Relator Alfredo Gaspar, porque ele é incisivo, e é disso que a CPMI precisa. Nós não estamos aqui para resguardar. Eu sou de direita, conservador, bolsonarista, mas, se alguém do Bolsonaro é culpado, tem que ficar pelo menos 30 anos na cadeia. Acabou – acabou! Ninguém está falando o contrário aqui. Agora, o que eu vejo aqui, que todos estão falando de fla-flu, é que a esquerda só fica no discursinho mole deles: "2019, 2020, 2021, 2022" – discursinho mole. Então, parabéns por tudo que o senhor fez, porque nós temos que falar que a Contag sozinha – sozinha! – é responsável por mais de 3 bilhões de desvios, e acabou. Contra fatos não há argumentos.

Agora, o Orlando Silva veio aqui e defendeu a Contag. Então, quer dizer que a Contag, por ter feito boas ações nos seus 30 anos, tem o direito de roubar? Aí ele diz aqui, fez um discurso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

pomposo e falou das outras entidades, como se as outras entidades que surgiram no Governo Bolsonaro fossem o Bolsonaro que criou. Não, amigão! Vou lembrar a ele também que as entidades que ele mesmo citou aqui, que foram criadas no Governo Bolsonaro e que são bandidas iguais, tiveram salvo-conduto do Advogado-Geral da União porque ele não as colocou no bloqueio: elas estão livres para continuar roubando. Interessante, não é?

Aí o Randolfe Rodrigues, Senador da República, passou dez minutos falando: 2019, 2021, 2022, 2019, 2020, 2021... Cara, aí eles vêm com um papo mole de que isso é o que eles querem trazer para a CPMI? Imparcialidade? Que tipo de imparcialidade que é essa? Imparcialidade de boteco, só se for.

E eu repito: eu quero que vão para a cadeia todos os que roubaram, pode ser de direita, de centro ou de esquerda, e, se neste Brasil tivesse pena de morte, eles tinham que ser condenados a ela, porque roubar um idoso para mim é um dos crimes mais graves deste país. Porque bem disse o Deputado que me antecedeu: 65 anos para se aposentar, às vezes no cabo de uma enxada, para ser roubado por um vagabundo que está andando de iate, usando Rolex de R$1 milhão!

Dê para mim o benefício de decidir a vida de um cara desses que eu vou te mostrar o que eu faço com ele. Primeira coisa: amarrar pelos pés e puxar em uma estrada de terra com um cavalo, porque não se pode aceitar isso aqui como se fosse algo natural. E eu digo e repito...

Peça silêncio, por favor, Presidente, porque...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Eu passo aqui as sete, oito horas que nós estamos aqui em silêncio; quando a gente vai falar, vira uma feira.

Agora, gente, vamos tratar do que é sério? Eu vou apresentar para vocês o que é sério. Trabalho sério. Vamos falar do trabalho sério.

Eu tenho alguns questionamentos para fazer à senhora só para que eu possa ter mais informação.

A responsabilização administrativa. Quanto aos processos administrativos disciplinares (PAD), a CGU recomendou contra servidores do INSS esses processos todos administrativos que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

vocês fazem. Vocês chegaram a indicar diretamente contra servidores do INSS que estavam se omitindo ou que estavam, de alguma maneira, envolvidos? Ou não?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA (Para depor.) – Os PADs são conduzidos por outra secretaria, a Corregedoria-Geral da União, mas o que me informaram é que já tinha um requerimento da CPMI que deve ser respondido a respeito disso.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Muito obrigado.

O fluxo do dinheiro dos beneficiários ocultos. Existem pessoas físicas beneficiadas diretamente com repasses ou taxas administrativas disfarçadas além de associações? Ou a senhora não tem essa informação?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu desconheço.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Desconhece?

Algum relatório da CGU sugere a participação de servidores do alto escalão do INSS como beneficiários indiretos no esquema?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – No relatório da CGU nós apontamos só os fatos identificados...

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Não pessoas?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – A questão... Não. A questão do dinheiro, do benefício, isso está na investigação criminal.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – A CGU enviou relatórios ao TCU, ao Ministério Público Federal ou à Casa Civil sobre a gravidade do rombo?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Os relatórios foram encaminhados ao INSS, à Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Previdência, ao Ministério Público Federal.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – E quem recebeu formalmente essas informações?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Quem recebeu efetivamente eu não consigo afirmar, mas enviamos por meio de sistema e por ofício aos titulares do INSS, da Assessoria Especial de Controle Interno; e do Ministério Público Federal, foi o Ministério Público no Espírito Santo.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Entendi.

Houve alguma recomendação da CGU que foi engavetada ou postergada por determinação política? A senhora tem conhecimento de algo assim?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Não tenho. Especificamente em relação aos descontos?

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Hum-hum.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Não tenho conhecimento, mas nenhuma das recomendações foi implementada à época, só depois da operação.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – A linha investigada para chegar aos peixes grandes. Existe um mapeamento interno dos principais dez responsáveis que concentram as fraudes, sejam associações, gestores ou políticos. A senhora consegue nos compartilhar esses nomes todos? Porque existe uma cadeia. Pelo que eu entendo, na investigação que foi feita pela CGU, foi descoberto que existe uma cadeia de como são feitas essas transações. A senhora consegue identificar essas entidades e nomes? A senhora tem isso em relatório?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Nos nossos relatórios, nós não temos registros, mas especificamente em relação às entidades, nós solicitamos documentações às entidades, então recebemos. Daquelas que recebemos, temos informações. E especificamente em relação aos agentes públicos, sim, a gente faz um mapeamento por ocasião da auditoria.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – E esses materiais que a senhora tem já são públicos ou a senhora poderia fornecer a esta CPMI?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Os documentos que suportam o relatório, que são de acesso e que podem ser disponibilizados já foram requisitados pela CPMI e estão sendo encaminhados.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Quero agradecer à senhora e dizer que existe uma cúpula, Sr. Presidente, uma cúpula que, como eu disse anteriormente, está andando com Rolex,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

iate, carros importados, como foram presos vários, mas o rastro do dinheiro é o que nós precisamos encontrar. Onde esse dinheiro está? Porque esse dinheiro não está no Brasil na sua totalidade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – O que esta Comissão precisa descobrir é como esse mecanismo faz desde o desconto até chegar ao bolso de alguém. E quem são os verdadeiros receptores disso.

Então quero agradecer, mais uma vez, e dizer à senhora que se a senhora se sentiu ofendida por qualquer Parlamentar aqui, eu quero, em nome deles, pedir desculpas à senhora. Nós não podemos, e quem conhece a minha linha sabe que eu sou muito direto no que falo, mas agredir ninguém verbalmente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Assim como não faço nem com a esquerda, que, muitas vezes, até passa dos limites.

Mas agradeço à senhora e desejo à senhora uma longa jornada ainda, porque é difícil a gente encontrar pessoas como a senhora e como a sua equipe, que estão dedicadas ao trabalho. Que Deus a abençoe.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Antes de passar a palavra para o próximo orador, Deputado Luiz Lima, dois esclarecimentos.

Foi feito um acordo de procedimentos, no início dos trabalhos desta CPMI, e os Parlamentares não membros – ou seja, na verdade, os suplentes – teriam, em vez de dez, três minutos de fala.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Na verdade, os não membros. Mas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Os suplentes, não; os não membros. Os Parlamentares não membros terão apenas três minutos para fazer uso da palavra. No caso, os membros titulares e os suplentes vão ter dez minutos de fala.

Com a palavra o Relator, Deputado Alfredo Gaspar.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT. *Fora do microfone*.) – Pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Só o Deputado Alfredo Gaspar...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Presidente, é muito breve, só para um esclarecimento.

Esta CPMI está ocorrendo, em grande parte, porque houve um alerta de um *site* chamado *Metrópoles*. Isso está na base, inclusive, das investigações e não tem como ser desconhecido. E, agora há pouco, esse mesmo *site,* que prestou esse grande serviço, publicou uma reportagem – em que eu queria só um esclarecimento – dizendo que fraudes começaram em 2019, o INSS tomou conhecimento e não fez nada, colocando isso como se fosse uma resposta da testemunha.

Eu gostaria de saber se essa é uma afirmação que a senhora fez e se isso é verdade.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA (Para depor.) – Eu recordo de ter respondido que eu não tenho como dizer quando as fraudes iniciaram, porque, anteriormente, se existiam descontos indevidos – e eles devem ter existido, pelo que a gente tem ouvido dos beneficiários e o que está sendo posto como resposta, no sistema do INSS –, essas fraudes existiam, sim, antes.

O que se pode dizer é que existe um perfil de quantidade de entidades e quantidade de beneficiários descontados, e aí tem o perfil ao longo do tempo. Recordo de ter respondido especificamente isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Certo. Mas para... O que é que ficou parecendo na reportagem? Que, em 2019, o INSS tomou conhecimento e não fez nada. Se eu estiver errado, a senhora me corrija, mas a senhora falou que, em 2019, houve uma comunicação do Ministério Público Federal falando sobre irregularidades em descontos em quatro associações. A pergunta minha é muito objetiva: quando essa comunicação chegou, teve medida tomada em relação a essas associações ou não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu disse que, no âmbito do GTI, eu tomei conhecimento em 2019 e que, posteriormente, o INSS adotou providências. Eu não posso dizer que o INSS não recebeu outras comunicações previamente. Eu sei que ele recebeu neste momento que eu recebi, mas se recebeu em outro momento, eu não posso afirmar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A pergunta é: em 2019, houve comunicação de irregularidades em associações?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu presenciei, no âmbito do GTI Previdência, na recomendação feita pelo Ministério Público Federal.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ótimo.

Com essa comunicação, a pergunta é neste sentido: o INSS tomou ou não providência em relação a essas quatro associações?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Especificamente em relação a esta comunicação, sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E qual foi a consequência da tomada de providência?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – As quatro entidades tiveram seus ACTs suspensos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É só para esclarecer esse ponto.

Obrigado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, se eu puder só contribuir, a manchete diz exatamente o oposto: "Diretora da CGU diz que INSS soube das fraudes em 2019, mas ignorou". Então, eu acho que cabe realmente ao *Metrópoles*, que fez um excelente trabalho para revelar todo o escândalo, revisar essa manchete, porque leva a uma conclusão... Aliás, é uma informação completamente diversa e contrária em sentido daquela que a Dra. Eliane acaba de expor aqui ao Plenário.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Com a palavra o Deputado Luiz Lima, por dez minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente Duarte.

Obrigado ao Relator Alfredo Gaspar.

Obrigado, Sra. Eliane, advogadas Patrícia e Priscilla.

Sra. Eliane, eu só tenho a elogiar a senhora, porque eu tive uma oportunidade de estar pessoalmente, entre 2016 e 2017, como então Secretário Nacional de Esportes do Governo Temer e a senhora me orientou muito bem e orientou muito bem a minha equipe. Esse foi um dos primeiros atos que a gente fez, que foi convidá-la, e eu agradeço muito. Ser ordenador de despesa não é fácil, não é? E ter responsabilidade com o recurso do mais simples brasileiro, mais ainda.

Mas a sua tarefa é muito difícil, Dra. Eliane, porque esse é um Governo que se autossabota. A senhora apresentou números... E eu imagino a dificuldade que é você controlar inúmeros sindicatos, milhões de pessoas e, quando você apresenta tudo – tudo –, a Ambec, um sindicato que foi até falado aqui por uns Deputados, alguns Deputados de esquerda, fazendo uma ligação com o Governo Bolsonaro...

Temos 1,4 milhão de advogados no Brasil e a Ambec contrata justamente o filho do Ministro da Justiça do nosso país, Ricardo Lewandowski, para advogar para uma organização criminosa.

Então, eu imagino o quanto é difícil o seu trabalho. E quando eu falo que é um Governo que se autossabota, porque está aqui... Os Deputados de esquerda, durante o Governo Bolsonaro, não apresentaram um requerimento de informação. Não subiram na tribuna uma vez sequer para fazer um apontamento negativo em relação aos desvios de recursos dos aposentados.

E mais, quando o Governo Bolsonaro apresentou aqui a MP 871, publicada no primeiro ano do Governo Jair Messias Bolsonaro... A Medida Provisória 871, de 2019, visava combater fraudes e irregularidades na concessão de benefícios do INSS. Entre as alterações previstas no texto principal, estava a revalidação anual dos descontos associativos. A partir do *lobby* das entidades, especialmente da Contag – que é um sindicato antigo, de 63 –, o Congresso conseguiu adiar essa exigência para ser feita a cada três anos.

Foram apresentadas, se eu não me engano, aqui 96 emendas de Deputados do PT. Os seguintes Deputados do PT defenderam a Contag com emendas: Zé Neto, da Bahia; Patrus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ananias; Valmir Assunção; Marcon, do Rio Grande do Sul – não é o Marcon do PL; Rubens Pereira Júnior, do Maranhão; e os Senadores Humberto Costa; Jaques Wagner; além dos ex-Congressistas Jean Paul Prates, do Rio Grande do Norte; e Paulo Rocha, todos do PT.

A lista ainda inclui Deputados Federais, como Jandira Feghali, do PCdoB; Otto Alencar Filho; Daniel Almeida, do PCdoB da Bahia; Deputado Celso Maldaner, do MDB; e Tereza Nelma, que atualmente faz parte do Governo Lula.

Esses Deputados... E eu fiz questão de ir atrás dessas emendas. Elas são muito parecidas.

Diz aqui na justificação da emenda do Deputado Otto Alencar, do PSD da Bahia: "A exclusão das entidades de classe das atribuições previstas na lei prejudicaria o cumprimento das disposições em razão de dificultar o acesso à economia de custos para o estado e notadamente revelaria preconceito contra a organização dos trabalhadores".

Olha essa segunda emenda aqui do Deputado Federal Patrus Ananias: "O incentivo constitucional visa, assim, levar os cidadãos a buscarem a própria independência e autotutela através das associações".

Aí, eu escrevi com a minha caneta aqui: "Para roubar, serve a autotutela; o restante não serve". Patrus Ananias, do PT.

Outra emenda defendendo a Contag, do Zé Neto, do PT, da Bahia, defendendo que o período para tirar o nomezinho dos aposentados seja de 60 meses – 60 meses! "[...] o Estado a intervir cada vez menos nos interesses da sociedade, agindo, somente quando e se absolutamente necessário e ou de forma subsidiária". Aí, tem outras emendas aqui do Paulo Rocha, do PT, da Bahia, que vai no mesmo caminho.

Mas eu vou começar aqui com uma pergunta, Dra. Eliane.

A senhora falou, durante a sua explicação, que no ano de 2024 a CGU alertou o Presidente Alessandro Stefanutto, do INSS, sobre tudo que estava acontecendo. Eu queria saber quem... A senhora alertou ele pessoalmente? Porque esse alerta foi em julho de 2024, e o Alessandro Stefanutto foi afastado em abril de 2025, na Operação Sem Desconto; aí, o que passa para a gente é que isso já ocorria há mais de 20 anos e ele deixou levar... Ele não considerou a CGU. Os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sindicatos não estão considerando a CGU, eles não estão levando a sério como as pessoas que têm responsabilidade deveriam.

A minha pergunta: foi a senhora mesma que foi ao encontro do Presidente do INSS alertá-lo sobre o que estava acontecendo, a escalada brutal de aumento de número de aposentados? Como a senhora citou aqui, no ano de 2023, 15 instituições, com mais de 50 mil filiados; e, no ano de 2024, 24 entidades, com mais de 50 mil. Em dois anos, foram 39 novas instituições. Durante o Governo Bolsonaro ocorreu também, só que uma em 2019, uma em 2020, uma em 2021 e uma em 2022. Então, foi uma goleada de 39 a 4: 39 no Governo Lula, recebendo mais de 50 mil aposentados no seu cadastro, contra quatro no Governo Bolsonaro.

Foi a senhora mesma que foi até o Presidente do INSS ou foi alguém da sua equipe?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA (Para expor.) – A comunicação foi feita a ele no início de julho de 2024, por meio de uma nota de auditoria, por meio de sistema em ofício; no final de julho de 2024, por meio de sistema em ofício, relatório preliminar de auditoria; e no dia 9 de agosto, numa reunião em que ele estava presente.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – E a senhora lembra qual foi a reação dele nessa reunião? Ele ficou espantado? Ele tomou alguma posição – "Eu vou ver isso", "Eu vou combater" – ou não?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Na reunião nós discutimos o relatório. Foram feitas as ponderações a respeito da importância desses descontos para os aposentados, para os serviços, mas essa reunião tem ata também.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Está ótimo.

A CGU fiscaliza a Dataprev?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – A CGU acompanha, sim, as políticas da Dataprev.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Se sim – como foi "sim" a resposta –, qual seria a participação da Dataprev nessa análise das listas de associados para os descontos associativos?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – A Dataprev recebia os arquivos transferidos pelas entidades e, a partir dos arquivos recebidos, fazia alguns cruzamentos de dados. Tem um dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

relatórios nossos que tem uma nota de rodapé dizendo quais dados eram cruzados – eu não lembro qual dos relatórios; ou o primeiro ou o segundo, penso, mas não tenho certeza.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – A senhora lembra qual órgão da Dataprev recebe as informações do INSS em relação aos acordos de cooperação técnica encaminhados pelo INSS?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Qual unidade interna deles?

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Sim.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Não, eu não sei, mas se recebe na verdade via uma caixa de transferência, como se fosse uma nuvem onde se transfere informação.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Tá. Dra. Eliane, a senhora também mencionou que fez uma pesquisa com seis aposentados num universo de milhões, principalmente a Contag, que tem 1,227 milhão de cadastrados aposentados.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Sim.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Qual foi o critério de só fazer essa avaliação com seis pessoas? Foi uma limitação da própria CGU?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Na verdade, foi a forma como nós definimos a amostra.

Quando nós fomos fazer as entrevistas, iniciadas em abril de 2024, em função do grande aumento que tinha tido nos descontos e da falta de interlocução com o INSS, buscando alguma alternativa, nós não conseguíamos mobilizar o INSS para buscar essas alternativas, nós decidimos fazer essas entrevistas de forma célere.

Para fazer as entrevistas de forma célere, nós tínhamos que fazer nas capitais; e foi nessa definição, por estar trabalhando nas capitais, que a gente vai menos para o meio rural. Foi absolutamente aleatório e a nossa intenção no momento não era ver as entidades, era ver, dos beneficiários, se eles reconheciam os descontos feitos ou não.

No nosso resultado, 97,6% dos aposentados disseram que não reconheciam.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – A informação do dia 25 de agosto, do INSS, era de que 97,8% dos aposentados não reconheciam. Neste momento, era isso que nós queríamos saber, e não qual entidade tinha mais ou menos problema, que foi o que nós fizemos depois com visita às entidades.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Obrigado.

Dra. Eliane, eu vou finalizar com duas perguntas. Quem mais compõe a equipe que produziu o relatório de investigação da Contag?

E a última. Eu fiquei muito admirado com o número que a senhora falou em relação aos empréstimos consignados...

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Sim...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – ... podendo chegar a 70 bilhões, o que faz do desvio do INSS ser menos de 10% do que os empréstimos consignados.

Esse número a que a senhora chegou, de 70 bilhões, só leva em consideração o recurso que aparece na conta do aposentado? Exemplo: vai aparecer na conta de um aposentado R$400, só que ele vai ter que retornar não R$400...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – ... ele vai ter que pagar em 12 vezes ali de R$60, o que vai representar R$720. Foi... (*Falha no áudio.*)

... reais que entraram na conta dele, ou dos R$720 que ele está devolvendo?

E me confirma a informação...

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Para concluir.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – ... se a Crefisa é a maior responsável hoje por esses empréstimos no Brasil.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Primeira questão, eu não sei dizer se a gente está falando do valor nominal ou do valor que ele vai ter que depois fazer o pagamento total.

E eu não tenho informação, hoje, de quais são as principais instituições financeiras que têm empréstimos implementados, porque a gente tem o trabalho em andamento.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Presidente, um esclarecimento, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Deputado Alencar.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Para interpelar.) – Até porque foi uma pergunta que eu tinha feito anteriormente, e surgiu uma dúvida.

Eu queria perguntar à depoente se, das entidades que o INSS na gestão anterior teve comunicado de irregularidades, e que ele suspendeu os ACTs das quatro, se alguma dessas entidades teve o ACT renovado em 2020, 21 ou 22, por exemplo, como a Braps.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Obrigado, Deputado Alencar.

Em seguida, Deputado Marcon, com a palavra.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Com a palavra Deputada Eliane.

Em seguida, Deputado Macron.

Peço só ao Deputado Alencar... Que a gente não pode liberar, se for questão de ordem ou pela ordem.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Não, perfeito. É por essa razão que eu abri essa exceção, porque já tinham feito dessa forma.

Então, para finalizar, Deputada Eliane, pode responder ao Deputado Alencar.

Em seguida, Deputado Mauricio Marcon.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA (Para depor.) – Especificamente eu tinha apresentado essa resposta para o Relator. Eu não estou achando o papel aqui. Mas, das quatro, duas delas retornaram.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Em que ano?

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Ah, Presidente, aí, por favor!

(*Interrupção do som.*)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Na minha pergunta eu falei 20, 21 ou 22?

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Ah, aí não, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Vamos fazer o seguinte, Deputado Alencar: ela já sabe o questionamento. Agora é a hora da fala do Deputado Macron.

Com a palavra, por dez minutos, Deputado Mauricio Macron...

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Presidente, vamos lá, não é?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – A informação que me repassaram é que a ABSP saiu em 2020 e retornou em 2023, como Aapen; e a Anapps saiu em 2019 e retorna em 2021 como Abraps.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Perfeito.

Eu tenho uma pergunta também sobre essa questão, mas estou deixando qualquer tipo de dúvida para o final, porque realmente gera curiosidade: por que essas entidades mudaram de nome? Por qual razão modificaram esses nomes?

Mas com a palavra agora, por dez minutos, sem direito a aparte, o Deputado Mauricio Macron.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS. Para interpelar.) – Presidente, comigo: Marcon. É Marcon.

Tem um nome, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – O seu tempo está avançando.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Eu prefiro que o senhor acerte o meu nome: Marcon.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – O importante é seus eleitores acertarem.

Por dez minutos, com a palavra.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – O senhor está querendo me diminuir, e tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Não, não é, é um equívoco.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Eu entendo a necessidade de me diminuir.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Quer que eu repita? Eu vou repetir: Mauricio Marcon.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Isso, muito obrigado, Sr. Presidente, pelo respeito.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Está feliz? Já perdeu 20 segundos.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – O tempo é meu, eu faço o que eu quero com ele.

Presidente, em primeiro lugar, eu quero parabenizar o Alfredo Gaspar pelo belo trabalho e mencionar a Dra. Eliane e os seus advogados, que, de forma muito respeitosa, vêm respondendo os nossos questionamentos.

Mas, José Medeiros, já diria o Mão Santa: o PT quando não está mentindo, está?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – E quando não está roubando, está? Mentindo. Pois é, hoje a gente viu uma cena de horror aqui, né? Eles tentando estuprar os dados para dizer que a culpa foi do Bolsonaro.

Mas vejam vocês que estão em casa, de uma forma aí assistindo – e a gente tem milhares e milhares de brasileiros, muitos deles que foram roubados pela quadrilha petista –, como é fácil desmentir esses dados. E quem vai desmentir não sou eu, Dra. Eliane, quem vai desmentir é a senhora, quer ver?

Vamos lá.

A gente já sabe aqui que esses descontos começaram lá por 1994. Teve tempos agora que explodiram no Governo do PT e outros tempos que eram menores. Mas a senhora tem notícia, nos últimos 30 anos, de algum Presidente da República que publicou uma medida provisória criando algum tipo de dificuldade para descontar indevidamente aposentados?

A senhora tem alguma memória de alguma MP que não seja do Governo Jair Bolsonaro, em 2019, no 18º dia de Governo?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu não tenho como me manifestar a respeito.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Tá. A senhora não tem como se manifestar, mas eu vou lhe adiantar: nunca houve nenhuma medida de nenhum Presidente da República que não foi Jair Bolsonaro para conter os desvios. Então, eu estou lhe respondendo. Quem duvidar pode consultar no Google que lá está.

Aí a gente teve, nesse período sobre o qual a senhora não pôde se manifestar – e está certa, tem que se preservar –, mas eu respondo pela senhora. A gente teve quatro Governos do PT. Quatro. Mas a culpa, Zé Medeiros, é de quem? "Ah, não, é do Bolsonaro, que, no 18º dia, fez o quê? Uma medida provisória para parar com a ladroagem.

Mas vamos em frente, esta a senhora vai conseguir certamente me responder.

Bom, a Contag foi a que mais desviou dinheiro, sim ou não?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Nos nossos relatórios, nós falamos de informações a respeito de impropriedades na documentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Tá, são três bilhões...

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Em relação a isso...

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – São três bilhões e pouco ali nos últimos dez anos, confere?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Em relação a isso, os repasses para a Contag foram 3,2 bilhões.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Beleza.

A senhora no seu... O relatório é de quando? É de janeiro, do começo de 2024? É isso?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – São três relatórios: um relatório de setembro, outro relatório de abril...

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Setembro de 2023?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Setembro de 2024, abril de 2025 e agosto de 2025.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Tá.

A senhora deve lembrar quem era o Presidente da Contag, no maior período de tempo que foi investigado aí, desde 2017, 2016, até 2024...

A senhora lembra quem que era o Presidente da Contag?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Não, porque na auditoria nós vamos à entidade. Nós não vamos fazer apuração das pessoas envolvidas.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Tá.

Eu vou dizer para a senhora quem que era o Presidente da Contag: o Presidente da Contag era Aristides Veras.

Você sabe quem que é Aristides Veras? Aristides Veras é só o irmão do Deputado do PT Carlos Veras. Só isso. Ele é o Presidente – era o Presidente – da maior organização criminosa que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

desviou dinheiro dos aposentados, irmão de um Deputado do PT, Hélio Negão. Mas eles querem dizer, Bia Kicis, que a culpa era do Bolsonaro.

Eles estão querendo fazer o brasileiro acreditar – olhem, olhem isso – que o irmão de um Deputado do PT desviou dinheiro para o Bolsonaro. (*Risos.*)

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – É um negócio...

Eu sei que você que está em casa deve estar gargalhando aí de dar risada ou pensando: "Meu Deus, alguém acreditou nisso?". Provavelmente não, nem eles que vêm aqui defender...

Aliás, se eles acreditassem que o Bolsonaro teria culpa, sabe o que é que eles teriam feito, Relator? Teriam assinado a CPMI.

Sabem quantos petistas assinaram a CPMI, meu amigo? Nenhum! Sabem por quê? Porque eles sabem quem roubou. Tanto sabem quem roubou, que eles concederam, Deputada Bia Kicis – o Geraldo Alckmin, aquele que dizia que Lula iria voltar à cena do crime, junto com o Ministro que vem segunda-feira, o Lupi –, uma medalha de honraria. Para quem? O sindicato do irmão do Lula.

Em vez de prender os bandidos, o que que eles faziam? Eles homenageavam. Está ali, saiu hoje na imprensa. É só olhar.

Mas, se não basta isso para você que está em casa hoje, a Contag, que foi a que mais desviou recursos, teve um defensor aqui: Deputado Orlando Silva, do PT.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Do PCdoB – obrigado.

Eliane, quantos por cento, mais ou menos, da Contag que eram roubados dos aposentados não tinham o consentimento dos aposentados? Vocês investigaram esse número? Em torno de 90%, é isso?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu vou ver aqui.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Não, mais ou menos. Foi 90%, 85%?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu preciso...

Na verdade, da Contag eram cinco de seis. Tem que fazer o percentual.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Então, está falando aí de quase 90%.

Nós tivemos um Deputado do PCdoB defendendo uma organização criminosa, travestida de sindicato, que desviava dinheiro de 90% dos seus associados. Roubava. Ele estava aqui, hoje, defendendo essa organização criminosa.

Aí, eles vão vir e vão lhe dizer: "Não, veja bem: a culpa foi do Bolsonaro".

Olhe, uma criança de 12 anos acreditar no Papai Noel a gente compreende. Agora, um cidadão brasileiro adulto acreditar que o PT, que não assinou a CPMI, que homenageou ladrão, que defende ladrão aqui... O irmão de um petista estava como Presidente da maior organização que desviou dinheiro, e a culpa é do Bolsonaro?

Ah, por favor, né? Vamos respeitar a inteligência das pessoas.

A senhora considera que os dirigentes desses sindicatos sabiam que o dinheiro era conseguido de forma irregular?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Não tenho como responder.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – A senhora acha que eles...

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Desconheço.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Eles ganhavam milhões... A CGU não conseguiu apurar que eles ganhavam milhões e milhões desviados, e eles não sabiam que os descontos eram feitos de forma irregular.

Quando a senhora foi lá e tentou ouvi-los, qualquer sindicato, eles disseram: "Não, nós temos aqui as assinaturas, nós ouvimos as pessoas"? Ou eles tentaram... Não deram as informações, tentaram ali dar uma ludibriada na CGU?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Primeiramente, nem sempre conseguimos falar com os dirigentes. Em algumas situações, nós conseguimos, em outras não. Então, eu não posso afirmar que os dirigentes sabiam ou não. E algumas entidades encaminharam documentos, sim, outras entidades não encaminharam documentos.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Bom, eu entendo que a senhora queira se preservar, mas vamos combinar aqui com os brasileiros que pagam o nosso salário e nos acompanham... Milhões e milhões, na casa de bilhões, no caso da Contag, entrar nos cofres com o dinheiro desviado, e eles não saberem...

Relator, vamos combinar, né? Entram milhões na minha associação, e eu não sei de onde é que vem, eu acho que é tudo regular. Não me parece fazer muito sentido...

Mas vamos considerar que eles soubessem. A senhora acredita que, se esta CPMI comprovar que esses dirigentes sabiam dos desvios, eles devem ser presos por roubo ou não?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – O trabalho da CPMI... Eu não tenho como me manifestar a respeito do trabalho da CPMI.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Não, mas vou fazer uma pergunta como cidadã: alguém que rouba de um aposentado, de um acamado, de um ribeirinho... A senhora acha que merece ir para a cadeia? Sim ou não?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu preciso responder para o senhor enquanto servidora da CGU que aqui estou e que esteve responsável pelo trabalho e preocupada com esse cidadão.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Então, quando a CGU fez essa pesquisa, ela estava atrás de alguém que estava roubando dinheiro. Senão, não teria feito essa análise...

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Nós fomos, no primeiro momento, entender do beneficiário do INSS, se ele tinha autorizado desconto ou não, que era a premissa básica para conseguirmos seguir na auditoria, identificar então as entidades, se elas tinham autorização desses beneficiários ou não, e depois, na sequência, entender os controles do INSS.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Bom, então, já que a senhora...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – ... certamente se preservando, não quer responder, está tudo certo.

Eu vou trazer alguns comentários que eu recebi no meu vídeo, semana passada, para sensibilizar quem acha que não merece ser preso: "Minha mãe também faleceu de câncer, com R$300 descontados. Esse dinheiro poderia tê-la ajudado no tratamento".

"Minha mãe" – é outra; agora é a mãe do Wilson Rodrigues. "Minha mãe foi roubada, sim". "Fizeram um empréstimo no nome dela, e vai para outra conta, e o banco não sabe dizer". O banco é o Bradesco.

Mais uma aqui: "Eles renovaram o empréstimo, sem solicitação do aposentado. Meus pais foram vítimas".

Essa gente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Essa gente, Eliane, é contra que inocentes vão para a rua, que é o caso do 8 de janeiro, mas eles estão aqui defendendo quem roubou aposentado, pensionista e deficiente.

Então, é sem anistia para ladrão. Isso a gente vai lutar aqui.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Eu o parabenizo e agradeço ao Deputado Mauricio Marcon, mas eu quero fazer um esclarecimento sobre o questionamento que foi feito pelo Deputado Mauricio, porque a senhora, durante a fala, ficou... Pelo menos me deu a entender, pela forma como a senhora falou, que todo o valor arrecadado pela Contag é ilegal. A senhora confirma essa informação?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Não. O que temos é que o valor arrecadado por qualquer entidade... Eu só posso dizer que ele é indevido a partir do momento que eu fizer uma análise

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

que suporte o que é o indevido. Qual foi a estimativa que nós fizemos? Nós fizemos uma estimativa a partir do percentual de respostas de não reconhecimento. Isso foi na auditoria.

No que o INSS está recebendo dos aposentados como retorno do ressarcimento, se eles reconhecem ou não, existe um percentual. A partir da aplicação desse percentual, eu consigo estimar o valor.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Então, um percentual do que foi arrecadado é ilegal.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Não tem documentação comprobatória de que tenha sido autorizado.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Então, é ilegal.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Sim, eu não posso... Se a pessoa não reconhece o desconto, ele é indevido.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Perfeito.

Só para esclarecer essas informações, na linha do que pode inclusive colaborar com o que o Relator já questionou.

Passo, agora, por dez minutos, a palavra para a Deputada Bia Kicis.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF. Para interpelar.) – Muito obrigada, Sr. Presidente, Sr. Relator, parabéns por esse trabalho.

Eu quero cumprimentar também a Dra. Eliane e as advogadas da União.

Também sou advogada, fui Procuradora do Distrito Federal há muitos anos, e reconheço que o seu trabalho, Dra. Eliane, é um trabalho de muita dedicação e um trabalho que, realmente, faz com que a gente tenha a compreensão do que aconteceu nas últimas décadas, com relação a esses descontos, com relação aos nossos aposentados.

Eu tenho uma dúvida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A senhora disse que, no grupo de trabalho, no GTI, a representante do Ministério Público seria a Dra. Zélia Perdonato? Não entendi bem o sobrenome.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Pierdoná.

Ela coordenava o GTI.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Tá, mas...

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Existiam outros representantes.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Sim, porque esse grupo de trabalho foi extinto por uma decisão do Relator do CCR, que é o Dr. Nilo Freitas.

A senhora tem conhecimento disso?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu recebi um documento, falando da finalização dos trabalhos do grupo.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Sim.

Pelo documento que eu tenho, foi esse Relator, que é o Dr. Nilo Freitas, que resolveu pôr fim ao grupo de trabalho. Por isso eu vou requerer a oitiva do Dr. Nilo Freitas, para que a gente entenda a razão pela qual ele extinguiu o grupo de trabalho.

Eu gostaria de saber se a senhora tem conhecimento, porque eu recebi essa informação de que a Ambec, e, talvez, possivelmente, outras das associações, fazia a seguinte prática: ela procedia o desconto sem autorização e depois entrava em contato com os aposentados – podia ser por ligação telefônica, aquela coisa... –, para tentar obter alguma autorização, e muitos aposentados nem entendem direito do que se trata.

A senhora tem conhecimento desse procedimento pelas associações?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu só não consigo precisar em relação ao antes ou depois, mas, sim, temos conhecimento de que isso era uma prática, e o áudio não é um instrumento hábil a comprovar a autorização.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – O.k. Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 2024, os valores descontados saltaram 119%. Depois desses alertas, a CGU avaliou que o INSS mudou o procedimento? Por exemplo, suspensão de ACTs, reforço de checagem... Ou ignorou?

Se tiver tomado algum procedimento, por favor, nomeie as áreas do INSS que foram oficiadas e o nível hierárquico que recebeu esses alertas.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu desconheço providências que tenham sido adotadas pelo INSS.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Obrigada.

Quando a CGU constatou que de 97% a 98% dos entrevistados não haviam autorizado os descontos, quanto tempo demorou para o INSS bloquear novos lançamentos e iniciar o estorno em massa?

Na visão técnica da CGU, esse prazo foi compatível com a gravidade dos achados?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu acho que eu só preciso localizar um pouco, que eu não sei se eu entendi.

Os resultados da CGU foram encaminhados para o INSS em julho.

Não houve nenhum tipo de bloqueio ou suspensão pelo INSS. Só aconteceu após a operação.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – O.k.

Então, não houve nenhuma providência com a informação, só depois da operação pela Polícia Federal, que ocorreu após a denúncia pelo jornal *Metrópoles*.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Após a operação da Polícia Federal.

Eu só quero deixar uma questão clara, porque existe um momento, em 2024, em que o INSS, em abril, faz um bloqueio, só que, no final de maio ou no início de julho, ele já reverte o bloqueio.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Reverte o bloqueio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Então, assim, não posso dizer que ele não fez um bloqueio. Ele fez um bloqueio, só que ele reverte o bloqueio na sequência.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Ou seja, um bloqueio totalmente ineficiente. Ele faz por um mês, e volta, no mês seguinte, a permitir essa operação.

Considerando que Lupi e Stefanutto deixaram os cargos após a operação, do ponto de vista técnico, não político, quando a senhora acredita que não era mais crível alegar desconhecimento dentro da cúpula? Por favor, fixe um marco temporal, com base no seu conhecimento, no seu trabalho.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu não consigo precisar em relação ao Ministro Lupi, porque eu nunca tive nenhuma interlocução com ele para tratar desse assunto. Então, não consigo precisar.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – E com relação ao Stefanutto?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Em relação ao Presidente do INSS, nós estivemos em algumas oportunidades em reuniões e com expedientes direcionados a ele, mas também em interlocuções pessoais, falando a respeito do assunto.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Em que época?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Mais tarde, em julho. Não sei se antes. É possível. Acredito que sim.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Em julho de...

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – De 2024.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – De 2024.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – É possível que antes, mas aí eu não consigo afirmar com certeza.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por gentileza, a CGU identificou associações com múltiplos lançamentos por beneficiários e até descontos em pessoas falecidas. Quem, no INSS, tinha *dashboards*, relatórios para ver isso em tempo real e não agiu? Se puder citar cargos nos reporte, ou, se não seria no INSS, seria na Dataprev? E, aí, quem teria essa responsabilidade de fiscalizar os cadastros?

Quem fez... A senhora já disse mais cedo que teria sido um *software* que fazia essa fiscalização, mas quem era responsável por isso?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu desconheço a existência de algum acompanhamento gerencial nesse nível, seja no INSS, seja na Dataprev.

Quem fazia era a Dataprev. Eu não sei qual é a área específica, não sei a denominação da área que faz.

Isso está no terceiro relatório, onde nós tratamos isso como os arquivos de retorno. Os arquivos eram encaminhados para a Dataprev, que processava e devolvia para as entidades.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Parece-me um pouco terra de ninguém.

A senhora saberia me dizer quem produziu esse *software*? Se foi contratado, terceirizado, ou se foi a própria Dataprev ou INSS... Quem era responsável pela elaboração de um *software* que deveria fazer uma fiscalização que não era feita?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Na verdade, nós falamos de um cruzamento de informações que os técnicos – acredito que da Dataprev – fazem, mas isso não seria a fiscalização efetivamente. A fiscalização a ser feita, no caso específico, deveria ser a validação das informações encaminhadas pelos beneficiários. Isso era uma camada de controle que eles implementavam.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Uma camada de controle que não funcionava, a toda vista.

A CGU já indicou nominalmente ao Ministério e ao INSS servidores para PAD e impedimento de função? Se sim, quantos, em quais áreas? O Ministério sob Lupi instaurou tudo o que foi recomendado ou deixou pendências, caso tenha sido feita alguma recomendação?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Estamos falando dos descontos associativos, especificamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Não, eu não entendi. Foi recomendada alguma abertura de PAD?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Em relação a descontos associativos.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Foi recomendado?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – A instauração está sendo conduzida por outra Secretaria da CGU, que é a Corregedoria-Geral da União.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – E a senhora sabe dizer se está acontecendo, se já teve algum?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Sim, existem PADs instaurados, procedimentos de apuração, não sei se ainda são prévios ou já os PADs instaurados, mas sei também, porque me disseram quando vim para cá, que tem uma requisição aqui da CPMI que também está em fase de resposta, informando a respeito disso.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Para quem nos assiste e não tem conhecimento, PAD significa processo administrativo disciplinar.

Eu queria dizer também que a história da Contag, que foi tão defendida aqui pelo Deputado Orlando Silva, me parece um pouco aquela história da madrasta, da bruxa má do Joãozinho e Maria, que botava na gaiola, ficava alimentando o João e Maria, checando se estava engordando, para depois comer; ou, então, Sr. Relator, a galinha dos ovos de ouro, né? Então, assim, os aposentados seriam as galinhas dos ovos de ouro, que eles vão ali cuidando...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – "Ah, prestaram tantos serviços maravilhosos". Sério? Isso dá a eles o direito de roubar ou, quando eles prestavam serviços, faziam cadastramento, era já com a intenção de roubar? Fica aí a pergunta, porque esse roubo é tão gigantesco, é uma coisa tão absurda, que nos dá o direito, sim, de entender que isso foi feito para roubar. Eles... O pouco de cuidado que eles tinham era quem cuidava aí da galinha dos ovos de ouro, para não deixar que morresse a galinha e eles perdessem acesso ao ouro. Então, é realmente revoltante a gente ver isso que acontece.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, para concluir, ontem, o PT, quando a gente estava votando uma lei para acabar de vez, proibir os descontos automáticos, apresentou duas emendas, uma para voltar, para autorizar o desconto automático, com algum critério, mas para autorizar; quer dizer, o contrário do que a lei queria prever. A gente aqui, o Congresso, Deputado... Senador Magno Malta, todo reunido, mais de 60 projetos apensos ao principal para acabar com esse desconto automático...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – ... e o PT apresenta uma emenda para votar; e a outra para voltar o desconto automático. É inacreditável.

E a segunda emenda, Sr. Presidente, que estava lá presente, era para, havendo a indenização, que isso saísse do orçamento previdenciário; ou seja, tirar de quem? De quem recebe BPC, dos próprios aposentados, dos pensionistas, em vez de tirar do orçamento gordo da União. E, aliás, como bem pontuou o meu colega e amigo Deputado Marcel van Hattem, querer tirar de quem recebe BPC e não das viagens luxuosas da Janja.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Agradeço à Deputada Bia Kicis.

Para finalizar a fala entre os membros suplentes e titulares, passo a palavra agora para o Deputado Fernando Rodolfo, por dez minutos.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade.

Quero aqui cumprimentar a Sra. Eliane Viegas Mota, Diretora de Auditoria de Previdência. Muito obrigado pela sua presença aqui.

E, antes de iniciar, eu gostaria aqui, Sr. Presidente, de fazer um reconhecimento, um elogio à atuação do nosso Relator. Acho que esta CPMI teve a sorte de ter o Relator Alfredo Gaspar aí sentado nessa mesa. Ele, que tem um histórico de combate à criminalidade muito grande – não é surpresa esse desempenho, essa desenvoltura toda aqui –, foi o homem que botou ordem lá em Alagoas, como Secretário de Segurança, tirou a fama de o Estado de Alagoas ser um estado de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

bandidos, botou ordem lá, foi referência no Brasil inteiro, um promotor exemplar, e por isso está dando este *show* aqui como Relator. E nós só temos a lhe agradecer, Deputado, por o senhor estar colocando aqui, à nossa disposição, toda a sua experiência nas investigações.

Esta reunião começou às 9h da manhã, já são 19h, e estamos aqui há dez horas. Foram muitas perguntas direcionadas à nossa depoente, mas houve, logo no início, uma resposta que a senhora deu ao Relator, que para mim já valeu o dia inteiro. A senhora disse, em alto e bom som, de forma muito clara, que, em julho de 2024, a CGU deu ciência ao então Presidente do INSS sobre tudo isso que estava acontecendo, e nada foi feito – nenhuma providência foi tomada naquele momento. É como se o Presidente do INSS, ao tomar conhecimento, tivesse feito ouvido de mercador – "Deixa para lá" – e seguido. Tudo continua acontecendo, e, só em 2025, por força de decisão judicial, esse Presidente deixa o cargo. Para mim, foi a revelação mais impactante, porque coloca fim à narrativa que a esquerda quer trazer aqui, todo dia, de que é o Governo do PT que está desmascarando toda essa fraude que vitimou milhares de aposentados Brasil afora.

Mas eu gostaria aqui de fazer algumas perguntas, algumas já foram feitas – isso faz parte de um momento como este de CPMI, em que a gente faz algumas perguntas algumas vezes, repetidas vezes –, mas eu gostaria aqui de entender uma coisa, Dra. Eliane: o departamento do qual a senhora é Diretora, a Auditoria de Previdência e Benefícios da CGU, foi criado em que ano? Em que momento ele passou a existir?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA (Para depor.) – A Diretoria de Auditoria de Previdência e Benefícios, desde 2019.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Desde 2019.

Qual é a finalidade dessa Diretoria?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Fazemos auditoria e acompanhamento dos programas de Governo do Ministério da Previdência, do Ministério do Trabalho e Emprego e do Ministério do Desenvolvimento Social.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – O.k. Então, surge alguma denúncia, e aí essa Diretoria é que tem a finalidade de averiguar essa denúncia, de fazer a auditoria... É mais ou menos isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Seguindo os nossos fluxos de trabalho, que fazem toda uma análise a respeito da denúncia recebida, sim.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Então, ele é um departamento que foi criado para investigar as fraudes, para combater a corrupção?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Não.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Não?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Nós trabalhamos com o acompanhamento dos programas de Governo e avaliação da gestão. Então, quando surge alguma questão de fraude especificamente, nós podemos fazer uma auditoria e subsidiar alguma investigação, mas o papel da diretoria é fazer a avaliação das políticas públicas – no caso da diretoria da qual eu estou à frente – desses ministérios que eu mencionei anteriormente.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Certo, então ele faz uma auditoria. e, a partir do resultado dessa auditoria, constatando-se ali algum tipo de fraude, uma eventualidade assim, é encaminhado aos órgãos competentes para investigar.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Sim.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Muito bem. Então, esse departamento tão importante para o funcionamento do serviço público foi criado em 2019, no Governo do Presidente Bolsonaro, não é isso?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Foi criado em 2019.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Muito bem. Então, foi o Governo Bolsonaro que criou essa diretoria tão importante, tão necessária para fazer essas auditorias, a partir do momento em que foi provocado pelo Ministério Público Federal, em 2019.

A senhora falou aqui... Já, já vou entrar nos relatórios que nós tivemos a oportunidade de acompanhar, mas a senhora falou aqui que houve uma reunião do GTI, em 8 de maio, que comunicou que 100% dos aposentados ouvidos pelo seu departamento reportaram que não sabiam dos descontos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa reunião foi em 8 de maio de que ano? Eu não consegui entender.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Em 8 de maio de 2024.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Em 8 de maio de 2024.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Isso.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Então, espera aí. Em 8 de maio de 2024, ou seja, antes... Em julho foi o quê que aconteceu? Foi a finalização do relatório?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Nós finalizamos uma primeira etapa, porque o trabalho foi feito em três etapas. Nós finalizamos a primeira etapa.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Então, antes de finalizar, vocês já tinham comunicado, nessa reunião, no dia 8 de maio, que havia algo de errado?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Nós já tínhamos comunicado anteriormente que havia algo de errado, e essa comunicação, inclusive, deu ensejo a essa reunião, que era uma reunião extraordinária, com este assunto único: descontos associativos.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – E, após essa reunião, onde foi comunicado que já havia algo de errado, onde 100% dos aposentados ouvidos reportaram que não sabiam dos descontos, quais foram as medidas tomadas?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Medidas tomadas...

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – No sentido de acabar com isso.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – ... especificamente por qual órgão? Por qual órgão?

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Pelo INSS.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Não houve adoção de medidas.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Não houve. Então, vamos lá, em 2024, o Governo Lula...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deixa eu voltar aqui um pouquinho. Em 2019, o Governo Bolsonaro cria esse departamento para fazer auditorias, ou seja, apurar o que está de errado. Em 2024, já no Governo Lula, esse departamento vai a uma reunião do GTI... Para quem está em casa, GTI é Grupo de Trabalho...

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Interinstitucional.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Interinstitucional. E comunica que 100% dos aposentados ouvidos reportaram que não tinham conhecimento dos descontos. E, no Governo Lula, sob a gestão lá do INSS, não se faz nada – que isso conste e fique bem claro.

Aqui no relatório, no volume 3 do relatório, ou seja, no terceiro relatório da CGU, na p.13 – coincidentemente o número do PT –, a gente tem aqui o seguinte:

> Em 2018 e 2019, identifica-se um elevado incremento percentual nos descontos de mensalidades associativas relativas a algumas entidades (ABSP, RIAAM BRASIL, ABAMSP, ANAPPS, ASBAPI, CENTRAPE), passando de R$41,2 milhões em 2017, para R$194,9 milhões em 2018 e R$173,2 milhões em 2019.

Ou seja, já havia o conhecimento de que esses descontos indevidos dos associados, dos aposentados já vinham acontecendo antes de 2019. E a CGU tomou alguma providência antes de 2019? Porque em 2019 é que veio a manifestação do Ministério Público Federal, não é isso?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Sim.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – E antes? A CGU já tinha conhecimento.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – A CGU tomou conhecimento...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – ... da situação dos descontos associativos indevidos em 2019.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Mas o relatório aqui revela que, em 2018, vocês já sabiam. Pelo menos é isso que eu estou entendendo, pelo que está escrito aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu não localizei... Desculpa, a p. 13 do relatório, eu não localizei.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – No volume 3 do terceiro relatório.

Mas, Presidente, meu tempo está acabando. Fica difícil... Realmente, dez minutos é muito pouco, não é? Eu queria aqui apenas agradecer, já que está terminando aqui...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Não sei se o senhor me dá mais um minuto aí para ela poder responder à pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Conclua no tempo que lhe resta, porque aí ela, sem tempo, vai responder ao seu questionamento, com toda a tranquilidade. Pode só encaminhar para o final e concluir.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Está bom.

Encaminhando aqui para o final, Sr. Presidente, eu queria aqui manifestar que a minha participação nesta CPMI não é aqui para defender quadrilha A, quadrilha B, governo A, governo B. A gente viu aqui a esquerda fazendo um esforço muito grande para defender uma entidade que, há muitos anos, vem recebendo recursos de forma indevida dos aposentados, a Contag, aliás, a que mais recebeu. E houve aqui um esforço para se defender essa entidade, ao mesmo tempo em que houve um esforço também para atacar a Conafer. Para mim, tanto faz... Conafer, Contag.. Roubou dinheiro? Tem ligação com a esquerda ou com a direita, tem que ir para a cadeia. A gente não está aqui para defender esquerda nem direita. Não tem ladrão de esquerda nem ladrão de direita, existe ladrão. E ladrão tem que ir para a cadeia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Agradeço ao Deputado Fernando Rodolfo.

A resposta ao questionamento do Deputado.

A SRA. PRESIDENTE (Eliane Viegas Mota) – Eu só preciso localizar no relatório, porque eu não localizei no relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Pronto, enquanto... Peço que a equipe da Sra. Eliane possa auxiliá-la, para que ela encontre a resposta. Assim que encontrar, faz a resposta ao questionamento.

Nós temos aqui mais dois oradores não membros, que terão, cada um, três minutos para fazer os seus questionamentos.

Começando, por três minutos, o Deputado José Medeiros.

Com a palavra.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu passei o dia aqui hoje assistindo e fui anotando. Até agora, do que a gente já pôde observar, já podemos afirmar o seguinte: que o maior roubo da história dos aposentados aconteceu debaixo do nariz do Governo do PT; que, enquanto milhões de velhinhos tinham o dinheiro arrancado do contracheque, o Governo fazia vista grossa aos alertas da CGU; que, em vez de proteger os aposentados, Lula preferiu proteger o Lupi, que só caiu quando a vergonha já estava lá na estratosfera; que também foi no Governo Lula que o INSS relaxou a biometria antifraude, abrindo as portas para o crime organizado assaltar o bolso dos idosos; que o Governo que prometia cuidar dos pobres deixou que a quadrilha assaltasse justamente os mais frágeis, os aposentados. Não foi falta de aviso da CGU, da Defensoria e nem do Ministério Público. Eles taparam os ouvidos.

E também, quando a PF desbaratou a quadrilha, o PT corre para dizer que o mérito é do seu Governo; ou seja, Lula só agiu quando a sujeira escorreu para o noticiário. Se fosse no Governo Bolsonaro, a imprensa estaria pedindo *impeachment* e provavelmente a prisão de Jair Bolsonaro.

Então, eu gostaria só de perguntar à nossa convidada, Eliane... Eu vou fazer as perguntas e depois a senhora me responde.

A senhora entrou quando na CGU?

E mais, existia algum departamento que nem esse seu, para esse tipo de ação, antes ou surgiu só no Governo Bolsonaro?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Três: o seu departamento foi imprescindível para a descoberta dessas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – ... fraudes?

E, mais uma: a Medida 871 surge a partir da reunião desses profissionais todos? Surge como sugestão? E, qual a eficácia dela?

E, quando foi criado o primeiro grupo para averiguar essas fraudes? Se foi no âmbito do Ministério Público ou se primeiramente foi no âmbito do INSS.

Eu pergunto isso tudo porque eu vejo uma forte vontade aqui, do Governo, de se blindar e de se tomar, mas, até agora, o que eu vi foi o seguinte: o Governo Bolsonaro fez de tudo para que não houvesse fraudes, editou medida, como ficou provado aqui.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – O Governo Lula, através de seu partido, dos seus Parlamentares, fez de tudo para afrouxar os mecanismos que evitassem essas fraudes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Agradeço ao Deputado José Medeiros.

Com a palavra a Sra. Eliane Viegas Mota.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA (Para depor.) – Meu ano de ingresso na CGU é em 2001.

A CGU – Secretaria Federal de Controle Interno, na verdade, que é anterior à criação da CGU – atua junto ao tema previdência desde o seu início. Então, isso não iniciou em 2019. Em 2019 teve um formato diferente, apenas isso.

A atuação da diretoria é imprescindível para apurar os descontos? Não tenho dúvida. Não me orgulho de dizer que fizemos um papel bonito, porque o papel não é bonito. A gente não está falando de nada bonito aqui, a gente está falando – como eu falei antes – de beneficiários do INSS, aposentados e pensionistas que tiveram descontos indevidos por muito tempo, e sem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

medidas para que seja diferente, mas eu não tenho dúvida de que a nossa atuação foi imprescindível e muito importante, e foi feita em uma parceria com a Polícia Federal.

Então, quando se diz que a Polícia Federal deflagrou uma operação, isso é real, em parceria com a CGU. Foram servidores da CGU e da polícia envolvidos em todo o processo de auditoria, de investigação, e, agora, seguimos, cada um nas suas competências: nós com a auditoria e a Polícia Federal com a apuração.

A MP 871 trata de vários temas afetos à previdência. Eu estive mais focada, especificamente, naquilo que diz respeito ao combate às fraudes e aos bônus que foram criados, à época, para tratar disso.

Especificamente em relação à controvérsia que existe em relação à revalidação dos descontos periódicos – existe uma controvérsia que está posta –, isto nunca foi implementado de fato: a revalidação. Então, independente da controvérsia, do vai e do volta, nunca foi implementado de fato, e, se tivesse sido implementado, a gente poderia avaliar de que forma isso poderia ou não ter mudado essa realidade.

E o primeiro grupo para apurar o senhor perguntou se seria no âmbito do INSS ou do GTI. Eu desconheço algum grupo que tenha sido constituído no âmbito do INSS. Eu conheço o GTI, e foi quando eu conheci, na primeira oportunidade, a menção a esses descontos indevidos, em 2019, numa reunião do GTI.

Presidente, por favor, eu gostaria de responder ao que foi questionado pelo Deputado Fernando Rodolfo.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – À vontade.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Na verdade, nós estamos falando do primeiro relatório, que é o relatório das entrevistas, na p. 13.

Esse parágrafo que o senhor tinha lido faz uma leitura da tabela que está acima.

Em 2018 e 2019, identifica-se um elevado incremento percentual.

É só uma leitura da tabela. Não foi um registro de análises feitas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Agradeço, Sra. Eliane.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT. *Fora do microfone*.) – Queria fazer só um registro.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Passo a palavra...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – V. Exa. tem conduzido muito bem. Queria lhe fazer esse registro aqui, viu? E consignar...

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Obrigado, Deputado.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – ... que foi em 2019 que começaram as investigações.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Agradeço.

Com a palavra o Deputado Evair Melo, por três minutos.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, nós estamos diante de um verdadeiro e bem-estruturado crime organizado.

Dra. Eliane, desde 2003, eu tenho inúmeros documentos produzidos. Inclusive, a minha primeira denúncia foi exatamente na data em que o Dr. Eli também fez a dele em São Paulo e eu protocolei essa denúncia aqui em Brasília.

Nós estamos diante de um crime organizado que tem método. Ele tem regra. Os esquerdistas um pouco mais letrados sabem quem é Saul Alinsky. Ele foi o homem que estudou Al Capone, que desenhou o crime organizado. E o seu livro chamado *Regra para Radicais* é um manual de organização desses movimentos, dessas chamadas organizações de base, desse ativismo social.

É essa inteligência que é incorporada quando surge a Contag em 63, e é o mesmo modelo adotado pelo MST, pela Farc colombiana, pelos movimentos revolucionários, pelo PCC e pelo Comando Vermelho. Basta perguntar à Polícia Federal. O modelo organizacional é exatamente o mesmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse é um crime organizado, arquitetado. Isso é uma verdadeira quadrilha.

Quanto à CGU, Dra. Eliane, eu tenho sete documentos protocolados na CGU desde 2023. Em um deles – não foram todos respondidos –, a CGU me responde o seguinte, em 24: "Reconhecem-se falhas significativas no processo de desconto dos associados e aposentados".

Portanto, a própria CGU, ainda em 23, reconhece essa ação.

No mesmo período, nós acionamos um personagem novo: porque eu não posso convocar na Câmara a Polícia Federal, eu convoquei o Sr. Ricardo Lewandowski, que foi notificado como Ministro da Justiça, superior à Polícia Federal, para que ele pudesse vir à Câmara e responder pela Polícia Federal por que é que ela foi acionada desde 2023 e não tem nenhuma atitude registrada.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Para poder finalizar, eu digo...

Mais um minutinho, Sr. Presidente.

Eu tenho os inúmeros requerimentos datados, posso disponibilizá-los, e eu trato deles aqui. Para a CGU, o Ministro Carlos Lupi – que vai passar vergonha aqui na segunda-feira, já vou antecipar, porque vai ser desmascarado – sabia e foi notificado. A Contag já tinha sido acionada. A Casa Civil, o Sr. Rui Costa também foi notificado e nada fez. E a Procuradoria-Geral da República também tem esse conhecimento.

Portanto...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – ... eu finalizo, dizendo que acompanho esse caso desde o dia 7 de março de 2023, quando eu acionei o Ministro Lupi, acionei o INSS, todos os órgãos de controle, dessa quadrilha organizada que estourou neste país.

Quando você olha para essa Contag... O que é o pior disso? O que é que a Contag faz? Mesmo que a Contag chame de autorizados, são pessoas analfabetas, semianalfabetas, que a palavra vale...

(*Interrupção do som.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Para concluir, Deputado.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – ... de vários trabalhadores rurais (*Fora do microfone.*) lá no seu município, ligado a um Vereador, ligado a uma associação ou sei lá, e disse: "O senhor assine esta folha, aqui, é para nós defendermos a sua aposentadoria...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – ... para nós fazermos uma orientação", e a pessoa inocentemente aceitou.

Portanto, eu quero pedir ao Relator e ao Presidente que possam levar às punições exemplares: cadeia, devolução. E essas entidades... Nenhuma entidade dessas que participou desses roubos é digna de continuar atuando; têm que ter os seus registros cassados.

Tenho dito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Agradeço ao Deputado Evair de Melo.

Com a resposta, a Sra. Eliane Viegas Mota.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA (Para depor.) – Eu não entendi. Qual era o questionamento?

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA. Para interpelar.) – Então, já está esclarecido.

Eu quero aproveitar aqui esses minutos finais para fazer um questionamento, porque não ficou claro para mim, durante a fala do Relator... O que me parece é que a tudo isso se deu início, segundo a Polícia Federal, de acordo com a investigação da Polícia Federal, com o Ofício nº 8.986, de 2024, no gabinete da CGU do Maranhão, Informação 683, de 2024, que foi encaminhado pela Controladoria Regional da União do Estado do Maranhão à Controladoria da União, aqui em Brasília, na sede em Brasília.

A senhora pode trazer mais informações sobre essa operação que aconteceu no Estado do Maranhão e deu origem a toda essa investigação em todo o território nacional?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA (Para depor.) – Na verdade, isso faz parte especificamente em relação à parte da investigação. Como eu falei no início, nós fazemos os trabalhos na diretoria com o apoio de todas as CGUs regionais. Nesse trabalho, foi feito o piloto no Maranhão; por esse motivo, ele faz o encaminhamento com a autorização da área específica da CGU, que é responsável pelas interlocuções com a polícia.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Então, a origem de toda essa operação – e, pode-se dizer, até, desta CPMI, das recomendações da CGU – foram as investigações que ocorreram no Estado do Maranhão?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Não. A origem do trabalho é um trabalho que começa na Diretoria de Auditoria de Previdência e Benefícios, com a participação, desde o início, desta unidade da CGU para fazer um piloto, e posteriormente envolvendo todas as outras unidades. Sempre que fazemos trabalho em nível nacional, temos um piloto, e uma regional faz o piloto.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – No caso da realidade do Estado do Maranhão, tem a informação de quantas pessoas foram lesadas, tiveram descontos indevidos?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Nós fizemos, naquele momento, entrevista com 35 pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Essas 35 pessoas são uma amostragem, mas, após essas 35 pessoas, tem acesso ao número de pessoas que fizeram alguma formalização de reclamação, seja em algum outro órgão?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Não, eu desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Então, além desses dados das 35 da amostragem, não tem nenhuma outra informação?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Onde? Em que documento?

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – No Estado do Maranhão, no que diz respeito à investigação da CGU.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Quando fizemos o piloto, eles fizeram essas entrevistas com 35 pessoas, e fizemos as outras análises; por exemplo, as visitas que fizemos às oito entidades. Eles trazem o resultado para esse documento...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – ... que traz as entrevistas também.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Por fim, sobre a questão do empréstimo consignado: durante as perguntas, a senhora disse que o número de casos de descontos indevidos nos empréstimos consignados realizados pelas instituições financeiras chega a 16 vezes mais do que o realizado pelas associações. O que mais a senhora, depois de todas essas horas de oitiva, mais de dez horas de oitiva, poderia trazer para esta CPMI, no que diz respeito aos descontos indevidos realizados pelos empréstimos consignados, como um alerta, como uma informação que possa nos ajudar a acabar com esse desconto que aumenta o subsidiamento do consumidor brasileiro?

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Acho que eles precisam só fazer duas... Quero fazer uma distinção aqui.

Ao falar em descontos associativos, não necessariamente estou falando de empréstimos consignados.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Sim, claro.

A SRA. ELIANE VIEGAS MOTA – Eu posso estar falando, sim, de um beneficiário que tenha os dois tipos de descontos, mas não necessariamente.

Especificamente, em relação aos empréstimos consignados, o que eu tinha para falar é o que já está posto no relatório que está publicado. O outro trabalho está em andamento. Não temos nenhum documento já produzido com resultados desse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Com base nessas informações, já é possível ter um encaminhamento, uma proposta legislativa, algo que a gente pudesse colocar numa lei para, de fato, proteger o consumidor desse desconto indevido do empréstimo consignado ou de uma associação, de uma entidade?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELIANE VIEGAS MOTA – Neste momento, não, porque ainda estamos em fase de análises.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Eu lhe agradeço, Sra. Eliane Viegas Mota.

O SR. ROBERTO MONTEIRO PAI (Bloco/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Queria uma questão de ordem, um minutinho. O senhor me permite?

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Trinta segundos... (*Pausa.*)

Seu microfone está desligado.

O SR. ROBERTO MONTEIRO PAI (Bloco/PL - RJ. Pela ordem.) – Eu quero aqui, de antemão, Dra. Eliane, Patrícia e Priscilla, parabenizá-las por esse vigor, nessa carga horária imensa, por estarem aqui.

E quero finalizar dizendo o seguinte: é duro saber que nós temos centenas e milhares de pessoas numa fila, sofrendo, querendo ter o reconhecimento do seu direito junto ao INSS, legalmente, como, duas semanas atrás, eu estava diante de um cadeirante que contribuiu por muitos anos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO MONTEIRO PAI (Bloco/PL - RJ) – ... e até hoje não tem um sustento, porque o INSS não consegue reconhecer legalmente aquela condição. Em contrapartida, tudo isso que vem a público, mais de 6 bilhões.

Então, obrigado. Parabéns pela sua condução, pelo nosso Relator e por essa equipe que está aqui tentando ajudar a mudar a história da nossa nação.

Deus abençoe sempre e parabéns aí por tudo. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Muito obrigado. Obrigado, Deputado.

Eu pergunto à Sra. Eliane: gostaria de fazer alguma consideração final?

O SR. ELIANE VIEGAS MOTA (Para depor.) – Eu gostaria, rapidamente, de fazer um agradecimento em especial aos servidores, como nós colocamos aqui, de carreira, que fazem o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

seu trabalho de uma forma séria. Esse trabalho só foi possível ser feito, porque nós – diante desse imenso, desses números de descontos associativos indevidos que cresceram e cresceram e cresceram e que em algum momento saltam aos olhos de todos – tivemos a força de fazer o trabalho.

Não foi um trabalho fácil de ser feito, foi um trabalho feito em várias etapas para que conseguíssemos fazer e foi o começo do trabalho. Temos a parceria da polícia na condução deste trabalho. E agora estamos aqui, e os senhores estão com essa tarefa de seguir com tudo isso.

E o quanto isso nos mobiliza... Sempre, na CGU, quando falamos do trabalho, nosso foco foi o cidadão, foi o beneficiário, foi o que foi comentado da fila do INSS e foi sempre um dos nossos focos também.

Então, eu queria agradecer, queria agradecer a oportunidade e, mais uma vez, enaltecer esse trabalho do serviço público, esse foco que temos na CGU, no cidadão. E, sim, nós vamos aos municípios brasileiros, nós vamos conversar com cidadãos, nós vamos entender o que está acontecendo, para além da análise dos papéis, que é muito importante – a gente precisa entender o que está acontecendo –, mas a gente precisa também ter acesso a esse cidadão que é quem, no fim de tudo, é o beneficiário da política pública.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Obrigado, Sra. Eliane, Diretora de Auditoria de Previdência e Benefícios da CGU.

Cumprimento também as suas advogadas Patrícia Alves de Faria e Priscila Machado de Oliveira. Parabéns pelo trabalho de vocês e a toda a equipe, a todos os assessores que aqui acompanharam. A toda equipe da CGU, parabéns pela colaboração.

O Senador Magno Malta pediu para fazer um breve comentário de um minuto.

Por gentileza.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Eu não consigo em um minuto, não.

Mas vai ser breve.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Mas é porque não tem inscrito, Senador. O senhor não está inscrito.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Com a palavra.

Já tomou o tempo e vou ter que dar mais.

Com a palavra o Senador Magno Malta, para a gente poder concluir os trabalhos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu disse que eu não consigo em um minuto por causa da questão da Sra. Eliane.

Todo mundo sabe que eu já presidi as maiores CPIs deste país.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – E estar desse lado aí é muito difícil, principalmente para uma pessoa que é honesta. E muitas vezes perguntas são feitas parecendo que a pessoa que está do lado de lá é bandida. A família dela está assistindo, os amigos estão vendo... E não sei se a senhora tem filho, se não tem filho. E é uma posição desconfortável estar desse lado aí. Por isso eu ouvi algumas perguntas em que tentavam colocar a senhora contra a parede, como se a senhora... E até aqueles que vivem do crime – e de um crime endêmico, que é roubar aposentado e roubar o povo brasileiro – estão assistindo. Realmente é crime organizado. São criminosos. Eles não temem e não pensam duas vezes pela vida das pessoas.

Por isso eu quero cumprimentá-la pela maneira lúcida como a senhora respondeu. Fizeram muita pergunta de marcar um x, e não é fácil esse troço de sim ou não, não é? É porque você confirma um troço que... "É sim ou não?" Não, não é assim que procede.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Dessa forma, eu gostaria de lhe agradecer a maneira como se conduziu e a sua serenidade, porque eu tenho consciência de que a senhora não é bandida, de que a senhora não participa desse esquema, mas que hoje está aqui. Sei que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

sua família está vendo, a sua família está assistindo. Então receba essa solidariedade que eu estou lhe passando, não sei se em nome de toda a Comissão, mas eu sou experimentado em tudo isso.

O roubo no Brasil é endêmico. Aqui no meu estado, Sr. Presidente, nessa pesquisa que foi feita, no Estado do Espírito Santo, são 29 pessoas que foram contactadas, e foram 49, 26... e 89% não autorizaram esse desconto. Então, se foi na época de Bolsonaro; aliás, na época de Bolsonaro, ele recuperou os fundos de pensão, foi a época em que as estatais começaram a dar lucro, e agora já não dão lucro mais, foi a época em que mais teve prisão de drogas, foi a época em que... O MST menos agiu na época de Bolsonaro. Tudo caiu e o gráfico mostra que foi na época de Bolsonaro em que diminuíram esses assaltos aos aposentados.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Mas não importa se esquerda ou direita neste momento. O que importa é achar os culpados. Mas algumas coisas boas essa CPI trouxe e surpresas para nós assim felizes: o Relator, o Relator.

Eu até quero cumprimentar o Presidente também, porque, na hora que estavam votando, buscando voto quem é quem, quem é quem... E ele realmente estava buscando essa posição aí importante, e para mim, fico feliz de tê-lo ajudado, porque senão não estava falando hoje, né? Quem sabe hoje não me dariam a palavra.

Mas o nosso Relator é um homem preparado. Não é um Deputado que não tem conhecimento da lei e não tem conhecimento nem indisposição para o enfrentamento. V. Exa. é um homem do Gaeco, um homem de enfrentamento a bandido e a organização criminosa. V. Exa. está preparado para este momento da vida da nação brasileira.

Olhe só quanta revelação de coisa maravilhosa!

Outra coisa é que o irmão de Lula, no período de Bolsonaro, deixou de ser irmão de Lula e passou a ser irmão de Bolsonaro. Quer dizer, se foi Bolsonaro que começou tudo isso, o Frei Chico é irmão de Bolsonaro, não é irmão de Lula. Olhe que coisa interessante! Ele que é o Vice-Presidente do Sindnapi, o Frei Chico, passou a ser Frei Bolsonaro...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – ... porque o PT diz que foi na época de Bolsonaro, mas a escalada, de fato, desse crime endêmico foi agora, quando o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva assumiu tudo isso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Eu encerro a minha fala agradecendo, Sr. Presidente, dizendo que sinto, lamento pelo povo do meu estado, e nós vamos chegar ao final de tudo isso vendo e agradecendo, porque hoje...

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Obrigado, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – ... o meu requerimento...

Eu encerro agora, Sr. Presidente. Foi um minuto que o senhor me deu.

Eu encerro agora o meu minuto, dizendo da minha felicidade: o meu Requerimento 989 foi aprovado hoje, quando esta Casa se obriga a entregar as entradas e as saídas do Careca do INSS...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – ... em que gabinete ele entrou e onde ele ficou. Não interessa o que ele conversou lá dentro...

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Obrigado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Mas esta CPI, sem o Careca, certamente não seria uma CPI séria.

Muito obrigado...

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Obrigado, Senador.

Para concluir, meus amigos, eu gostaria só de fazer um pedido a V. Exas. A gente está aqui na quarta oitiva, ainda tem um longo tempo pela frente. Aqui os assessores, Deputados, Senadores, todos nós estamos dedicando a nossa vida a esta CPMI.

Na reunião passada, na segunda-feira, eu vim do Estado do Maranhão, e não tem nada – nada – mais importante para mim do que a minha família, do que o meu filho. Para alguns aqui,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

pode parecer bobagem ou não, mas para mim é algo muito sagrado. Aquilo que eu faço eu faço pensando em um dia orgulhar o meu filho. Hoje, ele tem três anos, tem trissomia do 21, e eu tenho certeza de que daqui a cinco, dez anos, o que eu faço aqui hoje, eu quero... Eu me esforço ao máximo para que ele possa ter muito orgulho.

Eu deixei de acompanhá-lo na primeira aula dele do futebol. Eu recebi um vídeo dele chorando, chamando o meu nome. E eu, como Vice-Presidente desta CPMI – cheguei 14 minutos atrasado por causa do voo –, pedi ao Presidente que eu fizesse a fala e me foi cassada a palavra. Eu não pude me inscrever, não falei nem como não membro.

Eu queria trazer esse exemplo para vocês, porque eu confesso que eu me indignei, porque tudo que eu faço eu faço com amor, faço com carinho, faço com dedicação, faço com o coração. E ver aquele vídeo do meu filho, ter visto que eu estava aqui sem poder honrar o povo do Maranhão, sem poder fazer o meu trabalho, que é falar... Nós somos Parlamentares, Deputados e Senadores, a nossa arma é a fala. E eu não pude falar, nem mesmo sendo Vice-Presidente eleito por unanimidade por vocês – direita, esquerda, todos votaram em mim –, e eu não pude falar.

Hoje, diferente do que muitos aqui fazem, o nosso país como um todo, em vez de agir com rancor, em vez de guardar esse sentimento ruim, eu procurei, na oportunidade que eu tive – não sei se eu vou ter outra nesses próximos seis meses –, fazer diferente. Eu procurei em vez de usar o poder que é transitório, temporário, para me vingar, para fazer com que outros sentissem a mesma dor que eu senti, eu aqui dei a palavra para todos: de direita, de esquerda, do PT, do PL, membro, não membro, inscrito ou não inscrito, que pudessem falar, que pudessem trazer as suas dores e seus sentimentos e representar aqueles que fizeram com que vocês chegassem aqui.

É nesse sentido que aqui eu conclamo V. Exas., para que, nos próximos dias, nos próximos meses, a gente possa se esforçar – eu sei que para alguns aqui é difícil – para que a gente possa ir além da retórica de se foi o Lula ou se foi o Bolsonaro, se foi no Governo da esquerda ou no da direita; para que a gente possa compreender que maior do que essas diferenças tem que ser a nossa vontade de fazer com que quem errou, não importa em qual Governo errou, possa ser punido com todo o rigor que a lei prevê.

E que aquelas pessoas que foram roubadas, que foram violadas, que foram violentadas no seu íntimo, porque lhes tiraram o básico à sobrevivência, lhes tiraram um benefício social, lhes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

tiraram o valor de um salário mínimo, que essas pessoas possam ter o seu direito garantido, possam ter esses valores restituídos. É por isso que eu estou aqui. É por isso que eu estou passando toda semana, assim como V. Exas., longe da minha esposa, longe do meu filho. E não pode ser... Esse tempo não pode ser em vão. Tem que valer a pena. Sozinho eu tenho certeza de que não vou conseguir. É por isso que eu agradeço muito à CGU, à Sra. Eliane, pela colaboração.

Agradeço a V. Exas. e que a gente possa somar esforços para fazer com que o Brasil, o brasileiro, possa voltar a crer e ter a fé na política e nos políticos.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião, a ser realizada na próxima segunda-feira, às 16h, para oitiva do ex-Ministro Carlos Lupi.

Declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 9 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 19 horas e 37 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DO INSS - 2025 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE SETEMBRO DE 2025, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dezesseis horas e dezesseis minutos do dia oito de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Carlos Viana, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025 com a presença dos Parlamentares Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Styvenson Valentim, Augusta Brito, Eliziane Gama, Chico Rodrigues, Jussara Lima, Jorge Seif, Izalci Lucas, Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Magno Malta, Rogério Carvalho, Leila Barros, Randolfe Rodrigues, Margareth Buzetti, Fernando Rodolfo, Coronel Fernanda, Adriana Ventura, Alfredo Gaspar, Duarte Jr., Delegado Fabio Costa, Ricardo Maia, Sidney Leite, Ricardo Ayres, Romero Rodrigues, Beto Pereira, Carlos Jordy, Zucco, Bia Kicis, Kim Kataguiri, Carlos Sampaio, Mauricio Marcon, Lucas Redecker, Paulo Pimenta, Alencar Santana, Rogério Correia, Orlando Silva, Mário Heringer, Josenildo, Marcel van Hattem e Luiz Lima, e ainda dos Parlamentares Luis Carlos Heinze, Delegado Caveira, Gisela Simona e Afonso Motta, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Omar Aziz, Fabiano Contarato, Tereza Cristina, Damares Alves e Bruno Farias. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A reunião é suspensa às dezessete horas e trinta e nove minutos e reaberta às dezessete horas e quarenta e três minutos. A reunião é suspensa às dezenove horas e vinte e oito minutos e reaberta às vinte horas e vinte e quatro minutos. A reunião é suspensa às vinte e um horas e vinte e nove minutos e reaberta às vinte e um horas e trinta e seis minutos. A reunião é suspensa às vinte e dois horas e cinquenta e quatro minutos e reaberta às vinte e três horas e três minutos. Passa-se à apreciação da pauta: **Oitiva - Carlos Lupi**. **Finalidade:** Oitiva do Sr. Carlos Lupi, ex-Ministro da Previdência Social. Oitiva do Carlos Lupi, Ex-Ministro da Previdência Social, em atendimento ao requerimento 828/2025. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às duas horas e seis minutos do dia nove de setembro de dois mil e vinte e cinco. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Carlos Viana
Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/08

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Boa tarde, Srs. Deputados e Deputadas, Srs. Senadores e Senadoras. Boa tarde aos meus colegas da imprensa, aos assessores presentes. Muito obrigado por ocuparem os lugares e pela gentileza com que nós temos conseguido levar a CPMI; sempre que peço silêncio, tenho sido atendido, agradeço a todos a colaboração. Estamos indo muito bem.

Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS, de 2025, que se realiza nesta data, 8 de setembro de 2025.

Alguns comunicados desta Presidência.

Esta CPMI já conta com 1.616 requerimentos apresentados, 341 apreciados e 77 documentos já recebidos. Esses números tendem a se ampliar e a começarem a ser recebidos os primeiros documentos sigilosos, os quais são acessados mediante cadastro específico do gabinete parlamentar e preenchimento do termo de sigilo, na forma do regulamento.

Eu chamo bastante atenção e quero pedir aos Srs. Parlamentares muita atenção sobre a questão dos documentos, em termos de sigilo. Como nós somos uma Comissão Parlamentar de Inquérito, o nosso relatório final, independentemente se hoje... a votação que for, esse relatório tem que cumprir todo o rito, todo o regulamento necessário, para que não existam questionamentos futuros sobre quebra da questão regimental ou mesmo de qualquer tipo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

iniciativa considerada incorreta. Então, peço, por favor, aos Parlamentares, muita atenção com relação ao termo de sigilo, na forma como está no regulamento.

Tais documentos são recebidos por meio do Sendr, um sistema do qual nos orgulhamos muito, desenvolvido pelo Prodasen do Senado Federal especialmente para as CPIs e de acordo com as melhores práticas em cadeia de custódia e documentos digitais. Por outro lado, solicito máxima cautela aos Parlamentares e servidores que forem acessar a documentação sigilosa da Comissão. O vazamento de documentos sigilosos por Parlamentares constitui uma violação ao art. 144 do Regimento do Senado e art. 98, §5º, do Regimento da Câmara. Além disso, pode configurar infração ético-disciplinar do art. 9º, I, do Código de Ética do Senado, e art. 5º, VI, do Código de Ética da Câmara. Para os servidores, divulgar documentos sigilosos pode resultar em demissão a bem do serviço público, nos termos do art. 132, IX, da Lei 8.112, de 91, sem prejuízo de demais responsabilidades na área cível e criminal, inclusive eventual crime de violação e sigilo funcional.

Comunicado 2. Tendo em vista a polêmica sobre substituições na lista de inscrição, ajustaremos o nosso regulamento ao que já foi esclarecido por esta Presidência, para que conste expressamente o seguinte: as substituições na lista de inscrições serão feitas mediante comunicação à Presidência por qualquer dos Parlamentares permutantes. Não cabe a esta Presidência policiar se algum dos Parlamentares permutantes está ou não distante do local de reunião, como tem sido prática aqui de reclamações por parte de vários Parlamentares. Nós estamos em meio a pessoas adultas, maduras, responsáveis, e eu tenho ficado muito feliz que temos conseguido sempre manter a boa convivência. Assim, a comunicação de um dos permutantes ao Presidente em exercício será suficiente para que a substituição seja implementada.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 5ª Reunião, realizada em 04/09/2025.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Congresso Nacional*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido, como previsto na pauta divulgada com a antecedência necessária, a tomar à mesa assento o Sr. Carlos Lupi, ex-Ministro da Previdência Social.

A reunião será transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Peço à Secretaria que, por favor, já providencie que o Sr. Carlos Lupi, que está acompanhado de dois advogados, possa tomar assento à frente. (*Pausa.*) Só com um? Ótimo. Não tem problema.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra.

Boa tarde, Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Boa tarde, Presidente.

Presidente, eu tenho uma questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... que tem a ver com as informações prestadas por V. Exa., agora, sobre a chegada de documentos sigilosos, documentos relativos à investigação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para questão de ordem.) – Por conta disso, Sr. Presidente, a minha questão de ordem é para solicitar a aplicação, por analogia, da regra de suspeição prevista no processo judicial à atuação de Parlamentares em Comissão Parlamentar de Inquérito.

A CPI, embora seja um órgão político, exerce funções de caráter investigativo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... e jurisdicional, dispondo de poderes próprios das autoridades judiciais – Constituição Federal, art. 58, §3º. Para tanto, exige de seus membros a mesma imparcialidade e isenção que se espera de um juiz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Código de Processo Penal e o Código de Processo Civil preveem hipótese de suspeição do magistrado quando houver interesse direto, amizade íntima ou inimizade capital ou ainda envolvimento pessoal com os objetos do processo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Ocorre, Sr. Presidente, que, no tempo que nós definimos da investigação, o Senador Rogerio Marinho, membro desta CPI, foi Ministro e respondeu diretamente pelos temas que estão sob investigação.

Como membro desta CPI, o Senador tem acesso aos documentos sigilosos que irão investigar possíveis irregularidades no período em que ele foi Ministro. Por conta disso, é inequívoco que ele é parte diretamente interessada no objeto da investigação, na medida em que exerceu funções de relevo no Governo Federal, alvo das apurações.

Por conta disso, Sr. Presidente, qualquer outro ex-ministro jamais poderia fazer parte de uma investigação sobre possíveis irregularidades no período em que ele foi o titular.

Então, nós temos aqui uma situação paradoxal, porque nós estamos investigando possíveis irregularidades durante um período em que o Senador foi Ministro, com a participação dele como investigador: ele investiga possíveis irregularidades durante o seu mandato. Isso é absolutamente incompatível. Como que nós vamos dar acesso a documentos sigilosos de possíveis crimes cometidos durante a sua gestão, dar a ele acesso a esses documentos e a essas provas?

Portanto me parece óbvio, me parece elementar que é incompatível com esta Comissão Parlamentar de Inquérito...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... a presença e participação do Senador Rogerio Marinho como membro desta CPI.

E peço a V. Exa., como Presidente, que solicite à Liderança partidária a substituição do Senador, porque isto compromete completamente a isenção dessa investigação, havendo, inclusive, previsão de que ele não possa nem votar em questões que digam respeito à investigação por ser parte diretamente interessada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é um tema muito sério. E nós solicitamos a V. Exa. que acolha a nossa questão de ordem e determine à Liderança partidária a imediata suspensão da presença do Senador Rogerio Marinho e a sua substituição por alguém que não seja parte interessada e não esteja diretamente envolvido na investigação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Sr. Presidente, para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho, Senador Marinho, só um instante. Como V. Exa. foi citado, vou permitir a palavra aqui, como contraditório, Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Agradeço a V. Exa.

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) – Presidente, ele foi citado respeitosamente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não. Ele tem direito de contraditar.

Pois não, Senador Rogerio Marinho.

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) – Vai contraditar, sim.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Para contraditar.) – Sr. Presidente, agradeço a atenção de V. Exa. Chamo a atenção dos meus pares para que me ouçam neste momento.

A questão de ordem feita pelo ilustre Relator Paulo Pimenta começa com uma contradição bastante evidente: fala que fui Ministro no período. Na verdade, não fui Ministro, fui Secretário, mas vamos passar por cima disso, isso aí é uma preciosidade; fui Secretário, havia outro Ministro.

Mas há um fato: o principal embasamento da questão de ordem é o fato de eu ter sido Ministro no período, ou Secretário – eu vou até ajudar o Deputado Paulo Pimenta, que teve dificuldade na elaboração do seu questionamento, eu fui Secretário Especial da Previdência –, se baseia no fato de que eu fazia parte da administração anterior como Secretário. Da mesma forma, ele foi Ministro do Governo de Lula, que está sendo investigado. Então, veja, ele coloca aqui uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

situação em que ele, inclusive, é beneficiário, se formos entrar nesse pormenor. O Deputado Paulo Pimenta, além de ser Ministro do Governo de Lula, que está sendo colocado aqui sob investigação, também apoiou decisivamente o Governo da Presidente Dilma, e a gente está falando de um período de 2015 para cá. Então, ele nos acusa, na verdade, do que ele faz.

Agora, no meu caso, eu quero dizer a V. Exas. que eu estou absolutamente tranquilo, porque este é um Colegiado político.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Não sou investigado, não estou no inquérito, estou na plenitude das minhas prerrogativas como Parlamentar. Digo ao Deputado Paulo Pimenta que não tenha medo, não tenha receio, porque a verdade vai aparecer. Não precisa querer jogar com a mão grande no tapetão para me tirar da Comissão. Eu acho que é um expediente, eu diria, que mostra o receio do Governo da nossa presença aqui.

Eu pediria a V. Exa. que não apenas rejeitasse o questionamento de ordem, como evitasse que no futuro esse tipo de chicana voltasse a ser colocada neste plenário. Interessa ao povo brasileiro, Sr. Presidente, descobrirmos não apenas a maneira como se davam os procedimentos internos da Previdência, mas, sobretudo e talvez de uma forma mais importante ainda, para onde foi o dinheiro. E eu pediria a V. Exa., inclusive, que nós todos nos ativéssemos a essa situação, que é o que interessa à população brasileira, quando houver a quebra, que já foi solicitada e votada por todos nós aqui, do sigilo dessas associações e das respectivas empresas que estão sendo beneficiadas.

Então, peço a V. Sa. que não leve em consideração a contradita...

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Presidente... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O Senador Rogerio Marinho ainda não terminou.

Só um instante, por favor.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Só para concluir. Só para concluir, por gentileza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

... que não leve em consideração a contradita, porque naturalmente ela nasce de uma incoerência enorme. Ele nos acusa de ter ocupado um posto no Governo do Presidente Bolsonaro, o que muito me honrou. Fizemos o combate à corrupção através da 871, estabelecemos uma série de mecanismos de controle. Fizemos, Sr. Presidente, um trabalho que resultou numa economia, no primeiro ano, de quase R$10 bilhões em relação a fraudes que ocorriam na Previdência Social. Então, estamos absolutamente tranquilos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Senador, por favor.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... de compartilhar com todos aqui a nossa experiência e investigarmos o que aconteceu.

Se eu tivesse receio de participar deste Colegiado, eu não estaria aqui todos os dias.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Peço a V. Exa. que refute a questão de ordem feita pelo eminente Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Senhores, eu não vou dar mais a palavra a ninguém sobre esse assunto, porque eu vou encerrá-lo aqui agora. Até da outra vez que nós fizemos isso, eu tive uma reclamação por parte de um Deputado, que veio aqui dizer que não teve a palavra, que teria sido indelicado, que não... Eu não me senti ameaçado, porque eu não tenho medo de nenhum tipo de ameaça, mas eu procuro sempre lidar com todos de uma maneira muito educada.

Então, eu não darei mais palavra sobre esse assunto, porque, Deputado Paulo Pimenta, eu vou refutar a questão de ordem de V. Exa. por vários motivos.

Primeiro, a analogia do Código Penal com uma CPMI é motivo de muito questionamento. Não se aplica diretamente ao nosso trabalho. Nós não estamos em um julgamento, nós não julgamos e condenamos ninguém; nós investigamos fatos. Então, não cabe aqui a utilização do Código Penal para o nosso trabalho. Nós temos regra própria, conforme foi aprovado por esta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo ponto importante, o Senador Rogerio Marinho não é investigado em hipótese alguma. Ele é um Parlamentar que está exercendo o direito dele e sabe das responsabilidades em ter a documentação sigilosa à disposição. Não há qualquer suspeição, pelo menos até o momento, sobre a atuação do Parlamentar, que tem aqui uma representação já bem definida. Nós temos, inclusive, um precedente desse assunto, que foi a CPMI dos Atos de 8 de Janeiro, em que se debateu a eventual suspeição da Relatora naquele momento, assim como a de outros membros da CPI da Pandemia, em que aconteceu a mesma coisa.

Trata-se, a meu ver, de um artifício que não tem embasamento dentro da responsabilidade, da preparação e do conjunto do Parlamento brasileiro.

Muito obrigado, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu vou recorrer para a Mesa do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente. O senhor pode, tem todo o direito de recorrer, mas esta Presidência não aceita a questão de ordem.

Já está conosco o convidado. Convido-o, já está aqui. Passo agora à leitura do termo de compromisso do depoente.

V. Sa. promete, quanto aos fatos de que tenha conhecimento na qualidade de testemunha, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. CARLOS LUPI (Para expor.) – Sim, me comprometo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A partir deste momento, V. Sa. está sujeita ao compromisso de dizer a verdade quanto aos fatos de que tenha conhecimento ou que tenha protagonizado, na qualidade de testemunha, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

Quero lembrar aqui, mais uma vez, ao advogado presente – o senhor seja bem-vindo –, que o senhor poderá ajudar a nossa testemunha, o Sr. Lupi, nas informações técnicas, mas o senhor não poderá, em momento algum, ditar qualquer tipo de resposta para ele. Então, peço a colaboração do ilustre advogado no sentido de nós darmos sequência com tranquilidade, o.k.?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Lupi, nesta CPMI, é muito importante a colaboração, que o senhor nos traga aqui as informações as mais exatas, as mais precisas possíveis, para que a gente possa dar sequência nos trabalhos, o.k.?

Conforme nossas regras já decididas, o nosso Relator, Deputado Alfredo Gaspar, é quem inicia o questionamento. O Relator não tem tempo determinado. E não haverá mudança nesse sentido, pelo menos no que toca à nossa Presidência. O Relator tem todo o tempo disponível para que possa fazer as perguntas. Depois, nós temos a lista de oradores que eu quero agradecer, todos fizeram hoje a lista de oradores da forma como nós combinamos na semana passada, e teremos, entre perguntas e respostas, dez minutos para participação de todos que estão presentes, e podemos ficar aqui até o amanhecer, não há problema nenhum. Eu vim preparado para passar a noite aqui no Senado.

Outro ponto importante: nós faremos um intervalo entre 19h e 20h.

Com a palavra o Deputado Alfredo Gaspar, Relator da CPMI do INSS. (*Pausa.*)

Pois não, Perdoe-me. Perdoe-me porque eu já estou querendo adiantar aqui, mas o Sr. Carlos Lupi tem 15 minutos para manifestação diante desta CPMI.

O SR. CARLOS LUPI (Para expor.) – Bom, em primeiro lugar, boa tarde a todas, a todos. Boa tarde à Presidência, à relatoria. É uma honra poder vir aqui como testemunha e apresentar o meu testemunho de todo esse processo, nesses dois anos e seis meses que estive como Ministro da Previdência Social.

É claro que não é um momento de felicidade para ninguém. Não é um momento de felicidade pessoal para mim, porque a injustiça só dói em quem sofre injustiça. Ela é dolorosa, mas a gente procura a força da verdade para, com humildade, vencer etapas.

Eu fui Ministro da Previdência Social nesse período, e eu queria só fazer um relato singelo, simples, para que todos soubessem, porque pela primeira vez também está-me sendo dada a oportunidade de livremente poder falar.

Em março de 2023, encaminhadas demandas da associação para a análise do INSS. Várias associações de aposentados e pensionistas e beneficiários da previdência, logo que assumi, me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

pediram uma audiência, e cada uma me entregou uma série de solicitações, de reivindicações. Como eu fiz em tudo o que eu recebi sobre o INSS, despachei imediatamente para a Presidência da instituição, para a autarquia independente, autônoma, o Instituto Nacional da Seguridade Social, para as providências cabíveis.

Em maio de 23, dois meses depois, o INSS e a Polícia Federal fizeram uma reunião para apurar o cerco contra a fraude previdenciária. Já existiam denúncias. Para todos terem absoluta certeza, isso já foi noticiado amplamente, mas, repetindo: em 2020, a Polícia Federal teve uma denúncia de, inclusive, pessoas que trabalhavam dentro do INSS, abriu investigação e, simplesmente, arquivou-a. Em 2016 isso. Em 2020, novas acusações aconteceram e a Polícia Federal também arquivou. Dois momentos diferentes: em 2016, por uma decisão judicial; e um, no ano 2020, já a posição da própria Polícia Federal, que não julgou ter fatos que pudessem ter apuração.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fora do microfone*.) – Isso em que ano?

O SR. CARLOS LUPI – Em 2016, a primeira; em 2020, a segunda.

Dessas investigações, de acordo com o Ministério da Previdência Social, em 2029... 22, foram realizadas 59 ações conjuntas que resultaram em 103 prisões; isso em 2022. Da própria Ouvidoria do INSS, que recebia as denúncias, apresentava-as e as enviava à Polícia Federal, que efetuou 59 ações conjuntas que resultaram em 103 prisões. Foram cumpridos também 594 mandados judiciais, e as fraudes à época representavam prejuízo superior a 288 milhões aos cofres públicos.

Em agosto de 23, o Governo Federal criou um grupo de trabalho para aprimorar dados e sistemas corporativos do INSS. Todo o sistema de dados da Previdência Social é feito pela Dataprev. Anteriormente, a Dataprev era da estrutura do Ministério da Previdência Social. Depois ela saiu, já no nosso Governo, da estrutura da Previdência Social e foi para o Ministério de Gestão, mas continuou responsável por toda a parte da informatização de todo o sistema previdenciário, ou seja, tudo que acontece no sistema previdenciário do INSS foi feito, todos os programas, todos os sistemas, pela Dataprev.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para que eu deixo claro isso? Porque a Dataprev estava para ser privatizada no Governo anterior, teve que ser recuperada, teve que ser feito concurso, ela ampliou muito os seus serviços e hoje presta serviço a muitas outras instituições, inclusive com pagamentos pelos seus serviços prestados. Esse grupo que foi instituído, grupo de trabalho com a Dataprev, justamente para ser, surgir como um embrião de um decreto feito pelo então, pelo hoje Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, assinado por mim, em 16 de agosto de 23, onde cria, por decreto, esse grupo de que falei agora, do qual estão fazendo parte vários outros órgãos para melhorar o sistema de informatização da Previdência Social, fazendo parte: Dataprev, Ministério da Previdência Social com o seu representante, INSS, Ministério da Gestão, Secretaria Executiva, que seria exercida pelo Ministério do Trabalho, foi indicado. Os membros do grupo de trabalho se reunirão, presencialmente, no Distrito Federal, e assim foi feito esse grupo com essa... essa lei criada... não é lei, desculpe... um decreto criado pelo Presidente, Decreto nº... de 16 de agosto de 23, 202ª da Independência, 135 da República... eu não estou conseguindo achar aqui, mas é só um número do decreto do Presidente, mas tem aqui.

Em janeiro de 24 – estava falando tudo de 23... Em 24, o INSS divulgou no *site* oficial, e isso é fácil de pesquisar,– e redes sociais como os aposentados e pensionistas poderiam pedir bloqueio de descontos não reconhecidos no contracheque.

Em janeiro de 2024, foi colocada dentro da plataforma Meu INSS – que é a mais visitada de todo o Governo Federal; são hoje em todo 55 a 60 milhões de acessos diferentes da plataforma Meu INSS –, foi colocada lá a possibilidade de qualquer cidadão olhar se aquele desconto tem ou não o seu reconhecimento e cancelá-lo.

Nessa época, nós não tínhamos todas as informações, até porque a Polícia Federal, em duas vezes, abriu inquérito que não resultou em nada, nós focávamos mais – eu ouvi uma fala do Sr. Relator, e quero dizer que eu gostei muito – sobre a questão... No que eu focava mais à época era o desconto dos empréstimos consignados. Para mim esse era o mais grave, era no que eu focava mais, porque atinge cerca de 16 milhões de brasileiros, 16,6 milhões brasileiros, alguns com dois, três empréstimos que têm o seu desconto feito; ali, vem desconto de auxílio-funeral, desconto de seguro. Muitas, a maioria das vezes, as ações que a gente recebia à época eram muito mais pelo empréstimo consignado que pelo associativo. Então, nós colocamos essa portaria em vigor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em março de 24, o INSS suspendeu novos acordos de cooperação técnica. A partir de março de 24, um novo foi colocado pelo INSS.

Ainda em março de 24, foi criada a possibilidade de benefício, aí já automaticamente de bloquear e pedir exclusão do desconto associativo pelo aplicativo Meu INSS. Primeiro, chamava atenção a possibilidade de ele verificar – nessa já podia –, com apenas um toque, no sistema da plataforma Meu INSS, cancelar aquilo que ele julgava indevido.

Em abril de 24, foi estruturada a implantação da biometria – essa biometria de que seria todo o programa, toda a plataforma dela montada, como já falei inicialmente, pela Dataprev – e fator de segurança, este para a liberação de descontos e benefícios. Isso só aconteceu em 25, mas em abril de 24 começou, levou um ano praticamente até a conclusão dessa plataforma.

Ainda em maio de 24, começaram os testes com o sistema biométrico desenvolvido pela Dataprev. Conforme a Dataprev, a biometria está em pleno funcionamento desde fevereiro de 25, um ano depois que começou a ser aplicado esse sistema.

Em junho de 24, o INSS informou publicamente que já vem adotando quase todas as medidas proferidas pelo TCU. O TCU... E aqui tem tudo relatado. Depois, para não ocupar muito tempo, vou encaminhar ao Presidente e ao Relator todos os questionamentos que o TCU fez e o que a autônoma autarquia INSS tomou como providências. Isso tudo em 24.

Em janeiro de 25, a atuação da ouvidoria do Ministério – o Ministério tem uma ouvidoria que recebe todos os reclamos, queixas de todo mundo - essa ouvidoria, em janeiro de 25, tratou de 5.354 manifestações de janeiro de 25; se comparado ao mesmo período de 24, que eram 4.437, aumentou 20% e, assim, foi aumentando sucessivamente através da ouvidoria, que era um trabalho correlato com a inteligência e informado imediatamente à Polícia Federal.

Abril de 25, foi avisado ao comando de voz... Foi ativado um comando de voz – isso em abril de 25, agora – do Meu INSS, para que os aposentados e pensionistas com dificuldade em tecnologia pudessem acessar o serviço pelo celular para poder cancelar o que tivessem que cancelar.

Eu estou dizendo aqui para os senhores uma série de medidas tomadas antes – antes – da operação feita pela Polícia Federal com a CGU. Essa ação da Polícia Federal com a CGU teve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

origem, a base de tudo começou na ação do Ministério da Previdência Social e da ouvidoria, que alimentou esse processo de informação para que a Polícia Federal pudesse agir como está agindo até hoje – ainda não está concluído o processo – e pudesse também tomar as providências que estão sendo tomadas.

Hoje, nós temos mais de 1,2 milhão de aposentados, beneficiários da Previdência que ressarciram-se daquilo que foi extorquido deles, mais uma vez registrando que essa ação foi de fora para dentro, ou seja, não era uma ação feita de dentro do INSS com dinheiro público da Previdência Social, era uma ação feita entre uma parte das associações, criminosas, com a conivência criminosa de alguns de dentro do próprio INSS, o que está sendo apurado, que, espero eu, sejam presos exemplarmente – aqueles que tiverem os seus delitos comprovados –, sendo que, repito, isso só está acontecendo agora. Dois atos anteriores da Polícia Federal foram arquivados. Esse já devolveu 1,250 milhão de devoluções daqueles que foram roubados por esse grupo nefasto, uma parte ainda dentro do próprio INSS, com a conivência das associações. Isso já foi tudo feito.

Aqui, eu tenho um relato, só para ser mais breve... Tem quanto tempo eu já usei, não?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Você já usou quatro, seis minutos.

O SR. CARLOS LUPI – Ah, tá. Desculpe. Então, estou bem no tempo.

Eu tenho aqui as reuniões dos conselhos, porque a grande denúncia que tinham contra mim... Quero explicar aos Srs. Parlamentares que eu não sou denunciado, eu não sou citado! Foram feitas dezenas de investigações, foram feitas dezenas de depoimentos, meu nome sequer é citado! Não tem uma citação em nenhum depoimento dizendo: "Não, eu falei com o Carlos Lupi, eu estive com o Carlos Lupi, eu consegui alguma coisa com o Carlos Lupi". Não tem uma citação, tanto isso é verdade que uma Sra. Senadora arguiu ao Ministério Público Federal para que fosse aberta uma sindicância contra mim, e o Procurador-Geral da República simplesmente se negou a abrir o procedimento, a abrir um processo de denúncia apresentado. Por quê? Porque não existe fato. Então, eu estou aqui para colaborar, não sou investigado e não tenho citação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas só para registrar, porque foi levantada aquela questão da Dra. Tonia, que disse que fez uma denúncia dentro do conselho... O conselho é um conselho quadripartite – Conselho Nacional de Previdência Social. Tem membros do Governo, que é a maioria, tem membros das entidades de representação das centrais sindicais, tem membros representantes das centrais dos aposentados e pensionistas e tem representantes do setor empresarial – a Febraban está lá com o seu representante, o setor de comércio... Então, é uma reunião pública, aberta, todo mês, uma vez por mês, e eu sempre presidi todas as reuniões – algumas vezes, eu saía um pouco antes, o hoje Ministro, que era meu Secretário-Executivo, ficava. Nessa data aqui, na reunião... Na quarta reunião extraordinária... Não foi na quarta, não, desculpe. Aqui são as ações, só quero me referir a essa aqui. A Dra. Tonia... E o carioca tem uma mania que eu vou me corrigir, que os advogados já pediram para eu não falar isto: a gente tem a mania de chamar "ó amigo" ou "ó irmão". É uma maneira que o carioca tem de se aproximar das pessoas, não é porque tem uma amizade com a pessoa, nem porque seja irmão de sangue da pessoa, é uma maneira como o carioca tem, leve... Quem vai ao Rio de Janeiro, quem é do Rio de Janeiro sabe disso. "Ó amigo" ou "ó irmão": a gente fala isso como um tratamento cotidiano. A Dra. Tonia falou nessa reunião... Qual foi a fala dela? Ela falou que precisava ser ou que fossem apresentadas a quantidade de entidades que possuem acordo de cooperação com o INSS, a curva do crescimento dos associados nos últimos 12 meses e a proposta de regulamentação que trouxesse maior segurança aos trabalhadores, ao INSS e aos órgãos de controle. Ela fez esse pedido formal nessa reunião. O que é que eu disse? Que eram muito graves as denúncias apresentadas, mas que isso...

Toda reunião do conselho é preparada, pelo menos, com 15 dias de antecedência, e toda pauta é feita com antecedência, para poder se fazer uma reunião com todo mundo sabendo a pauta da reunião.

Eu disse: "Olha, não é o momento, mas vamos marcar para fazer uma reunião para discutir esse assunto".

E lá, nesse conselho, está presente o Presidente do INSS à época, o Diretor de Benefícios do INSS, que tinham e tiveram a exigência minha das medidas imediatas por isso. Quais foram as medidas imediatas? Essa resolução que eu já falei, que criou um grupo de trabalho junto com a Polícia Federal para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do dia... Olha só o que é...

Eu estou com todas as reuniões do conselho, mas eu quero me referir a essas duas aqui, que são as mais importantes.

O nosso Presidente Rodrigo Assumpção, Presidente da Dataprev, numa reunião ordinária, 301ª...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS LUPI – ... falou assim...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou conceder mais cinco minutos ao senhor.

O SR. CARLOS LUPI – Desculpe-me, vou acabar.

"[...] os equipamentos [estão] ultrapassados [dentro do INSS], que não aceitam soluções de segurança tecnológicas mais modernas e não estão preparados para os tipos atuais de fraudes e roubos de dados. Definiu a segurança como uma corrida armamentista perene, da qual o governo não se livrará nunca, em que a meta é ganhar mais do que perder, sendo impossível acabar com os vazamentos definitivamente." Isso foi a reunião do dia 11 de janeiro de 2024.

Para poupar o tempo que eu já ocupei muito, tem aqui uma declaração na reunião do dia 24 de abril de 2024. A Dra. Tonia fala o seguinte: "Agradeço o apoio às associações e relato que a auditoria feita nas fichas do Sindnapi obteve resultados positivos e não encontrou indícios de fraude". A mesma que disse que tinha indícios de fraude, no dia 24 de abril... Isso é ata pública, está registrada, está lá. Ela fala que agradece o apoio do ministério, às associações e relata que a auditoria feita nas fichas do Sindnapi, que é o sindicato que ela representa, obteve resultados positivos e não encontrou indício de fraude algum.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senadora, vamos deixar os três minutos finais?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS. Pela ordem.) – Não, eu só gostaria de pedir para o Ministro... Eu confesso que o senhor está trazendo muitas e muitas informações importantes. E não sei se sou só eu, mas, se o senhor puder falar *despacito* um pouquinho...

O SR. CARLOS LUPI – É por causa do tempo que eu acelerei um pouquinho.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Mas eu acredito que o senhor terá. Mas, se o senhor puder, Presidente, eu creio que seja importante liberar que ele fale um tempo a mais, mas as informações vão inclusive permitir que as perguntas sejam... que ele já sane muitas perguntas. Eu confesso que são muitas e muitas informações importantes. Se o senhor falar mais devagar, eu agradeço. Acredito que os colegas também vão poder...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Pode dar prosseguimento, Sr. Lupi.

O SR. CARLOS LUPI – Bom, eu quero deixar... Logo depois, Senadora, que terminar esta reunião, eu vou entregar um PDF com a cópia de toda a documentação que eu tenho, direitinho, sem problema nenhum.

Eu acho que é muito importante... Meu papel como testemunho é dar o testemunho dos fatos – é isso que eu estou querendo trazer –, os fatos ocorridos e como.

Essa queixa, essa formulação que a Dra. Tonia fez, fez a gente criar uma instrução normativa, que é a Instrução Normativa 162, que criou regras mais fortes contra a fraude, que continuou, infelizmente.

Mas eu quero aproveitar esse tempo que me resta, Sr. Presidente, para destacar alguns pontos importantes para mim, numa fala muito pessoal.

Repito que eu vou deixar isso tudo à disposição da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS LUPI – Todos são documentos públicos, todos estão na plataforma do Meu INSS, na plataforma da Previdência. Vou deixar um PDF na mão do Sr. Presidente, do Sr. Relator, para distribuir para todos os Parlamentares.

Mas eu quero dizer: eu tenho que fazer isso porque, mesmo desaconselhado por todos os meus amigos, eu sou um ser humano que vive do coração. Errar é humano; eu posso ter errado várias vezes. Má-fé eu nunca tive. Acobertar desvios, nunca fiz na minha vida. Pode ter alguém que tenha lutado tanto para os aposentados quanto eu, mas não tem, não, porque eu, desde o primeiro dia, comprei uma inimizade muito grande do sistema financeiro; por isso é que eu falei da palavra que o Sr. Relator falou hoje. Eu acho muito importante o que o senhor falou: ir fundo nesse processo de descontos que se faz junto aos aposentados, pensionistas, pelo empréstimo consignado.

Agora acabaram com o desconto em folha dos associativos. E por que não o dos empréstimos consignados? Aí é que está um processo que a gente tem que olhar com muito cuidado, e eu peço, parabenizando o Sr. Relator, porque é uma iniciativa muito salutar.

E foi aí que eu comecei a tocar numa ferida grande. Eu entrei baixando, de uma maneira muito brusca, na opinião deles, a taxa dos consignados. Eu criei uma espécie de adiantamento para os trabalhadores, com a garantia do pagamento até R$250; começou com R$100, depois passou para R$250. Eu fiz uma licitação que permitiu entrar novas empresas para novos lotes. E aí começam a briga entre os bancos e a briga dos bancos para me ver no cemitério.

Mas eu estou aqui, vou continuar lutando. Sei que tenho falhas e defeitos, mas podem ter certeza de que as minhas falhas e defeitos jamais serão de má-fé, jamais serão de malversação de dinheiro público. Eu tenho 46 anos de vida pública, 46 anos no mesmo partido. Já fui Secretário de Estado, Secretário Municipal, Deputado Federal, suplente de Senador, Ministro duas vezes.

Eu já senti a dor da injustiça, como falei no início, mas eu gosto muito de ler trechos da Bíblia que marcam a minha vida. E lá está escrito: os injustiçados serão enaltecidos. Eu aguardo. Eu tenho uma vida pela frente para aguardar o tempo de ver quem cometeu o crime ser preso, e eu assistir o nosso aposentado e pensionista com uma vida mais digna.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Sr. Carlos Lupi.

Dois pontos, assim, para o Plenário.

Eu registro que a Secretaria de Comissões disponibilizou um telão para acompanhamento deste depoimento no Plenário 6, logo ao lado aqui da sala. Portanto, aqueles que estiverem em pé e quiserem acompanhar de lá estão convidados para o Plenário 6.

Outro ponto, Senadoras. Nós temos dois banheiros disponíveis aqui. Então, gostaríamos de convencionar o seguinte: esse banheiro que está aqui, logo atrás, fica para a área masculina; e o banheiro que está lá na Secretaria, para as Senadoras e Deputadas, para que possam ter a sua disponibilidade lá.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente? Então, fazemos assim: o lado de cá masculino, e o lado de lá para as Sras. Senadoras e Deputadas.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF. *Fora do microfone.*) – As mulheres agradecem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – As mulheres agradecem? Estamos aqui para ajudar.

Com a palavra o Relator, o Deputado Alfredo Gaspar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, em nome de V. Exa., saúdo a todos os Parlamentares e os demais presentes. Queria dar boa tarde ao depoente.

Sr. Ministro, o senhor citou aí que, por duas oportunidades, ocupou o cargo de Ministro de Estado. O senhor poderia me citar quais foram essas duas oportunidades e em quais governos?

O SR. CARLOS LUPI (Para expor.) – É resposta imediata?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Se o senhor puder...

O SR. CARLOS LUPI – Posso, claro.

Eu fui Ministro do Trabalho do Governo do Presidente Lula de 2007 a 2010, depois mais um ano, com a Presidenta Dilma, e agora o Ministério da Previdência Social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, qual foi o motivo da sua saída do Ministério do Trabalho?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS LUPI – Não quero é ferir as regras, né?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, então, eu vou orientá-lo: o Relator tem o tempo necessário...

O SR. CARLOS LUPI – Sim...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... que entender. O senhor vai respondendo, à medida que ele for fazendo as perguntas.

O SR. CARLOS LUPI – Está ótimo. Farei.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Posteriormente, com os Parlamentares que estão aqui no plenário, serão dez minutos para cada um, entre perguntas e respostas.

O SR. CARLOS LUPI – Aí eu falo depois deles.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exatamente.

O SR. CARLOS LUPI – Então, Sr. Relator, à época teve uma série de denúncias, quando eu era do Ministério do Trabalho, por causa de dois programas mais importantes: o Jovem Aprendiz, que nós desenvolvemos com todo o Brasil, e o de qualificação profissional.

Eu nunca fui ordenador de despesa em nenhum dos dois, porque o Ministro de Estado não é ordenador de despesa. No momento é designada a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE), na época do Ministério do Trabalho, que era o ordenador de despesa. Quero dizer ao senhor que não tive nenhum processo contra mim, zero processo, zero acusações e zero condenações.

Mas, como aconteceu agora, me senti sem condições de enfrentar uma campanha que foi feita para me tirar do ministério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Repito... E eu tenho as minhas certidões negativas, também ao final eu vou colocar à disposição dos senhores...

Eu tenho um vício que eu aprendi com Leonel Brizola: de seis em seis meses, eu tiro certidão negativa de tudo. A gente não sabe quem não gosta da gente, que pode colocar alguma coisa ali. Então, eu tenho a minha certidão negativa e apresento aos senhores, sobre a minha vida inteira.

E eu tenho muita consciência tranquila dos meus atos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, o senhor poderia dizer, sinteticamente, qual foi o motivo da sua saída do Ministério do Trabalho?

O SR. CARLOS LUPI – Não teve motivo ético, até porque a própria comissão de ética me absolveu. O motivo da minha saída foi: ficou insustentável, pela campanha que se fazia – política – contra mim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o senhor atribui isso a quem?

O SR. CARLOS LUPI – Amigo... Desculpe-me. Relator, tem tantos fatores, que eu quero me resumir a um. Eu penso que, quando você está numa função de ministro, você tem gente que não gosta de você pelas suas posições como ministro – externo, a oposição –, e você tem gente de dentro do próprio governo que quer o teu lugar. Eu acho que somou os dois interesses, até me tirar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, enquanto o senhor estava ocupando o cargo honroso de Ministro do Trabalho, o senhor recebeu alguma vantagem indevida?

O SR. CARLOS LUPI – Nunca, nenhuma, e fui absolvido de todas, todas as acusações feitas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E passear de jatinho pago por uma ONG que tinha recursos do Ministério do Trabalho não é uma vantagem indevida?

O SR. CARLOS LUPI – Em primeiro lugar, nobre Relator, eu, em nenhum momento, tinha conhecimento de quem era aquele avião. Em segundo lugar, teve um processo sobre isso, e esse caso foi também arquivado e absolvido. Então, a Justiça já fala por mim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, coincidentemente, na sua segunda passagem pelo Governo Lula, o senhor, mais uma vez, é obrigado a renunciar ao cargo de Ministro de Estado. Eu pergunto ao senhor: é "padrão Lupi" ser envolvido em denúncias de corrupção, foi omissão deliberada, ou o senhor funcionava como "rainha da Inglaterra"?

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG. *Fora do microfone*.) – Ê... Falta de respeito.

O SR. CARLOS LUPI – Nenhuma das três opções que o senhor me dá são aceitas. A minha opção é seguir uma linha de coerência. A minha opção...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor – por favor.

O SR. CARLOS LUPI – A minha opção é seguir uma linha de coerência. A minha opção é acreditar nas verdades que pratico. Continuo repetindo ao senhor que todos os processos que levantaram contra mim... Em nenhum – nenhum! –, eu fui... (*Falha no áudio.*)

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deixe-o terminar de responder, por favor.

O SR. CARLOS LUPI – Bom, só para fechar, eu não tenho nenhuma acusação sem resposta do Poder Judiciário de absolvição. Em todas elas, eu fui absolvido.

O meu padrão de ato é um só: honestidade, lealdade, profundo amor ao povo brasileiro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, como é que o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Relator, só um instantinho.

Pela ordem, o Deputado Orlando Silva.

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP. Pela ordem.) – Presidente, é apenas para tentar colaborar com os trabalhos, como diz V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) – Nós, na primeira sessão aqui realizada, elaboramos um plano de trabalho para investigação da CPI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) – E, nesse plano de trabalho, discutimos que há um período, um marco temporal de 2015 a 2025, para que a CPI possa aprofundar as suas investigações.

Eu quero que V. Exa. considere a hipótese de que o Relator se apegue, se vincule ao plano de trabalho, sob pena de dispersar tempo e energia, já que faz questionamento sobre 2000 e... Da década anterior.

Então, eu queria fazer esse apelo a V. Exa., porque eu considero que isso vai permitir que o plano de trabalho aprovado pela Comissão possa ser plenamente aplicado.

Obrigado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente, eu fui citado e eu queria falar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra (*Fora do microfone.*) o Relator, Alfredo Gaspar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Olha, nós não estamos tratando aqui de uma pessoa investigada, é um depoente. E, como é um depoente, eu tenho o direito de saber a vida do depoente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pela ordem, o Deputado Mário Heringer.

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG. Pela ordem.) – Eu concordo plenamente que o Relator tenha esta prerrogativa de fazer as perguntas, mas ele não tem a prerrogativa de estabelecer preconceitos. Ele não tem a prerrogativa de avançar nas decisões que ele está fazendo. Ele não pode chamar de *modus operandi*.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG) – Isso é uma agressão e uma falta de respeito com o colaborador e com a testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pela ordem, Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE. Pela ordem.) – Presidente, rapidamente, cumprimentando-o pela condução...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... firme, serena, como a gente precisa. Aqui nós não estamos num... Nós podemos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... ser adversários, jamais inimigos aqui.

Agora, o senhor fez um pedido ao advogado que ele só se manifestasse em relação a alguma situação mais específica.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – E eu posso estar errado, mas, nas duas perguntas, eu vi o advogado soprando no ouvido aí do depoente. Então, eu gostaria desse alerta para que a gente possa ter um ambiente aqui justo e igual aos demais depoentes.

Obrigado.

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG) – Sr. Presidente... Presidente, o advogado é figurativo?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho. O advogado pode, durante o depoimento, conversar com ele, não pode ditar as respostas.

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG) – É... Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas é papel do advogado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG) – Ele pode dialogar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... o trabalho de auxílio à pessoa que está aqui como testemunha.

Dando sequência, Deputado Alfredo Gaspar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pois não.

Ministro, o senhor poderia relatar quem fez o convite ao senhor para ser Ministro da Previdência e em que data isso ocorreu?

O SR. CARLOS LUPI – O Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, na última semana antes do Natal, um pouquinho antes do Natal.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, o senhor poderia dizer se esse convite foi a Carlos Lupi, pessoa física, ou foi ao Presidente do PDT?

O SR. CARLOS LUPI – Aos dois, eu não deixo de ser pessoa física sendo Presidente do PDT.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Isso traria algum tipo de acordo ou recomendação para que, dentro do Ministério da Previdência, o PDT fosse acomodado?

O SR. CARLOS LUPI – Não teve nenhuma, nenhum pré-acordo, nenhuma determinação do Presidente. Normalmente, qualquer Ministro de Estado, quando vai para essa função, e é uma praxe do Presidente Lula, ele deixa o Ministro muito à vontade para montar sua equipe. E é claro que todos nós somos entes políticos. A representação que os senhores têm no Senado da República, na Câmara, eu, como presidente de partido hoje e ex-Ministro de Estado, tenho minha prerrogativa de aceitar nomes, não aceitar nomes. O Presidente Lula nunca me impôs nome nenhum.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Houve nomes sugeridos por integrantes do Parlamento ao senhor, para ocupar funções de comando no Ministério da Previdência ou no INSS?

O SR. CARLOS LUPI – Nunca houve especificamente um nome indicado por alguém. Quando a gente começa a ter a nomeação de algumas funções dentro da Previdência Social, a gente tem a avaliação, primeiro, no meu caso, eu avalio o currículo, quem é, qual o histórico, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

que já fez, se tem experiência. No caso da Previdência Social, 90% das vezes é de pessoas que são quadros de carreira, não é? Então, todas as pessoas tiveram... alguma injunção política sempre tem, dizer que não tem é mentir, eu prometi falar a verdade. Tem injunção política, sim, tem pessoas que referendam o nome, sim, mas, normalmente, todas as indicações que fiz foi em cima do currículo que a pessoa tinha de serviço prestado já dentro do INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor foi muito feliz na sua fala, nessa promessa de falar a verdade. Como o senhor disse, o senhor é um homem público com um longo histórico. E eu gostaria que o senhor esclarecesse quem foi que referendou Adroaldo Portal no Ministério da Previdência?

O SR. CARLOS LUPI – O Adroaldo tinha sido já chefe de gabinete da Liderança do PDT na Câmara dos Deputados, chefe de gabinete da Liderança do PDT no Senado Federal. Tenho um longo conhecimento dele e, para mim, na minha avaliação dele, fez um bom serviço na Secretaria do Regime da Previdência Social (SRGPS).

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas a pergunta é muito específica: o senhor recorda quem referendou o nome dele ou foi o senhor mesmo quem o indicou e referendou?

O SR. CARLOS LUPI – É, eu indiquei, referendado por vários Parlamentares.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor recorda quem referendou?

O SR. CARLOS LUPI – Não foi um só, foram vários. Então eu não tenho capacidade de lembrar quantos foram e quais foram, mas foram vários.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Do mesmo partido político...

O SR. CARLOS LUPI – Sim, também.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... ou de outros partidos políticos?

O SR. CARLOS LUPI – Do meu partido político, do PDT.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está.

O senhor sabe que Adroaldo Portal recebeu o Careca do INSS no Ministério da Previdência Social?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS LUPI – Não, nunca tive essa informação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Nunca leu sequer essa reportagem?

O SR. CARLOS LUPI – Depois do fato ocorrido, a matéria publicada em jornal eu li, mas, se o senhor está se reportando a como Ministro de Estado, à época, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conversou com o Sr. Adroaldo Portal sobre esse encontro que ele teve com o Sr. Antônio Carlos Camilo, o Careca do INSS?

O SR. CARLOS LUPI – Não, porque esse fato só ocorreu depois do final da minha saída do Ministério.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Stefanutto, Presidente do INSS, foi indicado pelo senhor, com referendo de alguém, ou o senhor assumiu inteira responsabilidade por essa indicação?

O SR. CARLOS LUPI – Me permita só dar uma referência aqui. Todas as indicações de todas as pessoas que foram para direções de INSS à minha época foram de nomes que já tinham feito parte do Governo de Transição. Quando de um Governo para o outro, você monta equipes que fazem diálogos para saber o que está acontecendo naquele órgão e aquele órgão começar já com alguma bagagem de conhecimento o que vai fazer. O Stefanutto e vários outros diretores eram dessa equipe. Ele tinha sido Procurador-Geral do INSS. Ele é Procurador-Geral da República. É um homem com um currículo muito respeitado em todos os setores. E o escolhi por causa desse currículo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O Stefanutto deixou a Presidência do INSS motivado por quê?

O SR. CARLOS LUPI – Olha, até agora eu não tenho o final da apuração.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem o tirou foi o Presidente Lula?

O SR. CARLOS LUPI – Foi o Presidente da República.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Foi o Presidente da República?

O SR. CARLOS LUPI – Foi o Presidente da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Benedito Brunca... É?

O SR. CARLOS LUPI – É Brunca.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem levou Benedito Brunca para o Ministério?

O SR. CARLOS LUPI – O Sr. Benedito Brunca tem mais ou menos uns 30 anos, se não me falha a memória, é o decano dentro Ministério da Previdência Social. Ele já ocupou todas as funções imagináveis dentro da Previdência. É um homem que aparece como um homem muito gabaritado pelo seu histórico, pelo seu serviço prestado, e acabamos indicando ele também para a função que ele estava exercendo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor me permite só retornar...

O SR. CARLOS LUPI – Pois não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu não captei a questão do Presidente Stefanutto.

O senhor assumiu a responsabilidade da indicação dele ou houve também essa motivação de indicação política por outras pessoas?

O SR. CARLOS LUPI – Não, a indicação dele foi absolutamente técnica, dentro do currículo que eu vi, muito, muito apurado, tendo sido, como já falei, Procurador-Geral do INSS, Procurador da República, tendo ocupado várias funções que me convenceram de que ele era o melhor nome para o INSS.

Só referindo, nobre Relator, que antes nós tínhamos tido um outro, o Glauco, que tinha sido o primeiro que ficou respondendo por três meses até eu chegar ao nome do Stefanutto, que eu demorei um pouco para essa avaliação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Esse anterior eu ia até perguntar sobre ele.

Como é o nome dele?

O SR. CARLOS LUPI – Glauco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O Sr. Glauber saiu do da Presidência do INSS por quê?

O SR. CARLOS LUPI – Ele estava respondendo pelo INSS. Ele é originário do Rio de Janeiro, meu estado de origem. Ele me foi referendado por vários servidores, e, como estava respondendo, eu resolvi indicar um para ser o Presidente definitivo, que foi o Dr. Stefanutto, e ele voltou para o seu órgão de origem.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quer dizer que aquela farra de passagens, viagens não interferiu em nada na exoneração dele?

O SR. CARLOS LUPI – Tudo que tinha que fazer, eu fiz à época. Foi aberto um procedimento administrativo, que eles chamam de... É um procedimento investigativo administrativo que se faz dentro da gestão pública.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas a pergunta é...

O SR. CARLOS LUPI – Foi feito, e eu não sei qual é a resposta ainda, que eu não tive.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A pergunta é se o escândalo que foi tornado público teve alguma influência na exoneração dele.

O SR. CARLOS LUPI – Não. O escândalo foi depois da abertura do inquérito. Ele já tinha saído quando aconteceu o escândalo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe dizer se tem alguma relação esse Benedito Brunca com empréstimo consignado?

O SR. CARLOS LUPI – Não tenho conhecimento.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece alguma relação dele com a Febraban?

O SR. CARLOS LUPI – Olha, ele participava do conselho... Ele era membro titular do conselho. A Febraban tinha seu representante lá, né, dentro do conselho, e nós tínhamos sempre, antes de toda a reunião do conselho, a reunião do grupo técnico que tinha um representante da Febraban também. Dos aposentados, das centrais sindicais, do Governo e da Febraban.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa relação é uma relação institucional e pública.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Fazer...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Relator, só um instantinho, por favor.

Eu quero pedir uma gentileza. Nós temos cinco Parlamentares que estão sem assento. Eu vou pedir a quem não for Parlamentar que estiver ocupando uma cadeira aqui do plenário que, por gentileza, ceda o espaço para os Parlamentares que querem acompanhar.

Por gentileza, se houver algum assessor, que ceda o lugar, por favor, para os Parlamentares. (*Pausa.*)

São todos Parlamentares, né?

Então, na lateral aqui, por favor, as cadeiras laterais aqui, por gentileza. Vamos ceder...

Determino à Secretaria que oriente os Parlamentares a, por favor, ocuparem os assentos que estão aqui à minha esquerda.

Eu vou pedir a gentileza para que os Parlamentares possam ser acomodados ali.

Pois não, Seif.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Ministro...

O SR. CARLOS LUPI – Pois não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode informar se a Febraban teve alguma participação na indicação do Sr. Benedito Brunca para exercer função no Ministério ou INSS?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Relator, só um instantinho, por favor.

Todos acomodados, senhores?

Muito obrigado aos assessores a gentileza da cessão do espaço. Sei que é...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Precisaremos de um plenário maior, sim. Isso é bom.

O SR. CARLOS LUPI – Isso é bom.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Na próxima, iremos para uma sala maior.

Por favor, Relator, pode continuar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Ministro, o senhor deixou claro aí que gostou de uma colocação minha em que falei sobre os consignados.

Estou perguntando ao senhor: a Febraban teve alguma participação na indicação do Sr. Benedito Brunca?

O SR. CARLOS LUPI – Não, nobre Relator.

É público e notório o desafeto que eu sou para a Febraban, por enfrentar as taxas mais altas e por sempre questionar a usura que eles representam no sistema brasileiro financeiro, que é o mais lucrativo do mundo.

Então, nenhuma relação teve e nenhuma indicação, até porque eles sabem que eu jamais aceitaria.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu pergunto, Sr. Ministro: o senhor assume a responsabilidade dessa indicação ou houve algum tipo de indicação política partidária para essa pessoa?

O SR. CARLOS LUPI – A indicação foi minha, mas cada um é responsável pelos seus atos. Eu não posso responder, se algum dia tiver algum ato que não seja idôneo, pela responsabilidade que cada um tem que ter. A indicação foi minha, assumo essa responsabilidade. Agora, se teve alguma coisa ou aparecer alguma coisa que não seja dentro da visão republicana que nós temos, é outra discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, voltando um pouco o tempo, qual foi a primeira vez que o senhor tomou conhecimento dos descontos irregulares de entidades associativas? Qual foi a primeira vez que foi levado ao senhor ou o senhor tomou conhecimento sobre essa temática?

O SR. CARLOS LUPI – Esse relatório que eu apresentei, nobre Relator, coloca que, a partir de março, nós já tínhamos começado a tomar medidas para coibir isso. Por quê? Não com a dimensão que se tem hoje. Depois que, pela primeira vez, a Polícia Federal, durante um ano, investigou e está apontando quem é responsável pelos crimes, é mais fácil a gente entender o que aconteceu.

À época, a gente se baseava apenas naqueles apresentados pela Ouvidoria, pelas reclamações que vinham pela plataforma do INSS. Então, o conhecimento específico que a gente tinha naquele momento, desde que a gente entrou em março, com as atitudes que a gente teve de coibi-las, tentar coibi-las ou orientar o INSS para coibir isso, foram naquele número bem menor do que foi depois das apurações que agora surgiram com a ação da Polícia Federal, que tem um poder de polícia que eu nunca tive e nem quero ter.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Ministro, o senhor pode fornecer qual foi a data?

O SR. CARLOS LUPI – Olha, começa em março de 2023, quando a gente fez uma reunião, o INSS fez uma reunião junto com a Polícia Federal para começar a apurar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, e por que tanto tempo para uma suspensão cautelar desses descontos associativos? Mais de um ano permitindo um índice crescente assustador de milhões de descontos de aposentados, chegando a uma cifra de bilhões.

O SR. CARLOS LUPI – Nobre Relator, a gente... infelizmente, eu não tenho o poder de adivinhação. Nós nunca tivemos a capacidade de dimensionar o tamanho, o volume do que esses criminosos fizeram dentro do INSS. Só foi possível isso depois da investigação, que pela primeira vez teve efeito, da Polícia Federal, quando a Polícia Federal investigou para valer, quando ela não arquivou – o que aconteceu duas vezes anteriormente, como já falei; aberta em 2016 e 2020, arquivou-se. Agora não, ela investigou. Ela colocou à tona esse processo, né? E agora sim, a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem uma dimensão que eu não tinha na época. Não tinha mesmo, sou sincero em dizer, talvez minha falha maior tenha sido essa, não ter dado dimensão ao tamanho do rombo que era isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, o Presidente Lula foi informado pelo senhor em algum momento dessas irregularidades nos descontos associativos?

O SR. CARLOS LUPI – Não, em nenhum momento. Aliás, as conversas com o Presidente da República são sempre de macropolíticas. Essa questão é de autonomia de uma autarquia, a maior da América Latina, que é o INSS. Eu acompanhava parte dela tentando ditar as regras para coibi-la, e o Presidente da República só tomou conhecimento, como eu, no dia da apuração deflagrada pela Polícia Federal.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, por dever de lealdade de V. Exa. para com o Presidente da República, o senhor não tinha a obrigação de fazer essa comunicação ao Presidente da República?

O SR. CARLOS LUPI – Eu não tinha informação, como é que eu ia comunicar, nobre Relator? Eu já expliquei ao senhor que a gente tinha a denúncia de coisas específicas e bem menores. Nós tínhamos 5 mil denúncias apresentadas que estavam sendo investigadas. Agora apareceu um montante, são dezenas, são milhões até. Disso eu não tinha noção, só se foi começar a tomar noção disso a partir de, pela primeira vez, a Polícia Federal fazer a investigação e colocar isso à tona sem arquivar o processo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual foi este momento em que a Polícia Federal, como o senhor está dizendo aí, trouxe esses fatos à ribalta?

O SR. CARLOS LUPI – No dia em que foi apresentada a operação dela, quando ela fez, junto com o Ministério da Justiça, junto com a CGU, uma ação em todo o Brasil, a partir daquela data. Isso foi em maio. Eu não tenho, assim, exatidão da data.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Maio de que ano, Ministro?

O SR. CARLOS LUPI – Deste ano, 2025.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS LUPI – Agora, antes, um pouquinho antes de eu sair, foi ali que eu tomei conhecimento.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Obrigado.

Ministro, em 2024 houve uma suspensão coletiva de descontos associativos baseada em milhões de irregularidades relacionadas a isso. Já não era um pressuposto suficiente para o senhor tomar alguma providência?

O SR. CARLOS LUPI – Em primeiro lugar, nobre Relator, repito: o INSS é uma autarquia autônoma. Esses assuntos sempre foram tratados pelo INSS. O INSS chegou a fazer uma medida, uma IN, Instrução Normativa 165, para coibir isso – 169, me desculpe –, para coibir isso – 162 –, para coibir isso. Não deu o resultado que nós esperávamos, é aí que está a falha; porque se isso tivesse dado o resultado que nós esperávamos, nós não estaríamos aqui hoje explicando isso. Infelizmente, falhamos nisso, falhamos em ter uma ação mais enérgica do INSS para coibir.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Me permita um adendo, Ministro: o senhor citou a IN 162. Essa 162 foi muito clara – não sei se foi em março ou em maio, não me recordo –, ela foi muito clara – ou em abril de 2024...

O SR. CARLOS LUPI – Foi em 24.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ela proibiu expressamente qualquer tipo de liberação em lote de descontos associativos. E sobre o seu ministério, mesmo com a suspensão cautelar de dezenas e dezenas de entidades que descontaram irregularmente, em 39 oportunidades, o senhor permitiu a adesão em bloco de associados para dezenas de entidades. Olha, eu queria entender a lógica: o senhor está no meio de um processo de apuração, descobriu onde tem um grande gargalo, edita uma norma, e o senhor mesmo sabota essa norma, permitindo a associação em bloco, em 39 oportunidades, de mais de 50 mil associados em cada uma dessas oportunidades; tanto que, infelizmente, explodiu o número de reclamações, chegando ao disparate de, em um único mês, 192 mil pessoas pedirem o cancelamento de descontos associativos.

Eu queria fazer, se o senhor me permite, uma pergunta objetiva: como se edita uma norma para se brecar o roubo e, ao mesmo tempo, se permite um gargalo de milhões de associados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

serem inclusos em descontos, quando 97,6% desses associados, pela própria auditoria da CGU, não tinham dado essa autorização? Pergunto: esses descontos em bloco, essas adesões em bloco, que atingiram milhões de aposentados no Brasil, que foram roubados, tinham a sua autorização?

O SR. CARLOS LUPI – Eu, em nenhum momento, nobre Relator, autorizei nada dentro do INSS. O INSS é uma autarquia autônoma e independente. Nós fizemos a instrução normativa para coibir. E se eu tivesse algum tipo de ato inidôneo, eu não faria ela. A instrução normativa foi feita para coibir.

A consequência dos atos é o que nos faz estar aqui hoje. Aí nós temos que ver com o INSS o que é que houve. Porque o INSS é um órgão autônomo. Se eu tivesse sabido disso lá atrás, eu garanto ao senhor que não teria a continuidade do que ocorreu, porque a IN foi feita justamente para impedir. Agora, no parecer que eles dão hoje – hoje, hoje –, lendo as matérias e tendo a informação hoje, eles informam que os pareceres técnicos de todos os órgãos é que permitiram a eles liberar. Como vai ter a oportunidade de estar o representante do INSS aqui, é importante que o nobre Relator pergunte a eles o porquê. Eu, sinceramente, não sei. Eu não tenho nem o poder de estar dentro da autarquia, nem a função de cuidar desse processo do dia a dia da autarquia.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, vou fazer uma pergunta mais direta: o senhor tinha ou não tinha conhecimento dessas adesões em bloco de mais de 50 mil aposentados e pensionistas, onde 97.6, segundo a CGU, não autorizaram, totalizando milhões de pessoas? O senhor tinha ou não tinha conhecimento dessas adesões em bloco?

O SR. CARLOS LUPI – Não tinha.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ponto. Obrigado.

Deixa eu perguntar outra coisa ao senhor. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou continuar com muita tranquilidade, mas, advogado, não está permitido que o senhor dê respostas a ele como o senhor está fazendo no papel. Isso foi colocado com muita...

O SR. CARLOS LUPI (*Fora do microfone.*) – Eu não estou lendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu acabei de ler.

O SR. CARLOS LUPI (*Fora do microfone*.) – Sim, mas eu não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, aqui, olha, por gentileza, o senhor pode dar para ele dados técnicos, datas, mas o senhor não pode ditar respostas para a testemunha. Por gentileza.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, qual a sua relação com o empresário Maurício Camisotti?

O SR. CARLOS LUPI – Nenhuma, não sei quem é.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já disse aí que não sabe quem é. O senhor pode afirmar aqui que nunca esteve com essa pessoa?

O SR. CARLOS LUPI – Não, não posso afirmar, porque, como homem público, eu estou em várias ocasiões, em vários momentos, publicamente, com muita gente. Posso ter encontrado. Não tem como registrar todas as pessoas com quem eu me encontro na vida.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas o senhor não se recorda de quem se trata, é isso?

O SR. CARLOS LUPI – Não, não recordo, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece Antônio Carlos Camilo, Careca do INSS?

O SR. CARLOS LUPI – Não, senhor. Logo que começou esse processo de escândalo, eu pedi para verificar se em algum momento teve alguma agenda para mim com ele. Não teve e não tenho recordação de nunca ter estado com ele.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E com Maurício Camisotti tem alguma agenda do senhor com ele?

O SR. CARLOS LUPI – Eu não posso afirmar porque eu não fiz essa verificação ainda, mas posso verificar e responder depois.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá, o senhor não tem...

O senhor já tinha ouvido falar do grupo THG?

O SR. CARLOS LUPI – Não. Que que é THG? Que que quer dizer?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu não falo bem inglês, Ministro.

O SR. CARLOS LUPI – Eu menos ainda.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. CARLOS LUPI – Que que é?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro...

O SR. CARLOS LUPI – É uma empresa, né?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro...

O SR. CARLOS LUPI – Nunca ouvi falar também.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É momento de graça mesmo.

Ministro, deixa eu perguntar uma coisa ao senhor: o senhor ouviu falar em distribuição de brindes, presentes ou algum tipo de facilidades aos membros do INSS ou da previdência social por meio de Camisotti e Careca do INSS durante a sua gestão?

O SR. CARLOS LUPI – Nunca ouvi. Estou ouvindo pela primeira vez.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor propriamente já foi a algum *show* aqui nesse estádio... Como é o nome? Mané Garrincha, é?

O SR. CARLOS LUPI – Eu já fui a alguns *shows* no Mané Garrincha. Eu não sei qual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode dizer qual foi a última vez em que o senhor esteve num *show* aí no Mané Garrincha?

O SR. CARLOS LUPI – Eu sempre estive convidado por aquele Banco de Brasília. BNB, é isso? BNB.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não sei.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. CARLOS LUPI – BRB.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, todas as vezes em que o senhor foi a *shows* no Mané Garrincha...

O SR. CARLOS LUPI – Eu fui uma ou duas vezes.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Nas vezes em que o senhor foi, o senhor foi para o camarote, então, do...

O SR. CARLOS LUPI – BRB.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Do BRB.

Ministro, eu estou com uma lista de associações aqui, e são 40 nomes. Assim, eu não gostaria de citar todas, mas estou aqui com o relatório da CGU, quando diz que todas elas, sem exceção, todas com ACT junto ao Ministério da Previdência, todas, sem exceção, estão com graves irregularidades.

O senhor poderia me citar em quais associações o senhor já esteve presente nelas, ou em quais associações o senhor já foi condecorado ou já condecorou?

O SR. CARLOS LUPI – Nobre Relator, eu sou um homem público como o senhor, que é Senador da República, Deputado da República. A gente é convidado para representação em várias atividades. As associações normalmente são ligadas a sindicatos. Sindicatos de aposentados, sindicatos ligados a alguma central sindical. Eu não tenho como enumerar a quantas fui, sei que eu fui em muitas associações, muitos sindicatos, antes como Ministro do Trabalho e depois como Ministro da Previdência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, eu gostaria de saber, Ministro, como Ministro da Previdência. O senhor disse que foi Ministro da Previdência em dois anos e por 2 anos e 6 meses...

O SR. CARLOS LUPI – E 5 meses.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Cinco meses.

O senhor poderia dizer com quais dessas associações ou sindicatos que englobam descontos associativos da ordem de bilhões, que hoje está descoberto que roubaram o povo brasileiro, o senhor tinha uma ligação maior?

O SR. CARLOS LUPI – Não tinha ligação maior com nenhuma. Tinha relação amistosa com todos, o que eu procuro fazer. Eu sempre tive relações cordiais, de educação, até com quem pensa completamente diferente de mim, que isso é parte da minha civilidade. Então, relações com todos eu tenho e teria agora com qualquer um que viesse aqui me cumprimentar. Agora, uma coisa é você ter relação institucional, de educação, ou ter relação promíscua, que eu nunca tive.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, não estou falando de relação promíscua.

O SR. CARLOS LUPI – Não, mas eu que estou deixando claro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, e quais associações o senhor condecorou?

O SR. CARLOS LUPI – Olha, eu já condecorei sim, quais eu não sei, é muita coisa na cabeça. Porque só para o amigo, desculpe, o Relator ter a informação. Existe um comitê dentro da Previdência Social que examina as instituições ou as personalidades que recebem algum tipo de condecoração. No caso do Ministério da Previdência, era a Medalha Eloy Chaves, que foi o criador da Previdência Social. Quando isso é submetido a mim, eu dou a palavra final. Mas podem ter sido pessoas e podem ser instituições. Até o momento, não tinha nenhuma criminalização de ninguém, como tem hoje. Então, até aquele momento, eu posso ter dado condecorações a alguns, que é apenas um ato formal de mérito pelo serviço prestado que esse comitê me apresentou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia citar algumas dessas associações que o senhor condecorou?

O SR. CARLOS LUPI – Não. Sinceramente, não tenho recordação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu estou aqui com uma lista...

O SR. CARLOS LUPI – Então, é mais fácil o senhor dizer, porque...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, não. Vou, vou continuar.

O senhor não, não vê nisso uma incongruência, já que o senhor disse que a partir de março de 2023, começou a receber notícias de irregularidade? O senhor não vê nisso uma incongruência e uma imprudência de o senhor condecorar quem está sob suspeição?

O SR. CARLOS LUPI – Primeiro, denúncia é uma coisa, configuração e comprovação da denúncia é outra. Agora é mais simples, mais fácil, pelos relatórios que se têm da Polícia Federal, da Justiça, da CGU, se saber daqueles que têm responsabilidade criminosa. Até então, não tinha. Isso começou agora, logo depois da minha saída. Então, não tem nenhuma incongruência ou má-fé.

Tenho a boa-fé de acreditar no ser humano, e eu sempre trabalho com essa boa-fé.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece o Presidente do Sindnapi?

O SR. CARLOS LUPI – O senhor pode me referir o nome? Provavelmente devo conhecer. Qual é o nome?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor não... de nome o senhor não sabe?

O SR. CARLOS LUPI – Pode fazer a gentileza de me dizer quem é?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu acredito que seja o Sr. Milton Cavalo.

O SR. CARLOS LUPI – O Cavalo, conheço, claro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual é a sua relação com o Sr. Milton Cavalo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS LUPI – Muito boa. É um membro do meu partido, filiado ao meu partido há muitos anos, assumiu essa associação não tem um ano, porque antes tinha uma outra pessoa que representava, e eu o tenho em boa conta.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor teve alguma participação na indicação do Sr. Milton Cavalo para o Sindnapi?

O SR. CARLOS LUPI – Nenhuma. Aí é a eleição sindical, não tive nenhuma participação nisso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ele faz parte do seu partido por qual estado da Federação?

O SR. CARLOS LUPI – São Paulo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – São Paulo.

Enquanto o Sr. Milton Cavalo foi Presidente do Sindnapi, o senhor o recebeu quantas vezes?

O SR. CARLOS LUPI – Algumas vezes, quantas eu não posso enumerar, como recebi várias entidades algumas vezes.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas, em relação a essa, o senhor recebeu mais de cinco ou menos de cinco vezes?

O SR. CARLOS LUPI – Eu não sei, mas provavelmente mais de cinco, provável.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor alguma vez foi jantar com o Sr. Milton Cavalo?

O SR. CARLOS LUPI – Sim, algumas vezes. Ele é um membro do meu partido e às vezes almocei, às vezes jantei, antes mesmo de ele ser Presidente do Sindnapi. Só para, se o senhor me permitir, dar uma informação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Claro, claro.

O SR. CARLOS LUPI – O Sindnapi tem como membro da direção dele a Dra. Tonia, essa mesma que denunciou-me como sendo omisso. Então, aí tem uma incongruência. Se eu sou tão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

amigo do Presidente, por que a Tonia me denunciou? Então, é bom a gente deixar muito claro isso para a sociedade como um todo, como tem um jogo de maldade política nesse processo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ô, Ministro, vamos esquecer a sua amizade anterior, vamos falar durante o período da Presidência do Sr. Milton Cavalo.

O senhor já recebeu o Sr. Milton Cavalo na sua casa?

O SR. CARLOS LUPI – Não, nunca recebi na minha casa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ele já lhe recebeu na sua casa?

O SR. CARLOS LUPI – Não, não, nunca me recebeu na casa dele.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ele hoje ainda continua Presidente do Sindnapi?

O SR. CARLOS LUPI – Acho que continua, sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente, depois... Ministro, depois que o senhor deixou o Ministério da Previdência, o senhor esteve alguma vez com ele?

O SR. CARLOS LUPI – Ele é membro do meu partido, já estive com ele, sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E em qual local o senhor esteve com ele?

O SR. CARLOS LUPI – Na sede do PDT de São Paulo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Foi só lá?

O SR. CARLOS LUPI – Só lá.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O SR. CARLOS LUPI – Posso ter ido almoçar em algum lugar também ali por perto, aí é muita coisa para guardar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É, Ministro, os jornais citam, e aqui há vários requerimentos de convocação, quebra de sigilo, da presença do irmão do Presidente Lula, Frei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Chico, no Sindnapi. O senhor alguma vez já esteve com, enquanto Ministro da Previdência, com essa pessoa que tem esse apelido Frei Chico?

O SR. CARLOS LUPI – Estive com ele antes, pelo movimento sindical, quando ainda era Ministro do Trabalho, e estive depois como Ministro da Previdência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Como Ministro da Previdência, foi no seu gabinete esse encontro?

O SR. CARLOS LUPI – Olha, eu já recebi várias delegações lá, não posso afirmar se ele estava ou não, só verificando na agenda.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual o pedido que o irmão do Presidente da República lhe fez, se é que lhe fez?

O SR. CARLOS LUPI – Nunca me fez pedido nenhum, nunca.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E qual o motivo desse encontro?

O SR. CARLOS LUPI – Ele estava na representação da entidade dele. Essa Sindnapi, ele também é membro dela. Ele foi lá junto com o cara... Eu sempre, todas as agendas do Ministro são públicas, são registradas, são fotografadas, é a coisa mais fácil do mundo é verificar isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, o Stefanutto, depois de tudo que o senhor tomou conhecimento, ainda continua sendo uma pessoa de sua inteira confiança?

O SR. CARLOS LUPI – Nobre Relator, eu sigo um preceito constitucional: todo mundo é inocente até que provem o contrário. Eu falei isso no dia em que começou essa operação e paguei um preço, um preço caro para afirmar um preceito constitucional. Nós não temos, não podemos ter o preceito de que todo mundo é culpado. Isso é uma sociedade maniqueísta, isso é uma sociedade que quer voltar ao tribunal de inquisição. A minha presunção sempre é a da inocência e da boa-fé, e não me arrependo disso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, o senhor poderia me apresentar qualquer ato administrativo da sua lavra, em qualquer época antes da operação da Polícia Federal, solicitando a apuração das irregularidades nos descontos associativos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS LUPI – Eu já falei disso no início, se o senhor quiser, eu repito. Da minha lavra não existe porque, repito, nobre Relator, o INSS é uma autarquia autônoma. Eu não tenho o poder de fazer nenhum ato normativo, que é da exclusiva e total competência e responsabilidade do Instituto Nacional de Seguridade Social. Por minha orientação, se fizeram vários, eu citei todos aqui, se o senhor quiser, eu repito.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, Ministro, eu estou perguntando isso, porque nós estamos falando de um Ministro de Estado que tem sob sua responsabilidade também uma das maiores autarquias do Brasil, que é o INSS.

O SR. CARLOS LUPI – É a maior.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É a maior. A pergunta é muito simples: da sua lavra – da sua lavra – houve algum ato administrativo, seja lá para quem for, pedindo apuração sobre o que o senhor tomou conhecimento?

O SR. CARLOS LUPI – Todos os atos que o INSS tomou para coibir partiram do meu gabinete, partiram de um estudo da minha assessoria jurídica comigo, e foram para o INSS fazer a norma. Todos esses que eu enumerei para o senhor e depois, no final, vou entregar um PDF com todos eles.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É que eu não gosto de ser repetitivo. Mas você tem algum ato administrativo – do senhor – direcionado a alguém, pedindo apuração ou determinando a apuração sobre esses fatos gravíssimos?

O SR. CARLOS LUPI – Os fatos ocorridos que começaram a ser apurados pela Corregedoria, que é do Ministério da Previdência Social, não é do INSS, pelo órgão de inteligência, que participa do Ministério da Previdência Social, os dois vinculados à Secretaria Executiva do Ministério da Previdência Social, todos eles foram encaminhados ao INSS, que é quem tem a competência para fazer esses atos de coibir.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe quando ocorreram esses encaminhamentos?

O SR. CARLOS LUPI – Eu tenho tudo isso registrado, mas não tenho como lhe falar aqui datas precisas, porque não quero cometer com mentira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor, se o senhor puder, eu gostaria de saber.

O SR. CARLOS LUPI – Com o maior prazer, com o maior prazer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem presidia...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante, Relator.

A sessão está suspensa por cinco minutos para uma conversa particular entre o depoente e o advogado.

(Suspensa às 17 horas e 39 minutos, a reunião é reaberta às 17 horas e 43 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Reiniciamos a sessão. Por favor, podem tomar os seus lugares, por gentileza.

Deputado Alfredo Gaspar, Relator, com a palavra.

O SR. CARLOS LUPI – O nobre Relator me permitiria só uma informação?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Claro.

O SR. CARLOS LUPI – É que eu não tinha me dado conta até sobre isso que o nosso advogado me chamou atenção: várias resoluções do Conselho de Previdência Social...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fora do microfone*.) – Não está com som.

O SR. CARLOS LUPI – Está funcionando? Não?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fora do microfone*.) – Está com som.

O SR. CARLOS LUPI – Está?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fora do microfone*.) – Está.

O SR. CARLOS LUPI – Som, som. Está? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Várias resoluções que coibiam essas ações do INSS foram tomadas pelo Conselho Nacional de Previdência Social, do qual eu sou o Presidente. Por isso que eu nunca disse que era um ato meu. Era um ato que eu, representando o colegiado, assinava – entendeu? – como Presidente do conselho nacional... Então, várias resoluções... O surgimento dessa 165 aconteceu dentro do conselho. Várias informações que nós... transparência, ação com a Dataprev para melhorar o sistema informatizado... Então, tem várias associações que eu assino como Presidente do conselho. Só para deixar claro, depois eu posso enumerá-las e enviar para o senhor, por gentileza.

Muito obrigado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Posso?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Ministro, falou do Conselho de Previdência Social, me veio um tema aqui interessante. O senhor já ouviu falar em José Avelino Pereira, de alcunha Chinelo?

O SR. CARLOS LUPI (Para expor.) – Membro do conselho, indicado pela Força Sindical.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual é a sua relação com esse Chinelo?

O SR. CARLOS LUPI – De também filiado ao PDT. Só para esclarecimento, nobre Relator, o PDT tem 1,250 milhão filiados em todo o Brasil. E a Constituição garante o direito à filiação partidária. Isso não é crime. Ele era membro do PDT, só que é indicado... Os membros do conselho não são indicados pelo ministro, a não ser os governamentais. Os governamentais, eu tinha a palavra final; todos os outros são indicados por cada entidade representativa da sociedade. No caso, o Sr. Chinelo foi indicado pela Força Sindical.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, o senhor tem conhecimento de que esse Sr. Chinelo foi alvo de uma operação da Polícia Federal em 2019?

O SR. CARLOS LUPI – Eu tive conhecimento depois, eu tive conhecimento de que inclusive o processo foi finalizado, o absolvendo, pelo menos foi a informação que chegou a mim. Repito, eu não tenho responsabilidade sobre a indicação dele para o conselho. Foi uma indicação da entidade representativa Força Sindical.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual a relação do senhor com o Chinelo?

O SR. CARLOS LUPI – A relação que eu tenho com 1 milhão de filiados: que eu encontro. Fazem parte do partido, ajudam a organização.

(*Intervenções fora do microfone.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS LUPI – Chinelo é apelido, ele tem outro nome. Eu não sei, como é o nome dele?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fazendo soar a campainha.*) – Senhores, por gentileza, por favor.

Relator, prossiga, por gentileza.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Durante a sua gestão como Ministro da Previdência Social, durante todos esses fatos que nós estamos relatando, quem era o seu número dois no ministério?

O SR. CARLOS LUPI – Era o Secretário-Executivo Wolney Queiroz, que hoje está na pasta como Ministro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual é a lógica de o senhor ter deixado o ministério, e toda a estrutura permanecer a mesma? O senhor consegue explicar isso?

O SR. CARLOS LUPI – Nobre Relator, eu ouso discordar do senhor. Toda a estrutura do INSS foi mudada, que é 80% da Previdência Social, da estrutura da Previdência Social. E eu tenho como Secretário-Executivo de então quem eu escolhi para ser meu Secretário-Executivo, e foi para o ministério, por sugestão do Presidente, que eu aquiesci na hora.

Eu tenho uma relação de 30 anos de companheirismo, de parceria com o partido político que eu represento.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, o Sr. André Fidelis, Diretor de Benefícios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi indicação do senhor ou indicação política de alguém?

O SR. CARLOS LUPI – Teve indicação política também.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Esse, eu faço questão de saber de quem.

O SR. CARLOS LUPI – Já foi assumido publicamente pelo Senador Weverton Rocha. Ele já assumiu publicamente a indicação dele.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Esse Senador é de que partido?

O SR. CARLOS LUPI – É do meu partido, PDT, com muito orgulho.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O que é que o senhor tem hoje de apurado por tudo? Olha só, olha a bomba: seis milhões, quase sete milhões de aposentados, um roubo muito grande, e o senhor fez um discurso aí dizendo que não tinha nada a ver com isso.

O SR. CARLOS LUPI – Continuo fazendo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem, mas a Dirben foi um local central para possibilitar esses desvios. André Fidelis: teve a participação do senhor também nessa nomeação?

O SR. CARLOS LUPI – Claro. Ele foi nomeado por indicação de um Senador, mas quem encaminhou a indicação fui eu. Primeiro ponto.

Segundo ponto: ele foi demitido. Depois de um ano, um ano e pouquinho, como eu senti que o procedimento dele, sem conhecimento dessas investigações... Repito, a Polícia Federal abriu investigação em 2016, arquivou; abriu investigação em 2020, arquivou. Agora, pela primeira vez, a Polícia Federal está levando adiante a investigação. Agora, tem três, quatro meses disso, eu estou tendo conhecimento dos fatos. À época, ele foi demitido, porque não estava correspondendo à agilidade que eu esperava para coibir as fraudes na dimensão que tinha naquele momento.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, a demissão do André Fidelis teve alguma correlação com as fraudes?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS LUPI – Hoje, pode ser que tenha. Eu vou esperar o final da apuração da Polícia Federal.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, a pergunta é...

O SR. CARLOS LUPI – Ah, da época? Não, não tinha noção, não tinha noção.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quer dizer que André Fidelis não tinha nenhum tipo de...

O SR. CARLOS LUPI – Não sei. Eu não posso afirmar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A exoneração dele...

O SR. CARLOS LUPI – Com essa relação? Não.

Só para esclarecer, Senador. Desculpe, Deputado, já o eu estou promovendo indevidamente.

Deputado...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu me sinto muito honrado, Ministro, de ser Deputado, viu? Não tenho problema nenhum com isso.

O SR. CARLOS LUPI – E acho que merece a honra de todos nós, porque eu já fui Deputado. O Parlamento é uma representação do povo que merece muito respeito. E é por isso que estou aqui, pelo respeito que o senhor me merece, pela sua representação.

O que eu estou dizendo é que, à época, eu não tinha conhecimento da gravidade do que estava acontecendo lá dentro. Ele foi demitido por não ter dado resposta efetiva às ações que eu pedi, à época.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode dizer que ações eram essas?

O SR. CARLOS LUPI – São várias. Por exemplo, agilidade no serviço que a gente colocou montado da POP/IN, instrução normativa; a demora em dar resultado, em coibir esse processo de fraude que, depois, virou uma dimensão gigantesca. Vários atos, eu achei ele muito fraco na resposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, Alexandre Guimarães foi indicação do senhor?

O SR. CARLOS LUPI – Eu não estou lembrando de quem se trata. Qual é a função dele? Você pode me ajudar, por favor?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Diretor de Governança, Planejamento e Inovação do INSS.

O SR. CARLOS LUPI – O senhor tem o ano aí? Só para saber.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Durante a gestão do senhor.

O SR. CARLOS LUPI – Não, não. Eu acho que já tinha sido antes. Deixe-me só pegar aqui os dados. Só por gentileza, um minutinho. Porque muitas dessas pessoas já tinham funções lá e continuaram a ter, até porque eu não gosto de perseguir ninguém. Eu acho que as pessoas precisam...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Alexandre Guimarães.

O SR. WALBER AGRA (*Fora do microfone.*) – Do Governo anterior, e você tirou.

O SR. CARLOS LUPI – Mas eu quero ver isso. Tem anotado aqui. Deixe-me só achar... Um minutinho só, por gentileza.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhor. (*Pausa.*)

O SR. CARLOS LUPI – Ah, não está aqui.

Eu sei que ele estava lá – não é isso? – e que depois foi exonerado, mas eu quero datas para poder apresentar uma coisa concreta. (*Pausa.*)

Não é aqui... Está aqui. (*Pausa.*)

A assessoria desta hora não funciona. (*Risos.*)

É... Eu fico devendo. Assim que achar ainda, eu dou a resposta ao senhor, peço desculpas. Não tenho aqui. Não estou achando...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor pode solicitar à sua assessoria que providencie a resposta.

O SR. CARLOS LUPI – Tá. Peço desculpa, mas eu não estou achando aqui.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Ministro, Virgílio de Oliveira Filho. Foi durante a sua gestão como Ministro da Previdência.

O SR. CARLOS LUPI – O Dr. Virgílio...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual a sua participação na indicação dele para chefia da Procuradoria do INSS?

O SR. CARLOS LUPI – Ele já tinha sido Procurador e Coordenador Jurídico do Ministério da Previdência anterior. Ele já tinha sido Procurador do INSS durante três anos do Governo anterior. Ele é um funcionário de carreira do INSS. E por isso ele foi para lá.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas a pergunta é muito simples...

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG) – Presidente, eu posso elucidar uma questão?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, um instante só, por favor.

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG) – O Alexandre Guimarães foi nomeado pelo Governo Bolsonaro.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhor, por gentileza. Deixe o depoente responder, por favor.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. CARLOS LUPI – Ah, já achei aqui...

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG) – Está aqui, ó! Está aqui. É só fazer igual ao detetive, advogado detetive: dá um Google.

O SR. CARLOS LUPI – Eu achei aqui já.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O primeiro que o senhor falou foi o Leonardo. É isso?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Alexandre Guimarães.

O SR. CARLOS LUPI – Espere aí...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Na função de Diretor de Governança e Inovação do INSS.

O SR. CARLOS LUPI – Alexandre Guimarães, ex-Diretor de Governança e Planejamento do INSS. Economista, servidor de carreira, nomeado Diretor de Governança durante o Governo Jair Bolsonaro. Seu currículo inclui atuação na área de consultoria, sendo proprietário da empresa Vênus Consultoria, que alegava experiência em educação financeira. Trajetória no INSS marcada por controvérsia. Foi alvo de investigação da Polícia Federal no Governo anterior, na operação... Segundo as apurações, Alexandre teria recebido repasse financeiro. Vice-Presidente da Investco, Diretor Institucional da Frente Parlamentar dos Fundos de Pensão. E não há registro público que indique filiação partidária.

O levantamento que eu tenho é esse. Ele já era diretor e continuou.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, a pergunta é: Alexandre Guimarães foi Diretor de Governança durante o seu mandato como Ministro da Previdência?

O SR. CARLOS LUPI – Foi durante um período curto, mas foi.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quanto tempo?

O SR. CARLOS LUPI – Eu não tenho a data exata aqui, posso lhe informar com mais detalhe, mas foi curto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor.

Ministro...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS LUPI – Não, não. Eu não tenho a data aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente, eu queria garantir a palavra aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Virgílio de Oliveira Filho, Procurador-Geral do INSS. Teve a sua participação nessa indicação?

O SR. CARLOS LUPI – Só para fechar aqui, acabei de ser informado que o Alexandre Guimarães ficou um mês e meio na Previdência como Diretor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ótimo.

O SR. CARLOS LUPI – Ele já tinha sido diretor anterior e continuou na transição durante mais um mês e meio.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS LUPI – Um mês e meio. Três anos anteriormente e um mês e meio. Só para...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. CARLOS LUPI – Virgílio...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, senhores, por favor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olhem só. Os senhores acham que eu estou perguntando o que eu não sei, não, não é? Eu estou querendo ouvir dele.

Então, assim, fiquem tranquilos que a investigação aqui não tem cor partidária, não. Vamos ter que passear... Vamos ter que... Vamos ter que... Tá?

(*Intervenções fora do microfone.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Virgílio de Oliveira...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante, Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhores, estamos indo muito bem. A testemunha está oferecendo as respostas todas, está tendo o tempo suficiente para falar. Cada um dos senhores terá o tempo para se manifestar dentro do nosso regulamento.

Eu peço, por favor, que não interrompam, para que a gente possa aproveitar o maior... o máximo possível de informações.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Virgílio de Oliveira Filho, teve a participação do senhor nessa indicação?

O SR. CARLOS LUPI – Virgílio também foi indicado para o INSS, tendo sido consultor jurídico em 2022 da Previdência Geral... da Previdência Social, foi Procurador-Geral do INSS de 2020 a 2022; ou seja, tinha sido Procurador-Geral do INSS durante dois anos, depois foi consultor jurídico da Previdência Social, depois Procurador-Chefe Nacional da Previc de 2007 a 2020, chefe da Assessoria Jurídico-Legislativa da Secretaria de Estado de Saúde aqui do Distrito Federal de 2016 a 2017. Então, com esse currículo... Eu sempre falei e estou repetindo: eu procurei ver currículo de pessoas que eram servidoras do INSS. Eu não trabalho – e jamais trabalhei – com má-fé nem com discriminação partidária. Tinha servido no Governo anterior, me foi apresentado como um quadro bom de carreira, e eu aproveitei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, a pergunta é bem simples: teve a participação...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor, por favor. O Relator tem o direito a fazer a pergunta, o questionamento.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Teve a participação do senhor na indicação para a Procuradoria-Geral do Sr. Virgílio?

O SR. CARLOS LUPI – Quem me indicou o Dr. Virgílio para ser Procurador-Geral foi o Presidente do INSS Alessandro Stefanutto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Isso é importante, Ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro, deixa eu... o senhor teve conhecimento que havia um parecer da Procuradoria Especializada, da chefe da Procuradoria Especializada, não recomendando essa nomeação?

O SR. CARLOS LUPI – Sim, tive conhecimento, mandei de volta à Presidência do INSS, que retornou pedindo para consultar o Procurador-Geral. E, depois desse fato, o Procurador-Geral liberou ele para nomeação, porque qualquer consultor jurídico, qualquer procurador só é liberado depois de passar pela Procuradoria Federal.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Peço ao senhor que faça juntar esse parecer do Procurador-Geral liberando ele para isso, por favor.

O SR. CARLOS LUPI – Tá, sim, sim. Eu tenho esse documento e encaminharei à Presidência.

Por favor, anota aí para não esquecer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu lhe agradeço.

Cecília Rodrigues Mota, o senhor já esteve com ela?

O SR. CARLOS LUPI – Deixe eu ver se eu tenho foto. Lembrar de nomes assim não é fácil, viu, Relator? Desculpe, mas eu não tenho essa perfeição de memória.

Se o senhor me dissesse algum detalhe para eu descobrir... Nem na minha relação está.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente da Aapen e AAPB.

O SR. CARLOS LUPI – A associação, né? Pode ter estado comigo em alguma reunião. Não estou dizendo...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas o senhor não...

O SR. CARLOS LUPI – Não estou nem lembrando quem é, para ser sincero. Desculpa a minha falha. Mas pode ter estado comigo em reunião. Toda hora faço reunião.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Carlos Roberto Ferreira Lopes.

O SR. CARLOS LUPI – Também é da associação esse?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Da Conafer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS LUPI – Também deve estar com... ter estado comigo em alguma reunião conjunta que eu fiz com todas as associações.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor tem alguma relação mais próxima com esse Sr. Carlos Roberto Ferreira Lopes, da Conafer?

O SR. CARLOS LUPI – Não. Que eu lembre, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já participou de algum encontro privado fora da agenda com esse Sr. Carlos Roberto Ferreira Lopes?

O SR. CARLOS LUPI – Que eu lembre, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, muita coisa que eu perguntei ao senhor... O senhor disse que era uma autarquia o INSS, e o senhor não iria se meter em procedimentos internos, certo?

O SR. CARLOS LUPI – Procedimentos administrativos internos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, em 14 de fevereiro de 2023, o senhor fez publicar uma portaria, Portaria MPS nº 242, de 13 de fevereiro de 2023, delegando ao seu chefe de gabinete, então, Marcelo Panella...

O SR. CARLOS LUPI – Marcelo de Oliveira Panella.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O Marcelo Panella teve algum envolvimento na questão que foi suscitada lá no Ministério do Trabalho, em 2011?

O SR. CARLOS LUPI – Não sei a que o Relator está se referindo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O Marcelo Panella acompanhou o senhor no Ministério do Trabalho...

O SR. CARLOS LUPI – Foi meu chefe de gabinete lá.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Foi...

O SR. CARLOS LUPI – De todas as acusações – todas –, fomos absolvidos. Aliás, não teve processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Veja, não estou falando do senhor não; dele.

O SR. CARLOS LUPI – Mas ele também me acompanhou...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ele foi acusado de receber propina por intermédio de ONGs? Só estou perguntando isso.

O SR. CARLOS LUPI – Todas... Eu não lembro qual foi a acusação. De todas as acusações que ele teve, ele foi absolvido. Disso eu tenho certeza.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, se o senhor fez tanta questão de dizer sobre a autonomia dessa autarquia que é a maior do Brasil, por que o senhor publicou essa portaria aqui para o seu chefe de gabinete fazer indicação de vários servidores sem passar pela Presidência do INSS?

O SR. CARLOS LUPI – Só para explicar ao Relator: tudo passa pela Presidência do INSS, o encaminhamento é feito pela Presidência. Como eu estava assumindo o ministério e eu não tinha ainda uma equipe da inteira confiança, nesse começo, algumas funções intermediárias – gerentes, superintendentes – eu pedi para que fossem passadas para o meu chefe de gabinete, que é uma pessoa mais próxima a mim e da minha confiança. Depois eu retornei isso ao órgão de origem.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu posso perguntar... essa portaria foi revogada?

O SR. CARLOS LUPI – Foi, foi revogada.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Em que época?

O SR. CARLOS LUPI – Já foi mais recente, eu não vou...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mais recente quando, Ministro?

O SR. CARLOS LUPI – Ah, não sei. Eu não vou afirmar a data, porque é muita coisa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, tem três nomes nessa portaria aqui, que estão no *Diário Oficial*, que foram indicados pelo senhor, acredito que pelo senhor, porque o senhor foi quem instituiu a portaria, a exemplo de Geovani Batista Spiecker. Sabe quem é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS LUPI – É um dos diretores ou gerentes lá da Previdência. Todos esses nomes foram indicados pela Presidência do INSS pelo currículo deles.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas como, Ministro, se o senhor baixou a portaria, foi o senhor quem...

O SR. CARLOS LUPI – Vou repetir: o senhor não tem obrigação de saber como funciona a hierarquia dentro de uma autarquia...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Claro.

O SR. CARLOS LUPI – ... mas eu tenho. Então, o Presidente do INSS encaminhava para mim; o ato final era meu. Antes, o ato final já era do Presidente do INSS. Ele escolhia o nome e nomeava. A diferença é que ele escolhia o nome e passava para que eu nomeasse. Essa é a diferença. Então, todos passaram pela estrutura do INSS antes de chegar a mim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Realmente não consigo compreender, mas vou perguntar...

O SR. CARLOS LUPI – Se o senhor quiser, eu explico de novo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Geovani Batista Spiecker era pessoa de sua confiança?

O SR. CARLOS LUPI – Não, eu conheci lá.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem indicou?

O SR. CARLOS LUPI – Direção do INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem é direção do INSS?

O SR. CARLOS LUPI – Eu não sei, à época, se já era o Stefanutto; acho que já era o Stefanutto o Presidente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Jucimar Fonseca da Silva.

O SR. CARLOS LUPI – Indicação da direção do INSS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem?

O SR. CARLOS LUPI – Não posso afirmar se foi o Stefanutto; me veio o nome indicado pela direção do INSS. O nome exato não posso afirmar, porque seria leviano afirmar e depois cometer um erro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Gilberto Waller Júnior.

O SR. CARLOS LUPI – Mesma coisa. Todos são servidores de carreira, o senhor pode verificar que deve ter matrícula...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem indicou Gilberto...

O SR. CARLOS LUPI – Direção, toda... Repito, nobre Deputado, para ser mais claro: autarquia INSS, durante um tempo que eu precisava conhecer como funcionava melhor essa autarquia, em vez do ato final – em vez do ato final, em vez do ato final – de a nomeação ser do Presidente, passou a ser meu. Só que, antes de nomear, passava pela indicação do nome. Quem fazia a indicação do nome era a direção do INSS. Está claro?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Essas pessoas que eu acabei de citar, o senhor sabe informar se elas foram afastadas do INSS por pedido da Polícia Federal?

O SR. CARLOS LUPI – Olha, tem um inquérito que está correndo, e muitas foram, outras não foram. Eu quero confessar ao senhor que, desde que eu saí, eu não acompanhei e não tenho acesso a essas ações da Polícia Federal – não tenho acesso. Mas muitos foram afastados por determinação judicial e pela Polícia Federal.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, o senhor sabe dizer de uma pesquisa feita pela CGU que entrevistou 1.273 pessoas que têm descontos associativos?

O SR. CARLOS LUPI – Eu soube. O Dr. Virgílio, que é o responsável, me apresentou isso hoje. Uma amostragem de mil... Em 6 milhões que eles faziam descontos, eles fizeram amostragem de mil, 1,5 mil, uma coisa assim. Eu tive conhecimento depois.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor tem noção de quantos associados ficaram na perspectiva de não ter autorizado o desconto associativo, nesse recorte de 1.273?

O SR. CARLOS LUPI – Eu só tenho a única afirmação a afirmar ao senhor: depois que teve a operação da Polícia Federal, começou a checar e dar oportunidade de checar nome a nome.

Como eu falei para o senhor, desde 2023, tinha a oportunidade de as pessoas que não queriam continuar contribuindo entrar no *site* do INSS e negar ou sair do processo de desconto. Só depois da ação da Polícia Federal é que se começou a ter a dimensão disso, e as ações que a Polícia Federal não tinha tomado nem em 2016, nem em 2020 foram tomadas agora, e já foram devolvidos para mais de 1,2 milhão de aposentados e pensionistas, que foram ressarcidos desse roubo, e continua esse processo sendo feito, para que se ressarça e nenhum deles tenha prejuízo, que eu acho que é o correto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, o senhor teve conhecimento se Maurício Camisotti ou o Careca do INSS tiveram uma reunião com o atual Ministro da Previdência?

O SR. CARLOS LUPI – Ele botou na página dele de rede social, e, depois disso, eu vi agora, recentemente, quando esse processo aconteceu.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual foi o processo que aconteceu?

O SR. CARLOS LUPI – Investigação da Polícia Federal.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, não, não... Não. Eu estou perguntando se houve uma reunião do Careca...

O SR. CARLOS LUPI – E eu estou respondendo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... com o atual número 2, que hoje é o Ministro. Por favor.

O SR. CARLOS LUPI – Eu estou informando ao senhor, Relator, que eu só tive conhecimento desse fato depois da operação da Polícia Federal.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E quando foi essa reunião?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS LUPI – A data exata eu não sei, mas foi depois de abril, maio, que eu tive conhecimento, depois da operação, porque isso foi divulgado, saiu em imprensa, e eu li.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

Ministro, em 2021, 2022, foram feitos 700 ou pouco mais de 700 milhões em descontos associativos dos aposentados.

Com esse recorte da CGU, hoje, a gente sabe que quase 98% não tinham autorização. Nessa época, tinha novecentos e poucos aposentados que reclamaram para ter os benefícios, para ter os descontos associativos cancelados.

Dois anos depois, em 2024, sob a sua gestão, os descontos associativos pularam para quase 3,2 bilhões, e o número de associados que pediu – que pediu – exclusão de desconto associativo em um único mês pulou de novecentos e pouco para 192 mil.

O senhor, Ministro da Previdência com gerência geral sobre o sistema de previdência... Ninguém alertou o senhor sobre isso?

O SR. CARLOS LUPI – Eu vou dar dados técnicos. O senhor está dando números, e eu vou responder com números também.

O número de cancelamentos por conta dos descontos indevidos apresenta grande alta. Em 2020, o número de cancelamentos era 18.690. Em 2021, o número de cancelamentos, apenas 16 exclusões – em 20, tivemos 18.690 retiradas de descontos associativistas; em 21, apenas 16. Em 22, já na minha gestão, ainda na gestão do Governo anterior, passou para 115.541 exclusões.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ano.

O SR. CARLOS LUPI – É, por ano.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O SR. CARLOS LUPI – Setenta mil foram indevidos. Excluídos, mas... Desses excluídos, 70 mil foram indevidos, e o restante foi que não queria mais contribuir, não reconheceram.

Já foram cancelados 420.837 descontos por não reconhecimento no ano passado – 2024 –, que passou... Desculpe, 2023. Em 2024, passou desses 420 mil para 1.517.500. Desse total,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

1.453.694 foram identificados como indevidos pelo benefício. Ou seja, à época, o ministério já cancelou isso por comprovadamente ser indevido. Se tivesse alguma conivência do INSS, algum tipo de crime, como é que iam tantos cancelar? É que, infelizmente, o crime organizado tem esse nome por causa disto: eles se organizam. Da mesma maneira que o Estado tenta se organizar para coibir, eles têm uma arma, infelizmente, que mexe com a fragilidade humana – o dinheiro, a corrupção –, e se infiltraram de fora para dentro, dentro do INSS, inclusive contando com a ajuda de alguns de lá de dentro, desde 2016.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, o senhor está dizendo que o crime organizado está inserido no contexto da maior autarquia do Brasil?

O SR. CARLOS LUPI – Parte dele, sim, nessa questão dos descontos indevidos. A Polícia Federal está apurando e vai apurar isso com mais profundidade.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E uma parte do crime organizado se aproveitou de membros do INSS?

O SR. CARLOS LUPI – Com certeza, é o que a Polícia Federal está apontando.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Virgílio, Stefanutto, Andre Fidelis fazem parte desse contexto?

O SR. CARLOS LUPI – O papel de fazer esta apuração, de verificar quem tem responsabilidade e exemplarmente punir é essa ação que a Polícia Federal pela primeira vez está fazendo. Se essa ação da Polícia Federal comprovar isso, que punam exemplarmente qualquer um que tenha roubado o dinheiro dos nossos aposentados.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, com a Instrução Normativa 162, foi determinada a biometria.

O SR. CARLOS LUPI – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E houve uma superação disso durante a sua gestão por alguma medida provisória em relação a isto, à biometria. E foi aí que se permitiram essas adesões em bloco aí em 39 oportunidades de mais de 50 mil adesões cada uma.

O senhor participou desta reunião de liberação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS LUPI – Nenhuma. Nunca participei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A CGU em algum momento procurou o senhor?

O SR. CARLOS LUPI – Não, a CGU... Todos os contatos da CGU foram feitos direto ao INSS ou para os órgãos técnicos, nunca comigo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Nunca com o senhor.

O Ministro Rui Costa em algum momento esteve com o senhor falando sobre desconto associativo irregular?

O SR. CARLOS LUPI – Nunca falou sobre isso comigo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O Ministro Vinícius Carvalho em algum momento falou com o senhor?

O SR. CARLOS LUPI – Nunca falou comigo sobre isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Alguns técnicos do TCU ou da CGU chegaram a comentar isso com o senhor em reunião?

O SR. CARLOS LUPI – Os técnicos – em uma reunião em meu grupo técnico que me chegou ao conhecimento – me falaram.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quando, Ministro?

O SR. CARLOS LUPI – Ah, isso logo quando... Antes, um pouquinho antes de sair essa instrução normativa. Ela foi feita baseada inclusive nas denúncias apresentadas pelo TCU.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Esses técnicos do TCU e da CGU propuseram ao senhor a adoção de medidas de apuração?

O SR. CARLOS LUPI – Não a mim; ao INSS. Nunca nenhum órgão técnico veio a mim propor, porque há hierarquia sim. O INSS é uma autarquia e trata com a outra autarquia, e eles dois buscam um entendimento para dar solução.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, o senhor sabe quantos aposentados durante sua gestão foram atingidos com descontos irregulares?

O SR. CARLOS LUPI – Pelos números apresentados, são quase 6 milhões, pelo que eu vi.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sei milhões.

O SR. CARLOS LUPI – Agora estamos esperando... Quer dizer, eu não, né? A Polícia Federal apurar e ver aonde que vai.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quando o senhor deixou o ministério, quantos acordos de cooperação técnica tinha com entidades e sindicatos para descontos associativos?

O SR. CARLOS LUPI – Eu, sinceramente, não sei o número exato. Posso apresentá-lo depois, agora...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual a sua participação na homologação desses acordos de cooperação técnica?

O SR. CARLOS LUPI – Nenhuma. Eu nunca homologuei acordo. Sempre quem homologa esses acordos é o INSS, porque é autônomo para isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, algum Parlamentar, Senador ou Deputado foi pressioná-lo no gabinete do ministério ou fora do gabinete para o senhor realizar acordo de cooperação técnica?

O SR. CARLOS LUPI – Não. Em nenhum momento fez.

Eu recebia todas as associações que me pediam, e está isso registrado em ata, registrado dentro das audiências ministeriais encaminhadas ao INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Algum Parlamentar de que o senhor tenha conhecimento se transformou em padrinho de associação ou sindicato para desconto associativo?

O SR. CARLOS LUPI – Que eu tenha conhecimento, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, a sua saída do ministério, hoje, por tudo que o senhor apurou, viu ou teve conhecimento, foi justa ou injusta?

O SR. CARLOS LUPI – Não me cabe fazer um autojulgamento. O que me cabe é me sentir como um ser humano muito ferido pela injustiça. Acho que eu fui... Eu tenho serviço prestado a este país. Eu entrei na Previdência Social sucateada; sequer era ministério, ela era uma secretaria dentro do Governo anterior. Assumi totalmente sucateado o INSS; tinha cerca de 18 mil funcionários, e nós conseguimos chamar entre 1,5 mil e 2 mil para novas posições.

Assumi, sucateado, os auditores do Ministério da Previdência, que fazem a verificação da possibilidade de se dar aposentadoria especial, licença-saúde para os médicos, para os pacientes. Conseguimos fazer um concurso público. Agora, foram homologados mais 500 e já vamos homologar mais 500. Consegui sair com a taxa de juros mais baixa da história da previdência social dos consignados. Essa é a folha de serviço prestados que eu deixo.

Agora, como somos humanos, qualquer um de nós pode cometer erros. Qualquer um de nós pode ser enganado na boa-fé. Compete agora à Polícia Federal e aos órgãos do Poder Judiciário buscarem quem cometeu essas falhas, quem roubou a previdência dos nossos aposentados e puni-los exemplarmente – seja a quem for.

Eu só posso afirmar ao nobre Parlamentar que eu não sou citado, eu não tenho acusação e não tem sequer um indício com a minha pessoa. Em toda a minha vida pública de 46 anos, nenhum processo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, o senhor... Voltando a falar, o senhor falou da questão de que a Câmara dos Deputados aprovou um PL que definitivamente arranca a possibilidade de descontos associativos para entidades sindicais ou associações, mas ficou em aberto a questão dos consignados. O senhor sabe hoje o quanto de consignado está inserido lá na folha...?

O SR. CARLOS LUPI – Olha, até o final do meu mandato, eram cerca de 16 milhões de contas diferentes, sendo que às vezes a mesma pessoa tinha dois, três empréstimos, conforme o caso. E, na verdade, quem entra para o consignado só tem porta de entrada, não tem de saída, porque cada vez que acaba um empréstimo, ele tem que fazer um outro para pagar o empréstimo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

anterior, ajudar um filho, ajudar uma meia-água de uma casa que ele está construindo. Por isso, eu acho salutar... Por isso eu comecei – nossas possíveis diferenças, existências de visão de mundo, isso é da democracia –, eu comecei elogiando o senhor pela coragem de...

O grande desafio nisso, nobre Deputado, é acabar com o desconto em folha. Aí é que está o nó. Por que desconto em folha se é um acordo entre as duas partes? Se eu sou um aposentado ou pensionista e o senhor é um dono de banco, se eu quero o seu dinheiro emprestado, eu que me entenda com o senhor. Eu que... me passe um boleto, eu que faça um Pix. Agora, por que tem que ser desconto em folha? Parece que o INSS não tem mais o que fazer. São mais de 1,2 milhão de pedidos por mês, novos, entre aposentadoria, pensão, licença-saúde, todo tipo de pedido, benefício para grávida, trabalhador agrícola, pesca. Então, já tem muito trabalho dentro do INSS. Acho que é salutar que não se tenha mais desconto em folha de nenhum tipo para os aposentados e pensionistas. É minha opinião pessoal.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem.

Ministro, o senhor sabe dizer quando começou a normativa para consignado?

O SR. CARLOS LUPI – Ah, tem muitos anos isso, eu acho que deve ter uns 20 anos, mais ou menos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas isso significaria que ano e qual governo?

O SR. CARLOS LUPI – Aí eu já não sei, amigo, desculpe, nobre Deputado, eu não tenho essa memória gigantesca.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas o senhor, então, publicamente aqui disse que isso deveria acabar.

O SR. CARLOS LUPI – Repito ao nobre Parlamentar, e falei isso na Comissão de Previdência Social da Câmara dos Deputados: não deve haver o desconto em folha. Cortar esse empréstimo é matar de fome o nosso aposentado e pensionista...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, eu entendi quando o senhor disse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS LUPI – ... eu só estou deixando claro que é isso. Eu sou contra... Falei isso há seis meses atrás, falei isso dentro do Ministério e continuo contra, e comecei a reunião falando isso, ficando muito feliz com essa sua iniciativa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, o senhor, enquanto Ministro da Previdência Social, tendo conhecimento desse fato, é um profundo conhecedor, o senhor fez alguma comunicação ao Legislativo ou a quem quer que seja...

O SR. CARLOS LUPI – Já existem, nobre Deputado, o senhor sabe, alguns...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... sobre... Não, eu nem terminei a pergunta.

O SR. CARLOS LUPI – Ah, desculpe. Desculpe.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu queria saber, enquanto Ministro da Previdência Social, o senhor vendo o tamanho do problema, 16 milhões de contas de beneficiários sendo utilizadas para consignado, o senhor sabe dizer qual é o tamanho, o montante de recursos que isso envolve?

O SR. CARLOS LUPI – Olha, é muito dinheiro, realmente, eu não tenho o número de cabeça, mas são bilhões – o total de empréstimos, né? Não é o total de fraude.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, total de empréstimos.

O SR. CARLOS LUPI – É, são bilhões, são bilhões.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia me dizer quais são os bancos que têm mais vinculação com esses consignados?

O SR. CARLOS LUPI – Tem 47 bancos que estão autorizados a operar. E todos os grandes bancos do Brasil fazem essa operação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas o senhor sabe dizer quais são, pelo menos, os três maiores nessa operação?

O SR. CARLOS LUPI – Santander, Bradesco, Crefisa, o nosso Banco do Brasil, nossa Caixa, e por aí vai.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o que é que o senhor considera que é injusto, tanto que precisa acabar com esse consignado em folha?

O SR. CARLOS LUPI – O desconto em folha? Por que eu acho injusto? Porque da mesma forma como a gente está verificando agora com o desconto associativista, o senhor, que já está propondo a investigação, o senhor vai verificar que, na hora da folha, em que a pessoa recebe o débito dela, vem um monte de penduricalho que a gente não sabe o que é, muito menos aposentado e pensionista. Vem seguro saúde, vem pagamento de funerária. Então, eu já tive muitas reclamações nesse sentido. Eu acho que a melhor fórmula disso é, se é entre dois particulares, que eles resolvam e tirem o INSS disso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, o senhor recebeu alguma notícia, durante a sua gestão no Ministério da Previdência, de que as mesmas irregularidades em descontos associativos também estão acontecendo nos consignados...

O SR. CARLOS LUPI – Recebo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... a exemplo de serviços fraudulentos e invisíveis?

O SR. CARLOS LUPI – Todos os que eu recebi através da Ouvidoria foram encaminhados aos órgãos competentes e estão registrados.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, mas a pergunta é: o senhor recebeu?

O SR. CARLOS LUPI – Recebi alguns sim, e a Ouvidoria do Ministério encaminhou aos órgãos competentes para apurar, coibir, punir, isso aí já é uma parte que a inteligência do Ministério fez.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor tem conhecimento de alguma apuração dessa em andamento?

O SR. CARLOS LUPI – Tenho sim, e tem em andamento algumas que até já foram punidas, mas aí é só pegar o registro disso e verificar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Dentro do Ministério da Previdência, quem é o servidor encarregado – quando eu falo Ministério da Previdência, eu estou englobando o INSS – das ACTs com os bancos?

O SR. CARLOS LUPI – Todos os acordos de cooperação técnica são feitos pelo INSS. Não é por uma pessoa, é diretoria...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas que diretoria é essa?

O SR. CARLOS LUPI – Se não me falha a memória, a Diretoria de Benefícios.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A mesma diretoria dos...

O SR. CARLOS LUPI – A Diretoria de Benefícios.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... das associações...

O SR. CARLOS LUPI – É. É.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... dos descontos associativos?

O SR. CARLOS LUPI – Eu não estou afirmando categoricamente para não cometer o erro de não falar a absoluta verdade, mas penso eu que é a Diretoria de Benefícios.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ministro, tenho ainda algumas perguntas, mas vou deixar meus colegas ali, que estão me acionando... (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Se eu receber muita palma, ainda tenho tudo isso aqui para perguntar, viu? (*Risos.*) Vai depender de como o público está..., do que é que o público está achando.

Ministro, eu quero lhe agradecer as respostas e dizer que nós vamos a fundo nisso, inclusive em saber qual é o papel do Ministro da Previdência diante de um roubo desse tamanho.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Terminada a primeira fase, com o Relator, daremos sequência às falas dos Parlamentares inscritos.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Pode informar a lista das inscrições, pelo menos os dez primeiros?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente, Excelência.

Primeiro, o Senador Izalci Lucas; Deputado Delegado Fabio Costa; Senadora Eliziane Gama; Deputado Paulo Pimenta; Deputado Alencar Santana; Deputado Duarte Jr.; sétimo, Deputado Beto Pereira; oitavo, Deputada Coronel Fernanda; nono, Deputado Marcel van Hattem; décimo, Senador Rogério Carvalho.

Para iniciar os debates, passo a palavra, por dez minutos, ao Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Para interpelar.) – Sr. Presidente, primeiro, eu quero parabenizar o Relator pela competência. Praticamente não sobrou muita coisa para perguntar.

É evidente que o Ministro está aqui para colaborar, está como testemunha, como convidado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – E a resposta para nós, bem objetiva, pode facilitar muito, mas agradeço se V. Exa. puder fazer isso bem objetivamente.

O senhor tinha conhecimento ou tem conhecimento de que mais de 500 mil crianças com paralisia cerebral, síndrome de Down, esquizofrenia, AME têm empréstimo consignado em nome delas – dessas crianças?

O SR. CARLOS LUPI (Para expor.) – Não. Infelizmente, eu estou tomando conhecimento agora. Eu não tinha essa noção, não. Eu sou absolutamente sincero ao senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Então, só para conhecimento, são mais de 500 mil crianças com empréstimo consignado.

O SR. CARLOS LUPI – Mas em nome delas ou da família?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Em nome delas, das crianças.

O SR. CARLOS LUPI – É?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Em nome das crianças do BPC, inclusive – do BPC. Então, é só para conhecimento.

Da mesma forma, eu fiz uma pergunta também para o Ministro Wolney quando esteve aqui, e V. Sa. falou alguma coisa sobre isso, da instrução normativa relacionada, que foi feita no dia 28 de novembro, que começou aquela antecipação salarial, antecipação da aposentadoria de R$150. Logo no dia 26/02, foi aumentado para R$450. Na instrução normativa inicial, não podia cobrar juros, nenhuma taxa. E o que aconteceu é que apenas uma instituição financeira foi selecionada. E isso foi uma coisa estranha, que foi exatamente o PicPay, que é de propriedade da JBS e que tem mais de 492 mil cadastros após a instrução normativa. É evidente que, em agosto, ela foi revogada depois das denúncias que a gente fez, inclusive com a presença do Ministro. Tem conhecimento de como é que foi esse processo seletivo do PicPay?

O SR. CARLOS LUPI – Olha, é um processo seletivo, e aí o senhor sabe que o sistema financeiro se disputa muito. A informação que me chegou é que só teve um que se habilitou a fazer isso. E qual era a intenção desse processo? Era como se fosse um adiantamento salarial. Eu te adianto R$150, R$100 para, no final do mês, você diminuir isso no seu salário e desafogar um pouquinho naquele momento de maior precisão. Antes de eu sair do ministério, eu suspendi esse processo por causa da denúncia de algumas cobranças. Essa instituição – não sei qual é o nome do banco – que ganhou esse processo...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – É o PicPay, de propriedade da JBS.

Na prática...

O SR. CARLOS LUPI – Eu nem sei quem era.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... apesar de a instrução normativa proibir cobrança de juros...

O SR. CARLOS LUPI – Eles faziam cobrança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... ela cobrava 4,57 de juros e uma taxa de R$20, ou seja...

O SR. CARLOS LUPI – É um absurdo, eu tive conhecimento disso e suspendi isso. Se o senhor verificar, antes de eu sair – eu depois posso passar a data –, eu suspendi toda essa operação. Depois foi revogado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – No dia 22 de agosto de 2025 é que foram tornadas sem efeito essas medidas.

O SR. CARLOS LUPI – Tornou sem efeito o ato, mas antes já tinha sido suspensa. Eu suspendi, se não me falha a memória, em maio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Eu não sei se o senhor tem conhecimento... É óbvio, porque é uma coisa, é lei. Existe uma lei chamada Lei 13.019, de 2014, que no seu art. 39 diz o seguinte:

> Art. 39. Ficará impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria prevista nesta Lei a organização da sociedade civil que:
>
> .....
>
> III - tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública [...], estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

A lei proíbe qualquer relação. Nós temos a Contag e o Sindnapi. Na Contag, o Presidente é irmão do Deputado Carlos Veras, do PT. E o Sindnapi tem, como Vice-Presidente, o irmão do Lula, o Frei Chico.

Como é que essas entidades conseguiram essa ACT, se era proibida por lei?

O SR. CARLOS LUPI – Olha, a Contag tem o seu acordo de cooperação de mais de 30 anos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Eu sei, desde 94.

O SR. CARLOS LUPI – Então, eu não estava à época no ministério e não posso respondê-lo. E a outra também já é anterior ao nosso Governo. Não sei a data específica, mas posso até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

procurar para o senhor. Agora, eu não sei se foi antes da lei, né? Porque às vezes pode ter sido antes...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Eu posso, eu posso antecipar, porque eu tenho aqui.

O SR. CARLOS LUPI – Pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O Sindnapi foi renovado dia 9/11/2023.

O SR. CARLOS LUPI – Mas ele tinha o registro desde quando?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O registro foi em janeiro de 2016.

O SR. CARLOS LUPI – Tá, então tá.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Foi registrado em 2016 e agora renovado.

O SR. CARLOS LUPI – Sim, mas a renovação, só para... Desculpe.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Sim.

O SR. CARLOS LUPI – Não é interrompendo, é só para esclarecer. A renovação é quase como um processo automático. Se não é encontrado nada que mude aquele *status quo*, aquela situação que tinha, é renovável automaticamente pelo INSS.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Mesmo, mesmo pelo impedimento legal, mesmo estando na lei?

O SR. CARLOS LUPI – Desculpe o termo, mas comeram mosca.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Agora, em função disso, então vamos relacionado a isso. Em função disso, eu pergunto... Porque o Sindnapi ainda teve outras vantagens de incluir nomes na relação, não sei quantas mil cobranças aí indevidamente, contrariando inclusive uma decisão do próprio Tribunal de Contas com relação a ter sua normativa que foi desrespeitada com relação ao Sindnapi.

Com relação a essa questão do Sindnapi, o senhor comunicou ao Presidente Lula ou a outros ministros sobre as suspeitas de descontos indevidos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS LUPI – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Porque, só para o senhor ter ideia, de 2008 até agora, foram R$12,5 bilhões de desvios, dos quais, 72% deste valor é da Contag e do Sindnapi.

V. Sa., então, em momento algum, conversou com o Presidente Lula sobre isso?

O SR. CARLOS LUPI – Não, Deputado, eu não, não tinha conhecimento... Desculpe, Senador, estou misturando, desculpe.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Não, eu sou Deputado. É um prazer.

O SR. CARLOS LUPI – É falha.

Mas eu não tinha conhecimento, né, desse volume, desses valores; sempre tive como instituições que tinham muito tempo de existência e eu sempre trabalho na boa-fé, achando que todo mundo é sério. Não comuniquei a ninguém, até porque quem é responsável por esses atos é muito mais o INSS, que tem mais autonomia para isso do que eu. Mas não comuniquei a ninguém.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O senhor já respondeu sobre isso, mas eu estou... vou reforçar a pergunta. V. Sa. teve conhecimento de reuniões anteriores de Adroaldo com o Careca do INSS, quando Adroaldo ocupava o cargo de confiança aqui no Senado Federal, de 2019 a 2022?

O SR. CARLOS LUPI – Não, tanto é que era uma época em que ele não trabalhava comigo ainda, né? Então, eu não tenho...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Tem conhecimento de com quem ele trabalhava, ou não?

O SR. CARLOS LUPI – Ele trabalhava na Liderança do PDT do Senado; antes trabalhou na liderança do PDT da Câmara.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Indicado pelo PDT ou não?

O SR. CARLOS LUPI – Ele é quadro do PDT, é um militante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Pois é, mas quem indicou?

O SR. CARLOS LUPI – Para mim ou para...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Ele depois foi para o INSS.

O SR. CARLOS LUPI – Para mim? Não, fui eu mesmo que escolhi, porque eu já o conhecia há muito tempo já.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Bem, por que o senhor insistiu na manutenção do Alessandro Stefanutto na Presidência do INSS, até ser contrariado pelo Presidente da República... Mas de qualquer forma, a decisão foi uma decisão de afastamento judicial, não foi iniciativa do Presidente. O senhor ainda fez alguns elogios aí para ele. Não sabia com relação a isso?

O SR. CARLOS LUPI – Não, não, vamos por partes, nobre Senador, só para deixar cada coisa no seu tempo.

Primeiro caso. Denúncias contra o Stefanutto surgiram com a operação. Antes não tinha denúncia nenhuma. Antes se tinha – e eu elogio isso – um currículo exemplar, tendo sido já advogado, sendo Procurador Federal, tendo sido Procurador-Geral do INSS durante 7 anos. Tinha um currículo muito bom. Ele foi escolhido por essas condições curriculares. Depois já, no mês de maio, desculpe, abril para maio, surgiram as denúncias. O Presidente da República comunicou a demissão dele. Não foi o Judiciário. O Judiciário foi depois. Primeiro, o Presidente da República foi quem fez a demissão dele.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Bem, a Ata 296 da reunião do CNPS prova que, em 12 de junho de 2023, o senhor foi formalmente alertado sobre inúmeras denúncias de descontos fraudulentos. Por que a sua gestão levou quase dois anos para agir, permitindo uma fraude que, depois, se provou atingir 97,7% dos débitos consultados e desviasse 6,3 bilhões de aposentados?

O SR. CARLOS LUPI – Eu não vou ser cansativo, repetindo todas as ações, mas, desde março de 23, antes dessas denúncias, sem nenhum fato apontado... Uma denúncia que a Sra. Tonia fez, genérica. E, depois, ela própria aqui, numa ata do conselho, elogia a ação do ministério.

Então, nós tivemos o INSS e a Polícia Federal, em maio de 23, começando uma ação para apertar o cerco contra fraude – o INSS junto com a Polícia Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS LUPI – Isso que deu origem depois a essa ação maior. E tem uma série de ações, para não ocupar muito tempo, que eu posso encaminhar ao nobre Senador para ele ter noção.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Só para finalizar, meu tempo está terminando...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – No mesmo dia em que a Polícia Federal afastou o Sr. Stefanutto, seu indicado, o senhor fez elogios públicos à gestão dele. O senhor tinha conhecimento de que as ações do seu indicado eram questionadas por pareceres técnicos internos, ou o senhor deliberadamente endossou o gestor investigado com relação a essa fraude que aconteceu?

O SR. CARLOS LUPI – Senador, eu estou tendo informação agora de que ele tinha uma investigação anterior. Ao que eu saiba, nem agora ele está sendo... Não tem nada de comprovação. Pode até ser que apareça, porque eu não sei qual é o final dessa operação. Ao momento, não tinha nada que o desabonasse.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado...

O SR. CARLOS LUPI – Eu que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... Senador Izalci Lucas.

Nosso segundo orador para ouvir o ex-Presidente, o ex-Ministro da Previdência, Carlos Lupi, o Delegado Fábio Costa.

O SR. CARLOS LUPI (*Fora do microfone.*) – Presidente do PDT eu ainda sou, né?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Presidente do PDT.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (Bloco/PP - AL. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Carlos Lupi...

O SR. CARLOS LUPI – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (Bloco/PP - AL) – Não é a primeira vez que o senhor pede afastamento de um cargo em meio a denúncias de corrupção.

Em 2011, o senhor pediu o afastamento do seu cargo de Ministro do Trabalho após denúncias de que assessores ligados ao senhor, e com o seu consentimento, cobravam propinas de ONGs que tinham convênios firmados com o Ministério do Trabalho. Há também uma denúncia da época de que o senhor utilizou um jatinho alugado por uma organização beneficiada com contratos firmados com o Ministério do Trabalho.

O senhor também já foi acusado de ocupar cargo fantasma na Câmara dos Deputados, acumulando com outro cargo simultaneamente lá no Rio de Janeiro – isso consta de matérias, Sr. Carlos Lupi.

O que o senhor tem a dizer acerca desse histórico de denúncias de corrupção? O Brasil precisa saber, Sr. ex-Ministro: o senhor é corrupto ou o senhor é um perseguido, como, aliás, o senhor já disse em entrevista?

O SR. CARLOS LUPI (Para expor.) – A avaliação quem tem que fazer sobre isso não sou eu, é a história do Brasil. Eu, em todos os processos – todos – que existiram de denúncia contra mim, estou absolvido. Aliás, para ser mais justo, nem sequer teve abertura de inquérito, nem sequer teve abertura de processo.

Eu não sei se, pela posição política, como eu sou de uma verve política que remonta ao momento da anistia, lutando contra a ditadura, lutando contra a tortura, lutando contra a discriminação... Não sei se isso incomoda muita gente. Eu sei que nunca na minha vida tive um processo. Não é ser absolvido, eu nunca tive. Então, todas as citações que o senhor faz são citações que apareceram na mídia, e todas elas foram ou arquivadas ou fui inocentado.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (Bloco/PP - AL) – Só para, enfim, deixar registrado que a história ainda está sendo...

O SR. CARLOS LUPI – Claro.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (Bloco/PP - AL) – ... construída, não é?

O SR. CARLOS LUPI – Ela é filha do tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (Bloco/PP - AL) – Exatamente. E este momento é importante, este tempo é importante para...

O SR. CARLOS LUPI – Eu agradeço.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (Bloco/PP - AL) – ... demonstrar a verdade.

As informações apresentadas pela CGU demonstram que houve um relevante aumento do volume de descontos, a partir de 23, o que coincide com a sua passagem no Ministério da Previdência. Em 22, ano anterior à sua posse, o montante de descontos era de 784 milhões. Em 23, no seu primeiro ano como Ministro, o valor mais do que dobrou, passando para mais de R$1,5 bilhão. Em 24, o valor chegou a atingir quase R$3,5 bilhões. Mesmo após os vários alertas, que o senhor recebeu, de toda a roubalheira que estava acontecendo dos benefícios dos aposentados e pensionistas, que estava ocorrendo bem debaixo do seu nariz, Sr. Carlos Lupi...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (Bloco/PP - AL) – ... eu pergunto: por que o senhor não tomou nenhuma medida efetiva para fazer cessar imediatamente os descontos ilegais?

O SR. CARLOS LUPI – Primeiro, nobre Deputado, eu lamento que o senhor não tenha prestado atenção nas minhas respostas.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (Bloco/PP - AL) – Prestei atenção, mas eu quero ter a resposta e peço respeito em relação às minhas indagações.

O SR. CARLOS LUPI – Então, o senhor também me deve um pouco de respeito para eu poder responder.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (Bloco/PP - AL) – Estou respeitando.

O SR. CARLOS LUPI – Vou responder – não me cutuca, rapaz! Deixe-me responder.

Em primeiro lugar, eu já avisei e falei aqui todas as medidas que nós tomamos desde março de 2023. O erro nosso pode ter sido acreditar que aquelas medidas fossem eficazes dentro da autarquia. Não foram – não foram. Infelizmente, não foram. Agora o fato é que essa operação só está vindo à tona, porque a Polícia Federal, do Governo que eu represento, está agindo, está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

prendendo, está punindo e está verificando. Antes, tivemos duas ações da Polícia Federal, em 2016 e 2020, as duas foram arquivadas, e essa fraude existe desde que começou essa operação dentro do INSS, e o senhor sabe disso.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (Bloco/PP - AL) – Mas elas explodiram na gestão do senhor e, se o senhor não for, na minha opinião...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor, temos muito ruído na sala.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (Bloco/PP - AL) – ... ao menos indiciado por prevaricação, então esta Comissão não fez o papel dela.

O SR. CARLOS LUPI – Isso compete à Justiça decidir, não ao senhor.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (Bloco/PP - AL) – E é o nosso papel aqui também nesta CPMI.

O SR. CARLOS LUPI – Indiciamento é da polícia.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (Bloco/PP - AL) – A gente tem o papel também de fazer a investigação e o apontamento.

O SR. CARLOS LUPI – Claro, à vontade.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (Bloco/PP - AL) – O senhor foi alertado, em duas oportunidades, sobre a ocorrência dessas fraudes pela ex-Conselheira Tonia Galleti: a primeira, informalmente, em janeiro de 2023; a segunda, em junho do mesmo ano, em sessão do Conselho. Essas informações constam em várias matérias nas redes sociais e também em vídeo divulgado pela própria Tonia. O senhor tinha ciência de que, além de Conselheira do Conselho, a Tonia também era dirigente jurídica do Sindnapi, uma das entidades envolvidas nas fraudes? E outra pergunta: o senhor tinha ciência de que Tonia Galleti é filha de João Feio, que já é falecido e que já foi Presidente do Sindnapi por muitos anos? E qual é a relação que o senhor tem ou tinha com a Tonia?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS LUPI – O pai dela, o João Inocentini, era conhecido como João Feio. Eu o conheci na época em que eu fui Ministro do Trabalho. Eu a vi algumas vezes acompanhando o pai. Agora, da relação dela com a Previdência eu só tomei conhecimento agora.

Na mesma ata em que ela fez uma denúncia abstrata, sem nenhum fato, repito aqui, na Sessão 303 do Conselho Nacional de Previdência Social, no dia 24 de abril de 2024, palavras da D. Tonia: "Agradeço o apoio às associações e relato a auditoria feita nas fichas do Sindnapi, que obteve resultados políticos... [Desculpe:] positivos. E não encontrou indícios de fraude". Palavras dela num conselho logo depois de ela ter denunciado. Então a pergunta, ela vai ter oportunidade de...

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (Bloco/PP - AL) – O senhor tem alguma relação pessoal com ela?

O SR. CARLOS LUPI – Nenhuma.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (Bloco/PP - AL) – O.k.

O SR. CARLOS LUPI – Nenhuma. Eu repito ao senhor que eu tenho, eu não vou mais repetir isso, é um pouco o jeito carioca de falar, a gente chama, "ô, amigo, ô irmão", uma maneira de falar. Como eu falei isso dela da outra vez, eu estou evitando falar, para não ter interpretação dúbia.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (Bloco/PP - AL) – Sr. Carlos Lupi, em janeiro de 23, o senhor assinou a Portaria 242, que já foi citada aqui, que conferiu ao senhor, ou melhor, ao seu chefe de gabinete a competência para nomear e exonerar cargos comissionados de níveis inferiores, enquanto o senhor manteve o poder exclusivo sobre cargos de níveis mais altos, como presidentes e diretores. Na prática, essa medida retirou do Presidente do INSS a autonomia para definir a sua equipe de confiança. Qual foi a finalidade dessa medida e por que o senhor entendeu ser necessário assumir pessoalmente essa atribuição?

O SR. CARLOS LUPI – Repito aqui o que eu já avisei ao nobre Relator, já falei para o nobre Relator. Eu estava chegando ao ministério, não conhecia ainda a estrutura. Achei melhor, naquele momento, centralizar, para ter capacidade de saber quem é quem. Só que todas as nomeações,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

sem nenhuma exceção, todas as nomeações, todas as indicações vinham do próprio INSS. Eu apenas checava quem era, pedia para fazer a consulta da...

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (Bloco/PP - AL) – O senhor chancelava, não é? Confirmava.

O SR. CARLOS LUPI – Chancelava, isso, exatamente.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (Bloco/PP - AL) – O.k. Então tem responsabilidade também...

O SR. CARLOS LUPI – Claro, claro...

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (Bloco/PP - AL) – ... até porque após essa centralização, gestores indicados por sua administração, como Alessandro Stefanutto, Virgílio Ribeiro, Vanderlei Barbosa, Geovani Batista, Jucimar Fonseca e um policial federal que ainda não foi identificado, todos eles foram afastados após a operação Sem Desconto, que apura descontos ilegais sobre aposentadorias e pensões.

E aí, eu pergunto, Sr. Ministro: o senhor admite que essas nomeações e a centralização do comando do INSS facilitaram a atuação da organização criminosa que permitiu os descontos indevidos e lesou milhões de aposentados, ou o senhor nega essa responsabilidade? E nesse caso, como o senhor explica que justamente essas pessoas pelo senhor indicadas tenham permitido esse roubo, esse assalto aos aposentados, sem precedentes?

O SR. CARLOS LUPI – Se o nobre Deputado tiver o cuidado de examinar o currículo e a história de cada uma dessas pessoas, o senhor vai ver que todos são quadros de carreira e todos já ocuparam funções de relevância em governos anteriores. Não foi só no último, no penúltimo. Então, como a gente fez opção por prestigiar os quadros da casa, nós prestigiamos os quadros da casa.

Agora, cada um é responsável pelos seus atos. Eu não posso ser responsável por atos de terceiros, nem terceiros podem ser responsáveis pelos meus atos. Cada um responderá pelos seus erros à Justiça, à Polícia Federal, e isso já está sendo feito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (Bloco/PP - AL) – Sr. ex-Ministro Carlos Lupi, o senhor pode afirmar que, no atual Governo, as instituições brasileiras, os órgãos de controle estão funcionando normalmente e com independência para atuar?

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS LUPI – Eu tenho certeza de que sim. A prova disso é o que está acontecendo hoje no INSS. Se não tivesse essa independência, se não tivesse essa autonomia, como nós investigaríamos a nossa própria atuação? O Governo está dando uma demonstração clara de transparência e de visão republicana.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (Bloco/PP - AL) – Se essas instituições estão atuando com total independência, por que é que nenhum ex-Presidente do INSS, nenhum ex-ministro, nenhum servidor de alto escalão, nenhum grande empresário ou nenhum lobista foi preso até o presente momento, mesmo com o fato de todo mundo saber que bilhões de reais foram desviados? Aqui nesta Comissão, Sr. Carlos Lupi, ninguém nega, enfim, ninguém aqui deixa de afirmar que houve esse roubo.

Então, por que esses peixes grandes ainda não foram presos se há uma independência de funcional dos órgãos de controle?

O SR. CARLOS LUPI – A função de responder esse fato não é minha, é da Polícia Federal e do Poder Judiciário. O que eu posso afirmar ao senhor é que está sendo investigado. Agora, as etapas da Justiça são dela, não são minhas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Deputado.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (Bloco/PP - AL) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só para esclarecer ao Sr. Carlos Lupi e ao advogado dois pontos importantes aqui: primeiro, sei da repetição – que as perguntas, muitas vezes, são repetitivas –, mas vou pedir a V. Sa. que...

O SR. CARLOS LUPI – Tá bom. Vou continuar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... continue respondendo a cada Parlamentar da maneira que questionar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou ler também aqui uma decisão, que foi dada em *habeas corpus*, solicitado por um advogado ao Supremo Tribunal Federal, com relação à forma de se responder:

> Os congressistas lá estão no exercício de seus deveres constitucionais. Os integrantes de Comissão Parlamentar de Inquérito, membros do Poder Público, desempenham funções de Estado, não podendo receber tratamento que importe em desrespeito ou afronta [...] [às] funções, não [...] [podendo ser-lhes] dirigida palavra ou adotada conduta que indiquem falta de urbanidade, ofensa ou desdém indevidos nessas condições.

Ministra Carmén Lúcia, no *habeas corpus*...

O SR. CARLOS LUPI – Em algum momento eu fiz isso?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, só relembrando aqui, as necessidades.

O SR. CARLOS LUPI – E vice-versa também serve?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Serve.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor também será... O senhor será tratado aqui sempre com urbanidade.

Outro ponto...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. *Fora do microfone*.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, só um instante. Senador, só um instante.

(*Intervenções fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, só um instante.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Podia ler o outro sentido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, só um instante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou só lembrando que nós ainda temos aqui pelo menos 21 inscritos. Então, se nós começarmos agora nesse tom, até o final, vai ser preciso intervenção...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. Pela ordem.) – Eu só estou lembrando a V. Exa. que os termos da decisão de S. Exa., a Ministra Cármen Lúcia, vale tanto para os Parlamentares como para o depoente em relação aos Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente.

O outro ponto... Então, essa manifestação...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Há Parlamentar também faltando com o devido acatamento e respeito com o depoente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, outra questão aqui.

Medida cautelar de mandado de segurança: "A figura jurídica do indiciado como adequada e pertinente ao modelo institucional das Comissões Parlamentares de inquérito. Magistério da doutrina que se orienta nesse sentido".

A CPMI pode tornar uma pessoa indiciada para investigação.

Quatro...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Presidente, mas qual é o...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Pela ordem.) – Mas qual é a ideia, Presidente, de só falar isso para o depoente?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Qual a pertinência?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A pertinência é: relembrando aos senhores as regras que nós temos nesta CPI, que a Presidência usará no momento correto.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Mas essa regra que começou agora?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vou dar sequência, vou dar sequência às falas.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Essa regra é uma ameaça?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Essa regra, solta assim, mais parece...

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – É um esclarecimento, só.

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG) – Corta o... Corta o microfone.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, senhores...

O SR. MAURÍCIO CARVALHO (Bloco/UNIÃO - RO) – Foi muito infeliz, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Nós vamos responder a todos os questionamentos...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Foi infeliz, hein, Presidente?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Para indiciar, precisa ter votação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Olha, por gentileza...

O SR. MAURÍCIO CARVALHO (Bloco/UNIÃO - RO) – Corta o microfone.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza – por gentileza.

Nós estamos aqui com muita tranquilidade – a sala cheia, não é? A minha posição, como Presidente, é seguir as regras. Infelicidade é o comentário indevido de quem não tem a palavra.

Eu peço a gentileza, por favor, termos respeito uns com os outros.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. Pela ordem.) – Não, Presidente. O Plenário está perguntando qual a pertinência do último esclarecimento, já que era de conhecimento do plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURÍCIO CARVALHO (Bloco/UNIÃO - RO) – Corta o microfone do Randolfe, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O depoente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Qual era a pertinência?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A pertinência...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – A primeira parte: V. Exa., ao destacar o mandado de segurança da Ministra Cármen Lúcia, tem que deixar claro que ele cabe dos Parlamentares para com o depoente e do depoente para com os Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente, Senador.

O SR. MAURÍCIO CARVALHO (Bloco/UNIÃO - RO) – Corta o microfone. Isso já foi falado três vezes, Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Perfeito, só deixar claro.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Qual é a pertinência de ouvir o Randolfe, agora?

O SR. MAURÍCIO CARVALHO (Bloco/UNIÃO - RO) – Corta o microfone dele.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Qual é a pertinência? Vamos voltar para os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores... Senhores, por favor.

Eu fiz a manifestação para relembrar o que esta Presidência tem aqui que seguir como instrumento desta CPMI, e que vai ser usado no momento correto.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Mas, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, eu vou pedir à testemunha que continue respondendo...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Mas esse é o momento correto, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – E ele será também – desde o início foi colocado isso – tratado com a urbanidade devida por todos.

Aqui não há o questionamento de um ou outro não poder ser educado, aqui todos serão respeitados, e eu tenho respeitado um por um dos senhores.

Então, por gentileza, vamos respeitar o ordenamento.

Eu passo a palavra agora à terceira... (*Palmas.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Que seja assim, Presidente! Que seja assim!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Presidente. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Passo a palavra...

Por gentileza.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Temos 39 inscritos. Não são 21 não – 39.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado. Esse assunto está ultrapassado.

Passo a palavra à Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Srs. colegas Parlamentares, eu quero só iniciar, deixando um registro que é pertinente: a CPMI pede o indiciamento, e as autoridades judiciárias procederão ou não a esse indiciamento a partir da denúncia feita pelo Ministério Público. Eu quero que isso fique claro aqui na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senadora, obrigado pela lembrança, mas a CPI pode indiciar uma pessoa.

Há uma decisão do Supremo nesse assunto.

Por gentileza...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Presidente, isso seria um ato novo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Nós não temos decisão nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Já há precedente para isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Todas as Comissões Parlamentares de Inquéritos no Congresso Nacional fazem o pedido do indiciamento, não o indiciamento.

Isso aí é claro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Artigo 58, §2º, da Constituição, Presidente, inclusive.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Perfeito, Senador Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Já há precedente nesse sentido.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – O 58, §2º, da Constituição. É só dar uma olhadinha lá.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Mas não tem decisão nenhuma tomada nesse sentido, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas, senhores...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Eu queria a retomada do meu tempo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – ... porque eu fui interrompida várias vezes, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa....

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Não, eu fui interrompida. Eu fiz uma colocação, e o Presidente fez uma outra colocação durante a minha fala.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu peço a V. Exa....

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG) – Corta o microfone dela, Presidente. Quer tumultuar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, deixa a Senadora Eliziane continuar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – ... que retome o meu tempo de um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, Senadora, pode continuar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Presidente, eu preciso da retomada do meu tempo de um minuto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, a senhora faça as perguntas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – V. Exa....

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Faça as perguntas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – V. Exa. me interrompeu durante a minha colocação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É porque V. Exa....

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Dentro do meu tempo de dez minutos, eu tenho a minha prerrogativa legal de fazer as minhas intervenções. E eu as fiz. E V. Exa. interveio. E eu peço a V. Exa. um minuto do meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O minuto será concedido, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Muito obrigada, então.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Agora, por gentileza, faça as perguntas, porque, se houver outra intervenção sobre a fala da Presidência, esta Presidência vai se manifestar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Não, o senhor fez a intervenção à minha fala.

Muito obrigada.

Eu quero iniciar, Ministro Lupi, cumprimentando V. Exa..

Mais uma vez, cumprimento o Presidente, o Relator, o Vice-Presidente e cumprimento V. Exa. pela sua tranquilidade, pela sua firmeza na apresentação das respostas a esta Comissão. Isso é muito importante, porque o objetivo nosso aqui é chegar àqueles que verdadeiramente roubaram, retiraram o dinheiro das pessoas simples do nosso país, sobretudo dos nossos aposentados.

Então, a sua contribuição é fundamental, de fato, nos trabalhos desta Comissão.

Inicio, Ministro.

Nós tivemos aqui a presença da CGU e uma técnica da CGU nos trouxe a informação de que ela recebeu, já em 2019, quando iniciou o seu trabalho como diretora de auditoria na CGU, informações relativas a descontos fraudulentos dos aposentados de todo o Brasil. Inclusive, nós também colocamos, naquele momento, quando o então Presidente Bolsonaro recebeu denúncia, ainda na transição.

Eu pergunto ao senhor: no início da sua gestão como Ministro da Previdência, o senhor chegou a receber informações referentes a esses descontos fraudulentos? E, ao mesmo tempo, também, em recebendo ou não, qual medida o senhor tomou nesse momento?

O SR. CARLOS LUPI (Para expor.) – Vários tipos de denúncias foram apresentados – dentro da ouvidoria do Ministério, dentro da ouvidoria do INSS, pelas páginas do Meu INSS – e todas elas foram encaminhadas para apuração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Repito aqui que, em 2023, no comecinho do ano, já começou uma ação da Polícia Federal conjunta com o então Presidente do INSS para isso. Para ser mais exato, em maio de 23, o INSS e a Polícia Federal fizeram reunião para apurar o cerco, apertar o cerco de fraude.

De acordo com o Ministério da Previdência Social, estavam o então Presidente do INSS, Glauco André Fonseca Wamburg; o representante da Polícia Federal, Carlos Henrique Oliveira de Sousa; o Delegado da Polícia Federal Luís Melo; a Diretora de Governança...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Certo.

O SR. CARLOS LUPI – ... Planejamento e Inovação, Ana Carolina Tietz; o Coordenador-Geral de Sistemas e Automação, Ailton Nunes de Matos Júnior; o Diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Certo.

O SR. CARLOS LUPI – ... Geovani Batista Queiroz; um assessor da Presidência; e tem uma série de nomes que já em maio de 23 montaram, junto com a Polícia Federal...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Perfeito.

O SR. CARLOS LUPI – ... para fazer essa apuração, que deu origem, depois, ao processo que a CGU fez com a Polícia Federal.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Pronto.

Ministro, eu vou um pouco rápido, porque o nosso tempo é bem diferente do tempo do Relator.

Mas, veja, Ministro, nós temos aquele caso específico que envolve a Conafer, não é? Na verdade, o primeiro ACT desta instituição foi feito em 2017, ainda lá atrás, no Governo Temer, e, no Governo do então Presidente Bolsonaro, essa mesma instituição teve a renovação desse ACT – um outro acordo de cooperação técnica que foi, na verdade, efetivado em 2022.

Neste caso específico da Conafer, nós tivemos um inquérito no âmbito da Polícia Federal, e o Sr. Deitos, Bruno Deitos, dá um depoimento; aliás, ele afirma de forma categórica, no depoimento dele na Polícia Federal, que, por exemplo, a empresa Premier Recursos Humanos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

teria dado a informação de que esses descontos associativos teriam a complacência de diretores do INSS. Ele não especifica, naquele momento, quais diretores, mas afirma em seu depoimento na Polícia Federal que esses diretores teriam a informação e teriam recebido vantagens indevidas para, portanto, proceder aí, fornecer informações relativas a aposentados e pensionistas. Ele inclusive chega a apresentar um dado que seria uma ficha cadastral da ordem de 28,7 mil assinaturas coletadas.

A minha pergunta para o senhor é: o senhor teve alguma informação sobre esse inquérito desse período relativo a 2022? Teve alguma informação referente a esse caso?

O SR. CARLOS LUPI – Não. Não tive, não; sou sincero em te dizer que nunca chegou às minhas mãos essa informação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Presidente, eu inclusive estou protocolando um pedido de informações para termos acesso a esse inquérito, porque é fundamental! Nós temos um relato e um depoimento claro, fazendo referência a diretores do INSS que teriam recebido vantagens indevidas, aqui precisamente no ano de 2022.

Para finalizar, Ministro, eu, fazendo um levantamento... Porque, quando a gente vai fazer a análise e a origem de como, quais elementos foram utilizados para a gente chegar a toda essa fraude, a gente percebe que tudo começa no acordo, no ACT, não é? E, por exemplo, um dado que nós temos aqui, que é levantado pelo próprio INSS, cita, em instituições e entidades, como, por exemplo, a Ambec, a Conafer, a Amar Brasil... Todas elas, especificamente essas três, tiveram os seus principais acordos de cooperação firmados entre 20 e 21. Essa explosão de fatos de 2023, precisamente, é fruto exatamente dos ACTs dessas instituições, feitos de 2021 a 2022!

Eu quero lhe fazer uma pergunta, Ministro, e até já lhe pedir, porque eu acho que, no final desta Comissão, para além da investigação, eu acho que uma CPI tem um papel fundamental no encaminhamento, nas recomendações finais, no resultado que a gente precisa ter para evitar que fraudes dessa natureza se perpetuem.

Então, eu queria que o senhor me explicasse, de forma rápida, porque o nosso tempo de fato é muito pouco, mas o que significa ACT, como um ponto de partida para tudo o que a gente está acompanhando?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, ao mesmo tempo também, o senhor acredita que o ideal... Porque eu, na minha visão, que não é aprofundada como o senhor tem sobre a questão da Previdência, é que o ideal era suspender todo o ACT e, de repente, deixar para que esse aposentado, em tendo decisão individual para isso, tome isso em conjunto com a sua associação, uma decisão dele, decisão individual dele, deliberada por ele, e não necessariamente através de um acordo dessa instituição.

Eu pergunto ao senhor: esse seria, de fato, um caminho ideal para a gente evitar que fraudes dessa natureza se perpetuem no país?

O SR. CARLOS LUPI – Eu vou tentar, em dois minutos, respondê-la...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Eu lhe pedia um minuto, Ministro...

O SR. CARLOS LUPI – Desculpe...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – ... que eu quero finalizar com mais um minuto, um minuto e meio só...

O SR. CARLOS LUPI – Não, rapidamente, só para a senhora ter uma ideia de todas as instituições que foram investigadas, estão sendo investigadas pela CGU, a data dos acordos de cooperação são: Contag, 1994; Sindnapi, 2014; Ambec, 2017; Conafer, 2017; AAPB, 2021; AAPPS Universo, 2022; Unaspub, 2022; Apdap Prev, antiga Acolher, 2022; ABCB/Amar Brasil, 2022; CAAP, 2022; e Aapen, que era antiga ABSP, 2023, foi a única que foi renovada ainda na minha gestão.

O que é o Acordo de Cooperação? É um acordo que faz o INSS para que essas entidades prestem serviço ao aposentado e, em troca eu posso ter um percentual, uma taxa que é cobrada, algumas devidas, e a maioria, indevidamente, conforme está sendo provado; mas eu concordo inteiramente com a senhora, eu acho que não é o papel do INSS ser intermediário nisso, nem nos acordos de cooperação associativos, nem descontando com os aposentados pensionistas que faziam empréstimo consignado – eu concordo inteiramente com a senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Muito obrigada, Ministro.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Para finalizar, Presidente, só em um minuto, eu quero deixar aqui registrados mais uma vez os meus cumprimentos ao Governo do Presidente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lula, pela atitude que ele teve rápida de agir, chamar e envolver, por exemplo, os órgãos de fiscalização e controle, ao contrário do que aconteceu... E lembrando que até amanhã chegará aí ao dado de dois milhões de aposentados, completará até amanhã o número de dois milhões de aposentados brasileiros que terão realmente o ressarcimento dos seus recursos, que infelizmente foram subtraídos de forma ilegal e, fruto, infelizmente, de uma verdadeira organização criminosa que se instaurou em vários Governos, mas que foi interrompida no Governo do Presidente Lula.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senadora Eliziane Gama.

Eu havia anunciado um intervalo para as 19h, mas penso que a gente pode agilizar um pouco mais. Vamos deixar para mais tarde um pouco. Vamos agora...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, vamos... Mais tarde um pouco, a gente dá uma parada, mas vou dar sequência ao Deputado Paulo Pimenta, Líder do Governo.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu quero, em primeiro lugar, cumprimentar aqui o nosso sempre Ministro Carlos Lupi, pela clareza, pela tranquilidade de responder a todas as questões. Espero que os outros ministros que venham aqui tenham esta mesma tranquilidade, esta mesma firmeza, essa transparência que o senhor demonstrou aqui hoje.

Para mim, o seu depoimento reforça uma certeza: esse escândalo começa a tomar a dimensão que tomou a partir do momento que o Governo Bolsonaro altera as regras e facilita que se monte identidade fantasma... recebesse aquilo que a gente chama de um canal de desconto no INSS.

Quando é que começaram a explodir as denúncias? O Ministério Público Federal criou um grupo de trabalho dia 11 de abril de 2019 – 11 de abril de 2019, Ministro Lupi. Veio 19, nada; 20, nada; 21, nada; 22, nada. E os ACTs se multiplicando, e as entidades fantasmas crescendo, e as regras sendo mudadas pelo Governo Bolsonaro, pelos seus agentes políticos e por essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

organização criminosa dentro da estrutura do Estado, atuando de dentro para fora e de fora para dentro.

E, veja o senhor, não tem nenhuma denúncia, nenhuma investigação, nenhuma auditoria da CGU durante o Governo Bolsonaro; os inquéritos da Polícia Federal foram todos arquivados. E aí – o senhor mesmo aqui mostrou de forma muito clara – assume o nosso Governo. Naturalmente, de uma forma republicana, manteve vários servidores – de carreira todos eles – com excelente currículo, que eram funções de chefia do Governo anterior.

Como é que a gente ia imaginar que essa gente fazia parte do bando criminoso que assaltou o INSS? Ninguém podia imaginar. Ninguém podia imaginar que o Governo Bolsonaro tinha botado os bandidos para cuidar de uma coisa estratégica, para montar uma engenharia criminosa para roubar os aposentados e aposentadas. Foi isso que o Governo Bolsonaro fez. Tanto é que, quando perguntam aqui para o senhor hoje "Mas e o fulano?", "Foi nomeado pelo Bolsonaro"; "Mas e o sicrano?"... Todos os nomes que foram perguntados aqui, os principais suspeitos de terem organizado essa trama criminosa, foram nomeados por quem? Pelo Governo Bolsonaro. Foi durante o Governo Bolsonaro que afrouxaram as regras de fiscalização.

E, veja bem, prezado Ministro, há uma relação direta entre as entidades fantasmas que ganharam ACT durante o Governo Bolsonaro, o aumento das reclamações e a explosão dos descontos.

Agora, o que a oposição não diz é que, com a explosão dos descontos, nós, desde 2023, agimos e por isso essa quantidade enorme de descontos que foram suspensos. Por que foram suspensos? Por ação do nosso Governo. Ao mesmo tempo que eles montaram o esquema criminoso, a engenharia criminosa em 22, que permitiu a explosão, na mesma proporção nós fomos impedindo que esses descontos acontecessem.

E quando é que teve uma operação de verdade? Quando que a Polícia Federal investigou? Quando que a CGU investigou? Em que Governo? No Governo do Preside Lula.

E V. Exa. demonstrou aqui – e chamo de V. Exa. porque foi Deputado como nós, e temos o maior respeito pela sua história, pela sua trajetória e pelo seu trabalho...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós, através da sua liderança, solicitamos mudanças, entre elas a biometria. Agora, demorou, mas demorou por culpa do senhor? Não foi. Demorou da decisão tomada para colocar a biometria, até ela ser implementada? Nós temos que descobrir em que escaninhos que isso aí demorou, em que escaninhos que isso aí se perdeu. E, na medida em que nós fizermos essa investigação, eu estou convencido, Ministro Lupi, de que nós vamos descobrir muita coisa.

Quando a gente conseguir descobrir quem são os padrinhos políticos dessas entidades fantasmas que ganharam os ACTs do Governo Bolsonaro, quem são os agentes políticos que atuaram para afrouxar as regras, para acabar com a necessidade de o cidadão ter que autorizar o próprio desconto, quem é que promoveu as mudanças para permitir que o desconto passasse a ser eterno... Porque, no final de 2022, eles fizeram, numa medida provisória, uma emenda que foi sancionada pelo Bolsonaro, que disse: "Olhe, a partir de agora, o desconto é eterno e não há mais a necessidade de renovação". E é por isso que, em 2023 e 24 as coisas explodiram, porque a organização criminosa deixou a estrutura, a engenharia criminosa montada dentro do aparelho do Estado – do aparato do Estado.

E quem é que desbaratou a organização criminosa? O Governo do Presidente Lula. Quando que a CGU e a Polícia Federal tiveram a liberdade para agir e para desbaratar a organização criminosa? Foi no Governo do Presidente Lula. Quando que foi devolvido para os aposentados o dinheiro que estava sendo roubado desde 2016, 2017, 19, 20 e 21? Pelo Governo do Presidente Lula.

Portanto, V. Exa. faz, aqui, um depoimento que nos dá muita tranquilidade e nos dá muita informação, para que a gente possa continuar investigando e possa chegar, de fato, aos autores intelectuais desse crime contra os aposentados, aposentadas, pensionistas, pessoas às vezes de baixa escolaridade que sequer sabiam de que forma aquela trama estava sendo feita para tirar o dinheiro da conta das pessoas mais vulneráveis.

Então, eu quero dizer ao senhor que, para mim, muitas coisas ficaram evidentes e claras no seu depoimento e dizer que, pela sua experiência, seria importante que o senhor pudesse nos dar alguma sugestão, enquanto CPI, porque nós temos que pensar daqui para frente.

O que nós temos que fazer, na sua opinião, a partir de tudo que veio à tona agora, para impedir que isso possa se repetir e que estas organizações criminosas que tiveram a facilidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de, durante o Governo Bolsonaro, tomar de assalto uma parte do INSS e da previdência... para que isso não volte mais a se repetir? O senhor já falou aqui em acabar com o desconto – me parece uma ideia boa –, porque, além do consignado, tem o desconto em folha – além do consignado, tem o desconto em folha –, que é um outro desconto; esse monte de penduricalho. O que o senhor acha que a gente poderia ter como conclusões para melhorar a estrutura do Estado e impedir que os bandidos continuem fazendo o que fizeram neste país, Ministro Lupi?

O SR. CARLOS LUPI (*Fora do microfone*.) – Posso?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fora do microfone*.) – Perfeitamente.

O SR. CARLOS LUPI (Para expor.) – Primeiro, eu queria agradecer ao Deputado a generosidade das suas palavras e a força da verdade que ela tem. Segundo, eu não sou ninguém para dar sugestão. Eu apenas posso passar, porque estou mais velho, a experiência que eu já adquiri. Eu acho que a gente não pode misturar a relação político-ideológica partidária com os fatos. Temos que buscar fato.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS LUPI – Temos que buscar quem realmente está comprovadamente participando do desvio. Temos que pedir auxílio da Polícia Federal, dos órgãos competentes que estão investigando, para pegar – "Olhe aqui: apareceu dinheiro nessa conta, apareceu isso..." – e punir exemplarmente. Além disso, que eu acho que é o mais importante, tomar o dinheiro que eles roubaram. Tem que devolver esse dinheiro público para os cofres públicos. Eu acho, na minha modesta maneira de ver, que é a principal tarefa da CPMI: buscando informação com a Polícia Federal, com o Poder Judiciário, firme e duramente separar a questão ideológica, as diferenças político-partidárias que nós possamos ter, para defender o pobre, para defender o aposentado, para defender o pensionista, extinguir de vez essa máfia que se introduziu dentro da Previdência Social e não permitir que jamais volte.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. CARLOS LUPI – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado Paulo Pimenta.

Com a palavra o Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente. Agradeço também ao nobre colega Alencar Santana, que me permitiu utilizar o tempo agora, o tempo dele como titular.

Bem, primeiro, parabenizo também o Ministro Carlos Lupi, que também conheço desde épocas sindicais, que admiro muito, inclusive pela sua trajetória brizolista, eu que também, nos tempos sindicais, estive em parceria também com a Central Única dos Trabalhadores, mas também com outras entidades sindicais. Portanto, são parcerias importantes.

Muitos querem aproveitar o momento para desqualificar os sindicatos, como se o sindicato fosse algo ruim, e não é. É organização dos trabalhadores, e, muitas vezes, isso assusta o andar de cima, os milionários, os bilionários. O sindicato é algo essencial para a organização dos trabalhadores, e foi assim em toda a luta democrática do país também, desde o fim do regime militar até hoje.

Eu queria, ouvindo o Ministro, dizer o seguinte – eu fico cada vez mais convencido disto –: isso é uma quadrilha antiga que vem ao INSS e vem com as entidades. Ela é antiga e perpassou vários governos. Tentar politizar isso fazendo uma CPMI para dizer que a culpa foi do governo tal ou qual, ou que é a oposição, quer dizer, foi o Governo Lula, é um desastre. Vocês não conseguirão provar isso. Então, a cada um que vier aqui, vai se provar isso. Essa é uma quadrilha antiga. E ela começou – o Pimenta tem razão – a exagerar a partir de 2018, 2019.

Eu quero mostrar um vídeo e um gráfico que demonstram isso. Vamos primeiro ao vídeo. Vocês vão ver o Senador Izalci, que ele sempre nega, dizendo a quem ele entregou uma relação dessa fraude. Vamos escutar o Izalci. (*Pausa.*)

Fala, Izalci.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Pois bem, o Senador Izalci entregou ao Presidente Bolsonaro toda uma farra que, segundo ele, ia de 70 bilhões e incluía também os aposentados. Então, o Bolsonaro sabia dessa farra.

Eu vi o Relator perguntando se o senhor tinha dito ao Presidente Lula, e o senhor disse que não, mas o Bolsonaro recebeu dos peritos e também do Senador Izalci.

Mas, olha, eu quero também que coloque um gráfico para saber como é que isso evoluiu. É importante. O Pimenta falou isso, mas é bom ver em gráfico.

Se puder aumentar...

A parte azul ali são aqueles que receberam, em 2020, 21, e assim vai por diante, os ACTs ou acordos técnicos firmados nos Governos até 2018, que inclui o Governo Temer; depois o Governo Bolsonaro, a partir de 23; e o Governo Lula.

Se vocês forem acompanhando, é claro, até 2020, a maioria eram entidades que passavam descontos associados que vieram dos Governos anteriores e depois isso vem predominando no Governo Bolsonaro.

Deixa lá.

Olha para vocês verem 2024. Dois mil e vinte e três, 2024, 2025, que vocês podem dizer que tem parte do Governo Lula posteriormente, mas olha o tanto de verde que tem ali, que foram as maiores partes exatamente do Governo Bolsonaro, do Governo Temer. É claro que adentra já a do Governo Lula.

E eu passo ao último gráfico para ficar claro. Então, veja bem, as entidades, o montante de descontos associativos, a grande parte em 2024 e 2025, vem do Governo Bolsonaro. São as entidades que fizeram acordo técnico naquela época. O gráfico é muito claro. Essas entidades é que fizeram esse rombo, essa roubalheira. Foram entidades que foram facilitadas lá.

Quando vocês ouvirem o Ministro Oliveira, vocês vão entender por quê. Porque o Ministro Oliveira era Superintendente... Anota esse nome, eu quero ver o Relator perguntar isso tudo a ele. Eu vou deixar o gráfico com o Relator. O Ministro Oliveira era Superintendente de São Paulo; depois ele virou diretor de uma das diretorias; depois dessa diretoria mais importante; depois

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente do INSS; depois Ministro. Em todos ele deixou o rastro dele. E ali é que essas entidades foram se avolumando, Ministro Carlos Lupi. Esse Oliveira armou tudo. Então...

É, o Relator está rindo, mas, quando ele perguntar, talvez não precise de rir.

Pois bem, esse aí é um gráfico...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente, eu fui citado...

O senhor me respeita!

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Ah, não, respeito... Estou respeitando, estou respeitando, estou falando. É meu direito, Relator. Sei que V. Exa. não gosta que fale mal de uma parte do Governo, mas eu tenho o meu direito.

Eu quero, portanto, que venha o outro, o último eslaide, que são dados.

Então, posto isso aí, são gráficos óbvios, evidentes, de números. Vem aí algo que aconteceu posteriormente. Pode dizer: "Foi atrasado...", "Já tinha dois anos do Presidente Lula..." Mas está lá.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone*.) – Está há 20 anos no poder...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Despacho decisório. Assunto. Vamos lá.

Os gráficos e as coisas dizem por si. Mesmo que eu perca tempo, vale a pena a imagem. Olha lá a imagem. Diário da União nº 65, 28 de abril de 2025. Já veio tarde, né? Já tinha aí dois anos do Governo Lula e tinha quatro de Bolsonaro anteriormente.

Aí, ó...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Não, espera. Não fica nervoso, não, Lima, fica calmo.

Olha lá, o Governo do Presidente Lula foi quem tomou esta decisão: terminar com qualquer desconto e devolver os recursos. Amanhã já serão 2 milhões que receberão os recursos de volta, que foram roubados por essa quadrilha que veio lá detrás, mas que passou incólume no Governo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bolsonaro, incólume, sem que ninguém – nem o Presidente Bolsonaro, que sabia de tudo – fizesse a Polícia Federal investigar ou a Controladoria-Geral da União.

Então, o que eu queria mostrar para vocês são esses fatos – e contra fatos, pessoal, não há argumento.

Ali são dados numéricos de quais entidades, de quais períodos elas estavam ali e de quando terminou. E terminou não é só porque o Presidente Lula ficou sabendo, é porque se tomou a decisão de terminar, porque, se o Presidente Bolsonaro sabia, não tomou a decisão de terminar –, e agora se tomou. Eu não estou querendo dizer com isso que o Presidente Bolsonaro sabia dos detalhes. Creio que não. Que ele sabia dos detalhes em relação ao golpe aí é outro assunto, que o STF amanhã começa a dar o voto, que termina na sexta-feira. É outra história. Isso ele sabia bem, isso nós sabemos, e o STF sabe também. Mas, neste caso, não sei. Mas que ele sabia foi dito até pelo Senador Izalci. Bolsonaro sabia, não tomou providência, as entidades foram aumentando, aumentando, aumentando, aumentando o valor que elas roubavam dos servidores, e isso ficou durante quatro anos. Adentrou no Governo do Presidente Lula, há de se saber as responsabilidades também, porque todos serão punidos, todos, desde que se iniciou isso até agora. Ou os senhores e as senhoras acham que a Polícia Federal não sabe o que está acontecendo?

Ministro Lupi, isto eu perguntaria e deixaria o restante do tempo de um minuto e meio: a Polícia Federal tem condições de ir atrás e de saber todos que participaram dessa quadrilha, que terminou agora com essa decisão do INSS? Aliás, o senhor também participou, como Ministro, dessa decisão de suspender. Qual a avaliação do senhor sobre a Polícia Federal nesse trabalho?

O SR. CARLOS LUPI (Para expor.) – Eu acho que ela é um instrumento vital, inclusive de auxílio à CPMI, para dar dados. Nós temos questões que são fundamentais numa apuração: dados concretos. Não adianta ter antipatia...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS LUPI – ... ou simpatia por A, B ou C. O que nós precisamos é ter dados concretos: quem roubou, quem enriqueceu, quem desviou dinheiro público e puni-los exemplarmente. Para mim, a Polícia Federal é um instrumento muito importante e vital para auxiliar a CPMI nisso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Eu termino, então, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... dizendo que a expectativa é esta: não adianta fazer da CPMI uma tentativa de um papel político, de um desgaste de um determinado Governo agora. Isso não vai levar a nada, porque não é a verdade dos fatos. A verdade é que é uma quadrilha que vem antiga. Isso vai se provando a cada uma das testemunhas que aqui vem, a não ser que elas mintam, dizendo: "Não, isso passou a existir de agora, tem uma semana, duas semanas, um mês, um ano", e não é verdade. É uma quadrilha antiga, que está sendo desmantelada.

Que a CPI ajude nisso, mas, com certeza, a Polícia Federal e a Controladoria-Geral da União – principalmente a Polícia Federa – vão ser o principal instrumento para desvendar essa quadrilha e terminar com ela.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado ao Deputado Rogério Correia.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Presidente, art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pelo art. 14, por cinco minutos, o Senador Izalci Lucas.

O SR. CARLOS LUPI – Está bom.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Para explicação pessoal.) – Presidente, fica claro aqui realmente que o Partido dos Trabalhadores tem uma estratégia de criar uma narrativa mentirosa, porque, se teve algum Presidente que encaminhou, de fato, alguma coisa concreta para o Congresso Nacional, foi Bolsonaro, a Medida Provisória 871, 17 de janeiro, fevereiro. Mandou para esta Casa aqui, 17 de janeiro, aliás; 17 dias de Governo.

Eu recebi os peritos, uma demanda, eles queriam participação, eles queriam transferir para o Ministério da Economia, eles disseram que havia, sim, muitos indícios de irregularidade do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

seguro-defeso, que aqui em Brasília tinha mais pescador do que... não cabia no lago. Questão de aposentadoria, bastava uma declaração do sindicato para se aposentar.

Então, recomendei que eles fossem lá na transição, estava na transição. Em 17 dias, o Presidente manda uma medida provisória; dos quais, aqui, foram feitas 253 emendas do partido da esquerda; das quais 11 – 11 delas! – eram para tirar o artigo todo da renovação anual e, a outra, a outra parte, era para prorrogar para cinco anos a renovação.

Eu, como Presidente da Comissão, fiz um acordo, porque o Bolsonaro não tinha maioria no Congresso para ficar três anos. Então, se algum Presidente fez alguma coisa concreta, chama-se Jair Messias Bolsonaro.

Agora, eles pegam uma reportagem como essa, criam narrativa e ficam repetindo isso constantemente.

Presidente, eu participei da CPI da Petrobras, eu participei da CPI do fundo de pensão, da Lei Rouanet, do Carf, da JBS, participei de todas elas, eu nunca vi tanta roubalheira que aconteceu no Partido dos Trabalhadores. E, o mais interessante, o *modus operandi* é o mesmo, continuam os mesmos, as mesmas pessoas. Então, de uma coisa definitiva.

Eu acho que o pessoal tem que me esquecer um pouco, vai cuidar lá de fazer a defesa, porque eu disse aqui agora, 500 mil crianças do BPC, com empréstimo para criança de quatro, cinco anos, Senador Girão, sem autorização. Sei lá quem autorizou isso! Quinhentas mil pessoas com chikungunya, com deficiência mental – 500 mil!

Como é que faz isso? E ninguém sabe de nada?

A JBS ganhou a licitação, ganhou a licitação não, foi indicada simplesmente como a única instituição para operar com antecipação. E, depois que foi denunciado, foi imediatamente cancelada a instrução normativa. Então, o PT precisa assumir a sua responsabilidade, não ficar criando narrativas.

Esse 8 de janeiro, que ele fala de Bolsonaro, eu ouvi lá o depoimento do Braga Netto, não tem, é tudo narrativa, narrativa, narrativa, não tem prova nenhuma. É impressionante como eles sabem, como eles insistem em ficar repetindo mentira e eles mesmos já acreditam. Eles repetem tanto a mentira que eles passam a acreditar nisso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, de uma vez por todas, Presidente, vou mais uma vez colocar aqui de uma forma clara, o único Presidente da República que tomou uma coisa concreta e encaminhou para o Congresso foi a Medida 871, que era chamada de pente-fino. Foram mais de R$10 bilhões de economia após a aprovação dessa medida, estancaram a corrupção que existia naquele momento.

Então, eu quero aqui, mais uma vez... Tenho que ficar repetindo isso, e posso citar que as 11 emendas do Partido dos Trabalhadores de suprimir o recadastramento são de Deputados do PT, todas!

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Então, é inadmissível essa conversa, essa insistência.

Apesar de ser atleticano, a única coisa que eu sei aqui é que a gente tem em parceria, mas, cara, chega disso, é brincadeira, vamos cuidar de uma coisa mais séria, aqui é coisa séria, não é brincadeira não.

Era isso, Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Izalci.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Presidente, queria falar pela Liderança do PT, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Aqui, ó.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só no final a Liderança tem a palavra, Deputado. O regulamento é bem claro nisso.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Posso fazer um esclarecimento, então, Presidente? O senhor me permite?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Posso fazer o esclarecimento?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhores, por favor.

Dois minutos, Deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Pela ordem.) – Presidente, é porque a verdade tem que estar presente sempre aqui no nosso debate e não dá para ser feita ilação. Foi passada a minha imagem ali, passou a fala do Senador, é verdade, não passou a parte que eu falei, mas quem fez a emenda, acabando com o recadastramento, foi justamente o Senador Izalci. Está aqui.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Mentira. Três anos – três anos.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Está aqui – está aqui!

O senhor acabou. Quer que eu leia a emenda? Eu faço questão, Presidente.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Isso aqui é importante!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, eu dei a palavra...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, eu dei a palavra ao Líder da Oposição por dois minutos, um minuto e vinte e sete.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Emenda do Senador Izalci Lucas: "Revogue-se o §7º do art. 115 da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, incluído por força do art. 25 da Medida Provisória 871, de 18 de janeiro de 2019. Revogue-se o §7º do art. 115". O que dizia o §7º?

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – "Na hipótese prevista no inciso V do *caput*, a autorização do desconto deverá ser revalidada anualmente nos termos do disposto no Regulamento".

A emenda do Senador é para revogar esse parágrafo, portanto, não ter revalidação. A verdade tem que vir à tona. Ele fica aqui fazendo ilação, jogando ao PT, mas não assume a autoria da sua emenda, cuja Comissão Mista da Medida Provisória... Ele era o Presidente. Além de ser o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão, com forte poder na condução dos trabalhos, como V. Exa. tem nesta CPMI, além disso, ele fez uma emenda para acabar. Portanto, Senador, chega de conversinha e assume a paternidade do que o senhor fez, que está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Como Líder...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Como Líder da Oposição no Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A palavra, dois minutos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Pela ordem.) – Tudo combinado. Nas outras vezes foi a mesma coisa. O Rogério falou, na sequência...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dois minutos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Tudo combinado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Então, eu era o Presidente e, para a gente fechar essa medida provisória, para aprovar essa medida, a gente teve que fazer concessões, e ficou três anos, porque as emendas... Eu posso citar aqui todos os Deputados do PT, que apresentaram a supressão disso, e a outra metade, transformando em cinco anos a renovação, mas o principal é o seguinte: o Bolsonaro, tomando conhecimento disso, encaminhou para esta Casa a Medida Provisória 871, que todos aqui votaram contra, da esquerda, todo o PT votou contra, porque eles nunca queriam controle nenhum, porque essa farra vem desde 1994 – Contag, Sindnapi e tal. Então, essa jogadinha aqui de um falar no outro e depois pedir a palavra, isso já passou. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

vamos levar a sério isso aí. Assuma a responsabilidade do desvio desses recursos. Por que não fizeram isso? O Bolsonaro fez a medida provisória...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Por que votaram contra? Por que não assinaram a CPI? Não queriam CPI aqui, não. Depois que não tinha mais jeito, aí sim, cadastraram-se aqui para querer tomar a CPMI, e quebraram a cara, porque, com a eleição, mudou tudo. Esta CPI vai passar a limpo essa questão da roubalheira dos aposentados e pensionistas, e nós vamos resgatar a credibilidade da CPMI, porque, nas últimas CPMIs que aconteceram aqui, a narrativa já vinha pronta, o resultado já vem pronto, basta ver o que aconteceu nessas duas últimas CPIs de que a gente participou.

Então, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Obrigado, mas vamos encerrar. O Bolsonaro encaminhou para esta Casa a Medida Provisória 871.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Pente-fino.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Sr. Presidente, um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, não.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Isonomia.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, agora o assunto...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Isonomia.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O assunto está encerrado, desculpe.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Mas isonomia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O assunto está encerrado.

Senhores...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Eu fui citado.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Isonomia, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A pedido da testemunha, que agora solicitou intervalo, suspendo a sessão por 60 minutos.

(*Tumulto no recinto.*)

(*Suspensa às 19 horas e 28 minutos, a reunião é reaberta às 20 horas e 24 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, retomando a nossa sessão de hoje. Obrigado pela...

A palavra é do Vice, o Duarte, cadê ele? Não chegou ainda? Hã? (*Pausa.*)

Bem, vamos fazer o seguinte: assim que o Vice-Presidente da CPMI chegar, o Deputado Duarte Jr., passo a palavra para ele em seguida.

Deputado Beto Pereira.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, na hora em que ele chegar, eu passo para ele na sequência.

Deputado Beto Pereira, com a palavra, por dez minutos, Deputado.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS. Para interpelar.) – Nobre Presidente, nobre Relator, começo aqui o meu aparte sobre esse depoimento do nobre Relator, utilizando palavras próprias, no discurso de posse de 3 de janeiro no Ministério da Previdência. São suas essas palavras:

> [...] não podemos cobrar as taxas de juros que se cobra [...] [de] quem é aposentado. É desleal! Não me conformo [em] ver a humilhação [por] que nossos aposentados estão passando. 60% das prefeituras de pequeno porte recebem, só vivem e sobrevivem por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

causa do dinheiro de aposentados e pensionistas, como não [ver e] ter respeito com essas pessoas?

É verdade que os aposentados sofrem, e aqui já foi dito, com os descontos em folha. É evidente. Agora, os descontos fraudulentos de associações e de federações fantasmas, em momento algum, na sua fala, foram observados.

A minha pergunta é, nobre depoente: é porque o senhor não sabia ou porque entendia que nesse caso, não causaria humilhação aos inativos? Ou não haveria motivação para se indignar? Ou haveria alguma razão inconfessável para deixar essa mamata rolar? De forma objetiva, eu gostaria que o depoente me respondesse.

O SR. CARLOS LUPI (Para expor.) – Nobre Deputado, eu não conhecia, não tinha ainda a interação do que era o ministério, estava chegando, ainda sem o conhecimento, que não tinha à época, no dia da posse, como você bem falou, nem do que era o desconto associativo.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Bom, eu fico perplexo ao ver que o então Ministro, tomando posse, diante de um período de transição, não sabia ou tinha qualquer conhecimento, enquanto pipocavam denúncias no Ministério Público Estadual – e Federal – nos juizados, no Procon... Em todos os órgãos, havia apontamentos sérios contra essas denúncias, mas, novamente, V. Exa. diz que não tinha conhecimento dessas denúncias.

Ora, nós estamos aqui diante de algo que causa um certo estranhamento. Foi apresentado um vídeo, agora há pouco, por um par do Partido dos Trabalhadores, que cita uma fala do Senador Izalci, uma fala pública onde o Senador disse claramente que avisou ao então eleito Presidente Bolsonaro sobre essas fraudes. Passaram-se quatro anos, V. Exa. assume o ministério e V. Exa. não tem conhecimento daquilo que, há quatro anos, vem sendo debatido. É de causar muita estranheza.

Agora, eu quero aqui dizer que é rica e vasta a sua vida pública. São 46 anos de vida pública e atuação política – que lhe renderam aí uma belíssima história –, mas eu não posso dizer que a sua habilidade política lhe garante sucesso na gestão. O senhor, durante as indagações do Relator, disse, com suas palavras, não ter conhecimento com o fato, que o INSS é um órgão autônomo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que o Presidente – e esta fala é importante – lhe deu total autonomia para montar a equipe e que o Ministério da Previdência tem 80% de todas as suas atribuições junto ao INSS.

Stefanutto, Benedito, Virgílio, André Fidelis, todos eles... E eu observei de forma muito cautelosa, a forma como o senhor fala dos currículos que lhe foram apresentados, e o senhor, em todos os momentos, avaliza – avaliza – os currículos que foram a V. Exa. apresentados.

Ora, mesmo quando... Mesmo quando uma procuradora – uma procuradora da AGU – lhe recomenda pela não contratação, com o parecer dela, o senhor, novamente, insiste em avalizar o currículo daquele que lhe foi apresentado.

Ora, a pergunta que faço: V. Exa. continuaria avalizando esses currículos que levaram à maior fraude a aposentados e pensionistas no país?

O SR. CARLOS LUPI – Vamos por partes, nobre Deputado.

Em primeiro lugar, eu assumi o Ministério da Previdência praticamente dez dias antes de tomar conhecimento de que iria para lá.

Eu tenho humildade suficiente, sabendo que eu preciso aprender. Eu não cheguei no primeiro dia da Previdência sabendo tudo que estava acontecendo lá. Isso não é vergonha nenhuma para ninguém. (*Pausa.*)

Isso não é vergonha nenhuma para ninguém, dizer que não conhece e que tinha que aprender a conhecer.

Repito para o senhor o calendário que eu referi aqui.

Em maio...

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – De forma objetiva, senão eu perco o meu tempo.

O SR. CARLOS LUPI – Sim, mas eu não tenho tempo de me defender?

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Não, o senhor... O senhor continuaria com essas indicações que o senhor avalizou? Sim ou não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS LUPI – Todas... Não, não é bem assim. A gente tem que analisar o contexto do momento que você está vivendo, senão só tem tempo para o senhor fazer pergunta e eu não tenho para responder.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Eu vou precisar de ser restabelecido o meu tempo.

O SR. CARLOS LUPI – Então, tá bom. Eu não respondo mais.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência. É pergunta e réplica, Excelência.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Então, se ele ocupar todo o meu tempo, nobre Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, ele está respondendo à pergunta de V. Exa..

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Eu falei de forma objetiva, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. CARLOS LUPI – Vai me permitir responder?

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – De forma objetiva.

O SR. CARLOS LUPI – O que é que o senhor quer... Responder objetivamente?

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Sim ou não. O senhor...

O SR. CARLOS LUPI – Não.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – ... continuaria?

O SR. CARLOS LUPI – Não.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Ah, ótimo. Ótimo.

O SR. CARLOS LUPI – Mais alguma pergunta?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – O senhor demorou muito tempo para aprender.

O SR. CARLOS LUPI – O senhor demorou muito para me escutar.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – O senhor demorou muito tempo para aprender.

O SR. CARLOS LUPI – Tá bom? Talvez porque o senhor é mais inteligente.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Agora, veja bem. O senhor colocou como solução maior de todos os problemas acabar com o desconto em folha. Olha quanto tempo o senhor demorou para ter essa convicção!

Agora, veja bem – veja bem. Em momento algum V. Exa. teve alguma iniciativa para que isso acabasse, que acabassem os descontos em folha. E foi essa a negligência que causou o maior prejuízo a aposentados e pensionistas do país.

Mas o senhor fala uma coisa e age de forma totalmente diferente. E aqui... Prova disso é que o senhor criou um novo modelo de desconto em folha para o PicPay, do JBS. O PicPay criou uma nova modalidade que foi estabelecida, criada e credenciada pela gestão de V. Exa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Esta – esta – o senhor não pode dar como desconhecimento.

Eu quero ainda parafrasear uma fala que V. Exa. disse como algo necessário e fundamental: "Quem rouba, vamos observar quem rouba". Repetidas vezes o senhor disse isso neste depoimento. Mas nós temos que observar também quem deixa roubar.

Deixar roubar também é crime. Se omitir também é crime. E V. Exa. participou de forma... repetidas vezes deste crime.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A testemunha pode se manifestar.

O SR. CARLOS LUPI – Em primeiro lugar, eu queria dizer ao nobre Deputado que cada um tem seu tempo de aprendizado. O meu talvez seja mais lento, mas é mais verdadeiro e sincero.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo, queria dizer ao senhor que essa questão da nova modalidade nunca foi nova modalidade de desconto em folha. Isso era uma modalidade de um adiantamento...

Eu vou até deixar... Ele já vem assim, ameaçadoramente... (*Risos.*)

Eu só vou...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sr. Carlos Lupi, só um instante.

Sr. Carlos Lupi, o tempo dele já terminou.

O SR. CARLOS LUPI – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor pode se manifestar...

O SR. CARLOS LUPI – Então, tá bom.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... e eu vou dar a palavra à próxima pessoa.

O SR. CARLOS LUPI – Era um adiantamento que se dava; como se faz no adiantamento, para qualquer cidadão que tem emprego, você adiantava até R$150, e a pessoa, depois, ao final do mês, tinha que pagar até R$150...

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Com juros e desconto em folha!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado, por favor...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza, deixe a testemunha se manifestar até o final, por favor.

O SR. CARLOS LUPI – E vinha o desconto de até R$150 do seu salário. Esse era um adiantamento sem taxa de juros e sem qualquer tipo de cobrança adicional. Quando foi feito isso, não tínhamos nem sequer... Ninguém tinha pagado ainda esse empréstimo. Por isso é que foi suspenso, ainda como Ministro... Essa modalidade foi suspensa, para evitar a fraude que eles estavam fazendo, descumprindo inclusive a regulamentação; depois, o Ministro que me sucedeu acabou com isso definitivamente. Mas a intenção foi essa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E foi feita uma chamada pública, que é um processo parecido com o de uma licitação, onde todos os bancos poderiam ser habilitados; apenas esse apareceu. Foi dentro de chamada pública divulgada em São Paulo, com amplo conhecimento. Infelizmente, só um apareceu.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado...

O SR. CARLOS LUPI – E, por último...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. CARLOS LUPI – É só um último negócio, da Procuradoria...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente.

O SR. CARLOS LUPI – Eu vou repetir a mesma resposta: quando teve a alegação de uma subalterna da Procuradoria-Geral, voltou-se ao Procurador-Geral, e o Procurador-Geral deu o aval para ser nomeado o Sr. Virgílio. Ele já tinha sido, inclusive, Procurador do INSS, da gestão anterior e Procurador do INSS. Então, quem deu o aval foi o Procurador-Geral da AGU, posteriormente a essa primeira negativa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Vice-Presidente da CPMI, o Deputado Duarte Jr.

Dez minutos.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, inicialmente eu cumprimento o Relator desta CPMI, Alfredo Gaspar. Parabenizo-o pelos seus questionamentos, pelo aprofundamento desses questionamentos, o que inclusive ajuda cada Parlamentar aqui a fazer os seus, na mesma linha e no mesmo objetivo, que é ter respostas claras ao cidadão brasileiro, aos consumidores, aos aposentados e pensionistas.

Quero aqui, inicialmente, cumprimentar o ex-Ministro da Previdência Carlos Lupi pela presença nesta CPMI. Durante todas as falas, eu não percebi nenhum tipo de contradição naquilo que V. Exa. trouxe, naquilo que falou por meio da imprensa, naquilo que nós observamos nos inquéritos policiais da Polícia Federal, mas aqui eu ainda tenho algumas dúvidas que são importantes para que a gente possa resolver essa questão – não como alguns aqui insistem, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

se fosse uma questão de um governo de esquerda ou de um governo de direita. Esse é um problema do país; é um problema que há décadas, que passou governos, e neste Governo, nesta CPMI tem que acabar, porque as pessoas que recebem benefício têm que ter segurança. Hoje, são milhares de mães de crianças com deficiência que estão tendo o BPC cortado por causa de uma reavaliação! E eu tenho certeza, Sr. Ministro, que essa reavaliação do INSS está sendo realizada por causa do rombo deixado por esse roubo!

E aqui eu pergunto, mais uma vez, a V. Exa.: V. Exa., que ficou dois anos e seis meses como Ministro da Previdência, antes de assumir o Ministério da Previdência, com toda a sua experiência como administrador, como especialista na gestão, no que diz respeito ao direito do trabalhador, não soube, em nenhum momento, não tinha nenhum tipo de informação, nenhum tipo de fato que o preocupava? O fato de algum beneficiário do INSS, algum trabalhador ter descontos indevidos, descontos ilegais em sua conta?

O SR. CARLOS LUPI (*Fora do microfone*.) – Posso responder?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fora do microfone*.) – Perfeitamente.

O SR. CARLOS LUPI (Para expor.) – Tanto tinha essa preocupação que, logo que eu tomei conhecimento, em maio de 23, juntos o INSS e a Polícia Federal começaram a fazer o início de tentar coibir esse processo, porque esse processo, Deputado, começa de fora para dentro, e não começa no Governo anterior, começa em 2016. Com a implantação desse sistema, eu julgo que uma máfia conseguiu manipular alguns servidores, inclusive servidores de carreira, para conjuntamente com eles fazerem essa fraude gigantesca, e infelizmente o que aconteceu com o nossos aposentados e pensionistas.

Lembrando ao senhor que, em 2020, foi arquivado o primeiro processo da Polícia Federal; em 2024, foi arquivado o segundo processo da Polícia Federal; e só agora se está dando andamento, está se restituindo o valor aos nossos aposentados e pensionistas.

Então, dali para cá, são várias as medidas, que eu já citei aqui, e eu não quero repetir, para não ficar cansativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Sr. Ministro, nesses inquéritos que foram arquivados, seja por decisão unilateral da Polícia Federal, seja por uma decisão da Justiça, em algum momento, V. Exa. teve conhecimento sobre a figura do Antônio Carlos Antunes, o conhecido popularmente como Careca do INSS?

O SR. CARLOS LUPI – Não, porque eu não tinha sequer... eu não tinha acesso a esses processos. Eu vim saber sobre esses processos depois, já agora, recentemente, quando tomamos conhecimento da ação da Polícia Federal. Só então eu tive conhecimento desses processos – eu nunca nem ouvi falar nele.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – V. Exa. tem alguma informação de que esse Careca do INSS, Antônio Antunes, se utilizava de pequenas vantagens, como, por exemplo, ingressos para *shows*, ingressos para eventos, camarotes?

O SR. CARLOS LUPI – É o que eu li nos jornais.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Oi?

O SR. CARLOS LUPI – É do que eu tomei conhecimento pelos jornais, pela imprensa, pela divulgação.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Então, o conhecimento de V. Exa. é tão somente pela imprensa, pelos canais?

O SR. CARLOS LUPI – Posterior.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Eu questiono isso, porque o Careca do INSS se gaba aos quatro cantos de que tem acesso a uma série de procurações de associações, que tem acesso a dados desses beneficiários, para que, com esse benefício, com essa procuração, ele possa avançar nesses descontos.

E ele tem acesso a essas informações por causa desse privilégio com contatos com funcionários do INSS e também do ministério, do qual o senhor foi Ministro, o Ministério da Previdência.

Então, é por essa razão que esse fato se torna extremamente importante, porque essa instituição criminosa, liderada por esse Careca do INSS e também pelo Camisotti, é situação em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a gente precisa, de fato, identificar quem passou essas informações, se foi um funcionário do INSS, se foi um funcionário do Ministério da Previdência.

Ainda, eu pergunto a V. Exa. Durante todas as respostas que V. Exa. deu, eu pude observar que, inclusive, com base na própria legislação, V. Exa. traz sempre a responsabilidade do INSS, que é uma autarquia, que tem independência, inclusive, financeira, em relação ao Ministério da Previdência. Seria correto afirmar, então, que nenhum outro Ministro da Previdência, de outros governos, ou do próprio Governo do Presidente Lula, da Presidente Dilma, Temer ou Bolsonaro – nenhum outro ministro teria responsabilidade por esses fatos?

O SR. CARLOS LUPI – Em tese, sim, a não ser que tenha alguma comprovação. Se se tiver alguma comprovação concreta de depósito, de movimentação de dinheiro fraudulento, se se comprovar isso, aí é outra... Mas, em tese, nenhum ministro consegue gerir uma empresa autônoma. Ela é autônoma, é uma autarquia.

Em tese, nenhum ministro pode ter responsabilidade, a não ser que se prove o contrário do que se está falando.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Eu pergunto, porque, com base em todo esse escândalo, por meio de seus advogados, por meio da própria preocupação, a partir do momento em que alguém é acusado de algum fato, é preciso apresentar sua defesa, o contraditório, ampla defesa; são direitos fundamentais constitucionais.

V. Exa. tem como colaborar com esta CPMI informando em qual gestão, qual ministro talvez tenha deixado de fazer aquilo que deveria fazer, que tenha prevaricado, tenha sido negligente?

O SR. CARLOS LUPI – Não, eu me sinto sem condições de dar essa informação, porque são gestões que eu não acompanhei, são ministros e Parlamentares, não Parlamentares, que desenvolveram seu trabalho de que não tenho informação, a não ser aquelas que já são divulgadas.

Ministros, Parlamentares, não Parlamentares que desenvolveram o seu trabalho que eu não tenho informação a não ser aquelas que já são divulgadas. Eu me basear naquilo que é divulgado pela mídia como verdade absoluta, sem dar o direito de defesa, seria uma injustiça que eu não gostaria que cometessem comigo nem com ninguém.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Perfeito.

Sr. Ministro, na semana passada, a gente recebeu a Eliane, da CGU, e ela informou que o Ministério da Previdência e também o próprio INSS, a Presidência do INSS foi informada expressamente sobre esses descontos ilegais – ilegais porque o consumidor não tinha conhecimento, não concordava...

O SR. CARLOS LUPI – Não era autorizado.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... não anuía, não era autorizado.

Quando V. Exa. recebeu essa informação, qual foi a primeira conduta a ser realizada após essa formalização de informação por parte da CGU?

O SR. CARLOS LUPI – O primeiro, repito, nós tomamos... a partir do momento que o corpo técnico tomou conhecimento que a CGU, desde 23, fez várias reuniões com o INSS, montamos uma comissão para apurar isso. Tinha representante do Ministério da Previdência, não tinha eu numa participação direta. Nunca foi informado a mim diretamente; para os órgãos técnicos, sim. Tanto é que eu elenquei aqui as várias medidas que nós tomamos baseados nessa informação. Mas não são só em 2023, nem fui só em 2019. Isso aconteceu desde 2016, para ser mais exato.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Perfeito, Sr. Ministro.

Nós sabemos que, para que uma associação dessa possa realizar um desconto de um beneficiário, ela tem que, junto ao INSS, assinar um acordo de cooperação técnica. V. Exa. sabe se esse acordo de cooperação técnica tem um custo ao Erário público, tem um custo para o Ministério da Previdência, tem algum custo para o INSS?

O SR. CARLOS LUPI – Não, não tem custo nenhum. Eu já elenquei, por ano, todas as que tiveram autorização. Apenas uma foi renovada na minha gestão, em 2023 – renovada; já existia – , mas a princípio não tem custo nenhum, não.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Perfeito.

Eu trago aqui, Excelência, informações, com base nos inquéritos a que a gente teve acesso, de que esse acordo de cooperação técnica tem um custo em razão do contrato com a Dataprev de R$73 mil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS LUPI – Isso era para a Dataprev?

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Para a Dataprev.

O SR. CARLOS LUPI – Não era para o Ministério?

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Não, não era para o Ministério, exatamente.

Então, esse custo de R$73 mil é um custo arcado pelo INSS para com a contratação do Dataprev, ou seja, cada acordo de cooperação técnica tem um custo de R$73 mil.

Em razão disso, me gerou uma preocupação porque parece que o INSS... o INSS acabou tendo um benefício com esses descontos, porque em cada desconto realizado pelo INSS, por mês, o trabalhador pagou dez centavos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Se a gente fizer um cálculo rápido aqui, sendo que quatro... mais de 4 milhões de beneficiários tiveram descontos no período de 2019 a 2024, calculando o mês, a gente poderia chegar ao valor de mais de R$29 milhões que o INSS arrecadou em razão dos descontos realizados de forma indevida aos beneficiários.

Sobre essa afirmação, V. Exa. poderia confirmar se o INSS teve vantagem com isso em razão desses percentuais?

O SR. CARLOS LUPI – A princípio, a informação que eu tenho é que o agente que faz todo o sistema de informatização e desconto é a Dataprev. A Dataprev recebe, não só dos acordos de cooperação técnica das instituições mas também dos bancos, um pagamento pelo serviço prestado. Então, eu não posso afirmar a você se tinha alguma... algum pagamento oficial para o Erário, porque isso tem que ser pago direto ao Erário. Não posso afirmar. Sei que a Dataprev tinha.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Presidente, apenas para concluir aqui, mais dez segundos.

Eu quero agradecer ao Ministro por ter respondido todos os questionamentos. Aqui destaco a importância desta CPMI para que a gente possa fazer com que o trabalhador, o beneficiário do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

INSS, a mãe atípica que recebe BPC, para que as pessoas que, infelizmente, neste momento estão recebendo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Deputado.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... descontos indevidos por parte de um empréstimo consignado possam ter maior segurança. Infelizmente, esses descontos estão gerando um superendividamento ao consumidor e ao trabalhador brasileiro.

Portanto...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado!

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... muito obrigado pelas respostas e pode ter certeza...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado!

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... de que a gente vai se dedicar ao máximo aqui, para fazer com que a justiça seja prevalecida neste país.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado Duarte Jr.!

Obrigado.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Questão de ordem, Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, a gente se prepara para fazer as perguntas ao depoente – ele está como testemunha –, com base em dados e documentos que chegam até as nossas mãos.

Com certeza, quase todos que ainda vão falar têm como base que o Ministro, em 29/04 e 25...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Isso não é questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – ... disse, na Câmara, que a D. Tonia era amiga pessoal dele.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Para contraditar...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Aqui, neste instante, ele falou que ela não era amiga pessoal.

Como nós vamos continuar conduzindo as perguntas? Talvez, dar a oportunidade – é uma questão de ordem e o Presidente aceita ou não – de o Ministro se retratar com relação a essa fala...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Para contraditar...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – ... para a gente continuar.

E também, ele fala...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, só um instante. A resposta sobre a questão de ordem ou não é da Presidência, senhores. Por favor.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – É, nós estamos conduzindo uma investigação.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Para contraditar...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Nós nos preparamos como grupo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Como nós vamos continuar perguntando ao Ministro?

A outra coisa também é que ele informou, aqui, na Comissão, também, que ele só ficou sabendo a partir do momento da operação da CGU, quando estourou; mas o órgão técnico que recebeu a notificação era ligado ao gabinete dele, que é o órgão de controle interno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, segundo, nós temos um requerimento em que ele respondeu ao Deputado Evair em maio de 23 e já soube.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senadora Damares, por gentileza.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Então, Presidente, é sobre como nós vamos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante.

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG) – A Senadora está tomando o tempo da gente.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Não, Presidente, não, não.

Como nós vamos continuar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor.

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG) – A Senadora está tomando o tempo da gente, Presidente.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Não, nós estamos em fase de investigação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou responder à questão de ordem.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Como nós vamos continuar a investigação?

A minha questão de ordem: se o Ministro puder...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Vou contraditar.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – ... falar sobre essas três contradições...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG) – Furou fila, Presidente! Está furando fila.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – ... senão muda toda a nossa investigação nesta noite.

Esta é a minha questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senadora, a questão de ordem de V. Exa. não será recolhida por esta Presidência, uma vez que V. Exa. terá o tempo suficiente para fazer as perguntas e se dirigir à testemunha sobre as questões que foram colocadas aqui.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, V. Exa. me desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não há o que desculpar, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não, veja bem, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa. não deixou nem eu terminar ainda

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Veja bem, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu posso terminar, por gentileza, de dar a resposta?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Pode, pode terminar, mas eu tenho direito a contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, mas eu não neguei o direito de V. Exa.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não, mas o senhor estava dando o resultado antes de ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu não neguei ainda a V. Exa. o contraditório.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Está bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu só vou dar a resposta final, porque a resposta de uma questão de ordem é da Presidência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Vai dar a resposta final antes de ouvir o contraditório?

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Não precisa de contraditório, porque V. Exa. já indeferiu, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É, já está indeferido.

Mas, senhores...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Uai, então eu vou furar fila também e começar a falar o assunto que eu quero.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor, por gentileza, estamos indo muito bem e vamos continuar assim.

O Líder do Governo, Paulo Pimenta, com a palavra. Dois minutos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Presidente, veja bem, o que aconteceu aqui agora é algo que nós não podemos permitir.

Teve uma fila, as pessoas chegaram no horário e se inscreveram para falar. Com todo o respeito que merece a Senadora, ela não está inscrita, ela não veio aqui, aí pede uma questão de ordem claramente com o objetivo de fazer uma fala, uma manifestação, faltando, inclusive, com respeito aos demais colegas, porque todos nós estamos aqui cumprindo a regra, chegando cedo.

Então, o senhor me permite lhe dizer uma coisa, ou a gente vai ter uma regra aqui, que é uma regra para todo mundo, de continuarmos aqui nos tratando com respeito, com consideração, como a gente está fazendo; ou cada um aqui vai querer ser mais...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ...esperto do que o outro, querer atravessar aqui como se fosse uma questão de ordem, claramente com o objetivo de fazer uma fala não regimental, fora de tudo aquilo que nós combinamos.

Então, eu quero dizer a V. Exa. que eu lamento. Lamento a Senadora fazer o que ela fez aqui. Não é dessa maneira como a gente deve se comportar do ponto de vista ético, do ponto de vista do respeito. E esse tipo de atitude, sinceramente, é algo que a gente tem que condenar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra, a Deputada Coronel Fernanda.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Presidente, eu vou direto às perguntas por causa do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT. Para interpelar.) – Sr. Carlos Lupi, o senhor foi ministro. Eu li no seu currículo que o senhor tem conhecimento na área de administração. Em virtude de tudo que aconteceu, tudo o que o senhor falou hoje aqui é que o senhor não sabe, o senhor não viu, o senhor não ouviu e, na pior das hipóteses, o senhor não sabe do que está falando. Isso é um resumo de tudo que o senhor falou hoje – no dia de hoje.

O senhor, com tanta experiência política, experiência administrativa... Nós temos aí algumas associações que, a meu ver e diante das testemunhas que já estiveram aqui, são contaminadas, são criminosas, e muitas delas estão com pessoas ligadas ao Governo: a Conafer, a Contag, o próprio Sindnapi. E aí eu quero fazer uma pergunta para o senhor: o senhor sabe, o senhor tem conhecimento de que um dos representantes do Sindnapi é o Frei Chico, irmão do Presidente Lula? O senhor o conhece? O senhor já falou que o amigo do senhor, Milton Cavalo... Já tem um grande tempo de conhecimento.... Eles tiveram um benefício com o senhor como ministro?

O SR. CARLOS LUPI (Para expor.) – Reitero aqui o que eu falei antes.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Não, o senhor repita para mim de novo a pergunta, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS LUPI – Não, vou reiterar a resposta. Conhecia o Frei Chico quando fui Ministro do Trabalho. Tive com ele algumas vezes e nunca me pediu nada da Previdência Social. O vulgo Cavalo conheço há pelo menos 20 anos porque é filiado ao PDT e meu companheiro de partido.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – O senhor recebeu o pedido das associações – um ofício, né? –, para que concedesse o desbloqueio dos benefícios. O senhor atendeu a esse ofício? Quem lhe entregou esse ofício?

O SR. CARLOS LUPI – Todas as associações tiveram uma audiência pública dentro do ministério. Todos os pedidos que eu recebi, encaminhei ao INSS, que é o órgão competente para deliberar sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Quais foram os pedidos deles?

O SR. CARLOS LUPI – Tinham vários pedidos, cada um tem uma relação. Eu não os tenho aqui para poder responder.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – O senhor confirma que eles pediram o desbloqueio dos benefícios?

O SR. CARLOS LUPI – Em alguns casos pediram, não tem a especificação do quê, mas em alguns casos era isso, era a melhoria da área de informática, tinham vários pedidos.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – O senhor pertence a qual partido?

O SR. CARLOS LUPI – Eu sou fundador e Presidente nacional do PDT, Partido Democrático Trabalhista.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – O senhor colocou pessoas ligadas ao seu partido na administração junto lá no Ministério?

O SR. CARLOS LUPI – Com certeza, que é... Ser filiado ao partido não é crime de ninguém, é uma opção, e eu confesso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – O senhor tem conhecimento, de forma indireta, de que o partido do senhor estaria envolvido diretamente com os problemas que aconteceram na Previdência, como facilitação, favorecimento dessas instituições?

O SR. CARLOS LUPI – Nós... Ninguém do meu partido teve favorecimento, teve uma sequer acusação sobre isso.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – O senhor sabe me dizer se algum político ligado ao seu partido recebeu mesadas ou qualquer valor em pecúnia para facilitar esse trânsito entre o Ministério e o Parlamento?

O SR. CARLOS LUPI – Nunca tive essa informação e, se tivesse, eu não aceitaria.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – O que o senhor fez para barrar o roubo dos aposentados? Por que o senhor falou que o senhor tomou conhecimento a partir de 2023, mas quando que o senhor saiu mesmo de lá?

O SR. CARLOS LUPI – Agora, 2025.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Dois mil e vinte e cinco. Então, 2023-2025, dois anos, não é?

O que o senhor fez nesses dois anos para impedir que esse roubo tomasse a proporção que tomou?

O SR. CARLOS LUPI – Vou elencar para a senhora. Nós iniciamos em 2023, com uma reunião com o Dr. Glauber, que era o então Presidente do INSS, com a Polícia Federal, e formou-se um grupo para estudar coibir-se a fraude. Depois, em agosto de 23, o Governo Federal criou, com esse grupo também e com a participação do Ministério da Gestão, da Inovação, Fazenda, Planejamento, para reforçar a fiscalização. O Governo Federal criou esse grupo, aprimorando os dados que a Dataprev mandava para lá.

No Decreto 11.647, de 16 de agosto de 2023, assinado pelo Presidente da República e por mim, também foi colocada a necessidade de melhoria do sistema de informatização, com a Dataprev, o Ministério do Trabalho, a modernização, e principalmente para dar mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

transparência, onde participava Previdência Social, Casa Civil, Ministério da Fazenda, Ministério da Gestão, Ministério do Planejamento, INSS e Dataprev.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Tá. De tudo isso que o senhor falou até agora, foi só enrolação e "embromation".

O SR. CARLOS LUPI – Bom, isso é a senhora...

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Porque, assim, o senhor tinha a oportunidade e a auto...

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ela tem direito ao posicionamento dela.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Para o meu tempo? Esse povo fica... Pelo amor de Deus!

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Mas não agredir, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dessa maneira, eu vou aumentar o tempo da Parlamentar.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Eu fiquei quieta, ouvi todo mundo. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Um minuto para a Parlamentar.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Porque o senhor era a pessoa que mandava no Ministério. Por que o senhor já de imediato não suspendeu esses descontos? Aguardou o cidadão brasileiro, aquele mais vulnerável, ser prejudicado durante dois anos para depois, com a Polícia Federal e a CGU, que tomou conhecimento não foi pelo Governo, foi porque pessoas comuns começaram a fazer denúncias que estavam sendo prejudicadas, e essas associações não os recebiam, não atendiam!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E principalmente dentro das normas, quando o senhor tem lá e a ... Quando a associação aceita e o INSS também aceita os ACTs, tem lá uma cláusula que fala que, quando há o pedido de exclusão é para se atender imediatamente, e isso não aconteceu! Não está acontecendo! Por que o senhor não suspendeu imediatamente e, pelo contrário, criou grupos de estudo, deixando que corresse solto?

O SR. CARLOS LUPI – Bom, em primeiro lugar, Deputada, essas questões só se sabe, sabendo hoje, com a apuração da Polícia Federal do Governo de que eu faço parte, porque anteriormente foram arquivados dois processos da Polícia Federal...

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Não, eu quero saber, porque o senhor falou que o senhor tomou ciência em 2023. Por que em 2023 o senhor não tomou essa providência imediatamente?

O SR. CARLOS LUPI – Se a senhora me deixar responder, agradeceria, se puder. Senão, eu fico quieto. Conforme a senhora quiser.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Por que o senhor não suspendeu imediatamente em 2023? Por favor!

O SR. CARLOS LUPI – Porque nós não tínhamos ainda investigação adequada. Isso começou em 2016. Teve dois processos da Polícia Federal arquivados.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Estou falando só de 2023!

O SR. CARLOS LUPI – Só começou em 23 a apuração. Começou então a apuração. Depois que começou essa apuração, que surgiu de denúncias feitas para o INSS e para a Previdência, foi a base que fez a Polícia Federal e o INSS começarem essa grande operação. Depois dessa operação deflagrada, quando chega em maio... Desculpe, em abril... Abril, maio. Abril. Abril deste ano é que eclodiu o processo que a Polícia Federal fez. Aí deu-se a dimensão desse processo.

Até então todos nós achávamos que era um negócio bem menor, e, infelizmente, era bem maior, bem mais volumoso, como está acontecendo. Sendo investigado, vai chegar a 2 milhões de devoluções, mostrando que o Governo está agindo, que não é enrolação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Então, quer dizer que o roubo pequeno para o senhor podia passar tranquilo, porque o senhor acabou de falar.

O SR. CARLOS LUPI – Bom, a senhora...

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Se o senhor tomou ciência...

O SR. CARLOS LUPI – A senhora gosta de fazer interpretação do que eu falo.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Eu estou perguntando para o senhor, por favor, por favor.

O SR. CARLOS LUPI – A senhora não deixa eu responder.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Então, eu quero dizer o seguinte: só tomou providência agora que ficou grande, mas, quando era pequeno, não tinha problema e não foi tomada nenhuma providência?

O SR. CARLOS LUPI – Vou repetir para a senhora: foram criados grupos que trabalharam nisso.

Olha, só de um...

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Qual foi o prazo que o senhor deu para esses grupos?

O SR. CARLOS LUPI – Só para dar números para a senhora...

Ela não deixa eu responder.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Coronel, Deputada, deixa ele responder uma pergunta...

O SR. CARLOS LUPI (*Fora do microfone.*) – É difícil.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Ele já responde....

Eu quero saber qual é o prazo que ele deu para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS LUPI – A senhora faz quatro perguntas ao mesmo tempo e não me deixa responder uma.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A Parlamentar tem direito de fala e imunidade na fala dela. Todos nós temos.

Eu só peço à Deputada que permita à testemunha responder...

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... uma pergunta após outra, o.k.?

O SR. CARLOS LUPI – Então, aqui, Deputada, nós fizemos algumas suspensões. Só para a senhora ter uma ideia – a senhora não é obrigada a ter todas as informações e eu sou obrigado a dá-las –, nós temos hoje dez investigações em dez acordos de cooperação com dez instituições. Nove foram autorizadas nos Governos de 1994, 2014, 2017, 2022 e apenas um em 2023, renovado.

E nós fizemos uma ação concreta. Só para a senhora ter uma ideia, o número de cancelamentos – cancelamentos – por conta dos descontos indevidos passou, de 2022, de 715 mil, para 2023, para 465 mil cancelamentos, que depois passou, para 2024, para 1.516.500 cancelamentos, ou seja, aqui é a ação, cancelado.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Isso é o cancelamento de quê? Da instituição, do direito dela...

O SR. CARLOS LUPI – Não, não...

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – ... ou da parte?

O SR. CARLOS LUPI – De descontos indevidos.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Então, diante dessa sua fala, por que o senhor não suspendeu imediatamente as associações? É porque já tinha lá descontos indevido, já tinha sido detectado por vocês, e vocês não tomaram providência. Por quê? Sendo que, quando a gente pega as questões do acordo de cooperação, fala que as instituições, juntamente com o INSS, a Previdência e todos os outros órgãos deveriam ter tomado providência e suspendido, tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

penalidade para isso. E por que não foi aplicada a penalidade imediatamente, ao contrário do cidadão, que foi penalizado com o roubo do seu dinheiro?

O SR. CARLOS LUPI – Todas as instituições tiveram suspensas as suas atividades durante um tempo pelo INSS, que é a autarquia responsável. Depois, alguns, com medidas judiciais, e outros, com pareceres técnicos, voltaram a ter. Mas o cancelamento é fato concreto, e a senhora disse que não foi tomado fato concreto. Passamos de 115.541, em 2022, para 420 mil; depois, de 1,452 milhão para 1,516 milhão cancelamentos.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Cancelamento das pessoas. Por que o senhor não tomou imediatamente uma determinação para cancelar a autorização para as associações? Esperou mais de 1 milhão de pedidos de cancelamentos e a ordem da Polícia Federal e das instituições de fiscalização para suspender?

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Por que o senhor não tomou imediatamente...

O SR. CARLOS LUPI – Todas as...

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – ... se o senhor teve de 2023 a 2025?

O SR. CARLOS LUPI – Todas as instituições que tiveram fraude foram suspensas as suas atividades. Depois...

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Agora?

O SR. CARLOS LUPI – Não, não, antes. Elas tiveram suspensas as suas atuações anteriormente, algumas dessas que estão aqui; depois, por medida ou de liminar judicial ou por ações dos grupos técnicos que ficaram examinando isso, voltaram a funcionar.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – E para terminar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Deputada.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Para encerrar, por favor...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda tem tempo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Para terminar, por que o senhor falou que é contra a Febraban, mas aceitou convite do banco BRB para assistir a jogo e foi passear em avião de propriedade privada? O senhor acha isso correto, como administração pública? É porque nós sabemos que a administração pública não pode aceitar presentes – e isso é um presente –, diante de um problema tão sério, como o que está acontecendo na Previdência, onde servidores... que eu acho que o senhor foi enganado, traído, enrolado pelos seus assessores, que culminou no prejuízo do povo brasileiro.

O SR. CARLOS LUPI – Em primeiro lugar, Deputada, todo esse prejuízo que o povo brasileiro teve, os nossos queridos aposentados e pensionistas estão sendo ressarcidos – nunca foi feito isso antes –, 2 milhões de aposentados e pensionistas vão ter de volta os descontos indevidos, que começaram lá em 2016.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, senhores, a testemunha está se manifestando.

O SR. CARLOS LUPI – Dois milhões, desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor.

O SR. CARLOS LUPI – Já está chegando a 2 milhões.

Segundo...

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Só um pouquinho, porque eu não escutei o senhor por causa do barulho.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor. Não, não, não...

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Eu não estou escutando o que ele está falando, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza, pode continuar, Sr. Lupi.

O SR. CARLOS LUPI – Bom, muito obrigado.

Chegamos agora, pela primeira vez, à devolução... vamos chegar esta semana ainda a atingir 2 milhões de aposentados e pensionistas que estão recebendo de volta os descontos indevidos. Isso é inédito, nunca aconteceu neste país esse fato concreto.

Segundo, essa questão de cancelamento eu já expliquei à senhora. Essa viagem que a senhora está falando foi uma denúncia feita quando eu fui Ministro do Trabalho, em 2008, que foi simplesmente cancelada por falta de objeto, não teve nenhuma prova disso. Em notícias de jornais... Eu não tenho nenhum processo sobre isso.

É só isso que eu queria responder.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

Com a palavra, dez minutos, o Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Senador Carlos Viana; Deputado Alfredo Gaspar, Relator; convidado, ex-Ministro Carlos Lupi, ouvindo aqui, me parece que o senhor crê que é possível que nós todos achemos que, durante mais de dois anos à frente do ministério, o senhor realmente não viu a roubalheira que aconteceu, não viu ou não participou. É isso que o senhor está dizendo aqui, em outras palavras.

Certamente, a pessoa mais avisada poderia até ficar um pouco atônita, pensando que um Ministro da Previdência não soubesse do que acontecia sob as suas barbas no INSS: R$6 bilhões, no mínimo, roubados de aposentados, deficientes físicos, idosos, e o Ministro não sabia de nada.

Agora, basta começar pelas contradições na sua fala para ver que não é de confiança o seu depoimento aqui, Sr. Ministro. Para começar, o senhor disse que a única renovação, em resposta à Senadora Eliziane Gama, o único acordo de cooperação renovado, enquanto o senhor foi Ministro, foi com a ABSP, 2023. O senhor disse isso, está na nota taquigráfica.

Quem era o Ministro de Lula no dia 9 de novembro de 2023, Sr. Carlos Lupi? Quem era o Ministro?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS LUPI (Para expor. *Fora do microfone*.) – Eu, claro.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor.

Sindnapi foi renovada.

O SR. CARLOS LUPI – Foi renovada antes.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor... Aqui está o documento. O senhor mentiu! O senhor mentiu!

Quem era o Ministro no dia 28 de agosto de 2024, Sr. Ministro? Quem era o Ministro de Lula, dia 28 de agosto de 2024? Quem era? (*Pausa.*)

Responda, por gentileza: quem era o Ministro de Lula? Quem era?

O SR. CARLOS LUPI – Já respondi.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, dia 28 de agosto de 2024 é outra pergunta.

Quem era o Ministro?

O SR. CARLOS LUPI – Eu, Ministro.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – A Contag teve ACT renovado.

As duas empresas, os dois sindicatos que roubaram os aposentados, e V. Exa. está aqui dizendo que só teve uma renovação. O senhor mente, mente, mente e cai em contradição!

O senhor deve se lembrar dessa foto, senão eu vou lhe refrescar a memória. Isso é de 2011, essa é a fundação da Contag. Foi enquanto o senhor era Ministro do Trabalho, antes de ser demitido pela Dilma, conseguiu a proeza de ser demitido pela Dilma – pela Dilma!

Pois bem, esta Conafer – Conafer; se me equivoquei, corrijo – foi uma das entidades que mais roubaram sob o seu ministério. No INSS, inclusive... Perdão, estou com... Inclusive, aqui o gráfico demonstra muito bem o quanto, em 2023 e em 2024, foi descontado de associados pela Conafer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, Sr. Presidente, talvez não vá causar surpresa, para quem está acompanhando esta minha interrogação aqui, que, no dia 9 de março de 2023, o Sr. Ministro esteve com uma representação da Conafer no seu gabinete, enquanto Ministro do Lula, e, no dia 17 de março de 2023, graças à portaria que tirou a autonomia do Presidente do INSS... O senhor sempre diz: "Não, mas o INSS é autônomo". Aqui, foi retirada a autonomia do INSS, do Presidente, para indicar diretores. O senhor aqui admitiu que é o seu Chefe de Gabinete que fazia as indicações: "Ah, vinha lá de dentro e eu só assinava". Para mim, quem assina é o responsável; para o senhor, não? Quem assina é responsável pelos seus atos ou não, Sr. Ministro? (*Pausa.*)

É uma pergunta: sim ou não? Quem assina um documento é responsável...

O SR. CARLOS LUPI – Eu vou esperar o senhor acabar todas as perguntas.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não. Eu estou fazendo uma pergunta: quem assina é responsável pelos seus atos? Sim ou não?

O SR. CARLOS LUPI – Não, eu prefiro não responder ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, mas é uma pergunta. É obrigado a responder.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Quem assina é responsável pelos seus atos? Sim ou não?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fora do microfone.*) – Então, o senhor diga que não quer responder.

O SR. CARLOS LUPI – Não quero responder a pergunta.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Presidente, não é possível – não é possível!

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Pause o meu tempo, Presidente, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não. Senhores, a testemunha tem o direito ao silêncio quando não quiser responder. Ele tem direito ao silêncio...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente, pela ordem. Permita-me aqui só...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou suspender o tempo do Marcel van Hattem. Suspende o tempo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Só um segundo. Presidente, a testemunha não pode calar a verdade. Agora, a testemunha pode ficar em silêncio se esse fato foi incriminá-la, e ela tem que deixar isso bem explícito.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não, não, não, não. De jeito nenhum, Presidente. Presidente, isso aí não existe.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Isso é Relator ou inquisidor? O Relator...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O Relator... Não pode fazer uma pergunta que não tem direito de responder...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, senhores.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, senhores.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor não pode permitir isso – o senhor não pode permitir!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Paulo Pimenta...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Cala a boca, Pimenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Por que que não pode? Por que que não pode?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor não é o Presidente desta CPMI! Sou eu quem vou tomar a decisão.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, esta Presidência vai tomar as decisões dentro do aspecto penal.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor tem que garantir ao depoente o direito de responder.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Presidente, cancela o microfone.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, o depoente tem direito ao silêncio.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não, o senhor não está deixando ele responder – é diferente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu não estou deixando?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor tem que garantir...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Paulo Pimenta, o senhor já falou...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu vou falar tantas vezes enquanto o senhor não...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – E eu vou responder a V. Exa. tantas vezes quanto for necessário. E você me respeite, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Tumulto no recinto.*)

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fazendo soar a campainha.*) – Vamos retomar, vamos retomar.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, olha o que o senhor causou aí. Olha o que o senhor causou aí.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor é o primeiro a não respeitar o tempo de ninguém, Deputado Paulo Pimenta.

Senhores, por favor.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fazendo soar a campainha.*) – Não, não vou suspender. Eu não suspendo reunião. Há um decoro...

Sr. Paulo Pimenta, o senhor, por favor, tome o seu assento. Eu não vou responder a V. Exa. aqui em pé, perto da Presidência. Eu não vou respondê-lo aqui. O senhor, por favor, tome o seu assento. O senhor tome o seu assento. O senhor, assim como todos os outros, tem direito à palavra. O senhor tome o seu assento. Eu não vou respondê-lo dessa maneira.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, senhores.

Deputado Rogério Correia.

Por favor, tomem seus assentos.

Senhores.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fazendo soar a campainha.*) – Senhores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa. foi o primeiro. V. Exa. foi o primeiro. V. Exa. foi o primeiro.

Senhores, senhores.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deixe os ânimos se acalmarem.

Deputado Rogério Correia.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Rogério Correia.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fora do microfone.*) – Não, não, não. Deixa transmitir.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores.

Estão encerrando.

Deputado Rogério Correia, por favor.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Rogério Correia.

Senhores.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeira coisa, primeira coisa...

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Primeira coisa: o desrespeito começa quando nós não permitimos que o colega fale. Daí para frente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa. tem sido o mais desrespeitoso comigo, que sou o Presidente desta reunião.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Rogério Correia. Deputado Rogério Correia.

Eu quero que todos aqui possam falar e se expressar livremente. E aqui nós vamos colocar uma coisa com um ponto: a testemunha pode ficar em silêncio quando ela entender que aquele fato a incrimina. É um direito dela. Nesse ponto, Deputado Marcel van Hattem e os outros Parlamentares, os senhores, diante disso, podem colocar: ele não respondeu, e eu quero que seja colocado em ata esse ponto. E passem para a próxima pergunta, senão nós não vamos sair daqui hoje.

Deputado Marcel van Hattem, o seu tempo está retomado.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O depoente tem direito a responder, Presidente.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Presidente, ensina o Deputado Paulo Pimenta que ele não é Presidente da Comissão, só isso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, senhores.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Nem o Sóstenes é Presidente da Comissão

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Rogério Correia, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor.

Eu espero, eu espero, com toda sinceridade, que os senhores, diante de milhões de brasileiros que estão nos assistindo, que os senhores mantenham o decoro e a responsabilidade que o povo exige de nós.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Perfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Nós aqui, o nosso objetivo é dar respostas às pessoas que estão nos acompanhando. Então eu vou...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Para dar resposta, ele tem que ter direito de falar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sr. Paulo Pimenta, por gentileza.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Presidente, olha o Sóstenes dando soco em mesa aqui, olha.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos dar sequência.

A testemunha pode se manter em silêncio, dizer: "Eu vou me manter em silêncio", e nós vamos colocar isso.

Dez minutos, retomando o tempo do Deputado Marcel van Hattem.

Por favor. Dez minutos para novos questionamentos.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Como dez minutos?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dez minutos.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – São cinco minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não. Não, não, não. O senhor não é... O senhor não é o dono da CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dez minutos.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Presidente...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Cinco minutos!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dez minutos. Esta Presidência decidiu por dez minutos, Deputado. Por favor.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – V. Exa. não tem esse poder.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Tenho. Eu tenho esse poder.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não tem, não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu tenho esse poder.

O SR. MAURÍCIO CARVALHO (Bloco/UNIÃO - RO) – Corta o microfone do Paulo Pimenta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu tenho esse poder: art. 89 do Regimento.

Por favor, dez minutos para o Deputado Marcel van Hattem.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/REDE - PE) – Vai comprometer a audiência, Presidente. Vai comprometer a audiência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Obrigado, Presidente. Então, eu agradeço...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Nós não podemos comprometer é as pessoas que estão nos assistindo que querem resposta dessa CPMI.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/REDE - PE) – A parcialidade compromete, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, não há parcialidade. Há uma Presidência aqui que vai tomar as decisões...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/REDE - PE) – A parcialidade da Presidência compromete a audiência. Compromete.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Só peço que o tempo recomece nos dez, Presidente. Eu agradeço.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Presidente, só chamar a atenção no... (*Pausa.*)

Obrigado.

Presidente, então, aqui é claro: o Deputado Alfredo Gaspar tem razão. A testemunha que está aqui tem direito ao silêncio – quando entender que não é para incriminá-la, quando não quer se incriminar. Então, juridicamente, o senhor pode até estar se protegendo agora, mas o senhor já, politicamente, declarou culpa. O senhor tem responsabilidade, sim, sobre as nomeações a partir da portaria que deu ao seu chefe de gabinete o direito de nomear quem quiser, sem passar pelo Presidente do INSS.

Essa ladainha: que veio lá de dentro, veio para o senhor e aí o senhor indicou quem veio lá de dentro... Então, por que o Presidente do INSS ficou sem esse poder? Qual foi o motivo?

Mas o senhor também não quer responder. O senhor olha para mim, fica observando o cenário, mas não responde, porque sabe que isso pode incriminá-lo, porque quem cala concorda, consente – na minha opinião. Pode ser uma opinião diferente da sua, mas, politicamente, o senhor já está assumindo a autoria de todas essas indicações. E não podia ser diferente, porque, quando eu assino um papel, eu sou responsável por essa assinatura. Quando o senhor nomeia um chefe de gabinete e esse chefe de gabinete nomeia Geovani Spiecker, Jucimar Fonseca, e depois, mais tarde, Reinaldo Barroso de Almeida, dos quais Geovani e Reinaldo aparecem no relatório da Polícia Federal como responsáveis, em agosto de 2024, por enviar milhares de nomes de idosos e deficientes físicos e aposentados em geral para terem seus descontos nos benefícios, quando a Polícia Federal decide afastá-los por esse motivo, significa que V. Exa. teve responsabilidade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque V. Exa. foi quem indicou essas pessoas. E, por isso, o senhor não quer dizer que não tem – ou que tem – responsabilidade. Simplesmente fica em silêncio.

Mas continuo aqui o que eu tinha preparado para falar, Sr. Presidente, porque há mais contradições.

Nós vimos aqui o Sr. ex-Ministro dizer, em resposta ao Relator Alfredo Gaspar, que o Sr. Glauber, o anterior Presidente do INSS – perdão: Glauco Wamburg, peço até para que as notas taquigráficas sejam corrigidas, porque diz Glauber aqui –, Glauco Wamburg não havia sido demitido em virtude da farra das passagens – da farra das passagens – que é o que diz a matéria do Metrópoles. O senhor diz: "Não".

A pergunta é se o escândalo que foi tornado público teve alguma influência na exoneração dele. O senhor responde: "Não, o escândalo foi depois da abertura do inquérito; ele já tinha saído quando aconteceu o escândalo". Mas a demissão dele foi após o escândalo. Como o senhor explica isso? E por que, afinal de contas, o senhor trocou o Presidente do INSS?

É uma pergunta.

O SR. CARLOS LUPI – ... o direito de ficar em silêncio.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor vai ficar em silêncio?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A testemunha ficará em silêncio. (*Pausa.*)

Então, por favor, no microfone, que o senhor ficará em silêncio.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Falou tanto até agora que se contradisse, tantas vezes, que, no primeiro Deputado, aliás, teve outros que já fizeram coisa parecida. A Senadora Damares também está de parabéns aqui por apontar forte contradição de o senhor dizer que a Tonia não é sua amiga. Mas o senhor disse que era sua amiga pessoal na Câmara dos Deputados. E a Sra. Tonia...

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG) – Não disse não, porque eu estava lá.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG) – Não. E não é assim também não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor. Por favor.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – É assim sim.

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG) – Não é assim também não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor.

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG) – Eu estava lá. Eu estava lá e não...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Peguem as notas taquigráficas.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A cada interrupção...

Olhem aqui, senhores...

Suspendam o tempo do Deputado Marcel van Hattem, por favor.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Suspenda o tempo, por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Suspende o tempo.

A cada... A cada interrupção... A cada interrupção, e isso em todas as sessões, eu vou repor o tempo.

Então, por favor, se continuarem interrompendo, eu vou aumentar o tempo.

Os senhores vão respeitar uns aos outros aqui, porque eu tenho pedido e a gente tem ido bem. Cada um vai ter o seu tempo para colocar o seu posicionamento aqui. Agora, vamos respeitar a palavra do colega Parlamentar.

Na sequência, Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor repõe um minuto, por gentileza? (*Pausa.*)

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor diz aqui que não sabia que era uma corrupção desse tamanho, a dimensão, o senhor disse exatamente essa palavra, não tinha ideia da dimensão. Pois a Sra. Tonia Galleti, que é sua amiga pessoal, não é verdade? É verdade ou não é verdade?

O SR. CARLOS LUPI – Não respondo.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não responde.

Foi o que ele disse na Câmara dos Deputados. Aqui ele diz que não é, porque lá no Rio se usa amigo para tudo. Aliás, chamou até o Relator de amigo em determinado momento. Eu vi esse ato falho, talvez em sua defesa, mas na Câmara o senhor disse que era amiga pessoal.

Pois bem, a Sra. Tonia Galleti, no dia 12 de junho, depois dessas nomeações todas que o seu chefe de gabinete fez, desses que foram afastados pela Polícia Federal por terem enviado nomes de aposentados, de idosos que não tinham dado acordo para os benefícios, esses que o senhor indicou... Depois da indicação deles, a Sra. Tonia Galletti diz o seguinte: pediu para solicitar a inclusão de discussão sobre os acordos de cooperação técnica das entidades que possuem desconto de mensalidade junto ao INSS – estou falando de 12 de junho de 2023, mais de dois anos atrás –, a qual não foi aprovada. O senhor não aprovou a inclusão, uma vez que a pauta já estava elaborada. "Veja bem. Já tem a pauta. Vamos deixar para depois".

Ela reforçou a solicitação, tendo em vista as inúmeras denúncias feitas, mas o senhor disse que não tinha dimensão do tamanho antes. Mas ela fez, na época, uma fala dizendo que inúmeras denúncias tinham sido feitas e pugnou, ou seja, defendeu que fossem apresentadas a quantidade de entidades que possuem ACTs com o INSS, inclusive algumas que o senhor depois renovou e mentiu aqui, dizendo que não renovou.

Falou na curva de crescimento dos associados nos últimos 12 meses e uma proposta de regulamentação que trouxesse maior segurança aos trabalhadores, ao INSS e aos órgãos de controle.

O Sr. Presidente disse que a solicitação era relevante – agora não tem ideia da dimensão –, mas, então, era relevante. Mas não tinha condição de fazê-lo. Solicitou que o tema fosse pautado como o primeiro item da próxima reunião. O senhor pautou como o primeiro item da reunião seguinte do Conselho Nacional de Previdência Social?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS LUPI – Não vou responder.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor pautou ou não pautou? É uma resposta objetiva.

O SR. CARLOS LUPI – Não vou responder.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor não vai responder. Mas o senhor não pautou. Eu lhe dou a resposta, porque é público.

O SR. CARLOS LUPI (*Fora do microfone*.) – Não vou responder.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor não pautou. O senhor prevaricou, porque havia uma denúncia séria de uma pessoa que é membro do Conselho. O senhor prevaricou, porque o senhor não pautou. O senhor disse que pautaria, o senhor não pautou. O senhor foi conivente com o roubo, no mínimo, porque o senhor sabia, e hoje mente dizendo que não sabia da dimensão do problema!

Mas tem mais, Sr. Presidente; tem mais! Depois, foi formado um grupo de trabalho para formular propostas para melhoria da base de dados de processos, no dia 19 de outubro de 2023. Sabe quando foi isso, Sr. Presidente?

Isto aqui são todos os avisos da CGU, todos os avisos dos órgãos de controle, tá? Tem bastante anotação aqui.

... Dia 19 de outubro o senhor criou um grupo de trabalho. Sabe quando foi isso, 19 de outubro de 2023? Três dias depois da decisão cautelar do TCU dos descontos indevidos, que fez denúncias gravíssimas e determinou a inspeção do INSS. Quem o senhor botou no grupo? Guilherme Pinheiro Serrano, que foi ex-Presidente do INSS durante o Governo Bolsonaro, de 12 de abril até o fim do ano. Por que o senhor botou ele nesse grupo?

O SR. CARLOS LUPI – Não vou responder.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não vai responder.

Pois bem, eles, que falam tanto do ex-Governo, dos ex-participantes, botaram um ex-participante! Será que no outro, no ex-Governo estavam roubando para os sindicatos de vocês?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Foi isso?

O SR. CARLOS LUPI – Não vou responder.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E o senhor botou, além desse, uma pessoa da sua confiança...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... um ex-assessor seu, Thiago Veras, que foi assessor seu, Thiago Veras do Valles, como membro do grupo de trabalho.

Pois bem. Eu vou virar a página aqui de novo, porque, antes do dia 9 de julho de 2024, que é a minha próxima informação relevante, houve o acórdão do TCU proibindo a averbação de qualquer novo desconto sem biometria. O que aconteceu depois do 5 de junho de 2024? No dia 9 de julho, o senhor nomeia, por meio do seu chefe de gabinete, de acordo com a portaria que eu já denunciei aqui, Reinaldo Barroso de Almeida substituto do diretor-geral de pagamentos, o Jucimar, que o senhor nomeou lá atrás, dia 28 de março de 2023.

Todos esses envolvidos e afastados pela Polícia Federal, porque identificou-se, três semanas depois dessa nomeação, no dia 1º de agosto de 2024, que esse Reinaldo, que o senhor tinha acabado de nomear, tinha mandado – e vou mostrar de novo aqui o relatório da Polícia Federal – nomes de idosos, deficientes físicos que foram roubados, roubados nas suas aposentadorias!

E aí é interessante, porque o senhor diz: "Não, eu sou Presidente do PDT, e o PDT isso, o PDT aquilo". Agora é o seguinte: o novo Ministro, Wolney, assinou a emenda que afrouxou regras de controle dos descontos do INSS. O senhor sabe disso?

O SR. CARLOS LUPI (*Fora do microfone.*) – Não vou responder.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor não vai responder? Sabe ou não sabe?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fora do microfone*.) – No microfone, senhor.

O SR. CARLOS LUPI – Não irei responder.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas é fácil, está na imprensa. É *fake news*? É verdade ou *fake news*?

O SR. CARLOS LUPI – Não vou responder. Não vou responder.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Pois bem.

O PDT pediu, por várias vezes, por meio de seus representantes e emendas... E agora, também: o Governo Lula queria aprovar, agora, quando aprovamos o fim dos descontos obrigatórios, queria restituir isso! Então, Sr. Presidente, aqui nada é por acaso. Aqui, nós estamos vendo a construção de uma narrativa que tenta isentar justamente quem estava no controle...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... da situação, quem nomeou todo mundo que ajudou a roubar ou que roubou, dizendo que não tem responsabilidade, ou melhor: não querendo nem dizer que não tem ou que tem, porque preferiu ficar calado na pergunta mais importante desta noite!

E eu vou refazer essa pergunta; eu vou refazer, porque o seu silêncio diz mais alto que qualquer palavra: o senhor tem responsabilidade sobre as nomeações de André Fidelis, Geovani Spiecker, Jucimar Fonseca, Reinaldo Barroso de Almeida? Sim ou não?

O SR. CARLOS LUPI – Não vou responder.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não vai responder, porque o senhor tem responsabilidade – direta. Foi porque o senhor era Ministro da Previdência no Governo do Lula...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Deputado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... que roubaram tantos aposentados. Por isso, o senhor não responde...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... porque a responsabilidade é sua também.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado Marcel van Hattem.

Por solicitação do advogado para...

O senhor vai responder? O senhor quer que suspenda a sessão? (*Pausa.*)

Não?

Com a palavra, o Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco/PT - SE) – Obrigado, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho, Senador, só um minutinho.

O advogado solicitou a suspensão para conversa com a testemunha.

Suspendo a sessão por dez minutos.

(*Suspensa às 21 horas e 29 minutos, a reunião é reaberta às 21 horas e 36 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O.k. Vamos retomar?

Em acordo com o advogado e a testemunha, ela fará as respostas às colocações e às perguntas feitas pelo Deputado Marcel van Hattem.

O senhor tem todo o tempo necessário para responder.

Ligue lá o microfone, por favor. (*Pausa.*)

Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS LUPI (Para expor.) – O que eu combinei com o nobre Presidente é que é um relatório que o Deputado faz na construção de um libelo acusatório. A cada vez que eu respondia a um fato, ele já vinha com outro fato para tentar fazer a minha incriminação no processo.

Então, eu tinha pedido a ele: "Deixe eu responder para o final", porque aí eu saberia qual era a construção da tua... da narrativa de V. Exa., para, em cima da narrativa de V. Exa., saber aonde é que V. Exa. gostaria de chegar.

Em primeiro lugar, eu sou Ministro de Estado, eu não chefio a Polícia Federal...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor, por gentileza, vamos deixar a testemunha se manifestar, por favor.

O SR. CARLOS LUPI – Eu não chefio a Polícia Federal, eu não tenho poder de investigação, eu não quebro sigilo de ninguém e eu não tenho salvo-conduto de nenhuma indicação. Todas as indicações que são do Ministério da Previdência, de qualquer ministério, para qualquer órgão passa antes por um crivo para saber os antecedentes da pessoa. Todas as pessoas que o senhor citou trabalharam no Governo anterior. Isso é uma prova cabal de que eu não discrimino ninguém, quer seja por filiação partidária, quer seja por opção política ou religiosa. As pessoas foram aproveitadas porque o currículo delas era bom; o currículo delas mostrou que eram pessoas do bem.

Eu não tinha poder de ter investigação que a polícia tem, que a polícia chegou ao seu objeto no nosso Governo, já que nos dois Governos anteriores não aconteceu, para chegar a essa conclusão. Ninguém pode ser responsabilizado por atos de terceiros: meu filho não pode responder pelos meus erros; eu não posso responder pelos erros de quem eu nomeio. Cada um é responsável pelos seus erros – ponto.

A questão dos atos normativos que o senhor disse que foram assinados eu tenho que checar. São muitos atos que passam pelo Ministro de Estado. Eu não tinha que tomar conta só do INSS e só da pasta que representa os descontos associativos. O INSS tem muitas tarefas a serem zeladas, principalmente aposentadorias, pensões, bolsas para crianças que têm alguma deficiência. São várias ações, são 1,2 milhão de pedidos em média por mês que chegam à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Previdência. Não tem como eu, como Ministro de Estado que tem que discutir a macropolítica do ministério, começar a discutir com cada órgão o que cada órgão faz no seu dia a dia.

O que nós fazemos é a regra geral. Isso foi feito desde 2023. Foi feito por portaria, foi feito por criação de grupo, foi feito por cancelamento. Agora, cada ser humano é responsável pelos seus atos. Eu não posso ser responsabilizado pelos atos de terceiros. Então, cada um é responsável.

Se a Polícia Federal comprovar que houve dolo; se, dado o direito de defesa, a pessoa comprovar que tem algum tipo de dolo na sua condução como ente público, ela será condenada, ela será... sofrerá as punições previstas por lei. Eu não tenho esse poder de saber quem é ou quem não é de boa índole ou de má índole. Só a prática é que vai mostrar isso. E a investigação da Polícia Federal vai comprovar isso com o tempo, quem é responsável e quem não é responsável.

Só isso que eu queria responder e agradeço, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Senador Rogério Carvalho, por dez minutos.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu só queria perguntar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, Excelência, desculpe...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... se o senhor abre mão dos seus sigilos bancário, telemático e fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O tempo está encerrado, Excelência. O tempo está encerrado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Está à disposição?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Peça a outro Parlamentar que faça a pergunta.

Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco/PT - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar V. Exa., cumprimentar o Relator e cumprimentar o ex-Ministro Carlos Lupi, que eu quero continuar cumprimentando, pelos esclarecimentos que V. Exa. tem dado a esta Comissão.

Creio que todos os Senadores, em tese, e Senadoras, Deputados e Deputadas, ao estarem aqui, até esta hora e até mais tarde, têm um objetivo, que é tentar colocar luz sobre um problema, e, diferentemente da Polícia Federal e da CGU, este lugar tem um papel pedagógico, de mostrar para a sociedade e de apresentar para a sociedade o que aconteceu, tentar esclarecer para a sociedade o que aconteceu ao longo desses anos e por que teve tantos descontos indevidos e não autorizados na Previdência Social.

V. Exa., aqui, já apresentou uma série de elementos que servirão de pistas para esta Comissão, se quiser, de fato, fazer uma investigação séria. Se quiser jogar para a galera, se quiser lacrar, se quiser transformar isto aqui em mais uma rede social, nós não vamos chegar a lugar nenhum; vai só criar um enxame e criar confusão, para chamar a atenção e ganhar *likes* nas redes sociais. Se a seriedade que o cargo e que a função nos impõem prevalecer, nós vamos levar isto aqui com o mínimo de seriedade.

Todos sabem que um ministro, seja ele de que partido for, não é responsável pelas questões operacionais. Isso não o exime de algumas responsabilidades; mas querer imputar a quem quer que seja, a um Presidente da República, a um ministro, determinadas responsabilidades é, no mínimo, um ato de má-fé – certo? –, *a priori*. Como V. Exa. mesmo disse, para imputar a um ministro, a um Presidente de órgão, determinada responsabilidade, é preciso comprovar – há de ser comprovado.

Então, afinal de contas, nós estamos numa Comissão de Inquérito. O inquérito não é uma sentença, não é a definição de um culpado, é colocar luz, para que a gente possa construir um caminho para chegarmos, de fato, aos culpados; ou a gente não quer saber quem foi que disparou, que montou uma tecnologia para fraudar os aposentados? Ou a gente quer, simplesmente, ficar na velha guerra de torcidas? Não vou nem citar futebol aqui, porque é para não estragar nenhum time, colocando esse ou aquele num lado ou do outro. Guerra de torcida vai levar aonde e a quê?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A sociedade está olhando isto aqui. Chega de tanta espetacularização com coisa tão séria. As pessoas tiveram o seu dinheiro descontado indevidamente. As pessoas tiveram.... foram ofendidas moralmente. As pessoas ficaram sem ter o que comer, porque tiraram o dinheiro dessas pessoas, e a gente aqui tentando incriminar as outras pessoas sem prova, sem elementos, com ilações. Isso me lembra sabe do quê? Isso me lembra de um regime autoritário, Sr. Ministro. Sabe o que é um regime autoritário? Em que eles prendem, torturam, matam. É assim que funciona no regime autoritário, ou seja, é na ditadura do Ustra, na ditadura que a gente enfrentou, na ditadura que este país viveu, e que nós derrotamos, e que quiseram implementá-la de volta, em que quiseram matar o Presidente e o Vice-Presidente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco/PT - SE) – É, isso é verdade, porque nós não podemos aceitar aqui neste espaço essa lógica, essa lógica autoritária de querer impor a sua visão sem os fatos, sem os elementos, sem a responsabilidade que nos cabe. Eu não sei aonde nós vamos chegar desse jeito... Em lugar nenhum, lugar nenhum.

Todos sabem, porque aqui tem pessoas que acompanharam o Governo, que foram ministros, que foram secretários e sabem que nenhum nome passa e é nomeado se não passar pelo crivo de uma investigação profunda. Antes de ser nomeado, se tiver um processo, não é nomeado; se tiver alguma condenação, não é nomeado. Todos sabem disso. Fazem de conta que não sabem de nada. Dão uma de desprovido de informação para lacrar, para tirar vantagem. Aonde querem chegar? Dizer que é o Presidente tal ou o Presidente... Não. Tem um esquema que foi montado dentro do INSS, uma tecnologia para roubar os idosos. Se a gente não se aprofundar e ficar nesse bate-boca, a gente não vai identificar quem criou essa tecnologia. Quais foram as incubadoras, para fazer essa tecnologia existir, de roubo, de desconto indevido? Foi a Ambec? Quem foi? Quais foram? Dizer que tem 20 anos, que tem isso, que tem aquilo, sem analisar com profundidade, é leviandade, é não reconhecer o devido processo legal.

Eu não consigo compreender... Tudo adulto!

Sinceramente, Sr. Presidente, sinceramente, nós temos a oportunidade de dar ao Brasil e ao povo brasileiro uma explicação real, porque só com muita tecnologia para poder conseguir fazer o que fizeram. Por que saíram os dados do INSS? Por que vazaram os dados do INSS? Será que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

isso tem a ver com a apropriação desses dados e a montagem de tecnologia para se chegar ao aposentado? Para dar ao aposentado a possibilidade... Ter a possibilidade de enganar o aposentado, passando como se fosse uma rede social, em que as pessoas têm que dizer "sim" ou "não", para poder fazer um desconto no seu contracheque? Será que foi isso?

Eu não sei, mas cabe a esta Comissão investigar. Foi um mecanismo desse tipo? Foi esse tipo de tecnologia que usaram? Foi esse tipo de recurso que foi usado? Creio eu que foi algo dessa natureza. Para ter o volume de desconto que fizeram e a quantidade de pessoas que entraram no sistema.

Em que momento isso aconteceu? Eu quero lá saber se foi no Governo A ou B ou C ou D? Eu quero saber que aconteceu! Mas é claro que foi neste Governo que a Polícia Federal foi até o fim!

Veja, todo mundo sabe que a CGU, o Ministro da CGU foi indicado pelo Presidente Lula. É um órgão do próprio Governo! Se quisesse esconder, teria feito! Isso não faz sentido! O menor sentido! Ou a gente acha que o povo também é besta para estar engolindo essa conversa o tempo todo?

Eu acho que a gente tem uma responsabilidade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco/PT - SE) – ... e a responsabilidade é saber em que momento isso aconteceu e qual o mecanismo, para que a gente evite no futuro, porque o que foi já foi! O Governo já fez uma parte que foi ressarcir essas pessoas, e agora tem que buscar o recurso para poder tapar o buraco no Erário público! Agora, a gente precisa saber qual foi o mecanismo, como é que isso funcionou, quem era que estava por trás efetivamente, e não é fazendo acusações levianas, porque nós vamos chegar a lugar nenhum.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Rogério Carvalho.

Com a palavra o Deputado Mário Heringer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Rolando Lero. (*Risos.*)

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG) – Eu que estou sendo chamado de Rolando Lero? (*Pausa.*)

Não. Presidente, então, o senhor, por favor, reponha os meus poucos segundos ali, porque eu interpretei errado aqui uma manifestação do...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Recomece os dez minutos, por favor, do Deputado Mário Heringer.

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Ministro Carlos Lupi, é uma oportunidade estar aqui neste momento para repetir muitas das coisas que venho falando há algum tempo em entrevistas aos jornais, às televisões: que o nosso objetivo aqui é descobrir o *modus operandi*, quando começou essa tecnologia, como é que está funcionando e como chegou nesse estágio.

É muito fácil, e eu quero aqui pedir ao Ministro Carlos Lupi que mantenha a sua calma, porque têm sido perfeitas as suas colocações exatamente porque você está falando de alma pura.

Aqui tem muitos Deputados e Senadores – não vou citar nenhum deles para não dizer que eu dei direito a pedido de palavra, a contraditório – que vieram aqui para gravar aquele pequeno tempo para aparecer e postar na internet. Teve um que já ficou satisfeitíssimo, sambou aqui na sala, durante o intervalo que foi pedido por esta Comissão para conversa. Satisfeitíssimo. Vai para as redes sociais, vai fazer um sucesso danado, mas não trouxe objetivamente nenhuma verdade, trouxe aqui uma série de ilações, montou um roteiro próprio, para fazer com que as verdades deles parecessem verdades absolutas.

É muito nítido o que eles estão tentando fazer aqui. O que eles estão tentando fazer aqui é tapar o sol com a peneira. O que eles estão tentando fazer aqui é fingir que não aconteceu e pensar que nós não sabemos o que eles fizeram no verão passado. Ora, bolas, se isso não começou agora, quando é que começou? Será que só vale falar de equívocos de um período ou esta CPI teria o objetivo específico de apurar e resolver o problema da roubalheira que teve dentro do INSS?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Será que nós viemos aqui para participar de um circo? Não, não viemos, não, Presidente; não viemos não, Sr. Relator. Nós viemos aqui para trabalhar, trabalhar e mostrar à sociedade brasileira que nós não vamos passar por cima nem vamos passar pano para qualquer pessoa que tenha cometido os seus deslizes, mas também não vamos admitir que se faça com as pessoas o tratamento inadequado que está tentando se dar, nessa segunda volta, depois do descanso das 19 horas ao Ministro Carlos Lupi. Sabe por quê? Porque ele mostrou para todos nós que ele sabia o que estava fazendo, defendeu-se adequadamente e mostrou para todo mundo que ele é competente e é honesto.

O que acontece hoje é que amanhã começa um dia fatídico para esse segmento da política que está aqui hoje nesse aguerrimento todo, exatamente porque, a partir de amanhã, começa uma definição de condenação ou não do Presidente Bolsonaro. E se, comparativamente fôssemos fazer qualquer ilação com relação a ele, aos Ministros da época dele, ou aos Secretários de Previdência, que, no caso aqui, o nosso querido Senador Rogério foi, se fôssemos fazer alguma ilação, estaríamos cometendo o mesmo erro que estão tentando cometer com o senhor hoje, Ministro Lupi.

Portanto, eu peço ao senhor que se mantenha calmo, porque essa é a intenção deles: desvirtuar as informações. Você não é um computador que tenha que saber de todas as datas, de todas as coisas, o tempo todo. E gostei muito da sua atitude em responder a um Deputado, posteriormente às perguntas dele, porque ele estava sendo extremamente agressivo e direcionando um *script* que ele montou para sambar ao final e fazer seus *likes*. Isso ficou patente, ficou evidente, ficou claro. E nós não viemos aqui para bater palma para maluco dançar. Não viemos mesmo. Viemos aqui para trabalhar, viemos aqui para mostrar que nós temos responsabilidade com o nosso país. Nós temos responsabilidade com as pessoas que foram roubadas. Nós temos responsabilidade com aqueles cidadãos que são funcionários públicos do INSS, que não cometeram nenhum deslize e que estão hoje sofrendo um estigma provocado por alguns que fizeram esse desvio.

Esta é a nossa responsabilidade: descobrir quem fez, descobrir como fez, descobrir quando foi, repor o recurso dos aposentados e, mais do que isso, repor a dignidade do INSS, repor a confiança do povo brasileiro nas instituições, que não é comum hoje! Está-se trabalhando exatamente neste país, neste momento, para se desfazer o respeito às instituições, que começou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

no 8 de janeiro. Ninguém quer falar disso? Foram lá, quebraram os três Poderes. Foram lá, quebraram. E agora falam que estão defendendo instituição, estão defendendo institucionalidade. Vão para uma manifestação e colocam a bandeira dos Estados Unidos, uma bandeira dos Estados Unidos para os nossos patriotas! E são esses que vieram aqui, e são esses que vieram aqui para pagar de santos e bons patriotas, de bons brasileiros, de bons procuradores. Não são não!

E ficou muito evidente, Ministro Lupi, que o senhor não discriminou ninguém, o senhor colocou pessoas no INSS, pessoas que lá estavam. O senhor colocou pessoas que, inclusive, participaram do Governo anterior. Isso ficou muito claro, mas eles não querem isso, eles não querem a verdade, eles querem construir narrativas para fazer *likes*.

Isso, não se preocupe, não vai passar lá fora. Isso não vai passar no tribunal de justiça das pessoas que estão assistindo neste momento, em alguns momentos, os excessos que aqui se cometem.

Presidente, eu estou muito satisfeito com a sua posição e pode ter certeza absoluta...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG) – ... que vou continuar aqui e com o mesmo compromisso que nós já fizemos.

Nós não estamos aqui para proteger quem quer que seja, porque se restar provado que qualquer pessoa tem envolvimento, nós vamos chamar essa pessoa e fazer com que essa pessoa se responsabilize, mas é inimaginável que alguém queira que se tenha as datas todas de cabeça, que você tenha todos os dados de cabeça. Isso é uma malandragem da inquirição, é fazer a pessoa mentir ou omitir ou errar exatamente para caracterizar um erro. Isso é malandragem, isso é fuleiragem, isso é gente fuleira que faz, porque se não tem argumento, não tem coisa séria para fazer, usa data, usa esquema de criar razões onde não há razões para se achar o chifre na cabeça do cavalo. É isso, é desse jeito que funciona.

E nós estamos aqui, exatamente, para dizer para o senhor, o senhor continue na sua oitiva, faça o seu papel, mostre a todos e ao Brasil que você está muito bem posicionado e que você não deve nada a ninguém. Não deve por ação, não deve por omissão e não deve de maneira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

alguma. Essa é a minha crença, 100% no seu trabalho, e isso eu quero dizer com toda a sinceridade e do fundo da alma, aqui também tem muita gente que pensa assim, mesmo alguns até da oposição. Eles sabem – eles sabem! Tem uns mais e outros menos, eles sabem.

Eles sabem, por exemplo, que eu não posso acusar o Senador Rogerio Marinho, que está aqui...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG) – Vou sempre e falarei. Eu quero te relembrar disso, porque, se você não for relembrado disso, você não vai ter como lembrar que um dia você pode estar sentado naquela cadeira e vai ter que responder a todos nós. Hoje, inclusive, já foi arguida a sua legitimidade aqui nesse colégio, não foi por mim, mas foi arguida.

Então, sendo assim, eu prefiro que o senhor tenha o seu tempo para refutar o que eu falei, mas tenha, com certeza, sabendo que a partir de agora ou de hoje todos terão que ter o mesmo tratamento aqui. Esse tratamento não pode ser diferenciado, Presidente Viana, não pode ser diferenciado, porque assim que é, se é pau que dá em Chico, tem que dar em Francisco.

Nós vamos ter que ver, nós vamos ter que ver o José Carlos de Oliveira com aquele périplo todo que ele fez durante o tempo que ele passou no ministério, nós vamos saber por que 3 bilhões... Nós vamos ter que saber por que R$3 bilhões desviados durante o mandato do ex-Presidente não estão sendo considerados aqui.

Nós vamos ter que saber por que o ex-Presidente, ao tomar conhecimento junto com o Senador Izalci, em vez de tomar uma ação policial fez uma medida provisória, que o Senador Izalci foi o Relator...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG) – ... desculpa, foi o Presidente, e o Relator era do PL, e disse aqui com todas as letras que eles não tinham maioria no Plenário para mudar isso. É falso! Nós tínhamos 133 votos no Plenário. Só nós tínhamos 133 votos no Plenário, eles não tinham os votos no Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não fomos nós que mudamos, foram vocês que mudaram, foram vocês que tomaram a decisão de não fazer mais.

E, para terminar, encerrando, Presidente, eu quero só lembrar para o senhor que também algumas crianças que estão sendo citadas como beneficiárias do BPC... Isso é normal por uma razão – não estou dizendo que eu concorde –, mas é normal por uma razão: a criança é a beneficiária, você não pode botar no nome do tutor, você tem que botar no nome da criança. Então, isso não está nada errado. O que está errado é botar chifre na cabeça de cavalo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado.

Com a palavra, para a resposta, foi citado o art. 14... Lembro aos senhores que o art. 14 pode ser usado duas vezes durante uma mesma sessão. O Senador Rogerio Marinho terá direito à segunda neste dia de hoje.

Senador Rogerio Marinho, por dois minutos, por favor.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Não são cinco minutos, Presidente? Foram cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Cinco minutos.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Para explicação pessoal.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, eu quero agradecer inicialmente ao orador que me precedeu, porque me dá a oportunidade de falar alguma coisa que vai ser economizada na minha fala. Existem duas situações aqui que são recorrentes, é a mentira reiterada. Ela é dita com muita convicção, porque sequer gera uma expectativa de verdade. Alguém aprendeu isso, acho que foi com o Goebbels, que é o ministro da propaganda nazista.

Então, eles mentem sobre dois aspectos: o primeiro, que essas fraudes começaram no Governo do Presidente Bolsonaro, e eles é que começaram a investigar. Essa mentira é tão gritante que ela não consegue se sustentar em função dos números. E aí eu vou dizer a V. Exa. aqui sobre três números importantes, que estão dentro dos números oficiais do INSS. Os números de associados, para que chamo a atenção dos senhores aqui. No final de 2022, eram 2 milhões de associados que tinham descontos associativos. Nós chegamos, em 2025, em torno de abril,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

maio, a 9,4 milhões. São mais de 7,5 milhões, e este Governo não entendeu, não viu, não percebeu o que estava acontecendo no intervalo de apenas dois anos e meio. Nós tínhamos em torno de R$780 milhões de contribuição, chegamos a um pico de 3,3 bilhões em 2024 e só não estourou em 2025, porque houve a operação da Polícia Federal.

Nós temos uma outra situação, que é o último gráfico de que eu quero falar para os senhores, que mostra de forma cabal que este Governo, infelizmente, é um Governo que foi omisso e até cúmplice do que aconteceu. Entre 2016 e 2018, nós temos 12 situações, 16 situações – desculpe – de descontos associativos com mais de 5 mil pessoas, que foram incorporados ao INSS – dezesseis! No período de 2019 a 2022, apenas quatro, um por ano, sendo que duas foram da Contag e duas foram da outra entidade lá, como é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Não, da Conafer.

Quando chega 2023, 2024, apenas nesses dois anos – eu não sei aqui em 2025 –, vai para 39 situações. Então, essas 39 situações, meus senhores, diferentemente das 4, significam que houve um aumento, parece-me, de 10 vezes mais. Isso mostra que houve um descontrole evidente nos números. Então, contra números não há argumentos. É verdade que aqui a gente está discutindo o método, mas, com a quebra do sigilo bancário das associações e também dos seus dirigentes e das empresas prestadoras de serviços, nós vamos chegar àqueles que foram beneficiários dessa fortuna de recursos. A gente está discutindo aqui mérito.

A outra é que a investigação começa neste Governo. Essa é uma mentira tão descarada que eu fico, assim, impressionado como as pessoas falam aqui com a cara limpa. É uma mentira que não se sustenta, sob vários aspectos: primeiro, a Polícia Federal só começou esse procedimento em dezembro de 2024. E eu escutei aqui ser falado que isso foi em função da ouvidoria do INSS. Não é verdade. O delegado da Polícia Federal responsável por esse caso esteve nesta Comissão e afirmou que o fez em função de publicações do *site Metrópoles*, ou seja, apesar do Governo, a investigação foi iniciada.

E o que é mais impactante: foi dito aqui que em 2016 e 2020, aconteceram duas...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... operações anteriores, que não tiveram consequência. Bom, eu não vou chamar, não vou acusar a Polícia Federal de prevaricadora, apesar de achar que, no caso do Filipe Martins, houve realmente excessos e prevaricação.

Mas neste caso, é bom lembrar que em 2016, a Presidente era Dilma, até agosto. E em 2020, esse procedimento que foi aberto foi justamente para evitar ameaça contra servidores que começaram a investigar a Conafer – a Conafer que tem um patrono que está sentado aqui à mesa conosco. E por fim, ela foi arquivada em 2023, no Governo do Presidente Lula.

Então eu estou aqui sem nenhum receio. Eu não estou aqui um dia só não, estou todos os dias, até março do próximo ano. Se os senhores quiserem, até hoje, vir 1h da manhã, estamos dispostos. Quer na próxima quinta-feira, estamos dispostos. A hora que quiser, para conversar sobre esse tema ou sobre qualquer outro tema.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Nós estamos absolutamente tranquilos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Eu tenho dois segundos.

Estamos absolutamente tranquilos a respeito desse tema. Não vão nos intimidar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Senador Rogerio Marinho.

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores.

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG) – Presidente, o Senador Rogerio...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, Deputado Mário Heringer, o senhor falou.

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG) – O Senador Rogerio me perguntou se eu quero...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor falou.

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG) – Ele fez uma pergunta a mim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Agora eu... Agora eu vi... Vamos, vamos ouvir o tempo do outro.

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG) – Ele fez uma pergunta a mim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra a Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS. Para questão de ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria inicialmente, caso V. Exa. permita, de alegar duas questões de ordem que eu não pude alegar anteriormente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – ... e que o senhor descontasse esse tempo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Em relação à questão de ordem que o Deputado Pimenta trouxe, em relação à suspeição do Senador Rogerio Marinho, eu gostaria de destacar que a lei que trata das Comissões Parlamentares de Inquérito, a 1.579/52, no seu art. 6º, determina que o Código de Processo Penal deve ser usado subsidiariamente nas CPIs, quando houver omissão dessa lei.

Portanto, Pimenta, faz todo sentido que o Código de Processo Penal seja utilizado. Em quaisquer casos, em quaisquer casos, mas naquele exato momento, foi isso, para que fique claro.

A segunda questão de ordem, o que me preocupa é o tratamento com a advocacia desde o primeiro dia aqui nesta CPMI. Precisamos entender e podemos fazer isso num momento oportuno, para não perder tempo em relação ao mérito da oitiva de hoje, que o depoente tem o direito de estar assistido. Quando o advogado vai dar o suporte técnico para ele, fala no ouvido, e todo mundo começa a gritar. Isso é inadmissível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o advogado – cumprimento aqui –, Dr. Walber Agra, está aqui de corpo presente, mas o cliente, na minha opinião, fica desassistido, porque as prerrogativas da advocacia não estão sendo respeitadas. Eu vou endereçar para o Simonetti, à OAB, porque nós precisamos delimitar aqui a forma como a advocacia pode e deve agir, para que ninguém fique sem assistência.

Acabou a minha questão de ordem.

Vou passar para a minha fala.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, Excelência, respondendo à primeira questão de ordem, a Presidência já se manifestou. É matéria controversa o uso do Código Penal subsidiário na CPMI. Não há decisão plena, principalmente porque esta CPMI não é um julgamento. O Código Penal é usado em audiências, onde se definirá a inocência ou a culpabilidade de uma pessoa. Portanto, eu não recolho a questão de ordem de V. Exa.

Segundo ponto: o advogado tem tido todo o direito de trabalhar e tem sido orientado corretamente – são todos bem-vindos – de que ele pode dar os dados técnicos, como tem feito, mas ele não pode sugerir respostas à testemunha, e isso tem sido deixado claro.

Determino à Secretaria que reponha os dez minutos da Senadora Soraya Thronicke. (*Pausa.*)

É porque ela fez duas questões de ordem.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS. Para interpelar.) – O.k., o.k.

Aceito, mas, em... Não concordo, mas aceito. E digo, Pimenta, que o art. 6º citado, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senadora, eu não vou repor o vosso tempo. Eu já abri para as perguntas. Por favor.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Não tem problema. Não, não tem problema.

Eu já aquiesci com isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão é: esse art. 6º que eu citei está na Lei das Comissões Parlamentares de Inquérito, e não de julgamento. Está na Lei da CPI: art. 6º, 1.579, de 1952. Está lá. Então, diz respeito, sim, à CPI a utilização subsidiária do Código de Processo Penal.

Vamos lá.

Eu gostaria de informar, Sr. Presidente, inicialmente, que eu protocolei requerimento de convite para oitiva do Sr. Ricardo Annes Guimarães, Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco BMG, e, também, do Ministro da CGU – atual Ministro da CGU – Vinícius Marques de Carvalho, em virtude de uma entrevista a que eu assisti, dele. Entendo que a depoente Elaine, da área técnica, foi muito bem, mas ficaram, restaram alguns vácuos que nós temos necessidade de suprir.

Então, é importante, sim, porque aqui eu também não vou poupar nenhum Governo. A importância... O que estamos aqui fazendo é trabalhar em prol dos nossos aposentados e pensionistas, os mais vulneráveis. Esse é o único motivo de estarmos aqui.

Primeiro, Ministro Lupi, lamento: tem gente que não pode subir em um tijolo na vida. A síndrome do pequeno poder existe até mesmo com quem tem poder, mas ele quer extrapolar os limites. Então, V. Exa. já está bem habituado com tudo isso e vai relevar. Sinto vergonha alheia, mas, enfim...

Eu gostaria de saber primeiramente se V. Exa. chegou a impetrar algum HC (*habeas corpus)* preventivo em virtude do convite da data de hoje, da CPMI?

O SR. CARLOS LUPI (Para expor.) – Não, não cheguei, porque, (*Fora do microfone.*) primeiro, eu não tenho nem citação, não sou citado em nenhum tipo de ação que a Polícia Federal ou o Poder Judiciário fizeram. Não imagino nem razão para se ter isso. Então, não entrei com nada.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Perfeito. Excelente, excelente sabermos todos disso.

Gostaria de destacar aqui que o marco temporal dessa investigação inicia em 2015 e vem até a data da deflagração da Operação Sem Desconto da Polícia Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desse modo, para que tenhamos clareza nessa investigação, inclusive a respeito da paridade de armas, porque, ao nosso lado aqui, para mim não tem lado B, não tem lado L, não tem fla-flu. Para mim, o lado é o lado dos brasileiros, o lado dos nossos aposentados, que foram absolutamente vítimas de um escândalo assim sem precedentes. Isso é inegável.

Então, entendo que todos os ministros devem vir, sim, os que o antecederam. Teremos a oitiva. O que antecedeu V. Exa. é o senhor... Nossa! É o então José Carlos Oliveira, que não sei por qual motivo mudou seu nome para Ahmed Mohamad Oliveira Andrade. Inclusive, sua filha Yasmin também adotou o nome novo do seu pai. E, como estou aqui com o tempo exíguo, eu vou destacar apenas sobre ela... (*Pausa.*)

Olha só: A filha de José Carlos Oliveira, mencionada como Yasmin Ahmed Hatheyer Oliveira, aparece como sócia em pelo menos uma empresa com o ex-Diretor de Benefícios do INSS Edson Akio Yamada. A empresa em questão é Yamada e Hatheyer Serviços Ltda. Edson Yamada foi justamente o sucessor de José Carlos Oliveira na Diretoria de Benefícios da gestão Bolsonaro.

Então, aqui temos um fio para puxar e esse fio vai ser bem puxado, tenho certeza, na quinta-feira.

Agora eu irei tratar do seguinte fato: sobre a MP 871. Ela poderia ter sido, o mérito dela poderia ter sido exarado numa norma infralegal. Não seria necessária uma medida provisória. Mas, mesmo que assim o fosse, o importante não é exatamente a revalidação, porém a fiscalização dessas associações. Por exemplo, a Ambec. A Ambec, que assinou o ACT... Foi em 2021. Sabe quantos filiados ela tinha quando chegou aqui? Três filiados – três filiados. Quem são essas associações que não são fiscalizadas? E essa fiscalização parou – parou.

Então, o importante dessa MP não era só a questão da validação. São muitas camadas nessa história toda que poderiam ter sido tratadas numa norma infraconstitucional. Uma simples resolução interna do INSS poderia resolver.

Então, não há que se falar em medida provisória.

Vamos lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação às mentiras, como o senhor não pôde falar, e o senhor não tem também essa memória – quem é que tem, né? –, eu vou destacar aqui as mentiras exaradas por colegas nossos aqui. Disseram que V. Exa. nomeou servidores que estão afastados e estavam envolvidos no esquema, principalmente Jucimar e Geovani Spiecker – alguma coisa assim. Com as datas... E aí eu tenho aqui o *Diário Oficial*.

Servidores afastados entraram em cargos no Governo passado: Jucimar virou chefe de Consignação em Benefícios, em 01/10/2021, na Dirben; André Paulo Félix Fidelis foi nomeado Superintendente Regional Norte-Nordeste, em 26/09/22 – está afastado –, local em que conheceu Geovani, que foi objeto da pergunta, que era assistente da superintendência regional. Temos mais um: Reinaldo Carlos Barroso de Almeida, nomeado chefe da Divisão de Agentes Pagadores da Dirben. Vanderlei Barbosa dos Santos, nomeado Superintendente Regional Sudeste em 06/06/22; aí temos André Paulo Fidelis, nomeado Superintendente Regional do Nordeste em 26/09/22; enfim, e aí outros servidores, inúmeros servidores que já eram do antigo Governo.

Então, aqui, como o senhor veio de bom grado, o próprio Senador Rogerio Marinho, que foi Ministro, também se... Enfim, já se colocou à disposição. Nós temos, depois de V. Exa.; quer dizer, que antecederam V. Exa.: o José Carlos Oliveira, Mohamad alguma coisa; aí temos o Onyx Lorenzoni; temos, inclusive, perguntas a fazer para o então Ministro Paulo Guedes. E nessa seara nós iremos chegar até o momento inicial do marco, de 2015 para cá. Estamos indo de frente para trás, mas nada importa; a ordem dos fatores não vai importar. Está muito claro tudo isso que vem acontecendo, e eu lamento.

Eu gostaria de colocar... Eu pedi para disponibilizarem na tela um gráfico que deixa indene de dúvidas: aqui, os valores dos descontos realizados pelas entidades, por grupos; no lado esquerdo, ali, são valores em milhões.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Em azul, são os valores das associações, que começaram lá embaixo, em 2016, 2017, 18, 19, 20 e assim vai. Em laranja, são aquelas criadas durante o Governo Bolsonaro, e os descontos subiram de forma vertiginosa. Contra fatos não há argumentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, por isso, mais uma vez, peço vênia para V. Exa., lamento. Lamento, Doutor; vou tomar providências perante a OAB, que tem que saber do que está acontecendo aqui, advocacia privada e advocacia pública. Não...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Até agora para mim, ninguém... Eu, como advogada, estou absolutamente chocada com o tratamento e com a parte técnica...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Faltam três segundos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Agora, eu encerro.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Foram criados no Governo Bolsonaro e roubados no do Lula!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador... Senador...

Com a palavra o Senador Jorge Seif.

O SR. CARLOS LUPI (*Fora do microfone.*) – Eu podia dar uma respostinha rápida?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante, Jorge.

A testemunha gostaria de se manifestar.

O SR. CARLOS LUPI – Não, é só um reforço de uma informação: a senhora começa a colocar na sua fala cada coisa no seu devido lugar. Eu falei, na minha fala, que eu nunca discriminei a origem de ninguém – política, partidária ou religiosa.

Todas as pessoas que a senhora citou, e eu tenho tudo isso por escrito, tinham sido... ocupado cargo de chefia no Governo anterior. Eu, com isso, não estou responsabilizando nem o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ex-Ministro, nem quem as nomeou, por seus atos – porque cada um é responsável pelos seus atos.

Só quero reforçar isto para a senhora: que eu não me omito de nada, eu não tenho preocupação de esconder a verdade.

O aproveitamento dessas pessoas que participaram ativamente do Governo anterior e sua estratégia foi por quê? São carreiras de Estado, funcionários públicos que tinham condutas exemplares, que foram aprovados pelo sistema, e quem não consegue ser aprovado nem sequer é nomeado.

Então, eu só agradeço à senhora, porque a senhora já expôs a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

Com a...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – O inciso XLV do art. 5º da Constituição fala que o crime é personalíssimo. Ministro, não pode transferir para outra pessoa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Senador...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Então, é correto isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... Jorge Seif, por dez minutos.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, parabéns pela condução dos trabalhos, apesar da baderna contumaz do "Partido das Trevas".

Sr. Ministro, obrigado por o senhor estar aqui conosco, participando. E eu queria te fazer uma pergunta. Em relação àquele gráfico que a minha interlocutora anterior colocou, eu tenho uma pergunta.

O senhor pode tocar aí o sino? Porque a baderna continua.

Cadastrar entidades junto ao INSS desde quando é considerado crime?

O SR. CARLOS LUPI (Para expor.) – Não, não é crime, desde que a entidade tenha todos os preceitos estabelecidos na lei – pode ser liberado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Maravilha.

Então, porque essa aqui é a narrativa do "Partido das Trevas", da perda total do Brasil, porque, se no Governo do Bolsonaro foram credenciadas e não tinha nem roubo; e passou para o Governo Lula, e também não foram descredenciadas; então nós temos aí até agora que essas associações estavam o.k.; porém nós precisamos nos lembrar do profeta brasileiro chamado Geraldo Alckmin, que, em 2018, enquanto candidato à Presidência da República, falou: "Eles vão voltar à cena do crime".

E, com todo respeito ao senhor, com todo respeito ao senhor, com todo respeito, mas eu tirei algumas conclusões e, diante dos fatos, diante das perguntas, diante dos depoentes que te antecederam nas CPMIs aqui, eu quero fazer algumas afirmações. E peço para o nosso Relator que preste bastante atenção, que pode ser que colaborem com o seu relatório.

Na minha visão, Ministro Lupi, primeiro, o senhor ignorou alertas internos. Em junho de 2023, a Conselheira Tonia Galleti, como já foi falado aqui, alertou sobre descontos ilegais e pediu providências imediatas. O senhor negou a discussão, se omitiu diante de uma fraude já denunciada. E essa conduta, segundo as leis brasileiras, caracteriza prevaricação.

Ponto dois: o senhor desprezou as recomendações da Controladoria-Geral da União. A CGU apontou irregularidades, em 24, e recomendou suspender os convênios. Mesmo assim, nada foi feito até a operação da Polícia Federal, em 2025. Essa omissão, mais uma vez, permitiu a continuidade do roubo bilionário contra os aposentados.

Ponto três, Ministro Lupi: reuniões com fraudadores. O senhor participou – o senhor e sua equipe, logicamente – de diversas reuniões com entidades suspeitas – suspeitas, não, desculpa, com entidades bandidas – como a Contag e o Sindnapi, que lucraram bilhões – com "b" de bola – com descontos ilegais, e ao recebê-los oficialmente, receber presentes, dar aquele sorrisão... sorriso Colgate, o senhor legitimou essas associações criminosas e lhes deu respaldo político.

Ponto quatro: conflito de interesse político. A Sindnapi , Sr. Ministro, tinha como dirigente nada mais, nada menos do que o irmão do maior ladrão da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e a Contag, aliada histórica do Governo, é presidida por Aristides Veras, irmão do Deputado Carlos Veras, adivinha de qual partido? Do PT de Pernambuco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coincidentemente, Sr. Ministro, essas duas entidades, olha só, essas duas entidades, que têm ligação umbilical com o Partido dos Trabalhadores – e provavelmente também com o PDT, partido de que o senhor é fundador, como já bem disse, né? – foram responsáveis por 70% de todo o valor roubado até o momento. E houve, mais uma vez, conivência política para blindar essas associações. Além disso, conforme confessado, o senhor indicou diversos membros de seu partido para ocupar cargos estratégicos durante sua gestão frente ao Ministério do Trabalho.

Continuo. Número cinco, Sr. Ministro: a escala do rombo. Sob a gestão do senhor, o prejuízo anual saltou de 700 milhões para quase 3 bilhões, em 2024. Ao não perceber ou fingir – né? – ou não querer perceber um desvio dessa magnitude, o senhor se torna diretamente responsável pelos 6,3 bilhões roubados de 7 milhões de aposentados, porque não é possível: eu acho que o senhor, andando muito com o Presidente Lula, o senhor aprendeu as desculpas dele: "Eu não vi nada", "eu não sabia", "não, veja bem", "foi ele", "não, ai, ui!".

Isso aí não cola, cara, porque nós temos um grupo de pessoas ligadas ao senhor historicamente, ligado ao Partido dos Trabalhadores historicamente, e o senhor... o que o senhor estava fazendo lá? Jogando videogame é que não era! Ou seja, acobertando toda a falcatrua. Eu não tenho dúvida disso.

Seis: divergência de depoimento – e eu quero aqui a atenção do nosso Relator e do nosso Presidente, por que ou a representante do DPU – espera aí, Duarte, espera aí que isso aqui é importante para mim. Por gentileza, só aguarda um minuto, por favor.

Presidente, ou a representante do DPU é uma (*Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI, e art.19, inciso I, do Regimento Interno.*), ou a depoente, a servidora do CGU é outra (*Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI, e art.19, inciso I, do Regimento Interno.*) ou o Ministro Lupi está desqualificando completamente tudo que elas falaram aqui, porque o que elas falaram confronta diretamente com o depoimento dele: "que não sabia"; "que, veja bem..."; "que estava esperando a Polícia Federal", etc., etc.

Então, o que eu quero propor ao senhor e ao nosso Relator? Coloca aqui a menina da DPU, que veio aqui há duas semanas atrás, que falou um monte de coisa que nós saímos daqui de cabelo em pé, e a da CGU também, que falou... inclusive a da DPU, se vocês lembrarem, falou aqui reiteradas vezes: "Tinha reunião de dois em dois meses, nós perguntávamos ao Ministério do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trabalho, perguntávamos ao INSS que medidas eficazes estavam sendo feitas para suspender os descontos de nossos aposentados e eles não faziam nada". Foi aqui que ela falou, não sou eu, não é palavra de Jorge Seif.

Então, eu acho que o Ministro Lupi está, aqui, contando, como se diz em Santa Catarina e também no Rio de Janeiro, história da Carochinha, mentira e está demitindo duas servidoras que depuseram aqui, sob juramento.

Por último, aqui, Sr. Ministro, o senhor condecorou... Olhem que piada! Para mim, isto aqui é o deboche dos deboches. Os caras roubam o Brasil, a três por quatro, bilhões de velhinhos que mal sabem ler, que estão em situação complicada, delicada. Os caras roubam – essas duas associações. Setenta por cento dos roubos foram desses dois, que têm ligação umbilical com o PT e com o PDT. Aí vem gente aqui falar: "Não! Ai, coitado do Ministro! Foi vítima de seus assistentes (*Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI, e art.19, inciso I, do Regimento Interno.*)". Para cima de *moi*?

Aí, é o seguinte, para finalizar, a cereja do bolo, a cereja do bolo: tu imaginas a associação que está roubando a três por quatro? Estão te falando: "Lupi, estão roubando, Lupi!"; a CGU: "Lupi, estão roubando!"; a DPU: "Lupi, estão roubando!". Aí ele: "Não, vou esperar a polícia", e nã-nã-nã.

Aí, depois, está nos jornais – observem –, condecora... Olhem que coisa linda! Meu, não, eu tenho que bater palma para o senhor. O senhor condecorou, com mérito previdenciário, uma quadrilha de vagabundo e ladrão de aposentado. O senhor está de parabéns pela (*Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI, e art.19, inciso I, do Regimento Interno.*)!

E...

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG. *Fora do microfone.*) – Respeita, rapaz! Respeita.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Eu te perguntei alguma coisa?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor.

(*Tumulto no recinto.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG) – Use o termo adequado, Senador. O senhor está numa CPI. Olhe o decoro, Senador.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Por fim...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Por fim, apesar de a AGU...

Sr. Presidente, apesar de a CGU ter apontado 38 associações para serem investigadas, a AGU de Lula, cujo Ministro é Jorge Messias, resolveu investigar 11. E, olhem que coincidência, as associações que mais roubaram...

O SR. ROMERO RODRIGUES (Bloco/PODEMOS - PB) – Presidente, tem que repor o tempo dele.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – ... ligadas a Lula e ao Deputado do PT, ficaram todas de fora.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O Parlamentar tem direito à fala inteira.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Conivência, prevaricação, condescendência criminosa, corrupção passiva e omissiva, omissão de comunicação de crime e condescendência dolosa. É isso que todos esses sintomas, o que nós lemos, o que o Coen falou, o que a DPU falou, o que a CGU falou, nos levam a crer.

E, logicamente, o mérito da noite é de van Hattem, devido ali a ele, inclusive, ter se calado diante disso tudo.

Então, Presidente, tem rabo de gato, tem bigode de...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, por favor.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – ... tem bigode de gato...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMERO RODRIGUES (Bloco/PODEMOS - PB) – Tem que repor o tempo dele, Presidente.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – ... tem rabo de gato, tem pelo de gato, mia como gato, caça rato, sobe no telhado, mas estão dizendo para nós que é cachorro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pergunto à testemunha se quer se manifestar.

O SR. CARLOS LUPI (Para expor.) – Quero, quero.

Eu quero, porque, apesar da agressividade do Sr. Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador...

O SR. CARLOS LUPI – ... eu compreendo ela como um comportamento coerente de quem tem um ódio no coração.

A tudo o que o senhor acusou, o que o senhor afrontou, o que o senhor dirigiu de uma maneira violenta à minha pessoa, eu respondo com os fatos.

Primeiro, item a item eu já respondi desde o início desta fala, aqui, em que eu tenho a honra de estar, na Comissão. Todas as minhas atitudes, que são tomadas pelo órgão autônomo e executor – o INSS é um órgão autônomo e executor –, durante este Governo, durante o Governo passado e todos os outros governos, começaram a ser tomadas em 2023, antes de qualquer denúncia.

Em 2023, houve uma reunião da Presidência do INSS com a Polícia Federal para iniciar o processo de coibir as fraudes – 2023 em maio. Eu elenquei todos os itens para os senhores aqui. Agosto de 2023, o decreto de lei da Presidente da República que cria uma Comissão para apurar essas fraudes, o decreto que melhora, com a assinatura do Senhor Presidente e a minha, a questão da transparência e da eficácia.

Em janeiro de 2024, o INSS colocando à disposição da população nas redes sociais o acesso, para quem tivesse desconto, que pudesse cancelar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em fevereiro de 2024, foi criado outro grupo de trabalho com a CGU, com a AGU, com a DPU para proceder às investigações. Em março, o INSS suspendeu todos os novos acordos de cooperação técnica, alterou as regras, criou a Instrução Normativa 162, que determina que o desconto tem que ser formalizado em termo de adesão com a assinatura eletrônica avançada e biometria.

Em março de 2024, foi criada a possibilidade de o beneficiário bloquear e pedir exclusão dos descontos associativos pelo aplicativo do Meu INSS, pela central 135 – março de 2024.

Em abril de 24, foi estruturada a implantação da biometria e fator de segurança extra para liberação dos descontos de benefícios. Quem estava fazendo a preparação desse sistema? Dataprev. Só começou a ser executada em janeiro de... Em fevereiro de 2025.

Julho de 24, o INSS informa publicamente que já vem adotando todas as medidas sugeridas pelo TCU, e aqui a informação do INSS está elencada.

Todas as reuniões, Sr. Deputado, são feitas com o grupo técnico, TCU, DPU e INSS, com alguns grupos técnicos do Ministério da Previdência Social.

Eu não tenho esse poder de adivinhação. Eu não acompanho o dia a dia da instituição. Isso é tarefa de quem está nomeado para fazer isso lá e a gente não pode terceirizar a responsabilidade. A responsabilidade pelo que o senhor fala é sua, a do que eu falo é minha, a dos seus atos são seus, a dos meus são meus, e assim sucessivamente. Então, o senhor está sendo profundamente injusto nas afirmações que o senhor está deferindo nessa sua fala muito agressiva, por sinal. E a todas elas, além de responder algumas que eu respondi aqui, eu responderei por escrito, porque eu não tenho o que temer, nobre Deputado. Nunca fui fraudador, eu não tenho um processo na minha vida: 46 anos de vida pública, não são 46 dias. São 46 anos, em que eu fui Secretário de Estado, Secretário Municipal, Deputado Federal, suplente de Senador, Ministro do Trabalho e Ministro da Previdência.

É claro que, quando você se coloca em função pública, você vira alvo. Você sempre está mexendo com algum interesse. Eu sei do que eu sou alvo, eu sei por que eu sou alvo, mas coloco à sua inteira disposição toda a informação que o senhor quiser, que é minha obrigação prestar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

informação a quem é eleito pelo povo, goste ou não goste de mim, porque é minha obrigação e minha tarefa, foi o que eu vim fazer aqui.

Pedi para a Senadora Leila colocar o meu nome para ser um dos primeiros a vir aqui depor. Pedi à Senadora Leila para fazer isso. Por quê? Quem não deve não teme. Só que a gente também... Nós somos humanos. A gente falha? Falha. A gente tem erro? Tem. Eu não tenho uma dificuldade de assumir meus erros.

Eu nunca imaginei a dimensão e a grandiosidade dessa corja de ladrões que, de fora para dentro, invadiu o INSS. Não tinha a menor ideia disso. Sabia que tinha fraude, sabia que tinha denúncia, tomamos as providências, todas elas estão elencadas ano a ano, mês a mês, dia a dia. Agora, infelizmente, o resultado não foi o que eu esperava e acabou acontecendo, pela primeira vez, uma investigação que está verdadeiramente apurando e apontando culpados, apontando responsáveis. Acho que isso vai correr, os senhores vão acompanhar, a Polícia Federal vai fazer, a justiça vai se pronunciar e eu quero cadeia para aqueles que roubaram os nossos aposentados e pensionistas.

Muito obrigado pela paciência de me ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador...

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador... Não, o tempo já esgotou.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/REDE - PE) – Presidente...

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Presidente, 30 segundos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Nós vamos passar agora...

V. Exa. não é membro da CPI.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/REDE - PE) – Eu sou membro deste Congresso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa. não é membro da CPMI. Desculpe, V. Exa. não é membro da CPMI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/REDE - PE) – Presidente, eu sou membro do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa. não tem pela ordem!

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/REDE - PE) – Eu fui xingado por um Senador.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado, o senhor não tem pela ordem à fala aqui porque o senhor não é membro da CPI. Me desculpe.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Jorge Seif, seu tempo está encerrado.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Trinta segundos porque eles me atrapalharam.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Seu tempo está encerrado.

Com a palavra a Senadora Leila Barros.

Por favor, Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Obrigada...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/REDE - PE) – Um Senador da República, Presidente, mandou um Parlamentar (*Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI, e art.19, inciso I, do Regimento Interno.*) nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, o senhor não é membro desta CPI!

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/REDE - PE) – E esta Comissão precisa responder...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Questão de ordem.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, senhor.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para questão de ordem.) – Artigo 19.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – É vedado ao Senador – extensivo à CPI – o uso de expressões descorteses ou insultuosas, certo?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – É evidente que por repetidas vezes o Senador usou a palavra, palavras de vagabundo a ladrão... Insultou metade do mundo!

Diz aqui, no art. 22, §1º, que sempre que o Parlamentar usar expressões descorteses ou insultuosas, caberá ao Presidente adverti-lo no momento, usando a expressão "Atenção!". Se não for suficiente, o Presidente deverá dizer: "Senador Fulano, atenção!" Não bastando o aviso, o Presidente deverá retirar-lhe a palavra e:

> insistindo o Senador em desatender às advertências, o Presidente determinará sua saída do recinto, o que deverá ser feito imediatamente;
> Art. 18. O Senador, no uso da palavra, poderá ser interrompido:
> I – pelo Presidente...

... Cada vez que desobservar o art. 19, ou por qualquer outro Parlamentar, art. 18, §2º, inciso b.

Portanto, Presidente, com toda a boa vontade, não é razoável que um Parlamentar se dirija a um colega, a um depoente... Olha a maneira como ele tratou as duas senhoras, servidoras públicas que vieram aqui, duas mulheres que nem presentes estão! Foram chamadas aqui de ofensas, sem ter direito a se defender!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Presidente, está aqui o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Cabe ao senhor garantir o cumprimento do Regimento!

O que foi feito aqui por esse Parlamentar é inadmissível! É totalmente contrário ao Regimento! V. Exa. teria a obrigação regimental de ter cassado a palavra dele na hora!

Então, o senhor me desculpe, não quero ficar fazendo questão de ordem, mas se o senhor não fizer valer o Regimento e não exigir dos Parlamentares compostura, respeito, eu vou ser obrigado a interromper cada vez e pedir questão de ordem.

Então, quero pedir a V. Exa. que, daqui para frente, qualquer Parlamentar que usar palavra ofensiva, insultuosa, descortês, imediatamente o senhor cumpra o que dispõe o art. 22, para que a gente possa garantir. Depois, se vira tumulto, confusão, é só cumprir o Regimento. Então, peço a V. Exa. que, a partir de agora, seja implacável no cumprimento do art. 19, do art. 22 e do art. 18 do Regimento do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Eles interrompem, xingam e depois ficam reclamando.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante. Senhores...

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Presidente, para contraditar a questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não! Por favor...

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) – Para contraditar a questão de ordem do Deputado Pimenta. Ele pediu anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa. também não é membro desta CPMI. Não há palavra pela ordem aqui aos não membros. Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou acatar, vou recolher a questão em parte. Se houve, de fato, a captação de palavras indevidas, eu peço que sejam retiradas dos autos, para que seja atendido o Líder do Governo.

Agora, eu trato todos por igual, porque os membros do seu partido têm sido os que mais têm criado confusão.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, se alguém ofendeu, não importa o partido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, se isso continuar, ou seja, eu teria que tirar mais... Eu vou fazer, como o senhor estou decidindo. Agora, eu tenho sido o mais equilibrado com todos.

E quero fazer um pronunciamento aqui com relação...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Mas o senhor concorda comigo e com o Regimento...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Concordo!

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – É isso que eu falei?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Concordo! E será cumprido.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Que cabe ao senhor garantir o Regimento?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Concordo e peço a V. Exa. que junte os seus Deputados e Senadores....

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, se alguém da nossa bancada não cumprir o Regimento, eu peço a V. Exa...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Nem o senhor está podendo falar, imagine os outros. Ele interrompe a toda hora.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Olha, só um instante aqui, por gentileza, para a gente dar sequência, porque eu sei que os ânimos ficam exaltados.

Mas vou ler aqui o seguinte, olha:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conforme consta do art. 53, da Constituição Federal, os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos. Com fundamento nesse dispositivo da imunidade material dos Parlamentares, tem-se compreendido, em linha com diversos casos ocorridos em outras Comissões Parlamentares de Inquérito, que não cabe ao Presidente do Colegiado, como regra, cercear a palavra de qualquer de seus membros, nem de um partido, nem de outro.

O fato determinado dessa CPI, senhores, é grave, gera naturalmente debates acalorados e incisivos, os quais se refletem nas perguntas formuladas e nas opiniões. Cada membro aqui é responsável pelo que fala e deve tratar todos os depoentes com urbanidade, nos limites da imunidade material. Da mesma forma, qualquer depoente deve tratar os membros da Comissão com urbanidade, como lembrei, logo no início, com as decisões do Supremo.

É só para relembrar isto: que os Parlamentares podem falar e se manifestar. Quando houver palavras, como aconteceu, como diz o Líder do Governo, nós vamos retirar, é natural. Cabe a esta Presidência intervir, cerceando a fala dos Parlamentares somente em situações absolutamente extremadas, fato que não ocorre em CPIs do Senado e mistas nos últimos dez anos. Isso porque os Parlamentares gozam de imunidade material, e este é um direito fundamental dos mais relevantes no Estado democrático de direito, na medida em que assegura a independência e a autonomia do Parlamento.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, V. Exa. me permite? Durante todo o tempo que eu fiz a questão de ordem...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Presidente, não é possível, não é possível.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente....

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... durante todo o tempo que eu fiz a questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... o colega Deputado aqui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Ah, aí é abuso!

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... colocou um cartaz, para ser captado pela imagem, durante todo o tempo que eu fiz a questão de ordem.

Eu pergunto a V. Exa.: será permitido, a partir de agora, quando qualquer Parlamentar for fazer uso da palavra, que os demais Parlamentares peguem o cartaz que quiserem, coloquem... Isso é permitido, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência.

Não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor enxergou o que estava acontecendo?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Enxerguei, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor tomou providência?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, eu estava lendo aqui o pronunciamento, Excelência.

Bem, eu acredito que nós...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Estou errado, Excelência?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não.

Eu acredito que nós estamos estabelecendo aqui regras de boa convivência e vamos dar continuidade a isso.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu só estou pedindo que o senhor garanta o cumprimento do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, o Regimento será cumprido sempre, Excelência.

Com a palavra a Senadora Leila Barros, por dez minutos.

Por favor, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente, Senador Carlos Viana. Cumprimento também o Relator, o Deputado Alfredo Gaspar.

Bom, a gente tem o uso da palavra, mas não de baixo calão, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exatamente.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Chamar de sem-vergonha, de mentirosa... Foi daí para baixo que a gente ouviu aqui do Parlamentar que me antecedeu, inclusive falando de uma servidora pública, que veio aqui prestar esclarecimentos, com a maior boa vontade e, aí, enfim...

Também cumprimento o Ministro Lupi.

Ministro, o senhor está assistindo a um *show* aqui, mas isso é porque as pessoas que estão aqui com esse comportamento agressivo estão incomodadas de fato com a sua clareza, com a sua tranquilidade, quer dizer, estava se esperando disso aqui um circo, mas o senhor, com a sua tranquilidade, mesmo em alguns momentos de altos e baixos aqui dentro desta sessão, desta Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – ... o senhor conseguiu, com a maior tranquilidade, esclarecer e muito as dúvidas, as expectativas de Governo e também, digamos assim... digamos, o tom agressivo da grande maioria aqui nesta sessão de hoje.

Então, eu vou ser muito objetiva, porque as perguntas se repetem e a gente só sai, às vezes, do tom aqui quando começam, enfim, essas discussões aqui acaloradas e, certamente, elas irão piorar.

E acho, Presidente, que o senhor, com a sua atribuição, com toda a sua força dentro desta Comissão, o senhor tem que botar realmente um freio de ordem aqui, porque a tendência, pelo que eu vejo, com o primeiro Ministro, ex-Ministro, chegando aqui e a gente já sentindo isso, imaginem os próximos. A tendência é, de fato, sem ter um freio de organização aqui, que nós vamos ter muitos *shows* durante as sessões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Ministro Lupi, eu gostaria de perguntar ao senhor, bom, se você poderia nos explicar, diante dos fatos revelados, quando que começa o esquema de descontos indevidos e quais as fragilidades que você percebeu que permitiram a implantação, a manutenção desses descontos?

Eu falo dentro da instituição – entendeu? – do INSS.

O SR. CARLOS LUPI (*Fora do microfone*.) – Eu não a estou vendo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho, Deputada. (*Pausa*.)

O SR. CARLOS LUPI (*Fora do microfone*.) – Só para eu ver.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Isso, muito obrigado.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Nada, mas...

O SR. CARLOS LUPI (Para expor.) – Eu peço desculpas, mas, por educação, eu gosto de olhar para a pessoa que está me fazendo a pergunta.

Em termos de colaboração, de contribuição, que é o meu papel aqui, eu vejo que a nossa grande falha é não entender que se montou de fora para dentro um esquema de corrupção dentro desse setor do INSS, e não é de hoje.

Eu nunca falei que foi... Eu comecei falando que se começa em 2016, não é 2019, para ser justo, se montou um esquema de corrupção de fora para dentro.

Como de fora para dentro? Instituições inescrupulosas querendo ludibriar e enganar os nossos idosos e aposentados no seu momento mais difícil, no seu momento de carência, no seu momento de ter que comprar mais remédio, de ter que gastar mais dinheiro, de ter que sustentar neto, de ter que sustentar filho, aproveitando essas dificuldades da vida, instalam dentro do INSS um grupo que os ajuda a roubar. Não tem outro termo a dizer, a roubar!

O Ministro de Estado... Não sou eu não, teve vários ministros de estado de 2016 para cá. Quantos foram? Responsabilizar o ministro sobre os atos de um órgão de terceiro nível, porque aí é o diretor, é a divisão, é um absurdo, é de uma falta de respeito à cidadania tremenda, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ninguém pode ser responsável por atos de terceiros em nenhuma parte do mundo, em nenhum lugar do planeta Terra, cada um é responsável pelos seus atos.

Como eu acredito, depois de acontecer o que aconteceu, depois do que eu li e fui tomando conhecimento ao longo dos anos, o maior fator de correção nisso é, dentro do INSS, acabar com esse sistema. Por isso eu acho salutar não ter mais desconto em folha.

Não tendo o desconto em folha, o que acontece? As partes interessadas ou se entendem, ou passam um Pix, ou passam uma nota fiscal, ou fazem o pagamento direto. Para que o INSS tem que se envolver nisso? Da mesma forma, repito, eu acho que deve acontecer com o desconto dos empréstimos consignados, porque onde entra o INSS? Qual a vantagem do INSS nisso? Nenhuma. E nós temos mais de 1,2 milhão de pedidos todo mês para responder. Atrasa a resposta dos pedidos, temos que deslocar funcionários para fazer esse serviço e alimenta esse grupo mafioso de fora para dentro para roubar os nossos aposentados e pensionistas.

Então, para mim: tirar a responsabilidade do INSS de fazer esse desconto em folha, ficar entre as partes esse processo. Acho um erro – é uma opinião apenas, eu tenho o direito de dar essa opinião – querer passar o aferimento das taxas de juros para o Banco Central, é botar a raposa no galinheiro. O Banco Central é do sistema financeiro, botá-lo para aumentar as taxas dos aposentados é sangrar cada vez mais quem mais precisa desse dinheiro, mas isso é uma opinião minha, é meu direito ter minha opinião. Então, eu acho que não é responsabilidade, não deveria ser responsabilidade do INSS – tem muita coisa muito mais importante para ele fazer – e a transparência tem que ser cada vez maior. É a minha opinião.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Em sua avaliação, havia, quando o senhor assumiu o ministério, gargalos de pessoal, de orçamento ou de tecnologia no ministério, no próprio INSS ou no Dataprev, que expliquem o ocorrido? E como é que está a situação agora?

O SR. CARLOS LUPI – Ainda há. Eu vou começar respondendo o final, querida Senadora: ainda há.

A nossa Dataprev estava sendo colocada para leilão, no final do Governo do passado. Ela começou do zero praticamente. Ela é uma instituição que tem muita respeitabilidade, ela tem tecnologia de ponta, mas não dá conta de atender tantas demandas que tem do Governo e agora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

vendendo serviços também para fora do Governo. Então, ela melhorou o seu equipamento, melhorou a quantidade de pessoal, mas a demanda é muito maior do que ela tem para atender.

E, dentro do INSS, nós assumimos o INSS sucateado, com 18 mil funcionários. O INSS chegou a ter 41 mil. Nós tivemos várias agências fechadas, então o INSS passou a ser uma espécie de bom pagador. Muitos desses chamados "pastinhas", "atravessadores" – eu chamo de "péssimos advogados", que não representam com dignidade a sua instituição – colocavam, na frente de uma agência do INSS, que são 1,6 mil, mais os acordos de cooperação com os municípios, chega a quase 4 mil, um escritório para dizer: "Resolva o seu problema da Previdência aqui". E as pessoas, em vez de ficarem na Previdência, porque demorava, porque esses funcionários estavam cuidando de outros setores que não eram do benefício da Previdência... E esses escritórios ficavam ricos em detrimento da população que, carente, não conseguia ter resposta. Nós procuramos melhorar a informatização, procuramos fazer mutirão, por exemplo, para área da medicina, da perícia médica, procuramos fazer concurso, chamamos mais de 1,5 mil funcionários do INSS. Agora, ainda está aquém do que é necessário.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – O senhor defendeu a questão do ressarcimento integral dos prejuízos causados aos aposentados. Como é que o senhor está avaliando esse ressarcimento, o processo de ressarcimento atual?

O SR. CARLOS LUPI – Eu acho que é um começo de muita coisa que precisa ser feita, porque, na verdade, Senadora, quem tem que pagar por isso é quem roubou. Nós não podemos assistir a um patrimônio de gente inescrupulosa, que assustadoramente... alguns funcionários inescrupulosos enriquecerem e o Estado pagar. Acho que o Estado tem que pagar, porque não tinha outra saída. Você tem que ressarcir quem precisa, essa gente carente deste Brasil profundo. Agora, temos que agir com agilidade, e já está sendo feito isso, para penhorar bens, para penhorar contas. Todo mundo que tiver responsabilidade nessa fraude, nessa corrupção tem que ser exemplarmente punido.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – O senhor falou sobre a proibição dos descontos em folhas do INSS, os descontos associativos. O senhor deu uma sugestão. Queria que o senhor reforçasse de novo as outras recomendações que, ao seu ver, no seu pensamento pessoal, a sua...

O SR. CARLOS LUPI – Olha, o associativo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – ... sugestão pessoal, você poderia falar novamente a respeito...

O SR. CARLOS LUPI – Desculpe.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – ... dessas suas sugestões com relação...

O SR. CARLOS LUPI – O associativo já foi aprovado, me parece que ontem, não ter mais desconto em folha...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Sim.

O SR. CARLOS LUPI – ... dos associativos. Parece que foi aprovado ontem na Câmara. Acho que está vindo aqui para o Senado.

Eu acho que isso tem que ir...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Para além.

O SR. CARLOS LUPI – É, acho que isso tem que ir além. Tem que acabar também os empréstimos consignados. Por quê? Há muitas denúncias, até eu falei isso no início aqui, eu recebia muito mais denúncia dos empréstimos consignados do que dos associativos. Então há muita denúncia de quem pega esse dinheiro emprestado, de virem taxas a mais que eles não tinham autorizado, de virem seguros que eles não pediram.

Então, mais uma vez, Senadora Leila, por que o Estado, aí o INSS, tem que entrar para administrar a relação entre partes? É uma relação minha, que, aposentado, peço dinheiro emprestado ao banco. Eu tenho que resolver com o banco. Não é o INSS ser intermediário. O INSS ser intermediário disso dá mais trabalho ao INSS, que já tem muita coisa para fazer, e facilita o aparecimento de gente inescrupulosa, que vai querer roubar os nossos aposentados e pensionistas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Obrigada, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu solicito ao Líder do Governo e da Oposição uma reunião rápida. A reunião está suspensa por 15 minutos.

(*Soa a campainha.*)

(*Suspensa às 22 horas e 54 minutos, a reunião é reaberta às 23 horas e 03 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, vamos reiniciar a sessão.

Vamos reiniciar a nossa reunião.

Com...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone.*) – Já deram os 15 minutos, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Já.

Com a palavra a Deputada Adriana Ventura, por dez minutos.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Presidente, quer esperar o advogado do Ministro Lupi voltar?

Eu acho...

O SR. CARLOS LUPI – Foi ao banheiro.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Vamos aguardar, então, um pouquinho?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos aguardar o retorno do...

O SR. CARLOS LUPI – Ah, já está aqui o Walber?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Já.

Reponham o tempo da Deputada, por favor – dez minutos. Nem começou.

Vamos.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu cumprimento todos da mesa, o Ministro Lupi, o advogado.

Eu vou fazer umas perguntas, Ministro, assim, muito específicas, justamente para me ater aos fatos e vou, principalmente, me basear em agendas feitas que foram levantadas pelas agendas, pelos compromissos tanto do Ministério como os do senhor pelo controle de agenda da Controladoria-Geral da União, que foi onde eu me baseei, tá?

Eu vou começar, perguntando: o senhor, ao longo do depoimento, falou claramente que o senhor não foi informado pessoalmente da... (*Pausa.*)

Presidente, dá para pedir silêncio, por gentileza?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – E repor o meu tempo, porque não...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor.

Pode repor o tempo da Deputada, por gentileza.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Obrigada. Obrigada, Presidente.

Então, Ministro Lupi, o senhor falou claramente que o senhor não tinha sido informado pessoalmente da dimensão do problema antes dessa Operação sem Desconto, né? E... Mas eu queria que o senhor confirmasse, porque o senhor fez uma reunião com o Ministro Aroldo Cedraz do Tribunal de Contas da União, em 27 de setembro de 2023, e o Ministro Aroldo Cedraz é o Relator que cuida da representação dos descontos indevidos. E essa reunião que o senhor fez em setembro de 23 foi dias antes dessa decisão cautelar do Tribunal de Contas da União, que disse da situação, que era gravíssima e que deveria ser realizada uma inspeção no INSS, na Dataprev e tal.

O senhor lembra desta reunião? O senhor confirma que fez esta reunião com o Ministro?

O SR. CARLOS LUPI (Para expor.) – Confirmo. Lembro. Quem pediu esta reunião foi até, à época, o Presidente do INSS. Já tinha sido arguido o INSS dessas... Eles chamam de parecer preliminar, se não me falha a memória.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Hum-hum. Hum-hum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS LUPI – E ele pediu para a gente fazer a audiência para saber qual seria o procedimento que o INSS teria que tomar,' e eu fui junto com ele.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Então, isso foi em 23. E, depois...

O SR. CARLOS LUPI – Foi em setembro, por aí, não foi?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Foi. Foi dia 29 de setembro...

O SR. CARLOS LUPI – Isso.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – ... vinte e sete de setembro de 23. E, depois... Isso foi um pouco antes da decisão cautelar do TCU, que proibiu esses descontos em outubro de 23.

Depois o senhor fez uma outra reunião com o mesmo Ministro Aroldo Cedraz, e também o Relator dos descontos indevidos, em 8 de maio de 24, que foi um mês antes do acórdão do Tribunal de Contas da União, que saiu no dia... O Acórdão 115, de 2024, que proibia essa averbação de novos descontos, tal.

Então, a minha pergunta objetiva, e eu queria que o senhor, assim, fosse o mais objetivo possível, é: do que tratou esta reunião, porque o senhor fala que não sabia até a Operação sem Desconto, mas, por outro lado, em 23 e 24, teve duas reuniões específicas onde o assunto já foi tratado como gravíssimo, onde já foram proibidos os descontos associativos.

Então, essas duas reuniões, eu queria que o senhor falasse principalmente da última, do que se tratava e o que foi acordado ali.

O SR. CARLOS LUPI – Pois não, Deputada. Os acórdãos... O Tribunal de Contas acompanha as contas e as prestações de contas dos órgãos governamentais. O INSS tinha apresentado essa prestação de contas dele, colocando todas as questões de pagamento, aposentados, pensionistas e também os dois tipos de desconto em folha que tínhamos: o associativo e o dos empréstimos consignados. E nós fomos para saber qual seria, na primeira, qual seriam as regras, o que o Tribunal de Contas queria que o INSS fizesse. As equipes técnicas do Tribunal e a equipe técnica do INSS ficaram de levantar isso. Inclusive, a minha portaria – minha, não; é do INSS a portaria – foi baseada nessa instrução dada pelo Tribunal de Contas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na segunda, já tinha passado um tempo, não lembro se dois ou três meses; um pouco mais, seis meses depois. Foi em 2024 já a segunda, não foi?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone*.) – Oito meses.

O SR. CARLOS LUPI – É. Então, já tinha essa resolução aprovada, e o tribunal decidiu para que estivessem suspensos os novos acordos de cooperação. Foram suspensos os novos acordos de cooperação, por determinação do Tribunal de Contas. E o INSS montou, junto com o Tribunal de Contas, um grupo para fazer – eu tinha até tudo isso relatado aqui...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Não, eu sei, o grupo interinstitucional... o grupo geral, eu já sei. Está o.k.

O SR. CARLOS LUPI – É. E, nesse grupo geral, só para a senhora saber – aqui tem ponto por ponto, vou dizer mais a data exata: o instituto só adota...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Eu vou perguntar sobre o grupo depois, mas obrigada.

O SR. CARLOS LUPI – Tá, tudo bom.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Então, na verdade, desde 23, o assunto foi classificado como gravíssimo – esses...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – É verdade.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – ... descontos – e depois confirmado em 24, com a portaria.

Agora, eu vou fazer uma outra viagem no tempo, e eu quero falar do Milton Cavalo, Presidente do Sindnapi, que o senhor já falou que é colega de partido e tudo.

A Instrução Normativa 162, de 2024, determinou a questão da biometria, a introdução da biometria. O INSS veiculou, em abril de 24, que teria que ter a biometria para o crédito consignado, não é isso? Então, o INSS divulgou no seu *site* a suspensão de novas adesões...

O SR. CARLOS LUPI – Só para informar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – ... até a solução...

O SR. CARLOS LUPI – Só para informar a senhora: essa biometria sempre era para ser executada pela Dataprev, mesmo...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Sim, a ser implementada pela Dataprev.

Agora, a minha pergunta é a seguinte: consta uma reunião, em 14 de maio de 2024, com o Sr. Milton Cavalo, e, dias depois, o INSS voltou atrás. Então, a pergunta é: teve uma informação do INSS, depois teve uma reunião com o Milton Cavalo, do Sindnapi, e depois, subitamente, o INSS voltou atrás com...

O SR. CARLOS LUPI – Essa é a reunião com o Milton?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – ... a Dataprev.

Sim, o senhor pode checar a data, por favor.

Com essa... E daí foi decidido que teria uma solução transitória, sem biometria e que beneficiaria o Sindnapi e outros, e tal. A minha pergunta para o senhor é qual foi a demanda recebida do Sr. Milton Cavalo, e se o senhor deu alguma ordem para o INSS rever a sua posição inicialmente dada no *site*.

Depois, teve uma outra reunião com a Dataprev, com o Presidente da Dataprev, no dia 17 de junho de 2024.

Então, a minha pergunta é se o senhor, objetivamente, deu alguma ordem nessas duas reuniões especificadas...

O SR. CARLOS LUPI – Não. Nenhuma, Deputada.

Só...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – ... para voltar atrás.

O SR. CARLOS LUPI – Nenhuma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para ajudar a senhora na informação: a Dataprev estava levando um tempo maior do que a gente esperava para colocar o sistema de biometria. Então, a gente teve... Ela só implementou, na verdade, para valer, completo, em janeiro deste ano...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Hum-hum.

O SR. CARLOS LUPI – Levou praticamente um ano, um ano e meio, parte por culpa da própria Diretoria de Benefícios, porque eu demiti o Diretor de Benefícios, o André, e um dos principais motivos foi este...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Hum-hum.

O SR. CARLOS LUPI – ... a demora de ele avançar na aceitação do sistema que estava sendo feito pela Dataprev, e também pela morosidade que a Dataprev teve.

Então, a reivindicação foi que a gente tivesse um interregno, um espaço de tempo, até a introdução. Não foi só do Milton Cavalo, que era o... O Milton Cavalo assumiu a Presidência só depois da morte do João Inocentini, que era o Presidente; eu acho que um ano ele deve ter completado agora. Ele não tinha nem muito conhecimento disso; o João Inocentini, sim.

Então, foi feito porque eles pediram um tempo ao INSS. Eu participei da reunião, depois foram tratar com o INSS esse tempo, até estar fechada a biometria.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – O.k. Na outra questão, também fazendo essa linha do tempo, eu quero falar sobre o desbloqueio em lotes dos descontos para a Contag, que era uma coisa que já era contra a legislação existente.

Então, consta que, em 9 de março de 2023, a Contag pediu para o INSS fazer um desbloqueio de um lote, isso consta do relatório da PF. No dia 4 de abril, logo na sequência, o INSS negou, de uma maneira, assim, veemente. E, no dia 19 de junho de 2023, a Contag faz outra vez o mesmo pedido...

O SR. CARLOS LUPI – De 23 ou 24?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – De 23, dia 19/06/23.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Contag faz outra vez o mesmo pedido que foi negado, dois meses antes; e consta uma reunião do André Fidelis; e outra no dia 14/06; uma com o Stefanutto e outra sem o Stefanutto – com o senhor. E o INSS, assim, subitamente, teve uma mudança total de posição depois desta reunião com o Fidelis.

Então, a minha pergunta para o senhor, também objetiva: eu quero saber se o senhor orientou o Fidelis, que foi o indicado pelo Senador Weverton, que o senhor falou com a sua anuência, se o senhor mandou, teve alguma orientação clara para uma mudança de posição do INSS, que primeiro fala "não" e logo depois fala "sim".

O SR. CARLOS LUPI – Todo parecer sobre essa questão específica da Contag foi dado pelo INSS, pela área técnica do INSS.

À época, o Stefanutto me informou de que a parte de toda assessoria técnica e jurídica autorizou, porque era um número grande – eu não lembro mais o número –, era um número grande de pessoas que tinham autorizado e que estavam represadas desde 2022, que já estavam prontos – é o que foi afirmado pelo INSS –, desde 2022. E, como a gente teve um bloqueio geral, estava prejudicando por demasia eles, e nisso que eles entraram em contato com o André, com o INSS para pedir.

Eu não orientei em nada, porque eu nunca me envolvi nessa parte técnica, sempre foi o INSS que fez.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – A reunião foi feita com o senhor, as duas...

O SR. CARLOS LUPI – Eu estava na reunião...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – ... mas não teve orientação?

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS LUPI – Não.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – O.k.

E meu último ponto, eu queria saber: o senhor, pela fala, é contra os descontos associativos, hoje, depois de tudo que aconteceu...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS LUPI – Na folha de pagamento.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Na folha de pagamento... Porque o que me causa estranheza é que, eu não sei, eu acho que o posicionamento, eu não sei se o senhor acompanhou a votação do projeto que teve na quarta-feira, quando a gente realmente...

O Projeto de Lei 1.546, de 2024, que tinha dois destaques, foram emendas apresentadas pelo PT, pelo PCdoB, pelo partido do senhor, PDT, pelo Psol, pela esquerda, de maneira geral; e foram feitos os dois destaques, o destaque nº 4 e 10, que foram retirados depois, em que tinha esse retorno desse desconto associativo.

Eu queria saber se o senhor, como Ministro da Previdência, do PDT, é a favor dos destaques feitos pelos colegas. Depois eles resolveram tirar, porque ia pegar mal com a opinião pública...

O SR. CARLOS LUPI – Quero, quero...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – ... mas o senhor é a favor que esses descontos voltem, ou não?

O SR. CARLOS LUPI – Não, eu sempre defendi, publicamente, é só pegar a própria página da Previdência, que não tivesse desconto em folha de nenhum tipo, nem do associativista, nem do desconto do consignado.

E sempre eu... Porque é lei, essa questão do consignado é lei. Tinha que ter uma nova lei, inclusive já veio nova lei agora, vocês aprovaram,...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Aprovamos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... com urgência urgentíssima, a dos associativos, mas ainda não aprovaram... Mas eu sempre defendi que não tivesse.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Obrigada, Presidente. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputada.

O SR. CARLOS LUPI – Eu que agradeço a educação de trato.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, por dez minutos, Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentar toda a mesa, o Ministro Carlos Lupi, o seu advogado, Dr. Agra – sejam muito bem-vindos aqui.

Presidente, enquanto a gente não ouve aquela senhora que nos procurou no final de uma das sessões, que é a Sra. Ezimar – é importante a gente ouvir quem foi roubado, neste país, de forma covarde –, eu queria pedir para passar um vídeo para a gente ver um caso.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Sr. Ministro Lupi, nós estamos tratando aqui de questão de humanidade: 6 milhões de brasileiros não sabiam, foram lesados. Lá no meu estado – inclusive, uma dessas senhoras é cearense – milhares e milhares de pessoas estão passando dificuldades no momento que mais precisam, na velhice. O senhor aqui falou de questão do aprendizado – dois anos de aprendizado –, falou da importância da força da verdade, e eu lhe pergunto, porque em vários momentos o senhor disse: "Eu não sabia da complexidade."... Depois o senhor falou: "Falhamos". Depois de novo o senhor disse: "Não tínhamos ideia de um volume desses descontos". Depois disse: "Sabia das fraudes desde 2016, todo mundo sabe". Eu lhe pergunto: o senhor sabia ou não sabia?

O SR. CARLOS LUPI (*Fora do microfone*.) – Posso responder?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fora do microfone*.) – Perfeitamente.

O SR. CARLOS LUPI (Para expor.) – Nobre Senador, eu desde o começo falei que não era segredo para ninguém.

Nós, dentro da Previdência, temos uma ouvidoria, tanto do INSS como do ministério. No ministério, junto à Secretaria Executiva, além da Ouvidoria, tem um serviço de inteligência, só que, como eu falei – eu não estou diminuindo ou aumentando, estou dizendo os fatos –, a dimensão que chegava de denúncias ao INSS e à Previdência era infinitamente inferior àquilo que aconteceu depois. Então eu não tinha ideia da dimensão e repito isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

As atitudes que nós procuramos tomar – e eu acho que, inclusive nisso, falhamos na resposta, por isso que eu digo que falhamos – são aquelas que eu já enumerei: desde 2023, formando grupo de combate, pedindo ação da Polícia Federal, tudo aquilo que eu citei para o senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Perfeito.

O senhor foi citando item a item aqui, a gente percebeu. E, enquanto isso, o povo sendo roubado. Não teve... Porque o senhor é muito experiente. O senhor tem uma história, já passou por governos anteriores, não é? Inclusive foi afastado ou pediu afastamento, da mesma forma que aconteceu agora. Não é de hoje que nós temos esse tipo de escândalo – não nesta dimensão –, mas essas fraudes ocorriam, tanto que na sua gestão, Ministro, o próprio INSS recorreu da decisão do TCU, em junho de 2024, quando se tentaram colocar travas de segurança com relação à fraude.

Então, outra coisa que me deixou aqui intrigado, que eu queria lhe perguntar, porque, como bem colocou o Deputado Marcel van Hattem, o senhor nomeou todo mundo – nomeou – e tem que ter responsabilidade por esses atos, é óbvio. Agora, o senhor demonstrou um sentimento, assim, até muito forte contra os bancos – é um discurso do senhor –, mas, na prática, me parece algo que não corresponde à realidade, quando o senhor diz, aqui, que é muito maior do que esses descontos associativos e que essa turma dos bancos queria vê-lo no cemitério. O senhor relacionou vários bancos, quando foi lhe perguntado sobre isso pelo Relator.

O SR. CARLOS LUPI – Quatro só.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – O senhor não relatou o BMG.

O SR. CARLOS LUPI – Pode relatar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Foi esquecimento?

O SR. CARLOS LUPI – Foi. Ele me pediu para citar alguns.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Certo, porque o BMG, me parece...

O SR. CARLOS LUPI – Eu citei os maiores que me vieram. O BMG também está junto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – O senhor tem conhecimento de que o BMG é um dos maiores?

O SR. CARLOS LUPI – Tenho.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – É o *top* três?

O SR. CARLOS LUPI – Não sei se é o *top* três, mas é um dos maiores.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Pronto.

Então, o BMG... Voltando à cena do crime, porque o mensalão ninguém esquece – começou ali. E eu lhe pergunto: já que o senhor tem medo de ir para o cemitério...

O SR. CARLOS LUPI – Eu não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Não.

O senhor falou que as pessoas querem vê-lo no cemitério – dos bancos.

O SR. CARLOS LUPI – Querer me ver é uma coisa, mas ter medo é outra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Então, medo o senhor não tem – retiro a palavra medo.

O SR. CARLOS LUPI – Tá.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Como é que o senhor aceita ir para um camarote de um convite do BRB? Eu não entendi. É um banco o BRB. O senhor aceitou esse convite de quem? Quem foi que o convidou?

O SR. CARLOS LUPI – Tem um companheiro meu que é assessor da Presidência, que me ofereceu para assistir ao *show*, como tinha lá Ministro do Tribunal de Contas, Ministros do Supremo – um convite para assistir a um *show*. Qual o crime que tem nisso?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Não, não é crime; é porque, se o senhor diz que essa turma...

O SR. CARLOS LUPI – Mas não era BMG, era do Banco de Brasília, banco público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Pois é, o BRB, BRB, mas é banco, né?

O SR. CARLOS LUPI – BRB, banco público.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Eu lhe pergunto o seguinte: eu, sinceramente... O BRB tem também consignado, ou não?

O SR. CARLOS LUPI – Pequeno, mas tem.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Mas tem.

Então, faz parte da turma que queria ver... que o senhor disse que queriam vê-lo no cemitério.

Aí, o senhor aceita ir ao camarote. O.k.

Eu nunca lhe vi em uma declaração pública, Ministro, com relação, a não ser hoje aqui... Enquanto o senhor estava no cargo, eu não vi o senhor falando sobre banco. E eu vou trazer um dado aqui, nos dois minutos que me faltam, que me causa estranheza, quando o senhor diz que esses bancos têm que ir atrás, mas foi durante a sua gestão no ministério, enquanto o senhor era Ministro, o aumento exponencial, justamente, Deputado Jordy, dos consignados, porque, em 2020 e 2021, ficaram estagnados ali 561 mil contratos. Já... Isso com 37 milhões.

Quando assume o Governo Lula – e o senhor fala "nosso Governo" o tempo todo, inclusive chegou a citar "nossa Polícia Federal, Polícia Federal do Governo"; eu não entendi também isso – , o senhor coloca aqui... Olha só os números – está aqui, está aqui – mostrando que, a partir do momento que o senhor assume, já sobem de 37 para 44 milhões; no ano seguinte, já sobem para 45 milhões; e chegam a 48 milhões, enquanto o senhor estava lá nos consignados, o salto que existe nos consignados.

Então, assim, eu fico, Ministro, sem entender. Eu vejo um pouco de contradição nessa sua fala.

Por que o senhor não acabou com essa festa? Por que o senhor não acabou com essa farra...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ...dos consignados? Pelo menos, deu declarações públicas... Assim como os descontos em folha, que eu também considero um absurdo, como o senhor considera, nesse ponto nós concordamos... Mas por que o senhor não deu um basta nisso, enquanto folha do pagamento?

O SR. CARLOS LUPI – Posso responder?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Claro.

O SR. CARLOS LUPI – Em primeiro lugar, é lei. Eu não crio leis. É lei. Consignado é fruto de uma lei. Segundo: não é o número que o senhor está dando de 48 milhões de aposentados e pensionistas que tem. É o número de vezes de conta... Só temos 41 milhões de aposentados. É que muitas pessoas têm três ou quatro empréstimos pela carência. Terceiro: por que é muito alto o número de volume, que aumentou? Porque as taxas baixaram. Nós... Com a taxa mais baixa, a tendência das pessoas que precisam de dinheiro é buscar mais esse crédito. Então, quando eu assumi, estava 2,14. Eu baixei para 1,85. Isso significa, por ano, em torno de 22, 21%. É a melhor taxa de pedidos de empréstimos da história da República.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Perfeito.

Só para encerrar...

O SR. CARLOS LUPI – Só para terminar, por gentileza.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Claro.

O SR. CARLOS LUPI – Quando tem essas taxas diminuídas... Normalmente é quem precisa buscar mais o dinheiro emprestado.

Eu não tenho um cálculo. Eu não sei para quem pegou, nem como pegou, porque as pessoas só veem uma coisa. Reforcei muito, não criei, desculpe, reforcei muito portabilidade. O que é portabilidade? Com a minha divulgação, muitas pessoas começaram a mudar de banco conforme a taxa mais baixa. Isso facilitou a vida do cidadão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Perfeito.

O SR. CARLOS LUPI – Eu não acho que seja uma grande solução o empréstimo consignado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Só para concluir...

O SR. CARLOS LUPI – É uma necessidade.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – O Ministro se estendeu e eu agradeço por ele ter explicado, mas só para concluir, Presidente.

Já que o senhor não tem nada a temer, o senhor colocou algumas vezes isso aqui...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Senador

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... o senhor está disposto a abrir seus sigilos telefônicos, bancários, telemáticos e fiscais para esta CPMI?

O SR. CARLOS LUPI – Isso depende da decisão da Comissão, não é minha vontade. Eu obedecerei ao que a Comissão achar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Voluntariamente, eu estou falando.

O SR. CARLOS LUPI – Não. Eu só obedeço... Eu não tenho nenhum fato contra mim. Eu não sou citado. Eu não tenho sequer insinuação ao meu respeito. Então, para que eu vou colocar à disposição algo que eu não tenho? Então, se a Comissão amanhã aprovar...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Para mostrar que não tem nada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor.

Por favor.

Vamos respeitar o posicionamento da testemunha.

Muito obrigado, Senador Eduardo Girão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, Senadora Damares Alves, dez minutos.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

O senhor me passando a palavra, eu quero mostrar para os colegas que eu estava devidamente inscrita. Cheguei às 15h30, não consegui chegar um pouquinho mais cedo. E também quero aproveitar e esclarecer que, quando eu fiz a questão de ordem, talvez...

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – ...se ela tivesse sido recepcionada, nós teríamos evitado um pouco da tensão que aconteceu logo após.

Nesse sentido, Presidente, eu quero entregar para a Secretaria as notas taquigráficas da Câmara onde tem a fala do Ministro, as notas taquigráficas da primeira parte da reunião daqui de hoje também e o ofício por ele assinado em maio de 23, em que dava ciência de que já estava sabendo dos assuntos quando respondeu ao requerimento.

Então, eu peço que a Secretaria recepcione e fique à disposição do Presidente e do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Senadora.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Ministro Lupi, eu vou direto à fala com o senhor. Eu fui autora da ação para o senhor sair logo no início, porque eu entendia que tanto o senhor como o Wolney – eu também sou autora de uma ação contra ele – não deveriam ficar no momento da investigação. Seria para mais lisura para a investigação, não era nada contra o senhor, e nem dizendo naquele momento que o senhor era responsável.

Mas o senhor vai acabar sendo responsável porque eu estive no seu lugar. Nós respondemos muito pelos atos dos nossos subordinados, e alguns dos seus subordinados o arrastaram para essa mesa hoje, e alguns dos seus amigos também, Ministro, o arrastaram para essa mesa. E eu preciso reconhecer que o senhor tem uma história. Quem está na política conhece o Lupi – guerreiro, batalhador, Presidente de um grande partido –, mas seus amigos o arrastaram para essa mesa. Não deixe seus amigos o arrastarem para uma condenação. Esse é o meu conselho ao senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vi que, durante todo o seu depoimento, teve alguns momentos que o senhor, com indignação, chegou a falar: "Bandidos, crime organizado... Quero vê-los presos". Eu também quero vê-los presos. Nesse sentido, Ministro, o senhor poderia colaborar com a gente. Tem nomes que o senhor quer citar? O senhor gostaria de ter uma reunião reservada com esta Comissão? Pessoas que o senhor gostaria de citar a quem a gente não chegou ainda? Esses bandidos que o arrastaram para este depoimento nesta noite? Essa é a minha primeira pergunta.

Eu vou fazer todas, porque aí eu ganho tempo.

Aí eu gostaria de mostrar um gráfico, e aí eu vou lhe mostrar como os amigos o arrastaram para este momento, Ministro. Eu tenho cinco gráficos. A Secretaria pode exibir os cinco gráficos?

Esses gráficos, inclusive para os colegas, vão ser interessantes.

Gráfico 1. Com base nos dados do Portal da Transparência, observem, senhores, que, de 2014 até 2022, o gráfico está todo laranja, são instituições com sede em Brasília – Conafer, Contag –, mas a gente observa que, a partir de 2022, o gráfico começa a ficar um pouquinho diferente, em que instituições com sede em outros lugares começam a entrar no jogo. Essa cor azul que está ali, azul, Ministro, são instituições de São Paulo. O senhor é de São Paulo. Infelizmente, instituições de amigos...

O SR. CARLOS LUPI (*Fora do microfone.*) – Só não sou de São Paulo. Sou do Rio de Janeiro.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Ah, não, do Rio. O senhor é do Rio.

Mas nós temos... Ali, no roxo, é Rio; e o azul é São Paulo. Instituições ligadas a pessoas muito... Que o senhor inclusive já falou que conhece, são pessoas ligadas ao senhor.

Mas aí eu quero chamar a atenção também dos colegas para esse movimento que começa a acontecer em 2022. Já começam a aparecer instituições do Rio, mas isso sobe muito. Rio e São Paulo, em 23 e em 24.

O segundo gráfico, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí eu vou fazer um recorte já por unidade da Federação, para vocês darem uma olhadinha. Também pelo Portal da Transparência. Nesse gráfico aqui, Ministro, pela primeira vez em uma década as entidades do DF não arrecadam mais...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Posso falar? (*Pausa.*)

Pela primeira vez em uma década, especificamente no ano passado, em toda a década, as entidades do DF não arrecadaram mais do que todas as outras entidades. Foram as entidades com sede em São Paulo que arrecadaram. E vejam o salto de 116 milhões, em 2022, para 1 bilhão, em 2024, 1,1 bilhão em 2024. As entidades de São Paulo e de Rio começam a arrecadar mais e entidades ligadas a amigos.

Vamos para o terceiro, por favor.

No terceiro gráfico, Ministro, eu faço um recorte mais para São Paulo agora. Observe que, em 2022, as entidades de São Paulo arrecadam 116 milhões; e em 2023, sobe para 379; e, em 2024, para 1 bilhão e quase 100 milhões. Detalhe: quando a gente faz o recorte dessas entidades, em São Paulo – eu quero ir para o quarto gráfico, agora por entidade, que eu vou deixar disponível para os colegas. Volte para o quarto gráfico e observe que, em 2022, quatro entidades... Observe lá, gente: a contagem vai lá do comecinho, está vendo? Mas, quando chega em 2022, quatro entidades começam a arrecadar: ABCB, Ambec, Cinaap e Sinab. Mas, em 2023 e em 2024, entram no jogo a AASAP, a ANDDAP, a Cebap, a Master Prev e a Unabrasil. Só que a gente sabe, Ministro, que Ambec, Cebap, Unabrasil, que começam a entrar no jogo, são do Maurício Camisotti, são ligadas ao Maurício Camisotti. E a gente tem matéria jornalística que Maurício Camisotti é seu amigo.

Voltando, ao último gráfico.

Eu quero que os colegas observem agora que, em março de 2023, é nomeado Diretor de Orçamento, Finanças e Logística o Alexandre Stefanutto. Depois, ele é nomeado Presidente do INSS, em julho de 2023. Observe quando começa a crescer o lucro das instituições de São Paulo.

Ministro, eu volto a falar: seus amigos o trouxeram para essa mesa. A pergunta eu vou novamente fazer: o senhor quer indicar nomes, falar em reservado com a Comissão? Nós, assim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

como o senhor, queremos ver todos eles na cadeia. Mas há um movimento muito estranho em 2023 e 2024, com instituições do Rio e instituições de São Paulo. Um dos Presidentes do INSS era do Rio. Depois ele sai, entra o Stefanutto, que é de São Paulo.

Eu acho que o senhor deve estar muito indignado, Ministro, porque eu estaria indignada. Muitas pessoas ligadas a sindicatos que estão ligadas ao senhor o trouxeram aqui esta noite. O senhor quer falar com a Comissão em reservado ou o senhor prefere que a Comissão continue? Lembrando que o senhor vai responder solidariamente pelos atos que seus assessores, tipo: como que o chefe do controle interno, quando recebe o relatório da CGU, não lhe comunica, uma vez que esse controle interno está dentro do seu gabinete? Ou o senhor foi sabotado o tempo todo por servidores naquele ministério – o que eu não duvido, porque um rombo desse não aconteceria sem a participação de muitos servidores – ou o senhor foi enganado e usado o tempo todo pelos amigos, e o senhor não quis contrariar os amigos, ou o senhor, nesta noite, está descobrindo, ao longo das matérias, das investigações, que seus amigos usaram o cargo em que o senhor estava e, como acreditaram que o senhor não ia ver, usaram e indicaram pessoas que foram prontas para roubar.

Essa é a minha consideração e a minha pergunta.

O SR. CARLOS LUPI (Para expor.) – Senadora, apesar da dureza da maneira como a senhora coloca, é respeitosa e merece o meu respeito.

Primeiro, eu acho que esse fato só está vindo à tona por causa da ação da Polícia Federal. Eu acredito...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor pode continuar, era um minuto dela, o senhor pode seguir.

O SR. CARLOS LUPI – Ah, desculpe.

Eu quero acreditar nesse trabalho finalizado da Polícia Federal. A Polícia Federal e o Poder Judiciário são órgãos independentes, autônomos e devem ir fundo nessa verificação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para... A senhora é uma pessoa inteligente, que pesquisa, se a senhora quiser, pesquise tudo o que foi falado nessas investigações, todos os mais de 100, 170 depoimentos, a senhora sequer vai enxergar o meu nome sendo citado, então, eu tenho a consciência muito tranquila. É tão tranquila que eu acho que quem tiver responsabilidade tem que pagar e caro por isso. É muito grave!

Mas eu simplesmente não tenho o que denunciar, quem tem que fazer isso agora é o trabalho de investigação da Polícia Federal, do Poder Judiciário. Espero que, além de denunciar e serem presos, devolvam o dinheiro que roubaram.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senadora Damares.

Com a palavra o Deputado Ricardo Maia.

Dez minutos, Deputado, por favor.

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA. Para interpelar.) – Sr. Presidente Carlos Viana, o Relator Alfredo Gaspar e o ex-Ministro Carlos Lupi, eu primeiro quero que as pessoas façam uma pesquisa no Google e procurem desde quando surgiu a investigação. Eu tive a curiosidade e ele me mostrou que começou em 2019 a 2022, mas foi identificada em 2025, não sei se falha da Polícia Federal, falha da CGU.

Pelo longo do histórico de 19 a 24, deflagrando de fato em 2025. E quanto tempo, nessa linha do tempo, ficaram várias empresas com credenciamento, várias pessoas sendo lesadas? E, não, nobre colega Girão, não só do Ceará, não só pessoas com baixo conhecimento, eu conheço bancário que também foi lesado em seu contracheque e tinha lá tirado também recurso dele que foi restituído já pelo Governo, então, não tinha uma característica específica de pessoas vulneráveis, mas, sim, de quem não acompanhava.

Eu quero perguntar ao Ministro. Entre 2019 e 2022, o número de entidades conveniadas mais que dobrou. Exemplos: Ambec, Conafer, Amar Brasil. Muitas delas sem capacidade real de funcionamento. Como esse credenciamento em massa contribuiu para agravar as fraudes que estouraram em 2025?

O SR. CARLOS LUPI (Para expor.) – Com certeza, elas são, algumas, não todas, para não ser injusto, as principais responsáveis com a intermediação desse roubo, porque o aposentado e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

pensionista, quando tem um serviço e paga por esse serviço, tudo bem, faz parte. Agora, quando ele tem fraudada a sua assinatura, porque muitas vezes aconteceu isso pelos procedimentos que a Polícia Federal tem, quando é enganado nesse processo, aí é muito grave.

Então, eu acho que esse aumento de entidades para esses acordos gerou uma guerra entre eles que estourou agora pelo volume que eles começaram a movimentar, pela ganância de querer roubar, cada uma, que não têm competência para fazer um bom serviço, fez para enganar os aposentados. Então, eu acho que isso cresceu muito pela quantidade da cobiça do dinheiro mais fácil para enganar os nossos aposentados.

Infelizmente, é uma realidade que eu constato.

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) – Outro caso muito alarmante: a Amar Brasil Clube de Benefícios (ABCB) é uma das entidades investigadas pela Polícia Federal na Operação Sem Desconto. Essa entidade mantinha um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o INSS, o que lhe permitiu receber milhões de reais em descontos de aposentados. Em auditoria realizada pela CGU, consta que a ABCB não enviou qualquer documentação que comprovasse ter autorização dos aposentados para realizar os descontos.

O SR. CARLOS LUPI – Eu não tenho essa informação. Parece utópico, mas não é, um Ministro de Estado tem tantas tarefas para fazer que não é fácil. Esses acordos de cooperação também são assinados pelo INSS, não passam pelo Ministro de Estado. Eu tenho umas regras estabelecidas, já foram até algumas faladas aqui, agora como chegou a isso eu sinceramente não sei.

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) – O Governo do Presidente Lula tem mostrado firmeza e responsabilidade no enfrentamento dessa situação, adotando providências importantes como o ressarcimento dos aposentados, pensionistas e lesados. Esse esforço reforça o compromisso do Governo em proteger os demais vulneráveis e em fortalecer a Previdência com mais segurança, transparência e eficiência. Nesse sentido, quais medidas estruturais o senhor considera fundamentais para que esse episódio não volte a se repetir?

O SR. CARLOS LUPI – Primeiro, é o que está sendo feito, a Polícia Federal ir fundo na investigação, prender quem tem responsabilidade e exigir a devolução do que roubaram dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

aposentados e pensionistas, que o Governo corretamente está pagando para não os deixar sem conseguir uma sobrevida mais digna.

Segundo, nós temos que aprofundar. A cada vez que a tecnologia avança, avança a fraude. Hoje, se você tem uma conta no seu sistema de celular, toda hora está sendo invadida. Então, no outro dia, o Banco Central descobriu não sei quantos milhões que desviaram de conta. Então, o sistema da maldade, o sistema da fraude se aperfeiçoa. Nós temos que ter um estado mais ágil, mais rápido, para que se aperfeiçoe e para coibir esse tipo de safadeza que, infelizmente, acontece.

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) – Eu continuo com a mesma linha de pensamento dita na última fala minha na sessão da CPMI, de que não passa pela minha cabeça que nenhum Presidente da República é conivente com essa roubalheira dos aposentados no nosso Brasil. Não quero, como Parlamentar, nem como membro desta CPI, condenar nem ex, nem atual Presidente, mas eu acho que essa linha do tempo está sendo de frente para trás. A linha do tempo começou em 2015, de investigação, cita-se aqui pela CGU... Até quero aqui repudiar a fala de um colega Parlamentar que descredenciou a membra da CGU, que veio colaborar com a CPI, que veio prestar esclarecimento, porque ela não é investigada, ela é investigadora, a CGU está fazendo, com palavras ofensivas, principalmente uma mulher e que não está presente – meu repúdio. E gesto obsceno a um Deputado, mesmo não sendo membro, mas um Parlamentar, Presidente, aqui presente até a meia-noite aqui, e o colega Senador.

Mas, na minha análise – não sou agente de polícia, nem tenho... ou sou promotor, também que entender da investigação... Mas a investigação teria que nascer do início da linha do tempo. Se foi 2015, se é 2019, não de 25, voltando até 2015, ou até 2019, como decidiu o Presidente. Essa investigação teria que ouvir Paulo Guedes, que era Ministro da Economia, que era responsável na pasta que estava na secretaria. Se aqui não é... se é legítima a questão da participação do grande Senador Rogerio Marinho, mas é imoral ele participar de uma Comissão que investiga onde tem o roubo das pessoas, e ele participando de uma Comissão, se é legal, é imoral.

E o Onyx, o Onyx Lorenzoni, que foi também Ministro, quando retomou o ministério. Eu acho que seria um dos primeiros a ser investigado, porque existe indício de depósito de R$60 mil na conta dele de campanha da ABCB, se não me engano. Então são esses os relatos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O José Carlos também, que foi de 31/03, que fez ali um tampão de governo, mas deixou sequelas graves aos aposentados.

E, Ministro, parabéns pela sua serenidade.

O que nós temos que fazer aqui é esquecer sigla partidária, esquecer Presidente e, às vezes, esquecer até o próprio mandato que nós temos, porque o que acontece, eu era criança, adolescente e já ouvi falar muito de roubo do INSS. Isso não é da década de 2020, 2019. Então quantos anos a gente ouve de irregularidade, de perito, de irregularidade. Só que foi a tecnologia, que foi levando aos números.

Mas esse gráfico que foi mostrado, não pela Senadora Damares...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) – ... um gráfico que eu tenho aqui, existe um gráfico de entidades anteriores, de 2016 até 2024. Você pega esse gráfico, ele vem numa consistência normal. Quando você pega outro gráfico, 0, 2016, 0, 2017 e 2018. Exatamente quando o Senador Rogerio Marinho assume a secretaria, ele começa a pontuar, a subir de 2019, 2020, 2021 e 2022.

O seu erro, Ministro Carlos Lupi, foi aceitar permanecerem, pela boa-fé, funcionários de carreira permanecerem nos órgãos que estavam, no mesmo local, porque essa quadrilha permaneceu no início de um Governo que estava se montando, se montando, e essa quadrilha fez um expoente de roubo levando a chegar a esses números que estão.

Então é por isso que eu tenho certeza, porque não era o CPF de chefe deles, não era o CPF de coligados políticos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado.

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) – ... que abriram o expoente a virar esse número de roubalheira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado ao senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Deputado Fernando Rodolfo. Não está? Cadê? Ah, desculpe. Pois não, Deputado.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente. Boa noite, Ministro Lupi.

Quero aqui, antes de tudo, dizer que, apesar das nossas divergências políticas e ideológicas, eu respeito muito sua trajetória como figura pública. E tenho demonstrado isso desde quando fui Presidente da Comissão da Previdência, onde o senhor teve oportunidade de algumas vezes ir lá.

Mas, Ministro, eu acompanhei atentamente aqui tudo que foi dito, desde o início, quando o senhor fez a sua explanação, e eu queria apenas tirar algumas dúvidas. Talvez nem precise usar os dez minutos.

Mas o senhor falou, logo no começo, de duas operações da Polícia Federal que foram feitas – uma em 2016 e outra em 2020 – a respeito dessas discussões aí em relação ao desconto das associações.

Quando o senhor assume o ministério, em 2023, naturalmente o senhor já sabia – até mesmo em função dessas operações que foram feitas no passado – e o senhor não tomou nenhuma providência, mesmo tendo ciência de que havia esse esquema de roubo dos aposentados através dos descontos associativos?

O SR. CARLOS LUPI (Para expor.) – Só para explicar, Deputado, é que todos os dois procedimentos foram arquivados, então, não tinha matéria para poder fazer qualquer tipo de ação. Os dois procedimentos, processos de denúncias apresentadas à Polícia Federal, tanto em 2016 quanto em 2020, foram arquivados pela própria Polícia Federal. Então, não se formou nenhuma configuração clara do que era, nem se apurou praticamente nada.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Mas ali, logo em março de 2023, já houve o primeiro alerta – não é? –, naquela reunião, de que a prática existia. O senhor falou aqui de uma instrução normativa que foi editada em 2024 e que não teria surtido efeito, mas, por que, Ministro, esperar quase um ano para se fazer essa instrução normativa visando coibir essa prática?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS LUPI – A instrução normativa foi o ato final. Como eu já falei aqui, em 23, o então Presidente do INSS fez uma reunião com a Polícia Federal. Depois fizemos um grupo – de que participava Polícia Federal, Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Ministério da Gestão – e se chegou à conclusão de criar uma instrução normativa para regular isso.

Então, foi o tempo de ter essa conferência por esse grupo, um parecer desse grupo, a finalização desse grupo, para fazer a instrução normativa.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – E o Presidente Lula só tomou conhecimento no dia da operação?

O SR. CARLOS LUPI – Com certeza, porque a ação, a informação que eu tenho... Como eu também tive conhecimento no dia, avisado para ir a esta reunião, junto com o Ministro da Justiça, com a Polícia Federal e com a CGU no dia da operação. No dia da operação deflagrada na rua, mas já existia, há um ano, uma investigação que a Polícia Federal sabia, e que ela não tinha que dar informação à gente, porque senão ela estava dando conhecimento que não podia dar, senão perdia o sigilo da operação. Só tomamos conhecimento dessa operação no dia da deflagração dela na rua.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Mas desde quando houve o primeiro alerta, ali em 2023, em momento algum, em nenhuma ocasião, o senhor chegou a sequer comentar com o Presidente?

O SR. CARLOS LUPI – Não, em nenhum momento, até porque toda a denúncia que nos chegava pelos canais da Previdência Social de denúncias: o Meu INSS – a plataforma Meu INSS – ; chegava pela ouvidoria; chegava pelo serviço de inteligência. Aí se começou a ter o procedimento, esse processo.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Ministro, o senhor confia no trabalho da Polícia Federal?

O SR. CARLOS LUPI – Olha, tem que confiar, porque é a polícia que serve ao Estado brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – A Polícia Federal concluiu nas investigações que o Procurador Virgílio Oliveira Filho recebeu do Careca do INSS quase R$12 milhões, fruto desse dinheiro roubado dos aposentados e ele foi indicado pelo senhor para ocupar aquele posto de procurador, ou seja, um ladrão.

Como é que o senhor se sente hoje? O senhor carrega algum sentimento de culpa por ter indicado, por ter ido atrás do Virgílio para ser procurador do INSS?

O SR. CARLOS LUPI – Eu posso ter muita decepção, porque eu não o conhecia. Ele é um servidor de carreira – eu estou aqui com a folha dele. Ele é bacharel em Direito, servidor público. Foi Consultor Jurídico do Ministério da Trabalho e Previdência em 2022. Foi Procurador-Geral do INSS de 2020 a 2022. Foi Procurador-Chefe Nacional da Previc de 2017 a 2020; foi Chefe da Assessoria Jurídica Legislativa da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal de 2016 a 2017.

Então, em nenhuma parte desse currículo aparece...

É porque eu não estou vendo ele e eu tenho dificuldade. (*Pausa.*)

Desculpe, é porque se eu não vejo, parece que eu não estou dando a atenção devida ao Parlamentar.

Peço desculpa.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Concordo também.

O SR. CARLOS LUPI – Então, nenhuma dessa parte de currículo... Um servidor que é um servidor de carreira, não tem filiação partidária, mas serviu a outros governos. Ele me foi apresentado, no caso específico, pelo próprio Presidente do INSS, o Stefanutto, que o indicou para mim. Nós levantamos o nome dele à CGU. Não, desculpe, à AGU – à AGU. Uma subprocuradora devolveu esse processo para o INSS. O Stefanutto disse: "Lupi, mas ele foi tudo isso, esse currículo aqui. Ele é um cara bom". Eu devolvi, de novo, ao Chefe da Advocacia-Geral da União, o Dr. Messias, que o aprovou. Ele só foi nomeado depois da aprovação da AGU.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Então, ele enganou todo mundo.

O SR. CARLOS LUPI – Hein?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Ele enganou todo mundo, então.

O SR. CARLOS LUPI – Não entendi.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Ele enganou todo mundo. O senhor tinha confiança nele e ele... O maior ladrão que teve lá dentro.

O SR. CARLOS LUPI – É, eu não chegava a ter confiança nele, porque eu conheci ele no processo. Eu vi o currículo dele – bom –, mas era uma pessoa com quem eu não tinha relação nenhuma. O conheci dentro da Previdência, como quase todos que estavam lá.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Ministro, o senhor tem sua consciência tranquila de que...

O SR. CARLOS LUPI – Absolutamente tranquila.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Surgiu o escândalo. Cai o Ministro. Cai o Presidente do INSS. Cai o Procurador do INSS. A cúpula toda caiu. Será que faltou confiança do Presidente Lula no senhor para ele lhe demitir já que o senhor fez tudo certo?

O SR. CARLOS LUPI – Não, o Presidente não me demitiu. Eu pedi demissão. Eu fui a ele na véspera do dia 1º de maio...

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Mas, se o senhor fez tudo certo, por que o senhor foi pedir demissão?

O SR. CARLOS LUPI – Não. No ato, inclusive, está lá, a pedido.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Não, então, o senhor foi pedir demissão, reconhecendo que fez tudo como deveria ser feito?

O SR. CARLOS LUPI – Não. Para explicar ao Deputado...

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Pois não.

O SR. CARLOS LUPI – ... com toda a tranquilidade e consciência muito tranquila.

Quando avolumou-se esse processo da crise, quando começou a divulgação dessa crise, o primeiro fato que eu fiz: eu fui na Comissão, da Câmara dos Deputados, da Previdência Social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alguns dos senhores estavam lá. Fiz o meu depoimento de lá. Continuou uma pressão muito em cima da minha pessoa, querendo a minha cabeça, porque "como deixou?" e tal, tal, tal.

Eu tive uma conversa com o Presidente na véspera do 1º de maio, disse a ele que aquilo estava criando uma situação muito difícil para mim, uma pressão muito grande, difamação para mim e para minha família e não queria ficar. Ele pediu para aguardar o dia 1º e voltar a procurar ele no dia 2. No dia 2, eu fui com a carta pronta, entreguei na mão dele e saí do ministério, porque eu achei que era o mais conveniente pela realidade, pela fotografia daquele momento.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – O senhor chegou a recomendar ao Presidente Lula a nomeação, como seu substituto, do atual Ministro Wolney Queiroz?

O SR. CARLOS LUPI – O Wolney já foi da comissão de transição indicada pelo partido. Eu, como Presidente do partido... Foi escolhido por mim para ser Secretário-Executivo, e era imediatamente o segundo nome. O Presidente sugeriu o nome e eu disse que era uma boa ideia, uma boa escolha.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – O.k.

Muito obrigado...

O SR. CARLOS LUPI – De nada.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – ... Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Deputado Fernando Rodolfo.

Com a palavra o Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, em especial nosso convidado, o Ministro Carlos Lupi; os outros já se sintam referenciados.

Eu quero agradecer, até, àqueles que me citaram, porque eu tive a oportunidade de falar uma parte do que eu iria falar, então eu vou direto aqui ao que me chamou a atenção.

Ministro, eu vou fazer aqui uma fala, e depois V. Exa. fica à vontade para comentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu escutei atentamente o depoimento que V. Exa. deu aqui, e também a arguição feita pelo Relator e pelos demais Parlamentares, ou pelo menos a maioria deles, e o que me chamou muito a atenção é que a Portaria 242, que foi a portaria que definiu essa questão da competência do INSS, passando do INSS para a Previdência, é um documento bastante fora da normalidade. Eu digo isso, Ministro, porque eu tentei buscar alguma referência, e, em quase 30 anos de Previdência, antes do senhor e depois, pelo seu sucessor, não há uma intervenção tão direta na questão do INSS, inclusive na questão de contratos administrativos acima de R$1 milhão; nomeações de funcionários de níveis inferiores, como, por exemplo, até DAS níveis 1 e 2, que é telefonista, até os cargos mais relevantes de direção e assessoramento.

Então, essa portaria é uma portaria que foi revogada – e V. Exa. falou –, mas foi revogada pelo seu sucessor, não é? Me parece que foi em maio...

O SR. CARLOS LUPI (Para expor.) – A totalidade dela; antes, já tinha liberado uma parte.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Maio de 2025, no final aqui: "Art. 21. Fica revogada a Portaria MPS nº 242, de 13 de fevereiro de 2023". Estão aqui os documentos.

E isso dá ao senhor uma situação diferente dos outros, porque lhe dá uma responsabilidade na nomeação e na gestão dos contratos administrativos do INSS, o que não acontece com os outros ministros da Previdência que o antecederam, nem o que o sucedeu, porque nenhum deles tinha essa responsabilidade; e o senhor falou muito de autonomia. Então, isso me chamou a atenção. Na verdade, na administração de V. Exa., claramente a autonomia foi colocada de lado: houve uma intervenção e o senhor virou praticamente um "copresidente" do INSS.

Em setembro de 2023, nós tivemos aqui a nomeação do Sr. Virgílio para a PGE... Não! Tivemos a indicação do Sr. Virgílio, e houve um despacho contrário da Sra. Procuradora Adriana Maia Venturini. Está aqui o despacho dela.

O SR. CARLOS LUPI – E depois teve um outro.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Isso.

Aí, o senhor falou aí, se eu não estou esquecido, que depois ela reviu esse despacho e ele foi nomeado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, eu também não encontrei esse despacho revendo essa posição; queria, até porque era importante que a gente tivesse esse documento. A informação que nós temos, inclusive...

O SR. CARLOS LUPI – Só para ajudar, desculpe.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Pois não.

O SR. CARLOS LUPI – A informação que eu tenho é que quem fez o ato foi o superior a ela, o próprio Advogado-Geral.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Ah, o.k. Era isso que eu queria...

O SR. CARLOS LUPI – Acho, eu quero... Precisa confirmar, que eu não estou falando com absoluta segurança.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Era isso que eu queria...

É claro, porque, para superá-la, teria que ser justamente o Ministro Advogado-Geral da União. Então, o importante é a gente saber em que circunstâncias isso ocorreu.

Em seguida, aí uma relação custo-benefício aconteceu imediatamente, existia um decreto, que era o 10.410, de 2020, que definia que os beneficiários previdenciários, uma vez concedidos, permanecerão bloqueados para desconto previsto no inciso V, do *caput*.

O senhor até falou aqui a respeito, mas eu quero só fazer uma relação que, logo após a nomeação do Virgílio, ele autoriza o desbloqueio em lote da Contag, contra o decreto que havia sido negado já em março de 23.

Então, houve assim uma situação em que o Virgílio tinha levado uma bola preta da estrutura do próprio INSS, da procuradora. Esse óbice foi superado, provavelmente pelo Advogado-Geral da União, nós não temos certeza, mas provavelmente que é o superior hierárquico. Em seguida, o Virgílio começa a tratar de uma ação contra, inclusive, um dispositivo legal, que era o decreto que não havia sido, naquela oportunidade, e até hoje não foi tornado fora de efeito, que é o Decreto 10.410, que determinava que não poderia ser feito esse tipo de desbloqueio dessa forma. Em seguida, ele faz a renovação do ACT da Contag, também com parecer jurídico contrário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí vem uma fala que o senhor fez, dizendo que só teve conhecimento da amplitude, do tamanho do problema, quando houve a operação da Polícia Federal, eu acho que em abril de 2025.

Tem um documento aqui, de 3 de maio de 2023, logo no início do Governo, que foi dirigido a V. Exa., assinado por V. Exa., em que V. Exa. é questionado sobre esses descontos ilegais. Está aqui o documento, depois eu vou passar à mão de V. Exa., está aqui o Deputado Evair.

E V. Exa. disse que tomou uma série de providências, só que as providências que o senhor elenca aqui, a maior parte delas foram tomadas pelo Governo do Presidente Bolsonaro.

Inclusive, a questão do descredenciamento de entidades, como a Ambasp, Anasp, Abasp, Centrape, que foi em 2019. E também as cinco que o senhor não colocou no seu ofício, em 2020, que foram a STEFRJ, Sintapi/CUT, Unibap, CGTB e Conafer, que foram descredenciadas. E a Conafer depois fez um ajuste de conduta e voltou, acho que em final de 2021.

Uma outra questão que me chamou a atenção é que, nesse meio tempo, de acordo com o depoimento que V. Exa. deu aqui, houve uma série de providências tomadas, mas o que a gente viu aqui foi que aconteceram oportunidades de correção e por algum motivo não ocorreram.

Por exemplo, o Ministério Público Federal pediu a suspensão de todos os ACTs. Isso não foi concedido, tem uma reportagem aqui do *Metrópoles,* a gente vê aqui o juiz que não concedeu a eliminar, e há uma declaração do Presidente do INSS dizendo o seguinte: "No entanto, observa-se que o juiz indeferiu a eliminar requerida, reconhecendo os esforços da autarquia para trazer melhor integridade ao modelo". Isso aconteceu em 1º de maio de 2024.

Bom, o Presidente, na época, devia estar brincando conosco.

A maior integridade do modelo que estava com explosão de benefícios... Então, eu acho que reconheceu que a coisa não estava bem feita, né?

Depois vem o Acórdão 1.115, de 2024, do Tribunal de Contas da União, que determina o bloqueio de benefício, biometria e revalidação. O INSS recorreu do acórdão, não cumpriu o acórdão, né? Ao contrário do que foi afirmado aqui.

E esse acórdão, inclusive, define o seguinte, no 9.3.2:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

> 9.3.2. realize o bloqueio automático para averbação de novos descontos, sejam de empréstimo consignado, sejam de mensalidade associativa, para todos os segurados do INSS, independente da data de concessão do benefício.

O INSS recorreu uma, duas, várias vezes. Não quis cumprir.

Em julho e agosto, a auditoria interna da CGU apresentou relatórios que o INSS não cumpre. E mais: tem uma... eu ouvi V. Exa. falando que a biometria seria implantada em janeiro ou fevereiro de 2025, que tinha sido instituída. Mas o Presidente do INSS, o Sr. Rodrigo Assumpção – desculpe, do Dataprev –, em entrevista à *Folha*, no dia 20 de junho de 2025, afirma que o INSS deu comando para manter ativos sistemas mais vulneráveis de descontos.

Então, ele disse que não cumpriu porque houve uma ordem do INSS, não foi por questões operacionais, porque apesar de ter havido a recomendação e até a determinação de que se implantassem controles mais eficazes, houve aqui...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... uma determinação para que não fosse cumprido.

E, por fim, na instrução normativa que V. Exa. fala, que é a 162, nós tivemos aqui a retirada de algumas situações importantes, como, por exemplo, até a própria revalidação, porque a revalidação alguém disse aqui que poderia ser uma questão infralegal.

De fato, porque a revalidação estava mantida no Decreto 10.410, foi reiterado nas instruções normativas que foram exaradas de forma subsequente, e só foi ultrapassado justamente na Instrução Normativa 162, que foi feita ainda pelo INSS que estava sob o comando de V. Exa. E fala justamente aqui o seguinte:

> Para a efetivação do desconto de mensalidade nos benefícios previdenciários, a entidade que firmar ACT com o INSS deverá encaminhar à Dataprev os termos de adesão ao desconto de mensalidade associativa até o 2º (segundo) dia útil de cada mês [...]

Ou seja, tirou a condição que havia anteriormente de que tinha que passar antes pelo INSS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Senador.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Estava aqui na IN 128, a 110 e 128.

Então, eu concluo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Eu fiz aqui um arrazoado, mas para fazer uma ponderação com V. Exa. de que, de fato – e vou concluir, Sr. Presidente, agradecendo já a sua benevolência –, que o Ministro não é quem faz a política na ponta. Quem executa na ponta é o INSS. Mas V. Exa. avocou para V. Exa. uma situação que nenhum outro ministro fez e nem nenhum depois de V. Exa..

Então, só para ponderar essa situação.

O SR. CARLOS LUPI – Senador, eu agradeço as suas... os seus questionamentos, suas ponderações, só para a única parte que é da minha competência.

Essa portaria foi feita assim que eu cheguei no ministério. Eu estava lidando com algo... a portaria que me avoquei os procedimentos para mim. Por quê? Justamente pela insegurança que eu tinha em lidar com algo que eu não conhecia.

Todas as outras portarias que o senhor mencionou, descumpriu... são todas do INSS. O que reforça que eu devia estar inseguro mais ainda, porque, infelizmente – o senhor já deu aí, inclusive, algumas informações do próprio Procurador-Chefe, descumprindo a norma do Presidente do INSS.

Então, infelizmente, o INSS... Vai ter a oportunidade de estarem essas pessoas aqui. Acho que esses questionamentos, o senhor, com a sua experiência e inteligência, saberá fazê-los, porque eles terão a resposta. Eu, realmente, não tenho.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Marinho.

Passo a palavra ao Deputado Sidney Leite.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Ministro Carlos Lupi...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Ministro, eu fui o autor do que nós aprovamos na Câmara da proibição do desconto por associação, sindicato ou instituição, via INSS, e também da necessidade da biometria para o empréstimo consignado, que nós aprovamos.

Eu lhe faço aqui uma pergunta: os bancos têm contrato com o INSS ou com o Ministério da Previdência, para ter dados de aposentados? Porque veja bem o seguinte: eu sou do Estado do Amazonas. Hoje, a fila de espera do INSS é de 2,7 milhões de pessoas. Tem pessoas que esperam dois anos por um benefício – o senhor esteve no meu estado, inclusive entregando um PREVBarco –, e no outro dia o banco está oferecendo um consignado.

Como é que o banco tem acesso a essa informação?

O SR. CARLOS LUPI (Para expor.) – O senhor está coberto de razão, Deputado... Desculpe.

Porque, às vezes, eu confundo Deputado com Senador e peço desculpa antecipada, mas não é de mérito, é porque eu não tenho a capacidade de conhecer todos.

Mas o senhor está coberto de razão, primeiro nos seus projetos aprovados. Quero parabenizá-lo. Concordo integralmente.

Segundo, sobre essa questão que o senhor fala do sistema financeiro, ela é muito mais complexa. Por quê? O acordo de cooperação que eles têm permite a eles ter acesso a todos os dados da Previdência Social. Isso já vem há anos; não é de agora nem é do Governo anterior; isso tem mais de 20 anos. Então, esse negócio de a gente fazer fla-flu aqui não é comigo. A gente tem que falar a verdade: isso já vem há mais de 20 anos.

Segundo, eles têm acesso ainda... Segundo, eles pagam à Dataprev o serviço que a Dataprev faz do registro deles, do acompanhamento deles. Então, na verdade, o INSS só entra com o serviço, com o trabalho e com esses, infelizmente, desvirtuamentos que alguns tiveram, usando a Previdência e o INSS para roubar do trabalhador.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – O senhor falou que é contra o empréstimo consignado utilizando a estrutura da Previdência Social. Esse empréstimo consignado feito, esse valor cai na conta...

O SR. CARLOS LUPI – É o desconto automático.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – ... do beneficiário, né?

V. Exa. tem conhecimento de venda casada nesse processo que se dá...

O SR. CARLOS LUPI – Olhe, isso já me chegou...

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – ... de associação e empréstimo consignado?

O SR. CARLOS LUPI – Já me chegou essa afirmação, essa informação em alguns momentos.

Em alguns nós conseguimos abrir sindicância, alguns nós conseguimos sustar, mas eu acho que chegou a um número muito pequeno perante essa realidade. Por isso, eu penso que o melhor para essa questão do empréstimo consignado é deixar que as partes interessadas, que são quem é o tomador de empréstimo e quem empresta, se entendam. Quer pagar, quer fazer? Faz um Pix, faz um desconto, um boleto bancário.

Por que o INSS tem que fazer isso, com essa fila que você acabou de falar que a gente tem de tanta gente para atender?

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Na coluna do Sr. Rômulo Saraiva, na *Folha de S.Paulo*, ele coloca o seguinte:

> Com venda casada, fraude [do INSS] vai a R$219 bi? [faz uma pergunta]
> [...]
> A desconfiança recai na prática da venda casada. Com os dados vazados da vítima, os fraudadores faziam primeiro os empréstimos consignados e na sequência lançavam os descontos da mensalidade sindical ou associativa. Ou vice-versa.
> Se eles já não tinham escrúpulos para roubar idosos hipossuficientes com mensalidade de R$50, com muito mais razão teriam interesse no empréstimo consignado. [...] [Dependendo] do valor da renda [...].
> Na mesma velocidade que as mensalidades [...] [cresciam], curiosamente, os empréstimos consignados acompanhavam. [Aí ele cita] Em 2021, os valores repassados às associações e sindicatos decorrentes de empréstimo consignado registraram R$57,4 bilhões. Em 2022, o valor dos repasses [...] foi de R$72,5 bilhões e no ano seguinte alcançou [a cifra de] R$89,4 bilhões [totalizando 219].

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, Sr. Ministro, não sei se você teve conhecimento, o *G1* divulgou recentemente que:

> [...] (INSS) suspendeu preventivamente os contratos com a operadora financeira Crefisa após identificar irregularidades na prestação de serviços aos aposentados [...].
> Dentre as irregularidades estão: coação de aposentados, venda casada [Sr. Presidente] e atrasos no pagamento.
> [...] [A Crefisa atende hoje] 1,7 milhão dos 41 milhões de benefícios que o INSS paga hoje e [...] de janeiro a agosto, [foram] R$25 bilhões.

Ou seja, V. Exa. trouxe aqui um dado que é muito preocupante. O contrato que esses bancos e financeiras têm para com o INSS é para empréstimo consignado, e não para a venda de produtos. E V. Exa. afirma que os bancos estão fazendo venda de produtos?

O SR. CARLOS LUPI – Eu não posso afirmar se todos... Eu tive várias denúncias nesse sentido. Acho que o papel desta CPMI também é ir fundo nesta investigação: ver o que está acontecendo, ver quem está fazendo essa operação casada, porque a notícia que me chega é a de que existe.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Mas essas denúncias chegaram pelos canais competentes do INSS?

O SR. CARLOS LUPI – Chegaram pelo sistema de ouvidoria da página do Meu INSS. Tem vários sistemas que recebem essa denúncia.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Quando isso ocorreu, o INSS procurou saber?

O SR. CARLOS LUPI – Imediatamente a gente pediu para abrir investigação, porque cada caso é um caso, são 42... 41,5 milhões beneficiários da Previdência. Desses, pelo menos 16 a 17 milhões têm algum tipo de empréstimo, sendo que cada um pode ter dois, três empréstimos. Então, você tem um volume de mais de 40 milhões de empréstimos consignados, olhe o volume que é.

Tudo na Previdência é muito grandioso, é muito grande para se controlar.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Nessas investigações, desse tipo de denúncia de venda de produtos, foi identificado algo irregular?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS LUPI – Foi. Em alguns casos, sim. Eu posso até mandar verificar e me comprometo aqui, a Previdência... Posso pedir, porque eu não sou mais ministro, que ela informe aos senhores, mas os senhores, com poder de Comissão Parlamentar Inquérito, também podem requisitar isso.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – E eu gostaria de saber: como os bancos se credenciam para participar desse processo? São leilões?

O SR. CARLOS LUPI – Isso é por licitação, isso já acontece há muitos anos.

A cada... Tem um prazo que varia de cinco a dez anos, em que você licita um grupo de contas por região. Agora, é por região, por exemplo, setor Norte do Brasil, se você faz, um exemplo: no Estado do Amazonas, você tem a capital Manaus e você tem as cidades mais distantes como compensação. Então, é por lote, por área, conforme vai terminando se faz uma licitação.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Mas há critério sobre a questão da cobrança desses valores em taxa de juros?

O SR. CARLOS LUPI – Tem uma série de... É feito edital. Tem uma série de vedações, dentre essas, tem essa operação casada.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Nessas denúncias, havia denúncia de portabilidade irregular?

O SR. CARLOS LUPI – Não, dessa não tomei conhecimento. Não chegou a mim.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Porque nessa questão da Grafisa, ela é citada.

O SR. CARLOS LUPI – Eu acho que tem que aprofundar isso, viu, Deputado? Isso é um assunto que merece...

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – E nessas apurações...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – ... que o senhor tem conhecimento sobre a questão dos descontos indevidos por parte desses órgãos – CGU, TCU –, tinha aprofundamento em relação a empréstimo consignado?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS LUPI – Não. Ao que eu fui informado, era só dos empréstimos associativos.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – E sobre venda casada?

O SR. CARLOS LUPI – Só sobre empréstimo associativo. Não me mandaram nenhuma informação sobre empréstimo consignado. Consignado aí é casado. Não me foi...

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Desculpa, eu não entendi. Empréstimo é casado como?

O SR. CARLOS LUPI – O empréstimo que a gente sabe é o consignado, vendendo para a pessoa com um tipo de serviço, vamos dizer, um seguro de vida, um auxílio-funeral, alguma coisa nesse tipo. Isso se faz muito na operação do empréstimo consignado. No associativo, eu não tive muitas denúncias nesse sentido, não.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – E nos canais competentes do INSS, chegou denúncia...

O SR. CARLOS LUPI – Chegaram, sim.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – ... de pessoas que estavam supostamente pagando empréstimo consignado sem ter recebido dinheiro?

O SR. CARLOS LUPI – Chegou...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS LUPI – Eu acho que esse é um assunto que a CPI tem que aprofundar.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Mas foi apurado isso e foi confirmado?

O SR. CARLOS LUPI – Uma parte, mas só as denúncias esporádicas que vinham. Eu acho que o volume é muito maior, e vocês investigando vão descobrir.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Mas tinha denúncia?

O SR. CARLOS LUPI – Tinha.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – E confirmaram?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS LUPI – Confirmadas.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Era isso, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Luiz Lima.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente Carlos Viana.

Presidente Carlos Viana, estamos na terceira semana aqui de CPMI, e alguns fatos já nos chamam muito a atenção. Primeiro, foi o Delegado Bruno Oliveira, quando ficou em silêncio, quando... Ele não ficou em silêncio, mas, quando perguntado sobre alguns fatos sobre os quais ele era responsável em relação à Operação Sem Desconto, porque ele foi responsável, ele estava acompanhado por dois policiais federais, e os dois policiais federais foram convidados a se retirar, e ele em silêncio, numa expressão até de medo. Não sei se tanto medo de ir para o cemitério, mas ele estava com muito medo.

E Ministro Carlos Lupi, me chamou muito a atenção hoje também o seu silêncio, quando indagado pelo Deputado Marcel van Hattem sobre se sentiria responsável pelas suas assinaturas. Isso também me causou uma certa, assim, perplexidade em tudo o que a gente está vivendo.

Outro momento também que me chamou muito a atenção em relação ao Sr. Walber Agra, responsável pela ação do PDT que pediu a inelegibilidade do Presidente Bolsonaro... Então, é muito claro que a gente está vivendo aqui um fla-flu. A gente tem dois governos, obviamente, um recente, que há pouco saiu do poder, que foi o Governo Bolsonaro, e o Governo Lula, e quando o advogado, o Sr. Walber Agra, na sua estratégia de defesa aqui, defendendo a ação do PDT, citou... Agra citou em relação ao pedido de inelegibilidade do Presidente Bolsonaro *Ensaio sobre a Cegueira*, de José Saramago, e depois ele citou: "Será que vamos entrar novamente em estágio de cegueira coletiva? Como não há fato?".

A cegueira coletiva é o que está acontecendo agora. Cegueira coletiva é quando a gente tem um filho do Ministro da Justiça, o Sr. Henrique Meirelles, que é filho do Ministro da Justiça Ricardo Lewandowski... Henrique Meirelles, não, Henrique Lewandowski. E o Ministro da Justiça tem o seu filho – temos 1,4 milhão de advogados no Brasil –, o Sr. Henrique Lewandowski, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

defende a Ambec, contratado um mês e meio antes da Operação Sem Desconto. Esses fatos são muito claros para mim. Você tem um Delegado da Polícia Federal que fica com medo de responder aqui – com medo, claramente medo. Eu fiquei até com pena do Policial Federal e fiquei com pena do momento que a gente está vivendo.

A Ambec é claramente uma organização criminosa. E eu guardo muito o que as nossas convidadas aqui...

A gente teve a Eliane Viegas, da Controladoria-Geral da União. E a Eliane Viegas, quando bati o olho nela aqui, já se passaram nove anos, foi a mesma Eliane que me visitou quando eu era Secretário Nacional de Esporte do Temer. Quando eu cheguei aqui, na primeira semana, eu pedi para a minha equipe – eu me tornei ordenador de despesa –, e a Eliane fez uma visita a mim e disse tudo o que eu deveria fazer, onde eu deveria tomar cuidado, e eu segui à risca. E quando a Sra. Eliane Viegas, no seu depoimento, fala aqui que ela era praticamente não levada a sério pelos sindicatos, e que ela comunicou, em abril de 2024, tanto ao Ministério da Previdência como ao INSS, em reuniões com Alessandro Stefanutto, e não deram a mínima bola para ela. Eu acho que qualquer pessoa sensata e de bom senso tem que ouvir uma Controladora-Geral da União.

Tivemos aqui também a Patrícia Bettin, Defensora Pública, que também fez apontamentos de que aconteceram reuniões um ano antes.

E nós tivemos aqui também o Dr. Eli Cohen, que fez uma palestra. Em um momento ele citou: "Não há como esse negócio dar certo se não acontecer roubo". E outro ponto que ele citou: existem advogados que defendem criminosos, o que é legítimo, e existem advogados que defendem o crime.

Sr. Carlos Lupi, o senhor é do Rio de Janeiro, nasceu em Campinas, em 57, novinho conheceu Leonel Brizola, se eu não me engano, em Ipanema ou Leblon, onde o senhor tinha uma banca de jornal. O senhor é inteligentíssimo. O senhor tem um poder de comunicação fabuloso, uma rapidez fabulosa. Mas é muito difícil defender o indefensável. E o senhor tenta defender o indefensável, juntamente com o seu advogado. É uma tarefa muito difícil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não tem nada de complicado. O PT está há 20 anos no poder nesse século. É o quinto mandato do PT. Nós temos aqui: sindicatos fantasmas, operadores financeiros e recebedores de propina. O que causa esse fato aqui muito difícil de ser elucidado é pelos milhões que ele envolve.

A gente tem um Supremo Tribunal Federal em silêncio. A gente tem um Ministro da Justiça cujo filho advoga para uma organização criminosa, que é a Ambec. Não importa se foi autorizada no Governo Bolsonaro ou não, a escalada dela de captação de filiados acontece no Governo Lula.

Eu gostaria de fazer uma pergunta para o senhor: o senhor já esteve com Maurício Camisotti pessoalmente?

O SR. CARLOS LUPI (Para expor.) – Olha, não é do meu conhecimento. Não... não tenho lembrança disso.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Porque... Eu vou fazer uma ligação aqui. Quando a Sra. Eliane Viegas esteve aqui, ela falou não com essas palavras, mas que, quando a gente desvendar e vierem à tona os empréstimos consignados, o roubo do INSS não vai chegar a 10%.

E aí eu cito uma reunião aqui que teve no seu Ministério. O Portal *Metrópoles* noticiou:

> Atual secretário-executivo do Ministério da Previdência Social, Adroaldo da Cunha Portal (PDT) abriu as portas de seu gabinete para o lobista Antonio Carlos Camilo Antunes, [...] [o] "Careca do INSS", em uma reunião que ficou fora da agenda oficial [...]. O encontro ocorreu em 13 de março de 2023 e, na ocasião, o lobista estava acompanhado de representante de correspondentes bancários de empréstimos consignados.
> [...]
> À época, Adroaldo Portal era secretário do Regime Geral de Previdência Social do ministério então comandado [...] [pelo senhor].

O senhor também não sabia dessa reunião?

O SR. CARLOS LUPI – Eu soube depois pelo noticiário.

Eu marco... Eu tenho a minha agenda, a agenda de ministro já é muito lotada, eu não acompanho a agenda dos outros secretários, cada um faz a sua.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Mas é sério que o senhor não sabia?

O SR. CARLOS LUPI – Não sabia! Por que eu sou obrigado a saber?

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Ministro, eu peço desculpas para o senhor, é claro que... mas isso leva... É muito difícil acreditar.

O SR. CARLOS LUPI – Não posso te obrigar a acreditar.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Não, é claro, obviamente que não. Eu falo isso com respeito ao senhor.

E o "Careca do INSS bancou camarote para atual nº 2 da Previdência".

"À coluna"... Jornal *Metrópoles*, não tem a data... Tem aqui a data, 30 de maio, agora de 2025, logo após a operação que teve da Polícia Federal.

"À coluna secretário-executivo do Ministério da Previdência confirmou que estava em camarote ao lado do Careca do INSS".

O senhor nunca suspeitou dessa relação?

O SR. CARLOS LUPI – Não.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – O senhor nunca viu?

O SR. CARLOS LUPI – Não.

Eu repito, eu só gostaria de ter esse poder de estar em tudo quanto é lugar e saber de tudo ao mesmo tempo, mas, infelizmente, muitas coisas eu não sei.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – O senhor escolheu toda a sua equipe de confiança. Essas pessoas continuam no Ministério da Previdência?

O SR. CARLOS LUPI – Não, uma parte continua no INSS; praticamente saíram todos, até pelas denúncias apresentadas – eu acho que foi o correto sair –, e ainda tem algumas pessoas no ministério.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Excelente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro Carlos Lupi, o senhor tem ciência de que durante a sua gestão, no primeiro ano, 15 sindicatos e, no ano seguinte, 2024, mais 24, totalizando 39 sindicatos romperam a barreira de 50 mil filiados cada um deles?

O SR. CARLOS LUPI – Não, eu não acompanhei isso, acompanhei só o relatório final.

Todo esse sistema, tanto de acordo de cooperação, legalização, tudo é feito pelo INSS, que é uma autarquia. Eu não acompanho o dia a dia do INSS. Eu acompanhava a macropolítica, como é que tem que fazer para melhorar os serviços dos aposentados, como é que tem que fazer para prestar o melhor serviço na perícia médica. Eu fiz sempre a macropolítica, o dia a dia quem fazia era o INSS.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Ministro Carlos Lupi, algum banco comunicou ao Ministério da Previdência ou ao INSS de movimentações bem diferentes dos anos anteriores em relação a esses sindicatos?

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Porque, hoje, quando a gente vai ao banco, se a gente saca uma quantia elevada ou deposita, o banco pergunta de onde vem esse recurso, para onde ele está indo.

Algum banco entrou em comunicação com vocês?

O SR. CARLOS LUPI – Não, não, comigo não.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Tá.

Então, a gente observa que, além do silêncio do Poder Judiciário, a gente tem o silêncio do sistema financeiro. Então, como foi dito aqui em reuniões anteriores, realmente o *capo* não está nesse escopo, mas, quando a gente tem a responsabilidade de ser um ordenador de despesa, como o senhor, como um Ministro...

O SR. CARLOS LUPI – Eu não sou ordenador de despesa, tá? Só para registrar.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Está bom.

Mas o senhor responde pelos seus secretários, obviamente que sim...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS LUPI – Os meus atos.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Isso é natural.

E o senhor responde também pelo que o senhor não apontou do seu antecessor. Isso aconteceu comigo.

Então, não adianta a gente ter somente boa vontade, o senhor tem que ter competência para dirigir um ministério.

Mas, muito obrigado...

Ah, a última pergunta.

O senhor é torcedor do Fluminense.

O SR. CARLOS LUPI – Fanático.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – O senhor esteve no mundial da Arábia Saudita torcendo pelo Fluminense.

O SR. CARLOS LUPI – Sim, convidado pelo Presidente da CBF.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Eu gostaria de saber quem pagou a sua viagem, tanto a viagem aérea como a estadia? Foi a FIFA, foi a CBF? O senhor era Ministro.

O SR. CARLOS LUPI – Eu fui convidado pela FIFA e foi a FIFA que me convidou.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Mas quem pagou a sua viagem?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Encerramos, Deputado.

O SR. CARLOS LUPI – Não é matéria dessa pauta, mas já respondi isso...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – E o senhor não teve autorização do Presidente Lula, não é?

O SR. CARLOS LUPI – Não, não.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Tá, mas a viagem foi paga...

O SR. CARLOS LUPI – Eu ressarci os dias que fiquei fora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Tempo encerrado, Deputado Luiz Lima, por favor.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

O Deputado Alencar Santana não está.

Deputada Bia Kicis, com a palavra.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Ministro, eu estou aqui com uma ata e as notas taquigráficas de uma audiência da Comissão de Previdência, Assistência Social da Câmara dos Deputados, onde o senhor afirma que a Tonia Inocentini Galleti é sua amiga pessoal. Portanto, dá para a gente inferir que aqui não se trata daquele papo de carioca: "Oi, minha amiga, tal". O senhor afirma que ela é sua amiga pessoal, embora aqui hoje o senhor tenha dito que ela não é sua amiga pessoal, mas está aqui, está nas notas taquigráficas e eu vou dizer por que isso é tão importante, esse fato de ela ser sua amiga pessoal.

A Tonia aparece primeiro como uma pessoa que estaria denunciando esses descontos ilegais, tanto no contracheque dos pensionistas e aposentados, como também nos empréstimos consignados. Porém, em 2024, ela diz o seguinte, que agradeceu o apoio às associações, relatou a auditoria feita nas fichas do Sindnapi, que obteve resultados positivos e não encontrou indícios de fraude. Então, ela afirma... Primeiro ela faz uma denúncia, de que havia esses descontos ilegais e, depois, ela afirma que fez uma auditoria interna no Sindnapi e que não encontrou nenhum desvio. Só que ela é, inclusive, advogada do Sindnapi, faz parte do escritório que cuida do Sindnapi.

O *Metrópoles*, que foi o veículo que lançou toda essa confusão aí, mostrou para o Brasil o que estava acontecendo e que, inclusive, deu azo a que fizessem depois disso uma operação policial, uma investigação Sem Desconto, que não veio espontaneamente do Governo, que queria transparência e acabar com os descontos. Não, foi por causa de uma matéria que realmente desbaratou esse esquema. O mesmo *Metrópoles* diz o seguinte:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Sindicato de irmão de Lula pagava 'caixinha' para amiga de ex-ministro. [Então a] Farra do INSS: empresa de familiares de dirigentes do Sindnapi recebia “comissão” para cada aposentado descontado pelo sindicato.

E aqui está a Tonia Galleti, que é Inocentini Galleti, Diretora Jurídica do Sindnapi, que afirma que esse não fazia nada de ilegal. E ela é simplesmente filha do João Inocentini, que foi fundador do Sindnapi. Então, a gente vai encontrando aí uma teia em que ninguém está ali por acaso.

E é interessante também que veio à tona uma suspeita de desvio de recursos do sindicato de aposentados, com essa fraude, que está ligada a um esquema superirregular de filiação dos aposentados ao Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi), em decorrência de uma parceria com o Banco BMG. Diversos aposentados que procuraram as lojas Help!, uma rede de crédito consignado ligada ao BMG, para obter empréstimos consignados, acabaram sendo automaticamente filiados ao Sindnapi, sem pleno conhecimento ou conhecimento.

E aqui me chamou a atenção, Ministro, que o senhor, ao citar os bancos que faziam o consignado de forma irregular, quando questionado pelo Senador Girão, o senhor se esqueceu do BMG. Só que o BMG é o maior banco de consignados. É muito interessante essa sua memória seletiva, porque aqui está claro que o BMG é que tinha essa ligação com essa rede Help!, que fazia esses descontos ilegais e que agora são alvos dessa investigação na Operação Sem Desconto. Porém, não para por aí, né? O TCU apontou que a arrecadação anual do Sindnapi, com mensalidades, atingiu aproximadamente R$100 milhões – R$100 milhões – só no período de 2019 a 2022, tá?

Bom, aí tem uma outra auditoria da CGU, que entrevistou filiados do Sindnapi e constatou que 20 de 26 aposentados afirmaram não reconhecer a vinculação ao sindicato, ou seja, estavam sendo surrupiados – não é? –, sem nem ter noção disso, como mostrou aí o vídeo. Pessoas simples, pessoas vulneráveis, coitadas, roubadas, né?

Bom, e ainda tem um problema, né? Como dizer que o senhor não tinha conhecimento dessas ações, quando são mais de 30 mil ações de pessoas que estavam sendo roubadas em todo o território nacional, só contra o Sindnapi – só associados do Sindnapi, 30 mil ações. E o Sindnapi comumente, dificultava o cancelamento ou ignorava os pedidos de desligamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, a empresa... Aí surge uma outra coisa, uma empresa gestora que fazia a ponte entre os bancos e o INSS. Essa empresa se chama Gestora Eficiente Ltda. Haja eficiência, hein? O nome fantasia é Crédito Eficiente. Mais uma vez, haja eficiência em roubar os aposentados. É incrível, né? Eles roubam... Assim, são milhões de pessoas sendo roubadas, e o Ministro da Previdência não sabe de nada. Realmente, eles são muito eficientes em esconder o roubo.

Bom, mas essa empresa é muito interessante, porque o quadro societário dessa empresa que fazia a ponte, Sr. Relator, olha que interessante, entre os bancos e o INSS, tem como sócio majoritário Carlos Afonso Galleti Junior, que é simplesmente marido da Tonia Galleti. Olha ela aí de novo. Ela que apareceu de boazinha, que foi a que denunciou, me parece que de boazinha não tem nada. Ela denunciou as outras para proteger o Sindnapi, que é a empresa da qual ela cuida; ela é consultora jurídica, não é? Então, ela é filha do fundador.

E olhem o esquema, gente! A gente está percebendo aqui uma trama. Realmente, ninguém está ali por acaso. Isso é uma organização criminosa! As pessoas são colocadas em cada local, tudo para que funcione essa grande organização criminosa. Então, está aqui a Tonia, agora o seu marido, que também é sócio do escritório de advocacia. E tem mais: também fez parte dessa empresa, por um prazo, a Sra. Daugliesi Giacomasi Souza, que é mulher de quem? Do Cavalo, Presidente do sindicato.

Gente, olhem só... Vai daqui, vai dali, e sempre girando em torno das mesmas pessoas e, muito importante dizer, da Tonia, sua amiga pessoal. Daí eu estou com o nosso Deputado Luiz Lima, que fica difícil acreditar que o senhor não sabia de nada, né?

Então, aqui... Tudo isso aqui, todos esses documentos que nós temos aqui provam, eles demonstram uma triangulação de recursos com dinheiro saindo do sindicato para a empresa Gestora Eficiente, o que também configura um possível desvio de recurso da entidade sindical... Em outras palavras, parte do dinheiro que sai do bolso do aposentado, via mensalidades sindicais descontadas indevidamente de seus benefícios ou das comissões pagas pelo banco, pode estar sendo canalizada para uma empresa privada controlada por pessoas ligadas aos dirigentes do próprio sindicato.

Realmente, é surpreendente a gente ver isso daqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Então, estamos aqui com os documentos que mostram aqui o Sr. Carlos Afonso Galleti Junior, sócio-administrador; também tenho aqui todos os documentos com assinatura deles. Está tudo aqui.

Então, eu tenho uma pergunta para o senhor: o senhor era, é, continua sendo amigo da Tonia Inocentini Galleti ?

O SR. CARLOS LUPI (Para expor.) – Se o fosse, você não me responsabilizaria, não me faria responsável pelos atos dela. Ponto 1.

Ponto 2: investigue. Vocês têm esse poder. Veja para onde foi esse dinheiro. Veja o que tem, porque tudo o que você tentou, a nobre Deputada tentou costurar aí, para me colocar... Não tem o meu nome citado, não tem nada a ver comigo.

Eu não sou responsável por atos de terceiros. Cada um que seja responsabilizado pelos seus erros.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Obrigada, mas eu acho que ficou demonstrado que vocês são amigos pessoais.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputada Kicis.

Na sequência, o Deputado Carlos Jordy.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentá-lo, cumprimentar o eminente Relator, cumprimentar o Ministro Lupi e toda a audiência da TV Senado que está nos acompanhando, mais de 10 mil pessoas estão nos assistindo até 00h40.

Antes de dar início aos meus questionamentos ao Ministro, eu gostaria de restabelecer a verdade aqui sobre algumas questões que foram trazidas pelos governistas, que estão numa missão realmente muito árdua, muito difícil de defender o Governo, tentando empurrar essa fraude para o Governo Bolsonaro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eles querem que a população acredite que o roubo estourou por conta dos acordos de cooperação técnica que foram celebrados ou renovados durante o Governo Bolsonaro. Isso é uma verdadeira piada. Não tem nenhum idiota, nenhum ignorante que está acompanhando a CPMI e acompanhando as investigações. Somente gente alienada que poderia acreditar nisso.

Vamos lá.

Eu trago aqui três sindicatos que são os sindicatos campeões de descontos desde que eles foram celebrados até janeiro de 2025.

Com a Conafer, foi renovado o acordo de cooperação técnica em 2022. Só até 2025, janeiro de 2025, de descontos, foram R$713.800.563,00. Ele foi suspenso durante o Governo Bolsonaro – esse acordo de cooperação técnica – e só foi restituído após um TAC, um termo de ajuste de conduta feito pela Conafer.

A Conafer não tem nenhuma relação com o Bolsonaro – isso é evidente. A Conafer... Para quem não sabe, estava no *site* da Conafer essa foto aqui do Ministro Lupi com a camisa da Conafer. Depois que o escândalo explodiu, apagaram essa foto inclusive do *site* da Conafer.

Sindnapi. Do Sindnapi, o Vice-Presidente é irmão do Lula; o Presidente, amigo pessoal do Ministro Lupi, é o Milton Cavalo, filiado ao PDT. Descontos... O total de descontos até janeiro de 2025: R$389.490.908,00.

E aí vamos à Contag. A Contag é a campeã, a campeã de todas. Foi renovado em 2024. O total de descontos foi R$3.470.270.846,00. O Presidente é Aristides Veras, que é irmão do Deputado Carlos Veras, do PT.

Embora o Ministro tenha dito que, durante a gestão dele, só firmou um acordo de cooperação técnica, isso é uma grande mentira. Nós temos aqui o relatório de avaliação do INSS, demonstrando aqui que, de 2023 para 2024, foram 16 celebrações de acordos de cooperação técnica e quatro renovações. A única dessas entidades que eu citei aqui que foi antes da gestão dele, foi no Governo Bolsonaro, foi a Conafer, por conta desse termo de ajuste de conduta, mas não tem relação alguma com o Governo Bolsonaro. A verdade é essa aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse relatório que foi feito por esse grupo de trabalho de que o Ministro gosta tanto de falar... Esse relatório demonstra – inclusive, a responsável, a Diretora da CGU trouxe aqui muitas informações – aqui que, de 2016 até 2022, a quantidade de número de entidades e de descontos de mensalidade associativa ia ali numa – vou pegar meu óculos – média de 450 milhões. Nós não sabemos aqui, evidentemente, o que é fraude, o que são realmente descontos regulares, mas, em 2023, isso salta para 1,3 bilhão, e, em 2024, para 2,6 bilhões.

Fazendo aqui uma comparação com a evolução do quantitativo de solicitações de exclusão de descontos e mensalidades associativas, nós vemos aqui que, de abril de 2022 até o fim do Governo Bolsonaro, eram muito modestos ali os pedidos de exclusão de desconto de mensalidades associativas. Em abril de 2022, por exemplo, eram 945; em maio de 2022, 4.499. Mas, no Governo Lula, disparam: em abril de 2024, chegam a 192 mil as solicitações de exclusão, porque foram identificados por essas pessoas esses descontos indevidos. E nós estamos mostrando aqui aquelas pessoas que conseguiram identificar os descontos. Quantas pessoas não conseguiram, porque não têm instrução, e realmente passa despercebido?

Isso poderia ter sido evitado, Ministro. Isso aqui poderia ter sido evitado, porque, em 12 de junho de 2023, na reunião ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social... V. Exa. fala muito aqui: "Eu não sou citado, eu não sou citado". Não é citado, porque não foi identificada nenhuma ação comissiva de que V. Exa. tenha praticado o desvio, mas V. Exa. prevaricou, incorreu no art. 319 do Código Penal: retardar ou deixar de praticar indevidamente ato de ofício ou praticá-lo contra a disposição expressa de lei para satisfazer interesse ou sentimento pessoal. V. Exa., em 12 de junho de 2023, foi alertado pela Tonia Galleti, sua amiga pessoal... E aqui fala: abertos os trabalhos, Tonia Galleti relatou que havia solicitado a inclusão da discussão sobre acordo de cooperação técnica das entidades que possuem desconto de mensalidade junto ao INSS na pauta da reunião, a qual não foi aprovada... Enfim, ela demonstrou que havia descontos irregulares, e V. Exa. disse que era relevante, porém não havia condições de fazê-lo de imediato, visto que era necessário realizar um levantamento mais preciso. E não fez, e não fez! E o seu álibi – o seu álibi – tem sido que, numa reunião de 24 de abril de 2024, a Tonia Galleti teria dito que não havia indícios de fraude. Nessa reunião, inclusive, havia a presença do Presidente do Sindnapi, o Milton Baptista Souza Filho, vulgo Milton Cavalo. E, nessa reunião, ela agradeceu o apoio às associações e relatou a auditoria feita nas fichas do Sindnapi, que obteve resultados positivos e não encontrou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

indícios de fraude. V. Exa. tem dito que, realmente, ela falou, como se ela tivesse se retratado, que não encontrou indícios de fraude. Ela se refere aqui somente ao Sindnapi. E não se sabe por que ela mudou de ideia, talvez por ela ser realmente sua amiga pessoal, como V. Exa. tinha dito na Câmara dos Deputados.

Mas eu não encontrei esse relatório de que é feita a referência aqui no Conselho Nacional de Previdência. A única coisa que nós encontramos foi uma matéria – olha aqui –, uma matéria no próprio *site* do Sindnapi: "Sindnapi entrega relatório de auditoria ao ministro Lupi e ao presidente do INSS". E ninguém sabe onde está esse relatório. Relatório... O único relatório que nós encontramos nas redes sociais, aliás, falando realmente a respeito da CGU: "Fraude do INSS: sindicato de irmão de Lula não comprovou inscrição regular de aposentados, diz CGU. Relatório da [...] [CGU] foi publicado nesta terça, 6. Órgão pediu dados de amostra de 19 aposentados, mas documentação de Sindnapi era 'incompleta' em todos os casos".

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Então, não houve, evidentemente, nenhum tipo de relatório demonstrando que não houve essa fraude. O senhor, V. Exa. tem falado muito sobre esse grupo, essa força-tarefa, esse grupo de trabalho, e disse que não participava das reuniões dos órgãos de controle e não tinha acesso aos relatórios feitos por esse grupo de trabalho, que o INSS é uma entidade autônoma. Quem participava, então, dessas reuniões?

Então, não houve, evidentemente, nenhum tipo de relatório demonstrando que não houve essa fraude. O senhor, V. Exa. tem falado muito sobre esse grupo, essa força-tarefa, esse grupo de trabalho, e disse que não participava das reuniões dos órgãos de controle e não tinha acesso aos relatórios feitos por esse grupo de trabalho, que o INSS é uma entidade autônoma. Quem participava, então, dessas reuniões?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Do seu ministério, é.

O SR. CARLOS LUPI (Para expor.) – Eu não tenho de cabeça quem foi, mas eram representantes do ministério. Tinha pessoas do ministério lá, do INSS; de cada um, o nome da pessoa eu não lembro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Ah, então V. Exa. está dizendo que o seu ministério tinha conhecimento da fraude, porque...

O SR. CARLOS LUPI – Não, meu ministério tinha...

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – ... o grupo do trabalho...

O SR. CARLOS LUPI – ... membro participando do grupo de trabalho. Isso é uma coisa completamente diferente.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Para concluir, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, Deputado.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – O grupo de trabalho era composto por membros da CGU, da DPU (Defensoria Pública da União), INSS e pelo Sr. Adroaldo da Cunha Portal, que era Secretário do Regime Geral de Previdência Social, do Ministério da Previdência Social.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Hoje, ele é o número 2 do ministério.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Então, vocês tinham ciência da fraude porque isso foi apontado pelo relatório do grupo de trabalho.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado Carlos Jordy.

O senhor quer se manifestar?

O SR. CARLOS LUPI (*Fora do microfone.*) – Não, não...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Deputado Zucco.

O SR. CARLOS LUPI (*Fora do microfone.*) – Respondi tudo, não aguento mais. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZUCCO (Bloco/PL - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Relator, eu começo, Sr. Presidente, com uma fala aqui que traz o funcionamento do sistema. Eu vejo aqui colegas, Parlamentares de partidos de esquerda, especificamente do Partido dos Trabalhadores, elogiando o Sr. Carlos Lupi, mas eu deixo bem claro que nesta Casa, ex-Ministro, o senhor foi deixado de lado. Eu vi colegas do seu partido extremamente revoltados com a sua saída, decepcionados com a atitude do Presidente em exercício, vi colegas do seu partido brincando que iam partir para a oposição, mas a gente sabe que essa hipocrisia age no dia a dia da politicagem, não da política. Eu tenho colegas dos mais diversos partidos e siglas e sempre procuro tratá-los com respeito, fato que não fizeram com V. Exa. na ocasião, já que o senhor fala tanto que não sabia, não tinha conhecimento profundo.

Mas sobre esse assalto de forma institucional contra aposentados, pensionistas, pessoas com deficiência, eu quero dizer para V. Exa. que o senhor, no comando direto do ministério, o senhor tinha a Assessoria Especial de Controle Interno, órgão responsável por alerta em casos de risco. O senhor também tinha poder e responsabilidade de suspender acordos de cooperação técnica como Ministro, mas não o fez.

Eu quero dizer que os principais elementos de acusação são: descumprimento do dever de vigilância no INSS e no Ministério da Previdência; alertas ignorados – houve requerimento parlamentar, inclusive, nesse sentido não só pelo Deputado Evair, como por outros Parlamentares, inclusive este que vos fala –; inércia administrativa: mesmo após denúncias na imprensa e alertas formais, nenhuma providência foi tomada; proteção política; resistência em afastar o então Presidente do INSS.

Sr. Carlos Lupi, eu vou fazer algumas perguntas rápidas. Sobre essas do requerimento de 2023, o senhor já falou, fugindo da resposta. A mesma coisa fala da ata. Eu ia ler a ata algumas vezes, mas já foi citada. Só que o que fica claro aqui por ocasião da ata, em que citaram o nome da Sra. Tonia Galleti: o senhor, Carlos Lupi, registrou que a solicitação não haveria condições de fazer, ata de 2023, só que, na data, houve essa explosão a partir de junho, absurdamente... Explosão de descontos. Eu pergunto a V. Exa.: o senhor afirma não ter sido comunicado sobre auditorias da CGU, TCU e o próprio INSS e que questões centrais como auditorias, recomendações do TCU e propostas da CGU tramitaram sem seu conhecimento. Como isso é possível, sendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro da pasta à qual o INSS se vincula e tendo constante contato com o Presidente da autarquia? É só uma pergunta. Eu vou fazer... Daqui a pouco termina o meu tempo.

O senhor também... Durante reunião no Palácio do Planalto, em maio de 2024, o Ministro Rui Costa questionou V. Exa. Por que o volume crescente de descontos não foi trazido como problema para o centro do Governo? Quero saber qual foi a orientação que o Ministro Rui Costa passou para V. Exa., o que o Governo trouxe a partir daquele conselho que V. Exa. recebeu do Ministro Rui Costa.

Quero também perguntar para V. Exa.: em março de 2023 e em março de 2025, o Congresso enviou 11 requerimentos – 11 requerimentos – ao seu ministério sobre descontos ilegais e uma proposta da CGU para cooperar na prevenção às fraudes parou subitamente de tramitar em janeiro de 2024, segundo servidor do INSS. O senhor tinha conhecimento desses pedidos e dessa proposta? É uma pergunta. Se teve conhecimento, por que não foi implantada por sua gestão no ministério?

Em 2023, em abril, o senhor foi alertado pelo Deputado Evair de Melo, em audiência pública na Câmara dos Deputados, sobre inúmeras reclamações de descontos indevidos, ao que o senhor respondeu, abro aspas: "Não tenho como intervir".

Em junho de 23, no Conselho Nacional de Previdência Social, presidido pelo senhor, a Conselheira Tonia Galleti solicitou formalmente a inclusão do tema das fraudes na pauta, mas a discussão foi adiada. O senhor disse que o assunto era relevante, mas ficaria para a próxima reunião. Por que esse assunto não foi tratado como prioridade e com urgência? Por que sua gestão levou dez meses para tomar a primeira medida normativa efetiva em março de 24, permitindo que, nesse ínterim, a fraude se expandisse exponencialmente?

Eu vou ver se o senhor responde, não sei se vai me sobrar tempo. Eu teria uma final, mas gostaria de escutar. Daqui a pouco, o senhor também não tem interesse na resposta.

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG) – Presidente, eu posso fazer uma questão de ordem neste momento?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Questão de ordem é a qualquer momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG. Pela ordem.) – Obrigado.

O que está acontecendo é o seguinte: nós combinamos que seriam dez minutos para pergunta e resposta. Quando o inquiridor faz uma sequência enorme de perguntas – e ele tem todo o direito de fazer as perguntas – e consome... Eu quero pedir até para preservar o tempo deles, porque... Quando faz um monte desse, uma quantidade enorme, o ouvido fica sem condição de responder a todas e avança no tempo que nós combinamos de que seria pergunta e resposta, exatamente para que nós mantivéssemos um tempo de dez minutos. Entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG) – Então, eu queria que o senhor considerasse essa minha interferência...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG) – ... como positiva para que a gente pudesse ter o tempo de todos os outros que estão aqui presentes. Eu não falo mais a respeito porque eu não estou, mas, assim, tem muita gente que quer falar aqui ainda. Se cada um usar estrategicamente de ficar dez minutos perguntando e depois deixar para o depoente mais dez minutos, fica praticamente impossível.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Normalmente, ele não tem usado dez minutos.

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Tem se mantido aqui entre dez e onze quando muito, mas a questão de ordem de V. Exa. é pertinente. Muito obrigado.

Sr. Lupi.

O SR. CARLOS LUPI (Para expor.) – Eu vou usar um minuto, porque a maioria das perguntas que o nobre Deputado falou já foram respondidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão da Tonia, como foi feito o conselho, tudo que foi feito a partir de março de 2023... Está tudo relatado. Então, eu não tenho muito que repetir a mesma resposta, já está tudo respondido.

O SR. ZUCCO (Bloco/PL - RS) – O Mário me incomoda aqui.

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG. *Fora do microfone*.) – Eu estou falando para você que você tem mais um minuto para falar.

O SR. ZUCCO (Bloco/PL - RS) – Sobre a questão do Ministro Rui Costa...

O SR. CARLOS LUPI – Eu nunca tive essa...

(*Soa a campainha*.)

O SR. CARLOS LUPI – Eu nunca tive esta reunião com o Ministro Rui Costa, nunca toquei com ele sobre a questão da previdência, especificamente da fraude. A gente tratava com ele do funcionamento, do atendimento da previdência social, como a perícia médica, a melhoria da questão do tempo de fila. Nós nunca tratamos de fraude com ele.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Deputado.

O SR. ZUCCO (Bloco/PL - RS) – Sr. Presidente, só para terminar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ZUCCO (Bloco/PL - RS) – O Ministro Rui Costa... Depois eu vou passar para V. Exa. não só a fala, como a matéria que trata desse diálogo. Talvez... É lógico que o senhor não tem que lembrar de tudo, mas existe, sim, essa fala. Eu passo para V. Exa.

Aproveito para elogiar o seu trabalho e o do Relator. O senhor pode ter certeza de que o Relator, por ser de ofício um Promotor de Justiça, com certeza está unindo aí os quadradinhos no devido lugar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Marcon.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS. Para interpelar.) – O.k., Presidente.

Bom, primeiramente, como o Ministro falou, muitas das perguntas já foram respondidas. Então, eu vou pegar uma outra linha, Ministro, se tu me permites, né?

A petezada hoje exaltou muito o senhor como um homem íntegro, inteligente e honesto. Olha, o senhor sai quase com as asas de um santo hoje. Eu queria pedir se o senhor lembra da seguinte expressão – abrem-se aspas – "O PT exagerou no roubo" – fecham-se aspas. O senhor recorda essa expressão ou não?

O SR. CARLOS LUPI (Para expor.) – Não recordo, filho, mas, no um calor de uma campanha eleitoral...

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Não recorda? Tá.

O SR. CARLOS LUPI – ... muitos de nós fazem aquilo pelo fervor do processo.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Não era campanha eleitoral.

Eu vou pegar a frase inteira, talvez o senhor recorde. Abrem-se aspas: "O PT exauriu-se, esgotou-se, olha o caso da Petrobras. A gente não acha que o PT inventou corrupção, mas roubaram demais, exageraram. O projeto deles virou projeto de poder pelo poder". O senhor recorda ou não recorda?

O SR. CARLOS LUPI – Isso não é matéria desta CPMI.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Não recorda, tá? O senhor acha que o senhor recorda ou não recorda?

O SR. CARLOS LUPI – Não é matéria da CPMI.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Tá, mas o senhor recorda ou não recorda?

O SR. CARLOS LUPI – Não é matéria da CPMI.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Tá. Então, o senhor... O senhor recordou, porque senão, né? Não recordou. Então, eu vou lhe recordar: a revista *Veja*...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Marcon, só...

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Ah, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, não.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Não fiz nada errado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, só com tranquilidade, uma pergunta e uma resposta, por favor.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Está, vamos lá. Então, não é matéria da CPMI, mas, então, ele recordou. Bom, quem falou essa frase de que o PT exagerou no roubo foi o próprio ex-Ministro Carlos Lupi, né? Em 2015, não era nem período eleitoral. Então, veja você que a desculpa do período eleitoral não colou nesse sentido.

Eu queria perguntar para o senhor, depois de ter falado essa frase, se o senhor assim foi pintado como um sumo sacerdote da nobreza pela petezada... O senhor não se sente assim incomodado de fazer parte de um Governo que exagerou no roubo?

O SR. CARLOS LUPI (*Fora do microfone*.) – Posso responder?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fora do microfone*.) – Perfeitamente.

O SR. CARLOS LUPI – Nobre Deputado, eu sinto vergonha daqueles que querem fazer do Brasil uma ditadura. Eu sinto vergonha daqueles que não são democráticos. Eu sinto vergonha daqueles que negam a vacina.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – E daí o senhor pode me responder a pergunta ou não? O senhor não quer responder?

O SR. CARLOS LUPI – Não, nenhuma, nenhuma, nenhuma.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – O senhor não se sente envergonhado, então?

O SR. CARLOS LUPI – Não, de jeito nenhum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Então, tranquilo.

O SR. CARLOS LUPI – E eu quero só afirmar uma coisa para o senhor...

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Está. Eu entendi que o senhor não se sente envergonhado.

O SR. CARLOS LUPI – Tem dois seres humanos, no planeta Terra, que saíram da injustiça, da prisão e assumiram a Presidência da República: Mandela e Luiz Inácio Lula da Silva – só para ter o registro.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Falando sobre corrupção, o senhor, que é contra roubo, deixou bem claro aqui que o senhor é contra o roubo e acha que o dinheiro tem que ser devolvido. O senhor conseguiria me explicar por que nenhum Parlamentar do PDT assinou a CPMI? Foi uma ordem do senhor, foi uma, uma, foi uma...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Não, não. Eu assinei. Eu assinei.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Com exceção da Leila, então. Perdoa, Leila.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu posso responder também.

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG) – Eu também posso responder.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Não. Presidente! A minha palavra, por favor, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, senhores, senhores...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Eu gostaria de saber por que...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, Deputado Mário Heringer, por favor, vamos permitir a palavra ao Deputado Marcon.

O SR. CARLOS LUPI – Não dei ordem a ninguém. O Parlamento é livre nas suas convicções.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG) – Só porque ele citou de maneira genérica os Deputados do PDT.

O SR. CARLOS LUPI – O Parlamento é livre.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Presidente, eu sei que tem umas questões em que o Deputado fica nervoso, mas respeita! Eu respeitei a sua fala.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O Deputado tem o direito de falar.

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG) – Não, sô, fica calmo!

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Eu respeitei a sua fala.

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG) – Não, você está equivocado.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Quem está nervoso és tu. Perdeu até os cabelos já.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Marcon, mantenha a pergunta à testemunha...

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG) – Só para informação, eu perdi os cabelos porque eu estou nervoso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Mário Heringer, por favor...

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Mas o senhor está de brincadeira.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Eu só queria saber se houve uma indicação do partido do PDT para que seus Parlamentares não assinassem.

O SR. CARLOS LUPI – Não houve.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Tá. Muito obrigado pela resposta, era isso que eu queria saber.

Bom, continuando...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Ah, o tempo o Presidente vai me garantir.

O senhor é amigo e próximo do Senador Weverton Rocha. Sim ou não? Bem tranquilo.

O SR. CARLOS LUPI – Sim, meu amigo.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Seu amigo, beleza.

O senhor tem conhecimento da proximidade dele com o Careca do INSS, né? Tem visita aqui no Senado, tem costelão junto na casa dele. O senhor tem conhecimento ou não?

O SR. CARLOS LUPI – Eu tenho conhecimento do que saiu noticiado.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Está, então o senhor tem conhecimento. Está tudo certo.

O SR. CARLOS LUPI – Daquilo que foi noticiado, sim.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Beleza.

O senhor, amigo dele, sabe que o patrimônio dele, em valores corrigidos, de 2014, era em mais ou menos meio milhão; 2018, pulou para 3,5 milhões; em 2022, pulou para mais de 5 milhões, valor corrigido.

O senhor sabe se esse ganho de patrimônio tem algo a ver com os desvios do INSS?

O SR. CARLOS LUPI – Eu não sou do Imposto de Renda. Não sei.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Não sabe. Então, o senhor não é do Imposto de Renda, mas é amigo dele. Acabou de dizer que é amigo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS LUPI – Não, sou amigo, mas não para saber da sua declaração de Imposto de Renda.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Então, eu queria saber se o senhor, em algum momento da vida...

O SR. CARLOS LUPI – Não.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – ... comentou com ele sobre...

O SR. CARLOS LUPI – Não.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – ... como ele ganhou, assim, tanto dinheiro...

O SR. CARLOS LUPI – Não.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – ... repentinamente.

O SR. CARLOS LUPI – Não.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Não, não tem a fórmula para passar para nós?

O SR. CARLOS LUPI – Não.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Talvez seja roubar os aposentados.

O SR. CARLOS LUPI – Não. Olha aí... Olha, mais uma vez...

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Talvez, talvez, deixando em aberto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está querendo aprender, Deputado Marcon?

A reclamação é pertinente, por favor.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Só o meu tempo, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, pois não, mas a reclamação é pertinente.

Dentro do Regimento, nós temos que tratar a testemunha com a urbanidade. Isso é parte do nosso relacionamento da CPMI, por favor.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Presidente, posso continuar?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente, Excelência.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu dei dois minutos para ele.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Não, diminuiu para dois minutos, lá estava em cinco. (*Risos.*)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – De tanto falar besteira, cara. Já está...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, Deputado.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – O senhor é amigo ou próximo ao novo Ministro Wolney Queiroz?

O SR. CARLOS LUPI – É meu companheiro de partido há mais de 30 anos.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Tá. O senhor saberia me informar por que ele declarou à Justiça Eleitoral ter quase 0,5 milhão em espécie na casa dele?

O SR. CARLOS LUPI – Eu sou amigo das pessoas, não do patrimônio.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Eu só estou lhe perguntando. Pode ficar tranquilo.

O SR. CARLOS LUPI – Não.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Não é não.

O SR. CARLOS LUPI – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Não é não.

O SR. CARLOS LUPI – Então.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Ele tem 0,5 milhão em casa declarado. Está tudo certo.

O SR. CARLOS LUPI – Eu não sei.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – É algo muito normal para quem nos acompanha aqui...

O SR. CARLOS LUPI – Não tenho conhecimento.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – ... de casa. É normalíssimo ter meio milhão, Senador Girão, em casa, em espécie. Este é o Ministro da Previdência de agora, uma pessoa que declara ter R$0,5 milhão em casa. Então, se você de casa acha isso extremamente normal, eu particularmente não acho, mas tem quem ache.

E a gente segue aqui.

O senhor confirma que ficou sabendo dos desvios quando aconteceu a operação na Polícia Federal somente através da imprensa?

O SR. CARLOS LUPI – Nunca falei isso. Desde o começo eu falei que, desde os primeiros indícios, eu tenho o cronograma do que nós agimos. Eu tive, a partir da ação da Polícia Federal, a grandiosidade do volume que isso tinha – a partir daquele momento. Agora, que já existia antes, que tinha conhecimento, que tomou providências... já elenquei todas elas e, depois, distribuirei uma cópia para o senhor.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Tá. Então, o senhor ficou sabendo da grandeza por causa da polícia.

O SR. CARLOS LUPI – Isso.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Antes disso não sabia?

O SR. CARLOS LUPI – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – E, por ser uma coisa tão grande, o senhor tendo conhecimento, nunca avisou o Lula?

O SR. CARLOS LUPI – Não.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Sobre isso?

O SR. CARLOS LUPI – Não, nunca conversei sobre isso.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Nunca conversou sobre isso?

O SR. CARLOS LUPI – Não.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Tá. Eu posso lhe perguntar uma coisa, assim, se o senhor não quiser responder, não vai entrar... Quando o senhor conversava com o Lula, o que o senhor falava?

O SR. CARLOS LUPI – Sobre a previdência social, sobre o programa para a gente diminuir a fila...

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Mas...

O SR. CARLOS LUPI – ... o aumento real dos aposentados, que nós acabamos dando e não se tinha.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Tá.

O SR. CARLOS LUPI – Sobre políticas públicas para a área da previdência social.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Mas sobre o rombo nunca foi falado nada.

O SR. CARLOS LUPI – Não, porque era um ato do cotidiano...

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Pequeno.

O SR. CARLOS LUPI – ... que a previdência tinha que fazer

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Pequeno, não tinha grandeza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, se o senhor nunca falou para o Lula nada, então a gente pode dizer, com certeza, que era narrativa da esquerda que o Presidente Lula mandou investigar esse desvio bilionário. Ou ele soube por osmose, né? Que um ET caiu na cabeça dele e disse: "Olha, estão roubando o dinheiro", porque o Ministro da Previdência não falou, o Presidente do INSS, que foi indicado pelo senhor, não falou e quem... Como é que ele teria descoberto? Então, essa narrativa que a esquerda está trazendo de que o Presidente Lula, Carlos Jordy, Deputado, mandou investigar, ela simplesmente não para de pé, Ministro. O senhor tem que concordar comigo.

Para finalizar...

O SR. CARLOS LUPI – Não concordo.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Não concorda.

Como é que o senhor acha que ele descobriu? O senhor acha que ele mandou investigar.

O SR. CARLOS LUPI – Porque esse processo não é um processo simples de quem comenta na rede social e manda um comunicado.

O processo dentro do Estado brasileiro exige investigação, apuração, comprovação, direito de defesa... Sabe que existe isso para a Constituição Federal?

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Mas o Lula não mandou investigar, então?

O SR. CARLOS LUPI – Direito de defesa, para, depois, comprovado, dado o direito de defesa, a pessoa sofrer as penas.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Tá. E o senhor não foi...

O SR. CARLOS LUPI – Isso é a Constituição do Brasil, a qual todos nós somos obrigados a atender.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Tá. Perfeito.

Mas o Lula então não recebeu por osmose, já é um avanço que a gente tem. O senhor...

O SR. CARLOS LUPI – Ele mandou apurar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Como?

O SR. CARLOS LUPI – Ele mandou apurar.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Mandou apurar.

O SR. CARLOS LUPI – Mandou.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Mas ele soube por quem?

O SR. CARLOS LUPI – Olha, com a ação da Polícia Federal, da Corregedoria e do Ministério da Justiça.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Não, mas ele mandou apurar depois que a Polícia Federal fez a operação.

O SR. CARLOS LUPI – A Polícia Federal é uma instituição que pertence ao Ministério da Justiça. A Polícia Federal começou a fazer a investigação, levou um ano a investigação, e depois fez a operação de campo.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – E nesse meio tempo ninguém da Polícia Federal lhe avisou que estava sendo...

O SR. CARLOS LUPI – Não, não. Não tem que avisar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS LUPI – O papel da Polícia Federal é investigar.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Então a Polícia Federal só avisou o Lula e daí ele mandou investigar.

O SR. CARLOS LUPI – Não, ele só avisou no dia da operação.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Só avisou o Lula no dia da operação?

O SR. CARLOS LUPI – No dia da operação.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Então, aqui fica claro que a narrativa da esquerda de dizer que o Lula mandou investigar não para de pé.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS LUPI – É a narrativa dos fatos e não da esquerda – é dos fatos.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Para finalizar, Ministro, se o senhor puder...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – ... o senhor não foi demitido, o senhor pediu demissão, concorda comigo?

O SR. CARLOS LUPI – Claro, pedi demissão.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Tá. O senhor pediu demissão, tudo certo.

O SR. CARLOS LUPI – Tem uma carta, inclusive escrito isso.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Tá. E qual foi o motivo por que o senhor pediu demissão?

O SR. CARLOS LUPI – Eu senti que eu estava criando... que me estava criando constrangimento pessoal, familiar e ao próprio Governo.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Tá.

O senhor, quando pediu demissão, tem uma fala do senhor que diz: "Quando o Lula anunciou o Presidente do INSS, foi uma espécie de interventor. E eu falei: 'Presidente, quando o senhor nomeia um interventor na instituição, é porque não confia em mim e não tenho como continuar'". Então, isso, no meu ponto de vista, comprova que quem dizia quem ia ser o Presidente do INSS era o senhor. Sim ou não?

O SR. CARLOS LUPI – Claro. Eu que indiquei, eu nunca disse que não.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Beleza. Então, nós podemos dizer com tranquilidade que o senhor sabia que quem o senhor indicou poderia estar roubando, porque foi o senhor que indicou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS LUPI – Não, não sabia, porque eu não parto do pressuposto que ninguém pode ser qualquer ato irregular antes de estar na função. Eu não sei até hoje... Isso tem que esperar a apuração da Polícia Federal, a apuração do Poder Judiciário para saber que tipo de crime foi cometido e por quem. Ainda não está finalizado.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Marcon.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Só vou agradecer ao Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODEMOS - RS) – Obrigado, Ministro, pelas respostas.

O SR. CARLOS LUPI – Eu que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. Para interpelar.) – Presidente, o que tem sido dito...

Antes, Presidente, meus cumprimentos ao senhor, ao Relator; meus cumprimentos ao meu caro amigo Walber Agra, advogado do meu caríssimo Ministro Carlos Lupi.

Presidente, o que combate a corrupção é investigação; não é Presidente da República ou Ministro de Estado que assume os locais dos postos governamentais que já, de lá, ficam sabendo onde tem corrupção. O que diferencia um governo – o que diferencia um governo, meu querido Ministro Lupi – é ter conhecimento da corrupção e tomar providência diante da corrupção.

Então, diante disso, eu queria trazer aos senhores aqui um fato, Presidente, meu caríssimo Relator: 25 de fevereiro de 2019... 2019, Presidente da República... 2019, quem era Presidente da República?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Em 25 de fevereiro de 2019, um Deputado de Santa Catarina, do partido do Presidente Bolsonaro, Fabio Schiochet, protocolou um requerimento na Câmara dos Deputados. O que é que pedia esse requerimento da Câmara dos Deputados?

Ao Sr. Ministro de Estado Paulo Guedes e ao seu Secretário Especial da Previdência, nosso, claro, colega Rogerio Marinho, as seguintes informações:

> [...] Quantos aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social [...] contribuem com as associações e entidades sindicais? [...] [Peço que encaminhe] relatório mês a mês dos últimos dois anos, por estado e Distrito Federal.
> [...] Quais as associações e entidades sindicais que recebem, e quais os valores que cada entidade recebe anualmente? Relacionar nominalmente as entidades, os valores repassados mês a mês [...].
> [...] Como são realizados os descontos [...]?

Repito a data. Este ofício foi protocolado... esse Requerimento foi protocolado em 25 de fevereiro de 2019, respondido pelo Ministro Paulo Guedes. Está aqui o documento. Dia 24 de abril de 2019, que diz ainda o ofício:

> [...] Como são realizados descontos para as associações e entidades sindicais. O aposentado é informado de que haverá tais descontos em seus vencimentos?

Resposta do Ministro Paulo Guedes, meu caríssimo Deputado Mário, 24 de abril de 2019, está aqui, assinado pelo Ministro Paulo Guedes; está aqui, assinado pelo nosso colega Senador, hoje Senador Rogerio Marinho, Secretário Especial de Previdência. A resposta justificando em um rápido libelo todos os ACTs. E todas as entidades, entidades entre quais elas, foi falado ainda há pouco por um, por um Parlamentar, um Parlamentar... Eu vi um Parlamentar perguntando aqui: "O que é que Conafer tem a ver com o Jair Bolsonaro?". Eu digo. Quer que diga agora? Vou dizer. Conafer inscreveu em 2019, tinha 718 filiados; em 2020, passou para 40 mil; passou depois para 123 mil; 276 mil e mais de 400 mil. Tudo isso no Governo de Jair Bolsonaro. É isso que Conafer tem a ver.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, vamos completar, voltar aqui ao documento. Está aqui o libelo assinado por Paulo Guedes, justificando os ACTs todinhos, justificando os procedimentos. Deputado Paulo Pimenta, aí olha o que eles dizem aqui nas respostas ao requerimento do Deputado:

> Consta como obrigação da entidade, no acordo celebrado, a coleta prévia da autorização dos segurados e seu arquivamento para fiscalização por parte [...] deste Instituto".

Eles sabiam como estava sendo feito ACT e como estavam sendo feitos os descontos dos aposentados.

Dois mil e dezenove, vamos continuar? Num outro... num outro, faço questão de ler aqui a linha L da resposta:

> Mister esclarecer que, caso a assinatura da autorização apresentada pela entidade não seja reconhecida pelo filiado, que o mesmo produza provas através de exame de autenticidade de assinaturas, para a condução de prova técnica e incidente de falsidade [...].

Ou seja, o que é que eles diziam, Ministro Lupi? Eles diziam o seguinte: "Ó, e se está sendo feito desconto indevido, sem autorização, o associado que prove". Qual é a diferença para o nosso Governo? É que no nosso Governo o ônus da prova não pertence àquele que é lesado. Está aqui dito por eles: o ônus da prova era daquele que era lesado.

Aquele que estava sendo roubado, aquele que estava tendo o seu dinheiro descontado indevidamente tinha ainda que provar. Cabia a ele o ônus da prova, meu caríssimo Relator, pelo que está aqui na linha L da resposta do Ministro Paulo Guedes.

Sigamos. No item 4, ele diz o seguinte:

> Quanto à existência de denúncias de descontos não autorizados, informamos que não temos quantitativo total de beneficiários prejudicados no momento [...]".

É o Ministro Paulo Guedes que responde isso, Presidente e Relator, é o Ministro Paulo Guedes! Eles não sabiam. Eles estavam recebendo uma denúncia de um Deputado bolsonarista, do PSL, sobre descontos indevidos. Eles justificavam os descontos indevidos, eles justificavam os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ACTs, mais que isso, eles diziam que não sabiam quanto estava sendo descontado. Em outras palavras: "Estão roubando os aposentados, mas deixem lá roubar", era o que eles estavam dizendo aqui, era exatamente isso, meu caro colega Deputado Paulo Pimenta! E eles ainda diziam mais o seguinte: que era para o aposentado justificar. Ele que se virasse, mesmo lesado sendo.

Continuemos.

> [...] [Quanto ao total de beneficiários prejudicados no momento] pois as demandas são encaminhadas através da Ouvidoria do INSS, atualmente no Ministério da Economia, e a classificação do tema está agrupada com os empréstimos consignados, o que impossibilita extrair a informação específica quanto aos descontos e mensalidades indevidas, o que implica em análise [...] [dos casos].

Presidente, o roubo estava acontecendo. Eles justificaram o roubo aqui nesse calhamaço. Isso é de 2019. Peço que o Relator observe esse documento. Peço que esse documento...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. *Fora do microfone*.) – Eu peço a V. Exa. que faça a juntada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Farei de imediato, Relator, com o maior prazer. Que a Presidência junte esse documento aos demais!

Todo o esquema que surgiu e foi denunciado agora, em 2019 poderia já ter sido desbaratado, Deputado Mário, por uma simples auditoria. Se o Ministro de então dissesse: "Tem coisa errada aqui, vamos fazer uma auditoria"... Aí eu pergunto, por que a CGU não investigou naquele momento? Porque ela só veio a investigar agora, no Governo do Presidente Lula.

Presidente, faço isso. A Polícia Federal forçadamente várias vezes substituiu o seu diretor-geral. Presidente, Relator, Ministro Carlos Lupi, isso daqui é a prova cabal do seguinte: ninguém – ninguém –, nenhum agente público tem a obrigação de assumir um cargo público e já, a partir daquele momento, estar sabendo, mas o que diferencia os governos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – ... e o combate à corrupção é, quando sabe, qual é a providência que é tomada. O nosso Governo soube, a nossa CGU investigou, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

nossa Polícia Federal atuou, e aqui não teve ônus, não teve ônus da prova para o que foi lesado. Todos foram ressarcidos e a investigação é para recuperar o dinheiro que foi roubado.

Quanto ao senhor, Ministro Carlos Lupi, eu só tenho que ao senhor reiterar minha... Eu tenho um pouco de inveja do senhor, me permita dizer, pela convivência que o senhor teve com um dos maiores brasileiros de todo o tempo, Leonel Brizola, um homem digno.

Pena que o Brasil não teve possibilidade de tê-lo como um governante nosso e pena que uma ditadura impediu isso, ditadura que nós lutamos sempre, todo dia, mesmo que alguns tentem absolutizar argumentos para justificar o que querem, que é a instauração de regimes de exceção! Então...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – ... o meu respeito ao Sr. Ministro Carlos Lupi, mas sobretudo pela postura nesta audiência, mesmo recebendo todo tipo de ofensas e agressões, de forma digna e de forma altiva! O que diferencia os governos que encaram a corrupção é a providência que cada um toma quando sabe que a corrupção está ocorrendo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Senador Randolfe.

Com a palavra o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, ex-Ministro Lupi e seu advogado, eu até ia começar de uma forma, mas quem me antecedeu estava tão empolgado falando de corrupção de forma desautorizada... O seu Governo e o seu líder, o ex-Ministro que aí está, em duas coisas eu concordo com ele: primeiro, eu também não confio nas urnas; a segunda coisa é que roubaram muito mesmo. Roubaram demais na Petrobras, você não exagerou, não. E não foi em um momento quente de eleição, não. Se falou de cabeça fria foi melhor ainda, porque é uma verdade. A Lava Jato mostrou quem são os corruptos! Deu nome e apelido! Abriu o esgoto, mostrou nomes e apelidos dos corruptos, mas tudo foi invertido!

No Brasil, a Suprema Corte que dita as regras. Infelizmente, este Parlamento entre a sua barriga e o chão não tem espaço, porque a Suprema Corte é um consórcio com este Governo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

indefensável! A mim admira essa capacidade de defender o indefensável e se esquecer do passado, um passado bem recente. Esqueceu esse menino? Esqueceu do mensalão, foi? Esse menino esqueceu do petrolão, foi? Esqueceu da Petrobras? Esqueceu? E tudo com nome e apelido, está tudo documentado! Está tudo documentado!

Aqui ninguém é doido, ninguém é abilolado! Ah, que discurso inflamado... Sabe qual é a nossa sorte, Sr. Presidente? A nossa sorte é que nós temos um Relator. Foi de Deus. Não existe relatório de CPI que investiga, não existe procedimento investigatório sem que tenha quebra de sigilo. Ninguém que se senta aí, e quem se senta aí está na desvantagem, eu sei disso, já comandei diversas CPIs e sei exatamente. Eu nunca esculachei nem bandido comprovadamente bandido, pedófilo comprovadamente pedófilo depondo. Eu não faço esculacho com ninguém!

Na desvantagem, a pessoa que está aí do outro lado tem o direito de ficar calado, tem o direito de não falar, mas a gente sabe, o Relator sabe, o homem do Gaeco, que não existe relatório sem quebra de sigilo.

Então, não adianta espernear, essa história de que foi no Governo de Bolsonaro, de tentar botar no colo de Bolsonaro um troço que veio numa crescente, de 2016, no Governo Temer, e todo mundo sabe disso. Veio lá do Governo Temer!

O que Bolsonaro tentou com a medida provisória? Colocar uma trava. Depois tem uma crescente no Governo Lula.

Eu tenho três mandatos de Senador. O ex-Ministro que aí está, me lembro que foi Ministro do Trabalho no Governo Dilma, também saiu por uma situação semelhante a essa situação de agora também.

Mas, Ministro, eu não vou lhe tecer nenhuma pergunta, até porque ministro não é rainha da Inglaterra. Ministro sabe das coisas que acontecem, pode não saber de pormenores, e ao senhor não interessa, com o seu advogado do lado, a responder determinadas perguntas.

Mas, veja, graças a Deus que a Polícia Federal ainda tem homens e mulheres que não fazem parte da "Gestapo" de Moraes. Se tem ditadura no Brasil? Tem, chama-se Alexandre de Moraes e o seu consórcio. Ora, ainda tem uma Polícia Federal que investiga. Quando o Lula... Eu tenho a fala dele aqui, queria colocar aqui no telão, ele dizendo: "Em nosso Governo desbaratamos uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

quadrilha que começou em 2019". Não, ficou sabendo pelo *Metrópoles*. Ficou sabendo pelo *Metrópoles*!

Graças a Deus que o tempo passa, a gente envelhece, mas pelo menos, no meu caso, a mente é a mesma. Eu não me esqueço de Paulo Bernardo quando foi preso pelo mesmo crime. Paulo Bernardo, Ministro, e um conluio em que descontava ou fazia empréstimo consignado em conta de aposentado, esse foi preso. E aqui num litígio, quando no *impeachment* de Dilma, que o Sr. Lewandowski... E Dilma, a quem V. Sa. devotou tanto respeito e tanto carinho, o demitiu do Ministério do Trabalho, exatamente porque surgiram denúncias de corrupção. Neste Plenário aqui, Sr. Presidente, no Plenário, o Sr. Lewandowski violou a Constituição após uma questão de ordem exatamente de quem me antecedeu na fala, não vou falar o nome por causa do art. 14, mas ele fez uma questão de ordem que tinha mais de dez páginas. Na hora em que ele falou amém, Lewandowski falou: "Eu aceito a questão de ordem". Sem analisar, sem nada, e deu a Dilma o direito de ficar elegível.

O BMG, famoso, e foi aí onde Paulo Bernardo foi pego junto nessa ratoeira. Então, nada de novo no reino da Dinamarca neste Governo em matéria de corrupção.

E alguns Deputados e Senadores que eu estava ouvindo, quando estava vindo para cá – e passei um tempo no aeroporto assistindo pelo YouTube –, dizendo: "Nós não temos que levar essa questão como questão de Governo, partidarizar e falar de Presidente não sei quem, nós temos que investigar". É, temos que investigar, mas eles falam uma coisa e, de repente, eles usam para dar velocidade aos seus próprios discursos. É uma insanidade. É uma narrativa tentar colocar isso no colo de Jair Bolsonaro. Quem acredita em gráfico? É só olhar os gráficos.

Eu estava no aeroporto, Sr. ex-Ministro, duas senhoras se aproximaram de mim e disseram: "Pelo amor de Deus – pelo amor de Deus! –, roubaram a minha aposentadoria! Eu tenho três empréstimos consignados, e não fiz nenhum".

É claro que quando eu disse... Quando V. Sa. esteve lá na Câmara antes de se demitir do cargo e disse: "Não, tinha uma coisinha aqui, outra ali, ouvia falar". E aqui, no Senado, eu usei da palavra dizendo: "Não, uma coisinha aqui podia ser uma bolhazinha no braço, aparecia uma bolha aqui. Não dei atenção, ela nasceu aqui – não dei atenção. Quando fui ao médico, já era um câncer".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que não vou lhe fazer pergunta? Porque tem um litígio judicial com V. Sa., e as questões que eu estou colocando são as questões que eu coloquei e as afirmo todas. Se fosse uma denúncia só, só uma, de uma pessoa, uma, teria que investigar a fundo. Não teria que esperar ser pouco, mais ou menos, de vez em quando se falava nisso, tinha uma denúncia aqui, outra ali. Aqui está o erro, porque, quando você não trata da ferida, ela vira um câncer – ela vira um câncer.

E a quebra de sigilo, quando o Marcon lhe perguntou se colocaria os seus sigilos na mesa; quem tem que se preocupar com os seus sigilos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – ... é o Relator.

E realmente não há – não há – relatório de uma CPI como essa em que o povo tanto espera, Sr. Presidente. A nação brasileira tanto espera, ávida. Tem mais de 10 mil pessoas ao vivo, roubadas. O roubo do século, o assalto do século. Desgraçados vivendo nababescamente, viagens nababescas, enquanto pessoas passam fome por ter os seus direitos, o seu suor, as suas energias gastas numa poupança para gastar na sua velhice; hoje não podem nem comprar remédio.

Então, Sr. Relator, V. Exa. foi um achado, um caído do céu, porque V. Exa. é um homem de investigação. É um homem do Gaeco – V. Exa. sabe.

Quero parabenizá-lo, Presidente Viana, antes de encerrar minha fala...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – ... porque V. Exa. está conduzindo com precisão e V. Exa. nunca conduziu uma CPI. E eu disse a V. Exa. no dia que começou.

Então, Sr. Relator, não existe relatório – V. Exa. sabe disso – sem que se tenha quebra de sigilo.

Essa é a minha fala, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Eu não tenho nada a perguntar, até porque tudo que eu já disse, eu disse publicamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Tudo que eu afirmei, eu afirmei publicamente, em cima da palavra do próprio ex-Ministro que aí está.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Senador Magno Malta.

Deputado José Medeiros com a palavra.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu ouvi a fala empolgada de um dos integrantes da escola de Hogwarts.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado José Medeiros, apenas para deixar claro aqui, pelo Regimento, que os não membros – que a gente começa agora com o senhor – têm três minutos de fala, por favor.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Estava tão bonito lá, Presidente. Tinha dez... (*Risos.*)

Ele percebeu.

Presidente, agora há pouco eu vi uma fala apaixonada aqui, recheada de nada. Essa é que é a grande verdade.

Veja bem: querem que a gente acredite que o Governo do PT, três anos sendo avisado, não deve ser responsabilizado pelo que aconteceu, e está se exigindo que um governo que tinha acabado de assumir quatro meses já soubesse de tudo.

"Ah, o Governo não fez nada". Fez. O Governo... Aliás, todas as travas que se tentaram fazer foi no Governo Bolsonaro. O 135, a possibilidade de denunciar, Senador Izalci, descontos irregulares, no 135. Foi no Governo Bolsonaro. A criação de uma diretoria específica dentro da CGU... E eu perguntei aqui para a diretora: "Essa diretoria foi imprescindível para que chegássemos a saber desse escândalo?". Ela falou: "Foi imprescindível". Isso, em consonância, houve o entendimento de várias agências do Governo, inclusive da Polícia Federal, do próprio Ministério Público. Foi criado um grupo de trabalho e, posteriormente, um relatório sobre tudo que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

aconteceu. Mas ele está exigindo, dizendo que, com quatro meses, já teria que saber e debelar tudo.

Ora, o que o Ministro Paulo Guedes respondeu ali? Respondeu o óbvio: como é que são feitos os descontos, como é que é credenciado...

Mas há de se destacar o que foi falado pela próprio CGU: associações... Inclusive a Conafer, que foi citada aqui, foi suspensa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Depois voltou.

Agora, como o tempo é curto, eu já vou dizer aqui o que foi feito pelo Governo: o que foi feito foi uma pressão imensa, para que não se chegasse à verdade.

E eu vou falar uma coisa: o Ministro, aqui, estava entre o espeto e a brasa. Porque, se ele não usasse a cegueira deliberada... De uma coisa assim, ó: ou o Ministro sabia, e não fez, ou então fez uma cegueira deliberada, porque, se ele agisse, seria demitido.

Seria demitido por quê? Porque, por tudo que já foi mostrado, inclusive por todo o aparato do PT, que tentou fragilizar o tempo inteiro... Quem quiser, dê uma olhada nos discursos de Ivan Valente, do Zeca Dirceu, do Bohn Gass, como eles arrotavam, eles esbravejavam. Duvido, se o Ministro fizesse qualquer ação...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Deputado.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – ... eles, com certeza, pediriam sua cabeça.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Deputado Marcos Tavares, com a palavra.

Três minutos, Deputado.

Não está?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não.

Deputado André Figueiredo, por favor.

Três minutos.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (Bloco/PDT - CE. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente, Senador Carlos Viana; nobre Relator, colega Deputado Alfredo Gaspar; meu querido amigo, Ministro Carlos Lupi; e meu querido amigo também, Dr. Walber Agra.

Eu, como temos apenas três minutos, serei muito breve nos elogios que poderia tecer aqui à história de vida que tem o ex-Ministro Carlos Lupi, e isso, sei que todos que o conhecem sabem bem que ele pode ter muitos defeitos, e eu, como amigo dele, digo que tem vários, mas, se tem um que ele não tem, em hipótese absoluta, é mau zelo da coisa pública e desonestidade. Muito pelo contrário: nesses mais de 30 anos que eu o conheço, só foi uma história limpa, uma história de um homem que, tendo 46 anos de vida pública... Podem pesquisar as declarações de Imposto de Renda dele para verem que é uma pessoa que vive medianamente, nunca foi uma pessoa rica; muito pelo contrário, foi sempre uma pessoa desprovida de vaidades. Rico, sim, mas de propósitos e de compromisso com o Brasil.

Mas eu queria me ater, meu nobre Relator, até porque também vi algumas declarações suas sobre a questão de empréstimo consignado... Acho que o Senador Randolfe já foi muito feliz na questão do desconto associativo. Eu queria me ater ao empréstimo consignado.

O Ministro Lupi, que foi acusado aqui, por muito desconhecimento, dizendo que tinha um apreço a bancos, diminuiu a taxa de juros do consignado de 2,14 para 1,66. E, a partir daí, começou a viver um inferno grande, porque o sistema financeiro foi para cima, dizendo que não iria mais oferecer empréstimo consignado para quem tanto precisa, porque a taxa de juros não se pagava. E aí ele teve, ainda na gestão, que aumentar para 1,80. Ministro, depois me corrija...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (Bloco/PDT - CE) – ... se é verdade ou não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas ele sempre teve... Uma vez que o Conselho Nacional da Previdência Social tem várias instituições – algumas que defendem o trabalhador; outras, o setor financeiro; outras, o Governo –, se não me engano, é tripartite ou quadripartite... O Conselho Nacional de Previdência Social sempre teve esta característica de buscar uma taxa de juros que fosse mais justa.

Pois bem, nós, aqui no Parlamento, estamos querendo tirar essa atribuição do CNPS para o Conselho Monetário Nacional, que só defende interesse de banco. Aí, sim, a gente precisa fazer uma avaliação muito criteriosa. A quem queremos servir? Ao povo brasileiro ou às instituições financeiras que fecham empresas, quebram famílias e não estão nem aí para se o Brasil cresce ou não? Por isso, meus elogios, meu caro Relator, e a sua postura, Ministro Carlos Lupi, bem como à do Presidente da Casa.

O SR. CARLOS LUPI – Muito obrigado.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (Bloco/PDT - CE) – Vamos nos ater também à questão dessa maracutaia que se chama empréstimo consignado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Deputado André Figueiredo.

Com a palavra, o Deputado Félix Mendonça Júnior. Três minutos.

O SR. FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR (Bloco/PDT - BA. Para interpelar.) – É bom-dia já, né? Bom dia a todos.

Ministro Carlos, Sr. Presidente, está claro aqui que essa roubalheira é suprapartidária. E eu realmente vejo aqui com muita tristeza, Presidente, a gente só tentando jogar se foi no Governo A, B ou até no C. Isso está existindo, e os bandidos devem estar até gostando, porque a gente está discutindo aqui em que Governo foi, quem participou, e não se está discutindo o problema, o tamanho do problema que existe aqui, realmente, que é a corrupção, que pode estar voltando. Eles estão lá assistindo e tramando para roubar mais ainda, seja lá em que Governo for.

Mas o que eu queria perguntar, Presidente, é se o senhor pode comparar essa questão dos empréstimos consignados... Eu vejo a sua luta para reduzir os juros, e foi uma luta insana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Imaginem que o empréstimo consignado é mais caro do que você financiar um carro, porque é a maior tranquilidade para os bancos: aquele dinheiro certinho, independentemente da vontade.

Eu gostaria que o senhor, Presidente, Ministro, pudesse mostrar para a gente e dar o tamanho... O que é hoje o volume do empréstimo consignado com o volume dos descontos indevidos? O que representa? Porque a gente sabe do problema dos descontos indevidos, que foi grande, mas que tamanho hoje têm os empréstimos consignados, só para a gente ter uma ideia do que pode estar acontecendo de problema?

E, Sr. Presidente, quando o INSS serve apenas de repasse, ele serve de um... Trabalhar para os bancos e trabalhar para as instituições: ele é remunerado por isso? Quanto ele é remunerado por isso, por esse trabalho de retirar o dinheiro dos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR (Bloco/PDT - BA) – ... aposentados, daqueles pensionistas e passar para os bancos e passar para as instituições?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Deputado Félix.

O Sr. Carlos Lupi solicitou que os demais oradores inscritos pudessem se manifestar para ele fazer um comentário e respostas ao final.

Com a palavra o Deputado Túlio Gadêlha.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Eu solicitei o tempo de Liderança também à mesa, Sr. Presidente, para mais tarde.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Será concedido.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/REDE - PE. Para interpelar.) – Presidente, estimados colegas, Ministro Carlos Lupi aqui presente, quase 2h da madrugada, acompanhado do seu advogado, Dr. Walber Agra...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Às vezes, Ministro, eu não sei o que deixa alguns colegas aqui tão preocupados e nervosos: se é a presença de V. Exa., que tem respondido com muita tranquilidade, cautela, zelo, números, dados, ciência, ou se é a presença do advogado Walber Agra, que deixou o ex-Presidente inelegível. Então, são duas figuras que deixam às vezes – e eu peço até desculpas em nome da Comissão – um pouco à flor da pele alguns colegas aqui desta CPMI.

Mas eu queria, Presidente, antes de tudo, fazer uma provocação pela lógica. Queria perguntar: quem ganha com o empréstimo consignado indevido e quem ganha com o desconto associativo indevido? E a resposta é muito simples. Com o empréstimo consignado, quem ganha, muitas vezes é o banco que faz aquele empréstimo, aquele valor, e ele ganha muito em cima dos juros; assim como com um desconto associativo, quem ganha é aquela associação, aquele sindicato, aquela entidade.

Vocês estão diante de um ex-Ministro que já se declarou publicamente – publicamente! – contrário às práticas desses bancos que cobram juros abusivos, que limitou a um valor, Deputado Mário Heringer, nunca antes visto neste país, um valor muito abaixo do valor que era publicado e era decretado anteriormente pelo conselho. Então, vocês estão tentando incriminar – muitos aqui – um Ministro que claramente já tem se posicionado contrário a esses abusos cometidos por bancos e associações, por dois motivos: o primeiro, quando ele baixa a esse nível o valor dos juros, e o segundo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/REDE - PE) – ... quando ele sempre defendeu e sempre foi contrário ao desconto em folha, que prejudicaria associações e sindicatos. Então, eu queria dizer, Presidente, que foi água, foi tiro no pé de quem tentou acertar o Ministro Carlos Lupi aqui com essas indagações sem fundamento.

Inclusive, até fazendo uma reflexão mais profunda, muitas vezes, não se precisa de fundamento aqui para atacar alguém, basta criar um mundo fantasioso e proliferar isso nas redes sociais. É o que a gente tem visto, vendo no dia 7 de setembro uma bandeira dos Estados Unidos ser aberta na Avenida Paulista! Quem imaginou que um dia nós teríamos que viver para ver uma cena lamentável como essa no nosso país ou até vendo uma senhorinha sendo entrevistada na rua e dizendo que os Ministros do STF são clones, foram clonados e todos foram trocados?! Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso fala um pouco sobre a dissonância cognitiva que a gente vive, que é fruto deste Parlamento também e de algumas falas que foram feitas aqui nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Deputado Túlio Gadelha.

Para encerrarmos as falas, o Deputado Evair de Melo.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Para interpelar.) – Sr. Presidente, vou ser bem... Nosso tempo é apertado.

"Escândalo do INSS mostra que o Governo do PT não aprendeu nada no passado." Em provocação, por requerimento do Deputado Evair de Melo, Lupi reconheceu as fraudes e disse: "Não tenho como intervir". Outra provocação do Deputado Evair de Melo: Lupi minimiza a saída do diretor, "procedimento natural". A outra provocação do Deputado Evair de Melo, Lupi responde: "Não posso ser responsabilizado". Outra provocação do Deputado Evair de Melo: Lupi reconhece demora em apuração de denúncias do INSS.

Sr. Presidente, desde março de 2023 até a última data em que estava lá, mais de dez documentos foram enviados ao Ministro Carlos Lupi e a todas as instâncias de Governo – inclusive, já disse aqui, a Casa Civil tem ciência e tem conhecimento. Portanto, não foi pelo *Metrópoles*, estão aqui todos os documentos que eu enviei, inclusive a provocação do primeiro ofício. Num deles, inclusive – vou passar ao Relator –, à provocação minha de março, em maio o Ministro responde oficialmente ao nosso gabinete, reconhece os erros, reconhece os equívocos, reconhece as fraudes e pior do que isso: ele presta conta de resultados de investigação e denúncias feitas no Governo Jair Bolsonaro, inclusive com punições; ele coloca no seu relatório, assina, como se isso fosse dele.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Por favor, faça a juntada também.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Irei fazer.

E o que me estranha no Ministro, parece que ele fez curso com o tal do Lula – que eu chamo carinhosamente de Barrabás, porque é bíblico –, é ele falar que pequenos roubos não são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

significativos. Não criminaliza os pequenos roubos. Tem esse conhecimento... E fiquei aqui até admirado, porque ele próprio, e o Senador... o Deputado Rogério, de Minas Gerais, chamou de quadrilheiros.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Quadrilheiros, os aliados, seus comparsas de partido, e realmente montaram a quadrilha.

Sr. Ministro, quando o senhor ficou sabendo do desvio de 706 milhões, na data em que o senhor ficou sabendo, se o senhor tivesse feito alguma coisa, não teria ido para 2,6 bilhões. Portanto, o senhor foi notificado, o senhor foi inoperante, o senhor prevaricou de forma horrível.

Todos esses roubos não são só para ficar rico, não. Também têm um cunho ideológico, a gente sabe que PDT, que PSB, que PT, que Psol, a turma que está envolvida com isso e com essas entidades, todos eles são eleitores do Seu Lula, todos eles trabalhavam para a esquerda. A Contag é uma grande lavadora de dinheiro. Talvez não estejam ricos, não, mas eu sei os eventos, as passeatas, manifestações, quanto que a Contag investiu para poder fazer com que esse Barrabás voltasse ao Governo.

Portanto, essa é a minha indignação, porque o senhor sabia. Na data em que o senhor foi notificado, se o senhor tivesse feito intervenção imediata...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – ... como reza a cartilha, 2,1 bilhões a menos não teriam sido descontados.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Deputado.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Portanto, com a sua inércia, sua falta de atitude e compromisso com o cargo que o senhor tinha, e usar a caneta do senhor, que tinha tinta, o senhor não usou...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – ... o senhor permitiu que esse roubo aumentasse sete vezes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Sr. Carlos Lupi para os comentários finais.

O SR. CARLOS LUPI (Para expor.) – Bom, em primeiro lugar, eu queria agradecer a oportunidade. Pedi à Senadora Leila que colocasse meu nome entre os primeiros para vir a esta Comissão. Eu respeito profundamente a democracia, respeito profundamente a Casa Legislativa. Estou desde o primeiro momento até o momento final, que é minha obrigação, não é favor.

Ouvi alguns exageros e algumas ofensas e as assimilei com a consciência livre de quem sabe que não fez nada de errado e nunca teve nenhum ato da sua vida pública que fosse condenado por nenhum Poder. Em 46 anos de vida pública, nenhum processo, nenhuma condenação, muito menos, em nenhum momento da minha vida pública. Incompreensões, dificuldades, falhas e erros tive e continuarei tendo, porque eu sou um ser humano. Mas quero agradecer e responder aos três companheiros.

Primeiro, quando o amigo André Figueiredo faz uma consideração geral sobre o empréstimo consignado – aí, alimentando um pouco o Deputado Félix, amigo também –, ele fala do grande processo que nós temos que enfrentar, e eu quero pedir humildemente que esta Casa trate disso com muita atenção. O empréstimo consignado é uma fonte inesgotável de favorecimento do sistema financeiro. Se a gente não aprofundar isso, nós vamos tapar o sol com a peneira. Essa é a luta desde o primeiro dia em que eu entrei lá: empréstimo consignado. E os números são alarmantes, Deputado Félix: são mais de 17 milhões de aposentados que têm empréstimos consignados e nunca saem, porque cada vez que fazem um empréstimo vão ter que fazer outro para pagar o empréstimo anterior, e vai acontecendo a vida toda. São bilhões em valor de empréstimo consignado, com a garantia de inadimplência zero, porque vem o desconto na folha de pagamento – desconto na folha de pagamento. Então, é algo que precisa ser aprofundado nesta Casa, aprofundado o que está junto com isso, o que colocam, somando ao empréstimo, como valores a mais, porque isso é muito grave.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado Túlio, essa diferença de consignado e associativo é fundamental, mas os dois não podem ter empréstimo consignado – desculpe, desconto em folha. O desconto em folha é uma maneira de você pegar uma grande parcela da população que sequer consegue ler direito e taxá-la por produtos que ela não sabe, como está acontecendo agora, que existiam.

Deputado Evair, eu não tenho, como Ministro de Estado, nem como cidadão, obrigação de saber de tudo que acontece em qualquer lugar, como o senhor também não tem no Parlamento, como o senhor não tem até, às vezes, dentro do seu partido. Cada um é responsável pelos seus atos. Eu nunca disse que porque era um roubo pequeno não tinha que ser apurado. Ao contrário. Eu dei o relatório aqui. Os primeiros atos começaram em 2023. Eu dei o relatório de tudo que foi feito, infelizmente, e nunca disse que foi o Governo anterior; disse que isso começou em 2016, alguns falam em 19, e eu sou fiel às minhas palavras: começou em 2016. Reafirmo que, para mim, é um esquema corrupto que veio de fora para dentro do INSS, cooptando alguns pelo dinheiro, pelo poder, e que, agora, pela primeira vez, vamos ter a oportunidade de desvendá-lo de vez, de vez.

Espero que essa sangria que aconteceu no bolso de milhões de brasileiros... Nossos queridos aposentados e pensionistas já estão com o seu ressarcimento feito, pela informação que eu tive hoje, a cerca de 2 milhões até o final dessa semana, e quero que façam todo o ressarcimento. Mas, além disso – é o papel da CPMI; acho que vocês têm todos os instrumentos para isso, a força que a Polícia Federal já tem de investigação e o que a Justiça já quebrou de sigilo dão elementos a vocês para terem todas as informações –, chamem todos que vocês puderem, cobrem responsabilidade e trabalhem com provas concretas, não com ilações, não com afirmações, não com divergências pessoais ou partidárias. Uma CPMI deve agir nos fatos, não pelas antipatias ou simpatias, mas pelos fatos, porque aí, assim, ela vai ter grande credibilidade na sociedade.

Quero agradecer a todos e a todas. E saio daqui melhor do que eu entrei: mais maduro, mais consciente do meu papel e mais preparado para outros enfrentamentos.

Muito obrigado.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Sr. Ministro, em maio de 23, o senhor envia um documento admitindo que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sr. Evair, obrigado. Deputado Evair, obrigado.

Senhores, para encerrarmos, pela Liderança, cinco minutos, Deputado Paulo Pimenta, Líder do Governo.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, quem pediu primeiro foi o Deputado...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu também pedi, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não. O Deputado pediu pela Liderança. Liderança do Governo e da Oposição.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, a primeira... O Deputado Van Hatten pediu antes de mim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, ele está representando a Liderança da Oposição, no lugar do Senador Marinho.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Ele pediu antes de mim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Então, Deputado Marcel Van Hattem, cinco minutos, pela Oposição.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela Liderança.) – Bom, Sr. Presidente, como é do conhecimento de todos, nesse período nós não podemos fazer perguntas, apenas comentários.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exatamente.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas, no caso do Ministro Carlos Lupi, como já não respondeu às perguntas que eu fiz anteriormente, creio que não lhe trará prejuízo, porque não responderia outra vez pela forma como se comportou no momento em que me manifestei no início desta audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria, Sr. Presidente, só trazer um fato aqui que é importantíssimo para esta Comissão. E, aliás, parabéns pela sua condução. Parabéns pela sua condução, faço questão de frisar.

O Ministro Carlos Lupi disse algumas vezes aqui que o INSS era autônomo, e aqui eu já demonstrei muito claramente que foi durante o seu ministério que perdeu-se a autonomia do INSS; o Presidente não indicava mais seus diretores, quem indicava era o Chefe de Gabinete nomeado pelo Ministro Carlos Lupi. Ele era quem indicava os diretores que depois foram afastados pela Polícia Federal.

Mas tem coisas mais graves ainda do que isso. Isso já é gravíssimo, Sr. Presidente, e este fato precisa ser devidamente registrado aqui para esta Comissão. O senhor... Antes de chegar a esse senhor, o Ministério Público Federal criou, no dia 16 de maio de 2023, o Grupo de Trabalho Interinstitucional Previdência e Assistência Social (GTI). E, deste grupo, faziam parte a CGU, a DPU, o INSS, o Ministério Público Federal, o Ministério da Previdência Social, o Ministério do Desenvolvimento Social, o TCU, a AGU. Esses órgãos todos, Sr. Presidente, faziam parte desse grupo que foi criado em 16 de maio de 2023, há mais de dois anos, e foi encerrado só em maio de 2025. Sabe quem integrava esse grupo de trabalho, Sr. Presidente? Adroaldo da Cunha Portal, então Secretário do Regime Geral de Previdência Social. Para o senhor ter ideia, este Adroaldo era imediatamente subordinado ao atual Ministro Wolney, que por sua vez era subordinado ao Ministro Carlos Lupi.

Disse a Dra. Patrícia Bettin, em seu depoimento aqui à CPI, o seguinte: "Como eu relatava, esse grupo de trabalho interinstitucional, de que participam diversos órgãos, fazia reuniões bimestrais. A cada reunião bimestral, a Defensoria Pública da União e o Ministério Público Federal elaboravam uma pauta sobre questões de direito previdenciário ou assistencial. A pauta permanente desse GTI eram os descontos associativos e muitas vezes também empréstimo consignado" – a pauta permanente.

Sr. Ministro Carlos Lupi, a cada dois meses esse grupo de trabalho se reunia, e o Sr. Adroaldo, que hoje é o Secretário-Executivo do Ministério... Hoje é o Secretário-Executivo do Ministro Wolney, do PDT.

Aliás, é importante lembrar que Alessandro Stefanutto, que foi nomeado em julho de 2023, também é filiado ao PDT, ou era. E foi justamente na sua nomeação em junho... Julho, perdão, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

2023, que o gráfico dos descontos subiu. Ali que a roubalheira, Carlos Lupi, dos aposentados se deu, sob as suas barbas.

Então, Sr. Presidente, se, desde maio de 2023, Adroaldo da Cunha Portal era membro desse GTI, eu me pergunto, se, a cada dois meses, eles se reuniam, por que não informou? Vamos lá. Julho de 2023, ao seu superior, Wolney – esse é o Ministro –, do que estava acontecendo? Ou será que informou? Setembro de 2023, novembro de 2023, janeiro de 2024, março de 2024, maio de 2024, julho de 2024.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Setembro de 2024, novembro de 2024, janeiro de 2025, março de 2025, e em abril a Polícia Federal deflagra a operação, e aí o Ministro fica sabendo das coisas? Não tem cabimento, Ministro Carlos Lupi, não dá para imaginar que o senhor pense que nós possamos acreditar que o senhor não sabia de nada. Não dá para imaginar que a gente possa acreditar nisso.

Por isso, Sr. Presidente, nós estamos pedindo a convocação do Sr. Adroaldo da Cunha Portal, que foi Secretário de Regime Geral de Previdência Social no Ministério de Carlos Lupi, hoje é Secretário-Executivo – continua no ministério –, para que ele explique como ele não levou adiante essa informação que estava sendo debatida a cada dois meses?

E eu pergunto também ao Sr. Ministro Carlos Lupi: se está tão compadecido do – e não pode responder, pena! –, tão compadecido do roubo dos aposentados, o que o senhor pensa de ninguém ter sido preso? Nada ter realmente acontecido? O que o senhor pensa disso, diante de um crime tão hediondo que foi cometido?

Mas, Sr. Presidente, pode ter certeza de que V. Exa., o Sr. Relator Alfredo Gaspar e aqueles que querem investigação farão justiça neste país, e a punição virá para os ladrões dos aposentados.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Por cinco minutos, Deputado Paulo Pimenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela Liderança.) – Ledo engano.

O grupo de trabalho do Ministério Público Federal foi instituído dia 11 de abril de 2019 – 11 de abril de 2019 –, esse grupo de trabalho a que ele fez referência agora, com todos esses órgãos. Em 19, 20, 21, 22, Governo Bolsonaro, não fizeram nada. As duas investigações da Polícia Federal foram arquivadas. Nenhuma auditoria da CGU.

O colega Deputado mostrou um monte de requerimentos que fez a partir de 23. Por que não fez em 19, 20, 21, 22? Porque eram cúmplices... omissos e cúmplices da roubalheira.

Os gráficos que foram mostrados hoje: o grosso do roubo explodiu com aquelas entidades fantasmas que receberam ACT durante o Governo Bolsonaro. Qual foi o Ministro que recebeu o dinheiro da campanha eleitoral dos ladrões da previdência? Foi do PT? Foi do PDT? Não. Foi o Ministro do Bolsonaro. Dinheiro na conta, está lá comprovado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. *Fora do microfone*.) – Quebra o sigilo dele.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não precisa quebrar o sigilo porque está na... Está na conta... já está na conta de campanha.

Foi do PT? Não, não foi. Foi do PDT? Não, não foi. Foi de vocês. Foi o Ministro do Bolsonaro é que ganhou dinheiro na conta da campanha. Os que roubaram a previdência escolheram quem é que eles iam investir na campanha, quem é que eles queriam eleger.

Por isso, Sr. Presidente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhor, senhores...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Por gentileza, me repõe meu tempo integral.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Um minuto para o Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – A regra é essa, regra é o tempo integral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, a regra é um minuto para o senhor.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Era o tempo completo, Presidente. Foi interrompido...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A Presidência que decide o tempo, Excelência.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. *Fora do microfone*.) – É a época do milagre...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É o Regimento, senão vou dar mais um minuto.

Mais um minuto, por favor.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Obrigado.

Mais um minuto, pessoal.

Então, vamos lá. O esquema criminoso explodiu a partir de 2019. Foi durante o Governo Bolsonaro que as entidades fantasmas receberam os ACTs. Foi durante o Governo Bolsonaro que afrouxaram as regras de fiscalização. Foi durante o Governo Bolsonaro que esta engenharia criminosa ganhou corpo. Infelizmente... E o Ministro Lupi hoje, aqui, foi de uma transparência, de uma firmeza.

Infelizmente, parte desses servidores corruptos e bandidos que estão sendo investigados, que foram colocados nas funções de chefia no Governo Bolsonaro e que têm bons currículos, na transição, foram apresentados. E quem é que poderia suspeitar que aqueles servidores de carreira, na realidade, eram pessoas envolvidas no esquema de corrupção dessa dimensão? Como é que o Ministro poderia imaginar?

Agora, como disse muito bem o Senador Randolfe, o que nos diferencia é o que fazer quando a gente descobre a corrupção.

Em 2019, foi descoberta a corrupção, não fizeram nada. Aliás, nós vamos ter que convocar o Paulo Guedes. Nós vamos ter que convocar o Paulo Guedes, porque, até agora, o Senador Rogerio Marinho ficava dizendo: "Não, o Paulo Guedes não tem nada, era eu que respondia". Não,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paulo Guedes vai ter que vir aqui, sentar junto agora, Ministro, com os demais ex-Ministros, porque tem a digital dele envolvida nesse esquema, né? E nós não vamos permitir que ninguém saia dessa história impunemente.

Eu tenho certeza de que, na hora em que a gente fizer aquilo que tem que ser feito, que é rastrear quem roubou esse dinheiro, a gente vai descobrir quem são os autores intelectuais desse esquema criminoso que lesou os aposentados e aposentadas do nosso país.

Quero dizer, Ministro Lupi, que o senhor foi muito, muito transparente, transmitiu aqui uma segurança, uma tranquilidade, respondeu a todas as questões. Em determinado momento, não quis responder, porque o senhor estava sendo desrespeitado aqui, sendo tratado de forma descortês, e o Regimento é muito claro: ninguém é obrigado a vir aqui para ser tratado sem respeito, tratado de forma descortês, mas eu espero que os demais ministros tenham a mesma coragem que o senhor teve, de vir aqui de peito aberto, debater conosco, ouvir as perguntas e responder a todos e a todas.

De resto, é dizer para o Brasil aquilo que a gente tem dito sempre: quem montou a engenharia criminosa foi o Governo Bolsonaro, quem acabou com ela foi o Governo Lula. Quem roubou dos aposentados foi o Governo Bolsonaro, quem devolveu...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Paulo, mais um minuto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não. Mais um minuto.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Quem roubou os aposentados, quem montou a engenharia criminosa foi no Governo Bolsonaro; e quem acabou com o esquema criminoso foi o Governo do Presidente Lula. Quem roubou os aposentados e aposentadas foi a engenharia montada durante o Governo Bolsonaro; e quem devolveu o dinheiro que foi roubado para os aposentados foi o Governo do Presidente Lula. E nós, Presidente, sabemos que, assim como tem muitas pessoas aqui interessadas em fazer com que essa discussão possa avançar, tem pessoas que estão aqui também para evitar que a investigação avance.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fiz hoje aquela questão de ordem no início dos trabalhos e eu esperava inclusive ter o apoio de todo mundo aqui – confesso para o senhor, né? –, porque quem de nós aqui pode concordar que alguém que era o responsável pela previdência, que, durante a sua gestão, foram concedidos ACTs, possa ter acesso a documentos sigilosos a respeito do período que está sendo investigado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... em que ele respondia pela previdência?

Então, nós vamos continuar fazendo esse trabalho, vamos continuar agindo da mesma maneira, com a mesma tranquilidade e com a certeza de que, ao final dessa investigação, a sociedade brasileira vai saber de fato quem eram os autores intelectuais desse esquema criminoso criado no Brasil durante o Governo do ex-Presidente Jair Bolsonaro.

E aquele... Para juntar documento, eu tenho um para juntar aqui também. Gostaram muito de mostrar fotografia hoje, não é? Eu tenho aqui foto também, ó: Contag e INSS criam grupo de trabalho para analisar causas de indeferimento previdenciários indevidos – Contag e INSS. Mas não é o Ministro Lupi que está na foto aqui; é o Rogerio Marinho. É o Rogerio Marinho, Presidente, que fez a reunião com a Contag, 2019. Então, Relator, vou juntar junto com os documentos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... que demonstram a relação das entidades...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Por favor, junte à Secretaria.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Senhores, senhores.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, inclusive do Sr. Carlos Lupi.

Convido para a próxima reunião, nesta quinta-feira, às 9h, para deliberação de requerimentos e oitiva do ex-Ministro José Carlos Oliveira, atualmente Ahmed Mohamad Oliveira Andrade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 16 horas e 16 minutos do dia 08/09/2025, a reunião é encerrada às 2 horas e 06 minutos do dia 09/09/2025.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DO INSS - 2025 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 2025, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia onze de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Carlos Viana, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025 com a presença dos Parlamentares Soraya Thronicke, Professora Dorinha Seabra, Styvenson Valentim, Humberto Costa, Sergio Moro, Eliziane Gama, Chico Rodrigues, Randolfe Rodrigues, Nelsinho Trad, Jorge Seif, Izalci Lucas, Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Magno Malta, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Leila Barros, Tereza Cristina, Damares Alves, Cleitinho, Coronel Chrisóstomo, André Fernandes, Adriana Ventura, Alfredo Gaspar, Duarte Jr., Yury do Paredão, Sidney Leite, Ricardo Ayres, Rogério Correia, Carlos Jordy, Fernando Rodolfo, Bia Kicis, Kim Kataguiri, Evair Vieira de Melo, Paulo Pimenta, Alencar Santana, Orlando Silva, Mário Heringer, Marcel van Hattem e Luiz Lima, e ainda dos Parlamentares Mecias de Jesus, Rodrigo da Zaeli e Sérgio Petecão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Veneziano Vital do Rêgo, Omar Aziz, Delegado Fabio Costa, Beto Pereira e Bruno Farias. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A reunião é suspensa às doze horas e oito minutos e reaberta às doze horas e dezoito minutos. A reunião é suspensa às doze horas e quarenta e quatro minutos e reaberta às quatorze horas e sete minutos. A reunião é suspensa às dezesseis horas e cinco minutos e reaberta às dezesseis horas e quinze minutos. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 1484 de 2025** que: "Requer, ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, o envio dos registros de entrada e saída nas dependências do Instituto do Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes." **Autoria:** Deputado Duarte Jr. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 1495 de 2025** que: "Requer à Secretaria Nacional do Consumidor - SENACON informações sobre as apurações, fiscalizações e denúncias referentes às fraudes ocorridas contra aposentados e pensionistas do INSS." **Autoria:** Deputado Duarte Jr. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 1530 de 2025** que: "Requer que sejam prestadas, pelo presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Hugo Motta, informações sobre os registros de entrada e saída, bem como a identificação dos gabinetes e setores frequentados pelo senhor Maurício Camisotti." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 1532 de 2025** que: "Requer que sejam prestadas pelo presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Hugo Motta, informações sobre os registros de entrada e saída, bem como a identificação dos gabinetes e setores frequentados pelo senhor José

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Carlos Oliveira (Ahmed Mohamad Oliveira Andrade)." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 1536 de 2025** que: "Requer, à Advocacia-Geral da União (AGU), o envio de relatório de visitas e acessos do senhor Antônio Carlos Camilo Antunes às suas dependências, compreendendo o período de 1º de janeiro de 2015 a 23 de junho de 2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 1539 de 2025** que: "Requer, ao Senhor Diretor-Geral da Polícia Federal, informações sobre a existência de registros de transferências financeiras realizadas por investigados, pessoas físicas ou jurídicas, em favor do agente da Polícia Federal Philipe Roters Coutinho, no âmbito da Operação Sem Desconto e de outros procedimentos que investigam descontos indevidos em benefícios do INSS." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 1540 de 2025** que: "Requer, ao Ministro de Estado da Previdência Social, que sejam prestadas informações sobre registros de entrada do Sr. Philipe Roters Coutinho nas dependências do INSS." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 1542 de 2025** que: "Requer ao Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU) o envio do relatório de visitas e acessos do senhor Antônio Carlos Camilo Antunes às suas dependências, inclusive sedes, anexos e áreas de uso restrito, no período de 1º de janeiro de 2015 a 23 de junho de 2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 1543 de 2025** que: "Requer ao Chefe do Gabinete Pessoal do Presidente da República o envio de relatório de visitas e acessos do senhor Antônio Carlos Camilo Antunes às suas dependências, Gabinete, Assessorias e Salas de Reunião, inclusive sedes, anexos e áreas de uso restrito, no período de 1º de janeiro de 2015 a 23 de junho de 2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 1544 de 2025** que: "Requer ao Presidente do Supremo Tribunal Federal o envio de relatório de visitas e acessos do senhor Antônio Carlos Camilo Antunes às suas dependências, inclusive sedes, anexos e áreas de uso restrito, no período de 1º de janeiro de 2015 a 23 de junho de 2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 1545 de 2025** que: "Requer ao Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União (CGU) o envio de relatório de visitas e acessos do senhor Antônio Carlos Camilo Antunes às suas dependências, especialmente Gabinete do Ministro, Secretaria-Executiva, Secretarias, Subsecretarias, Assessorias e Salas de Reunião, inclusive sedes, anexos e áreas de uso restrito, no período de 1º de janeiro de 2015 a 23 de junho de 2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 1546 de 2025** que: "Requer, à Receita Federal do Brasil, o envio de informações detalhadas sobre o relatório de visitas e acessos do senhor Antônio Carlos Camilo Antunes às suas dependências, especialmente Gabinete, Subsecretarias, Assessorias e Salas de Reunião, inclusive sedes, anexos e áreas de uso restrito, compreendendo o período de 1º de janeiro de 2015 a 23 de junho de 2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 1547 de 2025** que: "Requer, à Casa Civil da Presidência da República , o envio de informações detalhadas sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Relatório de Visitas e Acessos do senhor Antônio Carlos Camilo Antunes às suas dependências, especialmente Gabinete do Ministro, Secretaria-Executiva, Secretarias, Subsecretarias, Assessorias e Salas de Reunião, inclusive sedes, anexos e áreas de uso restrito, compreendendo o período de 1º de janeiro de 2015 a 23 de junho de 2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 1548 de 2025** que: "Requer, ao INSS, o envio de informações detalhadas sobre o Relatório de Visitas e Acessos do senhor Antônio Carlos Camilo Antunes às unidades da Administração Central, Superintendências Regionais e Agências da Previdência Social, inclusive sedes, anexos e áreas de uso restrito do INSS, compreendendo o período de 1º de janeiro de 2015 a 23 de junho de 2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 1549 de 2025** que: "Requer, à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev), o envio de informações detalhadas sobre o Relatório de Visitas e Acessos do senhor Antônio Carlos Camilo Antunes às suas dependências, inclusive sedes, anexos e áreas de uso restrito, compreendendo o período de 1º de janeiro de 2015 a 23 de junho de 2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 1550 de 2025** que: "Requer ao Ministro de Estado da Previdência Social o envio de relatório de visitas e acessos do senhor Antônio Carlos Camilo Antunes às suas dependências, especialmente Gabinete do Ministro, Secretaria Executiva, Secretarias, Subsecretarias, Assessorias e Salas de Reunião, inclusive sedes, anexos e áreas de uso restrito, no período de 1º de janeiro de 2015 a 23 de junho de 2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 1551 de 2025** que: "Requer, à Secretaria Geral da Presidência da República, o envio de informações detalhadas sobre o Relatório de Visitas e Acessos do senhor Antônio Carlos Camilo Antunes às suas dependências, especialmente Gabinete do Ministro, Secretaria-Executiva, Secretarias, Subsecretarias, Assessorias e Salas de Reunião, inclusive sedes, anexos e áreas de uso restrito, compreendendo o período de 1º de janeiro de 2015 a 23 de junho de 2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO Nº 1552 de 2025** que: "Requer, ao Banco Central do Brasil (BC), o encaminhamento do relatório de visitas e acessos do senhor Antônio Carlos Camilo Antunes às suas dependências, compreendendo o período de 1º de janeiro de 2015 a 23 de junho de 2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 19 - REQUERIMENTO Nº 1553 de 2025** que: "Requer, ao Ministério da Justiça, o encaminhamento do relatório de visitas e acessos do senhor Antônio Carlos Camilo Antunes às suas dependências, compreendendo o período de 1º de janeiro de 2015 a 23 de junho de 2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 20 - REQUERIMENTO Nº 1561 de 2025** que: "Requer, à Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado do Acre, informações sobre denúncias ou ações relacionadas a descontos indevidos em benefícios de aposentados ribeirinhos, indígenas e quilombolas." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 21 - REQUERIMENTO Nº 1595 de 2025** que: "Requer ao Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Territórios, Desembargador Waldir Leôncio Júnior, informações sobre o Processo Judicial Eletrônico – PJe n.º 0700502-88.2021.8.07.0001, que tramitou na 8ª Vara Criminal do Distrito Federal, referente ao Inquérito Policial n.º 224/2020 – CORF/PCDF." **Autoria:** Senadora Leila Barros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 22 - REQUERIMENTO Nº 1596 de 2025** que: "Requer, à Polícia Civil do Distrito Federal, informações sobre o Inquérito Policial nº 224/2020 – CORF/PCDF e documentos a ele relacionados." **Autoria:** Senadora Leila Barros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 23 - REQUERIMENTO Nº 1598 de 2025** que: "Requer, ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras - Coaf, a relação das contas bancárias associadas às entidades listadas, destinadas ao recebimento de recursos provenientes do Fundo do Regime Geral da Previdência Social." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 24 - REQUERIMENTO Nº 1599 de 2025** que: "Requer ao Presidente do Colégio Notarial do Brasil (CNB) informações sobre pessoas físicas ou jurídicas que, por meio de procuração, tenham recebido poderes para representar as entidades listadas." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 25 - REQUERIMENTO Nº 1601 de 2025** que: "Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras - Coaf, Ricardo Andrade Saadi, o envio de informações relativas à identificação dos números de contas bancárias indicadas pelas entidades listadas, destinadas ao recebimento de recursos provenientes do Fundo do Regime Geral da Previdência Social, no período de 1º de janeiro de 2019 a 28 de agosto de 2025." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 26 - REQUERIMENTO Nº 1602 de 2025** que: "Requer ao Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, Gilberto Waller Júnior, informações relativas à identificação dos números de contas bancárias indicadas pelas entidades listadas, destinadas ao recebimento de recursos provenientes do Fundo do Regime Geral da Previdência Social, no período de 1º de janeiro de 2019 a 28 de agosto de 2025." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 27 - REQUERIMENTO Nº 1603 de 2025** que: "Requer ao Presidente do Colégio Notarial do Brasil (CNB), informações sobre pessoas físicas ou jurídicas que, por meio de procuração, tenham recebido poderes para representar as entidades listadas no período compreendido entre 1º de janeiro de 2019 e 23 de junho de 2025." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 28 - REQUERIMENTO Nº 1623 de 2025** que: "Requer à Coordenação de Auditoria das Áreas de Cultura, Esporte, Igualdade Racial e Povos Indígenas da Controladoria-Geral da União (CGU) informações, documentos e dados sobre a atuação de associações envolvidas na Operação "Sem Desconto" e congêneres em áreas indígenas, bem como medidas de prevenção, correção e responsabilização adotadas." **Autoria:** Senadora Damares Alves e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 29 - REQUERIMENTO Nº 1694 de 2025** que: "Requer, à Controladoria Geral da União, o envio de informações detalhadas e diversos documentos sobre descontos em benefícios previdenciários e assistenciais, no período de janeiro de 2019 a 05 de setembro de 2025." **Autoria:** Deputada Bia Kicis. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 30 - REQUERIMENTO Nº 5 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Ademir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fratric Bacic, vinculado ao Grupo Total Health (THG), entre janeiro de 2019 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 31 - REQUERIMENTO Nº 6 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da União dos Servidores Públicos do Brasil (UNSBRAS) entre janeiro de 2019 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 32 - REQUERIMENTO Nº 8 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Renato Aroldo de Sousa Costa, ex-diretor da Associação de Aposentados Mutualistas para Benefícios Coletivos (AMBEC), entre janeiro de 2019 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 33 - REQUERIMENTO Nº 9 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Sra. Rita Pereira de Andrade, vinculada à Associação de Aposentados Mutualistas para Benefícios Coletivos (AMBEC), entre janeiro de 2019 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 34 - REQUERIMENTO Nº 10 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Ademir Humberto Califoni, diretor da União dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (UNSBRAS), entre janeiro de 2019 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 35 - REQUERIMENTO Nº 11 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sra. Maria Cezarina Aparecida Moraes Policarpo, diretora da União dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (Unsbras) entre janeiro de 2023 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 36 - REQUERIMENTO Nº 12 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Edmar Policarpo Júnior, presidente do Centro de Estudo dos Benefícios dos Aposentados e Pensionistas (CEBAP), entre janeiro de 2023 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 37 - REQUERIMENTO Nº 13 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Antonio Fratic Bacic, dirigente da Associação de Aposentados Mutualista para Benefícios Coletivos (AMBEC), entre janeiro de 2021 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 38 - REQUERIMENTO Nº 40 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal de Romeu Carvalho Antunes, sócio da Prospect Consult Empresar Ltda., entre janeiro de 2022 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 39 - REQUERIMENTO Nº 46 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Milton Salvador de Almeida Júnior, sócio da Prospect Consult Empresar Ltda., entre janeiro de 2022 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 40 - REQUERIMENTO Nº 47 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. José Carlos de Jesus, Presidente da APDAP PREV - Associação de Proteção e Defesa dos Direitos dos Aposentados e Pensionistas, entre janeiro de 2022 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 41 - REQUERIMENTO Nº 48 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Claudemilson Fernandes Lima, presidente da ASBRAPI - Associação Brasileira dos Aposentados, Pensionistas e Idosos, entre janeiro de 2019 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 42 - REQUERIMENTO Nº 49 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Sra. Maria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eudenes dos Santos, sócia administradora da AAPEN - Associação dos Aposentados e Pensionistas Nacional, entre janeiro de 2023 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 43 - REQUERIMENTO Nº 50 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Sra. Francisca da Silva de Souza, sócia administradora da AAPEN - Associação dos Aposentados e Pensionistas Nacional, entre janeiro de 2023 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 44 - REQUERIMENTO Nº 56 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Sra. Maria das Graças Ferraz, dirigente da União Nacional de Auxílio aos Servidores Públicos (UNASPUB) entre janeiro de 2021 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 45 - REQUERIMENTO Nº 58 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Marci Eustaquio Teodoro, dirigente da União Nacional de Auxílio aos Servidores Públicos (UNASPUB), entre janeiro de 2021 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 46 - REQUERIMENTO Nº 59 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Abraão Lincoln Ferreira da Cruz, Presidente da Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura - CBPA, entre janeiro de 2019 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 47 - REQUERIMENTO Nº 61 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Sra. Marilisa Moran Garcia, dirigente da Associação de Aposentados Mutualista para Benefícios Coletivos - AMBEC, entre janeiro de 2021 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 48 - REQUERIMENTO Nº 64 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal de José Hermicesar Brilhante Palmeira, Dirigente Da Associação de Aposentados Mutualista para Benefícios Coletivos - AMBEC, entre janeiro de 2021 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 49 - REQUERIMENTO Nº 65 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal de Valdira Prado Santana Santos, dirigente da AAPPS Universo, entre janeiro de 2021 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 50 - REQUERIMENTO Nº 66 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal de Marcos José Lins Moura Santos, dirigente da AAPPS Universo, entre janeiro de 2021 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 51 - REQUERIMENTO Nº 68 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal de Marcela Lins Moura de Figueiredo, dirigente da Associação de Aposentados Mutualista para Benefícios Coletivos - AMBEC, entre janeiro de 2021 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 52 - REQUERIMENTO Nº 71 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Edmilson Miguel Arcanjo Dias de Andrade, dirigente da AAPPS UNIVERSO, entre janeiro de 2021 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 53 - REQUERIMENTO Nº 72 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Alberto Gonzaga de Lima, dirigente da AAPPS Universo, entre janeiro de 2021 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 54 - REQUERIMENTO Nº 73 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

referente ao Sr. José Lins de Alencar Neto, Sócio-Administrador da Associação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (AAPB), abrangendo o período de janeiro de 2021 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 55 - REQUERIMENTO Nº 75 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Sra. Raimunda Cunha, Sócia-Administradora da Associação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (AAPB), entre janeiro de 2021 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 56 - REQUERIMENTO Nº 77 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Sra. Maria Liduína Pereira de Oliveira, Sócia-Administradora da Associação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (AAPB), entre janeiro de 2021 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 57 - REQUERIMENTO Nº 78 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Empresa Centro Médico Vita Care, abrangendo o período de janeiro de 2021 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 58 - REQUERIMENTO Nº 79 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Sra. Maria Ferreira da Silva, Sócia-Administradora da Associação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (AAPB), entre janeiro de 2021 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 59 - REQUERIMENTO Nº 81 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Associação de Suporte Assistencial e Beneficente para Aposentados Servidores e Pensionistas do Brasil, abrangendo o período de janeiro de 2021 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 60 - REQUERIMENTO Nº 82 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. José Lins de Alencar Neto, sócio-administrador da Associação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (AAPB), entre janeiro de 2021 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 61 - REQUERIMENTO Nº 83 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal Benfix Corretora de Seguros e Administradora de Benefícios Ltda. entre janeiro de 2019 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 62 - REQUERIMENTO Nº 85 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente a TB Holding Financeira Ltda., abrangendo o período de janeiro de 2021 a junho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 63 - REQUERIMENTO Nº 87 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal de Centro Médico Vita Care entre janeiro de 2021 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 64 - REQUERIMENTO Nº 88 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Sebastião Faustino de Paula, ex-Diretor de Benefícios do INSS, abrangendo o período de janeiro de 2021 a dezembro de 2022." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 65 - REQUERIMENTO Nº 89 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal de THJ Consultoria Ltda. entre janeiro de 2022 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 66 - REQUERIMENTO Nº 90 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Sra. Ingrid

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pininskeni Morais Santos, abrangendo o período de janeiro de 2021 a dezembro de 2022." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 67 - REQUERIMENTO Nº 91 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa Premiar Recursos Humanos LTDA, abrangendo o período de janeiro de 2020 a dezembro de 2021." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 68 - REQUERIMENTO Nº 93 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Associação de Suporte Assistencial e Beneficente para Aposentados Servidores e Pensionistas do Brasil (ASABASP)entre janeiro de 2021 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 69 - REQUERIMENTO Nº 94 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa Terra Bank LTDA, abrangendo o período de janeiro de 2022 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 70 - REQUERIMENTO Nº 95 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Associação Brasileira dos Aposentados, Pensionistas e Idosos entre janeiro de 2019 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 71 - REQUERIMENTO Nº 96 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa Brasília Consultoria Empresarial S.A., abrangendo o período de janeiro de 2023 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 72 - REQUERIMENTO Nº 97 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura (CBPA) entre janeiro de 2019 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 73 - REQUERIMENTO Nº 99 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Sebastião Faustino de Paula, ex-diretor de Benefícios, abrangendo o período de janeiro de 2021 a dezembro de 2022." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 74 - REQUERIMENTO Nº 100 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Edson Akio Yamada, ex-Diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão do INSS, entre junho de 2022 e fevereiro de 2023." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 75 - REQUERIMENTO Nº 101 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Carlos Roberto Ferreira Lopes, Presidente da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais - CONAFER, entre janeiro de 2019 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 76 - REQUERIMENTO Nº 102 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. José Carlos Oliveira (Ahmed Mohamad Oliveira Andrade), abrangendo o período de janeiro de 2021 a dezembro de 2022." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 77 - REQUERIMENTO Nº 103 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa Vênus Consultoria Assessoria Empresarial S.A., abrangendo o período de janeiro de 2021 a dezembro de 2024." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Retirado. **ITEM 78 - REQUERIMENTO Nº 105 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasília Consultoria Empresarial S.A., entre janeiro de 2023 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 79 - REQUERIMENTO Nº 106 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Cícero Marcelino de Souza Santos, assessor do presidente da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais - CONAFER, entre janeiro de 2021 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 80 - REQUERIMENTO Nº 113 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal de Jose Carlos Oliveira (Ahmed Mohamad Oliveira Andrade), ex-Presidente do INSS e ex-Ministro do Trabalho e da Previdência, entre janeiro de 2021 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 81 - REQUERIMENTO Nº 115 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa Prospect Consultoria Empresarial Ltda, no período de janeiro de 2021 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Retirado. **ITEM 82 - REQUERIMENTO Nº 116 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Vênus Consultoria Assessoria Empresarial S.A., no período de janeiro de 2021 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Retirado. **ITEM 83 - REQUERIMENTO Nº 119 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal de Jucimar Fonseca da Silva, ex-Coordenador-Geral de Pagamentos e Benefícios do INSS, no período de janeiro de 2023 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 84 - REQUERIMENTO Nº 120 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal de ndré Paulo Félix Fidelis, ex-Diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão do INSS, no período de janeiro de 2023 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 85 - REQUERIMENTO Nº 121 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal de Eric Douglas Martins Fidelis, advogado, no período de janeiro de 2023 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 86 - REQUERIMENTO Nº 122 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Aristides Veras dos Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, no período de janeiro de 2019 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 87 - REQUERIMENTO Nº 123 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Sra. Cecília Rodrigues Mota, ex-Presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas Nacional - AAPEN, no período de janeiro de 2019 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 88 - REQUERIMENTO Nº 124 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal de Maurício Camisotti, no período de janeiro de 2019 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 89 - REQUERIMENTO Nº 125 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal de Danilo Berndt Trento, no período de janeiro de 2023 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 90 - REQUERIMENTO Nº 126 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Carlos Lupi, ex-Ministro da Previdência Social, no período de janeiro de 2023 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 91 - REQUERIMENTO Nº 128 de 2025**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Universo Associação de Aposentados e Pensionistas dos Regimes Geral da Previdência Social - AAPPS Universo, no período de janeiro de 2021 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 92 - REQUERIMENTO Nº 129 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da União Nacional de Auxílio aos Servidores Públicos - UNASPUB, no período de janeiro de 2021 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 93 - REQUERIMENTO Nº 130 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Confederação Nacional de Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais - CONAFER, no período de janeiro de 2019 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 94 - REQUERIMENTO Nº 131 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Associação de Proteção e Defesa dos Direitos dos Aposentados e Pensionistas - APDAP PREV, entre janeiro de 2022 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 95 - REQUERIMENTO Nº 132 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos - SINDNAPI/FS, entre janeiro de 2019 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 96 - REQUERIMENTO Nº 133 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Associação dos Aposentados Mutualistas para Benefícios Coletivos - AMBEC, entre janeiro de 2021 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 97 - REQUERIMENTO Nº 134 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, entre janeiro de 2019 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 98 - REQUERIMENTO Nº 136 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Associação dos Aposentados e Pensionistas Nacional - AAPEN, entre janeiro de 2023 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 99 - REQUERIMENTO Nº 137 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Caixa de Assistência dos Aposentados e Pensionistas do INSS - CAAP, entre janeiro de 2022 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 100 - REQUERIMENTO Nº 138 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Associação Beneficente de Assistência Social e à Saúde - ABCB/AMAR BRASIL, entre janeiro de 2022 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 101 - REQUERIMENTO Nº 141 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Philipe Roters Coutinho, Agente da Polícia Federal , entre janeiro de 2023 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 102 - REQUERIMENTO Nº 142 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Alexsandro Prado Santos, controlador das associações Universo e APDAP Prev , entre janeiro de 2022 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 103 - REQUERIMENTO Nº 143 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do sr. Sandro Temer de Oliveira, controlador das associações Universo e APDAP Prev , entre janeiro de 2022 e julho de 2025."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 104 - REQUERIMENTO Nº 144 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Sra. Edjane Rodrigues, Secretária De Políticas Sociais da Confederação Nacional dos Trabalhadores Na Agricultura (Contag) , entre janeiro de 2021 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 105 - REQUERIMENTO Nº 145 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Sra. Thaisa Daiane Silva, Secretária Geral Da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), entre janeiro de 2022 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 106 - REQUERIMENTO Nº 146 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da entidade Centro de Estudos dos Benefícios dos Aposentados e Pensionistas (CEBAP), entre janeiro de 2023 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 107 - REQUERIMENTO Nº 147 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Rubens Oliveira Costa, empresário, entre janeiro de 2021 e dezembro de 2024." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 108 - REQUERIMENTO Nº 148 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Alexandre Guimarães , Ex-Diretor De Governança, Planejamento e Inovação do INSS (2021-2023), entre janeiro de 2021 e dezembro de 2023." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 109 - REQUERIMENTO Nº 149 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa Hospital Total Health Ltda., vinculada ao grupo THG, entre janeiro de 2019 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 110 - REQUERIMENTO Nº 151 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Ademir Fratric Bacic, vinculado ao Grupo THG, abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 111 - REQUERIMENTO Nº 152 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à União dos Servidores Públicos do Brasil (UNSBRAS), abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 112 - REQUERIMENTO Nº 153 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Sra. Maria Inês Batista de Almeida, vinculada à Associação de Aposentados Mutualistas para Benefícios Coletivos (AMBEC), abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 113 - REQUERIMENTO Nº 154 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Renato Aroldo de Sousa Costa, ex-diretor da Associação de Aposentados Mutualistas para Benefícios Coletivos (AMBEC), abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 114 - REQUERIMENTO Nº 155 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Sra. Rita Pereira de Andrade, vinculada à Associação de Aposentados Mutualistas para Benefícios Coletivos (AMBEC), abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Aprovado. **ITEM 115 - REQUERIMENTO Nº 156 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Ademir Humberto Califoni, diretor da União dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (UNSBRAS), abrangendo o período de janeiro de 2023 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 116 - REQUERIMENTO Nº 157 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Sra. Maria Cezarina Aparecida Moraes Policarpo, diretora da União dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (UNSBRAS), abrangendo o período de janeiro de 2023 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 117 - REQUERIMENTO Nº 158 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Edmar Policarpo Júnior, presidente do Centro de Estudo dos Benefícios dos Aposentados e Pensionistas (CEBAP), abrangendo o período de janeiro de 2023 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 118 - REQUERIMENTO Nº 159 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (COBAP), abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 119 - REQUERIMENTO Nº 160 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sindicato Nacional dos Trabalhadores Aposentados, Pensionistas e Idosos, filiado à CUT (SINTAPI-CUT), abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 120 - REQUERIMENTO Nº 161 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da União Geral dos Trabalhadores – SINDIAPI-UGT, abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 121 - REQUERIMENTO Nº 162 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Rede Ibero-Americana de Associações de Idosos Do Brasil, abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 122 - REQUERIMENTO Nº 163 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sindicato Nacional dos Trabalhadores Aposentados, Pensionistas e Idosos de Mogi-Guaçu (SINTRAAPI), abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 123 - REQUERIMENTO Nº 164 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao União Brasileira De Aposentados Da Previdência - UNIBAP, abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 124 - REQUERIMENTO Nº 165 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Associação Brasileira de Aposentados e Pensionistas do Instituto Nacional da Seguridade Social, abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

125 - REQUERIMENTO Nº 166 de 2025 que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sindicato Nacional dos Aposentados do Brasil - SINAB, abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 126 - REQUERIMENTO Nº 168 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil - CONTRAF, abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 127 - REQUERIMENTO Nº 171 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Master Prev Clube de Benefícios (MPCB), abrangendo o período de janeiro de 2021 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 128 - REQUERIMENTO Nº 174 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal de Antônio Carlos Camilo Antunes entre janeiro de 2022 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 129 - REQUERIMENTO Nº 175 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, ex-Procurador-Geral do INSS, entre janeiro de 2020 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 130 - REQUERIMENTO Nº 176 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Sra. Thaisa Hoffmann Jonasson, beneficiária de repasses financeiros, entre janeiro de 2022 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 131 - REQUERIMENTO Nº 177 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Giovani Batista Fassarella Spiecker, ex-Coordenador-Geral de Suporte ao Atendimento ao Cliente no INSS, entre janeiro de 2023 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 132 - REQUERIMENTO Nº 178 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Vanderlei Barbosa dos Santos, ex-Diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão do INSS, entre janeiro de 2023 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 133 - REQUERIMENTO Nº 193 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa THG Consórcio e Representação Financeira Ltda., abrangendo o período de janeiro de 2021 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 134 - REQUERIMENTO Nº 195 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa Total Health do Brasil Ltda, abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 135 - REQUERIMENTO Nº 196 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa Total Health Holding & Participações Ltda., abrangendo o período de janeiro de 2020 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 136 - REQUERIMENTO Nº 197 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa Total Health Brasil Saúde e Participações Ltda., abrangendo o período de janeiro de 2020 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado. **ITEM 137 - REQUERIMENTO Nº 198 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa Benfix Corretora de Seguros e Administradora de Benefícios Ltda., abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 138 - REQUERIMENTO Nº 199 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa Prevident Assistência Odontológica S.A., abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 139 - REQUERIMENTO Nº 201 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Brasildental Operadora de Planos Odontologicos S.A., abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 140 - REQUERIMENTO Nº 207 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Antônio Luz Neto, empresário, abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 141 - REQUERIMENTO Nº 209 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente a Rede Mais Saúde, abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 142 - REQUERIMENTO Nº 210 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente a Brazil Dental Operadora de Planos Odontológicos S.A., abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 143 - REQUERIMENTO Nº 211 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Edson Cunha de Araújo , presidente licenciado da FECOPEMA e Deputado Estadual do Maranhão, entre janeiro de 2020 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 144 - REQUERIMENTO Nº 215 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Jose Carlos de Jesus, Presidente da APDAP Prev - Associação de Proteção e Defesa dos Direitos dos Aposentados e Pensionistas, entre Janeiro de 2022 e Julho de 2025" **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 145 - REQUERIMENTO Nº 216 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Milton Salvador de Almeida Junior, Sócio da Prospect Consult Empresar Ltda e Brasilia Consultoria Empresarial S/A, entre janeiro de 2022 e julho de 2025" **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 146 - REQUERIMENTO Nº 217 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Romeu Carvalho Antunes, Sócio da Prospect Consult Empresar Ltda, entre janeiro de 2022 e julho de 2025" **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 147 - REQUERIMENTO Nº 219 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Sra. Maria das Graças Ferraz, dirigente da União Nacional de Auxílio aos Servidores Públicos (UNASPUB), entre janeiro de 2021 e Julho de 2025" **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 148 - REQUERIMENTO Nº 220 de 2025** que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Sra. Francisca da Silva de Souza , Sócia Administradora da Associação dos Aposentados e Pensionistas Nacional (AAPEN), anteriormente denominada de Associação Brasileira dos Servidores Públicos (ABSP), entre janeiro de 2023 e julho de 2025" **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 149 - REQUERIMENTO Nº 221 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à sra. Maria Eudenes dos Santos, sócia-administradora da Associação dos Aposentados e Pensionistas Nacional - AAPEN, abrangendo o período de janeiro de 2023 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 150 - REQUERIMENTO Nº 222 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao sr. Claudemilson Fernandes Lima, presidente da Associação Brasileira dos Aposentados, Pensionistas e Idosos - ASBRAPI, abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 151 - REQUERIMENTO Nº 223 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à sra. Luciene de Camargo Bernardo, dirigente da Associação de Aposentados Mutualistas para Benefícios Coletivos - AMBEC, abrangendo o período de janeiro de 2021 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 152 - REQUERIMENTO Nº 224 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à sra. Marilisa Moran Garcia, dirigente da Associação de Aposentados Mutualistas para Benefícios Coletivos - AMBEC, abrangendo o período de janeiro de 2021 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 153 - REQUERIMENTO Nº 225 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Abraão Lincoln Ferreira da Cruz, presidente da Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura - CBPA, abrangendo o período de janeiro de 2021 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 154 - REQUERIMENTO Nº 226 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à sra. Marci Eustaquio Teodoro, dirigente da União Nacional de Auxílio aos Servidores Públicos - UNASPUB, abrangendo o período de janeiro de 2021 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 155 - REQUERIMENTO Nº 227 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Marcos José Lins Moura Santos, dirigente da AAPPS Universo, abrangendo o período de janeiro de 2021 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 156 - REQUERIMENTO Nº 228 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à sra. Valdira Prado Santana Santos, dirigente da AAPPS Universo, abrangendo o período de janeiro de 2021 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 157 - REQUERIMENTO Nº 229 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao sr. Antonio Fratic Bacic, dirigente da Associação de Aprosentados Mutualistas para Benefícios Coletivos - AMBEC, abrangendo o período de janeiro de 2021 a julho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 158 - REQUERIMENTO Nº 230 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao sr. José Hermicesar Brilhante Palmeira, dirigente da Associação de Aposentados Mutualista para Benefícios Coletivos - AMBEC, abrangendo o período de janeiro de 2021 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 159 - REQUERIMENTO Nº 254 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Cícero Marcelino de Souza Santos, abrangendo o período de janeiro de 2021 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 160 - REQUERIMENTO Nº 256 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Carlos Roberto Ferreira Lopes, abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 161 - REQUERIMENTO Nº 257 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa Target Pesquisas de Mercado LTDA, abrangendo o período de janeiro de 2020 a dezembro de 2021." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 162 - REQUERIMENTO Nº 258 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Sra. Yasmin Ahmed Hatheyer Oliveira, abrangendo o período de janeiro de 2022 a dezembro de 2023." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 163 - REQUERIMENTO Nº 259 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Edson Akio Yamada, ex-Diretor de Benefícios e Relacionamento com o cidadão do INSS, abrangendo o período de janeiro de 2022 a dezembro de 2023." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 164 - REQUERIMENTO Nº 260 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa Cícero Marcelino de Souza Santos, abrangendo o período de janeiro de 2024 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 165 - REQUERIMENTO Nº 261 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Confederação Brasileira dos trabalhadores da Pesca e da Aquicultura (CBPA), abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 166 - REQUERIMENTO Nº 262 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Associal Brasileira dos Aposentados, Pensionistas e Idosos, abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 167 - REQUERIMENTO Nº 263 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Associação no Brasil de Aposentados e Pensionistas da Previdência Social, abrangendo o período de janeiro de 2021 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 168 - REQUERIMENTO Nº 264 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa THJ Consultoria LTDA, abrangendo o período de janeiro de 2022 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 169 - REQUERIMENTO Nº 265 de**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

2025 que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa Benfix Corretora de Seguros e Administradora de Benefícios LTDA, abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 170 - REQUERIMENTO Nº 266 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Maria Ferreira da Silva, sócia-administradora da Associação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil, abrangendo o período de janeiro de 2021 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 171 - REQUERIMENTO Nº 267 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente Maria Liduína Pereira de Oliveira, sócia-administradora da Associação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil, abrangendo o período de janeiro de 2021 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 172 - REQUERIMENTO Nº 268 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Raimunda Cunha, sócia-administradora da Associação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil, abrangendo o período de janeiro de 2021 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 173 - REQUERIMENTO Nº 269 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Alberto Gonzaga de Lima, dirigente da AAPPS Universo, abrangendo o período de janeiro de 2021 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 174 - REQUERIMENTO Nº 270 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente a Edmilson Miguel Arcanjo Dias de Andrade, dirigente da AAPPS Universo, abrangendo o período de janeiro de 2021 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 175 - REQUERIMENTO Nº 271 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Sra. Marcela Lins Moura de Figueiredo, dirigente da AAPPS Universo, abrangendo o período de janeiro de 2021 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 176 - REQUERIMENTO Nº 282 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Antônio Carlos Camilo Antunes, entre janeiro de 2022 e julho de 2025" **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 177 - REQUERIMENTO Nº 284 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Sra. Thaisa Hoffmann Jonasson, sócia da empresa a Curitiba Consultoria em Serviços Médicos Sa, entre janeiro de 2022 e julho de 2025" **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 178 - REQUERIMENTO Nº 285 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Sr. Giovani Batista Fassarella Spiecker, Coordenador-Geral de Suporte ao Atendimento ao Cidadão do INSS (afastado), entre janeiro de 2023 e julho de 2025" **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 179 - REQUERIMENTO Nº 286 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Vanderlei Barbosa dos Santos, ex-Diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão (DIRBEN) do INSS, entre janeiro de 2023 e julho de 2025" **Autoria:** Senador Izalci Lucas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Aprovado. **ITEM 180 - REQUERIMENTO Nº 287 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Jucimar Fonseca da Silva, Coordenador-Geral de Pagamentos e Benefícios (afastado), entre janeiro de 2023 e julho de 2025" **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 181 - REQUERIMENTO Nº 288 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. André Paulo Félix Fidelis, ex-Diretor de Benefícios do INSS, entre janeiro de 2023 e julho de 2025" **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 182 - REQUERIMENTO Nº 289 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Eric Douglas Martins Fidelis, advogado e filho de André Fidelis, entre janeiro de 2023 e julho de 2025" **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 183 - REQUERIMENTO Nº 290 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Aristides Veras dos Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, entre janeiro de 2019 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 184 - REQUERIMENTO Nº 291 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Sra. Cecília Rodrigues Mota, ex-diretora da Associação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (AAPB) e da Associação dos Aposentados e Pensionistas Nacional (AAPEN), abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 185 - REQUERIMENTO Nº 292 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Maurício Camisotti, empresário, abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 186 - REQUERIMENTO Nº 293 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Danilo Berndt Trento, abrangendo o período de janeiro de 2023 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 187 - REQUERIMENTO Nº 294 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Carlos Lupi, ex-Ministro da Previdência Social, abrangendo o período de janeiro de 2023 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 188 - REQUERIMENTO Nº 296 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à entidade Universo Associação de Aposentados e Pensionistas dos Regimes Geral da Previdência Social (AAPPS Universo), abrangendo o período de janeiro de 2021 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 189 - REQUERIMENTO Nº 297 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à entidade União Nacional de Auxílio aos Servidores Públicos (UNASPUB), abrangendo o período de janeiro de 2021 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 190 - REQUERIMENTO Nº 298 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à entidade Confederação Nacional de Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais (CONAFER), abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 191 - REQUERIMENTO Nº 299 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Associação de Proteção e Defesa dos Direitos dos Aposentados e Pensionistas (APDAP PREV, ex-ACOLHER), abrangendo o período de janeiro de 2022 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 192 - REQUERIMENTO Nº 300 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos, abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 193 - REQUERIMENTO Nº 302 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 194 - REQUERIMENTO Nº 304 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Associação dos Aposentados e Pensionistas Nacional - AAPEN, ex ABSP, abrangendo o período de janeiro de 2023 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 195 - REQUERIMENTO Nº 305 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Caixa de Assistência dos Aposentados e Pensionistas do INSS - CAAP, abrangendo o período de janeiro de 2022 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 196 - REQUERIMENTO Nº 306 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente a Associação Beneficente de Assistência Social e à Saúde, abrangendo o período de janeiro de 2022 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 197 - REQUERIMENTO Nº 311 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Philipe Roters Coutnho, agente da Polícia Federal, abrangendo o período de janeiro de 2023 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 198 - REQUERIMENTO Nº 312 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Alexandro Prado Santos - Lequinho, controlandor de Associações tais como a Associação Universo e a APDAP PREV, abrangendo o período de janeiro de 2022 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 199 - REQUERIMENTO Nº 316 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Centro de Esrtudos dos Benefícios dos Aposentados e Pensionistas - CEBAP, abrangendo o período de janeiro de 2023 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 200 - REQUERIMENTO Nº 320 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Alexandre Guimarães, abrangendo o período de janeiro de 2021 a dezembro de 2023." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 201 - REQUERIMENTO Nº 321 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente a Prospect Consultoria Empresarial Ltda., abrangendo o período de janeiro de 2021 a dezembro de 2024." **Autoria:** Senador Izalci

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lucas. **Resultado:** Retirado. **ITEM 202 - REQUERIMENTO Nº 326 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente a Yamada e Hatheyer Serviços Ltda., abrangendo o período de janeiro de 2023 a dezembro de 2024." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 203 - REQUERIMENTO Nº 331 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo bancário da empresa Eric Fidelis Sociedade Individual de Advocacia entre 17 de fevereiro de 2023 e 23 de junho de 2025, e do sigilo fiscal entre 2023 e 2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 204 - REQUERIMENTO Nº 333 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo bancário da empresa Venus Consultoria e Assessoria Empresarial S.A. entre 14 de maio de 2023 e 23 de junho de 2025; e do sigilo fiscal dos anos-calendário 2023 a 2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 205 - REQUERIMENTO Nº 359 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo bancário da Associação de Aposentados Mutualista para Benefícios Coletivos - AMBEC, entre 14 de maio de 2023 e 23 de junho de 2025; e do sigilo fiscal dos anos-calendário 2023 a 2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 206 - REQUERIMENTO Nº 365 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo bancário da Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura CBPA, entre 14 de maio de 2023 e 23 de junho de 2025; e do sigilo fiscal dos anos-calendário 2023 a 2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 207 - REQUERIMENTO Nº 418 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo bancário da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais do Brasil (Conafer) entre janeiro de 2021 e junho de 2025, e do sigilo fiscal nos anos-calendário 2021 a 2025." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 208 - REQUERIMENTO Nº 466 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa Xavier Fonseca Oliveira, referentes, respectivamente, ao período de 01 de agosto de 2023 a 23 de junho de 2025 e aos anos-calendário 2023 a 2025." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 209 - REQUERIMENTO Nº 469 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), referentes, ao período de 09 de março de 2023 a 23 de junho de 2025 e aos anos-calendário 2023 a 2025." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 210 - REQUERIMENTO Nº 502 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Jobson de Paiva Silveira Sales, ex-Diretor de Atendimento do INSS, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2017 a 19 de agosto de 2025." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 211 - REQUERIMENTO Nº 504 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Vanderlei Barbosa dos Santos, ex-diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão do INSS, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2017 a 19 de agosto de 2025." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 212 - REQUERIMENTO Nº 506 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Centro Médico Vita Care, abrangendo o período de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

janeiro de 2021 a agosto de 2025." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 213 - REQUERIMENTO Nº 509 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes, abrangendo o período de julho de 2017 a 19 de agosto de 2025." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 214 - REQUERIMENTO Nº 510 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao sr. Geovani Batista Fassarella Spiecker, servidor do INSS, abrangendo o período de julho de 2017 a 19 de agosto de 2025." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 215 - REQUERIMENTO Nº 511 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente a Virgilio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, ex-procurador do INSS, abrangendo o período de 1º de julho de 2017 a 19 de agosto de 2025." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 216 - REQUERIMENTO Nº 517 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Edson Akio Yamada, ex-diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), abrangendo o período de janeiro de 2017 a agosto de 2025." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 217 - REQUERIMENTO Nº 530 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Sra. Thaisa Hoffmann Jonasson, cônjuge do então Chefe da Procuradoria Federal Especializada do INSS, Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, abrangendo o período de janeiro de 2017 a agosto de 2025." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 218 - REQUERIMENTO Nº 533 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo bancário e fiscal Centro de Estudos dos Benefícios dos Aposentados e Pensionistas (Cebap), referente ao período de 1 de janeiro de 2023 a 23 de junho de 2025 e aos anos-calendário de 2023 a 2025." **Autoria:** Deputado Luiz Lima. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 219 - REQUERIMENTO Nº 551 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo bancário e fiscal das empresas vinculadas à sra. Cecília Rodrigues Mota, referente ao período de 01 de agosto de 2023 a 23 de junho de 2025." **Autoria:** Deputado Luiz Lima. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 220 - REQUERIMENTO Nº 554 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo bancário e fiscal da Associação de Aposentados Mutualistas para União Nacional de Auxílio aos Servidores Públicos - Unaspub, referente ao período de 1 de janeiro de 2023 a 23 de junho de 2025 e aos anos-calendário de 2023 a 2025." **Autoria:** Deputado Luiz Lima. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 221 - REQUERIMENTO Nº 556 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo bancário e fiscal da Associação no Brasil de Aposentados e Pensionistas da Previdência Social - APBRASIL, referentes ao período janeiro de 2021 a julho de 2025 e entre janeiro de 2021 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 222 - REQUERIMENTO Nº 557 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Associação dos Aposentados e Pensionistas Nacional - AAPEN, entre 01 de agosto de 2023 a 23 de junho de 2025 e aos anos-calendário 2023 a 2025." **Autoria:** Deputado Luiz Lima. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 223 - REQUERIMENTO Nº 583 de 2025** que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Requer a quebra do sigilo bancário da União Nacional dos Aposentados e Pensionistas do Brasil entre 1º de janeiro de 2023 e 23 de junho de 2025, e do sigilo fiscal entre 2023 e 2025." **Autoria:** Deputado Luiz Lima. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 224 - REQUERIMENTO Nº 584 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo bancário e fiscal da Associação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil, referentes ao período de 01 de agosto de 2023 a 23 de junho de 2025 e aos anos-calendário 2023 a 2025." **Autoria:** Deputado Luiz Lima. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 225 - REQUERIMENTO Nº 587 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Alessandro Antonio Stefanutto, ex-presidente do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, abrangendo o período de janeiro de 2023 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 226 - REQUERIMENTO Nº 628 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Associação no Brasil de Aposentados e Pensionistas da Previdência Social - APBRASIL, abrangendo o período de janeiro de 2017 a agosto de 2025." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 227 - REQUERIMENTO Nº 631 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Associação Beneficente de Auxílio Mútuo ao Servidor Público - ABAMSP, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2017 a 19 de agosto de 2025." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 228 - REQUERIMENTO Nº 632 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Gilberto Torres Laurindo, presidente da Associação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (ASBAPI) abrangendo o período de 1º de janeiro de 2017 a 19 de agosto de 2025." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 229 - REQUERIMENTO Nº 633 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa Curitiba Consultoria em Serviços Médicos S/A, entre janeiro de 2023 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 230 - REQUERIMENTO Nº 634 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Associação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (ASBAPI), CNPJ: 08.812.425/0001-07, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2017 a 19 de agosto de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Retirado. **ITEM 231 - REQUERIMENTO Nº 635 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Associação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos - ASBAPI, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2017 a 19 de agosto de 2025." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 232 - REQUERIMENTO Nº 636 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Eric Douglas Martins Fidélis, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2017 a 19 de agosto de 2025." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 233 - REQUERIMENTO Nº 639 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. André Paulo Félix Fidelis, referentes ao período de 1º de janeiro de 2017 a 19 de agosto de 2025." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 234 - REQUERIMENTO**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nº 640 de 2025 que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à ACCA Consultoria Empresarial S.A, inscrita sob o CNPJ nº 20.182.270/0001-78, pelo período de 1º de janeiro de 2017 até 19 de agosto de 2025." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 235 - REQUERIMENTO Nº 641 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil - CONTRAF Brasil, inscrita sob o CNPJ nº 08.427.212/0001-61, pelo período de janeiro de 2017 até agosto de 2025." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 236 - REQUERIMENTO Nº 645 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Milton Batista de Souza Filho, CPF sob o nº 066.031.078-30, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2017 a 19 de agosto de 2025." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 237 - REQUERIMENTO Nº 646 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos - COBAP, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2017 a 19 de agosto de 2025." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 238 - REQUERIMENTO Nº 651 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Edmar Policarpo Júnior, ex-Presidente do Centro de Estudos Benefícios dos Aposentados e Pensionistas (CEBAP), abrangendo o período de 1° de janeiro de 2017 a 19 de agosto de 2025." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 239 - REQUERIMENTO Nº 652 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura (CBPA), abrangendo o período de 1° de janeiro de 2017 a 19 de agosto de 2025." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 240 - REQUERIMENTO Nº 654 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Sra. Maria Josana Lima de Oliveira, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (CONTRAF- Brasil), abrangendo o período de janeiro de 2017 a agosto de 2025." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 241 - REQUERIMENTO Nº 655 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr.Irineu de Paula Cruz, Presidente da Associação Beneficente de Auxílio Mútuo ao Servidor Público (ABAMSP), abrangendo o período de 1° de janeiro de 2017 a 19 de agosto de 2025." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 242 - REQUERIMENTO Nº 656 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Marcos José Lins Moura Santos, Presidente da Associação no Brasil de Aposentados e Pensionistas da Previdência Social (APBRASIL), abrangendo o período de janeiro de 2017 a agosto de 2025." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 243 - REQUERIMENTO Nº 658 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes, sócio diretor da ACCA Consultoria Empresarial S.A.,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

abrangendo o período de 1° de janeiro de 2017 a 19 de agosto de 2025." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 244 - REQUERIMENTO Nº 659 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Romeu Carvalho Antunes, sócio da ACCA Consultoria Empresarial S.A., abrangendo o período de 1° de janeiro de 2017 a 19 de agosto de 2025." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 245 - REQUERIMENTO Nº 672 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag, abrangendo o período de janeiro de 2017 a agosto de 2025." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 246 - REQUERIMENTO Nº 673 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Aristides Veras dos Santos, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, abrangendo o período de janeiro de 2017 a agosto de 2025." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 247 - REQUERIMENTO Nº 674 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Arnaldo Martinez Guimarães, presidente da Associação Brasileira de Aposentados e Pensionistas do Instituto Nacional da Seguridade Social - ABRAPPS, abrangendo o período de janeiro de 2017 a agosto de 2025." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 248 - REQUERIMENTO Nº 675 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Associação Brasileira de Aposentados e Pensionistas do Instituto Nacional de Seguridade Social - ABRAPPS, abrangendo o período de janeiro de 2017 a agosto de 2025." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 249 - REQUERIMENTO Nº 676 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Associação dos Aposentados Mutualistas para Benefícios Coletivos - Ambec, abrangendo o período de janeiro de 2017 a agosto de 2025." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 250 - REQUERIMENTO Nº 677 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo bancário de Nobre Serviços de Eventos Ltda., empresa vinculada ao Sr. Cícero Marcelino de Souza Santos e à Sra. Ingrid Pininskeni Morais Santos, entre janeiro de 2021 e junho de 2025." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 251 - REQUERIMENTO Nº 678 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo fiscal de Css Locação de Veículos, Máquinas e Equipamentos, empresa vinculada ao Sr. Cícero Marcelino de Souza Santos, entre janeiro de 2021 e junho de 2025." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 252 - REQUERIMENTO Nº 679 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo fiscal de CSS Consultoria e Gestão Ltda., empresa vinculada ao Sr. Cícero Marcelino de Souza Santos, entre janeiro de 2021 e junho de 2025." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 253 - REQUERIMENTO Nº 680 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo bancário de C. Marcelino de Souza Santos Serviços de Locações Ltda., empresa vinculada ao Sr. Cícero Marcelo de Souza Santos, entre janeiro de 2021 e junho de 2025." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado. **ITEM 254 - REQUERIMENTO Nº 681 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Maurício Camisotti, empresário, abrangendo o período de janeiro de 2017 até agosto de 2025." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 255 - REQUERIMENTO Nº 682 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo bancário de Ingrid Pikinskeni Morais Santos, entre 01 de janeiro de 2021 a 23 de junho de 2025." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 256 - REQUERIMENTO Nº 684 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Centro de Estudo dos Benefícios dos Aposentados e Pensionistas - CEBAP, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2017 a 19 de agosto de 2025." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 257 - REQUERIMENTO Nº 685 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo fiscal de Ingrid Pikinskeni Morais Santos, entre os anos de 2021 a 2025." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 258 - REQUERIMENTO Nº 689 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal de Arpar Administração, Participação e Empreendimento S.A., entre 14 de maio de 2023 a 23 de junho de 2025 e aos anos-calendário 2023 a 2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 259 - REQUERIMENTO Nº 691 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo bancário da Dm&H Assessoria Empresarial e Corretora de Seguros Ltda, entre 14 de maio de 2023 e 23 de junho de 2025; e do sigilo fiscal anos-calendário 2023 a 2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 260 - REQUERIMENTO Nº 692 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo bancário da empresa Wm System Informática Ltda entre 14 de maio de 2023 e 23 de junho de 2025; e do sigilo fiscal referente aos anos-calendário 2023 a 2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 261 - REQUERIMENTO Nº 696 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo fiscal da empresa CSS Consultoria e Gestão Ltda. referente aos anos-calendário 2021 a 2025." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 262 - REQUERIMENTO Nº 697 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo fiscal da empresa T.b. Holding Financeira Ltda., no período de 1º de janeiro de 2021 a 23 de junho de 2025." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 263 - REQUERIMENTO Nº 700 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo fiscal da empresa CSS Locação de Veículos, Máquinas e Equipamentos Ltda., referente aos anos-calendários 2021 a 2025." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 264 - REQUERIMENTO Nº 705 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo fiscal de Nobre Servicos de Eventos Ltda., empresa vinculada ao Sr. Cícero Marcelino de Souza Santos e à Sra. Ingrid Pikinskni Morais Santos, nos anos-calendário 2021 a 2025." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 265 - REQUERIMENTO Nº 708 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo fiscal de Terra Bank Ltda., vinculada ao Sr. Cícero Marcelino de Souza Santos, nos anos-calendário de 2023 a 2025." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 266 - REQUERIMENTO Nº 709 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo fiscal de Agropecuária Pikiskeni Ltda., vinculada à Sra. Ingrid Pikinskeni Morais Santos, nos anos-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

calendário de 2021 a 2025." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 267 - REQUERIMENTO Nº 712 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo fiscal da Cooperativa de Trabalho dos Profissionais Atuantes em Consultoria, Instrutoria e Educação - COOPTEC, no período de 2021 a 2025." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 268 - REQUERIMENTO Nº 715 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo bancário de Cícero Marcelino De Souza Santos, entre 01 de janeiro de 2023 a 23 de junho de 2025." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 269 - REQUERIMENTO Nº 716 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo fiscal de Cícero Marcelino De Souza Santos, de 2021 a 2025." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 270 - REQUERIMENTO Nº 717 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo bancário da empresa Concepto Vet Ltda, entre 01 de janeiro de 2023 a 23 de junho de 2025." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 271 - REQUERIMENTO Nº 719 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa Brasilia Consultoria Empresarial S.A, entre DE de 14 de maio de 2023 a 23 de junho de 2025 e aos anos-calendário 2023 a 2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 272 - REQUERIMENTO Nº 720 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa Acca Consultoria Empresarial S.A, entre 14 de maio de 2023 a 23 de junho de 2025 e aos anos-calendário 2023 a 2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 273 - REQUERIMENTO Nº 721 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa Antunes & Camilo Ltda, do período de 14 de maio de 2023 a 23 de junho de 2025 e aos anos-calendário 2023 a 2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 274 - REQUERIMENTO Nº 723 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa Diligence Construtora e Incorporadora SPE Ltda, do período de 14 de maio de 2023 a 23 de junho de 2025 e aos anos-calendário 2023 a 2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 275 - REQUERIMENTO Nº 724 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa Brasilia Construtora e Incorporadora Ltda, do período de 14 de maio de 2023 a 23 de junho de 2025 e aos anos-calendário 2023 a 2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 276 - REQUERIMENTO Nº 727 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa Vintage Diligence e Brasilia Incorporadora SPE Ltda, do período de 14 de maio de 2023 a 23 de junho de 2025 e aos anos-calendário 2023 a 2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 277 - REQUERIMENTO Nº 728 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa Fluente Diligence e Brasilia Incorporadora SPE Ltda, do período de 14 de maio de 2023 a 23 de junho de 2025 e aos anos-calendário 2023 a 2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 278 - REQUERIMENTO Nº 729 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo bancário da empresa Farmlands Holding LLC, do período de 01 de janeiro de 2021 a 23 de junho de 2025." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 279 - REQUERIMENTO Nº 730 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo bancário da empresa Jaguar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comercio Varejista Produtos Artesanais Ltda, do período de 01 de janeiro de 2021 a 23 de junho de 2025." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 280 - REQUERIMENTO Nº 731 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo fiscal da empresa Concepto Vet Ltda, entre os anos-calendário de 2023 a 2025." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 281 - REQUERIMENTO Nº 732 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo fiscal da empresa Farmlands Holding Llc, entre os anos-calendário de 2023 a 2025." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 282 - REQUERIMENTO Nº 733 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo fiscal da empresa Jaguar Comercio Varejista Produtos Artesanais Ltda, entre os anos-calendário de 2023 a 2025." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 283 - REQUERIMENTO Nº 734 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo bancário de Carlos Roberto Ferreira Lopes, entre 01 de janeiro de 2021 a 23 de junho de 2025." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 284 - REQUERIMENTO Nº 735 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo fiscal de Carlos Roberto Ferreira Lopes, referente aos anos-calendário de 2021 a 2025." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 285 - REQUERIMENTO Nº 736 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo fiscal da empresa C. Marcelino de Souza Santos Serviços de Locações LTDA, referente aos anos-calendário de 2023 a 2025." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 286 - REQUERIMENTO Nº 737 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo bancário da empresa Terra Bank LTDA, entre 01 de janeiro de 2021 e 23 de junho de 2025." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 287 - REQUERIMENTO Nº 738 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo bancário da empresa T.b. Holding Financeira LTDA, entre 01 de janeiro de 2021 e 23 de junho de 2025." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 288 - REQUERIMENTO Nº 739 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa Localize Diligence e Brasília Incorporadora SPE Ltda, entre 14 de maio de 2023 a 23 de junho de 2025 e aos anos-calendário 2023 a 2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 289 - REQUERIMENTO Nº 740 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa Camilo Comercio e Servicos S.A, entre 14 de maio de 2023 a 23 de junho de 2025 e aos anos-calendário 2023 a 2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 290 - REQUERIMENTO Nº 741 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo bancário da ACDS Call Center Ltda., referente ao período de 14 de maio de 2023 a 23 de junho de 2025; e do sigilo fiscal referente aos anos-calendários 2023 a 2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 291 - REQUERIMENTO Nº 747 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo bancário da empresa Prospect Consultoria Empresarial Ltda., referente ao período de 14 de maio de 2023 a 23 de junho de 2025; e do sigilo fiscal referente aos anos-calendários 2023 a 2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 292 - REQUERIMENTO Nº 748 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo bancário da empresa Camilo Comercio e Serviços Ltda., referente ao período de 14 de maio de 2023 a 23 de junho de 2025; e do sigilo fiscal referente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

aos anos-calendários 2023 a 2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 293 - REQUERIMENTO Nº 821 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telemático do Sr. Senhor Maurício Camisotti, ExGrupo Total Health (THG), entre 1º de janeiro de 2019 a 22 de agosto de 2025." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 294 - REQUERIMENTO Nº 823 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa C. Marcelino de Souza Santos Serviços de Locações LTDA, abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 295 - REQUERIMENTO Nº 858 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático do Sr. Vanderlei Barbosa dos Santos, ex-diretor de benefícios e relacionamento com o cidadão do INSS, entre janeiro de 2023 e agosto de 2025." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 296 - REQUERIMENTO Nº 859 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático do Sr. Alexandre Guimarães, ex-diretor de Governança, Planejamento e Inovação do INSS, entre janeiro de 2021 e agosto de 2025." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 297 - REQUERIMENTO Nº 860 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático do Sr. Eric Douglas Martins Fidelis, advogado, entre janeiro de 2023 e agosto de 2025." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 298 - REQUERIMENTO Nº 861 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático do Sr. André Paulo Felix Fidelis, ex-diretor de benefícios e relacionamento com o cidadão do INSS, entre janeiro de 2023 e agosto de 2025." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 299 - REQUERIMENTO Nº 862 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático do Sr. Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, ex-procurador-geral do INSS, entre janeiro de 2023 e agosto de 2025." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 300 - REQUERIMENTO Nº 913 de 2025** que: "Requer, por meio de cooperação do Ministério da Justiça e Segurança Pública, a quebra do sigilo bancário da empresa Camilot Invest Limited, entre janeiro de 2024 e janeiro de 2025, e do sigilo fiscal nos anos-calendário 2021 a 2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 301 - REQUERIMENTO Nº 914 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical – SINDNAPI, do período de 1º de janeiro de 2023 a 23 de junho de 2025 e aos anos-calendário 2021 a 2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 302 - REQUERIMENTO Nº 917 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo bancário da Cooperativa de Trabalho dos Profissionais Atuantes em Consultoria, Instrutoria e Educação - Cooptec, entre janeiro de 2021 e junho de 2025." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 303 - REQUERIMENTO Nº 920 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo telefônico e telemático da Sra. Ingrid Pikinskeni Morais Santos, entre janeiro de 2021 e junho de 2025." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 304 - REQUERIMENTO Nº 921 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo telefônico e telemático do Sr. Cícero Marcelino

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Souza Santos, entre janeiro de 2023 e junho de 2025." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 305 - REQUERIMENTO Nº 940 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos telefônico e telemático do Sr. Carlos Roberto Ferreira Lopes, presidente da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais do Brasil (CONAFER), entre 1º de janeiro de 2023 e 23 de junho de 2025." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 306 - REQUERIMENTO Nº 941 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo bancário da empresa Agropecuária Pikiskeni LTDA., entre 1º de janeiro de 2021 e 23 de junho de 2025." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 307 - REQUERIMENTO Nº 942 de 2025** que: "Requer, ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), que realize pedido de cooperação jurídica internacional aos Estados Unidos visando à quebra do sigilo bancário e fiscal da empresa Dau&be Investments LLC, Nº L25000048002, referente ao período de 27 de janeiro de 2025 a 23 de junho de 2025 e ao ano-calendário 2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 308 - REQUERIMENTO Nº 992 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Edson Akio Yamada, ex-Diretor de Benefícios com o Cidadão do INSS (DIRBEN), abrangendo o período de janeiro de 2019 a dezembro de 2024." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 309 - REQUERIMENTO Nº 1004 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. José Laudenor da Silva (apontando pela Polícia Federal por apresentar relações societárias e financeiras escusas com José Carlos Oliveira, ex-Presidente do INSS), abrangendo o período de janeiro de 2021 a dezembro de 2024." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 310 - REQUERIMENTO Nº 1010 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Sra. Yasmin Ahmed Hatheyer Oliveira, filha de José Carlos de Oliveira (Ahmed Mohamad Oliveira Andrade), abrangendo o período de janeiro de 2021 a dezembro de 2024." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 311 - REQUERIMENTO Nº 1027 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Alessandro Antônio Stefanutto, ex-Presidente do INSS, abrangendo o período de 1° de janeiro de 2017 a 25 de agosto de 2025." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 312 - REQUERIMENTO Nº 1036 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à sociedade individual Sr. Eric Fidelis Sociedade Individual de Advocacia, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2017 a 19 de agosto de 2025." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 313 - REQUERIMENTO Nº 1043 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Associação Beneficente de Auxílio Mútuo ao Servidor Público (ABAMSP) e da Associação Brasileira de Pensionistas e Aposentados – ABPAP, ambas com mesmo CNPJ, abrangendo o período de outubro de 2016 a agosto de 2025." **Autoria:** Deputado Alencar Santana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 314 - REQUERIMENTO Nº**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1051 de 2025 que: "Requer a quebra de sigilo bancário e fiscal da Associação de Assistência Social à Pensionistas e Aposentados - AASPA (CNPJ 46.833.928/0001-58) entre a data de 17 de junho de 2022 a 31 de agosto de 2025." **Autoria:** Deputado Rafael Brito. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 315 - REQUERIMENTO Nº 1062 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo bancário, fiscal e Relatório de Inteligência Financeira (RIF) do Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes, entre 1º de janeiro de 2023 a 25 de agosto de 2025." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 316 - REQUERIMENTO Nº 1067 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Ademir Fratric Bacic, ex-presidente da Associação dos Aposentados Mutualistas para Benefícios Coletivos - AMBEC, entre janeiro de 2019 e julho de 2025." **Autoria:** Deputada Coronel Fernanda. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 317 - REQUERIMENTO Nº 1180 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical (Sindnapi), presidente da Associação Delta, abrangendo o período de 15 de junho de 2020 a 26 de agosto de 2025." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 318 - REQUERIMENTO Nº 1183 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) da Associação Mutualista de Benefícios Coletivos - AMBEC, CNPJ nº 08.254.798/0001-00, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 26 de agosto de 2025." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 319 - REQUERIMENTO Nº 1184 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Associação Mutualista de Benefícios Coletivos - AMBEC, entre 1º de janeiro de 2023 e 26 de agosto de 2025." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 320 - REQUERIMENTO Nº 1187 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Carlos Lupi, ex-Ministro da Previdência Social, entre 1º de janeiro de 2023 e 26 de agosto de 2025." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 321 - REQUERIMENTO Nº 1188 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Carlos Lupi, ex-Ministro da Previdência Social, entre 1º de janeiro de 2023 e 26 de agosto de 2025." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 322 - REQUERIMENTO Nº 1198 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo telefônico do sr. Virgílio Antonio Ribeiro de Oliveira Filho, ex-Procurador-Geral da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, referente ao período de 01 de janeiro de 2023 a 23 de junho de 2025." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 323 - REQUERIMENTO Nº 1199 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo fiscal da empresa Centro Médico Vita Care, entre 01 de janeiro de 2023 a 23 de junho de 2025, e aos anos-calendários de 2023 a 2025." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 324 - REQUERIMENTO Nº 1200 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo bancário da empresa Xavier Fonseca Consultoria, entre 01 de agosto de 2023 a 23 de junho de 2025." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 325 - REQUERIMENTO Nº 1210 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo bancário da empresa Curitiba Consultoria em Servicos Medicos SA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

referentes ao período de 01 de janeiro de 2023 a 23 de junho de 2025." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 326 - REQUERIMENTO Nº 1214 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo bancário da Sra. Thaisa Hoffman Jonasson, entre 1º de janeiro de 2023 a 23 de junho de 2025." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 327 - REQUERIMENTO Nº 1215 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo fiscal do Sr. Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, entre 1º de janeiro de 2023 a 23 de junho de 2025." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 328 - REQUERIMENTO Nº 1219 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo bancário do Sr. Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, ex-Procurador-Geral da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, entre 1º de janeiro de 2023 a 23 de junho de 2025." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 329 - REQUERIMENTO Nº 1226 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo bancário do Centro Médico Vita Care, entre 1º de janeiro de 2023 e 23 de junho de 2025." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 330 - REQUERIMENTO Nº 1237 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo fiscal da empresa XAVIER FONSECA CONSULTORIA, referente ao período de 01 de agosto de 2023 a 23 de junho de 2025." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 331 - REQUERIMENTO Nº 1239 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo fiscal da empresa Curitiba Consultoria em Serviços Médicos SA referente ao período de 01 de janeiro de 2023 a 23 de junho de 2025." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 332 - REQUERIMENTO Nº 1309 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo fiscal de THAISA HOFFMANN JONASSON, referente ao período de 01 de janeiro de 2023 a 23 de junho de 2025 (anos-calendário 2023 a 2025)." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 333 - REQUERIMENTO Nº 1318 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa Thj Consultoria Ltda, referentes, respectivamente, ao período de 1º de janeiro de 2023 a 23 de junho de 2025 e aos anos-calendário 2023 a 2025." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 334 - REQUERIMENTO Nº 1333 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancários e fiscais da empresa DRPL - Comercialização e Locação de Veículos, entre janeiro de 2015 a dezembro de 2024." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 335 - REQUERIMENTO Nº 1356 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Warley Martins Gonçalles, Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (COBAP), abrangendo o período de 1º de janeiro de 2017 a 28 de agosto de 2025." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 336 - REQUERIMENTO Nº 1402 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Eric Douglas Martins Fidelis, no período de 14 de maio de 2023 a 23 de junho de 2025 (sigilos bancário e telefônico) e aos anos-calendário 2023 a 2025 (sigilo fiscal)." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 337 - REQUERIMENTO Nº 1403 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes, no período de 14 de maio de 2023 a 23 de junho de 2025 (sigilos bancário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

e telefônico) e aos anos-calendário 2023 a 2025 (sigilo fiscal)." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 338 - REQUERIMENTO Nº 1404 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. André Paulo Felix Fidelis, no período de 14 de maio de 2023 a 23 de junho de 2025 (sigilos bancário e telefônico) e aos anos-calendário 2023 a 2025 (sigilo fiscal)." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 339 - REQUERIMENTO Nº 1407 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Domingos Savio de Castro, no período de 14 de maio de 2023 a 23 de junho de 2025 (sigilos bancário e telefônico) e aos anos-calendário 2023 a 2025 (sigilo fiscal)." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 340 - REQUERIMENTO Nº 1408 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Alexandre Guimarães, no período de 14 de maio de 2023 a 23 de junho de 2025 (sigilos bancário e telefônico) e aos anos-calendário 2023 a 2025 (sigilo fiscal)." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 341 - REQUERIMENTO Nº 1411 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa Amar Brasil Clube de Benefícios (Abcb), referentes ao período de 25 de novembro de 2020 a 27 de agosto de 2025." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 342 - REQUERIMENTO Nº 1412 de 2025** que: "Requer ao COAF o envio de Relatório de Inteligência Financeira da empresa Amar Brasil Clube de Benefícios (ABCB), referente ao período de 25 de novembro de 2020 a 27 de agosto de 2025." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 343 - REQUERIMENTO Nº 1419 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa Associação dos Beneficiários da Previdência Social do Brasil - Abenpreb, entre 8 de abril de 2022 a 28 de agosto de 2025." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 344 - REQUERIMENTO Nº 1425 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa Associação dos Beneficiários da Previdência Social do Brasil - Abenpreb, abrangendo o período de 8 de abril de 2022 a 28 de agosto de 2025." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 345 - REQUERIMENTO Nº 1426 de 2025** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio de Relatório de Inteligência Financeira da empresa Associação de Amparo Social ao Aposentado e Pensionista (AASAP), referente ao período de 8 de abril de 2022 a 28 de agosto de 2025." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 346 - REQUERIMENTO Nº 1432 de 2025** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), o envio de Relatório de Inteligência Financeira da empresa Associação de Amparo Social ao Aposentado e Pensionista (AASAP), referente ao período de 8 de abril de 2022 a 28 de agosto de 2025." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 347 - REQUERIMENTO Nº 1439 de 2025** que: "Requer ao COAF o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Associação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil(AAPB), abrangendo o período de janeiro de 2021 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 348 - REQUERIMENTO Nº 1440 de 2025** que: "Requer a quebra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos sigilos bancário e fiscal da Associação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (AAPB), entre janeiro de 2021 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 349 - REQUERIMENTO Nº 1474 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo bancário da empresa Associação Brasileira de Aposentados e Pensionistas do Instituto Nacional de Seguridade Nacional - ABRAPPS, entre janeiro 1º de Janeiro de 2015 a 1º de Setembro de 2025." **Autoria:** Deputado Zé Trovão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 350 - REQUERIMENTO Nº 1475 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo bancário Círculo Nacional de Assistência dos Aposentados e Pensionistas – CINAAP, entre 1º de janeiro de 2015 a 1º de setembro de 2025." **Autoria:** Deputado Zé Trovão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 351 - REQUERIMENTO Nº 1476 de 2025** que: "Requer a transferência do sigilo bancário da União Nacional de Auxílio aos Servidores Públicos – UNASPUB, entre 1º de janeiro de 2015 e 1º de setembro de 2025." **Autoria:** Deputado Zé Trovão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 352 - REQUERIMENTO Nº 1477 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo bancário da empresa Associação dos Aposentados Pensionistas dos Regimes Geral e Próprio de Previdência Social – AAPPS/Universo, entre janeiro 1º de Janeiro de 2015 a 1º de Setembro de 2025" **Autoria:** Deputado Zé Trovão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 353 - REQUERIMENTO Nº 1478 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo bancário da Caixa de Assistência aos Aposentados e Pensionistas – CAAP entre 1º de janeiro de 2015 e 1º de setembro de 2025." **Autoria:** Deputado Zé Trovão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 354 - REQUERIMENTO Nº 1479 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo bancário da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais do Brasil - CONAFER, entre 1º de Janeiro de 2015 a 1º de Janeiro de 2020" **Autoria:** Deputado Zé Trovão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 355 - REQUERIMENTO Nº 1480 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo bancário da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, entre janeiro de 2015 e setembro de 2025." **Autoria:** Deputado Zé Trovão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 356 - REQUERIMENTO Nº 1481 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo bancário da União Brasileira de Aposentados e Previdência – UNIBAP, entre janeiro 1º de Janeiro de 2015 a 1º de Setembro de 2025" **Autoria:** Deputado Zé Trovão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 357 - REQUERIMENTO Nº 1482 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo bancário da Associação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil - AAPB, entre janeiro de 2015 e setembro de 2025." **Autoria:** Deputado Zé Trovão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 358 - REQUERIMENTO Nº 1483 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo bancário da Associação de Aposentados Mutualistas para Benefícios Coletivos - AMBEC, abrangendo o período de janeiro de 2015 a setembro de 2025." **Autoria:** Deputado Zé Trovão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 359 - REQUERIMENTO Nº 1528 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Associação no Brasil de Aposentados e Pensionistas da Previdência Social – AP BRASIL, entre 1º de janeiro de 2015 a 1º de setembro de 2025." **Autoria:** Deputado Zé Trovão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 360 - REQUERIMENTO Nº 1554 de 2025** que: "Requer as quebras dos sigilos bancário e fiscal e, ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), o envio de Relatório

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Inteligência Financeira, da empresa AAB - Associação dos Aposentados do Brasil, referentes ao período de 24 de abril de 2020 a 20 de abril de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 361 - REQUERIMENTO Nº 1555 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), além da quebra dos sigilos bancário e fiscal, todos referente à Associação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas da Nação - ABAPEN, entre 24 de abril de 2020 a 20 de abril de 2025" **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 362 - REQUERIMENTO Nº 1556 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), além da quebra dos sigilos bancário e fiscal, todos referente à Associação de Benefícios e Previdência - ABENPREV, entre 24 de abril de 2020 a 20 de abril de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 363 - REQUERIMENTO Nº 1557 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal e, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), referente à Associação Brasileira dos Contribuintes do Regime Geral da Previdência Social - ABRASPREV, abrangendo o período de 24 de abril de 2020 a 24 de abril de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 364 - REQUERIMENTO Nº 1558 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal e, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), referente à Associação Nacional de Defesa dos Direitos dos Aposentados e Pensionistas – ANDDAP, abrangendo o período de 24 de abril de 2020 a 24 de abril de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 365 - REQUERIMENTO Nº 1559 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal e, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), referente à Associação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos - ASBRAPI/PREVABRAP, abrangendo o período de 24 de abril de 2020 a 24 de abril de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 366 - REQUERIMENTO Nº 1568 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Sra. Maria Paula Xavier da Fonseca Oliveira, entre janeiro de 2015 e setembro de 2025." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 367 - REQUERIMENTO Nº 1569 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Sra. Maria Paula Xavier da Fonseca Oliveira, abrangendo o período de janeiro de 2015 a setembro de 2025." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 368 - REQUERIMENTO Nº 1572 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Reinaldo Carlos Barroso de Almeida, servidor da Diretoria de Benefícios do INSS, entre janeiro de 2015 e setembro de 2025." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 369 - REQUERIMENTO Nº 1573 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Reinaldo Carlos Barroso de Almeida, servidor da Diretoria de Benefícios do INSS, entre janeiro de 2015 e setembro de 2025." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 370 - REQUERIMENTO Nº 1574 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Associação de Aposentados do Brasil (AAB), abrangendo o período de janeiro de 2015 a setembro de 2025."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 371 - REQUERIMENTO Nº 1575 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Associação de Aposentados do Brasil (AAB), entre janeiro de 2015 e setembro de 2025." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 372 - REQUERIMENTO Nº 1576 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Associação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas da Nação - ABAPEN, abrangendo o período de janeiro de 2015 a setembro de 2025." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 373 - REQUERIMENTO Nº 1577 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa Associação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas da Nação (ABAPEN), referente ao período de 1º de janeiro de 2015 a 3 de setembro de 2025." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 374 - REQUERIMENTO Nº 1578 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Associação Nacional de Defesa dos Direitos dos Aposentados e Pensionistas - ANDDAP, abrangendo o período de janeiro de 2015 a setembro de 2025." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 375 - REQUERIMENTO Nº 1579 de 2025** que: "Requer a quebra de sigilo bancário e fiscal da Associação Nacional de Defesa dos Direitos dos Aposentados e Pensionistas (ANDDAP), referente ao período de 1º de janeiro de 2015 a 3 de setembro de 2025." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 376 - REQUERIMENTO Nº 1580 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Associação Brasileira dos Contribuintes do Regime Geral da Previdência Social - Abrasprev, abrangendo o período de janeiro de 2015 a setembro de 2025." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 377 - REQUERIMENTO Nº 1581 de 2025** que: "Requer a quebra de sigilo bancário e fiscal da Associação Brasileira dos Contribuintes do Regime Geral da Previdência Social (ABRASPREV), referente ao período de 1º de janeiro de 2015 a 3 de setembro de 2025." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 378 - REQUERIMENTO Nº 1582 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Associação de Amparo aos Aposentados e Pensionistas do Brasil - Ampaben, abrangendo o período de janeiro de 2015 a setembro de 2025." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 379 - REQUERIMENTO Nº 1583 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Associação de Amparo aos Aposentados e Pensionistas do Brasil, referente ao período de 1º de janeiro de 2015 a 3 de setembro de 2025." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 380 - REQUERIMENTO Nº 1584 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Associação Brasileira dos Aposentados, Pensionistas e Idosos - Prevabrap, entre janeiro de 2015 e setembro de 2025." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 381 - REQUERIMENTO Nº 1585 de 2025** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), o envio de Relatório de Inteligência Financeira da Associação Brasileira dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (PREVABRAP), referentes ao período de 1º de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

janeiro de 2015 a 3 de setembro de 2025." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 382 - REQUERIMENTO Nº 1590 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Rede Ibero-Americana de Associações de Idosos do Brasil (RIAAM Brasil), abrangendo o período de janeiro de 2015 a setembro de 2025." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 383 - REQUERIMENTO Nº 1591 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Rede Ibero-Americana de Associações de Idosos do Brasil (RIAAM Brasil), referente ao período de 1º de janeiro de 2015 a 3 de setembro de 2025." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 384 - REQUERIMENTO Nº 1640 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Associação Brasileira de Benfícios aos Aposentados, Pensionistas e Servidores Públicos, entre janeiro de 2015 a março de 2019." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 385 - REQUERIMENTO Nº 1642 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio de Relatório de Inteligência Financeira (RIF), referente à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - FETAEMG, entre janeiro de 2019 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 386 - REQUERIMENTO Nº 1645 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) da empresa Xavier Fonseca e Consultoria LTDA, referente ao período de janeiro de 2023 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 387 - REQUERIMENTO Nº 1647 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo bancário e fiscal da empresa Prospect Consultoria Empresarial LTDA, intermediária ou beneficiário de recursos, referente ao período de janeiro de 2022 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 388 - REQUERIMENTO Nº 1648 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa Prospect Consultoria Empresarial LTDA, entre janeiro de 2022 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 389 - REQUERIMENTO Nº 1649 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) da empresa Acca Consultoria Empresarial LTDA, abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 390 - REQUERIMENTO Nº 1650 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo banacário e Fiscal da empresa Brasília Consultoria Empresarial S.A, entre janeiro de 2022 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 391 - REQUERIMENTO Nº 1651 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) da empresa Brasília Consultoria Empresarial S.A., abrangendo o período de janeiro de 2022 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 392 - REQUERIMENTO Nº 1652 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) da empresa Brasília Camilo Comercio e Serviços LTDA, abrangendo o período de janeiro de 2023 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 393 - REQUERIMENTO Nº 1655 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) da empresa DRLP Comercialização e Locação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Veículos S/A, abrangendo o período de janeiro de 2024 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 394 - REQUERIMENTO Nº 1658 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa ACDS Call Center Ltda, abrangendo o período de janeiro de 2023 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 395 - REQUERIMENTO Nº 1662 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Central Nacional de Aposentados e Pensionistas - Associação Santo Antônio - CENAP/ASA, abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 396 - REQUERIMENTO Nº 1666 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Central Nacional dos Aposentados e Pensionistas do Brasil - CENTRAPE, abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 397 - REQUERIMENTO Nº 1677 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos - COBAB, abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 398 - REQUERIMENTO Nº 1678 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à União Nacional dos Aposentados e Pensionistas do Brasil - UNABRASIL, abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 399 - REQUERIMENTO Nº 1679 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Associação Nacional de Defesa dos Direitos dos Aposentados e Pensionistas - ANDDAP, abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 400 - REQUERIMENTO Nº 1683 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa Vênus Consultoria Assessoria Empresarial S.A., abrangendo o período de janeiro de 2022 a janeiro de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 401 - REQUERIMENTO Nº 1685 de 2025** que: "Requer Relatório de Inteligência Financeira (RIF) da entidade Associação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos - ASBAPI, entre janeiro de 2019 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 402 - REQUERIMENTO Nº 1686 de 2025** que: "Requer a transferência, em formato digital, do sigilo de dados bancários e fiscais da empresa Vênus Consultoria Assessoria Empresarial S.A., de janeiro de 2022 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 403 - REQUERIMENTO Nº 1689 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) e informações referente à Associação dos Aposentados Mutualistas para Benefícios Coletivos - AMBEC, , abrangendo o período de de janeiro de 2019 até a 05 de setembro de 2025." **Autoria:** Deputada Bia Kicis. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 404 - REQUERIMENTO Nº 1696 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Alessandro Antônio Stefanutto , ex-Presidente do INSS, entre janeiro de 2023 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 405 - REQUERIMENTO Nº 1697 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo telemático (institucional) do Sr. Alessandro Antonio Stefanutto, ex-presidente do INSS, entre janeiro de 2023 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 406 - REQUERIMENTO Nº 1723 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa Brasilia Consultoria Empresarial S/A, entre 14 de maio de 2023 a 23 de junho de 2025 (sigilo bancário) e aos anos-calendário 2023 a 2025 (sigilo fiscal)" **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Oitiva - Ahmed Mohamad (José Carlos) Oliveira**. **Finalidade:** Oitiva do Sr. Ahmed Mohamad Oliveira (José Carlos Oliveira) ex-presidente do INSS e ex-ministro do Trabalho e Previdência. Oitiva do José Carlos Oliveira (Ahmed Mohamad Oliveira Andrade), ex-presidente do INSS e ex-Ministro do Trabalho e Previdência., em atendimento aos requerimentos 574/2025 e 827/2025. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Carlos Viana
Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/11

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Bom dia, senhores e senhoras. Bom dia a todos os Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas.

Peço a gentileza de todos se acomodarem e diminuirmos o ruído em sala.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS, de 2025. Data: 10/09/2025.

Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS, de 2025, que se realiza nesta data, 10 de setembro.

A presente reunião é destinada à apreciação de requerimentos e à oitiva do Sr. Ahmed Mohamad, Sr. José Carlos Oliveira.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Presidente, pela ordem, Presidente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Hoje é dia 11.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está aqui. Então, dia 11/09. Peço a correção nas notas taquigráficas, por favor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está passando muito rápido o tempo.

Pois não, Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE. Pela ordem.) – Rapidamente, Presidente, queria cumprimentá-lo, cumprimentar o nosso Deputado Alfredo Gaspar, Relator da CPI, também o Duarte, Vice-Presidente, e todos os colegas aqui.

Eu... Até por esta data, dia 11 de setembro, Presidente, que é uma data emblemática para o mundo, e nós não estamos numa semana fácil, uma semana em que os ânimos estão acirrados não apenas no Brasil, mas no mundo inteiro... Eu acredito que, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito – estamos aqui fazendo o nosso trabalho, nos diversos campos políticos –, nós temos o dever de dar o exemplo, de dar o exemplo pela paz, pela tolerância.

Tivemos, no começo desta semana, uma refugiada ucraniana assassinada brutalmente, que chocou o planeta. Ontem, tivemos também um jovem idealista, Charlie Kirk, também assassinado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente... Nós podemos ser adversários, sim, isso não tem problema, no campo das ideias, mas jamais seremos inimigos. Nós somos irmãos, filhos do mesmo Deus.

E um detalhe para o qual eu quero chamar a atenção de todos os colegas aqui: cada um de nós tem alguém que ama. E nós amamos. Somos importantes para as pessoas.

Então, que esta Comissão, que está sendo muito assistida, graças ao trabalho independente dos senhores, que a gente possa daqui um pouco aplacar esse...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... momento difícil, um pouco de levar uma paz para as pessoas e entender que posições divergentes fazem parte, mas jamais partir para agressões, sejam verbais e muito menos que esbocem algo que...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado. Concordo. Perfeitamente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Então, eu queria deixar essa mensagem para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente, Senador. Muito obrigado.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza...

Pois não, Kim...

Senhores, posso pedir uma gentileza? Vamos fazer sempre um pela ordem ou questão de ordem dentro dos temas da nossa CPMI? Podem fazer a gentileza os senhores?

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Com certeza, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Porque... Assim, por questão de equilíbrio e democracia, eu tenho que dar voz a todos. Então, se todos pedirem pela ordem em temas paralelos, nós vamos ter uma condição...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, por favor, Deputado Kim Kataguiri.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP. Pela ordem.) – Presidente, na realidade é um pedido a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – ... e ao Plenário desta Comissão. Não precisa ser deliberado hoje, agora, neste momento, mas é uma sugestão para reflexão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Kim.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Na CPMI do 8 de Janeiro, no acordo de procedimento, nós tínhamos ali, na ordem de fala, quatro titulares, quatro Parlamentares titulares falavam primeiro, e daí falava um suplente, aí depois mais quatro titulares e mais um suplente. Queria submeter à reflexão de V. Exa. e dos colegas desta Comissão se nós pudéssemos rever o acordo para incluir, para adotar o mesmo que foi praticado na CPMI do dia 8, até para a gente também não colocar todos os suplentes ao final, e, pelo menos, mantendo a prioridade dos membros titulares, ter um suplente falando depois de quatro titulares. É só isso que eu gostaria de submeter.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Como eu coloquei no início, não necessariamente a ser deliberado agora, mas é uma sugestão a V. Exa. e um pedido aos colegas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado Kim Kataguiri.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Sr. Presidente, pela... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu não tenho nenhuma dificuldade em que a gente faça acordos de procedimento, mas esta Presidência entende que nós definimos os critérios logo no início dos trabalhos. Mudarmos agora quebra uma série de procedimentos que a gente já tem. Mas, se houver entendimento dos Líderes, tanto de Governo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

quanto da Oposição, da minha parte não haverá nenhuma dificuldade em nós colocarmos em votação qualquer mudança.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Presidente, uma questão de ordem rápida.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Senador Rogerio Marinho, questão de ordem.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Para questão de ordem.) – No início dos trabalhos, nós pactuamos entre nós aqui que os Líderes – e foi definido que é um Líder do Governo e um Líder da Oposição: o Deputado Paulo Pimenta, pelo Governo, e eu, pela Oposição – teríamos a fala de cinco minutos, e o Regimento permite que se fale a qualquer momento, ao final dos trabalhos.

Eu solicito a V. Exa. rever esse procedimento, dada a complexidade desta CPMI. Em alguns momentos, é necessária essa intervenção, e, quando essa intervenção é feita ao final dos trabalhos, ela deixa de ter pertinência. E, como há amparo regimental e isso foi fruto de um acordo – eu até pergunto ao Líder do Governo se ele está de acordo –, se V. Exa. poderia rever, porque seria uma única intervenção de cinco minutos a qualquer tempo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Inicialmente?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Inicialmente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O Líder do Governo concorda com a posição?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Inicialmente, não; durante os trabalhos.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não é inicialmente, não é inicialmente.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Durante os trabalhos.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Todos os Regimentos preveem que o Líder pode falar a qualquer tempo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O Senador Rogerio Marinho está levantando... A fala de Líder geralmente é motivada por algum fato objetivo naquele momento. Então, que a gente cumprisse aquilo que o Regimento prevê. A fala de Líder pode ser solicitada a qualquer momento, com um detalhe: ela não pode ser usada para fazer questionamento...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... mas para uma manifestação a qualquer momento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. Para responder questão de ordem.) – Bem, então esta Presidência decide acatar o pedido dos dois Líderes, reafirmando que o tempo de liderança não será para questionamentos às pessoas, testemunhas ou qualquer tipo de depoente que está aqui. Nós faremos a interrupção, perfeito?

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pela ordem, Deputado Orlando Silva.

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP. Pela ordem.) – É só para aproveitar o clima inaugurado pelo Senador Girão de um ambiente tranquilo, sereno, reafirmado pela pactuação do Líder da Oposição e do Governo.

Presidente, eu posso fazer uma sugestão para V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não...

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) – ... na linha de ajustar os procedimentos para que a Comissão possa fluir com mais precisão?

O nosso ilustre Relator é um homem muito experiente, veio do Ministério Público, tem uma capacidade de síntese e de objetividade notada por todos nós. Eu queria, Presidente, fazer uma sugestão a V. Exa. para que nós possamos avançar nos trabalhos. Se o nosso ilustre Relator estiver de acordo, nós fixarmos uma hora como prazo para o Relator fazer todos os seus questionamentos, de modo que nós possamos permitir que a Comissão, toda ela, possa participar ativamente. (*Risos.*) Houve sessão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor, já pactuamos aqui que nós vamos respeitar a fala de todos os colegas.

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) – É uma sugestão que eu faço, Presidente.

Eu queria ouvir o Relator, porque são muitos membros, o interesse é de todos de participar. O Deputado Kim quando fala... Porque ele, como eu... Nós nos sentimos marginalizados na Comissão porque os suplentes falam lá no final, de madrugada quase sempre.

Se o Relator pudesse aquiescer e nós tivéssemos uma intervenção mais objetiva... Se tivéssemos uma hora de limite, poderia ser muito útil para o trabalho da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos dar sequência aqui. Só um instante.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, me deixe dar sequência aqui para que nós possamos iniciar os trabalhos.

Bem, vou responder ao Deputado Orlando Silva.

Deputado, eu agradeço o posicionamento, entendo a questão, mas o Relator é a principal peça desta Comissão Parlamentar Mista de inquérito. O relatório que ele vai produzir é que vai nos direcionar às respostas todas que nós vamos buscar ao longo desta Comissão. Então, nunca aconteceu em nenhuma CPMI que o Relator tivesse um tempo limitado, porque ele é quem traz... E, depois, há colaboração de todos.

Então, portanto, nós manteremos como está a definição de que o Relator não terá tempo necessário marcado para as perguntas.

Comunicados da...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor me permite só...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Relator, Alfredo Gaspar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – É muito bom começar o dia assim. Estou muito comovido com a intervenção do (*Risos.*) Ministro Orlando e gostaria de ser ainda mais conciso, mas, mesmo comovido e emocionado, eu vou descartar essa sugestão, Ministro.

Obrigado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pela ordem, Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA. Pela ordem.) – Senador Carlos Viana, só para ampliar... Na verdade, não é ampliar, é ratificar a sua colocação sobre o tempo de Líder, V. Exa. se referiu ao Líder do Governo e ao Líder da Oposição...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ao Líder do Governo e da Oposição, Excelência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – ... mas é bom lembrar que todos os Líderes de partido e de bloco têm direito a essa intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, Excelência. Aqui na CPMI, a decisão sobre os tempos, inclusive esses, é da Presidência. Nós teremos aqui os Líderes do Governo e da Oposição em fala.

Se isso não for acordo, Senadora, eu vou voltar os cinco minutos para o final. Então, eu prefiro dar sequência, como nós já acertamos aqui com as lideranças.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Não, mas só para ficar registrado...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – ... que é um procedimento a partir de acordo porque, do ponto de vista regimental, os Líderes partidários têm direito à fala nas Comissões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, agora, senhores...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Pela ordem. É apenas...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, comunicados da Presidência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor... Não, por favor, Senador...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – É um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Rogério Correia... Aliás, Deputado Rogério Correia, por gentileza, deixe-me dar sequência nos trabalhos para a gente poder... Senão nós não vamos conseguir, né? Vamos sair daqui meia-noite.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Pela ordem.) – É apenas para uma questão rapidinha de entendimento sobre os requerimentos, e, eu já até falei com V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – É só para nós sabermos como agir.

Eu solicitei, fiz alguns requerimentos, e um deles – eu já verifiquei – não veio completo por parte das informações que pedi à Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – A orientação que quero ver com V. Exa. é se V. Exa. pode, de ofício, reiterar o pedido, para complementá-lo, ou se a gente precisa de fazer outro requerimento para complementação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Tá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. pode peticionar à Secretaria a informação que não foi trazida, e nós deliberamos solicitar novamente.

Se é o caso da Polícia Federal que V. Exa. me comentou...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... a Polícia Federal não tem o destino da pessoa, mas o voo com que ela saiu do Brasil. Então, normalmente quando nós pedimos – no caso, V. Exa. pediu de um dos investigados –, a Polícia Federal vai nos informar a data pelo passaporte dele e o voo com que ele deixou o Brasil, mas não o destino, porque um voo pode ter uma série de escalas, e a polícia não tem, nesse caso, a informação total. Mas nós podemos pedir se V. Exa. não se sentiu atendido.

Muito obrigado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Vou verificar e olho então.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente.

Senhores, alguns comunicados aqui.

A Polícia Legislativa do Senado criou uma Coordenação de Inteligência (C-O-I-N-T, Coint) voltada ao atendimento aos membros das CPIs em suas investigações, além de outras atribuições previstas em regulamento. Essa coordenação busca fortalecer as investigações em CPIs, tornando-as mais profundas e efetivas, por meio de estrutura e agentes próprios do Congresso, reduzindo a nossa dependência de servidores externos.

Por favor, senhores, todos os membros desta Comissão: nós temos aqui a Polícia Legislativa do Senado, que tem um setor específico para apoiar os Parlamentares em Comissões Parlamentares de Inquérito. Assim, nós não precisamos, muitas vezes, depender de peritos de outros membros de parte do Governo. Nós temos tudo isso dentro da própria Casa, que está à disposição dos Parlamentares para que possam ser orientados e principalmente apoiados no trabalho das investigações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

As assessorias dos gabinetes, por mais preparadas que sejam, frequentemente não dispõem de experiência em inquéritos, nem de tempo para investigar todo o acervo da Comissão. Nesse sentido, a Coint pode auxiliar todos os membros deste Colegiado na análise de sigilos bancários, fiscais, telefônicos, telemáticos e outros documentos relevantes.

Considerando que a equipe da Coint tem seus limites, é importante que as demandas de análise sejam consolidadas e formuladas por meio de Lideranças da oposição e situação deste Colegiado. Ainda hoje, a Presidência publicará um ato regulando como serão realizadas as consultas à Coint por membros da Comissão.

É um apoio que nós estamos recebendo, muito bem-vindo, para que todos possam acompanhar principalmente as quebras de sigilo que foram solicitadas por V. Exas.

Pela ordem, Deputado Mário Heringer.

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG. Pela ordem.) – Presidente, eu recebi uma notícia aqui de que a TV Senado parou de transmitir a CPMI. O senhor tem alguma informação para a gente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não tenho conhecimento, Excelência.

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG) – Pois é. Eu só não sei se é verdade, mas é para apurar isso aí para a gente, porque não sei qual o sentido ou a preferência.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Deputada Adriana.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem.) – Presidente, é só uma solicitação muito breve.

Na segunda-feira... Nós teremos também novamente uma reunião na segunda-feira. Na segunda-feira passada, nós saímos daqui...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Nós saímos daqui por volta de 2h da manhã, 1h da manhã, e causou surpresa, porque eu, por exemplo, volto de Uber para casa, e estava fechada ali a Chapelaria.

Eu gostaria que o senhor fizesse uma solicitação, para que, na saída dos trabalhos, esteja aberta a Chapelaria, com o Depol...

O cara do Depol eu tive que chamar, tiveram que abrir para o Uber entrar...

É só uma solicitação, porque, senão, a gente fica...

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Determino à Secretaria que comunique, portanto, à administração da Casa a permanência de servidores até o final das CPMIs, para atendimento aos Parlamentares.

Bem, comunicado dois: recebemos petição do Deputado Paulo Pimenta, solicitando alteração em nosso regulamento, tratando do dia das reuniões, limites a tempo de fala, entre outros assuntos.

Eu agradeço a contribuição do ilustre Deputado, mas esclareço que, sobre as normas de funcionamento da Comissão, como consta no próprio cabeçalho, decorrem da competência desta Presidência organizar e dirigir os trabalhos da Comissão, à luz do art. 89, I, do Regimento do Senado.

Em diversas CPIs, tais normas sequer foram objeto de deliberação, mas foram impostas pelo Presidente em estrito cumprimento ao art. 89. Esta Presidência, imbuída do espírito democrático, submeteu as normas à ratificação da Comissão, no entanto, sem renunciar à competência do Regimento.

Apenas para exemplificar, a proposta do Deputado para a limitação do tempo de fala do Relator não encontra paralelo em qualquer CPI, como já foi colocado.

Eu agora quero falar de respeito, como Parlamentar e companheiro dos senhores deste Parlamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos hoje, senhores, no Brasil, uma responsabilidade imensa com esta nação. Não há hoje um aposentado, uma aposentada, um pensionista brasileiro que tenha depositado a confiança na previdência social – não por escolha. Os senhores sabem bem: a previdência social no Brasil é obrigatória para todos os trabalhadores –, assim como aqueles que nos acompanham, que estão prestes a se aposentar ou que estão em pleno exercício do trabalho, já na expectativa de um planejamento de vida... Todas essas pessoas esperam desta Comissão respostas. Todos os brasileiros esperam de nós responsabilidade com o país.

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem o dever de dar à população brasileira um esclarecimento sobre aqueles que roubaram pessoas cujo dinheiro, no final do mês, faz falta para os medicamentos e para a própria alimentação.

E a quantidade de trabalho que nós temos aqui é muito grande. Os senhores, à medida que forem acompanhando todas as quebras de sigilo, as informações que nós temos recebido, o tamanho do inquérito que nós temos juntamente com o Relator analisado, perceberão que o prazo de seis meses pode se tornar curto, se nós não tivermos uma dinâmica mais acelerada nesta Comissão.

E eu entendo que, no ano que vem, por ser um ano eleitoral, seria muito melhor para todos nós que a Comissão terminasse no prazo, com as respostas necessárias. Mas, se nós não conseguirmos, ao final dos seis meses, que toda a investigação tenha esclarecido ao povo brasileiro o que aconteceu na previdência, como aconteceu, onde foi parar o dinheiro, esta Presidência fará o pedido de que a Comissão continue, porque eu estou imbuído dessa responsabilidade em nós só deixarmos os trabalhos quando nós tivermos delineado, identificado e pedido a prisão de todos os envolvidos, como nós já fizemos aqui.

E eu agradeço a esta Comissão, que nos deu 26 votos de confiança nos primeiros pedidos de prisão, que eu espero que possam ser muito breves.

Outro ponto importante a que eu quero chamar a atenção dos senhores: esta Comissão também tem obrigação com todos os contribuintes brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sabemos onde estão os recursos roubados. Nós temos, por obrigação, exigir que a Justiça bloqueie o patrimônio de todos aqueles que levaram o dinheiro dos aposentados para uma vida, hoje, de muito luxo e, principalmente – sabe? –, de desrespeito ao Brasil. (*Palmas.*)

Porque não é justo com o contribuinte brasileiro que nós, simplesmente, tenhamos um rombo na Previdência e nós vamos cumprir esse rombo com o dinheiro dos impostos do povo brasileiro. Isso não é correto.

Esta Comissão tem essa obrigação com aqueles que contribuem para a Previdência, mas também contribuem para o sustento deste país.

Obrigado, eu agradeço.

Há momentos em que essa Presidência, obrigatoriamente, tem que ser muito firme, porque, quando não há consenso, a decisão é da Mesa, e eu não vou abrir mão de que a gente possa tomar o direcionamento correto para que os trabalhos possam andar.

Eu agradeço sinceramente e peço a colaboração de todos os Parlamentares, no sentido de nós cumprirmos o nosso dever como Parlamentares e como brasileiros neste momento da história.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. *Fora do microfone.*) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado Coronel Chrisóstomo.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Pela ordem, me dê só 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente, Deputado.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. Pela ordem.) – Que sirva de exemplo para todos nós aqui para atender ao Brasil... O meu Estado de Rondônia, o meu povo de Rondônia, a voz do povo diz o seguinte: "Nós não queremos que o Governo pague; nós queremos que todos os que roubaram devolvam o dinheiro para os aposentados, para os velhinhos e velhinhas".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Isso está na rua. Eu acredito que está em todo o Brasil.

Então, nós temos que correr atrás de quem realmente roubou, e não o Governo pagar o prejuízo dos nossos velhinhos e velhinhas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Nós faremos isso, Deputado. Muito obrigado.

Senhores, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 6ª Reunião.

As Sras. Senadoras e Senadores, Deputados e Deputadas que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*. (*Pausa.*)

Senhores...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente, sobre a retirada de um item da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS. Pela ordem.) – Eu tenho... O Requerimento de nº 7 veio com um erro, e eu já substituí o requerimento. Então, eu preciso retirar este...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – ... e, se V. Exa. permitir, já incluo o documento correto, para que não percamos tempo, ou... Depende do que V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa. pode fazer a correção, porque o requerimento não está em pauta hoje para votação, apenas os que já foram alvo de acordo da Comissão, anteriormente, de quebra de sigilo e informações. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou ler aqui, para que todos os Parlamentares acompanhem.

Em reunião com os Líderes, chegou-se ao seguinte entendimento em relação aos requerimentos de transferência de sigilo: nas transferências de sigilo das entidades, associações e pessoas jurídicas a elas relacionadas, será considerado o período a partir da data de celebração do ACT com o INSS até a presente data.

Nesses termos, coloco os requerimentos de transferência em votação, da seguinte forma: vou ler aqui, um por um, os requerimentos, para que os senhores tenham o acompanhamento do que essa CPMI tem já deliberado. (*Pausa.*)

Vou ler pelo número do requerimento, e o procedimento vai ser seguido como está aqui, o.k.?

1ª PARTE

ITEM 46

REQUERIMENTO Nº 59/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Abraão Lincoln Ferreira da Cruz, Presidente da Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura - CBPA, entre janeiro de 2019 e julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 153

REQUERIMENTO Nº 225/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Abraão Lincoln Ferreira da Cruz, presidente da Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura - CBPA, abrangendo o período de janeiro de 2021 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 234

REQUERIMENTO Nº 640/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à ACCA Consultoria Empresarial S.A, inscrita sob o CNPJ nº 20.182.270/0001-78, pelo período de 1º de janeiro de 2017 até 19 de agosto de 2025.

Autoria: Senadora Damares Alves

1ª PARTE

ITEM 272

REQUERIMENTO Nº 720/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa Acca Consultoria Empresarial S.A, entre 14 de maio de 2023 a 23 de junho de 2025 e aos anos-calendário 2023 a 2025.

Autoria: Deputada Adriana Ventura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 389

REQUERIMENTO Nº 1649/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) da empresa Acca Consultoria Empresarial LTDA, abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 290

REQUERIMENTO Nº 741/2025

Requer a quebra do sigilo bancário da ACDS Call Center Ltda., referente ao período de 14 de maio de 2023 a 23 de junho de 2025; e do sigilo fiscal referente aos anos-calendários 2023 a 2025.

Autoria: Deputada Adriana Ventura

1ª PARTE

ITEM 394

REQUERIMENTO Nº 1658/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa ACDS Call Center Ltda, abrangendo o período de janeiro de 2023 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 110

REQUERIMENTO Nº 151/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Ademir Fratric Bacic, vinculado ao Grupo THG, abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 316

REQUERIMENTO Nº 1067/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Ademir Fratric Bacic, ex-presidente da Associação dos Aposentados Mutualistas para Benefícios Coletivos - AMBEC, entre janeiro de 2019 e julho de 2025.

Autoria: Deputada Coronel Fernanda

1ª PARTE

ITEM 115

REQUERIMENTO Nº 156/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Ademir Humberto Califoni, diretor da União dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (UNSBRAS), abrangendo o período de janeiro de 2023 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 266

REQUERIMENTO Nº 709/2025

Requer a quebra do sigilo fiscal de Agropecuária Pikiskeni Ltda., vinculada à Sra. Ingrid Pikinskeni Morais Santos, nos anos-calendário de 2021 a 2025.

Autoria: Senador Eduardo Girão

1ª PARTE

ITEM 306

REQUERIMENTO Nº 941/2025

Requer a quebra do sigilo bancário da empresa Agropecuária Pikiskeni LTDA., entre 1º de janeiro de 2021 e 23 de junho de 2025.

Autoria: Senador Eduardo Girão

1ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 53

REQUERIMENTO Nº 72/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Alberto Gonzaga de Lima, dirigente da AAPPS Universo, entre janeiro de 2021 e julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 173

REQUERIMENTO Nº 269/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Alberto Gonzaga de Lima, dirigente da AAPPS Universo, abrangendo o período de janeiro de 2021 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 225

REQUERIMENTO Nº 587/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Alessandro Antonio Stefanutto, ex-presidente do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, abrangendo o período de janeiro de 2023 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 311

REQUERIMENTO Nº 1027/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Alessandro Antônio Stefanutto, ex-Presidente do INSS, abrangendo o período de 1° de janeiro de 2017 a 25 de agosto de 2025.

Autoria: Senadora Damares Alves

1ª PARTE

ITEM 404

REQUERIMENTO Nº 1696/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Alessandro Antônio Stefanutto , ex-Presidente do INSS, entre janeiro de 2023 e julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 405

REQUERIMENTO Nº 1697/2025

Requer a quebra do sigilo telemático (institucional) do Sr. Alessandro Antonio Stefanutto, ex-presidente do INSS, entre janeiro de 2023 e julho de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 108

REQUERIMENTO Nº 148/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Alexandre Guimarães , Ex-Diretor De Governança, Planejamento e Inovação do INSS (2021-2023), entre janeiro de 2021 e dezembro de 2023.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 200

REQUERIMENTO Nº 320/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Alexandre Guimarães, abrangendo o período de janeiro de 2021 a dezembro de 2023.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 296

REQUERIMENTO Nº 859/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático do Sr. Alexandre Guimarães, ex-diretor de Governança, Planejamento e Inovação do INSS, entre janeiro de 2021 e agosto de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Deputado Duarte Jr.

1ª PARTE

ITEM 340

REQUERIMENTO Nº 1408/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Alexandre Guimarães, no período de 14 de maio de 2023 a 23 de junho de 2025 (sigilos bancário e telefônico) e aos anos-calendário 2023 a 2025 (sigilo fiscal).

Autoria: Deputada Adriana Ventura

1ª PARTE

ITEM 102

REQUERIMENTO Nº 142/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Alexsandro Prado Santos, controlador das associações Universo e APDAP Prev , entre janeiro de 2022 e julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 198

REQUERIMENTO Nº 312/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Alexandro Prado Santos - Lequinho, controlador de Associações tais como a Associação Universo e a APDAP PREV, abrangendo o período de janeiro de 2022 a julho de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 100

REQUERIMENTO Nº 138/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Associação Beneficente de Assistência Social e à Saúde - ABCB/AMAR BRASIL, entre janeiro de 2022 e julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 196

REQUERIMENTO Nº 306/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente a Associação Beneficente de Assistência Social e à Saúde, abrangendo o período de janeiro de 2022 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 341

REQUERIMENTO Nº 1411/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa Amar Brasil Clube de Benefícios (Abcb), referentes ao período de 25 de novembro de 2020 a 27 de agosto de 2025.

Autoria: Senador Marcos Rogério

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 342

REQUERIMENTO Nº 1412/2025

Requer ao COAF o envio de Relatório de Inteligência Financeira da empresa Amar Brasil Clube de Benefícios (ABCB), referente ao período de 25 de novembro de 2020 a 27 de agosto de 2025.

Autoria: Senador Marcos Rogério

1ª PARTE

ITEM 338

REQUERIMENTO Nº 1404/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. André Paulo Felix Fidelis, no período de 14 de maio de 2023 a 23 de junho de 2025 (sigilos bancário e telefônico) e aos anos-calendário 2023 a 2025 (sigilo fiscal).

Autoria: Deputada Adriana Ventura

1ª PARTE

ITEM 84

REQUERIMENTO Nº 120/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal de André Paulo Félix Fidelis, ex-Diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão do INSS, no período de janeiro de 2023 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 181

REQUERIMENTO Nº 288/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. André Paulo Félix Fidelis, ex-Diretor de Benefícios do INSS, entre janeiro de 2023 e julho de 2025

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 233

REQUERIMENTO Nº 639/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. André Paulo Félix Fidelis, referentes ao período de 1º de janeiro de 2017 a 19 de agosto de 2025.

Autoria: Senadora Damares Alves

1ª PARTE

ITEM 298

REQUERIMENTO Nº 861/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático do Sr. André Paulo

Felix Fidelis, ex-diretor de benefícios e relacionamento com o cidadão do INSS, entre janeiro de 2023 e agosto de 2025.

Autoria: Deputado Duarte Jr.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 128

REQUERIMENTO Nº 174/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal de Antônio Carlos Camilo Antunes entre janeiro de 2022 e julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 176

REQUERIMENTO Nº 282/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Antônio Carlos Camilo Antunes, entre janeiro de 2022 e julho de 2025

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 213

REQUERIMENTO Nº 509/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes, abrangendo o período de julho de 2017 a 19 de agosto de 2025.

Autoria: Senadora Damares Alves

1ª PARTE

ITEM 243

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 658/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes, sócio diretor da ACCA Consultoria Empresarial S.A., abrangendo o período de 1º de janeiro de 2017 a 19 de agosto de 2025.

Autoria: Senadora Damares Alves

1ª PARTE

ITEM 315

REQUERIMENTO Nº 1062/2025

Requer a quebra do sigilo bancário, fiscal e Relatório de Inteligência Financeira (RIF) do Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes, entre 1º de janeiro de 2023 a 25 de agosto de 2025.

Autoria: Senador Marcos Rogério

1ª PARTE

ITEM 337

REQUERIMENTO Nº 1403/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes, no período de 14 de maio de 2023 a 23 de junho de 2025 (sigilos bancário e telefônico) e aos anos-calendário 2023 a 2025 (sigilo fiscal).

Autoria: Deputada Adriana Ventura

1ª PARTE

ITEM 37

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 13/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Antonio Fratic Bacic, dirigente da Associação de Aposentados Mutualista para Benefícios Coletivos (AMBEC), entre janeiro de 2021 e julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 157

REQUERIMENTO Nº 229/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao sr. Antonio Fratic Bacic, dirigente da Associação de Aprosentados Mutualistas para Benefícios Coletivos - AMBEC, abrangendo o período de janeiro de 2021 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 140

REQUERIMENTO Nº 207/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Antônio Luz Neto, empresário, abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 273

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 721/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa Antunes & Camilo Ltda, do período de 14 de maio de 2023 a 23 de junho de 2025 e aos anos-calendário 2023 a 2025.

Autoria: Deputada Adriana Ventura

1ª PARTE

ITEM 86

REQUERIMENTO Nº 122/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Aristides Veras dos Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, no período de janeiro de 2019 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 183

REQUERIMENTO Nº 290/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Aristides Veras dos Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, entre janeiro de 2019 e julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 246

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 673/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Aristides Veras dos Santos, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, abrangendo o período de janeiro de 2017 a agosto de 2025.

Autoria: Senadora Damares Alves

1ª PARTE

ITEM 247

REQUERIMENTO Nº 674/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Arnaldo Martinez Guimarães, presidente da Associação Brasileira de Aposentados e Pensionistas do Instituto Nacional da Seguridade Social - ABRAPPS, abrangendo o período de janeiro de 2017 a agosto de 2025.

Autoria: Senadora Damares Alves

1ª PARTE

ITEM 258

REQUERIMENTO Nº 689/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal de Arpar Administração, Participação e Empreendimento S.A., entre 14 de maio de 2023 a 23 de junho de 2025 e aos anos-calendário 2023 a 2025.

Autoria: Deputada Adriana Ventura

1ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 227

REQUERIMENTO Nº 631/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Associação Beneficente de Auxílio Mútuo ao Servidor Público - ABAMSP, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2017 a 19 de agosto de 2025.

Autoria: Senadora Damares Alves

1ª PARTE

ITEM 313

REQUERIMENTO Nº 1043/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Associação Beneficente de Auxílio Mútuo ao Servidor Público (ABAMSP) e da Associação Brasileira de Pensionistas e Aposentados – ABPAP, ambas com mesmo CNPJ, abrangendo o período de outubro de 2016 a agosto de 2025.

Autoria: Deputado Alencar Santana

1ª PARTE

ITEM 124

REQUERIMENTO Nº 165/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Associação Brasileira de Aposentados e Pensionistas do Instituto Nacional da Seguridade Social, abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 248

REQUERIMENTO Nº 675/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Associação Brasileira de Aposentados e Pensionistas do Instituto Nacional de Seguridade Social - ABRAPPS, abrangendo o período de janeiro de 2017 a agosto de 2025.

Autoria: Senadora Damares Alves

1ª PARTE

ITEM 349

REQUERIMENTO Nº 1474/2025

Requer a quebra do sigilo bancário da empresa Associação Brasileira de Aposentados e Pensionistas do Instituto Nacional de Seguridade Nacional - ABRAPPS, entre janeiro 1º de Janeiro de 2015 a 1º de Setembro de 2025.

Autoria: Deputado Zé Trovão

1ª PARTE

ITEM 231

REQUERIMENTO Nº 635/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Associação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos - ASBAPI, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2017 a 19 de agosto de 2025.

Autoria: Senadora Damares Alves

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 401

REQUERIMENTO Nº 1685/2025

Requer Relatório de Inteligência Financeira (RIF) da entidade Associação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos - ASBAPI, entre janeiro de 2019 e julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 384

REQUERIMENTO Nº 1640/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Associação Brasileira de Benefícios aos Aposentados, Pensionistas e Servidores Públicos, entre janeiro de 2015 a março de 2019.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 361

REQUERIMENTO Nº 1555/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), além da quebra dos sigilos bancário e fiscal, todos referente à Associação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas da Nação - ABAPEN, entre 24 de abril de 2020 a 20 de abril de 2025

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 372

REQUERIMENTO Nº 1576/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Associação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas da Nação - ABAPEN, abrangendo o período de janeiro de 2015 a setembro de 2025.

Autoria: Senador Marcos Rogério

1ª PARTE

ITEM 373

REQUERIMENTO Nº 1577/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa Associação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas da Nação (ABAPEN), referente ao período de 1º de janeiro de 2015 a 3 de setembro de 2025.

Autoria: Senador Marcos Rogério

1ª PARTE

ITEM 70

REQUERIMENTO Nº 95/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Associação Brasileira dos Aposentados, Pensionistas e Idosos entre janeiro de 2019 e julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 166

REQUERIMENTO Nº 262/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Associal Brasileira dos Aposentados, Pensionistas e Idosos, abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 365

REQUERIMENTO Nº 1559/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal e, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), referente à Associação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos - ASBRAPI/PREVABRAP, abrangendo o período de 24 de abril de 2020 a 24 de abril de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 380

REQUERIMENTO Nº 1584/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Associação Brasileira dos Aposentados, Pensionistas e Idosos - Prevabrap, entre janeiro de 2015 e setembro de 2025.

Autoria: Senador Marcos Rogério

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 381

REQUERIMENTO Nº 1585/2025

Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), o envio de Relatório de Inteligência Financeira da Associação Brasileira dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (PREVABRAP), referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 3 de setembro de 2025.

Autoria: Senador Marcos Rogério

1ª PARTE

ITEM 363

REQUERIMENTO Nº 1557/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal e, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), referente à Associação Brasileira dos Contribuintes do Regime Geral da Previdência Social - ABRASPREV, abrangendo o período de 24 de abril de 2020 a 24 de abril de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 376

REQUERIMENTO Nº 1580/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Associação Brasileira dos Contribuintes do Regime Geral da Previdência Social - Abrasprev, abrangendo o período de janeiro de 2015 a setembro de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Marcos Rogério

1ª PARTE

ITEM 377

REQUERIMENTO Nº 1581/2025

Requer a quebra de sigilo bancário e fiscal da Associação Brasileira dos Contribuintes do Regime Geral da Previdência Social (ABRASPREV), referente ao período de 1º de janeiro de 2015 a 3 de setembro de 2025.

Autoria: Senador Marcos Rogério

1ª PARTE

ITEM 362

REQUERIMENTO Nº 1556/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), além da quebra dos sigilos bancário e fiscal, todos referente à Associação de Benefícios e Previdência - ABENPREV, entre 24 de abril de 2020 a 20 de abril de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 378

REQUERIMENTO Nº 1582/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Associação de Amparo aos Aposentados e Pensionistas do Brasil - Ampaben, abrangendo o período de janeiro de 2015 a setembro de 2025.

Autoria: Senador Marcos Rogério

1ª PARTE

ITEM 379

REQUERIMENTO Nº 1583/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Associação de Amparo aos Aposentados e Pensionistas do Brasil, referente ao período de 1º de janeiro de 2015 a 3 de setembro de 2025.

Autoria: Senador Marcos Rogério

1ª PARTE

ITEM 345

REQUERIMENTO Nº 1426/2025

Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio de Relatório de Inteligência Financeira da empresa Associação de Amparo Social ao Aposentado e Pensionista (AASAP), referente ao período de 8 de abril de 2022 a 28 de agosto de 2025.

Autoria: Senador Marcos Rogério

1ª PARTE

ITEM 346

REQUERIMENTO Nº 1432/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), o envio de Relatório de Inteligência Financeira da empresa Associação de Amparo Social ao Aposentado e Pensionista (AASAP), referente ao período de 8 de abril de 2022 a 28 de agosto de 2025.

Autoria: Senador Marcos Rogério

1ª PARTE

ITEM 69

REQUERIMENTO Nº 94/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa Terra Bank LTDA, abrangendo o período de janeiro de 2022 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 191

REQUERIMENTO Nº 299/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Associação de Proteção e Defesa dos Direitos dos Aposentados e Pensionistas (APDAP PREV, ex-ACOLHER), abrangendo o período de janeiro de 2022 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 59

REQUERIMENTO Nº 81/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Associação de Suporte Assistencial e Beneficente para Aposentados Servidores e Pensionistas do Brasil, abrangendo o período de janeiro de 2021 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 68

REQUERIMENTO Nº 93/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Associação de Suporte Assistencial e Beneficente para Aposentados Servidores e Pensionistas do Brasil (ASABASP)entre janeiro de 2021 e julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 360

REQUERIMENTO Nº 1554/2025

Requer as quebras dos sigilos bancário e fiscal e, ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), o envio de Relatório de Inteligência Financeira, da empresa AAB - Associação dos Aposentados do Brasil, referentes ao período de 24 de abril de 2020 a 20 de abril de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 370

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 1574/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Associação de Aposentados do Brasil (AAB), abrangendo o período de janeiro de 2015 a setembro de 2025.

Autoria: Senador Marcos Rogério

1ª PARTE

ITEM 371

REQUERIMENTO Nº 1575/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Associação de Aposentados do Brasil (AAB), entre janeiro de 2015 e setembro de 2025.

Autoria: Senador Marcos Rogério

1ª PARTE

ITEM 224

REQUERIMENTO Nº 584/2025

Requer a quebra do sigilo bancário e fiscal da Associação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil, referentes ao período de 01 de agosto de 2023 a 23 de junho de 2025 e aos anos-calendário 2023 a 2025.

Autoria: Deputado Luiz Lima

1ª PARTE

ITEM 347

REQUERIMENTO Nº 1439/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer ao COAF o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Associação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil(AAPB), abrangendo o período de janeiro de 2021 e julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 348

REQUERIMENTO Nº 1440/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Associação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (AAPB), entre janeiro de 2021 e julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 357

REQUERIMENTO Nº 1482/2025

Requer a quebra do sigilo bancário da Associação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil - AAPB, entre janeiro de 2015 e setembro de 2025.

Autoria: Deputado Zé Trovão

Item

Requerimento nº 1.386/2025

Requer, nos termos do art. 58, §3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1.579, de 1952, e do art. 148, do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação da Sra. Evandra Virito Correia, Presidente da Cenap.ASA (Central Nacional de Aposentados e Pensionistas - Associação Santo Antônio), para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Deputado Alencar Santana.

1ª PARTE

ITEM 194

REQUERIMENTO Nº 304/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Associação dos Aposentados e Pensionistas Nacional - AAPEN, ex ABSP, abrangendo o período de janeiro de 2023 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 222

REQUERIMENTO Nº 557/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Associação dos Aposentados e Pensionistas Nacional - AAPEN, entre 01 de agosto de 2023 a 23 de junho de 2025 e aos anos-calendário 2023 a 2025.

Autoria: Deputado Luiz Lima

1ª PARTE

ITEM 96

REQUERIMENTO Nº 133/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Associação dos Aposentados Mutualistas para Benefícios Coletivos - AMBEC, entre janeiro de 2021 e julho de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 205

REQUERIMENTO Nº 359/2025

Requer a quebra do sigilo bancário da Associação de Aposentados Mutualista para Benefícios Coletivos - AMBEC, entre 14 de maio de 2023 e 23 de junho de 2025; e do sigilo fiscal dos anos-calendário 2023 a 2025.

Autoria: Deputada Adriana Ventura

1ª PARTE

ITEM 249

REQUERIMENTO Nº 676/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Associação dos Aposentados Mutualistas para Benefícios Coletivos - Ambec, abrangendo o período de janeiro de 2017 a agosto de 2025.

Autoria: Senadora Damares Alves

1ª PARTE

ITEM 318

REQUERIMENTO Nº 1183/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) da Associação Mutualista de Benefícios Coletivos - AMBEC, CNPJ nº 08.254.798/0001-00, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 26 de agosto de 2025.

Autoria: Senador Marcos Rogério

1ª PARTE

ITEM 319

REQUERIMENTO Nº 1184/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Associação Mutualista de Benefícios Coletivos - AMBEC, entre 1º de janeiro de 2023 e 26 de agosto de 2025.

Autoria: Senador Marcos Rogério

1ª PARTE

ITEM 358

REQUERIMENTO Nº 1483/2025

Requer a quebra do sigilo bancário da Associação de Aposentados Mutualistas para Benefícios Coletivos - AMBEC, abrangendo o período de janeiro de 2015 a setembro de 2025.

Autoria: Deputado Zé Trovão

1ª PARTE

ITEM 403

REQUERIMENTO Nº 1689/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) e informações referente à Associação dos Aposentados Mutualistas para Benefícios Coletivos - AMBEC, , abrangendo o período de janeiro de 2019 até a 05 de setembro de 2025.

Autoria: Deputada Bia Kicis

1ª PARTE

ITEM 343

REQUERIMENTO Nº 1419/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa Associação dos Beneficiários da Previdência Social do Brasil - Abenpreb, entre 8 de abril de 2022 a 28 de agosto de 2025.

Autoria: Senador Marcos Rogério

1ª PARTE

ITEM 344

REQUERIMENTO Nº 1425/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa Associação dos Beneficiários da Previdência Social do Brasil - Abenpreb, abrangendo o período de 8 de abril de 2022 a 28 de agosto de 2025.

Autoria: Senador Marcos Rogério

1ª PARTE

ITEM 364

REQUERIMENTO Nº 1558/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal e, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), referente à Associação Nacional de Defesa dos Direitos dos Aposentados e Pensionistas – ANDDAP, abrangendo o período de 24 de abril de 2020 a 24 de abril de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 374

REQUERIMENTO Nº 1578/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Associação Nacional de Defesa dos Direitos dos Aposentados e Pensionistas - ANDDAP, abrangendo o período de janeiro de 2015 a setembro de 2025.

Autoria: Senador Marcos Rogério

1ª PARTE

ITEM 375

REQUERIMENTO Nº 1579/2025

Requer a quebra de sigilo bancário e fiscal da Associação Nacional de Defesa dos Direitos dos Aposentados e Pensionistas (ANDDAP), referente ao período de 1º de janeiro de 2015 a 3 de setembro de 2025.

Autoria: Senador Marcos Rogério

1ª PARTE

ITEM 399

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 1679/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Associação Nacional de Defesa dos Direitos dos Aposentados e Pensionistas - ANDDAP, abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 167

REQUERIMENTO Nº 263/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Associação no Brasil de Aposentados e Pensionistas da Previdência Social, abrangendo o período de janeiro de 2021 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 221

REQUERIMENTO Nº 556/2025

Requer a quebra do sigilo bancário e fiscal da Associação no Brasil de Aposentados e Pensionistas da Previdência Social - APBRASIL, referentes ao período janeiro de 2021 a julho de 2025 e entre janeiro de 2021 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 226

REQUERIMENTO Nº 628/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Associação no Brasil de Aposentados e Pensionistas da Previdência Social - APBRASIL, abrangendo o período de janeiro de 2017 a agosto de 2025.

Autoria: Senadora Damares Alves

1ª PARTE

ITEM 359

REQUERIMENTO Nº 1528/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Associação no Brasil de Aposentados e Pensionistas da Previdência Social – AP BRASIL, entre 1º de janeiro de 2015 a 1º de setembro de 2025.

Autoria: Deputado Zé Trovão

1ª PARTE

ITEM 314

REQUERIMENTO Nº 1051/2025

Requer a quebra de sigilo bancário e fiscal da Associação de Assistência Social à Pensionistas e Aposentados - AASPA (CNPJ 46.833.928/0001-58) entre a data de 17 de junho de 2022 a 31 de agosto de 2025.

Autoria: Deputado Rafael Brito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 61

REQUERIMENTO Nº 83/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal Benfix Corretora de Seguros e Administradora de Benefícios Ltda. entre janeiro de 2019 e julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 137

REQUERIMENTO Nº 198/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa Benfix Corretora de Seguros e Administradora de Benefícios Ltda., abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 169

REQUERIMENTO Nº 265/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa Benfix Corretora de Seguros e Administradora de Benefícios LTDA, abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 139

REQUERIMENTO Nº 201/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Brasildental Operadora de Planos Odontologicos S.A., abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 275

REQUERIMENTO Nº 724/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa Brasilia Construtora e Incorporadora Ltda, do período de 14 de maio de 2023 a 23 de junho de 2025 e aos anos-calendário 2023 a 2025.

Autoria: Deputada Adriana Ventura

1ª PARTE

ITEM 271

REQUERIMENTO Nº 719/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa Brasilia Consultoria Empresarial S.A, entre 14 de maio de 2023 a 23 de junho de 2025 e aos anos-calendário 2023 a 2025.

Autoria: Deputada Adriana Ventura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 390

REQUERIMENTO Nº 1650/2025

Requer a quebra do sigilo bancário e Fiscal da empresa Brasília Consultoria Empresarial S.A, entre janeiro de 2022 e julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 391

REQUERIMENTO Nº 1651/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) da empresa Brasília Consultoria Empresarial S.A., abrangendo o período de janeiro de 2022 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 71

REQUERIMENTO Nº 96/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa Brasília Consultoria Empresarial S.A., abrangendo o período de janeiro de 2023 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 78

REQUERIMENTO Nº 105/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa Brasília Consultoria Empresarial S.A., entre janeiro de 2023 e julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 406

REQUERIMENTO Nº 1723/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa Brasilia Consultoria Empresarial S/A, entre 14 de maio de 2023 a 23 de junho de 2025 (sigilo bancário) e aos anos-calendário 2023 a 2025 (sigilo fiscal)

Autoria: Deputada Adriana Ventura

1ª PARTE

ITEM 102

REQUERIMENTO Nº 142/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Alexsandro Prado Santos, controlador das associações Universo e APDAP Prev , entre janeiro de 2022 e julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 253

REQUERIMENTO Nº 680/2025

Requer a quebra do sigilo bancário de C. Marcelino de Souza Santos Serviços de Locações Ltda., empresa vinculada ao Sr. Cícero Marcelo de Souza Santos, entre janeiro de 2021 e junho de 2025.

Autoria: Senador Eduardo Girão

1ª PARTE

ITEM 285

REQUERIMENTO Nº 736/2025

Requer a quebra do sigilo fiscal da empresa C. Marcelino de Souza Santos Serviços de Locações LTDA, referente aos anos-calendário de 2023 a 2025.

Autoria: Senador Eduardo Girão

1ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 294

REQUERIMENTO Nº 823/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa C. Marcelino de Souza Santos Serviços de Locações LTDA, abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 99

REQUERIMENTO Nº 137/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Caixa de Assistência dos Aposentados e Pensionistas do INSS - CAAP, entre janeiro de 2022 e julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 195

REQUERIMENTO Nº 305/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Caixa de Assistência dos Aposentados e Pensionistas do INSS - CAAP, abrangendo o período de janeiro de 2022 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 353

REQUERIMENTO Nº 1478/2025

Requer a quebra do sigilo bancário da Caixa de Assistência aos Aposentados e Pensionistas – CAAP entre 1º de janeiro de 2015 e 1º de setembro de 2025.

Autoria: Deputado Zé Trovão

1ª PARTE

ITEM 292

REQUERIMENTO Nº 748/2025

Requer a quebra do sigilo bancário da empresa Camilo Comercio e Serviços Ltda., referente ao período de 14 de maio de 2023 a 23 de junho de 2025; e do sigilo fiscal referente aos anos-calendários 2023 a 2025.

Autoria: Deputada Adriana Ventura

1ª PARTE

ITEM 392

REQUERIMENTO Nº 1652/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) da empresa Brasília Camilo Comercio e Serviços LTDA, abrangendo o período de janeiro de 2023 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 289

REQUERIMENTO Nº 740/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa Camilo Comercio e Servicos S.A, entre 14 de maio de 2023 a 23 de junho de 2025 e aos anos-calendário 2023 a 2025.

Autoria: Deputada Adriana Ventura

1ª PARTE

ITEM 75

REQUERIMENTO Nº 101/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Carlos Roberto Ferreira Lopes, Presidente da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais - CONAFER, entre janeiro de 2019 e julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 160

REQUERIMENTO Nº 256/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Carlos Roberto Ferreira Lopes, abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 283

REQUERIMENTO Nº 734/2025

Requer a quebra do sigilo bancário de Carlos Roberto Ferreira Lopes, entre 01 de janeiro de 2021 a 23 de junho de 2025.

Autoria: Senador Eduardo Girão

1ª PARTE

ITEM 284

REQUERIMENTO Nº 735/2025

Requer a quebra do sigilo fiscal de Carlos Roberto Ferreira Lopes, referente aos anos-calendário de 2021 a 2025.

Autoria: Senador Eduardo Girão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 305

REQUERIMENTO Nº 940/2025

Requer a quebra dos sigilos telefônico e telemático do Sr. Carlos Roberto Ferreira Lopes, presidente

da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais do Brasil (CONAFER), entre 1º de janeiro de 2023 e 23 de junho de 2025.

Autoria: Senador Eduardo Girão

1ª PARTE

ITEM 87

REQUERIMENTO Nº 123/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Sra. Cecília Rodrigues Mota, ex-Presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas Nacional - AAPEN, no período de janeiro de 2019 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 184

REQUERIMENTO Nº 291/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Sra. Cecília Rodrigues Mota, ex-diretora da Associação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (AAPB) e da Associação dos Aposentados e Pensionistas Nacional (AAPEN), abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 219

REQUERIMENTO Nº 551/2025

Requer a quebra do sigilo bancário e fiscal das empresas vinculadas à sra. Cecília Rodrigues Mota, referente ao período de 01 de agosto de 2023 a 23 de junho de 2025.

Autoria: Deputado Luiz Lima

1ª PARTE

ITEM 395

REQUERIMENTO Nº 1662/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Central Nacional de Aposentados e Pensionistas - Associação Santo Antônio - CENAP/ASA, abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 396

REQUERIMENTO Nº 1666/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Central Nacional dos Aposentados e Pensionistas do Brasil - CENTRAPE, abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 106

REQUERIMENTO Nº 146/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da entidade Centro de Estudos dos Benefícios dos Aposentados e Pensionistas (CEBAP), entre janeiro de 2023 e julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 199

REQUERIMENTO Nº 316/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Centro de Estudos dos Benefícios dos Aposentados e Pensionistas - CEBAP, abrangendo o período de janeiro de 2023 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 218

REQUERIMENTO Nº 533/2025

Requer a quebra do sigilo bancário e fiscal Centro de Estudos dos Benefícios dos Aposentados e

Pensionistas (Cebap), referente ao período de 1 de janeiro de 2023 a 23 de junho de 2025 e aos anos-calendário de 2023 a 2025.

Autoria: Deputado Luiz Lima

1ª PARTE

ITEM 256

REQUERIMENTO Nº 684/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Centro de Estudo dos Benefícios dos Aposentados e Pensionistas - CEBAP, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2017 a 19 de agosto de 2025.

Autoria: Senadora Damares Alves

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 57

REQUERIMENTO Nº 78/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Empresa Centro Médico Vita Care, abrangendo o período de janeiro de 2021 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 63

REQUERIMENTO Nº 87/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal de Centro Médico Vita Care entre janeiro de 2021 e julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 212

REQUERIMENTO Nº 506/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Centro Médico Vita Care, abrangendo o período de janeiro de 2021 a agosto de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Damares Alves

1ª PARTE

ITEM 323

REQUERIMENTO Nº 1199/2025

Requer a quebra do sigilo fiscal da empresa Centro Médico Vita Care, entre 01 de janeiro de 2023 a 23 de junho de 2025, e aos anos-calendários de 2023 a 2025.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

1ª PARTE

ITEM 329

REQUERIMENTO Nº 1226/2025

Requer a quebra do sigilo bancário do Centro Médico Vita Care, entre 1º de janeiro de 2023 e 23 de junho de 2025.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

1ª PARTE

ITEM 79

REQUERIMENTO Nº 106/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Cícero Marcelino de Souza Santos, assessor do presidente da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais - CONAFER, entre janeiro de 2021 e julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 159

REQUERIMENTO Nº 254/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Cícero Marcelino de Souza Santos, abrangendo o período de janeiro de 2021 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 268

REQUERIMENTO Nº 715/2025

Requer a quebra do sigilo bancário de Cícero Marcelino De Souza Santos, entre 01 de janeiro de 2023 a 23 de junho de 2025.

Autoria: Senador Eduardo Girão

1ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 269

REQUERIMENTO Nº 716/2025

Requer a quebra do sigilo fiscal de Cícero Marcelino De Souza Santos, de 2021 a 2025.

Autoria: Senador Eduardo Girão

1ª PARTE

ITEM 304

REQUERIMENTO Nº 921/2025

Requer a quebra do sigilo telefônico e telemático do Sr. Cícero Marcelino de Souza Santos, entre janeiro de 2023 e junho de 2025.

Autoria: Senador Eduardo Girão

1ª PARTE

ITEM 350

REQUERIMENTO Nº 1475/2025

Requer a quebra do sigilo bancário Círculo Nacional de Assistência dos Aposentados e Pensionistas – CINAAP, entre 1º de janeiro de 2015 a 1º de setembro de 2025.

Autoria: Deputado Zé Trovão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 41

REQUERIMENTO Nº 48/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Claudemilson Fernandes Lima, presidente da ASBRAPI - Associação Brasileira dos Aposentados, Pensionistas e Idosos, entre janeiro de 2019 e julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 150

REQUERIMENTO Nº 222/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao sr. Claudemilson Fernandes Lima, presidente da Associação Brasileira dos Aposentados, Pensionistas e Idosos - ASBRAPI, abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 270

REQUERIMENTO Nº 717/2025

Requer a quebra do sigilo bancário da empresa Concepto Vet Ltda, entre 01 de janeiro de 2023 a 23 de junho de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Eduardo Girão

1ª PARTE

ITEM 280

REQUERIMENTO Nº 731/2025

Requer a quebra do sigilo fiscal da empresa Concepto Vet Ltda, entre os anos-calendário de 2023 a 2025.

Autoria: Senador Eduardo Girão

1ª PARTE

ITEM 118

REQUERIMENTO Nº 159/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (COBAP), abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 237

REQUERIMENTO Nº 646/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos - COBAP, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2017 a 19 de agosto de 2025.

Autoria: Senadora Damares Alves

1ª PARTE

ITEM 397

REQUERIMENTO Nº 1677/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos - COBAB, abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 72

REQUERIMENTO Nº 97/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura (CBPA) entre janeiro de 2019 e julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 165

REQUERIMENTO Nº 261/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Confederação Brasileira dos trabalhadores da Pesca e da Aquicultura (CBPA), abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 206

REQUERIMENTO Nº 365/2025

Requer a quebra do sigilo bancário da Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura

CBPA, entre 14 de maio de 2023 e 23 de junho de 2025; e do sigilo fiscal dos anos-calendário 2023 a 2025.

Autoria: Deputada Adriana Ventura

1ª PARTE

ITEM 239

REQUERIMENTO Nº 652/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura (CBPA), abrangendo o período de 1º de janeiro de 2017 a 19 de agosto de 2025.

Autoria: Senadora Damares Alves

1ª PARTE

ITEM 93

REQUERIMENTO Nº 130/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Confederação Nacional de Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais - CONAFER, no período de janeiro de 2019 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 190

REQUERIMENTO Nº 298/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à entidade Confederação Nacional de Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais (CONAFER), abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 207

REQUERIMENTO Nº 418/2025

Requer a quebra do sigilo bancário da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais do Brasil (Conafer) entre janeiro de 2021 e junho de 2025, e do sigilo fiscal nos anos-calendário 2021 a 2025.

Autoria: Senador Eduardo Girão

1ª PARTE

ITEM 354

REQUERIMENTO Nº 1479/2025

Requer a quebra do sigilo bancário da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais do Brasil - CONAFER, entre 1º de Janeiro de 2015 a 1º de Janeiro de 2020

Autoria: Deputado Zé Trovão

1ª PARTE

ITEM 126

REQUERIMENTO Nº 168/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil - CONTRAF, abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 235

REQUERIMENTO Nº 641/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil - CONTRAF Brasil, inscrita sob o CNPJ nº 08.427.212/0001-61, pelo período de janeiro de 2017 até agosto de 2025.

Autoria: Senadora Damares Alves

1ª PARTE

ITEM 97

REQUERIMENTO Nº 134/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, entre janeiro de 2019 e julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 193

REQUERIMENTO Nº 302/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 209

REQUERIMENTO Nº 469/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), referentes, ao período de 09 de março de 2023 a 23 de junho de 2025 e aos anos-calendário 2023 a 2025.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

1ª PARTE

ITEM 245

REQUERIMENTO Nº 672/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag, abrangendo o período de janeiro de 2017 a agosto de 2025.

Autoria: Senadora Damares Alves

1ª PARTE

ITEM 355

REQUERIMENTO Nº 1480/2025

Requer a quebra do sigilo bancário da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, entre janeiro de 2015 e setembro de 2025.

Autoria: Deputado Zé Trovão

1ª PARTE

ITEM 267

REQUERIMENTO Nº 712/2025

Requer a quebra do sigilo fiscal da Cooperativa de Trabalho dos Profissionais Atuantes em Consultoria, Instrutoria e Educação - COOPTEC, no período de 2021 a 2025.

Autoria: Senador Eduardo Girão

1ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 302

REQUERIMENTO Nº 917/2025

Requer a quebra do sigilo bancário da Cooperativa de Trabalho dos Profissionais Atuantes em Consultoria, Instrutoria e Educação - Cooptec, entre janeiro de 2021 e junho de 2025.

Autoria: Senador Eduardo Girão

1ª PARTE

ITEM 252

REQUERIMENTO Nº 679/2025

Requer a quebra do sigilo fiscal de CSS Consultoria e Gestão Ltda., empresa vinculada ao Sr. Cícero Marcelino de Souza Santos, entre janeiro de 2021 e junho de 2025.

Autoria: Senador Eduardo Girão

1ª PARTE

ITEM 261

REQUERIMENTO Nº 696/2025

Requer a quebra do sigilo fiscal da empresa CSS Consultoria e Gestão Ltda. referente aos anos-calendário 2021 a 2025.

Autoria: Senador Eduardo Girão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 251

REQUERIMENTO Nº 678/2025

Requer a quebra do sigilo fiscal de Css Locação de Veículos, Máquinas e Equipamentos, empresa vinculada ao Sr. Cícero Marcelino de Souza Santos, entre janeiro de 2021 e junho de 2025.

Autoria: Senador Eduardo Girão

1ª PARTE

ITEM 263

REQUERIMENTO Nº 700/2025

Requer a quebra do sigilo fiscal da empresa CSS Locação de Veículos, Máquinas e Equipamentos Ltda., referente aos anos-calendários 2021 a 2025.

Autoria: Senador Eduardo Girão

1ª PARTE

ITEM 229

REQUERIMENTO Nº 633/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa Curitiba Consultoria em Serviços Médicos S/A, entre janeiro de 2023 e julho de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 325

REQUERIMENTO Nº 1210/2025

Requer a quebra do sigilo bancário da empresa Curitiba Consultoria em Servicos Medicos SA referentes ao período de 01 de janeiro de 2023 a 23 de junho de 2025.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

1ª PARTE

ITEM 331

REQUERIMENTO Nº 1239/2025

Requer a quebra do sigilo fiscal da empresa Curitiba Consultoria em Serviços Médicos SA referente ao período de 01 de janeiro de 2023 a 23 de junho de 2025.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

1ª PARTE

ITEM 89

REQUERIMENTO Nº 125/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal de Danilo Berndt Trento, no período de janeiro de 2023 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 186

REQUERIMENTO Nº 293/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Danilo Berndt Trento, abrangendo o período de janeiro de 2023 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 274

REQUERIMENTO Nº 723/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa Diligence Construtora e Incorporadora SPE Ltda, do período de 14 de maio de 2023 a 23 de junho de 2025 e aos anos-calendário 2023 a 2025.

Autoria: Deputada Adriana Ventura

1ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 259

REQUERIMENTO Nº 691/2025

Requer a quebra do sigilo bancário da Dm&H Assessoria Empresarial e Corretora de Seguros Ltda, entre 14 de maio de 2023 e 23 de junho de 2025; e do sigilo fiscal anos-calendário 2023 a 2025.

Autoria: Deputada Adriana Ventura

1ª PARTE

ITEM 339

REQUERIMENTO Nº 1407/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Domingos Savio de Castro, no período de 14 de maio de 2023 a 23 de junho de 2025 (sigilos bancário e telefônico) e aos anos-calendário 2023 a 2025 (sigilo fiscal).

Autoria: Deputada Adriana Ventura

1ª PARTE

ITEM 393

REQUERIMENTO Nº 1655/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) da empresa DRLP Comercialização e Locação de Veículos S/A, abrangendo o período de janeiro de 2024 a julho de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 334

REQUERIMENTO Nº 1333/2025

Requer a quebra dos sigilos bancários e fiscais da empresa DRPL - Comercialização e Locação de Veículos, entre janeiro de 2015 a dezembro de 2024.

Autoria: Deputado Rogério Correia

1ª PARTE

ITEM 300

REQUERIMENTO Nº 913/2025

Requer, por meio de cooperação do Ministério da Justiça e Segurança Pública, a quebra do sigilo bancário da empresa Camilot Invest Limited, entre janeiro de 2024 e janeiro de 2025, e do sigilo fiscal nos anos-calendário 2021 a 2025.

Autoria: Deputada Adriana Ventura

1ª PARTE

ITEM 104

REQUERIMENTO Nº 144/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Sra. Edjane Rodrigues, Secretária De Políticas Sociais da Confederação Nacional dos Trabalhadores Na Agricultura (Contag) , entre janeiro de 2021 e julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 117

REQUERIMENTO Nº 158/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Edmar Policarpo Júnior, presidente do Centro de Estudo dos Benefícios dos Aposentados e Pensionistas (CEBAP), abrangendo o período de janeiro de 2023 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 238

REQUERIMENTO Nº 651/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Edmar

Policarpo Júnior, ex-Presidente do Centro de Estudos Benefícios dos Aposentados e Pensionistas (CEBAP), abrangendo o período de 1° de janeiro de 2017 a 19 de agosto de 2025.

Autoria: Senadora Damares Alves

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 52

REQUERIMENTO Nº 71/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Edmilson Miguel Arcanjo Dias de Andrade, dirigente da AAPPS UNIVERSO, entre janeiro de 2021 e julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 174

REQUERIMENTO Nº 270/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente a Edmilson Miguel Arcanjo Dias de Andrade, dirigente da AAPPS Universo, abrangendo o período de janeiro de 2021 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 74

REQUERIMENTO Nº 100/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Edson Akio Yamada, ex-Diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão do INSS, entre junho de 2022 e fevereiro de 2023.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 163

REQUERIMENTO Nº 259/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Edson Akio Yamada, ex-Diretor de Benefícios e Relacionamento com o cidadão do INSS, abrangendo o período de janeiro de 2022 a dezembro de 2023.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 216

REQUERIMENTO Nº 517/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Edson Akio Yamada, ex-diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), abrangendo o período de janeiro de 2017 a agosto de 2025.

Autoria: Senadora Damares Alves

1ª PARTE

ITEM 308

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 992/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Edson Akio Yamada, ex-Diretor de Benefícios com o Cidadão do INSS (DIRBEN), abrangendo o período de janeiro de 2019 a dezembro de 2024.

Autoria: Deputado Rogério Correia

1ª PARTE

ITEM 143

REQUERIMENTO Nº 211/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Edson Cunha de Araújo , presidente licenciado da FECOPEMA e Deputado Estadual do Maranhão, entre janeiro de 2020 e julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 164

REQUERIMENTO Nº 260/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa Cícero Marcelino de Souza Santos, abrangendo o período de janeiro de 2024 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 85

REQUERIMENTO Nº 121/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal de Eric Douglas Martins Fidelis, advogado, no período de janeiro de 2023 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 182

REQUERIMENTO Nº 289/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Eric Douglas Martins Fidelis, advogado e filho de André Fidelis, entre janeiro de 2023 e julho de 2025

Autoria: Senador Izalci Lucas

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor, silêncio!

1ª PARTE

ITEM 232

REQUERIMENTO Nº 636/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Eric Douglas Martins Fidélis, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2017 a 19 de agosto de 2025.

Autoria: Senadora Damares Alves

1ª PARTE

ITEM 297

REQUERIMENTO Nº 860/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático do Sr. Eric Douglas Martins Fidelis, advogado, entre janeiro de 2023 e agosto de 2025.

Autoria: Deputado Duarte Jr.

1ª PARTE

ITEM 336

REQUERIMENTO Nº 1402/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Eric Douglas Martins Fidelis, no período de 14 de maio de 2023 a 23 de junho de 2025 (sigilos bancário e telefônico) e aos anos-calendário 2023 a 2025 (sigilo fiscal).

Autoria: Deputada Adriana Ventura

1ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 203

REQUERIMENTO Nº 331/2025

Requer a quebra do sigilo bancário da empresa Eric Fidelis Sociedade Individual de Advocacia entre 17 de fevereiro de 2023 e 23 de junho de 2025, e do sigilo fiscal entre 2023 e 2025.

Autoria: Deputada Adriana Ventura

1ª PARTE

ITEM 312

REQUERIMENTO Nº 1036/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à sociedade individual Sr. Eric Fidelis Sociedade Individual de Advocacia, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2017 a 19 de agosto de 2025.

Autoria: Senadora Damares Alves

1ª PARTE

ITEM 278

REQUERIMENTO Nº 729/2025

Requer a quebra do sigilo bancário da empresa Farmlands Holding LLC, do período de 01 de janeiro de 2021 a 23 de junho de 2025.

Autoria: Senador Eduardo Girão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 281

REQUERIMENTO Nº 732/2025

Requer a quebra do sigilo fiscal da empresa Farmlands Holding Llc, entre os anos-calendário de 2023 a 2025.

Autoria: Senador Eduardo Girão

1ª PARTE

ITEM 277

REQUERIMENTO Nº 728/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa Fluente Diligence e Brasilia Incorporadora SPE Ltda, do período de 14 de maio de 2023 a 23 de junho de 2025 e aos anos-calendário 2023 a 2025.

Autoria: Deputada Adriana Ventura

1ª PARTE

ITEM 43

REQUERIMENTO Nº 50/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Sra. Francisca da Silva de Souza, sócia administradora da AAPEN - Associação dos Aposentados e Pensionistas Nacional, entre janeiro de 2023 e julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 148

REQUERIMENTO Nº 220/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Sra. Francisca da Silva de Souza , Sócia Administradora da Associação dos Aposentados e Pensionistas Nacional (AAPEN), anteriormente denominada de Associação Brasileira dos Servidores Públicos (ABSP), entre janeiro de 2023 e julho de 2025

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 228

REQUERIMENTO Nº 632/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Gilberto Torres Laurindo, presidente da Associação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (ASBAPI) abrangendo o período de 1º de janeiro de 2017 a 19 de agosto de 2025.

Autoria: Senadora Damares Alves

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 131

REQUERIMENTO Nº 177/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Giovani Batista Fassarella Spiecker, ex-Coordenador-Geral de Suporte ao Atendimento ao Cliente no INSS, entre janeiro de 2023 e julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 178

REQUERIMENTO Nº 285/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Sr. Giovani Batista Fassarella Spiecker, Coordenador-Geral de Suporte ao Atendimento ao Cidadão do INSS (afastado), entre janeiro de 2023 e julho de 2025

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 214

REQUERIMENTO Nº 510/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao sr. Geovani Batista Fassarella Spiecker, servidor do INSS, abrangendo o período de julho de 2017 a 19 de agosto de 2025.

Autoria: Senadora Damares Alves

1ª PARTE

ITEM 149

REQUERIMENTO Nº 221/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à sra. Maria Eudenes dos Santos, sócia-administradora da Associação dos Aposentados e Pensionistas Nacional - AAPEN, abrangendo o período de janeiro de 2023 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 66

REQUERIMENTO Nº 90/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Sra. Ingrid Pininskeni Morais Santos, abrangendo o período de janeiro de 2021 a dezembro de 2022.

Autoria: Senador Izalci Lucas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 255

REQUERIMENTO Nº 682/2025

Requer a quebra do sigilo bancário de Ingrid Pikinskeni Morais Santos, entre 01 de janeiro de 2021 a 23 de junho de 2025.

Autoria: Senador Eduardo Girão

1ª PARTE

ITEM 257

REQUERIMENTO Nº 685/2025

Requer a quebra do sigilo fiscal de Ingrid Pikinskeni Morais Santos, entre os anos de 2021 a 2025.

Autoria: Senador Eduardo Girão

1ª PARTE

ITEM 303

REQUERIMENTO Nº 920/2025

Requer a quebra do sigilo telefônico e telemático da Sra. Ingrid Pikinskeni Morais Santos, entre janeiro de 2021 e junho de 2025.

Autoria: Senador Eduardo Girão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 241

REQUERIMENTO Nº 655/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Irineu de Paula Cruz, Presidente da Associação Beneficente de Auxílio Mútuo ao Servidor Público (ABAMSP), abrangendo o período de 1° de janeiro de 2017 a 19 de agosto de 2025.

Autoria: Senadora Damares Alves

1ª PARTE

ITEM 279

REQUERIMENTO Nº 730/2025

Requer a quebra do sigilo bancário da empresa Jaguar Comercio Varejista Produtos Artesanais Ltda, do período de 01 de janeiro de 2021 a 23 de junho de 2025.

Autoria: Senador Eduardo Girão

1ª PARTE

ITEM 282

REQUERIMENTO Nº 733/2025

Requer a quebra do sigilo fiscal da empresa Jaguar Comercio Varejista Produtos Artesanais Ltda, entre os anos-calendário de 2023 a 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Eduardo Girão

1ª PARTE

ITEM 210

REQUERIMENTO Nº 502/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Jobson de Paiva Silveira Sales, ex-Diretor de Atendimento do INSS, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2017 a 19 de agosto de 2025.

Autoria: Senadora Damares Alves

1ª PARTE

ITEM 40

REQUERIMENTO Nº 47/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. José Carlos de Jesus, Presidente da APDAP PREV - Associação de Proteção e Defesa dos Direitos dos Aposentados e Pensionistas, entre janeiro de 2022 e julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 144

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 215/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Jose Carlos de Jesus, Presidente da APDAP Prev - Associação de Proteção e Defesa dos Direitos dos Aposentados e Pensionistas, entre Janeiro de 2022 e Julho de 2025

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 48

REQUERIMENTO Nº 64/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal de José Hermicesar Brilhante Palmeira, Dirigente Da Associação de Aposentados Mutualista para Benefícios Coletivos - AMBEC, entre janeiro de 2021 e julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 158

REQUERIMENTO Nº 230/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao sr. José Hermicesar Brilhante Palmeira, dirigente da Associação de Aposentados Mutualista para Benefícios Coletivos - AMBEC, abrangendo o período de janeiro de 2021 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 309

REQUERIMENTO Nº 1004/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. José Laudenor da Silva (apontando pela Polícia Federal por apresentar relações societárias e financeiras escusas com José Carlos Oliveira, ex-Presidente do INSS), abrangendo o período de janeiro de 2021 a dezembro de 2024.

Autoria: Deputado Rogério Correia

1ª PARTE

ITEM 54

REQUERIMENTO Nº 73/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. José Lins de Alencar Neto, Sócio-Administrador da Associação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (AAPB), abrangendo o período de janeiro de 2021 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 60

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 82/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. José Lins de Alencar Neto, sócio-administrador da Associação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (AAPB), entre janeiro de 2021 e julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 83

REQUERIMENTO Nº 119/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal de Jucimar Fonseca da Silva, ex-Coordenador-Geral de Pagamentos e Benefícios do INSS, no período de janeiro de 2023 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 180

REQUERIMENTO Nº 287/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Jucimar Fonseca da Silva, Coordenador-Geral de Pagamentos e Benefícios (afastado), entre janeiro de 2023 e julho de 2025

Autoria: Senador Izalci Lucas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 288

REQUERIMENTO Nº 739/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa Localize Diligence e Brasília Incorporadora SPE Ltda, entre 14 de maio de 2023 a 23 de junho de 2025 e aos anos-calendário 2023 a 2025.

Autoria: Deputada Adriana Ventura

1ª PARTE

ITEM 151

REQUERIMENTO Nº 223/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à sra. Luciene de Camargo Bernardo, dirigente da Associação de Aposentados Mutualistas para Benefícios Coletivos - AMBEC, abrangendo o período de janeiro de 2021 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 51

REQUERIMENTO Nº 68/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal de Marcela Lins Moura de Figueiredo, dirigente da Associação de Aposentados Mutualista para Benefícios Coletivos - AMBEC, entre janeiro de 2021 e julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 175

REQUERIMENTO Nº 271/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Sra. Marcela

Lins Moura de Figueiredo, dirigente da AAPPS Universo, abrangendo o período de janeiro de 2021 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 45

REQUERIMENTO Nº 58/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Marci Eustaquio Teodoro, dirigente da União Nacional de Auxílio aos Servidores Públicos (UNASPUB), entre janeiro de 2021 e julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 170

REQUERIMENTO Nº 266/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Maria Ferreira da Silva, sócia-administradora da Associação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil, abrangendo o período de janeiro de 2021 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 50

REQUERIMENTO Nº 66/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal de Marcos José Lins Moura Santos, dirigente da AAPPS Universo, entre janeiro de 2021 e julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 155

REQUERIMENTO Nº 227/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Marcos José Lins Moura Santos, dirigente da AAPPS Universo, abrangendo o período de janeiro de 2021 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 242

REQUERIMENTO Nº 656/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Marcos José Lins Moura Santos, Presidente da Associação no Brasil de Aposentados e Pensionistas da Previdência Social (APBRASIL), abrangendo o período de janeiro de 2017 a agosto de 2025.

Autoria: Senadora Damares Alves

1ª PARTE

ITEM 116

REQUERIMENTO Nº 157/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Sra. Maria Cezarina Aparecida Moraes Policarpo, diretora da União dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (UNSBRAS), abrangendo o período de janeiro de 2023 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 44

REQUERIMENTO Nº 56/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Sra. Maria das Graças Ferraz, dirigente da União Nacional de Auxílio aos Servidores Públicos (UNASPUB) entre janeiro de 2021 e julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 147

REQUERIMENTO Nº 219/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Sra. Maria das Graças Ferraz, dirigente da União Nacional de Auxílio aos Servidores Públicos (UNASPUB), entre janeiro de 2021 e Julho de 2025

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 42

REQUERIMENTO Nº 49/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Sra. Maria Eudenes dos Santos, sócia administradora da AAPEN - Associação dos Aposentados e Pensionistas Nacional, entre janeiro de 2023 e julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 149

REQUERIMENTO Nº 221/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à sra. Maria Eudenes dos Santos, sócia-administradora da Associação dos Aposentados e Pensionistas Nacional - AAPEN, abrangendo o período de janeiro de 2023 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 58

REQUERIMENTO Nº 79/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Sra. Maria Ferreira da Silva, Sócia-Administradora da Associação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (AAPB), entre janeiro de 2021 e julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 170

REQUERIMENTO Nº 266/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Maria Ferreira da Silva, sócia-administradora da Associação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil, abrangendo o período de janeiro de 2021 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 112

REQUERIMENTO Nº 153/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Sra. Maria Inês Batista de Almeida, vinculada à Associação de Aposentados Mutualistas para Benefícios Coletivos (AMBEC), abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 240

REQUERIMENTO Nº 654/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Sra. Maria Josana Lima de Oliveira, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (CONTRAF- Brasil), abrangendo o período de janeiro de 2017 a agosto de 2025.

Autoria: Senadora Damares Alves

1ª PARTE

ITEM 56

REQUERIMENTO Nº 77/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Sra. Maria Liduína Pereira de Oliveira, Sócia-Administradora da Associação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (AAPB), entre janeiro de 2021 e julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 171

REQUERIMENTO Nº 267/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente Maria Liduína Pereira de Oliveira, sócia-administradora da Associação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil, abrangendo o período de janeiro de 2021 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 366

REQUERIMENTO Nº 1568/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Sra. Maria Paula Xavier da Fonseca Oliveira, entre janeiro de 2015 e setembro de 2025.

Autoria: Senador Marcos Rogério

1ª PARTE

ITEM 367

REQUERIMENTO Nº 1569/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Sra. Maria Paula Xavier da Fonseca Oliveira, abrangendo o período de janeiro de 2015 a setembro de 2025.

Autoria: Senador Marcos Rogério

1ª PARTE

ITEM 47

REQUERIMENTO Nº 61/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Sra. Marilisa Moran Garcia, dirigente da Associação de Aposentados Mutualista para Benefícios Coletivos - AMBEC, entre janeiro de 2021 e julho de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 152

REQUERIMENTO Nº 224/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à sra. Marilisa Moran Garcia, dirigente da Associação de Aposentados Mutualistas para Benefícios Coletivos - AMBEC, abrangendo o período de janeiro de 2021 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 127

REQUERIMENTO Nº 171/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Master Prev Clube de Benefícios (MPCB), abrangendo o período de janeiro de 2021 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 88

REQUERIMENTO Nº 124/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal de Maurício Camisotti, no período de janeiro de 2019 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 185

REQUERIMENTO Nº 292/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Maurício Camisotti, empresário, abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 254

REQUERIMENTO Nº 681/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Maurício Camisotti, empresário, abrangendo o período de janeiro de 2017 até agosto de 2025.

Autoria: Senadora Damares Alves

1ª PARTE

ITEM 293

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 821/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telemático do Sr. Senhor Maurício Camisotti, ExGrupo Total Health (THG), entre 1º de janeiro de 2019 a 22 de agosto de 2025.

Autoria: Deputado Duarte Jr.

1ª PARTE

ITEM 236

REQUERIMENTO Nº 645/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Milton Batista de Souza Filho, CPF sob o nº 066.031.078-30, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2017 a 19 de agosto de 2025.

Autoria: Senadora Damares Alves

1ª PARTE

ITEM 39

REQUERIMENTO Nº 46/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Milton Salvador de Almeida Júnior, sócio da Prospect Consult Empresar Ltda., entre janeiro de 2022 e julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 145

REQUERIMENTO Nº 216/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Milton Salvador de Almeida Junior, Sócio da Prospect Consult Empresar Ltda e Brasilia Consultoria Empresarial S/A, entre janeiro de 2022 e julho de 2025

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 250

REQUERIMENTO Nº 677/2025

Requer a quebra do sigilo bancário de Nobre Serviços de Eventos Ltda., empresa vinculada ao Sr. Cícero Marcelino de Souza Santos e à Sra. Ingrid Pininskeni Morais Santos, entre janeiro de 2021 e junho de 2025.

Autoria: Senador Eduardo Girão

1ª PARTE

ITEM 264

REQUERIMENTO Nº 705/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a quebra do sigilo fiscal de Nobre Servicos de Eventos Ltda., empresa vinculada ao Sr. Cícero Marcelino de Souza Santos e à Sra. Ingrid Pikinskni Morais Santos, nos anos-calendário 2021 a 2025.

Autoria: Senador Eduardo Girão

1ª PARTE

ITEM 101

REQUERIMENTO Nº 141/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Philipe Roters Coutinho, Agente da Polícia Federal , entre janeiro de 2023 e julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 197

REQUERIMENTO Nº 311/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Philipe Roters Coutnho, agente da Polícia Federal, abrangendo o período de janeiro de 2023 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 67

REQUERIMENTO Nº 91/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa Premiar Recursos Humanos LTDA, abrangendo o período de janeiro de 2020 a dezembro de 2021.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 138

REQUERIMENTO Nº 199/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa Prevident Assistência Odontológica S.A., abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 291

REQUERIMENTO Nº 747/2025

Requer a quebra do sigilo bancário da empresa Prospect Consultoria Empresarial Ltda., referente ao período de 14 de maio de 2023 a 23 de junho de 2025; e do sigilo fiscal referente aos anos-calendários 2023 a 2025.

Autoria: Deputada Adriana Ventura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 387

REQUERIMENTO Nº 1647/2025

Requer a quebra do sigilo bancário e fiscal da empresa Prospect Consultoria Empresarial LTDA, intermediária ou beneficiário de recursos, referente ao período de janeiro de 2022 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 388

REQUERIMENTO Nº 1648/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa Prospect Consultoria Empresarial LTDA, entre janeiro de 2022 e julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 55

REQUERIMENTO Nº 75/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Sra. Raimunda Cunha, Sócia-Administradora da Associação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (AAPB), entre janeiro de 2021 e julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 172

REQUERIMENTO Nº 268/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Raimunda Cunha, sócia-administradora da Associação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil, abrangendo o período de janeiro de 2021 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 121

REQUERIMENTO Nº 162/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Rede Ibero-Americana de Associações de Idosos Do Brasil, abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 382

REQUERIMENTO Nº 1590/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Rede Ibero-Americana de Associações de Idosos do Brasil (RIAAM Brasil), abrangendo o período de janeiro de 2015 a setembro de 2025.

Autoria: Senador Marcos Rogério

1ª PARTE

ITEM 383

REQUERIMENTO Nº 1591/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Rede Ibero-Americana de Associações de Idosos do Brasil (RIAAM Brasil), referente ao período de 1º de janeiro de 2015 a 3 de setembro de 2025.

Autoria: Senador Marcos Rogério

1ª PARTE

ITEM 141

REQUERIMENTO Nº 209/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente a Rede Mais Saúde, abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 368

REQUERIMENTO Nº 1572/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Reinaldo Carlos Barroso de Almeida, servidor da Diretoria de Benefícios do INSS, entre janeiro de 2015 e setembro de 2025.

Autoria: Senador Marcos Rogério

1ª PARTE

ITEM 369

REQUERIMENTO Nº 1573/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Reinaldo Carlos Barroso de Almeida, servidor da Diretoria de Benefícios do INSS, entre janeiro de 2015 e setembro de 2025.

Autoria: Senador Marcos Rogério

1ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 113

REQUERIMENTO Nº 154/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Renato Aroldo de Sousa Costa, ex-diretor da Associação de Aposentados Mutualistas para Benefícios Coletivos (AMBEC), abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 114

REQUERIMENTO Nº 155/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Sra. Rita Pereira de Andrade, vinculada à Associação de Aposentados Mutualistas para Benefícios Coletivos (AMBEC), abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 38

REQUERIMENTO Nº 40/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal de Romeu Carvalho Antunes, sócio da Prospect Consult Empresar Ltda., entre janeiro de 2022 e julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 146

REQUERIMENTO Nº 217/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Romeu Carvalho Antunes, Sócio da Prospect Consult Empresar Ltda, entre janeiro de 2022 e julho de 2025

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 244

REQUERIMENTO Nº 659/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Romeu Carvalho Antunes, sócio da ACCA Consultoria Empresarial S.A., abrangendo o período de 1° de janeiro de 2017 a 19 de agosto de 2025.

Autoria: Senadora Damares Alves

1ª PARTE

ITEM 107

REQUERIMENTO Nº 147/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Rubens Oliveira Costa, empresário, entre janeiro de 2021 e dezembro de 2024.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 103

REQUERIMENTO Nº 143/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do sr. Sandro Temer de Oliveira, controlador das associações Universo e APDAP Prev , entre janeiro de 2022 e julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 64

REQUERIMENTO Nº 88/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Sebastião Faustino de Paula, ex-Diretor de Benefícios do INSS, abrangendo o período de janeiro de 2021 a dezembro de 2022.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 73

REQUERIMENTO Nº 99/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Sebastião Faustino de Paula, ex-diretor de Benefícios, abrangendo o período de janeiro de 2021 a dezembro de 2022.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 125

REQUERIMENTO Nº 166/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sindicato Nacional dos Aposentados do Brasil - SINAB, abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 95

REQUERIMENTO Nº 132/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos - SINDNAPI/FS, entre janeiro de 2019 e julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 192

REQUERIMENTO Nº 300/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos, abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 301

REQUERIMENTO Nº 914/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e

Idosos da Força Sindical – SINDNAPI, do período de 1º de janeiro de 2023 a 23 de junho de 2025 e aos anos-calendário 2021 a 2025.

Autoria: Deputada Adriana Ventura

1ª PARTE

ITEM 317

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 1180/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical (Sindnapi), presidente da Associação Delta, abrangendo o período de 15 de junho de 2020 a 26 de agosto de 2025.

Autoria: Senador Marcos Rogério

1ª PARTE

ITEM 120

REQUERIMENTO Nº 161/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da União Geral dos Trabalhadores – SINDIAPI-UGT, abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 122

REQUERIMENTO Nº 163/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sindicato Nacional dos Trabalhadores Aposentados, Pensionistas e Idosos de Mogi-Guaçu (SINTRAAPI), abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 119

REQUERIMENTO Nº 160/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sindicato Nacional dos Trabalhadores Aposentados, Pensionistas e Idosos, filiado à CUT (SINTAPI-CUT), abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 161

REQUERIMENTO Nº 257/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa Target Pesquisas de Mercado LTDA, abrangendo o período de janeiro de 2020 a dezembro de 2021.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 62

REQUERIMENTO Nº 85/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente a TB Holding Financeira Ltda., abrangendo o período de janeiro de 2021 a junho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 262

REQUERIMENTO Nº 697/2025

Requer a quebra do sigilo fiscal da empresa T.b. Holding Financeira Ltda., no período de 1º de janeiro de 2021 a 23 de junho de 2025.

Autoria: Senador Eduardo Girão

1ª PARTE

ITEM 287

REQUERIMENTO Nº 738/2025

Requer a quebra do sigilo bancário da empresa T.b. Holding Financeira LTDA, entre 01 de janeiro de 2021 e 23 de junho de 2025.

Autoria: Senador Eduardo Girão

1ª PARTE

ITEM 69

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 94/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa Terra Bank LTDA, abrangendo o período de janeiro de 2022 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 265

REQUERIMENTO Nº 708/2025

Requer a quebra do sigilo fiscal de Terra Bank Ltda., vinculada ao Sr. Cícero Marcelino de Souza Santos, nos anos-calendário de 2023 a 2025.

Autoria: Senador Eduardo Girão

1ª PARTE

ITEM 286

REQUERIMENTO Nº 737/2025

Requer a quebra do sigilo bancário da empresa Terra Bank LTDA, entre 01 de janeiro de 2021 e 23 de junho de 2025.

Autoria: Senador Eduardo Girão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 105

REQUERIMENTO Nº 145/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Sra. Thaisa Daiane Silva, Secretária Geral Da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), entre janeiro de 2022 e julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 130

REQUERIMENTO Nº 176/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Sra. Thaisa Hoffmann Jonasson, beneficiária de repasses financeiros, entre janeiro de 2022 e julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 177

REQUERIMENTO Nº 284/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Sra. Thaisa Hoffmann Jonasson, sócia da empresa a Curitiba Consultoria em Serviços Médicos Sa, entre janeiro de 2022 e julho de 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 217

REQUERIMENTO Nº 530/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Sra. Thaisa Hoffmann Jonasson, cônjuge do então Chefe da Procuradoria Federal Especializada do INSS, Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, abrangendo o período de janeiro de 2017 a agosto de 2025.

Autoria: Senadora Damares Alves

1ª PARTE

ITEM 326

REQUERIMENTO Nº 1214/2025

Requer a quebra do sigilo bancário da Sra. Thaisa Hoffman Jonasson, entre 1º de janeiro de 2023 a 23 de junho de 2025.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

1ª PARTE

ITEM 332

REQUERIMENTO Nº 1309/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a quebra do sigilo fiscal de THAISA HOFFMANN JONASSON, referente ao período de 01 de janeiro de 2023 a 23 de junho de 2025 (anos-calendário 2023 a 2025).

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

1ª PARTE

ITEM 133

REQUERIMENTO Nº 193/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa THG Consórcio e Representação Financeira Ltda., abrangendo o período de janeiro de 2021 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 65

REQUERIMENTO Nº 89/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal de THJ Consultoria Ltda. entre janeiro de 2022 e julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 168

REQUERIMENTO Nº 264/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa THJ Consultoria LTDA, abrangendo o período de janeiro de 2022 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 333

REQUERIMENTO Nº 1318/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa Thj Consultoria Ltda, referentes, respectivamente, ao período de 1º de janeiro de 2023 a 23 de junho de 2025 e aos anos-calendário 2023 a 2025.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

1ª PARTE

ITEM 136

REQUERIMENTO Nº 197/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa Total Health Brasil Saúde e Participações Ltda., abrangendo o período de janeiro de 2020 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 134

REQUERIMENTO Nº 195/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa Total Health do Brasil Ltda, abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 135

REQUERIMENTO Nº 196/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa Total Health Holding & Participações Ltda., abrangendo o período de janeiro de 2020 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 123

REQUERIMENTO Nº 164/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao União Brasileira De Aposentados Da Previdência - UNIBAP, abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 356

REQUERIMENTO Nº 1481/2025

Requer a quebra do sigilo bancário da União Brasileira de Aposentados e Previdência – UNIBAP, entre janeiro 1º de Janeiro de 2015 a 1º de Setembro de 2025

Autoria: Deputado Zé Trovão

1ª PARTE

ITEM 152

REQUERIMENTO Nº 224/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à sra. Marilisa Moran Garcia, dirigente da Associação de Aposentados Mutualistas para Benefícios Coletivos - AMBEC, abrangendo o período de janeiro de 2021 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 129

REQUERIMENTO Nº 175/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, ex-Procurador-Geral do INSS, entre janeiro de 2020 e julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 189

REQUERIMENTO Nº 297/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à entidade União Nacional de Auxílio aos Servidores Públicos (UNASPUB), abrangendo o período de janeiro de 2021 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 220

REQUERIMENTO Nº 554/2025

Requer a quebra do sigilo bancário e fiscal da Associação de Aposentados Mutualistas para União Nacional de Auxílio aos Servidores Públicos - Unaspub, referente ao período de 1 de janeiro de 2023 a 23 de junho de 2025 e aos anos-calendário de 2023 a 2025.

Autoria: Deputado Luiz Lima

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 351

REQUERIMENTO Nº 1476/2025

Requer a transferência do sigilo bancário da União Nacional de Auxílio aos Servidores Públicos – UNASPUB, entre 1º de janeiro de 2015 e 1º de setembro de 2025.

Autoria: Deputado Zé Trovão

1ª PARTE

ITEM 223

REQUERIMENTO Nº 583/2025

Requer a quebra do sigilo bancário da União Nacional dos Aposentados e Pensionistas do Brasil entre 1º de janeiro de 2023 e 23 de junho de 2025, e do sigilo fiscal entre 2023 e 2025.

Autoria: Deputado Luiz Lima

1ª PARTE

ITEM 398

REQUERIMENTO Nº 1678/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à União Nacional dos Aposentados e Pensionistas do Brasil - UNABRASIL, abrangendo o período de janeiro de 2019 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 128

REQUERIMENTO Nº 174/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal de Antônio Carlos Camilo Antunes entre janeiro de 2022 e julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 188

REQUERIMENTO Nº 296/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à entidade Universo Associação de Aposentados e Pensionistas dos Regimes Geral da Previdência Social (AAPPS Universo), abrangendo o período de janeiro de 2021 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 352

REQUERIMENTO Nº 1477/2025

Requer a quebra do sigilo bancário da empresa Associação dos Aposentados Pensionistas dos Regimes Geral e Próprio de Previdência Social – AAPPS/Universo, entre janeiro 1º de Janeiro de 2015 a 1º de Setembro de 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Deputado Zé Trovão

1ª PARTE

ITEM 393

REQUERIMENTO Nº 1655/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) da empresa DRLP Comercialização e Locação de Veículos S/A, abrangendo o período de janeiro de 2024 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 156

REQUERIMENTO Nº 228/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à sra. Valdira Prado Santana Santos, dirigente da AAPPS Universo, abrangendo o período de janeiro de 2021 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 178

REQUERIMENTO Nº 285/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Sr. Giovani Batista Fassarella Spiecker, Coordenador-Geral de Suporte ao Atendimento ao Cidadão do INSS (afastado), entre janeiro de 2023 e julho de 2025

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 179

REQUERIMENTO Nº 286/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Vanderlei Barbosa dos Santos, ex-Diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão (DIRBEN) do INSS, entre janeiro de 2023 e julho de 2025

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 211

REQUERIMENTO Nº 504/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Vanderlei Barbosa dos Santos, ex-diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão do INSS, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2017 a 19 de agosto de 2025.

Autoria: Senadora Damares Alves

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 295

REQUERIMENTO Nº 858/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático do Sr. Vanderlei Barbosa dos Santos, ex-diretor de benefícios e relacionamento com o cidadão do INSS, entre janeiro de 2023 e agosto de 2025.

Autoria: Deputado Duarte Jr.

1ª PARTE

ITEM 204

REQUERIMENTO Nº 333/2025

Requer a quebra do sigilo bancário da empresa Venus Consultoria e Assessoria Empresarial S.A. entre 14 de maio de 2023 e 23 de junho de 2025; e do sigilo fiscal dos anos-calendário 2023 a 2025.

Autoria: Deputada Adriana Ventura

1ª PARTE

ITEM 400

REQUERIMENTO Nº 1683/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa Vênus Consultoria Assessoria Empresarial S.A., abrangendo o período de janeiro de 2022 a janeiro de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 402

REQUERIMENTO Nº 1686/2025

Requer a transferência, em formato digital, do sigilo de dados bancários e fiscais da empresa Vênus Consultoria Assessoria Empresarial S.A., de janeiro de 2022 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 276

REQUERIMENTO Nº 727/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa Vintage Diligence e Brasilia Incorporadora SPE Ltda, do período de 14 de maio de 2023 a 23 de junho de 2025 e aos anos-calendário 2023 a 2025.

Autoria: Deputada Adriana Ventura

1ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 175

REQUERIMENTO Nº 271/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Sra. Marcela

Lins Moura de Figueiredo, dirigente da AAPPS Universo, abrangendo o período de janeiro de 2021 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 215

REQUERIMENTO Nº 511/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente a Virgilio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, ex-procurador do INSS, abrangendo o período de 1º de julho de 2017 a 19 de agosto de 2025.

Autoria: Senadora Damares Alves

1ª PARTE

ITEM 299

REQUERIMENTO Nº 862/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático do Sr. Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, ex-procurador-geral do INSS, entre janeiro de 2023 e agosto de 2025.

Autoria: Deputado Duarte Jr.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 322

REQUERIMENTO Nº 1198/2025

Requer a quebra do sigilo telefônico do sr. Virgílio Antonio Ribeiro de Oliveira Filho, ex-Procurador-Geral da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, referente ao período de 01 de janeiro de 2023 a 23 de junho de 2025.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

1ª PARTE

ITEM 327

REQUERIMENTO Nº 1215/2025

Requer a quebra do sigilo fiscal do Sr. Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, entre 1º de janeiro de 2023 a 23 de junho de 2025.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

1ª PARTE

ITEM 328

REQUERIMENTO Nº 1219/2025

Requer a quebra do sigilo bancário do Sr. Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho, ex-Procurador-Geral da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, entre 1º de janeiro de 2023 a 23 de junho de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

1ª PARTE

ITEM 335

REQUERIMENTO Nº 1356/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Warley Martins Gonçalles, Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e

Idosos (COBAP), abrangendo o período de 1º de janeiro de 2017 a 28 de agosto de 2025.

Autoria: Senadora Damares Alves

1ª PARTE

ITEM 260

REQUERIMENTO Nº 692/2025

Requer a quebra do sigilo bancário da empresa Wm System Informática Ltda entre 14 de maio de 2023 e 23 de junho de 2025; e do sigilo fiscal referente aos anos-calendário 2023 a 2025.

Autoria: Deputada Adriana Ventura

1ª PARTE

ITEM 208

REQUERIMENTO Nº 466/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa Xavier Fonseca Oliveira, referentes,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

respectivamente, ao período de 01 de agosto de 2023 a 23 de junho de 2025 e aos anos-calendário 2023 a 2025.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

1ª PARTE

ITEM 324

REQUERIMENTO Nº 1200/2025

Requer a quebra do sigilo bancário da empresa Xavier Fonseca Consultoria, entre 01 de agosto de 2023 a 23 de junho de 2025.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

1ª PARTE

ITEM 330

REQUERIMENTO Nº 1237/2025

Requer a quebra do sigilo fiscal da empresa XAVIER FONSECA CONSULTORIA, referente ao período de 01 de agosto de 2023 a 23 de junho de 2025.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

1ª PARTE

ITEM 386

REQUERIMENTO Nº 1645/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) da empresa Xavier Fonseca e Consultoria LTDA, referente ao período de janeiro de 2023 a julho de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 202

REQUERIMENTO Nº 326/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente a Yamada e Hatheyer Serviços Ltda., abrangendo o período de janeiro de 2023 a dezembro de 2024.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 162

REQUERIMENTO Nº 258/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Sra. Yasmin Ahmed Hatheyer Oliveira, abrangendo o período de janeiro de 2022 a dezembro de 2023.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 310

REQUERIMENTO Nº 1010/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Sra. Yasmin Ahmed Hatheyer Oliveira, filha de José Carlos de Oliveira (Ahmed Mohamad Oliveira Andrade), abrangendo o período de janeiro de 2021 a dezembro de 2024.

Autoria: Deputado Rogério Correia

Esses são os itens acordados dentro daquilo que nós colocamos desde o início, lembrando que os pedidos de sigilo serão quebrados a partir da assinatura dos acordos de cooperação técnica.

Com a palavra o Líder do Governo...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, só para ficar bem esclarecido...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Dentro do marco temporal, a partir de 2015, e no caso das entidades tem o segundo critério que é a partir do ACT. Então, são dois critérios...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente. Sim.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... marco temporal e ACT. No caso das entidades, é o marco temporal, 2015; no caso das entidades, é a partir do ACT.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – É isso?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exatamente, Excelência. Será cumprido pela Secretaria conforme o acerto entre os Líderes.

Coloco em votação todos os itens pautados, exceto aqueles itens que estão fora do acordo, conforme manifestação dos Parlamentares.

Os Parlamentares que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Os requerimentos estão aprovados e serão deliberados à Secretaria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião está dividida em duas partes: deliberativa e oitiva do Sr. Ahmed Mohamad Oliveira... (*Pausa.*)

Só um instante. (*Pausa.*)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone*.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Deputada Adriana.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem.) – Presidente, só um esclarecimento, até porque eu vou seguir o acordo, está tudo certo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – É que a gente... Como são, eram muitos itens, e a leitura... A gente sabe que fica muita coisa. Os itens que foram retirados, foram acordados... Tinha item na pauta meu, por exemplo, que não foi votado, e imagino que de outros colegas. Essa lista do que foi retirado e tal a gente consegue como? Porque tem um item meu, por exemplo, o 942, que não entrou na lista. Eu gostaria de saber por que foi retirado. Com quem que eu consigo...?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Nós... os que foram retirados daqui são umas quebras de sigilo de quem não está nos inquéritos da Polícia Federal. Todos os que estão aqui, todas as informações foram solicitadas, estão já definidos pela Polícia Federal. Aqueles que não têm marco temporal não terão sigilo quebrado, até que surja uma notícia que possa nos embasar.

As convocações serão votadas separadamente. Nós estamos trazendo aqui em bloco o acordo que foi feito de procedimentos com relação... e no prazo que o Deputado Paulo Pimenta colocou, mas os outros requerimentos todos – de nome por nome dos convocados – serão colocados em pauta com 48 horas de antecedência, para que todos possam acompanhar.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Deputada... Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF. Pela ordem.) – Não, é rapidinho, só para a gente se organizar aqui com relação ao intervalo: o senhor pretende dar uma...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pretendo, sim, uma hora de almoço para nós.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Tá. Às 13?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos deixar acertado das 13 às 14?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Oitiva do Sr. Ahmed Mohamad (José Carlos Oliveira), do Sr. José Carlos Oliveira (Ahmed Mohamad Oliveira Andrade), ex-Presidente do INSS e ex-Ministro do Trabalho e Previdência, Requerimento 574, de 2025. Está aqui a convite, já tomou assento à mesa, acompanhado do advogado.

A reunião está sendo transmitida ao vivo pelo YouTube. Eu respondo à questão de que a TV Senado não está fazendo a transmissão, Deputado Mário Heringer, porque há uma sessão especial, que tem prerrogativa, mas o YouTube está ao vivo, e, assim que a sessão terminar, a transmissão passará a ser ao vivo também, pela TV Senado.

Passo agora à leitura do termo de compromisso do depoente.

V. Sa. promete, quanto aos fatos de que tenha conhecimento na qualidade de testemunha, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) (Para expor.) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A partir deste momento, V. Sa. está sujeito ao compromisso de dizer a verdade quanto aos fatos de que tenha conhecimento ou que tenha protagonizado na qualidade de testemunha, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

Senhores, eu vou pedir, como conversei com os Líderes, a máxima vênia no que vou falar em relação ao tratamento das nossas testemunhas. Tanto o Ministro Lupi veio como convidado, como está aqui também o Sr. Oliveira como convidado. Então, eu vou pedir aos Parlamentares que, dentro dos nossos pronunciamentos, das nossas palavras, a gente possa manter o respeito devido. Ele veio voluntariamente, marcou a data, assim como o Sr. Lupi, e isso tem que ser levado em consideração. Então, peço aos Parlamentares a gentileza de que a gente possa se manter... E eu serei firme aqui na questão do regulamento em não permitir qualquer tipo de ofensa ou naturalmente algo que possa gerar questões ou interrupção do nosso andamento.

Eu cedo a palavra ao Sr. Oliveira, por 15 minutos, para a sua exposição.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) (Para expor.) – Bom, cumprimento o Sr. Presidente, Senador Carlos Viana, e o nobre Deputado Sr. Alfredo Gaspar, Relator desta CPMI. Na pessoa do Senador Rogerio Marinho, cumprimento todas as Senadoras e Senadores aqui presentes e, na pessoa da Deputada Bia Kicis, cumprimento todas as Deputadas e Deputados participantes desta CPMI.

Bom dia a todos.

Aproveito o espaço dado a mim para falar minimamente como minha promoção de Diretor, de Presidente do INSS e de Ministro se deu. Eu fui Diretor durante o período de 21/05/21 a 04/11/21, exatos cinco meses e 13 dias. Minha promoção a Presidente, onde fiquei de 05/11/21 a 30/03/22, e logo depois fui alçado ao cargo de Ministro do Trabalho e Previdência, onde fiquei por nove meses, dos quais dois meses já eram transição, novembro e dezembro, porque nós perdemos a eleição.

Não sei se todos sabem, mas eu sou um servidor de carreira. Ingressei na carreira em 1985, passei por vários cargos lá em São Paulo, fui Superintendente do INSS São Paulo; depois fui convidado a ser o Diretor de Benefícios aqui na direção central; logo depois, Presidente do INSS;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

e acabei alçando o cargo de Ministro de Estado, do qual eu tenho muito orgulho, porque eu represento uma categoria de mais ou menos 24 mil servidores, que é o que o INSS tem. E eu conheço bastante todas as pessoas que trabalham no INSS, porque estou lá há quase 41 anos – faço 41 anos agora no final, no meio deste ano, ou melhor, em outubro deste ano.

Alguns pensam que a minha carreira foi uma carreira meteórica, mas não foi meteórica, ela começou, como eu falei, em 1985.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – No período em que estive no INSS nove meses, juntando o período em que fui Diretor e o período em que fui Presidente, criamos um grupo de trabalho para fazer a IN 128. Até então, a IN 128, que deu a luz para os servidores fazerem análise dos processos, à vista da Emenda Constitucional 2.019, que foi a reforma da previdência.

Então, eu entrei lá em maio de 21. Do momento em que a emenda constitucional foi aprovada até o momento em que a gente fez a IN 128, praticamente nós trabalhamos no escuro, por isso a gente acabou se debruçando em fazer a IN 128.

Criamos o guichê virtual para atendimento dos advogados, fizemos um acordo de cooperação com a OAB, iniciamos a concessão do auxílio-inclusão, trabalhamos pela diminuição da fila.

Quando nós pegamos o INSS, eu me lembro como se fosse hoje, logo no início, eu fui visitado lá pela Deputada... Não é verdade? Nós tínhamos 2,8 milhões de processos na fila de aposentadorias e pensões, e auxílio-doença, aguardando uma resposta conclusiva do INSS.

Como o negócio do INSS? O negócio do INSS é este aqui: o reconhecimento de direito. E havia uma diretriz de governo para que a gente diminuísse a fila. Nós nos debruçamos e fizemos um trabalho junto de valorização dos servidores, com os servidores e aí acabamos deixando esse acervo perto de 800 mil.

Nós analisamos, no ano de 2022 inteiro, quase 6 milhões de processos e deixamos o acervo em 800 mil, gerando uma injeção na economia na ordem de 16 bilhões. Eu me lembro que, em 2022, no final, nós tivemos que correr atrás de uma suplementação orçamentária para poder fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

o pagamento da folha, que teve um aumento – quando eu falo pagamento da folha, eu estou falando dinheiro no bolso dos aposentados e dos pensionistas – na ordem de 16 bilhões.

Investimos em automação. Quando nós chegamos lá, 11% apenas de todos os processos eram automatizados. Quando nós saímos, por conta da parceria que nós fizemos com a Dataprev, na época o Canuto estava lá como Presidente, fizemos uma parceria com ele, com algumas academias, como a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que é campeã, recebeu vários prêmios para fazer a automação de processos... Quando nós saímos de lá, nós deixamos 46% dos processos todos automatizados. Hoje, o cidadão, muitas vezes, pode fazer o requerimento do seu benefício e, dez minutos depois, ele recebe um SMS dizendo que o benefício foi concedido, ou foi indeferido.

Criamos ferramentas de segurança para coibir as fraudes do seguro-defeso. Era uma coisa notória no Brasil, que tinham cidades que tinham mais pescador do que habitantes. Então, foi feito um trabalho ferrenho em cima da questão do seguro-defeso. Acho que sempre quem fala do seguro-defeso é o Senador Izalci.

Tivemos que fazer a reestruturação do INSS. O Ministério foi recriado. Precisávamos de pontos de função para fazer a reestrutura, para fazer a recriação do Ministério do Trabalho e Previdência. Utilizamos uma parte do INSS para poder fazer isso. Também cedemos alguns pontos de função, naquela época, para a AGU. Fazer a reestruturação do INSS naquele momento, pós-pandemia, com poucos servidores, precisando de concurso público, não foi fácil, mas a gente conseguiu fazer e deixamos o INSS em pé.

Investimos em pessoas, pois, na minha concepção como gestor público – não só como gestor público, mas como gestor –, o maior tesouro de qualquer organização são as pessoas. Por isso que a gente investiu tanto, compramos cursos de graduação. Nós tínhamos 1,4 mil servidores no INSS que não tinham a graduação, eles tinham só o nível médio. Eles toparam fazer faculdade, nós compramos no Mackenzie, eles fizeram os cursos, compramos, na Fundação Getulio Vargas, mestrados, doutorados, abrimos a possibilidade. O INSS tem um convênio com a Universidade de Alcalá, na Espanha, e eu, com quase 40 anos de INSS, não sabia que isso daí existia. Eu soube quando vim aqui para o Bloco O, no Setor de Autarquias Sul, onde trabalhei durante quase dois anos. E aí nós abrimos a possibilidade para todos os servidores, os caras que estão lá na ponta, lá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos rincões do Brasil, lá nas populações ribeirinhas, de participar de um – como é que se fala? – concurso interno, para poder ter a possibilidade de participar desse doutorado lá na Universidade de Alcalá.

Naquele momento, tínhamos mais de 60 apontamentos da CGU, Presidente, mas nenhum dizia respeito a essa modalidade do desconto associativo. Tínhamos 500 acórdãos do Tribunal de Contas da União – eu estou te falando lá de 2021, 2022 –, e nenhum acórdão tratava desse acordo, dessa modalidade. Por isso que a gente nunca teve o olhar voltado para essa modalidade. Tínhamos o olhar focado no reconhecimento de direito, na fila de 2,8 milhões de processos parados para serem analisados. Inclusive, nós encontramos na época processos que tinham mais de cem dias, que estavam aguardando para poder dar uma resposta conclusiva ao cidadão. E, muitas vezes, essa resposta foi o quê? O indeferimento. Nós analisamos, analisamos, analisamos, mas, historicamente, no INSS, se você analisa 1 milhão, 500 mil são indeferidos.

Por que tanto indeferimento? Porque o cidadão, para saber se ele tem direito ou não, ele tem sim uma simulação no Meu INSS, mas é uma simulação ainda confusa. Ele depende de um servidor para poder explicar para ele se ele tem direito, qual que é o direito dele e qual é o caminho mais vantajoso para ele poder requerer o seu benefício. Então, muitas vezes, o segurado sabe que não tem o tempo, mas ele requer uma aposentadoria para poder ter a possibilidade de conversar e de ter a sua documentação analisada pelo servidor do INSS.

Já como Ministro, me preocupei em formar um time técnico. Coloquei à frente da Secretaria de Trabalho um auditor-fiscal do trabalho, uma pessoa extremamente experiente. Ele fez diversas ações, brilhou como Secretário, fez várias ações fiscais, operações contra o trabalho análogo ao trabalho escravo. Fizemos o primeiro encontro dos auditores-fiscais do trabalho, que, desde que foram criados, nunca haviam tido a oportunidade de ter trocas de conhecimento, porque o Brasil é gigante. O trabalho que um auditor-fiscal faz no Rio Grande do Sul é diferente do que ele faz no Sudeste, é diferente do que ele faz no Centro-Oeste, é diferente do que ele faz no Nordeste, e vice-versa. Então, esse encontro foi extremamente rico para a troca de experiências dos auditores-fiscais do trabalho.

A minha Secretária de Previdência, a princípio, era uma Procuradora Federal. Logo depois um rapaz que tem um conhecimento absurdo de INSS, da máquina INSS e de políticas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

previdência, acabou assumindo a Previdência naquele momento, a Secretaria de Previdência. Fizemos um grupo de trabalho para desenhar uma política voltada aos trabalhadores e aplicativos; porém, como nós perdemos a eleição, acabamos não conseguindo concluí-la.

Fizemos a inversão do ônus da prova. A inversão do ônus da prova, desde que eu comecei no INSS, eu achava uma excrescência você obrigar as pessoas a provarem que estão vivas. Quem tem que provar se a pessoa está viva ou morta é o Estado brasileiro, através do batimento de bases, do cruzamento de dados, não obrigar 37 milhões de brasileiros a irem todos os anos ao banco para fazer a prova de vida. O banco ama que o cidadão vá lá, mas é desinteressante para o cidadão, para a família. Para quem tem condição, para quem tem saúde, para quem anda sozinho, não depende de um terceiro, é fácil. Mas eu já vi muitas famílias se mobilizando, pedindo dinheiro, às vezes, para os vizinhos, para poder mobilizar, pegar um Uber, pegar um táxi para poder ir ao banco fazer uma prova de vida. E às vezes, a pessoa não consegue nem entrar no banco. O cidadão do banco tem que sair para fazer a prova de vida lá fora.

Então isso aqui foi um momento histórico para nós. O próprio Presidente na época recebeu a manifestação de outros chefes de Estado, pela coragem. Não acabamos com a prova de vida, nós mudamos o ônus da prova de vida. Muitas vezes, muitas pessoas falaram na época, "vocês acabaram com a prova de vida, abriram as portas para a fraude". Muito pelo contrário, muito pelo contrário. Tanto é que agora o Governo atual encontrou que só 3,5 milhões de brasileiros não conseguiram fazer a prova de vida. Nós estamos falando de 40 milhões de pessoas. Imagine se os 40 milhões tivessem que fazer a prova de vida. E aconteceu a prova de vida através dos batimentos das bases de dados do Governo Federal.

Estava falando com a minha equipe, eu converso bastante com eles, tenho conversado bastante, estou muito triste com tudo que está acontecendo, porque eu trabalho há 40 anos tentando lapidar a marca INSS, e a gente ouve INSS, fraude no INSS, INSS, fraude no INSS fraude no INSS. Então eu tenho conversado bastante com os meus colegas. Eu, graças a Deus, tenho um respeito muito grande deles, porque eu sempre trabalhei ombro a ombro com eles, sempre trabalhei muito, a gente sempre trabalhou 15, 16, 17 horas, 20 horas. A gente nunca mediu esforços para poder entregar a nossa missão no INSS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A nossa missão, que é garantir a proteção social aos cidadãos por meio do reconhecimento de direito. Este daqui está lá, é a missão do INSS. Qualquer outra coisa, o INSS tem dificuldade de entregar. A gente tem que ser realista. Vamos aproveitar que a gente está aqui, a gente está com Senadores, com Deputados, que têm a força de mudar as coisas, não é? Eu, numa época, era contra algumas coisas. E uma pessoa chegou para mim e falou, "olha, você é contra, tudo bem, só que você está na República. Se você é contra, se candidata a Deputado Federal, vai para a Câmara e aí, você forma um bloco lá e você consegue mudar isso daí."

Então eu acho que a gente está no lugar certo, e se há um momento de mudar e há necessidade de mudar, e há, esse momento é este. É este momento que a gente está vivendo aqui. Eu estou, por um lado, chateado, triste, mas por outro lado, muito feliz, porque vocês todos estão debruçados sobre essa matéria, que é uma matéria bastante cara para todo cidadão.

Cidadão que muitas vezes, eu não sei se vocês sabem, mas quase 70% das pessoas recebem até um salário mínimo. Ou até três salários mínimos, perdão. Da massa toda da folha de pagamento, que chega a quase R$1 trilhão, 70% disso recebe até três salários mínimos. Então todo mundo sabe que, muitas vezes, o idoso... Setenta.

Todo mundo sabe que às vezes, o idoso é arrimo de família. Eu vejo colegas meus que hoje queriam se aposentar, não se aposentam porque são arrimo de família. É o único servidor público, é o único que tem o salário garantido, é o único que consegue nutrir a família.

Eu não sei, tenho tempo ainda?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Temos?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Ah, temos lá, tá.

Então é uma honra comparecer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito para prestar todos os esclarecimentos necessários. Quero, antes de tudo, afirmar o meu respeito absoluto pelo papel fiscalizador do Parlamento e registrar o meu compromisso pessoal e institucional, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu continuo sendo servidor. Até o dia 27 de outubro próximo, quando eu completarei 60 anos de idade, 41 anos de serviço, eu tenho, terei direito de me aposentar, mas até lá, podem contar com a minha transparência, a minha legalidade, a minha lealdade.

Fui Presidente do INSS e posteriormente Ministro do Trabalho e Previdência em um período extremamente desafiador. Herdamos um sistema complexo – complexo –, marcado por décadas de regras e demandas crescentes. Ainda assim, em minha gestão, busquei sempre agir com rigor técnico e dentro dos limites que a legislação determina.

Sobre os descontos em benefícios, é importante destacar que o INSS não se beneficia com nenhum desconto. Nossa função é apenas operacionalizar o que a lei determina. Se houve abusos e irregularidades, esses foram praticados por entidades externas e devem ser investigadas e punidas com o devido rigor. É claro, se houve envolvimento de algum servidor, que também seja punido. Eu não sou contra isso. É que a gente não pode generalizar e nem pré-criminalizar as pessoas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor tem um minuto.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Tenho um minuto.

Na minha gestão, não houve venda ou comercialização de dados. Aliás, desde que eu entrei no INSS – desde que eu entrei no INSS –, eu tenho essa curiosidade: por onde que os dados vazam? Eu creio que isso seja uma coisa sistêmica. Nós temos algumas coisas lá no centro da cidade de São Paulo e, lá no Viaduto Santa Ifigênia, você vê as pessoas vendendo CD – CD dos aposentados. Agora, onde eles conseguem isso? Não sei, sinceramente não sei.

Então, não houve venda, nem comercialização de dados. Trabalhamos, ao contrário, para reforçar a segurança das informações e dar mais controle ao segurado. Um exemplo disso foi a ampliação das funcionalidades do aplicativo do Meu INSS, que passou a permitir a contestação de descontos diretamente pelo aposentado, algo inédito até então, porque antes eles tinham que ligar no Procon, eles tinham que ligar na secretaria do consumo para poder contestar aquele desconto indevido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, agradeço, agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu concedo ao senhor mais dois minutos de fala.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Mais dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor pode utilizar da maneira como achar melhor.

Se precisar de mais minutos, por favor, me deixe saber.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Certo, sem dúvida, obrigado.

Assim, eu venho aqui de peito aberto, né? Tenho ouvido bastante coisa, tenho lido bastantes coisas nas mídias. É claro, a gente acompanha. Acompanha porque eu quero que o desfecho desta CPMI seja realmente favorável a todos os aposentados, não só aqueles aposentados que sofreram, mas aqueles que poderiam vir a sofrer, né? Que isso mude realmente, que isso tenha uma mudança verdadeira. E eu acredito que é possível isso ser conseguido aqui com a força de todos os Parlamentares aqui presentes, participantes desta CPMI.

Vocês podem contar comigo. Eu posso aproveitar o meu nome, eu posso aproveitar, o próprio Presidente foi perguntar, o que eu devo colocar na placa, no seu prisma? Eu falei, pode colocar ex-Ministro Oliveira, não tem problema nenhum, não. Porque eu sempre... Eu tinha um camarada que trabalhava comigo no balcão, e o nome dele era José Carlos Câmara. E o meu era José Carlos Oliveira. E vocês acreditem ou não, eu sempre tive uma visão voltada para o segurado. Sempre tive uma visão voltada para o segurado, para entregar e para fazer o melhor por eles.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Então, eu sempre fiquei além do horário, eu sempre atendi. Aí a pessoa voltava, num retorno, no atendimento e falava: "Eu queria falar com o José Carlos", "mas qual deles?", "um barbudo", "mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

os dois são barbudos", "um baixinho", "os dois são baixinhos". Aí eu comecei a dar o meu nome de Oliveira. Foi por isso que o meu nome ficou, eternamente – me chamaram de –, Oliveira.

Eu, sou convertido ao islamismo. Meu nome hoje é o meu nome muçulmano. E eu consegui fazer a retificação de assento aqui no Brasil, porque agora se permite. Até então, não era permitido fazer uma retificação de assento, a não ser que você tivesse um nome vexatório, algum nome que te causasse algum tipo de abuso, o que não era o meu nome.

O meu nome era José Carlos, um nome comum, né? Eu tinha muito homônimo, sim. Homônimo era um absurdo. Qualquer coisa que você fizesse na fila de passaporte, qualquer outra coisa que você fosse fazer, você tinha uma dificuldade absurda.

Eu tenho uma filha que se chama Yasmin. O nome dela é Yasmin Ahmed e ela nasceu em 1998. E, desde que nasceu, o nome dela é Yasmin Ahmed Hatheyer Oliveira. Ou seja, já lá em 1998, o meu nome era Ahmed, só que eu não tinha condição de fazer a mudança.

Fiz antes dessa operação, antes de isso acontecer, eu nem sabia que isso ia acontecer. Mas... Então é por isso que... É uma questão religiosa. Eu sou muçulmano, a minha filha é muçulmana, o meu filho é muçulmano, e por isso o meu nome é Ahmed Mohamad, que é o nosso profeta, o derradeiro profeta, o mensageiro de Deus. Foi por isso.

Só isso...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Sr. Oliveira.

Dando sequência aos nossos trabalhos, passo ao Relator Alfredo Gaspar, pelo tempo que achar necessário aos questionamentos à testemunha.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Presidente, só por uma questão de isonomia, tá? É bom se o senhor puder avisar o advogado sobre a questão efetivamente... Sejam muito bem-vindos os dois. É só para...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Bom, eu já conversei com o advogado até anteriormente, para evitar ruídos dentro da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... evitar passar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O advogado sabe que ele pode passar as informações técnicas, mas não poderá dar as respostas.

Segundo, a testemunha poderá pedir a suspensão da sessão a qualquer tempo, se houver necessidade de qualquer... ou mesmo o advogado, se desejar fazer algum tipo de orientação.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Sobre isso, pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu quero agradecer também – só um instantinho, Senadora – ao Presidente da OAB, que entrou em contato conosco, comigo inclusive, sobre as questões levantadas em relação aos advogados, a OAB prestando toda e total solidariedade ao nosso trabalho, e o respeito que temos pelos advogados.

Pela ordem, Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS. Pela ordem.) – Exatamente sobre esse tema, eu conversei também com o Presidente da OAB Nacional...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – ... Dr. Simonetti, e relatei as verdades que aconteceram. Ele se mostrou, para mim, para o senhor, solidário à questão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Para mim, ele se mostrou solidário a favor dos advogados.

Então, independentemente de qualquer coisa, nós requeremos que a Comissão das Prerrogativas dos advogados passe a acompanhar esta CPMI, e tanto a advocacia privada quanto a advocacia pública precisam ser respeitadas.

Então, todo o meu respeito ao Dr. Fábio Mariz de Oliveira. Tenho certeza de que o senhor vai poder – e deve – dar todo o aparo técnico para o seu cliente, da forma como melhor lhe aprouver, mas estaremos de olho. A OAB está, sim, de olho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, a OAB tem que ficar de olho em tudo, não só nas questões...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – É que não estava sabendo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senadora, a senhora já colocou, inclusive o ruído anterior foi gerado por V. Exa. aqui com relação ao advogado.

Nós temos um profundo respeito pelos advogados. Daí, eu fiquei muito feliz pelo contato da OAB, inclusive do meu estado, que expressou total apoio.

E aqui quero reforçar as palavras da Senadora de que os senhores têm sempre aqui toda atribuição e trabalho. Agora, eu não permitirei, como Presidente dessa CPMI, como aconteceu, que qualquer advogado que venha aqui – e não haverá entidade que vai mudar isso, porque está no Regimento –, que o advogado possa dar as respostas à testemunha ou ao depoente. Eu não vou permitir isso, porque é uma questão, é uma prerrogativa desta CPMI. Mas, dentro de todos os preceitos legais... Eu tenho dois advogados na minha Casa – um que é meu filho, o Deputado Federal Samuel Viana, e minha filha Isabela Viana, que trabalhou dez anos no Tribunal de Justiça – e eu conheço profundamente as questões de direito por conta deles.

O senhor é muito bem-vindo... A OAB é bem-vinda a qualquer momento, mas dentro dos limites estabelecidos pelas regras.

Com a palavra, o Relator Alfredo...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza, vamos dar sequência?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, 30 segundos...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Eu só queria lamentar que a OAB não se posicionou...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... 30 segundos.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... contra esse acordo que prejudicou os aposentados. A OAB...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Senador Marcel Van Hattem, vamos nos manter dentro do tema da CPI.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, a nossa assessoria...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pela Liderança, Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela Liderança.) – A nossa assessoria...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, silêncio.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – A nossa assessoria (*Fora do microfone.*) está me informando...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... que a Secretaria da Mesa não está com a mesma interpretação que nós sobre o que nós falamos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeito.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – São duas questões: marco temporal e ACT.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois bem. Então, peço à Secretaria que, por gentileza, se atenha ao que foi acertado entre os Líderes.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Certo? Então...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, Deputado.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – .... se o ACT... Renovação de ACTs, novos ACTs a partir de 2015...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exato.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... e, se o ACT foi feito lá em 2020, é a partir de 2020 para aquele ACT.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exatamente.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não tem nada para trás de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exatamente.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – É isso?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É isso.

Então, a Secretaria está já ciente e vai cumprir o acordo regimental.

Nós vamos caminhar.

Deputado Alfredo Gaspar, com a palavra.

Deputado, eu gostaria, antes que o senhor iniciasse as perguntas, que o senhor... Foi publicada uma reportagem em rede nacional por um veículo que os pedidos de prisão que foram feitos aqui são genéricos e que nós teríamos criticado prisões da questão do... Mas eu gostaria que o senhor esclarecesse, mais uma vez, em que base nós solicitamos as prisões preventivas de vítimas, para que fique bem claro, porque, ao que parece, não leram a argumentação, e eu gostaria que o senhor esclarecesse a todos que estão nos assistindo por que nós aqui tivemos 26 votos em pedidos de prisão preventiva de pessoas relacionadas à questão do INSS.

Por gentileza.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, primeiro, quero dar bom dia ao senhor e, em nome do senhor, saudar todos os presentes, Parlamentares, jornalistas, assessores, advogados, saudar também a presença do depoente e dizer que nós estamos sendo fiscalizados diariamente com o interesse do povo brasileiro em relação a essa temática.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito foi dito aqui que as investigações começaram por ordem do Governo Federal. Num pressuposto do inquérito policial, o delegado colocou que, baseado nas reportagens do *Metrópoles*, deu início às investigações.

Então... Para o senhor ver como a imprensa tem um papel fundamental, mas uma parte da imprensa teima em aceitar uma narrativa que lhe convém. E a narrativa foi que nós fizemos um pedido de prisão preventiva muito enxuto e sem individualizar as condutas.

Para quem ainda não tinha esse conhecimento, desde a Operação Sem Desconto, que diz respeito a essa roubalheira no dinheiro dos aposentados e pensionistas, o delegado da Polícia Federal – que, inclusive, pediu uma reunião sigilosa, mas a reunião de sigilo não teve absolutamente nada fundamentando o sigilo – fez um excelente trabalho num inquérito policial com mais de 3 mil páginas, citando e individualizando a conduta de todos aqueles da linha de investigação. Só cometeu uma única falha, e eu perguntei a ele: "Doutor, por que não pediu a prisão cautelar desses que meteram a mão no dinheiro do povo?". E ele disse: "Não achei necessário".

Com um pouco da minha experiência de mais de 24 anos no Ministério Público, trabalhando diretamente combatendo a bandidagem, eu achei equivocado o entendimento do delegado. Por isso, lendo o inquérito e com base em todos os fundamentos e pressupostos da prisão preventiva, aplicação da lei penal, conveniência da instrução criminal, garantia da ordem pública, com cada descrição de conduta, eu achei por bem aqui provocar o Colegiado e para a situação e para a oposição não cometer absolutamente nada, porque aqui não tem ninguém protegendo o bandido. Eu apenas coloquei esse requerimento num pedido extrapauta e comuniquei à Advocacia do Senado como deveria ser feito esse encaminhamento. E disse à Advocacia do Senado que eu gostaria de individualizar as condutas e mostrar os itens da conveniência da instrução criminal, da garantia da ordem pública e da aplicação da lei penal.

Vamos... Só de passagem. Por que aplicação da lei penal? Aplicação da lei penal pelo perigo de foragir-se do distrito da culpa. Por que conveniência da instrução criminal? Nós tivemos uma testemunha aqui que também participou da deflagração desse processo, dizendo que foi ameaçada. Garantia da ordem pública: nós estamos avançando para os consignados, mostrando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

que organização criminosa continua em andamento. E demonstrei à Advocacia do Senado que gostaria de fazer dessa forma.

A Advocacia me fez um pleito e disse: "Deputado Alfredo, o senhor bota apenas o requerimento, sem individualizar condutas e sem adentrar nos detalhes dos fundamentos da prisão preventiva – essa parte nós faremos –, porque nós iremos fazer essa petição ao Supremo. Então, não tem necessidade do requerimento junto ao Colegiado ser detalhado". A individualização das condutas que está no pedido feito ao Senado – a indicação dos pressupostos, dos requisitos, dos fundamentos também – não havia necessidade de ser detalhada pelo Colegiado. O papel do Colegiado era tão somente a posição política: se queria essa bandidagem solta ou presa. E o Colegiado demonstrou.

O que ficou publicizado foi o requerimento daqui, porque a petição feita pela Advocacia do Senado, com base naquilo que falei para eles, tem todos os detalhes da individualização das condutas e dos requisitos da prisão.

Portanto, é uma inverdade que o pedido não está fundamentado nem individualizado. Isso não foi feito nessa discussão, da mesma forma como nós acabamos de aprovar centenas de pedidos. O Presidente leu só o número e o autor, porque se o Presidente fosse aqui fazer a leitura do fundamento de cada pedido de afastamento de sigilo, os senhores iriam sair daqui na outra segunda-feira já para tomar café da manhã e voltar à tarde.

Portanto, eu espero ter esclarecido esse engano, Presidente, de quem publicizou, porque foi também levado ao erro, porque alguns membros daqui, mesmo votando a favor – e eu achei isso uma incongruência muito grande –, disseram que não tinha fundamento. Ei, você é um Parlamentar. Se você acha que não tem fundamento, vote "não". Agora, votar "sim", para depois estar fazendo discurso de que é contra, eu fico completamente sem entender.

Mas, Presidente, me permita, eu quero ir diretamente às perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Presidente... Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Oliveira, eu vi que o senhor tem uma longa trajetória no INSS. Isso é muito importante, porque talvez não tenhamos outro depoente com a passagem que o senhor teve por tantos cargos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeira pergunta que eu queria fazer: qual foi o último cargo público que o senhor exerceu?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) (Para expor.) – Ministro do Trabalho e da Previdência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha a pergunta, Sr. Oliveira.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Pois não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu não estou falando no âmbito do INSS, eu estou falando no âmbito profissional do senhor. Qual foi o último cargo público que o senhor exerceu?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – O último cargo público?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Acho que eu não...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Fora do INSS, eu fui Vereador suplente...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, não, não. Eu estou perguntando qual foi o último cargo público que o senhor exerceu. Não estou falando do INSS, estou falando de um modo geral.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não exerci nenhum. Olha, não que eu me lembre. Me perdoe.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

Eu acabei de receber uma informação de que o senhor foi assessor aqui na Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Ah, verdade, verdade, me perdoe. Eu fui assessor aqui antes da eleição do Vereador Marcio Alvino...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, não. Eu queria saber bem objetivo para a gente ganhar tempo.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Ótimo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vou refazer a pergunta: qual foi o último cargo público que o senhor exerceu?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Assessor no gabinete do Deputado Baleia Rossi.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor adentrou lá quando?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Desculpe, Sr. Presidente.

Sr. Relator, me permita só...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Exatamente a data eu não recordo.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – ... um parêntese, por gentileza. Eu vou ser breve.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES. Pela ordem.) – Eu só queria mais uma vez, Sr. Presidente, que alertasse ao depoente que ele está sob compromisso de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado, sob pena de, inclusive, ser autuado em flagrante pela prática de falso testemunho, previsto no art. 342 do Código Penal.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Senador.

A testemunha está devidamente informada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. José Carlos Oliveira, o senhor adentrou na Câmara dos Deputados, nesse último cargo, em que mês ou que ano, melhor falando?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Em 2024.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Em 2024.

E o senhor ainda continua assessor no gabinete do Deputado Baleia?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Negativo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor saiu de lá quando?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Saí de lá para me licenciar para concorrer à eleição de Vereador na cidade de São Paulo. Saí...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quando?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Precisar a data... Eu não lembro da... Deixa eu ver. Acho que foi agosto. Eu fiquei apenas um mês no gabinete do Deputado Baleia Rossi.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A sua saída do gabinete do Deputado teve a ver com a deflagração da Operação Sem Desconto?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Negativo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

Gostaria de saber do senhor se o senhor é filiado a algum partido político.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Sou filiado ao PSD.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – PSD.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos voltar um pouco lá atrás e falar da sua passagem, de que o senhor já disse aí, na superintendência do INSS, região, coordenação ou algo, Sudeste.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Sudeste I.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor passou quanto tempo nessa superintendência? O nome é superintendência mesmo?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Superintendência, exatamente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor passou quanto tempo lá?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Eu entrei lá em agosto de 2016 e saí de lá para assumir a... abril de 21.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, o senhor passou lá cinco anos.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Perfeito.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Nós bem sabemos como funciona o sistema político brasileiro. Por mais que tenhamos funcionários de carreira competentes, nós sabemos que há um loteamento de cargos por indicação política. Quem o indicou, em várias gestões, para ser Superintendente do Sudeste?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Para ser Superintendente do Sudeste, eu, na época, recebi o convite do MDB.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Do MDB.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Exato.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem do MDB?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – O Deputado Baleia Rossi.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o senhor permaneceu na superintendência com o apoio de quem, depois dos governos sucessivos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – De ninguém.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – De ninguém.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – De ninguém.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, a ida do senhor para a superintendência do INSS foi via MDB, é isso?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Perfeito.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor foi filiado ao MDB?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Alguns meses.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

Eu gostaria de saber do senhor se, durante o tempo que o senhor passou nessa superintendência, e não foi pouco tempo – e o senhor, pelo seu currículo, demonstrou que tinha essa capacidade –, o senhor foi alvo de algum processo, de alguma investigação, de alguma acusação.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Negativo, não fui, não fui alvo de absolutamente nada. Até eu ouvi dizer, aventaram a possibilidade, a questão de uns apontamentos da CGU com relação a um contrato de licitação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu ia lhe perguntar isso.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Contrato de licitação, contrato de vigilância.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual o valor desse contrato?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não sei precisar o valor, mas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Foi o senhor quem assinou esse contrato?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Certamente foi, porque era o superintendente que assinava, era o ordenador de despesa, mas quem fazia isso era a equipe técnica...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – ... não o superintendente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor me permita, e peço aí vênia... Às vezes, eu interrompo como forma de objetivar, não de atrapalhar a sua explicação.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Por favor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A CGU fez um recorte dizendo que esse contrato que o senhor fez com a empresa chamada Nexus... É desse contrato que o senhor está falando?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Esse contrato não é com a Nexus, esse contrato é com... São seis empresas, eram acho que seis... Perdão, eram seis lotes, e cinco empresas distintas ganharam os lotes, e 25 participaram do certame.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Certo.

Eu pergunto: restou para o senhor, da assinatura desse contrato, o senhor responder a um inquérito policial, uma ação civil, um processo judicial, uma ação penal?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Negativo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor tem alguma consequência por conta de qualquer ato do senhor – quando eu falo consequência, são ações, inquéritos policiais – , de qualquer ato do senhor praticado durante esses cinco anos?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Negativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Pela ordem.) – Presidente, só pela ordem aqui, licença ao respeitoso Relator, só mais uma vez alertar o depoente por uma razão aqui de verdade dos fatos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Duarte Jr., pela ordem, pela ordem na sequência dos fatos, por gentileza.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senão nós quebramos o raciocínio do Relator.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Presidente, toda vez que eu vou fazer uso da palavra V. Exa. me interrompe.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, V. Exa. está usando da palavra pela primeira vez hoje.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – É a primeira vez.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas eu pedi...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Mas nas outras reuniões foi da mesma forma. Se V. Exa. deixar eu terminar de falar, V. Exa. vai ver se tem pertinência ou não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu... Olha, pela ordem ou questão de ordem. Qual é o pela ordem no ordenamento aqui, Vice, por gentileza?

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Dando continuidade, Sr. Presidente, o depoente afirmou que ele saiu do gabinete do Deputado Federal Baleia Rossi para disputar as eleições. Na verdade, ele ocupou, do dia 29/06/2023 a 1º de julho de 2024, o cargo de Secretário Parlamentar, SP25, no gabinete do Márcio Alvino. Aí, em seguida, é que ele disputou as eleições.

Do dia 11 de março de 2025 a 30 de abril de 2025, ele ocupou o cargo de Secretário Parlamentar, SP19, no gabinete do Deputado Federal Baleia Rossi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perdão.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – E aí, em seguida, foi exonerado por alguma razão, talvez por causa da operação.

Então, é só para alertar que, de fato, responda o que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Relator, por gentileza.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O depoente...

Eu quero dizer ao depoente que ele está aqui na condição de testemunha, mas a mesma coisa aconteceu com o Ministro Carlos Lupi: quando ele achou que poderia ser incriminado, ele também se calou e foi devidamente respeitado.

O senhor é testemunha e, se o senhor achar que vai incriminá-lo, o senhor consulta o seu advogado, mas a minha pergunta foi muito simples. A minha pergunta é: o senhor tem algum resquício de processo, inquérito, ação civil ou penal da sua passagem pela Superintendência do Sudeste?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Negativo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

Eu achava que esse contrato tinha resultado em desdobramentos jurídicos. O senhor está dizendo que não.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não. Não que eu saiba.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não que eu saiba.

E eu agradeço ao Vice-Presidente, porque, de fato, é verdade: muitas informações na cabeça, muita coisa na cabeça, mas eu comecei falando – né? – que eu estava com o Deputado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Márcio Alvino, saí para me candidatar e, depois, eu fiquei um mês, um mês e pouco – eu não me lembro mais da data ao certo –, no gabinete do Baleia Rossi.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – A pergunta foi o último cargo público. V. Exa. respondeu que o último cargo público foi com Baleia Rossi, não é isso?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Baleia Rossi, é isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos permitir ao Relator, por gentileza, né?

Fala... Não vou conceder pela ordem mais.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Porque tem muito advogado de defesa dele.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senão, nós vamos tirar o raciocínio do Relator.

Por gentileza, Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu, agradeço, Presidente.

Entendo a pertinência das perguntas, mas confesso que agora estou meio perdido. Mas... Sim, voltando... Começar de novo seria bom, né?

Voltando à passagem do senhor na Superintendência.

O senhor passou cinco anos ininterruptos, já disse quem foi a sua indicação política, mas o senhor saiu de lá para uma área muito estratégica do INSS. O senhor foi para a Diretoria de Benefícios, a Dirben, e isso em 2021, e aqui nós estamos tratando a Dirben com a lupa do tamanho do mundo, porque consideramos a Dirben um ponto crucial de esclarecimento.

Quem, politicamente, convidou o senhor para chefiar a Dirben?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Politicamente ninguém. Tecnicamente, o Bruno Bianco me convidou para ser o Diretor de Benefícios do INSS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem o levou, então, para a Dirben, foi um senhor chamado Bruno Bianco. Não o conheço. Quem é e qual cargo ocupava?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Ele era o Secretário Especial de Previdência e... de Trabalho e Previdência, Previdência e Trabalho – eu sempre me confundo. Ele sucedeu o nosso querido Senador Rogerio Marinho.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Oliveira...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Pois não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... o Sr. Bruno Bianco, sem interferência política, segundo o senhor, lhe convidou para assumir a Dirben, certo?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Perfeito, perfeito.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Isso foi em qual governo e em qual data?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Foi em abril de 21, no Governo do Jair Bolsonaro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pergunto ao senhor: quando o senhor foi chamado para assumir a Dirben, quem era o Presidente do INSS?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Leonardo Rolim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem é Leonardo Rolim?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Leonardo Rolim era o Presidente. Eu não sei se ele é consultor aqui do Senado. Leonardo Rolim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, na hora em que o senhor foi para Dirben, o senhor encontrou na Presidência do INSS o Sr. Leonardo Rolim.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem era o Ministro da Previdência naquele momento?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – O ministério não existia ainda. O ministério foi recriado depois.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quanto tempo depois?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Meu Deus! Quanto tempo depois?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor consulta e diz. Isso não é o mais...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Está bem.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... importante. Estou seguindo uma lógica de perguntas conforme a sua atuação profissional.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Perfeito.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Lá na Dirben, o senhor foi orientado por algum superior, se assim eu poderia falar, sobre qual deveria ser o seu plano e a forma de trabalhar?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Negativo. Nós tínhamos um foco e atacamos esse foco, que era a fila, redução da fila.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pergunto ao senhor: o senhor teve toda a liberdade de atuação na Dirben ou o senhor seguiu orientação de ordem superior?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, a gente tinha um alinhamento com a Presidência, mas a gente tinha liberdade para poder trabalhar naquilo para o qual a gente foi convidado, que era a redução da fila.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu não entendi. Assim, eu queria... O senhor trabalhava com independência ou o senhor tinha que obedecer, veja, a algum plano já preestabelecido por ordem superior?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, não havia um plano. Nós fazíamos reuniões e, nessas reuniões, a gente deliberava o que nós faríamos. Eu passava quais eram as ações que nós faríamos, todas elas voltadas para o reconhecimento de direito.

Nós tínhamos um acordo, que foi feito com o Ministério Público Federal e homologado pelo Supremo, tratando dos prazos dos benefícios. Então, nós tínhamos que fazer o ataque àquela fila, não tinha como fazer outra coisa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já disse isso...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... que o seu objetivo principal era atacar as filas.

O senhor, quando tomou posse na Dirben, o senhor tomou conhecimento de que a fiscalização e a assinatura dos ACTs tinham sido retiradas da Dirben para a Dirat anteriormente?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Houve um movimento nesse sentido.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu quero saber se o senhor tomou esse conhecimento.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Fiquei sabendo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ficou.

O senhor sabe o motivo dessa atribuição? Quando o senhor voltou para a Dirben, concomitantemente – ou eu posso estar enganado, e o senhor pode explicar –, a atribuição de fiscalização de ACTs retornou junto para a Dirben?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Eu não, eu não sei precisar a data certa, mas, quando eu assumi, eu tinha na cabeça, uma vez, quando eu virasse Presidente, de recriar a Diretoria de Gestão de Pessoas, porque o INSS...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, não, mas aí o senhor está fugindo, me desculpe, um pouco do escopo. A pergunta é: se, quando o senhor voltou, quando o senhor foi nomeado para a Dirben, já havia lá a atribuição de firmar ACT e fiscalizar ACT? Se já estava lá, se isso chegou junto com a sua nomeação ou se foi algo solicitado depois que o senhor tomou posse.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não sei, não sei precisar isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Alguém, ao convidar o senhor, tratou sobre ACT?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – De forma alguma.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ótimo.

O senhor sabia... Quando o senhor tomou posse, o senhor pode informar se alguma entidade associativa tinha sido suspensa por suspeita de irregularidade?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, não fiquei sabendo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece a Conafer?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Conheço sim, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor recorda se a Conafer estava suspensa pelo próprio INSS, pelo Diretor anterior da Dirben – não me recordo – o Sr. Roosevelt? Acho que é Alexandre Roosevelt.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Alessandro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Alessandro Roosevelt.

O senhor deparou com esse problema na sua posse?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não. Quando eu entrei, isso já devia ter sido superado. Eu não peguei isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor se recorda se o senhor criou um grupo de trabalho, assim que tomou posse, para investigar as irregularidades apontadas na Conafer?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, não, não me lembro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor alguma vez, pessoalmente ou por meio de interposta pessoa, esteve no prédio Gilberto Salomão, onde fica a Conafer?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Nunca fui lá.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece o Presidente da Conafer?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Conheço sim, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quando o senhor assumiu, o Presidente da Conafer foi tratar pessoalmente com o senhor sobre a suspensão dos repasses à Conafer?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, comigo não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe dizer se foi tratado esse assunto com algum membro da sua equipe?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não sei dizer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor, enquanto integrante do INSS, um técnico preparado, conhecedor dos problemas, quando foi que o senhor tomou conhecimento de que havia irregularidades em descontos associativos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Olha, praticamente com a operação da Polícia Federal, porque, na época em que eu fui Diretor e Presidente, não se falava disso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Nós tínhamos, na época, mais ou menos umas 60 recomendações da CGU sobre vários assuntos, mas nenhum refletia, nenhum falava do modelo de desconto associativo. Eram mais de 500 acórdãos do Tribunal de Contas da União, e nenhum tratava desse assunto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Grave isso aí. O senhor está dizendo aqui que tomou conhecimento de irregularidades com a deflagração da Operação Sem Desconto, não é isso?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

Eu pergunto ao senhor: qual a obrigação da Dirben em relação à ACT?

Olhe, eu fico espantado, eu fico espantado com tudo que tenho ouvido aqui sobre a ausência de fiscalização de ACTs. Aí, eu volto um pouco.

Foi a sua diretoria, independentemente se antes ou depois que o senhor assumiu, que ficou com a obrigação de fiscalizar e firmar ACTs?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Porém, o INSS não tem condição absolutamente nenhuma de fiscalizar ACT.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E por que, mesmo sem ter condições, o senhor firmou por três vezes ACTs, dentre elas a Ambec? Como é que o senhor firma um ACT, dizendo que a responsabilidade de fiscalização é da Dirben, se o senhor está dizendo que não havia nenhuma condição de fiscalização?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Isso era uma questão, uma... Como é que se fala? Um processo mecânico. Isso passava por todos os setores, as pessoas requeriam, passava por todos os setores, pelo crivo de todos os setores, para ficar adequado de acordo com a legislação, e vinha num processo virtual para a gente poder a assinatura... Não havia uma solenidade de assinatura, um evento de assinatura, era uma coisa bastante fria e distante da gente.

Agora, a questão...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Apesar de ser fria e distante, o senhor, como Diretor da Dirben, levava em consideração quais requisitos principais para a assinatura desses ACTs?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Na qualidade de Diretor, eu praticamente... Eu acolhia aquilo que vinha da linha.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Que vinha da?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Da linha, da linha inteira da... Porque...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Diga: nessa linha, quem é que formava essa trajetória? Para eu entender um pouco quem está antes do senhor...

Quando a gente exerce cargo público, a gente tem assessoramento, e evidentemente a gente pode não seguir ou pode seguir, mas o senhor, como um homem experiente dentro do INSS, quem era a pessoa em quem o senhor confiava, para dizer: "Olhe, foi feita uma análise, eu estou pronto a assinar"?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Todos que compunham a equipe...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Diga-me, por favor.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Eu não me lembro dos nomes, mas todos que compunham...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, mas...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Dos nomes eu não vou lembrar...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olhe, esses acordos...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – ... quem estava na divisão, quem estava na coordenação...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, deixe eu fazer uma pergunta.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Pois não, pois não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quando o senhor assumiu a Dirben, o senhor indicou a equipe técnica ou o senhor chegou sozinho lá?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, uma parte eu acabei indicando.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Por exemplo, eu levei a Márcia Donata para trabalhar comigo...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem é?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Foi Corregedora em São Paulo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Diga aí mais.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Foi... Deixe eu lembrar mais aqui... O Ailton.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem é Ailton?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ailton era um rapaz que era Coordenador-Geral de uma área, uma área de planejamento de automação.

Eu não me lembro se a Ingrid era a Coordenadora-Geral naquela época...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem é Ingrid?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Ela era de São Paulo, veio para Brasília, mas não foi comigo, e acabou sendo Coordenadora-Geral... Acho que era Coordenadora-Geral dessa área.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, vou fazer uma pergunta mais objetiva.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Pois não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual era o antecedente ao senhor, no processo decisório, para o senhor firmar ACT?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Em termos de estrutura?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, em termos de... O senhor disse que obedecia a uma linha. Eu não preciso nem saber a linha toda; eu queria saber quem estava imediatamente antes do senhor no processo decisório.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – O Coordenador-Geral da área.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Eu não... Não tenho certeza, mas penso que é a Ingrid.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A Ingrid.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Foi o senhor quem levou a Ingrid para essa diretoria?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Fui eu que a convidei para assumir a coordenação à época.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O senhor já disse que isso era um processo mecânico, e eu acredito piamente que, pelo tamanho desse roubo, o processo só podia ser mecânico, porque, se fosse um processo humano e investigativo, mínimo que fosse, isso não teria acontecido. Então, nesse processo mecânico, quando o senhor ia, por exemplo, assinar um termo de cooperação, esses ACTs, quem participava dessas assinaturas?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não havia uma solenidade, isso vinha via sistema – o sistema SEI. Vinha pelo sistema, aí a assessoria do suporte do gabinete falava: "Ó, tem coisas para assinar", eu entrava e assinava. Era uma coisa mecânica, como eu falei, e não tinha uma solenidade, não se fazia um evento com pessoas, para a gente poder fazer essa assinatura. É uma assinatura virtual.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, eu perguntei ao depoente anterior, que também esteve no INSS, o Ministro Lupi, se ele condecorou ou foi condecorado por uma ou mais entidades que estavam com ACTs vigentes, e ele disse isso aqui. A mesma pergunta faço ao senhor: o senhor condecorou ou foi condecorado, enquanto Diretor da Dirben? Nós vamos fazer toda a cadeia de sucessão, mas, enquanto Diretor da Dirben, o senhor condecorou ou foi condecorado por alguma entidade?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor, enquanto Diretor da Dirben, recebeu algum Parlamentar, seja ele Deputado ou Senador, pedindo, ou solicitando, ou aquiescendo, em relação à assinatura de ACT de alguma dessas entidades?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Negativo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Nunca?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, nunca. Os pleitos eram outros.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor quando assinou... O senhor quando assinou com a entidade Ambec, a entidade Ambec, na hora do ACT, tinha quantos associados?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não sei, não sei dizer, não sei dizer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu vou dizer para o senhor. Quando o senhor assinou o ACT com a Ambec, que foi uma das três entidades, o senhor... tinha naquele momento três filiados – três filiados. O número de filiados é requisito para assinatura de ACT?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não sei dizer, porque eu não tenho conhecimento da IN que rege essa matéria.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A Ambec está no núcleo de um escândalo – a Ambec está no núcleo de um escândalo –, e o senhor tomou conhecimento disso, porque o senhor lê aí as reportagens. O senhor teve algum encontro público ou privado com as pessoas que irei relatar: Maurício Camisotti?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Nunca ouvi falar da pessoa. Também ouvi a partir da operação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe que hoje tem dois carecas disputando o maior conhecimento da população brasileira: um é o careca do STF, e o outro é o Careca do INSS. O do STF... É claro que eu digo isso com todo o respeito a todos, inclusive aos meus dois amigos que também estão aqui na Comissão, mas o do STF o Brasil conhece; o do INSS eu passei a conhecer através das reportagens. Esse Careca do INSS, Antônio Carlos Camilo, é? Antônio Carlos Camilo já esteve com o senhor em alguma oportunidade?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conheceu o Antônio Carlos Camilo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – De jeito nenhum.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Durante a sua passagem pela Dirben, o senhor não teve nenhum contato então com o Careca do INSS?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – De forma alguma.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vendo o Careca do INSS com o rosto estampado nos jornais, o senhor se recordou dele em algum momento?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, não me lembro de tê-lo visto em algum lugar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Alguém foi até o senhor enquanto Diretor da Dirben para falar sobre Ambec, para fazer ingerências sobre a assinatura da Ambec?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. Eu acho isso importante, para o que a gente vai evoluir, mas... O senhor já ouviu falar em adesão em lote?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Se eu já ouvi falar em adesão em lote?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, de beneficiários.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, não...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor não conhece essa figura de adesão em lote?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Eu suponho que seja você colocar um bloco de beneficiários para desconto sem autorização... Sem autorização, não... Porque, assim, o benefício, quando nasce, nasce bloqueado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – E ele carece do desbloqueio por parte do segurado, que é o correto. Então, se o segurado desbloquear e falar que quer fazer um desconto associativo ou um consignado, é a vontade dele. Talvez seja isso?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É exatamente isso.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Desbloquear...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Exatamente isso.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Mas, na minha época, nunca foi pedido.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vou perguntar ao senhor.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Pois não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Na época... Ô, Fred, vem cá. Na época que o senhor foi diretor da Dirben, olhe, estamos falando da Dirben, houve alguma autorização pelo senhor de adesão em bloco de mais de 30 mil associados para alguma entidade?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Se houve, eu não concordo. Eu não concordo com o desbloqueio em lote. Eu creio que não houve.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Porque eu não concordo. Se tivessem chegado até mim e perguntado se eu ia concordar ou não, eu diria que não. Assim como eu não concordo, muitas vezes, com entidades que vinham querendo que a gente autorizasse o bloqueio, ou melhor, o desconto do BPC. E aí é um absurdo, e a gente nunca concordou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor vai me dar um minuto aqui para eu fazer uma leitura.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Eu dou. Eu vou dar um minuto...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Nós tivemos, em 2016, uma situação de adesão em bloco de 50 mil, mais de 50 mil inclusões. Em 2017, nós tivemos três situações... Olha, houve muito mais, mas mais de 50 mil, que foi o parâmetro, tivemos 50 mil inclusões em três oportunidades, mais de 50 mil. Em 2018, nós tivemos 12 oportunidades em que foram feitas mais de 50 mil inclusões. O senhor está me dizendo que não concorda com essa forma de agir.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Perfeito.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Em 2019... A gente falou aí do Governo Dilma, falou do Governo Temer e agora a gente está entrando no Governo Bolsonaro. No Governo Bolsonaro, em 2019, uma situação com mais de 50 mil inclusões. Em 2020, uma situação com mais de 50 mil inclusões. Em 2021, uma; em 2022, outra. No Governo Lula, tivemos 15 situações com mais de 50 mil inclusões em 2023, e 24 em 2024. Essa é a situação.

Aqui, no Governo Bolsonaro, o senhor se encaixa a partir de 2021 e 2022. Houve essas duas situações de inclusão de mais de 50 mil pessoas.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Eu me... Desculpa, desculpa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual a participação do senhor na autorização para essas duas situações nas quais o senhor estava em posição de comando? O senhor pode dizer?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Certamente, se houve – e eu não vou dizer que não houve, o senhor tem os dados –, houve... houve uma situação. Talvez seja isso. Eu não estou querendo justificar, mas houve uma situação. Teve uma entidade que nos procurou na época, porque...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Espera aí um pouquinho. Qual o ano?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Em 21.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual entidade?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – A Contag.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E a Contag tinha ACT vigente?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Tinha ACT vigente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem foi da Contag que procurou o senhor?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Foi a pessoa que fica aqui em Brasília, eu acho que é Evandro o nome dele.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Evandro. O senhor sabe o sobrenome?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não sei dizer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E qual foi o pleito que essa pessoa fez ao senhor?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Houve uma interpretação de que quem estava no desconto associativo com... o segurado que tinha procuração não podia estar no desconto associativo. Então, houve uma suspensão de um bloco. Eu não me lembro o número mais, realmente eu não me recordo. E a Contag na época pediu, falou assim: "É um absurdo, porque as pessoas que têm procuração... Se o segurado autorizou, ele se filiou e autorizou o desconto, o... [como é que se fala?] a vontade dele é suprema", então poderia voltar o desconto. Então, houve um bloco de pessoas que foi retomado. Eu me lembro que a única passagem de benefícios que foram liberados em bloco foi essa. Não eram benefícios novos, eram benefícios que já tinham desconto no passado. Isso foi suspenso por conta de um entendimento da Dirben e foi liberado por conta do nosso entendimento; mas foi um entendimento à época.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O senhor foi a pessoa que autorizou a inclusão desses benefícios, desses descontos associativos em bloco à Contag? Foi o senhor quem superou o obstáculo e disse: faça?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não sei, não tenho como garantir 100% que fui eu.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe qual foi a justificativa usada pela Contag para solicitar essa inclusão em bloco, desrespeitando as INs vigentes?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não sei, não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu vou dizer ao senhor: a Contag dizia que havia mais de 30 mil pessoas que deram autorização e estavam numa fila e não eram atendidas pelo INSS. Foi feita uma auditoria, e a auditoria detectou que isso não era verdade. Das trinta e poucas mil pessoas que estavam pedindo inclusões, só quem estava nessa fila para autorização eram 200. E o senhor autorizou essa inclusão para a Contag.

O senhor recorda que, mesmo a justificativa não sendo condizente com a verdade dos fatos, o senhor falhou nessa autorização?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Se, de fato, isso aconteceu, realmente foi uma falha funcional.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor, Sr. José Carlos, durante o exercício da sua função pública, como Diretor da Dirben, estou falando Diretor da Dirben, o senhor recebeu alguma vantagem indevida?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, nunca.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. José Carlos, o senhor, durante a sua passagem pela Dirben, o senhor autorizou três ACTs... da Ambec. Eu já fiz as perguntas.

O senhor autorizou também da AAPB, associação dos aposentados e pensionistas do Brasil. O senhor tem alguma relação com essa entidade?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Negativo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já esteve na sede dessa entidade?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não sei nem onde é.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já recebeu alguém relacionado a essa entidade?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Quem? Não sei. Quem seriam as pessoas? Não. AAPB?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – AAPB.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já respondeu sobre a Ambec e a AAPB.

O senhor fez ACT, foi signatário também da Abrapps (Associação Brasileira de Aposentados e Pensionistas). Eu só quero... O senhor se recorda da Abrapps?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, não recordo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece alguém da Abrapps?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Negativo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor teve algum pedido feito em favor da Abrapps?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, não tive. Como eu falei, era uma assinatura fria.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só queria esclarecer uma dúvida. Queria que a minha assessoria visse aí se a Abrapps tinha sido descredenciada em 2019. (*Pausa.*)

Então, o senhor sabia que a Abrapps...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Só um esclarecimento, perdão: "assinatura fria" significa o quê, falsa ou mecânica?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, mecânica.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Ah.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabia que a Abrapps, no Governo Bolsonaro, em 2019, tinha sido descredenciada por infringir normas legais com suspeitas seriíssimas sobre ela?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não sabia, se soubesse, claro que não teria feito a assinatura.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vou dar uma notícia ao senhor. O senhor realizou um milagre: o senhor ressuscitou a Abrapps, em 2021, após o mesmo Governo que o senhor servia, com outros integrantes na sua diretoria, ter suspendido a Abrapps.

Volto a perguntar: o senhor tinha conhecimento que a Abrapps era uma entidade alvo de investigação e que tinha cometido irregularidades?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Negativo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor se recorda qual foi o motivo principal da Abrapps ter uma segunda chance?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Oliveira, o senhor ficou na Dirben até que data?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Até cinco do... não, perdão, 4/11/21.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor saiu da Dirben por quê?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Porque nós conseguimos reduzir... Começar a fazer a redução das filas, conseguimos fazer... Dar início à reestruturação do INSS e a outras atividades, e aí fui promovido a Presidente da Diretoria.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, pelo trabalho que o senhor realizou...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – À frente da fila...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O que o senhor estava dizendo...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – À frente da fila.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... à frente da fila, o senhor foi...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – ... alçado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... promovido.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Exato.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem fez o convite ao senhor para o senhor assumir a Presidência do INSS?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – O próprio Presidente da República me convidou para ser o Diretor... O Presidente do INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já conhecia o Presidente da República?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não o conhecia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Como era o nome do Presidente da República?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Jair Mecias Bolsonaro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E ele justificou por que estava chamando o senhor naquela oportunidade?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Porque as filas estavam se reduzindo, então a gente estava conseguindo fazer a entrega, que era uma diretriz de Governo à sociedade, e por isso a gente então iria fazer a direção do INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Neste momento, ou em qualquer outro momento, o senhor alertou o Presidente da República Jair Bolsonaro, sobre irregularidades de descontos associativos?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Negativo. Não, porque nós não sabíamos, não tinha nenhum *boom* e não tinha nenhuma reclamação e também não tinha nenhuma denúncia que merecesse o nosso olhar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu estou falando durante todo o período do senhor como Dirben, Presidente do INSS, Ministério da Previdência. O senhor fez algum alerta ao Presidente sobre isso?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Negativo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor assumiu a Presidência do INSS. Quando o senhor assumiu a Presidência do INSS, o senhor escolheu quem para ficar na Dirben?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – O Sebastião Faustino de Paula. É um Procurador Federal da AGU. Ele foi diretor nos anos 2000, início dos anos 2000.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Diretor de quê?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Ele era Diretor de Benefício.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – No Governo Lula?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – No Governo... Não, 2000 era o Governo Fernando Henrique.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – No Governo Fernando Henrique.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Exatamente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Certo.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – E ele ficou na Dirben, ele é... A história do Sebastião é a seguinte: ele era agente administrativo, administrativo assim como eu. Virou diretor lá nos anos 2000, no início dos anos 2000. Depois ele acabou saindo, se internalizou lá na Dataprev, fez um novo concurso para Procurador Federal e virou Procurador Federal. Como já tinha, ele já tinha um conhecimento da área de benefício, eu o convidei para ficar no meu lugar lá na Diretoria de Benefícios.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então era uma pessoa de sua...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Confiança.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... confiança.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Confiança.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Deixa eu voltar um pouco, para a gente poder esclarecer.

O senhor é sócio de alguma empresa?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Sou sócio cotista.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – De quantas empresas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – De quantas empresas?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Duas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer quais?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Uma eu sei; a outra...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, o senhor...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Espera aí, espera aí...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Deixa eu lhe dizer...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – É que eu não tenho aqui o...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu leio para o senhor, não precisa se preocupar. Eu leio, e o senhor confirma.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, tem uma aqui... Eu trouxe inclusive.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas isso vai ser fácil de eu dizer ao senhor aqui.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Pois não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não precisa, não precisa...

O senhor é sócio da Fayard Organização e Serviços Empresariais?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, não sou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não é?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sua filha é sócia dessa empresa?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, não é.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe o que essa empresa faz?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Ela trabalha na área de projetos da construção civil. Faz intermediação na prefeitura, legalização de áreas, legalização...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É da construção civil?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Sim, é o que ela faz.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual é a empresa que o senhor ia citar aí de que o senhor é sócio?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – De que eu sou sócio?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Hã.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – É a Yamada e Hatheyer Serviços Administrativos Ltda.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Era essa danada que eu estava procurando. (*Risos.*)

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Pois é.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Deixa eu perguntar ao senhor. O senhor é sócio dela com mais quem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Na verdade, essa empresa foi criada única e exclusivamente para poder fazer um convênio médico, porque os convênios médicos hoje preferem fazer para pessoa jurídica.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Isso é uma grande verdade. Mas o senhor é sócio mais com quem dela?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Então tá.

Aí, eu sou servidor público, eu não posso ser sócio administrador.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – O Edson Akio Yamada, que é uma pessoa que trabalha comigo há 40...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Depois a gente vai falar dele.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – ... que trabalha comigo há 40 anos, ele estava prestes a se aposentar, e o convênio dele era Geap, e, na Geap, infelizmente, na velhice, o camarada fica meio desguardado. Então eu o orientei para pegar e fazer um outro convênio.

E o José Laudenor da Silva também estava na Câmara, num espaço... porque eu tinha apoiado uma pessoa para Vereador, ele acabou ficando como suplente, assumiu na Câmara e me abriu um espaço para a gente poder continuar representando ele na Zona Sul de São Paulo. Então, os dois iam ficar sem convênio médico.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Foi por isso que a empresa foi criada, mas essa empresa, Relator, é uma empresa que foi criada de direito, mas de fato ela não atua...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Milhões de brasileiros...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Ela nunca emitiu uma nota.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... procurando fugir da alta dos seguros de saúde, eles escolhem esse caminho. Esse não vai ser o problema.

O problema... eu queria saber quem é José Laudenor.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – José Laudenor é uma pessoa que me apoia politicamente desde o início dos anos 2000.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual é a condição financeira do José Laudenor?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Lá na Câmara, até dezembro de 2004, eu acho que ele ganhava mais ou menos uns R$10 mil, R$9 mil de salário.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mais recentemente?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Mais recentemente, eu fiquei sabendo que ele pegou com uma... falou com uma pessoa para pagar INSS, acabou se registrando na empresa dessa pessoa, porque hoje essa empresa é inativa, a gente não tem atividade, nem conta corrente essa empresa tem.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha só...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Mas ele faz diversas coisas. Ele vende telefone, ele tem um contrato com uma pessoa que tem uma empresa de... automobilística não, é para manutenção de veículos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – José Laudenor...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... tem alguma vinculação com os serviços prestados pelo INSS?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – De forma alguma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não privado, eu estou falando...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – De forma alguma.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não.

Eu pergunto: a Yasmin é sua filha, não é? Filha é...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Por isso que ela está no...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... tesouro.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Por isso que ela está no contrato. É tesouro, sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Estou muito triste, inclusive, porque o nome dela tem sido...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas quem primeiro citou o nome dela foi o senhor, por isso que eu estou citando o nome dela.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não... Vou citar aqui, não é? Aqui a gente tem que falar...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – ... o que de fato é.

A única pessoa que eu tinha para colocar aqui, para poder abrir a empresa direito...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Certo.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – ... seria ela, porque ela não tinha um vínculo público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sua filha, em algum momento, prestou, intermediou, fez algum trabalho profissional referente aos serviços do INSS ou da Previdência?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, a minha filha tem 26 anos. Ela nunca... Na verdade, ela nunca trabalhou. Ela escreve, ela é jornalista e ela passa o dia praticamente escrevendo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas não faça uma desgraça dessa, não, (*Risos.*) pelo amor de Deus, que a gente está lotado de jornalista aí.

O senhor... (*Risos.*)

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – É. E ela...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu ia pedir um favor aos jornalistas, que desconsiderem essa parte porque senão ele vai estar na capa de todos os jornais. (*Risos.*)

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – É. Não façam isso, não, porque ela está muito triste e vai ficar mais triste ainda comigo...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – ... mas ela, a minha filha, é deficiente auditiva, ela acabou de fazer um implante coclear bilateral.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Ela não sabe a... Eu, na época, claro que falei para ela. Eu falei: "Olha, você me ajuda aqui, assim e assado...", mas ela nem sabe do que se trata.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, eu vou mandar um recado para a Yasmin em respeito aos jornalistas: Yasmin, você trabalha mais do que o seu pai, viu?

E outra coisa, a Yasmin está sendo citada aqui, deixo bem claro, porque ela está nessa empresa e eu vou falar com o senhor sobre isso agora.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Está bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Essa empresa tem nela... O senhor explicou que ela não tem nenhuma movimentação a não ser para baratear o custo do contrato com o seguro de saúde, mas o Laudenor fez transação financeira com o senhor e com o Marcelino, que é Assessor da Conafer e é Assessor do Presidente da Conafer, Carlos.

O senhor se recorda de ter feito alguma transação financeira com o Sr. Laudenor?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Às vezes, ele paga conta para mim. Às vezes, eu recebo alguma coisa em dinheiro e ele vai fazer esse... Faz esse trabalho para mim. São as transações domésticas, do dia a dia. Não tem nada, absolutamente nada demais.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Também não vejo nenhum problema nisso. O que eu vejo problema é no Sr. Laudenor ter feito transação financeira com o Sr. Cícero Marcelino, que é o Assessor do Presidente da Conafer. Não sei, na base de R$20 mil, algo desse tipo.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Quatro mil e oitocentos reais.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não... Com o Cícero Marcelino?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quatro mil e oitocentos reais.

Eu pergunto ao senhor: o senhor sabe como o Laudenor, que não tinha nenhuma vinculação com... Aí eu volto: ele tinha alguma vinculação com a Conafer?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Negativo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Como é que esse rapaz descobriu esse Cícero?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Esse Cícero, um dia, foi ao meu escritório atrás de mim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor, esclareça isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Então, ele foi ao meu escritório atrás de mim, queria falar comigo e, nesse dia, ele pegou e fez um negócio. Porque o Dinho, como a gente chama carinhosamente, mas, na verdade é José Laudenor da Silva, você passa por lá, ele tem um telefone para te vender, ele tem um álbum de figurinha fechado para te vender, ele sempre tem alguma coisa para vender.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas o senhor há de convir que São Paulo tem milhões de escritórios.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o Cícero Marcelino, assessor da Conafer, descobriu logo o seu escritório. Como é que ele descobriu o seu escritório?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – É porque no meu cartão tem o meu endereço, meu endereço e meu telefone celular. Eu nunca deixei, nunca escondi o meu telefone celular.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o que é que ele foi fazer no seu escritório?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Ele foi, porque na... O que é que aconteceu? Houve um dia em que o Presidente da Conafer foi no prédio do ministério levar uns bonequinhos de economia agrícola, de agricultura familiar. E ele viu lá no meu gabinete um cocar, um cocar que eu tenho até hoje. Aí ele falou: "Pô, você gosta de coisas indígenas? Eu vou te mandar um cocar". E foi aí que ele ficou de mandar um cocar para mim. E ele mandou um cocar no meu escritório. E esse camarada foi lá para checar se o cocar tinha chegado e se estava tudo certo. Foi a única vez que ele esteve lá.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Certo.

Do Presidente da Conafer, fora o cocar, o senhor recebeu mais algum presente?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – A não ser esses bonequinhos que ele levou um dia lá no gabinete do ministério, nada.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deixe-me lhe perguntar uma coisa que me fugiu à cabeça. O senhor é brasileiro?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Sou brasileiro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É porque eu vi umas fotos do senhor com a bandeira da Palestina.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – É, sem dúvida.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Isto é só para eu conhecer mais um pouco o senhor: que vinculação é essa?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Amor pela Palestina. Eu vou muito ao Oriente Médio e sempre fui pró à causa palestina. Pré... Sempre fui, sempre apoiei a causa palestina.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas, pelo amor de Deus, não tem nada a ver com o Hamas não, né?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, não. Aliás, se me permite, o povo palestino é vítima do Hamas, tá? Vítima do Hamas. Vive sob o jugo do Hamas. O povo palestino é um povo maravilhoso, e me emociona falar, como também o povo libanês, que é um povo maravilhoso – e está aqui o nosso querido descendente de libaneses, sírio-libaneses –, que também é e vive sob o jugo do Hezbollah.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor me desculpe perguntar...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, não, por favor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... mas isso é importante, eu conhecer um pouco mais quem é o senhor, e tinha me esquecido de...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu tinha visto o senhor com a bandeira palestina, como aqui também tem Deputados que vêm com a bandeira palestina.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Perfeito. Eu pensei em vir hoje, mas achei melhor não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pelo amor de Deus, eu ia ficar preocupado.

Digo assim, sem conhecer o senhor. Agora eu não ia ficar mais preocupado, não.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, não tenho preconceito, mas eu tenho preconceito com o Hamas.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Tem razão.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O Hamas que alguns Deputados... Alguns Deputados fizeram um abaixo-assinado sobre o Hamas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Relator...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Sinceramente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza, vamos dar continuidade ao questionamento.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – "Bora!".

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – A bandeira norte-americana pode, né?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Rogério Correia, por favor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Deixe-me lhe perguntar: o senhor foi convidado pelo Presidente da República a assumir o INSS; o Presidente da República deu alguma missão ao senhor que o senhor deveria fazer no INSS?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Liquidar a fila.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Liquidar a fila.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Eu falei para ele que não havia...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor cumpriu essa missão?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Cumprimos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Cumpriu?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Cumprimos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quando o senhor assumiu a Presidência do INSS, a fila era de quantos?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Dois milhões e oitocentos mil processos.

A Presidência...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E quando o senhor deixou a Presidência do INSS?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Oitocentos mil.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Oitocentos mil.

O senhor sabe em quanto está a fila hoje?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Perto de 3 milhões.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quando o senhor assumiu a Presidência do INSS, toda a estrutura do INSS foi montada pelo senhor ou o senhor recebeu indicação de alguém?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – A única pessoa que foi mantida lá que tinha sido nomeada pelo anterior Presidente foi um diretor de governança.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Alexandre Guimarães.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Alexandre Guimarães.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Isso.

O restante todos eu que montei, eu que os convidei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O Alexandre Guimarães foi mantido por quem?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Foi nomeado pelo Leonardo Rolim e foi mantido por mim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Esse Leonardo Rolim é o consultor aqui da Casa?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Perfeito.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha só, eu dei uma olhada na sua agenda, em alguns locais por que o senhor passou. Havia algum Parlamentar com mais assiduidade em relação a interesses de associações que visitou o senhor no INSS?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Negativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Parlamentares me visitavam sempre para pedir a mesma coisa: ou era a questão da fila, porque eles andavam na base e todo mundo reclamava que a fila estava longa, que as pessoas não estavam conseguindo nem agendar para garantir o direito; a questão do PrevBarco, os locais para o PrevBarco passar, as cidades onde parar; a questão do seguro-defeso, o acordo do seguro-defeso de 2015, que ainda não foi pago, porque as pessoas ficaram sem receber, e, até então, a gente não conseguiu pagar...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Certo.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Então, eram outros pleitos, mas nenhum referente ao desconto associativo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Na Presidência do INSS, que o senhor disse que assumiu em novembro de 2011, o senhor ficou até que ano?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Na Presidência, eu fiquei até 30/03/2022.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, o senhor passou na Presidência do INSS por volta de quatro, cinco meses, não é isso?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Quatro meses e vinte e cinco dias.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Durante o tempo que o senhor assumiu a Presidência do INSS – eu ainda vou voltar para saber que negócio foi esse do Marcelino com o Laudenor, mas adiantei isso aí –, o senhor recebeu do Ministério Público Federal, da Defensoria Pública, do Judiciário brasileiro, da CGU, do TCU, de requerimentos da Câmara dos Deputados ou do Senado da República alguma comunicação sobre descontos associativos irregulares?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não recebi.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha o que o senhor está dizendo.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não recebi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Nos quatro a cinco meses que o senhor passou no INSS, de nenhuma autoridade da República o senhor recebeu qualquer comunicação sobre irregularidade do desconto associativo. É isso?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Posso estar enganado, mas não me lembro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor tomou conhecimento, enquanto Presidente do INSS, por alerta do sistema interno do INSS – a gente falou órgãos externos, agora internamente –, sobre irregularidades em descontos associativos?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Negativo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual foi o negócio que o Marcelino e o Laudenor fizeram que o senhor disse aí de R$4 mil?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Segundo o José Laudenor da Silva, o Marcelino comprou dele um álbum de figurinhas da Copa de 2022... Como é que se fala? Um álbum completo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor ainda mantém contato com o Laudenor?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Mantenho.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Laudenor tem um padrão de vida suntuoso ou simples?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Imagina, simples, simples. Não é paupérrimo, mas é uma vida simples, simples.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por que eu estou perguntando isso? Porque a CGU fez um recorte vinculando-o a essas transações financeiras por conta de o Sr. Laudenor ser sócio do senhor nessa empresa que o senhor falou e também foi descoberta uma transação financeira do senhor com o Sr. Laudenor. O senhor se recorda de quanto?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não me lembro, mas deve ter tido, deve ter tido, não tenho dúvida de que houve.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E como é que o senhor explica essa transação financeira?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Aí eu teria que verificar. Mas pode ser que ele tenha... Pode ser que ele tenha recebido esse dinheiro e transferido para a minha conta. Mas, se ele recebeu, ele recebeu de alguém que é ligado a mim, ou meu irmão, por exemplo, mandou para ele, em vez de mandar para mim, ou mandou para ele porque ele estava, ele tinha condição de fazer a troca de dinheiro vivo por moeda...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Só para o senhor...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Mas eu precisava checar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Só para o senhor se recordar, nós estamos falando de um valor total aproximado de R$20 mil.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – É, é mais ou menos isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vamos voltar para o INSS. Como Presidente do INSS, o senhor se recorda de ter condecorado... Quando eu perguntei isso, eu perguntei da Dirben. Na Presidência do INSS, o senhor condecorou ou foi condecorado por alguma daquelas associações que tinham ACTs vigentes?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor se recorda de, como Presidente do INSS, ter atendido algum pleito, o senhor enquanto Presidente do INSS, de algum pedido de associação?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, não me recordo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor se recorda, enquanto Presidente do INSS, de quantos aposentados do Brasil estavam em listas de descontos associativos?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Eu estava olhando esse número hoje de manhã e nós entramos com 3 milhões no nosso governo e saímos com os mesmos 3 milhões.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Espera aí.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Mais ou menos, né?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Deixe eu lhe perguntar.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Mas eu não sei, eu não sabia esse número.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quando o senhor se refere a "nosso governo", o senhor está falando do seu período como Presidente do INSS e Ministro da Previdência ou nos quatro anos do Governo no qual o senhor servia?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Nos quatro anos do Governo a que eu servi, com orgulho.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor... Nos quatro anos do Governo – o senhor está dando uma informação que eu não tenho como checar de imediato, mas vou confrontar –, os descontos associativos permeavam ali 3 milhões de aposentados?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E permaneceu estável durante esse tempo?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí eu fico sem entender, porque, antes de o senhor chegar ao Governo Jair Bolsonaro, os descontos associativos, em termos de valores – 2016, 2017, 2018 –, fizeram uma curva ascendente. Em dois mil... No início do Governo Bolsonaro, 2019, 2020 e 2021, a curva foi decrescente. E, com a chegada do senhor no Governo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

coincidentemente, em 2022, os descontos associativos tiveram uma crescente, saíram da faixa de quinhentos e poucos milhões ou seiscentos, mas menos... Olha só, nos três anos anteriores do Governo, os descontos associativos tiveram uma baixa em relação ao Governo anterior.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Perfeito.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor vai para a Dirben, Presidência do INSS, Ministério da Previdência, e, pela primeira vez, os descontos associativos invertem essa curva decrescente e voltam a subir, atingindo a casa de 700 milhões. No Governo seguinte, do Presidente Lula, em 2023, vai para 1,2 bilhão, 1,3 bilhão; em 2024, ele ultrapassa a casa dos 3 bilhões; e, em 2025, até a suspensão cautelar, ele estava com uma perspectiva de uma alta. Olha só, mas começou essa curva a virar justamente na sua passagem. Isso não foi decorrente de mais associados tendo descontos, não? Estou falando...

O senhor me disse uma coisa aí que eu vou confrontar. O senhor está dizendo que a curva permaneceu em 3 milhões de aposentados, mas os descontos, em 2022, tiveram...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Um aumento.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... um aumento.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Sim, eu entendi, mas eu aí precisava checar ponto a ponto para ver onde que cresceu, se essas entidades colaboraram, ou se também, por conta do número grande de concessões, outros segurados passaram a fazer parte desse desconto, mas a informação que eu obtive é de que, quando nós entramos no Governo, no caso, no Governo Jair Bolsonaro, entramos com 3 milhões e saímos com mais ou menos 3 milhões.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Deixe-me agora voltar um pouco, que eu me esqueci de perguntar.

O senhor quando assumiu a Presidência do INSS, e foi nomeado o – é Sebastião, é? –...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Sebastião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... Sebastião para Dirben. O senhor deu alguma recomendação a esse diretor sobre como deveria agir na Dirben?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Sim, afeto à fila e à IN que estava sendo desenhada.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas eu quero saber em relação a desconto associativo.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor o orientou a fazer ou deixar de fazer esses acordos de cooperação técnica?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor tocou no assunto Acordo de Cooperação Técnica com ele durante a sua Presidência no INSS?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Negativo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sai da Presidência do INSS... Olha que carreira: o senhor, superintendente, Dirben, Presidente do INSS. O senhor saiu quando?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Da Presidência?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Do INSS?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Saí em março de 2022.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Março,2022. E o senhor é convidado para assumir o Ministério da Previdência.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Perfeito.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem o convidou para assumir o Ministério da Previdência?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Onyx Lorenzoni.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Onyx Lorenzoni. O senhor já conhecia Onyx Lorenzoni?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Conhecia, porque nós inauguramos várias agências da Previdência no Brasil juntos – ele, como Ministro; e eu, como Presidente da autarquia.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode informar que o seu padrinho político para assumir o Ministério da Previdência foi Onyx Lorenzoni?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Na verdade, ele me levou... Teve um advento, quando eu era Presidente, que foi a questão da inversão do ônus da prova. Isso me deu uma visibilidade muito grande, e o Presidente pediu para falar comigo, o Presidente Jair Bolsonaro. E lá ele me informou. Ele – estando eu, ele e o Ministro até então – falou: "Olha, o Ministro vai sair para concorrer à eleição no Rio Grande do Sul, e você vai ser o novo Ministro, você vai ficar no lugar dele". Então, o meu padrinho foi, na verdade... Não sei. O Presidente achou, entendeu, porque, como a fila estava caminhando, as coisas estavam indo bem, a gente fez a inversão do ônus da prova, quer dizer, coisas que deram visibilidade para o Governo, ele pegou e acabou me convidando para ser, então, Ministro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor precisou de algum apoio político para o Presidente lhe convidar?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Negativo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhecia o Presidente antes de assumir a Dirben?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Antes de assumir a Dirben, não. Só pela televisão.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, o senhor não tinha esse conhecimento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... nem alinhamento político anterior, né?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não. Inclusive, um adendo: quando eu fui convidado para ser Diretor, eu estava filiado ao meu partido, eu faço parte da fundação do PSD em São Paulo. O próprio Presidente do PSD, na época, me chamou e falou: "Olha, é melhor você sair do partido, porque o partido não faz parte da base governista, e você pode ter problema lá".

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem era o Presidente do PSD?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Gilberto Kassab.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O Presidente Gilberto Kassab teve alguma participação na manutenção do senhor lá na superintendência?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, não teve.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ou seja, o PSD não tem nenhuma participação na trajetória do senhor...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... na Previdência?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não tem.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Agora, vamos para o Ministério da Previdência.

O Presidente Bolsonaro fez algum pedido especial ao senhor para atuação no Ministério da Previdência?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Que continuasse o trabalho que estava sendo feito no INSS, porque, quando a gente fala de Ministério da Previdência, Ministério da Previdência, praticamente, é o INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Todo o outro... Todo o restante é subsidiário, para poder dar meios para que o INSS trabalhe.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas quais foram os pedidos e as recomendações do Presidente?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – A gente continuar trabalhando a fila, a gente fazer o encontro com os auditores fiscais do trabalho, a gente fazer ações fiscais que fossem contra o trabalho análogo ao trabalho escravo, a questão da prova de vida, a inversão da prova de vida, que a gente precisaria fazer, azeitar a relação com os outros órgãos para poder fazer o batimento de dados para que lá, em 2023, passasse a vigorar a não necessidade mais de as pessoas fazerem a prova de vida... O mais que nós tivemos? Tivemos bastante... Missão árdua, mas acabamos trabalhando bastante.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vou chamar, a partir de agora, o senhor de Ministro.

Ministro, durante o seu período no cargo, o senhor procurou algum daqueles órgãos citados – MPF, CGU, TCU, Receita Federal, Banco Central, CGU, OAB, Defensoria Pública, para o senhor – quero saber a iniciativa do senhor – ou o Presidente da República, para tratar de descontos irregulares associativos?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Negativo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A mesma pergunta, de forma inversa: o senhor foi procurado por alguém para tratar desse assunto?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não. Não de que eu me recorde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí a pergunta que eu faço: o senhor veio de uma superintendência, passou na Dirben, foi signatário de três ACTs, o senhor foi para a Presidência do INSS e o senhor assumiu a Previdência Social sem padrinho político, segundo o senhor falou, pelo trabalho que o senhor vinha realizando. E o senhor, em nenhum momento, deu na cabeça, na telha que estava havendo irregularidades em descontos associativos?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – É verdade.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, a pergunta é: em nenhum momento o senhor suscitou esse problema internamente?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, não.

Nós tínhamos um trabalho grande – né? –, em cima do consignado. Inclusive, nós desenhamos uma IN para o consignado, IN essa que reduziu em 80% as reclamações.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor falando de IN, a pergunta então é: nem procurou, nem foi procurado por conta de desconto associativo?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não. Que eu me lembre, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu ainda quero falar de consignado com o senhor, mas eu quero ver aqui, eu vejo a situação e a oposição...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Relator, a testemunha está solicitando uma ausência por questões particulares.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Suspendo a sessão por dez minutos.

Senhores, nós estamos com um problema de energia elétrica. Parece que há um apagão no Entorno do Distrito Federal. A informação que recebi inicialmente é essa.

Ah, já retornou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O ar-condicionado vai voltar a funcionar. O ar condicionado também, que está bem quente aqui a sala, né?

(*Suspensa às 12 horas e 08 minutos, a reunião é reaberta às 12 horas e 18 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dando sequência, continuamos os questionamentos do Relator Alfredo Gaspar.

Enquanto o nosso Relator retoma aqui o raciocínio, quero perguntar ao advogado da testemunha, com todo o respeito que temos sempre pela OAB: vem correndo tudo corretamente, Doutor?

Então, o senhor poderá interromper a sessão a qualquer momento se desejar uma orientação particular com o seu cliente, o.k.?

Muito agradecido.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Oliveira, tem um assunto que está sendo muito debatido aqui nesta Comissão, e hoje eu vou fazer uma linha do tempo, e o senhor vai poder explicar qual foi a sua participação nisso.

O que é que nós estamos buscando aqui? O que é que nós estamos buscando? A apuração, a fundo, desses descontos associativos irregulares.

Daqui a pouco, a gente vai trazer mais dois assuntos. Um deles é o crédito consignado. Eu voltarei para eles.

O senhor tomou conhecimento da edição da MP 871, de 18 de janeiro de 2019?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) (Para expor.) – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor saberia dizer qual o escopo principal dessa MP?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Combate à fraude.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – À fraude de quê?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Tinha também os descontos associativos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Isso não deveria ser um alerta para o senhor?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Se tivesse uma reclamação, um apontamento de algum órgão de que estava acontecendo alguma coisa fora do controle, fora do normal, sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olhe, a MP 871, 18 de janeiro de 2019, diz, no §7º: "Na hipótese prevista no inciso V do *caput*, a autorização do desconto deverá ser revalidada anualmente, nos termos do disposto do regulamento".

Olhe, eu queria parabenizar quem teve a ideia dessa MP. Se essa MP tivesse sido mantida, hoje nós não estaríamos aqui. Mas espere aí: vamos ver agora – e ele é personagem disto – como é que essa MP foi modificada.

Então, a MP 871 era muito boa. No Governo Jair Bolsonaro, foi a primeira medida efetiva em relação ao INSS: anualmente, as autorizações teriam que ser revalidadas, 2019. Mas aí veio a Lei 13.846, de 18 de junho de 2019, responsabilidade destas Casas. O prazo que era para ser anualmente passou para: "§6º Na hipótese prevista no inciso V do *caput* [...], a autorização do desconto deverá ser revalidada a cada 3 (três) anos, a partir de 31 de dezembro de 2021". Justificativa: estava-se no meio de uma pandemia, mundial.

Mas veio também, para tratar do assunto, a...

Aqui, eu estou só citando, porque a pergunta para ele é depois. Eu estou fazendo a linha do tempo.

Aí, olhe que maravilha: chegou a MP 1.006, de 1º de outubro de 2020, que tratava sobre margem de crédito consignado.

Sabe o que é que aconteceu? Botaram jabuti nela, mudaram isso aqui. E sabe quem botou o jabuti? Estas Casas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vocês estão discutindo tanto responsabilidade de Governo A e B, e estas Casas aqui, por meio de Parlamentares, meteram a mão num jabuti aqui e trataram da questão.

Não satisfeitos, veio a Lei 14.131, de 30 de março de 2021, que foi no ano da pandemia... Estou falando da mesma coisa.

Nessa MP convertida, que não tinha nada a ver com a história, não tinha nada a ver com a história, houve uma EMP – deve ser emenda de Plenário – nº 1, de autoria do Deputado Vilson, da Fetaemg, que estava listado aí – que estava listado –, mas foi feito um entendimento, porque a entidade dele não está no rol, mas aparece o nome dele aqui e também aparece o nome do atual Ministro da Previdência, Deputado Wolney Queiroz. Para quê? Prorrogar.

Olha, um negócio que iria ser já em dois mil e vinte e tantos eles queriam prorrogar mais um ano e botar mais outro ano.

Essa emenda foi rejeitada pelo Relator, mas o Relator concordou em botar mais um ano.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone*.) – Qual o Relator?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Deputado Capitão Alberto Neto, Republicanos... Aqui, ó... Só pra dizer, aqui botaram o quê?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fora do microfone*.) – Republicanos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – De onde?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fora do microfone*.) – Do Ceará.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Do Ceará.

Estou dizendo só o documento que eu estou.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí veio a MP 1.107, e é onde o senhor entra na história.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha quanto jabuti esta Casa botando num assunto sério, para depois a gente também não só botar responsabilidade em governo. A gente tem que ter responsabilidade da Casa. Jabuti nunca vem com coisa boa.

Aí, essa MP 1.107, de 17 de março de 2022, tratando do Programa de Simplificação do Microcrédito Digital, tinha nada a ver com a história do Brasil, Relator – estava perguntando –: Deputado Luis Miranda, Republicanos, Distrito Federal, revogou – revogou – o prazo de revalidação.

Aí, justificativa.

O Deputado Luis Miranda afirmou que a inclusão do trecho, para acabar revalidação, foi feita através da inclusão a pedido do *youtuber*...

Meu Deus do céu, quem é *youtuber* Sandro Gonçalves? Eu não sei, mas foi feita a pedido do *youtuber* Sandro Gonçalves.

Então, o *youtuber*, pela explicação do Deputado Luis Miranda – eu não sei se continua no mandato ou não...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, né?

Mas o Deputado Luis Miranda, atendendo a um pedido de um *youtuber*, tirou a emenda de revalidação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Calma. Foi aprovada nesta Casa aqui. Essa emenda foi aprovada pelos Parlamentares.

Aí, eu pergunto ao senhor: nessa época – 24 de agosto de 2022 –, o senhor era Ministro da Previdência. A pergunta que eu quero fazer ao senhor: algum Parlamentar... E, para mim, pouco importa quem seja. Há alguma autoridade do Governo, há algum presidente de associação ou sindicato... Quem o procurou para agir para a extinção dessa revalidação? Alguém o procurou?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor tratou com o Presidente da República para ele vetar essa lei?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor tomou conhecimento, na época, do malefício que fizeram nesta Casa para evitar roubo?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Negativo. Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu queria saber isso aí, porque, para mim, deixa muito claro que essas duas Casas têm uma responsabilidade imensa até onde nós chegamos. Então, esse negócio de jabuti e aprovar a toque de caixa, veio um resultado aqui, e aqui está um histórico. Portanto, não precisa ficar procurando governos não. A maior responsabilidade foi do Senado e da Câmara dos Deputados, de terem aprovado o fim da revalidação – e, também, o Sr. Ministro da Previdência teve participação, e vamos ouvi-lo no momento oportuno. Como agora, como agora, numa matéria para acabar desconto associativo, teve Parlamentar que queria botar emenda, ou botou e retirou, para continuar desconto associativo.

Então, assim, isto que eu queria saber do senhor, sua participação em relação a isso aqui: o senhor teve algum contato com algum Parlamentar sobre isso?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Negativo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

Aí, eu quero ir mais à frente.

Em novembro de 2022, final da sua gestão, final da sua gestão, ou novembro, ou dezembro – eu não estou achando o papel aqui, a essa altura do campeonato –, o senhor teve uma reunião com o Diretor-Geral da Polícia Federal e várias diretorias do INSS, do Ministério da Previdência.

Do que se tratou esta reunião? O senhor se recorda?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Muito superficialmente, mas eu me lembro de que a gente falava bastante do seguro defeso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

Eu pedi para trazer para mim aqui... Eu vou dizer exatamente os personagens que estavam na reunião.

No dia 1º de novembro de 2022, às 11h, consta na sua agência, na sua agenda, como Ministro da Previdência, uma reunião com o Sr. Márcio Nunes de Oliveira, Diretor-Geral da Polícia Federal.

Quem estava presente? Coordenador-Geral de Polícia Fazendária, Cleo Mazotti; Nelson Levy Macedo, Chefe de Divisão de Crimes Previdenciários, Polícia Federal; Guilherme Serrano, Presidente do INSS; Edson Yamada, que é aquela pessoa que o senhor trouxe da Superintendência Sudeste, para, já com o senhor como Ministro, estar ele na Dirben. Ailton Nunes de Matos, Coordenador-Geral do Sistema de Informação. E aí tem mais dez pessoas, todas vinculadas a essa temática que nós estamos aqui... Ou inteligência, ou polícia.

O que é que os senhores trataram nesta reunião?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não me recordo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas aí também... Deixa eu lhe dizer, deixa eu dizer: essa não foi uma reunião qualquer. Essa não foi uma reunião que você faz de repente e não sabe do que se trata.

Aqui está sendo levantada a hipótese de o senhor poder, em algum momento, estar cometendo o crime de falso testemunho. Eu quero dizer ao senhor o seguinte: quando é algo que possa incriminar a pessoa, a pessoa pode até calar a verdade. Agora, não será bom para o senhor ficar com essa conversa de "não me recordo, não sei". Aconteceu isso muito em depoimento anterior também. Não é bom.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Mas eu concordo com o senhor, é que, de fato...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí, deixa eu lhe dizer?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Pois não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu não acredito que o senhor tenha se reunido com o Diretor-Geral da Polícia Federal tantas vezes assim que o senhor não se recorda de um momento tão específico.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Bem *en passant* eu me lembro de alguma coisa com relação ao seguro-defeso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá, então...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não é sobre essa modalidade.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... vamos entrar nessa temática. O que eu tenho recebido do Brasil inteiro é denúncia de seguro-defeso. O senhor vai poder aqui, em breves palavras, me dizer: se vocês estavam tratando de seguro-defeso, qual é o problema que existe com o seguro-defeso?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – O problema do seguro... Primeiro, o INSS não tem a mínima condição estrutural de cuidar do seguro-defeso. Ele só faz o pagamento do seguro-defeso. Quem diz...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quais são os pressupostos para pagamento de seguro-defeso?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – É o camarada...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem é que cadastra?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – O Mapa. O Mapa. O Mapa cadastrou, falou que a pessoa é pescadora, nós pagamos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas venha cá, a pessoa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – É uma coisa extremamente vulnerável.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem é que coordena o Mapa?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – O Mapa quem coordena é o Ministério da Agricultura.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É da Agricultura? Então, o Ministério da Previdência Social faz um pagamento do cadastro feito sob as ordens do Ministério da Agricultura.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Perfeito.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe dizer como é que a pessoa cadastra um pescador?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não sei dizer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, o senhor sabe dizer qual, enquanto o senhor era Ministro da Previdência, era a quantidade de recurso mensal dispensado para o seguro-defeso?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Também não, não sei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, vamos falar desta reunião?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Mas é perto de 1 milhão de pescadores.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Um milhão de pescadores. Não, é porque eu vi uma reportagem, não me lembro se foi no Metrópoles, dizendo que Brasília tinha 59 mil pescadores.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – São Paulo tem 25 mil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu passo aí pelo lago, não vejo tanta gente assim, não. Mas deixa eu lhe perguntar: qual foi o resultado dessa reunião? (*Pausa.*)

Não, o senhor responda...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, vou responder que eu...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Diga aí.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – ... de fato, não me lembro. Deve ter saído alguma ação para a gente poder tomar futuramente, e logo na sequência nós saímos, né? Acabou não acontecendo com a gente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A gente falou até aqui de empréstimo irregular... desconto irregular. Só para relembrar o senhor, o senhor, quando lá falou, o Governo começou com... Vocês começaram com 2,7 milhões descontos associativos e terminaram com 2,7 milhões descontos associativos. Eu estava equivocado quando fiz a comparação do aumento de desconto. Mas nós terminamos, eu acho que no ano passado, com aproximadamente 8 milhões de descontos associativos. E o pessoal aqui cita muito – o senhor é muito citado aqui –, o pessoal cita muito que uma parte crescente desses descontos associativos se deu por conta de ACTs que foram assinados pelo senhor. O senhor assinou, o senhor, pessoalmente, assinou três ACTs. O senhor tem alguma coisa a falar sobre isso?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Eu acho que o que tem que ser verificado é onde a coisa descambou. O fato de ter assinado, como eu falei, a assinatura é uma assinatura mecânica. Você não tem como saber se aquilo que está sendo assinado, se vai, qual vai ser a repercussão, qual vai ser o andamento daquilo. Mas eu acho que tem que se colocar o ponto em que se dá o crescimento. E eu tenho certeza de que não foi com a gente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu estava querendo fazer essa pergunta ao senhor aqui na reunião, porque eu achei que o senhor poderia fazer esse esclarecimento de desconto associativo, se tinha sido provocado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Crédito consignado. O senhor sabe qual foi o momento em que foi liberada essa questão do consignado para o INSS?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Sei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual foi?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Foi no ano de 2003.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual Governo?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Governo do Lula. Lula, Presidente Inácio Lula da Silva.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Na sua experiência – o senhor, lá no Sudeste, como Superintendente, depois o senhor na Dirben, depois o senhor Presidente do INSS, depois o senhor Ministro da Previdência –, o senhor tomou alguma providência, foi provocado ou provocou em relação a equívocos e irregularidades em consignado?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – A gente tinha um número muito grande de reclamações que acabou convergindo na necessidade de a gente fazer uma IN específica para o consignado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Que IN foi essa?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Cento e sessenta e dois...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E me diga quando.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Deixe eu ver se eu acho a danada aqui. Eu vou olhar aqui e falo já.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – De que ano foi essa IN, foi em 2022?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Dois mil e vinte e dois.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mesmo não a lendo, qual era o escopo dela?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Parametrizou as penalidades dos bancos, porque, até então, os bancos não tinham penalidade nenhuma.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E qual foi a penalidade grave?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – A exclusão.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A exclusão.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – A exclusão.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Durante o seu período em algumas dessas funções, houve exclusão de banco?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não me recordo, me perdoa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quais são os bancos que mais consignados têm em relação a aposentados e pensionistas?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Nacionalmente deve ser o BMG.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – BMG. O pessoal fala muito do BMG, eu pessoalmente não conheço. Por que esse privilégio ao BMG?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não sei dizer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor alguma vez recebeu, como Dirben, Presidente do INSS ou Ministro da Previdência, dono, diretor de banco?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Dono ou diretor de banco?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não que eu me recorde.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aqui na Câmara a gente já tomou uma providência muito importante – eu acho que foi um projeto de autoria até do Deputado Sidney – : acabamos com descontos associativos, mas precisamos ir além. O INSS tem condições de fiscalizar desconto de consignado?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não. Ele não dá conta nem do negócio dele, que é o reconhecimento de direito. Qualquer outra coisa seria subsidiário e ficaria para o segundo plano. Não há possibilidade. O reconhecimento... Nós estamos falando que nós estamos chegando a quase 3 milhões de processos parados, 3 milhões de brasileiros aguardando uma resposta conclusiva do INSS. Como que a gente pode assumir qualquer outro tipo de modelo sem ter condição? É muito difícil.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu vou finalizar, mas eu queria fazer uma pergunta ao senhor. Eu sempre achei que funcionário concursado teria mais capacidade técnica de assumir os cargos de direção. E o senhor teve essa oportunidade no Governo Jair Bolsonaro. O senhor foi Superintendente; pelo seu trabalho, segundo o senhor disse, sem nenhuma vinculação política, virou Diretor da Dirben; pelo seu trabalho, segundo o senhor disse, virou Presidente do INSS; sem a interferência política, o senhor foi convidado para ser Ministro da Previdência. Hoje a gente chega aqui, em 2025 – olha só, com tanta tecnologia, com tantos dados que podem ser cruzados, com inteligência artificial –, a gente chega aqui para prestar contas a milhões de aposentados, porque o dinheiro deles vinha sendo roubado há muito tempo.

Eu pergunto ao senhor, tecnicamente falando, o que é que o senhor, enquanto membro do INSS, o senhor propôs nessas suas passagens por diretorias, presidência e ministério para evitar esse tipo de fraudes?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Só tem uma forma: investir em tecnologia.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu quero saber o que é que o senhor fez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – O que é que eu fiz?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual foi o legado que o senhor deixou para combater fraudes?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – A carga era tão pesada, e o número de servidores era tão insuficiente que a gente mal dava conta do dia a dia. Trabalhar no INSS é uma verdadeira escolha de Sofia: você todos os dias tem que optar por aquilo que vai fazer, aquilo que impacta mais positivamente na sociedade, e na nossa concepção, sempre foi o reconhecimento de direito. Então, talvez a gente tenha sido falho nessas questões com relação à questão das fraudes, mas não por inércia, não por negligência, e sim por falta de estrutura.

Você tem que ter um investimento massivo em tecnologia para você tornar as coisas sistêmicas. Não dá para você deixar para seres humanos fazerem, porque seres humanos não vão dar conta. Então, infelizmente, se eu deixei de fazer coisas, eu deixei, porque eu tinha outras coisas para fazer, não por não ter feito nada.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Para finalizar, aqui no Brasil as pessoas mudam muito de vida depois que assumem determinados cargos. O padrão de vida do senhor mudou após o senhor passar por esses cargos?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, meu padrão de vida foi sempre o mesmo, eu não mudei absolutamente nada. Continuo sendo uma pessoa que atendo todas as pessoas da mesma forma e sou extremamente simples.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Obrigado. Estou satisfeito.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Eu que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Relator.

Antes de fazermos o intervalo, pergunto aos Líderes do Governo e da Oposição se desejam fazer uso dos cinco minutos estabelecidos no acordo. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não. Os dois?

(*Intervenção fora do microfone.*)

Então, antes de darmos início às falas dos oradores, eu proponho então que façamos o nosso intervalo de uma hora e retornamos com tudo.

A sessão está suspensa por uma hora, senhores.

(Suspensa às 12 horas e 44 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 07 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Reiniciando a sessão, Srs. Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, daremos início à ordem de Parlamentares inscritos para perguntas, inquirição à testemunha.

Vou ler aqui os dez primeiros, para que possam acompanhar: Senador Izalci Lucas, Deputada Adriana Ventura, Senador Jorge Seif, Senadora Eliziane Gama, Deputado Paulo Pimenta, Deputado Marcel Van Hattem, Senadora Tereza Cristina, Duarte Jr., Deputado Sidney Leite, Senador Fabiano Contarato, Senadora Soraya Thronicke, 11ª, Deputado Rogério Correia, 12º, e seguem os demais até...

Vou pedir uma gentileza, também, aos Parlamentares porque, anteriormente, nós estávamos com as exposições sendo feitas por dez minutos para que a pessoa respondesse depois dos dez minutos. Foi feito até um questionamento pelo Líder do Governo, que está coberto de razão, de que é preciso que a gente respeite os dez minutos entre perguntas e respostas. Nós vamos pedir o cumprimento desse prazo para o bom andamento da sessão.

Começo com a palavra ao Senador Izalci Lucas. Dez minutos, por favor, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Para interpelar.) – Presidente, eu vou pedir à assessoria para eu colocar um vídeo. Eu gostaria muito que todos os Parlamentares prestassem muita atenção no conteúdo desse vídeo para acabarem, definitivamente, essas piadinhas, essas conversas sobre a Medida Provisória 871.

Pois não.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Bem, Presidente, acho que o vídeo é muito claro. O objetivo da MP 871, de que eu tive o privilégio... E a gente conseguiu de fato um acordo e votamos; não deu para ser um ano, mas pelo menos três anos. Mas tivemos a economia de mais de 10 bilhões na época. Isso é para matar esse assunto definitivamente, que é a medida que poderia ter evitado esse monte de coisa que está aqui.

Mas eu quero cumprimentar e já perguntar ao nosso depoente, Oliveira: na reunião de segunda-feira agora, o Ministro Carlos Lupi mencionou que cadastrar entidades junto ao INSS não é crime. O senhor concorda com essa visão? – assim, bem objetivo.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) (Para expor.) – Cadastrar não, não... Quer dizer, concordo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O.k.

A que o senhor atribui a narrativa da esquerda de que o problema está na assinatura das ACTs, sendo que a explosão dos descontos associativos ocorreu de uma forma exponencial em 2023-2024?

A que o senhor atribui o fato de que o número de aposentados filiados no fim de 2022 era cerca de 2 milhões e saltou para 7 milhões no primeiro Governo Lula, e 9 milhões para o segundo ano do Governo Lula?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – De fato, não, a assinatura não quer dizer absolutamente nada, mesmo porque a entidade – a organização, a associação, o sindicato –, quando ela vai se candidatar para fazer o acordo de cooperação, ela tem ciência de que o segurado tem que autorizar o desconto. Antes tem que se filiar e depois se autorizar o desconto. Então, a fraude...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Ou seja, o senhor quer dizer então é isto mesmo: imediatamente após a assinatura das ACTs, passam a ser realizados os descontos. É automático ou não?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Sim. Ele tem que fazer a filiação do... Fazer os... Pegar os associados e pegar a autorização desses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

associados, para que ele autorize o desconto em folha. O não pegar e informar para a Dataprev esse desconto, aí é que está a ilegalidade.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Uma dúvida aqui. O senhor teve alguma manifestação jurídica da AGU contra a nomeação do Procurador Virgílio como Consultor Jurídico do Ministério da Previdência?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Negativo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Não?

O senhor analisou o currículo e cargos anteriores ocupados por Virgílio antes de ele ser apontado como Consultor Jurídico?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Sim, sim.

Sim, eu peguei ele porque ele já tinha uma experiência nos governos anteriores, como o Conjur do ministério. E não fui eu que...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Em quais governos o Procurador Virgílio exerceu suas funções?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – No Governo Dilma.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Bem, eu tenho uma questão aqui que eu tenho...

A Instrução Normativa 128, de março de 2022, ela foi editada quando o senhor se tornou Ministro e detalhava os procedimentos para as ACTs. Essa norma buscava organizar o processo, e foi por acaso revogada ou ignorada pela administração atual. O que poderia explicar por que a fraude explodiu para 1 bilhão e meio em 2023 e 3 bilhões e 300 em 2024?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Em que pese a Medida Provisória 871, através do jabuti que foi dito aqui nas primeiras horas, acabar perdendo a parte em que havia necessidade de fazer a revalidação, na IN 128 é prevista a revalidação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou com a IN aqui nas minhas mãos agora, é prevista a revalidação e está no Decreto 3.048. Nós não retiramos do Decreto 3.048 – decreto esse que ainda é válido. Então, se o INSS quisesse fazer hoje, mesmo com o jabuti que tem, ele poderia fazer a revalidação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Exatamente. Mesmo não tendo a obrigatoriedade da renovação anual ou trimestral, depois foi adiado, o decreto já poderia ser aplicado da mesma forma...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Sem dúvida.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... e evitaria tudo o que aconteceu.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Sem dúvida.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Bem, tem uma dúvida aqui, um comentário que foi feito: durante a gestão em agosto de 2021, teve uma investigação interna da Conafer. Qual foi o fundamento técnico para essa decisão e quais foram as conclusões do comitê criado para apurar o caso? Tem conhecimento? Lembra desse?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Muito *en passant*. Muito *en passant*. Não tenho conhecimento. Seria leviano de minha parte se eu falasse alguma coisa sobre o assunto.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Pesa sobre o senhor a acusação de ignorar alerta da CGU e da Procuradoria Federal especializada. A CGU e a Procuradoria certamente continuaram atuando em 2023 e 2024. Quais alertas foram emitidos por elas quando a fraude mais do que dobrou de tamanho, que foi exatamente a resposta atual do Presidente do INSS e do Ministro da Previdência?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Esses alôs, esses não chegaram até mim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O senhor não recebeu nenhuma....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, não. Não recebi.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Nem da AGU, nem da CGU, nem do...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, não recebi. Não recebi.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – E com relação ao Tribunal de Contas também, tinha alguma?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Também não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Nada?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Foi como eu falei na parte da manhã...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – ... nós tínhamos 60 recomendações da CGU e nenhuma tratava desse assunto e quase 500 acórdãos do Tribunal de Contas da União, e nenhum tratava desse assunto.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Eu quero aqui aproveitar, Presidente... O nosso Relator praticamente não deixa nada para a gente perguntar, né? Então, vou economizar aí os 30 segundos parabenizando mais uma vez o nosso Relator, que, com muita competência, tem realmente feito as perguntas e conduzido muito bem. Tenho certeza de que esta CPMI vai resgatar a credibilidade das CPMIs do Congresso.

Era isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Senador Izalci.

Com a palavra a Deputada Adriana Ventura, por dez minutos.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero saudar a mesa, quero saudar o Ministro Oliveira, o nosso Relator.

Eu estive no INSS com V. Sa., fui muito bem atendida, fui tratar de uma questão de fila que estava chegando ao meu gabinete, de reclamação.

Mas eu queria... Eu vou concentrar minha fala mais nessa linha do tempo, porque, como é muita coisa, muito Ministro e tal, eu queria entender um pouco essa lógica da linha do tempo, porque tem alguns buracos na minha cabeça.

Então, dentro dessa linha, eu tinha e criei muita expectativa, porque você é um servidor de carreira do INSS, 35 anos de INSS. E, como tem um monte de lacunas e respostas não esclarecidas, coisas não esclarecidas aqui, na minha cabeça você era aquela pessoa que, pelo fato de ser bem preparada, ser servidor, ser técnico, tinha várias coisas de que eu queria um esclarecimento. Mas hoje, na sua fala inicial, você falou das coisas, que se licenciou da empresa e tal. Eu queria mais ou menos fazer uma linha do tempo, porque tem um período – parece que você entrou muito jovem no INSS – que é de 2003 a 2016 em que você ficou de licença sem remuneração para atividades privadas ou para atividades legislativas e tal. Será que você podia detalhar um pouco, de 2003 para frente, exatamente o que era? Porque eu fiquei um pouco confusa. Mais ou menos assim: você saiu, pediu licença, abriu uma empresa? Do que era a empresa? Você pode falar rapidamente?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Posso, claro. (*Fora do microfone.*) Obrigado. Posso sim, claro que sim. (*Pausa.*)

Desculpe. (*Pausa.*)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Você devolve meu tempo, tá?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Basicamente, em 2003 eu me afastei, né? Em 2003 eu me afastei, em 2004 eu já fui fazer política partidária. Em 2004, ganhamos a eleição e eu fui para a Câmara Municipal, a princípio, cedido e depois fui... Não, a princípio... Fiquei cedido lá quatro anos, como chefe de gabinete de um Vereador lá da minha região.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Qual Vereador?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Mário Dias, falecido Mário Dias.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Hum-hum.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – E, paralelamente, eu abri uma empresa, que era essa empresa Fayard, em que eu fiquei até 2022, acho que foi 2022; eu me afastei em 2022 dela. Afastei... Eu era sócio-gerente, depois virei sócio cotista e depois eu tive que me afastar e acabei saindo da empresa. Então, basicamente eu me dediquei à política partidária mesmo, viu? E à iniciativa privada em paralelo.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Tá. Deixe eu fazer uma pergunta aqui, porque eu tenho aqui que você foi Superintendente do INSS de 2001 a 2002. Foi esse que o senhor falou que foi indicação do Deputado Baleia?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, não, não.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Porque consta no teu currículo: superintendente de julho de 2001 a 2002.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Mas eu era substituto, era superintendente substituto.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Aí quem indicou o senhor para esse?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – O Superintendente à época, que era o Luís Eduardo, que já, inclusive, é falecido.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Tá. Então, depois foi essa atividade privada. Essa empresa que você falou de... fazia o quê, exatamente?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Na verdade, a gente sempre trabalhou na área da construção civil, na aprovação de projetos, regularização de área, tínhamos lá topógrafos, engenheiro, arquiteto, todos os prestadores de serviço que nos ajudavam a fazer, a desembaraçar os processos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – E aqui consta também no seu currículo que, de janeiro de 2005 a novembro de 2008, você foi Chefe de Gabinete do Governo do Estado de São Paulo. Você pode me detalhar?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Como que é?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Consta no seu currículo, no seu LinkedIn, que, de janeiro de 2005 a novembro de 2008, o senhor era chefe de Governo... do Governo do Estado de São Paulo.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, então está errado.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Tá. Beleza, está lá, mas... Então eu ia perguntar quem que estava à frente.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – De 2005 a 2008...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Isso.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – ... fui Chefe de Gabinete do Vereador Mário Dias na Câmara Municipal de São Paulo.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Ah, então está... Eu vi, está tudo certo. Então, talvez tenha sido confusão.

Agora, de 2008 a 2012, essa empresa... Eu sei que você foi Vereador, você assumiu a vereança de São Paulo e tal. Mas, de 2013 a 2016, o senhor estava na atividade privada, então, antes de voltar para a superintendência, está correto?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Sim.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Tá. Minha pergunta é, e eu acho que é essa explicação que eu quero conectar: você falou da política partidária, então, nesses 13 anos, você

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ficou 13 anos, aspas, "fora", e depois você voltou para a superintendência pela indicação do Deputado Baleia, que o senhor falou, certo?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Perfeito, perfeito.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – E depois o senhor veio para Brasília. Agora, o que está me deixando, assim, um pouco incomodada, é que a gente tem resposta que não chega. E a minha questão vai justamente na linha dos ACTs, os acordos de cooperação técnica, e, rapidamente, eu queria uma explicação de como ele é feito, porque, no período em que V. Sa. era Presidente, teve 18 ACTs firmados, e 8 – inclusive a Ambec, de que já foi perguntado – são, aspas, "fantasmas". Então, a minha pergunta é... Tem oito fantasmas, identificadas como fantasmas pelo relatório. Minha pergunta é: como faz? Ninguém vai, ninguém vê, ninguém vê se é de fachada, se a empresa existe, se a empresa não...? Não?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Checa-se nos sistemas, mas não há...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Não há.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – ... no rito, essa visitação na entidade.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Tá.

Minha outra pergunta é um incômodo meu, porque eu entendo perfeitamente um Ministro, um Presidente que tem que ter um segundo escalão bom, porque a gente, às vezes, assina coisa e fala... delega para outras pessoas. E você falou muito da assinatura mecânica: "Eu assinei e tal". Mas, para isso – o meu questionamento é assim –, precisa-se ter uma pessoa de extrema confiança. A sua pessoa de extrema confiança era a Ingrid, que você indicou?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – De minha extrema confiança, quando eu era Presidente, era o diretor – na época, o Sebastião.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Então, porque a minha pergunta é assim...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Antes...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – ... seja o Sebastião, seja a Ingrid, depois que estourou tudo isso, eu acho que eu ia ligar para a pessoa com quem falei: "Escuta aqui, você não leu? Eu assinei. O que aconteceu?". O Sebastião ou a Ingrid... Você assinou coisas mecanicamente, mas por que você responde. A pergunta é: você chegou a questioná-los, ligou? "Ô Ingrid"... "Ô Sebastião"... Não sei.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Mas a fraude não se dá na assinatura; a fraude se dá onde começa o crescimento das entidades sem a prévia autorização das pessoas. É aí que é... Esse é o ponto de fraude. A entidade se candidatar a um ACT, e a gente assinar, isso não quer dizer absolutamente nada.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Mas quer dizer que não há um protocolo. Ninguém foi olhar se era fantasma; foi uma checagem mecânica, uma assinatura mecânica.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Checa-se no sistema, mas não se faz visita, não tem, isso não faz parte do rito.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Entendi.

E aí – só seguindo aqui, porque tem mais duas perguntas só – existe o Grupo Oliveira. O que é o Grupo Oliveira?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – O Grupo Oliveira é uma coisa de fato; não é uma coisa de direito. É quando a gente tem legitimidade na região; então, a gente é conhecido como o Grupo Oliveira, mas não é um grupo empresarial, não é absolutamente nada, é um nome fantasia, digamos assim.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Entendi, mas essa Oliveira, eu acho que deve ser o sobrenome da tua esposa. Vocês têm uma imobiliária, é isso?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Sim, temos uma imobiliária.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – E essa imobiliária está em atividade, assim...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Agora ela está em atividade.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – A minha dúvida – e eu acho que eu encerro, assim, essa parte da linha cronológica aqui – é que assim: no auge... Porque o senhor é sócio dessa empresa, Ministro, desde 2022, mas parece que a sua esposa era antes...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Sou sócio cotista.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – É, sócio cotista.

Mas o senhor falou aqui que não tinha... No INSS, é muito trabalho, muita demanda, pouco braço, não dá nem para respirar, tal... E no auge em que o senhor era Presidente do INSS, em que você estava cuidando das filas lá de 3 milhões para 800 mil, para reduzir, que não dava nem para respirar, você entrou nessa empresa. A minha pergunta é exatamente: o senhor só entrou para fazer a composição, mas o senhor não fazia, não tinha trabalho lá objetivo?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não tinha tempo absolutamente nenhum para poder cuidar de lá.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Tá.

E a última pergunta é em relação... O Ministro Lupi esteve aqui, na semana passada, e assim... Eu fiquei muito confusa – e acho que o Brasil também –, porque parecia uma coisa assim... Ele era o Ministro, era o Presidente; então, primeiro ele falava que o INSS era uma autarquia autônoma e que ele não tinha nenhum tipo de influência na autarquia, mas aí ele fala que demitiu o fulano porque isso, mandou o INSS fazer aquilo. A gente vê que fica um jogo para lá, um jogo para lá.

Você, com a sua experiência, com os seus 35 anos – que já passou por todas essas etapas, foi Diretor, foi Presidente, depois foi Ministro, tal –, qual dessas duas facetas que o Ministro traz mais se aproxima da realidade? O INSS é, de fato...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – ... autônomo ou é comum que o Ministro da Previdência ou do Trabalho e da Previdência – ou o nome que for à época – dê as cartas, e a influência política seja enorme?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Para que o Ministério da Previdência vá bem, para que o Ministro vá bem, o INSS tem que estar bem. Então, tudo bem, por mais que a autarquia tenha essa autonomia, tem que ter uma relação direta, constante com a autarquia. Não dá para você pegar e largar a mão.

Então, você tem lá uma fila gigante para poder responder à sociedade. Se você não tiver um... não fizer uma reunião semanal, tiver um contato direto com a diretoria que lá ficou, você não consegue, e o Ministro não vai conseguir fazer a entrega que muitas vezes foi determinada pelo próprio Presidente.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Está bem.

Eu agradeço, então, Ministro. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputada Adriana Ventura.

Com a palavra, o Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, muito boa tarde para o senhor, para o nosso Relator, para o nosso Vice-Presidente e para o Dr. Oliveira, ao qual eu preciso fazer aqui justiça. Eu não sei se o Dr. Oliveira cometeu ilícitos, mas eu preciso dar um depoimento, Sr. Presidente, também para o nosso Relator, de que, quando eu fui Ministro da Pesca do Presidente Bolsonaro e nós fizemos um combate às fraudes do seguro-defeso, esse homem foi um dos que compuseram a força-tarefa que nos levou a cancelar praticamente 200 mil cadastros falsos, o que trouxe uma economia para o Brasil de mais de R$1 bilhão por ano, a cada ano, porque nós não conseguimos concluir, o Governo mudou...

Agora, Dr. Oliveira – e eu falo isso para o senhor com muita tristeza no coração –, quando nós saímos do Governo, em 2022, nós deixamos 700 mil pescadores. Eu consultei, mês passado, e o Ministério da Pesca do desgoverno já tem 2 milhões de pescadores. Eu queria saber, como o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiro que está nos assistindo, se a oferta de pescado aumentou, se o pescado está mais barato ou onde estão esses tantos pescadores, e nós não vemos o peixe. Se nós tivéssemos 2 milhões de pescadores, Dr. Oliveira, já era para nós sermos campeões mundiais em produção de pescados, e nós estamos longe disso. A cada ano, infelizmente, pioramos no *ranking,* devido a restrições ambientais.

Mas, Sr. Presidente, eu queria também...

Silêncio, por gentileza, aqui.

Eu queria também ressaltar, Sr. Presidente, que, nas sessões anteriores da nossa CPMI, nós ouvimos representantes da Defensoria Pública da União, da Controladoria-Geral da União, o Dr. Eli Cohen, que é advogado investigativo, e também um policial federal que foi praticamente calado por seus superiores, que estavam aqui fazendo a escolta dele para ele não falar – apesar de ter sido vedada a transmissão, nós vimos aqui o que aconteceu –, e, por fim, o ex-Ministro do Trabalho Carlos Lupi.

Diversos órgãos, Sr. Presidente – e isso precisa ser colocado em voga, em consideração –, Procon, DPU e CGU enviaram diversos alertas formais ao longo dos últimos anos, e, mesmo assim, o Governo Lula e o Lupi nada fizeram. E fingem demência: "Ai, não sabia de nada". Né?

Agora, qual é a narrativa da esquerda, Dr. Oliveira? O senhor prepare o lombo... Com todo o respeito que eu tenho ao senhor, prepare o lombo, porque eles querem colocar a culpa no Governo Bolsonaro, que não tem.

O que o senhor fez? Renovou ACT? Isso é crime? O próprio Lupi, perguntado por mim na última sessão, falou: isso não é crime nenhum. Se a entidade faz, promove, propõe um acordo de cooperação e está dentro da legalidade – e o senhor afirmou isso –, a culpa é do senhor, se depois esse pessoal começou a roubar? Eu entendo que não e espero que o senhor tenha saído do Governo de mãos limpas, porque aqui nós não estamos protegendo ninguém, mas, pelo trabalho que o senhor realizou comigo e com a minha equipe, eu preciso dar esse depoimento de boa conduta. Pelo menos, é a minha experiência com o senhor, e espero que isso não tenha sido desvirtuado depois, porque o senhor fez um brilhante trabalho com o Ministério da Pesca, com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dataprev, o INSS, o Ministério do Trabalho, e a Polícia Federal, porque nós combatemos – sim, nós combatemos – as fraudes previdenciárias.

Eu gostaria de pedir à mesa para projetar o vídeo ali, por gentileza. (*Pausa.*)

Sr. Presidente, eu queria que o senhor prestasse atenção aqui.

Isso aqui, pessoal, é para desmascarar completamente a narrativa mentirosa da esquerda, que não assume nada. Estão aqui para defender e proteger bandido. Eles estão aqui para proteger bandido.

Quer ver? Depois peguem a lista de Deputados e Senadores e veja quem assinou por esta CPMI. Ninguém assinou, porque eles querem proteger bandido, porque eles têm DNA do crime do PT mais uma vez nesta...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Sr. Presidente! Sr. Presidente, por gentileza...

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – ... nesta, nesta...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Eu assinei esta CPMI.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Não! Ei, ei, ei! Senhor, por favor!

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Eu assinei esta CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Jorge Seif...

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – O.k., o.k...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – O senhor está fazendo uma afirmação falsa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – O senhor está fazendo uma afirmação falsa.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Então, olha aqui...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Jorge Seif...

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Eu quero reposição do tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante.

Pois não. Suspenda o tempo do Senador Jorge Seif, por gentileza.

Senador, nós estamos entre companheiros de Parlamento.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Aqui, não há ninguém investigado, não é? É claro que cada um tem a sua opinião, mas eu vou pedir a V. Exa., concordando com o Senador Contarato, por gentileza, no trato com os colegas aqui dentro do nosso Regimento, do regulamento, peço a V. Exa. que, por favor, seja mais comedido nessa questão e no trato a todos nós.

Muito obrigado.

O tempo, por gentileza.

Pode continuar.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – O senhor pode repor um minuto ali para mim?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco/PL - RJ) – Reponha um minuto aí, por favor.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Sr. Presidente, aqui está o DNA do crime. Nós aqui... Olha: 2,1 milhões, 3 milhões; agosto de 2001, 1,9; 2,7; Lula eleito: 5,4 bilhões; dezembro de 2024, 7,5 bilhões. Bi, bi!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Ah, milhões. Ali, o número de filiados. Então, mesmo as pessoas mais simples que estão nos assistindo em casa vejam o número. E querem colocar a culpa no Oliveira – querem colocar a culpa no Oliveira! Mas esse primeiro gráfico já mostra.

Passe para a próxima, por gentileza.

Valores de descontos...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Senador Seif...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – ... e acordos de cooperações técnicas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Senador Seif, 7,4 bilhões?

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Eu corrigi, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza...

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Olha aqui: valores dos descontos e evoluções de acordos de cooperação técnica: 2018, 625 milhões; 2029, 575 milhões; 2022, 783 milhões. Eu acho que já é um número agressivo. Lula eleito, Lula eleito: 2023, R$1,5 bilhão; 2024, 3,5 bilhões.

São dados que a CGU nos trouxe aqui. Qualquer coisa, vocês peguem o depoimento da Sra. Eliane Viegas, que trouxe aqui revelações absurdas de que era avisado ao Governo do PT, ao Lupi, que aqui se fez de dissimulado, semana passada, dizendo que não sabia de nada. É um coitadinho.

Próximo, por gentileza.

Desbloqueios em lote.

Para o povo brasileiro saber, desbloqueio em lote é quando as associações mandam para o INSS e aceitam associados em mais de 50 mil unidades, 50 mil pessoas. Olha aqui: 2016, foi 1; 2017, 3; 2018, 12; 2019, 1, já sob gestão do senhor e do Marinho; 2011, 1; 2022, 1; 2023, 15 pacotes de 50 mil usuários; 2024, 24 mil pacotes de 50 mil usuários. Está muito na cara, pessoal! Não dá para falar de Bolsonaro aqui, não!

Segue a próxima, por gentileza.

Por último aqui – tenho três minutos –, pedidos de exclusões. Você brasileiro que está nos assistindo em casa, vocês brasileiros que procuram o Procon, que procuram a Defensoria Pública, que procuram ajuda com amigos advogados, olhem isto aqui.

Em 2020, Governo do Presidente Bolsonaro, foram 43 mil brasileiros pedindo "tire meu nome aí dessa associação, eu não tenho nada com essa associação", 43 mil pessoas solicitaram exclusão. Em 2021, subiu: 53 mil. Em 2022, subiu mais: 116 mil. Lula eleito, o que é que acontece? Foram 465 mil pessoas pedindo para serem excluídas desses benefícios fraudulentos que roubam vocês aposentados e pensionistas do nosso Brasil, que não assinaram nada, que não pediram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

auxílio-funeral, que não pediram nenhum benefício para ir para parque ou não sei o quê ou seguro-saúde, que vocês nem sabem que têm e, se precisarem, não poderão utilizar, porque é tudo fraudulento... E nós vamos descobrir e revelar no Brasil aqui. E, por último, em 2024, Governo Lula – ó a estrelinha aqui do Lula, em homenagem ao Partido dos Trabalhadores –: 1,5 milhão de brasileiros pedindo: "Pelo amor de Deus, tire o meu nome dessa associação, porque eu não pedi desconto nenhum, eu não contratei seguro-funerária, eu não contratei seguro-saúde".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Está aqui. Este é o retrato, este é o retrato, Sr. Presidente, Sr. Relator, do desgoverno do PT.

E outra coisa, Sr. Presidente... Sabe o que é que eles estão falando? "Nós estamos pagando o velhinho". Não fazem mais do que a obrigação! Agora, o que nós queremos é que os amiguinhos deles respondam criminalmente e devolvam ao Erário, porque o Lula não está pagando com o dinheiro do bolso dele, está pagando com o dinheiro do brasileiro. O brasileiro, de novo, está pagando pela roubalheira que está ocorrendo, e, conforme os quatro gráficos que o Brasil inteiro está vendo, que ocorreu durante o Governo do Partido dos Trabalhadores.

Eram essas as minhas considerações, Sr. Presidente.

E para lembrar ao Brasil também que, quando nós saímos, quando eu fui Ministro da Pesca do Bolsonaro, nós cruzamos dados com Dataprev, com INSS... A CGU me ajudou, a Polícia Federal me ajudou, e nós deixamos 700 mil pescadores, o que já me parecia muito... Eu continuaria esse trabalho se eu ainda lá estivesse, mas mudou o Governo. Hoje, tem 2 milhões de pescadores, pescadores que não sabem diferenciar um camarão de uma baleia, pescador em lugar que não tem água para se tomar banho!

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Este é o Governo, ou melhor, desgoverno do Partido dos Trabalhadores.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sr. Senador Jorge Seif, muito obrigado pela gentileza.

E vou pedir mais uma vez que nós tenhamos dentro da nossa convivência... Porque a última coisa que eu gostaria é a gente ter que aplicar qualquer tipo de medida aqui. Estamos todos entre colegas. Então, vou pedir mais uma vez, por gentileza, o respeito uns aos outros para que não seja necessária uma intervenção mais firme desta Presidência, o que seria muito, vamos dizer assim, muito ruim – não é, Relator? Aqui, nós temos opiniões divergentes, mas o clima tem que ser sempre de respeito e atenção um ao outro.

Com a palavra, a Senadora Eliziane Gama, por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Srs. colegas Parlamentares, a gente começa a ver, aqui, nesta Comissão, o desespero de alguns Parlamentares na tentativa de colar uma narrativa mentirosa. E a gente percebe isto: desde as primeiras intervenções, eles tentam colar uma narrativa, eles tentam excluir, na verdade, um governo que teve uma participação direta, com toda a roubalheira que nós estamos acompanhando neste momento.

Nós estamos, hoje, aqui, nesta manhã, até agora, já à tarde, ouvindo um senhor que foi Diretor de Benefícios no Governo de Bolsonaro, que foi Presidente do INSS no Governo do então Presidente Bolsonaro e que foi Ministro da Previdência do então Governo do ex-Presidente Bolsonaro. E eu nem vou fazer perguntas a ele, porque a gente viu aqui claramente: não responde ou, às vezes, fala o que não falou lá atrás, uma verdadeira confusão.

Eu vou aos fatos.

Veja, quando da presença e permanência do Sr. Oliveira, seja como Diretor – e aí eu quero pedir aqui ao colega que me coloque no telão –, seja como Diretor, ou como Presidente do INSS, ou como Ministro da Previdência, os números não mentem, os números estão aí apresentados. As instituições hoje que estão sendo investigadas pela Polícia Federal e estão sendo investigadas pela Operação Sem Desconto, diga-se de passagem, solicitada e defendida pelo Governo do Presidente Lula, todas elas, a maioria absoluta... Os acordos, os ACTs, foram firmados no Governo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

do ex-Presidente Bolsonaro. A maioria deles, inclusive, quase R$3 bilhões de descontos fraudulentos, são resultados de ACTs firmados nesse período.

A Conafer, que está aqui sendo apresentada... O depoente colocou ali, tentando se eximir de alguma relação com a Conafer, a gente viu aqui...

Quando ele tenta se eximir, a gente vê claramente a relação de pessoas do seu ambiente pessoal – não é do ambiente profissional; do ambiente pessoal –, que pagavam suas contas pessoais, tendo relação financeira com integrantes também da Conafer, que movimentou R$809 milhões.

Nós temos aqui Ambec, R$500 milhões; Cobap, R$337 milhões; Amar Brasil, que chegou a fazer doações para integrantes do Governo do ex-Presidente Bolsonaro, R$325 milhões; Unaspub, R$267 milhões; AAPPS, R$255 milhões; Caap, R$251 milhões.

Nós temos uma instituição em que houve uma transformação: a Abrapps se transformou em Anapps, e a Abrapps foi, na verdade, descredenciada. Ela é descredenciada lá em 2019 ainda e depois ela é reposta com um outro nome, mas o mesmo CNPJ, e neste momento estava o Sr. Oliveira como Diretor de Benefícios lá do INSS. Foi durante a gestão dele que houve a transformação dessa entidade.

E aí nós vamos aqui vendo, ao longo do seu depoimento, as relações são relações duvidosas.

Veja, ele, quando falou da Oriente... da empresa da qual ele é sócio, ele até disse que não lembrava. E aí um outro fato: agora há pouco, ele acabou de dizer, porque disse lá atrás, que, em relação à Fayard, ele não tinha nenhuma relação com a Fayard, não era sócio, e acabou de dizer que foi sócio até 2022. Uma informação que ele negou lá atrás voltou agora, de fato, a admitir.

E, em toda a investigação que está ocorrendo no âmbito da Polícia Federal, deixa claro o indício de relação dessa empresa, a partir desses vários vínculos, com a Conafer.

É uma investigação de fato da Polícia Federal.

Na investigação da Polícia Civil, no depoimento feito pelo Sr. Bruno Deitos, ele diz o seguinte, que a empresa que ele representava, que era a Premier Recursos Humanos, fez convênio com a Conafer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, Sr. Oliveira, ele fala de 2021, quando o senhor era diretor lá da Diretoria de Benefícios. Ele afirma no depoimento da Polícia Civil aqui, Senadora Leila, em Brasília. Ele diz claramente que os diretores recebiam vantagens financeiras e que essas vantagens financeiras se davam exatamente para que houvesse, na verdade, a alteração de dados.

O senhor colocou em um dos momentos de sua fala que não houve, por exemplo, venda de dados.

Ele diz, no depoimento à Polícia Civil, que teve acesso a um arquivo digital de 28,7 mil fichas de assinaturas coletadas, depois de dizer que os diretores recebiam vantagens indevidas. É um depoimento que é feito na Polícia Civil. São os depoimentos que estão, na verdade, em curso na Polícia Federal.

E aí vem mais uma outra situação: quando vocês falam aqui, vários depoimentos, eles colocando aqui na exposição da medida provisória... Bom, gente, só quem não entende de Regimento, só quem não entende de processo legislativo. Nós não votamos a medida provisória; nós votamos um PLV. E é bom lembrar: no PLV, foi revogada a exigência acerca da revalidação. Ela flexibilizou, ela abriu a porta, ela escancarou as portas para o que a gente está acompanhando agora.

Se houvesse um rigor maior na fiscalização, Senadora Soraya, nós não estávamos acompanhando o que nós acompanhamos a posterior.

Aí pegam: "Ah, aumentou um gráfico em relação a desconto no ano de 2023". Claro, PLV flexibilizando, ACTs a torto e a direito, a rodo, passando no Governo do então Presidente Bolsonaro; ou seja, o tapete vermelho, as condições foram dadas para a roubalheira que nós estamos acompanhando e que hoje está tendo o verdadeiro rigor da investigação por parte da Polícia Federal.

E aí, ele também diz que não conhecia as adesões em bloco, 2021 e 2022 – depois ele admitiu lá na frente. Nós tivemos aí pelo menos uma adesão em bloco de mais de 30 mil associados de uma só vez.

Presidente, eu quero finalizar aqui a minha fala, colocando que o Sr. Oliveira, do início da sua apresentação até o final... Porque, logo de cara, ele disse que tinha saído do serviço público

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

desde 2023 – não foi. Estava aqui, inclusive, no gabinete de alguns Parlamentares. Notadamente, com frequência, presente naquelas pessoas que integraram o Governo dele, como ele faz questão de dizer: "É o meu Governo". O Governo do então Presidente Bolsonaro.

Então, ele vem com uma série de contradições.

Ele está aqui na condição de testemunha. Quem mente como testemunha está procedendo em falso testemunho. Ao falso testemunho, Prof. Contarato...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – ... é cabível art. 342, é cabível prisão. E, aqui, em flagrante, por falso testemunho.

Se o Presidente tivesse com essa determinação, ou o Relator, para pedir a prisão, caberia tranquilamente, porque os números vão se contradizendo ao longo do processo.

Veja, eu quero finalizar, Presidente, dizendo o seguinte: quando ele disse aqui – e aí eu vou colocar aqui já de forma mais didática... Ele disse que não foi demitido em função da Operação Sem Desconto. A demissão dele pelo Presidente do PMDB foi feita seis dias depois de deflagrada a Operação Sem Desconto.

Ele disse que não sabia das denúncias, mas é bom lembrar... Eu estou aqui com a decisão do Ministério Público, está aqui, a decisão do Ministério Público que... Na verdade, a decisão não, é a composição do grupo de trabalho, que foi feito em 2019, fruto de várias denúncias; está aqui a composição.

Na composição, Sr. Oliveira, consta assento tanto do Presidente do INSS quanto do Ministro da Previdência. Se o senhor não estava lá, é porque o senhor não foi, não teve interesse, mas estava lá o seu assento assegurado – está aqui o documento do Ministério Público Federal. Ou seja, há uma informação que não é verdadeira.

Lá na frente o senhor diz, por exemplo...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – ... referente à adesão em bloco – depois, na frente, admite –: 30 mil associados de uma só vez, entre os anos de 2021 e 2022.

Sobre a medida provisória, o senhor disse que não deu opinião nenhuma. Está aqui o documento, este documento não fui eu que fabriquei não: Ministério do Trabalho e Previdência, do período que o senhor era Ministro. Está aqui, ó, grifado em amarelo.

O senhor disse claramente que, em relação à medida provisória, não há vício de inconstitucionalidade, que não contraria o interesse público, de modo que não há óbice à sanção do projeto de lei de conversão (PLV), da medida provisória, do PLV – está aqui. E o senhor disse que não teve nenhuma participação.

A nota técnica que veio do seu gabinete dizia para o então Presidente Bolsonaro não vetar a revogação de mais exigências, para evitar que essas entidades continuassem a roubar.

Por fim, Presidente, são várias contradições. O meu tempo finalizou, mas é lamentável o que nós acompanhamos aqui, e eu quero finalizar dizendo que nós vamos estar aqui com uma investigação apurada, forte e sem seletividade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Investigação seletiva e parcial é a perpetuação do crime, e isso nós não vamos admitir aqui nesta Comissão, Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Senadora Eliziane Gama.

Com a palavra o Líder do Governo, Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para interpelar.) – Sr. Oliveira, o senhor está aqui sob juramento. O senhor é um homem que se converteu ao Islã e sabe que a mentira para o Alcorão é uma coisa muito grave. A mentira tem a ver com hipocrisia, tem a ver com pecado, tem a ver com inferno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor está com medo de estar depondo aqui numa sessão aberta? O senhor quer falar numa sessão secreta? O senhor está se sentindo acuado por alguém?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) (Para expor.) – Não, eu não estou me sentindo acuado.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – A gente sabe que várias pessoas foram ameaçadas quando denunciaram, inclusive sobre a Ambec. Pessoas que estão fora do país, ameaça de morte... Nós sabemos aqui que... A impressão que eu tenho é que o senhor está acuado, o senhor está com dificuldade de falar a verdade, e é por isso que o senhor está mentindo tanto.

Agora, veja bem, eu não tinha entendido direito por que ele falava "o seu arquiteto", "o engenheiro". Hoje eu estou entendendo. O senhor é um profissional. O senhor é craque.

O senhor era o Superintendente do INSS em São Paulo, dezenas de denúncias do Procon, durante o período em que o senhor estava lá, sobre descontos ilegais, desconto associativo, consignado... O senhor nunca ficou sabendo de nada! Nunca ouviu falar. Ficou sabendo das irregularidades agora, quando a Polícia Federal, em 2025, fez uma operação. Nunca ouviu falar.

O grupo de trabalho, Dr. Oliveira, é de 2019, 11 de abril de 2019, instituído pelo Ministério Público. O INSS fazia parte, a Previdência fazia parte, a CGU fazia parte. O senhor nunca ouviu falar.

Foi promovido pelo Governo Bolsonaro, veio para Brasília. Diretor de Benefícios. Aí, tinham tirado dessa diretoria os ACTs. Aí, dali a pouco, o senhor vem para Brasília, volta os ACTs para o nosso engenheiro, para o arquiteto, que vem de São Paulo, que nunca viu nada.

Aí, gente, vem a Ambec. O senhor diz assim: "Ah, a gente não pesquisava".

Dr. Oliveira, o senhor acha que alguém aqui acredita que ganhou um canal de desconto na previdência? O senhor acha que a gente não sabe o que é a importância de alguém ganhar um canal de desconto na previdência?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma entidade, que é a Ambec, Doutor, tinha três associados. Três associados. Tinha um desconto de R$135, R$135.

O senhor deu um canal de desconto para a Ambec, o senhor que assinou.

Quem foi que assinou o ACT da Ambec, Dr. Oliveira?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Quem assinou?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – É.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Eu que assinei.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Então, o senhor concedeu o ACT para a Ambec.

Em pouco tempo, essa entidade fantasma pula de R$135, já no ano seguinte, 11.000%, pulou para R$15 milhões. E dali não parou mais de subir.

É o milagre da multiplicação. Em pouco tempo, os R$135 viraram R$369.000.565.

E o Dr. Oliveira diz que concedeu o ACT para a Ambec, e não sabia, veio no sistema. "Veio aqui no sistema, e eu assinei". Deu um ACT, e eles viraram bilionários.

O senhor sabe quem é o Maurício Camisotti?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não o conheço.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Nunca ouviu falar.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não o conheço.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Nunca ouviu falar.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Nunca tinha ouvido falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Nunca tinha ouvido falar. O Careca também, nunca tinha ouvido falar?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Também não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não foi ao aniversário do Camisotti?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não fui não...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não foi ao aniversário, à festa do Camisotti?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, senhor.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Então o senhor não teve a oportunidade de conhecer a senhora que era a faxineira dele. Talvez quem foi à festa do Camisotti a tenha conhecido. Até vou perguntar para o Camisotti, na segunda, se a faxineira trabalhou na festa. Porque a outra entidade a que o senhor concedeu ACT era uma senhora de 84 anos, faxineira da casa do Camisotti.

Quinta-feira, eu vou perguntar para o Camisotti: "Camisotti, essa senhora trabalhou na festa?".

Tinha alguém aqui que conhece o pessoal que foi à festa do Camisotti?

Então, veja bem, a segunda a que o senhor concedeu era uma entidade fantasma, com uma senhora de 84 anos, que não sabia onde era que a estavam envolvendo. Os seus amigos, doutor, colocaram o senhor sentado aí. O senhor está protegendo um esquema criminoso, poderoso. E aí, doutor? Não satisfeito, o senhor foi para o milagre da ressurreição. O senhor vê, o senhor tem o milagre da ressurreição, o senhor tem o milagre da multiplicação. O senhor conseguiu ressuscitar uma entidade que havia sido banida, outra entidade fantasma. E aí veio a Conafer.

Conhece a Conafer, Dr. Oliveira?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Conheço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – A Conafer, investigada pela Polícia Federal, já tinha denúncia de toda a ordem. E aí... O senhor conhece o Sr. Carlos Roberto Lopes?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Conheço, conheço, sim.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O Dr. Camisotti o senhor não o conhece?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não conheço.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Mas o Carlos Roberto Lopes, o senhor conhece?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Conheço.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Empresário ligado ao agronegócio e à mineração vira Presidente da Conafer, e a Conafer explode. Aí explode a Ambec, explode a Conafer, começa a ganhar dinheiro que nem água. Aí o senhor fala: "Não, o problema não era conceder, eram as inscrições em lote de gente que não autorizou", foram vocês que fizeram isso, doutor. Quem abriu a porta para entrarem 50 mil de uma vez, 30 mil... Foi no Governo Bolsonaro. Foram vocês, o senhor, o engenheiro, o arquiteto que criou o esquema criminoso. Aí o senhor não sabe de nada?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Já percebi isso.

Mas, doutor, eu estava vendo aqui, ó, quando o Luis Miranda colocou aquele jabuti para acabar, já era no final do Governo Bolsonaro, para acabar com a necessidade da renovação, eram três anos, aí vocês transformaram em desconto eterno, sem autorização, a nota técnica que veio de lá era a favor da emenda. E o senhor, na manifestação, foi a favor para o Bolsonaro sancionar aquela medida provisória com o jabuti do Luis Miranda. Portanto, o senhor foi cúmplice.

Vocês acabaram... Em dezembro, quando vocês saíram, vocês deixaram o esquema montado. Vocês deixaram a possibilidade de entrarem os blocos sem autorização, vocês acabaram com a fiscalização, vocês deram o ACT para as entidades fantasmas, vocês montaram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

a operação criminosa. Por que ela explodiu em 23? Porque vocês conseguiram, inclusive, deixar parte da organização dentro do Governo.

A organização que vocês montaram, parte dela, continuou no Governo. E quando é que a operação foi desbaratada, quando é que a organização de vocês foi desbaratada? Quando nós... o nosso Governo acabou com a farra, acabou com a organização criminosa e garantiu que começasse a devolução do dinheiro dos aposentados, das aposentadas, do BPC, das pessoas que vocês montaram uma organização criminosa para roubar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Então, nós vamos levar essa investigação, Dr. Oliveira, até as últimas consequências.

Eu vou dizer para o senhor, o problema dele, Senador, não é mentir, falso testemunho perante a Justiça, isso vai ser o menor – isso vai ser o menor –, porque o senhor, como homem, que fez uma opção de vida, sabe que as consequências para a mentira, para a hipocrisia, para a perversidade vão ser muito maiores para o senhor do que a justiça daqui; o senhor vai pagar na outra justiça. E o senhor sabe que, mesmo que seja para proteger os amigos, mesmo que o senhor esteja acuado, infelizmente essa posição que o senhor está é uma posição para proteger os criminosos, os bandidos dessa organização do Governo Bolsonaro que montou esse esquema, que nós vamos desmontar e vamos botar vocês todos na cadeia.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado Paulo Pimenta.

O Deputado Marcel Van Hattem cedeu a vez ao Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimentando toda a mesa, cumprimentando também o Sr. Ahmed Mohamad, Ministro, também o Dr. Fábio Mariz de Oliveira, eu queria, em primeiro lugar, dizer que nós temos que passar essa página. Parece um jogo de futebol, de um time que chega e diz: Olha, a culpa... o meu time é que está certo aqui, que o roubo aconteceu nesse Governo". O outro diz: "O roubo aconteceu no outro Governo". A gente precisa entender o seguinte: que velhinhos, pensionistas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

aposentados, que merecem respeito, que acreditaram na previdência, no nosso sistema, gostem do Lula ou do Bolsonaro, foram roubados, ou que não gostem de nenhum dos dois. Então, a gente tem que observar que esse dinheiro ainda não foi recuperado.

E, aqui, Sr. Presidente, sabe aquelas placas, quando a gente vai a uma obra que não teve acidente, que vai lembrando? É bom a gente começar a lembrar, Deputada Adriana. Estamos a 141 dias sem nenhum preso por esse escândalo, por esse roubo do INSS. Esse é o fato, e a gente precisa relembrar.

E eu queria dar voz – eu acho sempre importante isso... Vamos passar um vídeo rápido que mostra a covardia que está acontecendo com os brasileiros, e a gente tem que dar uma resposta urgente à sociedade.

(*Procede-se à exibição de vídeo.)*

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Você viu aí?

Sr. Ahmed Mohamad, eu queria perguntar para o senhor o seguinte... Eu confesso, com todo o respeito, que eu achei o seu depoimento confuso. Não sei até que ponto foi desleixo, incompetência ou conivência. Nós vamos descobrir aqui. Alguém que se diz técnico como o senhor, não cabe, para mim, quando o senhor diz que o INSS não tem como fiscalizar... O senhor colocou aqui, não tinha como fiscalizar esses ACTs, os descontos. Aí vem a pergunta: por que o senhor assinou, o senhor sendo um técnico, por que o senhor assinou algo que o senhor sabe que a sua instituição não tinha como fiscalizar?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) (Para expor.) – Bom, na verdade, realmente, o INSS... Isso não impede a assinatura do ACT, mas o INSS, realmente, não tem condição, hoje, da forma que está, de fazer o controle dessa modalidade.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Mas por quê?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Por quê? Porque não tem mão de obra suficiente para isso. Mal dá conta, mal dá conta...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Não, isso aí eu entendi...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Tudo bem, eu...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... mas por que o senhor, sendo um técnico, assinou algo que o senhor sabe que não vai ter eficácia na fiscalização?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – A lei permite que assinem e permite que eles requeiram esse modelo. Eu não tenho como, como gestor, dizer não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – O senhor poderia, sim...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Poderia...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... ter poupado, poderia ter não assinado.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – ... na medida em que foi na observação do desenrolar da entidade fazer a fiscalização, mas, também, nós não temos estrutura para isso, não tínhamos estrutura para isso e também não devemos ter.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Olha, outra coisa importante, o Sr. Guilherme...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Serrano.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... Serrano, que foi Presidente do INSS, o senhor que indicou?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Ele estava na assembleia geral da CBPA, um ACT feito durante o período em que o senhor estava lá, esse desconto associativo.

O senhor conhece o Guilherme Serrano há quanto tempo?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Conheço desde 2016.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – E com relação a essa assembleia geral, o senhor sabia que ele estava presente?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, não sabia.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Outra coisa, a Sra. Ingrid foi o senhor que indicou também?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Penso que sim. Indiquei, sim, para ser Coordenadora-Geral.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Tá.

A CGU afirmou em auditoria que a Coordenação-Geral de Pagamentos de Benefícios, desconsiderando os critérios normativos vigentes, resultou na habilitação de 30.211 benefícios, um lote, para a inclusão do desconto de mensalidade associativa por parte da Contag e de outras entidades com acordo de cooperação técnica, formalizado junto ao INSS. O senhor teve conhecimento desse fato? Ela, sendo uma pessoa, a Sra. Ingrid, da sua confiança, perguntou ao senhor a sua opinião?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, não perguntou.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Isso não causa no senhor uma preocupação em termos de hierarquia...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Sim, claro. Claro que sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... sendo uma pessoa de sua confiança?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Claro que sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Outra coisa também que me... Essa sua atividade política é muito forte, desde 2004, não é isso, que o senhor é filiado a partido?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – E aí o senhor depois entra no Governo Bolsonaro, indicado por Onyx Lorenzoni, pelo Ministro – segundo o senhor, por uma questão técnica –, depois o senhor vai para o gabinete do Presidente do MDB, depois o senhor volta para o PSD.

Eu queria entender o seguinte, tem um nome aqui que é do senhor... Nessa tal dessa MP 1.107, do microcrédito... Colocaram esse jabuti para tirar a trava de segurança com relação a essa fraude. O Sr. Ricardo Silva, o senhor conhece ele?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Ricardo Silva?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Sim...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, não...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... que hoje é o Prefeito de Ribeirão Preto.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Conheço ele. Quando Deputado Federal, esteve algumas vezes me visitando.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Ele é do PSD.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – PSD, perfeito.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – E ele esteve o visitando falando sobre o quê? Qual foi a demanda?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Falando sobre previdência. Tinha uma ideia de fazer o 14º salário para os aposentados, essas questões, mas nunca...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Em relação a esse assunto aqui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – ... nunca foi tratado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Porque eu acho aqui, com todo o respeito, repito, o senhor sendo técnico...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... o senhor deveria ter levado para o Presidente Bolsonaro, ao invés do que o senhor fez: o senhor foi lá e autorizou a nota técnica dizendo que estava correto, dando o aval a esse jabuti. O senhor deveria ter dito para ele vetar. Isso aqui é uma coisa que o senhor tinha o dever de pedir para ele vetar, essa MP 1.107, esse jabuti que foi incluído pelo Deputado Ricardo Miranda.

O senhor não acha que errou?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Aliás, Luis Miranda.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Mas nós não retiramos da IN 128 a obrigatoriedade da renovação. Em que pese a Secretaria de Previdência ter dado um parecer não se opondo à sanção do Presidente, na IN 128 a gente não retirou a obrigatoriedade da renovação a cada três anos, de acordo com o Decreto 3.048.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Sei, mas o senhor não acha que poderia ser reforçado nessa nota técnica?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Pode ser que sim.

Mas, veja, nós também estamos colocando os holofotes – e é claro, o assunto aqui é este, é desconto associativo – em cima daquilo que nós não fizemos, mas e o universo de coisas que nós fizemos? Parece que nós não fizemos absolutamente nada, isso não é verdade. Nós tínhamos 2 milhões e 800 mil processos na fila, e deixamos 800 mil. São 2 milhões de brasileiros recebendo o benefício, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é só para... Porque eu estou me sentindo como se a gente não tivesse feito absolutamente nada, e isso não é real.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – O senhor não tendo, não vendo nenhum preso durante todo esse tempo depois da operação, como é que o senhor se sente com relação a isso?

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Eu me sinto bastante preocupado, porque eu gostaria muito que isso, essa CPMI, que ela de fato atinja o seu objetivo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Olha, Sr. Presidente, eu quero dizer que hoje foi um dia muito importante. Nós tivemos 352 requerimentos da oposição querendo buscar a verdade sobre esse tema, 97% de todos os requerimentos, e apenas 3%, 12 requerimentos, do Governo Lula. É bom que isso fique claro: de um Governo que, com a exceção do Senador Fabiano Contarato, assinou esta CPMI. Então, é bom...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF. *Fora do microfone.*) – Eu assinei também.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Mas você é do... Está certo, desculpe-me. Do PT. Desculpe-me, a Senadora é do PDT.

Então, é muito importante que isso fique claro, realmente, para que a gente busque a verdade com relação a isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Senador Girão.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Acho que era importante o senhor explicar ou me corrigir se eu estiver errado. Tem vários desses requerimentos que foram aprovados que tinham vários requerimentos sobre o mesmo assunto, e, na realidade, aparece o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

nome da primeira pessoa que apresentou. Não quer dizer que cada um desses requerimentos não tinha lá cinco, seis, dez pedidos da mesma coisa.

Então, Senador, com todo o respeito, o fato de aparecer o primeiro signatário não quer dizer que vários outros Parlamentares da oposição também não tinham apresentado o mesmo requerimento do Governo. Então... Porque parece que...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Então, só estou...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Ó, Presidente, só se o pessoal do PT assinou junto com o Novo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Marcel van Hattem, por favor, o senhor vai ter o tempo de V. Exa.

Pela ordem, o nosso Relator, Alfredo Gaspar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Presidente, eu só queria fazer um esclarecimento. Eu podia ser o autor de todos esses requerimentos, mas, combinado com o senhor para prestigiar os outros Parlamentares, eu fiz a lista do que precisava e fui buscando onde havia requerimento igual. Só para justificar por que tem muitos poucos requerimentos do Relator: porque o Relator preferiu dar esse protagonismo combinado com o Presidente aos Parlamentares que tinham feito esses pedidos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Pela ordem, Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA. Pela ordem.) – É em nome até da justiça, meu Presidente querido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Já o cumprimentando, V. Exa. tem conduzido hoje muito bem aqui a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Mas é só para lhe dizer o seguinte: é bom lembrar aqui aos colegas que todas as votações de requerimento aqui no plenário foram feitas por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Então, que fique claro: não há nenhuma obstrução da base do Governo, ao contrário. Todos os requerimentos... Em nenhum deles sequer, nós votamos contrário, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Registre-se.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senadora Eliziane Gama.

Pela Liderança da Oposição, Senador Rogerio Marinho.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Eu estou inscrito. Eu estou no lugar da Tereza.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É porque ele havia pedido a palavra antes, mas...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Acrescenta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não. (*Risos.*)

Com a palavra, para as perguntas, o Senador Rogerio Marinho, que trocou com a Senadora Tereza Cristina.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Para interpelar.) – Agradeço, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhores membros aqui da CPMI, nosso convidado, Ministro Oliveira, eu acho que o que ouvimos aqui foi um relato de alguém que tem uma vasta experiência na previdência e que, ao longo da sua trajetória, tentou exercer um papel no sentido de coibir fraudes, evitar problemas, enfim, tentar fazer a sua parte da melhor maneira possível.

Eu quero só lembrar aos senhores que nós estamos vivendo um processo aqui, é evidente, de narrativas. E uma narrativa que é reiterada aqui é que este problema começa no Governo do Presidente Bolsonaro. E me permitam relembrar aos senhores uma espécie de linha do tempo. O desconto associativo começa em 1994, quando houve um ACT celebrado entre o INSS e a Contag. Quando nós chegamos a janeiro de 2019, mais de 80% dos valores que eram descontados eram apenas para esta entidade, só esta: Contag. Ao longo do tempo, até 2025, isso foi sendo diluído, não em valores absolutos, mas de forma proporcional, de tal forma que, ao final, a Contag tem 18% ou 20% desse total, mantendo aí 1,5 milhão, 1,4 milhão de associados. Então, houve uma invasão de associações.

Está sendo dito aqui que o fato de assinar ACT é um crime, na contramão inclusive do depoimento do Ministro Lupi, que aqui esteve, eu acho que no início desta semana. E é evidente que não é, porque, se o fosse, o Governo do Presidente Lula cometeu crimes de forma reiterada 17 vezes. Tem 17 ACTs assinados em 2023 e 2024 – e não tenho os dados de 2025. Mas eu não estou aqui sendo leviano para fazer essa acusação, só uma constatação da incoerência.

Segundo, após a apresentação da medida provisória, é bom lembrar que, em 30 anos... Eu vou deixar isso bem claro, porque as pessoas parece que temem ou não querem ouvir. Em 30 anos de desconto associativo, nenhum governo propôs revalidação de cadastro – nenhum. E aí peguem todos ao longo de 30 anos. Quem propôs foi o Governo do Presidente Bolsonaro; e quem votou contra, trabalhou contra, discursou contra e apresentou emendas contrárias foram, coincidentemente, Deputados e Senadores do Partido dos Trabalhadores: Deputado Paulo Paim, Deputado Bohn Gass, Deputado Zé Neto, Deputado Paulo Rocha, Deputado Patrus Ananias, Deputado Jean-Paul Prates. Não estou fazendo juízo de valor, eu estou constatando um fato, a supressão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então essa... Quando se diz aqui com veemência: "Ah, acabou a validação, foi a porta aberta para a corrupção". Bom, gente, então alguém deu causa a isso e trabalhou arduamente para que isso ocorresse.

Em fevereiro de 20, acontece um decreto, que é o 10.410. E eu quero lembrar a vocês... E as instruções normativas subsequentes, inclusive a de que o Ministro fala, que é a 128. Todas elas mantêm a revalidação, apenas colocam um prazo para 24, e a norma infralegal obriga a autarquia, a lei obriga a sociedade. Então, não foi suprimida a revalidação, ela foi ignorada pelo Governo do Partido dos Trabalhadores, que deveria ter feito a revalidação em 2024. Aliás, essa norma só é posta por terra mais adiante, com a 168, feita pelo Governo, aí sim, do atual Presidente da República, que retira a questão da revalidação e também questões subsequentes.

É bom lembrar que, em 2020, esse mesmo decreto determina que todos os novos benefícios fossem bloqueados – bloqueados –, além da questão da revalidação – 2020. O que é que acontece?

Eu queria o primeiro gráfico, para os senhores terem uma noção aqui em termos de causa e consequência. Vocês estão vendo esse gráfico aí? Eu não sei se dá para notar bem, mas, em 2019, no primeiro mês, janeiro de 2019, tinha 2,778 milhões de beneficiários que praticavam descontos associativos das associações. Eu vou pular etapas. Em dezembro de 22, quando passou para o próximo Governo, tinha 2,706 milhões. Houve uma queda, ao longo de quatro anos, de 70 mil associados. E não foi por acaso, senhores; foi porque os mecanismos foram colocados, porque, pela primeira vez em 30 anos – lembrem-se –, este Governo do Presidente Bolsonaro descredenciou quatro entidades em 2019 e cinco em 2020, quando tinha, naquela oportunidade, 40 mil reclamações, em 2019, e 50 mil, em 2020. Mas o Governo atual, com 1,5 milhão de reclamações, não descredenciou ninguém e achou que não estava acontecendo nada.

Passe o próximo gráfico, por favor. (*Pausa.*) Não, não é esse, o próximo. É esse aí, o de baixo.

Eu quero que os senhores vejam aí, e aí eu peço atenção inclusive do Sr. Relator, duas questões. A primeira... O que é que está sendo discutido aqui? E aí eu peço a atenção do Relator em especial: que houve ao longo do período uma série de desbloqueios em bloco. Mas não são em bloco: é acima de 50 mil pessoas, de acordo com o recorte da CGU.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou ler especificamente o que está no relatório da CGU e é uma confusão aqui. Parará, parará, "ao selecionar as situações em que houve ao menos 50.000 inclusões de descontos em benefícios por uma mesma entidade em uma única competência (equivalente a 2.500 filiações/autorizações realizadas por dia, considerando um mês de 20 dias)". Está aqui. Então, não é lote; são 50 mil por mês. Esse é o corte feito pela CGU. Depois eu vou passar aqui para as mãos do Relator, porque todo mundo está confundindo o que é lote.

E vejam que, em 2017, tinha três entidades, a Contag, a Centrape e a Anapps, que haviam conseguido esse feito. Em 2018, aumentou. Em 2019, apenas uma, mas não foi desconto por lote; foi uma entidade que teve mais de 59 mil num único mês.

Em 2020, também. Em 2020, aí começa o problema daqueles que queriam fraudar o INSS com o Decreto 10.410.

E aí me permitam voltar à nossa linha do tempo. Em fevereiro, passa a medida que é uma nomeação de cargos em comissão do INSS; ou seja, pela primeira vez, o Ministro da Previdência retira a autonomia da autarquia e traz para ele essa responsabilidade, indicando de telefonista a diretor de benefício diretamente – e todos os contratos acima de R$1 milhão. E essa portaria só foi revogada pelo atual Ministro Wolney.

Em março, a Contag pede desbloqueio em lote para mais de 30 mil beneficiários. É negado, com base no Decreto 10.410. Quem negou, com base no decreto, foi o Governo já do Presidente Lula, porque o decreto valia em 23.

Em agosto, a remoção do envio dos termos de adesão, autorização de desconto e novos ACTs. O que foi isso? Olha a fraude aqui, Sr. Relator. Olha onde é que está aqui o roubo. O Sr. André Fidelis começou a promover os ACTs com a seguinte situação: antes, digitalizar em cópia digital legível e encaminhar ao INSS. Está aqui. Como é que foram os novos ACTs no Governo do Lula? Digitalizar em cópia digital legível. Cortou-se encaminhar ao INSS; passou-se direto para o Dataprev, por iniciativa do André Fidelis. Está aqui, ó; passo às mãos de V. Exa.

Em setembro, o Lupi indica Virgílio para ser o Procurador-Chefe do INSS, com parecer contrário da PGF – da PGF –, que foi superado pelo Ministro Jorge Messias. Em outubro, mês subsequente, ele autoriza o desbloqueio em lote pela Contag, que foi negado em março de 2023.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí o que já tinha sido feito pelo André Fidelis foi complementado por alguém que – houve uma luta ferrenha para se colocar lá – foi o Virgílio.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Em dezembro, nós passamos a ter R$1,5 bilhão de descontos. Foi o dobro de 2022, quando a média do Governo Bolsonaro era apenas de 8% de aumento ano a ano.

Então, senhores, eu fiz essas observações porque, em toda sessão, vem a mesma narrativa. Está cansativo, está repetitivo. Nós quebramos o sigilo bancário hoje das associações, dos senhores presidentes de associações, das empresas prestadoras de serviço. Vamos aguardar a quebra, porque vamos seguir o dinheiro, vamos ver quem de fato foi beneficiado.

A gente está tratando aqui da forma como se deu o processo, se alguém deu causa a essa situação. É evidente que houve um afrouxamento de regulamentos, de controles. Está aqui, é a linha do tempo, está tudo consignado, não se pode esconder fatos e evidências.

Então, nós esperamos, Sr. Relator, Sr. Presidente, senhores membros deste Colegiado, que nós possamos, ao final deste processo, dar uma satisfação à sociedade brasileira e encontrar os verdadeiros autores e beneficiários desse crime hediondo perpetrado contra velhinhos da Previdência.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Rogerio Marinho.

Com a palavra o Deputado Duarte Jr.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, quero, preliminarmente, dizer que eu estou nesta CPMI, que eu assinei para que ela ocorresse, não para advogar para o Lula, nem para advogar para o Bolsonaro. Eu estou aqui para defender os aposentados, os pensionistas que foram roubados, roubados desde 2017.

Eu espero, Mohamad Oliveira – como queira ser chamado –, que você responda aos nossos questionamentos, porque eu percebi, durante o questionamento feito pelo Relator e por outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputados e Senadores, que você se contradisse, que houve uma série de coincidências que precisam ser esclarecidas.

Você sabe que aqui não se pode mentir. Por essa porta você pode fazer o que quiser, até que a gente descubra, as autoridades de fiscalização saibam, mas aqui você não pode mentir. Eu quero perguntar novamente se você não conhece o Antônio Antunes, Careca do INSS.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) (*Fora do microfone*.) – Não conheço.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Não conhece, mesmo trabalhando há mais de 37 anos no INSS, mesmo tendo renovado oito ACTs com associações que tinham as procurações do Antônio Antunes, Careca do INSS, e são elas: a Amar Brasil, a Confaf Brasil, a AP Brasil, a CBPA, a Cobap, a Acolher, a Anapi, a Cebap. Todas elas têm em comum o Careca do INSS como procurador, e você vem dizer que não sabe quem é Antônio Antunes, que nunca ouviu falar dele, que nunca viu ele no INSS?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Isso mesmo.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Não conhece?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não o conheço.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Em 2021, não satisfeito, renovou mais três ACTs, com a Ambec, com a AAPB, com Abrapps, a antiga Anapps.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Mas eu fui diretor durante cinco meses apenas.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Em 2021, você trabalhava em qual função?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Em maio de 2021...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Você não tinha ocupado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – De maio de 2021 a 11 de 2021, eu era Diretor de Benefícios.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Diretor de Benefícios. E, como Diretor de Benefícios, você nega que renovou as ACTs com essas três instituições, representadas pelo Careca do INSS?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, eu não nego que renovei as ACTs...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Porque renovou.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – ... porque devo ter renovado...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Exatamente essa renovação, Mohamad...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – A minha ligação ao Careca, não conheço.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Pois é, mas essa renovação com todas essas entidades, com essas associações que roubaram aposentados de todo o Brasil gerou, a exemplo aqui: a Ambec, que cobrava, tinha um rendimento aí de R$135 mensais, teve um superávit, um aumento de mais de 11.000%, chegando a mais de R$14 milhões. Esse aumento repentino não te chama a atenção? Não achava que nada disso era estranho, que deveria ser investigado? Como é que uma entidade sai de uma arrecadação de R$135 para mais de R$14 milhões, tirando do aposentado, do pensionista, sem autorização, e o senhor vem me dizer, nesta CPMI, que não sabia, que isso não chamou a atenção, que isso não deveria ser investigado?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, eu não falei que não deveria ser investigado.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – E por que não investigou?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não... Apenas eu estou dizendo que, até o momento em que eu estive lá, e não estava no INSS, eu estava já no ministério...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Explica.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Em dezembro de 22, a curva era retilínea.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Estava no ministério? Então, isso demonstra que o seu dever de cautela, sua responsabilidade objetiva tem que ser realizada como Ministro, assim, porque conhece o *modus operandi* como servidor, conhece o *modus operandi*...

Eu peço ao advogado que não oriente o depoente.

A gente está falando, Sr. Presidente. E eu peço que reponha meu tempo em 30 segundos. Por favor, Sr. Presidente, por favor, 30 segundos.

Quem tem que responder o depoente. Eu não estou entendendo a gracinha. Está rindo de quê?

O SR. FÁBIO MARIZ DE OLIVEIRA – Eu não falei nada.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Está rindo enquanto os aposentados estão sendo roubados? V. Exa. está rindo? Está rindo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Ah, o quê? Está rindo de quê? Qual é a graça que tem aqui?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Duarte, por favor, por favor.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Não, eu quero saber qual é a graça que o advogado está achando.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Senador, Deputado, por gentileza, vamos dar sequência na...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Eu peço, Sr. Presidente, que reponha meu tempo em 30 segundos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Em um minuto. Um minuto, Deputado Duarte.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Obrigado, Presidente.

Respondendo à minha pergunta: depois de tudo isso, qual é a lógica dessas renovações? Qual é a lógica de ter renovado e ter ressuscitado associações que estavam desativadas? Se uma associação foi desativada, não está errado o ACT. O problema é com quem faz o ACT e o que se recebe em razão de se fazer ACT com uma associação que foi descredenciada, e você renovou esse credenciamento. Por quê? Qual é a lógica?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, o senhor está dizendo, o senhor, V. Exa...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Eu não estou dizendo. São provas que estão no inquérito policial. Não sou eu que estou dizendo, são provas.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – V. Exa. está dizendo que eu recebi alguma coisa para poder fazer essas renovações. Eu não recebi absolutamente nada. Está aqui o processo...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Eu estou perguntando qual é a lógica dessa renovação de uma entidade de que havia sido revogado o ACT? Por que renovou?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Os sistemas não coíbem, não tem...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Não, os sistemas são feitos por seres humanos. Você estava lá para apertar o botão. Por que apertou o botão para renovar?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Mas eu não sabia que aquela entidade que estava sendo assinada já tinha sido excluída no passado.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Então, não deveria ter feito uma pesquisa? Não tem um histórico dessa entidade?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Certamente tem, mas esse não veio para a assinatura. Eu apenas assinei o que estava no bloco de assinatura.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Perfeito.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não tenho como dizer não...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Não tem?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – ... se cumpriu todo o rito.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – É para isso que existe um órgão chamado Controladoria-Geral da União (CGU). O senhor conhece a CGU?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Conheço, sim.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Eu lhe pergunto: em algum momento você foi alertado pela CGU?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Negativo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor. Silêncio!

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Em nenhum momento, foi alertado?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Negativo.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Sr. Presidente...

Em nenhum momento, você foi alertado pela CGU?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Negativo.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Em nenhum momento, teve nenhuma reunião, nada que falasse, a que a CGU fosse e dissesse: "Olha, cuidado".

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Negativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Não teve nenhuma reunião?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Sr. Presidente, mais uma vez aqui eu quero alertar: sob pena de cometer o crime de falso testemunho, você pode sair daqui preso.

Você se reuniu com a CGU, sim! No dia 22 de março de 2022, às 15h, você recebeu a Diretora da CGU, a Sra. Eliane Viegas Mota, na Quadra 1, Bloco A, da CGU.

Por que você foi fazer esta reunião e agora está dizendo que não teve reunião, que não teve nenhum tipo de informação?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Eu não me recordo desta reunião.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Pois devia se recordar. Uma reunião com a CGU não é para se esquecer. Talvez, se não tivesse esquecido, não teria feito tanta coisa errada que prejudicou as pessoas mais vulneráveis.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Qual a data, por favor?

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – No dia 22 de março de 2022, você foi até a CGU, você se reuniu com a Diretora da CGU, a Sra. Eliane Viegas.

Qual foi o objeto desta reunião, se não foi um alerta que você deve ter recebido para não fazer o que fez?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, com certeza, não foi sobre desconto associativo.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Mais uma vez, eu demonstro, Sr. Presidente, que o depoente está mentindo.

E, na próxima vez, tem que ser dada voz de prisão, porque ele não pode faltar com a verdade nesse depoimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero aqui, Sr. Presidente, dando continuidade a todas essas situações, dizer: qual é a relação que o depoente tem com a Conafer?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Eu? Nenhuma, nenhuma relação.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Nenhuma relação com nenhum servidor, com o Presidente, não conhece ninguém da Conafer?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, conheço. Conheço, sim, conheço o Presidente, conheço a menina que ia ao INSS às vezes...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Por acaso, o Presidente da Conafer é o Carlos Lopes, esse aqui que está na foto contigo, lhe dando um presente, lhe dando um troféu? A que se refere esse troféu aqui? Que prêmio é esse? É prêmio de quê? De fazer a Conafer roubar cada vez mais os aposentados e pensionistas?

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Não. Isso daí é um negócio que ele foi levar sobre agricultura familiar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vou pedir só um instantinho.

Vou parar o tempo do Vice-Presidente.

Deputado Duarte, só peço a gentileza... Nós conversamos sobre a forma de tratamento com a testemunha. Por gentileza. Eu tenho conversado com todos. Ele está aqui ainda como testemunha, poderá retornar inclusive como convocado e investigado, mas peço a V. Exa., por gentileza, mais cuidado no trato, por favor.

Um minuto para...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Sr. Presidente, peço as minhas escusas em razão da forma, porque, de fato, geram indignação as evidências. Não tem como dizer que isso são simples coincidências. É exatamente a Conafer que, por causa dos seus atos, de ter apertado o botão, de ter renovado, de ter feito os ACTs, é exatamente a Conafer que, de 2019 a 2020, saiu de pouco mais de R$400 mil para mais de R$57 milhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui, como eu disse, eu não estou para advogar para o Lula, eu não estou para advogar para o Bolsonaro. Em 2019, se iniciou um processo de combate a essas fraudes, e essas fraudes foram retiradas de várias associações, mas, quando chegou à Conafer, pararam. E não só pararam; o efeito foi rebote. A Conafer não só continuou como maximizou o roubo dos aposentados. E você vem me dizer que não sabia disso, que não sabia o que estava acontecendo?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Mas eu nunca renovei o convênio da Conafer.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – E o que foi que aconteceu que aumentaram esses descontos, e nada foi feito? Nada!

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, nunca renovei, nunca participei da renovação de Conafer.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Eu lhe pergunto, Mohamad Oliveira, José Oliveira, enfim...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Oliveira.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Eu lhe pergunto: o senhor conhece o Edson Yamada?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Conheço.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Foi ele que, agora há pouco, o senhor falou que fez uma empresa com ele, mas que essa empresa não constitui nenhum tipo de atividade, de fato, que ela não presta nenhum serviço, mas que o seu coração puro e caridoso de um homem bom fez essa empresa para que ele pudesse ter condições de ter...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, não...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... um plano de saúde, porque a Geap não garante assistência de saúde quando as pessoas se aposentam? É isso?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Sim, a empresa para ter atividade e tendo atividade poder contratar um plano de saúde, sim.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Porque, de fato, ele tinha necessidade...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, não é necessidade... Sim, é uma pessoa que trabalha comigo há mais de 40 anos, e eu tinha essa preocupação com relação a ele.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Certo. Qual é a renda mensal do Yamada, para não ter condições de pagar um plano de saúde ou pagar uma assistência privada?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Hoje, hoje, deve ser em torno de R$12 mil.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – R$12 mil?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – É...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Mas, quando ele tinha um rendimento de R$1,5 mil, ele pagou à vista um Corolla por R$110 mil. Ele comprou em dinheiro um Corolla de R$110 mil.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não sei... Não sei dizer.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Você não sabia disso?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não sei dizer.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Não sabe que...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Renda de R$1,5 mil...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... ele tem um Corolla?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Sei que tem um Corolla, claro.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Sabe que ele tem um Corolla?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Sei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Que ele comprou esse Corolla à vista por R$110 mil?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Sei.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Que ele comprou à vista em dinheiro?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Comprou em dinheiro? Não, não sei.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Não, o senhor falou, disse que sabe. Sabe ou não sabe?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, não, não, não, não... Não sei...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Decida qual é a versão.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Que ele comprou em dinheiro não sei.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Não sabe?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Mas sabe que ele tem esse Corolla, que ele comprou à vista?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Que ele comprou à vista.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Certo. É exatamente esse Corolla que o senhor utilizou na sua campanha para Vereador?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Sim.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Ah, interessante. Então, ele não tem condição de pagar um plano de saúde...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, não falei que ele...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... não tem condição de pagar por uma assistência de saúde, mas tem condição de pagar um carro à vista em dinheiro, e é o mesmo carro que ele empresta para que você usa na sua campanha? É isso?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – É isso?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, não é isso, mas tudo bem. O...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Não é isso, mas tudo bem.

Eu lhe faço outros questionamentos.

O senhor conhece o Cícero?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Cícero?

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Conhece?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Não conhece o Cícero?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Cícero o quê?

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – O Cícero Marcelino de Souza Santos.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Esse camarada é o camarada que ele é tido como operador da Conafer, é isso?

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Não, estou lhe perguntando, não sei.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Eu já vi essa pessoa uma vez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Aí, então, sabe que ele é operador da Conafer?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Está escrito em todos os lugares.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Pronto. É para isso que o senhor está aqui, para responder e dizer quem de fato cometeu o crime.

Ele, como operador da Conafer... O senhor acha correto o senhor fazer uma transferência de...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... R$25 mil para o Laudenor e o Laudenor fazer uma transferência em dinheiro para o Cícero?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, mas o que tem a ver uma coisa com a outra?

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – O que tem a ver?

Sr. Presidente, eu peço que coloque aqui no telão a seguinte imagem, que é exatamente esta aqui que eu demonstro.

Esse é o esquema de corrupção que a gente percebe... Infelizmente, aqui... A coisa que mais eu amo e respeito é o meu filho, mas quem colocou sua filha nessa condição foi você mesmo. Você constituiu uma empresa de fachada, que é a empresa Yamada, utilizou uma outra empresa chamada também Fayard Organização, onde esse Laudenor, que você disse agora há pouco que não conhecia, é seu sócio nessa empresa. Você fez uma transferência de R$25 mil para ele, ele fez uma transferência de mais de R$6 mil para você, esse Laudenor fez uma transferência de mais de R$4 mil para o Cícero, que é o assessor do Presidente da Conafer. Isso são coincidências? Por que o assessor do Presidente da Conafer recebeu dinheiro de um sócio seu? A troco de quê? Por que ele recebeu dinheiro? E por que ele transferiu dinheiro para ele? De onde vem esse dinheiro? Dos aposentados?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Negativo. Não tem absolutamente nenhuma ligação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado Duarte Jr.

Com a palavra, o Deputado Sidney Leite.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM. Para interpelar.) – Sr. Presidente, colega Relator, Deputado Alfredo, Sr. Oliveira...

Sr. Oliveira, o senhor disse mais cedo, respondendo ao Relator Alfredo, que não tinha conhecimento... Eu gostaria aqui de perguntar... É público que o Procon e o Ministério Público Federal em São Paulo emitiram alertas sobre fraudes, descontos irregulares e benefícios previdenciários durante sua gestão como Superintendente Regional do INSS em São Paulo. E eu pergunto: o senhor foi formalmente notificado ou recebeu reclamações de aposentados sobre tais práticas? Quais registros documentais comprovam providência adotada por V. Sa. diante dessas denúncias?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) (Para expor.) – Deputado, eu não recebi nenhuma reclamação formal.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Nenhuma?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – A Ambec é também uma das entidades que possui transações suspeitas com o Careca do INSS, tendo pago ao Antônio Camilo Antunes, por meio de uma de suas empresas, aproximadamente 11,9 milhões. Ele recebeu procuração para atuar pela Ambec perante o INSS. O senhor tem alguma relação com o Antônio Camilo Antunes, o Careca do INSS?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não o conheço.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Com base em documentos, o senhor firmou um acordo de cooperação técnica com a Ambec, que possuía, na ocasião da assinatura de convênio, apenas três associados. O que o levou a assinar esse termo de cooperação? Não há um assessoramento técnico, uma recomendação, alertando para esse tipo de situação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Havia toda uma linha técnica, e esse processo chegou até a mim para assinar, como já estivesse tudo verificado. Todo o rito legal já tinha sido ultrapassado, e por isso que a gente assinou.

Mas eu aproveito o ensejo para dizer que essa Ambec... Até o momento em que nós ficamos – e aí eu já estava no ministério –, a curva dela de crescimento estava retilínea. O crescimento abrupto se deu no futuro, não na época em que eu estava no ministério. De novo, eu fui Diretor durante cinco meses, fui Presidente do INSS durante quatro meses e fui Ministro durante nove meses, dos quais dois meses estavam já na transição.

E esse modelo... Como disse o Senador anteriormente, esse modelo é um modelo que vem de 1994 – na verdade, de 1991, na 8.213. Então, eu não tenho como ser responsável... Parece que eu sou responsável por tudo o que aconteceu na desgraça desse modelo associativo, e isso não é verdadeiro.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Sr. Antônio, eu durante... No decorrer da minha vida pública, eu tive a oportunidade de ser Vice-Prefeito, Secretário de município, Secretário quatro vezes de estado, três vezes Prefeito, além de Deputado Estadual. Quando eu assumi, eu não mantive as mesmas práticas que estavam erradas e dei continuidade. Certo? Não significa que, porque uma coisa está errada, a gente dá continuidade. É justamente por causa disso que nós estamos aqui. Certo?

Mas, segundo a CGU, a arrecadação da Ambec, em 2021, foi de R$135. Já no ano seguinte, em 2022, seus rendimentos explodiram, de 135 para 15 milhões. Investigadores apontam que o dinheiro era dividido entre o Careca do INSS, 27,5%; e o empresário Maurício Camisotti, 72,5%. Quais providências foram adotadas pelo senhor à frente do INSS ou como Ministro em relação a coibir esse tipo de fraude que vinha ocorrendo?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – A curva dessa entidade, até dezembro de 2022, que foi quando nós ficamos lá, aqui não chega a R$3 milhões.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Mas não é a informação que se tem, inclusive a que nós tivemos acesso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – É o que eu tenho aqui.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Pois é, mas essa não é a informação. É bom o senhor se cercar de informações verdadeiras, até para que o senhor não se incrimine, Sr. Antônio.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Está correto.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Há registro de que a área técnica considerou inviável o acordo com a Abrapps, a antiga Anapps, já descredenciada –, e o senhor disse que seguia a recomendação técnica.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Jamais assinaria...

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Mas o senhor deu sinal verde. Por que ignorou esse parecer?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Jamais assinaria algo que a linha técnica dissesse que não estava maduro para assinar – jamais faria isso. Se isso aconteceu, eu realmente não estou sabendo.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – A Conafer estava sendo investigada pela Polícia Federal e pela Polícia Civil aqui do Distrito Federal já em 2020. O empresário denunciou que Carlos Lopes, dirigente da Conafer, dizia ter domínio sobre os diretores do INSS.

O senhor recebeu alguma comunicação? E, se sim, esse caso quando assumiu a Dirben?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Negativo.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Qual é a sua relação com o Sr. José Laudenor?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – José Laudenor é meu apoiador desde os anos 2000 – apoiador político, trabalha comigo, é pessoa de casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Com a sua ida para a Presidência do INSS, em novembro de 2021, quem assumiu a Diretoria de Benefício foi o Sr. Sebastião Faustino de Paula. Ele foi indicado pelo senhor?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Sem dúvida.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – E, mesmo com a denúncia, ele renovou o ACT da Conafer. O senhor tinha conhecimento disso?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não. Na linha do tempo, eu não me lembro se foi... Foi o Sebastião que renovou? Não sei.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – O Sr. Faustino foi o responsável por assinar ao menos quatro convênios com entidades que descontaram ao menos R$757 milhões dos aposentados e pensionistas, que são: a Caap, 251 milhões; a Universo, 225 milhões; a Unaspub, 267 milhões; a Cinaap, 14 milhões.

A União Nacional de Auxílio aos Servidores Públicos (Unaspub), além de ter sido quem mais arrecadou entre as lideradas por Sebastião, é apontada como tendo feito repasse às empresas e ao Careca do INSS. As demais entidades também foram alvo de auditoria da CGU e não possuíam infraestrutura e capacidade operacional para atender ao número de filiados.

Quem indicou o Sr. Faustino?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Eu que indiquei, mas, de novo, repito: o problema não está na assinatura do ACT e sim no comportamento da associação depois da assinatura. Eu não creio que o Sebastião tenha ciência desse mau comportamento e não tenha feito absolutamente nada para coibir isso. Confio plenamente nele.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Está certo. Quando o senhor se tornou Ministro, em 2022, o senhor deu aval à permanência do Sr. Edson Akio Yamada, da Dirben, mesmo sendo seu sócio em uma empresa privada. O senhor não vê conflitos de interesses?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Ele nunca foi meu sócio na época... Minha empresa... Absolutamente nenhum. Isso se deu depois. Depois que eu já não era mais Ministro, ele foi meu sócio, e continua como meu sócio.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – O senhor acompanhou que, sob o Sr. Yamada, foram autorizados convênios com entidades como AP Brasil, CBPA, Cebap, entidade também ligada ao Sr. Careca do INSS?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Perdão, eu não... Você poderia repetir a pergunta?

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – O senhor acompanhou que, sob a gestão do Sr. Yamada, foram autorizados convênios com entidades como AP Brasil, CBPA e Cebap, entidades também ligadas ao Careca do INSS?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, não acompanhei. A vida no ministério era extremamente agitada. Eu realmente não acompanhei.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Sr. Antônio...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – E o INSS tem autonomia.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Sr. Antônio... Sr. Oliveira, o senhor colocou aqui que tinha muitos casos relacionados ao seguro-defeso dos pescadores. O senhor tinha conhecimento de venda casada dessas associações juntamente com empréstimo consignado?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Já ouvi falar muito disso. Não vi...

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Mas, na época, o senhor era Presidente do INSS...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – ... ou Ministro?

E o senhor via irregularidades...?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, não, não. Eu digo isso agora.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Ah, sim. Na época, o senhor não via...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, venda casada...

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – ... não tomou conhecimento de nenhuma denúncia?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – De venda casada, não. Inclusive...

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Nem de irregularidade dos empréstimos consignados? Porque a gente tem denúncia de pessoas que autorizaram três empréstimos e tiveram quarenta.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Tanto nós tínhamos um problema com o consignado, na época do Ministro Onyx Lorenzoni, que nós fizemos uma reunião, e foi editada uma IN específica para poder melhorar isso, para poder dosar...

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Mas o senhor disse antes que a maior punição era descredenciamento do banco, não é isso? Ou da instituição financeira?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – É, eu até levantei aqui as penalidades.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – E quantos foram descredenciados?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não sei dizer, não sei dizer.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Mas foi descredenciada alguma?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Certamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Mas o senhor não se recorda?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – A única coisa que eu sei é que, depois que foi feita a IN, depois dessas reuniões que nós fizemos no ministério – nós fizemos não, porque eu era o Presidente e o Ministro era o Onyx Lorenzoni na época –, a reclamação do consignado diminuiu 80%.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Diminuiu 80%?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Diminuiu 80%, exatamente.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – O senhor recorda o ano?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Foi 2022.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Foi 2022.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Exatamente. A IN está aqui comigo: IN 120... Não, 138.

Eu era o Presidente, e o Onyx Lorenzoni era o Ministro de Estado.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – O que é interessante é que não é o que a gente ouviu, inclusive, no momento passado, do ex-Ministro Carlos Lupi, e o que a gente vê na imprensa, que é um volume significativo, inclusive identificado pelo TCU e pela Controladoria-Geral da União, de inúmeras denúncias, de milhares de denúncias Brasil afora, sobre problema de empréstimo consignado.

Era isso, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Deputado Sidney Leite.

Com a palavra o Senador Fabiano Contarato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES. Para interpelar.) – Sr. Presidente, inicialmente quero parabenizar V. Exa. pela serenidade e o equilíbrio com que vem conduzindo esta tão importante Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – ... ao passo que eu quero aqui cumprimentar o Relator, o Deputado que, também de forma brilhante e coerente, vem conduzindo seus questionamentos.

Agradeço o comparecimento do Sr. Oliveira, mas eu quero aqui fazer algumas ponderações que eu reputo que são importantes.

O senhor está aqui na qualidade de convidado. Quando um convidado é chamado a vir a uma CPMI, ele tem que vir preparado, porque nesta CPMI a gente não está fazendo um papel aqui do nada. Não é razoável.

O senhor mesmo falou que o senhor está no serviço dentro do INSS desde 1985. O senhor alçou vários cargos na sua carreira: Superintendente, Presidente do INSS, até Ministro. E uma coisa que o senhor fala é que o senhor não teve nenhum padrinho, que o próprio ministério o senhor assumiu porque o ex-Presidente Bolsonaro viu o senhor e o trouxe.

Eu, de antemão, falo para o senhor e para o Presidente, o meu querido Senador, que eu vou fazer um novo pedido de reconvocação do senhor, porque não acho razoável perguntas elementares...

O senhor, como Diretor da unidade, recebe um pedido de ACT. Eu falo: "Qual é o trâmite normal? Como que o senhor faz o procedimento? O senhor encaminha a quem? Quem é o responsável para fazer esse *checklist* para saber se, naquele ACT, estão ou não preenchidos os requisitos ali estabelecidos?", e o senhor simplesmente fala que não. Ora o senhor fala que não se lembra, ora o senhor fala "não sei", ora o senhor fala que não sabe nem qual é o nome da pessoa que estava subordinada ao senhor.

Isso não é razoável! Como que eu sou o responsável, quer seja como superintendente ou presidente ou diretor, e eu não sei quem é o responsável que está ali?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero deixar clara para o senhor uma coisa: o senhor aqui também iniciou falando que o senhor tomou conhecimento desses descontos indevidos por entidades associativas com a Operação Sem Desconto, não é isso? Concorda? Foi isso que o senhor disse. Pois é, mas eu tenho aqui um ofício do dia 5 de junho de 2018, direcionado ao Sr. José Carlos Oliveira, Superintendente Regional do INSS, reportando: "O procedimento preparatório em epígrafe foi instaurado nesta Procuradoria da República a partir de representação efetuada por cidadão, narrando a ocorrência de descontos irregulares em seu benefício previdenciário, sem consentimento."

Olha, o senhor foi informado formalmente pela Procuradora da República sobre desconto irregular, fraudulento, e o senhor aqui, quando a gente pergunta, o senhor fala: "Não, eu só tomei conhecimento agora, com a Operação Sem Desconto" .

Isso, com todo respeito, Relator, o crime de falso testemunho, no 342, é de ação penal pública incondicionada. Se a gente fosse levar ao pé da letra, o art. 301 do Código de Processo Penal diz: "Qualquer do povo poderá e as autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito".

Olha, o senhor está aqui na frente de quantos Parlamentares? Eu costumo falar... O senhor tem filho, Sr...?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) (Para expor.) – Tenho, eu tenho sim.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Os filhos são o orgulho da gente, não é? Eu tenho dois filhos, e são a razão da minha vida.

Os filhos costumam olhar os pais como espelho para ser alguém na vida. Que imagem o senhor está refletindo para os seus filhos? Com todo respeito...

Porque, com uma carreira de tanto tempo, o senhor, como Superintendente, recebe uma denúncia, e o senhor fala aqui publicamente não foi uma, nem duas, nem três, inúmeras vezes que o senhor só tomou conhecimento com a Operação Sem Desconto. E não foi isso.

Nós tivemos aqui um Senador, inclusive da base do ex-Presidente Jair Bolsonaro, que relata que levou auditores do INSS ao então Presidente Bolsonaro, denunciando fraude nos descontos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nada, absolutamente nada foi feito no Governo Bolsonaro. Quem apurou foi a CGU, foi a Polícia Federal, no Governo Lula.

Agora, por que é que houve o aumento? Ninguém fala isso. Porque foi aberta a torneira lá atrás, e com a digital, com todo o respeito, do senhor. E eu falo com muita propriedade, com todo o respeito, e o seu advogado pode até instruí-lo sobre isso, que a responsabilidade do senhor é tão grave, mas tão grave, que o próprio Código Penal estabelece, no art. 13: "O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido".

Olha, o senhor está ali, o senhor recebe, o senhor recebe uma denúncia de crime de ação penal pública incondicionada. Sabe qual foi a resposta do senhor? O associado pode rescindir ou pedir o cancelamento. Mas não é isso, porque aí se aumenta efetivamente o número e o rombo dos velhinhos, dos aposentados, dos pensionistas, das pessoas que, com muita dificuldade, conseguem um benefício, uma aposentadoria. E o senhor, que está ali na função de garantidor no Código Penal, porque o §2º do art. 13 é claro, quando diz que "a omissão é penalmente relevante quando o [agente] [...] tenha, por lei, obrigação de proteção, vigilância e cuidado".

Então, o senhor foi instado, foi provocado, e o senhor nada fez.

E o senhor, quando eu falo assim, o senhor era responsável pela assinatura do ACT.

Ora, ACT é uma autorização para desconto, minha gente. Então, se eu venho falar que foi simplesmente uma mera pró-forma, uma assinatura pró-forma, Presidente, não é razoável que a gente fale que isso é normal.

E eu estou falando isso com total isenção. Os colegas Senadores e Senadoras sabem que eu assinei esta CPMI da fraude no INSS com consciência tranquila, porque quem, de qualquer forma, concorre para o crime responde pelo mesmo crime. Quem tem responsabilidade penal, civil ou administrativa deve responder por ela.

Agora, eu não posso achar razoável que o senhor, na posição que ocupou, por tanto tempo ali, tendo conhecimento, o senhor nada faz e vem aqui na frente da gente e falta com a verdade, omite a verdade e não sai daqui preso – eu acho uma afronta com este Parlamento. Com todo respeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tanto, que eu pedi ao Relator, o Relator sabe muito bem disso, que eu falei: "Relator, com todo respeito, Deputado: ele está faltando e omitindo a verdade. Ele está aqui na qualidade de depoente ou de investigado? Porque, se for na qualidade de depoente, cabe prisão em flagrante por força do 342. Se for na qualidade de indiciado ou sujeito objeto de investigação, não. Ele vai estar respaldado". Por isso que eu fiz essa diferenciação. Agora, eu não posso aqui falar que todo esse comportamento...

E outra coisa: o Governo Bolsonaro articulou, inclusive desde lá atrás, todo o período para não ter renovação, a reavaliação. Por que isso? Qual é a consequência disso?

O que é que o senhor fez na qualidade de superintendente ou de Presidente do INSS? Quantas auditorias foram feitas? Quem foi que fez? O senhor não sabe nem quem é o responsável, o gestor do ACT.

Olha, o senhor era o responsável para assinar ACT. Imagine eu sendo o responsável para assinar um ACT que vai descontar milhões de aposentados e pensionistas, desses velhinhos, e o senhor chega para mim e fala aqui que o senhor não assinava pró-forma. Era simplesmente automático.

Aí, eu pergunto: mas quem era o responsável? Quem era o gestor? Porque o art. 35 da lei fala que tem que ter um gestor. Quem era o responsável? O senhor não sabe quem é.

Então, abre-se a porteira, abre-se a responsabilidade.

Então, eu falo uma coisa para o senhor, a situação do senhor está aqui: primeiro, que o senhor vem para cá totalmente despreparado, sem responder aos questionamentos dos colegas Parlamentares, Senadores e Senadoras; segundo, que a responsabilidade do senhor se impõe de forma veemente, porque eu volto a falar, isso está escrito no Código Penal: "O resultado de que depende a existência de um crime somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado [do crime] não teria ocorrido".

E a sua omissão é penalmente relevante sim, porque o senhor tinha obrigação, por lei, de proteção, vigilância e cuidado. E o senhor foi, volto a falar...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – ... o documento está aqui, informado oficialmente de fraudes, de descontos indevidos, e o senhor optou por nada fazer.

Então, a responsabilidade do senhor se põe de forma, com todo respeito, na minha opinião, de forma administrativa, civil e criminal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Esse documento... Perdão, esse documento, ele tem a... Eu recebi esse documento?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Recebeu no dia 5 de junho de 2018, era da Procuradora da República, Dra. Priscila Costa Schreiner Roder, e o senhor respondeu... Cadê a resposta?

O senhor respondeu: José Carlos Oliveira.

Prezada Senhora,

1. Temos a informar que os acordos realizados com as referidas entidades foram firmados pela Diretoria de Benefícios em Brasília.

2. No caso de não desejar a continuidade dos descontos, o beneficiário poderá solicitar a suspensão [...]

É óbvio.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – É porque esse modelo foi centralizado aqui em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Contarato.

Eu pergunto mais uma vez à testemunha se o senhor gostaria de comentar a fala.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, não... Primeiro, assim, é uma coisa mecânica a assinatura, mas parece que surge do nada para a gente assinar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando um documento desse, um acordo de cooperação desse vem para a gente assinar, é porque já passou por todo o rito legal, de acordo com as instruções normativas, e vem para a gente assinar. É só isso.

Agora, o desenrolar do ACT é que deveria ser observado, e, de novo, o INSS não tem condição de fazer essa fiscalização.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Quem assina é responsável. O senhor assinou, o senhor é responsável.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pela ordem, o Deputado Alfredo Gaspar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Ô, Senador, eu gostaria que o senhor fizesse juntada desse documento à Secretaria.

Eu também queria um esclarecimento do senhor, rapidamente, se o senhor pudesse, só em relação ao documento...

Esse documento foi da lavra de uma Procuradora da República?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES. *Fora do microfone*.) – Foi.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ela cita quantas situações? Por favor, só...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – O senhor permite que eu leia?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Bom, esse ofício é o Ofício 7997.

Ofício nº 7997/2018

[...] 05 de junho de 2018.

[Direcionado] A Sua Senhoria o Senhor JOSÉ CARLOS OLIVEIRA

[...] Procedimento Preparatório [...]

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Favor mencionar o número [...])

Senhor Superintendente,

O procedimento preparatório em epígrafe foi instaurado nesta Procuradoria da República, a partir de representação efetuada por cidadão narrando a ocorrência de descontos irregulares em seu benefício previdenciário, sem consentimento.

Segundo alude, foi lançado valor de R$30 (trinta) reais, a título de "contribuição Centrape", sendo que o cancelamento só ocorreu após a ida a uma agência do INSS, onde foi solicitado o cancelamento [...].

Informa ainda que, no pagamento [...] foi lançado indevidamente um novo débito, desta vez em favor de uma entidade intitulada Anapps [...].

Anapps, coincidentemente, Relator, esse é o que o INSS descredenciou, e que ele, o depoente, ressuscitou com o mesmo CNPJ, mas com outro nome, em outro ACT.

Está aqui:

Informa ainda que, no pagamento [...] foi lançado indevidamente [...] em favor de uma entidade intitulada Anapps, empresa de Porto Alegre, segundo pesquisa efetuada pelo interessado. Informou que se dirigiu novamente [novamente] a uma agência do INSS, para pedir o cancelamento, sendo-lhe informado que *nada impede que tais empresas reenviem débitos para o INSS lançar no meu benefício nos próximos meses, ou quem sabe novas empresas surgidas não sei de onde* (grifo nosso).

Afirma ainda que, até o momento, não conseguiu obter a devolução dos valores descontados indevidamente.

As alegações do representante neste procedimento revelam que o problema pode e deve estar se repetindo [o problema pode estar se repetindo] em relação à coletividade em geral e, ainda, que se faz necessária a adoção de medidas efetivas por parte dessa autarquia, para impedir que os cidadãos, hipossuficientes, tenham que enfrentar problemas tais como os aqui relatados.

Cumpre ressaltar ainda que, de acordo com o relatado, nada impede que tais empresas reenviem débitos para o INSS lançar no meu benefício, nos próximos meses, ou quem sabe novas empresas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pelo exposto, é o presente para encaminhar cópia [...] requisitando a Vossa Senhoria, com fulcro no artigo 8º [...] da Lei Complementar nº 75/93, que envie os seguintes esclarecimentos:

a) manifestação sobre os fatos narrados na [...] representação e as medidas adotadas [as medidas adotadas] no caso concreto junto às entidades mencionadas pelo interessado;

b) as medidas a serem adotadas em âmbito coletivo, para impedir que o caso se repita em relação à sociedade em geral;

c) demais esclarecimentos que entender [...] [necessários].

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Obrigado.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Então, esse documento, para mim...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Contra fatos não há argumentos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Senador, eu só pedi para o senhor dar uma lida, porque, em 2019, motivado por essas notícias, o Ministério Público Federal e a Defensoria Pública da União conseguiram uma medida para suspender essas associações. E eu queria saber se era exatamente isso. Me parece que foi referente a... Me parece não, foi referente também a essa entidade.

Só para lhe agradecer e fazer a juntada. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Tempo da Liderança, Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Para interpelar.) – Sr. Presidente, apenas para contribuir com o debate. Eu acho que todos que aqui estão têm interesse em deslindar esse novelo e encontrar, ao fim e ao cabo, os perpetradores desse crime, mas quero dizer que este documento que foi lido aqui mostra, na verdade, que havia uma forma, havia uma maneira como era feito esse processo de desligamento quando algum associado identificava que lhe estava sendo imputada uma contribuição a que ele não deu causa, porque existe um princípio, que eu acho que não foi ainda colocado por terra, da ampla defesa e do contraditório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, como é que a previdência funcionava? Você fazia uma reclamação pelo Meu INSS, a empresa era identificada, era informada e ela tinha 10 ou 15 dias para juntar a documentação que mostrasse efetivamente se havia anuência do associado ou não. Veja, na época tinham 40 mil reclamações, em 2019, contra 2,7 milhões de associados. Eu não sei nem fazer o cálculo, mas acho que dá menos de 1%. Agora a CGU fez uma amostragem e 98% dos entrevistados disseram que não deram causa. Não fomos nós, foi a CGU. Está no relatório que V. Exas. receberam. E o que é que o Governo Federal fez, o atual, do Presidente Lula? Fez um acordo lá com o Supremo Tribunal Federal, dizendo o seguinte: que a reclamação, quando é feita, segue esse rito. Esse rito não pode ser seguido, porque parte do pressuposto de que quem está reclamando pode não ser idôneo. A gente tem que entregar todo recurso a quem reclamou. Então, metade de quem reclamou não está recebendo, mais de 2 milhões de segurados, porque as provas que estão sendo apresentadas para não autorizar a retenção são provas que a gente já sabe pelos autos do processo que foram obtidas de maneira fraudulenta – *call center* ligando e forçando uma barra, assinaturas equivocadas.

Então, este mecanismo é que não pode perdurar mais. Por isso que, quando foi votado na Câmara o fim do desconto associativo... Eu espero, Senadores aqui presentes, que nós possamos votar também no âmbito do Plenário do Senado da República, porque eu estou há dois anos tentando regulamentar a contribuição assistencial e não consigo, Sr. Presidente. Eu queria a ajuda daqueles Senadores que aqui estão, que colocam aqui com veemência que são contra esse esbulho contra o trabalhador, para que nós passemos da retórica do discurso à ação.

A próxima semana tem sessão dentro do Senado da República. Vamos todos aqui, os Líderes aqui presentes pedir a urgência deste processo que chegou da Câmara e acabar de uma vez por todas com o desconto associativo. Então, era importante fazer...

E outra coisa, Sr. Relator, V. Exa. faz uma pergunta ao meu antecessor, dizendo: "Olha, foram o Ministério Público e a Defensoria que causaram o desligamento?". Pode ter sido, porque fez uma comunicação. Quem desligou, de moto próprio, com a discricionariedade do Presidente do INSS, foi o INSS, sem que houvesse obrigação de ninguém. Ele foi alertado, fez um procedimento interno e descredenciou as quatro entidades. Não foi obrigado pelo Ministério Público, não; ele foi alertado. Da mesma forma aconteceu em 2020, quando outras cinco entidades foram desligadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou repetir o que eu disse na minha fala: não existe um governo antes do Presidente Bolsonaro que desligou entidades por denúncias associativas, só o do Presidente Bolsonaro. Não existe, em 30 anos, um governo que enfrentou a possibilidade de se fazer o recadastramento, só o Presidente Bolsonaro, o Governo do Presidente Bolsonaro...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Então, isso é bom que fique claro, porque o resto é, ou são, narrativas.

Nós queremos, vou repetir aqui, com a quebra – faltam 53 segundos – do sigilo das empresas que prestam serviços à associação, das associações, com a quebra daqueles que estavam envolvidos nesse problema, eu não tenho dúvida de que a gente vai, seguindo o dinheiro, encontrar os beneficiários dessa fraude gigantesca, que interessa a todos aqui. Não tenho dúvida nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Marinho.

A pedido da testemunha, a sessão está suspensa por dez minutos.

(*Suspensa às 16 horas e 05 minutos, a reunião é reaberta às 16 horas e 15 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Retomamos a sessão.

Com a palavra o Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Sr. Oliveira, o Supremo Tribunal Federal acaba de formar maioria para condenar Jair Bolsonaro...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Os crimes são: golpe de Estado; abolição violenta do Estado democrático de direito; organização criminosa; dano qualificado ao patrimônio da União; deterioração de patrimônio tombado. Eu inicio com isso por ser uma notícia importante, mas também para alertar o Sr. Oliveira sobre a responsabilidade que temos nesta CPMI, porque é consenso entre nós, independente de qualquer partidarização, que houve uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

quadrilha que assaltou os aposentados, tanto que o Governo já devolveu R$1 bilhão para 2 milhões de aposentados e já suspendeu completamente essa devolução de dinheiro, essa retirada do dinheiro do aposentado através dos empréstimos do INSS – isso acabou.

Eu pergunto ao senhor: o senhor tem algumas empresas, como Yamada, Grupo Oliveira, Oriente e outras, essas empresas do senhor têm alguma coisa a ver com a questão relativa ao INSS?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) (Para expor.) – Absolutamente, nenhuma.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Nenhuma?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Nenhuma relação.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – O senhor tem objeção de ter a quebra do sigilo bancário do senhor e das empresas?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – De forma alguma.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – De forma alguma.

Eu peço ao Presidente e ao Relator que a gente possa fazer isso, até porque isso pode ser para o senhor uma tranquilidade em relação a isso, porque uma quadrilha foi formada, e nós precisamos saber quem ganhou dinheiro dos aposentados e também responsabilização política. Então, é a solicitação que a gente faz tanto ao Relator quanto ao Presidente, para que possamos incluir ao conjunto do pleno.

Bem, eu pediria que se colocasse aí para mim um primeiro quadro que eu gostaria de trabalhar. (*Pausa.*)

O primeiro só.

Não é nenhuma desavença com o Senador Izalci. Eu vou explicar o porquê que eu coloco esse quadro aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Izalci disse que entregou ao Presidente Jair Bolsonaro, junto com peritos do INSS – eu já coloquei esse vídeo aqui – documentos que falavam, já naquela época, de fraudes também em relação aos aposentados e ele disse que o Presidente Jair Bolsonaro, e também o nosso querido Rogerio Marinho também colocou, que o Bolsonaro logo reagiu mandando a Medida Provisória 871.

Essa medida provisória teve, veja bem, uma emenda... Essa medida provisória foi enviada – para os senhores verem como é que foi isso –, essa medida provisória foi enviada em 18 de janeiro de 2019. No dia 11 de fevereiro – menos de um mês depois – de 2019, o Senador Izalci já fez uma emenda que era retirando exatamente a autorização do desconto ou a revalidação anual do desconto. Ele já fez a emenda retirando isso. Porque, fixe aqui, Relator, eu vi... V. Exa. fez aqui o tempo, a linha do tempo, mas essa linha do tempo começa aqui. A primeira emenda foi do Izalci. Foi menos de um mês depois de o Presidente Jair Bolsonaro mandar a tentativa de revalidar.

E olha a argumentação do Izalci:

No entanto, em se mantendo a redação acima [essa do art.7º... do §7º] as associações e demais entidades de aposentados serão obrigadas a atualizar anualmente as autorizações de desconto, correndo o risco de perder inúmeros afiliados durante o tortuoso processo de recadastramento contínuo.

Estima-se que as associações [...] congreguem mais de [...] [2] milhões de beneficiários que possuem ao seu dispor vários serviços, como [...] jurídico, desconto em medicamentos, atendimento médico e odontológico emergencial, assistência funeral [...] além de [...] vasta programação de lazer [...] [e eles podem não conseguir] ser contatados em tempo [...] [para o] recadastramento.

Essa emenda foi feita com essa argumentação pelo Izalci.

Pois bem, isso é só para ver a origem que isso tem. Foi a primeira emenda apresentada. Então, eu creio que o Izalci não queria com isso conturbar o processo nem ter o que se deu posteriormente, tinha outras intenções. Então, vamos colocar as coisas no lugar devido, senão nós vamos ficar caçando as bruxas, e não é correto fazer isso. Isso é uma avaliação política que ele tinha na época e, hoje, provavelmente, não tem mais. Como outros Deputados também tinham

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

relação política, e hoje não tem mais. Então, vamos com calma, né? Vamos devagar que o santo é de barro.

Mas ao que eu quero chegar é no Oliveira.

Dr. Oliveira, veja bem, o senhor concorda que era preciso revalidar?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Sim.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Por que o senhor, então, não disse isso ao Presidente Jair Bolsonaro?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Na época, infelizmente, eu não me lembro... Não me lembro realmente das coisas que estavam sendo tratadas.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – É, o senhor não lembra?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Mas, porém, independentemente do parecer dado pela Secretaria de Previdência, não se opondo à sanção da forma que estava a lei, nós não tiramos da IN...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Sr. Oliveira, deixa eu só...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Perdão.

... da IN-128 a necessidade da revalidação.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Retiraram, sim, porque o senhor...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Nós não retiramos.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... na questão técnica, que o senhor também estava com ela, e é quem assina essa nota técnica.

Na nota técnica é o seguinte: "Em relação à revogação do §6º, não há vício de inconstitucionalidade e não contraria o interesse público", orientando, portanto, a Jair Bolsonaro que não tinha problema, que ele não precisava vetar. Quem assinou isso foi Rogério Nagamine

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Costanzi, André Rodrigues Veras, Denisson Almeida Pereira, que é a turma técnica. Quem deve conhecê-los bem deve ser o Senador Rogerio Marinho.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Mas por isso...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – E na legislação, na lei, o senhor assinou a lei junto com Jair Bolsonaro, que não vetou. A assinatura é do senhor, do Ronaldo Vieira Bento e do Presidente Jair Bolsonaro. E não vetaram. Simplesmente finalizou-se aqui qualquer processo de revalidação. E pior: Rogerio Marinho disse agora que "O Governo Bolsonaro foi quem fez o negócio de revalidação", ele pode até ter pensado em fazer, mas não fez nenhuma vez, nada foi revalidado. A única coisa que acabou com isso, o ato concreto foi o Presidente Lula, agora, que acabou completamente e hoje ninguém mais desconta. Zerou.

Eu peço que passe para o próximo gráfico, por favor, para ficar mais claro.

Olha lá as entidades, Sr. Oliveira, que o senhor comandou. São aquelas ali de linha amarela. São 15 entidades no período que o senhor foi de ir bem até Ministro. São 15 entidades. Dessas 15 entidades, três delas – Ambec, Conafer e Amar Brasil –, dessas aí é mais ou menos metade dessas três. Olha aquela linha amarela. Essas são as entidades que mais arrecadaram. Então o senhor disse: "O problema não é assinar", tudo bem. Eu também acho, o problema não é assinar, mas é o que é feito depois. E algumas que assinaram já tinham má intenção. A Ambec tinha três filiadas, depois passou a centenas de milhares. Olha a curva amarela.

Na curva vermelha ali, o que está em escuro são as entidades antigas. Ali está incluída a Contag. As outras que foram no Governo Bolsonaro, que o senhor atestou todas elas, por estar no Governo desde o início, são aquelas de linha amarela. São as que mais ganharam dinheiro.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Eu atestei as que estavam lá no período em que eu era Diretor de Benefícios.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Tudo bem, mas no Governo Bolsonaro, que o senhor estava presente ou como Presidente do INSS, ou depois...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – E a explosão se deu depois, não é?

Eu vou dar uns dados para o senhor saber. A Ambec, por exemplo, foram 500 milhões; a Amar Brasil, 458 milhões; a Conafer, 809 milhões. Todas elas foram naquela linha amarela.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Mas isso não é o único modelo que tem dentro do INSS. Nós estamos esquecendo aqui dos dois milhões de processos que a gente analisou.

Em 2022, a gente analisou mais de seis milhões de processos.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Eu não estou fazendo um julgamento do que o senhor fez lá.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Porque parece que a gente não está fazendo absolutamente nada.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Não estou dizendo se o senhor fez ou não fez. Estou querendo dizer que as entidades que foram criadas durante o Governo Bolsonaro, as 15, foram as que mais tiveram associados ilegais, picaretagem, porque ali não tinha associados, ali só tinha...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Mas a investigação não começou em 2023?

Desde 2023...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Começou. E vai se descobrir isso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Elas já deveriam ter caído, todas elas.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Já caiu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não caiu. Só não está tendo repasse. Elas não caíram ainda.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – É aquele gráfico amarelo, olha lá. Caíram todas. Hoje, já zerou. O Governo Lula fez isso.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Zerou porque não está tendo repasse.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Claro.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Eu quero saber se isso vai ser recebido.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Por que o senhor não fez isso e assinou a lei que não revalidou? Por que o senhor assinou a lei...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – No Decreto 3.048, consta a necessidade de revalidação.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Por que o senhor assinou a lei? O senhor assinou a lei junto com o Jair Bolsonaro?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Assinei, claro que sim.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Assinou. Essa lei dizia o quê? Que acabou a revalidação.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Mas, na IN, continuou a obrigatoriedade.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Não, então, acabou legalmente, por isso é que ela não foi feita.

Eu passaria o último gráfico, por favor, apenas para introduzir o assunto, já que o senhor ficou muito nervoso...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Eu não estou nervoso, pelo amor de Deus.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... e engasgando com isso.

Mas vamos ver se, depois, as empresas do senhor não tiveram nada a ver com isso.

Não, o outro. Pode passar esse, porque esse eu já mostrei na passada.

O senhor fala também que não tem nada a ver com as reclamações.

Olha as reclamações como é que elas foram, como é que elas cresceram. Está vendo as reclamações? Olha em 2019. Muita reclamação. Não é possível que o senhor não sabia.

Aí eu vou voltar, porque tem documento do senhor, com a portaria do Ministério Público Federal, a Procuradora dizendo ao senhor que tinha um problema que o senhor mesmo remeteu para Brasília, e, depois, eles remetem para o senhor de problemas que já existiam.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Deputado.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Mas em que ano foi isso?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Em 2019, 2018.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Em 2019, eu posso ter recebido, mas eu não me lembro dessa portaria.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Eu vou mostrar para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Tempo encerrado, Deputado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Eu termino, então, Presidente. É apenas para dizer isto: uma quadrilha clara que se manifesta. E eu queria colocar aqui todas as origens desse processo, inclusive a emenda que nós colocamos aí claramente do Deputado Izalci.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Desde que o senhor não me inclua nessa questão dessa quadrilha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Deputado Rogério Correia.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. *Fora do microfone*.) – ... art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Izalci, o senhor não foi citado de maneira nenhuma pejorativa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Pela ordem.) – Não, mas há uma grave denúncia aqui. Vou apresentar a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou conceder o tempo em deferência a V. Exa., mas V. Exa. não foi citado de maneira negativa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O que foi apresentado não é verdadeiro. Olha como eles são capazes de fazer o que eles fazem aqui.

Essa foto minha com o Presidente Jair Bolsonaro trata do reajuste da segurança pública, quando nós apresentamos aqui para o Bolsonaro o plano de carreira da PM, do Bombeiro e da Polícia Civil.

Aí eles anexam lá uma medida provisória a essa emenda, que não tem nada a ver com a foto. Você pode ver que está apagado ali. Eles botam bem...

Então, é desonestidade o que aconteceu. Só para registrar isso.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Tem que trocar a foto. Troca a foto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Obrigado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Apenas para dizer que não foi minha intenção... Assim como...

Presidente, só para...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, perfeitamente.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – A foto realmente não é da entrega daquilo. Agora, a emenda é do Izalci com a justificação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, foto por foto, foi colocada a foto do Presidente Lula, o Senador foi ali, fez escândalos, pegou outro microfone, com a foto do Presidente Lula, que também não tem nada a ver com aquilo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado. Está esclarecido.

Com a palavra, o Deputado André Fernandes.

Está presente?

Pois não, Deputado.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Oi? Não, a Deputada Soraya pediu a substituição. Ela pediu para ser a última a falar.

Pode ser?

Então, com a palavra o Deputado Alencar Santana.

Dez minutos, Deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Para interpelar.) – Presidente, eu queria fazer uma pergunta, aqui, ao depoente: no seu dia a dia, quando você era Diretor de Benefícios, numa evolução meteórica dentro do INSS – uma pessoa de perfil técnico, que fica, há algum tempo, fora – qual que era a rotina de despacho com seus superiores? Ou seja, o Presidente do INSS e o Ministro da Previdência. Despachava com eles cotidianamente?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) (Para expor. *Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Com quem exatamente? Quem eram?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – O Presidente Leonardo Rolim; mais o Presidente Leonardo Rolim.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – E o ministro?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – O ministro, nem tanto.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Mas quem era? Com quem você despachava, eventualmente, com o ministro?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – O ministro era... Primeiro, era o Bruno Bianco – não era Ministro ainda, porque o ministério não existia; ainda era a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – E, além desse do Bianco, qual era o outro ministro com quem o senhor despachava?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Depois, o Onyx Lorenzoni.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – E antes? E antes do Bianco?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Quem era o outro eu não lembro.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Não lembra?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Vou fazer uma pergunta: quando o senhor conheceu – palavras suas – o querido Senador Rogerio Marinho?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Quando eu conheci?

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – É.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Quando ele era Secretário Especial de Previdência e Trabalho.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – E por que o senhor não falou que já lidava com ele?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Na verdade, eu não o conhecia.

Não, eu não o conhecia; sabia que ele era o Secretário, mas...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Você nunca despachou com ele?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Nunca estive com ele.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Você nunca teve uma reunião com ele?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não que eu me lembre.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Mas que intimidade para chamar de querido, né?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Me perdoe.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Não, só para... Engraçado, porque ele era o Secretário da Previdência, quando o senhor foi nomeado Diretor de Benefícios. E o senhor agora sonegou o nome dele...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Eu achei que...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... dizendo que não despachava com ele. Muito estranho...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... para uma pessoa que, inclusive, o senhor, no seu primeiro depoimento, já o chama aqui de querido. Parece que é uma relação próxima um querido...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, mas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... mas agora o senhor diz que não e tenta sonegar que não despachava com ele.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Eu não estou sonegando.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – É uma interrogação que esta CPI vai ter que esclarecer ao longo do tempo. É muito estranho – muito estranho! E o senhor começa me respondendo, sonegando informação.

Isso é mentira! Isso é mentira!

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – O senhor que está dizendo.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – O senhor tentou negar a informação, aqui, para esta CPI e para as pessoas que a acompanham.

O senhor disse, no seu depoimento, que era uma relação profissional. O senhor era um técnico, que foi indicado, num primeiro momento, ainda no Governo Temer, por ser técnico; depois, continuou no Governo Bolsonaro, Superintendente de São Paulo; depois, Diben, Presidente.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, eu fui... De pronto, eu fui indicado para a Superintendência de São Paulo. Não falei que foi tecnicamente – tecnicamente também, mas fui indicado, politicamente, pelo Deputado Baleia Rossi.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Isso quando?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Em 2016.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – E, em 2019, depois?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Em 2019, eu vim para Brasília, a convite do Bruno Bianco, para ser Diretor de Benefícios.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Em 2019 que você veio para Brasília?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, 2019 não; em 2021.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Em 2021.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Em 2019, eu permaneci na Superintendência.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Tá.

E, quando o senhor vira Ministro, qual foi a razão? O que te levou? Como é que você chegou a Ministro?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Eu creio que tenha sido por conta da inversão do ônus da prova de vida, que deu uma visibilidade grande para o ministério.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – E quem te convidou foi o Presidente Bolsonaro e o ex-Ministro Onyx Lorenzoni, é isso?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Perfeito.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Eu queria que mostrassem um vídeo aqui, por favor.

Ele foi uma escolha técnica, não política, porque ele fez um belo trabalho.

(*Procede-se à exibição de vídeo.)*)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – É, estava em casa?

Por favor.

Uma escolha técnica.

Estava em casa, em família, bem à vontade. Parece que foi uma escolha, de fato, técnica. Parabéns, parabéns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria que mostrasse, que eu quero parabenizar a competência do depoente, um outro documento ali.

Isso daqui, o Senador, se puder... O Senador já falou sobre esse documento, que ele disse que não lembrava, não conhecia, quando o senhor era Superintendente de São Paulo, em que o Ministério Público Federal manda para o senhor esse documento. E lá ele cita uma entidade, que foi... Ela foi a Abrapps, pedido ali para que ela já tinha um desconto irregular. Como disse o Senador Contarato, o senhor respondeu não tomando providência.

Eu estou vendo que o seu conhecimento técnico, o seu profissionalismo, a sua experiência era tamanha, por isso que o senhor foi escolhido pelo Presidente Bolsonaro e sequer tomou providência aí.

Quero mais um documento, por favor.

O outro. Isso é a resposta dele, está lá embaixo, Luiz Carlos Oliveira.

Cadê o documento do Procon? Esse é o documento do Procon. Esse documento ali foi pedido pelo Procon de São Paulo ao Ministro Moro, ao Sr. Leonardo Rolim, com quem o senhor trabalhou na Presidência do INSS por um período, para essas entidades serem suspensas. A Abrapps estava lá embaixo também. A Centrape estava lá também. Das dez entidades citadas, somente 3, depois, por outra ação do Ministério Público, tiveram ACTs rescindidas. E V. Exa., com a grandiosa competência, assinou com que essa mesma entidade que o senhor fora avisado diretamente pelo MP, por essa entidade indicada pelo Procon São Paulo, que depois esteve rescindido, o senhor reassinou o contrato com ela. Haja competência. Haja conhecimento. Haja simplesmente uma indicação sem ter a ver com a política. Parabéns pela competência, mas o roubo cresce exponencialmente devido à sua omissão, no mínimo, ou à sua participação, ou ao seu interesse.

Olhem lá, eu queria que passassem um outro documento, por favor.

O Deputado Rogério mostrou há pouco um gráfico. Eu queria dar os números aqui agora... Está muito longe para mim, a tabelinha é pequena, eu não consigo enxergar todos os números daqui de longe, mas, das entidades que o senhor colocou para dentro, das 15, 13 ACTs novos, inclusive com uma delas que foi rescindido – na sua gestão ou como diretor de benefícios, ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

como Presidente do INSS, ou como Ministro –, elas deram um prejuízo, essas entidades, por exemplo, no somatório do desconto delas, de 1 bi e 300, no ano de 2023, quando começaram a entrar.

Se eu posso ir antes, posso ir a 2022: o somatório delas deu 706 milhões. Se pegar proporcionalmente do volume de descontos indevidos, do volume de descontos indevidos, dos descontos indevidos feitos pelas entidades que o senhor colocou para dentro, é maioria em todos os anos que elas entraram. Começou a crescer em 2019; cresce em 20, e não foi pequeno não; vai para 21; vai para 22. A Conafer em 22 tem praticamente 100 milhões, e o senhor renovou com ela.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, eu não renovei não.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – O senhor renovou. Foi na sua gestão.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não. Negativo.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Foi na sua gestão!

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Negativo.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Eu vou pegar o ato aqui, vamos ver se foi na sua gestão ou não foi.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Negativo.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Foi na sua gestão! A Ambec, que começa com 135, em 2022 – R$135 –, tem R$17 milhões. O senhor permitiu que essas entidades entrassem. Não olhou, não observou, mesmo sendo avisado? Não tinha conhecimento? Ô, Sr. Oliveira, não tenta enganar esta CPMI. Por favor!

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não quero enganar ninguém.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – O senhor tem capacidade de manipulação, tem a coragem de admitir que criou uma empresa, pondo a sua filha de sócia, dizendo que o senhor praticamente ia ser o administrador, que não era ela. Olha que capacidade...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Mas eu que tenho a empresa, e a empresa não tem absolutamente nada a ver.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Olha que capacidade de manipulação!

É importante que aqui foi quebrado já o sigilo dessas empresas, e tem que também ser o da sua filha, e o do senhor também vai ter que ser quebrado, o de todas as suas relações, porque aqui o senhor disse que transferiu dinheiro para apoiador, para não sei quem, para isso e para aquilo, porque tem que prestar conta! Nós temos que chegar, além do senhor, nos verdadeiros parceiros seus.

Quem eram os seus parceiros? Quem era que estava mancomunado contigo? Era o ex-Ministro Onyx, que recebeu doação de campanha? É o Presidente Bolsonaro, que te indicou, porque o senhor ali faz juras de amor no vídeo de posse? Quem eram? Quem eram? O senhor vai ter que prestar conta a esta CPMI, porque os números não desmentem, o roubo foi de todas as entidades laranjas que o senhor colocou para dentro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Deputado Alencar Santana.

Deputado André Fernandes, com a palavra por dez minutos, por favor.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (Bloco/PL - CE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Nobres Parlamentares que aqui estão, me causa estranheza perceber que tem alguns Parlamentares aqui revoltados quando tem alguma entidade que tem a sua a sua ACT suspensa e em seguida volta. Eu nem iria falar sobre isso, mas é um caso semelhante – nobre Deputado que me antecedeu e que deve estar saindo, porque não gosta de ouvir verdades – o da ABSP, por exemplo, que tinha arrecadado 12 milhões, foi suspensa em 2019, e logo no primeiro ano de Governo Lula, em 2023, voltou com outro nome – Aapen –, só que dessa vez, em vez de arrecadar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

12 milhões, em um ano arrecadou 260 milhões. Então, assim, me causa estranheza saber que eles esbravejam tanto sobre esse assunto, mas acabam omitindo essa informação.

Nobre Relator, eu me sinto, eu gostaria de aproveitar este momento para me dirigir a V. Exa., eu já me senti contemplado nas perguntas que o senhor fez ao depoente, mas eu gostaria de trazer aqui alguns fatos novos a esta CPMI. Estou hoje inaugurando como integrante desta CPMI enquanto titular e, desde 9 de julho de 2024, eu tomei a minha primeira ação no que se refere ao roubo dos velhinhos. Assim que tomei conhecimento, de imediato, ainda não à grande imprensa, mas em pequenos veículos que já tinham reportado essas reclamações, esses possíveis roubos, em 9 de julho de 2024 – veja só, muito antes de qualquer operação ter acontecido –, eu reportei à Procuradoria-Geral da República e à Controladoria-Geral da União – eu estou com esse documento aqui em mãos –, justamente instigando – eu quero entregar tudo isso à CPMI –, justamente instigando e perguntando quais seriam as medidas a serem adotadas.

E aqui eu faço uma análise sobre todo o tempo.

Em 9 de julho, eu entro com esse requerimento, inclusive 1055/2024, pedindo providências. Em 23 de abril de 2025, ou seja, no ano seguinte, este ano, foi que a CGU emitiu um relatório com as entidades envolvidas. No mesmo dia, a Polícia Federal deflagrou a Operação Sem Desconto. E, diga-se de passagem, foi aí que Lula tomou conhecimento de que essa operação estava acontecendo. Gostam de dizer que foi o Governo Lula que fez, não, ele mesmo falou que só tomou conhecimento após as operações. Quem teve conhecimento antes fui eu, que, no ano passado, pedi que fossem feitas essas diligências.

No dia 8/5/2025, a AGU ajuíza uma ação cautelar, pedindo bloqueio de bens de entidades, 12 entidades, para ser mais preciso. Isso já foi falado aqui nesta CPMI. Peguei essa documentação, fui até o Tribunal de Contas da União, no dia 3/6/2025, e entrei com uma ação no TCU, para que se investigasse a omissão da AGU frente a essas entidades envolvidas no roubo dos velhinhos. Diga-se de passagem, Sr. Presidente, coincidentemente, uma dessas entidades que o AGU omitiu – eu vou até, gostei do termo que foi falado aqui: sonegou, foi falado aqui recentemente – é justamente aquela que tem o irmão do Lula no meio. Me causou estranheza o AGU do Lula omitir a entidade que tem o irmão do Lula no pedido de bloqueio de bens. Fui ao TCU no dia 3/6/2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

No dia 13/8/2025 – isso que eu estou falando aqui, estou com toda papelada –, o Tribunal de Contas da União me dá uma resposta e entra com diligências ao AGU e uma solicitação de uma oitiva até 15 dias – trago isso aqui porque são fatos novos, inclusive a imprensa nem falou ainda sobre isso –, perguntando – olha só, agora já é o TCU –, perguntando à AGU por que estava omitindo – ou seja, concordou com a minha ação –, por que é que estava omitindo 35 entidades. Eles listam, estão aqui as 35 entidades, vou entregar tudo isso para V. Exa., e solicita que a AGU, no prazo de 15 dias, informe o motivo de ter omitido, na sua ação cautelar.

Dia 2, agora de setembro, nove dias atrás, a AGU dá a resposta, e eu estou aqui com os dois documentos da AGU, que estarei entregando a V. Exa. Coincidentemente, a AGU (Advocacia-Geral da União) do Lula diz o seguinte: olha, nós tomamos providências no caso, ajuizamos uma ação cautelar contra essas entidades, porque nós tínhamos elementos suficientes, mas não fizemos contra essas outras entidades porque não tínhamos elementos suficientes.

Só que um fato importante, nobre Relator, é que o detalhamento da CGU lá atrás, em 23/4, era o mesmo para as entidades omitidas pela AGU e as que sofreram sanções através da ação cautelar da AGU. Mas, coincidentemente, no dia da resposta, 2 de setembro, o AGU vai e diz assim: "Olhe, nós não fizemos nada, mas, hoje" – preste atenção – "hoje, tomamos conhecimento de que tem 40 novos PARs da CGU e INSS. E se [olhe, ele já sabe que tem] e se esta AGU for provocada, nós analisaremos se temos elementos novos para entrar com alguma ação cautelar contra essas entidades". Aí um fato interessante, nobre Relator, é que, dentro desses 40 novos PARs, processos administrativos, como o senhor bem sabe aqui, estão exatamente as mesmas entidades do primeiro lá atrás, ou seja, a Controladoria-Geral da União, que foi instigada através de meus ofícios, disse: "Olhe, tem aqui essas entidades". O AGU selecionou algumas, continuou. Entrei de novo no TCU, o TCU intima a AGU, intima o INSS, chegam novos procedimentos. Mais uma vez, o AGU disse: "Eu vou esperar ser intimado para tomar ciência, para talvez entrar com alguma ação cautelar".

Qual é a minha preocupação, nobre Relator? É que o dinheiro que está... E não está sendo devolvido, o dinheiro que está indo para os velhinhos, que foram roubados, é o dinheiro do pagador de imposto, mas quem roubou está sendo protegido pela Advocacia-Geral da União. O mínimo que se poderia fazer, em uma investigação séria, é bloquear os bens de quem está roubando, de quem roubou os aposentados, para, se possível, se o caso for, devolver. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

causa-me estranheza perceber que a AGU está blindando, eu trago aqui novos fatos – está blindando reiteradas vezes! –, algumas das entidades investigadas, inclusive, volto a dizer, a entidade que tem ligação com o irmão do Lula.

Então, eu entregarei toda essa papelada para V. Exa. Eu abro mão de continuar uma investigação – eu posso dizer assim –, que estava fazendo, tocando tudo isso sozinho, mas abro mão, quero entregar para V. Exa. Eu sei que já há requerimentos com V. Exa., solicitando que o Jorge Messias venha aqui – o Bessias, conhecido –, que ele venha aqui explicar o motivo de estar blindando associações, entidades, empresas, que deveriam estar sendo investigadas e terem seus bens bloqueados. São apenas mais elementos para cooperar com esta CPMI. Então, entrego a V. Exa., entregarei ao Presidente desta Comissão, que está tocando esta Comissão com excelência. Deixo aqui os meus parabéns, e me deixo aqui à disposição para o que possível for.

Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, nobre Relator.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado ao Deputado André Fernandes.

Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente. Sr. Relator, os meus cumprimentos. Sr. Oliveira, Sr. Advogado...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ele trocou com o Deputado Mário Heringer.

Pois não, pode continuar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Oliveira, durante sua gestão, parte de sua gestão, na Diretoria de Benefícios no INSS, depois no Ministério da Previdência, tem uma entidade chamada Conafer, que tem um registro de crescimento, que tem um ACT firmado em 2019 – sei que em 2019 o senhor ainda não estava nem na Diretoria de Benefícios do INSS, mas é firmado em 2019... Ao longo do tempo, inclusive durante suas gestões na Diretoria de Benefícios, no INSS, e no Ministério da Previdência, há um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

crescimento exponencial da transferência de recursos para essas entidades: em 2019, 362 milhões; em 2020, 58 milhões; em 2021, 62 milhões; em 2022, 99 milhões.

O senhor conheceu essa entidade e conhecia as razões do crescimento dessa entidade?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) (Para expor.) – As razões do crescimento, não; mas conhecer a entidade, eu conheço, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – O senhor conhecia a entidade?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Conheço.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Não lhe chamou a atenção esse crescimento exponencial dos recursos dessa entidade durante o período de suas gestões à frente da Diretoria de Benefícios do INSS?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Quando eu era Diretor, não. Depois que eu virei Presidente, eu fiquei um pouco distante disso, porque tínhamos outras atribuições – diversas outras atribuições.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – O senhor conhece, Sr. Oliveira, um senhor chamado José Arnaldo Bezerra Guimarães?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Conheço.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – O senhor tem conhecimento... Ele fez... O senhor foi candidato a Vereador em 2024, não é isso?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Sim, fui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – O senhor foi candidato a Vereador em 2024. Inclusive, um de seus *slogans* de campanha era "O único Ministro do Bolsonaro candidato a vereador em São Paulo".

O Sr. José Arnaldo Bezerra Guimarães contribuiu com a sua campanha?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Se ele contribuiu com a minha campanha?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Sim.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não me recordo, mas, se contribuiu, está na contabilidade da campanha e as contas já estão aprovadas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Consta que o senhor... Não, as contas da sua campanha não são o objeto da minha reclamação aqui, da minha indagação. É que, de fato, consta que o Sr. José Arnaldo Bezerra Guimarães fez doação à sua campanha no valor de... Teria feito dois tipos de doações: teria feito doação à sua campanha e teria repassado a quantia no valor de R$32.313. O senhor não lembra dessa doação?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não. É impossível ele fazer essa doação, porque ele não teria lastro para isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Mas isso consta no inquérito da Polícia Federal, da Operação Sem Desconto.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Então vamos esclarecer. No tempo devido, nós vamos esclarecer, porque não consta essa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Não teria possibilidade de ele ter feito contribuição financeira à sua campanha?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – De R$32 mil?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Trinta e dois mil reais.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Com certeza, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Não teria possibilidade de ele ter contribuído com outros R$5 mil para algum parente seu?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Pode ser que ele tenha feito algum pagamento para alguém da minha família? Pode ser, mas isso não tem absolutamente nenhuma ligação com a campanha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Bom, é que consta doação dele para o senhor – isso consta no inquérito da Polícia Federal – e consta também que esse senhor, José Arnaldo Bezerra Guimarães, tem relações com a Conafer, era um microempresário contratado pela Conafer para prestação de serviços.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não procede. Me perdoe, mas não procede.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Não procede o quê?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Que ele tenha relação com a Conafer ou que ele tenha doado R$32 mil na minha campanha.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Não procede nenhuma dessas informações por quê?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Porque, primeiro ele não tem...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Pelo que o senhor me fala...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Primeiro, ele não tinha lastro para fazer isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Pelo que o senhor me fala, o senhor o conhece?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Conheço muito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – O conhece?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Conheço.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Então o senhor disse que não procede porque...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Ele é apoiador político da gente desde 1992.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Perfeito.

Então não procede que ele teria feito qualquer tipo de contribuição financeira à sua campanha?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Eu não falei isso. Eu não sei, não lembro da contabilidade, se ele fez alguma doação, mas se ele fez doação na campanha, ele fez dentro daquilo que é permitido, que são os 10% do valor recebido no ano anterior.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Então o senhor diz que não procede que ele teria qualquer tipo de relação com a Conafer?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – De forma alguma.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Nenhum tipo de relação com prestação de serviços?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Nenhuma – nenhuma, nenhuma. Ele não sabe nem o que é a Conafer.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Perfeito.

E ele trabalha em qual ramo?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Hoje ele faz bico, faz uma série de bicos, entre eles, alguns bicos para nós. Ele vai lá no escritório sempre, sempre está fazendo alguma coisa. Hoje ele é aposentado também...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Então, o senhor não tem conhecimento que há essa citação, no que veio a público, das informações da Operação Sem Desconto?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Ainda, Sr. Oliveira, o senhor informou aqui que um dos problemas era que, na formalização dos ACTs, durante sua gestão na Diretoria de Benefício no INSS e depois no Ministério, não existiam condições e pessoal possível para fazer a fiscalização e, por isso, não foi possível perceber o descontrole sobre os acordos de cooperação técnica que foram firmados.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, eu não falei isso aqui.

Daria para perceber...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – O senhor poderia, então, reiterar por que não houve fiscalização?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Eu falei que o INSS não tem estrutura para poder fiscalizar essa modalidade.

Essa modalidade não faz parte do que é o negócio do INSS, que é o reconhecimento de direito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – E não existia...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Como eu falei, trabalhar no INSS é uma verdadeira escolha de Sofia todos os dias, você sempre vai pensar em fazer aquilo que é o mais premente, aquilo que é mais...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Na sua avaliação, então, não existia nenhuma estrutura do INSS que pudesse dar conta da fiscalização desses ACTs?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não tinha.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Não tinha?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – E a Divisão de Acordos Nacionais de Benefícios (Danb), não poderia cumprir esse papel?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não sei lhe dizer.

A Divisão de Acordos Internacionais?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Não, a Divisão de Acordos Nacionais de Benefícios.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Ah, não tinha estrutura.

Eu acho que era uma única pessoa que trabalhava nesse setor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Pois bem, mas, veja bem, Sr. Oliveira...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – E o rito, o rito, o rito... Eu estou falando que a IN que disciplina essa modalidade não prevê visita, não prevê uma série de coisas que vocês estão cobrando de mim aqui, infelizmente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Mas como é que eram firmados os ACTs por parte do beneficiário? As assinaturas eram grafotécnicas ou eram assinaturas digitalizadas?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não sei te dizer.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Mas era sob a sua gestão, o senhor não tinha conhecimento?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Eu sei, mas não sei lhe dizer.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Pois bem, mas deixe-me lhe falar sobre a Danb, porque eu vou recuperar um relatório de apuração feito pelo INSS, pela auditoria do INSS já neste Governo.

E nessa auditoria...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Mas o que a auditoria interna do INSS fez nos últimos anos?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Então, fez isso aqui, que é isso que eu vou lhe contar.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Depois que aconteceu?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Não, antes.

Inclusive, foi base para a CGU. Para aqueles que dizem que não houve fiscalização do nosso Governo, foi em nosso Governo que teve essa auditoria e é nessa auditoria que...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – O auditor...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – ... diz o seguinte.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – O auditor que lá está, Deputado... Senador, perdão.

O auditor que lá está fui eu que o nomeei, eu que indiquei...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Exatamente.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Eu que o trouxe de São Paulo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Só que quem fez esse não foi o Sr. Virgílio Oliveira, que foi nomeado pelo senhor, foi o outro que fez.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – O Virgílio Oliveira não foi nomeado por mim no INSS.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – E veja, olha só o que ele diz, o que é dito aqui:

Ressalte-se que a realização de ato de acompanhamento e verificação tem previsão expressa no acordo de cooperação técnica e não foi efetivado no ano 2022, em razão da publicação do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Decreto nº 10.995, de 14 de março de 2022, e da Portaria 1.429, de 21 de março de 2022, que extinguiram a Divisão de Acordos Nacionais de Benefícios (Danb), transferindo suas atribuições à DCben.

Essa Danb, segundo a auditoria, teria a responsabilidade de fazer essa fiscalização que o senhor disse que era impossível ser feita.

Essa Danb, o senhor lembra quando ela foi extinta?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, não me recordo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Mas foi extinta pelo senhor...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Será...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – ... em portaria que o senhor assina.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Eu...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Sim, o senhor, em 2021.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Se aconteceu, aconteceu na reestruturação do INSS...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Exatamente.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – ... na fusão das diretorias de benefícios de atendimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – O senhor assina a portaria, extinguindo essa Danb, e o Ministro Paulo Guedes, o Presidente da República Jair Bolsonaro e o Ministro Onyx subscrevem um decreto fazendo a extinção dessa divisão.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, mas se isso aconteceu...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Que, segundo a auditoria do próprio INSS, seria a instituição, já naquele tempo, que poderia ter recolhido essas denúncias e, segundo as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

informações que temos, recolheram as denúncias e, por conta de ter recolhido as denúncias e apresentado, ela ter sido extinta exatamente por ato seu e do Ministro Paulo Guedes, naquele momento.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Senador...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – ... quando eu estava à frente do INSS, nós sofremos uma reestruturação...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Exato.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – ... para a recriação do Ministério.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Exato. O senhor só está confirmando o que eu disse.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Disponha.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Só para...

Já concluindo, Presidente, sobre uma outra entidade, sobre a Ambec. A Ambec, na sua gestão, cresceu 11 mil vezes. O senhor poderia me dizer... Durante esse crescimento da Ambec, de 2019 a 2021, quem estava na Diretoria de Benefícios do INSS e quem era o Ministro da Previdência nesse período?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Eu que assinei, não foi? Eu era Diretor de Benefícios. Quem era o Ministro?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Sim.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – O Ministro... Eu não me lembro da data, teria que ver a data para não...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Em 2021.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Penso que era o Bruno Bianco. Ele era... Em 2021 já tinha... Eu não sei se já tinha o Ministério recriado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Perfeito.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não sei.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – É importante...

Concluindo, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – É importante dizer que essa é uma das entidades, das principais apontadas, como razões das fraudes do INSS... Teve um crescimento de 11 mil vezes exatamente nessa gestão que o Dr. Oliveira aqui destaca.

E é importante... Eu queria reiterar os termos do que ele mesmo disse: que a Divisão de Benefícios, que havia denunciado as fraudes do INSS, foi extinta por ato assinado pelo Dr. Oliveira, pelo Ministro Paulo Guedes e pelo Ministro Onyx.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Senador Randolfe Rodrigues.

O Senador Rogério Carvalho cedeu a vez à Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Senador Carlos Viana, Presidente desta CPMI. Eu cumprimento o senhor e também o nosso Relator Alfredo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senadora.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Agradeço a presença do Dr. Oliveira aqui.

Eu vou direto às perguntas, tá? Dr. Oliveira, o Senador Marinho nos informou hoje que o Governo anterior descredenciou algumas associações, desde 2019, por suspeita de fraudes. O senhor, que já foi tudo de mais importante no INSS e na Previdência, um técnico concursado, respondeu ao Relator que tomou conhecimento das fraudes apenas este ano com a operação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sem Desconto da PF. Isso apesar de sabermos que o INSS e o Ministério da Previdência, presididos pelo senhor, integraram o GTI da Previdência, que tratava das denúncias de fraudes desde 2019.

Portanto, eu pergunto novamente ao senhor, só para reforçar: quando o senhor teve conhecimento, pela primeira vez – lembrando que teve esse GTI de 2019 –, dos problemas dos descontos associativos indevidos?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) (Para expor.) – Sempre nós tivemos ruído na questão dos descontos associativos, assim como também no consignado, mas de uma fraude generalizada, eu fiquei sabendo, de coração, por conta da operação.

Havia sim um problema. No GTI todas as reuniões de que eu participei... Eu não participava de todas as reuniões, mas de todas que eu participei, a gente nunca tratou desse assunto. O assunto lá no GTI sempre era o mesmo: a fila, nós precisamos reduzir a fila.

Não é que o GTI levou a gente a fazer um acordo com o Ministério Público Federal, homologado pelo Supremo, para a gente trabalhar na questão das datas de concessão, para a gente fugir dos 45 dias que nos obrigam ao pagamento de correção monetária.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Enquanto o senhor esteve à frente da Diretoria de Benefícios do INSS, a Dirben, o senhor assinou, em 2021, pessoalmente, três ACTs – vou reforçar, mais uma vez, para ficar – com a Ambec, a APB e a Abrapps, todas associações envolvidas no esquema dos descontos associativos.

A Ambec tinha apenas três associados quando o senhor assinou o ACT, o que já indicava a possibilidade forte de uma entidade de fachada – o que acabou mostrando que foi o caso.

A Abrapps o senhor ressuscitou com uma assinatura, apesar de a entidade ter sido descredenciada por suspeitas de fraudes por determinação do Ministério Público em 2019 e de haver pareceres do próprio INSS recomendando que o acordo não fosse celebrado após a conclusão das investigações sobre as práticas irregulares passadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A APB tinha como Presidente uma senhora de 84 anos, laranja também, que está no esquema. Ou seja, três entidades que o senhor autorizou, ao que parece, se mostraram fraudadoras. O senhor disse aqui que sua assinatura era apenas mecânica, fria.

Eu pergunto: o senhor realmente não sabia o que estava assinando?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Sabia que estava assinando um acordo de cooperação, mas não que tinha esse passado todo.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Não tem nada a ver com isso, mesmo sendo Diretor de Benefícios do INSS?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, não é questão de não ter nada a ver com isso. É que a gente tem outras coisas para ver. Como eu falei, eu tinha uma fila de 2,8 milhões pessoas esperando uma resposta conclusiva do INSS. Havia uma diretriz de Governo de que era para trabalhar na fila. Tínhamos ruído no consignado. Tínhamos reunião para poder acertar a questão do consignado. Tinham as reuniões do GTI.

Então, eram muitas atividades. Parece que não tem atividade, mas era atividade o dia inteiro, praticamente o dia inteiro. Eu trabalhava... Eu sempre cheguei cedo, às sete horas da manhã. Saía de lá às dez, oito, nove, dez da noite, todos os dias.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Então, essas assinaturas... O senhor está alegando que as assinaturas foram por causa da sobrecarga de trabalho, que o senhor tinha muitas funções e foi assinando, assim, de forma...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, eu só não tinha condição de rever os atos daquelas pessoas que faziam parte da equipe.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Tá.

Então, para o senhor assinar, o senhor disse que tinham pessoas que estavam ali fazendo essa avaliação para o senhor assinar?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Perfeito, é claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Então, tá.

Eu lhe pergunto: Então, quem eram essas pessoas? Quem autorizou o senhor a decidir assinar em seu nome? Quem são essas pessoas?

É a Sra. Ingrid? No caso, é ela?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Pode ser, a Coordenadora-Geral...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Não. Pode ser...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, não. Eu tenho que ver se são. Eu não lembro mais quem são as pessoas que estavam lá naquele momento.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Sr. Presidente, nós vamos precisar saber a responsabilidade desses três ACTs.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Eu levanto... Eu levanto as pessoas.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – E nós vamos ter que convocar nessa CPMI – não é, Sr. Relator? Acho que o senhor deixa muito claro, não é?

Então, tá bom.

A Conafer estava sendo investigada pela Polícia Civil. Estou trazendo novamente uma pergunta que eu fiz, acho que na anterior, do ex-Ministro Lupi, de que estava tendo uma investigação da Polícia Civil do DF e da Polícia Federal, desde 2020, sobre a Conafer. O senhor afirmou aqui que é o responsável pela indicação do Sr. Sebastião Faustino de Paula para a Diretoria da Dirben. O Sr. Sebastião foi responsável pela assinatura da renovação da ACT da Conafer, que foi no dia 03.06.2022.

Eu pergunto para o senhor: O senhor teve algum envolvimento com a renovação da Conafer? Ou foi decisão exclusiva do Sr. Sebastião Faustino de Paula?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, do processo e das pessoas que estavam lá no INSS. Eu não tive nada a ver, não fiz nenhuma ingerência na renovação.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Então, isso foi uma decisão dele?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Sem dúvida.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Um empresário denunciou que Carlos Lopes, dirigente da Conafer, dizia ter domínio sobre diretores do INSS e o senhor reconheceu aqui que conhecia o Sr. Carlos Lopes.

Afinal, qual é a sua relação com ele, com o Sr. Carlos Lopes e com a Conafer?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Só institucional. E esse domínio dele em cima dos diretores... Eu me excluo fora disso.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Obrigada, então.

Grata, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Eu que agradeço; imagina.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senadora Leila Barros.

O próximo é o Deputado Coronel Chrisóstomo. (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Tá.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Foi. Ele cedeu para a Leila Barros...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Foi.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – ... parabéns pelo trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Sr. Relator melhor não tinha. Parabéns aos senhores.

Parabéns aos Srs. Parlamentares aqui presentes.

Dr. Antônio; Dr. Oliveira, Ministro, fique tranquilo – eu vou lhe dizer por quê.

Olhe no salão aqui! Quantos tem – entendeu? – daquele time do mentiroso ex-presidiário? Quantos? Quase ninguém. Sabe por quê? Nenhuma torcida vai embora quando o seu time está ganhando. Ninguém vai embora; fica ali até o final para sair todo mundo junto, agarrado! Então, fique tranquilo. O senhor está fazendo o seu papel, mostrando a verdade para o Brasil, pelo trabalho que o senhor deve ter feito lá – e aqui está mostrando que fez um bom trabalho.

Ministro, o senhor sabia também – Brasil, Rondônia, prestem atenção no que eu vou falar! – que essa turma toda que está querendo ficar em cima do senhor aí não assinou a CPI? O senhor sabia disso, Ministro? Rá-rá-rá! Eles são assim: fazem firula! Por que não assinam a CPI? Quem quer saber a verdade vai e assina, bota o seu dedão! Eles não colocaram! Fique tranquilo.

Ministro, qual governo pediu para o senhor diminuir a fila? Como o senhor ficou muito tempo, eu estou na dúvida; foi muito tempo no INSS, eu estou na dúvida. Qual Governo pediu: "Meu filho, diminui essa fila, porque os velhinhos estão ficando muito tempo sem serem atendidos". Qual foi o Governo?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) (Para expor.) – Jair Bolsonaro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Ê, Brasil! Só podia ser o mito, porque ele fazia as coisas certas!

Alguma vez o Presidente Bolsonaro pediu para o senhor mentir?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Nunca; imagina...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Mas os outros governos... Tem um aí que ensina até os Parlamentares a mentir! Está nas redes sociais; não sou eu que estou falando, não, senhor! Está nas redes sociais, van Hattem: tem que mentir, mentir, mentir, até a mentira se tornar verdade! É isso, Brasil! Esse é este Governo que está aí!

Vamos lá. Esse quadro eu sei que outros já mostraram, mas agora eu vou mostrar o quadro como o povo quer ver, como Rondônia quer ver! Eu vou mostrar.

Ministro, o senhor falou alguma coisa de prova de vida.

O Governo Bolsonaro pediu o que para o senhor fazer em relação à prova de vida?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Inverter o ônus da prova de vida, tirar das costas do cidadão e passar isso para o Estado brasileiro fazer, para que 37 milhões de brasileiros não precisassem ir ao banco todos os anos para fazer a renovação e provar que estão vivos. Nós é que temos que provar.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Quer dizer, eu vi uma vez uma família levando alguém em uma cama para fazer prova de vida. Foi isso que o Presidente Bolsonaro impediu de acontecer, não é isso?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Perfeito.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – É o que o senhor está dizendo. Tinha que ser o Mito, rapaz! Tinha que ser.

Vamos lá! Ministro, o senhor falou questão de estrutura, que não era suficiente para atender. Com a sua experiência, o que o senhor dá... um recado para este Governo que está aí para melhorar a vida dos nossos velhinhos em questão de estrutura do INSS?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Primeiro, a gente precisa elevar o padrão dos servidores, servidores que são meus colegas. Uma grande maioria é nível médio; precisaria passar todo mundo para nível superior de alguma forma. Nós conseguimos um concurso. Foi o único concurso que nós conseguimos no estado, antes de a gente sair em 2022. Mil servidores, mas ainda em nível médio e muitos deles não têm o nível superior. Isso é ruim. Então, a gente precisaria melhorar a qualidade e investir massivamente em tecnologia da informação.

E, é claro, a gente tem que reabrir as agências da Previdência, porque as agências da Previdência são importantes. Nem todo mundo consegue acesso ao Meu INSS. As pessoas de uma certa idade têm muita dificuldade de fazer as coisas no Meu INSS. Então, eles sentem falta daquela agência física aberta, onde eles possam ir lá e reclamar.

Talvez isso que está acontecendo aqui hoje não estaria acontecendo se nós estivéssemos atendendo a todo vapor nas 2.700 agências que temos no Brasil inteiro.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Devem estar ouvindo aí e vão seguir o exemplo.

Ministro, qual o sentimento dos servidores do INSS geral?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Hoje, é o pior possível.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Ih, meu Deus do céu!

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Hoje, é o pior possível.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Com este Governo aí qualquer coisa é o pior possível.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, pior... eu digo o pior porque parece que tudo é culpa do INSS, não é culpa das associações ou culpa dos sindicatos, e isso não é verdadeiro. Os servidores do INSS, e eu contei com a colaboração deles para poder entregar os números que entregamos, eles são extremamente aguerridos e tudo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

que eu fiz no INSS e tudo que eu consegui entregar, eu entreguei com o apoio dos servidores, porque eles acreditaram: "Pô, o cara é servidor. Saiu do balcão da agência da Adolfo Pinheiro, lá em Santo Amaro, e virou Ministro de Estado – é possível".

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – É possível!

Ministro, agora eu vou apresentar esse quadro para o povo – para o povo! –, porque o povo quer explicado aqui para ele, e eu vou perguntando para o senhor.

O que significa o ano de 2019, 20, 21 e 22 ali escrito 1111? O que é isso?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Significa que a situação estava estável. Isso daí é na questão de desbloqueio em lote, correto? É desbloqueio em lote. Porque houve um desbloqueio a cada ano.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Muito bem, agora me explique, por favor – para mim, não; para Rondônia e para o Brasil –, o que é ali que está escrito 15 e 24? No ano de 23...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Quinze desbloqueios acima de 50 mil e, no ano de 24, 24 desbloqueios acima de 50 mil.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – O que significa o 15 ali, multiplicado – não sei o que é aquilo –, em 23, em números? O que é aquilo?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – 15 vezes 50? 50 mil?

Era o mínimo, né?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Mas para fazer mais ou menos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Mas, em média, em média, o que é aquilo ali?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – São pessoas que não...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Quantos, mais ou menos ali, onde está escrito 15?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Vou na conta do meu amigo matemático, porque eu sou ruim de matemática: 750 mil.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – E o 24 lá é o quê?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Um milhão e duzentos.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Então quer dizer que o número de roubo passou a ser grande em 23 e 24? É isso, Ministro? Pelos números ali?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Eu não quero ser leviano, mas, pelo gráfico...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Mas é eu que estou falando.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Mas, pelo gráfico, é isso que está sendo demonstrado.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – É uma vergonha dizer que com Bolsonaro foi no período que mais aconteceu roubo.

Volta lá, por favor.

O próximo.

Agora, vamos lá agora, aqui ó: da mesma forma, Ministro, me explique o que são esses números aqui: 2018 a 22 e depois 23 e 24, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Isso é o número de... É o valor repassado para as entidades, associações e sindicatos até 2022. E aí, depois, a partir de 23.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Se puderem fazer uma conta aí os senhores, aqui, para o Brasil ver: Rondônia, somando 19, 20, 21 e 22, dá quanto?

E comparado a 24? (*Pausa.*)

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Somando os três anos ali, dá um milhão e meio, mais ou menos, contra 3,5 bilhões em 2024.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Pronto, pronto.

Então, o que o senhor quer dizer, Ministro, em cima dos números? Que os anos do Presidente Bolsonaro, com quem o senhor trabalhou, somados todos, senhores, não chega perto ao ano de 2024. Significa que este Governo enfiou o pé na jaca! É muito roubo! Que o Governo Bolsonaro, nos quatro anos, não chegou perto, Presidente. É isso que tem que falar para o povo, para eles pararem com essa firula: "Ai, o Bolsonaro, em 2019, começou roubando muito". Estão aqui os números. Brasil, os números estão aqui e provam que este Governo enfiou o pé na jaca para roubar dos nossos velhinhos.

Chega! Chega! Fora Lula!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado Coronel Chrisóstomo.

Com a palavra o Deputado Marcel Van Hatten.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, caríssimo Relator, mais uma vez parabéns pela excelente condução dos trabalhos. É mais um dia de CPI em que nós aqui conseguimos elucidar muitos fatos e aprovar também muitas quebras de sigilos.

Talvez eu devesse começar por isso, porque o Governo Lula diz que quer investigar, que descobriu o roubo – a gente sabe que tudo é ladainha –, mas, do total de requerimentos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovados para quebra de sigilo, o Governo propôs 12 e a Oposição 352 dos 364, visto isso em gráfico. Tinha que ter invertido até a assessoria, não é? Deixar o Governo com vermelho e a Oposição com azul. Mas tudo bem. Três por cento dos requerimentos foram do Governo e o restante da Oposição. Então aqui a gente vê quem realmente está pedindo quebra de sigilo e quer investigar.

Eu vi também aqui... E eu quero ser muito justo, Sr. Presidente. Pau que bate em Chico também tem que dar em Francisco. Eu fui bastante direto com o Ministro Carlos Lupi e vou ser também com o Ministro Oliveira.

E eu quero começar justamente porque, quando eu falei, eu peguei o Lupi numa mentira muito cabeluda, que, inclusive, eu tinha dito, deveria ensejar, na minha opinião, prisão em flagrante, mas, depois, ele decidiu não falar mais, decidiu não mentir mais porque, se abrisse a boca, provavelmente eu pegaria ele em contradição.

E a V. Sa., que foi excelência quando Ministro, cabe também o mesmo direito, mas eu vejo que o senhor está mais tranquilo agora, depois de todas estas horas de reunião.

De manhã, quando iniciamos, me pareceu que o senhor estava um pouco mais nervoso, e, por isso mesmo, houve uma confusão, e eu gostaria de esclarecer essa confusão a partir de uma pergunta feita pelo Deputado Alfredo Gaspar.

Já foi respondido, mas eu quero, só para que aqueles que nos acompanham – são quase 20 mil pessoas na TV Câmara, aposentados, pessoas que foram roubadas, senhores de idade, senhoras de idade, deficientes físicos –, pois é importante que eles vejam verdade no que o senhor diz.

Então, a pergunta feita pelo nobre Relator foi "qual foi o último cargo público que o senhor exerceu?".

E o senhor, primeiro, não parece ter-se situado na pergunta. Vou lhe dar a chance de responder de novo para que saia com toda a verdade.

O último cargo público foi com?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) (Para expor.) – Deputado Baleia Rossi.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Foi assessor no seu gabinete?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Perfeito.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Por pouco mais de 30 dias.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Por pouco mais de 30 dias.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Foi o que o senhor disse.

O senhor confirma essas afirmações?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Confirmo, sim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E o senhor saiu poucos dias depois?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Segundo aqui foi dito, seis dias depois, mas não tem relação absolutamente nenhuma com a operação.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não tem nenhuma relação com a operação?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, não, não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E o senhor, pelo que eu vi, o seu currículo, se não me engano, também disse que o senhor foi superintendente do INSS em São Paulo, lá em 2016, por indicação do Deputado Baleia Rossi?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Perfeito.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Certo.

E quanto a outras afinidades políticas ou ligações políticas, o senhor foi filiado ao PSD?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Sou filiado ao PSD. Sou filiado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Só para deixar claro, até o senhor assumir ministérios e o ministro...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Na época, o Presidente do PSD, como não fazia parte da base governista, conversou comigo e falou "é melhor você sair do partido porque, senão, você vai ter problema".

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O Presidente era?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Gilberto Kassab.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Gilberto Kassab pediu para o senhor se desfiliar?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – E eu saí do PSD, vim para Brasília. Depois que eu cumpri a missão em Brasília, perdemos a eleição, eu voltei para São Paulo e me filiei ao PSD para sair candidato a Vereador na cidade de São Paulo.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E o senhor foi candidato. Fez quantos votos?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Dezessete mil votos.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E 17 mil redondos?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Mais ou menos. Eu não me lembro do exato número.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E o senhor, depois de ter sido candidato, continuou filiado até o dia de hoje?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Continuo filiado até hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Ao PSD?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Perfeito.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Muito bem.

Para deixar bem esclarecido, porque foi algo que ficou um pouco nebuloso lá no início.

Agora, eu quero perguntar ao senhor como funcionário de carreira do INSS. O senhor atendeu desde as pessoas mais humildes no balcão de agência do INSS, correto?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Corretíssimo.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Até chegar a Presidente do INSS, certo?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Perfeito.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E, depois, Ministro da Previdência.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Perfeito.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu queria que o senhor explicasse para o povo que está nos assistindo, as mesmas pessoas que o senhor atendia lá no balcão do INSS e que, hoje, estão nos acompanhando *online*, o que é uma ACT ou um ACT?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Um Acordo de Cooperação Técnica.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas, para a pessoa mais humilde entender, o que significa? É uma palavra. A sigla já é ruim, e a explicação é pior.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – É um convênio entre o INSS e uma associação ou um sindicato em que essa associação ou sindicato, a partir da autorização dada pelo segurado, pode fazer o desconto na folha de pagamento do segurado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Para quê?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Para descontar, para poder oferecer serviços.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – De que tipo?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Auxílio-funeral, telemedicina, desconto em farmácia. É uma infinidade de coisas que eles oferecem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E esse Acordo de Cooperação Técnica se baseia majoritariamente em quê? Qual é a finalidade de fazer um acordo entre o INSS e esse sindicato?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Para o INSS, absolutamente nada.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, mas deve ter algum motivo.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – O INSS não ganha absolutamente nada com isso. É diferente do que é no consignado. No consignado, o INSS ganha dos bancos para poder...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, mas eu não estou falando em ganho financeiro. Eu quero saber por que motivo o INSS celebraria um Acordo de Cooperação Técnica? É só para dar acesso? Vou lhe ajudar.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – É só para dar acesso às pessoas...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Para dar acesso aos dados da pessoa, para que o desconto pudesse ser feito na folha do INSS, é isso?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Para dar acesso às pessoas os serviços que as entidades oferecem – também.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Certo.

Esse é o "benefício da pessoa", entre aspas, se o serviço for, de fato, prestado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Que deveria ser fiscalizado, inclusive, né?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... e se for feito de uma forma...

Pois é.

Eu quero passar para a parte da fiscalização...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Tá.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... que foi a que o senhor disse aqui, mas, antes disso, eu queria voltar ao que o senhor falou ao Relator sobre a linha de comando. E o senhor já passou por todos os cargos no INSS e tem um currículo que, justamente, traz toda essa linha também do tempo na sua trajetória.

Mas eu quero entender qual é a linha inteira dentro do INSS, da ponta até chegar à sua mesa um Acordo de Cooperação Técnica para ser assinado.

Qual é essa linha? Porque o Relator disse que, na hora, não ia insistir, agora eu insisto.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Protocolo.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Protocolo onde?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – A divisão de acordos que...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Protocolo onde? Em Brasília?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Em Brasília. É sempre...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – No ministério ou no INSS?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, no INSS.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Certo, e aí?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Isso é feito centralmente, centralizado; não tem descentralização, não é feito nas superintendências.

Então, é feito em Brasília, no bloco O, no protocolo. Isso é encaminhado para a divisão, depois para a coordenação, depois para a coordenação-geral, depois vai para a Procuradoria e, quando tiver tudo certinho, aí vai para o gabinete, para a assessoria do gabinete, para poder colocar no bloco de assinatura, como eu falei anteriormente.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Então, o senhor conhece a linha toda, do início até o final?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Conheço, conheço.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Muito bem.

Me surpreende que o senhor conheça a linha toda, que chegue lá na ponta e o senhor diga para nós que assina mecanicamente – eu lhe digo por quê.

Eu sou Deputado Federal e eu assino documento todos os dias – eu olho todos.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Pois é.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu quero saber o que é, para quem é.

Já veio contrato de empresa que depois eu descobri que é inidônea; alguém ofereceu um serviço, pareceu um serviço bom, mas a empresa não estava bem recomendada – eu não assinei.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Deputado...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Como foi que chegou à sua mesa e o senhor assinou?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Deputado, nós somos atolados de coisas para assinar.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu também – eu também!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Eu sei, mas é uma coisa absurda, não é uma coisa... É muita coisa.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Para mim também.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – É como você falar assim: os Parlamentares e o Presidente da Casa. É um número muito grande de processos, para que você... Se você for rever todas as etapas, para saber se as etapas foram cumpridas, você praticamente não...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas eu vou lhe dizer, Sr. Ministro, ex-Ministro, que, se eu tivesse essa consciência – o senhor disse que tinha na época, o senhor disse que tinha na época – de que o INSS não era capaz de fiscalizar aquilo que o senhor estava assinando e que tinha competência para fiscalizar, se eu soubesse que eu sou Diretor de um órgão que não tem competência para fiscalizar o que eu estou dando fé que vão fiscalizar...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Capacidade – capacidade.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... eu não assinaria.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Pois é, mas não havia um *boom* de descontos, não havia uma coisa gritante que...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Pois é, mas...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – ... chamasse a atenção naquela época.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Pois é, mas foi aí que começou; e aí o seu discurso é o mesmo do Ministro Carlos Lupi. E, aliás, aqui o PT usa um peso para um e outro para outro. Eu estou usando o mesmo peso.

O Ministro Carlos Lupi disse o mesmo que o senhor: "Eu só soube do escândalo depois da Polícia Federal".

Sinceramente, é difícil de acreditar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – É.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu sei que vocês assinam muito papel, mas, assim, na sua época eram menos.

Os gráficos são claros – está aqui o número de filiados. Foram mostrados vários gráficos aqui sobre como explodiu no Governo Lula o número de filiados, o número de ACTs. É verdade que explodiu, mas ainda assim era muito.

Então, me parece que o tamanho...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Nós tivemos uma pandemia, tivemos a reabertura das agências depois da pandemia, tínhamos uma fila gigantesca, tínhamos uma série de funcionários com comorbidades que tiveram que ficar afastados.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Então, era uma infinidade de coisas. Não era uma coisa ou outra coisa; eram muitas coisas ao mesmo tempo. Então a gente tinha, como eu falei, fazer uma escolha de Sofia: o que é mais importante? É cuidar da fila, é cuidar do modelo que estava... Se a gente for dar uma olhada, a linha é quase retilínea do ano de 2019 a 2022. Houve realmente um... Como disse o nosso querido Deputado – eu falo querido e depois eu vou tomar bronca...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – ... Coronel Chrisóstomo, houve realmente um *boom*, mas não foi na nossa época.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Houve, mas eu lhe digo, Sr. Ministro, o senhor assinou vários ACTs.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Assinei três, né, pelo que falam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Bom, tem renovação, tem celebração, tem como Ministro da Previdência.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, eu só assinei três.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor assinou como Presidente da INSS três, mas enquanto Ministro da Previdência o senhor...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Como Presidente não, como Diretor. Mas aí havia uma distância muito grande, eu, no Ministério, não dava conta de absolutamente nada.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas eu não diferencio, e aqui eu concluo, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... porque eu sei que a gente está encerrando. Eu não quero diferenciar a sua postura da postura do Ministro Carlos Lupi. Na minha opinião... E o Ministro Carlos Lupi realmente tirou do INSS a autonomia que tinha sobre o seu Ministério, sejamos justos. Quando foi tirada a autonomia para nomear Diretor, foi justamente durante o Ministério do Carlos Lupi, mas, na minha opinião – diferentemente da opinião do PT, que está botando só sobre o senhor a responsabilidade –, nos dois casos, tanto o Ministro de um como o Ministro do outro tem no fim da linha responsabilidade, e é isso que a gente precisa apurar até que ponto essa responsabilidade foi por omissão, por conivência ou por cumplicidade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Deputado Marcel van Hattem.

Senadora Damares Alves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Presidente, eu vou direto à testemunha.

Oliveira, hoje está sendo um dos dias mais difíceis, para mim, do meu mandato – mais difícil. Eu já estive numa outra CPMI, em que companheiros sentaram-se desse lado e eu sofri, mas eu tinha certeza de que eles eram inocentes. Hoje, eu tenho um ex-companheiro sentado à mesa e as dúvidas permanecem, e diante da dúvida, Oliveira, eu preciso lhe fazer alguns apelos – alguns apelos –, mas antes eu preciso contextualizar o Presidente e o Relator sobre como eu conheci Oliveira.

Ele chega como Presidente do INSS em maio de 21. Eu fui Ministra até março de 22. Em plena pandemia, nós estávamos enlouquecidos. E uma das autarquias mais demandadas era o INSS. E o novo Presidente do INSS me procura manifestando total preocupação com os mais vulneráveis na ponta. Você se lembra, Oliveira, disso?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) (Para expor.) – Eu lembro, claro que sim.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Você se lembra da sua preocupação de que o benefício chegasse lá na ponta para o pessoal da Amazônia e a gente tinha um medo muito grande, porque os barcos do INSS iam parar de circular nos rios...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Perfeito.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – ...porque os servidores estavam adoecendo, e como as pessoas iriam sacar se os barcos não chegassem ao Marajó. Lembra-se das confusões que eu criei com o INSS e com você...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Lembro.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – ... e você foi solidário.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Lembro-me, sim.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – E você, inclusive, chorou numa reunião. Foi esse Oliveira que eu conheci. E é esse Oliveira que eu quero resgatar, que me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

procurou, quando Ministra da pessoa com deficiência, por ter uma filha com deficiência e dizia: "Senadora, precisamos zerar a fila". Lembra-se disso, Oliveira?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Lembro, sim, lembro.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Eu quero que você entenda a minha angústia aqui, porque você zerou a fila quando o nosso Ministério gritava. As pessoas com deficiência não estavam tendo o deferimento dos benefícios e iam morrer na pandemia.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Conseguimos a avaliação à distância do serviço social.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – E quem seria o responsável pela morte de milhares de pessoas? Seria o INSS. Você deu conta. E isso fez com que muita gente no Governo se aproximasse de você por conta daquela fila que você zerou, e pessoas não morreram de fome. Então, esse Oliveira do passado, que despertou em todos nós tanta admiração, é esse que eu quero resgatar. É a esse Oliveira que eu quero fazer um apelo. Os vulneráveis, por quem você tanto lutou com a gente lá, estão sendo lesados, foram lesados e foram roubados. A sua passagem no INSS como Presidente foi de quatro meses. Depois você assume como Ministro – desculpe eu falar, todo mundo sabe – em um mandato possivelmente tampão...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Perfeito.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – ... que é porque o outro estava lá candidato, seria também um mandato mais rápido ainda, menor ainda, mas nessa sua passagem temporária, aconteceu um horror: você assinou ACTs.

Aqui o Marcel saiu, eu queria explicar a dificuldade que é para um ministro avaliar um ACT, por que Marcel? Quando um ACT chega à mão de um ministro, ele0 tem um parecer de uma consultoria jurídica. O líder de uma conjur no ministério obrigatoriamente é alguém da AGU, que já vem com todo um conhecimento técnico. É difícil até a gente questionar uma conjur dentro de um ministério! Quantos ACTs eu quis assinar e a conjur não deixou? E os meus ACTs não tinham dinheiro, era uma instituição para colocar o cartaz do Disque 100, do 180, até nisso a conjur é extremamente, Marcel, exigente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando ele estava na autarquia, era um procurador federal o líder da assessoria jurídica dele, então, o ministro chega, na hora de assinar... Eu tinha oito secretarias. "Senadora, a senhora vai assinar um ACT hoje com a Secretaria da Criança...". Se você abrir o SEI, até o ACT chegar na mão de um ministro, gente, há uma série de fases até o ACT ser aprovado por todos os pareceres técnicos e jurídicos! Com certeza, o TCU não deixaria – nem a AGU – o Ministro assinar se o papel tivesse alguma irregularidade. A partir da assinatura, pode-se fazer tudo, mas aí foge do controle do ministro.

Eu entendo a sua angústia, entendo, mas nós temos aqui na mesa, Oliveira, ou um Ministro que não foi zeloso e que confiou nos colegas, porque você é de carreira e você confiou em muita gente de carreira que estava lá dentro... Nós já estivemos com o antigo Ministro aqui e eu disse isto para ele: "Foram os seus funcionários que o trouxeram para essa mesa, foram os servidores que o trouxeram para essa mesa, foram amigos que o trouxeram para essa mesa". Agora eu vou falar a mesma coisa para você, Oliveira.

Quando você saiu candidato a Vereador em São Paulo, eu vibrei: "Puxa, uma pessoa preocupada com idosos e deficientes lá em São Paulo. Vai ser um grande Vereador!". Eu o apoiei na sua iniciativa. Você não tem ideia da tristeza que foi para mim ver o seu nome apontado como suspeito... Eu sei que a sua família está sofrendo, as pessoas que acreditaram em você estão sofrendo, mas lá dentro do INSS também tem um grupo de pessoas muito honestas. Tem servidores do INSS com vergonha de usar o crachá na rua nos últimos dias. Por essas pessoas honestas dentro do INSS, por saber quem você é, pelo menos o Oliveira que eu conheci, eu vou fazer um apelo, Presidente, Ministro: entrega quem você está desconfiando, honra a sua família, não deixa a sua família chorar! Eu tenho certeza de que a sua família está lá chorando agora vendo o massacre que você está passando aqui, os seus amigos se acreditam em você, os servidores de carreira que ficaram felizes em ver alguém de carreira ser elevado a Ministro! Isso é uma honra para a carreira!

Você foi escolhido porque um Presidente acreditou em você, e você está trazendo esse Presidente para essa mesa também, um homem que acreditou na sua capacidade técnica, um homem que acreditou em você, que não o conhecia, não sabia que você era de PSDB, não sabia a sua religião, não sabia a sua ideologia. A sua avaliação para o Presidente Bolsonaro foi: o homem é bom. E ele endossou a sua indicação, ele confiou em você. Pela confiança que esse ex-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente lhe deu, todos os teus amigos no Ministério, se você estiver desconfiando de alguém, Oliveira, está tão difícil para mim estar te questionando aqui, vou fazer um apelo, se não puder ser publicamente, fale com o Relator, fale com o Presidente, sabe por quê? Nós queremos pegá-los também. Nós queremos pegar quem roubou os idosos, os aposentados, as pessoas com deficiência no Brasil. Ajude esta CPMI. Eu sou autora do requerimento e sabia que ia chegar em você, sabia que eu ia chegar no Onyx, mas eu não me omiti, porque todos nós aqui queremos chegar nos verdadeiros culpados.

Eu sei os milhares de documentos que você assinava todos os dias, acreditando numa consultoria técnica, mas é possível que essa consultoria em que você acreditou o levou a erro. E a gente precisa identificar quem são os bandidos que estão, desde 2016, dentro do Ministério, levando Ministro após Ministro a erro. Foi difícil para mim fazer isso com o Lupi, semana passada. Quem vem da base, conhece Lupi, gosta de Lupi. Está difícil para mim, dois ex-Ministros ali na cadeira de réus, sendo acusados de bandidos, porque é possível que haja uma máfia lá dentro. É essa máfia que esta CPMI vai pegar.

Então, Oliveira, não se condene sozinho. Você vai responder solidariamente porque assinou, mas não se condene sozinho. Você tem a oportunidade, nesta CPMI, de limpar aquela instituição, de limpar aquele Ministério. Aproveite a oportunidade que nós estamos dando, resgate aquele homem que chorava pelos vulneráveis, resgate hoje, se preciso, se possível. Fale com seu advogado, interrompa a sessão cinco minutinhos, converse com o Relator. Não estamos pedindo para você aqui ser um X9, mas colaborar com a nação, com a instituição, com esta CPMI. Que Deus tenha misericórdia de você!

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Obrigado.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Mas as respostas que você trouxe aqui, com certeza, não vão te inocentar. Você é responsável, esse é o ônus de ser um gestor público no Brasil. A gente responde solidariamente.

Fica aqui, Oliveira, o meu apelo: colabore com a investigação.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Não tema, entregue, fale "olha, eu acho que o erro está aqui". E também aproveite que você está numa Casa Legislativa e fale "Senadores, Deputados, tem brechas na legislação, fechem essas brechas, como legisladores". E aí, sim, a gente também vai dar uma contribuição para a nação.

Mas eu lamento que você tenha sido trazido para esta mesa por amigos, servidores em quem você confiou, mas, infelizmente, você trouxe junto um homem que acreditou em você, um Governo que estava muito bem-intencionado, que era o Governo Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Senadora Damares.

Temos os dois últimos oradores, o suplente, Deputado Luiz Lima, e a Senadora Soraya Thronicke.

Pergunto à Senadora se deseja falar agora.

Então, com a palavra, Senadora Soraya Thronicke, por dez minutos.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, destaco de antemão que parabenizo o Sr. Relator, hoje gostei muito da sua atuação, e dos colegas que me precederam, tanto que estou satisfeita com a maioria dos questionamentos que eu iria fazer.

E inicio parabenizando a Senadora Damares, que acabou de me anteceder. Realmente, nós estamos, há um grupo, que eu tenho certeza de que seja a maioria, que quer encontrar os culpados, sejam eles de que partido forem; e tem gente aqui que fala em time: "Time que tá ganhando, sai de campo" e não sei o quê. Por quê? Porque tem gente que leva isso aqui como um fla-flu, esquece-se do escopo, que é defender os aposentados e pensionistas. E aí eu vou defender o ressarcimento antes do término do processo, por quê? Porque essas pessoas têm pressa, a fome tem pressa, não vai esperar um processo que nem sequer começou, porque ainda está em fase de inquérito. O Governo vai reaver esse dinheiro numa ação regressiva, posteriormente. Agora, a fome tem pressa. Então, está de parabéns o Governo, porque já está ressarcindo e fazendo acordos para ajudar os nossos lesados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, nessa senda de imparcialidade, eu gostaria de destacar e informar a V. Exas. que eu convidei o ex-Ministro da CGU Wagner Rosário, também já chamei o Ministro Paulo Guedes, o Onyx Lorenzoni, o Bruno Bianco, mas também os atuais que estão ocupando os cargos, como é o caso do Ministro da CGU, Vinícius Marques de Carvalho, também o atual Presidente do INSS, Gilberto Waller Júnior. O Messias disse que está pronto para vir aqui. Então, todos que estão, do marco temporal de 2015 para cá, nós devemos ouvir, porque ninguém pode carregar essa pecha, e nós não podemos poupar ninguém. Aqui não é fla-flu, nós temos um objetivo, e o meu objetivo é estar ao lado dos brasileiros. Não sou B, não sou L, eu sou Brasil.

Então, destaco também que, se houver a necessidade, porque eu acredito que a sua família esteja também sofrendo, e não é pouco, que o senhor entregue, é o conselho que eu lhe dou, principalmente porque, às vezes até, quem confessa tem uma diminuição de tempo – não confessar, mas também ajudar a levantar essa fraude, porque isso será levantado mais cedo ou mais tarde.

O senhor prefere ser chamado de José Carlos?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) (Para expor.) – Oliveira.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Oliveira.

Sr. Oliveira, o senhor tem exata consciência do motivo pelo qual o senhor está aqui?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Qual é o motivo?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Para tentar esclarecer, durante o período que eu fiquei na gestão, a relação dessa modalidade do desconto associativo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – O.k. Foi exatamente... O escopo é levantarmos essa grande fraude – certo? – e responsabilizarmos quem deve ser responsabilizado, mas, na sua exposição, nos primeiros 15 minutos, o senhor passou o tempo todo falando sobre os seus feitos no INSS. Foi tão bem como Diretor de Benefícios que foi promovido para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidência do INSS, depois para Ministro, porque o senhor fez isso, aquilo, aquele outro, e eu aproveito para parabenizá-lo por duas questões que, para mim, são vitais: acabar com a fila e, também, a inversão do ônus da prova. Fantástico! Está de parabéns. Mas foi no último minuto, só no último minuto – porque depois, até, o Presidente lhe concedeu mais dois, mas eu fiz questão de prestar atenção no seu tempo –, foi lá que o senhor falou sobre o motivo da sua vinda aqui. O senhor falou que ficou sabendo depois, pela televisão, quando foi deflagrada a operação, e que o senhor não sabia de nada.

Então, durante este período que nós estivemos inquirindo V. Sa., nós percebemos que sim: houve muitos alertas – muitos alertas. E, por isso, eu pergunto para o senhor. Durante a sua gestão, o senhor oficializou três ACTs, certo? Quais são os critérios para a formalização de um acordo, um ACT, com um sindicato ou com uma associação? Quais são os critérios para permitir esse acordo?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Eu não conheço o conteúdo da instrução normativa para dizer exatamente o que precisa.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Mas o senhor firmou três.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Sim, mas eu não analisei os processos. Os processos já vieram para mim analisados.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – É complicado assim, né? Aí é que está. Por isso que a Senadora Damares, ex-Ministra, estava falando para o senhor: "Seus amigos [como ela disse para o Ministro Lupi], seus amigos o colocaram aí, seus parceiros de trabalho, colegas". Tem que pensar exatamente, porque o bem maior aqui é encontrarmos quem afetou os nossos pensionistas e aposentados.

O senhor disse, há pouco – o senhor respondeu a um Deputado – que as pessoas estão jogando toda a culpa no INSS, que o senhor tem muito orgulho do INSS e o senhor disse que não é verdade: a culpa não é toda do INSS. Então eu lhe pergunto de quem é a culpa?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Quando uma entidade vai se candidatar a fazer um acordo de cooperação, tem um rito. E no rito está claro: você só pode informar para a Dataprev quando o segurado autoriza o desconto. Se filia –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem o ato da filiação – e tem o ato da autorização do desconto. Então, se eles começarem a informar, ou melhor, a informar pessoas que não tinham autorizado previamente, aí está a fraude.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – A Dataprev?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não. Não a Dataprev...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Ou o senhor está falando que não é informado?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Estou falando das associações...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Pois é, mas aí é fácil.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – ... que informaram relações de pessoas...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Qual é a responsabilidade do poder público? Essa pessoa deve estar com... Essa associação deveria estar como um CPF que está com restrições, um CNPJ com restrições, no caso.

Então, o poder público não tem culpa nenhuma. É uma autodeclaração isso?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não. Como assim não tem culpa nenhuma?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Então, o senhor disse que o INSS não tem culpa. Eu falei: quem tem culpa?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – As associações.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Então, as associações são culpadas. Elas não preencheram os requisitos que o senhor não leu. Elas têm que ler.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não. Elas preencheram os requisitos para fazer o acordo, porém, depois, elas não cumpriram o que estava combinado no acordo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – E não há fiscalização?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Infelizmente, não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Não há fiscalização?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não. Infelizmente, não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Foi o que a MP, ou... Qualquer instrução normativa poderia tratar da fiscalização, tanto que o senhor formalizou um ACT com uma associação que tinha, naquele momento, apenas três filiados.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Eu estou sabendo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Como é que ela passa nesse crivo?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Se tivesse um chamariz ou alguma coisa que me alertasse esse tipo de situação, certamente a gente teria tido outra postura, mas isso, infelizmente, no rito, não é previsto.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – E, então, o senhor... Onde está a responsabilidade do poder público, não é? Onde está a responsabilidade?

É isso que eu pergunto, porque é muito fácil. A ACT tem todo interesse, ela é suspeita.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – A gente precisa mudar o modelo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Mas o modelo permitiria fiscalização...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Reescrever o modelo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – ... por meio de uma instrução normativa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Se houvesse, se houvesse alguma...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Eu termino, só para terminar...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) (*Fora do microfone.*) – Perdão.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – ... eu termino dizendo... Perdão porque o meu tempo já...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) (*Fora do microfone.*) – Não, imagina.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – ... está para esgotar.

Lembrando de Maluf, que é seu conterrâneo: "Onde está"... "O que o senhor tem a dizer sobre a acusação de desvio de recursos?" Ele fala: "Mas eu fiz isso, eu fiz aquilo, eu fiz aquele outro, eu construí ponte".

Ele chegou a dizer que, quando morresse, iria contar para Deus e ele demoraria dois meses para contar para Deus tudo o que ele fez. E aí Deus iria só falar para ele para ficar um pouquinho só de tempo no purgatório e depois ele já iria para o céu. Certo?

Está igual a essa questão do senhor. Eu não sei, com todo o respeito, a sua religião, não é nada disso, mas como é que vai ser a sua... o seu encontro com Muhammad lá na frente?

Espero que o senhor não seja um Paulo Maluf, isso é muito sério para passar despercebido.

Muito obrigada, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senadora Soraya Thronicke.

Deputado Luiz Lima.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente Carlos Viana.

Presidente Carlos Viana, pena que os nossos amigos do PT já foram embora, não é?

O PT está atolado, está atolado até o talo em relação à CPMI do roubo do INSS, é roubo! São 82% dos brasileiros que ganham dois salários mínimos, foram lesados, foram roubados; 70% que ganham até três salários mínimos foram roubados.

A Contag, envolvidíssima, ligada ao PT, ligada ao MST, ligada à Marcha das Margaridas, a cada R$10 roubados, R$4 vão para a Contag.

No Sindnapi, o Vice-Presidente é irmão do Lula, medalha de prata.

Na Ambec, que tanto falam aqui, o advogado é o filho do Ministro da Justiça do Brasil, Ricardo Lewandowski.

Só esses três itens aqui já são autoexplicativos e pelo amor de Deus!

Ministro Ahmed Oliveira, nós recebemos aqui... o senhor é o sexto convidado, é o sexto personagem da CPMI do INSS.

A gente começou com a Patrícia Bettin, Defensora Pública, Eliane Viegas, da CGU, Eli Cohen, um advogado que foi muito interessante, o Delegado Bruno Oliveira, que ficou morrendo de medo aqui de dar declaração, ali foi um ponto que a gente se entristece pelo momento do país que a gente vive e, depois disso, a gente recebeu o Ministro Lupi, muito habilidoso, muito habilidoso...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – ... parece que engana, mas não engana.

Todos nós somos Deputados aqui, convencemos muitas pessoas em votarem na gente, acho até um desrespeito as pessoas se apresentarem aqui daquela forma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, hoje, Ministro, eu fico muito decepcionado com a sua presença aqui, mas eu agradeço muito o seu convite, não vou ser indelicado com o senhor, porque o senhor é o nosso convidado, mas o senhor entrou no INSS com 19 anos de idade...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) (Para expor. *Fora do microfone*.) – Isso aí.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – ... o senhor já tem 60.

Como o Relator Alfredo Gaspar e o Senador Carlos Viana, Presidente, falaram aqui, o senhor é a pessoa que viveu o INSS.

Quando eu vejo o senhor aí sentado, parece o Silvio Santos no programa de auditório, conversando com as convidadas e fingindo que não sabe para as convidadas se explicarem. O senhor sabe muito, o senhor sabe das coisas boas e das coisas ruins.

O senhor fica de 1985 a 2003; e o senhor pede ausência e licença de 2003 a 2016. O senhor se torna um político e o senhor retorna para o INSS muito mais poderoso do que saiu, e isso me causa muita estranheza.

Eu estou no sétimo ano aqui de mandato. O senhor recebeu R$900 mil, do PSD, para sua campanha de Vereador; eu recebi R$500 mil, do PL, para a minha reeleição de Deputado Federal. O senhor é muito considerado dentro do PSD! O senhor recebeu R$200 mil da esposa do Rei do Gás da Bahia. Por que o senhor recebeu R$200 mil da D. Abigail? Tem um gasoduto de Salvador para São Paulo? O senhor vende gás na periferia de São Paulo?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – O que é essa relação? Por que o senhor recebeu R$200 mil da Sra. Abigail?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Eu não a conheço. Uma pessoa me ofereceu ajuda na campanha e eu não vi problema absolutamente nenhum, uma vez que era uma doação correta, por dentro, tudo certinho, que eu poderia declarar na contabilidade de campanha. Por isso, eu recebi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Sr. Ahmed, eu tenho muito receio em relação à CPI, e eu já confidenciei isso para alguns amigos aqui. Se essa CPI chegar a peças centrais do Centrão, eu tenho medo que esta CPI se encerre, infelizmente. Tenho muito medo. Porque eu sei que o PT não participou sozinho de tudo isso o que ocorreu.

O seu silêncio mexe muito comigo porque... Como é que pode? Os assessores legislativos do Novo, em duas semanas, montam aqui sindicatos fantasmas, operadores financeiros e recebedores de propina. Com todo respeito ao senhor, nós sabemos que explodiu aqui o problema com o PT, em 23 e 24. O senhor aqui, nesse momento de explosão, sendo ex-Ministro, sendo um funcionário de carreira do INSS – assim como eu fui do Ministério do Esporte... Qualquer xixi fora do penico, eu subo à tribuna aqui e denuncio. O senhor fez alguma denúncia quando estava nessa escala de ascensão aqui, em 23 e 24?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, não fiz.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Nenhum requerimento como um servidor do INSS?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Nenhum vídeo indignado para proteger os aposentados?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Então, é esse tipo de comportamento com o qual eu não fico feliz, pelo contrário. A sua passagem pelo INSS foi muito melhor do que a passagem do PT, é claro que foi, mas essas indicações políticas que o senhor teve me causam um espanto.

Ora, quando o senhor se torna Vereador, em 2008, assume em 2012...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Sim.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – ... e o senhor se torna um agente político e retorna para o INSS, indicado por alguém. Quem foi o seu padrinho político?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Quando eu retornei ao INSS, em 2016?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Sim.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – O Deputado Baleia Rossi.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – O senhor foi, inclusive, assessor do Baleia Rossi.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Fui sim.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – É, para quem vive em um ambiente político sabe que é uma relação que ultrapassa a tecnicidade, então isso já nos deixa com uma pulguinha atrás da orelha em razão da boa administração pública, porque um partido não vai depositar nas contas de uma pessoa R$900 mil apenas pela tecnicidade dessa pessoa.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Só que não é uma questão da tecnicidade, é também da legitimidade na região. Se você tem condição de fazer uma cadeira de Vereador, o partido acaba investindo em você. Então, foi isso o que aconteceu. A gente tem uma base bacana na Zona Sul da Cidade de São Paulo.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – A sua base... Qual é a origem da sua base na cidade de São Paulo?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Na Zona Sul da cidade de São Paulo?

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – O que levou 16.550 pessoas a votarem no senhor?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não sei. Não sei dizer, mas...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – O senhor sabe onde tem mais votos, em qual bairro?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Na Zona 246, em Santo Amaro.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Tá. E o senhor não sabe explicar. Eu vou novamente perguntar: o senhor fez uma promessa aqui de dizer a verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Sim, sim.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – O senhor não sabe o motivo da D. Abigail Silva Suarez, esposa do Rei do Gás da Bahia, com oito subestações, em oito estados... Inclusive, aqui tem uma termoelétrica, em Brasília, a 35km daqui. O senhor não sabe por que o senhor recebeu R$200 mil?

Eu nunca recebi uma doação de pessoa física de R$200 mil.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – De novo, pedi ajuda a algumas pessoas. Pedi ajuda a algumas pessoas e me falaram da possibilidade de ela me fazer essa doação. Como a doação era dentro daquilo que ela podia e era oficial, eu não vi problema absolutamente nenhum em receber a doação.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Certo.

E, com essa doação, tem um motivo específico... O senhor também desconhece?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Perdão.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – O senhor fez algum favor para essa senhora? O senhor trabalhou em uma política pública para a senhora?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, não a conheço.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Tá.

E toda linha a que o senhor se refere, que a todo momento o senhor falou, o senhor pode depois entregar os nomes e os cargos dessa linha de construção, que o senhor fala aqui, de responsabilidade em relação à sua passagem no Ministério?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Posso fazer. Claro. Posso fazer e entregar sim, sem dúvida.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Tá ótimo.

Ministro, e quanto a 2016, o Sr. Geraldo Alckmin teve alguma influência na sua indicação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Eu tive duas vezes com o Geraldo Alckmin lá no Palácio do Governo em São Paulo, mas ele não me conhece. Não o conheço também, não tenho intimidade com ele.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Em relação ao Grupo Oliveira, que é uma construtora imobiliária...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, não. Na verdade, o Grupo Oliveira é um nome. Na verdade, não é uma empresa...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Ela se situa na cidade de Maravilha, em Santa Catarina, ou não?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, não.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Não?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, não. Em Santo Amaro, São Paulo.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Santo Amaro, São Paulo.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – É. É que esse Grupo Oliveira, acho que, de Santa Catarina, é que fabrica bala, não é isso?

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Não, eu não tenho conhecimento.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não, não é bala de revólver. É bala doce. Não sei.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Não, não. É que não tenho no meu conhecimento aqui.

O senhor fez parte da Dirben, como muito mencionado aqui, Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão. O senhor sente orgulho da sua passagem? O senhor foi eficiente como Presidente da Dirben com a criação de mecanismos de controle?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Com a criação de mecanismos de controle nem tanto, mas, na entrega que nós conseguimos fazer tanto na Dirben como como Presidente, sim.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Sr. Ahmed, eu vou finalizar, então, aqui as nossas perguntas, mas, dizendo, e um pouco perplexo aqui, porque não é normal uma pessoa com 40 anos de INSS não ter tido as informações necessárias aqui e que passou para a gente. A gente teve convidados aqui também como o Ministro Carlos Lupi...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – ... mas o senhor deveria ter e tem a obrigação de saber muito mais sobre o INSS, até mesmo do que o Ministro Carlos Lupi. Mas o que eu senti foi, realmente, não falta de verdade, porque é duro falar isso, mas foi muito difícil acreditar aqui que o senhor não sabia de certos personagens. É muito difícil saber que personagens mencionados eram fora do seu conhecimento.

E eu, novamente aqui, vou reforçar. Em relação à linha aqui de responsabilidade, eu peço para que o senhor escreva e passe para a gente a linha de responsabilidade dentro do INSS.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Farei isso.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Muito obrigado.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Eu é que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Deputado Luiz Lima.

Como nosso último não membro, o Deputado Rodrigo da Zaeli, por três minutos.

O SR. RODRIGO DA ZAELI (Bloco/PL - MT. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Ministro, você já disse em seu depoimento que o convite para assumir o cargo de Ministro veio do próprio Presidente Bolsonaro pelo trabalho que você fez de zerar as filas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) (Para expor.) – Perfeito.

O SR. RODRIGO DA ZAELI (Bloco/PL - MT) – Você confirma que não tem nenhum vínculo político do senhor com o Presidente Bolsonaro?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Vínculo político? Não, não tenho vínculo político com ele.

O SR. RODRIGO DA ZAELI (Bloco/PL - MT) – Foi um convite técnico.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Técnico.

O SR. RODRIGO DA ZAELI (Bloco/PL - MT) – Esses números que nos apontam aqui, por exemplo, o número de filiados que foram afetados, de pessoas que tiveram descontos indevidos...

Em 2017, em setembro, 2 mil pessoas. Aí varia e termina, em 2022 – duas mil, não: 2 milhões de pessoas –, com 2 milhões de pessoas; 2022. Em 2024 e 25 foi para 7,5 milhões e para 8 milhões de pessoas, conforme o gráfico.

Esses números vocês acompanhavam mensalmente, semestralmente? Poderiam ter um relatório que demonstrava qual que era a entidade que estava tendo mais...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Isso na verdade era até papel, viu? A gente não fazia esse controle. Era papel; não era sistêmico.

O SR. RODRIGO DA ZAELI (Bloco/PL - MT) – E quais eram os benefícios que essas supostas associações davam aos aposentados? Vocês tinham esse controle de quanto que foi gasto com essas associações...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não... Infelizmente não.

O SR. RODRIGO DA ZAELI (Bloco/PL - MT) – ... dentro das suas estruturas que atendiam os aposentados? Por exemplo: "Recolhemos dos aposentados R$1 bilhão e atendemos eles em tantos milhões de reais". Tinha este controle?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não tinha. Não tinha, querido; não.

O SR. RODRIGO DA ZAELI (Bloco/PL - MT) – Hoje o senhor tem ciência se há ou não esse controle?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não há; não há.

O SR. RODRIGO DA ZAELI (Bloco/PL - MT) – Então, hoje não tem nenhum tipo de controle...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não.

O SR. RODRIGO DA ZAELI (Bloco/PL - MT) – ... de quais são os serviços que o INSS aprova as associações fazerem aos aposentados e qual que é...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – A contrapartida?

O SR. RODRIGO DA ZAELI (Bloco/PL - MT) – A contrapartida.

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não.

O SR. RODRIGO DA ZAELI (Bloco/PL - MT) – O senhor, como é de carreira – longa, tem 40 anos já de INSS –, nunca sugeriu para que possamos fazer esse tipo de controle, para que a gente possa demonstrar...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fazendo soar a campainha.*) – Silêncio, por favor.

O SR. RODRIGO DA ZAELI (Bloco/PL - MT) – ... com clareza quais são essas prestações de serviço?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Perdão, eu me perdi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO DA ZAELI (Bloco/PL - MT) – Dentro da *expertise* que o senhor tem – 40 anos, sendo Ministro –, não achou que era importante ter esse pedido às entidades?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Importantíssimo. Isso tem que constar para ser fiscalizado, não tem como deixar dessa forma. É claro que tem que ser feito o acompanhamento; o cidadão não tem como fazer esse acompanhamento, principalmente porque a gente está falando do mais vulnerável na cadeia: o mais vulnerável são os aposentados e os pensionistas, e eles não têm condição de fazer esse controle. Então, esse controle tem que ser feito por alguém que vai fazer um acordo de cooperação – mas aí tem que se criar um organismo para que isso aconteça, porque senão não vai acontecer.

O SR. RODRIGO DA ZAELI (Bloco/PL - MT) – Mas, dentro do próprio convênio que existia entre o INSS e as associações, não se pedia...

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não.

O SR. RODRIGO DA ZAELI (Bloco/PL - MT) – ... essa prestação de contas dos serviços que foram prestados?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Não. Não, não. Não há.

O SR. RODRIGO DA ZAELI (Bloco/PL - MT) – Deixando...

E isso acontece até hoje?

O SR. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (AHMED MOHAMAD OLIVEIRA ANDRADE) – Acontece até hoje.

O SR. RODRIGO DA ZAELI (Bloco/PL - MT) – Está bom, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado Rodrigo da Zaeli.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pois não, Líder Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Para ajudar, Presidente, numa questão de procedimento...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Conversando agora com a Secretaria da Mesa, em função da importância das notas taquigráficas... Eu quero ver se eu sou correto aqui no que eu vou falar, certo?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O que nós aprovamos com relação aos requerimentos de quebra de sigilo?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Nós estabelecemos dois marcos temporais.

Primeiro: nenhuma quebra de sigilo vai ir além do prazo de 2015, estabelecido por nós como marco temporal.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Positivo.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – As quebras de sigilo de pessoas físicas e jurídicas ligadas às entidades e aos ACTs terão como marco temporal, além da questão de 2015, a data em que foi...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Assinado...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... assinado o ACT.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exatamente.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – É isso?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exato.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Então, dessa maneira, fica esclarecido...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... que, para as pessoas físicas e jurídicas ligadas às entidades, a data é a data do ACT. E da gestão da pessoa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com o prazo máximo de 2015.

Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – E da gestão da pessoa também na entidade.

Quer dizer, então: "Ah, o cara foi nomeado em 2020"; então, a partir de 2020; o cara que é nomeado em 2017, a partir de 2017.

É isso?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, está esclarecido.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Está claro?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Pela ordem.) – Eu achei muito interessante a colocação do Deputado Paulo Pimenta – e também foi acordado com o Líder da Oposição, o Senador Rogerio Marinho –, essa forma de pedido de dados e afastamento de sigilo.

Mas se V. Exa. permitisse – se V. Exa. permitisse –, eu acharia muito interessante se a gente aprovasse aqui, mesmo que simbolicamente, esse adendo feito para poder ir junto com os pedidos. Eu achava muito interessante isso: se V. Exa. podia botar em votação justamente o que o Deputado Paulo Pimenta manifestou, para que a gente envie para as instituições, nesses termos, devidamente aprovado pelo Colegiado.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Então, o senhor me permite, Relator? O pessoal está insistindo comigo aqui que eu não fui claro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Que isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Certo? Primeiro, o marco temporal de 2015. Nada vai para além de 2015; começa a vida de tudo em 2015, que é o marco limite, certo? No caso de ACTs que foram emitidos depois de 2015, vai valer sempre a data em que foi concedido o ACT.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Da assinatura do ACT.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Certo?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exatamente.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Aqueles que já tinham, começa em 2015.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pronto. Está muito claro isso. Não há dúvida.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Os gestores, a mesma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – A partir da... Pessoas físicas e jurídicas ligadas às entidades...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Da data de posse

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – E a data de concessão do ACT ou 2015, que é o marco temporal inicial de tudo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Está resolvido.

Muito obrigado, senhores (*Pausa.*)... estiverem ligadas a nenhuma entidade, ficará o período de 2015.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Esta Presidência quer aqui dar ciência do recebimento de um ofício do Observatório nacional do BPC, assinado pelo Sr. Vinícius Mariano. Mas esse ofício chegou aqui apenas por cópia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu peço, portanto, ao Observatório nacional do BPC, ao Sr. Vinícius Mariano, que faça a comunicação oficialmente a esta CPMI, para que a informação possa ser levada aqui a Plenário. (*Pausa.*)

Às pessoas que não estão ligadas a nenhum ACT vai valer o período do requerimento, não tem outra exceção. Então, está muito bem.

Senhores – graças a Deus, mais um dia! –, nada mais havendo a tratar, agradeço a presença...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor poderia falar: "está fora lá", não é? "Está fora lá". *Baruch Hashem*, em hebraico.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião, convidando para a próxima reunião da CPMI, a ser realizada em 15 de setembro, às 16h, neste mesmo Plenário, para a oitiva do Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes, conhecido como Careca do INSS.

Declaro encerrada a reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 04 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DO INSS - 2025 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e vinte e sete minutos do dia dezesseis de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Carlos Viana, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025 com a presença dos Parlamentares Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Styvenson Valentim, Humberto Costa, Alessandro Vieira, Sergio Moro, Teresa Leitão, Otto Alencar, Cid Gomes, Randolfe Rodrigues, Jorge Seif, Izalci Lucas, Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Magno Malta, Marcos Rogério, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Leila Barros, Beto Faro, Tereza Cristina, Damares Alves, Coronel Chrisóstomo, Coronel Fernanda, Adriana Ventura, Alfredo Gaspar, Duarte Jr., Delegado Fabio Costa, Ricardo Maia, Sidney Leite, Ricardo Ayres, Rogério Correia, Beto Pereira, Zé Trovão, Fernando Rodolfo, Kim Kataguiri, Maurício Carvalho, Evair Vieira de Melo, Paulo Pimenta, Alencar Santana, Bruno Farias, Mário Heringer, Josenildo, Marcel van Hattem e Luiz Lima, e ainda dos Senadores Pedro Chaves, Paulo Paim, Wilder Morais e Marcio Bittar, não-membros da comissão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A reunião é suspensa às quinze horas e vinte e dois minutos e reaberta às quinze horas e quarenta e dois minutos. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 1100 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues, advogado." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 1605 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Nelson Wilians Fratoni Rodrigues, advogado." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 1808 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues, advogado." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 1839 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues, advogado." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 76 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Rubens Oliveira Costa." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 334 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Rubens Oliveira Costa." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 398 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Rubens Oliveira Costa, empresário." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 461 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Rubens Oliveira Costa." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 602 de 2025** que: "Requer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

a convocação do Sr. Rubens Oliveira Costa." **Autoria:** Deputado Alencar Santana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 788 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Rubens Oliveira Costa." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 936 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Rubens Oliveira Costa, sócio das empresas Acds Call Center, Brasilia Consultoria e Medicinale, Curitiba Consultoria e Venus Consultoria, procurador e representante legal da Acca Consultoria, dentre outras." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 950 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Rubens Oliveira Costa, apontado como como sócio das empresas Vênus Consultoria Assessoria Empresarial SA e da Curitiba Consultoria em Serviços Médicos S.A." **Autoria:** Deputado Sidney Leite. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 1007 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Rubens Oliveira Costa, sócio de Antônio Carlos Camilo Antunes." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 1856 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Rubens Oliveira Costa, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 1859 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Rubens Oliveira Costa, para prestar esclarecimentos sobre as fraudes ocorridas contra aposentados e pensionistas do INSS." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 542 de 2025** que: "Requer a convocação da sra. Cecília Montalvão Queiroz, sócia da Benfix Corretora de Seguros." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 790 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Cecília Montalvão Queiroz, sócia da Benfix Corretora de Seguros." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO Nº 902 de 2025** que: "Requer a convocação da sra. Cecília Montalvão Queiroz, sócia da Benfix Corretora de Seguros." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 19 - REQUERIMENTO Nº 1030 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Cecília Montalvão Queiroz, sócia da Benfix Corretora de Seguros." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 20 - REQUERIMENTO Nº 1161 de 2025** que: "Requer a convocação da Senhora Cecília Montalvão Queiroz, sócia da Benfix Corretora de Seguros." **Autoria:** Deputado Orlando Silva. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 21 - REQUERIMENTO Nº 1203 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Cecília Montalvão Simões, sócia da Benfix Corretora de Seguros." **Autoria:** Deputado Delegado Fabio Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 22 - REQUERIMENTO Nº 1854 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Cecília Montalvão Simões." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 23 - REQUERIMENTO Nº 629 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Tania Carvalho dos Santos." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 24 - REQUERIMENTO Nº 794 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Tania Carvalho dos Santos." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 25 - REQUERIMENTO Nº 1321 de 2025** que: "Requer a convocação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Sra. Tania Carvalho dos Santos." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 26 - REQUERIMENTO Nº 1844 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Tânia Carvalho dos Santos, esposa do Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 27 - REQUERIMENTO Nº 1855 de 2025** que: "Requer a convocação da Senhora Tania Carvalho dos Santos, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 28 - REQUERIMENTO Nº 328 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Milton Salvador de Almeida Junior." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 29 - REQUERIMENTO Nº 460 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Milton Salvador de Almeida Júnior, sócio de Antônio Carlos Camilo Antunes em empresas como Prospect Consultoria Empresarial, Acca Consultoria Empresarial e Truetrust Call Center." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 30 - REQUERIMENTO Nº 603 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Milton Salvador de Almeida Júnior." **Autoria:** Deputado Alencar Santana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 31 - REQUERIMENTO Nº 809 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Milton Salvador de Almeida Júnior, sócio em empresas investigadas pela Polícia Federal como intermediárias de valores descontados de benefícios do INSS." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 32 - REQUERIMENTO Nº 943 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Milton Salvador de Almeida Junior, apontado como sócio das empresas Prospect Consultoria Empresarial LTDA, Brasília Consultoria Empresarial S.A. e ACCA Consultoria Empresarial S.A." **Autoria:** Deputado Sidney Leite. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 33 - REQUERIMENTO Nº 1002 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Milton Salvador de Almeida Júnior, sócio de Antonio Carlos Camilo Antunes em oito empresas – pelo menos três delas (Prospect Consultoria Empresarial, Acca Consultoria Empresarial e Truetrust Call Center) sob investigação." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 34 - REQUERIMENTO Nº 1659 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Milton Salvador de Almeida Júnior." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 35 - REQUERIMENTO Nº 1857 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Milton Salvador de Almeida Júnior." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 36 - REQUERIMENTO Nº 1860 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Milton Salvador de Almeida Júnior." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 37 - REQUERIMENTO Nº 481 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Romeu Carvalho Antunes." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 38 - REQUERIMENTO Nº 785 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Romeu Carvalho Antunes." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 39 - REQUERIMENTO Nº 932 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Romeu Carvalho Antunes, sócio das empresas Prospect Consultoria Empresarial Ltda, Acca Consultoria Empresarial Ltda e Brasilia Consultoria Empresaria." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 40 - REQUERIMENTO Nº 944 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Romeu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Carvalho Antunes, apontado como sócio das empresas Prospect Consultoria Empresarial LTDA, Brasília Consultoria Empresarial S.A. e ACCA Consultoria Empresarial S.A." **Autoria:** Deputado Sidney Leite. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 41 - REQUERIMENTO Nº 1244 de 2025** que: "Requer a convocação do senhor Romeu Carvalho Antunes, Empresário - Prospect Consult. Empresarial LTDA, Brasília Consult. Empresarial S.A. e ACCA Consult." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 42 - REQUERIMENTO Nº 1325 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Romeu Carvalho Antunes." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 43 - REQUERIMENTO Nº 1646 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Romeu Carvalho Antunes, filho e sócio de Antonio Carlos Camilo Antunos em diversas empresas." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 44 - REQUERIMENTO Nº 1840 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Romeu Carvalho Antunes, empresário." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 45 - REQUERIMENTO Nº 1848 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Romeu Carvalho Antunes, empresário." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Carlos Viana
Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/16

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS, de 2025, que se realiza nesta data, 16 de setembro de 2025.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 7ª Reunião, realizada em 11 de setembro. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Congresso Nacional*.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente, V. Exa. me permite, pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pela ordem, o Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Presidente, estive dando uma olhada na decisão do Ministro André Mendonça, repetiu o que já vem sendo decidido no STF: ponto fulcral da decisão é a não condução coercitiva, o deslocamento do preso até este plenário.

Eu queria fazer uma sugestão a V. Exa., e já tomei a liberdade de falar com a Polícia Federal. Não há nenhum impedimento, se V. Exa. pedir essa autorização ao Ministro André Mendonça, de a sessão da CPMI ser realizada nas dependências da Polícia Federal para a oitiva do Sr. Careca e do Sr. Maurício Camisotti, porque não vai haver nenhum tipo de condução coercitiva. É só dar o exemplo das autoridades policiais: já pensou se a autoridade policial não pudesse ouvir o investigado?

Então, é esta sugestão que faço a V. Exa., que peça ao Ministro André Mendonça para a CPMI ouvir o Sr. Careca e o Sr. Camisotti nas dependências da polícia.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado ao Relator.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho, Deputado, só um instante, por favor.

Eu, primeiramente, quero agradecer...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza, Deputado Beto, Senador Beto, por gentileza, Deputado. Randolfe, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. *Fora do microfone.*) – Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A sala está muito cheia, e a gente...

Primeiro, eu quero agradecer a presença de todos. Ontem nós tivemos que fazer um cancelamento da sessão. Após a confirmação, por parte de um dos advogados, de que o Sr. Antônio Carlos Camilo se faria presente e estaria disposto a conversar conosco e a responder às perguntas, nós preparamos tudo – eu sei que muitos têm dificuldade no transporte das capitais para cá, não é fácil –, mas, pela manhã, fomos surpreendidos com a negativa de que ele viria.

Eu dei declarações e vou reafirmar aos senhores: a meu ver, eles usaram a repercussão, tanto na imprensa quanto na CPMI, para mandar recados aos sócios e padrinhos que eles têm e que até hoje os sustentaram nesses crimes contra a Previdência. O que eu posso dizer a mais sobre isso, e eu espero e vou contar com a colaboração de todos, é que, ainda que ele não venha, ainda que ele não compareça a essa CPMI, o relatório que nós vamos produzir vai ser embasado em fatos, em investigações que essa CPMI tem o poder de polícia de conseguir e que os senhores, inclusive, ajudaram a votar, por unanimidade. Nós temos quase 400 pedidos de informações e quebras de sigilo, que serão usados para o embasamento das denúncias. Então, independentemente de que eles venham ou não, a CPMI, o Relator, vai produzir uma peça embasada nas investigações.

Eu quero lamentar aqui a fala de um Deputado do PT, o Sr. Zarattini, que deu uma declaração em rede social, dizendo que esta CPMI é irrelevante, porque segue apenas o que está escrito na Polícia Federal. Olha, se a pessoa não pode colaborar, então, pelo menos, que não atrapalhe. Porque eu tenho certeza de que cada um dos Senadores e Senadoras que estão aqui, e dos Deputados, estão usando o seu tempo a favor da população brasileira. Não tem ninguém aqui fazendo papel de bobo ou, pelo menos, gastando tempo à toa. Eu não estou fazendo isso aqui, sabe, com a minha agenda de 853 municípios. E hoje eu tenho que sacrificar a minha família

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

no domingo, porque eu saio daqui quinta-feira, não consigo voltar – eu viajo sexta, sábado e domingo para visitar as minhas bases no estado. Eu não estou aqui para poder deixar de dar uma resposta ao povo brasileiro, e eu tenho certeza de que a maioria dos que convivem comigo aqui estão imbuídos do mesmo sentimento.

Da mesma maneira como os senhores se sentiram surpresos com a decisão do Ministro André Mendonça, eu também me senti, mas nós temos que, primeiramente, respeitar o caminho da lei. Nós temos que seguir as normas, porque se nós não seguimos as normas, o que acontecerá com este país?

Mas, Srs. Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras, não é de hoje que há um grito muito forte da população brasileira de que nós precisamos voltar ao equilíbrio entre os Poderes neste país. Hoje nós temos um Supremo Tribunal Federal que faz o que quer, que determina o que deseja e passa por cima da decisão de quase 600 Parlamentares. Nós precisamos acabar com decisões monocráticas de ministros e juízes. Os Plenos têm que ser respeitados, mas um juiz, uma pessoa que não teve o menor voto não tem como barrar as decisões de um Parlamento inteiro. Nós precisamos começar a nos imbuir deste sentimento de defender o princípio da República.

Eu estranhei, e estranho, a posição do Ministro André Mendonça de facultar a uma pessoa que ela venha ou não depor como testemunha ou como investigada nesta Comissão. A Constituição já garante às pessoas o direito de ficarem caladas aqui, mas facultar isso, que é um precedente que foi aberto na CPI do dia 8, mostra claramente, mais uma vez, que nós temos um Supremo Tribunal Federal que está, infelizmente, entrando nas atribuições do Parlamento mais uma vez. Nós temos uma lei que regulamenta as CPMIs. Se, de fato, existe essa possibilidade de existir uma coerção, então, que se discuta isso dentro daquilo que nós criamos na Constituição de 1988, que são os pesos, os freios e os contrapesos. E o que é isso? Quando o Supremo não tiver uma decisão clara sobre determinado assunto, não cabe ao Supremo legislar, cabe ao Supremo devolver ao Parlamento o questionamento. E deveríamos ter sido questionados sobre isto: se, de fato, há um vácuo sobre a questão da condução coercitiva. Era o mínimo de respeito que a gente esperaria com esta CPMI.

Mas nós – e aqui digo por mim e pelo Relator –, nós não vamos deixar que isso nos impeça de continuar trabalhando. Podem escrever o que quiserem sobre a CPMI. A nossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

responsabilidade é com o povo brasileiro. A minha responsabilidade é com o Brasil, com a República, com a democracia, com o cumprimento da Constituição. E me impressiona, mas me impressiona que, mesmo depois de bilhões roubados dos aposentados, de pessoas que já estão identificadas por investigação policial, venha uma decisão, de uma Corte como o Supremo Tribunal Federal, que permite a uma pessoa que está lá, presa, não comparecer para poder, pelo menos, ter a presença dela aqui registrada nesta CPMI. Fica aqui o mais veemente protesto da minha parte, como Senador dessa República, em nome das milhões de pessoas que sempre nos procuram pedindo que nós tenhamos dignidade de retomar as nossas prerrogativas como Parlamentares.

Isso, com toda a sinceridade, chocou a todos nós, e eu espero, daqui para frente, que a gente possa ter colaboração de todos os setores da sociedade, todos. Porque aqui nós estamos com transparência, com responsabilidade, fazendo o papel que as pessoas esperam de nós. E nós não vamos abrir mão. E eu espero que os Srs. Parlamentares, todos, me acompanhem nisso. Não vamos, nós não vamos abrir mão de dar uma resposta à população sobre quem quer que seja que esteja envolvido em toda essa história.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Sr. Presidente. Pela ordem.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante, por favor. O Deputado Rogério Correia pediu pela ordem primeiro.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Pela ordem.) – Presidente, o meu é realmente um pela ordem, mas ele tem o sentido de também questão de ordem. Eu vou explicar a V. Exa..

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Com base no art. 14 do Regimento do Senado, o item 10.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu concordo com V. Exa., embora não tenha me estranhado a decisão do Ministro André Mendonça. Embora discorde completamente da decisão dele. É porque ele já fez isso em outras CPMIs. A CPMI do golpe foi a mesma coisa. Quando caiu... Nas *bets* também? Quando caiu para ele, ele facultou ao investigado de vir aqui. E também ele não veio. Então, nós já tivemos esse problema com ele na CPMI do golpe. Diferente de todos os outros Ministros, que disseram que pelo menos tinham que vir. Se quisessem ficar em silêncio, que ficassem em silêncio para não ter prova contra si. Mas obrigaram que viessem. O Ministro André Mendonça, já naquela época, diferiu dos outros e não permitiu que viessem. Deu um prejuízo grande à nossa CPMI do golpe, embora depois o próprio Supremo tenha retomado e deu no que deu, a condenação do ex-Presidente Jair Bolsonaro e iminente prisão que está próxima. Mas neste caso da CPMI houve essa fragilidade.

Bem, agora me estranhou também porque ele negou o pedido de prisão preventiva do advogado Nelson Wilians. Não sei se V. Exa. chegou a ler toda a peça.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Li.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – São três para que foram feitos os pedidos de prisão: o advogado Nelson Wilians, ao mesmo tempo, o Careca do INSS e o Camisotti. Ele, ele foi favorável ao pedido da prisão dos dois, e negou a do Nelson Wilians, e eu, sinceramente, não entendi o porquê.

Eu li todo o procedimento e anotei alguns tópicos que a Polícia Federal colocou. Por exemplo, a Polícia Federal representou pela prisão preventiva do investigado em razão dos riscos de obstrução da investigação e continuidade delitiva. Embora o pedido tenha sido negado monocraticamente pelo Ministro André Mendonça, permanecem atuais e graves os fundamentos para custódia cautelar, diante da magnitude da organização criminosa e do prejuízo bilionário causado a milhões de segurados do INSS.

A Polícia Federal provou que do que vinha do Careca ia para o Camisotti, do Camisotii para esse advogado e desse advogado, uma lavagem de dinheiro. Todo mundo viu o que tinha de vinhos caríssimos, carros caríssimos, cópias de Ferrari. Então, o que eu estou solicitando aqui na questão de ordem? No dia 1º de setembro, o Relator, nosso Deputado Alfredo Gaspar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

No dia 1º de setembro, o Relator, nosso Deputado Alfredo Gaspar, fez uma solicitação, através de um requerimento de inclusão de extrapauta, para que fossem detidas 21 pessoas, depois passou-se a 20 pessoas, que estavam, naquele momento, dentro do processo que já existia na Polícia Federal, que é o caso deste, que aliás, nos outros não tinham o pedido de prisão ainda da Polícia Federal, e esse já tem.

Então, me parece muito estranho que isso tenha sido negado pelo Ministro André Mendonça. Estranho, no sentido de estranhar mesmo, porque estava tudo muito mais claro do que talvez até dos dois, ou tão claro quanto.

E, no caso da nossa CPMI, os motivos para solicitar a prisão preventiva, nós solicitarmos uma revisão disso ao Ministro André Mendonça, me parece claro. Então, eu queria ver se há entre nós um acordo, para que a gente possa votar aqui um extrapauta, solicitando ao Ministro André Mendonça que reveja essa posição e solicite a prisão ou determine a prisão preventiva desse delegado, Nelson Wilians.

Parece-me claro que...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Advogado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Desse advogado – eu falei Deputado, desculpe –, desse advogado Nelson Wilians, que me parece óbvia a quantidade de dinheiro que ele tem, e a ligação com o Careca e com Camisotti...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... ou seja, a ligação...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas qual é a questão de ordem, Deputado?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... o rombo dos aposentados.

Que seja colocado em extrapauta esse requerimento, e nós aprovemos o pedido ao André Mendonça que solicite a prisão preventiva deste advogado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pela ordem, o Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu primeiro queria cumprimentar V. Exa. pela fala que fez inicialmente aqui, mas nesse assunto, sobre esse assunto, indagar a V. Exa., as providências que foram tomadas, em cima da decisão que o Ministro André Mendonça tomou, nesse caso de conceder um *habeas corpus* para impedir a vinda da testemunha a esta CPMI. E por que estou fazendo isso?

Eu tive a oportunidade de atuar na CPI da Pandemia. E qual foi a regra estabelecida pelo Supremo Tribunal Federal naquele momento? CPI recente, aqui nesta Comissão, neste momento, vários Parlamentares estavam naquela CPI junto comigo. Diferente de agora, o STF chegou ao entendimento de que quem estava preso ou quem respondia a inquérito estava sendo investigado, a esse caberia o direito ao silêncio.

Bom, isso é a Constituição que assegura, mas entendeu o Supremo Tribunal Federal, naquele momento, que não cabia a ele se negar a comparecer na CPI. Isso aconteceu no caso do ex-Ministro Pazuello, isso aconteceu em razão da Mayra Pinheiro, que era do Ministério da Saúde, isso aconteceu em relação a empresários que foram convocados na CPI, ou seja, o mesmo Supremo que neste momento da lavra de um Ministro está decidindo uma extensão diferente, tinha o entendimento de que a Constituição era válida para proteger quem respondia a inquérito ou ação penal naquele momento, na condição de alguém que está sendo investigado, mas não houve, naquele momento, o impedimento à vinda à Comissão Parlamentar de Inquérito para prestar depoimento.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Então, as decisões do Supremo Tribunal Federal naquele momento eram nesse sentido. Então, eu penso – e aí por dever de justiça e de lealdade intelectual –, o Ministro André Mendonça... Não é apenas nesse caso, mas em outras situações, a linha decisória dele é nessa direção, mas há um descompasso entre a decisão que ele toma e que outros magistrados tomam. Talvez uma provocação desta Comissão possa levar o assunto Talvez uma provocação desta Comissão possa levar o assunto para uma análise, talvez, do Colegiado, e a gente tenha uma decisão diferente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – ... porque os precedentes que temos lá são no sentido de garantir a vinda.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado. Só respondendo a V. Exa., o mandado de segurança que nós estamos impetrando deverá ser levado hoje ao Supremo Tribunal Federal.

Eu vou ceder a palavra aqui aos que já pediram, mas vamos deixar claro um ponto aqui que eu entendo que sirva para nós pensarmos como Parlamentares. Nós precisamos começar a nos posicionar para que haja respeito às decisões desta Casa, porque nós somos uma Comissão Parlamentar de Inquérito, nós temos as mesmas atribuições da Justiça e da própria Polícia Federal. E, se nós, todas as vezes que fizermos isso, tivermos uma interrupção por uma decisão de um ministro, olha, nós vamos continuar na mesma berlinda que nós estamos em todo o país, porque aonde eu vou hoje, por onde eu passo hoje, e eu viajo muito, as pessoas me perguntam assim: "Para que serve um Parlamento?", se, quando nós tomamos uma decisão, votamos aqui um projeto com maioria absoluta, vem uma decisão, sozinha, uma canetada e nos derruba? Nós temos que começar a pensar sobre isso. E aqui não está ninguém defendendo um Judiciário que não seja independente, que não seja respeitado. Pelo contrário, nós precisamos de um Judiciário que tenha o equilíbrio... Mas nós precisamos entender que nós também somos um Poder constituído pela população, gente. São decisões que a gente tem que começar a questionar. E as brechas jurídicas somos nós quem temos que decidir. Somos nós quem temos que colocar em votação com coragem e definir o que a população quer pela legislação.

Com a palavra o Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, primeiramente quero te congratular pelas palavras iniciais.

E eu quero fazer um pedido público aqui para o Ministro André Mendonça, que eu acho que foi muito infeliz na sua decisão. O meu pedido a ele e aos demais Ministros do Supremo Tribunal Federal é que entendam o quão frágil e delicado é esse processo de dezenas de milhares de brasileiros que foram roubados em bilhões de reais. Quando o Ministro André Mendonça opta por ser um garantista e não permitir... autorizar um *habeas corpus* do Careca do INSS, que, pelo que nós entendemos, é o cerne, é um dos cabeças dessa operação criminosa, a população

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

entende que existe hoje... os malfeitores recorrem ao Supremo para serem protegidos. Isso é o que eu recebo nas minhas redes sociais, no meu WhatsApp, e eu não posso discordar, porque, além do atropelo das prerrogativas parlamentares, porque isso aqui, como o senhor já bem disse, tem poder de polícia, tem poder de Parlamento e tem poder de Justiça... Então, esse é o meu primeiro posicionamento.

Meu segundo posicionamento, Sr. Presidente, é pedindo aos colegas da esquerda, aos governistas, visto que a esposa e o filho do Careca do INSS estão nos contratos sociais das dezenas de empresas que ele utilizou para roubar os brasileiros, que aqui não haja proteção, porque, senão, eu volto com o que eu falei na semana passada: nós aqui não podemos ter Parlamentares que blindam malfeitores. Até o meu Líder Marinho pediu para eu maneirar nas palavras. Então, eu vou falar malfeitor para não falar ladrão e vagabundo. Então, o que é que eu peço? Eu peço que os colegas do Parlamento não blindem esposa e nem filho, porque nós não estamos perseguindo família de ninguém. O que nós queremos aqui é que pessoas que estavam no contrato social do Careca do INSS venham prestar esclarecimento.

Por último, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Senador.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – ... eu lhe encaminhei e peço que o senhor coloque extrapauta...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – ... o Requerimento 1.535, de 2025, direcionado ao Ministro André Mendonça, para que definitivamente nós façamos uma higienização nesta CPMI, caso algum colega aqui tenha algum envolvimento com as mesadas que eram dadas por associações a políticos, segundo a reportagem da Record, que obteve essas informações exclusivas por parte da Polícia Federal. Nós não podemos aceitar que nenhum Parlamentar dentro desta Comissão possa estar blindando malfeitores.

Requerimento 1.535. E eu tenho certeza de que vou ter apoio majoritário de todos os colegas aqui, independentemente de partido.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O requerimento será colocado em votação na próxima sessão com pauta publicada com 48 horas.

Só um minutinho, o Deputado Zé Trovão pediu a palavra aqui também.

Pela ordem, Deputado.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu fiquei estarrecido com o que aconteceu ontem aqui por vários motivos.

Assim como qualquer colega aqui, eu saí da minha casa às 2h da manhã para estar nesta CPMI aqui no horário adequado, mas acho que essa pauta já foi vencida por tudo o que nós falamos.

Mas fica aqui um alerta e um alerta muito importante a todos os Parlamentares aqui: nós não podemos permitir mais essas decisões monocráticas de Ministro do STF, seja quem for. O Ministro André Mendonça, que é uma pessoa por quem eu tenho respeito e muita admiração, pisou na bola e pisou feio com esta Casa, porque não cabe a ele tomar uma decisão dessas, sendo que, anteriormente, as decisões já tinham sido tomadas de maneira diferente.

Agora, a minha questão de ordem aqui é mais para que a gente também entenda a morosidade deste processo. Dia 23 de abril, iniciaram-se essas investigações. E nós, até o momento, que já requeremos aqui nesta Casa 21 mandados de prisão, não obtivemos... Tivemos dois atendidos. Mas por que essa morosidade?

Eu tenho o Requerimento 434, que inclusive está chamando aqui o delegado-geral da Polícia Federal, para que ele nos fale como é que está o andamento de todo o processo, porque cinco meses, e continuam bens à disposição, casas, mansões, e nada disso tem sido confiscado.

Ontem, o maior absurdo foi deflagrado. A imprensa mostrou veículos sendo transferidos de um local para um *shopping* para não serem apreendidos, aqui do nosso lado, debaixo da nossa fuça. Então, espere lá... Isso aqui não pode terminar em *pizza*, e eu tenho certeza de que não terminará. Mas, para isso, nós precisamos ser mais incisivos, Sr. Relator. Nós vamos ter que ir em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

cima, porque tem que cobrar agilidade. Eles têm que trazer explicação. Por que nós não podemos inquiri-lo? Qual é o medo? Qual foi o acordo feito nessas horas de prisão?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, V. Exa. quer que o requerimento seja colocado para votação. Essa é a questão?

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, qual é o número, Deputado?

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – É o nº 434.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A Secretaria vai providenciar para que a gente possa colocar nas próximas sessões.

Pela ordem, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senadoras, Deputados, Deputadas...

Sr. Presidente, eu queria dar a minha colaboração.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Esta matéria CPI, CPMI eu conheço muito bem.

Existem pontos nevrálgicos e imexíveis: CPMI e CPI têm poder de justiça e poder de polícia. As CPIs que eu comandei, todas elas tiveram grande resultado, porque a Constituição foi respeitada. Numa CPI, quando se instala, V. Exa. não pode antecipar relatório, porque V. Exa. é um juiz. Hoje V. Exa. é juiz. O Relator não pode antecipar para não viciar o processo.

Então V. Exa. tem poder, não precisa consultar. O réu, o bandido, aquele que está convocado é quem recorre ao Supremo com uma liminar pedindo o direito de ficar calado. E normalmente eles ganham o direito de ficar calado, o que não tem problema. Nem precisavam recorrer: o próprio Presidente da constituição tem que ler os direitos do cara e dizer: "Olha, o senhor tem direito de ficar calado, é direito seu, está na lei, de não criar provas contra si". Nem precisavam recorrer, mas eles recorrem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí o que me deixa extasiado é que na CPI das Bets, o Ministro André Mendonça, por quem eu lutei sem mandato para virar Ministro... Quando era candidato, eu fazia dez vídeos por dia batendo em Davi Alcolumbre, batendo em Pacheco, porque eles humilhavam ele. Eu ia lá na CGU, Presidente, orar com ele. E ele já me falou tanta coisa no meu pé do ouvido que, se ele fizer outra dessa, eu vou contar tudo.

Sr. Presidente, ele me pediu para vir no dia da sabatina dele – eu não tinha mandato –, por achar que eu era um Senador respeitado; embora não estivesse na Casa, mas era respeitado por todos que ficaram. Era pandemia, eu ponderei, até porque estava tendo uma CPI de covid e eu enfrentava a CPI do covid todo dia, mesmo sem mandato. Eu não quero cruzar com Senadores para não criar constrangimento, mas mesmo assim eu vim. Fui bem tratado por todo mundo, fiquei toda a sabatina de André, o tempo inteiro, e Senadores que estavam lá provam isso. Fiquei sentado lá. Ele vai e desrespeita a CPI das Bets: a Senadora Soraya, Relatora, junto com o nosso querido Dr. Hiran, como Presidente, pede, vota a convocação de Deolane, que cometeu crimes à luz do dia, a maior beneficiária dessa peste da jogatina. E ela, simplesmente, ganhou também do Ministro André Mendonça o direito de desrespeitar a CPI: "Eu não vou", deu de ombro. Ela nem pisou aqui, nem deu satisfação. Tirou onda, tirou onda! Tirou onda autorizada pelo Judiciário.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Aqui quando eu especifico Alexandre de Moraes, porque eu mostro os crimes que ele comete, Gilmar Mendes, todos eles... Eu não estou aqui para passar pano para André Mendonça porque ele é evangélico. Aliás, foi com essa pecha que ele foi eleito. E um cara que é evangélico, que conhece a Bíblia, tem que ter empatia – tem que ter empatia. São pessoas, são milhares de pessoas roubadas, aposentados. E aí ele comete o mesmo erro: vai lá e diz ao Careca que ele não precisa vir.

Ele está nadando de braçada, ele deve estar, neste momento, zombando, rindo, vendo pela televisão a gente. Aí eu questionei o meu Líder: deveria falar com o Ministro André Mendonça? A informação que eu tive foi a seguinte: o Ministro informou que já existe um precedente – existe – e foi aberto por ele mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – O precedente é dele. Se isso se perpetuar, acabou a CPI. Não precisa pedir CPI nem aqui nem na Câmara. Como...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – ... se ninguém precisa vir?

Então, eu na minha experiência, digo a V. Exa. o seguinte: eu acho que não terá concordância da maioria, mas V. Exa. reconvoque o Careca sob condição, debaixo de vara, como diz a lei, coercitivamente e sem pedir nada para André Mendonça.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Ele que se vire. V. Exa. pode, como juiz, mandar a Polícia Federal trazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – E se a Polícia Federal não o trouxer, ela que pague o preço disso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Vamos formalizar o requerimento.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Então, a título de ajuda, eu estou, então, passando para V. Exa., porque foi dessa maneira como eu sempre fiz e sempre deu certo, e teve resposta para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Senador.

Vou...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. *Fora do microfone*.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho, Senador Izalci.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje nós temos tempo de fala, porque, se fosse o tempo de fala, eu teria aberto uma hora antes, para que todos pudessem se manifestar. E nós temos que votar os requerimentos, porque 4h começa a Ordem do Dia no Senado, e nós, obrigatoriamente, temos que parar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. *Fora do microfone*.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, eu vou ceder as palavras aqui ao Senador Izalci Lucas, à Senadora Damares Alves, que pediu antes, ao Senador Sergio Moro e ao Deputado Marcel van Hattem, o.k.?

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Rápido, dois minutos – dois minutos.

Senador Izalci Lucas, por favor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, primeiro parabéns a V. Exa. pela condução e pela decisão, inclusive de convocar aqui o filho e a esposa do Careca, que fazem parte realmente dessas operações.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor.

Está bem, Senadora Damares Alves, abriu mão.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Segundo, Presidente, nessa linha de fortalecer a CPMI, eu li, nesse final de semana, sobre a questão do acordo de colaboração premiada das CPIs. Quero aqui, inclusive, elogiar aqui o meu querido Leandro, que é o assessor daqui, das CPIs, que fez um belo artigo sobre isso. Existe um parecer, inclusive, daqui, do Senado, da Advocacia do Senado, dizendo exatamente que nós podemos aqui, na CPI, inclusive, usar esse mecanismo, que eu acho que é muito importante.

Eu estava aqui, na CPI das Bets, quando o Ministro André Mendonça deu para a Deolane lá aquele despacho, alegando que ela é investigada, mas realmente não tem sentido. Então, comungo com a fala de todos aqui, mas gostaria de que o próprio Relator também já analisasse um pouquinho essa questão da delação, que acho que é um instrumento que pode nos ajudar muito aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Izalci.

Nessa questão da delação, até fui inquirido pelo Líder Paulo Pimenta. Nós, advogados, estamos conversando. Nós queremos a colaboração de todos, porque os fatos vão ser confirmados pelos dados. Se os que estão sendo apontados aqui como investigados quiserem fazer uma delação, esse instrumento é muito bem-vindo. Eu acredito que há uma discussão jurídica de se nós podemos ou não, mas, havendo interesse dos advogados, eu tenho certeza de que o Relator e nós, plenamente, colocaremos dessa forma.

Com a palavra o Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Presidente, muito rapidamente aqui.

A experiência de 22 anos como juiz, o acusado ou o investigado não tem o direito de não comparecer. Ele pode realmente ficar calado – e é um direito fundamental, tem que ser respeitado –, mas aqui acho que a CPMI tem que reclamar os mesmos poderes da autoridade judiciária.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exatamente.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – O Supremo não admite que um investigado não compareça para prestar depoimento ou não compareça para o interrogatório judicial.

Então, essa jurisprudência teria que ser revista pelo Supremo Tribunal Federal.

Cabem todos os elogios aqui ao Ministro André Mendonça, fez o certo ao decretar a prisão desse Antônio Antunes, que é o Careca do INSS, vulgo, que aparentemente está no centro desses esquemas criminosos, assim desse outro Camisotti... E tenho certeza de que outras prisões virão. Aliás, essas pessoas estão numa situação difícil, com prisão decretada em última instância. Imagino que tenham um incentivo, inclusive, para que possam...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – ... afinal de contas, revelar todos os responsáveis por esses delitos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, uma sugestão em relação aos requerimentos que vamos apreciar: deixar claro, Presidente, que essas pessoas em que vamos nos debruçar hoje serão ouvidas como testemunhas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Não existe nenhum indicativo de dolo, de que essas pessoas teriam atuado de maneira criminosa nesses casos. Então, vamos ouvir como testemunhas para não entrar no mesmo interminável dilema de eventualmente ter aqui apontado que eles também têm o direito de não comparecer, porque, se a gente não puder ouvir nem testemunha, aí também vamos fechar a CPMI e não fazer mais nada.

É claro que merecem todos os elogios as palavras de V. Exa., o fluxo de documentos, o siga o dinheiro é que vai revelar muito desses processos aqui, a CPMI tenho certeza de que, na condução de V. Exa. e do Relator Alfredo Gaspar, vai trazer bons resultados, mas nós temos que ter pelo menos a prerrogativa de ouvir testemunhas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Então, acho que é importante, no momento do requerimento, deixar claro que essas pessoas aqui não são investigadas...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – ... ainda, porque não existem elementos que apontem. Eles têm que vir presentes e responder às perguntas que forem feitas a eles, para que não venha uma nova ordem de *habeas corpus* em favor dessas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Senador Sergio Moro.

A questão da discussão nossa aqui, e esse é apenas um dos pontos, é o que tem acontecido no Brasil nos últimos anos: o reequilíbrio dos Poderes. Somos nós é que temos que dizer, somos nós Parlamentares que temos que cobrir a legislação onde há dúvidas e temos que ser respeitados. Esse é o meu questionamento.

O Deputado Marcel van Hattem e o Vice Duarte Junior são os últimos a falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Não é discurso, Presidente. É um pela ordem de fato, que vou pedir para sequência.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Kim Kataguiri e Duarte Junior, e encerramos aqui.

Dois minutos, Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Muito rapidamente, Presidente.

Eu quero elogiar a postura de V. Exa. e do Relator e também dizer que ontem tivemos uma reunião justamente também com o Vice-Presidente, Liderança da Oposição e do Governo, para disciplinar os trabalhos desta Comissão, que tem feito com tanta seriedade a sua ação contra esses criminosos. Porque o que o Careca fez conosco foi molecagem, Presidente... Me perdoe a palavra, mas essa talvez é que melhor defina a atitude do Careca de dizer a todos nós que viria – e, aliás, enviou, por meio de seu advogado, a V. Exa. a confirmação de que viria aqui, que foi divulgada e todos nós divulgamos no domingo, viemos a Brasília –, para, na segunda-feira, pela manhã, poucas horas antes do início da sua oitiva, dizer que não viria mais.

As mensagens que ele porventura tenha enviado para seus comparsas fora daqui não me interessam! Aliás, precisam interessar, sim, a esta CPMI. Na verdade, interessam, sim...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... mas o que precisa interessar mais do que tudo isso, Sr. Presidente, é que nós não percamos a credibilidade dos trabalhos desta CPMI. E isso V. Exa. não está permitindo, ao convocar a sua esposa e o seu filho, que têm participação nessas tramoias. Isso precisa ficar claro! São familiares sim, incluídos nessas tramoias por ação do próprio Careca, da mesma forma a esposa do Sr. Camisotti e os demais sócios.

Por isso, Sr. Presidente – encerro aqui nestes últimos 30 segundos –, congratulo V. Exa., Senador Carlos Viana, e também quero uma resposta do Supremo Tribunal Federal, caro Relator Alfredo Gaspar, ao nosso mandado de segurança. Digo nosso, porque os senhores fizeram em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

nome de toda esta Comissão. Espero que o Ministro André Mendonça reveja essa decisão. E, se não rever, eu me proponho – e certamente os demais membros desta Comissão – a irmos juntos até a Polícia Federal, onde quer que seja, para ouvir o Careca e esclarecer esse assunto que precisa ser de domínio público sobre a roubalheira no INSS.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado Marcel Van Hattem.

Deputado Kim Kataguiri, com a palavra.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP. Pela ordem.) – Presidente, eu quero chamar a atenção de V. Exa. e do Relator para um assunto central que acho que não está sendo discutido nesta CPMI, que é a ADPF 1.236.

Eu apresentei requerimentos – Requerimentos 1.811, 1.812, 1.813 e outros dois – relativos ao Dr. Nicolao Dino, ao Dr. Paulo Gonet, ao Defensor Público da União e também ao Sr. Gilberto, Presidente do INSS, porque foi firmado no Supremo Tribunal Federal um acordo em que basicamente os aposentados roubados, para receber o fruto de roubo, o seu dinheiro de volta, não podem pedir indenização por dano moral. E qualquer um que sofra qualquer crime de estelionato tem direito a pelo menos o dobro daquilo que ele foi roubado. E esse acordo no Supremo, com a anuência da OAB, com a anuência da DPU, com a anuência da CGU e com a anuência da PGR, foi firmado impedindo que eles recebam os danos morais. E a correção daquilo que eles vão receber, Presidente e Relator, é a inflação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Então, nós estamos com uma Selic a 15%, e os aposentados vão receber só a correção da inflação?! Nem na poupança, que é o pior investimento do país, eles vão receber essa correção. Então, eu não vejo nenhum precedente de vítimas tão lesadas na sua própria reparação. Eu acho que isso tinha que ser objeto de deliberação e de conversa aqui dentro desta CPI: do porquê nós permitimos que a Defensoria, do porquê o próprio Governo, a própria Advocacia-Geral da União, propõe esse acordo junto com o INSS, e como é que os órgãos que deveriam defender os aposentados, como é o caso da Defensoria e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

da OAB, aceitam esse acordo, a Procuradoria-Geral da República aceita esse acordo, sem nenhum óbice, impedindo que os aposentados recebam a indenização, porque foram roubados, e a correção daquilo que foi roubado deles. Então, eu gostaria de pedir a V. Exa. que nós pudéssemos o mais rapidamente possível apreciar esses requerimentos. Em relação à DPU, à PGR e ao Presidente do INSS, eles ainda não foram recepcionados e, então, ainda não têm número, mas em relação à AGU, à CGU e à OAB são o 1.811, 1.812, 1.813.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Serão colocados em votação, Excelência.

Por último, com a palavra o Deputado Duarte Jr.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas para poder ratificar aquilo que muitos já falaram, mas demonstrar a correção, a seriedade com que V. Exa. tem conduzido estes trabalhos.

Nós percebemos que, no dia 27 de agosto, o Presidente e o Relator desta CPMI... Como primeiro ato a ser realizado, foi uma visita ao Supremo Tribunal Federal. E essa visita... Para alguns, não ficou muito claro o interesse de visitar o Ministro Supremo André Mendonça, mas a intenção de se fazer essa visita é exatamente em respeito ao princípio constitucional da harmonia e independência dos Poderes, demonstrar que esta CPMI, que este Poder Legislativo quer atuar em conjunto com o Supremo, em conjunto com a Polícia Federal, com os órgãos de fiscalização e controle. E, mesmo após essa reunião, no dia 27 de agosto, nós nos surpreendemos com uma decisão totalmente acéfala, uma decisão que não tem nem pé nem cabeça, na qual o Ministro permite que o Careca...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... tenha a oportunidade de escolher se vem ou não.

O que nós queremos aqui é que ele preste os esclarecimentos. Existe, claro, um direito constitucional, previsto no art. 5º, inciso LXIII, da Constituição Federal de 1988, de que ninguém vai constituir prova contra si, ninguém é obrigado a constituir prova contra si mesmo. E não é isso que nós desejamos; nós desejamos que ele venha, apresente o seu depoimento como testemunha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

e, ao vir, caso queira permanecer calado, que fique, mas não que tenha o direito de não vir a esta Casa.

É por isso que, ao tempo em que eu demonstro a postura correta desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, eu também destaco a importância desta CPMI, pois a CGU informou a esta Casa que não está investigando os descontos; ou melhor, que não está investigando a devolução desse dinheiro. Então, se a CGU não investiga, cabe a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito investigar. É por isto que eu parabenizo esta Mesa, parabenizo esta Comissão: para que a gente possa defender o cidadão, possa defender os aposentados e garantir o pleno respeito à legislação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado Duarte Jr.

Vamos dar início às nossas votações, que é a pauta deliberativa de hoje.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, a questão de ordem minha V. Exa. não respondeu. Eu vi, queria ver se há unanimidade para colocar esse Requerimento 1.868, que é a prisão preventiva do Nelson Willians...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... em votação, porque isso foi feito, já, como eu disse, na reunião do dia 1º de setembro de 2025, por pedido do Relator. Então, naquele caso... Aliás, nem era unanimidade na hora e foi colocado. O caso é muito assemelhado àquele. Eu não entendo por que não poderíamos, então, abrir essa exceção, se for consenso, obviamente, para votar esse requerimento hoje do Nelson Willians.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vou solicitar... Hoje não é possível, porque nós temos um acordo de que todo e qualquer requerimento será votado sempre com 48 horas de antecedência, salvo em exceções que o Presidente ou o Relator possam entender como pertinentes naquele momento, mas V. Exa colocando...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Nesse caso...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... colocando... Por favor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Nesse caso, eu entendo, Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Nesse caso...

Não, Excelência, porque aí nós dependemos do acordo com o Líder da Oposição e o Líder do Governo para votações. Se eu colocar todos os requerimentos extrapauta, nós vamos quebrar uma sequência de trabalho.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Não eram todos, mas, nesse caso, como era bastante semelhante ao que o Relator colocou dos outros, eu achei que ia ter a mesma...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... efusividade de colocá-lo agora, mas...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa., tá; mas não acolho a questão de ordem. Muito obrigado.

Olhe, vou ler os requerimentos por nome dos seis que temos hoje a previsão de convocação como testemunhas.

Vou ler cada requerimento por nome, e assim nós vamos fazendo a votação de forma simbólica, se houver consenso; não havendo consenso, nós passaremos, então, aos destaques.

O item 1...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só aproveito para corrigir a minha fala (*Fora do microfone.*) já a nota taquigráfica: eu falei "investigados"; eu quis dizer, obviamente, "testemunhas".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Obrigado, Presidente.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Pela ordem.) – Presidente, esse ficou então para quinta-feira, pelo menos, esse 1.868?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa. pode fazer o requerimento...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – O requerimento já está feito...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

... que eu o coloco em votação.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Só lhe solicito que seja na quinta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

1ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 1100/2025

Requer a convocação do Sr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues, advogado.

Autoria: Deputado Duarte Jr.

Também é alvo do requerimento do item 2.

1ª PARTE

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 1605/2025

Requer a convocação do Senhor Nelson Wilians Fratoni Rodrigues, advogado.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 1808/2025

Requer a convocação do Sr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues, advogado.

Autoria: Deputado Rogério Correia

1ª PARTE

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 1839/2025

Requer a convocação do Sr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues, advogado.

Autoria: Senador Fabiano Contarato

Quatro requerimentos convocando como testemunha o Sr. Nelson Willians Fratoni Rodrigues.

Os Senadores, Deputados...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sr. Presidente, o senhor vai votar em separado cada um dos seis, ou vai votar em bloco?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu vou destacar alguns requerimentos para votar em separado.

Então, no caso deste, o senhor vai votar em votação...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Quais são os nomes, Excelência?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Do 1 a 4, eu não vou destacar nenhum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, mas é isso, a lógica aqui é essa, Excelência. A lógica aqui é essa, Excelência, eu vou lendo nome por nome...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Tá, então, não vai ser por bloco?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, vou ler nome por nome...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O.k., perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... porque V. Exa. já disse que vai destacar, apesar do acordo que nós tínhamos ontem, estabelecido entre todos, de que votaríamos esses nomes por completo.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – No momento oportuno, eu falo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Então, os Senadores e Senadoras que concordam com os Requerimentos de 1 a 4, itens desta sessão, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovados os Itens de 1 a 4.

A Secretaria dará sequência.

(*Intervenção fora do microfone.*)

1ª PARTE

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 76/2025

Requer a convocação do Sr. Rubens Oliveira Costa.

Autoria: Senador Izalci Lucas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convocação, como testemunha, do Sr. Rubens Oliveira Costa, que é sócio do Sr. Antônio Carlos Camilo.

Ele também é alvo do Requerimento 334.

1ª PARTE

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 334/2025

Requer a convocação do Sr. Rubens Oliveira Costa.

Autoria: Deputada Adriana Ventura

1ª PARTE

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 398/2025

Requer a convocação do sr. Rubens Oliveira Costa, empresário.

Autoria: Senador Carlos Viana

1ª PARTE

ITEM 8

REQUERIMENTO Nº 461/2025

Requer a convocação do sr. Rubens Oliveira Costa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Deputado Rogério Correia

1ª PARTE

ITEM 9

REQUERIMENTO Nº 602/2025

Requer a convocação do Sr. Rubens Oliveira Costa.

Autoria: Deputado Alencar Santana

1ª PARTE

ITEM 10

REQUERIMENTO Nº 788/2025

Requer a convocação do Sr. Rubens Oliveira Costa.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

1ª PARTE

ITEM 11

REQUERIMENTO Nº 936/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a convocação do Senhor Rubens Oliveira Costa, sócio das empresas Acds Call Center, Brasilia Consultoria e Medicinale, Curitiba Consultoria e Venus Consultoria, procurador e representante legal da Acca Consultoria, dentre outras.

Autoria: Senador Fabiano Contarato

1ª PARTE

ITEM 12

REQUERIMENTO Nº 950/2025

Requer a convocação do sr. Rubens Oliveira Costa, apontado como como sócio das empresas Vênus Consultoria Assessoria Empresarial SA e da Curitiba Consultoria em Serviços Médicos S.A.

Autoria: Deputado Sidney Leite

1ª PARTE

ITEM 13

REQUERIMENTO Nº 1007/2025

Requer a convocação do Sr. Rubens Oliveira Costa, sócio de Antônio Carlos Camilo Antunes.

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

1ª PARTE

ITEM 14

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 1856/2025

Requer a convocação do Senhor Rubens Oliveira Costa, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 15

REQUERIMENTO Nº 1859/2025

Requer a convocação do Senhor Rubens Oliveira Costa, para prestar esclarecimentos sobre as fraudes ocorridas contra aposentados e pensionistas do INSS.

Autoria: Deputado Duarte Jr.

Todos esses relativos ao Sr. Rubens Oliveira Costa.

Os Parlamentares, Senadores e Senadoras, que concordam com a aprovação até o item 15 permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovados os requerimentos.

Determino à Secretaria que tome os procedimentos.

Item 16...

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT. Pela ordem.) – Só para correção, não hora que o senhor fala, o senhor fala só: "Senadores e Senadoras". Lembrar dos Deputados, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perdoe-me, eu tenho falado, mas dessa vez houve um lapso. Muito obrigado. Desculpe, será corrigido aqui.

Item 16...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Parlamentares. Não, ela tem razão.

Itens 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23... Não, desculpe, até o 22.

Convocação, como testemunha, da Sra. Cecília Montalvão Queiroz, sócia da Benfix Corretora de Seguros.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Cecília Montalvão Queiroz.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu vou encaminhar contrário à aprovação desses requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou ler aqui, a pedido do Relator, os autores dos requerimentos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

1ª PARTE

ITEM 17

REQUERIMENTO Nº 790/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a convocação da Sra. Cecília Montalvão Queiroz, sócia da Benfix Corretora de Seguros.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

1ª PARTE

ITEM 18

REQUERIMENTO Nº 902/2025

Requer a convocação da sra. Cecília Montalvão Queiroz, sócia da Benfix Corretora de Seguros.

Autoria: Senador Fabiano Contarato

1ª PARTE

ITEM 19

REQUERIMENTO Nº 1030/2025

Requer a convocação da Sra. Cecília Montalvão Queiroz, sócia da Benfix Corretora de Seguros.

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

1ª PARTE

ITEM 20

REQUERIMENTO Nº 1161/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a convocação da Senhora Cecília Montalvão Queiroz, sócia da Benfix Corretora de Seguros.

Autoria: Deputado Orlando Silva

1ª PARTE

ITEM 21

REQUERIMENTO Nº 1203/2025

Requer a convocação da Sra. Cecília Montalvão Simões, sócia da Benfix Corretora de Seguros.

Autoria: Deputado Delegado Fabio Costa

1ª PARTE

ITEM 22

REQUERIMENTO Nº 1854/2025

Requer a convocação da Sra. Cecília Montalvão Simões.

Autoria: Deputado Duarte Jr.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Só uma pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Há um requerimento de pedido de chamada de convocação dessa senhora do Líder do Governo, de Paulo Pimenta?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Há.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Só para...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, esses itens estão destacados – me empresta a caneta – e serão votados separadamente nesta Comissão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Deixa. Depois vota tudo junto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Item 17 ao item 22.

Vamos votar logo em seguida a aprovação dos simbólicos.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Explico depois.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Item 24... 23 – Perdoe-me.

1ª PARTE

ITEM 23

REQUERIMENTO Nº 629/2025

Requer a convocação da Sra. Tania Carvalho dos Santos.

Autoria: Deputado Rogério Correia

1ª PARTE

ITEM 24

REQUERIMENTO Nº 794/2025

Requer a convocação da Sra. Tania Carvalho dos Santos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

1ª PARTE

ITEM 25

REQUERIMENTO Nº 1321/2025

Requer a convocação da Sra. Tania Carvalho dos Santos.

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

1ª PARTE

ITEM 26

REQUERIMENTO Nº 1844/2025

Requer a convocação da Sra. Tânia Carvalho dos Santos, esposa do Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes.

Autoria: Deputado Duarte Jr.

Todos eles relativos à convocação, como testemunha, da Sra. Tânia Carvalho dos Santos, esposa de Antônio Carlos Camilo.

Há consenso?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Há o 27 também. (*Pausa.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente, quero destacar do 23 ao 27.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

1ª PARTE

ITEM 27

REQUERIMENTO Nº 1855/2025

Requer a convocação da Senhora Tania Carvalho dos Santos, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

Será destacado.

1ª PARTE

ITEM 28

REQUERIMENTO Nº 328/2025

Requer a convocação do Sr. Milton Salvador de Almeida Junior.

Autoria: Deputada Adriana Ventura

1ª PARTE

ITEM 29

REQUERIMENTO Nº 460/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a convocação do Sr. Milton Salvador de Almeida Júnior, sócio de Antônio Carlos Camilo Antunes em empresas como Prospect Consultoria Empresarial, Acca Consultoria Empresarial e Truetrust Call Center.

Autoria: Deputado Rogério Correia

1ª PARTE

ITEM 30

REQUERIMENTO Nº 603/2025

Requer a convocação do Sr. Milton Salvador de Almeida Júnior.

Autoria: Deputado Alencar Santana

1ª PARTE

ITEM 31

REQUERIMENTO Nº 809/2025

Requer a convocação do Sr. Milton Salvador de Almeida Júnior, sócio em empresas investigadas pela Polícia Federal como intermediárias de valores descontados de benefícios do INSS.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

1ª PARTE

ITEM 32

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 943/2025

Requer a convocação do sr. Milton Salvador de Almeida Junior, apontado como sócio das empresas Prospect Consultoria Empresarial LTDA, Brasília Consultoria Empresarial S.A. e ACCA Consultoria Empresarial S.A.

Autoria: Deputado Sidney Leite

Todos eles relativos à convocação, como testemunha, do Sr. Milton Salvador de Almeida.

1ª PARTE

ITEM 33

REQUERIMENTO Nº 1002/2025

Requer a convocação do Sr. Milton Salvador de Almeida Júnior, sócio de Antonio Carlos Camilo Antunes em oito empresas – pelo menos três delas (Prospect Consultoria Empresarial, Acca Consultoria

Empresarial e Truetrust Call Center) sob investigação.

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

1ª PARTE

ITEM 34

REQUERIMENTO Nº 1659/2025

Requer a convocação do Sr. Milton Salvador de Almeida Júnior.

Autoria: Senador Izalci Lucas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 35

REQUERIMENTO Nº 1857/2025

Requer a convocação do Sr. Milton Salvador de Almeida Júnior.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 36

REQUERIMENTO Nº 1860/2025

Requer a convocação do Sr. Milton Salvador de Almeida Júnior.

Autoria: Deputado Duarte Jr.

Os Parlamentares, Senadores e Senadoras...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Quero destacar do 37 ao 45.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O sócio também os senhores vão destacar, Excelência?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A maioria dos requerimentos são de V. Exa. e dos parceiros do Governo.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu falei do 37 ao 45.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É o filho do Sr. Antônio Carlos Camilo? É sócio dele também, Excelência. Tem movimentações na conta.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Eu quero subscrever esses requerimentos do Paulo Pimenta, Randolfe Rodrigues, Rogério Correia. Subscrever todos esses requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Quais os números, Excelência?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Esses que estão sendo destacados.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Até o 30?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Do 16 ao...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – 37.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... ao 27.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fora do microfone*.) – Hum-hum.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... e do 37 ao 45.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Todos eles, Excelência? Nos itens 35 e 36 não há consenso também, do Sr. Milton Salvador de Almeida?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O 35 e o 36 eu não destaquei, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Falei do 16 ao 27 e do 37 ao 45.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Então... Então, agora vamos votar os do Milton, do 28 ao 37.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Presidente, eu só não estou entendendo uma coisa: não foi feito um acordo ontem? Tem nomes que não estão no acordo de ontem?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Foi feito um acordo com todos os nomes que estão aqui, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – Então, qual é o problema?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Inclusive, a maioria dos requerimentos é da base do Governo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – É só explicar o que está acontecendo, Presidente. A oposição não está entendendo.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu não estou entendendo. Se explicar eu entendo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Bem, em votação...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Em votação os itens de...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, não destacados os itens 28 ao 36.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – Eu não posso subscrever esses itens?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Os Parlamentares que concordam...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhores, prestem a atenção, por favor, na votação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. *Fora do microfone*.) – O senhor está encaminhando o que tem consenso?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu estou encaminhando o que tem consenso, do item 28 ao item 36, o.k.? Do Sr. Milton Salvador de Almeida Júnior.

Os Parlamentares que concordam, Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovados os itens de 28 a 36.

Muito bem.

Eu vou ler, dando continuidade aqui.

1ª PARTE

ITEM 37

REQUERIMENTO Nº 481/2025

Requer a convocação do Sr. Romeu Carvalho Antunes.

Autoria: Deputado Rogério Correia

1ª PARTE

ITEM 38

REQUERIMENTO Nº 785/2025

Requer a convocação do Sr. Romeu Carvalho Antunes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

1ª PARTE

ITEM 39

REQUERIMENTO Nº 932/2025

Requer a convocação do Senhor Romeu Carvalho Antunes, sócio das empresas Prospect Consultoria Empresarial Ltda, Acca Consultoria Empresarial Ltda e Brasilia Consultoria Empresaria.

Autoria: Senador Fabiano Contarato

1ª PARTE

ITEM 40

REQUERIMENTO Nº 944/2025

Requer a convocação do sr. Romeu Carvalho Antunes, apontado como sócio das empresas Prospect Consultoria Empresarial LTDA, Brasília Consultoria Empresarial S.A. e ACCA Consultoria Empresarial S.A.

Autoria: Deputado Sidney Leite

1ª PARTE

ITEM 41

REQUERIMENTO Nº 1244/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a convocação do senhor Romeu Carvalho Antunes, Empresário - Prospect Consult. Empresarial LTDA, Brasília Consult. Empresarial S.A. e ACCA Consult.

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

1ª PARTE

ITEM 42

REQUERIMENTO Nº 1325/2025

Requer a convocação do Sr. Romeu Carvalho Antunes.

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

1ª PARTE

ITEM 43

REQUERIMENTO Nº 1646/2025

Requer a convocação do sr. Romeu Carvalho Antunes, filho e sócio de Antonio Carlos Camilo Antunos em diversas empresas.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 44

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 1840/2025

Requer a convocação do Sr. Romeu Carvalho Antunes, empresário.

Autoria: Deputado Duarte Jr.

E o último:

1ª PARTE

ITEM 45

REQUERIMENTO Nº 1848/2025

Requer a convocação do Senhor Romeu Carvalho Antunes, empresário.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

Há consenso, Líder?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, os...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Presidente, esses daí são por consenso?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu estou perguntando se há consenso. Não estão em votação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Esses daí são sem consenso...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não estão em votação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. Pela ordem.) – Presidente, eu queria pedir, para nós tentarmos construir um acordo e não necessitar, inclusive, votação, se V. Exa. permitir, uma suspensão só por cinco minutos, até para conversarmos com a Presidência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente, Excelência, porque houve um acordo ontem, que foi desfeito hoje.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Perfeito, perfeito, é exatamente para isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A sessão está suspensa por cinco minutos.

(*Suspensa às 15 horas e 22 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 43 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, senhores, retomemos a nossa sessão, para as deliberações que ainda faltam, conforme a pauta prevista para hoje.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Vou retirar os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa. retira os destaques?

Obrigado, Deputado Paulo Pimenta.

Itens 16, 17, 18, 19, 20...

O SR. CID GOMES (Bloco/PSB - CE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, pela ordem, Senador Cid.

O SR. CID GOMES (Bloco/PSB - CE. Pela ordem.) – Eu não quero ser utilizado como pomo de discórdia nesta Casa, está certo? Eu recebi, agora há pouco, um telefonema, em que me foi dito o seguinte: "Essas duas pessoas de que tratam os requerimentos de que solicitaram destaques"...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Três pessoas.

O SR. CID GOMES (Bloco/PSB - CE) – Duas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Três, três.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CID GOMES (Bloco/PSB - CE) – Destaque para duas, é o que consta...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Três, três.

O SR. CID GOMES (Bloco/PSB - CE) – ... mulher, esposa e filho.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – De duas pessoas diferentes.

O SR. CID GOMES (Bloco/PSB - CE) – Esposa e filho, eu não estou falando de quantos são...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ah, pois não.

O SR. CID GOMES (Bloco/PSB - CE) – ... quantos são os requerentes...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ah, perdão. Com relação ao Antônio Carlos...

O SR. CID GOMES (Bloco/PSB - CE) – ... de quem são, de quem se solicita a presença aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. CID GOMES (Bloco/PSB - CE) – São duas pessoas...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. CID GOMES (Bloco/PSB - CE) – ... que vários Senadores e Deputados solicitam, inclusive Deputados da oposição e Deputados da base.

Mas eu recebi, agora há pouco, aqui, um telefonema – e peço a V. Exa. que possa me reservar o direito de dizer...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. CID GOMES (Bloco/PSB - CE) – ... de não dizer de quem se trata – de que está em curso uma ação que pode conseguir resultados supersignificativos para a elucidação desse caso e que a convocação ou o anúncio da convocação dessas duas pessoas poderia prejudicar ações que estão em andamento. Então, por conta disso – eu confio na pessoa que me falou –, eu me dirigi a V. Exa. e disse a V. Exa., apelei a V. Exa. para que pudesse adiar, e o adiar não é nada de extraordinário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tive o cuidado aqui de perguntar: para a reunião de quinta-feira, nenhum desses que estão sendo objeto da convocação, da votação de convocação, estarão presentes – na de quinta. Portanto, votar essas matérias...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CID GOMES (Bloco/PSB - CE) – ... esses dois requerimentos, a rigor, essas duas requisições de pessoas – porque são vários os requerimentos –, em dois blocos colocados por V. Exa., para quinta-feira, a meu juízo, não traria prejuízo nenhum para o andamento desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Senador Cid.

O SR. CID GOMES (Bloco/PSB - CE) – No entanto, isso poderia surtir benefício para ações outras no Judiciário, na Polícia Federal...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. CID GOMES (Bloco/PSB - CE) – ... na CGU, em tantas quantas instâncias – para o próprio INSS – que estão investigando essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante, só um instante. Nós vamos votar os requerimentos. Depois eu abro a palavra, porque nós temos um prazo.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Presidente, só um...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... a Ordem do Dia começa daqui a pouco...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... um questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu, retirando os destaques...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... regimentalmente, teria algum problema, em vez de votar hoje, votar na quinta-feira?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Aí, é uma decisão...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Regimentalmente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não. Essa é uma decisão da Presidência. E o que está aqui, Senador Cid, Deputado Paulo Pimenta, é o respeito ao trabalho desta Comissão. Nós temos que dar uma resposta à população. Nós somos Parlamentares, nós temos que ser respeitados.

O que a decisão...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, só um minutinho.

A decisão do Ministro do Supremo Tribunal Federal, pelo qual eu tenho um grande respeito, é uma decisão de completo desrespeito a este Parlamento. Nós temos que agora dar resposta.

E outra coisa, preste atenção: se, de fato, há algum tipo de delação a caminho desses senhores, basta que nós sejamos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Cid, por favor.

Se há algum tipo de delação a caminho, basta que esta Comissão seja respeitada e informada oficialmente pelo Supremo Tribunal Federal, porque a nossa investigação é independente.

Apesar das decisões que criam...

O SR. CID GOMES (Bloco/PSB - CE. *Fora do microfone.*) – Essa informação pode chegar até...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Da maneira como achar... Agora, o que vai acontecer?

O SR. CID GOMES (Bloco/PSB - CE) – Pois, então? O que eu estou pedindo a V. Exa. é que adie esses dois casos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não. O que eu vou, o que eu vou decidir...

O SR. CID GOMES (Bloco/PSB - CE) – ... para apenas dois dias, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... o que eu vou decidir, o que eu vou decidir, Sr. Cid, o que eu vou decidir: nós vamos votar os requerimentos, como nós propusemos.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – E nós só faremos a convocação dessas pessoas caso, caso essa delação não adiante. Se nós não recebermos respostas de que a delação não funcionou ou nos informarem que ela está em andamento, eu me comprometo a não chamá-los aqui até a delação estar pronta, mas hoje nós vamos votar.

O SR. CID GOMES (Bloco/PSB - CE) – Presidente...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante...

O SR. CID GOMES (Bloco/PSB - CE) – Presidente, eu queria só entender...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante. Só um instante.

O SR. CID GOMES (Bloco/PSB - CE. Pela ordem.) – V. Exa. está colocando para votação um requerimento que vai ficar *sub judice*?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não. Não. Não tem nada de *sub judice*. Eu faço...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CID GOMES (Bloco/PSB - CE) – O que é o requerimento? Não é a convocação? Se aprovar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Esta Presidência faz um compromisso.

O SR. CID GOMES (Bloco/PSB - CE) – Presidente, perdoe-me; Perdoe-me, Presidente. Eu o conheço, eu sou colega de V. Exa., V. Exa. é meu colega.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Quem decide somos nós. Quem decide somos nós.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente, pela ordem. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, só um minutinho.

Itens 16, 17, 18 e 19.

1ª PARTE

ITEM 16

REQUERIMENTO Nº 542/2025

Requer a convocação da sra. Cecília Montalvão Queiroz, sócia da Benfix Corretora de Seguros.

Autoria: Deputado Rogério Correia

1ª PARTE

ITEM 17

REQUERIMENTO Nº 790/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a convocação da Sra. Cecília Montalvão Queiroz, sócia da Benfix Corretora de Seguros.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

1ª PARTE

ITEM 18

REQUERIMENTO Nº 902/2025

Requer a convocação da sra. Cecília Montalvão Queiroz, sócia da Benfix Corretora de Seguros.

Autoria: Senador Fabiano Contarato

1ª PARTE

ITEM 19

REQUERIMENTO Nº 1030/2025

Requer a convocação da Sra. Cecília Montalvão Queiroz, sócia da Benfix Corretora de Seguros.

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram, Senadores, Deputados e Deputadas.

Só um instante.

Quem concorda permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

O SR. CID GOMES (Bloco/PSB - CE) – Eu voto contra sozinho! Voto contra sozinho...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com o voto contrário do Senador Cid, estão aprovados os requerimentos.

A Secretaria dará sequência. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Calma, calma!

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Relator, só um instantinho.

Itens 23, 24, 25, 26 e 27.

1ª PARTE

ITEM 23

REQUERIMENTO Nº 629/2025

Requer a convocação da Sra. Tania Carvalho dos Santos.

Autoria: Deputado Rogério Correia

1ª PARTE

ITEM 24

REQUERIMENTO Nº 794/2025

Requer a convocação da Sra. Tania Carvalho dos Santos.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

1ª PARTE

ITEM 25

REQUERIMENTO Nº 1321/2025

Requer a convocação da Sra. Tania Carvalho dos Santos.

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 26

REQUERIMENTO Nº 1844/2025

Requer a convocação da Sra. Tânia Carvalho dos Santos, esposa do Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes.

Autoria: Deputado Duarte Jr.

1ª PARTE

ITEM 27

REQUERIMENTO Nº 1855/2025

Requer a convocação da Senhora Tania Carvalho dos Santos, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovados os requerimentos.

A Secretaria dará sequência. (*Palmas.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Parabéns, Presidente! Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Itens 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45.

1ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 37

REQUERIMENTO Nº 481/2025

Requer a convocação do Sr. Romeu Carvalho Antunes.

Autoria: Deputado Rogério Correia

1ª PARTE

ITEM 38

REQUERIMENTO Nº 785/2025

Requer a convocação do Sr. Romeu Carvalho Antunes.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

1ª PARTE

ITEM 39

REQUERIMENTO Nº 932/2025

Requer a convocação do Senhor Romeu Carvalho Antunes, sócio das empresas Prospect Consultoria Empresarial Ltda, Acca Consultoria Empresarial Ltda e Brasilia Consultoria Empresaria.

Autoria: Senador Fabiano Contarato

1ª PARTE

ITEM 40

REQUERIMENTO Nº 944/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a convocação do sr. Romeu Carvalho Antunes, apontado como sócio das empresas Prospect Consultoria Empresarial LTDA, Brasília Consultoria Empresarial S.A. e ACCA Consultoria Empresarial S.A.

Autoria: Deputado Sidney Leite

1ª PARTE

ITEM 41

REQUERIMENTO Nº 1244/2025

Requer a convocação do senhor Romeu Carvalho Antunes, Empresário - Prospect Consult. Empresarial LTDA, Brasília Consult. Empresarial S.A. e ACCA Consult.

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

1ª PARTE

ITEM 42

REQUERIMENTO Nº 1325/2025

Requer a convocação do Sr. Romeu Carvalho Antunes.

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

1ª PARTE

ITEM 43

REQUERIMENTO Nº 1646/2025

Requer a convocação do sr. Romeu Carvalho Antunes, filho e sócio de Antonio Carlos Camilo Antunos em diversas empresas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 44

REQUERIMENTO Nº 1840/2025

Requer a convocação do Sr. Romeu Carvalho Antunes, empresário.

Autoria: Deputado Duarte Jr.

1ª PARTE

ITEM 45

REQUERIMENTO Nº 1848/2025

Requer a convocação do Senhor Romeu Carvalho Antunes, empresário.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

Os Parlamentares, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovados os requerimentos, como previsto na pauta. (*Palmas.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Que fique bem claro, Presidente. Quem tentou... Quem tentou... Quem quer investigar e quem não quer.

O SR. CID GOMES (Bloco/PSB - CE) – Um dia você vai ver que o que você faz...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador, Senador, o senhor não manda mais do que ninguém aqui.

O SR. CID GOMES (Bloco/PSB - CE) – Eu não estou mandando, eu apelei a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, o senhor apelou, mas esta Presidência não aceitou.

O SR. CID GOMES (Bloco/PSB - CE) – Pois é. Não aceitou porque V. Exa. é autoritário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não sou autoritário. A Presidência toma decisões.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra...

Outra, outra questão.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pela ordem, Presidente. É importante. Só um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um minutinho.

Determino ainda, determino ainda...

Se a Secretaria tiver dificuldades em intimar alguma das testemunhas, a polícia do Senado será acionada imediatamente, em qualquer cidade do Brasil.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente, eu quero fazer um esclarecimento.

Hoje, pela manhã, eu estive reunido com quatro delegados da Polícia Federal, tratando sobre a relatoria. Delegados diretamente envolvidos nas apurações me passaram a seguinte informação: de acordo com a Lei 12.850, de acordo com a Lei 12.850, os advogados sequer se manifestaram nas prisões, não tendo ainda a Polícia Federal autorização para manter qualquer contato de iniciativa de colaboração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, é falsa a afirmação, se... que foi dita pelo Senador, infelizmente, em relação à colaboração. Se isso acontecer, só vai acontecer após o período de 72 horas, desde que os advogados sejam intimados.

Neste momento, a Polícia Federal não teve nenhum contato com os presos.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pela Liderança do Governo, Senador Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não, não, não, não, é uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Por uma questão... O Senador, ele não usou a palavra delação em nenhum momento, na fala dele.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Então, assim, eu acho que não seria adequado dizer que ele falou. Ele não usou essa expressão, ele não está presente aqui... Então, eu acho que a gente tem que ter cuidado...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... para não atribuir a ele algo que ele não falou.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu queria me inscrever pela Liderança da Oposição, Presidente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente, se é verdade – e eu acredito que seja verdade – que o Deputado Paulo Pimenta tenha falado de colaboração, então eu troco a palavra colaboração por depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor deseja fazer uso da palavra pela liderança? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pela Liderança da Oposição, o Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela Liderança.) – Se o meu Líder Rogerio Marinho permitir... (*Pausa.*)

Obrigado, Sr. Senador.

Sr. Presidente, eu quero aqui começar essa fala, de novo, parabenizando V. Exa. pela postura, por não ter deixado, inclusive, que nós finalizássemos esta reunião, por força do Regimento, às 16h sem votar os requerimentos. Parecia que era o que estavam tramando aqui.

Em segundo lugar, quero lembrar, Sr. Presidente, que sempre dizem que querem investigar, querem investigar, querem investigar, inclusive os autores do requerimento, dos requerimentos acordados ontem são filiados ao PT ou aos partidos do Governo, e agora não quiseram votar.

Terceiro, muito me espanta, Senador Eduardo Girão, que vem aqui o Senador Cid Gomes dizer que recebeu uma informação de confiança, que vai prejudicar as investigações se nós aprovarmos esse requerimento...

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. *Fora do microfone*.) – Mentira!

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas espera aí, Deputado Evair, é o seguinte: por que ele recebeu essa ligação e não o Presidente da CPMI, Senador Carlos Viana, ou o Deputado Alfredo Gaspar, Relator, ou eu, Líder da Oposição?

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. *Fora do microfone*.) – Mentira!

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Por que alguém do PDT, do Governo, recebe uma ligação dessas, e não a Liderança da CPMI? É no mínimo suspeito, Presidente, não tem o menor sentido essa informação, que, aliás, apareceu apenas aqui para desacatá-lo. E, mais uma vez, V. Exa. mostrou a postura de autoridade.

Autoritarismo faz quem manda trator passar por cima de manifestante. Poxa vida!

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Deputado Marcel...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Então aqui, para concluir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – É um mentiroso! Ficou o tempo todo aqui conversando comigo, não recebeu ligação nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Evair.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Bom, Evair, por mais que eu o estime, não tem tempo de aparte na comunicação da Liderança, mas sei que V. Exa., aliás, foi um dos primeiros, Deputado Evair, a se manifestar nas Comissões da Câmara, lá atrás ainda, sobre esse roubo no INSS.

Então, para encerrar, eu não preciso nem dos cinco minutos totais, eu quero aqui só fazer um apelo, Sr. Presidente. Não é para o senhor não, nem para o Relator, porque os senhores cumpriram com tudo, mas para o Governo e mesmo dentro da oposição. Não foi nosso caso hoje, mas do Governo houve um titubeio aqui. Se é feito um acordo, ele tem que ser levado até o final.

Nós ontem fizemos uma coletiva de imprensa. Anunciamos para o Brasil que seriam convocadas essas pessoas. Se não havia certeza sobre isso ontem, então que ontem tivesse sido dito. O Deputado Duarte Jr. também já tinha anunciado, inclusive, que faria isso ainda antes da nossa reunião. O Relator veio também com a mesma ideia, e o senhor chancelou. Os membros do Governo e os da Oposição acordaram. Houve divergência – aqui eu posso revelar, inclusive, que houve, sem precisar citar nomes – sobre quem seria convocado e quem não seria. Houve um debate. Nós passamos meia hora, 40 minutos, talvez uma hora discutindo. Mas, depois de os nomes terem sido bem definidos e bem delineados dentro do escopo da apuração desta CPMI, não havia motivo, Sr. Presidente, para deixar de votar hoje.

Então, mais uma vez, saudando a decisão da Presidência e os votos... Só não foi unânime por causa da confusão feita no último minuto, mas teria sido unânime. E isso também me causa certa espécie, porque se a votação foi unânime, por que tentaram tirar? Por que fizeram destaque primeiro? Foi exatamente o mesmo que aconteceu quando pedimos as prisões. Depois foram até para a imprensa dizer que não tinha fundamentação, mas votaram a favor.

Então, Presidente, fica aqui a manifestação pela Liderança da Oposição, parabenizando a todos aqui que votaram favoráveis a esses requerimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, na quinta-feira, terão encontro com esta CPMI e com a Justiça estes convocados: esposas de Camisotti e de Careca; o seu filho, filho do Careca; os sócios, para que venham aqui a esta Comissão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... e não importa se levar até sexta, sábado, não importa – como testemunhas, para que a gente chegue a um bom termo, a quem roubou do povo brasileiro, dos aposentados, coloque-os na cadeia, aqueles que ainda não estão, e que se devolva o dinheiro para essas pessoas tão sofridas.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pela Liderança, Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Senadores, Deputadas e Senadoras, em primeiro lugar, Presidente, é bom que fique registrado que em nenhum momento alguém aqui, nesta tribuna, neste plenário, hoje, afirmou, sugeriu ou anunciou que votaria contra algum requerimento. Quem disser isso está mentindo. Parlamentar que disser que alguém aqui encaminhou uma solicitação para votar contra esses requerimentos está mentindo. O que houve aqui foi uma informação a partir de um único objetivo: chegar aos responsáveis por esse crime.

Essas pessoas que foram presas sexta-feira até agora não foram ouvidas pela Polícia Federal. Nenhum dos dois prestou depoimento na Polícia Federal.

Aprovaram hoje, aqui, os parentes. Ajuda ou prejudica a investigação? Essa é uma questão controversa. Há quem ache que aprovar os parentes aqui hoje é um recado para que eles não falem. Há quem pense que esta aprovação terá como resultado exatamente este objetivo: que eles não digam o que sabem. E eu quero partir do pressuposto de que pelo menos a maioria esmagadora dos que estão aqui tem o objetivo de fazer com que a verdade possa aparecer. Então, aqui não tem ninguém que tenha o objetivo de impedir a investigação; muito pelo contrário, o debate respeitoso que nós tivemos aqui foi sobre qual é a melhor estratégia para que a verdade apareça. Em nenhum momento aqui alguém apresentou requerimentos, solicitação. Tudo bem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

que nós ponderamos, inclusive, a possibilidade de que o requerimento pudesse ser votado na quinta-feira.

Por fim, Sr. Presidente, não são Parlamentares da Oposição que apresentaram requerimentos convocando estas pessoas e depois retiraram. Aliás, é no mínimo estranho – né? – : Senadora, Senador apresentam requerimentos chamando pessoas conhecidas e dali um pouco vão lá e retiram esses requerimentos. Então, quero dizer a V. Exa. que não foi nenhum Parlamentar da Oposição que correu para retirar requerimento destas pessoas que nós aprovamos hoje para que elas venham aqui depor.

Também não foi nenhum Parlamentar aqui do Governo que recebeu recursos, na campanha eleitoral, destas pessoas que estão sendo investigadas. Aliás, já apareceram vários episódios de pessoas, todas elas ligadas ao Governo anterior, ex-ministros, que receberam o dinheiro na conta dessas pessoas investigadas – algumas delas, inclusive, já estão presas.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – A Contag deu dinheiro para o Bolsonaro para a campanha?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ô, Deputado, por favor.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, reponha o meu tempo total.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Reponho, Excelência, um minuto.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Opa, desculpe.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone.*) – Eu também queria um minuto depois no meu tempo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Já repus o tempo.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Então, Presidente, nós estamos absolutamente determinados a fazer com que essa investigação possa, de fato, permitir ao povo brasileiro que a verdade apareça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós, em pouco tempo aqui, já ouvimos vários depoimentos importantes, e, nesses depoimentos que nós ouvimos até agora, o que ficou claro para esta Comissão e para o Brasil? Primeiro, que, desde 2019, as autoridades sabiam do que estava acontecendo. O grupo de trabalho criado pelo Ministério Público Federal foi instituído dia 11 de abril de 2019. Em 19, 20, 21, 22... As duas investigações da Polícia Federal foram arquivadas, e não houve nenhuma ação por parte da CGU. Segundo, que estas entidades fantasmas receberam seus ACTs durante esse período, principalmente entre 19 e 22, ou seja, no Governo Bolsonaro. Terceiro, que as mudanças que foram feitas e que permitiram que não houvesse mais a necessidade da autorização individual do segurado e que pudessem incluir lotes, blocos, grupos de desconto sem autorização... Só foi permitido pelas mudanças que aconteceram no Governo Bolsonaro. Quarto, que as regras foram afrouxadas ao ponto de que, já no final do Governo, em dezembro de 2022...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... uma medida permitiu que as autorizações não precisassem mais ser renovadas e se tornassem eternas.

Portanto, em pouco tempo, a CPMI já explicou para o Brasil como esse esquema criminoso foi montado, também mostrou para o Brasil que todas as ações para acabar com a quadrilha foram adotadas durante o Governo do Presidente Lula, e, mais do que isso, que o dinheiro roubado está sendo devolvido pelo Governo do Presidente Lula.

Então, veja o senhor, em pouco tempo, o Brasil entendeu onde foi montada a quadrilha...

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Pela Liderança do PL.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... quem organizou o esquema criminoso, quem desbaratou a quadrilha e quem devolveu o dinheiro. Por isso, nós estamos muito tranquilos...

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Eu sou o Líder do PL, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A fala da Liderança já foi usada pelo Deputado Marcel van Hattem.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... e preparados para trabalhar nesta Comissão, para que toda a verdade apareça e o povo brasileiro saiba.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Muito obrigado.

Senhores, esclarecendo...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Deputado Chrisóstomo, é só o tempo da Liderança e terminou. Desculpe, na próxima serão respeitados os pela ordem.

Senhores que estão nos assistindo, é bom lembrar que todos os requerimentos aprovados hoje foram para testemunhas. As pessoas...

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – As pessoas não estão aqui como investigadas e serão citadas.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Esta Comissão não tem qualquer compromisso em proteger absolutamente ninguém, parente, o que seja... Havendo nexo causal, nós faremos a convocação.

Nada mais havendo a tratar...

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... agradeço a presença de todos

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... convidando-os para a próxima reunião, a ser realizada nesta quinta-feira, para oitivas aprovadas hoje e apreciação de requerimentos.

Declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 04 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DO INSS - 2025 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 2025, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e quarenta e oito minutos do dia dezoito de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Parlamentares Carlos Viana e Duarte Jr., reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025 com a presença dos Parlamentares Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Styvenson Valentim, Humberto Costa, Sergio Moro, Teresa Leitão, Eliziane Gama, Chico Rodrigues, Randolfe Rodrigues, Nelsinho Trad, Jorge Seif, Izalci Lucas, Marcio Bittar, Rogério Carvalho, Leila Barros, Beto Faro, Paulo Paim, Rogerio Marinho, Cleitinho, Coronel Chrisóstomo, Adriana Ventura, Alfredo Gaspar, Yury do Paredão, Sidney Leite, Ricardo Ayres, Orlando Silva, Beto Pereira, Zé Trovão, Fernando Rodolfo, Bia Kicis, Maurício Carvalho, Evair Vieira de Melo, Paulo Pimenta, Alencar Santana, Rogério Correia, Bruno Farias, Mário Heringer, Marcel van Hattem e Luiz Lima, e ainda dos Parlamentares Esperidião Amin e Gisela Simona, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Fabiano Contarato, Damares Alves, Coronel Fernanda e Delegado Fabio Costa. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A reunião é suspensa às onze horas e seis minutos e reaberta às onze horas e quatorze minutos. A reunião é suspensa às onze horas e trinta minutos e reaberta às onze horas e trinta e nove minutos. A reunião é suspensa às doze horas e quarenta e quatro minutos e reaberta às doze horas e cinquenta minutos. A reunião é suspensa às treze horas e onze minutos e reaberta às quatorze horas e vinte e quatro minutos. A reunião é suspensa às dezesseis horas e trinta e um minutos e reaberta às dezesseis horas e trinta e nove minutos. A reunião é suspensa às dezoito horas e vinte e oito minutos e reaberta às dezenove horas e dezesseis minutos. A reunião é suspensa às vinte horas e cinquenta e três minutos e reaberta às vinte e um horas e cinco minutos. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 1535 de 2025** que: "Requer que sejam prestadas, pelo ministro do Supremo Tribunal Federal, André Mendonça, informações com a listagem de senadores da República e deputados federais implicados na Operação sem Desconto, ou que constam como investigados de inquéritos em geral sobre descontos indevidos em benefícios previdenciários." **Autoria:** Senador Jorge Seif. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 1775 de 2025** que: "Requer ao Departamento de Polícia Civil do Distrito Federal o envio, em formato digital, de cópia integral de inquéritos sobre descontos indevidos de mensalidades associativas em benefícios do INSS que tratem da atuação do Sr. Bruno Deitos, da empresa Premier Recursos Humanos e da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Confederação Nacional de Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais – CONAFER, pelos fatos e fundamentos expostos." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 1819 de 2025** que: "Requer a disponibilização de mais um Agente de Polícia Federal do Departamento de Polícia Federal (DPF), preferencialmente lotado em Brasília e com experiência em investigações de alta complexidade, para prestar apoio técnico investigativo presencial a esta Comissão, até o encerramento das atividades." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 434 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Andrei Rodrigues, Delegado-geral da Polícia Federal. (aprovado como convite)" **Autoria:** Deputado Zé Trovão. **Resultado:** Aprovado como convite. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 1811 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Jorge Messias, Advogado-Geral da União. (Aprovado como convite)" **Autoria:** Deputado Kim Kataguiri. **Resultado:** Aprovado como convite. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 1803 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Clara Alcântara Botelho Machado, advogada." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 1192 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Adelson Ferreira da Silva, presidente da Casa de Apoio ao Beneficiário Previdenciário de Aposentadoria e Pensão do INSS - CAPREV." **Autoria:** Senadora Leila Barros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 1460 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Adelson Ferreira da Silva, Presidente da Casa de Apoio ao Beneficiário Previdenciário de Aposentaria e Pensão do INSS - CABREV." **Autoria:** Deputado Sidney Leite. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 1390 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Adelson Ferreira da Silva, Presidente da Casa de Apoio ao Beneficiário Previdenciário de Aposentadoria e Pensão do INSS (CABPREV)." **Autoria:** Deputado Alencar Santana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 1449 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Americo Monte, presidente da AMAR BRASIL - Amar Brasil Clube de Benefício (ABCB)." **Autoria:** Deputado Sidney Leite. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 1351 de 2025** que: "Requer a convocação do senhor Américo Monte, Presidente da Amar Brasil Clube de Benefícios - ABCB." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 1342 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Américo Monte, presidente da Amar Brasil Clube de Benefícios." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 1240 de 2025** que: "Requer a convocação do senhor Américo Monte, Presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas Brasil Clube de Benefícios (ABCB) - AMAR BRASIL" **Autoria:** Deputado Orlando Silva. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 1227 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Américo Monte, Presidente da Amar Brasil Clube de Benefícios - ABCB." **Autoria:** Senadora Augusta Brito. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 1459 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Ana Lucia de Souza Carvalho, presidente da Rede Ibero-Americana de Associações de Idosos do Brasil - RIAAM BRASIL." **Autoria:** Deputado Sidney Leite. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 1385 de 2025** que: "Requer a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

convocação da Sra. Ana Lucia de Souza Carvalho, Presidente da Rede Ibero-Americana de Associações de Idosos do Brasil - RIAAM BRASIL." **Autoria:** Deputado Alencar Santana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 1253 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Ana Lucia de Souza Carvalho, presidente da Rede Ibero-Americana de Associações de Idosos do Brasil - RIAAM BRASIL." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO Nº 580 de 2025** que: "Requer o envio de convite ao Sr. Milton Baptista Souza Filho, Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical (SINDNAPI), para comparecer a esta CPMI." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 19 - REQUERIMENTO Nº 1427 de 2025** que: "Requer a convocação do senhor Armando Eudócio Machado, Presidente da Associação dos Servidores do Tráfego da Viação Férrea Centro Oeste (ASTRE)." **Autoria:** Deputado Sidney Leite. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 20 - REQUERIMENTO Nº 1384 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Armando Eudócio Machado, presidente da Associação dos Servidores do Tráfego da Viação Férrea Centro Oeste - ASTRE." **Autoria:** Deputado Alencar Santana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 21 - REQUERIMENTO Nº 1298 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Armando Eudócio Machado, Presidente da Associação dos Servidores do Tráfego da Viação Férrea Centro Oeste - Astre." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 22 - REQUERIMENTO Nº 1234 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Armando Eudócio Machado, Presidente da Associação dos Servidores do Tráfego da Viação Férrea Centro Oeste - ASTRE." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 23 - REQUERIMENTO Nº 1422 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Arnaldo Martinez Guimarães, Presidente da Associação Brasileira de Aposentados e Pensionistas do Instituto Nacional de Seguridade Social (ABRAPPS)." **Autoria:** Deputado Sidney Leite. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 24 - REQUERIMENTO Nº 1247 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Arnaldo Martinez Guimarães, representante da Associação Brasileira de Aposentados e Pensionistas do Instituto Nacional de Seguridade Social (ABRAPPS)." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 25 - REQUERIMENTO Nº 1005 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr Arnaldo Martinez Guimarães, representante da Associação Brasileira de Aposentados e Pensionistas do Instituto Nacional de Seguridade Social (ABRAPPS)." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 26 - REQUERIMENTO Nº 513 de 2025** que: "Requer o envio de convite ao Sr. Arnaldo Martinez Guimarães, presidente da Associação Brasileira de Aposentados e Pensionistas do Instituto Nacional da Seguridade Social (ABRAPPS), para comparecer a esta CPMI." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 27 - REQUERIMENTO Nº 1447 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Dogival Jose dos Santos, presidente da Associação dos Aposentados do Brasil (AAB)." **Autoria:** Deputado Sidney Leite. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 28 - REQUERIMENTO Nº 1319 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Dogival José dos Santos, Presidente da Associação dos Aposentados do Brasil (AAB)." **Autoria:** Deputado Rogério

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 29 - REQUERIMENTO Nº 1232 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Dogival José dos Santos, Presidente da Associação dos Aposentados do Brasil (AAB)." **Autoria:** Senadora Augusta Brito. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 30 - REQUERIMENTO Nº 1461 de 2025** que: "Requer a convocação da Senhora Edvalda da Silva Lisboa, Presidente da Associação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (ASBRAPI)." **Autoria:** Deputado Sidney Leite. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 31 - REQUERIMENTO Nº 1304 de 2025** que: "Requer a convocação da sra. Edvalda da Silva Lisboa, Presidente da Associação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos - ASBRAPI." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 32 - REQUERIMENTO Nº 1208 de 2025** que: "Requer a convocação da Senhora Edvalda da Silva Lisboa, Presidente da Associação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (ASBRAPI)." **Autoria:** Senadora Augusta Brito. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 33 - REQUERIMENTO Nº 1444 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Elio Zemuner, presidente do Centro de Estudos dos Benefícios dos Aposentados e Pensionistas (CEBAP)." **Autoria:** Deputado Sidney Leite. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 34 - REQUERIMENTO Nº 1331 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Elio Zemuner, Presidente do Centro de Estudos dos Benefícios dos Aposentados e Pensionistas." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 35 - REQUERIMENTO Nº 1228 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Elio Zemuner, Presidente do Centro de Estudos dos Benefícios dos Aposentados e Pensionistas - CEBAP." **Autoria:** Senadora Augusta Brito. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 36 - REQUERIMENTO Nº 1464 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Elizabeth da Rocha Gonçalves, Presidente da Associação dos Beneficiários da Previdência Social do Brasil (ABENPREB)." **Autoria:** Deputado Sidney Leite. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 37 - REQUERIMENTO Nº 1391 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Elizabeth da Rocha Gonçalves, Presidente da Associação dos Beneficiários da Previdência Social do Brasil (ABENPREB)." **Autoria:** Deputado Alencar Santana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 38 - REQUERIMENTO Nº 1196 de 2025** que: "Requer a convocação da sra. Elizabeth da Rocha Gonçalves, presidente da ABENPREB - Associação dos Beneficiários da Previdência Social do Brasil." **Autoria:** Senadora Leila Barros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 39 - REQUERIMENTO Nº 1664 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Evandra Viriato Correia, Presidente da Central Nacional de Aposentados e Pensionistas - Associação Santo Antônio - CENAP/ASA." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 40 - REQUERIMENTO Nº 1469 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Evandra Virito Correia, presidente da Central Nacional de Aposentados e Pensionistas - Associação Santo Antônio - CENAP-ASA." **Autoria:** Deputado Sidney Leite. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 41 - REQUERIMENTO Nº 1386 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Evandra Virito Correia, presidente da Central Nacional de Aposentados e Pensionistas - Associação Santo Antônio - CENAP-ASA." **Autoria:** Deputado Alencar Santana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 42 - REQUERIMENTO Nº 1195 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Evandra Virito Correia, presidente da Central Nacional de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aposentados e Pensionistas - Associação Santo Antônio - CENAP/ASA." **Autoria:** Senadora Leila Barros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 43 - REQUERIMENTO Nº 1434 de 2025** que: "Requer a convocação do senhor Francisco Aparecido Felício, Presidente da Federação Nacional dos Transportadores Ferroviários (FNTF)." **Autoria:** Deputado Sidney Leite. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 44 - REQUERIMENTO Nº 1299 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Francisco Aparecido Felício, Presidente da Federação Nacional dos Transportadores Ferroviários." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 45 - REQUERIMENTO Nº 1280 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Francisco Aparecido Felício, Federação Nacional dos Transportadores Ferroviários - FNTF." **Autoria:** Deputado Alencar Santana. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 46 - REQUERIMENTO Nº 1249 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Francisco Aparecido Felício, Presidente da Federação Nacional dos Transportadores Ferroviários - FNTF." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 47 - REQUERIMENTO Nº 1665 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Francisco Canindé Pegado do Nascimento, Presidente da Central Nacional dos Aposentados e Pensionistas do Brasil - CENTRAPE." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 48 - REQUERIMENTO Nº 1430 de 2025** que: "Requer a convocação do senhor Francisco Canindé Pegado do Nascimento, Presidente da Central Nacional dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (CENTRAPE)." **Autoria:** Deputado Sidney Leite. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 49 - REQUERIMENTO Nº 1368 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Francisco Canindé Pegado do Nascimento, Presidente da Central Nacional dos Aposentados e Pensionistas do Brasil - CENTRAPE." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 50 - REQUERIMENTO Nº 1282 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Francisco Canindé Pegado do Nascimento, Presidente da Central Nacional dos Aposentados e Pensionistas do Brasil - CENTRAPE" **Autoria:** Deputado Alencar Santana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 51 - REQUERIMENTO Nº 579 de 2025** que: "Requer o envio de convite ao Sr. Francisco Canindé Pegado do Nascimento, presidente da Central Nacional dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (Centrape), para comparecer a esta CPMI." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 52 - REQUERIMENTO Nº 1436 de 2025** que: "Requer a convocação do senhor Gilberto Torres Laurindo, Presidente da Associação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosas (ASBAPI)." **Autoria:** Deputado Sidney Leite. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 53 - REQUERIMENTO Nº 1307 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Gilberto Torres Laurindo, Presidente da Associação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosas - ASBAPI." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 54 - REQUERIMENTO Nº 1283 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Gilberto Torres Laurindo, Presidente da Associação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosas - ASBAPI" **Autoria:** Deputado Alencar Santana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 55 - REQUERIMENTO Nº 1252 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Gilberto Torres Laurindo, presidente da Associação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosas - ASBAPI." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Aprovado. **ITEM 56 - REQUERIMENTO Nº 578 de 2025** que: "Requer o envio de convite ao Sr. Gilberto Torres Laurindo, Presidente da Associação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (ASBAPI)." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 57 - REQUERIMENTO Nº 1462 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Giovanni Cardoso, Presidente da Associação de Amparo Social ao Aposentado e Pensionista - AASAP." **Autoria:** Deputado Sidney Leite. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 58 - REQUERIMENTO Nº 1388 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Giovanni Cardoso, presidente da Associação de Amparo Social ao Aposentado e Pensionista - AASAP." **Autoria:** Deputado Alencar Santana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 59 - REQUERIMENTO Nº 1212 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Giovanni Cardoso, Presidente da Associação de Amparo Social ao Aposentado e Pensionista - AASAP." **Autoria:** Senadora Leila Barros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 60 - REQUERIMENTO Nº 1423 de 2025** que: "Requer a Convocação do Sr. Irineu de Paula Cruz, Presidente da Associação Brasileira de Pensionistas e Aposentados (ABPAP)." **Autoria:** Deputado Sidney Leite. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 61 - REQUERIMENTO Nº 1222 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Irineu de Paula Cruz, Presidente da Associação Brasileira de Pensionistas e Aposentados (ex-Associação Beneficente de Auxílio Mútuo dos Servidores Públicos - ABAMSP." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 62 - REQUERIMENTO Nº 512 de 2025** que: "Requer o envio de convite ao Sr. Irineu de Paula Cruz, presidente da Associação Beneficente de Auxílio Mútuo ao Servidor Público (Abamsp), para comparecer a esta CPMI." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 63 - REQUERIMENTO Nº 1451 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Jerônimo Miranda Netto, presidente da Federação Interestadual dos Trabalhadores Ferroviários (FITF)." **Autoria:** Deputado Sidney Leite. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 64 - REQUERIMENTO Nº 1382 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Jerônimo Miranda Netto, presidente da Federação Interestadual dos Trabalhadores Ferroviários - FITF/CNTT/CUT." **Autoria:** Deputado Alencar Santana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 65 - REQUERIMENTO Nº 1250 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Jerônimo Miranda Netto, Presidente da Federação Interestadual dos Trabalhadores Ferroviários - FITF/CNTT/CUT." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 66 - REQUERIMENTO Nº 1428 de 2025** que: "Requer a convocação da senhora Maria Josana Lima de Oliveira, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (CONTRAF)." **Autoria:** Deputado Sidney Leite. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 67 - REQUERIMENTO Nº 1278 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Josana Lima, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil - CONTRAF." **Autoria:** Deputado Alencar Santana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 68 - REQUERIMENTO Nº 1233 de 2025** que: "Requer a convocação da Senhora Maria Josana Lima de Oliveira, Coordenadora Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil - CONTRAF." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 69 - REQUERIMENTO Nº 916 de 2025** que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Requer o envio de convite à Sra. Maria Josana Lima de Oliveira, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil - Contraf." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 70 - REQUERIMENTO Nº 28 de 2025** que: "Requer o envio de convite ao Sr. Vinicius Marques de Carvalho, Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União (CGU), para comparecer a esta CPMI." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 71 - REQUERIMENTO Nº 1028 de 2025** que: "Requer o envio de convite ao Sr. Vinicius Marques de Carvalho, Ministro da Controladoria-Geral da União." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 72 - REQUERIMENTO Nº 1695 de 2025** que: "Requer o envio de convite ao Senhor Vinicius Marques de Carvalho, Ministro da Controladoria Geral da União (CGU), para comparecer a esta CPMI." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 73 - REQUERIMENTO Nº 1456 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. José Avelino Pereira, Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados do Brasil (SINAB)." **Autoria:** Deputado Sidney Leite. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 74 - REQUERIMENTO Nº 1288 de 2025** que: "Requer a convocação do senhor José Avelino Pereira, Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados do Brasil." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 75 - REQUERIMENTO Nº 1276 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. José Avelino Pereira, Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados do Brasil - SINAB." **Autoria:** Deputado Alencar Santana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 76 - REQUERIMENTO Nº 1263 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor José Avelino Pereira, Presidente do SINAB - Sindicato Nacional dos Aposentados do Brasil." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 77 - REQUERIMENTO Nº 1761 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Marcos José Lins Moura Santos, ex-presidente da Universo Associação dos Aposentados e Pensionistas dos Regimes Geral da Previdência Social - AAPPS Universo." **Autoria:** Deputado Evair Vieira de Melo. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 78 - REQUERIMENTO Nº 1505 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Jose Lins Moura Santos, presidente da Universo Associação dos Aposentados e Pensionistas dos Regimes Geral da Previdência Social." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 79 - REQUERIMENTO Nº 915 de 2025** que: "Requer o envio de convite ao Sr. José Lins Moura Santos, Presidente da Associação no Brasil de Aposentados e Pensionistas da Previdência Social - AP Brasil." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 80 - REQUERIMENTO Nº 596 de 2025** que: "Requer o envio de convite ao Sr. Marcos Jose Lins Moura Santos, ex-presidente da Universo Associação dos Aposentados e Pensionistas dos Regimes Geral da Previdência Social - AAPPS Universo, para comparecer a esta CPMI." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 81 - REQUERIMENTO Nº 1441 de 2025** que: "Requer a convocação da sra. Maria Juracina Nunes Pacheco, presidente da Associação de Amparo aos Aposentados e Pensionistas do Brasil (AMPABEN BRASIL)." **Autoria:** Deputado Sidney Leite. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 82 - REQUERIMENTO Nº 1397 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Maria Juracina Nunes Pacheco, Presidente da Associação de Amparo aos Aposentados e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pensionistas do Brasil (AMPABEN BRASIL)." **Autoria:** Deputado Alencar Santana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 83 - REQUERIMENTO Nº 1310 de 2025** que: "Requer a convocação da sra. Maria Juracina Nunes Pacheco, presidente da Associação de Amparo aos Aposentados e Pensionistas do Brasil." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 84 - REQUERIMENTO Nº 1225 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Maria Juracina Nunes Pacheco, Presidente da Associação de Amparo aos Aposentados e Pensionistas do Brasil - AMPABEN BRASIL." **Autoria:** Senadora Augusta Brito. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 85 - REQUERIMENTO Nº 1466 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Juscelino Antonio Ramiro, presidente da Associação Brasileira dos Contribuintes do Regime Geral da Previdência Social - Abrasprev." **Autoria:** Deputado Sidney Leite. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 86 - REQUERIMENTO Nº 1387 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Juscelino Antonio Ramiro, presidente da Associação Brasileira dos Contribuintes do Regime Geral da Previdência Social - Abrasprev." **Autoria:** Deputado Alencar Santana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 87 - REQUERIMENTO Nº 1197 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Juscelino Antonio Ramiro, presidente da Abrasprev - Associação Brasileira dos Contribuintes do Regime Geral da Previdência Social." **Autoria:** Senadora Leila Barros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 88 - REQUERIMENTO Nº 1463 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Levi Otoni de Almeida, Presidente da Associação Nacional de Benefícios para Aposentados e Pensionistas (KEEPER)." **Autoria:** Deputado Sidney Leite. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 89 - REQUERIMENTO Nº 1393 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Levi Otoni de Almeida, Presidente da Associação Nacional de Benefícios para Aposentados e Pensionistas (KEEPER)." **Autoria:** Deputado Alencar Santana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 90 - REQUERIMENTO Nº 1194 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Levi Otoni de Almeida, presidente da KEEPER - Associação Nacional de Benefícios para Aposentados e Pensionistas." **Autoria:** Senadora Leila Barros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 91 - REQUERIMENTO Nº 1639 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Luiz Carlos Correa, presidente da ASBAP (Associação Brasileira de Benefício aos Aposentados e Servidores Públicos)." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 92 - REQUERIMENTO Nº 1431 de 2025** que: "Requer a convocação do senhor Marco Antônio Guilherme dos Santos, Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (SINTAPI/CUT)." **Autoria:** Deputado Sidney Leite. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 93 - REQUERIMENTO Nº 1272 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Marco Antônio Guilherme dos Santos, Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos - SINTAPI-CUT." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 94 - REQUERIMENTO Nº 1445 de 2025** que: "Requer a convocação da sra. Maria do Socorro Santana Arraes, presidente da Associação Nacional dos Aposentados e Pensionistas do INSS (ANAPI)." **Autoria:** Deputado Sidney Leite. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 95 - REQUERIMENTO Nº 1398 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Maria do Socorro Santana Arraes, Presidente da Associação Nacional dos Aposentados e Pensionistas do INSS (ANAPI)." **Autoria:** Deputado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alencar Santana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 96 - REQUERIMENTO Nº 1229 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Maria do Socorro Santana Arraes, Presidente da Associação Nacional dos Aposentados e Pensionistas do INSS - ANAPI." **Autoria:** Senadora Augusta Brito. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 97 - REQUERIMENTO Nº 1443 de 2025** que: "Requer a convocação da sra. Maria Ribeiro Lopes, presidente da União dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (UNSBRAS)." **Autoria:** Deputado Sidney Leite. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 98 - REQUERIMENTO Nº 1396 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Maria Ribeiro Lopes, Presidente da União dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (UNSBRAS)." **Autoria:** Deputado Alencar Santana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 99 - REQUERIMENTO Nº 1311 de 2025** que: "Requer a convocação da Senhora Maria Ribeiro Lopes, Presidente da União dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (UNSBRAS)." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 100 - REQUERIMENTO Nº 1231 de 2025** que: "Requer a convocação da Senhora Maria Ribeiro Lopes, Presidente da União dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (UNSBRAS)." **Autoria:** Senadora Augusta Brito. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 101 - REQUERIMENTO Nº 515 de 2025** que: "Requer o envio de convite à Sra. Maria Tereza da Silva Rego, presidente da União Nacional de Aposentados e Pensionistas Brasileiros (UNAPB), para comparecer a esta CPMI." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 102 - REQUERIMENTO Nº 1670 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Marlene Pereira da Silva, Presidente da Associação Nacional de Defesa dos Direitos dos Aposentados e Pensionistas - ANDDAP." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 103 - REQUERIMENTO Nº 1467 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Marlene Pereira da Silva, Presidente da Associação Nacional de Defesa dos Direitos dos Aposentados e Pensionistas (ANDDAP)." **Autoria:** Deputado Sidney Leite. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 104 - REQUERIMENTO Nº 1392 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Marlene Pereira da Silva, Presidente da Associação Nacional de Defesa dos Direitos dos Aposentados e Pensionistas (ANDDAP)." **Autoria:** Deputado Alencar Santana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 105 - REQUERIMENTO Nº 1213 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Marlene Pereira da Silva, Presidente da Associação Nacional de Defesa dos Direitos dos Aposentados e Pensionistas – ANDDAP." **Autoria:** Senadora Leila Barros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 106 - REQUERIMENTO Nº 1421 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Marly Soares dos Santos, Presidente da Associação de Proteção e Defesa dos Direitos dos Aposentados e Pensionistas (APDAP PREV)." **Autoria:** Deputado Sidney Leite. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 107 - REQUERIMENTO Nº 1236 de 2025** que: "Requer a convocação da Senhora Marly Soares dos Santos, sócia da Associação de Proteção e Defesa dos Direitos dos Aposentados e Pensionistas – APDAP PREV." **Autoria:** Deputado Orlando Silva. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 108 - REQUERIMENTO Nº 1221 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Marly Soares dos Santos, Presidente da Associação de Proteção e Defesa dos Direitos dos Aposentados e Pensionistas - APDAP PREV." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 109 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 671 de 2025 que: "Requer a convocação da Sra. Marly Soares dos Santos, sócia da Associação de Proteção e Defesa dos Direitos dos Aposentados e Pensionistas – APDAP PREV." **Autoria:** Deputado Zé Trovão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 110 - REQUERIMENTO Nº 1732 de 2025** que: "Requer a convocação do senhor Milton Baptista de Souza Filho, Diretor Presidente do Sindicato dos Aposentados e Pensionistas (SINDNAPI)." **Autoria:** Deputada Bia Kicis. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 111 - REQUERIMENTO Nº 1437 de 2025** que: "Requer a convocação do senhor Milton Baptista de Souza Filho, Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical (SINDNAPI/FS)." **Autoria:** Deputado Sidney Leite. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 112 - REQUERIMENTO Nº 1273 de 2025** que: "Requer o envio de convite ao Sr. Milton Batista de Souza Filho, Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical - SINDNAPIFS, para comparecer a esta CPMI." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 113 - REQUERIMENTO Nº 1238 de 2025** que: "Requer o envio de convite ao Senhor Milton Souza Baptista de Filho, Diretor Presidente do Sindicato dos Aposentados e Pensionistas - SINDNAPI, para comparecer a esta CPMI." **Autoria:** Deputado Orlando Silva. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 114 - REQUERIMENTO Nº 1454 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Natal Leo, Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da União Geral dos Trabalhadores (SINDIAPI-UGT)." **Autoria:** Deputado Sidney Leite. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 115 - REQUERIMENTO Nº 1372 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Natal Leo, presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da União Geral dos Trabalhadores (SINDIAPI/UGT)" **Autoria:** Deputado Alencar Santana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 116 - REQUERIMENTO Nº 1268 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Natal Leo, presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da União Geral dos Trabalhadores (SINDIAPI/UGT)." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 117 - REQUERIMENTO Nº 1435 de 2025** que: "Requer a convocação de Nilton Molina, Presidente do Instituto de Longevidade Mongeral Aegon (MAG)." **Autoria:** Deputado Sidney Leite. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 118 - REQUERIMENTO Nº 1300 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Nilton Molina, Presidente do Instituto de Longevidade Mongeral Aegon - MAG." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 119 - REQUERIMENTO Nº 1281 de 2025** que: "Requer a convocação do senhor Nilton Molina, Presidente do Instituto de Longevidade Mongeral Aegon - MAG" **Autoria:** Deputado Alencar Santana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 120 - REQUERIMENTO Nº 1269 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Nilton Molina, presidente do Instituto de Longevidade Mongeral Aegon - MAG." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 121 - REQUERIMENTO Nº 1429 de 2025** que: "Requer a convocação do senhor Paulo de Tarso Pessanha Ferreira, Presidente Do Sindicato dos Trabalhadores em Ferroviárias do Rio (STRFERJ)." **Autoria:** Deputado Sidney Leite. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 122 - REQUERIMENTO Nº 1306 de 2025** que: "Requer a convocação do sr.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paulo Tarso Pessanha Ferreira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Ferroviárias do Rio." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 123 - REQUERIMENTO Nº 1279 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Paulo de Tarso Pessanha Ferreira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Ferroviárias do Rio - STRFERJ." **Autoria:** Deputado Alencar Santana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 124 - REQUERIMENTO Nº 1251 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Paulo de Tarso Pessanha Ferreira, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Ferroviárias do Rio - STRFERJ." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 125 - REQUERIMENTO Nº 1438 de 2025** que: "Requer a convocação do senhor Ramiro Melo, Presidente do Sindicato dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (SINDAPB)." **Autoria:** Deputado Sidney Leite. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 126 - REQUERIMENTO Nº 1373 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Ramiro Melo, presidente do Sindicato dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (SINDAPB)" **Autoria:** Deputado Alencar Santana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 127 - REQUERIMENTO Nº 1297 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Ramiro Melo, Presidente do Sindicato dos Aposentados e Pensionistas do Brasil - SINDAPB." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 128 - REQUERIMENTO Nº 1235 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Ramiro Melo, Presidente do Sindicato dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (SINDAPB)." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 129 - REQUERIMENTO Nº 1457 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Rubens Graciano, presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas e Idosos de Mogi Guaçu (SINTRAAPI)." **Autoria:** Deputado Sidney Leite. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 130 - REQUERIMENTO Nº 1371 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Rubens Graciano, presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas e Idosos de Mogi Guaçu - SINTRAAP." **Autoria:** Deputado Alencar Santana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 131 - REQUERIMENTO Nº 1266 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Rubens Graciano, presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas e Idosos de Mogi Guaçu - SINTRAAPI." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 132 - REQUERIMENTO Nº 1594 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Wilson Peres Ferreira, Delegado da Polícia Civil do Distrito Federal." **Autoria:** Senadora Leila Barros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 133 - REQUERIMENTO Nº 104 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Cícero Marcelino de Souza Santos, assessor do presidente da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais - CONAFER. (Aprovado como testemunha)" **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado como testemunha. **ITEM 134 - REQUERIMENTO Nº 399 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Cícero Marcelino de Souza Santos. (Aprovado como testemunha)" **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado como testemunha. **ITEM 135 - REQUERIMENTO Nº 1330 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Socorro Santana Arraes, Presidente da Associação Nacional dos Aposentados e Pensionistas do INSS - ANAPI." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

136 - REQUERIMENTO Nº 474 de 2025 que: "Requer a convocação do sr. José Laudenor, suspeito de receber valores de Cícero Marcelino, operador da Confederação Nacional de Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais - CONAFER." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 137 - REQUERIMENTO Nº 1667 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Solange Aparecida Nogueira Macedo, Presidente da MASTER PREV Clube de Benefícios." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 138 - REQUERIMENTO Nº 1442 de 2025** que: "Requer a convocação da sra. Solange Aparecida Nogueira Macedo, presidente da Master Prev Clube de Benefícios (MASTER PREV)." **Autoria:** Deputado Sidney Leite. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 139 - REQUERIMENTO Nº 1395 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Solange Aparecida Nogueira Macedo, Presidente da Master Prev Clube de Benefícios (MASTER PREV)." **Autoria:** Deputado Alencar Santana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 140 - REQUERIMENTO Nº 1204 de 2025** que: "Requer a convocação da senhora Solange Aparecida Nogueira Macedo, Presidente da Master Prev Clube de Benefícios (MASTER PREV)." **Autoria:** Senadora Augusta Brito. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 141 - REQUERIMENTO Nº 990 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Solange Aparecida Nogueira Macedo, Presidente da Associação Master Prev. Clube de Benefícios." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 142 - REQUERIMENTO Nº 1831 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Vania Marques Pinto, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG)." **Autoria:** Deputado Evair Vieira de Melo. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 143 - REQUERIMENTO Nº 1703 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Vânia Marques Pinto, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG." **Autoria:** Deputado Delegado Fabio Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 144 - REQUERIMENTO Nº 1420 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Vânia Marques Pinto, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG)." **Autoria:** Deputado Sidney Leite. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 145 - REQUERIMENTO Nº 1248 de 2025** que: "Requer o envio de convite para a senhora Vânia Marques Pinto, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares, para comparecer a esta CPMI." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 146 - REQUERIMENTO Nº 1446 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Veniltom de Lima Diniz, presidente da Associação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas da Nação (ABAPEN)." **Autoria:** Deputado Sidney Leite. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 147 - REQUERIMENTO Nº 1394 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Veniltom de Lima Diniz, Presidente da Associação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas da Nação (ABAPEN)." **Autoria:** Deputado Alencar Santana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 148 - REQUERIMENTO Nº 1305 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Veniltom de Lima Diniz, Presidente da Associação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas da Nação." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 149 - REQUERIMENTO Nº 1207 de 2025** que: "Requer a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

convocação do Senhor Veniltom de Lima Diniz Presidente da Associação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas da Nação (ABAPEN)." **Autoria:** Senadora Augusta Brito. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 150 - REQUERIMENTO Nº 1643 de 2025** que: "Requer a convocação do senhor Vilson Luiz da Silva, presidente da FETAEMG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais)." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 151 - REQUERIMENTO Nº 1320 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Bruno Bianco Leal, ex-Secretário Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia. (Aprovado como convite)" **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado como convite. **ITEM 152 - REQUERIMENTO Nº 1084 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Bruno Bianco Leal, ex-Secretário Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia. (Aprovado como convite)" **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado como convite. **ITEM 153 - REQUERIMENTO Nº 905 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Bruno Bianco Leal, ex-Secretário Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia. (Aprovado como convite)" **Autoria:** Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado como convite. **ITEM 154 - REQUERIMENTO Nº 783 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Bruno Bianco Leal, ex-Secretário Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia. (Aprovado como convite)" **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado como convite. **ITEM 155 - REQUERIMENTO Nº 608 de 2025** que: "Requer que seja convocado a prestar depoimento, perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, o Senhor Bruno Bianco Leal, ex-Secretário Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia. (Aprovado como convite)" **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 156 - REQUERIMENTO Nº 1846 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 157 - REQUERIMENTO Nº 1657 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Domingos Sávio de Castro, sócio da empresa ACDS Call Center Ltda." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 158 - REQUERIMENTO Nº 1246 de 2025** que: "Requer a convocação do senhor Domingos Sávio de Castro, empresário." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 159 - REQUERIMENTO Nº 869 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Domingos Sávio de Castro, suposto beneficiário da empresa Prospect Consultoria." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 160 - REQUERIMENTO Nº 786 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Domingos Sávio de Castro, suposto beneficiário da empresa Prospect Consultoria Empresarial Ltda." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 161 - REQUERIMENTO Nº 591 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Domingos Sávio de Castro, suposto beneficiário da empresa Prospect Consultoria." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 162 - REQUERIMENTO Nº 348 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Domingos Sávio de Castro, suposto beneficiário da empresa Prospect Consultoria." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Aprovado. **ITEM 163 - REQUERIMENTO Nº 1749 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Felipe Macedo Gomes, ex-presidente da Amar Brasil Clube de Benefícios (ABCB)." **Autoria:** Deputado Evair Vieira de Melo. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 164 - REQUERIMENTO Nº 1324 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Felipe Macedo Gomes, ex-presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas Brasil Clube de Benefícios - ABCB." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 165 - REQUERIMENTO Nº 1139 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Felipe Macedo Gomes, ex-presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas Brasil Clube de Benefícios - ABCB." **Autoria:** Deputado Orlando Silva. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 166 - REQUERIMENTO Nº 496 de 2025** que: "Requer o envio de convite ao sr. Felipe Macedo Gomes, presidente da associação Amar Brasil Clube de Benefícios – ABCB, para comparecer a esta CPMI." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 167 - REQUERIMENTO Nº 1452 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Vitor Luis Spilla Antevere, presidente do Círculo Nacional de Assistência dos Aposentados e Pensionstas (CINAAP)." **Autoria:** Deputado Sidney Leite. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 168 - REQUERIMENTO Nº 1289 de 2025** que: "Requer a convocação do senhor Vitor Luís Spilla Antevere, Presidente do Círculo Nacional de Assistência dos Aposentados e Pensionistas." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 169 - REQUERIMENTO Nº 1262 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Vitor Luis Spilla Antevere, Presidente do CINAAP - Círculo Nacional de Assistência dos Aposentados e Pensionstas." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 170 - REQUERIMENTO Nº 1668 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Waldemar Monte Neto, Presidente da MASTER PREV Clube de Benefícios." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 171 - REQUERIMENTO Nº 1628 de 2025** que: "Requer a convocação da senhora Márcia Eliza Souza, Diretora de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)." **Autoria:** Deputada Coronel Fernanda. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 172 - REQUERIMENTO Nº 1878 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Natjo de Lima Pinheiro." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 173 - REQUERIMENTO Nº 1018 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Natjo de Lima Pinheiro, empresário." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 174 - REQUERIMENTO Nº 935 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Natjo de Lima Pinheiro, empresário." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 175 - REQUERIMENTO Nº 780 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Natjo de Lima Pinheiro, empresário." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 176 - REQUERIMENTO Nº 595 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Natjo de Lima Pinheiro, empresário." **Autoria:** Deputado Luiz Lima e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 177 - REQUERIMENTO Nº 521 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Natjo de Lima Pinheiro, empresário." **Autoria:** Deputado Alencar Santana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 178 - REQUERIMENTO Nº 477 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Natjo de Lima Pinheiro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresário." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 179 - REQUERIMENTO Nº 1879 de 2025** que: "Convida Vinícius da Cruz a prestar depoimento." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Oitiva**. **Finalidade:** Oitiva de testemunhas. Oitiva do Nelson Wilians Fratoni Rodrigues, Advogado, em atendimento aos requerimentos 1100/2025, 1605/2025, 1808/2025, 1839/2025 e 1862/2025; do Tania Carvalho dos Santos, em atendimento aos requerimentos 629/2025, 794/2025, 1321/2025, 1844/2025 e 1855/2025; do Cecília Montalvão Queiroz, Sócia da Benfix Corretora de Seguros, em atendimento aos requerimentos 542/2025, 790/2025, 902/2025, 1030/2025, 1161/2025, 1203/2025 e 1854/2025; do Romeu Carvalho Antunes, Empresário - Prospect Consult. Empresarial LTDA, Brasília Consult. Empresarial S.A. e ACCA Consult., em atendimento aos requerimentos 481/2025, 785/2025, 932/2025, 944/2025, 1244/2025, 1325/2025, 1646/2025, 1840/2025 e 1848/2025; do Rubens Oliveira Costa, Empresário - Vênus Consult. Assessoria Empresarial SA e da Curitiba Consult. em Serv. Médicos S.A, em atendimento aos requerimentos 76/2025, 334/2025, 398/2025, 461/2025, 602/2025, 788/2025, 936/2025, 950/2025, 1007/2025, 1856/2025 e 1859/2025; do Milton Salvador de Almeida Junior, Empresário - Prospect Consultoria Empresarial, Acca Consultoria Empresarial e Truetrust Call Center, em atendimento aos requerimentos 328/2025, 460/2025, 603/2025, 809/2025, 943/2025, 1002/2025, 1659/2025, 1857/2025 e 1860/2025. **Resultado:** Realizadas as oitivas do Sr. Nelson Wilians e do Sr. Milton Salvador. Ausente a depoente Cecília Montalvão. Dispensados, por ora, os demais depoentes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e três horas e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Carlos Viana
Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/18

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS, de 2025, em 18 de setembro do corrente ano.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 8ª Reunião, realizada em 16/09.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Congresso Nacional*.

Antes de darmos início à leitura dos requerimentos que estão previstos para aprovação e antes do início das nossas oitivas, eu quero aqui expressar em meu nome, e também do Relator, se desejar colocar, a nossa satisfação em termos a notícia de que o Supremo Tribunal Federal passou a dar decisões mantendo o que diz a Constituição. Eu sei que seria até estranho falarmos em um Supremo que cumpre a Constituição, mas, infelizmente, nós temos vivido, nos últimos anos, algumas dificuldades, ou muitas dificuldades, entre o Parlamento e o Supremo. Os senhores sabem bem do meu posicionamento.

E, na semana passada, reclamamos aqui, eu reclamei e disse estranhar muito a decisão do Ministro André Mendonça, que tornou facultativa a presença de dois dos principais investigados. Outros quatro... (*Pausa.*) Ou testemunhas, desculpe; os dois que estão presos. Outras quatro testemunhas tentaram também, junto ao Supremo, a extensão de não comparecerem, o que foi negado pelo Ministro, no entendimento de que eles têm que entrar com um novo *habeas corpus* e, naturalmente, comparecerem à CPMI, tendo o direito de ficarem calados, como está previsto na Constituição. Outros ministros do Supremo também foram instados em *habeas corpus* pelos advogados e todos os dois ministros foram muito claros em dizer que a CPMI tem o poder de convocar as testemunhas e elas podem ficar caladas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Esse gesto, a meu ver, é uma demonstração clara de que o diálogo, o respeito entre os Poderes, a responsabilidade com o país, a resposta que nós temos que dar conjuntamente contra a corrupção em nosso Brasil é possível unindo todos os Poderes da República. Aqui não se trata de competição, não está aqui um Senador que queira em qualquer momento criar qualquer óbice ao Judiciário brasileiro ou qualquer tipo de intervenção nas decisões judiciais. Nada disso. Nós precisamos de um Judiciário cada vez mais respeitado e independente, mas precisamos de um Judiciário que saiba ter o controle e, principalmente, o equilíbrio, como está na Constituição – freios e contrapesos. Os dois têm que se respeitar e têm que trabalhar juntos pelo país. É isso que povo brasileiro espera de nós.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Portanto...

Só um instantinho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Não, Presidente, só para perguntar se V. Exa. poderia declinar quais as decisões de quais Ministros. Quais foram os Ministros que decidiram?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ministro André Mendonça, Nunes Marques e o Fux, Ministro Fux.

Então, eu quero dar a eles aqui a notícia... Reclamamos semana passada, fiz uma crítica e hoje eu quero dizer da satisfação em termos essa compreensão por parte do Supremo e o respeito às nossas prerrogativas. Isso é importante para o país. O que interessa aos brasileiros é que nós mostremos quem roubou, onde está o dinheiro e que esse dinheiro volte para o Tesouro Nacional. É isso que a população quer. Nós não estamos aqui por briga de egos, não estamos aqui para dizer quem manda mais ou manda menos, nós estamos aqui pela responsabilidade de darmos resposta ao nosso povo.

Portanto, fica aqui nosso posicionamento. Eu vou ler aqui, até com mais clareza, para que fique nas notas taquigráficas:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Diversos convocados pediram ao Ministro André Mendonça a extensão dos efeitos da decisão que beneficiou Antonio Camilo e Maurício Camisotti.
> Desta vez, o Ministro sequer conheceu dos pedidos, o que, em termos práticos, representa o indeferimento dos pleitos formulados.
> Entendemos que esta decisão, evidentemente calcada em parâmetros jurídicos, representa um gesto importante e um passo positivo do Ministro, no sentido da defesa das prorrogativas desta CPI, do entendimento e da busca de um trabalho conjunto com esta Comissão que viabilize uma resposta ao país, diante dos graves fatos que prejudicaram milhões de aposentados.
> Neste contexto, esta Presidência decidiu não impetrar qualquer Mandado de Segurança em relação à decisão pretérita do Ministro André Mendonça [como nós anunciamos aqui anteriormente].
> [Diante da abertura de diálogo e do respeito às nossas prerrogativas, nós] recorreremos pela via de um pedido de reconsideração e eventualmente do agravo interno para que haja ou a reconsideração pelo Ministro, ou uma decisão colegiada para que os dois, Antonio Camilo e Maurício Camisotti, compareçam a essa CPMI ou que nos seja franqueado ouvirmos os dois na sede da Polícia Federal.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Presidente, pela ordem, Rogerio Marinho.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pela ordem, Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela ordem.) – Presidente, na sessão anterior, nós tivemos aqui essa discussão e todos os Parlamentares falaram, vários Parlamentares falaram aqui, usaram da palavra, para se resignarem sobre a decisão do Ministro André. E hoje, V. Exa. faz um pronunciamento, colocando que vários Ministros, não apenas o André, o Fux e o... Me parece que o...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Nunes Marques.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... o Nunes Marques, tomaram decisões no sentido contrário do que foi decidido anteriormente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, apenas por uma questão de justiça, o Ministro André, na verdade, não mudou o seu entendimento. E claro, quando V. Exa. fizer o pedido de reconsideração, isso vai ficar mais claro para todos nós. Ele, quando negou a vinda, ou facultou a vinda dos dois acusados anteriores, ele o fez diante de ADPFs que já são jurisprudência no tribunal em que o voto condutor foi do Ministro Gilmar Mendes, que é o decano da Casa, onde foi estabelecido que quem está preso é colocado como se fosse uma condição coercitiva, que não é o caso dos convidados atuais, que nenhum deles está preso.

Mas, de qualquer forma, nós nos solidarizamos com a posição da Comissão de que é necessário que tenhamos aqui aqueles que eventualmente podem colaborar na elucidação desse crime e, com o pedido de reconsideração que V. Exa. fará, certamente isso vai ficar mais claro na cabeça de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador, muito obrigado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Rogerio Marinho. Eu, eu vou discordar de V. Exa. apenas em um ponto.

Essa CPMI tem poder de polícia e de Justiça para investigação. Portanto, dizer que eles não podem vir aqui, porque seria uma condução coercitiva, nós até entendemos, mas, por exemplo, não nos franquear ir à Polícia Federal para ouvi-los, a nosso ver, é um desrespeito a esta Comissão.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Também foi impedido que nós fôssemos Polícia Federal?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Isso...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Mas houve esse impedimento?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A Polícia Federal, hoje, quer que nós busquemos autorização do Supremo para essa oitiva.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Então, vamos fazer...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu entendo que esses pontos de contato têm que ser corrigidos, não é? Há aqui um posicionamento claro, nós temos que definir. Inclusive, nós vamos propor a esta Comissão... Os primeiros projetos de lei serão colocados futuramente. O Relator, eu, o Secretário estamos para colocar os Líderes... Nós queremos colocar projetos de lei que já comecem a tramitar no Congresso, garantindo às CPMIs mais acesso e esclarecendo os pontos que nós hoje entendemos como obscuros.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Presidente, só contribuindo para a fala de V. Exa., já há um projeto de lei que foi votado na Câmara dos Deputados e que está pronto para ser votado no Senado – já foi votado...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... em que se impede a questão dos descontos associativos na folha de pagamento. Então, eu acho que esta Comissão poderia, como primeiro ato...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Senador.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... pleitear a urgência deste processo dentro do Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Se houver concordância do Líder Pimenta, podemos encaminhar um requerimento ao Presidente do Congresso Nacional para que avalie, com urgência, o projeto que já está na Casa.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Vamos olhar isso.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Presidente, só um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho, Deputado.

Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Eu acho que não é o momento adequado. Vamos pegar o projeto, vamos conversar. Se for o caso, a gente vê depois. Agora não é o momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Senador...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu só queria um esclarecimento do que o senhor disse, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Só para esclarecer. Quer dizer que a Polícia Federal informou a V. Exa. que nós teremos de buscar o que é direito nosso no STF: de ir até a Polícia Federal fazer um interrogatório se quisermos?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É, os primeiros contatos são nesse sentido, foram feitos com o Relator.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não faz sentido. A Polícia Federal está negando um direito constitucional de Deputados e Senadores de irem ter com eventuais investigados.

Eu entendo que V. Exa. vai falar com o STF, mas sinceramente é inconstitucional o que a Polícia Federal do Governo Lula está fazendo com esta Comissão.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, só um minutinho.

Pela ordem, o Deputado Zé Trovão.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, bom dia ao senhor. Bom dia ao nosso nobre Relator, a todos. Eu queria fazer um apelo e gostaria que todos os Parlamentares prestassem muita atenção nessa minha fala, porque ela é bem importante.

Hoje eu estou muito preocupado com uma situação. Nós temos, neste exato momento, aprovados 780 requerimentos. Se esta Comissão durar dois anos, a gente consegue cumprir todos. E hoje nós já temos mais 90 para votar, está aqui na pauta. Com o que eu estou preocupado, Sr. Presidente? A gente poderia criar uma ordem aqui desses requerimentos, do que todo o grupo visa ser mais importante, para que a gente consiga fazer as oitivas realmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessárias. O tempo é exíguo, por seis meses, e se nós seguirmos nesta locomotiva de 780... O que me deixa preocupado é que a gente não consiga chegar no final dessa CPMI e ouvir quem realmente poderia ser importante para a investigação, que a gente fique ouvindo, por exemplo, pessoas que foram apenas uma engrenagem de lavagem simples de dinheiro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado. Mas essa preocupação tem sido externada aos Líderes e nós vamos... Nós temos colocado uma lista de prioridades, dada a exiguidade do tempo.

Pela ordem, o Senador Jorge Seif; em seguida, a Senadora Eliziane Gama.

Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, muito bom dia ao senhor e aos demais colegas aqui.

Sr. Presidente, existe hoje uma consternação nacional, visto que o prédio do Senado, do Congresso Nacional, o prédio da Câmara são dependências públicas, e existem leis, parágrafos, artigos constitucionais que rezam pelo zelo da publicidade e da transparência. Então é inexplicável que o Senado tenha colocado cem anos de sigilo sobre as imagens. O senhor fez algum requerimento esses dias, e eu queria saber qual o andamento disso; caso contrário, eu como Parlamentar e outros colegas vão me apoiar, nós vamos pedir a suspensão dessas imagens.

O que foi conversado entre o Careca do INSS com Deputados e Senadores é sigilo funcional, eu não tenho nada a ver com isso, mas quem andou nas nossas Casas... Porque nós podemos acabar incluídos como omissos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – ... se nós nos calarmos diante do sigilo de imagens de um criminoso que assaltou os nossos aposentados e pensionistas.

Então eu peço ao senhor para me dizer quais foram os desdobramentos; caso contrário, eu vou ingressar, junto ao Ministro André Mendonça, com o pedido de levantamento de sigilo das câmeras do Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sr. Jorge Seif, respondendo ao questionamento de V. Exa., todos os requerimentos aprovados por esta Comissão sobre entradas e saídas dos envolvidos nesta Casa, na Câmara dos Deputados, a questão das visitas, todos foram encaminhadas à Presidência do Senado. Os primeiros, com relação aos gabinetes, que estão sob sigilo, já há uma resposta oficial da Casa aqui; aos demais sobre as datas de entradas ainda não temos uma resposta oficial.

Com a palavra a Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA. Pela ordem.) – Presidente, eu queria, na verdade, só também concordar, muito embora em geral eu não concorde muito com o Zé Trovão, mas nesse caso específico estou concordando com ele, Presidente. Eu acho que a gente precisa organizar melhor essa questão das aprovações, sobretudo de convocados. Por exemplo, nós temos 40 pessoas convocadas, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Então, assim, eu acho que a gente precisa direcionar, fazer uma organização mais interna de procedimento, porque senão fica uma coisa muito... A gente acaba não priorizando aquilo que é central, que é exatamente quem conduziu, quem mandou e quem tem um papel fundamental nesse esquema de corrupção no país.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Obrigado, Senadora.

Nós estamos muito atentos a isso, respondendo a V. Exa., sobre as prioridades. E é importante a gente dizer também que, quanto mais convocações nós fizermos, elas serão colocadas numa lista de prioridades. Em momento algum, e eu tenho certeza de que não é essa a fala de nenhum dos Parlamentares aqui, nós deixaremos de convocar quem quer que seja.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Nós estamos convocando na medida em que os nomes estão ligados à investigação. Até há pouco falaram, muita gente perguntando: "Por que convocar esposas e filhos?". Eu sou um dos que mais respeito a questão da família, minha tradição política, trajetória é toda essa, mas, se é sócio, se teve movimentação financeira oriunda das empresas, não tem como deixar de dar explicações e nós vamos seguir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

nesse critério. Diversos requerimentos, inclusive, que vieram a essa Presidência foram retirados em acordos com as Lideranças, para que a gente possa manter sempre esse norte de nós trazermos aqui os envolvimentos.

Pela ordem, o Deputado Orlando Silva.

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP. Pela ordem.) – Bom dia, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Bom dia.

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) – Presidente, eu quero fazer uma sugestão para que nós possamos avançar na reunião de hoje, que aliás começamos com 45 minutos de atraso, e isso acaba impactando a agenda de todos nós.

Eu compreendo e concordo com as preocupações dos colegas quanto a um número infinito de convocações, mas acredito que a Mesa da Comissão, o Presidente, o Vice-Presidente, o Relator, eventualmente, poderiam convidar os Líderes da Oposição e do Governo, para sentarem-se à mesa e, numa reunião administrativa, eventualmente, aperfeiçoarem os critérios que têm orientado a estruturação dos trabalhos, de modo que nós possamos imediatamente passar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) – ... à fase de deliberação, de oitivas, e possamos ganhar tempo, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) – ... porque essa parte administrativa V. Exa. sabe como conduzir e pode convidar Líderes, de modo a que possamos avançar nos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) – Assim como eu queria, Presidente, reafirmar o que V. Exa. afirmou: é muito importante que nós, para a sociedade, deixemos claro que aqui não há ataque à família de quem quer que seja. Aqui há uma investigação objetiva. Quem tiver vínculo com o malfeito será chamado a se explicar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) – ... assim como advogados serão respeitados no exercício das suas funções...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Claro, perfeitamente.

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) – ... não como sócio de qualquer organização criminosa. Advogado aqui é chamado quando são identificados indícios de participação nos crimes e não no exercício da sua função prevista.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Obrigado, Deputado Orlando Silva.

Só lembro a V. Exa. que a maior parte do atraso foi justamente por uma reunião que nós fizemos com os Líderes para definir questões de última hora que são colocadas. Perfeitamente? Mas obrigado pela posição.

Olha, eu vou... Eu vou... Eu tenho aqui mais três, mais...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um minutinho. Eu tenho mais dois inscritos e vou passar a palavra ao nosso Relator.

Com a palavra, a Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem.) – Presidente, eu vou ser bem breve.

A minha preocupação é sobre os requerimentos de quebra de sigilo que ainda não foram apreciados, porque tem vários pendentes – eu diria que tem talvez 150 –, e a preocupação toda é que, diferentemente da convocação, que é de um dia para o outro, quebra de sigilo demora muito.

Então, eu queria só entender, ainda mais que a gente tem um tempo escasso, e quebra de sigilo vai demandar... Não só demora para chegar, como também demora para análise, e, até para ser uma coisa cuidadosa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – ... eu gostaria de solicitar que a gente deliberasse, ou pelo menos de saber qual é o plano de V. Exa. para essas quebras de sigilo, porque está realmente causando... Porque ele demora meses para tudo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Então, eu queria saber em que ordem da fila está, porque, pessoalmente, tenho 13 quebras de sigilo que não foram apreciadas ainda.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Deputada Adriana Ventura, todos os requerimentos que já foram apresentados inicialmente estão praticamente encerrados. À medida que as votações estão sendo feitas e novos requerimentos estão entrando, nós estamos colocando...

Agora, primeiro, nós temos um critério de só pedir quebra de sigilo daqueles que estão investigados. Nós temos feito uma apuração muito firme nesse sentido.

Uma sugestão que foi dada pelo Deputado Zé Trovão que é interessante, e a Senadora Eliziane Gama recolocou: seria muito bom se nós, por blocos, decidíssemos, entre os Parlamentares, o que é fundamental para todos, porque o que a gente tem aqui – e são muito bem-vindos, porque cada Parlamentar tem sua prerrogativa respeitada – são os pedidos individuais, tanto que eu, quando vou ler aqui, leio o nome de um por um para mostrar que todos estão prestigiados. Mas seria muito bom se nós pudéssemos fazer em bloco, Oposição e Governo, os requerimentos, para que a gente tivesse mais celeridade nesse andamento.

Pela ordem, por último, o Deputado Van Hattem.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone*.) – Eu tinha pedido, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Desculpe, Correia, tem razão – tem razão.

Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Bom, Presidente, primeiro, novamente, eu quero, mais tarde, falar um pouco mais sobre essa questão da Polícia Federal, mas eu acho muito grave que a Polícia Federal tenha dito para esta Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O Relator vai se posicionar sobre o assunto.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... buscar o Supremo para exercício de um direito nosso que é o de inquirir investigados, seja como testemunha ou como investigado. Afinal de contas, a decisão do André Mendonça foi de que ele não...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... era obrigado a vir aqui; não que ele não pudesse ser inquirido lá. Mas o Relator vai se posicionar sobre isso.

Eu queria reforçar o pedido do Senador Rogerio Marinho de que esta Comissão enviasse um ofício ao Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, com o apoio dos Senadores e Deputados todos aqui – eu imagino que vá ser unânime, porque passou por unanimidade na Câmara –, um pedido para que se paute, com urgência, o projeto para impedir descontos associativos do INSS. Já aprovamos na Câmara. O Senado está demorando, sinceramente, Sr. Presidente. V. Exa., Senador, é a favor do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu imagino que aqui tenha unanimidade para agora já deliberarmos sobre isso e enviarmos esse ofício ao Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, para que paute esse projeto e aprove, assim que possível. Se fosse possível hoje ainda, se tiver sessão deliberativa no Senado. Então eu colocaria isso para consideração de V. Exa. e do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado, sobre os requerimentos extrapauta, nós temos um acordo de não fazê-los no dia, sempre na sessão deliberativa, com antecedência. Então me comprometo e peço à Secretaria que faça um requerimento, e o colocaremos em votação na próxima sessão para deliberação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

Primeiro, o senhor me permita apenas concordar com o Van Hattem, para não dizer que eu sou sectário, que não concordo nunca com o Novo, mas quero concordar com o Van Hattem em relação à urgência de aprovação desses projetos de descontos associativos.

Aliás, o Presidente Lula já suspendeu. Ninguém mais tem desconto, acabou com essa farra, a quadrilha não continua atuando, e já foram devolvidos mais de R$1 bilhão. Então é preciso agora que o Congresso Nacional vá atrás da medida que o Presidente Lula já tomou. Então, eu concordo aí com o Van Hattem.

Eu queria, Presidente, em relação à questão das visitas do Careca ao Senado... Concordo com tudo que já foi dito aqui, mas eu queria incluir também – já tenho um requerimento, pediria a V. Exa. uma atenção especial a ele – o Presidente da Amar Brasil. É uma entidade que ganhou muito dinheiro à toa, e eu tenho notícias – eu não vou dizer quais Senadores – de que visitavam Senadores aqui também. Era importante incluir o Careca, mas também presidentes de entidades que faziam visitas por aqui, porque é evidente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... é visita que se faz a um órgão oficial, que é o Senado. É diferente de visitar festa de Camisotti, aí o Senador vai, o Deputado que quiser vai, é festa. Mas um órgão oficial como o Senado, um Poder, é preciso ver. E essa Amar Brasil vivia por aqui. Então, eu queria que também, no caso dela, fosse incluído o mesmo pedido que está sendo pedido ao Careca do INSS.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Eles já estão convocados.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, Marinho, só um instantinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – É sobre a questão dos trabalhos aqui, a organização que nós fizemos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela ordem.) – V. Exa. respondeu há pouco ao Deputado Van Hattem que os requerimentos que não estão acordados entre nós...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... nós acordamos, inclusive com o Deputado Paulo Pimenta, só podem ser objeto de deliberação na sessão subsequente. Então, nenhum requerimento aqui inopinado será votado...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Extrapauta.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... extrapauta sem acordo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Isso.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Bom, mas a proposta do Van Hattem foi outra, é que há um acordo entre nós. Se há um acordo, o próprio Rogério Correia acabou de colocar a posição do Partido dos Trabalhadores, que é favorável ao fim do desconto associativo, essa urgência. Então, eu acho que nós poderíamos votar pelo menos esse, esse...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Há concordância, Líder Paulo Pimenta?

Não, não, senhores...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Presidente, eu concordo, mas eu queria que votasse o meu.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu não vou entrar no mérito do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu vou seguir o acordado: conversamos, inclui-se na outra sessão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não vamos abrir exceção.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Relator, Alfredo Gaspar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, bom dia; bom dia a todos na pessoa de V. Exa.

Olha, nós tivemos a visita de quatro delegados da Polícia Federal tratando sobre as investigações. Eu queria deixar registrada aqui a total colaboração da Polícia Federal a tudo aquilo que a CPMI necessitar e puder ser concedido à CPMI. Então, assim, a Polícia Federal se colocou totalmente à disposição para receber os Parlamentares na sua sede, fazer a sessão da CPMI lá, mas deixou bem claro: o acesso aos investigados, desde o momento da decisão do Ministro André Mendonça, passa pela autorização judicial.

Da mesma forma, queria registrar – e não podia ser diferente – que tanto eu quanto o Presidente fomos ao gabinete do Ministro André Mendonça logo no início dos trabalhos, e o Ministro também se colocou inteiramente à disposição para compartilhar aquilo que for possível com a CPMI.

Então, Presidente, eu acho que o posicionamento de V. Exa. foi muito importante sobre a irresignação em nós não podermos ouvir, naquele instante, tanto o Sr. Camisotti quanto o Sr. Careca, mas essas três decisões simultâneas – Ministro André Mendonça, Ministro Fux e Ministro Nunes Marques –, elas revelam a consideração das decisões individuais para com o prestígio da CPMI. Eu acho que esse é um reparo muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Senhores, vamos aos requerimentos da primeira parte desta sessão.

Aqui, em reunião anterior, fizemos alguns acordos de procedimento entre Liderança do Governo e da Oposição em que ministros e ex-ministros serão chamados como convidados, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

não como convocados. Perfeitamente? Então, nós temos, por exemplo, o Advogado-Geral da União, Jorge Messias; passará aqui na aprovação a ser convidado. Temos também o ex-Ministro Bruno Bianco; também será como convidado. O Ministro da Controladoria-Geral da União também será como convidado a esta Casa.

Outra observação importante que faço é no requerimento número... Nos nºs 137, 138, 139, 140 e 141, não será convocado o Sr. José Carlos... (*Pausa.*)

Ah, não, desculpe, no Requerimento 136, não será convocado o ex-Ministro José Carlos Oliveira, uma vez que ele já compareceu a esta CPMI.

Requerimentos sem pauta para aprovação...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente, só...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – ... só para...

O requerimento do Diretor-Geral da Polícia Federal também vai ser...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ah, é o Andrei; também será convite, pois não.

1ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 1535/2025

Requer que sejam prestadas, pelo ministro do Supremo Tribunal Federal, André Mendonça, informações com a listagem de senadores da República e deputados federais implicados na Operação sem Desconto, ou que constam como investigados de inquéritos em geral sobre descontos indevidos em benefícios previdenciários.

Autoria: Senador Jorge Seif

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 1775/2025

Requer ao Departamento de Polícia Civil do Distrito Federal o envio, em formato digital, de cópia integral de inquéritos sobre descontos indevidos de mensalidades associativas em benefícios do INSS que tratem da atuação do Sr. Bruno Deitos, da empresa Premier Recursos Humanos e da Confederação Nacional de Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais – CONAFER, pelos fatos e fundamentos expostos.

Autoria: Senadora Eliziane Gama

1ª PARTE

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 1819/2025

Requer a disponibilização de mais um Agente de Polícia Federal do Departamento de Polícia Federal (DPF), preferencialmente lotado em Brasília e com experiência em investigações de alta complexidade, para prestar apoio técnico investigativo presencial a esta Comissão, até o encerramento das atividades.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 434/2025

Requer a convocação do sr. Andrei Rodrigues, Delegado-geral da Polícia Federal. (aprovado como convite)

Autoria: Deputado Zé Trovão

Convite ao Diretor da Polícia Federal, Andrei Rodrigues.

1ª PARTE

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 1811/2025

Requer a convocação do Senhor Jorge Messias, Advogado-Geral da União. (Aprovado como convite)

Autoria: Deputado Kim Kataguiri

Convite ao Sr. Jorge Messias, Advogado-Geral da União.

1ª PARTE

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 1803/2025

Requer a convocação da Sra. Clara Alcântara Botelho Machado, advogada.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 1192/2025

Requer a convocação do sr. Adelson Ferreira da Silva, presidente da Casa de Apoio ao Beneficiário Previdenciário de Aposentadoria e Pensão do INSS - CAPREV.

Autoria: Senadora Leila Barros

1ª PARTE

ITEM 8

REQUERIMENTO Nº 1460/2025

Requer a convocação do Sr. Adelson Ferreira da Silva, Presidente da Casa de Apoio ao Beneficiário Previdenciário de Aposentaria e Pensão do INSS - CABREV.

Autoria: Deputado Sidney Leite

1ª PARTE

ITEM 9

REQUERIMENTO Nº 1390/2025

Requer a convocação do Sr. Adelson Ferreira da Silva, Presidente da Casa de Apoio ao Beneficiário Previdenciário de Aposentadoria e Pensão do INSS (CABPREV).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Deputado Alencar Santana

1ª PARTE

ITEM 10

REQUERIMENTO Nº 1449/2025

Requer a convocação do sr. Americo Monte, presidente da AMAR BRASIL - Amar Brasil Clube de Benefício (ABCB).

Autoria: Deputado Sidney Leite

1ª PARTE

ITEM 11

REQUERIMENTO Nº 1351/2025

Requer a convocação do senhor Américo Monte, Presidente da Amar Brasil Clube de Benefícios - ABCB.

Autoria: Deputado Duarte Jr.

1ª PARTE

ITEM 12

REQUERIMENTO Nº 1342/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a convocação do sr. Américo Monte, presidente da Amar Brasil Clube de Benefícios.

Autoria: Deputado Rogério Correia

1ª PARTE

ITEM 13

REQUERIMENTO Nº 1240/2025

Requer a convocação do senhor Américo Monte, Presidente da Associação dos Aposentados e

Pensionistas Brasil Clube de Benefícios (ABCB) - AMAR BRASIL

Autoria: Deputado Orlando Silva

1ª PARTE

ITEM 14

REQUERIMENTO Nº 1227/2025

Requer a convocação do Sr. Américo Monte, Presidente da Amar Brasil Clube de Benefícios - ABCB.

Autoria: Senadora Augusta Brito

1ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 15

REQUERIMENTO Nº 1459/2025

Requer a convocação da Sra. Ana Lucia de Souza Carvalho, presidente da Rede Ibero-Americana de Associações de Idosos do Brasil - RIAAM BRASIL.

Autoria: Deputado Sidney Leite

1ª PARTE

ITEM 16

REQUERIMENTO Nº 1385/2025

Requer a convocação da Sra. Ana Lucia de Souza Carvalho, Presidente da Rede Ibero-Americana de Associações de Idosos do Brasil - RIAAM BRASIL.

Autoria: Deputado Alencar Santana

1ª PARTE

ITEM 17

REQUERIMENTO Nº 1253/2025

Requer a convocação da Sra. Ana Lucia de Souza Carvalho, presidente da Rede Ibero-Americana de Associações de Idosos do Brasil - RIAAM BRASIL.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

1ª PARTE

ITEM 18

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 580/2025

Requer o envio de convite ao Sr. Milton Baptista Souza Filho, Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical (SINDNAPI), para comparecer a esta CPMI.

Autoria: Senadora Damares Alves

1ª PARTE

ITEM 19

REQUERIMENTO Nº 1427/2025

Requer a convocação do senhor Armando Eudócio Machado, Presidente da Associação dos Servidores do Tráfego da Viação Férrea Centro Oeste (ASTRE).

Autoria: Deputado Sidney Leite

1ª PARTE

ITEM 20

REQUERIMENTO Nº 1384/2025

Requer a convocação do Senhor Armando Eudócio Machado, presidente da Associação dos Servidores do Tráfego da Viação Férrea Centro Oeste - ASTRE.

Autoria: Deputado Alencar Santana

1ª PARTE

ITEM 21

REQUERIMENTO Nº 1298/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a convocação do Sr. Armando Eudócio Machado, Presidente da Associação dos Servidores do Tráfego da Viação Férrea Centro Oeste - Astre.

Autoria: Deputado Rogério Correia

1ª PARTE

ITEM 22

REQUERIMENTO Nº 1234/2025

Requer a convocação do Senhor Armando Eudócio Machado, Presidente da Associação dos Servidores do Tráfego da Viação Férrea Centro Oeste - ASTRE.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

1ª PARTE

ITEM 23

REQUERIMENTO Nº 1422/2025

Requer a convocação do Sr. Arnaldo Martinez Guimarães, Presidente da Associação Brasileira de Aposentados e Pensionistas do Instituto Nacional de Seguridade Social (ABRAPPS).

Autoria: Deputado Sidney Leite

1ª PARTE

ITEM 24

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 1247/2025

Requer a convocação do Senhor Arnaldo Martinez Guimarães, representante da Associação Brasileira de Aposentados e Pensionistas do Instituto Nacional de Seguridade Social (ABRAPPS).

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

1ª PARTE

ITEM 25

REQUERIMENTO Nº 1005/2025

Requer a convocação do Sr Arnaldo Martinez Guimarães, representante da Associação Brasileira de Aposentados e Pensionistas do Instituto Nacional de Seguridade Social (ABRAPPS).

Autoria: Deputado Rogério Correia

1ª PARTE

ITEM 26

REQUERIMENTO Nº 513/2025

Requer o envio de convite ao Sr. Arnaldo Martinez Guimarães, presidente da Associação Brasileira de Aposentados e Pensionistas do Instituto Nacional da Seguridade Social (ABRAPPS), para comparecer a esta CPMI.

Autoria: Senadora Damares Alves

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 27

REQUERIMENTO Nº 1447/2025

Requer a convocação do sr. Dogival Jose dos Santos, presidente da Associação dos Aposentados do Brasil (AAB).

Autoria: Deputado Sidney Leite

1ª PARTE

ITEM 28

REQUERIMENTO Nº 1319/2025

Requer a convocação do Senhor Dogival José dos Santos, Presidente da Associação dos Aposentados do Brasil (AAB).

Autoria: Deputado Rogério Correia

1ª PARTE

ITEM 29

REQUERIMENTO Nº 1232/2025

Requer a convocação do Senhor Dogival José dos Santos, Presidente da Associação dos Aposentados do Brasil (AAB).

Autoria: Senadora Augusta Brito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 30

REQUERIMENTO Nº 1461/2025

Requer a convocação da Senhora Edvalda da Silva Lisboa, Presidente da Associação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (ASBRAPI).

Autoria: Deputado Sidney Leite

1ª PARTE

ITEM 31

REQUERIMENTO Nº 1304/2025

Requer a convocação da sra. Edvalda da Silva Lisboa, Presidente da Associação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos - ASBRAPI.

Autoria: Deputado Rogério Correia

1ª PARTE

ITEM 32

REQUERIMENTO Nº 1208/2025

Requer a convocação da Senhora Edvalda da Silva Lisboa, Presidente da Associação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (ASBRAPI).

Autoria: Senadora Augusta Brito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 33

REQUERIMENTO Nº 1444/2025

Requer a convocação do sr. Elio Zemuner, presidente do Centro de Estudos dos Benefícios dos Aposentados e Pensionistas (CEBAP).

Autoria: Deputado Sidney Leite

1ª PARTE

ITEM 34

REQUERIMENTO Nº 1331/2025

Requer a convocação do Senhor Elio Zemuner, Presidente do Centro de Estudos dos Benefícios dos Aposentados e Pensionistas.

Autoria: Deputado Rogério Correia

1ª PARTE

ITEM 35

REQUERIMENTO Nº 1228/2025

Requer a convocação do Sr. Elio Zemuner, Presidente do Centro de Estudos dos Benefícios dos Aposentados e Pensionistas - CEBAP.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Augusta Brito

1ª PARTE

ITEM 36

REQUERIMENTO Nº 1464/2025

Requer a convocação da Sra. Elizabeth da Rocha Gonçalves, Presidente da Associação dos Beneficiários da Previdência Social do Brasil (ABENPREB).

Autoria: Deputado Sidney Leite

1ª PARTE

ITEM 37

REQUERIMENTO Nº 1391/2025

Requer a convocação da Sra. Elizabeth da Rocha Gonçalves, Presidente da Associação dos Beneficiários da Previdência Social do Brasil (ABENPREB).

Autoria: Deputado Alencar Santana

1ª PARTE

ITEM 38

REQUERIMENTO Nº 1196/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a convocação da sra. Elizabeth da Rocha Gonçalves, presidente da ABENPREB - Associação dos Beneficiários da Previdência Social do Brasil.

Autoria: Senadora Leila Barros

1ª PARTE

ITEM 39

REQUERIMENTO Nº 1664/2025

Requer a convocação da Sra. Evandra Viriato Correia, Presidente da Central Nacional de Aposentados e Pensionistas - Associação Santo Antônio - CENAP/ASA.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 40

REQUERIMENTO Nº 1469/2025

Requer a convocação da Sra. Evandra Virito Correia, presidente da Central Nacional de Aposentados e Pensionistas - Associação Santo Antônio - CENAP-ASA.

Autoria: Deputado Sidney Leite

1ª PARTE

ITEM 41

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 1386/2025

Requer a convocação da Sra. Evandra Virito Correia, presidente da Central Nacional de Aposentados e Pensionistas - Associação Santo Antônio - CENAP-ASA.

Autoria: Deputado Alencar Santana

1ª PARTE

ITEM 42

REQUERIMENTO Nº 1195/2025

Requer a convocação da Sra. Evandra Virito Correia, presidente da Central Nacional de Aposentados e Pensionistas - Associação Santo Antônio - CENAP/ASA.

Autoria: Senadora Leila Barros

1ª PARTE

ITEM 47

REQUERIMENTO Nº 1665/2025

Requer a convocação do Sr. Francisco Canindé Pegado do Nascimento, Presidente da Central Nacional dos Aposentados e Pensionistas do Brasil - CENTRAPE.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 48

REQUERIMENTO Nº 1430/2025

Requer a convocação do senhor Francisco Canindé Pegado do Nascimento, Presidente da Central Nacional dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (CENTRAPE).

Autoria: Deputado Sidney Leite

1ª PARTE

ITEM 49

REQUERIMENTO Nº 1368/2025

Requer a convocação do Senhor Francisco Canindé Pegado do Nascimento, Presidente da Central Nacional dos Aposentados e Pensionistas do Brasil - CENTRAPE.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

1ª PARTE

ITEM 50

REQUERIMENTO Nº 1282/2025

Requer a convocação do Senhor Francisco Canindé Pegado do Nascimento, Presidente da Central Nacional dos Aposentados e Pensionistas do Brasil - CENTRAPE

Autoria: Deputado Alencar Santana

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 51

REQUERIMENTO Nº 579/2025

Requer o envio de convite ao Sr. Francisco Canindé Pegado do Nascimento, presidente da Central Nacional dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (Centrape), para comparecer a esta CPMI.

Autoria: Senadora Damares Alves

1ª PARTE

ITEM 52

REQUERIMENTO Nº 1436/2025

Requer a convocação do senhor Gilberto Torres Laurindo, Presidente da Associação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosas (ASBAPI).

Autoria: Deputado Sidney Leite

1ª PARTE

ITEM 53

REQUERIMENTO Nº 1307/2025

Requer a convocação do sr. Gilberto Torres Laurindo, Presidente da Associação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosas - ASBAPI.

Autoria: Deputado Rogério Correia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 54

REQUERIMENTO Nº 1283/2025

Requer a convocação do Senhor Gilberto Torres Laurindo, Presidente da Associação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosas - ASBAPI

Autoria: Deputado Alencar Santana

1ª PARTE

ITEM 55

REQUERIMENTO Nº 1252/2025

Requer a convocação do Sr. Gilberto Torres Laurindo, presidente da Associação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosas - ASBAPI.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

1ª PARTE

ITEM 56

REQUERIMENTO Nº 578/2025

Requer o envio de convite ao Sr. Gilberto Torres Laurindo, Presidente da Associação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (ASBAPI).

Autoria: Senadora Damares Alves

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 57

REQUERIMENTO Nº 1462/2025

Requer a convocação do Sr. Giovanni Cardoso, Presidente da Associação de Amparo Social ao Aposentado e Pensionista - AASAP.

Autoria: Deputado Sidney Leite

1ª PARTE

ITEM 58

REQUERIMENTO Nº 1388/2025

Requer a convocação do Sr. Giovanni Cardoso, presidente da Associação de Amparo Social ao Aposentado e Pensionista - AASAP.

Autoria: Deputado Alencar Santana

1ª PARTE

ITEM 59

REQUERIMENTO Nº 1212/2025

Requer a convocação do Sr. Giovanni Cardoso, Presidente da Associação de Amparo Social ao Aposentado e Pensionista - AASAP.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Leila Barros

1ª PARTE

ITEM 60

REQUERIMENTO Nº 1423/2025

Requer a Convocação do Sr. Irineu de Paula Cruz, Presidente da Associação Brasileira de Pensionistas e Aposentados (ABPAP).

Autoria: Deputado Sidney Leite

1ª PARTE

ITEM 61

REQUERIMENTO Nº 1222/2025

Requer a convocação do Sr. Irineu de Paula Cruz, Presidente da Associação Brasileira de Pensionistas e Aposentados (ex-Associação Beneficente de Auxílio Mútuo dos Servidores Públicos - ABAMSP.

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

1ª PARTE

ITEM 62

REQUERIMENTO Nº 512/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer o envio de convite ao Sr. Irineu de Paula Cruz, presidente da Associação Beneficente de Auxílio Mútuo ao Servidor Público (Abamsp), para comparecer a esta CPMI.

Autoria: Senadora Damares Alves

1ª PARTE

ITEM 63

REQUERIMENTO Nº 1451/2025

Requer a convocação do sr. Jerônimo Miranda Netto, presidente da Federação Interestadual dos Trabalhadores Ferroviários (FITF).

Autoria: Deputado Sidney Leite

1ª PARTE

ITEM 64

REQUERIMENTO Nº 1382/2025

Requer a convocação do Senhor Jerônimo Miranda Netto, presidente da Federação Interestadual dos Trabalhadores Ferroviários - FITF/CNTT/CUT.

Autoria: Deputado Alencar Santana

1ª PARTE

ITEM 65

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 1250/2025

Requer a convocação do Senhor Jerônimo Miranda Netto, Presidente da Federação Interestadual dos Trabalhadores Ferroviários - FITF/CNTT/CUT.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

1ª PARTE

ITEM 66

REQUERIMENTO Nº 1428/2025

Requer a convocação da senhora Maria Josana Lima de Oliveira, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (CONTRAF).

Autoria: Deputado Sidney Leite

1ª PARTE

ITEM 67

REQUERIMENTO Nº 1278/2025

Requer a convocação da Sra. Josana Lima, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil - CONTRAF.

Autoria: Deputado Alencar Santana

1ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 68

REQUERIMENTO Nº 1233/2025

Requer a convocação da Senhora Maria Josana Lima de Oliveira, Coordenadora Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil - CONTRAF.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

1ª PARTE

ITEM 69

REQUERIMENTO Nº 916/2025

Requer o envio de convite à Sra. Maria Josana Lima de Oliveira, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil - Contraf.

Autoria: Senadora Damares Alves

1ª PARTE

ITEM 70

REQUERIMENTO Nº 28/2025

Requer o envio de convite ao Sr. Vinicius Marques de Carvalho, Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União (CGU), para comparecer a esta CPMI.

Autoria: Senador Izalci Lucas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 71

REQUERIMENTO Nº 1028/2025

Requer o envio de convite ao Sr. Vinicius Marques de Carvalho, Ministro da Controladoria-Geral da União.

Autoria: Deputado Duarte Jr.

1ª PARTE

ITEM 72

REQUERIMENTO Nº 1695/2025

Requer o envio de convite ao Senhor Vinicius Marques de Carvalho, Ministro da Controladoria Geral da União (CGU), para comparecer a esta CPMI.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke

1ª PARTE

ITEM 73

REQUERIMENTO Nº 1456/2025

Requer a convocação do sr. José Avelino Pereira, Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados do Brasil (SINAB).

Autoria: Deputado Sidney Leite

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 74

REQUERIMENTO Nº 1288/2025

Requer a convocação do senhor José Avelino Pereira, Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados do Brasil.

Autoria: Deputado Rogério Correia

1ª PARTE

ITEM 75

REQUERIMENTO Nº 1276/2025

Requer a convocação do Sr. José Avelino Pereira, Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados do Brasil - SINAB.

Autoria: Deputado Alencar Santana

1ª PARTE

ITEM 76

REQUERIMENTO Nº 1263/2025

Requer a convocação do Senhor José Avelino Pereira, Presidente do SINAB - Sindicato Nacional dos Aposentados do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

1ª PARTE

ITEM 77

REQUERIMENTO Nº 1761/2025

Requer a convocação do Sr. Marcos José Lins Moura Santos, ex-presidente da Universo Associação dos Aposentados e Pensionistas dos Regimes Geral da Previdência Social - AAPPS Universo.

Autoria: Deputado Evair Vieira de Melo

1ª PARTE

ITEM 78

REQUERIMENTO Nº 1505/2025

Requer a convocação do sr. Jose Lins Moura Santos, presidente da Universo Associação dos Aposentados e Pensionistas dos Regimes Geral da Previdência Social.

Autoria: Senador Alessandro Vieira

1ª PARTE

ITEM 79

REQUERIMENTO Nº 915/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer o envio de convite ao Sr. José Lins Moura Santos, Presidente da Associação no Brasil de Aposentados e Pensionistas da Previdência Social - AP Brasil.

Autoria: Senadora Damares Alves

1ª PARTE

ITEM 80

REQUERIMENTO Nº 596/2025

Requer o envio de convite ao Sr. Marcos Jose Lins Moura Santos, ex-presidente da Universo

Associação dos Aposentados e Pensionistas dos Regimes Geral da Previdência Social - AAPPS Universo, para comparecer a esta CPMI.

Autoria: Senadora Damares Alves

1ª PARTE

ITEM 81

REQUERIMENTO Nº 1441/2025

Requer a convocação da sra. Maria Juracina Nunes Pacheco, presidente da Associação de Amparo aos Aposentados e Pensionistas do Brasil (AMPABEN BRASIL).

Autoria: Deputado Sidney Leite

1ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 82

REQUERIMENTO Nº 1397/2025

Requer a convocação da Sra. Maria Juracina Nunes Pacheco, Presidente da Associação de Amparo aos Aposentados e Pensionistas do Brasil (AMPABEN BRASIL).

Autoria: Deputado Alencar Santana

1ª PARTE

ITEM 83

REQUERIMENTO Nº 1310/2025

Requer a convocação da sra. Maria Juracina Nunes Pacheco, presidente da Associação de Amparo aos Aposentados e Pensionistas do Brasil.

Autoria: Deputado Rogério Correia

1ª PARTE

ITEM 84

REQUERIMENTO Nº 1225/2025

Requer a convocação da Sra. Maria Juracina Nunes Pacheco, Presidente da Associação de Amparo aos

Aposentados e Pensionistas do Brasil - AMPABEN BRASIL.

Autoria: Senadora Augusta Brito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 85

REQUERIMENTO Nº 1466/2025

Requer a convocação do Sr. Juscelino Antonio Ramiro, presidente da Associação Brasileira dos Contribuintes do Regime Geral da Previdência Social - Abrasprev.

Autoria: Deputado Sidney Leite

1ª PARTE

ITEM 86

REQUERIMENTO Nº 1387/2025

Requer a convocação do Sr. Juscelino Antonio Ramiro, presidente da Associação Brasileira dos Contribuintes do Regime Geral da Previdência Social - Abrasprev.

Autoria: Deputado Alencar Santana

1ª PARTE

ITEM 87

REQUERIMENTO Nº 1197/2025

Requer a convocação do sr. Juscelino Antonio Ramiro, presidente da Abrasprev - Associação Brasileira dos Contribuintes do Regime Geral da Previdência Social.

Autoria: Senadora Leila Barros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 88

REQUERIMENTO Nº 1463/2025

Requer a convocação do Sr. Levi Otoni de Almeida, Presidente da Associação Nacional de Benefícios para Aposentados e Pensionistas (KEEPER).

Autoria: Deputado Sidney Leite

1ª PARTE

ITEM 89

REQUERIMENTO Nº 1393/2025

Requer a convocação do Sr. Levi Otoni de Almeida, Presidente da Associação Nacional de Benefícios para Aposentados e Pensionistas (KEEPER).

Autoria: Deputado Alencar Santana

1ª PARTE

ITEM 90

REQUERIMENTO Nº 1194/2025

Requer a convocação do sr. Levi Otoni de Almeida, presidente da KEEPER - Associação Nacional de Benefícios para Aposentados e Pensionistas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Leila Barros

1ª PARTE

ITEM 91

REQUERIMENTO Nº 1639/2025

Requer a convocação do sr. Luiz Carlos Correa, presidente da ASBAP (Associação Brasileira de Benefício aos Aposentados e Servidores Públicos).

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 92

REQUERIMENTO Nº 1431/2025

Requer a convocação do senhor Marco Antônio Guilherme dos Santos, Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (SINTAPI/CUT).

Autoria: Deputado Sidney Leite

1ª PARTE

ITEM 93

REQUERIMENTO Nº 1272/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a convocação do Sr. Marco Antônio Guilherme dos Santos, Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos - SINTAPI-CUT.

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

1ª PARTE

ITEM 94

REQUERIMENTO Nº 1445/2025

Requer a convocação da sra. Maria do Socorro Santana Arraes, presidente da Associação Nacional dos Aposentados e Pensionistas do INSS (ANAPI).

Autoria: Deputado Sidney Leite

1ª PARTE

ITEM 95

REQUERIMENTO Nº 1398/2025

Requer a convocação da Sra. Maria do Socorro Santana Arraes, Presidente da Associação Nacional dos Aposentados e Pensionistas do INSS (ANAPI).

Autoria: Deputado Alencar Santana

1ª PARTE

ITEM 96

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 1229/2025

Requer a convocação da Sra. Maria do Socorro Santana Arraes, Presidente da Associação Nacional

dos Aposentados e Pensionistas do INSS - ANAPI.

Autoria: Senadora Augusta Brito

1ª PARTE

ITEM 97

REQUERIMENTO Nº 1443/2025

Requer a convocação da sra. Maria Ribeiro Lopes, presidente da União dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (UNSBRAS).

Autoria: Deputado Sidney Leite

1ª PARTE

ITEM 98

REQUERIMENTO Nº 1396/2025

Requer a convocação da Sra. Maria Ribeiro Lopes, Presidente da União dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (UNSBRAS).

Autoria: Deputado Alencar Santana

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 99

REQUERIMENTO Nº 1311/2025

Requer a convocação da Senhora Maria Ribeiro Lopes, Presidente da União dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (UNSBRAS).

Autoria: Deputado Rogério Correia

1ª PARTE

ITEM 100

REQUERIMENTO Nº 1231/2025

Requer a convocação da Senhora Maria Ribeiro Lopes, Presidente da União dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (UNSBRAS).

Autoria: Senadora Augusta Brito

1ª PARTE

ITEM 101

REQUERIMENTO Nº 515/2025

Requer o envio de convite à Sra. Maria Tereza da Silva Rego, presidente da União Nacional de Aposentados e Pensionistas Brasileiros (UNAPB), para comparecer a esta CPMI.

Autoria: Senadora Damares Alves

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 102

REQUERIMENTO Nº 1670/2025

Requer a convocação da Sra. Marlene Pereira da Silva, Presidente da Associação Nacional de Defesa dos Direitos dos Aposentados e Pensionistas - ANDDAP.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 103

REQUERIMENTO Nº 1467/2025

Requer a convocação da Sra. Marlene Pereira da Silva, Presidente da Associação Nacional de Defesa dos Direitos dos Aposentados e Pensionistas (ANDDAP).

Autoria: Deputado Sidney Leite

1ª PARTE

ITEM 104

REQUERIMENTO Nº 1392/2025

Requer a convocação da Sra. Marlene Pereira da Silva, Presidente da Associação Nacional de Defesa dos Direitos dos Aposentados e Pensionistas (ANDDAP).

Autoria: Deputado Alencar Santana

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 105

REQUERIMENTO Nº 1213/2025

Requer a convocação da Sra. Marlene Pereira da Silva, Presidente da Associação Nacional de Defesa dos Direitos dos Aposentados e Pensionistas – ANDDAP.

Autoria: Senadora Leila Barros

1ª PARTE

ITEM 106

REQUERIMENTO Nº 1421/2025

Requer a convocação da Sra. Marly Soares dos Santos, Presidente da Associação de Proteção e Defesa dos Direitos dos Aposentados e Pensionistas (APDAP PREV).

Autoria: Deputado Sidney Leite

1ª PARTE

ITEM 107

REQUERIMENTO Nº 1236/2025

Requer a convocação da Senhora Marly Soares dos Santos, sócia da Associação de Proteção e Defesa dos Direitos dos Aposentados e Pensionistas – APDAP PREV.

Autoria: Deputado Orlando Silva

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 108

REQUERIMENTO Nº 1221/2025

Requer a convocação da Sra. Marly Soares dos Santos, Presidente da Associação de Proteção e Defesa dos Direitos dos Aposentados e Pensionistas - APDAP PREV.

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

1ª PARTE

ITEM 109

REQUERIMENTO Nº 671/2025

Requer a convocação da Sra. Marly Soares dos Santos, sócia da Associação de Proteção e Defesa dos

Direitos dos Aposentados e Pensionistas – APDAP PREV.

Autoria: Deputado Zé Trovão

1ª PARTE

ITEM 110

REQUERIMENTO Nº 1732/2025

Requer a convocação do senhor Milton Baptista de Souza Filho, Diretor Presidente do Sindicato dos Aposentados e Pensionistas (SINDNAPI).

Autoria: Deputada Bia Kicis

1ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 111

REQUERIMENTO Nº 1437/2025

Requer a convocação do senhor Milton Baptista de Souza Filho, Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical (SINDNAPI/FS).

Autoria: Deputado Sidney Leite

1ª PARTE

ITEM 112

REQUERIMENTO Nº 1273/2025

Requer o envio de convite ao Sr. Milton Batista de Souza Filho, Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical - SINDNAPIFS, para comparecer a esta CPMI.

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

1ª PARTE

ITEM 113

REQUERIMENTO Nº 1238/2025

Requer o envio de convite ao Senhor Milton Souza Baptista de Filho, Diretor Presidente do Sindicato dos Aposentados e Pensionistas - SINDNAPI, para comparecer a esta CPMI.

Autoria: Deputado Orlando Silva

1ª PARTE

ITEM 114

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 1454/2025

Requer a convocação do sr. Natal Leo, Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da União Geral dos Trabalhadores (SINDIAPI-UGT).

Autoria: Deputado Sidney Leite

1ª PARTE

ITEM 115

REQUERIMENTO Nº 1372/2025

Requer a convocação do Senhor Natal Leo, presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da União Geral dos Trabalhadores (SINDIAPI/UGT)

Autoria: Deputado Alencar Santana

1ª PARTE

ITEM 116

REQUERIMENTO Nº 1268/2025

Requer a convocação do Senhor Natal Leo, presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da União Geral dos Trabalhadores (SINDIAPI/UGT).

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

1ª PARTE

ITEM 117

REQUERIMENTO Nº 1435/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a convocação de Nilton Molina, Presidente do Instituto de Longevidade Mongeral Aegon (MAG).

Autoria: Deputado Sidney Leite

1ª PARTE

ITEM 118

REQUERIMENTO Nº 1300/2025

Requer a convocação do Sr. Nilton Molina, Presidente do Instituto de Longevidade Mongeral Aegon - MAG.

Autoria: Deputado Rogério Correia

1ª PARTE

ITEM 119

REQUERIMENTO Nº 1281/2025

Requer a convocação do senhor Nilton Molina, Presidente do Instituto de Longevidade Mongeral Aegon - MAG

Autoria: Deputado Alencar Santana

1ª PARTE

ITEM 120

REQUERIMENTO Nº 1269/2025

Requer a convocação do Senhor Nilton Molina, presidente do Instituto de Longevidade Mongeral Aegon - MAG.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

1ª PARTE

ITEM 121

REQUERIMENTO Nº 1429/2025

Requer a convocação do senhor Paulo de Tarso Pessanha Ferreira, Presidente Do Sindicato dos Trabalhadores em Ferroviárias do Rio (STRFERJ).

Autoria: Deputado Sidney Leite

1ª PARTE

ITEM 122

REQUERIMENTO Nº 1306/2025

Requer a convocação do sr. Paulo Tarso Pessanha Ferreira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Ferroviárias do Rio.

Autoria: Deputado Rogério Correia

1ª PARTE

ITEM 123

REQUERIMENTO Nº 1279/2025

Requer a convocação do Sr. Paulo de Tarso Pessanha Ferreira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Ferroviárias do Rio - STRFERJ.

Autoria: Deputado Alencar Santana

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 124

REQUERIMENTO Nº 1251/2025

Requer a convocação do Sr. Paulo de Tarso Pessanha Ferreira, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Ferroviárias do Rio - STRFERJ.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

1ª PARTE

ITEM 125

REQUERIMENTO Nº 1438/2025

Requer a convocação do senhor Ramiro Melo, Presidente do Sindicato dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (SINDAPB).

Autoria: Deputado Sidney Leite

1ª PARTE

ITEM 126

REQUERIMENTO Nº 1373/2025

Requer a convocação do Senhor Ramiro Melo, presidente do Sindicato dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (SINDAPB)

Autoria: Deputado Alencar Santana

1ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 127

REQUERIMENTO Nº 1297/2025

Requer a convocação do Sr. Ramiro Melo, Presidente do Sindicato dos Aposentados e Pensionistas do Brasil - SINDAPB.

Autoria: Deputado Rogério Correia

1ª PARTE

ITEM 128

REQUERIMENTO Nº 1235/2025

Requer a convocação do Senhor Ramiro Melo, Presidente do Sindicato dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (SINDAPB).

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

1ª PARTE

ITEM 129

REQUERIMENTO Nº 1457/2025

Requer a convocação do sr. Rubens Graciano, presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas e Idosos de Mogi Guaçu (SINTRAAPI).

Autoria: Deputado Sidney Leite

1ª PARTE

ITEM 130

REQUERIMENTO Nº 1371/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a convocação do Senhor Rubens Graciano, presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas e Idosos de Mogi Guaçu - SINTRAAP.

Autoria: Deputado Alencar Santana

1ª PARTE

ITEM 131

REQUERIMENTO Nº 1266/2025

Requer a convocação do Senhor Rubens Graciano, presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas e Idosos de Mogi Guaçu - SINTRAAPI.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

1ª PARTE

ITEM 132

REQUERIMENTO Nº 1594/2025

Requer a convocação do Sr. Wilson Peres Ferreira, Delegado da Polícia Civil do Distrito Federal.

Autoria: Senadora Leila Barros

1ª PARTE

ITEM 133

REQUERIMENTO Nº 104/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a convocação do Sr. Cícero Marcelino de Souza Santos, assessor do presidente da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais - CONAFER.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 134

REQUERIMENTO Nº 399/2025

Requer a convocação do sr. Cícero Marcelino de Souza Santos.

Autoria: Senador Eduardo Girão

1ª PARTE

ITEM 135

REQUERIMENTO Nº 1330/2025

Requer a convocação da Sra. Socorro Santana Arraes, Presidente da Associação Nacional dos Aposentados e Pensionistas do INSS - ANAPI.

Autoria: Deputado Rogério Correia

1ª PARTE

ITEM 136

REQUERIMENTO Nº 474/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a convocação do sr. José Laudenor, suspeito de receber valores de Cícero Marcelino, operador da Confederação Nacional de Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais - CONAFER.

Autoria: Deputado Rogério Correia

1ª PARTE

ITEM 137

REQUERIMENTO Nº 1667/2025

Requer a convocação da Sra. Solange Aparecida Nogueira Macedo, Presidente da MASTER PREV Clube de Benefícios.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 138

REQUERIMENTO Nº 1442/2025

Requer a convocação da sra. Solange Aparecida Nogueira Macedo, presidente da Master Prev Clube de Benefícios (MASTER PREV).

Autoria: Deputado Sidney Leite

1ª PARTE

ITEM 139

REQUERIMENTO Nº 1395/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a convocação da Sra. Solange Aparecida Nogueira Macedo, Presidente da Master Prev Clube de Benefícios (MASTER PREV).

Autoria: Deputado Alencar Santana

1ª PARTE

ITEM 140

REQUERIMENTO Nº 1204/2025

Requer a convocação da senhora Solange Aparecida Nogueira Macedo, Presidente da Master Prev Clube de Benefícios (MASTER PREV).

Autoria: Senadora Augusta Brito

1ª PARTE

ITEM 141

REQUERIMENTO Nº 990/2025

Requer a convocação da Sra. Solange Aparecida Nogueira Macedo, Presidente da Associação Master Prev. Clube de Benefícios.

Autoria: Deputado Rogério Correia

1ª PARTE

ITEM 142

REQUERIMENTO Nº 1831/2025

Requer a convocação da Sra. Vania Marques Pinto, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Deputado Evair Vieira de Melo

1ª PARTE

ITEM 143

REQUERIMENTO Nº 1703/2025

Requer a convocação da Sra. Vânia Marques Pinto, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG.

Autoria: Deputado Delegado Fabio Costa

1ª PARTE

ITEM 144

REQUERIMENTO Nº 1420/2025

Requer a convocação da Sra. Vânia Marques Pinto, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG).

Autoria: Deputado Sidney Leite

1ª PARTE

ITEM 145

REQUERIMENTO Nº 1248/2025

Requer o envio de convite para a senhora Vânia Marques Pinto, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares, para comparecer a esta CPMI.

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 146

REQUERIMENTO Nº 1446/2025

Requer a convocação do sr. Veniltom de Lima Diniz, presidente da Associação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas da Nação (ABAPEN).

Autoria: Deputado Sidney Leite

1ª PARTE

ITEM 147

REQUERIMENTO Nº 1394/2025

Requer a convocação do Sr. Veniltom de Lima Diniz, Presidente da Associação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas da Nação (ABAPEN).

Autoria: Deputado Alencar Santana

1ª PARTE

ITEM 148

REQUERIMENTO Nº 1305/2025

Requer a convocação do sr. Veniltom de Lima Diniz, Presidente da Associação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas da Nação.

Autoria: Deputado Rogério Correia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 149

REQUERIMENTO Nº 1207/2025

Requer a convocação do Senhor Veniltom de Lima Diniz Presidente da Associação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas da Nação (ABAPEN).

Autoria: Senadora Augusta Brito

1ª PARTE

ITEM 151

REQUERIMENTO Nº 1320/2025

Requer a convocação do Sr. Bruno Bianco Leal, ex-Secretário Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia.

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

1ª PARTE

ITEM 152

REQUERIMENTO Nº 1084/2025

Requer a convocação do Senhor Bruno Bianco Leal, ex-Secretário Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia.

Autoria: Senadora Eliziane Gama

1ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 153

REQUERIMENTO Nº 905/2025

Requer a convocação do Sr. Bruno Bianco Leal, ex-Secretário Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia.

Autoria: Senador Fabiano Contarato

1ª PARTE

ITEM 154

REQUERIMENTO Nº 783/2025

Requer a convocação do Sr. Bruno Bianco Leal, ex-Secretário Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

1ª PARTE

ITEM 155

REQUERIMENTO Nº 608/2025

Requer que seja convocado a prestar depoimento, perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, o Senhor Bruno Bianco Leal, ex-Secretário Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia.

Autoria: Deputado Rogério Correia

1ª PARTE

ITEM 156

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 1846/2025

Requer a convocação do Senhor DOMINGOS SÁVIO DE CASTRO, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 157

REQUERIMENTO Nº 1657/2025

Requer a convocação do Sr. Domingos Sávio de Castro, sócio da empresa ACDS Call Center Ltda.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 158

REQUERIMENTO Nº 1246/2025

Requer a convocação do senhor Domingos Sávio de Castro, empresário.

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

1ª PARTE

ITEM 159

REQUERIMENTO Nº 869/2025

Requer a convocação do Sr. Domingos Sávio de Castro, suposto beneficiário da empresa Prospect Consultoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Fabiano Contarato

1ª PARTE

ITEM 160

REQUERIMENTO Nº 786/2025

Requer a convocação do Sr. Domingos Sávio de Castro, suposto beneficiário da empresa Prospect Consultoria Empresarial Ltda.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

1ª PARTE

ITEM 161

REQUERIMENTO Nº 591/2025

Requer a convocação do Sr. Domingos Sávio de Castro, suposto beneficiário da empresa Prospect Consultoria.

Autoria: Deputado Rogério Correia

1ª PARTE

ITEM 162

REQUERIMENTO Nº 348/2025

Requer a convocação do Sr. Domingos Sávio de Castro, suposto beneficiário da empresa Prospect Consultoria.

Autoria: Deputada Adriana Ventura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 163

REQUERIMENTO Nº 1749/2025

Requer a convocação do sr. Felipe Macedo Gomes, ex-presidente da Amar Brasil Clube de Benefícios (ABCB).

Autoria: Deputado Evair Vieira de Melo

1ª PARTE

ITEM 164

REQUERIMENTO Nº 1324/2025

Requer a convocação do Sr. Felipe Macedo Gomes, ex-presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas Brasil Clube de Benefícios - ABCB.

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

1ª PARTE

ITEM 165

REQUERIMENTO Nº 1139/2025

Requer a convocação do Sr. Felipe Macedo Gomes, ex-presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas Brasil Clube de Benefícios - ABCB.

Autoria: Deputado Orlando Silva

1ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 166

REQUERIMENTO Nº 496/2025

Requer o envio de convite ao sr. Felipe Macedo Gomes, presidente da associação Amar Brasil Clube de Benefícios – ABCB, para comparecer a esta CPMI.

Autoria: Senadora Damares Alves

1ª PARTE

ITEM 167

REQUERIMENTO Nº 1452/2025

Requer a convocação do sr. Vitor Luis Spilla Antevere, presidente do Círculo Nacional de Assistência dos Aposentados e Pensionstas (CINAAP).

Autoria: Deputado Sidney Leite

1ª PARTE

ITEM 168

REQUERIMENTO Nº 1289/2025

Requer a convocação do senhor Vitor Luís Spilla Antevere, Presidente do Círculo Nacional de Assistência dos Aposentados e Pensionistas.

Autoria: Deputado Rogério Correia

1ª PARTE

ITEM 169

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 1262/2025

Requer a convocação do Senhor Vitor Luis Spilla Antevere, Presidente do CINAAP - Círculo Nacional de Assistência dos Aposentados e Pensionstas.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

1ª PARTE

ITEM 170

REQUERIMENTO Nº 1668/2025

Requer a convocação do Sr. Waldemar Monte Neto, Presidente da MASTER PREV Clube de Benefícios.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 171

REQUERIMENTO Nº 1628/2025

Requer a convocação da senhora Márcia Eliza Souza, Diretora de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Autoria: Deputada Coronel Fernanda

1ª PARTE

ITEM 172

REQUERIMENTO Nº 1878/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a convocação do Sr. Natjo de Lima Pinheiro.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 173

REQUERIMENTO Nº 1018/2025

Requer a convocação do Sr. Natjo de Lima Pinheiro, empresário.

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

1ª PARTE

ITEM 174

REQUERIMENTO Nº 935/2025

Requer a convocação do Sr. Natjo de Lima Pinheiro, empresário.

Autoria: Senador Fabiano Contarato

1ª PARTE

ITEM 175

REQUERIMENTO Nº 780/2025

Requer a convocação do Sr. Natjo de Lima Pinheiro, empresário.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

O 595 é do Deputado Luiz Lima e outros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 176

REQUERIMENTO Nº 595/2025

Requer a convocação do Sr. Natjo de Lima Pinheiro, empresário.

Autoria: Deputado Luiz Lima

1ª PARTE

ITEM 177

REQUERIMENTO Nº 521/2025

Requer a convocação do Sr. Natjo de Lima Pinheiro, empresário.

Autoria: Deputado Alencar Santana

1ª PARTE

ITEM 178

REQUERIMENTO Nº 477/2025

Requer a convocação do Sr. Natjo de Lima Pinheiro, empresário.

Autoria: Deputado Rogério Correia

1ª PARTE

ITEM 179

REQUERIMENTO Nº 1879/2025

Convida Vinícius da Cruz a prestar depoimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Carlos Viana

O 1.879, de origem deste Presidente, Senador Carlos Viana.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Pelo que nós acompanhamos aqui...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... e tudo aquilo que a gente conversou lá...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, senhor.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... só tem um pequeno detalhe: o item 133, Requerimento 104, nós combinamos de transformá-lo de convite para convocação...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... como testemunha, que não foi lido dessa maneira.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, eu fiz a correção logo no início: todos os que são Ministros e o Presidente da Polícia Federal serão...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – É o contrário, esse é o contrário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Qual que é esse aqui?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – É o item 133, Requerimento 104...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É o 133, só um instante. V. Exa. tem razão.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... ele virá na condição de testemunha, como convocado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, o Requerimento 133, convocação do Sr. Cícero Marcelino de Souza, sai de convite para convocação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, do 136 foi feita a correção?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, ele está sendo convidado; ele quer que passe a ser convocado.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Ele sai... Ele vem como testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É, mas ele vai ser convocado a pedido.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Convocado como testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Há concordância, Senador Rogerio Marinho?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Há concordância.

Eu pergunto a V. Exa... Há concordância, sim.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Isso foi o acordado.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Agora, no 136, nós fizemos uma retificação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Cento e trinta e seis.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Foi feita a retificação?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Foi feita.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para convite, todos eles.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Não, não...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Tirou o Oliveira. Está retirado, foi citado aqui.

Alguma observação mais, senhores?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Está claro?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está claro?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Rogério?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, em votação os requerimentos em bloco.

Os Parlamentares, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, que concordam, que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovados os requerimentos previstos em pauta e com as observações feitas pela Presidência.

Determino à Secretaria que cumpra todos os detalhes.

Segunda parte: oitiva do Sr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues, advogado.

Requerimentos: 1.100, Deputado Duarte Jr.; 1.605, Deputado Alfredo Gaspar; 1.808, Deputado Rogério Correia; 1.839, Senador Fabiano Contarato; e 1.862, Senador Izalci Lucas.

Convido para tomar assento à mesa o Sr. Nelson Wilians, acompanhado dos advogados que solicitou.

Por gentileza, peço à Secretaria que conduza a testemunha. (*Pausa.*)

Líder Marinho e Líder Pimenta, aproveitando, enquanto há deslocamento, reforço aqui o pedido que foi colocado pelos Deputados e Senadores, de que, quem sabe, a gente possa fazer um trabalho, a partir de agora, em bloco, dos requerimentos. Eu me comprometo, inclusive, a ler os nomes todos de cada requerimento, mas para diminuirmos o volume, inclusive, nas votações no dia a dia. Se V. Exas. aquiescerem...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Não entendi, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Foi colocada aqui uma proposta de que, a partir de agora, os requerimentos fossem feitos em bloco, porque hoje nós temos a repetição de muitos requerimentos, cada um por Parlamentar.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, havendo...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Havendo um acordo prévio.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Havendo tempo para a gente poder analisar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... antes da reunião; um dia antes, faz-se uma reunião das assessorias. A gente vai construindo esses entendimentos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Será muito bem-vindo.

E aqui é muito bom e prazeroso ver, nos pedidos de requerimentos aqui, que tanto o Governo quanto a oposição concordam nas convocações, não é? Há nomes dos dois lados aqui fazendo a convocação. É uma demonstração clara do compromisso desta CPMI em dar resposta ao povo brasileiro.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Obrigado, Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA. Pela ordem.) – Presidente, é bom lembrar que nós só tivemos votação aqui... Se não me foge a memória, de requerimento, nós não tivemos votação nominal de requerimento. Todos foram acordos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Tivemos nos pedidos de prisão. De requerimento, só.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Apenas esses dos pedidos de prisão. Todos os demais foram por acordo, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exato.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – E demonstra realmente uma boa vontade tanto da base do Governo quanto da oposição.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – E eu agradeço aos Líderes, têm sido muito colaborativos, e nós temos conseguido avançar nos trabalhos.

Antes de iniciarmos a oitiva do Sr. Nelson Wilians...

Bom dia, primeiramente, né?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Bom dia, Presidente, bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Antes de iniciarmos a oitiva do Sr. Nelson Wilians, informo que as demais testemunhas ficarão incomunicáveis, acompanhadas pela Polícia Legislativa.

Ainda, esta Presidência foi cientificada dos termos da decisão, nos autos do Habeas Corpus 261.850/DF, cujo paciente é o depoente e a relatoria, do Ministro Nunes Marques.

A ordem foi concedida parcialmente, garantindo ao advogado o direito ao silêncio, a não assumir o compromisso de falar a verdade, à assistência de advogado e a não sofrer constrangimentos físicos ou morais em decorrência do exercício desses direitos.

Não obstante, gostaria de destacar para todos que todos esses direitos concedidos pelo Ministro Nunes Marques já estavam garantidos aqui pela CPMI, conforme o ofício convocatório, os precedentes do Colegiado e a atuação dos membros.

Registro, contudo, que o depoente está desobrigado de prestar o compromisso de dizer a verdade, no entanto, caso queira, poderá prestá-lo voluntariamente.

V. Sa. gostaria de prestar o termo de compromisso voluntariamente, Sr. Nelson?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Bem, então, já que não, vamos à frente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A partir deste momento, daremos sequência aos nossos trabalhos.

O senhor tem 15 minutos para...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Pela ordem.) – V. Exa., por meio de aprovação do Colegiado, fez a convocação de seis testemunhas. Quantas acudiram à convocação?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Nós temos cinco, que já estão... Todas as seis estão devidamente notificadas pela Secretaria. Apenas uma, que mora em São Paulo, alegou não ter dinheiro para poder comparecer, porque os bens estão bloqueados, e nós colocamos à disposição – já fizemos a resposta de que a Comissão pagará – a passagem dela, até do advogado, se for necessário, para que possa comparecer, Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Já tem um cronograma, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Temos um cronograma de depoimentos já, que vai ser disponibilizado para todos, nos próximos dias, para que acompanhem claramente. Temos ex-ministros, outros...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, em relação a essas testemunhas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Nós vamos começar hoje.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Hoje, além do Sr. Nelson, nós temos aqui pelo menos mais três...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... que estão para serem ouvidos.

Se nós tivermos tempo, ouviremos todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – E, a partir de segunda-feira, também teremos tempo para ouvir os demais.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Até segunda, dá tempo de ouvir todo mundo. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, nós... Passaremos a noite aqui, se for preciso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito obrigado, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... pelo esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Sr. Nelson Wilians, para os primeiros posicionamentos dele.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (Para depor.) – Exmos. Srs. Deputados e Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, silêncio, por favor. (*Fora do microfone.*) Peço silêncio à audiência, por gentileza.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Bom dia. Bom dia.

Agradeço a honra de comparecer a esta CPMI, que considero uma das mais importantes da história das CPMIs, uma das mais importantes, porque o tema que aqui é discutido é um tema extremamente relevante – relevante para o nosso povo, relevante para a nossa sociedade.

Eu perdi meu pai há cerca de um mês. Meu pai era uma pessoa aposentada. Meu pai era uma pessoa que dependia... Dependeria da aposentadoria, se não tivesse um filho como eu, um filho que nasceu pobre, no interior do Paraná.

Trabalhei numa pequena propriedade rural. Meu pai tinha uma pequena propriedade rural, agricultura de subsistência. No início, eram três alqueires de terra. Quem conhece propriedade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

rural sabe que três alqueires de terra são agricultura de subsistência. Meu pai, semianalfabeto, minha mãe, semianalfabeta, muito pobres, muito pobres.

Eu estaria, teoricamente, fadado a seguir o mesmo destino, como milhões de jovens, milhões de jovens brasileiros. A educação transformou a minha vida. Fui transformado pela educação. Tenho uma história que muitos de vocês aqui conhecem – muitos me conhecem pelas redes sociais e muitos me conhecem pessoalmente. Ando pelo Brasil fazendo palestras, inspirando jovens, não apenas estudantes de Direito, mas de várias áreas, porque eles veem na minha história de vida uma inspiração: alguém que saiu do zero absoluto e construiu uma história, uma história bonita, uma história de honestidade, uma referência.

E também, é muito importante destacar, me formei, fiz Direito, Instituição Toledo, de Bauru, ITE (Instituição Toledo de Ensino). Quando me formei, era auxiliar de escritório. Ganhava o piso de auxiliar de escritório. Quando retornei a Jaguapitã, falaram para mim, bacharel em Direito: "Está assim: difícil é tirar a Ordem dos Advogados". Voltei para Bauru, retornei de Jaguapitã, tirei 30 dias de férias no meu último emprego, estudei muito, prestei o exame da Ordem, e passei no meu primeiro exame da Ordem.

Eu não tinha nome, eu não era o Nelson Wilians. Eu era o Alemão, embora não seja descendente de alemães. Era o Alemão.

Bauru é uma cidade de aproximadamente 300, trezentos e poucos mil habitantes, com uma das faculdades mais tradicionais de Direito do interior e, realmente, muitos advogados, filhos de juízes, promotores, serventuários da justiça, empresários...

Ali, sem carro, sem pai, sem mãe, sem um nome, comecei a minha carreira, com 22 anos, numa clínica médica onde me emprestaram uma sala para eu começar a usar.

As pessoas erroneamente achavam que o meu pai fosse advogado. O médico que me emprestou a sala fez a segunda graduação – ele fez Direito comigo.

Começo assim, andando de ônibus coletivo, não tendo nome, numa cidade em que tinha e tem uma grande concorrência. E assim eu fui galgando a minha carreira. Ela não começou ontem, anteontem, há 5 anos, 10 anos; eu tenho 31 anos de formado, 26 anos que fundei o escritório. O escritório tem mais de 1 mil advogados, cerca de 3 mil pessoas na nossa operação, filiais em todas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

as capitais – a matriz é em São Paulo –, aproximadamente 20 mil clientes, pessoas jurídicas. Essa é a estrutura que este que está aqui na frente de vocês construiu. Essa é a minha história. É a história que inspira, inspira milhões, e eu não tenho vergonha dela. Eu não tenho vergonha da minha história, eu não tenho vergonha das minhas conquistas. Muitos, às vezes, chamam de ostentação. Eu mostro a minha vida como ela é, e ela serve de inspiração.

Eu nunca usei das minhas conquistas para humilhar ninguém, para desacatar ninguém. E todas as pessoas que me conhecem sabem: não faz parte do caráter do Nelson, o Nelson não é mau caráter, o Nelson não é esnobe, o Nelson não é soberbo; o Nelson conta a sua história. Uma vez, um ancião falou para mim: "Nelson, você sabe o que é humildade?", falei: "O quê?", ele falou: "Humildade é verdade". O que é que é o contrário da humildade? É a soberba. E o que é a soberba? A soberba é a mentira. Então, se é mentira, você é soberbo; se é verdade, você é humilde. Talvez você não seja simples, talvez você seja exibido. Tem uns que gostam, outros não gostam, o.k., mas nós vivemos um estado democrático, nós acreditamos. Eu sou advogado, e todo advogado defende um Estado democrático de direito, o Estado de direito, o império das leis, a liberdade. Eu posso até não gostar, discordar de sua opinião, mas é um direito teu tê-la. Eu posso até não gostar do seu estilo de vida exibido, mas é um direito seu tê-lo. Eu posso não gostar de pessoas que têm estilo muito simples, mas também é um direito.

É importante que vocês entendam quem é o Nelson Wilians, porque aí fora muitos já me conhecem, não apenas pelas redes sociais, porque eu ando por este país inteiro palestrando em faculdades, ordens, em tantos lugares, inspirando jovens a construírem também a sua história.

Este que aqui está, assim como todos, eu acredito, que aqui estão, abomina o que aconteceu. É abominação! Lá vai, desculpa. Lesar um aposentado já é, por si só, um crime gravíssimo – um aposentado. Lesar milhões de aposentados é um atentado de proporções inaceitáveis, que agride não apenas cada indivíduo, mas toda a nossa sociedade, toda a nossa nação. É isso, isso que o Nelson pensa, é isso que vocês pensam, e eu tenho certeza que é disso que vocês estão imbuídos aqui, é deste sentimento de descortinar tudo isso.

Eu fui pego de surpresa pelos fatos – eu acredito – como a grande maioria de vocês. Nós não esperávamos por isso, óbvio que ninguém aqui esperava por isso, porque, para mim, é um crime hediondo isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Importante aqui o que eu quero destacar para vocês de maneira categórica: eu não conheço o Careca do INSS, guardem isso. Eu, Nelson Wilians, não conheço o Careca do INSS. Eu só vim a ter conhecimento desta figura e deste nome a partir das notícias. Que não paire dúvida: eu não o conheço.

Minha relação com Maurício Camisotti. Esse eu conheço, conheço desde 2015, apresentado por um amigo em comum, uma pessoa de bem também, assim como eu, que estou aqui falando com vocês. Minha relação com Maurício, duas: inicia profissional e passou para amizade, são dois tipos de relação. Normalmente, com aqueles clientes com quem eu tenho uma proximidade, de mais perto – às vezes você tem porque frequenta os mesmos ambientes, tem amigos em comum –, a tendência é você acabar tendo uma relação mais próxima.

A Nelson Wilians tem mais de 20 mil clientes pessoa jurídica. No ápice do nosso escritório, quando nós advogávamos em juizado especial de pequenas causas em grande escala, chegamos a recolher R$2 milhões por dia de custas processuais. Eu estou contando isso para vocês não é por soberba, porque é verdade, é humildade, e para vocês terem uma dimensão de tamanho da estrutura. Nós estamos falando de um dos maiores escritórios de advocacia do país, senão o maior, que iniciou com o filho de pais semianalfabetos, pobres, sem tradição jurídica, que atendia pelo nome de Alemão, não tinha nome. Hoje eu sou conhecido como Nelson Wilians, mas nem isso eu era. Eu era o Alemão. É essa história que inspira milhões de jovens.

Quantos minutos? Está faltando quanto?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Lá no final, o senhor vê lá.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Ah, obrigado. Desculpa.

Jamais... Bom, já falei do Maurício.

Feito esse esclarecimento, reafirmo, com absoluta clareza: não possuo qualquer ligação com os fatos investigados por essa ilustre, respeitosa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Vou repetir: não possuo, eu, Nelson Wilians; a Nelson Wilians não possui qualquer ligação com os fatos investigados por esta Comissão. Jamais, em hipótese alguma, eu me envolveria em algo tão sórdido – tão sórdido –, em conduta que repudio com veemência. Repito, para que não restem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

dúvidas: não tenho qualquer participação na chamada fraude do INSS. Vou repetir: não tenho qualquer participação na fraude do INSS. Até peço desculpa pelo tom, confesso.

Dizer que alguém vem aqui, com um tema tão delicado, e não ficaria nervoso, por mais preparado que você seja... Já enfrentei situações das mais adversas, mas para clientes. Já enfrentei situações das mais adversas também na vida, porque a vida nos proporciona situações adversas, mas nunca uma situação igual a essa. Nunca.

Vejo aqui, olho, tem vários Parlamentares aqui pelos quais eu tenho grande estima, tenho admiração pela sua história. Talvez eu não concorde com o seu ponto de vista, mas eu respeito a sua história. É linda de se ver. É bonita de se ver.

Eu acredito na política. Eu acredito nas instituições. Eu acredito no Brasil. Nós temos problemas? Temos, mas caminhamos cada vez mais para fazer deste país um país melhor.

Ressalto que meus advogados tiveram acesso aos autos apenas ontem – apenas ontem –, já no final do dia. Além disso, tenho depoimento previamente agendado. Eu tinha um depoimento previamente agendado que eu tive que desmarcar. Hoje, eu deveria estar depondo lá na Polícia Federal, em São Paulo, e eu desmarquei. Desmarquei.

Ontem de manhã, aqueles que me acompanham... Eu já estava preparado para vir para cá, pelo respeito que eu tenho por esta Comissão, o mesmo respeito que eu espero dela para comigo, o mesmo respeito, porque eu respeito cada um de vocês, de coração. Como eu disse, talvez eu não concorde com o seu posicionamento, com as suas ideias, mas eu respeito cada um de vocês: Presidente, Relator, membros e todos que aqui estão têm o meu mais profundo respeito. Espero ter o mesmo respeito da parte de vocês. É o mesmo o que eu espero. E se não o tiver, eu lhes falo, eu não vou desrespeitar nenhum de vocês, porque essa é a minha educação. Esses são princípios que meu pai me deu, que a vida me deu.

Reitero o meu profundo, mais uma vez, respeito. Assumo aqui o compromisso de apresentar qualquer documento, caso seja necessário, desde que seja requerido. Muitas vezes, há documentos para os quais é necessário tempo. Então, fico à disposição para apresentar documentos, porque eu acredito que muitas das coisas que envolvem este que vos fala se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

mostram com documentos, e não com fala – não com fala. É com documentos. E eu provo com documentos tudo isso.

Por fim, reitero todo o meu respeito a esta CPMI e a V. Exas.

Seguirei colaborando com as autoridades e com esta Comissão. Não tenho qualquer participação na chamada fraude do INSS. Não tenho nenhuma participação.

E também reitero o que eu já disse – tudo – antes. Quem é Nelson Wilians? A minha história, a minha trajetória fala muito. Gostaria que vocês observassem isso.

Novamente, da mesma maneira respeitosa como eu me dirijo a vocês, eu espero também receber de volta. Agradeço estar aqui. Como eu disse, estou à disposição.

Por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Relembrando aqui alguns pontos. Primeiramente, quero saudar os advogados presentes. Os senhores são bem-vindos. Os senhores podem, a qualquer tempo, solicitar a suspensão da audiência para orientação ou para questões pessoais. Os senhores poderão passar dados técnicos e informações à testemunha, mas não poderão ditar as respostas. Eu peço a gentileza de nos mantermos dentro desse limite.

Com a palavra o Relator, Deputado Alfredo Gaspar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Nelson, primeiro, eu quero começar lamentando o falecimento do seu pai, que esse é um dos momentos mais difíceis da vida de qualquer ser humano.

O senhor disse uma coisa que tocou muito o meu coração, eu confesso. O senhor disse que inspira milhares de jovens por este Brasil afora. Eu pergunto: como é que o senhor vai se dirigir a esses jovens para continuar inspirando, se o senhor, perante uma Comissão Parlamentar de Inquérito, se nega a assinar um termo de compromisso de falar a verdade?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (Para depor.) – Primeiro, com o papel meu de advogado. Se eu estivesse aqui representando um cliente meu, eu daria esta mesma recomendação, nobre Relator. Eu daria esta mesma recomendação, porque isto é um direito consagrado. E tudo será esclarecido, tudo isso que está sendo debatido será esclarecido, tudo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não vai pairar dúvida. E eu quero de novo... Não tenho absolutamente nada com o que está sendo apurado aqui, envolvimento com o que está sendo apurado aqui.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí eu volto a perguntar: o senhor deu muita ênfase a "eu não tenho nada a ver com o que está acontecendo aqui"; pergunto...

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Não, com relação ao envolvimento. Ao meu envolvimento.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ao envolvimento. E qual a dificuldade de assinar um termo do compromisso de falar a verdade, já que o senhor está aqui como testemunha?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Pelo simples fato de que isso...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Advogado, por gentileza, os senhores não podem se manifestar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, eu sei, mas os senhores não podem se manifestar, por gentileza.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Vamos lá. O que acontece? Então, é muito simples. Eu assino um termo e, de repente, você me pergunta algo que eu me equivoque... que me dá um equívoco, que eu me engane. Nós estamos falando de uma estrutura muito grande. E você, de repente – acredito que aqui muitos tiveram acesso já a muitas informações –, faz uma pergunta e eu não me lembro, ou pior, eu arrisco um palpite e dou uma resposta, e essa resposta não é a verdade. O que acontece comigo, Relator?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, aqui muitos vieram depor, a começar pelos ministros e ex-ministros da previdência, na verdade, e aqui ninguém solicitou, por conta de equívocos, nenhuma medida mais dura, porque aqui nós temos a sensibilidade de entender o momento e compreender quando há má-fé ou quando há um equívoco por ausência de intenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Relator, eu vou... Eu respeito, respeito o eminente Relator, respeito esta Comissão, respeito o Presidente, mas eu vou manter o mesmo posicionamento. Não tenho qualquer participação com relação às fraudes do INSS. Mantenho a mesma posição.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu lhe agradeço, Sr. Nelson. Olha, confesso ao senhor que já o vi algumas vezes em rede social e tinha, naquele momento que eu o via, admiração porque conhecia um pouco a sua história. Eu torço que as pessoas sejam felizes e prosperem, eu torço que as pessoas consigam vencer na vida pelo meio do estudo. Mas tenho agora, nesses últimos dias, tido uma dúvida muito importante. Toda essa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... toda essa riqueza, fruto, como o senhor disse, de trabalho, toda essa ostentação, fruto do seu estilo de vida, é ou não mostrada nas redes sociais por uma decisão pessoal. Acho que, eu acho que a gente tem que começar do princípio da boa-fé.

Só que, quando a Polícia Federal pediu uma medida cautelar de busca e apreensão, quando a Polícia Federal pediu uma medida cautelar de prisão preventiva a um advogado que comanda um dos maiores escritórios de advocacia do Brasil, a um advogado de que a movimentação financeira, num período curto, ultrapassa pessoa física e jurídica em mais de R$ 4 bilhões e coloca o senhor no centro de um dos maiores e perversos roubos da história desta nação, porque atinge aposentados e pensionistas, a pergunta que eu quero fazer ao senhor: a sua fortuna e a sua ostentação em algum momento se encontram com o roubo dos aposentados e pensionistas? Se não se encontram, se essa for a resposta do senhor, eu pergunto: Polícia Federal cometeu o maior erro de sua história, lhe expondo publicamente com um pedido de prisão, busca e apreensão e mostrando esse envolvimento do senhor com o roubo dos aposentados?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Bom, a resposta é: não tenho nada a ver com o que está sendo objeto da investigação, que são os roubos aos aposentados do INSS.

Com relação à Polícia Federal, ela cumpre o seu papel. Ela tem um papel nobre, institucional, assim como as instituições, assim como esta Comissão, assim como o nosso Senado, o nosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Congresso, o Judiciário, todos têm seu papel. O papel é de apurar. Se a Polícia Federal achou que aquele seria o caminho, é um direito dela. A mim cabe respeitar, a mim cabe acatar.

Eu não acho que ela errou. Mas agora eu vou ter a oportunidade de apresentar os documentos, os argumentos, isso com calma. Então não acredito que ela errou, não. Eu tenho uma grande admiração pela instituição, pela Polícia Federal. Aliás, eu tenho uma grande admiração pelos nossos órgãos. Eu tenho uma grande admiração.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Nelson, eu, sendo vítima de uma busca e apreensão ou de um pedido de prisão equivocado, eu teria dito aqui que ela errou profundamente. Mas começo a acreditar que nós podemos estar diante aí de novas descobertas. Por que, após a operação deflagrada em abril, a Operação Sem Desconto, por que o senhor voluntariamente se dirigiu à Polícia Federal para prestar esclarecimentos? O senhor era alvo daquela operação?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Eu vou repetir aqui mais uma vez. Eu não tenho nada a ver com o que está sendo objeto da investigação. Eu mantenho a mesma posição.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Nelson, por que o senhor procurou a Polícia Federal para esclarecimentos voluntários após a Operação Sem Desconto?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Relator, eu não tenho nada com relação aos fatos investigados. Essa é a resposta!

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. Então...

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Eu tenho alguma coisa com relação aos fatos investigados? Não, eu não tenho nada em relação aos fatos investigados. Sobre isso...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Nelson, eu vou ser mais claro.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Fala! Seja!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu só queria saber o motivo de uma pessoa que não tem nenhuma correlação com uma ação da Polícia Federal... Por que o senhor procurou a Polícia Federal para esclarecer que não tinha nada a ver com ela?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Exatamente porque eu não tinha nada a ver com o objeto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas o senhor não tinha sido alvo de absolutamente nada!

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Relator, eu não tenho nada a ver com os fatos, objetos da investigação. Nada a ver.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Nelson, eu estou fazendo uma pergunta muito objetiva.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – E eu também...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor responde se quiser, mas eu queria uma resposta ou uma não resposta. Por que o senhor procurou a Polícia Federal para se justificar de algo com que o senhor não tinha nenhuma correlação, como o senhor está dizendo?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Por que que eu... Como é que é a pergunta? Por que...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por que, após a deflagração da Operação Sem Desconto, da qual o senhor não foi alvo, o senhor procurou a Polícia Federal para se justificar?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Porque eu não tenho nada a ver com o objeto da operação. É por isso que eu não... que eu... (*Risos.*)

Desculpa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu até entendi a resposta do senhor que o senhor não tem nada a ver com a operação. Mas milhões de brasileiros também não tinham nada a ver e eu não vi ninguém procurar a Polícia Federal para se justificar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor poderia, voltando à pergunta, me dizer por que procurou a Polícia Federal para se justificar e quais foram as justificativas que o senhor queria dar à Polícia Federal?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Já respondi, Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Obrigado, Sr. Nelson.

Sr. Nelson, o senhor é uma pessoa muito bem relacionada. Eu vejo o senhor transitando no mundo político, empresarial, social. O senhor é uma pessoa cobiçada por muitos para manter um relacionamento. Isso é natural. Quem tem sucesso na vida é fácil arrumar amigos. A quem está na planície aí os amigos chegam com muita dificuldade.

Eu vi que o senhor tem uma pulverização de doações políticas a praticamente todos os partidos do Brasil. Eu vou dizer ao senhor aqui rapidamente: o senhor fez doação para o Sr. Dória de R$10 mil, do PSDB, o senhor fez em 2016; em 2018, para o Sr. Rogerio Marinho, de R$10 mil, do PSDB, pelo menos está aqui; o senhor fez em 2018 para o Sr. Antonio Anastasia de R$10 mil; o senhor fez, em 2022, para o Sr. Marco Bertaiolli, do PSD, São Paulo, de R$5 mil; o senhor fez para o Sr. Emídio Pereira de Souza, do PT, de São Paulo, Presidente do PT de São Paulo e coordenador da campanha presidencial de Haddad em 2018, de R$5 mil.

Eu pergunto ao senhor... Olha, e aí eu quero fazer um esclarecimento. O senhor fez doações muito pequenas para o tamanho do seu patrimônio. Qual o motivo dessas doações? O senhor fez essas doações esperando algo em troca da classe política?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Acredito que os próprios argumentos seus já respondem à sua pergunta, nobre Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A pergunta é muito simples: o senhor fez essas doações motivadas por quê?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Os dados são públicos e oficiais.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu sei, tanto é que eu estou com eles aqui. Eu só estou perguntando: motivadas por quê?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Eu já, no início da minha fala, falei que eu sou uma pessoa democrática e republicana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor queria algo em troca desses agentes políticos?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Quais eram os valores mesmo, Relator?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vou ler de novo: R$10 mil para o Sr. Dória em 2016; R$10 mil para o Sr. Rogerio Marinho em 2018; R$10 mil para o Sr. Antonio Anastasia em 2018; R$5 mil para o Sr. Bertaiolli, do PSD, em 2022; e para o Sr. Emídio Pereira, Presidente do PT de São Paulo, R$5 mil. É uma pergunta simples. Eu achei os valores muito pequenos, mas eu queria saber se o senhor queria algo em troca desses políticos.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Em absoluto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Isso é importante esclarecer.

Qual é o seu relacionamento com o Sr. José Dirceu, que foi Deputado Federal?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Não tenho nenhum envolvimento com os objetos da investigação desta CPMI referentes a fraudes do INSS. Essa é a minha resposta.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O Sr. José Dirceu, ex-Deputado, o ajudou a obter o contrato que o senhor tinha ou tem com o Banco do Brasil?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Não tenho nenhum envolvimento com o objeto das investigações desta CPMI.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual é a sua relação com o Sr. Márcio França, Ministro de Estado?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Mantenho a mesma resposta anterior.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vi aqui que o senhor fez um jantar para o Sr. Fernando Haddad, Ministro da Fazenda, agora em 2022, como apoio à sua campanha a Governador. Qual é a sua relação com o Ministro Haddad?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Mantenho a mesma resposta anterior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor está tendo algum benefício contratual por meio de influência política?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Mantenho a mesma resposta anterior.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor montou uma frente de advogados para cuidar de campanha presidencial de algum candidato?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Mantenho a mesma resposta anterior.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Essa frente de advogados que o senhor montou era vinculada à campanha do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Não tenho qualquer participação na chamada fraude do INSS. Nenhuma.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Relator, só um instantinho. O advogado solicitou aqui uma pausa para ir ao banheiro. O senhor gostaria de fazer agora ou podemos dar sequência? Agora?

A sessão está suspensa por dez minutos.

(*Soa a campainha.*)

(*Suspensa às 11 horas e 06 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 14 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos retomar a nossa sessão.

Vou pedir, mais uma vez, apenas como recomendação aos advogados, que, por gentileza, evitem as respostas. A manifestação pode ser feita. A testemunha pode parar, perguntar, não tem problema algum, a gente para pelo tempo necessário. Mas as respostas os advogados não podem passar àqueles que estão sendo ouvidos.

Com a palavra o Relator Alfredo Gaspar, para continuar a inquirição.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu tinha até passado umas perguntas, mas fui bem lembrado pelo Líder Paulo Pimenta, que disse: "Relator, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que está acontecendo com o senhor que o senhor está calmo?". Aí, vou ser obrigado a endurecer um pouco para manter o nível da performance. (*Risos.*)

Sr. Nelson, qual é a sua relação com o ex-Ministro José Dirceu e qual é a participação dele no contrato com o Banco do Brasil que o senhor obteve?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (Para depor.) – Relator, os fatos que aqui são investigados também são investigados pela Polícia Federal, pelo Supremo Tribunal Federal. E eu vou exercer o direito ao silêncio com relação a toda e qualquer pergunta de agora em diante.

Eu já fiz uma breve explanação no início da minha fala, já deixei claro, de forma veemente, que eu não tenho nada a ver com o objeto das investigações em relação às fraudes do INSS. Isso ficará cabalmente demonstrado, isso irá ficar cabalmente demonstrado, só que, neste momento – neste momento –, eu vou exercer o meu direito constitucional de permanecer em silêncio e eu gostaria que ele fosse respeitado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Presidente, da mesma forma como o senhor depoente tem o direito de permanecer calado, o Relator tem o direito de fazer as perguntas e obter o silêncio dele como resposta; é um direito também dele.

Solicito a V. Exa. que me permita continuar as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente, Relator. Não somente o senhor, como todos os Parlamentares inscritos para a fala.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Senhor depoente, vi, nas suas redes sociais, um jato de milhões de reais; vi, nas suas redes sociais, carros de milhões de reais; vi, nas suas redes sociais, relógios de milhões de reais; vi, nas suas redes sociais, adegas de vinho com vinhos milionários; vi, nas redes sociais, imóveis de milhões de reais; vi, nas suas redes sociais, o luxo sendo demonstrado. Tudo isso tem dinheiro dos aposentados do Brasil? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor pode responder que vai ficar em silêncio a cada pergunta.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Vou ficar em silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Nelson, vi que o senhor adquiriu um terreno de 22 milhões do Sr. Maurício Camisotti, um terreno em que uma mansão foi destruída para ser incorporado ao seu imóvel. Essa negociação com o seu Maurício Camisotti foi um branqueamento de capital?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Reafirmo que não tenho nada a ver com o objeto das investigações desta CPMI e vou manter o direito ao silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Nelson Wilians, existe uma associação, que é uma das principais em descontos associativos, que descontou mais de R$500 milhões dos pobres aposentados e pensionistas do país. O senhor ajudou a fundar essa associação chamada Ambec?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Reafirmo que não tenho nada a ver com o objeto das investigações desta CPMI e vou exercer o direito constitucional ao silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor é sócio oculto da Ambec?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Reafirmo, não tenho nada a ver com o objeto das investigações desta CPMI.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor teve um contrato com a Ambec?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Reafirmo, não tenho nada a ver com o objeto das investigações desta CPMI.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quantos milhões da Ambec foram direcionados ao senhor?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Reafirmo, não tenho nada a ver com os objetos da investigação desta CPMI. Nada!

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor tomou conhecimento antecipado da Operação Sem Desconto, da Polícia Federal?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Reafirmo, eu não tenho nada a ver com o objeto das investigações desta CPMI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O Sr. Maurício Camisotti transacionou com o senhor, seja recebendo, seja enviando, mais de R$28 milhões diretamente relacionados pela Polícia Federal como saídos do bolso dos aposentados. Qual a relação particular que o senhor tem com o Sr. Maurício Camisotti?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Reafirmo que isso nada tem a ver com o objeto desta CPMI.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pergunta ao senhor: o Sr. Maurício Camisotti e o senhor estão juntos nessa fraude do INSS para lesar aposentados?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Eu já expliquei que isso nada tem a ver com o objeto desta CPMI.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor orientou a Ambec na feitura de um termo de cooperação técnica com o INSS?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Reafirmo que isso nada tem a ver com o objeto desta CPMI.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual a sua relação com a Cebap?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Reafirmo que isso nada tem a ver com o objeto desta CPMI.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual a sua relação com a associação Unsbras?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Reafirmo que eu não tenho nada a ver com relação ao objeto desta CPMI.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor é advogado ou foi advogado do grupo THG?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Reafirmo que isso nada tem a ver com o objeto desta CPMI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe quem abriu as portas do INSS para o Sr. Maurício Camisotti?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Reafirmo que eu não tenho nada a ver com o objeto desta CPMI.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece o Sr. Edmar Policarpo Júnior?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Reafirmo que eu não tenho nada a ver com o objeto desta CPMI.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece o Sr. Ademir Humberto Califoni?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Reafirmo que eu não tenho nada a ver com o objeto desta CPMI.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já recebeu em alguma das suas propriedades algum Ministro do STF?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Reafirmo que eu não tenho nada a ver com o objeto desta CPMI.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já emprestou a sua aeronave para algum Parlamentar brasileiro?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Reafirmo que eu não tenho nada a ver com o objeto desta CPMI.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece o Sr. André Fidelis?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Reafirmo que eu não tenho nada a ver com o objeto desta CPMI.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece o Sr. Renato Aroldo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Reafirmo que eu não tenho nada a ver com o objeto desta CPMI.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem colocou o senhor como advogado na Geap?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Reafirmo que eu não tenho nada a ver com o objeto desta CPMI.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Dos 4,3 – um pouco mais ou um pouco menos – bilhões que passaram nas suas contas, quanto disso é referente, ou se é, ao desvio do dinheiro dos aposentados e pensionistas do Brasil?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Tudo o que eu tinha que dizer eu já disse. Eu não tenho nada a ver com o objeto desta CPMI.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O Sr. Camisotti, ao ser questionado por conta do montante transacionado com o senhor, disse que o fez ou tomou um empréstimo ao senhor na ordem de R$750 mil. Como é que foi pago esse empréstimo?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Reafirmo que isso nada tem a ver com o objeto desta CPMI.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor me parece sócio...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor me parece sócio de várias empresas. Dentre essas empresas, existe Fernando Andrade, que foi também alvo de uma busca e apreensão, e Fernando Andrade tem uma empresa – não sei se é FC – que tem 23 automóveis de luxo de variados tipos, que, antes da Operação Sem Desconto, promoveu a ocultação de muitos desses bens. Alguns desses veículos pertenciam ou pertencem ao senhor, e o senhor teve participação nessa ocultação?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Eu reitero todo o meu respeito a esta CPMI e a V. Exa., mas eu não tenho qualquer participação nos chamados esquemas do INSS. Eu reitero isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu em nenhum momento já disse isso aqui, eu queria que o senhor soubesse, até porque o senhor tem uma história profissional de sucesso, e eu não estou aqui para desmerecer a sua história, nem muito menos acusá-lo de nada, até porque eu o arrolei como testemunha. Quem colocou o senhor no centro dos acontecimentos foi a Polícia Federal, e o senhor disse que não achava que ela estava errada. Então, é a minha obrigação aqui lhe direcionar algumas perguntas. Então, eu estou fazendo uma pergunta... Tudo isso direcionado ao relatório da Polícia Federal. O senhor participou... E está no seu pedido de prisão efetivado pela Polícia Federal. Aqui, o senhor tem uma história de vida a defender, quem está optando pelo silêncio é o senhor. A Polícia Federal pediu prisão do senhor, pediu busca e apreensão. A pergunta que eu faço é muito simples: os veículos que foram ocultados pertencem ao senhor?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Eu não tenho nenhuma participação nas fraudes do INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O Sr. Fernando Andrade é sócio do senhor?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Eu não tenho qualquer participação nas fraudes do INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já ouviu falar na Benfix Corretora de Seguros?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Mantenho a resposta anterior.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece Cecília Montalvão Simões?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Não tenho qualquer participação nas fraudes do INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quando foi encerrada a relação contratual do senhor com a Ambec, se foi encerrada?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Todos os esclarecimentos que eu tinha que prestar eu já prestei quando me deram a palavra. Eu não tenho qualquer participação nas fraudes do INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Voltando à temática das suas transações financeiras particulares com o Sr. Camisotti, segundo identificado pela Polícia Federal, na ordem de 28 milhões, o senhor poderia explicar a que se referiam essas transações na ordem de 28 milhões?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Relator, no início da minha fala, eu tive a oportunidade de explicitar e eu reitero: eu não tenho nenhuma participação nas fraudes do INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas a pergunta, me permita... Em nenhum momento, aqui, está sendo afirmado que o senhor tem participação. A pergunta é se o senhor pode explicar qual a relação comercial de 28 milhões que de forma particular o senhor fez com o Sr. Maurício Camisotti.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Com todo o respeito, Relator, tudo que eu tinha que dizer eu já disse.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Alessandra Abrão, sua sócia na empresa de aviação, o senhor conhece?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Tudo que eu tinha que expor, Excelência, eu já expus.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Presidente, eu tenho outras perguntas a realizar, mas, essas outras perguntas, eu prefiro guardá-las para um futuro próximo.

Eu já estou bastante satisfeito com as respostas do depoente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado ao Relator, Alfredo Gaspar.

Vamos dar início aos Parlamentares inscritos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pega a lista aqui para mim. Coloca, por favor, a lista. (*Pausa.*)

Ah, o senhor deseja suspender a sessão, advogado? (*Pausa.*)

A sessão está suspensa por cinco minutos.

(*Suspensa às 11 horas e 30 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 37 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos dar sequência ao nosso depoimento.

Com a palavra, por dez minutos, o Vice-Presidente da Comissão, Deputado Duarte Jr.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Sr. Presidente, é só deixar, como teve intervalo, só o pessoal sentar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Até o advogado ainda ali, por gentileza. Só para a gente começar o tempo, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos tomar assento, por favor, senhores.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pela ordem, Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA. Pela ordem.) – Só para entender: já inicia a participação dos Parlamentares, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhora?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – O Relator já finalizou a parte dele?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Já.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Tá, obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos iniciar agora os inscritos. Por dez minutos, cada um poderá fazer a sua exposição, o.k.?

Por dez minutos, com a palavra o Deputado Duarte Jr.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, Advogado Nelson Wilians...

Eu vou ter que paralisar. Presidente, realmente só para retomar, porque não é nada, só para...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado, está bem, eu retomo: dez minutos, Deputado Duarte Jr., por gentileza.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor está certo, obrigado.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Obrigado, Presidente.

Advogado Nelson Wilians, que vem aqui, nesta CPMI, na condição de testemunha... (*Pausa.*)

Eu... Mais uma vez, Sr. Presidente, é porque...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, eu só preciso resolver as outras oitivas que estão aqui.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Não, não é V. Exa., não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Não é V. Exa., é o que está acontecendo ao redor...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... que V. Exa. não está observando.

Então, é só renovar o tempo, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dez minutos, por favor.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que eu estou muito preocupado com o tempo, os dez minutos? Porque, assim, como advogado, eu acredito – não é à toa que eu escolhi essa profissão para minha vida – que a advocacia tem que ser referência de probidade. O advogado não tem que ser exposto em páginas policiais. Ele não pode, não tem que usar suas prerrogativas para fins de dificultar investigações que buscam o acesso à Justiça e fazer justiça.

O que está em jogo aqui, senhoras e senhores, é o direito de um aposentado receber a sua aposentadoria sem que ninguém possa roubá-lo, e roubar sem que ele possa sequer se defender, porque foi o que aconteceu. Eu não quero nesses dez minutos que tenho, Nelson, fazer discurso político. Tenho muito orgulho de estar na política, mas aqui você não verá em mim um discurso ideológico, um discurso partidário, mas uma preocupação com a nossa profissão, com a advocacia.

Antes do Relator, você fez um discurso que me parecia até uma apresentação de um *coach*, com todo o respeito. Não é uma agressão, não é uma ironia.

Você afirmou que tem uma vida dedicada à honestidade, à probidade, tem uma vida dedicada e uma história muito bonita, para inspirar os mais jovens, para inspirar não só jovens advogados, e aqui a gente tem dez minutos para que você, Nelson Wilians, possa dizer qual Nelson Wilians está aqui: o Nelson Wilians que afirma ter uma carreira bem-sucedida, o Nelson Wilians que afirma ser honesto, afirma valores da verdade, que honra sua família, que honra sua história, que honra aqueles que acreditam em ti, ou é o Nelson Wilians que está tentando fugir de uma investigação, o Nelson Wilians que está tentando esconder a verdade, porque, como você aqui chega, mesmo quando advogado, sabe que tem o direito de permanecer calado, tem o direito constitucional de não constituir prova contra si... Quando você não assume o compromisso de falar a verdade, isso é muito grave, Nelson! É muito grave. Quando você, aqui, assume o compromisso de ficar calado e não assume o compromisso de falar a verdade, isso é gravíssimo!

Você tem menos de dez minutos para mudar essa história, porque, caso permaneça sem assumir o compromisso de falar a verdade, daqui para a frente você vai ser conhecido não como o Nelson Wilians que construiu um patrimônio dentro da riqueza, da probidade e dos bons valores, mas o Nelson Wilians que se nega a falar a verdade, quando a verdade não pode ser calada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que advogado é esse, que inspiração é essa?

É por isso que eu pergunto mais uma vez, e quero ouvir sua resposta: Nelson Wilians, você assume aqui conosco o compromisso de falar a verdade? Sim ou não?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Deputado Duarte Jr., eu respeito a sua opinião. Eu não posso, muitas vezes, influir na sua opinião, mas eu sei quem eu sou, eu conheço a minha história, e o que eu posso lhe dizer é: eu não tenho nada a ver com as fraudes objeto da investigação desta CPMI. É isso que eu tenho para lhe dizer.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Eu compreendo, Nelson, e muito respeitosamente. Eu compreendo, inclusive, que, sobre esse fato, você possa permanecer calado, até para não constituir prova contra si. É um direito fundamental. Você é advogado, assim como eu... Você sabe que esse direito está na Constituição e lhe assiste. Mas eu lhe pergunto: você não acha que é constrangedor, para alguém que quer inspirar jovens advogados, que quer inspirar pessoas alegando e mostrando que tem uma história de sucesso, uma carreira bem-sucedida, sequer assumir o compromisso com a população brasileira, com esta Comissão Parlamentar de Inquérito, de falar a verdade?

Você não está assumindo esse compromisso de falar a verdade aqui nesta Casa. É isso que eu estou questionando.

Por que não assumir esse compromisso de falar a verdade?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Mas eu já disse a verdade. Eu já disse a verdade.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Não, mas eu não perguntei. Para eu perguntar, eu quero saber se você vai falar a verdade.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Eu já disse a verdade. Eu já disse a verdade.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Você assume o compromisso de falar a verdade? Sim ou não?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Eu já disse a verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Então, se diz a verdade, então me diz o seguinte...

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – E eu não tenho nada...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Você é advogado do Camisotti? Sim ou não?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Eu não tenho nada a ver...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – A pergunta é simples: você é advogado do Camisotti? Sim ou não?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Eu já lhe respondi.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Não, só sim ou não...

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Eu não tenho nada a ver...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Não estou lhe perguntando se você tem a ver. Só estou perguntando se você é advogado. Sim ou não?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Eu respondo além.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Você é advogado? Sim ou não?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Eu respondo além.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Você é advogado do Camisotti? Sim ou não?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Eu não tenho nada a ver.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Tudo bem.

Você alega ser advogado do Camisotti. Perfeito?

Mas é estranho porque, apesar de alegar ser advogado do Camisotti, eu não encontrei, no PJE, nenhum processo judicial assinado você, Nelson, advogado, patrocinando os interesses do Camisotti. Que advogado é esse que não tem uma procuração, que não tem um processo judicial advogando para o Camisotti?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas perfeito. Vamos supor que você fez processos administrativos, consultorias, pareceres. Eu não vi nenhum, mas vamos supor que existam pareceres, porque eu sou advogado e sei que advogado pode atuar na esfera judicial e na esfera administrativa. Eu pergunto: foram esses processos administrativos, consultorias que lhe deram o direito de receber mais de R$4 bilhões e ter essas transações com Nelson Wilians? Sim ou não? (*Pausa.*)

Sim ou não, Nelson Wilians? (*Pausa.*)

Na sua rede social, você fala muito, mas, aqui, fica caladinho. Por quê? Eu estou lhe perguntando: sim ou não?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Eu não tenho nada a ver com o objeto desta CPMI.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Perfeito. Então, eu vou continuar.

Digamos que essa movimentação financeira, esses R$4 bilhões de movimentação financeira tenha sido em razão do exercício da advocacia.

Eu já vi muito advogado ganhar dinheiro recebendo honorários, dentro do que a tabela de honorários da OAB prevê, mas o que me gera estranheza é que eu nunca vi advogado, Nelson Wilians, eu nunca vi um advogado pagar para trabalhar.

Eu quero aqui formalizar uma denúncia à OAB, sob pena de aviltamento dos honorários advocatícios, porque, na tabela de honorários da OAB, não tem previsão de advogado pagar para trabalhar. E foi isso que aconteceu. Você recebeu R$15 milhões, ou melhor, você pagou ao Maurício Camisotti R$15 milhões no intervalo de 2016 a 2022.

Conta para a gente esse *case* de sucesso de pagar para trabalhar e ter uma adega só com vinhos importados, ter carros importados, ter jatinho, ter, inclusive, um jardim que foi comprado pelo Camisotti e que custou R$22 milhões? Que jardim é esse? Que preocupação é essa com um jovem advogado?

Por que você não vende esse jardim que o Camisotti lhe deu, de R$22 milhões, e não faz uma faculdade para não cobrar mensalidade dos pobres, daqueles que mais precisam, que têm o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

direito e têm a vontade e o desejo de serem advogados? Por que você não faz isso, Nelson Wilians? (*Pausa.*)

Não vai responder? (*Pausa.*)

Sim ou não?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Com todo o respeito, Deputado, eu vou permanecer em silêncio e eu não tenho nada a ver com o objeto desta CPMI.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Perfeito.

Vejam só: aqui, esta CPMI não vai ser feita de boba para quem descumpre a lei.

Não tem como permanecer dentro de um controle de paciência diante de um absurdo!

Eu tenho muito respeito pela advocacia, Nelson. Eu não queria, de maneira alguma, gerar nenhum tipo de constrangimento a você. Eu o respeito como pessoa, como pai, como homem de família, mas quem está se desrespeitando aqui é você, porque, a partir de agora, aquele "tigrão" das redes sociais, aquele *influencer* que posta as riquezas, que posta todo o patrimônio, a partir de agora, está mostrando para todo o Brasil que esse patrimônio é suspeito, é fruto não da advocacia, é fruto de práticas ilícitas, e a gente tem que registrar, porque você está tendo oportunidade de falar, de se defender, de se justificar, de denunciar bandidos que roubaram idosos, pessoas que estão morrendo porque foram violadas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Mas você está calado. Está calado e fez pior do que todos que aqui, na história desta Casa, já sentaram. Não assumiu o compromisso sequer de falar a verdade.

Isso demonstra que é um "tigrão" nas redes sociais, mas, na verdade, sem filtro, sem celular, é um verdadeiro fantoche. Fantoche, porque eu tenho certeza de que você não está só nisso. Tenho certeza de que você tem uma organização por trás. E agora está mostrando total contradição, que o Nelson Wilians, na verdade, não quer inspirar advogados. O Nelson Wilians quer, na verdade, inspirar aqueles que buscam, de alguma forma, descumprir a lei, roubar as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas. E, nesta Casa, aqui, mostrou a sua verdadeira face. Isso é uma vergonha para a advocacia e é uma vergonha para o Brasil.

Você tem meu total desprezo e desrespeito, pois não assumiu sequer o compromisso de falar a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Deputado.

O senhor quer se manifestar?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Quero.

Com todo o respeito a todos aqui, e sabendo que estão no direito de se manter fazendo perguntas, seguirei confirmando o que já disse, no sentido de que não tenho nada a ver com o objeto desta CPMI. Que fique bem claro isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra a Senadora Eliziane Gama, por dez minutos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Srs. colegas Parlamentares, quero cumprimentar o depoente, seus advogados e o Relator desta Comissão e dizer, na verdade, o seguinte. O Sr. Nelson Wilians iniciou sua exposição falando sobre a trajetória dele, o início da vida dele...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senadora, um instantinho só, para ele terminar a orientação.

Peço que reponha o tempo da Senadora, por gentileza.

Com a palavra, Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – O Sr. Nelson Wilians iniciou fazendo toda uma exposição da trajetória de vida dele; uma trajetória, naturalmente, como ele colocou, que acabou sendo inspiração para muitas pessoas no Brasil. Mas ele acabou...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, Sr. Nelson Wilians, o senhor contou uma história muito bonita, até emocionou, naturalmente, muita gente aqui. O senhor vem de um momento muito trágico, que é a morte do pai, não é? Mas, imediatamente a essa exposição, o senhor acabou derrubando tudo isso quando se negou a falar a verdade na Comissão. O senhor inclusive expôs que a mentira é amiga da soberba, não é? E a verdade, amiga da humildade. E aí o senhor se colocou como uma pessoa, de fato, muito humilde, mas, ao mesmo tempo, o senhor abre mão de fazer a sua defesa nesta Comissão, naturalmente, como grande advogado que é – ao que me parece, o maior escritório de advocacia do Brasil – e o senhor perde a oportunidade de fazer um esclarecimento aqui, de forma muito clara a todos, de expor a sua atuação.

Acredito que o senhor tem – até pelo conjunto, na verdade, de clientes que o senhor tem – um trabalho... Pode ter participação e envolvimento, mas o senhor tem também uma linha de trabalho com muita probidade, porque não há de se pensar que todo o seu universo de clientes esteja envolvido com todos os atos de corrupção que nós estamos a investigar nesta Comissão.

Mas acho que, quando o senhor não fala a esta Comissão e não aproveita essa oportunidade de falar a verdade, o senhor coloca em xeque todo o seu trabalho, que o senhor levou mais de 30 anos para construir.

Então, até, como o senhor se nega, na verdade, a responder e, por mais que estivesse respondendo, diante da negativa de assinar o compromisso de falar a verdade, eu não farei nenhuma pergunta. Quero apenas colocar aqui, Presidente, que estamos hoje...

Nós acompanhamos, ao longo da história do Brasil, desde a redemocratização e até mesmo antes da redemocratização, vários casos de escândalos no Brasil, não é? E a gente percebe que o *modus operandi* é sempre o mesmo, mas nós estamos agora, neste momento, diante de um novo paradigma de corrupção. Os casos que nós acompanhamos, ao longo da história brasileira, foram colocados onde o alvo central era o interesse público, desvio de recurso público, lá entrava uma tentativa de sonegação de imposto. Agora, neste momento em que nós estamos acompanhando esse grande escândalo nacional, ele está direcionado ao ente privado, ou seja, o *modus operandi* é o mesmo, é utilização de servidor de carreira – já, já eu quero inclusive apresentar um gráfico – , tudo isso, na verdade, ocorre: servidores de carreira dentro do setor público, apadrinhamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

político, utilização de empresas de fachada, lá atrás, para surrupiar o dinheiro do cidadão brasileiro, mas de forma mais coletiva, de forma mais geral.

Agora nós estamos diante de um caso que foca quem? O aposentado, o trabalhador rural, aquele que está lá na ponta, numa situação absolutamente precária. E é exatamente esse brasileiro que foi o alvo dessa nova organização criminosa no Brasil, como eu disse, com uma engenharia, com o mesmo verniz de verdade. Aliás, ao longo de todo o processo, emitindo nota fiscal, pagando imposto, tudo para dar o verniz de veracidade, o verniz de probidade, mas que, ao final, nós sabemos que foi apenas uma maquiagem para, ao final, retirar dinheiro do trabalhador e da trabalhadora brasileira.

Veja, eu quero apresentar aqui aos colegas, para vocês entenderem como tudo isso foi feito de forma muito consciente, mas também de forma muito perversa, de forma muito covarde. Aqui, nessa engenharia do crime, de que eu quero fazer a primeira apresentação, como é que funciona? Funciona toda a estrutura do INSS, depois ela vem para as associações, que acabaram tendo acesso, por exemplo, a essa autorização – e é muito bom lembrar a questão dos ACTs. O ACT é uma autorização que o poder público dava para chegar ao ente privado, para chegar ao dinheiro privado.

E essa é a diferença, Pimenta, entre o Governo do Presidente Lula e o Governo do ex-Presidente Bolsonaro. O Presidente Lula, vendo que havia servidores públicos diante da autorização do ACT, retornou o dinheiro para esse trabalhador, para o aposentado brasileiro. No Governo do ex-Presidente Bolsonaro, que recebeu várias denúncias, não se reconheceu isso e não houve o retorno de nenhum real para o aposentado que teve o seu dinheiro subtraído com os descontos associativos de forma irregular. E aí vêm então as consultorias e depois o grande beneficiário do esquema, que é o ponto central que eu quero colocar.

Veja, vamos aqui na próxima planilha, na próxima apresentação, onde nós temos aqui uma clareza de todo este esquema. Nós temos, por exemplo, no conjunto do INSS, nós temos a Presidência do INSS, nós temos as diretorias dentro do INSS, o colega ali vai expor já aqui para gente. Vamos lá. Depois nós temos a Procuradoria. Na Presidência, nós temos o Rolim, no INSS. Nós temos um caso típico, por exemplo, de 2022, quando houve a explosão das autorizações, porque a pessoa faz o recorte de 2023, 2024, é verdade, houve, e foi interrompida por este

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo, mas tudo que aconteceu foi resultado da autorização. Eu quero chamar agora os ACTs de autorização, é um acordo, autorização que é dada para que essa entidade faça realmente a parceria com o INSS e faça o desconto irregular.

Nós temos, então, lá, o Rolim na Presidência do INSS; nós temos o Oliveira, Diretor de Benefícios, que, ao que parece, é uma peça central em todo esse processo de corrupção; nós temos o Virgílio na Procuradoria do INSS. E aí, mais na frente, nós temos o facilitador, que é o Careca, que fez todo o processo de busca e de construção desses ACTs e dessas autorizações. Na frente, nós temos, então, as associações, e eu faço recorte da Ambec, que recebeu R$500 milhões, resultante de descontos associativos de forma fraudulenta. Aí, ele, então... Seguem-se as consultorias.

Nessas consultorias, tanto jurídica quanto administrativa, nós temos uma série de empresas. Agora, uma coisa interessante é que elas se interligam, inclusive, com os servidores de carreira do INSS. Nós temos aqui, na parte jurídica, vários advogados, não é só o Sr. Nelson Wilians, não, gente. Nós temos aqui um conjunto de escritórios de advocacia, com movimentação de R$50 milhões, de R$45 milhões, de vários e vários milhões. Está aqui o advogado que, ao que parece, é o maior do Brasil, mas tem vários outros também nessa mesma teia.

Depois nós temos, na parte administrativa, por exemplo, a companheira do Camisotti, que é o Presidente da associação, como detentora de uma empresa que também emitiu nota fiscal para recebimento das associações.

Agora, eu quero dizer para vocês que tudo isso vem para o grande beneficiário do esquema. Quem é o grande beneficiário do esquema? Quem são as grandes lideranças políticas que deram guarida a esse esquema, que fizeram a retaguarda desse esquema? Quem é? Nós estamos ouvindo o Nelson Wilians, está aqui. Nós estamos ouvindo o INSS, diretores e presidentes. Nós vamos ouvir aqui o pessoal da Ambec, da Amar Brasil e de outros. E os representantes apadrinhadores? E os chefões? Para onde escoou esse dinheiro? Porque o dinheiro vinha para cá, na nota fiscal, e ele era para irrigar custo de alguém, para pagar bens de alguém. Cadê esses líderes?

Presidente, eu quero dizer para o senhor que o Ministério Público Federal está fazendo a sua parte, a Polícia Federal está fazendo a sua parte, a CGU está fazendo a sua parte, os órgãos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de fiscalização e controle estão fazendo a sua parte. E a CPI? Vamos chover no molhado? Vamos ver os inquéritos que estão em curso na Polícia Federal? Vamos ouvir quem está sendo ouvido pela Polícia Federal? Ou vamos chegar aos chefões? Ou vamos chegar a quem mandou, quem autorizou...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – ... e quem disse que dava guarida? São a esses que nós precisamos chegar, Presidente, e por isso são importantes as quebras dos sigilos, os cruzamentos dos RIFs, para saber para onde esse dinheiro foi.

E outra coisa, são feitos com eficiência. Às vezes não vem para conta pessoal, não, às vezes vem para conta de um familiar ou de outra pessoa. Então, são neles que nós precisamos, de fato, focar.

Eu quero finalizar. Eu tive a honra de ser Relatora da CPMI do 8 de janeiro, e toda a investigação da Polícia Federal foi, na verdade, a confirmação da investigação da CPMI. Nós mostramos os executores, nós mostramos os financiadores, mas nós mostramos os autores intelectuais. Muitos deles agora sendo condenados pela alta cúpula da magistratura brasileira.

Eu quero deixar aqui ao Relator desta Comissão... Eu quero dizer até para o senhor, Relator, para o senhor tratar as mulheres como o senhor trata os homens nesta Comissão, que o senhor trata com muita educação. As mulheres também precisam ser tratadas com a mesma educação, muito embora sejam, na verdade, investigadas.

E para finalizar, Presidente, eu almejo, desejo que esta Comissão realmente siga nesse ritmo e faça realmente a apuração necessária.

Muito obrigada.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Presidente, fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu quero dizer à nobre Senadora que isso aqui não é um circo, não. A senhora me respeite. Eu aqui não tratei ninguém mal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Ah, tigrão para cima de mim agora, é?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, não, não, não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Tigrão para cima de mim?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, senhores.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Me respeite o senhor, Deputado. Me respeite o senhor, Deputado. V. Exa. pensa que está falando com quem, Deputado?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora está...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – (*Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI, e art.19, inciso I, do Regimento Interno.*)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho, Senadora.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Senadora... Senadora... Não... Não...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante, por favor. Deixe o Relator se pronunciar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – (*Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI, e art.19, inciso I, do Regimento Interno.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Deputado... Deputado....

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos nos ater, vamos nos ater...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – V. Exa. me respeite.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Questão de ordem, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Presidente, questão de ordem...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA. *Fora do microfone.*) – Ele faz colocação seletiva.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senadora...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O.k. Questão...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone.*) – ... permitir?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não vou... Nós vamos nos manter, nós vamos nos manter no foco...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sr. Paulo...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA. *Fora do microfone.*) – Fica me ameaçando?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não houve ameaça nenhuma aqui.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ameaçando, não, Senadora.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, vamos dar sequência, vamos dar sequência aos depoimentos? Vamos? Vamos dar sequência?

Todos já se manifestaram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos dar sequência ao nosso trabalho.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não houve ameaça.... Não houve ameaça alguma aqui, Excelência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA. *Fora do microfone.*) – Houve ameaça.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Pela ordem, Presidente.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Houve ameaça. Por que ele não pediu a prisão preventiva como ele fez?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Tigrão. Agora, ameaçar a Senadora pode.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Pela ordem, Presidente. Pela ordem, Presidente. Pela ordem.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Jorge Seif.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senadora... Posso?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Pela ordem, Presidente... Questão de ordem....

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Questão de ordem do Deputado Paulo Pimenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) – Pela ordem, na sequência, Presidente, por favor.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Em primeiro lugar, a Senadora... (*Fora do microfone.*) Em primeiro lugar, a Senadora tem direito de falar o que ela quiser no tempo dela.

E eu vou dizer mais. Eu disse para ele, inclusive, no intervalo, a mesma coisa que ela disse no microfone, que eu achei estranho, até brinquei: será que botaram alguma coisinha na água dele? Porque aquela voz forte que interrompia, que não deixava responder a senhora da DPU, da CGU, não veio hoje. Não veio hoje. "É o meu jeito! Eu pergunto e não deixo responder. É a minha forma como promotor, é a minha experiência. É assim que eu ajo." Que bom! Que bom! Agora temos um Relator que respeita, faz pergunta, deixa a pessoa responder, num tom educadinho.

Então, a Senadora deu a opinião dela. Ela não ofendeu ninguém. Ela fez uma consideração.

Fora do Regimento, o Relator, se aproveitando de que está na mesa, na condição de Relator, usou do microfone para ameaçar a Senadora. E o senhor, como Presidente, não pode permitir isso, porque ninguém aqui vai ser ameaçado nem pelo Relator, nem pelo senhor, nem por ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Qual é a questão de ordem, Deputado?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – A questão de ordem é que aqui...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Qual é a questão?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... está no Regimento...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... que Parlamentares têm que ser tratados com respeito e consideração. E ameaçar uma Senadora aqui da forma... Então, a minha questão aqui...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Essa é a questão de ordem, Excelência?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... é que o Relator retire a ameaça que ele fez à Senadora para que a gente possa respeitá-lo aqui como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, eu vou dar...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu solicito que ele retire, que seja retirada das notas taquigráficas a ameaça que ele fez aqui à Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu acolho a questão de ordem...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – E acolho também o seguinte pedido: que seja retirada das notas taquigráficas a fala da Senadora dizendo que ele desrespeita as mulheres.

Pela ordem, Deputado Orlando Silva.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA. *Fora do microfone*.) – Presidente, desrespeita as mulheres. Desrespeita.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Aqui, o tom é de igualdade. Então, se vamos retirar, eu acolho a fala, faremos de todos, porque não houve qualquer tipo de ameaça aqui.

Deputado Orlando Silva.

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP. Pela ordem.) – Presidente, eu considero que o Brasil inteiro acompanha com interesse esta Comissão Parlamentar de Inquérito, nos termos que V. Exa., mais uma vez, falou na abertura dos trabalhos: da necessidade de apurarmos responsabilidades pela organização de uma quadrilha que assaltou aposentados, pensionistas. E toda a dedicação desta Casa, desta Comissão deve se voltar para isso.

Eu considero, Presidente, que cada Deputado, cada Deputada, cada Senador, cada Senadora tem o seu estilo, tem a sua forma de se comportar e de agir. Eu considero muito grave, Presidente, porque uma coisa é a opinião que a Senadora Eliziane Gama expôs, crítica à forma como...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) – ... à forma como o Relator se dirige às mulheres. Não é a primeira vez que essa manifestação apareceu. Esse questionamento já apareceu em outros momentos, Presidente.

O Relator tem direito de contestar a opinião da Senadora Eliziane Gama. Ele tem direito de contestar. O que ele não tem direito, Presidente, eu vou repetir a frase que ele falou: "Senadora, a senhora está com medo de a sua irmã ser convocada?". Presidente, se isso não é uma tentativa de intimidação da Senadora, o que dizer?

Aliás, qualquer pessoa implicada nesta denúncia, seja quem for, inclusive, Senador ou Deputado, pode, parente que seja, pode ser convidado para vir até aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente.

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) – Mas, Presidente, o Relator pode elaborar um requerimento, apresentar e submeter ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) – Concluo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) – Concluo.

O Relator cometeu um gravíssimo erro ao intimidar, tentar intimidar a Senadora Eliziane Gama.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado.

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) – Eu vou concluir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. O tempo já encerrou, Deputado.

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) – É nesses termos que eu quero solicitar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) – ... que V. Exa. retire das notas taquigráficas. E é diferente da opinião da Senadora, que pode ser contestada pelo Relator, de modo civilizado, não tentando intimidá-la.

Por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, eu não acolho o requerimento de V. Exa.

Manterei a decisão desta Presidência: vamos retirar as duas notas, porque não é objeto desta CPMI e, tenho certeza, não interessa à população que está nos assistindo.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Pela ordem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, por gentileza, Senadora. Senadora, por favor.

Pela ordem, Senador Rogério Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela ordem.) – Presidente, eu ouvi aqui atentamente a troca de palavras entre os Parlamentares, o que é natural numa Comissão desta, de inquérito, sempre acontece. O que nós temos é que manter os ânimos serenados.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Isso.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Eu preciso fazer aqui também um reconhecimento. O trabalho do Relator tem sido, ao longo destas sessões, extremamente importante. O plano de trabalho que ele apresenta foi aprovado por todos nós.

Os senhores são testemunhas da ponderação que nós temos tido aqui no sentido de buscar consensos. Não acredito em julgamentos prévios nem tampouco em enxovalhar a honra de quem quer que seja.

É importante dizer que nós estamos aqui... Acho que é a sétima ou oitava reunião. Os senhores são testemunhas de que, em vários momentos, recebi provocações de membros aqui do Governo, em relação inclusive à minha idoneidade. E em nenhum momento perdi aqui a calma,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque cada um faz o que... e se sente à vontade com o que representa. Eu estou absolutamente tranquilo, como não tenho dúvida de que a Senadora Eliziane Gama também estará. Nós temos é que nos preocupar, e eu acho que isso é importante e essencial...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... em focar no que nós estamos debruçados aqui.

A questão das cortinas de fumaça que vez por outra são erguidas aqui – que fazem parte do processo político, é natural –, nós temos o dever de dissipá-las. E V. Exa. tem sido firme na condução do processo. V. Exa. tem sido equilibrado, equânime. Aliás, em todas as decisões que V. Exa. tomou, eu não me lembro de nenhuma em que não tenha consultado tanto a mim, como Líder da Oposição, como o Deputado Pimenta, como Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Então eu quero aqui fazer esse reconhecimento e pedir a V. Exa.: vamos cessar aqui essa conversa, acho que todo mundo já se manifestou dos dois lados, e vamos seguir aqui na oitiva da nossa testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu agradeço...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Presidente, Presidente, não, Presidente. Pela ordem, Excelência, eu preciso falar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senadora, se V. Exa. for tocar nesse assunto...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Não, Presidente, a atitude do Relator... Não, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência, me escute, por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Não, Presidente, eu não posso deixar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Me escute, por gentileza...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Não, Presidente, eu não posso deixar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Se V. Exa. for dar sequência, eu vou ter que colocar o Relator para falar também.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Não, Presidente. Não, Presidente. Não. Não, Presidente, não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não seria melhor nós encerrarmos isso, Excelência?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Não, Presidente. Por favor, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA. Pela ordem.) – É em nome da... a bem da verdade...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Vossa...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Porque a forma como o Relator colocou aqui...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – E se eu fico calada, fica a impressão de que eu devo alguma coisa, de que minha irmã deve alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA. Pela ordem.) – Eu quero dizer para vocês...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – ... que a minha irmã é Superintendente Federal da Pesca do Maranhão há cerca de dois anos. A minha irmã, não paira sobre ela a mínima investigação ou suspeição. A minha irmã atende o Governo Federal como milhares de servidoras do Brasil atendem. Da forma como o Relator coloca, ele coloca uma ilação leviana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha irmã, quando assumiu a Superintendência Federal da Pesca, procurou os órgãos de fiscalização e controle para, juntamente com esses órgãos, fazer e colocar qualquer tipo de denúncia que viesse ao órgão. Foi assim com a Controladoria-Geral da União, com a Polícia Federal. Ela está à disposição.

Então, assim, a forma como o Relator coloca dá a entender que paira sobre quem quer que seja da minha família qualquer tipo de suspeição, investigação ou coisa parecida. Ninguém pode ser penalizado ou ter colocada uma ilação simplesmente porque é servidor ou serve o Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Então que fique claro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – E quero dizer para o senhor: tudo bem, o senhor retira as duas colocações, mas é um fato: a gente não pode tratar homens e mulheres de forma diferente, eles dois têm que ser tratados de forma igualitária.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, Senadora, vamos... Por gentileza. Vamos dar sequência aqui.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu não aceito, o Relator...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos lá. Não, não, vamos, senhores.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Presidente, olha, essa é uma narrativa mentirosa. Essa é uma narrativa que eu sei bem por que está sendo criada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador... Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas respeito a decisão de V. Exa. Apesar de tantas circunstâncias que poderia expressar do meu coração, vou manter aqui a tranquilidade, porque o que me interessa é pegar os grandes ladrões dos aposentados e pensionistas, e tem muita gente que está temendo isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Relator.

O SR. CLEITINHO (Bloco/REPUBLICANOS - MG) – E tem um do lado aí, gente, foca nesse picareta aí, ó.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Gente, vamos dar sequência...

O SR. CLEITINHO (Bloco/REPUBLICANOS - MG) – Foca nele aí.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos dar sequência.

Com a palavra o Senador Jorge Seif, por dez minutos.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, bom dia ao senhor, aos nobres colegas Parlamentares.

Hoje nós temos diante de nós o advogado Nelson Wilians...

Silêncio, por gentileza, na Comissão.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – ... dono de um dos maiores escritórios do país, mas também protagonista, Sr. Presidente, de investigações que envolvem bilhões de reais movimentados de forma suspeita.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza, silêncio...

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Poderiam repor meu tempo?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente. Reponha o tempo do Senador, por gentileza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – E o Sr. Nelson Wilians... Bilhões de reais movimentados de forma suspeita, justamente enquanto milhões de aposentados, Sr. Presidente, sofriam descontos ilegais em seus benefícios.

Sr. Nelson, o Coaf identificou mais de R$4,3 bilhões – com "b" de bola – em operações atípicas vinculadas ao seu escritório. Eu lhe pergunto: como o escritório de advocacia movimenta cifras tão bilionárias sem relação direta com contratos lícitos e transparentes?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (Para depor.) – Excelentíssimo... Já me perguntou?

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Sim, senhor.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Exmo. Senador Jorge Seif, com todo o respeito que eu tenho por V. Exa. e por todos aqui, sabendo, sabendo que todos estão no direito de perguntar, de continuar fazendo perguntas, eu adianto que eu seguirei confirmando o que eu já disse anteriormente. Eu já disse tudo o que tinha que dizer: eu não tenho nada a ver com as fraudes do INSS. Eu mantenho o que eu já disse anteriormente.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Sr. Presidente...

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Com todo o respeito, excelentíssimo...

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Eu tinha, eu tinha aqui algumas perguntas. Sinceramente, eu vou para outra linha agora, porque de respeito conosco o senhor não tem nada. Isso é uma hipocrisia do senhor. E eu não lhe perguntei nada, eu só estou afirmando.

O homem que se senta nessa mesa, Nelson Wilians, repete como um papagaio: "Não tenho nada a ver com o objeto dessa CPMI". Mas os fatos, Sr. Presidente, dizem exatamente o contrário. Diz que respeita instituições, mas debocha e não responde às perguntas que lhe são direcionadas. Pelos vídeos na internet, seus bens e ostentação, não me parece ter problemas cognitivos, muito pelo contrário, parece-me um homem muito sagaz e é "aparício", gosta de aparecer.

Mas, Sr. Presidente, o Coaf identificou 4,3 bilhões em movimentações atípicas passando por seu escritório – bilhões, senhoras e senhores. Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, que aposentados viram R$50, R$100, R$200 serem arrancados de seus contracheques, o escritório do Sr. Nelson

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Wilians, que diz que não sabe de nada, que não tem nada de envolvimento, engordava suas contas bancárias. E a Polícia Federal – a Polícia Federal – já demonstrou o envolvimento do senhor e de seu escritório diretamente com um dos cabeças desse esquema de lavagem de dinheiro, que desviou bilhões dos nossos aposentados, Maurício Camisotti e o Careca, operador central do escândalo do INSS.

Sr. Presidente, nós não estamos falando em boatos, nós estamos falando de mandados de busca e apreensão, de investigações oficiais, de contratos com entidades, as duas que mais roubaram dos nossos velhinhos, Contag e Sindnapi, que está ligado diretamente ao irmão de Luiz Inácio Lula da Silva, que receberam bilhões de descontos ilegais dos velhinhos e devolveram parte desse dinheiro em contratos jurídicos suspeitos. E sabe o que é que esse senhor vem aqui responder? Nada, apenas frases ensaiadas: "Eu não tenho nada a ver com o objeto da CPMI", pensando que tem algum trouxa, algum babaca aqui nesta Comissão.

Pois eu digo ao senhor...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador, por gentileza, cuidado com os termos. Nós já conversamos, já conversamos com a Liderança sobre, primeiro, a forma de tratar as testemunhas. Segundo, os termos dentro desta Comissão, Jorge Seif. Por gentileza, Senador.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Sr. Presidente, eu digo: quem não tem...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O art. 22 é muito claro sobre essa questão. Eu entrego a V. Exa. mais um minuto, por favor.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Quem não tem nada... Eu tenho seis ainda.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, eu estou lhe dando mais um minuto.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Ah, obrigado.

Quem não tem nada a esconder não se esconde atrás do seu descompromisso com a verdade, Sr. Presidente. Quem é inocente enfrenta a verdade, abre seus extratos, mostra contratos, expõe culpados envolvidos. Ele está nos fazendo de palhaço. O Sr. Nelson prefere o silêncio,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

prefere a fuga, prefere posar de milionário nas redes sociais, enquanto tenta se blindar nesta Casa. E diz que respeita a instituição. Eu preciso ouvir isso ainda. Mas aqui fica registrado: o silêncio do Sr. Nelson ou suas frases são tão ensurdecedores quanto sua culpa moral. E a sociedade precisa dar nome a essa postura, Presidente: o advogado dos bilhões que enriqueceu enquanto aposentados empobreciam.

O Sr. Nelson Wilians hoje tem que sair desta Comissão como o vilão dos aposentados, que debocha da dor dos mais pobres ao repetir que nada tem a ver com isso. Nem com a verdade ele se compromete! E o escudo da impunidade: usa o seu prestígio com políticos, com poderes da advocacia, para lavar dinheiro dos nossos aposentados!

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Sr. Presidente... É só... Pela ordem, Presidente, o advogado...

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Eu não dei a palavra para ninguém, Sr. Presidente! Eu não dei palavra para ninguém! Eu não dei!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Ah, perdoe, perdoe.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – É só porque o advogado...

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Obrigado. Perdoe-me. O.k.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – É só observando... Perdão, Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Perdoe, perdoe.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu suspendo o tempo do Senador.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – É só porque o advogado está, talvez, está instruindo... Eu acho que não é...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas ele... O advogado tem direito, Deputada, de instruir a testemunha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Não durante as perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Tem, tem, tem direito de instruir.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Não durante as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, ele não pode ditar a resposta, mas a instrução o advogado tem o direito de dar.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não...

Continue, Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Sr. Presidente, ele usa o prestígio que tem, da advocacia, dos seus amigos políticos, para lavar dinheiro e se esconder em seu silêncio covarde e vergonhoso.

O senhor, Sr. Nelson Wilians, desonra a história da sua família, que o senhor contou. O senhor desonra a Ordem dos Advogados do Brasil. E espero que os seus muitos clientes coloquem a mão na consciência e rescindam os contratos com o senhor, que aqui se faz de dissimulado.

Sr. Presidente, essa CPMI pode até não conseguir arrancar a verdade da boca desse dissimulado Sr. Nelson Wilians, mas sua hipocrisia e sua máscara já caíram na primeira frase, ao não se comprometer com a verdade. E vai deixar registrado para a história do Brasil quem é esse homem e o seu papel, que ele desempenhou, na maior fraude do INSS contra aposentados e pensionistas do Brasil. São milhões de aposentados, Sr. Presidente. Ele goza com o dinheiro de aposentados e pensionistas. Ele blinda, ele blinda malfeitores, como o Careca do INSS.

Tentaram de todas as formas... E eu preciso aqui fazer um reconhecimento, porque eu critiquei muito o Ministro André Mendonça, mas ele agora fez com que todos os depoentes comparecessem a esta Comissão.

E outra coisa, essa história que a esquerda está contando de que no Governo Lula está sendo investigado, também é uma tremenda mentira, porque foi graças ao jornal *Metrópoles* que denunciou isso, aí o Lupi pediu demissão, aí foi afastado o Presidente do INSS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por último, Sr. Presidente, eu preciso agradecer ao senhor e agradecer ao nosso Relator pela brilhante condução dessa CPMI, com os ânimos alterados, com as questões que envolvem a todos nós; mas nós não podemos desistir da nossa CPMI, não podemos desistir de desmascarar mentirosos, hipócritas, covardes que usam o seu poder e seu prestígio em Brasília e provavelmente seus bilhões de reais para se esconder e ocultar as fraudes previdenciárias do INSS.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Jorge Seif.

Primeiro, alguns pontos aqui. O fato de uma testemunha ou um investigado comparecer a essa CPMI e não falar é um direito constitucional, mas ele não pode deixar de vir. E nós temos compromisso com os milhões de pessoas que estão nos assistindo. Elas querem saber todos os detalhes, e isso nós estamos fazendo aqui. Aqui nós não vamos esconder do contribuinte brasileiro, dos aposentados, nenhuma informação. Ainda que as testemunhas não queiram falar, porque é um direito delas, mas cabe a nós, cabe a cada um dos senhores que estão aqui expor ao Brasil o que aconteceu. Nós temos que trazer essas informações. As pessoas querem saber, elas têm direito, e nós vamos dar essa informação. Diferentemente do Judiciário, em que as informações são mantidas muitas vezes em sigilo. Nós aqui não temos isso, nosso compromisso é com o povo.

Segundo ponto, por mais que se tente desviar o foco dessa CPMI, por mais que se tente menosprezar essa CPMI, como alguns Parlamentares têm tentado fazer, nós vamos chegar ao nosso objetivo, que é mostrar ao povo brasileiro quem roubou a previdência, como roubaram e onde foi parar o dinheiro. Podem fazer o que quiser. Eu aqui, com muita tranquilidade, vou seguir o regulamento e me foi dada uma missão. E missão, senhores, é para ser cumprida. E eu digo com muita clareza: podem tentar desviar o foco em qualquer situação, nós vamos dar sequência até responder ao povo brasileiro.

Com a palavra o...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É pela ordem ou questão de ordem, Excelência?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – É uma questão de ordem, art. 22.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para questão de ordem.) – Presidente, eu não conheço o Dr. Nelson Wilians, hoje é a primeira vez que eu estou tendo contato com o Dr. Nelson Wilians, mas eu sou uma pessoa, Presidente, que me insurjo diante daquilo que eu acho que é injusto, eu me revolto e eu não gosto de ver pessoas se utilizarem de uma função pública, de uma oportunidade para fazer aquilo que, do meu ponto de vista, é ilegal, é injusto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Está claro aqui, Sr. Presidente, o texto constitucional consagra o princípio de que ninguém é obrigado a se autoincriminar. Portanto, o cidadão ganhou o direito, através de um *habeas corpus*, de vir aqui e ficar em silêncio. Ninguém pode ofender o camarada porque ele tem esse direito. Segundo, ninguém é obrigado a sentar aqui e ouvir dizerem: "Olha, tu és vergonha para a tua família! Olha, tu és um...". Não sei quais são os outros adjetivos que foram utilizados aqui. Isso não cabe, Presidente. Ninguém... Está escrito aqui de forma muito clara: "Em seu interrogatório, o indiciado deverá ser tratado sem agressividade, truculência ou deboche por quem o interroga, diante da imprensa ou sob holofotes...

As pessoas não podem achar que elas vão vir aqui para lacrar videozinho da internet, humilhando as pessoas. "O senhor não é vergonha para sua família?". Se eu estivesse aí... Podia ser o Papa que me dissesse isso, e eu não aceitaria de forma calada, porque isso é uma tentativa de humilhação contra qualquer um de nós.

Então, o senhor não pode, e eu já lhe disse isso em outra oportunidade... O art. 22 é claro: um Parlamentar não pode dirigir a palavra a um colega e nem a ninguém dessa maneira, porque isso é uma atitude covarde, desumana, que não tem previsão regimental.

Portanto, eu peço a V. Exa., e não é com relação ao Dr. Nelson... Qualquer pessoa que se sentar aqui e que for submetida a uma tentativa de humilhação de forma vexatória, como este Senador fez agora há pouco, imediatamente o senhor tem obrigação de caçar a palavra dele,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque ele tem obrigação de respeitar inclusive o mandato que ele tem e respeitar este Parlamento.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Então, art. 22, Presidente. Peço a V. Exa. que faça cumprir esse artigo, e, se qualquer Parlamentar não tiver o decoro necessário, que imediatamente o senhor casse a palavra dele.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Paulo Pimenta... Senhores, Deputado Paulo Pimenta, esta Presidência tem pleno conhecimento das funções dela e vai obedecer ao que está no regulamento.

Segundo, V. Exa. solicita, e a Presidência determina ou não.

Eu vou repetir aqui para o senhor o que está no mesmo artigo que V. Exa. citou na questão de ordem. Três opções que podem ser adotadas pelo Presidente desta Comissão: procedimento do art. 22, censura verbal. Nós... Isso foi feito ao Parlamentar, e ele, a meu ver, se manteve dentro das prerrogativas.

Com a palavra, o Deputado Rogério Correia, por dez minutos.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Houve uma troca com o Deputado Sidney Leite.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Primeiro, cumprimentar a mesa, todos os Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, e o Sr. Nelson Wilians.

Eu quero, em primeiro lugar, me solidarizar com a Senadora Eliziane Gama. Eliziane foi muito atacada também quando Relatora da CPMI do golpe do 8 de janeiro. Foi uma excelente Relatora, e o relatório dela ajudou a Procuradoria-Geral da República e, posteriormente, o STF no julgamento e condenação de Jair Bolsonaro e vários outros réus. Talvez por isso não se tenha o respeito que se devia ter a ela, exatamente porque ela teve uma função – viu, Senadora? –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

excelente, como Relatora. E o relatório seu, que nós aprovamos, ajudou muito na prisão do Bolsonaro, que virá logo em seguida.

Eu quero dizer ao Sr. Nelson Wilians, que disse que não conhece o Careca, como foi o funcionamento dessa questão e de toda essa operação, que a Senadora Eliziane Gama começou a mostrar.

O Careca do INSS era um operador. Ele pegava aposentados lá no INSS, tinha canais lá dentro, e esses aposentados eram colocados para entidades picaretas. Uma dessas entidades foi a Ambec. A Ambec era do Sr. Camisotti, de quem o senhor disse que é amigo, Sr. Nelson Wilians. O seu amigo Camisotti, dono da Ambec, conseguiu um CT, em 2022, um contrato técnico, para que a Ambec, que tinha três filiados, pudesse fazer esse trabalho. E ela se encheu de filiados. Esses filiados eram aposentados que o Careca levou para lá com funções e com questões erradas que ele fazia dentro do INSS. Ele comprava as pessoas e levava... E o Camisotti, que era dono da Ambec, se encheu de dinheiro com isso – seu amigo. E esse amigo aí fez isso em 2022, que ele conseguiu isso com o Oliveira, que já veio aqui, e que depois virou Ministro e ele autorizou isso aí. Então, foi isso que a Ministra mostrou.

E esse escritório do senhor é denunciado pela Polícia Federal por lavagem de dinheiro, porque era tanto dinheiro que o Camisotti tinha, seu amigo, que ele foi para o seu escritório, e a denúncia que se tem é que o senhor estava lá fazendo lavagem de dinheiro. É essa a denúncia que foi feita.

Pois bem. Eu então entro no porquê que as coisas não estão andando aqui também. Eu sei que as relações políticas do senhor são grandes. Aqui dentro da CPI, por exemplo, tem um Senador e uma Deputada que até retiraram o requerimento que convocava o senhor. Talvez porque tenha tido até pedido do Governador, que o senhor entregou para ele também um Fusca de colecionador. O Governador Ibaneis que recebeu do senhor, segundo denúncia, um Fusca – a Polícia Federal vai apurar isso – de colecionador. O Ibaneis tem ligações aqui. Então, Senador e Deputada retiraram daqui os requerimentos de convocação do senhor.

O Relator disse que ficou satisfeito com as suas "não respostas". Eu não entendi por que ele ficou satisfeito. Eu estou completamente insatisfeito. Acho que o senhor não resolveu absolutamente nada. O Relator pediu preventiva de 20 pessoas que a Polícia Federal não tinha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pedido. A Polícia Federal pediu prisão preventiva, e o Relator não coloca em discussão o requerimento que eu fiz de pedir novamente ao ministro que faça prisão preventiva. Então isso é realmente um tratamento que o senhor tem muito especial aqui.

Mas eu sei que o senhor também assinou manifesto pró-Bolsonaro, tinha um boné do Trump, emprestou sua mansão para filiação do Tarcísio de Freitas, que foi Governador lá de São Paulo, se filiou naquele dia, o senhor fez um grande jantar com ele. Então, são muitas as relações políticas que o senhor tem. Talvez o tratamento que o senhor tenha tido aqui seja tão respeitoso, embora eu concorde com o Pimenta, e trato o senhor com respeito, colocando fatos.

Mas eu queria que colocasse aí um pouco do funcionamento disso. Vou pedir que coloque a primeira tela. Olha ali como é que começou a fraude no INSS. Mal caiu o dinheiro da aposentadoria, o telefone já começava a tocar, a coitada da aposentada recebia o telefonema.

Vamos para outra.

Os dados dela iam parar na mão de empresa de fachada. Gente sem escrúpulo que inventava ofertas falsas com o aposentado. Vamos lá. No dia seguinte, usavam um áudio de ligação para dizer que autorizou desconto no seu benefício. É o caso da Ambec. Sabe quem abriu a porta para essa farra? Entra aí. O Governo de Jair Bolsonaro. Foi no Governo dele que os dados de milhões de aposentados ficaram vulneráveis. E o Bolsonaro permitiu que esses dados de todos os aposentados fossem usados por fraudadores. E ele sabia disso, que tem Senador que já tinha até contado com ele.

Vamos para o próximo.

Por que isso aconteceu? É importante dizer. Olha a votação de um dispositivo tão importante do Deputado Rodrigo Coelho. Ele apresentou nesta emenda, na Medida Provisória 871, que, às vezes, é citada como uma grande coisa. Esse Senador apresentou... Esse Deputado apresentou uma emenda que proibia transmissão de dados de beneficiários do INSS para terceiros, afins de *marketing*, não fazerem captação da clientela; vedava instituições conveniadas ao INSS o *marketing* ativo. Essa emenda era essencial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas olha só, quem é que não quis aprovar essa emenda. Está ali a lista de Deputados que votaram "sim", ó. Tem aqui vários Deputados: Carol de Toni, Carlos Jordy, Caroline de Toni, Coronel Chrisóstomo, e aí vai.

Olha depois a outra página, olha como é que o PT votou! Todo favorável a esta emenda, para não dizer que as coisas não são claras aqui.

Aí, o que que acontece posteriormente?

Vai à outra cena. A outra página, por favor. Aí.

Aí vem um veto, o veto do Bolsonaro a essa emenda, que vai propiciar, então, as empresas a fazerem essa farra que fizeram de não terem *telemarketing*, etc., e poderem usar o *marketing* para colocar lá dentro da Ambec esses milhares e milhares, centenas de milhares... Sabe quem vetou? Bolsonaro. A pedido de quem? Ministro da Economia Paulo Guedes, está lá em cima.

Volta lá à página para a gente ver a assinatura. A outra página, por favor, a seguinte.

Olha lá a assinatura do Jair Bolsonaro colocando um veto com uma desculpa das mais ordinárias, um veto ordinário do ponto de vista de não prestar para nada, foi o veto do Bolsonaro. Isso permitiu que, através disso, fossem essas empresas completamente recheadas de aposentados que tinham depois um desconto, como eu mostrei lá no início, de R$30, R$40, que foi enchendo o bolso do Sr. Camisotti. E o Sr. Camisotti ia ao seu escritório.

O senhor não sabia o que o Camisotti fazia e utilizava esse recurso? É a pergunta que eu faço para o senhor, a única.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (Para depor.) – Exmo. Deputado, muito obrigado pela pergunta.

Houve um questionamento aqui a respeito de eu assinar um termo de que tudo o que eu disser aqui seja verdade, o.k.? Cadê o termo? Pega o termo lá, deixa eu ver o termo. Qual é o termo?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O termo é oral, Excelência.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Ah, é? Então, vamos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor quer que eu leia para o senhor aqui?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Não, se o termo oral, eu faço aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor gostaria de fazer o termo de...

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Não, não...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... falar a verdade aqui?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Eu falo. Tudo que eu disse e vou dizer aqui é verdade. Eu já disse, desde o início: a mesma indignação que os nobres membros desta Comissão têm com a apuração, com o rigor da apuração, descobrir os responsáveis e trazê-los à justiça, eu também tenho. Então, eu assumo, Deputado, eu assumo perante esta Casa o compromisso de tudo que eu disse e disser será verdade. É que, às vezes, fica meio mal entendido e é bom a gente ser claro. E como eu disse, no começo, quando eu cheguei aqui...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – ... Deputado, eu fiquei nervoso. Eu acho que assim, a gente, nós advogados, nós estamos preparados, por muitas vezes, para, diante do nosso cliente, seja em qual circunstância for, exercer, mas, quando inverte...

(*Soa a campainha.*)

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – ... e somos nós, é complexo. Então, eu assumo.

E o que eu tenho a dizer em relação a isso, Deputado? De coração aberto, eu não tenho nada a ver com o objeto da investigação desta CPMI, com as fraudes do INSS. E isso, ao final, ficará cabalmente demonstrado...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Obrigado.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – ... cabalmente!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Deixe eu apenas concluir.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Obrigado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – O senhor respondeu a mesma coisa e não me respondeu se sabia ou não que o Camisotti sabia de tudo, etc.

Me passa o último, o último eslaide!

Eu não vou perguntar, porque o senhor vai dizer a mesma coisa, mas, na última foto que tem aí – eles vão mostrar –, é apenas para saber se esse fusca mesmo era de colecionador. Não é esse... Ah, se esse fusca é de colecionador, o que o Dr. Ibaneis, o Governador, está com ele lá e se foi o senhor que passou.

Mas eu quero só terminar dizendo o seguinte: por que que foi possível chegar agora a essa quadrilha?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Por que que foi possível chegar a isso agora? Porque o Presidente Lula mandou investigar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Deputado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... e cortou tudo que estava dessas empresas e agora está devolvendo o dinheiro aos aposentados.

Fica claro como é que funcionou a quadrilha no momento em que estamos hoje.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É pela ordem ou questão de ordem, Deputado Evair?

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pela ordem.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Pela ordem.) – É só para um entendimento, porque o nobre convidado já disse... Primeiro, ele disse que iria usar a prerrogativa de ficar em silêncio; disse que não iria assinar o termo de compromisso de falar a verdade; depois, diante dos argumentos do Relator, ele deu inúmeras respostas preparadas como se não estivesse em silêncio ficado...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Agora, já no meio do seu depoimento, ele resolve mudar de posições. A minha pergunta é: os questionamentos anteriores vão ser refeitos para que ele possa se reposicionar, ou ele vai continuar tendo essa mesma postura? Porque parece que essa questão dele de aceitar agora falar a verdade torna-se nula diante dos fatos que já aconteceram até aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. O Relator pode intervir a qualquer tempo, é do regulamento. Se ele entender, ele pode fazer...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E eu...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só uma... E eu vou passar a palavra a V. Exa.

O senhor tocou num ponto muito importante aqui. Eu respeito plenamente a fala de todos os senhores, porque são Parlamentares como eu, têm a mesma prerrogativa de falar por dez minutos cada um – todo mundo! Agora, eu tenho para mim que quem está nos assistindo quer que nós nos atenhamos ao fato da investigação que está aqui. Entra na questão política de um, questão política do outro... A gente usa um tempo de certa forma para não chegar a lugar algum. Eu vou continuar respeitando os dez minutos, mas quero fazer aqui, quero instar aos Srs. Deputados, Senadores e Senadoras: vamos usar esse tempo para a gente esclarecer para a população brasileira o que aconteceu na Previdência. Assim, nós vamos cumprir o nosso papel. E vamos deixar as questões políticas para outro momento no debate dos Plenários. É uma posição aqui que este Presidente coloca com muita clareza, porque, com 62 anos de idade, a gente já sabe muito bem os objetivos de vida que a gente tem, o tempo para nós é algo muito precioso...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Pela ordem, Presidente.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Presidente, Presidente, pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante.

Com a palavra o Relator Alfredo Gaspar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Nelson, o senhor disse, no início, algumas perguntas que não iria responder, que iria se prevalecer do silêncio garantido pelo *habeas corpus* do STF... Agora, no meu entendimento, o senhor fez duas afirmações. A primeira é que o senhor acabou de assumir o compromisso de falar a verdade. É isso?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (Para depor. *Fora do microfone*.) – Tudo o que eu disse...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, não. Só, só...

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Tudo o que eu disse... Eu assumi o compromisso de dizer que é verdade e tudo o que eu disser será verdade, mas eu não abro mão do direito de ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, o senhor disse uma coisa e está fazendo outra.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Não...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pediu ao Presidente da Comissão o termo de compromisso. A pergunta é simples: o senhor aquiesce a esse termo de compromisso?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Tudo o que eu disse e tudo o que eu disser será verdade. Não abro mão do direito ao silêncio também, porque também é um direito meu.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A pergunta é outra. O senhor aquiesceu ao termo de compromisso de falar a verdade?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Aquiesci.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ótimo. Então, Sr. Presidente, agora, V. Exa. vai me permitir para que eu refaça as perguntas em que anteriormente ele tinha ficado em silêncio...

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Eu vou continuar a exercer o direito ao silêncio em relação a elas. O que eu disse já está mantido.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco/UNIÃO - TO) – Sr. Relator...

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – E aquelas que eu não disse, eu não vou dizer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, nós estamos aqui com o senhor... Quando aprovamos a convocação do senhor a este Colegiado – quando aprovamos a convocação do senhor a este Colegiado –, ninguém tratou o senhor como investigado. Nós convocamos o senhor na qualidade de testemunha. Aqui, para este Colegiado, o senhor está na qualidade de testemunha. Portanto, já que o senhor aquiesceu, naquilo que não o incriminar, o senhor tem a obrigação de falar a verdade. O senhor não vai poder calar a verdade de algo que não o incrimine. É simples assim. Ele disse que aquiesceu ao termo de compromisso. Eu agora vou fazer as perguntas.

Sr. Nelson Wilians, o senhor poderia dizer a origem do seu patrimônio?

Quando aprovamos a convocação do senhor a este Colegiado – quando aprovamos a convocação do senhor a este Colegiado –, ninguém tratou o senhor como investigado. Nós convocamos o senhor na qualidade de testemunha. Aqui, para este Colegiado, o senhor está na qualidade de testemunha. Portanto, já que o senhor aquiesceu, naquilo que não o incriminar, o senhor tem a obrigação de falar a verdade. O senhor não vai poder calar a verdade de algo que não o incrimine. É simples assim. Ele disse que aquiesceu ao termo de compromisso. Eu agora vou fazer as perguntas.

Sr. Nelson Wilians, o senhor poderia dizer a origem do seu patrimônio?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Eu não tenho nada a ver com o objeto investigado nesta CPMI em relação às fraudes do INSS. É isso que eu tenho a dizer. E é verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Nelson Wilians, o senhor fez uma transação imobiliária de R$22 milhões. Essa transação imobiliária ensejou que a Polícia Federal no seu relatório deixasse claro que o senhor estava lavando dinheiro para Maurício Camisotti.

O senhor é o operador financeiro do dinheiro sujo que entrou e saiu da Ambec?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Eu não tenho nada, absolutamente nada, com o objeto das investigações desta CPMI em relação às fraudes do INSS. Absolutamente nada.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Presidente...

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – E isso é verdade.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Presidente, só pela ordem, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pela ordem, Deputado Duarte.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Pela ordem.) – Peço licença ao Relator, só para entender o que foi falado aqui.

O Dr. Nelson Wilians, após as nossas manifestações, dos Parlamentares, disse que assume o compromisso de falar a verdade, compromisso esse que só está sendo assumido após quase três horas de oitiva. É isso, Dr. Nelson Wilians? Assume o compromisso de falar a verdade agora, sim ou não?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (Para depor.) – Não, não, não, não, não.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Só sim ou não.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Vamos colocar certo. Não, não é assim. Você perguntou se tudo que eu disse é verdade, e assumo, daqui para frente, tudo que disser continuar sendo verdade. Em nenhum momento, eu menti aqui.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Perfeito. Eu peço mais uma licença ao Relator, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

É só uma pergunta objetiva. Eu pergunto ao Dr. Nelson Wilians se você assume agora o compromisso de falar a verdade. Só sim ou não. Você disse que sim. Eu só quero confirmar: sim ou não?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Eu só falei a verdade aqui. Como assim, agora eu vou falar? Eu já falei. Desde o início, eu só falei a verdade. Como agora? Não é agora.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Então, está tudo bem. Não quer responder.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Eu estou respondendo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A gente não precisa mais discutir isso.

A testemunha disse aqui que aquiesceu ao compromisso de falar a verdade.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Exato.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Então, quando o Dr. Nelson...

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Eu não estou...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Dr. Nelson, quando você, que assume agora o compromisso de falar a verdade, quando você se cala, é correto afirmar que quem cala tem o que temer ou a esconder?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho.

Relator e Vice-Presidente, eu entendo a colocação, mas vamos fazer de uma forma a formalizar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vamos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sr. Nelson Wilians, o senhor aceita fazer o termo de compromisso com a verdade, como está previsto na Lei das CPMIs, com esta Comissão? Sim ou não? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Nelson, eu estou como Presidente fazendo uma pergunta e eu quero uma resposta do senhor.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Eu preciso entender e preciso falar com meus advogados.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor quer que eu suspenda a sessão para isso?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Sim, suspenda.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A sessão está suspensa por cinco minutos.

(*Suspensa às 12 horas e 44 minutos, a reunião é reaberta às 12 horas e 50 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sessão reiniciada.

Pergunto ao depoente: o senhor aceita fazer o termo de compromisso com esta CPMI, conforme o art. 203 do Código de Processo Penal?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (Para depor.) – Analisando juridicamente o termo – e o termo está aqui comigo –, reavaliando-o juridicamente, há um grande paradoxo nele, porque eu tenho o direito ao silêncio, esse direito é constitucional, e, da forma como ele está, eu abro mão dele. E desse direito eu não abro mão. Eu não abro mão pela complexidade do tema tratado aqui – a complexidade do termo tratado aqui, do tema tratado aqui. Então, diante deste quadro, eu não abro mão do direito ao silêncio.

E tudo que eu disse até agora e tudo que eu direi aqui será verdade. Tudo que eu disse e tudo que eu direi será verdade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Conforme o Habeas Corpus 261850, que foi deferido pelo Ministro Nunes Marques, a testemunha tem o direito de não fazer o termo de compromisso, como está oficializado.

O próximo orador a falar, o Deputado Beto Pereira, por dez minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Poderia apenas ler o termo, para entender.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – É, por favor, Presidente, para ficar claro.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – É, para a gente compreender com o que é que ele não quer se comprometer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Leio, perfeitamente.

O termo de compromisso diz assim: "V. Sa. promete, quanto aos fatos de que tenha conhecimento, na qualidade de testemunha, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?". Esse é o termo que nós temos repetido.

Ele tem...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas não tem direito ao silêncio aí, porque o...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ele tem direito a não prestar o juramento. O *habeas corpus* é muito claro sobre isso daqui, e nós temos que seguir.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Eu sei, Sr. Presidente, mas aqui precisa ficar claro que o Dr. Nelson Wilians disse que quer manter o seu direito ao silêncio consagrado pela Constituição. No entanto, o compromisso que V. Exa. acaba de ler nada trata de direito ao silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas, Excelência...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Trata de direito...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado Van Hattem...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas aqui está o direito ao silêncio e a não assumir o compromisso de falar a verdade, em razão da condição de investigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não posso fugir da determinação que está aqui, do Supremo Tribunal Federal.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Presidente, é só pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza, não.

Deputado Beto Pereira, por favor, com a palavra. Dez minutos.

Senhores, por gentileza, vamos dar sequência aos trabalhos. Eu ainda tenho aqui mais... Pelo menos 15 Parlamentares inscritos. Nós vamos fazer uma parada para o almoço daqui a pouquinho.

Deputado Beto Pereira.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS. Para interpelar.) – Nobre Presidente, nobre Relator, Mesa...

Eu quero aqui, Dr. Nelson Wilians, fazer o relato de que V. Exa. começa muito bem, descrevendo sua história de vida, a construção dum renomado escritório, que todos nós que estamos aqui consideramos um dos maiores do Brasil. Hoje, V. Exa. é reconhecido como um dos advogados mais poderosos do Brasil. Tudo isso é notório.

E o senhor foi muito firme, ao dizer da sua honestidade, das garantias e da forma que foi construído o seu patrimônio.

Eu discordo da estratégia que V. Exa. tem tomado neste momento, neste depoimento, de não aproveitar desta oportunidade que está tendo, junto à Comissão que V. Exa. disse que respeita, que tem muito conceito, mas discordo porque é ímpar a condição que V. Exa. tem para elucidar várias dúvidas que hoje pairam sobre a sua pessoa. E é muito relevante nós termos, aqui, uma cognição quanto a isso, diante daquilo que o senhor pode trazer, porque veja bem: quando o senhor diz que permanece calado, usando seu direito constitucional, o senhor está deixando o nosso juízo de valor prevalecer.

E qual é o juízo de valor, hoje, que não só esta Comissão tem, mas que o Brasil inteiro tem a respeito da sua pessoa? O senhor está sendo acusado de ser o cerne do maior escândalo de roubo de aposentados e pensionistas do Brasil, e o senhor está aceitando isso calado, com uma única retórica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A estratégia de V. Exa. está errada! Aproveita esta oportunidade para limpar sua barra.

Ora, eu quero aqui perguntar a V. Exa., que disse ter uma conduta ilibada: entre os anos de 2019 e 2024, o Coaf identificou movimentações suspeitas nas contas de seu escritório, envolvendo nada mais, nada menos do que R$4,3 bilhões.

É quase todo o valor estimado nos descontos associativos do mesmo período, que é a soma de R$6 bilhões.

Adiantando que, certamente, a sua resposta vai ser "não tenho nada a ver com essas acusações", eu queria fazer uma indagação: V. Exa. operou para alguma associação com algum benefício na movimentação desses R$4,3 bilhões?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (Para depor.) – Nobre Deputado Beto Pereira, muito boas as suas argumentações. E a minha resposta à sua pergunta é: eu não tenho nada a ver com o objeto das investigações desta CPMI.

A minha resposta responde à sua indagação.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Veja bem, eu respeito o seu direito de permanecer calado, respeito a sua condição de testemunha, só que nós temos que esclarecer, principalmente para aqueles que estão nos assistindo: houve um roubo de aposentados e pensionistas, onde associações fictícias – associações fictícias! – foram criadas. Um dos seus clientes, Camisotti, era patrono de diversas dessas associações, em nome de laranjas, e essas associações formavam contratos fictícios com escritórios de contabilidade e também escritórios de advocacia.

O seu escritório, hoje, está no olho dessa investigação, inclusive com um pedido de prisão de V. Exa. por parte da Polícia Federal.

O senhor deveria temer, com tamanha estrutura jurídica no país, porque correm sério risco os contratos que V. Exa. tem com o Banco do Brasil, com outras instituições, porque, hoje, a principal sugestão que, como membro desta CPI, eu dou à Presidência, à direção desta Comissão Parlamentar é que haja uma suspensão de todos os contratos que V. Exa. tem, que o escritório de V. Exa. tem com órgãos públicos, com instituições públicas, com fundações e com autarquias,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque o senhor está sob suspeita. Não podemos ter complacência com alguém que tem uma conduta duvidosa, como V. Exa. hoje tem perante a sociedade brasileira.

Portanto, quero aqui dizer: tomara, tomara que o senhor não tenha nada a ver com o objeto desta CPMI.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Nobre Deputado Beto Pereira e demais membros desta Comissão, vocês não vão se decepcionar comigo. E é importante que o pedido de prisão foi indeferido pelo nobre Ministro da Suprema Corte, exatamente por não ter fundamentos para ela.

É muito importante aqui a gente trazer esse fato. Da maneira como é colocado, sai um recorte aí que pode pegar mal. Ela não tinha fundamento, e o Ministro não a concedeu.

Então, é muito importante destacar isso e reafirmar: eu não tenho nada a ver com o objeto investigado desta CPMI. E você não vai se decepcionar, nobre Deputado. Não vai.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Deputado.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – O pedido de prisão de V. Exa. foi indeferido, mas todos os pedidos de busca e apreensão, de apreensões foram deferidos pelo nobre Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

A nossa última inscrita, antes do nosso intervalo é a Deputada Adriana Ventura, por dez minutos, por favor.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Pode dizer qual é a lista depois, Presidente?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Obrigada.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, qual é a lista na retomada?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A lista é: Marcio Bittar, Paulo Pimenta, Rogerio Marinho e Izalci Lucas.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dez minutos para a Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

Quero saudar todos os presentes, também o depoente, Dr. Nelson Wilians, e os seus advogados. Sejam bem-vindos.

Quero começar, primeiro, agradecendo.

E o senhor falou bastante da tua trajetória, da família, Dr. Nelson, até porque o senhor já esteve no meu gabinete, recebi um livro do senhor. Teve uma época em que o senhor estava visitando os gabinetes, se apresentando, e a tua trajetória é muito interessante.

Sou professora de empreendedorismo, sou empreendedora. E é muito bacana você ver uma pessoa que, pelo estudo, cresceu, subiu, enriqueceu... Não tenho problema nenhum com pessoas que crescem, enriquecem e multiplicam, até porque livre iniciativa é uma coisa muito boa. Mas eu queria colocar o foco um pouco na sua trajetória, até nesse lado empreendedor, que eu acho que é interessante para as pessoas entenderem.

Mas eu queria até fazer um pedido, porque eu vim aqui com muita expectativa realmente que viessem assim, esclarecimentos.

Entendo que o senhor tem o direito. Ninguém vai violar esse direito. E também já entendi a tua frase: "Não tenho nenhuma parte nas fraudes". O senhor já repetiu 50 vezes. O.k. Mas às minhas perguntas essa resposta não vai caber. Então, queria pedir, se o senhor pudesse responder às minhas perguntas, se isso não te prejudicar, eu agradeço, porque eu quero entender a parte da trajetória, principalmente a questão do teu empreendedorismo.

O senhor tem muitas empresas, e, como eu já disse, eu não tenho problema nenhum com riqueza. Quanto mais riquezas as pessoas tiverem, eu acho isso ótimo. Quanto mais riqueza tiver para, inclusive, dar oportunidade para outras pessoas também saírem da pobreza, é maravilhoso, então, quanto a isso, sem problemas, mas eu vejo aqui que o senhor tem muitos negócios – negócios. Então, pelo levantamento feito, o senhor tem o NW Negócios Investimentos e Soluções,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é também chamada de Valestrá Negócios e Investimentos, só esse bloco tem mais ou menos 15 empresas. Depois tem a NW Corretora de Seguros, que tem uma empresa, tem a NW Soluções e Recuperação de Crédito, que são mais cinco empresas – pelo menos as que eu levantei, tem várias –, tem a Voar Aviation Táxi Aéreo e Manutenção, que são 12 empresas. E chama a atenção, e essa eu acho que é a minha pergunta, sobre o administrador do senhor: em muitas delas, em boa parte, inclusive, desses grupos, é o Sr. Fernando dos Santos Andrade Cavalcanti. Ele é administrador das empresas, toda empresa tem administrador, eu sou administradora, e eu queria entender como é, assim, pelo fato de ser administrador de pelo menos umas 30 empresas que você tem, eu queria entender: essa relação é profissional e pessoal, e de confiança, correto? Essa é a primeira pergunta.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (Para depor.) – Exma. Deputada Adriana Ventura, me emociona a sua fala, porque falar sobre empreendedorismo para mim é uma paixão, uma paixão, algo que realmente me encanta e me motiva, mas é um tema extremamente complexo para falar aqui, neste momento, neste momento. Então, eu vou manter a mesma linha que tenho mantido ante a pergunta dos nobres outros colegas da Exma. Deputada, em razão de eu acreditar que não é o momento de falar a respeito deste tema, este tema por que sou apaixonado, empreendedorismo, mas vou manter a mesma postura que mantive em relação aos outros colegas. E, repito, eu não tenho nada a ver com o objeto desta CPMI, em especial as fraudes envolvendo o INSS e seus aposentados.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Está certo. Estou triste com isso, mas eu entendo. Então, eu também, até em respeito ao trabalho que fiz, vou ler assim as perguntas e já entendi que o senhor não vai responder. Tudo bem?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Perfeito.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Então, assim, a minha outra pergunta é: o senhor tem conhecimento sobre as atividades realizadas pela empresa FAC Negócios e Investimentos Unipessoal, CNPJ 24.605.423/0001-01, de propriedade do Sr. Fernando Cavalcanti? Eu queria entender que tipo de atividade essa empresa exerce. Já entendi que o senhor não vai responder. Posso seguir? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E chamou a atenção que uma das empresas, que é uma das empresas suas, que eu já falei, que é a NW Participações Unipessoal, possui várias sociedades com uma das empresas do Sr. Fernando Cavalcanti, que é a FC Participações Pessoais, e elas são sócias de comércio de vestuário, produções artísticas e várias outras coisas.

É porque é muito empreendedorismo e, como eu disse, eu sou empreendedora também em vários segmentos, e como são muitas e muitas empresas, para a gente puxar esse fio, até para mostrar que as atividades do senhor não são só o escritório de advocacia, são várias outras. Eu queria... E tem uma em especial que chama a atenção, que é a Voar, porque é da Sra. Alessandra Azeredo Coutinho Abrão. Ela é muito famosa aqui no meio político porque ela freta avião para muitos e muitos políticos aqui dentro. Ela é prima da ex-Senadora Lúcia Vânia, de vários partidos, não vem ao caso; ela é filha de um ex-Deputado, inclusive já falecido, Pedro Abrão Júnior. E o que chamou a atenção, e eu faço essa pergunta com toda a transparência, é que este cidadão foi acusado de pedir propina à empreiteira Andrade Gutierrez na época do orçamento de 97, é uma história antiga, tal, tal, tal, na época da construção.

Então, existe um cunho político que é muito acentuado, e eu entendo que quem circula nesse meio político, Dr. Nelson, tem essas conexões, mas chamou a atenção que, na Voar Aviation Táxi Aéreo, a Sra. Alessandra Azeredo Coutinho é sócia administradora.

A minha pergunta é se o senhor tem ligação com ela nessas empresas, como foi essa história. Eu queria que o senhor contasse a trajetória empreendedora mesmo.

Tem uma outra empresa da Sra. Alessandra, que é a Globo Aviação, que foi denunciada em 2018 por fretar voos piratas para políticos. Então, a minha pergunta é se o senhor tem ciência disso, como é essa relação, essa sociedade.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Por uma questão apenas de justiça, eu não sou sócio mais da Voar há muito tempo...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Ah, é?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – ... é muito importante. E, quando fui sócio, só para fazer uma questão de justiça com relação à Alessandra Abrão – que você disse que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

é aqui do Centro-Oeste, né? –, eu não tenho mais sociedade com ela, só para deixar isso consignado aqui, e mantenho a mesma linha das outras respostas que eu já dei.

Só para deixar consignado.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Não, acho importante fazer justiça, deixar consignado, então está certo. Está tudo certo.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – É importante, muito importante realmente, em respeito a ela.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Não, a ela e a todos.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – E a todos, é. Muito obrigado.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Mas, assim, eu queria falar aqui para você, Dr. Nelson Wilians, que essa trajetória empreendedora... Inclusive, eu até brinco – né? –, eu tenho muitos primos advogados, eu não sou advogada. Eu tenho muitos primos advogados, eu falo assim: "Olha, estou para ver um advogado que sabe fazer conta", brincando, é uma brincadeira de família, porque, geralmente... Tem muitos advogados que sabem fazer conta, mas, quando eu vi a sua trajetória, que, assim, só no breve resuminho assim, muitas empresas, tal, é uma coisa que chama a atenção, e de diversas áreas. O senhor é empreendedor, né?

Eu estou um pouco frustrada hoje, eu devo admitir, porque a gente precisa buscar essa verdade, a gente precisa saber quem fraudou. O senhor tem uma participação importante no sentido de estar ali em contato tanto com supostos operadores – vamos falar assim –, tanto por conhecer essa estrutura, tanto por circular tanto dinheiro. Eu entendi que a estrutura é gigante, mas existe uma expectativa de que tivesse algum esclarecimento. Eu estou um pouco frustrada, mas eu não vou seguir aqui com perguntas, já que eu não tive resposta.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado à Deputada Adriana Ventura.

Como acertado com esta Comissão, os trabalhos estão suspensos por uma hora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Suspensa às 13 horas e 11 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 24 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, retomando os nossos trabalhos, daremos sequência à lista de Parlamentares inscritos para questionamento ao advogado Nelson Wilians.

O próximo da lista é o Senador Marcio Bittar.

Por dez minutos, Senador.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – Primeiro, vou cumprimentar o Presidente, o colega Carlos Viana; cumprimentar o nosso Relator, estou muito honrado de estar aqui, sendo presidido por V. Exas.; vou cumprimentar o depoente e dizer que, de fato, eu me somo um pouco às palavras de uma colega Deputada Federal, se eu não me engano, a última antes do almoço...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – ... Adriana, que mencionou o receio de fazer prejulgamento. Eu também tenho o receio de fazer prejulgamento, e, ao fazer prejulgamento, acabar cometendo injustiças, como as que nós estamos assistindo no Brasil de hoje.

Permita-me abrir uma janela, Sr. Presidente, mas ela vai... No final das contas, ela tem a ver com a presença do Dr. Nelson Wilians aqui nesta Comissão.

A injustiça a que nós assistimos hoje no Brasil é uma crueldade que eu não esperava vê-la em vida. Eu conheço uma crueldade que vem dos comunistas na literatura, em que um Che Guevara admite que fazia paredão – publicamente na ONU, ele diz isso. A crueldade que fez com que Stalin eliminasse todos os seus ex-colegas que com ele fizeram o golpe de estado, "a revolução", chamada por alguns na Rússia, depois, União Soviética; o que fez Mao Tsé-Tung, um doido, um doente, e que ninguém duvida da quantidade de mortos que esses países fizeram.

Os historiadores têm dúvida com relação à quantidade, mas falam em 60, 70, 80 milhões. Eu continuo vendo essa crueldade agora, e eu não esperava em vida vê-la, que é a crueldade de um Caetano Veloso, por exemplo, que, a mim, comete uma injustiça, porque ele próprio admite, como o Fernando Gabeira também, que, em 64, os grupos que se digladiavam não se digladiavam – os extremos –, não se digladiavam para o aperfeiçoamento da democracia. Eles se digladiavam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

para ver quem daria o golpe primeiro. Prevaleceu o golpe militar, mas, indiscutivelmente, aqueles dois grupos lutavam não era pelo aperfeiçoamento da democracia, era para um golpe. O golpe foi dado pelos militares, mas pessoas como Gabeira admitem, como já admitiram publicamente, que eles não lutavam pela democracia, lutavam, sim, pela implantação da ditadura do proletariado, que é classicamente, dito pelo Marx, a primeira fase, a fase socialista da revolução comunista; a fase, inclusive, em que o partido toma o poder e massacra todos os seus adversários.

Por que eu estou dizendo isso, Sr. Presidente? Porque essa maldade que causa essa injustiça faz com que um grupo, que é o grupo da esquerda, que foi... ao ser contrariado, pegou em armas, soltou bomba, matou pessoas, sequestrou pessoas, e que claramente defendia a implantação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – ... de um outro regime, que não era um regime democrático; hoje, grita que não é possível fazer anistia para pessoas inocentes.

E na Câmara Federal, eu dizia agora há pouco para o nosso Relator, o Presidente Hugo Motta indica um Relator que, a meu ver, claramente, já está dizendo que será injusto, porque diminuir pena não elimina o fato de que o foco é que não houve golpe de Estado; o que houve foi uma injustiça de uma interferência indevida, descabida – e o senhor, que é advogado renomado, famoso, dizem que uma das maiores bancas do Brasil, sabe, não é obrigado a falar, que, para começar, o foro não era aquele, todos que foram ali julgados eram para a primeira instância.

Estou falando dessas injustiças, Sr. Nelson, para dizer que eu já vi, na minha casa, irmão meu sendo denunciado por 20 anos e, depois de 20 anos, foi inocentado por unanimidade. E já morreu, e as pessoas que o detrataram, ao longo de 20 anos, não vão passar 20 anos... Até porque tem que fazer oração, porque para pedir desculpa a ele não tem mais espaço.

Mas agora, onde é que essa janela se enquadra, se encontra com o senhor? Porque outra injustiça está sendo cometida. E note que, assim como o movimento de 64, ninguém nega que a luta ali era pela abolição, ali sim, a luta era pela abolição do Estado democrático de direito, nesse caso do roubo dos aposentados, também ninguém nega que houve o roubo, que houve o saque, e, basicamente, é uma história de mais de 30 anos, onde a Contag era quase a única ou a maior

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de todas elas, a madrinha de todas elas, aí vem a reforma, que era a forma de ela se capitalizar, vem a reforma trabalhista, aí o meu querido amigo, colega, Rogerio Marinho – ele tem, entre aspas, uma "culpa" nisso, estou falando aqui entre aspas, uma brincadeira – faz a reforma trabalhista, como Relator, e acaba com o imposto sindical obrigatório. Portanto, a fonte de manutenção de um monte de entidades secou, e eles migram para esse esquema onde quase exclusivamente estava a Contag. Ora, onde só estava uma, não cabiam 40, a não ser que alargasse a roubalheira, como eles alargaram.

Então, Dr. Nelson, aqui não há dúvida. E esse escândalo, provavelmente, não é tão vultoso quanto foi o mensalão ou o petrolão, mas, com certeza, é muito mais cruel, porque foram roubados homens e mulheres no Brasil inteiro – nenhum estado, nenhum município ficou livre disso –, em condição de vulnerabilidade, no momento em que a pessoa está gozando de uma aposentadoria magra, porque isso tudo é um salário mínimo até dois salários mínimos, e é assaltada.

Para não cometer injustiça, Dr. Nelson, eu não vou lhe fazer pergunta. Eu vou apenas reforçar um pedido, porque, felizmente ou infelizmente, seu nome, da sua empresa, aparece relacionado nessas apurações, dizem, com indícios de que poderia ter ocultação de patrimônio, lavagem de dinheiro, terreno doado de R$11 milhões, frota de carros muito caros que teriam sido acobertados, como ocultação de patrimônio, que teriam alguma ligação com V. Exa.

Portanto, dito isso, eu acho que o melhor que fazemos agora é levantar documentos para que eles nos embasem e, por isso, estou reforçando e entrando com requerimento de quebra de sigilo bancário, financeiro e do relatório de inteligência financeira de todas as empresas que tenham a sua participação, para que, em posse disso, a própria CPI, aí sim, possa ter elementos para, talvez, quem sabe, lhe convidar – espero que só no convite – para uma próxima audiência.

E para não dizer que não lhe fiz nenhuma pergunta – claro, se o senhor desejar responder –, a investigação da Polícia Federal aponta movimentações financeiras suspeitas entre o senhor e o empresário Camisotti, com quem o senhor não negou uma relação, uma relação de amizade, além de possíveis vínculos com o patrimônio do Careca do INSS, sobre quem o senhor já disse que não tem nenhum conhecimento. Como o senhor explicaria que esses veículos e bens ligados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Maurício Camisotti e também ao Careca do INSS estejam em nome de empresas do seu grupo jurídico?

Eram essas, Sr. Presidente, Sr. Relator, as minhas palavras. E eu já estou entregando o requerimento de quebra de sigilo bancário e telefônico, da forma como eu li agora, e também do relatório de inteligência financeira das empresas do depoente.

Espero que não o tenha ofendido, mas a CPI, ou melhor, a CPMI, que contou com uma resistência muito grande do Governo de plantão para que fosse instalada e, em sendo instalada, contou com uma resistência muito grande do Governo de plantão para que a relatoria e a Presidência não estivessem nas mãos de quem...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – ... de quem está, ela tem por obrigação fazer a investigação. Então, sem fazer juízo de valor, eu peço que esse requerimento entre na pauta com urgência para a próxima reunião da nossa CPMI.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pergunto ao senhor Nelson Wilians se deseja se manifestar.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (Para depor.) – Senador Marcio Bittar... Senador, com certeza agradecerei.

Desde o início, eu fui muito claro. Tem um papel nobre esta Comissão, que é investigar os fatos envolvendo as fraudes do INSS. Manifestei o meu total repúdio às fraudes e aos fraudadores. Quero aqui também deixar uma coisa clara, com relação à Polícia Federal: eu entendo que cumpre seu papel de investigar. E, apesar de todos os fatos, porém, estou 100% seguro de que seguirei esclarecendo e dando informações para a Polícia Federal, demonstrando cabalmente que não participei de nada relacionado à fraude do INSS, como eu já venho dizendo aqui desde cedo. Eu não temo a verdade. Eu não temo a verdade, quero deixar claro isso aqui. E o papel das Excelências que aqui estão é primordial para que se apure tudo e se separe o joio do trigo. Separar o joio do trigo. É isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, colegas Deputados, Senadores, eu confesso a V. Exas. que eu estou um pouco impactado aqui hoje. Porque, normalmente, aqui o pessoal é tão combativo, o pessoal é tão assertivo, né?

O Dr. Nelson não precisava nem ter convidado o Dr. Santiago e o Dr. Jacob para virem aqui hoje, porque eu nunca vi tanto advogado aqui querendo mostrar serviço. Acho que o pessoal está querendo ser contratado, o Dr. Nelson falou que tem mais de mil advogados, né? E é um exercício de retórica que eu até chego a ficar constrangido, porque esse pedido aí de quebra já foi feito pela Polícia Federal, já foi feita a quebra do sigilo do Dr. Nelson, das empresas, já foi feito. Quer fazer de novo? Faça, mas já está feito. No exercício de retórica, conseguiram trazer o Caetano Veloso e o Che Guevara! Eu não sabia que o Caetano Veloso e o Che Guevara estavam envolvidos nesse esquema do INSS, Presidente. Eu não sabia que eles estavam nesse negócio do desconto associativo, né?, do...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, devolva o meu tempo, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mais um minuto para o Líder do Governo.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Toda vez que interromper, a gente vai devolver o tempo.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Meu Deus!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Marcio...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Mais um...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... falou por dez minutos, por gentileza.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Mais um, Presidente. Mais um.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mais um minuto.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Obrigado.

Eu não sabia, Presidente, que o Che Guevara, o Caetano Veloso, o Marx – até o Marx agora foi chamado para um exercício da retórica aqui do... Né?

Eu nunca tinha visto um negócio desse de falar – com todo o respeito que merece o nosso depoente –: "Eu não sei se eu lhe ofendi, desculpa se...". Pelo amor de Deus, gente! O Dr. Nelson Wilians não precisa desse tipo de constrangimento.

A colega Deputada aqui, que falou que é professora de empreendedorismo, só faltou convidá-lo para dar aula na próxima etapa do curso, né? E eu fiquei pensando, pessoal, o que que está faltando: o senhor faz parte dos Legendários? Ninguém perguntou ainda, né? O senhor já foi dos Legendários? O senhor já foi na caminhada promovida pelo Pablo Marçal, né? Porque, Presidente, veja bem, o Dr. Nelson é advogado, advogado de boa parte dessas pessoas, além disso, é acusado, chega aqui com *habeas corpus*, aí perguntam para ele o seguinte: "O seu patrimônio é fruto de ilícito?". O senhor queria que ele respondesse o quê? "O senhor conhece o fulano?" Ele já disse: "Eu conheço o Maurício Camisotti, é meu...".

Então, gente, pelo amor de Deus! Nós temos que tentar aproveitar a vinda aqui para nós podermos avançar na investigação.

Sinceramente, não me interessa se o Dr. Nelson Wilians foi na caminhada dos Legendários, se ele foi na caminhada do Pablo Marçal... Aliás, quase perguntaram para ele se ele acha que o foro para julgar o Bolsonaro é o foro adequado, já queriam até fazer consulta com o Dr. Nelson Wilians aqui, aproveitando a presença dele aqui: "O senhor acha que o Bolsonaro deveria ser julgado no STF ou deveria ser julgado na primeira instância?".

Então, gente, olha só, veja bem, a minha tese, Presidente: quando o Deputado colega Ricardo Barros virou Ministro da Saúde, no outro dia, ele nomeou um cidadão chamado Rodrigo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Andrade Vasconcelos Presidente do Geap, foi no outro dia mesmo. Depois do golpe na Dilma, ele virou Ministro da Saúde e, no outro dia, nomeou o Rodrigo de Andrade Vasconcelos no Geap. E, aí, o Rodrigo Andrade Vasconcelos...

Mesmo com a Geap já tendo uma banca de advogados, com muita rapidez, aprovaram lá no conselho uma mudança na Geap e contrataram várias empresas terceirizadas para prestar serviço, entre elas, o Dr. Nelson, para prestar serviços advocatícios, e o Dr. Camisotti, para prestar serviço odontológico, e tudo mais. Pegaram um contrato bom lá, um bom contrato. E ficaram lá um tempo até que houve um desacerto lá, administrativo, e tal, e afastaram o Dr. Nelson Wilians e o Dr. Camisotti da Geap, que estão, inclusive, numa pendência judicial, até hoje, na Justiça Federal.

Mas olha que curioso, Presidente: na época, era Presidente da Geap um cidadão chamado Leopoldo Jorge. Logo que foram afastados da Geap, acharam um CNPJ engavetado e criaram a Ambec – criaram a Ambec. E quem veio prestar serviço para a Ambec? O Camisotti e o Dr. Nelson. Mas olha que curioso, Presidente: quando a Ambec ganhou esse ACT, ali em 2021, tinha só três sócios – três sócios. O senhor não vai acreditar, Presidente, quem é que era sócio, um dos três sócios: o pai do Presidente da Geap – olha a coincidência –, o Sr. Renato Aroldo. O filho sai de Presidente da Geap, Dr. Nelson, Dr. Camisotti perdem os contratos da Geap, e, logo em seguida, ele muda de ramo, vai para o ramo das entidades associativas e cria, então, a Ambec, também a Cebap, também a Unsbras, todas elas criadas logo depois da saída da Geap. E passam, então, ao milagre da multiplicação: de três sócios, eles passam rapidamente para 650 mil sócios, associados. Esse tal de Renato Aroldo, pai do Presidente da Geap, vira fundador dessa Ambec, e, de três sócios – um era o pai do Presidente da Geap –, ocorre o milagre da multiplicação, sem precisar fazer a caminhada dos Legendários, e, de três sócios, eles passam a ter uma receita de R$30 milhões.

Entre outras coisas, Sr. Presidente, uma seguradora do Sr. Nelson Wilians, num determinado momento, fez um pagamento de R$1 milhão para quem? Antônio Carlos Camilo Antunes. Quem é essa figura? Careca do INSS. Entre outras transações.

Então, não tenha dúvida, Sr. Presidente – e a investigação é que vai dizer –, de que o Dr. Nelson Wilians está dentro dessa coisa. Se é como advogado, se é como prestador de serviço, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

investigação vai demonstrar. Agora, não há dúvida de que existe uma relação de proximidade entre Ambec, Geap, Dr. Nelson, Camisotti e o Careca, tanto é que o Careca recebeu.

O Dr. Nelson, aliás, vai ganhar muitos clientes hoje, vai ganhar muitos clientes, porque ele mostrou uma capacidade de retórica extraordinária. Quando ele disse: "Eu não conheço o Careca", ele não está mentindo. Mas tem mil advogados. E os outros 999 será que não conhecem? "Eu não repassei dinheiro." Sim, mas e o escritório? Então, do ponto de vista da retórica, é possível não mentir sem falar toda a verdade. E ele diz: "Eu não conheço o Careca". Provavelmente, ele não iria se expor aqui e não falar a verdade, mas não quer dizer que os outros 999 não conheçam. "Eu não repassei recurso." Certo, mas, provavelmente, uma, desse monte de empresas que veio aqui, inclusive essa seguradora, passou. E a investigação vai avançar.

E aqui, vejam bem, eu já sei que o Careca está envolvido. A investigação já sabe que ela tem que continuar avançando na questão do Dr. Nelson Wilians. Mas a pergunta que eu faço é: e quem foi que botou esse Presidente da Geap aqui, que no outro dia mudou e, mesmo tendo uma banca de advogados, resolveu criar uma forma de contratação de um terceirizado, que, segundo a auditoria, deu um enorme prejuízo para a Geap? Qual foi o político? Porque tudo isso aqui que acontece, Sr. Presidente, vamos combinar, ninguém... Isso aqui é como jabuti: jabuti não sobe em árvore sozinho. Como é que esse cara virou Presidente lá? Quem é essa figura – vamos chamar assim? Afilhado de quem? Foi no Governo do Lula? Não, não foi. Foi no Governo do Bolsonaro. Quem é que concedeu ACT para a Ambec? Foi no Governo do Lula? Não foi.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Foi no Governo do Bolsonaro.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone.*) – Foi o Oliveira.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Foi o Oliveira. Quem é que mudou a regra para poder fazer com que de três rapidamente ficasse com 650 associados, boa parte deles sem ter noção que passaram a ser associados? Foi no Governo Bolsonaro. Quem alterou a regra de fiscalização que permitiu que não houvesse mais a necessidade da renovação anual da autorização, inclusive no final do Governo Bolsonaro, ficando eterna – ficando eterna – a autorização do desconto? A MP, no final do Governo Bolsonaro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Sr. Presidente, não tem sentido fazer pergunta, porque nós sabemos qual é a resposta que ele vai fazer. Eu prefiro expor aqui a minha tese. A minha tese é: sim, há um envolvimento. E cabe à CPI e à Polícia Federal chegar ao final da investigação para saber, de fato, que envolvimento é esse.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Com a palavra o Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Para interpelar.) – Bom, Sr. Presidente, eu quero inicialmente saudar o nosso convidado, a nossa testemunha, o Sr. Nelson Wilians.

Quero dizer a V. Exa. que tenho tido uma preocupação aqui nesta Casa desde o primeiro momento, e tenho falado para os meus pares que nós não podemos fazer prejulgamentos, não podemos enxovalhar honra alheia. E é evidente que as falas daqueles que nos antecederam parece que mudam de acordo com a conveniência, mas, principalmente, repetem uma narrativa até a exaustão. Tratar as pessoas com civilidade, tratar as pessoas com respeito não é apanágio, nem é uma questão específica para um ou para outro; é uma obrigação de todos nós, tá?

Eu ouvi o Sr. Nelson Wilians – primeiro, quero prestar minhas condolências pela morte do seu pai, e certamente todos nós temos esse mesmo sentimento –, e uma das indagações que ele faz a si mesmo, de forma retórica, é: por que eu estou no meio dessa confusão, se eu nada tenho com a questão do INSS? Bom, Sr. Nelson, o senhor está porque há movimentações financeiras entre o senhor, o Sr. Camisotti e as empresas que ele tem ou as associações que ele tem ou de que detém o controle. Como o senhor já deixou claro que não vai entrar no mérito para não se autoincriminar, eu farei como o nosso eminente Deputado Paulo Pimenta, né? Então, vamos colocar aqui a nossa tese. E a nossa tese não é uma tese, é uma realidade.

Eu pediria que fosse colocada na tela, e os senhores prestassem atenção, a primeira projeção.

A gente tem falado de Ambec. A Ambec, que foi, de fato, formatada em meados de 21, em maio de 22, tinha 1.611 milhão de arrecadação; em dezembro, 1.858 milhão; em dezembro de 23, foi para 21 milhões por mês. Ao que me consta, dezembro de 23, era o Governo do Presidente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lula. A gente escutou aqui... E aí é evidente que a fiscalização e os controles são do Governo que está neste momento atuando.

Coloque a seguinte, por gentileza.

Uma situação muito clara para mim... Nós ouvimos aqui no começo da sessão, e eu vou relembrar aos senhores, nós ouvimos aqui que deveríamos, como Comissão, propor mecanismos para evitar a continuidade dessa fraude. E eu fiz aqui uma fala dizendo: "Olha, o primeiro é o que já foi votado na Câmara: impedir de uma vez por todas o desconto associativo na folha". Conclamamos aqui o PT, o Governo a se irmanar à Oposição e juntos pedirmos ao Senado para priorizar o processo.

Por favor. Por favor, gente. Eu pediria a reposição de um minuto. Eu estou perdendo aqui meu raciocínio, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Um minuto para o Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Agradeço.

Então, o que nós ouvimos aqui? "Não, o PT é favorável, mas nós vamos ver o melhor momento". "O PT defende os associados".

Vamos lá.

"Lula reúne Ministros e Líderes para discutir CPMI do INSS." "Planalto e base governista no Congresso divergem sobre CPMI do INSS." Está aqui, ó. Só um único membro do Governo assinou, que foi o Senador Contarato, e a ele tenho que fazer justiça. O Governo trabalhou fortemente contra a investigação.

O Ministro Wolney, que é o atual Ministro da Previdência: "Projeto que acaba com contribuições vai 'sepultar o movimento sindical no Brasil', diz Ministro da Previdência".

Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

"'Vai asfixiar associações idôneas', diz Ministro da Previdência sobre fim de descontos associativos." Está aqui, ó. Há uma diferença muito grande entre a retórica e a materialização. "PT recua em tentativa de manter descontos associativos [...]."

Por ocasião da votação deste projeto de lei na Câmara dos Deputados, foi apresentada uma emenda pelo conjunto de partidos que apoiam o Governo, PT, PCdoB, PDT, PSOL, Rede e PV, para continuar o desconto associativo. Está aqui, ó. Agora, recentemente. Eles não querem acabar com a fraude. Eles não querem proteger o trabalhador. Eles não querem proteger o aposentado, porque, da mesma maneira que fazem assim com o desconto associativo, fazem com a contribuição assistencial e faziam com o imposto sindical obrigatório, que é o tripé que sustenta o que nós chamamos comumente de república sindical, que se locupleta com o trabalho alheio.

"Lula diz que se reúne 'todo ano' com a Contag, investigada pela Polícia Federal." "Acusada de fraudes no INSS, Contag ganha de Lula dois assentos no Consea", após acusação da fraude; é o prêmio pela fraude. "INSS: AGU excluiu o sindicato do irmão de Lula de bloqueio de recursos."

Bendita hora, eminente Presidente e Relator, que, na instalação da CPMI, os senhores foram escolhidos como representantes, como Presidente e Relator, porque agora a CGU, que... A AGU só estava investigando 10 ou 11 entidades, e a CGU abriu o leque para as 38 ou 37 entidades, que estavam, surpreendentemente, do lado de fora.

"INSS dispensou exigência de biometria para sindicato de irmão de Lula." Está aqui, ó.

Eu queria agora que vocês prestassem atenção a um único aspecto aí. "Ah, explodiu..." Olha a narrativa, porque aqui é importante que a gente seja pedagógico, porque as pessoas precisam entender que o Governo todo dia vem com a mesma narrativa para saturar para as pessoas, e a mentira repetida muitas vezes se torna verdadeira. Em janeiro de 2019 – está ali, ó, dados do próprio INSS, obtidos por LAI –, nós tínhamos 2.778.896 associados; em dezembro de 2022, último mês do Governo do Presidente Bolsonaro, 2.706.880. Houve uma redução de 70 mil associados no período de quatro anos. Dá para ver aqui.

Pessoal do Governo, está conseguindo ver bem? Porque eu não sei se está. Eu vou deixar aqui à disposição para vocês ficarem com o dado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dezembro de 24, 7,491 milhões, aumentou 5 milhões de associados em apenas dois anos, dois anos e um quebradinho – dois anos, exatamente. Vamos pegar uma linha do tempo para a gente entender esse processo. "Ah, porque começou no Governo Bolsonaro." Vocês sabem quando começou isso, gente? A linha do tempo, por favor. Isso começa em 1994. E quem é a avó da corrupção? A ACT entre a Contag e o INSS, que, historicamente, por ter poder cartorário, por ter poder cartorário, sempre teve a condição de influir nos descontos associativos, porque quem ia pedir uma certidão para se aposentar precisava do sindicato rural filiado à Contag.

Depois, vamos agora para 2019. Vocês sabem qual foi o único Governo, o único, em 30 anos – eu estou falando do marco temporal de 94 –, que propôs revalidação de cadastro? O Governo do Presidente Bolsonaro, mais nenhum outro, com a MP 871. Além disso, quando chegamos, pedagogicamente, em torno de julho de 2019, quatro entidades foram descredenciadas por descontos associativos irregulares. Vocês sabem qual foi o único Governo que fez isso? Eu os desafio a fazer a procura. Foi o Governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro, esse homem honesto que está sendo perseguido porque é alguém que ousou desafiar o sistema.

Quando nós chegamos em 20, uma medida provisória – e aí eu chamo a atenção dos senhores, vamos lá, de forma pedagógica, é a escolinha do Prof. Rogerio aqui –, em fevereiro de 2020, pelo Decreto 10.410, se define que a revalidação se dará a cada três anos e que os benefícios nascem bloqueados. Quem foi que fez isso?

Em seguida – eu vou até adiantar –, a Instrução Normativa nº 110, que determina expressamente que, para chegar ao INSS qualquer desconto, é necessário que haja validação da Diretoria de Benefícios e os ACTs têm que ter termos de adesão e autorização em avaliação periódica de reclamação. Nesse ano de 2020, mais cinco entidades foram descredenciadas. Quem foi o único Governo que fez isso? Vamos repetir comigo: o do Presidente Jair Messias Bolsonaro. E vejam, na época tinha 40 mil – 40 mil – reclamações por ano para um total de 2,7 milhões de associados, vejam qual é o percentual em termos de proporcionalidade.

Chegamos a março de 2021. Através de uma série de ações da esquerda, de Deputados do PT, do PCdoB – e o que eu estou dizendo está nos *Anais* do Congresso, com as emendas que foram apresentadas e os discursos que foram proferidos por ocasião da discussão da MP 219 e das medidas provisórias subsequentes –, há uma prorrogação por mais um ano. Lembrem-se de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

que há uma instrução normativa que determina a validação e há um decreto vigente, e esse decreto é convalidado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... em novembro de 2022, com a Instrução Normativa nº 128, que mantém novamente essa revalidação.

Eu peço a V. Exa. que acreça os cinco minutos do tempo de Líder, que pode ser pedido a qualquer momento, só para concluir aqui.

Eu quero lembrar aos senhores que a lei obriga a sociedade; as instruções normativas e decretos obrigam a autarquia. Então, nem a instrução normativa nem o decreto foram impugnados. E tanto é verdade que os descontos em bloco não poderiam ser feitos, nem tampouco a questão de se afastar a biometria e a necessidade de se entregar ao INSS antes de passar para a Dataprev, para a conferência.

Aí, começa a área vermelha – vermelha não é porque é do PT, não; vermelha é porque está tudo em perigo. Fevereiro de 23, o Ministro que assume faz uma intervenção no INSS. E ele falou o tempo todo aqui de autonomia; só quem não pode falar de autonomia da autarquia é o Ministro Carlos Lupi, porque ele fez uma intervenção no INSS de que não se tem registro nesses 30 anos. Ele determinou, através de um decreto, que todas as nomeações... E eu estou falando todas, a do porteiro e da telefonista até a do diretor de benefícios, passavam pelo Ministro da Previdência, e todos os contratos acima de R$1 milhão.

Depois a Contag pediu desbloqueio em lote. Você sabe por que não foi possível, em março de 2023, fazer o desbloqueio em lote? Vamos lá para a escolinha do Senador Rogerio Marinho! Porque o decreto do Presidente Bolsonaro impedia, e o próprio setor de benefícios do INSS não permitiu desconto em lote para a Contag.

Em agosto, há uma remoção do envio de termos de adesão e autorização de desconto dos novos ACTs. E aí a gente vê o seguinte: a obrigação de passar pelo INSS acabou: "Os novos ACTs agora podem mandar direto para a Dataprev".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em setembro, o Sr. Virgílio de Oliveira foi indicado para ser Procurador-Chefe do INSS, ultrapassando um parecer contrário da própria AGU, que foi superado pelo Ministro Jorge Messias, provavelmente.

Ato contínuo, o Sr. Virgílio autoriza o que havia sido negado, o desbloqueio em lote pela Contag, que tinha sido negado em março de 2023. Afrouxamento? Estão aqui os afrouxamentos. Primeiro, os ACTs passaram a ser celebrados sem a necessidade de se passar pelo INSS. Depois se retira a questão do bloqueio dos lotes e, quando chegamos ao final do ano de 23, houve o dobro ou o triplo do que aconteceu em 22.

Em março de 24, a IN 162, que foi colocada aqui como a redentora, retira a conferência de documentos, se afrouxa mais um item. Em seguida, revoga a revalidação trienal, esquece o decreto vigente, porque a instrução normativa não revoga o decreto. Depois impede sanção para entidades que tenham reclamação menor do que 5% do número de associados. Você imagina a Contag, que tem um 1,5 milhão, você tem que ter 70 mil reclamações para você se debruçar sobre o tema.

Em maio, o Ministério Público Federal solicita à Justiça a suspensão de todas as ACTs por fraudes e omissões do INSS. O juiz indeferiu a liminar. Em junho, a biometria foi ultrapassada, mais um afrouxamento de controle no Governo do Lula, em junho, para o Sindnapi, para a Amar Brasil, para a Master Prev, mesmo com a negativa da Dataprev quanto a esse procedimento.

Em julho, o Acórdão 1.115, do TCU, determina bloqueio de todos os benefícios, biometria para novo desconto e revalidação para todas as concessões. Sabe o que é que o INSS fez? Recorreu do acórdão do TCU para não cumprir as questões dos controles. Em julho e agosto, o relatório de auditoria do INSS e CGU reforça um ponto do TCU e registra desbloqueio em lote a favor da Contag. A Contag, de novo, olha como a Contag é recorrente.

Em setembro, a Dataprev apresenta a solução da biometria, mas recebe ordem para manter o antigo sistema. A solução não... Foi descontinuada em março de 25. O atual Presidente da Dataprev afirma, em reportagem à *Folha de S.Paulo,* que ele foi orientado a não implantar a biometria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em dezembro, nós chegamos a R$3,3 bilhões, mais do que o dobro de 2023 e 323% superior a 2022. Aí o Governo diz: "Nosso Governo investiga". Não é verdade. Quem investigou foi a Polícia Federal, provocada pelo *Metrópoles*. Aliás, nós tivemos aqui uma reunião com o delegado, ele mostrou o inquérito, e o *caput* do inquérito fala: "Abrimos a investigação em função de investigação do *Metrópoles*", reclamação do *Metrópoles*. Não foi porque o Lula mandou, não, pelo contrário: o Governo fez ouvidos de mercador, o Ministro fez ouvidos de mercador, ninguém ouviu nada.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Nós tínhamos 1,57 milhão de reclamações no final de 24, contra 40 mil em 2019. Com as 40 mil, quatro entidades foram fechadas; com 1,53 milhão, o Governo do Presidente Lula não fez nada. Mas nós escutamos aqui uma narrativa recorrente, a narrativa é: quem investigou o problema fomos nós. Não é verdade. Se iniciou na época do Governo Bolsonaro. Não é verdade. Houve uma explosão na época do Governo Bolsonaro. Não é verdade. E as mentiras são tão repetidas, tão recorrentes, que eu preferi aproveitar o meu tempo aqui para rebatê-las, para deixar claro para quem está nos ouvindo. O que nos interessa, nesses 25 segundos que faltam, é encontrar quem foi o destinatário desse recurso, e a quebra do sigilo vai mostrar isso.

Presidente, o senhor está fazendo um excelente trabalho, todos aqui estão. Agora, eu não posso ficar aceitando esse tipo de narrativa, porque o nariz de Pinóquio desse povo está crescendo, vai bater na parede daqui a pouco.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Senador.

Com a palavra o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Para interpelar.) – Mais um minuto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Nem começou, Excelência.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Presidente, só um balanço aqui desta CPMI.

Eu apresentei aproximadamente 400 requerimentos, dos quais 230 já foram aprovados, ou seja, 30% de tudo que foi aprovado até hoje; 111 requerimentos solicitando o Coaf e o RIF; e 74

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

requerimentos de quebra de sigilo bancário e fiscal de pessoas envolvidas na fraude; 24 requerimentos convocando envolvidos no escândalo.

Esse foi o trabalho que nós estamos fazendo aqui com muita seriedade, mas nós temos colegas aqui, infelizmente, que normalmente acusam os outros daquilo que eles fazem: fraude, burlam, mentem, narrativa constante... Então, temos que acabar com isso.

Eu acho que o Prof. Rogerio deu uma aula aqui sobre exatamente o que aconteceu nesse período.

Eu apresentei, Presidente, e depois encaminhei para o Relator o... Tinha um requerimento do Sr. Nelson e recebi oficialmente, no *e-mail* do Senado, uma justificativa com relação a tudo isso que... Até achei que ele iria falar. Eu fiquei muito feliz quando o Sr. Nelson começou a falar. Eu falei assim: "CPMI...". E eu participei de todas, Presidente: Petrobras – eu sei como é que a turma faz –, fundo de pensão, Lei Rouanet, Carf, JBS, covid, 8 de janeiro... Eu sei como é que funciona isso, essas narrativas que são feitas constantemente. Então, eu imaginei que o Sr.Nelson... Deve ter lá seus motivos de não falar aqui o que disse na correspondência que está aí nos Anais da CPMI. Eles não falam isso, não, eles só falam que retiraram.

E, nessa justificativa, ele diz claramente aqui – está escrito, o documento está aí na CPMI –: a relação profissional com o Sr. Maurício Camisotti sempre ocorreu dentro dos limites estritos da advocacia, cliente de um lado, advogado de outro, sem qualquer vínculo societário ou comercial, negócios privados, com empréstimo anterior e aquisição de imóvel... Ele diz que foi um imóvel que ele comprou do Maurício de $15,5 milhões, que foram transparentes e tudo mais, sem qualquer relação com a atividade profissional do escritório e tal. Disse também que o escritório dele tem mais de 25 anos; que o que foi quebrado, esses R$4 milhões, é a movimentação de seis anos – está no documento dele –; e que, na relação com a Ambec, o escritório atuou apenas em demandas consumeristas, em relação contratual por aproximadamente 90 dias, por ausência, inclusive, de pagamento de honorários advocatícios. É o que está no documento.

Além disso, apresentou também, está aqui o inquérito – não sei se é inquérito ou processo judicial – onde ele pediu ao juiz acesso aos autos, como o Relator perguntou aqui, para que seja confirmada a existência de inquérito policial em seu nome, o que foi indeferido. Está aqui o documento, a decisão judicial, dizendo que foi baseado em *Metrópoles*, etc, e negou a ele o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

acesso, porque ele não era parte, muito menos com relação ao que foi dito aqui. Então, esse foi o motivo da retirada.

Mas eu imaginei que, de fato... Porque CPI – eu participei de todas –, normalmente, é o momento em que você tem oportunidade de dizer a verdade. Quem não tem culpa nenhuma diz o que... Tem que dizer tudo! É oportunidade que tem para o povo brasileiro saber: "Olhe, não tenho nada". Mas o Sr. Nelson preferiu não falar e deve ter seus motivos também, porque a gente vê também um teatro aqui que é um negócio que assusta qualquer um que vai sentar aí.

Mas eu queria ver, sim, algumas, se possível, responder algumas coisas aqui, porque veja bem... O que poderia ajudar muito... Por exemplo, no caso da Ambec, o Sr. Maurício disse que ficou só 90 dias prestando serviço para eles e que rescindiu, porque nem recebeu os honorários.

O que eu percebi aqui? Eu vi aqui uma ação contra a Ambec, de uma Maria Aparecida, que contestou, e tem a defesa do Sr. Nelson, exatamente nesse período em que ele ainda representava, novembro de 2022, onde ele diz assim: "Olha...". A aposentada diz: "Olha, não conheço, nunca tive contato". E aí o que acontece? A defesa diz assim: "Não, deve ter sido um erro, foi descontado assim, mas não tem problema, não. Nós vamos pagar para você, vamos indenizar você", etc. E aí se prontifica a devolver o dinheiro corrigido, inclusive até um valor de compensação de R$500, apesar de que o advogado pediu 15 mil.

Mas essa Ambec oferece teoricamente, aqui: plano odontológico, plataforma de saúde digital, desconto de farmácia, seguro de acidentes pessoais, assistência da cesta básica, seguro de assistência jurídica, assistência de capitalização, rede de desconto, assistência funeral. São os trabalhos oferecidos pela Ambec que essas pessoas aposentadas nem sabiam, não conhecem, não sabem nada disso.

Então, como são muitas... a informação que tem é que tem defesa de mais de 460... O que eu gostaria de saber é exatamente isto: nesse período em que houve a defesa desses aposentados e pensionistas, deu para analisar que realmente alguma coisa estava acontecendo ilegalmente, que realmente havia muito pedido de cancelamento e que a instituição simplesmente não cancelou?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não sei. Como ele optou por ficar calado, eu não sei, mas isso é importante para nós, porque o meu objetivo aqui, Presidente, e o nosso, eu acho, é a gente chegar na verdade. Então, se realmente a Ambec prometia tudo isso, e não prestava o serviço, e descontava... Inclusive alega aqui: "Olha, o desconto não é no INSS e não somos nós que fazemos, é o próprio aposentado. Possivelmente teve um erro, alguma coisa, eu peço desculpa, vamos devolver" e tal. Lógico, provavelmente porque tinha poucas reclamações no contexto geral, e aí valia a pena resolver um ou outro.

Só esses detalhes, viu, Nelson? Se V. Sa. puder só nos ajudar, porque, como V. Sa. defendeu vários processos nesse sentido, se... Num determinado momento, quando o senhor começou a defendê-los, o senhor não percebeu assim: "Caramba, é muita gente reclamando, e realmente tem alguma coisa errada nisso aí"?

Eu não sei se... Se possível, não sei...

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (Para depor.) – Obrigado, Senador Izalci. Obrigado a todos.

É muito pertinente a sua pergunta e é uma pergunta complexa, porque são informações precisas.

E novamente eu reitero o meu respeito a todos vocês. E novamente eu digo: eu não tenho nada a ver com as fraudes envolvendo os aposentados em relação ao INSS. Absolutamente nada. Eu reitero isso, e isso ficará cabalmente – cabalmente – demonstrado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Eu concordo. V. Exa. já disse isso várias vezes, mas eu gostaria de dizer a V. Exa. – e os advogados que estão aí sabem mais do que eu, que sou contador, não sou advogado – que, evidentemente, V. Sa. não tem que falar nada que possa prejudicá-lo, mas aquilo com que você pode contribuir e que não o prejudique poderia. Então, nesse caso, por exemplo, não vai penalizar, não vai ter nada, é só para saber isso, mas reservo também essa...

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Não, Senador Izalci, nós iremos contribuir com tudo para esclarecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Se V. Exa. puder encaminhar para a CPI então...

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... depois, os detalhes de tudo isso, eu agradeço muito as contribuições com que V. Sa. puder nos ajudar aqui.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Eu que agradeço.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Agora, Presidente, deixa eu dizer o que está acontecendo aqui e que me preocupa muito.

O Careca ficou... conseguiu a liminar lá, um *habeas corpus* dando a ele a opção de vir ou não. Ele ligou para V. Exa., o advogado dele, e se comprometeu a vir – o advogado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Na última hora, disse que não viria. E aí V. Exa., de uma forma brilhante, juntamente com os Líderes, resolveu chamar, não porque era a família, a mulher dele e o filho dele; porque eles participam das empresas que são laranjas e que são empresas que lavam dinheiro. Então, V. Exa. acertou essa decisão com o Relator e com os Líderes.

E aí eu já tinha requerimento também sobre isso, mas a Oposição...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... o Governo, os governistas fizeram vários requerimentos da mesma forma. E aí, ontem, chega aqui, queriam tirar da pauta. Alguém ligou, alguém sinalizou: "Tem que tirar da pauta e tal". No último... Viu que não dava, a gente acabou aprovando. E, para minha surpresa, cadê o pessoal? Não veio hoje.

Então, espero que a gente possa ouvi-los, na semana que vem, ou segunda-feira, porque, de fato, a gente precisa... como tem requerimentos demais aprovados, Presidente, de fato, nós temos que selecionar aquilo que é... Porque tem gente apresentando requerimento, talvez, para colocar muitos, e aí a gente não apurar nada. Então, é muito importante a gente fazer uma seleção realmente naquilo que é próprio, naquilo com que a gente vai chegar no objetivo nosso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero, mais uma vez, parabenizar o Relator, que está fazendo um trabalho brilhante, e V. Exa., que tem conduzido muito bem esta CPMI.

E acabar com essas narrativas. Eu não aguento mais ouvir narrativa aqui de mentiras e mentiras.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Izalci.

Com a palavra o Deputado Marcel Van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – Eu troquei com o Coronel Chrisóstomo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Trocou com o Chrisóstomo?

Com a palavra o Deputado Coronel Chrisóstomo, de Rondônia. Os dez minutos para o Deputado, pois não.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. Para interpelar.) – Primeiro, eu quero deixar um recado aqui. Eu nasci na Floresta Amazônica, sou indígena tukano com K, sou soldado. Falar mal de um homem desse, tem que falar com a minha presença, porque lá em Rondônia quer falar? Marca data, hora e local para resolver. Então, quem falar de mim aqui sem a minha presença, está numa covardia muito grande.

Alguém já recebeu o recado.

Sr. Presidente, meus cumprimentos, meu... nosso grande Relator. Estou chegando em Maceió, vou passar as férias lá.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Dr. Nelson, meus cumprimentos ao senhor e aos nossos doutores aqui presentes. Vou iniciar fazendo uma pergunta ao senhor. E meus cumprimentos aos meus colegas Parlamentares, Deputados e Senadores, e a toda a imprensa e assessores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Nelson, duas perguntas para o senhor. Sou o Deputado Federal Coronel Chrisóstomo, do Estado de Rondônia.

Dr. Nelson, existe pena de morte no Brasil?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (Para depor.) – Não.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – A segunda: todo cidadão livre pode votar nos processos eleitorais do nosso país?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Senador, com todo o respeito, eu não respondi as perguntas de seus colegas; me permita não ser indelicado com eles respondendo as suas, diferente do que eu respondi as deles.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Já respondeu a primeira, responda a segunda.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – É que a primeira foi de pronto.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – O senhor sentiu aí?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – É, foi.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Entendi.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Está bom? Por favor, só por uma questão de respeito aos colegas.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Mas isso não tem a ver com os processos. São perguntas até da sua área.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Mas exatamente por não ter a ver com os processos é que eu não devo responder mais ainda.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – É...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Sim, senhor. Então, vou lhe dizer...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Obrigado.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Eu vou lhe dizer uma coisa...

Existe, sim, pena de morte no Brasil: em caso de guerra, se o soldado não cumprir a missão do seu comandante, é pena de morte, segundo o Código Penal Militar.

Essa coisa de dizer, no Brasil, que não existe pena de morte é mentira! Existe! Para nós, soldados das Forças Armadas, tem sim! No Código Penal Militar, existe. Comandante dá ordem: "Meu filho, é essa a direção. Dá um tiro!". "Não. Vou embora". É pena de morte. Imediatamente.

Vocês estão vendo como tem pena de morte, senhores?

E nem todos os cidadãos livres podem votar no Brasil. O militar que presta o serviço militar obrigatório – há mais de cem anos – não pode votar, segundo a Constituição Federal.

O senhor está vendo como, mesmo a gente pensando que a gente é grande, a gente tem falhas, Doutor? Mesmo a gente sentindo que é leão, a gente tem falhas.

Eu estou falando isso me reportando à sua primeira fala. Eu senti que o senhor estava empoderado. Mas, mesmo no campo do direito, o senhor tem falhas.

Mas, enfim, vou continuar...

Apresente aqui no quadro, por favor, três *flashes*.

O primeiro lá, por favor.

O senhor se recorda disso aí, Doutor?

Loucura, não. Coragem!

O senhor se recorda?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Sim.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Pode falar, rapidamente?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Pela ordem, Excelência... Eu me comprometi a...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – O.k. Está bem.

Esse livro é de sua autoria: *Loucura, não. Coragem!*.

Doutor, pelo amor de Deus...

A próxima.

Coragem!

A próxima, por favor.

"O que diferencia coragem de loucura é o resultado. Nelson Wilians."

O senhor está onde? O senhor está louco ou o senhor está com coragem?

Afinal de contas, quem é Nelson Wilians? Se é corajoso, por que não relatar tudo aqui? Por que ficar calado? "Não vou falar, não vou falar, não vou falar...".

Doutor, pelo amor de Deus!

O próximo.

"[...] [Polícia Federal] vê lavagem de dinheiro em mansão que virou o jardim de Nelson Wilians."

É a Polícia Federal que está falando.

É por isso que o senhor está sentado aqui, Doutor. A hora de falar é agora. Nós esperamos isso do senhor.

Vou continuar. Eu sei que o senhor não vai falar.

Doutor, a sua grandeza, logo no início... O senhor era muito grande... Invisibilidade, ficar em silêncio me parece apequenar o senhor e todo o seu aparato de negócios. E se calar diante do povo – porque o povo está assistindo, Doutor, inclusive meu pai –, diante de um dos maiores roubos desse Governo, já derrota o senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Digo isso porque estamos em busca para descobrir os ladrões dos nossos velhinhos e velhinhas, aposentados e pensionistas, analfabetos, indígenas e doentes do nosso Brasil! Estou falando pelos vulneráveis, Doutor.

O senhor disse que nasceu na pobreza, com pais pobres, mas, diante de uma oitiva para o senhor ajudar, como testemunha, quem roubou os nossos aposentados e pensionistas, o senhor se cala, Doutor. Quem é o senhor? É um louco ou é um corajoso? Não me parece um corajoso, Doutor.

Permita-me: isso, quem escreveu foi o senhor. O senhor não consegue responder quem é o senhor aqui diante da sua escrita!

E é o que nós esperamos. Nós aqui discutimos, dia a dia, o que a gente vai fazer, como vai ser, quem vem aqui para falar conosco, quem vai, será que ele vai esclarecer tudo, segundo a Polícia Federal? E o senhor se cala. Cadê aquele leão que, no início, disse ser poderoso: "Meu escritório é grande, talvez o maior de todos"?

Excelências, estamos diante de quem? De um louco ou de um corajoso? Essa resposta, eu vou passar para o senhor novamente, antes de eu encerrar.

O senhor é um louco ou é um corajoso?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Há um equívoco, Coronel. Há um equívoco na sua premissa.

Às vezes, se calar na hora que deve se calar é um ato de coragem. E falar na hora que tem que falar também é um ato de coragem. Há um equívoco. E dizer que eu não falei aqui não é real. Não é real. Por que não é real? Porque eu falei no início. E, cada vez que me perguntam algo, eu dou uma resposta: eu não faço parte da fraude do INSS investigada nesta CPMI, e isso ficará cabalmente demonstrado, provado ao final das apurações.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Doutor, é fácil falar aqui. Fale para os pobres, para os doentes, para os analfabetos, para os indígenas que estão sendo roubados.

O senhor acha que eles gostam dessa sua fala? O senhor acha que eles gostam?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha, apequena o senhor, Doutor. Diante da sua fala, nada vale para essas pessoas que estão sendo roubadas. Não adianta essa falazinha, não, Doutor! Fale a verdade para o povo brasileiro! Eles esperam isso do senhor! Calar-se é não dizer nada. Fala meia dúzia de palavras aí, como um leão, e, daqui a pouco, se apequena. É triste ver isso, Doutor.

Aproveite esta oportunidade, senão no meu tempo, mas no tempo dos outros Parlamentares.

Seja leão aqui, rapaz!

Tenha coragem, Doutor. Não seja covarde, Excelência.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Vamos lá, Coronel. Vamos ser leão, né? É assim?

Eu não faço parte da fraude do INSS investigada por esta Comissão, pela Polícia Federal. E, ao final e ao cabo, ficará demonstrado isso de forma inequívoca. E eu abomino, eu abomino os crimes que estamos apurando. Eu abomino e compartilho da sua mesma indignação. E eu disse isso no início da minha fala. Roubar um aposentado é abominável; roubar milhões de aposentados é algo inaceitável, não apenas contra estes, mas contra o povo brasileiro, contra a nação brasileira. Isso é inaceitável. E esta é a minha fala, este é o meu pensamento e esta é a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Quero saudar aqui, rapidamente, as pessoas que participaram pelo e-Cidadania.

A Kátia, do meu Estado de Minas Gerais, pergunta: "Vossa Senhoria consta como sócio [...] ou administrador [...] em alguma empresa [...]?".

Ele já disse, Kátia, que não irá responder.

O Rosângelo, de Pernambuco: "O INSS devolveu quase todo o valor descontado, não a totalidade, mas não houve uma ação mais incisiva sobre os infratores. O que fazer?".

É a nossa função aqui, Rosângelo: mostrar para o país quem são os envolvidos e cobrar da Justiça, encaminhar as condenações de acordo com a participação de cada um.

O Rogério, do Rio Grande do Norte...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É você, Rogerio? É o seu homônimo aqui, potiguar.

"O que está sendo feito para coibir o vazamento de informações dos assegurados para as instituições financeiras?".

Estamos trabalhando no tema, Rogério.

Carlos, do Rio Grande do Sul: "Por que as associações e sindicatos têm convênios com o INSS? Qual o benefício disso para um aposentado? Esses convênios deveriam ser cancelados".

É uma defesa nossa aqui, dos Parlamentares, Carlos, que a gente não permita mais descontos associativos de hipótese alguma.

A Eliana, da Bahia: "É necessária a investigação, prisão e devolução de todo o dinheiro roubado [Muito bem!]. O Brasil não aguenta. Cadeia em todos os ladrões do INSS".

É o que nós vamos pedir, Eliana.

O Alexandre, de Minas Gerais: "As pessoas idosas precisam ser indenizadas pelo desconto indevido, não apenas a mera restituição. Muitos tiveram direitos básicos cerceados."

Obrigado aqui pela participação.

Todos que desejarem podem encaminhar pelo e-Cidadania.

Passo a palavra à Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS. Para interpelar.) – Inicio, Sr. Presidente, saudando o depoente, Dr. Nelson Wilians, e toda a sua banca que aqui está.

A princípio, Presidente, a minha tendência é declinar... Seria declinar e nem utilizar meu tempo, justamente porque, considerando o número de requerimentos, o número de depoentes – ainda vamos ouvir dois depoentes hoje – temos muito, muito o que fazer. E a linha de defesa do depoente foi a escolhida; está patente, é um direito dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acredito que ficarmos aqui rememorando e voltando para não termos nenhum resultado concreto, na minha concepção, não faz sentido, porque vamos investigar 39 associações, entre associações e sindicatos, e estamos trabalhando, há muito tempo, em nove apenas, em que o Careca é o grande operador.

Há outros núcleos, como o caso da Amar Brasil. Eu quero saber quem é o "Careca" desse núcleo. Eu quero saber quem são os demais "Carecas". Há muito o que se fazer. Então, é inócuo ficarmos aqui discutindo sexo dos anjos.

Mas, diante de alguns fatos que aconteceram, gostaria de deixar claro que o mesmo documento a que o Senador Izalci teve acesso, eu também tive, um documento... Eu não sei, eu acho que está disponível. Chegou às minhas mãos um documento onde ele traz uma defesa. Eu estudei esse documento, e aí, eu confesso, Dr. Nelson, que eu não entendi, porque o advogado, eu sei que ele advogou... Até onde eu saiba, tá? Até onde eu sei, o senhor já advogou para o Camisotti, Maurício Camisotti, e, se o senhor já advogou ou não advoga mais, eu não sei, mas existe, sim, essa prerrogativa. O advogado não pode falar sobre os processos.

Então, eu não sei se não ficou entendido ou se ficou subentendido, porque aqui, na Casa de Leis, há muita confusão em relação às leis. Está na Casa onde se legisla, mas há uma grande confusão também até sobre a presunção de inocência. Ela é seletiva. Às vezes, a presunção de inocência vale e é defendida aos berros. Às vezes, não. O senhor foi caluniado aqui hoje, independentemente do que tenha a ver com... O senhor é rico há muito tempo, perguntaram do seu passado. Na verdade, o senhor tem o direito de trabalhar e de ganhar o seu dinheiro. Tem gente aqui que demoniza a riqueza, mas gente muito rica. Estranho, né? Eu acho estranho.

Mas, enfim, na minha concepção, o senhor foi caluniado, e não é porque é de advogado para advogado; não é porque Parlamentar aqui tem imunidade que ele tem direito de cometer crime. Eles não entendem a diferença. Liberdade de expressão, nós temos, todos nós, brasileiros, mas nós Parlamentares temos imunidade parlamentar, só que isso não é um permissivo para que possamos desfilar pelo Código Penal. Aconselho o senhor a ajuizar uma ação, é calúnia. Eu já fui caluniada aqui dentro, como Relatora de CPI, por colegas, e isso acontece demais. É muito feia a falta de educação das pessoas que, em tese, foram eleitas; que, em tese, têm um diploma. Mas difere, conhecimento difere de educação e de sabedoria, são coisas bem diferentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu já peço de antemão... É muito ruim chegar em um lugar... Porque eu entro em qualquer tribunal, em qualquer lugar, eu tenho certeza de que eu não serei desrespeitada – eu tenho certeza –, mas aqui? Eu só não sou porque eu sou uma delas. Então, é inaceitável, e, por isso, me causa um asco muito grande. Se eu fosse... O Paulo Pimenta disse: "Se fosse eu...", e eu também não sei o que que eu faria. Mas o senhor foi caluniado, tome atitude em relação a isso, porque aqui não são operadores do direito, mas são legisladores e não entendem a lei.

Algumas profissões são muito marginalizadas e demonizadas, e algumas funções também. Política não é profissão, na minha concepção; é uma missão, é uma função pública. Agora, advocacia, sim. Por ironia do destino, eu estou nas duas. Para certas pessoas, todo advogado é porcaria e por aí vai, eles já olham torto. Político, mais ainda. Então, tem gente que generaliza que todos... Eu estou vendo que está tendo uma avalanche, "o Congresso inimigo do povo, não sei o quê". Alto lá, alto lá! Me incluam fora dessa. Estou fora dessa. Não generalizem nem os advogados, não generalizem nem os políticos. A política é necessária e quem pôs cada um aqui foi o povo. A culpa é de quem? É do povo. Então, troque, mas dizer que não tem nada a ver com isso...

Então eu me sinto... Mais uma vez, eu peço ao Presidente da OAB, Simonetti, que envie os advogados – que foi o que ele combinou – que cuidam das prerrogativas. E eu entendo que: por mais que o Doutor seja uma pessoa experimentada na área do direito, acho que o senhor esqueceu de dizer que, dependendo do processo ou não, o senhor não pode falar sobre o cliente. Enfim, no mais, está dentro do seu direito. Não estou aqui para passar pano para ninguém, mas eu quero destacar: teve um certo advogado aqui, o nome dele é Eli Cohen. De uma maneira muito estranha, não sei se vocês acompanharam, mas ele foi recebido com tapete vermelho, foi muito estranho. Eu estou aqui fazendo todo o possível para ser educada, mas tratar todos com cortesia, com urbanidade e, acima de tudo, todos são... Todos os brasileiros.

É que não leem. Da Constituição, só leem quatro linhas – quatro linhas. Primeiro: que se o seu cliente cometer um crime, o crime é personalíssimo. Segundo: todos são considerados inocentes até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória. Quantas vezes se tem que repetir isso? Quantas vezes temos que repetir isso? Então, não falei, não comentei os últimos julgamentos que aconteceram no meio político. Por quê? Porque nem transitaram em julgado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu respeitei e respeito a ciência jurídica deste país. Então, leiam, legisladores, mais do que quatro linhas. Vocês leem muito pouco.

Agradeço a presença de V. Exa., mas é um direito seu.

E estou satisfeita, até o momento, em relação a aonde chegamos, e gostaria de avançar, Presidente, no nosso trabalho aqui.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

Não, senhor... Ela não fez pergunta. Desculpe-me.

Senadora Dorinha Seabra.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco/UNIÃO - TO. Para interpelar.) – Boa tarde, Sr. Presidente; Relator; testemunha que está aqui, que aceitou estar conosco.

Eu quero... Primeiro, acho...

Quero começar, Presidente. Acho que é lógico, é um direito constitucional: o silêncio. Acho que o Dr. Nelson foi bem claro que ele ia dizer a verdade naquilo que ele respondesse, obviamente. Como não respondeu quase nada, a gente... Por força não só de prerrogativas da função – eu acho que a Senadora Soraya falou sobre isso –, mas foi uma escolha, e uma escolha que tem seu respaldo.

O nosso objetivo aqui, e aí me incomoda muito o discurso que parece ser o tom, muitas vezes, da CPI, do "eles contra nós", do "nós contra eles" e vice-versa, quem fez, quem provocou, onde aumentou. O fato é que nós temos um grave problema que precisa ser enfrentado em respeito às pessoas, à população. Nós temos que separar, na minha opinião, aquelas medidas que são administrativas, que são falhas do processo, do procedimento, onde houve falhas, isso é natural de qualquer processo, e não é uma situação nova que começou agora.

Existem falhas e cresceu, sim, enormemente, o número cresceu, mas o fato nosso é que, eu penso, nós temos que separar em medidas, porque esta CPI precisa produzir medidas administrativas, onde existe espaço no processo e no procedimento que deu espaço para esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

crime, e aquilo que é quem deu causa, quem está por trás, se houve prevaricação, que tipo de crime agentes públicos possam ter tomado, que participação tiveram.

Eu quero sugerir, Sr. Presidente, é lógico...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor, na sala.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco/UNIÃO - TO) – É lógico que eu sei que aqui tem narrativas que são políticas, administrativas e de diferentes naturezas. Como eu entendo que V. Exa. tem feito um grande esforço...

Eu gostaria de pedir que os colegas pudessem me ouvir ou pelo menos deixar eu falar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco/UNIÃO - TO) – Eu estou aqui o dia inteiro...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco/UNIÃO - TO) – ... ouvindo, e gostaria do respeito dos colegas. Nós temos... A sugestão minha é administrativa, Presidente, porque entre as sessões, oitivas e de deliberação, há reuniões administrativas com os Líderes responsáveis para traçar procedimentos e práticas e, ao mesmo tempo, definição de prioridade. Volto a repetir que entendo que aqui não é uma narrativa de que foi governo A, B ou C, o fato é que tem uma população significativa que foi lesada, que foi roubada – esse é o nome –, e nós precisamos descobrir quais são os procedimentos técnicos, a situação administrativa que permitiu que isso acontecesse e, ao mesmo tempo, quem está por trás, quem são as pessoas envolvidas.

Eu ouvi aqui a fala inicial do Dr. Nelson. É lógico que falou da sua história, da sua disposição, mas, ao mesmo tempo, no ponto de vista da CPMI, contribuiu eu digo que muito pouco ou quase nada para o nosso propósito, que tem que ser um só: de esclarecimento e de mudança de trajeto. Esse é o meu objetivo, quero ouvir, e também não estou aqui para defender A, B, C ou saber quem começou, quem terminou, mas saber como nós podemos, a partir desse trabalho da CPMI, mudar e também não deixar que nenhum brasileiro que foi vítima continue sendo vítima. Que ele possa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser ressarcido no prejuízo, e não é para que o Orçamento da União pague, mas quem deu causa para que tudo isso acontecesse no nosso país.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senadora Dorinha.

Apenas respondendo a V. Exa., nós temos feito as reuniões, inclusive os Líderes todos têm sido convocados um dia antes para participar, e muitas vezes até na hora que surgem as questões. Mas eu concordo plenamente com V. Exa. sobre nós criarmos prioridades. Daí o meu pedido hoje, tanto ao Governo quanto à oposição, para que a gente possa fazer em bloco os trabalhos daqui para a frente e, assim, sem prejudicar, naturalmente, o direito de cada Parlamentar de participar, termos mais agilidade nas definições.

E paciência, nós estamos apenas começando, Senadora.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco/UNIÃO - TO. *Fora do microfone*.) – Verdade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Nós temos que ter tranquilidade. E algo que V. Exa... pode ter certeza de uma coisa. Eu sou nascido entre as montanhas de minério de ferro. A água que eu bebo desde criança é cheia de serenidade, firmeza e paciência. Então, isso nós vamos colocar em prática aqui.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco/UNIÃO - TO) – Esse é o perfil do mineiro, né?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exatamente.

Muito obrigado, Excelência.

Não está aqui o Deputado Alencar, não estão a Senadora Leila nem o Deputado Mário Heringer.

Deputado com a palavra, Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para interpelar.) – Bom... Um minutinho só, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu queria iniciar, Sr. Presidente, dizendo que também quero lamentar a perda do pai do depoente e expressar minhas condolências, uma vez que foi mencionado logo no início do depoimento, e aproveito para perguntar se o senhor, Dr. Nelson Wilians, chegou a verificar se o seu pai também foi vítima do roubo do INSS, uma vez que o senhor disse que ele era aposentado.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (Para depor.) – Não consta... (*Fora do microfone.*) Não me consta, Deputado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor verificou?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Não, não verifiquei.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não verificou. Não sabe se ele foi roubado ou não?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Não, não sei.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não sabe se algum familiar ou alguém pode ter sido roubado?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Não, não sei.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O.k.

Eu pergunto também, Sr. Presidente, porque nós sabemos que essa fraude atingiu milhões e milhões de brasileiros. O depoente tem dito aqui que abomina essa fraude e que não tem participação nenhuma nela. No entanto, é correto afirmar que V. Sa. é investigado pela Polícia Federal, não é mesmo, Dr. Nelson Wilians? (*Pausa.*)

Eu pergunto: o senhor é investigado pela Polícia Federal no caso do roubo do INSS? Sim ou não?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – É, Deputado... o que eu tenho a declarar a respeito disso é que eu não faço parte da fraude.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu estou perguntando se o senhor é investigado...

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Eu não faço...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... pela Polícia Federal. O senhor é ou não é investigado pela Polícia Federal?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Eu não faço parte.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, isso o senhor tem dito o tempo todo. Posso até colocar aqui, o senhor pode poupar a sua fala. O senhor diz o seguinte: "Eu não tenho nada a ver com o objeto das investigações da CPMI". O senhor disse isso várias vezes, eu pedi para imprimir para poupar os nossos esforços, tá?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Investigado não é culpado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas o senhor é investigado... Não, mas o senhor é investigado, não é?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Repito, eu não faço parte da fraude do INSS.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu estou perguntando se o senhor é investigado.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Eu não faço parte da fraude do INSS.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O.k.

Bom, Sr. Presidente, veja bem, eu estou aqui com a Petição 14.462, do Distrito Federal, do Ministro André Mendonça, tá? E ela demonstra a investigação que foi feita pela Polícia Federal, inclusive em relação ao Sr. Nelson Wilians. Então, o senhor é investigado pela Polícia Federal. Não é mesmo? O senhor é investigado pela Polícia Federal. E mais, a Polícia Federal pediu a sua prisão, e o senhor disse mais cedo... Inclusive aqui, o *Metrópoles* foi mais uma vez bastante rápido: que Nelson Wilians disse que a Polícia Federal não errou em pedir sua prisão. Eu queria entender um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

pouco melhor como é isso de a Polícia Federal pedir a sua prisão e o senhor dizer que ela não errou ao pedir sua prisão.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Se, se o Deputado ler a matéria do *Metrópoles*...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, eu estou com as notas taquigráficas. O senhor diz exatamente isso, o senhor disse que a polícia não errou com a sua prisão.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – O que eu disse... Não, não é que não errou com a minha prisão, ela não me prendeu.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, com o pedido de prisão.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – O que eu disse é que a Polícia Federal faz seu papel institucional e eu defendo o papel institucional da Polícia Federal. Não quer dizer que eu concorde com a sua premissa. Com a premissa da Polícia Federal, eu não concordo. Eu concordo com a Polícia Federal. Ela tem um papel primordial, que é investigar e apurar tudo. Se ela, em algum momento, achou que daquela maneira seria a melhor maneira que ela teria para investigar, é uma opinião dela que eu respeito, embora não concorde. Eu respeitar o direito de ela achar isso é uma coisa; eu concordar é outra bem diferente.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Fica claro aqui, Sr. Presidente, porque o Dr. Nelson Wilians não quis prestar aqui o compromisso em dizer a verdade, porque ele se contradisse exatamente nesse momento.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Não, não...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O tempo é meu. Se eu lhe fizer pergunta, o senhor responde se quiser, mas o tempo é meu. Eu o uso da minha forma. Tenho só dez minutos.

O senhor mentiu ao dizer que a Polícia Federal... E por isso, não tem problema o senhor mentir aqui, porque o senhor não está com compromisso de verdade.

Inclusive, o senhor mente quando diz que o senhor... Eu repito, trago aqui, o senhor mente quando diz que não tem nada a ver com o objeto das investigações da CPMI, porque o senhor tem a ver, o senhor é investigado. O senhor é investigado pela Polícia Federal. E aí eu lhe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

pergunto... "[...] [A Polícia Federal] vê lavagem de dinheiro em mansão que virou jardim de Nelson Wilians". Aí eu lhe pergunto: o senhor processou a imprensa? Ou processou algum jornalista por ter veiculado informações que, por sua ótica, sejam falsas? Uma pergunta, Dr. Nelson Wilians.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Deputado, a verdade me basta. Em nenhum momento eu menti nesta CPMI.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não é essa pergunta. A pergunta é se o senhor processou algum órgão de imprensa, algum jornalista. Sim ou não?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – A verdade me basta.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Se o senhor não vai responder a pergunta, deixe o tempo para mim, porque o senhor...

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Já respondi.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não respondeu, isso não é resposta. Isso não é resposta. Isso não é resposta e está muito claro que o senhor não quer falar a verdade aqui. O senhor se contradiz o tempo todo e é por isso que não se comprometeu com o que todos os demais depoentes se comprometeram aqui, que foi com o princípio da boa-fé e dizer que vai falar a verdade. Agora, sabe quando o senhor parou de responder ao Sr. Relator?

O senhor reconhece esse cidadão de camisa, único aqui sem paletó, nessa foto? Esse é o Sr. José Dirceu, talvez para lhe avivar a memória. E eu queria entender por que no momento em que o Sr. Relator, Deputado Alfredo Gaspar, mencionou o nome do José Dirceu... Foi exatamente neste momento em que ele perguntou se o Sr. José Dirceu teve participação de alguma forma nos contratos milionários que o fizeram rico e famoso na década de 2010, lá pelo ano de, se eu não me engano, 2015, quando o Relator perguntou sobre uma eventual influência de José Dirceu, o senhor mudou. O senhor, que estava nervoso – o senhor disse –, mas razoavelmente bem à vontade, apesar de nervoso, passou até uma expressão corporal de quem está na defensiva, cruzando seus braços e dizendo que passaria a não responder mais as perguntas. O que José Dirceu tem a ver com a sua trajetória de vida e o seu enriquecimento, Dr. Nelson Wilians?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Com todo respeito a todos, e sabendo que estão no direito de perguntar...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – É óbvio.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – É direito de vocês.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, é o meu dever de perguntar, não é direito, e o seu direito é de ficar calado, mas eu gostaria que o senhor respondesse.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Vou responder.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Fique à vontade.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – De novo. Eu não tenho nada, absolutamente nada...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – José Dirceu. José Dirceu, PT, qual é a sua relação?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Vou lhe repetir. Eu não tenho absolutamente nada com as fraudes do INSS.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, eu não estou perguntando do INSS aqui e essa resposta o senhor já dá o tempo todo.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – E esse é o objeto da nossa CPMI.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, o objeto da CPMI diz respeito ao roubo do INSS, que diz respeito à lavagem de dinheiro feita por escritórios de advocacia, segundo o que o próprio relatório da Polícia Federal traz.

Eu vou lhe dizer aqui: eu quero saber do senhor, Dr. Nelson Wilians, se o senhor conhece Fernando Cavalcanti. Sim ou não?

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, o advogado tem o direito de orientar as respostas?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu peço, inclusive, um minuto, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Porque isso está acontecendo na minha cara, Presidente. O advogado tem o direito de orientar, de instruir, pedir tempo, pode apresentar documento...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Peço para suspender o tempo...

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – ... mas orientar as respostas, Presidente? Isso não é possível!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, ele não pode ditar a resposta. A orientação é permitida por lei.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A orientação é uma garantia constitucional.

Mais um minuto para o Deputado Marcel van Hattem, por favor.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Presidente, eu quero lembrar que aqui atrás, no Shopping Pier 21, a Polícia Federal encontrou uma Ferrari F8 Spider, um Mercedes-Benz S 63 e um Mercedes-Benz AMG GT 63 S, todos na empresa de Fernando Cavalcanti, FAC Negócios. O senhor conhece Fernando Cavalcanti? Sim ou não? (*Pausa.*)

Eu estou fazendo uma pergunta, Sr. Presidente. Eu gostaria que o depoente dissesse "sim" ou "não".

O senhor conhece o Dr. Fernando Cavalcanti?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Com todo o respeito, Deputado, com todo o respeito a todos desta Comissão...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor não vai responder. Eu vou passar adiante, o tempo é meu, porque o senhor não vai responder. O senhor está querendo tomar o meu tempo para passar e não responder às perguntas.

Fernando Cavalcanti, Sr. Presidente, tem uma empresa chamada FAC Negócios e Investimentos Unipessoal, que tem 23 carros, quase todos de luxo – quase todos de luxo. Esse mesmo Fernando Cavalcanti tem outra empresa chamada FC Participações Unipessoal, e essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

outra empresa tem 20% de participação – olha só – no NW, Nelson Wilians Group, 20% de participação desse Sr. Fernando Cavalcanti, que, segundo a Polícia Federal, lavou dinheiro comprando carros de luxo e escondeu aqui atrás. Esse mesmo Fernando Cavalcanti tem 20% de participação no famoso, enorme, prestigioso e rico grupo NW.

O senhor conhece ou não conhece Fernando Cavalcanti? Ou o senhor não conhece um sócio que tem 20% de participação? Se o senhor não disser "sim" ou "não", eu vou adiante. Sim ou não?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Com todo...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não disse, não quero saber. O senhor não tem respeito por mim. O senhor não tem respeito por esta Comissão. O senhor mentiu o tempo todo, porque o senhor chega aqui para dizer que tem respeito pela CPMI que está investigando – Sr. Presidente, me desculpa –, isso é um deboche de quem não tem respeito pela investigação e está sendo investigado, porque ele não responde. Ele começa "com todo o respeito", vai ganhando tempo para quê? Para não dizer "sim" ou "não". E a verdade é sim. Fernando Cavalcanti, que lavou dinheiro, segundo a Polícia Federal...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... comprando carros de luxo com dinheiro dos aposentados, é sócio de Nelson Wilians, que é um advogado, diz-se, famoso, empreendedor, mas que, ao que tudo indica, pelas investigações da Polícia Federal, entre outras coisas que certamente ainda aparecerão à lume, haja vista a sua relação com José Dirceu, teve esse expoente crescimento em virtude de ilícitos, inclusive do roubo dos aposentados, pensionistas, idosos e deficientes físicos do INSS.

Então, Sr. Nelson Wilians, o senhor não pense que nos engana, porque o senhor sim tem a ver com tudo o que está sendo investigado aqui. Não foi à toa que a Polícia Federal pediu a sua prisão preventiva. E eu não tenho dúvida, Sr. Presidente, que se há justiça, e haverá de ter justiça neste país, essas investigações concluirão que Nelson Wilians também terá de pagar pelos crimes que a Polícia Federal o acusa de ter cometido, e por isso ele é investigado nessa operação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente, quero usar o tempo de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, é curioso que, no meio de uma investigação como essa, em que nós estamos tratando de possíveis envolvidos aqui nas fraudes do INSS, há intervenções que tentam o tempo inteiro revelar, única e exclusivamente, uma disposição de criar uma narrativa de natureza política sobre fatos que não têm nada a ver com esta reunião.

Eu sei que o ex-Ministro Zé Dirceu, ex-Deputado Zé Dirceu provoca sentimentos contraditórios nas pessoas, e algumas delas ficam até com uma espécie de fixação. Quando falam do Zé Dirceu, quase que tremem: "Zé Dirceu, Zé Dirceu". É estranho, Presidente, porque ele tem mais de mil clientes, milhares de amigos. O ex-Ministro José Dirceu não tem absolutamente nada a ver com a investigação do INSS. Aí, em vez de ele pegar uma foto e, por exemplo: "Conhece o Rogerio Marinho, a quem o senhor doou para a campanha?", "Conhece o Dória, a quem o senhor doou para a campanha?", não diz. Aí vem com Zé Dirceu. O que o Zé Dirceu tem a ver com isso, Presidente? Isso mostra que, na realidade, não há um objetivo real de que a gente possa investigar aqui os responsáveis por esse esquema criminoso.

Eu não fiz aqui nenhuma crítica ao Rogerio Marinho, eu fiz aqui uma constatação de que o colega, que poderia ter usado o tempo dele para trazer questões relativas à investigação, tenta criar uma imagem para depois fazer um videozinho para lacrar na internet com uma fotografia. "Zé Dirceu, Zé Dirceu."

Então, Presidente, a gente tem que aproveitar esse espaço... Aqui tem um monte de Deputado, um monte de Senador, e a gente poderia estar fazendo outras coisas. Nós estamos aqui para dedicar o nosso trabalho, o nosso esforço para investigar as fraudes do INSS. E eu lamento uma postura infantil como essa, que tenta criar aqui sempre um espaço de uma disputa política pueril, né? Poderia aqui citar tantas outras pessoas, mas não.

Então, eu quero dizer o seguinte: o Ministro José Dirceu, o ex-Deputado José Dirceu não tem nada a ver com esse assunto. Aliás, o que esta CPI já demonstrou, de forma categórica, é que esse escândalo ganhou a proporção que ganhou a partir de 2019. O grupo de trabalho do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério Público Federal foi instituído no dia 11 de abril de 2019. Em 19, 20, 21, 22, não aconteceu nada. A investigação da Polícia Federal não concluiu nada. Não teve, por parte da CGU, nenhuma auditoria.

Infelizmente – para mim, isso está claro –, esses agentes que agiram de forma criminosa dentro da estrutura do Governo, alguns deles permaneceram no Governo em 23 e 24, eram funcionários de carreira – o Ministro Lupi disse aqui, de forma muito categórica, de todos eles –, inclusive, com bons currículos. Mas o esquema montado da distribuição do ACT para as entidades fantasmas, o fim das travas que proporcionavam a fiscalização permitiu que essa organização tomasse a proporção que tomou. E foi através da CGU, no Governo do Presidente Lula, foi através da ação da Polícia Federal, no Governo do Presidente Lula, que essa quadrilha foi desbaratada.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – E cabe agora à Polícia Federal, ao Poder Judiciário, a esta CPI, chegar aos autores intelectuais, aos mandantes dessa operação criminosa e saber quem lucrou com esse dinheiro roubado dos aposentados e das aposentadas.

Agora, uma coisa eu posso assegurar para o senhor: o Che Guevara não está nessa lista. Não está o... O Mao Tsé-Tung também não está nessa lista. Quais foram os outros nomes que foram citados hoje? O Zé Dirceu também não está nessa lista. O Marx também não está nessa lista, né? Certamente quando a gente chegar ao final dessa investigação, não são esses nomes aí que a gente vai encontrar. Aliás, Caetano Veloso também, né? O Caetano Veloso também, com certeza, não vai ser encontrado aí na lista dos que ajudaram a roubar o dinheiro dos aposentados, Presidente.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone.*) – Presidente, art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Senador.

Pelo art. 14, o Senador Rogerio Marinho.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não foi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – Ele fez toda a menção à minha fala, falou de José Dirceu, me chamou de infantil.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Para explicação pessoal.) – Obrigado.

Sr. Presidente, eu assisti há pouco uma discussão até um pouco acalorada com o Relator e um membro desta CPMI. E eu depois alertei o Relator que tivesse calma com esse processo, porque isto é uma estratégia, normalmente, usar este tipo de artifício: coloca-se alguém na frente do processo para fazer uma provocação e depois se cria uma cortina de fumaça contra o sexo frágil e tal, como se as pessoas não pudessem ter paridade de armas aqui nesse local. E eu alertei que, desde o primeiro dia em que cheguei aqui a esta Casa, eu fui formalmente intimidado, como se eu tivesse algum problema, requerimentos, insinuações.

Eu quero dizer que eu tenho uma vida limpa, eu não tenho nenhum processo, não tenho nenhuma condenação. A contribuição que recebi foi lícita, em 2018, como candidato a Deputado Federal, R$10 mil. Eu tenho uma montanha de argumentos, Sr. Paulo Pimenta, em relação ao que eu estou falando. Eu nunca fui processado por dinheiro da Odebrecht. Eu nunca fui processado por ilícitos de qualquer natureza. Eu não estou aqui defendendo corruptos condenados, eu não estou aqui fazendo proselitismo em função de situações pretéritas, eu defendo a minha biografia. Eu estou aqui de peito aberto, de cabeça erguida, para falar a respeito de temas que interessam ao Brasil.

Eu já fiz umas cinco ou seis intervenções dizendo: gente, vamos deixar de cortina de fumaça, porque daqui a pouco a gente vai pedir música no Fantástico – música no Fantástico!

É a primeira vez na intimidação, é a segunda vez na intimidação, é a terceira vez. Eu não vou sair daqui, vocês vão ter que me engolir. E eu vou mostrar todas as vezes aqui o que é que aconteceu, quem roubou quem, porque a maior farsa que existe nesta Comissão é querer dizer que o Presidente Bolsonaro, que é um adversário conhecido da esquerda, preparou um esquema para ajudar sindicato ligado à esquerda. Isso entra na cabeça de quem? Agora, a gente vê uma narrativa sendo repetida aqui com uma precisão, com uma vontade, com uma determinação que é invejável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero lembrar que aquele que me acusou ou fez uma insinuação – que não é a primeira vez – tem na sua vida pretérita: "Desembargador que ordenou soltura de Lula fez doação para a campanha de Paulo Pimenta em 2006". Não foi na minha campanha, não. "Relator de ação que condenou Bolsonaro já mandou soltar Lula", foi por via de consequência. "Paulo Pimenta renuncia ao cargo de Vice-Presidente da CPMI do Mensalão", por quê? Em função de encontro reservado que teve com o empresário Marcos Valério na garagem do Senado para obter nova lista de beneficiados para recursos repassados para o empresário.

Eu não aceito essa tentativa contumaz de se tentar enxovalhar a honra das pessoas, não aceito esse tipo de insinuação. Me respeitem!

"Líder do PT na Câmara, Paulo Pimenta é acusado de operar esquema de fraude no RS". Está aqui.

Então, não venham me acusar do que vocês fazem.

"Paulo Pimenta critica imprensa por lembrar da corrupção na Petrobras". "Agência que tem amigo de Pimenta entre diretores fatura R$35 milhões em 2024". E por aí vai.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Até os 10 mil ficaram...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Eu acho que nós temos aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que ter respeito uns pelos outros. Agora, eu não aceito mais insinuação: quem falar vai receber, e eu conheço a história de cada um aqui e conheço a minha história.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. *Fora do microfone*.) – É isso aí. Boa!

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Art. 14, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não...

Deputado Marcel van Hattem, V. Exa. não foi citado.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não.

O último... Espere aí, só um minutinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu fui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fora do microfone*.) – Sr. Alencar, calma.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. *Fora do microfone*.) – Foi citado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu não estou falando do Deputado Pimenta, não; estou falando do Marcel van Hattem.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra – o último art. 14 desta sessão –, Deputado Paulo Pimenta.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor não foi citado.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente...

(*Intervenções fora do microfone.*)

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

Os senhores são maduros...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – Presidente, uma questão de ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Esperem aí. Os senhores são maduros...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – V. Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... sabem muito bem que, se citarem explicitamente o nome do outro como qualquer forma de denegrir, o art. 14 pode ser usado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – Mas nesse caso ele estava respondendo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por duas vezes.

V. Exa., Deputado Marcel, não foi citado nominalmente, não foi citado!

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – O Rogerio Marinho... Ele respondeu à citação. Como é que agora vai...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas ele citou nominalmente, inclusive...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – Ele respondeu à citação...

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Ele foi citado, Presidente...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, é o último art. 14 desta sessão.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou dar a palavra... Eu vou dar a palavra ao Deputado Paulo Pimenta.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Paulo Pimenta, com a palavra.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Presidente, espere aí, o senhor...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente, eu não vou...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Marinho, Senador Marinho, eu o respeitei plenamente e deixei falar.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente, eu...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Agora, não vai ser o último, não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, é o último da sessão.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente, eu não vou...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não. São duas vezes.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Por pessoa. Se eu for citado, eu vou ficar calado?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente, eu não vou...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, são duas vezes, são duas vezes!

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – São duas vezes por sessão, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente, o senhor fique tranquilo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para explicação pessoal.) – O senhor fique tranquilo que eu não vou citar a ficha corrida de ninguém aqui...

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF. *Fora do microfone*.) – Até porque a gente não tem.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... porque o meu tempo são cinco minutos, e eu não vou gastar todo o meu tempo citando aqui a ficha corrida de ninguém.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF. *Fora do microfone*.) – Até porque não tem!

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, por gentileza, mais um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, já foi colocado, Excelência, já foi colocado!

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Na hora em que eu tiver oportunidade, Presidente, nós tivermos mais tempo, a gente pode falar um pouquinho aqui sobre a ficha corrida de vários que tem aqui dentro, mas eu vou aproveitar o meu tempo, Sr. Presidente, vou aproveitar o meu tempo para responder...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mais um minuto para o Deputado Paulo Pimenta, por favor.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O problema, Presidente, é que já foram dois hoje. A Eliziane usou de manhã, então, como é que a gente vai ter três hoje?

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone*.) – Eu cheguei aqui às 6h50 da manhã...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Marcel van Hattem, são duas vezes...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas de manhã teve uma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... duas vezes por sessão. É o Regimento que diz isso.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Então, a sessão começou de manhã.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu cedi a palavra ao Deputado Paulo Pimenta pelas citações que foram feitas pelo Senador Rogerio Marinho, assim como, se ele fizer em relação a outro, da forma como foi, eu vou ceder a palavra também.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – A Senadora Eliziane usou o art. 14 de manhã. Alguém...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone*.) – Alguém cita o meu nome para eu falar, por favor. Cita aí Luiz Lima, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – E o segundo foi agora com o Senador Rogerio Marinho.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. *Fora do microfone*.) – A Eliziane me citou hoje de manhã...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu reponho...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, eu estou cedendo a palavra aqui pelas citações como foram feitas.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone*.) – Citem o meu nome para eu falar...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – E vamos colocar uma coisa? Se em toda interrupção, se em toda interrupção que for feita aqui, nós formos repor o prazo, não vai ter condição da gente sair daqui hoje.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, mas não tem nada errado aqui, não.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O regulamento diz: duas vezes, Senador... Deputado Marcel van Hattem, duas vezes: a Eliziane e o Rogerio. Acabou. Só que, nesse caso, eu vou ceder a palavra ao Deputado Paulo Pimenta...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou ceder...

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Das três vezes em que eu pedi pela ordem, o senhor não me deu. Eu não sei nem quantas vezes eu fui citado. Nas três vezes...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Zé Trovão, assim como o próprio Vice-Presidente pediu e eu não cedi.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Não, mas aí não pode estar cedendo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Os momentos em que a gente precisa tocar...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone.*) – Cedeu, faz parte.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É, eu vou seguir o que está no regulamento e o Presidente pode ceder a palavra. Cinco minutos para o Deputado, o Senador, o Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Muito obrigado, ilustre Presidente. Reponha o meu tempo lá.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pode repor o tempo dele.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou aproveitar, Sr. Presidente, aqui, porque raramente essas acusações caluniosas que foram aqui feitas são feitas de forma aberta, como foram aqui hoje, geralmente elas são feitas na forma de *fake news*, na forma de robôs. Então, quero dizer a V. Exa. e a todos os Srs. Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras que estão aqui que, se tiverem a dignidade necessária, façam um levantamento nas redes sociais, nos inquéritos e vejam se vocês acham algum inquérito criminal contra mim. Procurem. Procurem e vejam se há algum inquérito, se há alguma condenação.

Dizer para o senhor, Presidente, para todos aqui, que é uma calúnia nojenta dizerem que algum dia eu fui investigado pela Lava Jato ou pela Odebrecht. Isso é uma mentira, uma mentira que é repetida de forma sistemática por várias pessoas, mas hoje, pelo menos, teve alguém que teve coragem de falar isso na minha frente. E eu vou dizer: isso é uma mentira, e eu desafio que prove. Assim como dizer que um advogado que fez uma doação para uma campanha minha, que depois virou desembargador, tenha cometido algum tipo de ilícito.

Com relação à denúncia de que eu respondia ao inquérito, é verdade, Presidente. Responder a um inquérito é uma coisa absolutamente normal. Agora, o que ele não disse é que foi arquivado depois de dez anos de investigação, inclusive pela 8ª Turma do TRF4, do Rio Grande do Sul, dizendo que jamais foi encontrada qualquer coisa que me ligasse ao objeto desse inquérito. Portanto, eu fui inocentado de qualquer tentativa, feita de forma criminosa e injusta, por Parlamentares da extrema direita.

E já que eu fui provocado aqui, vou aproveitar para contar um episódio para o senhor. O senhor sabe que eu sou de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. O senhor sabia que, no dia em que teve o incêndio da boate Kiss, porque eu sou de Santa Maria, no dia do incêndio da boate Kiss, eu estava no velório, junto com as famílias, e uma Parlamentar que está aqui nesta Comissão estampou desse tamanho uma foto dizendo: "Paulo Pimenta, o verdadeiro dono da boate Kiss", "Novo caso de Santo André", Deputado Paulo Pimenta envolvido num crime em que morreram centenas de pessoas na minha cidade. O senhor sabia disso, Presidente? E, se eu não tivesse capacidade de reação e lutado contra a mentira, podiam ter destruído a minha trajetória.

Então, eu sou acostumado a lidar com *fake news*. Eu sou acostumado a lidar com bandido. Eu sou acostumado a lidar com mentira e não vai ser nenhuma dessas condutas reprováveis e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

vergonhosas que vai me intimidar. Eu nunca tive medo de enfrentar, inclusive quando a maré estava contra nós, na época em que todo mundo andava aí botando tapete vermelho para a Lava Jato e que nós denunciávamos essa operação criminosa que foi feita contra o Presidente Lula e contra a democracia. Tenho profundo orgulho da minha trajetória, tenho seis mandatos de Deputado Federal, quatro vezes o mais votado do meu partido no Rio Grande do Sul, e não vou ser intimidado por ninguém aqui dentro desta Comissão.

Fiz uma citação ao Parlamentar, fiz uma citação ao Parlamentar, e não foi de caráter injurioso. Eu comentei sobre uma fotografia, não fiz crítica.

E, para concluir, Sr. Presidente, quero dizer ao senhor o seguinte: se eu tivesse alguma coisa para temer...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... eu tinha tido esta postura covarde e vergonhosa daqueles que foram votar no Plenário, ontem e anteontem, a PEC da blindagem, daqueles que têm medo de serem investigados e que, a partir de agora, estabeleceram uma excrescência vergonhosa neste país e que querem que, numa hipótese de cometer qualquer tipo de crime, ter que ter uma aprovação pelo Plenário em voto secreto. Isso, sim, é ter medo da verdade! Isso, sim, é flertar com a impunidade, o que não é a minha postura e não é a minha conduta. Portanto, não vou ser intimidado por ninguém aqui, como eu nunca fui.

Não ofendo ninguém no meu jeito de fazer política, mas ninguém aqui vai achar que falando mais alto ou gritando vai calar a minha voz em defesa daquilo que eu acredito.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Pela ordem, Presidente.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – 12 do PT votaram a PEC.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pela ordem...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – 12 do PT votaram a PEC.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... Deputada Bia Kicis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF. Pela ordem.) – Pois não, Presidente.

Embora não tenha citado o meu nome, é a segunda vez que esse Deputado inventa essa história. Aqui, ele não falou que sou eu, mas na CCJ ele falou o meu nome. Quando teve o incêndio da boate Kiss... Eu não tenho nada a ver com isso! O Marcello Reis, que era o proprietário da página Revoltados Online, onde eu gravava vídeos, para onde eu gravava vídeos, defendia, condenava lá a estratégia lá de doutrinação nas escolas, ideologia de gênero... Eu usava a página para proteger as nossas crianças. O Marcello Reis colocou uma foto do Deputado dizendo que era ele, e ele até hoje insiste em dizer, apontar pra mim, dizer... Eu não vou tolerar mais essa mentira! Na CCJ, ele falou que era eu...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – ... eu desmenti, mostrei que não era, e ele continua insinuando isso. Pare de mentir!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Presidente, pela ordem, por favor...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor.

Pela ordem, Deputado Zé Trovão.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Só um minuto. Só quero...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – O meu questionamento vai ser muito...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por gentileza.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza.

Deputado Zé Trovão.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Presidente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – ... eu gostaria muito de pedir....

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor!

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos esperar os ânimos se acalmarem aqui.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, senhores, senhores, senhores...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fazendo soar a campainha.*) – Senhores, por favor.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Nós já estamos aqui há muito... Senhores, estamos aqui já há muitas horas. Nós já estamos aqui há muitas horas...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputada Bia Kicis, por favor!

Nós já estamos aqui há muitas horas. Eu sei que o cansaço bate, os nervos vão ficando à flor da pele, mas nós estamos perdendo tempo de deixar de dar respostas às pessoas que estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos assistindo. O nosso objetivo aqui é uma investigação sobre toda essa sujeira da Previdência. Se há diferenças aqui, vamos deixar para resolver isso nos Plenários. É um pedido.

Pela ordem, Deputado Zé Trovão. Pois não.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero dizer que qualquer um que possa olhar na minha mesa sempre vai ver muitos papéis aqui, porque a gente estuda sobre o que vem fazer aqui. E eu gostaria de solicitar à Presidência que a gente mudasse, pelo amor de Deus, a regra da CPMI. Nós como suplentes ficamos por último na sessão, para depois de todos os titulares. Isso acaba com a gente. Eu cheguei aqui 7h da manhã, o Luiz Lima chegou 6h50 para marcar a presença, para conseguir fazer os inquirimentos.

Vamos fazer, pelo amor de Deus, quatro titulares e um suplente – quatro titulares e um suplente –, porque senão parece que a gente vai esvaziar isso aqui. Os suplentes nem estão vindo mais. E às vezes a pessoa fala: "É melhor". Não é, isso é pior, porque, se nós temos 32 membros, bom seria que os 32 membros tivessem a mesma atuação, e não vai acontecer.

Então, eu vou pedir para o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – ... vamos fazer esta gentileza: quatro titulares e um suplente, porque, olha, por exemplo, meu voo é 8h da noite. Eu não tenho problema de cancelar minha passagem, estou aqui desempenhando um trabalho pelo meu país. Como o senhor está abandonando o seu estado, eu estou abandonando não só o meu estado, mas uma criança de três meses, que é minha filha, que nasceu agora, por um propósito de desvendar isso aqui.

Eu não estou aqui para ficar fazendo esse discurso direita e esquerda. Eu quero pegar no rabo do ladrão e botar na cadeia.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Isso. Então, Deputado Zé Trovão, alguns pontos aqui.

Senhores, vamos acalmar os nossos ânimos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeira coisa, se os Líderes concordarem, tanto oposição quanto Governo, em mudarmos a regra, eu, esta Presidência coloca aqui em execução o mais brevemente possível, mas foi feito um acordo de procedimentos que eu estou seguindo como Presidente. Se concordarem, não vejo problema algum em que a gente possa fazer isso como forma, até porque os senhores como suplentes têm sido muito mais presentes aqui.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Eu não sou contra, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não é contra? O Líder do Governo não é contra.

Então, eu entendo que na próxima nós já faremos assim: a cada quatro titulares, um suplente terá a palavra, o.k.? Perfeitamente.

Segundo ponto... Isso, é isso, é isso que o Brasil quer. Só um minutinho, Zé.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Pela ordem.) – Só que aí tem um problema.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, Deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Porque a inscrição tem fila.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Imagine que se inscrevam dez titulares 8h da manhã. Vem aqui um suplente e se inscreve 9h30. Falam quatro titulares que se inscreveram 8h da manhã e um suplente que se inscreveu 9h30? Então, nós temos que tomar... Não pode ser só isso.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Faz a ordem de chegada.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Pela ordem de chegada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Nós temos como fazer isso, está bem? Mas a colocação de V. Exa. é pertinente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo ponto...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, o segundo ponto é o seguinte... O segundo ponto é o seguinte, é sobre o art. 14. O art. 14 pode ser usado duas vezes numa mesma sessão. Isso é uma regra do Regimento.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pelo Parlamentar.

Agora o seguinte...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, duas vezes por Parlamentares diferentes. Está aqui no Regimento – aqui.

Agora... Está no Regimento isso, gente. Aqui, ó...

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Só para entender, ficou acordado por ordem de chegada? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É isso. Não...

Aqui, ó. Está aqui no Regimento, duas vezes só. Agora, o Presidente da sessão pode, por determinação, ceder o tempo quando houver algum tipo de citação grave. Isso é da Presidência. Assim como já foi feito para a oposição, eu fiz hoje para o Governo, e é assim que nós vamos levar com equilíbrio aqui.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Olha, Deputado Alencar Santana, com a palavra, dez minutos.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Sr. Presidente, rapidinho, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Senadora Leila.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF. Pela ordem.) – Só porque o senhor citou meu nome.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa. é a próxima.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Obrigada. Eu agradeço a compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, dez minutos, Senador Alencar Santana.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Eu, cumprimentando a todos e cumprimentando também o depoente, gostaria muito, Dr. Nelson, que o senhor tivesse vindo a esta Comissão e trazido para nós aqui informações importantes que ajudassem a esclarecer essa fraude, esse roubo chocante e que lesionou milhões de brasileiros e brasileiras aposentados e pensionistas, mas o senhor, de fato, acabou não contribuindo para esclarecer essas questões.

Também sou advogado e acho que a advocacia jamais pode ser condenada, quem estiver no exercício da sua profissão, representando ou defendendo qualquer cliente, mas também, se o advogado participou de crimes, ele tem que ser investigado e responder por tal. Há suspeitas de transações ilícitas financeiras entre o senhor e um dos empresários que está preso, Maurício Camisotti. O senhor diz que o conhece desde 2015, profissionalmente, e depois também uma relação pessoal.

Lógico que nós queremos entender a origem dessas relações financeiras, o que ocorreu, o porquê. Afinal de contas, por aquilo que foi revelado, é o senhor que paga o cliente. Pelo menos a suspeita assim foi publicada na imprensa. Não é o cliente pagando, eventualmente, o advogado. Por isso que levantou suspeita, o senhor também é investigado, com pedido de prisão feito pela Polícia Federal ao Ministro André Mendonça, que negou. Permitiu a prisão do Careca, do Camisotti, e de V. Exa. só fez busca e apreensão.

Nós gostaríamos de esclarecer, mas, de fato, o senhor parece que não veio com esse intuito.

Mas eu queria, Presidente... Eu já mostrei algumas vezes e – vou ser sincero – eu não gosto de ficar mostrando toda hora, mas toda vez que o Senador Izalci mentir, eu vou mostrar. Faço

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão, porque eu estou dando prova. Eu queria mostrar ali, na tela, por favor, o material. Toda vez que ele fizer isso, eu vou esclarecer. Faço questão, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Está bom, por favor. Está bom, pode parar.

Olha só, um Senador eleito – à época pelo PSDB, hoje no PL – diz que recebeu e levou ao conhecimento do Presidente. E diz que a única medida foi a edição de uma medida provisória, a 871, cuja Comissão ele presidiu. E à época, o Secretário da Previdência era o Senador Rogerio Marinho.

Ora, com esse conhecimento que o Senador Izalci fez, a única medida foi a medida provisória? Ninguém comunicou à polícia? Ninguém comunicou ao Judiciário? Ninguém comunicou ao Ministério Público? Ninguém encerrou os descontos? Não, fizeram diferente – fizeram diferente.

Olha só, o Senador Izalci publicou essa emenda à medida provisória – sobe um pouquinho, por favor –, onde ele pede a revogação do "§7º Na hipótese prevista no inciso V do *caput*, a autorização do desconto deverá ser revalidada anualmente [...]". Ele pediu a revogação da revalidação ainda em 2019, ainda em 2019, mesmo tomando conhecimento das denúncias no final de 2018. Então, ele queria fazer o quê? Proteger quem? Ajudar quem? Isso que foi feito.

Queria que mostrasse outro material.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Só um segundo...

Essa aqui é a palavra do ex-Presidente Arthur Lira, da Câmara, que atuou em relação à MP 871.

Gostaria... Continue, por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Olha só: o Deputado Arthur Lira cita o então Secretário da Previdência, Rogerio Marinho, que construiu com ele, em diálogo com a Contag e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

outras entidades, ali, o texto final da medida provisória. E aqui o Senador, na sua fala, tentou condenar essa entidade, que tem trabalho sindical e de representação efetivos, diferentemente das entidades laranjas que entraram na sequência e fizeram esse roubo.

E ficam aqui fazendo discurso, tentando demonizar a Contag, tentando dizer que ela é a responsável por isso. Olha a falsidade, a hipocrisia que reina aqui, por parte de alguns.

E está lá, expresso, na medida provisória, onde foi alterado o tempo de revalidação para três anos.

E o Secretário acompanhou a negociação. Foi dito pelo ex-Presidente Lira – ou o Lira está mentindo nesse caso? É uma boa pergunta. É uma boa pergunta. E, depois, foi sancionado pelo ex-Presidente Bolsonaro, que, em 2020, com outra medida provisória, prorrogou-se o prazo de início para 2022. Depois, outra medida provisória acabou de vez, relatada pelo ex-Deputado Luis Miranda, coincidentemente, da mesma representação federativa Brasília-Distrito Federal, que foi o Presidente...

Olha só: o Senador de Brasília Izalci apresentou a emenda em 2019 – de Brasília –, para acabar com a revalidação anual. Em 2022, um Deputado de Brasília, Relator da outra medida provisória, vai lá e acaba, sem nenhuma emenda. Pode ser só uma coincidência com Brasília. Pode ser. Ou pode ser que não. Mas, haja coisas semelhantes em comum, que acabam levando ao mesmo lugar!

Com certeza, teve a participação, a anuência ou, no mínimo, a omissão de muita gente que está aqui, que poderia ter tomado atitudes diferentes.

Lembramos: em 2020, servidores do INSS, servidores do INSS que ameaçaram, tentaram impedir a continuidade de convênios de ACTs, foram ameaçados, inclusive, de mortes. Essas pessoas têm que vir aqui, elas têm que vir aqui. Foram ameaçadas. E quem foi secretário até 2020? O Senador Rogerio Marinho, o pai da reforma da previdência, que lesou inúmeros trabalhadores aposentados e pensionistas do país, com o aumento da contribuição, aumento do tempo de idade e aumento do desconto.

Então, senhoras e senhores, nós queremos e precisamos dessa verdade. Não adianta a gente vir aqui e querer fazer discursos, ilação e a gente acabar não jogando com a verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está ali. Eu mostrei documentos, vídeos de uma sessão legislativa aqui nesta Casa, onde comprova aquilo que eu estou dizendo.

Queria mostrar uma outra coisa.

Eu não vou aqui... Dr. Nelson Willians, não quero saber dos seus amigos. Isso, para mim, não interessa. Quero saber da sua participação no esquema do roubo.

Mas alguns aqui, de fato, ficaram perguntando e fazendo ilação "conhece o Vice-Presidente?"; "conhece o Márcio França?", "conhece o Haddad?"; "conhece o Joaquim, a Maria?". Não tem nada a ver.

Mas, só para gente rebater um pouco, eu poderia perguntar: por que o Governador está sorrindo, o senhor, todo mundo ali, não sei na mansão de quem, não faço a mínima ideia, né? Não sei se é dele, se não é, não sei, não sei. Você deve conhecer. Não sei se conhece. Eu não conheço, eu nunca fui, né? Então, eu não conheço.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Então, assim, aí vem lá outra.

"Governador Tarcísio de Freitas janta com o empresário próximo a Doria no mesmo dia em que é anunciado como candidato a Governador".

Olhem a importância: no mesmo dia em que é anunciado como candidato do maior estado do país, é recebido na mansão do advogado. Qual é o problema, isso, para a CPI? Nada. Isso não tem problema para a CPI. Não quer dizer que ele não pode conhecer o Governador do estado A, do estado B, gente de partido A, de partido B. Isso não é crime. Isso não é crime. Nós nos conhecemos aqui, Deputados e Senadores de partidos diferentes.

Quero mais um ali, por favor: com Doria e com Moro.

Mais uma, por favor.

Nelson Willians assinou o manifesto de apoio ao Bolsonaro em 2018, junto com outros advogados. Está lá: "Jurista lança um manifesto de apoio a Bolsonaro, com críticas ao PT".

Portanto, senhoras e senhores, sem mentira e sem ilação aqui, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – O senhor disse que iria abrir. Eu fui citado diretamente. Eu fui cinco vezes citado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Rogerio, só um minutinho. Só um instante.

Os "arts. 14" já foram cedidos.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Eu entendi.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou ceder a palavra ao Senador Izalci, pela citação que foi feita a ele. Todas as vezes que isso acontecer de forma grave, eu vou ceder a palavra.

Agora, por favor, Senador Izalci, o senhor tem cinco minutos.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Em seguida, a mim, né, Presidente?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Para explicação pessoal.) – Presidente, o que está acontecendo? As pessoas medem pela régua deles. Muitos acusam aquilo que eles fazem.

No vídeo que foi mostrado aqui, em nenhum momento eu disse de desconto assistencial. Acho que eles não ouviram isso. O que foi alertado pelos peritos era seguro-defeso, porque, aqui em Brasília, tinha mais pescador que não cabia no lago; aposentadoria da Contag, que bastava uma declaração.

Isso é o que foi feito, e foi encaminhada a Medida Provisória 871, que tinha 253 emendas da esquerda para detonar a medida, das quais 15 emendas eram realmente para tirar totalmente o cadastro.

Então, essa narrativa, essa fala, essa desonestidade, porque chegaram a botar aqui, inclusive, a minha foto com o Bolsonaro, com uma coisa que não tem nada a ver com nada, acontecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu poderia até entrar com uma questão aqui de decoro, porque, realmente, da forma como eles fazem, isso é o quê? Desespero, porque Senador Rogerio Marinho mostrou passo a passo. Tinha a instrução normativa, tinha o decreto, que não foi revogado em momento nenhum.

Então, o que acontece hoje, eu não sei o quê, acho que estão desesperados aqui.

A Contag veio aqui, como outros sindicatos. Estava no primeiro mês de mandato, foi fevereiro. Em janeiro, veio a medida provisória para o Congresso, no primeiro mês do Governo Bolsonaro, o único, nos 30 anos, que mandou alguma coisa para controlar.

E aí fica essa narrativa, essa conversa, um combinando com o outro. Já falaram sobre isso dez vezes, e eu estou explicando. Não explico mais, Presidente, porque não tem lógica. Isso aqui, não é correto, é desonesto.

Então, quero dizer, Presidente, que levo muito a sério o trabalho que faço aqui.

A Medida Provisória nº 871, segundo – basta pegar a reportagem toda –, teve uma economia de mais de R$10 bilhões.

Não foi desconto assistencial. Em momento nenhum no vídeo fala em desconto assistencial. O que houve foi seguro-defeso, que nós vamos apurar daqui a pouco – V. Exa. sabe disso, vamos começar... Daqui a pouco nós vamos entrar em consignado e também em seguro-defeso. Aí nós vamos ver.

Agora, a Contag é muito boazinha, para roubar. Foi a que mais roubou durante esse tempo todo, desde 1994, porque bastava assinar, para dar aposentadoria, e todo mundo assinava procuração, desconto... E é o que está acontecendo.

De 2006 até agora, dos R$12,5 bilhões, 82% do roubo foram feitos pela Contag e pelo Sindnapi. Ambas não poderiam sequer estar com ACTs. Existe uma lei, a de nº 13.019 de 2014, que proíbe qualquer convênio, qualquer participação com entidade do Governo, a quem tem parente até segundo grau. E, para quem não sabe, Sindnapi, o Vice-Presidente é o irmão do Lula. Não poderia ter ACTs assinados. Da mesma forma, o Presidente da Contag é irmão do Carlos Veras, do PT. Então, os vídeos que foram mostrados aqui mostram qual foi o posicionamento da esquerda, realmente, com relação à aprovação dessa medida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Renato, que era do INSS, esteve aqui na aprovação e sabe o trabalho que nós, a dificuldade que foi para ter um entendimento. Eu, como Presidente, através do entendimento, chegamos a três anos, porque 15 emendas deles também eram para tirar completamente.

Então, Presidente, eu vejo assim: não podemos ficar mais aceitando esse tipo de acusações levianas, irresponsáveis, desonestas. Chegaram a botar coisa aqui que não era verdadeira, falsa. Então, manipulação, narrativa, mentiras repetidas várias vezes. Então, Presidente, peço a V. Exa. que a gente dê um basta nisso, porque, quando aparecer novamente coisas que são desonestas, que seja realmente encaminhada aí para o Conselho de Ética essa questão do decoro Parlamentar, mas é lamentável, não é?

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O Senador Rogerio Marinho, que eu conheço, foi Deputado comigo por três mandatos, é pessoa séria, pessoa que não tem nada...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – E aí ficam essas ilações, para tampar o que eles fazem, porque tudo que eles dizem e acusam os outros, é o que eles fazem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A sessão está suspensa por dez minutos.

(*Suspensa às 16 horas e 31 minutos, a reunião é reaberta às 16 horas e 39 minutos.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pela ordem, Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Para explicação pessoal.) – Sr. Presidente, sem fulanizar o debate, sem, de maneira nenhuma, citar nenhum Parlamentar, até para evitar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

polêmica do art. 14, quero dizer que alguns faltaram à aula do Prof. Rogerio aqui, há pouco tempo, onde eu expliquei didaticamente o que ocorreu.

O único governo, em 30 anos, que apresentou ações efetivas contra fraudes na previdência, inclusive revisitação de cadastro, foi o do Presidente Bolsonaro. Essa fraude... Desculpa, essa narrativa é consistente. Já estão dizendo aqui que a turma é danada, fica repetindo a mentira até a exaustão.

Existem revalidações que foram determinadas pelo Decreto 10.410, pela instrução normativa, por duas instruções normativas subsequentes, e isso só foi revogado pela Instrução Normativa 162, feita pelo Governo do atual Presidente Lula. A 162, de 2024, retira a conferência de documentos pelo INSS, revoga a revalidação trienal e faz o afrouxamento das sanções.

Nós fomos Secretários – com muita honra, né? – da Previdência e do Trabalho, fizemos a reforma da Previdência, fizemos um trabalho de combater fraudes naquela instituição, e é evidente que o que aconteceu incomodou muita gente, porque se retiraram pessoas que estavam em zona de conforto.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – É tão gritante o que acontece em termos de números e de constatação pelos gráficos que são demonstrados que não é possível que a gente fique aqui olhando isso e achando que é normal, né? Se tenta inverter as verdades e fabricar narrativas, e o fato é, Sr. Presidente, que mais de 30 – mais de 30 – emendas foram apresentadas pelos partidos do Governo atualmente – PT, Solidariedade, PCdoB, PSB na época, e PDT –, todos propondo justamente o fim da revalidação e o afrouxamento dos controles. Então, está nos *Anais* da Casa, né? Está nos discursos que foram proferidos, está nas atas das reuniões que aconteceram.

Então, é só para deixar claro que nós sabemos o que fizemos, e eles sabem o que fizeram, e a quebra do sigilo vai demonstrar para onde foi o dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pela ordem, ao Relator Alfredo Gaspar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, quero lamentar, mais uma vez, decisão do STF que enfraquece esta CPMI. O Ministro Flávio Dino acabou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de conceder uma ordem concedendo a uma testemunha, chamada Cecília Montalvão, esposa de um dos investigados – esposa de um dos investigados, e não investigada, ela é esposa –, o direito de não comparecer a esta CPMI.

Eu fico me perguntando se o Ministro Flávio Dino fosse proibido pelo Congresso de investigar emenda parlamentar, como é que ele não estaria se sentindo. Isso é muito ruim para a democracia. Nós estamos tendo o impedimento da vinda de uma testemunha por uma decisão monocrática do Ministro Flávio Dino.

Quero dizer isso, Presidente. Nós precisamos reformular realmente legislação que envolve direito de CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra a Senadora Leila Barros, por dez minutos, Senadora.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF. Para interpelar.) – Ufa!

Bom, depois da polêmica aí, Sr. Presidente, do art. 14, eu acho que foi até bom para o nosso depoente aí, o Dr. Nelson Wilians, que deu para dar uma relaxada. Não é, Doutor?

Bom, vamos voltando agora para o nosso debate aqui. Eu gostaria de perguntar ao Sr. Nelson: várias reportagens citam o Sr. Fernando Cavalcanti, que foi alvo de busca e apreensão pela Polícia Federal e que vive aqui em Brasília, como seu ex-sócio. O senhor confirma que Fernando Cavalcanti figurou como administrador da NW Soluções e Recuperação de Crédito ou de alguma outra empresa de sua propriedade?

Pessoal, por favor...

Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Sr. Nelson...

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (Para depor.) – Senadora, boa tarde.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Boa tarde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Por uma questão de equidade com os seus colegas, eu mantenho a mesma resposta.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Então, eu vou fazer todas as perguntas. Aí, no final, como o senhor não vai responder... Eu vou seguir aqui, que eu quero, enfim, colocá-las.

Entre os bens apreendidos do Sr. Fernando Cavalcanti, seu ex-sócio, ficaram famosas uma Ferrari F8 e uma réplica da McLaren MP4/8, apreendidas em sua mansão no Lago Sul. Inclusive, a PF descreve a tentativa do Sr. Fernando de ocultar esses veículos de luxo no Pier 21 – um espaço aqui, conhecido bem, em Brasília –, às vésperas de uma fase da operação. O senhor teve ciência ou participação nessa tentativa de ocultação?

Ainda sobre esses carros de luxo, em um vídeo gravado pelo senhor e publicado em sua própria rede social, na garagem do Sr. Fernando Cavalcanti, ao filmar a McLaren, o senhor foca numa publicidade fixada no carro que faz referência ao NW Group. Inclusive, o senhor mesmo narra, no vídeo, que o adesivo é um *merchan* alusivo ao Nelson Wilians Group. Sendo assim, eu pergunto...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, silêncio, por favor.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – O veículo ou réplica...

Eu vou querer um tempo, viu, Sr. Presidente?

Já é a segunda vez que eu estou sendo interrompida.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mais um minuto para a Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Obrigada.

O veículo ou réplica era seu? Da sua empresa? Por que, afinal, aquele carro tinha uma marca com as suas iniciais fazendo referência ao seu grupo empresarial?

E, por fim, sobre suas relações e as do seu ex-sócio, Fernando Cavalcanti, aqui em Brasília. Circula a informação de que seu ex-sócio, Fernando, teria presenteado o Governador Ibaneis Rocha com um Fusca antigo de colecionador. Eu pergunto: o senhor tem conhecimento desse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

fato? Quem deu o Fusca, afinal? Foi o senhor ou o Fernando Cavalcanti? Ou houve alguma intermediação sua? O seu escritório de advocacia, ou qualquer outra empresa de sua propriedade, possui contratos diretos ou via coligada com algum órgão do GDF, estatais, autarquias, fundos e associações sediadas no DF, inclusive sindicatos de pensionistas e aposentados?

E, para encerrar, Sr. Presidente, eu gostaria de reforçar aqui a importância, porque ele já foi citado algumas vezes aqui, o Sr. Fernando Cavalcanti, de esta CPMI convocá-lo, para prestar esclarecimentos sobre todos esses eventos envolvendo o seu nome, perante esta Comissão.

Eu registro que já apresentei requerimentos nesse sentido e peço ao Presidente que seja pautado – claro, com a anuência dos Líderes –, na nossa próxima reunião deliberativa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senadora Leila.

Com a palavra, o Senador Styvenson...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – O senhor... O senhor...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Sr. Nelson não respondeu.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ele já disse que não vai responder, mas o senhor pode se manifestar, Sr. Nelson.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Com todo o respeito, Senadora, mas por equidade aos seus colegas, eu já dei a resposta e mantenho a mesma resposta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra, o Senador Styvenson Valentim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente. Obrigado a todos os Parlamentares aqui, desde dez da manhã; ao Dr. Nelson e a todos que estão aqui.

Dr. Nelson, eu sei que o senhor iniciou dizendo a trajetória de vida, e quase me influenciou. E eu fui pesquisar alguns escritórios, e o senhor tem uma ambição de ser o maior do país – se não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

já é o maior do país em escritório de advocacia –, com várias demandas, com várias causas vencidas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – E uma coisa que eu não concordo é que uma pessoa seja tratada com injustiça. Então, eu procurei aqui alguns escritórios como Mattos Filho, que o senhor deve conhecer, lá de São Paulo. E, dentro do seu próprio *site*, ele mostra lá o faturamento bruto da empresa: em 2024, foi 1,7 bilhão. Elogiável esse escritório Mattos Filho expor isso aí.

Eu sei que o senhor vai, mais uma vez, falar o seu mantra, dizer que não tem nenhuma participação nesse caso, mas eu queria saber, diante de tanta injustiça – porque pessoas que se sentam aí se sentem dessa forma, e o senhor talvez não possa ser diferente –, qual o faturamento da empresa do senhor, de 2019 até aqui. O senhor sabe dizer?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (Para depor.) – Deputado...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Senador. Senador Styvenson Valentim.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Desculpa, desculpa. Senador...?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Styvenson Valentim.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Styvenson. Ô Senador, desculpe.

Com relação ao questionamento de V. Exa., e por uma questão de equidade aos seus pares, Senador...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Tá. Perfeito.

Porque só um contrato com o Banco do Brasil que o senhor tem... Tem um contrato de 1 bilhão. Então, se o senhor tem recursos lícitos, eu acho que uma resposta dessas não compromete o senhor, não. Porque se o senhor ganha dinheiro lícito e se o seu escritório fatura, como faturou com um contrato desses com o Banco do Brasil, R$1 bilhão e adquire todos esses bens que as pessoas que estão aqui, os Senadores e Deputados, estão mencionando, não tem problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que o senhor gosta de ostentar, que o senhor é vaidoso, que o senhor veio de uma trajetória difícil... Entendeu? É compreensível que hoje o senhor possa se expor dessa forma. Sei que tem muita gente com inveja do senhor. Agora, se o senhor não quer dizer, é uma boa oportunidade de dizer que o seu escritório, que trabalha dentro da licitude, dentro da probidade, dentro da transparência... Porque eu não achei... Porque se o senhor tivesse colocado, como o Mattos Filho colocou, no portal da transparência, o faturamento da empresa, eu não estaria perguntando isso para o senhor. A gente saberia quanto a sua empresa fatura. E é uma das maiores do Brasil, até na América Latina. Então, é triste a gente não ter uma resposta como essa, porque seria até mesmo uma forma de o senhor explicar tantos bens adquiridos. E quando eu falei em injustiça é porque, se o senhor adquiriu todos esses bens de forma lícita, eu acho um erro que a Polícia Federal tenha entrado na sua residência, apreendido relógio, apreendido veículos, obras de artes, tudo isso, se foi adquirido com recursos do seu trabalho. Mas se o senhor não responder, eu entendo.

Agora, o senhor lembra... Porque eu li uma matéria do senhor... Eu acompanho o senhor. Acho que todo mundo aqui acompanha o senhor.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Não? Mas agora vai passar a acompanhar. Tenho certeza de que a gente vai passar a acompanhar de perto o senhor.

O senhor se lembra desta frase: "Você nunca vai me decepcionar. De você, só espero o pior"? Quem disse isso?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Senador, por respeito aos seus colegas, mantenho a mesma resposta anterior.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Mas o senhor deu uma entrevista e falou que a frase é do seu pai, que Deus o tenha, em memória. Ele disse que "de você, só espero o pior". Eu não entendi isso aí, eu queria que o senhor explicasse, porque o que a gente está vendo aqui eu não sei se é o seu melhor ou o seu pior.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Senador, o contexto desta frase está no livro *Loucura, não. Coragem!*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Está bem. Se o senhor não quer explicar, o.k.

Mas, então, já que o senhor não quer responder a pergunta de ninguém, e o senhor disse aqui com toda a humildade que fala a verdade, então, em nome do seu falecido pai, em memória dele, de toda a sua trajetória, de tudo o que o senhor passou na vida, desde os seus 16 anos, de tudo o que o senhor passou que está no livro ou na matéria da *Folha de S.Paulo*, da UOL, eu espero que o senhor esteja dizendo a verdade.

Porque muitas pessoas que se sentaram aí, numa situação do senhor – e olha que a gente já participou de outras CPIs, como a das Bets, e o seu escritório também faz defesa de algumas *bets* – falavam a mesma coisa, e neste país em que a gente vive, é inevitável que o brasileiro não faça associações. Já tem um "Careca" que o senhor não conhece, do INSS, e o senhor, com toda a sua trajetória e sua fala, que está apresentando aqui, eu não consigo distinguir o senhor de uma que passou aqui, que também é da mesma profissão, advogada, que adora ostentar nas redes sociais, que gostava de fazer essas postagens como o senhor faz e está todo enrolado – e também ela está toda enrolada – com a Justiça, com investigações, com coisas como essa. Eu não tenho como deixar de associar o senhor como a Deolane do INSS. Eu não tenho como deixar de fazer isso. Por quê? Porque o senhor vem aqui, desestabilizou uma CPMI, desestabilizou, tiramos o foco do senhor e passou um foco entre Senadores. O senhor causou aqui uma situação que não era esperada pelo que o senhor prega nas redes sociais. Eu esperava mais do senhor como advogado, esperava mais da sua defesa, eu esperava mais, já que o senhor fala a verdade, a verdade cabe em qualquer lugar, em qualquer espaço, e aqui caberia também. Se o senhor não tem envolvimento nenhum, que aqui o fizesse. Porque a gente vem com a expectativa...

Olha que é a primeira vez, Senador Carlos Viana, que eu fico aqui desde dez da manhã até agora, esperando que o senhor realmente falasse alguma coisa que comprovasse, que tornasse verossímil que o senhor está falando a verdade. Porque é desgastante para nós Parlamentares, é desgastante para o senhor, é desgastante para o povo brasileiro, que paga por tudo isso, a gente saber que o senhor pode estar falando a verdade e não quer responder a uma pergunta simples como a que eu fiz: qual é o faturamento bruto da sua empresa? Porque se o senhor disser o faturamento bruto da sua empresa, com certeza, todos aqui vão começar a pensar, imaginar, acreditar que o senhor, de forma lícita, conquistou tudo isso que o senhor mostra, e que está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

tendo uma tremenda injustiça por parte da gente, da Justiça, da Polícia Federal. Tudo isso está sendo uma injustiça a que o senhor está sendo submetido.

Infelizmente, se o senhor ainda quiser permanecer em silêncio, se o senhor ainda quiser continuar da forma que iniciou, eu vou entender... Eu vou entender, agora, uma sugestão é que o senhor fizesse aí um exemplo, já que tem aí o Mattos Filho – se o senhor conhece ou não esse escritório, é um dos grandes aqui do país –, que coloca lá no seu portal, na transparência. Transparência é bom, em vez de ficar calado; transparência é verdade, em vez de evitar certas respostas. Só assim a gente saberia a licitude, a origem desse recurso e a origem dos seus bens.

Eu espero que a frase que está no seu livro, que o senhor mencionou na *Folha de S.Paulo*, a qual eu tirei aqui: "Você nunca vai me decepcionar. De você [...] [não espero nada]", eu espero que pelo menos as últimas palavras não sejam a verdade. Está bom?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Está bom.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Que do senhor a gente não possa esperar isso aí.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Senador, o Senador diz que me acompanha, acompanha a minha história e minha trajetória, de certa maneira, pelas redes sociais e citou inclusive essa frase que está no meu livro. Essa frase está no meu livro. E o que diferencia coragem de loucura é o resultado. Uma coisa eu posso lhe garantir, o resultado não vai lhe decepcionar – não vai lhe decepcionar. Porque, desde que eu cheguei aqui, eu não falei uma mentira, uma mentira sequer.

Então, pode acompanhar, acompanhe...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Mas então por que o senhor não responde só o faturamento da sua empresa?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Acompanhe, acompanhe, porque tudo que o Senador, a Excelência, V. Exa., quer saber, vai saber. E não vai se decepcionar, porque o resultado será: eu não tenho nada a ver com as fraudes envolvendo o INSS...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – ... e os aposentados, objetos da investigação desta CPMI.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Eu espero que isso...

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Eu não vou decepcioná-lo, como não vou decepcionar nenhum daqui.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Eu espero também que o senhor não decepcione a sua família, a sua esposa, Anne, os seus três filhos, não decepcione a memória do seu pai.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Exatamente.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – A mim o senhor não vai decepcionar, não, porque já decepcionou quando não respondeu minhas perguntas, já me decepcionou.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Não, não, não.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Está bom?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Você vai entender.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Obrigado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu me insurjo, Presidente, porque disse que não falou uma mentira. Eu mesmo provei que ele está dizendo que não tem nada a ver com as investigações do INSS, se é investigado. Então, Sr. Presidente, que ele não tem compromisso com a verdade, a gente sabe, porque ele não assumiu.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas ele dizer que não contou uma mentira, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado.

Com a palavra o Deputado Luiz Lima. Até que enfim, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É o Cleitinho?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É o Luiz Lima.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É o Cleitinho? É. Oi?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, não, só na próxima sessão.

Deputado Luiz Lima.

O SR. CLEITINHO (Bloco/REPUBLICANOS - MG. *Fora do microfone*.) – Por favor, porque eu vou embora.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Claro. Então vamos.

O SR. CLEITINHO (Bloco/REPUBLICANOS - MG. Para interpelar.) – Sr. Presidente, uma boa tarde a todos, Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Senador Cleitinho.

O SR. CLEITINHO (Bloco/REPUBLICANOS - MG) – Eu vou pedir silêncio, pessoal, dentro do respeito. Eu quero ser bem claro aqui.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLEITINHO (Bloco/REPUBLICANOS - MG) – Eu estou vendo uma briga de lado, querendo achar o culpado. E o Nelson Wilians está até mais, agora, mais acomodado, já se levantou. Ele está achando a coisa melhor do mundo ver essa cachorrada que está entre nós aqui, para achar os culpados. Se foi o lado B, se foi o lado C, se foi o lado D. E eu sempre venho falando, desde quando aconteceu esse escândalo aqui, que o culpado de tudo aqui é uma coisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

institucional, isso já vem de anos e anos e anos, não é Bolsonaro, não é Lula, não é ninguém. São lobistas que ficam frequentando o Congresso Nacional e que fazem isso.

Eu não uso as redes sociais para lacrar, eu uso as redes sociais para poder mostrar verdades. E é isso que eu vou fazer agora para toda a população brasileira. Se até agora ninguém teve coragem de apontar o dedo na cara dele, eu faço questão de apontar. E se alguém me interromper aqui, leve à Comissão de Ética, que é o lugar de lá, porque eu não vou me calar – não vou me calar!

Ele está fazendo todo mundo aqui de bobo, ó, de otário, e olha na minha cara mesmo, porque eu gosto que olha na minha cara. Olha na minha cara. Passa esse vídeo que eu vou mostrar para vocês aqui, mostra esse vídeo aqui.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. CLEITINHO (Bloco/REPUBLICANOS - MG) – Tem mais um vídeo aí, pode passar para mim, por favor? Vamos expor, não tem problema não.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. CLEITINHO (Bloco/REPUBLICANOS - MG) – Olha que Ferrari, gente! Olha que beleza! Coisa linda, maravilhosa! Esse é só imagem, ó.

"Ex-sócio de Nelson Wilians escondeu Ferrari em *shopping*, diz PF." Quem está falando não é Cleitinho, quem está falando é a PF. Pode processar a PF, mas as imagens estão aí para todo mundo ver.

Então, pode parar com as imagens aqui. Tem uma foto para mostrar também, para a gente parar – mostre a foto para mim, por favor – com essa cachorrada de ficar: "foi o lado B, foi o lado C, foi o lado D". Esse senhor não tem lado, como nós temos lado. O lado dele é ganhar dinheiro. Então que se... Coloque a foto para mim, por favor, que eu quero mostrar a foto, por favor.

E eu quero deixar bem claro aqui: eu não estou aqui julgando quem está na foto com eles, não, porque lobistas, essas pessoas oportunistas, gostam de ficar no meio de pessoas poderosas. Olha ali, ó: "Zanin vai a aniversário de advogado em Brasília". É o Zanin. Lembrando: o Zanin, nessa época aqui, não era nem Ministro. Eu não estou aqui julgando o Zanin, não, jamais vou fazer isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só quero mostrar para todas as V. Exas. que esse advogado é poderoso, mas eu não tenho medo do senhor – viu, advogado poderoso? –, porque esses advogados, e, como ele, outras pessoas que frequentam Brasília, não têm lado. Eles não estão nem aí para os aposentados do Brasil, eles não estão nem aí para ninguém, eles estão aí para o bolso deles. A verdade é essa, Excelências, mas eu não tenho medo de pessoas poderosas.

E a minha pergunta, senhor advogado... Eu não sei do que eu vou te chamar aqui, porque é tanta coisa que eu tenho vontade de falar, mas como eu não tenho relógios de R$15 milhões, como eu não tenho Ferrari, como eu não tenho jardim de não sei quantos milhões de reais, eu só tenho meu salário, eu não consigo, fica sendo processado... Então, a minha pergunta. Quero perguntar para V. Exa., que gosta de ser chamado também de V. Exa., se tudo isso que eu mostrei aqui foi fruto do suor do trabalho honesto. Responda para mim: "sim" ou "não"?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (Para depor.) – Senador, Exmo. Senador Cleitinho...

O SR. CLEITINHO (Bloco/REPUBLICANOS - MG) – Não. Só Cleitinho mesmo, verdureiro, com muito prazer.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Cleitinho, o que eu tenho para lhe dizer é o que eu já disse para os seus colegas, o que eu já disse. Não sei se estava aqui de manhã, quando eu fiz a minha explanação...

O SR. CLEITINHO (Bloco/REPUBLICANOS - MG) – Responde "sim" ou "não". Não vai ficar perdendo o meu tempo, não. Sim ou não? O que você ganhou, já que você gosta de fazer isso, fazer aquilo, me responda como homem, se você é homem: você ganhou esse dinheiro honestamente, com o suor do seu dinheiro? Sim ou não?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Se você...

O SR. CLEITINHO (Bloco/REPUBLICANOS - MG) – Do seu trabalho? Sim ou não?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Se o Senador deixar...

O SR. CLEITINHO (Bloco/REPUBLICANOS - MG) – Sim ou não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, pare de falar. A fala é minha. Você não é homem de falar. A verdade é essa. Sabe por quê? Porque, se você fosse homem, você falava: "Foi do suor do meu trabalho". Agora, sabe por quê... Eu não estou aqui julgando, viu, gente? É a Polícia Federal, operação da...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CLEITINHO (Bloco/REPUBLICANOS - MG) – Até agora não faltei com respeito com ninguém, viu, Presidente?

"Operação da PF no INSS resulta em apreensão de R$15 milhões em relógios." Se foi do suor do trabalho, por que isso está apreendido?

E vamos parar de tratá-lo como mocinho, como algumas pessoas estão tratando aqui. A Polícia Federal mandou prendê-lo, sim, prisão preventiva. Foi o STF, essa Justiça maravilhosa do Brasil, que não deixou. A verdade é essa, mas se não tem justiça ainda no Brasil, tem a justiça de Deus, meu irmão. E a justiça de Deus tarda, mas não falha.

Eu vou te contar uma coisa: tinha um homem aqui a quem está faltando coragem, como você fala que tem – porque quem não deve não teme, abre a boca para falar, não fica calado, não –, lá na minha cidade, não sei se vai dar tempo de contar essa história, só para finalizar... Quando eu não era nada, eu não era nem Vereador, eu era só trabalhador lá, de verdura, eu tinha acabado de me casar e estava doido para comprar uma casa para mim, em 2015. Dei uma entrada, não sei se foi de R$15 mil ou R$20 mil, para um rapaz que faz construção de casa poder construir a casa e, na hora em que ele finalizasse a casa, vou contar para vocês aqui, eu ia pegar e dar mais uma entrada e financiar o resto, isso no final de 2015. Eu dei entrada. Em 2016 inteiro, ele começou a construir essa casa para mim. No final de 2016, aí, eu entrei como candidato a Vereador na minha cidade. Como que eu ia declarar esta casa, se esta casa estava em construção ainda? Não tinha como eu declarar esta casa em 2016. Ele finalizou essa casa no final de 2016 – essa Casa. E eu ganhei para Vereador, não teve como eu declarar. Eu entrei em janeiro de 2017 nessa casa, uma casa de 300 mil, em que eu moro até hoje. E o que aconteceu? Veio a eleição de 2018, eu me candidatei a Deputado Estadual, e fui declarar, como é obrigado a declarar, e declarei essa casa. Veio um pessoal lá do jornal, na época, da minha cidade, covardemente, falando que eu subi – como é que fala? – o patrimônio em 300%. Eu falei: "Pelo amor de Deus!". E o canalha ainda teve a coragem de levar isso ao Ministério Público. Sabe o que eu fiz, advogado? Eu fui lá no promotor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

e levei os recibos. Eu não vou expor o promotor, não. Sabe o que ele falou comigo? "Pela primeira vez na vida, eu vi um político fazendo o que você fez aqui: você veio aqui e mostrou as provas." Quer dizer, quem não deve não teme.

Se você não devesse nada, você estaria falando, meu irmão. Você falaria para mim que tudo o que você conquistou foi do suor do seu trabalho.

Eu vou dar mais uma oportunidade para o Brasil ver você responder: foi do suor do seu trabalho?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Senador Cleitinho...

O SR. CLEITINHO (Bloco/REPUBLICANOS - MG) – Sim ou não? A fala é minha.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Senador Cleitinho...

O SR. CLEITINHO (Bloco/REPUBLICANOS - MG) – Sim ou não?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – O senhor...

O SR. CLEITINHO (Bloco/REPUBLICANOS - MG) – Sim ou não? Então, pare de falar. Pare de falar.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Pela história que o senhor me contou, o senhor já foi injustiçado...

O SR. CLEITINHO (Bloco/REPUBLICANOS - MG) – Pare de falar. Pare de falar.

Presidente, corte a fala dele.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador...

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – O senhor já foi injustiçado.

O SR. CLEITINHO (Bloco/REPUBLICANOS - MG) – Corte a fala dele, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Cleitinho...

O SR. CLEITINHO (Bloco/REPUBLICANOS - MG) – É sim ou não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – O senhor já foi injustiçado.

O SR. CLEITINHO (Bloco/REPUBLICANOS - MG) – A fala é minha. A fala é minha.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – O senhor já foi injustiçado.

O SR. CLEITINHO (Bloco/REPUBLICANOS - MG) – A fala é minha.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – O senhor já foi injustiçado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador...

Suspenda o tempo...

O SR. CLEITINHO (Bloco/REPUBLICANOS - MG) – Sr. Presidente, eu respeitei todo mundo aqui e peço respeito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um minutinho.

Suspenda o tempo, por favor, do Senador Cleitinho, por gentileza.

O SR. CLEITINHO (Bloco/REPUBLICANOS - MG) – Ele não quer falar: "sim" ou "não".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência, o senhor pode se manifestar da maneira que desejar, mas todas as testemunhas, todos eles têm direito aqui de responder ou não e de ser tratados com ordem e com respeito, por gentileza.

O SR. CLEITINHO (Bloco/REPUBLICANOS - MG) – Mas eu não faltei a ninguém com o respeito até agora aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, está no nosso artigo...

O SR. CLEITINHO (Bloco/REPUBLICANOS - MG) – Eu, sem saber, já faço o jogo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor.

O SR. CLEITINHO (Bloco/REPUBLICANOS - MG) – Eu aprendi a jogar. Eu sou novo aqui, mas eu aprendi a jogar.

Obrigado. Deixe-me terminar, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A sua fala é muito bem-vinda.

Só um instante. Um minuto a mais para o Senador Cleitinho, por favor.

O SR. CLEITINHO (Bloco/REPUBLICANOS - MG) – O que eu quero falar aqui para toda a população brasileira, para todos os Senadores e Deputados de esquerda e de direita: ele está fazendo hora com a cara de todos nós aqui. Vamos parar para pensar, gente. Enquanto a gente fica se digladiando aqui, se foi culpado o do passado ou o do presente, ele está rindo da cara de todo mundo aqui.

O que nós temos que fazer aqui... Teve aposentado de esquerda, eleitor do Lula, que foi roubado; aposentado de direita, que é eleitor do Bolsonaro ou que não é eleitor de ninguém, que foi roubado. E é isso que a gente tem que resolver aqui. Nós estamos aqui na raiz do problema e nós estamos discutindo aqui quem foi o culpado. Os culpados estão aqui para todo mundo ver!

Então, vamos começar a unir aqui para poder combater o que aconteceu, e que isso nunca mais aqui, no Brasil, venha a acontecer. É por isto que eu estou aqui: para me unir com cada um que está aqui, para colocar esses nos devidos lugares deles, que é na cadeia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Senador Cleitinho.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Sr. Presidente, questão de ordem – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Qual é o artigo, por gentileza, Senador?

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC. Para questão de ordem.) – Art. 77, inciso II, III e IV, do Código de Processo Civil...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – ... e também, à luz do dever da lealdade e da boa fé processual, que deve orientar todos aqueles que participam do processo, venho requerer a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

que reconheça a conduta da testemunha como ato atentatório à dignidade dos poderes judiciais detidos por uma Comissão Parlamentar de Inquérito em atos de interrogatório.

A testemunha, ao ser instada a responder às perguntas por vários de nós, deliberadamente se esquivou da verdade, utilizando-se de evasivas e respostas artificiosas, configurando verdadeira chicana processual, com o claro propósito de dificultar o esclarecimento dos fatos e retardar a prestação dos trabalhos desta CPMI.

Ele tinha direito ao silêncio, não de desperdiçar o nosso tempo com chicana, Sr. Presidente. Não é procedimento de testemunha leal, muito menos de um grande advogado, como diz ser. O ordenamento jurídico, Sr. Presidente, não admite tal comportamento. O dever de colaborar com a Justiça impõe-se a todos os sujeitos do processo, inclusive testemunhas, que devem prestar depoimento de forma clara, objetiva e honesta.

A conduta verificada por vários de nós, nesta audiência, afronta diretamente a dignidade do Poder Legislativo e atenta contra o bom andamento do processo dessa investigação.

Sr. Presidente, diante disso, requeiro a V. Exa. que aplique medidas cabíveis, inclusive a multa, por ato atentatório à dignidade da Justiça, nos termos do art. 77, inciso II, do CPC, sem prejuízo de apuração de eventual responsabilidade penal, por falso testemunho, se assim restar caracterizado.

Sucessivamente, requeiro ao Sr. Relator que, quando da elaboração do relatório, Sr. Relator, do relatório final, que os ilícitos aqui praticados pela testemunha constem de capítulo próprio. É o que se requer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Jorge Seif.

Respondendo à questão de ordem de V. Exa., esta Presidência não a acatará, por pelos seguintes motivos: a indignação sobre a não fala dele é de todos nós, é minha e, eu tenho certeza, de todos que estão nos acompanhando.

Segundo ponto, ele está coberto por um *habeas corpus* que garante a ele o silêncio, não responder às nossas perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós teremos que aplicar toda essa nossa indignação contra o Supremo Tribunal Federal, que tem dado, infelizmente, limitações, como fez agora o Ministro Flávio Dino, ao repetir esse absurdo de dar às pessoas o direito de vir ou não a uma CPMI, especialmente uma esposa, que é sócia de um dos advogados que está preso. Nós não estamos falando de uma pessoa que está em liberdade, do seu direito; está preso. E é surpreendente como o desrespeito dos Ministros do Supremo Tribunal Federal continua sendo repetido contra todos nós, mas cabe a nós mesmos, Parlamentares, já falei isso aqui, nos levantarmos e nos organizarmos para colocar ordem em toda essa questão jurídica.

Terceiro ponto, a aplicação do Código de Processo Civil também é matéria polêmica, assim como a do processo penal, nas CPIs, que têm regra própria, mediante uma legislação. Entendo, e aqui tenho acompanhado com a Secretaria, que, nos casos como o que V. Exa. citou, nos casos como os que outros Parlamentares já citaram, do Código de Processo Penal, seria muito mais interessante que nós propuséssemos um acréscimo na lei das CPIs para que não restasse nenhuma dúvida sobre a questão da aplicação ou não desse regramento.

Obrigado.

Com a palavra o Deputado Zé Trovão, por dez minutos.

O senhor trocou, Luiz.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Não, é que eu estou na frente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, está na lista aqui: o Deputado Cleitinho trocou com o Luiz Lima, agora é V. Exa.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Não, não, não, é porque eu estava em primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, vai ser o Luiz Lima e o Zé Trovão passa...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Pode ser, Zé Trovão?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O Zé Trovão abriu mão. O Zé Trovão abriu mão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, prestem atenção. Ó, prestem atenção: o Senador Cleitinho usou a fala no lugar do Deputado Luiz Lima.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Ah, não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O Luiz Lima vai falar no lugar do Senador Cleitinho, que é o sétimo.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Não, é porque eu já estava em primeiro...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Faltam quantos, Presidente?

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – ... e o Cleitinho, como Senador, eu entendi que ele seria titular.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Tudo bem, é você, Luiz.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, então V. Exa. perdeu a vez, vai para o sétimo.

Deputado Zé Trovão, a fala é do senhor.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Não faça isso com o Luiz Lima.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Sério? Mesmo?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Não faça isso com o Luiz Lima.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É verdade. É verdade. O senhor trocou com o Cleitinho o lugar. Pois é, Excelência, mas...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Estou aqui desde 6h50.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois é, Excelência.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Mas não foi troca, não. O Cleitinho é o 21º.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas ele trocou com o Luiz Lima. O Luiz Lima cedeu... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, senhores...

Senador Cleitinho, o senhor cedeu a ele o seu lugar. Cedeu. O senhor cedeu a palavra a ele.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – O Cleitinho estava inscrito em 21º.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas o senhor cedeu a palavra a ele, Deputado.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Não, mas eu sou o primeiro aqui, ó.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Deputado. O Senador Cleitinho também é suplente, como o senhor.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Não, não. Ele está como titular hoje.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Posso sugerir, Presidente, posso sugerir, se todos concordarem, que o Deputado Luiz Lima fale.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, não. Não, senhores, só um instantinho.

Deputado Luiz Lima, eu lamento, mas você...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, eu concordo com o Luiz Lima falar agora.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone.*) – Ele chegou aqui 6h50, Presidente.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O cara chegou de manhã cedo.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Ele fala e depois, eu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está bom.

Com a palavra o Deputado Luiz Lima, por dez minutos.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente Carlos Viana. Eu, realmente, hoje, cheguei aqui às 6h50 da manhã.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Dr. Nelson, primeiro, muito obrigado pela sua presença aqui. É o meu sétimo ano como Deputado Federal. Eu sou Deputado pelo Rio de Janeiro, do Partido Novo. Eu nunca fui descortês ou mal-educado com nenhum convidado, tá? Só que eu queria que o senhor entendesse que eu estava aqui com o Cleitinho à minha esquerda – o Cleitinho teve 4,5 milhões de votos em Minas Gerais, é o líder nas pesquisas para o Governo do Estado de Minas – e o Marcel van Hattem, aqui, hoje, um dos mais votados, foi o mais votado Deputado Federal pelo Rio Grande do Sul. Então, eles representam muitas pessoas que queriam ouvir o senhor.

Nós tivemos aqui a presença da Patrícia Bettin, Defensora Pública; da Eliane Viegas, da Controladoria-Geral da União; tivemos aqui um Delegado da Polícia Federal, o Bruno; tivemos um ex-Ministro, o Carlos Lupi; tivemos o José Carlos, que foi Presidente do INSS; e tivemos aqui o Advogado Eli Cohen – tivemos seis pessoas. E esta é uma das pouquíssimas audiências públicas de que eu participo, de CPI, em que um convidado fica em silêncio. Então, nenhuma dessas pessoas, desses personagens que estiveram aqui, ficaram em silêncio. E o silêncio do senhor, Dr. Nelson, é um silêncio que nos incomoda muito, porque, embora nós tenhamos que ter respeito pela advocacia – e todo criminoso merece defesa, todo criminoso merece defesa –, há um limiar muito estreito nesse caso entre o senhor defender o crime e defender o criminoso.

Eu sou professor de natação, eu dou aula de natação para as pessoas, em Copacabana, segunda e sábado de manhã. Eu não quero saber a história do meu aluno. Eu estou ali para ensiná-lo a nadar, motivar, animar. Só que, no seu caso, quando o senhor defende 500 processos da Ambec com valor médio de R$1 mil, processos judiciais, como é que a Ambec consegue contratar um dos advogados, um dos escritórios mais caros deste país para defender apenas 500 processos judiciais? Isso põe em dúvida a relação do senhor, como é essa relação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o seu depoimento aqui é muito importante, porque a gente está falando de 82% das pessoas lesadas pelo INSS, pela fraude do INSS, que ganhavam até dois salários mínimos. Isso é um impacto muito grande.

E eu também entendo que o senhor, por ter muito sucesso – é um homem de sucesso –, o senhor acaba se relacionando com muitas pessoas. Mas, como o senhor diz no seu Instagram – e eu olhei o seu Instagram, no dia 28 de julho, se eu não me engano –, o senhor fala que pode cometer erros. Só que o problema maior e pior não é cometer os erros, é você não reconhecer os seus erros.

E eu gostaria de saber, olhando nos seus olhos, agora: o senhor errou durante a sua breve caminhada de relação com essas pessoas? A Ambec... A Ambec – é público e notório aqui – é uma organização criminosa, segundo a Polícia Federal, lesou milhares de aposentados no nosso Brasil, tem uma relação com Careca, é um sindicato fantasma, é um sindicato que mantém relação com operadores financeiros, com recebedores de propina do INSS. Então, eu gostaria de saber se o senhor... O senhor errou nessa sua breve caminhada aqui de relação com essas pessoas?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (Para depor.) – Deputado Luiz Lima, eu acredito que o Deputado, o nobre Deputado estava aqui hoje de manhã.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Estava desde o início.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Eu fiz uma breve explanação sobre os fatos. E é óbvio que tudo será esclarecido, porque quem mais tem interesse que tudo seja esclarecido é este que vos fala.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Sim, sim.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Sem dúvida nenhuma, eu tenho total interesse.

E nós já ouvimos aqui outros colegas dos nobres membros desta Comissão citando, inclusive, que já responderam a inquérito. É importante ter em mente que responder inquérito não quer dizer que seja culpado. Isso não quer... Não é presunção de culpa. A nossa Constituição garante a presunção de inocência, não de culpa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Claro, claro, claro...

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – E responder inquérito qualquer um pode responder. Alguém lá cisma, de repente, e o processa ou coisa assim. Também é natural. O Estado de direito é assim, o nosso Estado de direito é assim.

E eu deixei claro que tudo vai ser esclarecido, mas tem um momento oportuno de tudo ser esclarecido. O que eu tenho a dizer hoje para vocês... E não menti e não desviei de responder. Pelo contrário, todos que me questionaram, eu respondi, e a resposta que eu dei não é uma mentira, ela é a verdade: eu não tenho nada a ver com o objeto da investigação das fraudes envolvendo os aposentados do INSS.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Dr. Nelson...

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Disse até o que eu penso a respeito disso, só que para esclarecer tudo isso, para esclarecer tudo isso, é necessário esperar.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Dr. Nelson, obrigado pela sua explicação, mas vou contar dois fatos aqui que me chamaram a atenção aqui. Foi o silêncio do Delegado da Polícia Federal... O silêncio não, o medo que ele estava em responder numa oitiva que foi secreta, não foi televisionada como esta oitiva, que está sendo transmitida para todo o Brasil. Quando eu olhei hoje pela manhã a transmissão da TV Senado e a sua participação... O senhor é muito conhecido, mas o desapontamento das pessoas era muito grande com o seu silêncio, muito grande. Eram praticamente 90% de todas as pessoas que estavam escrevendo na TV Senado... Eram apontamentos negativos em relação ao seu silêncio. Então, me chamou a atenção o medo de responder do Delegado da Polícia Federal e o silêncio do senhor aqui que me orgulharia muito de ver as respostas... O senhor evitou conversar com a gente – conversar! A Controladoria-Geral da União conversou. O ex-Ministro Carlos Lupi, que tem um envolvimento direto também e foi muito ineficiente nos mecanismos de controle para que brasileiros pobres fossem roubados, falou aqui com a gente.

Em outro momento... Presidente Carlos Viana, eu quero chamar a atenção. Eu participei terça-feira da Comissão da PEC de segurança da Câmara dos Deputados, recebemos o Ministro Ricardo Lewandowski, e eu sequer pude fazer a pergunta, porque eu fui impedido pelo Presidente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Comissão, Aluisio, de que eu gosto muito, que é uma pessoa que sempre me tratou muito bem... E eu fiz uma ligação entre o cargo de Ministro da Justiça, que é chefe da Polícia Federal, e o seu filho, o filho do Ministro, o Enrique Lewandowski, que deve ser um advogado brilhante, não quero criminalizar a advocacia, mas defendendo três sindicatos, que é a Ambec, a Cebap e é uma outra que tem um nome um pouco... A Unaspub. Então, como é que você vai ter o seu pai chefiando a Polícia Federal e um advogado que é o seu filho defendendo instituições, sindicatos que são, segundo a Polícia Federal, organizações criminosas? Eu só queria perguntar se haveria um conflito de interesse e se o Presidente Lula sabia dessa relação. E o Ministro da Justiça ficou bastante incomodado, não foi descortês comigo, mas falou que a imunidade parlamentar tem limites.

Então, são estes três pontos que me chamaram a atenção: o silêncio de um delegado da Polícia Federal, o silêncio de um advogado brilhante, vitorioso, um dos maiores escritórios, com mais de 20 mil, também ficou em silêncio, e querendo silenciar um Deputado que somente quis perguntar.

Então, eu vou finalizar aqui, Dr. Nelson, perguntando: o senhor conhece a Sra. Maria Aparecida Vieira?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Deputado, em hipótese alguma eu quis silenciá-lo. Nem passou pela cabeça isso.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Não, o senhor não quis silenciar, não, não. O senhor não quis me silenciar. O Ministro Ricardo Lewandowski.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Ah, desculpa.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – E que não foi descortês, mas, quando ele fala que o limite da... a imunidade tem um limite, é muito ruim, porque eu nem fiz a pergunta, tá? Foi só isso.

O senhor conhece a Sra. Maria Aparecida Vieira?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Só um pouco de tratar contigo aqui, já percebe que o nobre Deputado tem uma educação, um refinamento muito grande.

Parabéns pela sua educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Obrigado.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – E, com relação àquilo de que o Deputado fez o comentário, da eventual decepção das pessoas que estavam assistindo e que me conhecem, até daquelas pessoas que me seguem e seguem os Deputados aqui que postaram em suas redes ou vão postar em suas redes, o que eu tenho a dizer é: vocês não vão se decepcionar. O Nelson Wilians não vai decepcionar ninguém.

(*Soa a campainha.*)

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Só que às vezes tem o tempo certo de as coisas acontecerem. Tem o tempo certo, a maturação certa para acontecer.

O que eu tenho a dizer é que eu não tenho nada a ver com os malfeitos ora investigados. É isso que eu tenho, mas, no momento certo, isso ficará de maneira cabal comprovado.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Dr. Nelson, a última pergunta.

O senhor, a todo instante, falou que estava indignado com o roubo dos aposentados, e eu imagino que o senhor é uma pessoa inteligente, esperta, que consegue identificar o certo e o errado. Como é que o senhor advoga para a Ambec e defende 500 processos judiciais num valor médio de R$1 mil, que lesaram aí pelo menos 500 aposentados dentro desses 500 processos judiciais? Eu acho uma incoerência da parte do senhor.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Deputado Luiz Lima, com todo o respeito a V. Exa., nós não podemos criminalizar a advocacia. Não podemos, em hipótese alguma, confundir a figura do advogado com a figura de seus clientes. O papel do advogado é advogar. Não confundir a figura do advogado e de seus clientes. A advocacia é um papel constitucional, todos têm direito a um advogado, até os criminosos.

Então, é importante isto deixar aqui consignado: que todos têm direito a advogado, é constitucional, não confundir a figura do cliente e de seu advogado. Há uma distância e uma diferença muito grande.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Agora eu vou finalizar.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Vou finalizar.

Nós temos em comum. Nossos pais nasceram nos anos 30, nós nascemos nos anos 70, e eu vou falar aqui o que eu falei para o Ministro Ricardo Lewandowski: eu não ficaria feliz em ver o meu filho advogando para organizações criminosas, eu sendo Ministro da Justiça...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Deputado.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – ... e eu também, se fosse o seu pai, não ficaria feliz em ver o senhor advogando também para uma instituição, segundo a Polícia Federal, criminosa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – ... e defendendo eles por lesarem aposentados.

Mas muito obrigado pela sua presença, Dr. Nelson.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Deputado Zé Trovão.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, até que enfim.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Aí, ó. Pode voltar meu tempo, volta meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Começa dos dez minutos, Deputado Zé Trovão.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu vou ser muito direto, até porque todos estamos muito cansados.

Primeiro, eu quero ressaltar aqui o respeito que eu tenho a todos que vêm aqui prestar depoimento, seja como testemunha, seja como investigado, mas hoje eu estou diante de uma das pessoas que eu mais admirei desde o primeiro momento em que eu tive contato com o primeiro produto, com a primeira venda que foi feita através de uma rede social: da pessoa Nelson Wilians, um pai de família, assim como eu, um homem que construiu uma carreira realmente invejável, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

me assustou, me assustou demais quando eu vi, estampada nas manchetes de todos os jornais, a operação da Polícia Federal contra o senhor.

Meu pai me ensinou algumas coisas na vida, e não foram muitas, porque assim como o senhor, eu vim da roça, do pé descalço, da pobreza, e trilhei um caminho que sequer chega próximo do senhor, mas eu também sou mais novo. Calma que ainda estou caminhando para um dia ter um futuro talvez melhor.

Só que me causa preocupação com a sua imagem. E agora eu vou falar como se estivesse falando com um amigo íntimo. O senhor aqui hoje pode estar destruindo a imagem do senhor. Tinha 30 mil pessoas no momento em que o senhor estava falando, assistindo ao senhor – 30 mil. A média de visualização simultânea nesta Comissão é de 6 a 8 mil. Para o senhor ver o tamanho da força que o senhor tem: 30 mil pessoas assistindo. E disse o Luiz Lima – e eu estou aqui para reafirmar –, as mensagens eram só: "Que decepção, eu não consigo acreditar, ele era o meu espelho". Outros dizendo: "Olha, estou cursando advocacia, e a minha inspiração estava nele".

Eu temo muito pelo que o senhor hoje, em silêncio, deturpe a imagem de alguém que, enquanto não for provado, eu não chamarei de criminoso. E disse isso hoje, inclusive, para alguns amigos. Enquanto não me provarem que Nelson Wilians, o advogado mais brilhante do Brasil, roubou, eu não o chamarei de bandido.

E eu espero que, ao fim dessas investigações, eu possa continuar tendo o senhor como um herói. Como uma pessoa a quem a gente deve olhar e admirar, porque se for ao contrário, o senhor terá o desprezo, o asco e o repúdio de um homem que chegou no Parlamento brasileiro por conta de um volante de um caminhão e de uma guerra que eu comprei contra o sistema.

Existem muitos indícios de ligações do senhor com o Maurício Camisotti, com o Careca do INSS, e isso tudo era a oportunidade. E digo, eu sei que às vezes o tempo foi exíguo, o senhor foi convocado na terça-feira, mas era a oportunidade de o senhor provar aqui, nesta Comissão, hoje, que aquele homem que sai aos domingos para comer o melhor pastel de feira lá na quadra do antigo estádio do Palmeiras, lá ou ainda hoje, ia fazer esse mesmo papel aqui, de dizer a todo mundo, de responder essas perguntas, porque entristece o povo brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E como eu disse, o senhor é inocente. Acabou. O senhor é inocente. Enquanto não for provado o contrário, eu não posso chamá-lo de ladrão.

Eu posso dizer que o Presidente da República Federativa do Brasil é ladrão, porque foram quatro instâncias que o condenaram por corrupção. E não teve absolvição, como muitos dizem. Houve uma manobra jurídica que disse que a instância estava inadequada e levou para outra.

Mas o Sr. Nelson Wilians eu não posso dizer que é ladrão, mas posso afirmar ao senhor que, hoje, o senhor arrepiou o Brasil, por simplesmente não nos permitir ouvir de V. Exa. as respostas que tanto queríamos.

Eu tenho tantas aqui, ó. Eu não vou fazer. Sabe por que eu não vou fazer? Porque, se o senhor não vai me responder, para que eu vou dizer?

Mas também não vou agredi-lo. Muito pelo contrário.

O que nós estamos fazendo nesta Casa – e que fique claro à direita e à esquerda, que estão aqui hoje, e ao centro – é tentando encontrar os caminhos que foram construídos para destruir a vida de milhares de brasileiros, e eu não estou falando apenas dos R$6 bilhões que foram desviados dos aposentados. O rombo mais profundo pode estar nos consignados, nos seguros defeso...

E eu sei que, inclusive, o senhor teve momentos, dentro do Geap, com o Sr. Maurício Camisotti. Vocês tinham transações lá dentro. E essas transações, que eu gostaria de lhe perguntar, mas, como o senhor não vai responder, não adianta, eu queria entender o que aconteceu ali dentro e por que que havia números que eram muito extrapolados, e, depois, esses números, quando foi feita a retirada do senhor e foi feita a retirada do Maurício Camisotti da empresa, esses números baixaram.

Eram só perguntas que eu queria entender, porque eu tenho certeza de que o senhor tem todas essas respostas. Todas elas.

Mas, Sr. Nelson Wilians, quando o senhor se encontrou com o Haddad, quando o senhor se encontrou com o Tarcísio, quando o senhor se encontrou com o Zé Dirceu, quando o senhor se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

encontrou com esses homens, isso só mostra uma coisa: o senhor é bom, muito bom no que faz, e advogado bom não advoga pra gente pobre.

Então, sobre isso, não adianta ficar esse pingue-pongue aqui.

"Ah, é petista...". O Deputado ali, agora há pouco, disse que o senhor... "Ah, é porque ele fez manifesto a favor do Bolsonaro".

Ué... É um direito constitucional dele. Ele defende bandido, mas gosta de gente inocente. Os amigos dele não roubam; os clientes podem roubar. É natural.

Quem come churrasco na minha casa não é o mesmo que eu vou ao tribunal defender. E acabou.

Isso aqui é uma discussão imperativa, sem sentido, sem cabimento e que me assusta, mas está acabando, e a minha única preocupação aqui, hoje, é que o senhor sairá daqui – talvez, não sei –, mas com uma pecha de culpado, porque as pessoas estão falando isso, que quem cala consente, que quem não tem coragem de falar... Isso não é bom para a imagem do senhor.

Isso me entristece, me preocupa que o senhor teve ligações com o Careca, talvez não pessoais, não estou dizendo ligações diretas, mas a empresa, o escritório do senhor, em algum momento, teve, e isso vai... O senhor está dizendo que não, mas a gente vai descobrir no final do processo se sim ou se não.

Maurício Camisotti, eu vou dar um dado para o senhor aqui. Maurício Camisotti...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – ... é um dos responsáveis por um esquema de corrupção dentro do Geap que era milionário. E isso também vai estar aqui, inclusive no relatório que sairá das mãos do nosso Relator.

Então, essas pessoas já estão presas. E elas provavelmente serão julgadas e condenadas no final de todo este processo.

Agora, mais uma vez, eu afirmo: eu estou preocupado é que o senhor negou a este Parlamento, hoje, um diálogo que poderia ter esclarecido muito a todos nós e que poderia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive, ajudar o senhor a sair daqui hoje com a mesma imagem que entrou. E talvez o senhor não vá sair, até porque narrativas foram construídas. E essas narrativas podem prejudicar.

Que Deus abençoe o senhor!

Que Deus abençoe esta CPMI!

O que nós queremos é descobrir os culpados. E se o senhor for, o senhor terá para sempre o desagrado deste homem, porque eu posso admirá-lo, mas, se o senhor for corrupto, eu vou odiá-lo.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Não vou decepcioná-lo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado Zé Trovão.

Era a vez do Deputado Sidney Leite, que trocou com o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Dr. Nelson Willians, acho que foi perguntado...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, senhores.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Eu troquei com o Sidney Leite.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sidney Leite.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não. Já estamos na fase final aqui.

Dez minutos para o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Obrigado, Presidente.

Dr. Nelson Willians, não tem... é uma pergunta facultativa ao senhor, o senhor responde ou não. Já deve ter sido perguntado aqui anteriormente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na campanha eleitoral de 2018, o senhor se envolveu em alguma campanha de algum candidato? É facultativo, não é vinculado. O senhor não lembra? Nem de ter assinado algum manifesto de algum candidato?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (Para depor.) – Ah, não, não... não tenho conhecimento, não lembro mesmo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Perfeito.

Então, só para lembrar, o senhor assinou o manifesto Ele Sim, que foi um manifesto de juristas em apoio a Jair Bolsonaro, inclusive um manifesto que, na época, lançava um conjunto de indiretas ao PT e à candidatura de Fernando Haddad. Só para lembrar que foi esse manifesto que V. Exa. subscreveu na campanha de 2018.

Eu quero começar uma linha do tempo.

V. Sa... V. Sa., V. Exa. deve conhecer a Geap, plano de saúde dos servidores públicos, a Geap Saúde...

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Com todo respeito, nobre Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Claro.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Isso não é nem objeto da nossa CPMI. E o objeto desta CPMI...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – É porque é a linha da minha inquirição.

O senhor pode responder ou optar por não responder. (*Pausa.*)

Optou por não responder.

O senhor conhece o senhor Maurício Camisotti?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Com todo o respeito, já respondi a essa pergunta na minha explanação inicial.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Com todo o respeito, V. Sa. poderia reiterar a resposta?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Já respondi e, se nós puxarmos as imagens...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Tudo bem.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – ... estará lá a resposta desse seu questionamento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Então, o senhor conhece. Aí eu quero recuperar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor, gente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – ... por que, Dr. Nelson Wilians, eu me referi à Geap. Porque o senhor tinha um contrato junto com o Sr. Maurício Camisotti de prestação de serviços para a Geap. Esse contrato foi suspenso pela Geap em 1º de abril de 2020. Consta, inclusive, no *site* da Geap o seguinte: "Geap ajuíza ações para rescindir contratos milionários com empresas de advocacia e odontologia".

Causou-me espécie, porque é o próprio *site* da Geap, naquele período, que noticia isso, que a Geap tinha ajuizado ações para suspender o contrato vosso e o contrato do Sr. Maurício Camisotti. O senhor sabe me responder por que esse contrato foi suspenso, em 2020?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Com todo o respeito, Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Claro. Com todo o respeito...

Se o senhor quiser, eu posso completar para o senhor. "Com todo o respeito, sobre essa pergunta, eu já respondi." Então, está respondido.

Então, vou completar para o senhor.

Nesse período, coincidência ou não, segundo o Coaf, existiam, foram detectadas, operações atípicas, entre 2016 e 2020, envolvendo empresas...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – ... ligadas ao Sr. Maurício Camisotti, como é o caso da Prevident e a vossa banca de advocacia, com serviços que eram... Coincide esse período com os serviços prestados à Geap.

A maioria dessas transações totalizavam R$12 milhões, nesse período entre 2016 e 2020. Mas o senhor já disse que, com todo o respeito – como V. Exa. já disse –, essa pergunta o senhor já respondeu.

Eu lhe pergunto: José Carlos de Oliveira, o senhor conhece?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Acredito que já tenha respondido a esse seu questionamento no início.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Não... essa, não. José Carlos de Oliveira, não. Maurício Camisotti, parece que sim. José Carlos de Oliveira, não.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Desconheço, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – É porque, eu lhe pergunto sobre José Carlos de Oliveira, ele já esteve aqui na CPMI, ele era o Diretor de Benefícios do INSS, quando...

Veja só, tem uma linha do tempo aí, Sr. Presidente e Sr. Relator. Até 2020 tinha esse contrato com a Geap. Em 1º de abril de 2020, o contrato com a Geap é rompido por força unilateral da Geap. Nesse período, há uma movimentação nas contas, uma movimentação atípica, segundo o Coaf, de R$16 milhões nas contas vossas, nas contas do Sr. Maurício Camisotti.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, silêncio, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Logo na sequência disso, o que é que aparece em cena? E por isso eu vim nessa linha do tempo, Presidente, até aqui. O que aparece nessa linha do tempo? A tão conceituada Ambec.

A Ambec aparece aí e ela firma um contrato, um ACT, com o Ministério da Previdência, com o INSS. E quem era o Diretor de Benefícios da Ambec? Era o Sr. José Carlos de Oliveira.

Ele era o Diretor de Benefícios da Ambec, nesse período... Era o Diretor de Benefícios, perdão, do INSS. E é nesse período que é subscrito o contrato com a Ambec, uma das empresas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Relator, obviamente, investigada na CPMI. Essa é uma das empresas que tem um salto de três associados para 650 mil associados no intervalo de um ano. O que ocorre é que essa, aqui é a Ambec, como todos nós já sabemos, o CNPJ da entidade havia sido engavetado e havia sido ocupado, segundo as investigações da Polícia Federal, por pessoas ligadas ao Sr. Camisotti e ao Sr. Reinaldo Aroldo.

E aí, por isso, o Sr. Camisotti passa a atuar através de terceiros junto à Ambec, e, nesse período, consta na investigação, Dr. Nelson, que o vosso escritório de advocacia advogava para a Ambec.

O senhor poderia responder sobre isso?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Senador, eu respondi antes do Senador, de ser a vez do Senador, para outro nobre colega...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Perfeito.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – ... que não devemos confundir a figura do cliente e de seu advogado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – De pleno acordo. Longe de mim... A minha formação é a mesma.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – É importante.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Eu sou o primeiro a defender as prerrogativas dos advogados. É por isso, na defesa das prerrogativas, que esse mal-entendido deve ser esclarecido.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – É importante.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – E é por isso que eu estou pedindo a V. Sa., a V. Exa., a oportunidade de esclarecer o mal-entendido que ocorria nisso.

Porque, na vossa defesa, o senhor justificava a forma de associação manual feita pela Ambec, que, na investigação da Polícia Federal, está na raiz das fraudes e do crescimento atípico

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos associados à Ambec. É por isso, em defesa da advocacia, das prerrogativas, que queria ouvir de V. Sa., de V. Exa., a oportunidade de explicação sobre isso.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – A explicação, Senador Randolfe... O Senador não vai se decepcionar. Eu não tenho nada a ver com o problema objeto desta nossa CPI.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Eu rogo...

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Isso ficará cabalmente demonstrado. Eu já, no início da minha fala, manifestei...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Sr. Nelson Wilians, eu exulto e celebro a declaração de inocência e a inocência de quem quer que seja. Eu celebro. Eu celebro a inocência de quem quer que seja. Eu rogo a Deus que não me decepcione, mas não é sobre isso que eu estou perguntando. Eu estou perguntando assim, objetiva e diretamente: qual a razão? Por que o relatório da Polícia Federal fala isso, e por que V. Sa. mesmo justificava, com vosso escritório de advocacia, as filiações manuais?

Mas me permita passar para uma outra pergunta: o senhor já disse aqui, já respondeu, que conhece o Sr. Maurício Camisotti, que foi apresentado para ele e tudo mais. Consta, em 2021, em novembro de 2021, ao passo que V. Sa. já estava advogando para Ambec, e onde, segundo a investigação da Polícia Federal, tinha essas operações em curso por parte do Sr. Maurício Camisotti na empresa, na associação – empresa, atuava como empresa, na verdade, me parece que era uma empresa que estava fraudando o INSS –, consta uma transferência no valor de R$751 mil para V. Sa.

Nesse período, 2021, V. Sa. poderia esclarecer qual a razão dessa transferência?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Senador, por uma questão de equidade, como não respondi aos seus pares...

(*Soa a campainha.*)

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – ... a respeito de detalhes, eu mantenho a mesma resposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – O senhor também deve dar a mesma resposta à transferência sua de 2,1 milhões ao Sr. Maurício Camisotti, ocorrida em agosto de 2021?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Tudo isso será devidamente esclarecido, e o que eu tenho a declarar aqui para o nobre Senador, Exmo. Senador, como para todos desta Comissão, todos que nos assistem, é que eu não tenho nenhum envolvimento com as fraudes envolvendo os aposentados e o INSS.

Tudo isso, questionamentos, essas dúvidas, tanto dos nobres membros desta Comissão, bem como daqueles que nos assistem, bem como daqueles que nos seguem em suas respectivas redes sociais, que tomaram conhecimento, que tudo será esclarecido, não ficará nenhuma dúvida – não ficará nenhuma dúvida. Só que isso será feito num momento oportuno.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Só para concluir... Só para concluir...

Só concluindo e tratando com respeito que cada testemunha aqui deve ser tratada, e eu sempre...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Eu agradeço.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – ...reputo para tratar dessa forma.

Já concluindo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Eu rogo que o senhor tenha razão, mas eu acho que o senhor está perdendo uma ótima oportunidade de esclarecer essas contradições aqui evidentes, esse material probatório que faz conta, faz parte de todo o processo de investigação ocorrido aqui pela Polícia Federal.

Eu rogo, eu espero sinceramente que tenha alguma comprovação de inocência do senhor ao final, mas, o material probatório aqui, me permita dizer, é muitíssimo grave.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Será esclarecido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Randolfe Rodrigues.

Com a palavra, a Deputada Bia Kicis.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente. Primeiramente, cumprimentando V. Exa. pela condução dos trabalhos, e o nosso Relator também, fazendo esse trabalho, conduzindo de forma brilhante. E eu cumprimento o Sr. Nelson Wilians, os advogados presentes.

Primeiramente, como alguns colegas já registraram, lamentamos profundamente a perda do seu pai. Sabemos que isso é algo realmente muito difícil, que abala a vida das pessoas, o sentimento, a emoção, mas eu queria perguntar, primeiramente... Quero começar explicando, porque teve um Deputado aqui que insinuou, com alguma maldade, talvez, que "uma Deputada e um Senador retiraram o requerimento". De fato, eu havia proposto um requerimento para a sua oitiva aqui, para sua convocação, mas, diante de documentos, *e-mails* e pesquisas, inclusive judiciais, criminais, de que o senhor constava apenas como advogado, eu, como advogada que sou, e tendo a compreensão de que a atividade do advogado não se confunde com a do cliente, e que todo criminoso, por pior que seja, tem direito ao advogado... Foi por isso que, naquele momento, tanto eu quanto os Senador Izalci, retiramos o requerimento. Porém, diante do andamento das investigações, e agora com o senhor colocado até como investigado, nós estamos aqui para inquirir, fazer perguntas, e caso não houvesse sido apresentado pelos colegas o requerimento para sua oitiva, eu o teria apresentado.

Bom, então, a primeira coisa que eu gostaria de saber é sobre o Instituto Nelson Wilians, que é dirigido pela sua esposa, Anne. Eu gostaria de saber qual é o objeto desse instituto, que tipo de atividade esse instituto faz, que inclusive levou a Anne a receber o Título de Cidadã Paulistana, mas eu gostaria de saber qual é a atividade a que se propõe esse instituto.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (Para depor.) – É pública essa informação, Senadora. Está no...

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Deputada Bia Kicis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Desculpe-me, desculpe-me, Deputada Bia Kicis. Essa...

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Mas, sendo pública, o senhor pode dizer qual é?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Por questão de ordem e respeito aos outros que me questionaram, e eu não respondi, fica só essa informação.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Sr. Nelson Wilians, eu quero dizer que esse seu senso de equidade está me parecendo, assim, a equidade de um sistema socialista, em que todos ficam na miséria, sem comida, sem direito a nada – e nós aqui sem resposta alguma.

Então, eu acho que a gente poderia superar essa questão da equidade, porque aqui nós somos liberais, nós somos pessoas que acreditamos que as pessoas têm direito; assim como o senhor tem direito aos seus bens, ao seu dinheiro, ao seu desenvolvimento social, econômico e pessoal, nós temos direito também a perguntas, às suas respostas. Então, a gente está abrindo mão da equidade socialista, porque ela não deu certo em lugar nenhum.

Então, eu reitero a pergunta: uma vez até que se trata de algo público, o senhor pode dizer qual é a atividade do Instituto Nelson Wilians?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Senadora, eu já dei a resposta.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Pois não, eu...

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Deputada, perdão. Deputada, eu dei a resposta.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – O.k., mas então eu indago o seguinte: se nós requerermos a quebra do sigilo bancário desse instituto, será que nós encontraremos alguma doação, alguma doação do Camisotti, do Maurício Camisotti, alguma doação que possa comprometê-lo nas investigações? Será que a gente encontraria?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Deputada, com toda a tranquilidade do mundo – toda a tranquilidade do mundo –, eu não tenho nenhum envolvimento, nenhum. E quando eu falo eu, somos eu e minhas empresas, minha família. Não temos nenhum envolvimento com o objeto desta CPMI, nenhum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E de coração, falo de coração aberto, eu disse que eu não menti. Eu não menti em nenhum momento aqui. Até é feita uma colocação: "Não respondeu". É injusto comigo falar isso, porque eu tenho respondido. Eu tenho tido a preocupação de responder. Fui até em determinados momentos maltratado, não fui tratado com o devido respeito. Disse isto no início da minha fala, que eu respeitava todos vocês; tenho um respeito muito grande pelo Parlamento, pela minha educação, pelo meu conhecimento jurídico. Não fui tratado por todos da mesma maneira. Muitos de vocês aqui me trataram respeitosamente, como a nobre Deputada está tratando, me inquiriram com muito respeito. Teve pessoas aqui que não me inquiriram com respeito.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – O.k.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Chegaram a colocar meu pai, que faleceu, de maneira desrespeitosa...

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – O.k., eu só gostaria que parasse meu tempo, Presidente...

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – ... o que eu acho uma grande apelação.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – ... porque o meu tempo está correndo.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Não, eu estou respondendo ao seu questionamento, porque você me fez uma pergunta.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Não, mas é que o senhor não respondeu à minha pergunta.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Eu não tenho...

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – O senhor está aproveitando para...

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Não, eu não estou!

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – ... de alguma forma desabafar. Então, eu só não gostaria que o seu desabafo comesse o meu tempo, apenas isso.

A gente sabe que o senhor começou como... Primeiro era advogado, depois se tornou investigado, porque a Polícia Federal levantou várias informações, que fizeram com que ela levasse, inclusive, a um pedido judicial da sua prisão. Esse pedido da Polícia Federal foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

parcialmente acatado. A prisão não foi acatada, mas é preciso dizer que não foi por falta de elementos; foi porque se entendeu que não havia risco de fuga. Por isso que foi entendido que não seria dada a prisão, porém foi concedida busca e apreensão, uma série de coisas.

E a gente está vendo aqui, foi até passado um vídeo, que há 23 carros de luxo pertencentes à empresa do Sr. Fernando Cavalcanti. Só que a própria Polícia Federal entende que, como ele tem uma empresa unipessoal, e que essa empresa, FC Unipessoal, detém 20% do capital social de uma empresa, NW, da qual o senhor tem 80% do capital social, a polícia conclui que o senhor deve ser o proprietário desses bens, desses carros de luxo que foram ocultados. E ainda resta a questão do vazamento, de que há uma suspeita realmente. Então, eu gostaria de saber se o senhor teve alguma informação antecipada sobre a operação da Polícia Federal.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Deputada Bia Kicis, pouco antes, acho que três Parlamentares antes de a Deputada fazer questionamento, ele pediu a palavra e respondeu que ele já teve um inquérito contra ele, que não foi procedente, e ser investigado não é ser culpado.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Eu não disse isso.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – E a Deputada sabe disso.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Eu não disse isso, até porque...

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Não, não, eu quero isso para responder ao seu questionamento.

Aí, com base na premissa de que investigado não é culpado, houve uma operação da Polícia Federal. Isso é fato.

E eu disse também aqui que eu respeito os órgãos, as instituições, tenho uma grande admiração pela Polícia Federal como entidade, mas isso não quer dizer que eu concorde que a premissa dela estava certa, porque não estava. Não estava, porque eu não tenho nenhum envolvimento com os crimes.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – O.k., mas que é estranho o senhor elogiar...

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Não, não, não... Não, não, não, não...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – ... dizer que... até elogiar a operação da Polícia Federal, me parece uma resposta tão burocrática...

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Não, não...

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – ... "Eu respeito as instituições", mas é estranho uma pessoa que é investigada, que se diz inocente, ainda elogiar uma ação da Polícia Federal.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Mas eu sou democrático, eu sou...

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Eu quero continuar...

Isso para mim não é ser democrata, isso para mim é ser burocrata.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Não. Não, não, negativo

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – E, atrás de uma resposta burocrática, esconder...

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Não.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Eu não estou dizendo que o senhor é culpado.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Obrigado.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – As investigações estão começando... Até porque eu mesma estou em investigações no STF sem nunca ter cometido crime. Investigação porque fala, *fake news*, crimes que nem existem...

(*Soa a campainha.*)

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Premissas erradas.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – ...crimes de opinião...

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Premissas erradas.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – ... crimes de opinião, crimes não tipificados.

No seu caso, os crimes, os supostos crimes são todos tipificados no Código Penal; no meu caso, crime de opinião não é tipificado e é típico de uma ditadura judiciária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Mas a premissa lá está errada.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – O.k.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – O.k.?

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – O.k., o senhor está me respondendo isso.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Como a premissa do seu..

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – O.k.

Aqui também nós temos transações que foram identificadas pelo Coaf no valor de R$28.147.066,69 entre o senhor e o Maurício Camisotti. Essas operações, essas comunicações não encontraram justificativa em nenhum contrato. Então, eu quero dizer que, como advogado, o senhor tem todo o direito de representar seja quem for, representar os maiores criminosos, mas eu entendo também que uma coisa é você defender o criminoso, outra coisa é defender o crime. Quando você tem um cliente que continua cometendo crimes reiteradamente, isso é muito diferente de você, por exemplo, defender alguém que matou...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Não, Presidente, como tomou um pouco do meu tempo, eu queria mais dois minutinhos para eu concluir.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência. São dez minutos de perguntas e respostas.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Presidente, é que as respostas se alongaram muito. Eu até pedi que parasse o meu tempo, mas não foi parado naquela hora.

Então, eu quero dizer que uma coisa é você defender alguém que cometeu um crime, que matou alguém, que merece defesa, tem direito à defesa. Outra coisa é você defender alguém que está cometendo um crime, que continua todos os dias cometendo um crime de descontos ilegais. E o seu cliente, Maurício Camisotti, faz parte dessa engrenagem, assim como o Fernando Cavalcanti...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – ... a polícia já disse que faz parte dessa engrenagem, e que o Maurício Camisotti precisava do senhor para poder movimentar essa engrenagem de fraudes. Isso é o que está dito pela Polícia Federal. Tomara seja, ao final, concluído que não, que não é verdade, mas isso é o que está concluído até agora nas investigações da Polícia Federal.

E eu lamento, para encerrar, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – ... eu lamento profundamente que o senhor, que diz que está aqui para falar a verdade, tenha perdido essa oportunidade de, diante dessa CPI, falar a verdade, realmente falar. O senhor calou a verdade. Diz que falou a verdade, o senhor só calou a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputada.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – E a gente não sabe o que mais que o senhor calou.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Com a palavra nosso penúltimo orador, Deputado Evair de Melo, dez minutos.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Para interpelar.) – Sr. Nelson Wilians, possivelmente o senhor nunca ouviu falar de mim. O senhor nem sabia que eu existia, vai ficar sabendo só hoje. Assim como eu também não tinha a mínima ideia de que o senhor existia até o senhor se envolver nesse monte de escândalos, e eu começar a investigar, naturalmente, na minha função, tentar correlacionar, porque não vai ser fácil provar o envolvimento do senhor ou o benefício indireto que o senhor teve desses roubos do INSS.

Eu fui para as suas redes sociais. Eu fiquei impressionado, até porque, por princípios, eu abomino a ostentação. Isso é por princípio. Não estou julgando e condenando, mas eu abomino. O Brasil que nós vivemos... E quando eu vejo os números da sua... seus resultados, seu patrimônio, seus caprichos, seus luxos, realmente tem algo inexplicável. Conheço um pouquinho de economia, conheço um pouquinho deste país, e a conta não fecha. É simples, a conta não fecha. Pode fechar caso o senhor seja operador de recursos ilícitos. Porque não tem no mercado, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

forma transparente, espaço para, nesse espaço de tempo, o senhor – só o senhor; imagino os sócios e outras pessoas mais – ter o patrimônio do tamanho que o senhor tem.

Vamos lá. "Farra do INSS: advogado Nelson Wilians movimentou R$4,3 [...] [bilhões] [...]." Isso não é para menino. Isso é coisa de profissional. "Quem é o advogado Nelson Wilians, alvo da [...] [Polícia Federal], que já foi capa da *Forbes*". Eles sabem que a *Forbes* não tem essa credibilidade toda, muita exibição. "Mansão de empresário [...] [de] farra do INSS virou o jardim de Nelson Wilians". Talvez o jardim da Babilônia. "Polícia Federal pediu prisão de Nelson Wilians por transferência de R$28 [...] [milhões]". Olha os valores. "Banca de Nelson Wilians recebeu R$449 [...] [milhões] no auge da farra do INSS". A resposta o Marcel vai mostrar depois para mim ali. Marcel, por favor. "Mansão, Ferrari e aeronaves [e que jato, hein? Fiquei impressionado]: alvo da [...] [Polícia Federal], advogado Nelson Wilians ostenta nas redes sociais". Talvez o senhor, em vez de ter feito *coach*, deveria ter procurado um outro tipo de profissional para abaixar um pouquinho essa ansiedade da ostentação. "Advogado ostentação pagou R$15 milhões a empresário da farra do INSS". "Nelson Wilians se torna o maior escritório de advocacia após contrato com o [...] [Banco do Brasil]". Pior do que isso,"[...] [Banco do Brasil] se cala sobre Wilians". "Nelson Wilians: o polêmico advogado suspeito [investigado, como comprovou aqui o Deputado Marcel van Hattem] de [...] [estar relacionado com essa quadrilha] do INSS". Acusada...

E aí, o senhor, como advogado do Banco do Brasil, no seu escritório, obviamente, o senhor não deve conhecer todos os processos do Banco do Brasil. Eu fui investigar e, entre algumas ações finais em que o seu escritório atuou direta e indiretamente, está aqui: "Banco do Brasil fez acordo de [...] 600 milhões com grupo que teve ex-ministro de Lula como sócio". É uma das maiores lavagens de dinheiro feita pelo Banco do Brasil, numa decisão muito suspeita. No STJ, um juiz de plantão deu ganho de causa contra o Banco do Brasil num domingo, às 20h. Parabéns a esse juiz, talvez um exemplo para os funcionários públicos deste país, que, num domingo, às 20h, faz esse despacho. E interessante, porque foi um teatro construído, ou seja, o Banco do Brasil... Não estou dizendo que o senhor foi envolvido.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Não. Foi o advogado. Não sou eu o advogado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Eu estou falando do Banco do Brasil, do seu cliente, o senhor que advoga para tantos clientes do Banco do Brasil.

E aí, naturalmente, eu entrei com a suspeita e com a investigação para mais esse escândalo que, de forma direta ou indireta, aí sim, porque... Como eu disse, o senhor é habilidoso, o senhor construiu e não vai ser fácil chegar ao seu envolvimento. Porque, naturalmente, aí ligado com este Governo... E é claro o seu envolvimento com o Zé Dirceu, e não é fácil provar, mas na investigação a gente chega lá. Porque o Zé Dirceu, a gente sabe que ele junto com o Sr. Zé Eduardo Cardozo hoje são os dois maiores lobistas de Brasília. Os escritórios deles, os relacionamentos deles são de contrato bilionário com o Governo, e aí envolve a Contag. A Contag é igual ao chefe do tráfico no morro: faz bondades, dá presente, entrega joias, bicicleta, cesta de Natal, mas é uma organização, é um quadrilhão, se mostrou por isso daí. O tanto que a AGU está protegendo a Contag... O Lula, que é conivente, sabe, mas não pode acusar o golpe, inclusive promove a Contag a centro do seu Governo. E, naturalmente, o Governo Lula evita a CPMI do INSS em manobra do Senado, porque sabe que isso vai estar nos seus porões, porque organizações acusadas de fraude no INSS integram o Governo Lula. Porque, se fosse sério e decente, imediatamente pediria o afastamento.

Sr. Nelson Wilians, vou contar uma historinha muito rápida. O senhor parece que gosta de fusca, né?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Mas dê um fusca de presente.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Sou eu não.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – É, mas o senhor gosta de carro. Sabe o que aconteceu? Teve uma *blitz* numa madrugada e lá estava vindo uma kombi – estou construindo um cenário. O senhor é motorista. O senhor tem carteira de habilitação, não tem? (*Pausa.*)

Pois é, o senhor é motorista dessa kombi. Dentro dessa kombi estava o Zé Dirceu, estava o Camisotti, estava o Careca e mais um monte de gente que eu não consegui identificar. A Polícia Rodoviária Federal, cumprindo o seu papel, o seu dever, parou essa Kombi para fazer uma abordagem. Dentro dessa kombi, encontrou alguns milhões de reais em espécie, encontrou droga

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

e algumas ilicitudes a mais. Ato contínuo, todo mundo para a delegacia, todo mundo preso, todo mundo detido. O senhor vai ter que explicar como o senhor estava dirigindo uma kombi que estava com tantos ilícitos dentro dela aos olhos... Porque, se o senhor era operador do dinheiro ou recebeu dinheiro do Camisotti, o senhor deveria minimamente se preocupar com a origem desse dinheiro. A advocacia não lhe dá esta prerrogativa de receber dinheiro ilícito. Por que nós vamos chegar... E aí o senhor... Essa história de que "vocês vão se orgulhar de mim", ou alguma coisa assim...

Rastrear dinheiro é fácil. Porque, se o Camisotti operou dinheiro do roubo, e esse dinheiro do roubo foi usado para quitar compromissos de vice-versa, o senhor sabe que sua barba está de molho. Possivelmente, o senhor, como motorista da kombi, vai ser envolvido e vai ser difícil explicar que o senhor, em algum momento, não tenha conivência com esse crime.

É por isso que, em 2014... "Contratação de advogados pelo Banco do Brasil vira caso de Polícia [...]". O senhor participou de um processo, acho que eram quase 30 escritórios que participaram do processo, e até hoje não foi dado um parecer final à razão de o senhor ter ganhado esse contrato com o Banco do Brasil, um dos maiores escândalos. E a gente sabe quem está operando. Se o senhor não conhece, às vezes, porque é o escritório final, posso contar para o senhor depois. "Contratação de advogados pelo Banco do Brasil vira caso de Polícia e do TCU". Continuam as investigações, porque, até hoje, aquela licitação ou a forma de contrato do senhor não está esclarecida.

Portanto, eu quero dizer para o senhor que o senhor é motorista de uma kombi que foi pega no tráfico, com dinheiro... Acho que eram cinquenta e poucos milhões... Aquele dinheiro da Bahia acho que estava também dentro da kombi lá com droga e tudo isso mais. O senhor vai ter muita dificuldade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – ... em se explicar que o senhor realmente era inocente, conduzindo pessoas públicas, que o senhor conhecia, naturalmente. O senhor é um homem habilidoso. O senhor parece... Não sei se o senhor é um bom advogado, mas um bom empresário. O Marcola também é empreendedor. O Fernandinho Beira-Mar também é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

empreendedor. Então, querer se esconder atrás de empreendedorismo... Eu posso citar um monte de... Empreendedorismo não tem, não tem do bem e do mal.

E a sua história de vir de família humilde não é diferente da minha, não. O seu pai tinha três alqueires, o meu tinha quatro. Só que o meu pai, graças a Deus, fez cinco filhos decentes. Todos constroem a vida pelo seu trabalho e nenhum deles vai envergonhar a história do meu pai, até pelas amizades, porque o senhor, pela idade, pelo tempo e pela formação, deveria ser mais criterioso na escolha de com quem o senhor vai andar.

Eu sou degustador de café e de vinho profissional. O senhor não é brinquedo, não, hein? E, naturalmente, a gente sabe de onde vem isso daí.

E aí, para poder finalizar, é bom o Brasil saber que o senhor, com toda essa pompa, também é colecionador de peças eróticas, que não tem, não tem... Não tem muito nada a ver com... O senhor vai dizer que não tem nada a ver com a denúncia aqui, mas mostra um pouco do interno do senhor: ostentação, vinho...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – ... carros de luxo e peças eróticas, que mostram um pouco da sua personalidade, da sua identidade, do qual nós estamos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado.

O senhor quer se pronunciar?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente... Presidente...

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Eu gostaria.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – É uma questão de ordem.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (Para depor.) – Há uma...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nobre Deputado Evair e nobres outros membros desta CPMI, muitas vezes se parte... O que eu observo... E volto a frisar: em nenhum momento, eu menti aqui. Eu respondi a todos, mas eu percebo que parte-se de premissas erradas para se chegar a um resultado errado.

O nobre Deputado Evair citou o faturamento do escritório – né? –, um RIF, por seis anos, porque esse RIF é de seis anos. Se você fizer a conta, um RIF é dobrado, é entrada e saída. E outro nobre membro desta Comissão citou o faturamento de um outro grande escritório, um faturamento também bilionário. Então não é anormal o faturamento bilionário de grandes bancas de advocacia, principalmente...

Eu, no início da minha fala aqui, trouxe alguns dados, alguns números, o tamanho da estrutura. Nós estamos falando de uma estrutura com mais de mil advogados, aproximadamente 20 mil clientes pessoa jurídica, espalhados no país inteiro. Não é uma estrutura pequena. E, muitas vezes, até aí, olha para mim e com a minha história, eu tenho a impressão, às vezes, de que se diminui esse meu mérito de ter construído essa estrutura saindo do zero. Eu disse: filho de pais semianalfabetos, não tinha nome, era o alemão...

E eu também expus aqui, nobre Deputado e nobres membros desta Comissão, que eu não compactuo, em hipótese alguma, com o que está sendo investigado aqui, com os malfeitos que estão sendo investigados aqui nesta CPMI – em hipótese alguma. É abominável o que aconteceu, e deve ser apurado. Os responsáveis devem ser identificados e devem ser punidos exemplarmente. Medidas de controle devem ser implantadas de maneira rigorosa para que nunca mais se repita e fique uma lição.

E eu também citei: esta CPMI, na minha percepção, é uma das principais que já houve neste país, considerando as vítimas, pessoas vulneráveis, a grande maioria vulnerável. E eu vou contribuir com tudo, de maneira que cabalmente fique demonstrado que eu não participei, não participo, não coaduno com os malfeitos ora investigados.

E muitas vezes... Respondi a todos. Talvez não tenha respondido mais profundamente, porque não há condições de fazer isso aqui, mas será tudo respondido, porque não é só esta CPMI. Esta CPMI, a Polícia Federal, o Supremo Tribunal Federal estão investigando também, estão acompanhando. Ou seja, nós vamos ter um veredito. E eu lhes garanto: eu não tenho nada, nem eu e nem as minhas empresas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, essas premissas que muitas vezes muitos colegas aqui de V. Exas. fizeram, elas partem de um início errado. Só pode terminar num resultado errado. Tudo será respondido, todos os questionamentos aqui feitos, tudo, os questionamentos da própria Polícia Federal, do Ministério Público Federal. Será dada uma resposta e uma resposta cabal – cabal. Eu não tenho dúvida.

Porque muitas vezes eu levei aqui muita paulada, até foram deselegantes comigo, e eu não posso influir no que as pessoas pensam de mim. Eu não posso, eu não tenho condição, mas eu sei quem eu sou. Eu sei os meus princípios, eu conheço muito bem isso tudo e eu posso asseverar para vocês com total, com total veemência: eu não tenho nada, absolutamente nada a ver com os malfeitos ora investigados. E vou contribuir de toda forma para que isso fique provado de forma cabal...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – ... porque é a minha honra – é a minha honra –, é a minha história.

É isso, nobres.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Nosso último orador dessa fase, Deputado Fernando Rodolfo.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente.

Eu gostaria... Inicialmente, eu até pensei em declinar, diante do que a gente viu aqui: o advogado não respondeu a pergunta de ninguém, sempre repetindo o mesmo mantra. Então, eu cheguei à conclusão de que iria declinar. No entanto, eu gostaria aqui de fazer alguns questionamentos, colocar aqui alguns pontos.

Eu queria falar, Dr. Nelson, sobre... fazer um resumo do que aconteceu aqui, hoje, mas lhe perguntar se tudo o que está escrito no seu livro o senhor pratica na sua vida pessoal e profissional.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (Para depor.) – Nobre Deputado, em respeito à resposta que eu dei a todos os seus colegas – eu já fiz a minha manifestação, quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu aqui cheguei, respondi a todos aqui –, então eu mantenho a resposta com relação ao seu questionamento. Eu não faço parte da fraude ora investigada por esta nobre Comissão.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Tá.

Eu fiz essa pergunta, se o senhor coloca em prática na sua vida tudo aquilo que está escrito no seu livro, porque existe uma colocação aqui que me chamou muita atenção. O senhor replica uma frase do livro *Cartas a um Jovem Advogado*, que diz assim: "A advocacia é uma profissão imperfeita na qual o sucesso raramente pode ser alcançado sem algum sacrifício de princípio. Compreendo que essa perspectiva possa surpreender os mais idealistas [diz o senhor aqui], mas a essa altura, prezadas e prezados estudantes de direito recém-formados, é provável que já tenham percebido que a busca pela perfeição é comparável à crença no Papai Noel".

Aqui o senhor diz claramente que, para se dar bem na advocacia, é preciso, em algumas vezes, em alguns casos, sacrificar princípios. E talvez por isso, por essa sua tese de que, para ganhar dinheiro, para ser bem sucedido, para ficar milionário como o senhor é, é preciso sacrificar princípios, provavelmente por isso, por esse seu entendimento, que está aqui no livro – não sou eu que estou dizendo, foi o senhor mesmo que escreveu isso –, que, na decisão do Ministro André Mendonça, ele, ao não conceder a sua prisão nesse primeiro momento, reconheceu que há elementos suficientes para embasar a decretação de outras medidas de natureza instrutória; ou seja, existem, sim, indícios de que há uma participação sua, direta ou indireta, nessa fraude, nesse rombo, nesse esquema milionário, bilionário que roubou dinheiro dos aposentados.

Eu venho de uma região muito carente, Sr. Dr. Advogado, lá no meu interior de Pernambuco, onde convivo diariamente com aposentados e aposentadas que foram lesados por esse esquema, que tem, notadamente, o Sr. Camisotti como um dos principais cabeças. E o senhor disse que conheceu o Camisotti e advoga para ele desde 2015.

Minha pergunta... E aí só quero... Talvez nem precise usar o tempo todo, mas é... Fazendo ainda um paralelo com o que está escrito aqui no seu livro, que fala de princípios, queria saber se a sua fortuna vem dos contratos com o Banco do Brasil. Aliás, contratos esses que lá atrás recaíram sobre eles suspeitas de que o senhor teria ou seu escritório teria fraudado alguns elementos ali da licitação para ganhar aquela disputa e hoje ter aí a fortuna que o senhor tem. Por isso, mais uma vez, justifico, se o que o senhor escreve no seu livro o senhor pratica, porque aqui o senhor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

defende que para ser bem-sucedido é preciso sacrificar princípios. Talvez por essa razão o senhor esteja sentado aí hoje.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Nobre Deputado, é importante fazer aqui uma colocação. Primeiro, o escritório possui mais de 20 mil clientes, pessoas jurídicas, ativos, ou seja, não é esse ou aquele cliente apenas, é um conjunto de clientes que o escritório atende em todo o país. Então, nós estamos falando aí de um grande escritório com clientes nas mais diversas áreas, tanto áreas da economia quanto áreas do direito. Então, nós estamos falando de uma megaestrutura.

Com relação à colocação do livro, ela... Aí está faltando a leitura completa, exatamente para contextualizar. É exatamente...

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Então, explique.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – ... não confundir a figura do advogado com a dos seus clientes. É exatamente nessa linha. Então, às vezes, eu estou advogando, o meu cliente necessariamente não é um inocente ou um puro na acepção da...

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Assim como o Camisotti, não é?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Não estou falando isso. Palavras suas.

Mas é importante entender o contexto, é este contexto: não confundir a figura do advogado e a de seus clientes. É nesse sentido que essa frase está colocada no livro, nobre Deputado.

E com relação ao escritório não é um cliente, não é apenas um cliente que ele tem, ele tem muitos clientes, ele tem muitas causas. Nós chegamos a ter concomitantemente aproximadamente 750 mil processos. É muita coisa! São mais de mil advogados, quase 3 mil pessoas na operação, filiais próprias em todas as capitais do país, praticamente temos processo em todas as comarcas do país sob nossa jurisdição, sob nosso cuidado jurídico. Então, é uma estrutura muito grande.

E tudo, tudo que aqui foi debatido... Eu quero deixar claro para vocês que, assim como vocês querem descobrir os responsáveis, os culpados, eu não apenas quero que descubram como quero demonstrar de maneira cabal que eu não sou o culpado, que eu não estou envolvido, que a minha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

estrutura não está envolvida. E muitas das premissas aqui apresentadas, como eu disse, partem de uma premissa falsa – e só pode chegar a um resultado falso. Mas nós vamos ter oportunidade de demonstrar de maneira cabal tudo isso. E como que nós vamos demonstrar isso? Através de documentos, através de uma série de instrumentos legais, de mecanismos legais, nós vamos mostrar a nossa inocência, a lisura da nossa operação, os mal-entendidos, porque também no inquérito há premissas falsas...

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – O que é que o senhor acha...

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – .... que não foram esclarecidas.

Um colega seu que está aqui citou que retirou o meu requerimento, porque ele viu uma decisão judicial – uma decisão judicial não tão antiga, recente –, sobre este tema, e nesta decisão dizia: "Nelson Wilians não é investigado". Por que esta decisão diz isso?

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Dr. Nelson...

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Espere aí, deixe concluir. É importante. É importante para a sua convicção e de todos que nos assistem.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – É que o nosso tempo está acabando aqui.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Por que essa decisão veio? Porque eu voluntariamente – voluntariamente – me dispus – me dispus – a explicar tudo, a contextualizar tudo, exatamente para que não fosse partindo de uma premissa falsa que chegasse num resultado falso, que me causasse grandes danos e grandes aborrecimentos.

Então, é muito importante, e eu tenho certeza, nobre Deputado: o senhor está imbuído do melhor...

(*Soa a campainha.*)

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – ... do melhor sentimento. O senhor quer chegar no responsável.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Só para a gente terminar aqui, Doutor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Quer que o responsável seja...

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – A sua estratégia eu já entendi qual é: é ganhar o tempo aqui.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Não, não é não, não é não, não é não.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Mas deixe eu te perguntar. O senhor já disse aqui, o dia inteiro, que não tem relação nenhuma com essa fraude. O.k., está muito entendido isso aí. Agora, o que é que o senhor acha que deve acontecer com quem roubou os aposentados brasileiros diante desse escândalo que a gente está vendo aqui?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Deve ser punido na lei.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – E se o seu cliente Camisotti for um desses culpados?

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Infelizmente, deve ser punido nos limites da lei e deve responder por aquilo que fez.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Sr. Presidente, agradeço ao Dr. Nelson pelos seus esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, muito obrigado.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Agora, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – ... diante do que a gente está vendo aqui, diante da negativa, diante da ausência de respostas convincentes aqui do nobre advogado, diante do que está colocado aqui na decisão do Ministro, ao avaliar o pedido da Polícia Federal e conceder medidas de busca e apreensão, é evidente que há um risco aqui de fuga do depoente que aqui se encontra.

Seria importante esta Comissão avaliar a possibilidade de se pedir, ao menos, a apreensão do passaporte, que a gente sabe que é um homem que tem muito dinheiro, tem aviões e pode simplesmente, para se esquivar dessa investigação, fugir do país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, fica colocado aqui esse pedido...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – ... e também não sei se já houve aqui o pedido de quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico do Dr. Nelson.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Senhores, não havendo mais inscritos, caminhamos para o encerramento dessa fase.

Regimentalmente, a testemunha tem direito a cinco minutos para a fala final.

Gostaria de saber se o senhor quer fazer uso dessa fala.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES – Quero sim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, cinco minutos.

O SR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (Para depor.) – Nobres Deputados, nobres Senadores, nobres membros desta Comissão, todos que nos assistem – todos que nos assistem – e todos que nos assistiram, quero manifestar, mais uma vez, o meu interesse em que todos os fatos sejam apurados. Quero manifestar aqui o meu repúdio a qualquer um que lese um aposentado e minha veemente indignação, consternação e desejo que sejam punidos aqueles que lesaram milhões de aposentados.

Eu não compactuo com isso, jamais compactuei, jamais compactuarei e estou à disposição para dirimir qualquer dúvida, quaisquer dúvidas sobre isso.

Quero dizer a vocês que, para mim, ter vindo aqui foi difícil, principalmente na condição que eu vim. Para uma pessoa que tem dignidade, para uma pessoa que tem uma história, como eu tenho, eu estou passando por um momento muito, muito difícil.

Mas foi citado aqui o meu livro, e nesse livro eu cito coragem, resiliência e planejamento. Coragem para vir aqui, me colocar na frente de vocês. E ao contrário do que vocês, muitos disseram, eu expliquei, sim. Eu contei a verdade. Eu falei. Quando eu digo que eu não participei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

em nada das fraudes, eu dei a satisfação para vocês. Eu respondi os questionamentos de vocês. Tudo foi respondido. Isto é coragem. Eu vim aqui, tive coragem, vim e disse a verdade. Resiliência para superar este momento difícil. Será superado. E como que será superado? Através da verdade e da justiça. Ela será feita. Eu não tenho dúvida disso. O que eu tenho a dizer é: aqueles que gostam de mim, não irei decepcionados, não vou decepcionar ninguém, porque a verdade e a justiça irão prevalecer.

É isso que eu tenho a dizer. Meu muito obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pela ordem, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. Pela ordem.) – Eu sei que V. Exa. deverá agora suspender durante uma hora para o próximo depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Trinta minutos, Excelência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Eu queria consultar V. Exa. se não seria o caso, por conta do prejuízo até do quórum para inquirição, porque deve ter, muitos colegas já devem estar inclusive comprometidos com o horário de voo, se nós não poderíamos eventualmente começar a CPMI na segunda-feira mais cedo, para dar conta de ter o depoimento que estava previsto e ter os outros depoimentos de segunda-feira. É uma consulta que faça à Mesa da CPMI, ao Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Na próxima segunda-feira, a nossa preocupação – e o Relator quer ouvir ainda hoje o Sr. Milton Salvador – são, infelizmente, essas decisões do Supremo Tribunal Federal, que têm nos espantado e nos indignado. Ainda que tenhamos que respeitar, porque é o princípio do respeito, mas uma decisão como hoje, do Ministro Flávio Dino, é mais uma decisão que torna ainda mais difícil o combate à corrupção em nosso país.

Então, Excelência...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Mas, só o consultando...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – ... os eventuais depoimentos, o eventual próximo depoente ou a eventual próxima depoente, ele está sem...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, ele está sem *habeas corpus* e se comprometeu. Veio inclusive, assim que notificado, se prontificou a vir. Então, aproveitaremos hoje.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Ele mora aqui, em Brasília?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mora em Brasília.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Deixe-me fazer uma proposta alternativa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Senador.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela ordem.) – Que ele seja ouvido aqui, nos 15 minutos que ele tem, naturalmente, ou dez, e, em seguida, ele seja inquirido pelo eminente Relator...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... e nós tenhamos a conclusão do depoimento dele a partir da segunda-feira, às 2h da tarde.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – De acordo, Presidente, com o encaminhamento do Líder Rogerio.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Eu ia sugerir outra coisa: como tem menos Deputados e Senadores, podia cada um falar 20 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, a sessão está suspensa por 30 minutos.

(*Suspensa às 18 horas e 28 minutos, a reunião é reaberta às 19 horas e 16 minutos.*.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Solicito à Secretaria que traga para a mesa o Sr. Milton Salvador de Almeida Júnior, empresário, conforme os requerimentos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – Só um pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho.

... os Requerimentos 328, da Deputada Adriana Ventura; 460, do Deputado Rogério Correia; 603, do Deputado Alencar Santana; 809, do Senador Randolfe Rodrigues; 943, do Deputado Sidney Leite; 1.002, do Deputado Paulo Pimenta; 1.659, do Senador Izalci Lucas; 1.857, do Deputado Alfredo Gaspar; 1.860, do Deputado Rogério Correia; e 1.860, do Deputado Duarte Jr.

Pela ordem, Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, caro Relator também, eu gostaria só de trazer, aqui, ao conhecimento desta CPI que nós tivemos, durante esta semana, uma situação que foi muito grave.

Quando nós fizemos um acordo na segunda-feira para trazer determinados depoentes aqui, a esta CPI, nós fomos posteriormente surpreendidos pela tentativa de retirar três nomes, três pessoas, das oitivas. E, depois de uma reunião que tivemos com o Relator, com V. Exa., Presidente, Líderes da oposição e do Governo, em que já havia estranhado algumas coisas que foram ali ditas, o Senador Cid Gomes fez uma manifestação, dizendo que, se nós trouxéssemos determinadas pessoas, poderia haver problemas na investigação. E, depois, o Senador Randolfe Rodrigues, numa entrevista, disse também que havia uma possibilidade de uma delação premiada.

Então, Sr. Presidente, eu queria informar, aqui, ao Plenário que eu acabo de protocolar no Supremo Tribunal Federal – e espero que seja direcionado ao Ministro André Mendonça – uma representação para apurar uma eventual prática de crime de violação de sigilo funcional, Sr. Presidente, porque o que nós estamos ouvindo aqui, com alguma frequência, é que a Polícia Federal tem passado informações a determinados membros do Governo, a determinados Deputados e Senadores, e isso é inadmissível.

Então, Sr. Presidente, eu faço, aqui, este registro e dou publicidade ao Plenário que peço, aqui, ao Ministro André Mendonça, inclusive, que dê ciência à Procuradoria-Geral da República, para avaliar o pedido de abertura de inquérito para apurar esses fatos e uma eventual denúncia pelo possível crime de violação de sigilo funcional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para concluir, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... é importante lembrar que o próprio Chefe da Polícia Federal, numa entrevista, depois desmentido pelo ex-Coordenador dessa Operação Sem Desconto, mentiu a respeito das investigações relacionadas ao Sindnapi, que é dirigido também pelo irmão, Frei Chico, do Presidente Lula.

Por isso, Sr. Presidente, são muito graves essas informações...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... e fiz esse protocolo, então, hoje, essa representação, no Supremo Tribunal Federal, para que apure eventual quebra de sigilo funcional, porque não podemos admitir que a Polícia Federal viole esse sigilo e passe a determinados membros da Comissão ou a quaisquer que sejam as pessoas informações que deveriam ser guardadas pelo segredo de justiça.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Obrigado.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente! Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pela ordem, Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – É que eu acho que é relevante e importante a questão que o Deputado traz. Eu queria entender. O senhor ou o Relator têm conversado com delegados da Polícia Federal, têm conversado com pessoas que estão diretamente envolvidas nesta investigação, conversas que nós, os demais mortais que fazemos parte desta Comissão, não estamos acompanhando? Vocês já tiveram algum contato com esses delegados? Vocês estão conversando com eles?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência. Os delegados que estão na investigação, nenhum deles tem contato conosco.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O Relator também não?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – O Relator não está sendo inquirido, não, Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não! Não, Presidente, essa é uma informação relevante!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não... Poderíamos alegar sigilo de fonte até, mas eu volto a dizer a V. Exa. que nós só temos um delegado que está à disposição da CPMI. Esse tem contato conosco, mas os delegados da investigação nenhum deles.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Porque eu perguntei se alguém da Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... sem que os demais membros da Comissão saibam, está tendo contato com delegados envolvidos na investigação?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não sei, Excelência. Tanto eu quanto o Relator, nenhum dos dois; agora, se os demais têm, não é a informação que está a nós na mesa.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Pela ordem, Presidente.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Pela ordem.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Eu também tenho pela ordem, mas eu respeito os cabelos brancos do meu Líder.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Só um segundo pra esclarecer. Semana passada me foi apresentado o delegado que está trabalhando conosco, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

vieram aqui quatro delegados da Polícia Federal com esse objetivo de dizer que a Polícia Federal estava à disposição e dizer que havia uma ordem do Ministro André Mendonça para que, antes de ter a defesa dos investigados, ninguém tivesse contato com o investigado.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Portanto, eu acho, Presidente, que essas informações devem ser compartilhadas com os demais integrantes da Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Claro. V. Exa. tem razão.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Porque eu acho que todo mundo aqui tem que ter esse grau de informação sobre os contatos que estão acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – À medida que elas chegarem oficialmente, Deputado, serão colocadas.

Pela ordem, Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela ordem.) – Só para deixar claro, acabei de folhear aqui a representação muito bem feita pelo eminente Deputado Marcel van Hattem, e a preocupação que ele traz é extremamente importante, porque há conversas de aparelhamento de máquina pública, de indução, de seletividade de investigação. É claro que são tudo boatos, mas isso desequilibra esse processo caso seja verdadeiro. Então, o que ele pede aqui é que se investigue o que foi que aconteceu, e o que ele cita aqui são conversas públicas, Srs. Senadores e Deputados. Não tem nenhuma conversa aqui privada.

Tem por exemplo uma interpelação feita por um ilustre Senador aqui – quem ler... não vou dizer o nome dele aqui respeitando a ausência – onde ele fala que recebeu ligação, de que poderia haver... "Recebi há pouco um telefonema. Peço a V. Exa. que possa me reservar o direito de dizer..." Em uma interlocução com o senhor aqui durante a sessão, certo? "Que se trata em curso de duas pessoas que poderiam prejudicar as ações que estão em andamento. Então, por conta disso eu confio na pessoa que falou." "Me dirigi a V. Exa." "Apelei." "Tive dificuldade de perguntar." "Me reservo o direito." "Vamos falar a fonte". Ou seja, alguém que claramente mostra que tem uma informação para impedir a oitiva de investigados. E mais adiante tem um outro Parlamentar que dá uma entrevista à TV e fala a respeito do mesmo tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, na verdade, a preocupação do eminente Deputado Marcel van Hattem é uma preocupação de todos nós. Eu tenho o maior receio de que haja seletividade nesta investigação, de que se proteja alguém. Nós queremos isenção, ninguém aqui tem bandido de estimação.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Seria uma crítica ao Ministro André Mendonça, que é o Presidente...

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Sr. Presidente...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Sr. Presidente, eu estou no meio da minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um minutinho, por favor.

Deputado Paulo Pimenta, V. Exa. sempre se queixa das interrupções. Por gentileza.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Me penitencio, Presidente. É o cansaço.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Todos nós, né?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Então, eu acredito que esta preocupação é de todos nós, de que nós possamos conduzir com isenção, com transparência, com imparcialidade e que o aparelho do Estado, que serve ao Estado brasileiro e não a um governo de ocasião, possa fazer o seu papel da forma mais isenta possível.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Obrigado.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Então, eu quero aqui elogiar a iniciativa do Deputado Marcel van Hattem e dizer que compartilho da preocupação que ele tem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Antes de passar a palavra ao Senador Jorge Seif, quero compartilhar com os senhores o quanto é difícil no Brasil se combater a corrupção, o quanto é difícil se colocar criminosos na cadeia no Brasil. Essa decisão do Ministro Flávio Dino, que segue a mesma linha anterior do Ministro André Mendonça, mostra claramente que quem perde não é o Parlamento – não somos nós, senhores –; quem perde é o aposentado que foi roubado, a aposentada que foi roubada, os órfãos, as viúvas. Essas pessoas é que perdem e que estão olhando para cá com expectativa de que nós, o Poder Judiciário, o próprio Governo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos nos unamos para poder combater o crime, combater esse absurdo. Isto é que nos causa espanto, Relator: como é difícil advogados, que têm amigos poderosos em Brasília, inclusive no Judiciário, que se valem dessas decisões para poder esconder...

Quem está aplaudindo hoje – falo como Parlamentar – a decisão do Ministro Flávio Dino são os corruptos, são os que roubaram a Previdência, são os que desviaram dinheiro, são os que estão aí em iates de luxo, em carros de luxo, esses estão aplaudindo a decisão do Ministro Flávio Dino, porque se sentem desobrigados de falar e devolve-se a eles a mesma sensação de impunidade que estava antes de nós começarmos esta CPMI, porque, até nós começarmos esta CPMI, havia uma sensação absoluta de que eles não seriam punidos, porque não tinha nenhum pedido de prisão, não tinha um bloqueio de bens. Só depois que nós começamos aqui a dar visibilidade é que as operações da Polícia Federal começaram a ser efetivas em prender envolvidos, e começaram a colocar às claras, e terminaram com tudo aquilo que nós vimos de apreensão, que boa parte pertence e está ligada ao nosso depoente anterior.

Então, esse sentimento de impunidade machuca muito, e nós temos a obrigação de lutar, e lutar muito contra tudo isso.

Com a palavra o Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, no Brasil só falta chover para cima, não falta mais nada.

Eu queria relembrar, na nossa última reunião, o que ocorreu. Nós saímos de uma reunião, de um acordo em que, todos aqueles requerimentos, revisados pelos dois Líderes, viemos para cá para aprová-los. Em seguida, o Líder governista simplesmente quis tirar da pauta o filho, a mulher e esposa, os requerimentos que já estavam propostos inclusive por eles. Eles retiraram, quiseram retirar, e aí... Só que parece que o jogo não estava bem combinado. Então, a que o Brasil assiste? Aí o senhor agora falou...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – ... com muita propriedade, que hoje malfeitores, pessoas que roubaram aposentados e pensionistas, ao invés de temerem a Justiça, recorrem à Justiça para escapar de seus crimes. Por quê? Eu não consigo entender: se é alguém que é inocente, que não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

deve nada, que tem as mãos limpas, qual a dificuldade de vir prestar um depoimento? E por que é que os governistas, na última reunião – e eu queria até entender direito o que o Marcel falou –, por que os governistas queriam retirar, queriam proteger os familiares e sócios do Careca do INSS? Me explica isso. Ou seja, eles fizeram também requerimentos, eles quiseram retirar. Aí, depois, um outro Parlamentar, do Estado do Ceará, veio esvaziar os poderes desta Comissão, e esvaziar o seu próprio poder, as suas próprias prerrogativas, dizendo: "Olha, não... Eu recebi uma ligação de uma pessoa de muita confiança de que nós vamos atrapalhar". Presidente, é inacreditável!

É por isso que eu quero, mais uma vez, saudá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Saudá-lo pelo pulso firme, pelas suas críticas contundentes, que eu tenho certeza...

O patrono do Senado Federal se chama Ruy Barbosa. E tem uma frase atribuída a ele que diz o seguinte: mudo de opinião porque sou capaz de raciocinar – pelo menos atribuem a ele.

E o Ministro André Mendonça, eu creio até que pelas nossas críticas... Criticamos, todos criticamos, porque a Justiça não pode ser refúgio de malfeitores, pelo amor de Deus!

E eu queria que o Marcel... Se o senhor permitir também... Eu não entendi direito...

Ô, Marcel...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Senador. É porque foi uma colocação dele... Para encerrar, por gentileza, para a gente dar sequência aos trabalhos.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Não... Eu quero agradecer ao senhor...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – ... e parabenizar pela sua coragem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – E quero saudar o Estado de Minas Gerais, porque nos brindou com um grande homem público. O senhor...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – ... tem sido duríssimo com os dois lados aqui, com exageros, mas o senhor não tem perdido a rédea, e o senhor não tem desistido nem deixado esvaziar, né? Porque governistas aqui tentam desmerecer a própria CPMI de que eles fazem parte, apesar de pouquíssimos terem assinado para que esta Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Senador.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – ... essas investigações ocorressem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Então, quero parabenizar o senhor e também o nosso Relator...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – ... do qual tenho muito orgulho.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra, por dois minutos, o Sena... o Deputado Evair de Melo.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Pela ordem.) – Senador, o senhor pode profetizar o Senado, que é muito bem-vindo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Amém!

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Presidente, na verdade, quero enaltecer o trabalho de V. Exa. e do nosso Relator. Além das investigações, sempre têm tratado da contribuição legislativa que esta CPMI pode dar para o aperfeiçoamento do sistema brasileiro.

A ostentação desse último depoente que esteve aqui, isso é repugnante. Porque, efetivamente, eu estou imaginando aqui um empresário que tem uma fábrica com mil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

funcionários. Um produtor rural não vai ter nunca essa quantidade de funcionários, ou seja, burocracia no Ministério do Trabalho, ministério... perseguição, polícia, Ministério Público, ou seja, a confusão que é... Aí, você vê um sujeito que não produz nada – desculpa, não produz nada: ele não contrata ninguém, ele não produz nada, ele não pega dinheiro financiado no banco, não tem nenhuma relação com a produção de riqueza do país – ostentar ali... Assim, tem alguma coisa errada. A burocracia interessa a quem vive dela.

Está aqui... Quero parabenizar o hoje Senador Rogerio Marinho, porque nós fizemos a simplificação da legislação trabalhista justamente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – ... para reduzir os custos com advogado, com contador, os custos com a burocracia.

Um país onde o Judiciário e o sistema de fiscalização são maiores do que o sistema empresarial tem algo errado, não vai dar certo. Eu acho que... Naturalmente, acompanho e quero parabenizar V. Exa. por essa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – ... sempre por essa indicação do aperfeiçoamento do processo investigativo para que, enfim, o Brasil possa ser passado a limpo e possamos corrigir essas situações para que, no futuro, quem fique rico neste país sejam os empresários, sejam os empreendedores, sejam os trabalhadores, e não grupos de advogados que, por informação privilegiada, constroem seus impérios.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O.k. Muito obrigado.

Sr. Milton Salvador de Almeida Júnior, vou pedir a gentileza de o senhor responder aqui no microfone.

Passo, agora, à leitura do termo de compromisso do depoente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Sa. promete, quanto aos fatos de que tenha conhecimento na qualidade de testemunha, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Prometo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A partir deste momento, V. Sa. está sujeito ao compromisso de dizer a verdade quanto aos fatos de que tenha conhecimento ou que tenha protagonizado na qualidade de testemunha nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

O advogado do senhor é muito bem-vindo, mas solicito ao advogado a gentileza de passar informações técnicas, informações diversas, mas sem dar as respostas à testemunha.

O senhor desejando parar, por qualquer motivo, a sessão, ela será suspensa a seu pedido por um tempo. Se o senhor quiser ir ao banheiro, às vezes, se o senhor quiser conversar com ele separadamente, o senhor terá a prerrogativa aqui respeitada, o.k.?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR (*Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

Com a palavra, o Relator, o Deputado Alfredo Gaspar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. *Fora do microfone.*) – Ah, não, primeiro... Vai primeiro ler, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ah, pois não, me perdoe, já é o...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor tem 15 minutos para a sua fala inicial, Sr. Milton Salvador de Almeida Júnior.

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR (Para depor.) – Boa noite a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu já fui apresentado, meu nome é Milton, Milton Salvador de Almeida Júnior. Eu sou casado, tenho 60 anos, pai de três filhos, avô de quatro lindos netos, graças a Deus, e comecei a trabalhar aqui em Brasília aos meus 14 anos, em 1979. Estou na luta aí desde meus 14 aninhos, 46 anos atrás, sempre trabalhando muito, honesta e decentemente.

Eu gostaria, primeiro, de deixar claro aqui, até porque eu vi meu nome e escrito "empresário" e o nome das empresas aqui. Eu não sei o que houve durante o processo do inquérito policial, eu consto lá como o sócio do Careca do INSS: não sou, nunca fui e jamais serei; eu sou um prestador de serviço que o conheceu numa seleção em fevereiro de 2024. Ele contratou a minha empresa para prestar serviço para a empresa dele, de consultoria administrativa e financeira.

Eu jamais fui sócio de quaisquer das empresas do Careca do INSS. Prestei serviços e, assim que fui, inclusive, citado, pedi imediatamente o meu desligamento. Eu constei nos estatutos das empresas deles, por ser sociedade anônima, como Diretor Financeiro para viabilizar a operação do trabalho financeiro que eu tinha junto aos bancos para firmar pagamentos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Qual é a profissão do senhor?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Eu sou técnico em contabilidade, formado em gestão financeira.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Pode continuar, por favor.

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Então, eu estou aqui com toda a atenção e deferência ao Estado, aos senhores, para esclarecer tudo aquilo que estiver ao meu alcance, mas, primeiramente, é fundamental que saibam todos: eu nunca fui sócio, nunca recebi um centavo de dividendos, nunca recebi um centavo de lucro de quaisquer das empresas do Careca do INSS. Todos os recebimentos que eu tive neste período, de março de 2024 a abril deste ano, foram mediante apresentação de notas fiscais da minha empresa contra as empresas dele.

Acho que não adianta eu me alongar nem usar os 15 minutos porque o fundamental eu acho que já está dito. E continuo à disposição, com tudo aquilo que eu puder contribuir durante toda esta CPMI aqui, naquilo que me couber.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Com a palavra o Relator Alfredo Gaspar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Para interpelar.) – Sr. Milton, eu não conheço o senhor. É a primeira vez que eu o estou vendo. Eu não sei o que foi que o senhor fez no seu passado, nem o que o senhor vai fazer no seu futuro, mas o senhor está tendo uma atitude muito digna. Isso, eu quero deixar registrado. O senhor compareceu a esta CPMI com o seu advogado, sem pedir um *habeas corpus* preventivo. Isso é digno de louvor. (*Palmas.*)

O senhor assumiu o compromisso de falar a verdade. Olha, isso muda muito a minha forma de agir em relação ao senhor.

Quero dizer, Sr. Milton, que eu também sou avô de duas netas. Hoje minha filha faz aniversário. Queria estar com ela. E em homenagem às minhas netas e aos seus netos, eu o tratarei da melhor forma possível, principalmente pelo respeito que o senhor teve com esta CPMI.

Sr. Milton, o senhor já disse que é técnico em contabilidade. Eu queria conhecer um pouco mais a sua história. O que foi que o senhor fez nos últimos 20 anos da sua trajetória profissional?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone.*) – Eram dez anos só...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, mas preciso... É só *en passant*. Não precisa, o senhor não precisa entrar em detalhes. Eu quero saber qual atividade o senhor exerceu.

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR (Para depor.) – Nos últimos 20 anos, essa é fácil, porque nos últimos 19...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – ... eu fui Diretor Financeiro de um grupo empresarial em Brasília, atuei na área administrativa e financeira, revendo processos de departamento de pessoal, de tesouraria, de contratos comerciais, de vendas de imóveis, de locações, de vendas de veículos, de conferência de fluxo de caixa do ramo de hotelaria, de construção civil. E o último ano é esse aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, dos 20 anos que o senhor solicitou, eu atuei na área administrativa e financeira de um grupo empresarial que atua em uns oito a dez segmentos no Distrito Federal. E pedi desligamento infelizmente, para ir prestar serviço para o tal do Careca do INSS, que me trouxe a esta angústia em que eu estou aqui hoje.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Milton, o senhor poderia dizer em que grupo empresarial o senhor manteve prestação de serviço por 19 anos?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Posso, as organizações PaulOOctavio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Milton, eu, querendo saber do senhor como foi que o senhor fez essa transição? Depois de um longo tempo, numa jornada estável nesse grupo, o senhor foi para a diretoria financeira de quantas empresas? E eram de quem essas empresas?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Perdão, as empresas depois da saída dos 19 anos no outro segmento?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Bom, eu recebi um convite para prestar serviço para ele nessa área.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Só atrapalhando-o, e o senhor, para a gente ir complementando de forma mais rápida, o senhor trabalhava no grupo PaulOOctavio e disse que recebeu um convite. Recebeu um convite de quem?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Um telefonema do próprio Sr. Antônio. Pelo que eu soube, ele obteve o meu currículo no LinkedIn, me convidou para uma entrevista e fez a proposta para eu trabalhar com ele e eu, infelizmente, aceitei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Certo.

Deixe-me lhe perguntar, Sr. Milton, o senhor já tinha saído do grupo PaulOOctavio e tinha botado o seu currículo no LinkedIn, foi?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não, o currículo estava no LinkedIn e eu estava ainda no grupo PaulOOctavio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já tinha conhecimento com o Sr. Antônio Carlos Camilo, o Careca do INSS?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Conhecimento de...?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, conhecimento de "oi"...

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não, nunca o vi. Eu recebi um telefonema da secretária dele, me convidando para uma entrevista, porque ele tinha interesse de fazer uma proposta comercial, e eu fui. Eu nunca, nunca o tinha visto antes.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Milton, o senhor poderia dizer em que ano isso aconteceu?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Foi em fevereiro de 2024.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Onde foi esse encontro?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Foi no escritório dele, no setor... Como é que se chama? Setor Bancário Norte, Edifício Central Brasília.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o que foi que ele propôs ao senhor?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Me propôs um contrato de prestação de serviços, como pessoa jurídica, porque a maioria das atividades hoje são pejotizadas, né? Não sei se isso é bom ou se é ruim...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Com qual finalidade? Esse contrato era para que tipo de prestação de serviço?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – De assessoria financeira.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu lhe pergunto, Sr. Milton: se era assessoria financeira, por que, em mais ou menos um mês, o senhor se tornou diretor financeiro de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

aproximadamente dez a catorze empresas? Qual era a finalidade de o senhor assumir essas funções nessas empresas?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Na verdade, a função de diretor é estatutária, né? O cargo de diretor eu nunca tive, até porque sempre foi respeitado e trabalhado com base no contrato da minha empresa, BMJ, de assessoria financeira para eles.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas o senhor...

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – O motivo, provavelmente...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – ... é porque eu que assinava os pagamentos junto às contas bancárias dele, e aí não precisaria nem de procurações para essas operações.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Milton, nós estamos no epicentro de um dos maiores roubos que esta nação já viu, de pessoas como o senhor, que trabalharam a vida toda e, quando se aposentam, quando se aposentaram, tiveram seu dinheiro, todo mês, roubado por uma organização criminosa, ou várias organizações criminosas.

O que nos chegou aqui é que esse Careca do INSS, Antônio Carlos Camilo, é o núcleo central de uma dessas organizações, e o pagador do Sr. Antônio Carlos Camilo, os holofotes caíram todos em cima do senhor.

Lhe pergunto... E aí, o senhor me permita ler, porque são muitas: Acca Consultoria Empresarial. A Acca Consultoria Empresarial, o senhor foi constituído sócio dela?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual a sua função na Acca?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – O meu... Vou repetir um pouquinho, o senhor me desculpe se eu ficar repetitivo. O meu contrato é com a Prospect, para prestação de serviço e extensivo a todas as empresas que...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – ... fizessem parte do grupo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas eu gostaria de saber, Sr. Milton: na Acca Consultoria Empresarial, qual era o seu papel nessa empresa?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – No estatuto de todas elas, em junho e julho – se eu não me engano, ou nesse período –, eu fui incluído como Diretor Financeiro, exatamente para poder fazer as operações bancárias dessas empresas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí eu vou voltar a perguntar: na prática, qual era o seu papel? O senhor falou estatutariamente, eu quero saber de fato.

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Na prática, eu tinha o acompanhamento e liderava ali a equipe da área financeira...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O dinheiro...

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – ... controlando contas a pagar, contas a receber.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O fluxo financeiro da Acca era das suas atribuições?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O que é que a Acca Consultoria Empresarial tinha como atribuição? Qual o serviço que ela prestava?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Todas elas, com exceção da...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, vamos falar... Depois eu explico ao senhor o porquê. Porque depois isso tudo vai servir como base para o relatório, a gente tem que individualizar.

A Acca Consultoria Empresarial fazia qual tipo de serviço? Prestava qual tipo de serviço?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Técnica e operacionalmente falando, eu não posso afirmar com precisão, porque a minha área era estritamente a financeira, eu não tinha participação em área operacional, em área estratégica, em área de contrato.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Milton...

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Eu sei que a receita dela era de consultoria técnica para outras empresas e para algumas associações.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

Sr. Milton, olha só, o senhor é uma pessoa que... Como eu lhe disse, eu fiquei muito comovido com a forma que o senhor chegou a esta CPMI e lhe darei o melhor dos tratamentos, mas nem por isso nós vamos aqui admitir a omissão.

A Acca Consultoria Empresarial era uma empresa de fachada ou era uma empresa que prestava serviços?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Que eu tenha conhecimento, prestava serviços.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Essa empresa prestava serviço a quem e qual o tipo de serviço?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Como chegava para mim, para emitir as notas, era consultoria técnica para algumas das associações de aposentados.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quantos funcionários tinham na Acca?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Eu não me lembro, especificamente, de uma por uma delas, não é? No total, o grupo dessas empresas...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não... o grupo, não; a Acca.

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Aí eu não sei informar, infelizmente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas mais de cinco, menos de cinco?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Acredito que menos de dez. Isso aí...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Menos de dez.

O senhor fazia as notas ou recebia as notas de prestação de serviços da Acca. O senhor se recorda para quem a Acca prestava serviços?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor recorda o nome de alguma entidade e associação para quem a Acca prestava serviço?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Talvez eu me confunda porque...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, mas eu vou entender se o senhor confundir, mas se o senhor...

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – É porque pode ser que seja... A nota acaba que fosse de outra empresa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá, mas nos ajude...

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Abrasprev, Abapen...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Isso é muito importante.

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – ... Cebap...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A Ambec estava nesse meio?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – A Ambec teve um período que também esteve.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor, enquanto responsável financeiro, em algum momento, manteve contato com as pessoas responsáveis por essas associações?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Nunca, nunca nem os vi.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Como era essa forma de quitar a prestação de serviço, no financeiro? Como era esse fluxo financeiro da Acca? Como é que ela recebia e como é que ela pagava?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – A nota fiscal era emitida, por ordem da Presidência. Ela informava o valor de cada associação naquele mês.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Só um minuto.

A nota fiscal de quem era emitida pela Presidência?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – O valor era informado pela Presidência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Que Presidência?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – O Antônio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ah, sim. Então, o Sr. Antônio Carlos repassava o valor para o senhor, o Careca, para o senhor emitir a nota, não é isso?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Exatamente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E essa nota ia direcionada a quem?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Ao financeiro da respectiva associação, era por *e-mail* que era encaminhado. E ali era feito o pagamento, via... Todos os pagamentos, no meu período, todos os recebimentos e pagamentos foram feitos mediante nota fiscal.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O senhor poderia me fornecer por qual *e-mail* essas comunicações eram recebidas e enviadas?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Eu posso pesquisar e apresentar posteriormente. Eu não tenho em mãos agora.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu peço, encarecidamente, ao senhor que verifique em qual *e-mail* que se faziam esses envios e essas recepções.

Qual a conta utilizada para realizar esses pagamentos à Acca?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – As contas de todas essas empresas ficaram resumidas no BRB, Agência SIA, e duas empresas – bom, não é o caso, né? – no Bradesco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas o senhor pode me dizer, em relação ao BRB, qual o número da agência e qual o número da conta?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não de pronto, assim. Posso começar a anotar aqui o que eu possa apresentar...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pode pedir ao seu advogado, se possível, ou a alguém que o acompanhar, que repasse a esta Comissão, no prazo mais curto possível, qual a agência, banco, número da conta que era movimentada no BRB pela Acca, bem como a conta que no Bradesco, também, a Acca possuía de relacionamento com duas empresas.

Falando da Acca – falando da Acca –, o senhor saiu de um grande grupo empresarial chamado PaulOOctavio. Aqui em Brasília, por onde eu passo, tem em muito canto aí PaulOOctavio, PaulOOctavio. Eu pergunto: lá o fluxo financeiro devia ser um fluxo financeiro compatível com o montante de empreendimento. Quando o senhor chegou na Acca, qual foi o fluxo financeiro que o senhor observou? Era de milhões de reais? Era de milhares de reais? Era algo que lhe chamou a atenção?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Falar pela Acca sozinha sempre vai ser complicado, falar por qualquer uma delas sozinha.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, mas...

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – O número que eu tenho de memória é macro. Eu posso...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Bora fazer o seguinte: para a gente não puxar muito a sua memória, vamos falar do macro. A gente vai citar as outras empresas, o senhor vai dizendo do macro. Qual o número que foi movimentado nesse macro?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – No período em que eu estive lá...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quanto tempo foi esse período?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Doze meses, quatorze meses.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. Um ano e dois meses, aproximadamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Exatamente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor, me diga quanto é que o senhor estima que teve de fluxo financeiro?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Algo muito próximo aí a uma média de 10 milhões.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – De 10 milhões por mês?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Mês.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mês.

Eu poderia falar em R$1,4 milhão? (*Pausa.*)

Não, não... Poderia falar em 140 milhões?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Poderia, até mais do que isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, o senhor, nesse período em que o senhor trabalhou, o senhor estima que, aproximadamente, um pouco mais de 140 milhões...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Só na Acca?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não...

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – No fluxo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – No macro do grupo, 140 milhões.

Falei da Acca. O senhor sabe quem pertencia à sociedade da Acca?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Antônio Carlos e, se não me engano, Romeu.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem é... Antônio Carlos é o Careca do INSS. E o Romeu, quem é Romeu?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Romeu é o filho do Antônio Carlos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor se recorda do sobrenome dele?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Romeu Carvalho Antunes, algo assim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. Eu lhe agradeço.

Qual o papel do... O senhor já falou um pouco sobre a determinação do Sr. Careca do INSS de mandar emitir as notas. Qual o papel do Romeu na estrutura da Acca? Na estrutura factual, o que é que ele... Qual era a atribuição do Romeu nessa empresa?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – O Romeu morava nos Estados Unidos, veio para Brasília só este ano. Na verdade, ele estava era tomando conhecimento de como funcionavam as empresas, ele andava mais com o pai dele.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe qual a formação do Romeu?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Da área de TI...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Área de TI.

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Especificamente de qual graduação eu não sei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor recorda a época em que Romeu chegou ao Brasil?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – No final do ano passado, acho que perto das festas natalinas, ou no começo deste ano ele começou a atuar nas empresas, a participar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Fora Romeu e Antônio Carlos Camilo, o senhor chegou a conhecer algum outro sócio da Acca?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Ela não tem, né?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Ela não tem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não tem. Tá.

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Que eu me lembre, não tem, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia me dizer... O senhor falou mas eu não peguei, eu preciso registrar isto: onde ficou, onde se situava o endereço físico da Acca?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Setor Bancário Norte, quadra... Eu não lembro o nome certinho agora; Edifício Central Brasília.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual o andar?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Opa, quinto andar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual... São salas, sala... O que é?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – É quase um andar todo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. Eu lhe agradeço.

Vamos falar um pouco da ACDS Call Center. Essa empresa, o senhor conhece ela?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor... sócio dela?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não, jamais.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual o seu papel? (*Pausa.*)

O senhor pode dizer "o mesmo da outra", se for...

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Então, o mesmo da outra.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

Qual o endereço da ACDS Call Center?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Setor Comercial Sul. Aí o nome do edifício é muito parecido com o anterior, não sei se é Central Brasília ou Brasília Central, por isso que eu me confundo com o nome dos dois, mas...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. E qual o andar?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Terceiro andar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sala?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Ah, eram várias, eu não... Lá eu fui uma ou duas vezes só, para conhecer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer quais eram os sócios dessa ACDS Call Center?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – ACDS... As pessoas são o Antônio Carlos Antunes e o Domingos, né? Mas...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí o senhor agora...

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – ... se não me engano, com o nome de outras empresas deles, aí eu não sei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer... O Antônio Carlos eu já sei quem é, Domingos estou ouvindo agora. É Domingos o quê e quem é ele?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Domingos Sávio era o que operava nessa área de *call center*, era o sócio da empresa e atuava nesse segmento.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O senhor sabe me dizer quantos funcionários tinha essa empresa?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Ela chegou a algo próximo de uns 80, 90 funcionários.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O fluxo financeiro dessa empresa também era comandado pelo senhor?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Era administrado por mim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Esse valor que o senhor falou, macro, essa empresa está incluída?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor... o senhor pode me dizer qual era a atribuição ou serviço prestado por essa empresa? O senhor já falou lá da outra, que era prestação de serviço a entidades associativas. E essa aqui?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Essa era atendimento de *call center*, falando no goianês aqui – né? – porque não...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – ... é minha praia, mas é SAC, né? Para atender exatamente os associados dessas associações de aposentados.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, seria... seria certo eu dizer que essa empresa de teleatendimento era destinada exclusivamente a receber esse SAC dos associados?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor recorda de quais entidades associativas estavam vinculadas a esse SAC da ACDS?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – As mesmas que eu citei anteriormente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

Amigo Center S.A. O senhor também diretor financeiro da Amigo Center S.A.?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quais os sócios da Amigo Center S.A.?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Antônio Carlos Camilo e Romeu... Romeu Antunes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor inclui também o Amigo Center S.A. naquele fluxo financeiro de 140 milhões?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Ela não chegou a funcionar até o momento que eu estive lá.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ela chegou... o senhor está dizendo que ela não chegou a funcionar. Mesmo ela não funcionando fisicamente, havia fluxo financeiro nela?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. Eu lhe agradeço.

Brasília Consultoria Empresarial. Qual a sua relação com a Brasília Consultoria Empresarial?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – A mesma.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quais os sócios da Brasília Consultoria Empresarial?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Os mesmos, os dois pessoas físicas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas o que o Romeu ou o...

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Antônio Carlos e Romeu.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Romeu.

Onde ficava situada a Brasília Consultoria Empresarial?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Setor Bancário Norte, mesmo lugar da Acca.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – No mesmo local, então, funcionavam essas duas empresas, a Brasília e a Acca?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer qual serviço era prestado pela Brasília Consultoria Empresarial?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – O mesmo da Acca.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O fluxo de 140 milhões – um pouco mais – também inclui essa Brasília Consultoria Empresarial?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor também solicitava o pagamento via *e-mail*?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O *e-mail* era o mesmo utilizado pela Acca?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, não era... não preciso pedir outro *e-mail*, aquele já é... aquele é o mesmo utilizado para esse fluxo?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer quantos funcionários tinha na Brasília Consultoria Empresarial?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Também uns dez, até dez.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Na Brasília Consultoria Empresarial, o senhor falou o fluxo financeiro. Quem é que comandava a Brasília Consultoria Empresarial?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – O Presidente Antônio Carlos Camilo Antunes.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Camilo Comércio e Serviços S.A., qual a sua vinculação com essa empresa?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – A mesma das outras.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quais os sócios dessa empresa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Acredito também que sejam Antônio Carlos e Romeu.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer onde funcionava a Camilo Comércio e Serviços?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Setor Bancário Norte, Edifício Central.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É o mesmo?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – É o mesmo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Da Acca?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – É o mesmo da Acca e da Brasília.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – No mesmo andar, a mesma sala?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – No mesmo andar. É porque são...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, tudo bem.

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – É quase um andar todo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Dava umas oito a nove salas lá.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quantos funcionários tinha a Camilo Comércio e Serviços?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Uns seis, acredito.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual a atribuição, a prestação de serviço – se é que era prestação de serviços – da Camilo Comércio?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – A Camilo Comércio estava em fase embrionária de projeto para obtenção de licença para comercializar canabidiol.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não entendi bem. Comercializar maconha? É maconha medicinal, é?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não é maconha; é medicinal. É até bom, que eu tenho.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Me conta: a Camilo Comércio e Serviços S.A. começou a funcionar?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem comandava a Camilo Comércio S.A.?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Antônio Carlos Camilo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor tomou conhecimento de que o Sr. Antônio Carlos, Careca do INSS, esteve, no ano de 2024, no Ministério da Saúde com o Secretário Executivo, fazendo *lobby* por essa empresa?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece uma senhora chamada Roberta Luchsinger, que atuou com ele nesse setor?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – DRPL Comércio e Locação de Veículos, qual a sua relação com essa empresa?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – A mesma.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Financeiro, né?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Exato.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sócios?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Acredito que seja... Eu falo acredito porque...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode...

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – ... se eu tiver certeza...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode ficar na certeza porque a gente está entendendo bem o que o senhor está...

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Mas é Antônio Carlos Camilo Antunes e Romeu Antunes.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

Essa empresa ficava situada onde?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – No Setor Bancário Norte. É a mesma também.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Na mesma.

O senhor tem conhecimento de quantos veículos essa empresa possuía ou possui?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Acredito que uma dúzia, mais ou menos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor recorda que tipo de veículo e se eram padronizados esses veículos dessa empresa?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não havia padrão. Dentre eles, teve Porsche, teve BMW...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas... Espera aí. Me diga uma coisa: isso aqui é uma locação de veículo. O Sr. Careca do INSS botava para locar Porsche e BMW?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Enquanto eu estive lá, não houve locação, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Esses carros ficavam situados onde?

Fisicamente o senhor chegou a olhar para eles, vê-los?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não vi.

Alguns eram em Brasília, outros eram em São Paulo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer se a DRPL tinha algum funcionário?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor, no fluxo financeiro, era o encarregado de pagar os seguros obrigatórios desses veículos? IPVA, por aí?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O senhor poderia nominar que veículos eram esses?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor falou aproximadamente 12 veículos.

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Pois é, aproximadamente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Citou um Porsche e citou uma BMW. Algum outro carro chamava a atenção do senhor?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não; que eu lembre, não. Ferrari eu não lembro de ter visto falar em nenhuma, não.

Não foi só um Porsche, foi mais de um.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – BMW, teve... Eu não lembro o nome dos carros, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tinha mais de uma BMW?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Se não me engano, duas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor... (*Pausa.*)

Obrigado.

O senhor se recorda, já que a gente está falando de veículo, de o Sr. Antônio Carlos Camilo possuir alguma aeronave; ou o filho dele, ou as empresas dele, ou algum tipo de embarcação de grande porte?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aproveitando a oportunidade, o senhor, encarregado do fluxo financeiro dessas empresas, chegou a pagar algum imposto predial relacionado a imóveis do Sr. Antônio Carlos Camilo?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – No Setor Comercial Sul, onde estava sendo construída a Amigo...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me explicar isso aí? O que é...

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Porque foi um prédio que ele adquiriu e estava reformando, exatamente, para instalar essa Amigo, que seria um *call center*.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor me diz o endereço desse imóvel?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – É Setor Comercial Sul...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Eu sei que fica ao lado de onde era um cartório, muito antigamente, que tinha lá em frente à ex-Telebrasília; a quadra ali certinha eu não vou saber te dizer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor, por favor, tem como, depois, repassar à CPMI o endereço desse imóvel?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Lhe agradeço.

O senhor falou desse imóvel. Poderia dizer qualquer outro imóvel de que o senhor tinha conhecimento?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Da casa dele, aqui em Brasília.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Em qual local fica situado esse imóvel?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – É no Lago Sul; onde exatamente eu não sei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe dizer se é aquela casa que está noticiada, em construção?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Aquela foi uma segunda casa que ele comprou, e, se não me engano, ele comprou o terreno ou comprou a casa para demolir e construir outra. Aí eu não...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Mas são duas, então.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aquela casa está conhecida. O senhor está falando de outra. Essa outra de que o senhor está falando...

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – A outra é a em que ele morava, pelo menos na época em que eu estava lá.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Onde... Qual o endereço dessa outra?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – É no Lago Sul. O endereço exatamente eu não sei informar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor, também colabore conosco, remetendo esse endereço.

O senhor conhece algum outro imóvel, casa de praia, apartamento, casa de campo, fazenda, qualquer outro imóvel pertencente ao Sr. Antônio Carlos Camilo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Que tenha chegado ao meu conhecimento, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Medicinale Comercio Varejista e Atacadista, o senhor também era Diretor Financeiro?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Essa empresa estava em funcionamento?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Teve fluxo financeiro nela?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sócios dela?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Antônio Carlos Camilo Antunes e Romeu Antunes.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer, em relação a essa empresa, o endereço de funcionamento?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Sinceramente, eu não posso assegurar, porque, na verdade, nunca houve movimentação no período em que eu estive lá, nem anterior e nem até o momento em que eu estive lá. Então...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Agora vamos falar da empresa que, para mim, é muito importante: Prospect Consultoria Empresarial. Qual a sua participação na Prospect?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – É igual às outras. Na verdade, o meu contrato – da minha empresa BMJ – foi com a Prospect mesmo, e essa é a origem da minha relação com ele, foi por essa empresa, e, como eu disse no início, extensivo às demais empresas que pertencessem ao Careca do INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Milton, a Prospect prestava que tipo de serviço?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – A Prospect, a Acca, a Brasília, tudo é consultoria técnica. Esse é o resumo da ópera que eu tenho.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Era assim que eram emitidas as notas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor, na sua permanência no grupo, o senhor manteve contato com esses consultores técnicos?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Nunca.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já viu algum consultor técnico de alguma dessas empresas?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Pessoalmente, eu nunca estive com nenhum.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já pensou na possibilidade de as notas que o senhor estava emitindo serem notas ideologicamente falsas?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – As notas que eles emitiam contra as empresas eram checadas. Eu não tenho dúvida de que não era falsa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, a nota materialmente eu sei que ela era verdadeira. Eu estou perguntando o conteúdo que o senhor assinalava lá como prestação de serviço. Como emitente, em algum momento, o senhor pôde constatar que aquele serviço tinha sido prestado?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não, eu não tinha essa competência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. Era isso o que eu queria... O seu papel era emitir o que o Antônio Carlos falava.

A Prospect ficava situada onde?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Setor Bancário Norte, Edifício Central, junto com as demais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quais os sócios da Prospect?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Antônio Carlos Camilo Antunes e Romeu Antunes.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia me dizer qual era o maior cliente da Prospect?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – O maior eu não sei. São os mesmos da Brasília, da Acca. O maior...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas, se o senhor pudesse... Vamos falar...

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Em algum momento foi a Ambec.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

Então, se eu citasse aqui para o senhor a Ambec, o senhor reconheceria como uma cliente da Prospect?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Da Prospect, da ACDS Call Center.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ACDS Call Center.

A Anapps...

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Com esse nome, que eu me recorde, eu não emiti nota fiscal nenhuma contra essa associação, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Que eu me recorde, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Poderia o senhor me dizer, em relação à Prospect, se ela está dentro daquele fluxo financeiro de aproximadamente pouco mais de 140 milhões?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia me falar sobre a RPLD Construtora? Quais os sócios dela?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Antônio Carlos e Romeu Antunes. Ela foi constituída, na verdade, para construir esta casa que eu citei para o senhor aí, que ele construiria lá.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Dessa empresa o senhor também controlava o fluxo financeiro?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Essa empresa existia fisicamente em local distinto das outras ou era no mesmo local?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – No mesmo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Nos meses de junho e julho de 2024, houve 13 vinculações societárias com a inclusão do senhor como sócio dessas empresas que eu acabei de dizer. O senhor entende, o senhor é um técnico de contabilidade, o senhor vem de uma longa jornada no grupo empresarial. O senhor se recorda se o senhor aderiu a essas empresas como sócio?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Nunca.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode ter tido seus documentos falsificados e ter sido incluído como sócio dessas empresas?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não, porque não consta, na junta comercial, nenhuma participação minha como sócio em nenhuma delas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Certo.

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – E, quando eu notifiquei extrajudicialmente o Careca do INSS para me retirar das empresas dele, dei o prazo de cinco dias úteis para ele retirar o meu nome da diretoria das empresas dele e recebi posteriormente os documentos arquivados na junta retirando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia me dizer, se o senhor tiver essa recordação, quantas vezes...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Relator, desculpe interromper o seu raciocínio.

Quando foi que ele pediu para sair das empresas? Porque aqui não ficou claro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu também não perguntei.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Ah, perdão.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu pergunto já.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Foi depois da operação, antes da operação?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Foi assim... Posso responder?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Claro.

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Houve uma operação no final de abril, o Careca do INSS não estava nem no Brasil inclusive, eu é que tive a infelicidade de receber o pessoal lá da Polícia Federal e, no mesmo momento, eles estavam indo à minha casa também. Como eu chegava... Saio cedo, sempre saí, é costume meu desde menino. Saio cedo e fujo do trânsito, que eu odeio. E, quando ele retornou, que eu soube do que estava se tratando o assunto – o advogado conseguiu para mim acesso ao inquérito, do que se tratava –, eu notifiquei extrajudicialmente, foi até por *e-mail*, nem voltei mais à empresa, comunicando o meu desligamento e pedindo que excluísse o meu nome dos cargos de Diretor das empresas dele.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Perguntar ao Sr. Milton... Obrigado pela resposta.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone.*) – Obrigado, Relator. Desculpe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quantas vezes, nesse fluxo financeiro, o senhor pegou em dinheiro vivo?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Nenhuma.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, pela mão do senhor, nunca teve um fluxo financeiro em espécie?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Jamais.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pelo setor financeiro, sem ser pelas suas mãos, o senhor já presenciou, o senhor já visualizou, o senhor já foi contactado alguma vez pelo Sr. Antônio Carlos Camilo para arrecadar recursos?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Nunca.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já recebeu alguma determinação do Sr. Antônio Carlos Camilo para entregar pacote, pasta, caixa, seja o que for, com conteúdo fechado, a uma terceira pessoa?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Nunca.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Nas empresas em que o senhor passou, durante um ano, o senhor já presenciou a presença de Parlamentares, políticos lá em contato com o Sr. Antônio Carlos Camilo?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não que eu tenha visto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor, em algum momento, teve contato com o Sr. Maurício Camisotti?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor nunca viu o Sr. Maurício Camisotti nas empresas do Sr. Careca?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor, enquanto esteve nesse grupo do Sr. Careca, o senhor, com ele ou com terceira pessoa ou sozinho, o senhor já esteve nas dependências de um Ministério da Previdência Social ou do INSS?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Eu não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor tinha conhecimento de quem nessas empresas fazia esse diálogo com o INSS ou o Ministério da Previdência?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Toda a área comercial e estratégica era com Antônio Carlos Camilo Antunes.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Alguém o ajudava?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não que eu tenha conhecimento.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia me dizer – porque eu não... realmente, eu não consegui captar – qual era o tipo de serviço técnico... Porque eu perguntei "os consultores técnicos..."; o senhor disse "eu nunca vi". Nós falamos aqui de várias empresas. Qual era o tipo de consultoria técnica de que o senhor emitia nota? Qual era?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – O histórico era exclusivamente esse. O que eu posso dizer que eu sei, até por pagar a contrapartida...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – ... é telemedicina...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Espere aí. Telemedicina...

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Telemedicina...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí, eu queria parar aí. Na telemedicina, o senhor pode me dizer onde ficava o local físico de efetivação dessa telemedicina?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não; era um trabalho em que a gente pagava terceirizado. Então, quem era... Eu posso verificar nos arquivos quem... qual era a empresa que a gente pagava, porque eu não vou saber te responder com a precisão necessária...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já...

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – ... mas não era prestado pela equipe própria da empresa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já, em algum momento, teve acesso... Até para usufruto dos funcionários dessas empresas do Sr. Careca, o senhor, em algum momento, já usufruiu desse serviço de telemedicina?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conheceu alguém das empresas do Sr. Careca que usufruiu desses serviços de telemedicina?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não. Os funcionários da empresa tinham um plano de saúde que era independente disso aí.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já teve contato com alguém dessas entidades associativas que dizia como era esse serviço de telemedicina?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor não recorda quem era o destinatário desse pagamento de serviço de telemedicina?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Eu não recordo, mas eu tenho.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor, por favor, repasse a esta Comissão, tá?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Pois não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor também não recorda quem era o proprietário desse serviço de telemedicina?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não. O proprietário, aí é a certeza que eu nem vou ter; eu vou ter o nome da empresa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O nome da empresa... Mas o senhor só tem quando consultar, não é isso?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Exato.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Se eu ler o nome da empresa para o senhor, o senhor vai recordar?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – É possível.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Rede Mais Saúde Ltda.?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Prevident Assistência Odontológica?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Acredito que não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Global Planos?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Talvez. Eu preciso, realmente... Eu prefiro consultar para informar com precisão, mas talvez.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Indo mais adiante, aqui eu tenho três repasses da CBPA no valor de 4 milhões, 3 milhões, 4 milhões, todas direcionadas a esse grupo empresarial. Brasília Consultoria recebeu quatro milhões, oitocentos e pouco; a Acca Consultoria, da CBPA, R$3,313 milhões; Prospect Consultoria, R$4.655 milhões.

Olha, CBPA... O senhor sabe, fisicamente, onde ficava a CBPA?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor ouviu falar que tipo de serviço a CBPA prestava para seus associados?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Dentre eles, o que eu sabia, informalmente, eram: telemedicina, seguro capitalização, alguma coisa assim, auxílio-funeral...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha só, só para a gente fazer um fluxo: o senhor está aqui no grupo empresarial que paga um serviço terceirizado e aqui está a entidade associativa – o senhor presta essa consultoria técnica.

O senhor se recorda, por exemplo, de quanto de telemedicina era pago à empresa que prestava serviço à CBPA?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Recordar não, eu tenho.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor, todos esses serviços de que o senhor emitiu nota, que estiverem ao seu alcance, entregue aqui à Secretaria da Comissão?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Pois não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Esses pagamentos que eu acabei... Repasses. O senhor recorda se o senhor foi o receptor financeiro desses pagamentos?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Eu não me lembro do período que o senhor disse aí, mas, se for no período que eu estava lá, fui eu, e de todas eu tenho absoluta certeza de que foram emitidas a devida nota fiscal...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – ... e que foram creditadas na conta corrente das empresas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, ele disse que não tinha acesso ao serviço.

A Ambec tem aqui um repasse de quase R$12 milhões para a Prospect. A mesma coisa... A Ambec tem um de 16 milhões para a Prevident Assistência Odontológica. O senhor se recorda desses dois repasses?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – O segundo eu desconheço totalmente, não tem nada a ver...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor nunca...

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – ... com a empresa que eu trabalhava.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor nunca ouviu falar na Prevident?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não que eu me recorde, talvez ela estivesse no rol dos fornecedores. Eu não me lembro...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já...

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – ... mas não era nada que fosse sob a minha gestão.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já ouviu falar em Ademir Fratric Bacic?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não? O senhor já ouviu falar na Unaspub?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Era uma associação, também, de aposentados, não é?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o senhor, em algum momento, já esteve nela?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sabia quem era o Presidente?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Da CBPA o senhor sabia quem era?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Da Ambec?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor, enquanto financeiro, já fez algum pagamento... Eu sei do grupo, mas eu estou falando das entidades associativas. O senhor já fez, enquanto financeiro, algum pagamento das entidades? Tipo conta de água, luz, imposto, alguma coisa?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Asabasp?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Dessa, eu não me recordo. Com esse nome, não era cliente da casa, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Cebap.

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já esteve fisicamente na Cebap?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Nem nela e nem em nenhuma das associações.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então não preciso lhe perguntar mais em relação a isso.

Aqui tem um repasse de R$1 milhão. Olha, não é todo dia que você faz um pagamento de R$1,072 milhão. Na sua gestão, para Benfix – Benfix. Foi o senhor que realizou esse repasse?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – É provável. Se foi no meu período, fui eu.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o senhor teve contato com essa Benfix, que é uma empresa?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já ouviu falar da OdontoSeg, operadora de planos odontológicos?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Milton?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Pois não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual a renda mensal que o senhor percebia durante esses 14 meses? Quanto era repassado nessa prestação de serviço que o senhor fez, essa relação contratual?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – O meu contrato foi feito dia 27 de fevereiro de 2024, para iniciar em 5 de março, era R$60 mil.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quanto?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Sessenta mil reais.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia me dizer quanto o senhor recebia, numa média, nesses últimos dez anos do grupo PaulOOctavio?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Teve diversos valores em períodos distintos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas vamos...

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Antes da pandemia, por exemplo, era algo em torno de R$50 mil. Depois da pandemia, chegou até o valor de R$23 mil.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, então a ida do senhor do grupo PaulOOctavio para esse grupo do Careca não teve um aumento então considerável de vencimento, ou o senhor triplicou, dobrou? O senhor pode explicar isso?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Em relação ao último valor que eu vinha recebendo, dobrou, não é?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Dobrou?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – É. E esse foi o motivo de eu ter aceito a proposta, inclusive, que foi para voltar a receber algo em torno do que eu já tinha percebido antigamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, o senhor, como eu lhe disse, já o elogiei aqui, porque o senhor veio sem nenhum instrumento procrastinatório, nem preventivo. O senhor veio aqui de peito aberto e está sendo muito colaborativo.

Vou até, Presidente, ao final do depoimento, depois fazer um requerimento e solicitar, com a aprovação posterior da Comissão, se ele continuar dessa forma, não vejo necessidade para mantermos aquele pedido cautelar.

Sr. Milton?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Pois não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quando o senhor esteve, queria voltar um pouco, com o Sr. Careca, o senhor conviveu com esse empresário aí, que é um grande empresário, o senhor ouviu dele qual tipo de prestação de serviço das empresas ele fornecia quando o senhor foi contratado?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Aí foi mais superficial ainda, porque foi sempre o que disse, inclusive, quando emitia o histórico da nota fiscal: consultoria técnica para as associações de aposentados. Esse foi o fundamento dele, e a única ressalva que existia, além da consultoria técnica, era o próprio *call center*, que era exclusivamente da ACDS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O papel que o senhor assumiu lá nessas empresas todas... O senhor falou aí de Diretor Financeiro. A Polícia Federal identificou o senhor como o homem da mala, o operador financeiro do Careca, o cara que é tido como o que meteu a mão no bolso de milhões de aposentados.

Olha que situação: o senhor – com quarenta e poucos anos de serviço, avô de quatro netos, com a família constituída, passou a vida toda trabalhando numa mesma empresa, devia ser um funcionário respeitado dentro do grupo – depondo numa CPMI. As pessoas lá fora não entendem muito, mas o senhor é um homem que tem uma experiência, o senhor é um homem que tem uma história de vida, e, assim, tanto é que a gente chegou aqui a identificar o senhor como um dos principais elos da organização criminosa, e o senhor pode desmanchar isso aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando é que o senhor identificou que estava metido numa organização criminosa?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Bom, eu identifiquei que estava nessa operação criminosa aí quando eu recebi a Polícia Federal lá, né? Até então o que eu via era, via *Metrópoles*, via imprensa, e, os questionamentos que eu fiz para ele, ele negou todos. Ele falou: "Não, as associações com que a gente trabalha são as menores do país".

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Em outras palavras, ele quis dizer o quê? Tem ladrão maior?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não. A mim ele dizia que não fazia nada de irregular e que, se havia alguma coisa, era com as maiores, porque com ele não era.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, quando o senhor entrou, quando o senhor adentrou, pelo que eu entendi, já havia uma série de notícias, e o senhor aí confirmou, durante a sua jornada, em relação a matéria jornalística.

O que é que o senhor indagou ao Sr. Careca?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não, quando eu entrei, eu não tinha ciência. Se tivesse saído uma notícia dessa antes de eu firmar o contrato com ele, eu não tinha firmado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, mas o senhor firmou o contrato e teve essa notícia durante a execução do contrato.

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Sim, aí...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual foi o tipo de conversa?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – A conversa que eu tive com ele foi exatamente "se isso aqui procede, se você está envolvido nisso, porque se estiver, eu não participo, eu não trabalho para esse tipo de gente".

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas o senhor...

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – E ele negou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Veja bem, o senhor, um prestador de serviço, chegou para ele e falou exatamente dessa forma?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Exatamente dessa forma

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olhando no rosto dele?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Olhando cara a cara.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Só o senhor e ele?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Só eu e ele.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E qual foi a resposta que ele deu? Foi só essa?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Só essa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o senhor se conformou com essa resposta?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Eu acreditei. Eu não... Ele estava dizendo, eu não tinha... Eu tinha a palavra dele de um lado e a matéria do outro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha só: o senhor estava com um fluxo financeiro multimilionário. O senhor emitia nota sem verificar se o serviço foi prestado, e aí o senhor me disse que essas notas eram emitidas basicamente porque o senhor recebia uma ordem do Sr. Antônio Carlos Camilo. Aí, ponto.

Vamos voltar para o grupo empresarial PaulOOctavio. O senhor lá também era financeiro?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Também.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Como é que o senhor agia lá? O que é que o senhor encontrou de diferente nesse fluxo? Era o Paulo Octávio quem se dirigia ao senhor para determinar pagamento?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não, não. Aí vinha dos canteiros de obra, vinha da área de engenharia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o senhor, vindo de uma estrutura dessa, não notou uma diferença muito grande nesse fluxo, nesse cronograma, não?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Notei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí eu volto a perguntar ao senhor, porque eu estou acreditando aqui que o senhor foi, saiu de um emprego estável, entrou em outro emprego, viu em algum momento que era uma roubada, mas precisava manter esse fluxo. Quando viu, estava dentro já. Para começar a vida não é uma coisa simples, principalmente para quem tem uma família para sustentar. E eu quero muito acreditar na boa-fé do senhor.

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Pode ter certeza dela.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, mas o senhor está me fazendo voltar atrás um pouco nos meus conceitos. E eu garanto ao senhor que era tudo o que eu não queria neste momento.

Qual foi o momento que deu um *insight* no senhor de que o senhor estava metido numa roubada?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Quando eu fui receber a Polícia Federal, porque até então eu acreditava na inocência dele.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Pela ordem.) – Relator, só para ajudar aqui e colaborar.

Eu estou acompanhando atentamente aqui a oitiva do Milton. Eu estou percebendo esse sentimento do Relator e é um sentimento, acredito, de todos aqui. Alguns até arriscaram aplaudir o senhor.

E eu quero reforçar aquilo que o Relator, o Deputado Alfredo, acabou de dizer: que acreditamos na sua boa-fé, na sua vontade de colaborar, até mesmo na sua inocência.

Eu quero aqui fazer até uma analogia, muito rapidamente. Às vezes a gente tem uma relação, uma relação pessoal, em que a gente suspeita de alguma coisa, mas não quer acreditar. Mas ainda assim, ainda que existam sinais, a gente acaba não crendo que aquilo, de fato, pode estar acontecendo. Mas depois, com o passar do tempo, quando, por alguma outra razão, aquele resultado que a gente não esperava acontece, a gente começa a se dar conta, Milton, de que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqueles sinais não eram apenas uma impressão, não eram uma suspeita, mas, de fato, era uma prática criminosa.

O que eu quero aqui lembrar – e repito, não é fazendo debate político...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Nós tivemos, agora há pouco, uma condenação sobre os fatos do 8 de janeiro. E teve a figura do Cid, do Mauro Cid, que fez uma delação premiada. O Mauro Cid foi condenado, Sr. Presidente – só para concluir, rapidamente – a apenas dois anos. Salvo engano, inclusive, vai cumprir em regime semiaberto.

Por que eu estou falando isso? Porque nós compreendemos que o senhor, em algum momento, possa ter tido a impressão de que algo não estava certo, mas acreditou que estava correto. No direito penal, isso pode ser visto, Milton, como dolo eventual; você não tem a intenção, mas assume os riscos de que aquilo pode acontecer. E responder pelo dolo eventual, o senhor pode ser condenado pelo roubo de milhares de aposentados brasileiros.

Então, pensando na sua família, pensando nos seus netos, nos seus filhos, pensando na sua história como homem, profissional, como pessoa correta que é, eu queria aqui fazer esse apelo, porque, quando eu lhe olho aqui, inevitavelmente, a gente pensa no nosso pai, a gente pensa no avô, a gente pensa em quem a gente ama. E a gente não quer o teu mal. A gente não quer o mal de ninguém que aqui se senta. Não são prazerosas aquelas oitivas em que acaba tendo que se elevar o tom de voz.

Então, queria aqui lhe pedir, encarecidamente, por ti, pelos milhares de brasileiros que foram roubados: nos ajude! Não precisa nem fazer questionamento, mas traga aí algo que o senhor acha que pode ajudar. Passe essa informação para o Deputado Alfredo, para o nosso Relator, para essa CPMI, do que aconteceu, que talvez possa chamar atenção, que possa ajudar essa investigação, algo que lhe chame a atenção. Pode até não fazer sentido, mas talvez possa nos ajudar.

Essa é a sua oportunidade. E eu queria fazer esse apelo aqui, porque o nosso Relator, ele, por ser Relator, não tem um limite de tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, queria aproveitar a fala do Relator para lhe sensibilizar, lhe dar essa oportunidade de trazer essas informações tão importantes.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Milton, qual a sua relação com a Callvox?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Nenhuma.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor não é sócio da Callvox?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual a sua relação com Rubens Oliveira Costa?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – O Rubens atuava na área financeira. Ele é meu antecessor lá nesse setor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, o senhor me disse que chegou, se não me falha a memória, em fevereiro de 2024, não é isso?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Em março de 2024. O contrato foi feito dia 27 de fevereiro e eu iniciei dia 5 de março de 2024.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O seu antecessor era o Rubens. Com a sua chegada, o Rubens foi deslocado para algum outro setor?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Ele ainda continuou no mesmo setor até que eu me inteirasse um pouco sobre as apurações que eu estava fazendo no financeiro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E ele permaneceu junto ao senhor durante quanto tempo?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Uns três ou quatro meses.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o Rubens, depois desse período, foi para onde?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Depois desse período, ele foi administrar a obra lá no prédio no Setor Comercial Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor, durante o período em que o senhor estava ao lado do Rubens, o senhor presenciou o Rubens manuseando dinheiro em espécie, ou caixa, ou sacola, ou algo que parecesse dinheiro em espécie?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor, durante a sua gestão como Diretor Financeiro, o senhor presenciou o Sr. Antônio Carlos mexendo com moeda digital?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já fez algum pagamento ou algum fluxo financeiro com criptomoeda?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor presenciou ou teve conhecimento de alguma *offshore* do Romeu ou do Sr. Careca?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quais *offshores*?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – A *offshore*... Eu sei de uma, que é a que criou e tem até CNPJ aqui no Brasil, que comprou o prédio lá do Setor Comercial Sul no nome dela.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor, em algum momento, fez repasse financeiro para essa *offshore*?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Em algum momento, essa *offshore* fez repasse financeiro para as empresas?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E como é que o senhor tomou conhecimento dessa *offshore*?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Porque eu recebi o CNPJ dela quando foi para passar para o cartório fazer a escritura.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor teve conhecimento de se essa *offshore* tinha imóveis, automóveis, ou algum outro bem em nome dela?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não, eu sei desse do Setor Comercial Sul, que foi escriturado em nome dele, que foi uma operação que passou por mim para encaminhar o documento para o cartório.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe qual foi o cartório em que foi feito esse registro?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – O JK, na 505.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – JK, da quinhentos...

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Que foi feita a escritura, né?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Foi feita a escritura.

O senhor recorda o valor?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Ah, meu Deus... Eu sei que foi mais de 2 milhões, mas não sei com precisão, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe como foi feito esse pagamento do imóvel?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Foi pelo responsável pela *offshore*, que é o Sr. Antônio Camilo Antunes.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas o senhor sabe de qual conta saiu esse pagamento?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Pessoa física dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sabe onde ele mantinha a conta pessoa física?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Eu sei de uma, que é do BRB; as outras... Eu sei que ele tinha outras, mas não sei onde.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor não sabe nem em qual banco ele operava, além do BRB?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Eu devo ter anotado, mas eu tenho que pesquisar, então.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor... Por favor, entregue à CPMI.

A conta pessoa física do Sr. Antônio Carlos Camilo se confundia com a conta das pessoas jurídicas?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece, o senhor sabe dizer se o Sr. Rubens Oliveira tinha procuração da Prospect?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Tinha.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor, em algum momento, provisionou para o Sr. Rubens Oliveira sacar recursos da Prospect?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Do primeiro ao último dia que eu estive lá, não houve saque em nenhuma conta corrente de nenhuma das empresas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor é sócio da Plural Intermediações?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor tem alguma relação com a Plural Intermediações?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Em alguma dessas empresas das quais o senhor era Diretor Financeiro, através do senhor, foi feito pagamento sem nota fiscal?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode dizer se, em algum momento, o Sr. Antônio Carlos Camilo, o Sr. Romeu, o Sr. Rubens, o Sr. Domingos ou seja lá quem for pediu ao senhor para fazer repasse a pessoa física que o senhor nunca tinha feito?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não, com exceção do próprio Antônio Carlos Camilo Antunes e do Domingos, que eram sócios das empresas, e houve repasse para eles, como distribuição de dividendos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia dizer, desse montante de 140 milhões que teve o fluxo financeiro, quanto foi repassado diretamente para a pessoa física Antônio Carlos Camilo?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Ah, é difícil de eu precisar esse valor... Acredito que uns 20.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E para o senhor Domingos?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Uns cinco ou seis.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Curitiba Consultoria – já ouviu falar?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Já paguei nota fiscal emitida deles contra as empresas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Alguém da Curitiba Consultoria esteve com o senhor pessoalmente?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já ouviu falar no funcionário público chamado Virgílio?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Li, recentemente, mas eu não o conheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pessoalmente, o senhor nunca esteve com ele?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quando o senhor fez esse pagamento, o senhor se comunicou com quem via *e-mail*?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não, não comuniquei com ninguém via *e-mail*. Recebia nota fiscal com instrução para pagamento, e era normalmente ou TED ou Pix.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor recorda se foi pessoa jurídica ou física que o senhor fez esse pagamento?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Curitiba, todas jurídicas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Foi... foi a própria Curitiba?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já ouviu falar na Sra. Thaisa, esposa do Sr. Virgílio Antônio Ribeiro?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Até então, não. Igualmente ao Virgílio, lendo esses dias aí.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já esteve, conhece ou pagou uma pessoa chamada Eric Douglas Martins Fidelis?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já esteve ou pagou uma pessoa chamada André Paulo Felix Fidelis?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já esteve ou pagou uma pessoa chamada Alexandre Guimarães?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor falou que não esteve nem pagou... Dessas pessoas que eu citei, o senhor conhecia algumas, alguma delas?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece a Vênus Consultoria?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Também pagando nota fiscal de serviço deles.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabia quais eram os sócios da Vênus Consultoria?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não sabia e não sei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor não sabia que o Sr. Rubens Oliveira, seu colega de trabalho, era um dos sócios da Vênus Consultoria?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Nunca ouvi falar isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe quanto pagou à Vênus Consultoria?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual a sua relação com Domingos Sávio de Castro?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Praticamente nenhuma. Sei que ele é sócio da empresa de *call center* da ACDS, e estive com ele algumas vezes.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe onde... O senhor sabe onde ele mora?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor nunca teve nenhum imóvel dele?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Recebi um documento aqui que me coloca o senhor como sócio do Sr. Domingos Sávio de Castro. É verídico que o senhor é sócio dele em alguma empresa?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece a Sra. Cecília Rodrigues Mota?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Nunca esteve com ela então?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conheceu ou conhece nessa sua atuação enquanto integrante, Diretor Financeiro dessas empresas, algum funcionário público relacionado ao INSS ou ao Ministério da Previdência?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Além desse contrato de R$50 mil ou R$60 mil, nessas operações que eram feitas, o senhor recebia alguma vantagem indevida por fora?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Nunca.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor, no uso aí das suas atribuições, a pedido do Sr. Antônio Carlos Camilo, o senhor já pagou vantagem indevida para alguma pessoa? O senhor teve conhecimento que aquilo era uma vantagem indevida?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não, tudo que chegou para eu pagar foi, como eu já disse, mediante apresentação de nota fiscal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Milton, eu quero lhe agradecer o depoimento e dizer que vem muita gente aqui para falar grosso, mas na hora que se senta aqui já vem com *habeas corpus* anterior.

Eu não sei se o senhor falou a verdade ou a mentira – eu não tenho como perceber isso agora –, mas uma coisa eu posso lhe dizer: na sua forma de agir, até o presente momento, foi o depoente que mais colaborou com interesse direto na investigação.

Aos 62 anos que o senhor tem... É?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não. Só 60.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sessenta.

Eu espero profundamente – e digo isto de coração – que o senhor não tenha nenhum envolvimento direto. Vou ficar muito feliz com isso. E, se o senhor tiver, vai ter me enganado profundamente.

Muito obrigado.

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Por nada.

Eu posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pode, perfeitamente.

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Infelizmente eu não posso te provar que eu estou falando a verdade, mas posso te assegurar que não omiti a verdade em nenhum conhecimento que eu tenho aqui. Aquilo que eu não me lembro, o colega advogado aqui anotou e eu vou buscar e apresentar a vocês.

Eu não tenho nada para esconder de ninguém. Eu não tenho nenhuma participação em nada que chegou, para que eu fizesse de maneira ilegal.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito bem, Sr. Milton.

Tenho certeza que o seu posicionamento... Os seus netos devem estar orgulhosos do senhor na sua sinceridade aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gente, deixa eu abrir aqui um parêntese rápido, antes de passar a palavra aos Parlamentares.

Os senhores já viram o tamanho desse rombo? Os senhores já observaram aqui, nesses dias em que temos nos reunido, nas perguntas do Relator, a quantidade de dinheiro que essa gente desviou? Para quê? Para comprar avião, barco, mansão de luxo, viajar. Tudo isso em cima de quê? Do suor do povo brasileiro. É uma das coisas mais absurdas. Isso é revoltante, porque, enquanto eles desfilam aí nos jatinhos, enquanto eles exibem os vinhos caríssimos, enquanto eles exibem todo um patrimônio, os aposentados contam dinheiro para poder pagar aluguel, para comprar remédio, para poder comprar comida. É um negócio que machuca a gente. Mas machuca a gente de verdade, né?

É por isso que eu quero pedir aos Parlamentares, mais uma vez: vamos focar o nosso tempo em nós revelarmos ao Brasil quem são esses ladrões. Não vamos perder o nosso tempo aqui com disputa ideológica, de política, com divisões. Não! Olha, cada minuto desta CPMI, para as pessoas que estão nos assistindo nesse horário, vamos gastar esse tempo para a gente poder dar respostas à população brasileira, para a gente poder mostrar sabe o quê? Que essa impunidade não vai permanecer.

Eu vou aqui repetir para os senhores: não fomos nós que colocamos as algemas no Careca e no Camisotti, mas foi o nosso trabalho aqui, foi nós nos reunirmos aqui. A imprensa está toda cobrindo, toda ela mostrando aqui que nós chamamos a atenção sobre esse rombo e a ineficácia, até aquele momento, dos órgãos de controle, e principalmente da falha da Justiça brasileira, que é inexplicável. É inexplicável a Justiça não ter colocado ninguém na cadeia até que esta CPMI começou. E vai continuar assim. Eu quero pedir aos senhores que a gente caminhe junto nesse esforço, e, daí, cada vez mais a gente avançar, a gente dar mais resposta, a gente elucidar mais, a gente mostrar a todo o povo brasileiro o que aconteceu aqui para que a gente não deixe impune essa situação.

Essa decisão do Supremo Tribunal Federal não pode nos desanimar. A gente tem que deixar claro esse problema dessa interferência entre os Poderes, com um Supremo totalmente sem controle no relacionamento com o Parlamento. Decisões que desrespeitam o nosso trabalho. Isso não vai nos impedir, porque nós vamos dar sequência aqui, com muita força. Eu sei do cansaço dos senhores. Eu também estou cansado. Eu gostaria de ter ido para a minha casa hoje, né? Mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós temos uma missão a ser cumprida. Isso para nós... Para mim é o mais importante aqui. Esta CPMI aqui, Srs. Líderes, não é um teatro. Nós não estamos, aqui, brincando de fazer CPMI, nós não estamos aqui tomando tempo apenas... Nós estamos aqui para – sabem? – cumprir o nosso papel de Parlamentares.

Eu, sinceramente, estou... Apesar de toda a confusão, eu não me sinto, em momento algum, desanimado ou, em momento algum, desrespeitado, porque é parte do nosso trabalho; a nossa convivência é assim mesmo. Quem está nos assistindo muitas vezes pode falar assim: "Nossa, mas que confusão esse bate-boca!". É assim que funciona, porque nós somos a cara do povo brasileiro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pluralidade de opiniões, de posicionamentos.

No final, a gente se respeita e todo mundo sai daqui cumprimentando um ao outro; convivemos pacificamente. Agora, o sentimento nosso tem que ser único. O sentimento contra a impunidade – sabem? –, de acabar com essa roubalheira que tomou conta da previdência brasileira.

Então, focar nisso, para que a gente possa avançar cada vez mais e – sabem? – a gente ter a consciência tranquila de deitar à noite e dizer assim: "Olha, cumpri com o meu papel!". Isso é que é o mais importante, e eu entendo que nós vamos conseguir, sabem?

Os senhores estão me dando uma grande oportunidade na vida, como Presidente desta Comissão, de cumprir uma missão que o povo brasileiro nos deu. Disso eu não vou abrir mão.

E eu convido os senhores para que a gente possa focar daqui para a frente e, juntos, a gente poder dar respostas. É o que os brasileiros esperam da gente.

Vamos dar sequência aqui na... (*Pausa.*)

Pois não. (*Pausa.*)

Claro, perfeitamente!

A sessão está suspensa por dez minutos. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, Senador Izalci; Senador Jorge Seif; Paulo Pimenta...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, são as mesmas.

Rogerio Marinho; Marcel van Hattem; Soraya Thronicke; Duarte Jr., Leila Barros, Bia Kicis, Evair de Melo, Randolfe Rodrigues e Fernando Rodolfo.

São 12.

(*Suspensa às 20 horas e 53 minutos, a reunião é reaberta às 21 horas e 05 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC. Para interpelar.) – Está fechado o microfone...

Sr. Presidente, quero primeiro congratular todos os Parlamentares que estão aqui desde cedinho fazendo este trabalho pelo Brasil, apesar de algumas desavenças, algumas questões. Eu creio que todos queremos descobrir os problemas que ocorreram. Eu também vou votar, por assim dizer, com o nosso Relator, porque está sendo, de todos os depoimentos até agora, me parece, o mais honesto, o mais sincero.

Eu quero parabenizar o senhor, Sr. Milton. Por vezes aqui, a gente perde a linha. Por vezes aqui, a gente se exalta, mas não é por outra coisa senão por indignação. Eu recebo no meu gabinete *e-mails*, ligações para a minha equipe, pessoas se queixando na minha Santa Catarina, pessoas velhinhas – sabe? – que não têm aquele conhecimento digital, que sequer tiram extratos de conta, mas que viam descontos e mais descontos e não entendiam. Às vezes procuram Procon, às vezes procuram bombeiro, às vezes procuram polícia... É como um pedido de socorro.

E aí nós vemos pessoas que se sentam aí, muitas vezes tentando se refugiar de perguntas, infelizmente através do Supremo Tribunal Federal, que muitas vezes envergonha o Brasil, que é uma Corte em que a população, em pesquisas essa semana publicadas inclusive pela CNN, não confia. Aí o senhor vê, o Ministro acaba protegendo e desprestigiando o Parlamento quando ele permite que pessoas investigadas... Porque esta Comissão, para o senhor saber, Sr. Milton, tem poder de justiça, de polícia e de Parlamento. É três em um. Nós acumulamos esse poder através

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

da figura especialmente do nosso Presidente, e ninguém aqui está de brincadeira, eu não acordei hoje 5h da manhã para que isto aqui termine em pizza. O teu antecessor, o outro depoente, ficou aqui debochando da nossa cara, debochando, um claro deboche, mas eu quero parabenizar o senhor.

Espero também, como o Relator falou, que o senhor esteja falando a verdade.

A minha avó materna, já falecida – está morando com o Papai do Céu –, me dizia o seguinte: "Meu neto, laranja madura, na beira da estrada, ou está bichada ou tem marimbondo no pé. Cuidado com coisa fácil, com coisa muito boa". É o famoso: quando a esmola é demais, o santo desconfia.

O senhor trabalhou, e aí já parto para as minhas perguntas para o senhor... O senhor trabalhou, Sr. Milton, durante 19 anos com uma empresa que me parece consagrada em Brasília. Sou de Santa Catarina, mas, pelo que o Izalci, que é o nosso Senador aqui do DF, me falou, é uma empresa consagrada, uma empresa que realmente tem empreendimentos, tem movimento, tem prédio, tem construção etc. O senhor – me permita lhe perguntar – trabalhava lá no Paulo Afonso com PJ ou o senhor tinha a carteira assinada?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR (Para depor.) – No início do nosso vínculo, eu tinha carteira assinada e, a partir de 2013, passei a ser PJ.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Então, eu imagino que o senhor evoluiu salarialmente. Quando o senhor tinha carteira assinada era um valor, depois que ele começou a pagar, o senhor mostrou o seu valor, o seu profissionalismo e ele passou a lhe pagar mais, não é isso?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Exato.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – E aí o senhor saiu do Paulo Afonso por uma proposta. O senhor colocou o seu currículo, segundo o seu depoimento, no LinkedIn, a secretária do Careca do INSS te ligou. E o senhor ganhava... Na sua última nota emitida pro Paulo Afonso, o senhor recebia quanto dessa empresa? Aproximadamente, eu sei que...

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Vinte e três mil e alguma coisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – E aí, quando o senhor começa a trabalhar com o Careca do INSS, quanto o senhor passou a ganhar?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Sessenta.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Então, de 20 para 60, mais ou menos isso?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Exatamente isso.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Tá. E o senhor... O que me parece, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, é que esse cara era muito profissional, ele fez uma indústria de fraude, não sei se o senhor tem esse entendimento, porque, desse lado, pelo que a gente tem visto, ouvido e pesquisado, investigado, ele tinha uma indústria – indústria! – de fraude, tinha *call center*, tinha o senhor, contador, tinha várias empresas e recebia dinheiro de cá, recebia dinheiro de lá e pagava e emitia nota fiscal. Ele fez uma industrialização de roubo de aposentados e pensionistas. Essa é a visão que o senhor tem também?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Hoje é, né?

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – O.k.

Alguma coisa foi alterada, nos procedimentos das empresas do Careca do INSS, depois que o senhor entrou nesse grupo, quando o senhor começou a prestar seus serviços?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Eu não posso afirmar que mudou, o que eu posso assegurar é que não se recebia nada e nem se pagava notas sem os documentos legais.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Algo estranho chamou a atenção do senhor quando entrou nesse trabalho, esse volume de empresa? Eu vou falar aqui bem no português bem popular: esse cara me parece muita empresa, é carro importado, é empresa de tudo que é lado do Brasil. Não era muito "sambarilove", não? Muita conversa, muito jogo de cintura, não lhe chamou atenção? O senhor é um homem que é experiente, a sua barba é branca, o senhor não é bobo. Então, Sr. Milton, não lhe chamou atenção esse volume de coisa aí?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não chamou. Achei, na verdade, bacana o discurso dele comigo e me convenceu. Eu fui na verdade, apesar da barba branca, provavelmente ingênuo de ter agido de boa-fé quando não era o correto.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Sr. Milton, além da gestão financeira, alguma gestão administrativa ou documental ficava sob sua responsabilidade? Recursos humanos, eSocial, emissão de passagens aéreas, atas de reuniões, cartórios, junta comercial; tudo isso o senhor fazia também?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Nada disso eu fazia.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Somente os pagamentos.

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Exato.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Quando o senhor acessava essas contas correntes – se o senhor fazia pagamentos, entendo que o senhor... se fazia pagamentos, o senhor entrava no banco. O senhor tinha acesso às contas bancárias do Careca?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Sim, da empresa.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Das empresas. E os volumes; o senhor lembra dos volumes? Por exemplo, quando o senhor vai fazer... Se eu abrir agora o meu banco aqui, vai mostrar o meu saldo. Essas contas não tinham valores que lhe chamavam a atenção pelo volume?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não chamavam a atenção pelo volume porque, antes de ter esse crédito, eu mesmo é que mandava emitir a nota fiscal, né? Então, eu saberia que teria aqueles créditos.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Tá.

O senhor teve... Sr. Milton, o senhor teve participação em elaboração, alteração ou guarda de atas de associações?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor utilizava algum sistema de gestão administrativa, patrimonial, contábil ou financeira para esse grupo? Como é que o senhor geria esse... É empresa, é *offshore*, é CNPJ, pessoa física, é conta no BRB... Eu imagino que o senhor tinha ou uma equipe muito grande para lhe auxiliar, ou o senhor contava com algum sistema para gerenciar tudo isso. Eu estou certo ou não?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Existia um sistema, sim, né? Da empresa; não meu. Das empresas.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Das empresas.

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Eu não controlava conta corrente de pessoa física e não controlava nada da *offshore*. A única atuação minha foi encaminhar um CNPJ que eu recebi para que fosse escriturado um imóvel dele no cartório.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – O senhor lembra qual era o sistema que era utilizado pelas empresas?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – O senhor sabe onde o grupo guardava digitalmente seus arquivos? Google Drive; Dropbox; SharePoint, da Microsoft; algum outro sistema? Era na nuvem, era o quê? Google Drive? O que era?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Eu, particularmente, não tinha arquivo nenhum em nuvem, né? A empresa, não que eu saiba. Tinha no sistema.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Sr. Milton, qual era o meio de comunicação com a liderança desse grupo? O senhor só falava com o Careca do INSS? Tinha um grupo de WhatsApp? Trocavam informações? Ou ele lhe dava ordens diretas: "ó, faça isso", "ó, liga para a empresa, pede a nota" ou "liga lá, solicita", "olha, eu estou te mandando uma nota"? Como é que era a comunicação do grupo?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – A comunicação era, no meu caso, estritamente com o Antônio Carlos Camilo Antunes. Ele informava o valor em que era para ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

solicitada a emissão de nota fiscal ou informava o pagamento e que me enviaria a nota fiscal para ser pago.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – O senhor... Sr. Milton, o senhor tinha equipe? Era um exército de um homem só ou tinha vários funcionários com o senhor? O senhor pode descrever, detalhar nomes e descrever funções?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Na minha área, tinha eu; por um período, tinha o Rubens, que ainda estava por lá, mas saiu uns três meses depois; e tinha duas assistentes financeiras.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Tudo sob suas ordens?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Todos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – O senhor lembra...

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – ... trabalhando comigo.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – A gente com o tempo se acostuma com essa campainha, mas às vezes eu tomava susto também, viu? Fique tranquilo.

Sr. Milton, e o nome dessas pessoas, o senhor lembra, de todas elas?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Bom, são duas, né? Natália... A outra tem um nome difícil – me dá licença; eu vou procuro aqui.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Não... Mas eram como auxiliares...

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Assistente financeiro, isso.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Eram cargos menores, digamos assim.

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Assistente financeiro.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Tá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor teve alguma interação com algum agente público, por exemplo, funcionários do INSS, funcionários de algum ministério, algum Parlamentar, alguma autoridade que o senhor reconheceu: "Pô, esse cara aí é Deputado", "Esse cara aí... Pô, esse cara é Senador", "Esse cara é ministro", alguma autoridade? O senhor tinha esse tipo de reunião, de participação, de frequentar algum órgão aqui do Executivo ou do Legislativo?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O.k., Senador.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Oi?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Tempo encerrado.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Agradeço ao senhor, Sr. Milton, pela participação. Tinha mais perguntas aqui, mas a gente precisa respeitar o tempo dos outros Parlamentares. Obrigado.

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Por nada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador.

Com a palavra o Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para interpelar.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, senhor.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... eu confesso para o senhor que eu estou com dificuldade de entender algumas coisas.

O senhor teve busca e apreensão na sua casa?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR (Para depor.) – Sim...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor...

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – ... no mesmo dia em que teve na empresa.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... está com os seus bens bloqueados?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Sim.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor era o contador, recebia...

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não, não era contador, não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Auxiliar de contabilidade, recebia um salário como PJ de 60 mil por mês, é isso?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Isso.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – E por que a Polícia Federal foi na sua casa?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Porque consta no... Não sei em que momento que eles apuraram, na fase de inquérito lá, que eu sou sócio dessas empresas, só que eu não sou.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Mas de onde é que a Polícia Federal tirou isso?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Ah, infelizmente eu não sei informar.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Então, o senhor está nos dizendo aqui que a Polícia Federal... Que o Ministério Público Federal criou uma informação falsa de que o senhor era sócio das empresas e o senhor nunca foi, o senhor simplesmente emitia uma nota de 60 mil por mês como prestador de serviço e dali a pouco a Polícia Federal do nada foi à sua casa, fez busca e apreensão, trancou todos os seus bens e o senhor... É isso?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Eu nunca fui sócio de nenhuma dessas empresas.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sim, mas é nisso que o senhor quer que eu acredite? O senhor... O seu trabalho era: o camarada ia lá, o Careca, e dizia: "Emite aí uma nota de tantos milhões para o fulano", "Emite uma nota de tantos...", o senhor só fazia isso? Aliás, movimentava 30 milhões, 40 milhões por mês. Era o senhor e duas pessoas e não tinha sistema.

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Tinha sistema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Mas uma movimentação de milhões de reais, 500 milhões, 400 milhões por ano, uma coisa desse tamanho e...

Eu, sinceramente... O senhor tem... O senhor consta no contrato social de alguma dessas empresas?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Como sócio em nenhuma delas, jamais.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Qual é... O senhor consta como o quê?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Fui posto no contrato como diretor financeiro porque era uma atribuição estatutária.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Ah, o senhor... Então, o senhor consta no contrato social?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Como... Sem qualquer participação societária.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Como diretor?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Como diretor financeiro.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Então, o senhor consta no contrato social das empresas como diretor.

O senhor trabalhou no PaulOOctavio. O senhor fazia a mesma coisa que o senhor fazia para o Careca para o PaulOOctavio, ou não?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Era diretor administrativo e financeiro lá.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor sabia que o Coaf identificou, entre 2019 e 2021, 1 bilhão de movimentações suspeitas do grupo PaulOOctavio com essas empresas que estão nessa mesma investigação do INSS?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Desconhece esse fato?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Desconheço inclusive qualquer operação dele com essas empresas.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Bom, eu estou lendo aqui o que está na operação do Coaf.

O senhor prestava serviço com exclusividade para o Careca? Trabalhava só para ele?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Sim.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Exclusivo?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Só para as empresas dele.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor não cuidava das contas pessoais dele?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Quem era o contador que cuidava das contas pessoais dele?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Bom, o contador das empresas é...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não, dele, pessoal.

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não, aí eu não sei.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor não passava... O senhor... Imposto de renda, tinha que mandar as notas da empresa, tinha que ter...

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não, era o mesmo.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor pagava lucros e dividendos?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Era o mesmo das empresas.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Quem era?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Era a Voga Contabilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Tem uma empresa chamada Voga Contabilidade? Era para essa empresa que o senhor informava a antecipação de lucros e dividendos?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Toda a movimentação...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Tudo era para lá?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – ... das empresas era para a Voga.

O SR. PAULO MAGALHÃES (Bloco/PSD - BA) – Então quem cuidava da contabilidade pessoal?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Era a mesma que cuidava das empresas.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – É a Voga?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Isso.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – E essas antecipações eram depositadas na conta pessoal dele?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Sim.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Nunca houve retirada em dinheiro?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – No período em que eu participei da movimentação financeira da empresa, não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – E antes?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Aí eu não sei.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor falou que tinha uma empresa de locação de veículos, com cerca de 12 carros, que nunca locou carro para ninguém, é isso?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Tinha uma empresa que a atividade dela era compra, venda e locação de veículos.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Locação, nunca houve.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – E esses veículos eram utilizados?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não sei.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Quem é que fazia a gestão dessa empresa?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Quem fazia a gestão dos veículos era o próprio Antônio Carlos Camilo.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não, da empresa, quem era? Tinha alguém que era o gestor dessa empresa. Tinha uma empresa de locação de veículos.

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Ela não tinha operação de locação. Então, previsto...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Mas os carros ficavam parados?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Ficavam com o Antônio Carlos.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Ninguém andava nesses carros?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não, que eu saiba.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Ah, ficavam parados esses 12 carros?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Aí eu não sei.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Uma empresa de locação de carros em que os carros ficavam todos parados, e ninguém utilizava os carros, é isso?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Até onde eu saiba, sim.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu nunca ouvi falar em nada parecido.

Tinha avião também? Pagava, o senhor pagou alguma vez uso de aeronave?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Locação, empresa jurídica, nenhuma delas nunca locou avião?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Aeronave, nada?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sobre a questão da *offshore*, ela era na pessoa física?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Eu não domino o assunto de *offshore*. Ela era uma *offshore* cujo responsável, como pessoa física, era o próprio Antônio Carlos Camilo Antunes. Era uma pessoa jurídica, porque tinha CNPJ aqui no Brasil.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – A *offshore* era na pessoa jurídica?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Isso.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Mas não era o senhor que cuidava das contas da *offshore*?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Ela não tinha nem conta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Como não tinha conta se ela comprou o imóvel?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Ela comprou o imóvel, e quem pagou o imóvel foi diretamente o Antônio Carlos Camilo Antunes, que é o responsável legal pela *offshore*.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Na pessoa física?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Pagou pela pessoa física.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Ah, então ele comprou o imóvel pela pessoa física, mas o imóvel era da *offshore*?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Ele comprou pela *offshore* e pagou via pessoa física, porque ele era o representante dela. Foi isso que eu entendi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, eu, por mais que vocês tenham ficado bastante sensibilizados aí, eu quero dizer para o senhor que não me convenci muito. Um esquema sofisticado como esse, porque nós estamos tratando aqui, Presidente, de uma quadrilha sofisticada.

Esse esquema que foi montado dentro da estrutura do Estado brasileiro, principalmente a partir de 2019, do Governo Bolsonaro, que concedeu os ACTs para estas empresas que o Careca emitia a nota, esse esquema era um esquema muito bem organizado. Nós estamos falando aqui de crime organizado, que tinha gente para trabalhar na liberação dos ACTs, tinha aquele esquema, montado no Governo Bolsonaro, para poder colocar sócios fantasmas para dentro dessas entidades, depois teve toda aquela operação para afrouxar a fiscalização. Nós estamos falando aqui de um esquema sofisticado que roubou bilhões dos aposentados e aposentadas; aliás, esquema que foi desbaratado no Governo do Presidente Lula: CGU, Polícia Federal... Sse não fôssemos nós para acabar com esse esquema criminoso e garantir inclusive a devolução do dinheiro roubado por esse esquema criminoso montado no Governo do Bolsonaro...

Aí você tem uma operação complexa como essa. Presidente, o senhor é um homem experiente. Promotor, promotor... O nosso Relator é promotor. Aí você vai contratar alguém para cuidar dessa contabilidade de um esquema sofisticado e criminoso como esse... Aí você vai procurar currículo no LinkedIn? Imagina, eu fico pensando no filme O Poderoso Chefão, Don Corleone tinha que trocar de contador – naquela época não tinha LinkedIn –, botava nos classificados: "Estamos precisando de contador para cuidar das contas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... da máfia, em função da aposentadoria do antigo contador". Eu não acredito que um esquema criminoso dessa sofisticação, que movimentou bilhões de reais, ia contratar alguém para cuidar das contas pelo LinkedIn, Presidente. E, cá para nós, a Polícia Federal fez busca e apreensão, está com os bens bloqueados. Por nada? Por nada?

Então, o senhor me desculpe, mas eu não me convenci dessa história. Para mim, tem muita coisa que está mal explicada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – E, de alguma forma, tem alguém graúdo sendo protegido. E nós vamos ter que descobrir, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... onde é que foi parar esse dinheiro aí que foi roubado por essa organização criminosa dentro do INSS, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Lembrando, Deputado Paulo Pimenta, que as pessoas que vêm aqui podem dizer o que desejarem, mas as informações todas serão checadas com os dados que a CPMI vai receber, e podem ser chamadas, depois, para dar clareza às incongruências que foram colocadas, e aí, numa situação bem mais difícil – não estou dizendo que é o caso do Sr. Milton –, numa situação bem mais complicada, porque, se não nos deram as informações corretas, estavam sob juramento e com a possibilidade de um processo por perjúrio.

Com a palavra o Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Para interpelar.) – Sr. Presidente, senhoras e senhores, em especial o nosso convidado, Sr. Milton...

Sr. Milton, eu vou partir diretamente aqui para o tema, para a gente não perder tempo. Só são dez minutos, ao contrário do Relator, que teve duas horas, mas foram bem aproveitadas – bem aproveitadas.

Eu ouvi atentamente tanto o depoimento que V. Exa. fez na declaração inicial como o depoimento que V. Exa. prestou... E, a exemplo dos outros, eu quero, inicialmente, dizer que V. Exa. está tendo uma postura diferente, e essa postura merece, da nossa parte, o estímulo e o agradecimento.

Uma situação de que eu quero começar a falar, inicialmente, é que é claro para nós que há uma organização criminosa muito sofisticada. A gente está falando de *call centers*, consultorias, aluguéis de veículos, serviços de telemedicina, de odontologia, funerárias, agências de viagem. É um negócio assim que deve ter dado muito trabalho para ser engendrado. E me desculpe, Sr. Milton, assim, com toda a franqueza e com todo o respeito, pelo que eu vi, por o senhor falar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

aqui, não é possível que o senhor não soubesse do que estava acontecendo. Bom, isso é uma dedução que eu faço.

E veja, Sr. Milton, por quê. Essas entidades associativas ligadas ao grupo do Maurício e do Antônio Carlos, vulgo Careca – que eu tenho até dificuldade de falar, eu acho que ele merece todo o nosso respeito... É Antônio Carlos Camilo Antunes.

Veja, a Unsbras teve o seu ACT celebrado dia 25/09/23. Quem foi o Presidente nessa época? Acho que era o Presidente Lula, não é? Alguém falando aqui uma coisa diferente. Ele teve quase R$150 milhões em descontos associativos. Depois veio a Abrasprev, 21/12/2023 – Presidente Lula –, R$39 milhões; a Abapen – todas ligadas ao esquema dos dois cidadãos que eu falei antes –, 08 de novembro de 2023, R$75 milhões. Aí vem a CBPA, esse foi celebrado em 15 de julho de 2022, no Governo anterior, só que a curva é ascendente; a partir de fevereiro de 24, você sai de um patamar mínimo, vai para R$14 milhões por mês e acumula R$221 milhões, até 25. Da mesma forma, a Cebap, que foi celebrado no dia 26/12/22, só começou a recepcionar recursos em 23, no Governo do Lula, mais R$202 milhões. E, por fim, a Ambec (Associação dos Aposentados Mutualistas), que celebrou em setembro de 21, o primeiro desconto associativo foi em dezembro daquele mesmo ano e, a partir de... tinha, no ano de 22, uma média de 1,6 milhão e sobe para 21 milhões no Governo do Lula – mês eu estou falando – e arrecadou R$494 milhões. Bom, são números... Eu somei aqui essas associações: dá R$1,81 bilhão. É um número bastante expressivo.

Claro que as empresas que foram administradas com o senhor como Diretor Financeiro e que tinham como proprietário o Sr. Antônio Camilo receberam uma fração desse valor. O senhor falou em torno de R$140 milhões nesse período.

A primeira pergunta que eu lhe faço: quando o senhor chegou a essa entidade, houve uma estabilidade de fluxo financeiro mensal ou essa questão foi ascendente?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Ela manteve, razoavelmente, uma média regular.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Então, do princípio ao fim, em torno de R$10 milhões, R$12 milhões por mês.

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Muito bem.

O senhor tem ideia de quem é a Sra. Thaisa Hoffmann Jonasson?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Esposa do Sr. Virgílio Antônio, Procurador do INSS. Ele... O Sr. Antônio, do qual o senhor é sócio com a empresa Curitiba Consultoria em Serviços Médicos, um valor aqui de R$7,407 milhões... O senhor não conhece a Sra. Thaisa.

O senhor disse que os serviços prestados pela empresa do Sr. Antônio Carlos eram serviços técnicos especializados. Eu já até os elenquei anteriormente. O senhor nunca teve contato com esses prestadores de serviços? O senhor nunca suspeitou que tais serviços eram inexistentes?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Eu estou lhe perguntando, porque, no seu depoimento, me chamou a atenção, pela sua experiência profissional, admirável até, porque as pessoas, é claro, têm que ter orgulho do que fizeram e o senhor demonstra que tinha muita proficiência, estava num grande grupo empresarial... O senhor emitia notas fiscais e pagava notas fiscais. Qual era o controle que o senhor tinha para atestar essa nota fiscal que era paga?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – A nota fiscal era atestada e aprovada, primeiramente, pelo Sr. Antônio Carlos.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Então, o senhor, na verdade, só fazia o pagamento?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Se não tivesse a autorização dele...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Então, o ateste anterior era do Antônio Carlos?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Se não tivesse a autorização dele, não era paga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – O senhor chegou a ver, em algum momento, algum produto fruto dessa nota fiscal? Tipo, por exemplo, se o senhor disse que era uma consultoria, você viu o produto da consultoria?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Eu não. Não era da minha área e eu nunca tive acesso.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Nunca teve acesso ao produto da consultoria que era formulada.

O senhor nunca suspeitou que essas empresas eram empresas de fachada? Eu pergunto, porque eram empresas diversas, mas parece que se integravam entre elas, né? Se pagavam e recebiam mutuamente, né?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Como elas agiam mutuamente eu não sei, porque eu não tinha acesso também. Não era empresa de gestão minha, né? O que eu conferia era a legalidade das notas fiscais. Se aquilo que está ali no próprio estado, como é tudo eletrônico, todas elas eram confirmadas antes de efetuar o pagamento.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Nos materiais produzidos pela Polícia Federal, há informações de que as empresas Acca, ACDS, Brasília Consultoria, as empresas que foram elencadas, enviaram quase R$50 milhões, essas empresas todas que foram elencadas anteriormente, para uma outra empresa chamada Arpar. O senhor sabe que tipo de transação são essas com essa empresa Arpar?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Essa Arpar...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Hum-hum.

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – ... os pagamentos que foram feitos para ela no período em que eu efetivei eram participação em debêntures.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – O senhor sabe quem era o proprietário dessa empresa?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – O proprietário eu não sei. O nome da pessoa com quem eu tratava, se não me engano, era Rodrigo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Rodrigo. Rodrigo seria o responsável por essa Arpar?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Arpar. Isso.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – E o senhor sabe que tipo de serviço essa Arpar prestava a todas as empresas do grupo em que o senhor era Diretor Financeiro, para receber uma quantia tão relevante de R$50 milhões? E, veja, só para o senhor colocar dentro da dimensão da resposta que o senhor vai nos dar, o senhor falou que foi em torno de R$130 milhões a R$140 milhões de movimentação no período em que o senhor esteve lá. Essa empresa sozinha recebeu R$50 milhões. Que tipo de serviço essa empresa prestava?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Era aquisição de direitos de debêntures.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Vocês estavam comprando debêntures?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Exato.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – De que empreendimento?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – As escrituras não chegaram para mim. Então... Enquanto eu estive lá, eu não recebi as escrituras.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Então, essa empresa, teoricamente, vendeu debêntures de algum empreendimento imobiliário e o senhor foi pagando R$50 milhões e nunca teve acesso ao produto...

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – As escrituras eu não recebi.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... que vocês compraram, que as empresas compraram?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Exato.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Me parece que os mecanismos estavam bem frouxos lá nessas empresas de consultoria em que o senhor era Diretor Financeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando o senhor sai da empresa, quando houve esse desfecho, nesse período que precedeu o final do mês de abril, me parece que houve uma série de informações e de reportagens do *Metrópoles* desde 23; quer dizer, quando o senhor entrou na empresa do Careca, já estava com uma série de reportagens. O senhor nunca se preocupou em saber o que é que estava acontecendo, não, com essa escalada de denúncias e de reportagens?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Em 23 eu não vi nenhuma, sinceramente. Eu vi a partir do...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Tem. Começa em 23.

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Pois é. Então, eu não acompanhei e não vi.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Hum-hum.

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Eu vi em 24, e foi quando eu consultei o...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Mas foi em vários momentos em 24. Tiveram...

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – E no primeiro momento que eu vi, eu questionei...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Eram diversas reportagens.

O.k. A nossa preocupação aqui é entender o que aconteceu, né? Me parece claramente que houve aí uma estrutura muito sofisticada, que se conectava entre si e que, de alguma forma, justificava os recursos que eram capturados dessas associações através de terceiras pessoas, que deveriam justificar esse recurso.

Em algum momento, a contabilidade era apresentada ao senhor? O senhor tinha acesso à contabilidade? Porque o senhor era o controlador financeiro. O senhor tinha a contabilidade de fechamento do mês?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – A contabilidade era terceirizada, né? O movimento financeiro...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – O senhor tinha acesso a ela? O senhor via o fechamento, a consolidação?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Eu tive acesso ao balanço de 2024.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – O.k.

E, tendo acesso a esse balanço, o senhor verificou se havia saques ou transferências em espécie para terceiras pessoas?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Saques não houve.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – O senhor não verificou no balanço nenhum saque vultoso?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Lá não constaria isso e, na minha gestão, não houve um saque sequer.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Está bom.

Eu vou agradecer a gentileza de V. Exa. e respeitar o tempo dos demais aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

Com a palavra o Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para interpelar.) – Bom, Sr. Presidente, eu quero iniciar na mesma toada do nosso Relator, Alfredo Gaspar, agradecendo a presença do Sr. Milton Salvador aqui e também enaltecendo o fato de o senhor não ter pedido um *habeas corpus* e estar aqui à disposição para, de uma forma transparente – pelo menos até onde nós pudemos perceber –, passar aquilo que o senhor viveu e por que o senhor foi envolvido nessa trama toda e de que forma. Mas para mim não está muito claro ainda, e é por isso que eu vou fazer perguntas e espero que seja tudo esclarecido, não nos meus dez minutos, mas certamente no curso das investigações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E tomara mesmo que o senhor não tenha envolvimento profundo com essa trama toda, doloso, porque infelizmente o senhor, de alguma forma, acabou participando disso, mesmo que não tenha sido, eventualmente, de forma intencional.

Mas eu quero, por isso mesmo, Sr. Presidente, começar com a seguinte pergunta: o senhor ganhava 23 mil no seu emprego anterior. O senhor disse algo... Não é emprego, mas na prestação de serviço, enfim, anterior, nas empresas do Sr. Paulo Octávio. E depois passou a 60 mil, certo? O senhor não desconfiou quando foi feita uma oferta tão maior, quando lhe ofereceram esse valor?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR (Para expor.) – É porque esse valor de 23 foi consequência de um momento pós-pandemia. Antes, na mesma fonte empregadora, eu recebia até mais de 60 mil por mês.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor reduziu e depois... E como foi essa negociação para o senhor chegar aos 60 mil? Foram oferecidos 60 ou o senhor disse que esse era o seu valor?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Perdão, não entendi a pergunta.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Como se chegou a esse valor de 60 mil de honorários para o senhor?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Com o Antônio?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – É.

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Foi a proposta que eu fiz, que me interessava para que eventualmente...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Foi ele mesmo que fez?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não, quem fez a proposta do valor fui eu.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, mas foi pessoalmente com ele? Ou com outra pessoa?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Pessoalmente com ele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Com ele, o.k..

No entanto, o senhor declarou compatível, com o que o senhor está dizendo no seu Imposto de Renda, R$700 mil. Mas os dados a que nós tivemos acesso da movimentação financeira são mais altos. O senhor poderia explicar por quê?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Eu desconheço essa disparidade de...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Do ano de 2024, eu lhe digo tanto que tem de movimentação financeira: os dados que nós temos é de R$2.102.470,84.

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Na minha conta, não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – É, são os dados que nós temos de movimentação financeira do senhor.

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Mas não... certamente não houve.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Bom, o senhor diz que não procedem os dados que temos, então... eu gostaria de fazer outra pergunta. O senhor disse, no início da sua manifestação, em resposta ao... aliás, na sua manifestação inicial, que o senhor nunca foi sócio nem recebeu centavos... O senhor disse literalmente: "Nunca recebi um centavo de dividendos", certo?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Certo.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Ocorre que da DRPL Comercialização e Locação de Veículos, houve a informação de que o senhor, sim, era sócio e havia recebido R$50 mil de dividendos. Como o senhor explica essa disparidade ou a disparidade?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Nunca recebi.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Para onde foi esse dinheiro?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Eu desconheço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – É uma pergunta que fica, então, aqui, Sr. Presidente, para futura averiguação, tanto essa como a manifestação anterior que eu fiz da movimentação financeira.

E tenho mais uma pergunta que eu acho muito importante, porque o senhor falou que o senhor não tinha responsabilidade sobre os serviços prestados, não tinha competência – foi essa a palavra que o senhor utilizou – para entender se os serviços, de fato, eram prestados ou não pelas outras empresas. Agora, do número de empregados das empresas que é informado ao eSocial o senhor certamente tinha acesso, como contador. O senhor teve...

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – A contabilidade não era comigo, eu não era o responsável contábil.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Quem era o responsável, então?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Era a Voga Contabilidade.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Ela que teria acesso, então, a esse número de empregados, porque, na verdade, essas empresas todas eram, no fundo, empresas fantasmas; nessa engenharia, a grande parte não tinha funcionário nenhum, correto?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não, tinha funcionário; tinha funcionário na condição de PJ, como eu, inclusive.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas as empresas que prestavam serviço fictício, auxílio funeral e etc.

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Essas eu não tinha qualquer gestão sobre elas, né? Não... nenhuma atuação.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu me pergunto também, Sr. Presidente, Sr. Relator, e aí eu volto à questão da DRPL Comercialização e Locação de Veículos. Parece estranho que o senhor saiba os veículos que lá estão ou estavam, e, de novo, tem que ser averiguada essa questão dos dividendos de R$50 mil, mas que não tenha visto uma única locação.

O senhor não estranhava que não havia movimento de entrada e saída de veículos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Ela nunca operou como locadora no período que eu estive lá.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E por que tinha carros, então? E por que ela teria isso, esse serviço? O senhor não estranhou que tivesse carros de luxo e caros e...

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – A atividade dela era compra, venda e locação. A locação eu tenho certeza de que ela nunca fez. A compra obviamente que houve.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – A venda, não?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Até onde eu acompanhei, não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu pergunto, também ao senhor se depois de tudo que aconteceu o senhor foi procurado por alguém para não falar, ou, pelo contrário, para falar. O senhor teve contato depois da Operação Sem Desconto, também com o próprio Careca?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Nunca mais.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Com ele?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Com nenhum deles. Eu me desliguei da empresa e não recebi contato, até porque o *e-mail* que a gente usava era corporativo e eu parei de usar – né? – eu mesmo, não sei se eles lá já bloquearam direto. E esse telefonema a mim não chegou.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E nunca ninguém mais o procurou para tratar de qualquer tipo de informação relativa ao que o senhor fazia antes, para instruir ou para ameaçar?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

Graças a Deus, não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E como o senhor se sente hoje, em virtude de tudo o que aconteceu nesse último ano e meio agora?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Triste, magoado, dolorido, passando por uma coisa que eu nunca imaginei passar na minha vida.

Como eu disse, eu trabalho há 46 anos. Eu comecei menino, sou órfão desde os oito. Precisei trabalhar, obviamente, para ajudar minha mãe a nos criar. Somos em quatro. Criei meus filhos com honra, com decência, com exemplo. É isso que eu passo para os meus netos, é essa a relação que a gente tem. Nós convivemos juntos. E passar por tudo isso o que eu estou vivendo... Certamente nenhum de vocês consegue imaginar a dor que eu sinto todo dia.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor disse que está triste – esse é um sentimento muito pessoal –, mas também disse que está magoado, e a mágoa normalmente é causada por um terceiro.

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – A mágoa talvez seja maior por mim, por ter acreditado numa proposta de uma situação que mais tarde se mostrou ser isso aí, que jamais – jamais –eu teria iniciado, se eu soubesse que era esse tipo de situação que ocorria.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Depois de ocorrida, é fácil dizer... Eu sei que é difícil de admitir, mas fácil de dizer que não sujeitaria a participar de uma atividade dessas, mesmo que não conhecesse o grau de sofisticação e de corrupção envolvido.

Mas eu quero insistir, Sr. Milton: em nenhum momento, o senhor percebeu que tinha algo muito estranho acontecendo?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Eu acreditei no que era me apresentado.

Eu entendia que existia ali uma prestação de serviço, que eu não conhecia a dinâmica. Eu não conheço tecnicamente essa área de associações de aposentados, de associações de um modo geral. Então, eu acreditei que aquilo era factível.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E o aumento de renda da família do Careca, o senhor nunca percebeu isso também? Ou o senhor não tinha nenhum tipo de proximidade?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não mudou nada em relação do dia que eu entrei até o dia que eu saí. Não houve aumento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor não via ele com frequência?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não muita.

Na maioria do tempo, ele estava em São Paulo.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Presidente, Sr. Relator, eu aqui me dou por satisfeito, pelo menos no pouco tempo que temos. Mas eu queria insistir com a mesa que nós fizéssemos o máximo possível de averiguação desses fatos, até porque, não havendo nada de anormal...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... possa o Sr. Milton também ter a vida restituída no máximo possível à normalidade, depois de passado isso. Mas como disseram também meus colegas, inclusive em particular o Relator Alfredo, se também tiver algo que o desabone e que leve à conclusão desta CPMI de que o senhor teve participação ativa nesse escândalo hediondo, que também o senhor tenha o tratamento devido pela Justiça.

E para encerrar eu queria saber do senhor também se, em algum momento, o senhor viu alguém próximo, depois desse escândalo, que tenha sido roubado no INSS, e se o senhor chegou a ter esse interesse em procurar saber de familiares e de amigos se também tiveram descontos indevidos nas suas aposentadorias.

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Eu não tive acesso a nenhum. Eu perguntei a alguns, inclusive a minha própria aposentadoria; a minha mãe é aposentada, eu sou aposentado, a minha irmã é aposentada. Nesses casos...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor foi retirar o extrato depois?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – É, eu fui, por curiosidade.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O.k.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, obrigado!

Com a palavra a Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS. Para interpelar.) – Boa noite, Sr. Milton Salvador! Boa noite, Dr. Antonio Malva Neto!

Vocês chegaram que horas aqui hoje? (*Pausa.*)

Às 8h30 da manhã.

Presidente, eu acho que nós poderíamos averiguar esta situação, porque é cansativo, exaure todo mundo e o momento é de tensão. Eu acho que chega a ser desumano, mas, enfim, poderíamos reavaliar a questão.

Eu gostaria de iniciar exaltando o trabalho da Associação dos Procons do Estado de Mato Grosso do Sul, na pessoa do seu Presidente, Rozemar Mattos Souza, que, em outubro de 2024, enviou para mim um ofício tratando destas questões.

Naquele momento, eu não sabia, eu não estava a par nem imaginava que esses descontos indevidos e essa fraude estaria acontecendo no Brasil inteiro. Ele me procurou, me mostrou dados colhidos de 2023 e 2024 e me entregou um calhamaço de documentos e de denúncias, que eu encaminhei para a Polícia Federal e encaminhei, inclusive, para o próprio INSS – achei que fosse algo que estivesse acontecendo no Mato Grosso do Sul.

E quero relembrar aqui que, de acordo com o próprio INSS, a estimativa é de que cerca de 4 milhões de pensionistas e aposentados foram prejudicados. Só no Mato Grosso do Sul, em 2024, foram cerca de 4 mil vítimas que procuraram só o Procon – só o Procon.

Então, a gente precisa lembrar que não são números, são pessoas. Por trás de cada uma dessas pessoas... Olhem só: na cidade em que eu nasci, Dourados, 488 vítimas; em Campo Grande, a capital, 606 vítimas; em Costa Rica, que é uma cidade pequena, 583 vítimas. São pessoas, não são números; e nós estamos aqui por elas.

Quero agradecer e exaltar o trabalho do Procon Mato Grosso do Sul, na pessoa do seu Presidente, Rozemar Mattos Souza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Milton, quando foi que o senhor rescindiu o contrato que o senhor tinha com as empresas do Careca?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR (Para depor.) – Doze de maio.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Doze de maio de 25.

Como é hoje... Em 12 de maio de 25, o senhor pediu rescisão do... Os senhores tinham um acordo, um contrato, certo? E como é hoje a sua relação com o Careca e com o filho Romeu?

De forma bem sucinta, por favor.

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Zero.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Zero.

O senhor tem uma relação zero ou uma relação nada amistosa?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Zero; nunca mais tivemos contato.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Contato zero.

Depois da deflagração da Operação Sem Desconto, o senhor foi ameaçado por alguém ou se sentiu ameaçado em algum momento?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Nunca?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Nunca.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – O senhor é bem corajoso. Vejo o senhor bastante seguro aqui e seu advogado também bastante seguro.

Cuidado! Cuidado, porque é uma organização criminosa perigosíssima pelo jeito.

Pergunto para o senhor: de todas as pessoas envolvidas nas empresas do Careca, de todas, eu sei que o senhor está no inquérito, o Careca está, quem mais está?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – O Romeu, filho dele, a esposa dele, se não me engano, e o Rubens, que é o meu antecessor lá na área financeira.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Dentre essas empresas em que o senhor prestava serviço, o senhor exercia a função de técnico em contabilidade, mas quem era o contador?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Eu não exercia a função de técnico em contabilidade, eu prestava serviço de consultoria financeira, que era exatamente cuidar de contas a pagar e contas a receber. A contabilidade das empresas é terceirizada, é a Voga Contabilidade...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Essa terceirizada também está envolvida, está sendo investigada, o senhor sabe?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não que eu saiba.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – O senhor disse que prestava serviços por meio de uma PJ, certo? Quantas PJs o senhor tem no seu nome?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Eu tenho uma. A BMJ.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – BMJ.

No início da sua fala, o senhor disse duas vezes que nunca, nunca foi sócio do Careca. O senhor disse por duas vezes.

O senhor já teve acesso ao inquérito, o.k.?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – O.k.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – O.k.

Então, o senhor sabe os reais motivos pelos quais o senhor está aqui, correto?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – O que me deixa um tanto quanto intrigada é que o senhor, até o momento, pode ser que ninguém pediu, o senhor não tenha exposto, mas o senhor não trouxe nenhuma prova material.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque o que eu tenho aqui eu gostaria que vocês apresentassem. Os Parlamentares têm este gráfico que mostra a relação do Sr. Milton com o Careca e com o Romeu e as empresas – cada Parlamentar tem aí –, mais as empresas, os CNPJs e a data que o senhor adentrou em cada empresa. Então, isso está no inquérito.

E está no inquérito o seguinte.

Milton Salvador de Almeida é sócio do Careca em pelo menos oito empresas, dentre elas, a Prospect Consultoria, Acca Consultoria, enfim. Também integra o novo *call center* Amigo Center S.A., empresa registrada em 31 de março de 25, localizada no mesmo prédio das usadas anteriormente. Todo mundo, todos ali no mesmo local, desenvolvendo atividades diferentes. Milton Salvador também se tornou sócio formal e responsável pela Brasília Consultoria no mesmo dia que Antônio Carlos Camilo Antunes em 03/07/24.

Segundo informação da Polícia Judiciária de relatório de inteligência financeira (RIF), essa empresa da qual a polícia diz que o senhor é sócio, recebeu recursos diretamente da CBPA, do ACT firmado com Edson Yamada, da Ambec, da Prevident, da Prospect. Também recebeu recursos de Anderson Ladeira Viana, ex-sócio da Aaspa, Associação de Assistência Social e Pensionistas Aposentados, de Belo Horizonte. Milton Salvador se tornou sócio de Camilo Comércio no dia 11/06/24. Meses antes, Romeu Carvalho havia ingressado no quadro societário. Posteriormente, averiguou-se que Milton Salvador também passou a integrar o quadro societário de outras empresas recém-constituídas e ligadas a Careca e seu filho.

Eu pergunto para o senhor: o senhor não trouxe esses contratos sociais para que o senhor pudesse realmente refutar essas acusações? Eu estou um tanto quanto confusa também. E eu votaria, Sr. Relator, contra essa medida de revogação desse pedido de prisão por enquanto, porque nós precisamos de prova material, e ele não trouxe nada, ele só falou. E nós temos aqui documentos, ele teve acesso ao inquérito, ele sabe os exatos motivos pelos quais ele está aqui. Oito empresas e só cinco pessoas estão envolvidas em busca e apreensão, pedidos de prisão, bens bloqueados, porque ele falou – porque ele falou! –, apenas falou. Nós precisamos de outros meios de prova, Sr. Advogado.

O senhor me desculpe, o senhor está na iminência de falar, o senhor não pode falar. Perdão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO MALVA NETO (*Fora do microfone*.) – A Polícia Federal partiu de uma premissa falsa, Excelência, ela não juntou um documento...

(*Intervenções fora do microfone*.)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – O senhor me desculpe, doutor. Ele pode explicar depois, mas eu... Ele teve acesso ao inquérito, ele sabe por que está aqui.

(*Soa a campainha*.)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Porque ele é considerado sócio de oito empresas, só por isso – só por isso! Então, ele veio aqui para esse motivo. Esse motivo é o ponto nodal desta oitiva e, no ponto nodal, vocês não trazem provas. Simplesmente eu preciso do contrato social, para entender a participação societária do Sr. Milton.

Sr. Milton, parabenizo a sua eloquência, a sua tranquilidade. Peço... O que eu pediria para ele é um reforço, o Brasil tem dificuldade disso, mas um reforço na segurança dele. Isso, sim, porque eu estou chocada com a sua tranquilidade. O senhor não trouxe um documento sequer só para refutar isso.

Então, enfim, eu ainda não estou satisfeita. Eu espero que vocês enviem para nós, porque nós não tivemos acesso aos... Eu quero tudo pintadinho, desenhadinho, porque nem esse desenho... O senhor está dizendo que a Polícia Federal está mentindo, é isso que o senhor está dizendo. A Polícia Federal está aqui...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – ... com um processo deflagrado.

Para terminar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Porque, quando eu procurei a Polícia Federal em outubro do ano passado, eles me disseram que havia, sim, algo em curso, já havia investigação. Então, nós temos aqui a Polícia Federal e temos V. Sa. dizendo que é mentira. Então, eu gostaria de ter acesso a esses documentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada, Presidente.

O SR. ANTONIO MALVA NETO (*Fora do microfone*.) – Presidente, eu os tenho aqui...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Sr. Advogado...

O SR. ANTONIO MALVA NETO (*Fora do microfone*.) – Os contratos sociais...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. *Fora do microfone*.) – Eu gostaria de ver.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O Relator gostaria de se manifestar?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Eu gostaria, Sr. Presidente. Eu gostaria de fazer duas perguntas para esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Perguntar se o depoente já esteve aqui no Senado ou na Câmara em contato com algum Parlamentar nesses últimos dois anos.

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Nunca estive na minha vida inteira. É a primeira vez que eu venho aqui.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu ia pedir desculpa ao Sr. Advogado, com todo o respeito, mas, permita-me, Presidente, perguntar ao depoente se foi ele mesmo quem contratou o advogado ou foi fornecido por alguma outra pessoa.

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não, eu contratei o escritório.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Obrigado.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, uma pergunta para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Nós tivemos acesso a esse inquérito já?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ao inquérito-mãe, sim. Temos todo ele.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – E consta nesse inquérito o depoimento do Sr. Milton à Polícia Federal?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vou pedir ao Relator para responder essa pergunta.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu confesso que assim, de cabeça, não me recordo.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para interpelar.) – O senhor me permite perguntar se ele já prestou depoimento para a Polícia Federal?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente.

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR (Para depor.) – Não; não fui chamado hora nenhuma, com exceção da convocação para esta CPMI.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor nunca prestou depoimento para a Polícia Federal?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Nunca prestei depoimento. O que houve... O advogado já entrou na 7ª Vara – eu não lembro qual a vara que está cuidando desse assunto –, porque consta que eu sou sócio disso aí; já entrou e apresentou a documentação de que eu não sou e nunca fui. Na Justiça, na 7ª Vara da Justiça já consta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Posso dar sequência? (*Pausa.*)

Posso dar sequência, Excelência?

Deputado Duarte Jr. com a palavra.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... eu vou mostrar mais uma vez aquilo que precisa estar claro para todo mundo: o Antônio Camilo, o Careca do INSS, ele apresenta – eu acabei de olhar aqui o contrato social da empresa –, ele está como sócio; sócio da Prospect. No contrato social da Prospect, ele aparece como sócio, e o seu filho Romeu também como sócio. Inclusive, tem uma alteração contratual – acabei de ler 18 páginas do contrato social –, e ele aparece, o filho, como sócio do Careca. E o Milton aparece como Diretor Financeiro. A organização que o Careca fazia era exatamente essa. Aqui a gente observa que existem uma, duas, três, quatro, cinco, seis associações, onde essas associações transferem milhões de reais para a Prospect. Quem está por trás da Prospect como sócio? O Careca e o seu filho.

A segunda observação que é interessante é que, nesse segundo organograma, a gente observa que a Acca Consultoria recebe recurso, mais de R$3 milhões, da CBPA. CBPA é uma Confederação Brasileira da Pesca, que está depositando mais de R$3 milhões numa empresa chamada Acca Consultoria, que transfere mais de R$200 mil para a empresa Camilo Comércio e Serviços, que transfere mais de R$4 milhões para essa mesma empresa Prospect.

Eu pergunto ao Milton: Milton, você, em todas essas empresas que eu acabo de citar, funcionou como Diretor Financeiro, correto?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Correto.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Ao ser Diretor Financeiro dessas empresas, era você que emitia nota de pagamento e também tinha acesso às informações quanto aos recebimentos, ou seja, você tinha acesso à movimentação de pagamento e de recebimento. Não estou dizendo que o dinheiro ia para você. A pergunta é: você emitia nota quando ia pagar algo e você também recebia as informações de quando recebia algum pagamento por essas empresas; é correta essa afirmação?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não; é o inverso. Eu emitia a nota das empresas quando elas iam receber. Quando iam pagar, o fornecedor é que nos emitia a nota fiscal.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Perfeito, mas, ao receber esse pagamento, você tinha a informação do que estava sendo pago e de quanto estava sendo pago a essas empresas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Correto.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – É exatamente essa a pergunta. Então, você tem ciência de: quando se paga, você emite nota; e, quando se recebe, você sabe que se recebe e quanto se recebe. Perfeito?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Correto.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Quando se paga por essas empresas, eu pergunto: quais serviços eram prestados por essas empresas? Aqui eu repito, a exemplo: a Acca Consultoria; que consultoria empresarial ela dava para uma confederação de pesca?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Eu vou repetir o que eu disse anteriormente: tecnicamente, eu não sei qual é o serviço prestado; eu sei que é uma consultoria.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Perfeito. Tecnicamente não sabe, mas – veja só – se sabe que se receberam R$3 milhões por uma consultoria em que não se viu a consultoria e que não se sabe o que foi consultado.

Continuando. Existem outras empresas aqui. Essa daqui, a Camilo Comércio e Serviços... Esse ponto aqui é interessante, eu peço mais uma vez atenção e silêncio, Sr. Presidente, por favor. A Camilo Comércio e Serviços, que eu acabei de demonstrar que recebeu recursos de uma confederação de pesca, a Prospect Consultoria e a Brasília Consultoria, essas três empresas, eu repito: o Milton, que está aqui, é Diretor Financeiro delas, emitia nota quando se pagava e sabia como se recebia. Correto, Milton?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Correto.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Perfeito.

Aqui a gente identifica nessa planilha, eu queria que a câmera focasse aqui por gentileza... A gente identifica com clareza, de acordo com o inquérito da Polícia Federal, que a Camilo Comércio e Serviços fez um pagamento de R$5 milhões entre 1º de fevereiro de 2024 a 30/06/2024 para a empresa Curitiba Consultoria. Você confirma essa informação, Milton?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Na maior parte desse período eu não estava atuando lá, mas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Mas sabe...

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Na Curitiba foi feito pagamento.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Foi feito... Você confirma que foram feitos pagamentos por parte da Camilo Comércio e Serviços para a Curitiba Consultoria em Serviços?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Sim.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Perfeito.

Você confirma também que a Prospect Consultoria fez pagamentos para a Curitiba Consultoria?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Sim.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Aqui a gente tem informação da Polícia Federal de que, de fevereiro de 2024 a 06/2024, foram feitos pagamentos no valor de mais de R$2 milhões, assim como a Brasília Consultoria fez pagamento no valor de mais de R$200 mil, de fevereiro de 2024 a 06/2024, também para a Curitiba Consultoria. Confirma essa informação?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Sim.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Perfeito.

Eu fiz os cálculos, são mais de R$13 milhões de pagamentos. E sabe o que é de se espantar e de se chamar a atenção? Que esses pagamentos nada mais são que pagamentos para justificar o dinheiro roubado do aposentado sendo transferido para a conta de empresas e de pessoas físicas ligadas direta e indiretamente ao INSS, ou seja, a Curitiba Consultoria em Serviços Médicos tem como sócia a Thaisa Hoffmann Jonasson. Você conhece a Thaisa, Milton?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Você já ouviu falar da Thaisa?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Li recentemente aí, mas eu...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Mas você sabe que ela...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – ... nunca estive com ninguém.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... sabe que ela é sócia da Curitiba?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Perfeito.

A Thaisa Hoffmann, o quê que ela é? A Thaisa Hoffmann é esposa do Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho. O Virgílio nada mais é do que ex-Procurador do INSS. Quem deveria proteger o INSS decide montar uma empresa para receber mais de R$5 milhões que foram tirados dos aposentados que confiaram no INSS.

Eu pergunto: ao fazer esses pagamentos, Milton, que consultoria é essa que a Curitiba Consultoria em Serviços Médicos dava a essas empresas?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – A informação que eu tinha era exatamente esta, que era consultoria em tecnologia de serviço médico.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Mas que tipo de consultoria em tecnologia de serviço médico? É telemedicina, o quê que é isso?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não cabia a mim questionar o Antônio sobre isso. Ele mandava pagar, eu recebia a nota e efetuava o pagamento.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Perfeito.

Presidente, ainda em tempo, eu destaco essa movimentação financeira aqui da Prospect Consultoria e da Brasília Consultoria. A Prospect Consultoria recebeu mais de R$11 milhões da Associação dos Aposentados Mutualistas para Benefícios Coletivos, recebeu mais de R$4 milhões da confederação de pescadores, recursos esses que foram destinados também para a Prevident.

Você sabe me informar que serviço é esse que a Prevident prestou para a Brasília Consultoria que custou mais de R$4 milhões, Milton?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Eu não me lembro de pagamentos a essa Prevident.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Você não se lembra de nenhum pagamento?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não me recordo.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Mas teve pagamentos aqui, de acordo com o inquérito da Polícia Federal, de mais de R$4 milhões da Prevident para a Brasília Consultoria. Se você não se recorda...

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Eu entendi. Eu não me recordo.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... não precisa dizer que se recorda só porque eu estou questionando. Fique à vontade em falar, realmente eu não lembro. Não se recorda?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não me recordo.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Perfeito. Mas você se recorda de uma transação financeira da Prospect para a Brasília Consultoria?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Houve algumas. Elas são, a Prospect e a Brasília, empresas, tudo do Antônio; então, não raro, existia mútuo entre elas.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – É para isso que eu chamo, mais uma vez, a atenção, Marcel. Veja, são sócios nas mesmas empresas. Então ele tirava dinheiro dos aposentados; jogava para as associações; das associações, mandava para empresas que eram do próprio Careca; o Careca transferia dinheiro de uma empresa que era dele para outra empresa que era dele. E serviços que, de fato, não eram prestados. Eu não tenho receio ao afirmar que serviços não eram prestados. Não existiam serviços prestados por essas empresas.

E não para por aí. Aqui a gente tem mais uma informação, a informação de que a empresa Prospect Consultoria recebia recursos da Ambec e também da Unaspub, recursos que ultrapassavam mais de R$11 milhões. Mais uma vez, tendo o Milton como Diretor Financeiro, tendo o Careca como sócio.

Você conhece, Milton...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... a ACDS Call Center?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Conheço.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Você conhece a Callvox Contact Center?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não, eu sei que ela é sócia no contrato social da ACDS.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Perfeito.

Você se lembra de ter feito pagamentos para essas empresas ou em razão dessas empresas?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Para a Callvox, não.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Mas para a ACDS Call Center?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – A ACDS é uma empresa do grupo.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Que é uma empresa do grupo.

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Que fazia o *call center*.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Que essa ACDS Call Center é uma espécie de sociedade coligada à Callvox Contact. Essa empresa de *call center*, Sr. Presidente, aqui realmente para concluir, é só porque é importante para a investigação acrescentar essa informação, essa empresa de *call center*, de acordo com informações da Polícia Federal, era uma empresa que entrava em contato com esses associados, com os aposentados, esperava fornecer uma espécie de serviço, perguntava se essa pessoa aceitava determinado serviço ou não e gravava a informação: "Sim, eu aceito". E com essa gravação, usava essa informação para poder simular que estava aceitando o desconto nas contas dos próprios aposentados.

Então, Sr. Presidente, para concluir, é um esquema brutal, onde está comprovado que o Careca do INSS se utilizou de várias empresas, que não prestou nenhum tipo de serviço, mas que simulou a prestação de serviços, que emitiu notas frias para fazer transferência de uma empresa para outra empresa, para justificar o repasse de recursos que foram roubados da conta dos consumidores, aposentados, pensionistas de todo o Brasil. E esses recursos, por outros momentos, foram transferidos de volta para servidores do INSS que ajudaram nesse processo de fraude. E aqui, Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Deputado.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... eu faço questão de registrar que uma dessas empresas que fazia a volta do dinheiro roubado para comissionar servidores bandidos que estavam dentro do INSS, e aqui eu faço questão de frisar, era a Curitiba Consultoria em Serviços Médicos, tendo como sócia a Thaisa, que é esposa do Virgílio Antônio Ribeiro, que deveria defender, como Procurador-Geral do INSS, e nada fez.

Está comprovado, e é hora de botar esses bandidos todos na cadeia e devolver o dinheiro do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado.

Relator, com a palavra.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu tive acesso agora ao afastamento do sigilo do depoente no inquérito da Polícia Federal e me chamou a atenção aqui, em 2021 – minha assessoria me passou –, um depósito que o senhor recebeu do Sr. Willer Tomaz. Quem é Willer Tomaz?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – O Willer Tomaz é um advogado, eu prestei serviço para ele, isso em dois mil e... Há mais de quatro anos aí, eu prestei serviço de consultoria financeira para a empresa dele.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Como é isso, serviço de consultoria financeira?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – É organização de fluxo de caixa, alinhamento de contas a pagar, a receber, enfim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o senhor prestou esse serviço por quanto tempo?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Deixe-me... Uns cinco meses, provavelmente. Já, faz alguns anos isso aí, eu não... Foi em 21, se não me engano, 20, sei lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Era só porque eu queria entender como é que funciona isso aí.

O senhor, nessa época, o senhor estava num conglomerado do Sr. Paulo Octávio. Não é isso?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o senhor prestava também serviços para terceiros?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Rara e eventualmente, sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia me dizer outra pessoa para quem o senhor prestou serviço, mesmo estando no grupo PaulOOctavio?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não, foram empresas do grupo, da PaulOOctavio, né? O Willer, inclusive, advogava para ele, eles tinham...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Me diga uma coisa: há alguma possibilidade de o senhor ter sido indicado para essas empresas do senhor... Meu Deus do céu... Do senhor Antônio Carlos Camilo, sem ter sido pelo "Lidequin"?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – LinkedIn.

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não que eu saiba.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Essa pessoa ligou para o senhor... Eu queria entender um pouco mais, eu queria entender um pouco mais essa lógica. O Deputado Paulo Pimenta ali falou... Eu acho tão comum usar esse... LinkedIn, é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – "Lidequin", LinkedIn. Eu acho tão comum ser usado, que não me chamou a atenção, mas depois, pensando bem, num esquema desse, tão grande, o cara metido numa organização criminosa nessa estatura ia escolher o núcleo central do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sistema financeiro da bandidagem, o senhor, por uma publicação de internet? O senhor acredita que isso, agora, me tirou toda a credibilidade que eu tinha no senhor?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não, eu lamento muito, porque...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor... Olha, não, mas... Espera aí um pouquinho...

Olha...

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – ... a mim foi apresentado assim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu vim aqui... Eu vim com tanta boa-fé para dizer ao senhor que... Quando o senhor falou dos netos, isso me comoveu tanto. Eu vim com o coração tão aberto, mas, olhando aqui alguns aspectos, estou completamente triste comigo mesmo, ó, porque... como é que eu não percebi isso? O senhor, com a barba branca, avô, isso me comoveu muito, mas eu não estou acreditando mais.

Deixe-me perguntar uma coisa para o senhor: o senhor recorda qual foi a data que foi feito esse contato?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Foi em fevereiro de 2024. A data exata...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí o senhor recebeu um telefonema de quem?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Da secretária do Antônio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Como foi que ela contactou o senhor? O senhor pode me dizer qual foi o tipo de contato que ela fez? Ela ligou para o senhor, ela se identificou como?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – "Sou secretária do Sr. Antônio, empresário aqui de Brasília, e gostaria de conversar com o senhor sobre uma proposta comercial".

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Me diga uma coisa: o senhor nessa época não estava no grupo PaulOOctavio?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Estava.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o senhor, há 19 anos no grupo PaulOOctavio, me parece que tinha uma estabilidade já bem garantida.

O senhor comunicou a alguém do grupo, a uma pessoa de sua confiança, dizendo: "Olha, eu estou insatisfeito, eu vou atrás de outra proposta". Isso é algo que o senhor já estava pensando ou essa foi uma proposta que chegou na sua vida de repente e mudou toda essa conjuntura?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não, eu já estava insatisfeito e gostaria de me desligar da empresa com uma outra oportunidade que fosse melhor e mais saudável financeiramente para mim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor publicou o seu currículo nesse *site* aí quanto tempo antes de receber essa proposta?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Um ano, um ano e meio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já estava com o currículo há um ano e meio publicado?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Foi o senhor mesmo quem colocou o seu currículo?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Me diga, só para... É que, às vezes, rapaz, dá uma dor no coração. Aí eu fico numa dúvida se sigo numa trajetória ou não por tudo que o senhor me despertou agora.

O senhor foi lá no Careca. O senhor nunca tinha visto essa pessoa na vida?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Nunca.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Alguém da sua relação de trabalho do grupo PaulOOctavio tinha algum conhecimento com esse rapaz?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor nunca soube?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Que eu saiba, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Deixe-me lhe perguntar: e o senhor foi lá nesse Careca... Foi quanto tempo depois do telefonema?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – A reunião foi marcada para três, dois ou três dias depois desse telefonema.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o senhor foi lá sozinho?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Sozinho.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E ele estava lá sozinho também?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Quando eu cheguei, estava ele e a assistente lá da copa, da cozinha dele, porque a reunião foi 8h da manhã.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu vou perguntar ao senhor se conhece duas pessoas que eu daqui a pouco lhe digo. Qual é a possibilidade de o senhor estar sendo coagido ou orientado por algum Parlamentar do Senado ou da Câmara?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Nenhuma.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor mantém contato com algum Parlamentar do Senado ou da Câmara?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. ALFREDINHO (Bloco/PT - SP) – O senhor nunca teve contato?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece a Sra. Aline Bárbara de Cabral Mota?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Com nome e sobrenome assim, Aline, provavelmente seja a gerente administrativa lá do...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O que é que essa moça fazia lá?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Quando eu entrei, ela trabalhava como secretária do Antônio, e foi promovida a gerente administrativa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quais as atribuições dela?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Cuidar de compra, RH, departamento de pessoal.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Paulo Roberto da Silva Ribeiro.

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não me lembro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não?

O senhor já repassou algum dinheiro para o Sr. Paulo Roberto da Silva Ribeiro?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não me lembro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu fiz aqui algumas perguntas ao senhor e pedi para confrontar.

Perguntei: Acca, quantos funcionários; *call center*, quantos funcionários. O senhor me disse: um, dez; o outro, seis; o outro, cinco, aproximadamente.

Eu procurei ver se havia esses registros. Não havia nenhuma comunicação de registro desses funcionários.

Era o senhor quem fazia o pagamento desses funcionários?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Era o senhor?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Esses funcionários não eram registrados, não?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – A grande maioria era pessoa jurídica.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quer dizer que o *call center* está funcionando como pessoa jurídica também?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – O *call center* tinha funcionários.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, das outras empresas que eu lhe perguntei, então, eram PJs, eram?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Na grande maioria, sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

Sr. Milton, eu vou terminar a minha participação, porque vou confrontar mais dados. Mas vou desfazer tudo que eu disse ao senhor.

Não estou acreditando em nada do que o senhor falou.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra a Deputada Bia Kicis.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF. Para interpelar.) – Muito obrigada, Presidente.

Sr. Relator, Sr. Milton, seu advogado, Dr. Antonio.

Sr. Milton, o seu advogado já foi assessor aqui no Senado? O senhor sabe dizer?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR (Para depor.) – Não sei.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Depois, se o senhor puder indagar a ele, para a gente saber se ele.... Porque eu tenho informação de que ele foi assessor de um Senador aqui. Eu gostaria de saber se tem alguma relação, porque o senhor disse que não conhece nenhum

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado, nenhum Senador. Gostaria de saber se o seu advogado conhece e até já trabalhou para algum aqui do Senado.

Sr. Milton, estranhamente, o senhor diz que não é sócio de nenhuma das empresas, mas a Polícia Federal realmente coloca o senhor como sócio das empresas. E acusa algumas movimentações que parecem bem atípicas, como, por exemplo, "relevante transação financeira relacionada a Milton Salvador que se deu com a companheira de Virgílio Antônio Pereira de Oliveira Filho, Thaisa Hoffman Jonasson, que recebeu, por meio da Curitiba Consultoria em Serviços Médicos, R$7,407 milhões das empresas Milton Salvador de Almeida, conforme ilustra o fluxograma a seguir".

O senhor sabe explicar que movimentação seria essa?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Das empresas, conforme até já foi dito aqui, foi pago à Curitiba em nota fiscal, e foram apresentadas, de consultoria médica técnica.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Consultoria médica que era prestada a quem?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – A algumas empresas do grupo do Antônio. À Camilo, à Prospect, à Brasília.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Mas eram a essas associações?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Acredito que sim.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – As associações de empregados, de aposentados, dessas pessoas que estão tendo suas aposentadorias roubadas?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Acredito que sim.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Aqui também fala que, ao todo, pessoas físicas e jurídicas relacionadas a Milton Salvador de Almeida Júnior enviaram R$13.323.400 para pessoas físicas e jurídicas relacionadas a servidores do INSS e também para outros integrantes do esquema criminoso. Esses 13.323.400, a que se refere isso?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – A pessoa física, na minha gestão, nada foi pago.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Quer dizer que este relatório aqui da PF está enganado? Porque aqui está afirmando que...

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Está enganado. Foi pago a pessoa jurídica, e mediante as notas fiscais que me eram apresentadas.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – E o senhor está afirmando que não houve nenhum pagamento a pessoas físicas?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – A pessoa física, pelas empresas, não houve nada.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – O.k.

Sr. Milton, como disse o Relator, a Comissão teve acesso à quebra do sigilo, né? E tem... O senhor tem alguma outra fonte de renda, além desses 60 mil – não é? – que o senhor recebe ou recebia das empresas do Careca, do Sr. Antônio Carlos?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Tenho a aposentadoria que eu recebo, também, desde 2021, fevereiro de 21.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – E essa aposentadoria é pelo INSS?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Sim.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – O senhor, por acaso, já verificou se, na sua aposentadoria, havia descontos ilegais também?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Verifiquei – inclusive respondendo a um dos senhores aí, não me lembro qual –, mas não houve, não.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Não houve nenhum desconto ilegal.

A partir do mês de março de 24, houve um aumento nos seus, nos créditos que entravam na sua conta, que... Foi no mês que o senhor começou a trabalhar para...?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Março de 24. Março de 24 até abril de 25.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – E os créditos que tem nessa conta do senhor, então, anteriores, seriam da aposentadoria?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Os anteriores, da aposentadoria e do vínculo, do serviço que eu prestava anteriormente pro outro grupo.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Com o Paulo Octávio, as empresas do Paulo Octávio.

Porque houve um incremento muito grande, chegando aí a mais de R$2 milhões de movimentação de crédito na conta, mas o que chama atenção é que, ao mesmo tempo que tem o crédito, há o débito praticamente do mesmo valor, imediatamente. Além da sua conta, em que o senhor consta como titular, existem contas em que o senhor consta como representante legal.

O senhor era representante legal de que contas?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Das contas das empresas do Sr. Antônio.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – De todas as empresas em que o senhor era diretor financeiro?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Isso.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – O senhor era o representante legal para movimentar todas as contas?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Exato.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – E como é que o senhor explica que os valores que entravam nas contas eram imediatamente transferidos, integralmente? Essas contas eram de quê? Por que é que o dinheiro entrava e saía?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Eu não sei exatamente que conta e nem o período a que se está referindo aí, mas eu desconheço.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Por exemplo, no mês 10, de 24, entrou um crédito de R$2.568.403,18 e houve o débito exatamente dos R$2.568.403,18. Então o dinheiro entrava na conta e saía. Essas contas eram contas de quê? Porque eram contas de uma empresa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não...

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Era para fazer pagamentos? A que se referia? Entrava um valor e saía exatamente o mesmo valor.

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não, aí provavelmente deve ser transferência para conta remunerada, essas aplicações automáticas, porque não existia isso.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Bom, isso aqui é uma coisa sobre o que a gente vai ter que se debruçar um pouco mais para entender, porque isso acontece em várias contas que tem aqui, a que nós estamos tendo acesso, e é preciso entender se isso era para conta de investimento, para que era isso**.** Porque aqui aparece sendo de um titular... contas do titular para outras contas do mesmo titular, crédito do titular, débitos do titular e créditos de terceiros e débitos de terceiros. Então, para contas de terceiros. Então, a gente precisa se debruçar um pouco mais a respeito disso.

O senhor saiu da... o senhor se desligou dessas empresas?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Sim.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – De todas elas?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Sim.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Quando foi que o senhor se desligou?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Bom, eu notifiquei o meu desligamento dia 12 de maio, né? Isso, 12 de maio desse ano.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – E o que motivou o senhor a se desligar das empresas?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Todo esse processo que eu sofri aí: a busca e apreensão na minha casa, enfim, tudo isso que foi instaurado aí, me atribuindo responsabilidades que eu não tenho.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – O senhor tem alguma ideia de por que a Polícia Federal afirma que o senhor é sócio dessas empresas sem o senhor ser?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não, eu entendo que seja um engano, né? Por me ver constando como Diretor Financeiro nelas, estatutário, mas no quadro em todos os contratos sociais – não sei se o advogado já passou para a mesa – consta lá qual é a composição societária. Eu não participo de nenhuma delas, nunca participei.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Certo. A gente gostaria, então, de ter acesso a todos esses contratos.

O senhor parece que recebeu dividendos, recebeu alguma coisa de uma dessas empresas, parece que o meu colega Marcel citou um valor de 50 mil, e eu queria entender: se o senhor não é sócio, por que o senhor recebeu?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Eu nunca recebi dividendo dessas empresas. O único dividendo que eu recebi, declarado na minha declaração de Imposto de Renda, é da minha própria, a BMJ.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – O.k.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, eu queria um esclarecimento do depoente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois, não. Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Milton, o senhor ainda está com seu LinkedIn ativo?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR (Para depor.) – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor, quando teve o contato com essa senhora, secretária do Sr. Antônio Carlos, ela mandou alguma mensagem pelo LinkedIn para o senhor?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E como é que ela obteve seu telefone?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Consta no meu currículo no LinkedIn.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Hein?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Consta no currículo no LinkedIn.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Porque está no seu currículo?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, a gente, se abrir na data que o senhor falou, consegue ver a mensagem da visualização do Sr. Careca ou de alguma pessoa nessa data específica?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Aí eu não sei te informar, não domino tão bem assim a ferramenta. Eu só tenho meu currículo lá e...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá, então ela não mandou nenhuma mensagem pelo LinkedIn, não?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não, mensagem, não. Ela me telefonou.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu lhe agradeço. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, o Deputado Evair de Melo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. *Fora do microfone*.) – Encerrar, não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ah, Izalci, desculpe.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O Evair não...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Foi inteligente. Foi em casa, tomou um banho, né? (*Risos.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Perdeu a vez.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, quando a pessoa não está presente, ela perde a vez.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Evair de Melo.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Jantou, está tranquilo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. *Fora do microfone.*) – Só aparece com a reforma tributária.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Evair com a palavra.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Para interpelar.) – Sr. Milton, assim como o Relator – não é, Sr. Relator? – está dizendo que hoje é o aniversário da sua filha... Filha, não é? Hein, Gaspar? É aniversário da sua filha?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quero aproveitar, até atrapalhando, mas me permita...

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Depois me recomponha o tempo lá.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... Presidente, é só um dado.

Hoje, eu fui chamado de tigrão; na outra, foi de "Calma, Betty". Mas eu quero dizer uma coisa de que tenho muito orgulho. A minha mãe tem 84 anos e hoje ela está no Vaticano. A minha filha está fazendo 32 anos e me deu uma netinha – e eu tenho outra netinha. Olha, se tigrão for ter um coração totalmente derretido pelas mulheres da minha vida, pela defesa que eu venho fazendo das mulheres, na minha atuação de mandato, eu tenho muito orgulho. Deus foi muito bom comigo, que botou as melhores mulheres do mundo na minha vida.

Obrigado por lembrar esse fato.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor não gosta é de apelido, então. Esse que é o problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, não, eu gosto. Não tenho problema nenhum. E tenho no senhor uma pessoa a quem eu tenho respeito e dialogo bem.

Eu só quero dizer que hoje foi um momento muito marcante para mim, porque eu estou passando o aniversário da minha filha longe, e queria aproveitar o momento para dizer que estou em oração por ela.

Obrigado.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Sr. Presidente, recomponha o meu tempo, por favor.

Mas, nessa mesma linha, também quero dizer que hoje é o aniversário da minha esposa, da mãe dos meus filhos, do Arthur e da Sarah, e que ela me autorizou a abrir mão de estar perto dela para continuar nessa missão nobre, que é estar aqui nesta CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Lá em Minas, a gente pergunta assim: "Há quanto tempo ela tolera V. Exa.?". (*Risos.*)

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – O tempo suficiente para me amar cada dia mais.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Oh, meu Deus do céu!Gostei! Muito bem!

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Mas, feitas as preliminares de elogios e agradecimentos às nossas esposas, Sr. Milton, eu quero lhe fazer uma pergunta: o senhor já frequentou a casa do Careca do INSS, a residência dele?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR (Para depor.) – Não.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – O senhor nunca foi à residência dele?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Nunca fui.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – A esposa dele, o senhor teve contato com ela?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Encontrei com ela no final de ano, na festa de confraternização.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Essa festa de confraternização era feita em algum clube, em alguma casa? Onde que acontecia?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Foi feita numa chácara, em Vicente Pires.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Isso era rotina?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não, foi num final de ano.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Foi no final de ano.

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Confraternização de final de ano.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Essa viagem que o Careca fez à Europa, o senhor tem conhecimento se foi de passeio, de turismo, ou seja, se ele foi com alguma outra pessoa, ou ele foi... O senhor tem informação ou ideia do que ele foi fazer lá?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Os computadores com que o senhor trabalhava com ele foram todos levados pela Polícia Federal?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – O que eu trabalhava foi levado.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – E os outros não? Foi só uma máquina que foi levada?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Foi levado o meu, e foi levado mais algum. O meu era um *notebook*, né? Então, eles levaram. Levaram mais alguns lá.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – O senhor disse que o senhor não tinha programa de controle, gestão financeira, algum tipo de programa. Como era a gestão?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não, a empresa tem um programa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – É porque é um valor razoável, não é? Controle de entrada e de saída, fluxo. Eu não sou... não tenho tanta, assim, experiência, mas eu ainda trabalhei com o Kardex. O Carlos Viana também acho que deve ter trabalhado com isso, na sua vida profissional, com o Kardex. É porque o senhor passa a impressão de que o senhor ainda operava num sistema muito rudimentar, né?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não, a empresa tinha um sistema financeiro de gestão financeira, de emissão de pagamentos, de controle de contas a receber. Era tudo...

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – O seu computador de uso pessoal foi levado, então?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Foi.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – O senhor tem informação se os computadores que tinham o sistema e o controle, onde estavam os arquivos, onde estavam guardados, nas nuvens também... Foi tudo levado?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não, foi levado o meu e de mais dois ou três que trabalhavam lá.

O computador do financeiro mesmo, de uma das assistentes, ficou; um levaram e o outro ficou.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Os registros ficavam guardados onde? O senhor tinha ele impresso e guardava impresso, ou ficava tudo guardado nas nuvens ou sei lá?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não, eu tinha acesso ao sistema no meu *notebook*, que levaram, em que estava instalado, e o pessoal do financeiro lá no *desktop* deles normal.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Não, eu sei; está correto. Mas a memória financeira estava onde? Tudo no *notebook* do senhor?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não, tudo no sistema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Tudo no sistema.

Então, a Polícia Federal levou todos esses equipamentos?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – O meu eles levaram.

Os demais do financeiro estavam lá até quando eu saí.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Mas o senhor não sabe... Então, a Polícia Federal não levou os outros computadores?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Sr. Relator, isso é... Sr. Relator, que o senhor ficasse atento a esse fato, porque isso é um agravante. Eu nunca vi um departamento financeiro de uma empresa... A Polícia Federal... até pedir por que que não levaram para os outros equipamentos, onde estava todo o sistema e estava todo o controle.

O senhor, na verdade... No LinkedIn do senhor, não consta o número do telefone celular. A informação de quem abriu o sistema para poder conferir, na época, não constava o número do telefone celular. Isso é só uma observação, porque é muito difícil, né?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Pois é, no meu currículo consta. Eu tenho, inclusive, ele salvo aqui, e consta, no LinkedIn, ele com o número do celular e tudo.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – O senhor tinha *e-mail* pessoal?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Tenho.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – O senhor tem. É o mesmo desde que o senhor trabalhava no PaulOOctavio?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Na época da PaulOOctavio, eu tinha o meu pessoal, e tinha o da PaulOOctavio, mas o meu pessoal eu tenho há muitos anos.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – O senhor sabe se a Polícia Federal entrou no sistema para pedir... Esse *e-mail* está disponibilizado para a Polícia Federal?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Qual *e-mail*, o meu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – O *e-mail* pessoal do senhor.

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não sei; não me pediram nada.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – É muito careca para arrumar confusão no Brasil, né? Numa época de implante de cabelo, podia ter menos carecas, né? Até porque dinheiro para isso ele tem.

O Careca usava algum computador pessoal ou *notebook*? Ele tinha um *tablet*? O controle pessoal dele, no dia a dia, ele despachava como?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Ele tinha um *notebook*.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Ele tinha um *notebook*. O senhor acha que foi preso também? A Polícia Federal levou esse *notebook*?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Acredito que não. Ele não estava no dia lá; então... Só se foi posterior.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Então, Sr. Relator, tem que constar também que, segundo a informação do nosso depoente, o Careca tinha um computador pessoal que não foi levado pela Polícia Federal. Acho que é preciso também pedir para ir atrás desse equipamento.

Sr. Relator, eu vou fazer uma...

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Só um minuto, por favor.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Oi?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não foi levado nesse dia, porque lá ele não estava, né? O que aconteceu posteriormente eu não sei.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Entendi, mas é importante dizer que esse computador existe, até para pedir à Polícia Federal se ela teve acesso a esse equipamento, e, se não teve, esse equipamento existe.

Sr. Milton, o senhor parece honesto. A aparência do senhor, já disse para o senhor e vou confirmar isso... Mas muito amadora a forma como o senhor fazia a gestão financeira de alguns

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

milhões de reais. Qualquer padaria, mercearia de canto de rua – é uma forma de dizer – tem um sistema minimamente muito mais profissional do que o sistema que o senhor usava. Portanto, eu acho assim, Relator, precisa realmente ficar atento, porque é muito amadorismo para muito dinheiro.

O senhor executava quantos milhões mensal?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Em média, como já disse aqui, 10 milhões, 11 milhões...

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Então, é estranho: o senhor mais duas funcionárias, parece um sistema muito arcaico, com todo o respeito, com essa movimentação de R$10 milhões. O controle disso não é simples. Portanto, tem que fazer essa avaliação.

Sr. Presidente, eu não sei se é permitido, mas eu queria pedir ao depoente... se o advogado dele já trabalhou, foi sócio ou já trabalhou com algum político – Deputado, Senador, Governador.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É possível, sim. O senhor, por gentileza, pergunte ao seu advogado.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Eu pergunto, Sr. Milton, se o seu advogado já prestou... se o senhor tem conhecimento ou informação de que o advogado que o acompanha já trabalhou, já teve relacionamento, já foi sócio de algum mandatário, principalmente Deputado Federal, ou assessor, já teve relacionamento profissional com algum político – Deputado ou Senador –, se o senhor tem esse conhecimento.

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não, eu não tenho. Eu ouvi a Deputada aqui falando que ele teve ou tem, não sei.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – O senhor teria liberdade de perguntar, até para saber se ele já foi assessor, já teve esse contato? O senhor teria essa liberdade?

Por favor...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor pode perguntar.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, Presidente, eu não sou advogado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... só pergunto a V. Exa. se, do ponto de vista da prerrogativa profissional, cabe à CPI fazer esse tipo de pergunta. Eu até me disponho a fazer uma afirmação, mas eu não sei se nós podemos, do ponto de vista da prerrogativa dos advogados, fazer esse tipo de questionamento ao profissional.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O advogado tem a liberdade de responder ou não.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Então, Sr. Milton, o senhor tem conhecimento ou informação de que o advogado que o acompanha, Dr. Antonio Malva Neto, já foi sócio, já trabalhou, já foi assessor de algum Deputado Federal ou de algum Senador?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não tenho.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – ... o advogado teria a prerrogativa, se ele quisesse, de nos responder? Porque, pela boa vontade com que o Sr. Milton veio, pela espontaneidade do Sr. Milton, eu acho que o advogado também não vai ter dificuldade nenhuma em trazer essa informação para nós.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O advogado não é o inquirido aqui.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A testemunha poderia perguntar, mas, se o advogado responder ou não... Mas a pergunta direta ao advogado não cabe.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Sr. Milton, o senhor teria liberdade de consultar o advogado do senhor para nos trazer essa informação? Porque talvez o senhor não saiba também, não é?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não, eu não sei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Doutor, o senhor pode...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor quer que suspenda a sessão por cinco minutos?

O SR. ANTONIO MALVA NETO (*Fora do microfone*.) – Não, não precisa, não precisa. Eu só não vou responder.

(*Soa a campainha*.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O advogado não vai responder.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Então, fique registrado, Sr. Relator, que, estranhamente, porque, se foi... Isto deve ser público e registrado: que o advogado, ao ser consultado pelo Sr. Milton,disse que não... que iria usar a sua prerrogativa do silêncio. Isso pode fazer uma grande diferença na ponta desse novelo que nós estamos fazendo por lá.

Portanto, eu me dou como satisfeito e dizer, Sr. Milton: eu acho que o senhor precisa voltar para casa agora, o senhor repensa todo o sistema que o senhor tinha, as informações, porque acho que o senhor deve voltar a contribuir com esta CPMI e contribuir com a Polícia Federal, principalmente para poder... Eu acho que vale até uma visita *in loco* para o senhor mostrar como que era a chegada, o controle, a saída, porque R$10 milhões por mês não é dinheiro de vendedor de coisas de rua; é um controle razoável, e me parece muito amador pelo que o senhor está se posicionando.

E que fique registrado esse agravante do advogado, que preferiu ficar em silêncio. Acho que é coisa dos advogados, porque o advogado anterior também seguiu essa mesma linha.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Eu vou fazer uma pergunta ao depoente – que fique bem claro aqui nos autos –: Sr. Milton, foi o senhor que contratou o advogado?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Senador Izalci Lucas.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu só acho, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ele tem o direito de falar o que desejar. Nós podemos pedir que ele volte, diante de outras informações que serão apresentadas posteriormente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Para interpelar.) – Sr. Presidente, primeiro, mais uma vez, quero parabenizar aqui o Relator e V. Exa. pela condução.

Fica muito pouca coisa para a gente perguntar, mas eu saí – inclusive, eu tive uma palestra sobre reforma tributária, fui correndo a Águas Claras e voltei, mas eu acompanhei, indo e voltando, o depoimento. E, por ser contador, eu fiquei aqui quase que falando... Doido para falar com o Relator para perguntar, mas eu acabei saindo antes.

V. Sa. disse... E eu conheço o grupo PaulOOctavio e, se tem alguém pão-duro em Brasília, é o Paulo Octávio, ele não paga um centavo se não estiver muito bem documentado. Então, o senhor, que trabalhou 19 anos com ele, e sabe o rigor que é essa empresa em termos de pagar, quando foi contratado pelo Careca, aí bastava apenas emitir uma nota fiscal, porque o Careca pediu? A gente que é contador, o senhor é técnico de contabilidade, qualquer pagamento que a gente faz, você recebe a nota fiscal e anexa à nota fiscal qual foi a prestação de serviço. Então, por exemplo, se eram serviços médicos, você tem a relação de quais foram as pessoas que foram atendidas, qual a instituição, alguma coisa. Não é simplesmente uma nota fiscal de R$3 milhões, R$2 milhões, R$4 milhões, sem ter nenhuma documentação anexa.

E, até mesmo no faturamento, quando você emite uma nota fiscal contra alguém, você tem que... Não basta discriminar "prestação de serviço de *call center*", não. Você vai dizer quantos, quais os dias, quanto é que foi o volume de dias, multiplicado por tanto, deu tanto.

Eu pergunto, então: nessas notas fiscais, emitidas contra as associações para receber, e, nas notas fiscais de pagamento para essas empresas, só tinha nota fiscal, não tinha documento nenhum?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR (Para depor.) – Só tinha a nota fiscal. Os controles, segundo o Antônio informava, estavam nos respectivos departamentos jurídicos e na área do *call center* lá, nos arquivos de controle deles.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Pois é, mas quem paga, quem assinava... O senhor é que assinava o cheque ou emitia o Pix ou alguma coisa?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – A responsabilidade de quem paga... Qualquer um que está pagando R$10 milhões, R$5 milhões, não é? Pelo menos ter curiosidade para saber: "Vem cá, será que isso aqui está correto? Estou pagando R$3 milhões aqui para Curitiba ali", por exemplo, R$2,2 milhões e eu não tenho curiosidade nenhuma para saber para quem que é, o que foi prestado de serviço, simplesmente pagava sem nada?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não era simplesmente. Ela vinha já com a ordem de pagamento do dono da empresa, eu cumpria a determinação. A nota fiscal, que é o documento legal, estava lá.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Mas o senhor, como contador, como auxiliar de contabilidade, não acha muito estranho isso de pagar um valor, um volume desses, sem respaldo nenhum, só com a nota fiscal que o cara mandou emitir?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – No primeiro pagamento eu questionei e, segundo o Antônio, ele tinha os controles e autorizava aqueles pagamentos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Mas tinha documento esse Careca, hein?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Ele era o dono da empresa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Mas o senhor desconfiava, né? Pelo menos, no subconsciente, fala: "Poxa, alguma coisa está errada nisso aqui". Porque o contador fica assim... Eu não pagaria um negócio desse tamanho se eu não ficasse assim: "Cara, que negócio é esse? Não é possível. Eu estou movimentando aqui milhões e milhões, e só o dono da empresa liga e manda emitir a nota fiscal?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Na medida em que partiu a ordem dele, eu questionei uma vez, e ele disse que estava aprovado, que ele já tinha autorizado, me cumpria cumprir.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Mas, no fundo, no fundo, o senhor sabia que tinha problema?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Eu achava... Achei esquisito, mas questionei, e ele disse que já tinha conferido e que a conferência era por conta dele. Eu tinha que acreditar, né?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – E quando o Deputado Duarte estava... Ele fez um apelo – o Relator ainda estava falando, e ele fez um apelo a V. Sa. – para, de fato... Porque eu acredito que o senhor é honesto, que o senhor realmente está falando a verdade, mas o senhor já desconfiava lá atrás, realmente, de que tinha coisa errada. Então, não foi só agora que saiu o processo da Polícia Federal que o senhor realmente teve certeza. Eu acho que o senhor já desconfia disso há muito tempo, porque, de fato, não tem como um profissional da área financeira trabalhar um volume desse tamanho sem realmente ver que a coisa está errada. Eu não aceito, assim, esses pagamentos sem realmente um critério mais rigoroso.

O senhor falou aqui do Romeu, que é o filho, que era sócio desse monte de empresa. Eu não ouvi o senhor falando aqui – não sei se quando eu estava ausente – da Tania Carvalho dos Santos, que é a esposa dele. O senhor conheceu a esposa dele, a Tania?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Estive com ela uma ou duas vezes.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – E ela é sócia também de várias empresas, inclusive... Ou não? Era sócia?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não que eu saiba.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Prospect?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Ela não era... não era sócia da Prospect?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Tem certeza absoluta?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Se foi, é depois da minha saída. Durante o período em que eu estiva lá, ela não foi sócia de nenhuma dessas empresas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Bem, tem várias... O senhor lembra aqui... Eu não sei se tem alguma empresa que não foi citada. O senhor se lembra de alguma empresa que não foi citada pelo Relator ou pelos Senadores e Deputados?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não; citaram todas aí.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Todas elas foram citadas?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Todas. E nessas aí...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O senhor sabe de mais alguma empresa que não foi citada e que tem participação do Careca, ou não?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não. Eu sei das que eu acompanhei.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Negócio de seguros...

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Seguros, nada?

O senhor falou do colega do senhor que o senhor substituiu, o Rubens.

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Rubens.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Rubens.

Evidentemente, ele ficou com o senhor mais quatro, cinco meses – o senhor falou.

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Exato.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Quando ele passou o serviço para o senhor – acho que foi isso que aconteceu –, ele não falou nada assim... Qual foi a relação, qual a conversa que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

teve com ele na transição do trabalho? Ele falou... Ele também não desconfiava? Ele é o quê? Contador também, ou não?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Ele é economista, se não me engano.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Ele é economista. E não comentou nada, o *modus operandi* do pagamento, do faturamento? Ele alertou alguma coisa? "Olha, bicho, aqui o negócio... Emite a nota. A gente emite, e pronto. É só assim que funciona", tal.

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – A única observação dele é que a nota que vinha autorizada pelo Antônio era para pagar. Se não viesse autorizada por ele, não podia pagar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Não... Sim, mas... E ele fazia... O que o senhor fez nesse período ele fazia antes?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Exato.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Também só emitia a nota e pagava sem... sem coisa nenhuma?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Aí eu não posso afirmar com certeza.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Bem, o relatório da Polícia Federal tem aqui diversas colocações, como foi feito aqui, ó... Havia uma folha de pagamento... Aqui fala de propinas para agentes de órgãos de controle do ministério, mas havia um pagamento fora de nota fiscal, assim, uma folha de pagamento estranha, sem ser *call center*? Assim...

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não. Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... que aparecia para pagar algumas, algumas pessoas, ou não?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – No meu período, não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Não? Em forma de recibo... Só nota fiscal?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não; só nota fiscal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Bem, e tem aqui o... Em 2024, teve um movimento aqui da Prospect em Brasília, de mais de 20 milhões, entre junho e abril, recebendo recursos da CBPA... A CBPA era de pesca?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Era uma das associações...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – E a Ambec? Essas duas...

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Também.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... foram mais de... Não. Teve 13,3 milhões que, segundo a Polícia Federal, partiram da sua rede para pagamento... Saíram do pagamento seu, lá da sua autorização. Porque aqui fala... A Polícia Federal fala que é propina, para alguns agentes públicos e...

Você tem alguma nota fiscal que foi emitida sem ser dessas empresas citadas aí, não?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – De alguém... Uma nota fiscal estranha?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – De uma consultoria qualquer, de alguém assim...

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não, eram sempre das empresas que foram já abordadas aqui.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – De advogado tinha nota fiscal emitida? Pagando advogado, não?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Tinha uma advogada da empresa mesmo, que prestava serviço como PJ.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Quem que era a advogada?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Vitória.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Vitória. Ela era pessoa jurídica?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Pessoa jurídica.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Tinha nota fiscal de quanto para ela? Você chegou a pagar nota fiscal de quanto?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Acho que 20 mil, se não me engano.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – De 20 mil por mês?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Não tem uma nota, assim, maior que isso? Assim, tipo, 500 mil, 1 milhão, essas coisas assim?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não que eu me recorde, não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – E tem outra... Não teve nenhuma... Nenhum escritório de advocacia além dele, não? Por exemplo, esteve aqui o Nelson Wilians...

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Ou o Camisotti.

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O Maurício... O senhor conheceu o Maurício?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O senhor sabe se o Maurício tinha alguma relação com a Ambec, pelo menos em termos de contrato, ou alguma coisa? O senhor já ouviu falar desse nome por lá, ou não?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não, por lá, não, eu ouvi falar na imprensa. Eu não conheci nenhum...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Antes não tinha nada, nenhum comentário sobre essas associações, nada?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor não achava muito estranho, não, faturar milhões e milhões para as associações sem... Só com autorização para emitir a nota, sem nada que justificasse?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Como eu busquei o histórico que eu pude ficar dos três meses que eu...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – ... enquanto o Rubens estava lá comigo... (*Risos.*) Desculpa. Era de que esse valor era o valor médio das operações. Então, não vi mudança significativa a partir do meu ingresso na empresa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Qual... Sem querer especular muito, mas, lá no grupo PaulOOctavio, o senhor ganhava quanto por mês? Só para ter uma ideia.

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Quando eu saí para ir trabalhar com o Antônio era 23.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Era 23. Aí pulou para 60.

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Foi o incentivo, realmente, para mudar de empresa.

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Na verdade é o seguinte...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – E mais fácil, não é pouca coisa, não, e o serviço era muito menor, é evidente.

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Com certeza...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Muito menor.

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – ... mas a situação não é só essa. Eu tive, em outros momentos do emprego anterior, uma terminação muito maior. Depois da pandemia que houve várias mudanças...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O senhor nunca tomou uma cervejinha ou um refrigerantezinho com o Careca e houve algum comentário, alguma coisa assim, não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não, não...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O senhor nunca esteve com ele fora do expediente?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Eu não tinha esse acesso a ele, não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Não tinha acesso, não? Quem é que tinha relação mais com o senhor lá? Além do Careca, tinha um gerente, um diretor, alguma coisa assim que trocava...

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Não, era ele, o...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O Careca, o filho dele...

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Tudo descentralizado nele...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – E mais ninguém?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – ... o filho dele, que chegou este ano e estava começando a ingressar nas operações, e o meu contato era com as assistentes financeiras, comigo lá, com a gerente administrativa, para conferir folha de pagamento, essas coisas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Presidente...

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Sr. Presidente, só pela situação, de fato, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Pela ordem.) – "Ministério de Juscelino libera em 30 minutos pedido por rede de TV nacional para seu grupo político. Medida agilizou planos de uma emissora do Maranhão de levar a programação para as cinco regiões do País [...]". E aí o final da matéria está aqui: "O grupo empresarial é capitaneado pelo empresário e advogado Willer Tomaz, compadre do senador Weverton Rocha [...], um aliado de primeira hora do ministro. O despacho, que deu andamento à tramitação de uma nota técnica, é do diretor do Departamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Radiodifusão Privada do ministério, Antonio Malva Neto. Ele é ex-sócio de Willer Tomaz num escritório de advocacia e ex-assessor parlamentar [...] [do Senador] Weverton [Rocha].

Tenho dito.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Acrescento a isso, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... que acabei de verificar aqui no LinkedIn, nós baixamos o currículo, conforme foi dito pelo Sr. Milton Salvador, e nele não consta o seu telefone celular. E além disso, no gabinete do Senador Weverton Rocha, em 2021, trabalhou também junto Adroaldo da Cunha Portal, o mesmo Adroaldo que hoje é Secretário-Executivo do Ministério da Previdência, do atual Ministro, e que desde 2023, como eu disse em reunião anterior, integrava o grupo de trabalho do Ministério Público e não informou o Governo das investigações sobre descontos dos associados do INSS feitos sem autorização, que já estavam, em 2023, em investigação. Apenas para registro.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – E quem assinou a nomeação e a exoneração do Sr. Antonio Malva Neto foi o Ministro-Chefe da Casa Civil, o Sr. Rui Costa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu só gostaria de informar aos nobres Deputados, o Deputado Marcel Van Hattem e o Deputado Evair de Melo, que façam juntar essas notícias, por favor, aqui na Secretaria da Comissão.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Farei isso, Sr. Presidente, Sr. Relator. E eu quero apenas acrescentar, concordando com o Sr. Relator Alfredo Gaspar, que espero não me sentir aqui enganado, porque falei antes. Agora, talvez o Sr. Milton realmente não tenha a ver. Está cada vez mais difícil de acreditar. Mas em relação às vinculações do seu advogado com vários que estão circundando toda a história do INSS, é muito difícil acreditar em coincidência, Sr. Presidente, que o Sr. Milton veio a contratar um advogado que justamente advoga para os mesmos políticos que estão sendo frequentemente citados nesse escândalo de corrupção no INSS.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sr. Milton, o senhor tem cinco minutos regimentais para o encerramento da sua fala.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR (Para depor.) – Gostaria de agradecer primeiramente a oportunidade de estar aqui, de me manifestar, de assegurar a vocês que eu não omiti e nem menti em nada do que eu disse aqui. Se eu errei aí, foi em ter boa fé de acreditar nas pessoas e de imaginar que aquilo que me estava sendo dito era o que estava acontecendo. Da minha parte, em momento algum, menti aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor encerrou?

O SR. MILTON SALVADOR DE ALMEIDA JÚNIOR – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Umas palavras finais aqui, antes de nós sairmos da... Uma reflexão deste dia de trabalho. Eu quero aqui fazer um apelo direto aos Ministros do Supremo Tribunal Federal. Deixem esta CPMI trabalhar. Nós não estamos aqui por vaidade, não estamos aqui porque queremos ser melhores, que Poder nenhum mande mais do que o outro. Nós estamos aqui porque a Constituição nos exige, e o Brasil nos deu esta missão.

São milhares de aposentados, pensionistas que foram roubados, gente, roubados. E que querem uma resposta, querem justiça.

Quando o Supremo impede as convocações, eu repito o que disse, não é o Parlamento que perde, não. É o povo brasileiro, o aposentado que vai para a fila, a pessoa que está no posto de saúde, são esses é que perdem com essas decisões.

E há um outro ponto que eu preciso colocar: não se trata de proteger a Constituição.

A decisão dada semana passada pelo Ministro André Mendonça e hoje pelo Ministro Flávio Dino não é proteger a Constituição, a meu ver. Minha opinião é que se trata de nós blindarmos criminosos, e criminosos que – nós estamos percebendo – são ardilosos e sabem se organizar, inclusive para tentar burlar e enganar as investigações desta Comissão.

O STF tem uma missão, o Parlamento tem a sua missão, e nossa missão aqui é fiscalizar, é denunciar, é investigar, é expor a verdade.

A Justiça, o Judiciário tem sua forma de trabalhar, com os inquéritos e, muitas vezes, sigilosos; nós, não, nosso trabalho aqui é com o povo. E, se nós formos impedidos de dar uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

resposta à população, o Brasil está assistindo a algo muito ruim e perigoso, que é um grande problema, um grande conflito entre os Poderes. Isso não faz bem à democracia, não faz bem à República. Por isso, eu digo com clareza, e eu tenho certeza de que os Parlamentares comigo aqui também: nós vamos até o fim – nós vamos até o fim! O povo não aceita recuos, e nós não vamos aceitar amarras, muito menos enganos.

Esta CPMI vai cumprir com a missão dela, senhores, doa a quem doer. E eu tenho acreditado – e vamos cobrar de cada um dos senhores – que nós não vamos passar a mão na cabeça de ninguém aqui nesta CPMI. Nós vamos trazer à tona todas as informações que interessam ao povo brasileiro.

Obrigado pelas horas, pela participação de todos.

Obrigado às pessoas que nos acompanharam agora à noite, que nos acompanharam durante o dia, pela sua audiência. Os senhores sabem que nós estamos aqui pelo Brasil, para que a impunidade não continue grassando, nos machucando, como hoje nós vemos, especialmente em cima do roubo de aposentados e pensionistas.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião, convidando-os para a próxima, a ser realizada 22/09, às 4h da tarde, com a oitiva de Rubens Oliveira, sócio de Antônio Carlos Camilo.

Meu muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 9 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 23 horas e 02 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DO INSS - 2025 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2025, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dezesseis horas e dez minutos do dia vinte e dois de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Carlos Viana, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025 com a presença dos Parlamentares Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Styvenson Valentim, Sergio Moro, Augusta Brito, Eliziane Gama, Randolfe Rodrigues, Nelsinho Trad, Izalci Lucas, Eduardo Girão, Rogério Carvalho, Leila Barros, Paulo Paim, Rogerio Marinho, Damares Alves, Coronel Chrisóstomo, Coronel Fernanda, Carlos Jordy, Alfredo Gaspar, Duarte Jr., Delegado Fabio Costa, Ricardo Maia, Sidney Leite, Ricardo Ayres, Orlando Silva, Beto Pereira, Zé Trovão, Fernando Rodolfo, Kim Kataguiri, Maurício Carvalho, Evair Vieira de Melo, Lucas Redecker, Paulo Pimenta, Alencar Santana, Rogério Correia, Mário Heringer, Josenildo, Marcel van Hattem e Luiz Lima, e ainda dos Parlamentares José Medeiros, Delegado Caveira e Zucco, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Professora Dorinha Seabra, Chico Rodrigues, Jorge Seif, Fabiano Contarato e Bruno Farias. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A reunião é suspensa às dezesseis horas e cinquenta e oito minutos e reaberta às dezessete horas e quatro minutos. A reunião é suspensa às dezessete horas e dezoito minutos e reaberta às dezessete horas e vinte minutos. A reunião é suspensa às dezoito horas e hum minuto e reaberta às dezoito horas e dezessete minutos. A reunião é suspensa às dezenove horas e trinta e quatro minutos e reaberta às vinte horas e dezesseis minutos. A reunião é suspensa às vinte e dois horas e dez minutos e reaberta às vinte e dois horas e dezenove minutos. Passa-se à apreciação da pauta: **Oitiva**. **Finalidade:** Oitiva do Sr. Rubens Oliveira Costa. Oitiva do Rubens Oliveira Costa, Empresário - Vênus Consult. Assessoria Empresarial SA e da Curitiba Consult. em Serv. Médicos S.A, em atendimento aos requerimentos 76/2025, 334/2025, 398/2025, 461/2025, 602/2025, 788/2025, 936/2025, 950/2025, 1007/2025, 1856/2025 e 1859/2025. **Resultado:** Oitiva realizada. Ao fim do depoimento, foi determinada a prisão em flagrante do depoente pelo crime previsto no art. Art. 4º, II, da Lei 1579/1952. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às zero horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Carlos Viana
Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/22

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS, de 2025, de 18 de dezembro... não, hoje não são 18, não. De 22 de setembro de 2025. Pelo menos hoje eu mesmo me corrigi aqui. Obrigado.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 9ª Reunião, realizada em 18/09.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Congresso Nacional*.

Nossa reunião de hoje se destina à oitiva do Sr. Rubens Oliveira Costa, empresário, conforme os Requerimentos 76, do Senador Izalci Lucas; 334, da Deputada Adriana Ventura; 398, de origem desta Presidência; 461, do Deputado Rogério Correia; 602, do Deputado Alencar Santana; 788, do Senador Randolfe Rodrigues; 936, do Senador Fabiano Contarato; 950, do Deputado Sidney Leite; 1.007, do Deputado Paulo Pimenta; 1.856, do Deputado Alfredo Gaspar; e 1.859, do Deputado Duarte Jr.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dar meu boa tarde também ao nosso Relator e ao Vice-Presidente, que estão aqui acompanhando os nossos trabalhos, e a todos os que estão em casa, no trabalho, acompanhando também a TV Senado, a Rádio Senado e as informações desta CPMI.

Obrigado pelo carinho, pelo respeito com que temos sido recebidos em todo o Estado de Minas Gerais. No final de semana, estive em Caratinga e Raul Soares, cidades do interior de Minas Gerais, e em Governador Valadares. Fomos recebidos de uma maneira muito impressionante, Relator. A confiança das pessoas em nosso trabalho, o desejo de que esta CPMI cumpra com o papel de informar ao povo brasileiro... E deste compromisso nós não abrimos mão, que é você, que nos acompanha, saber de tudo que aconteceu, dar transparência a todas as investigações, a todos os fatos, para que o Brasil possa vencer essa chaga que foi roubarem idosos em nosso país, uma vergonha que tomou conta da Previdência em nosso Brasil. Essa impunidade, isso machuca muito todos nós. Mas estamos pedindo a Deus muita força e muita sabedoria para que a gente possa cumprir com o nosso trabalho com equilíbrio, com responsabilidade, mas principalmente com a capacidade de definir a responsabilidade de cada um. Isso é muito bom.

Me permitam aqui também...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Sr. Presidente, pela ordem, quando puder.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Me permitam aqui também dar os parabéns a toda a comunidade judaica. Hoje é o ano novo judeu, 5.786, *shanah tovah*. Então, fica aqui o abraço e o nosso desejo de que seja um ano de mais tranquilidade, um ano em que Israel possa resolver essa questão da guerra em Gaza. Que a paz volte a reinar nas famílias e que, no Brasil, nós tenhamos sempre a tolerância com todas as comunidades, independentemente da sua origem, da religião, que a gente possa manter sempre um Brasil aberto aos imigrantes, aberto às diferenças, um Brasil de tolerância e, especialmente, um Brasil de liberdade religiosa.

Pela ordem, Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, agradeço a V. Exa., saudando aqui todos os nossos pares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, indago a V. Exa... Já começaram a chegar os documentos que foram oriundos das quebras de sigilo, da Receita Federal, etc., não é isso? A pergunta que eu faço a V. Exa... A pergunta que eu faço a V. Exa. é: como é que seria o tratamento? A gente vai designar uma pessoa, cada um dos Parlamentares aqui presentes, não é isso?. Cada um dos Parlamentares vai informar à mesa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Isso.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... alguém que o represente? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exatamente. Cada Parlamentar pode indicar uma pessoa, haverá um termo de responsabilidade sobre as informações que forem compartilhadas.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – O.k. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – E todos os requerimentos aprovados já estão sendo devidamente encaminhados, com exceção de um do Deputado Rogério Correia, que, Deputado, há um Requerimento de V. Exa. que precisa ser refeito, né? Há nele um erro material na solicitação, que a Secretaria pode informar à Assessoria, e nos comprometemos, já na quinta-feira, a reapresentar o pedido, conforme solicitação de V. Exa., o.k.?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente, Deputado.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Presidente, no dia 1º de setembro, nós ouvimos, aqui nesta Comissão, o Sr. Eli Cohen...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... considerado uma peça-chave para as investigações. Inclusive, a entrevista que ele concedeu para a imprensa teve grande repercussão, e, por conta disso, inclusive, o senhor Eli Cohen foi uma das primeiras pessoas ouvidas por nós.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Ocorre, Sr. Presidente, que eu gostaria de perguntar a V. Exa. se eu tenho a necessidade ou não de aprovar o novo requerimento para que nós pudéssemos ter uma nova oitiva do Sr. Eli Cohen. Por que isso, Sr. Presidente? Porque o jornal *O Globo,* de ontem, publicou uma informação que é extremamente grave.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – E ela, inclusive, Sr. Presidente, coloca em dúvidas o depoimento do Sr. Eli Cohen.

Segundo o jornal *O Globo*, na edição de ontem, o Sr. Eli Cohen teria recebido ajuda do PL antes de comparecer a esta Comissão. Segundo o jornal *O Globo*, o Sr. Eli Cohen fez várias sessões de *mídia training* pagas pelo PL, com a participação, inclusive, de especialistas de comunicação contratados pelo PL para preparar a vinda do Sr. Eli Cohen a esta CPI.

Se tal fato é verdade, Sr. Presidente, isso é um fato de enorme gravidade, porque caracterizaria aqui uma pessoa estar sendo paga não só para promover uma obstrução nas investigações, que já estão acontecendo, como uma manipulação de informações, para direcionar a investigação numa determinada direção.

Eu lembro que, naquela oportunidade, um Senador chegou a dizer, no seu depoimento, que havia ido até o escritório do Sr. Eli Cohen, o que é algo que todos nós aqui ouvimos – né? –, e consideramos que era algo dentro do razoável, mas o que a imprensa está dizendo hoje é outra coisa. O que a imprensa está dizendo é que o Sr. Eli Cohen foi treinado e que esse treinamento, essa *mídia training* foi paga pelo PL.

Então, V. Exa. há de convir comigo, qualquer inquérito, qualquer investigação, imaginem se nós tomássemos conhecimento de que um depoimento, uma testemunha-chave nos omitiu que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

recebeu treinamento pago por um partido político, seja lá por quem quer que seja, diretamente envolvido nessa investigação.

Por conta disso, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... eu quero requerer uma nova oitiva do Sr. Eli Cohen.

Há necessidade de um novo requerimento? Ou nós podemos utilizar aquela convocação, simplesmente para que ele seja reinquerido, até mesmo para que a gente possa avaliar a credibilidade das informações que foram aqui prestadas por ele?

Então, essa é a minha questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... eu gostaria de solicitar uma nova oitiva do Sr. Eli Cohen e pergunto a V. Exa. se eu preciso aprovar um novo requerimento ou se aquele requerimento já é suficiente, para que ele possa simplesmente ser chamado pelo senhor, e ninguém melhor do que o senhor, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... ninguém melhor do que o senhor, que tem sido tão zeloso na credibilidade.

Esses dias, o senhor fez uma fala sobre um Deputado que tinha questionado a CPMI. Imagina uma matéria como essa, dizendo que a testemunha-chave veio aqui a mando de alguém, pago por alguém, a soldo de alguém.

Então, isso aqui não pode ser ignorado. Eu classifico isso aqui como algo extremamente grave...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Seif.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... e peço a V. Exa. que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Seif.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... tome providências...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Seif.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... com relação à...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Seif.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... gravidade dessa informação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho, por favor. Só um instante, só um instante.

Líder Paulo Pimenta, qualquer pessoa que já compareceu a esta CPMI pode ser alvo de novo requerimento para voltar e falar.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Precisa de novo requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Precisa. V. Exa. tem que apresentar para que seja aprovado novamente.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Então, vou apresentar um novo requerimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Pela ordem, Senador Jorge Seif.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Passo a vez ao meu Líder e depois eu falo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pela ordem, com a palavra o Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela ordem.) – Bom, eu quero dizer que, se esse *media training* de fato existiu, foi muito mal empregado, porque não foi... Não foi tão legal assim o resultado, né? Mas a nota do Lauro Jardim, eu pedi para a assessoria me dar aqui: "O advogado Eli Cohen, que depôs da CPI do INSS, no início do mês contou com a ajuda do PL, antes de falar com Deputados e Senadores. Um especialista de comunicação, enviado pelo partido, esteve pelo menos duas vezes no escritório de Cohen para um *media training*".

Ora, Sr. Presidente, eu acho que melhor faríamos se enviássemos um ofício ao Sr. Eli, sem prejuízo do requerimento do nobre Paulo Pimenta, para verificar se essa nota é verdadeira, porque está sendo dito aqui como se fosse um fato, e eu tive o cuidado de perguntar agora ao Presidente do partido, e ele me disse que isso nunca existiu. Mas, de qualquer forma, vamos avaliar aí, vamos ver se, dentro do escopo da própria CPMI, que já tem 40 convocados...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... vale a pena a gente reconvocar o Sr. Eli – não é? –, para falar novamente aqui.

Vai ser maravilhoso. Eu acho que ele tem muita coisa a acrescentar, não tenha dúvida nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O requerimento sendo colocado, será avaliado pelo Plenário.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – É, a gente vota. Traga o Sr. Eli aqui de novo aqui sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor, eu só consigo... Por gentileza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pela ordem, Excelência?

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Pela ordem, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, nós temos tantas pessoas importantes para fazer o depoimento aqui... Se o cara teve *media training* ou não teve *media training*, se é importante para o Partido dos Trabalhadores, faz um ofício, entra na Justiça. Porque, para nós, o importante é comprovar que tem DNA, nesse crime, de partidos apoiadores da base do atual Governo. Inclusive, hoje matéria também de várias matérias.

O que, infelizmente, o Partido dos Trabalhadores deseja é tumultuar, postergar, procrastinar, realmente, a oitiva de pessoas que podem trazer informações que só comprovam o que, dia a dia, nesta CPMI, nós temos descoberto: que eles estão atolados até o pescoço...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – ... com essa questão da corrupção endêmica que se instalou no Governo Lula e nos partidos de base deste Governo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Obrigado, Senador.

Olhem, o requerimento pode ser feito a qualquer tempo, qualquer um dos Líderes poderá fazer, os Parlamentares.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu penso que a grande preocupação seria se os fatos que ele citou aqui não fossem verdadeiros ou não pudessem ser comprovados. Aí, nós teríamos uma testemunha que mentiu. Mas essa preocupação com o *media training*...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... pode ser trazida, sem nenhum problema, a esta Comissão.

Pela ordem, o Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Pela ordem.) – Bom, Presidente, é óbvio que, caso seja verdadeira a nota que foi dada no jornal *O Globo*, é claro que é grave, porque, se ele vai à sede de um partido fazer um treino sobre o que ele vai falar, uma *media training*, ou ao escritório dele com alguém do PL, para treiná-lo para vir aqui, para dizer a verdade não é. Pode ser para treinar coisas que podem ter sido mentiras. Essa questão do PL...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... o próprio partido, na CPMI do golpe, nós vimos isso, através da Deputada Carla Zambelli, que já não se encontra no Brasil mais, que esteve com aquele *hacker*, o chamado Hacker de Araraquara, na sede do PL, e depois foi à casa do ex-Presidente Jair Bolsonaro, quando eles foram ver aquela questão já relativa às urnas, que eles queriam dizer que eram urna falsa. E foi colocado em jornal e depois comprovado.

Então, é óbvio que uma coisa e outra são graves. Você não pode levar para dentro de algum lugar e depois trazer para a CPMI alguém que foi ser treinado por isso, não pode ser dessa forma tratado. Eu acho que isso foi grave.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente, Deputado. Perfeitamente.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Então, até uma anotação no depoimento dele, no meu entender, porque ele não pode ter essa relação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente.

Eu só quero lembrar que nós temos perto de 80 convocações e, até o final do ano, se nós tivermos 12 sessões, é muito, até o final do ano.

Pela ordem, Deputado Zé Trovão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero, primeiro, antes de fazer a minha fala inicial, dizer aos nobres Deputados do PT que não se preocupem. Quem costuma fazer as pessoas contarem mentira é o PT mesmo; não é a gente lá do PL não. E, se tiver algum envolvimento, deixe tocar.

Presidente, eu estou aqui para fazer um questionamento ao senhor...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – ... se, na quinta-feira, realmente está 100% confirmada a presença do Careca do INSS.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Antônio Carlos Camilo.

Excelência, certeza na vida a gente só tem com a morte. (*Risos.*) Essa, não se escapa dela. Ninguém fica para semente nesse mundo. Mas há uma boa conversa com o advogado, foi feito um trabalho muito interessante, o advogado se comprometeu... Inclusive, seria para amanhã essa vinda aqui à CPMI, mas eu tomei a decisão, em conversa com o Relator, de transferirmos para quinta, porque nós, na quinta, teremos mais tempo suficiente para que todos possam fazer as perguntas.

Amanhã, nós teríamos a questão da sessão a partir das 4h da tarde, que nos impediria a continuidade do depoimento. E, como ele é considerado, vamos dizer assim, o principal articulador e cérebro, eu entendo que a gente precisa de mais tempo.

Está confirmada a vinda dele na quinta-feira. Espero, com sinceridade, que seja cumprido o trato que foi feito.

Pela ordem, Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Presidente, eu faria uma sugestão para a gente seguir para os depoimentos. São questões aqui transversais, colaterais, que foram discutidas, que o representante do PT já falou, o pessoal do PL já falou. Vamos seguir os trabalhos.

Eu, sinceramente, não vejo também relevância nesse tema que foi colocado em relação a essa testemunha anterior, ainda mais com base numa notícia de jornal a ser verificada, e falo aqui sem ser do PL nem nada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos para o que interessa, porque a gente vê, a todo momento, um diversionismo do Governo do PT de tentar desviar o foco dessas apurações.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Concordo plenamente com V. Exa., mas...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor concorda, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... como Presidente, eu tenho que dar...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Concorda com a questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não. Não, não. Não é questão de ordem.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Concorda com o que ele disse?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ele...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não posso apresentar o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu concordo com ele que nós... Eu concordo com ele que nós precisamos parar de tirar o foco da CPMI.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não, não é foco, Presidente, eu gostaria de questionar uma testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Líder Paulo Pimenta, eu concordo com V. Exa. também.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Ah, está bom.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Como Presidente, eu vou acatar o pedido pelo requerimento.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Pela ordem, Presidente. Pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, pela ordem, a Coronel Fernanda. Foi a primeira que pediu aqui, não é?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT. Pela ordem.) – Presidente, o Brasil está aguardando o resultado desta CPMI, e o que eu tenho visto é o Governo, através dos seus representantes aqui nesta Comissão, a todo momento causando transtorno, com pedidos inaceitáveis, criando dúvidas onde não tem.

Eu acho que pedir para o senhor e para os demais que... Nós precisamos, o mais rápido possível... Já estamos aí findando o mês de setembro, já tivemos algumas sessões e temos muitas mais ainda – vamos até o mês de março do ano que vem –, há mais de 40 pessoas para serem ouvidas... Que essas questões que o Governo está apresentando aí, para atrapalhar o bom andamento com que o senhor tem conduzido esta sessão, sejam deixadas por último.

Já que eles fazem tanta questão que compareçam A e B, quero pedir ao senhor que coloque eles lá no final, porque aí a gente já ouviu todo mundo e vamos poder reprisar as questões, tirar qualquer dúvida e amarrar, de vez, o nosso entendimento de que o Governo é um dos responsáveis pelo roubo do INSS.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Coronel Fernanda. Vamos, à medida que... Vamos passo a passo. Depois do requerimento aprovado...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, Presidente, o Senador Rogerio Marinho fez uma sugestão: que fosse encaminhado um ofício ao depoente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... questionando se ele participou de alguma preparação paga por partido, alguma coisa. Eu acho que é um...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... Poderia ser feito o encaminhamento...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... para que nós possamos elucidar se ele recebeu... O representante teve... Enfim...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dizer se a nota é verdadeira ou não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Se a nota é verdadeira ou não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Podemos fazer.

Pela ordem, Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Eu acho que essa notícia aqui de *O Globo* resolve o assunto. *O Globo* publicou, no dia 5 de setembro: "CPI do INSS: [o mesmo *O Globo*] governo teme depoimento de Lupi, que recusa [*media training*, ou] treinamento [depois falam que é um *media training*] e está distante do Planalto". Aliás, se talvez o Lupi tivesse aceitado o *media training*, não tivesse se havido tão mal aqui na Comissão.

Então, quer dizer, o Governo está acusando...

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG) – Essa é a sua impressão, mas ele não foi mal não. Foi...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... com base numa notícia... Ô, espera aí, espera aí!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, senhores. Por favor. A interrupção... Todos aqui estão tendo o direito de falar.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – É exatamente a mesma coisa. Então, quer dizer, eu não vejo *lobbies*...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG) – Mesma coisa é axila e sovaco.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Mário Heringer, por gentileza.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, não, espera aí que eu não terminei, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. V. Exa. pode terminar.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Ah, sim.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – É, pois é, pô. Foi o Mário Heringer?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Pois é. Aí ó...

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG) – Fui eu, sim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Então, vamos repetir. Vou repetir, para...

De *O Globo*: "CPI do INSS: Governo teme depoimento de Lupi, que recusa treinamento e está distante do Planalto".

Eu confesso, Sr. Presidente, com toda a boa vontade que o Dr. Eli Cohen esteve aqui apresentando, eu espero que ele até... Ele até pode se beneficiar do *media training*, porque realmente... E não digo que o PL ou o PT ou qualquer partido tenha que providenciar – e espero que não tenha acontecido, para ser bem sincero, porque aqui as pessoas têm que estar... E aposto que não aconteceu, porque tem muita coisa saindo no jornal que não é como foi.

Agora, o que nós precisamos focar, Sr. Presidente, é o que ele disse, e, por isso, eu concordo com o requerimento de convocação de novo, porque ele falou que iria trazer, nos próximos dias, informação de uma lobista que estaria próxima de um filho do Lula e que levaria a mais informações sobre a roubalheira dos idosos aposentados. Então, que o Eli venha aqui. Tomara que ele já tenha essa informação e traga para a CPI, porque será esclarecedor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, Sr. Presidente, feito o comentário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Bem, primeiro passo...

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho. O primeiro passo será o envio, e eu autorizo o requerimento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... para que ele confirme ou não a notícia.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Assim que a resposta vier, nós apresentaremos e colocaremos a sequência.

Questão de ordem, Mário Heringer. Questão de ordem.

Qual é o artigo, Excelência?

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG) – Pela ordem, Presidente.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ah... Pois não, Excelência.

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG. Pela ordem.) – Muito obrigado, e obrigado pela correção, porque eu sempre confundo essas situações.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG) – Eu queria deixar muito claro aqui que a questão de fazer ou não fazer *media training* não tem problema nenhum. Eu acho que, se ele tivesse feito também, não teria problema.

O que a gente não pode entender como normal é alguém fazer *media training* exatamente dentro de uma instituição que não tem nada a ver com isso aqui. Se eu faço dentro da minha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

instituição, tudo bem. Se eu faço dentro de outra e é pago por interessado nos resultados aqui, isso está completamente errado, principalmente se for dinheiro público. Entretanto, o que vai se apurar – o que vai se apurar – nessas questões é que esse depoente se reuniu para esse treinamento com membros desta Comissão. Tem membros desta Comissão que prepararam aquele depoimento, fizeram movimento de pergunta e resposta para exatamente para encobrir uma série de coisas que está sob suspeita. A gente não pode achar que se tapa o sol com a peneira.

Então, a verdade é o seguinte: se concorda que pergunte a ele, faça a pergunta para ele mentir, e a gente desmenti-lo depois e prendê-lo também. Apesar de ele ser um denunciante, ele é uma pessoa que está sendo manipulada e está tentando manipular esta CPMI.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRIO HERINGER (Bloco/PDT - MG) – Isso não pode continuar desse jeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado Mário Heringer.

Solicito à Secretaria que traga para tomar assento à mesa o Sr. Rubens Oliveira, acompanhado do advogado, por gentileza. (*Pausa.*)

Antes de iniciarmos a oitiva do Sr. Rubens Oliveira, informo que esta Presidência foi cientificada dos termos da decisão nos autos do Habeas Corpus 261.802, do Distrito Federal, cujo paciente é o depoente, de relatoria do Ministro Fux. A ordem foi concedida parcialmente, garantindo ao paciente o direito de permanecer em silêncio sobre fatos que possam implicar sua autoincriminação; o direito de ser acompanhado por defensor e de comunicação irrestrita com ele; e o direito de não ser preso em razão de permanecer em silêncio nos casos de autoincriminação.

Não obstante, eu gostaria de destacar para todos que todos esses direitos concedidos pelo Ministro Fux já estavam garantidos pela CPMI, conforme o ofício convocatório, os precedentes do Colegiado e a atuação dos membros. Ressaltou, contudo, que a aplicação do postulado de não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

autoincriminação não implica o direito de silêncio absoluto, porquanto à testemunha remanesce a obrigatoriedade de responder às perguntas que não sejam autoincriminatórias.

Registro também que o depoente está desobrigado de prestar o compromisso de dizer a verdade; no entanto, caso queira, poderá prestar o compromisso.

V. Exa. gostaria de prestar... (*Pausa.*)

Não, esse não. Não, esse não está na decisão, não é?

Então, nós vamos fazer o termo aqui.

Vou pedir ao advogado, Dr. Urquisa, a gentileza de colocarmos algumas observações.

O senhor poderá, juntamente com o seu cliente, pedir a suspensão da sessão em qualquer momento por questões pessoais ou por questões de orientação ao seu cliente. Aqui serão garantidas todas as prerrogativas dos advogados. O único ponto de que essa CPMI não abre mão é que o senhor não dirija a resposta a ele. Se ele tiver dúvida e lhe perguntar alguma coisa sobre data, não há problema nenhum, mas dizer "sim" ou "não", ou não responder, por gentileza, o senhor se abstenha, para que a gente possa dar sequência com tranquilidade aqui, viu? E fico muito feliz de saber da sua origem mineira, de pessoas tão queridas nosso estado.

Passo agora à leitura do termo de compromisso do depoente.

O senhor vai responder aqui, por gentileza, no microfone.

V. Sa. promete, quanto aos fatos que tenha conhecimento na qualidade de testemunha, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA (Para depor.) – Olha, me reservo o...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, ao microfone.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Desculpe.

Eu me reservo o direito de não me comprometer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor, como testemunha convocada, é obrigado a firmar o termo de compromisso conosco.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Mesmo assim, com base no *habeas corpus,* eu prefiro não...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O *habeas corpus* de V. Exa., Dr. Urquisa, não dá a ele o direito de não fazer o compromisso conosco de falar a verdade. Isso é...

O senhor não pode se manifestar, ou melhor, ele não tem o direito de não falar a verdade aqui nessa CPMI. Ele tem o compromisso...

Aqui, ó. Aqui está... Inclusive, o senhor deve acompanhar, mas está aqui a decisão: ele pode ficar em silêncio naquilo que o incrimina, mas, como testemunha, ele tem que fazer o termo de compromisso conosco.

O SR. CARLOS HENRIQUE ALVARENGA URQUISA MARQUES – Materialmente ele é investigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas aqui não, Excelência; aqui ele é testemunha. Nós...

O Ministro Luiz Fux reconhece a condição dele de testemunha. Como testemunha, ele precisa prestar o termo de compromisso conosco. Ele é obrigado a isso.

O senhor quer tempo para conversar com ele?

O SR. CARLOS HENRIQUE ALVARENGA URQUISA MARQUES – Vou manter o posicionamento, Excelência; a minha indicação a ele de não firmar esse termo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – V. Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Pela ordem.) – Olha, na legislação penal brasileira e processual, não existe nenhuma diferença entre prestar compromisso ou não. Se for constatado aqui que ele está mentindo na condição de testemunha, V. Exa. tem todas as condições de decretar em flagrante a prisão sob falso testemunho. Então, assim, eu acho que a gente pode passar adiante essa fase.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor compreendeu? O senhor compreendeu, Doutor?

O SR. CARLOS HENRIQUE ALVARENGA URQUISA MARQUES (*Fora do microfone.*) – Compreendo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Porque ele só não pode ser preso nessa CPMI por aquilo que ele se recusar e que o senhor disser que vai ser incriminado, mas, nas outras perguntas, se ele se recusar ou mentir a essa CPMI, ele pode receber voz de prisão nessa Comissão.

O SR. CARLOS HENRIQUE ALVARENGA URQUISA MARQUES – Perfeitamente, Excelência.

Agora, se ele faz um compromisso de dizer, de prestar um depoimento e de prestar e falar e falar a verdade, ele está se comprometendo a falar e sobre uma narrativa que nós não sabemos a conotação que está sendo dada a ele.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, se ele sentir em algum momento que isso o incrimina, ele pode dizer que vai ficar em silêncio. Isso não é faltar com a verdade, é exercer um direito.

O SR. CARLOS HENRIQUE ALVARENGA URQUISA MARQUES – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Agora, nas demais perguntas, ele tem que obrigatoriamente responder.

O SR. CARLOS HENRIQUE ALVARENGA URQUISA MARQUES – Está orientado a dizer... a reservar-se naquilo que se sentir, de qualquer forma, incriminado pela conotação que derem às narrativas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sr. Rubens, eu vou...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tudo bem, doutor.

Eu só vou insistir com o senhor no seguinte: nós aqui temos tratado todas as pessoas com o devido respeito e com o direito que elas têm em todos os momentos. Nós aqui não queremos fazer prejulgamento ou pré-condenação de quem quer que seja, mas esperamos também colaboração das pessoas, para que nós possamos dar sequência nos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu pergunto ao senhor novamente, como Presidente desta Comissão, o senhor aceita fazer o termo de compromisso de falar a verdade?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não. Eu não...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – Presidente, mas pode não aceitar?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pode. Pode. Pode, mas isso já cria um precedente aqui.

Vamos lá.

A partir deste momento, daremos sequência aos trabalhos.

V. Sa. tem 15 minutos para as suas primeiras colocações.

Por favor.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA (Para depor.) – Excelentíssimos senhores membros da CPMI do INSS, eu, Rubens Oliveira Costa, economista, nascido em Brasília, casado, atuo na área de consultoria empresarial e gestão financeira desde 2013. Ao longo desses anos, venho conduzindo uma trajetória profissional pautada na ética, no profissionalismo e na dedicação ao desenvolvimento de empresas que confiam em meu trabalho. Meus serviços têm como propósito a implantação de iniciativas de valor, com foco na gestão administrativa e financeira, na avaliação de empresas, no gerenciamento de projetos, atendendo as empresas de diversos segmentos de mercado, em especial micro e pequenas empresas que representam a maior parte da minha carteira de clientes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em razão de, recentemente, menções envolvendo clientes atendidos por mim, no âmbito desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, venho respeitosamente esclarecer.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor pode falar mais perto? (*Fora do microfone.*)

Falar um pouco mais perto do microfone, por favor.

Solicito também que aumentem um pouquinho o volume, por favor.

Pode continuar.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Repetindo: em razão de recentes menções envolvendo clientes atendidos por mim, no âmbito desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, venho respeitosamente esclarecer.

Jamais fui sócio de qualquer empresa ao lado do Sr. Antônio Camilo. Atuei em apenas quatro de suas empresas, no papel de administrador financeiro, e nada além disso. Fui contratado como funcionário pelo Sr. Antônio, recebendo salário. Jamais recebi qualquer comissão, dividendos ou qualquer outra remuneração além do salário combinado. Exceto nos últimos quatro meses de trabalho, onde recebi uma pequena gratificação em razão do aumento da carga de trabalho.

Desconheço os motivos pelos quais relatórios, investigações ou inquéritos me apontam como sócio de algumas das empresas investigadas. Talvez, isso se deva ao fato de eu ter figurado como administrador financeiro nos estatutos sociais.

Repito: jamais fui sócio de qualquer empresa ligada ao Sr. Antônio, nem de qualquer outra empresa citada nas investigações. Jamais ordenei, operei ou participei conscientemente do pagamento de qualquer propina.

Deixei o cargo de administrador financeiro no início de 2024, antes de ter conhecimento da existência de inquéritos criminais envolvendo o meu nome.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Atualmente, não trabalho para qualquer empresa que mantenha relação de qualquer natureza com o INSS.

Desde o início das investigações, tenho me apresentado à Justiça e permanecido à sua disposição. Ainda assim, todas as minhas contas se encontram bloqueadas.

Não possuo qualquer patrimônio pessoal, veículos de luxo, imóvel ou bens em meu nome ou em nome de terceiros, nem dinheiro em espécie ou investimentos. Possuo apenas uma pequena poupança no valor de R$300 mil, amealhada ao longo de uma vida de trabalho, que atualmente se encontra bloqueada pela Justiça Federal.

Neste momento, enfrento dificuldades para pagar aluguel da casa em que vivo com a minha família, bem como o financiamento do meu veículo simples.

Tenho contado com a ajuda de amigos e familiares para arcar com os custos da minha defesa.

Jamais foi de meu interesse atrapalhar qualquer investigação, nem me furtarei a arcar com quaisquer responsabilidades que por ventura me sejam atribuídas.

Comprometo-me a manter meus endereços, localização e formas de contato sempre atualizados, tanto nesta CPMI quanto perante os inquéritos.

Desde antes do início dos inquéritos, não mantenho qualquer relacionamento com o Sr. Antônio, de qualquer natureza, por me sentir lesado pelas devastadoras consequências de ter me envolvido profissionalmente com ele.

Sendo do interesse dessa CPMI e até mesmo contrariando recomendação de meus advogados, com o intuito de demonstrar boa-fé e comprovar que não tenho qualquer intenção de evadir-me de minhas responsabilidades, ponho o meu passaporte à disposição.

Por fim, mantenho-me à disposição das autoridades nos autos dos diversos inquéritos em trâmite, nos quais, injustamente, figuro como investigado, pois sou o maior interessado no esclarecimento de todos os fatos.

É somente por orientação de meus advogados que, respeitosamente, reservo o meu direito de permanecer em silêncio sobre quaisquer fatos que estejam sendo apurados nos inquéritos e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

perante esta CPMI, uma vez que a má interpretação de minhas falas, especialmente considerando que desconheço a integralidade dos autos e a totalidade dos fatos investigados, pode gerar prejuízos à minha defesa, bem como resultar em uma eventual autoincriminação.

Dessa forma, seguindo a orientação dos meus advogados e conforme direito constitucionalmente garantido, assegurado por *habeas corpus* impetrado perante o Supremo Tribunal Federal, reservo-me o meu direito de permanecer calado.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Pela ordem, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante, Coronel Chrisóstomo.

É um direito dele de ficar calado dentro daquilo que o autoincrimina, Dr. Urquisa. Mas nas perguntas que foram feitas a esses Parlamentares, ele, na condição de testemunha, tem que responder. Aquilo que não for incriminatório – o senhor deve ter orientado ele bem – ele terá que responder a esta CPMI.

Pela ordem, Coronel Chrisóstomo. Pois não.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. Pela ordem.) – Fica difícil nós confiarmos no que ele está lendo aí para que nós venhamos a entender. E ele, mesmo lendo, disse que ele é o maior interessado sobre todos os fatos. Como é que eu posso confiar nas palavras dele se ele não assume falar a verdade aí, Excelência? Fica difícil para nós!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos lá.

Com a palavra o Relator, Alfredo Gaspar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, como V. Exa. sabe...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor, na sala; por gentileza.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Presidente, como V. Exa. sabe, foram aprovados aqui diversos pedidos de afastamento de sigilo bancário e fiscal, e alguns desses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

pedidos, independentemente do requerido, já estão chegando. Eu queria que V. Exa. delimitasse o que é e de qual forma pode ser usado isso em Plenário, em sessão pública.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, os documentos fiscais, sigilosos, esses não podem ser apresentados na sua integralidade, porque fazem parte dos autos, mas as informações que possam levar esta CPMI a identificar os atos, as culpas, elas podem ser apresentadas em pequenas partes, sem nenhum tipo de comprometimento com os documentos, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Agradeço a V. Exa. Isso é muito importante para que nós tenhamos tranquilidade em seguir adiante.

Sr. Rubens, o senhor teve quais vínculos empregatícios antes de ser contratado pelo Sr. Antônio Carlos Camilo? Dos últimos cinco anos.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA (Para depor.) – Bom, como eu afirmei, desde 2013, eu trabalho com consultoria, pontual; presto serviços a várias empresas. À época em que fui contratado pelo Sr. Antônio, eu estava há 18 meses parado em função da pandemia.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor foi contratado pelo Sr. Careca do INSS a partir de qual ano?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Junho de 2022.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Rubens, quantas vezes o senhor esteve na Câmara dos Deputados ou no Senado da República?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Nenhuma vez.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Esta é a primeira vez?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Esta é a primeira vez.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Rubens, o senhor está sendo televisionado para o Brasil inteiro como o maior entregador de propina do Brasil com dinheiro que pertencia aos aposentados e pensionistas. Quantas vezes o senhor entregou propina a integrantes do Governo Federal, Parlamentares?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Seguindo a orientação dos meus advogados e conforme direito constitucional garantido, assegurado por *habeas corpus* impetrado perante o Supremo Tribunal Federal, reservo-me o direito de permanecer calado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Rubens, a pergunta que eu fiz foi para beneficiá-lo. Olha só: o senhor está noticiado pela imprensa brasileira como o maior entregador de propina com o dinheiro dos aposentados e pensionistas. O senhor está dizendo que quer ficar calado, então nós podemos continuar com essa premissa. O senhor realmente é o homem da mala preta, o homem da propina, e o Brasil quer conhecer o seu rosto.

É o senhor o homem da propina, que desviou mais de R$6 bilhões do dinheiro do aposentado e pensionista, ou o senhor é boi de piranha?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Como já afirmado aqui, não distribuí, nem entreguei, nem participei de nenhum ato que fosse a entrega de recursos, seja de qual origem, para quem quer que seja.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, hoje eu estou com a paciência um pouco debilitada, porque dormi muito mal. Vou direto às perguntas.

Quem é Gustavo Gaspar?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Gustavo Gaspar é mais um cliente que me contratou para um serviço pontual e somente isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Fico feliz de o senhor estar esclarecendo esses fatos.

Gustavo Gaspar tem alguma relação com o Senador Weverton Rocha, do PDT?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Desconheço, nunca ouvi falar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conheceu Gustavo Gaspar através de quem, em qual situação?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não me lembro bem quem me indicou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, essa sua memória é realmente debilitada, mas pode melhorar um pouco.

O senhor recorda o ano em que conheceu Gustavo Gaspar?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Dois mil e vinte e três.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o senhor sabe, no momento em que conheceu o Gustavo Gaspar, qual foi o acerto de serviço que o senhor iria prestar a ele?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Seguindo orientações dos meus advogados, prefiro manter-me calado quanto a essa pergunta.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha só, o senhor é um prestador de serviço, como o senhor disse, conceituado, uma pessoa que busca viver da sua profissão e o senhor só tem duas oportunidades: se calar, estava fazendo coisa errada; se falar, vai esclarecer.

Gustavo Gaspar o procurou para roubar dinheiro dos aposentados e pensionistas, foi isso?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Segundo a orientação dos meus advogados e conforme direito constitucionalmente garantido, assegurado por *habeas corpus*...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Essa parceria de roubar dinheiro dos aposentados tinha como destinatário final quem?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Como falei, eu prefiro me calar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor levou quanto de propina para o destinatário final dessa parceria de roubar os aposentados?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Com base no *habeas corpus*, eu prefiro ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Roubando o dinheiro dos aposentados, o senhor sabia que tirou da mesa a comida necessária para que esses milhões de pensionistas e aposentados pudessem ter direito a uma existência minimamente digna?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Conforme *habeas corpus* assegurado, prefiro me manter em silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Foi Antônio Carlos Camilo que o apresentou a Gustavo Gaspar?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Conforme assegurado por *habeas corpus*, eu prefiro manter-me em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Para que o senhor teve a procuração da empresa GM, de Gustavo Gaspar?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Conforme assegurado por *habeas corpus*, eu prefiro manter-me em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Foi através da empresa GM que o senhor, movimentando a conta, pagou propina a políticos e servidores federais?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Conforme assegurado por *habeas corpus*, eu prefiro manter-me em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quantos milhões de propina pertencentes aos pensionistas e aposentados o senhor pagou?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Conforme assegurado por *habeas corpus*, prefiro manter-me em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor faz parte da Vênus Consultoria?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Conforme assegurado por *habeas corpus*, prefiro manter-me em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu fico sem entender, a Vênus Consultoria é uma empresa da qual o senhor faz parte e, teoricamente, a Vênus Consultoria é uma empresa legal. Por que o senhor vai fazer uso do silêncio numa coisa legal?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Como já afirmei aqui, conforme o *habeas corpus*, eu prefiro manter-me em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, só um minutinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Rubens, as perguntas que não o incriminarem, que são públicas, de conhecimento, de documentação o senhor tem que responder. O senhor é testemunha nesta CPMI.

Se o senhor não quer responder quanto de dinheiro o senhor levou, porque isso pode incriminá-lo, ou seja, já está confirmando, porque o seu silêncio já é uma indicação do que a imprensa tem publicado e é correto... Se o senhor disser que conhece a pessoa, mas que não sabe por que recebeu uma procuração, está dentro do escopo do seu *habeas corpus*.

Agora, perguntar se o senhor é sócio de uma empresa ou não, o senhor tem que responder, porque isso é uma informação pública.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não sou sócio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Rubens, qual a sua posição na Vênus Consultoria?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Administrador.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Como administrador, qual era a sua atribuição na Vênus Consultoria?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Só gestão financeira da empresa, somente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quantos milhões, enquanto o senhor foi financeiro da Vênus Consultoria, o senhor movimentou?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Prefiro não responder a essa pergunta, com base do *habeas corpus*.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quando o senhor fala "prefiro não responder", é porque isso era dinheiro roubado dos aposentados e pensionistas?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Prefiro não responder a essa pergunta, com base no *habeas corpus*.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem era o sócio majoritário ou proprietário da Vênus Consultoria?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Essa informação é pública, Sr. Rubens. Essa informação é pública. Essa... O *habeas corpus* não lhe dá essa cobertura.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Sr. Alexandre Guimarães.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conheceu o Sr. Alexandre Guimarães em qual circunstância?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não me recordo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor recorda pelo menos o ano em que conheceu o Alexandre Guimarães?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não me recordo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Alexandre Guimarães encontrou o senhor para ser administrador financeiro em que ano?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não me recordo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A sessão está suspensa por dez minutos.

(*Suspensa às 16 horas e 58 minutos, a reunião é reaberta às 17 horas e 04 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, senhores, tomem assento.

Antes de dar sequência ao Relator, mais uma vez, foi conversado e muito bem esclarecido junto ao advogado e ao depoente que o *habeas corpus* que foi impetrado resultou em uma condição parcial de responder apenas àquilo que possa incriminá-lo, e ele tem todo o direito de dizer e permanecer em silêncio. Nas questões de informações públicas, datas, qualquer outra que não seja diretamente ligada ao que possa incriminá-lo, a testemunha é obrigada a responder a esta Comissão.

Nós vamos dar sequência aos trabalhos, mais uma vez, pedindo a colaboração e colocando com clareza que o advogado pode, a qualquer tempo, solicitar a suspensão da sessão para orientação ao paciente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Relator Alfredo Gaspar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Obrigado, Presidente.

Eu, de qualquer forma, Presidente, vou pedir a adoção de qualquer medida cautelar – só o farei depois das perguntas, porque isso pode ser feito a qualquer tempo até o encerramento do depoimento.

Eu... Sr. Rubens...

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Sim?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Volto a perguntar ao senhor, e digo o porquê da importância dessa pergunta. O senhor falou que era o financeiro da Vênus Consultoria. Essa é uma pergunta muito simples. Perguntei quem o convidou, o senhor disse Alexandre Guimarães. O senhor tinha dito aqui no início que não tinha nenhuma relação com nada do INSS. O senhor pode informar qual a função de Alexandre Guimarães no INSS?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Soube através da imprensa que ele já foi um Diretor, alguém, dentro do INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, o senhor responda se quiser, faça como quiser, eu também vou fazer exatamente como achar que devo, vou lhe fazer uma pergunta objetiva: o senhor quer dizer que é operador, foi operador financeiro de Alexandre Guimarães, sem ter conhecimento de que ele era Diretor do INSS?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – À época em que eu conheci ele, ele já não trabalhava no INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. Qual foi a época em que o senhor conheceu Alexandre Guimarães? O senhor disse aí, mas fugiu aí pela interrupção. Qual foi a época?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Dois mil e vinte e três.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ele tinha sido Diretor em qual função no INSS?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não sei lhe dizer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E, quando ele convidou o senhor, ele convidou o senhor para fazer exatamente o que na Vênus Consultoria?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Abertura de uma empresa, sociedade anônima.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Que empresa?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Vênus Consultoria.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor movimentou quanto, enquanto operador financeiro da Vênus Consultoria?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não movimentei nenhum recurso. A movimentação financeira ficava sob a responsabilidade do Sr. Alexandre.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quer dizer que dos milhões de reais que passaram pela Vênus Consultoria, em nenhum momento, o senhor teve qualquer participação?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Em nenhum momento.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor fez algum provisionamento de retirada em espécie de dinheiro da Vênus Consultoria?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor presenciou, em algum momento, repasse da Vênus Consultoria para qualquer outra pessoa?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então o que é que o senhor estava fazendo como operador financeiro da Vênus Consultoria, porque eu estou com toda a relação de operações dela aqui, na época em que o senhor era Diretor?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Na época em que eu era Diretor, a minha função era exclusivamente de registro das transações correntes, mas quem realizava era o próprio Alexandre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto. Então, vou dar um crédito ao senhor. Me diga quais foram as que o senhor registrou que lhe chamaram mais a atenção.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Pagamentos de contas de água, luz, telefone, e coisas do tipo, nada...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor, o senhor está dizendo para mim aqui, com essa cara de besta que eu tenho, que, durante milhões de reais que passaram na conta, o senhor só registrou água e luz? Eu quero saber é de valores milionários que passaram com registro do senhor. Eu tenho o documento.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Eu desconheço essa informação de transações de milhões na conta da Vênus.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor continua ainda operador financeiro da Vênus?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Sim. Não houve motivo nenhum para me ausentar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então o senhor mantém a parceria com Alexandre Guimarães?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Presto serviço para Consultoria Vênus.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual foi a última vez que o senhor esteve com ele?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Há 30 dias, mais ou menos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Trataram sobre o quê?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Sobre o encerramento das atividades em função dos bloqueios ocorridos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor falou, e eu discordo completamente, o senhor disse que tem uma pequena poupança de R$300 mil. Eu não acho pequena, não. Mas quanto o senhor recebia por mês fruto do seu trabalho?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Sete mil e quinhentos reais junto à Vênus.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Como é que uma pessoa que recebe R$7,5 mil consegue juntar uma poupança de R$300 mil?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Eu prestava serviço para mais outras empresas além da Vênus.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor, relate que empresas eram essas.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Curitiba Consultoria...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem. Quem era sócio do senhor na Curitiba Consultoria?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não sou sócio da Curitiba Consultoria.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem era o sócio da Curitiba Consultoria?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Era a Sra. Thaisa e uma outra empresa de mesma propriedade, dela.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer se a Sra. Thaisa é a esposa do então Procurador-Geral do INSS, o Sr. Virgílio?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí, o senhor quer aqui dizer a nós, da Comissão Parlamentar de Inquérito, que o senhor é operador financeiro da Curitiba, operador financeiro de uma empresa cuja esposa do Procurador chefe está envolvida até o talo num roubo do INSS, o senhor vira operador financeiro da Vênus, com outro Diretor do INSS, e o senhor não tem absolutamente nada a ver com isso?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Só esclarecendo, eu era administrador dessas duas empresas...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu sei.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – ... não operador financeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor acabou...

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – A movimentação, a movimentação financeira tanto de uma quanto da outra era feita exclusivamente pelos sócios proprietários, não passava por mim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quer dizer que o senhor não movimentava recursos nem da Vênus, nem da Curitiba?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então vou voltar lá: como é que o senhor conheceu uma pessoa dessa, totalmente fora do seu mundo, chamada Thaisa Hoffmann?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Indicação, indicação do Sr. Antônio Antunes.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Seu Antônio Antunes é o conhecido e famigerado Careca do INSS?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Foi ele também que indicou o senhor para operar a empresa Vênus?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então o senhor começa a falar a coisa como deve ser falada. Então, assim, o senhor mora onde?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – No Guará.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sua casa é própria ou alugada?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Alugada.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o senhor vai segurar um canhão desse nos seus peitos, sabendo que tem ladrões com outra perspectiva e outro tamanho? O senhor tem que aprender a poder ter uma chance de sair desse problema. Esse problema vai botar o senhor no sistema penitenciário federal, em regime de isolamento, com risco de vida. Então vamos aqui, ó.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não estou aqui para ouvir laranja de ninguém. Acho que o senhor tem um trabalho, o senhor tem uma profissão, o senhor tem uma história de vida. Quem pegou propina, quem enriqueceu, quem comprou Ferrari, Lamborghini, jato, apartamento, fazenda, gado, que pague lá. O senhor aí é um meio de passagem, aqui ninguém quer a cabeça do senhor não. A gente quer a cabeça de quem ficou com esse dinheiro.

Pergunto ao senhor de novo: Em qual oportunidade Antônio Carlos Camilo o apresentou a Alexandre Guimarães?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Em meados de 2023.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem. Qual local?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – No próprio escritório da Prospect.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pergunto: Por que o *e-mail* da Prospect era exatamente igual ao *e-mail* da Vênus? Se o senhor tem alguma relação com a Prospect?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Prestei serviço para o seu Antônio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem cadastrou esse *e-mail* igual, Vênus e Prospect?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não sei lhe informar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Foi o senhor?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Para quem era direcionado esse *e-mail*?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Desculpa, eu não entendi a pergunta.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Para quem era? Quem era o receptor desse *e-mail*? Porque alguém cadastrou na Prospect e na Vênus que o senhor era o Diretor da Vênus, o mesmo *e-mail*. Quem era que recebia esse *e-mail*? Era o senhor?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe dizer a pessoa que cadastrou?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Antônio Carlos Camilo, o senhor o conheceu em quais circunstâncias? Vamos voltar um pouco para dar credibilidade ao senhor. O senhor conheceu Antônio Carlos Camilo, Careca do INSS, tido como o maior ladrão...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Só por ordem, o advogado está orientando a...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... do Brasil, dos aposentados e pensionistas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O advogado pode fazer a orientação a qualquer tempo, não pode direcionar a resposta.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não pode ditar a resposta, Excelência. Eu só... É porque no direito, a gente tem que ser muito claro nos termos. Ele não pode ditar, mas a orientação ele pode dar.

Relator, acho que seria interessante, se me permite V. Exa., explicar para as pessoas que estão nos assistindo, e para deixar bem mais claro, o que foi essa Vênus? Qual é o contexto da Vênus dentro de todo esse esquema do INSS? Porque nós, que estamos familiarizados com o inquérito, temos os nomes, mas quem nos está acompanhando deve estar-se perguntando o que foi essa Vênus? Que empresa é essa? Que empresa é essa Prospect?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente, descobriram, no Brasil, que o INSS aceitava descontar dinheiro dos aposentados e pensionistas, desde que os sindicatos ou as associações tivessem um acordo com o INSS. Bastava o sindicato e a associação chegar lá na Dataprev, que também faz parte, infelizmente, desse roteiro criminoso, e dizer: Olha, fulano de tal autorizou descontar na conta.

Esse dinheiro roubado dos aposentados e pensionistas ia para os sindicatos e associações. Para lavar esse dinheiro e pagar propina, algumas empresas foram criadas, entre elas a Vênus e a Prospect. E por coincidência, esse cidadão que está aqui sendo ouvido hoje, foi o operador da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vênus. E a Vênus movimentou milhões de reais pagando propina Brasil afora. Ainda muita gente importante vai aparecer. E ele, por enquanto, está matando nos peitos essa propina. A gente quer tirar um pouco do peito dele a propina e passar nas camadas superiores, por isso que hoje ele está sendo ouvido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sr. Antônio Carlos... Sr. Rubens Oliveira Costa. O senhor está sendo intimidado, ameaçado por alguém?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor recebeu alguma orientação de grupos para não falar nesta CPMI, além do seu advogado que lhe é assegurado?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, vou voltar.

Seu Rubens, quem indicou o senhor para Vênus e para Curitiba? Ambas empresas que passaram dinheiro dos aposentados e pensionistas, dinheiro roubado. Quem foi que lhe indicou? O senhor já disse aí. Por favor, quem foi que lhe indicou?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Como já afirmado, o Sr. Antônio Camilo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

Para ele ter indicado ao senhor, em algum momento teve um encontro do senhor com o Sr. Antônio Carlos, a Sra. Thaisa, que é da Curitiba e o senhor. Onde foi esse encontro e o que foi conversado? (*Pausa.*)

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Queira, por favor, fazer a pergunta novamente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já disse que o Sr. Careca do INSS – deixando bem claro, o maior ladrão do dinheiro dos aposentados e pensionistas, até ele dizer quem foi que mandou ele roubar o dinheiro dos aposentados e pensionistas – estava solto e foi esta CPMI aqui que pediu a prisão, em que pese alguns dizerem que estava muito cedo. O Sr. Antônio Carlos Camilo indicou o senhor para essa empresa, que pertence a Alexandre Guimarães,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ex-Diretor do INSS, num período também que o dinheiro foi roubado dos aposentados. O senhor esteve com Alexandre Guimarães e Careca do INSS em qual oportunidade para ser apresentado a Alexandre Guimarães?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não me lembro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Rubens, o senhor tem família?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Sim, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O advogado solicitou a suspensão.

Sessão suspensa por cinco minutos.

(*Suspensa às 17 horas e 18 minutos, a reunião é reaberta às 17 horas e 21 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Reiniciamos a sessão.

Com a palavra o Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Rubens, o senhor já foi ouvido pela Polícia Federal?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Lá na Polícia Federal, o senhor adotou o silêncio?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Lá na Polícia Federal, o senhor respondeu a todas as perguntas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, por que o senhor está usando dois pesos e duas medidas entre a CPMI e a Polícia Federal?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não entendo que eu esteja usando dois pesos e duas medidas. As informações estão no inquérito e eu acho que é por lá que eu devo responder.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. Então, o senhor está mostrando aí um respeito muito grande com a Comissão Parlamentar de Inquérito, e eu irei traduzir esse respeito ao final do depoimento do senhor, tá?

Quer dizer...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Rubens, fiz uma pergunta ao senhor...

Olha, o senhor tem cabelo branco, eu também tenho cabelo branco.

O senhor já foi preso quantas vezes na vida?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Nunca.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Já respondeu a quantos inquéritos policiais?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Nenhum.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pô, a essa altura da vida, o senhor quebrar a lança pelos grandes corruptos da nação eu não acho justo. Por isso estou tentando lhe dar oportunidade.

Onde foi que o senhor se encontrou juntamente com o Alexandre Guimarães e Careca do INSS e quais orientações o senhor recebeu naquele momento?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Segundo orientação dos meus advogados e conforme o direito constitucional, eu prefiro ficar em silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor era Diretor da Vênus, da Vênus Consultoria, não é isso?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Correto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual a função do senhor na Vênus Consultoria?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Como administrador, eu só cuidava das operações no que diz respeito à documentação, registro e envio para contabilidade.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor tem documento... O senhor disse que esteve na Vênus ou ainda está na Vênus até agora. O senhor tem todos esses registros para repassar para a Comissão?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor, os repasse.

O senhor tratou com o Sr. Alexandre Guimarães sobre essas investigações em curso?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ele lhe ameaçou, lhe coagiu?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual foi a última vez que o senhor esteve com o Sr. Careca do INSS?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não me lembro, mas foi antes do mês de abril.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E, após a deflagração das operações da Polícia Federal, o senhor esteve com o Sr. Careca do INSS?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor esteve com o Sr. Romeu?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor esteve com a Sra. Thais?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor esteve com a Sra. Thaisa?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quantos funcionários tinha na Vênus Consultoria?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Cem funcionários.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olhe o que o senhor está me dizendo...

Quer dizer que a Vênus Consultoria tinha o proprietário e o senhor como Diretor? É isso?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual é o tipo de consultoria que a Vênus fazia?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Educação financeira, geração de informações e para ensino e educação financeira.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, e quem planejava a prestação de serviço da Vênus?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – O Sr. Alexandre.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem executava a prestação de serviço da Vênus?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Empresas terceirizadas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode dizer o nome dessas empresas terceirizadas?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não tenho aqui comigo, mas posso disponibilizar para a Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já participou de alguma prestação de consultoria pela Vênus em que o senhor estivesse fisicamente presente?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já ouviu falar da Ambec?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Através dos jornais.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Antes dos jornais?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Nas empresas do Sr. Antônio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Da Cebap?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não me lembro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Da Anz Brasil?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não me lembro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já esteve presente na Ambec alguma vez?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Nunca.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sabe a quem pertencia a Ambec?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Anz Brasil?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Cebap?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor recorda se, nessa empresa Vênus, alguma consultoria foi prestada a alguma dessas associações?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não recorda ou não foi?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não recordo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor disse que esteve lá como Diretor, na Vênus – esteve não, está –, a pedido do Sr. Careca. Quanto o senhor recebia da Vênus mensalmente, já que o senhor fazia parte de outras empresas?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Sete mil e quinhentos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Esse dinheiro era depositado para o senhor como?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Através da conta da minha consultoria.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Me diga: nesses últimos 24 meses, qual foi a sua renda mensal?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Em torno de R$70 mil.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mensal?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Mensal, envolvendo todas as empresas para as quais eu presto serviço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual é o carro que o senhor possui?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Aonde?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aonde não. Eu quero saber o carro que o senhor possui.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Ah, o carro?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Um Tiguan.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tiguan. Que ano?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Dois mil e vinte e quatro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Comprado onde?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Saga Veículos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Valor?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Duzentos e vinte mil.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pago como?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Financiado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor deu alguma entrada?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Dei entrada utilizando um outro veículo que eu tinha.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Que veículo o senhor deu entrada?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Um Compass 2017.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o senhor pagou algo complementando essa entrada do veículo?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quanto?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Em parcelas, em 24 parcelas de 4.800.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Me fala: o senhor utilizou recurso em espécie para fazer algum pagamento dessas parcelas?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Foi direto da sua conta?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Todas essas parcelas?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Todas elas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Além do seu veículo anterior, Compass, o senhor, na entrada, deu alguma complementação em espécie?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Nenhuma entrada em espécie, só o veículo Compass.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Nenhuma entrada em espécie?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe quanto a Vênus recebeu da Prospect?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Eu acredito que nenhum valor. Ela não tinha contrato com a Prospect.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu tenho aqui o senhor como Diretor dela, recebendo um valor, mas estou lhe perguntando para lembrar a sua memória.

O senhor recorda quanto a Prospect, que tinha o mesmo *e-mail* da Vênus, recebeu? Quanto a Vênus recebeu da Prospect?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Algo em torno de 1,8 milhão.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Poxa, agora eu fico sem saber do senhor. Eu pergunto um segundo antes, o senhor diz que nunca recebeu; um segundo depois, o senhor disse que recebeu um milhão e pouco. Vou perguntar pela...

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Eu emiti as notas fiscais da empresa. Então, seguramente eu saberia.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vou perguntar pela terceira vez: quanto a Prospect repassou à Vênus, enquanto o senhor era Diretor?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Algo próximo de 1,8 milhão.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já me disse que da Vênus era o Sr. Alexandre Guimarães, ex-Diretor do INSS. Da Prospect, quem era o sócio majoritário dela?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Sr. Antônio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O que é que o Sr. Antônio tinha de vinculação com funcionário do INSS para passar mais de R$1 milhão?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não tenho conhecimento de qual é a relação dos dois.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Esse recurso foi passado em uma única vez?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Como foi?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – À medida que se emitiam as notas fiscais, mês a mês, ele era remunerado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual o seu papel na emissão de nota fiscal?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Eu era responsável pela emissão das notas fiscais.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem dava o ateste?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – O ateste no... valor?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Quem passava o valor era o Sr. Alexandre. Eu só emitia as notas e direcionava ao financeiro da Prospect.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, o senhor está dizendo aqui que o Sr. Alexandre Guimarães recebeu da Prospect, do Sr. Careca do INSS, um milhão e...

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Oitocentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Um milhão e oitocentos.

Essas notas fiscais emitidas pelo senhor...

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor tem a posse delas?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor, repasse para esta Comissão.

Agora me diga que tipo de serviço o Sr. Alexandre Guimarães prestava à Prospect.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Produção de material de educação financeira à Prospect.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O senhor, muito próximo do Sr. Careca do INSS, e o senhor emitiu essas notas. Quais eram os destinatários dessa educação financeira?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Quais...?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

Não prestou serviço? Prestou serviço a quem? O senhor já disse...

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – O destinatário era a Vênus, na pessoa do Sr. Alexandre.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, o destinatário do dinheiro era a Vênus...

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Certo? Mas a Vênus prestou serviço para o Sr. Alexandre na Prospect.

Ele prestou serviço para a própria Prospect ou prestou serviço para alguma entidade, associação, sindicato ou empresa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Ele era contratado da Prospect.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Para prestar serviço onde?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Prestar serviço de confecção e produção de material de educação financeira.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem. A quem?

A Prospect...

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – À Prospect.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... foi a intermediária. A Prospect foi a intermediária, mas o destinatário final quem foi?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não sei lhe informar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o senhor retirava as notas só para a Prospect?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Exato.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem.

O senhor se recorda de algum recurso a mais repassado pelo maior ladrão do dinheiro público, dos aposentados e pensionistas, para o ex-Diretor do INSS, fora esse R$1,8 milhão?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem.

Agora vamos para a Curitiba.

O senhor disse que chegou à Curitiba também por indicação do senhor Careca do INSS. E lá o senhor se deparou com quantos sócios, na Curitiba?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Dois sócios.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quais eram os sócios?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – A Sra. Thaisa e uma outra empresa de mesma propriedade dela.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer onde ficava a Curitiba?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – O escritório dela, em Curitiba.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quantas vezes o senhor esteve em Curitiba?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Em nenhuma das vezes.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, o senhor vira diretor de uma empresa que movimentou milhões de reais, e o senhor nunca esteve lá.

Quando o senhor foi contratado para ser diretor da Curitiba, qual foi a proposta?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – A proposta era basicamente a mesma da Vênus, um valor que variava entre 3,5 e 7 mil.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas qual foi a proposta? O senhor tinha que fazer o quê?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Prestação... Seria administração mesmo da empresa. Eu figurava como diretor administrativo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, é a primeira vez na história que eu vejo um diretor administrativo não conhecer a sede da empresa.

Então, o senhor, de longe, exercia qual função e quem mandava os documentos para o senhor?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Basicamente o mesmo que realizava na Vênus.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem mandava os documentos para o senhor?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Senhora Thaisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por meio de qual meio?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – *E-mails*.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual *e-mail*? Decline aí, por favor.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Basicamente *e-mails* dela, da pessoa física dela, para o *e-mail* da minha empresa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual o *e-mail* da pessoa física dela e qual o *e-mail* da empresa do senhor?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não tenho essa informação aqui.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pode arrumar essa informação?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Repasse à Secretaria da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas o *e-mail* da empresa de V. Sa. o senhor tem.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Qual é, por favor?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Rubens.costa@acconsultor.com.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quanto a Prospect passou para a empresa da esposa do Procurador-Geral do INSS, Sr. Virgílio?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Algo em torno de 5 milhões.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Esse dinheiro foi destinado à Curitiba Consultoria baseado em qual tipo de prestação de serviço?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Consultoria com foco em saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe qual o tipo de serviço prestado pela empresa da Sra. Thaisa?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem emitia as notas?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Eu emitia as notas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Como é que o senhor emitia nota de um serviço que o senhor sequer sabe qual era?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – A informação que me passavam é que era consultoria em saúde. Era o que nós colocávamos no corpo da nota fiscal.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Consultoria em saúde é um leque muito amplo. O senhor pode me dizer qual tipo de consultoria em saúde era feito pela empresa da Sra. Thaisa, chamada Curitiba Consultoria?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não tenho essa informação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas é que o senhor aqui, basicamente, está confessando que praticava um crime de falsidade ideológica, porque, se o senhor emitia a nota e não sabe nem que tipo de prestação de serviço era esse...

O senhor nem recorda se era telemedicina, se era tratamento dentário, nada a respeito?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não tenho essa informação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não tem?

Fazendo para lhe ajudar, mas...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Relator, posso só fazer uma pergunta para colaborar?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, vamos deixar o Relator terminar o trabalho, a sequência de perguntas, por favor, Deputado, porque, senão, eu tenho que abrir para todos aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Fronteira Consultoria e Gestão. O que é que o senhor é dessa empresa?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Proprietário dela.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quanto o senhor apurou na gestão dessa empresa, nos últimos cinco anos?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Algo em torno de 1,5 milhão.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quais as empresas para as quais o senhor prestou consultoria, além da Vênus, de que o senhor já disse que é Diretor, e da Curitiba Consultoria?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Prospect Consultoria, Brasília Consultoria...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vamos parar aí.

A Prospect: quanto a Prospect movimentou enquanto o senhor era prestador de serviço, Diretor, seja lá o que for da sua relação com a Prospect?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não sei. Não tenho como precisar esses valores aqui.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Fale aproximadamente.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Algo em torno de... No período em que eu estive lá, né?

Algo em torno de 100, 150 milhões.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor esteve lá durante quanto tempo?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – De junho de 2022 a março de 2024.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, durante dois anos, a Prospect movimentou por volta de R$150 milhões?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Esse dinheiro vinha de onde?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Contratos com as entidades.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor, diga-me e nomine com quais entidades o senhor se recorda de que ela mantinha contato.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não sei precisar quais. Teria que passar isso posteriormente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ambec seria uma delas?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Unaspub seria outra delas?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Cepab seria outra?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não lembro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Fora essas três que eu citei, o senhor recorda se tinha mais alguma que não lembra agora?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Desde março de 2024 é que eu saí, de fato; fiquei bem distante de tudo isso. Teria que buscar nos meus arquivos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, mas o senhor estava justamente no epicentro dos acontecimentos, no maior roubo da história dos aposentados e pensionistas. A gente não vai querer saber do senhor depois, não; a gente vai querer saber justamente quando o senhor estava lá, movimentando o recurso.

"Capifi" Gestão e Consultoria, o que é que o senhor é dela?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Capify?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É, deve ser.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Essa empresa é minha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Essa sua empresa movimentou quanto nesses últimos dois anos?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – R$32 mil.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Prestou serviço para quem?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Para uma outra consultoria, chamada... Não me lembro agora do nome, mas é um serviço realizado no início do ano.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Plural Intermediações de Negócios. O senhor esteve nela de 21 de... De 25 de janeiro de 2024 até 11 de junho de 2024.

O senhor esteve como Diretor. Quem era o sócio-proprietário?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – O Sr. Antônio Camilo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O que é que a Plural prestava em serviço?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Telemedicina.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Telemedicina.

Telemedicina para quem? (*Pausa.*)

Sr. Rubens, é uma pergunta muito simples e objetiva.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Sim, eu estou tentando buscar aqui a informação.

A Plural prestava serviços para as entidades com as quais o Careca do INSS tinha um contrato.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quais entidades?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Como eu coloquei agora há pouco, eu teria que buscar essa informação. Não a tenho comigo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ambec fazia parte disso?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – É possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Unaspub?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – É possível.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Cepab?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não sei lhe informar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Enquanto o senhor esteve lá na condição de Diretor da Plural, quanto foi registrado de movimentação financeira aproximada?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não sei lhe informar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aproximadamente.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Prefiro não responder a essa pergunta.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então não é não sabe informar; o senhor não quer responder à pergunta.

ACDS Call Center: qual a sua relação com a ACDS Call Center?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Figurei como Diretor Administrativo dela.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual a sua função lá?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Diretor Administrativo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O que é que a ACDS Call Center prestava em serviço e para quem?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Prestava serviço de saque.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Para quem?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Para entidades ligadas ao Sr. Antônio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Que entidades essas? As mesmas que eu citei para o senhor?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Teria que confirmar. Não sei se todas que o senhor citou.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Já que o senhor está tão relutante, cite uma, por moto próprio, a que ela prestava serviço.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – CBPA.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – CBPA.

Porque o que eu estou entendendo é o seguinte: o cara roubava os aposentados, lavava e branqueava o dinheiro, pagava propina e criava uma empresa de *call cente*r para receber a reclamação dos aposentados; ou seja, no fundo, o aposentado era roubado e não tinha a quem reclamar.

Quanto tempo o senhor passou na ACDS Call Center?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Acho que 15 meses.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quanto de movimentação financeira no tempo que o senhor estava na ACDS Call Center?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Algo em torno de 2 milhões.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Medicinale Comércio Atacadista: qual a sua função?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Nenhuma.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor está aqui como administrador da Medicinale. O senhor se recorda dessa empresa?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Essa empresa foi aberta no início, mas nunca houve movimentação alguma nela.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual era a função dessa empresa?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Isso era um projeto de derivados de *Cannabis*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aqui eu estou com a sua movimentação financeira. O senhor teve uma movimentação financeira mais modesta em 2021; piorou em 2022; em 2023, o senhor praticamente triplicou a movimentação financeira; mas, em 2024, o senhor é um *case* de sucesso absoluto. Aqui deu essa coincidência: quando estava no auge do roubo dos aposentados e pensionistas, também a sua movimentação financeira deu um voo espetacular. Qual foi o motivo disso?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Isso em relação às minhas empresas ou às empresas as quais você estava questionando?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Em relação à sua movimentação financeira.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – É... Prefiro não responder a essa pergunta.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem.

Qual a sua relação com... Olha, o senhor foi diretor da empresa de um diretor do INSS; foi diretor de uma empresa da mulher do Procurador-Geral do INSS.

Agora vamos falar da Acca Consultoria. Qual a sua relação com a Acca Consultoria?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Nenhuma.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Como nenhuma, se está aqui o senhor como responsável pela movimentação financeira da Acca Consultoria?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Desconheço essa informação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está aqui que o senhor repassou, por moto próprio, R$100 mil para o filho do Diretor de Benefícios do INSS, no ano de 2024, chamado André Fidelis. Aqui é documento; não sou eu que estou inventando, não – é documento.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Pois é, eu não conheço, não repassei nada a esse senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor, em algum momento, já esteve com o Sr. André Paulo Fidelis?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sabe quem é?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Pelos jornais.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – André Fidelis... desculpa, Eric Fidelis.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – A mesma coisa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual a sua participação na compra de um imóvel em 23 de agosto de 2024, pela Vênus Consultoria?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Como administrador da empresa, finalizei a transação para a Vênus.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Essa transação foi efetivada onde, qual o valor e que imóvel é esse?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Uma sala comercial no Setor de Autarquias Norte.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Essa transação foi feita em espécie?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Foi como?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Através de transferência bancária.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – De quem para quem?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Da Vênus para essa entidade que era a proprietária.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor recorda o nome da entidade?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – No ano de 2023, o senhor fez um curso de criptomoeda. O senhor confirma essa informação?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Criptomoeda, 2023?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não me recordo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor aplica em criptomoeda?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor viu o Sr. Antônio Carlos Camilo trabalhando com criptomoeda?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Na sua estada enquanto diretor de várias empresas ligadas a Antônio Carlos Camilo, o senhor viu movimentação relacionada a isso?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece, já esteve alguma vez com o Sr. Maurício Camisotti?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Com a esposa dele?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece Cecília Rodrigues Mota?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já esteve alguma vez com Cecília Rodrigues Mota?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece a Benfix Corretora de Seguros?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece a Rede Mais Saúde Ltda.?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece a Prevident Assistência Odontológica?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece a Global Planos Funerários?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor, em algum momento, emitiu nota em nome dessas empresas?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece Centro Médico Vita Care?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Empresa da Sra. Thaisa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual a sua função nela?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Nenhuma.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E por que, quando o senhor estava lá, foram movimentados R$140 mil, que passaram pela sua mão, já que veio diretamente da Acca Consultoria?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Os pagamentos eram determinados pelo Sr. Antônio; eu não questionava.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, esse Centro Médico Vita Care, ele ficava onde?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Acredito que em Curitiba.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E por que o recurso passava pelo senhor?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não passava por mim; passava pela empresa Acca.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor aqui tem mais de R$3 milhões que o senhor foi lá no caixa do banco – não fui eu, não, viu? Foi o senhor. – provisionando – provisionando – para retirar.

O senhor pode descrever cada etapa desses provisionamentos?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Eu me reservo o direito de ficar calado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ó, tem uma câmera do banco filmando o senhor chegando lá, dando a sua identidade, pegando o dinheiro e provisionando.

Pergunto ao senhor... A gente está aqui querendo ajudá-lo, mas caso o senhor não queira ser ajudado, vai no bolo também.

O senhor se recorda quando foi que o senhor fez esses provisionamentos e para quem era direcionado esse dinheiro?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Eu me reservo o direito de ficar calado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual foi a última vez que o senhor esteve com o Sr. Gustavo Gaspar, ex-integrante do gabinete do Senador Weverton Rocha, do PDT?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Há coisa de 30 dias.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Do que é que os senhores trataram durante esse encontro?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Só encerramento das atividades e a abertura dessa empresa dele.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual era a finalidade dessa empresa?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Consultoria.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Consultoria de quê, para quem?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Para quem eu não sei, não entrava nesse nível de detalhe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – De quê? Consultoria de quê?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Empresarial.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Consultoria empresarial.

Quem lhe apresentou o Sr. Gustavo Gaspar?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Ele teve contato com o meu telefone, entrou em contato comigo e perguntou se eu poderia auxiliar – e prontamente eu fiz isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha só, como o senhor, aqui em Brasília tem milhares de pessoas que exercem a mesma função. É difícil acreditar que essa seja uma resposta crível. Esse rapaz descobriu o telefone do senhor e manteve contato com o senhor sem a intermediação de ninguém?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Se houve intermediação, eu desconheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O Sr. Careca foi o intermediário?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Desconheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sabia se o Sr. Careca tinha algum contato com o Sr. Gustavo Gaspar?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Desconheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual a sua relação com o Sr. Milton Salvador?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Pessoa que me substituiu nas empresas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sabe dizer quem ensinou o Sr. Milton Salvador a operacionalizar o financeiro de todas essas empresas citadas?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Transferi todas as minhas atividades para ele.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E me conta um pouco de como foi esse seu momento de professor, que tipo de atividades o senhor transferiu para o Sr. Milton Salvador?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Apresentei as empresas do grupo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor, descreva quais empresas o senhor apresentou ao Sr. Milton Salvador.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Acca, Prospect, Brasília Consultoria, Plural, ACDS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor apresentou essas cinco empresas?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Sim, essas empresas as quais estava sob a minha gestão.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E qual foi a função que o senhor repassou para o Sr. Milton Salvador?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – A função de administrador financeiro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha só... ó como são as coisas. O senhor vem para cá e eu perguntei, "o senhor é operador financeiro?". O senhor disse, "eu não opero absolutamente nada no financeiro, minha função é administrativa". Aí vou lá na frente, pergunto ao senhor e o senhor diz que transmitiu todas as funções para o Sr. Milton Salvador. Aí eu complemento, "que funções?" Aí o senhor fala justamente o contrário do que o senhor disse antes.

O senhor está mentindo lá atrás ou está mentindo aqui? Diga-me aí, explica para a gente poder ter continuidade nisso.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – A explicação é simples, eu estava como administrador dessas empresas. Dentre as atribuições, cuidava do financeiro também e de toda a parte operacional dessa empresa no que diz respeito a pessoal. Quando eu fui afastado dessas funções, eu simplesmente transferi para ele. Basicamente isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, o senhor foi o financeiro dessas empresas.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Eu estive à frente do financeiro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, por que o senhor negou um fato tão lógico? Está aqui... A imagem do senhor chegando na boca do caixa está aí. Se o senhor achar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso pertinente, a gente mostra. E os documentos de movimentação financeira. Aí, fica criando barreira para falar a verdade e termina o senhor mesmo se complicando.

Quantos funcionários o senhor pagava na Curitiba Consultoria?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Nenhum.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Na Brasília Consultoria?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Algo em torno de 15 funcionários.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quais as atribuições desses funcionários?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – A maioria atuava no *marketing* da empresa, tinha dois no financeiro e uma copeira e uma auxiliar de limpeza.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A gente ainda não conversou sobre a Brasília. Quem eram os sócios da Brasília? Quais eram os sócios da Brasília?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Sócios da Brasília?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Prospect e Acca.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Prospect e quem?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – E Acca. À época em que eu estava lá. Depois mudaram, né?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. E quem era que estava por trás disso?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – O Sr. Antônio Camilo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O Rubens... Rubens, não; o Romeu. Qual a participação do Romeu nessas empresas?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Romeu entrou na sociedade, mas após eu ter saído. Não sei lhe dizer como foi feito isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conheceu a empresa de locação de veículos do Sr. Antônio Carlos Camilo?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor participou da compra de algum veículo de luxo pelo Sr. Antônio Carlos Camilo?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual o motivo... Qual a sua participação na Prospect?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não entendi a pergunta.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual a sua participação na Prospect?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Continuo sem entender sua pergunta. Qual a minha participação...?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Como administrador, assim como nas demais empresas do grupo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

Quanto o senhor provisionou de recursos para pegar na boca do caixa da Prospect? Nos bancos.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Eu me recuso a responder essas perguntas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A Arpar...

A imprensa relatou, esse final de semana, que um ex-Chefe de Gabinete do Presidente do Senado recebeu R$3 milhões. O nome dele se chama Paulo Boudens, ou algo que o valha. O senhor o conhece?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe por que, enquanto o senhor estava na função de operador financeiro, o senhor com o Sr. Careca enviaram R$49 milhões para a Arpar?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – A informação que nós tínhamos à época era a compra de debêntures.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Me explica um pouco mais essa operação, que eu fiquei sem entender direito, por favor. Primeiro, o que é Arpar?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Arpar é uma *fintech* financeira.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ela é de propriedade de quem? O senhor sabe me informar?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não sei lhe informar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Como é que fazia essa operação? Me explica aí, por favor.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – A operação se dava da seguinte forma: o Sr. Antônio mandava fazer os repasses...

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Espera aí.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Fazíamos o repasse para...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O Sr. Antônio que o senhor fala é o Careca do INSS?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Exatamente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mandava o senhor fazer repasses. O senhor...

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – A Arpar e pronto, a alegação é que seria compra de debêntures.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá, e o senhor se recorda quanto o senhor fez de repasse para essa operação?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí explica aí para o Brasil o que são debêntures.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Olha, eu não tenho uma resposta técnica para colocar aqui do que significa essas debêntures, entendeu? Mas era garantia de compra de algum bem lá na frente, ao qual ele fazia esses aportes e, em troca, recebia os certificados dessas debêntures.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe onde é que estão esses certificados?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Provavelmente na documentação das empresas do Sr. Antônio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor era o encarregado de receber esses certificados?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Vinham para o *e-mail* do Antônio e, invariavelmente, copiava o meu. O meu *e-mail* institucional ao qual eu não tenho mais acesso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor... Era isso que eu ia lhe perguntar: qual era o seu *e-mail* institucional que o senhor não tem mais acesso?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Era financeiro@prospect.com.br.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor, além dessa triangulação nas debêntures, o senhor fez alguma outra operação nesse mesmo sentido?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem lhe ensinou a fazer esse tipo de operação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não houve uma pessoa que me ensinou, simplesmente recebia uma determinação do proprietário da empresa, executávamos e pronto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Me explica aqui como funciona, porque eu não saberia fazer. Explica aí.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – O operacional da empresa era simples.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, diz aí.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – O proprietário da empresa falava para a gente: "Ó, passa X reais...".

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas olha, a Prospect tinha um dinheiro em conta, não é isso?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Tinha o dinheiro em conta.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor movimentava essa conta.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – A pedido do Sr. Antônio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, mas o senhor movimentava.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Só a pedido do Sr. Antônio.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Agora me diga como era essa transação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fora do microfone*.) – Silêncio, por favor.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Era uma transferência comum para essa empresa responsável pelas debêntures.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor precisava manter contato com alguém ou era tudo por meio eletrônico?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Tudo por meio eletrônico

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas explica aí o que é que o senhor fazia? O senhor entrava num computador, acessava a página da empresa, como é?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não, entrava no computador, acessava a conta da empresa e fazia a transferência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Fazia a transferência. A empresa já devolvia o recibo ou já devolvia em debêntures?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – A princípio ela devolvia um documento, uma carta, um certificado dessas debêntures, mas ia só para o Sr. Antônio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E essas debêntures, o senhor não disse que vinha como cópia para o senhor?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Algumas sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o senhor sabe do que se tratava?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor nunca teve a curiosidade de ler nada?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não, não. Normalmente era um assunto que era tratado exclusivamente por ele.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só pra contextualizar, Relator, debêntures são títulos emitidos em empréstimos. Uma empresa, quando quer fazer um aumento de capital ou precisa fazer uma movimentação de caixa, especialmente *fintechs*, emite debêntures em troca desse dinheiro sem que a pessoa se torne sócio efetivo. Essas debêntures têm juros programados e período para serem resgatadas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Obrigado, Sr. Presidente.

O senhor conhece o Sr. Cleiton Eduardo Pereira – Cleiton Eduardo Pereira?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Conhece o Sr. Rodrigo Moraes?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Rodrigo, só se for o da Arpar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É esse mesmo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Conhecer, conhecer, não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por solicitação do advogado, a sessão está suspensa por dez minutos.

(*Suspensa às 18 horas e 01 minuto, a reunião é reaberta às 18 horas e 17 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Reiniciando a sessão, o Relator continua com as perguntas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Rubens, voltando à matéria de que estávamos tratando, o senhor já esteve alguma vez com o Sr. Rodrigo Moraes?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o senhor tomou conhecimento de que ele é da Arpar como?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Através do Sr. Antônio Camilo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Em que situação e em que circunstâncias o Sr. Careca do INSS disse ao senhor sobre as funções dessa pessoa?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Simplesmente mandou fazer as transferências para ele, só isso. Não entrou em detalhes.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olhe, vou fazer uma pergunta muito específica ao senhor, queria que o senhor me respondesse. Prospect Consultoria... O senhor entregou algum documento à Polícia Federal sobre a Prospect Consultoria?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Entreguei computador e aparelho celular.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Estou falando sobre ela especificamente. O senhor entregou algum documento sobre ela?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Onde estão os documentos que o senhor produziu sobre a Prospect, durante a sua passagem como integrante do sistema?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Num computador que foi apreendido.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Onde estão os documentos da Acca Consultoria Empresarial, da qual o senhor era procurador?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – No mesmo computador.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Da Curitiba Consultoria, de que o senhor era diretor?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – No mesmo computador.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Da ACDS Call Center?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – No mesmo computador.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Da Vênus Consultoria?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – No mesmo computador.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Esse computador, o senhor entregou quando à Polícia Federal?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – No mesmo dia em que houve a diligência em minha casa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor entregou, não, o seu computador foi apreendido, não é isso?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu estou desconfiando seriamente de que o senhor está ocultando documentos. Quais outros documentos o senhor detém dessas empresas?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Todos os documentos eram digitais, eu não guardava documento comigo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Voltando ao Sr. Gustavo Gaspar. O senhor recebeu dele ou o senhor forneceu a ele uma procuração com amplos poderes?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Recebi uma procuração.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual a relação que o senhor tinha com essa pessoa para receber tamanha responsabilidade em referência à empresa do Sr. Gustavo Gaspar?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – A mesma que das demais empresas, era prestador de serviço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Essa procuração foi dada quando?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não tenho a data certa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O ano?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Dois mil e vinte e cinco.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Seria correto da minha parte imaginar que a organização criminosa continua em curso e operando plenamente, mesmo com as investidas da Polícia Federal?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Assegurado pelo *habeas corpus*, prefiro não responder a essa pergunta.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu, assegurado pelo direito de poder relatar essa relatoria, Sr. Presidente, as perguntas aqui estão sendo infrutíferas, e os *habeas corpus* continuados estão dificultando muito o trabalho desta Comissão, eu vejo que a operação da organização criminosa continua livre para agir em outras frentes, inclusive com novas associações da organização criminosa, com apoio político, financeiro e garantia da impunidade, que vem se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

perpetuando nesse caso, e sabe Deus quem está por trás para dar a mão amiga, por uma visível ocultação documental, por uma garantia da ordem pública, para evitar que os crimes continuem a acontecer, para definitivamente interrompermos esse ciclo vicioso que teima, no Brasil, em assaltar o povo brasileiro, muitas vezes, com agentes infiltrados na máquina pública.

Com a relação do senhor depoente com contas que movimentaram valores bilionários, a exemplo da Curitiba Consultoria, a exemplo da Vênus Consultoria... Na Curitiba Consultoria, ele se associou, na qualidade de Diretor, à própria esposa do procurador chefe do INSS. Na Vênus Consultoria, ele se associou diretamente a um diretor do INSS. Em ambos, demonstrando que pouco estão preocupados com a elucidação de fatos e punibilidade.

Ele, como integrante da Prospect Consultoria, na qualidade de procurador, movimentou, em 2023, mais de 33 milhões; em 2024, mais de 70 milhões; a conta pessoal do Sr. Careca, que ele é também procurador, mais de R$1,7 milhão; a conta da Prospect Consultoria, outra conta, mais de R$46 milhões em 23 e mais de 40 milhões em 24; a da Brasília Consultoria, ele representante legal, mais de 33 milhões em 2023 e mais de 48 milhões em 2024; a da ACDS Call Center operou mais de 4 milhões em 2023 e mais de 33 milhões em 2024; na conta do Sr. Careca, ele também como procurador, mais de 4 milhões em 2023 e mais de 3 milhões em 2024; na conta da Acca Consultoria, mais de R$10 milhões, ele como procurador; na conta da Curitiba Consultoria, mais de R$30 milhões em 2024; na conta da ACDS Call Center, mais de 6,5 milhões, ele como representante legal; ele como representante da Brasília Consultoria, mais de R$1 milhão; ele como representante da Consultoria em Serviços, mais de R$10 milhões.

Isso mostra, Sr. Presidente, que há muito dinheiro disponível para se manter a impunidade. Nós estamos diante de um cidadão que chegou como testemunha e sai como investigado, diante de alguém que movimentou milhões de reais de brasileiros sofridos e até agora não tem uma cautelar preventiva, mesmo estando presentes a garantia da ordem pública para não cometer novos crimes e a aplicação da lei penal para evitar a fuga, como de outros – que disseram aqui que era antecipado esse pedido de prisão – e, três dias depois, a Polícia Federal seguiu o mesmo caminho e pediu a prisão.

Para não termos um *habeas corpus* por conta da possibilidade de se confundir testemunha como investigado, eu peço a V. Exa. que submeta ao Colegiado, diante dessas novas provas, um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

novo pedido de prisão cautelar, com indícios suficientes de autoria, prova da materialidade, baseado na aplicação da lei penal com base em risco de fuga, na garantia da ordem pública pela prática continuada de crimes e pela ocultação de documentos, o que está atrapalhando as investigações.

Esta CPMI não vai ser o local para a impunidade. Se ele é laranja, pouco me importa, mas, derrubando uma laranja podre, a gente termina alcançando o bicho que está apodrecendo as laranjas.

Esse cidadão participou efetivamente de crimes gravíssimos contra aposentados e pensionistas, continua na impunidade, continua praticando crimes, se encontrando com outros investigados, e isso só seria suficiente para esses depoimentos estarem sendo acobertados e combinados.

O poder político escondido um dia vai aparecer, mas só vai aparecer se esta CPMI tiver a coragem de enfrentar esses que meteram a mão no dinheiro dos aposentados.

Portanto, diante dos pressupostos e fundamentos da prisão preventiva, principalmente aplicação da lei penal e garantia da ordem pública para evitar a fuga e a prática de novos crimes, e pelo flagrante do crime de ocultação documental, diante de uma investigação em curso, peço a V. Exa., com a aquiescência dos demais membros desta CPMI, a decretação da prisão preventiva para ser direcionada, esta, para o Supremo Tribunal Federal, e a decretação da prisão em flagrante pela ocultação dolosa de documentos importantíssimos à investigação.

É o que tenho a pedir, e encerro a minha participação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Relator.

V. Exa. pode, por favor, fazer o requerimento – pedir à assessoria que o faça de forma formal – e colocarei em votação, como extrapauta, ainda nesta mesma reunião, o reforço de pedido de prisão preventiva ao Ministro André Mendonça, dirigido ao Ministro André Mendonça.

Pela ordem, o Senador Sergio Moro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu só, Presidente, queria esclarecer: fiz dois pedidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Um de prisão preventiva – solicito à assessoria do Senado que providencie com tudo o que foi feito e aqui parabenizo a atuação da Advocacia do Senado; e outro direcionado a V. Exa., uma decretação de prisão em flagrante pela ocultação dolosa de documentos que interessam à investigação.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência...

Pela ordem, Senador Sergio Moro.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Eu também, Presidente.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Presidente, eu queria aqui só...

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Pela ordem, Sr. Presidente...

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – ... destacar também, como questão de ordem, que o que se depreendeu do depoimento da testemunha que esteve aqui presente é que ele participou de diversas empresas que têm todo o indicativo de serem de fachada. A testemunha não conseguiu descrever um serviço prestado por nenhuma dessas empresas. A Curitiba Consultoria – e fico triste aqui por referir a minha cidade... Ele nem sequer esteve na cidade. Ainda assim, passou milhões de reais para empresas. Uma delas tinha aqui por sócia a esposa do Procurador-Geral de Benefícios do INSS, que, inclusive, é investigado por ter facilitado essa fraude contra os aposentados.

E o que eu vi aqui também, na esteira do colocado pelo Relator... Onde estão os documentos que poderiam comprovar esses serviços ou que poderiam aí demonstrar a própria inexistência desses serviços? E a testemunha, inclusive, aqui admitiu que se reuniu com outro potencial investigado para tratar dessa matéria recentemente. Onde está a documentação dessas empresas, deste senhor também, o Gustavo Gaspar? Isso foi informado ao Supremo Tribunal Federal no curso das investigações desta atividade de mudar a situação jurídica dessas empresas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, eu acho que existem aí elementos, secundando o próprio Relator, para que se postule a prisão preventiva porque, no mínimo – e aqui com todo o respeito à testemunha –, aqui há uma lavagem de dinheiro, uma simulação de prestação de serviço para praticar um estelionato contra os aposentados e pensionistas deste país com fraudes documentais praticadas em série. Então, há um risco igualmente não só à ordem pública, mas à investigação e instrução do processo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pela ordem, o Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Pela ordem.) – Presidente, eu não tenho óbice ao que o Relator colocou, mas eu vou relembrar uma solicitação que fiz e que tem uma solicitação, inclusive, da Polícia Federal ao Ministro André Mendonça, que foi a prisão preventiva do Sr. Nelson Willians, que esteve aqui e ficou óbvio também não uma lavagem, mas uma lavanderia. Ficava até ruim a gente colocar no vídeo porque ia dar até sede nas pessoas, de tanta garrafa de vinho que o homem tinha escondido na adega dele. Isso já vem de várias reuniões.

Eu... Quando pedi a V. Exa., V. Exa. se negou a colocar como extrapauta. Me parece que o caso dele, se não é tão grave... Eu diria que é até mais grave, porque aquela foi uma lavanderia grande, uma lavanderia imensa! E ele... Já tinha sido solicitada pela Polícia Federal a detenção dele, e o Ministro André Mendonça viu por bem não acatar essa decisão. Ele acatou e solicitou a prisão do Careca do INSS e também do Sr. Maurício Camisotti.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Ambos foram, então, presos – e apenas a deste não. Pelo tom da interrogação que nós fizemos, nós vimos que ali havia indícios sérios de lavagem de dinheiro.

Então, eu queria pedir a V. Exa. que colocasse na mesma data, porque este vai entrar antes daquele que eu solicitei há duas reuniões. Já fiz o requerimento, e ele encontra-se... Ou votamos tudo na quinta-feira, ou, se V. Exa. for abrir extrapauta – o que não era o combinado –, abra o extrapauta para os dois.

Como V. Exa. já tinha dito que votaria isso na quinta-feira, eu acho importante que a gente o faça, porque senão vai ficar estranho. Aliás, estranho é por que o Relator aquele dia já não pediu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

para fazer um extrapauta quando escutamos o Nelson Wilians, que também, no meu entendimento, mentiu muito, não disse absolutamente nada, não foi apertado para dizer, como agora... Então, houve um tratamento especial a ele? Eu realmente acho estranho.

Então, eu faria essa exigência. É como se fossem dois pesos e duas medidas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Não há dois pesos e duas medidas; há uma investigação com informações que esta CPMI já tem, mas eu respondo a questão daqui a pouco.

Pela ordem, Deputado Zé Trovão.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. Pela ordem.) – O nobre Deputado que me antecede ou quer livrar a cara de quem está aqui ou quer falar de uma coisa que não tem sentido. Nelson Wilians já passou.

Sr. Presidente, eu quero ressaltar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não... Só um minutinho, por favor, Deputado Rogério Correia.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Quero ressaltar que, nesta Comissão, ficou clara a posição em que o depoente não poderia seguir, que era a de mentir, de faltar com a verdade a esta Comissão. O primeiro ponto é esse.

Somado a tudo que eu tenho de documentação – e estou acompanhando atentamente –, ele mentiu por seis vezes, até o momento. Ele mentiu! Então, mentiu, tentou retroceder, não sabe, mentiu de novo, ocultou...

Quero deixar claro que o trabalho do nobre Relator, Alfredo Gaspar, está sendo feito de maneira imparcial. E digo mais: nós não estamos diante de uma laranja podre...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – ... nós estamos diante de um pé de laranja podre! Isso é um laranjal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Sr. Presidente, eu reforço que nós não deveríamos nem deixar para o final desta reunião essa votação; reforço que o depoente aqui citado deveria ser preso, neste exato momento, por faltar com a verdade com esta Comissão.

Nós estamos aqui tentando desvendar bilhões de reais que o senhor ajudou a roubar!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência...

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Não se faça de inocente!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, por favor...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ele tem um *habeas corpus* sobre a forma de tratamento...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Pela ordem, Presidente.

Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por gentileza.

Nós temos uma lista aqui de... uma lista de sequência.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vou dar a palavra nessa questão...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sobre esse assunto...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... sobre esse assunto ao Líder Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Presidente, nós não vamos nos opor ao encaminhamento proposto pelo Relator, certo? No entanto, eu quero que V. Exa., como Presidente, analise as duas situações. A primeira: um pedido ao Supremo Tribunal Federal, ao Ministro André Mendonça, ou seja, lá o Ministro Relator deste caso, para que ele determine a prisão. O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A segunda questão: É possível? É possível. No entanto, V. Exa., como Presidente, na minha modesta opinião, deve observar as seguintes questões: primeiro, ele tem esse *habeas corpus*; segundo, o ato de prisão é um ato do Presidente. Nós não podemos correr o risco de V. Exa. tomar uma decisão aqui, como Presidente, e, 12 horas depois, esse ato ser anulado.

Para uma prisão em flagrante, é preciso que haja um detalhamento das situações em que ele teria cometido o crime de falso testemunho, para lhe dar segurança jurídica. Tem que existir fatos concretos, consubstanciados, detalhados, que justifiquem e deem segurança para a sua decisão.

Estou dizendo isso, porque esta pode ser a primeira de várias situações em que isso ocorra, e V. Exa. será chamado sempre a ter uma espécie de jurisprudência ou coerência a partir dessas decisões.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Então, havendo, de fato, essa possibilidade, eu entendo que o Relator, ou a Secretaria da mesa, alguém tem que detalhar... O Deputado que me antecedeu agora falou, em várias situações, nós temos que detalhar essas situações em que ele, de fato, cometeu esse crime, para que o senhor não fique exposto a tomar uma decisão, e, posteriormente, a nossa Comissão seja desmoralizada antes da...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu sei que é preventiva, mas ela pode ser...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, só um instante.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... anulada, ou qualquer coisa assim, porque é um ato do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Bem, a Presidência responde da seguinte maneira às colocações que foram feitas aqui: primeiramente, em tese, nós não necessitaríamos aprovar aqui um pedido de reforço nas nossas prisões que já foram feitas; bastaria apenas um novo ofício ao Ministro do Supremo Tribunal Federal, relembrando o nosso pedido com novas questões. Em tese, isso...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, o que foi... Os dois requerimentos do Relator. O primeiro...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Que já está na lista dos 21.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exato, já está na lista dos 21.

Então, em tese, nós não necessitamos, porque já há um pedido; bastaria apenas um reforço diante do que foi colocado aqui.

Segundo ponto: nós temos um acordo de trabalho geral sobre a questão dos requerimentos extrapauta, mas isso não tira da Presidência a possibilidade de colocar ou não o requerimento de acordo com a movimentação e a necessidade do Relator.

Terceiro ponto: sobre o pedido de prisão preventiva, esta Presidência tomará uma decisão até o final desta sessão diante de novos fatos que possam surgir.

Nós vamos agora dar sequência à lista de oradores.

Pela palavra, Senador...

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Presidente, questão de ordem.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Presidente, à questão de ordem que eu fiz V. Exa. não respondeu.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um minutinho.

Qual o artigo, Deputado Kim Kataguiri?

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP. Para questão de ordem.) – Presidente, um ponto que precisa ficar esclarecido por V. Exa. sobre a prisão...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – ... porque V. Exa. respondeu sobre a prisão preventiva, e eu não sei se, na última resposta de V. Exa., V. Exa. confundiu com prisão em flagrante, porque minha dúvida...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não. São duas solicitações, Deputado. A prisão preventiva, que já foi solicitada por esta Comissão, nós podemos ou não colocar em votação aqui, porque a Presidência, juntamente com a Secretaria, pode, num ofício, reforçar o pedido ao Ministro André Mendonça, diante dos novos fatos que surgiram, elencados pelo Relator. Podemos, depois, colocar isso em votação ou não.

A questão da prisão em flagrante: esta Presidência tomará uma decisão, porque somente o Presidente pode determinar, até o final desta sessão, diante de novos elementos que se mostrem necessários e que embasem, como disse o Líder Paulo Pimenta...

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – É essa a minha questão, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – A prisão em flagrante, portanto, será decidida por V. Exa. ao final de todos os questionamentos?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Até o final desta sessão.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Até o final ou ao final?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Porque, vamos explicar... Até o final. Porque, é o seguinte: ele pode se retratar diante... Deputado, Líder Paulo Pimenta, o *habeas corpus* que ele tem é sobre aquilo que ele estiver em silêncio, mas mentir a esta CPMI ou omitir informações que já são públicas também pode ensejar a prisão em flagrante.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Por isso que nós temos que detalhar as circunstâncias.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vamos, com tranquilidade, para que a gente possa dar sequência, ele poder responder todos os detalhes que forem perguntados, e, até o final desta sessão, a Presidência tomará uma decisão em relação a este assunto.

Com a palavra, o Senador Izalci Lucas.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Presidente, Presidente... V. Exa. não respondeu à questão...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Bem, Presidente...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Só um minutinho, Izalci.

O Presidente acabou não respondendo à questão que eu levantei.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Respondi, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Eu não entendi, porque, em relação ao depoente, já foi... Eu, inclusive... Só para avisar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... ao nosso nobre Deputado Zé Trovão, nós já tínhamos até votado esta solicitação de prisão preventiva. Então, não há, de forma nenhuma, por minha parte, proteção a ninguém. Só para responder.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não há proteção aqui a ninguém, Deputado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – A ninguém...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A questão aqui...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – O problema é por que não se coloca...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... é uma decisão da Presidência, e a formalização das decisões.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Sim, mas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A formalização da decisão: na semana passada, não se entendeu necessária a votação como V. Exa. pediu. Hoje, nós estamos diante de elementos diferentes, em que uma pessoa que fez parte, movimentou, e da qual nós temos todas as informações, inclusive, imagens, está, deliberadamente, mentindo a esta CPI.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Não, eu estou falando em relação à prisão preventiva, não é prisão em flagrante.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, a prisão...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Prisão em flagrante não cabe ao Nelson Wilians, porque ele não está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Eu estou dizendo em relação a solicitar, que é o requerimento que eu fiz, ao Ministro André Mendonça, a prisão preventiva do...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Reforçando a prisão?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Não, não reforçando. A prisão preventiva do Nelson Wilians, porque este, Presidente... Às vezes, eu não me fiz entender.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Este é o único que não está na lista de solicitações de prisão do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ah, entendi.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Foram 20.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vinte e um.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Foram 21 retirados, e ficaram 20.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu entendi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Este foi pedido pela Polícia Federal e não entra na lista.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Presidente...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Eu não entendo por que ele não entra na lista...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, V. Exa. pode...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Se for colocar...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu concordo, Sr. Presidente, eu concordo...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Pode ser quinta-feira...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pode, perfeitamente.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Pronto, quinta-feira...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa. pode formalizar, que será colocado em votação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu fui citado e concordo plenamente com esse pedido de prisão. Agora, Nelson Wilians... Apareceu o nome dele depois do pedido de prisão que fizemos. Antes, não tinha o nome de Nelson Wilians. Antes, não tinha. Antes, não tinha. E defendo o pedido de prisão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por gentileza, já... Damos a questão como respondida e vamos seguir em frente.

Pergunto ao advogado, Sr. Urquisa, se podemos continuar, ou se o senhor pretende parar.

O SR. CARLOS HENRIQUE ALVARENGA URQUISA MARQUES – Excelência, eu tenho um aparte a fazer. Eu preciso, eu preciso... É uma questão de ordem, tá?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, questão de ordem, advogado, é citando o regulamento nosso internamente. V. Exa. pode fazer uma solicitação e uma colocação sintética em relação...

O SR. CARLOS HENRIQUE ALVARENGA URQUISA MARQUES – Eu tenho duas colocações sintéticas sobre o fato.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Presidente, mas...

O SR. CARLOS HENRIQUE ALVARENGA URQUISA MARQUES – A primeira é com relação ao fato que está acontecendo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, pode, pode...

O SR. CARLOS HENRIQUE ALVARENGA URQUISA MARQUES – Primeiro, é o fato que está acontecendo.

Ele pediu essa decretação de prisão em flagrante sobre um fato que não aconteceu aqui, né? Porque falou que tem um documento que está em outro lugar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS HENRIQUE ALVARENGA URQUISA MARQUES – E, segundo ponto, ele não prestou compromisso com a verdade, se ele for testemunha, mas ele colocou uma posição aqui, quando ele terminou o discurso de V. Exas. aqui. Ele falou que ele está saindo do discurso dele como investigado, ele reconheceu que ele não é mais testemunha.

Então, eu pergunto a V. Exa.: ele está sendo a partir de agora investigado ou ele continua como testemunha? Como é que nós vamos proceder, Excelência?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, essa é a posição do Relator. Ainda não é uma decisão final da Presidência que comanda e dá sequência aos trabalhos.

Muito obrigado.

Com a palavra o Senador Izalci Lucas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Para interpelar.) – Presidente, eu quero tirar aqui algumas dúvidas, Sr. Rubens. Em 2021... em 2021, faturamento de V. Sa. foi 40...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor! Silêncio, por gentileza!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – É para repor meu tempo aí, Presidente.

Em 2021...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Reponha o tempo do Senador... o.k.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Em 2021, o faturamento de receita isenta na declaração de Imposto de Renda foi R$40 mil; já em 2024 pulou para 532, e V. Sa. disse aqui que recebe em torno de R$70 mil. O Milton esteve aqui e disse que recebia 60.

Eu pergunto: o senhor trabalhou até março de 2024, mas o senhor fez a transição com o Milton. Então, pergunto primeiro: nessas empresas, que são normalmente sociedade civil limitada, onde é que o senhor entra aqui? Por exemplo, qualquer um deles aqui, Curitiba, Prospect, qual que é, qual é... o senhor está como diretor. Como é que entra diretor de uma sociedade limitada, como é que é isso?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA (Para depor.) – Na Prospect, eu figurava como um administrador. Ponto.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Pois é, mas não fazia parte da sociedade?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Nunca fiz.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Agora, o senhor tinha uma procuração delas?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Tinha procuração.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Para fazer tudo, movimentar, sacar, representar, tudo isso?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Uma procuração de todas elas? De todas elas que foram citadas aqui, que nós já falamos aqui sobre... a Fronteira era do senhor mesmo; a Curitiba, a Vênus, a Plural, a ACDS, a Propeg, de todas essas o senhor tinha procuração?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – De quais que o senhor tinha procuração?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Procuração... Prospect e Acca. Somente essas duas eu tinha procuração.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – E as outras o senhor tinha o quê?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Eu figurava no contrato social como administrador, então, não precisaria de uma procuração específica.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Então, o senhor era sócio?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não. Eu era... administrador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – No contrato social o senhor estava como administrador?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Como administrador no contrato social, não como sócio, nunca fui sócio de nenhuma das empresas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Bem. O senhor... o senhor saiu, então, em março de 2024. A partir de março o senhor foi fazer... o senhor fez o quê? Foi para onde?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Fui para a ACDS Call Center, fiquei locado lá.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O.k.. Passou a ser diretor, administrador?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Nada. Sem função definida.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Só prestando serviço?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Só prestando serviço.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – E passou a receber quanto dessa... da Call Center?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Continuei com 60 mil.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Sessenta?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – É

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Sessenta mil. Com nota fiscal?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Com nota fiscal. Todo e qualquer recebimento foi sempre com nota fiscal.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Foi o senhor que passou para o Milton todo o *modus operandi*, como fazer isso? O senhor chegou a alertar para ele quando ele entrou que bastava uma determinação do Careca para emitir uma nota?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Eu poderia só fazer um... um ponto?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Sim. Pois não.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não é que eu recebia 70 mil desde o primeiro dia em que eu comecei a trabalhar nas empresas. Eu comecei com um salário de R$6 mil; ao término de um ano, um ano e meio estava chegando a esse montante.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Entendi.

Então, responda para mim, então, com relação a essa questão, o *modus operandi:* foi o senhor que ensinou ou orientou o Milton? Porque ele deu sequência a esse mesmo trabalho.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – O Milton é um profissional com larga experiência, eu só transferi a operação para que ele desse continuidade.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – É porque, veja bem, a Prospect, ela movimentou, Presidente, em 2023, 80 milhões; em 2024, 120 milhões. E evidentemente quem fez essas operações foi V. Sa.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Só isso porque eu tinha as notas fiscais para recebimento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Porque o senhor tinha a procuração dela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não é que eu, por conta de uma procuração, fazia o que queria. Só mandavam e eu cumpria ordens.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Sim.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Emitia nota, pagava conta. Basicamente isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O senhor não tinha nenhuma preocupação com relação... Bastava emitir a nota? Não tinha comprovante de nada, nem no pagamento, nem no recebimento? Quando o senhor fazia a fatura contra as associações dos aposentados, bastava... Só emitia a nota?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Emitia a nota e conferia o recurso, se havia, de fato, caído nas contas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Pois é, mas não tinha comprovação nenhuma de prestação de serviço?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Agora, quando o senhor fazia o pagamento para os fornecedores, também não tinha comprovação nenhuma, só a nota fiscal e a determinação do Careca?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Exatamente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O senhor, como economista e como gestor financeiro, não achava estranho isso?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Entregava a nota fiscal e um documento válido para pagamentos de qualquer fornecedor, os pagamentos eram realizados. Não se questionava a razão do pagamento. Ele determinava e, como dono, ele era responsável.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Mas o senhor, como um bom gestor – e parece que tinha uma empresa especialista nisso, de consultoria –, percebe que qualquer movimentação nesses milhões e milhões, sem comprovação nenhuma, havia alguma coisa errada. O senhor nunca pensou nisso, nunca imaginou que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... por trás disso tivesse toda essa...

Quando é que o senhor descobriu que realmente roubaram dos aposentados e pensionistas esse volume todo?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – A partir de abril, quando ocorreu essa...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – A operação.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – ... essa operação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Antes o senhor nunca desconfiou de nada?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não, até mesmo porque eu já estava distante da operação há mais de um ano. Não movimentava, não pagava, nem recebia nada.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – A Acca movimentou, em 2023, mais de 10 milhões. A Brasília Consultoria, nessa Brasília o senhor era...

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Eu figurava como administrador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Diretor. Tinha inclusive uma procuração para movimentar tudo isso.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não, eu estava no contrato social como diretor administrativo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Ah, estava como diretor administrativo.

Essa Brasília, ela faturou, em 2023, 34 milhões; em 2024, 50 milhões. O senhor, como diretor administrativo, movimentar 50 milhões da sua empresa, porque o senhor era diretor administrativo, cuidava disso. Não lhe chamou atenção nenhuma de que alguma coisa estava errado nisso? Ou seja, tudo que o Careca mandava o senhor fazer o senhor fazia, porque, senão, o senhor tinha medo de perder o emprego. É isso? É porque o Milton também acho que falou isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Era a forma de ele operar e eu não questionava. Quando eu questionei, eu fui afastado da operação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – E eles estão movimentando milhões e milhões. Nós vamos chegar, porque já está aqui a movimentação. O senhor está assumindo, como diretor administrativo, que fazia simplesmente a parte operacional – e o senhor está sendo envolvido nisso. Não tem sentido realmente o senhor assumir uma responsabilidade dessa. Olha, foram mais de 260 milhões, 260 milhões nessas empresas em 2024; 142 milhões, em 2023. Não é possível que ia emitir uma nota dessa sem comprovação nenhuma, e o senhor não tivesse desconfiado de que alguma coisa estava errada. (*Pausa.*)

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Eu me baseava simplesmente nos contratos apresentados pelo Sr. Antônio: contratos de prestação de serviço às entidades e, com base nisso, ele que gerava a informação de faturamento e a gente só emitia a nota fiscal.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Nós estamos falando aqui nas entidades...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... e associações de aposentados etc.

Eu pergunto: o Careca, por enquanto, ainda não apareceu nos sindicatos.

O senhor operou, ou conhece, tem o conhecimento de que houve essas movimentações também nos sindicatos e confederações?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Desconheço.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O senhor não trabalhou com isso, só com as associações?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Desconheço e também não trabalhei com essas associações. Só prestei serviço às empresas do Antônio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Ou seja, na prática, o senhor operou para o Careca com as empresas envolvidas do Maurício Camisotti.

Conhece o Maurício Camisotti?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Só de jornais e, muito recentemente, assim que estourou essa confusão.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Mas o senhor sabia que essas empresas todas aqui, a grande parte delas, o Careca era sócio das associações, não?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Que vocês faziam nota fiscal?

O senhor emitiu nota fiscal para a Ambec?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Emitia nota fiscal para as associações, mas não sabia que ele era sócio ou coisa do tipo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O senhor disse há pouco que tinha o contrato, os contratos.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Tinha contrato.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O senhor não leu o contrato?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Tinha contrato de prestação de consultoria entre as empresas e associações.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Sim, mas na hora de...

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não que ele era sócio dessas associações.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Sim, mas quando o senhor... Quando se faz um contrato, alguém responde por isso, as partes: Ambec, representada por fulano de tal. O senhor não viu isso?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Quem era o sócio da Ambec?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Teria que levantar os contratos, não sei lhe dizer quem ou quais pessoas estavam à frente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – A GM Gestão Ltda., o senhor tinha procuração dela?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Tinha procuração. Chegou a movimentar recursos com ela?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Nenhum recurso?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Nenhum recurso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Não houve nenhuma transferência?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Nenhuma transferência. Não paguei, nem recebi nada.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Bem, essa transferência da Curitiba... A Curitiba transferiu aqui para a empresa da Thaisa, R$7,5 milhões.

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – E transferiu também, pergunto se foi V. Sa. que fez uma transferência de R$1,469 milhão para o escritório do Eric Douglas Martins Fidelis?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Não foi?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O Careca fazia também essas operações nessas empresas?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – E o senhor... E quem fazia o controle do extrato para ver o controle financeiro? Quem? O senhor é que fazia?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – E essas operações que o Careca fazia?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Ele, nas vezes em que pedíamos nota fiscal, ele dava ou não dava e a gente não tinha essa cobrança.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Então, o senhor acha que essa transferência foi feita por ele?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não posso lhe dizer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, silêncio, por favor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Teve uma transferência aqui também, para encerrar: Prospect. Transferiu R$2,200 milhões para a Curitiba e a Curitiba transferiu para o Eric Douglas.

Essa transferência de R$1,225 milhão da Curitiba, que o senhor operava, foi o senhor que fez? De R$1,225 milhão para o Eric Douglas Martins Fidelis, que é filho do André Paulo Felix Fidelis?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Desconheço.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Que é ex-Diretor do INSS?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Encerramos.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Desconheço.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Mas Curitiba, V. Sa. que fazia?

A senhora...

Era? Curitiba?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – A Sra. Thaisa fazia as transferências.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Mas o senhor que operava, não? O senhor não era sócio lá?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Diretor?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Eu era Diretor, não sócio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Sim, mas o senhor que operava, o senhor tinha procuração dela?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Eu tinha procuração, mas não fazia.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Próximo.

Deputado Delegado Fabio Costa.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (Bloco/PP - AL. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vou direto às perguntas.

Sr. Rubens, a Acca Consultoria, da qual o senhor é procurador, declarou um faturamento de quase R$600 mil, mas movimentou na prática quase R$8 milhões em seis meses, período que coincide com os repasses de entidades investigadas. Essa movimentação ocorreu em atividades lícitas das empresas que o senhor gerenciava ou o senhor admite que houve uma movimentação de recursos incompatíveis com o faturamento declarado?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Prefiro não responder a essa pergunta.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (Bloco/PP - AL) – Sr. Rubens, o senhor se associou ao ex-Diretor do INSS Alexandre Guimarães na Vênus Consultoria. O senhor pode explicar por que vocês usaram o mesmo *e-mail* da Prospect para cadastrar a empresa Vênus? Foi um descuido ou é só mais uma prova de que vocês faziam parte do mesmo esquema que roubava os aposentados?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Desconheço essa informação.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (Bloco/PP - AL) – Está no inquérito da Polícia Federal.

Sr. Rubens, o que o senhor tem a dizer acerca da afirmação da Polícia Federal de que ex-dirigentes do INSS, como Virgílio Oliveira Filho e Alexandre Guimarães, e Sra. Thaisa Hoffmann, que é esposa do Virgílio... O que é que o senhor tem a dizer acerca da afirmação da PF de que essas pessoas receberam propinas articuladas pelo senhor?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Tenho a dizer nada. Não fiz isso.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (Bloco/PP - AL) – O.k.

Se o senhor não era operador de propina, por que as suas empresas são justamente as que recebiam recursos das entidades Ambec e CBPA, ambas apontadas como protagonistas da fraude dos descontos ilegais dos aposentados?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Nenhuma empresa minha recebeu isso daí. As empresas do Sr. Antônio, sim.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (Bloco/PP - AL) – Sr. Rubens, os relatórios da Polícia Federal mostram que o senhor realizou saques em espécie que somam quase R$1 milhão, e também o senhor provisionou outros quase R$2,3 milhões de empresas como Prospect Consultoria, Acca Consultoria, Plural Intermediações e Curitiba Consultoria, empresas que o senhor mantinha em sociedade com o Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes, o Careca do INSS; e também com a esposa do ex-Procurador-Geral do INSS. Se esses valores não são provenientes do roubo dos aposentados, qual a justificativa para a movimentação de todo esse dinheiro?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Segurado pelo *habeas corpus*, eu prefiro não responder a essa pergunta.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (Bloco/PP - AL) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado Delegado Fabio Costa.

O próximo é o Deputado Beto Pereira.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS. Para interpelar.) – Nobre Presidente, nobre Relator, Sr. Rubens, eu quero aqui iniciar a minha participação, minha fala, dizendo algo que eu acho muito prudente fazermos neste momento.

Primeiro, o Relator foi muito explícito com o senhor, doutor, Sr. Rubens, dizendo que o senhor está matando no peito tudo aquilo que está sendo imputado à sua participação nesse episódio tão triste para nós, brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo, o Presidente pediu para que nós pudéssemos ser bastante claros, até porque a sociedade está observando tudo isso e ela precisa entender, na prática, aquilo que realmente está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Aqui esteve na sua cadeira o então Ministro, o ex-Ministro da Previdência Carlos Lupi. Na ocasião, o ex-Ministro disse que teve total autonomia para escolher aqueles que iriam fazer parte da sua equipe – isso é a fala do Ministro.

Ele escolheu primeiro Stefanutto, que esteve, inclusive, na equipe de transição do Governo do então eleito Presidente Lula. Depois, o próprio ex-Ministro Carlos Lupi disse que teve um parecer contrário quanto à nomeação do Sr. Virgílio de Oliveira Filho. Não contente com o parecer contrário à sua nomeação, ele apresentou um recurso à AGU, contestando aquele parecer e insistindo – e insistindo – na nomeação do Sr. Virgílio de Oliveira Filho. Ora, o senhor, junto com a sua Thaisa Hoffman, no mês de novembro de 22, quando estava em vigor a transição do Governo, fundaram uma empresa chamada Curitiba Consultoria em Serviços Médicos. Ora, aquele que foi objeto de defesa de uma posição divergente do ex-Ministro Lupi é o beneficiário de mais de 7 milhões da empresa de que sua mulher é sócia-proprietária e de que o senhor era dirigente financeiro.

Eu estou contextualizando tudo isso para ver onde o senhor está metido. Olhe onde o senhor está entrando! Montar uma empresa para subtrair dos aposentados... De alguém que ia ser nomeado pelo Governo para estar dando as cartas!

Mas eu também atentamente estava ouvindo o que o senhor estava respondendo agora recentemente, e o senhor disse em alto e bom som que, até, acho, março de 24, o senhor estava na operação financeira – se estiver a data errada, eu é que anotei errado –, mas o senhor afirmou que foi afastado das operações financeiras e foi para a empresa de *call center* sem nenhum tipo de função definida, como algo assim: "Vai para lá, fica quieto lá". Quais foram as desavenças que o senhor teve com o Careca que acarretaram no seu afastamento? Um homem de tamanha confiança que geriu a parte financeira de tantas empresas... Qual foi essa desavença? Essa desavença para nós é um marco importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA (Para depor.) – Olhe, eu vou assegurar o meu direito de ficar calado. Basicamente, é isso.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Eu vou além, Sr. Rubens. O senhor disse aqui no seu depoimento que, além de ter sido afastado por conta dessas desavenças com o Careca e te colocaram numa geladeira lá na empresa de *call center*, o senhor fez um período de transição com aquele que o sucedeu durante a sua ausência à frente de tantas empresas na gerência financeira dessas empresas.

O senhor continua ainda arguindo o seu direito de permanecer calado?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Essa foi a minha afirmação, ela continua.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Bom, veja bem. Nós estamos diante de um pedido de prisão em flagrante formulado pelo Relator ao Presidente Carlos Viana desta Comissão. O senhor está... Em vez de criar uma situação que subsidia o Presidente a tomar uma atitude diferente, o senhor apenas está dando ao Presidente desta Comissão mais subsídio para que ele, ao final de todo esse processo, decrete a sua prisão. Eu entendo que, neste momento, apenas algo muito substancial, algo muito perigoso é que faz com que V. Exa. não apresente a esta Comissão os elementos necessários para que a gente possa decifrar qual foi a divergência, a diferença que teve o Sr. Rubens Oliveira Costa ao Careca do INSS. Só pode deixar aqui ao léu, às nossas imaginações que a divergência foi dinheiro.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não, nunca houve dinheiro.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Então, qual é o motivo da divergência?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – A minha consultoria sempre trabalhou de uma forma estruturada e transparente. A partir do momento que eu não enxerguei mais isso, houve questionamentos, ele entendeu que o meu afastamento era o mais adequado.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Depois de dois anos, milhões movimentados, foi ali naquele momento que o senhor percebeu que tinha algo errado, tinha algo equivocado, tinha algo que não lhe dava tranquilidade, transparência naquilo que você geria financeiramente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, Sr. Rubens, eu, por último, quero fazer uma indagação: essa empresa de *call center* recebia ligações de aposentados e pensionistas fazendo reclamações...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – ... queixas de algum dos serviços ou de débitos, ou o senhor também não conhecia a fundo aquilo que essa empresa também prestava de serviço, se as outras prestavam algum tipo de serviço?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Como eu afirmei anteriormente, ela atuava como SAC. Por conseguinte, ela recebia as ligações de beneficiários dessas entidades.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS. *Fora do microfone.*) – Era o que eu tinha, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Deputado Beto Pereira.

Com a palavra o Vice-Presidente da Comissão, o Deputado Duarte Jr.

O SR. CARLOS HENRIQUE ALVARENGA URQUISA MARQUES (*Fora do microfone.*) – Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. CARLOS HENRIQUE ALVARENGA URQUISA MARQUES – Está sendo recorrentemente mencionada essa questão do pedido em flagrante (*Fora do microfone.*) como uma forma de coagir a testemunha, que é um pedido... Flagrante típico...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS HENRIQUE ALVARENGA URQUISA MARQUES – ... de quem é investigado. Queria que V. Exa. decidisse ou determinasse que isso não fosse recorrente, porque é um pedido que está em suspensão e é sob uma condição de investigado, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência, mas não posso...

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – O Sr. Ministro Alexandre já pacificou no depoimento dos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Ele já pacificou esse entendimento. Está liberado.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. CARLOS HENRIQUE ALVARENGA URQUISA MARQUES (*Fora do microfone.*) – Está na lei.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, senhores, senhores, senhores...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Zé Trovão, por favor!

O SR. CARLOS HENRIQUE ALVARENGA URQUISA MARQUES (*Fora do microfone.*) – Respeite a advocacia.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por gentileza!

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Ninguém está faltando com o respeito com você, não.

O SR. CARLOS HENRIQUE ALVARENGA URQUISA MARQUES – O senhor estava agora.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. *Fora do microfone.*) – O senhor abaixe a sua bola aí!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza, podemos dar...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Candidate-se e ganhe uma eleição!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Zé Trovão, por gentileza.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza, por gentileza!

Com a palavra o Deputado Duarte Jr.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Pela ordem.) – Presidente, eu gostaria de pedir para V. Exa. que pudesse colocar mais um orador antes de mim, para que eu termine aqui minhas anotações, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Obrigado.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputada Coronel Fernanda, a próxima da lista.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Relator. Desculpe.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Eu sou voluntário, Presidente, para substituir o Duarte.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É um esclarecimento...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Não é substituição, é apenas suspensão para que no outro, no próximo quadro...

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Retorna para mim o que eu tinha passado para você...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Relator Alfredo Gaspar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Eu não sei se eu entendi corretamente, porque estava em deslocamento: é verdade que ele foi retirado das funções que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

exercia pelo Sr. Antônio Carlos Camilo, o Careca do INSS, a partir do momento em que ele pediu transparência nas operações?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É uma pergunta, Sr. Rubens.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA (Para depor.) – Houve alguns questionamentos que foram entendidos como inconvenientes. Por essa razão, a contratação do Sr. Milton.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto. Isso é muito importante.

E pergunto ao senhor: quais questionamentos o senhor fez ao Sr. Careca? Porque pode mudar muito a visão que nós estamos tendo do senhor.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – As mesmas colocações feitas pelo Sr. Milton... Eu vou reforçar aqui. Todo e qualquer pagamento era feito com base em documentos fiscais. A partir do momento em que você recebia solicitações e não tinha uma contrapartida fiscal, não tinha um documento que pudesse registrar, houve questionamentos. E, por essa razão e outras confusões quanto à forma de interpretação, contabilização e registro, entendemos naquela época que era mais interessante eu me afastar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas era muito importante o senhor registrar exatamente onde se dá essa ausência de transparência, o senhor citar pontualmente.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não tenho aqui como registrar uma pontualmente, mas, como esta Comissão tem toda a documentação das empresas, certamente ela vai verificar vários pagamentos que ocorreram sem os respectivos documentos fiscais.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Só, Presidente, para complementar... O senhor citou aqui o Sr. Milton. O Sr. Milton disse que o senhor saiu da posição em que o senhor estava para assumir outra posição em relação ao Sr. Careca, que o senhor foi deslocado para a construção da sede de uma outra empresa, se eu não me engano, Amigo ou algo do tipo. O senhor confirma essa informação?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual a empresa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Amigo Center.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o senhor ficou lá até quando?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Fiquei lá até meados de abril, quando ocorreu a operação da Polícia Federal.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí, olhe só... Desde o início, a pergunta é a mesma, e o senhor diz a mesma coisa: afastou-se do Careca desde o ano passado, quando saiu das empresas, ainda no início do ano. Aí, agora, o senhor estava numa empresa que é do Careca até a deflagração da operação da Polícia Federal. Então, eu queria que o senhor esclarecesse isto: como é que o senhor estava numa empresa do Careca, e o senhor não manteve contato com ele?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Veja bem, eu... Como eu coloquei e talvez não tenha sido claro, eu fui afastado de todas as operações envolvendo as empresas pelas quais eu estava responsável. Eu fui alocado na ACDS, sem cargo, sem função definida, sem envolvimento com questões financeiras nem administrativas. Fui alocado lá para atender uma demanda referente a uma obra em andamento, não mais que isso. Quanto a acessos e contato, eu só tinha com o Sr. Milton, para pagar algum fornecedor ou dar informações quanto ao andamento dessa obra. Não havia contato direto com o Sr. Antônio a respeito, apesar de a empresa ser dele.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quanto o senhor recebia de salário pela participação nas ações dessa empresa?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Houve a manutenção dos mesmos valores que eu recebia desde então.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quanto?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Sessenta mil.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sr. Rubens, uma pergunta da Presidência, complementando a fala do Relator: o senhor se desentendeu do Antônio Carlos Camilo, o Careca, quando o senhor percebeu que o senhor estava dando legalidade a um golpe contra os aposentados brasileiros? Porque o senhor é uma pessoa muito experiente. O senhor é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

um homem que tem um currículo muito grande, muito profundo nessa questão da administração financeira. A desavença foi porque o senhor percebeu ou porque o senhor não quis participar mais?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA (Para depor.) – A desavença foi porque existe uma questão técnica. Por todos os lugares que eu passei, simplesmente sempre prezei pela transparência, documento por documento, registro, conciliações bancárias, tudo o mais relacionado a uma boa gestão financeira das empresas. Infelizmente não era possível fazer isso nas empresas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor percebeu que se tratava de lavagem de dinheiro?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Naquele primeiro momento, não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas quando foi que o senhor percebeu que era lavagem de dinheiro?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Assim que estourou a operação da Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra a Deputada Coronel Fernanda.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT. Para interpelar.) – Presidente, vou direto às perguntas.

O senhor falou que durante a pandemia, ficou parado. É isso?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA (Para depor.) – Sim.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – O senhor ficou sem receber salário? Como é que estava a sua vida financeira? Estava um caos ou estava dando para viver?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Passei 18 meses sem poder trabalhar...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Peço para recompor, Presidente, porque..

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – ... não dá para ouvir a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Recomponham o tempo da Coronel.

Silêncio, por gentileza.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Passei 18 meses sem poder trabalhar. Naquele momento, o primeiro contato com o Sr. Antônio foi em junho de 2022, logo após a pandemia.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – O senhor é casado?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Sim.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Como é o nome da sua esposa? O primeiro nome.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Prefiro não responder aqui.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Não, aqui o senhor não pode recusar essa pergunta, o senhor tem que responder. Qual o primeiro nome dela?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Mageli.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Qual é a profissão dela?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Ela é pensionista.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Pensionista. Então, o salário dela ou a pensão dela é de quantos mil, mais ou menos?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Três mil e quinhentos.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Então, o senhor ficou 18 meses sem receber nada, e era o salário dela, a pensão dela que ajudava em casa, era isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Sim.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – E aí surge uma oportunidade de o senhor resolver o problema da vida, da sua casa. O senhor mora de aluguel, certo?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Sim.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – É uma casa ou um apartamento?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Casa.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Qual é o valor do aluguel?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Três mil e quatrocentos.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Três mil e quatrocentos.

O senhor falou que o senhor tem carro?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Um carro financiado.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Modelo? Modelo e ano.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – É um Tiguan, 2024.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Qual o valor da mensalidade?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Quatro mil e oitocentos.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Quatro mil e oitocentos.

Sua esposa tem carro?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Não tem carro?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – O senhor tem filhos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Tenho.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Quantos?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Um.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Mora com o senhor?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Mora comigo.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Tem carro?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Não.

Então, a sua dívida mensal aí é de R$8 mil.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Sim.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Se a gente considerar compra do mês, combustível, plano de saúde, não passa... É, estourando, R$12 mil.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Sim.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – É isso?

Mas o senhor falou que, depois que esse Papai Noel apareceu na sua vida, pagando um salário de R$70 mil por mês – a solução dos seus problemas –, com uma despesa de 12 mil... Doze mil menos 70 mil, vai dar 58 mil livres mensais. É isso?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não, não é isso. A informação, que eu já até retifiquei aqui: eu comecei trabalhando com o Sr. Antônio com um salário de R$6 mil.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Quanto tempo o senhor ficou recebendo R$6 mil?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Por uns seis, oito meses.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Seis meses – nossa!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o senhor subiu assim, de 6 mil para 70 mil? O que mudou na vida do senhor lá, para conseguir isso, essa subida?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Era um projeto que foi apresentado a mim para estruturar as empresas dele. Eu atendi esse projeto e, por essa razão, a remuneração aumentou.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Deixa eu fazer uma fala para o senhor: eu sou policial militar e, por muitas vezes, eu tirei serviço em presídio, e eu vi muitas mulheres, esposas, ao visitarem seu marido preso, passarem pelo constrangimento da revista íntima, da falta de liberdade aos finais de semana, do constrangimento de estar ali no meio de bandidos, da falta de liberdade íntima, do constrangimento entre a família, na rua, no bairro. E o senhor está disponível a colocar a sua esposa e seu filho nessa condição de estarem indo na porta de um presídio – porque vai ser feito o pedido de prisão –, e lá visitar o senhor, passar esse constrangimento? A sua esposa merece isso em favor do Careca?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – E por que o senhor ainda está protegendo quem roubou os aposentados, inclusive a sua mulher?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não estou protegendo ninguém.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Como que não está? Se o senhor descobriu que – com a operação – houve uma lavagem de dinheiro, por que, agora que o senhor descobriu que houve a lavagem de dinheiro, o senhor não está cooperando para colocar atrás das grades aquele que foi o seu Papai Noel?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Só posso falar a respeito de informações que eu tenho. Fora isso, eu não vou...

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Eu estou falando o que o senhor falou, não fui eu não, tá? E, nos autos, mostram que o senhor tinha vínculo. O senhor falou que o senhor só descobriu que se tratava de lavagem de dinheiro com a operação da Polícia Federal.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Em momento nenhum afirmei isso.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – O senhor afirmou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não afirmei que era lavagem de dinheiro, entendeu? Nem nada. Só fiquei sabendo da informação através da Polícia Federal. Ponto. Até então, não.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Até então, não.

Então, vou refazer.

A sua esposa... Um bom homem, um homem sábio, escuta a mulher dele.

A sua esposa já falou para o senhor da responsabilidade que você pode causar para a sua casa? Porque já deve estar com problema.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Muito.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – A sua esposa já lhe disse para o senhor cooperar? Porque quem vai pagar é ela, seu filho e você, porque, no final das contas, os grandes, meu filho, já foram. Inclusive, aproveito a pergunta da sua fala: o senhor falou que está sem condições de pagar suas contas, porque está tudo bloqueado, certo?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Certo.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Como é que o senhor está pagando um advogado de renome? Quem são as pessoas que estão pagando o seu advogado? Eu quero o nome, CPF e os valores com que cada um está contribuindo para pagar a sua defesa. Por que o senhor não está usando a Defensoria Pública, já que o senhor está em péssimas condições financeiras?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Prefiro não responder a essa pergunta.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – O senhor não tem o que preferir, essa resposta o senhor tem que fazer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência, naquilo que ele entender que o incrimina, ele pode ficar em silêncio.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Presidente, isso não o incrimina. Eu estou perguntando o que ele falou: que está recebendo doações. Eu quero saber de quem, as pessoas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que estão doando. Ele falou que é irmão dele, é parente dele, é amigo dele. Tem que responder isso para nós.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Coronel, se ele ficar em silêncio, que é um direito dele, nós podemos entender – e aqui me perdoe o doutor – que o pagamento está sendo feito por pessoas interessadas aqui nessa questão.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Vou fazer mais vez. Mais uma vez, eu quero que ele entenda que essa pergunta tem que responder. Agora, ele não se declarou em silêncio, falou que nessa pergunta ele mantém o direito lá trás. Pelo que eu entendi, ele só pode deixar de responder aquilo que vai incriminar. Isso não o está incriminando, ele está dizendo para nós quem está contribuindo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, o que vai incriminar é ele que vai decidir, Excelência.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Faço mais uma vez a pergunta e insisto na resposta.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Assegurado por *habeas corpus*, prefiro ficar em silêncio quanto a essa pergunta.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – É, já informo que eu vou fazer um requerimento pedindo para que ele informe a nós da onde está vindo esse recurso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente, Excelência. Fique à vontade.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Sr. Rubens, o senhor está sabendo, acho que o seu advogado informou, que o senhor já se qualifica – já se enquadra, quer dizer, qualifica não, já se enquadra, porque qualificação eu tenho outras para o senhor – no crime de falsidade ideológica? O senhor pode ser condenado de um a cinco anos, mais a multa. No enquadramento de falso testemunho, de dois a quatro anos mais multa; lavagem de dinheiro, e o senhor mesmo já repetiu essa palavra aqui, de três a dez anos, mais reclusão e multa; associação criminosa, porque está envolvida uma quadrilha, de um a três anos; estelionato contra a administração

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

pública, de um a cinco anos, podendo aumentar em razão do prejuízo. O prejuízo causado ao povo brasileiro já passa de quase 100 bilhões, seis de descontos associativos e mais uns quase 90 de empréstimos consignados.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Diante disso, o senhor ainda vai continuar protegendo o seu Papai Noel, que num momento de dificuldade – porque eu entendo um momento de dificuldade, de necessidade – o senhor acabou entrando nessa teia. E mesmo assim o senhor vai continuar defendendo quem vai te colocar atrás das grades e prejudicando a sua família? Vale a pena isso?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – E por que o senhor não contribui, então, conosco? Nos ajude a te ajudar.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Dentro do que eu sei – entendeu? –, já coloquei aqui para a Comissão.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – O senhor falou que tinha R$300 mil na sua poupança.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Sim.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Sobrou, na conta aqui, uma média de 50 mil mês, menos seis, vão sobrar 580 mil. Por que o senhor, com esse valor, não quitou, não comprou um carro quitado? Onde que está esse restante do dinheiro? Porque 300 mil estão na sua conta, mas está faltando dinheiro ainda.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Me reservo o direito de não responder a essa pergunta.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Obrigada, Presidente.

Era o que eu queria perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Deputada Coronel Fernanda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pergunto ao Vice-Presidente Duarte Jr. se já está pronto para a inquirição.

Com a palavra o Deputado Zé Trovão.

Deputado, só um minutinho.

Eu vou relembrar aqui, Deputado Zé Trovão, uma obrigação nossa, que é a urbanidade e a boa convivência dentro das alas do Congresso entre advogados, Deputados. Então, pediria a V. Exa. que seja efusivo, faça as perguntas, mas que nós evitemos os embates aqui desnecessários que não colaboram para a investigação desta CPMI.

Agradeço.

Com a palavra, Excelência.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente...

Alô?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Não... Ah, agora sim.

Sr. Presidente, eu acho que... Estou aqui desde o começo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – ... o senhor sabe bem como eu me porto. O que eu não vou admitir aqui, de maneira nenhuma, é advogado ser histérico quando nós estamos fazendo o nosso papel. Independentemente de se o Sr. Rubens está aqui como investigado ou como testemunha, a nossa obrigação no Parlamento é desvendar o maior roubo da história do Brasil.

Então, eu estou sendo muito civilizado, mas eu não sou também criança para ficar ouvindo mentiras aqui. E é embasado em cima das mentiras que o Relator já pediu a prisão dele.

Então, segundo os documentos da CPMI e, inclusive, documentos da investigação da PF, o Sr. Rubens Oliveira Costa está ligado formalmente a uma rede de empresas, muitas delas usadas como veículo para movimentação e ocultação de recursos desviados do INSS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós... Foi perguntado a ele, diversas vezes, onde ele é apontado pela Polícia Federal como operador financeiro do Careca do INSS... Foi perguntado para ele, diversas vezes, sobre o saque em espécie que ele fez de R$947 mil.

E eu vou reiterar a minha pergunta: o senhor fez um saque de R$947 mil?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA (Para depor.) – É uma informação pública. Então, de fato, eu fiz.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – E para onde o senhor levou esse dinheiro? Para quais pessoas o senhor entregou esse dinheiro?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Esses recursos todos foram para as mãos do Sr. Antônio Camilo.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – O senhor entregou o montante de R$947 mil diretamente nas mãos do Careca do INSS?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Exato.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – O.k.

O senhor tem uma grande teia que permeia toda a sua história e o seu trabalho. O senhor é operador aqui de diversas empresas. No início, o senhor disse que eram quatro, mas, na verdade, são cinco, correto?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – As empresas do Antônio eram quatro, mais duas empresas – Vênus e Curitiba.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Então, são um total de seis empresas.

Entre essas empresas, o senhor teve alguns desdobramentos. E a pergunta será clara: o senhor, em algum momento, soube ou o senhor mesmo fez pagamentos em espécie a algum Congressista brasileiro?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – O senhor teve conhecimento de alguém ligado ao Careca do INSS que o tenha feito?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – O senhor tem alguma ligação com o chefe de gabinete do Senador citado aqui hoje nas nossas indagações Weverton, Weverton Rocha?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – O Sr. Gustavo. Prestei serviço para ele.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – E qual o intuito desse serviço?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Regularização de uma empresa e abertura de conta corrente.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – E essa empresa movimentou qual montante?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Essa empresa estava parada até há poucos meses. Eu acho que uns R$50 mil, R$100 mil.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – De R$50 mil a R$100 mil?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Sim.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Porque o senhor sabe que este mesmo tem indícios de movimentações muito maiores. O senhor teve essa notícia pela imprensa, correto?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Só fiquei sabendo neste domingo.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – O.k.

Eu quero saber do senhor também sobre o chefe de gabinete de Davi Alcolumbre, que teve nesta semana o informativo de uma movimentação de R$3 milhões. O senhor teve conhecimento sobre essa matéria?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Não? O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor já disse aqui que o senhor teve ligações com a Camilo Comércio e Serviços S.A., Plural Intermediações de Negócios, Prospect Consultoria Empresarial Ltda., ACDS Call Center – com todas essas o senhor já teve. Inclusive, os endereços de *e-mails* dessas empresas são endereços de *e-mails* do próprio senhor. Por qual razão esses endereços de *e-mails* foram cadastrados como endereço eletrônico oficial dessas quatro empresas citadas? Além de o senhor fazer parte do quadro, o senhor era sócio administrativo?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – O senhor, como figura central na área financeira dessas empresas, saberia explicar... Essa é uma pergunta que para nós é muito interessante, muito importante, porque nos causa estranheza os números serem idênticos: não são parecidos, eles são idênticos; é um copia e cola. O senhor sabe nos explicar por qual motivo a Advocacia-Geral da União, sob gestão do Ministro Jorge Messias, solicitou o bloqueio exato no valor de R$23.829.555,47 para essas cinco empresas diferentes?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Mas o senhor fazia parte dessas empresas.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Desconheço essa informação.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Então, se ele não sabe, Presidente, mais uma vez eu reforço que o meu requerimento de convocação do Sr. Jorge Messias se faz cada vez mais necessário. Nós não podemos ficar aqui discutindo o sexo dos anjos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, tanto o Ministro Jorge Messias quanto o Ministro Vinícius, da CGU...

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Sim, já está aprovado...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... já se propuseram a vir à CPI, à CPMI, e estamos já acertando as datas para o comparecimento.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Então nós vamos adiantar, porque os requerimentos são muito longínquos, né? Então nós vamos fazer adiantamento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Nós daremos preferência primeiramente aos envolvidos no esquema de desvio de dinheiro: todos aqueles que são apontados como, vamos dizer assim, os cabeças e, principalmente, os operadores.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas os dois Ministros já se propuseram a vir.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, nós estamos falando aqui de um homem que está no epicentro de um escândalo que lesa aposentados e pensionistas.

Há provas documentais, Sr. Rubens. E o mais impressionante: há provas de que o senhor executou todas essas ações. Nós não estamos baseados aqui em falácias ou invenções ou histórias; nós estamos tratando com o senhor de uma maneira muito justa. O senhor, hoje, pode sair desta Comissão preso, por estar se negando a entregar os verdadeiros interlocutores de um grande esquema criminoso no Brasil, porque tudo que nós temos aqui hoje leva a crer, diretamente, que o senhor sempre foi o carregador de malas desses homens. E eu não sei por que um homem que mora no Gama, numa residência, inclusive, muito simples, que tem uma vida simples, um carro simples, quer ficar sendo boi de piranha de malandro.

O Careca do INSS, o Sr. Camisotti são os malandros que acabaram com a vida de milhares de brasileiros. E eu custo a acreditar... Como eu disse aqui nesta CPI para Nelson Wilians, eu custo a acreditar que vocês se negam a realmente entregar esses criminosos. Vocês vão pagar muito caro por isso, porque não fui eu que indiciei o senhor ou que disse que o senhor faz parte de um esquema, do maior esquema de corrupção – foi a Polícia Federal. O senhor está no epicentro de tudo isso.

E, me desculpa, eu não tenho apreço por bandido, mas também não tenho apreço nenhum por ficar atacando ninguém. Os Parlamentares aqui, de direita e de esquerda, conhecem muito bem a posição e a personalidade deste Deputado.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Sou firme e contundente em todas as minhas posições, mas preservo o respeito pela pessoa; mas o que o senhor está fazendo aqui neste momento é vergonhoso para o senhor mesmo e para o Brasil, porque o senhor faz parte... E, se o senhor tiver que provar o contrário e conseguir provar o contrário, eu ficarei feliz e vou pedir desculpas publicamente ao senhor, mas eu duvido de que o trabalho que a Polícia Federal fez, minucioso, seja um trabalho fantasioso de criação de provas, até porque quem gosta de criar provas é o Ministro da Suprema Corte ali do outro lado, que foi denunciado pelo próprio assessor dele. A Polícia Federal eu não acredito que faria isso jamais.

Então, tudo o que o senhor falou até agora, infelizmente, diante de tudo o que eu tenho aqui de documentos – e o tempo e as horas que eu passei... –, reflete só uma coisa: o senhor está mentindo e, se couber o meu voto aqui, o senhor sairá preso daqui hoje.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

Por solicitação do advogado, a sessão está suspensa por uma hora.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não? Querem menos? Trinta minutos? Então, a sessão está suspensa por 30 minutos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Presidente...

(*Soa a campainha.*)

(Suspensa às 19 horas e 34 minutos, a reunião é reaberta às 20 horas e 16 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Retomando nossa oitiva de hoje, com a palavra, o Deputado Duarte Jr., Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Só uma questão de... A Senadora Eliziane me pediu que justificasse...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... a necessidade de saída dela por conta de um voo que ela tem porque ela precisaria para uma... inadiável. Pediu que eu registrasse.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Certo.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Segunda questão, Presidente: para aquele ofício que vai ser mandado para o Eli Cohen...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... eu recebi uma informação de que a pessoa que fez o *media training* com ele se chamaria Duda Lima – Duda Lima. Então, dá para o senhor incluir no inquérito, perguntando para ele se foi o Duda Lima que fez o treinamento com ele para vir, tá bom, Presidente?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Será acrescentado, Excelência.

Por dez minutos, o Deputado Duarte Jr.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Sr. Presidente, só pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Pela ordem.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT. Pela ordem.) – Eu acho bastante preocupante a gente colocar aqui pessoas pelo ouvi dizer. Daqui a pouco "eu ouvi dizer que Duarte..." e vamos votar aqui para uma pessoa estar aqui.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Coisas boas, somente coisas boas, eu tenho certeza.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Para interpelar.) – Presidente, aproveitando aqui a questão pela ordem dos trabalhos, queria sugerir que não só para o Eli, mas também que se enviasse comunicado para o marqueteiro, para o *media training*, para que ele pudesse dar explicações se, de fato, ele prestou esse serviço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Ótimo.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Então, Sr. Presidente, eu vejo com bastante espanto o depoimento do Sr. Rubens...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Os dez minutos do Deputado.

Obrigado.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... durante todo esse período, porque eu acredito que, pela avaliação de todos aqui que acompanharam os trabalhos, que leem o inquérito da Polícia Federal, que têm acesso a documentos sigilosos, a participação é inequívoca. E aqui eu convido mais uma vez todos a acompanharem esse fluxograma, onde, nesse fluxograma, se percebe claramente o caminho do dinheiro.

O recurso que saía da conta dos aposentados indo para a conta das associações e, da conta das associações, indo para a conta de empresas, empresas essas, Rubens, em que você atuava, segundo a Polícia Federal, como sócio, mas aqui você afirmou em um determinado momento que atuava como diretor financeiro; empresas essas que não têm comprovação de prestação efetiva de serviço, que não têm até aqui comprovação de funcionários com carteira assinada que atuavam nessa prestação de serviço.

Que empresa é essa que não tem um *case* de sucesso, que não tem a comprovação de que prestou um serviço, que não tem a comprovação de que empregou determinado número de pessoas, que assinou determinado número de carteiras? Que empresa é essa? Isso é uma empresa de fachada.

E aqui me chama a atenção que essas empresas movimentaram recursos entre elas e foram além. Aqui, a exemplo, a Curitiba Consultoria. Curitiba Consultoria, em que o Rubens aparece como sócio ou diretor financeiro – a PF diz que é sócio, ele diz que é diretor financeiro. A Curitiba Consultoria, que tem como sócia ou a empregadora do Rubens ninguém mais, ninguém menos do que a Thaisa – a Thaisa, que é a esposa do Virgílio, que é Procurador Federal do INSS. Ou seja, o dinheiro sai da conta dos aposentados, vai para a conta das associações, vai para a conta dessas empresas – e tem um efeito bumerangue –, vai para a conta de familiares, vai para a conta de funcionários de carreira do INSS... É um verdadeiro absurdo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa instituição criminosa já começou a ver o sol nascer quadrado, e eu não me refiro só ao Careca, não. Eu me refiro aqui, por exemplo, ao Domingos Sávio, Domingos Sávio que, nesse fluxograma, aparece como sócio de algumas operadoras de *call center:* a Call Center Callvox e a Truetrust Call Center, essas empresas que têm como sócio o Careca. E quem é o Domingos Sávio? O Domingos Sávio é alguém que já foi preso por uma operação aqui da Polícia Civil do Distrito Federal, preso por aplicar golpes a aposentados e pensionistas; ou seja, está tudo demonstrando, com clareza, de forma inequívoca, que há uma participação.

E aqui eu vi que o Rubens, infelizmente, não está colaborando. Eu estou vendo que o Rubens insiste em proteger aquilo que não é o seu bem maior. O nosso bem maior é a nossa família, são os nossos filhos. Não compensa fazer coisa errada. Cedo ou tarde... A Justiça pode demorar, mas ela vai ser aplicada, ela vai prevalecer. Eu acredito nisso.

E é por isso, meu querido depoente, que aqui está como testemunha... Rubens, eu queria, mais uma vez, lhe perguntar: você, neste momento, não vai, assim como o Nelson Wilians fez, não vai assinar o termo de compromisso de dizer a verdade?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA (Para depor.) – Não.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Mais uma vez, eu insisto: você não assinará o termo de compromisso de dizer a verdade nesta audiência?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Eu lhe pergunto também, Rubens: você tem alguma relação com a empresa Acca? A-c-c-a?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Não tem nenhuma relação.

Pergunto: você, nessas associações, nessas empresas, você, em algum momento, mexeu no dinheiro, fez transferência, fez pagamento, pegou no dinheiro, deu o dinheiro para alguém? Fez o pagamento para alguém? Sim ou não? (*Pausa.*)

Sim ou não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria que o depoente respondesse no microfone, Sr. Presidente.

Sim ou não? (*Pausa.*)

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – As conotações sobre o desdobramento... (*Pausa.*)

... a que essa pergunta pode me levar a me incriminar, a incriminar-me, seja qual for a resposta que eu venha a dar aqui, me faz optar por permanecer em silêncio.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Não ficou muito claro, Sr. Presidente.

Eu não sei que... O que ele disse foi que, se ele responder, não sabe quais serão as consequências, porque ele está sendo ameaçado ou porque ele sabe que, se responder a verdade, ele vai confessar a prática de um crime, a prática do descumprimento da lei? Qual das duas opções ou as duas opções?

Você pode responder, Rubens?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Pode repetir de novo, por favor?

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – A minha pergunta é muito clara: você não quer responder, você se nega a responder esse questionamento porque você está sendo ameaçado ou porque a sua resposta, como você disse, vai incriminá-lo? Ou as duas opções?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Seja qual for a resposta à sua pergunta, pode vir a me incriminar. Então, eu prefiro não respondê-la.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... veja bem, ele acabou de confessar que, ao responder, ele vai ser incriminado.

Eu acredito que é nosso dever e nossa responsabilidade aqui lutar e defender os aposentados, os pensionistas, os consumidores, os vulneráveis, as pessoas que foram roubadas, as pessoas que tiveram seus direitos violados. E é por essa razão, Sr. Presidente, que aqui eu convido todos os membros desta CPMI a se atentarem aos fatos que aqui eu faço questão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

reforçar, com base na taquigrafia. Por isso que eu pedi que adiasse a minha participação nesta CPMI, para que eu pudesse trazer as provas inequívocas do falso testemunho do depoente, o Sr. Rubens.

A testemunha está aqui, e toda e qualquer testemunha tem que dizer a verdade, ela não pode se negar a dizer a verdade. E a partir do momento que, às 16h38min, você, Rubens, se negou a assinar o termo de compromisso de dizer a verdade, você já está configurando, com muita clareza, uma grave omissão de dizer a verdade.

Às 16h40min, você disse que não tinha nenhuma relação com a empresa Acca. Após afirmar que não tinha nenhuma relação, inclusive repetiu agora aqui, repetiu que não tinha nenhuma participação com a empresa Acca, você, às 16h44min, quatro minutos após, quando o nosso querido Relator Alfredo Gaspar perguntou: "Por favor, descreva quais empresas o senhor apresentou ao Sr. Milton Salvador?". Aí o Rubens – você – disse: "Acca, Prospect, Brasília Consultoria, Plural, ACDS."

Aí o nosso Relator perguntou: "O senhor apresentou essas cinco empresas?". Você disse: "Sim, essas empresas, as quais estavam sob a minha gestão."

Então, como é que, em um momento, você diz que não tem nenhuma participação e, em outra hora, num segundo momento, você confirma que tem participação? Você está mentindo. Você mentiu aqui na CPMI diversas vezes.

Depois, às 17h44, você muda de ideia, mais uma vez, e diz, inclusive, que tinha relação e emitia nota fiscal em nome da Acca.

Às 17h04min, disse que era só administrador das empresas e não mexia em dinheiro. Abre aspas, você disse: "Não movimentei nenhum recurso. A movimentação financeira ficava sob a responsabilidade do Alexandre."

Às 17h08min, você disse que não movimentou nenhum recurso e que esta era uma responsabilidade do Alexandre Guimarães.

Às 17h48min, você, mais uma vez, muda a versão dos fatos. Você confirma que sacou dinheiro, provisionou para saque e afirmou que era diretor financeiro, Rubens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Às 17h04min, você disse que só conheceu o Alexandre em 2023. Depois, disse que ficou sabendo pela imprensa que o Alexandre tinha relação, tinha uma função no INSS. Mentira! E é mentira com base em provas que aqui eu apresento. Você é sócio do Alexandre desde 2022. Como é que você não sabe o que o seu sócio faz? Como é que você é sócio do Alexandre desde 2022 e diz, mente a esta CPMI, mente aos Deputados e aos Senadores, mente a esta Comissão Mista de Inquérito e diz que só soube depois, pela imprensa, que ele tinha função de direção no INSS? Mentira!

Sr. Presidente, com base na 6ª Turma, de relatoria da Ministra Maria Thereza de Assis Moura, decisão do Superior Tribunal de Justiça: "Para a caracterização do crime de falso testemunho, não é necessário o compromisso". Precedente do HC nº 92.836/SP. Logo, resta confirmado, incontroverso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... de acordo com o art. 342 do Código Penal brasileiro, o crime de falso testemunho: fazer afirmação falsa, ou negar, ou calar a verdade como testemunha.

Você está aqui como testemunha.

Por isso, requeiro a V. Exa., Presidente, a configuração do crime de falso testemunho para que o Rubens, que ajudou a roubar aposentados por todo o Brasil, saia daqui preso, e a gente possa mostrar para este país que aqui neste país tem lei, e a lei precisa ser cumprida. Nós não podemos aceitar que brinque com a cara dos aposentados, que roube os pensionistas, que prejudique milhares de pessoas inocentes e ainda venha aqui mentir com a maior cara lavada.

Por isso, requeiro a V. Exa. a configuração do crime de falso testemunho, com base no art. 342, do Código Penal brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Vice-Presidente Duarte Júnior.

A Presidência recebe o pedido e, da mesma forma que o Relator, se manifestará até o final dos depoimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Deputado Paulo Pimenta, que está em substituição ao Senador... Trocou de posição com a Senadora Eliziane Gama.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Sr. Rubens, o Sr. Milton Salvador de Almeida Júnior foi quem substituiu o senhor, foi isso?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA (Para depor.) – Correto.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Como é que o Milton foi trabalhar lá com vocês? De onde é que surgiu essa figura, o Milton?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Como ele surgiu?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – É, como é que o senhor conheceu ele?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – A forma e os meios de contratação dele, é... Foi coisa exclusiva do Sr. Antônio, eu não tenho participação.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Aí tu foi apresentado a ele já... "Olha, esse aqui vai ser o teu substituto, passa o serviço para ele"...

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Correto.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... é isso? Estou curioso para entender essa contratação do Sr. Milton.

Presidente, por mais que o Sr. Rubens tenha respondido poucas coisas, eu acho que é possível, sim, a gente tirar aqui um conjunto de conclusões sobre as informações que ele está nos trazendo e, também, levando em consideração uma série de perguntas que aqui foram feitas a ele, né?

Mas vale a pena, Sr. Presidente, uma linha do tempo aqui, para mim, que é muito esclarecedora, e eu espero inclusive colaborar com o nosso Relator, que eu acho que é o dever, o trabalho de todos nós.

Eu pego aqui como exemplo a Ambec. Os senhores e as senhoras aqui estão bastante lembrados da Ambec, nós falamos bastante aqui sobre a Ambec na última sessão. A Ambec era

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

aquela empresa, aquela instituição que tinha só três associados. Vocês lembram: o pai do ex-Presidente do Geap, que o Camisotti, que o Nelson Wilians trabalhavam para o Geap. Quando eles saem do Geap, a Ambec pula de três – três, três – sócios... Isso é muito curioso. O Zé Carlos Oliveira, em 2021, Ministro do Bolsonaro – depois Ministro do Bolsonaro –, mas o Zé Carlos Oliveira é quem dá a ACT, dá a autorização para a Ambec, com três associados, e a Ambec passa a ter 650 mil associados.

Mas olha que curioso, Sr. Presidente, o dinheiro entrava na Ambec, ele tinha que sair da Ambec. Tão logo o Governo Bolsonaro concedeu ACT para a Ambec, o Careca, em janeiro de 22, cria a Prospect. E o que é que nós vamos ver? A Prospect passa a ser irrigada com milhões de reais da Ambec e das outras empresas que ganham o canal de desconto do Governo Bolsonaro. Começa a jorrar o dinheiro para dentro da Prospect. E a Prospect passa a fazer pagamentos. Então, está evidente aqui a conexão, já desde janeiro de 22, Governo Bolsonaro...

E aí, Presidente, surge uma situação interessante, que é essa figura chamada Alexandre Guimarães. Bota aí no quadro para mim, ali, o Alexandre Guimarães. Olha lá o Alexandre Guimarães.

Ele foi nomeado para ser Diretor de Integridade, Governança e Gerenciamento de Riscos do INSS, Governo Bolsonaro.

Pode passar, por gentileza.

Olha lá o que diz o inquérito da Polícia Federal:

> Rubens [esse cidadão que está sentado ao seu lado] e Alexandre Guimarães aparecem conectados por meio de operações financeiras e [...] [participam de várias empresas]. Alexandre [...] [Diretor] do INSS e está vinculado diretamente a transações e empresas gerenciadas por Rubens, como a Prospect [...].

E vai adiante: "Alexandre e Rubens dividem a empresa Venus Consultoria & Assessoria [...]".

Coloca para mim, por gentileza.

Olha lá. Olha a data, gente: 2022. O Alexandre estava dentro do INSS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Desde novembro de 2022.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Nomeado para esse cargo. E olha lá, gente, olha lá o endereço eletrônico. Olha o endereço eletrônico: financeiro@prospect...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone*.) – Transição de Governo aí.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, por gentileza, eu quero devolvido o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Um minuto.

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP. *Fora do microfone*.) – Batom na cueca isso aí, viu?

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone*.) – Transição de Governo aí.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, senhores.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone*.) – Transição de Governo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor.

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP. *Fora do microfone*.) – O Ministro não me ouviu.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Continue, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, eu fui interrompido por dois Parlamentares aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu já dei um minuto, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Estão querendo impedir que eu possa fazer o raciocínio para demonstrar o esquema criminoso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Então, veja bem, Sr. Presidente, o Alexandre, ainda dentro do Governo Bolsonaro, em novembro, cria a Vênus, mas veja lá o *e-mail*:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

financeiro@prospect. O mesmo *e-mail* da empresa que o Careca tinha criado no início do ano, então, a Vênus é criada, Sr. Presidente, com o *e-mail* vinculado à Prospect. E o Sr. Rubens aqui nos disse hoje que conheceu o Alexandre depois. Depois, não. O senhor Rubens, que disse que não é sócio, era o administrador financeiro. Ele era o administrador financeiro já em novembro de 22. Foi na transição? Foi na transição. É exatamente isto o que eu quero provar: que o esquema criminoso se organizou e se sofisticou, Sr. Presidente, e faz a transição e consegue... Vários deles eram funcionários de carreira com bons currículos conseguem ficar no Governo.

Passa adiante, por gentileza.

Olha lá. Todas essas empresas aqui em que o Sr. Rubens aparece lá como sócio.

Passa mais uma.

Olha quando é que ele vem a ser exonerado – o Alexandre Guimarães –, olha lá, exonerado no dia 4 de abril de 2023. Portanto, Sr. Presidente, ele fica três meses no nosso Governo, três meses no nosso Governo, mas antes de sair do Governo, o que é que ele fez? Ele criou esta empresa, a Vênus.

E veja bem, em 23, 24, onde é que o dinheiro foi irrigado? Na Ambec, na Prospect, criada em 22, e na Vênus! Então, estas evidências demonstram com clareza o quê? Que o esquema criminoso foi montado a partir de 2019 de forma sofisticada, com operadores de uma organização criminosa que roubou bilhões de reais.

Agora, eu pergunto a V. Exa... não teve operação da Polícia Federal em 19, 20, 21, 22, todo mundo sabe aqui que o grupo de trabalho do Ministério Público Federal foi instalado no dia 11 de abril de 2019. Não teve nada, mas havia muitas denúncias. E alguém poderia perguntar aqui: mas então por que o Governo do Lula não fez a operação na CGU em 2023? Por quê? Por uma razão muito simples: a CGU tem um plano previsto de auditorias para o ano seguinte. E não foi previsto pela CGU em 2022 nenhuma auditoria, Sr. Presidente, mesmo com o volume de denúncias que tinham. E quando que vai ter então uma auditoria da CGU? Quando o nosso Governo, em 23, inclui no plano de trabalho de 24 da CGU a auditoria sobre os descontos associativos. Então há aqueles que dizem: "Mas por que não investigaram em 23?". Por uma razão muito simples – e eu estou falando aqui, está tudo documentado –, porque não havia previsão no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

plano de trabalho da CGU para auditoria em 23 e foi o nosso Governo que incluiu. E aí, em 24, a CGU passa a fazer auditoria. E começa a constatar e comprovar um volume ainda maior de denúncias. E chega novembro, outubro de 24, Sr. Presidente, e o que a CGU fez? De forma inteligente e correta. Poderia ter feito uma denúncia para pegar alguns dos bandidos? Não, procurou a Polícia Federal. E a investigação da Polícia Federal começa a partir do momento em que a CGU, no nosso Governo, constatou e comprovou esse esquema criminoso que eu estou aqui descrevendo. "Ah, mas por que a operação da Polícia Federal foi para rua só em abril?" Basta que os senhores e as senhoras consultem o processo que vocês vão observar que a Polícia Federal pede para o Poder Judiciário que essa operação seja realizada muito antes de quando ela foi autorizada.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Então, o Poder Judiciário demora alguns meses até autorizar que a Operação Sem Desconto fosse para a rua.

E eu estou aqui demonstrando de forma categórica, Sr. Presidente, com documentos, aquilo que eu digo sempre: o esquema criminoso foi montado no Governo Bolsonaro, que abriu as portas para uma organização criminosa. E o esquema criminoso foi desmontado no Governo do Presidente Lula, através da CGU e da Polícia Federal. E, mais do que isso, o dinheiro foi roubado pelo esquema criminoso montado no Governo Bolsonaro, e o Governo do Presidente Lula é que garantiu a devolução para os aposentados do dinheiro roubado.

Se alguém tinha ainda alguma dúvida, a quantidade de documentos aqui apresentados hoje demonstra, de forma inequívoca, tudo aquilo que eu estou afirmando e demonstrando com documentos a todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado Paulo Pimenta.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, Excelência, vamos dar sequência nas falas?

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Sr. Presidente, eu preciso...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos dar sequência. O Senador Rogerio Marinho vai ser um dos... Já trocou com V. Exa.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – É só um aviso fora dos assuntos da CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, pela ordem, Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC. Pela ordem.) – Eu agradeço, ao senhor, porque eu tenho um compromisso agora às 9, infelizmente não vou poder esperar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Sr. Presidente, é um escândalo vergonhoso no Brasil hoje a questão do sigilo de cem anos por onde o Careca andou aqui dentro. Então, eu quero solicitar a cada colega da CPMI, inclusive aos Líderes de Governo, Líder de Oposição, Parlamentares de direita, de esquerda e de centro, para que nós mostremos o nosso compromisso com o Brasil, que está revoltado, porque a Casa Alta da República está ocultando que um bandido, que andou aqui dentro, por estes corredores, e visitou Parlamentares...

Esta Casa, que deveria dar transparência e mostrar as imagens, está protegendo. É essa a sensação do brasileiro.

Então, eu estou fazendo uma petição ao Ministro André Mendonça e quero convidar a todos para assinarem, e eu quero... Inclusive, isso mostra a boa vontade dos governistas e dos oposicionistas de dar visibilidade, e quem não assinar aí o Brasil...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – ... tira sua conclusão de porquê não assinou, de porquê não quer dar transparência às imagens de por onde esses bandidos, ladrões de velhinhos, passaram dentro da nossa Casa.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Eu recolho a assinatura da esquerda.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Vou entregar ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito bem.

Com a palavra o Deputado Orlando Silva.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Eu assino na hora.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor.

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Boa noite. Boa noite, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Sras. Deputadas, Srs. Deputados. Cumprimento o depoente, cumprimento o seu advogado, Carlos Urquisa.

Presidente, eu quero, antes de falar sobre o tema da CPI, fazer um desagravo ao advogado, Dr. Carlos Urquisa. A advocacia merece ser respeitada. A valentia que aparece aqui, por parte de alguns, é para fazer aquele corte, para fazer aquele registro e publicar nas redes sociais, mas quero dizer que a lei vale para todos. Se o Regimento prevê a possibilidade de o advogado requerer uma questão de ordem ao Presidente, isso deve ser respeitado. Se a lei prevê um devido processo, isso deve ser respeitado. Então, quero fazer o desagravo.

Creio que a própria Ordem dos Advogados do Brasil deveria estar mais atenta às prerrogativas dos advogados, de modo que solidariamente dê suporte ao nosso Presidente, que tem procurado sustentar, com base no Regimento, o funcionamento desta Comissão.

Presidente, eu lamento que o depoente tenha ficado em silêncio na maior parte dos questionamentos feitos pelos nossos colegas. Na minha percepção, o silêncio acumplicia...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, silêncio, por favor.

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) – Na minha percepção, o silêncio, ainda que abrigado por um *habeas corpus*, acumplicia o depoente com uma organização criminosa que foi produzida no Brasil, uma organização criminosa que, como acabou de ser demonstrado pelo Deputado Paulo Pimenta, atravessou mais de um Governo, mas seguramente se estruturou a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

partir do Governo de Bolsonaro – não há qualquer dúvida, qualquer sombra de dúvida quanto à estruturação dessa quadrilha para assaltar inativos e aposentados do INSS –, estruturou-se e foi acobertada no Governo Bolsonaro.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) – Espero que não demore que se sentem na cadeira de depoimento os ministros dessa época para explicar cada designação de cada bandido que foi colocado à frente do INSS e que deu causa a esse prejuízo para a população vulnerável, para pessoas em situação de fragilidade e que foram assaltadas.

Acredito que a Polícia Federal, que, com mais precisão e técnica, deve estar investigando com muita profundidade... Porque aqui muitos falam de investigação, de apuração de informações, mas se percebe muito jogo de cena. Mas não tenho a menor dúvida de que a Polícia Federal, de modo técnico e preciso, vai identificar a responsabilidade de cada bandido que usurpou, que assaltou aposentados e pensionistas.

Creio, inclusive, Presidente, que nós deveríamos... E eu tenho convicção de que V. Exa., antes do final desta sessão, deve apresentar os requerimentos que foram feitos pelos nossos colegas, o Deputado Rogério Correia e pelo Relator, para que nós possamos votar esses requerimentos. Votar é muito importante. A posição do Deputado Rogério Correia quanto ao advogado Nelson Wilians... Vai ficar estranho para o Brasil sentar aqui à mesa para depor um homem que veio do Guará, que pode ter implicação com organização criminosa, mas um homem aparentemente mais simples, ser inquirido com virulência como foi feito pelo Relator, enquanto o bilionário que sentou aqui, o bilionário que estava sentado aqui, que parecia... Parece um homem muito protegido, muito protegido, encontrou candura e doçura na abordagem feita durante os seus questionamentos. Então, eu quero requerer, Presidente, que, ao tempo em que nós vamos, espero, examinar, votar e aprovar o requerimento de preventiva que envolve o Sr. Rubens, que façamos o mesmo, com base no requerimento apresentado pelo Deputado Rogério Correia, porque eu acredito que, dessa maneira, esta CPI pode mostrar isenção, pode mostrar que não faz distinção, pode mostrar que não tem bandido de estimação para passar a mão na cabeça e proteger, que é o que pareceu, devo dizer para os senhores e para as senhoras, o que vi no depoimento do Sr. Nelson Wilians, um bilionário que aqui desfilou e saiu incólume desta CPI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu espero que nós possamos avançar nas investigações.

Espero que o Supremo Tribunal Federal aja com mais parcimônia, Presidente, com relação aos HCs, de modo que nós possamos colher mais informações dos que vêm aqui depor, sob pena de desmoralização da Comissão Parlamentar de Inquérito. Se todos que aqui vierem para estar em silêncio, isso vai esvaziar completamente competências e capacidade de apuração que esta Comissão deve ter. Esta noite é mais um exemplo de um esvaziamento de competência desta Comissão, na medida em que o depoente vem aqui e sistematicamente se nega a responder aos questionamentos.

Insisto, Presidente: importante votar o requerimento de pedido de prisão do Sr. Nelson Wilians para mostrar – para esta Comissão mostrar – que não existe bandido de estimação! Pode ser o bilionário que for, se é parte de um esquema criminoso, tem que responder, responder pelos crimes praticados contra aposentados e pensionistas do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Deputado Orlando Silva.

Com a palavra o Deputado Rogério Correia.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Presidente, só para tirar uma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT. Pela ordem.) – Eu busquei com a Taquigrafia o nome da esposa do depoente, porque eu estou fazendo um requerimento para que ela venha prestar esclarecimento aqui nesta CPMI. E o áudio ficou ruim. Então, eu gostaria que ele pudesse passar para o senhor, para não haver qualquer problema, para que a gente possa formalizar o convite ou a convocação dela, para ela também prestar esclarecimento aqui, porque, diante de tudo que ele falou da vida dele, de repente, a vida mudar da água para o vinho...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente...

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – ... e ela também não se colocar na situação... Então, eu só gostaria que o senhor pegasse esse nome para que a gente pudesse acabar de formalizar o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Deputada.

Pois não, Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Só para eu entender: está propondo convocar ou convidar a esposa do depoente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... que não aparece em nenhum inquérito, que não é investigada, que não pesa nenhum fato com relação a ela, simplesmente pelo fato de ela ser esposa do depoente?!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – É isso?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É... Excelência, eu não...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – É isso?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É isso. Eu não posso...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não, é para eu entender.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, eu não posso retirar da Parlamentar o direito de fazer o requerimento. Se vai ser colocado em votação ou não, aí é uma outra decisão.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu quero entender...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Presidente, vamos prosseguir, Presidente. Essa discussão é para quinta-feira...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Se essa for a regra...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante, Excelência, só um instante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Se essa regra...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, vamos exaurir.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – É que é tão... É que é tão...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ela pode fazer o requerimento, Excelência. Agora, se vai ser votado, é uma outra história.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, senhores, senhores...

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Senhores, por favor. Vamos dar...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos dar sequência às falas.

Com a palavra o Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Para interpelar.) – Vamos lá, Presidente.

O Pimenta tem razão, porque isso fica com uma ameaça ao depoente aqui: "E vou chamar a sua esposa, eu vou..."

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Olhe, Presidente, eu não vou falar com esses dois gritando comigo aqui, não. Se V. Exa. puder reiniciar, eu começo a falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, V. Exa. já começou e citou os dois. Eu vou devolver o tempo, mas foi V. Exa. que voltou a falar no assunto, poderia já estar perguntando.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

Pronto. Devolvo o tempo ao Deputado Rogério Correia, para reinício, por favor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – O assunto é meu direito, eu perco tempo se eu quiser ou não.

Vamos lá.

Eu acho absurdo, porque não se pode, diante do depoente, ficar ameaçando: "Eu vou chamar a sua esposa, eu vou chamar a sua filha". Sinceramente... Mas tem gente aqui que defendia até... Tem gente que defendia até tortura. Chegou ao Plenário e falava: "Brilhante Ustra, o homem que torturou Dilma Rousseff". Então, tem gente que vem desse berço e, então, acha que pode fazer com os outros o que quiserem.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Agora, eu queria começar pela Ambec, porque a Ambec tem tudo a ver com isso que o depoente está aqui hoje, embora ele diga que não tenha conhecido o que era Ambec, mas a ligação com a Vênus e a Prospect me parece muito clara.

E, no caso da Ambec, já está preso o Careca do INSS...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... está preso o Camisotti e, estranhamente, não está preso o Nelson Wilians – e nem aprovado o requerimento para solicitar a prisão do Nelson Wilians.

No dia que o Nelson Wilians veio aqui, trovoadas viraram chuvisco em vez de tempestade. Foi uma delicadeza impressionante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Me citou, hein?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ele disse "trovoada". É feminino, Excelência. (*Risos.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – E viraram chuvisco – virou chuvisco.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Foi um encantamento – foi um encantamento: o Nelson Wilians saiu daqui, já tinha gente que tinha convocado ele e desconvocou. Foi uma beleza. Eu fiquei bobo de ver aquilo, mas eu acho que hoje, ou no máximo quinta-feira, deve-se votar um requerimento que me parece óbvio, inclusive no raciocínio do Relator, que não teve o mesmo raciocínio tão rápido para dizer: "Olhe, Nelson Wilians é daqueles que a Polícia Federal já pediu a prisão dele".

Mas eu estou ligando isso à Ambec, que é essa associação que não tinha filiados e, de três filiados, passou para centenas de milhares de filiados ou associados e, com isso, roubou os aposentados. O que a Ambec tem a ver com essa Vênus e com a Prospect?

Eu pergunto para o Sr. Rubens... Sr. Rubens, nós tivemos acesso a um documento sigiloso encaminhado a esta CPMI, que indica que, em dezembro de 2022, por meio da conta no BRB número 00581010580439216... O senhor conhece essa conta?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA (Para depor.) – Pelo número, não. Há muito tempo, eu me afastei da operação e eu não gravei número de contas.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Sim, mas o senhor fez uma transação, uma movimentação lá de R$1.262.608,54. O senhor se lembra dessa transação?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Não? Será que pode ter sido alguma transação com o Alexandre Guimarães?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não que eu tenha conhecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Mas pode? Teve alguma transação que o senhor fez para Alexandre Guimarães?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Desculpe. Pode...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Teve alguma transação que o senhor fez no BRB, alguma vez, com o Alexandre Guimarães?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Desconheço.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Desconhece? E com o Virgílio? Virgílio, do INSS.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Desconheço.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Eu pergunto isso, porque Alexandre Guimarães foi nomeado no INSS, na chefia, em 28/11 de 2017. Foi quando começaram as associações a prosperar, 2018, 2019... Ele foi exonerado em 2019, mas foi nomeado novamente em 19 de maio de 2021. Em 21, foi nomeado novamente o Sr. Alexandre Guimarães. E depois foi exonerado, finalmente, no início de 2023, em 3 de abril. Então, ele foi nomeado em 2021 novamente. Já estava lá em 2017 e ficou até 2019, quando se criaram as entidades. Depois ele é renomeado por Oliveira, que foi um dos que mais fez, seja como Diretor da Dirben, como Superintendente do INSS ou como Ministro... Escalando tudo, foi quem mais entidades picaretas colocou ali dentro. Eu digo picaretas, porque foram essas que ganharam um monte de associados, e esses associados nem sabiam que estavam sendo descontados e foram roubados.

E é estranho que esse Alexandre Guimarães venha de toda essa época e que foi aqui vinculado à Vênus. E isso o depoente não nega: Alexandre Guimarães era um dos proprietários da Vênus. Não é isso?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Sim.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Sim. Então, vejam bem onde estava esse Alexandre Guimarães e qual a ligação dele nesse período todo. Ele ficou quase o período todo do Governo Bolsonaro junto com a Ambec e com a Vênus. Por mais que se diga que não tenha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ligação, realmente não dá para acreditar que não tinha vinculação do que a Ambec fazia desses recursos com a empresa Vênus.

Mas veja bem. Também o Sr. Virgílio... Por isso, eu perguntei. Virgílio foi Procurador-Geral do INSS – está muito falado aqui – nomeado em 14 de abril de 2020 e ficou até 31 de maio de 2022. Ficou quase todo o Governo Bolsonaro. Depois, ele voltou, em 28 de setembro de 2023, no Governo do Presidente Lula, e ficou até ser demitido agora com a operação que foi deflagrada pela Controladoria-Geral da União e pela Polícia Federal. Ele, então, saído de lá através também... E hoje está com um processo administrativo, como também Alexandre Guimarães. Aliás, Alexandre Guimarães foi aposentado, ele se aposentou.

Pois bem, diante disso, eu faço essas ligações que o Pimenta bem fez e mostro a importância, então, para aqueles que ainda têm dúvida. Parece-me que o Pimenta explicou bem, mas alguns ainda ficaram com dúvida. Veio um processo longo disso aí tudo, vinha uma quadrilha atuando nisso, e as pessoas estavam lá nos lugares certos para que essa quadrilha funcionasse. E essa quadrilha só foi desmanchada agora, através da Controladoria-Geral da União e da Polícia Federal, que fizeram, portanto, esse procedimento.

A Vênus, por exemplo, não se justifica mais. Continua existindo a Vênus enquanto empresa, depoente Rubens? A Vênus ainda existe?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – As conotações sobre este assunto podem ser usadas para me incriminar. Então, vou permanecer em silêncio.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Eu arrisco dizer que a Vênus não existe. E, se existir, não tem mais dinheiro, porque a Ambec não existe mais. É aí que eu queria chegar. Como a Ambec não existe e essas entidades não descontam mais, porque o Presidente Lula acabou também com o desconto, essa Vênus...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Acabou com o desconto. Não existe mais desconto. Achei que os Deputados não sabiam. É bom informá-los. Já não existe mais desconto para as entidades. O Presidente Lula determinou que não houvesse desconto. Então, não existe mais desconto para as entidades. A roubalheira acabou. Ela não existe mais. Essa roubalheira aí

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

não existe mais. Essa já acabou. E acabou, porque, exatamente, existiu todo o procedimento, e o Presidente Lula pediu e ordenou que, então, não se fizessem mais esses descontos. Então, os descontos pararam. E, com isso, parou a roubalheira. Agora, está se descobrindo quem roubou. E é o que nós estamos vendo aqui.

E essa Vênus está aí, dentro desse processo com a Ambec. Não tem como negar que ela não esteja dentro desse processo com a Ambec, o que vai colocar, portanto, especialmente, Virgílio e Alexandre Guimarães no olho disso. E, é claro, o Sr. Rubens não conseguiu mostrar que não tinha nada a ver com isso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – No meu entendimento, está bastante demonstrado isso aí.

Mas a outra notícia boa, além de ter acabado a roubalheira, é também que, a partir de agora, já temos a devolução dos recursos. E eu queria informar que quase 2,5 milhões ou já receberam o desconto (2 milhões) ou (500 mil pessoas) já estão agendadas para receber isso. Isso já dá mais de 1,5 bilhão. E vai chegar... Isso é 74% daquele índice de quem, acessando o Meu INSS, o Correios etc., fez as reclamações de terem sido roubados e lesados nesse processo de fraude. Então, a notícia boa é essa.

"Ah, mas isso é dinheiro público?" É, porque foi um problema público. A roubalheira veio de dentro do INSS. Então, o Governo tem responsabilidade. É claro, vamos ter que, evidentemente, fazer com que quem roubou também devolva isso, mas eu acho que esse é o caminho certo.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente, eu fui citado...

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Presidente, eu fui citada também e quero...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu gostaria...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, Excelência. V. Exa. não foi citada.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Fui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não foi citada.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Inclusive, ele falou... Falando da minha posição como militar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, eu não vi isso, Excelência.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Mas falou. Falou, sim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não falou, Excelência.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Eu acho que ele tem que me respeitar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não falou, Excelência.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Os militares estaduais são responsáveis pela segurança deste país. E não está juntado com bandidagem do PT!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência...

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Então, eu quero respeito em relação a isso, Presidente.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, só um instante, gente.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante, só um instante, só um instante.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Olhe como é que fala com um professor! Olhe como é que fala com um professor! Tenha calma!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu...

Deputado Rogério, por gentileza.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Ela não pode fazer isso, não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, eu não vou dar sequência, porque V. Exa. não citou formalmente a Parlamentar.

Passo a palavra ao Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Presidente, eu estou vendo uma narrativa muito interessante. Quando eu sou duro, é porque ajo descortês. Quando eu falo, é porque ou está amaciando ou está perseguindo. Mas eu conheço bem alguns Parlamentares aqui, inclusive...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... inclusive de um passado muito recente, mas não quero falar sobre isso.

Eu só gostaria... Acho bom deixar isto pontuado: eu nunca estive em lista de Odebrecht, nem nunca precisei renunciar...

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT. *Fora do microfone.*) – Nem eu!

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... a cargo por corrupção. Eu só queria que nós tivéssemos o prazer... Porque eu quero votar a favor da prisão do Sr. Nelson Wilians, mas gostaria que o nobre Parlamentar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... Deputado Rogério Correia deduzisse o pedido de prisão preventiva, para a gente resolver isso hoje, Presidente. Eu acho muito importante acabar com essa narrativa. Se é para decidir, vamos ver quem vota a favor e contra. Eu só queria que ele deduzisse os pressupostos e requisitos da prisão preventiva, só para a gente ter esse fato, porque falar é uma coisa, mas precisa dizer... Por exemplo, o Deputado Duarte disse exatamente os pontos em que o depoente errou e por que merece ser preso. Eu gostaria que o Deputado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rogério pudesse deduzir também pressupostos e fundamentos da prisão preventiva, e a gente pudesse votar, porque esse negócio de dizer: "Tem que prender" – não. Eu acho que tem que prender; agora, tem que ser um pedido fundamentado, e eu queria ter o prazer de ouvir a fundamentação dita pelo Deputado Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Essa... Eu acredito, Relator, que a fundamentação...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone*.) – Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... será apresentada no requerimento que vai ser apresentado para votação na próxima quinta-feira.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone*.) – Já foi.

Já foi, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor concorda comigo?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Pela ordem.) – Concordo, mas quero só explicar ao Relator...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Já foi apresentado. Eu já anunciei isso aqui diversas vezes; já tenho...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... já tenho um requerimento desse.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – A fundamentação que nós colocamos é exatamente a mesma fundamentação que a Polícia Federal – está lá no inquérito, o senhor deve ter conhecimento – solicitou ao Ministro Nunes Marques. O que a Polícia Federal solicitou? Que ele fazia lavagem do dinheiro – se V. Exa. não leu, eu tive a oportunidade de ler: ele fez a lavagem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de dinheiro daquelas verbas que vinham especialmente do Careca e do Camisotti. Entrava com ele...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... e ele fazia a lavagem via compras de vinhos caríssimos, quadros caros... Passou essa reportagem em todas as redes de TV.

Então, esta é a argumentação que eu coloquei no requerimento; já está lá por isso. E foi pedido pela Polícia Federal e negado pelo Ministro Nunes Marques.

Nunes Marques, não; Ministro...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP. *Fora do microfone.*) – Mendonça.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Não, Nunes Marques... Mendonça. Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ainda não foi negado, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Não, o Mendonça negou. Ele não deu... O Ministro Mendonça não deu a...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está certo.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Mandou prender os dois e não prendeu ele.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Se...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Se já está fundamentado, eu quero deixar aqui registrado para...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Está bem fundamentado. Agora, esse negócio de Odebrecht que o senhor falou aí eu tenho que...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... não tenho nada a ver com isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... favorável.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, vamos lá.

Pela ordem, o Deputado Duarte Jr.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria só, na linha do que o Relator, do que todos estão falando aqui sobre a questão da configuração do crime de falso testemunho, veja que ele, além de ter mentido, faltado com a verdade... No meio da minha fala, eu dei a ele mais uma vez a oportunidade de mostrar que estava confuso ou de afirmar a verdade; ele insistiu na mentira.

E aqui, Sr. Presidente, eu levanto essa questão pela ordem, porque, no momento da fala do Deputado Rogério, mais uma vez o depoente fala que vai ficar calado, que não vai responder, porque, se ele responder, ele vai se incriminar; ou seja: para além do testemunho, do falso testemunho, ele está confessando a prática delituosa! Ele só não está dizendo como foi, quanto foi, mas ele está dizendo que, se ele fala a verdade, se ele responde, ele está dizendo... Ele está afirmando, confessando; ele está dizendo: "Se eu falar, eu vou preso". Ele está dizendo aqui.

Então, é um grau de absurdo tremendo, tremendo, porque ele mentiu dezenas de vezes, nós comprovamos o horário das mentiras aqui, e ele continua a mentir.

Então, eu mais uma vez reforço a V. Exa., aos membros desta CPMI...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... em respeito aos aposentados, pela credibilidade desta Casa, pelo nosso tempo investido aqui, que poderíamos estar fazendo outras coisas também importantes, ou até mesmo com as nossas famílias, nós precisamos que esta CPMI seja tratada com respeito. E ela vai ser respeitada a partir do momento que for preso aquele que aqui mentir. Nós não vamos fazer qualquer tipo de tolerância àqueles que aqui mentirem, errarem e não confessarem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, o depoente está debaixo de um *habeas corpus* que permite a ele não responder às questões quando se sentir na possibilidade de ser incriminado. Essa decisão está muito clara, foi lida desde o início.

Sobre a questão de estar mentindo para esta CPMI, nós ainda temos pelo menos mais 22 oradores. Ele pode, até o final da sessão, prestar os depoimentos que são necessários – e o Relator poderá refazer as perguntas a qualquer tempo.

Senador Rogerio Marinho, com a palavra.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, nosso convidado – nossa testemunha? –, nossa testemunha, o Sr. Rubens, seu advogado, bom, eu vou direto aqui às perguntas.

Sr. Rubens, o senhor como diretor financeiro de nove empresas movimentou milhões, e me parece que em abril foi contratado, em junho de 22, pela informação do senhor...

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA (Para depor.) – Sim.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – E saiu da empresa ou foi afastado em março, abril de 24, não é isso?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Sim.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Aproximadamente. E o senhor foi sucedido pelo Sr. Milton Oliveira. O senhor já o conhecia antes?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Ele não participou de nenhuma empresa do senhor, não teve nenhuma relação societária com o senhor?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Não teve nenhuma relação societária com o senhor?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – O senhor foi afastado das funções como diretor financeiro, e falou que houve aí diferença de ponto de vista, ou não havia clareza nas informações que eram prestadas para o senhor certificar notas fiscais, não é isso?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Poderia se afirmar que sim.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – O.k.

O senhor já tinha conhecimento, quando ingressou em junho de 2022, que existia essa situação de descontos associativos dentro do INSS?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – O senhor não sabia, né? Mas o senhor foi convidado para trabalhar com uma série de empresas desse cidadão que é o Antônio Camilo?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Sim.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – E não sabia qual era a missão precípua dele, qual era a principal fonte de renda?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Como é que o senhor explica que, em 1º de novembro de 2022, o senhor passa a ser diretor financeiro dessa empresa chamada Curitiba Consultoria em Serviços Médicos?

E eu lhe explico o porquê da pergunta: essa empresa é a empresa da Sra. Tânia, que é a esposa do Sr. Virgílio. O senhor não sabia que ela era a esposa do consultor jurídico da Previdência?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Não tinha esse conhecimento?

E o senhor tem, como hábito, na hora em que aceita um convite de trabalho, não perguntar, não se inteirar de qual é a função, qual é a veracidade do seu empregador?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – O senhor sabia que, quando o Sr. Virgílio foi nomeado Procurador-Chefe do INSS, esposo da Sra. Tânia, acho que em setembro de 2023, como via de consequência, houve uma série de facilidades que permitiram um aumento das rendas dessas empresas para que o senhor prestava serviço? O senhor fez essa associação?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – As conotações sobre esse assunto podem ser usadas para me incriminar. Então, prefiro permanecer calado.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – O.k.

Bom, só para o senhor saber, logo após a chegada do Sr. Virgílio, ele autorizou o desbloqueio em lote em descumprimento a um decreto, que era o 10.410. Depois ele autorizou que as ACTs não tivessem obrigação de enviar termo de adesão direto para o INSS; foi passando direto para a Dataprev. Depois, ele gestou a IN 162, que é a instrução normativa, que é uma ação interna, infralegal, que obriga a estatal e a autarquia, revogando os mecanismos de controle que foram estabelecidos nas INs anteriores. E, como consequência, os descontos explodiram.

Por que eu fiz esse preâmbulo aqui, Dr. Rubens? Porque me parece absolutamente inverossímil que o senhor, com a sua experiência, com a sua capacidade, como bom profissional que o senhor demonstrou ser para ser contratado, não soubesse do que se tratava o trabalho que lhe foi oferecido. Mas o senhor tem um bom advogado, o senhor tem quem lhe assessore, o senhor vai conversar com sua família e certamente vai tomar a decisão mais adequada...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... para a sua defesa, né? Eu imagino e desejo boa sorte ao senhor.

Agora, esse é um crime hediondo, que foi perpetrado contra pessoas hipossuficientes, indefesas, e o senhor não tenha dúvida de que a sociedade vai cobrar a nós e aos Poderes constituídos, às polícias judiciárias, que isso seja deslindado. Então, espero que o senhor tome a melhor decisão no tempo adequado, que o senhor achar adequado.

Eu fiz esse preâmbulo para mostrar aos senhores aqui que há uma relação de causa e efeito. A gente tem ouvido aqui uma narrativa recorrente – e eu tenho, inclusive, como bom professor que sou, a obrigação de repetir para que o conhecimento seja adquirido –; nós ouvimos aqueles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

que nos antecederam, que defendem o Governo, que alegam que essa fraude começa no Governo do Presidente Bolsonaro.

Eu fiz uma conta rápida aqui. O nosso país teve muito pouca sorte nesse século XX, porque de 2002 a 2026 serão 18 anos de PT – em 26, em 24 anos –, 18 anos de PT. Nesse meio tempo, eu posso listar aqui os escândalos do INSS que ocorreram nos Governos do PT, e a gente vê o Governo gritar como uma vestal aqui, como se tivesse descoberto agora que havia fraude.

E o primeiro Governo que se inicia combatendo esse mal, essa chaga – a gente está falando de R$1 trilhão, aproximadamente, em benefícios que são pagos a 40 milhões de pessoas, né? –, o primeiro Governo é o Governo do Presidente Bolsonaro, que começa com a MP 871, que propõe justamente a revalidação trienal – anual, aliás – dos descontos associativos.

E quem combate isso? O PT e os seus aliados. Aqui tem uma série de emendas que foram apresentadas pelo Deputado Bohn Gass, pelo Deputado Zé Neto, pelo Deputado Paulo Rocha, pelo Deputado Patrus Ananias, pelo Senador Jean Paul Prates, pelo Senador Paulo Paim, todos no sentido de impedir a revalidação.

E os extratos das atas de conversão da MP 871 e da discussão que ocorreu de forma subsequente no Plenário, os discursos feitos pelos seus Líderes foram sempre nessa direção. E agora eles acham que nós vamos fazer de conta que isso não aconteceu.

O único Governo que rescindiu ACTs em função de denúncias foi o Governo do Presidente Bolsonaro. Quatro ACTs foram rescindidas em 2019 e cinco... quatro foram revogadas e uma suspensa em 2020. Nenhum governo anteriormente e nenhum governo depois fez isso.

Agora, naquela época – só para os senhores lembrarem –, havia 40 mil reclamações para 2,77 milhões associados no princípio de 2019 – 40 mil. E foram suspensas quatro associações.

Em 2024, tinha 7,491 milhões de associados já e 1,54 milhão de reclamações – 1,54 milhão de reclamações contra 40 mil. Nenhuma providência foi tomada. A gente escuta aqui membro do Governo dizendo que o Governo combateu o problema, que mandou a Polícia Federal investigar. Nós assistimos aqui – os senhores todos são testemunhas – ao relatório do Delegado da Polícia Federal que afirma, sem meias verdades, que abriu um procedimento em função de denúncias feitas pela imprensa, no *site Metrópoles*; pelo contrário, o Governo não só não tomou as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

providências quando foi instado pelo Tribunal de Contas da União e pela própria AGU, como recorreu da decisão dos acórdãos do TCU para não cumpri-los.

Quando houve, em 2020, a ação do Governo rescindindo essas entidades e criando o Decreto 10.410, definindo que todos os novos benefícios saíam por bloqueio, isso foi colocado abaixo, justamente em 2023, pelo Sr. Virgílio, esposo da Dra. Tânia, já como Procurador-Geral do Partido dos Trabalhadores. E essa revalidação foi descumprida, a partir de 2024, por esse mesmo Governo, porque, ao contrário do que dizem, mesmo com a medida provisória de 2022, a autarquia continuava obrigada a fazer a revalidação porque os decretos não foram revogados nem as instruções normativas. Isso só aconteceu com a IN 162, feita pelo Governo do Partido dos Trabalhadores.

Então, há um processo aqui de se tentar colocar uma linha de tempo que não se coaduna com a realidade. V. Sa. é uma peça dessa engrenagem, uma engrenagem sofisticada. São várias entidades, associações das mais variadas, métodos que permitiam que os recursos fossem pulverizados numa série de ações contábeis.

E nós vamos ter a oportunidade de desvendar essa situação na hora em que os sigilos chegarem aqui a esta Comissão.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Hoje nós tivemos acesso aqui ao material da Receita Federal. Brevemente teremos também o Coaf e os apontamentos, o Refis, o "rufis", como é que chama? Não é isso? Em seguida, os sigilos bancários.

Eu acho que todos nós aqui, independentemente da questão da ideologia política, estamos porque queremos defender os aposentados brasileiros, o Erário público e queremos fazer justiça, mas não é um justiçamento; pelo contrário, ninguém quer antecipar aqui julgamento de quem quer que seja.

Agora, é evidente, pelo que eu ouvi, Sr. Rubens, está claro que o senhor está no meio de uma grande confusão, de uma grande confusão. E eu não estou vendo, dentro da defesa que o senhor faz, plausibilidade para o senhor conseguir sair dessa enrascada. Mas o senhor vai se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

consultar com o seu advogado, vai se consultar com sua família, e eu espero que o senhor possa nos trazer respostas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

Com a palavra o Deputado Kim Kataguiri.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP. Para interpelar.) – Sr. Rubens, o senhor disse...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está sem microfone, Excelência.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Obrigado, Presidente.

Sr. Rubens, o senhor disse que trabalhou durante seis meses recebendo R$6 mil, e que depois foi convidado – aspas –: "a estruturar empresas e aí passou a ganhar R$70 mil".

Isso está correto?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA (Para depor.) – Não.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – O que foi que o senhor disse então?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – A afirmação é que eu comecei iniciando com salário de R$6 mil e depois houve um crescimento gradativo. Não é que eu saí de 6 mil para 70 mil.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Isso, eu nunca disse que não foi gradativo. Mas está correto você dizer que passou a ganhar R$70 mil dentro desse processo de estruturar empresas?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não dentro do processo de estruturar empresas, mas sim no desempenho das minhas funções.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – No desempenho do quê?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Das minhas funções dentro dessa estrutura.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – E quais eram suas funções nessa estrutura?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Era simplesmente cuidar do administrativo e de contas a pagar e receber.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – E parece uma função bastante simples para quem recebe R$70 mil.

No início da sua exposição, você disse que, nos últimos meses, recebeu uma pequena gratificação por excesso de trabalho. De quanto foi essa pequena gratificação?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – As conotações sobre o assunto podem ser usadas para me incriminar. Então, permaneço em silêncio.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Foi questionado aqui, e o senhor confirmou, que sacou R$949 mil em espécie e fez o pagamento para o Careca do INSS. O senhor não se questionou do porquê de fazer esse saque em espécie?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – O senhor simplesmente achou normal sacar R$949 mil em espécie e fazer um pagamento para uma pessoa?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – A conotação sobre o desdobramento dessas operações pode ser usada para me incriminar. Então, prefiro ficar em silêncio.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – De fato, muito provavelmente, incrimina, no mínimo, o senhor e quem recebeu um pagamento de R$949 mil em espécie.

Depois de ser contratado pelo... ou indicado, melhor dizendo, pelo Careca do INSS, você se encontrou com algum Parlamentar?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Nunca.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – O senhor se encontrou com algum Ministro de Estado?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Nunca.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – O senhor já entregou em espécie ou transferiu dinheiro licitamente para algum Parlamentar?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Nunca.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – A Vênus a que o senhor se referiu, dentre os seus serviços, está prover, segundo o senhor falou, educação financeira. Isso está correto?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Correto.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – O senhor era um dos responsáveis por conduzir esse curso de educação financeira, essa consultoria de educação financeira?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Certo.

A renda do senhor, nos últimos 48 meses, segundo o senhor, foi de R$70 mil. Segundo o senhor também...

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não, não afirmei isso. Os últimos 48 meses.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Bom, você afirmou isso logo no início quando foi questionado pelo Relator. Eu posso puxar das notas taquigráficas, mas não seria a primeira contradição do senhor aqui.

Então, a partir de quando... De quando até quando o senhor passou a ter a renda de R$70 mil ao mês?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Sem muita precisão, acredito que a partir do fim do primeiro semestre de 2023.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Certo. Então, a partir do final do primeiro semestre de 2023, até qual período você teve essa renda?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Até março de 2024.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Até março de 2024. Muito bem.

Durante esse período, você teve uma renda de R$70 mil. Eu vou ignorar outras décadas de trabalho que você possa ter tido. Durante esse período, você teve uma renda de R$70 mil, você disse que seu carro é um Tiguan, que você não tem casa, que você mora de aluguel no Guará e que você tem R$300 mil na poupança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Me parece, até porque não imagino que a função que fez você receber R$70 mil foi a primeira função da sua vida, que esse patrimônio é incompatível com uma renda – e incompatível eu estou falando do ponto de vista de ser inferior – de R$70 mil. Onde o senhor gastou o resto do dinheiro? Onde esse dinheiro está? O senhor não acumulou patrimônio com esse dinheiro? Em que gastou tanto, a ponto de você hoje ter um padrão de vida que parece incompatível com as movimentações financeiras que você fez nos últimos meses?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – As conotações sobre o assunto podem ser usadas para me incriminar. Então, me reservo ao silêncio.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Bom, então, sempre que a gente faz um questionamento sobre saque ou pagamento de dinheiro em espécie, o senhor diz que não pode responder porque vai se incriminar. Sempre que a gente faz uma pergunta em relação a saber ou não saber que várias pessoas do seu relacionamento – e que fizeram o senhor chegar na sua posição – têm ou não têm relação com o INSS, ou o senhor diz que não sabe, ou o senhor diz que não vai responder para não se incriminar. Quando nós questionamos... Quando o Relator questionou, aliás, no início da oitiva, sobre eventuais indicações políticas para o senhor alcançar sua posição, o senhor também disse que não poderia responder sob pena de estar se incriminando.

Então, eu quero deixar, ilustrar muito claro aqui o que o senhor disse até agora, e o senhor me corrija se eu estiver errado em algum ponto: até agora, o que foi dito aqui pelo senhor é que o senhor foi diretor de uma empresa de um diretor do INSS, da qual um dos sócios era um dos diretores do INSS; também diretor de uma empresa que tinha uma das suas sócias a esposa do procurador do INSS; diz que foi indicado por essas posições pelo Careca do INSS... Então, diretor de uma empresa de um diretor do INSS; depois, diretor de uma empresa da esposa do procurador do INSS; e depois afirma, pelas suas próprias palavras, que foi indicado pelo Careca do INSS, mas, ao mesmo tempo, diz não saber de nada e não ter nenhum envolvimento com o objeto da investigação.

Sr. Rubens, eu não sou nenhum gênio da raça, mas me parece evidente que essa história é muito pouco verossímil. Você está me dizendo que você foi contratado e dirigiu e era responsável por notas fiscais, operações financeiras e administrativas de duas empresas comandadas e que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

têm como sócios pessoas diretamente ligadas ao escândalo; que chegou a essa posição por causa do principal articulador desse escândalo, pelo menos até agora... Eu duvido muito que o Careca do INSS aja sozinho, sem respaldo político, que não tenha indicação ou respaldo de Deputado Federal, de Senador, que não tenha respaldo de Ministro de Estado. Duvido muito que alguém chegue numa posição de movimentar bilhões de reais num cargo que depende de respaldo político, num cargo que estava reservado a um partido político, e que não tenha respaldo de um político, que não tenha respaldo de um mandatário.

Mas, enfim, mais uma vez resumindo: diretor de duas empresas ou responsável por operações financeiras de duas empresas de duas pessoas que estão sendo diretamente investigadas pelo escândalo do INSS, chegou a essas posições por causa do Careca do INSS... Me parece uma coisa tão ilógica quanto dizer que, não sei, tem um prato que tem arroz, tem salmão cru, está envolto em alga, mas não é *sushi*. Assim, eu não consigo acreditar como é que uma pessoa chega numa posição que, coincidentemente, sem conhecer ninguém, sem ter nenhuma indicação política, de um sujeito que era diretor do INSS e estava envolvido na fraude, com a esposa do procurador do INSS, que foi quem permitiu a fraude e quem ignorou os avisos do próprio corpo técnico, dos seus próprios assessores para permitir a fraude, e, ao mesmo tempo, diz ter chegado nessa posição pelo principal articulador da fraude.

Assim, Presidente, sinceramente, dadas as diversas contradições que foram, aliás, brilhantemente apontadas pelo Deputado Duarte Jr., e pelos questionamentos e pelo apontamento também feitos pelo Deputado Alfredo Gaspar em relação à ocultação de documentos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – ... eu acredito – com todo o respeito já futuramente à decisão que V. Exa. vai tomar – que esta CPMI sairia muito desmoralizada e, em certa medida, até perderia a razão de ser, se, frente a todos esses crimes que são tão patentes, que são tão flagrantes, o Sr. Rubens não saísse preso daqui. Essa é a minha manifestação, já antecipando tanto o meu voto em relação à prisão preventiva, como também o meu endosso e o meu apoio, caso V. Exa. decida pela prisão em flagrante.

Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado Kim Kataguiri. *Domo arigato, Kataguiri-san*.

Com a palavra, o Deputado Marcel Van Hatten. Aqui está bem eclético: japonês, holandês, alemão.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas sobretudo brasileiros, sobretudo brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Brasileiro igual a mim que está aqui no Brasil desde 1590 – a família.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para interpelar.) – Todos brasileiros. Aqui brasileiro e gaúcho com muito orgulho.

Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, Relator, o meu tempo já começou a correr. Se pudesse repor só do início...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pode repor o tempo do...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu queria iniciar aqui fazendo uma pergunta ao Sr. Rubens que eu tenho feito a outros depoentes em relação aos seus familiares mais próximos. A sua esposa o senhor disse que é aposentada, não é isso?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA (Para depor.) – Pensionista.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Pensionista do INSS.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor tem na família aposentados do INSS?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O.k.

E, quanto àqueles que eventualmente foram roubados pelo INSS, qual é o seu sentimento em relação a esse roubo que aconteceu da aposentadoria das pessoas no Brasil?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – O sentimento é de irritação de estar envolvido numa coisa da qual eu não sabia. Raiva, chateação, vergonha, tudo o que você imaginar.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Em relação a si mesmo. E em relação ao sentimento das outras pessoas?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Em relação a mim mesmo, por ter me permitido ficar numa situação a qual eu nem imaginava que pudesse chegar a esse ponto.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Nós todos aqui estamos irritados e com muita raiva e realmente compartilhamos esse sentimento em relação ao que aconteceu com tantas e tantas pessoas indefesas: idosos, deficientes físicos, pessoas no interior do interior do interior do Rio Grande do Sul, do Brasil, que foram assaltadas. Hoje nós estamos vendo que foi muito maior do que qualquer pessoa poderia imaginar, e durante muito tempo essa verdadeira quadrilha agiu, Sr. Rubens, com a ajuda de muita gente e, inclusive – e isso é inegável –, com a sua ajuda também.

Mas eu queria, neste momento aqui, focar naquilo que o senhor disse em relação ao momento que, dentro dessa organização criminosa comandada pelo Careca, neste caso específico, o senhor disse, primeiro, ao Deputado Beto Pereira e depois ao Relator, que houve uma desavença. Aliás, o senhor já tinha dito anteriormente, mas depois foi retomado pelo Beto Pereira, e o senhor disse que, a partir do momento que o senhor não enxergou transparência e uma forma estruturada de trabalhar, houve questionamentos e entendeu que o afastamento era mais adequado. Correto?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Correto.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Depois, o senhor disse que recebia solicitações sem uma contrapartida fiscal, não tinha um documento que pudesse registrar, e aí houve questionamento. O senhor poderia, por favor, nos dar mais detalhes sobre essa falta de contrapartida fiscal? Que tipo de solicitações o senhor recebia?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Normalmente eram pagamentos diversos, sem comprovação fiscal.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Que tipo de pagamento? O senhor pode dizer um?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não sei lhe dizer, propriamente dito, porque era só chegar, pagar, e sem discutir.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Por acaso, teve algum tipo de pagamento destinado à compra de imóvel?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não que tenha passado pelas minhas mãos.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Porque o relatório da Polícia Federal diz que um dos provisionamentos que o senhor havia solicitado seria para uma compra de imóvel, mas, na data do saque, no dia 12 de dezembro de 2023, o senhor alegou outra finalidade: seria pagamento de fornecedores – pelo menos assim foi informado pelo operador do caixa do banco. Confere essa informação, senhor?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Sempre pagamento de fornecedores, não mais que isso.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Teria, por acaso, a ver com a compra de imóveis por parte de Eric Douglas Martins Fidelis, filho de André Paulo Felix Fidelis, tanto num apartamento em Brasília por R$700 mil, como num terreno comercial em São Paulo de R$1,2 milhão?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – As conotações sobre o assunto podem ser usadas para me incriminar. Então, me reservo o direito de ficar calado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu depreendo, Sr. Presidente, que pode ter sido isso, pode não ter sido, mas, pelo direito do depoente de não se incriminar e pelas informações, eu gostaria que esta Comissão pudesse dar mais atenção a este tema dessas compras de imóveis, assim como o próprio Relator.

E aí eu queria passar a outro assunto, porque, na linha do tempo dessas desavenças que aconteceram, o senhor disse que o Sr. Milton, que veio na semana passada aqui depor, o Sr. Milton Salvador tomou o seu lugar, ou melhor, substituiu-o, tomando conta dessa direção financeira. O senhor, antes, conhecia o Sr. Milton Salvador, antes dessa troca?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Essa troca foi em 2024, não foi?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Março de 2024.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Como o senhor diz que não o conhece, se ambos foram, em 2023, procuradores da conta pessoal do Careca do INSS?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Desculpe, qual é a data mesmo?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Em 2023. Ambos foram procuradores da conta pessoal do Careca, tanto o senhor, como o Sr. Milton Salvador.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Desconheço essa informação.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas o Sr. Milton Salvador foi representante legal da Consult.on Gestão e Negócios. Não é sua essa empresa?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Sim, mas ele nunca foi meu procurador.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas foi representante legal no ano de 2023 e movimentou um pouco mais de R$650 mil. Como pode o senhor só tê-lo conhecido em 2024, se ele foi seu representante legal ou da sua empresa no ano anterior?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Desconheço essa informação.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor tem certeza disso?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Absoluta. Da Consult.on Gestão e Negócios, sim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não foi representante legal, em 2023, da Consult.on?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Ninguém representou a minha empresa em minha substituição.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Também chama atenção, como foi dito aqui pelo colega Kim Kataguiri, que o senhor recebia R$70 mil por mês, mas vive de aluguel, tem um carro de R$220 mil e tem R$300 mil na poupança. O que o senhor fazia com... O senhor dava para alguém uma parte desse valor que o senhor recebia de R$70 mil por mês?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Me reservo o direito de ficar em silêncio com relação a essa pergunta.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Porque isso, sem dúvida, chama atenção.

E, depois, em março deste ano, o senhor deu ao homem de confiança do Senador Weverton, segundo uma matéria do *Metrópoles*, em março deste ano – o Gustavo Marques Gaspar – uma procuração – o senhor confirma essa informação? – para poder movimentar recursos?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Uma procuração, não para movimentar recursos.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Foi para quê?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Para a abertura de uma conta.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Somente isso?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Só.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Registrada no Cartório JK, em Brasília?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Correto.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O que nos causa também uma impressão muito negativa é ver que a sua evolução patrimonial, que até 2022, era razoavelmente... Se bem que em 2021, já demonstrava uma mudança. Depois teve movimentações, são a barra cinza, muito maiores do que aquilo que o senhor declarou. Por que as suas movimentações bancárias eram tão maiores nas suas contas em relação àquilo que o senhor declarou?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Qual o ano?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Principalmente 2023, com R$347 mil declarados no IRPF, evolução patrimonial de 278, e em 2024, R$500 mil para rendimento declarado, evolução patrimonial e quase R$2 milhões de movimentação. Como o senhor explicaria isso?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Com base na remuneração que eu recebia junto...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Ela é suficiente para explicar os quase R$2 milhões de movimentação na sua conta?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Sim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu gostaria aqui, Sr. Presidente, de lembrar também que, além dessa situação, que pode levar a pensar que uma parte do recurso fosse distribuído para alguém, que a matéria da *Veja* da semana passada, de sexta-feira, para ser mais específico, lança luz também sobre o assessor ou ex-assessor, ex-Chefe de Gabinete do Presidente do Senado da República, Davi Alcolumbre, que teria, segundo matéria da *Veja*, recebido R$3 milhões de uma empresa investigada, ele que já assumiu, em nome de Davi Alcolumbre, ou melhor, em lugar de Davi Alcolumbre, que se safou dessa, que tinha praticado rachadinha no gabinete.

O senhor conhece, por acaso, o Sr. Paulo Boudens, Sr. Rubens?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E aquilo que ele fez ou faz, segundo as matérias apontadas, talvez tenha semelhança com o que senhor também fez no passado, nessas empresas do Careca?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não conheço as atividades dessa pessoa. Estou sabendo a respeito dela agora, porque o senhor está falando.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Recebendo o recurso na sua conta, sem declaração, repassando recursos para outros, o senhor não fez isso?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Para ninguém?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Para ninguém.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor não sacou dinheiro no caixa, dinheiro vivo, e depois distribuiu, levou para alguém esse dinheiro?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Da minha empresa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Das empresas do Careca, das empresas que o senhor representava.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – As conotações sobre o desdobramento podem ser usadas para me incriminar. Então prefiro ficar calado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Presidente, o que nós vemos aqui é que o número de 142 milhões, e esses números o senhor deve reconhecer, ou é mais, Sr. Rubens, que o senhor movimentou pelas empresas do Careca, como seu representante em 2023, e 260 milhões em 2024?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Eu não estava à frente do financeiro das empresas em 2024.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas uma grande parte desse recurso, o senhor ajudou a movimentar até o início daquele ano, porque o senhor estava lá até março, não estava?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Sim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Nós percebemos, Sr. Presidente, que aqui há uma grande engrenagem. E pelo que nos consta, e as investigações vão ter de chegar à conclusão correta, me parece que é uma grande lavanderia, em que vários participantes já sabiam que existia algo profundamente errado – profundamente errado –, principalmente porque notas fiscais frias, lamentavelmente, no Brasil são coisa corriqueira, e tem gente que pensa que todo mundo faz, e nunca vai dar em nada. Talvez o Sr. Rubens também achasse isso.

Até que chegou o momento em que lhe pediram algo que ainda era mais grave, tinha uma desfaçatez maior, o que causou essa desavença. É o que parece, Sr. Presidente.

E essa CPI, Sr. Rubens, com certeza vai chegar a termo, porque em breve chegarão todos os demais sigilos que ainda não chegaram, e nós chegaremos também, com certeza, àqueles que roubaram o dinheiro dos aposentados, a começar pelo Sr. Careca, que vai ser ouvido em breve nesta CPI.

Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado Marcel van Hattem.

Com a palavra o Deputado Alencar Santana.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Para interpelar.) – Presidente, cumprimento o depoente.

Sr. Rubens, o senhor trouxe informações que são interessantes, importantes, mas, de fato, a gente gostaria de mais.

Eu acho que o senhor pode colaborar ainda mais com esta Comissão. O senhor é um personagem importante, que atuou com algumas empresas, com a pessoa apelidada de Careca, que o senhor mesmo reconhece, citando o nome dele de Careca.

Eu queria fazer uma pergunta, o senhor acompanhou a Vênus – a empresa Vênus – desde o início?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA (Para depor.) – Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Que ano? Qual o ano?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não sei precisar a data que...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Não, só o ano, mais ou menos.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Pelo que me está na memória, era a partir de 2023.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – É, aqui está... Ela foi criada em 03/11/22.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – As empresas, nenhuma delas foi aberta por mim. Então, poderia já ter sido aberta por outros.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – O senhor falou que estava desde o início, né? Ela foi aberta em 03/11/22, uma das empresas em que o senhor foi diretor.

Essa empresa, em algum momento, teve alguma ação contra ela que bloqueou os seus bens?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Não teve agora, recentemente, uma ação da AGU?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – As minhas contas bancárias...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Não, da empresa.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Da empresa? Como já tinham... Desde o ocorrido de abril, a responsabilidade por toda a empresa ficou por conta do Sr. Alexandre. Não fiquei sabendo se foi bloqueado ou não.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – É, foram bloqueados R$24 milhões das empresas Vênus Consultoria Assessoria Empresarial e uma outra empresa que é a THJ – isso agora, no ano de 2025, numa ação proposta pela Advocacia-Geral da União.

Essa empresa ainda existe? A Vênus? Está ativa?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não sei lhe informar.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – A informação é que ela foi fechada recentemente, essa consultoria deixou... Essa empresa deixou de existir. Depois eu digo o porquê dessas perguntas, mas eu queria fazer uma outra: qual a empresa que o senhor falou que prestava serviço de telemedicina para supostamente atender os associados?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Desculpa, eu não lembro se eu cheguei a afirmar isso aqui.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – O senhor falou aqui no depoimento que uma das empresas prestava serviço de telemedicina, de atendimento aos associados, e que era contratada pelas entidades.

O senhor falou que tinha uma de *call center,* que fazia o serviço de SAC (serviço de atendimento ao cliente), no caso, o associado, e uma outra que era de telemedicina.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Eu prefiro me reservar ao silêncio. Eu não...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Tá, o senhor já esqueceu, então.

O senhor lembra de algum tipo de serviço prestado efetivamente ao associado por alguma das associações?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não tenho conhecimento, porque isso não chegava até mim.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Tá.

Presidente, eu queria...

Não há muita vontade de colaborar do depoente, mas eu queria aproveitar e fazer uma pequena... Até respondendo ao Senador Rogerio Marinho, que novamente aqui vem fazer ilações sem fundamento.

A empresa foi criada em 2022, uma delas, a Vênus, que fez parte aí da rede que roubou, colaborou, fez parte da trama que roubou os aposentados. Em 2022 é o Governo Bolsonaro. O senhor lembra conhecer uma pessoa chamada José Carlos Oliveira?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Nunca ouvi falar a respeito.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Nunca ouviu falar? Ex-Presidente do INSS, último Ministro da Previdência do Governo Bolsonaro?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Nunca ouvi falar a respeito.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Bom, olha só, ela foi criada durante o Governo Bolsonaro e foi encerrada agora. Teve os bens bloqueados por uma ação da Advocacia-Geral da União, Ministro Messias, do Governo do Presidente Lula. É importante a gente dar nome e demarcar esse tempo, porque senão a gente fica na confusão. E a confusão interessa a alguns aqui. Ficar narrando mentiras, criando versões e tentando passar para a opinião pública essa confusão para tentar desviar o foco. Porque é muito estranho ou muita coincidência.

As entidades que tiveram o maior volume de descontos foram justamente criadas durante o Governo Bolsonaro. As empresas que participaram do roubo, sendo subcontratadas pelas associações, pelas entidades, que subcontratavam outras, foram criadas, parte delas, durante a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

gestão anterior. E uma delas, pelo menos, uma de que o senhor foi diretor, fechada justamente agora, depois de uma ação de bloqueio.

Isso, é importante ter claro, não é coincidência, isso é postura política totalmente diferente de um Governo para o outro. Enquanto o outro foi totalmente conivente, omisso, nós tivemos uma postura ativa, eficaz e firme para revelar, para investigar, para revelar e para tomar medidas de cessar os descontos, punir as empresas, entrar com ações contra, inclusive as entidades, e já tem pessoas presas. Uma delas é o Careca, que o senhor atuou com ele. E o Camisotti, que era um dos sócios ou parceiros do Careca nesse esquema. E eu não tenho dúvida de que mais revelações virão, de que mais pessoas serão presas e que a verdade ainda virá à tona completamente. Isso é o que a gente espera também do nosso trabalho aqui na CPMI.

Por isso, Presidente, é que acho que a CPMI, é um... Nós temos um longo caminho pela frente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Nós temos que agir com muita seriedade, com muita parcimônia, mas com muita persistência e firmeza para que a gente faça um trabalho com muita, muita seriedade, para que a gente não desmoralize esta Comissão. Porque isso é perigoso para todos nós e para o cidadão que está acompanhando e quer um resultado efetivo aqui deste Colegiado. Então, a gente não pode brincar com o poder que nós temos aqui da investigação para, ao final, a gente concluir a responsabilidade das pessoas.

Mas eu queria... O Senador disse que o Governo anterior foi o primeiro Governo a tomar medidas. E teriam mandado uma medida provisória para cá. Essa medida provisória determinava a revalidação em um ano, termina em três anos e depois infinito. Não precisava de revalidação.

Agora eu pergunto: se o Senador Rogerio Marinho, que era Secretário da Previdência, sabia que tinha irregularidades, sabia que tinha desvio e afirma que a medida provisória era um mecanismo para combater as irregularidades – é o que ele diz –, por que ele não procurou a polícia?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que ele não denunciou no Ministério Público? Por que ele não cessou os descontos irregulares? Por que ele não tomou essa medida? Será que ele foi omisso? Ou será que ele foi conivente? Ou será que ele sabia e alguns amigos pediram para não tomar essa medida?

Ele disse, há pouco: "Não, nós mandamos a medida provisória. O primeiro Governo que fez isso". Ora, então deixou o roubo continuar? E, se sabia, por que, na primeira lei aprovada com a aprovação da medida provisória, tirou-se da lei, justamente, a inclusão do Parlamento e o Governo Bolsonaro vetou justamente a não comercialização de dados sigilosos dos beneficiários? Foi vetado pelo Governo.

Ora, se ele sabia, como secretário, que tinha irregularidades, por que topou que tal veto acontecesse? E não deu parecer contrário ao veto?

Então, alguma coisa estranha tem no ar. Isso não é só coincidência. Isso é participação. Isso é saber, deixar acontecer, ou alguns, ao longo do tempo, não tenho dúvida disso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... também tinham participação no jogo.

E acho que essa é a nossa missão, revelar todas as figuras públicas que tiveram algum tipo de participação, algum tipo de responsabilidade e se foram beneficiadas, para que a gente, de fato... O senhor, aparentemente, sabe de muita coisa, tem responsabilidade, mas, em alguma delas, talvez, tenha sido usado. Mas pode colaborar mais conosco.

Mas quem usou o senhor ou outras figuras tem que pagar pelos crimes que cometeu. E não adianta vir aqui e fazer discursinho, não, porque tem responsabilidade no cartório e precisa pagar por isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Deputado Alencar Santana.

Atenção, Rondônia!

Com a palavra o Deputado Coronel Chrisóstomo.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. Pela ordem.) – Pela ordem.

Presidente, nós Parlamentares temos o nosso salário e recebemos um bom salário. Mas eu queria fazer aqui uma solicitação a V. Exa..

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Tem dia aqui que os nossos funcionários saem na madrugada, uma, duas da madrugada. Eu já vi gente aqui não poder ir para casa mais de duas da manhã, depois que nós saímos e teve que dormir no gabinete.

Excelência, que os funcionários, durante o período da CPMI recebam o adicional noturno. É uma solicitação que faço ao senhor, tanto no Senado quanto na Câmara dos Deputados.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Será encaminhado à Diretoria da Casa, Excelência.

Dez minutos para o Deputado Coronel Chrisóstomo.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. Para interpelar.) – Olá, Rondônia! Olá, Brasil!

Está vendo?

Obrigado.

Obrigado, Excelência. O pessoal está aprendendo. (*Risos.*)

Sr. Rubens, o senhor é homem da mala do Careca? Ou o senhor é testa de ferro? Pergunta.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA (Para depor.) – Me recuso a responder a essa pergunta.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Sim, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Rubens, e aqui um versículo da Bíblia. "Há duas coisas que o Senhor detesta: que o inocente seja condenado e que o culpado seja declarado inocente" (Provérbios 17:15). Escolha... Escolha qual dos dois o senhor quer.

Quando o senhor falar, por favor, só encoste o microfone.

Sr. Rubens, fique... Essas conversas aqui de que o Bolsonaro... Esse pessoal da esquerda gosta de falar disso, viu? Eles só esqueceram que o mensalão, o petrolão, o BNDES, o rolo da Odebrecht... Não foi o Lula que pediu, não, sabe? Até porque o Lula foi preso nisso! E alguns que estão aqui também! Têm até apelido – Deputados! Então, esqueça esse negócio de Bolsonaro. Eles são todos enlouquecidos, porque Bolsonaro fez pelo Brasil!

O povo do meu estado – eu sou de Rondônia – está muito revoltado com esse roubo, Sr. Rubens. Seja um homem leal aos que estão sofrendo e aos que estão morrendo por falta de remédio para tratar suas doenças! Salve vidas, Sr. Rubens! Aproveite este momento e entregue os maiores ladrões dos nossos idosos e idosas. É a sua oportunidade. Sr. Rubens, use este momento para chegar em casa como um pai e marido arrependido, que quer justiça! Entregue os ladrões dos aposentados e pensionistas. É a sua hora!

O senhor não desconfiou do rolo e roubo dos aposentados e pensionistas no momento que o senhor soube desses roubos na imprensa? (*Pausa.*)

É uma pergunta para o senhor.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – As conotações sobre o assunto podem ser usadas para me incriminar, então, permaneço em silêncio.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Sim, senhor.

O seu coração não sente uma dorzinha por esse roubo dos nossos mais velhinhos do Brasil, Sr. Rubens? Os doentes, os deficientes físicos, em cadeira de rodas, deitados numa cama, Sr. Rubens! São esses que estão sofrendo e estão pagando, até com a sua própria vida, porque o pouco dinheiro que roubaram mata essas pessoas!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

É a sua oportunidade, Sr. Rubens, de mostrar para o Brasil que o senhor errou, mas o senhor vai mudar a história do país! Entregue os ladrões! Entregue os que roubaram dos nossos aposentados e pensionistas. O senhor está no momento de fazer isso.

Eu não vou fazer muitas perguntas, porque eu sei que o senhor não vai responder. Eu estou falando pelo meu povo de Rondônia, pelos brasileiros! Seu coração não sente, não, neste momento? Porque são a eles que estão roubando. O senhor vai chegar em casa, o senhor vai chegar à sua rua... Os seus conhecidos, seus amigos, seus colegas de trabalho, Sr. Rubens... Como é que o senhor vai se sentir olhando na cara deles? O senhor, sem falar, aqui, quietinho...Fale a verdade! Entregue os ladrões! Por que o senhor não faz isso?

O senhor está com medo? Se o senhor estiver com medo, a gente pede aqui proteção policial para o senhor. Com certeza, a gente solicita para o Presidente, ele vai lhe dar proteção.

Não há mais tempo, Sr. Rubens! É agora a sua hora! O senhor pode sair preso daqui, Sr. Rubens! Será que a sua esposa, que deve estar vendo, eu tenho certeza, quer isso do senhor?! Mostre que o senhor é homem, é pai, deve ser avô! Defenda o Brasil! O que está faltando para o senhor, Sr. Rubens? Fale!

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Eu me reservo o direito de ficar calado.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – O senhor, pela sua família, pelos velhinhos e velhinhas do Brasil... Por que o senhor não entrega logo os maiores ladrões dos aposentados e pensionistas? Não perca a oportunidade, Sr. Rubens. Está nas suas mãos. O senhor foi usado. Parece que o senhor se deu bem também, mas, olhe, é a hora de o senhor também dizer assim: "Eu me arrependo, mas os ladrões são esses, e é esse outro"! Entregue para o Brasil! Nós queremos saber! Nós estamos aqui trabalhando muito – nós Parlamentares! O desgaste é grande! Estamos aqui desde manhã cedo, mas nós vamos cumprir nossa missão! O Relator já não sabe o que fazer de tanto estudar! O Presidente fica aí correndo também. E nós Parlamentares também, Sr. Rubens, nos ajude! Ajude os brasileiros! Aproveite a oportunidade, Sr. Rubens. Entregue logo, comece a dar os nomes aí, me fale!

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – As conotações sobre o assunto podem ser usadas para me incriminar. Portanto, permaneço em silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – O senhor está com medo? O senhor está com medo? Fale a verdade aqui, só isso. O senhor está com medo? (*Pausa.*)

O seu rosto já me disse tudo. Eu posso dizer o que o senhor está dizendo pelo rosto? Posso falar?! Posso? O senhor está com muito medo. O senhor já me respondeu sem falar nada! O Sr. Rubens está morrendo de medo, porque a gente não sabe o que falaram para ele antes de ele vir aqui. A gente sabe que o senhor deve estar no desespero, mas, Sr. Rubens, não há melhor oportunidade de falar os ladrões, aqui nesta CPMI, porque todos nós queremos saber isso e nós queremos protegê-los também. Aproveite a oportunidade, Sr. Rubens! Entregue, dê o nome de um, do principal – dê o nome, fale! (*Pausa.*)

Eu já senti, está tudo na ponta da sua garganta aí, mas eu entendo. O senhor não quer falar para o Brasil. Rondônia deve estar tudo de olho, querendo saber.

Mas me fale só uma coisinha aqui: o senhor pagava ou tem conhecimento de um camarote aqui do Sr. Antônio no estádio de Brasília? O senhor fazia isso? E eu queria saber quem é que frequentava.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – As conotações sobre o assunto podem ser usadas para me incriminar. Permaneço em silêncio.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – É... Infelizmente, eu fico muito triste.

E a gente vê o desespero do senhor. Eu sou Coronel do Exército, fiz muitas intimações, até em combate. Eu fui para um país que estava em guerra e eu vi...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – ... como funcionam as pessoas que estão com medo de morrer. Eu fui em uma missão da ONU, com o aval do Exército, para um país que estava em guerra! E eu tive que ir lá cumprir missão. Eu vi as pessoas no desespero; ninguém falava nada, Presidente.

É o caso dele, ele sabe tudo, está com a garganta louca para falar, mas está com medo! Alguém botou medo nele, mas, se o senhor tiver ainda oportunidade – tem vários para falar, vários Deputados; eu vou ficar até o final aqui, de olho para o senhor –, entregue os ladrões dos nossos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

aposentados e pensionistas! Aproveite, Sr. Rubens! Não perca esta oportunidade. O senhor vai ajudar o Brasil! Entregue essa turma deste Governo Lula, que está roubando até o talo! Não seja um deles, seja um pai corajoso, uma pessoa corajosa! Os seus familiares esperam isso do senhor! Faça isso, Sr. Rubens!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Coronel Chrisóstomo.

Com a palavra o Deputado Luiz Lima.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente Carlos Viana. Obrigado, Sr. Rubens, pelo comparecimento – e seu advogado, Carlos.

Sr. Rubens, eu estive presente em todas as sessões aqui. O senhor é o nono convidado. Ao contrário do que o Coronel Chrisóstomo falou, não sinto medo no senhor, não; eu sinto um profundo arrependimento no que o senhor viveu, e o senhor demonstrou isso quando respondeu ao Deputado Marcel Van Hattem e o senhor falou que sentia vergonha.

E aí eu preparei muita coisa aqui, mas o que me tocou o coração de perguntar para o senhor... O senhor tem vontade de colaborar para que sejam recuperados todos esses valores que foram desviados dos aposentados? Talvez o senhor possa saber qual o destino que eles tiveram, esses recursos – imóveis, remessa para o exterior, ouro, carro. O senhor tem essa vontade de colaborar? (*Pausa.*)

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA (Para depor.) – A minha fala, logo no início, aqui, foi que eu me colocava e me coloquei e estou me colocando à disposição tanto da Polícia Federal quanto da CPMI para esclarecer todos os fatos. Agora, as conotações sobre o assunto podem ser usadas para me incriminar. Eu tenho observado que muitas das falas que aqui foram ditas por mim estão sendo distorcidas ou querendo direcionar para um lado que só vai me prejudicar. Por essa razão, permaneço calado.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Mas o senhor tem vontade?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Como eu falei, eu vim aqui para ajudar.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Está ótimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Rubens, o senhor está, infelizmente, no meio de um turbilhão, e eu vou ser muito sincero aqui com esta CPMI. Eu consigo aqui notar que o senhor, é claro, teve o livre-arbítrio de participar como um prestador de serviço. No meio do caminho, deve ter percebido que deve ter entrado numa grande arapuca, porque os valores foram se multiplicando e multiplicando. Nós vimos aqui uma lavagem de dinheiro explícita, simulação de prestação de serviço, chegando ao cúmulo de essas empresas montarem um *call center* de serviço de atenção ao consumidor, de atendimento ao consumidor, que começou ali no meio de 23, justamente no Governo do PT, onde não se implantaram mecanismos de controle para que isso acontecesse.

E eu fico imaginando os aposentados ligando, e as pessoas rindo, porque era um mecanismo de controle para um negócio que só tem sucesso se roubarem. E eu fico imaginando um aposentado ligando para um *call center* da Ambec, da Ambec que a esquerda aqui fala o tempo todo e critica, mas o advogado da Ambec é o filho do Ministro da Justiça do Brasil. Só isso já é autoexplicativo demais.

E o senhor tem o Presidente desta Casa, do Senado Federal, pedindo sigilo em relação às imagens.

A gente tem Deputados do PT que apresentaram emendas em relação à MP 871, que foi uma medida provisória para aumentar os mecanismos de controle, todos eles apresentando emendas enviadas pela Contag. A Contag é uma instituição, é um sindicato criado nos anos 60, que foi um dos fundadores da CUT. O que a gente está discutindo aqui é somente 8% do desvio dos aposentados – 8%! Quando a gente partir para a Contag, que é medalha de ouro, para o Sindnapi, que é o sindicato do irmão do Lula...Tudo isso é autoexplicativo! É por isso que eles não assinaram a CPMI. Por isso, Sr. Rubens que, entre 2019 e 2022, nenhum Deputado do PT subiu à tribuna da Câmara dos Deputados para apontar algo negativo durante o Governo Bolsonaro. Os sindicatos fazem parte da raiz e da base política do PT.

E aí o senhor se vê nesse emaranhado aqui de empresas criadas, que dá um nó na nossa cabeça, que tem o Careca, que tem o Maurício Camisotti, e os dois já estão presos. Essas pessoas desfrutaram de muita coisa na vida: compraram Ferrari, mansões, viajaram o mundo... E o senhor ficou numa casa simples. É muito nítido. Aqui são várias empresas. A gente tem até o senhor sendo sócio aqui da Curitiba Consultoria, que recebeu aqui 40 milhões vindos da Prospect, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

passa pelo Careca, que vem da Ambec, que roubou aposentados que recebiam dois salários mínimos por mês, em média – 82% dos desvios da Ambec foram de aposentados.

E não só eu estou percebendo, não. Assim, dos nove, eu vi medo no Delegado da Polícia Federal, no Bruno. No senhor eu não vejo medo, eu vejo arrependimento. Então, eu espero muito e torço pelo senhor. Assim, eu nunca processei ninguém, nunca fui processado, é muito raro. É meu sétimo ano de Deputado Federal. Nunca. E com todas as pessoas que partiram para cima de mim, até de forma covarde, eu fui conversar com essas pessoas. E o senhor tem essa chance. Eu tenho certeza de que, se o senhor colaborar, eu tenho certeza de que, se o senhor disser a verdade, essas pessoas que fizeram uso da sua formação irão pagar.

Eu vejo muito claro aqui que o senhor é uma bucha de canhão. Bucha de canhão é uma gíria – eu não sei se é falada aqui em Brasília –, no Rio de Janeiro, de um cara que leva a culpa. Estão doidos que o senhor leve a culpa. A gente tem Senador envolvido aqui, Senador ligado ao ex-Ministro do mesmo partido. Ele poderia até estar aqui para esclarecer. É muito grave o que está acontecendo aqui. É o Sr. Gaspar – não é isso? –, que trabalhou no gabinete do Senador...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pelo amor de Deus, diz o nome completo.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Não, não, não, por favor. (*Risos.*)

Desculpe! É Gustavo Marques Gaspar. Desculpe, Relator Alfredo! Desculpe!

Nós temos aqui, explicitamente, um caso gravíssimo.

Então, Sr. Rubens, eu gostaria de lhe fazer uma pergunta: quando o senhor sacou os R$949 mil, em qual banco que foi aqui em Brasília que o senhor fez o saque?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Banco Itaú e Banco de Brasília.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – No Banco Itaú o senhor sacou os 949 mil?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Foi metade e metade?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Variava, dependendo da disponibilidade, só isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – O gerente não questionava o senhor por qual motivo o senhor estava sacando essa quantia? Porque hoje, se a gente for no banco e quiser sacar 20 mil, eles perguntam para a gente.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Foi a resposta que já foi dada aqui a respeito.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Era para pagar fornecedores?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Exato.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – O senhor tem alguma dúvida em relação a esse recurso?

Quais fornecedores eram, o senhor sabe?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não; esse recurso era entregue diretamente ao proprietário da empresa.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – E tem alguma dúvida em relação ao destino desse recurso? Ele também servia para pagar propina a Deputado, a Senador, a assessor?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – As conotações desse assunto podem ser usadas para me incriminar. Portanto, eu vou ficar em silêncio.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Está ótimo.

Sr. Rubens, as investigações da AGU levaram ao bloqueio judicial de bens e contas de diversas empresas e pessoas, incluindo cerca de 23,8 milhões, atribuídos à Curitiba Consultoria, em que o senhor era sócio da Sra. Thaisa, esposa do Sr. Virgílio, que foi ex-Procurador do INSS. E a Vênus, em que o senhor era sócio do Alexandre, que foi ex-Diretor de Governança, Planejamento e Inovação do INSS.

O senhor pode esclarecer se esse montante de R$23,8 milhões corresponde a valores sob sua responsabilidade?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Eu nunca fui sócio de nenhuma dessas empresas. Atuei como administrador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – E, como administrador, o senhor tem conhecimento de onde esses recursos foram aplicados? Em contas? Em nome de terceiros?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Desconheço esse montante.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – O senhor concorda com o bloqueio para ressarcir aposentados lesados?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Desculpe, não entendi.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – O senhor concorda com o bloqueio para ressarcir aposentados lesados?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Me reservo o direito de não responder a essa pergunta.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Após a deflagração da operação em abril, o senhor ou pessoas próximas receberam algum recado, orientação ou pressão para dificultar as investigações, como destruir documentos e combinar depoimentos?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Como já informado a esta CPI, eu me afastei de tudo e de todos, para evitar qualquer contato, por orientação dos meus advogados, inclusive. E por essa razão tenho procurado ficar em silêncio.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Está ótimo.

Sr. Rubens, muito obrigado pelo seu depoimento e, de coração, desejo que o senhor seja sempre verdadeiro, porque tenho certeza de que, sendo verdadeiro, o senhor vai receber um presente de Deus e reconhecer que o senhor pode rever todas as ações que você teve e, eu acho que reconhecer o erro e fazer, dessas ações, ações que venham a dignificar o nome do senhor e da sua família.

Então que Deus te abençoe, te proteja, e que fique certo de que nesta Comissão, caso o senhor decida por, realmente, apontar o destino de todos os recursos desviados, o senhor será, com certeza, bem visto e terá todo o nosso reconhecimento.

Obrigado, Sr. Rubens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Deputado Carlos Jordy.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar todos os Parlamentares presentes e todos os que nos acompanham pela TV Senado. Gostaria, também, de cumprimentar o depoente, o nobre Relator e, também, o advogado.

Quero dizer ao advogado que, ao contrário de alguns Deputados, não quero fazer nenhum tipo de sensacionalismo, não quero fazer disto aqui um espetáculo, mas quero me dirigir, de forma muito respeitosa, a V. Exa., dizendo que a prisão cabe, sim, nesta Comissão; tanto a prisão preventiva quanto a prisão em flagrante.

A prisão em flagrante, no caso de ele estar mentindo, que é o que nós detectamos aqui por diversas vezes no seu depoimento, ela cabe, porque, mesmo que ele não tenha feito o compromisso de dizer a verdade, isso é meramente protocolar, porque ele, como testemunha, precisa sim dizer a verdade; e, também, no caso da prisão preventiva, caso preenchidos os requisitos da prisão preventiva, ela pode ser votada aqui, por este Colegiado, que são os casos de garantia da ordem pública, garantia da ordem econômica, asseguração da aplicação da lei penal e conveniência da instrução criminal. Nesse caso, eu acredito que essa é uma testemunha-chave de todo esse esquema criminoso, que, inclusive, assegurar a aplicação da lei penal e a conveniência da instrução criminal... Poderia, sim, se fazer a prisão preventiva dele, porque, inclusive, eu temo pela integridade física dele, porque ele sabe muito. Nós estamos aqui diante de um de um caso emblemático de um laranja, de um arquivo vivo, e ele precisa, sim, ser protegido. Inclusive, a prisão preventiva pode servir como proteção para ele.

Muitas pessoas, quando nós vimos esse escândalo estourar, falavam que era um esquema muito sofisticado, rebuscado, mas, diante do que nós estamos vendo aqui, não tem nada de sofisticado, porque... O que significa sofisticado? Sofisticado é algo aperfeiçoado, refinado, requintado. Pelo contrário, realmente, nós temos aqui... Eu fiz aqui um organograma que é uma verdadeira teia que embaralha a nossa mente, mas que demonstra que não tiveram nenhum cuidado realmente de operacionalizar todos esses crimes. Nós vemos aqui empresas de fachada, empresas de consultoria que supostamente prestariam consultoria para essas entidades sindicais,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresas de que o Rubens Oliveira Costa é sócio, de algumas empresas. Ele diz aqui que não é sócio, mas alguém deve estar mentindo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Carlos Jordy, vou pedir uma gentileza a V. Exa.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por solicitação do advogado do depoente, ele, por questões de saúde, diabetes, pediu para ir ao banheiro. Então, vou suspender temporariamente a sessão e, na volta, V. Exa. volta com os...

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – E retomo com o tempo?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente, voltará com o tempo.

A sessão está suspensa por dez minutos.

(*Suspensa às 22 horas e 10 minutos, a reunião é reaberta às 22 horas e 19 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Reiniciamos a sessão.

Por dez minutos, Deputado Carlos Jordy.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Como eu ia dizendo, antes de dar esse intervalo...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Deu 20...

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Deu 20 minutos? (*Risos.*)

Bastam só dez.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dez minutos, Excelência.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – O Sr. Rubens diz que ele não é sócio dessas empresas, mas a Polícia Federal diz que ele é sócio. Alguém está mentindo, ou ele ou a Polícia Federal está mentindo nesse caso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas o que nós estamos vendo aqui é um esquema em que há uma verdadeira lambança, porque são empresas de consultoria de fachada, empresas que recebem repasses dessas entidades sindicais que fazem esses descontos irregulares e que também fazem transações entre si, empresas em que ora o Rubens é sócio com a Thaisa, ora é sócio com o Alexandre, e o Careca está envolvido sempre em tudo isso. Repasses milionários e são muitas pontas soltas, é assim a certeza da impunidade.

O Sr. Rubens, como eu já disse, é um laranja, um laranja que só saiu desse esquema quando ele pediu transparência, pelo que ele disse aqui. Teve uma desavença com o Careca. Eu tenho plena convicção de que ele sabia que esse *modus operandi* era totalmente ilícito, mas chegou um momento em que ficou muito grave, ficou algo muito escandaloso, e aí deu uma dor na consciência e ele pediu que aquilo ali cessasse ou que pudesse ter um pouco menos de determinação de roubo, como estava sendo feita, por esse esquema.

Aí eu gostaria de entender do Sr. Rubens, porque após a saída dele, quem entrou em seu lugar, fazendo toda essa gestão financeira dessas empresas, foi o Sr. Milton Salvador de Almeida Júnior, que esteve aqui na semana passada... Você fez algum tipo de treinamento para ele, para que ele pudesse sucedê-lo nesses cargos?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA (Para depor.) – Transferência simples e objetiva. Tratava-se de um profissional com vasta experiência, então, não tinha que dar um treinamento ou capacitá-lo para tanto.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Todas essas empresas aqui que nós já citamos – a Brasília Consultoria, a Prospect, a Curitiba, a THJ –, todas elas são envolvidas nessa farra do INSS. De acordo com a Polícia Federal, pessoas físicas e jurídicas ligadas ao senhor receberam R$4,9 milhões das entidades associativas e das empresas intermediárias a elas relacionadas. Como o senhor explica esse fato?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – As conotações sobre o desdobramento podem ser usadas para me incriminar, logo, eu permaneço em silêncio.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – A Prospect Consultoria Empresarial enviou R$1.225.393 para Eric Douglas Martins Fidelis, filho de André Paulo Felix Fidelis, ex-Diretor de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Benefícios do INSS. A PF aponta que o senhor provisionava, depositava e sacava dinheiro para a Prospect, pela Prospect, mesmo não integrando o quadro societário dessa empresa. O senhor foi quem realizou essa transferência de recurso da Prospect para Eric Fidelis?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – As conotações sobre o desdobramento podem ser usadas para me incriminar. Permaneço em silêncio.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – A Acca Consultoria, empresa da qual o senhor foi representante legal, realizou uma transferência de R$100 mil para Eric Fidelis sem justificativa aparente. Qual a finalidade desse pagamento?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – As conotações sobre o desdobramento podem ser usadas para me incriminar. Permaneço em silêncio.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Bom, você disse que é um homem simples que está passando dificuldades financeiras. Quem estaria então pagando pela sua defesa? Seriam esses que você está acobertando? Seria o Careca ou alguém ligado ao Senador Weverton?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – As conotações sobre o assunto podem ser usadas para me incriminar. Me reservo o direito de ficar em silêncio.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu falei aqui do Senador Weverton, e todos nós já sabemos aqui de uma relação que o ex-Assessor do Senador tem com o depoente Rubens Oliveira Costa. Gustavo Marques Gaspar assinou uma procuração, em 12 de março, dando amplos poderes ao Rubens para movimentar dinheiro de contas da empresa GM Gestão Ltda. Eu acredito que o Senador Weverton, assim como outros Parlamentares precisam ser investigados também, porque há uma evidente relação de Parlamentares nesse esquema, e que o Sr. Rubens Oliveira Costa tem uma relação aqui. Nós precisamos de mais transparência e de menos proteção.

Aliás, nós estamos falando tanto de PEC da blindagem, que a PEC da blindagem seria para acobertar corruptos, que impediria que houvesse desmantelamento de casos de corrupção, mas quem precisa de PEC da blindagem quando nós temos um STF, que ajuda na proteção de corruptos? Nós vimos, por exemplo, o STF conceder um *habeas corpus* aqui ao depoente para que ele não possa falar, responder aos nossos questionamentos, para não se incriminar. Aliás,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

quem precisa da PEC da blindagem para proteger corruptos, quando nós temos um Presidente do Congresso Nacional, o Sr. Alcolumbre, que está protegendo o Congresso Nacional, está protegendo os Senadores? "Alcolumbre anuncia que manterá sigilo sobre visitas de Careca do INSS a gabinetes do Senado", matéria do jornal *O Globo*. Sigilo de cem anos! O que ou quem Alcolumbre está querendo esconder?

Aliás, como bem dito aqui, o Presidente Alcolumbre tem muito a falar. Nós falamos aqui de algumas empresas, mas tem uma empresa que deveria estar aqui nesta investigação também: a Arpar, que é uma empresa especialista em comércio de equipamentos de informática e prestação de serviços de informação. Essa empresa recebeu do Careca do INSS 50 milhões e transferiu para Paulo Augusto de Araújo Boudens 3 milhões. Sabe quem é esse cidadão? É o Chefe de Gabinete do Presidente do Senado, Presidente do Congresso Nacional, Davi Alcolumbre. O próprio Milton Salvador de Almeida Júnior, que substituiu o Sr. Rubens Oliveira Costa, falou aqui, nesta CPMI, que ele, quando foi Diretor Financeiro dessas empresas do Careca, se recorda de ter feito transações milionárias para a Arpar.

Por isso, Sr. Presidente, é que eu fiz aqui um requerimento de quebra de sigilos bancário e fiscal do Sr. Paulo Augusto de Araújo Boudens, o Chefe de Gabinete do Senador Alcolumbre, Presidente do Congresso Nacional, para que nós possamos passar isso a limpo, para que nós possamos entender o que está por trás disso. Estão falando tanto da PEC da blindagem, Senadores bradando moralidade, dizendo que não podem votar favorável a uma PEC que vai proteger corruptos. Bom, esses têm o dever de votar favoravelmente a esse requerimento.

E eu peço aqui ao Sr. Presidente para que, na próxima reunião, na quinta-feira, votemos esse requerimento de informação de quebra de sigilo bancário e fiscal do Chefe de Gabinete do Presidente do Congresso Nacional, Davi Alcolumbre.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado Carlos Jordy.

Na troca com o Senador Eduardo Girão, o Deputado Evair de Melo.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, uma questão de ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – O que eu olhei aqui não... O nome do Chefe de Gabinete do Presidente Davi Alcolumbre não é esse.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – Ex-chefe.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Então... Porque V. Exa., como Presidente desta Comissão, eu considero uma acusação assim forte com relação ao Presidente do Senado.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Ah, tá. Não, porque ele falou chefe de gabinete. Eu olhei aqui, o nome é outro.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) – Ex-Chefe de Gabinete do Senador Alcolumbre.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Ah, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, com a palavra, o Deputado Evair de Melo, por dez minutos.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Para interpelar.) – Sr. Rubens...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Só, desculpa, Evair, segundo matéria do *Metrópoles*, ele está no Conselho de Assuntos Políticos do Senado até o presente momento.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Reponha o meu tempo lá, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Sr. Rubens, o senhor mia igual gato, o senhor tem rabo de gato, o senhor tem pelo de gato, o senhor tem unha de gato, tem índole de gato, mas jura ser um camaleão.

"Dinheiro vivo: Polícia Federal identifica 'carregador de malas' do Careca do INSS." Sempre me disseram que, em todo escândalo em Brasília, sempre teria uma mala envolvida. "Braço direito de Senador deu poderes para 'homem da mala' do Careca do INSS sacar dinheiro." E não foi pouco dinheiro, não, hein. Acho que nem numa mala coube, deve ter levado mais de uma mala.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Justiça bloqueia R$2,8 bilhões de investigados por fraude no INSS", incluindo o homem da mala. "Fraude no INSS é a maior em décadas, dizem especialistas."

Alguns números: são mais de 33 associações cobrando mensalidades; são mais de 7,8 milhões de aposentados; 98% das vítimas nem sequer conheciam essas malditas associações; mais de 312 mil ações judiciais em curso; mais de 1 milhão de pedidos de exclusão. Ao todo, foram desviados mais de R$10 bilhões em dez anos. E os números... Eu vou chegar a uma data, Sr. Relator. Está aqui o número de filiados: em 2022, 2 milhões; em 2024, 8 milhões – crescimento exponencial. Valores do desconto em evolução dos ACTs: 2022, 541 mil; 2024, 3,5 bi. Desbloqueio em lote ao escândalo: 2022, um; 2024, 24. Pedidos de exclusões e reclamações: saímos de 43 mil para 1,5 milhão no Governo do PT.

Sr. Presidente, um Deputado que antecedeu, nas questões anteriores, falou a questão de data da abertura da empresa Curitiba e da empresa Vênus, e eu quero confirmar que, realmente, as empresas foram abertas no ano de 2022. Sabe em que dias, Sr. Presidente? A empresa Curitiba, em que o seu Rubens Oliveira Costa está no quadro como sócio e administrador, junto com Sra. Thaisa, foi aberta, Sr. Presidente, no dia 1º/11/2022, seu Relator, exatamente um dia após as eleições; a empresa Vênus Consultoria foi aberta no dia 03/11/2022, exatamente dois dias depois das eleições, e, no quadro societário, o Sr. Alexandre Guimarães e Sr. Rubens Oliveira Costa.

Portanto, eles, sabendo que iriam encontrar cerca aberta, cerca frouxa e conivência no Governo do PT, já tinham o crime em mente, já sabiam como orquestrar, porque estão ensaiando isso desde 94 com a famigerada Contag, que começa essa roubalheira. Aprenderam a fazer esse caminho, e, imediatamente, na confirmação do resultado do segundo turno das eleições, perderam o escrúpulo e enfiaram a mão, Coronel Chrisóstomo, abriram essas duas empresas, e, claro, quadrilha e crime organizado estavam efetivamente infiltrados em todo o sistema.

Sr. Rubens, que diabo de consultor financeiro que o senhor é, hein? Vir aqui para falar isso? O senhor me parecia mais um batedor de carimbo. Se o senhor só sabe isso, coitado de quem o contratou e coitadas das consultorias que o senhor deu. Eu acho que, até para carimbar documento, o senhor teria muitas limitações.

Eu acho que... Eu fiz parte de uma CPI aqui na Casa e vi o doleiro Youssef. E foi perguntado ao doleiro Youssef por que ele tinha aceitado ser um operador ilegal de câmbio, na época,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

entregando toda a roubalheira do PT. Ele disse que ele estava desempregado, estava desesperado e aceitou, para a sua família não passar dificuldades.

Pela sua fala, eu tenho a impressão de que o senhor fez a mesma opção: o senhor foi por sacrifício, o senhor foi por desespero. Afinal de contas, uma oferta de R$70 mil é tentadora, mas o senhor não pensou ali na família, na esposa, no filho, amigos. O senhor deveria ter avaliado melhor, porque a oferta, no mínimo, era suspeita. Mas eu imagino que o senhor, por desespero, por estar sem nada para comer em casa, sem dar conforto ao filho – não sei a idade do filho do senhor – ou seja, o que o senhor possa fazer, o senhor aceitou ser o laranja, ser o testa de ferro, ser esse homem da mala.

Volto a dizer: R$70 mil, que, pelo que o senhor está falando, o senhor não passava de operador de pare e siga, é muito dinheiro. Tinha realmente um caroço – diríamos – nesse angu, no ditado bem popular.

Vou fazer uma pergunta ao senhor: o senhor já recebeu algum presente do Careca do INSS?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA (Para depor.) – Não.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – O senhor viajou ou fez viagens de férias nesse período que o senhor trabalhava com o Careca do INSS?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Sim.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – O senhor pode falar para onde o senhor foi?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Minha esposa é da região dos Lagos, e eu sempre vou para casa de familiares.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – O senhor nunca ganhou um vinho de presente?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não, não que eu me lembre.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Sr. Rubens, o senhor perde a oportunidade hoje... Porque eu volto a dizer: se o senhor só sabe isso que o senhor falou, o senhor não era

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

digno de receber R$70 mil. É muito dinheiro para fazer só isso que o senhor falava, para receber ordens desse lançamento.

Eu pergunto ao senhor: esse telefone que a Polícia Federal recolheu do senhor tem alguma mensagem do senhor com o Careca falando dessa operação escandalosa do INSS?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – As conotações sobre o assunto podem me incriminar. Então, portanto, eu vou ficar em silêncio.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Existe alguma reclamação que o senhor tenha feito, via *e-mail*, do computador ou também do telefone que esteja em posse da Polícia Federal?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – As conotações sobre o assunto podem me incriminar. Então, vou ficar em silêncio.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – O senhor, em algum momento de olho no olho com o Sr. Careca – afinal de contas, esses carecas estão tumultuando o Brasil, mas tudo bem – chegou a reclamar com ele da fria em que ele colocou o senhor? Existe registro?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – O senhor comentou com quem da fria em que o senhor tinha se metido? Comentou com a esposa do senhor, com o filho, com os amigos? Quem sabe, de sua boca, a roubalheira que eram essas empresas do Careca?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não havia o que comentar com ninguém a respeito.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – O senhor nunca falou com ninguém?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não, até mesmo porque eu não sabia do que estava ocorrendo.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Não, mas depois que o senhor ficou sabendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Depois que eu fiquei sabendo, a minha família também ficou sabendo, se tornou uma coisa notória, inclusive com a presença da Polícia Federal na minha porta.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – O senhor realmente não vai falar se tinha no telefone alguma mensagem tratando desse tema?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Me reservo o direito de ficar calado.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Nesse caso, a Polícia Federal, daqui a uns dias, com certeza, vai abrir o sigilo telefônico, e nós...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – ... teremos conhecimento do que estava envolvido nessas mensagens do senhor.

Minha pergunta, para finalizar: o senhor realmente acha que o Careca foi o grande operador desse sistema ou tinha mais gente envolvida?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – A conotação sobre o desdobramento dessa pergunta pode me incriminar, portanto, eu não a responderei.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Eu me dou por muito satisfeito com esse camaleão disfarçado de gato.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Deputado Evair de Melo.

Com a palavra, a Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Sr. Presidente, eu estou aguardando um documento.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Eu não sabia que eu iria, neste momento, ter que falar. Estava esperando mais para a frente. Se o senhor puder...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Presidente...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – ... colocar alguém, por favor, na minha frente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Pela ordem, Excelência?

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Pela ordem.) – Presidente, eu acompanhava aqui a taquigrafia, e, no momento da oitiva em que o Deputado Marcel fazia os questionamentos ao depoente... O Deputado Marcel perguntou se o depoente havia recebido uma procuração do Sr. Gustavo Marques Gaspar. E ele afirmou ao Deputado Marcel que, sim, havia recebido poderes, mas que os poderes eram exclusivos para abertura de contas.

Eu estou aqui com a notícia do *Metrópoles*, notícia essa redigida pelo Tácio Lorran, Melissa Duarte e Manuel Marçal, onde tem a foto da procuração. E essa procuração, registrada aqui no Cartório JK em Brasília, no dia 12 de março de 2025, afirma que o Gustavo Marques Gaspar...

> [...] por este instrumento [...] nomeia e constitui [como] [...] procurador [ou seja, dando poderes para] Rubens Oliveira Costa, [...] poderes para: a) representá-lo perante empresas públicas, privadas, órgãos governamentais, podendo, para tanto, assinar contratos de prestação de serviços, [...]. b) poderes para representá-lo em qualquer estabelecimento bancário, [...], [poderes para] abrir, movimentar, encerrar contas, [...] fazer depósitos, fazer saques, retiradas e aplicações, [...] depositar, retirar, receber quantias, créditos e direitos, receber, emitir, assinar, endossar e descontar cheques [...].

Sr. Presidente, essa questão, pela ordem, é porque, mais uma vez, o depoente mente descaradamente aqui a esta CPMI e coloca em risco...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... a credibilidade desta Casa, desta Comissão Parlamentar de Inquérito, de todos os Parlamentares, de V. Exa., de todos nós que estamos aqui, coloca em risco a credibilidade perante a sociedade.

Isso aqui não é um jogo de sete erros, onde o depoente vem aqui, mente, e a gente tem que ficar mostrando "Olha aqui, é mentira". Ele vem, mente. "Olha aqui, é mentira".

Está lá no Código Penal brasileiro, art. 342, crime de falso testemunho. Está configurado.

Então, eu ratifico e reafirmo a V. Exa. que tem que ter esse caráter pedagógico. Não é o depoente vir aqui, depois de a gente lutar para o Supremo não dar um *habeas corpus* dando a ele a faculdade de vir ou não, e, quando vem, vir, mentir e sair como se nada tivesse acontecido. Isso é um estímulo à impunidade.

Então, eu clamo a V. Exa. e a todos os Parlamentares que possa ser dada voz de prisão, pois, de fato, por dezenas, quase centenas de vezes, ele mentiu e mentiu descaradamente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, eu acompanho com muita atenção a fala de V. Exa. e, principalmente, tenho um respeito muito grande por V. Exa. ser professor de direito, mas esta Presidência já se manifestou e dará a resposta no momento adequado desta sessão.

Com a palavra, o Deputado Ricardo Maia.

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, o depoente não gosta de falar muito, se preserva a sua liminar e não nos deixa com muita opção de pergunta. Mas eu irei perguntar assim mesmo.

O Careca do INSS – eu acho até que temos que tirar esse nome INSS dele, né? –, o Careca ladrão dos aposentados, que é disso que ele tem que ser chamado, tinha algum local físico de trabalho em Brasília ou em São Paulo, Sr. Rubens?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA (Para depor.) – Sim.

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) – O senhor o viu reunir-se com políticos ou agentes políticos nesses locais?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) – O senhor poderia nos dizer com quais pessoas o Careca se relacionava no âmbito da Previdência, na autarquia previdenciária? Com quem ele se relacionava?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não era do conhecimento da área operacional com quem ou com quais pessoas ele se relacionava, entendeu?

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) – Como era a relação do Careca do INSS com entidades associativas que mantinham negócio com ele?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Toda a relação era feita fora do escritório.

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) – O que eu achei mais interessante aqui é que o senhor é muito competente no que faz. As mudanças – nossa – societárias, em 2024... O senhor ingressou em 30 dias nas sociedades: na Acca, 12/06/2024; ACDS Call Center, 29/06/2024; Brasília Consultoria, 03/07/2024; Camilo Comércio e Serviços, 11/06/2024; Prospect, 12/06/2024.

Em 30 dias – 30 dias – o senhor fez contrato com cinco empresas, que faturaram, no período em que o senhor estava à frente, ou sócio, ou administrador, ou sacador de dinheiro de banco para repassar para quem a gente não sabe quem é... Porque o senhor em 30 dias fez todos esses contratos. E aí? Como se deu esse processo tão concentrado, em 30 dias, nessas cinco empresas, que faturaram R$142 milhões?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – As conotações sobre o assunto podem ser usadas para me incriminar. Me reservo o direito de ficar calado.

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) – Como adquiriu as cotas societárias e qual o valor pago em cada uma dessas empresas de que o senhor foi sócio?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Nunca fui sócio em nenhuma dessas empresas.

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) – Tem uma aqui em que o senhor está como sócio. Consta no cartão do CNPJ que o senhor é sócio de uma empresa dessas. O senhor nos diz que não é sócio...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Só da minha empresa, Fronteira Consultoria.

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) – Antes disso, o senhor trabalhava com quê, Sr. Rubens?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Consultoria.

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) – Essas empresas, essas cinco empresas... O faturamento delas no período em que o senhor foi sócio, prestador de serviço ou administrador... Qual era o *know-how*? Elas tiveram R$142 milhões entrar na sua empresa. Qual foi o serviço que elas prestaram e para quais empresas prestaram? Qual serviço foi prestado?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – As conotações sobre o desdobramento podem ser utilizadas para me incriminar.

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) – Sr. Presidente, se esta CPMI não tiver uma ordem de prisão para este senhor, eu já vi que ninguém vai sair em ordem de prisão nesta Casa, porque ele participou durante o período em que foi útil, porque depois ele perdeu a utilidade, deixando espaço para o Sr. Milton Salvador de Almeida Júnior. Eu acho que ele perdeu a utilidade; acho que, pela sua idade, cansou de carregar malas de dinheiro e não tinha mais força e nem o suficiente para orquestrar essa máfia gigantesca no nosso país, porque um senhor de idade... Eu acredito que o senhor já tem idade até para ser já, também, aposentado. Não bate um sentimento de culpa no senhor de estar aqui hoje...? Olhe onde o senhor está! O senhor está no Senado Federal, juntamente sendo sabatinado por Senadores da República e Deputados Federais, sendo acusado de roubar dinheiro – de R$40, de R$80, de R$90 – de pessoas que trabalharam durante sua vida inteira.

O senhor não está acusado aqui de ter tirado dinheiro de uma empresa, de ter tirado dinheiro de uma estatal. O senhor está sendo acusado de tirar recurso de pessoas que mais necessitam no final da sua vida, mas eu quero fazer aqui uma reflexão.

O senhor tem um carro, que comprou em 24 parcelas, e deu um Compass de entrada, sua propriedade, que tem bloqueados pela Justiça R$300 mil. Todo esse seu patrimônio, porque até a casa de morada do senhor é de aluguel, todo esse seu patrimônio significa três garrafas de vinho do que o senhor vem protegendo – três garrafas de vinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seja o Sr. Mauro Cid do INSS. Aproveite o momento em que o senhor pode ter reflexão com o brilhante advogado ao seu lado, para ser o Mauro Cid da CPMI, para ser o Mauro Cid do INSS, porque acredito que a sua esposa não tenha descontado no contracheque dela, que ela também é aposentada. Não acredito que o senhor tenha concedido que teria que ser também descontado no contracheque dela esse valor.

Eu quero, para encerrar, Sr. Presidente, perguntar se ele tem relações políticas com o Sr. ex-Ministro Onyx Lorenzoni, se o senhor tem ou teve alguma relação com o Ministro Onyx Lorenzoni.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) – O senhor já esteve com o Ministro José Carlos Oliveira?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não, não conheço.

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA) – Aí é onde o senhor realmente é um laranjão, o senhor somente prestava mesmo para carregar as malas.

E os cabelos brancos do senhor deveriam deixar muito sua família entristecida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado.

Com a palavra a Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente. Cumprimento inicialmente o Sr. Rubens Oliveira da Costa, cumprimento o seu advogado, o Dr. Carlos Urquisa... Urquisa.

Quero dizer que eu respeito muito a advocacia, sou advogada, sei das nossas prerrogativas. Cobrar, mais uma vez, o nosso Presidente Simonetti para que fiquem ligados aqui.

Bom, enfim. Sr. Presidente, eu gostaria de iniciar informando a este Colegiado que eu protocolei, há pouco, os seguintes requerimentos, e gostaria que o senhor já colocasse na publicação de amanhã, desse essa urgência nesses requerimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O primeiro é o convite para o Vice-Presidente do Banco BMG, Flávio Pentagna Guimarães Neto, em virtude da atuação das lojas Help que, conforme matérias que eu também anexei, oferecem o produto associativo juntamente com crédito pessoal a taxas de juros de 18% a 23% ao mês.

Então, algo muito sério. Por exemplo, R$1.000 que este aposentado pega emprestado e, em um ano, ele vai pagar R$2.703,48.

Precisamos... e já recebemos muitas denúncias acerca do BMG.

Em segundo lugar, eu protocolei requerimento fundamentado em uma reportagem de *O Globo*, na coluna do Lauro Jardim, e explico o porquê. No dia 1º de setembro, nós votamos, por unanimidade, o requerimento da lavra do Relator, Deputado Alfredo Gaspar, ao STF, visando a prisão de 20 investigados e, em cima da hora, foi acrescentado o nome do Sr. Márcio Araújo – se não me engano, é esse o nome –, com base apenas e tão somente porque ele foi citado pelo depoente Eli Cohen, que este seria o operador de instituições financeiras.

Eu peço até aos colegas que me corrijam, mas dentro de toda a documentação já colacionada a esta CPMI, eu não encontrei absolutamente nada acerca desse Sr. Márcio Araújo Alaor. Não encontrei nada contra ele, nada, nada até o momento.

Então, eu entendo que, pelo que eu vejo, é uma supervalorização das falas do Dr. Eli Cohen – supervalorização –, que nada trouxe para justificar o que disse, o que imputou ao Sr. Márcio Araújo.

Então, de forma... em contrapartida, o que eu requeiro? Então, eu tenho certeza absoluta de que *O Globo* e o Lauro Jardim são mais confiáveis do que esse Sr. Eli Cohen. Então, por isso eu pedi a quebra dos sigilos do Sr. Eli Cohen, a inclusão do Sr. Eli Cohen no rol de prisões cautelares endereçados ao STF, e, por fim, a quebra dos sigilos do Partido Liberal (PL). E peço para o senhor que possamos deliberar com urgência, porque é necessário averiguarmos essa situação.

Bom, Sr. Rubens, o senhor sofreu busca e apreensão? De forma sucinta, por favor, sim ou não?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA (Para depor.) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – O senhor está com bens bloqueados? Sim ou não?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Quanto que o senhor tem bloqueado e o que está bloqueado?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Poupança mesmo. Trezentos e poucos mil reais.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Trezentos mil, carro, bens.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não tenho bens, só tenho um carro financiado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – O.k., então a conta, a sua conta foi bloqueada, certo?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Seus valores lá. O.k.

O senhor se comunica com o Careca?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – O senhor chegou a cobrar dele por ter incluído o senhor nessa orcrim?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Só através dos emissários dele...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – O.k.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – ... eu externei a minha insatisfação.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Olha, nessa seara de imparcialidade em que eu ajo, eu já apresentei requerimentos de convites aos ministros dos dois Governos aqui que nós estamos tratando – CGU dos dois Governos; AGU dos dois Governos –, e assim sempre eu procederei, porque eu tenho certeza de que a maioria dos membros desta CPMI só tem um lado, que é o lado dos brasileiros, dos pensionistas, que é o lado da população, das vítimas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu tenho escutado em todas as reuniões um enredo que não se sustenta que é o de que o atual Governo interferiu e não permitiu a investigação.

E aí eu gostaria de destacar – não sei se as pessoas estão aqui muito esquecidas, de propósito, ou estão realmente com a memória afetada... Mas eu quero lembrar que o Governo Bolsonaro trocou quatro vezes, uma quinta também, o Diretor-Geral da Polícia Federal. Nós tivemos, o primeiro, Maurício Valeixo; depois, indicado pelo então Ministro Sergio Moro, Alexandre Ramagem, que foi barrado; o terceiro, Rolando Alexandre de Souza; o quarto, Paulo Maiurino, e, por fim, o quinto, Márcio Nunes de Oliveira. E foram três Ministros da Justiça, estes Ministros: Ministro Sergio Moro, Ministro André Mendonça e Ministro Anderson Torres.

Mas eu pergunto para os senhores, que estão mais carecas de saber do que o próprio careca mais investigado do país, que é o Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes, vulgo Careca do INSS: o meu amigo Senador Izalci avisou, na transição do Governo Temer para Bolsonaro, avisou o Governo Bolsonaro. Nós não temos dúvida nenhuma de que o Governo Bolsonaro sabia e sempre soube; porém, nada fizeram. Então, não fui eu, não fui eu que informei o Brasil acerca da interferência do Governo Bolsonaro nas investigações. Eu destaco para quem está mal informado e precisa refrescar sua memória o seguinte trecho do primeiro Ministro da Justiça do Governo Bolsonaro. Por favor, vocês podem colocar o vídeo, fazendo o favor?

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Bom, não tenho mais nada a dizer.

Apenas para concluir que as pessoas estão cansadas de ouvir essa ladainha de que não é permitido investigar nesse Governo. Foi agora que foi desbaratado esse grande crime, essa organização criminosa. E eu espero que os brasileiros acordem dessa dissonância cognitiva coletiva, como bem diz João Cezar de Castro Rocha. A quem não leu o livro dele, eu recomendo que leia, porque o Brasil está atravessando um momento muito peculiar. As pessoas estão enredadas – pessoas de boa-fé... Estão enredadas em muita mentira, em muita desinformação, em muita *fake news*, se assim preferem chamar. Mas isso é todo dia. Constantemente é uma avalanche sem fim, sem dó nem piedade, naquelas pessoas que estão nos acompanhando diuturnamente aqui e tentando ter uma esperança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Infelizmente...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – ... os cortes de alguns Parlamentares e de muita gente envolvem essas pessoas de uma tal maneira que isso se transformou numa doença.

Que os brasileiros tenham a verdadeira noção do que está acontecendo! Que parem de acreditar em ladainha. Que façam o mínimo de leitura para que possamos virar esta página e crescer, amadurecer, como uma nação de verdade, do tamanho que somos, da grandeza que somos. E todos nós, sim, de verde e amarelo, porque temos uma só bandeira, que jamais será vermelha, como quiseram agora começar a pintá-la com algumas listras vermelhas. Está na hora de o pessoal acordar, porque já está até cafona. Eu, sinceramente, acho cafona a situação vexatória por que estamos passando. Ficou brega, cafona essa ignorância, Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Muito obrigado, Excelência.

Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Sr. Rubens, sua defesa, Dr. Urquisa... Sr. Rubens, quero, na preliminar, dizer ao senhor que faço questão de tratá-lo aqui com o respeito necessário que se deve a qualquer um dos depoentes que venham até a CPMI. Acho que não é adequado, de certa feita, falar grosso com alguns e com outros afinar no questionamento. Então, quero falar com o senhor e dialogar com o senhor com o respeito que qualquer um que venha à CPMI, que qualquer um investigado, em qualquer circunstância, deve merecer, porque é um princípio do processo penal e, sobretudo, da nossa Constituição. Então, V. Sa. fique à vontade.

Quero iniciar perguntando ao senhor – se já respondeu, fique à vontade para, como quiser, responder – sobre o Sr. Alexandre Guimarães. O senhor pode me informar quando o senhor conheceu o Sr. Alexandre Guimarães?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA (Para depor.) – Em meados de 2023.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Em meados de 2023. O senhor poderia me informar só... O senhor diz meados de 2023?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Sim, início do ano, de 2022 para início de 2023. Não sei precisar a data.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – O senhor o conheceu somente em 2023?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – É porque a sociedade... A empresa Vênus... O senhor é um dos sócios da Vênus, certo?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não, não sou sócio da Vênus, sou administrador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – O senhor é administrativo da Vênus?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Exato.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Mas a Vênus foi criada em novembro de 2022, tendo o Sr. Alexandre Guimarães como sócio.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Mas o senhor só o conheceu em 23?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Exatamente. Pessoalmente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – O senhor é Diretor da Vênus, mas só conheceu um dos sócios...

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Pessoalmente, só tratei com ele, diretamente, em meados de 2023.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Antes disso, o senhor não chegou, em nenhum momento, a ter nenhum tipo de contato com ele?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Só telefone...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Antes, o senhor tratava... Com quem o senhor tratava? Porque o senhor se torna Diretor Financeiro... Financeiro, não é isso?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Administrador, pode-se assim dizer.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Administrador de uma empresa. O senhor se tornou administrador de uma empresa sem conhecer o sócio-proprietário?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Quando foi...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – O senhor tratava com quem?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Quando foi definida a abertura dessa empresa, todas as tratativas foram feitas por telefone, entendeu? Fui convidado...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – E o senhor foi convidado por quem?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Pelo próprio Alexandre. Fui convidado pelo próprio Alexandre.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Então, só um minutinho. Aí é... É porque a gente está tendo um problema de datas aqui. Em novembro de 2022, segundo o registro, a empresa é criada.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Tendo o Sr. Alexandre como sócio?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Sócio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – O senhor conhece o Sr. Alexandre só em 2023?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Pessoalmente, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Mas como é que o senhor foi convidado depois para assumir a Diretoria?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Os contatos começaram em meados de novembro de 2022, onde foi-me apresentada a documentação das empresas, e os únicos sócios...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – E quem apresentou as documentações da empresa?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – O próprio Alexandre, encaminhando os dados dele.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Então, o senhor conheceu ele um pouquinho antes, não é?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Sim. Não pessoalmente, mas por telefone.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Ah, pessoalmente só em 23...

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Exatamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – ... mas o senhor teve contato com ele anteriormente.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Exato.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – O senhor teve contato anteriormente com ele.

O senhor teve algum contato com o Diretor de Benefícios do INSS, o Sr. José Carlos Oliveira?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não, nunca...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – O outro senhor conhecido, dirigente da Ambec, conhecido como Careca, o senhor veio a conhecer quando?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Dirigente da Ambec eu não conheci nenhum.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – O Careca, o senhor não conhece?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não, o Careca... Eu trabalhava com o Careca desde junho de 2022.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Desde junho de 2022.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse momento, nem o senhor, nem o... O senhor não chegou a ter nenhum contato e nenhuma referência com o Sr. Alexandre Guimarães. Só, então, no final do ano. Foi isso?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Exatamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Pois bem, são importantes esses dados, porque, vejam só, Sr. Presidente, Sr. Relator. Em final de 2020 e 2021, foi editado esse daqui, que é o Plano de Integridade do INSS. Esse plano de integridade é assinado: Ministro da Economia, Paulo Roberto Guedes; Secretário Especial de Previdência, Bruno Bianco Leal; Presidente do INSS, Sr. Leonardo José Rolim Guimarães. Nesse plano de integridade, caríssimo Deputado Alencar, consta a proposta de criação e instituição da Diretoria de Integridade, Governança e Gerenciamento de Riscos. Essa diretoria, criada em 8 de abril de 2019, seria a responsável pelo *compliance* do INSS. Aliás, até nas atribuições dessa diretoria está dito: "As ações propostas têm a finalidade de estruturar e fortalecer as instâncias de integridade do INSS". Veja, o Governo anterior cria essa diretoria no INSS com a finalidade de promover as ações de integridade. Adivinha quem é que eles colocam para assumir a diretoria?! O Sr. Alexandre Guimarães. Pegou a raposa... A responsabilidade de cuidar da integridade, de que não tivesse essas fraudes... Está aqui no plano de integridade deles. Para que não se tenha esse tipo de fraude – que veio a ocorrer –, coloca na diretoria o Sr. Alexandre Guimarães. Pegou a raposa e colocou na Diretoria de Integridade. A cara de pau é enorme nesse momento.

Em maio de 2021, logo depois desse plano de integridade, nomeação do Sr. Alexandre Guimarães, logo após é nomeado Diretor de Benefícios do INSS quem? O Sr. José Carlos de Oliveira, que começa a assinar os ACTs, entre eles, o ACT com a Ambec, o acordo para atuação da Ambec no âmbito do INSS. O Sr. Guimarães, o Sr. Alexandre Guimarães é nomeado 19 de maio de 2021. O Sr. José Carlos de Oliveira é nomeado junto, em 2021. Criam um plano de integridade, criam uma Diretoria de Integridade, Sr. Relator, designam para essa Diretoria de Integridade a raposa para tomar conta do galinheiro e botam na Diretoria de Benefícios o cara que vai subscrever todos os ACTs que dão a porta de entrada para o esquema de fraude do INSS.

Novembro de 2022 é quando é criada a Vênus, que o Sr. Rubens, que eu acredito... Eu acredito muito no que o senhor pôde falar aqui no vosso depoimento. É em novembro de 2022 que é criada a Vênus. O Sr. Alexandre Guimarães ainda é Diretor de Integridade do INSS, e ele se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

torna sócio... No exercício da função de integridade do INSS, ele se torna sócio da Vênus em novembro de 2022. No exercício da função pública, ele se torna sócio da empresa que é criada em 2022, que é criada em novembro de 2022, com o mesmo *e-mail* da Prospect. A Prospect, por sua vez, vem a ser a empresa de quem? A empresa do Careca do INSS, que tinha entrado para os esquemas de fraudes a partir de um ACT celebrado com o beneplácito do Sr. Alexandre Guimarães e com a subscrição do Sr. José Carlos de Oliveira.

Eu pergunto aos colegas: vocês sabem quando é que o Sr. Alexandre Guimarães foi exonerado? Ele foi exonerado em 4 de abril de 2023, no nosso Governo.

Aí está a porta de entrada e aí está a medida que foi tomada no nosso Governo, em 4 de abril de 2023, para exonerar o Sr. Alexandre Guimarães.

Eu queria só lhe perguntar uma curiosidade, Sr. Rubens. A data de liquidação da Vênus é 1º de setembro de 2025, ou seja, agora, faz 20 e poucos dias. O senhor pode informar por que a liquidação da empresa se processou agora?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não sei informar isso, só o Sr. Alexandre.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Somente o Sr. Alexandre?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Muito obrigado. O senhor prestou a informação central aqui. Só quem pode prestar essa... Só quem pode dizer por que a empresa foi fechada junto, por que o CNPJ da empresa foi fechado só em 1º de setembro de 2025...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – ... só quem pode prestar essa informação é o Sr. Alexandre Guimarães.

Quem é o Sr. Alexandre Guimarães? É aquele que foi colocado no INSS junto com o Sr. José Carlos de Oliveira, em 2021, em função de um plano de integridade que a Diretoria do INSS... E que o Sr. Paulo Guedes, Ministro da Economia, avalizou. É ele que participa em conluio de boa parte dos esquemas. É ele que atua junto com o Sr. José Carlos de Oliveira. É ele que, mesmo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estando nessa função responsável pela integridade, participa da criação da Vênus em novembro de 2022, chancelando todo o esquema de fraude que aí está.

Obrigado, Sr. Rubens, por sua informação. Eu espero e torço muito pelo senhor, que o senhor possa provar a sua inocência, porque me parece, sobretudo com a última informação que o senhor prestou neste momento, que o seu papel não é de protagonista, o seu papel nisso tudo que ocorreu é de coadjuvante. Como o papel é de coadjuvante, tem outros protagonistas, como o Sr. Guimarães, a partir da informação que o senhor prestou, que têm que prestar esclarecimentos à CPMI.

Muitíssimo obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Com a palavra a Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF. Para interpelar.) – Eu cumprimento o Sr. Presidente Carlos Viana, o Vice Duarte Jr. e também o nosso Relator Alfredo Gaspar. Cumprimento também o nosso depoente da noite, que é o Rubens Costa, e o seu advogado, Carlos Urquisa.

Já estamos aí entrando às 23h, um dia bem exaustivo, uma tarde bem exaustiva, mas eu vou reforçar novamente, Sr. Rubens, as perguntas, por mais que o senhor se limite a responder muito poucas das indagações e dos questionamentos dos colegas aqui. Acho que é importante a gente reforçar isso, porque esta CPMI... Pelo visto, com tantos HCs aí, nós vamos ter uma CPI longa, para mais de seis meses.

Então, o senhor relatou aqui por diversas vezes que apenas cumpria ordens de pagamentos e transferências de recursos entre as empresas do Careca do INSS, o Antônio Camilo, sem questionar a prestação de serviços. O senhor chegou a dizer que havia empresas sem funcionários e que foi Diretor de uma empresa em Curitiba sem nunca ter ido lá, além de outras situações que, claro, dão indícios de que essa operação era toda fachada – isso está muito claro para todos nós.

Eu pergunto: o senhor sabe informar a origem de todos os recursos que circulavam nessas empresas de que o senhor foi Diretor e se eram exclusivamente das associações ou havia algum outro cliente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA (Para depor.) – As conotações sobre o desdobramento podem ser usadas para me incriminar. Permaneço em silêncio.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – O senhor informou que começou a trabalhar, nas empresas do Careca recebendo R$6 mil por mês. Eu lhe pergunto: quando o senhor começou o seu trabalho, em meados de 2022, as empresas já estavam funcionando em pleno vapor ou não estavam?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Havia somente duas empresas: Acca e Prospect Consultoria.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Eu apenas lembro ao senhor que já recebemos alguns documentos nesta CPMI da Receita Federal que apontam a movimentação expressiva do senhor, ali em meados de 2022. Então, o senhor poderia nos informar a evolução das receitas, nesse período de seis meses de trabalho, que é exatamente o período após a assinatura de alguns ACTs?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Partindo do pressuposto de que eu não fiz as movimentações e, sim, as empresas e levando em consideração a conotação sobre o desdobramento dessa pergunta, eu prefiro me manter em silêncio.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Voltando aos rendimentos mensais, o senhor afirmou que começou a ganhar R$6 mil por mês e assim permaneceu por cerca de oito meses e, depois, teve um aumento expressivo para cerca de R$70 mil. O senhor pode esclarecer novamente como é que foi esse processo? O que justificou esse aumento de quase dez vezes maior o salário? O que o senhor passou a fazer nessas empresas que valesse um aumento tão expressivo?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – As conotações sobre o assunto podem ser usadas para me incriminar. Então, eu prefiro guardar em silêncio.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Depois, o senhor disse que questionou o Sr. Antônio Camilo, o Careca, sobre a transparência das operações e aí o senhor foi realocado na empresa ACDS Call Center sem função e sem prestação de qualquer serviço, porém continuando a ganhar os R$70 mil por mês. Como o senhor explica seguir ganhando tanto dinheiro sem a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

prestação de nenhum serviço? E eu pergunto, porque isso me parece uma espécie de "cala a boca". Na verdade, o senhor não estava prestando nenhum serviço, o senhor argumentou isso...

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não foi isso que eu coloquei aqui na CPMI, eu continuei prestando serviços, que era um único serviço, que era a estruturação de um novo *call center*, que não tem nada a ver com as demais empresas, que é o chamado aqui Amigo Center.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – O senhor acha que R$70 mil... Valia trabalhar no *call center* e ganhar R$70 mil? Era o dinheiro que de fato...

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Era o que eu cobrava pelos meus serviços. Se valia para uns e para outros... Era o preço que eu cobrava pela prestação dos serviços.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Tinha mais gente trabalhando com o senhor no *call center*?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Oi?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Tinha mais gente trabalhando, mais servidores, mais funcionários trabalhando com você nessa função no *call center*?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – A qual *call center* a senhora se refere?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Não, na empresa ACDS Call Center.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – A ACDS tinha 170 funcionários.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – E a média de salários variava?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não sei precisar. Só a pessoa que me substituiu poderia falar isso.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – O senhor trabalhou com o Sr. Alexandre Guimarães, citado aqui pelo Randolfe, ex-Diretor do INSS, na Vênus Consultoria. Também trabalhou com a Sra. Thaisa Hoffmann, esposa do Procurador-Geral, ex-Procurador-Geral do INSS, Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho. O senhor conhece o Sr. Edson Yamada, também servidor do INSS? Em caso positivo, quando e em que circunstâncias conheceu e em que propósito?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não conheço.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Houve algum repasse, já que o senhor não conhece, já ouviu sobre alguma questão de repasse das empresas em que trabalhou para o Sr. Edson Yamada?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não que eu tenha feito.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Além desses, além deles, perdão, existem outros servidores ou dirigentes do INSS que mantiveram relações de negócio ou recebiam vantagens através das empresas em que o senhor atuou?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Desconheço.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – E, por fim, o senhor já esteve com alguma autoridade política – porque a gente tem que reforçar isto aqui, não é? – tratando dessas operações relacionadas aos descontos associativos, como ex-Ministros da Previdência, ex-Presidentes do INSS, ex-Diretores do Dirben ou qualquer Parlamentar, seja ele Deputado ou Senador?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – As conotações sobre o assunto podem ser usadas para me incriminar. Portanto, vou me manter em silêncio.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PDT - DF) – Está claro que o senhor teve.

Obrigada. Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senadora Leila.

Eu passo a palavra ao Deputado Fernando Rodolfo.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, obrigado pela oportunidade. Boa noite a todos.

Eu gostaria aqui de fazer algumas perguntas a fim de tirar algumas dúvidas que restaram depois de um dia inteiro de depoimento aqui, uma tarde inteira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Rubens, como foi que o senhor conheceu o Careca do INSS? Como foi o primeiro contato? Ele o procurou? Como foi isso?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA (Para depor.) – As conotações sobre o assunto podem ser usadas para me incriminar. Prefiro não responder.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Mas responder como ele o procurou, o senhor acha que o incrimina?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Conforme disse, eu prefiro ficar em silêncio.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Eu acho que foi o Milton que entrou depois do senhor, não foi?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Sim.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Ele disse que foi procurado pelo Careca, foi descoberto pelo Careca através do LinkedIn. Com o senhor foi assim também?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – O senhor disse que... Acho que uma das primeiras respostas que o senhor deu ao Relator hoje foi de que começou a ter uma relação profissional, se aproximou do Careca em junho de 2022, não é isso?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Correto.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – O senhor tem certeza dessa data ali, foi realmente no mês de junho?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Olha, é o que eu tenho de lembrança.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Não foi antes?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Pergunto isso, Sr. Rubens, porque a empresa Prospect Consultoria Empresarial foi aberta em 3 de janeiro de 2022, e não em junho, como o senhor fala. E essa empresa, ao ser aberta, já foi aberta no cadastro da Receita Federal com o *e*-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

mail rubens.costa@prospectconsultoria.com, ou seja, o senhor já figurava nessa relação com o Careca – porque essa empresa é dele – em janeiro...

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Quando foi aberta a empresa?

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Janeiro de 2022.

O senhor disse que conheceu ele em junho.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Em junho.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – E como é que explica isso então? Seis meses antes...

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não posso explicar uma coisa que nem eu mesmo sabia.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Mas, ó: seis meses antes da data que o senhor informa, o seu nome já estava aqui, o seu *e-mail* já estava aqui no cartão do CNPJ da empresa.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Como eu coloquei, nada disso foi informado por mim. Eu não informei em nenhum momento que eu abri essas empresas, porque, de fato, não fui eu que abri essa empresa.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Não foi o senhor que abriu, mas foi utilizado o seu nome, o seu *e-mail* aqui.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Essa empresa passou por várias atualizações.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – O.k.

Vamos lá.

Dia 3 de janeiro de 2022 é a data da abertura. Quando existe qualquer alteração no contrato social da empresa, consta também no cartão CNPJ a data da situação cadastral, ou seja, a data da situação cadastral é a mesma da data da abertura, então não houve modificação. Essa empresa já foi aberta com o *seu e-mail*, em janeiro, seis meses antes do que o senhor está informando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui. Por isso que eu lhe perguntei se o senhor tinha certeza de que realmente foi em junho ou se o senhor está...

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Eu tenho certeza de quando comecei a trabalhar para o Antônio.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Foi... Desculpe.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Eu tenho certeza de quando comecei a trabalhar para o Antônio.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Em junho?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Em junho. Agora, como essa informação está inserida no cadastro da Receita, eu não sei lhe dizer.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Está bom.

Eu fiquei na dúvida aqui: em algum momento o senhor disse que o seu salário inicial foi de R$7,5 mil, em outros momentos o senhor falou em 6 mil. Foi 6 mil ou 7,5 mil?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Foi 7,5 mil, na Vênus.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Foi 7,5 mil, na Vênus.

E em quanto tempo, Sr. Rubens, o seu salário chegou à margem ali dos 70 mil?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Por qual empresa?

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Não, o senhor tinha uma... O senhor recebia 70 mil de cada empresa, é?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Então... O senhor começa um relacionamento com o Careca ali em junho de 2022.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Para as empresas para as quais eu trabalhava, que eram de propriedade do Sr. Antônio Camilo, eu comecei com um salário de 6 mil, depois 12 mil, 36 mil, 42 mil, até chegar a esse montante.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Em quanto tempo foi isso?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Num período de oito meses.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Em oito meses?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Oito meses – oito para dez meses.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Então, em oito meses o senhor sai de 6 mil para 70 mil. Mais ou menos isso, né?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Exato.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – A empresa Vênus, por exemplo, o senhor falou aqui que não tinha funcionário nenhum, e movimentava milhões de reais através do senhor, que emitia as notas fiscais, não é assim?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Sim, a empresa Vênus faturava em média de R$150 a R$170 mil mês, e não milhões de reais. Milhões de reais, se for num período de 12 meses.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Doze meses. O.k., mas faturou...

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Chega aí a 1 milhão e pouco, 1,2 milhão, por aí.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – E qual era o serviço que essa empresa prestava para faturar tanto assim?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Prestava serviço de educação financeira.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – A quem?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Ela gerava...

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Quem eram os clientes dessa empresa?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Brasília Consultoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – E o senhor, em momento algum, desconfiou de que poderia estar acontecendo alguma coisa errada, um montante muito grande de dinheiro para uma empresa que sequer tinha funcionário?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – O senhor não desconfiava?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não desconfiava.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – A última vez que o senhor falou com o Careca, pessoalmente, quando foi?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Acho que foi antes de ele viajar, porque tinha uma viagem dele para a Europa.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Em que mês foi isso?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Final de março, início de abril.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – De 2025?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Exato.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Já havia a operação da Polícia Federal, não é?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não, ela foi depois.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – O senhor ainda, até então, não sabia de nada o que estava acontecendo sobre os descontos.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não. Como eu falei, eu já estava afastado de todas as operações da empresa, estava alocado num outro espaço, em um outro endereço, fazendo um serviço específico.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – E esse seu encontro com o Careca, antes de ele viajar para a Europa, se deu a partir de um convite dele ou o senhor que entrou em contato querendo falar com ele pessoalmente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Olha, foi mais para uma prestação de conta da obra em andamento.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Onde foi que aconteceu esse encontro com ele?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Por telefone mesmo. Mandava imagens da obra, evolução, esse tipo de coisa.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Então, o senhor não teve uma conversa pessoal com ele?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – E a última vez que o senhor esteve pessoalmente com ele foi quando?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Acho que foi em fevereiro.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – E só trataram sobre essas transações.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Só tratei de assuntos relacionados a essa obra.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – É o emprego dos sonhos.

Sr. Rubens, o senhor, em algum momento, se arrepende de ter participado dessa engenharia criminosa como um operador financeiro, assim como a Polícia Federal aponta? O senhor disse que não, que era só diretor. Mas, hoje, depois de tudo isso o que está acontecendo, qual é a sensação que o senhor tem ao saber que foi envolvido em tudo isso aí?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Qualquer ser humano sensato ficaria indignado, irritado, e eu não sou diferente. Depois que eu que descobri o que estava ocorrendo, que foi com o estouro da ação da Polícia Federal, isso me deixou irritado muito mais comigo do que com qualquer outra pessoa.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Mas irritado por que, se o senhor achava que estava tudo certo, que estava tudo normal, o senhor nunca desconfiou de nada? Dinheiro para lá, dinheiro para cá, milhões para cima e para baixo, sacando dinheiro na boca do caixa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

entregando a ele. O senhor nunca desconfiou de nada, como é que o senhor está irritado agora aí?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – As conotações sobre o desdobramento...

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Certo.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – ... podem ser usadas para me incriminar aqui nesta CPMI. Então, portanto, eu me mantenho em silêncio.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – O senhor acha que é isso que vai lhe incriminar. O senhor está mais incriminado do que tudo nessa história, Sr. Rubens.

Eu encerro por aqui, Sr. Presidente, fazendo um apelo a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Na verdade, é corroborando o que já foi colocado aqui pelo Relator, o que já foi colocado pelo Deputado Duarte, Vice-Presidente, de que essa CPMI...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – ... precisa dar uma resposta à sociedade.

Esse cidadão que está sentado aí é completamente enrolado, cheio de contradição, cheio de mentira. É lamentável, mas a gente precisa dar uma resposta à sociedade, aos aposentados que foram lesados. E ele ajudou essa organização criminosa a roubar o dinheiro dos aposentados brasileiros. Esse homem tem que sair daqui preso, Sr. Presidente.

Era isso, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado Fernando Rodolfo.

Com a palavra o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento V. Exa. mais uma vez. Que trabalho bacana o senhor está fazendo para o Brasil, e o Relator.

Quero cumprimentar aqui esta Comissão, o Sr. Rubens Oliveira Costa, o Sr. Carlos Urquiza.

Olha, eu confesso assim que de todas essas histórias que a gente está ouvindo do Careca do INSS, cada vez a coisa, com cada depoente que se senta aqui, essas histórias do Careca do INSS ficam mais cabeludas.

E eu vou dizer uma coisa: a gente precisa dar voz às pessoas, humanizar o que está acontecendo aqui. São milhões de brasileiros roubados, pensionistas. E aí você encaminha para órfãs, para viúvas.

Isso é bíblico, Senador Carlos Viana. Deus não aprova esse tipo de coisa.

E, Sr. Rubens, eu vou insistir em alguns questionamentos de algum colega aqui, porque eu tenho certeza de que o senhor pode ajudar a passar a limpo. O senhor pode sair daqui não como alguém que vai continuar insistindo numa mentira contada por ladrões. O senhor tem uma história. Eu percebo muito a questão psicológica e eu vejo que o senhor ama a sua família. Quando o senhor fala na sua esposa, o senhor engole seco, quando o senhor fala no seu filho. A gente percebe o seu constrangimento aqui nessas perguntas. O senhor pode ajudar a passar a limpo isso. Mesmo que seja agora, quase meia-noite.

Eu vou lhe pedir para o senhor assistir com atenção a esse vídeo e depois eu quero insistir em perguntas com o senhor para que a gente possa ter um final diferente aqui dessa CPMI.

Eu ainda acredito na capacidade de reflexão de homens como o senhor, do ser humano.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Sr. Rubens, a até pouco tempo atrás, a gente estava aqui com 50 mil pessoas assistindo *online* a alguns canais que a gente mapeou, fora o ao vivo nas TVs que estão transmitindo. As pessoas só querem respostas. O senhor pode ajudar.

Numa pergunta de uma colega agora há pouco, o senhor disse que manifestou uma insatisfação ao Careca do INSS com relação a tudo que o senhor está passando aqui, por essas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas. O senhor manifestou. E o senhor disse que foi não diretamente ao Careca do INSS, o senhor disse que foi através dos emissários dele.

O senhor lembra disso? (*Pausa.*)

Quem são os emissários do careca do INSS?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA (Para depor. *Fora do microfone*.) – Eu só falei com o filho dele.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Por favor, se o senhor puder... Eu lhe agradeço.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Só falei com o filho dele.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Com o filho dele? Como é o nome dele?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Romeu Antunes.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Qual era a relação que o senhor tinha com o filho dele? Era constante?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Nenhuma.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – E, de uma hora para outra, como é que o senhor chegou?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Era uma forma de chegar alguma informação a ele, cobrando responsabilidade sobre tudo que está acontecendo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Porque ele não estava lhe atendendo mais, o Careca?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – O senhor tentou falar com o Careca, e ele já não o atendeu mais?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não cheguei a tentar, tentar, mesmo. Houve uma oportunidade de ver o filho dele e cobrar responsabilidade.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Pessoalmente?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – É.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – E o que foi que o filho dele falou?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Ele falou que eu não tinha nada a ver com isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Disse que o senhor não tinha nada a ver com isso?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Exato.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Quando o senhor fez essa viagem com a sua esposa, lá para a região dos Lagos... Um presente do Careca, foi isso?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não. Nunca houve presente, nunca recebi presente, nem propina, nem...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Não, mas não teve uma viagem que o senhor falou, da região dos Lagos?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Fiz.

Eu sempre faço num período de férias, de descanso...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – E o senhor ficou a convite do Careca lá?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não, não fiquei a convite do Careca.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Mas teve alguma... O senhor contratou um hotel diretamente?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Foi com recursos próprios meus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Com recursos próprios o senhor foi?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Exatamente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Por falar em recursos próprios, foram esses emissários – o filho dele ou o Careca – que pagaram o seu advogado?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Foi o senhor que pagou o seu advogado?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Amigos e familiares.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Amigos e familiares que acertaram diretamente.

Quando e onde o senhor encontrou o filho do Careca?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Foi logo após o estouro da ação da Polícia Federal. Eu liguei, na verdade, para poder questionar por qual razão a polícia estava na minha porta e quem é que ia resolver essa questão, porque eu não estava envolvido com nada.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Eu vou insistir na pergunta do colega que me antecedeu, o Deputado Rodolfo: o senhor está arrependido?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Eu não entendi a sua pergunta. Como "está arrependido"?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – A minha pergunta é direta: o senhor está arrependido por ter participado desse esquema em que milhões de pessoas foram lesadas, de pessoas pobres...

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Estou arrependido de eu ter sido logrado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – O senhor está arrependido...?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – De ser logrado, ludibriado, entendeu?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – O senhor está dizendo que foi enganado?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Exato.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – O senhor sabe dizer se, de alguma forma, esses recursos desviados dos brasileiros mais pobres abasteceram campanhas políticas? O senhor tem alguma informação, alguma pista para dar para a gente?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Nas conotações sobre o assunto... Prefiro ficar em silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – O senhor está tendo a oportunidade de ajudar a gente a encontrar quem realmente é o peixe grande dessa história.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – E eu só posso falar o que eu sei.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Mas a resposta... O senhor não me deu a resposta.

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – A resposta que eu dei foi exatamente em função da sua afirmação. As conotações sobre o assunto podem ser usadas para me incriminar. Então, eu me reservo o direito de ficar calado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Eu notei...

Perfeito.

O senhor estava falando... Quando o Relator estava ali perguntando, o senhor começou a falar e depois o senhor parou – talvez um sinal do advogado... Eu queria insistir.

Foi na hora em que lhe foi perguntado sobre a questão de em que oportunidade o senhor conheceu o Sr. Gaspar. Porque olha só, Deputado Marcel, esse Gaspar é assessor de um Senador da República aqui – olha como essa história é cabeluda, a do Careca, Presidente –, assessor de um Senador da República. Ao mesmo tempo, você tem o filho do Ministro da Justiça, Lewandowski, que defendia, até pouco tempo atrás, associações que roubaram dinheiro dos aposentados do Brasil; você tem o Sr. Milton, advogado, que aqui esteve, que também é assessor de um Senador da República, do PDT... É tudo muito estranho o que está acontecendo aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu lhe pergunto: como é que o senhor... Em que oportunidade, o senhor conheceu o Sr. Gaspar e o Sr. Careca do INSS? Foi ali que eu percebi que o senhor queria falar. Em que momento, quem foi que lhe apresentou? Foi algum Senador, foi algum Deputado?

(*Soa a campainha.*)

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – As conotações sobre o assunto podem ser usadas para me incriminar. Reservo o meu direito de ficar em silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Olha, Sr. Presidente, eu... Assim...

A gente precisa saber que mesadas foram essas, que saíram na mídia – tem requerimento nesse sentido, inclusive. Eu acho que isto deve ser a prioridade número um, Relator: a gente saber que Congressistas, que Deputados e Senadores estavam recebendo mesada desse escândalo – isso é um dever que nós temos.

Eu quero reiterar isso, porque, como falou o Deputado Marcel, esse negócio de oferecer *media training* aqui, o Governo Lula, porque explodiu esse roubo dos brasileiros no Governo Lula. Há dois anos, estavam sabendo disso, as informações chegaram e não tomaram medidas, esperaram mais dois anos até a operação. E eu acredito que a gente precisa dar um fim nisso.

Infelizmente, com todo o respeito ao senhor... O senhor teve a oportunidade de entregar os peixes graúdos aqui, seja político, seja empresário, quem quer que seja – o senhor não entrega. Então, eu acredito que, com as suas incoerências, o pedido de prisão preventiva – eu não tenho dúvida – vai lhe dar mais chance de reflexão, para o senhor fazer uma delação e entregar o que está acontecendo.

Eu quero reiterar, Presidente, esse pedido de prisão, porque a sociedade espera de nós um posicionamento, senão aqui a gente não vai ter um desfecho correto nesta CPMI, que o senhor está conduzindo também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Girão.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Pela ordem.) – Uma informação relevante aqui, pela ordem.

Para gente começar, Sr. Relator, é preciso só reforçar aqui que, hoje, o Senador Weverton, antes de ser Deputado, ele teve a oportunidade de ser assessor do Ministro Lupi. A gente começa a ter, começa a ligar as coisas. Então, só para passar para o Relator essa informação, para ele, de repente, fazer uma busca aí, porque isso parece que tem... Roda, roda, roda, e ele volta para o mesmo lugar, né?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Como último orador da noite, por três minutos, o Deputado José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT. Para interpelar.) – Alteza, eu gostaria de pedir o benefício da isonomia, como o Deputado Evair de Melo, que teve a benevolência de dez minutos. (*Pausa.*)

Muito obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, eu tenho visto, aqui na CPI, vários... Foram dez minutos que V. Exa. ganhou.

Sr. Presidente, eu tenho visto aqui na CPI vários interesses em relação ao tema e acho que o interesse aqui não deveria ser outro senão a gente descobrir: primeiro, quem são os responsáveis; segundo, onde está esse dinheiro, para vir, para que fosse devolvido aos aposentados.

Agora, eu vejo um esforço muito grande de fazer, que nem faziam com o crime da morte de Marielle, tentavam, costeavam o alambrado o tempo inteiro, até subiam no alambrado para dizer, para tentar dizer que era Bolsonaro.

Aqui, é a mesma coisa, só que algumas coisas não batem. Eu fico encafifado: por que sindicatos, associações ligadas ao PT roubariam dinheiro para dar para Bolsonaro? Dois. Esse careca, pelo que eu tenho ouvido até agora, me parecia um grande Youssef, um facilitador que trabalhava nesse grande esquema para todas essas associações, através dessas empresas que foram faladas aqui. Aí eu pergunto: por que esse Careca mandaria... Se trabalhava para uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Contag, por que iria mandar dinheiro para Bolsonaro? Dois. Se o Bolsonaro era responsável por um esquema tão sórdido, por que logo no início do Governo ele começou a tentar criar fechaduras para isso? Por que foi criando legislações? Por que alguém que queria ganhar dinheiro iria chamar para si atenção, criando legislação para isso? E o mais incoerente de tudo é por que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Se o Bolsonaro era responsável, por que os Deputados do PT e Senadores iam defender com tanta força contrariamente às medidas que tentavam fechar o esquema?

Outra coisa que não faz sentido – e essa me faz repensar muito, pensar muito sobre isso – é por que a gente está vendo aqui uma vontade tão grande de criar essa cortina de fumaça, de jogar para o outro Governo... Dá-se tanta importância ao tempo, por exemplo, a empresa foi criada em novembro, "mas foi em 2022, no Governo Bolsonaro!". Não seria interessante buscar a verdade real dos fatos, e não tentar jogar para o outro? Porque, a meu ver, aqui está se encaixando o teorema do filósofo Mão Santa: "O PT, quando não está mentindo, está roubando; quando não está roubando, está mentindo".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado José Medeiros.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Relator.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu gostaria de falar pela Liderança também.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – V. Exa. me permite dar uma chance ao depoente para esclarecer uns fatos?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Falo pela Liderança depois, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Senhor depoente, vou fazer algumas perguntas objetivas ao senhor.

A primeira dessas perguntas, de forma objetiva: o Sr. Gustavo Gaspar concedeu procuração ao senhor para movimentar contas bancárias?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA (Para depor.) – Somente para abertura. A procuração diz muito mais, mas só para abertura.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Perguntando ao senhor: de forma bem clara, o Sr. Gustavo Gaspar concedeu para o senhor procuração para movimentar contas bancárias?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem.

Senhor depoente, afora o Sr. Romeu... O senhor aqui foi muito claro quando o senhor respondeu ao Senador Girão e anteriormente tinha respondido a outro Parlamentar – que eu não me recordo –, o senhor falou emissários do Sr. Careca. O senhor citou o filho dele como um desses emissários. Quais foram os outros emissários?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Se eu falei no plural, eu me enganei. Só um emissário, o Sr. Romeu Antunes.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual o conhecimento que o senhor tem com a empresa Wm System Informatica Ltda.?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Nenhum.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já esteve, em algum momento, pessoalmente, com o Sr. Rodrigo Moreira?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já fez alguma transação bancária com o Banco Daycoval? (*Pausa.*)

Olha, essa é uma pergunta aqui baseada em documentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor já fez alguma transação bancária com o Banco Daycoval?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não me lembro de ter feito.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode afirmar categoricamente que não fez ou o senhor não se recorda?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não me recordo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual a sua relação com a Acca?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Nenhuma.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem. (*Pausa.*)

Quanto o senhor movimentou de recurso financeiro das empresas em que o senhor foi listado como diretor? Eu não estou falando da parte administrativa, estou perguntando se o senhor agia movimentando financeiramente essas empresas?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Para a realização de pagamentos de fornecedores, sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E para outros tipos de transação?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Ou eu pagava fornecedores ou fazia a transferência direta para o proprietário delas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor recorda quanto transferiu diretamente para o proprietário?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não, senhor. (*Pausa.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor falou aqui do Sr. Alexandre Guimarães. Foi dito aqui. Quem lhe apresentou Alexandre Guimarães?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – O Sr. Antônio Camilo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem lhe apresentou a Maurício Camisotti?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Ninguém. Nunca houve...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem lhe apresentou a Thaisa Hoffmann?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Antônio Camilo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem lhe apresentou a Virgílio, marido de Thaisa?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Ninguém.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quantas vezes o senhor esteve com a Sra. Thaisa?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Sempre nos falávamos por telefone, WhatsApp, nunca presencialmente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor disse que esteve com o Sr. Alexandre Guimarães há cerca de um mês. A empresa com que o senhor mantinha esse relacionamento com o Sr. Alexandre Guimarães, desde a sua constituição até o presente momento, movimentou quanto?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Algo em torno de 1,5 milhão a 1,8 milhão.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor foi remunerado por essa movimentação?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Como administrador, sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Curitiba, o senhor disse que era diretor da Curitiba. Quanto a Curitiba Consultoria movimentou enquanto o senhor estava lá?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Não sei lhe informar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aproximadamente?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Reservo-me o direito de não responder, já que não tenho informação ao certo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor, da outra vez, respondeu R$5 milhões. Quero dizer para o senhor que a Curitiba movimentou mais de R$40 milhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Prospect... Quanto movimentou a Prospect enquanto o senhor estava lá?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – Aproximadamente, R$140 milhões.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Movimentou, enquanto o senhor esteve à frente lá, R$ 200 milhões.

ACDS Call Center, quanto movimentou?

O SR. RUBENS OLIVEIRA COSTA – De cabeça, não sei informar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor disse, da outra vez, que movimentou R$2 milhões. Ela movimentou R$13 milhões. Mas, olha, nessas daqui o senhor poderia ter alguma implicação, já que o senhor foi o financeiro. Mas, nas outras, foram perguntas objetivas, Sr. Presidente, as quais o depoente faltou com a verdade. E teve o momento para retratação.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Pela liderança, Deputado Marcel van Hattem.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Presidente, eu gostaria de, pela ordem, não sei se antes ou depois?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS. Pela ordem.) – Só para, acho que esclarecer, os colegas, ou até fazermos uma interpretação mais aprofundada da legislação...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Acerca do falso testemunho e de quem pode decretar essa prisão.

O §3º da Lei nº 1.579/52, que cuida das CPIs ou CPMIs, também, determina que as Comissões – eu vou tentar ser breve aqui... Determina que caberá ao Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito – esse é o 3º-A... "Caberá ao presidente da Comissão Parlamentar de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inquérito, por deliberação desta, solicitar, em qualquer fase da investigação, ao juízo criminal competente medida cautelar necessária [o que foi requerido em relação às prisões cautelares, tá?], quando se verificar a existência de indícios veementes da proveniência ilícita de bens". Enfim...

Porém, o art. 58 da Constituição, que trata das Comissões, e de uma interpretação do §3º, das atribuições dos membros ou do Presidente... O que eu depreendo e entendo ser importante para que fique bem claro? Dentro do âmbito da CPI, os Parlamentares têm prerrogativas específicas estabelecidas pelo artigo 58, §3º, da Constituição Federal, e pela legislação que regula o funcionamento das CPIs, como é o caso da Lei nº 1.579.

Uma CPI pode determinar a prisão em flagrante de testemunhas ou investigados que cometem crimes durante os trabalhos da Comissão, como é o caso do falso testemunho, em curso no art. 342, do Código Penal, ou até mesmo desacato, que é o art. 331 do Código Penal.

Nesses casos, o Presidente da CPI, ou outro Parlamentar designado, pode dar voz de prisão, mas a efetivação da prisão, geralmente, como é o caso, é realizada pela Polícia Legislativa ou por autoridades policiais presentes.

Ou seja, não há nenhuma jurisprudência que eu tenha encontrado, ou uma súmula do STF, algo assim, que trate, que seja o Presidente da CPI que possa dar a voz de prisão no âmbito aqui da CPI.

Pode ser o Presidente ou um membro. A cautelar, não. V. Exa. determina.

Então, dentro desse espectro, é bom que entendamos que qualquer um pode dar voz de prisão, sim, porque não há entendimento que esteja acima do 342 do Código Penal. E, se houve ou se há algum precedente dentro de CPIs anteriores ou CPMIs, como eu ouvi dizer, ela é oriunda de um consenso, de um acordo entre os membros, mas ela não faz, de forma alguma, precedente para as próximas CPIs.

Então, eu mesma, como Relatora, dei voz de prisão para uma pessoa que estava numa oitiva, pessoa que estava amparada por um salvo-conduto de um HC, mas eu dei voz de prisão quando ele, em questões objetivas e óbvias, como "não conheço tal pessoa", e tal pessoa é – ou era – sócia numa empresa, encontramos fotos também. A mentira era muito clara, e era a décima vez

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

que essa pessoa mentia. Eu dei voz de prisão, essa pessoa foi detida. Enfim, para que os colegas entendam a diferença entre um caso e outro.

Então, não havendo excepcionalidade do 342 em nenhuma norma, ou seja, ela vige e nada está acima dela. É a minha compreensão, acredito que seria necessário aprofundar. Marcelo Cheli, que é da Advosf, tem um livro, lançou dias atrás, um livro sobre CPIs. Então, ele não está aqui hoje, mas creio que seja importante averiguarmos essas questões; e hoje foi um caso muito patente sobre isso, por isso que eu gostaria, Vice-Presidente Duarte e todos os colegas, que pudéssemos nos aprofundar, para que não tenhamos esse dissabor de chegarmos até este momento nessa dúvida, e para que os outros não tenham a mesma coragem de mentir, porque fica realmente muito ruim.

Agradeço, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senadora Soraya Thronicke, primeiro, obrigado pelo esclarecimento, pelo posicionamento de V. Exa.

Quando se trata de prisão dentro de uma CPMI, a partir do momento que a Polícia do Legislativo é acionada, passa-se a aplicar o Código de Processo Penal. No Código de Processo Penal, a decisão é apenas do Presidente. É ele quem assume a responsabilidade diante do pedido.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Numa CPI?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Qual o artigo no Código de Processo Penal?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O artigo cento e... 794.

Nós fizemos um estudo bem apurado dessa questão antes, e agradeço, mas a decisão, em todo e qualquer sentido, é apenas do Presidente da Comissão, na decisão final.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Cento e sete, §4º, CPP?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O 794, no ar: A polícia... Vou ler para V. Exa. para facilitar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – O 794 do CPP...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – "A polícia das audiências e das sessões compete aos respectivos juízes ou ao presidente do tribunal, câmara, ou turma, que poderão determinar o que for conveniente à manutenção da ordem. Para tal fim, requisitarão força pública, que ficará exclusivamente à sua disposição".

Foi retirado do próprio código, apenas para esclarecer a V. Exa. sobre essa questão.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – É uma questão de interpretação...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, Excelência...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Não, na minha visão. Concordo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É uma questão de decisões.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Entendo, respeito, mas eu acho que é bom aprofundar, na minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Eu vou aprofundar o meu estudo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pela Liderança, o Deputado Marcel van Hattem, cinco minutos.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, baseado no que eu ouvi aqui... Eu estou desde o início, o senhor sabe, eu ouvi todas as perguntas e a manifestação do depoente, do Relator e agora a manifestação final do Relator.

Ficou muito claro que houve, sim, contradição, houve mentira do Sr. Rubens. Pelo crime de falso testemunho, ao que tudo indica, pelo pedido do Relator, o Sr. Rubens deve sair daqui preso. Eu imagino isso. Não sei se por má-fé, não sei se porque está querendo proteger alguém, se está se protegendo porque se sente ameaçado, se está talvez perdido e em algum momento confundiu os dados, o fato é que ele se contradisse e mentiu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há ainda uma interpretação sobre a sua mesa sobre o *habeas corpus,* e o senhor vai ter que decidir submeter ao Plenário esse pedido de prisão do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não se submete ao Plenário.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor decide.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A voz de prisão uma vez dada é decisão final da Presidência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O.k. Fica claro isso também, então, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Agora, o que eu queria chamar a atenção aqui, Sr. Presidente, é que já foi dito mais cedo que o Sr. Rubens vive uma vida modesta, a não ser que ele escondeu bem o fruto desse roubo todo que aconteceu. Nós sabemos – ficou claro – , e ele mesmo reconhece que participou desse esquema, fosse desconhecido de sua parte ou mesmo tendo ciência, ele participou da engrenagem que roubou os aposentados. O fato é que ou ele escondeu muito bem o fruto desse roubo ou ele também, de certa forma, acabou roubado, o que é incrível pensar, porque, se ele diz que recebia R$70 mil por mês, Deputado José Medeiros, e vive de aluguel, tem um carro que ele está pagando um financiamento de R$4,8 mil por mês, tem R$300 mil numa poupança que está bloqueada, e, quando eu perguntei se ele passava um valor, uma parte desse valor, Senador, para outra pessoa, ele disse: "Eu me reservo o direito de ficar em silêncio"... Para mim me parece, Presidente, é claro que eu estou interpretando, pode não ser a verdade, mas para mim me parece que alguém estava recebendo, inclusive parte dos R$70 mil que ele declarava receber.

Então, Sr. Presidente, o que eu estou vendo aqui é a iminência da prisão de uma pessoa que incorreu em falso testemunho, que não é vítima desse processo, não me entendam mal, porque participou da engrenagem, mas que é uma engrenagem muito mais robusta e que precisa ir atrás dos peixes grandes, das pessoas que inclusive envolveram o Sr. Rubens nisso, seja ele tendo a consciência disso ou não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, Sr. Presidente, eu cito aqui a matéria de sábado: "ONG desviou emenda de deputado a empresa ligada à Conafer". E aí tem uma foto do Euclydes Pettersen, de Minas Gerais – o seu estado, Sr. Presidente –, que vendeu por R$400 mil o seu avião para um dirigente de uma entidade ligada à Conafer que recebeu R$2,5 milhões de emenda parlamentar dele!

Aí a gente vai aqui para o Senado, o mais suntuoso de todos os gabinetes aqui no Senado é o do Senador Weverton, que foi assessor parlamentar do atual Ministro da Previdência do Lula, ligado também ao Carlos Lupi, que teve como assessor o advogado do Sr. Milton, que esteve aqui na semana passada, o Antonio Malva Neto, e ele está aqui apertando as mãos dos Senadores nos corredores ainda!

E aí para finalizar, Sr. Presidente, nós temos uma matéria da *Veja* de sexta. Escândalo do INSS: homem de confiança de Alcolumbre recebe R$3 milhões de empresa investigada. Então, uma das empresas investigada por ter roubado – de empresa não dá nem para chamar isso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... isso não é empresa! – dos idosos, passou R$3 milhões para o ex-chefe de gabinete do Alcolumbre, que hoje continua empregado no Senado, ganhando R$31 mil por mês!

Sr. Presidente, Senador Carlos Viana, eu quero concluir dizendo o seguinte: o senhor e vários Parlamentares pediram as imagens do Senado da República para saber quem visitou quem ou em que gabinete o Sr. Careca foi, desde 8 de setembro, o Sr. Davi Alcolumbre não respondeu. A negativa – a negativa! – de acesso às imagens vem por Lei de Acesso à Informação, não foi por causa de pedido da CPMI. Eu quero pedir ao Sr. Presidente... Eu vou protocolar para que na quinta-feira nós exijamos, porque nós temos poder de autoridade judicial – exijamos! –, do Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, que, no prazo de 24h, 48h, o senhor decide, Sr. Presidente – o senhor decide –, ele entregue as imagens. Sigilo de cem anos é deboche. O Senado tem 200 anos e quer deixar por cem anos escondido, até que todo mundo aqui morreu, quem o Careca visitou.

Portanto, Sr. Presidente, aqui vai chegar a mais gente grande, o irmão do Lula, a gente sabe, é dirigente também de entidade, tudo explodiu agora no Governo Lula. Ou a gente vai atrás dos peixes grandes, ou o que está acontecendo aqui com o Sr. Rubens não vai levar a nada, vai ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais um exemplo de que nós estamos caminhando para a impunidade ou apenas para punir aqueles que ajudaram lá... Eu não estou tentando pular para a conclusão...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas, para concluir mesmo, Presidente. Para quem ajudou lá na engrenagem, lá no *back office* e não está pegando os peixes grandes, que continuam caminhando – eu só citei três nomes –, caminhando inclusive com posições de relevo aqui...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... e até agora – para encerrar – não foram responsabilizados.

Digo mais, Sr. Presidente, se Davi Alcolumbre não entregar as imagens, a partir do momento em que o seu ex-Chefe de Gabinete está implicado, pode ser enquadrado como alguém que está querendo obstruir a justiça.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS HENRIQUE ALVARENGA URQUISA MARQUES – Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Sr. Urquisa.

O SR. CARLOS HENRIQUE ALVARENGA URQUISA MARQUES – Só um posicionamento jurídico aqui, que é importante. Eu vou pedir a V. Exa. que V. Exa. tem que indeferir pedidos ilegais, incompatíveis, e esse pedido de prisão preventiva, enquanto é investigado, é incompatível com o pedido de prisão em flagrante como testemunha. Além disso, ele sistematicamente foi tratado aqui, nominalmente, como acusado, investigado. Várias vezes apontaram o dedo nele aqui, na cara dele. As provas, os elementos de convencimento para falar que houve falso testemunho, Excelência, foram tirados do inquérito também, em que ele está como investigado. E é falado que se ele conseguisse alcançar a coerência, ele está salvo. Quer dizer que ele está prejudicado, se não tiver? E, se ele está prejudicado, Excelências, com todo o respeito à Casa, e eu busco justamente para não fragilizar juridicamente qualquer decisão, porque a quem se pede prisão preventiva não se pode decretar prisão em flagrante por falso testemunho, é claro, mas, se ele se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

prejudica pelas respostas e incoerências, Excelência, com todo o respeito, ele está acobertado pelo *habeas corpus*, porque, decorre pelos poderes implícitos, decorre da não autoincriminação, ele também poder não ser coerente do que for, poder ser inerte, poder silenciar-se. E não é o caso, porque sistematicamente aqui ele foi coerente, ele foi honesto, mas, se quisesse, alguém nessa situação poderia mentir, porque é – e não é o caso... Porque está acobertado pelos poderes implícitos da não autoincriminação.

Eu peço a V. Exa. que considere isso nas suas ponderações.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem, em razão da fala do advogado.

Queria trazer também aqui argumentos jurídicos, porque...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dois minutos para o Deputado Duarte Jr.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Presidente, eu vou tentar falar em dois minutos, Presidente, mas o próprio advogado não teve os dois minutos.

Eu queria enfatizar aqui, porque a fala do advogado vai de encontro não a mim, mas vai de encontro ao trabalho de V. Exa. e de todos os Parlamentares que aqui estão. Ele é literal ao avaliar quando um Deputado que não é advogado, quando um Senador que não é advogado fala e comete talvez um erro técnico jurídico, uma tecnicidade. Isso não é correto. Isso não é ético, não é de boa-fé.

O que nós testemunhamos aqui foi o seu cliente ter dezenas de chances que V. Exa., Sr. Presidente, está dando, que a CPMI está dando, de ele reconhecer os erros, de ele reconhecer que mentiu e de ele se retratar. Vários Parlamentares aqui perguntaram, ele repetiu, ele insistiu conscientemente na mentira. Não suficiente, na minha fala, eu repeti os questionamentos, ele mentiu de forma ainda mais desproporcional.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Não suficiente, o Relator, o Deputado Alfredo, fez novamente, pela décima vez, os questionamentos, e ele insistiu, de forma convicta, na mentira.

Então, aqui, a gente não está falando de mero engano. Se o seu cliente permanecesse calado, que é um direito que lhe assiste, está na Constituição, mas ele decidiu falar, espontaneamente decidiu falar... Talvez foi um erro do advogado de não orientar que ele permanecesse calado.

Eu estou aqui com a decisão do Ministro Fux. O Rubens não está aqui fazendo favor, ele não está aqui espontaneamente, ele não está aqui, porque ele "ah, decidi ir, porque eu sou bonzinho". Não é. Ele está aqui, porque esta CPMI convocou ele na condição de testemunha, e o Ministro Fux, mesmo após ele ter impetrado *habeas corpus*... Porque o Fux não se manifestou de ofício, ele foi provocado, foi provocado, porque o Rubens tentou fugir desta CPMI. E, ao tentar fugir, impetrando um *habeas corpus*, o que o Fux fez? Decidiu, diferente de outros Ministros do Supremo, garantindo que a CPMI pudesse ouvi-lo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Excelência.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – E aqui eu destaco, Presidente, para encerrar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, pois não.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – O final da decisão do Ministro Fux, no *habeas corpus*, em resposta ao *habeas corpus*, disse: "não seja preso em razão de permanecer em silêncio nos casos de autoincriminação". Ele falou, porque quis. Ninguém obrigou ele a falar. Todos nós estamos cumprindo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Excelência, por favor.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... a decisão do Supremo.

E aqui eu repito, para terminar, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Para encerrar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não assinou o termo de compromisso. Quando foi questionado pela Acca qual a relação dele, ele mentiu uma vez, eu perguntei, ele insistiu na mentira a segunda vez...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, para encerrar, por favor, Vice-Presidente.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – O Relator perguntou novamente, ele mentiu pela terceira vez.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu cedi a palavra a V. Exa. por dois minutos, por uma gentileza. Por favor.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Para concluir, Sr. Presidente, por 30 segundos. Eu concluo agora.

Foi perguntado pela procuração... Ele mentiu mais de três vezes, ou seja, foram dezenas de mentiras.

E é por essa razão que nós aqui, pelo respeito às pessoas que foram roubadas, pelo respeito à credibilidade e seriedade desta CPMI, porque, quando a gente anda pelos corredores desta Casa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Excelência, por favor.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Quando a gente anda...

Estou terminando, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza, termine.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Então, o encerramento é que V. Exa. cumpra o seu papel enquanto Presidente e possa determinar a prisão pelo falso testemunho, porque ele mentiu.

E eu não estou aqui uma hora desta aqui... Tenho outras coisas para fazer, eu não estou aqui brincando. Eu estou aqui para que essas pessoas que roubaram, seja como partícipes, seja auxiliando, seja como for, mas roubaram o povo brasileiro, possam ser presas. Não posso aceitar. É inacreditável um sujeito desse que roubou, colaborou, fez o que fez...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, por favor, por favor.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... saia daqui mentindo na nossa cara. Eu não posso aceitar. Então, meu pedido é que...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência!

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... V. Exa. decrete a prisão em flagrante.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

V. Exa. acaba me colocando numa situação muito difícil, porque eu tento, como respeito e gentileza, ceder a palavra, mas V. Exa. infelizmente acaba ultrapassando o limite.

Outra coisa: ninguém está aqui para brincar de CPMI, nem V. Exa., muito menos eu, o Relator, ou qualquer um dos Parlamentares que está aqui. Vossa fala, em alguns momentos, inclusive, até nos ofende. Então, por gentileza, o senhor como todos os demais aqui... Vamos seguir o regulamento e temos a mesma forma de agir e de representar. Por favor!

O Sr. Rubens Oliveira Costa veio aqui como testemunha, debaixo de um *habeas corpus* em que foi dado a ele o direito de se silenciar sobre os assuntos em que ele poderia se autoincriminar. Esse direito foi respeitado do começo ao fim desta CPMI. Em todos os momentos, ele foi instado a falar, respeitosamente, teve todos os momentos com o seu advogado respeitados, e esta CPMI buscou a verdade a todo momento.

Quero dar uma informação técnica aqui. É importante mencionar que a CPI segue o princípio da colegialidade, razão pela qual a imputação da condição de investigado ou testemunha a determinada pessoa decorre de uma decisão colegiada, jamais da posição isolada de um ou de mais membros.

Não está aqui ninguém que queira uma condenação antecipada de quem quer que seja, porque nós estamos aqui para investigar, mas está aqui quem tem de zelar pela lei e pela Constituição.

O que nós vimos hoje – o Brasil assistiu – é, mais uma vez, o silêncio de quem conhece, sabe como funcionou e não quis trazer informações, quando foi perguntado, sobre o maior esquema de roubo dos aposentados do Brasil. Nesta Comissão, nós vimos aqui, a todo momento, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

depoente tentando não dar informações corretas a este Parlamento, esconder documentos, fugir das respostas e, muitas vezes, ocultar a verdade, mas aqui, senhores, e quero deixar isso muito claro, não é terra sem lei. A nossa paciência tem limites, e a nossa determinação, não. Nós vamos até o fim com essa investigação.

O crime de falso testemunho, previsto no art. 342 do Código Penal, é gravíssimo. Quem mente diante desta CPMI não afronta apenas os Deputados e Senadores, afronta a nossa lei, a Constituição e o povo brasileiro.

Quando alguém esconde a verdade aqui dentro, é um desrespeito, especialmente, neste caso, aos aposentados na fila do remédio, à viúva que chora para pagar as contas, a quem faltou dinheiro no final do mês para tudo isso. E está muito claro, pela documentação que nós temos nesta CPI, que o esquema era totalmente conhecido, especialmente pela experiência profissional da testemunha que veio até esta CPMI.

Por isso, esta Presidência encaminhará, imediatamente, o pedido de prisão e as representações criminais cabíveis contra a testemunha.

Está registrado em ata o comportamento do depoente nesta CPMI. Diante das mentiras constatadas, das contradições flagrantes, da ocultação de documentos, está caracterizado o crime de falso testemunho.

Na condição de Presidente desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, diante do flagrante delito, eu, neste ato, dou voz de prisão ao depoente por crime de falso testemunho contra esta CPMI.

Determino...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa. não pode mais se manifestar, Sr. Advogado, agora só nos autos.

Determino à Polícia Legislativa do Congresso Nacional que proceda, imediatamente, à condução do preso, com todas as garantias constitucionais, e que seja comunicada a autoridade judicial para as devidas providências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta CPMI – e aqui eu vim pautando ponto por ponto – não será instrumento de blindagem de ninguém. Esta CPMI vai até o final, doa a quem doer. Quem rouba do aposentado rouba do Brasil. E aqui, meus amigos, quem mente vai pagar o preço.

Polícia Legislativa, que se cumpram as decisões desta Casa.

O SR. CARLOS HENRIQUE ALVARENGA URQUISA MARQUES (*Fora do microfone.*) – Excelência, antes de...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Não, Excelência, o senhor me desculpe. O senhor não pode mais se manifestar, só nos autos agora.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião, convidando-os para a próxima, a ser realizada 25/09, para a oitiva do Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes, conhecido como Careca do INSS.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 16 horas e 11 minutos do dia 22/09/2025, a reunião é encerrada à 0 hora e 12 minutos do dia 23/09/2025.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DO INSS - 2025 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 2025, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e trinta e oito minutos do dia vinte e cinco de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Parlamentares Carlos Viana e Duarte Jr., reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025 com a presença dos Parlamentares Soraya Thronicke, Jussara Lima, Professora Dorinha Seabra, Styvenson Valentim, Augusta Brito, Sergio Moro, Rogério Carvalho, Eliziane Gama, Paulo Paim, Nelsinho Trad, Jorge Seif, Izalci Lucas, Marcio Bittar, Magno Malta, Randolfe Rodrigues, Fabiano Contarato, Teresa Leitão, Rogerio Marinho, Coronel Chrisóstomo, Coronel Fernanda, Bia Kicis, Alfredo Gaspar, Átila Lira, Ricardo Maia, Sidney Leite, Ricardo Ayres, Alencar Santana, Luciano Vieira, Zé Trovão, Fernando Rodolfo, Gilson Marques, Kim Kataguiri, Delegado Fabio Costa, Evair Vieira de Melo, Lucas Redecker, Paulo Pimenta, Rogério Correia, Orlando Silva, Bruno Farias, Dorinaldo Malafaia, Marcel van Hattem e Luiz Lima, e ainda dos Parlamentares Veneziano Vital do Rêgo, Wellington Fagundes, José Medeiros, Delegado Caveira e Gisela Simona, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Chico Rodrigues, Leila Barros e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A reunião é suspensa às onze horas e sete minutos e reaberta às onze horas e dez minutos. A reunião é suspensa às treze horas e sete minutos e reaberta às quatorze horas e vinte e um minutos. A reunião é suspensa às dezesseis horas e quarenta e dois minutos e reaberta às dezesseis horas e cinquenta e um minutos. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em três partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 946 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Rodrigo Moraes, apontado como sócio da ARPAR Administração, Participação e Empreendimento S.A." **Autoria:** Deputado Sidney Leite. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 1868 de 2025** que: "Requer a representação pelo pedido de prisão preventiva de Nelson Wilians Fratoni Rodrigues, advogado." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 1817 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues, advogado, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2024." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 1953 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal e, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues, abrangendo o período de 23 de setembro de 2020 a 23 de setembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 1954 de 2025 que: "Requer a convocação do Sr. Silas Bezerra de Alencar, empresário." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Rejeitado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 1881 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Silas Bezerra de Alencar, sócio administrador da empresa Orleans Viagens e Turismo LTDA ME." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Rejeitado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 1888 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Silas Bezerra de Alencar, sócio administrador da empresa Orleans Viagens e Turismo LTDA ME" **Autoria:** Deputado Coronel Chrisóstomo. **Resultado:** Rejeitado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 1955 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Aline Bárbara Mota de Sá Cabral, que, de acordo com o depoente Milton Salvador de Almeida Júnior, exerceu a função de secretária de Antônio Carlos Camilo Antunes, tendo posteriormente sido promovida ao cargo de gerente administrativa." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 1956 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Fernando dos Santos Andrade Cavalcanti, empresário." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 1957 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Carlos Roberto Ferreira Lopes, Presidente da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais (CONAFER)." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 1163 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Carlos Roberto Ferreira Lopes, Presidente da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Rurais do Brasil – CONAFER." **Autoria:** Deputado Orlando Silva. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 1267 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Carlos Roberto Ferreira Lopes, presidente da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares Rurais e Empreendedores familiares Rurais do Brasil - CONAFER." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 1328 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Carlos Roberto Ferreira Lopes, presidente da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares - CONAFER." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 1383 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Carlos Roberto Ferreira Lopes, presidente da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares Rurais e Empreendedores Familiares Rurais do Brasil - CONAFER." **Autoria:** Deputado Alencar Santana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 1458 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Carlos Roberto Ferreira Lopes, Presidente da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares Rurais e Empreendedores familiares Rurais do Brasil (CONAFER)." **Autoria:** Deputado Sidney Leite. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 1506 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Carlos Roberto Ferreira Lopes, presidente da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 1772 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Carlos Roberto Ferreira Lopes, presidente da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais – CONAFER." **Autoria:** Deputado Evair Vieira de Melo. **Resultado:** Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 18 - REQUERIMENTO Nº 1958 de 2025 que: "Requer a convocação do Sr. Gustavo Marques Gaspar, empresário." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Rejeitado. **ITEM 19 - REQUERIMENTO Nº 1936 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Gustavo Marques Gaspar, empresário e signatário de procuração concedendo plenos poderes a Rubens Oliveira Costa." **Autoria:** Deputado Kim Kataguiri. **Resultado:** Rejeitado. **ITEM 20 - REQUERIMENTO Nº 1959 de 2025** que: "Requer à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (DATAPREV) o envio de informações sobre o acesso dos Srs. Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho e Antônio Carlos Camilo Antunes ao seu edifício-sede, além de planilhas consolidadas com o quantitativo de operações de bloqueio e desbloqueio de descontos associativos e de pedidos de contestação de desconto indevido." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 21 - REQUERIMENTO Nº 1960 de 2025** que: "Requer, ao Ministério da Previdência Social, o envio de informações e documentos em formato digital relativos a descontos associativos, entre 2015 e 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 22 - REQUERIMENTO Nº 1021 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. José Laudenor." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 23 - REQUERIMENTO Nº 798 de 2025** que: "Requer que seja convocado a prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, o Senhor José Laudenor." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 24 - REQUERIMENTO Nº 518 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. José Laudenor, supostamente envolvido em ações vinculadas ao esquema de descontos indevidos em aposentadorias e pensões por meio de Acordos de Cooperação Técnica – ACT firmados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) com entidades associativas." **Autoria:** Deputado Alencar Santana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 25 - REQUERIMENTO Nº 1950 de 2025** que: "Requer o envio de convite ao Sr. Silas da Costa Vaz, secretário da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais (Conafer), para comparecer a esta CPMI." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 26 - REQUERIMENTO Nº 1903 de 2025** que: "Requer à Câmara dos Deputados o envio de informações sobre registros de entrada e saída do Sr. Felipe Macedo Gomes, dirigente da Amar Brasil Clube de Benefícios (ABCB), desde 1° de janeiro de 2019 até a data de efetivação desta medida, nas dependências da Câmara dos Deputados." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 27 - REQUERIMENTO Nº 1904 de 2025** que: "Requer ao Senado Federal o envio de informações sobre registros de entrada e saída do Sr. Felipe Macedo Gomes, dirigente da Amar Brasil Clube de Benefícios (ABCB), desde 1° de janeiro de 2019 até a data de efetivação desta medida, nas dependências do Senado Federal." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 28 - REQUERIMENTO Nº 1939 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa DRPL Comercialização e Locação de Veículos S.A., abrangendo o período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de agosto de 2025." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 29 - REQUERIMENTO Nº 1872 de 2025** que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Requer, ao TRF1, que sejam prestadas, pelo Senhor Desembargador Federal João Batista Gomes Moreira, informações com o envio do inteiro teor do Inquérito PC/DF 0700502-88.2021.8.07.0001, sobre as fraudes no INSS." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 30 - REQUERIMENTO Nº 1873 de 2025** que: "Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras - Coaf, Ricardo Andrade Saadi, o envio do relatório completo de análise financeira da operação Sem Desconto, da Polícia Federal." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Deliberativa**. **Finalidade:** Apreciar a minuta de projeto de lei a ser apresentado como de autoria da comissão. **3ª Parte - Oitiva**. **Finalidade:** Oitiva do Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes. Oitiva do Antônio Carlos Camilo Antunes, Empresário, em atendimento aos requerimentos 35/2025, 346/2025, 358/2025, 362/2025, 377/2025, 387/2025, 402/2025, 436/2025, 484/2025, 699/2025, 787/2025, 820/2025, 906/2025 e 999/2025. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenove horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Carlos Viana
Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/25

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS, de 2025, que se realiza nesta data, 25 de setembro de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está certa a data hoje, né? (*Pausa.*)

Acertou, né? Então está bom. Hoje nós acertamos.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos – por favor, silêncio! –, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 10ª Reunião.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Congresso Nacional*.

Questão de ordem.

Na última reunião, diversos Parlamentares solicitaram a prisão em flagrante do depoente pelo crime de falso testemunho previsto na lei de CPIs. Após várias chances de retratação, o depoente manteve suas posições, e compreendi que estava configurado o mencionado crime. Assim, dei voz de prisão e determinei as providências a cargo da Polícia Legislativa, numa decisão colegiada.

Na delegacia, o depoente e testemunhas foram ouvidos, foi aberto o inquérito para apuração dos fatos. Agora, a Polícia Legislativa terá 30 dias para averiguar a situação, com recurso às notas taquigráficas e filmagens e, ao final, trará a posição a esta CPMI.

Ontem, eu convoquei o chefe da Polícia do Legislativo para conversarmos sobre essa questão e entender com clareza o que foi feito após o pedido de prisão. O chefe da polícia nos trouxe o relato de que ao inquérito aberto será dada sequência – e, naturalmente, encaminhado à Justiça. E trouxe também um outro posicionamento, que eu apresento aqui aos senhores, da Procuradoria da República, com relação à última prisão que foi feita por uma CPMI no Congresso Nacional.

A decisão da Procuradoria da República entendeu que a prisão não tinha base constitucional, tratava-se de uma prisão abusiva. O inquérito foi encerrado, e a Polícia do Legislativo recebeu uma recomendação da Procuradoria da República, referendada pelo MM. Juiz Dr. David Wilson de Abreu Pardo, que diz o seguinte, eu trago aqui para conhecimento dos Parlamentares:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

> A propósito do papel da polícia judiciária, à autoridade policial cabe o controle primeiro da legalidade de uma prisão em flagrante. Ela ouvirá condutor, testemunhas, conduzido e, só então, decidirá, motivadamente, se houve crime e se a situação era realmente flagrancial.
>
> No caso concreto [da prisão que foi feita anteriormente], este controle foi ignorado. Ao lavrar o auto de prisão em flagrante, expedir nota de culpa e, sobretudo, ao instaurar inquérito policial, autoridade policial do Senado deu sobrevida à ilegalidade e, assim, criou o ato coator e assumiu a condição de autoridade coatora do presente *Habeas Corpus*.

É uma decisão anterior à nossa; a nossa está muito bem embasada, os senhores todos acompanharam aqui. A Advocacia fez todo um trabalho para a polícia, que agora está entregue, mas essa foi a razão de o Sr. Rubens ter sido ouvido e liberado, uma vez que o crime também prevê fiança.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Presidente, eu não entendi...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Eu não entendi...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho, Sr. José Medeiros. O senhor não é membro. Só um instantinho, por gentileza.

Pela ordem... Pois não, Senador Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu só queria ter... Eu não entendi uma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Quando se dá voz de prisão... Foi dada voz de prisão pelo art. 342.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – A pena é de reclusão de dois a quatro anos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Após a instauração do inquérito e a condenação, Excelência.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Não, sim, é a pena prevista.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Eu só quero que o senhor acompanhe meu raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Quando a autoridade policial autua em flagrante, por força do art. 322 do Código de Processo Penal, que diz que a autoridade policial somente poderá conceder fiança nas infrações com pena até quatro anos... Que é o caso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Mas chegou a informação para mim de que ele não efetuou o pagamento de fiança.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Qual foi o embasamento para não arbitramento de fiança? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, a polícia do Legislativo, diante dessa decisão referendada pela Justiça Federal do Distrito Federal, abriu o inquérito e dará sequência às investigações.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Então ele não foi autuado em flagrante.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Foi instaurado o inquérito por portaria...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – ... cujo prazo de conclusão, posto no art. 10 do Código de Processo Penal, é de 30 dias.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exatamente, Excelência.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Então, está equivocada a informação de que ele foi autuado em flagrante e foi fixada fiança.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – E aqui eu quero colocar – e coloquei em pauta, hoje – um projeto de lei para sugestão, para que os Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras possam acompanhar. Eu pedi à Advocacia do Senado que faça um levantamento de todas as questões envolvendo CPMIs e CPIs que nós já tivemos na Câmara e no Senado e quais os pontos em que a legislação não é clara e que pode ser melhorada.

Surgiu aqui uma proposta de projeto de lei que está sendo apresentada aos Parlamentares, não será votada hoje, e esse projeto naturalmente pode ser aprimorado. Agora, nós precisamos fazer alguma coisa.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um minutinho, Senador Moro.

Nós precisamos fazer alguma coisa, porque nós temos uma lei de CPIs e CPMIs que prevê a prisão em flagrante, prevê que ele seja conduzido, mas nós temos, ao mesmo tempo, uma decisão da Procuradoria da República, também referendada pela Justiça, que coloca a polícia do Legislativo numa situação em que ela não pode dar sequência sem uma investigação formal.

Então, nós precisamos definir, numa nova legislação, como tem acontecido no Brasil, as ações que nós vamos tomar daqui para a frente.

Pela ordem, Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Presidente, eu só...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Sr. Presidente, eu não concluí. Só queria concluir aqui o meu raciocínio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Não, eu só acho...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, silêncio, por favor!

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Eu acho, Presidente, com todo o respeito...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – O senhor sabe o carinho que eu tenho por V. Exa. Eu presidi uma comitiva, uma Comissão Externa no derramamento de óleo no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – E, ao término dessa Comissão, houve ali a proposição de projetos de lei, porque é um projeto que nasce com autoria coletiva. Eu... Por exemplo, aqui, com todo o respeito, quando eu venho aqui no §3º, que fala: "O reconhecimento da condição de testemunha ou de investigado se dará apenas de forma expressa, exclusivamente [...] da Comissão Parlamentar [...]"...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – ... isso é um grave equívoco, porque, se a Polícia Federal está investigando e ele está ali na condição de investigado, ou sujeito objeto de investigação, ou indiciado, não tem como a Comissão falar assim: "Não, você, aqui, para nós, é testemunha".

E outra coisa: quando você compartilha informações e documentos que estão em sigilo, isso é muito grave. A polícia... O trabalho de polícia judiciária é um trabalho de inteligência. Nós vamos ter que... Pelo projeto, a gente disponibilizaria... seriam os órgãos de fiscalização, porque você tem aí, por força do art. 129...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – ... da Constituição Federal – o Relator sabe muito bem disso –, que compete privativamente ao Ministério Público exercer a titularidade da ação penal. Então, quer dizer, a Polícia Federal, com um delegado, fazendo o trabalho de polícia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

judiciária, por força do art. 144, coleta provas objetivas, e aqui nós vamos determinar que essas provas que estão em sigilo sejam abertas para nós? Isso vai atingir a investigação e vai contribuir...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Senador Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Por gentileza...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sem impedir V. Exa. de terminar o raciocínio, mas todo projeto de lei pode ser aprimorado. Ele vem para discussão, para audiência pública.

O que eu insto e falo aos Srs. Parlamentares é o seguinte: o Parlamento tem que se posicionar, porque, a cada dia que passa, nós temos, especialmente no nosso caso, um Supremo Tribunal Federal que invade as nossas atribuições.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – E nós precisamos, com responsabilidade – não é? –, com equilíbrio, discutir.

Se as CPMIs têm uma legislação que está falha, nós temos a obrigação, porque somos nós é quem temos que votar.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Eu só acho... Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Há uma proposta, naturalmente...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Deixa eu só concluir, em dez segundos. Eu só acho que esse...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... sendo colocada, que vai à discussão, para a gente poder melhorar.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Eu só acho que esse projeto de lei deveria ser apresentado ao término da conclusão, porque não é razoável apresentar agora. Qual o efeito? Qualquer um de nós, Senadores e Deputados, pode apresentar um projeto de lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ele pode ser apresentado a qualquer tempo, Excelência.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Eu sei...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ele não vai ser votado, não é?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – ... mas a competência se impõe, né?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ele – outra coisa – vai ter uma tramitação mais célere e pode nos ajudar, inclusive, nas próximas decisões, porque nós ainda temos até o final do ano e ainda temos fevereiro e março do ano que vem. Se nós continuarmos aqui, dentro do que V. Exa. colocou, seguindo o regramento, trazendo as pessoas como testemunhas ou como investigados, e os *habeas corpus* continuarem tentando nos impedir de trabalhar, nós não vamos chegar a lugar nenhum, Excelência.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinhos, só isso.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Essa discussão é o Parlamento que tem que fazer, nós aqui que temos que trabalhar.

Então, o projeto está apresentado para avaliação de todos os Parlamentares e, naturalmente, ser aprimorado.

Pela ordem, o Senador Sergio Moro, primeiramente.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Presidente, eu quero só fazer uma sugestão aqui de procedimento...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – ... porque, em relação à prisão em flagrante...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – ... eu entendo o seguinte: não cabe – com todo o respeito, ali, a meu ver, houve um erro –, não cabe à Polícia Legislativa lavrar o flagrante; cabe à própria CPMI, porque nós temos autoridade equivalente, poderes de investigação.

Então, a minha sugestão, ocorrendo um episódio desse novamente: nós lavramos aqui o flagrante e nós conduzimos essa questão, tendo a possibilidade de nossa decisão ser revista unicamente pelo juiz, pelo Supremo Tribunal Federal, mas essa lavratura...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Eu entendo o dilema em que ficou a Polícia Legislativa, porque foi transferida a questão para eles, e eles trataram seguindo ali esse precedente a que eles entenderam que estavam vinculados.

Agora, a minha sugestão é: ocorrendo uma situação dessa novamente, Presidente, que nós lavremos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – ... que V. Exa. e o Relator lavrem o flagrante, formalizem o flagrante, colham as testemunhas e, se for para soltar e fixar fiança, que seja a própria CPMI, porque a CPMI tem poderes equivalentes à autoridade de investigação. Não precisamos delegar isso à Polícia Legislativa do Senado ou do Congresso para fazer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – E aí, creio que nós resolveríamos essa questão...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Concordo, concordo.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – ... porque juridicamente nós assumiríamos a responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Claro, nossos atos podem ser revistos, mas faríamos aqui mesmo. Eu posso até ajudar nessa elaboração, não é algo com que a gente tenha dificuldade, aí também temos o Relator com toda a experiência dele policial, mas sem passar essa atribuição à Polícia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É uma boa sugestão.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Eu quero dizer aqui que concordo plenamente em nós encaminharmos, desde logo, um projeto, porque nós estamos enfrentando dilemas de enfraquecimento em relação aos instrumentos que a CPMI historicamente tem à sua disposição para fazer a investigação. E aí se encaminha e vai se debater no Parlamento normalmente.

Então, quero endossar o meu apoio aqui a V. Exa. nesses dois aspectos.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco/PT - SE) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

Só um instante, por favor.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu tenho aqui, senhores... Eu tenho aqui uma lista em que eu vou colocando, de pedidos, para respeitar a palavra de todos aqui. Primeiro...

Logo depois do Senador Sergio Moro, pediu a palavra o Deputado Orlando Silva. Dois minutinhos, por favor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Orlando Silva, Soraya Thronicke, Zé Trovão. Aqui, agora, Deputado Rogério Correia, Senador Rogério Carvalho, Seif e Senadora Eliziane.

Com a palavra o Deputado Orlando Silva.

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP. Pela ordem.) – Bom dia, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Bom dia.

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) – Bom dia, Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras.

Presidente, o senhor já anunciou que foi elaborado um projeto de lei. Eu gostaria de que o senhor compartilhasse conosco...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Claro.

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) – ... porque considero que um dos objetivos que uma Comissão Parlamentar de Inquérito deve cumprir é atuar para o aperfeiçoamento legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Isso, exatamente.

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) – Como regra, o aperfeiçoamento legislativo relativo ao objeto da CPI, mas, se eventualmente nós no processo identificamos que a legislação que rege CPIs precisa de modificações, é mais do que adequado que nós examinemos as regras de CPIs, para que nós possamos fazer essas modificações.

Portanto, eu quero solicitar que V. Exa. distribua...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) – ... para que nós possamos, nesse período de CPI, aprofundar as reflexões e os debates, de modo que, no final da CPI, nós possamos dar essa contribuição ao país e esse projeto compor...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) – ... como sempre foi, o relatório final da CPI.

Espero que a gente aprove, por consenso, esse relatório final, inclusive indicando, ao final dos trabalhos, a modificação na legislação de CPIs, Presidente.

Então, o requerimento que eu faço é para que nós possamos, o quanto antes, conhecer a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Deputado.

É um anteprojeto que está sendo colocado à apreciação de todos, eu repito, para que a gente possa aprimorá-lo. E será uma das sugestões, eu espero, no final desta CPMI.

Com a palavra a Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS. Pela ordem.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – ... o último precedente que temos foi o da CPI das Bets...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – ... e houve, sim, uma prisão em flagrante, por falso testemunho aqui. Foi lavrado o flagrante e – o Marcelo Cheli está aí – o depoente pagou fiança. Então, nós precisamos nos organizar.

E, além de tudo, eu tive uma conversa com o Ministro Barroso, na ocasião da CPI das Bets, para que tramitem, com celeridade, os recursos. Em face de uma decisão monocrática, nós precisamos recorrer à Câmara ou ao Plenário, mas precisamos esgotar todas as vias judiciais cabíveis.

Então, não sei se a Advosf já preparou um recurso contra as decisões monocráticas que permitem que o depoente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – ... mesmo que, com o HC, não seja obrigado a falar, mas que seja obrigado a comparecer.

Por isso mesmo, a minha sugestão seria uma conversa agora, novamente, com o Ministro Barroso...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – ... e com o Presidente das duas câmaras, que são o Ministro Cristiano Zanin e o Ministro Gilmar Mendes, para que possamos tramitar com celeridade, porque isso se justifica, pelo prazo exíguo das CPIs.

Na CPI em que estava o Izalci, que tratava também da questão da manipulação dos jogos, acabou a CPI sem que os recursos fossem analisados.

Então, nós temos, sim, toda a legitimidade para pedir isso...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, temos.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – ... mas esgotar todas as vias judiciais cabíveis. Nós esgotamos.

Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senadora, concordo plenamente com a senhora e com os outros.

Nós temos atribuição, mas parece que nós temos que desenhar, Excelência...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Mas...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... porque o Judiciário brasileiro – especialmente aqui em Brasília, o Supremo Tribunal Federal – tem dado demonstrações constantes de invasão.

Eu falo aqui pelo meu mandato como Senador: esse ativismo judicial pelo qual o Supremo tem que responder... Na verdade, o Supremo está legislando. Mas, quem tem que discutir isso, com responsabilidade, somos nós.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Olha, tem falhas? Tem pontos que precisamos melhorar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a consultoria do Senador elaborou um anteprojeto, está à disposição, a gente pode fazer audiências públicas, mas eu digo a todos os Srs. Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas: nós temos que agir.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Nem que montemos uma Subcomissão para isso, mas eu acredito...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exatamente. Nós temos que agir.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – ... que estaremos perdendo em tempo aqui em relação a isso, e é algo que se discute no âmbito do Congresso Nacional como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Deputado Zé Trovão.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu até, desde o começo da reunião, estava pedindo uma questão de ordem, até para a gente não ficar tanto...

Eu queria fazer um pedido e ver se todos concordam.

Hoje eu acho que é uma das audiências mais importantes. Nós estamos recebendo aqui hoje, vamos receber, acho, que o grande, o maior ícone desse roubo, e, se todos nós ficarmos "pela ordem, pela ordem, pela ordem", a gente não vai chegar ao ponto que a gente quer. Eu acho que hoje o mais importante...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – ... é fazer as indagações, e todos nós poderíamos ter essa postura hoje de dar um... Pelo menos hoje, não estou dizendo sempre, mas pelo menos hoje não ficar no "pela ordem, pela ordem".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Zé Trovão, obrigado pela palavra.

Eu já me antecipo aqui: a vinda do Sr. Antônio Carlos Camilo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhores, por favor, por gentileza.

A vinda do senhor Antônio Carlos Camilo foi na base de um acordo. Ele deveria, por força de lei de CPMI, estar aqui obrigatoriamente prestando depoimento a nós, mas, como foi dado a ele um *habeas corpus*, pelo qual ele pode ou não vir – o que é, na minha opinião, um grande absurdo –, a gente tem que respeitar e temos que discutir as atribuições; é o que nós estamos fazendo aqui.

Eu quero reforçar mais uma vez aos senhores o seguinte: a questão da urbanidade das perguntas, do posicionamento, de deixá-lo responder, porque, se ele, de certa forma, se sentir atingido, não responderá às nossas perguntas.

Para que os senhores tenham uma clareza, esse homem está no centro de todas essas decisões. Mas nós temos que aqui seguir o que está determinado no *habeas corpus*, e, inclusive, ele não pode sofrer nenhum tipo de humilhação, pré-condenação. Então, à medida que nós formos desenvolvendo aqui os depoimentos, se houver necessidade, eu vou precisar parar o Parlamentar que estiver em fala para que a gente relembre esses princípios.

Pela ordem, fala o Deputado Marcelo van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, sobre a prisão do Sr. Rubens, nós confiamos em V. Exa. – eu, pelo menos, aqui faço questão de reiterar a confiança –, mas confesso que acho ainda a história um pouco esquisita, a que lhe contaram. Claro que o senhor passou aqui como lhe contaram, mas eu acho um pouco esquisito. Sinceramente, acho pouco crível que a Polícia Legislativa aqui do Senado não tenha recebido uma ordem superior para que procedesse a essa soltura, uma vez que o flagrante foi dado aqui por V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E a decisão judicial em que foi baseada não foi em relação a esse caso, não havia decisão judicial nesse caso. Mas confiamos em V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... e esperamos que esta CPMI continue com a seriedade no trato com os depoentes aqui.

Agora, eu faço questão de falar sobre essa desconfiança, porque ontem o Senador Eduardo Girão fez uma cobrança muito correta à Presidência do Senado da República, de que tomasse providências em relação ao Sr. Paulo Boudens, que foi chefe de gabinete do Senador Davi Alcolumbre e que, acabou de ser revelado na imprensa, recebeu R$3 milhões da Arpar, uma das entidades investigadas; que, por sua vez, recebeu R$49 milhões...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... das "empresas", entre aspas – gosto sempre de dizer isso –, do Careca. E hoje esse senhor, Paulo Boudens, que já esteve envolvido e assumiu o caso de rachadinha no passado, está ganhando no Senado um cargo aí, tendo um cargo de R$31 mil por mês.

Então, Sr. Presidente, eu quero aqui fazer coro ao pedido do Deputado Carlos Jordy, que fez o pedido de quebra de sigilo, para que a gente possa votar isso na próxima oportunidade. E também estranho, assim já concluindo, que no dia de ontem a Liderança do Governo no Senado tenha se pronunciado favoravelmente à manutenção – não tem outra interpretação possível – do Paulo Boudens no cargo que está, porque estaria sendo feita uma injustiça contra ele se fosse retirado desse cargo, do conselho político do Senado, indicado por Davi Alcolumbre, recebendo R$31 mil por mês. Repito: uma pessoa que recebeu R$3 milhões de uma entidade fantasma, que recebeu, por sua vez, R$49 milhões de empresa do Careca.

Portanto, Sr. Presidente, toda a confiança em V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... mas a questão da prisão não está bem explicada. Eu estou achando que tem ordem que está vindo de cima, inclusive para esta CPI não estar sendo transmitida pela TV Senado. Com todo o respeito às outras atividades, mas esta aqui é a mais importante e está só no YouTube; não está sendo transmitida na TV Senado para toda a população brasileira acompanhar da sua casa pela televisão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado Marcel van Hattem.

Primeiramente, obrigado pela confiança. E quero dizer a V. Exa. que esta Presidência vai seguir estritamente os preceitos legais. Se nós temos uma decisão em que a polícia não pode fazer a condução de uma pessoa sem o devido inquérito e todo o encaminhamento, nós vamos ter que cumprir. O que eu estou propondo aos senhores é que a gente faça uma discussão sobre o futuro das CPIs e CPMIs no Brasil, porque hoje nós estamos esbarrando em uma série de decisões que comprometem, querem comprometer o trabalho, e no futuro não vai valer nem a pena abrir CPI se a gente não puder trabalhar. Então, nós temos que, com responsabilidade, com equilíbrio, pensarmos... Ninguém quer amarrar o Judiciário aqui em hipótese alguma, quer tirar garantias, mas nós como Parlamentares temos que agir. Nós somos eleitos para isso.

Sobre a questão da desconfiança em relação à ordem superior, posso garantir a V. Exa., com toda a tranquilidade, que nem esta Presidência nem o Relator sofreram qualquer tipo de inferência. Muito pelo contrário. Eu esperava até ter um pouco mais de conversa, e há uma liberdade de trabalho absoluta.

Sobre os requerimentos de quebra de sigilo e convocação, nós temos um acordo de procedimentos aqui, desde o início, de nós só trazermos a esta Comissão aqueles que tiverem nexo causal com a nossa investigação, que estiverem nos inquéritos. Se, ao longo da investigação, o nome de qualquer pessoa surgir como partícipe nos recursos da previdência, essa pessoa será convocada em meio... Mas, enquanto isso não acontecer, nós temos que nos ater aos fatos que nós temos dentro da investigação.

Com a palavra o Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Pela ordem.) – Presidente, eu vou ser breve, porque também é claro que o principal é escutarmos hoje o depoente – tem uma expectativa muito grande –, mas eu só queria pontuar algumas questões.

Eu concordo com o Senador Contarato e acho que o projeto de lei, a iniciativa que V. Exa. teve de nos apresentar, deve ser apreciado pela Comissão Parlamentar de Inquérito ao final.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Claro, perfeitamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Aí, ao final, nós vamos dizer se concordamos ou não em que a CPMI o apresente. É claro que qualquer Senador ou Deputado pode apresentá-lo anteriormente para que vire um projeto de lei, corra naturalmente, mas para ser da CPMI acho justo que seja feito ao final dos trabalhos, porque nós teremos ainda muitos embates sobre isso que vão ao final nos colocar corretamente o que precisa ser mudado em relação à CPMI.

E acho que essas coisas precisam ser feitas certas, porque, V. Exa. disse bem, tem muitas interpretações. Tem gente que faz tão errado que, no final das contas, tudo que fez...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... foi anulado, porque fica parecendo perseguição e anula tudo. A gente já viu isso no Brasil acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exatamente.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Agora, eu pedi mesmo a palavra para dizer a V. Exa. que também tenho confiança em V. Exa., e hoje vi que o requerimento para solicitar a prisão preventiva do advogado Nelson Wilians já está em pauta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – O Relator tinha solicitado que eu fizesse uma fundamentação para a prisão preventiva do Nelson Wilians. No requerimento eu já tinha feito, mas fiz questão de fazer uma fundamentação mais precisa, até para que o Ministro André Mendonça possa refazer a sua inicial decisão, que foi a de oferecer ou de mandar prender o Careca do INSS e também o Camisotti, mas não fez a mesma coisa em relação ao advogado Nelson Wilians, o que deixou todos nós surpresos, porque a Polícia Federal falava que ele deveria também, pelos mesmos motivos dos outros dois: garantia da ordem pública, a base legal da decretação da prisão...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim. Para encerrar, Deputado, por favor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... estou encerrando –, a conveniência da instrução criminal, assegurar a aplicação da lei penal, a atualidade dos fundamentos, deveria ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

concluído que, para tudo isso, era necessário que ele fosse preso. Não entendi por que não foi, assim como não entendi também...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... por que a nossa Comissão demorou tanto para a análise desse requerimento em relação ao Nelson Wilians, porque considero uma verdadeira lavanderia o escritório dele.

Então era isso que eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, pela ordem, eu só queria dizer que tive a oportunidade de ler o requerimento. Está bem fundamentado, estão presentes os requisitos, e quero adiantar o meu voto de forma favorável.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

E não houve demora, Deputado Rogério Correia. Todos os requerimentos estão sendo aprovados à medida que são apresentados. O que nós, simplesmente, muitas vezes... Quero, inclusive, discutir com os Líderes, na próxima semana, os pedidos de quebra de sigilo, que são dezenas. E nós vamos atribuir, um a um, o seu tempo de aprovação.

O Senador Rogério Carvalho com a palavra, por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente, eu fui membro de algumas CPIs, fui Relator de uma CPI, e nós temos um regramento jurídico no país que não foi criado neste momento da história. Tem questões que têm... Tem leis que têm mais de 50 anos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco/PT - SE) – Nós temos uma legislação vigente. Então, eu acho que a gente precisa... A gente não pode pegar um órgão como a CPI, que é um órgão dentro de outro órgão, e extrapolar os limites da legislação. Nós não podemos, por exemplo, questionar o instituto do *habeas corpus*. O *habeas corpus* não existe só para esta Comissão, para este momento da história, para um evento. Nós precisamos entender que o *habeas corpus* é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

instrumento que faz parte do Estado democrático de direito – certo? – e que é para garantir determinados direitos, é para garantir determinadas prerrogativas, que não são as prerrogativas que foram votadas na Câmara...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco/PT - SE) – São prerrogativas universais, e não o são para um indivíduo ou para outro indivíduo, mas para todos os indivíduos, todos os cidadãos e cidadãs deste país.

Portanto, eu queria chamar a atenção, para que a gente entenda que essas pessoas têm, todas as pessoas... Existe um princípio constitucional que diz que há a presunção da inocência. Cabe a nós, com o nosso trabalho, mostrar os indícios ou não da culpabilidade ou da responsabilidade daqueles que são ouvidos, que são inquiridos por esta Comissão.

Então, o trabalho da Comissão ainda não se concluiu. Veja, esta Comissão tem o trabalho de analisar os sigilos bancários, os sigilos telemáticos, tudo aquilo que está sendo reunido. Então, nós temos um mês, um mês e pouco de trabalho, certo? E tenho certeza de que a maioria desses documentos ainda estão em processo de análise. Então, a gente pressupor, julgar, condenar aqui? Isto aqui não é um tribunal de exceção.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco/PT - SE) – Isto aqui é uma Comissão Parlamentar de Inquérito...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco/PT - SE) – ... e ela tem que cumprir o seu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Obrigado, Senador Rogério Carvalho.

Concordo plenamente com V. Exa. sobre a necessidade e a garantia de um *habeas corpus*. O que não pode é um *habeas corpus* para uma testemunha ser chamada à CPMI – a lei diz que ela tem que comparecer – e o *habeas corpus* dizer que a pessoa pode vir se ela quiser ou não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse questionamento nós temos que fazer como Parlamentares, porque cada ministro entende de uma determinada maneira.

Com a palavra o Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, muito bom dia ao senhor, senhoras e senhores integrantes da CPMI, nossos assessores, imprensa, todos.

Eu quero fazer um agradecimento especial, Senador Presidente Carlos Viana, porque é inacreditável que o Senado da República, que no ano passado fez 200 anos, dois séculos, esteja protegendo imagem de malfeitor que desviou dinheiro de velhinhos. É inacreditável! E isso não afeta somente quem tomou essa decisão, Sr. Presidente, isso afeta todos nós, Senadores da República, porque lá para o público, lá fora, eles estão se protegendo porque esse cara deve estar falando em todos os Senadores, entra o teu nome, entra o meu. E nós sabemos que não é assim que funciona.

Então nós peticionamos ao Ministro André Mendonça. Fiz a petição e vários Deputados e Senadores de direita e esquerda assinaram junto conosco.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – E eu preciso fazer menção de agradecimento, porque esses Deputados e Senadores estão querendo transparência no Senado. Estão querendo saber por onde esse Careca do INSS andou aqui dentro e qual gabinete ele frequentou, porque eu não tenho nada com esse rolo, não.

Sr. Alfredo Gaspar, Beto Pereira, Carlos Jordy, Coronel Chrisóstomo, Coronel Fernanda, Delegado Caveira, Evair de Melo, Fernando Rodolfo, Kim Kataguiri, Luiz Lima, Marcel van Hattem; Paulo Pimenta, Líder do Governo – parabéns! –, Zé Trovão. E Senadores Damares Alves, Izalci Lucas, Rogerio Marinho e Soraya Thronicke. Quero parabenizar todos.

Aqueles que não assinaram, nós encaminhamos ontem ao Ministro André Mendonça o pedido de quebra, porque isso o Brasil quer saber, porque na nossa Constituição – e já finalizo – tem o princípio da publicidade e o princípio da transparência. E para este Senado Federal, que fez 200 anos, é vergonhoso ocultar as imagens desse bandido que frequentou as dependências da nossa Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Agora, só peço a V. Exa. que, durante a inquirição do nosso conduzido, por gentileza V. Exa. o faça de uma maneira mais tranquila e mais urbana, por favor.

Com a palavra...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Pela ordem.) – Presidente, Presidente, só pela ordem aqui, porque eu também assinei o requerimento. Inclusive nós falamos aqui, Jorge Seif. É, o Senador Jorge Seif, nós assinamos o requerimento, e também eu sou autor de um dos requerimentos para quebra desse sigilo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Só para registrar que eu também assinei e nós falamos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor, temos mais...

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Perdão, Duarte.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Temos uma sequência aqui. O Duarte poderá fazê-lo a todo tempo, V. Exa. também.

Como última pela ordem, antes da votação dos requerimentos, Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA. Pela ordem.) – Eu quero só iniciar, Presidente, pedindo ao Seif também que inclua a minha assinatura, Seif, nesse documento.

Presidente, eu queria cumprimentá-lo. Eu, ouvindo aqui a Soraya, ouvindo outros colegas com que nós já trabalhamos, inclusive juntos em várias outras CPIs... Essa inquietação que o senhor, na verdade, sente é uma inquietação que a gente sempre sente nas CPIs, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exatamente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Quando a gente inicia um trabalho de uma Comissão, há uma expectativa muito grande no país de um resultado da Comissão. Se você não apresenta de fato um resultado efetivo e não faz valer aquilo que dizem as leis das CPIs... Porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

a lei da CPI é clara, ela diz que a condução dos trabalhos de uma Comissão de CPI tem autoridade própria, ou melhor, ela tem poderes próprios da autoridade judiciária.

Então nós temos um paralelismo entre o trabalho que essa CPI faz e a autoridade judiciária, ou seja, o direito de exercer e não permitir, por exemplo, falso testemunho, não permitir desacato na Comissão – tem que ser assegurado, porque, se não for assegurado, a gente vai ter isso de forma reiterada.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exatamente isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Agora, é claro também que a gente precisa considerar e respeitar aquilo que está lá no art. 5º da Constituição, o direito fundamental, que é uma cláusula pétrea. Eu acho que a gente precisa aprimorar um pouco mais a proposta – e eu tive uma leitura muito rápida e superficial, mas de fato, nós precisamos ter o remédio aqui na CPI.

Inclusive, Presidente, até peço a V. Exa. que, dentro desse debate aprofundado, nós venhamos também debater o instrumento da colaboração premiada, de que V. Exa., inclusive, já fez uma defesa na imprensa brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelente sugestão. Exatamente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Eu apresentei... A minha tese, por exemplo, de dissertação do mestrado foi exatamente em cima desse tema.

Veja, se nós temos isso no âmbito das delegacias, por que é que a gente não pode ter aqui na CPMI? E é interessante que alguns projetos, inclusive, já estão em tramitação aqui. O Kajuru, por exemplo, tem um projeto dessa natureza. Eu fiz um pedido aqui, de uma nota técnica – e vou encaminhar a V. Exa. – já comparecer favorável da Advocacia do Senado. Então, nós temos já um lastro, que nos dará essas condições de tornar a CPI forte.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – E eu quero me somar a V. Exa. nesse sentido...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – ... acho que a gente pode montar, inclusive, uma Comissão para, de fato, ter uma CPI forte, célere e evitar que alguém tente avacalhar a Comissão. Isso realmente não pode acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Há os seguintes itens pautados...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Só para um esclarecimento, porque eu fui atrás da minha manifestação e, talvez, tenha ficado dúvida – o senhor foi muito bem na resposta a mim.

De fato, em nenhum momento estou dizendo que V. Exa. e o Relator estejam recebendo ordens de cima. Eu me refiro a determinados órgãos do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E em relação ao Sr. Paulo Boudens, tenho certeza de que o nexo causal será muito bem delimitado e delineado para a gente votar na próxima sessão.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

Há os seguintes itens pautados que serão votados em bloco.

1ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 946/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a convocação do sr. Rodrigo Moraes, apontado como sócio da ARPAR Administração, Participação e Empreendimento S.A.

Autoria: Deputado Sidney Leite

1ª PARTE

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 1868/2025

Requer a representação pelo pedido de prisão preventiva de Nelson Wilians Fratoni Rodrigues, advogado.

Autoria: Deputado Rogério Correia

1ª PARTE

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 1817/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues, advogado, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2024.

Autoria: Deputado Rogério Correia

1ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 1953/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal e, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues, abrangendo o período de 23 de setembro de 2020 a 23 de setembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 1954/2025

Requer a convocação do Sr. Silas Bezerra de Alencar, empresário.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 1881/2025

Requer a convocação do Sr. Silas Bezerra de Alencar, sócio administrador da empresa Orleans Viagens e Turismo LTDA ME.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 1888/2025

Requer a convocação do Sr. Silas Bezerra de Alencar, sócio administrador da empresa Orleans Viagens e Turismo LTDA ME

Autoria: Deputado Coronel Chrisóstomo

1ª PARTE

ITEM 8

REQUERIMENTO Nº 1955/2025

Requer a convocação da Sra. Aline Bárbara Mota de Sá Cabral, que, de acordo com o depoente Milton Salvador de Almeida Júnior, exerceu a função de secretária de Antônio Carlos Camilo Antunes, tendo posteriormente sido promovida ao cargo de gerente administrativa.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 9

REQUERIMENTO Nº 1956/2025

Requer a convocação do Sr. Fernando dos Santos Andrade Cavalcanti, empresário.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 10

REQUERIMENTO Nº 1957/2025

Requer a convocação do Sr. Carlos Roberto Ferreira Lopes, Presidente da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais (CONAFER).

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 11

REQUERIMENTO Nº 1163/2025

Requer a convocação do Sr. Carlos Roberto Ferreira Lopes, Presidente da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Rurais do Brasil – CONAFER.

Autoria: Deputado Orlando Silva

1ª PARTE

ITEM 12

REQUERIMENTO Nº 1267/2025

Requer a convocação do Senhor Carlos Roberto Ferreira Lopes, presidente da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares Rurais e Empreendedores familiares Rurais do Brasil - CONAFER.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

1ª PARTE

ITEM 13

REQUERIMENTO Nº 1328/2025

Requer a convocação do Sr. Carlos Roberto Ferreira Lopes, presidente da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares - CONAFER.

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

1ª PARTE

ITEM 14

REQUERIMENTO Nº 1383/2025

Requer a convocação do Sr. Carlos Roberto Ferreira Lopes, presidente da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares Rurais e Empreendedores Familiares Rurais do Brasil - CONAFER.

Autoria: Deputado Alencar Santana

1ª PARTE

ITEM 15

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 1458/2025

Requer a convocação do sr. Carlos Roberto Ferreira Lopes, Presidente da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares Rurais e Empreendedores familiares Rurais do Brasil (CONAFER).

Autoria: Deputado Sidney Leite

1ª PARTE

ITEM 16

REQUERIMENTO Nº 1506/2025

Requer a convocação do sr. Carlos Roberto Ferreira Lopes, presidente da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares.

Autoria: Senador Alessandro Vieira

1ª PARTE

ITEM 17

REQUERIMENTO Nº 1772/2025

Requer a convocação do Sr. Carlos Roberto Ferreira Lopes, presidente da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais – CONAFER.

Autoria: Deputado Evair Vieira de Melo

Item 18, Requerimento 1.958 – Deputado Kim Kataguiri.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 20

REQUERIMENTO Nº 1959/2025

Requer à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (DATAPREV) o envio de informações sobre o acesso dos Srs. Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho e Antônio Carlos Camilo Antunes ao seu edifício-sede, além de planilhas consolidadas com o quantitativo de operações de bloqueio e desbloqueio de descontos associativos e de pedidos de contestação de desconto indevido.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 21

REQUERIMENTO Nº 1960/2025

Requer, ao Ministério da Previdência Social, o envio de informações e documentos em formato digital relativos a descontos associativos, entre 2015 e 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 22

REQUERIMENTO Nº 1021/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a convocação do Sr. José Laudenor.

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

1ª PARTE

ITEM 23

REQUERIMENTO Nº 798/2025

Requer que seja convocado a prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, o Senhor José Laudenor.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

1ª PARTE

ITEM 24

REQUERIMENTO Nº 518/2025

Requer a convocação do Sr. José Laudenor, supostamente envolvido em ações vinculadas ao esquema de descontos indevidos em aposentadorias e pensões por meio de Acordos de Cooperação Técnica – ACT firmados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) com entidades associativas.

Autoria: Deputado Alencar Santana

1ª PARTE

ITEM 25

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 1950/2025

Requer o envio de convite ao Sr. Silas da Costa Vaz, secretário da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais (Conafer), para comparecer a esta CPMI.

Autoria: Senador Carlos Viana

De minha autoria.

1ª PARTE

ITEM 26

REQUERIMENTO Nº 1903/2025

Requer à Câmara dos Deputados o envio de informações sobre registros de entrada e saída do Sr. Felipe Macedo Gomes, dirigente da Amar Brasil Clube de Benefícios (ABCB), desde 1° de janeiro de 2019 até a data de efetivação desta medida, nas dependências da Câmara dos Deputados.

Autoria: Deputado Rogério Correia

1ª PARTE

ITEM 27

REQUERIMENTO Nº 1904/2025

Requer ao Senado Federal o envio de informações sobre registros de entrada e saída do Sr. Felipe Macedo Gomes, dirigente da Amar Brasil Clube de Benefícios (ABCB), desde 1° de janeiro de 2019 até a data de efetivação desta medida, nas dependências do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Deputado Rogério Correia

1ª PARTE

ITEM 28

REQUERIMENTO Nº 1939/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à empresa DRPL Comercialização e Locação de Veículos S.A., abrangendo o período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de agosto de 2025.

Autoria: Deputado Rogério Correia

1ª PARTE

ITEM 29

REQUERIMENTO Nº 1872/2025

Requer, ao TRF1, que sejam prestadas, pelo Senhor Desembargador Federal João Batista Gomes Moreira, informações com o envio do inteiro teor do Inquérito PC/DF 0700502-88.2021.8.07.0001, sobre as fraudes no INSS.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Senhores, silêncio, por favor.

1ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 30

REQUERIMENTO Nº 1873/2025

Requer ao Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras - Coaf, Ricardo Andrade Saadi, o envio do relatório completo de análise financeira da operação Sem Desconto, da Polícia Federal.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Todos os itens em votação, em bloco.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Quero destacar alguns requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Item 5, Requerimento 1.954; item 6, Requerimento 1.881.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho, Excelência. Só um minutinho.

Item 5...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Requerimento 1.954.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Item 6, Requerimento 1.881.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O.k.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Item 7, Requerimento 1.888.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Item 18, Requerimento 1.958; item 19, Requerimento 1.936.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Após o item 18, qual o outro, Excelência?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Item 19, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dezenove.

Somente esses, Excelência?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Em votação os requerimentos, exceto os requerimentos... os itens 5, 6, 7, os itens 18 e 19.

Os Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovados os requerimentos em pauta.

Vamos aos destaques, para votação.

Itens 5, 6 e 7, tratam da mesma convocação: o Sr. Silas Bezerra de Alencar, sócio administrador da empresa Orleans Viagens e Turismo Ltda.

Com a palavra o Relator, para a defesa do requerimento.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, o Sr. Silas Bezerra de Alencar é sócio majoritário da empresa Orleans. É uma empresa de turismo que recebeu de uma entidade sob investigação 5 milhões, e, dentre os carros dessa empresa, há uma movimentação atípica, inclusive 12 veículos, entre eles – só a título de exemplo – uma Porsche, e vários imóveis adquiridos, basicamente no mesmo valor da recepção do recurso dessa entidade associativa.

Faz parte do inquérito da Polícia Federal, está sob investigação da Polícia Federal essa empresa. Então, padronizando o que nós estamos fazendo, essa empresa Orleans, que é de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

turismo, está sob investigação da Polícia Federal, devidamente citada no relatório, e não tem por que ser excluída também da quebra de sigilo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para defender o destaque, Líder Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem um objetivo muito claro: entender e desbaratar essa quadrilha que tomou de assalto o Estado brasileiro, que viabilizou esses ACTs de instituições fantasmas dentro do Ministério da Previdência, dentro do INSS, e nós não podemos, Sr. Presidente, nos perder aqui do foco da investigação. Quem tem interesse que a gente fuja do foco da investigação são exatamente os criminosos a que nós temos que chegar.

Essa empresa, nós não encontramos, Sr. Presidente, nenhuma conexão entre o que nós estamos investigando e a empresa. A empresa foi contratada por uma entidade, através de um processo de seleção, de tomada de preços, para compra e venda de passagens.

Essa mesma empresa, Sr. Presidente, é a empresa que ganhou o processo de licitação para venda de passagens para o STF e para vários outros órgãos, instituições públicas e privadas. É uma empresa normal que trabalha no mercado. Agora, o fato de ela ter – através de um processo de seleção para prestar um serviço de venda de passagens – sido selecionada por uma entidade torna ela suspeita, Sr. Presidente?

Então, se nós não tivermos uma conexão de várias dessas instituições, de várias dessas entidades, que estabelecem um conjunto de relações com outras empresas, prestam serviços que não têm relação com o tema que aqui está sendo investigado, com o tema que é o objeto desta CPI, portanto, nós não concordamos, porque nós não encontramos materialidade entre o pedido do requerimento e a investigação que nós estamos fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Pergunto ao Líder...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não. Para contrapor, Sr. Presidente.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O item 7 é de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Só um minutinho, senhores.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não é pela ordem, é requerimento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – A contrapor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Pimenta, eu vou dar a palavra ao Líder da Oposição para se manifestar. Em seguida, darei a palavra ao Deputado Coronel Chrisóstomo, que é o autor do requerimento e tem direito de fazer a defesa.

Com a palavra...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Nós estamos votando um requerimento. Certo? Assim como funciona no Regimento da Câmara, no Regimento do Senado, votação de requerimentos têm encaminhamento a favor e encaminhamento contra.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Eu quero encaminhar a favor.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O Relator defendeu o requerimento; eu me manifestei contra. Não cabem, do ponto de vista regimental, questão de ordem, pela ordem, outros comentários, antes da votação. Se depois quiserem fazer manifestações, o.k., mas, Sr. Presidente, do ponto de vista regimental, votação de requerimento, manifestação contra a favor e votação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Pimenta, o autor do requerimento pode defender. Eu sou autor de um deles. O autor tem poder de defesa.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Eu também sou autor de um deles.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho, por favor, senhores.

O Líder Paulo Pimenta se manifestou. Esta Presidência vai manter a decisão de dar voz aos autores do requerimento. Primeiramente, o Líder da Oposição, Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela ordem.) – Agradeço a V. Exa.

Claro que V. Exa. está cumprindo o Regimento. Os autores têm direito de falar e cada um dos lados encaminha. Então, está correta a decisão de V. Exa.

Olha, o pedido, a exemplo de tantos outros pedidos, é no sentido de buscarmos se há um nexo causal claro – além do que os indícios já estão dentro do próprio requerimento – de que essa agência é suspeita de ter lavado recursos para a maior entidade associativa e beneficiária de descontos associativos de todo o processo da Previdência. Então, eu não vejo nenhum problema, até porque, caso não haja nenhuma dificuldade no sentido da regularidade dessas contas, isso vai ser ultrapassado no processo de averiguação a que nós vamos ter acesso agora. Não dá para confundirmos alhos com bugalhos. Uma coisa é, dentro do processo que está sendo colocado, a citação da empresa, a suspeita sobre a empresa; e se pede a quebra para se aprofundar a investigação; e essa quebra não é possível, então isso, realmente, prejudica o trabalho do Relator.

Quer dizer, caso não houvesse citação da empresa dentro do processo, caso não houvesse suspeita sobre a empresa, eu estaria perfilado com a posição do Líder Pimenta. Não é o caso, não é? Então, há um indício forte de que essa quebra pode ajudar à elucidação do problema.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Nós somos favoráveis aos decretos de quebra.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A oposição orienta favorável.

Por um minuto, Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para encaminhar.) – Bom, Sr. Presidente, eu não vejo, na verdade, como nós vamos retirar esta empresa Orleans Viagens e Turismo, o Sr. Silas Bezerra, que é o objeto do nosso requerimento, se nós estamos aqui vendo que há indícios identificados pela Polícia Federal e pela CGU de participação nesse esquema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ela recebeu mais de R$5 milhões da Contag. Eu não sei por que uma empresa dessas que vende passagens aéreas tem uma Porsche, um Volvo XC90, carros de luxo.

A Polícia Federal identificou tudo isso, e o fato de essa empresa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... ter eventualmente contratos lícitos com outros órgãos e entidades não impede que ela tenha também ilícitos com entidades fraudulentas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Então, Sr. Presidente, fica aqui encaminhado o nosso posicionamento.

Eu mantenho o requerimento e espero que ele seja aprovado por este Colegiado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por um minuto, Deputado Coronel Chrisóstomo.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, quero informar ao representante do Governo, que são três requerimentos: um do Relator, outro do Deputado Van Hattem e outro meu. Eu não conversei com nenhum dos dois e cheguei à conclusão que há indício de o sujeito lavar dinheiro do INSS. E também é suspeito de lavar dentro de uma empresa.

Portanto, senhores, não há dúvida nenhuma. É, sim, necessário que esse sujeito seja convocado para ser ouvido aqui.

Portanto, solicito que seja aprovado esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Em votação, os itens 5, 6 e 7, destacados.

Determino à Secretaria que abra o painel para a votação dos Srs. Deputados, Deputadas, Senadores, Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem concorda com o Relator, em manter os requerimentos, vota "sim". Quem discorda do Relator e quer que retire, a não aprovação, vota "não".

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Quero fazer encaminhamento, Sr. Presidente, enquanto a votação...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. Para orientar a bancada.) – A Liderança do Governo encaminha o voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Um minuto, Deputado Zé Trovão.

Qual é o encaminhamento, Excelência?

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. Para encaminhar.) – Eu quero fazer o encaminhamento da votação enquanto ela está ocorrendo, sobre o requerimento.

Quero lembrar aos nobres colegas aqui que a nossa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O painel já está aberto. Os senhores podem votar.

Pois não, Deputado Zé Trovão.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Deixe-me só colocar a minha digital aqui agora, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Os Deputados, a Secretaria está pedindo que preferencialmente votem pelo celular, pelo Infoleg, para evitarmos a não computação de votos.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Para encaminhamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Eu quero lembrar aos nobres Deputados que vão votar neste momento que não é uma questão tão simples como foi levantada pelo Deputado Líder do Governo. Essa é uma citação muito importante que nós estamos fazendo aqui hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, silêncio, por favor. Silêncio.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Posso retornar aqui, Presidente?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Peço apoio da assessoria técnica aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. A Secretaria pode ajudá-los aqui?

Vota pelo Infoleg, Deputado. É melhor.

São três requerimentos, Excelência. É uma votação só. Está em bloco.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim. Pois não, pode continuar, Excelência.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – É... eu não vou falar, é difícil falar assim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Senhores, a Secretaria está à disposição para ajudá-los na votação.

Relembrando: quem concorda com a aprovação do requerimento, vota "sim"; quem deseja que o requerimento seja retirado vota "não".

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... escolha técnica da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente, daremos tempo para que todos votem. (*Pausa.*)

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente... É um voto só, Presidente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Presidente, só uma perguntar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É um voto... é um voto para os três requerimentos.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Perfeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. Para orientar a bancada.) – Presidente, só lembrando, a Liderança do Governo orienta o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. Pela ordem.) – Presidente, o sistema dos computadores não está funcionando?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Os Deputados, como têm cadastro pela Câmara, o Infoleg, a Secretaria está recomendando o voto pelo celular. (*Pausa.*)

É, a votação pelo Infoleg é mais rápida, mas os dois sistemas estão em funcionamento.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Claro. Vamos dar tempo de todos votarem.

Professora Dorinha, Senador Styvenson, Senador Jorge Seif, Senador Randolfe Rodrigues, Deputado Alfredo Gaspar, Deputado Duarte Jr., Deputado Ricardo Aires, Deputado Bruno Farias. (*Pausa.*)

Pergunto ao Deputado Redecker se deseja fazer uso da palavra. (*Pausa.*)

Pois não.

O SR. LUCAS REDECKER (Bloco/PSDB - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, um minuto, Excelência.

O SR. LUCAS REDECKER (Bloco/PSDB - RS. Pela ordem.) – Eu quero aproveitar, Presidente, aqui, e dizer que não há nexo, e eu não consigo compreender como Parlamentares desejam retirar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

um requerimento tão importante quanto esse. O Deputado Alfredo Gaspar, como Relator, deixa muito claro aqui a circunstância de nós investigarmos na totalidade; não há meia investigação, não há uma parte, um percentual de investigação. Nós estamos vendo agora, Deputado Alfredo Gaspar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. LUCAS REDECKER (Bloco/PSDB - RS) – ... uma empresa que tem Porsche, agência de viagem, que tem todas as características de envolvimento no desvio dos recursos da CPI do INSS, nós estamos aqui num... Esse é o momento do absurdo de ter um requerimento de retirada, de não aprovar essa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência. Obrigado.

O SR. LUCAS REDECKER (Bloco/PSDB - RS) – ... essa convocação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Redecker, obrigado.

Faltando apenas...

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... entre os titulares, o voto do Deputado Duarte Jr., que está em votação.

Pois não...

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Presidente! Presidente! Presidente, uma questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Quem... Pois não, Deputado Kim Kataguiri.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP. Pela ordem.) – Eu não estou conseguindo votar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, a Secretaria vai ajudá-lo, Excelência. (*Pausa.*) Deputado Kim Kataguiri. (*Pausa.*)

Deputado Kim, o bloco de V. Exa. já votou. O senhor é suplente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É, mas o titular já votou. O titular já votou.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Não, Presidente, tudo bem, mas eu preciso registrar meu voto também. Eu entendo que o meu voto...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa...

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – ... não vai ser contabilizado na votação final porque eu sou suplente, mas eu preciso registrar o meu voto e eu não posso deixar de registrar por uma falha do sistema do Senado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, ele quer votar. Ajude-o a votar; então, deixa ele votar. (*Pausa.*) Está o ajudando lá. (*Pausa.*)

Só esperando o Deputado Kim Kataguiri para que a gente possa fazer o encerramento da votação. (*Pausa.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente, posso usar a palavra por um minuto?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente. Com a palavra o Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Importante, Sr. Presidente, que essa contratação foi feita a partir de uma tomada de preços feita pelo Senar (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), é o Senac do agro, do Sistema S. Foi exatamente esta tomada de preços que foi utilizada para contratação do serviço. Então, nada mais foi feito do que usar uma tomada de preços feita pelo Senar, onde a empresa aderiu para compra das passagens.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Está encerrada a votação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Determino à Secretaria que publique o resultado no painel da Comissão.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O requerimento está rejeitado.

Votaram SIM 11; NÃO, 19.

Nenhuma abstenção.

Em votação, por destaque, os itens 18 e 19 desta Comissão.

1ª PARTE

ITEM 18

REQUERIMENTO Nº 1958/2025

Requer a convocação do Sr. Gustavo Marques Gaspar, empresário.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 19

REQUERIMENTO Nº 1936/2025

Requer a convocação do Sr. Gustavo Marques Gaspar, empresário e signatário de procuração concedendo plenos poderes a Rubens Oliveira Costa.

Autoria: Deputado Kim Kataguiri

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Determino à Secretaria que abra o painel para votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Itens 18 e 19...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O 18 e o 19.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Vamos votar contra, votar "não".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – "Não" o Governo; "sim"...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Espere aí, que tem que defender esse, né, Presidente? É outro, não é?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Esses já são os Requerimentos 18 e 19. Os anteriores foram rejeitados, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas quem foram esses, Presidente? Quais são esses? Porque são outros, né?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – São o 18 e 19, a convocação do Sr. Gustavo Marques Gaspar.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu gostaria de ouvir a defesa do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O painel está aberto, senhores, para votação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Para encaminhar.) – Hoje nós amanhecemos com várias notícias, como tem sido dito por novos personagens.

Um desses personagens se chama Sr. Gustavo Gaspar, uma relação umbilical com o Sr. Careca. Hoje a gente vai ter a oportunidade de saber quem está protegendo quem. Portanto, o Sr. Gustavo Gaspar é um que tem que ser investigado. Tem que ser investigado não é pela vontade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoal de A, de B ou de C, é porque negociou diretamente com o Sr. Careca, mas eu gostaria de ouvir o Deputado Kim, que vai falar sobre o requerimento dele, para a gente poder clarear as ideias.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência, Deputado Kim Kataguiri.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP. Para encaminhar.) – A defesa do Gustavo Gaspar entrou em contato, oferecendo voluntariamente o sigilo bancário do Sr. Gustavo Gaspar. Eu entendo...

Eu, primeiro, não retiro do sistema o meu requerimento.

A proposta que me foi feita foi a seguinte: que eles concederiam voluntariamente o sigilo bancário até a semana que vem, e, após nós analisarmos o sigilo bancário, aí nós pautaríamos e votaríamos essa convocação.

Este é o meu posicionamento: eu entendo que, sim, uma vez concedido esse sigilo, a gente possa aprovar a convocação do Sr. Gustavo Gaspar. E aí eu consulto V. Exa. e o Plenário, se houver a concordância; se não houver a concordância, a gente mantém a votação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Professora Dorinha Seabra, Senador Jorge Seif, Senador Marcio Bittar, Senador Randolfe Rodrigues...

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco/UNIÃO - TO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... Senador Rogerio Marinho...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela ordem.) – Nós já estamos em votação?

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco/UNIÃO - TO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... Alfredo Gaspar...

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Presidente...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Sim, é para manter a convocação, não é isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, o sistema está com dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Nós vamos dar tempo para todos votarem.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Presidente...

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco/UNIÃO - TO) – Presidente, eu queria falar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Deputada Coronel Fernanda.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT. Pela ordem.) – Presidente, é a primeira CPMI de que eu participo, mas...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Durante toda a minha vida como policial, eu tinha como princípio fazer a investigação, e a CPMI é para fazer a investigação, mas eu estou vendo que o Governo, que, desde o início, tentou barrar a CPMI – todas as audiências aqui nossas eles tentam também atrapalhar –, em vez de investigar, se colocar na função de investigador, está na função de defensor.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Está defendendo aqueles que estão no processo, na investigação da Polícia Federal, da CGU.

Eu gostaria, Presidente, dessa orientação do senhor, porque a CPMI é para investigar ou é para defender bandido? A CPMI é para investigar ou é para favorecer A ou B? Quem não deve não teme – quem não deve não teme. Quem está aí sendo acusado ou indiciado, pelo menos o nome citado, se viesse aqui, colocaria às claras, mas não precisa o Governo fazer o papel de defensor daqueles que são os ladrões do povo brasileiro.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Para contrapor, o Líder do Governo, enquanto votamos, Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o Governo não tem nenhuma dificuldade em fazer essa investigação, porque todos os depoimentos que já vieram até aqui demonstram, de forma inequívoca, que esse esquema criminoso teve origem durante o Governo Bolsonaro, que as portas para essa organização criminosa foram abertas durante o Governo Bolsonaro, que os ACTs para as entidades fantasmas foram concedidos durante o Governo Bolsonaro, que o afrouxamento da fiscalização foi feito durante o Governo Bolsonaro.

Portanto, Sr. Presidente, ninguém mais que o Governo tem interesse em fazer com que os bandidos que roubaram o dinheiro dos aposentados sejam identificados, aliás, essa organização criminosa que foi desbaratada agora, no Governo do Presidente Lula, que inclusive devolveu para os aposentados o dinheiro roubado por esta organização.

Agora, nós vamos investigar, Presidente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... questões que têm relação direta com o tema desta Comissão: descontos associativos, a questão do consignado, quando surgir indícios de que de fato possa ter algum tipo de desconto ilegal, mas, quando não houver conexões materiais, nós não vamos transformar esta Comissão num espaço para disputas políticas de estados, disputas partidárias ou coisa dessa natureza.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Portanto, não há materialidade entre o requerimento e a investigação que até agora foi feita.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Com a palavra a Senadora...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, só um minutinho.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Só para eu complementar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra a Senadora Dorinha Seabra.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Em seguida, pela Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, perfeitamente, Excelência. Temos tempo.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco/UNIÃO - TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria só...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco/UNIÃO - TO) – Bom dia a todos.

O Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor, temos uma Parlamentar se pronunciando.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco/UNIÃO - TO) – O Deputado Kim Kataguiri, pelo que eu entendi – eu queria entender a fala dele –, ele é autor do requerimento e ele está dizendo que essa pessoa se dispõe a oferecer quebra do sigilo. E aí, dependendo dos dados da quebra do sigilo, é que ele seria convocado.

Eu queria saber se é essa a proposta, até porque me parece bastante plausível, até porque nós temos mais de quantas, 300, 400 oitivas? Neste caso, a gente teria um dado concreto que, sendo palpável, poderia ser convocado.

É isso, Deputado Kim? Eu gostaria de compreender.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Me permite, Presidente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP. Para explicação pessoal.) – Presidente, é exatamente isso. A minha proposta é que a gente adie a votação dessa convocação para receber a quebra de sigilo. E aí, primeiro, foi proposto que seja entregue voluntariamente. Se não for entregue, eu já adianto aqui, vou defender que seja pautado, porque eu não vou aceitar que descumpram um acordo que estão propondo para esta CPMI. Se não entregarem o sigilo, pautamos, e convocamos, e escutamos, e inquirimos ele sem o sigilo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado. Pois não.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Se entregarem o sigilo – se entregarem o sigilo –, aí, sim, nós podemos analisar se há razão, se não há razão para convocar. Mas a minha proposta objetiva é que a gente... retirada do meu requerimento, que nós não façamos a convocação hoje, que a gente receba a quebra de sigilo e daí a gente avalie a convocação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, mas essa proposta não pode mais, porque o requerimento já está em votação, né?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, pode reapresentar.

Pela Oposição, Senador Rogerio Marinho.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Sim, mas já está...

Só para... Presidente, só para...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Eu pediria a atenção dos nobres pares...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho, Senador Rogerio.

Eu abri a palavra a todos, como sempre faço, porque é um Parlamento, e eu respeito o posicionamento de todos, mas o regramento diz que são só duas manifestações. Então, eu aqui vou encerrar com o Senador Rogerio Marinho, para a gente dar sequência na oitiva que está prevista em seguida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Para encaminhar.) – Agradeço ao senhor, Presidente.

Presidente, primeiro, está claro aqui, nesta Comissão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... está claro aqui, nesta Comissão, quem quer abafar e quem quer investigar. O Governo tem aqui...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... uma narrativa que faz todas as vezes, em todas as Comissões. A situação começou no nosso... no Governo do Presidente Bolsonaro. Essa é uma narrativa do Governo que não se fia na realidade.

Nós temos uma extrema má sorte, porque, a partir de 2021, em 22, 24 anos, 18 anos de PT, a quantidade de escândalo do INSS não para, e ele diz que nunca souberam o que acontecia de escândalo.

Nenhum integrante do Governo, com exceção – eu tenho que fazer justiça – do Senador Contarato, assinou a CPMI. Todos foram contra a CPMI, todos. O Governo trabalhou contra a CPMI.

Acabamos de negar aqui um requerimento para...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor, vamos reduzir o...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... investigar uma empresa que recebeu R$5 milhões da Contag, que é a entidade que mais se beneficiou dessa situação, e, agora, nós estamos aqui impedindo a possibilidade de quebrarmos o sigilo e convocarmos alguém que deu uma procuração, o Sr. Rubens, um cidadão que operou R$140 milhões de recursos, durante 14 meses, do Sr. Antônio Camilo, e com plenos poderes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas o que é pior é o seguinte, que se diz aqui: "Não, ele vai quebrar o sigilo dele". Não me interessa o sigilo dele. Eu quero saber o sigilo da empresa em que foram manuseados esses recursos. É isso que nós queremos saber. Aliás, nós não, o povo brasileiro; nós não, os aposentados que foram roubados; nós não, aqueles que foram espoliados. E o Governo teima em jogar uma cortina de fumaça.

E sabe por que aconteceu esta CPMI aqui? Porque o Governo estava fazendo investigação seletiva.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Senador.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Este Governo que diz que desbaratou a fraude e investigou foi o governo que passou dois anos e meio fazendo vista de mercador e só começou a se mexer quando a Polícia Federal do Estado brasileiro, e não do Governo, porque eles falam como se fossem donos do aparelho estatal...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... tomou decisão em função de denúncias do *Metrópoles*, vamos lembrar aqui...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Excelência.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... e o Presidente do INSS e o Procurador foram afastados, a pedido da polícia, pelo Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Está encerrada a votação.

Determino à Secretaria que publique o resultado no painel.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, os itens 18 e 19 estão rejeitados.

Foram 11 SIM; 19 NÃO.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nenhuma abstenção.

Oitiva do Sr. Antônio Camilo Antunes.

Solicito que a Secretaria conduza o depoente à mesa.

Senhores...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Solicito que a Secretaria conduza o depoente à mesa.

Lembro que o depoente está desobrigado a prestar o compromisso de dizer a verdade. No entanto... (*Pausa.*)

Solicito seja trazido o depoente.

Vamos com paciência. Ele está numa sala anexa e será trazido a esta Comissão. (*Pausa.*)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Presidente, questão de ordem.

V. Exa. me dê...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Questão de ordem? Qual o artigo, Deputado?

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Pela ordem, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pela ordem, Excelência.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. Pela ordem.) – Quero chamar a atenção aqui, Excelência.

Na decisão do Ministro André Mendonça, constava, naquele momento, que o Sr. Fernando Cavalcanti consta como administrador da NW Soluções e Recuperação de Crédito Ltda. – naquela oportunidade –, que tem, como um dos titulares, Nelson Wilians.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que me chama atenção é que agora, recentemente, mudou. Agora, é o Nelson Wilians que se tornou o administrador. Chama atenção isso, Presidente. Exatamente hoje foi aprovado o pedido de prisão preventiva dele. Será que isso não tem a ver com uma fuga, não sei?

(*Soa a campainha.*)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Por que é que ele se tornou o administrador da empresa recentemente? Quero chamar atenção aqui à Presidência, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado Chrisóstomo. Obrigado.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Presidente, pela ordem. Só para eu passar uma informação para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Deputada.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT. Pela ordem.) – Presidente, eu estou recebendo, todos os dias, informações. O Governo acabou de falar que o atual Governo pagou, já devolveu o dinheiro para os aposentados. Eu gostaria que ele aproveitasse e trouxesse para esta CPMI essa informação de forma formal, porque eu não aguento mais receber tantas denúncias dos nossos aposentados e pensionistas que até hoje não receberam; e alguns que receberam, receberam pela metade. Então, a verdade tem que ser dita aqui nesta CPMI, porque os nossos aposentados e pensionistas precisam ser respeitados...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Deputada.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – ... e o dinheiro devolvido. Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Será solicitado.

Senhores, já está presente à mesa o Sr. Antônio Carlos Camilo. Como disse, ele está desobrigado a prestar o compromisso de dizer a verdade, no entanto terá seus direitos totalmente respeitados.

Passo a palavra ao Sr. Antônio Carlos Camilo para a exposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, dou as boas-vindas ao advogado Dr. Cleber Lopes. Obrigado pela presença, Dr. Cleber. Sempre como faço, o senhor poderá a qualquer tempo interromper esta sessão para orientação ao seu advogado ou por outra necessidade. O senhor poderá dar a ele dados técnicos, mas o senhor não poderá dirigir a resposta, o.k.? Eu peço a gentileza de que nos atenhamos a isso, para evitarmos e aqui possamos sempre trabalhar com tranquilidade.

Passo a palavra ao Sr. Antônio Carlos Camilo, por 15 minutos, e, se necessário, esta CPMI também dará mais tempo para a exposição.

Fala mais perto, por favor, do microfone.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES (Para depor.) – A todos, bom dia. Srs. Parlamentares, espero que tenhamos aqui momentos interessantes.

Vou fazer uma fala inicial, e obviamente nós temos aqui um material para fazer uma apresentação sobre todos os fatos. Bom...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fora do microfone*.) – Pode falar mais perto?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Posso.

Sempre acreditei que a verdade, sustentada em fatos e documentos, seria suficiente para afastar a mentira, a inveja e a calúnia, que vêm sendo disseminadas desde o início dessa investigação. Mantive-me em silêncio, num primeiro momento, cumprindo com rigor todas as determinações judiciais para assegurar o bom andamento das apurações, colaborando com as autoridades sempre que requisitado. Desde o início, constituí uma defesa técnica, que tem mantido diálogo constante com os órgãos competentes, e, por meio dela, compareci a todos os atos em que minha presença foi requerida. Mantive meus endereços devidamente atualizados, entreguei meu passaporte às autoridades e adotei todas as providências necessárias para demonstrar meu total interesse em contribuir com as investigações. Até porque o maior interessado no esclarecimento integral dos fatos sou eu, e ainda assim fui submetido a uma medida extremamente grave, baseada em premissas absolutamente equivocadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que diz respeito às circunstâncias que culminaram na decretação da minha prisão preventiva, gostaria de esclarecer, para que todos os brasileiros saibam e para que essa versão também circule na mídia, que um indivíduo com quem mantive relações comerciais, insatisfeito após reiteradas tentativas de extorsão frustradas e, inclusive, após ter furtado veículos de minha propriedade – fatos esses devidamente registrados na Polícia Civil de São Paulo, onde já houve decisão determinando a restituição dos bens –, dirigiu-se à Polícia Federal e apresentou uma série de inverdades, alegou falsamente que eu estaria tentando obstruir investigações da Operação Sem Desconto.

Isso significa que as premissas que fundamentaram a minha prisão preventiva chegaram ao conhecimento do Ministro André Mendonça de forma absolutamente equivocada e baseada em informações mentirosas. É preciso afirmar, com toda a firmeza, que jamais tentei obstruir qualquer investigação. Ao contrário. Desde o início, constituí uma defesa técnica, justamente para manter diálogo constante com os órgãos de persecução.

Pois bem, quero continuar esclarecendo os fatos, mas antes é necessário uma pausa para falar de quem eu sou. Desde a deflagração da Operação Sem Desconto, a mídia constituiu um personagem para tentar atribuir-me a responsabilidade por supostos crimes. Ocorre, entretanto, que tal narrativa não corresponde à verdade dos fatos, nem à minha verdade pessoal, nem àquela que muitos dos senhores aqui conhecem. Hoje, terei a oportunidade de demonstrar que jamais fui este personagem fictício, o chamado Careca do INSS, rótulo criado pelo Sr. Eli Cohen que... Induziram pessoas de bem, veículos de comunicação respeitados, profissionais de imprensa e toda a sociedade a acreditarem em uma narrativa fantasiosa, construída a partir de uma leitura superficial de *e-mails* trocados entre duas entidades privadas.

Tais senhores tiveram a coragem de comparecer perante esta CPMI para difamar, sem qualquer prova, instituições sérias, empresas idôneas, sindicatos e o poder de polícia do Estado de São Paulo, o Deic, o Gaeco, e diversos empresários. Fizeram, a meu ver, simplesmente porque não lograram êxito em seus verdadeiros objetivos, que, ao que tudo indica, tinham o contorno de tentativa de extorsão.

Acredito que as provas por mim apresentadas, tanto nesta oportunidade quanto perante a Justiça, irão orientar de maneira mais adequada o sentido de vossos esforços. É isto que os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiros, assinantes de TV a cabo, correntistas de bancos, eleitores, aposentados e consumidores, esperam: que esta Comissão possa efetivamente contribuir para o aprimoramento da pauta do Governo brasileiro e, em especial, para a melhoria da Previdência Social.

Sou Antônio Carlos Camilo Antunes, um empreendedor nato, um empresário que constituiu, ao longo de 47 anos de trabalho, uma trajetória marcada pela garra, pela resiliência, pela determinação de vencer na vida. Minha atuação sempre se deu no setor de prestação de serviços em ramos diversificados, o que me tornou um ponto de conexão entre pessoas e empresas, criando oportunidades reais, honestas e prósperas no âmbito privado.

No que concerne às minhas empresas, é importante frisar: não tenho qualquer relação com o Governo em nenhuma de suas esferas, federal, estadual ou municipal. Jamais foi objetivo da minha atuação empresarial estabelecer parcerias com o setor público. Minha atividade sempre esteve voltada ao setor privado, espaço em que é possível trabalhar com liberdade, dentro dos limites da legalidade, da ética e da responsabilidade. A experiência adquirida ao longo da minha vida profissional me permite aplicar com seriedade e honestidade conceitos modernos de terceirização e quarteirização, conduzindo minhas empresas com liderança responsável e voltada para o crescimento sustentável.

Especialmente no que diz respeito à minha empresa Prospect, sobre a qual muito se tem falado e em torno da qual pairam suspeitas infundadas de que, por meio dela, eu teria cometido diversos crimes, cumpre esclarecer a V. Exas. que a referida sociedade foi regularmente constituída por mim em maio, por mim, no ano de 2022, com a finalidade exclusiva de prestar serviços de assessoria e consultoria empresarial, contemplando atividades diversificadas, entre as quais se destacam os serviços de apoio administrativo, envolvendo treinamentos diversos, organização de processos administrativos e licitatórios, produção de vídeos e *softwares*, edição de cadastros, atividades de teleatendimento, serviço de organização de feiras, congressos e exposições.

Desde a sua criação, a Prospect sempre pautou sua atuação dentro dos limites da legalidade, com registros contábeis transparentes, contratos formais e estrito cumprimento das obrigações fiscais e trabalhistas.

Quero deixar claro também que minha esposa nunca teve qualquer participação na minha empresa Prospect. À exceção do meu filho mais velho, nenhum dos meus filhos integram ou já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

integraram o quadro societário da Prospect, por isso a intimação deles para depor nesta CPMI não faria sentido, já que não teriam como trazer informações ou esclarecimentos sobre a atuação da empresa, justamente porque nunca tiveram envolvimento com a sua gestão.

Na oportunidade, quero ressaltar que serão disponibilizados à Polícia Federal mais de 180GB de informações correspondentes a mais de 18 milhões de páginas de documentos, os quais são plenamente capazes de comprovar a efetiva prestação de serviço da empresa Prospect a diversas associações.

Tais elementos demonstram, de forma inequívoca, que eu, ainda que na condição de dirigente da Prospect, jamais fui responsável pelo recrutamento de associados, tampouco exerci qualquer ingerência sobre a inserção de dados no sistema do INSS. Todos os serviços contratados pelas associações tinham como destinatário final o próprio associado aposentado, beneficiário direto das atividades desempenhadas. A documentação que será entregue à autoridade policial evidencia que, por meio da Prospect, foram emitidas apólices de seguro funeral, oferecido um clube de benefícios com empresas parceiras, concedidos descontos em farmácias conveniadas, além de disponibilizado o acesso da plataforma de cursos em diversas áreas, entre outros serviços que foram efetivamente prestados e usufruídos pelos associados.

Assim, os mais de 180GB de informação, que ultrapassam 18 milhões de páginas, são suficientes para pôr fim às narrativas mentirosas até aqui disseminadas, as quais foram induzidas às sociedades pelos senhores já mencionados, com o claro intuito de me difamar e deturpar a realidade dos fatos.

Após iniciados os esclarecimentos perante a Polícia Federal, em tempo oportuno, perante esta Comissão, reitero que jamais me ausentei de minhas responsabilidades. Sempre estive e continuarei estando à disposição da Justiça, comparecendo sempre que convocado e prestando todos os esclarecimentos necessários sobre os meus atos.

Para o bom andamento deste processo, destaco que toda a minha prosperidade é fruto de trabalho honesto e dedicado. Nunca possuí patrimônio oriundo de roubo ou de qualquer prática ilícita, tampouco ocultei bens, seja no Brasil ou no exterior. De fato, possuo uma propriedade fora do país que foi adquirida após uma venda de um imóvel aqui no Distrito Federal, de maneira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

absolutamente lícita, e com o intuito de expandir a minha atividade empresarial por meio de uma empresa que nada se relaciona com o objeto da Prospect.

Ressalto mais uma vez que muitos dos senhores, bem como toda a opinião pública, foram induzidos por dois senhores já citados a viver uma história emocionante, mas a verdade é que tudo que me envolve é tão somente fatos do mundo empresarial privado, onde a utilização e a prestação dos serviços às associações e aos aposentados foram efetivos.

É dever desta Comissão levantar quais foram, de fato, as atitudes do Governo Federal no sentido de resolver a situação enfrentada pelos aposentados, inclusive assegurando o devido reembolso àqueles que eventualmente tenham sofrido descontos indevidos. Para tanto, é imprescindível fazer uma distinção fundamental.

A minha empresa sempre prestou serviços às associações, tendo como destinatário final o aposentado associado, mas sem qualquer ingerência ou responsabilidade sobre os descontos incidentes em seus benefícios previdenciários. Tais descontos eram realizados diretamente pelas associações. Assim, caso algum aposentado tenha sofrido descontos indevidos, a responsabilidade a ser apurada recai sobre as associações que eventualmente promoveram a inclusão dessas pessoas em seus quadros associativos e sem a devida anuência e jamais sobre a minha empresa, que se limitava à prestação de serviços contratados por tais entidades.

É dever dessa CPMI reconhecer a necessidade de implantação de critérios mais rigorosos e modernos capazes de assegurar maior segurança e transparência no processo de filiação de associados às entidades representativas, providência que também deve ser considerada pelo Governo Federal como medida essencial de proteção aos aposentados.

É igualmente importante compreender que a pasta da Previdência é complexa por natureza, tendo, ao longo da história, contado com diferentes estruturas, gestores e políticas que compõem o intrincado sistema previdenciário brasileiro. Por esta razão, merece, no mínimo, o nosso respeito pela árdua missão de atuar em favor de milhões de brasileiros que dela dependem.

Registro ainda o devido reconhecimento às lideranças sindicais, confederações e associações que efetivamente contribuem para aproximar e atender essa vasta massa de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

cidadãos. Deixo aqui o meu apreço a todos que desempenham esse papel social de relevância inquestionável.

Registro também o meu reconhecimento aos empresários e empresárias que atuam nas diversas áreas do setor privado e reitero que sou, acima de tudo, um empreendedor cuja vida e trajetória não permitem qualquer comparação com o personagem que a mídia e alguns interessados insistem em confundir.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – O denominado Careca do INSS não reflete quem eu sou, tampouco condiz com a minha história de trabalho, de resiliência e de dedicação ao empreendedorismo.

Por fim, gostaria de registrar que responderei a todas as perguntas de V. Exas., desde que formuladas com educação, cordialidade e dentro dos limites da ética, observando-se, sobretudo, o meu direito constitucional de não autoincriminação. Isso se justifica não apenas como garantia fundamental, mas também porque ainda existem diligências policiais em andamento, cujos elementos não são integralmente acessíveis nem por mim e nem à minha defesa, e nem mesmo a esta Comissão.

Muito obrigado. Desejo um bom trabalho a esta Comissão e que a verdade prevaleça.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Terminada...

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Sr. Presidente, só mais uma fala.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Perfeitamente.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Antes de começar a responder às vossas perguntas que me forem formuladas, quero dizer a V. Exa. que não responderei àquelas que me forem elaboradas pelo ilustre Relator. Isso porque, segundo os meus advogados, na sessão em que fora tomado o depoimento do Sr. Rubens, S. Exa. disse, por mais de uma vez, que sou ladrão do dinheiro dos aposentados, sem me dar a chance de defesa, ou seja, o Relator já me julgou e condenou sem sequer me ouvir, e por isso não responderei às perguntas de S. Exa. Tal conduta,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

segundo os meus patronos, revela a quebra da imparcialidade que se espera de um agente público responsável pela apuração de eventual infração penal.

Quero ainda deixar claro que tenho respeito por esta Comissão, mas somente responderei às perguntas formuladas dentro das regras de tratamento impostas pelo Supremo Tribunal Federal em todas as ordens de *habeas corpus* dirigido a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Só uma pergunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, não, senhores, por favor. Por favor. Todos terão direito à manifestação no momento devido da inscrição, por gentileza.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, por gentileza, Deputado Zé Trovão, por favor.

Primeiro, o Relator tem direito a fazer todas as perguntas que desejar por esta Comissão. O depoente tem o direito de não responder. Mas a sequência será dada. Logo após o Relator, nós daremos início às falas dos Parlamentares que estão inscritos.

Passo a palavra ao Relator e solicito ao Deputado Duarte Jr. que assuma a Presidência para que eu possa votar lá na Comissão em que estão me aguardando.

Por favor, com a palavra o Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, hoje é um dia muito importante para esta Comissão.

Relatado pela Polícia Federal, está presente aqui o autor do maior roubo aos aposentados e pensionistas da história do Brasil.

O SR. CLEBER LOPES (*Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, pela ordem. Sr. Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Presidente, autor do maior roubo da história do Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Não, não, não.

O SR. CLEBER LOPES (*Fora do microfone.*) – Eu estou pedindo pela ordem. Eu não estou pedindo para falar não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Autor da...

O SR. CLEBER LOPES – Eu não estou pedindo autorização para falar!

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Não, mas aqui você...

O SR. CLEBER LOPES (*Fora do microfone.*) – Não, não, senhor. Aqui... Aqui...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. *Fora do microfone.*) – Presidente...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. *Fora do microfone.*) – Estamos diante do autor de um dos maiores...

O SR. CLEBER LOPES (*Fora do microfone.*) – Negativo! Negativo! (*Pausa.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. CLEBER LOPES (*Fora do microfone.*) – Aqui, mais do que em qualquer lugar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Eu peço...

Não, você é advogado. Aqui quem preside os trabalhos sou eu.

O SR. CLEBER LOPES (*Fora do microfone.*) – Mas eu sou advogado!

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Quem está presidindo os trabalhos sou eu. Eu peço que você se acalme. Você pediu a palavra, e eu vou decidir.

O SR. CLEBER LOPES (*Fora do microfone.*) – Não posso admitir ser tratado assim! Aqui, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Você não tem que admitir nada aqui não!

O SR. CLEBER LOPES (*Fora do microfone*.) – Tenho sim, senhor! Eu sou advogado! Eu sou advogado!

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Você não tem que admitir...

O SR. CLEBER LOPES (*Fora do microfone*.) – V. Exa. me respeite!

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Você não tem que admitir nada aqui não!

O SR. CLEBER LOPES (*Fora do microfone*.) – V. Exa. me respeite!

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Você não vai voltar...

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA. *Fazendo soar a campainha*.) – Não, não, não, não..

Eu peço auxílio à polícia legislativa! Eu peço auxílio à polícia legislativa!

Deputado Trovão, sente-se.

O SR. CLEBER LOPES (*Fora do microfone*.) – Eu sou advogado!

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Eu peço auxílio à polícia legislativa.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. *Fora do microfone*.) – O senhor não tem...

O SR. CLEBER LOPES (*Fora do microfone*.) – O senhor me respeite!

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Eu não vou te respeitar!

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Deputado Trovão, por gentileza, sente-se.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. *Fora do microfone*.) – O senhor que está faltando com respeito ao Parlamento!

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Deputado Trovão... Deputado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. *Fora do microfone*.) – O senhor não tem esse direito aqui!

O SR. CLEBER LOPES (*Fora do microfone*.) – Está na lei!

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. *Fora do microfone*.) – O senhor não tem!

O SR. CLEBER LOPES (*Fora do microfone*.) – Está na lei!

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Não existe... Não existe...

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Está suspensa a sessão.

(*Suspensa às 11 horas e 07 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 10 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Deputados e Deputadas, Parlamentares, eu peço silêncio, para que nós possamos conduzir o trabalho.

Cada Parlamentar, seja ele titular ou suplente, tem direito à palavra. O advogado tem o direito de se manifestar, de acordo com a Lei 8.906, de 1994, mas cabe a esta Presidência dizer se vai se manifestar ou não. Pedir questão de ordem cabe ao Parlamento, cabe ao Deputado. Aqui não é uma audiência onde aqui está um juiz. Aqui está o Presidente, um Parlamentar; é uma CPMI, não uma audiência judicial.

Então eu peço aos Parlamentares muita atenção ao que eu vou dizer: o nosso objetivo aqui não é baixaria; o nosso objetivo aqui não é bate-boca; o nosso objetivo é que o Careca do INSS possa se manifestar, ele possa falar. Então aqui eu não quero também...

Peço atenção...

Toque a campainha, por gentileza.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Eu peço atenção, peço ordem, porque, se V. Exas. assim se comportarem, ele vai querer se levantar e vai sair – ele vai querer se levantar e sair.

Com todo o respeito à analogia, mas quem quer pegar galinha não grita “xô”. Então eu peço que V. Exas. mantenham o controle que todos nós precisamos manter.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço ao advogado também que se controle. Nós vamos dar condução adequada aos trabalhos.

Agora eu peço, por gentileza, que nós possamos ouvir o nosso Relator, para que ele...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Não, sem questão de ordem, sem pela ordem. Quem vai falar é o Relator.

Eu peço, por gentileza, silêncio para que o Relator fale.

Peço ao advogado que possa manter o equilíbrio.

E o senhor vai falar aquilo que achar que deve. Se achar que não deve falar, permaneça em silêncio.

Com a palavra o Relator.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, tem uma questão a ser dirimida.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Vou passar a Presidência ao Senador Carlos.

Com a palavra o Relator.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Qual o procedimento? Tem que explicar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, hoje é um dia histórico para esta Comissão.

Estamos diante daquele que praticou o maior roubo contra aposentados e pensionistas do Brasil. Não vai ser a voz...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Relator...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... deste Parlamentar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Relator...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... e nenhum advogado pago...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Relator...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... com dinheiro roubado do povo brasileiro...

O SR. CLEBER LOPES (*Fora do microfone.*) – Pela ordem. Eu não vou admitir. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Relator... Relator, por gentileza.

Sr. advogado, por gentileza. Só um instantinho.

O senhor não tem pela ordem aqui.

Eu vou me manifestar aqui, Excelência. O senhor não tem pela ordem aqui.

Só um instante, por favor.

O SR. CLEBER LOPES (*Fora do microfone.*) – O senhor vai negar vigência à lei?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vou. Vou, porque o senhor não tem direito a pela ordem aqui.

O senhor pode se manifestar tecnicamente.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor não tem direito a pela ordem aqui.

Só um instante, por favor.

O senhor respeite a Presidência. Um instante.

O senhor respeite a Presidência, por favor.

O SR. CLEBER LOPES (*Fora do microfone.*) – Está encerrado o depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Relator, por gentileza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente... Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho, Excelência.

Senhor, ele não pode sair desta...

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Que palhaçada isso!

(*Intervenção fora do microfone.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLEBER LOPES (*Fora do microfone.*) – Retira ele daqui e vamos dar como encerrada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, ele não pode sair daqui sem autorização desta Presidência.

O senhor, por gentileza, sente-se. O senhor poderá se manifestar tecnicamente.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, senhores...

(*Soa a campainha.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Nós fizemos um acordo e eu pedi a todos os Parlamentares que nós respeitássemos o depoente em todos os...

Só um instante, Excelência. Só um instante.

Nós fizemos um acordo e eu pedi a todos, por favor...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou cortar os microfones.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu não gostaria de fazer, mas vou ter que cortar.

Senhores, eu pedi, desde o início que, por favor, todos se manifestassem de forma ordeira, urbana e em respeito ao depoente. Aqui também eu quero estender esse pedido ao Relator Alfredo Gaspar, que é homem experiente do Ministério Público. Que a gente possa conduzir esta sessão dentro dos padrões que a população espera de nós e que a legislação nos permite.

O advogado poderá suspender a sessão sempre que achar necessário. É um direito dele. A manifestação será concedida ou não por esta Presidência, de acordo com a pertinência técnica e da jurisprudência. Mas, por favor...

Nós vamos retomar e vamos dar sequência, porque o depoente não pode sair daqui sem a autorização desta Presidência, uma vez que já foi iniciada a sessão.

Não, Deputado Zé Trovão. Por favor. Por gentileza. Não, não fala não.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza, Deputado Coronel Chrisóstomo. Por gentileza.

Se nós levarmos nessa sequência, eu não continuarei dando a todos a voz como tenho dado. Eu vou seguir só o que está no regulamento. Aí, os senhores não poderão se manifestar. Então, por gentileza, eu peço respeito a este momento.

Por gentileza, senhor advogado, senhor depoente, retomo a sessão e o senhor será respeitado aqui em todos os posicionamentos que forem colocados.

Sr. Relator, por favor, o senhor, com o equilíbrio, com o profissionalismo que tem, dê sequência, por gentileza, às colocações.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Careca do INSS, por que o senhor processou os jornalistas por terem lhe colocado essa alcunha? (*Pausa.*)

Sr. Careca do INSS, quais foram os gabinetes aveludados de Brasília que abriram as portas para o senhor cometer o maior crime contra aposentados e pensionistas? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Careca do INSS, quais foram os Deputados e Senadores que permitiram que o senhor indicasse pessoas, no INSS e no Ministério da Previdência Social, terminando no maior roubo da história dos aposentados e pensionistas? (*Pausa.*)

Sr. Careca do INSS, o senhor fugiu do país cinco dias antes da Operação Sem Desconto e voltou cinco dias depois ao país quando teve a certeza de que não havia mandado de prisão contra o senhor. Quem da República brasileira vazou para o senhor a operação da Polícia Federal? (*Pausa.*)

Sr. Careca do INSS, o senhor é acostumado a frequentar ministérios. Quais foram as autoridades que abriram as portas do ministério para o senhor cometer o maior crime contra aposentados e pensionistas? (*Pausa.*)

Sr. Careca do INSS, o senhor adquiriu uma fazenda por R$40 milhões. A quem pertence esse imóvel? (*Pausa.*)

Sr. Careca do INSS, o senhor anda desfilando pelo Brasil nas asas de um jatinho. Esse jatinho pertence a qual político brasileiro? (*Pausa.*)

Sr. Careca do INSS, o senhor constituiu 24 empresas, atualmente com 10 ativas. Pelas suas empresas, R$50 milhões foram bater na Arpar, a Arpar que está sendo noticiada pela Polícia Federal como lavanderia do PCC. Qual é a sua ligação com o PCC? (*Pausa.*)

Sr. Careca do INSS, o senhor adentrou às portas do INSS, da Dataprev e do Ministério da Previdência Social.

Bota uma foto aí, por favor. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Enquanto coloca, Relator – aí está –, Srs. Parlamentares, obrigado pela compreensão e pela decisão de nós acompanharmos esta sessão de forma organizada, civilizada e com os direitos preservados. Muito obrigado, senhores.

Pois não, Relator. Com a palavra, Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. *Fora do microfone.*) – Estou esperando só o microfone...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. (*Pausa.*)

Sr. Careca do INSS, 13 dias depois de o atual Governo assumir, está aqui, numa reunião do Ministério da Previdência, o senhor. O que é que o senhor estava fazendo numa reunião de trabalho da Previdência Social junto ao atual Ministro Wolney Queiroz? (*Pausa.*)

Sr. Careca do INSS, estamos aqui diante de um criminoso chamado André Fidelis. Foi ele, enquanto Dirben (Diretor de Benefícios, que permitiu a inclusão em massa de aposentados que não tinham autorizado descontos associativos. E aqui está o senhor, juntamente com ele e com o Ministro da Previdência. Olha que coincidência: outro membro da organização criminosa, Virgílio de Oliveira Filho.

O senhor passou mais de R$10 milhões para Virgílio de Oliveira Filho. Esse presente foi fruto da sua bondade ou foi a divisão da corrupção praticada por vocês? (*Pausa.*)

Aqui está Alexandre Guimarães, também Diretor de Governança do INSS. Recebeu propina do senhor.

Eu pergunto: o senhor vem aqui falar de honestidade e trabalho sério, quando, nessa mesa aqui, paga pelo povo brasileiro, estavam sentados membros de organização criminosa. O senhor deu dinheiro para André Fidelis, o senhor deu dinheiro para Alexandre Guimarães, o senhor deu dinheiro para Virgílio de Oliveira Filho. Mas não foi um troco, não, foram milhões de reais. Eu pergunto: desde quando essa organização criminosa foi montada na estrutura da Previdência Social? Desde quando o povo brasileiro vem sendo roubado por essa organização criminosa? Com 13 dias de um Governo, o que é que o senhor estava fazendo numa reunião ministerial? Com 13 dias de Governo, num planejamento de trabalho, só tinha uma única pessoa que não era do Ministério da Previdência Social, era justamente o senhor. Quem deu autorização para um quadrilheiro sentar na mesa da Previdência Social? (*Pausa.*)

Botei essa foto aqui, Sr. Careca do INSS, porque o seu apelido não é à toa. O que é que o senhor estava fazendo na Dataprev, entrando escondido pela garagem, este ano? Quais empresas o senhor levou para lá para esses descontos associativos continuarem? O que é que o senhor tem em parceria com esse ex-consultor jurídico do INSS, Virgílio de Oliveira Filho, que o senhor botou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Sr. Rubens Costa para criar uma empresa junto com a Sra. Thaisa Hoffmann, esposa dele, e repassou para essa empresa milhões de reais do povo brasileiro? (*Pausa.*)

O que é que o senhor... O que é que o senhor tem com Alexandre Guimarães, que colocou o Sr. Rubens Costa, dito por ele, para receber dinheiro roubado do povo brasileiro? Qual... qual o cacife político que lhe botou nessa cadeira? Qual foi o Senador? Qual foi o Deputado? Qual foi o padrinho político que lhe botou aqui para discutir o futuro da Previdência Social do Brasil? Quem teve a ousadia de botar o senhor, acusado do desvio de centenas de milhões de reais do povo brasileiro, aqui, na cadeira do povo brasileiro, no Ministério da Previdência Social? (*Pausa.*)

Eu fico imaginando o senhor distribuindo brindes de milhões de reais a funcionários corruptos da Previdência Social. Eu fico me perguntando quanto essa turma já citada aqui recebeu do senhor do dinheiro roubado dos aposentados e pensionistas. Mas eu botei essa foto pela indignação de alguém permitir que esse cidadão sente numa mesa de trabalho da Previdência Social com 13 dias de Governo, decidindo o destino do dinheiro suado dos trabalhadores do Brasil.

Mas, Sr. Presidente, vou continuar as perguntas porque gostaria que ficasse registrada cada uma dessas perguntas.

O senhor montou empresas associativas, sindicatos e associações que, no final das contas, retiraram R$2 bilhões dos aposentados e pensionistas – R$2 bilhões. E olha, isso só foi permitido porque o Estado brasileiro permitiu essa corrupção nas hostes da Previdência Social.

Eu vou ler e lhe perguntar. Ambec: o senhor tinha uma procuração da Ambec; 97,6% dos membros da Ambec, que são milhares de pessoas – 97,6 –, disseram que não permitiram desconto associativo. Olha quanto foi roubado do povo brasileiro: R$499 milhões. Pior, sabe quem é o procurador da Ambec? O senhor pode dizer quem é o procurador da Ambec? Procurador da Ambec para fazer todo tipo de movimentação, para ir sentar na mesa do Ministro da Previdência, para ir ao INSS, para colocar descontos associativos, olha que coincidência, o procurador da Ambec se chama Antônio Carlos Camilo, o Careca do INSS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Unaspub: olha, tirou do povo brasileiro R$267 milhões; 97,6 dos entrevistados disseram que não permitiram desconto associativo. Sr. Careca do INSS, por que o senhor recebeu tantos milhões de reais da Unaspub? (*Pausa.*)

AAPPS Universo: o senhor recebeu milhões de reais e ela ganhou do povo brasileiro 255 milhões. AAPPS Universo, essa história da AAPPS, que nós vamos aqui também dissecá-la, nós temos casos aqui que, se forem descobertos, se a gente tiver essa competência, derrubam metade desta República, porque esta República está acostumada com corrupção e impunidade.

AP Brasil: o senhor, como procurador, conseguiu arrecadar ilegalmente R$136 milhões; CBPA: R$221 milhões; Cebap: R$197 milhões; Asabasp: 22 milhões; Unsbras: 149 milhões; Abrasprev: 67 milhões; Abapen: 100 milhões; Abenprev: 83 milhões; totalizando, com a Aaspa, 2,7 bilhões.

E o senhor, ligação direta, como procurador e constituinte dessas empresas.

O senhor esteve em quatro oportunidades registradas com o Senador Weverton Rocha. Qual o assunto de interesse público tratado com o Senador Weverton Rocha?

Quantas vezes o senhor pisou no tapete do Congresso Nacional e quais gabinetes o acolheram com tanto carinho e respeito?

O senhor repassou para o Sr. Silvio Preto R$100 mil. Está aqui na reportagem que foi utilizado para comprar o *jet ski*. Para quem foi comprado esse *jet ski* no Maranhão?

O senhor voou várias vezes em um jato pertencente a Erik Medeiros. Quem é Eric Medeiros? A que título o senhor voava livremente nesse avião?

Seu filho Danilo, na véspera da Operação Sem Desconto, foi filmado pela Polícia Federal vistoriando ferraris, porsches, BMWs que vocês esconderam da Polícia Federal. Quem vazou para vocês a operação da Polícia Federal? Quem lhe garantiu que o senhor não ia ser preso? Foi esta Comissão – esta Comissão – que, nas suas primeiras reuniões, pediu a sua prisão.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Senão, o senhor tinha tudo para estar na impunidade, mas esta Comissão está botando luzes no maior roubo da história de aposentados e pensionistas.

Quantas vezes o senhor esteve com o Sr. Nelson Wilians? Quantas vezes o senhor negociou com o Sr. Nelson Wilians?

Quantas vezes o dinheiro do povo brasileiro foi desviado numa lavagem de dinheiro pelas suas empresas?

Quantas vezes foi dada ao senhor a garantia de proteção integral, inclusive da sua não prisão? Quantas vezes o senhor se confiou nos padrinhos poderosos, pensando que a impunidade ia ser a marca da sua vida?

Hoje, o senhor está arrogante e prepotente, mas, em breve, o senhor enfrentará o sistema prisional, e, no sistema prisional, nós vamos ter lá milhares de presos que tiveram mães, avós, tios e pais roubados. O senhor hoje é um arquivo vivo que vale para alguns muito mais morto do que vivo. Se engana pensando que o senhor está protegido.

Aqui, o senhor pode pensar que somos inimigos. Talvez, aqui seja a única fronteira em que o senhor vai alcançar a sua proteção e a proteção da sua família.

Desde quando o senhor começou a atuar na área previdenciária? Quais Parlamentares e funcionários públicos permitiram a sua entrada livre nas hostes do Ministério da Previdência, no INSS e na Dataprev?

Desde quando o senhor começou a operar com empréstimos consignados? Qual foi o seu primeiro contato com esse tema?

Após a deflagração da Operação Sem Desconto, o senhor promoveu intensa movimentação de ativos financeiros. Qual a finalidade dessas operações?

Qual a finalidade do dinheiro direcionado a vários parceiros do senhor? Qual o papel de Fábio Luís Pires Santos, Luiz Renato Dias Gomes, Carlos Adriano de Lima Maia e Danilo Carvalho Antunes, seu filho, no vazamento da Operação Sem Desconto da Polícia Federal?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A quem pertencia a Ferrari F8 Spider, a Mercedes-Benz S 63 L, a Mercedes-Benz AMG GT 63? Esses carros foram comprados com dinheiro roubado dos aposentados e pensionistas?

Qual a relação do senhor com Fernando dos Santos Andrade, dono da empresa FAC Negócios e Investimentos Unipessoal?

Quem lhe deu a procuração da Ambec? Quem o recebeu no Ministério da Previdência Social este ano para tratar sobre os interesses da Ambec, inclusive o senhor tendo acesso livre à Dataprev?

Quando o senhor era procurador da Ambec, o Sr. Nelson Wilians era advogado dessa mesma associação. O senhor conhece Nelson Wilians desde qual momento?

Qual a sua relação com Maurício Camisotti? Qual a relação entre Maurício Camisotti e Nelson Willians?

Por que o senhor ameaçou de morte o Sr. Edson Claro Medeiros Júnior? E se o Sr. Edson Claro Medeiros Júnior, testemunha de fatos que nos levam ao roubo dos aposentados, vier a tombar por balas assassinas, qual vai ser a sua responsabilidade?

Como é que o senhor, um pai de família, como é que o senhor tem coragem de envolver a sua esposa e o seu filho numa organização criminosa?

Como é que o senhor fazia a captação de associados até o saque dos recursos?

Como é que o senhor descobriu essa falha no sistema e arrecadou bilhões de reais com o suor dos aposentados e pensionistas?

Quem foi ou quais foram esses funcionários corruptos que abriram as portas do sistema do INSS para o senhor e a sua quadrilha meterem a mão?

Como o senhor obteve dados de milhões de associados, de milhões de aposentados e pensionistas, de dentro do INSS?

Como é que o senhor conseguiu corromper funcionários para fazer adesões em massa?

Como é que o senhor burlou o sistema?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quais foram esses corruptos?

Quanto o senhor pagou de propina?

Quanto o senhor levou em mãos do dinheiro do povo sofrido para burlar esse sistema?

O senhor tirou da mesa do aposentado a comida necessária; tirou dos aposentados o remédio de que eles tanto precisavam, pela sua ganância. O senhor deveria aproveitar esta oportunidade para pedir desculpa a mais de 9 milhões de aposentados. O tempo é todo seu.

Os Porsches, as Ferraris, as mansões, os jatinhos, as fazendas... É... Foi bom. Foi para o senhor. Mas tudo isso foi à custa da miséria do povo brasileiro.

Quais os governos em que o senhor teve influência para meter a mão no dinheiro dos aposentados e pensionistas? Quais os corruptos que se vergaram aos seus benefícios nefastos?

Os aposentados tiveram, em 2024, aproximadamente R$3 bilhões retirados de suas contas, através de suas empresas e daquelas das quais o senhor tinha procuração. Para quem e em quais imóveis e móveis foram empregados esse dinheiro roubado do povo brasileiro?

Quais eram os critérios para fazer parte dessa organização criminosa?

Como o senhor conseguiu a mágica, na Ambec, de pular de três associados para 600 mil associados, num prazo tão curto de dois anos? A quem o senhor corrompeu?

A CBPA passou para o senhor R$4,655 milhões. Esse dinheiro ficou no seu bolso ou esse dinheiro foi compartilhado com a organização criminosa?

A Unaspub passou para o senhor R$7,206 milhões.

A Prospect tinha quantos funcionários? Aqui foi dito que só tinha o senhor.

O senhor tinha uma sociedade na qual recebeu, junto com a CBPA, 196 milhões. Ao seu lado estava Domingos Sávio de Castro. Qual a participação de Domingos Sávio de Castro?

Foi apreendido, na sua caderneta: 30% ou 40% para Stefanutto, que foi Presidente do INSS; 30% ou 40% para Virgílio. Ambos fazem parte da organização criminosa. Propina alta. Mas também tinha um percentual entre 20% e 40% para a Justiça do Distrito Federal. Isso era propina

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a Justiça do Distrito Federal? Nós precisamos ter confiança nas nossas instituições. Aproveite o momento para fazer esse esclarecimento.

Qual a sua relação com a Universo? Qual serviço o senhor prestou? O senhor diretamente recebeu quase R$10 milhões da Universo.

Da CBAP, o que é que o senhor prestou de serviço para a CBAP? Recebeu mais de R$500 mil.

O senhor tem ligação direta com a Abrasprev. Tiraram do povo brasileiro R$58 milhões. A Abapen, a Abapen tirou do povo brasileiro R$82 milhões com a sua participação.

Vocês conseguiram um feito. Vocês conseguiram registrar novos filiados, por hora – por hora –, 1.569 filiações por hora durante todo um ano. Não pararam para comer, tomar café, não pararam no sábado, no domingo. Bateram recorde absoluto de fraude.

Virgílio Antônio, funcionário de carreira. Que vergonha! Recebeu propina do senhor de quase R$12 milhões. E ainda botou a esposa para ser a intermediária. Por que o senhor resolveu se associar através do Rubens a Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira, que eu lhe mostrei, em janeiro de 2013, numa reunião de trabalho ao seu lado no Ministério da Previdência.

Qual a sua relação com Alexandre Stefanutto? Qual a sua relação com André Paulo Félix Fidelis, que recebeu do senhor mais de R$5 milhões, Diretor de Benefícios do INSS? Quem abriu as portas da Dirben para o senhor? Qual foi o político que indicou André Fidelis na Dirben do INSS?

Alexandre Guimarães recebeu do senhor aproximadamente R$313 mil, Diretor de Governança do INSS. Esse presente também foi fruto de propina? (*Pausa.*)

Sr. Careca do INSS, a sua irmã Clécia... Clélia... Clélia está no Ministério das Cidades, ocupou vários cargos de chefia. Com quem o senhor conseguiu essa influência para ela exercer esses cargos de chefia? (*Pausa.*)

Por que o senhor usou a SPE (sociedade de propósito específico) compartilhando o mesmo endereço, o mesmo número de telefone, o mesmo valor de capital social e o mesmo registro de Cnae? Todas essas empresas foram constituídas – essas 24 – num passado muito recente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O seu filho Romeu Carvalho Antunes... O que é que ele fazia nos Estados Unidos? Porque lá tem conta *offshore* em nome dele. Quanto vocês conseguiram colocar para fora do país de recurso do povo aposentado e pensionista?

O senhor tem *offshore* também? Duas *offshores*. Uma delas, a Camilo & Antunes está nas Ilhas Virgens Britânicas...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Presidente, pela ordem, se o Relator me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, não, Excelência, por favor...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Se o Relator me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, Deputado Marcel van Hattem. Por gentileza.

O Relator continue, por favor.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – Seria importante...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, desculpe, mas eu prefiro... Defiro aqui. Mantemos o Relator até o final das perguntas.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – A pergunta é se o Sr. Camilo não quer começar a responder...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ele já disse que não vai responder, mas responderá aos demais Parlamentares.

Relator, com a palavra.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor criou a Camilo & Antunes Limited nas Ilhas Virgens Britânicas, paraíso fiscal, propício para lavagem de dinheiro. E, de lá, de lá, o senhor conseguiu comprar quatro imóveis no Brasil no valor de R$8 milhões, fruto do desvio do dinheiro dos aposentados e pensionistas. Diz à gente onde ficam esses imóveis. Diz à gente onde fica esse patrimônio espúrio. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor adquiriu em dois meses três apartamentos em São Paulo e um terreno em Brasília. Como é que o senhor fez esse milagre da multiplicação, tendo renda declarada de R$24,5 mil? Onde o senhor conseguiu esses R$11 milhões para comprar esses imóveis? (*Pausa.*)

Por que o senhor utilizou um paraíso fiscal para comprar esses imóveis? (*Pausa.*)

O senhor tem uma lista longa de viagens para a Europa, para os Estados Unidos, para o Panamá, com indícios muito concretos de evasão de divisas. Eu tenho uma curiosidade: quais foram as pessoas que o senhor levou para o exterior? Quais foram esses padrinhos ou parceiros que viajaram às suas custas para lavar dinheiro?

A Vacation World USA e a Vank Business pertencem ao seu filho. Essas são lavanderias que também estão na Flórida, nos Estados Unidos. O senhor tentou uma transação cambial com a Jacksonville Enterprise, mas, por indício de irregularidades, a Jacksonville Enterprise cancelou essa operação – cancelou essa operação. Essa operação era lavagem de dinheiro ou pagamento de propina? (*Pausa.*)

Foram apreendidos documentos que mostravam que o senhor recebia 30%, 30% de tudo que as associações das quais o senhor participava... O senhor auferia de propina. O senhor pode dizer para onde esse dinheiro foi? (*Pausa.*)

A Benfix recebeu 10 milhões de três entidades e a sua empresa, nessa operação, recebeu mais de 2 milhões. A titularidade dessa Benfix é de Maurício Camisotti. Foi pela Benfix que vocês fizeram o caminho da propina e lavaram dinheiro? (*Pausa.*)

Foi o senhor que arrumou faxineiras, copeiras, motoristas para controlar as entidades de fachada? (*Pausa.*)

Olha que interessante: o senhor, Maurício Camisotti e Domingo Sávio montaram a casa da propina no Lago Sul. Quais foram esses atores tão importantes que frequentaram a casa da propina no Lago Sul? Vocês receberam, com pompa, quem? Quem a casa da propina, no Lago Sul, recebeu sob os seus cuidados, de Camisotti e de Domingo Sávio? (*Pausa.*)

Olha, deve ser lindo quando a gente descobrir essas fotos. Vai ser mais bonito ainda quando a gente descobrir as malas de dinheiro da casa da propina, no Lago Sul, montada exclusivamente para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

No intervalo de 150 dias, agora, recentemente, o senhor movimentou mais de R$12 milhões, o que não corresponde à sua renda declarada. Qual a origem desses recursos? De quem o senhor recebeu esse dinheiro? De fruto... Foi fruto do roubo aos aposentados e pensionistas? (*Pausa.*)

O senhor, por meio das suas empresas, em uma das operações, recebeu R$53 milhões, numa movimentação de R$2 bilhões, passando pelo esquema criminoso. Eu pergunto... Esses 53 milhões foram para uma operadora financeira, e os senhores passaram 14 milhões para uma empresa de computação. Essa propina de 14 milhões foi bater no bolso de quem? (*Pausa.*)

O senhor, de 22 de abril de 2024 a 16 de julho de 2024, teve um acréscimo patrimonial espetacular. Um verdadeiro gênio das finanças. O senhor conseguiu imobilizar em patrimônio R$14 milhões. Com esse dinheiro, o senhor comprou quais imóveis? Quais veículos? Quais obras de arte? Com esse dinheiro, o senhor aplicou em quais moedas digitais? (*Pausa.*)

O senhor adquiriu um imóvel em Brasília no dia 22 de abril de 2024 – esse a imprensa já noticiou – por R$3 milhões, 3,3 milhões, e está fazendo uma casa avaliada em R$9 milhões, que no momento se encontra parada. Essa casa era para o usufruto da sua família ou ia ser um pagamento de propina a uma dessas autoridades da República? (*Pausa.*)

O senhor comprou um Porsche Panamera, ano 2023, um Carrera, um Cayenne, um Mercedes-Benz, um Audi. Com quais recursos o senhor adquiriu esses veículos? (*Pausa.*)

Qual o seu envolvimento com a Vênus e a Acca? Qual o seu envolvimento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ...com a Arpar? Qual o seu envolvimento com o Sr. Rubens Oliveira Costa? (*Pausa.*)

Quanto o senhor pagou de propina para Alexandre Guimarães? Quanto o senhor pagou de propina para Virgílio Ribeiro? Quanto o senhor pagou de propina para André Fidelis? O senhor pagou propina para Presidente de INSS? O senhor pagou propina para Ministro da Previdência Social? O senhor pagou propina para Secretário-Executivo do Ministério da Previdência Social? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O advogado Paulo Boudens, aqui do Senado da República, recebeu R$3 milhões de dinheiro repassado pelo senhor. Qual a sua relação com o advogado Paulo Boudens? O senhor foi recebido por Paulo Boudens aqui no Senado da República? Quais os gabinetes, fora o gabinete do Senador Weverton Rocha, em que o senhor andou sendo recebido aqui no Parlamento brasileiro? (*Pausa.*) Qual a sua relação com a WM System Informática, já que o senhor enviou para ela mais de R$15 milhões? Quais debêntures o senhor afirmava comprar com esses R$50 milhões que o senhor enviou diretamente para a Arpar? (*Pausa.*)

Quem é Cristiana Zago? Qual a sua relação com ela? (*Pausa.*)

Quem é Gustavo Gaspar, que trabalhou no gabinete do Senador Weverton Rocha? Qual a sua relação com Gustavo Gaspar? Por que o senhor, através do Rubens Costa, deteve uma procuração com poderes amplos para movimentação financeira? Por que o senhor estava de posse do carro do Sr. Gustavo Gaspar, sendo noticiado que o senhor estava providenciando a venda? (*Pausa.*)

Qual a sua relação com o Ministro do TCU Jhonatan de Jesus, já que o seu filho adquiriu um veículo da esposa do Ministro? Foi uma coincidência ou o senhor mantinha alguma relação comercial? (*Pausa.*)

Estou recebendo aqui uma orientação para dizer que esse Paulo Boudens não é membro da carreira da Advocacia do Senado.

Onde fica a BSB Consulting? Qual a sua participação na GM Gestão Ltda.? (*Pausa.*)

Por que nos ACTs, mesmo aqueles que o senhor não tinha procuração, o senhor botou os funcionários da Prospect, sua empresa, para serem os responsáveis pela TI, encarregados de fazerem a adesão de associados que não tinham autorizado? Na verdade, desde quando o senhor descobriu esse filão num governo, para tirar o dinheiro de aposentados e pensionistas? Com quem o senhor agiu para montar mais de dez empresas, associações e sindicatos? Quem lhe facilitou esse saque aos cofres dos aposentados e pensionistas? (*Pausa.*)

A Voga Serviços Contábeis... A Voga Serviços Contábeis abriu as suas empresas, está no mesmo prédio das suas empresas e tem relação com muita gente importante. Qual a sua participação na Voga Serviços Contábeis? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor foi recebido no Ministério da Saúde, em 13 de janeiro de 2025, pelo Sr. Swedenberger do Nascimento Barbosa. O que é que o senhor foi fazer no Ministério da Saúde? Qual foi a facilidade que o senhor encontrou para ser recebido no Ministério da Saúde?

Atualmente, Swedenberger do Nascimento Barbosa exerce o cargo de chefe do Gabinete da Gestão Interna do Gabinete Pessoal do Presidente da República. Qual a sua relação com Swedenberger do Nascimento Barbosa? (*Pausa.*)

Mostrei a foto.

Wolney Queiroz, Ministro da Previdência. O que é que o senhor foi tratar com o Ministro da Previdência no 13º dia de um Governo recém-inaugurado? Quem o levou para estar numa reunião exclusiva de membros do Ministério da Previdência Social? O senhor estava atrás de quais facilidades? Quais daqueles permitiram a sua presença numa reunião de trabalho?

Adroaldo da Cunha era Secretário-Executivo do Regime Geral de Previdência Social e hoje está atual Secretário-Executivo do Ministério. O senhor esteve com ele, e o senhor esteve com ele acompanhado de correspondentes bancários. Esse cidadão é Secretário-Executivo do Ministério da Previdência Social. O senhor já estava inserindo, neste momento, os empréstimos consignados também nessa falcatrua?

Adroaldo da Cunha Portal foi chefe de gabinete do Senador Weverton Rocha. O senhor forneceu para muitas autoridades camarotes no Estádio Mané Garrincha. Entre essas autoridades estava o atual Secretário-Executivo da pasta Adroaldo Portal. Quais benefícios o senhor queria ou foram prometidos? (*Pausa.*)

Qual a sua relação com Maria Paula Xavier da Fonseca Oliveira?

O senhor teve interferência na nomeação de André Fidelis para o cargo da Dirben no Ministério da Previdência Social – no INSS?

O senhor tem algum vínculo com o ex-Ministro José Carlos Oliveira?

O senhor tem algum vínculo com o ex-Ministro Carlos Lupi?

O senhor foi recebido alguma vez por José Carlos Oliveira?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor foi recebido alguma vez por Carlos Lupi?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor. (*Pausa.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual a relação com o Sr. Carlos Lopes, da Conafer? Os senhores montaram uma rede de propina para pagar autoridades e servidores corruptos?

Quantas aeronaves o senhor possui em sociedade com agentes políticos ou empresários?

Quanto ao Beechcraft King Air, que hoje saiu numa reportagem, o senhor tem alguma participação, alguma cota nessa aeronave que o senhor utilizou várias vezes?

Eu, Sr. Presidente, tenho muitas outras perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas o depoente veio aqui e disse que ao Relator não respondia.

Eu passei a minha vida toda ouvindo depoimento de autores de crimes graves, passei a minha vida toda, como Promotor, conhecendo o crime de perto.

Mas se o Brasil tivesse uma pena perpétua ou uma pena de morte, o senhor seria um sério candidato a ser indicado. O que o senhor fez com milhões de aposentados, o que o senhor levou de desespero, de fome a milhões de pessoas não tem perdão.

O senhor hoje aqui vem blindado pela impunidade; o senhor vem blindado pelos seus padrinhos políticos; o senhor vem blindado porque o Brasil se acostumou à corrupção ser coisa normal e elogiada. Mas a justiça vai chegar para o senhor. Esta CPMI irá lembrar o seu nome por esses seis meses, porque, se o senhor quer matar no peito esse roubo gigantesco, o senhor vai conseguir. Toda a investigação está direcionada para a sua atuação.

Eu só vou finalizar dizendo que não foi justo com o povo brasileiro vocês meterem a mão em R$499 milhões da Ambec, que pertence ao povo mais sofrido. Na Unaspub, vocês meteram a mão em R$267 milhões; na CBPA, a ganância de vocês retirou, do povo brasileiro mais sofrido, R$221 milhões; na AP Brasil, vocês rasparam o tacho com R$136 milhões; na Asabasp, vocês

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

meteram a mão em R$22 milhões; na Cebap, vocês meteram a mão – a sua organização criminosa – em R$197 milhões; na Abrasprev, vocês tiveram a ousadia de levar R$67 milhões. Esse é o núcleo da sua organização, que o senhor montou, na origem, dentro do INSS e foi até a boca do caixa, botar dinheiro no bolso e pagar propina.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conseguiu capturar uma autarquia brasileira, a maior da América Latina, para satisfazer o seu luxo e o dos seus companheiros, mas não vai tardar o dia em que o senhor estará numa cela, pensativo, o dia em que os seus amigos vão tratá-lo como uma doença infecciosa e contagiosa. Não vai tardar o dia em que o senhor vai ter se arrependido de não ter aproveitado esta oportunidade para abalar a República e mostrar à República os grandes ladrões.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, silêncio, por favor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor é um canal de passagem. Por enquanto, esse canal está entupido pela sua covardia, mas, no dia em que a gente desentupir com as investigações em curso, nós vamos botar a mão nos grandes ladrões desta nação.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Relator.

Senhores, só dando sequência aqui, vou esclarecer, mais uma vez, aos Parlamentares que vão fazer as perguntas o posicionamento.

Se houver dúvida sobre datas, informações, o advogado poderá, a qualquer tempo, pedir pela ordem e se manifestar com relação às dúvidas, de forma rápida e sucinta. Está previsto no regulamento.

O que eu peço ao Dr. Cleber é que, se houver fala que o senhor não considere correta, com o Parlamentar, que o senhor se dirija a esta Presidência para que a gente possa, como foi anteriormente, colocar ordem nas questões.

Estamos entendidos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Presidente, como o senhor pretende fazer o planejamento do tempo hoje? Agora é meio-dia e dez.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Nós vamos até uma hora, faremos um intervalo de uma hora para o almoço e retornaremos às 14h.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Às 13h será o intervalo?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exatamente, às 13h.

Bem, com a palavra, como primeiro orador inscrito, o Senador Izalci Lucas.

Sim, o Senador Izalci Lucas, por requerimento, foi o primeiro.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Para interpelar.) – Presidente, eu quero aqui cumprimentar o nosso advogado, o Cleber, um dos mais famosos aqui do DF. Cumprimento aqui o Sr. Antunes.

Eu vou falar algumas coisas assim, porque o tempo nosso é muito exíguo.

Na apresentação inicial de V. Sa., o senhor disse que o filho do senhor não tem nenhum envolvimento nas empresas. Nós ouvimos aqui, na quinta-feira, o Sr. Rubens., e ele disse que tentou falar com o senhor sobre a demissão dele e não conseguiu. Quem fez a demissão dele foi o filho de V. Sa. Então, só para dizer que já foi colocado dessa forma.

Segundo as investigações, o senhor atuava como procurador com plenos poderes da Ambec, entidade que transferiu aí em torno de 12 milhões para sua empresa Prospect.

Como o senhor explica ter procuração para representar uma associação de aposentados e, ao mesmo tempo, ser destinatário de transferências milionárias dessas mesmas entidades? Isso não configura um conflito de interesses?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES (Para depor.) – Primeiramente, obrigado pela pergunta, Senador.

Está me ouvindo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Reconheço o senhor como uma liderança aqui do DF. Admiro o vosso trabalho, mas acho que vamos a alguns esclarecimentos.

Primeiro, quanto ao Sr. Rubens, por uma cautelar imposta pela Polícia Federal, eu não posso manter contato com nenhum dos investigados. O desligamento do Sr. Rubens nada mais se deu pelo final dos trabalhos. Somente isso. Na realidade, não é demissão, foi uma cessão de prestação de serviços.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Ele disse isso e que foi trabalhar ainda com V. Sa. em outra atividade.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Correto.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – De *call center*, alguma coisa assim, recebendo o mesmo salário que fazia quando dava assessoria para várias empresas. Essa mudança não foi uma forma, realmente, de calar ou fazer com que ele não falasse nada sobre isso ou não, sobre as operações?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Primeiramente, eu acho que uma coisa que deve ser esclarecida é o seguinte, né? A gente está vendo aqui o poder que tem a desinformação e o *fake news*. Uma informação que começou a partir de reportagens que foram dadas, início, um enredo fantasioso sobre um personagem que seria responsável por tudo isso que está sendo imposto a esse Careca do INSS, que não sou eu.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Só estou só... É porque o tempo é pequeno, senão não consigo perguntar aqui.

Eu sou contador de formação.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – E tive o cuidado de perguntar tanto para o Sr. Milton quanto para o Sr. Rubens como é que era o *modus operandi* das operações. E ambos falaram exatamente a mesma coisa, que eles faturavam contra as associações, simplesmente emitiam nota fiscal. Eu perguntei como ele, como economista, como advogado, não questionou V. Sa. sobre a questão dos comprovantes, porque ele disse que só emitia a nota. Eu perguntei: "Mas não tinha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

nada de comprovação?". Ele disse: "Não, o patrão pediu, eu fazia, senão ia perder o emprego". Essa foi a resposta de ambos.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – O.k.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – E da mesma forma os pagamentos. Quando pagava as empresas, com aquele mesmo recurso, pagava as empresas, ele também simplesmente emitia a nota, não tinha comprovações com relação a isso. Então, por isso que indaguei também os dois sobre isso, como se paga uma fatura de 10, 5, 10 milhões sem ter realmente respaldo junto com a nota fiscal. Então, só para dizer que eles já falaram sobre isso, se o senhor puder depois falar um pouco sobre isso... Eu vou fazer as perguntas; depois, se o senhor puder responder a todas...

Lógico que o que a população espera, quem está acompanhando aqui... E eu fiquei feliz quando V. Sa. disse que ia falar, alguém me disse que o senhor ia falar tudo isso aí. Lógico que muitas das perguntas que o Relator fez, se o senhor tiver a oportunidade de esclarecer alguns pontos, eu também gostaria de agradecer.

Com relação à questão da Arpar, a rede das empresas de V. Sa. transferiu mais de 49 milhões para a Arpar Administração. Foi descrita pela Polícia Federal como uma conta de passagem para dificultar exatamente o rastreamento. Depois, se puder falar sobre a Arpar, eu agradeço.

Com relação ao pagamento feito pela empresa Curitiba, Thaisa, foi V. Sa. que determinou o pagamento? Qual é o motivo do pagamento? Qual a justificativa de pagar a ela, que é a esposa do Virgílio, que era o Procurador do INSS? Se puder responder também qual é a justificativa do pagamento...

Foi dito aqui pelo advogado... V. Sa. comentou sobre o advogado aqui, mas ele disse o seguinte, que todas as operações, 27,5% do faturamento das associações eram repassados a V. Sa. Se puder falar também sobre isso, agradeço muito.

Eu perguntaria também a V. Sa. o seguinte: eu tenho aqui que, no início de 2024, o senhor estava projetando a constituição de uma federação de nome Fenap (Federação Nacional de Aposentados e Pensionistas), em parceria com o Sr. Maurício Camisotti. Isso é real? Chegou a fazer essa parceria com ele para montar essa federação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Na ocasião, inclusive, a informação que tinha é que o senhor controlava nove associações de aposentados em diversos estados no Brasil. O senhor teria como também relacionar para a gente quais associações que o senhor representa em todo o Brasil, essas nove pelo menos?

A Casa ali no Lago Sul, na Quadra 17, que seria a futura sede dessa mencionada federação, ela estava alugada em nome da Cebap (Centro de Estudos dos Benefícios dos Aposentados e Pensionistas). Conhece essa instituição? Conhece?

Eu tenho aqui um documento dirigido, um ofício dirigido a essa associação, o Centro de Estudos dos Benefícios dos Aposentados, um documento dizendo que, "em atenção à solicitação formulada por V. Sa., servimo-nos do presente para apresentar um relatório da reunião realizada com a Presidência" do INSS, "realizada no dia 20 de dezembro de 2024". Participaram da reunião os Srs. Marcello Panella, Igor e Enrique Lewandowski, pela associação...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, senhores, por favor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... e o Sr. Stefanutto, Presidente do INSS, e o Sr. Virgílio, Procurador. Esse foi um documento apresentado pelo escritório a esse Centro de Estudos.

E aí, em relação a isso... É porque tem aqui uma suspeita de que houve vazamento, houve vazamento de uma informação, de uma operação da polícia, e, segundo a Polícia Federal, houve uma movimentação de três veículos de luxo, uma Ferrari, uma F8 e um Mercedes, para o estacionamento de um *shopping*. Eu perguntaria: o senhor recebeu alguma informação sobre essa operação de alguém do Governo para coincidir e tirar todo esse material antes da operação?

E, se o senhor puder também... Para mim também é muito importante, eu tinha relacionado aqui, mas o Relator já colocou. Essa reunião que foi feita no ministério, com a presença inclusive do Ministro Wolney, de que o senhor participou, juntamente com o Virgílio, Alexandre e outros, quem promoveu, quem chamou essa reunião? Qual foi o objeto da reunião? O senhor estava nessa reunião? O que foi falado sobre isso? E, também, o que aconteceu depois da reunião? Qual foi o encaminhamento do Ministro Wolney com relação às decisões relacionadas a essa reunião? Se V. Sa. puder também comentar com relação a isso, eu agradeço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Izalci, é preciso deixar o tempo para a resposta dele dentro dos dez minutos de V. Exa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Ah, sim.

Só a última pergunta: a CBPA, houve um desconto da CBPA de 99 milhões, recebido. O Tribunal de Contas da União – são importantes esses dados –, o Tribunal de Contas da União diz que, em 2021 e 2022, não tinha nenhum associado, zero, e que, em 2023, eram mais de 340 mil associados. O senhor conhece o Adelino e o Domingos Sávio?

Só para deixar um tempinho para ele responder.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fora do microfone*.) – Com a palavra.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Bom, primeiramente, Senador Izalci...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Só pedir ao Presidente: Presidente, V. Sa... Como o Relator fez várias perguntas, se o senhor pudesse dar a ele uma oportunidade de ele responder o que for possível, acho que ele pode esclarecer. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ele terá o tempo, Excelência, porque o Relator pode usar o tempo que necessário. Nós é que precisamos permanecer dentro dos dez.

Por favor, Sr. Antônio Carlos.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Vamos lá. Referente a Milton e Rubens, quando... no que diz respeito a ordens para emissão de nota fiscal, um fator muito importante que tem que ser colocado é o corpo da nota fiscal de cada um. Para cada emissão de nota fiscal a serviço prestado, existia um quantitativo de associados e o valor e o preço do serviço prestado a cada uma das entidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acho que isso é muito importante, e esses documentos, Senador Izalci, estão aqui à disposição da Polícia Federal, onde, eu repito, nós trazemos para cá 18 milhões de páginas de documentos.

Eu acho que isso é muito importante deixar frisado, que, em momento algum, essa narrativa fantasiosa de que eu tenho, tinha, planejei, elaborei... Sinto muito, isso nada mais é do que uma fantasiosa história, está bom?

Referente à Arpar, que é uma empresa que tem... que eu comprei debêntures dela. É uma empresa de tecnologia, onde realmente eu estou investindo, porque, conforme disse na minha fala inicial, eu sou um empresário que atua em várias frentes, não só a médio ou curto prazo. Eu acho que nós estamos vivendo um advento da mudança de comunicação entre todos os povos por meio de aplicativos, por meio do celular. Isso foi-nos trago por uma maneira dolorosa, através da covid, de tudo que nós convivemos com ela. Foi aí que nós convivemos com Pix, pagar, utilizar melhores serviços de *delivery*, uma série de informações e uma série de novos hábitos que foram adquiridos. Consequentemente também, novas empresas – novas empresas – também se fizeram crescentes nesse mercado da comunicação digital.

Aquisições de ativos aos quais se relacionam... "Ah, como você fez um ativo com uma funcionária, com uma parente, ou não sei o quê." Não há criminalidade nenhuma nisso, desde que haja uma contratação expressa e o serviço prestado. Repito: todos esses documentos estão disponíveis à Polícia Federal. E, como bem sabemos, a prática ou a oportunidade de se prestar serviço via um parente de um funcionário federal não é crime. Nós temos aí inúmeros exemplos da contratação lícita do serviço prestado.

Percentual de 27,5%. Primeiro, acho que uma coisa que deve se realizar e tratar é o seguinte. Eu sou um empresário da iniciativa privada. Eu acho que, quando se faz um bom negócio, estabelecendo limites de faturamento e se calculando a mortalidade da arrecadação, ela nada mais é do que um ROI, um retorno sobre investimento e serviço prestado. Então, essas justificativas, primeiro, não correspondem à realidade das inúmeras associações às quais são atribuídas a minha participação ou coligação, muitas das quais eu nem conheço, não sei quem são. Não conheço determinadas pessoas que foram citadas aqui; presidentes, ex-presidentes, ministros, não os conheço; não conheço os empresários citados aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que nós devemos ter um respeito muito grande quanto à Polícia Federal sobre o vazamento de informações de operações. Eu acho que isso é muito delicado, até porque, enquanto cidadão de bem e um cara que trabalha há 47 anos, eu digo ao senhor: se eu tivesse qualquer intenção fora do meu caráter que fosse sonegar, mentir, por que estaria aqui com um *habeas corpus* me garantindo o direito de não estar aqui, de não falar a verdade?

Eu estava em Portugal por uma operação de trabalho profissional, com outro segmento que não é o cerne desta CPI aqui, mas tudo isso estará à disposição da Polícia Federal. Retornei ao dia programado desde a minha ida – fui dia 17 e voltei no dia 27 de abril. Fui surpreendido realmente com tal ação, mas é aquela história: quem não deve não teme. A verdade não precisa de treinamento para chegar aqui e falar, para conversar. Esse é o primeiro ponto.

Nunca controlei ninguém, nunca controlei associação, não faço parte de estatuto nenhum, não tenho relação perniciosa com ninguém. Não faço parte de estatuto, não delibero em assembleias gerais, ordinárias ou extraordinárias de quem quer que seja.

A minha aproximação com esse mercado se deu de uma luta desde 2017, o qual representava comercialmente um aplicativo para instituições que tivessem, no seu corpo, vários associados, ganhando unidades de real por vida, por utilização de um aplicativo, ensinamento, repito mais uma vez, que a covid nos trouxe. Esse ensinamento de nos reinventarmos foi marcante para todo mundo. Setores da música, setores de diversos segmentos se reinventaram no momento da covid, se aproximaram. Aplicativos, como já disse, de *delivery* cresceram por isso.

Então, eu acho que buscar um coletivo e oferecer benefícios reais – reais –, com documentos acostados aqui do que eu apresento, ao contrário de quem já veio aqui e bagunçou tudo com falácias, com mentiras, porque nenhum documento trouxe, falando que tudo é falso, tudo é isso, tudo aquilo e atribuindo a mim a responsabilidade, sem nunca ter sentado comigo para uma conversa, para saber quem eu sou, para saber de onde venho e como atuo nos meus negócios... Essa é a primeira coisa.

Casa da 17. Essa é uma intenção que houve do Maurício Camisotti em aproximar associações as quais ele tem como clientes – assim é a informação que eu tenho. É a informação que eu tenho, onde a intenção deste projeto era criar diversas unidades, concentrando as centrais de atendimento dessas associações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, poderia se aproveitar as diversas unidades de lazer que existem abandonadas de bancos, associações, que são diversas no país. Se eu não me engano, a pesquisa tinha mais de 10 mil pontos desses à disposição para arrendamento, para locação, para tudo.

Isso daí nada mais era... para cumprir um dos objetos do ACT, que existe, que tem que ter, se eu não me engano, acho que cinco unidades na Federação, enfim. Isso não compete a mim, porque essa fiscalização não fui eu... não participo disso. O meu objeto com esse mercado nada mais é de que encontrar produtos para vender e entregá-los.

Vazamento da Polícia Federal, já falei para o senhor.

Reunião no Ministério. É engraçado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. *Fora do microfone*.) – Não houve vazamento?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Com certeza não. Se houve, a mim... Com certeza não, até porque eu não tenho relacionamentos, nem interesse, nem *modus operandi* que seja para falar sobre isso.

É muito fantasioso dizer que eu saí e que eu voltei. É muito fantasioso dizer que eu tenho operações, paraísos fiscais. É correto dizer: eu tenho empresa nos Estados Unidos, eu tenho empresa na Colômbia e tenho empresa em Portugal. Como disse e repito: sou empresário da vida privada próspero. Próspero na minha ótica, com muito trabalho, com muita dignidade no que eu faço.

Se eu não tivesse o caráter da verdade, eu não estaria aqui. Se eu fosse alguém que estivesse aqui mentindo, eu não estaria aqui. Falo olhando no olho de cada um de vocês, com todo respeito e seriedade. Não sou, nunca fui e nunca serei jamais esse Careca do INSS que estão falando.

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Encerrou?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – CBPA. CBPA. Faltou a última...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – E a reunião lá do ministério, de que o senhor falou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Sim, sim, sim, eu vou seguir pela ordem aqui.

A reunião... Vamos pela ordem, então, a reunião no ministério.

Uma das pessoas que está assentada ao meu lado, Sr. Alessandro Fonseca, é um amigo que me ajudou em demandas no Estado de Pernambuco. Ele é – ou foi – auxiliar de Zé Queiroz na campanha para Parlamentar e conhece Wolney.

Eu vim, nessa data, para encontrar Leandro, Leandro, o qual falou: "Ó, Wolney está aqui, acabou de assumir..." e tal, "tem um pessoal do INSS chegando".

Meramente, eu fui só ouvir e participei por educação. Esse tema, não tenho ingerência, não tenho participação, não tenho influência. Repito em bom tom e voz aguda para quem quiser: não tenho.

Atribuíram a mim, Senador Izalci, com toda a responsabilidade, uma verdade: eu doei R$1 à campanha do Presidente Bolsonaro. Isso é fato. Doei.

Transformaram esse R$1 em 1 milhão. Transformaram depois que eu estava andando na garupa da moto dele; transformaram depois que eu tinha indicado ministro A, B, C, D...

Que homem é esse, que tem tanta penetração num governo?

Eu não tenho empresa nenhuma minha com relação governamental, em qualquer que seja a esfera: estadual, municipal ou federal.

CBPA.

Eu acho importante a gente destacar aqui que a liderança, lá, pelo Sr. Abraão Lincoln é algo que se deve realmente reconhecer, primeiro pela legitimidade que tem, pela lisura que tem, ao presenciar um evento...

Aliás, eu fiquei... tive acesso, pela notícia, pela imprensa, onde ele conseguiu reunir, aqui em Brasília – assim era a matéria –, um "mar azul" de pescadores, aqui, para uma visita no palácio. Uma imagem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A convite do Presidente Abraão Lincoln, eu fui a Manaus, num evento chamado "O grito do pescador". O senhor reunir pescadores que saíram com a sua canoa a remo ou a motor, 13, 14 horas, para presenciar um evento de uma confederação, é, no mínimo, digno de respeito ao líder que ali está.

Repito mais uma vez: não tenho *expertise*, não tenho experiência, não tenho interesse – nunca tive – em criar qualquer que seja falsidade; não tenho relacionamento em Dataprev, não tenho relacionamento dentro do INSS para qualquer que seja a ligação, destino, benefício e nada.

As procurações dadas a mim nada mais são, pelo seguinte: todos nós sabemos que o ambiente SEI não é nada fácil de se navegar ou de se interagir. Somente por isto: dedicação, empenho e estudo de como andar naquilo dali.

Foi assim que começou a minha oportunidade, quando soube – quando soube – desse mundo de oportunidades de grandes associações com grandes quantidades de associados. Bati a porta de cada uma delas, oferecendo meu pacote de serviço. Numas eu fui recebido, noutras, não. Faz parte do mundo privado. Todo bom vendedor vai atrás do seu cliente, mas isso não significa que ele vai ter o êxito de contrato com cada um.

Eu acredito que eu tenha respondido aqui, na medida do possível – as suas respostas –, e sigo à disposição.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por dez minutos, o Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Antônio Carlos, primeiramente quero agradecer por o senhor ter vindo nesta segunda oportunidade, para, perante este Parlamento, falar a sua versão da história, né? Agradeço ao senhor e agradeço aos seus advogados.

Existe um exercício cristão que é um exercício de empatia, que é você se colocar no lugar da pessoa. Eu queria explicar para o senhor, primeiramente, por que esta CPMI foi criada. Nós estivemos aqui com a DPU (Defensoria Pública da União) e com a CGU (Controladoria-Geral da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

União), com duas servidoras de carreira, duas senhoras, que falaram que, ao longo dos dois últimos anos – e até há mais tempo –, denunciavam e falavam, tinham até reuniões periódicas com vários membros do Governo, com vários membros de ministérios, dizendo que o aumento abrupto de reclamações de aposentados e pensionistas, dizendo que havia um desconto...

Sr. Presidente, o senhor pode pedir silêncio na CPMI?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Posso. Silêncio, por gentileza.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – ... dizendo que o número de reclamações estava aumentando muito, né?

Para o senhor ter ideia, no último ano do Governo do Presidente Bolsonaro, em 2022, os descontos de todos os aposentados do Brasil somavam aproximadamente 700 milhões, o que já me salta aos olhos, me parece uma quantia altíssima. Mas, depois que Lula se elegeu, pulou de 700 milhões, em 2023, e foi para quase 2 bi, tá? E, em 2024, foi para quase 4 bi – bi, com "b" de bola. Então, assim, é um aumento exponencial.

Pensa... Eu falei com o senhor do exercício...

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Estou acompanhando.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – ... do exercício de empatia, para o senhor tentar se colocar no nosso lugar de Parlamentar e tentar montar esse quebra-cabeça e onde o senhor está posicionado nesse tabuleiro.

Aí aconteceu algo inédito na República Federativa do Brasil. O Ministro da Previdência e Trabalho Carlos Lupi evoca para si a prerrogativa de nomear servidores no INSS. Isso não existe. Se eu sou ministro de um ministério, eu vou nomear no meu ministério. E eu não posso entrar no ministério do Carlos Viana e nomear pessoas. Esse cara é do PDT, Presidente Nacional do PDT, Carlos Lupi, Ministro de Luiz Inácio Lula da Silva. Olha que coincidência: ele nomeia vários servidores no INSS também do seu partido, o PDT.

Segundo o jornal *Metrópoles*, o senhor frequentou esta Casa, o Senado da República, frequentou gabinetes neste Senado, em várias oportunidades. E nós, como Parlamentares, como uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, o que é que nós fizemos? Pedimos as imagens e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

os registros das portarias do Senado para saber aonde o senhor foi. Olha que absurdo! E o povo tem nos cobrado isso. Eu sou muito ativo nas minhas redes sociais, nos meus *e-mails* ali, enfim. Hoje, não só eu, como todos aqui têm redes sociais, e as pessoas interagem muito conosco.

Aí o Senado Federal da República... Aí o senhor foi, segundo a reportagem do *Metrópoles*, o senhor também visita um Senador que é "coincidentemente" – entre aspas – também do PDT, mesmo partido de Lupi, Lupi que nomeou vários servidores. Por fim, para nossa surpresa, para o nosso agravo, para nossa decepção, para nossa vergonha, o Senado Federal, que fez no ano passado 200 anos de história, proíbe, proíbe ou decreta sigilo, melhor dizendo, sobre as imagens por onde o senhor andou no Senado Federal. Inclusive, hoje ou ontem, na verdade, nós entramos com uma petição para o Ministro André Mendonça para que dessas imagens quebrem o sigilo, porque, no serviço público, em todos os três Poderes, existem o princípio de publicidade e o princípio de transparência.

Quero agradecer mais uma vez o senhor estar aqui e o senhor estar nos respondendo. Eu tenho algumas perguntas para fazer para o senhor, lembrando o exercício de empatia.

Nós temos alguns acessos em que a Polícia Federal mandou documentos para nós estudarmos. Nós pedimos algumas quebras de sigilo, nós pedimos alguns extratos, pedimos informações a várias associações, e isso está chegando devagar para nós, mas, pelo que já chegou... Algumas coisas a Polícia Federal negou, dizendo que ainda está em sigilo, mas eu tenho a perguntar para o senhor... E o senhor, se possível, responda ao Brasil. Eu vou lhe fazer todas as perguntas, que nosso tempo é muito curto, e, se o senhor puder fazer igual o senhor fez com o Senador Izalci, eu agradeço ao senhor.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Procurarei fazer isso com todos.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Muito obrigado.

A renda declarada do senhor é de R$24 mil. No entanto, a Polícia Federal identificou uma movimentação de 53,8 milhões, 54 milhões em suas contas e aquisição de um imóvel de 3,3 milhões na Flórida. Como o senhor justifica esse patrimônio *versus* a renda declarada?

Segunda pergunta, Sr. Antônio Carlos. O senhor é sócio de 22 empresas em diversos setores – até aí não tem crime nenhum – mas de *call center*, construtora até empresas de *Cannabis*, venda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de produtos de origem de *Cannabis*, que hoje está popular no mundo inteiro, etc., e também consultorias. O senhor, então, é um superempresário: 22 empresas não é brincadeira. E eu pergunto para o senhor: essas empresas realmente prestavam serviços ou, como a Polícia Federal tem dito, eram várias empresas para movimentação de uma forma que não despertasse suspeitas, provavelmente lavagem de dinheiro desse dinheiro todo que sumiu aí da conta dos aposentados?

Tem outra pergunta para o senhor. A reportagem do *Metrópoles* mostra que o senhor esteve numa reunião dia 12 de janeiro de 23 com André Fidelis, Alexandre Guimarães, Virgílio Filho, todos do INSS, além do atual Ministro Wolney Queiroz. Esta reunião, Sr. Antônio Carlos, não aparece em agendas oficiais. Eu fui Ministro do Presidente Bolsonaro, e de todas as reuniões nós precisamos, inclusive, dar publicidade. Isso é uma lei, a lei da publicidade e da transparência. Só que essa reunião não aparece. Aí eu pergunto para o senhor: quem convocou essa reunião e qual foi o objetivo dessa reunião?

Quarta pergunta. A relação do senhor com o Senador Weverton Rocha, do PDT, colega nosso aqui do Senado. O senhor esteve no gabinete e até em um churrasco, um tal de costelão, na casa do Senador Weverton Rocha, do PDT, do Maranhão, que também indicou a pessoa de André Fidelis ao INSS. O senhor confirma essa proximidade política? E o que buscava nesses encontros? Lembrando que, segundo uma reportagem do *Metrópoles*... Uma certeza o Metrópoles disse, pode ser verdade ou não: que o senhor, certeza, que o senhor já visitou o Senador Weverton no seu gabinete.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só para encerrar, Senador, para a gente manter, nos dez minutos, dentro, a resposta e as perguntas de V. Exa.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Faltam só duas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Rapidamente, por favor.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – Sim, senhor.

Sr. Senhor Antônio Carlos, a Polícia Federal apontou que, dias antes da Operação Sem Desconto, o senhor retirou veículos de luxo dos endereços, saiu do país – o senhor já explicou que saiu e voltou, que o senhor tem negócio em Portugal, tudo bem –, mas o senhor tirou os veículos de luxo de seus endereços e parece que tentou ocultar em *shoppings*, em lugares que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

não são usuais para guardar veículos de luxo. O senhor recebeu alguma informação privilegiada sobre a operação? E quem foi o seu informante?

Por último, a investigação mostra repasses a Thaisa Hoffmann, esposa de Virgílio, e ao ex-Procurador do INSS Eric Fidelis, filho de André Fidelis, ex-Diretor do INSS. O senhor confirma que pagou algum valor...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC) – ... a familiares e dirigentes para manter algum tipo de repasse ativo?

Com essas palavras, agradeço a sua presença e agradeço suas possíveis respostas.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES (Para depor.) – Senador, primeiramente, obrigado aí pelas suas respostas, porque eu acho que todas elas irão ajudar a gente a ir dissipando um pouco todo esse cenário que foi criado.

Eu gostaria, primeiramente, de relembrar o seguinte: há um tempo atrás, houve uma campanha, justamente com esses adventos que nós tivemos aqui de proximidades com o telefone celular e também com o avanço da tecnologia, para que a gente tivesse muito cuidado com..., se uma notícia era fato ou *fake* – fato ou *fake*. Essa campanha mobilizou a nossa... os principais veículos de comunicação do Brasil. Todos eles merecem respeito, com certeza.

O fato é que, quando se começou a matéria no Metrópoles, ela veio de origem de dois senhores, um dos quais esteve aqui nesta CPMI, volto a repetir isso...

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Eli Cohen.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – ... exatamente, o advogado Eli Cohen, e ele, ao que me consta, não trouxe nenhum documento, isso é fato, mas denegriu aqui a imagem de muitas pessoas e de muitas, muitas empresas, sindicatos, enfim. O fato é que isso tudo leva todos, a sociedade como um todo, a pensar justamente isso.

Houve um desfalque, houve um rombo, não vou negar que possam existir falhas, porque todo mercado – todo mercado – de grandes concentrações, podemos pegar a aviação aérea, cartões de crédito, os PROCONs estão aí cheios dessas reclamações, cada mercado tem o seu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

percentual estatístico: TV por cabo, TV a cabo, assinante de celular, todos têm a sua reclamação. Estamos falando de consumidores que correspondem a quase 20% da população brasileira, que certamente fazem parte dessas estatísticas em outros campos aí, quer seja telefonia celular, cartão de crédito, enfim, engrossam essa fila. Mas o fato de falar que isso tudo está atribuído a um sistema, gente, vamos dar uma olhada na fragilidade que se enfrenta na Previdência, no INSS, sucateamento, vazamento de senhas, tudo notícia da mídia, tenho aqui reportagem na minha apresentação, eu posso mostrar a todos vocês.

Mas o fato é que, voltando às suas respostas aqui, 24 mil de declaração de renda... Acho que uma coisa que seria importante era pedir – e está acostada, tenho certeza disso – a minha declaração de Imposto de Renda na Receita Federal.

Eu acho que o meu crescimento e todos os meus ganhos lícitos patrimoniais estão todos declarados. Nada tenho oculto em forma de outra forma, está tudo declarado na Receita.

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Então esse valor é errado, 24 mil é errado.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não, eu só pedi para... Eu não falei para o senhor que é errado. Eu acho que nós temos que verificar a que ano se refere essa declaração.

Vinte e duas empresas, é fato.

Também eu acho que é fácil de se consultar a movimentação financeira de cada uma delas. Acho que todo empresário da iniciativa privada tem no seu planejamento o seu crescimento, o seu desenvolvimento a médio e longo prazo. Verifique quantas dessas empresas são ativas. Como o senhor bem disse, não há criminalidade nenhuma em abrir uma empresa e aos poucos ir executando um planejamento.

As receitas das empresas eu acabei de falar.

Reunião no ministério. Essa pergunta foi respondida, mas eu vou lhe dizer aqui. Sabe o que ela não consta? Porque eu estava acompanhado do Leandro Fonseca, uma pessoa que nada tem a ver. Nós não tínhamos a ver com nada com essa pauta. Simplesmente eu participei, porque o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Leandro Fonseca é um amigo, um parceiro de negócios no Estado do Pernambuco, que aliás nem prosperou. Tentamos fazer, mas houve uma inviabilidade e eu não pude ligar dois clientes.

Senador Weverton. O Senador Weverton foi uma pessoa que eu fui a esse costelão na casa dele para tratar do assunto de *Cannabis*. Olha só que interessante sobre isso aqui. O Dia do Autismo é celebrado, se não me engano, acho que dia 5 de outubro – se não me engano. Em um final de semana no qual estava sendo celebrado esse dia, a Polícia Rodoviária Federal fez um evento do autismo distribuindo panfletos, aqui em Brasília, na Via Epia, sentido Park Shopping ao setor de indústria. Estávamos indo a uma compra de materiais para o final de semana, como todo casal faz no final de semana, abastecer sua casa. Vimos o evento. Falei: "Putz, está falando sobre autismo ali. Vamos retornar para ver o que é?", "Ah, já passou e tal, vamos primeiro fazer a compra". Fizemos a compra, voltei. Retornamos ao evento. Parei meu carro, perguntei quem é que estava organizando o evento. De pronto, fui recebido por uma senhora com duas crianças autistas. E eu perguntei quem é que estava organizando aquilo ali. Me indicaram a pessoa da Polícia Rodoviária Federal e eu me apresentei. À época, eu estava com uma representação de uma marca internacional de produtos à base de *Cannabis*. Me identifiquei quem era, que era o representante, queria saber de que forma eu poderia contribuir, inteirar... Estava ainda me aproximando desse mercado. E essa senhora falou assim: "O meu filho usa produto a *Cannabis*, inclusive dessa marca, e nós não estamos encontrando". Foi essa aproximação.

Quem é essa funcionária? Ela trabalha ou trabalhava no gabinete do Senador Weverton. Mera coincidência? Mera coincidência. Sabe por quanto tempo eu fiz a doação do medicamento para essas crianças? Até recentemente. A ligação com pessoas do gabinete do Senador Weverton, como o Adrualdo, aqui citado, meramente por uma interação de dividir essas doações, ou a ponte com essa pessoa.

Não tenho pauta com o Governo, não tenho pauta com interesse em nada. A aproximação com o Senador Weverton para tentar entender, porque nem prosperou, foi meramente para tentar entender como anda o processo regulatório de *cannabis* aqui no Brasil, seja na fábrica, no plantio, meramente isso.

Eu acho que um brasileiro, um empresário que quer, ele precisa pelo menos entender essas abordagens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Sigilo que nos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Seif, por gentileza.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Esse daí, eu tenho que respeitar a decisão desta Casa, mas lhe afirmo: não foi motivado por mim, senão eu não estaria aqui para falar abertamente e responder, olhando nos seus olhos, a verdade.

Veículos. Eu tenho uma empresa de comércio e locação. Veículos que foram encontrados na minha posse, de fulano, de A, de B, de C... isso é fato. Eu gosto de carros, eu gosto de máquinas. Sou isso há muito tempo.

Senador... O Deputado Girão está aqui. Eu sou filho de um caminhoneiro. Eu ia falar aqui a ele um dos acontecimentos, porque certamente ele sabe a linguagem que eu iria utilizar aqui, mas, em tempo oportuno, eu vou colocar para ele, para mostrar a legitimidade de uma pessoa que, de 47 anos de trabalho, realmente tem a capacidade e a legitimidade para atuar em várias frentes. Não sou um superempresário, não sou. Simplesmente aproveito oportunidades, e com muito trabalho, muito trabalho. A minha média de trabalho diário é de 12 a 14 horas. (*Pausa.*)

Ah, sim, ele vai... Eu tinha colocado os carros aqui no *shopping*. É importante lembrar sobre isso. Não conheço, nunca vi, não sei a quem pertence – obviamente sei agora, pelas matérias jornalísticas. Os veículos estacionados no *shopping center*, dos quais o meu filho Danilo se aproximou... foi meramente porque é um jovem de 21 anos, e não se vê uma Ferrari como se vê um Uno. Não se vê uma Ferrari estacionada ao lado de um outro carro também muito bom.

Veículos meus foram apreendidos, não de forma oculta, pela Polícia Federal – todos os que eu tenho. Todos os ativos que eu tenho para novas oportunidades de negócio, como locação, que é um projeto futuro que eu tinha... E adianto mais o seguinte: algumas cidades brasileiras fazem a locação de veículos esportivos para se pagar a diária de utilização deles.

Brasília é uma capital do nosso país onde nós temos várias delegações internacionais que, oportunamente, vêm para eventos internacionais aqui. Há necessidade de carro blindado? Há demanda? Certamente. Então, veja por onde caminha a minha visão empresarial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu alego, afirmo e falo com toda a verdade – de tudo que eu vou dizer aqui –: essa Ferrari não é minha, nunca tive Ferrari. Não sei de quem é. Foi meramente... E foi extremamente comprovado, tanto à Polícia Federal – ele está à disposição – quanto ao Ministro André Mendonça, mostrando o ato em que meu filho tira a foto e comenta com um amigo, numa linguagem extremamente... de dois jovens, falando: "Que máquina! Que veículo! Que nave!". Simplesmente isso. A narrativa que se segue não se sustenta. Essa é a verdade.

Espero ter respondido, em tempo, as suas perguntas, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, pergunto à Senadora Eliziane Gama...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA. *Fora do microfone*.) – Eu quero falar logo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A senhora quer falar logo, Excelência? (*Pausa*.)

Então, com a palavra a Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, eu quero cumprimentar os advogados aqui do Sr. Camilo Antunes.

Eu quero iniciar... O senhor na sua fala, Sr. Camilo, colocou que iniciou nesse ramo em 2017. E consta que o senhor atuava, por exemplo, antes disso, em empresa farmacêutica, planos de saúde...

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES (Para depor.) – Correto.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – ... precisamente até 2021 ou o senhor foi até 2017...

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Posso responder?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Sim.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – A senhora quer...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – ... que o senhor seguiu para as consultorias?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Bom, vamos então falar um pouquinho da minha vida profissional.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Mas eu só precisaria que fosse bem rápido, porque...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor. Silêncio.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Senadora, com todo o respeito à senhora e aos temas aqui abordados, eu acho que eu mereço, no mínimo, um pouco de tempo para elucidar e trazer...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Se o Presidente der o tempo... Eu não sou dona do tempo; é o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Ele pode solicitar a suspensão a qualquer momento, a pedido do advogado ou para orientação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não... Dez minutos, Excelência, e ele terá o tempo...

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – A senhora quer que eu vá anotando e eu respondo ao final?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – É, porque, na verdade, são perguntas que são pertinentes.

Eu pediria que o senhor respondesse essa para mim, de forma reduzida, porque eu queria entender a motivação de o senhor deixar a empresa farmacêutica... do ramo de medicamentos e também de planos de saúde e seguir para as consultorias.

E já, juntando a isso, consta da investigação que o senhor era o facilitador, na verdade, desses acordos, dos ACTs, das autorizações...

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES (*Fora do microfone.*) – Boa pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – ... exatamente, que resultaram numa explosão de descontos irregulares de aposentados de todo o Brasil.

Então, eu queria, primeiramente, que o senhor me respondesse a motivação que o levou a sair da farmacêutica para ir para a parte de consultoria. E, a segunda: o senhor atuava de que forma nessa mediação em relação a esses acordos junto ao INSS?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Pois não. Vamos lá.

Entre minhas passagens e comprovações trabalhistas, eu fui ordenador e fiz parte do corpo diretivo de um dos laboratórios do SUS, em 2011, até 2013. Fiz parte como diretor comercial. Já vinha de uma experiência farmacêutica dentro do segmento de saúde suplementar, com larga experiência, administrando 17 estados brasileiros.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Sr. Camilo, eu acho que eu vou ter dificuldades em relação ao tempo. Então, eu queria que o senhor me respondesse a essa pergunta, especificamente, no final, e me responda apenas esta: o senhor participava, de fato, dessas negociações em relação aos ACTs junto ao INSS?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Posso lhe falar de uma maneira simples, com uma palavra só?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Sim.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – *Fake*, mentira.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – O senhor não participava?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Nunca participei.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Ou seja, as informações...

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Até porque... Senadora, se me permite, só para dizer o seguinte...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – ... todo o trâmite de aprovação de ACT, ou qualquer que seja o trâmite dentro de uma entidade pública, principalmente aqueles que estão sob a fiscalização do SEI, tem ali data, dia e horário do andamento de processos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Sim.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – É simplesmente verificar e constatar que as minhas procurações tiveram início, meio e fim.

Então, acho que isto é muito importante: verificar que eu não sou o procurador vitalício de ninguém.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Certo.

Na verdade, não é bem o que dizem, de fato, as informações que nós temos no âmbito da investigação, mas, como eu não tenho tempo, Presidente, eu quero apenas fazer aqui um levantamento mais geral sobre esse processo que nós estamos acompanhando hoje, de investigação.

Por exemplo, todas as entidades que nos chegam com dados e informações, do ponto de vista da realização desses ACTs, nós temos aí um apontamento de que 97% delas foram realizadas do início dos seus trabalhos, em 2021, até 2022, precisamente, o que representa 97%. Há a Ambec, por exemplo, com uma movimentação da ordem de R$500 milhões, e várias outras entidades: a Unaspub, a AP Brasil, a CBPA, o Cebap, as que foram realizadas durante o período do Governo Bolsonaro; e nós temos duas que foram no Governo do Presidente Lula: a Asabasp e a Aaspa, que representam, Pimenta, algo em torno de 2,25... 15% de todo esse volume, naquele momento, com a presença do Diretor André Fidelis, que foi demitido, depois, pelo Governo do Presidente Lula.

E aí nós temos toda uma engrenagem. E aí estão realmente essas informações, ou seja, algo da ordem de R$1,352 bilhão. Dentre eles, constam as associações das quais o Sr. Camilo era participante, de alguma forma, tinha uma relação, seja através das consultorias ou de relação com familiares, que representam exatamente a ordem de R$1,3 bilhão.

E a engrenagem é exatamente essa. Você tem lá, num primeiro momento, os servidores do INSS; depois você tem esse facilitador, que aponta para a presença do Sr.Camilo, as várias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

associações nas quais havia a presença dele; depois lá as consultorias, precisamente, de forma muito mais direta, a Prospect e as outras empresas, como a Camilo Comércio, a Acca e também a ACDS. Depois vêm com os familiares e, depois, na sequência, você tem outros integrantes que eles têm... eles voltam para o lugar de origem. Então você percebe o quê? Tem uma verdadeira lavagem de dinheiro: esquentam esse dinheiro e esse dinheiro volta.

Em alguns dos casos, por exemplo... Aqui, no caso do Alexandre, que era Diretor de Governança do INSS, ele não teve o cuidado, Presidente, de colocar... a preocupação de colocar outra empresa. Ele colocou a própria empresa dele, que foi a Vênus, que recebeu uma movimentação da ordem de R$24 milhões.

Mas o que eu quero atentar aqui para todos vocês é que nós... E o que nós precisamos fazer aqui nesta Comissão é chegar, de fato, aos grandes beneficiários do esquema, porque o grande beneficiário do esquema – pode-se até imaginar, não é absolutamente nenhuma defesa; ao contrário – não é, por exemplo, o Sr. Camilo Antunes apenas, não são esses apenas.

A investigação da Polícia Federal aponta uma movimentação da ordem de R$6,5 bilhões. Na planilha anterior ali, eu mostro apenas uma movimentação da ordem de R$1,5 bilhão ou R$350 milhões. Nós temos mais R$4,5 bilhões que a gente não sabe para onde foram, quais são os outros mediadores de fato dessa negociação até o presente momento. A gente espera que, ao final desta Comissão, nós passamos de fato chegar lá.

Vejam, eu vou pegar um recorte, Presidente, porque essa é uma informação importante e é um detalhe importante para o qual nós precisamos atentar: dos R$500 milhões da Ambec, você tem alguns volumes, já se chegou a eles: por exemplo, a Prospect, do Sr. Camilo, recebeu algo – algo não... recebeu R$11 milhões. Você tem o caso aqui da Curitiba S.A., que é exatamente a esposa do Procurador, a Thaisa. Ela recebeu R$7 milhões. O Rubens, que esteve ontem aqui, recebeu... fez um saque de R$1 milhão e aprovisionou R$3 milhões. A empresa Vênus, que foi a que eu já citei, R$24 milhões. Somando tudo isso, dá somente R$100 milhões. Nós temos, do volume da Ambec, de R$500 milhões, R$400 milhões que a gente não sabe onde é que estão.

E, por isso, Presidente, a chegada dos documentos a esta Casa vai nos apontar para isso, porque houve um bloqueio integral do valor, mas será que esse valor estava lá na Ambec? É o que vão dizer, de fato, esses documentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, de fato, o esquema era tão violento e tão gigante e tão bilionário que pode ser apenas a ponta do *iceberg*...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – ... este valor de R$1,3 bilhão.

E eu quero finalizar para que o senhor, na verdade, possa nos responder *a posteriori*.

O Presidente desta Casa, e eu comungo... ou melhor, o Presidente deste Colegiado, o Senador Carlos Viana, faz uma defesa que é uma defesa que eu faço historicamente nestas Comissões. Já participei de dezenas de CPI, já fui Relatora, já fui Presidente...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – ... inclusive algumas vezes, que é a utilização do instrumento de colaboração premiada.

Eu percebo, Sr. Camilo, que o senhor está com uma disposição de contribuir com a Comissão. O senhor tem respondido aos colegas que têm passado por aqui, responderá, de fato, às minhas perguntas.

E a minha pergunta para o senhor é exatamente esta: naturalmente, o Presidente está procurando fazer as tratativas adequadas para saber se aplica, de fato, esse instrumento da colaboração premiada; e, isso sendo efetivado, o senhor teria disposição de contribuir com os trabalhos desta Comissão?

Porque eu acho que o senhor é uma figura central em tudo isso. O senhor tem uma ligação com as consultorias, tem com as empresas, tem relação com os integrantes do INSS.

É bom lembrar: na fotografia que o Relator colocou, estavam lá também o seu Virgílio e o Sr. Alexandre Guimarães. Os dois vieram do Governo anterior, do Bolsonaro.

A reunião com o Wolney, que também integrava o INSS, era uma reunião de começo de Governo, e vários daqueles integrantes vieram do Governo anterior, com quem o senhor começou a fazer tratativas, de 2017 para cá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não é algo que se restringe a apenas um período, mas é algo que se restringe, infelizmente, a vários governos e que claramente começou no Governo do ex-Presidente Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor gostaria de comentar, Sr. Camilo?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Sem dúvida. Até mantendo o compromisso que eu assumi ao sentar aqui, vou procurar responder a todas as perguntas com a máxima pontualidade e presteza de tudo que eu tenho feito.

Só para voltar à questão do currículo, o que me fez sair da indústria farmacêutica foi um convite para ser o diretor comercial de um laboratório do SUS frente ao conhecimento adquirido por mais de 11 anos dentro da indústria farmacêutica, frente a secretarias de estado, a entidades ligadas à saúde suplementar.

A minha ida a São Paulo, como superintendente comercial, *marketing* e novos negócios de uma grande operadora de saúde, me fez enxergar que prestar serviço a uma grande massa é rentável, desde que o seu ganho seja proporcional àquilo que está ali.

O serviço de saúde suplementar sobrevive hoje com o Ebitda em torno de 2%. A prestação de serviço a grandes centros é perfeitamente lícita. Esse foi o que me atentou a ter um produto que eu pudesse abrir para grandes massas.

Senadora, eu sinto desapontá-la, mas eu não tenho penetração no Governo, em nenhum governo, não tive, porque, nessa época, em 2017, eu andava de conselho regional de odontologia, de enfermagem, de medicina, tentando vender esses aplicativos, como representante comercial.

Então, eu acho que isso é uma coisa que eu repito aqui na minha fala inicial. É uma pena que não verificaram a fonte de informação acerca da minha participação ou da minha lisura nesse processo todo. Criaram um personagem fictício que não sou eu. Pode existir, pode existir aí alguém que faça esse serviço, mas eu lhe asseguro: não sou eu.

ACT facilitador: a resposta é *fake*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Colaboração premiada. Sabe por que eu não cogito fazer isso? Porque, primeiro, que eu não tenho nada que falar sobre esse instrumento. A minha participação nesse mercado nada mais é do que privada, uma relação privada. Eu não participo de qualquer que seja a associação em qualquer grau de decisão que seja. Eu não tenho decisão nenhuma em estatuto, em assembleia ordinária ou extraordinária. Eu vendo produto. Eu sou um cara que vou no mercado e vou atrás de possíveis clientes. Esse era o meu intento.

Então, só para responder à senhora, eu não tenho, não participo de associação nenhuma. Não teria por que fazer uma delação premiada ou colaboração premiada, como a senhora utilizou o termo, que eu acredito que seja o mais correto, porque eu não tenho nada aqui a acrescentar. Eu estou aqui como um prestador de serviço. E poderia estar sentada aqui sabe quem? Talvez uma empresa de telefonia celular, porque eu enxergo essa faixa de brasileiros como consumidores, simplesmente isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Seu Camilo, o Seu Rubens aqui disse que entregou na sua mão R$1 milhão.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Sim, sim, sim... Fiquei faltando...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – O senhor recebeu essa...

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Fiquei faltando essa resposta.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Por que tanto dinheiro em espécie?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não, não, não, eu fiquei faltando essa resposta.

É... eu acho que corrobora também a fala do Sr. Milton que nunca houve um pagamento em dinheiro ou pedido meu, correto? Isso é uma fala dele, correto, Presidente? Consta aqui nas notas taquigráficas.

Eu acho que é comum que todas as empresas, com seu nível gerencial, principalmente quando alcança tamanha projeção... E eu repito aqui, eu me considero um empresário próspero para o meu tamanho, para a minha capacidade empresarial. Se isso foi feito, solicitado, eu acho que é muito importante que se traga a esta Casa aqui a comprovação de quando sacou e para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

onde foi esse dinheiro. Eu lhe asseguro: nunca tive essas intenções de mandar fazer saque, porque, primeiro, não há necessidade disso. Todas as minhas operações financeiras envolvendo o meu CPF ou os meus CNPJs foram feitas por meios legais, lícitos e registrados dentro sistema financeiro. Pix, pagamento de nota fiscal, boleto, todos por lá, Senadora.

Então, eu lhe falo o seguinte: talvez possa ter sido uma falha administrativa, que será apurada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Srs. Parlamentares...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Presidente... Presidente, o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Não, só pedir ao senhor...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... o tempo está encerrado, por gentileza.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Não, só pedir ao senhor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Porque o Rubens, como mentiu em vários outros elementos, também pode ter mentido ao Sr. Camilo Antunes. Acho que seria importante a gente solicitar uma acareação, Presidente, para a gente poder dirimir esse fato específico.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa. pode fazer o requerimento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Farei.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Srs. Parlamentares, Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas...

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES (*Fora do microfone.*) – Se o senhor me permitir, posso fazer, complementar isso aí, se ela quiser.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Claro, perfeito, o senhor tem todo o tempo para falar.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Eu acho, Senadora, que essa medida da senhora é extremamente pertinente. Eu me coloco à disposição, a qualquer tempo que for, para isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Bem, primeiro, é esse o tom que nós temos que seguir, eu espero, após o intervalo, em que a gente possa fazer as perguntas, ter as respostas e dar sequência ao que a população que está nos assistindo quer.

A sessão está suspensa pelo intervalo de uma hora.

(*Suspensa às 13 horas e 07 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 21 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores e senhoras, Deputados e Deputadas, Srs. Senadores e Senadoras, daremos sequência aos nossos trabalhos.

Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Deputado Sidney Leite.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro, quero parabenizar V. Exa. pela condução dos trabalhos no dia de hoje.

Sr. Antônio, obrigado pela sua presença aqui.

Eu gostaria de fazer o seguinte questionamento: o senhor confirma que atuava como procurador jurídico da Ambec e de outras entidades conveniadas ao INSS?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES (Para depor.) – Boa tarde.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Boa tarde.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – O senhor pode repetir, por gentileza, a pergunta?

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – O senhor confirma que atuava como procurador jurídico da Ambec e de outras entidades conveniadas ao INSS?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Jurídico, nunca representei ninguém.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Mas atuava como procurador?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Para assuntos específicos de tramitação de informações dentro do SEI.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Isso incluía o INSS?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Sim, sem dúvida.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Está certo.

O senhor respondeu aqui que fez uma doação na campanha política para o ex-Presidente Bolsonaro de R$1.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Correto.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – O senhor, ou algum familiar seu, ou algumas das suas empresas já doaram algum tipo de recurso para a campanha política de algum candidato? Se sim, para quem?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não, para ninguém, além dessa que eu comentei.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Para ninguém, né?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Somente para o Presidente Bolsonaro, à época.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Os contratos de sua empresa tinham serviços reais; os faturamentos eram reais ou esses faturamentos eram fictícios?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não querendo gastar o seu tempo, mas eu posso mostrar uns eslaides aqui comprovando o que eu vou falar?

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – O senhor pode botar no final, por gentileza, que eu tenho outros questionamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – O.k... O.k...

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Houve algum repasse de recurso de empresa do senhor para empresas de familiares ou de dirigentes do INSS?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Nunca. Opa!.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – O senhor confirma...

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Só para corrigir isso aqui: existem duas contratações legítimas, serviços entregues a parentes de servidores do INSS.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Parentes?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Parentes.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Quais parentes? De quem são esses parentes?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Filho do André Fidelis e a companheira do Sr. Virgílio.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – O senhor lembra o valor?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Foram vários serviços prestados ao longo de um período curto ou um pouco mais extenso, mas está lá.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – O senhor respondeu aqui que está aqui para falar de forma honesta.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Eu acredito que sim.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Olhando cara a cara.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Sem dúvida.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – O senhor teria algum problema de falar qual é o valor declarado na sua declaração de rendimentos junto à Receita Federal?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Esse número eu não tenho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – O senhor não tem?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Mas eu posso trazer aqui.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Nem aproximado?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não tenho. Eu posso pedir para que seja acostado aqui os autos aqui da minha declaração.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Se puder já encaminhar...

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Está bom.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – ... eu entendo que essa CPMI agradece.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Esses documentos estão sendo entregues à Polícia Federal.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – O senhor reconhece que houve fraude nessas contratações desses ACTs por parte dessas instituições associativas junto ao INSS, sem autorização devida desses aposentados e pensionistas?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não posso afirmar ao senhor porque eu não faço parte dessa... desse segmento de fornecimento, cadastramento, para nenhum dos clientes ou qualquer uma que seja a associação.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – O senhor...

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Quanto à veracidade da informação, se tem ou não a falsidade, eu acho que compete ao Instituto Nacional do Seguro Social fazer a verificação, ou – ou – o próprio caminho que for escolhido pelo associado, qualquer um que seja ele, seja Procon, Justiça cível, SAC, Reclame Aqui, Meu INSS, qualquer um deles.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – O.k. Obrigado.

O senhor disse que foi a Manaus...

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – ... no Grito dos pescadores.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Correto.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Qual a sua relação com a CBPA?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Foi uma prestadora de... Foi um cliente meu, ao qual eu ofereci serviços a ele. Eu fui a convite do Sr. Abraão Lincoln, e fui lá com as minhas despesas pagas por mim mesmo, e fui presenciar esse evento.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – E qual era o tipo de serviço prestado à CBPA?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Posso demonstrar aqui ao senhor.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – O senhor vai demonstrar também?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Vou, vou demonstrar, vou demonstrar também.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Vai demonstrar.

O senhor confirma que empresas como a Callvox eram usadas para forjar áudios de consentimento de aposentados?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Por gentileza, houve uma distração aqui. O senhor pode repetir só, por favor, só para que eu possa...

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Empresas como a Callvox eram usadas para forjar áudios de consentimento de aposentados?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não faço parte da societária dessa empresa, não tenho ingerência sobre ela. Então não saberia afirmar se ela fazia isso ou não. Acredito que não.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Acredita que não, né?

O senhor ou empresas ligadas ao senhor prestavam serviços à Conafer?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Nunca.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – O senhor participou de inserção de desconto da Conafer no sistema do INSS?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Nunca.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – O senhor recebeu ou intermediou repasse de valores da Conafer ou de Carlos Lopes?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Nunca.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – O senhor tinha conhecimento de que Carlos Lopes dizia ter domínio sobre diretores do INSS?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não conheço o Sr. Carlos, não sei do que fala, não tenho conhecimento algum sobre essas afirmações feitas pelo senhor.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – O senhor aqui, no decorrer da manhã, falou que o sistema da Previdência Social, e eu concordo com isso, ele é muito frágil. Quando o senhor diz que ele é frágil, ele é frágil por quê?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Também tenho eslaides aqui, comprovando matérias de reportagens, afirmando a grande... o grande calvário, vamos dizer assim, que enfrenta a Previdência há vários anos.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Quando a Polícia Federal indica que os lucros divididos dessa referida Orcrim eram divididos em 72,5% para o Sr. Maurício Camisotti e 27,5 para o senhor, o senhor afirma que a Polícia Federal está mentindo?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não. Não.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Não está mentindo?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Eu não falei que ela está mentindo, o que tem que se olhar é a base contratual, é o objeto do contrato e o limite que se tem nele. Podemos...

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – O senhor conhece o Sr. Maurício Camisotti?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Conheço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Qual é a relação com ele?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Foi empresarial, e ela está cessada desde que teve a Operação Sem Desconto.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Eu digo: empresarial em que sentido?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Ele era um concorrente, vamos dizer assim, dos meus serviços também.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Mas vocês não trabalhavam conjuntamente?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Nunca. Até então, não.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – O senhor prestou consultoria para Ambec, Unaspub, AP Brasil – CBPA o senhor confirmou –, Cebap, Asabasp e Aaspa?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Essa última, somente numa formatação de aplicativo de rede de desconto. Ele me pagou para formatar e depois desistiu.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – O senhor atuava como representante?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – De quem?

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Dessas instituições.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não. Representante, não. Eu era fornecedor de serviços a elas.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Que tipo de serviços?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Estão demonstrados ali na tela.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Está certo.

O que é importante, Sr. Presidente e senhores, é chamar aqui essas instituições. Por exemplo, a Ambec tinha três associados, com recolhimento de R$135, e assinou, começou com o ACT no dia 31/08/2021; a Unaspub, da mesma feita, no dia 26/04/2022; a AP Brasil, no dia 28/06/2022; a CBPA, no dia 13/07/2022; o Cebap, no dia 23/12/2022; a Asabasp, no dia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

07/06/2023; e a Aaspa, no dia 20/03/2024, lembrando que a Ambec saltou de três associados, com desconto de R$135, Deputado Coronel Chrisóstomo, para mais de R$0,5 bilhão; a Unaspub, superior a R$267 milhões; a AP Brasil, R$137 milhões; a CBPA, que foi citada inclusive com a visita dele em Manaus, R$221 milhões; o Cebap, R$195 milhões; a Asabasp, R$92,93 milhões; a Aaspa, R$6,99 milhões, totalizando aqui mais de R$1,352 bilhão.

Dito isso, eu gostaria de passar a V. Sa., para que V. Sa. mostrasse os eslaides dos questionamentos que eu fiz anteriormente.

Obrigado.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Pois não. Só para que...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Só para que a gente... Deputado, só para que eu deixe claro ao senhor o seguinte: eu não tenho responsabilidade nenhuma de verificação da idoneidade de cada entidade que firma um acordo de cooperação técnica com o INSS. Acredito eu que, na formatação desse acordo, no mínimo, ela deve ser revisitada e constatada a sua história, o que ela tem. Esse é o primeiro... Eu acho que o primeiro fato que tem que saber é a história dela. Isso não compete a mim. Se ela tem dez associados, se, no outro dia, ela tem 1 milhão, isso não é responsabilidade minha. Muito me encanta aos meus serviços prestados por aplicativo... E eu não necessito fazer ajuste em nenhum dos meus produtos, se ela tem hoje mil e amanhã ela tem cem mil. Nós estamos vivendo uma era digital. A capacidade e a capilaridade dos meus serviços prestados estão ligadas diretamente a uma rede de desconto credenciada, fruto de longos anos, mostrando que nós temos a capacidade de trazer novos associados e novos consumidores a ela. Esse é o primeiro ponto.

Então, só para justificar ao senhor o seguinte: eu não tenho, nunca tive participação alguma, até pelo meu histórico profissional, de formatação de banco de dados, quer seja ele associativo ou não. Eu vou mostrar aqui ao senhor essas fragilidades que a previdência brasileira enfrenta.

Vamos primeiro falar aqui dos serviços.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí. Esse daqui é somente um dos serviços prestados por nós aos clientes. Aí estão os valores que, em cada mês, o aposentado, esse que – tão dito aqui; eu concordo plenamente – não tem acesso a isso, que tem uma carência, que tem uma deficiência, que tem uma doença... Aqui são ofertados descontos em rede de farmácia. Talvez porque não encontre, e é um fato que o sistema de saúde popular, Farmácia Popular, oferece *commodities*. Ele oferece medicamentos a preço baixíssimo, ou de graça, pelo Governo Federal, e que deve ser lembrado em conta, mas exigem certas drogas mais específicas, oferecendo menos, uma quantidade menor de efeitos colaterais, que está na farmácia. E ele sendo associado, ele pode fazer essa compra aí, ó.

Próximo eslaide, por favor.

Valor líquido. Valor do desconto, próximo.

Olha a economia gerada mês a mês aos meus clientes, ali, ó. Consegue perceber? Mensal ali tem mais de R$1 milhão.

Próximo.

Quantidade de vendas. Olha a quantidade de CPFs de associados que utilizaram a nossa rede de serviço. Isso aí é mensal. Chegamos a 36 mil consumidores, eleitores e aposentados utilizando isso aqui, ó. Ó, o valor bruto, ó a economia gerada: mais de R$23 milhões.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Ah, sim, essa é uma amostragem de utilização da Unaspub. Fato que nós estamos... Aqui tem, nós temos as duas grandes redes: Pague Menos e Droga Raia. Aí, para cada compra dessa, existe um cupom fiscal, uma data que foi emitida, o produto que foi comprado, e a economia gerada.

Próximo.

Apólice de seguro de vida, aos clientes que compraram isso aí. Aí está a quantidade: mais de 470 mil apólices geradas com o CPF e válidas.

Próximo.

Apólice de seguros de vida, também, ó. Todos aí, estipulante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo.

Título de capitalização. Sorteio mensal. Capemisa.

Próximo.

Auxílio-funeral, também emitidos, os valores dos prêmios emitidos. Aqui é importante ressaltar que, no auxílio-funeral, infelizmente, é onde o braço do Governo não consegue chegar. A partir do momento do óbito do aposentado, o Governo não tem mais o que fazer por ele. A associação estende a mão nesse momento da última homenagem a esse aposentado, ao seu associado.

Próximo.

Sorteios.

Próximo.

Esses são os aplicativos desenvolvidos por nós.

Próximo.

Próximo. Pode ir passando.

Volta um, antes, por favor. Volta um, dois. Aí.

Esse é o aplicativo que contém mais de 400 lojas, aí que é somente ele fazer a leitura para cada cliente, do QR *code*, ele tem o percentual de desconto.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Pela ordem.) – Presidente, só pela ordem. Só queria pedir ao depoente se esse Pague Menos é a rede de farmácias.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Correto.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – A rede do Brasil inteiro?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Exatamente. Exatamente.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Ah.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Exatamente.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – A Raia também?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Também, todas elas; é nacional, não é setorizada.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Essas redes de farmácias... Você fornece para eles, ou você é sócio?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não, forneço, não. Nós temos um convênio com o aplicativo, e é fornecido ao associado, a quem... Seja ele funcionário, ou associado do meu cliente, ele chega, apresenta ali a sua carteirinha, a identificação, faz a leitura do QR Code, e para cada uma daquelas ali ele tem aquele descontozinho até, dependendo de produtos e serviços que são oferecidos para ele.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Podemos passar à próxima fala, por favor?

Com a palavra o Deputado Paulo Pimenta.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Eu só queria, Sr. Presidente, deixar consignado o seguinte, que, quando o ex-Ministro Carlos Lupi esteve aqui, ele deixou muito claro venda casada de auxílio-funeral e apólice de seguro. Isso ficou muito claro, no mesmo lugar que está aí o senhor falando isso.

E eu faço uma solicitação para que esses eslaides sejam fornecidos aqui, para que a gente possa ter acesso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – Agora, lembrando que 36 mil aquisições, isso é muito pequeno diante do volume de pessoas que foram lesadas pela roubalheira do INSS.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos dar sequência aqui, por favor?

Com a palavra...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não. Com a palavra o Deputado Paulo Pimenta, por favor.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. *Fora do microfone*.) – Não, só para saber se vai estar disponível o material.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vai estar disponível, Excelência.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Isto que eu gostaria de colocar: todo o material aqui apresentado será disponibilizado a vocês, ou diretamente à Casa, ou via Polícia Federal, que está no processo de conclusão de inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Dez minutos, Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para interpelar.) – Sr. Antônio Carlos, quando das tratativas para o ACT da Ambec, o senhor tinha procuração da Ambec nesse período?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES (Para depor.) – Quando eu entrei no processo com a Ambec, o ACT dela já tinha sido promulgado e publicado no *Diário Oficial*. Eu não tive interferência nenhuma no trâmite do ACT da Ambec.

Quando eu já comecei a prestar serviço para ela, acho que, se eu não me engano, ela estava com quatro ou cinco meses – ou mais até – de ACT vigente.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor conhece o Sr. Antonio Fratic Bacic?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Se eu me lembro, ele era o Presidente... Quem sempre fez a intermediação com a Presidência foi o Maurício Camisotti, porque, para mim – para mim –, ele tinha esses clientes na sua carteira, e, quando eu me aproximei dele, foi para fazer um combo dos produtos que eu representava, do aplicativo, com os dele. Não foi possível.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O Maurício Camisotti era um concorrente do senhor ou ele era um parceiro do senhor?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Quando eu fui visitá-lo, ele ofereceu os mesmos serviços a alguns...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Quem fechou a parceria do senhor com a Ambec?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Maurício Camisotti.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Maurício Camisotti.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Ele foi intermediário.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Ele representava a Ambec na negociação?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não. Ele representava a interlocução, não como representante legal.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Então, mas quem representava a Ambec na tratativa que foi feita com o senhor?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Eu negociava com ele uma, duas, três reuniões; na terceira ou quarta, ele vinha com a resposta: "Ah, deu pra fechar nesse valor, assim, eu negociei lá...". Nesse sentido.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Quando a Ambec ganha o ACT, 2021, José Carlos Oliveira, 31 de agosto de 2021, Governo Bolsonaro. Tinha três associados – três associados.

O senhor disse aqui, anteriormente, que o senhor procura seus clientes... Qual é o interesse de procurar uma entidade, uma instituição, que tinha três associados?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Repito: quando eu conheci o Maurício Camisotti é porque ele oferecia esse mesmo tipo de serviço, e, na reunião de aproximação, foi que ele declinou que ele tinha essa associação. Somente isso.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Quando foi isso?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Como disse, após uns cinco ou seis meses de ACT promulgado.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Então... Quando foi isso?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Final de 2022... Final de 2021.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Final de 2021.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Final de 2021.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Mas o senhor cria a Prospect em janeiro de 2022...

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Por uma questão tributária, orientada pela minha contabilidade. Não especificamente por isso.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Mas já existia a empresa antes?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Existia a Acca. A Prospect, não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor prestava serviço pela Acca?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Pela Prospect.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sim, mas a Prospect foi criada em janeiro de 2022.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Veja só, o senhor me perguntou quando foi que eu comecei a negociação com o Maurício.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sim, não, mas agora eu estou dizendo o seguinte...

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Eu falei que foi no final de 21 – no final de 21.

Quando eu celebrei contato com ele foi em 22, com a Prospect.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Mas o senhor criou a Prospect para prestar esse serviço.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não só esse serviço, há vários outros clientes também.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Porque, veja bem, é criado um ACT para uma instituição com três associados. Uma coisa muito curiosa, né? Essa empresa do Maurício Camisotti, do Nelson Wilians prestava o serviço para o Geap. Saem do Geap e criam uma instituição, de que o pai do ex-Presidente do Geap era um dos três associados. Ganha o ACT. Final

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 21. Início de 22, o senhor cria a empresa, e passa a receber um valor bastante significativo. O senhor já tinha uma parceria com o Maurício Camisotti antes de 2022?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não, eu conhecia, eu conheci ele no final de 21.

Só para deixar claro para o senhor aqui: eu acho que é a obrigação e o dever de fiscalizar a idoneidade de uma associação ou de qualquer que seja a empresa que queira celebrar um acordo de cooperação técnica com qualquer esfera de Governo, qualquer que seja, eles não dizem respeito a mim. Eu acho que quem o celebra tem a responsabilidade, acima de tudo, com o povo brasileiro ou com os seus usuários, de verificar a idoneidade ou não disso. Repito, se ela tinha três, se ela tinha 100 mil...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor era procurador de soluções?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não, não era procurador. Eu só entrei com uma procuração para fazer tratativas no ambiente SEI referentes às demandas.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Perfeito. Muito bem.

A Cebap, Sr. Presidente, cria o seu ACT dia 26/12/2022, entre o Natal e o Ano-Novo, já depois da eleição. Vejam que curioso isso aqui. A Cebap, o José Carlos Oliveira, já como Ministro, concede um ACT dia 26/12/2022, depois da eleição. Em 2023, ela é uma das instituições que mais cresce. Em todo esse trabalho aqui – ACT, prestação de serviço –, a sua participação começa quando nisso tudo?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Em 2021.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Em 2021.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fora do microfone*.) – Mais perto do microfone.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Opa, desculpa. Em 2021.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Então o senhor entra...

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Entro não!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... nesse mundo...

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Ah, sim.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... entra nesse mundo da prestação de serviço, dos ACTs, a partir de 2021.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Fazendo aqui, eu comecei a prospectar clientes em 2020, se eu não me engano.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Em 2020.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Logo após a pandemia.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Muito bem. Isso é muito importante.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Sim.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Porque isso reforça, Presidente, aquilo que eu sempre digo. Tudo isso começa no Governo Bolsonaro. As ACTs, esse modelo de prestação de serviço, essa forma como uma instituição que tinha três associados arrecadava R$135 – R$135 – por mês; dali a pouco a empresa passou a arrecadar R$19 milhões. Uma empresa tinha... uma instituição como a Ambec, tinha três associados, passou a ter 650 mil associados.

Quando foi criado isso? Em 2021, 2022. As regras do INSS, do Ministério da Previdência na época, a falta de fiscalização... Como é que foi concedida um ACT para uma instituição que tinha três associados?! Sendo que uma delas era nada mais, nada menos do que o pai da figura que tinha sido demitida do Geap com contratos com o Camisotti, com o Nelson Wilians... Então, para mim está evidente, Sr. Presidente, que existe aqui, do ponto de vista cronológico... E a gente tem que entender isso, tudo isso que aconteceu, esse volume de recursos descontados dos aposentados...

E, agora, você sabe, grande parte desses descontos sem autorização de aposentados e aposentadas ocorre a partir de 2021. E a Ambec, que eu cito como exemplo, é somente uma das instituições. A Ambec tem o ACT em 31 de agosto de 2021, 500 milhões – 500 milhões –, Sr. Presidente, de descontos; a Unaspub, 26/04/2022, 267 milhões de desconto; a AP Brasil,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

28/06/2022, 137 milhões de desconto; a CBPA, 13/07/2022, R$221 milhões; a Cebap, 23/12/2022, R$195 milhões. Sr. Presidente, essas instituições todas recebem seus ACTs em 21 e 22...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – E hoje nós sabemos que esse volume extraordinário de crescimento do número de associados e de descontos se deu sem autorização das pessoas, através de *call centers*... Em muitas delas simplesmente foi utilizado o banco de dados para que da noite para o dia crescessem de forma geométrica.

Eu espero que, de fato, esta CPI e a Polícia Federal possam chegar aos autores intelectuais desse esquema criminoso que movimentou bilhões de reais.

E, do meu ponto de vista, hoje, fica comprovado que ele foi possível graças à falta de fiscalização que viabilizou que uma situação como esta acontecesse no país a partir de 2021, a partir do Governo Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Posso fazer um...?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Só um comentário.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Eu gostaria de...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. *Fora do microfone.*) – Agora eu vou saber 23 e 24...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fazendo soar a campainha.*) – Senhores, senhores!

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Gostaria só de complementar aqui em cima dos comentários que o senhor fez.

Primeiro, eu acho importante que seja registrado o seguinte. Eu acho que a fragilidade na qual as formas associativas eram realizadas... Eu acho que o senhor está correto. Existia uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

fragilidade, sim. A fragilidade estava de tal forma que era necessária uma prova somente documental assinada, um documento assinado. Com a promulgação da IN 162, que obrigou – acho que em abril de 2024 – a biometria, eu acho que isso daí foi um avanço grande para conter isso daí.

Com referência à transferência de valores, V. Exa., com o poder que esta Comissão tem, é simples, siga o dinheiro. Siga o dinheiro, para onde foi cada uma, porque ninguém consegue fazer o que foi feito sem demonstrar para onde vai. Vou repetir aqui, se me permite, Senador, eu fiquei lhe devendo esta resposta: não sou responsável, nunca fui, não tenho *expertise*, não tenho inteligência para esse lado da bandidagem em fazer falsificações de documentos de milhares, de milhares de brasileiros. Não tenho essa responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra, por dez minutos, o Deputado Luiz Lima.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente Carlos Viana.

Sr. Antônio, quando o senhor percebeu que o senhor recebia recurso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Espere aí, espere aí, espere aí, Coronel.

Eu posso começar de novo, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pode. Perfeitamente.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Obrigado, Presidente Carlos Viana.

Sr. Antônio, quando o senhor percebeu que o senhor recebia recursos que tinham como origem descontos não autorizados pelos aposentados?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES (Para depor.) – Nunca foi minha (*Fora do microfone.*),

nunca foi minha responsabilidade fazer essa...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – A pergunta não foi essa. Quando o senhor percebeu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Perceber que eu recebia de desconto indevido?

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Sim.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Após a operação, após a operação...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Sim.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – ... onde, onde, a meu ver, existe uma generalização equivocada, porque atribuir que 97% das afiliações são fraudulentas, eu acho isso grave demais.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Isso foi a Defensoria Pública e a Procuradoria-Geral da União.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Numa amostragem de 1,4 mil, numa amostragem de 1,4 mil...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – É, mas foram elas que sentaram aqui...

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Tudo bem.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Aqui a gente teve dez pessoas até agora.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Tudo bem. O.k.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – A gente teve policial federal aqui...

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – É o meu posicionamento.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – ... a gente teve policial federal aqui, o Sr. Bruno Oliveira, com medo de depor, numa oitiva secreta; a gente teve o Sr. Rubens Oliveira, que foi seu funcionário, seu administrador, com medo – nitidamente ele estava envergonhado e com medo –, mas ele não tem o seu poder aquisitivo de contratar um advogado brilhante como o Dr. Cleber Lopes, de que eu acompanhei, na tribuna, a defesa em relação ao Deputado Chiquinho Brazão. É brilhante. Cleber Lopes é brilhante. O senhor contratou o Pelé da advocacia criminal, ao contrário do Sr. Rubens, que mora no Guará, que estava aqui, e era nitidamente constrangedor o medo que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele estava sentindo. Então, a gente teve aqui uma Defensora Pública, a Patrícia Bettin, com dificuldade de depor. A gente teve Eliane Viegas, da CGU, com dificuldade de depoimento. A gente teve José Carlos de Oliveira, com dificuldade de depor. E o senhor está muito confiante.

O senhor confia numa advocacia de peso, o senhor confia nesse esquema aqui. Esse esquema aqui dá de dez a zero no PowerPoint do Deltan Dallagnol. O senhor conseguiu unir pessoas do Senado, do Poder Judiciário, do Executivo. É muito recurso. A gente tem pessoas aqui com HC *plus*, HC econômico, HC de primeira classe, HC *black signature*, é o dinheiro... O senhor está mais confiante que o Nelson Wilians. E o Sr. Cleber Lopes é o advogado que dá de dez a zero no Nelson Wilians. É fantástico.

Eu fico vendo aqui – eu estou sentado aqui desde o início, eu não faltei a nenhuma das dez audiências –: o Cleber, o Sr. Cleber, Dr. Cleber Lopes treinou o senhor muito bem. É nítido. Ele mexe até a boquinha aqui involuntariamente, parece um ventríloquo quando o senhor responde. (*Risos.*) Eu fiquei olhando aqui. Mas parabéns, eu não vou condenar a advocacia.

Só que, nesse ponto, tem um limite, um limiar muito estreito, que é diferente do da defesa do Deputado Chiquinho Brazão, que é o limiar entre defender o crime e o criminoso. Isso aqui que foi feito no nosso país é um verdadeiro escândalo. É recorde de audiência na TV Senado. A gente tem mais de 50 mil pessoas assistindo agora, Sr. Antônio, e eu não quero, eu não quero incriminar o senhor.

Eu nunca fui mal-educado com ninguém aqui. Só que a sua confiança, eu vou ser muito sincero, mexe comigo e me preocupa. Porque daqui a pouco a gente vai falar que os culpados são os aposentados, que não têm culpa. Os aposentados é que são os culpados. Os 97% dos aposentados que foram descontados pela Ambec são culpados.

E eu vou fazer uma pergunta... E primeiro eu agradeço a presença do senhor, porque o senhor poderia chegar aqui e não falar nada. Agradeço a presença do advogado Cleber, do Murilo.

Eu gostaria aqui de saber se o senhor teve alguma interferência na contratação do Sr. Enrique Lewandowski para advogar para a Ambec?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Bom, primeiro, só fazer algumas colocações que são feitas e aqui...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Não, eu, eu, eu, eu peço só que o senhor...

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não, está tudo bem. Então, o senhor quer que eu... Não, não o conheço, não, não o conheço. Não tenho, não tenho relação nenhuma, não tenho influência de forma alguma. A única influência que eu tenho são nas minhas empresas. Somente isso.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Certo. Você sabe por que, Sr. Antônio? Porque a Rede Globo de Televisão, através da jornalista Malu Gaspar e do jornalista Johanns Eller, eles citaram aqui: "Investigações da Polícia Federal indicam que Antônio Camilo Antunes possivelmente teve acesso prévio às diligências da Operação Sem Desconto, evidenciado pela retirada de veículos de luxo de seus endereços e pela sua saída do país dias antes da operação." É a TV Globo que está falando.

E aí eu faço uma pergunta para o senhor. O senhor falou aqui que... Diante desses fatos, pergunto de forma direta: "O senhor recebeu informações sobre a deflagração da Operação Sem Desconto?".

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Eu já respondi essa pergunta, mas vou respondê-la quantas vezes necessário for.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Por favor.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Esses veículos aos quais o senhor se refere são os colocados no Shopping aqui do Pier 21, em Brasília.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Sim. São esses.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não conheço nem quem são os proprietários. Não sei de quem são, nem de quem eram. A questão de fazer uma ligação, esses veículos, à minha pessoa, foi porque meu filho, conforme disse, ele tirou uma foto, comentou com um amigo, meramente isso. Meramente.

Outra coisa, só para responder aqui o que o senhor perguntou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Por favor, Sr. Antônio.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – É, eu sou um brasileiro digno. Você gosta de falar que eu tenho, que fiquei sabendo de operação, que isso, que aquilo. Eu vou falar uma coisa para o senhor.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Sim.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Todas essas reportagens, elas são replicadas de uma história mal contada, uma história...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – É, mas essa aqui foi assinada pela Malu Gaspar, por isso que eu perguntei.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não, tudo bem, não há problema.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Sim.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Mas se o senhor for ver a raiz dela, é a mesma de outras que foram publicadas em outros veículos menores ou de tão importância e respeitados como o *Metrópoles*. Mas eu lhe asseguro, Deputado...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Sim.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – É *fake*.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Sr. Antônio, deixe-me fazer uma pergunta aqui porque o tempo corre.

Relatos da imprensa... Isso aqui também é do jornal *O Globo*, está? Relatos da imprensa indicam que o senhor esteve presente no gabinete do Senador Weverton Rocha, no Senado Federal, em pelo menos três ocasiões, para tratar de pautas legislativas. O senhor confirma que compareceu a esses encontros aqui no Senado Federal?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Com o Senador Weverton, não. Estive ao gabinete dele, mas não com ele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Poderia detalhar quem participou deste momento que o senhor esteve no gabinete?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Adrualdo, Adrualdo, conforme eu já falei, na divisão da doação de uma receita médica para uma das funcionárias.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Certo.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – E o assunto que eu tive com o Senador Weverton, na costelada na casa dele, foi para falar de *Cannabis*.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Está. Aproveitando que o senhor falou em Deputado, Senadores, pode citar nomes de Deputados, Senadores ou assessores Parlamentares com quem o senhor dialogou sobre os convênios de associações ou outros interesses? Por que acredita que suas visitas se tornaram sigilosas? Há algo nessas agendas que incrimine ou constranja terceiros?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Deputado, não existe essa rede de relacionamento minha com Parlamentares, qualquer que seja. Haja vista que vocês são um grupo inteligente e seleto. Pergunte quem me conhece aqui dentro desta Casa. Pergunte. Ninguém me conhece, porque eu não tenho, eu não tenho interesse, eu não trabalho com o Governo, qualquer que sejam as suas esferas. O único interesse que eu tive foi a pauta da *Cannabis*. Somente isso.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Sr. Antônio, o senhor me confirma... Aqui é uma reportagem da CNN. Por exemplo, duas empresas de *telemarketing* em Brasília, a Callvox Contact Center e a ACDS Call Center (Truetrust), estão entre as investigadas. Ambas tinham em comum um sócio ligado ao Antunes – ao senhor, Sr. Antônio, né? –, Domingos Sávio de Castro, e chegaram a contratar centenas de funcionários no final de 2023 – período que dispararam os casos de descontos irregulares. Esses *call centers* ligavam para segurados ou atendiam reclamações, porém desviavam ou neutralizavam as denúncias, evitando que chegassem oficialmente no INSS.

Isso chamou muito a atenção da gente aqui, porque é o senhor participando de empresas que nitidamente se tornaram uma lavagem de dinheiro – os números que o senhor apresenta são muito inferiores ao número de aposentados que tiveram descontos irregulares. E aí são serviços prestados que não são devidamente prestados, porque o número é muito inferior, e o senhor atende reclamações e impede que essas reclamações cheguem ao INSS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de saber se isso é um fato, se isso também é uma invenção.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Primeiro, eu acho que nós temos que fazer uma correção da seguinte forma: existe uma nomenclatura que está sendo muito confundida, embora no Cnae saia realmente como atividade de *call center*. Tanto a Callvox quanto a ACDS, com o nome fantasia de Truetrust, elas faziam serviço de SAC. Por quê? Fazendo parte do ACT, era necessário que cada associação tivesse um canal de comunicação com os seus associados.

À medida que essa demanda foi aumentando, eu vi uma oportunidade de prestar esse serviço.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Fiz investimento, contratei prestadores de serviço, que atendiam somente na ACDS, na qual o Sr. Domingos Sávio foi meu sócio até o momento em que eu descobri uma situação que nos levou a romper a sociedade.

Mas só para que o senhor tenha a certeza do seguinte: esse é um detalhado...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – É que só me restam 40 segundos, aí eu encerro e o senhor conclui.

Perdão, Sr. Antônio.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Está bom.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Sr. Antônio, primeiro, qual era o motivo dessas reclamações, em sua maioria? E eu gostaria aqui... De forma alguma eu vou incriminá-lo, mas eu vou ser muito sincero, é muito difícil acreditar. A única percepção que eu tenho aqui é de que o senhor é muito criativo – muito criativo –; eu acredito que para atividades lícitas ou ilícitas. E isso é a CPMI que vai investigar, é a Justiça, é a Polícia Federal. Mas o senhor é por demais criativo. Só que custa acreditar que todo esse esquema foi feito apenas com um caráter de aplicação de serviço, e não fruto do roubo, porque um depoente esteve aqui e mencionou, "não há como esse negócio ter sucesso se não roubarem".

Então, o senhor pode terminar. Agradeço muito a sua presença. Desejo que a verdade esteja sempre presente e que a gente, no final da história, descubra tudo o que aconteceu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Presidente Carlos Viana.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Deputado, eu acho que o seu desejo se reflete também no meu. Eu acho que a verdade tem que aparecer. E conforme eu acho que... Vou voltar aqui um pouco, quando o senhor fala da minha segurança. Sabe por que eu estou seguro? Eu tenho a verdade. O serviço foi prestado. Eu trago e a Polícia Federal já está com – se não estiver, já está recebendo agora, porque fizeram uma solicitação de ordenamento dessas documentações – 18 milhões de páginas de serviços prestados pelas minhas empresas aos meus clientes. Eu não vim aqui para caluniar quem quer que seja, falar que isso é ilegal, que o todo o sistema é falho, sem trazer um único documento comprovando que isso acontece verdadeiramente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

Tudo bem, tudo bem. Quanto a isso aí, é uma coisa que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Ah, se eu quero...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone.*) – O motivo das reclamações.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Ah, não, sim...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Estão ali, ó... Ali seria somente um demonstrativo da minha empresa, da ACDS, que recebeu mais de 300 mil ligações, que são das mais variadas – confirmando serviços, onde é que tem convênio ou até mesmo o cancelamento – , e cada ligação dessa, cada observação desse registro ali, ele tem ela gravada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, por favor.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Gravada, e, com o Pix enviado, quando foi o motivo de desfiliação.

Então, eu acho que, realmente, o que faltou às pessoas aqui é realmente a verdade do documento do serviço prestado, que pode ser auditado à luz do dia por quem quer que seja.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, por dez minutos, o Deputado Coronel Chrisóstomo.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. Para interpelar.) – Boa tarde, Presidente, Srs. Parlamentares aqui presentes, nossos advogados, Sr. Antônio Carlos.

Olá, Rondônia; olá, Brasil.

O senhor quer, o senhor quer... (*Pausa.*)

Ele está virado.

Só recomponha, porque ele estava conversando com o Deputado...

Pode recompor meu tempo?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Posso.

Novamente o tempo do Deputado, por favor.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – O senhor quer que eu o chame de Antônio Carlos ou de Careca do INSS?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES (*Fora do microfone.*) – Eu acho que seria...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhor, por favor.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES (Para depor.) – O correto é Antônio, porque Careca do INSS eu não sou.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Sim, senhor. Não, então está bem. Então, o senhor vê que eu sou um cara muito educado, né?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – E será recíproco.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Senhor, o senhor sabe qual foi o Deputado que mexeu primeiro sobre CPI do roubo dos aposentados?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Então, vou lhe apresentar: fui eu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Parabéns pela atitude.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – E aqui quero dizer para Rondônia e para o Brasil: serei o mais educado possível com o senhor, porque vou considerar que, de repente, lá no final, o senhor será inocentado por tudo – por tudo –, e, se isso acontecer, eu, como fui o cara que mexi nisso aqui, eu vou lhe pedir desculpas onde o senhor estiver, mas o senhor tem que ser isento de nada.

Por enquanto, eu tenho que botar para torar. (*Risos.*)

Mas vou fazer algumas perguntas para o senhor.

Em algum momento sua consciência pesou?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Por que deveria?

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Pelo fato de dizerem que o senhor é um dos grandes responsáveis por esse roubo.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Eu vou repetir aqui uma coisa que nós vivemos no país, que foi justamente a questão do combate à fonte da informação. A mera interpretação de um advogado com um ex-Presidente – ou Presidente, à época – que pegou e-mails corporativos entre dois CNPJs, e criaram, a partir daí, uma história fantasiosa e levaram a um repórter que comprou a ideia... Eu trago ao senhor 18 milhões de documentos comprovando que eu prestei o serviço.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – O senhor já apresentou isso. Obrigado.

O que eu posso dizer para o senhor é que o senhor tem oportunidade aqui de explicar tudo, esclarecer tudo e contar com o nosso apoio para dizer a verdade. Pelo que apuramos, pelo que apuramos, o senhor não é o cabeça, tem um patrão aí. pelo que está sendo apurado. O senhor eu diria que é o meio. Portanto, se o senhor concordar em explicar tudo aqui para nós, todo o mecanismo da fraude, o destino final do dinheiro, eu tenho certeza de que o senhor vai sair daqui como um grande colaborador, para nunca mais os aposentados serem lesados. O senhor tem essa oportunidade. Sua colaboração, com certeza, será relatada com ênfase em sua defesa.

Então, vamos lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou considerar que o senhor está dentro. Como funciona o processo todo do roubo dos aposentados?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Ó, primeiro só para fazer uma retificação, ratificação, melhor dizendo, ao que eu já disse. Eu não posso falar para o senhor uma coisa que eu não sei, de que eu não participo, de que eu não tenho a ciência. Esse é o primeiro ponto.

Segundo, com referência à sua última pergunta, eu não tenho o que dizer.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – O. k.

Vou fazer uma pergunta, então, mesmo assim o senhor respondendo dessa forma.

Desde quando o senhor realizou esse trabalho? Eu considerando que o senhor está dentro.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Pode repetir?

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Desde quando o senhor começou a realizar esse trabalho? Considerando que o senhor está dentro.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Então, foi nunca, porque eu nunca estive dentro.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – O. k. Está bom.

O Sr. Milton Cavalo era próximo do senhor?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Milton Cavalo?

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – É.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não, eu não conheço.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Não conhece.

Não é novidade para ninguém que o atual Presidente Lula sempre tentou equipar e abastecer os sindicatos, todo o Brasil sabe disso. O senhor sabe por que dessa necessidade de fortalecer os caixas dos sindicatos?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – O. k.

O senhor já respondeu, mas vou lhe fazer novamente a pergunta: o senhor tem um filho que é seu sócio?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Sim, o Romeu, o meu mais velho.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – É dono dos carros? De algum?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não. Entenda só uma situação: os carros são ativos financeiros, todos foram recolhidos pela Polícia Federal, estão de posse dela.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – A sua empresa Prospect recebeu dinheiro da empresa Benfix, que pertence a Maurício Camisotti?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Se essa informação tem uma nota fiscal acostada, certamente sim, por outros serviços prestados, que devem estar no escopo do contrato e da nota fiscal emitida.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Uma pergunta importante, o Brasil quer saber: onde suas empresas estão localizadas?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Setor Bancário Norte. Algumas com endereço, no inicial, por uma questão decisiva da contabilidade, em endereço estabelecido com ele pela agilidade de fornecimento, à época, dos documentos necessários.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Sim, senhor.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Se eu não me engano, Taguatinga.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. Pela ordem.) – Esta pergunta é mais importante ainda: o Lupi sabia disso?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Eu não conheço o Ministro Lupi.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Não conhece?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não conheço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Está bem. Mas, aqui, ele disse que sabia, lá na Câmara dos Deputados. Ele disse que tinha conhecimento do roubo. Ele declarou lá.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Ah.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Pensei que o senhor soubesse.

Está bem.

O povo brasileiro, Sr. Antônio Carlos – o senhor vê que eu estou chamando o senhor de Antônio Carlos, respeitando-o –, quer saber quem roubou os aposentados e pensionistas.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Eu sou brasileiro. Também quero.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Ótimo! Muito bom!

Então, Sr. Antônio Carlos, jogue aberto para o Brasil, fale tudo o que o senhor sabe, não esconda nada. Sabe por quê? Porque tem muita gente que está morrendo por isso. Tem muitos velhinhos que o pouco dinheiro que roubaram está tirando a saúde deles. Toque no seu coração. Caso o senhor tenha alguma coisa para falar, jogue aberto. Nós, aqui, estamos trabalhando e muito, Sr. Antônio Carlos. Nós queremos saber a verdade, mas fale, abra o seu coração e fale.

O Brasil não aguenta mais. Nós estamos, nos nossos estados... a gente desembarca, o pessoal pergunta: "E aí? Como é que está a CPMI?". É verdade, eu não estou mentindo para o senhor.

Mas abra o coração, fale. A gente sabe... Pelo seu olhar, eu acho que o senhor sabe de algumas coisas. Aproveite esta oportunidade.

O Relator está doidinho para anotar as coisas ali.

É a grande oportunidade!

Nós não estamos aqui brincando de fazer CPI. Nós estamos trabalhando sério. O Brasil precisa saber a verdade, Sr. Antônio Carlos. Não é fácil a gente aqui, dia a dia... A gente não fala outra coisa durante a semana a não ser tratar sobre esta questão de CPMI. A gente sabe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu quero fazer até uma pergunta antes do "a gente sabe": os maiores descontos – eu tenho certeza de que o senhor sabe – ocorreram quando? Que ano? Os maiores descontos? Porque eu sei que o senhor sabe disso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Isso o senhor sabe. Que ano?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Ô, Deputado...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Só o ano.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – ... eu não tenho essa informação.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Está bem.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Deixa eu só falar uma coisa para o senhor que eu acho que é muito importante. O fato de dizer... vir aqui e dizer e não trazer nenhum documento, ficar registrado aí... Vou repetir aqui: do que me envolve, do que eu presto serviço, eu tenho 18 milhões de páginas de documentos.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Sim, senhor. O senhor já falou isso.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – E vou repetir, porque é verdade.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – O ano em que mais enfiaram o pé na jaca foi em 2024. Somados os quatro anos do Bolsonaro, não chega ao ano de 2024. Foi o ano que mais roubaram, este Governo do Lula!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado Coronel Chrisóstomo.

Com a palavra, em troca com o Deputado Marcel van Hattem, o Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sr. Antônio Camilo, seus advogados, população que nos acompanha neste momento, primeiro, eu quero deixar claro ao Sr. Camilo, que está aqui como testemunha, que acredito que nenhum de nós gostaria de estar aqui: V. Exa., com certeza, passando um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

constrangimento; e nós aqui, ao exercermos o nosso mandato, cumprindo o nosso dever, que é, inclusive, instalar Comissões para investigar ilícitos.

E me chamou atenção quando V. Sa. fala que, ao longo da sua vida pública de 47 anos... vida privada, desculpe, de 47 anos, é um empresário bem-sucedido, é um próspero, né? Relativamente próspero foi a palavra que o senhor usou. Me chamou a atenção porque são 22 empresas de que V. Exa. é o proprietário ou sócio; e, dessas, duas, três, na verdade, são de quarenta e tantos anos para trás, de 1986, de 89, de 2014. Uma o senhor abriu em 2022, que é a Prospect, e as outras 18 empresas o senhor abriu em 23 e 24. Então, de repente, houve um *boom* da sua atividade empresarial em 2023 e 2024, coincidentemente no Governo do Presidente Lula, não é? São 18 empresas, das 22 empresas de que o senhor é detentor, que aconteceram nesse período.

Eu vou fazer algumas considerações, depois o senhor vai ter todo o espaço para poder fazer suas considerações também.

São seis associações, pelo menos o que eu encontrei aqui, que foram sócios... receberam prestação de serviço das suas empresas. Então, me parece que houve uma estrutura bastante sofisticada. Eu ouvindo o senhor falar, justifica, porque o senhor realmente tem proficiência, o senhor tem assertividade, o senhor tem conhecimento técnico, o senhor assevera as ações que o senhor praticou com bastante propriedade, né? Então, V. Exa., ao contrário daqueles que lhe antecederam, que foi o Sr. Rubens e o Sr. Milton, se eu não estou enganado, que estavam bastante hesitantes, bastante titubeantes, V. Sa. tem...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... bastante domínio sobre o que está falando. E por que isso me chama a atenção?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, está... está... Só um instantinho. O tempo ali está errado.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Ah, ótimo, já pude fazer um preâmbulo. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não, mas eu pediria que V. Exa. colocasse os oito minutos que estavam lá quando eu estava falando.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, mas já lhe foi dado mais antes.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Não, não, eram oito minutos... eram dez minutos, eu tinha falado dois só.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Oito minutos, oito minutos.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Obrigado, Presidente.

Então, isso para nós é... chamou realmente a atenção.

Então, continuando, o senhor afirmou aí que, a partir da IN 162, que o senhor disse que aparentemente tem conhecimento das entranhas do INSS, houve algum controle sobre os ACTs e sobre os descontos associativos. Eu lamento dizer a V. Sa. que não é verdade. A partir de 2024 é justamente o momento em que se aceleram esses descontos. Nós saímos de 1,5 bilhão em 2023 para três bilhões e alguma coisa em 2024. Em 2025, se continuasse o mesmo diapasão, chegaríamos a R$5 bilhões. Nós saímos de 2,7 milhões de associados no final de 2022 para, no final de 24, 7,5 milhões de associados, 5 milhões de associados. O que levou 34 anos para ser atingido foi atingido em dois anos e meio. Então, é muita eficiência, é muita capacidade técnica, é muita proficiência e é muita atratividade dessas entidades que prestavam serviço às associações para captar um número tão superlativo de associados num espaço tão curto de tempo. Então, isso me chamou a atenção.

Nós temos escutado aqui uma narrativa recorrente. Eu tenho dito... Eu, infelizmente, tenho a obrigação, ao invés de perguntar a V. Sa., de primeiro fazer alguns apontamentos, após esse preâmbulo.

Os representantes do Governo falam: "Isso começou no Governo do Presidente Bolsonaro". Eles têm uma memória seletiva, porque o primeiro ACT – é bom que o senhor saiba – começa em 1994 com a Contag, faz mais de 30 anos. Eles dizem que o Governo Bolsonaro não... ficou inerte, prevaricou no processo. É o único Governo, em 30 anos, que combateu fraudes, começando com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

a MP 871, com o Decreto de 2020, que é o 10.421, e com duas Instruções Normativas: a 110 e a 128, todas elas no sentido de permitir que os novos benefícios nascessem bloqueados – isso foi desbloqueado só em 23 no Governo do Presidente Lula –, que todos os controles passassem pela Diretoria de Benefícios antes de irem para a Dataprev – isso foi retirado no Governo do Presidente Lula; determinou a revalidação, porque, mesmo quando a lei foi derrubada em 2022, essas instruções normativas e o decreto obrigam a autarquia, porque são dispositivos infralegais, e o Governo Lula prevaricou, porque não procedeu a revalidação que deveria acontecer no final de 2024. Então, a primeira narrativa é falsa.

A segunda: afrouxou regras. Eu acabei de falar: as que nós impusemos e as que eles afrouxaram.

E a terceira: que o PT foi quem descobriu e combateu as fraudes. As fraudes foram interceptadas pela imprensa, através de reportagens; foram identificadas pelo Ministério Público; foram informadas ao Judiciário, e a Polícia Federal agiu a mando do Judiciário, que, por sua vez, determinou que o Ministério da Previdência afastasse o Presidente do INSS e o Procurador-Geral. Não foi Lula, não. Lula estava dormindo em berço esplêndido.

E só para lembrar aos desavisados que não sabem que existia fraude do INSS, 1991... Mas vamos para cá, 2009 e 2010: descontos irregulares aumentam – descontos irregulares, senhores. Olha que surpresa. Quem era o Presidente naquela época? Descontos irregulares... "[...] o volume de descontos irregulares começa a aumentar, segundo Balza. Eles começam a ser mais recorrentes, mas ainda [tem] algo muito localizado [...] no varejo". Isso começa sabe quando? Em 2009, 2010.

Aí vem: "Contribuição compulsória: aposentados são descontados sem saber e sindicatos faturam milhões...". Olha que surpresa. Sabem quando foi isso, gente? Foi em 2010. "[...] [e] o ministro [...] Carlos Gabas [na época], à sede da Confederação Brasileira dos Aposentados, na última quarta-feira, ficou decidido que o interessado [que está sendo lesado, roubado] precisa ir [...] [ao] sindicato ou associação [...] pedir o cancelamento [...]". Em 2010. Quem era o Presidente na época? "Ah, não sei", as pessoas vão entender o que é que eu estou falando.

"Idosa descobriu que teve descontos indevidos do INSS por 30 anos após escândalo de fraudes." Acabei de dizer que é desde 1994.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Contribuição compulsória: aposentados são descontados sem saber e sindicatos faturam milhões.", 2010 também.

"[...] [Polícia Federal] conclui inquérito que investiga Gleisi e Paulo Bernardo e envia relatório ao [...] [Supremo Tribunal Federal]." Olha que surpresa. Quem são esses personagens? Em 15 de março de 2018. E qual é o inquérito aqui? Consignados. É o objeto desta Comissão, me parece, né? As pessoas talvez tenham se esquecido.

E, agora, esse partido que fica aqui dizendo que quer combater a fraude e tal, quer ajudar o trabalhador, é o mesmo que votou contra, há pouco tempo, a medida provisória que determina a retirada dos consignados. É a mesma.

E: "[...] esquerda ajudou a manter descontos que levaram a fraudes do INSS". Está aqui, 2019, mostrando que foi combatida a MP que nós apresentamos, a 871.

Nós estamos vendo aqui uma profusão de notícias...

Eu vou até parar por aqui, para não constranger muito os nossos amigos.

Mas vamos aqui para algumas perguntas, para não dizer que eu não perguntei nada a V. Sa.

Em 2000, em dezembro de 2022, nós tínhamos 2,706 milhões de aposentados. Começou em janeiro de 2019, com 2,7 milhões, menos 70 mil aposentados. E o ápice aqui foi 7,4 milhões em dezembro. Diante de tudo isso, pelas características que eu já descrevi de V. Sa., de que é uma pessoa sofisticada, inteligente, antenada com o que está acontecendo ao seu redor, V. Sa. não notou que esse *boom* econômico que foi proporcionado a V. Sa. e a suas empresas tinha origem justamente nessa questão ligada às associações, que cresceram vertiginosamente nesse período?

Eu vou fazer quatro perguntas, e o senhor responde de uma vez.

O senhor comprou, e o senhor nos disse aqui, 50 milhões quase, 49 milhões, em debêntures de uma empresa chamada Arpar, e o senhor afirmou aqui, uma declaração sua há pouco, que diversifica os seus negócios e alocou 49 milhões nessa empresa, que é uma empresa de tecnologia. Me parece que o debênture é em função de um investimento nessa área de tecnologia. V. Exa. tem conhecimento de que tipo de produto é esse?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Ele realmente cresceu na proporção que V. Sa. imaginava, justificando o seu investimento?

Eu tenho 50 segundos, Presidente.

E, por fim, nessa questão, o senhor tem conhecimento de que recentemente foi anunciado que esta empresa é caracterizada, inclusive no inquérito da Polícia Federal, como uma empresa que repassa recursos a terceiros, como o caso do Sr. Paulo, que é secretário-executivo de um Senador aqui do Senado da República – R$3 milhões de reais é o que foi noticiado, né?

O senhor disse que não tem relação direta com nenhuma das entidades com desconto associativo. No entanto, o senhor foi procurador da Ambec. Como é que o senhor explica essa ambiguidade?

O senhor conhece quem é o responsável por essa empresa Arpar, já que o senhor fez um investimento tão vultoso? Conhece a empresa, o histórico dela? Porque 49 milhões é muito dinheiro para qualquer um, inclusive para V. Sa., imagino.

E, por fim, V. Sa. também... A última pergunta, prometo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – V. Sa. afirma aqui que não há dificuldade de se ter negócios ou contratar serviços com funcionários públicos. Concordo com V. Sa., mas, veja, V. Sa. tinha uma relação com a esposa do Sr. Virgílio, negocial. E ele, além de ter sido na época, quando fez essa empresa – no final do ano de 2022, essa empresa –, contratou uma pessoa que depois prestou serviços ao senhor, que foi o diretor financeiro, acho que foi o Sr. Milton, se eu não estou enganado, ou o Sr. Rubens, um dos dois.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Excelência.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Não é muita coincidência que essas pessoas estejam dentro do mesmo bolo dessa confusão fenomenal?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então eu encerro – eu tinha mais cinco aqui. Eu encerro, dizendo a V. Sa. que esse, sem dúvida nenhuma, é um problema gigantesco. V. Sa. está bem assessorado, V. Sa. é um homem inteligente, preparado, consciente do que está acontecendo. Espero que o senhor possa, caso seja possível, provar sua inocência, mas há um fato inquestionável: há um roubo contra aposentados brasileiros. Há uma fraude...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... sendo cometida...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... e era muito importante que o senhor pudesse nos ajudar a elucidar, ou, se não a nós...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Senador.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... a própria polícia judiciária.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES (Para depor.) – Senador, só para esclarecer...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – ... primeiro, eu gostaria de falar que o senhor fez uma análise do Governo da qual eu não tinha ideia nem noção, porque, como disse, e repito, eu não tenho nenhuma relação governamental com nenhuma das minhas empresas, qualquer que seja a esfera de governo, municipal, estadual ou federal.

Segundo, Senador, eu não estou aqui como testemunha. Estou aqui investigado.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Ah, desculpa.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – E, nessa investigação, eu vou provar minha inocência, justamente pelo seguinte: os contratos firmados entre as minhas empresas e as associações ou os outros clientes, eles serão acostados no processo. Os objetos deles vêm junto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

com 18 milhões de documentos prestados. Quando o senhor refere que uma testemunha veio aqui, ficou titubeando, isso, aquilo outro, eu sinto muito por elas.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Duas.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Eu sinto por elas, por elas eu sinto muito, porque o que me traz aqui não é um treino, não é uma desenvoltura, não; eu venho aqui para desmistificar que esse Careca do INSS não sou eu. Ele foi criado, repito, a partir de uma narrativa que eu acredito... Vou usar uma expressão que foi feita pela Senadora Soraya Thronicke, que está nas notas taquigráficas aqui, que diz o seguinte: as pessoas estão sendo arredadas com muita história. É fato que nós caímos num mundo digital onde tem diversas informações em que são contadas estórias, com "e".

Então, eu repito ao senhor: estou aqui como investigado e vou provar minha inocência.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Deputado Duarte Jr.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – É porque tem uma série de respostas para dar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Só porque eu tenho respeito por V. Sa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – O contrato objeto, ele tem... A sua origem é declarada. Só respondendo, está tudo lá no documento.

Arpar. Quando se faz um investimento em debênture, você está comprando uma parte societária de uma empresa em que você acredita. Uma *fintech* mesmo pode se tornar uma empresa muito valiosa.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Mas qual é o produto?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Inteligência artificial, participação de empresa de tecnologia, são produtos.

O investimento nessa monta é que um aplicativo somente pode render bilhões – ele pode render bilhões – no mercado. Quando você atinge uma massa de brasileiros ou internacional, são bilhões. Nós temos diversos exemplos em que o aplicativo, a conexão, a atratividade que ela possa levar uma pessoa do dia para a noite ou em tempo curto à sua celebridade é em função da velocidade da informação. É como ela é propagada e divulgada, é a velocidade da informação. Quantos números de aparelhos celulares nós temos no Brasil, hoje? Acho que certamente maior do que a nossa população. Esse é um objeto.

A investigação irá demonstrar... Há uma pergunta do senhor que eu tenho... Eu só esqueci, não deu para anotar aqui, na verdade, a íntegra da sua pergunta, mas eu anotei aqui: a investigação irá demonstrar a minha participação. Repito ao Sr. Senador, com todo o respeito: admiro V. Exa. pela postura e pela inteligência com que tem se portado não só aqui, mas pelo seu trabalho, porque eu só pude ter a oportunidade de acompanhá-los – diversos aqui – a partir do meu envolvimento nessa investigação, porque o meu tempo... Eu não sou mágico, eu não sou Midas, eu sou um cara obstinado. E todo empresário privado tem que ter, acima de tudo, obstinação sobre aquilo que faz.

Procuração. Eu nunca fui membro de associação. Eu vou repetir aqui: eu nunca participei, não existe ata, não existe relacionamento pessoal, não existe uma presença minha em associação em data de assembleia, não existe registro fotográfico, data de ida; não existe, porque eu não tenho esse controle, não tenho essa interação. São meramente clientes. Eu sempre fui em busca de consumidores brasileiros, eleitores, aposentados. Fato.

Parênteses. Eu vou responder de uma maneira objetiva: o contrato foi justo, e o serviço foi prestado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor encerrou?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES (*Fora do microfone.*) – Acredito que eu respondi tudo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra, por dez minutos, o Deputado Duarte Jr.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Para interpelar.) – Eu não gostaria... Queria do depoente atenção. Eu não gostaria de falar, Sr. Presidente... O advogado aí...

Vou esperar ele terminar de orientar o depoente. Só a reposição do meu tempo, Presidente, por gentileza.

Antônio Antunes, eu não gostaria de falar aqui com o personagem Careca do INSS, mas com o Antônio Antunes, Antônio Camilo Antunes.

Durante a sua oitiva, mais precisamente às 14h30, você afirmou que não faz parte de nenhuma associação, nenhuma entidade, mas era apenas um mero prestador de serviço. Objetivamente, você confirma essa informação? Sim ou não?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES (Para depor.) – As procurações... (*Fora do microfone.*)

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Deputado, as procurações todas são para o ambiente SEI. Então, para ser bem objetivo, as procurações que eu tenho das associações são para o ambiente SEI. Ponto.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Perfeito. Você fazia parte dessas associações?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Sim ou não?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não, não. Fazer parte, não. Nunca fiz.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Apenas tinha essa procuração?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Só para representá-los no que diz respeito ao ambiente SEI e prestador de serviço, contratos com elas firmados à luz do dia, no ambiente privado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Mas você tem empresas, sócio de empresas que têm relação com essas associações, que prestam serviços a essas associações?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Aí é problema do CPF dele, do CNPJ dele.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Não, não estou perguntando o problema; o problema eu já sei qual é. A pergunta que eu estou fazendo é: você é dono, sócio de empresas que prestavam serviços a essas entidades? Sim ou não?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Entidades associativas, sim.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Sim.

Serviços como aqueles que você afirma, que, às 14h30, você disse quais são esses serviços prestados por essas 22 empresas. Consultoria técnica, sim ou não?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Técnica é no que diz respeito a...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Está na sua apresentação.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Sim.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Nesses 200... 18 milhões de páginas, está lá: consultoria técnica.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Sim, sim, o.k., o.k.

Só precisamos ser um pouquinho mais detalhados, porque a técnica ela pode ser plena, júnior, né?

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Prestação de serviço de consultoria técnica, sim ou não?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Sim.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Perfeito.

Serviço de atendimento ao cliente (SAC)?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – SAC, correto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Prestou o serviço.

Eventos de saúde realizados conforme o calendário do Ministério da Saúde?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Correto.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Aplicativos?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Correto.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Telemedicina?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Sim. Telemedicina oferecida como pacote de serviço.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Seguro de vida?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Sim.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Assistência funeral?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Sim.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Título de capitalização?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Sim.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Rede de desconto com mais de 400 lojas?

Esses mesmos serviços, essa cartela de serviços, além das entidades e associações, você prestava para outra empresa? Para outro mercado consumidor?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Tentei fazer diversos contratos.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Tentou, mas prestou? Sim ou não?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Não prestou.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não prestei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Então, esses serviços, a cartela de serviços, eram prestados única e exclusivamente a essas associações?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Correto.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Perfeito.

Ainda nesse sentido, só me responda objetivamente, sim ou não: da Acca Consultoria, o seu filho Romeu Carvalho é sócio, sim ou não? Acca Consultoria.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não posso falar com exatidão, mas, se está no quadro societário, provavelmente sim.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Ele é sócio, está aqui, no quadro societário.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Minoritário, correto?

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Da ACDS Call Center, você aparece como sócio. Não é o Careca que está aqui, está o Antônio Carlos Camilo Antunes.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Sim, correto.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Você é sócio.

Antunes & Camilo Ltda., você está como sócio, sim ou não?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Sim.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Da Blueprint, você apresenta-se como sócio, sim ou não?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Blueprint?

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Blueprint Brasilia Incorporadora SPE Ltda.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Sim, são SPEs, correto.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Brasília Construtora: você aparece como sócio.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Correto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Confirma.

Brasília Consultoria, você aparece como sócio?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Sim.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Brasília Consultoria Empresarial: você e o Romeu, seu filho, aparecem como sócios.

Camilo Comércio: o Romeu aparece como sócio. Confirma a informação?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Correto.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Camilo Comércio e Serviços.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Camilo Comércio e Serviços: o Romeu, seu filho, e você são sócios.

Confirma?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Correto.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – A Diligence Construtora: a Cristina Alcântara e você aparecem como sócios.

Confirma?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Sim.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Diligence, você também aparece como sócio; na DRPL, você também aparece como sócio; na Fluente Diligence, você também aparece como sócio.

Confirma a informação?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Sim.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Na Irmãos Antunes, você também aparece como sócio.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Empresa baixada essa daí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Mas aparecia como sócio.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Sim.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Na Localize Diligence, você também aparecia como sócio. Aqui tem a Medicinale, tem a Prospect, tem a Quasar, tem a PRDL, tem a Seacost, tem a Tração Diligence, a Vintage Diligence, que você também, coincidentemente, aparece como sócio.

Confirma a informação?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Coincidente, não. Todas essas sociedades foram feitas com o meu consentimento.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Que bom a coragem em afirmar que você aparece como sócio.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Sim, sim...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Eu pergunto isso, porque você confirma ser sócio de todas essas empresas, você confirma que essas empresas prestavam serviço única e exclusivamente para as entidades, para as associações, e, para além dessas associações, não prestava serviço para nenhum outro mercado consumidor.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Deputado...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Essa informação, Sr. Presidente, é preciso ser registrada.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Deputado, só para fazer um aparte aqui...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Daqui a pouco... Eu faço as perguntas e, daqui a pouco, você vai responder.

Às 12h40, você afirmou, e eu gostaria...

Presidente, o advogado continua respondendo pelo cliente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, ele pode fazer as orientações ao cliente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Perfeito, mas depois que eu fizer as perguntas.

Às 12h40, você afirmou: "Não vou negar que possam existir falhas, porque em todo mercado [todo mercado, você enfatizou] existem falhas nas relações de consumo, e os PROCONs estão cheios dessas reclamações".

De forma clara e inequívoca: que tipo de reclamações são essas que você tem ciência de que os PROCONs, por todo o Brasil, receberam, fruto dessas prestações de serviços geradas pelas associações?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Nas associações eu não tenho...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Não, você disse aqui, às 12h40.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não, quando eu disse que os PROCONs e todos os órgãos de canal de acesso à reclamação de qualquer cidadão, ele tem, realmente, o seu percentual de reclamação dos grandes mercados...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – E quais são elas?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – ... tais como telefonia celular, assinatura de TV a cabo...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Não, perfeito. Eu quero saber quais são as reclamações que você, como um bom prestador de serviço, que aqui afirma, dessas 22 empresas, sabe que, nos PROCONs, tem reclamação formalizada? Pelo menos uma dessas reclamações.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Exemplo... Vou te dar um exemplo aqui: fechar um contrato sem a ciência inequívoca; realizar um desconto para prestação de serviço que o consumidor não contratou...

Essas são reclamações que estão no Procon. Você mesmo disse.

Eu estou lhe perguntando para lhe dar a chance de falar.

Confirma essa informação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Deixa eu só te falar... Eu acho que todas as informações referentes a percentuais de reclamação de qual compõe cada órgão é uma ação pública...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Eu não estou perguntando percentual. Estou perguntando o objeto da informação.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Ah, tá. O que compõe. O que compõe.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Perfeito: a reclamação seria por não ter autorização, por parte do consumidor, para a prestação de serviço.

Você confirma essa informação?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Eu acho... Eu...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Se você não confirma, eu confirmo para você: as reclamações formalizadas no Procon são reclamações em que o consumidor não decidiu quando, o quê, por que e quanto pagar. Foram contratos formalizados em que o consumidor não teve a oportunidade de decidir o seu direito de escolha.

É por essa razão, Sr. Presidente, que aqui eu me encaminho para mais um questionamento ao Antônio Antunes.

O questionamento é o seguinte: às 12h20, Antônio, você afirmou que fazer negócio com empresa de parente servidor público não é crime.

Você confirma essa informação, Antônio?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Sim.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Confirma.

Pois eu vou lhe dizer, Antônio: diferente – e aqui eu chamo a atenção de todos os Deputados e Deputadas desta Casa, Senadores e Senadoras, toda a imprensa – do que muitos aqui imaginavam, aqui está o vulgo Careca do INSS, o Antônio Camilo Antunes, que, diferente do que muitos acreditavam, está aqui, nesta CPMI, e não está calado; está falando. E, diferente do que muitos imaginavam, ele aqui falou e confessou a prática de vários crimes, que aqui eu vou elencar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

São os crimes praticados que você aqui confessa: monopólio abusivo: infração à ordem econômica, de acordo com a Lei Federal 12.529, de 2011; cartel: crime contra a ordem econômica, de acordo com o art. 4º, inciso II, da Lei 8.137, de 90; crimes contra a liberdade e escolha do consumidor: tipificados na Lei 8.137, de 90, art. 5º e art. 7º, bem como nos arts. 39, 67 e 68 da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, o Código de Defesa do Consumidor. E, para além desses crimes, a configuração clara e inequívoca de organização criminosa, prevista no art. 2º da Lei 12.850, de 2013: "associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente [ainda que aparentemente coincidente], com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais". Crime também de lavagem de dinheiro: Lei 9.603, de 98, art. 1º.

E é por esta razão, Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, que esta CPMI se torna muito importante. Porque a gente não pode tolerar e aceitar que alguém venha aqui, diga que é normal contratar com uma empresa de um parente de um servidor público. Pode até ser normal, desde que esse servidor público...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... vinculado ao INSS, tenha como parente, amigo, marido alguém que tem poder de influência dentro do órgão, para facilitar o tráfico de influência, o tráfico de informações, repassar informações sem a anuência do consumidor, sem a anuência dos aposentados.

Não adianta vir aqui e dizer que a culpa é das associações. Sim, elas vão responder, assim como você irá responder pela prática ilícita, ilegal que você praticou – e sabe que praticou.

Por fim, Presidente, nesses poucos segundos que restam, eu quero aqui, com o coração de um pai, dizer a você, Antônio Antunes, que... Já é presumível que, depois do roubo, depois do dano a milhares de aposentados brasileiros, é possível afirmar que não há uma empatia, não há uma preocupação com esses aposentados, com essas famílias. Mas aqui eu coloco uma mensagem no seu coração, na sua cabeça: que se preocupe ao menos com a sua família. Porque, infelizmente, de acordo com essas informações, com esses 18 milhões de páginas, é possível afirmar que você colocou sua família na cena do crime, colocou seu filho como sócio dessas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresas, sua esposa contratando com uma outra pessoa, pagando a compra de uma casa com R$3 milhões à vista.

Então, aqui, com todo o respeito, em primeiro lugar, ao interesse público, à consciência das pessoas, que você possa refletir sobre tudo o que aqui está fazendo. Porque, é claro, você não vai aqui confessar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Excelência.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... apesar de ter confessado a prática de um crime. Mas eu espero que, no tempo que você está passando lá na cadeia, vendo o sol nascer quadrado, você possa refletir e ajudar esta Comissão a elucidar esse crime e fazer com que todos, não só você, possam ser punidos, com todo o rigor que a lei prevê, e que os aposentados possam ter a restituição devida, o dinheiro de volta e seu direito garantido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

O senhor quer fazer uso do tempo da Liderança agora? Só um minutinho, o senhor quer fazer?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Depois.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor gostaria de comentar?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor não é obrigado, quando não há perguntas, a fazer um posicionamento, o.k.?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Sim, o.k.

Ô, Deputado Duarte, eu acho que tem uma confusão sobre a quantidade de empresas prestadoras de serviço às associações. A exemplo de locadora de veículo, a exemplo de uma construtora, a exemplo de dez SPS que eu tenho, que nada têm a ver com as associações. As empresas as quais prestam serviço estão declaradas, e os documentos acostados.

Segundo, minha esposa nunca comprou uma casa. Ela não fez isso. Todo o recurso veio fruto do meu trabalho. O.k.? Só para deixar isso claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pelo tempo da Liderança, o Deputado Paulo Pimenta, cinco minutos.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, em diversas manifestações do Sr. Antônio Carlos hoje, ele insiste numa tese... Em primeiro lugar, ele insiste em dizer que ele é inocente, mas, mais do que isso, ele insiste que foi criada uma narrativa que criou um personagem, isso acabou promovendo uma série de reportagens da imprensa, e, a partir dali, se criou, segundo ele, uma estória, com "e", ele chama.

Nós ouvimos aqui o Sr. Eli Cohen, que foi a pessoa que fez essa denúncia, que, inclusive, é a pessoa que criou esta alcunha do "Careca do INSS". E nós sabemos que tinha relações econômicas, comerciais com o Camisotti, com outras pessoas que atuam nessa área. E nós recebemos informações, inclusive, de que essa pessoa, que de fato não trouxe documentos, possa ter recebido, inclusive, treinamento pago por partidos políticos para vir aqui ajudar na criação dessa narrativa. Sabemos que tem Parlamentares desta Comissão que estiveram no escritório desse indivíduo.

Presidente, eu acho que nós estamos aqui diante de um momento delicado do nosso trabalho, porque nós precisamos saber quem é que está falando a verdade nessa história. Então, eu quero dizer a V. Exa. – eu já tinha me manifestado, já tinha pensado e falado aqui para vocês desta preocupação – que nós temos que fazer uma acareação aqui: nós temos que fazer uma acareação do principal denunciante com o principal acusado. Nós temos que trazer o Sr. Eli Cohen aqui e colocar ele frente a frente com o Sr. Antônio Carlos e promover aqui uma acareação para que ele possa repetir aquilo que ele disse, porque ele disse: "Nada disso era possível sem roubo!". Ele fez um conjunto de afirmações aqui. Então, nada mais adequado neste momento, até mesmo para que a sociedade brasileira e esta Comissão possam trabalhar com segurança nessas informações, que a gente promova essa acareação.

Então, eu quero dizer a V. Exa. aqui e aos colegas Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras que eu vou apresentar um requerimento para que a gente promova... Porque, se existe uma hipótese de que esse depoimento, essas entrevistas tenham sido dadas no sentido de direcionar as investigações para um determinado caminho, quem sabe para proteger pessoas que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

também ganharam muito dinheiro nesse esquema criminoso e que até agora não apareceram, nós precisamos saber. Eu quero dizer a V. Exa. que não tenho como...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Devolve meu tempo aí, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Um minuto para o Deputado.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu não acredito que esse esquema criminoso pudesse ser montado dentro do Governo sem suporte político, sem apoio político; eu não acredito que todo esse dinheiro que foi desviado... não acredito que as pessoas tenham sido colocadas em função de mando, não acredito que esses ACTs que foram concedidos a entidades fantasmas, não acredito que as regras que foram modificadas para dificultar a fiscalização, não acredito que as mudanças que foram promovidas para que não ocorresse mais a necessidade da obrigatoriedade da renovação das autorizações de desconto, não acredito que as mudanças que foram feitas para permitir que 20, 30, 40, 50 mil pessoas fossem lançadas como associadas dessas entidades sem autorização, eu não acredito que tudo isso tenha ocorrido sem apoio político, sem suporte político.

Essas pessoas que foram colocadas nessas funções de comando a partir de 2019, como mais uma vez aqui ficou claro hoje, elas, com certeza, movimentaram toda essa dinheirama, e esse dinheiro foi parar em algum lugar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – E nós temos que descobrir onde é que esse dinheiro foi parar. Portanto, nós temos que ter um foco claro no sentido da investigação.

Então, eu quero anunciar que eu vou apresentar um requerimento, espero ter o apoio de todos os senhores e senhoras – peço a V. Exa. que consulte, inclusive, o advogado do Sr. Antônio Carlos, se ele aceita –, para que nós possamos aqui fazer uma acareação, o mais rapidamente possível, entre o principal acusador e a pessoa que foi acusada, para que nós possamos elucidar – elucidar – esse monte de coisa que está sendo dita. Ele disse que é *fake*, que é mentira, que é tudo uma invenção, que isso foi uma narrativa criada. Ele usou várias vezes aqui a expressão: isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

é *fake*, isso é *fake*, isso é mentira, deixando claro que tem talvez algum interesse por trás disso. Acho que a melhor coisa que a gente pode fazer é realizar aqui essa acareação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Na sequência das falas, Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Senador Carlos Viana; nosso Relator, Alfredo Gaspar...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, eu pedi para o senhor perguntar para o advogado se ele topa fazer a acareação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, ele já respondeu que aceita.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Ele aceita?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Já, já falou que aceita aqui.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Aceita?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim. Devolvo o tempo do Senador...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Então vamos marcar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não. Entre com o requerimento, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Obrigado...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Será colocado em votação na próxima semana.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dez minutos, Senador Marcio Bittar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – Sr. Presidente Carlos Viana, Relator Alfredo Gaspar, esse escândalo novo de corrupção talvez não seja o maior da República, mas é o mais cruel, porque, de 40 milhões de beneficiados pelo INSS, 4 milhões estão envolvidos nessa roubalheira. Mas para a gente não perder ou não se perder nesse caso, Sr. Presidente, eu identifico o mesmo DNA que patrocinou o mensalão e que patrocinou o petrolão. Se trata de um outro escândalo de corrupção que, a meu ver, tem as mesmas marcas por trás dele, onde o Sr. Antônio é uma peça, com todo o respeito, menos importante do que a engrenagem montada por trás dele ou acima dele.

E veja, Sr. Presidente, eu quero aqui comprovar o que eu estou dizendo. Em 91, o Deputado Alckmin, como Relator, aprova esta lei. Em 94, iniciam descontos exclusivamente pela Contag.

Em janeiro, janeiro de 2019, no primeiro mês do mandato do Presidente Bolsonaro, edita-se a MP 871, de 2019, que é a proposta de combate a fraudes, criada... Propõe revalidação anual, reforço e mecanismo de transparência e controle, biometria. Aí o sistema atingido trabalha, aqui no Congresso Nacional, e consegue alterar de um ano para três anos. Wolney Queiroz, hoje Ministro da Previdência, à época Deputado Federal pelo PDT, foi um dos autores, dos coautores da emenda que alterou esse prazo.

Julho. INSS fiscaliza quatro entidades, julho de 2019, com descontos indevidos, e promove a rescisão.

Fevereiro de 2020. Fiscalização do INSS faz a suspensão de mais cinco entidades, a rescisão.

Junho. Bolsonaro edita Decreto 10.410, de 2020, medidas inéditas de proteção. Obriga a segurança nas operações de descontos do INSS, bloqueio automático e desbloqueio só pelo beneficiário, obriga a revalidação trienal das autorizações, permite rescisão unilateral das ACTs por irregularidades e avaliação periódica de reclamações.

Dezembro. INSS edita a Instrução Normativa 110. Conferência de documentos passa a ser exigida pelo INSS como pré-requisito de pagamento. Envio prévio ao INSS de termos de adesão, autorização como condição para pagamento e avaliação periódica das reclamações, com possibilidade de rescisão unilateral das ACTs.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Março de 21. O sistema atingido consegue se articular no Congresso e consegue a prorrogação de um ano para a revalidação trienal, que já foi obra desse sistema aqui no Congresso Nacional. E, mesmo assim, o sistema se articula e consegue retardar em um ano a aplicação, flexibilizando a autorização de desconto em benefício de aposentados.

Agosto de 22. Com o *lobby* fortíssimo das entidades no Congresso, esse sistema apresenta um jabuti em MP para revogar a revalidação trianual, inclusive usando argumentos da covid. Dessa forma, as entidades não precisariam mais revalidar o cadastro recorrente.

Novembro de 2022. INSS edita a Instrução Normativa 128, de 2022, mantendo os dispositivos da Instrução Normativa 110, ora já mencionada. Veja, foi lá atrás, o INSS solta essa instrução normativa, o sistema consegue fazer com que ele seja anulado, e o INSS mesmo tem que dizer, em outra instrução normativa, em 22, que mantém e que respeita os dispositivos da 110, que já foi aqui mencionada.

Conferência de documentos passa a ser exigida pelo INSS como pré-requisito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, senhores, por favor.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – Envio prévio ao INSS de termos de adesão, autorização como condição de pagamentos e avaliação periódica de reclamações, possibilitando rescisão unilateral das ACTs.

Acaba 2022. O volume era 750 milhões. Entra 23. Fevereiro.

Portanto, eu narrei aqui, Sr. Presidente, na minha humilde opinião, de um lado, um Governo do Presidente Bolsonaro e homens de bem no INSS e na Procuradoria da República que tentaram a todo momento estancar a sangria, a roubalheira. E do outro lado, o sistema trabalhando para burlar as normas editadas no Governo do Presidente Bolsonaro.

Entra 23, novo Governo: Lupi, na época Ministro, transfere ao Ministério da Previdência a nomeação de cargos em Comissão do INSS, que era direito da autarquia.

Março: a Contag pede desbloqueio...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Fala mais perto do microfone, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – A Contag pede desbloqueio, em lote, de 30 mil beneficiários. A PGF, Procuradoria da Fazenda, na época, Bruno Bisinoto, nega, com base no decreto editado no Governo do Bolsonaro.

Agosto: remoção do envio de termos de adesão e autorização de descontos novos nas ACTs.

Setembro de 23 – olha o desmonte –: Lupi indica Virgílio Oliveira para procurador-chefe do INSS...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

... no lugar do Bruno Bisinoto, aquele que havia negado com parecer contrário. E olha que a PGF exala um parecer contrário, mas o órgão da Advocacia-Geral da União, a AGU, Jorge Messias, banca a nomeação de Virgílio Oliveira como procurador-chefe do INSS. O mesmo Bessias, Sr. Presidente, menino de recado da Dilma Rousseff, aquele mencionado numa gravação telefônica entre a ex-Presidente Dilma Rousseff...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – ... e o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na conversa, Dilma informou que enviaria a Bessias um termo de posse para Lula, que ainda não havia sido empossado, como Ministro da Casa Civil, para ser usado em caso de necessidade.

Outubro: o novo Presidente do INSS, Virgílio, autoriza o desbloqueio, em lote, pela Contag, que havia sido negado em março de 2023. Sabe para quanto foi a conta, Sr. Presidente, com esse desmonte? Em dezembro de 23: 1,5 bilhão em descontos, o dobro de 22.

O desmonte continua. Março de 24: instrução normativa retira a conferência de documentos pelo INSS como pré-requisito para pagamento às entidades; revoga regras de controle anterior, aplicadas pelo Governo Bolsonaro; revoga a revalidação trienal. Afrouxamento impede sanções de entidades com, no mínimo, o número de reclamações menor que 5%.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – Maio de 24: Ministério Público Federal solicita à Justiça suspensão de todas as ACTs. Um juiz indefere a liminar.

Junho de 24: Biometria relativizada para o Sindinapi, da Força Sindical; Amar Brasil; e Master Prev, mesmo com negativa do Dataprev quanto a esse procedimento.

Vale lembrar que o Sindinapi é o sindicato ligado à Força Sindical, ligado ao Paulinho, o mesmo que foi indicado, parece que mais por Ministro do Supremo do que pela própria Câmara Federal, como Relator da proposta de anistia da Câmara Federal – e também da Força Sindical e antigo Presidente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – ... ligado também ao irmão de Lula, o Frei Chico.

Junho – com a sua paciência, Sr. Presidente –: acórdão do TCU determina bloqueio de todos os benefícios.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor! Silêncio!

Pois não.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – Se o senhor puder acrescentar um minuto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência. Por gentileza, Excelência.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – Tá.

O TCU determina bloqueio de todos os benefícios, biometria e revalidação de todas as concessões. O INSS recorreu.

Junho a agosto: relatórios de auditoria do INSS e CGU reforçam pontos do TCU e registram desbloqueio em lote a favor da Contag, efetivado em 10/2023.

Setembro: DataPrev apresenta solução de biometria, mas recebe ordem de manter o antigo sistema de planilhas, sistema de planilhas que foram encerradas apenas em março de 25.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dezembro de 24: sabe para quanto foi a conta? Para 3,3 bilhões em descontos.

Sr. Presidente, onde está a pessoa que, durante quatro anos, inequivocamente, trabalhou com homens de bem do Brasil para evitar a fraude? Está preso. Chama-se Jair Messias Bolsonaro. Onde estão os que assaltaram o Brasil no mensalão, no petrolão? Estão todos soltos. E eu espero, Sr. Presidente, do fundo do meu coração, que esta CPMI, presidida por V. Exa., relatada pelo nosso Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Excelência, por favor.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – Estou encerrando, Sr. Presidente.

... possa dar um destino diferente do da história recém acontecida no Brasil.

E, para terminar, para que não sobre dúvida, Sr. Presidente: o Sr. Antônio, ora aqui na CPI, nunca esteve em meu gabinete, mas, para tirar qualquer dúvida, eu estou remetendo à vossa Presidência solicitação de manifestação à Polícia do Senado Federal:

Senhora Diretora Geral, com os devidos cumprimentos, venho, por meio deste, solicitar a V. Sa. que encaminhe à Polícia do Senado Federal pedido de manifestação oficial quanto ao registro de acesso do Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes, investigado na CPMI do INSS.

Especificamente, solicito que a Polícia do Senado certifique que o referido cidadão nunca esteve, nunca teve acesso às dependências desta Casa por autorização do gabinete...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, para encerrar, Excelência.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – ... do Senador Marcio Bittar.

Estou encerrando, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – Eu tenho tanta paciência...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A medida se faz necessária para resguardar a transparência e prestar os devidos esclarecimentos diante das investigações em curso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

O senhor deseja comentar, Sr. Antônio Carlos?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES (*Fora do microfone*.) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra, por dez minutos, com muita tranquilidade...

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Como eu sempre tenho.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com muita firmeza, mas...

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Sempre tenho.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Zé Trovão, dez minutos.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Presidente, só me atualize a lista de oradores, por gentileza,

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O Deputado Zé Trovão é o 11º. Nós ainda temos até o 33º: vinte e dois oradores.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Pode retornar meu tempo aí, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dez minutos. Perfeitamente, Excelência.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. Para interpelar.) – Sr. Antônio Camilo Antunes, muito boa tarde ao senhor.

Quero, de antemão, expressar que o momento da minha ira aqui não foi contra o senhor, porque vou rezar o mesmo que eu rezo sempre: enquanto o senhor não for condenado por um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

juiz e promulgada a sua condenação, eu não o chamarei de ladrão, e sim de suspeito do maior roubo da história do Brasil.

Agora, que fique claro também na minha fala que, onde há fumaça, há muito fogo, e tudo, tudo está direcionado ao senhor. Então, cabe aos seus advogados, sem histeria, provar na justiça, através de documentos, que o senhor não é um criminoso.

O senhor disse algo aqui hoje que me assustou, de primeiro momento. Nós temos essa foto aqui, que eu inclusive ia pedir para passar.

Já vão colocar?

Essa foto aqui... Não precisa colocar outra não, é essa aqui mesmo.

Essa foto aqui, onde o senhor está numa reunião. E aí eu pensei que o senhor ia falar que o senhor foi convidado para esta reunião, para tratar de algum assunto, mas, assombrosamente, o senhor disse o seguinte: "Não, não, eu estava passando na rua, o gaiteiro chamou para tocar uma moda de viola e nós fomos tomar cachaça juntos". Desculpa, estou resumindo o que aconteceu, porque não foi isso.

Quando o senhor entra num ministério, existe a ata dessa reunião, existem todas as informações, ou pelo menos deveriam existir, e o senhor foi lá com algum propósito. E eu quero chegar a esse propósito.

O senhor tem alguma ligação direta com o Ministro Wolney Queiroz? Sim ou não?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Faço a pergunta porque, logo depois dessa reunião – olha como é cronometrado –, o senhor criou 17 empresas das 22 que o senhor detém. Essas 17 que foram criadas, foram criadas pela... Dezessete delas, no ano de 2023. Olha... Desculpa, na reunião, depois da reunião, o senhor criou oito. O senhor, durante o ano de 2023, criou 17 empresas. Depois dessa reunião, o senhor criou oito empresas. O senhor se recorda da criação dessas oito empresas?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Posso dizer que sim, porque são empresas que foram criadas para prestação de serviços, seja construtora, que não é o caso, de locação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

veículos e comércio de veículos, também não é o caso. Agora, o que tem aí? Prospect BSB, essa sim. E a Truetrust, que é a ACDS que foi criada como saque para esse grupo.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – É a Diligence Brasília.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Essas daí são SPE.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – É a Diligence Brasília, Fluence Diligence Brasilia, Quasar Diligence Incorporadora, Diligence Construtora e Incorporadora, Vintage Diligence e Brasilia Incorporadora, Seacoast Brasilia Incorporadora, Localize Diligence e Brasília Incorporadora, Blueprint Brasília Incorporadora – todas criadas no dia 05/10/2023. E o mais impressionante: todas, todas juntas, foram encerradas e dadas baixas assim que saiu a informação de que existia esquema de corrupção dentro do INSS.

É como eu disse para o senhor: tudo foi muito cronometrado. Eu não estou acusando o senhor, porque quem vai fazer isso vai ser um juiz. Estou levantando fatos.

Agora, nós temos aqui que diversas empresas do senhor estão todas registradas no mesmo endereço, que é: QS 01, Rua 212, Lotes 19, 21 e 23, Bloco D, sala 2601. Isso é rede empresarial? O senhor construiu? Colocou tudo no mesmo endereço? Essas empresas todas funcionavam no mesmo lugar. E isso, não é?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não. O endereço de abertura nada mais é do que o endereço de correspondência, foi escolhido pela contabilidade. O endereço dessas empresas, os escritórios, funcionam, como o da Prospect BSB, com os endereços que estão aqui no Setor Bancário Norte, onde inclusive foram alvo de visita da Polícia Federal. Os endereços todos delas são atualizados perante a Justiça.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Todas estão atualizadas, em pleno funcionamento, todas que estão... Se nós chegarmos lá agora com uma diligência, vai ter funcionários trabalhando, documentos? Isso a Polícia Federal já fez quando foi. A polícia passou em todos os seus endereços, não é?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Correto.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E qual que é a ligação profissional hoje do Sr. Rubens Oliveira Costa?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – O Rubens, ao... A implantação da Operação Sem Desconto... Nós não pudemos falar, por medida cautelar, e obviamente que o serviço que ele havia prestado estava na designação de acompanhar a execução de uma obra. Ela foi finalizada. Então, não tem mais.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Ele declarou aqui que ele trabalha na ACDS Call Center.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Ele trabalhou. Ele prestou serviço lá...

(*Soa a campainha.*)

... não como *call center* e, sim, como saque na parte de *controller*, para ajudar na forma da implantação da administração de lá.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Entendi. O Sr. Rubens criou a Curitiba Consultoria com a D. Thaisa, no dia seguinte do segundo turno.

O senhor deve ter essa informação, né?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Não?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não, porque isso é uma decisão de um prestador de serviço meu, e ele usou a sua capacidade profissional para fazer isso.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Entendi.

Então, todas as atividades que estão ligadas do seu Rubens, das criações das empresas que têm ligações com as empresas do senhor, todas entrelaçadas, elas participaram do desvio de dinheiro do INSS, o senhor está me dizendo que não tem ligação alguma. Aí são entes diferentes, porque todas elas se interligam no final.

Segundo o que nós temos de informação, todas as empresas indiciadas do senhor, que tiveram alguma tramitação financeira por parte, têm essas ligações com as empresas da Thaisa.

O senhor diz para mim que isso é verdadeiro ou falso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Deputado, eu acho que tem uma generalização que ela não me envolve.

Primeiro, a questão é a seguinte: a decisão de apoio ou contratação de um profissional para auxiliar a estruturação empresarial cabe às duas pessoas, tanto ao profissional quanto ao empresário.

E quanto à referência das contratações, eu já expliquei aqui mais de cinco vezes.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – O.k. Só para o senhor entender, o senhor sabe que o número de telefone da Curitiba Consultoria, da 4RCK3R Soluções, que é empresa do seu filho – o senhor sabe disto, né, que a 4RCK3R é uma empresa do seu filho –, a Curitiba Consultoria, as duas empresas e Medicinale, Camilo Corporation e Prospect, todas usam o mesmo número de telefone?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – A responsabilidade de criação disso é com a contabilidade ou com o responsável que estava, se era o Milton ou o Rubens. Os dois devem responder por que essa coincidência.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Entendi.

Então, agora, eu descobri mais um fato. E, como eu disse para o senhor, me preocupa agora um pouco mais.

Com todo o respeito que vou dar a V. Sa. até o final deste processo, tudo está ligado na mesma teia, inclusive os recursos, de onde eles saem, para onde eles vão, o trânsito desse dinheiro.

E o trânsito do dinheiro nacional, roubado dos nossos aposentados, ou passa pelas empresas do senhor ou passa pelas empresas desses que foram citados.

Por exemplo, nós falamos aqui, logo no início... Na semana passada, na verdade, nós tivemos aqui, o Sr. Milton, na semana anterior, e, depois, o Sr. Rubens. E eu cheguei a um determinador: são carregadores de malas. O problema é que esses carregadores de mala são os jardineiros das empresas do senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

É interessante essa ligação dessas empresas com dois caras que estão atolados até o pescoço, porque eles foram operadores dentro do esquema e têm ligação direta com o senhor.

Então, agora, precisamos que o senhor diga quem está acima do senhor. É isso que nós queremos saber, porque eu vou dizer mais uma vez: o crime nunca é perfeito. Mas, quando é no Governo do atual Presidente Lula, ele é muito aprimorado.

E foi bem-dito aqui, porque eles ficam falando do Bolsonaro, do Bolsonaro, do Bolsonaro, mas nós temos que lembrar o que já foi falado por diversos: o roubo do Bolsonaro era de algumas centenas de milhares de reais, milhões de reais.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) – Quando vai para o Lula, vai para bilhões.

Então, nós temos uma única coisa para entender: que o roubo foi muito aperfeiçoado ou ele foi escancarado por alguma questão amigável ou de pessoas que realmente entenderam que dava para se abrirem as portas e escancará-las, mas que, no final, todo mundo que senta aqui vai dizer: eu sou inocente, eu não tenho nada a ver com isso. E isso, para nós, enquanto a mídia escancara tudo diferente, nos parece balela e perda de tempo, porque parece que estamos sendo feitos de bobos aqui.

E tem uma coisa que é a única de que o senhor não pode ser acusado nesta Comissão hoje. O senhor sabe o que é? De ter cabelo, porque o resto o senhor pode ser acusado de tudo.

Agora, eu espero, com toda a frieza do mundo, que realmente nós encontremos os responsáveis pelo crime. E, se o senhor não estiver, vou fazer igual ao Coronel Chrisóstomo: mando uma carta pedindo perdão ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Deputado Zé Trovão.

Com a palavra...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Foi muito... ótimo, excelente. Muito obrigado.

O senhor quer comentar, senhor? (*Pausa.*)

Com a palavra o Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Para interpelar.) – Pois não, Presidente.

Primeiro, Sr. Antônio...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... tem um fato com que eu acho que todos nós concordamos. São fatos: os aposentados tiveram o seu dinheiro descontado da sua folha de pagamento em R$30, R$40, R$50. Isso me parece um fato, né? Não há quem negue isso, ou seja, eles foram roubados. Por quê? Porque... Aí vem a nossa linha investigativa, e essa linha investigativa, eu acho que todos nós compartilhamos dela, e também a Controladoria-Geral da União, a Polícia Federal e a própria CPMI. A linha investigativa é que tinha associações picaretas que diziam que tinham associados, que vieram esses associados do INSS, descontavam deles R$20, R$30, R$40, e isso se acumulou em milhões, bilhões, e os aposentados reclamavam: "Eu nunca fui dessa entidade". Ou seja, eles foram sendo roubados ao longo de todo o mês. Isso me parece um fato e me parece que a linha investigativa é a mesma.

Agora, daí para a frente, nós vamos ter diferenças de fazer interpretação, e eu queria que o senhor pudesse, ao final das contas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... me colocar um pouco dessa análise e também das perguntas que eu vou fazer.

Então, eu pediria que colocasse uma primeira lâmina que eu sugeri, que eu vou mostrar de onde veio. O senhor também, depois, vai me dizer se há essa concordância. A Ambec começou com o termo de ACT em 31 de agosto de 2021. Eu vou ser rápido, porque o Delegado Pimenta, o Deputado Pimenta já colocou aqueles valores ali. Olha lá: a Ambec. Vamos pegar a Ambec primeiro, que foi 2021 – o Relator só conhece 2023 para lá, era bom ele prestar atenção no que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

veio antes de 2023 –, 2021, 2022, 22, 22, olha só. Foram cinco entidades com ACTs que foram feitas com 1,5 bilhão, 1,3 bilhão, durante o Governo de Jair Bolsonaro, e aquilo ali foi principalmente com o Oliveira, que depois virou Ministro. Mas vamos lá. E depois continuou também no Governo do Presidente Lula, está lá 2023 e 2024. Então, este é o quadro do que aconteceu.

Aí eu sou obrigado a perguntar ao senhor: o senhor doou R$1 para a campanha de Jair Bolsonaro. Esse R$1 teve um significado para o senhor de ser um militante da campanha, mostrar "olha, eu milito, eu sou bolsonarista e por isso doei R$1", porque muitos fizeram exatamente dessa forma. E eu lhe vinculo isso, porque o recebimento, depois, dessas entidades foi muito grandioso, então havia uma expectativa, com certeza, em relação a isso. Mas por que eu entro nessa pergunta de Jair Bolsonaro?

Eu pediria que colocassem aí uma segunda lâmina para que a gente pudesse ter o acesso a ela.

Aqui um Senador já disse que tinha ido até a transição do Governo Bolsonaro e apresentado peritos médicos lá do INSS.

Ali é a reunião dos peritos médicos com o Senador, que foi no dia 12 de novembro de 2018. Esses peritos são da Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor, na sala.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Ponha a outra foto para ver com quem esses peritos se reuniram também.

Está lá o Senador, novamente, e ele se reúne agora com o Onyx Lorenzoni, que depois veio a ser Ministro. E também eles foram... Depois, eu vou dizer o que eles foram contar lá. Fizeram a reunião também com o Onyx Lorenzoni. Essa reunião aí foi de 11 de dezembro de 2018. Tudo isso na transição.

Vamos à próxima foto, já que vocês gostam tanto de foto.

Às vezes, o Relator reconhece essa foto.

Aí já é Osmar Terra, também com os peritos médicos que foram lá conversar na transição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A próxima tela.

Um mês depois dessa reunião...

A próxima, por favor.

Um mês depois dessa reunião – isso aí está na página da Associação Nacional dos Médicos Peritos –, eles se encontraram com o ex-Presidente Jair Bolsonaro, que, naquela época, estava na transição. Olhem o que eles colocaram: "O Presidente [ali de amarelo] reforçou a importância de nosso trabalho e ficou surpreso com os números apresentados pela ANMP sobre desvios, fraudes e irregularidades com o dinheiro público dentro do INSS". O Presidente da República ficou surpreso. Foi contado a ele que tinha isso, ao ex-Presidente Jair Bolsonaro, conforme nós já tínhamos ouvido aqui de um Senador.

Ponha a próxima. A próxima.

Olhem lá. Está lá o Presidente Jair Bolsonaro, reunido em 11 de dezembro de 2018, na transição, em que ele recebeu os documentos e ficou horrorizado de saber que tinha tanta fraude no INSS, ou seja, Bolsonaro tudo sabia. Na minha opinião, tinha que ter comunicado isso à Polícia Federal, à Procuradoria-Geral da República, e quem sabe ao superministro dele, que, na época, disse que ia varrer a corrupção e depois disse que não varreu porque o próprio Bolsonaro não deixou – vamos lembrar essas coisas aqui, que é bom a gente não esquecer.

E são fotos daquele momento, fotos que dizem aquilo que foi ser feito e está registrado também o que foi feito pela agência Nacional dos Médicos Peritos, muito diferente da outra foto que mostraram em que o Ministro Wolney não era Ministro, e, sim, um Deputado Federal que estava lá, naquela ocasião, uma foto retirada de todo o contexto, diferentemente disso que eu apresentei aqui.

Mas vamos lá.

Eu estou apresentando, então, um convite para que esses três médicos peritos possam vir aqui dizer o que eles apresentaram ao ex-Presidente Jair Bolsonaro, porque ele tinha que ter ido à Polícia Federal – olhem, tinha fraude. Ele tinha que acionar a Controladoria-Geral da União.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o que acontece agora? Sabemos todos que teve uma quadrilha. Essa quadrilha vem ao longo de muito tempo. É claro que essa quadrilha adentrou no Governo agora. Foi descoberta a quadrilha, o Presidente Lula o que fez? A Controladoria-Geral da União, imprensa, seja lá o que for... Ele disse: "Olha, para de descontar".

Esta é uma pergunta que eu faço: quando parou de descontar, o senhor sentiu isso economicamente nas suas empresas? Porque o senhor tinha relação com essas empresas também. Economicamente, o Presidente Lula mandou descontar, já não tem mais roubo lá. Não tem mais descontos dos aposentados. Parou tudo. Está devolvendo o recurso agora, né? Isto também é outro fato: o Presidente Lula está devolvendo os recursos para os aposentados. Então, paralisou o processo, e está devolvendo. Foi neste momento que se resolveu essa crise, até agora. A nossa etapa agora é saber por que isso aconteceu.

Por que o senhor entra também nessa questão? E aí eu vou tentando concluir um pouco da minha curiosidade.

Hoje, a *Folha de S.Paulo*, que também deu essa matéria toda aí, com os peritos do INSS reunidos com o ex-Presidente Jair Bolsonaro... Está lá, ó. Todos os três eu vou convidar para vir aqui. Eles colocaram claramente que foram lá entregar a fraude, está lá na associação, está lá escrito no *e-mail* – no *e-mail*, não; no *site* da associação – que foi recolhido isso aí. Pois bem. Hoje, a *Folha* colocou também – o senhor me desculpe os termos, mas está no jornal –: "Careca do INSS comprou salas [...] por [...] 700 mil e pagou com Pix". Disse que o senhor comprou três salas ou duas salas aqui em Brasília e usou Pix para pagar com R$700 mil. Eu fiquei curioso: por que Pix numa hora dessa?

Porque esse é um outro assunto interessante, porque o Governo do Presidente Lula, também, para poder fiscalizar lavagem de dinheiro em Pix, fez uma norma muito importante um tempo atrás, que era para fiscalizar Pix para não ter lavagem de dinheiro em Pix. Teve um Deputado lá do meu estado, Nikolas Ferreira, que fez um vídeo dizendo, naquela época, que o Governo estava querendo taxar Pix – o senhor lembra dessa discussão –, e não era verdade aquilo, mas aquilo ajudou muito aqueles que faziam lavagem de dinheiro com Pix. Eu pergunto se o senhor pagou com Pix, se havia também essa intenção ou não. Por que pagar com Pix?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O fato é que o fato de ter paralisado o processo de fiscalização do Pix levou inclusive – nós vimos há pouco tempo – a que o PCC lavasse dinheiro com Pix e *fintechs*. Isso foi um problema sério, porque na verdade precisava-se – precisa-se e agora está se fazendo – uma fiscalização no Pix, que foi um outro problema grande.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Fica a pergunta se o pagamento em Pix foi feito pelo senhor já com algum motivo de lavagem de dinheiro ou não, ou se não acontece, se essas salas são inverdades também do jornal.

Além disso, o senhor disse que tem também uma outra residência lá na Flórida, se eu não me engano, nos Estados Unidos, e eu queria saber o valor; me pareceu... Em torno de R$15 milhões, me parece muito, não? Falaram US$3,6 milhões, vai dar em torno disso. E mais um outro prédio que o senhor teria adquirido aqui por mais 4 milhões.

Eu queria saber se o senhor tem aí, também, para nos informar, se é que o senhor queira fazê-lo, o que o senhor avalia ter de recursos agora, depois desse empreendimento, e se, após o Lula terminar com esses descontos, o senhor teve também algum baque financeiro, porque essas entidades pararam de ter dinheiro.

São essas questões que eu queria levantar, e coloquei aí os documentos e fotos, que são todas verídicas. Eu chequei exatamente no *site* da agência nacional do Ministério Público. Vou apresentar os requerimentos – aliás, já apresentei – para que os três peritos possam vir aqui esclarecer o que...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... entregaram na mão do Presidente e por que ele não agiu.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor quer comentar?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES (Para depor.) – Gostaria, gostaria.

Senador Rogério, obrigado pelas perguntas, eu acho que o senhor fez umas colocações extremamente importantes.

O que nós coletamos aqui, obviamente, a partir desses cinco meses de Operação Sem Desconto, onde mais uma vez eu reforço aqui... Eu sou fruto, o meu nome e o meu CPF é fruto de uma associação jocosa, a um personagem, o Careca do INSS. Nós sabemos que, eu repito – comecei com isso aqui na minha fala inicial e vou repetir –, a pasta da previdência não é brincadeira, ela é realmente complexa; ela é muito complexa, pela grandiosidade que tem.

O Instituto Nacional do Seguro Social é matéria de mídia há muito tempo: "[...] vazamento de informações de beneficiários", "INSS admite [...] vazamento [...]", "[...] chega a 23 mil vagas e afeta [...]", falta de servidores.

Próximo, por favor.

"[...] processa [...] por vazamento de dados e pede indenização", "Falha da Dataprev em fraude do INSS expõe histórico de vulnerabilidade", "Dataprev investiga suposto comprometimento de dados do INSS".

Próximo, por favor.

Próximo.

"TCU [...] [reconhece] o vazamento das senhas [...]". Se eu não me engano, nessa reportagem – por favor, só um pouquinho –, houve uma informação de que aproximadamente mais de 10 mil servidores têm acesso ao banco de dados com os dados de todos os aposentados.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Qual é a data dessa reportagem, por gentileza?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Elas estão disponíveis aí. Eu acho que está... A gente vai colocar esses documentos à disposição.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Dia 25, né?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Ah, 13 de maio de 2025. A auditoria é de 2023.

Mais um, por favor.

Acho que a gente estava no olho do furacão dessa operação, tinha acabado de chegar de viagem e foi... Eu estava no escritório, a gente acompanhando, obviamente, todo esse grande desdobramento. E houve uma reportagem...

Pode subir um pouquinho mais o eslaide aí? Só subir a reportagem lá da CNN.

A CNN ou a GloboNews colocou uma reportagem brilhantemente. Estávamos acho que no início de maio, onde um repórter da GloboNews... Aí, ó: "CNN flagra venda de listas [...] com dados de aposentados", dia 2 de junho. Ele acompanha e narra a negociação de toda essa base de dados com um advogado, um escritório especializado, e vendendo pelo brique, pelo estado, pela cidade. Vende por tudo.

Eu repito, mais uma vez, aqui, Deputado Rogério: eu não trabalho com vendas de dados. Nada disso. Faço o contrato comercial oferecendo o meu aplicativo de desconto de todos os produtos. Eu entendo que a obrigação de fiscalização da origem dessa quantidade de associados é ir aos olhos de cada um, de cada órgão de controle. Se ela é exponencial, se ela é abusiva, eu acho que tem que realmente criar mecanismo para verificar isso. Eu acho que quem celebra o ACT tem a responsabilidade com a sociedade em monitorar isso com toda a tranquilidade, com toda a transparência.

Eu respeito e vou dizer sempre que falar, prometer aqui, criar injúria, difamação a profissionais, a empresas, a entidades é realmente um ato muito grave. Eu acho que quem veio aqui, na primeira oitiva, quando... E eu, só respondendo aqui ao Paulo Pimenta, topo acareação com quem quer que seja – com quem quer que seja.

Então, é só para colocar para o senhor o seguinte: infelizmente, isso é uma questão complicada. Parou o faturamento certamente, porque eu fiquei com o ônus de rescisão trabalhista de quase 220 funcionários. Enfrento, ainda hoje, alguns acordos judiciais trabalhistas, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos os meus esforços estão para honrar isso com eles. Se não me engano, acho que faltam 12 somente.

Compra de sala paga no Pix. Com certeza, foram feitos porque foi a melhor negociação no ato do lavramento da escritura.

Imóveis na Flórida, tenho – tenho, sim. Tenho um apartamento em Sunny Isles, que eu vendi um imóvel aqui, no Vicente Pires, no valor de R$3,5 milhões, valor esse correspondente ao que eu fiz a compra lá. Esse imóvel, inclusive, encontra-se ainda no meu nome, porque, numa questão de Habite-se, nós não conseguimos lavrar a escritura, porque ele é fruto... Porque eu comprei ele no ano de 1997, se eu não me engano; ainda era o termo de posse. Eu passei por todo o processo regulatório e obviamente que paguei a Terracap o valor dele, e a escritura foi emitida, ainda está na... A escritura foi emitida, mas eu não consegui fazer a transferência por falta do Habite-se. Foi esse o único problema, mas ele se encontra bloqueado pela Justiça, tá? Ele está no meu nome, embora, de direito não seja... De fato, não é meu, mas, de direito, sim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pela ordem, Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Presidente...

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Espero ter respondido o senhor, viu, Deputado?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Para explicação pessoal.) – Presidente, só para esclarecer, porque saiu a foto, e esse assunto já foi tratado aqui algumas vezes, mas a narrativa é a mesma.

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Só para informar os colegas e quem está nos assistindo, em nenhum momento, nem nessa reportagem, nem nas fotos, nem em lugar nenhum, fala-se em desconto associativo. Os peritos, quando denunciaram as irregularidades do INSS, se tratava de seguro-defeso e aposentadoria rural.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse período, inclusive, era na transição. Eles foram na transição; 17 dias de Governo, e o Governo encaminhou a medida provisória. Eu até fiz... Peço a V. Exa., fiz dois requerimentos aí, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Um para pedir para o INSS: nós queremos saber cidade, município por município, quantos seguros-defeso existem e se, nesses municípios, existe algum rio, alguma coisa, porque hoje, no Brasil, a gente deve ter mais pescador do que peixe.

É só para...

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pela ordem, Senador Sergio Moro.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Pela ordem.) – Presidente, está na questão... (*Fora do microfone.*)

Está pela ordem agora, porque não tem uma ordem de fala?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, tem, é porque solicitaram...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – O Senador Izalci, eu citei; o outro eu não citei, não – nem falo o nome dele.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pela ordem.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Art. 14, Presidente. Referiu-se ao ministro do anterior governo, que, evidentemente, é a minha pessoa.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Não citei.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Não, citou.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Não citei, eu nem cito o nome dele.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Citou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente combateu...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador, Deputado, por favor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Eu vou querer a fala depois para rebater, porque eu não citei o nome...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, por favor, Deputado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... não quis citar, nem falo o nome dele.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Depois que ele tirou... do filho do Lula, eu nem falo o nome dele.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR. Para explicação pessoal.) – O Deputado devia se preocupar é com esse escândalo que está no colo do Governo Lula, né? Isso é inegável.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Tenho direito à resposta.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – As suspeitas de corrupção são de altos funcionários do INSS indicados no Governo Lula. Inclusive, eu tenho várias perguntas porque, até agora, não entendi como é que a empresa do Sr. Antônio Antunes transferiu aí 10 milhões para a empresa que era da esposa do procurador Virgílio. Quais são esses serviços prestados?

Eu quero ouvir esses esclarecimentos porque até agora... Acho que os colegas deveriam perguntar isso. Eu estou mais adiante ali, vou perguntar no meu momento, mas, até o momento, o que a gente tem são transações milionárias feitas por empresas do Sr. Antônio Antunes, para Thaisa, para Eric Fidelis. Isso é uma coincidência bastante estranha, já que são as mesmas pessoas que são suspeitas de terem facilitado o desconto desses benefícios.

Eu quero que ele demonstre aqui, já que ele está tão disposto, assim...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – ... a colaborar, quais foram os serviços prestados para essas empresas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Com a palavra o Senador Fabiano Contarato.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Presidente, só que ele me citou também. Eu fui citado.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Presidente, posso falar pela Liderança do PT?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência. O tempo da Liderança já foi usado.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Não, do PT, não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Não, ele falou...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, o tempo da Liderança já foi usado.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Foi, não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Já foi.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Foi o do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É porque V. Exa. não...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Não, foi o do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Aqui não tem Liderança por partido.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Presidente, só...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Aqui tem Liderança do Governo e da Oposição.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Trinta segundos para esclarecer, já que ele citou o Deputado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Um minuto para o Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Não, é bastante rápido, porque o que eu citei...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... é que, de fato, naquela época, o ex-Presidente Jair Bolsonaro soube de tudo. Está isso no *site* da agência nacional dos peritos médicos, do INSS...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... que entregaram para ele e falaram de fraude.

O que eu disse e eu repito é que o ex-Presidente Jair Bolsonaro não levou isso à Polícia Federal, nem à Controladoria-Geral da União, nem ao seu superministro que existia na época, que dizia que iria combater tudo quanto é tipo de fraude e que saiu dizendo que não combateu as fraudes porque o Bolsonaro não deixou.

Se quiser, eu trago isso e coloco na próxima reunião a fala do...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Respeitando a ordem...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pela ordem, o Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Só fazendo um esclarecimento, porque eu fui citado.

O Deputado Rogério, respeitosamente, disse que eu gostava muito de foto, e eu vim aqui a um *site* da Associação Nacional dos Médicos Peritos.

Aqui, coincidentemente, tem uma nota.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Isso não aconteceu. Em 2018, quando da transição, a [...] [Associação Nacional dos Médicos Peritos] não tinha conhecimento a respeito dos descontos associativos indevidos, informação a que obteve acesso somente após as primeiras reportagens divulgadas pelo *site Metrópoles*, entre 2023 e 2024.
>
> Os desvios, fraudes e irregularidades denunciadas existentes no âmbito do INSS e que foram denunciadas durante a transição dos Governos Temer e Bolsonaro diziam respeito exclusivamente: (i) ao seguro-defeso [...] (iii) aos benefícios por incapacidade e (iv) ao benefício de prestação continuada [...].
>
> Em relação ao seguro-defeso e à aposentadoria rural, o Governo Bolsonaro editou, logo nos primeiros dias...
>
> Aí eu não vou, porque ela é muito extensa. Só para dizer ao Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Agradeço...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – É porque o Relator não é defensor do Governo Bolsonaro. Ele é Relator.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Alencar, por favor...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, a palavra está com o Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... Deputado Alencar, eu estou restabelecendo a verdade. Não vai ser V. Exa. que vai me calar.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Presidente, se for pra bagunçar... Presidente, se for pra bagunçar, bagunça.

(*Intervenções fora do microfone.*)

(*Tumulto no recinto.*)

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu estou lendo a nota. Eu estou lendo a nota.

(*Soa a campainha.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, senhores, senhores...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – O que o Senador Izalci falou ou essa versão da nota?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores!

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Qual é a verdade? A verdade é o final. V. Exa. não pode citar opinião. É um relator parcial.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Eu vou...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Deputado Rogério Correia. V. Exa. já se manifestou.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – O Governo está defendendo o depoente, hein? O Governo está defendendo o depoente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Senador Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu quero aqui, inicialmente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, Deputado Alencar...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Alencar, ele pediu pra você calar a boca.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O tempo da palavra do Senador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor! Senhores, por gentileza...

O tempo para o Senador Contarato, por favor.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Sr. Presidente, eu quero aqui...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

Pois não.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Sr. Presidente, eu quero aqui agradecer o comparecimento do Sr. Antônio Carlos Camilo – obrigado, Sr. Antônio Carlos, mesmo estando aqui na qualidade de investigado –, ao passo em que eu quero aqui saudar e cumprimentar a todos os advogados, o que faço aqui com o advogado Dr. Cleber Lopes, por quem eu tenho um carinho e um respeito muito grandes, pela Ordem dos Advogados do Brasil.

Eu não poderia também deixar, Relator, de fazer uma... Espero que V. Exa. também tenha a honestidade intelectual de se lembrar do documento que eu exibi aqui, da Procuradora da República, em junho de 2018, comunicando descontos ilegais dos aposentados. E ela... E isso não é foto! Isso é um documento oficial, dirigido ao então Ministro da Previdência José Carlos Oliveira. A Procuradora da República fala dos pagamentos indevidos e que era para eles tomarem providência, para que não houvesse mais um dano com relação à coletividade.

Então, contra fatos não há argumentos. E essa roubalheira que atingiu a população hipossuficiente está lá com a digital de 2018, e foi provocada. E com a omissão daquela pessoa que tinha por lei obrigação de proteção, vigilância e cuidado na apuração disso, através da Polícia Federal.

Agora, voltando aqui para o interrogado, para o investigado, o senhor aqui, no início do depoimento do senhor, falou que o senhor estava recebendo extorsão. Essa extorsão foi praticada por quem? Foi pelo Sr. Eli Cohen?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES (Para depor.) – Não, não, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Foi por quem?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Existe um inquérito policial acontecendo na 23ª Delegacia de Polícia, em Perdizes, em São Paulo, pois um ex-colaborador meu, de nome Edson Claro Medeiros, me fez uma extorsão, referente a uma outra operação.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Perfeito.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Entendeu? Esse é o inquérito que aconteceu.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Agora, no decreto de prisão do senhor, feito pelo Ministro André Mendonça, cita-se que o senhor teria ameaçado de morte uma pessoa. Isso procede? Quem seria essa vítima?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Isso não procede, nunca fiz ameaça de morte a quem quer que seja. Quem me conhece sabe que isso aí é uma situação completamente descabida, até porque isso não existe...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Perfeito. Só para eu não perder muito o meu tempo, por gentileza, Sr. Antônio.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Está o.k. O.k. Está bem.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – O senhor disse que o senhor recebeu procuração da Ambec. Com qual finalidade? Seria consultoria SEI, não é isso?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Correto.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – E no que é que consiste a consultoria SEI?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Ajuda de resposta de ofícios encaminhados pelo INSS à associação.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – O senhor, em algum momento, recebeu procuração para firmar, celebrar ACT junto ao INSS?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Para acompanhamento e estruturação de processo, sim, de outros clientes, dos quais, sob a nossa assessoria, eu acho que o que andou mais rápido foi em um ano e dois meses, ou um ano e três meses.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Mas o senhor recebeu...

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Sim.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – O senhor tinha poder para celebrar ACT?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Celebrar não, acompanhar o processo. Nunca para firmar o processo de ACT.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Por gentileza, então, exiba aquela imagem, por favor?

Aqui tem uma procuração firmada pela Ambec para o Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes...

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Correto.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – ... "a quem confere poderes especiais e específicos junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, com vistas a representar a Associação de Aposentados Mutualistas para Benefícios Coletivos – Ambec [...], com o objetivo de celebração de aditivo contratual em razão do acordo de cooperação técnica [...] firmado entre a Ambec e o [...] [INSS]".

Ora, então o senhor recebeu...

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – O senhor pode verificar a data dessa procuração?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Março de 2022. Foi justamente...

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Ela já tinha o ACT celebrado?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Por gentileza. Foi justamente...

A próxima lâmina, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha a coincidência: em março de 22, o senhor recebe a procuração da Ambec para celebrar ACT. E aí, aquela Ambec, que tinha um rendimento de R$135 no início do ano, passa a ter 16 milhões de rendimento. Foi isso que aconteceu. E não por acaso...

Olhe só! O senhor recebe a procuração em março de 22 da Ambec para celebrar ACT no INSS, explode de 135 para 16 milhões, e foi justamente no mesmo ano, no período em que uma das empresas do senhor, que é a Prospect, recebe também... A Ambec transferiu – está aqui nos autos da apuração – R$11 milhões para a Prospect. A Prospect vem de prospecção, de coleta, de captação de clientes. Então, veja: o senhor recebe em 2022 a procuração da Ambec para celebrar ACT – e até então o senhor falava que não tinha esse poder, e aí a procuração está dizendo isso – e, de repente, no mesmo ano em que a Ambec tinha 135...

Por gentileza, o advogado está instruindo a resposta, o advogado está instruindo a resposta, Sr. Presidente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Não! Por gentileza, enquanto eu estou interrogando, enquanto eu estou fazendo o meu questionamento, aguarde. Depois, o senhor vai ter todo o tempo para responder.

Porque os fatos estão aí: tem uma procuração da Ambec outorgando poderes para o senhor para celebrar ACT junto ao INSS; quando a Ambec tinha um rendimento de R$135, explode para 16 milhões, justamente no mesmo ano em que uma das empresas do senhor é a Prospect, e, não coincidentemente, a Ambec transfere para a empresa do senhor R$11 milhões. Ora, qual foi a tratativa? Por que a Ambec transferiu R$11 milhões para a Prospect? Essa é uma pergunta.

Mas, antes, porque, senão eu não vou ter... Eu tenho muitas perguntas para fazer para o senhor. Eu espero que o senhor anote para responder, já que o senhor está respondendo para todo mundo.

As empresas do senhor realizaram pagamentos de R$7,5 milhões para empresas de Thaisa Hoffmann Jonasson. O senhor tem conhecimento desse fato? Qual o serviço prestado pelas empresas de Thaisa ao senhor?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A outra pergunta: as empresas do senhor realizaram pagamentos para as empresas de Alexandre Guimarães, ex-Diretor de Governança, Planejamento e Inovação do INSS. Quais eram os serviços prestados por eles ao senhor?

Por que motivo a empresa Vênus Consultoria, cujos sócios são Alexandre Guimarães, então Diretor de Benefícios do INSS, e Rubens Oliveira, Diretor Financeiro em empresas do senhor, possuía cadastro na Receita Federal com *e-mail* da Prospect, que é empresa de sua propriedade? Qual era a ligação societária entre essas empresas? (*Pausa.*)

A investigação da Polícia Federal também aponta que o senhor enviou R$9,329 milhões para pessoas físicas e jurídicas relacionadas a servidores do INSS. Como o senhor justifica os pagamentos a pessoas jurídicas e físicas ligadas a servidores do INSS?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – São essas as perguntas, Excelência?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Não, ainda não. Eu estou... Ah, é porque ele vai responder, não é?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É isso, exatamente.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Eu espero que ele tenha a honestidade intelectual para responder todos os meus questionamentos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente.

Por favor...

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Bom, primeiramente, acho que era necessário, Senador... Seus questionamentos são extremamente importantes.

Eu acho que é uma coisa a gente colocar a procuração novamente aqui na tela...

Primeiro, gostaria de lembrar que o ACT só pode ser firmado uma vez com a associação. E eu acho que, no modelo que foi dado e assinado, ele seguiu um modelo básico, mas veja que a leitura que está na procuração fala que eu posso celebrar talvez um aditivo. Eu acho que é muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

simples constatar a minha atuação em favor da Ambec enquanto a procuração estava vigente. É só verificar a movimentação dos processos SEI. Lá estarão registradas todas as atuações que justifiquem todas as movimentações financeiras.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Aditivo contratual está lá, na procuração.

Segundo ponto, referente à Sra. Thaisa, compra de ativos, ativos produzidos por ela, por intelecto dela. Já tinha sido dada essa resposta, mas eu faço questão de fazer isso aqui.

Alexandre...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – ... Guimarães. Produção de material de educação financeira voltado – e apensado também nos aplicativos – para cada cliente que tinha. Isso, inclusive, depois, virou matéria obrigatória, do Banco Central, a quem contraísse empréstimos consignados ou o que seja. Isso aí era um material educativo ao aposentado, já que, no ano de 2024, só de empréstimos consignados, foram movimentados mais de R$103 bilhões de reais a essa categoria.

Havendo...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – O senhor pode explicar quais são esses ativos que a Thaisa passou para...

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Estão entregues à Polícia Federal e podem ser requisitados para cá, com certeza.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – O senhor não pode esclarecer para nós?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Já, já, já esclareci. Já esclareci.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Mas em que consistiam esses ativos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Material intelectual da área médica voltado a um futuro projeto que eu tenho para o aplicativo com aposentados, e não só aposentados, mas todos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Segundo: Vênus...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dr. Antunes...

Senador Moro, por favor. Não, não. Senador Moro, por gentileza.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Ele debocha desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador, Senador Moro...

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Ele debocha desta Comissão com essa resposta aqui ao nosso colega Contarato, inclusive do...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Moro, por gentileza, ele tem o direito de responder da maneira que achar melhor...

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – ... porque essa resposta...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, por gentileza, Senador.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – É impossível, não é?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza. Ele tem o direito de responder da maneira que entender melhor.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Não, mas, espere aí, veio aqui, disse que ia ser honesto...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Presidente...

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – ... e aqui está fazendo... Querendo debochar.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Olha, não...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – ... é subestimar a capacidade intelectual desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Nós temos aqui uma comprovação: interligação dessas empresas. Olha, ele recebe uma procuração da Ambec para celebrar ACT no mesmo ano em que a Ambec salta de 135 para 16 milhões. Coincidentemente, a Ambec transfere para a empresa dele, Prospect, 11 milhões. Depois, ele repassa para a Thaisa. E ele vem falar em aditivos? Não, não tem como...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É o posicionamento de V. Exa.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – Não, não é o posicionamento...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor já terminou? O senhor tem mais...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – É fato... São fatos, Sr. Presidente.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Ele não consegue descrever, Presidente.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – São fatos.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Que ele descreva, que ele descreva esses ativos. Ele...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/PT - ES) – São fatos, Sr. Presidente.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – ... minimamente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fazendo soar a campainha*.) – A sessão está suspensa por dez minutos.

(*Suspensa às 16 horas e 42 minutos, a reunião é reaberta às 16 horas e 51 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Retomando os trabalhos da Comissão, com a palavra o Deputado Lucas Redecker, isso... Fez uma troca com o Deputado Marcel van Hattem.

O SR. LUCAS REDECKER (Bloco/PSDB - RS. Para interpelar.) – Exatamente.

Alô. Quero saudar, Presidente, V. Exa., o Relator Alfredo Gaspar; e cumprimentar o Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes.

E, inicialmente, quero fazer uma pergunta ao Sr. Antônio Carlos: o senhor concorda ou reconhece que houve fraude e há fraude no INSS?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES (Para depor.) – Deputado, primeiramente, boa tarde.

O SR. LUCAS REDECKER (Bloco/PSDB - RS) – Boa tarde.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Eu acho que essa questão de fraude já foi evidenciada por várias reportagens na mídia aí, há anos.

O SR. LUCAS REDECKER (Bloco/PSDB - RS) – O.k. Há concordância.

No início da sua fala – e aí eu pergunto, na sua visão, no início da sua fala –, o senhor disse que as associações eram as responsáveis – bem no início, logo quando o senhor começou a falar, o senhor leu um texto. O senhor confirma o seu sentimento de que as associações são as responsáveis pela fraude do INSS?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não, isso eu não posso falar que elas são.

O SR. LUCAS REDECKER (Bloco/PSDB - RS) – Mas foi o que o senhor falou.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Eu falo que elas são responsáveis pela captação dos seus associados. Ponto.

O SR. LUCAS REDECKER (Bloco/PSDB - RS) – Quando o senhor tinha a procuração da associação, no caso da Ambec, quem que era o responsável pela captação? Quem que eram os responsáveis?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não sei.

O SR. LUCAS REDECKER (Bloco/PSDB - RS) – O senhor tinha uma procuração...

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – A procuração para...

O SR. LUCAS REDECKER (Bloco/PSDB - RS) – ... o senhor era responsável, mas não sabia quem era responsável pela captação.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – A procuração era meramente para responder ofícios no ambiente SEI.

O SR. LUCAS REDECKER (Bloco/PSDB - RS) – Não foi o que nós acabamos de ver aqui na procuração.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não, celebrar aditivos. O senhor veja bem, celebrar aditivos. Com a captação, isso aí, eu não tenho nada a ver. Até porque isso daí tem uma indecisão. Eu acredito que toda a associação deva ter que qualquer contratação tem que ser aprovada em assembleias. Então, é simplesmente pedir à Ambec...

O SR. LUCAS REDECKER (Bloco/PSDB - RS) – Mas o senhor, que tem a procuração, deve saber, dentro de uma associação: o João é responsável por isso, o Paulo é por aquilo – pelo menos o conhecimento dos funcionários, das pessoas que são servidores lá dentro –, cada um tem uma função. E o senhor é a pessoa que convivia dentro da associação, possivelmente, ou não?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – A minha procuração era especificamente para o ambiente SEI. Externamente, quem é o responsável pelo departamento financeiro para fazer isso, aquilo? Não sei.

O SR. LUCAS REDECKER (Bloco/PSDB - RS) – Pois bem. O resumo aqui, Presidente, é o seguinte, ó: está muito claro, por tudo que foi dito aqui, que o Sr. Antônio Carlos iniciou na Ambec, como foi dito, com três associados. Em dois anos, 600 mil. Uma média de 830, 800 ou 900 associados por dia – por dia – se associando, em uma associação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O aplicativo que ele usa, ou a inteligência artificial, é quase em nível do Elon Musk, de conseguir associar tantas pessoas diariamente. Dessas pessoas que foram associadas, em dois anos, eles conseguiram arrecadar de aposentados R$350 milhões – somente da Ambec.

A Ambec tinha uma consultoria, que eram os operadores financeiros – coincidentemente, como foi dito aqui pelo Senador –, da Prospect, de que o Sr. Antônio Carlos é sócio; da Brasília Consultoria, de que o Sr. Antônio Carlos também é sócio; assim como da Benfix Corretora de Seguros, de que ele também é sócio, que eram as empresas que faziam a consultoria para essas associações de que ele tinha a procuração, e ele fazia a consultoria. A associação repassava recursos para a consultoria. Isso ficou muito claro aqui.

Depois disso, os repasses para outras consultorias que eram feitas para empresas, como a Vênus, como a Curitiba, como Eric Fidelis. Por coincidência – por coincidência –, a Curitiba era da esposa do então Procurador-Geral do INSS; a empresa Vênus era a empresa do Alexandre Guimarães, que era, por coincidência, ex-Diretor de Governança, Planejamento e Inovação do INSS; e também a empresa do Eric Fidelis, a Sociedade Individual de Advocacia, era do filho do ex-Diretor de Benefícios do INSS, e, por coincidência, eles estavam, tanto o Virgílio de Oliveira quanto o André Fidelis, na reunião com o Ministro Wolney Queiroz, e a foto foi exposta aqui por mais de uma vez...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor. Silêncio!

O SR. LUCAS REDECKER (Bloco/PSDB - RS) – A foto foi exposta aqui por mais de uma vez. Ou seja: o que fica muito claro – e aqui é importante que o senhor prove que não é verdade isso aí – é que, nesse jogo, o senhor está batendo escanteio e cabeceando, sem goleiro e sem juiz, porque, em todas as fases que são apresentadas aqui, desde a associação, até as empresas de consultoria, até os que recebem a suposta propina, o seu nome está envolvido.

Fora isso, tem tantos outros pontos que estão sendo trazidos aqui – não pelo Deputado Lucas Redecker ou pelos Deputados que aqui estão – pelas pessoas que sentam no mesmo lugar que o senhor está sentado e que vieram aqui dizer, da forma mais clara do mundo... Como o senhor Rubens Oliveira, que era Diretor financeiro do senhor e de tantas dessas empresas de consultoria que também receberam recurso final, segundo a Polícia Federal, como recebedores de propina. Ou seja, está muito claro todo o caminho aqui, e foi dito aqui por todos nós: o senhor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

é muito preparado, o senhor é inteligente, isso aqui deu... Todo mundo já notou isso, e está muito bem amparado com o Dr. Cleber Lopes. Agora, eu acho que isso tudo tem limite.

E o que está muito claro aqui são os detalhes dos 18 milhões de páginas que o senhor traz aqui, de contratos, enfim... Mas fica muito claro que o senhor não tem para onde fugir de que o nome do senhor não está envolvido em nenhuma dessas fases. E o que nos resta aqui, ao fazer o levantamento, é escutar, e que o senhor abra, de fato, a realidade, porque eu não consigo compreender, Sr. Antônio Carlos: o senhor tem a procuração de uma associação, dentro da associação ela está aumentando consideravelmente o número de pessoas que estão sendo descontadas, os aposentados, e aí, lá na ponta, essas pessoas estão reclamando que estão tendo descontos indevidos, e o senhor não sabe de nada. Como é que o senhor não sabe de nada? Não tem uma conversa de corredor? Não tem ninguém que possa falar alguma coisa?

É evidente que o senhor escutou alguma coisa, que o senhor sabia de alguma coisa ou desconfiava de alguma coisa. Vir aqui dizer que "Não, eu não sei, eu não desconfiei, eu simplesmente tinha uma procuração para isso ou para aquilo", convenhamos: isso é uma coisa que está muito longe da realidade de uma pessoa inteligente, como o senhor demonstrou ser aqui na CPI.

E nós, aqui da CPI, temos esse desafio de poder... E aqui eu não estou... Essa disputa "ah, mas começou no Governo Bolsonaro", "começou no Governo Lula"... Claro que tem o DNA do PT. Isso aí é o tipo de problema que começa em Governo do PT. Tem o DNA, mas eu não estou preocupado. Eu estou preocupado com o que o aposentado, lá da ponta... E, lá no meu Estado do Rio Grande do Sul há vários aposentados que foram descontados, que contam as moedas para poder comprar o remédio, que contam as moedas para poder sustentar sua família – porque, no Brasil, grande parte dos aposentados é quem sustenta as suas famílias –, aqueles aposentados que, muitas vezes, não podem fazer as compras necessárias no supermercado e que foram subtraídos por pessoas que gastaram milhões de dinheiro de recursos, através desses aposentados, comprando veículos, comprando imóveis, fazendo viagens, vinhos caros, como já foi dito aqui por outros que estiveram aqui como testemunhas. E os aposentados, infelizmente, sendo descontados e estando cada vez com mais dificuldades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí o Governo simplesmente devolve o recurso para o aposentado. Em vez de o aposentado entrar na Justiça, o Governo faz o acordo, o aposentado não pode entrar na Justiça, porque senão vai demorar para receber, para ter uma indenização, além de tudo isso. Ou seja: esse sistema todo, na minha avaliação, é algo importantíssimo. O Relator, Alfredo Gaspar, aqui, vem com a sua maneira de investigar – muito bem-feita, por sinal, e conduzido pelo nosso Senador Carlos Viana –, e eu, particularmente, tenho a oportunidade de estar aqui nesta CPI e de trazer a indignação da população gaúcha, dos aposentados do Rio Grande do Sul. Como disse o Chrisóstomo, nos param no aeroporto, nos param na rua: "E o que é que vai dar dessa CPI? Quem vai ser preso? Quem vai devolver o dinheiro?"

Porque não adianta o Governo ressarcir o aposentado. Eu quero saber quem tirou o dinheiro do aposentado, dessas associações, desse grupo todo aqui. Que devolvam esse dinheiro para o aposentado. Que essa pessoa não seja apenas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCAS REDECKER (Bloco/PSDB - RS) – ... punida, mas que ela consiga fazer com que esse dinheiro volte para o bolso do aposentado e que consiga pagar por esse crime que, eu acho, é um dos piores crimes que tem, Presidente, que é tirar daqueles que mais precisam. E se nós estamos aqui hoje é justamente para, pelo menos, tentar um caminho de nós termos o resultado positivo para essas pessoas.

Seria isso, Presidente.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Deputado Lucas, eu acho que as suas colocações são pertinentes. Eu acredito que realmente as atribuições de destinações do que é a associação fez, contratou... Ela tem que ser chamada aqui e prestar contas disso.

Por reiteradas vezes eu já falei, por ser verdade, e repito: a minha presença aqui se diz somente pela verdade, até porque o meu objetivo, aqui hoje, é esclarecer que eu não sou o Careca do INSS. Trago documentos e me presto à Justiça ao tempo e à hora que forem necessários para a comprovação dos fatos e da minha inocência.

Eu não posso responder pela forma do processo associativo, isso eu não tenho que fazer. Essa é uma decisão de cada associação. Eu não tenho documento algum, das 18 milhões de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

páginas ou 18 milhões de documentos, que comprovem qualquer ato meu nesse sentido. Eu não tenho. Eu não faço parte, não sou responsável. Só para corrigir o senhor.

O SR. LUCAS REDECKER (Bloco/PSDB - RS) – Mas o senhor há de convir comigo que é uma coincidência em todas as fases que existem dessa operação o seu nome estar envolvido.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Deixa eu só...

O SR. LUCAS REDECKER (Bloco/PSDB - RS) – Deve ser uma grande coincidência, mas é o que está acontecendo.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Deixa eu... Só para reiterar e, obviamente, vou aqui confrontar a sua informação.

O fato de cronologicamente estar no meio, ou atemporal, prestando um serviço para ela, é muito simples. Por valores de notas fiscais acostados também à Polícia Federal, está lá o meu recebimento com a Ambec e o seu faturamento. Repito, já dei essa sugestão aqui: siga o dinheiro da Ambec, veja para aonde ele foi, para quais contas foi. Isso vai ter a comprovação de onde foi. Só para reforçar aqui. Não sou e nem tenho sociedade ou participação na Benfix.

O senhor disse sobre captação de prestadores de serviço, de ficha associativa. Eu não sei, eu não faço parte desse segmento. Essa era a última pergunta que eu tinha para responder. O.k?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Deputado Alencar Santana.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Para interpelar.) – Presidente, a imprensa teve um papel extremamente importante na revelação desse roubo que chocou todos nós, e que, infelizmente, lesou em especial os aposentados, os pensionistas, que foram roubados, que tiveram ali um prejuízo imenso. A imprensa ajudou bastante nisso, com diversas matérias, informações sobre determinados personagens, inclusive sobre o depoente. Então, a gente desmerecer aqui uma reportagem de hoje, eu acho ruim.

Olhem só, imagine se determinada matéria sobre o seu Antônio Carlos Antunes saísse, sobre o Camisotti, sobre qualquer outra pessoa, dirigentes da Ambec, da Conafer, e essas pessoas ou entidades mandassem uma notinha para o Relator, para ele ler a notinha. É muito ruim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diferentemente de nós, Deputados que aqui estamos, ao Relator e Presidente, com responsabilidades diferentes, cabem conduzir o Colegiado. O Presidente, na missão dele de organizar esta Comissão, e o Relator, pegando as informações e, ao final, apresentando o relatório.

Agora, sai uma matéria, e uma entidade manda a nota ao Relator, ele quer fazer a defesa, quero deixar registrado, isso é muito ruim. Está mais ali como advogado de defesa.

Imaginem se todos derem uma notinha para ele.

Se o Sr. Antônio Carlos Antunes falar: "Sou inocente, não tenho nada a ver. Relator, leia para mim", desmoraliza esta Comissão. Desmoraliza esta Comissão.

E o que nós não podemos e não queremos, em respeito não só a este Parlamento, mas em especial respeito aos aposentados e pensionistas lesados, é desmerecer esse trabalho, fragilizar esse trabalho, e, ao final, a gente não tem um resultado concreto, objetivo, correto e justo, apontando os responsáveis, os culpados, para que a gente possa ter novas consequências. Prisões ou não, bloqueio de bens, recuperação, o que seja, nós vamos saber ao final. A apuração tem que ser feita com muita responsabilidade, cautela, dentro da dentro da lei, e cada um cumprindo o seu papel.

Feita essa consideração, queria aqui fazer também um esclarecimento sobre o Ministro Wolney, que foi Deputado nesta Casa, sobre um encontro de que ele teria participado, em que estava o Sr. Antônio Carlos Antunes.

Essa reunião ocorreu em janeiro de 2023, ele ainda era Deputado Federal. Nossa posse foi em 1º de fevereiro. Durante a transição, ele foi convidado para uma reunião, onde, ali, foram apresentados relatos dos servidores do INSS. E lá estavam e participaram o Sr. Virgílio Guimarães, consultor jurídico; Alexandre Guimarães, Diretor de Governança do INSS; Marcos de Brito, Superintendente do INSS Nordeste; Rogério Souza, Diretor de Administração, Finanças e Contabilidade; André Fidelis, Diretor de Benefícios. E o Sr. Carlos Antunes estava lá. Muito estranha a sua presença nesta reunião, muito estranha, de fato.

Ele foi convidado, o Wolney, pelo INSS. O Wolney foi convidado pelo INSS, o atual Ministro. E todos os diretores que participaram e estavam ainda como diretores vinham da gestão anterior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos eles, nomeados durante o Governo Bolsonaro, inclusive a pessoa que convidou o Sr. Carlos Antunes para participar, que, salvo engano, foi o Sr. Marcos de Brito que o convidou?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES (Para depor.) – Eu fui para esta reunião pego de surpresa, porque eu fui com o Leandro Fonseca. Estava lá no ministério para encontrar ele quando ele falou assim: "Sobe aqui porque está tendo uma reunião aqui".

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – E quem é Leandro Fonseca?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Leandro Fonseca, já expliquei isso aqui, volto a repetir, fazia parte de uma assessoria parlamentar do então Deputado Estadual Zé Queiroz, pai do Ministro Wolney, hoje.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – O.k.

Bom, o Ministro colocou o registro na sua rede social dessa reunião. Ele, à época, era Deputado. Se ele tivesse algo a esconder, ele não colocaria. Então, essa reunião foi transparente.

Digo que o Ministro Wolney tem mais de 30 anos de vida pública limpa, não tem nada que o macule e está fazendo aí, assumiu o Ministério da Previdência, tentando não só pôr ordem e ajudando no esclarecimento dos fatos.

Sr. Antônio Carlos, o senhor prestou serviços para quais entidades? Quais associações?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Posso responder agora ou você quer no final?

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Sim, só o nome delas.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Unaspub, AP Brasil, Asabasp, Ambec, Cebap, CBPA e Unsbras.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Está bom, bastante, hein.

Quem te contratou exatamente? Qual foi a pessoa, na função de cada uma dessas, que te contratou?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Agora eu tenho que laminar, porque nem sempre foi só com o Presidente, sempre teve alguém, um intermediário, né? Por exemplo...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Da Ambec?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – A Ambec é pelo intermédio do Sr. Maurício Camisotti.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Foi o Maurício Camisotti que te contratou?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não, quem me contratou, não; ele intermediou.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – E quem te contratou da Ambec?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Quem? Eu assinei contrato com o Presidente. A minha empresa assinou contrato com o Presidente. Ele levou o contrato e trouxe assinado.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – O senhor esteve com a Presidenta da entidade?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Foi sempre o Maurício Camisotti?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Sempre o Maurício Camisotti.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – E qual o poder do Maurício Camisotti sobre essas entidades? (*Pausa.*)

Toda... E nas demais, com quem foi? Qual... aliás, quais outras foram através do Maurício Camisotti?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Cebap e Unsbras.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – E as demais, as outras?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Aí separadas. Aí eu tive contrato com o Presidente, ou senão com intermediário, com alguém que estava lá, um gerente administrativo, um diretor administrativo, um diretor financeiro, visitas às entidades.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Tá. E na Ambec o senhor já esteve alguma vez?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Nessas que o senhor... que o Maurício Camisotti te contratou em nome das entidades, o senhor já esteve em alguma delas?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Também não.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – E qual que o senhor esteve de fato?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Unsbras, Cebap... Cebap, não. Que eu estive efetivamente, eu estive na Unaspub, estive na Abapen, CBPA e AP Brasil e Asabasp.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Tá. E o relato, o senhor falou que vai apresentar relatório dos serviços prestados. De todas as entidades ou só nessas que o senhor esteve?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Só nessas... não, de todas, né? De todos os serviços prestados, nós temos relatório e notas fiscais e dos serviços todos prestados.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Efetivamente?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Com certeza. Fazem parte aí os 18 milhões de documentos acostados.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Porque a Presidente...

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Mensal, mensal...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – A Presidente da Ambec foi a Sra. Maria Inês Batista de Almeida, que era uma funcionária numa outra empresa do Sr. Maurício Camisotti. Então, dá para perceber que era de fato uma laranja, sem... sem de... Ela era moradora do Jardim Robru,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

no extremo leste, lá no extremo leste de São Paulo. E ela – nada contra a profissão –, mas era faxineira numa das empresas, entrou como laranja, né? Acabando, usando o nome dela, enfim, para fazer... Por isso que demonstra claramente que o senhor não era... por isso que o senhor não foi contratado nessas entidades pelos presidentes ou diretores, foi contratado pelo Sr. Camisotti. Parece que essa parceria ali, de fato, era grande.

Eu vou repetir, vou numa linha de uma pergunta que foi feita. O senhor mesmo disse que, quanto mais associados, em tese, mais serviço prestava, recebia mais. É... e algumas, como a Ambec, como já foi dito pelo Senador, de três, repentinamente, vai para milhares de novos associados. Portanto, perder associado era ruim, era ruim para o senhor. Em algum momento o senhor tratou... primeiro que o senhor já esteve numa reunião do INSS convidado por essa pessoa. Em algum momento o senhor tratou com algum funcionário do INSS sobre qualquer outro assunto em relação a benefícios, em algum momento?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Só para reiterar aqui para o senhor: eu nunca estive dentro de uma instalação do INSS, qualquer que seja, no Brasil. Não há registro meu de entrada. Esse é o fato. Eu nunca estive presente dentro de uma reunião, dentro do INSS.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Esta reunião foi onde aqui?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Qual?

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Essa que o Sr. Leandro te convidou.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Ah, essa daí foi no Ministério da Previdência.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Então no ministério, que seja no ministério ou no INSS, o senhor tratou com alguém?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Essa... essa daí, eu vou repetir aqui o que eu já disse aqui várias vezes. Eu participei como ouvinte e meramente acompanhando ele, somente isso. Conhecia as pessoas? Conhecia. Mas eu não participei da reunião, não tem ata desta reunião falando que "o Antônio fez isso, o Antônio fez aquilo, o Antônio sugeriu". Não existe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Mas a minha pergunta não foi se o senhor esteve no INSS.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não foi... a princípio, sim.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – A pergunta foi: se o senhor algum dia tratou com algum servidor do INSS, estendo essa pergunta, então, para também servidor da previdência...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... sobre alguma coisa que envolvesse as entidades e os descontos associativos.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Nunca.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Nunca?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Nunca.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Bom, então nós vamos ter que de fato esclarecer muito, mas pelo menos o senhor já entregou aqui que os contratos eram assinados via Camisotti, que ainda não veio, esperamos que venha depor, que possa trazer esclarecimentos, e quem sabe até os dois ali, em algum momento, a depender do depoimento dele, não posso aqui prever o depoimento do Camisotti, fazer eventualmente uma acareação entre ambos. E também sobre esses dirigentes dessas entidades, que será muito importante que a gente possa ouvi-los também no momento adequado, Presidente, para tirar mais informações e, ao final, de fato, termos a verdade a ser esclarecida por esta Comissão.

É isso, obrigado por hoje.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado Alencar Santana.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Só... Só...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, perfeitamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Só para que o senhor tenha certeza, Deputado. Os eventos, que nós realizamos para as associações, estão aí. São diversos os clientes para os quais nós realizávamos. Por orientação minha, nós seguimos um calendário do Ministério da Saúde, que abordava determinadas patologias. Esses eventos eram realizados em diversas cidades brasileiras, e ali tem um registro de quantos estiveram ali, de maneira espontânea.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Algum político foi a algum desses eventos?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Que eu saiba, não. Conforme estão aí, são eventos que têm aí... Inclusive, em cada um deles tem uma lista de presença, que também está acostada junto com a Polícia Federal.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Tem data, tudo isso o senhor vai mandar para nós?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – A exemplo, existe uma aqui da própria Ambec.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Posso ficar?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Pode levar.

Para você ter uma ideia, todos estão aí. São serviços prestados, eventos realizados, o.k.?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Podemos dar sequência, senhores?

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Posso usar agora?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Por favor, é sua.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra, o Deputado Gilson Marques.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Sr. Presidente, depois do...

Presidente, depois do Gilson, eu quero usar o tempo de liderança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, o Gilson trocou com o Senador Moro.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) – Não, não. Eu sou...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não trocou não, Gilson.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela ordem.) – Mas, Presidente, só para o seu controle... Presidente, após o Gilson, eu quero usar o tempo de liderança, por cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, perfeitamente.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC. Pela ordem.) – Presidente, podia elencar quem são os próximos?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Gilson Marques, Dorinaldo Malafaia, Ricardo Maia, Coronel Fernanda, Átila Lira, Marcel van Hattem, Bia Kicis, Soraya Thronicke, Randolfe Rodrigues, Styvenson, Sergio Moro, Delegado Fabio Costa, Orlando Silva, Fernando Rodolfo, Evair de Melo, Kim Kataguiri, José Medeiros e Julia Zanatta; os três não membros, os últimos que eu estou falando.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O Kataguiri é suplente, mas os outros dois que eu falei não são.

É são não membros, o Zé Medeiros e a Júlia.

Pois não, Deputado.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Primeiro eu gostaria de dizer que eu... Hoje é um dos meus piores dias na Câmara Federal. Talvez o INSS seja um dos órgãos em que há mais reclamação. Todo mundo diz que o INSS é roubado, Brasília foi construída com dinheiro do INSS. Aí a população é obrigada a participar dessa pirâmide financeira, com expectativa de que um dia vai se aposentar e acredita nisso. Uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

péssima apresentação e agora, se não bastasse, R$6 bilhões de roubos de aposentados: velhinhos, deficientes. E aí o Governo diz: "Não, pode deixar que a gente vai investigar e nós vamos reembolsá-los". Só que o reembolso não veio de quem cometeu o crime, vem dos pagadores de impostos. Aí os próprios aposentados têm que pagar e todo o restante da população também. E aí é aberta uma CPMI, CPMI no Senado Federal para investigar os roubos dos aposentados.

Para minha surpresa, as câmeras que ficam dentro do Senado, que diz que vai investigar o roubo do aposentado... Diz que essas câmeras, esses vídeos e gravações não podem ser publicizados. Ué! Isso é que nem um obeso que está com problema de saúde, pressão alta, e ele diz que quer emagrecer, jura que precisa emagrecer, mas come torresmo com pudim toda hora. Se o Senado diz que quer investigar, o mínimo que ele tem que fazer é abrir as informações que ele mesmo tem. Aliás, acho que o Governo tem algum problema com câmera, do dia 8 até hoje as câmeras fugiram.

Para minha surpresa, tinha um destaque para investigar uma empresa de nome Orleans, e esta Comissão, cujo escopo é investigar, votou, por maioria, por não investigar, porque não deve ser importante uma empresa de turismo, tem Porsche, outros carros, recebe R$5 milhões...

Aliás, depoente, você conhece a empresa Orleans Turismo? (*Pausa.*)

Nunca ouviu falar?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES (Para depor.) – Nunca.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) – E parece que não interessa a ninguém nem as gravações, nem essa empresa nem outros destaques. Mas tem muita coisa que interessa, e eu vou dizer, é um emaranhado, e eu vou correr o risco aqui de ser simplista sobre como ocorria todo o esquema de falcatrua do INSS. Existiam empresas de sindicato, a maioria de fachada, muitas criadas – de uma delas, em específico, o depoente tinha uma procuração; das outras, talvez, procuração tácita, não se sabe, é objeto de investigação da Polícia Federal –, que, através de intermediários, conforme o depoente, faziam a contratação das empresas do depoente, que prestavam serviço para esses sindicatos. Algumas dessas negociações eram diretas, outras por intermediário, conforme o depoente.

Um desses intermediários, o conhecido, é o Camisotti.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depoente, esse Camisotti era intermediário, ele ganhava o que para fazer essa intermediação?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não sei lhe responder.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) – Ele era procurador?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não sei lhe responder. Não sei lhe responder.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) – E por que você fazia negociação com alguém que não tinha procuração e não ganhava nada?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Eu vou repetir aqui, vou repetir aqui o que eu já disse desde o início. Quando eu me aproximei do seu Maurício Camisotti, era com a intenção de fazer uma negociação sobre os nossos pacotes de serviço, quando ele declarou que ele tinha clientes que poderiam ser, o cliente à época, que poderia ser parceiro de negócio. Somente isso.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) – Aí você não pediu documento se ele realmente representava os sindicatos?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não, começamos uma coisa informal, e a coisa foi evoluindo, e ele me trouxe o contrato assinado.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) – E ele não ganhava nada?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Isso eu não sei, senhor.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) – E quem é que trabalha para não ganhar nada?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – O senhor pergunte a ele.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) – Será perguntado, espero que eu consiga. Aliás, podia trabalhar lá em casa também, tem grama para roçar.

Essas empresas, essas empresas a que V. Exa. prestava o serviço, que tinha inúmeros... V. Sa. apresentou os inúmeros documentos da relação dos sindicatos com as empresas. Essas empresas, por sua vez, contratavam outras empresas, que, coincidentemente, eram ou de ex-funcionários,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou de funcionários, ou de parentes de funcionários do INSS. São eles: Alexandre Guimarães, Virgílio de Oliveira Filho e André Fidelis. Essas empresas... Por exemplo, a Vênus recebeu 313 mil; a Centro Médico recebeu 140 mil; a THJ, 3,7 milhões; e a Curitiba Consultoria, 7,4 milhões.

Como foram feitos e por que foram feitos esses pagamentos?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Já tinha esclarecido e volto a esclarecer novamente aqui sobre a questão de contratação de serviços para os meus clientes.

O Sr. Alexandre Guimarães produziu material financeiro. Esses valores são valores *per capita* aos clientes que eu tinha à época que não tinha outro produto semelhante. A Sra. Thaisa Hoffmann produziu material médico que seria acostado nas aulas médicas de doenças prevalentes...

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) – Dessas transações você tem os documentos?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Todos, todos.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) – O senhor pode apresentar?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Estão acostados com a Polícia Federal.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) – Inclusive as notas fiscais?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Tudo, tudo, tudo certo.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) – Essas empresas tinham funcionários?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Quais?

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) – A Vênus, a Centro Médico, a THC e a Curitiba Consultoria.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Eu não faço parte dessas empresas.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) – Com quem você negociava com essas empresas?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Com o proprietário dela, Thaisa e o Virgí... o Alexandre Guimarães.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) – Com o Virgílio o senhor não falava?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não. A respeito disso, não.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) – Com o Alexandre Guimarães, não?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Com o Alexandre Guimarães falei quando ele já tinha saído do INSS.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) – Com o André Fidelis, também não?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Também não. Com o Eric Fidelis.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) – Era coincidência que essas empresas, então, tinham pessoas ligadas ao INSS que faziam o desconto? Ou isso era uma *expertise* que auxiliava no trabalho da própria empresa?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Quando se vira uma referência de serviços prestados para as associações... E eu acredito que, no trabalho desta importante Comissão, vocês vão poder trazer aqui prestadores de serviço das outras, e façam o que eu trouxe aqui: tragam documentos comprovando. Eu acho que, quando se vira essa referência de serviços prestados, todos eles vêm à procura de você para saber o material a oferecer.

Eu volto a repetir aqui: a contratação foi justa; e o serviço, prestado.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) – Mas que serviço desses 7,4 milhões para Curitiba, por exemplo?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Já repeti, já repeti aqui, já repeti. Foi material de aula médica, de material médico que seria utilizado em aplicativo.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) – Qual era o nome do aplicativo?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Cada associação tem o seu aplicativo, já foi demonstrado aqui também.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) – Mas qual é o nome do aplicativo? É customizado?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não, não, o aplicativo... É, exatamente. Era um *white label* que vinha para cada associação, para cada cliente.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) – O Rubens, quando ele veio aqui... Existiam dois principais Diretores: o Rubens e o Milton. Ele mencionou que fez alguns... abro aspas: "fez alguns questionamentos que foram entendidos como inconvenientes pelo senhor". O que ele quis dizer com isso, com relação aos pagamentos das suas empresas para essas empresas ligadas a funcionários do INSS?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Eu acho que ficou muito clara, no depoimento do Sr. Rubens, a confusão mental que ele sofreu. Tanto é que o motivo do afastamento dele de funções mais importantes... A partir do momento quando eu comecei a ter operações internacionais, ele saiu justamente porque não consegue se explicar em certas situações. Eu acho que essas respostas ele deve dar ao senhor.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) – Está o.k.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Aos questionamentos... Ele fez questionamentos, desconheço.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) – O senhor disse que foi extorquido, mas foi por outros fatos, uma...

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Extorquido em outra situação.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) – Isso. Qual era a outra situação?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Já repeti, já afirmei aqui, volto a repetir.

Existe um inquérito policial na 23ª DP em Perdizes de um ex-Diretor meu, o qual, ao final... no meio dessa operação, me furtou dois carros, monitores, itens do escritório.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Isso tudo tem imagem, tá, Deputado? Está acostado no inquérito, faz parte do inquérito. Computador, celular foram furtados por ele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

À época, quando eu me desloquei de Brasília, com autorização judicial, já na Operação Sem Desconto, eu fui para essa reunião, e ele simplesmente me fez a extorsão perante o advogado dele: "Eu quero R$2 milhões mais todos os direitos da sua empresa de *Cannabis* para te devolver os carros".

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) – E qual é a... E como o senhor explica a discrepância do patrimônio declarado do senhor para os recebimentos em torno de 53 milhões, por exemplo, das empresas ligadas ao senhor?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Eu não entendi discrepância de patrimônio.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) – Do seu patrimônio declarado, da sua renda mensal com os recebimentos das empresas.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Volto a falar: essa discrepância de rendimentos, o senhor tem que me trazer a minha declaração de Imposto de Renda para a gente saber a qual ano se refere. Volto a dizer, todas as minhas declarações de Imposto de Renda estão à disposição da Polícia Federal para as devidas análises.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) – Eu tenho um chorinho de tempo?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado. (*Risos.*)

Obrigado, Deputado Malafaia.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) – Malafaia? (*Risos.*)

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Deputado Malafaia é o próximo, sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Desculpe, desculpe.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) – Gilson Marques.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Gilson Marques.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) – Foi um ato falho, estilo Virgínio. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dorinaldo Malafaia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Este aqui é outro Malafaia, viu, Gilson?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Eu queria o tempo de Líder, Presidente.

Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Eu havia pedido o tempo de Líder.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, só um instante.

Só, Deputado, por gentileza, vou só ceder o tempo de Líder aqui o Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – O Deputado está com algum voo, alguma coisa? Pode aguardar?

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Não, Senador, o senhor pode ir.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Agradeço.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Já esperei desde de manhã, desde 10h. Está tudo bem.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Só cinco minutos, Deputado, mas se estivesse com voo, eu abriria a mão para ele.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, cinco minutos, pela Liderança.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, até pelo fato de ser o Líder da Oposição e em atenção àqueles que nos acompanham aqui atentamente e preocupados com o deslinde dessa situação, eu preciso contar novamente uma história, porque parece que ela é repetida de uma forma persistente para se criar narrativa, quando a gente quer, ao fim e ao cabo, encontrar os culpados. Todos nós, acredito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas vamos lá. O PT fica dizendo, o tempo todo, que isso aconteceu no Governo do Bolsonaro. Eu já mostrei aqui que isso não é verdade. O avô dos processos é a Contag. Aliás, em 1994.

Aliás, nós acabamos de votar aqui um requerimento em que o PT impediu que a Contag fosse investigada através de uma empresa parceira que vendeu passagens para ela; então, mostra a blindagem do processo.

O PT votou contra a Medida Provisória 871 – está nos *Anais* da Casa –, que combatia a fraude, e trabalhou para evitar a revalidação, e fala aqui que o problema é revalidação que eles trabalharam contra.

O PT trabalhou para contornar a negativa de contratação do Procurador-Geral, o Sr. Virgílio. Então, houve a necessidade de que o próprio Jorge Messias ultrapassasse manifestação da Advocacia-Geral da União.

O PT não atendeu avisos e recomendações da CGU, do Ministério Público. Não atendeu recomendações e reclamações que explodiram. Nós tínhamos 40 mil reclamações por ano, em 2019, e este Governo, do Presidente Bolsonaro, não prevaricou, tomou atitudes e suspendeu quatro entidades, tomou uma série de medidas para levantar barreiras.

Em 2024, 1,54 milhões de reclamações, e o Governo não fez nada. Isso chama-se prevaricação, né? É claro isso.

É importante a gente deixar aqui claro que a gente tem visto aqui uma tentativa... Porque fulano foi nomeado pelo governo de sicrano. Funcionários de carreira de 20, de 15, de 30 anos, necessariamente precisam ser levados em consideração quando se trabalha, em determinados locais onde é necessário *expertise*. Isso aconteceu em todos os governos.

Agora, este Governo não está dizendo que, quando estourou finalmente o problema que eles não se aperceberam... Dois anos e meio vivendo em Nárnia, letárgicos, anestesiados, e o povo sendo roubado, a população sendo subtraída, o que é que o Governo do Presidente Lula faz? Chama justamente aqueles funcionários que trabalharam no início do Governo do Presidente Bolsonaro. Chamou, para ficar na Diretoria de Benefício, a Sra. Márcia Eliza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está aqui a manchete da *Veja*: "Governo Lula chama a xerifa que impediu fraude do INSS do Governo Bolsonaro".

Está aqui, ó.

Chamou, para ser o Presidente do INSS, o Sr. Gilberto Waller Júnior.

Vocês sabem quem foi esse cara, durante quatro anos? O Corregedor-Geral da Previdência no Governo Bolsonaro.

Chamou, para ser o Procurador Federal do INSS, o Sr. Elvis Gallera.

Sabem quem era ele? O Secretário-Adjunto de Previdência do Governo de Bolsonaro, em 2020.

Então, assim... Essa narrativa está ficando enfadonha, e eu também estou me sentindo até um pouco desconfortável, porque toda sessão eu tenho que vir aqui repetir: deixem de mentir! Deixem de enganar a população. Os dados são claros.

Eu queria que você mostrasse aí, por gentileza, um dos eslaides.

Nós temos, no início de 2019, o primeiro mês do Governo do Presidente Bolsonaro.

Por favor, olhem o número: dados do INSS, obtidos através de LAI, que é a Lei de Acesso à Informação.

Nós tínhamos 2.170.000 trabalhadores associados, aposentados associados. Ao final de 22, 2.070.000, menos quase 100 mil trabalhadores associados.

O que é que acontece...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... em final de 2024? Sete milhões e meio de associados!

Em dois anos e meio do Governo do PT, aconteceu o que não aconteceu em 40 anos de desconto associativo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o roubo, o descalabro, o desrespeito ao trabalhador aconteceu neste período.

Eu não estou dizendo quem foi que fraudou. Todo mundo tem a presunção da inocência. Agora, vamos deixar de narrativa e nos debruçar sobre o problema: vamos encontrar o caminho do dinheiro; quem foi beneficiado por isso; quem, dentro da estrutura do Ministério da Previdência, permitiu a fraude, por um afrouxamento dos controles...

E lembrar que o exemplo vem de cima.

Quero lembrar aos senhores que, no Governo do Presidente Bolsonaro, praticamente não houve invasão de terra. Neste Governo, está cheio de invasão de terra, porque o exemplo vem de cima.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Tempo.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Tenho 13 segundos, Sr. Presidente.

No Governo do Presidente Bolsonaro, não houve problema em relação à Petrobras. Agora, vamos lembrar o passado recente: a Petrobras foi a empresa mais endividada do mundo.

Fundo de pensão, Correios...

Então, o exemplo vem de cima, Sr. Presidente. Vamos lembrar e nos concentrar no trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Com a palavra, o Deputado Dorinaldo Malafaia.

Por favor, Deputado.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Eu confesso aos senhores e às senhoras que, desde a manhã, a gente vem mudando o raciocínio, com as nossas assessorias, para acompanhar a narrativa do Sr. Antônio Carlos.

Nós nos preparamos em torno de um inquérito da Polícia Federal, que V. Sa. insiste em dizer que é *fake news*; nós nos debruçamos em torno de uma imagem de um personagem, de uma personagem chamada Careca do INSS, que está sacramentado pelo uso – esse termo e essa figura, no Brasil todo –, ligada a uma fraude absurda – de mais de 6 bilhões –, contra aposentados; nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nos concentramos num outro raciocínio, que é o crime... E V. Sa. tenta deslocar essa narrativa também, dizendo que o senhor é apenas um empresário de sucesso, que encontrou, na flexibilidade e na falha do sistema, uma oportunidade.

Bem, isso está expresso no discurso.

Então, V. Sa. afasta e tenta afastar a imagem, essa imagem que percorre a indignação popular do Careca do INSS, dizendo que o senhor é o Antônio, não tem nada a ver com isso. V. Sa. diz que o inquérito da Polícia Federal é *fake news*. E V. Sa. diz que a fraude foi uma oportunidade de crescimento, de prospecção, que, em um ano... E tem uma cronologia nisso, Rogério, que estão tentando afastar.

Mas eu quero lhe perguntar: o senhor poderia me dizer desde quando o senhor passou a atuar como representante das empresas suas ou de outros perante o INSS? Porque me parece, por tudo o que foi falado aqui, que tem uma data. Quando o senhor começa? Então, na minha opinião, o esquema de corrupção e essa gangue se constituíram num prazo, tem uma cronologia. Em 2021, como já dito aqui, uma empresa que começa com R$135 passa para R$16 milhões; sai de 3 mil... de três beneficiários, de três prospecções para 600 mil. Uma coisa impressionante.

Então, eu gostaria de saber, primeiro, qual é essa relação? Quando?

Segundo, e eu queria aproveitar a fala do Senador Roberto Marinho...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Perdão, Rogerio Marinho. Roberto... Rogerio.

... para saber... Porque, na época – ele bem lembrou agora aqui a questão do Governo do Bolsonaro –, o Senador era Secretário da Previdência, no Governo do Bolsonaro. O senhor teve algum encontro com o Secretário da Previdência Senador Rogerio Marinho?

Dito isso, eu queria saber também – são perguntas rápidas –: o senhor afirmou aqui que não era sua responsabilidade... Veja como a gente teve que mudar a... baseado na sua fala. O senhor afirmou que não era sua responsabilidade verificar a idoneidade das associações. Mas, ao mesmo tempo, admitiu a existência de fragilidade na fiscalização, considerando que o sócio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rubens entrou na sociedade com a Thaisa apenas por sua indicação, sem sequer conhecê-la, sem nunca ter ido à sede da empresa. E, ainda, os saltos expressivos de valores se deram exatamente na transição do Governo Temer para o Governo Bolsonaro, período em que o senhor começou a prospectar clientes, logo após a pandemia. Inclusive, acho que temos que ter conexão com aquilo que o Ministro Flávio Dino começa a tratar também; que deve ter conexão com a questão da pandemia, a CPI da Pandemia. Tem alguma conexão aí no meio disso.

O senhor pode explicar, de forma lógica, como essa fragilidade, que o senhor mesmo reconhece, não teria sido decisiva para o sucesso das suas empresas? E, se não foi, qual outro fator concreto justificaria essa concentração de contratos e valores em torno de suas operações?

Segunda pergunta... terceira, eu acho. O senhor afirmou que não teve informações sobre a operação da Polícia Federal e que foi uma infeliz coincidência que seu filho Danilo tenha ido ao estacionamento do mesmo *shopping*, no dia anterior à deflagração da Operação Sem Desconto, em abril, em que ele coincidentemente parou ao lado do mesmo carro que pertencia ao empresário Fernando dos Santos Andrade Cavalcanti, ex-sócio do Nelson Wilians. Seu filho analisa e tira fotos desses carros, e, no dia seguinte, a Polícia Federal faz uma operação que mira o senhor, o dono do carro, o Nelson Wilians e aqueles carros todos. Tudo isso é uma infeliz coincidência? É uma conspiração para incriminar o senhor sem motivos?

O senhor ou suas empresas ainda têm algum carro que não tenha sido apreendido pela Polícia Federal? (*Pausa.*)

Eu tenho aqui uma lista que acabou de ser publicada pelo portal *Metrópoles*, que mostra que pelo menos 11 carros de sua propriedade e das empresas Prospect e Brasilia Consultoria não foram apreendidos. Tem uma lista que está no portal *Metrópoles*. Aí tem Mercedes-Benz, Volks, Opala, Polo, enfim... Esses carros estão escondidos, ou é só mais uma casualidade da Polícia Federal não ter encontrado esses veículos? É uma casualidade? (*Pausa.*)

O senhor está acompanhando, anotando, vai responder? Posso lhe passar aqui por escrito para o senhor poder responder ponto a ponto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – O senhor afirmou, quando respondeu ao Deputado Duarte Jr., que fez uma abordagem muito importante, que sua esposa nunca adquiriu um imóvel e que ela não teria nenhuma relação com essas investigações, mas eu tenho aqui os inquéritos com informações que não foram tirados da cabeça de alguém, são informações que saíram de quebras de sigilo e que falam que o senhor e sua esposa transmitiram sucessivamente um mesmo imóvel em período inferior a seis meses, movimentando o valor de 350 milhões. Isso não é verdade?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Malafaia, só precisamos de um tempo para que ele possa responder. Perfeito?

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Perfeito. Dentro dos dez minutos ou depois? Eu tenho dois minutos aí.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, é dentro dos dez minutos que nós...

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Ele responde dentro dos dez?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, senhor.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Então, vou tentar acelerar aqui.

Para finalizar... Bem, tem bastante pergunta aqui.

Bem, o senhor afirmou – vou tentar acelerar – que não tem nenhuma relação com políticos, servidores e ministros. Pelas suas falas, o senhor é apenas um empresário de sucesso que aproveita as falhas do sistema para fazer bons negócios. A procuração que o senhor tinha da Ambec era só para mexer no sistema SEI? O fato de as associações terem muitos problemas e precisarem de um serviço de atendimento ao cliente (SAC), e o senhor enxergou essa oportunidade em uma feliz coincidência para abrir várias empresas de SAC juntamente para associações de aposentados... Tudo isso é uma coincidência ou um reflexo do livre mercado que o senhor tanto defende?

Eu vou aqui adiantar, porque são nove a dez perguntas, mas eu queria finalizar perguntando ao senhor se, em 2022, o senhor...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Já são catorze perguntas, Deputado.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – É? São catorze, eu acho...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, senhor.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Mas tudo bem. Vai escolhendo aqui.

O Sr. José Carlos Oliveira, que veio a esta CPMI, que foi Presidente do INSS, que era Ministro da Previdência em 2022 no Governo do Bolsonaro, encontrou o senhor em algum momento? Auxiliou o senhor com essas entidades?

E, por último mesmo, eu finalizo dizendo e solicitando a esta Comissão, ao Presidente, ao Relator... Aqui, no que diz respeito à sua família... E eu preservo muito a questão da família, respeito demais isso, mas é impressionante e me salta aos olhos como V. Sa. envolveu a sua família numa trama criminosa que aponta aqui o envolvimento da sua esposa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – ... do seu filho. E eu queria solicitar, por último, a esta Comissão que pudesse garantir, registrar que aqui, na fala do senhor, pelo menos cinco crimes podem ser imputados: lavagem de dinheiro, art. 1º da Lei 9.613, de 98, pena de três a dez meses de prisão; segundo: organização criminosa, art. 2º da Lei 12.850, de 2013, pena de três a oito anos; estelionato, art. 171 do Código Penal, pena de um a cinco anos; corrupção passiva, art. 317 do Código Penal, pena de dois a doze anos de prisão; e inserção de dados falsos em sistema de informação, art. 313-A, pena de dois a doze anos.

Bem, digo isso porque gostaria de que o Relator registrasse e garantisse essa solicitação.

Aqui não foi uma narrativa eloquente do Sr. Antônio. Aqui teve muita confiança – me parece que o senhor veio com uma confiança, achando que o crime compensa, e o crime contra os aposentados não pode prosperar.

Então, nesse sentido, eu peço...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – ... a V. Exa. que possa registrar essa solicitação deste membro titular desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O senhor pode responder, por favor.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES (Para depor.) – Deputado, primeiramente, só para que fique registrado, eu nunca disse que o inquérito da PF é uma *fake news*. Eu disse que as matérias que originaram, que foram publicadas pelo *Metrópoles*, criaram um personagem, o qual não sou eu.

Segundo, nunca atuei na falha de sistema nenhum. Eu só vendi e entreguei o meu serviço. De cadastro, não posso falar para o senhor a respeito disso aí. Já falei aqui reiteradas vezes e volto a falar: isso nunca foi *expertise* da minha vida profissional e, sim, o que eu faço é realmente o que eu entrego.

Encontro com o Senador Roberto Marinho – Rogerio Marinho, me perdoe – nunca aconteceu. Até porque eu acho que tem certas coisas aqui em Brasília que são muito peculiares. Exemplo: nós podemos frequentar o mesmo restaurante, podemos estar na mesma sala de embarque, no mesmo voo. Isso não nos faz íntimos. É um fato.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – O senhor teve algum encontro com...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza, Deputado, deixe o depoente responder.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Idoneidade...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Das minhas empresas? Eu vou falar sempre. Tudo que eu falei, eu repito.

Rubens. Rubens era um prestador de serviço. O que ele fazia e assumia de compromisso era uma liberdade dele, era um CNPJ. A empresa da qual eu tinha sempre a certeza da emissão de notas chamava-se Consult On. Se ele constituiu outras empresas, se ele se tornou parte de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

quadro associativo de outra pessoa, de contrato social, é responsabilidade do CPF dele. Ele tinha liberdade de fazer o que quisesse.

A fragilidade do sistema. Eu acho que nós já mostramos aqui que – eu vou repetir aqui novamente – a pasta da Previdência eu acho que é um desafio hercúleo para quem senta ali, quer seja no ministério, quer seja dentro do próprio INSS. Eu acho que lidar com uma massa correspondente a quase 20% dos brasileiros é uma responsabilidade imensa. Eu acho que tem que ter realmente muito comprometimento com o país. Então, primeira... São meus aqui.

Sobre a PF ter vazado a informação, repeti algumas vezes e vou reiterar: não recebi informação nenhuma, Deputado. Eu estava a trabalho, em compromissos internacionais em Portugal, estava na cidade de Lisboa, no bairro da Liberdade, para ser bem específico, quando essa operação aconteceu – lá, 10h da manhã; aqui, 6h da manhã. O Sr. Milton Júnior disse aqui, por várias vezes, que ele é uma pessoa que chegava cedo ao trabalho – isso era um fato, ele chegava às 5h20, às 5h40 –, segundo ele, detestava trânsito. Eu conversei com ele lá 9h30, aqui 5h30 da manhã. Conversamos por 15 ou 20 minutos. E assim que terminamos a ligação, a operação aconteceu.

Então, eu retornei na data programada, isso aí está nos registros que a Polícia Federal teve. Tanto é que no dia e horário marcado, sem retificação nenhuma do meu voo de volta, estava lá, cheguei. Fui recebido com muita, com muito profissionalismo pela Polícia Federal, me trataram sempre com muita educação, em todas as circunstâncias que são hostis a qualquer... A qualquer brasileiro, a qualquer pessoa, mesmo estando disposto, como estou aqui, a comprovar a minha inocência.

Volto a repetir ao senhor: a obrigação de fiscalizar a entidade a qual celebra um ACT ou qualquer contrato que seja, eu acho que é muito mais de quem está contratando ou quem está firmando aquilo dali. Se é uma falha dessa instituição, eu acho que tem que ser apontado para ela.

Carros apreendidos estão todos em poder da Polícia Federal. Todos os carros. Se tem mais carro, eu quero que saibam quais são.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Minha esposa... Falar que nós fizemos a comercialização de um imóvel de R$350 milhões, isso é uma mentira deslavada, isso aí é uma falsidade, isso é uma *fake news*. O regime pelo qual eu sou casado com ela é comunhão parcial de bens. Onde está uma aquisição minha, no meu CPF, ela está junto. Esse é o motivo.

Várias empresas, saque, livre mercado. Uma oportunidade, uma... O senhor pode, o senhor pode ter o pensamento que o senhor tiver, mas o fato é que o contrato firmado está lá. O serviço foi prestado.

Concluindo, eu não anotei a penúltima, porque o tempo já estava estourado. Eu espero ter respondido e ter deixado...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Presidente, eu queria utilizar o art. 14, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Para explicação pessoal.) – Com toda tranquilidade, até porque, como eu tenho dito aqui, já está ficando cansativo, mas infelizmente a repetição traz o conhecimento, eu acho que o Deputado foi mal assessorado, tem que puxar a orelha da assessoria dele, porque ele falou que... Eu queria que ficasse um quadro aqui, por gentileza.

Ele fez uma afirmação de que há uma explosão de descontos associativos na transição entre o Temer e o Bolsonaro.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, Presidente, isso aí não é... Presidente, isso não é...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Eu fui citado!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É que V. Exa. não estava aqui no momento.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Ele não pode usar o tempo para se defender da acusação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, ele tem direito, em cinco minutos, de se defender da maneira que entender.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – E ele vai falar o que quiser.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, senhores, por favor.

Não, V. Exa. não foi citado hora nenhuma aqui.

Os cinco minutos, Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – É rápido. Não se preocupe não, que eu vou ser bem moderado aqui na fala, só para o pessoal entender de uma vez por todas.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Está nervoso.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Eu pediria que vocês levassem, por gentileza, os olhares aqui a esse quadro, porque houve uma afirmação de que houve uma explosão de descontos associativos entre o Temer e o Bolsonaro. Temer sai no final de 18, Bolsonaro entra no princípio de 19. Se vocês observarem, há um vale. Né? Há um vale onde há, na verdade, um decréscimo, na contramão do que foi informado aqui, né? Então, há uma desinformação clara. Depois, há também...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – É um dado público, senhores.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Quando se fala de, quando se fala de valores, né? Ah, porque começou assim ou assado. Quando se fala de valores, o que era uma PA, que é progressão aritmética, para aqueles que esqueceram a aula de matemática, se transforma em 23, 24, numa PG, numa progressão geométrica. Ou seja, em vez de aumentarmos em função de 8% ou 10% ao ano, isso simplesmente duplica e duplica de novo no ano subsequente. Então é evidente que os controles foram postos por terra.

Uma coisa que é preciso repetir, infelizmente, eu gostaria até de falar de outros assuntos, mas a gente vai ter que repetir. É que em 2019, de quatro entidades foram rescindidos seus termos de ACTs. Você sabe quando é que foi que aconteceu isso, em 30 anos? No Governo do Presidente Bolsonaro. Em 2020, mais uma rescisão e quatro suspensões. Sabe quando aconteceu isso? No Governo do Presidente Bolsonaro. Você sabe qual foi o único Governo que começou a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sua administração com a medida provisória de combate às fraudes? O Governo do Presidente Bolsonaro. Eu preciso repetir, porque parece que está havendo uma dificuldade cognitiva de entendimento.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Quando há a virada do processo – e a gente falou aqui rapidamente sobre a questão do seguro-defeso...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... porque foi dito anteriormente aqui...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Cinco minutos para o direito de resposta, é isso?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – E foi necessário se ler uma nota.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Perdoe-me.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Faltam dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, senhores, por favor.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone.*) – Só mais cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Calma! Calma! Calma! Eu quero mais cinco minutos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – É brincadeira.

Então, foi necessário se ler uma nota. E nessa nota ficou claro que em todos os governos – e eu li aqui várias reportagens, de 2010, de 2001, de 2003, de 2004, de 2012 –, em que há notícias de fraude no sistema previdenciário, isso sempre existiu. Agora, governos são lenientes, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazem nada, ou governos são ativos e proficientes e fazem alguma coisa. O nosso fez, o do PT não fez. Essa é a realidade. O Governo do PT prevaricou. Foi avisado pela AGU, foi avisado pelo Ministério Público, foi avisado pelas reportagens; no Conselho Nacional de Previdência, foi avisado.

Os próprios dados do Meu INSS... Passa para o próximo quadro aí, que ainda tem um minuto e meio. Está aqui, ó: de 40 mil, 43 mil, 50 mil, vai para 1.516.000 notificações de pessoas, de cidadãos que foram ao Governo dizer: "Gente, nós estamos sendo roubados". O que é que o Governo fez? "O Presidente do INSS é uma pessoa idônea, uma pessoa correta, uma pessoa séria, tem que continuar lá." Só saiu de lá – vamos lembrar, gente – com a operação da Polícia Federal, com o afastamento determinado pela Justiça.

E a gente escuta aqui o pessoal dizer: "Começou no Governo Bolsonaro". Mentira. "Nós investigamos." Mentira.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone.*) – Começou no Temer.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – "Nós tomamos providência." Mentira.

Eles afrouxaram – eles afrouxaram.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Começou no Temer.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Não, eu estou falando...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou dar mais um minuto para ele, se continuarem as interrupções.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Eu não falei do nome de ninguém aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ninguém foi citado aqui, gente.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Não citei o nome de ninguém aqui. Aprendam a regra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa narrativa não pode perdurar. Eu vou pedir aos nossos Srs. Deputados e Senadores que a gente se dedique à investigação. Vamos deixar de ficar querendo apontar "ah, foi o meu Governo, não foi aquele Governo"... não aconteceu. Eu quero saber para onde foi o dinheiro. Vamos deixar de blindar a investigação. Não dá para a gente chegar aqui e o PT dizer: "Olha, não vamos permitir a quebra do sigilo de uma empresa ligada à Contag".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – "Nós não vamos fazer o nosso trabalho de investigação." Aí fica difícil a gente chegar ao que nós queremos, que é encontrar os culpados, puni-los exemplarmente e evitar que situações como essa se repitam no futuro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, uma questão de ordem – uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Qual é o artigo, Excelência?

Questão de ordem. Qual é o artigo?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, qual é o artigo, Excelência?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Vou apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, por favor.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Vou apresentar a V. Exa., e V. Exa. vê se cabe ou não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Certo?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Nós temos uma situação aqui que vai ter que ser dirimida.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Certo? Nós estamos investigando fraudes no INSS. Mais de um Parlamentar da Comissão ocupou, no Governo anterior, funções de comando, de mando...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Qual é o artigo, Presidente? O artigo tem que preceder.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Presidente, isso não é questão de ordem.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Presidente, com todo respeito...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Presidente, isso é discussão.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – ... eu tenho voo daqui a pouco.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores... Senhores, só um instante.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Veja bem. Presidente... Presidente...

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Tem vários Parlamentares que não falaram e têm voo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu também me inscrevo para essa discussão.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – É o mesmo artigo do Rogerio Marinho. É o mesmo artigo dele.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu quero falar também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu quero seguir então...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – O meu é o mesmo artigo do Marinho.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu quero falar também, Presidente.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Rogério Correia.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – V. Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – V. Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Aqui a Presidência decide a vez da palavra de cada um.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu quero dizer a V. Exa. o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O art. 14 foi citado pelo Senador Rogerio Marinho e é pertinente.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – V. Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Agora ele está colocando uma questão de ordem. Eu vou ouvir a questão de ordem.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Veja bem...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Qual o artigo, Presidente?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Veja bem, quando um ex-Ministro, quando alguém que tinha uma função de comando no Governo anterior, durante o período investigado, é citado, é feita uma pergunta, não está sendo feita uma pergunta para ele na condição de Parlamentar. Senão, quando eu apresentei aquela questão de ordem, pedindo inclusive que o ilustre Senador não poderia fazer parte da Comissão, foi exatamente por isso. Como o período em que ele respondia pela Previdência está sob investigação, cada vez que eu citar: "Olha, o Ministro tal...", ele vai ser considerado atingido. Então ele não está sendo citado na condição de Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Então tem uma situação aqui contraditória, mas que é fruto de uma opção de colocar como integrante da Comissão alguém que respondia pela Previdência no período da investigação. Então nós vamos criar um hiato. Então, quer dizer, no período em que ele era o responsável pela Previdência, nós não podemos perguntar nada? Porque cada vez que nós perguntarmos sobre ele, ele vai pedir o art.14, como se todos os outros... Então ele não está aqui na condição de ex-Ministro ou responsável pela Previdência, porque senão...

Então quero dizer a V. Exa. o seguinte: se ele for citado aqui como Parlamentar, o.k.; Senador, o.k.; agora, nós não podemos ser impedidos de fazer questionamento aos depoentes e fazer referência ao período em que ele estava lá. Ou ele vai ser blindado de a gente poder investigar o período em que ele estava lá? Não só ele.

Então, Sr. Presidente, não cabe. Ele não pode ficar aqui fazendo agente duplo. Ele não pode ser investigado e investigador ao mesmo tempo. Por isso foi que eu falei a V. Exa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... que ele não podia fazer parte da CPI, porque inclusive ele tem acesso a documentos sigilosos do período em que ele pode estar sendo investigado. Então não cabe art. 14 cada vez em que ele for citado como alguém que é responsável por esse órgão de Governo no período em que as fraudes aconteceram.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Então eu quero pedir a V. Exa. assim: se ele for citado como Parlamentar, o.k.; agora, como ex-Ministro ou ex-responsável pela Previdência, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... o senhor há de convir comigo que não cabe...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... esse tipo de situação com o art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu... Eu... Não... Senhores, só...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Só para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, não, não.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Para contraditar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Marinho, não, por gentileza.

Eu não recolho a questão de ordem de V. Exa., porque o art. 14 não faz definição sobre a questão temporal.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Então ele tem que ser impedido de participar da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não. Bem, isso aí já é uma outra questão.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Então V. Exa. tem que ser, porque você foi Ministro do Governo de Lula.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, não, já superei.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Mas eu não estava lá na Previdência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Esta Presidência já se manifestou.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não estive lá envolvido com o esquema, como você esteve.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra a Deputada Coronel Fernanda, por favor.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Ele estava ocupado com o arroz.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputada Coronel Fernanda, dez minutos, por favor.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT. Para interpelar.) – Presidente, vou fazer um apontamento, aproveitando o tempo, e dizer o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – ... se o Senador Rogerio Marinho não puder participar aqui, então nós temos aí inúmeros Senadores que são amigos dos que estão sendo indiciados, são parentes de pessoas que estão supostamente indiciadas, são do Governo do PT, que está aí roubando atualmente os aposentados e pensionistas, não estão devolvendo o dinheiro deles, não está chegando à ponta, e vêm arrotar caviar aqui nesta Comissão.

Se não é para o Senador participar, então, que esses também sejam retirados desta Comissão, porque para uns pode, para outros não pode.

Essa é a minha posição.

E, aproveitando, quero ir direto à pergunta. (*Pausa.*)

Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu estou acompanhando a fala de V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Já vou direto à pergunta para não alongar mais...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – ... porque a gente se estressa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Isso.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – ... com esse pessoal que está atrapalhando essa CPMI. Não dá.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não. Não vou atrapalhar, não, Coronel.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Não, não é o senhor. É o PT mesmo, é a esquerda mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – O recado é para eles. Não é para o senhor, não.

Sr. Careca, ou melhor, Sr. Antônio Carlos, o Rubens trabalhou com o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – O Rubens trabalhou com o senhor. Quem lhe apresentou a ele?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES (Para depor.) – O Rubens chegou até mim através de uma indicação de um amigo, quando eu estava começando as operações e precisava estruturar a empresa e, conforme ele disse, ele tem essa *expertise* de ajudar a estruturar empresas.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Quem é esse amigo?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – O nome dele é Alexandre.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Alexandre...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Alexandre Caetano, da Voga Contabilidade.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – O senhor me falou agorinha, se não me engano, posso estar confundindo a palavra do senhor, que o Rubens saiu, porque terminou o trabalho, mas que ele também tinha uma dificuldade de se apresentar e não teria como ele continuar, porque o trabalho estava ganhando um passo, um degrau a mais.

Mas o senhor tem hoje mais ou menos quantos funcionários nas suas empresas?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Cinquenta e sete, sessenta...

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Todos eles ganham 60 mil por mês?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Claro que não – né, Coronel?

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – E por que o Sr. Rubens ganhava 60 mil por mês? Era porque ele aceitava fazer a jogatina para o senhor?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Bom, primeiro, eu acho que vamos manter aqui uma... Vou manter com a senhora aqui uma tranquilidade.

Nunca fiz jogatina nenhuma, está bom?

Outra coisa, se ele ganhou esse salário comigo, é porque o seu currículo suportava isso.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Vou fazer, vou melhorar a pergunta para o senhor.

Ele aqui disse que sacou em espécie R$947 mil, uma parte do Banco BMG, outra parte do Banco Itaú, e entregou em mãos para o senhor.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Essa é a sua pergunta?

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Não, não estou perguntando. Eu estou afirmando, porque ele disse isso aqui.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Bom...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Se eu estivesse perguntando, eu ia falar para o senhor: o senhor mandou ele sacar? Essa é uma pergunta. Eu não perguntei isso. Está bom?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – O.k.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Novecentos e quarenta e sete mil reais em dinheiro, em espécie.

O senhor, como um homem de negócios, como já disse aqui, também já fez transferências via Pix, que é a melhor coisa que aconteceu no Brasil, favoreceu todos os brasileiros... O senhor acha correto mandar 947 mil... E a pergunta minha é a seguinte: para que era esse dinheiro? Para que o senhor usou ele? Que não poderia ser feita uma transferência via Pix, via outro meio, financeiro? Por que o senhor pediu para ele fazer isso?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Segundo: foi relatado aqui pelo subsequente a ele...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho.

Eu vou pedir ao Duarte para assumir a Presidência temporariamente e retorno em alguns minutos, por favor, na sequência.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Dando sequência... Dando sequência aqui à resposta.

Eu nunca pedi a ninguém para sacar nada em dinheiro para pagar servidor, prestador, nada disso.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Ele mentiu?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Com certeza. Inclusive, eu já coloquei aqui que isso é para a gente fazer uma verificação, principalmente nas datas. Estou disposto a uma acareação, do jeito que quiser.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – O senhor está preso hoje onde?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Na sede da Superintendência da Polícia Federal, aqui em Brasília.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Presidente, eu já informo que eu vou fazer um requerimento solicitando que o acusado, ou o indiciado aqui, o suspeito, seja transferido para a Papuda. Se mulher que passou batom em estátua foi para a Colmeia, por que ele tem que estar em uma cela, com vantagens, na Polícia Federal?

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Porque, se ele estivesse lá na Papuda, ele com certeza ia entender a importância desta CPMI e ele ia entender o peso e a responsabilidade de ver sua família ser constrangida na porta de um presídio.

Eu quero saber por que, Presidente, essa distinção de tratamento? Para uns presos, vão para a Polícia Federal, numa sala confortável, com ar-condicionado; e, para outros, vão para a Papuda, vão para a Colmeia ficar atrás de grades, dormir em cama de cimento. Eu gostaria de saber: é porque ele tem muito dinheiro ou porque ele tem gente grande por trás dele?

Então, eu vou fazer esse requerimento, Presidente.

Por último, o senhor falou que tem uma carteira de serviços muito importante aqui: telemedicina, aplicativos, seguros de vida. O senhor só tem 40... Perdão, quantos funcionários? Quarenta e...

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF. *Fora do microfone.*) – Cinquenta e sete.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Cinquenta e sete funcionários para atender essa gama de serviços e atender esses milhares de aposentados e pensionistas?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Milhões.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Posso responder agora?

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Sim, senhor.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – A senhora me perguntou atualmente quantos funcionários eu tenho. São esses.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os contratos de ACTs foram revogados, suspensos no dia da operação. Não existe mais nenhuma prestação de serviços aos aposentados, associados aos meus clientes, porque esses contratos foram suspensos...

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Então...

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – ... eu, como prestador de serviço...

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Antes... Antes da operação.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – ... se eu não recebo, eu não posso prestar o serviço.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Antes da operação.

Antes da operação.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Quase 300.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Quase 300 para atender milhões de aposentados? Quantos médicos? Igual, aqui, em telemedicina... Com os seus médicos em telemedicina, a consulta era de quantos minutos?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – A senhora percebeu que, no início da minha fala, eu falei que os serviços de terceirização e quarteirização faziam parte do meu escopo de planejamento e trabalho empresarial?

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Eu entendi. Eu estou perguntando para o senhor: dentro do seu escopo de trabalho empresarial...

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Eu tenho...

Eu tenho empresas contratadas que fazem esse serviço.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Telemedicina: quantos minutos tinha uma consulta e quantas pessoas eram atendidas, por dia, desses aposentados?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Deputada...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Quais eram os tipos de atividade de medicina que o senhor atendia? É só isso que eu quero saber!

Uma empresa com essa capacidade, com 300 pessoas, atendendo milhões, ganhando mais milhões ainda... Não dá conta de me responder? Me responda: na telemedicina, quantos médicos? Quantas pessoas por dia? Qual era o tempo da consulta? Que tipo de consulta era realizada? Havia médicos especialistas ou não havia?

Por favor.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Deputada, mais uma vez eu vou repetir aqui: todos os documentos e contratos os quais eu firmei com prestadores, terceirizados, quarteirizados estão à disposição da Polícia Federal, que está conduzindo o inquérito. Esses documentos aos quais a senhora está se referindo – tempo de consulta, com quem foi, tudo – estão lá acostados...

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Vou fazer uma...

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – A senhora pode requerer lá, que vai ter.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Já estamos requerendo.

Vou fazer outra pergunta para o senhor; o senhor se mostrou muito seguro nas suas respostas.

Oferecer serviço... Ninguém foi à associação, à sua empresa, dizer que a associação dos aposentados precisava desses serviços.

Esse aqui é o rol que o senhor apresenta. O senhor falou que o Camisotti lhe apresentou isso... apresentou o caminho onde o senhor poderia chegar até as associações.

Esses serviços aqui em que o senhor é tão especialista e de que eu recebi inúmeras reclamações dizendo que nunca usaram esses serviços, nem sabiam que eles existiam, e que o senhor tinha um *call center* para receber reclamações, mas a gente não tem essa resposta desse *call center*, como é que foi... Inclusive, o Sr. Rubens falou que ele mal funcionava...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – O Sr. Rubens falou aqui que, inclusive, só tinha ele na empresa de *call center*.

Então, assim, eu gostaria de saber... A empresa do senhor não tinha um setor de fiscalização dessa prestação de contratos, desses seus terceirizados; não tinha um c*ompliance*, não tinha algo para não deixar o senhor cair nessa situação que o senhor está aqui hoje? Porque o senhor assinou contratos com instituições, com sindicatos, associações, e o senhor só está se preservando dizendo que tem contrato. E a sua obrigação de verificar se o serviço que o senhor estava prestando não era uma armadilha para a sua empresa? Não tinha essa obrigação sua? Ou o senhor não planejou isso, não pensou... Só pensou nos milhões que estavam entrando no seu cofre? Porque quem está sofrendo com esses serviços que nunca foram prestados são os aposentados e pensionistas.

O senhor não tinha na sua empresa, nessa empresa, com inúmeras empresas, com esse gabarito todo que o senhor apresentou aqui para a gente hoje, uma área especialista para protegê-lo, para preservá-lo?

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Com a palavra, o depoente.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES (Para depor.) – Deputada, eu acho que foram várias acusações aí, várias insinuações às quais eu tenho que responder para ficar bem claro, né?

Camisotti nunca me deu o caminho de nada. Ele foi intermediário para três contratos somente com empresas lá, com associações, que ele, para mim, era o representante comercial delas, ou fazia o papel – ponto.

SAC? *Call center*? Rubens falou que era o único funcionário? Estão lá acostados... Nós temos aqui, inclusive, os custos demonstrados aqui de quantos funcionários tínhamos, todos os documentos, todos os salários pagos, todas as guias recolhidas; rescisão contratual era fechada em sindicato. Então, isso daí realmente é um engano ou foi um equívoco de anotação que a senhora, eu acredito, deva ter cometido.

Com referência aos serviços prestados, com referência aos serviços que nós prestamos, eu mostrei aqui há pouco. Somente em um demonstrativo do serviço prestado de um aplicativo que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem mais de 400 lojas conveniadas, nós pegamos duas principais redes de farmácias e demonstramos aqui os valores e a quantidade de utilização mensal.

Então, eu acho que há realmente uma necessidade que sejam requeridos à Polícia Federal os documentos comprobatórios da minha fala, porque, Coronel Fernanda... Isso mesmo – desculpe. Coronel, só para lhe responder, eu venho aqui nesta Comissão – e vou reiterar isso aqui sempre... Eu tenho um *habeas corpus* que me... permanecer não estar aqui... Se eu chegasse aqui e ficasse calado... Vim aqui porque, no meu calendário, era importante estar aqui após a minha fala junto à Polícia Federal. Esse foi... Essa foi a minha decisão.

Eu não tenho um padrinho político, não tenho nada disso. E também estou aqui... Como vários de vocês disseram aqui, estou preparado somente por uma coisa: porque eu sou empresário privado, do setor privado, com uma experiência e atividades em vários segmentos. Então, eu venho aqui com a verdade. Tudo o que me foi perguntado foi respondido de uma maneira transparente e da forma como eu entendo que deve ser respondido.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Mas, então, por que o senhor não responde...

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Com a palavra o Deputado, ou melhor, o Senador Sergio Moro, por dez minutos.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Presidente, ele não respondeu (*Fora do microfone.*) a questão dos 947 mil.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Por favor, com a palavra o Senador Sergio Moro, por dez minutos.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR. Para interpelar.) – Presidente, então, vou fazer umas perguntas aqui ao Sr. Antônio Antunes.

Tenho várias perguntas a fazer, mas, como o tempo é limitado, eu vou me concentrar aqui na relação das suas empresas com as empresas da Thaisa Hoffmann Jonasson. Como o senhor conheceu a Sra. Thaisa?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES (Para depor.) – Uma... Uma... Agora... Como?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Como o senhor conheceu a Sra. Thaisa?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Conheci a Sra. Thaisa através de uma indicação, que teve por parte um amigo que chegou até a mim.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Quem foi o amigo?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Eu não me lembro bem, porque eu estava fora do país.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – O senhor não chegou a ela através do Sr. Virgílio?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – No primeiro contato, não, somente depois.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Qual é a especialidade médica da Sra. Thaisa?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Endócrino.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – E quais são os serviços que justificaram o pagamento de mais de 7 milhões das suas empresas para ela?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Eu repito aqui e volto a dizer: a produção dela foi de serviço médico, que poderia ser utilizado em aplicativo para aula médica ou exposição sobre doenças prevalentes na faixa etária dos aposentados.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Ela já prestou esse serviço antes para alguma outra empresa?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Isso eu não sei. Eu contratei...

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – E por que ela seria a pessoa, então, que o senhor procurou e pagou 7 milhões... Eu acho que a Sra. Thaisa era uma médica extraordinária, porque, em poucos meses, de 1º de fevereiro de 2024 a 30/06/2024, a sua empresa pagou 7 milhões para ela. Qual é o serviço? Vamos... Vamos falar aqui em detalhes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Vamos... Vamos falar do *per capita*, que eu acho que esse é o melhor. O valor combinado com ela é *per capita*. Se tinha a possibilidade de ter tantos associados para a utilização do aplicativo, essa foi a conta.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Era um serviço individualizado?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Até porque... Até porque... Até porque...

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Era um serviço individualizado, material médico dela?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Exatamente.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Ela atendia cada uma dessas pessoas?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não, não, não, não, não.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Ela atendeu essas pessoas?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Material que eu comprei e que eu posso utilizar tanto nesse projeto quanto em outro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Material individualizado para cada, ou era um material padrão para todos?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Para cada doença, um material.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Quantas doenças eram?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Agora, eu não sei lhe falar, Senador.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Da área só da endócrino?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não, outras especialidades também.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Todas as especialidades?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Todas as especialidades. Até porque...

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – E ela fez tudo isso sozinha?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Eu vou repetir o que eu já disse: eu não sei o tamanho de quantos funcionários ela tem ou quantos...

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Não tem nenhum, é só ela. Isso está já verificado. É uma empresa de fachada, né? Vamos falar a verdade.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Aí... Aí... Aí, são palavras do senhor.

O SR. CLEBER LOPES (*Fora do microfone.*) – Não, isso eu não vou deixar. Eu não vou admitir, com todas as vênias.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Por que o senhor... Por que a Prospect...

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – O advogado vai admitir? Presidente, o advogado não vai admitir nada nesta Comissão, pelo amor de Deus!

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Eu quero a recomposição do meu tempo pela interrupção.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – A pergunta do Senador está correta.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Eu peço, por gentileza, a recomposição do tempo do Senador Sergio Moro.

Mais uma vez, eu falo ao advogado que ele pode orientar – ele pode orientar – o seu cliente. Ao orientar o seu cliente, cabe ao seu cliente não responder os questionamentos.

Vamos repetir aqui o que está na lei, o que está no HC: se toda vez o advogado não concordar com o que está sendo questionado, cabe a ele decidir se fica, responde ou não, mas eu não vou aceitar qualquer tipo de cena, qualquer tipo de constrangimento a qualquer uma das partes, tanto por parte do Parlamentar a quem está aqui depondo, como por parte do advogado querer fazer uso da palavra a todo instante. Então, vou fazer advertência, que é o que me cabe aqui enquanto Presidente, com base no art. 22, no caso de conflito ou uso da palavra de modo desrespeitoso – que eu, particularmente, entendo que não foi o caso –, o Presidente pode alertar o Parlamentar e, no limite, cassar a palavra. Repito que entendo que não foi o caso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, caso o advogado entenda que o seu cliente está sendo constrangido, que faça contato com esta Presidência, que nós vamos deliberar sobre a situação. E, caso entenda que seu cliente não deva responder...

O SR. CLEBER LOPES (*Fora do microfone.*) – Eu posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Não, eu estou falando.

O SR. CLEBER LOPES (*Fora do microfone.*) – Eu não posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Não, por gentileza... Caso você entenda que seu cliente não deva responder, você fala com o seu cliente, e ele não responde. Caso entenda que alguém se excedeu, fale comigo que eu lhe darei a oportunidade de fala.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Não é o momento. Não é o momento. Não é o momento. Não é o momento.

O SR. CLEBER LOPES (*Fora do microfone.*) – Eu não posso ficar cochichando com o meu cliente.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Você pode falar com o seu cliente, alertar...

É alguma questão de ordem?

O SR. CLEBER LOPES (*Fora do microfone.*) – É questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Qual é a questão de ordem?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Não, fale para mim: qual seria a questão de ordem?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Não, só um minuto. Perdão, um minuto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

De acordo com o Estatuto da OAB, Lei 8.906, de 1994: "X - usar da palavra [...] [de forma rápida para interpretação restrita] [...] esclarecer equívoco ou dúvida surgida em relação a fatos, documentos ou a afirmações que [...] [influenciem] na decisão". Art. 7º, inciso X, do Estatuto.

Interpretação mais ampla:

"XI - reclamar, verbalmente ou por escrito [...] contra a inobservância de preceito de lei, regulamento ou regimento;".

Não é nenhum dos casos. Então, não cabe o uso da palavra nessa questão.

Dando continuidade ao depoimento, o que eu já deveria ter alertado já foi alertado. O advogado tem o direito de orientar o seu cliente e, se entender que ele não deva responder, permanecer calado é o direito que lhe assiste; se entender que não deve mais aqui permanecer, comunique a esta Presidência, a gente suspende a sessão e continua com os trabalhos.

Com a palavra, por oito minutos, recomposto o tempo, o Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Só registrar aqui que eu estou sendo respeitoso, não estou ofendendo ninguém. Estou fazendo perguntas.

Então, a pergunta: a Prospect pagou 2,207 milhões à Curitiba Consultoria em Serviços Médicos da Sra. Thaisa, na qual ela atuava sozinha, entre fevereiro de 2024 a junho de 2024. O senhor diz que, então, foram esses serviços, então, dela? É esse material que ela preparou? É isso? (*Pausa.*)

Tá.

Consta também que a empresa Camilo Comércio e Serviços é do senhor também, não é?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Correto.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Essa é a World Cannabis, correto? É isso?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Correto.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Pagou aqui cinco milhões. Para quais serviços foram?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Para quem foi pago isso aí?

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Curitiba Consultoria.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Então, isso aí deve ter sido um erro de contabilidade ou senão um erro de informação.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Está na folha, no relatório, p. 164, da busca e apreensão da Polícia Federal.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Tem que ser verificado, Senador, porque eu desconheço...

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Camilo Comércio e Serviços não é do senhor?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Quem?

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Camilo Comércio e Serviços?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Sim.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Consta aqui informação de pagamento de 5 milhões para Curitiba Consultoria em Serviços Médicos. Está aqui. Eu me reporto... Está no material, inclusive aqui, que nós juntamos.

Brasília Consultoria Empresarial também é do senhor?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Correto.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Consta também aqui o valor de 200 mil pago entre 1º de fevereiro de 2024 a 30/06/2024, à Curitiba Consultoria em Serviços Médicos.

O que foram esses 200 mil aqui?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Senador, assim, de cabeça, realmente eu não sei, porque essas contas eram contabilidade, emissão de nota fiscal e conferência dos serviços prestados. Eu não tenho condições de falar para o senhor aqui data e valor que foi prestado.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Quando o senhor conheceu a Sra. Thaisa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Uma coisa... Uma coisa eu lhe asseguro, uma coisa eu lhe asseguro: todos os documentos estão acostados no processo, junto ao inquérito da Polícia Federal.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Quando o senhor conheceu a Sra. Thaisa?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Acho que uns dois meses antes de começar a prestação de serviço, dois ou três meses antes.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Dois meses antes e, de repente, o senhor...

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Ou três meses...

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Quanto o senhor pagou no total para ela, para a empresa dela?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Eu acho que os valores já foram mencionados aqui, Senador.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Não, eu pergunto qual foi o total. Eu lembraria se eu pagasse 7 milhões para a Curitiba Consultoria.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Porque foram pagamentos mensais, mas a informação que tenho é de 7,1 milhões aproximadamente.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Consta aqui que 2 milhões foram da Prospect, 5 milhões foram da empresa de *cannabis* do senhor... Eu queria entender por que a empresa de *cannabis* pagou a endocrinologista?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Eu gostaria de saber também. Mas isso é uma falha do gestor financeiro e da contabilidade.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Então, o senhor conheceu ela dois meses antes...

E qual foi a prova do trabalho que ela mostrou para o senhor para o senhor se sentir confortável em fazer pagamento de 7 milhões à Sra. Thaisa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Primeiro, que o valor nunca foi fechado no montante, Senador, foi fechado *per capita*. O valor fechado com ela foi o valor de R$2,50, R$2,80, se não me engano, o valor do serviço em função da quantidade de vidas.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – O senhor sabe que ela recebeu também valores, outra empresa dela recebeu valores de empresa do Sr. Maurício Camisotti, a THJ Consultoria Ltda.?

O senhor veja que coincidência interessante.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Senador, eu vou repetir mais uma vez aqui: eu me sento aqui nesta Comissão para responder sobre o ato do meu CPF, das minhas empresas e do meu filho. Atos cometidos com prestadores de serviço, ou empresas que prestaram serviço a mim, sinto muito, o senhor vai ter que trazer as pessoas aqui para se explicarem.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Acca Consultoria era do senhor?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Minha primeira empresa, fundada em 2014.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Consta aqui, pagamento de R$140 mil, da Acca Consultoria a centro médico Vita Care, que era da Sra. Thaisa. O que foi esse pagamento?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Mais uma vez eu vou repetir ao senhor: a contabilidade, junto com o financeiro, determinava para que empresa ia do grupo. Era assim. Essa era a instrução.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Os serviços que ela ia prestar iam ser prestados para quem? Para a Prospect?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Empresa do grupo.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – O Eric Douglas Fidelis como é que o senhor conheceu?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Ele chegou até a mim, no escritório, apresentando um material de educação financeira, e eu já sabia que ele era filho do André Fidelis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele apresentou um material que estava em construção para educação financeira dos aposentados, disponibilizado também em aplicativo.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – O senhor pagou... Consta que a Prospect pagou para ele cerca de 1,225 milhão, é isso?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Valor *per capita*.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Valor *per capita*. E ele já prestou trabalho para outras empresas também? O senhor conhecia o histórico dele de receptação financeira? Esse especialista.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Senador, faço uma correção aqui. O Eric Fidelis foi educação jurídica e não financeira.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Educação jurídica. E ele já tinha... E foi assim de imediato também que o senhor fechou o contrato com ele?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Estávamos à procura de programas que pudessem engordar ou acrescentar serviços ofertados, frente à concorrência desse mercado que vinha só crescendo e tendo, cada um, mais serviço que o outro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – E ele chegou a prestar esses serviços para alguém em específico?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Em específico para alguém eu acredito que sim.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Não, para o senhor, para as suas empresas.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Para mim, com certeza. Com certeza, prestou o serviço e o material foi entregue...

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Para os seus... Para os aposentados e pensionistas?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – O aplicativo que está lá, disponibilizado lá. E certamente os *downloads* também podem ser verificados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Essa educação financeira, então, não era palestra nem nada?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Educação jurídica.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Educação jurídica, perdão. É isso?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Correto.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – E esse material... Era individualizado esse material jurídico ou era um material padrão?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Sobre temas relativos à orientação aos aposentados de uma forma geral.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Do que era essa educação financeira? Eu fiquei curioso agora.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Jurídica.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Jurídica? Perdão.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Temas previdenciários, que é a pauta dele, sobre relações com dificuldades que se tem de comunicação.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – E uma grande coincidência é que ele era... Ele é o quê? Filho do Sr. André Paulo Felix Fidélis, Diretor de Benefícios do INSS.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Isso é um fato.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Foi ele que... Foi o Diretor que pediu para o senhor contratá-lo?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Claro que não.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Eu vou dizer aqui, para finalizar o meu tempo: aqui nós estamos diante do maior roubo da história dos aposentados e pensionistas do INSS. Gente vulnerável, o órfão, a viúva, a pessoa de idade, foram lesadas aos milhares. A minha percepção aqui, apesar de o senhor chegar e tentar desenvolver uma boa história, é que o fluxo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

financeiro, o *follow the money*, acaba com o seu álibi. O senhor destinou valores milionários a empresas controladas por familiares de funcionários do INSS que ajudaram a montar essa fraude, e o senhor aqui, me desculpe, o senhor não tem a comprovação desse serviço.

O senhor conta uma história aqui que é vazia, que não tem nenhuma substância, material padrão. O senhor acabou de conhecer a Thaisa e pagou para ela 7 milhões, e a sua empresa de *cannabis* pagou 5 milhões, e o senhor sequer se recorda. Isso aqui, vamos falar a verdade: é propina, suborno para o Dr. Virgílio e depois para o Sr. André Félix Fidelis. Não sei para mais quem que o senhor pagou propina ou suborno aqui nesse caso, mas o senhor não tem direito de vir aqui, perante...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – ... esta Comissão, e debochar de nós e debochar da população brasileira, contando essas histórias.

Eu vou lembrar um nome para o senhor aqui: Marcos Valério. Ele foi o operador central do caso do mensalão, que foi o primeiro escândalo do Governo Lula. Ele pagou o pato. Ele ficou calado, não colaborou, e foi condenado a 37 anos de prisão, enquanto pessoas para as quais ele pagou suborno... Alguns ficaram menos de um ano preso.

Então, rogo aqui ao senhor e também sugiro ao seu advogado que comece a pensar em colaborar, porque o senhor está preso; o Ministro André Mendonça é um Ministro firme, não acredito que ele vá revogar diante de tantas evidências e da magnitude desse escândalo financeiro. A sua saída, para esse caso, é unicamente a colaboração, porque a sua história, o seu álibi não converge com os fatos e com os documentos.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Senador.

Com a palavra o Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, Relator Alfredo Gaspar e testemunha, nessa condição está o investigado Antônio Carlos Camilo Antunes, neste momento aqui sentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de começar perguntando ao senhor, Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes, investigado nesse escândalo do INSS: como o senhor diz que é empresário, que tem várias empresas, é empreendedor, eu queria saber se, antes de entrar nesse ramo do INSS ou de atendimento a beneficiários, o senhor tomou alguma precaução para evitar chegar no momento que o senhor está aqui. Porque nós sabemos que o INSS, desde que o INSS existe, é alvo de denúncias de corrupção. O senhor, em algum momento, teve algum ato de precaução para que suas empresas não pudessem participar de um esquema de corrupção?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES (Para depor.) – Deputado Marcel, eu faço questão aqui de reiterar sempre. No mundo privado – no mundo privado –, quando você está em busca de clientes com...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sim ou não?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – O quê?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sim ou não? O senhor tomou alguma atitude antes, para poder se precaver de eventualmente participar de esquema de corrupção, mesmo que involuntariamente? Sim ou não?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Eu nunca participei disso.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sim ou não? Sim ou não?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Nunca participei disso.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O.k. Sim ou não? O senhor tomou precaução ou não? (*Pausa.*)

O senhor não vai responder.

Quando o senhor, pela primeira vez, ouviu falar de descontos indevidos no INSS?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Desde todas as reportagens que circulam aí há décadas sobre isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, mas quando foi a primeira vez que o senhor viu isso acontecer? Quando foi o primeiro conhecimento que o senhor teve sobre descontos indevidos especificamente, não sobre outro tipo de corrupção no INSS?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não, não. Os descontos indevidos não estão aí na mídia? Vazamento de informação?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Há quanto tempo? Quando foi a primeira vez?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Na Operação Sem Desconto.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Abril deste ano apenas. O.k.

No *call center* nunca veio uma reclamação sobre isso? Na sua empresa de *call center*?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Ah, não... Descontos indevidos na reclamação?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – É. Essa é a pergunta. Já veio?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Sim, mas isso aí é prestação de serviço.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E o senhor tomou alguma providência em relação a isso? Avisou alguma autoridade de que estavam sendo feitos descontos indevidos quando o senhor soube disso por meio do *call center* da sua empresa?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – O senhor sabe que no ACT existe...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sim ou não?

O SR. CLEBER LOPES (*Fora do microfone.*) – Não vai responder mais. Dessa maneira não responde mais. A esse Deputado o senhor não responde mais.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sim ou não? O senhor tomou alguma atitude quando soube dessas...

O SR. CLEBER LOPES (*Fora do microfone.*) – Não vai responder mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Presidente, vou pedir para recompor o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, ele não está se predispondo a responder às perguntas de V. Exa.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Então, responda se o senhor tomou sem dizer "sim" ou "não". O senhor tomou providência ou não? De uma forma bem objetiva, quando soube.

O SR. CLEBER LOPES (*Fora do microfone.*) – Não tem perdão. (*Pausa.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não tem perdão o quê, doutor? O doutor está dizendo aqui que não tem perdão, Sr. Presidente. Para mim não tem perdão roubar de aposentado! Eu concordo com o Relator, tem que ter prisão perpétua, talvez até pena de morte!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Marcel van Hattem, por gentileza. Não tem perdão o quê, doutor, o senhor não pode interromper a minha inquirição!

O SR. CLEBER LOPES – Pode interromper...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, o senhor está desrespeitando esta Comissão!

O SR. CLEBER LOPES (*Fora do microfone.*) – Ele não vai responder!

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não tem perdão o quê? Eu fazer pelo senhor? Eu estou fazendo perguntas!

O SR. CLEBER LOPES (*Fora do microfone.*) – Exigindo respostas...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Presidente, eu peço por gentileza que o senhor recomponha o meu tempo e que eu possa me dirigir ao investigado e não ao advogado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, eu vou recompor o tempo, mas o investigado já disse que não vai responder às perguntas e não há como forçá-lo a isso. V. Exa. tem...

Põe os dez minutos novamente para o Deputado Marcel Van Hattem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Vamos lá, Sr. Presidente. Ele responde se quer, mas eu vou continuar fazendo perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Pois bem, ele disse que não tomou atitudes em relação ao que veio ao *call center* das suas empresas, que aliás me parece que não são empresas. Aliás não são, são CNPJs para lavar dinheiro. Não dá nem para chamar de empresário, é lobista para não dizer outra coisa muito pior.

A primeira matéria do *Metrópoles* tratando da Ambec, Sr. Careca do INSS, Antônio Carlos Camilo Antunes, aliás, é um desrespeito com esse Relator o senhor não ter respondido às suas perguntas – desrespeito e medo –, porque o Relator tem feito um ótimo trabalho e o senhor já ia se enrolar de saída.

A Ambec foi acusada já em dezembro de 2023, Sr. Presidente, de ter...

Ah, Sr. Presidente, eu não vou conseguir continuar assim...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não. Só um instantinho. O advogado... Deixa, vamos aguardar.

Suspenda o tempo do Deputado Marcel van Hattem, por favor.

O SR. CLEBER LOPES (*Fora do microfone.*) – Insistir no depoimento de quem opta pelo silêncio é crime de abuso de autoridade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, mas ele... Excelência, vamos falar no microfone para ficar nos autos aqui, o.k.?

O Parlamentar tem direito às perguntas e não será respondido pelo... Não será forçado. Isso aí ninguém vai forçá-lo a responder, mas o Parlamentar tem direito, como teve o Relator.

O SR. CLEBER LOPES – Deixe-me só dizer uma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CLEBER LOPES – A lei do abuso de autoridade é clara: insistir no depoimento de quem opta pelo silêncio, sobretudo valorando e constrangendo o depoente, configura crime de abuso de autoridade. Está na lei. É só olhar a lei. Está aqui a Lei 13.869: configura abuso de autoridade...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Presidente, eu estou...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante. Deixa o advogado se manifestar.

O SR. CLEBER LOPES – Configura crime de abuso de autoridade. "Incorre na mesma pena quem prossegue com o interrogatório: I - de pessoa que tenha decidido exercer o direito ao silêncio;"

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF. *Fora do microfone*.) – Igual o Alexandre de Moraes fez.

O SR. CLEBER LOPES – Configura crime de abuso de autoridade, então, V. Exa., como Presidente, não pode permitir que o Parlamentar valore a conduta, adjetive o depoente, e ele em silêncio. Então, isso é uma provocação para ver se o interrogando resolve falar. Isso não vai funcionar aqui comigo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência. Muito obrigado pela manifestação, mas há aqui uma imunidade parlamentar que precisa ser respeitada. O Deputado tem direito às perguntas e o depoente de não responder.

Com a palavra o Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Perfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor. Questão superada, por favor.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Perfeito, Sr. Presidente. Até porque aqui estamos no Parlamento e nós temos o direito...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Questão superada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... de fazer a nossa inquirição da forma como a gente entender melhor.

Portanto, com todo o respeito ao doutor que está aqui e com todo o respeito à mesa, continuo fazendo aqui minha inquirição, mesmo que o depoente decida, lamentavelmente, ficar em silêncio.

A Ambec, em 2023, na matéria de Luiz Vassallo, repito o que disse, já foi alvo de denúncias e, pelo que se percebe, pelo que se percebe, o Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes, o Careca do INSS, nada fez para avisar as autoridades daquilo que tinha saído na imprensa, para tentar então, quem sabe, resolver o assunto. E sabe por que, Sr. Presidente? Porque nós percebemos que ele tem aqui caído em contradição desde o início. Ele assinou procurações, ele foi procurador, sim, inclusive da própria Ambec. Aqui nós temos a matéria "Farra do INSS", do mesmo Sr. Luiz Vassallo, em que se percebe que foi feita uma procuração para o Antunes pela faxineira Maria Inês Batista de Almeida, em 2023, que era Presidente da Ambec, era faxineira, sabe de quem, Sr. Presidente? Das empresas do Maurício Camisotti.

Depois, Sr. Presidente, Raphaela Stéphanie Farias criou esse documento, então os metadados dela, isso também é a matéria do *Metrópoles*, fazendo outra procuração, outorgando, como outorgado o mesmo Careca, Antônio Carlos Camilo Antunes, dando poderes especiais específicos junto ao INSS para a Associação dos Aposentados Mutualistas de Benefícios Coletivos. Sr. Presidente, Sr. Relator, sabe quem é Raphaela Stéphanie Farias? Sabe quem ela é? Ela é advogada, desde 2022 até hoje, da Rede Mais Saúde, que é a empresa, sabe de quem? Do filho do Maurício Camisotti. E aí eu queria fazer uma pergunta, pena que vai ser retórica, pelo visto, ao Sr. Careca do INSS, que diz que não é Careca do INSS, eu queria fazer uma pergunta, ainda que fosse retórica para ele, sobre a sua relação com o Maurício Camisotti. Afinal, era uma relação de concorrência ou de parceria? Se o senhor pudesse me responder isso, eu agradeço, porque o senhor disse que era de concorrência, mas depois parece que é de parceria. Se o senhor não quiser responder, ótimo, porque aqui o que se percebe, Sr. Presidente, é que é uma relação de cumplicidade. É cúmplice Maurício Camisotti do Careca do INSS. E sabe por quê? Porque se percebe que ele está envolvido em uma série de outros casos de transferências de recursos entre empresas, procurações e assim por diante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante lembrar, aproveitando a pergunta do Senador Sergio Moro, que a Curitiba Consultoria em Serviços Médicos, que fez cartilhas sobre serviços médicos para aplicativos, é da Sra. Thaisa Hoffmann, que é companheira de Virgílio Filho, que era o procurador do INSS que foi afastado pela operação.

Então, Sr. Careca do INSS, eu gostaria de saber, Sr. Camilo – eu vou continuar, inclusive, chamando de Antônio Carlos Camilo Antunes –, eu queria saber sobre essa Curitiba Consultoria, se era muita coincidência, se era só essa empresa da esposa do procurador do INSS que podia oferecer serviços. De tantas empresas que tem no Brasil, só essa podia oferecer esse serviço, Sr. Presidente? Que coincidência que essa recebeu R$7 milhões do Careca do INSS, que agora ficou calado, decidiu não responder mais porque percebeu que as perguntas começaram a complicá-lo, até porque ele escorregou antes, quando perguntaram com quem ele tinha contato na Curitiba, ele falou Virgí... e passou depois a falar da Thaisa, que é a esposa do Virgílio. Ele se entregou aqui, eu queria dar a oportunidade até de ele corrigir a informação categoricamente, mas, pelo visto, ele não quer fazer isso.

E aí, Sr. Presidente, outra contradição que ele tem feito, porque o que a gente vê aqui é que não são só empresas, não, são só CNPJs para lavagem de dinheiro, certo? Várias empresas ligadas a Maurício Camisotti, que não é nem concorrente, nem parceiro, é cúmplice, empresas ligadas à família do Sr. Virgílio, ex-procurador do INSS, e até ao Eric Fidelis, filho do André Fidelis, que era Diretor de Benefícios do INSS.

Pois bem, aí ele chega aqui e diz: "Não tenho relação governamental, minha empresa não trabalha com governos". Concordo com o Sr. Zé Trovão. Essa foto aqui, mostrada pelo Relator da CPI, Gaspar, mostra exatamente o oposto. Ninguém chega assim a uma reunião, no dia 13 de janeiro, no início do Governo Lula para sentar-se com o Secretário-Executivo, hoje Ministro da Previdência, para fazer uma conversa de comadre. Na verdade, ele diz que foi convidado por este senhor aqui, que é Leandro Chaves. Sabe de quem ele é assessor? É assessor do Deputado Estadual José Queiroz, que é filho... que é pai, perdão, do atual Ministro da Previdência, Wolney Queiroz.

E aí ele diz que não tem relação com política e tal, mas que pena que eu não posso mais perguntar para ele, mas o Careca do INSS, de acordo com o *Metrópoles*, mandou vender o carro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de um aliado de um Senador do PDT e, na página três desta matéria impressa aqui, diz que esse carro estava em nome desse Gustavo Gaspar, que o PT do Lula aqui votou contra quebrar o sigilo e convocá-lo hoje. Hoje, o PT e a base do Governo Lula votaram contra. Este Passat, que era para vender, estava sabe onde estacionado, Sr. Presidente? Na empresa BSB Consulting, em Brasília, que ele acabou de admitir que é dele. A empresa do Gaspar, que foi assessor de quem? Do Wolney. O mesmo Senador da República do PDT, do mesmo partido do Ministro da Previdência, Wolney Queiroz, do Lula, que viaja no mesmo jatinho do Erik Marinho.

E, na página três desta matéria, nós vemos as fotos do Senador Weverton – Senador Weverton –, que viaja no mesmo jatinho do advogado, depois da Operação Sem Desconto, constituída pelo Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes, ou seja, advogado dele também! Eles vão no mesmo jatinho, e ele diz que não tem relação com o Governo. Está aqui o advogado, esse que o defendeu depois da Operação Sem Desconto, o ex-assessor do Weverton do lado do seu chefe.

Mas não é só aqui, é lá no Maranhão também. Tem uma compra de um *jet ski* que, segundo o Prefeito da cidade Presidente Dutra, o Prefeito que foi telefonado, teve uma ligação feita pelo jornalista do *Estadão*... O Prefeito disse que os R$100 mil que o Careca passou a Silvio Emílio Silva, seu Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, em julho de 2024, foi para comprar o quê? Um *jet ski*, Sr. Presidente. Está aqui, de novo; está aí o Silvio, o Weverton, demonstrando que a conexão política é óbvia.

E aí ele diz que foi o filho dele... Eu queria dar a oportunidade de ele responder para saber o que o filho dele, afinal de contas, foi fazer no *shopping* Pier 21, porque ele diz que o filho, por acaso, foi lá e daí viu os carros que são atípicos. Só que o próprio Careca do INSS tem Porsche, tem Mercedes, aliás, tem uma Porsche que ainda não foi recolhida pela Polícia Federal. Tem 11 carros, que eu queria saber onde estão, Sr. Careca, porque ainda não apareceram esses 11 carros, não foram ainda bloqueados pela Polícia Federal. E ele acha que vai nos enganar aqui, dizendo que o filho dele estava curioso para ver as Ferraris, no mesmo dia depois da operação da Polícia Federal, porque qualquer pessoa se espanta em ver uma Ferrari, quando ele tem 11 carros de luxo, que a polícia ainda não apreendeu – fora os que já apreendeu, inclusive algumas Porsches.

E aí, Sr. Presidente, fala que não tem relação com política, mas Paulo Boudens, que foi ex-Chefe de Gabinete do Davi Alcolumbre, que hoje ganha R$31 mil de um cargo remunerado aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

no Senado da República, recebeu R$3 milhões de outra empresa do grupo do Careca, a Arpar Participação e Empreendimento, que, entre 2023 e 2024, essa mesma Arpar recebeu R$49 milhões dos grupos do Careca. Me perdoe, os grupos do Careca mandaram R$49 milhões para a Arpar, que mandou R$3 milhões para o ex-Chefe de Gabinete do Davi Alcolumbre, mas ele não tem relação com político, e é isso que a gente precisa achar, até para chegar à cereja do bolo, ao *capo di tutti capi*, que está aqui: Lula.

Eu queria tanto perguntar, não vou poder...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... se ele conhece – é claro que conhece – a Sra. Roberta Luchsinger, com quem ele esteve; uma lobista, amiga do Lula; concorreu a Deputada Federal pela esquerda. Eles estiveram quatro vezes – quatro vezes – no Ministério da Saúde, das quais três só foram descobertas por Lei de Acesso à Informação, vendendo serviços de empresas médicas – de fachada, eu imagino, talvez não –, junto com a World Cannabis dele, mas ele não quis admitir essas coisas e, por isso, ele ficou com medo das perguntas do Relator.

E, por fim, Sr. Presidente, eu acho que ele tem que ter, sim, uma acareação com Eli Cohen, mas melhor ainda vai ser com o Rubens e com o Milton, que estiveram aqui semana passada. Eu quero essa acareação, Sr. Presidente, porque agora ele está botando a culpa no contador: "Ah, quem sabe isso foi um problema de contador". O seu Milton veio aqui, Sr. Careca, e disse para todos nós que, no momento em que viu que não tinha transparência nos negócios, no momento em que ele percebeu que o senhor estava pedindo coisas que não deveria, houve uma desavença, e o senhor o trocou. Eu queria tanto saber que desavença foi essa!

Para concluir, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência; para concluir.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – A gente viu desde o início aqui, só para... Uma pessoa muito fria, inteligente, sim, mas eu queria dizer: até por conta do roubo hediondo que foi cometido, só uma pessoa fria desse jeito, só uma pessoa fria, que se manifesta dessa maneira, até se cala diante de perguntas agora, que achou que estava abafando até momentos atrás, pode

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

cometer esse crime hediondo contra aposentados, roubando de velhinhos e deficientes físicos, e hoje fazer de conta que não tem nada a ver com isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Excelência, por favor.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu espero, Sr. Presidente, que justiça seja feita e, Sr. Careca do INSS, o senhor pague por todos os crimes que cometeu.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

Podemos dar sequência, senhores?

Deputada Bia Kicis com a palavra por dez minutos.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF. Para interpelar.) – Pois não, Presidente. Muito obrigada.

Sr. Antônio Carlos, o senhor diz que não se identifica como Careca do INSS; que isso foi uma personagem criada, que não tem a ver com o senhor. O senhor se identifica como o Mala? (*Pausa.*)

Esse apelido Mala é um apelido familiar para o senhor?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES (Para depor.) – Na década de 1970... de 80, eu tinha um apelido desse com os amigos, porque, de forma muito descontraída... Nós tínhamos um amigo de nome João Carlos Lucena, que era uma pessoa muito descontraída e contava piadas o tempo inteiro.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Então, esse é...

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – E, a essa época, eu ria que nem uma mala aberta.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Então, este apelido o senhor conhece: Mala?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Sim.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Tá.

O senhor foi... Antes de o senhor ter essas empresas de sucesso, o senhor foi caminhoneiro?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Correto.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – O senhor foi caminhoneiro. E o senhor trabalhou também com empresas de saúde, convênios entre Brasília e São Paulo?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não; não entre Brasília e São Paulo. Eu fui Superintendente de uma Unimed, de uma cooperativa de prestação de serviço médico, a Unimed Paulistana, que era...

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Em São Paulo.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Exatamente.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Certo. Eu pergunto isso, porque eu tive acesso a algumas pessoas daqui que conhecem o senhor de muito tempo. E essas pessoas comentam que estranharam muito a sua mudança, que o senhor enriqueceu muito rapidamente, e eles comentam: "Tem alguma coisa errada". Então, isso é um comentário de pessoas que te conhecem há muito tempo e que estranharam muito a maneira como o senhor enriqueceu em tão pouco tempo e tão rápido. E eu acho que não ficou claro aqui para nós como foi que o senhor conseguiu amealhar esse patrimônio milionário, bilionário, não sei.

Então, eu gostaria de saber do senhor como é que o senhor justifica, por exemplo, vou citar aqui, num intervalo de pouco mais de 150 dias, o senhor movimentou R$12.240.873 em três instituições financeiras distintas, o que não corresponde à sua renda declarada. Qual é a origem desses recursos e qual foi a finalidade dessa movimentação?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Vou repetir aqui para ficar bem claro. Quando se fala toda hora, fazem referência, "ah, isso não corresponde à sua declaração de Imposto de Renda ou ao seu rendimento." Vou voltar mais uma vez, Deputada. É necessário que se faça uma alusão a que ano foi. Eu repito, todas as minhas declarações de Imposto de Renda estão disponíveis no inquérito com a Polícia Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – A...

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Só um minutinho.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Bom, a restituição...

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Só um minutinho, só um minutinho.

Para concluir, a referência do "Ah, você enriqueceu." As pessoas ficaram assustadas. Eu lhe pergunto, me conhecer, mas não fazer parte da minha vida nos últimos 30 anos não significa que isso seja uma justificativa. Até porque, nesses 30 anos, a evolução da minha graduação, do meu esforço, do meu empenho e trabalho, ninguém comentou para com a senhora, comentaram?

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – O.k. Olha, as pessoas que comentaram comigo, que conhecem o senhor, disseram que de dois anos para cá é que a coisa foi muito surpreendente. Não se trata de pessoas que não o veem há 30 anos.

Outra coisa, uma pergunta: o senhor possui imóveis em Miami, além da casa que o senhor falou que possui lá? O senhor possui imóveis, inclusive comerciais, em Miami?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Em Miami, não.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Na Flórida, nos Estados Unidos.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Na Flórida, tenho.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Na Flórida? Que imóvel o senhor possui na Flórida, além da casa em Sunny Isles, que o senhor falou.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – É um apartamento. Nós temos uma casa lá também, dividida em cotas, entre amigos.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Onde é que fica esse apartamento?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Eu vou, eu vou me... Eu vou... Não sei se eu vou falar aqui corretamente, mas eu acho que é no município, acho que é Kissimmee, eu não sei, eu não sei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – E o senhor tem... Kissimmee? E o senhor tem algum imóvel comercial? Na Flórida?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Não? Comercial, não?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não, só tenho o registro de locação... De locação, não, o registro da empresa.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Registro...

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Que é no endereço da casa.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Sei.

E o senhor possui alguma empresa em algum paraíso fiscal?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Paraíso fiscal, tenho nas Ilhas Britânicas e tenho também uma *offshore* no Panamá.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – E essas empresas estão todas declaradas?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Corretamente.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Todos os documentos juntados? A gente, ao examinar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Tem uma inclusive...

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – ... os documentos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Uma inclusive está nacionalizada aqui.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Certo.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – E as outras são constituídas, Deputada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – O senhor fala que a gente teria que dizer em que ano para saber da sua declaração, mas o senhor conhece as suas declarações. Então eu pergunto: nesse intervalo de pouco mais de 150 dias, o senhor movimentou mais de R$12 milhões em três instituições financeiras distintas? O senhor movimentou?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – A senhora se lembra que no início da minha fala, eu falei que toda essa massa de brasileiros, para mim, são vistos como consumidores, os quais, os meus clientes detêm esse grupo de consumidores. Eles, aí, como um valor *per capita*, certamente chegaram a esse montante movimentado.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Por falar em valor *per capita*, o senhor citou...

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Só um minutinho, só para a gente também ter...

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – É que...

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Ah, desculpe.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – É que eu queria que as perguntas, as respostas fossem bem objetivas, porque vai comendo o meu tempo de pergunta também. Por isso que eu prefiro respostas objetivas.

O senhor...

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – A senhora quer fazer as perguntas, e eu responder no final?

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Não, eu prefiro bate-pronto assim.

O senhor, por exemplo, citou a questão de *per capita*, que a Sra. Thaisa, médica, que seria terceirizada, que ela recebeu 7 milhões, mas que o valor *per capita* era R$2,50, da consulta. Então, quanto tempo durou a consulta?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não, não da consulta, não da consulta, de cada equipamento referente aos associados à época.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Como assim equipamentos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Equipamentos... O material que ela produziu. Não equipamentos. O material produzido.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Que material que ela produzia?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Vou repetir aqui: material de aula médica, referente a doenças prevalentes em pessoas com mais de 60 anos, aposentadas, seja na parte...

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Sim, mas dá 2 milhões e 800 mil.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Se a senhora fizer a recorrência...

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Dois milhões e 800 mil?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – A cada... A cada...

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Quanto tempo foi a contratação dela?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Senadora aí... Deputada...

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Deputada Bia Kicis. Quanto tempo durou a contratação dela?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Deputada, eu acho que esses valores estão acostados na...

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Não, eu estou perguntando quanto tempo durou, porque uma pessoa que ganhou 7 milhões...

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Eu acho... Eu acho que deve ter sido superior a sete meses, oito meses.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Em sete, oito meses, ela conseguiu amealhar, receber 7 milhões. Que serviço maravilhoso! Realmente, um serviço inacreditável.

Esses valores que passam...

E todos de pessoas, me desculpa, todos de pessoas ligadas. É uma teia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente vai percebendo aqui, o Deputado Marcel colocou, o Senador Moro colocou, a teia que vai se formando, sempre caindo em pessoas ligadas a algum dirigente do INSS, a um filho, a uma mulher, ou, então, pior, a algum político, a um Senador. O senhor falou que não tem envolvimento. E a gente quer chegar ao chefão.

A gente sabe que o senhor é um intermediário. O senhor fala que não tem nada com isso, mas está muito evidente que o serviço que o senhor prestava sempre envolvia pessoas que estão, sem dúvida alguma, envolvidas nesse escândalo, nesse roubo que lesou milhões de brasileiros, pior, aposentados, velhinhos, velhinhas, pessoas vulneráveis.

Então, assim, é inacreditável, porque eu não acredito em tanta coincidência assim. Não é possível que todo mundo que se aproximou do senhor era... Com uma grande... Apenas queria prestar um serviço. O senhor foi contratado apenas para prestar serviços, sem nenhum envolvimento com as pessoas que o procuravam.

Está ficando muito claro que isso não é possível.

Então, eu queria dizer ao senhor que o seu silêncio o coloca numa situação muito complicada, porque o senhor está envolvido com pessoas, certamente, muito perigosas, pessoas muito poderosas e pessoas muito perigosas. E a gente fica imaginando, talvez, as chantagens, as ameaças que o senhor possa estar sofrendo, porque o seu silêncio o coloca numa situação muito perigosa.

Eu gostaria até de fazer esse alerta aqui, porque nós gostaríamos que o senhor viesse aqui para colaborar. Quando o senhor resolveu vir hoje por livre e espontânea vontade, uma vez que o senhor tem um *habeas corpus* que lhe facultaria...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – ... não vir, nós esperávamos, eu pelo menos esperava que o senhor viesse disposto a colaborar, a nos ajudar a destrinchar, a revelar o que está escondido nesse emaranhado, nesse emaranhado de mentiras, nesse emaranhado de coisas muito esquisitas, ocultas. Mas só tem gente grande e está chegando até num assessor do Presidente do Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a gente não tem acesso às imagens, porque querem esconder. Quando alguém aqui diz que o fato de um Relator ler uma nota, que isso estaria, diminuindo, colocando esta Comissão, estaria desmoralizando esta Comissão, eu quero dizer que o que desmoraliza esta Comissão é, por exemplo, o Governo se imiscuir e botar seus *pit-bulls* aqui para impedirem que requerimentos de pessoas ligadas à Contag, porque a gente sabe que 80% desse roubo está ligado – estou concluindo, Presidente –, 80% dessa grande fraude, roubo, está ligado à Contag... Então, a gente vê o Governo aqui protegendo a Contag – é isso que desmoraliza esta Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Senadora...

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – ... e também pessoas investigadas...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... Deputada...

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Estou concluindo, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Estou concluindo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – ... E também pessoas investigadas receberem *habeas corpus* do Supremo Tribunal Federal, a torto e a direito, para impedir o trabalho desta Comissão.

Mas nós iremos chegar até o fim.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O senhor quer comentar?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Deputada, primeiramente, eu acho que a senhora fez aqui colocações que... Algumas eu não posso responder, porque justamente eu não sei. A senhora me pede uma colaboração de algo que eu não sei.

Esteve aqui nesta Comissão uma pessoa que chegou aqui e falou um monte! Falou muita coisa séria, grave; porém, nada... Não trouxe um documento, não trouxe uma folha para comprovar tudo o que disse.

Como a senhora bem disse, eu estou aqui com *habeas corpus*, que me garantia não estar aqui, para chegar aqui e ficar plenamente calado, e, desde o meu momento, na minha fala inicial, eu repito: eu vim aqui para colaborar. Gosto e espero, enquanto brasileiro, enquanto eleitor, que isto daqui realmente chegue e consiga identificar onde estão as falhas. Se há uma, uma... Se há um esquema montado, se há isso, que chegue e apure.

O fato é o seguinte: eu venho a esta Comissão com a verdade, e tudo aquilo que foi me dito – "Você chegou muito bem preparado", "Você é frio"... Não! Só estou com a verdade, a minha verdade de contratos firmados, assinados, no mundo privado, reconhecidos em cartórios, válidos; documentos entregues, comprovados os serviços, inclusive mostrados aqui. Em um dos serviços, somente, a economia e a quantidade de associados, as quais... Estavam assim: "Ah, tem 23 que não têm a conformidade" – e mostra lá que teve quase 36 mil, num único mês de utilização...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Então, eu espero, realmente – faço coro aqui à sua voz –, que isso realmente seja efetivo e que esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito encontre realmente os culpados ou as falhas, e que daí, então, siga em frente. Mas eu vou reiterar para a senhora, a qualquer... Aonde for, não só à senhora, a qualquer brasileiro: eu não sou o Careca do INSS.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Senador Styvenson Valentim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente, todos os Parlamentares aqui presentes.

Sr. Antônio, obrigado por ter vindo, viu? Com a sua verdade, o seu advogado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

As perguntas que eu vou fazer o senhor já comentou aqui, então está tranquilo.

Eu fiquei curioso.

Primeira pergunta: Senador Styvenson Valentim – o senhor me conhece?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES (Para depor. *Fora do microfone*.) – Não.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – O senhor já foi ao meu gabinete?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES (*Fora do microfone*.) – Nunca.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Então, eu estou excluído. Estou excluído, então...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vou repetir aqui, para ficar gravado aqui: nunca, e nunca estive.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Então, de Senador, aqui, eu já estou excluído, por o senhor nunca ter entrado no meu gabinete, nunca ter falado comigo, a não ser agora...

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Eu nunca o tinha visto.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Mas o senhor disse que viu, porque aqui o senhor não está fazendo só a defesa...

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não, sim; sim, aqui.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Aqui, o senhor não está fazendo a defesa só do senhor; o senhor está fazendo a defesa também... E eu só vi o senhor fazer isso uma vez, no início da sua fala: o senhor defendeu a Confederação Brasileira de Pesca, lá no início, dizendo que participou de alguns eventos, viu; falou da idoneidade, deu um atestado de idoneidade para essa confederação.

E o senhor falou antes, para um Parlamentar aqui, que alguns dos seus contratos – que o senhor disse que busca pessoalmente, porque é um bom empresário e vai lá buscar o seu cliente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

prospectar o seu cliente... O senhor disse que, no caso da CBPA, o senhor foi pessoalmente. O senhor tratou com quem?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Com o Presidente, Abraão Lincoln, e o seu diretor financeiro, o Gustavo, se não me engano; me faltou o nome dele aqui.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Perfeito. O senhor tratou com ele. O senhor se lembra da data?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Foram, acho que... A data realmente eu não lembro porque faz algum tempo aqui. Acho que eu posso me perder...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Mas foram alguns meses...

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Eu acho que tem uma data que pode ser colocada, sem dúvida: uns 45, 60 dias antes da firmação do contrato com eles.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Tá.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Essa é uma data que está...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Mas eu queria saber quando foi o contrato, porque o senhor abriu a Prospect. Foi a Prospect que fez o contrato com a CBPA?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Senador, eu peço desculpas ao senhor para saber das empresas que têm o contrato firmado, mas eu lhe asseguro...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Mas...

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – ... mas eu lhe asseguro...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Mas foi alguma de suas empresas?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Com certeza.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – E dentro dessas empresas que o senhor contratou – que o senhor não lembra a data em que foi o contrato –, o senhor prestou o serviço já... O serviço que o senhor comumente presta: essa telemedicina, essa assistência jurídica, de controle aí econômico para os aposentados, foi esse serviço que o senhor contratou?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – O combo de serviço com a CBPA foi do SAC, que era o atendimento aos clientes, e o aplicativo com eles também. Seguro de vida, auxílio-funeral, todos esses serviços e quantitativos estão especificados em cada nota fiscal.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Tá. Perfeito. O senhor sabe o valor do contrato?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – É *per capita,* para cada serviço eu não sei.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Tá, mas então se era *per capita*...

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Inclusive, Senador, só para reiterar aqui. Eu me lembro que, à época, a nossa rescisão contratual com o SAC foi justamente porque não encontrava o equilíbrio econômico-financeiro.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Perfeito. Mas porque, então, se era *per capita*, é uma curiosidade saber que a empresa, ou a confederação brasileira de pesca artesanal, presidida pelo Presidente Abraão Lincoln, lá do meu estado, Rio Grande do Norte, fundada em abril de 2020, passou praticamente dois anos sem nenhum tipo de associado – praticamente dois anos. E logo após o contrato – e eu não sei a data que o senhor formou esse contrato e nem sei o valor *per capita* –, esse número subiu exponencialmente para 321 mil; em 2024, 450 mil.

Sabendo que o senhor faz contrato *per capita*, não é estranho o senhor fazer um contrato com alguém ou com uma confederação que não tinha nada e diz que o serviço... Vamos lá! Se a confederação não tinha nenhum associado; não tinha nenhuma pessoa naquele momento em que foi feito, em 2020, na pandemia, e, depois do contrato que o senhor faz, ele explode para 450 mil, sabendo que o senhor ganha de forma *per capita*, não tem uma relação estranha, não? Qual foi a participação do senhor? O senhor ajudou nesse crescimento *per capita*?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não, senhor.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Não ajudou?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Só para, só para...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Mas ganha "percapitamente?"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Só para que o senhor saiba e também eu faço questão de esclarecer isso aqui. O Sr. Abraão Lincoln, ele era antigamente da CNA, da confederação nacional de pesca e aquicultores, alguma coisa assim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Tá

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – E a CBPA foi criada, segundo apresentado, por essa dissidência.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Perfeito.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – E parte desses associados, de forma expressiva, acredito eu – e esse era o discurso –, que era em função dessa dissidência e dos novos associados que vieram da CNA para a CBPA.... CBPA, o correto é...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Mas de 2000 e...

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – É a Confederação Brasileira de Pesca e Aquicultura.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Mas tem uma coisa que não bate, senhor.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Aí o senhor vai ter que...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Uma coisa que não bate é a seguinte – eu sei que não estou perguntando ao senhor, eu vou perguntar isso ao Abraão Lincoln quando ele vier aqui –: se de 2020 a 2023 não tinha ninguém e, depois do contrato que o senhor fez com ela sobe para 450 mil, é no mínimo curioso, já que o senhor ganha *per capita,* já que o senhor ganha por pessoa associada. No mínimo, está estranho.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Posso, posso...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – E sabendo que a empresa do senhor, a Prospect, que eu presumo que seja a empresa prodígio do senhor, a que mais ganha... Eu estou certo? A que mais dá lucro para o senhor é a Prospect ou tem outra empresa dentro desse número de empresas que foi citado aqui que é mais lucrativa? O senhor pode dizer?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Eu acho que a que tem o maior número de contratos foi a Prospect, realmente.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – É a que mais ganha? É a que mais recebe?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – A quantidade maior de contrato está com ela.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Perfeito, porque a Prospect fez um contrato, também *per capita*, no valor de 27,5%, no desconto de folha de cada associado. Era esse valor também que o senhor cobrava do Abraão Lincoln, da CBPA, 27,5%?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Primeiro que há que se...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – *Per capita*.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não. Primeiramente, é o seguinte: o *per capita* não se refere a 27,5%. Não se refere a isso.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Não?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não, não. O serviço prestado refere-se a valores como telemedicina, seguro, auxílio-funeral. Isso, sim, é *per capita*.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Então, sim. Então, o senhor cobrava 27,5% por cada associado?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não, não, não, não, não. Eu expliquei novamente para o senhor, para cada serviço tinha um valor aqui.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Então, para cada serviço era 27%, é isso?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não... Eu vou explicar o que eu já disse aqui n vezes.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Hã.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Para cada serviço, era *per capita* e tinha o seu serviço declarado lá. O 27,5% era um teto limite estabelecido em contrato, porque faturamento, isso aí realmente era incabível.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Me diga uma coisa, esse aplicativo do senhor precisa de internet, né?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Com certeza.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Aí o senhor foi para a Amazônia a convite do Abraão Lincoln, não foi? Que o senhor até se emocionou.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – A convite... Exatamente.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Aí o senhor viu um pescador que remou 14 horas sem nenhum... O senhor acha que a pessoa tem internet para poder acessar o seu aplicativo?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – O meu aplicativo não. Lá no rio? Lógico que não.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Não, né?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Lógico que não, mas em Manaus, certamente, tem.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Não, mas...

Não, espere aí. A pessoa que navegou 14 horas de barquinho, de voadora, que saiu do canto dele... O senhor acredita que todas essas pessoas aqui – como essa que o senhor viu, com a qual o senhor se emocionou – têm internet para usar o seu aplicativo? Eu fico com essa dúvida. Eu tenho essa dúvida.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Eu acho que deve ser feita aí uma amostragem do percentual de associados que tem e das regiões do Brasil, principalmente das suas localidades. É sabido que o Brasil tem uma grande malha hidroviária e que há pescadores realmente de água doce e de água salgada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Tá, mas todos os seus serviços dependem da internet, porque são aplicativos.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – O percentual...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Nada é presencial.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Correto.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Perfeito. Mais uma para o senhor.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Até porque... Até porque são redes de desconto com lojas de comércio.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Entendi.

Só para encerrar, a última pergunta: o senhor veio para cá de forma voluntária, eu penso assim.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Correto.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Diz que tem o *habeas corpus,* está protegido pelo STF... Nem mesmo de comparecer aqui...

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Correto.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – O senhor está com a verdade, está muito seguro, está aí do lado do superadvogado Cleber, que faz um trabalho incrível.

O senhor confia na sua mulher?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Oi?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – O senhor confia na sua esposa?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Claro.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – O senhor sabe da idoneidade dela?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Tanto que a colocou como sócia. Não foi isso?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Pelo nosso regime de casamento...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Não.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – ... ela não faz parte de quadro societário algum.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Não faz?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não faz.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Não participa de nada?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não faz, não faz.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Não está envolvida em nada?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Nada, com certeza.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Então, o senhor acha que...

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não. Envolvida nas decisões estratégicas da empresa? Não.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Então, o senhor acha que tem algum problema de a gente continuar com o requerimento e convidá-la para vir aqui dar depoimento com a mesma tranquilidade que o senhor está dando, já que o senhor confia tanto nela, na idoneidade dela?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Eu acho que seria um ato de constrangimento, porque ela é uma professora aposentada, o Senador Izalci aqui apoia onde ela trabalhou por mais de 25 anos, na escola de Centro de Ensino Especial do Guará. Isso aí é fato. Ela ficou lá 25 anos. Ela não tem formação acadêmica...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – ...nenhuma empresarial, e de nada sabe. Então, a meu ver, seria um constrangimento trazê-la aqui – a meu ver.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Então, o senhor se dispôs voluntariamente a vir para esta CPI hoje para substituir, ou fazer uma troca, uma permuta para substituí-la nesse constrangimento? Não houve?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – De forma alguma.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Não há?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Volto e repito aqui...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Então, quer dizer que não existe acordo de o senhor estar aqui presente hoje em relação à proteção da esposa ou do filho? Então, a gente pode convocar, né?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Que eu saiba isso não foi feito, e vou repetir aqui ao senhor: a minha decisão de vir aqui era única e exclusivamente que, primeiro, eu teria que ir à Polícia Federal. Os exatos cinco meses da Operação Sem Desconto foi no dia que eu fui ouvido, no dia 23 desse mês.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Então, Sr. Presidente, o requerimento para ouvir a esposa e os filhos já foi votado, né? Já tem data?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está para ser votado, Excelência.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Já está para ser votado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O do filho já está votado.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco/PSDB - RN) – Está o.k., então.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

Deputado Fernando Rodolfo, com a palavra.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Antônio, eu gostaria aqui de fazer algumas perguntas. Na verdade, para tirar algumas dúvidas que restaram desde o início da sua vinda aqui.

O senhor já esteve em Caruaru, Pernambuco?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES (Para depor.) – Sim.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – O senhor disse que teve uma conversa lá com o Zé Queiroz.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não, com ele em Caruaru, não. Em momento algum eu disse que estive com o Zé Queiroz em Caruaru. Eu disse que o Leandro é assessor dele. Conheço a cidade, mas não estive com o Zé Queiroz.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – O senhor falou aqui que tinha algumas demandas para tratar em Pernambuco.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Exatamente, com o Leandro Queiroz, numa outra atividade, que não tinha nada a ver com Parlamentar.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Não tinha nenhuma relação...

Mas o senhor falou em Zé Queiroz aqui hoje.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – É porque o Leandro era assessor dele ou prestava serviço para ele.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – A respeito dos carros que foram localizados pela Polícia Federal, no Pier 21, eu queria trazer aqui um trecho da decisão do Ministro André Mendonça para o senhor esclarecer.

Diz aqui:

> Tais veículos foram objeto de análise em imagens requisitadas. Nas referidas imagens, Danilo [que é o seu filho] desembarca e se dirige para a direita, em sentido oposto ao acesso da academia – seu destino final – circunda a Mercedes preta [...] e a Ferrari vermelha [...], e em ato contínuo passa a digitar mensagens em seu aparelho celular. Posteriormente, dirige-se ao acesso do *shopping*, trajeto que seria seu caminho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

primário, caso não tivesse "supervisionado" os automóveis de luxo deixados no local na noite anterior à deflagração da operação policial.

O senhor falou aqui mais cedo que seu filho foi lá apenas para tirar uma foto do carro porque gosta de carro. Foi isso que eu entendi ou entendi errado?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não, só para justificar: o meu filho frequenta a academia, acho que, se não me engano, tem dois ou três anos que ele frequenta lá. O motivo pelo qual ele se dirigiu até os carros é porque se trata de uma Ferrari, não é um objeto comum, e, ao lado dela, tinha um outro veículo também de grande expressão, vamos dizer assim.

O fato, Deputado, pelo qual eu não coloco aqui as imagens e o diálogo do meu filho, à época, com um amigo é porque simplesmente para preservar. Mas saiba que isso está já com o Ministro André Mendonça e também disponível à Polícia Federal, tanto os diálogos dele com o amigo... E aquilo ali foi meramente um encantamento de um veículo, de uma Ferrari, por um garoto de 21 anos.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Então, essa primeira análise aqui que consta na decisão do Ministro está equivocada.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Correto, até porque eu não conheço os proprietários do carro, não tenho nada a colaborar com esse racional colocado aí pelo agente da Federal.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – A *Folha de S.Paulo* de hoje traz aqui uma matéria: "Careca do INSS comprou salas comerciais por R$700 mil e pagou com Pix".

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Correto.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – O senhor comprou de quem aí essa sala?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – São duas proprietárias do Edifício Central Brasília, aqui no Setor Bancário Norte, 601 ou 603, se não me engano, as salas, o número delas, de proprietárias distintas.

Isso daí se tratava de um plano de expansão com as operações internacionais que eu tenho, pois, nesse andar, nesse edifício, as salas que não são minhas são alugadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Essa operação foi quando?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Março, fevereiro, por aí assim.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Então essas salas já estão em seu nome?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Correto. E lavrado... Inclusive, no momento da operação, via Pix, por necessidade e desejo da proprietária, das proprietárias, que, no ato do lavramento da escritura, fosse pago a elas via Pix.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Essas salas estavam nos nomes delas?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Exatamente.

E cada uma é distinta.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Eu queria lhe perguntar aqui algo que foi mencionado pelo Milton, quando esteve aqui nessa CPMI, sobre a Aline.

Quem é Aline?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – A Aline, hoje, é a minha atual Diretora de RH. Ela foi minha secretária.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Ela chegou a fazer anotações para o senhor nos cadernos que foram apreendidos pela Polícia Federal?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Essa história de cadernos apreendidos pela Polícia Federal, primeiro que eu acho que há um equívoco na informação como foi propagada. Primeiro que não existia essa quantidade de cadernos e anotações por mim realizadas.

Então, a Aline, se foram apreendidas anotações dela, tenha certeza que é uma relação entre a época que ela era minha secretária, entre o CEO da empresa e a sua secretária.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – A respeito dessas anotações, uma delas tinha lá assim: Justiça do DF, seguida de percentual entre parênteses (15% ou 40%), conforme divergências que foram encontradas nesses cadernos.

O senhor tem conhecimento disso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não. E eu te digo, essa é uma informação que está fora do contexto para mim, porque acho que meramente: "Ah, Justiça do DF, 15%, 20%, o que seja"...

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Havia também anotações que diziam assim: Stefa, 5%; Virgílio 5%; Stefanutto, 30%; Virgílio, 30%; e Justiça do DF, 15%, 40%.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Deputado, eu vou repetir aqui para o senhor. Desconheço essa informação. Acho que necessitaria ter acesso a isso para colocar no contexto.

Uma coisa eu posso afirmar: 5%, para quem quer que seja, não procede. Percentual nenhum.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – A Benfix, que é uma empresa do Camisotti, recebeu 10,8 milhões de três entidades: a Ambec, Cebap e Unabrasil.

A sua empresa, a Prospect, recebeu 2,145 milhões da Benfix, do Maurício Camisotti e da esposa dele, a qual, por sua vez, foi destinatária de dezenas de milhões de reais provenientes de associações controladas por Camisotti. Qual é a finalidade? Qual foi o objetivo desse recebimento de valor pela Prospect?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Vou repetir aqui o que já foi dito e registrado aqui nas notas taquigráficas: os serviços prestados todos estão baseados em contratos, notas fiscais emitidas e serviços prestados. Tudo que se refere a procuração, frente à movimentação de SEI, elas estão registradas lá no SEI. É simplesmente verificar a atuação que eu tive em prol dessas associações ou dos clientes. Simples assim.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – O imóvel onde o senhor reside hoje, a sua família reside, está no seu nome?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Ainda não.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Está no nome de quem?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Do antigo proprietário, ainda, porque não acabei de pagá-lo ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Quanto o senhor deve desse imóvel ainda?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Acho que um milhão e pouco.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Mas o senhor com tanto dinheiro assim não conseguiu ainda quitar esse imóvel?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Melhor utilização do ativo – né, Deputado?

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – E o carro? Seu carro pessoal, está no seu nome?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Ou está no meu nome ou no nome das minhas empresas.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Certo.

Como foi que o senhor conheceu o Milton, que trabalhou para o senhor?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Ele chegou através de uma seleção de LinkedIn, que foi uma obrigação, uma responsabilidade colocada para a minha secretária, que fizesse uma substituição e seleção para o cargo que o Milton ocupava... O Rubens ocupava.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – No caso do Rubens, ele começou a trabalhar com o senhor em junho?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não... O Rubens?

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Sim.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – O Rubens começou a trabalhar comigo no início de tudo.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Sim, certo.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – No início de tudo.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Mas ele disse aqui que foi em junho de 22. O senhor lembra...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – O Rubens?

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – É.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – O Rubens?

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Isso.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Acho que sim, isso aí.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – É que eu estou perguntando isso...

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não, é isso mesmo – é isso mesmo.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – ... porque a Prospect foi aberta em janeiro de 2022, e, na abertura da Prospect, já constava o *e-mail* do Rubens. Ele disse que só o conheceu seis meses depois.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Veja que, no momento em que o senhor me perguntou, eu hesitei para responder, correto? Essa data precisa eu não tenho, mas tem uma coisa que eu acho que é principal e que vai realmente elucidar isso tudo aí: é o contrato de prestação de serviços que eu tenho com ele. Esse contrato de prestação de serviços tem a data de quando começamos, valor, tudo certinho, nota fiscal paga. Eu acho que essa é a melhor forma de esclarecer, porque senão eu posso cometer um erro, Deputado, aqui com as datas e falar: "Ah, foi nessa época", "Ah, foi naquela".

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Como é que o senhor se sente hoje, sendo colocado no epicentro...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – ... desse escândalo, desse roubo bilionário que saqueou milhares, milhões de aposentados? O senhor nega veementemente todas as acusações, mas o senhor está colocado lá, pela Polícia Federal, como peça-chave dessa engrenagem. Como é que o senhor se sente hoje?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Eu acho que, primeiro, é importante a gente voltar novamente aqui ao início.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

As reportagens do *Metrópoles* começaram a partir de duas pessoas que acessaram o *e-mail* corporativo de um CNPJ de uma associação. Com troca de *e-mails* corporativos com a minha empresa, com a Prospect, eles fizeram a sua narrativa. Segundo, o Sr. Eli Cohen fez uma notinha primeiro para *Veja*, e depois foi procurado pelo Sr. Luiz Vassallo.

Eu acredito que toda essa narrativa, essa história fantasiosa, no que diz respeito a mim – no que diz respeito a mim... Foi simplesmente criado um personagem. Por várias vezes, eu tive contato de repórteres do *Metrópoles;* o Luiz Vassallo fez um contato comigo uma vez; depois Tácio Lorran, se eu não me engano, e depois "Serafião", alguma coisa "Serafião"; todos eles com perguntas alimentando a narrativa. Teve um profissional, do qual eu realmente reconheço o trabalho como um trabalho sério, que foi o Roberto Cabrini. Esse... Eu fiquei realmente muito tentado em fazer uma reportagem com ele para contrapor tudo isso que estava sendo construído, porque... Isto é um ditado popular: uma mentira contada mil vezes vira verdade.

Então, quando nós vivemos num mundo de *likes*, num mundo de *views*, muitos de nós, vou usar aqui, Senadora Thronicke, Soraya, uma fala sua recentemente: o Brasil está sendo enredado. É muita coisa que vai falando de *fake news*, é muita coisa. E eu falo: uma pessoa veio aqui – o Sr. Eli Cohen veio aqui –, e ele achincalhou empresas, instituições, sindicatos, empresários, a mim principalmente, atribuindo a mim uma responsabilidade inimaginável. Eu lhe pergunto: ele trouxe algum documento? Ele trouxe aqui alguma comprovação? Nenhuma.

Agora, eu vou reforçar ao senhor, mais uma vez: a minha decisão de vir aqui é justamente para esclarecer, com documentos, a minha inocência e acabar de vez por todas... Porque eu não sou o Careca do INSS, embora narrativas que estão sendo perpetuadas podem insistir nisso, mas eu acredito que no inquérito policial isso será demonstrado, principalmente em processo.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE) – Muito obrigado.

O meu tempo acabou, mas eu queria só agradecer ao senhor e lamentar aqui o senhor não ter respondido... O senhor respondeu a perguntas de todo mundo, menos à do Relator, que era muito importante para a gente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra, o Deputado Evair de Melo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Para interpelar.) – Sr. Presidente e Sr. Relator, vou me dirigir ao Sr. Careca do INSS, o Sr. Antônio Carlos, para poder dizer o seguinte: o senhor está enrolado porque o senhor está sozinho. Todos que passaram por aqui citam operações ilegais, suspeitas, de muita desconfiança da sua relação. O Sr. Rubens e o Sr. Milton, que disseram ser homens da sua extrema confiança...

Primeiro, a forma como o senhor recrutou alguém para ganhar R$70 mil para fazer praticamente... O que eles disseram aqui é quase que bater carimbo. Não sabiam, não viam, simplesmente recebiam ordem do senhor para fazer lançamento. Pagavam e recebiam sem nenhuma relação.

Os bens que o senhor tem patrimoniais e as citações... E hoje aqui o senhor começou a desvendar um mistério que me perturbava há muito tempo. Portanto, a teia na qual o senhor está, o senhor foi envolvido – o senhor está dizendo isso... Eu não posso acreditar que o senhor, com essa habilidade retórica... Inclusive o senhor deu um banho no Nelson Wilians, ele não tem a habilidade do senhor, ele se perdeu aqui completamente. O senhor, com essa habilidade toda, não pode ser inocente ao ponto de não perceber que estava operando perto, pelo menos, de gente que estava comprometida até o pescoço.

Então, só citar esse ponto e dizer para o senhor: o senhor vai ter muita dificuldade. Dezoito milhões de páginas está mais ou menos igual aos 70TB lá do INSS – desculpa –, do STF. É muita coisa...

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES (Para depor.) – Posso fazer só um aparte? Não é melhor do que nenhuma? Não é melhor do que nenhuma?

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Não, estou dizendo que tem muito documento. Inclusive, isso não condiz com o que o Sr. Milton e o Sr. Rubens disseram aqui dos arquivos. Eu perguntei isto para eles – onde estavam esses arquivos –, e eles disseram que não lembravam se tinham, se sabiam ou não sabiam a quantidade deles... Portanto, é uma dificuldade tremenda.

O senhor sabe quem é Roberta Luchsinger? O senhor sabe, Sr. Antônio?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Sei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Sabe quem é?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Conheço.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – O senhor teve negócios com ela?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Uma consultoria inicial, que não prosperou.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Que não prosperou.

O senhor sabe que a Roberta Luchsinger é amiga pessoal do Presidente da República, o Presidente Lula?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Nunca vi junto e não sei disso se é fato.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Então, vou mostrar para o senhor, para o senhor ver que existem provas de que ela é amiga pessoal do Lula, mas daqui a pouco a coisa complica um pouquinho mais.

Me admira o senhor falar que foi só inicial.

> Registros [oficiais] [...] [mostram] que a Roberta Luchsinger esteve quatro vezes no Ministério da Saúde [em] [...] 2023 e 2024. Somente [...] [uma dessas foi registrada] [na] [...] agenda oficial. [...] ela aparece como diretora de relações institucionais e governamentais da Duosystem. Já o Careca [o senhor], esteve cinco vezes na pasta.

E o senhor era o diretor da empresa de telemedicina, a Duosystem, empresa de Antônio Antunes e Luchsinger, que representaram junto ao Ministério da Saúde.

> Todas as visitas do Careca do INSS tiveram como destino a secretaria executiva do Ministério da Saúde, então comandada por Swedenberger Barbosa, o Berger, que atualmente é chefe do Gabinete Adjunto de Gestão Interna do Gabinete Pessoal do Presidente da República.

Olha com quem que o senhor foi se meter, Sr. Antônio, pela sua inocência, que o senhor diz aqui, o senhor se meteu com gente complicada.

> Somente uma delas, contudo, foi registrada na agenda oficial do Berger.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Sra. Roberta Luchsinger tem vários registros na Espanha. E aí, eu disse na primeira reunião ao Relator e vou trazer essa informação aqui: Roberta Luchsinger é amiga pessoal da esposa, ou seja, da nora do Lula, a amiga dela na Espanha é a nora do Lula, esposa do Lulinha. Começaram a entender a teia? E o senhor se meteu com esse tipo de gente.

Mas o senhor, não satisfeito em ser sócio da Roberta, que é, me parece, uma operadora do Lulinha – a coisa vai caminhar nessa direção –, o senhor trouxe informações aqui hoje... Porque eu moro numa pequena cidade do interior, e, de poucos anos para cá, nós começamos a ver a invasão dessas farmácias de rede. Uns falavam que era do Fernandinho Beira-Mar, outros falavam que era do PCC, outro que era do Marcola... Eu estou descobrindo que elas ficaram ricas com o senhor. Essas duas redes que o senhor cita aqui, com que o senhor tinha esses convênios, são farmácias que estão espalhadas no Brasil inteiro. Porque lá no interior, a gente é acostumado com a Farmácia São Pedro, Santa Terezinha, o nome do bairro, o nome da família, e de repente começaram a aparecer essas farmácias de rede se replicando como tiririca, sem nenhuma explicação. Tinha alguma coisa escondida por trás disso. Vamos fazer... Nessa linha, eu já estou inclusive pedindo a convocação aqui das duas farmácias que o senhor citou aqui hoje. Já pedi a convocação dos dois proprietários das duas redes de farmácia, para começarmos a desvendar essa teia.

Mas, na mesma sequência, eu já estou pedindo ao Decea... Esse avião que o senhor utilizou por algumas vezes... Eu pergunto se o senhor conhece o Sr. Erik Marinho. O senhor conhece, só se o senhor conhece, só.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – O senhor nunca esteve com o senhor Erik Marinho? O senhor conhece a esposa do Sr. Erik Marinho?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Também não.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – E com quem que o senhor falava quando o senhor usava esse avião? Qual era o contato? O escritório, o secretário do senhor, o senhor contratava no mercado? Como que o senhor fazia isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Na aviação executiva, tem um profissional chamado *broker*, que representa várias oportunidades de voo, que pode falar "tem um voo saindo daqui para lá, daqui para outro canto". Geralmente, quando eu necessitei utilizar, foi por tempo e porque não tinha vaga disponível ou senão o preço da passagem era superior à locação de uma cadeira dentro de um voo desses.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Fique tranquilo, nós já estamos pedindo ao Decea, nos últimos 48 meses, porque esse avião tem *transponder*, vamos pedir toda a rota dele de navegação no Brasil e, naturalmente, a lista dos tripulantes. Vamos começar a desvendar esse tema também. A minha...

Só para dizer para o senhor que o Sr. Erik...

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Um minutinho, só, uma retificação que foi muito bem lembrada aqui. O Erik ao qual o senhor está se referindo,... O senhor pode mostrar uma foto dele, por favor? Porque nós estamos falando de Eric Fidelis...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Conheço, e ele inclusive é meu advogado com acostada procuração no processo aqui.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Isso complica o senhor ainda mais. Foi bom o senhor falar, porque o senhor acabou de assinar uma peça acusatória.

O Sr. Erik... Então, o avião, nós já estamos no rastro dele. A farmácia, já estamos no rastro dela. E, naturalmente, para deixar, Sr. Relator... Eu já tinha dito, no começo...

O senhor nunca ouviu falar no Frei Chico, não, né? O tio do Lulinha, que é o tio... que é o irmão do Sr. Lula. Possivelmente, o senhor nunca ouviu falar no Frei Chico, o senhor nunca esteve com ele...

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Nunca estive com ele.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Mas já ouviu falar – já ouviu falar –, assim como do Camisotti também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Principalmente aqui na CPMI.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Então, eu só vou reforçar, o senhor é sócio da senhora que tem negócios, amizade pessoal com o Lulinha.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Só para reforçar isto aqui: não tenho sociedade com quem o senhor mencionou, não faço parte desse quadro dessa empresa. Eu acho que era importante, na sua fala, apresentar o contrato social do qual o senhor fala que eu faço parte.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Então, eu peço ao seus advogados para que possam acessar a Justiça...

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não, isso aí eu posso explicar para o senhor: houve um erro de digitação da prestadora de serviço, que me registrou como membro disso aí, mas foi um erro da funcionária.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – O senhor sabe o que significa a sigla LAI? O senhor conhece essa sigla LAI? É a Lei de Acesso à Informação, e nela estão os registros do senhor, do Ministério da Saúde, ao lado, junto ou com a mesma agenda da Roberta...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – ... que é dito que é representante... Inclusive, o senhor consta como diretor de alguma coisa desse escritório dela. O senhor é diretor da empresa de telemedicina.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Isso é falso. Melhor dizendo: isso é *fake*.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Porque a Roberta também já falou e já registrou. Portanto, o senhor está indo em contradição de todos aqueles. O senhor é o único dono da verdade, e todo mundo até agora está mentindo. Isso é uma péssima vista, mas naturalmente, desvendando as farmácias, desvendando o avião e com a Lei de Acesso à Informação, possivelmente o senhor caminha para uma complicação difícil e o senhor, naturalmente, se perde cada dia mais.

Eu pergunto: o senhor tem alguma relação, já esteve...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A última pergunta, por favor, Deputado.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – ... com o Sr. Nelson Wilians? O senhor o conhece?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Nunca estive com ele e nem o conheço.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – O senhor já usou algum carro que pode ser dele?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Nunca.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Algum daqueles carros que o senhor diz que tem lá já pertenceu ou pertence ao senhor?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Nunca, Deputado.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Dou-me por satisfeito, e só para registrar, afinal, que o Sr. Antônio Carlos Camilo, o Careca do INSS, se complicou muito, porque as provas são contundentes do envolvimento dele com pessoas inescrupulosas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – O que me encanta é a inocência dele de não ter percebido que estava envolvido com uma quadrilha.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado ao senhor.

Com a palavra, Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS. Para interpelar.) – Presidente, cumprimento V. Exa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – ... pelo andamento dos trabalhos, toda a mesa, que aqui está, o Sr. Relator. Cumprimento o depoente, o Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes, e os seus advogados, Dr. Cleber Lopes e Dr. Murilo de Oliveira.

Gostaria de iniciar... Eu tenho perguntas a fazer. Precisei me ausentar um tempo, mas eu consegui ouvir, na medida do possível, as perguntas dos colegas via remoto, mas eu vou ter que usar pelo menos um minuto aqui para destacar algo que nos chateia bastante, e é um assunto a que nós precisamos ainda voltar, porque já deveríamos ter ultrapassado essa seara, mas eu sugiro a V. Exa., Sr. Presidente, que peça à Consultoria para que faça uma normativa, as regras para como os advogados devem atuar aqui. Não é do nosso costume, do nosso dia a dia, acompanhar depoentes em CPIs e CPMIs, justamente para que não, não... E até para entregar para os próprios Parlamentares, para que não passemos pelo dissabor desta manhã.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – E entregar antecipadamente. Por quê? Porque a pessoa... os advogados ficam sabendo no curso da oitiva o que podem ou não fazer. Então, aquele dissabor que passamos hoje de manhã... Acabou que um político que não está aqui, mas que não tem interesse no bom andamento desta CPMI, acabou pegando uma imagem minha conversando com os advogados do depoente, naquele momento em que ele disse que o seu cliente iria embora, não iria mais depor. Então... Só que subvertendo, fazendo ilações sobre a minha conversa com os advogados.

Naquele momento, liguei também para o Presidente da OAB, o Presidente nacional, Simonetti, para que possamos trabalhar com mais dignidade, mas, além de tudo, se eu tivesse que fazer alguma coisa errada, eu nunca faria em frente às câmeras. E também não queria atrapalhar V. Exa. E não fui eu que estive... Não sou eu a Parlamentar... Eu nunca vi V. Exas. Conheço milhares e milhares de advogados, sou amiga de advogados, e nunca estive com os senhores. A primeira vez foi aqui. Não fui eu que fui até o escritório de Eli Cohen dias antes, né? Aqui nós temos notícia de que Senadores estiveram com Eli Cohen. Não sou eu. Eu conversei com os advogados aqui. Então, peço que a imprensa cuide desse tipo de fofoca que escuta para que não subvertamos aqui o escopo desta CPMI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, eu gostaria de reiterar para V. Exa. que eu apresentei requerimento de inclusão do Sr. Eli Cohen no rol das prisões preventivas. Apresentei também o pedido de quebra de sigilo do Sr. Eli Cohen e do Partido Liberal, porque todos os dias, em todas as oitivas pelas quais passamos aqui, surgem novas notícias. Então, para que não fiquemos tratando e, de repente, fazendo ilações e manchando o nome das pessoas; para que consigamos fazer essa ligação ou saber realmente que não há uma ligação do Partido Liberal com esse Sr. Eli Cohen, que veio aqui, sim, como foi o caso do Sr. Rubens, que nada trouxe, mas o Sr. Eli Cohen nada trouxe. Ele veio desprovido de qualquer documento. Então, peço e reitero que o senhor paute para a semana que vem para a deliberativa.

Sr. Antônio Carlos Camisotti... Perdão. (*Risos.*) Sr. Antônio Carlos Antunes – são muitos nomes –, o senhor negou... Inúmeras vezes aqui, o senhor disse: "Eu não sou o Careca do INSS". Nós estamos tratando de entidades aqui, cerca de 39 entidades envolvidas – aparentemente envolvidas, porque estamos ainda em curso de uma investigação –, aparentemente envolvidas no escândalo do INSS, entre elas, associações e outros sindicatos. Nós estamos trabalhando especificamente num núcleo de nove entidades apenas, em que o seu nome aparece. Nós precisamos investigar as demais. Amar Brasil é uma que está me colocando uma pulga atrás da orelha, porque dizem por aí que quem seria o Careca da Amar Brasil? Então existem vários carecas.

E o senhor disse o seguinte...

E nada contra carecas, meu marido é careca, e eu sou favorável a que continue assim. Nosso amigo Marcelo Uccelli também, não é? Não é nada contra careca, não acho que seja abjeto, tá?

Mas dizem que existem outros operadores. Então o senhor disse que o senhor não é o Careca do INSS. O senhor sabe quem é o Careca do INSS?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES (Para depor.) – A minha referência ao Careca do INSS foi essa construída por uma mídia, a qual fez um enredamento, o qual induziu não só a sociedade brasileira, mas o Poder Judiciário a imaginar que esse personagem, o Careca do INSS fosse o responsável, o mentor de tudo aquilo que está acontecendo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Tá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de pedir que o senhor também, embora muita gente seja, muitas pessoas sejam contra o instituto da colaboração premiada, eu acredito que o senhor operando, o senhor operou, o senhor disse que operou, e operou de maneira lícita, é o que o senhor diz, e que entregava os serviços, o.k.? Mas se o senhor puder colaborar conosco, colaborar seria de suma importância, porque eu acredito que o senhor saiba de muita coisa, principalmente depois que foi deflagrada essa operação. Porque se houve, se há pessoas envolvidas, há muitas pessoas envolvidas, não é? Então é importante que o senhor pense em colaborar.

Gostaria de saber de um marco temporal aqui. O senhor poderia nos dizer desde quando passou a atuar representando empresas suas ou de outras pessoas perante o INSS?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Eu posso cometer um erro aqui temporal, mas eu faço questão de fazer o seguinte: toda procuração...

A senhora quer que eu lhe responda no final, para não consumir o seu tempo?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Eu gostaria, por conta do meu tempo.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Tá bom, o.k., o.k., o.k.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Gostaria também que o senhor destacasse qual a sua relação com o Domingos Sávio, porque segundo consta, essas empresas de *call center* manobravam falas dos pensionistas e aposentados para poder provar posteriormente que eles tenham concordado com o serviço.

Gostaria de destacar também, dentre os municípios do meu Mato Grosso do Sul, o Município de Paranaíba. Um número, assim, considerando o tamanho da cidade, um número muito grande de lesados nesse escândalo do INSS em Paranaíba.

Então isso me preocupa. Então o senhor também está ligado a essa questão do *call center*. Como é que operava, como é que opera, se o senhor realmente é sócio, perdão, do Sr. Domingos Sávio.

Por fim, eu gostaria de destacar, segundo uma matéria do Estadão, do dia 19/07/19, o Ministério da Cidadania, do então Governo Bolsonaro, assinou contrato com a B2T. O Ministro, à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

época, era Osmar Terra, que detinha a pasta do INSS durante o Governo Temer. O contrato tinha o valor de 6,9 milhões e foi assinado pelo Subsecretário de Assuntos Administrativos da pasta, Paulo Roberto de Mendonça. Vale destacar que, apesar de todos os alertas da CGU sobre os contratos com o Ministério do Trabalho em anos anteriores, a área jurídica do Ministério da Cidadania decidiu ignorar...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – ... os recursos interpostos na licitação e dar prosseguimento ao processo, declarando a B2T vencedora.

Para terminar, eu quero só dizer que essa matéria, depois que ensejou o escândalo, causou a demissão de toda a equipe de TI do Ministério e teria também causado a troca do Ministro Osmar Terra pelo Ministro Onyx Lorenzoni, que hoje estaria depondo em seu lugar, Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes.

Eu também pergunto ao nosso Presidente, dentro do nosso calendário, quando vamos ouvir Onyx Lorenzoni, porque, acima de todos os contratos, de todos os operadores, estão ministros, secretários e, por mais que o antigo Governo Bolsonaro tenha dito que diminuiu o número de ministérios, o que aconteceu? Ele transformou ministérios em secretarias, mas não diminuiu o tamanho da operação. Ele não enxugou nada, só mudou de nome.

Então, é importante que possamos ouvir. Já ouvimos o Ministro Lupi. Eu quero ouvir os Ministros do Governo Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Então, agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Agradeço e peço...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, Excelência.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Eu sempre defenderei os advogados. Somos mais de 1,4 milhão e jamais vou permitir que sujem o meu nome, ou o nome

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos senhores, e também que cheguem aqui e digam o seguinte – para terminar de verdade agora...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Eu ouvi dizer a hora em que chegou: "O senhor veio blindado pela impunidade".

Eu quero dizer que o senhor ainda está sendo processado, ainda, e por gente que fez curso de Direito, tá? Blindado pela impunidade. Ele está sendo processado e por aqueles que defendem, que estão dizendo que não está havendo o devido processo legal...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Senadora, por favor.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – ... que não está havendo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza, Senadora. Por gentileza, é porque nós tivemos o tempo para todos da mesma maneira.

Então, por gentileza.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Não...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, por favor.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Não seja injusto comigo, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, para encerrar.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Eu só quero lembrar isso.

Vamos respeitar todas as pessoas. E, sim, eu vou defender o devido processo legal até o fim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – E o senhor está sendo processado, sendo investigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, que possamos não nos utilizar aqui dentro desse tipo de falácia e atecnia.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O ex-Ministro Onyx seria ouvido hoje, mas, dada a vinda do Sr. Careca, será remarcado para o mais breve possível.

Pois não.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Senadora, vou responder àquilo que eu anotei aqui. Eu acredito que eu consiga te esclarecer.

Se são somente nove das investigadas, isso também muito me espanta, porque, desde o início do que foi propagado na Operação Sem Desconto, começaram com 12, depois aumentou. Se é somente nove, isso também me espanta.

Atitude colaborativa. O meu ato de estar aqui, mesmo com todos os documentos... Eu teria o direito de não vir...

Eu vim aqui justamente para botar fim. Eu não sou esse Careca do INSS. Esse personagem criado por matérias jornalísticas e reforçado por uma pessoa que veio aqui e não só me difamou não... Ele difamou diversos setores, diversas entidades, empresários, instituições financeiras, Polícia do Estado de São Paulo, departamentos como Deic, Gaeco.

Essa pessoa, simplesmente, envolveu todo mundo. E, mais ainda, falou que todas as documentações de filiação, de empréstimo consignado, tudo isso é falso, tudo isso é não sei o que mais, é falsificado. Trouxe o documento?

Então, eu acho que a minha única oportunidade de estar aqui...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – O senhor reconhece que lesão houve e há vítimas, né? É nesse sentido.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Ah, não, sim; sim, sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Ah, tá. Isso é inegável. Nós queremos saber quem são esses operadores, né?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – É. Justamente, a minha presença aqui é que eu trago, no inquérito da Polícia Federal, com o qual sempre colaborei... Sempre vou colaborar com qualquer medida judicial, com qualquer que seja a convocação, para onde for. Este daqui é o meu espírito, porque é simplesmente uma coisa: eu vivo no mundo privado, as minhas relações são com o mundo privado, são entre CNPJs. Os critérios estabelecidos da minha eficiência na prestação de serviço estão em contrato no mundo privado! Eu não tenho gerência, eu não tenho o poder de falar se um ACT está ultrapassado, se foram celebrados ACTs na quantidade que não se tinha de fiscalizar... Eu não tenho esse poder; eu não tenho.

Domingos Sávio: Domingos Sávio era um sócio que eu tinha, um amigo de bons anos. O que nos uniu foi um outro amigo problemático que tinha. Nós ajudamos ele de diversas formas, que necessitou de ajuda, e, quando houve essa oportunidade, nos juntamos e criamos um SAC. Primeiramente, esse SAC, chamado Callvox, ficou com ele. Essa Callvox...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS. *Fora do microfone*.) – Não é de "calvície", não? (*Risos.*)

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Não, não; é c-a-l-vox.

Eu repeti aqui, volto a esclarecer que pelos CNAEs é dito como *call center*, mas tanto a Callvox como a ACDS, a Truetrust, não teve nunca a função de *call center*, de ser ativo, de ligar para associado, de ligar prospectando; sempre passivo, sempre recebendo as ligações dos associados em busca de várias informações.

Então, essa é a minha relação.

Mato Grosso do Sul, Paranaíba. Conheço bem o seu estado. Tive a oportunidade de conhecê-lo tanto por vias aéreas... Conheço Dourados, uma grande metrópole, caminho para o Paraguai...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tenho um grande amigo, um médico pneumologista, lá.

E eu digo à senhora o seguinte: eu não sou responsável por cadastros; eu não sou responsável pela forma associativa ou de como qualquer associação, sindicato, confederação...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Quem é responsável?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Eles. As associações...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Eles quem?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, Senadora; por gentileza.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – ... As associações, sindicatos, confederação...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor poderia resumir, por gentileza?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – ... confederações. Eles são os responsáveis pelos seus cadastros.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – O.k.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Nada mais.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Obrigada.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – De nada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Nosso último orador: por três minutos, Deputado José Medeiros.

O SR. DELEGADO CAVEIRA (Bloco/PL - PA. *Fora do microfone*.) – Ainda tem eu, Presidente...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Caveira, não vi vossa inscrição aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, eu sei, mas não vi a inscrição de V. Exa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas vai ser colocado, então, perfeitamente. O senhor está aqui desde cedo.

José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Eu vou fazer as perguntas, e aí, no final, o Sr. Antônio responde.

Sr. Antônio, as empresas... A quais associações o senhor, as empresas do senhor prestavam serviço?

Outra pergunta: quantas vezes o senhor – porque foi mostrada uma foto aqui – se recorda de ter comparecido ao INSS, ao Ministério da Previdência Social?

E agora, Sr. Presidente, devo fazer um registro aqui, porque a todo momento eu vi que tentaram desviar das investigações e fazer sempre a mesma coisa para alimentar os *sites* de plantão e criar as narrativas a partir do que se fala aqui. Eu percebi que não é tanto para falar sobre o tema, é simplesmente para ser publicado no ISL, e por aí vai.

Então, eu gostaria, para a gente fazer um contraponto, que... o Governo Bolsonaro, tão logo foi avisado por aqueles peritos de quem foram mostradas as fotos aqui, tomou providência, como disse o nosso Senador Rogerio Marinho, e colocou aquela medida, que foi tão propalada e tão combatida por alguns nomes que eu vou ler aqui. Fizeram briga, nos xingaram – e eu estava lá. Mas vou lá: Zé Neto, Patrus Ananias, Freixo, Fernanda Melchionna, Sâmia, Áurea, Edmilson Rodrigues – que hoje está lá no Pará –, Daniel Almeida, Orlando Silva, Bohn Gass, Marcon, Valmir do PT, Paulo Rocha, Wolney Queiroz, Enio Verri, Jorge Solla, Rogério Carvalho, Ivan Valente, Lindbergh Farias, Wolney – que é o atual Ministro. Todos esses combateram fortemente as medidas feitas por Bolsonaro para combater as fraudes no INSS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E mais: agora, neste momento, o Deputado que estava aqui hoje – de quem agora esqueci o nome...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – ... mas ele colocou um projeto para acabar com os descontos, e enfiaram emendas no projeto dele para tentar continuar com os descontos. Mas teimam em dizer que o responsável é Jair Bolsonaro.

Então, eu gostaria de acrescentar aqui também que essa investigação que nós estamos fazendo aqui, ao que me parece, vai dar oportunidade para a gente chegar muito mais longe, porque, como foi dito aqui, começou em 2010.

Aí eu fui checar quais eram as associações que estavam envolvidas no mesmo esquema em 2010. Pasme, Sr. Presidente: estava lá a Contag; estava lá o Sindnapi.

Então, com certeza, nós vamos chegar longe.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – E eu peço que, se possível, o nosso depoente possa responder às perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor quer comentar?

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES (Para depor.) – A mim foram feitas aqui, que eu anotei, duas perguntas: as empresas a qual... as associações... elas estão registradas nas notas taquigráficas. Eu respondi isso aqui acho que umas cinco, seis vezes.

Quanto à minha presença no INSS ou no Ministério da Previdência, no INSS, eu repito ao senhor, eu já disse aqui, eu nunca estive não na sede, não numa superintendência. Eu nunca estive em sede, em unidade nenhuma do INSS. Nunca estive... para não ser falso eu estive, sim, na década de 80, quando eu era *office boy*, que eu vim aqui no antigo bloco O fazer a correção da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

guia de recolhimento de Previdência Social. Eu deveria ter uns 16 anos de idade. Foi essa época que eu vim a uma unidade do INSS.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Mas eu digo o ministério.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – O ministério já está aqui, nós comprovamos aqui. Eu estive duas vezes – duas vezes. Uma para falar com o Adroaldo Portal sobre uma doação de medicamento, de *cannabis*, e outra nessa reunião, que aqui está mostrado.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – E qual foi a primeira? Foi...

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Está registrado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, o tempo está encerrado.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) – Não, porque aqui tem um documento que acabou de nos chegar, Presidente... que dia 13 de março o depoente esteve lá.

Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Delegado Caveira, V. Exa. não está inscrito aqui. Pelo menos a Secretaria diz que não há inscrição.

O SR. DELEGADO CAVEIRA (Bloco/PL - PA) – Engoliram, então, a minha inscrição.

Desde cedo aqui...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, eu vou conceder três minutos a V. Exa., em deferência, porque realmente está aqui desde de manhã cedo.

O SR. DELEGADO CAVEIRA (Bloco/PL - PA) – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vou pedir, inclusive, à Secretaria também para que fique mais atenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DELEGADO CAVEIRA (Bloco/PL - PA) – Sim, senhor. E eu também vou ficar na próxima.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. DELEGADO CAVEIRA (Bloco/PL - PA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, demais Parlamentares, estou muito orgulhoso de estar fazendo parte aqui da CPMI que investiga o maior roubo da vida do Brasil – roubo de dinheiro público, é claro. Tirando a Lava Jato, neste momento, nós estamos aqui diante do epicentro da roubalheira, do desvio e da corrupção, chamado Sr. Careca do INSS.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência...

O SR. DELEGADO CAVEIRA (Bloco/PL - PA) – É o nome que todos aí já citaram, e ele não tem como negar que ele é o Careca do INSS.

Quanto ao advogado dele, a princípio falaram: "Olhe, é um advogado muito bom, está pago por lobistas, sabe-se lá de onde veio o dinheiro". Para mim, é um péssimo advogado, que só fez tumultuar aqui essa...

O SR. ANTÔNIO CARLOS CAMILO ANTUNES – Sr. Presidente...

O SR. DELEGADO CAVEIRA (Bloco/PL - PA) – Cale a boca! Cale a boca! Deixe-me falar! Respeite a minha palavra!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, Deputado!

O SR. DELEGADO CAVEIRA (Bloco/PL - PA) – Cale a boca, Cleber, você não está na sua casa não. Cale a boca!

O SR. CLEBER LOPES – Eu não vou permitir que você me trate assim. Quem o senhor acha que é?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado... Deputado... Vou retirar a palavra...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CLEBER LOPES – Eu sou advogado.

O SR. DELEGADO CAVEIRA (Bloco/PL - PA) – Cale a boca, rapaz!

O SR. CLEBER LOPES – Eu não sou estagiário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou retirar a palavra dele...

Excelência...

O SR. DELEGADO CAVEIRA (Bloco/PL - PA) – Cale a boca, advogado! Me respeite, rapaz!

O SR. CLEBER LOPES – Comporte-se como parlamentar... Comporte-se como parlamentar...

O SR. DELEGADO CAVEIRA (Bloco/PL - PA) – Cale a boca! Respeite a minha imunidade Parlamentar!

O SR. CLEBER LOPES – Eu também tenho imunidade.

O SR. DELEGADO CAVEIRA (Bloco/PL - PA) – Cale a boca! Para mim, você é um péssimo advogado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência.

O SR. CLEBER LOPES – A mesma imunidade que V. Exa. tem, eu também tenho. Eu sou advogado.

O SR. DELEGADO CAVEIRA (Bloco/PL - PA) – É um péssimo advogado.

O SR. CLEBER LOPES – Eu sou advogado e tenho imunidade.

O SR. DELEGADO CAVEIRA (Bloco/PL - PA) – Cale a sua boca!

O SR. CLEBER LOPES – Não me calo!

O SR. DELEGADO CAVEIRA (Bloco/PL - PA) – Você não está na sua casa, não!

O SR. CLEBER LOPES – Não me calo. V. Exa. não vai gritar comigo.

O SR. DELEGADO CAVEIRA (Bloco/PL - PA) – Cale a boca, Cleber Lopes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CLEBER LOPES – Não me calo! Não me calo!

O SR. DELEGADO CAVEIRA (Bloco/PL - PA) – Cale a sua boca!

O SR. CLEBER LOPES – Não me calo, porque V. Exa. não vai gritar comigo!

O SR. DELEGADO CAVEIRA (Bloco/PL - PA. *Fora do microfone*.) – Eu sou Deputado.

O SR. CLEBER LOPES (*Fora do microfone*.) – Não há hierarquia! Não há hierarquia entre advogado e Deputado! Não há hierarquia!

(*Tumulto no recinto*.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Delegado Caveira... Delegado Caveira...

O SR. DELEGADO CAVEIRA (Bloco/PL - PA. *Fora do microfone*.) – É um péssimo advogado!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Delegado Caveira... Delegado...

O SR. CLEBER LOPES – Eu não sou subordinado a V. Exa.

O SR. DELEGADO CAVEIRA (Bloco/PL - PA) – Não deixa ninguém falar...

O SR. CLEBER LOPES – E o meu cliente não vai responder às perguntas dele.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não... Mas só... Delegado Caveira... Para que V. Exa. mantenha o tempo, vai fazer um compromisso comigo de não se dirigir ao advogado, por gentileza.

O senhor pode se manter, fazer as colocações, ele não vai responder e, por favor, não se dirija ao advogado. O senhor concorda comigo?

O SR. DELEGADO CAVEIRA (Bloco/PL - PA) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, então está liberado.

O SR. DELEGADO CAVEIRA (Bloco/PL - PA) – Eu já falei o que eu pensava dele, e a gente vai dar continuidade, né? Não retiro nenhuma vírgula da palavra que falei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor... Por favor...

O SR. DELEGADO CAVEIRA (Bloco/PL - PA) – Eu não falei dele.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dê sequência à fala.

O SR. DELEGADO CAVEIRA (Bloco/PL - PA) – Ele pegou 20 segundos aí do meu tempo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dê sequência à fala, por favor.

O SR. DELEGADO CAVEIRA (Bloco/PL - PA) – Eu não estou falando dele, Presidente. Eu não estou falando dele.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu peço a V. Exa. que, por favor, dê sequência à fala para encerrarmos a...

O SR. DELEGADO CAVEIRA (Bloco/PL - PA) – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ...sessão.

O SR. DELEGADO CAVEIRA (Bloco/PL - PA) – A maior roubalheira do Brasil, sendo acobertada por diversos Senadores aqui, tão vagabundos quanto ele... Diversos Deputados Federais, tão vagabundos quanto o Careca do INSS.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou ter que cortar a fala de V. Exa., porque...

O SR. DELEGADO CAVEIRA (Bloco/PL - PA) – O senhor falou para eu não falar do advogado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, está flagrantemente contra os nossos preceitos... Eu sou obrigado a chamar a atenção.

O SR. DELEGADO CAVEIRA (Bloco/PL - PA) – Presidente, então não existe imunidade parlamentar para falar o que eu quero.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não é isso, Excelência.

O SR. DELEGADO CAVEIRA (Bloco/PL - PA) – O que eu penso é isso. Eu aprendi a conversar assim. Eu não cheguei aqui... Eu não cheguei aqui falando bonito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou ler para o senhor aqui, para que não entenda que se trata de qualquer questão pessoal.

O SR. DELEGADO CAVEIRA (Bloco/PL - PA) – Sim, senhor, pois não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Art. 22. Alerta ao Parlamentar. Dois, alerta novamente. Terceiro, cassar a palavra.

Se V. Exa. insistir nessas questões, eu sou obrigado a encerrar a fala, e nós darmos a finalização da sessão. O.k.?

O SR. DELEGADO CAVEIRA (Bloco/PL - PA) – Sim, Senhor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, por favor, pode dar sequência ao tempo dele.

O SR. DELEGADO CAVEIRA (Bloco/PL - PA) – Dando continuidade.

Diversos Deputados e Senadores, a todo momento, blindando a corrupção endêmica e sistêmica que vem acontecendo no Brasil. Aqui tem uma turma de Deputados e de Senadores que vem fazendo um trabalho de investigação séria, querendo obter informações...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DELEGADO CAVEIRA (Bloco/PL - PA) – ... do maior roubo que já aconteceu no nosso país, e outra parte de Deputados e Senadores querendo blindar pessoas sem caráter, pessoas sem nenhuma capacidade de estarem aqui. Saiu do presídio, não sei nem por quê. Aqui está só falseando, enganando e mentindo nesta Comissão.

E aí o que acontece?

Faltam 30 segundos, eu vou aproveitar bem esses 30 segundos.

Nós não podemos deixar esse tipo de pessoa vir aqui.

Agora, a meta desta Comissão é trazer a mulher dele aqui e a filha para prestar... o filho, para prestar depoimento e buscar informações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sergio Moro deixou muito claro: ele falseia, mente, debocha e sorri da Comissão. As pessoas estão aqui, Deputado e Senador, desde as sete da manhã para ouvir uma pessoa que não quer trazer informação, só mentindo e falseando desde o princípio. Eu acho que tem que voltar para a cadeia. E, se tiver jeito, que prenda de novo, *bis in idem*, é cadeia em cima de cadeia. É igual ao que os outros Senadores falaram: se existisse pena de morte, quem rouba idoso, quem rouba...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Deputado.

O SR. DELEGADO CAVEIRA (Bloco/PL - PA) – ... quem desvia dinheiro de aposentados e de idosos... Eu acho que tinha que ter a pena de morte.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente, eu ia pedir a V. Exa. pela ordem.

Esta semana estava marcado o depoimento de uma senhora chamada D. Tânia e de um senhor chamado Sr. Romeu. Eu queria saber de V. Exa. se já existe data marcada para ouvi-los.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, eu não sei lhe responder.

Eu vou pedir um instante aqui para conversar. (*Pausa.*)

Não, ainda não há, mas podemos, a pedido de V. Exa., já programar para as próximas sessões.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu lhe agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, como é que está a sessão prevista para a semana que vem?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou ler agora, Excelência.

Quero só relembrar aos Srs. Deputados o seguinte... e aos Senadores e Senadoras: esta Comissão tem a função de investigar. Esta Comissão não tem, por atribuição, a condenação ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

pré-condenação de quem quer que seja. Todas as vezes que nós recebemos aqui testemunhas ou investigados, nós, como Parlamentares, temos um procedimento a ser cumprido, especialmente na questão do respeito às prerrogativas dos advogados, na questão da não-condenação e da forma de trato indevido a todas as pessoas. Quanto mais nós nos ativermos a esse tipo de procedimento, mais nós vamos conseguir avançar nas investigações, porque o nosso objetivo é dar respostas ao povo brasileiro e um relatório que tenha consistência jurídica para que o Judiciário possa dar sequência às investigações.

Eu, como Presidente da sessão, faço questão absoluta de dar voz a todos os Parlamentares, que são meus colegas, dar um tratamento igual, isonômico a todos os senhores que estão aqui. Mas, como Presidente, também não abrirei mão de que nós possamos cumprir com as determinações, com as regras e, é claro, com tudo aquilo que nós estamos preservando, que é o Parlamento e a sua capacidade de investigação.

Hoje pela manhã, nós fizemos aqui um debate sobre o que nós precisamos melhorar nas leis da CPMI. Há um anteprojeto que está colocado, para que os senhores possam dar as suas participações, as suas opiniões, porque nós precisamos garantir que as CPMIs tenham possibilidade de investigar e de cumprir com o seu papel e, dentro disso, naturalmente, com o respeito a todas as prerrogativas e garantias. Mas nós precisamos dar respostas ao povo brasileiro.

E digo aos senhores: como é difícil combater a corrupção em nosso país e fazer com que as investigações andem, porque todos os benefícios que são dados vêm exatamente daqueles principais que poderiam colaborar muito mais com a CPI. É difícil, mas isso não pode, em momento algum, como se diz na minha terra, esmorecer. Nós não podemos ficar lamentando.

Outra questão: dizer ao povo... Hoje, onde eu ando, as pessoas dizem que não há justiça no Brasil. As pessoas colocam: "A investigação no Brasil não dá em nada." É dizer para essas pessoas que aqui nós estamos imbuídos de dar respostas, imbuídos de dizer ao povo brasileiro que essa investigação vai avançar, apesar de todas as dificuldades que estão sendo colocadas em nosso caminho.

Temos esse compromisso, porque assim nós vamos resgatar a confiança dos brasileiros na política, vamos resgatar a confiança do nosso povo de que existe justiça de verdade. Mas passa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo nosso trabalho como Parlamentares – a nossa reação, a nossa capacidade e a nossa educação até, em vários momentos.

É preciso que a gente diga, com clareza, a todos: há justiça a ser feita no Brasil. Porque, em vários momentos, eu concordo com o que foi colocado, parece que os culpados são os aposentados que foram descontados indevidamente. Parece que a culpa é daqueles que estão na cama, que dependem do dinheiro no final do mês, aqueles que descobrem, depois de 20 anos, que foram roubados... Ao que parece, é isso. E nós não estamos lidando com um grupo de amadores. Nós estamos lidando com profissionais, que montaram um grande, mas uma grande operação de ilegalidade para poder desaparecer com o dinheiro que foi retirado das contas. Então, temos que ter sabedoria, estratégia e, principalmente, nos prepararmos para as dificuldades.

Eu estou preparado para ficar aqui, se for preciso, 30, 40 horas. Vir aqui quantas vezes forem necessárias, mas vamos perseguir esse objetivo até o final, porque estão aqui os olhos da nação e, principalmente, senhores, a confiança no trabalho deste Parlamento.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, agradeço ao advogado, todos os outros...

Em determinados momentos houve aqui...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho. Agora eu vou encerrar, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Como é que ficou segunda-feira?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Calma, Excelência. Calma.

Quero pedir ao advogado desculpas, se em algum momento houve aqui algum tipo de... O senhor, por favor, não leve em consideração, porque há aqui um respeito muito grande pelo trabalho dos senhores.

O SR. CLEBER LOPES (Pela Liderança. *Fora do microfone*.) – Eu sou advogado de júri.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu imaginei, né? O senhor no júri...

O SR. CLEBER LOPES (*Fora do microfone*.) – Estou acostumado com embate. Isso aqui, com todo respeito, "passa na urina". Não tenho nenhuma mágoa de ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, obrigado.

Muito agradecido.

Nada mais havendo a tratar, agradeço, convidando para a próxima reunião a ser realizada, na próxima segunda-feira, para as oitivas de Carlos Roberto Ferreira Lopes, Presidente da Conafer, e Fernando dos Santos Andrade Cavalcanti, empresário.

Declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 09 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 19 horas e 55 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DO INSS - 2025 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 2025, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dezesseis horas e vinte e nove minutos do dia vinte e nove de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Parlamentares Carlos Viana e Alfredo Gaspar, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025 com a presença dos Parlamentares Soraya Thronicke, Professora Dorinha Seabra, Augusta Brito, Alessandro Vieira, Sergio Moro, Rogério Carvalho, Eliziane Gama, Chico Rodrigues, Izalci Lucas, Marcio Bittar, Magno Malta, Marcos Rogério, Fabiano Contarato, Teresa Leitão, Rogerio Marinho, Damares Alves, Tereza Cristina, Coronel Chrisóstomo, Coronel Fernanda, Adriana Ventura, Duarte Jr., Ricardo Maia, Sidney Leite, Alencar Santana, Beto Pereira, Fernando Rodolfo, Bia Kicis, Kim Kataguiri, Paulo Pimenta, Rogério Correia, Dorinaldo Malafaia, Josenildo, Marcel van Hattem, Luiz Lima e Evair Vieira de Melo, e ainda dos Parlamentares Delegado Caveira e Gisela Simona, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Jussara Lima, Styvenson Valentim, Jorge Seif, Randolfe Rodrigues, Leila Barros, Átila Lira, Ricardo Ayres e Bruno Farias. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A reunião é suspensa às dezenove horas e vinte e quatro minutos e reaberta às vinte horas e sete minutos. A reunião é suspensa às vinte e dois horas e nove minutos e reaberta às vinte e dois horas e dezoito minutos. A reunião é suspensa às zero horas e nove minutos e reaberta às zero horas e dezoito minutos. Passa-se à apreciação da pauta: **Oitiva**. **Finalidade:** Oitivas. Oitiva do Fernando dos Santos Andrade Cavalcanti, Empresário, em atendimento aos requerimentos 1818/2025, 1822/2025, 1907/2025 e 1956/2025; do Carlos Roberto Ferreira Lopes, Presidente da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais, em atendimento aos requerimentos 108/2025, 412/2025, 535/2025, 605/2025, 630/2025, 653/2025, 867/2025, 901/2025, 1163/2025, 1267/2025, 1328/2025, 1383/2025, 1458/2025, 1506/2025, 1772/2025 e 1957/2025. **Resultado:** Realizada a oitiva de Carlos Roberto Ferreira Lopes, Presidente do CONAFER. Ao fim do depoimento, foi determinada a prisão em flagrante do depoente pelo crime previsto no art. Art. 4º, II, da Lei 1579/1952. O empresário Fernando dos Santos Andrade Cavalcanti foi dispensado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião à hum hora e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Carlos Viana
Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/29

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Boa tarde, senhoras, senhores, Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras. Vamos iniciar os nossos trabalhos desta semana.

Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS, de 2025, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 29 de setembro de 2025.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 11ª Reunião.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Congresso Nacional*.

Quero relembrar aos Líderes e aos Srs. Parlamentares que, na semana passada, nós apresentamos um anteprojeto de lei para mudar ou pelo menos deixar mais claras as decisões, as possibilidades e os limites da CPMI com relação às testemunhas, aos *habeas corpus*, e se há algum

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

limbo jurídico, nós deixamos claro. É um anteprojeto que merece... Eu peço a atenção de todos para que sejam feitas as sugestões, e nós possamos apresentá-las na época adequada.

Hoje, mais do que nunca, eu entendo que esse projeto precisa ser levado em consideração por este Parlamento, por este Congresso Nacional, por conta de uma decisão que nós recebemos da Procuradoria-Geral da República com relação à prisão de uma testemunha que mentiu abertamente a esta CPMI e que não nos causou surpresa, porque não é a primeira. Diz a decisão – e aqui está, naturalmente, todo o respeito que tenho pela Procuradoria da República, pelos nossos Procuradores – que a testemunha não estava aqui na condição, ou melhor, a pessoa não estava aqui na condição de testemunha; estava aqui na condição de investigada, e que, diante disso, essa pessoa poderia mentir, que é um direito de lei, não sendo obrigada a responder com a verdade a todos os pontos.

Senhores, quero... A Procuradoria da República nos enviou essa resposta agora à tarde, pedindo o arquivamento da prisão em flagrante. Já não é a primeira vez que isso aconteceu.

Bem... Então, eu quero deixar clara, aqui para os senhores, a posição da Presidência em relação a esse assunto

Esta CPMI é soberana no exercício das funções. Nós conduzimos a investigação, definimos quem é testemunha e quem é investigado, e daremos sequência a todos os trabalhos com absoluta firmeza e transparência.

O Colegiado tem clareza do seu papel: nós estamos aqui para apurar responsabilidades, separar os envolvidos, levar a verdade à sociedade brasileira. Nenhuma decisão externa altera o rumo dos nossos trabalhos. Reafirmo: a autoridade da CPMI é plena e está garantida pela Constituição brasileira. Seguiremos com determinação até identificar cada responsável e expor, sem disfarces, quem roubou os aposentados do Brasil.

Nós aqui temos que deixar bem claro que há uma confusão – e aqui está o meu posicionamento também em relação à decisão da Procuradoria da República –, há uma confusão em relação às investigações. A CPMI é autônoma e tem independência na investigação. Quem decide os rumos dela somos nós. Quando a investigação está no âmbito da Polícia Federal e dos inquéritos que serão encaminhados ao Judiciário, a Procuradoria pode se posicionar com muita

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

tranquilidade, porque é lá o foro correto para isso; mas aqui, no Parlamento, nós temos regras próprias de trabalho e independência para executar nossas funções.

Essas, vamos dizer, decisões, tanto a do Supremo Tribunal Federal em conceder *habeas corpus* a testemunhas para que elas possam comparecer se desejarem assim como o posicionamento da Procuradoria da República, mostram, com toda a clareza e transparência também, o quanto nós precisamos retomar o princípio da Constituição de 1988 dos freios e contrapesos. O que é que significa isso? Quando o Judiciário não tem uma legislação correta e clara, devolve-se para o Parlamento dar uma resposta, porque quem tem voto somos nós, são os senhores, que foram eleitos pela população. E contrapeso porque isso faz com que os Poderes se equilibrem na República – freios e contrapesos. Não está aqui quem queira dar aula de Constituição para os Ministros do Supremo, muito menos para a Procuradoria da República, mas está aqui um Senador que tem se sentido invadido nas competências desse Congresso por conta de uma visão hoje do Judiciário brasileiro de que, como o Parlamento não responde, o Judiciário tem que responder. Isso está errado. Isso está errado. Nós temos que ser respeitados no nosso posicionamento.

Eu vejo, inclusive, com muita satisfação, ou pelo menos com alívio, a decisão, por exemplo, do Ministro Gilmar Mendes, que se decidiu como impedido no julgamento da prisão do Sr. Antônio Carlos Camilo, o Careca. É assim que as coisas têm que funcionar – autocontenção. Autocontenção, senhores, é demonstração de responsabilidade, de maturidade, de quem sabe o peso do poder. Autocontenção é quando você, sem necessidade de nenhum órgão externo, consegue dizer a si mesmo: é preciso que outros participem dessa decisão.

Hoje, esse princípio da autocontenção precisa ser resgatado para que a gente possa voltar a conviver. E, enquanto isso não acontecer, eu, como Presidente dessa CPMI, vou colocar aqui a insatisfação que ouço nas ruas, a dos meus colegas e a minha com relação às decisões que o Supremo Tribunal Federal tem tomado, e agora a Procuradoria da República, num flagrante desrespeito às nossas prerrogativas como Parlamentares.

Só que nós é quem temos que dar resposta na legislação. Nós não temos que agir com vingança, com desequilíbrio ou querer criar qualquer tipo de interferência no Judiciário, nada disso; mas nós precisamos retomar o caminho do equilíbrio e do respeito entre os Poderes. Está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

na hora de pensarmos com muita seriedade, Líder Paulo Pimenta, sobre o que tem acontecido no Brasil, para que, no futuro, a gente não tenha, a cada momento da história brasileira, um lado dizendo que está sendo prejudicado por decisões judiciárias. Então, esse ponto eu faço questão de deixar.

E digo aos senhores: tenhamos coragem. Vamos ter coragem de levantar a cabeça e tomar decisões, os nossos Líderes, os partidos. Vamos nos posicionar, senhores, porque, da maneira como está, os olhos da nação estão sobre nós. O povo brasileiro – o povo brasileiro – espera muito de nós nesta CPMI.

Por onde eu tenho andado – e não têm sido poucas as cidades –, as pessoas têm se aproximado de mim dizendo assim: "Senador, eu não confiava na política, eu não confio em político e eu não confio na Justiça do Brasil, porque termina tudo na impunidade. Mas eu estou vendo, estou vendo que a CPMI tem seriedade e eu estou acreditando que os senhores vão chegar a um resultado". Isso, esse posicionamento, essa confiança da população, os senhores todos irão sentir nos seus estados de origem.

Portanto, fica aqui, mais uma vez, a minha palavra de equilíbrio, mas de firmeza e de indignação com as interferências nos nossos trabalhos.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Pela ordem, Presidente. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A questão do prazo para envio das sugestões, eu não vou colocar. Nós temos ainda até o final da CPMI para decidir sobre o projeto, o.k.? E, assim, nós vamos trabalhando, dando respostas ao povo, porque nós temos é que responder ao povo.

Segundo ponto: nós temos dois convocados para hoje, e dada...

Só um instantinho, por favor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Pela ordem.) – Eu não entendi em qual caso... Se V. Exa. pudesse, informar melhor qual foi a decisão da PGR. Eu reconheci...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com relação à nossa prisão em flagrante aqui, na CPMI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – Mas não foi decisão?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Foi, eles estão propondo o arquivamento do inquérito.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – V. Exa. não tinha dito. Eu fiquei... Ou, então, eu não prestei atenção.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Estão propondo o arquivamento do inquérito. Eu já pedi à Advocacia do Senado que recorra, que entre com um parecer diferente sobre o assunto, porque quem decide se ele é testemunha ou não somos nós; não é a Procuradoria da República, como foi colocada a decisão.

Só um instantinho, por favor.

Comunicando aqui, ao Plenário, dos dois convocados para hoje, nós vamos ouvir apenas o Sr. Carlos Roberto Ferreira Lopes, que é o Presidente da Confederação das Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais. Tomei a decisão de conversar com o advogado e com o Sr. Fernando Cavalcanti, para que ele venha na próxima segunda-feira, que é o pedido dele – ele não mora em Brasília –, para que a gente possa dar sequência nas oitivas.

Com a palavra...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O Líder Paulo Pimenta pediu primeiramente.

Líder Paulo Pimenta.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Presidente, depois na sequência.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deixe-me anotar isso aqui, porque senão...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Quero pedir um pouquinho de silêncio, Presidente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, V. Exa. tem sido muito firme no sentido de defender o trabalho desta Comissão e defender as prerrogativas desta Comissão. Há poucos dias, inclusive, o senhor fez uma manifestação fazendo referência à fala de um Deputado do nosso partido que havia diminuído a importância do trabalho da Comissão.

Eu quero trazer uma questão aqui para o senhor, Presidente, que eu considero extremamente grave.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... e quero pedir ação de V. Exa.

Colega Deputado desta Comissão, relativo à votação que nós fizemos aqui sobre os requerimentos na última sessão, fez uma postagem: "Grave bem estes rostos! Dezenove Parlamentares...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... votaram para blindar os bandidos do INSS [os bandidos do INSS]". E aí, Sr. Presidente, colega Parlamentar publica aqui todos os colegas Senadores, Deputados, dizendo que esta Comissão aprovou por 19 votos a 11 blindar os bandidos do INSS.

Sr. Presidente, em primeiro lugar, isso é mentira, até porque, segundo me consta, não há nenhum relatório ainda da CPI decidindo a sua posição sobre ninguém. Segundo lugar, não eram sequer requerimentos sobre pessoas investigadas. E nós não podemos permitir, Sr. Presidente... Nós temos imunidade, autonomia de palavra, de voto, e não vai ser, Sr. Presidente, nenhum Parlamentar, ainda mais membro desta CPMI, que vai enxovalhar, que vai distribuir conteúdo em rede social contra 19 colegas, porque não concorda com o resultado de uma votação que teve aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, inclusive, já entrei em contato com o Presidente da Câmara, com o Presidente do Senado, vou representar no Conselho de Ética. O Senador Randolfe também vai representar, e convido os demais colegas para que a gente possa representar junto, porque é inaceitável, Sr. Presidente, uma calúnia, uma mentira como essa ser espalhada por um integrante desta Comissão. Poderia ser qualquer Parlamentar, mas o que é pior: dentro desta Comissão.

Quero comunicar a V. Exa., pedindo que tome providências como Presidente, porque isso aqui não aconteceu. Em segundo lugar, informo ao senhor e a todos os demais integrantes desta Comissão que vou ingressar com uma representação no Conselho de Ética por quebra de decoro Parlamentar, pedindo a responsabilização desse Deputado. Não vai ser o Sargento Pincel que vai vir aqui gritar e achar que pode intimidar alguém distribuindo mentiras na internet.

Então, manifesto aqui a minha indignação...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... e vou tomar providências contra o Sargento Pincel e qualquer outro colega que agir da mesma forma aqui dentro da CPI, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho, por favor. Só um instante.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Pela ordem, Presidente.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, um instante só.

Em resposta ao Líder Paulo Pimenta, entendo que a ida ao Conselho de Ética é direito de V. Exa. Essa Presidência não pode se manifestar sobre publicações particulares ou em rede pessoal de cada um dos Parlamentares, mas o Conselho de Ética é o caminho correto para discussão dentro do Parlamento de uma forma correta.

Com a palavra o Líder Rogerio Marinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Excelência, pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante, Coronel.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Art. 14, pela publicação que foi exposta aqui de um Parlamentar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência. V. Exa. não foi nominado. O art. 14...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Apareceu o nome dele, sim, quando mostrou para a câmera, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não. Ele não foi citado diretamente.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu cedo a palavra a V. Exa. na sequência aqui. Não tem problema nenhum.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu entendo que o povo de Rondônia quer ouvir o senhor...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... mas eu lhe darei a palavra no momento certo, por gentileza.

Muito obrigado.

Líder Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu tenho uma indagação sobre os trabalhos de forma subsequente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Um rápido comentário.

É evidente que cada Parlamentar tem a responsabilidade sobre o voto que tem. E a população quer isto: transparência, como cada Parlamentar pode fazer o seu juízo de valor a respeito desse voto. Eu, particularmente, acho que o voto que foi dado blindou um segmento que deveria ser investigado.

Eu não faço aqui ações superlativas, não boto o dedo no rosto de quem quer que seja, mas cada um tem a sua forma de se comportar.

Então, eu não vejo assim o porquê dessa indignação tão grande, quando, de fato, o que ocorreu aqui foi uma tentativa de se adiar uma investigação que eu considero, inclusive, importante que seja feita.

Mas, como V. Exa. colocou, quem se sentiu ofendido e atingido pode perfeitamente recorrer ao Conselho de Ética.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Mas eu faço uma indagação a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – O período de recepção aqui por esta Casa dos documentos que já foram decididos aqui por votação, as quebras dos sigilos e das informações relativas às entidades que estão sendo investigadas, me parece que são cinco dias úteis, se eu não me engano.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É o prazo que nós temos oferecido.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – A minha preocupação, Sr. Presidente, com V. Exa., evidentemente, com o Relator e comigo e com o Líder do Governo, é que, para ordenarmos o trabalho de forma subsequente, virá aqui o Presidente da Conafer...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... uma entidade importante que, certamente, tem muito a contribuir., porém nós não temos o sigilo quebrado dessa entidade. Vamos ouvi-la.

O que eu peço a V. Exa. é que os próximos que virão aqui venham, pelo menos as pessoas jurídicas, após a quebra do sigilo para que nós tenhamos tempo de nos debruçar sobre esses documentos e fazermos perguntas mais pertinentes.

Existem, é evidente, muitos fatos. Existe o inquérito policial. Mas as perguntas, às vezes, ficam suportadas por ilações, por suposições. E a quebra do sigilo nos daria uma maior segurança para que nós alcançássemos o objetivo que todos nós nos propomos, de encontrar aqueles que recepcionaram esse recurso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Líder Rogerio Marinho, eu entendo, mas a Presidência responde da seguinte maneira: qualquer pessoa, qualquer uma das testemunhas convocadas até aqui poderá ser convocada novamente se as informações dadas aqui não estiverem comprovadas pela quebra do sigilo.

E eu tenho certeza de que ninguém aqui deixará de aprovar um requerimento para que a gente possa fazer uma acareação entre testemunhas ou mesmo diante dos fatos que estão chegando e que podem revelar.

Com a palavra, o Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero, inicialmente, saudar V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... não apenas por presidir aqui esta Comissão, mas pela firmeza demonstrada também na abertura feita aqui no dia de hoje.

De fato, causa até estranheza o que a Procuradoria-Geral da República está sugerindo. Aqui, nós exercemos o nosso papel de uma forma independente, é claro que coordenado com os demais órgãos, mas coordenado no sentido de buscar justamente elucidar e não fazer esse tipo de concessão àqueles que deveriam estar já, aliás, há muito tempo respondendo pelos crimes que cometeram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós aqui estamos dando exemplo para as demais instituições do Brasil, isto precisa ficar claro, do que é combater a criminalidade justamente no roubo aos aposentados.

O Relator, Deputado Alfredo Gaspar, que tem feito esse trabalho exímio aqui, e os demais Deputados que estão querendo investigar e apontar aquilo que está acontecendo realmente têm demonstrado para as outras instituições brasileiras que nós não podemos tergiversar nos momentos, principalmente quando se faz um pedido de prisão em flagrante super bem embasado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Então, Sr. Presidente, quero elogiá-lo pela firmeza; é o que tenho ouvido por onde passo.

Em segundo lugar, até aqui em solidariedade ao colega Chrisóstomo, quero dizer que cada um é responsável pelos seus atos. Aqui, de fato, nós vimos 19 Parlamentares, pela primeira vez, votarem contra um requerimento para investigar entidades que, sim, têm suspeitas sobre si em relação ao que aconteceu no roubo dos aposentados. Vamos falar a verdade. Aquela era a Orleans, chamava, Turismo e também o ex-assessor Gaspar, aqui do Senado, ambos... Não o nosso querido Alfredo Gaspar, aliás, que me consta, nem parente é, não é isso? Está numa relação longínqua, e quanto mais longe, melhor!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Pelo menos é o que se diz, não tem relação nenhuma. Pelo menos o que dizem as investigações e os primeiros fatos, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... tem problema aí. Então os 19 Parlamentares que votaram contra, todos ligados ao Governo, que prestem conta. E eu hoje faço questão inclusive de falar, mais tarde, nas minhas redes, quem votou e de que forma, mais uma vez, porque eu acho que a população merece saber quem quer investigar e quem não quer investigar tudo.

Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Com a palavra o Senador Sergio Moro. Logo em seguida, o Deputado Rogério Correia e a senhora, Deputada.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Presidente, muito rapidamente, eu vi o parecer do Ministério Público. Embora a gente respeite, há ali possibilidade de divergir. O que eu sugeri na sessão anterior seria um ajuste de procedimento. Se acontecer novamente, que façamos a lavratura do auto de prisão em flagrante, a própria Mesa da Comissão. V. Exa. tem poderes de investigação, a Comissão tem poderes de investigação, para que eventual revisão da decisão se dê então pelo Supremo, não por uma manifestação de um promotor, procurador, que a gente respeita, evidentemente, mas que é de primeira instância. Então, não tem cabimento, a meu ver, os atos da Comissão serem submetidos à revisão por uma instância que não tem competência para rever atos do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É uma ótima sugestão para a próxima.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Apesar disso, Presidente, apesar dessa manifestação, eu quero aqui registrar também o apoio à condução dos trabalhos que V. Exa. tem efetuado...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – ... com muita firmeza. E creio que ficou evidente, na última sessão, que o Sr. Antônio Antunes, Careca do INSS, que é suspeito de ser um dos principais operadores do pagamento de suborno a funcionários públicos que facilitaram essas fraudes, foi amplamente aqui desmascarado, diante das suas contradições, da falta de apresentação de documentos. E vamos lembrar que, se não fosse o trabalho desta Comissão, tanto V. Exa. como igualmente o Deputado Alfredo Gaspar, como Relator, além do trabalho conjunto, essa investigação, que estava praticamente parada na Polícia Federal, não teria retomado o seu curso.

Cabe aqui também, embora tenham sido objeto de críticas algumas decisões do Ministro André Mendonça, destacar, louvar que ele teve a firmeza de fazer o que era necessário, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

essas pessoas roubaram aos milhões, milhões de aposentados e pensionistas, roubaram bilhões em valores e estavam soltos, rindo, debochando da Justiça. E a CPMI provocou essa prisão, o Ministro André Mendonça foi firme, decretou essa prisão, e agora essa semana foi mantida a prisão preventiva pela Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal.

Então a gente tem eventualmente divergências em relação às decisões judiciais, mas precisamos aqui registrar este fato, que a iniciativa da CPMI foi acolhida...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – ... pelo Supremo Tribunal Federal, graças à condução firme de V. Exas. e à colaboração.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Então, tenho certeza de que esta CPMI vai render os seus frutos ao final dos seus trabalhos.

Aliás, Presidente, a minha sugestão seria até que nós insistíssemos, principalmente em relação àqueles sobre os quais já existem elementos probatórios robustos de que participaram desse roubo... E aqui eu me refiro especialmente ao Procurador-Geral, o ex-Procurador-Geral do INSS, o Virgílio, e, do outro lado, o ex-Diretor de Benefícios do INSS, o Artur Fidelis... André Fidelis, perdão, em relação aos quais nós temos um fluxo documental de valores sendo pagos a empresas titularizadas por parentes dele, sem comprovação de serviços. Porque o Careca do INSS se enrolou todo na semana passada, quando foi indagado por mim, pelo Senador Fabiano Contarato e por outros membros aqui desta Comissão, em dizer quais eram esses serviços. Então, em relação a eles, nós temos fundamentos robustos de participação nas fraudes, porque, do outro lado, eles que estavam facilitando esses descontos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência. Pois não.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – E ficou aqui transparecendo que esses documentos, em relação a esses serviços, estão sendo fabricados, estão sendo montados *a posteriori*. E acho que nós teríamos aí, Presidente, que insistir em... Já foi deferido um requerimento de prisão preventiva em relação a esses indivíduos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – ... deveríamos insistir no Supremo Tribunal Federal...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. O.k.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – ... que o mesmo tratamento dado ao Careca do INSS e ao Sr. Maurício Camisotti...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Aos demais. Obrigado.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – ... seja dado a esses dois indivíduos, em relação aos quais se têm provas robustas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho, por favor. Só um instante.

Senador Moro, o senhor tenha a certeza de que esta Presidência não terá a menor dúvida em decretar a prisão de testemunhas que venham mentir aqui. Isso é parte da nossa atribuição, e nós estamos dando todo o direito de as pessoas falarem, serem ouvidas, estamos respeitando. Ainda que alguns levantem questões de que advogados estão sendo desrespeitados aqui... Não tem nada disso, a prova está clara, com as imagens. As imagens mostram claramente quem respeita ou não. Então, o senhor tenha certeza de que esta Presidência vai agir com firmeza nos momentos necessários.

Com a palavra o Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Pela ordem.) – Presidente, eu acho que devemos ter o cuidado também de respeito aos outros Poderes. À Polícia Federal, por exemplo, essa crítica feita agora, eu acho completamente descabida. A Polícia Federal tem feito um trabalho que levou,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive, à prisão do próprio Careca do INSS e também do Camisotti, que nós ainda não escutamos. Em 2021 teve denúncia – nós vamos ver isso agora na Conafer –, denúncias sérias, e a Polícia Federal arquivou. Ministros na época não fizeram nada, deixaram simplesmente arquivar.

Então, críticas à Polícia Federal agora não acho que sejam bem-vindas. Acho que tem feito um bom trabalho. A Polícia Federal está investigando, e tenho certeza de que outras virão. Fizeram inclusive – e é a questão que eu quero colocar a V. Exa. – um trabalho muito bom, inclusive de apreensão de bens de pessoas que são denunciadas; algumas foram presas, de outras a Polícia Federal...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... pediu a prisão e não foi feita, como é o caso do advogado Nelson Wilians, que nós reforçamos ao Ministro André Mendonça, mas a Polícia Federal chegou a pedir também a prisão dele. Eu acho que justamente por isso nós aprovamos um requerimento de minha autoria – todos, por unanimidade, aprovaram.

Então, acho que a Polícia Federal vem fazendo um bom trabalho, diferente do que fez em 2021, quando denúncias foram feitas inclusive por empresários, e os processos sequer foram abertos na Polícia Federal. Então, vamos com calma, para fazer crítica aos demais Poderes.

Esta questão também... Eu vou chegar à minha questão, mas é rapidamente para opinar sobre isso também.

De investigado e testemunha, isso tem que ser visto também dentro do processo. Nós não podemos enquanto CPI determinar quem é investigado e quem é testemunha. Não é assim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Podemos.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Não, existe uma regra...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Podemos.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... para saber se é investigado ou testemunha no processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A CPMI pode definir quem é investigado e quem é testemunha, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Não pode inverter, no meu entendimento, no processo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, no vosso entendimento, mas na legislação nós podemos definir, Excelência...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... quem é investigado e quem é...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... quem é testemunha, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... testemunha, diferente do processo criminal?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Podemos, diferente do processo, nós somos independentes.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Nunca vi isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Nós somos uma investigação autônoma, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Nós não podemos... Algumas coisas são dos próprios poderes que tem. Você não pode ter o investigado...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, o inquérito da Polícia Federal, Deputado Rogério Correia...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... e ser testemunha, e a pessoa ser investigada por lá.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sem tirar o raciocínio e naturalmente só para dar uma resposta: o inquérito da Polícia Federal vai ser encaminhado à Justiça; agora, a nossa investigação é completamente independente. Nós podemos definir com muita... Os senhores podem achar que está errado, mas a legislação permite. Nós é quem vamos decidir quem é testemunha e quem é investigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Presidente, as pessoas têm o direito. Elas não podem ser aqui... No meu entendimento, as pessoas têm o direito. Então, ela não pode ser tratada como testemunha se ela é investigada; como investigada, ela tem determinados direitos. Se isso está no processo, nós não podemos simplesmente dizer: "Olha, V. Exa. não é mais investigado. Ao nosso ver, V. Exa. é testemunha". Ela tem o direito dela como investigada de vir para cá. Então, nós temos que ter cuidado, senão nós vamos ultrapassar o sinal erradamente e vamos de novo ter processos que serão anulados, e a CPMI vai caindo, infelizmente, num processo de desmoralização, no meu entendimento.

Mas eu queria dizer a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Então, é essa a questão que eu coloco, porque também...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... tem muitas falas que vão contra os outros Poderes, mas não respeitam também os andamentos daquilo que vem sendo feito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Isso, no meu entendimento, é absolutamente correto...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está o.k.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... como o Parlamento tem agido em alguns casos. Em uma discussão, por exemplo, dessa da anistia, estou vendo muita gente querer anistiar quem quis dar golpe de Estado no Brasil. O art. 5º da Constituição não permite, está lá claramente. Aí as pessoas: "Ah, o Supremo não quer permitir anistia". É óbvio que não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Como é que o Supremo pode permitir anistia, se o art. 5º diz que é cláusula pétrea?

Mas eu queria para V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, por favor, Deputado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Eu vou entrar no assunto, é rápido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – É fazer uma solicitação. V. Exa. convidou para hoje dois depoentes.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – É a segunda vez que tentamos isso, ou terceira. A última que fizemos, nós saímos daqui de madrugada, sendo um dos depoentes muito prejudicado, poucos ficaram até aqui para fazer os questionamentos.

O que eu solicito a V. Exa. é não convocar, não fazer mais dois depoimentos no dia.

Eu sei das pressas... É impossível, primeiro, porque nós temos que fazer um estudo daquilo que... do significado de cada um. Isso não é fácil. Eu, por exemplo, venho para cá estudando aquilo que já tem da polícia, provas, etc., pesquisando. É difícil fazer isso...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – .... com duas pessoas. Eu priorizei hoje este depoente que não vai falar, que é o Sr. Fernando dos Santos Andrade Cavalcanti, que era o primeiro. Eu sou o autor do requerimento. V. Exa. já decidiu que ele não virá hoje. O caso dele é um caso grave e é consequência... é sequência daquele processo do Careca do NSS, do Camisotti, da Ambec, que nós estávamos tratando. Então, nós vamos interromper esse processo para iniciar com a Conafer, para voltar ao mesmo processo posterior.

Então, eu pediria a V. Exa. que determinasse apenas uma por dia. Não deu certo a experiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o pedido que faço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Eu agradeço as respostas.

Primeiramente, a crítica aos Poderes eu tenho feito e vou continuar fazendo pelo mandato que tenho como Senador. Com todo o respeito que tenho, mas vou continuar criticando.

Segundo ponto, eu caminho com o Senador Moro de que o inquérito estava parado e os pedidos de prisão deveriam ter sido feitos há mais tempo, inclusive de bloqueio de bens, o que não foi feito. Só depois que essa CPMI jogou luz sobre essa roubalheira é que as coisas voltaram a andar. É assim que funcionam os três Poderes, todos eles.

Outro ponto, a investigação da Polícia Federal é totalmente diferente e independente da nossa. Nós temos, por legislação e decisão até do próprio Supremo, a independência na investigação. Isso está muito claro no rol da Advocacia do Senado e do próprio Congresso Nacional.

Obrigado.

A Deputada Coronel Fernanda com a palavra.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Presidente, em relação à questão que eu levantei de V. Exa. fazer...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ah, pois não.

Só um minutinho, por favor, Coronel.

A questão é a seguinte: nós corremos o risco de muitas vezes convidar apenas um e essa pessoa não aparecer e nós não termos a oitiva. Eu penso que é muito melhor – e tenho conversado com o Relator – nós convidarmos dois e dispensarmos um deles, uma vez que a gente tenha os trabalhos da Comissão.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Não, Presidente, essa discussão... Eu vou reiterar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, essa é a decisão da Presidência, Deputado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Eu vou reiterar a V. Exa. que possa incluir consultar os membros, porque realmente não é fácil você ficar fazendo duas preparações e ter apenas uma escolha. Eu pediria a V. Exa. que levasse em consideração isso, porque todos nós preparamos para vir aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Essa é a primeira questão. A segunda...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Será levada em consideração, mas a nossa decisão será sempre convidar dois. Ao que for mais preponderante, nós daremos sequência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Então eu paro de ponderar as questões de V. Exa., que é o Presidente, decide como quer. Só pediria, quando eu falar, a V. Exa. não me responder como Presidente, porque V. Exa. tem outra compreensão. E eu não posso...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – E eu vou responder como, Excelência?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Eu não perguntei para o senhor as outras questões, eu coloquei uma opinião. Se toda vez que um Deputado colocar a opinião, e o Presidente colocar outra opinião diferente, nós vamos ficar aqui num diálogo entre nós dois. Eu não concordo, por exemplo, da crítica que o senhor faz à Polícia Federal de que ela não estava agindo corretamente. Eu fiz isso não em relação a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho, por favor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... Mas, como V. Exa. falou em relação a mim, eu posso também dar a resposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Eu não concordo que a Polícia Federal está agindo apenas por isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado. Perfeitamente.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – A Polícia Federal tem um inquérito, ela está agindo, ela tem testemunha, ela tem um prazo para ela. Eu acho que é uma, eu diria, acusação que se faz à Polícia Federal leviana, por não conhecer todo o processo do inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Coronel Fernanda, por favor, com a palavra.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT. Pela ordem.) – Muito obrigada, Presidente.

Começando o início da sessão de hoje, e eu ficar ouvindo um monte de balela. E eu fico pedindo para que Deus abençoe imensamente o senhor e o nosso querido Relator.

Quero deixar claro, Presidente, da fala do Líder do Governo, que divulgar o nome de quem votar contra esta CPMI vai ser constante. Eu, como autora do pedido da CPMI, a Senadora Damares, que lutamos para conseguir as assinaturas... E aqui eu deixo claro que o Governo lutou todos os dias para que a gente não tivesse o número de assinaturas. Quando ele viu que não tinha, que eles não conseguiam mais barrar o trabalho dessas duas mulheres fortes e corajosas, e acompanhadas desses nobres Parlamentares corajosos da direita, do centro, que querem fazer a justiça do povo, tentaram colocar um Presidente e um Relator que estivessem ali a mando deles. Graças a Deus, Deus deu uma orientação aos nossos Líderes, tanto no Senado como na Câmara.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – E está aqui o Senador Rogerio Marinho, que foi importantíssimo para que V. Exa. – e o nosso querido Relator – estivesse aí de forma exemplar, sem estar sendo levado por qualquer um de nós aqui, e estar agindo com a maior seriedade, com responsabilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, Presidente, faço aqui um apelo aos Parlamentares que estão aqui nesta Casa: parem de atacar o nosso Relator. O Relator está aqui para representar os Parlamentares, fazer as perguntas corretas, é um homem experiente, e, constantemente, aqueles que estão contra o povo brasileiro, que estão, aí sim, cuidando, protegendo e blindando quem roubou os aposentados e pensionistas desde o início, Presidente, não é de agora, não, não é desta sessão, não, desde o mês de março deste ano, não foram capazes de se unir a nós para esclarecer isso para o povo. Inclusive, vêm aqui toda hora falar: "Olha, o povo já recebeu, o povo já está recebendo, o povo já ganhou, o Governo fez isso...", mas o Governo fez foi nada. O que o Governo fez e está fazendo é blindar marginais, covardes, canalhas que estão roubando e vão continuar roubando o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Então, Presidente, vou deixar bem claro que denunciar para o Código de Ética, denunciar para Pai Oxalá, para santo, para quem quiser, pode denunciar. Agora, vou deixar claro aqui: nós vamos continuar denunciando é para o povo brasileiro quem está roubando o povo e enganando o povo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Não são R$35 e nem R$80.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – São carros e aviões que estão aí sendo usados à custa do suor do nosso povo, Presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Obrigado.

Com a palavra o Coronel Chrisóstomo. (*Pausa.*)

Pois não, Excelência.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – ... não me senti confortável em ter a exposição da minha matéria, em ter sido apresentada a exposição da minha matéria, e vou dizer o motivo pelo qual: na exposição que eu fiz nas minhas redes sociais, eu não atingi nenhum Parlamentar, de forma alguma, não é essa a minha linha. Mas eu não poderia deixar de apresentar os Parlamentares que não quiseram convocar um suspeito que está roubando os nossos velhinhos e velhinhas de Rondônia e do Brasil, eu não poderia deixar de apresentar. E isso não tem nada de desagradável, porque o fato aconteceu aqui nesta Comissão. Que mal tem nisso? Se existe o mal, é, na próxima vez...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – ... votar correto, votar para convocar todos os que são suspeitos. Nada de errado eu fiz. O meu respeito vai continuar a todos os Parlamentares.

Não adianta, nosso Relator, no final lá de março, o senhor apresentar uma montanha de documentos – uma montanha de documentos –, e não apresentar todos os dados daqueles que roubaram os nossos velhinhos e velhinhas. É isso que eu procuro fazer.

A minha Rondônia não aceita ninguém votar contrário para mostrar os ladrões que roubaram os nossos velhinhos e as nossas velhinhas. E agradeço até aos senhores. Há muitos falando de Rondônia. Em Rondônia, o pessoal é bruto lá – o pessoal é bruto. Eles não aceitam, não, estão chateados.

E aqui, Presidente, um dado – eu quero até ratificar a sua fala –: aonde nós chegamos, o povo fica parabenizando a CPMI, em Rondônia, nos aeroportos, em todos os cantos. E eu tenho certeza de que não está acontecendo só comigo, está com o Van Hattem, com todos – com todos, Presidente.

E essa sua fala é uma fala que coincide com o que os brasileiros estão querendo, querem realmente ver um trabalho aqui árduo, forte, determinado de cada Parlamentar que está aqui.

Então, parabéns, a sua fala...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – ... é a nossa fala também...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Então, só para concluir...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – ... de nada eu fiz contra qualquer Parlamentar. O meu respeito a todos, a todos que estão aqui, a todos os Parlamentares e a todos os cidadãos brasileiros, é permanentemente árduo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Sou um cara totalmente...

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou... Eu vou... Pois não, pode terminar, Excelência.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – ... sou um Parlamentar totalmente educado e que respeita o nosso povo e os nossos Parlamentares.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou... eu vou dar a palavra aqui. Só um minutinho. Eu vou, eu vou... já fiz uma lista aqui para a gente encerrar e começar os trabalhos. Deputado Duarte Jr., Senadora Soraya Thronicke, Deputada Adriana Ventura, o Alencar... Espera aí, então vamos anotando aqui, porque nós temos que encerrar, senão a gente não começa o trabalho.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Reduz o tempo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Vai ter dois minutos para cada um.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só vamos colocar. Então, Dorinaldo... Aqui, ó, Senador Marcos Rogério. Deixe-me ver quem mais que pediu aqui. (*Pausa.*)

Não, não, tem o Alencar Santana. Pronto. Então, olha, os nomes são: Deputado Duarte, Senadora Soraya, Deputado Dorinaldo Malafaia, Senador Marcos Rogério, Deputado Alencar Santana. Encerramos... o Senador Magno Malta. E encerramos as falas para a gente poder dar início aos debates.

Com a palavra o Vice-Presidente, Deputado Duarte Jr.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Meu nome está aí, né?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está aqui, está aqui. Deputado Duarte Jr.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Pela ordem.) – Presidente, gostaria de inicialmente parabenizar V. Exa. pela postura...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... e pela decisão de atender aos requerimentos que aqui foram realizados, de ter identificado naquele caso o falso testemunho do depoente Rubens. Nós fizemos todo o processo de forma adequada, ele mentiu de forma reiterada, teve a oportunidade, por pelo menos quatro vezes, de afirmar que houve engano, de corrigir a afirmação falsa realizada. Esta CPMI fez todo o procedimento, inclusive com base no parecer da Consultoria aqui da Casa, da Advocacia do Senado.

É lamentável. Lamentável a PGR, que é quem deveria fiscalizar, fazer com que a lei fosse cumprida, proferir um parecer dessa forma, parecer esse que, aqui cabe destacar, é uma norma, assim pode-se dizer, hierarquicamente inferior a outras normas – uma lei federal, lei estadual, lei municipal –, parecer esse que não é vinculante. Por diversas vezes – e aqui eu faço questão de lembrar – o Supremo Tribunal Federal...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... não seguiu o parecer da PGR, por exemplo, sobre o tema da prisão de segunda instância, a lei da anistia e também sobre o ensino religioso nas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

escolas. A esses três temas, a PGR deu parecer num sentido e o STF decidiu no sentido contrário, ou seja, é um parecer da PGR, mas não tem caráter vinculante. Acerta esta CPMI quando mostra que aquele que aqui mentir vai ser sancionado com todo o rigor que a lei prevê.

Lamentável mensagem que a PGR passa para o público, para a sociedade brasileira, a sensação de impunidade. Mas demonstra também que a CPMI, sob a sua condução, Presidente, está decidindo de forma correta, fazendo com que aqueles que cometeram crimes possam ser punidos. E que CPMI não é brincadeira e aqui a gente vai se dedicar ao máximo para fazer com que eles possam responder e os aposentados, pensionistas, consumidores possam receber todo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... o dinheiro de volta, atualizado monetariamente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

Com a palavra a Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS. Pela ordem.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – ... para dizer que eu, eu estou me sentindo desconfortável, porque, entre os 19 Parlamentares, eu vejo aqui que há Parlamentares de esquerda, de centro e de direita. Todos foram aviltados da mesma forma, e o principal foi o seguinte – gravem bem estes rostos –: 19 Parlamentares votaram para blindar os bandidos do INSS.

Primeiro que aqui nós percebemos que há falta de razoabilidade nas narrativas. A defesa do devido processo legal é muito seletiva. Por quê? Nós não votamos para blindar bandidos do INSS. Nós analisamos da mesma forma como Márcio Araújo foi chamado, porque foi citado por Eli Cohen...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Eu quero tempo igual ao tempo do Dr. Sergio Moro. Quero tempo suficiente, como foi dado para os demais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O devido processo legal é visto com seletividade aqui. Além disso, do Sr. Márcio Araújo foi feito o pedido de prisão, simplesmente porque Eli Cohen o citou. Quem é Eli Cohen para, simplesmente, citar? O que nós desejamos ouvir aqui são os inúmeros nomes já aprovados, que são os donos dos bois.

Eu quero ouvir Onyx Lorenzoni, eu quero ouvir Paulo Guedes, eu quero ouvir Wagner Rosário, Bruno Bianco, da mesma forma como fui eu mesma que fiz o convite para o Vinícius, da CGU, para Jorge Messias, da AGU.

Então eu não aceito que nos coloquem numa vala única de defensores de bandidos. Nós apenas queremos pragmatismo nestes trabalhos, para não criarmos cortina de fumaça, lotarmos a agenda e não termos sucesso no que realmente importa aqui.

Então falta razoabilidade na observação dos requerimentos, porque não há motivo para chamar todo aquele bando de gente. É só isso que nós queremos. E não queremos ser xingados nas redes sociais, tratados como defensores de bandidos já condenados – já condenados –, que nem sequer passaram por uma investigação, que nem sequer foram denunciados.

Então que tratemos os colegas aqui com mais respeito, para que todos sejamos respeitados e consigamos, da mesma forma, proteger os brasileiros e trabalhar em prol deles, que foram vítimas deste grande escândalo de corrupção.

Apenas isso, Presidente.

Então é inaceitável, principalmente porque a empresa de turismo já prestou serviço para o STF, valor de R$4 milhões, R$5 milhões. Nada a ver com o escopo da CPMI. Não foi ela que trabalhou para enganar os nossos aposentados e pensionistas. Além de tudo, foi aderida a uma ata do Senar. Não há equivalência, não há liame nenhum em relação ao processo. Igual uma pessoa que paga um criminoso qualquer, que paga seus funcionários, seu motorista, quer dizer então que tudo isso já está maculado? Não está.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Eu quero falar o tanto que o doutor falou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência. Não, Excelência, já tem sido dado o mesmo tempo que os seus colegas.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Não, o senhor está sendo bastante seletivo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência. Eu dei para...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Eu só quero dizer que estou marcando na minha conta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu estou fazendo a conta aqui, olha. Não, quem está marcando sou eu, Excelência.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Presidente, eu também estou marcando.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu estou dando aqui a palavra a todos, Excelência, e de igual para igual.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Eu só estou...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa. não tem mais tempo que os demais, nem a menos.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Eu nunca tenho. Eu tenho a menos sempre.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não. Não tem a menos, não. Eu estou marcando aqui, o tempo está vencido.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Então, vamos lá, eu estou me sentindo desconfortável.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – O.k.? Então que os colegas maneirem nas suas tratativas, nos seus cortes das redes sociais, porque estão sendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

absolutamente injustos e tentando blindar, com um arsenal de requerimentos, quem realmente precisa ser ouvido aqui. Quero ouvir Onyx Lorenzoni; Paulo Guedes; Wagner Rosário; Bruno Bianco; Vinícius, da CGU; e Jorge Messias, da AGU.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Quero ouvir todos eles antes de ouvirmos muita gente que nada, absolutamente nada, tem a ver com o crime do INSS.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigada, Excelência.

Com a palavra a Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem.) – Presidente, eu vou até economizar um minuto do seu tempo. Eu queria só agradecer a sua condução e implorar aqui para os colegas que a gente use o nosso devido tempo para fazer falas, discursos políticos, porque a CPMI precisa avançar.

E queria sugerir, Sr. Presidente, que a gente estipulasse um tempo e que fosse, assim, rígido para todo mundo, porque senão fica...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu tenho tentado levar as coisas com muita tranquilidade.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Eu sei disso. Eu sei disso. Mas assim...

E também quero aqui expressar minha solidariedade ao Coronel Chrisóstomo, porque, na verdade, ele simplesmente expôs a situação, o sentimento dele. E eu concordo com o que foi falado aqui: cada um responda pelos seus atos, para o seu público e a sua opinião.

E um outro pedido: continue convocando dois, porque eu não quero correr o risco... Se o Relator Alfredo Gaspar faz esse esforço enorme de preparação com essa competência toda, eu acho que é nossa obrigação no mínimo fazer uma preparação adequada. Estou poupando seu tempo.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, porque segunda-feira, eu sei do sacrifício de trazê-los todos aqui, de estarmos todos aqui num dia anterior.

Com a palavra o Deputado Dorinaldo Malafaia.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP. Pela ordem.) – Presidente, primeiro, quero saudá-lo e rogar a V. Exa. o equilíbrio nessa condução.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Na última sessão que nós tivemos aqui, teve um Deputado que levantou, gritou, fez o seu lacre na rede social, depois pediu desculpa, assim, de forma vexatória ao próprio advogado e ficou fazendo elogios, ou seja, gracejo na CPI.

Por que eu digo isso a V. Exa.? V. Exa. acabou de relatar que tem a preocupação com a imagem dessa CPI na opinião pública. Depois nós saímos disso e nos deparamos com essa grave acusação feita pelo Deputado Chrisóstomo, dizendo que nós Parlamentares que votamos com um posicionamento... Esse processo terá muitos capítulos, muitos capítulos. Essa bomba que foi montada em 2023, estoura agora. Mas essa bomba está sendo construída desde 2000, desde Temer, ou seja, ela foi montada de maneira bastante perigosa para explodir agora.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Então, acho que tem muitos capítulos. E não é razoável o que o Deputado fez que é fazer uma acusação, primeiro, julgando uma pessoa que nem foi convocada e denunciando, dizendo que nós protegemos os bandidos, blindamos os bandidos, ou seja, nós temos que ter uma postura.

Eu queria também ratificar aqui a minha posição de, junto com o Deputado Pimenta, de a gente acionar, sim, a Comissão de Ética, porque senão isso aqui vai ter um descontrole completo e ter uma desmoralização da própria CPI. Então, acho que é razoável nós chegarmos a esse ponto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero dizer aqui para a Deputada também que nos antecedeu, que, por exemplo, os pontos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – A senhora não, a outra. Eu não vou citar nome para não gerar direito de fala. A outra Deputada.

... que os pontos de atenção aqui que nós temos, que é uma série histórica de 2019. Essa linha do tempo tem que estar clara para a gente. A série histórica de 2019, 2023... Em 2019, só aqui na Conafer, 350 mil de desvio; 2023, 202 milhões. Uma variação, de 2019 a 2023, de 500... de 57... Perdão, 500%, 500%, 570% dessa variação de crescimento de desvio desses recursos. Então, portanto, nós temos aqui um negócio bastante grave para avaliar e muito tempo para discutir.

Então, eu queria pedir a V. Exa. que pudesse equilibrar isso aí para a gente não perder toda a moral nesse processo da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Obrigado, Deputado Dorinaldo Malafaia.

Com a palavra, o Senador Marcos...

Eu vou pedir para o Sr. Carlos Roberto já ser trazido à sala, para a gente já ir caminhando para fala.

Oitiva do Sr. Carlos Roberto Ferreira Lopes, Presidente da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais.

Requerimentos: 108, Senador Izalci; 412, Senador Eduardo Girão; 535, Deputado Rogério Correia; 605, Deputado Zé Trovão; 630, Deputado Rogério Correia; 653, Duarte Jr.; 867, Senador Fabiano Contarato; 901, Senador Fabiano Contarato; 1.163, Deputado Orlando Silva; 1.267, Senador Randolfe Rodrigues; 1.328, Deputado Paulo Pimenta; 1.383, Deputado Alencar Santana; 1.458, Deputado Sidney Leite; 1.506, Senador Alessandro Vieira; e 1.772, Deputado Evair de Melo.

Solicito à Secretaria para que tomem assento...

Boa tarde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos dar sequência aqui. Só um minutinho.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Mas eu fui citado por um Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, podemos terminar a fala dos demais colegas?

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Não, eu gostaria de acertar com o senhor o seguinte... É uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, questão de ordem tem um parágrafo.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Mas ele citou o meu nome, Excelência!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, então é o art. 14 que V. Exa...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Art. 14, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, deixa... Vamos terminar, eu passo a palavra a V. Exa. pelo art. 14.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Sim, senhor.

Posso usar mais à frente sem querer atrapalhar o senhor?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, o senhor não atrapalha em nada.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Mais à frente, por favor, eu vou solicitar a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, V. Exa. não atrapalhe nada. Aqui no Parlamento, nós todos temos o direito de falar. A questão é o tempo e o momento certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, na sequência aqui, na listagem, para encerrarmos, temos o Marcos Rogério, Deputado Alencar Santana e o Senador Magno Malta.

Senador Marcos Rogério.

E o Senador Bittar, desculpe.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – ... Srs. Parlamentares, eu, primeiro, queria cumprimentar V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Posso pedir, Excelência, para ser por três minutos para nós?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Três minutos, por favor.

Muito obrigado, viu?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Agradeço a V. Exa.

Eu queria cumprimentar V. Exa., primeiro, pela firmeza e pela defesa das prerrogativas desta CPMI, e o faço porque, na semana passada, eu não pude estar aqui porque estava internado, mas acompanhei, mesmo do hospital, os trabalhos desta CPMI e ouvi V. Exa. aqui falando sobre a decisão judicial comunicada pela polícia legislativa em relação ao papel da Comissão no tocante à prisão em flagrante no âmbito da CPMI. E eu, até para ratificar o papel desta CPMI, eu queria consignar, Sr. Presidente, na linha do que fez V. Exa., mas é preciso deixar isso muito bem claro, independentemente de inovação regimental, independentemente de mudança na lei, que a autoridade para determinar prisão em flagrante é da Comissão. CPI está para o inquérito como está o delegado, e não o contrário. Não é o policial que determina se mantém prisão ou não. A autoridade, nesse caso, é da CPMI. Preenchidos os requisitos para o relaxamento da prisão, em caso de pagamento de fiança, a autoridade policial terá a sua prerrogativa como manda a regra do jogo. Agora, a decisão, repito, é da CPMI. E aí, o que a gente observa aqui é uma decisão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

judicial que vai além daquilo que é o papel do Judiciário, porque o Judiciário pode, o juiz ou o ministro, ele pode relaxar a prisão quando tiver os fundamentos para isso. Agora, dizer como deve funcionar a CPMI, convenhamos, extrapola no seu papel o magistrado. Está indo além, está avocando para si um papel que não é dele. A CPMI não é subordinada nem a juiz nem a ministro. Ela tem o seu mandamento legal.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Então, eu queria consignar isso, porque senão fica parecendo... E eu estava assistindo, por isso estou sublinhando novamente. Fica parecendo o seguinte: não, se nós não aprovarmos a inovação que queremos aprovar agora, nós temos que obedecer o que o juiz federal determinou. Não, senhor! O juiz federal, se quiser, preenchidos os requisitos, relaxar a prisão, está tudo certo. Se tiver a possibilidade de arbitrar fiança, está tudo certo. Agora, a autoridade para determinar prisão é da CPI, ou da CPMI, nesse caso, e não da polícia legislativa, por quem tenho o maior respeito.

E, por fim, Sr. Presidente, finalizo nos 26 segundos que tenho, foi reclamado aqui o fato de alguém divulgar quem votou A ou votou B. Ora, é da regra da atuação Parlamentar a transparência. Eu fiz parte de uma CPMI recentemente, a da pandemia. É só olhar no retrovisor. Aliás, o Secretário, que está aqui, muito competente da Comissão, lá estava, e sabe como se posicionou o PT naquela Comissão. Agora quer mudar a regra do jogo. Aí não dá.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado... Senador Marcos Rogério.

Com a palavra o Deputado Alencar Santana.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Pela ordem.) – Presidente, primeiro...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... só para, não sei se o tempo... Ah, três minutos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Três minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Obrigado.

Primeiro, quero pedir, Presidente, o senhor como coordenador desse trabalho, que faça o máximo para garantir a seriedade e a preservação da imagem, e que ao final tenhamos um trabalho eficiente, muito responsável.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – E não responsável entre nós, mas em especial com aquelas pessoas que foram lesadas...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exatamente.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... aposentados e pensionistas que foram roubados.

Eventualmente, mostrar mando, autoridade, uma ordem, ou uma vontade de prestar um serviço momentâneo não significa que nós tenhamos um resultado final adequado. Eu acho que nós temos que ter uma investigação que tenha um curso. Nós aprovamos um plano de trabalho sugerido pelo Relator, acordado para se buscar a cronologia dos fatos desde o início, como disse a Senadora Soraya – ministros, presidentes, Dirben, diretores e entidades. E justamente todos para não dizer que está se investigando A e não B. Eu acho que isso é importante a gente preservar, sob risco de a gente comprometer os trabalhos, ficarmos aqui no fla-flu e eventualmente não chegarmos a um denominador positivo. E se a gente conseguir, ao longo desse processo de investigação, ter algo novo, além daquilo que a polícia porventura tenha, se a gente conseguir algo novo, nós vamos ter um resultado ainda melhor. E acho que nós temos condições, se a gente de fato agir com muita seriedade, responsabilidade nesse processo.

Eu, Presidente, primeiro, pode postar, colocar a foto minha, o que quiser. Se eu achar inadequado, ofensivo, vou representar, como farei nesse caso. Eu tenho... posso ter uma visão sobre a investigação e vou defender esse ponto de vista. Não vou achar aqui que nós temos que ser abusivos, que isso vai nos atrapalhar no resultado final. Agora, Presidente, eu também não concordo...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... com algumas pessoas que dizem "ah, fulana assinou, beltrano não assinou o requerimento".

Todos nós que aqui estamos temos agora o desejo de investigar, apurar e chegar aos verdadeiros responsáveis e beneficiados desse crime. Essas pessoas têm que ser punidas, elas têm que ser punidas!

Nós entendemos que tem uma investigação em curso, que não devemos atrapalhá-la e que devemos agir de acordo com a legalidade aqui. Nós já tivemos, na história recente do país, juízes poderosos que se colocavam acima da lei, e deu no que deu: o processo, justamente, na sequência desabou completamente. Não é só porque V. Exa., Presidente, porventura, não assinou o requerimento que não pode ser o Presidente e conduzir muito bem este trabalho. Eu não vou aceitar essa acusação, porque, senão, V. Exa. não poderia ser Presidente e foi eleito por um conjunto de Deputados que dizem que assinaram e, como tal, são melhores que os outros. Nós não podemos aceitar isso, porque não são melhores e, às vezes, demonstram comportamento infantil, inadequado e não dentro da legalidade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado. Eu concordo plenamente com a fala de V. Exa. e quero dizer o seguinte: o maior ganho desta CPMI será reafirmar a confiança da população no Parlamento. As pesquisas mostram que a população hoje nos olha com desconfiança. E o nosso trabalho aqui pode melhorar essa imagem. Esta é a principal, vamos dizer assim, meta que nós temos aqui: dar respostas e mostrar que o Parlamento pode, sim, atender o que a população quer. Obrigado, Deputado Alencar.

O Senador Magno Malta com a palavra.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu acho que o melhor, a melhor parte, a mais interessante desta CPMI é o fato do ganho dessa chapa que está hoje na mesa, vencedora, de ter ganhado, porque, ao contrário disso, se a CPMI hoje estivesse sendo comandada pelos Parlamentares que já estavam escolhidos, ungidos pelos seus Líderes políticos e que foram surpreendidos num processo democrático, numa eleição aqui, onde V. Exa. e o nosso Relator foram vencedores... Esse é o grande ganho. V. Exa. destemidamente está comandando esse processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

CPI e CPMI, quero relembrar, é um instituto que tem poder de Justiça, e os Ministros do Supremo Tribunal Federal sabem disso. Eles sabem que o máximo deles é dar um *habeas corpus* para o indivíduo quando ele não quer falar, ele vai se calar. E é até uma... Não tem necessidade de esse cara ir lá buscar no Supremo um *habeas corpus* para ficar quieto, porque isso já está na Constituição. E Presidente de CPI tem que entender: está na Constituição, não quer falar, então, não fala. Mas importante é V. Exa. e o nosso Relator estarem conduzindo de forma destemida.

Eu penso nesse assalto, nessa canalhice aos aposentados! Canalhas – mil vezes canalhas! –, criminosos – mil vezes criminosos! –, que arquitetaram tudo isso, participam de tudo isso há anos, assaltando pessoas indoutas, pessoas simples, os mais simples deste país e até alguns que não são, mas entregaram o seu suor, os...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – ... seus melhores dias, gastaram as suas energias fazendo uma poupança para o futuro e foram assaltados por essa corja!

Eu lembro-me do assalto do trem pagador, que virou filme, todo mundo no mundo sabe disso, um assalto brutal, mas esse do INSS é o pior de todos eles.

Quando V. Exa. abre a boca, que o Supremo Tribunal entenda e os tribunais entendam que o poder de V. Exa., neste momento, é o mesmo poder deles, está no mesmo nível. Eles não podem impedir um convocado de vir a esta Comissão.

Agora, falar, eu quero aqui falar a respeito das pessoas que abriram a sua boca e falaram se tem voto, se não tem voto.

Dizia Marcos Rogério, e está correto, que nós Parlamentares estamos expostos, e o nosso dever, de fato, é a transparência.

Se V. Exa. não estivesse aí e o nosso Relator tivesse, de fato, efetivado aquela chapa, não teria ninguém depondo nesta CPI, porque eles iriam blindar todos, todos esses canalhas, canalhas, mil vezes canalhas, criminosos, sem alma, sem empatia, que estão sendo trazidos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Ao cabo de tudo isso, encerro, Sr. Presidente, o povo brasileiro, certamente, ganhará.

E a coragem, a disposição de gastar seu tempo e energia, desses Parlamentares que aqui estão e ficam aqui até a madrugada, para poder ouvir e inquirir quem roubou o país, quem roubou o aposentado, quem roubou o menos favorecido, certamente, é isso que o Brasil espera de todos nós.

E que a Suprema Corte deste país respeite, porque não tem feito isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Quando aquele juiz que citaram, o juiz que ultrapassou, que estava acima da Justiça e cometeu atrocidade, e tudo isso caiu por terra, não foi isso, não. Aquele juiz cumpriu a lei.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Sabem por que caiu por terra? Porque não tem lei no país. Eles sepultaram por indignidade, para poder blindar os seus comparsas, o Supremo Tribunal Federal.

Refiro-me à Lava Jato...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – ... que foi destruída por quem protege bandido.

Na verdade, aquele juiz estava cumprindo a lei. Destruíram tudo porque não tem lei. Tem uma ditadura no Supremo Tribunal Federal.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Por último, o Senador Marcio Bittar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu assisti a um vídeo de V. Exa. que me calou fundo na alma. V. Exa. dizia da dificuldade de combater a corrupção no Brasil. O sistema é bruto.

Agora há pouco, pessoas que não assinaram a proposta da CPMI na Câmara Federal, que não assinaram a proposta aqui, que trabalharam fazendo prejulgamentos, hipocritamente dizem que querem chegar aos culpados.

Eu quero ver, se nós chegarmos aos culpados e pegarmos entidades como a Conafer, como a Contag, que exploram e que roubaram, tudo leva a crer, pessoas vulneráveis, eu quero ver se essas pessoas que dizem que querem chegar aos culpados, se elas votarão a favor do relatório do Deputado Alfredo.

Eu estarei vivo para presenciar.

Quero também contribuir com a fala do Magno Malta. Aí eu posso citar o nome porque ele não vai pedir o art. 14, que é o Sergio Moro, que está aqui do meu lado. Ninguém duvida, no Brasil, da roubalheira da Lava Jato. Ninguém duvida, até porque foram três instâncias, dez juízes, sem nenhuma conexão um com o outro, que um atrás do outro julgou e aumentou pena.

Mas, Sr. Presidente, aquela sua entrevista diz o seguinte: o sistema se retroalimenta. A turma do mensalão está solta. A turma do petrolão está solta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – E, agora, aposentão.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – Disse, daquela outra vez, e vou repetir: concordo que é a corrupção mais cruel, porque pega vulneráveis, indígenas da Amazônia brasileira, por exemplo.

Mas para dizer sobre o melindre de algumas pessoas que blindam, votam contra pessoas importantes, depois querem dizer que foram atacadas em redes sociais, isso é uma bobagem.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – Eu enfrentei uma oligarquia no Acre durante 20 anos, o que falaram de mim, nunca dei bola para isso, mas só para mostrar a hipocrisia. Não vou citar o nome, Sr. Presidente, para não invocarem artigo, mas olha só, olha aqui uma postagem de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

um Parlamentar da esquerda: "Cada vez mais famoso, o rapaz desmoraliza evangélicos", está falando no Nikolas Ferreira, "[ele] quer se blindar para proliferar *fake news* e poder cometer crimes", está dizendo isso: o Nikolas Ferreira quer cometer crimes. "A máscara vai caindo e aparece primo preso por tráfico de drogas, votação na PEC da [blindagem], apoio e vínculo com a máfia da mineração na Serra do Curral". Está afirmando isso aqui. Isso aqui é um Parlamentar da esquerda. Mais: "Nikolas espalhou *fake news*", está aqui, está aqui, está aqui, é matéria, está?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – "Nikolas espalhou *fake news* sobre o Pix e favoreceu *fintechs* usadas para lavagem de dinheiro. Pior: ajudou a fraude do INSS". Isso aqui é prejulgamento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – E por último, Sr. Presidente, por último, o chefe deles todos, o líder supremo, de quem eles tomam benção todo dia. Lula, à Itatiaia: "vídeo do Pix de Nikolas era para 'defender crime organizado'". O crime quem faz é ele.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Bittar.

Antes de iniciarmos a oitiva, gostaria de fazer alguns esclarecimentos ao Plenário e ao Sr. Carlos Alberto.

Informo que esta Comissão não foi cientificada acerca de concessão de ordem de *habeas corpus* ao depoente, de modo que ele se apresenta sem qualquer ressalva, inclusive solicitou, para o depoimento, é bom deixar os Parlamentares cientes disso, por meio do advogado, ele solicitou a vinda até esta CPMI. De todo modo, informo que, já informado no ofício de convocação, V. Sa. tem o dever legal de manifestar-se sobre os fatos e acontecimentos relacionados ao objeto da investigação, estando-lhe, entretanto, assegurados os direitos e garantias inerentes à ampla defesa, como assistência de advogado, deixar de responder às perguntas que lhe forem endereçadas para evitar a autoincriminação. Além disso, a legislação assegura que, durante todo o seu depoimento, V. Sa. seja tratado com urbanidade e respeito por parte dos Parlamentares. Esta Presidência, por sua vez, será rigorosamente diligente no cumprimento desse dever.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dar boas-vindas ao advogado.

O SR. ANDRÉ LUIZ HESPANHOL TAVARES – Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado pela presença, Sr. Hespanhol.

O senhor poderá, a qualquer momento, interromper nossa sessão, solicitar prazo para conversar com o seu cliente. Ele poderá solicitar também interrupção por meio... Nos momentos em que algum Parlamentar porventura venha a ser descortês ou alguma afirmação, vocês podem acionar esta Presidência que nós faremos constar aqui, e darmos conta do respeito ao que está sendo colocado.

Perfeito?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, isso. O senhor pode apertar, isso. o.k.

O SR. ANDRÉ LUIZ HESPANHOL TAVARES – Sr. Presidente, boa tarde.

Na pessoa de V. Exa., quero cumprimentar todos os integrantes deste Parlamento.

Apenas como questão de ordem, sucintamente, e deixar consignado: a defesa teve alguma surpresa na convocação, obviamente, nós solicitamos a convocação, o que está sob apuração são questões da mais alta gravidade e é preciso se buscar a verdade, separar o joio do trigo. Por essa razão, nos antecipamos e nos colocamos à disposição do Parlamento. Também não impetramos ordem de *habeas corpus* em razão de conhecer o posicionamento hoje desta CPI com relação àquelas garantias gerais, como V. Exa. acabou de advertir...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ANDRÉ LUIZ HESPANHOL TAVARES – ... que estariam cobertas por uma eventual decisão do Supremo Tribunal Federal, e achamos por bem deixar que o Parlamento tivesse a sua liberdade, dentro da independência que caracteriza a forma *sui generis* de investigação, que constitui uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Mas tão somente a nossa surpresa foi com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

relação à questão de ter sido convocado como testemunha, uma vez que – não quero aqui repetir o debate que já houve antes da nossa entrada; eu acompanhei na sala ao lado – uma vez que o depoente é efetivamente investigado nas questões de fato, tanto no Supremo Tribunal Federal, nas cautelares, inquérito e procedimentos oriundos, decorrentes da PET 14.068, como nesta própria CPI, uma vez que houve pedido – ou já deferido – de quebra de sigilo bancário, etc., etc., etc. Mas é só uma questão de deixar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ANDRÉ LUIZ HESPANHOL TAVARES – ... consignado, porque eu entendo a posição de V. Exa. e do Parlamento de que há uma autonomia do Parlamento...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exato.

O SR. ANDRÉ LUIZ HESPANHOL TAVARES – ... para caracterizar, pelo menos preliminarmente, quem seria, quem sustentaria...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Testemunha... Pois não.

O SR. ANDRÉ LUIZ HESPANHOL TAVARES – O único efeito, que seria efetivamente o direito ao silêncio, V. Exa. já garantiu...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ANDRÉ LUIZ HESPANHOL TAVARES – ... pontualmente com relação a questões em que a defesa interprete que haja autoincriminação, como também com relação à questão da assistência técnica, né?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ANDRÉ LUIZ HESPANHOL TAVARES – Lembrando que, na assistência técnica, quem manda é o advogado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência. Podemos...

O SR. ANDRÉ LUIZ HESPANHOL TAVARES – Então, o advogado tem o poder...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Podemos dar sequência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ LUIZ HESPANHOL TAVARES – ... de determinar que ele se cale, mesmo quando ele queira falar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Só, por gentileza...

O SR. ANDRÉ LUIZ HESPANHOL TAVARES – Colocadas essas observações, agradeço a V. Exa. a palavra e vamos deixar, vamos dar continuidade aos trabalhos da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Só peço a V. Exa. que não induza as respostas, por gentileza.

O SR. ANDRÉ LUIZ HESPANHOL TAVARES – De forma alguma.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Passo agora à leitura do termo de compromisso do depoente.

V. Sa. promete, quanto aos fatos de que tenha conhecimento na qualidade de testemunha, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES (Para depor.) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A partir deste momento, V. Sa. está sujeito ao compromisso de dizer a verdade quanto aos fatos de que tenha conhecimento ou tenha protagonizado na qualidade de testemunha, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

Passo a palavra ao Sr. Carlos Alberto para exposição por 15 minutos.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES (Para depor.) – Em primeiro lugar, boa tarde a todos e todas, Parlamentares e autoridades aqui presentes nesta CPMI.

É com muito orgulho e comungando do mesmo sentimento das senhoras e senhores que a Conafer e este Presidente também têm avesso a qualquer tipo de corrupção, qualquer tipo de fraude ou qualquer tipo de existência ou não existência para subtração de valores ou representatividade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O nosso país é um país de extremos. Seria mais do que injusto, seria sagaz criar entidades que não funcionam, criar entidades que não existiram, criar serviços que não podem ser acessados, criar realidades de factoide ou de fachada.

A Conafer existe desde 2004 para o único intuito de dar voz ao setor do agro familiar brasileiro, setor esse que sempre esteve tutelado por entidades ou dogmas políticos e partidários ideológicos. Esse setor, que emprega hoje 77% da mão de obra rural, que alimenta este país, que traz US$86 bilhões para dentro, que é 10,1% do PIB, que figura como protagonismo na produção de arroz, feijão, leite, suinocultura; responsável por mais de 90% da economia dos municípios acima de 20 mil habitantes.

Essa é a Conafer, que detém do seu público apenas... Do seu público inativo associado, quer dizer, aposentado associado, somente 11% da sua carteira de associados. Essa Conafer, que vos falo, tem 8 milhões, na sua carteira, de associados, mas para tal, e antes da continuidade da minha fala, eu gostaria de pedir ao Sr. Presidente desta Comissão, com *venia* do Sr. Relator, a apresentação de um vídeo a partir de cinco minutos, e depois que fosse devolvida para mim a palavra, para que fosse... Continuidade a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente. Determino a...

(*Procede-se à exibição de vídeo.)*

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, desde o início, por gentileza.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Obrigado, Presidente.

Presidente, eu estou com um material que a confederação proveu, que é este relatório. Gostaria de saber se podemos distribuir às Lideranças, aos partidos, para que possam acompanhar a narrativa de apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Bom...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vai ser colocado nos computadores.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, não. É...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Trouxe impresso?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, trouxe em arquivo e também trouxe impresso. Fica a critério de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está nos computadores já, mas nós vamos mandar imprimir e entregar aos Parlamentares.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, está impresso já. Eu trouxe alguns.

Bom, em primeiro lugar, vale salientar que, como filho de camponês e de Coronel do Exército, sempre tive pautada a minha vida em seriedade, transparência e compromisso com aquilo a que me propus. Como cidadão brasileiro, camponês, indígena, filho de militar e filho de mãe natural indígena, tive, como caminho ou como opções de vida, ser sério, ser ladrão, ser enganador ou ser um contribuidor do país de que faço parte.

No setor agrário, tanto como no setor indígena, procurei contribuir, dentro dessa caminhada, dessa história, com transparência, com eficácia e com resultados.

O que vamos apresentar nesse mostruário da Conafer é aquilo que temos como história, trabalho, transformações, realizações, coisas que o Estado brasileiro não consegue atingir, pois precisa realmente da corroboração de entidades como braços gestores ou braços parceiros. Ninguém faz nada sozinho, e nem nós, agricultores familiares; precisamos de uma referência única.

A Conafer se pauta realmente em resultados. O nosso programa ambiental tem soluções tecnológicas. Os nossos programas de melhoramento genético têm como objetivo que os bezerros nasçam, correto? Aos nossos aposentados públicos e inativos, ofertamos a eles condições para que tenham conforto na sua terceira idade. Lembrando que a Conafer tem em seu estatuto a obrigação de atender os inativos. Não quer dizer que a Conafer seja uma entidade de aposentados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como difere das outras? A Conafer tem sido, no Brasil, contribuinte do seu desenvolvimento e progresso, erradicação da fome e da falta de trabalho nos setores primários. Temos contribuído para que os assentamentos não se tornem fábricas do crime. Temos contribuído para que as os territórios indígenas não se tornem um alastro de miserê. Temos contribuído para a diminuição do conflito do campo, para que não seja um setor econômico colocado como ideológico.

O Brasil realmente é dos brasileiros. E aqui fala uma liderança, uma autoridade do setor que pautou a sua vida em contribuir com soluções. Fizemos tanto o desenvolvimento como o social. Fizemos empoderamento, fizemos soluções, fizemos trabalho com este Parlamento – fizemos trabalho com Deputados, com Prefeitos e com Senadores aqui.

Eu gostaria de pedir que, durante a minha fala nesse relatório... Existem os 27 estados e mais de 2 mil municípios relatados que foram atendidos. E, caso os senhores tenham interesse em provar que essa confederação é de fachada ou verdadeira, que os senhores liguem nesses municípios que são do estado da base dos senhores para afirmar se essa confederação existiu ou não atuando nesses municípios. E, se atuando, a gente fez a diferença nos trabalhos que lá realizamos.

Eu acho que o melhor testemunho hoje não é esse que está aqui, por detrás desse balcão, nobre Deputado Chrisóstomo. Eu acho que o melhor depoimento sobre uma entidade de classe ou de setor é o agricultor que está lá nesses municípios que estão relatados aí.

A gente poderia oportunizar ao Brasil saber se a Conafer existiu ou não, nobre Senador Moro, ligando para os municípios aí e perguntando aos Prefeitos se essa entidade trabalhou por quantos anos nesses municípios e qual a diferença na riqueza desses... do Brasil a gente fez.

Não seria eu um insano em requerer a vocês – aos senhores, perdão – esse tal desafio, se não estivesse eu seguro das contribuições econômicas, sociais e políticas que fizemos neste país. A Conafer é um braço da República. A Conafer é um braço dos senhores. A Conafer vem aqui, de pronto, dizer que estamos aqui para contribuir, seja com qualquer que for o caminho desta CPMI.

Podemos dizer também que, apesar dessa invocação para que os senhores comuniquem, façam essa interposição aos municípios que fazem base, parte da base parlamentar dos senhores, a gente poderia caminhar para um caminho de contribuição para com esses aposentados e para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

esses produtores, para saber se realmente nós existimos, porque assusta a Conafer – assusta a Conafer – a agressividade do dia 23 de abril, onde fomos... Sofremos um *lockdown* jurídico e financeiro, bloqueando 100% das nossas atividades, sejam elas institucionais ou financeiras, colocando mais de 1,2 mil funcionários sem serviço, 2.950 municípios sem atendimento, deixando a esperança esperando, os resultados sem ações, os sonhos sem objetivos.

Eu coloquei a petição, pedi ao nobre...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – ... ao nobre Parlamentar... ao nobre advogado André Hespanhol para que peticionasse pedindo a oitiva, porque nós não suportamos mais os *e-mails*, centenas e milhares de *e-mails* inquerindo a nós, pedindo quando vamos voltar a trabalhar.

Eu chamo os senhores à atenção. Caso após essa oitiva, os senhores entendem que nós prestamos, que nós servimos, que nós trabalhamos, que os senhores aprovem um requerimento oficiando ao Judiciário ou a quem quer que seja para que as atividades dessa entidade voltem a trabalhar, porque essa entidade não tem nada de ilícita, de fraudulenta, não. A gente sabe muito bem o que é existir e o que é ser de fachada neste país. E a Conafer não faz parte disso, desse cenário, porque não é possível que quem abre de segunda a sexta, trabalha das 8h às 5h da tarde e atenda 2.950 municípios seja de fachada; quem pague mais de 80 milhões de impostos federais seja de fachada; quem reproduziu mais de 420 mil bezerros seja de fachada.

Eu peço aos senhores e agradeço também a todas as entidades que enviaram carta a essa CPMI, apoiando a funcionalidade dela e dizendo sobre os serviços da confederação.

Muito obrigado a todos. Uma boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Relator, Alfredo Gaspar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, primeiro gostaria de parabenizar V. Exa. pela condução dos trabalhos. O Brasil está o aplaudindo de pé, neste país tão desacreditado das instituições e dos Poderes constituídos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo, queria transmitir o meu abraço para todos os Parlamentares, assessores, jornalistas e presentes.

Queria também saudar a postura do Dr. André – o Dr. André chegou aqui com a postura de um advogado que busca o esclarecimento dos fatos, o que muito contribui para provar tudo aquilo que se deseja em relação ao seu cliente –; depois saudar o Sr. Carlos Roberto.

Sr. Carlos Roberto, vou ficar em pé – as pessoas reclamam porque daqui eu não tenho como olhar para o depoente –, eu olhando justamente para o senhor.

O senhor falou que a Conafer presta um grande serviço na agricultura familiar, mas nós estamos aqui para saber que serviço a Conafer presta aos aposentados e pensionistas. Essa é a temática da nossa reunião.

A Conafer tem termo de cooperação técnica com o INSS desde quando?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES (Para depor.) – Ah, desde 2017.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor disse que a Conafer existe desde 2004.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não. A Conafer, institucionalmente, configurada personalidade jurídica, foi fundada em 2011, porém o movimento que se inicia para a criação da Conafer, para isso, começou em 2004.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Queria esclarecer essa dúvida, porque o senhor tinha dito que a Conafer existia desde 2004.

O senhor ocupa a Presidência da Conafer desde a sua origem, em 2011?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Sim, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pediu o primeiro termo de cooperação técnica da Conafer com o INSS em que data?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Em 2011, 2012, com o Ministro Garibaldi Alves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O que é que aconteceu para esse intervalo de cinco anos entre o seu pedido e o deferimento dessa cooperação? Quais foram os entraves?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Conforme resposta do órgão: "em análise".

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Em análise.

Quando surgiu a Conafer, ela tinha quantos associados relacionados ao INSS?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Bom, nobre Relator, vale salientar que quando a gente...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Carlos, olha, eu peço desculpa pela interrupção, mas, o senhor está vendo, cada um desses Parlamentares aqui também irá fazer indagações. Queria que o senhor fosse o mais objetivo possível.

Quando a Conafer conseguiu o termo de cooperação técnica em 2017, ela tinha quantos associados e arrecadava quanto?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Nobre Relator, a Conafer, quando inicia a assinatura com o INSS, não tinha colocado nenhum associado inativo em desconto, porém, a mesma já deteria a carteira de associados, sendo ativos e inativos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha a pergunta: o senhor está dizendo que, em 2017, na hora da feitura desse termo de cooperação técnica, o senhor não tinha nenhum associado. O senhor pode dizer, quando interrompeu as atividades relativas ao INSS, agora em 2025, havia quantos associados?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Vênia, meu Relator, quando estávamos assinando, nós tínhamos associados inativos não inscritos em desconto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A pergunta é exatamente essa.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, não, mas é porque a gente tinha...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A pergunta é exatamente essa, o senhor respondeu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Nobre Relator...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Associados inscritos em descontos. Quantos tinham...?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Nenhum.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto!

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Em desconto, nenhum.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É simples!

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Porém, como associados, milhares.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É simples, a pergunta é...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Só que não em desconto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A pergunta é em descontos.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Ah, tá. Em desconto, nenhum.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Em 2025, em descontos, quantos associados tinha a Conafer?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Detemos, hoje, ainda detemos, pelo que se encontra lá, 620 mil associados.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quantos?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Seiscentos e vinte mil associados inativos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quanto a Conafer apurou, nos últimos cinco anos, em desconto associativo relacionado a aposentado e pensionista?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – O que podia... O que eu recebi de informação foi: em torno de R$500 a R$600 milhões, divididos em 60 meses.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, eu vou te corrigir: a CGU colocou mais de R$800 milhões de desconto associativo.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Eu discordo da CGU.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem, isto é importante, o senhor discordar, porque o senhor vai ter muita coisa da qual discordar.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Ótimo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia me falar sobre a estrutura da Conafer?

Por favor, bota o eslaide aí.

Quem é o Presidente da Conafer? Quem é o Presidente da Conafer, Sr. Carlos?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Um brasileiro, mineiro, trabalhador...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tem nome?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Carlos Roberto Ferreira Lopes.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Existe mais algum parente do Sr. Carlos Roberto Ferreira Lopes na estrutura da Conafer?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Sim, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor, detalhe.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – O Vice-Presidente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem é o Vice-Presidente?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Tiago Abraão Ferreira Lopes.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Que é que esse cidadão é do senhor?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Irmão.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vamos mais, diga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Irmão.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, quero saber o resto da estrutura.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – A estrutura é composta por presidente, por tesoureiro, secretário-geral...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem é o tesoureiro da Conafer?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Tiago Abraão Ferreira Lopes.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Que é que é do senhor?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Irmão.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem é o secretário da Conafer?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – O geral?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – O mesmo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O mesmo quem?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – O mesmo Tiago Abraão Ferreira Lopes.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Onde é que entra aí na Conafer o Sr. Cícero Marcelino?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Fornecedor de serviços, insumos, bens e serviços.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O seu irmão Tiago tem um escritório de advocacia?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O seu outro irmão?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Alexandre Eduardo Ferreira Lopes?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim. Sim.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – É advogado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Como é o nome desse escritório?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Lopes Advocacia.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quanto esse escritório já recebeu da Conafer por serviços supostamente prestados?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Ah, não tenho esse dado aqui, mas posso fornecer, checando os anos de trabalho.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Foram mais de 5 milhões ou menos de 5 milhões?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não posso afirmar os dados, já que eu vim falar a verdade, mas posso fornecer aqui os relatos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Mas os serviços foram prestados.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem. Tinha tantos advogados no Brasil, o senhor escolheu logo o seu irmão para prestar serviço?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Sim, senhor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mais de 70 mil processos judiciais tem a Conafer num polo passivo, por conta de descontos associativos não autorizados. Quem defende a Conafer nesses processos?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – A Secretaria Jurídica da entidade.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem é a Secretaria Jurídica da entidade?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – São vários, são vários, Doutor...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Seu irmão é quem lida com essa parte?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Esteve por um período, não mais agora.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode dizer o nome do advogado que comanda essa defesa?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Dr. Hudson, Dr. Gabriel, tem vários. Tem uns 23 advogados no corpo jurídico.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode dizer quem está na Tesouraria Adjunta da Conafer?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não temos Secretário... É Tesoureiro Adjunto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Thamires é o quê?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – É funcionária contábil.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Funcionária de onde?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Da Tesouraria da Conafer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Da Conafer. Ela pratica que atos de gestão?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Administrativos somente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Administrativo. Quem é o esposo de D. Thamires?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Vinícius Ramos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O que é que o Vinícius Ramos é do senhor?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – É cunhado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Cunhado.

Vinícius Ramos dirige alguma entidade?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Sim, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Como é o nome da entidade?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Instituto Terra e Trabalho.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Esse instituto fica situado onde?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Brasília.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Esse instituto tem qual finalidade?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Braço de execução, né? E um instituto...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Braço de execução de quem?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Ah, de vários atores, não somente um... da Conafer também, né?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Da Conafer também.

Pergunto ao senhor: a Conafer recebe recurso parlamentar?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O ITT?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não sei, não posso dizer, não posso responder pelo instituto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor nunca intermediou recurso parlamentar para o ITT?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não aconselho, nunca orientei, tendo em vista que a Conafer nunca recebeu um dinheiro público.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É verdade, a Conafer recebeu 800 milhões de aposentados e pensionistas. É sobre isso que a gente vai falar.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vinícius Ramos da Cruz: o que é que o Sr. Vinícius Ramos da Cruz é do ITT?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Presidente, Diretor-Presidente, acredito.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Desculpa. Qual a relação do Sr. Cícero Marcelino com o ITT e com a Conafer?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Com a Conafer, eu posso dizer para o senhor que é fornecedor de bens e serviços; já com o ITT, eu não posso responder pelo mesmo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. A sua esposa como se chama?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Bruna.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A D. Bruna tem alguma empresa?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Ela administra, ela administra.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Lagoa Grande, qual é a participação dela?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Lagoa Alta, desculpa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Lagoa Alta.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Veterinária chefe da empresa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Veterinária chefe. A sua esposa é veterinária?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Sim, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe dizer se ela recebeu recurso via emenda parlamentar por suposta prestação de serviço ao ITT?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. A gente vai já lembrar ao senhor.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Obrigado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O ITT, saiu uma reportagem agora há pouco de que adquiriu duas aeronaves... Conafer tem aeronave?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Já teve?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já voou nas aeronaves do ITT?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor nunca voou num King Air do ITT?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor tem uma especialização em atuação em terras indígenas?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Sim, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o senhor vai a essas aldeias de qual forma?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Caminhonete.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Caminhonete?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor nunca desceu em aldeia indígena em avião fretado?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Às vezes eu desci em Barcelos, mas nós pegamos o frete em Manaus, táxi-aéreo em Manaus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. A pergunta é aquela que o senhor já respondeu: o senhor nunca voou nos aviões do ITT?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – King Air, né? O senhor disse King Air.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – King Air.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não sabia que o ITT tinha King Air, não. Na verdade, eu não sabia que o ITT tinha avião, né?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor nem sabia?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – É.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ah, então, deixe-me perguntar uma coisa: quem é Silas Vaz?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Secretário da Amazônia Legal.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Secretário da Amazônia Legal de onde?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Da Conafer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Da Conafer.

Quem nomeou ele?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Eu.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor.

Qual foi a primeira vez que o senhor encontrou Silas Vaz?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Quinze 15 anos atrás.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Há 15 anos Silas Vaz acompanha o senhor?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Nós podemos dizer que trabalhamos no mesmo bloco político da entidade.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Onde é que ele mora aqui em Brasília?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, não... Desconheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Desconhece?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Sim, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual é a condição social de Silas Vaz?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Rapaz, trabalhador indígena, né?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quanto ganha por mês da Conafer?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não sei dizer. Posso averiguar e enviar as informações aqui.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor não sabe dizer quanto um secretário da Conafer recebe aproximadamente?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não sei. Não sei porque é aprovado em conselho, né? E a gente não tem essa ciência, não. A gente observa muito na Conafer trabalho e resultado, nobre Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha só, está de parabéns!

O Silas Vaz, saiu na reportagem, é um morador da periferia de Brasília. Quero parabenizar que ele adquiriu duas aeronaves do ITT, e ele se transformou em laranja sem nem saber.

Eu pergunto: o senhor teve alguma participação, nessa questão das aeronaves, para Silas Vaz adquirir esses aviões?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Desconheço tais informações, nobre Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabia que Silas Vaz tem duas aeronaves?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Fiquei sabendo através do *Metrópoles*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, o senhor movimentou nas suas contas 1,65 milhão, declarando uma renda mensal totalmente incompatível com isso, e um patrimônio de R$300 mil. O senhor poderia explicar como foi essa movimentação?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Nobre Relator, se houve algum óbice no meu Imposto de Renda, eu irei fazer certas reparações, mas eu não me vejo nenhum tipo de fraudador, não, ou lavador de dinheiro, ou...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu não estou dizendo isso. A pergunta é muito taxativa: o senhor, no período de um ano...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Um ano?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Um ano e meio, dois anos, o senhor com um patrimônio de 300 mil, o senhor movimentou 1,65 milhão nas suas contas. Tem uma explicação para isso?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não confere.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não confere?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então aqui o senhor já desmentiu a CGU e agora está desmentindo a Receita Federal.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – É, porque eu vou dizer para o senhor que eu estava sendo investigado desde 2021, pelo mesmo ambiente aqui de investigação dessa CPMI. E meu Imposto de Renda, nos cinco anos, a movimentação bancária no meu nome deu acima de oitocentos mil e poucos. Aí o senhor traz dados para mim que eu movimentei 1,65 milhão em um ano...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, eu tenho que reconhecer na hora que erro. Quero pedir desculpa.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Obrigado, Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor movimentou R$1,76 milhão em dois meses.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – No meu CPF?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – No seu CPF, com a renda mensal de 15 mil e um patrimônio de 60 mil? O senhor podia explicar isso?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Olha...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Polícia Federal, CGU e Receita Federal fizeram essa afirmação.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Nobre Relator, eu desconheço tal afirmação. Acredito que investigações peguem, construam rumos equivocados. Eu gostaria de saber se é assertivo...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É assertivo.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – ... se é assertivo saber...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É assertivo.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – ... compreendendo que o Brasil precisa saber que a CGU, o TCU e a Polícia Federal demoraram 30 meses para encerrar o repasse de entidades de fachada.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu posso...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Eu estava aberto de segunda a sexta.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor... O senhor, por favor... Gostaria de forma objetiva. Aqui está dizendo, de forma assertiva, que o senhor movimentou quase R$2 milhões em suas contas em dois meses. Verdadeiro ou falso?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Para mim, para mim, vou me declarar não conhecedor de tais informações. E peço vênia a esta CPMI para que possa eu observar esses dados, porque não eram esses dados que eu tinha como informações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Volto a perguntar de outra forma que possibilite ao senhor responder: o senhor movimentou quase R$2 milhões ao longo de 2024 na sua conta durante um período de dois meses? Se sim, de onde saíram esses recursos?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não conheço. Desconheço tais movimentações na minha conta física.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu gostaria que passasse aqui, só para a gente voltar daqui a pouco para cá – passe aqui mais um, por favor, passe mais um –: D. Maria, D. Maria Rodrigues. Essa é a ficha da Conafer?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Desconheço o modelo do termo de adesão.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor, o senhor...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Ele vem, ele vem, ele vem de características próprias do INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor desconhece?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Essa aí não... Essa aí não tem nada...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor... O senhor desconhece?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Eu desconheço o formato, nobre Relator. Sabe, assim, o fenótipo da ficha... Eu conheço do ACT, conheço do fenômeno, conheço das responsabilidades...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vou lhe ajudar, vou lhe ajudar: em 2024, a Conafer foi obrigada, pela CGU...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... a mandar cem fichas para a conferência de regularidade nas adesões. O senhor é o Presidente da Conafer. O senhor mandou... Não foi a CGU, não, foi o senhor. O senhor mandou a ficha da D. Maria Rodrigues. A D. Maria Rodrigues já tinha morrido há cinco anos e fez uma assinatura. Olha, esse padrão se repetiu mais de 300 vezes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela Conafer. O Gilberto – o Gilberto – morreu há 20 anos, mas assinou. É padrão da Conafer ressuscitar mortos para assinatura de descontos associativos?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – É padrão do INSS ter defunto recebendo benefício?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. *Fora do microfone.*) – Não é você quem pergunta, não, rapaz!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores... Senhores...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – É padrão do INSS, é padrão do INSS...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – ... aceitar desconto de defunto?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A pergunta... A pergunta é bem objetiva: é padrão Conafer ressuscitar mortos para conseguir descontos associativos? Sim ou não?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Se o morto estiver recebendo benefício, pelo jeito, sim, né?

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Presidente, eu quero... É uma questão de...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu quero, eu quero parabenizar, porque a Conafer botou no bolso 800 milhões de aposentados e pensionistas, sendo que 100% do recorte feito...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – É sabotagem isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... pela CGU – pela CGU – não tinha autorizações válidas. A pergunta ao depoente: a Conafer, a Conafer repetiu esse padrão centenas de vezes. O senhor tinha conhecimento disso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Eu não... A Conafer desconhece que pessoas em óbito recebam benefício, nobre Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual... Qual o resultado...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Por que uma pessoa em óbito está recebendo benefício, Senador... Deputado?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia esclarecer então... o senhor poderia esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... o senhor poderia esclarecer, já que isso legalmente não é possível, como isso se repetiu mais de 300 vezes na Conafer, entidade que o senhor preside?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Tal, tal abscesso da lógica, nobre Relator, abscesso da lógica é haver desconto num cara que está morto. Como é que existe, Senador, um desconto aceito pelo INSS numa pessoa que já morreu? Como é que essa pessoa está recebendo benefício, Relator? É, ué, eu quero saber como é que...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – ... existe uma pessoa recebendo benefício morta!

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Oxe.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, Srs. Parlamentares...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – É tão estranho cobrar de quem está morto como pagar quem está morto, nobre Deputado Van Hattem. Oxe!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Pela ordem.) – Presidente, é só questão... Pela ordem, por gentileza. Durante todas essas reuniões que nós fizemos aqui, Relator, todas as vezes se pediu ao Relator...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... que fosse com paciência ao advogado, ao depoente. Mas a forma como o depoente está respondendo ao Relator é desrespeitosa. É desrespeitosa, é irônica e demonstra sua total frieza e desrespeito com as pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O.k., Excelência. Excelência...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Então peço respeito...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... ao depoente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, pois não... Obrigado.

Senhores, eu não vou permitir pela ordem na apresentação e perguntas do Relator, por gentileza.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Olha, em 2021, a Conafer fez o milagre de ressuscitar 87 mortos para desconto associativo. Em 2022, o milagre da ressurreição caiu para 61. Em 2023, o milagre explodiu, 2.083 ressuscitados. Em 2024, 1.135, dados da CGU. O senhor poderia explicar como isso aconteceu?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES (Para depor.) – Nobre Relator, fico... fico eu impossível de atender o seu questionamento, tendo em vista que a Conafer tem 8 milhões de associados, e esses casos muito me estranham, porque... Peço, peço primeiro vênia ao senhor, ao modal, porque tanto eu fiquei espantado por estar arrecadando em cima de defunto, como o defunto estar recebendo benefícios do nosso INSS. É tão alarmante, é tão discrepante para mim, nobre Deputado, Vice-Presidente dessa Comissão, quanto para os senhores. Como é que nós vamos... Antes de nós pensarmos como é que foi a fraude dessa assinatura desse termo de adesão lá no primeiro grau... Porque a Conafer, vale lembrar, ela afilia aqui CNPJs, federações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu só quero esclarecer para o senhor...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Só para pegar o contexto da pergunta.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... que foram fichas dadas pela Conafer, sob a sua Presidência, à CGU.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não estou, não estou negando tal afirmação do senhor. Só estou colocando aqui em questionamento que é tão absurdo realizar tal arrecadação, como é tão absurdo saber que mortos recebem benefício.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, a empresa que o senhor disse que é... que trabalha com tanta honestidade – passa mais uma aí, passa mais uma –, olha, o Chrystofer tem nove anos, autorizou desconto associativo. É uma prática comum da Conafer receber autorização de menor de nove anos para desconto associativo? Foi ficha enviada pela Conafer.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Só para explicar ao nobre Relator e aos demais Parlamentares e autoridades aqui nessa sessão, o modelo da Conafer para obtenção de termos de adesão para desconto previdenciário se inicia nos municípios, onde os primeiros graus filiam CPFs, associações, sindicatos e cooperativas. Esse termo de adesão é enviado às federações, e das federações é enviado à... As federações enviam esse termo à confederação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – A confederação envia esse termo ao INSS, que valida assim que o confere. Não é a gente enviando o termo e o INSS validando, não. Às vezes você manda 5 mil termos, vai entrar no sistema de desconto 2,8 mil, 3,5 mil.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Foi da corrupção do INSS que entidades como a Conafer conseguiram adentrar o sistema previdenciário.

Mas volta lá para aquele gráfico anterior, para a gente relembrar alguns fatos que o senhor possa esclarecer.

A Conafer tem como Presidente Carlos Roberto Ferreira Lopes, que, por sua vez, tem Bruna Braz de Souza Santos... Quem é Bruna?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Esposa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A Bruna, por sua vez – por sua vez –, tem uma procuração para Cícero Marcelino de Souza Santos. O que é que essa procuração da sua esposa com o Cícero Marcelino previa?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Sobre as relações comerciais da Lagoa Alta não cabe a mim responder.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe informar o que é que essa procuração continha?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhecia a existência dessa procuração?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece... O senhor conhece a Santos Agroindustria Atacadista e Varejista?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Sim, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O que é que ela faz?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Fornece bens e insumos para a Conafer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Cem milhões de reais saíram da Conafer para a Santos. Que tipo... O senhor sabe a quem pertence a Santos?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor não sabe? O senhor paga 100 milhões a uma prestadora de serviços e não sabe quem é o sócio dela?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, eu preciso dos insumos que eu compro dela, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ah, está bom. Está de parabéns.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Obrigado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, só para relembrar, a Santos pertence ao Cícero Marcelino, que, por sua vez, é seu funcionário na Conafer.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Deixe-me relatar ao senhor sobre ser funcionário. O Cícero nunca foi funcionário da Conafer. O Cícero sempre foi um fornecedor de bens e serviços da Conafer por mais de 15 anos. E pegou essa pecha aí de falar que assessor – assessor são os egos da amizade, né? Como nós todos vimos aqui. É o querido, é o amigo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Carlos, eu queria objetividade: 100 milhões saíram da Conafer, que, por sua vez, recebeu 800 milhões de recursos de aposentados e pensionistas, que, por sua vez, 100% dos cortes feitos nas autorizações dizem que eram falsos.

Aí vem aqui para Cícero Marcelino, tido como seu assessor direto, representando a Santos, que recebe 100 milhões nessa teia. O senhor pode me dizer qual tipo de insumo foi fornecido pelo Sr. Cícero Marcelino através da Santos?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não vou entrar na especificação de itens para não confundir. Mas foram produtos necessários para a realização dos feitos por essas entidades no Brasil todo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas olha a resposta...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Nós fizemos 400 mil bezerros. E sobre a análise que o senhor fala de a gente ter tido uma amostragem como 97% de falsos, vale salientar que uma entidade de 8 milhões de pessoas associadas foi definida por 40, 50 fichas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Carlos...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Eu traria 5 mil, e fiz o contrário.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Carlos... Sr. Carlos, o senhor, por favor, responda objetivamente o que eu estou perguntando. Se o senhor não quiser responder, o senhor não responde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Vou verificar e prestarei...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual o tipo de insumo fornecido pela Santos?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Relator, só um instantinho.

Advogado, por favor, não dite a resposta ao Sr. Carlos Roberto, por gentileza. Se o senhor precisar parar a sessão, o senhor pode parar na hora que desejar para orientá-lo. Por favor, é uma recomendação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor...

O SR. ANDRÉ LUIZ HESPANHOL TAVARES – Só esclarecendo a V. Exa., de maneira geral, como nós temos o compromisso de dizer a verdade, tudo aquilo que diga a respeito a dados – são anos, são 15 anos de assessoria –, então, é preciso que ele tenha o cuidado, porque ele pode fornecer esses documentos todos, todas as notas, todos os...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Doutor, ele responde como quiser aí sobre a sua assessoria técnica.

Eu quero fazer a pergunta e ele age da forma que ele achar necessário.

O SR. ANDRÉ LUIZ HESPANHOL TAVARES – É uma observação genérica que foi feita, jamais querendo colocar palavras na boca do depoente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado. Mas, por favor, não dite a resposta, por gentileza, porque eu escutei...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Carlos, Sr. Carlos...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Sr. Relator...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O que a Santos, de propriedade do Sr. Cícero Marcelino, seu assessor, fornecia à Conafer na ordem de R$100 milhões recebidos?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Irei buscar as notas fiscais e informarei e cederei a esta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia dar exemplo de algum insumo fornecido pela Santos?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Olha, nós tivemos vários tipos de interesses com a Santos. Nós tivemos locações de veículos, compra de semên, compra de insumos para realização de melhoramento genético, tivemos também fornecimento de brinquedos para o Natal de 23, 24, onde demos mais de 300 mil brinquedos para as crianças neste país. São vários insumos, nobre Relator, mas para não ter, para não ficar nem a mais, nem à margem, eu estaria fornecendo aqui os objetos da sua pergunta com mais clareza.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Carlos, o senhor já recebeu dinheiro ou já enviou dinheiro pessoa física para o Sr. Cícero Marcelino?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Estou com uma transferência aqui que lhe mostrarei ainda um pouco à frente...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – O.k.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... do senhor transacionando com o Sr. Cícero Marcelino.

Mas vamos aos grandes repasses da Conafer: 100 milhões, o senhor confirma que repassou para a Santos?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não posso afirmar o valor integral, mas posso dizer que houve pagamento sim para a Santos. Ela é fornecedora. Não nego a relação comercial com a Santos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer o que é a Nobre Serviços de Eventos?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Especificamente, posso considerar como mais um fornecedor do grupo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe informar por que repassou a ela quase R$28 milhões?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Com certeza prestação de serviços para a confederação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece a Sra. Ingrid Pikinskeni?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor – não pessoalmente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não conhece?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não. Sei que é a esposa do Sr. Cícero.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É esposa do Sr. Cícero?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Sim, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu perguntei ao senhor anteriormente, a ITT, qual a sua relação com a ITT?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Somente institucional.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Institucional. Aí, olha só, que coincidência: o senhor é o Presidente da Conafer e, por sua vez, a Thamires Maia de Oliveira foi empregada da Conafer. Ela é esposa de quem? Ela é esposa de quem?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Do Sr. Vinícius.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Do Sr. Vinícius. Então, a funcionária da Conafer é esposa do Sr. Vinícius, que por sua vez é o que do senhor?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Cunhado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Cunhado. O senhor é casado com a irmã dele ou ele é casado com a sua irmã?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Eu sou casado com a irmã dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor é casado com a irmã dele. Então, a Bruna casada com o senhor é irmã do Sr. Vinícius, é isso?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Sim, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia me dizer... O senhor poderia me dizer qual é a sua participação na TB Holding Financeira?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Total.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Total o quê?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Total, assim, 90%.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É 90% da TB. Essa TB... Quem tem de sócios nela?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Cícero.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Cícero.

Olha só... Olha a que ponto nós chegamos. O senhor mete 100 milhões na Santos e o senhor é sócio de uma empresa com o Cícero Marcelino. O que é que essa empresa faz?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – A criação de projeto privado TB, Terra Bank, Fintech era para otimização da bancarização do nosso setor e melhor cobrança de mensalidades por parte da Conafer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Esse Terra Bank foi criado para começar a operar consignado?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor. Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer... O senhor pode me dizer se o Terra Bank ficava situado no mesmo prédio da Conafer?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E do ITT?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Onde ficava o Terra Bank?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Parque de Exposição ExpoZebu, Uberaba, Minas Gerais.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quer dizer que...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Antiga sede do Banco do Brasil.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quer dizer que não existia Terra Bank em Brasília?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu estou com a fotografia do Terra Bank aqui em Brasília, mas o senhor está dizendo... Volta lá.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, não teve.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, e tem que acreditar no senhor.

Não é. Eu quero aquele anterior, minha gente.

Esse... Esse aqui, não, pelo amor de Deus. Eu quero... Esse mesmo.

A Bruna... A Bruna outorgou uma procuração para o Cícero, certo? A Bruna tem uma empresa chamada Lagoa Alta?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Sim, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Lagoa Alta.

O senhor sabia se a esposa do Cícero também tem uma empresa de inseminação?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – De veterinária ou pecuária?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Na verdade, eu não sei do portfólio de empresas da família do Cícero.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor não conhece, não é?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha que interessante. Dinheiro dado pelo Deputado Euclydes Pettersen, de Minas Gerais, foi para o ITT. Esse Deputado... Tem uma reportagem do senhor dizendo que ele era o padrinho político da Conafer. O senhor confirma?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas o senhor deu essa declaração. Qual foi o motivo de o senhor dizer que o Deputado...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – O Deputado Euclydes Pettersen é uma notoriedade de Parlamentar. A gente sempre apoiou... Nos apoiou no Estado de Minas Gerais, onde atendemos 161 municípios, entregamos quase mais de 70, 80 mil bezerros no Estado de Minas Gerais. E eu não tenho como aqui desclassificar ou pejorar minha relação com Parlamentares, pois nós fizemos juntos uma frente Parlamentar de Senadores e Parlamentares, buscando a melhor funcionalidade para a base.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Carlos, a pergunta que eu faço é: o senhor deu uma entrevista dizendo que o Deputado Euclydes Pettersen era o padrinho político da Conafer. A pergunta é muito simples: o senhor deu essa entrevista ou não?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não me recordo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não se recorda.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí eu vou para a segunda parte: o senhor considera o Deputado padrinho político da Conafer?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Eu considero o Deputado apoiador do setor da agricultura familiar do Estado de Minas Gerais e Brasil.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já esteve nas dependências do INSS ou do Ministério da Previdência com o Deputado Euclydes Pettersen?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor teria mais alguma relação com Parlamentares desta Casa, Senadores e Deputados, que o apoiam na Conafer?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Eu tenho... a Conafer tem relação com 212 mandatos, que fazem parte da Frente Parlamentar Mista do Empreendedorismo Rural, nobre Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu estou perguntando especificamente sobre a Conafer.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Especificamente, esse é o único objetivo de relacionamento da Conafer com o Parlamento, o desenvolvimento do Brasil, nobre Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor teria algum Parlamentar de que o senhor bancou campanha?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Jamais.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor teria algum Parlamentar que o senhor visitou aqui no Congresso Nacional?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor. Toda a base Parlamentar era... ela iria, ia até a Conafer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, esse Parlamentar, ele mandou 2,5 milhões para o ITT. Tudo leva a crer que o senhor é autoridade máxima do ITT, mas o senhor está dizendo que não. O senhor sabia que a sua esposa participou de um processo fraudado de licitação com a esposa do Sr. Marcelino?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Desconheço tal informação, Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabia que esse processo fraudado envolveu emenda parlamentar?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Desconheço tal processo, Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual a sua relação com a Cooptec?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Cooptec... Só se for comercial, caso tenha.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Isso o senhor não sabe, não?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Eu não, Senador, eu... Nobre Relator, a Conafer, ela é um universo de trabalho, podendo eu aqui falhar em certas afirmações ou negativas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E a Coopermais?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Agora o que eu sei é que eu atendi 9 mil... 2.950 municípios em situação espontânea.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Carlos, a pergunta é outra. Qual é a sua relação com a Coopermais?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Só se for trabalho ou comercial.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor não sabe informar isso.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Vou buscar informações no quadro de fornecedores de bens e serviços e informar a essa CPI.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Farmlands Holding, está situada onde essa empresa?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Delaware, Estados Unidos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Essa empresa tem como sócio quem?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Eu.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E mais quem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Somente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Essa empresa tem qual direcionamento?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Essa... essa *offshore* foi criada por mim no ano de 2022 ou 23, não me recordo, para que... nós íamos começar a vender negócio privado de família, nós íamos começar a vender sêmen e embriões no... na... no exterior, né?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – E também aproveitamos e usei ela como fundador do Terra Bank.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual... qual o capital dela?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Ah, botamos aquele, eu não sei, me recordo, mas foi bem pouco mesmo, porque ela nunca operou financeiramente. Não teve... não tem nenhum tipo de transação, nem do Terra Bank, nem dessas *offshores*. Não chegou a funcionar na plenitude. Estava em beta.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já esteve presencialmente homenageando ou sendo homenageado por algum Ministro da Previdência?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Homenageando.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Homenageando que Ministro?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – O Carlos Oliveira.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por quê? Qual foi o serviço que ele prestou à Conafer para ser homenageado?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Na verdade, a gente foi até o Sr. Ministro da Previdência, do Trabalho e Previdência, para...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual foi a época?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Foi dois mil e vinte... acho que 24 ou 23. Não, desculpa, desculpa, final de 22... 23 já estava o Lula. Foi final de 22... Final de 22. A gente foi até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele porque o Mais Pecuária, ele estava atendendo mais de 3 mil municípios, e a gente queria fazer um trabalho em conjunto com o Ministério do Trabalho, onde nós iríamos doar embriões, que é um processo de maior celeridade de produção, aos camponeses que ofertassem dois empregos por carteira. E se esses produtores fizessem essa regularização desses trabalhadores, o Ministério do Trabalho entrasse com capacitação para esses funcionários...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas o que é que Carlos Oliveira tem a ver com o Ministério do Trabalho?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Uai... Ele era Ministro do Trabalho e Previdência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ah, do Trabalho e Previdência.

O senhor já esteve com algum Presidente do INSS?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Institucionalmente?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Nunca?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – ... evento...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já esteve com algum diretor de benefícios do INSS?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Institucionalmente não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Em festas, em encontros?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Nós tivemos a visita do Sr. André Fidelis na fundação do Terra Bank em Uberaba.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Em Uberaba.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Sim, sim...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu ia mostrar essa foto aí...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, pode mostrar, a gente não está aqui para negar nada, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual a sua relação com André Fidelis?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Somente institucional.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olhe...

Passe aí, passe aí. Passe. Passe. Passe. Passe. Passe mais. Mais. Mais. (*Pausa.*)

Eu queria ver uma que tem um recibo de 900 mil. Esta aqui.

Em 2020, nessa data, a Conafer estava paralisada. Foram bloqueados os descontos – foram bloqueados os descontos. Nessa mesma época – passe aí –, nessa mesma época, o senhor contrata este cidadão Jeronimo Arlindo da Silva Junior por 40 mil mensais. Quem é Jeronimo Arlindo da Silva Junior?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Diretor para assuntos de instituições... SRI.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Onde é que o senhor foi arrecadar essa pessoa e quem lhe indicou?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – É um conhecido de muito tempo, o pai dele é Presidente da federação da pesca do Estado da Paraíba. É um nobre, nobre quadro, novo, proeminente, já foi Ministro de Estado...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Já foi o quê?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Já foi Secretário da Pesca aqui em Brasília... Já foi Secretário da Pesca no Estado da Paraíba... É um jovem promissor de um currículo ilibado...

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Promissor em que sentido?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual foi....

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – No sentido da prestação do serviço dele, ele é uma... Para mim, ele é um quadro muito preparado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual foi...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual foi o papel desse rapaz na regularização documental da Conafer junto ao INSS?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Organização e modernização do nosso sistema de termos de adesão.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Volte lá àquele recibo de 900 mil.

Quem lhe apresentou mesmo o Junior?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Eu conheço o Junior há muito tempo por causa do meu conhecimento do pai dele, que é Presidente da federação da pesca da Paraíba.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Como é o nome do pai dele?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Rapaz... Eu não sei o quê do Peixe... Esqueci... Acho que é Zé do Peixe...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece o Junior desde que ano?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Desde 2018, 2019...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Em 2018. A Conafer paralisada, e o senhor traz esse rapaz da Paraíba, e ele apresenta resultados.

No dia 11/11/2020, o senhor manda 900 mil para essa associação. Qual é a vinculação dela com o Junior do Peixe?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não sei, senhor. Desconheço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Como é que o senhor manda 900 mil para uma entidade e não conhece nada dela?!

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – O senhor quer que eu trate sobre a relação dela com...? Da pessoa com...?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, trate sobre qual foi o serviço que essa entidade prestou.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Com certeza, deve ser parte dos quadros associativos da Conafer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe qual foi o serviço prestado?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Com certeza... Não posso descrever objetivamente, mas com certeza está no quadro objetivo de relacionamento.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A pergunta é: o senhor pode dizer qual foi o serviço prestado? Sim ou não?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não posso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não pode.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não posso para não ter erro na objetividade da resposta.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Volte aqui. Volte. Volte mais um. Volte mais. Mais.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha: Deputado Euclydes Petterson...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pettersen.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui o senhor deu uma entrevista dizendo que era o porta-voz político da Conafer. Quem falou foi o senhor; não fui eu, não.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – O senhor pode passar a tal afirmação? O senhor pode mostrar para nós tal entrevista?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu não trouxe a entrevista, mas vou mandar procurar.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Para poder corroborar com sua afirmação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas, olha, a questão é simples – a questão é simples –: o senhor tem alguma coisa a ver... O senhor já disse que o Cícero Marcelino é seu sócio. Cícero Marcelino recebeu 100 milhões da Conafer, na qual o senhor é Presidente.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Fornecedor de bens e serviços do grupo do Cícero.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, esse fornecedor é seu sócio; eu só sei isso. Esse fornecedor é seu sócio.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Mas ao qual eu fui... ao qual eu tenho com ele, com relação à sociedade, não houve nenhum tipo de relacionamento financeiro, nobre Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Isso quem está dizendo é o senhor.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não; pode buscar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem está dizendo é o senhor.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não; eu estou afirmando.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, Cícero... Cícero Marcelino, seu sócio, recebeu 100 milhões da Conafer. A Sra. Ingrid, esposa dele, tem uma agropecuária. Essa agropecuária concorreu, junto com a sua esposa, de fachada, e botou a mão em R$2 milhões de uma emenda parlamentar desse Deputado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Esquentou!

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu pergunto ao senhor: qual é o problema disso aqui? Teoricamente nenhum.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – É; se os bezerros tiverem nascido, se o programa tiver cumprido o objeto, nenhum, né, nobre Relator?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha só: teoricamente nenhum...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Nenhum, né?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... só que...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Se tiver cumprido o objetivo da emenda...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... só que...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – ... e o órgão tiver fiscalizado...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Espere um minuto, por favor.

Só que tem um porém: um avião desse Parlamentar, depois disso aqui, foi parar no ITT, comprado por um secretário da Conafer, que eu perguntei quanto ele recebia por mês, e o senhor não sabe responder ou não quer responder.

A pergunta é muito simples e objetiva. Aqui nem pode prejudicar nem pode perseguir. Também não pode passar a mão. Esse avião que percorreu isso aqui; esse avião foi fruto de propina?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Desconheço, nobre Relator. Não posso responder sobre tais afirmações.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A segunda pergunta que eu queria deixar consignada: o senhor já voou nessa aeronave?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não que eu me recorde, mas posso checar com o meu gabinete os meus quadros de voo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Rapaz, o senhor não recorda se voou numa aeronave adquirida pelo ITT e...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Atender 2.950 municípios, Relator, nos coloca, assim, no automático.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu só... Eu só queria que o senhor respondesse de forma objetiva.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Mas eu quero responder. Não vou fornecer...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode dizer se nunca voou nesse avião?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Nobre Relator...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A pergunta é simples.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – A Presidência faz um traslado para atendimento de 2.950 municípios. E eu gostaria de fornecer a esta Comissão informações verídicas e precisas. O gabinete irá pedir o traslado deste Presidente nos últimos cinco anos, e informo aqui qual aeronave, qual que foi.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A pergunta é simples. Se o senhor pode afirmar, o senhor diz "sim"; se o senhor não pode afirmar, o senhor diz "não". O senhor pode afirmar...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Ou dizer que vou fornecer os documentos aqui a esta CPI.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode afirmar se já voou nessa aeronave?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Posso dizer que vou corroborar com a CPMI informando o meu *schedule* de viagens...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, eu vou ser mais direto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Fique à vontade.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Silas Vaz é o seu laranja que possui dois aviões?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, Silas Vaz é o Secretário da Amazônia Legal da instituição Conafer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Os aviões que estão sob a responsabilidade de Silas Vaz; um é esse que o senhor disse que não pode afirmar se voou; o outro, o senhor pode dizer se voou ou não?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Desconheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor desconhece no sentido de que nunca voou?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Desconheço assim, para afirmar se usei ou não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem. Essa é uma resposta justa. Agora "bora", vamos para cá.

Mude aí. Mude para outra.

A do menino, dos mortos, a gente já viu.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Onde é que entram os 900 mil aí...?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Os 900 mil, eu estava pesquisando uns papéis e achei interessante. A Conafer ficou suspensa de 2020 a 2021. Nesse período, a Conafer contrata um rapaz da Paraíba, esse rapaz atua na liberação da Conafer e aparecem esses 900 mil direcionados a esse rapaz.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone*.) – A esse rapaz ou à associação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – À associação que tem vínculo com esse rapaz, por isso que eu perguntei.

Volte aí. Volte aí.

O senhor conhece... O senhor conhece... Quando a Conafer estava lá trancada, estava sem direito a arrecadar, esse rapaz aqui surge no horizonte da Conafer sendo homenageado. Quem é Jobson de Paiva Silveira Sales?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Está lá, diretor de atendimento.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Diretor de atendimento de onde?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Do INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí eu lhe pergunto: diretor de atendimento é o Dirat, é?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Desconheço, não sei dizer o significado da sigla, não, Doutor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Deixe-me lhe perguntar, entre tantos a serem homenageados, por que Jobson foi o escolhido?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Desconheço, a Presidência não apresenta nenhum tipo de interesse em homenagem, não, há vários setores da Conafer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá, mas a assinatura é do senhor.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – O senhor pode ver que é automática.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu não posso ver aqui. Eu não posso ver que é automática, não.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Ninguém assina placa de ferro, não. É automática, é impressa lá.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Volte lá. Volte mais uma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois, a gente vem para cá.

Olhe: conhece essa moça?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Nunca esteve com Ingrid?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Conhece esse rapaz?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Sim, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É o quê do senhor?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Irmão.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Conhece esse Presidente do INSS?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Conhece Rafaela?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Sim, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem é?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Diretoria de Governança e Integração de Sistemas e Convênios da Conafer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Conhece esse rapaz?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Dr. André Fidelis, do INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Conhece Sandra Luna?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aqui, Glauco Wamburg, Presidente do INSS. Qual foi a época disso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Desconheço, senhor, não tenho os dados.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não sabe? Seu irmão está ao lado de um dos integrantes da organização criminosa. Esse mesmo que o senhor disse esteve no Terra Bank em inauguração lá em Minas Gerais, se eu não me engano.

Eu pergunto: qual é a relação que a Conafer, através desses representantes, tinha com o Presidente do INSS?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – É, com certeza, no âmbito da Previdência, né, do INSS, né, Relator?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor não sabe o motivo dessa homenagem?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Volte aí.

Já falamos do Jobson, daí, volte mais um aí.

Qual a sua relação com a empresa C. Marcelino de Souza Santos?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Comercial.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Comercial sobre o quê?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Fornecedores de bens e serviços.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Que tipo de bens e serviços?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não posso descrever os itens. Não sei, desconheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe quanto passou para ela?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Nobre Serviços de Eventos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Relação comercial, nobre Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe de quem é a Nobre? A que o senhor passou quase R$28 milhões?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Deve ser do Cícero, como está lá...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí já vamos para R$130 milhões que o senhor passou para o Sr. Cícero.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – É, a gente comprava muito.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É, eu estou vendo.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Nós entregamos bastante, não é, Relator?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu não sei. Isso aí eu já não sei.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, eu pedi que ligassem nos municípios para checar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Isso eu não sei. Eu não vou ligar para os municípios para ter decepção.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, o senhor será surpreso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Surpreendido.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu não posso ser surpreendido porque nós estamos tratando sobre INSS, e 100% daqueles que foram entrevistados disseram que a Conafer estava mentindo na autorização. Setenta e um mil processos judiciais, no Brasil, estão dizendo que a Conafer meteu a mão no bolso sem autorização.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Por cinco anos a Conafer reparou qualquer dano que houve, tanto administrativo, Procon, Reclame Aqui e Judiciário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E meter a mão no bolso do aposentado e pensionista, devolvendo o dinheiro sem ser em dobro é reparar?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Isso aí deve ser... Nós reparamos em dobro e pagamos judicialmente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, CSS Locação de Veículos. Qual a sua relação com a CSS Locação de Veículos?

Entenda, quando eu falo a sua relação, eu estou falando também da relação da Conafer.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Comercial.

Agora, colocamos viaturas no Xingu, no sul do Pará, no norte de Minas Gerais, para atender, quando a Sesai estava parada. Colocamos viaturas...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor... Por favor, o senhor sabe quem é o sócio majoritário da CSS?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Desconheço, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não é o Cícero Marcelino, não?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Eu desconheço, assim por nome de empresa eu desconheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, deixe eu apresentar ao senhor, como Presidente da Conafer: Cícero Marcelino se apresentando ao senhor aqui.

A CSS Consultoria e Gestão. O senhor sabe dizer que tipo de serviço foi prestado por ela?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Posso requerer à contabilidade e apresentar a esta Comissão as notas e os itens.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A pergunta é simples: o senhor sabe qual é o tipo de serviço prestado por ela?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – A especificidade requerida pela pergunta do nobre Relator exige deste depoente uma seriedade na resposta. Então, prometerei entregar documentos que comprovem o que foi comprado, adquirido e usado como trabalho.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia me informar que tipo de serviço o senhor firmou com a Jaguar Comércio Varejista?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Essa empresa é minha.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Que tipo de serviço ela presta?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – A Jaguar, a gente... Era um projeto de a gente colocar miniquiosques, minicabanas, malocas, nos aeroportos internacionais do Brasil e do mundo, para difusão dos nossos produtos e apresentação das etnias ainda existentes neste país, como povos indígenas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quantos quiosques desses tem, além do de Brasília?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Só chegamos a fazer Brasília. Estávamos fazendo Espanha, Washington e Frankfurt, mas não conseguimos ainda avançar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A Conafer remeteu o dinheiro para sua empresa?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Desconheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A Concepto Vet Ltda. O que é essa empresa? Qual a sua participação e que serviço ela presta?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Consultoria veterinária e no agro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí eu fiz uma pergunta anterior e o senhor disse que não se metia em nada da sua esposa.

Lagoa Grande...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Lagoa Alta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Lagoa Alta – o importante é que é Lagoa – tem alguma participação na Concepto de relação comercial?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Nunca transacionaram nada?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Acredito que não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Os objetos diferem em quê?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não posso... Só vendo as atas de fundação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Essa Farmland... O senhor é procurador dela. O senhor já disse que era sócio. Tem mais alguém nessa *offshore* com o senhor?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por que, quando o senhor foi fundar o Terra Bank, o senhor utilizou essa *offshore*?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – É porque a gente ia trabalhar internacionalmente, né? Então, o Terra Bank é uma entidade que também é uma empresa que seria usada para financiamento de melhoramento genético.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Me fala da Target Soluções. Qual a relação da Conafer com a Target Soluções?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Essa empresa, se não me engano, Relator, foi contratada em meados de 2020 para fazer Revalida.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E qual é a sua relação com o Randel Machado, preso por grilagem?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Nenhuma.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Oxe! O senhor, como Presidente da Conafer, o senhor contratou a Target!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – A Conafer tem mais de 28 departamentos, nobre Relator. E essa empresa foi contratada para fazer Revalida.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Revalida.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – É, conforme portarias de revalidação...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quanto a Conafer passou para a Target?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, não... Desconheço os valores. Posso entregar aqui a esta Comissão exatamente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É, está uma beleza. A Premier Recursos.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Mesmo trabalho, Revalida.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Revalida.

O senhor conhece o Bruno Deitos? Conhece?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não tive a oportunidade de conhecê-lo, esse indivíduo, pessoalmente, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe que o seu irmão Tiago ameaçou de morte o Sr. Bruno porque ele disse que iria denunciar o esquema?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Desconheço tal feito pelo nobre Dr. Tiago.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quer dizer que o senhor não tomou conhecimento de que Tiago Lopes ameaçou o Sr. Bruno?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Eu tomei conhecimento de que esse Bruno tinha ido até a Polícia Civil fazer ocorrência, como coação para recebimento de serviços não prestados.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor recorda qual foi a data dessa notícia?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, na época em que a Conafer teve a suspensão dos descontos associativos em 2020, foi pedido à Conafer que repassasse ao INSS apenas cem fichas de aposentados e pensionistas. Qual foi a resposta da Conafer?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – De que iríamos atender prontamente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E quando foi que vocês atenderam?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Ficou, assim, impossível, devido a que todo o país se encontrava em *lockdown*.

Então, a gente foi pedindo dilação de prazo para apresentação das mesmas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, o senhor, com milhões de associados que tinha na sua contabilidade, o senhor, com uma empresa dessa, próspera, ficou impossibilitado de fornecer cem fichas. Olha, cem fichas, diante de milhares de fichas?!

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Eu acho que todos aqui relembram os tempos negros e de trevas da pandemia. Seria impossibilitada a comunicação, translado e ninguém queria colocar ninguém em risco.

Tratar aquela época de pandemia como uma época...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor tem razão.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Posso concluir? Por favor, posso concluir?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Tratar aquela época como uma época capaz de termos relacionamento funcional para obtenção, seja de qualquer interesse... é um descalabro. As pessoas naquela época, nobre Relator...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu entendo e dou razão...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Nobre Relator, as pessoas naquela época estavam rezando para ficarem vivas!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu entendo e dou razão ao senhor, o que eu não entendo é que em 2020...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – E a Conafer...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... o senhor fez um lote de mais de 50 mil associações...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – A Conafer...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual a diferença de o senhor conseguir, associadas em um bloco, durante aquele período, mais de 50 mil pessoas e o senhor não conseguir entregar apenas cem fichas? Olha que contradição: o senhor entregou mais de 50 mil fichas de associados na Dataprev para desconto associativo em 2020, e o INSS pediu ao senhor cem fichas apenas. Como é que o senhor, em plena pandemia, arrecadou tantos associados e foi incapaz de remeter cem fichas?

Explica aí isso.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Sim.

A Conafer assinou o primeiro ACT em 2017 e só inseriu os primeiros associados inativos no INSS no final de 2019. Nós passamos por dois anos preparando a base e o sistema, ensinando como é que seria, como formatar para ter o melhor produto para levar para o INSS. Então, há de se saber que, de 2019 para janeiro, nós tínhamos muita demanda represada nessas instituições que passaram dois anos captando termos de adesão.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Carlos...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Então, eu vou dizer para o senhor que foi muito mais fácil usar a demanda represada para essas instituições e aplicar ao INSS do que buscar cem específicos termos de adesão no Brasil inteiro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não consigo compreender. O senhor meteu...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Posso explicar novamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor meteu mais de 50 mil associados para desconto no INSS em 2020; 50 mil fichas! Qual a dificuldade de repassar cem fichas – cem fichas! – para o INSS fazer uma fiscalização?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – A inserção das fichas... Já se encontravam na confederação para serem arroladas no INSS, e a busca de cem fichas, deveria se buscar na base, então nós fizemos toda a sindicância para buscar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está bom, Sr. Carlos.

Está uma boa resposta.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Obrigado, Promotor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Nada.

Sr. Carlos, o senhor... Foi feito um recorte – eu já mostrei aqui – de mais de 3 mil mortos que a Conafer ressuscitou, de menores de idade para quem a Conafer autorizou o desconto associativo; foi feito o recorte de que 100% das pessoas entrevistadas pela CGU não tinham dado autorização para desconto, e o senhor chegou aqui mostrando o trabalho da Conafer na agricultura. Eu não estou atrás de trabalho da Conafer na agricultura! Eu quero saber do senhor é qual o serviço que o senhor prestou a aposentados e pensionistas, que mais de 71 mil foram à Justiça reclamar que a Conafer tinha metido a mão no bolso deles.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – A Conafer restituiu todos os inativos que porventura reclamaram da prestação de serviço. A Conafer dá suporte às federações e aos sindicatos, e esses detêm a articulação e a associabilidade com o aposentado. A Conafer se trata de uma entidade de terceiro grau; a federação, segundo grau; sindicatos, associações e cooperativas, primeiro grau. A Conafer é corresponsável com essa relação entre o associado e as entidades.

A Conafer também questiona tal avidez da CGU, tendo a mesma permitido entidades de fachada receberem por 30 meses. Agora, será que a CGU só viu que as de fachada eram de fachada no último dia em que foi fechado?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Nós estamos tratando da Conafer. Eu lhe pergunto: esses descontos associativos que atingiram a ordem de mais de R$800 milhões iam para qual entidade? Ah, a lá de primeira, de segunda, ou iam para a Conafer?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – A Conafer recebia o repasse do INSS e subdividia esses erários em trabalhos, ações e ativos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É isso que eu queria saber. As entidades de base faziam a captação, é isso?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – A representatividade do associado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, não, eu quero saber a captação na base para incluir no INSS, para ficar bem claro no Dataprev.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Nós não falamos captação...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá, mas eu estou falando...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – É associado com o sindicato ou associação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto, a associação. Quem fazia...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Termo de adesão.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... quem fazia esse trabalho?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Eu tenho certeza de que é o primeiro grau, porque só pode vir de lá.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E quem inseria esses dados no Dataprev?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – O INSS, após averiguação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O INSS?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Sim. A Conafer...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Todas as outras que vieram aqui disseram que era direto na Dataprev.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, não, senhor...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A do senhor passava pelo INSS?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Só se for porque elas são específicas de aposentados, né, nobre Relator?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não sei dizer.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – É, eu também não sei, mas eu nunca...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu quero ouvir do senhor.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Mas eu nunca inseri uma ficha na Dataprev para desconto. As fichas eram remetidas ao INSS, o INSS fazia a averiguação; e as que ele julgasse apto, botava em desconto. Essa é a metodologia...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, o senhor está me dando um caminho novo. No seu caso, da Conafer...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... essas fichas eram enviadas a quem?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Ao INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, ao INSS eu sei, eu quero saber que setor.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, eu desconheço qual setor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor desconhece?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Desconheço, eu só sei que é o INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pagava comissão de 10% por cada novo associado?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Nobre Relator, esta comissão hoje se dá devido à modernização e à paralisação da arrecadação em outros níveis. Então, hoje nós temos, assim... Não se trata de comissão, se trata de uma parceria de devolução, àqueles que cuidam da carteira de associados no primeiro grau; para que possam colaborar com o funcionamento dessa instituição no primeiro grau.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, um nome muito bonito. Eu só queria uma resposta. O senhor paga comissão por cada associado novo?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não existe pagamento de comissão, existe divisão das condições.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quanto? Quanto?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Dez por cento, 10%...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Dez por cento?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Sim, senhor, mas isso foi colocado agora, em 25, viu? Tendo em vista que a outra divisão é estatutária.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pergunto ao senhor: o senhor tem loja de celular?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E que mania é essa de, nas aldeias indígenas, distribuir celular de última geração, iPhone, para as lideranças?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Olha, eu desconheço tal afirmação, nobre Senador... nobre Deputado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Distribuir celular de última geração em aldeias?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vou refazer a pergunta: o senhor já entregou, em alguma aldeia indígena, celular de última geração?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já deu a líderes de aldeias indígenas caminhonetes?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem. O senhor já negociou crédito de carbono ou fez algum contrato com líderes indígenas?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor tem alguma empresa que trata sobre crédito de carbono?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Deixa eu... O senhor conhece Rômulo Gonçalves de Oliveira Júnior?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não reconheço, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Se eu lembrasse o senhor que ele era o proprietário da aeronave de que nós falamos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Eu não tenho aeronave, nobre Relator. Eu desconheço...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu não disse que o senhor tinha aeronave...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Então, eu desconheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... eu estou dizendo que ele é o proprietário, estou fazendo uma pergunta direta.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não conheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece Rômulo Gonçalves de Oliveira Júnior?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece Jocélio?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Conhece Ulysses?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ulysses Gomes.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não senhor. Assim por nome, assim, desconheço qualquer... Não tenho orientação, não... Conheço bastante gente, Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece Marcelo Mendes de Castro?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor. Não que me recorde.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor possui ou possuía alguma mineração?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – É uma pedreira que faz parte do quadro de produtos da Agropecuária Lagoa Alta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Onde?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Em Campanário, Minas Gerais.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor ainda é o proprietário?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Já repassou ela adiante?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, está no quadro da família, né, Relator?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não sei.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Da pecuária... e pedreira... é pedreira que vende material para britagem, para obra. Não é mineração de ouro, diamante...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu estou fazendo uma pergunta ao senhor.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, porque às vezes a colocação de mineração dá-se o preâmbulo de... Lá vende-se brita por metro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor ainda detém essa mineração?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – A minha família, sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem é a sua família que a detém?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Hoje, está como quadro... depois de... está como quadro capital meus filhos. E como... a minha... Bruna Braz como procuradora da empresa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia dizer quais imóveis rurais, propriedade, fazenda o senhor detém?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Olha, a gente tem uma fazenda só, Lagoa Alta.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Onde fica?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – São José do... São José... São Félix de Minas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – São Félix de Minas.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor adquiriu essa propriedade quando?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Em 2019, final de 18 para 19.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quantos hectares tem essa propriedade?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Uns 200, 200 e pouco.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É a única propriedade rural que o senhor detém?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Sim, a outra é um sítio de três alqueires, que fica no Município de Mendes Pimentel, que é tudo circunvizinho ali.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Filho, esposa detêm alguma propriedade rural?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia dizer qual a sua relação com Maurício Camisotti?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Nenhuma, nem o conheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Antônio Carlos Camilo, Careca do INSS?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não o conheço também, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual a sua relação com Alexandre Guimarães?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Nenhuma também.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual a sua relação com Alessandro Stefanutto?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Nenhuma também.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Como é nenhuma se, em 2016, o senhor o procurou na qualidade de Procurador-Geral do INSS e teve uma reunião longa com ele?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Desconheço tal reunião.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor desconhece?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Desconheço, sim, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, eu vou fazer a pergunta: o senhor já esteve alguma vez com Alexandre Stefanutto?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Alessandro Stefanutto?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Em 2012, no Rio Grande do Norte, no aniversário de Agripino Maia. Mas somente de conhecer, assim mesmo. Ele era Procurador Federal do INSS. Na época, ele...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Rapaz, eu fico impressionado como a sua memória para umas coisas é espetacular e para as outras falha. Tu não estás vendo que eu não ia me lembrar de ninguém em 2012, em aniversário, muito menos de...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, mas foi quando a gente conheceu a autoridade, né? Ele era procurador na época. O nosso pedido estava ainda em análise para celebração de ACT.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor não me respondeu, e eu gostaria aí... a todos os aposentados e pensionistas que tiveram a Conafer descontando lá na sua aposentadoria, quais os serviços que o senhor prestava a esse pessoal?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Olha, assessoria jurídica, assessoria médica, assessoria de remédio. Várias. Era um portfólio bastante expressivo para o público inativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí eu queria que os aposentados e os pensionistas se comunicassem com a Secretaria da Mesa, por meio de *e-mail*, e desse um *feedback* desses serviços prestados. Seria muito importante.

Aí a Secretaria da Mesa, por favor, providencie esse *e-mail*. (*Pausa.*)

Tem um dado aqui muito interessante.

Em 2020, foi bloqueado o repasse associativo. O senhor ficou com a Conafer sem receber recursos. E lá, rapaz, os funcionários foram muito decentes: seguraram a peteca e não liberaram. Mas algumas pessoas entraram em campo depois e liberaram 15 milhões à Conafer, mais do que a Conafer tinha pedido. Aí, dentre essas pessoas, eu perguntei ao senhor: quem é Jobson de Paiva, que foi homenageado? Foi um desses do INSS, que atingiu a meta de liberar esse recurso.

Ingrid Ambrósio. O senhor sabe quem é?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Esposa do Sr. Cícero?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe se ela trabalhou no Daycoval?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual a sua relação com o Daycoval?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Nenhuma, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já esteve no Daycoval Banco alguma vez?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor. (*Pausa.*)

Eu gostaria muito – e seria muito importante – que o senhor relatasse aqui quando houve a sua... quando houve a sua intervenção, na época de 2020, da interrupção dos pagamentos associativos.

O senhor poderia dizer qual foi o problema constatado?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Em agosto de 2020, houve interrupção do repasse, por parte do INSS à Conafer, por um procedimento aberto no Ministério Público de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pernambuco, por denúncia de um aposentado do município de... do município do interior de Pernambuco. Esse procedimento veio escalonado pelo Ministério Público estadual, sendo abarcado pelo Ministério Público estadual do DF, aberto um procedimento investigativo no.... no âmbito do Ministério Público e abertura de um PAD da Conafer. A Conafer respondeu esse PAD por mais de 24 meses e teve somente a interrupção dos seus pagamentos, dos seus repasses, por 94 dias.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o senhor sabe quem foi o responsável para autorizar esse repasse de 15 milhões à Conafer?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor recorda quem era o Presidente do INSS?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Acho que o Rolim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual é o primeiro nome?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Eu não me recordo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor recorda quem era o Diretor de Benefícios, quando o senhor recebeu esse repasse de 15 milhões?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Acredito que Alessandro Roosevelt.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor recorda quem era o Diretor da Dirat, quando o senhor recebeu esse recurso?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor teve alguma interferência na mudança da Dirat para a Dirben na autorização para a manutenção do acordo de cooperação técnica?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, só para deixar registrado, o avião que eu queria achar aqui, é um avião Beechcraft, modelo 58P.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aqui não tem Cessna, mas está dizendo, eu acredito.

Esse avião, está dizendo aqui que foi usado pelo senhor em várias ocasiões.

A pergunta que eu faço ao senhor, agora de forma mais direta: o senhor já voou nas asas do avião Beechcraft, modelo 58P, que hoje está vendido ao seu funcionário, secretário Silas Vaz, por R$2,5 milhões?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Desconheço, porém posso informar toda a minha carta de logística para esta Comissão.

A gente, realmente, faz muito... Quem faz as contratações, geralmente, é o departamento de logística da Conafer.

Não posso nem negar, nem assumir.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vou falar da outra aeronave.

É um Cessna Aircraft, modelo 172RG e prefixo PR-ATM. Também está na posse do seu secretário lá, assessor. O senhor pode dizer se o senhor voou nessa aeronave?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não posso afirmar, nem desabonar. Porém, irei buscar informações junto com a diretoria de logística da Presidência da Conafer e informarei a esta CPMI.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aqui esteve o Sr. José Carlos de Oliveira.

O Sr. José Carlos de Oliveira foi indagado se tinha alguma relação comercial com o senhor? Ele disse que com o senhor não, mas que o senhor tinha entregue dois presentes para ele, mandado no escritório. Quais presentes o senhor entregou ao Sr. José Carlos de Oliveira?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não sei...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sei de um presente, que foi um quadro com um cocar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor mandou quem levar esse quadro com cocar?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – O Sr. Cícero Marcelino, que estava em Brasília para tratativas comerciais, e o mesmo estava se deslocando para São Paulo. Pedi para entregar ao Dr. Oliveira.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe dizer se o Sr. Cícero Marcelino fez alguma transação comercial com o assessor do Sr. José Carlos Oliveira, chamado José Laudenor?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Por assistir a CPMI, fiquei sabendo que o mesmo tinha feito um depósito de R$4.900 para o mesmo, para a compra de um quadro de figurinha da Copa de 22. É isso que eu fiquei sabendo aqui, porque desconhecia tal informação.

O outro tipo de informação, quando eu vi o Sr. Cícero Marcelino sendo colocado como operador, por R$4.900, e vendo outros atores sendo operadores por R$60 milhões e R$15 milhões, eu quis entender a lógica da classificação de operação.

Um tinha feito um depósito de R$4.900, o outro tinha recebido R$29 milhões. Não houve nenhum tipo de outra apresentação de repasse do Sr. Cícero para esses tipos de quadros? Não houve?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor tem alguma participação na ameaça a funcionários do INSS, em 2020, quando foi suspenso o ACT da Conafer?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Nobre Relator, eu sou cristão. Eu não trabalho com amordaçamentos ou coerções nas relações, não. Eu contribuo para que o Brasil progrida. Eu consigo contribuir para que o Brasil tenha sucesso e progresso. Eu não trabalho com ameaças, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O Brasil, não sei; agora, o Cícero Marcelino está progredindo muito.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Obrigado. Deve ser um bom profissional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. *Fora do microfone*.) – Se o Brasil tivesse dez famílias...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Acredito que deve ter mais, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pergunto-lhe: o senhor, enquanto Presidente da Conafer, enquanto Presidente da Conafer, solicitou a ajuda de algum Parlamentar para poder regularizar a ACT, em 2020?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem foi a pessoa do senhor que cuidou diretamente com o Ministério da Previdência, INSS e Dataprev para regularizar essa ACT?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Acredito que estava na pasta da Secretaria-Geral.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem é essa pessoa?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Tiago Lopes.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tiago Lopes.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Acredito que sim. Acredito que sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aqui está a casa do seu assessor. Esse aqui, o senhor sabe o nome dele?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Silas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Silas.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Sim, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Silas, ele exerce a Presidência da Conafer?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Desculpa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É Secretário da Conafer.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Secretário da Amazônia Legal da Conafer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor, com esse tempo que esteve aqui, já conseguiu adquirir o conhecimento de quanto ele recebia por mês na Conafer?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor.

As pessoas têm trabalho, né, nobre Relator? Elas têm proeminência na vida delas, né?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É, deve ser.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Se todo mundo aqui que comprar alguma coisa for fruto de roubo...

Eu acho que a gente poderia cruzar trabalho, né, entrega, né, atendimento, né?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A Conafer, em 2020...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Diferente de não existir, de fachada, né?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A Conafer, em 2020, conseguiu arrecadar quase 60 mil associados; em 2022, quase 54 mil; em 2023, 83 mil.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. *Fora do microfone*.) – O bicho é brabo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pergunto ao senhor: qual é o público-alvo da Conafer em relação à captação de aposentados e pensionistas para atingir esses valores?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Nobre Relator, nobres Parlamentares, autoridades da CPMI, a Conafer atendia a um volume expressivo de quase 3 mil municípios. É inusitado ter inativos e ativos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A pergunta não é essa; a pergunta é: como é que foi feita essa captação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – A captação não existe, ela é feita de modo associativo. Os associados vão até as entidades às quais os assistem nos seus municípios de produção econômica.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor disse uma coisa que chamou muito a minha atenção, o senhor disse que a Conafer tinha uma carteira de apenas 11% pertencentes ao INSS. O senhor disse isso inclusive aqui, eu acredito.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Disse aqui e disse na mídia.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

Eu lhe pergunto: por que, se eram apenas 11% de serviços, o senhor paralisou esses serviços?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Quem paralisou foi a Justiça Federal, nobre procurador.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia dizer de onde veio...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Quem paralisou o funcionamento 100% da Conafer, seja para ativos ou inativos, foi a Justiça Federal, classificando a Conafer como mais de 18 entidades que nunca funcionaram. Por que a Polícia Federal permitiu que mais de 20 entidades funcionassem recebendo se nunca existiram?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia dizer...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Essa é uma pergunta positiva.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Licença.

O senhor poderia dizer quais são os ativos referentes a 89% da carteira da Conafer?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Pescadores, assentados, indígenas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor trabalha com seguro-defeso cadastrando pescador?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual o trabalho que o senhor faz com pescador?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Represento nos seus interesses, no primeiro grau, através das associações das quais eles fazem parte.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia dizer quais interesses são esses?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Vários: emissão de documentos, orientações jurídicas, orientações para atingir políticas públicas e tais.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já encaminhou alguma lista para o INSS relacionada a seguro-defeso?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já tratou dessa temática?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor tem algum vínculo com consignados?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor.

E é até boa essa pergunta do consignado, nobre Relator, para deixar claro aqui à sociedade brasileira, aos aposentados e a todos os Parlamentares que um desconto de uma mensalidade de um consignado corresponde a 30 mensalidades de uma associação, e nem por isso os bancos foram fechados. O BMG está funcionando, o Itaú está funcionando, a Caixa e o PicPay estão funcionando, e o impacto em cima do benefício de um aposentado, nobres Deputados e Senadores, o impacto de um desconto de um consignado corresponde a 30 meses de uma associação, e nem por isso os banqueiros tiveram a sua vida escrutinada, apresentada, ou com a interrupção dos seus serviços.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha...

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Senhor...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Eu fico satisfeito de saber.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Carlos Roberto, em 2020, a Conafer – vou voltar para 2019 – arrecadou R$400 mil; em 2020, arrecadou 57 milhões; em 2021, arrecadou 59; em 2022, arrecadou 92; em 2023, arrecadou 202; em 2024, arrecadou quase R$300 milhões. A que se deve esse salto, ano após ano, de arrecadação?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Organização e entrega de trabalho.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E como é que o senhor explica, nessa organização e entrega de trabalho, ter um recorte da CGU mostrando que nenhum aposentado entrevistado tinha dado essa autorização?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Desconheço tal metodologia da CGU que levou a tal afirmação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Como o senhor explica que mais de 71 mil aposentados e pensionistas disseram que a Conafer meteu a mão no bolso deles sem eles terem autorizado?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Reparando todos que fizessem algum tipo de reclamação associativa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu não estou perguntando isso. Não é roubando o celular na esquina...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Ninguém agradou todo mundo, Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... devolvendo o celular.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Ninguém agradou todo mundo, Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu quero saber...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Tem gente que se associou e não quis mais estar associado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, o senhor acha normal 71 mil reclamações de descontos não autorizados?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Deixa só eu te mostrar o que eu acho normal.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, a pergunta é esta: o senhor acha normal?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, não acho normal.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Agora, isso a gente sabe... A prestação de serviço, a reclamação...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A pergunta o senhor já respondeu.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – A reclamação...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, a pergunta ele já respondeu.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Com a devida vênia, eu quero responder... Eu quero responder, Sr. Presidente. Por favor. Aí não...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, eu vou finalizar fazendo duas perguntas ao senhor: o Careca do INSS tem vínculo direto com o Maurício Camisotti – meteram a mão com força no dinheiro do povo. Mas hoje a gente descobriu outro Maurício Camisotti: se chama Carlos Roberto Ferreira Lopes. Pelas mãos da Conafer, passaram mais de R$800 milhões. Aqui nós descobrimos – porque o tempo foi curto – que 140 milhões foram direcionados diretamente para o assessor dele, Cícero Marcelino. Se isso não for lavagem de dinheiro, enriquecimento ilícito e formação de organização criminosa, é melhor fechar a CPMI.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Relator.

Senhores, vamos suspender a sessão por 30 minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Suspensa às 19 horas e 24 minutos, a reunião é reaberta às 20 horas e 07 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, retomando os nossos trabalhos, vou fazer uma observação que eu esqueci logo no início: agora no mês de outubro, nós temos uma semana com feriado em meio à semana, do dia 28 de outubro. É o Dia do Servidor Público, e o Senado manteve o feriado na terça-feira.

Então, nós... É, manteve um feriado na terça-feira, aqui a Casa não funcionará. Então, na semana do dia...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É feriado, dia 28 de outubro, do servidor público.

Então, nessa semana, nós não teremos a CPMI, porque a Casa vai estar fechada aqui. Então, eu decidi suspendermos os trabalhos por essa semana do feriado, dar uma folga para os senhores – né? –, nessa semana do dia 28, especialmente para os que estão mais longe, porque não justifica eu trazê-los aqui somente na quinta-feira. Está certo?

Então, já fica comunicado a todos aí: a sessão do dia 27... A semana do dia 27, nós não teremos as sessões da CPMI.

Dando início às inscrições, vou pedir, mais uma vez, a todos os Parlamentares, a gentileza no trato, na forma... Os senhores podem ser incisivos, firmes, mas a gentileza da não pré-condenação, como determina a lei.

O Senador Izalci Lucas é o requerente, é o primeiro a falar por dez minutos, entre perguntas e respostas.

Por favor, Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Presidente, inicialmente eu queria pedir a V. Exa... A gente tem chamado aqui alguns depoentes antes da quebra do sigilo. Então, por exemplo, hoje, agora à tarde, está chegando um monte de quebras de sigilo, e depoimentos importantes... Isso seria muito importante, porque,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

na realidade, para você chegar aonde o dinheiro foi aplicado, você tem que seguir realmente esse caminho. Então, é muito importante a gente colocar como pré-requisito na convocação a análise da quebra de sigilo.

Era uma observação que eu queria fazer.

O SR. ANDRÉ LUIZ HESPANHOL TAVARES – Sr. Presidente, por gentileza, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, doutor?

O SR. ANDRÉ LUIZ HESPANHOL TAVARES – Em razão da colocação do Senador Izalci, a nossa disposição de colaborar, de esclarecer, de trazer documentos, etc., é permanente. Então, após a quebra de sigilo, tantas e quantas vezes esta Comissão de Inquérito nos convidar, nos chamar, nos convocar, ou tantas e quantas vezes nós percebermos que há fatos que nós podemos esclarecer, nós vamos nos colocar espontaneamente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – É, eu não estou falando especificamente sobre a Conafer. Estou falando de uma forma geral.

O SR. ANDRÉ LUIZ HESPANHOL TAVARES – Continuaremos nos mantendo à disposição no que diz respeito à nossa questão.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Eu até parabenizo, porque quem não deve, não teme. Se está aqui, já é uma demonstração de que quer realmente explicar tudo o que aconteceu.

O SR. ANDRÉ LUIZ HESPANHOL TAVARES – Muito obrigado, Excelência.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Agora, eu gostaria de perguntar ao Carlos Alberto como é que... Porque eu, como contador, eu sei o seguinte: você normalmente tem associações; essas associações, você cria um sindicato, que pode ser por cidade, por município, ou vários municípios; e depois, normalmente, você faz uma federação no estado, com o conjunto de sindicatos; e depois, você tem as federações em cada estado, aí você forma a confederação. Então, eu acho que aqui foi o inverso: você criou primeiro a confederação para depois pegar as filiações, pelo que eu entendi.

Agora, como foi dito aqui, a confederação não atua diretamente na ponta, como os descontos. Eu queria saber como é que a Conafer... Como é que chegavam no INSS esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

descontos, já que era via sindicato ou via cooperativa, associações? Como é que era esse sistema? O sindicato mandava para a confederação? Como é que é isso?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES (Para depor.) – Boa tarde, nobre Senador Izalci. Obrigado mais uma vez pelo seu questionamento.

Nobre Izalci, a confederação não foi criada ao inverso não; foi criada como o senhor delineou: por base associativa de primeiro grau, criou as suas federações e, depois, em 2011, criou a sua confederação dentro deste Congresso.

Sobre os termos de adesão, o senhor está correto. A Conafer provê políticas públicas, produtos e soluções para bases associadas que irão usar no primeiro grau. A vida vive no primeiro grau.

A relação associativa, nobre Senador Izalci e demais Parlamentares, se dá entre o CPF e o CNPJ do município, seja ele associação, sindicato ou cooperativa. Após esse fenômeno de associabilidade, quer dizer, onde o indivíduo vai até a sua entidade de primeiro grau e se filia e se associa, se ele for inativo... Se ele for ativo, ele paga ali mesmo, mas, se for inativo, a confederação, a federação e o sindicato usam das prerrogativas de um ACT, que prioriza o desconto na folha do associado.

Por que é que foi feito isso? Porque se tornou muito mais barato para um associado ser descontado R$32 do que ele pegar um transporte, ir até a cidade e manter a sua associabilidade em dia.

Aí, só para concluir, ele manda o sindicato – primeiro grau – para o segundo grau, para a federação. A federação, com certeza, deve fazer o seu crivo nesse documento e manda para o terceiro grau, a Conafer. A Conafer faz o seu crivo e envia para o INSS. O INSS vai dizer para a Conafer o que foi validado ou não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O.k.

Em abril de 2020, houve uma inclusão de lote de 58 mil associados – em abril de 2020; em agosto, foi a suspensão dos descontos. Foi o Diretor Alessandro Roosevelt que, em depoimento à Polícia Civil aqui do DF, indicou a Conafer que, em janeiro de 2020, tinha 80 mil associados e, em outubro, passou para 250 mil. Então, foi suspenso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Logo em seguida, em outubro de 2020, o INSS, então, permitiu a volta dos descontos. Inclusive, em junho de 2022, foi assinado um novo ACT.

Esse ACT foi assinado pelo Diretor Sebastião Faustino de Paula.

Logo em seguida, em maio de 2023, foi feito um aditivo, inclusive excluindo as revalidações trienais – no próprio aditivo está constando isso. Foi feito pelo André Fidelis.

A Conafer – ou associação ou sindicato ou federação – teve alguma relação ou algum pagamento para o André Fidelis ou para o Sebastião Faustino para poder incluir esse pessoal?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Como é que eles colocaram, incluíram esse pessoal, se não tinha... Como é que... Vocês encaminhavam... Você recebia o sindicato e encaminhava para o INSS através de quê? De uma relação ou os comprovantes também?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Nobre Senador, o envio, após o termo de adesão chegar à confederação da sua base associativa, é encaminhado pelo sistema que o INSS dispõe para as entidades. Tipo a confederação pode enviar 5 mil fichas, e o INSS pode aprovar 3,5 mil de desconto.

Não é a confederação que diz qual ficha vai virar desconto. É o INSS.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Tem uma instrução, uma portaria? Porque, na prática, quando foi autorizada a inclusão dos descontos, foi autorizada, mas, ao mesmo tempo, foi dito assim, que a documentação ficaria na entidade, para uma eventual fiscalização. Ou seja: alguém do INSS autorizou, para que esses descontos fossem feitos, e qualquer reclamação seria na instituição.

Era assim que...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Exatamente, pois o STF tratou desse dispositivo como relação de consumo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O STF?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Exatamente. Despachou como relação de consumo. Quer dizer que os órgãos autárquicos nada teriam a ver com a relação entre associados e associações.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Entendi.

Então, o INSS fazia o desconto, mas, qualquer coisa, quem tinha que reclamar era o aposentado e pensionista.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Exatamente. Em tal documento disposto a esta CPMI, a Conafer alude sobre a sua característica de reparação desde 2020, quando ela começa a arrecadar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Agora, com relação...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – ... modal.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Com relação à Conafer, ficou patente aqui – né? –, o Relator realmente destrinchou bastante aqui a questão.

Essas instituições que prestavam serviço para Conafer: você tem aqui serviço de locação, eventos, locação de veículos, consultoria, produtos artesanais, cooperativa, recursos humanos... Todas essas instituições foram criadas com participação de parente, de irmão, de cunhado, todas elas?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não sei.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Ou tem algum fornecedor, algum fornecedor extra que não tinha participação?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor. A investigação sai... Traz também somente um grupo de fornecedores que supostamente tem uma relação com a Presidência. Não apresenta todo o quadro de fornecedores da entidade.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – É, tem a Nobre Serviços, né? A Nobre Serviços... Ela foi... Prestou serviço lá para...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – É só um... Só um dado um dado importante, nobre Senador, são 52 fornecedores à entidade. Então, deve ter visto exposto aí uns seis, sete.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Agora, em termos de volume de recurso, a grande maioria dos recursos eram destinados a essas instituições aqui?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não posso afirmar com tal clareza. Pode ter outros atores que receberiam até mais.

O atendimento da Confederação se dava de uma forma muito expressiva no Brasil.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Agora, com relação ao Terra Bank, que é um banco digital... É uma *fintech* isso?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Sim, senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – São aquelas *fintechs* que não precisavam de autorização do Banco Central?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – É, porque... Ela não precisava porque contratava *white label* – né? –...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Sim.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – ... que é o fornecimento do sistema, porque o Terra Bank, o único propósito dele era realmente modernizar a arrecadação, através da bancarização, fornecendo a bancarização, e o financiamento de melhoramento genético através de embriões.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Presidente, essa questão das *fintechs*, nós já vimos isso na CPI das Bets, agora nessas operações que foram feitas pela Polícia Federal, em que realmente tanto o narcotráfico nessa operação do combustível etc., como dos chineses, principalmente nas *bets*, eles exatamente usavam essas *fintechs* que não são autorizadas pelo Banco Central para encaminhar recursos para o exterior.

Nós vimos que, nas *bets*, foram mais de 300 bilhões que foram para fora...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... sem pagar imposto, sem fazer nada. E agora também a gente está vendo com relação a essa operação que foi feita dos combustíveis.

Essa... Que operação foi feita com a Terra Bank... Com a Conafer e com a Terra Bank? Qual foi?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – No caso em tela, nenhum.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Não houve nenhum pagamento?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Nenhum. Nenhum.

A única relação é do Presidente da Conafer ser um societário sócio do Terra Bank.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Pois é, mas qual era a fonte de recurso dela? Ela vivia de quê?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Correntistas... Correntistas.

Terra Bank?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – É.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Correntista.

Correntista e financiamento de embriões.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Sim.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Bancarização e financiamento de melhoramento genético.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Fez um... Você fez um aporte de capital, e ela, então, financiava.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, não chegou... Não chegou nem a ser feito, porque a gente fez... A gente... O Terra Bank construiu relações com fornecedores desses produtos técnicos. Então, era uma forma...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que o Terra Bank tinha ou tem é uma capilaridade de clientes, devido nós termos melhorado...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Só para fazer aqui a última pergunta...

Tem uma transferência de R$112 mil para o Sebastião dos Santos Rosa, que era Diretor de Benefício.

Foi alguma operação que foi feita, alguma venda de alguma coisa? O que foi?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor, desconheço.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Foram R$112 mil.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Está bom, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O Deputado...

Pois não.

Com a palavra o Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Presidente, chegou às minhas mãos agora uma análise rápida dos RIFs. Eu queria fazer só perguntas bem objetivas e o mais rápido possível.

Sr. Carlos, em Janeiro de 2021, o senhor recebeu, como Presidente da Conafer, uma TED, pessoa física, no valor de R$512 mil. Por que esse recebimento?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Venda de animais PO.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor vendeu para a Conafer animais PO?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, não recebi da Conafer não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Hein?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Eu não recebi esse recurso da Conafer não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, então, aqui a Polícia Federal está completamente equivocada.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, não foi.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Na sua conta, tem R$512 mil recebidos da Conafer.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

Então, o senhor desconhece isso?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Desconheço sim, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O senhor recebeu uma TED de R$400 mil desse rapaz que o Senador Izalci acabou de responder, Sebastião dos Santos Rosa.

O senhor reconhece esse recebimento?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece Sebastião dos Santos Rosa?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Nunca ouviu falar?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não. Assim, de nome, não. Ainda mais sendo ele diretor de autarquia, muito menos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, o senhor afirma que não recebeu essa TED?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Afirmo sim, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor recebeu outra TED ainda nesse período de janeiro, fevereiro de 2021, da esposa do Sr. Cícero Marcelino, ao qual o senhor repassou, como Presidente da Conafer, mais de R$150 milhões. Tem uma TED dela aqui para o senhor – todas essas TEDs estão numeradas – de R$448 mil.

O senhor se recorda do que foi?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor. Desconheço tal recebimento também.

O SR. ANDRÉ LUIZ HESPANHOL TAVARES – Só pela ordem, Excelência.

Esses documentos constam dos autos? Porque a defesa pediu vista prévia. Assim, é um pouco inusitado que o próprio Relator da CPI tire do bolso ou do celular documentos que não estejam nos autos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, nem estou tirando do bolso, Doutor, nem do nem celular. Isso aqui está nos autos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Advogado...

O SR. ANDRÉ LUIZ HESPANHOL TAVARES – Excelência, desculpe a forma de falar, mas, efetivamente, me parece que não estão nos autos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O Relator está citando a documentação que veio nos relatórios de informação que foram solicitados.

O SR. ANDRÉ LUIZ HESPANHOL TAVARES – Sim, sim. É só um esclarecimento que a defesa pede.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Se o depoente, o seu cliente, desconhecer ou não quiser responder, é só dizer que desconhece.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Eu desconheço.

O SR. ANDRÉ LUIZ HESPANHOL TAVARES – Ou que não se recorda.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Agradeço.

Pois não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

Então, já que eu fui interrompido, eu vou voltar.

O senhor reconhece R$512 mil recebidos, em janeiro de 2021, da Conafer?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Para a minha conta física?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Desconheço, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu poderia afirmar que o senhor está respondendo que desconhece ou que não recebeu?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Eu desconheço, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E R$400 mil do Sr. Sebastião dos Santos Rosa? O senhor reconhece esse recebimento?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Desconheço, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E R$448 mil da Sra. Ingrid Morais, esposa do Sr. Cícero Marcelino. É aqui todo esse período, janeiro, fevereiro de 2021. O senhor...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Desconheço, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Duzentos e noventa e oito mil, da Santos Consultoria e Assessoria, do Cícero Marcelino.

O senhor também desconhece?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Desconheço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Doutor, eu faço tal afirmação, nobre Relator, devido ao meu nome estar sendo investigado por um período já de cinco anos, e o inquérito que foi acoplado ao inquérito da Sem Desconto nunca trouxe esses dados ou essas informações.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É, essas informações chegaram agora, via Receita Federal.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – E eu acredito que a Polícia Federal deveria ter eles nesse mesmo período em que eu estava sendo investigado, de 21...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor, em 23, no período de fevereiro de 2023, recebeu 300 mil da Conafer. O senhor confirma?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – O senhor está falando em depósitos diretos ou parcelados? Porque...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Parcelado. Tudo que eu estou falando é parcelado.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Ah, não, não. Meu pagamento... O meu erário é feito pela Conafer. Eu sou o Presidente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – O senhor está falando que eu estou recebendo da Conafer, mas é meu pagamento, meu soldo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, tudo bem.

O senhor...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Porque colocar assim, nesse montante, parece que foi um depósito único, né?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

Então, vou fazer uma pergunta para o senhor entender melhor.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Pode ficar à vontade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – No período de um mês, tem aqui que o senhor recebeu uma transferência de R$512 mil da Conafer. O senhor recebeu?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Desconheço tal depósito desse montante assim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, mas pode ser fracionado.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Mas, se foi fracionado, tem que ser do ano, né?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aqui é um mês.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, não, não, não. Nunca...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, né?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – ... consegui atingir tal proeminência financeira na entidade não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quatrocentos mil, do Sr. Sebastião dos Santos Rosa?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Muito menos. Desconheço total.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quatrocentos e quarenta e oito mil, da Sra. Ingrid?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Desconheço também.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Duzentos e noventa e oito mil, de Santos Consultoria, do Cícero Marcelino?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Desconheço total.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor tem conhecimento se enviou dinheiro para a Sra. Ingrid Morais nesse período de 2021?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Da minha conta física?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Desconheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Em 2023... Agora vamos para 2023. O senhor recebeu 300 mil da Conafer?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Em um depósito só ou parcelado?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Parcelado. Período de quatro meses.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Posso ter recebido sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Certo.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Posso sim. Mas preciso ver com a minha contabilidade pessoa física.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor... Eu perguntei ao senhor se o senhor transacionava com o Sr. Cícero Marcelino, o senhor disse que não.

Aqui tem um depósito que o senhor fez de 291 mil para Cícero Marcelino. O senhor sabe a que se refere?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Desconheço tal transação, Senador.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe dizer a que se refere 50 mil recebido da Fênix Eventos?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Fênix Eventos? Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe o que é a Fênix Eventos?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor tem aqui 341 mil... Eita! O senhor tem aqui 39 mil recebidos do Sr. Cícero Marcelino. O senhor sabe do que se trata, em 2023, maio, junho?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor é acostumado a comprar criptomoeda?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor movimentou 45 mil da sua conta para compra de criptomoeda. O senhor se recorda?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Sim, sim, sim, recordo, recordo. Recordo sim, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Essa criptomoeda foi declarada?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Foi sim, senhor. Perdi tudo, não deu nada. Foi uma bancarrota.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor transferiu 214 mil para a Sra. Tehiana Gomes de Freitas Pataxó.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – De quem se trata?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – É servidora da Conafer, Secretária de Ação Social.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – De quem se trata Samuel Chrisostomo do Bomfim Junior?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – É contador da entidade.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (Bloco/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Ê, rapaz!

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Ei, Relator...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É o nome do contador; não é o senhor, não, Deputado. Fique tranquilo.

Está bem.

Sr. Presidente...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Sim, senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... eu queria fazer esses esclarecimentos, tão somente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O Deputado Duarte Jr. cedeu a vez à Coronel Fernanda.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT. *Fora do microfone*.) – Eu agora?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT. Para interpelar.) – Presidente, quero só pedir para a mesa já passar um vídeo, para quem não teve a curiosidade de entrar no *site* da Conafer. Eu gostaria que pudesse passar, para não perder tempo.

Presidente da Conafer, eu gostaria de saber: o senhor mostrou... Eu olhei seu *site* hoje, eu fiz questão de estudá-lo e eu vi que vocês...

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Quero pedir só para repor o tempo, Presidente, só para eles arrumarem ali, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Papel importante disso para a sociedade, porque nem na ponta todo mundo tem esse serviço, né, Presidente? E é baseada nisso que eu gostaria de saber do senhor: como é que a Conafer realiza esse trabalho, que muitas das vezes é realizado por advogados? A Conafer tem um contrato, algum documento que dá à Conafer direito de realizar esse tipo de situações, ter acesso a processo, fazer requerimentos...? O senhor poderia explicar como é que isso acontece?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES (Para depor.) – A Conafer é uma entidade de classe, nobre Deputada, então ela tem, em todo o seu ambiente, prerrogativa de representar os interesses do associado, seja qual ambiente for.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Não foi nesse sentido, porque eu sou advogada, e agora foi que a advocacia conseguiu uma autorização para falar em nome do seu cliente. Eu estou perguntando para o senhor em relação às pessoas, porque o senhor está levando lá na ponta o serviço para ter uma autorização para trabalhar um processo de qualquer tipo de requerimento junto ao INSS. Que facilidade é essa que a Conafer teve junto ao INSS? Quem foi que deu para a Conafer essa autorização, esse serviço, essa facilitação, essa venda de serviços?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – A Conafer não detém de nenhuma "facilitude" com o INSS, não, nobre Deputada. A Conafer realmente intermedeia com característica técnica os interesses do seu associado junto aos órgãos aos quais ele os pleiteia.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Vocês passam... Não tem fila, não marca horário na Previdência para poder entregar esses documentos?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não; normal como todos os outros.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Tem a procuração da pessoa, para quem vocês estão ali fazendo esse cadastro, para fazer essa representação?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não; a Conafer não recebe esse tipo de outorga, não.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – E como que vocês conseguem fazer?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Quem faz isso, quem... A relação de associabilidade se dá com o sindicato e a associação, não com a Conafer. A Conafer não tem relação direta com o associado, não; só com os CNPJs de federação.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Então, mas se você não tem uma ação direta com o associado, como é que vocês conseguem fazer esse atendimento entre Conafer e INSS? Porque, ali naquele programa, naquela propaganda de prestação de serviços...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Hã-hã.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – ...vocês estão dizendo que é a Conafer que está fazendo isso.

E aí, eu venho com uma pergunta. O Senador Izalci, aproveitando já, fazendo um elo entre isso, o Senador Izalci fez uma fala em relação às fichas. E aí, o senhor falou de primeiro, segundo e terceiro grau. A Conafer seria o terceiro grau. E seria a Conafer que faria o crivo, a análise daquela ficha e encaminharia para o INSS.

Como é que o senhor me fala que a Conafer não tem esse elo com a ponta, com o cidadão lá, mas é a Conafer que tem a responsabilidade de encaminhar essa ficha para o INSS, através do ACT? Mas não é feita nenhuma averiguação? Porque hoje o Relator mostrou para a gente aqui inúmeras fichas de mortos, menores, mais de 90 mil pessoas estão reclamando da Conafer.

Inclusive, enquanto o senhor estava fazendo a sua declaração aqui, várias pessoas entraram no meu Instagram pedindo para dizer que a Conafer está mentindo, porque alguns receberam a restituição, mas receberam sem juros, sem correção monetária, sem nada, mal e mal, só o valor descontado.

O que o senhor poderia me responder sobre isso?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Bom, nobre Deputada e demais autoridades, a Conafer reza pela sua melhor prestação de serviço ao seu associado, e se colocou sempre à disposição para qualquer tipo de interpelação pela sua base associativa de primeiro grau, seja ela CNPJ ou CPF, contribuir para reparações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Conafer acredita que ninguém possa fazer um dano que não tenha como obrigação reparar. Sobre as outorgas cedidas, cessionadas à Conafer, a Conafer trabalha, num recorte de cinco anos, como toda entidade: temos problemas, temos falhas, temos defeitos, não somos os paladinos da seriedade, porque representamos interesses de terceiros.

O que a Conafer escolheu como opção, nobre Deputada, foi, para todo mundo, aquele que reclamasse, que ela pudesse reparar. É por isso que a Conafer tem um índice de reparamento. É...

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Aproveitar essa resposta do senhor já, porque até onde o senhor respondeu já me serviu.

Diante dessa sua fala, o senhor não tem vergonha? O senhor não se sente constrangido, depois do que foi mostrado aqui para o Brasil? O senhor criou uma teia da sua família para prestar serviços diretamente para a Conafer, onde o senhor mesmo é o Presidente, inclusive com empresas no seu nome, com recebimento de valores imensuráveis – mais de R$100 milhões, para mim, é um valor fora da minha realidade, fora da realidade do povo brasileiro – para prestar um serviço pelo qual o senhor deveria zelar e não receber nada em troca? Porque, se o senhor se colocou como Presidente de uma confederação, o senhor foi voluntário para isso. E, quando o senhor é voluntário para essa função, o senhor tem que se dedicar a ela sem querer receber nada em troca. E, pelo contrário, o senhor, a sua família e todos os seus amigos em particular estão recebendo milhões. Em contrapartida, pessoas que a Conafer prejudicou sequer estão recebendo o retorno do dinheiro que a Conafer descontou indevidamente.

E, antes de terminar o meu tempo, o senhor... Vou deixar uma segunda pergunta, três perguntas para que o senhor já me responda.

A Conafer vai participar da COP 30? Vai participar como? Quem fez o convite? (*Pausa.*)

Pode responder, Presidente... Sr. Carlos Roberto.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Só um minuto.

Em primeiro lugar, nobre Deputada e demais, é muito difícil sentir vergonha de uma coisa que funciona, que trabalha e que entrega.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Antes de o senhor terminar de responder, já que o senhor falou em entrega, o senhor passou aqui, do meu estado, uns 12 municípios em que o senhor prestou serviço como Conafer. Eu fiz questão de perguntar para todos os Prefeitos, e eles estão me respondendo aqui. Já tenho mais de três municípios que disseram que a Conafer não presta serviço para esses municípios. Um desses municípios disse que a Conafer foi informar um serviço lá, e como o serviço era muito ruim, inadequado, eles refutaram o serviço.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – A senhora está falando de Mato Grosso do Sul?

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Mato Grosso.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Mato Grosso.

Olha, nobre Deputada, no Estado do Mato Grosso, a gente atendeu 21 cidades.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Diminua esses três aí que já me responderam, as demais estão me respondendo.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – A gente... como a gente financiou esse trabalho, como a gente pagou para realizar ele, a gente não se apegava a críticas. O que a gente queria mesmo era melhorar o gado dos pequenos.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Já aproveito e solicito para o senhor que encaminhe a esta Mesa, já que o senhor prestou tanto esse serviço, a relação do serviço prestado, quanto foi gasto por cada serviço, quais municípios e quais foram as pessoas que foram... receberam esse serviço, por favor.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Será encaminhado com presteza, nobre Deputada. Muito obrigado pelo questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o...

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Presidente, não acabou o meu tempo ainda, não.

Já respondeu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ah, me perdoe, Excelência.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Ô, Presidente, por favor. É porque a gente fica emocionada em ver...

O senhor não respondeu sobre a COP 30.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Olha, nobre Deputada, sim, eu faço parte do corpo de delegados da ONU. Eu estive em algumas delegações das COPs anteriores e acredito que, por osmose, devo estar inscrito na COP 30.

A Conafer tinha realmente um projeto de levar o melhoramento genético como diminuidor de carbono, né? Porque o gado melhorado ele produz mais economia e menos CO_2. Então, nós íamos apresentar esses 400...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – A gente iria apresentar esses 408 mil bezerros nascidos no Brasil como uma proposta de que o melhoramento genético diminui o efeito estufa e substitui a...

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – O senhor avisou lá na COP 30 que essa empresa é do senhor e da sua mulher?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Qual empresa?

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Do melhoramento genético?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, quem ia apresentar o trabalho é a Conafer, não empresas, não.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – O senhor avisou lá na COP 30 que o agro brasileiro não é representado pela Conafer...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – ... e que a Conafer está se intitulando como a desenvolvedora da agricultura familiar, sendo que é a CNA? O senhor informou lá que a Conafer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

está enganando o povo brasileiro e que está descontando indevidamente dos aposentados e pensionistas?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – A CNA..

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Porque a COP 30 é um evento que deveria ser respeitado, e não utilizado para fazer política de esquerda, o senhor concorda comigo?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Sim, senhora.

Eu acredito que desenvolver o campo brasileiro não seja de direita nem de esquerda, seja do Brasil. E eu quero dizer para a senhora que eu tenho muito orgulho, nobre Deputada, das mudanças que promovemos em unidades rurais neste país. Eu não sei como balizar o que serve ou não quando se vive em uma outra matiz de sociedade, né? No caso aqui é Parlamento; o nosso é produzir alimentos.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Só para terminar, antes de acabar o meu tempo, a Conafer recebe recursos de ONGs?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhora.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – De empresas estrangeiras?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhora.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – São só recursos próprios?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT) – Obrigada, Presidente.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – De inativos e ativos, associados ativos e inativos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Coronel Fernanda.

Com a palavra o Deputado Duarte Jr.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, já era de se esperar esse *show* de mentiras, esse *show* de falsidade, porque nós estamos diante de um sujeito que se identifica como descendente de indígenas, mas, sempre que pode, defende a grilagem de terra.

Eu aqui falo com a dor e a indignação de 41 cidades do Estado do Maranhão que foram roubadas, de pessoas idosas, de aposentados, de beneficiários do BPC, de pessoas com deficiência que foram roubadas por esse sujeito que está aí, com essa cara de pau, que não cansa de mentir. E eu afirmo porque eu tenho prova do que eu estou falando. Eu não estou falando simplesmente porque eu acho, eu estou falando porque eu provo.

Nós recebemos aqui, na CPMI, a quebra do sigilo da Conafer, do Carlos Roberto Ferreira. E eu quero que o Carlos me responda: como é que a Conafer movimentou, em apenas um ano, mais de R$250 milhões e declarou apenas 1,4 milhão? Como é que justifica a movimentação ser de 250 milhões, mas ter uma declaração 200 vezes menor?

Responda a pergunta, Carlos.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Eu me reservo ao direito de ficar em silêncio.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Vai ficar em silêncio? Você vai ter muito tempo para ficar em silêncio, vendo o sol nascer quadrado. Para mim você vai ficar calado porque você não tem coragem de mentir olhando para a minha cara. Você mentiu até agora.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Você mentiu para todos esses Parlamentares que aqui estão. Agora eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... ver você me responder como é que você declara um rendimento...

O SR. ANDRÉ LUIZ HESPANHOL TAVARES – Pela ordem, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um minutinho aí.

Eu vou...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... duzentas vezes menor do que o que de fato aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Duarte Júnior, vou pedir a V. Exa. somente cuidado com os termos. Pode ser efusivo com as demonstrações. Nós estamos aqui para dar essa... Mas os termos de pré-condenação, por favor. A gente tem uma regra aqui de convivência...

O SR. ANDRÉ LUIZ HESPANHOL TAVARES – É só...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, por favor, senhor advogado, por gentileza, deixe que, isso aqui... A Presidência, eu tenho certeza de que vou ter a colaboração de todos os Parlamentares, no sentido de que a gente continue fazendo todo o trabalho de uma forma em que a gente dê os dados sem uma pré-condenação ou sem algum tipo de ataque direto. Por favor, por gentileza.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Presidente, Presidente, eu queria dar parabéns ao comportamento de V. Exa., pela decisão. Que sejam todos que venham depor aqui tratados dentro da legalidade e do respeito, porque é importante...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Pode retornar...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... para não ficar com nenhuma suspeita no ar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pode retornar o tempo do...

Parou, não é?

Pode continuar, Deputado.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Não, na verdade, o tempo estava correndo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, por favor, pode retornar o tempo do Deputado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Presidente, eu aqui afirmo, com base no RIF que esta Comissão recebeu, na quebra do sigilo da Conafer, que a Conafer...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, silêncio, silêncio!

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Está sem som, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não está, não. Fale mais perto do microfone.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Só a recomposição do tempo, para que eu possa iniciar, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois, não, Excelência. Pois, não.

Pode recompor o tempo do Deputado.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Eu quero aqui... Eu afirmo aqui, Presidente, que, com base na quebra realizada por essa CPMI do sigilo da Conafer, do sigilo do Carlos Roberto, nós comprovamos que a Conafer, em apenas um ano, de 1º de julho de 22 a 30/06 de 23, teve uma movimentação financeira de mais de R$250 milhões. E por que declarou apenas 1,24 milhão? Está calado, está caladinho, mas na hora de roubar aposentado, na hora de roubar pessoas idosas, na hora de roubar pessoas com deficiência, fala. Até agora estava falando, mas agora fica caladinho porque não tem o que dizer! É porque você roubou aposentados, pensionistas e pessoas com deficiência, pessoas que recebiam BPC!

Eu aqui pergunto, Sr. Presidente, às 18h12min., ele afirmava, em tom irônico, quando o nosso respeitoso Relator disse que havia uma movimentação estranha, que ele conseguiu deduzir, tirar valores de pessoas que estavam mortas há mais de dez anos. De forma irônica, ele disse que o INSS...

O SR. ANDRÉ LUIZ HESPANHOL TAVARES – Pela ordem, Excelência, o Deputado vai fazer pergunta ou vai fazer...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, Excelência...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Eu faço o que eu quiser. O direito é meu, não é seu.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, senhores...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Meu direito é de falar e o do seu cliente de responder. Ele está como testemunha.

O SR. ANDRÉ LUIZ HESPANHOL TAVARES – Eu estou pedindo pela ordem.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Eu sou advogado, assim como você.

O SR. ANDRÉ LUIZ HESPANHOL TAVARES – O senhor me respeite.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Então não vem querer fazer qualquer tipo de comentário que venha me prejudicar.

Você não tem direito de fala neste momento, porque é o meu momento de fala.

O SR. ANDRÉ LUIZ HESPANHOL TAVARES – Deputado, nós somos advogados...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza, senhor advogado.

O SR. ANDRÉ LUIZ HESPANHOL TAVARES – V. Exa. conhece os limites de vossa atuação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, senhor advogado.

O senhor, por gentileza, deixe que... Eu já pedi e o Deputado vai se manter dentro da normalidade e da tranquilidade.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Sr. Presidente, só garantir...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor.

Por favor.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Meu tempo está correndo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, vou pedir, mais uma vez, por gentileza, a apresentação das perguntas e dos dados sem uma pré-condenação, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Sr. Presidente, só recomponha um minuto do meu tempo, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Um minuto.

Um minuto.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Perfeito. Não sou eu que estou condenando, são as provas. São as provas materiais. É o RIF, é a comprovação da movimentação financeira. São essas provas que comprovam que houve roubo, que as pessoas foram roubadas. Esse roubo acontece até os dias atuais, e eu vou provar até o final da minha fala.

Eu aqui pergunto. Ele disse que descontava os valores de pessoas que já tinham morrido, há mais de dez anos, porque era comum o INSS... É comum esse tipo de roubo no INSS.

E aí eu questiono: quer dizer que é por essa razão, então, já que o INSS está cheio de bandido, roubando lá, assim como a gente está vendo que aconteceu na Conafer, é por essa razão que você está aqui nesta foto, premiando o ex-Ministro da Previdência, premiando o ex-Diretor de Benefícios do INSS, porque ele rouba tal qual acontece na Conafer?

É uma pergunta. Ele pode responder.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Eu manterei o meu direito constitucional de me manter em silêncio.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Está em silêncio porque quem cala consente, e aqui eu provo que você, de fato, fez, junto ao INSS, um conluio para poder roubar aqueles que mais precisavam.

Conafer aqui significa Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais. Esses familiares são seus familiares? É a sua esposa? É a esposa do Cícero, a Ingrid? O Samuel Bonfim? É o seu cunhado? O Tiago Abraão, que é Secretário-Geral Financeiro da Conafer? É a Thamyrez Maria de Oliveira, que é a esposa do Vinícius, que é seu cunhado também, irmão da Bruna, sua esposa? Essa família é a sua própria família?

Essa é a pergunta, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Permita-me usar o meu direito constitucional de ficar em silêncio.

O SR. ANDRÉ LUIZ HESPANHOL TAVARES – Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhor advogado., por favor.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Mais uma vez, vou ser interrompido.

O SR. ANDRÉ LUIZ HESPANHOL TAVARES – A defesa técnica está proibindo, como autoridade que tem enquanto defesa técnica, está proibindo o depoente Carlos Roberto Ferreira Lopes – e, repetimos, está aqui espontaneamente, de responder a qualquer pergunta do Deputado Duarte Jr., uma vez que ele está se utilizando de informações que já foram respondidas para prejulgar e fazer disso aqui um...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhor advogado., por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, só um instantinho, gente, só um instante.

O SR. ANDRÉ LUIZ HESPANHOL TAVARES – A minha...

A defesa técnica proíbe.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhor advogado, vamos fazer um acordo aqui?

Só um instante, senhores.

Essa condução é minha, como Presidente.

Senhor advogado, vamos fazer um acordo? Quando ele não quiser responder, o senhor vai orientar e ele vai falar no microfone que não responde mais, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Advogado não dá ordem...

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu sei...

Mas nós vamos colocando as coisas aqui.

Senhores, sem pela ordem, por favor, porque eu vou resolver essa questão de procedimento.

O senhor pode orientar o seu advogado na hora que o senhor desejar, suspender a sessão, mas quem tem que dizer que não quer responder é ele, não é o senhor.

Por favor.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Isso estava pré-estabelecido, Presidente, na última sessão...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor, por gentileza.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza, deixem-me resolver as questões todas aqui, por favor, senão vamos ter 40 Deputados e Senadores querendo falar, e todo mundo aqui é igual, tem o mesmo peso.

Então, essa é uma decisão da Presidência. Eu peço a compreensão dos senhores.

Senhor advogado, podemos seguir nesse ritmo, por favor? O senhor vai orientá-lo, e ele vai responder, por favor.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Presidente, com a mesma calma e consciência de quem atua com base na lei e busca diariamente fazer com que a lei seja cumprida, o advogado, de fato, pode recomendar que ele não responda, que exerça o direito constitucional a permanecer calado. Deveria essa assessoria jurídica ter recomendado o seu cliente, a Conafer, não roubar aposentado, isso que deveria, mas, como não fez, a Polícia Federal já fez a sua parte. Está de parabéns a Justiça por ter determinado a Conafer para não realização dos descontos. É por isso que a Conafer foi condenada, e, ao final, eu vou provar que continua fazendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, Sr. Presidente, eu mostrei, com base na movimentação financeira no RIF, na quebra do sigilo desta CPMI, que a movimentação, em um ano, passou de R$250 milhões. E o que gera bastante estranheza, como se não bastasse, é que o destino desses recursos não foi para beneficiar a previdência social, não foi para beneficiar a pecuária brasileira; pelo contrário, foi para beneficiar os seus familiares, foi para beneficiar empresas que não têm nada a ver com a agropecuária deste país, que não incentivou nenhum tipo de assistência social.

Vejam só: a A. Santos Consultoria e Assessoria Ltda. recebeu mais de R$8 milhões; a To Hire Cars, locadora de veículos, recebeu mais de R$15 milhões; a Agropecuária Ltda. recebeu mais de 14 milhões; a Express Serviços de Publicidade recebeu mais de R$11 milhões – estou falando, isso em um ano –; a IBC Prudente Apoio Administrativo recebeu mais de R$11 milhões; a Cifron Tecnologia e Desenvolvimento de Sistemas recebeu mais de R$10 milhões. Essas empresas atuam no ramo de consultoria, locadora de veículos, papelaria, pet shop.

Eu pergunto: o que pet shop, o que uma empresa de eventos, o que uma locadora de veículos têm a ver com a atividade, dita pela Conafer, de incentivo à pecuária, à previdência social? Responda à pergunta, Carlos.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Eu me reservo o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Mas a consciência está pesando, e o coração está batendo mais forte porque a justiça tarda, mas ela não falha.

Continuando, Sr. Presidente: aqui nós temos a comprovação de que a Conafer, de 2019 a 2020, teve um crescimento de R$350 mil de arrecadação para mais de R$52 milhões, mais de R$57 milhões de arrecadação. A que ele explica esse crescimento, esse *case* de sucesso? Se ele realmente é um sujeito que fez algo que, de fato, demonstrou um crescimento dos seus investimentos da Conafer, um bom negócio, compartilhe com a gente esse *case* de sucesso. Como é que, em 2019, a Conafer saiu de R$350 mil de arrecadação para mais de R$57 milhões? Responda à pergunta, Carlos Roberto.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Irei permanecer em silêncio, conforme o direito constitucional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Vai ficar calado, vai ficar em silêncio, vai ficar guardando aquilo que poderia nesta oportunidade trazer respostas efetivas. Como é que você pode dormir, ao final do dia de hoje, com uma consciência tão pesada que conseguiu debitar, descontar de pessoas com deficiência que recebem BPC descontos para a Conafer? Foram mais de 1.750 pessoas com deficiência que recebem BPC que tiveram descontos realizados pela Conafer todos os meses. A sua consciência não pesa, Carlos Roberto?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Nobre Deputado, me reservo o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – E não foram só as pessoas com deficiência, foram também as pessoas idosas, mais de 2.322 pessoas idosas que foram roubadas pela Conafer. E o que é pior, Sr. Presidente: isso ocorreu na vigência da Lei 8.203, de 1991, que proíbe descontos, descontos em benefícios, benefícios não previdenciários. Não pode. Isso ocorreu independente de ACT ou não... Se o INSS deu o ACT, deu errado. Se deu para descontar benefício previdenciário, não pode, porque a Lei 8.213, de 91, não permite.

A sua consciência não pesa por descumprir a lei latentemente e, ainda assim, roubar pessoas idosas, pessoas com deficiência? Eu insisto na pergunta.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Eu uso o meu direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Não pesa, não pesa mesmo.

Não à toa, Sr. Presidente, que no período mais triste da humanidade, no período da pandemia, a Conafer realizou descontos em mais de 95.818 beneficiários. Roubou idoso, roubou pessoas com deficiência, Senadora Damares, e roubou as pessoas durante a pandemia. As pessoas estavam morrendo, as pessoas estavam doentes, e a Conafer fingindo prestar serviço. Durante horas de depoimento, não disse um serviço prestado; disse serviços de consultoria, serviços de qualidade. Que serviço é esse? Mentira, mentira e mentira! E eu digo mais, Sr. Presidente: essa pouca vergonha, esse roubo continua acontecendo até os dias atuais.

De acordo com notícias aqui do Política e Poder, "Entidade investigada...". Esse senhor com esse chapéu aqui totalmente... Eu não vou discutir o gosto do Carlos Roberto...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone*.) – Segura...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Mas este sujeito aqui é o senhor, Carlos? Este aqui é você? Sabe dizer se é você este aqui na foto? Porque eu não estou reconhecendo, está diferente com o chapéu.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Se o senhor não sofrer de nenhuma míope, o senhor está vendo que sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, senhores, por favor.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Não ouvi o que V. Exa. falou.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sr. Carlos, por gentileza.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Fala com coragem no microfone.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu ouvi bem e vou pedir...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Repita, fala no microfone.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, um instantinho só, por favor.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Pois, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, por favor, eu pedi um instante.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... eu não ouvi o que ele falou. Eu peço à taquigrafia para...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu pedi um instante, eu pedi um instante.

O senhor, por gentileza... Se o senhor não quiser responder, o senhor diga que vai ficar em silêncio.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas os comentários ou qualquer tipo de ironia... Por favor, o senhor se restrinja a isso, o.k.? Por favor.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Presidente, eu estou dando voz de prisão a esse depoente pelo crime de desacato. Você não está falando com qualquer um, não. Você não está na Conafer, não, seu mentiroso. Você está falando com uma autoridade.

Você está preso em flagrante pelo crime de desacato. Você me respeite. Já que você não respeitou idoso, já que você não respeitou pessoa com deficiência, já que você não respeitou as pessoas na pandemia, você tem que respeitar autoridade. Você está preso pelo crime de desacato.

O SR. ANDRÉ LUIZ HESPANHOL TAVARES – Excelência, Excelência, pela ordem.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – E você não tem *habeas corpus*.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Você não tem *habeas corpus*. Você está aqui como testemunha e está preso pelo crime de desacato. Você não está falando com qualquer um, não.

O SR. ANDRÉ LUIZ HESPANHOL TAVARES – Excelência, acabou o depoimento?

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Você me respeite, rapaz! Você me respeite, seu mentiroso!

O SR. ANDRÉ LUIZ HESPANHOL TAVARES – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Olha, eu.. Só um instantinho.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. *Fora do microfone*.) – Eu ainda tenho 1 minuto e 37 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, não, Excelência...

O SR. ANDRÉ LUIZ HESPANHOL TAVARES – O Deputado está provocando uma situação desde o início.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa. não tem mais a fala. V. Exa. já foi...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

V. Exa. foi alertado duas vezes.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. *Fora do microfone.*) – Eu tenho um minuto – um minuto.

Ele me desacatou, Sr. Presidente, com todo o respeito a V. Exa.

O SR. ANDRÉ LUIZ HESPANHOL TAVARES – Ele não desacatou.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ LUIZ HESPANHOL TAVARES – V. Exa. nem ouviu o que ele falou.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. *Fora do microfone.*) – Ele cometeu o crime de desacato.

Eu peço a recomposição do meu um minuto – um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não vou atender o pedido de V. Exa., porque duas vezes eu pedi a V. Exa. que evitasse as falas da forma como foi. E eu quero aqui, com todo o respeito a toda fala e liberdade de todo mundo, mas, na minha posição, eu tenho, por regra, pedir aos senhores que, por favor, cuidado com os termos, com a pré-condenação, com a forma como a pessoa é tratada. Isso, infelizmente, eu sou obrigado a fazer, Deputado, e o senhor sabe disso.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. *Fora do microfone.*) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Se o senhor estivesse aqui no meu lugar...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. *Fora do microfone.*) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não há pela ordem aqui, Excelência. Se o senhor estivesse no meu lugar, o senhor faria a mesma coisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A fala do senhor está encerrada.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. *Fora do microfone*.) – Agora, quer dizer que minha fala é cassada, Presidente?!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A fala... Não, o seu tempo já terminou. O seu tempo já terminou.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. *Fora do microfone*.) – Não! Ainda tem ali um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor já terminou. Não tem um minuto, porque eu não vou dar o seu um minuto.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. *Fora do microfone*.) – A minha fala vai ser cassada?!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor não está respeitando o posicionamento aqui.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. *Fora do microfone*.) – Minha fala vai ser cassada?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vai.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor já falou.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. *Fora do microfone*.) – Ele cometeu crime de desacato...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor já falou.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Não, mas ele tem direito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu não vou referendar crime de desacato.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. *Fora do microfone*.) – Eu quero 45 segundos do tempo da minha fala...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu não vou referendar crime de desacato...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. *Fora do microfone*.) – Eu preciso de 45 segundos... Roubou o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... uma vez que o senhor não atendeu os meus pedidos de "por favor" da forma como falava com ele.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. *Fora do microfone*.) – Quem foi desacatado fui eu, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor... Eu pedi ao senhor que, por gentileza...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. *Fora do microfone*.) – ... tirou meus 30 segundos – 30 segundos.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Presidente, tem que garantir a fala do Deputado. Como mínimo, parar o tempo...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. *Fora do microfone*.) – A fala do Parlamentar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador... Por favor, Deputado.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Ele tem direito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. *Fora do microfone*.) – Quem foi agredido aqui foi um Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor... Por favor.

Eu, duas...

Senhores.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – V. Exa. não vai atender? Teve desacato.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. *Fora do microfone*.) – Vai cassar minha palavra, Presidente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por duas vezes...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. *Fora do microfone*.) – Eu não estou aqui para fazer como o Trovão fez...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhor...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. *Fora do microfone*.) – ... eu estou aqui para pedir a palavra para concluir.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Pelo menos garanta a fala do Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sente-se, por favor, Deputado!

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. *Fora do microfone*.) – Eu vou pedir a palavra para concluir!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu só vou falar com senhor na hora que o senhor sentar.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. *Fora do microfone*.) – Não, eu quero ficar assim...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor sente, por gentileza.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. *Fora do microfone*.) – Então, cadê minha fala?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor sente e por favor respeite esta Presidência.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. *Fora do microfone*.) – Então, respeite o meu direito de fala.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por duas vezes, eu pedi a V. Exa. que...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. *Fora do microfone*.) – E o meu direito de fala?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... por gentileza, medisse a fala – duas vezes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. *Fora do microfone*.) – E a minha fala?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – E o senhor sabe muito bem que o regulamento é muito claro...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. *Fora do microfone*.) – E o meu direito de fala, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... sobre isso: quando a gente pede a um Parlamentar – isso sirva para todos – para que ele modere a fala e não respeita, o Presidente pode cassar a palavra.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. *Fora do microfone*.) – Ele debochou do Parlamento aqui durante horas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está aqui, olhe, está aqui.

Senhor...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. *Fora do microfone*.) – Durante horas, ele debochou do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. *Fora do microfone*.) – Eu não vou ter o direito de falar?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. *Fora do microfone*.) – Eu preciso concluir minha fala por 30 segundos, por 30 segundos...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – Tem que suspender.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores... Não, eu não vou suspender, porque há um procedimento...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. *Fora do microfone*.) – ... porque esse é o meu direito de fala.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... e nós estamos aqui entre Parlamentares.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. *Fora do microfone*.) – A gente vai permitir que um bandido seja protegido aqui...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. *Fora do microfone*.) – ... em detrimento do direito de fala de um Parlamentar?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não...

O senhor, por favor!

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. *Fora do microfone*.) – V. Exas. vão ficar calados diante do que está acontecendo?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A fala... Eu pedi ao senhor para não falar daquela forma.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. *Fora do microfone*.) – Rogerio Marinho, eu fui agredido pelo depoente.

Eu estou pedindo 40 segundos para concluir a minha fala.

Eu não vou me calar.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Chega, por favor, Sr. Deputado!

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. *Fora do microfone*.) – Então, me deixe falar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, olhe aqui.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. *Fora do microfone*.) – Eu preciso falar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou ler aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. *Fora do microfone*.) – Eu preciso falar por 40 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou ler aqui.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. *Fora do microfone*.) – Eu vou recompor a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa. é advogado, eu vou ler aqui o procedimento...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. *Fora do microfone*.) – Por isso que eu não gosto de bandido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... para não dizer que sou eu – sou eu – quem estou fazendo qualquer coisa errada: art. 22, no caso de conflito ou uso da palavra de modo desrespeitoso, o Presidente pode alertar o Parlamentar e, no limite, cassar a palavra e pedir a sua retirada do recinto.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. *Fora do microfone*.) – Aí ele pode me desrespeitar?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhor... Eu pedi a V. Exa...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. *Fora do microfone*.) – Ele pode me desrespeitar?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu pedi a V. Exa. que, por favor...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. *Fora do microfone*.) – Ele pode...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... não desrespeitasse o depoente.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. *Fora do microfone*.) – Presidente, não existe isso.

Se ele me desrespeitou...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Alerta o Parlamentar...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. *Fora do microfone*.) – ... ele desrespeitou o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Alerta o Parlamentar, alerta novamente, cassa a palavra e pede a retirada do recinto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não quero fazer isso com V. Exa., V. Exa. é o Presidente desta Comissão.

Então, o primeiro passo é você respeitar a Presidência e, por favor, quando eu pedir atentar para não desrespeitar qualquer pessoa, qualquer um, não desrespeitar.

Nós não estamos aqui para fazer prejulgamento de ninguém – de ninguém. Ele vai ser chamado de ladrão o dia que a Justiça condenar. Aqui ele está como testemunha e vai ser investigado pela Polícia Federal. Há uma pré-condenação aqui. Está claro em todos os dados. Isto é uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Então, eu vou pedir ao Deputado Duarte Jr. que, por favor, se acalme, tenha tranquilidade e se atenha a isso...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, eu vou lhe dar 30 segundos em respeito a V. Exa. como Vice-Presidente, mas, se fosse para seguir o... Como V. Exa. gosta de dizer, a sua palavra está cassada e eu teria que pedir ao senhor para sair daqui da sala. Eu não vou fazer isso, mas o regulamento me dá esse direito.

Trinta segundos para o Deputado.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Presidente, a mensagem que a gente tem que passar para o Brasil não é impunidade. Tal qual eu tenho aqui provas para afirmar tudo o que eu disse, e V. Exa. está correto ao dizer que existe um julgamento, um trânsito em julgado de uma sentença penal condenatória, ele não é formado em oftalmologia para dizer que eu estou míope para não olhar se na foto é ele.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu mandei colocar 30 segundos...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – É por essa razão, Sr. Presidente, que aqui eu concluo a minha fala...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... mas eu informo a todo o povo brasileiro e aos Parlamentares aqui que silenciaram durante o momento em que um Parlamentar teve a sua palavra cassada e foi ofendido por um depoente, que nós não temos que nos calar diante da gravidade desse fato. O excesso pode existir, mas o excesso em busca da justiça, não o excesso de quem roubou aposentados, pensionistas e pessoas com deficiência!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pronto. Excelente. Muito obrigado, Excelência.

Agora eu vou pedir mais uma vez: V. Sa. se contenha e siga as recomendações desta Presidência. Eu vou detestar – porque não é a primeira vez que nós temos aqui publicamente um desentendimento pela sua fala –, eu detestaria ter que lhe cortar a palavra e pedir que V. Exa. se retire desta Comissão, mas, se for necessário, eu vou tomar essa decisão, assim como tomo a decisão que for preciso para esta Comissão ir adiante. Aqui nós temos que respeitar uns aos outros, e a decisão final, em qualquer hipótese e situação, é desta Presidência! Eu respeito todos que estão aqui, tenho trocado ideias e dado espaço igual para todos, mas ninguém vai fazer *show* em cima desta Presidência aqui, não! Ninguém vai fazer *show* aqui em cima de mim, não! Na próxima vez, eu vou pedir V. Exa. para se retirar do recinto.

Com a palavra o Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, primeiro gostaria de pedir a Deus... O Presidente Bolsonaro passou mal agora de novo, com crises de soluço, vômitos. Um dos filhos dele, o Carlos, noticiou isso naquela publicação X. Eu espero que seja uma crise superada.

Sr. Carlos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor!

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – Sr. Carlos, o senhor, no *Diário Oficial da União*, na Portaria nº 33, do dia 5 de março de 2024, foi nomeado como um dos membros da Matopiba, não é isso?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES (Para depor.) – Sim, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – Como titular, Carlos Lopes, que é o senhor, da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares do Brasil. Isso, repito, em 5 de março de 2024. Pergunto, se o senhor puder responder, se o senhor, como Presidente da Conafer, uma entidade que mantém convênios e recebe recursos públicos, não reconhece que isso poderia configurar um conflito de interesses por atuar em um comitê do Ministério da Agricultura – se puder responder.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Posso, sim, nobre Senador. Primeiro, muito obrigado pelo seu questionamento.

O convite por parte do Mapa para tal participação nunca teve nenhum tipo de consideração financeira ou destinação de recursos. O que o Mapa nos convidou foi apenas pelo interesse, pois nós estávamos atendendo muitos municípios que convergiam com a mesma situação no Matopiba.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – Pois não.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Como a Conafer tinha um grande trabalho realizado nos agricultores até quatro módulos fiscais, que é o que compreende ser agricultor familiar, então, nós compreendemos estar lá sempre de forma proativa.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – O.k.

Sr. Carlos, na criação da Conafer, eu tenho aqui uma série de manchetes dando conta de uma arenga – arenga é palavra da minha terra – com a Contag, a Contag fazendo alguns documentos, algumas notas, denunciando que a Conafer seria uma iniciativa da Força Sindical com muito interesse na contribuição sindical. Não havia ainda naquela época a reforma trabalhista, cujo Relator está aqui do meu lado, Rogerio Marinho, que acabou com o imposto sindical obrigatório.

O senhor se lembra dessa discussão aqui, de a Contag achar essa ação da Força... acusando que a Força Sindical estaria dividindo o movimento, o sindicalismo rural? A Conafer depois vai recorrer à Justiça para exigir retratação da Contag sobre aquilo que a Contag disse. O senhor reconhece essa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Sim, senhor.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – E ela se devia a quê?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Em 2006, quando promulga-se a Lei 11.326, de 2006, Lei da Agricultura Familiar, lei que enquadra o agricultor familiar; enquadramento esse que vai orientar o Congresso, o Executivo e o Judiciário sobre esse segmento, vai dizer quem ele é, como é que ele começa, como é que ele termina, como ele deve operar, existir, como se fosse o enquadramento econômico de uma profissão... A Conafer foi fundada em 2011, dentro desse Plenário, do Congresso. E eu tenho para dizer sobre a Contag que eu admiro demais o trabalho dessa confederação.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – O.k.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Só para concluir, para deixar o senhor com a resposta completa, eu acredito que os genes vão se superando conforme os tempos. A Contag ficou com o trabalhador rural...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor. Silêncio.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – A Contag ficou com o trabalhador rural de zero a dois módulos, a Conafer ficou de dois a quatro módulos, e a CNA ficou de quatro módulos para cima.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – O.k. Então...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Assim se dividiu a ruralidade no Brasil.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – Não seria, então, estranho afirmar que, no processo de criação, a Contag viu, pelo menos naquele momento, uma divisão do movimento. Ela acusa, inclusive – só para terminar a indagação –, ela acusa claramente que a Conafer, que estaria sendo incentivada pela Força Sindical, do qual um dos grandes fundadores é o Paulinho, que é o Relator da proposta de anistia, que acabou virando, na cabeça dele, uma dosimetria... Ela, então, apontava ali, na criação da Conafer, uma divisão que ela considerava irregular, que ela não desejava.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, apenas para concluir a pergunta, é correto dizer que ambas, Contag e Conafer, tiveram respectivamente laços, ou têm, com o PT e com outros partidos de esquerda, como o PDT, o Solidariedade? É correto afirmar isso?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, meu senhor, não é correto.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – O senhor, então, não tem uma relação forte com o Paulinho, que foi um dos fundadores da Força Sindical?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não. Eu, como Presidente dessa instituição, tive relações com todos os grupos ideológicos deste país, porque tem agricultores familiares que são de direita, e a gente deve atender; tem os que são de centro, e a gente deve atender.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – Pois não.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Tem os que são de esquerda, e a gente deve atender.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – Pois não.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Eu gostaria de responder ao senhor, com muita objetividade, Senador Marcio Bittar: a política pública não vê a legenda do partido.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – Já respondeu, Sr. Carlos – já respondeu.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Obrigado.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – Sr. Presidente, eu quero aqui...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Senador.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – ... dedicar ao senhor e ao Alfredo os meus mais sinceros votos. Os senhores, de fato, estão diante de uma situação terrível no Brasil. Na verdade, quando acabou o imposto sindical obrigatório, várias entidades migraram para esse esquema criminoso, em que reinava quase que exclusivamente a Contag, com laços históricos com o PT. É indiscutível que a Conafer teve o incentivo da Força Sindical para ser criada, emprestou à Conafer toda uma estrutura de sindicatos já afiliados à Força Sindical, e não é por coincidência que um dos seus fundadores, que é o Paulinho, hoje está jogando no time da mesma estrutura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não posso deixar de mencionar que isso que nós estamos investigando – e vocês têm o apoio de vários Parlamentares, que aqui estão – não é um caso isolado, meu querido Relator. O DNA do roubo dos aposentados é o mesmo DNA do mensalão, é o mesmo DNA do petrolão. São pessoas, entidades, sindicatos, partidos políticos que não medem consequências para dotar os seus exércitos das armas necessárias. Seres humanos, no caminho deles, são apenas números.

Eu fico, no caso da Conafer, eu que sou homem da Amazônia brasileira, me causa um constrangimento, porque a conversa é sempre a mesma. Desculpe a franqueza. A Conafer vem aqui – como todas as ONGs que nós investigamos na CPI das ONGs da Amazônia, todas elas –, meu querido Relator, e sempre apresenta coisas bonitinhas, são nichos. E sempre dizendo o seguinte: quais são os seus custos? Capacitação, telemedicina... Isso não vira nada, isso é uma empulhação. Sabe qual é a verdade? No caso específico da Amazônia brasileira, no caso específico, é que esse tipo de entidade explora os mais vulneráveis, explora os índios brasileiros.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – A Amazônia brasileira, depois de todo esse embuste que essas entidades apresentam, tem 40% da população com baixa alimentação, com insegurança alimentar. Os piores índices de saneamento básico são na Amazônia. Os maiores índices das facções criminosas também estão na Amazônia. Os maiores índices de dependência de Bolsa Família também estão na Amazônia brasileira.

E aí, me aparece uma entidade, apresenta números, como se a realidade fosse esse vídeo que foi mostrado. Não é. E, na verdade, é mais uma entidade que, assim como a Contag, assim como um monte de ONGs que atuam no Brasil, captam recursos públicos, instrumentalizam o Estado brasileiro, se locupletam, se enriquecem. Mas eu repito: isso faz parte de um mesmo enredo: são pessoas e a ideologia a qual elas servem que não veem nenhum problema naquilo que fazem.

Vou concluir dizendo o seguinte, Sr. Presidente: alguém aqui já viu alguma pessoa que pegou em arma e que foi anistiado em 1979 pedir desculpa, se arrepender por ter feito sequestro, por ter soltado bomba, por ter matado inocente? Não. Pessoas como o Zé Dirceu, por exemplo...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – ... são tratadas até hoje, na sua turma ideológica, como heróis, porque em nome da causa, eles fazem tudo isso.

E aí, para concluir, Sr. Presidente, esse esquema da ideologia comunista precisa de peão. E me desculpa a franqueza, nós estamos diante de mais um peão. Não que isso diminua a letalidade de uma entidade como essa, mas são peões no jogo da perpetuação do poder, que é característica da esquerda, não só brasileira, mundial.

Portanto, rogando a Deus pela sua saúde, pela saúde do nosso Relator e dizendo que, naquilo que nós pudermos, conte ou continue contando com a nossa ajuda.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho, por favor, Líder Pimenta.

Quero só lembrar aos Srs. Parlamentares...

Por gentileza, um instante só de atenção.

... vamos lembrar aos Srs. Parlamentares que esta CPMI tem por finalidade investigar. Nós não condenamos ninguém. Quem condena as pessoas é os fatos, e a Justiça é quem dá a sentença. Nossa função aqui é trazer à tona, e creio que estamos fazendo isso muito bem, para a população brasileira, os meandros desse escândalo, dessa roubalheira. É isso que nós temos que ter em mente.

Agora, eu digo para os senhores, com muita clareza – a exposição do Relator foi muito clara –, quem movimenta mais de R$800 milhões em cima de dinheiro da Previdência tem muito o que explicar – mas muito o que explicar –, mas não somos nós quem vamos desrespeitar a pessoa. Isso é para qualquer um que vier aqui, seja ministro... É o meu posicionamento em relação a essa questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para lembrar – é bom que as pessoas que estão em casa nos assistindo tenham essa clareza –: esta CPMI não tem a finalidade de condenar ninguém, ela investiga e entrega para a Justiça um relatório. Se lá na Justiça não der em nada, não será pelo nosso esforço, nem muito menos meu e do Relator, e, tenho certeza, de cada um dos que estão aqui, o.k.?

Com a palavra...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Tempo de Liderança, Presidente. Tempo de Liderança.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Tempo da Liderança...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Presidente, só... Antes do Deputado Pimenta pela Liderança...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É pela ordem, Excelência, ou questão de ordem?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – É um pela ordem, mas é muito rápido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Assim como V. Exa. está cuidando para que todos tenham respeito – e eu concordo com tudo que V. Exa. disse –, eu pediria também que V. Exa. solicitasse respeito com os povos indígenas, para que eles não sejam chamados de índios. Isso tem uma diferença enorme, é uma falta de respeito, é um preconceito enorme o que foi dito aqui. Às vezes se fala por ignorância, mas que V. Exa. não permita também que os povos indígenas...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência. Obrigado, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... sejam aqui chamados de índios, como os colonizadores falavam. Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra, pela Liderança, o Deputado Paulo Pimenta. Cinco minutos, por favor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Bittar, por gentileza. (*Pausa.*)

Cinco minutos para o Líder Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Srs. Deputados, Sras. Deputadas...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, está impossível.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza...

Mas é o seu companheiro de partido.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não, não é não.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Cinco minutos para o Líder Pimenta.

Evair, por favor.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Senadores e Senadoras, o Parlamentar que me antecedeu fez um exercício de retórica que precisa ser respondido.

Aliás, o Parlamentar é muito criativo nas suas manifestações. Há poucos dias aqui, numa fala, ele trouxe para o debate o Che Guevara, o Caetano Veloso, o Stalin, fazendo uma conexão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

entre descontos associativos das entidades e esses personagens, mas, hoje, ele consegue ser mais criativo. Segundo ele, há uma relação entre a entidade, os benefícios associativos e a esquerda.

Sr. Presidente, curioso: essa entidade buscava, há muito tempo, conseguir um ACT. Foi logo após a Presidenta Dilma ser afastada que, em 2017, esse ACT foi concedido – Governo Temer.

Sr. Presidente, essa entidade começa a arrecadar em 2019: Governo Bolsonaro, 718 pessoas.

Em 2020, Sr. Presidente, já em janeiro: 42.810 pessoas descontadas.

Em 30 de janeiro, há uma denúncia do Sr. Lauro Júnior denunciando irregularidades – suspeitas de irregularidades – envolvendo essa entidade.

Dia 1º/02/2020, a Diretora de Benefícios abre um procedimento de fiscalização. Doze dias depois ela é exonerada – Governo Bolsonaro.

É nomeado um novo Diretor. Depois de cassado o ACT, essa entidade tem o ACT devolvido pelo Sr. Leonardo Rolim, então Presidente do INSS, nomeado pelo Senador – eu vou chamar de Azul, porque se eu citar o nome ele vai pedir o art. 14. É nomeado pelo Senador Azul, o nomeado Rolim, que devolve para ele.

Posteriormente, Sr. Presidente, o delegado da Polícia Civil do DF abre uma investigação sobre um conjunto de irregularidades e é procurado por servidores do INSS que denunciam que estão sendo ameaçados de morte, por conta das denúncias que fizeram contra a Conafer , em 2020, Governo Bolsonaro. Posteriormente, Sr. Presidente, todos os termos aditivos que são adotados aqui são adotados durante o Governo Bolsonaro.

Sr. Presidente, uma das questões que foram alegadas, na época, era que a entidade estava fazendo descontos irregulares de pensionistas, além de aposentados.

Sr. Presidente, no dia 28 de outubro de 2020, foi publicado o Decreto 10.537, assinado por Jair Bolsonaro, Paulo Guedes e Onyx Lorenzoni, permitindo que os descontos pudessem ser feitos das pensionistas para atender a uma necessidade da Conafer...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... Governo Bolsonaro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Posteriormente, a Conafer pede que sejam pagos a ela os descontos feitos no período em que estava sem atuar. Há um parecer favorável e são pagos, de uma só vez , R$10 milhões em atrasados, Governo Bolsonaro.

Então, Sr. Presidente, todos os procedimentos, todas as perguntas feitas aqui hoje pelo Relator, mostraram, de forma inequívoca, que essa entidade – foi a partir de 2017 – ingressa nesse sistema; que é a partir de 2019 que passa a fazer os descontos; que é a partir de 2020 que explode e que, durante a pandemia, Sr. Presidente, conseguiu se tornar essa entidade de arrecadação de milhões de reais.

Então, a esquerda não tem nada a ver com isso. A não ser que foi a esquerda que acabou...

Para concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – A única participação da esquerda, aqui, é que foi a esquerda que desbaratou a quadrilha. E a esquerda, o Governo do Presidente Lula, que garantiu que todo esse desconto indevido sofrido pelos aposentados passasse a ser devolvido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Para encerrar.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Exercício de retórica sem nenhuma fundamentação concreta, desprovido de qualquer lógica e irracional diante dos dados que aqui apresento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Com a palavra o Deputado Alencar Santana.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Para interpelar.) – Queria perguntar ao depoente se a Conafer é uma entidade sindical.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES (Para depor.) – Boa tarde, nobre Deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Boa noite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Boa noite. Obrigado pelo seu questionamento.

Sim, se trata de entidade de classe.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Você tem carta sindical?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Então, não é.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, porque carta sindical é só para entidade de trabalhadores, nós somos patronais.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Você é patronal?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Sim, setor econômico. Agricultor familiar não tem carteira de trabalho não, nobre Deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – E você desconta de aposentado? Pensionista?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Oxe, o que é que tem?

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Ué, se você é patronal, desconta do patrão, não do trabalhador.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – E o aposentado deixa de ser um autônomo?

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Já tá... Você tem carta sindical?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Só se exige carta sindical para sindicatos de trabalhadores.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – O senhor tem carta sindical?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – A Conafer nunca arrecadou imposto sindical.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – O senhor chegou a pedir alguma vez a algum ministério carta sindical?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, nós abrimos mão desse tipo de contribuição devido à não qualidade dele.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – É isso mesmo, não qualidade. Vocês não eram uma entidade sindical, e essa roubalheira que fizeram comprometeu, inclusive, as entidades sindicais que têm uma representação séria.

Durante a... O senhor começou, a Conafer, a fazer desconto em qual ano?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Os primeiros termos de adesão enviados pela Conafer ao INSS foram no final de 2019.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Os primeiros descontos. Houve algum período de suspensão de desconto ou do ACT do INSS com vocês que tenha exigido essa suspensão?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Sim, senhor. Houve sim.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Quando?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Agosto de... Agosto de 2020 até novembro, dezembro de 2020.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – E o que foi pedido nesse período por parte do INSS à Conafer?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Um portfólio de ações, documentos e afins.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Vocês apresentaram?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Sim, senhor.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Por isso que vocês falam que foi refeito... A autorização para desconto é refeita? Reautorizada?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Logo após a apresentação em que foi reconduzido o repasse à Conafer, foi aberto por parte do INSS um PAD, em que foi criado um grupo de GT, um grupo de trabalho, que perdurou por mais de 30 meses, analisando e investigando a entidade para tais afirmações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Foi feito algum aditivo nesse período?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Apenas para a inclusão das portarias que traziam novas regras para envio dos termos de adesão, nobre Deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – E qual foi a providência tomada exatamente pela Conafer para ter novamente o direito ao desconto ser autorizado?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – A apresentação do rol de documentos e ações requeridas pelo órgão.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – A Conafer, naquele período, se comprometeu a excluir beneficiários?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Acredito que deva ter feito sim, nobre Deputado, pois aludia a que tinha alguns associados que não eram de... Como se fossem aproveitáveis.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Como Presidente da Conafer, diante desses associados que não tinham autorização ou que estavam reclamando que o desconto era indevido, vocês não tomaram nenhuma providência de controle maior, de um rigor para evitar isso?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – A primeira atitude da confederação, durante esse recorte de cinco anos, foi ressarcir esses aposentados reclamantes e o seu ativo. E a outra parte foi fazer uma linha dura com as entidades que coletavam esse termo de adesão.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Vocês ressarciram? Todos?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Sim, senhor. Todos.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Consegue mandar toda essa documentação para a CPMI?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Após o termo dessa oitiva, a Conafer se compromete a enviar todo tipo de documentação aludida pelo seu Presidente aqui.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Aliás, o Relator falou aqui sobre valores transferidos supostamente para sua conta, da sua conta para outra pessoa. O senhor disse que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

não reconhece o valor da Conafer depositado. Ele chegou a falar em 500 milhões, 400 e poucos milhões. O senhor disse que não se lembra, que não reconhece, perfeito?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Sim, senhor.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – O senhor poderia passar à CPMI o sigilo fiscal nesse período, para a CPMI?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Encontra-se o meu sigilo bancário, fiscal e telefônico à disposição desta CPMI para qualquer que seja o seu interesse.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Presidente, como o processo está em sigilo, e nós estamos numa audiência pública e fica difícil desmentir, mostrar esses documentos, eu acho que vale, em algum momento, fazermos uma sessão aqui sigilosa, para que a gente possa mostrar os documentos, os sigilos quebrados para ver quem está falando a mentira, quem está falando a verdade. Porque, senão, a palavra do Relator também está em jogo e os sigilos que foram quebrados e trazidos a esta Comissão. Então, seria importante a gente fazer esse tipo de sessão aqui, para que a gente possa, de fato, passar a verdade a limpo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... senão fica ele dizendo uma coisa, enquanto o sigilo diz outra.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Peço que suspenda o tempo do Deputado para posterior fala.

Apenas uma complementação, Deputado: há uma decisão do próprio Supremo que diz que a divulgação de pontos, espaços ou pontos de relatórios não compromete o sigilo como um todo. Então, o Relator fez alguns apontamentos que mantêm... Nós estamos dentro da legislação. V. Exa. pode, inclusive, se tiver uma referência ou outra, citar aqui, sem nenhum tipo de problema.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – É, mas para mostrar a gente não pode, Presidente. Então, a gente está num meio...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, V. Exa. pode citar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Pode citar; eu estou dizendo mostrar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pode também. Pequenos trechos, não há problema algum. A legislação nos dá essa condição, como investigadores.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Mas vamos fazer uma sigilosa com ele, acho que isso é importante.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. É uma boa sugestão.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – Posso contribuir, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não; deixe...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Acho que não teria prejuízo. A gente, com certeza, teria capacidade de aprofundar muito mais na investigação...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... porque novas perguntas poderão surgir, a partir da análise mais completa dessa documentação e num debate entre nós, aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Eu queria fazer uma... Mostrar ali um material, por favor.

Se puder aumentar a letra um pouquinho...

Ali nós temos, em 2019...

Só um segundo, que eu vou ver aqui na minha tela, porque ali está de lado. (*Pausa.*)

Nós temos, em 2019, R$362 mil descontados dos aposentados e pensionistas. Em 2020, ano em que a Conafer foi suspensa durante um período – portanto, ela não conseguiu atuar o ano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

inteiro –, teve um crescimento de 16.000%. Em plena pandemia, onde todos nós aqui estávamos em casa, eles conseguiram crescer e fazer um desconto de 58 milhões.

Foram suspensos, não apresentaram todas as documentações exigidas, aí se comprometeram a excluir alguns beneficiários, e teve lá o despacho do Sr. Alessandro, que era Presidente do INSS, do Diben, autorizando a continuar com os descontos, mesmo as obrigações não sendo cumpridas.

Isso em 2020, em que, salvo engano, o Presidente era o Sr. Bolsonaro; 2020, sendo que a Conafer começou o desconto em 2019; 16.000%, de 362 mil para 58,515 milhões. Em 2021, cresceu 4 milhões, 6%, para 62 milhões. Em 2022, foi para praticamente 100 milhões, cresceu 60%. Em 2023, foi para 216 milhões, cresceu 117%.

Olha só: de 2019 para 2020, foram 16.000%, um crescimento exponencial, mesmo não tendo autorização de fazer novos associados e desconto durante o ano inteiro de 2020, já que teve um período suspenso, como disse o próprio depoente.

Em 24, 300 milhões, um crescimento de 38%. Em 25, houve ali 71 milhões.

Após... Em 2025, a Conafer pediu algum desconto em lote?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – A Conafer, nobre Deputado, desde a instauração da Portaria ou da Instrução Normativa 162, não fez nenhuma inscrição de desconto mais, devido ao não fornecimento do *software* pela Dataprev e INSS.

A Conafer, no ano de 24 a 2025, saiu de arrecadação de 27 milhões, de 29 milhões, para 21 milhões e pouco. Então, nós tivemos um descenso na arrecadação de 7 milhões.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Esses dados são públicos?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Sim, senhor.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Esses dados que estão ali são públicos?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Sim, senhor. Sim, senhor...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – São do próprio INSS...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Sim...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... e condizem com os descontos. Portanto, eles subiram, sim, 16,5%, de 2019 para 2020.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, sim, senhor.. O senhor está correto, mas, em 2019, no final de 2019, quando a gente começa a inserção de termos no INSS, nós tínhamos uma demanda represada por mais de dois anos, porque, quando nós firmamos o ACT, foi em 2017. Então, capacitamos o primeiro grau, a base, para que tivéssemos o melhor termo de adesão, com maior qualidade.

Quando foi final de 2019, nós tínhamos uma represagem muito grande de termos de adesão. Então, a Conafer passa por um serviço de qualificação desse termo e começa a ingressar esses termos no INSS. Porém, vale ressaltar, nobre Deputado, que quem aprova o termo de desconto não é a Conafer, é o INSS.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Ah, então o culpado é o INSS?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, não. Não tem culpado não.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – De pegar os associados de lote...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... em plena pandemia, colocar esses dados, pessoas que não tinham assinado... E o culpado... A Conafer é inocente, é isso?

A Conafer foi enganada?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, não...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Ah, com certeza, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – A Conafer nem foi enganada e nem engana, porque, como o Judiciário continuou funcionando, o Legislativo, o Executivo continuaram funcionando na pandemia, nós, instituições, também nos adaptamos a...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Mas vocês fizeram a reunião que vocês falaram, atenderam às pessoas em plena pandemia, naquele jeito ali que vocês mostraram no vídeo?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Nós aprendemos a atender *home office*, atender *online*, vários tipos de...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Ah, às comunidades indígenas também, às comunidades ribeirinhas, todas elas?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Olha, nós não tivemos muito problema com essas comunidades não. Os maiores níveis de reclamações de qualidade de termo vêm de camponeses.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – E fizeram reunião com eles durante a pandemia *online*?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – A gente atende aos CNPJs, nobre Deputado.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Não, fizeram reunião *online* com eles?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Eu acredito que as bases de entidades de primeiro grau à qual eles são filiados devem ter realizado com eles algum tipo de ação ou de reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Olha, eu quero parabenizá-lo, porque já teve depoente bom aqui... O senhor, de fato, consegue enganar. Olha... Parabéns, viu? Você preparou muito bem.

Você merece o aplauso aqui, porque, de fato, você consegue resposta para tudo, enganando todo mundo, mas não vai enganar.

Eu não tenho dúvida de que, ao final da CPMI, a responsabilidade do senhor, como Presidente da Conafer, será mais do que comprovada, e o senhor terá o destino adequado, porque roubou milhões de brasileiros e brasileiras.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra... Pois não.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Tempo de Líder, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Rogerio Marinho. Bloco/PL - RN) – Pela Liderança, Senador Rogerio Marinho.

Cinco minutos.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela Liderança.) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Eu... É importante aqui colocar para os senhores e para aqueles que estão nos acompanhando até esta hora que nós precisamos deixar de lado essa cortina de fumaça.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor, silêncio.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Nós assistimos aqui a um depoimento bastante impactante, principalmente à oitiva feita pelo Relator, que mostra a complexidade desse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

processo e a necessidade de averiguarmos, principalmente, para onde os recursos foram destinados.

Quem, de fato, foi beneficiado com esse processo? Quem, de fato, recepcionou esses recursos? Eu não tenho de dúvida que a quebra do sigilo vai nos proporcionar essa situação, que é o que espera o povo brasileiro. Quem recebeu esse recurso, de forma indevida, vai pagar, vai ser exposto.

Agora, nós escutamos aqui, novamente, a mesma cantilena: "Ah, isso começou no Governo de Bolsonaro".

Eu já apresentei aqui – não vou repetir – que essa questão da previdência... Tem 30, 40 anos, desde que existe a Previdência, existem fraudes em previdência. Quem afirma aqui que não conhece fraude ou vive em Nárnia ou faz de conta. Então, fraude sempre existiu.

Agora, existem governos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... que tomam atitudes, e outros que prevaricam.

Aliás, eu vou ler para os senhores o que é prevaricar: "Retardar, deixar de praticar ou praticar, de forma contrária à lei, um ato de ofício para satisfazer interesse ou sentimento pessoal".

Ora, se nós tínhamos 40 mil reclamações – por favor, senhores! – em 2019 e quatro entidades foram descredenciadas pela primeira vez na história do INSS; se nós tínhamos 50 mil reclamações em 2020 e cinco foram descredenciadas, inclusive a Conafer – que depois foi reintegrada com o termo de ajuste de conduta –; em 2024, o Governo subsequente do Presidente Lula teve 1.540.000 reclamações, e nada fez.

Eu escutei o depoimento do Sr. Carlos quando ele deixou claro que quem interrompeu as atividades da Conafer não foi o Governo do Presidente Lula; foi a Justiça. Foi o Judiciário.

Então, por favor, eu estou até sendo um pouco repetitivo, porque é cansativo...

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... mas a gente escuta aqui o seguinte: "Começou no Governo Bolsonaro!" – mentira –; "o Governo Lula descobriu o combate" – mentira –; "o Governo Bolsonaro combateu a validação" – mentira.

Então, por favor, gente, a gente tem que se ater aos fatos.

Eu acho que todo o Brasil espera de nós responsabilidade; espera que todos nós nos irmanemos aqui, mesmo com as nossas diferenças ideológicas, para que a gente encontre os verdadeiros culpados, para que possamos ressarcir aqueles que foram prejudicados, que possamos fazer justiça a uma legião de brasileiros que nos acompanham.

A maior audiência no YouTube da TV Senado e TV Câmara é agora. Mesmo com as grandes TVs e os grandes veículos de comunicação praticamente ignorando o que está acontecendo aqui, o povo está atento ao que está acontecendo aqui.

Nós precisamos fazer o nosso papel de separar o joio do trigo, de entender quem, de fato, fraudou o sistema previdenciário, e o nosso papel aqui, muito mais do que apontar o dedo para A ou para B, é apontar a responsabilidade de quem, de fato, deu causa. E, por enquanto, nós estamos aqui preocupados com a forma, como era o sistema.

O sistema, até 2019, era um sistema em que, majoritariamente, quase 80% desses recursos eram de uma única entidade, que era a Contag, que é uma entidade histórica, é verdade, mas ligada a um partido político, gente – ou não é?

Então, a partir de 2019 – e tem causa e efeito, sim, porque houve, em 2017, o fim do imposto sindical obrigatório –, de repente, muitas entidades e sindicatos se voltaram para o sistema previdenciário.

Em 2019 e 2020...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... cai o número de associados e, ao final – isso é um fato inquestionável –, nós tínhamos 2.780.000 associados...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... que contribuíam para esse sistema associativo em janeiro de 2019. Em dezembro de 22, nós tínhamos 70 mil associados a menos – a menos, no período do Presidente Bolsonaro.

Quando foi descoberto o problema, em meados de 2025, nós tínhamos quase 7,5 milhões de pessoas que contribuíam – houve um salto de 5 milhões. Os controles foram afrouxados, e, de repente, a casa ruiu, literalmente.

Então, o nosso papel aqui é encontrar quem deu causa e quem permitiu, por leniência, por omissão, por pasmaceira, que isso continuasse durante dois anos e meio e estava dormindo em berço esplêndido.

Vamos sacudir aqui esse berço e fazer com que a verdade venha à tona e aqueles que são culpados possam pagar por isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Com a palavra o Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR. Para interpelar.) – Sr. Carlos Roberto, eu tenho várias perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Peço silêncio, por favor. Silêncio, por favor.

Pode recompor o tempo do Senador.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Tenho várias perguntas aqui, mas quero me concentrar nas relações financeiras da Conafer.

Consta aqui que a Conafer recebeu cerca de R$800 milhões de descontos em aposentadorias e pensões do INSS e, como foi bem indagado pelo Relator, tem transações múltiplas com empresas que são controladas pelo Sr. Cícero Marcelino e Ingrid Pikinskeni. Eu queria que o senhor me esclarecesse melhor a sua relação com o Cícero e com a Ingrid. É amizade, é comercial ou é ambos?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES (Para depor.) – Boa noite, nobre Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

É totalmente comercial. Porém, já tem mais de 15 anos que eu trabalho com esse grupo de empresas, dessa família. Eu não posso negar as minhas relações com essa família, tendo em vista que os mesmos sempre prestaram o melhor tipo de serviço e com qualidade para a realização das ações e execuções da Conafer.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Consta...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Se a Conafer fosse uma entidade... Só para eu concluir, Doutor, Sr. Juiz Moro: se a Conafer fosse uma entidade inócua de realizações ou de existência ou de funcionamento, tais relações comerciais poderiam ser subjugadas para tais características, como tem sido feito.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Qual é a formação e a especialidade do Sr. Cícero?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não sei. Desconheço.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Qual que é a formação e especialidade da Sra. Ingrid?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Desconheço, nobre Senador.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Consta aqui 107 milhões pagos pela Conafer à Santos Consultoria e Assessoria Ltda., entre 2021 a 2024. Esse é o relatório da Receita Federal. Nem vou perguntar se o senhor confirma, porque, na verdade, são dados objetivos.

Causou espécie para mim o senhor não conseguir descrever os serviços que a Santos Consultoria teria prestado quando o senhor pagou 107 milhões.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Nobre Senador, eu poderia dizer para o senhor que eu vou prestar todas essas informações a esta CPI.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Não, eu quero...

As informações eu pergunto agora.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, agora eu não posso dizer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Quais são os serviços que ela prestava?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Tendo em vista o relacionamento comercial, por mais de uma década, com esse grupo...

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – O senhor foi alguma vez à Santos Consultoria?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Quantos empregados tinha a Santos Consultoria?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não posso responder pela mesma.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Vagamente o senhor não consegue nem dizer o que a Santos Consultoria fazia?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não posso responder para a Santos Consultoria.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Não, mas o senhor pagou 107 milhões. Desculpe: se eu pagar 107 milhões para uma empresa, eu saberia o que essa empresa faz.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Eu vou dizer para o senhor que essa empresa ajudou a realizar as ações e execuções, no âmbito da Conafer.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Quais ações e execuções?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Melhoramento genético de bovinos, caprinos, ovinos...

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Isso está no objeto da Santos Consultoria e Assessoria?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Posso dizer que, em vários tipos de ambientes, pode ser isso.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – E o senhor nunca foi lá nem sabe quantos empregados tem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, nunca fui não.

A Santos Consultoria é apenas uma das 52 empresas que fornecem serviço à Confederação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Vinte e sete milhões da Conafer foram pagos para Nobre Serviços de Eventos, entre fevereiro de 2022 a janeiro de 2024.

O que é que faz a Nobre Serviços? Também é do Cícero?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Presta serviços... Presta fornecimento de bens e serviços para a Conafer.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Quais serviços?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Estarei arrolando, apresentando a esta CPMI, quais objetivos de cada mês pago, o que é que foi realizado e executado. Aqui eu não tenho a objetividade da pergunta.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Consta que a Nobre Serviços recebeu 27 milhões da Conafer, daí mandou 8 milhões para a Santos Consultoria, e a Santos Consultoria devolveu 7 milhões para a Nobres Serviços.

Pode esclarecer essas transações?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não posso aqui ditar resposta de relações de terceiros.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Consta aqui a To Hire Cars. Também é do Sr. Cícero?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não posso responder. Eu não conheço.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – O senhor pagou 64 milhões... A Conafer, dirigida pelo senhor, pagou R$64 milhões, entre março de 2022 e janeiro 2024, para a Hire Cars – R$64 milhões?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Nobre Senador Moro, a Conafer atende 27 estados e 2.950 municípios.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Mas R$64 milhões é algum valor trivial para o senhor?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não senhor. Desconheço tal objetividade.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – O senhor administrava realmente a Conafer, ou o senhor é um laranja, então, do Sr. Cícero, ou alguma coisa parecida?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, eu sou o Presidente da instituição.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Para o senhor não saber, R$100 milhões para Santos Consultoria, R$27 milhões para a Nobre Serviços, R$64 milhões para To Hire Cars? Para mim parece muito difícil entender a sua falta de memória neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não é falta de memória não, nobre Senador.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – É não ter a especificidade da informação. Porém, não estou aqui declinando a relação comercial com fornecedores.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Consta que a...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – O produto está nos municípios atendidos, nobre Senador.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Consta que a Hire Cars recebeu da Conafer R$64 milhões e devolveu R$18 milhões à A. Santos Consultoria.

Por que foi feito isso?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não posso responder...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Por que a A. Santos Consultoria recebe... A Hire Cars paga R$18 milhões à A. Santos Consultoria?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não posso responder para empresas.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – IBC Prudente Apoio Administrativo, chama a Papelaria Pikinskeni. O que faz essa empresa para a Conafer?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Fornecimento de bens e serviços.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Quais bens e serviços?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Deve estar no âmbito do contrato. Posso fornecer aqui.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Consta que ela recebeu R$60 milhões, entre março de 2021 e março de 2024, da Conafer – R$60 milhões. Pagou R$11 milhões para a A. Santos Consultoria e R$1,7 milhões para a To Hire Cars.

O que são os R$60 milhões pagos para a Papelaria Pikinskeni? E, aliás, o e-mail de contato desse cidadão é do Cícero Marcelino.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Com certeza, com os mesmos, quando... Eu posso apresentar os contratos com os mesmos, mas não posso responder as decisões de operacionalidade das empresas.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – O senhor pagou. O senhor é o Presidente da Conafer. O senhor pagou R$60 milhões para essa empresa e o senhor tem coragem de dizer aqui que o senhor não sabe o que a empresa fazia?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, eu disse ao senhor que ela fornecia bens e serviços.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Quais bens e serviços?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – As especificidades, estarei apresentando o contrato a essa CPMI, nobre Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Em quantas empresas o senhor é sócio do Sr. Cícero Marcelino e da Sra. Ingrid Pikinskeni, no Brasil e no exterior?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Nenhuma.

Aliás, no Terra Bank, eu e o Sr. Cícero; eu tenho 90% e ele tem 10% de participação.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Qual empresa?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Terra Bank Holding. T.B Holding.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Essa Terra Bank existe de fato no Brasil?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Existe, sim.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Tem uma sede física?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Tem, sim.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Onde fica?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Uberaba, Parque do Zebu.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – E o que ela faz? Ela já está operando ou não?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Ela está em beta, né? Porque a gente estava testando serviço de bancarização e financiamento de melhoramento genético através...

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Qual que é o capital da Terra Bank?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Acho que é R$100 mil.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Quanto o senhor colocou?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Noventa.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Quantas *offshores* o senhor tem no exterior?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Duas.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Quais são?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Farmland... A outra me faltou o nome aqui. Mas são duas.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Farmland.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Farmland...

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Onde que a Farmland tem conta no exterior?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Delaware.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – E onde que ela tem conta no exterior? Delaware?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Aham.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Qual banco?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não tem movimentação financeira. Não houve movimentação financeira, Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Qual é a outra *offshore?*

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Eu esqueci o nome aqui. Fiquei mais gravado com a Farmland.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Essas empresas no exterior do senhor têm existência física, empregado ou é só papel?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – A gente aluga, tipo caixa postal, né?

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – E nenhuma delas tem movimentação?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não senhor.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Quais bancos que elas tinham conta?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Nenhum.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Quais bancos que elas tinham conta?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não houve movimentação financeira.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Não chegou a abrir conta?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não chegou a abrir conta. É um projeto que estava em curso, nobre Senador.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Foi mencionado aqui anteriormente a questão de que a fraude começou na Conafer, mas o problema de memória também envolve determinados membros dessa CPMI, porque consta aqui também nas provas que, em 2023 e em 2024, houve o crescimento exponencial da arrecadação da Conafer, desses descontos fraudulentos. Em 2023, isso foi R$202 milhões, antes era R$90 milhões; em 2024, isso foi para R$300 milhões. Houve um crescimento, durante o Governo Lula, da arrecadação da Conafer, desses descontos de aposentados e pensionistas?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Nobre Senador, todo o crescimento da entidade Conafer se dá ao crescimento do seu atendimento aos municípios brasileiros.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Houve o crescimento durante o Governo Lula – foi a minha pergunta –, em 2023 e em 2024?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – A Conafer cresce desde a sua criação.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Vou explicar para o senhor aqui a matemática.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Fique à vontade.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Em 2022, R$92 milhões; em 2023, R$202 milhões; em 2024, R$300 milhões. O senhor está tentando proteger o Governo Lula da matemática?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Eu não tenho aqui nenhum tipo de necessidade de proteção...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – ... ou promoção de nenhum Governo. Para a Conafer, todos os governos e as suas características foram promissoras e positivas, desde Fernando Henrique, desde Temer, desde Lula, desde Dilma e do nosso saudoso Bolsonaro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – O senhor mostrou aqui... Falamos da CGU, que fez uma pesquisa por amostragem: 100% dos consultados da Conafer não confirmaram descontos, e o senhor fez pouco caso dessa metodologia, mas vou dizer aqui para o senhor que 507 mil pessoas reclamaram de descontos indevidos feitos pela Conafer, após os fatos virem à tona. Isso representa – e veja que a informação não é ótima –, no mínimo, R$337 milhões que teriam sido descontados, sem autorização, pela Conafer. Então, o problema é muito maior.

Agora, a minha sugestão para o senhor é o senhor reavivar a sua memória, e não debochar desta Comissão, e explicar o que foram esses serviços, porque a nossa impressão aqui é que esse dinheiro vai para a A. Santos Consultoria, que é do seu operador, e a equiparação do Sr. Cícero com o Sr. Maurício Camisotti é muito apropriada e também com o Careca do INSS.

Se o senhor não consegue explicar os pagamentos milionários de R$100 milhões feitos pela Conafer para a A. Santos Consultoria, o senhor tem um grande problema criminal a responder.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

Pois não, por favor.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Nobre Senador Moro, a Conafer irá aportar todos os contratos realizados com essas empresas para aferimento dos seus objetivos e prestação de serviços.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Só uma referência: eu não estava fazendo uma pergunta, no último caso; estou fazendo uma afirmação. É vergonhoso que o senhor venha aqui e não consiga lembrar um serviço prestado por essas empresas de alguém, Cícero, que é sócio do senhor, em empreendimentos comerciais.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Senador Moro.

Muito obrigado.

Pela vez aqui, nas trocas aqui, o Deputado Beto Pereira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS. Para interpelar.) – Nobre Presidente, eu queria, antes de mais nada, agradecer ao meu colega Coronel Chrisóstomo pela deferência de fazer a inversão comigo na ordem de inscrição.

Eu ouvi aqui, atentamente, dizendo que a afirmação do Sr. Carlos, Presidente da Conafer, que 11% dos associados da Conafer são pensionistas. É isso? Em torno de 11?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES (Para depor.) – Essa é a carteira de associados inativos, né.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Inativos?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Exatamente.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – É isto, 11%?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Sim, senhor.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Quanto, em percentual, representam os 11% de inativos na receita total da Conafer?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Eu vou pedir ao senhor que, para responder isso com objetividade, eu leve isso ao...

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Não precisa, assim, ser um número objetivo, certinho, correto, preciso. Só para a gente ter aqui: 11% são inativos, mas a quanto por porcento desses inativos corresponde a receita da Conafer?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Olha, nobre Deputado, eu acredito que corresponda a 11%.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Então, mais ou menos...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, mas, assim... Eu acredito. Eu vou prestar essa informação aqui com mais objetividade.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Então, assim, dos 800 milhões que foram arrecadados, o senhor está dizendo que isso...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Em cinco anos.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – ... em cinco anos, corresponde a 11% da receita total?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Acredito.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Acredita? Correto.

Então, você está dizendo que a receita da Conafer chegou a R$8 bilhões.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, não tanto assim. Mas se for pegar o recorte de cinco anos, juntando público ativo e inativo, a arrecadação global do sistema Conafer...

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Isso.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – ... que envolve primeiro grau, segundo grau e terceiro grau, porque muitas das arrecadações que vêm do público ativo só chegam para nós... Presta bem atenção: para nós do público ativo, quando é pago no primeiro grau, só chega uma parte. A única arrecadação que chega integral, que a gente divide, é a inativa. As outras arrecadações ativas são pagas nos sindicatos. Então, só chega parte.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Por isso, eu perguntei o percentual...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – É por isso que eu te disse...

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – ... que representa os inativos dentro do percentual.

O.k.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Exatamente.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Mas eu estava...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – É uma complexidade, assim, porque o associado que é ativo, que está em atividade econômica, ele paga na base do primeiro grau. E o aposentado que adere, nem todos... Quer dizer, que aderem ao termo de adesão, viu, Deputado?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Correto.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Nem todos.

Então, aqueles que aderem, a gente passa isso para cá.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Bom, eu ouvi aqui atentamente e me prendo muito a uma fala do nosso Presidente Carlos Viana e também do Senador Rogerio Marinho.

Primeiro, nós estamos aqui diante de uma necessidade; nós estamos aqui para esclarecer para onde foi o dinheiro que foi descontado dos aposentados e pensionistas deste país. E o *modus operandi* tinha, e tem, um desenho que as pessoas precisam só relembrar sempre: entidades eram credenciadas pelo Ministério da Previdência – eram dadas autorizações ou fabricadas autorizações para essas entidades –; o desconto acontecia do aposentado e pensionista; as entidades enchiam os seus cofres de dinheiro; e aí havia um escoamento desses recursos para empresas que foram aí criadas, ou empresas que foram apropriadas para esse desvio.

Agora, é importante dizer que existem entidades que prestaram ou prestam algum tipo de serviço. O senhor se ateve aqui a dar como serviço elementar ou prioritário, dentro da Conafer, o melhoramento genético. Em momento algum, o senhor conseguiu nos precisar aquilo que era prestado de serviço aos aposentados e pensionistas. O serviço de que a Conafer se vangloria em todos os momentos é de entregar bezerro. Entrega o bezerro, 400 mil bezerros foram entregues, salvo engano.

Mas o que nós vimos, ao longo deste depoimento, e aqui com muita precisão do nosso Relator, a entidade tem um único Presidente desde a sua fundação. A entidade emprega familiares, de forma recorrente, nos mais altos cargos. A entidade faz contratos de prestação de serviço com empresas em que o próprio Presidente é sócio. Não, seu sócio está dentro da empresa, que recebeu R$100 milhões.

Ora, o que se vê aqui é algo que, para mim, causa muita estranheza. Na fábrica de bezerro, o que acabou foi a teta da sua família, porque quando o senhor chegou aqui, o primeiro pedido que o senhor fez foi que sejam restabelecidos novamente os descontos associativos que beneficiam a Conafer. Ora, é o momento para tudo isso? Essa é a minha pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, me fica aqui, até agora, uma indagação. O nobre Relator perguntou sobre o salário daquele que é hoje o dono dos aviões que foram aqui citados. Mas qual é o seu salário na Conafer?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Em primeiro lugar...

Posso responder a todas, não é?

O portfólio para produtos inativos se trata de atendimento de telemedicina, por 26 médicos mais especialistas, mais clínicos em geral, R$200 em seguro remédio por mês, R$3 mil em seguro funerário, vantagem em desconto em redes de farmácia, supermercados e afins, assessoria jurídica. Esses são os para aposentados.

E sobre o melhoramento genético, cabe lembrar a esta Comissão e aos nobres Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas, que a maioria dos lavradores ou o público em atividade econômica na zona rural são aposentados. Os novos todos estão quase no êxodo rural.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Seu salário, nobre Presidente Carlos Roberto, da Conafer.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – O meu salário vigorou em torno de R$50 mil mensais.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Em torno? Varia? Tem mês que é mais? Tem mês que é mais?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, não, não, R$50 mil. Foi menos para mais. Nunca passou disso.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Então em torno de R$50 mil é o seu salário? O.k.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – E muitas das vezes, nem teve.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Quantas pessoas, quantos pensionistas, quantos aposentados utilizaram esse serviço ao longo desse período?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Vários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Não, vários? Vários, é...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Vários, vários. Mas eu posso apresentar dados objetivos à CPMI após, mas vários. A Conafer, como dizem ali no *link,* desses produtos, o pessoal não morria, não recebia? Não.

Na Conafer morreu, na Conafer acessou o seguro, na Conafer acessou remédio e fez consultas no médico.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – O senhor tinha...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Eu tenho relatório de usabilidade desse...

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – O senhor arrecadou R$800 milhões durante esse período. O senhor vem aqui a esta Comissão para afirmar que "vários" utilizaram do serviço? Vários?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, eu estarei informando com a maior presteza a informação, o gráfico técnico e o objetivo de usabilidade desses produtos, nobre Deputado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – O que eu posso dizer agora para o senhor é que são vários, mas os números exatos, onde regionalmente, índice de acessibilidade, eu estarei, com presteza, oferecendo aqui.

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Eu confesso que me causa muita estranheza – e aqui é para a minha consideração final, nobre Presidente – a forma... De forma mansa, serena, tranquila, tratando como se nós estivéssemos mesmo num país de impunidade, essas entidades trataram a relação delas com os seus prestadores de serviço. Ouvi aqui atentamente: pagamentos de contratação de mais de R$100 mil, onde o Presidente da entidade não sabe...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. BETO PEREIRA (Bloco/PSDB - MS) – Cem milhões de reais! O Presidente da entidade não sabe descrever quais os serviços foram prestados! Ora, é muito dinheiro para muita farra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Deputado Beto Pereira.

Com a palavra o Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Para interpelar.) – Sr. Presidente; Srs. Parlamentares; investigado, Sr. Carlos, Presidente da Conafer; eu tenho alguns questionamentos, mas antes eu queria fazer aqui um breve arrazoado e vou ser breve, realmente, porque eu queria fazer algumas perguntas, de fato. Espero que eu tenha tempo.

Quero dizer que esta Comissão está de parabéns, Sr. Presidente, porque houve, de fato, uma tentativa de se abafar essa investigação, de torná-la seletiva, e na hora em que V. Exa. foi eleito Presidente e designou o Relator, de repente, as coisas começaram a avançar.

A CGU – nós vamos ter aqui na quinta-feira o Ministro...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, está previsto.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... de repente abriu procedimento para investigar todas as associações que têm ACTs com o INSS – antes eram 11 ou 12, a gente está falando de quase 40.

Após a abertura da CPMI, Sr. Presidente, aconteceram as prisões dos principais envolvidos ou, pelo menos naquele momento, os que haviam sido investigados. As investigações da Polícia Federal, que estavam em quase 17 estados, estavam sobrestadas por uma decisão do então Ministro Relator, o Sr. Toffoli, e, após a designação de V. Exa. e do ilustre Relator, mudou-se a questão da competência. Olha que passe de mágica, eminente Relator, que no momento assume a Presidência, o bem que esta Comissão está fazendo! E é o que nós queremos, que não haja seletividade, que nós possamos investigar doa a quem doer, porque ninguém aqui tem bandido de estimação.

Nós sabemos o que é a complexidade e o tamanho do INSS. Por exemplo, foi dito aqui, para não citar o art. 14, pelo Deputado "vermelho pimenta", que um Senador azul nomeou o Presidente do INSS. É bom lembrar que esse Presidente do INSS é funcionário de carreira e já foi nomeado pelo Sr. Carlos Gabas em duas oportunidades diferentes: uma para ser Secretário de Política e Previdência Social do Ministério da Previdência Social, de 2011 a 2014; e depois trabalhou na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão dos fundos de pensão, em 2015 e 2016. Ele era Ministro da, então, Presidente Dilma Rousseff, funcionário de carreira. Aqui ninguém está fazendo juízo de valor – se errou, se não errou –, as investigações vão se debruçar e vamos verificar o que é que aconteceu.

Eu me preocupo, e aí eu me dirijo agora ao nosso convidado: o ACT da Conafer com o INSS, e eu escutei V. Sa. falando aqui para nós, foi celebrado em setembro de 2017. V. Sa. disse que, em agosto de 2019, começa a fazer efeito. O que foi que houve com esse período tão extenso para começar a fazer, de fato, essas validações de descontos associativos?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES (Para depor.) – A capacitação das entidades de primeiro grau para atendimento às prerrogativas do ACT.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – V. Sa. disse aqui, Sr. Carlos, que em torno de 11% é inativo, repetiu para aquele que me antecedeu, fez um cálculo dizendo que parte da arrecadação proveniente dos outros associados não chega na sua integralidade, mas V. Sa. distribuiu aqui um documento, e eu fiz uma conta aqui de que, entre 2020 e 2024, aqui tem R$1,85 bilhão de investimentos. Então, se V. Sa. recebeu, a sua empresa, oitocentos e tantos milhões de aposentados, imagino que esse 1 bilhão aqui foi de outras categorias associadas.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Esse orçamento foi o que foi gestado pela Conafer para chegar ao orçamento global, envolvendo federações e sindicatos.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Não, V. Exa. está dizendo aquilo que aplicou aqui, está escrito...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Sim, estou falando do orçamento gestado pela confederação.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – O.k.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Incluindo orçamentos federativos e municipais, poderíamos atingir essa prerrogativa dos...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Me desculpe, V. Exa. está afirmando que fez essa aplicação, não é que poderia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Sim, estou falando do outro orçamento.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – O.k.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Daquele que poderia dar 7 bilhões ou 6 bilhões.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – O.k. Me parece que V. Sa. talvez seja a confederação mais rica do Brasil, porque...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Acredito que não.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Porque esse R$1,8 bilhão, no intervalo de quatro anos...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Tem cinco anos.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Cinco anos? É uma quantia bastante razoável.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Tem maiores, nobre Senador – tem maiores.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Veja o tamanho do movimento sindical aqui no Brasil, os senhores que estão nos acompanhando. É poderoso o que V. Sa. tem nas suas mãos. E isso tudo foi paralisado por ação judicial, não é isso?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – A ação judicial da Operação Sem Desconto bloqueou 100%, integralmente, as atividades, contas e funcionamento da entidade.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Eu só quero deixar claro que o depoente está informando aqui que a sua entidade foi impedida de funcionar pela Justiça, decisão judicial, e não por decisão do atual Governo, que passou dois anos e meio para perceber que estava acontecendo alguma coisa errada.

Foram apresentados termos de filiação e adesão para todos os associados? Todos os associados que V. Sa. tem, nesses R$800 milhões de arrecadação, em torno de quinhentos e tantos mil associados, se eu não estou enganado – 570 mil?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Para ter se consolidado a arrecadação, sim. Esses termos foram apresentados pelas entidades de primeiro grau à federação, a federação enviou à confederação, e a confederação remeteu ao INSS para averiguação e validação.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Aí me chamou a atenção...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Só posso dizer para o senhor que, se houve arrecadação, nobre Senador – só para concluir, porque o senhor já foi Ministro –, se houve arrecadação, se houve validação, se houve repasse, é porque houve checagem do material enviado, validação e pós-validação; 30 dias depois que você remete um termo de adesão é que vem o repasse.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Na verdade, eu fui Secretário, mas de qualquer forma...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco/MDB - SE) – Senador Rogerio Marinho, só uma pequena observação, só para manter um fluxo de raciocínio, porque o raciocínio apresentado pelo depoente não corresponde à realidade, porque justamente o que se apura é a hipótese de corrupção na etapa de checagem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Eu queria meu tempo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco/MDB - SE) – Então o que V. Exa. está falando não se sustenta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, por favor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco/MDB - SE) – Só para retomar o fluxo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Um minuto a mais para o Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – O que foi que me chamou a atenção? Chamou-me a atenção o seguinte: em abril de... Em dezembro de 22, o último mês do Governo passado, nós tínhamos 443 mil associados.

Eu pediria só a atenção da testemunha.

Em dezembro de 22, nós tínhamos 443 mil associados e uma arrecadação de R$10,2 milhões. A média aqui é R$23 por associado, uma conta simples. Em abril de 25, 545 mil associados, a arrecadação já foi para R$22,7 milhões. A média aqui deu R$41,60. Teve um aumento do desconto individual de quase 80%? Estou perguntando a V. Sa. O que foi que ocasionou isso? Quem permitiu isso, um aumento de quase 80%?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – O índice de valor da mensalidade, o índice de valor para a construção do valor da mensalidade iniciou-se com 2% do valor do salário mínimo e em meados de 24 passando para 2,8%. Então, esse índice operacionalizava em cima do salário mínimo, com 2% se iniciou, que foi quando nós assinamos o termo, em 2017, passando depois, em 2024, sete anos após, passando para 2,8%, então o que deu essa variação, em cima do valor do salário mínimo.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Olha, veja, V.Sa. está me dizendo que houve um aumento para 2,8%, então isso foi previamente acordado com quem se associou?

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – As entidades realizam uma conferência, uma assembleia nacional, onde todos validam esse índice. A Conafer apresenta...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Todos os associados validaram esse índice, ou ele foi imposto de cima para baixo?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – A Conafer não tinha relacionamento direto com o CPF, nobre Senador.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, silêncio, por favor.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Então, esse relacionamento de validação se dava com seus entes federativos e de primeiro grau.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Eu chamo a atenção do Relator para esse dado, tá? Houve um aumento de quase 80% no valor de cada contribuição individual, médio.

Pergunto a V.Sa. também uma coisa que me chamou a atenção: a Conafer apresentou, no intervalo de 19 meses, 485 mil solicitações de inclusão, mas apenas 50%, ou seja, 244 mil, foram aceitas, em torno de 50%. E essa prática, parece-me que foi replicada por outras entidades, porque se você pegar a Aapen, também teve um índice parecido, que arrecadou R$275 milhões em 23 e 24, mas, assim, o que é mais gritante é a Master Prev, que não é de V. Sa., mas só como método, R$232 milhões, também apresentou 1,238 milhão de inclusões, e só 438 mil foram, de fato, aceitos. O que é que me chama a atenção, ilustre visitante...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Nobre Senador, eu acredito...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Não, mas o que é que me chama a atenção? Eu vou concluir e fazer uma pergunta a V. Sa. Quando o Relator lhe fez uma pergunta em relação à questão de mortos e de crianças, V. Sa. respondeu que, em determinado momento, se faziam 5 mil inclusões ou propostas, e 2,8 mil ou 2,5 mil, de fato, eram aceitas. Isso, me parece que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... dá a entender que há uma entrega de dados que não são refinados e são obtidos de uma forma diferente do que a boa prática determinaria. Ao invés de se pegar esse pedido associativo um por um, parece que se pegou de baciada, se buscou em algum lugar, porque 50% do que foi apresentado não foi aproveitado pelo INSS, no caso de V. Sa., da empresa de V. Sa. Como é que você explica isso? Como é que V. Sa. explica isso?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Nobre Senador, eu acredito que aquilo que não atingiu a autorização do INSS é porque tal documento, o termo de adesão, não atingiu o nível de qualidade proposto no ACT. Se deu essa média, a entidade de primeiro grau teve o seu comprometimento de receita e foi buscar junto aos associados as reparações.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Bom, eu vou concluir isso...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Agora, me dirigindo ao Relator, eu gostaria que a V. Sa. prestasse atenção nesse método, parece que se repete. No caso da Conafer, pelo menos 50% do que foi apresentado – V. Exa. deu alguns exemplos – não foi recepcionado, e, no caso dessa Master Prev, de 1,238 milhão de pedidos de inclusões, só 438 mil foram aceitos. Então, me parece que alguém está comprando ou recebendo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... de baciada esses dados e jogando de qualquer forma lá no INSS.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

A pedido do depoente, a sessão está suspensa por dez minutos.

(*Suspensa às 22 horas e 09 minutos, a reunião é reaberta às 22 horas e 18 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dando sequência aos nossos trabalhos, com a palavra...

Silêncio, por favor, senhores.

Com a palavra, por dez minutos, o Deputado Rogério Correia

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Para interpelar.) – Presidente, eu vou tentar retomar um pouco a história desse processo, e espero contar aí com a colaboração do Sr. Carlos Lopes em relação à Conafer, porque eu acho que, a partir dela, eu consigo fazer-me entender a compreensão da história de todo esse processo.

A primeira tentativa da Conafer de firmar um acordo de cooperação técnica com o INSS foi em 2013. Concorda Sr. Carlos? Em 2013, a Conafer tentou um acordo de cooperação técnica (ACT).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES (Para depor.) – Primeiro, boa noite, nobre Deputado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Boa noite.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – A primeira vez que a Conafer oficiou ao Ministério da Previdência, na pessoa do Sr. Ministro Garibaldi Alves, acho que foi em 2012.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Em 2012... Aqui está 2013.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – É... Posso... Pode estar aí, 2012...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Pois não.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Porque a abertura...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – E não foi possível porque o desconto de contribuição associativa precisava de ter regulamentação de constituição de entidade sindical, por isso foi negado.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, não chegou a ser negado nenhuma vez não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Mas não foi aceito o termo, não foi...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Tendo em vista que entidades associativas tinham direitos, entidades sindicais também, e não detinham a necessidade de ter registro sindical, como a Conafer, porque ela não precisava do ofício para enviar à Caixa para receber desconto sindical, porque nós não representávamos classes trabalhadoras...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Mas eu vou dizer para o senhor, por exemplo, a Dirben encaminhou um ofício em 25 de fevereiro à Conafer, informando que vocês precisavam mostrar um comprovante de registro junto ao Ministério do Trabalho e Emprego na qualidade de entidade sindical. Isso foi o ofício – eu tenho o número dele aqui – de 25 de fevereiro de 2014. Ou seja, vocês não poderiam ter o desconto naquela compreensão, àquela época, porque não tinham a carta sindical. É isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Acredito que tal parâmetro ou afirmação por parte da Dirben tenha sido superado pela Conjur do Ministério...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Não, aí é depois.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – É. Exatamente.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Sim, calma. Eu vou chegar lá.

Então, até 2014, o senhor não conseguiu, não é que foi negado, o senhor não conseguiu, porque não tinha, e eles, naquela época, compreendiam que era necessário ter uma carta sindical.

Eu continuo na história. Veja bem.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Fique à vontade.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Até para o senhor não interromper com... Eu sei que depois houve uma reversão disso.

Em 13 de abril de 2016, o INSS pediu um outro ofício, reiterando a solicitação de que a Conafer apresentasse os documentos necessários, alertando – eu tenho o ofício aqui – que a falta de resposta acarretaria no arquivamento do processo.

Aí a Conafer buscou o INSS com outro ofício, 133, de 2016, Conafer, em que aí foi informado um novo procedimento através, então, do Dr. Alessandro Antônio Stefanutto, que na época era Procurador-Geral da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS. E o Stefanutto, naquela época, como Procurador, disse o seguinte: "Há um novo entendimento, que dispensa o registro de entidade no Ministério do Trabalho, tendo em vista que o desconto ora solicitado é associativo e não sindical". E deu a compreensão, portanto, de que poderia ter também para entidades associativas e não apenas sindicais. É isto? E aí houve a vocês, então, a possibilidade de solicitar o termo de ACT.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Só um adendo na compreensão na apresentação do senhor...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – ... de que tal superação de entendimento se deu pela compreensão de que a Conafer não trabalhava de segmento laboral e sim, de setor de classe econômica.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Exato. E não precisava, portanto, também de ser sindical e poderia ser associativo.

Então, houve aí uma mudança. Foi quando vocês conseguiram, então, o acordo de cooperação técnica, assinado pelo Presidente do INSS, Leonardo Melo Gadelha, em 30 de agosto de 2017. Era, portanto, o Governo Temer.

Não é isso?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Positivo. Positivo.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Então, vejam bem, Deputados, Senadores, Sr. Relator.

O Relator gosta muito de 2023 para lá. Eu fiquei até de conversar com ele depois, se ele não queria fazer uma outra, uma sub-relatoria de 2023 para cá. Pouparia trabalho e nós poderíamos investigar mais aprofundados, com mais tempo, esses assuntos.

Mas, enfim, em 2017...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Presidente, eu fui citado. Gostaria da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vou deixar o Deputado terminar.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Em 2017... Eu não o citei jocosamente. Estou apenas chamando a atenção de V. Exa. para que pudesse prestar atenção, ao invés de conversar com o Deputado, porque esse assunto é importante. Converse um pouquinho depois.

Em 2017, então, houve, portanto, um outro comportamento: passaram não mais a exigir carta sindical, mas entidades associativas. Aí começa o grande problema: começam a aparecer diversas entidades associativas. Por isso a gente fala "a partir do Governo Temer", mas foi a partir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

deste novo entendimento – portanto, não apenas entidades que tinham carta sindical, mas agora qualquer entidade associativa de aposentado.

Aí nós vimos, por exemplo, casos como aquele da Ambec, que tinha três filiados e ganhou um ACT, e de repente pulou para 200 mil. A Conafer, que em 2019 começou a trabalhar – neste ponto, apenas com setecentos e pouco –, ampliou-se rapidamente e, no ano de 2020, passou de 350 mil para 57 milhões, uma elevação de 16.185. Naquela época, o Ministro da Justiça – não pode falar o nome dele, senão pede art. 174, mas eu o cito como ex-Ministro da Justiça – teve o maior crescimento da Conafer. Então, que ele também não fique implicado apenas com o que acontece agora; é bom olhar um pouco para o passado, porque as coisas começaram antes. Então... O Ministro da Previdência, também, talvez não saiba, mas nessa época houve esse aumento muito importante.

Mas... Pois bem. Vejam que houve aí um entendimento que possibilitou, então, que entidades como Unaspub, CBPA, Cebap, Conafer, Ambec e 42 entidades recebessem esse termo de ACT, que não era possível ter antes. Foi aí que descambou! Por isso é que a gente diz que surgiu uma quadrilha para pegar aposentado e levar para entidade. Ora, não é possível que, durante a pandemia, a Conafer tenha conseguido associar tanta gente! Não há quem me faça engolir, Dr. Carlos Lopes, que vocês conseguiram, naquela época, filiar tanta gente como filiaram. Não é crível que, durante a pandemia, se pudesse fazer isso, e nem que as pessoas iam ter consciência política tamanha, de que fossem convencidos durante a pandemia a fazer isso.

Então, essas entidades todas passaram a ter associados que nem sabiam que eram associados – esse é o grande fato do roubo que foi colocado! –, e todas essas entidades cresceram absurdamente. Muitas revelações foram feitas, como peritos que avisaram o ex-Presidente Jair Bolsonaro, nós já vimos isso; como fiscais do INSS, servidores que foram ameaçados, e a Polícia Federal não abriu o processo em 2021; e uma série de denúncias que foram feitas e jamais apuradas nesse período.

Quando é que elas vêm a ser apuradas? Em 2025! Ou seja, nenhum Governo antes quis fazer apuração, embora soubesse; foi feita agora, no Governo do Presidente Lula. É preciso dizer isso! Passou-se por todo o Governo Bolsonaro e nada foi feito. Dizer que fez uma medida provisória... A medida provisória foi acordada, inclusive, por um ex-Ministro que está aqui presente, que já foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

chamado de Azul, que fez um acordo, inclusive, junto com o Arthur Lira, que foi Relator, sobre o que seria a nova medida provisória, e ela foi aprovada! Aprovada com consenso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... inclusive, escutando a Contag, com este ex-Ministro nos agraciando com a sua presença na Câmara de Deputados, mas foi um acordo feito naquela época.

O problema é que agora o Presidente Lula resolveu pôr fim a isso: acabou com qualquer desconto e com as entidades que têm o desconto e, evidentemente, está pagando os aposentados.

Eu teria ainda muita coisa para falar, mas meu tempo terminou, mas eu diria só ao Dr. Lopes que ele está em apuros. Se nós olharmos o que veio nos RIFs hoje, o senhor pode dormir preocupado.

O RIF fala que o relatório reforça indícios de que o senhor utilizou contas pessoais e institucionais para movimentar recursos da Conafer de terceiros, de forma incompatível com a sua renda. O RIF também fala que há fortes sinais de desvio de finalidade de contribuições sociais da entidade Conafer, pulverização de valores e empresas vinculadas a assessores, sócios e uso de criptoativos para ocultação ou diversificação dos recursos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, senhor...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Tem muita coisa ruim para o senhor nos RIFs que chegaram a nós hoje.

O senhor não durma tranquilo, porque, desta roubalheira que houve, a Conafer também participou dela.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

O Senador Marcos Rogério trocou com o Deputado...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Seif.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Como é que está a lista, Presidente, dos inscritos, por gentileza?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está o Senador Marcos Rogério, Deputado Luiz Lima, Paulo Pimenta, Marcel van Hattem, Damares, Coronel Chrisóstomo, Kim Kataguiri, Fabiano Contarato.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Fui citado, eu só queria tranquilizar o Deputado Rogério Correia que o relatório não será igual à Lista de Furnas.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – A Lista de Furnas, o senhor conhece Aécio Neves...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... foi um Deputado que foi punido por ela. Eu não tive nenhuma, nenhuma... o Deputado Carlos Viana conhece bem essa história. Eu tive zero, zero inquéritos contra mim, para o senhor saber.

Então, o senhor fala o que não sabe, o que não conhece, na hora errada, porque o senhor não tem o direito de falar isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

Com a palavra o Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o...

Sr. Presidente...

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Nobres senhores, por favor. O tempo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Eu vou pedir, a cada vez que alguém intervir aqui, que aumente um minuto, aí fica mais tranquila a conversa.

Sr. Presidente, eu começo primeiro fazendo uma afirmação. Foi citado aqui o Sr. Stefanutto, Alessandro Stefanutto, esteve na transição do Governo Lula, e é um dos personagens centrais dessa trama do golpe aos aposentados, mas eu vou perguntar ao Sr. Carlos Roberto.

Em 2023 e 2024, portanto, dois primeiros anos do Governo Lula, os descontos associativos da Conafer passaram de R$92 para R$481 milhões...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – De R$92 para quase R$0,5 bilhão, ou seja, com a mudança de Governo, os descontos saíram da casa de R$90 para quase R$0,5 bi.

Qual foi a mágica para ampliar tantos ganhos associativos nesse curto espaço de tempo?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES (Para depor.) – A Conafer alega e alude sobre seu crescimento exponencial, acerca do seu crescimento também de atendimento nos municípios.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Não, nesse pequeno espaço de tempo... V. Sa. justifica sair de R$90 para quase R$0,5 bi, em razão do serviço apresentado, é isso?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – A gente tem que perguntar... O que eu tenho que falar para o senhor sobre o crescimento, só...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Eu só queria que o senhor explicasse...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Eu estou tentando...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – ... como se deu esse aumento expressivo. Como o senhor justifica isso? Num Governo...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – A atendimento...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Atendimento? O.k. Atendimento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – A crescimento...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Em apenas um mês...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – ... de atendimento aos municípios...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Não, não, veja bem, veja, eu vou perguntar mais a V. Sa.

Em apenas um mês, entre junho e julho de 2023, os descontos da Conafer passaram de R$12,7 milhões para R$20,8 milhões, em um mês! Ou seja, uma alta de 63% na arrecadação em apenas um mês, enquanto a base de aposentados cresceu 16%.

Qual a razão para esse milagre da multiplicação?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Nobre Senador Marcos Rogério, com certeza – com certeza –, como presidente dessa entidade, o crescimento exponencial se deu ao crescimento de atendimento à base municipalista...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Além disso, o senhor foi nomeado como membro do Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial do Matopiba, constituído em 2023-2024, na vaga destinada ao Sindicato dos Trabalhadores. Eu lhe pergunto: quem intermediou e quem fez a indicação do seu nome ao comitê?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não posso responder, tendo em vista que recebi um convite... um convite direto do ministério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Não pode responder?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Eu não sei quem foi, porque o convite veio direto do ministério. Não houve uma... não houve articulação, não.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – É uma indicação muito especial...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Deve ser devido ao trabalho significante que a Conafer vem realizando...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Tão especial que V. Sa. não sabe quem foi que lhe indicou, mas lá estava.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Mas não se trata de cargo indicativo, não, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – V. Sa. foi indicado, foi ocupar o espaço lá.

Já que o senhor apontou um expediente fenótipo, face visível da trama do golpe aos aposentados, indago sobre o aspecto genótipo, os genes, o embrião do crime.

O senhor não explicou como fez a adesão de quem já morreu, questionado pelo Relator. O senhor preferiu afirmar: "O INSS paga benefícios a mortos", ou seja, sua lógica é de que se tem morto na folha do INSS, não se pode acusar a Conafer de fraude, já que o INSS os tem na folha.

Isso significa que a Conafer lança adesão sem lastro, sem confirmação do beneficiário? Ou melhor, são adesões automáticas a partir da relação do INSS? Objetivamente.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – A Conafer não realiza nenhum tipo de termo de adesão com o associado; é feito no primeiro grau. Então, toda a responsabilidade desses casos citados aqui se dá a quem enviou esse tipo de documento do...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Quem enviou foi o INSS? O INSS?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, entidades do primeiro grau.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Então, quem mandou...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Quem aprovou, quem aprovou o desconto desses... desse... dessa tipagem foi o INSS.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – A frase que o senhor usou – vamos lá! – ,V. Sa.: "É padrão do INSS ter o defunto recebendo benefício?" Eu vou perguntar... o advogado está orientando...

O SR. ANDRÉ LUIZ HESPANHOL TAVARES (*Fora do microfone*.) – Não, não estou orientando. Estou pedindo para manter a tranquilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Não quero atrapalhar o advogado.

"Se o morto estiver recebendo, sim" – V. Sa. quem disse. Ora, qual a lógica da resposta que V. Sa. deu aqui? "Se o INSS está pagando, então, sim. Não pode culpar a Conafer".

Qual a lógica dessa resposta?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Nobre Senador, a lógica é se o INSS é que aprova a validação da ficha...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Se o INSS aprovou, então, a validação de um morto...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – É, ele que validou, ué? Não somos nós, não...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Ah, então... agora, agora explica V. Exa... V. Sa. Como V. Sa., o seu representante legal, captou a alma de um morto, pediu que assinasse para que o INSS agora convalidasse esse ato associativo?

Explique à CPMI.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Se houvesse... se houvesse tido algum tipo de ocorrência ou citação à Conafer para apuração do caso em tela, deveríamos nós abrir uma sindicância para o indivíduo que...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Veja V. Sa., V. Sa. está dizendo que a culpa é do defunto!

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Doutor, Doutor, nobre Senador, quem validou o desconto...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Então, explique.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – ... quem validou o desconto ao termo de adesão foi o INSS.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Não, não... Então, V. Sa. está querendo dizer agora que, se o INSS validou a inscrição de um defunto, a culpa é do INSS. De um lado, V. Sa. está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

dizendo: "É o defunto que é culpado"; de outro, V. Sa. está dizendo: "Não, a culpa é do INSS, que não verificou se era morto ou não". Agora, quem captou lá a ficha, autorizando o desconto, aí não tem nada a ver, não tem nada a ver com a Conafer?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Se a Conafer tivesse sido citada de tal caso, a gente teria averiguado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Então, deixa eu perguntar de novo, porque eu acho que eu não compreendi ainda a sua resposta: como alguém que já morreu aderiu à associação, deu autorização para desconto, objetivamente?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Como é que é? O senhor pode refazer, por favor?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – O advogado está atrapalhando V. Sa., e eu não quero disputar com o advogado.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, não, não, eu só quero que o senhor refaça a pergunta.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Como alguém que já morreu aderiu à associação, dando autorização para o desconto associativo?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Volto a responder ao senhor...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Hã...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – ... se a confederação tivesse sido oficiada, citada de tal caso, deveríamos abrir sindicância.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Ah, a associação deveria ter sido alertada. É ela que faz...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – A associação...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – ... o registro associativo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – É, a associação deveria... A Conafer deveria ter sido notificada pelo INSS.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Ah, a culpa é do INSS?!

Atentai bem, senhores! Vai vendo, Brasil! A culpa é do INSS. A associação faz a ficha de um defunto...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – A associação faz a ficha de um defunto, o INSS recebe essa ficha, lança no sistema, e a culpa não é da associação que fez a ficha do defunto e que pegou a assinatura... Eu não vou nem... Não vou, eu não vou dizer que alguém psicografou, não, porque seria uma ofensa indevida.

Olha, Sr. Presidente, estamos diante de um escândalo que tem método, tem público-alvo – os mais pobres e mais vulneráveis – e tem uma rede estruturada, que deu sustentação ao crime, e não para nos descontos associativos.

Aí vem aqui o Presidente da associação querer enganar a Comissão e os brasileiros, dizendo que a culpa primeiro é do defunto. Se recebe do INSS, então está tudo certo o desconto. Segundo, a culpa é do INSS, o operador-meio não tem culpa nenhuma! O fraudador não tem culpa nenhuma!

Mas eu digo mais: não para nos descontos associativos, Sr. Presidente. E aqui lanço alguns alertas.

Lupi criou o vale aposentado, R$150; Stefanutto, mencionado aqui pelo PT, foi lá e ampliou para R$450. Não pode ter juros, mas tem lá a taxa de adesão ao PicPay! Para entrar e abrir a conta, o PicPay cobra taxa de adesão. O.k.

A folha dos aposentados: venderam a folha dos aposentados. Fala-se tanto contra a terceirização, o PT, e terceirizaram a folha dos aposentados. Fez o leilão da folha de pagamentos: R$12 bilhões.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Doze bilhões de reais da folha dos aposentados. Quem é que ganhou? A Crefisa, a Crefisa. Aí eu pergunto: a Crefisa tem banco no Brasil inteiro? Não, não tem. A Crefisa tinha estrutura para atender e facilitar a vida dos aposentados no Brasil inteiro? Não, não tinha, mas foi a Crefisa que venceu: venceu o Itaú, venceu o Bradesco, venceu os bancos públicos.

E aí, onde não tinha banco, onde não tinha agência, abriu lá uma porteirinha, uma portinha, um escritoriozinho improvisado. E, quando o aposentado pedia valores que ultrapassavam a marca dos mil reais?

Ele tinha que voltar depois, porque o banco, ou esse pseudobanco, ou esse agiota institucional, dizia: "Eu não tenho dinheiro à disposição. É preciso marcar uma data para você voltar e receber os seus mil reais".

Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – ... a Crefisa pagou para ter a folha do INSS.

E eu finalizo, dizendo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – ... era um bom negócio. Não para os aposentados, mas para o banco. Porque, afinal de contas, embutido nessa compra milagrosa, também teria o consignado.

E aí, Sr. Relator, daqui a pouco nós precisamos aprofundar na investigação, no que toca justamente aos consignados.

Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Para encerrrar, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Eu pedi a convocação da Presidente do Banco Crefisa e do Presidente do PicPay. Nós temos que trazê-los a esta CPI, para esclarecer ao Brasil e aos brasileiros o que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Essa fraude não passará impune.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem, só um esclarecimento.

O depoente está nesta Comissão na condição de investigado ou testemunha?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Testemunha.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Era o que eu queria saber.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Luiz Lima, com a palavra.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente Carlos Viana.

Obrigado, Sr. Carlos Roberto, Presidente da Conafer.

Sr. Carlos Roberto, estou com muitas perguntas aqui, mas vou fazer uma direta para o senhor: o senhor já era rico antes da fundação da Conafer, em 2011?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES (Para depor.) – Eu não me considero rico.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Porque uma coisa incomum das pessoas envolvidas aqui é que são muito ricas. Todas são muito ricas. É o Careca, é o Camisotti, é o advogado, é o Nelson Wilians, que é bilionário... E o senhor, aqui, é proprietário da Concepto Vet, uma empresa de melhoramento genético bovino; possui negócios no exterior com a Holding Farmland, nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estados Unidos; a sua família controla a empresa Agropecuária e Mineração Lagoa Alta Ltda., em Minas Gerais, administrada pelo seu filho, que, segundo a Polícia Federal, tem até pista de pouso para aviões. E, para os investigadores, a posse de um bem desse porte é incompatível com o patrimônio declarado do Sr. Carlos Lopes e pode ter sido facilitada pelos ganhos extraordinários da Conafer.

E chama a atenção esse grau de riqueza, porque, quando a gente vê o esquema que o senhor montou aqui, ele é menos estruturado do que o do Careca e o do Camisotti. O do Careca e o do Camisotti é um esquema mais estruturado. O seu é um esquema familiar. E eu fico impressionado com a tranquilidade do senhor, porque o senhor confunde um patrimônio, a relação patrimonial, com a relação institucional. O senhor preside empresas que prestam serviços a si mesmas.

Como é essa relação, Sr. Carlos Roberto?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Em primeiro lugar, nobre Deputado, quero dizer que, pelos indivíduos comparados, eu não sou rico não, porque eles são totalmente diferentes.

Sobre...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Quem tem uma fazenda com pista de pouso não é rico?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não. Fazenda, pequena propriedade de 50 hectares, 50 alqueires.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Mas com pista de pouso? Para avião? Não é rico?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – No Brasil?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Acho que foi feita... Essa pista dentro dessa propriedade nem teve uso. Isso, foi até mesmo um pedido na região, para saída de pessoas doentes ou coisas afins da região. Não foi para uso particular não.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – É uma benfeitoria para a região?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, tem sim. Tem muito avião na região sim. Entendeu?

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Sr. Carlos Roberto, agora me veio à cabeça: em meados dos anos 2000, o José Dirceu disse a seguinte frase...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – ... até para justificar ali a falta de direção do PT, segundo ele, e ele falou: "Nós nos lambuzamos".

Eu acho que o PT tem muito em comum, muito em comum com esse comportamento dos sindicatos atuais, e os sindicatos atuais – eu gostaria de lembrá-lo – é uma reserva de mercado entre PDT e PT, porque, quando da fundação da sua instituição, a Contag lançou uma nota.

Em nota assinada por sua diretoria, a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), uma das fundadoras da CUT, muito ligada ao PT, manifestou total repúdio à ofensiva da Força Sindical para dividir o movimento e fundar mais uma confederação para o sindicalismo no campo. Na terça-feira, 24, daquele ano, a Força formalizou a criação da Confederação Nacional.

E tem outra aqui: a histórica Confederação denuncia a prática recorrente da Força de criar falsas entidades no meio rural. Segundo a Contag, a central, presidida por Paulinho da Força, vem se utilizando de métodos espúrios e ilegais da organização e de pessoas da área urbana para alegar uma pretensa representação no meio rural.

E aí eu trago esta foto aqui para o senhor, que foi no dia da fundação. Está aqui o Sr. Carlos Lupi, aqui com o bonezinho, e está o Sr. Paulinho da Força.

Qual a relação que o senhor tem com o Carlos Lupi e com o Paulinho da Força, que eram do PDT? Isso foi no Governo da Dilma, em 2011. Qual a relação com o PDT e a Conafer?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Nessa época, em 2011, foi apoio à criação da entidade do setor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – O Paulinho da Força era do PDT, até 2013, está aqui, e o que chama a atenção é essa rixa entre a Contag e a Conafer, parecia uma disputa de mercado.

Mas o que chama muito a atenção, Sr. Carlos Roberto – a gente está com os gráficos aqui –, é que o senhor chegou a ter 620 mil filiados aposentados, não foi isso?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Sim, senhor.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Isso corresponde à população de Joinville, em Santa Catarina, a cidade mais populosa de Santa Catarina. O senhor tem estrutura para dar suporte de serviço a uma cidade como Joinville?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – A gente tem estrutura para dar suporte de atendimento ao Brasil, ao Brasil e à América Latina.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Eu vou repetir: o senhor tem estrutura, a Conafer tem estrutura para dar apoio a 620 mil pessoas, que é a população de Joinville? O senhor tem noção do que o senhor está falando?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – A Conafer tem estrutura para atender a seus 8 milhões de associados, nobre Deputado.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Tem estrutura para atender a 8 milhões?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Estrutura e condições.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Tá. Tá. É isso que surpreende.

O Brasil, senhor...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – A Conafer atendeu a mais do que três governos juntos.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – É.

Sr. Carlos Alberto, o que surpreende...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Roberto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Carlos Roberto.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Sim, senhor.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – O senhor é muito corajoso.

Eu sou professor de Educação Física. O senhor é uma pessoa que... Para chegar aqui e perguntar se um Deputado Federal é míope, o senhor é muito corajoso. Eu fico imaginando como o senhor deve tratar as pessoas no campo, né? Eu fico imaginando.

Mas vamos lá.

O senhor trata... Aqui: o estatuto social da Conafer autoriza pagamentos de proventos a membros da diretoria?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Nós não pagamos... Nós pagamos soldos, salários.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Geralmente, entidades com fins lucrativos não permitem.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não existe fornecimento de trabalho sem soldo, nobre Deputado. Isso seria voluntarismo. Nós não conseguiríamos desenvolver um setor com voluntários, mas sim com pessoas engajadas e compromissadas com tal pauta.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – O senhor assumiu, em depoimento para a Polícia Civil do Distrito Federal, que recebe proventos.

O senhor recebe R$50 mil por mês?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Sim, senhor.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Essa é a sua única fonte de recurso?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – No âmbito da Conafer, sim.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – E o senhor conseguiu comprar uma fazenda com pista de avião recebendo 50 mil por mês?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Olha, pista de avião, nada mais... Fazer uma pista de avião é nada mais do que passar um trator. Nós não temos asfalto, não temos iluminação, não temos base, não temos radar... A pista de avião que os senhores estão mencionando, a que as pessoas podem aludir, que seja alguma coisa moderna, asfalto... Não, espera aí! É um traçado de 1,2 mil metros no meio do mato.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Está bom.

Sr. Carlos Roberto, investigações da CGU e do INSS encontraram que, em mais da metade dos casos de descontos, havia ausência de fichas de autorização e, quando apresentadas, muitas continuam assinadas com assinaturas aparentemente falsificadas ou campo em branco.

O senhor falou aqui que queria dar voz aos agricultores, mas o senhor não tem nem a impressão digital desses agricultores.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Quem realiza a afiliação ao termo de adesão é o primeiro grau. Eu só afilio realmente CNPJs.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Está bom.

Sr. Carlos Roberto, eu vou finalizar aqui, mas, antes disso, eu gostaria de repetir: um país sério... O Brasil não é um país sério. Charles de Gaulle estava certo quando falou que o Brasil não era um país sério. A gente nem precisaria de CPMI para realmente impedir que tudo isso que aconteceu se realizasse.

É muito triste a posição do senhor. O senhor descontou, em média, R$28 de cada aposentado.

Quando, em 2024, vocês arrecadam 201 milhões de 200 mil e poucos filiados... São R$28.

Eu estou recebendo aqui inúmeros relatos de pessoas que são importunadas para que esses descontos sejam realizados.

O senhor aqui tem um esquema dedicado a ir à casa de brasileiros simples, pobres brasileiros, com dificuldade de leitura, com dificuldade de entendimento, e normalmente o pobre tende a abaixar a cabeça, porque são pessoas humildes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor não se sente culpado?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – É impossível se sentir culpado de promover o progresso deste país.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP. *Fora do microfone*.) – Progresso pessoal.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Chega a ser assustador.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Progresso pessoal, né?

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Chega a ser assustador o seu tipo de comportamento.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Os 400 mil bezerros realizados, criados no Brasil, avaliados pela ABCZ...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – ... em torno de R$5,5 mil cada bezerro...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Olha, é surpreendente...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – ... figura autofinanciamento de quase 2 bilhões no setor.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – É surpreendente o seu comportamento.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Eu acho que problemas administrativos todos têm; as entidades têm, o Executivo tem, o Legislativo tem, o Judiciário tem. Eu acho que... Acredito que a melhor forma de melhorar a prestação de serviço são reclamações. O que não pode realmente, o que eu não concordo realmente é arrecadar, e não existir.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Eu vou ser muito sincero, Sr. Carlos Roberto: eu acho que quem recebeu o progresso nesse período foi justamente a família do senhor.

E, por último: a Conafer patrocina alguns rituais religiosos?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – A Conafer promove desenvolvimento cultural dos seus povos. Um trabalho...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – O que isso quer dizer?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – A Conafer não trabalha com dogma religioso.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – O que que isso quer dizer?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Que, às vezes, a gente apoia eventos culturais de segmentos que nós representamos.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Está bom.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Indígenas, quilombolas, campesinos, cristãos, católicos... O Brasil é laico, né?

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Obrigado, Sr. Carlos Roberto, mas eu gostaria de finalizar que, infelizmente, eu não acredito no senhor e eu acho que a maioria dos Deputados e Senadores aqui presentes também.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra o Líder Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Senadores e Senadoras... Eu pretendo, Sr. Presidente, usar o meu tempo para demonstrar, de uma forma didática, como uma organização criminosa – com certeza com a participação de servidores públicos – conseguiu tomar de assalto um espaço importante da vida política do nosso país e transformou esse mecanismo de desconto associativo dos aposentados e aposentadas em um negócio bilionário, que enriqueceu de forma criminosa um conjunto de pessoas que esta Comissão e a Polícia Federal, com certeza, vão conseguir identificar, e, ao final de tudo isso, serão colocados na cadeia.

Veja bem, Sr. Presidente, a Conafer, desde 2013, tentava uma autorização para o canal de desconto do INSS. Tem aqui um ofício de 09/08/2013: foi negado pelo INSS; o outro ofício, do dia 24/01/2014: foi negado. E por que o INSS negava, naquela época? Porque a Conafer não era entidade sindical. A Conafer requeria uma autorização para o desconto sindical e não era uma entidade sindical.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 21 de setembro de 2016 – portanto, já no Governo Temer, a Dilma já havia sido afastada –, em 21 de setembro, há uma mudança de posição. Há uma manifestação do INSS dizendo o seguinte: há uma mudança de entendimento. A partir de agora não será mais necessário o registro de entidade no Ministério do Trabalho, tendo em vista que o desconto ora solicitado é associativo e não sindical. Em 21 de setembro de 2016, Sr. Presidente. Foi essa mudança de interpretação do INSS que permitiu que essa entidade e outras entidades não sindicais tivessem direito a ACT, tivessem direito ao chamado canal de desconto.

Logo em seguida, em 30 de agosto de 2017, é assinado o acordo de cooperação entre Leonardo de Melo Gadelha, Presidente do INSS...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... e o Sr. Carlos Roberto, que está aqui – em 2017.

Muito bem.

No dia 30 de janeiro de 2020 – na medida que os descontos começam em julho de 2019 –, o Sr. Lauro Iatskiu Junior, servidor de carreira do INSS, da Divisão de Acordos Nacionais de Benefícios, percebe que tem alguma coisa errada: a entidade pula de 17... 718 descontos para 42 mil rapidamente. E a Diretora de Benefícios da época, Márcia Eliza de Souza, assinou um despacho abrindo uma fiscalização, no dia 1º de fevereiro de 2020.

O que aconteceu, Presidente? Doze dias depois ela foi exonerada. Ela abre a fiscalização sobre a Conafer e 12 dias depois ela é exonerada.

Assume no lugar dela o Sr. Alessandro Roosevelt, que pede explicações para a Conafer.

Pede uma primeira, pede uma segunda... A Conafer é comunicada e, nessa oportunidade, ela já tinha 279.520 descontos – 279.520 descontos –, já tinha uma arrecadação de quase R$7 milhões. É solicitado à Conafer que informe a lista de beneficiários com a comprovação das autorizações, o que a Conafer informa que não tem como fazer, que não consegue fazer, e pede prazo. É concedido um prazo, dois prazos, três prazos, para que ela encaminhe a lista dos associados. Ela nunca consegue encaminhar, porque ela não tinha as fichas de autorização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que é que ocorre, Sr. Presidente? Nesse meio tempo, o servidor do INSS vai na polícia e faz uma denúncia. Denuncia que está havendo uma irregularidade, leva documentos, e a Polícia Civil abre uma investigação. E esses servidores do INSS passam a ser ameaçados de morte. Há um inquérito sobre isso, Presidente, nós temos que chamar o delegado aqui. Nós temos que trazer o delegado desse inquérito aqui imediatamente, Sr. Presidente!

E a investigação segue. Chega o dia oito de outubro de 2020, o Presidente do INSS já é o Sr. Leonardo José Rolim – nomeado pelo Senador que a gente não pode dizer o nome, para não pedir art. 14 –, e o que é que acontece, Sr. Presidente? O Presidente do INSS, Leonardo Rolim, retira da Dirben a competência para firmar o ACT e troca de diretoria, colocando uma tal de Dirat – tira da Dirben –, aí, Sr. Presidente, avança a negociação, e o Sr. Leonardo Rolim, no dia 3 de novembro de 2020, devolve para a Conafer, devolve o direito de fazer o ACT e continuar fazendo os descontos.

Mas veja que curioso, Sr. Presidente, ao mesmo tempo que devolve, com todas as irregularidades, com milhares de denúncias pelo Brasil afora, a Conafer entra com um ofício – e o nosso depoente pediu no início hoje que a gente mande um ofício autorizando-o a continuar descontando, para a Polícia Federal –, o nosso depoente encaminha um ofício cobrando a diferença dos valores recebidos e que ele não pôde receber durante o período que ele estava sem o ACT. Ele pede os atrasados não cobrados durante o período em que o ACT dele estava suspenso.

Aí, Sr. Presidente, se abre um procedimento dentro do INSS que reconhece que o INSS era devedor, era devedor. Inclusive, uma das coisas de que era acusada a entidade era cobrar de pensionistas. Inclusive foi feito um decreto, assinado na época pelo Paulo Guedes, pelo Onyx e pelo Presidente Bolsonaro, mudando o decreto e permitindo que eles passassem a cobrar dos pensionistas para corrigir a irregularidade, porque eles estavam cobrando de forma ilegal. Neste momento, a Conafer inclusive faz uma carta de agradecimento ao Presidente Rolim, José Rolim Guimarães, que reconhece a dívida, Sr. Presidente, e determina os procedimentos para que sejam pagos os valores.

Nesse tempo, há uma mudança e assume José Carlos Oliveira como Presidente da Direção de Benefícios, José Carlos Oliveira, aquele que já esteve aqui. O José Carlos Oliveira atualiza os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

cálculos, atualiza os números e chega à conclusão de que a dívida era um pouquinho maior, de que a dívida era de R$11.861.756. E o José Carlos Oliveira determina que sejam pagos para a Conafer R$11,861 milhões a título de valores que eles não puderam cobrar durante o período que eles estavam sem ACT.

Mas olhe que curioso, Sr. Presidente: nesse período, a Conafer tem uma transferência...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... de recursos para o Sr. Laudenor. Lembra-se do Laudenor, no depoimento do José Carlos Oliveira, que ele nos apresentou aqui como o faz-tudo dele?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Comprou a figurinha.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – No momento em que o José Carlos Oliveira determina o pagamento de R$11,861 milhões, a Conafer faz uma transferência para o Laudenor, para o homem de confiança do José Carlos Oliveira.

O que eu quero mostrar, Sr. Presidente, é que essa organização tomou de assalto o Estado brasileiro. Eu não acredito que esses bilhões de reais tenham sido roubados sem que tenham os autores intelectuais, os mandantes. Quem é que botou essas pessoas na posição de comando? Quem é que promoveu essas alterações que permitiram essa roubalheira contra os aposentados e aposentadas? Então, os documentos, Sr. Presidente, comprovam as datas 17, 19, 20, 21, 22.

Eu quero que V. Exa. encaminhe duas questões, para concluir. Primeiro, Presidente, priorize o chamamento do delegado. Nós temos que trazer esse delegado imediatamente para depor aqui. Segundo, nós temos que trazer o Sr. Cícero Marcelino de Souza Santos, que é o cidadão para quem foram transferidos R$140 milhões, e ninguém sabe o porquê. Tem que trazer imediatamente o Cícero Marcelino. E temos que trazer, Sr. Presidente, o Leonardo Rolim, o Presidente do INSS – Leonardo Rolim. Nós já decidimos aqui que nós vamos priorizar ouvir os ministros e o Presidente do INSS, e esse Leonardo Rolim, Sr. Presidente, está no centro do esquema criminoso.

Então, peço a V. Exa. que priorize esses três depoimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Repita os nomes, por favor, Deputado.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O Leonardo Rolim, Presidente do INSS; o Cícero Marcelino de Souza Santos, que é o camarada que, ao que tudo indica, é o sócio oculto do Sr. Carlos Roberto; e o Delegado Wilson Peres Ferreira – nós já aprovamos o convite para ele –, que é quem instaurou o inquérito na Polícia Civil do DF. E depois, Sr. Presidente, esse inquérito foi transferido para a Polícia Federal, porque ele chegou a uma conclusão de que não era um esquema só no DF. E, quando ele percebe que é um esquema nacional, ele remete esse inquérito para a Polícia Federal, no dia 27/04/2020, e nós temos que saber, inclusive, onde é que está esse inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Porque ele já estava concluso na Polícia Civil quando foi remetido para a Polícia Federal em 2020. Nós temos que saber onde é que foi parar esse inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado ao senhor.

Com a palavra o Deputado Marcel Van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, boa noite.

Nós ouvimos muitos depoimentos aqui já, e é difícil definir qual surpreende mais, mas este aqui, honestamente, está sério candidato, Sr. Carlos Roberto, a ser o mais incrível de todos, porque a gente viu o senhor aqui apresentando um vídeo, inclusive, no início desta nossa reunião, falando das coisas positivas que a Conafer faz Brasil afora.

Eu começo me perguntando por aí e, assim, pergunto ao senhor... Porque o senhor mostrou coisas e muitas, provavelmente, são verdadeiras e acontecem, como prestação de serviços, mas eu pergunto ao senhor se acha que justifica prestar um serviço ao público com um dinheiro que,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

hoje sabemos, pelo menos em parte, foi havido ilegalmente pela confederação. Assim, pelo menos, diz a Polícia Federal. O senhor acha que justifica?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES (Para depor.) – A gente não comunga da mesma opinião que a Polícia Federal.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor acha que justifica, sim ou não? O senhor não comunga da opinião da Polícia Federal em relação a quê?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Eu não concordo com o seu sim ou não, nobre Deputado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O.k. Mas o senhor está dizendo que o dinheiro...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Eu acho que sim ou não é muito pouco para responder à sua pergunta.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... que 100% do dinheiro havido pela Conafer foi lícito? É isso o que o senhor está dizendo?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – O que não foi lícito foi reparado, porque houve reclamação.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Só o que foi reclamado foi reparado.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não posso dizer que o outro não foi lícito se não houve reclamação, nobre Deputado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sabe o que é, Sr. Carlos Roberto? Eu tenho aqui uma lista, e são milhares de gaúchos que foram afetados.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Será que foram os gaúchos para quem a gente enviou 12 carretas na enchente?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – A D. Lourdes, de Veranópolis...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – A Conafer enviou 12 carretas ao Rio Grande do Sul.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Carlos Roberto, se o senhor acha que enviar carreta...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... com dinheiro roubado de aposentado é algo que se justifica, o senhor está muito enganado. Porque nós, gaúchos, agradecemos a solidariedade de todo o Brasil, mas receber solidariedade com dinheiro roubado é absurdo. Então, se o senhor acha que justifica roubar dinheiro de alguém para depois mandá-lo como forma de amenizar a dor de quem está sofrendo na enchente, aí o senhor está debochando do sofrimento do gaúcho. Aí me afeta, Sr. Presidente.

Então, vamos voltar aqui à condição amena, porque eu não gostei desse comentário. Eu estou aqui falando do seu Ari, de Não-Me-Toque, estou falando da D. Cirdes, de Harmonia, estou falando da Erna, de Westfália, do Nelson, de Teutônia, estou falando do Adão, de Campestre da Serra, e poderia falar do cidadão de Ibirubá, de Quinze de Novembro, e de tantos municípios, de Nova Candelária, Cândido Godói. São municípios do Rio Grande do Sul – Cerro Branco – onde houve pessoas que reclamaram às autoridades competentes e fizeram BOs na Polícia Civil contra os descontos feitos sem autorização pela Conafer, Sr. Presidente.

E aí eu pergunto, indo além dessa pergunta que, pelo visto, é retórica, porque, Presidente, o Carlos Roberto, investigado pela Polícia Federal, não quer dar uma resposta objetiva... O senhor disse que, durante o período da pandemia, não poderia encontrar 100 pedidos de autorização porque tinha que buscar as bases. Essa informação confere, Sr. Carlos Roberto?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Eu me reservo o direito constitucional de ficar em silêncio.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, mas o senhor disse antes que é porque não pôde buscar nas bases.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Eu me reservo o direito constitucional de ficar em silêncio.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sabe por que o senhor quer ficar em silêncio? O senhor mentiu antes.

Sr. Presidente, o ACT, de 2017, na letra "d", diz o seguinte... Eu só não sei qual é o inciso, mas depois eu.... A assessoria já me... O inciso II diz que é obrigação da Conafer manter as autorizações, as exclusões, as desistências de autorização assinadas pelos associados e a documentação que lhe correlata arquivada em sua sede. Ele não tinha que buscar nas bases. Esses documentos estavam todos na sede, de acordo com a ACT. Era obrigação dele manter na sede.

Então, se ele não mandou esse cem ACTs, enquanto o Relator aqui já denunciou que 50 mil novas associações foram mandadas para o INSS, mas cem ele não conseguiu juntar para mandar para o INSS quando a fiscalização bateu na porta dele porque durante a pandemia teria que buscar nas bases, é mentira, Sr. Presidente. Por isso, ele se reservou o direito de ficar em silêncio agora. Só que ele se contradisse. Eu gostaria que V. Exa. anotasse bem isso, porque, no início... E dê-lhe a chance de se corrigir, então. Mas, no início, ele disse que teve que buscar nas bases. É mentira, porque o ACT manda ele guardar na sede.

E aí eu queria saber se o senhor tem relação com o Sr. André Fidelis, Sr. Carlos Roberto.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Me reservo o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas eu acho que para o Relator o senhor disse que não tinha.

E eu queria saber se o senhor conhece essa foto aqui.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Já foi respondido.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, mas pode responder de novo. O senhor...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Sim, sim, foi do ato de criação da Conafer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Isso é na fundação, em 2011, quando o Ministro era Carlos Lupi...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Sim, senhor.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E depois Carlos Lupi, que...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Sim, senhor.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... durante o Governo Lula, novamente Ministro, recebeu essa camiseta de Presidente da Conafer...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Sim, senhor.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... no seu gabinete, ou seja, a vinculação é muito clara.

E aí a gente vê que o senhor tem na sua roda aí toda a família reunida. São seus irmãos, um, inclusive, condenado por improbidade administrativa aqui no TRF, desde 2013. A gente vê que há uma série de vinculações aqui com empresas, inclusive de pessoas que são ex-funcionárias, que são casadas... Com o Cícero, que é o grande lavador de dinheiro, segundo as investigações da Polícia Federal. E o senhor trata aqui como se fosse um grande empreendimento familiar que recebeu mais de R$800 milhões do dinheiro roubado dos aposentados, trata como se isso tudo fosse algo lícito, algo bom para a sociedade.

Eu fico aqui realmente estupefato, Sr. Presidente. E nós vimos uma série de RIFs aqui chegando do Coaf e eu queria perguntar para o senhor por que o senhor mandou para o escritório do seu parente, irmão, Alexandre Eduardo Ferreira Lopes, R$1,050 milhão entre os dias 1º de julho de 2022 e 30 de junho de 2023?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Me reservo o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Por que não mandou para um escritório de qualquer outro advogado? Por que tinha que ser o seu irmão advogado?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois, eu também gostaria de saber do senhor por que a Conafer mandou para a empresa Expresso Serviços de Publicidade R$11.327.500, empresa de Samuel Chrisostomo do Bomfim Junior. Por quê?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Eu me reservo o direito constitucional de permanecer em silêncio, Sr. Deputado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Pois é, é engraçado que o senhor criticou as outras entidades, o senhor disse que não são sérias como a Conafer, que foram criadas para fraudar. O senhor falou isso no início em resposta ao Relator – viu, Sr. Relator Alfredo Gaspar? –, criticou as outras entidades, como se as outras não fossem sérias, mas este Sr. Samuel Chrisostomo, para quem o senhor mandou R$11.327.500, não é nada mais, nada menos do que o irmão da Lucineide, que é diretora na Associação dos Aposentados do Brasil (AAB) – Dogival –, que é uma dessas entidades fantasmas, Dr. Alfredo.

Então, quer dizer, ele mandou R$11 milhões para o Samuel, na sua empresa de publicidade. O Samuel vem a ser nada mais, nada menos do que o irmão da Lucineide, que é parte dessa engrenagem. É por isso que a entidade investigada em fraudes no INSS, ou seja, a Conafer, foi ligada a outra associação com R$28 milhões em descontos.

E tem várias coisas que não foram respondidas. Por exemplo, o senhor falou que contratou o tal do Zé do Peixe, lá em outubro de 2020, até início de 2021, não foi isso? Pelo menos isso está na apresentação do Sr. Relator – me socorra aqui a assessoria! Está aqui. Foi de outubro de 2020 a 31 de dezembro de 2021, certo?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Me reservo o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, mas está aqui no contrato.

Bom, o senhor vai ficar em silêncio, mas o senhor podia me responder se sabe que o Sr. Zé do Peixe, nesse período, uma parte dele, mais de meio ano, foi assessor parlamentar aqui na Câmara dos Deputados. O senhor sabe disso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Me reservo o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor sabe... Então, o senhor não sabe que ele era assessor? O senhor não quer responder?

E o senhor, por acaso, sabe de quem ele era assessor parlamentar durante esse período?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Me reservo o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Pois é, Sr. Presidente, aí tem uma loja de artesanato aqui, que ele disse que até queria instalar no exterior e que fez aqui... É caro o metro quadrado no Aeroporto de Brasília – viu, Sr. Presidente? – para ter uma loja de artesanato.

E a gente vê, inclusive, que um cidadão... Se o Silas da Costa Vaz, que ele nem sabe dizer qual o salário dele, membro, funcionário da entidade, que até quatro anos atrás recebia auxílio emergencial, virou dono de aviões avaliados em mais de R$3 milhões...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... que, até agora há pouco, o Dr. Carlos Roberto, no início, não sabia dizer... Primeiro, disse que nunca voou nesses aviões, e agora se reservou o direito de não responder objetivamente o Relator...

Sr. Presidente, essa história aqui é tão absurda, mas tão absurda, só fica mais absurda porque até de defunto eles tentaram tirar dinheiro de desconto indevido.

Sr. Presidente, isso aqui é um descalabro. E eu falo aqui em homenagem, inclusive, aos gaúchos que sofreram nas enchentes, o que foi mencionado aqui pelo Sr. Carlos Roberto, porque, além da enchente, ainda a desgraça de ser descontado o INSS. E quantos aposentados não perderam suas casas, não perderam tudo, deficientes físicos, viúvas... E o Sr. Carlos Roberto vem aqui dizer: "Ah, mas nós mandamos carretas lá para o Rio Grande do Sul". Tá, mas carretas com dinheiro roubado dos aposentados gaúchos, é isso? Isso não se justifica, Sr. Presidente, isso é um absurdo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fico aqui, então, indignado com o que nós estamos vendo no dia de hoje, e não resta a menor dúvida, eu estou aqui até perdido com o tanto de papel que eu tenho na mão, mas não resta a menor dúvida de que foi uma organização criminosa. Inclusive, Sr. Presidente, tão criminosa foi que a empresa que forjou as assinaturas demonstradas aqui – Sr. Alfredo Gaspar, o senhor mencionou isso muito bem – teve um dos seus funcionários como delator, e o irmão do Sr. Carlos Roberto, o Dr. Tiago, foi lá ameaçá-la de morte. Veja o tanto – e esgotou o meu tempo, vejo agora, Sr. Presidente – de crimes em série que foram cometidos.

Sr. Carlos Roberto, lamento muito, lamento muito que o Brasil tenha passado por isso e que veja no senhor uma pessoa... Mais um que eu calei aqui na CPI até, que pena, Presidente, queria ouvir mais respostas, mas eu vejo que a população brasileira está muito convencida de que Carlos Roberto é mais um nessa farra do INSS que vai precisar pagar pelos crimes cometidos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Deputado Marcel van Hattem.

Com a palavra a Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Presidente, eu vou direto às perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Sr. Carlos, o senhor invadiu a sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em 2017 pela União Camponesa?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES (Para depor.) – Não, senhora.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – União Nacional Camponesa?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhora.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Mas tem uma ação.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – É, tem uma ação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – O senhor incentiva invasão de prédios públicos e de terra?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhora.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Sr. Carlos, no relatório da CGU, dos 15 descontos que os senhores mandaram – a CGU fez um trabalho buscando amostras –, dos 15, 14 tinham irregularidade. Isso quer dizer que mais de 90% do que a CGU investigou só da Conafer, 93,33%, tinham irregularidades.

O senhor acha que foi um azar mandar um lote de 15 em que 93% eram irregulares, ou 93% de tudo que vocês fazem, associativos, é irregular no Brasil?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Nobre Senadora, primeiro temos que considerar que, após a Operação Sem Desconto, no terceiro dia a Conafer foi considerada pelo TCU, CGU e demais como uma entidade lícita. Segundo, vale salientar que quem tem 97% de fraude não realiza o que realizamos no país.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – É, lícita como o aposentado Ambrósio Maria Gonçalves, que mora na cidade de Manacapuru, mas ele está filiado a uma instituição a 900km de distância dele, em São Gabriel da Cachoeira – isso é lícito? É assim que vocês consideram lícitos os descontos associativos?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – A Conafer não realiza nenhum termo direto com o associado pessoa física.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – O.k., então vamos para a questão indígena, se sobre o ribeirinho que mora tão longe o senhor não sabe responder. O senhor é uma pessoa muito ligada às questões indígenas.

Como são feitas as certificações, a validação do desconto de um indígena? Vou lembrá-lo, refrescar a memória: nós temos 305 povos indígenas diferentes; eles falam 274 línguas diferentes no Brasil. Vocês têm intérpretes e tradutores para 274 línguas? Vocês trabalham com os 305 povos indígenas no Brasil?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhora, não na totalidade. E toda a representatividade, seja de que segmento for, é feita pelo próprio segmento.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – O segmento de que o senhor fala é o seguinte: alguém para traduzir para os indígenas. Vocês têm funcionários da Funai e da Sesai trabalhando para vocês na busca desses associados?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhora. A representatividade do segmento se dá pelos próprios segmentos, através de associações, sindicatos ou cooperativas.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Vocês têm associados, Sr. Carlos, lá na área ianomâmi?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Sim.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Descontam também deles?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhora. Toda atividade de desenvolvimento ou prestação de serviço para os indígenas é feita de característica social.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Tá.

Sr. Carlos, entre os produtos que vocês estão oferecendo, tem um aplicativo. Eu não sei como é que se fala, é "ramugai"?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Hãmugãi.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Hãmugãi.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – É patxohã.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – É. E esse aplicativo, estranhamente, oferece o seguinte, veja só: "uma ferramenta digital georreferenciada [senhores, isto aqui é muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

grave: georreferenciada], criada para ajudar na proteção dos territórios indígenas". Proteção de área indígena é competência do Estado, da União. "Aplicativo oferecido para as comunidades tradicionais [eu creio que também os quilombos], em que registra ocorrências nos territórios, como incêndios", e aí essas ocorrências automaticamente acionam "o centro de monitoramento da Conafer".

O que é esse centro de monitoramento? Vocês têm uma sede enorme com um monte de aparelho via satélite em que vocês ficam monitorando áreas indígenas e áreas de fronteira? Vocês estão fazendo esse papel no Brasil?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhora.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – O Exército sabe disso?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhora. A Conafer... O sistema Hãmugãi é um aplicativo onde o associado que vive em áreas remotas pode fazer uma comunicação de sinistro – seja incêndio, roubo, invasão, garimpo – ao sistema, o qual trabalha em convênio com o Ministério da Justiça e o ICMBio, e a gente remete essas ocorrências diretamente...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – É por isso que...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – O Hãmugãi tem uma tecnologia que trabalha em ondas baixas de rádio e manda por satélite, sem precisar de Wi-Fi. Este é o grande, vamos pôr assim, ativo do Hãmugãi: ele funcionar sem necessidade de Wi-Fi.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Onde ficam todos os dados colhidos pelo aplicativo dos senhores? Onde estão esses dados? Estão guardados onde?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Na data base do aplicativo e compartilhados aos órgãos de fiscalização.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – A data base do aplicativo fica com vocês...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Ela é pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – ... vocês também fazem ocorrência e busca de minérios?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhora.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Não?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhora.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Só incêndio e incidentes em áreas?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Só sinistros relatados pelos associados usuários do aplicativo.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Tá. Quando os senhores oferecem o aplicativo, os senhores fizeram uma propaganda de que os senhores fariam um trabalho com biogenética fortalecida. Lembram disso?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Desconheço.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Acordo da Conafer e Terra Bank financiará...

Atenção, Senador Moro. Atenção, Relator.

Senador Moro perguntou qual era o capital da Terra Bank. O senhor disse para o Senador Moro, está em notas taquigráficas...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Sim...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – ... que era em torno de R$115 mil, o.k.? Aí eu tenho aqui o cadastro em que do Terra Bank o capital social é R$30 mil. Está aqui, ó, dados da Receita Federal; mas, quando os senhores fazem propaganda do tal aplicativo, os senhores falam que o Terra Bank vai investir R$5 bilhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vocês tiraram essa matéria dos R$5 bilhões do *site* da Conafer, mas eu encontrei em outro lugar. De onde vem os R$5 bilhões, se os senhores só têm um capital de R$30 mil, Seu Carlos? Pode me explicar a mágica?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Das empresas parceiras para fornecimento de tal serviço.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – E essas empresas parceiras têm o compartilhamento dos dados que vocês buscam lá com georreferência? Quem são essas empresas? São empresas estrangeiras?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – O Hãmugãy...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – As suas viagens internacionais são para compartilhar dados georreferenciados do Brasil, Seu Carlos?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhora.

O Hãmugãy trabalha para povos em áreas remotas. O Terra Bank, nesse programa que a senhora está citando de financiamento, era para pecuaristas que estão atingindo outro nível de melhoramento genético, não usando mais IATF, mas, sim, a fecundação *in vitro*.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – A serviço de quem a Conafer está? Do agro, da agricultura familiar, de instituições estrangeiras ou dos povos indígenas? Ou de ONGs ambientalistas? A serviço de quem? Porque a gente não consegue entender mais quem é o senhor.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Do Brasil.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Do Brasil?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – O.k. Seu Carlos, quem é Seu Vinicius Faleiros?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Vinicius Faleiros?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – É. O senhor tem, nós temos o ITT e o ITS.

O que é o ITS?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – O ITS... O ITS é um braço na área da saúde...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Da saúde? Quem é Vinicius Faleiros?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Eu acredito que deve ser o gestor desse órgão.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Tá. Presidente, eu estou apresentando um requerimento para a gente convocar o Vinicius Faleiros para ser ouvido aqui na CPMI.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Essa é uma convocação interessante.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – O.k. Vai ser. Nós vamos ouvi-lo, vamos ouvi-lo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – E aí...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – O braço da saúde foi muito bem executado, foi bem trabalhado.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Assim como todos os bezerros e bois que os senhores estão distribuindo no Brasil?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Sr. Presidente, que fique consignado em notas taquigráficas que o depoente mentiu. A Terra Bank, que ele fala que tem 115 mil, no cadastro é 30 mil de capital, mas eles fazem uma propaganda de 5 bilhões. Gente, a diferença é muito grande. Que fique consignado que o depoente mentiu nesta sessão.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senadora Damares Alves.

Com a palavra o Deputado Coronel Chrisóstomo. (*Pausa.*)

Força, Coronel. (*Risos.*)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, meus cumprimentos, nosso Relator, doutor advogado, Dr. André; Sr. Carlos Roberto, Srs. Parlamentares, meus cumprimentos.

Lá em Rondônia, minha Rondônia, quando a pessoa mente, diante de muitas pessoas, se diz que a pessoa é cara de pau!

Sr. Carlos Roberto, eu gostaria que, na nossa conversa aqui, olha, eu, como representante do meu Estado de Rondônia, e o senhor aqui como testemunha, se falasse a verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor chegou aqui dizendo que é filho de coronel. Certamente, o seu pai deve ter lhe ensinado que lá nos códigos militares, o art. 1º diz: Faltar com a verdade... Faltar com a verdade. Punição: cadeia! Cadeia! Ele deve ter lhe ensinado isso. Falou isso para você alguma vez?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES (*Fora do microfone*.) – É uma pergunta?

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Eu estou fazendo uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor pode pedir para repetir.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES (Para depor.) – O senhor pode repetir, por favor?

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Seu pai lhe ensinou alguma vez isso?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Meu pai me ensinou a ser o homem digno e honrado que sou.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Não, não, sim, eu sei, mas só em relação a faltar com a verdade, a mentir.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Eu não ingressei no Exército como meu pai. Então, essas doutrinas sobre artigos ele não me passou.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Não passou. Está o.k..

Olá, Rondônia! Em quinze municípios aqui, ele disse que está presente, está aqui. Eu vou checar nos 15 municípios se houve roubo, e eu vou informar de novo, tá? Se houve roubo. Pelos números que foram apresentados aqui, nesses municípios – 15 municípios –, com certeza, pelos números, tem muita gente sendo roubada. Eu não posso dizer aqui quais e quantas, porque eu não sei realmente, eu não tenho os dados ainda: Alto Paraíso, Monte Negro, Ariquemes, Colorado do Oeste, Cacaulândia, Vale do Anari, Nova Brasilândia d'Oeste, Cabixi, Cerejeiras, Costa Marques, Jaru, Alvorada D'oeste, Mirante da Serra, Ouro Preto e Urupá. Quinze municípios. Eu vou checar, em todos eles, se alguém foi roubado. Pelos números tem roubo aí, sim – pelos números, pelos números.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito bem.

Sr. Carlos Roberto, deixe-me lhe fazer uma pergunta. O Carlos Lopes é considerado o padrinho da Conafer?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Quase toda a sua família – eu não sei quantos são – toca todo esse empreendimento. É um grupo familiar que comanda tudo isso. O senhor considera assim também?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – O senhor pode repetir a pergunta, por favor?

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – A Conafer praticamente é muita gente da sua família que está... que dirige. O senhor considera que é um grupo familiar que comanda a Conafer?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Mesmo pela quantidade imensa da família?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Mesmo. São diferentes, linhagens diferentes. Mesmo que tenham parentesco de primeiro grau, eu não posso considerar que é dominado pelo grupo.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – O.k.

O senhor formou essa empresa que, para mim, é familiar.

Eu gostaria de saber como se dá a eleição para a Presidência da Conafer? Porque parece que a Presidência é cargo vitalício.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – De cinco em cinco anos é feita uma assembleia-geral onde os presidentes das federações indicam os seus delegados para aferimento e votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Mas deve ser sempre alguém de sua família, né?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Nem sempre, nobre Deputado.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Com esses roubos que foram vistos na Conafer, que o senhor disse que sim e, em vários, inclusive, o senhor estava devolvendo o dinheiro.

Concorda com isso?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Nós, da Conafer, não consideramos roubo, apenas é o findamento da relação de consumo.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Um dinheiro emprestado, então? Pegaram emprestado...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – ... e estavam devolvendo.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor, não, senhor, o encerramento da associabilidade, da relação de consumo...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Está bem.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – ... porque não poderíamos considerar roubo aquilo que o INSS colocou em desconto.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Na verdade, a Justiça disse que é roubo.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – O.k.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – A Justiça disse que é roubo!

O senhor não sente nenhum remorso de saber que são velhinhos e velhinhas doentes que estão sofrendo com esse dinheiro que tiraram deles? O senhor não sente essa dor no coração?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Como Presidente da Conafer, desde o dia... 2020, instauramos como *compliance* toda a reparação de danos causados por essa política de arrecadação.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Reparação significa que houve, sim, uma subtração de recursos.

Eu estou falando dessa subtração. O senhor não sente, ninguém da sua família sente – "pô, nós estamos roubando os aposentados e pensionistas!" –, considerando que a Justiça disse que foi roubo?

Não sou eu não, a Justiça!

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Até o trâmite em julgado dessas alusões e investigações, a Conafer se considera totalmente inocente no processo.

Como os termos de adesão vêm do primeiro grau, nobre Coronel, a Conafer é uma corresponsável do que recebe da sua base associativa, não podendo ela absorver tal sentimento, tendo em vista que a ela ficou a obrigatoriedade de reparação.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – A Conafer verifica se os descontos são autorizados explicitamente por cada beneficiário aposentado ou pensionista? Ela verifica isso?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – A Conafer recebe termos de adesões dos seus entes federativos, faz a checagem conforme as portarias e envia ao INSS para análise final. Quem valida ou não se vai ser descontado é o INSS.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Tá, então, o problema passa a ser do INSS, não é?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Se vai se tornar desconto, sim, Coronel.

A Conafer não tem essa prerrogativa nem o poder de dizer que aquele termo de adesão vai se tornar desconto.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Mas e aqueles... aqueles...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Diferente... Diferente das outras associações ou de consignado.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Mas eu digo aqueles que foram constatados, que realmente estavam ilegais.

Não foram os senhores que fizeram?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Sim, senhor, esses que foram constatados e os seus beneficiários fizeram reclamações administrativas, judiciais, foram reparados.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Constataram que estava ilegal, e vocês repararam, é isso, né?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – São, não... São, nobre Deputado Coronel Chrisóstomo, são vários matizes de reclamação.

Uns não querem mais o serviço, outros alegam que não assinaram, certo?

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – O.k.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Uns vão pegar... Uns vão no sindicato ou na associação para buscar algum tipo de outra política e acabam, como não têm proatividade financeira para pagamento, colocando o seu desconto como pagamento, que é o que realmente essa política beneficia.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Sr. Carlos, vou lhe falar uma coisa: o Brasil todo sabe que todo esse conglomerado de associações, de sindicatos, roubou os nossos aposentados e pensionistas. O senhor disse que não é roubo, mas devolveu o dinheiro. Mas é roubo. A verdade é essa. O Brasil todo sabe disso, a imprensa toda sabe disso, o Parlamento todo sabe disso, e o senhor fica falando que não, não considera que é roubo, mas devolve o dinheiro!

Eu vou lhe falar uma coisa: os senhores deveriam falar as verdades, os senhores deveriam dizer aqui na CPMI, na Justiça, tudo o que foi feito para poderem reparar o nosso povo, que está sofrendo.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Muitos doentes numa cama estão morrendo porque não têm remédio, Sr. Carlos Alberto. O pouco para eles é muito. O pouco mata gente, porque precisa de remédio. Parem de fazer isso, gente! Parem de roubar os aposentados e pensionistas, rapaz! Vocês estão afundando a nossa nação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Eu estou tratando do que está sendo dito. Não sou eu, as palavras não são minhas, Doutor, a imprensa fala, a Justiça fala que é roubo. Não sou eu, não é o Deputado, não é o Presidente, não é o Relator. Nós estamos aqui querendo constatar todo esse roubo, para botar na cadeia os ladrões. Não façam mais isso, senhores!

Vou fazer a última pergunta para o senhor.

Excelência, só a última pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Sr. Carlos Alberto, se o senhor sente, se o senhor é brasileiro, é um pai de família, se o senhor vê que esse roubo existe e, se não é o senhor, que são outros, qual a sua proposta para acabar com isso?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Nobre Deputado, a Conafer defende várias linhas de proatividade e de transparência para a sua arrecadação. A Conafer, como sempre, procurou a política do *compliance*, da reparação do dano àquele reclamante. Só para concluir, ela diz que aquele que... ninguém pode causar um dano que não repare. E como a Conafer não se filia a CPF, filia-se a CNPJs, a Conafer adota políticas de treinamento e capacitação da sua base, dando condições aos seus associados de usarem o serviço. É um universo... O senhor está corretíssimo quando o senhor alude que certos tipos de atores se utilizam de mecanismo espúrio para potencializar arrecadações e enriquecimentos em cima dos menos favorecidos. Eu gostaria de, iniciando, como sugerido por alguns órgãos aqui, o encerramento desse modal como pagamento, como utilização de pagamento por qualquer um desses beneficiados.

Agora, vale ressaltar que os grandes beneficiados dessas políticas de arrecadação não estão nas entidades, como Contag, Conafer e outras. Não, estão naqueles que ainda continuam funcionando e arrecadando. E a potência da sua arrecadação se dá, a cada acontecimento, 30

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

vezes da minha. E esses aí, nobre Deputado, que estamos comungando com o senhor, que somos sérios, esses deveriam também estar como nós, suspensos. É porque a única coisa que eu posso trazer ao senhor aqui, como brasileiro, filho de militar, sabe o que é? É transparência e verdade no cumprimento das minhas obrigações como gestor. É transparência e verdade no cumprimento das minhas obrigações como gestor.

E coloco-me à disposição para prestação de esclarecimento, entrega de informações e, quando os senhores precisarem da minha presença, estarei aqui, com o advento da verdade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PL - RO) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Com a palavra o Deputado Kim Kataguiri.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP. Para interpelar.) – Boa noite, Sr. Presidente; testemunha, Sr. Carlos...

Quero começar dizendo que Deputados do PT disseram que houve roubo por parte da Conafer, durante o Governo Bolsonaro, e Deputados do PL disseram que houve roubo por parte da Conafer durante o Governo Lula.

E eu quero dizer que concordo com ambos.

Feito esse preâmbulo, quero perguntar para o Sr. Carlos... Primeiro, puxar um gancho interessante dessa última fala dele.

Você diz que, com a suspensão da Conafer e da Contag, outras associações estão crescendo 30 vezes e deveriam ser suspensas também.

Que associações são essas? Que crescimento é esse? O que elas estão levando? A gente tem que chamar alguém aqui para investigar essas outras associações também? Por curiosidade.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES (Para depor.) – São as entidades de consignado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Quais são as entidades?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Porque a mensalidade...

Foi narrado aqui pela CGU, TCU e IPF, né?

BMG, PicPay, Bradesco, Itaú, Banco do Brasil, Caixa...

E o impacto do desconto dessas entidades, desse consignado, em cima da folha do beneficiário... Uma parcela de consignado considera 30 das associações.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Ótimo.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – E elas continuam, é isso que eu queria trazer, que eu falei com o Coronel Chrisóstomo, elas continuam arrecadando.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Eu vou então para algumas...

Eu sei que algumas dessas instituições já foram objetos de requerimento. Para aquelas instituições financeiras que ainda não foram, comprometo-me aqui, e acho que todos os representantes de todos os bancos que estejam envolvidos em desconto indevido para aposentados e pensionistas devem ser chamados aqui. Mesmo porque, Presidente, e eu já disse isso em outra oportunidade, mas nunca no microfone desta CPMI, minha mãe foi vítima no golpe do consignado. Ela é pensionista e sofreu esse tipo de desconto.

Então, para além do interesse de defender a população, tenho o interesse, também, de fazer justiça à minha própria mãe.

Quero questionar sobre os descontos de 620 mil aposentados, que boa parte da amostragem que foi fiscalizada pela CGU demonstrou que eram objeto de fraude.

Queria perguntar como o senhor justifica a inclusão dessas cobranças indevidas, sem autorização expressa por parte da Conafer.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Nobre Deputado Kim, gostaria de dizer para o senhor que toda validação de desconto, após entrega do termo de adesão ao INSS, é do órgão e que os nossos 620 mil associados inativos são totalmente válidos e transparentes. Tanto é, que a gente mostra...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Deixe-me puxar um gancho disso aí, "que todos são válidos e transparentes".

O senhor reconhece que houve, relacionado à Conafer, algum desconto ilegal?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Eu vou dizer para o senhor que eu não posso considerar tal afirmação, sendo que a entidade que eu gesto não filia CNPJs.

CPFs, desculpa.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Bom, é o contrário do que nós temos e, aliás, do que o senhor próprio disse, que houve ressarcimento por parte de reclamações. Se houve ressarcimento, é porque houve desconto ilegal, e essa ilegalidade foi constatada pela própria Conafer, após reclamação de um desses beneficiários.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Nem sempre o ressarcimento se dá por características de ilegalidade. Às vezes é por não mais querer o serviço, às vezes é por não concordar que...

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Não houve nenhum pedido de ressarcimento em razão de ilegalidade? Ou nenhum ressarcimento foi concedido em razão de ilegalidade?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Todo tipo de reclamação ou pedido de ressarcimento foi considerado por essa entidade como válido e ressarcido.

A Conafer, depois que oferece o ressarcimento ao indivíduo, busca a entidade de primeiro grau que ofereceu tal termo de adesão e coloca em sua conta ou cota esse passivo.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Dessas entidades de primeiro grau, teve alguma identificação por parte da Conafer de: "Olha, essas entidades são as que mais deram problemas em relação a descontos ilegais"? Teve alguma identificação, teve algum trabalho? Porque estourou uma operação policial gigantesca.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Sim.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Você joga a responsabilidade em relação a isso nessas instituições de primeiro grau?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, não é jogar, é a metodologia de arrecadação.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Perfeito.

Em relação a essa metodologia, você, com certeza, teve algum mapeamento de quais foram essas instituições de primeiro grau que mais deram problema. Certo?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Certo.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Quais foram?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Olha aqui, a recorrência – é boa a sua pergunta, maravilhosa – se deu nas entidades que mais usaram consignado.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Das entidades que mais utilizaram... Mas teve...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – É porque talvez uma entidade de primeiro grau não dependa nem da federação nem da confederação para ter uma relação com o banco.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Perfeito, mas quais foram essas instituições de primeiro grau que mais deram problema?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não posso dizer especificamente nomes, mas posso dizer que esse produto...

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Não. Como não pode?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não posso porque não tenho informações aqui.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Não pode no sentido de que não tem essa informação.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – É. Vou fornecer com objetividade, mas posso dizer para o senhor que o que foi anotado, o que foi observado por essa gestão, aonde sobre a ocorrência ou a inocorrência, eram entidades de primeiro grau que as mesmas detinham de relacionamentos próprios e individuais com instituições financeiras de consignado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Então, acho que a informação fundamental para essa CPMI é trazer quais são essas instituições de primeiro grau, até para a gente questionar aqui...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Estarei providenciando com a maior presteza.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – ... no âmbito dessa investigação.

Sobre a auditoria do INSS, que já foi citada aqui, de que 90% dos pedidos de exclusão de desconto que foram auditados, os beneficiários disseram que não tinham autorizado a cobrança, que nesse sentido o prejuízo foi de R$45 milhões.

O senhor contesta de alguma maneira esses números da auditoria, dizendo que 90% deles foram irregulares?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Contesto.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Por quê?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Porque a metodologia tanto do TCU, da CGU e dos outros órgãos para tal aferimento ou a apresentação para requerimentos junto à Justiça Federal se deu em abril, tendo em vista que eles passaram 30 meses, 30 meses, permitindo que entidades que nunca abriram a porta, nobre Deputado, recebessem repasses 30 meses.

Eu quero deixar claro aqui: qual seria o padrão do TCU e da CGU?

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Sim, mas eu quero entender qual o padrão físico de amostragem que está sendo alegado pelo senhor.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Olha, nobre Deputado Kim, eu conseguiria fazer vezes dez a amostragem do TCU aqui com características positivas. Agora, a qualidade do TCU de permitir entidades de fachada receberem 30 meses sem abrir a porta...

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Aí o senhor estaria manipulando a amostragem.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, não, não estaria. Talvez...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Você diz: "Olha, para exemplos que a CGU pegou de centenas de casos que foram irregulares, que foram ilegais, eu poderia trazer milhares de outros". Seria a mesma coisa que eu dissesse aqui para o senhor: "Olha, para cada caso de pessoa que morreu de covid, eu posso trazer outros mil de pessoas que sobreviveram, tentando diminuir o índice de mortalidade do vírus".

Isso não é estatística.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Nobre Deputado Kim Kataguiri, a Contag foi colocada como em lista por seis fichas, e a Conafer, por 50, e todas as duas têm um universo de milhões de associados.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Veja, da mesma maneira, isso não é uma amostragem.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Eu acredito assim... Só para concluir a pergunta, só para concluir a resposta, nobre Deputado.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Isso não é uma amostragem.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Só para concluir a resposta: qual seriam então a característica e a metodologia do TCU e da CGU para permitir quem nunca funcionou receber 30 meses de repasse?

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Não, aí você não está melhorando a sua situação. Você está dizendo que você está irregular e ilegal e que vários outros tantos também estão.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, não, não.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Você não está se limpando; você está sujando os outros.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, não, não. A Conafer funcionou de segunda a sexta-feira por 30...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Mas o que eu quero colocar é o seguinte: a argumentação em relação à amostragem é falaciosa, porque, da mesma maneira que em pesquisa eleitoral, eu posso falar: "Olha, como eu posso dizer que tal candidato tem 49% das intenções de voto para Presidente, se o instituto entrevistou 2 mil pessoas, e eu tenho 150 milhões de eleitores"? É estatística, da mesma maneira que foi feito pelo TCU e que foi feito pela CGU. Eles fizeram a amostragem de maneira randômica, como fazem em qualquer tipo de fiscalização, e constataram essas irregularidades.

Agora, uma questão fundamental, que eu acho que é um ponto central das afirmações que você fez ao Relator, é que foi feito o pagamento de R$100 milhões para aquela empresa, Santos; e, quando o Relator questionou, o senhor disse que não conhece o dono, que não sabia quem era o dono dessa empresa.

O senhor ainda sustenta essa afirmação?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Eu me reservo ao direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – O senhor se reserva a esse direito, porque, logo depois, o senhor disse que ele é seu sócio. Então, como que a Conafer, sob a sua gestão, com a caneta na sua mão, faz uma compra de R$100 milhões com uma pessoa... E aí o Relator pergunta: "Você sabe quem é o dono dessa empresa?". E aí você diz: "Não sei, porque o que me interessa são os insumos, o que me interessa são os serviços, o que me interessa são os produtos".

Até aí uma resposta duvidosa, porque, assim...

(*Soa a campainha.*)

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – ... eu nunca geri uma empresa de R$100 milhões, mas eu imagino que, se eu gerisse e eu comprasse R$100 milhões de alguém, de qualquer empresa que seja, eu conheceria o dono – não só o dono, como boa parte da diretoria. Mas até aí ainda é possível, vamos dizer que você cometeu um erro escusável. Mas, a partir daí, a gente tem a revelação de que essa compra de R$100 milhões é do dono de uma empresa que é seu sócio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, espera aí: você tem um sócio num negócio privado seu, e aí você diz que, enquanto Presidente da Conafer, você pagou R$100 milhões para uma empresa que você dizia que não sabia o dono, mas o dono é seu sócio?!

Então, é natural que você exerça o direito de ficar calado, porque isso te incrimina.

Inclusive, Presidente, eu terminaria esta minha fala, porque é patente a mentira que foi colocada. Nenhum juiz consideraria aceitável uma testemunha dizer que pagou R$100 milhões para uma empresa, que não conhece o dono dessa empresa, sendo que é público que essa pessoa é sócio dessa empresa.

Então, eu solicitaria, Sr. Presidente, ao final desta reunião, como foi feito em outra ocasião, com base no 342 do Código Penal, no 301 e no 302 do Código de Processo Penal, a decretação de prisão em flagrante por falso testemunho.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado Kim.

O Fabiano Contarato não está.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Presidente, eu faço o mesmo pedido, com base na contradição que eu apontei da questão do ACT de 2017.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – A testemunha caiu em contradição, demonstrando que mentiu ao dizer que teve que buscar na base as cem fichas, sendo que o ACT obriga a mantê-las na sede.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Com a palavra...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Peço também a prisão do Sr. Carlos Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Dorinaldo Malafaia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP. Para interpelar.) – Presidente, muito obrigado.

Eu fico surpreso e indignado aqui com as palavras e a desfaçatez do depoente. Aqui, ele entra no rol de pelo menos quatro ou cinco pessoas que vieram aqui com um nível de arrogância absurdo.

Antônio Carlos Antunes, o Careca, veio aqui também com esse mesmo nível de arrogância, mas parece até que Antônio Carlos, o Careca, foi mais comedido e fez menos provocações a esta Comissão.

Então, acho que V. Sa. entra nesse rol desses criminosos: Camisotti, Virgílio Oliveira, Stefanutto e, agora, Carlos Roberto Lopes, que me pareceu de uma coragem extrema, mas parece que tem um sentimento comum a todos eles. Eles acham, realmente, têm convicção de que o crime compensa, e o crime compensa exclusivamente para as suas famílias. Tem um círculo, os dois... É o mesmo *modus operandi*, Presidente.

E essa rede familiar que o Sr. Antônio coordena, junto com a sua família e agregados, é muito maior, parece-me, até do que a do próprio Careca do INSS; e de um nível de arrogância e coragem que eu vou lhe dizer – ouviu? –, é assustador. Chega a ser um perfil que eu vou lhe dizer, até mesmo psicopata, sabe? No sentido da saúde mental, porque uma pessoa é isso, né? O psicopata mata, e não tem um sentimento nenhum sobre aquilo, comete um crime, não tem nenhum sentimento sobre aquilo, sobre os milhões de pessoas que afetou.

E eu quero lhe dizer aqui, eu anotei aqui, e me somo a todos aqueles Parlamentares que também veem crimes na sua fala, principalmente os já levantados aqui pelo Deputado Kim.

Eu colocaria algumas tipificações. Primeiro, fraude contra o INSS, estelionato previdenciário. A sua conduta aqui, mostrada pelo Relator... E eu queria deixar isso claro, está apresentada pelo Relator.

Queria parabenizar V. Exa. V. Exa. trouxe dados aqui, teve fraude aqui apresentada, dados concretos. V. Exa. apresentou as fichas aqui fraudulentas, crianças de nove anos, gente morta, gente que... Ou seja, é uma loucura isso que está acontecendo aqui, V. Exa. trouxe os dados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu entendo que aqui você tem uma demonstração factível de crime e de fraude contra o INSS, estelionato previdenciário. Tem base legal para isso, tem o art. 171 do Código Penal, sobre estelionato contra entidades de direito público ou de instituto da economia popular, assistência social ou beneficência.

Associação criminosa, organização criminosa o senhor conduziu, e está claro para todos nós que essas entidades que o senhor conduz, mais de cinco, seis entidades, o senhor tem essa capacidade de dizer que tem um sindicato quando não tem um sindicato, quando não tem, inclusive, carta sindical, e, mesmo assim, fez uma organização, montou uma organização criminosa. Tem base legal para isso, tem o art. 288 do Código Penal, associação criminosa, três ou mais pessoas para cometer crimes. Os senhores cometeram um crime, está claro em toda a exposição do Relator e tudo que foi falado aqui, demonstrado, inclusive pela Polícia Federal.

Lavagem de dinheiro.

Alguém tem dúvida de que o senhor cometeu a conduta de utilização de empresas de *holding*, mineradoras em que o senhor também tem composição, agropecuárias, banco digital e aquisição de patrimônio de luxo para dissimular origem ilícita de recursos?

Os senhores estão lavando dinheiro – os senhores estão lavando dinheiro.

Eu quero dizer para o senhor, que tem, inclusive, uma carta da Apib... O senhor vem para cá... Eu sou lá da Amazônia, do Amapá. O senhor vem aqui fantasiado, porque o senhor não tem nenhuma relação com os povos indígenas. Vem pintado, como se estivesse se protegendo espiritualmente, e a Apib, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, fez uma nota de repúdio à atuação fraudulenta da Conafer nos territórios indígenas. Está aqui. Eles não reconhecem.

O senhor pode tentar se pintar e desconfigurar a cultura indígena...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Mas...

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Eu não estou lhe perguntando, eu estou falando. Quando o senhor... Quando eu tiver que lhe perguntar alguma coisa, eu vou acioná-lo, está certo? Eu nem quero ouvi-lo muito, porque eu cansei de ouvir tanta mentira aqui. Eu não estou muito preocupado com a sua fala, porque é dissimulada, é a desfaçatez plena aqui. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu não estou interessado se o senhor vai falar, vai ficar calado. O senhor está cometendo um crime aqui.

Espero, sinceramente, que o senhor tenha o mesmo destino da Jorgina de Freitas, que teve 14 anos de prisão! Fugiu, desviou R$2 bilhões, mas passou 14 anos presa.

Nós aqui, meu amigo, no que depender da gente, de mim, e eu imagino que da maioria deste Congresso Nacional, nós vamos lutar para que V. Sa. esteja preso por tudo o que está fazendo, está certo?

Então, falsidade ideológica e documental. Conduta: declaração falsa de natureza sindical da Conafer, inserção de dados falsos em fichas de filiação e documentos enviados ao INSS. Ocupa o INSS! Eu quero aqui ressaltar e inclusive fazer referência aos funcionários do INSS. Teve aviso! Teve muito aviso! A história desse processo tem uma série de servidores que estão dizendo que tem fraude, tem fraude, tem fraude, tem fraude. E tem um período histórico disso, apresentado também aqui pelo nosso Relator, que começa em 2019 – ali, 19 e 20 –, quando dão causa para V. Sa. de usar esses acordos de cooperação técnica. É impressionante. Tem um período histórico ali onde tem um secretário do INSS, que hoje é Senador e que dá autorização a representante do INSS para liberarem o próprio acordo de cooperação técnica que estava sendo negado pelos servidores do INSS, ou seja, dão um cavalo de pau na direção política da condução das denúncias. Dão um cavalo de pau!

Aí eu quero resguardar também a imagem de alguns servidores que são legítimos. Foi gente afastada. Foi gente afastada por uma operação política construída por agentes políticos do Governo do Bolsonaro! Foi apresentado pelo Relator aqui. Nós vimos isso, e está nos autos também.

Então, V. Sa. pega e culpa até morto, está certo? Então, portanto, falsidade ideológica e documental, base legal, art. 299 do Código Penal, falsidade ideológica; art. 297 do Código Penal, falsidade de documento público. Autocontratação fraudulenta, gestão fraudulenta. O senhor relatou aqui. Tem documentos sobre a autocontratação fraudulenta. Conduta: assinatura de termo de confidencialidade consigo mesmo, ocultando remuneração, gestão de entidade em benefício próprio. O senhor tem... Tem documentos aqui mostrando que o senhor fez um termo de confidencialidade consigo mesmo. Olha que loucura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Continuando. Base legal, art. 168 do Código Penal, apropriação indébita na qualidade de gestor. Art. 4º, gestão fraudulenta de instituição financeira se equiparado ao Terra Bank. Sexto, ameaça e coação.

Tem também nos autos ameaça e coação a servidores. Se for comprovado o envolvimento dele nessa investigação, se for comprovado, o senhor se enquadra exatamente aqui, e tem nos autos também. Acho muito importante a fala do Deputado Pimenta quando solicita à Polícia Civil os relatórios que venham para esta CPI. Conduta: servidor do INSS relatou ameaças de morte ao investigar irregularidades da Conafer, certo? E, no final, improbidade administrativa. Quando, em convênios públicos – a conduta –, o uso da Conafer para a obtenção de recursos mediante convênios com órgãos federais, apesar das irregularidades, que foram também demonstradas pelos servidores.

Então, eu queria finalizar citando e pedindo a V. Exa., Presidente, que possa exatamente receber todas essas informações para que a gente possa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – ... realmente sair daqui com uma resolução e, deixando claro que nós temos um tempo, nós temos aí... Eu quero que a gente saia daqui com a capacidade nossa de entender quem deu causa nisso e aplicar as resoluções, as normativas, para que a gente possa superar este momento de crise e vergonha nacional, a partir do momento em que nós temos esse tipo de esquema fraudulento sendo conduzido por esse grupo de fraudes e pessoas que, lamentavelmente, deveriam proteger o aposentado e o pensionista e, na verdade, aplicaram um golpe gigante.

Então, eu finalizo aqui apenas desejando que V. Sa. tenha essa mesma finalidade, esse mesmo fim de muitos que cometeram esse crime, como é o caso de Jorgina de Freitas. E eu não tenho dúvida, não falo isso para desejar o mal a ninguém, mas digo isso porque eu não tenho dúvida de que V. Sa. operou um esquema bilionário de fraude, beneficiando a sua família e falando claramente, para a gente aqui, sem nenhum pudor, que isso é perfeitamente possível e normal.

Então, muito obrigado. Desejo uma boa noite a todos os Congressistas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado.

O advogado me passou em mãos aqui uma declaração da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai).

Órgão instituído com a finalidade de assistir o indígena vem declarar, junto a quem possa interessar, que Carlos Roberto Ferreira Lopes, nascido em 25 de junho de 1979, portador do RG número tal, CPF... O mesmo se autodeclara indígena da etnia tapuia, é residente do território indígena Caramuru-Catarina Paraguassu, onde convive com seus familiares em regime de economia familiar, assistido por esta fundação, de acordo com a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que rege o estatuto das comunidades indígenas brasileiras. Pau Brasil, Bahia, 14/08/2025. É a declaração que foi passada aqui sobre a condição de indígena do Sr. Carlos, autodeclaração.

Com a palavra a Senadora Soraya Thronicke. (*Pausa.*)

Pois não, senhor.

Só um instante, senhores.

Com a palavra, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Acho que eu já posso falar bom dia, Presidente, faltando um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, faltam poucos minutos.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS. Para interpelar.) – Dois minutos para rompermos um novo dia. Todos cansados, mas, enfim, cumprimento inicialmente o Sr. Carlos Roberto Ferreira Lopes, o depoente, o seu advogado Dr. André Luiz Tavares. Não é da minha verve julgar pessoas, mas, sim, fatos e provas. Então, não se preocupem que não terei arroubos de falta de educação ou julgamento dessa espécie.

Presidente, antes de tratar diretamente com o depoente, eu gostaria de reiterar os seguintes pedidos: que V. Exa. agende a vinda do PicPay e do Banco BMG, por favor. Foi tratado inúmeras vezes aqui, é de suma importância, principalmente com a colaboração do depoente. Podemos aqui desvendar mais um grande escândalo dentro deste escândalo. E parece que aqui temos uma sinalização que está realmente me impressionando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, peço que paute, Sr. Presidente, para a próxima deliberativa, a quebra de sigilo do Eli Cohen e do Partido Liberal, além da inclusão do Sr. Eli Cohen nos pedidos das prisões cautelares.

Bom, gostaria de cumprimentar o Sr. Relator hoje, acho que ficou com saudade do Tribunal do Júri. Eu fiquei curiosa, Relator, gostaria de ter tido a oportunidade de assistir a um júri de V. Exa. Foi muito bem tecnicamente, a exposição foi muito didática.

Bom, a Conafer, que hoje está aqui, pode até ser a maior – nós não sabemos ainda se é a maior – , mas é uma das entidades entre as 39 envolvidas; entre as 39. Então nós precisamos nos aprofundar nesse número, que é preocupante.

Nós já sabemos o que aconteceu, já pisamos e repisamos. E essa situação também não interessa mais saber neste momento: se comprou um avião, se comprou uma fazenda, uma chácara. Por quê? Porque nós sabemos quem são os lesados, queremos saber exatamente quem são os culpados e quem vai restituir os cofres públicos.

Então, de um lado, nós temos as entidades, as instituições financeiras e, de outro, nós temos o poder público, porque inegavelmente, sem o poder público, sem a conivência de agentes do poder público, nada disso teria acontecido. Então, nós temos um conluio de agentes do poder público, e é sobre isso que devemos nos debruçar, concomitantemente. Não precisamos deixar de tratar dessas entidades, mas concomitantemente com o poder público.

E o próprio depoente já se disponibilizou a ajudar, acabou de dizer aí para o Coronel Chrisóstomo. Então, é importante que possamos contar com a sua ajuda nesta situação, porque eu creio que o senhor tem muito a nos acrescentar.

E dessa forma, o senhor mencionou, Sr. Carlos, inúmeras vezes, que como Conafer nunca cuidou de cadastramento ou de filiação de CPFs, mas somente de CNPJs. Então, eu gostaria de saber do senhor como é que o senhor está lidando com essas entidades de primeiro grau? Como é que o senhor está... Como é que o senhor está, com essas informações que tem, como é que o senhor está tratando da sua defesa em relação a isso? O senhor está disposto a dizer, se não foi o senhor, quem foi, como foi, como foi feito isso? Porque é um elemento de defesa.

,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES (Para depor.) – Bom dia, nobre Senadora Soraya Thronicke. Muito obrigado pelo questionamento da senhora.

Em primeiro lugar, vale ressaltar a todos os Parlamentares que aqui estão ainda que o sistema do Meu INSS, aberto, à disposição de todos os aposentados do Brasil para que os mesmos pudessem ir lá e fazer as suas manifestações de fraude, indicando associações, ainda se encontra vigente e vai até dia 31 de dezembro.

No atual momento, a Confederação tem apoiado as entidades de segundo e primeiro grau no que nós chamamos de tratamento dessas ocorrências.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – O senhor pode acrescentar...

É que a minha preocupação é meu tempo, Sr. Carlos.

O senhor, ouvi também o Relator dizer inúmeras vezes do número absurdo de ações judiciais, 71 mil. Como é que está o seu passivo judicial hoje, se depois o doutor pode nos enviar. A situação, se já transitou em julgado, se já foi tudo arquivado. Eu acredito que...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Acho nós podemos dizer que realmente tivemos esse número a que o nobre Relator aludiu, mas não são todos que estão vigentes porque vários, acho que mais de 42 mil ou 52... Eu vou dizer números, porém me reservo o direito de apresentar a exatidão na CPMI, mas para não deixar...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Vocês aderiram no meio...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – ... para não deixar a senhora inócua... A Conafer vem trabalhando, como ela é responsável pelo ACT, porque ela é personalidade jurídica...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Sim.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – ... que dá segurança jurídica e financeira para o ACT...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – É responsabilidade solidária aí.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – É. Então ela vem pagando e se solidarizando com aqueles que fazem reclamação. No atual momento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Aí, no caso, o senhor paga dobrado...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Exatamente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – ... porque o acordo do INSS é um acordo para o recurso...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Para pagamento somente de um valor único, com correção, com o INPC.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Sim. É uma boa informação para quem está aí acompanhando, e vamos ver se acelera...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – A gente pagou dobrado. Procon é uma média de R$800; se reclama na reclamação administrativa, se paga dobrado...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – O.k.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – ... processos judiciais, de 2.500 a 4.500.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Agradeço e eu gostaria de só "sim" ou "não".

O senhor já negou que não partiu do senhor ou de nenhum familiar seu ou sócio seu nenhuma ameaça a funcionários do INSS.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Jamais, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – O.k. Mas o senhor se sente ameaçado aqui? O senhor já foi ameaçado?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Senadora, desde o dia 23 de abril, as entidades associativas que existiam, que abriam e fechavam de segunda a sexta estão com o seu funcionamento prejudicado pela Justiça Federal, interrompido, e sua vida financeira. A gente vem sofrendo pressão por várias variáveis, principalmente para aqueles que continuaram funcionando.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Entendi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já satisfeita em relação a isso...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Obrigado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – ... e, por isso mesmo, eu quero trazer um... Porque isso preocupa, me preocupa sobremaneira. E há pessoas ameaçadas, há inúmeras pessoas ameaçadas, e creio que nós tenhamos de ouvi-las, Presidente, em uma reunião fechada para que possamos proteger a identidade delas.

Eu gostaria de citar aqui a CNN Brasil, de maio agora de 2025:

> Além das denúncias de descontos ilegais nos contracheques de aposentados e pensionistas, já houve denúncia de repasse suspeito do INSS à uma associação de peritos. [...]
> O servidor do INSS que denunciou uma suspeita à [...] [Polícia Federal] era responsável por contratos. Ele denunciou, por e-mail, repasses do órgão para uma associação de peritos médicos. Segundo ele [...], o que deveria servir para combater o esquema, foi usado para afastá-lo do cargo que ocupava.
> O servidor também enviou e-mail à Presidência do órgão relatando as suspeitas.
> Segundo o funcionário [...], o então presidente do INSS, Leonardo Gadelha [que temos de ouvir], lhe recebeu, e a ele foram apresentadas provas do que se considerava [...] [e essas provas foram consideradas inadequadas].
> Na época, o servidor denunciou que a então diretora de Saúde do Trabalhador transferiu o orçamento anual de capacitações e todas as equipes de analistas com formação em saúde para a associação presidida pelo esposo, e que ela própria era diretora.
> Após uma semana da denúncia, o servidor diz que foi chamado na gestão de pessoa para ser avisado que foi transferido da Direção Central para uma Superintendência. "Era pro setor que eles costumavam mandar quem não dava conta de trabalhar e não faziam nada. Ou seja, para apagar a pessoa" [...].
> "Fui então avisado de minha transferência...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

> ... e a então diretora que denunciei virou presidente substituta, assumiu por uma semana, ordenou que arquivassem todos os processos abertos na instituição contra ela (por assédio) e depois ela foi promovida para o Ministério da Previdência" [...]

E, nessa mesma seara, há cinco anos, isso foi uma matéria de *O Globo*, em que servidores do INSS sofreram ameaças após barrarem descontos ilegais de associações. E aqui eu destaco que, essas ameaças, um mês depois das ameaças, o então Presidente do INSS, Leonardo Rolim, editou uma portaria que transferiu essa atribuição de fiscalização para outro setor. Essa pessoa que foi ameaçada teve sua mãe ameaçada, o carro identificado, enfim, é extremamente grave e precisamos aprofundar, Presidente, e principalmente que o senhor paute e que o senhor agende os requerimentos já por mim ofertados.

Muito obrigada, e boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PODEMOS - MS) – Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Bom dia.

A pedido do depoente, a sessão está suspensa por dez minutos.

(*Suspensa à 0 hora e 09 minutos, a reunião é reaberta à 0 hora e 18 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco/MDB - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Carlos Roberto, boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor, silêncio.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco/MDB - SE) – Sr. Carlos Roberto, eu tenho aqui o que seria uma espécie de currículo do senhor que o descreve como empresário em Minas Gerais, pecuarista, proprietário de empresas, inclusive uma *holding* com sede nos Estados Unidos, e além disso, claro, Presidente da Conafer. Isso corresponde à realidade, Sr. Carlos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES (Para depor.) – Acredito que sim, o senhor está falando. O senhor está de posse do currículo, né? Então, acredito que sim, porque sobre a *holding* eu afirmei...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco/MDB - SE) – É porque tem tanta coisa que não é verdade que colocam no papel, Sr. Carlos.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Sobre ser Presidente da Conafer, sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco/MDB - SE) – Se o senhor soubesse o quanto tem de coisa falsa que vai para o papel neste país, por isso eu lhe pergunto.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – É verdade, está certo. Desculpe-me, senhor. Pois não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco/MDB - SE) – Estou citando o depoimento, Sr. Carlos, e veja, o senhor está acompanhado por um bom advogado, o senhor está no depoimento. Eu estou lhe fazendo uma pergunta em tom respeitoso, perguntando se os dados que recebi correspondem: se o senhor é empresário, pecuarista.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Sim, senhor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco/MDB - SE) – Perfeito.

Me interessa saber, Sr. Carlos, como chegamos a esse ponto, porque o senhor, aos 33 anos de idade, criou a Conafer, correto? Até este momento da criação da Conafer, o senhor fazia o quê?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – A gente atuava no movimento agrário campesino no Brasil.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco/MDB - SE) – Ligado a que tipo de grupo especificamente? – se o senhor puder colocar.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Aos camponeses.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco/MDB - SE) – "Camponeses" é um negócio bem, bem amplo, o senhor concorda?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Eclético, né?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco/MDB - SE) – É...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Ah, mas é porque a gente nunca serviu a nenhuma outra nomenclatura de organização.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco/MDB - SE) – O senhor prestava consultorias...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não ao MST, não à CUT ou não à Contag. Nós viemos de um segmento de um campesinato independente e proativo. Então, o primeiro movimento que eu faço parte é o campesino, sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco/MDB - SE) – Movimento campesino...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Sim, senhor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco/MDB - SE) – O senhor...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – A Conafer, nobre Senador, é uma evolução da nossa representatividade, né?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco/MDB - SE) – Isso foi antes ou depois de o senhor se formar em direito?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Ixe, bem antes, bem antes.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco/MDB - SE) – Bem antes. O senhor tem essa militância tem muito tempo.

E aí o senhor, lá em 2011, cria a Conafer; a Conafer vai avançando; e o senhor consegue um novo grande salto na sua vida, uma mudança radical, a partir do momento em que se conseguem fazer os descontos vinculados ao INSS, porque – observe – o senhor reconhece aqui ser identificado como empresário, pecuarista, mas nada disso existia antes de 2020. Eu estava observando aqui as datas de criação de todas as empresas às quais o senhor é vinculado: nenhuma delas antecede o ano de 2021. E, não por coincidência, é no ano 2020 que o senhor sai de R$400 mil para R$57 milhões de arrecadação com a Conafer. E depois o senhor vai nessa progressão que é absolutamente astronômica: o senhor sai, no espaço de quatro anos, de R$400

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

mil para R$200 milhões arrecadados. Esse salto aqui e a criação dessa sequência de empresas... O meu raciocínio está correto? Elas surgem depois deste momento de maior arrecadação da confederação?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Olha, a criação, no que tange às datas, o senhor está correto. Agora, vinculação a ganho da Conafer, eu não concordo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco/MDB - SE) – Se o senhor não concorda, o senhor pode me explicar como o senhor fez a criação dessas empresas? De onde veio o recurso para abrir capital, para fazer os investimentos, para fazer tudo que o senhor supostamente fez, se não da Conafer?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não foi dispendioso, não, nobre Senador. O meu erário dava a minha total condição de fazer esses empreendimentos. Eu não dispus de milhões para isso, não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco/MDB - SE) – São o quê? Cinco, seis empresas, correto?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, não...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco/MDB - SE) – Mais a *holding*?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, não, não mesmo, não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco/MDB - SE) – Não? São quantas?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Que eu tenho ciência mesmo da qual eu fiz parte algum dia do quadro societário ou então faz parte da minha família, são duas: o Terra Bank e a Agropecuária Lagoa Alta. As outras, Concepto, Jaguar, foram projetos. Até o Terra Bank é um projeto que não se viabilizou.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco/MDB - SE) – A Concepto é só um projeto?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Foram projetos, porque não houve movimentação financeira, elas não tiveram funcionário cadastrado em Caged, nelas não houve nenhum tipo de... Eu vou dizer para o senhor assim, algum tipo de...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco/MDB - SE) – São empresas de papel? Não se desenvolveram nunca?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, não é de papel, não, nobre Senador. São projetos que realmente não se viabilizaram.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco/MDB - SE) – Perfeito.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Eu não tive... A minha vida não foi somente para a Conafer, não. Eu também tenho uma vida privada, como todos os senhores.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco/MDB - SE) – Certamente o senhor tem uma vida mais movimentada que a maioria, porque eu lhe digo que a maioria não tem a movimentação financeira que o senhor tem. Com muita clareza. Com o rendimento... Mesmo que, a partir do ano 2020, o senhor tenha um rendimento mensal de R$50 mil, não há como vincular isso com essa circulação de recurso entre as empresas. Essa circulação de recurso entre as empresas – empresas papeleiras na aparência – tem todas as características, como diz o relatório da Federal e a denúncia que certamente virá mais adiante, do fracionamento e da lavagem de dinheiro. O recurso entra e sai em contas o tempo inteiro, né? Isso me parece muito claro.

Mas tem um ponto que o senhor colocou na sua fala que me chamou a atenção. E é bom sempre ouvir fala de pessoas com o seu perfil, porque o senhor trouxe uma informação que é verdadeira. O problema... Esse salto financeiro se dá no momento em que há um casamento entre os mafiosos do consignado com quem tinha já uma atuação associativa. Porque são crimes diferentes que se colaram em algum momento. É por isso que você tem esse volume de gente entrando com cadastro falso. Esses cadastros já estavam sendo utilizados para outras, outras finalidades. Por isso você consegue ter esse avanço. Como o senhor falou, o problema está na turma dos consignados que já fazia esses golpes. No meu Estado de Sergipe a prisão foi assim mesmo, um associativo e um especialista em consignados. Serão ouvidos aqui mais adiante, tenho certeza, e terão certamente muitas informações para trazer. Essa realidade veio para cá. É o que aconteceu aqui: um esquema criminoso se acoplou a outro esquema criminoso e temos esse resultado aqui bilionário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, eu fico sem entender – repetindo, o senhor está muito bem assessorado juridicamente –, que raciocínio o senhor faz quando o senhor tenta eximir a sua confederação e o senhor mesmo de culpa? O senhor usa duas expressões para isso. Primeiro o senhor atribui a culpa ao INSS, dizendo que o desconto só acontece porque o INSS valida. E depois o senhor diz também que não tem culpa porque a captação dos cadastros é feita lá na entidade municipal. O senhor seria só um agente no meio disso. Mas nós sabemos que isso não corresponde à realidade, porque o senhor tem responsabilidade de verificação. E qualquer um que faça a entrega de documentos a um segmento público para ter um desconto posterior para alguém, assume uma responsabilidade. Então, quando o senhor faz essa construção, talvez faça sentido na sua cabeça, mas juridicamente ela não vai afastá-lo da responsabilidade, pelo contrário. O senhor está reconhecendo aqui que não faz nenhum tipo de filtro ao receber documentos, não faz nenhum tipo de filtro ao entregar documentos ao INSS, mas recebe lucro com isso para sua confederação. Isso que me impressiona. O senhor reconhece tudo isso apenas tirando o nome "crime", mas ele está insculpido em qualquer instante que o senhor fala. O senhor pode explicar para a gente se é isso mesmo, o senhor não tem responsabilidade, o senhor só recebe o produto de um crime e entrega para que outro crime seja cometido?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Nobre Senador, é impossível dizer que eu não tenho nenhuma responsabilidade, tendo em vista as reparações, os pagamentos, estando aqui sentado nessa CPMI...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco/MDB - SE) – Perfeito.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – ... por vontade própria.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco/MDB - SE) – E o senhor pode me explicar também...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Só para concluir a minha resposta, realmente o que eu narro e o que eu trago de fatos é realmente as condições institucionais de responsabilidade de cada ator. Realmente o termo de adesão só pode ser assinado no primeiro grau e realmente o INSS é que pode dizer se ela vai virar desconto ou não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco/MDB - SE) – Sem as suas mãos, esse crime jamais chegaria ao INSS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o senhor pode explicar para a gente como se deu essa reversão do descadastramento pelo qual passou a confederação? Porque em nenhum momento, pelo menos no que eu ouvi nos autos, em nenhum momento o senhor e a sua entidade conseguiram responder aos questionamentos do INSS. Mas, mesmo assim, se teve uma reversão. Como isso aconteceu?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Peço vênia ao nobre Senador... E o PAD aberto... e o PAD aberto para averiguação da Conafer, que durou mais de trinta e tantos meses, pelo órgão, que criou um grupo de trabalho com várias autarquias. A Conafer, após esse processo de aferimento, foi considerada por esse grupo de trabalho apta.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco/MDB - SE) – Mas ainda pendente de confirmação e entrega de documentos, correto?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – A todas as... todos os inquirimentos realizados pelo órgão INSS foram saneados.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco/MDB - SE) – Isso aconteceu mediante intervenção do cidadão que foi contratado pela empresa, pela confederação e que recebeu indiretamente uma soma de aproximadamente R$900 mil?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco/MDB - SE) – A soma era apenas aquela de R$40 mil por mês, é isso?

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Desconheço, senhor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco/MDB - SE) – Não teve nenhuma contratação nesse sentido. O senhor mesmo fez esse desembaraço.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Esse... não, senhor, a gente, a Conafer foi lotada por vários setores e departamentos que cuidam das suas necessidades administrativas, jurídicas e funcionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco/MDB - SE) – São quantos funcionários? Só desculpe me alongar, Presidente.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – No último momento que foi paralisado, nós estávamos com um quadro de quase 1,2 mil funcionários no Brasil todo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco/MDB - SE) – No Brasil todo, mas aqui em Brasília cuidando da sede?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Uns 400, 450, 550 funcionários na sede.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco/MDB - SE) – Na sede?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Sim, senhor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco/MDB - SE) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Alessandro.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Obrigado, Senador, pelos questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra a Deputada Bia Kicis.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Sou eu, Presidente, agora.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ah, não, me desculpe.

Perdoe-me, é verdade.

Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

Bom dia. Aqui quero cumprimentar o Sr. Carlos e o Sr. André pela presença.

Sr. Carlos, eu vou fazer algumas perguntas bem objetivas, até para montar um quebra-cabeça aqui na minha... Queria que o senhor me explicasse algumas coisas. São perguntas muito pontuais. Eu queria entender, até porque o senhor falou que recebia mais ou menos 50 mil por mês da Conafer, qual é o regime de contratação, a natureza dessa contratação? O senhor é...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque o senhor é... O senhor é estatutário. Então o senhor recebe é o quê? É CLT? O senhor dá nota? Como é essa contratação com a Conafer? Porque não pode ter lucro, pelo que eu sei, porque é uma entidade sem fins lucrativos, está correto?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES (Para depor.) – Corretíssimo.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Hã?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Corretíssimo. Mas os quadros executivos, aprovados em assembleias – que eu posso provar; as atas aqui –, são remunerados conforme a sua contribuição para o funcionamento da entidade da qual faz parte.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – E o senhor dá uma nota fiscal? Ou o senhor... Como é que o senhor retira? Por exemplo, se a Conafer lhe paga, como é que ela paga? Ela transfere para sua conta e ponto?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Sim.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Tem uma nota fiscal, um recibo...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Recibo...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – ... de autônomo?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Recibo.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – O recibo simples?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Sim, recibo de...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Tá. O seu irmão, o Tiago Lopes, quanto que ele recebe por mês?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Senhora, eu não posso responder pelo Sr. Tiago Lopes.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Pelo seu irmão?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – É, não posso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Vice-Presidente. Se você ganha 50, você sabe se ele ganha 40 ou 30?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não posso responder. Acredito que a senhora, nesta nobre CPMI, tem todo o direito de invocá-lo aqui para tais esclarecimentos.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Tudo bem.

Voltando aqui. O senhor estava falando do Sr. Cícero Marcelino, que é seu assessor, e da esposa, Ingrid. Então o senhor falou... O senhor tem relação, além da profissional, com eles? Tem relação pessoal?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhora. Apenas comercial mesmo, mas por um longo tempo.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Por um longo tempo.

E eu queria que colocasse o eslaide que eu pedi, retomando o primeiro eslaide. É só para um esclarecimento. Até para eu entender.

Isso. Pode aumentar, por favor?

Então, a minha pergunta é a seguinte: porque, de acordo com a Polícia Federal, o senhor, nesse período 20-21, repassou para a Ingrid, que é a esposa do Cícero, R$476 mil – que nem está no quadrinho ali –, e ela repassou para o senhor, de volta, R$746 mil, mas isso aconteceu na pessoa física – física! Então, a minha pergunta objetiva é: são comuns essas transações de pessoa física para pessoa física? Porque a Conafer passar para o senhor pela física, pagando alguma coisa, eu consigo entender; o senhor passar para a Ingrid, e ela te devolver de física para física – e ela de física para física –, eu não consigo entender. O senhor pode explicar, por gentileza.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Nobre Deputada, eu posso buscar todo tipo de informações para ou consolidar ou questionar tais informações, mas desconheço tais respostas.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Tá. Esse relatório é da Polícia Federal. Então, eu aguardo o esclarecimento se o senhor tiver, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Obrigado.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – A Conafer tem a empresa Nobre Serviços, de que já foi falada aqui. Como teve um pagamento de R$26 milhões por essa prestação de serviço, essa que o senhor não sabia dizer a razão de quais eram os serviços e tudo, a minha pergunta é: com tanta empresa que existe no Brasil para prestar serviço, por que o senhor pegou justamente a do seu assessor, Cícero, e da Ingrid, esposa dele? O senhor pode me esclarecer?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Nobre Deputada, o Sr. Cícero Marcelino não era meu assessor.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Mas ele é seu assessor.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Nunca foi meu assessor.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Ele é só sócio-administrador de várias empresas, inclusive que tem sociedade...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Ele é só um fornecedor de serviços, bens e serviços.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – É que ele se sempre se apresentou como seu assessor, mas o.k. Deixa os...

Agora uma...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – As pessoas que têm o ego do relacionamento, né?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – É, porque inclusive tem *offshore*, ele é sócio da *offshore* que o senhor tem, é por isso que eu perguntei.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, *offshore* não, ele foi sócio de uma *holding* que a gente criou, chamada Terra Bank, uma *fintech*.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Minha outra pergunta. As empresas de que o senhor falou, de inseminação... o senhor é sócio dessas empresas de inseminação artificial de gado e loja de produto indígena, que vende produto indígena. O senhor pode me dizer, já que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhor é sócio dessas empresas, assim: elas funcionam, operam regularmente? Quanto que foi o faturamento delas em 2024? O senhor tem ordem de grandeza?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Olha, eu posso fornecer aqui a essa CPMI essas informações com mais objetividade.

Mas, tirando a Lagoa Alta, que realmente tem um trabalho muito mais expansivo comparado ao da Jaguar, não houve nenhum tipo desse sucesso financeiro, não... Até mesmo porque a gente não conseguiu sair das geografias do aeroporto JK. Mas só para... Aproveitando a oportunidade da pergunta, a Jaguar foi mais criada realmente para o empoderamento dos produtos e artigos de povos originários.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Agora eu quero fazer uma pergunta em relação à questão de algum tipo de... Estou checando algum tipo de conflito de interesse familiar. Sobre a sua esposa, Bruna, quando o Relator perguntou sobre a procuração que deu para o Cícero, o senhor afirmou não conhecer a procuração, nem seu conteúdo, correto?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES (*Fora do microfone*.) – Correto.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – O que eu queria pedir para o senhor? Mas a Conafer manteve, então, o Cícero, que era fornecedor há mais de 15 anos, sem saber conteúdo de procuração, mesmo com esse vínculo com a sua esposa. Minha pergunta é: o senhor pode, por favor, encaminhar para essa CPI, tanto a procuração como essa diligência, por gentileza? É um pedido que eu faço para V. Sa.

E a minha outra pergunta. O senhor falou em algum momento – e é uma pergunta – que teve recurso de emenda parlamentar para o ITT, para serviços ligados à empresa da sua esposa. O senhor confirma isso?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Desconheço.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Desconhece.

Então, o senhor, pelo fato de desconhecer, pode afirmar que nunca intermediou nenhum tipo de recurso parlamentar para o ITT, correto?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Correto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Muito obrigada.

E agora, por que o senhor falou então que o ITT é o braço de execução da Conafer também? É isso que eu queria entender.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Olha, o ITT... eu disse que é o braço de execução, mas não dei essa exclusividade toda, né? A Conafer detém vários parceiros, universidades federais, institutos, fundações. Dependendo das áreas de interesse da confederação, a gente tem um portfólio de atendimento.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – E agora, entrando na questão aqui do apoio, o senhor falou do apoio do Deputado Pettersen, né? Falou que a Conafer atendeu 161 municípios em Minas Gerais, entraram 70, 80 mil bezerros, né? Eu gostaria de pedir que o senhor mandasse essa lista dos 161 municípios, os projetos, a fonte orçamentária e o nexo com as emendas do Deputado, se o senhor puder, para essa CPI.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Será atendida na integralidade, nobre Deputada.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Muito obrigada. Eu agradeço.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Inclusive, irei complementar com os cadastros das pessoas beneficiárias, os produtores rurais beneficiados e as suas localidades.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Eu agradeço e também gostaria de saber quais reuniões, ofícios ou trocas de mensagens entre Conafer, ITT e gabinete do Deputado, tá? Porque a gente precisa entender quem participou, como foi, para a gente poder fechar esse quebra-cabeça, por gentileza.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Eu posso passar todo esse tipo de comunicação entre a Conafer e o ITT.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – E as relações com o gabinete do Deputado Pettersen, com o nexo causal das emendas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, não tivemos, né? A Conafer não deteve isso. Se deteve isso, deve ter sido o ITT com ele, né? Afinal de contas, essa relação sobre emenda existiu entre os dois.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Tá, muito obrigada.

A outra questão aqui é que, desde março de 2024, começou a ser exigido termo individual assinado, documento oficial com foto e assinatura eletrônica, biometria. Então, eu queria pedir, até pela discussão que teve de quem que é a responsabilidade – se é da ponta, se é da entidade, se é do INSS –, se o senhor pode, por favor, enviar, a pedido desta Comissão, jogos com esses três termos, até para ver se a entidade está cumprindo isso... Mas depois eu vou falar para a Comissão passar para você.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Positivo.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Mas o meu comentário é o seguinte: Eu não... Eu queria explicitar aqui para o senhor, que, como brasileira, como Parlamentar, me incomoda muito a postura de um Presidente de uma entidade que atende 8 milhões de pessoas que não sabe justificar por que paga 100 milhões, como isso aconteceu, que terceiriza a responsabilidade...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – ... para o INSS, que terceiriza a responsabilidade para a ponta... Para mim – e eu falo isso de uma maneira muito, repito, respeitosa –, isso parece uma grande lavanderia; lavanderia onde o dinheiro é lavado – estou sendo muito franca aqui com o senhor. Acho que o senhor vive numa realidade paralela, porque há uma blindagem coletiva.

Quero pedir, inclusive, ao Presidente desta CPMI, que é o nosso Senador Carlos Viana... Nós aprovamos ali na Câmara o projeto de lei que acaba com o desconto associativo, com esse tipo de coisa, e ele está parado aqui no Senado. E a certeza da impunidade é tão grande que os depoentes vêm aqui, parece que riem da nossa cara e parece que estão blindados, seja por Presidentes das Casas Legislativas, porque assessor de um, assessor de outro, seja por Ministro, seja pelo que for. Esta CPMI realmente tem um papel para fazer, porque, quando a gente vê um depoente gozar da nossa cara, Senador Carlos Viana, nessa... Tanto bandido solto... O crime

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

compensa no nosso país. A gente precisa dar essa resposta adequada e parar com que eles se sintam intocáveis. Tem gente blindando depoente aqui.

Então, eu agradeço aqui as respostas e aguardo o documento.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Deputada Bia Kicis.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Relator, colegas, todos aqueles que nos ouvem aqui, eu quero começar dizendo, Sr. Presidente, que hoje é o dia de São Miguel Arcanjo. Eu hoje estive logo cedo numa missa na igreja de São Miguel Arcanjo e Santo Expedito, numa cerimônia belíssima. São Miguel Arcanjo é o príncipe da milícia celeste, é o príncipe do exército celestial. E, à noite, voltei para outra... Até me ausentei daqui, porque fui a uma outra celebração de São Miguel Arcanjo, porque acho que o nosso Brasil está precisando muito, mas é muito mesmo de proteção daquele que é responsável pela proteção, por essa luta contra o mal.

E, no início da tarde, eu estive em uma solenidade aqui no nosso Plenário Ulysses Guimarães, em homenagem às pessoas da terceira idade, os idosos, as pessoas idosas. Dia 1º de outubro, Deputado Marcel, é o Dia Internacional da Pessoa Idosa. Lá, inclusive, fiz referência ao trabalho da hoje Senadora Damares, quando Ministra da pessoa idosa, da mulher. Então, é um dia muito importante para esse trabalho que estamos fazendo aqui em prol dos idosos e contra a fraude que tanto mal, Sr. Relator, causa exatamente aos idosos, aos aposentados e aos pensionistas. Então, eu invoco aqui a proteção de São Miguel Arcanjo para todos nós e para os pensionistas e aposentados deste país.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Eu quero, primeiramente, perguntar ao senhor como é que se fazia... como é que se fazia o cadastramento, o processo de filiação de um aposentado? Como é que era feito isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES (Para depor.) – Nobre Deputada Bia Kicis, o relacionamento de associabilidade no primeiro grau se dá entre o associado e a instituição. Ele deve procurar a entidade, provar que faz parte do setor, assinar seu termo de associabilidade e depois apresentar qual a forma de pagamento para tal.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Existe uma Instrução Normativa 162, de 2024, que, no seu art. 25, determina que relatórios de auditorias independentes sejam apresentados ao INSS. Portanto, a Conafer deveria apresentar relatórios. Eu queria saber como que ocorria ou não ocorria essa auditoria, porque... Por exemplo, como que um falecido acordava com a sua filiação, né? Como é que... Não... não ocorria? A Conafer não cumpria esse disposto na Instrução Normativa 162 e não fazia essas auditorias independentes?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – A Conafer, toda vez que foi notificada de coisas desse tipo, a gente agiu prontamente e abrimos sindicância para identificar a entidade que enviou, aguardamos sua resposta, apresentamos ao INSS e, caso a entidade não comprovasse que a mesma sofreu fraude na associabilidade... Tem tantas pessoas que procuram sindicatos para pegar um termo de agricultor para poder se beneficiar de um CadÚnico, para poder se beneficiar de uma aposentadoria e para se beneficiar também de acesso a políticas públicas do setor da agricultura familiar.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Mas, senhor depoente, segundo a Polícia Federal, as entidades de primeiro grau ficavam com 50% da arrecadação; as de segundo grau, 15%, mas a Conafer ficava com 35% de toda a arrecadação obtida dos descontos – 35%. Eu acho que isso não exime a Conafer dessa auditoria, de ir atrás. Não é ficar esperando, não, porque era muito dinheiro envolvido, e dinheiro que o senhor recebia, que era tirado daquelas pessoas que lá atrás faziam parte, como o senhor aí, dos campesinos, quer dizer, pessoas humildes, agricultoras, agricultores familiares que estavam sendo roubados.

Então, me desculpe, a Conafer, no mínimo, deveria ter sido mais diligente. Se é que não foi cúmplice – e está ficando claro aqui que foi –, mas no mínimo teria que ser diligente, porque era muito dinheiro! Então, ela não podia se escusar do seu mister, da sua obrigação.

Eu pergunto ao senhor: quais são as empresas das quais o senhor é sócio?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Atualmente, somente me encontro no quadro associativo do Terra Bank.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Somente o Terra Bank.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Hum-hum.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Que é a TB?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Hum-hum.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – O senhor é sócio?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Hum-hum.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Somente sócio?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Somente sócio.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – O senhor sempre foi sócio, apenas sócio?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Apenas sócio.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – 90%?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Sim, senhora.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – E 10% do Cícero, seu sócio?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Quando a gente iniciou o processo, esse projeto, ficou definido assim, tendo em vista que, pela minha atividade institucional da Conafer, eu não tinha interesse de gestar uma instituição financeira.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Mas aqui o relatório da Coaf...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – E a...

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Senhor depoente, só um minutinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor diz que é apenas sócio, mas o relatório... Sócio cotista, não é? Mas o relatório da Coaf aponta o senhor como representante legal também da empresa, não apenas como sócio, mas como representante legal. O senhor é representante legal?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, senhora.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Não é representante legal?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, não. Do Terra Bank, não...

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – O Coaf está enganado? O Coaf está mentindo?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Pode ser... Aí só nós temos que saber se é da TB Holding, que aí, sim, eu sou representante legal, porém da TB, Terra Bank, financeira, *fintech*, não. É porque são duas...

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Então, existem duas TBs?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – É, é, exatamente. A TB Holding criou o Terra Bank.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Mas a TB Holding virou o Terra Bank?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – É uma *holding*, que acabou criando a instituição financeira.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – E o senhor é sócio e representante...?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Legal?

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Sim.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Da TB Holding, sim.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Da TB Holding.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – E quem criou a TB Holding foram as duas *offshore*...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Então, a gente vê aqui, por exemplo, que a Conafer... Olhe só. A gente... Para descobrir quem que é culpado, quem que se beneficiou, a gente faz aquele velho esquema de seguir o dinheiro. Então, por exemplo, a Conafer, aqui, por exemplo, repassou 812 mil para o Sr. Carlos Roberto Ferreira Lopes, que é o senhor. O senhor repassou para a Farmland Holding, pessoa jurídica domiciliada no exterior, em Delaware, nos Estados Unidos, um valor para essa *holding*, a Farmland, que repassou para a TB Holding, financeira, da qual o senhor disse que é sócio e representante legal. E aí essa TB Holding repassou para o Sr. Cícero Marcelino, que por sua vez repassou para Terra Bank, Cícero Marcelino, Nobre Serviços, CSS Locação, CSS Consultoria, que repassou para Ingrid Pikinskeni, que repassou para o Sr. Carlos Roberto.

Olhe que volta ao mundo que foi dada! Isso é o quê? É uma tentativa de ocultação para tentar não deixar rastro do dinheiro? É lavanderia? O que é isso? Pode explicar essa volta ao mundo aqui desse dinheiro?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – A senhora poderia falar do valor?

(*Soa a campainha.*)

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Aqui o valor é R$812 mil. Aí aqui tem outro de 746 mil. Tem outro...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Isso foi feito pela... Isso foi feito pela Terra Bank?

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – ... de 474 mil. Tem vários valores, vários.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Mas isso foi feito pela Terra Bank?

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Aqui começa na Conafer, vai para Farmland, TB Holding...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Desconheço tal movimentação.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – ... Terra Bank, vem para Terra Bank também, tá?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Não, não...

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – O senhor desconhece...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Eu desconheço, Deputada, porque a Farmland...

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – ... mas o Coaf conhece muito bem.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – ... nunca teve conta aberta de banco.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – Não, mas aqui, ó, houve um repasse aqui do Cícero para a Terra Bank, não está dizendo o valor. Agora, de qualquer forma, houve para a Nobre, vários, Cícero Marcelino, e volta para... Vai para a Ingrid e volta para o senhor. Então, se o senhor desconhece, a Polícia Federal e o Coaf não desconhecem.

Eu queria dizer que é uma vergonha, é verdadeiramente uma vergonha a gente ver uma pessoa que começou como os campesinos lá, como um pequeno agricultor, fazendo isso com seus pares, com aqueles que são roubados, vilipendiados pelo senhor e pelas suas companhias. Que vergonha! É muito triste a gente visualizar isso aqui.

Estamos aqui, já viramos a noite...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – ... porque, apesar do cansaço...

Para terminar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) – ... apesar do cansaço, nós não vamos desistir até a gente chegar ao mandante, aos mandantes, aos responsáveis, aos irresponsáveis, e que todos sejam punidos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Com a palavra o Senador Magno Malta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. Para interpelar.) – Sr. Presidente, quero agradecer ao senhor e ao Relator. Nós estamos aqui até esta hora porque essa Presidência e o Relator têm respeitado esse instituto chamado CPI, CPMI.

O que quero dizer é que, em respeito a todos os inscritos e que fazem parte desse instituto que tem poder de justiça e de polícia, o Relator poderia, ao final da sua fala, pedir a prisão desse cidadão, mas, em respeito aos Senadores e Deputados inscritos, penso que as inscrições, a composição, estão plenamente respeitadas.

Do que ouvimos do Relator certamente não há nada, não há reparo a se fazer. Agora, uma coisa impressionante, que uma empresa familiar... Eu nunca vi uma unidade tão grande entre família do que a família desse cidadão.

Há alguma coisa a perguntar?

Quando ele aqui chegou, eu estava sentado ali atrás, percebi as mãos pretas, não sabia o que era e perguntei para um Deputado: "Você está percebendo?". Ele disse: "Sim, mas eu acho que isso é origem dele, origem indígena". Eu fui procurar e diz mais ou menos assim: em preparação para a guerra ou caçada, alguns povos pintam parte do corpo com tinta escura ou azul-escuro; pode simbolizar prontidão para o confronto, coragem, força espiritual; e as mãos pintadas, em especial, remetem ao uso de armas e ao contato direto com o inimigo.

Quem é seu inimigo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES (Para depor.) – Eu não tenho inimigo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Mas não é isso que diz aqui. Mas o senhor tem. Os seus inimigos devem ser os aposentados do INSS. Os seus inimigos devem ser as pessoas simples, ribeirinhas, que necessitam de remédio, que necessitam comer, que necessitam ter dignamente onde morar. Homens e mulheres assaltados pela sua canalhice familiar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, por favor. Nós já tivemos aqui, logo no início.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Eu tenho imunidade, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência. Não, Excelência, mas...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Eu tenho imunidade, eu tenho direito à minha palavra, eu não vou aceitar sua repreensão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Eu não vou aceitar sua repreensão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Canalhice familiar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O termo... O termo não...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Art. 53.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – É a que existe, e eu tenho imunidade Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, por favor, exerça a imunidade sem utilização desses termos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Eu não estou... Eu estou sendo leal...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Nós já tivemos aqui um embate mais cedo sobre esse assunto.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – ... a essa investigação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Nós temos...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Eu não vou aceitar repreensão de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas nós temos uma regra, Excelência, sobre isso.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Eu não vou aceitar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Nós temos uma regra sobre isso, de pré-condenação, Excelência.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Milhões e milhões de pessoas. A regra não se sobrepõe à Constituição. Isso é o art. 53.

Sr. Presidente, se puder repor o meu tempo, eu vou continuar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou repor por um minuto, mas eu faço um apelo a V. Exa. para que, por favor, nós tenhamos aqui, no trato...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Eu não estou destratando ninguém, Sr. Presidente. Eu não destrato ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Eu estou com a verdade absoluta, e o seguinte: esse cidadão é a prova mais contundente de que o sistema judicial do Brasil faliu, porque, se o sistema judicial investigativo – refiro-me ao Ministério Público – estivesse valendo neste país, ele estava preso há muito tempo. É a prova mais contundente da falência do sistema judicial brasileiro.

E eu imagino que o Relator não tenha pedido a prisão dele em respeito à CPMI, ao corpo, ao coletivo.

Eu não vou perder tempo fazendo pergunta, Sr. Presidente, para quem divaga e debocha – divaga e debocha. Se eu perguntar a esse cidadão aqui...

Muito papel, é muita, muita família.

Se eu perguntar para esse cidadão, Tiago Abraão Ferreira: o que é que o senhor já fez para contribuir com o desenvolvimento do país com essa bezerrada toda da sua família? Certamente ele vai dizer...

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Me reservo o direito de ficar em silêncio.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Eu não estou lhe perguntando nada. Não estou lhe perguntando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que é que o senhor contribuiu para o desenvolvimento do país? Vai dizer que não sabe. Como é o nome da instituição? Não sabe.

Aqui se esquece nome de parente. Aqui se esquece como se formaliza na pandemia, segundo palavras desse que aqui está na condição de investigado, na escuridão da pandemia...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ele está na condição de testemunha, Excelência.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Testemunha, desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Na escuridão da pandemia, ele não teve condições de enviar ao INSS cem fichas – é isso, Sr. Relator? –, porque estava na pandemia, mas foi nessa mesma pandemia que ele cresceu com a sua família: em apenas três meses, 610 mil novos filiados. Na pandemia! E isso é feito pela internet. As fichas também, as cem fichas, poderiam ter ido pela internet. Mas estava na pandemia; só funcionava em favor deles, porque era dinheiro, mas as cem fichas não foram.

A internet não estava desligada na pandemia. As pessoas trabalharam por causa da pandemia.

Ora, tanta mentira... E uma sanha fantasmagórica – é fantasma –, que sai de uma conta e entra na outra, de uma *holding* que dá dinheiro para o próprio presidente, que assina contrato consigo mesmo.

Ora, eu nunca vi isso, nem em história contada por Zé do Caixão.

Sr. Presidente, se esse cidadão não sair daqui preso, é, de verdade, que precisa fechar a CPMI; é, de verdade, que vamos dar um encerramento em tudo isso, porque 8 milhões de pessoas lesadas por uma família inteira, e que não sabem de nada, não viram nada, não procuraram nada... Então, os inimigos deles – da família que eu digo – são os aposentados, porque os aposentados criaram uma trama, Sr. Presidente, para poder caluniar esse homem. Os aposentados se autorroubaram e o caluniaram, para expor esse homem tão honesto, tão decente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, ninguém chega a um número de 71 milhões de pessoas com denúncias de terem sido, de qualquer forma – ou de qualquer forma – lesadas, Sr. Presidente. Você pode pegar e juntar todos os PROCONs do Brasil, que você não vai encontrar esse número. Você não vai encontrar esse número.

O povo que está assistindo lá, sentado no banco, na cadeira, a esta hora, vendo esta CPMI, eles esperam exatamente... Eles não têm esperança de devolução de nada.

Aqui, tudo foi perguntado, tudo foi colocado na mesa. Houve até um processo repetitivo, uma cantilena enfadonha dele nas respostas, mas os Deputados e os Senadores foram incisivos em cada detalhe, em cada detalhe, em cada detalhe, mas a resposta é sempre a mesma, porque ele tem um grande inimigo: os aposentados.

O inimigo dele é a Receita Federal; o inimigo dele é a Polícia Federal; o inimigo dele é esta CPI. Por isso ele se preparou para enfrentar os inimigos.

O deboche, o ar de serenidade, o piscar constante dos olhos, que mostra o nervosismo, e uma tentativa de controle o tempo inteiro... Cabisbaixo, quando cada pergunta vai fundo, e não há como mentir...

Sr. Presidente, nós estamos a 1 minuto e 18 segundos do meu encerramento.

Eu diria a V. Exas., Deputado Evair, Deputado Caveira, Deputado Luiz Lima e meu Presidente, com todo o respeito...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – ... eu passei a minha vida inteira, desde a minha adolescência, tentando descobrir quem é a mãe da mentira, porque o pai da mentira eu sei quem é: o diabo. Mas esta CPI me deu a oportunidade de hoje saber quem é a mãe da mentira. Aí está.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Magno Malta.

Com a palavra o Deputado Evair Vieira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Deputado Evair Vieira de Melo.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Para interpelar.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – ... eu já vi gente mentir com facilidade. Vimos aqui o Sr. Nelson Wilians, o Careca do INSS, mas esse Carlos Roberto Ferreira Lopes deve ser professor deles. A habilidade com que ele conduz as informações... Porque nada bate com nada. Ele me traz uma declaração, autodeclaração, de que é índio, mas ele não tem nenhuma relação histórica com índio, porque ele disse que, antes de estar nessa roubalheira, o que ele fazia não tinha nenhuma relação com os indígenas.

Eu pergunto a ele, até por uma curiosidade geral aqui: essa tinta azul na sua mão, qual é o simbolismo dela? O senhor pode falar?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES (Para depor.) – Eu vou me dar o direito de permanecer em silêncio.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Esse, esse... Essa fita, a fita que o senhor usa, o senhor pode falar por que o senhor usa essa fita?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Eu vou permanecer no direito de ficar calado.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Por favor, passe as fotografias que eu tenho. Pode passar a sequência... Não, essa daí é para o final. Essa daí é para incriminar de vez, para prender. Essa... As fotos, as fotos dele são só para desmascarar mesmo.

Estranho, Sr. Presidente, olha lá, ó – pode passar a sequência de fotos –: em nenhuma delas, em nenhuma delas com essa fita e em nenhuma delas ele está com a mão pintada, o que mostra que ele construiu um personagem para vir aqui nesta CPI hoje. Essas fotos que eu peguei, eu peguei lá, no dia a dia dele... Então, isso mostra que não tem nenhuma identificação. Olha lá. Salvo no dia em que ele foi com o personagem indígena, que tinha alguma coisa, mostra que ele montou um personagem para vir aqui hoje. Isso é típico de quem quer realmente esconder alguma coisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

Vamos lá agora.

"Farra do INSS: Secretário da Conafer passou de beneficiário do auxílio emergencial para 'dono' de aviões". Esse é um gênio, esse é um multiplicador que nem a Bíblia consegue explicar. "INSS pagou 15 milhões a entidade sem provar autorização de aposentados". A genialidade desse senhor. "Testemunha-chave de investigação diz que a Conafer adulterava documentos para retirar dinheiro de aposentados". "Associação campeã em descontos teve salto de 270 milhões em cinco anos".

Talvez a gente escute casos, *cases* de sucesso, de gente que deveria dar palestra pelo Brasil afora de sucesso, inclusive o Sr. Nelson Wilians, mas eu acho que o Carlos Roberto Ferreira Lopes é o professor de todos eles. Esse homem deveria ser pesquisado pelas universidades, pelas academias, porque montar o que esse homem montou... "[...] 'fábrica de assinaturas' forjava 600 filiações por dia". Depois vamos falar sobre as metas. "Presidente da Conafer omite salário e alega 'sigilo'" num primeiro momento. Mostra que ele mascara informações. "ONG de pecuarista ligado à fraude diz que INSS é 'só' 11% da receita". Pecuarista. Ele é indígena, filho de coronel, indígena, agricultor familiar, empresário. Vai ter talento assim! "INSS: 8 entidades com amostragem 100% irregular não foram processadas". Fraude do INSS.

Essa história das lojinhas de indígenas nos aeroportos precisa ser investigada, até porque tem que ter autorização, tem que pagar as taxas, por isso essa proximidade dele com a Funai, mas essa Funai lá do Sul da Bahia a gente conhece bem a farra que é. E aí começam a chegar umas coisas.

"Governo Lula recebeu suspeitos de fraudes no INSS 15 vezes desde 2023". Nós vamos chegar lá.

"Entidades investigadas em fraude no INSS continuam a captar associados".

Pergunto ao Sr. Carlos Roberto: Como é que era o pagamento de meta, o pagamento de... Porque o senhor estabelecia a meta de filiação. Como é que o senhor pagava? Como é que o senhor remunerava?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Me reservo o direito constitucional de ficar em silêncio.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Por favor, volte a imagem inicial que estava agora lá.

Está aí, senhores.

Amplia, por favor.

Esse é um documento da Conafer:

> "Comunicamos que, a partir da presente data, foi estabelecida uma meta de afiliação para as secretarias. Pedimos a devida atenção a esse informativo, pois a aplicação de metas será feita automaticamente a cada mês [...].
> Meta mensal [...]:
> – 1 funcionário – 200 filiações
> – [...] 3 funcionários – 600 [...]
> – [...] 10 funcionários – 2 mil [...]
> – Acima de 11 funcionários – 3 mil filiações [...]
> Condições para as metas não atingidas: [ali não dá para ler]
> – Não atingiu a meta – desconto de 20% [...]
> – Atingiu 50% da meta – desconto de 10% [...]"

Portanto, está posto o documento ali.

Recua o documento, por favor. Diminui o tamanho dele para podermos ver que é um documento oficial da Conafer.

É uma loucura isso.

Assinado por quem? Pelo Sr. Carlos Lopes.

Eu espero que seja o mesmo da mão pintada e da fita no pescoço.

Eu pergunto ao senhor: o senhor tem terras na região de Estiva, no Vale do Jequitinhonha? O senhor ou o seu irmão?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Me reservo o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Ah, sim.

O seu irmão, que é Vice, possui ou já possuiu assessoria de algum político?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Me reservo o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – A Polícia Federal já esteve nas suas terras?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Me reservo o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – O senhor confirma que o senhor tinha 5 mil cabeças de gado nessa região e que, após as operações, hoje só tem 1,8 mil nessa propriedade?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Me reservo o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Muito bem. O senhor consegue falar para mim o nome de três ou quatro presidentes de federações estaduais?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Me reservo o direito de permanecer em silêncio.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Então, o senhor quer dizer que o banquinho que o senhor criou, digital, o banquinho digital, o banquinho do Sr. Carlos, que fez um acordo com a Conafer, fazia um investimento de R$5 bilhões em novos projetos de melhoramento genético?

Olha, eu já presidi o Incaper no Espírito Santo, empresa capixaba de pesquisa parceira da nossa Embrapa, conheço as empresas estaduais de pesquisa agropecuária, agora saber que essa Terra Bank do senhor e essa biogenética que o senhor criou, esse programa genético é a grande solução da revolução da pecuária brasileira...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que vergonha!

O senhor não consegue provar isso. O senhor não tem documento para poder provar isso.

Portanto, eu quero saber de onde viriam esses R$5 bilhões – R$5 bilhões – para o senhor financiar esse programa de genética.

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Me reservo o direito constitucional de permanecer em silêncio, nobre Deputado.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Mas como? É público! Está aqui, olha! O senhor assinou um contrato. O senhor sabe por que o senhor vai ficar em silêncio?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Me reservo... Me reservo o direito de permanecer em silêncio.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Porque o senhor assinou, o senhor com o senhor mesmo. A folha era a mesma, o senhor assinou. Deve ter assinado de um lado e assinado pelo outro.

Em silêncio deveria ficar eu para evitar de falar um pouco mais desse homem que tem coragem.

Deixa eu falar para o senhor – deixa eu achar aqui, até para não cometer um erro. Acho que até perdi a folha aqui já.

Deixa eu falar para o senhor.

Eu escrevi aqui: "Roubar de aposentado é pecado. Imagina roubar de defunto?". E aí eu vou falar para o senhor: se esse defunto estiver no céu, se a alma dele foi para o céu, menos mal; agora, se a alma desse defunto que o senhor roubou foi para o inferno, com certeza ele vai levar o senhor junto. Foi a escolha que o senhor fez. Roubou de criancinhas. Então, cuidado! Assombração existe, e a assombração desse defunto, pode ter certeza, vai voltar para levar o senhor.

Mas o senhor é só parte disso. Sabemos das suas amizades, dos locais que o senhor frequenta. O senhor não sabe mesmo que essas federações estaduais não existem, mas os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

vizinhos do senhor, lá da Lagoa Alta, do distrito de Estiva, de Jequitinhonha, sabem bem da rotina do entra e sai lá daquela região. Mas o senhor é só parte dela. Nós queremos chegar no irmão do Lula, que vai ter que vir aqui...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Nós vamos atrás: além do irmão do Lula, do Lulinha, que vai ter que se explicar, nós queremos saber de todas as amizades do Lula com a gente que roubou os aposentados deste país; agora, roubou as criancinhas deste país; e, naturalmente, roubou defuntos e falecidos, porque falar que um defunto assinou uma folha de autorização de desconto... Com certeza, o senhor no céu não terá local garantido, e as almas – volto a dizer – dos defuntos que o senhor roubou possivelmente vão levar o senhor a um lugar que o senhor possa... Talvez o senhor até consiga escapar aqui da punição dos homens, mas pode ter certeza que no purgatório o senhor não vai escapar, não. O seu caminho está preparado, com todo o respeito, no inferno, porque não é possível...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência...

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – ... uma pessoa com o coração tão ruim ficar no meio de nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Como o nosso último ... da noite, não membro, três minutos para o Delegado Caveira.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DELEGADO CAVEIRA (Bloco/PL - PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente e demais membros desta douta Comissão Parlamentar de Inquérito, como já foi esclarecido pelo Relator, demais Deputados e Senadores, a Conafer, onde Carlos Lopes é Presidente, eu nem vou considerar uma associação; para mim é uma organização criminosa.

Ele, inclusive, pela experiência que tenho, Delegado de polícia que sou... Eu ouvi atentamente diversos depoimentos e acompanhei um croqui, um esquema de investigação muito bem elaborado – foi apresentado aqui nesta tela pelo nosso ilustre Relator –, e quero elencar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

diversos crimes que eu observei que foram cometidos pelo Carlos Lopes, que, para mim, já deveria estar preso há tempos! Cadeia para quem rouba aposentado é pouco! É por isso que volto a reafirmar: existem diversos crimes no Brasil que precisam ter a pena de morte, porque não há remédio para quem rouba aposentados, pensionistas e as pessoas mais necessitadas.

E, nesse caso aí, foi além, além, no além mesmo, roubou defunto, foi no além. E aí me vem ele com essa cara debochada, patética, mentiroso, dissimulado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DELEGADO CAVEIRA (Bloco/PL - PA) – ... mentindo mais do que o Pinóquio, do que o Forrest Gump e achando que aqui todo mundo é otário, todo mundo aqui deve ser otário... Com a cara de bravão, com essa mão preta.

Então nós temos hoje o Careca do INSS, preso, e agora o mão preta do INSS, que também tem que ser preso – art. 288, associação criminosa, do Código Penal; art. 299, falsidade ideológica; art. 342, falso testemunho; além, é claro, do concurso formal e material dos arts. 69 e 70; e não poderia ficar de fora o art. 71, do crime continuado, das mais de 8 milhões de pessoas de que esse cidadão aí desviou dinheiro, além de 800 milhões que foram roubados e desviados de aposentados.

Espero eu, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. DELEGADO CAVEIRA (Bloco/PL - PA) – ... que, assim que concluir essa fala, e já concluindo, imediatamente seja decretada a prisão desse cidadão. Ele não pode ficar solto. Isso é uma resposta que essa CPMI tem que dar.

Muito obrigado e boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O Relator tem esclarecimentos a fazer ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Pela ordem.) – Pela ordem, eu gostaria de assinar junto as palavras dos Deputados que pediram a prisão da testemunha, do convidado desta noite, queria corroborar junto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu também peço.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF. Pela ordem. *Fora do microfone*.) – Eu subscrevo também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu agradeço a oportunidade de alguns esclarecimentos. Sei que está já pela manhã da terça-feira, mas temos que aproveitar essa oportunidade.

Sr. Carlos Roberto, o senhor está com os bens bloqueados?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES (Para depor.) – Me reservo o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Carlos Roberto, o senhor, através da sua Presidência na Conafer, foi alvo de ação da Advocacia-Geral da União?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES – Me reservo o direito constitucional de ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

Eu gostaria de passar aqui, Sr. Presidente, porque eu achei importante, porque só agora eu consegui fechar o nexo, e eu acho importante mostrar a esses Parlamentares e ao Brasil que estão aqui cuidando dos aposentados e pensionistas. Nós vimos – nós vimos – que a Conafer arrecadou 50 milhões em 2020, 50 e poucos em 2021, 90 em 2022, 200 em 2023 e 300 em 2024, totalizando 806 milhões em descontos. Olha, poucas empresas no Brasil, em cinco anos, têm um faturamento como esse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A principal pergunta que eu quero fazer da noite: quem fiscaliza a Conafer? É TCU? TCE? É Ministério Público? Quem? Qual é a entidade que fiscaliza a Conafer e as outras entidades associativas? Essa é uma pergunta em que nós Parlamentares precisamos ter a responsabilidade de suprir essa ausência de fiscalização. Foi quase R$1 bilhão sem uma fiscalização. Sabe qual é o resultado? O resultado é que a Conafer recebeu 806 milhões.

Eu vou fazer um recorte pequeno para a gente não passar a noite toda aqui.

Do período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023, entraram na Conafer 125 milhões, saíram 125 milhões. Mas para quem a Conafer pagou? Essa é a pergunta mais importante, já que ela presta serviços e não tem quem a fiscalize.

Aí, mais do que de repente, se descobriu que na Conafer existia o Presidente, Carlos Roberto; o advogado era o irmão do Presidente; o Vice-Presidente é irmão do Presidente. E a Conafer precisava cumprir o prometido nas suas relações contratuais. O que é que a Conafer fez? A Conafer criou, através do cunhado do Presidente Carlos Roberto, o ITT. Aqui foi trazido o dinheiro dos aposentados e pensionistas, e 100% dos que foram entrevistados disseram que não houve a prestação de serviços, 806 milhões. Não satisfeito, ele criou o ITT e colocou o seu cunhado. Para fazer o quê? Para capturar emendas parlamentares. Recebeu, só em 2018, R$15 milhões do Governo Federal. Depois recebeu mais R$15 milhões de emendas parlamentares de diversos Parlamentares. E o ITT, para vocês prestarem atenção, que é Instituto Terra e Saúde...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O Instituto Terra e Trabalho, desculpe-me... O Instituto Terra e Trabalho, tinha como responsável – e aqui se pudesse botar um pouquinho mais para cima, eu agradeceria – o Vinícius Ramos da Cruz, seu cunhado. Ao lado dele, a Thamires. Quem é a Thamires? Secretária de onde? Da Conafer.

Não satisfeitos – baixa, baixa –, criaram o Instituto Terra e Saúde. Quem? Vinícius, como responsável e sócio. Agora, olha o ex-sócio quem é: Dogival José dos Santos. Fecha mais, por favor. Onde está Dogival? O Dogival foi para o ITS, ao lado dele, achou a coisa muito boa e fundou a AAB, que é outra entidade associativa que já recebeu quase R$28 milhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, fecha mais. Agora, vamos falar aqui da Conafer. A Conafer com a Thamires. A Thamires, esposa do Presidente. Aí criaram o ITS. O Dogival, irmão... Aliás, o Dogival, cônjuge da Lucineide. "Ah, Alfredo está falando isso por quê?". Esse pessoal é muito engenhoso. Vocês vão ver que o dinheiro nunca saiu desse núcleo de organização criminosa.

Olha, a Conafer, só nesse recorte, meteu R$140 milhões para Cícero Marcelino através dessas empresas aqui.

To Hire Cars, locadora de veículos, em um ano, recebeu R$15 milhões. Fecha. Quem é To Hire? Cícero Marcelino.

Agropecuária PKST recebeu quase R$15 milhões. Quem é a pecuária P PKST? Ingrid. Ingrid, esposa de quem? Do Cícero Marcelino.

Aí vem a Nobre Serviços de Eventos – a Nobre –, que recebeu R$27 milhões. Quem é o sócio da Nobre? Cícero Marcelino.

Aí vem a Lopes Advocacia com quase R$5 milhões. Quem é esse advogado tão competente? Alexandre. Irmão de quem? Do Presidente da Conafer.

Mas isso era apenas uma parte do dinheiro. Agora, olha a outra parte para onde foi: Expresso Serviços de Publicidade, de Samuel Chrisostomo. Quem é Samuel Chrisostomo? Samuel Chrisostomo – fecha aqui – é irmão da Lucineide, que a gente falou; e o esposo dela criou a AAB, que, por sua vez, foi fundador do ITS.

Aí a gente vem para o Bicho Solto Agropecuária: recebeu R$7,6 milhões. Quem é o dono da Bicho Solto? Samuel. Eu estou falando desse recorte aqui. A Bicho Solto aqui recebeu muito mais. Mas estou dizendo onde se encontram todos: na Conafer.

Aí vem para Sede Agropecuária. Quem é o dono? Samuel. Que é irmão da Lucineide, que já fundou, o esposo, o ITS, que, por sua vez se encontra na Conafer e vai bater tudo no Carlos Roberto.

Aí vem a Solução Serviços Especializados, recebendo quase R$10 milhões. Quem é o dono da Solução? É o Samuel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí vem o IBC – IBC, onde está o IBC? –, o IBC recebendo 11 milhões. Recebendo... quem é a dona? A Ingrid.

O que é que eu quero dizer com isso, minha gente? Muito simples. Essa foi uma organização criminosa em que o dinheiro nunca foi para prestação de serviços. Essa é uma organização criminosa que eles fizeram só lavanderias de passagem, mas, no final, voltava tudo para Carlos Roberto Ferreira Lopes e a família. Me perguntou V. Exa. que eu não pedi a prisão por falso testemunho. É porque amanhã irei apresentar um pedido para quinta-feira nós analisarmos de prisão preventiva, porque estamos diante de uma organização criminosa poderosa, que arrancou do brasileiro 800 milhões de dinheiro de aposentados e pensionistas e teve a ousadia de criar duas instituições para arrancar dinheiro de emendas parlamentares que muitas delas fraudadas com esse mesmo grupo e também arrancar dinheiro do Governo Federal.

Então, quero dizer que hoje depois de ouvir os depoimentos e esclarecimentos, aqui está todo o fluxo desses R$800 milhões. Esses R$800 milhões, como foi dito aqui, foi para vaca, mas vaca que tirou leite para o núcleo familiar do Sr. Carlos Roberto Ferreira Lopes.

Portanto, eu quero dizer que me abstenho de pedir a prisão em flagrante por falso testemunho, porque amanhã estarei apresentando um pedido de prisão com justiça e com fundamentos da prisão preventiva de Carlos Roberto Ferreira Lopes, porque transformou um núcleo associativo numa verdadeira lavanderia de lavagem de dinheiro e enriquecimento ilícito.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado Van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu primeiro parabenizo o trabalho do Relator.

E eu gostaria de insistir, Sr. Presidente, com o apoio dos Deputados Duarte Jr., o Deputado Kim Kataguiri e os demais que já manifestaram aqui também o apoio, é... Deputada Adriana, aqui ao lado, enfim, por quatro motivos, a prisão em flagrante do depoente por falso testemunho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a enumerar. O primeiro, disse que não recebeu ou enviou dinheiro a Cícero Marcelino. E depois ficou muito claro que mais de R$100 milhões passaram das contas da Conafer para as empresas do Cícero. Em segundo lugar, Sr. Presidente, porque ele disse que nunca teve nenhum relacionamento com Cícero, mesmo depois de ter sido revelado pelo Relator Alfredo Gaspar, que o depoente Cícero possui uma relação empresarial na TB Holding Financeira S.A.

O terceiro momento registrado – e foram mais, Sr. Presidente, mas faço questão de manter nos quatro – foi quando ele disse desconhecer – o Sr. Carlos Roberto –, uma TED de R$400 mil para Sebastião dos Santos Rosa. Pior do que desconhecer, disse que não foi feita, quando os documentos demonstram que de fato aconteceu.

E finalmente, Sr. Presidente, o depoente afirmou que conhecia os termos do ACT assinado em 2017, mas, ao mesmo tempo, insistiu na tese de que teve de buscar nas bases durante a pandemia, sem ficha de solicitação... de filiação exigidas pelo INSS, e, por conta da situação pandêmica, não pôde fazê-lo, quando o ACT que ele disse conhecer, disse que a guarda das fichas de filiação deve ser responsabilidade da própria entidade e mantidas na sede.

Por esses quatro motivos, Sr. Presidente, requeiro a V. Exa., com o apoio dos colegas Parlamentares aqui presentes, a prisão em flagrante pelo crime de falso testemunho, conforme previsto no art. 342 do Código Penal brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O depoente tem direito a cinco minutos de última fala. O senhor gostaria de utilizar, Sr. Carlos?

O SR. CARLOS ROBERTO FERREIRA LOPES (Para depor.) – Eu queria dizer a esta nobre Comissão que tanto eu, quanto a confederação, nos colocamos à total disposição, integralmente, para entrega de documentos e prestação de esclarecimentos assim que requerido.

Muito obrigado a todos e que Deus nos abençoe.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois bem.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Sr. Presidente...

Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. Pela ordem.) – Só um minutinho. Eu só queria fazer referência: qualquer cidadão, por pior que ele seja, né? E nós estamos diante de um, que é uma pessoa má, ele tem direito a advogado. Aí me refiro ao advogado. O advogado não foi desrespeitoso com esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Ele se comportou dignamente, como tem que ser em CPI. Tem advogado que não sabe e se assenta ali, porque é advogado, acha que pode atropelar, debochar, usar a palavra a hora que quer. A gente tem visto isso aqui. Essa ressalva eu quero fazer.

E quero dizer que vai gastar muito tempo, tem gastado muito tempo, muita inteligência, não advoga, não estava no cronograma ali do crime organizado, mas, doutor, o senhor vai ter muito trabalho. É uma família custosa. É uma família traquina, que o senhor vai ter muito trabalho.

Sr. Presidente, eu também acho e corroboro com a colocação do nosso querido Marcel van Hatten, respeitando o nosso querido Relator, esse cidadão pode fugir. E ele sabe como fazê-lo, né? Ele tem empresa, ele tem avião, tem tudo para desaparecer. Então não vejo o porquê, na minha visão, com todo o respeito, de não fazer a prisão agora e pedir a prisão preventiva amanhã.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado Evair.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Pela ordem.) – Nós estamos diante, na verdade, de um gênio. O que esse Carlos Roberto conseguiu arquitetar com a engenharia do crime é algo para dar inveja ao PCC, ao Comando Vermelho.

Essas caridades que ele disse que faz, inclusive com presentes, essas bondades que ele disse que faz, são exatamente iguais às que as milícias fazem, as que o PCC faz. Portanto, é um homem perigoso para a sociedade, porque ele é frio, ele é calculista. E, o pior de tudo isso, é um homem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de atitude, porque, para montar uma engenharia dessa e pegar R$1 bilhão e construir, em torno do seu negócio... Portanto, assim como já disse aqui, tem perigo de fuga.

Eu acho que a condução de V. Exa. foi exemplar, foi uma audiência difícil de conduzir, até porque o sangue nos nossos olhos, às vezes, nos levava a fazer um enfrentamento mais duro, mas V. Exa. teve muito discernimento, cumprindo o Regimento, suportou as nossas ignorâncias.

E o Relator, mais uma vez, foi brilhante, pela postura, pela dedicação ao tema. Eu digo que poucas vezes eu vi aqui nesta Casa um Relator de uma CPMI com tanta dedicação e, naturalmente, de uma habilidade pessoal incrível, que convence a todos nós.

Portanto, eu também acho que a prisão se faz necessária, porque, pelo próprio comportamento do advogado, sabemos que vão começar a construir uma engenharia. O Sr. Carlos Roberto é um homem de relações poderosas, ele sabe os contatos políticos que ele tem, ele sabe as relações que ele tem, até porque o dinheiro dele também alimenta outras frentes. E uma delas é a política, nós vamos chegar nela. Portanto, eu quero colaborar com os colegas que já se manifestaram, eu acho que é necessária a prisão, até como preventiva da preventiva. Porque, até amanhecer o dia, até o galo cantar três vezes, possivelmente o Carlos Roberto, com essa genialidade que tem, vai acabar burlando alguma coisa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Obrigado, Excelência.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores... Senhores, esta CPMI...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Pela ordem.) – Presidente, Pela ordem. Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria aqui subscrever o pedido de prisão em flagrante em razão do crime de falso testemunho. E gostaria de trazer mais dois últimos fundamentos que não pude fazer na primeira oportunidade que tive fala, que demonstram a urgência em decretação da prisão.

O primeiro é que a menos de 30 dias, no mês de agosto, a Conafer realizou um treinamento *online* para cadastrar novos vendedores, comissionando esses vendedores em 10% do valor deduzido na conta dos aposentados, pensionistas, beneficiários do BPC, pessoas idosas, pessoas com deficiência.

Para além disso, recebi uma mensagem de *e-mail,* durante a oitiva, do Sr. Norberto Lima, que não quis se esconder. Ele quer vir a essa CPMI como testemunha. Ele se apresenta como ex-funcionário da Conafer. E ele gostaria de testemunhar, como funcionário, a forma como eram tratados, a obrigatoriedade, a exigência de abertura de uma conta no Terra Bank e também o fato de esses funcionários estarem sem receber os seus direitos trabalhistas, os seus salários desde maio desse ano.

Portanto, são justas, são necessárias, são tempestivas todas as propostas, os pedidos e requerimentos de prisão feitos por essa CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Esta CPMI advertiu o depoente, desde o início, da sua obrigação legal de dizer a verdade. Entretanto, durante esta sessão, ficou constatado que o depoente omitiu diversas informações deliberadamente, entrou em contradição em várias delas e, ao ser questionado novamente pelo Relator e por membros desta Comissão, manteve as afirmações. Essas contradições configuram mentira deliberada e ocultação de informações, com o intuito de prejudicar as investigações desta Comissão.

O Código Penal, no art. 342, tipifica o crime de falso testemunho, além disso, nos termos dos arts. 301, 302, 304 do Código de Processo Penal, está caracterizado o flagrante delito.

Eu sei que a nossa voz de prisão aqui se repetirá, como todas as outras, em que a pessoa será ouvida e liberada – e possivelmente teremos mais uma vez. Mas há um grito na garganta de todos os brasileiros em relação a essa impunidade.

Portanto, em nome dos aposentados, das viúvas, dos órfãos brasileiros, decreto a prisão em flagrante do depoente pelo crime de falso testemunho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Determino à polícia legislativa que proceda imediatamente à condução do preso, com todas as garantias constitucionais, comunicando-se à autoridade judicial competente.

E afirmo, diante do Brasil: o senhor está preso em nome dos aposentados, das viúvas e dos órfãos do nosso Brasil. Quem rouba aposentado, rouba do nosso país, dos brasileiros. E aqui quem mente paga o preço.

Peço à polícia legislativa que cumpra a determinação. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, e declaro encerrada a presente reunião, convidando-os para a próxima a ser realizada no dia 02/10, às 9h, neste mesmo plenário, com pauta a ser divulgada pela Secretaria.

(Iniciada às 16 horas e 29 minutos do dia 29/09/2025, a reunião é encerrada à 1 hora e 37 minutos do dia 30/09/2025.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 1296, DE 2025 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS 17 DE JUNHO E 02 DE JULHO DE 2025, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e trinta e quatro minutos do dia dezessete de junho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência Eventual da Deputada Lenir de Assis, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 1296, de 2025 com a presença dos Parlamentares Ivete da Silveira, Carlos Viana, Alessandro Vieira, Sergio Moro, Nelsinho Trad, Jorge Kajuru, Jorge Seif, Izalci Lucas, Randolfe Rodrigues, Paulo Paim, Rogério Carvalho, Dr. Hiran, Damares Alves, Helio Lopes, Reimont, Laura Carneiro, Carlos Zarattini, Bohn Gass, Talíria Petrone e Gilberto Abramo, e ainda dos Senadores Wellington Fagundes, Luis Carlos Heinze, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Professora Dorinha Seabra e Confúcio Moura, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Fernando Dueire, Marcio Bittar, Cid Gomes, Carlos Portinho, Weverton, Delegado Paulo Bilynskyj, Dani Cunha, Nicoletti, João Maia, Isnaldo Bulhões Jr., Rodrigo Gambale e Adolfo Viana. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Às quatorze horas e trinta e cinco minutos, a reunião é suspensa e a reabertura é agendada para o dia primeiro de julho de dois mil e vinte e cinco. A reabertura é reagendada para o dia dois de julho de dois mil e vinte e cinco. Às quatorze horas e quarenta e nove minutos do dia dois de julho de dois mil e vinte e cinco, sob a Presidência Eventual da Senadora Zenaide Maia, a reunião é reaberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação da Comissão e Eleição de Presidente e Vice-Presidente. **Resultado:** Instalada a Comissão, é eleito Presidente o Deputado Samuel Viana e designada Relatora a Senadora Zenaide Maia. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Samuel Viana
Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 1296, de 2025
Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/06/17
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/07/02

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Lenir de Assis. PT - PR. Fala da Presidência.) – Senhoras e senhores, uma boa tarde.

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista da Medida Provisória 1.296, de 2025.

Declaro, porém, suspensa a presente reunião, marcando a reabertura para o dia 1º de julho, às 14h30.

Está suspensa a reunião.

Boa tarde.

(*Iniciada às 14 horas e 35 minutos, a reunião é suspensa às 14 horas e 35 minutos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. PSD - RN. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro reaberta a 1ª Reunião da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1.296, de 2025.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados e a relatoria, sob a responsabilidade do Senado Federal.

Instalação e eleição.

Havendo acordo... Comunico que há acordo de Lideranças para a eleição da Mesa, tendo sido indicado para Presidente o Deputado Samuel Viana e para... O Vice ainda não tem.

Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Declaro eleito Presidente o Deputado Samuel Viana.

Passo a Presidência da Comissão ao Deputado Samuel Viana.

O SR. PRESIDENTE (Samuel Viana. REPUBLICANOS - MG) – Boa tarde aos presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Senadora Zenaide. Aproveitando, já designo a senhora como Relatora da nossa Comissão. É uma alegria, é um prazer estar aqui novamente com a senhora, lado a lado, agora como Presidente desta Comissão importante. Fizemos um trabalho muito bom, de muito diálogo. A senhora é uma Senadora muito acessível e muito sensível a essas pautas sociais, principalmente essa agora das filas do INSS.

A palavra é da senhora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PSD - RN. Como Relatora.) – Eu quero aqui agradecer já a indicação.

É o seguinte: isso é um projeto que a sociedade toda espera, Samuel. A gente sabe que a fila da previdência social é uma coisa que incomoda a todos. É hora de alguém começar a fazer algo para reduzir filas de seis meses até um ano de pessoas que estão procurando os seus direitos – na grande maioria, de uma vulnerabilidade –, seja em saúde ou social. Eu chamo a atenção. Eu não tenho dúvidas de que a gente vai, Samuel, dar início à aprovação dessa medida provisória, porque esse, sim, é um clamor da sociedade e da própria previdência, do INSS, porque isso é uma questão da sociedade.

Então, nós vamos nos reunir aqui, temos uma programação, vamos dialogar. Cabe a nós dar visibilidade à população de que estamos aqui instalando a Comissão hoje e que vamos dar as mãos para defender aqueles que mais precisam da previdência.

O SR. PRESIDENTE (Samuel Viana. REPUBLICANOS - MG) – Obrigado, Senadora.

De forma breve, eu separei um discurso pela importância e acredito que, em nome da senhora também, nós possamos fazer o compromisso aqui – junto ao Governo Federal, que tem interesse nessa pauta, que tem se mostrado bastante sensível com essas questões relacionadas às filas; são várias medidas de enfrentamento, como essa agora do PGB –, com a população, de darmos celeridade aos trabalhos desta Comissão, porque o povo não aguenta esperar mais. O povo, nas filas, precisa do nosso empenho, do nosso trabalho. Então, em nome da senhora, eu faço esse compromisso aqui de celeridade dos trabalhos pela importância.

Sras. e Srs. Parlamentares, recebo com grande senso de responsabilidade e profundo compromisso a honrosa missão de presidir esta Comissão Mista destinada à análise da Medida Provisória nº 1.296, de 2025, que institui o Programa de Gerenciamento de Benefícios no âmbito do INSS e da Perícia Médica Federal.

Agradeço aos colegas Parlamentares pela confiança a mim depositada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho plena consciência de que esta Comissão não tratará apenas de regras administrativas ou de números estatísticos, mas de pessoas, de brasileiros e brasileiras que aguardam com angústia uma resposta do Estado em momentos de maior vulnerabilidade, como disse a nossa Relatora, Senadora Zenaide.

Esta MP representa uma tentativa concreta de enfrentarmos um dos maiores gargalos da administração pública: a morosidade na análise e a concessão de benefícios previdenciários e assistenciais. Fila longa não é apenas um número, é tempo perdido de quem precisa de dignidade. Nós estamos falando de idosos que esperam pelo BPC, de pessoas com deficiência que aguardam avaliação pericial, de trabalhadores que, após anos de contribuição, se veem desamparados por atrasos injustificáveis.

O que se propõe aqui é devolver a agilidade ao sistema, preservar a confiança no serviço público e garantir assim a justiça social, Senador Randolfe, o qual eu cumprimento também. Como Parlamentar do partido Republicanos, eu acredito que o bom senso, o equilíbrio fiscal e o compromisso social podem e devem caminhar juntos. É preciso responsabilidade com as contas públicas, mas também a sensibilidade com quem mais precisa da presença do Estado.

A medida provisória, ao prever incentivos por produtividade com recursos extraordinários, busca uma solução emergencial sem onerar de forma permanente a folha pública. No entanto, essa solução deve sempre ser acompanhada de controle, de transparência e justiça na distribuição dos esforços, conforme nós já conversamos previamente ali, Senadora.

Sob minha Presidência, esta Comissão garantirá o amplo debate, o respeito às emendas dos colegas Parlamentares e o compromisso com o aprimoramento do texto, ouvindo técnicos e especialistas, servidores e, sobretudo, a sociedade civil.

Nossa tarefa é clara: oferecer ao país um parecer equilibrado, técnico e socialmente justo, tendo plena confiança de que juntos construiremos uma proposta que leva mais eficiência ao sistema, mais dignidade ao cidadão e mais responsabilidade à gestão pública.

Deus nos abençoe nesta jornada!

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 35 minutos e suspensa às 14 horas e 35 minutos do dia 17/06/2025, a reunião é reaberta às 14 horas e 49 minutos e encerrada às 14 horas e 56 minutos do dia 02/07/2025.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 1296, DE 2025 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE JULHO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e trinta e quatro minutos do dia quinze de julho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Deputado Samuel Viana, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 1296, de 2025 com a presença dos Parlamentares Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Alessandro Vieira, Sergio Moro, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Izalci Lucas, Paulo Paim, Damares Alves, Laércio Oliveira, Reimont, Lenir de Assis, Dani Cunha, Nicoletti, Laura Carneiro, Rodrigo Gambale, Bohn Gass e Mersinho Lucena, e ainda dos Senadores Augusta Brito e Eduardo Gomes, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Fernando Dueire, Carlos Viana, Nelsinho Trad, Cid Gomes, Carlos Portinho, Jorge Seif, Weverton, Randolfe Rodrigues, Dr. Hiran, Delegado Paulo Bilynskyj, Helio Lopes, João Maia, Isnaldo Bulhões Jr., Adolfo Viana e Talíria Petrone. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Medida Provisória n° 1296, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Institui o Programa de Gerenciamento de Benefícios no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social e do Departamento de Perícia Médica Federal da Secretaria de Regime Geral de Previdência Social do Ministério da Previdência Social." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do PLV que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório da Senadora Zenaide Maia, que passa a constituir o Parecer da Comissão, o qual conclui pela admissibilidade da Medida Provisória nº 1.296, de 2025, por se revestir dos indispensáveis pressupostos de urgência e relevância, bem como pela sua constitucionalidade, juridicidade e adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela sua aprovação; quanto às Emendas, pela aprovação das Emendas nº 3, 20 e 26 e pela rejeição das demais emendas apresentadas, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta e um minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Samuel Viana
Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 1296, de 2025

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/07/15

O SR. PRESIDENTE (Samuel Viana. REPUBLICANOS - MG. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1.296, de 2025.

A presente reunião é destinada à apreciação do relatório.

Passo a palavra à nobre e querida Senadora Zenaide Maia para que proceda à leitura do relatório.

Senadora, a palavra é com a senhora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PSD - RN. Como Relatora.) – Eu queria ir direto ao voto, Sr. Presidente, já que o relatório completo do PLV já está disponível para os colegas Senadores e Senadoras e para os Deputados.

Diante do exposto, manifestamo-nos pela admissibilidade da Medida Provisória nº 1.296, de 2025, por se revestir dos indispensáveis pressupostos de urgência e relevância, bem como opinamos pela sua constitucionalidade, juridicidade e adequação financeira e orçamentária e, no mérito, votamos pela sua aprovação. Quanto às emendas, posicionamo-nos pela aprovação das Emendas nºs 3, 20 e 26 e pela rejeição das demais emendas apresentadas, na forma do seguinte projeto de lei de conversão.

O SR. PRESIDENTE (Samuel Viana. REPUBLICANOS - MG) – Em discussão a matéria.

Vamos dar a palavra, às vezes tem alguém *online*, não é?

Tem alguém *online*, alguém que fez a inscrição? Não tem? (*Pausa.*)

Então, sem mais quem queira discutir, encerramos a discussão.

Passamos à votação da matéria.

Em votação o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão. (*Pausa.*)

Antes de finalizarmos os nossos trabalhos, vamos submeter à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar...

A senhora quer dar uma palavrinha no final?

A SRA. ZENAIDE MAIA (PSD - RN. *Fora do microfone*.) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Samuel Viana. REPUBLICANOS - MG) – Então, agradeço a presença de todos, e, antes de encerrar, Senadora, preciso apenas agradecer à senhora, a todos os assessores, à assessoria da senhora, que nos recebeu no gabinete.

Até a título de transparência, nós fizemos uma reunião na semana passada, na qual estiveram presentes representantes da SRI e representantes também do nosso Ministério da Previdência, em que nós colocamos vários dos pontos aqui incluídos no relatório da senhora, debatidos, numa reunião muito proveitosa. Eu queria agradecer à senhora a disponibilidade, como nos recebeu lá no gabinete, recebeu a nossa assessoria.

Eu tenho certeza que a matéria que hoje a gente aprova é para poder ajudar a tirar milhões de pessoas, como a gente debateu e discutiu, dessas filas e dessa espera por um benefício.

Então, hoje, o que o Congresso faz aqui aprovando essa medida provisória, por meio do relatório da senhora, sem dúvida nenhuma, é justiça social, é garantir os direitos sociais que estão previstos na Constituição. Como Parlamentar, levanto essa bandeira junto com a senhora, a bandeira da previdência social. E também, como advogado previdenciarista, é com muito orgulho e honra que eu, um jovem Parlamentar no primeiro mandato, estou aqui, ao lado da senhora, presidindo esta Comissão, deixando aí, na nossa história e no nosso trabalho, essa aprovação.

A senhora quer dar uma palavrinha?

A SRA. ZENAIDE MAIA (PSD - RN) – Quero. (*Fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu que agradeço ao Presidente Samuel, esse jovem Deputado Federal que tem esse olhar diferenciado para a população. E falo aqui, não só para os nossos Parlamentares, que já tiveram acesso a essa relatoria, mas uma informação para a população: a Medida Provisória 1.296 institui o Programa de Gerenciamento de Benefícios no âmbito do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e do Departamento de Perícia Médica Federal, com o objetivo de aumentar a capacidade operacional da Previdência, do INSS e da Perícia Médica; agilizar a revisão de benefícios previdenciários e a assistência, que é o BPC; reduzir o pagamento indevido de benefícios, gastos com juros de moratória... Por exemplo, nós temos casos de pessoas que ganharam na Justiça faz 180 dias e não conseguem.

E qual é a justificativa social e relevância? A medida provisória responde a uma situação crítica enfrentada por milhões de brasileiros e brasileiras. Há mais de 2 milhões de benefícios represados, com necessidade de reavaliação. O tempo médio de concessão caiu de 69 dias para 41 dias, entre janeiro de 2023 e setembro de 2024, graças a uma medida desse... que tinha feito. Agora, o que chama atenção é que o tempo médio de atendimento médico pericial, que era de 74 dias, passou para 34, no mesmo período. O programa é socialmente indispensável, porque reduz a fila do INSS, garante justiça aos beneficiários legítimos e combate as fraudes e irregularidades.

Então, gente, quero dizer o seguinte: isto aqui é urgência.

Existe uma realidade, Samuel: 2 milhões de brasileiros e brasileiras numa fila, inclusive para conseguir um benefício de prestação continuada, o que é feito pela Justiça Federal, quer dizer, pelos peritos federais, mas nós também temos uma fila única que é justamente desse benefício do BPC.

Então, a gente tinha que começar a fazer alguma coisa. Eu duvido que tenha alguém neste país que não tenha alguém que esteja nessa situação.

Muito obrigada, e tudo de bom para todos nós.

Vamos aprovar, Samuel.

O SR. PRESIDENTE (Samuel Viana. REPUBLICANOS - MG) – Vamos!

Um excelente trabalho para todos nós na continuidade dos nossos trabalhos aqui na Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 41 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 1300, DE 2025 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e quarenta e um minutos do dia vinte e seis de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Eduardo Braga e Fernando Farias, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 1300, de 2025 com a presença dos Parlamentares Renan Calheiros, Fernando Dueire, Professora Dorinha Seabra, Sérgio Petecão, Wellington Fagundes, Randolfe Rodrigues, Mecias de Jesus, Hamilton Mourão, Joaquim Passarinho, Pedro Uczai, Fernando Coelho Filho, Keniston Braga, Lafayette de Andrada, Nely Aquino, Arnaldo Jardim, Carlos Zarattini, Padre João e Rodrigo Gambale, e ainda do Deputado Fernando Rodolfo, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Efraim Filho, Carlos Viana, Lucas Barreto, Cid Gomes, Rogerio Marinho, Weverton, Rogério Carvalho, Laércio Oliveira, João Carlos Bacelar, Vander Loubet, Geraldo Mendes, Marx Beltrão, Otto Alencar Filho e Aureo Ribeiro. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação da Comissão e eleição de Presidente e Vice-Presidente. **Resultado:** Realizada a 1ª Reunião da Comissão Mista. A Comissão é instalada, sendo eleitos o Senador Eduardo Braga para Presidente e o Deputado Joaquim Passarinho para Vice-Presidente; e designado Relator o Deputado Fernando Coelho Filho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Joaquim Passarinho
Vice-Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 1300, de 2025

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/26

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Farias. Bloco/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista da Medida Provisória 1.300, de 2025.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade do Senado Federal, e a relatoria, sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados.

Instalação e eleição.

Havendo acordo... Comunico que há acordo de Liderança para a eleição da Mesa, tendo sido indicado a Presidente o nosso Senador Eduardo Braga.

Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição da mesa por aclamação.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Declaro eleito Presidente o Senador Eduardo Braga.

Passo a Presidência aqui. Faça o favor, Eduardo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. MDB - AM) – Muito obrigado.

Bem, meus amigos, primeiro, eu quero agradecer aos Senadores, aos Deputados, às Senadoras, às Deputadas a honrosa manifestação do entendimento em torno do meu nome.

E, de acordo com os entendimentos, quero convidar o nosso Ministro – uma vez Ministro, sempre Ministro –, Ministro de Minas e Energia, Deputado Federal Fernando Bezerra Filho, para assumir a relatoria.

E eu indago aos Srs. Senadores se podemos, também por aclamação, designar o nome do nosso Deputado Joaquim Passarinho para a Vice-Presidência da Comissão. (*Pausa.*)

Estamos todos de acordo. Então, eu pergunto se posso declarar eleito por aclamação o nosso Deputado Joaquim Passarinho como Vice-Presidente da Comissão. (*Pausa.*)

Passo a palavra ao nosso Relator, Deputado Fernando Coelho Filho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO COELHO FILHO (UNIÃO - PE. Como Relator.) – Senador Presidente Eduardo Braga, cumprimento o Senador Fernando Farias também, cumprimento meus colegas Deputados e nobres Senadores.

A gente estava na expectativa grande para poder fazer a instalação, Presidente, Presidente Renan, desta Comissão importante, que trata de uma série de temas. É bem verdade que a gente vive alguns dias bastante atípicos aqui no Parlamento, isso acabou retardando a instalação desta Comissão. O fato é que, com ela agora instalada, a gente tem a vontade de correr o máximo possível e disponibilizar para vocês, tendo em vista o prazo do dia 17 de setembro, compromisso que eu assumi com o Presidente Davi, com o Presidente Hugo e com o Presidente desta Comissão, até o início da próxima semana, talvez antes, uma possível versão já de um texto que a gente possa trazer para votação, tendo a concordância de todos, na semana que vem.

É bem verdade que, quanto a esse tema de modernização, de reforma de setor, o setor já vem esperando há algum tempo. Isso é muito necessário, pela situação que nós estamos enfrentando de desafios dos mais diversos lados, mas o fato também é que o tema da tarifa é muito importante para a parcela majoritária da população brasileira.

Vamos trabalhar para ver o que nós encontramos no máximo de convergência daqui até a semana que vem, mas é bem verdade que terá que ser um texto mais enxuto do que aquilo que a gente gostaria no início, quando esta medida provisória foi editada, mas o importante é que a gente não perca essa janela de oportunidade. Vamos trabalhar para amanhã também instalarmos a Medida Provisória 1.304, e tenho certeza de que a gente vai ter muitas convergências para, com calma, apontando a direção correta, de fato dar ao setor elétrico brasileiro o encaminhamento e a reforma que ele há tanto tempo aguarda.

Estou à disposição, como sempre estive, de todos os pares, desta Comissão ou não, e do setor, com quem eu já tenho conversado, para que a gente possa debater sobre o texto.

Enfim, com o Presidente me liberando, eu tenho que começar a botar esse texto no papel para dar tempo de a gente disponibilizar para vocês o quanto antes.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. MDB - AM) – Eu agradeço as palavras do nosso Deputado Fernando Coelho Filho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu convido o nosso Deputado Joaquim Passarinho para compor aqui a mesa, na qualidade de Vice-Presidente.

Gostaria de dizer aos Srs. Deputados, às Sras. Deputadas, aos Srs. Senadores, às Sras. Senadoras e aos interessados, que estão acompanhando esta instalação tão já desejada e esperada por tantos, que eu tenho absoluta confiança de que nós conseguiremos objetivar, sob a coordenação do nosso Relator, um texto que seja objetivo, que preserve as questões essenciais da MP 1.300, para que nós possamos votar na Câmara, votar no Senado e votar na Comissão, dentro do prazo esperado, sem nenhum prejuízo para os nossos consumidores.

Ao mesmo tempo, é importante dizer que tivemos um entendimento – eu, o nosso querido Relator, o Presidente Davi Alcolumbre e o Presidente Hugo Motta, obviamente sob a coordenação dos Presidentes – no sentido de que tenhamos agora uma sequência de atos que serão conjuntos para que nós possamos robustecer a reestruturação do setor elétrico no nosso país, no setor de energia do nosso país. Nós estamos diante de três oportunidades que são a MP 1.300, a MP 1.304 e a MP 1.307, ou seja, nós temos condições suficientes de prazo para que nós possamos fazer aquilo que o Brasil espera há algum tempo.

Tanto o Ministro Fernando Bezerra Filho ou Fernando Coelho Filho... Eu tenho o cacoete de chamar de Fernando Bezerra, porque sou amigo do Fernando Bezerra pai, e o Fernando a gente chama de Fernando Bezerra. E o Fernando Coelho Filho... Eu tive a oportunidade de estar no ministério, temos conversado com o setor, temos conversado também com a agência reguladora, temos buscado compreender os desafios que nós estamos vivendo diante de uma nova realidade que o setor elétrico possui. Nós temos hoje um setor bastante complexo, seja pela geração distribuída, seja pela geração eólica e solar, seja pelas condições de estabilidade de potência dentro do sistema, ou seja, existem várias questões a serem discutidas. Há a questão do gás que é uma questão fundamental, uma matriz energética fundamental. Portanto, este é um tema com uma profundidade de debates tão importantes que nós chegamos à conclusão, todos juntos – o Fernando, eu, o Presidente Davi, o Presidente Hugo –, de que precisamos fazer deste momento um momento de um marco extremamente importante para o setor elétrico.

E, coincidentemente, temos aqui vários Parlamentares envolvidos que participam do setor elétrico para podermos prestar o melhor serviço possível ao povo brasileiro, à economia brasileira e aos consumidores brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com isso, eu declaro encerrada esta sessão, aguardando, portanto, agora, o nosso Relator apresentar talvez um plano de trabalho bastante sucinto, porque a nossa meta agora é apresentar o relatório.

Na realidade, ele já manifestou aqui o plano de trabalho verbalmente, e eu gostaria de considerar, portanto, a apresentação desse plano de trabalho verbal, se o Relator assim compreender, e submeter à apreciação dos Srs. Deputados e Deputadas e das Sras. Senadoras e Senadores; e, se estivermos de acordo...

O SR. ARNALDO JARDIM (Bloco/CIDADANIA - SP. Pela ordem. *Fora do microfone*.) – A próxima reunião é em quanto tempo?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/MDB - AM) – A ideia é tão logo o nosso Relator sinalize. Pode ser na semana que vem ou até mesmo amanhã, se o nosso Relator já estiver com o relatório pronto, de que eu não duvido nada, pela competência e pela eficiência. (*Risos.*)

O SR. FERNANDO COELHO FILHO (Bloco/UNIÃO - PE) – Eu gosto do otimismo, mas vamos trabalhar com a data de terça-feira. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/MDB - AM. Fala da Presidência.) – Terça-feira da semana que vem ou quarta-feira da semana que vem.

O que é importante é a mensagem que eu acho que nós estamos passando para toda a imprensa especializada e a imprensa em geral aqui presente, de que não haverá nenhuma dificuldade. Há um entendimento, há um entrosamento entre Câmara e Senado, para que os consumidores não sejam prejudicados e que o setor possa encontrar, no Congresso Nacional, o debate necessário e importante para a reestruturação do setor. O.k.?

Então, está aprovado o plano de trabalho.

Encerrada a sessão e convocada, a princípio, para a próxima terça-feira, a reunião, no mesmo horário.

(Iniciada às 14 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 52 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 1300, DE 2025 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS 02 E 03 DE SETEMBRO DE 2025, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quinze horas e doze minutos do dia dois de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Deputado Joaquim Passarinho, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 1300, de 2025 com a presença dos Parlamentares Fernando Farias, Efraim Filho, Carlos Viana, Professora Dorinha Seabra, Sérgio Petecão, Rogerio Marinho, Wellington Fagundes, Marcos Rogério, Eduardo Gomes, Rogério Carvalho, Randolfe Rodrigues, Teresa Leitão, Laércio Oliveira, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Hamilton Mourão, João Carlos Bacelar, Fernando Coelho Filho, Geraldo Mendes, Marx Beltrão, Keniston Braga, Lafayette de Andrada, Nely Aquino, Arnaldo Jardim, Reinhold Stephanes, Afonso Motta, Rodrigo Gambale, Danilo Forte, Aureo Ribeiro, Carlos Zarattini, Padre João e Marangoni, e ainda dos Parlamentares Angelo Coronel, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Paulo Paim, Icaro de Valmir, Zé Trovão, Augusta Brito, Wilder Morais, Jorge Seif, Ciro Nogueira, Nelsinho Trad e Giordano, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Braga, Lucas Barreto, Cid Gomes, Weverton, Otto Alencar Filho, Vander Loubet e Pedro Uczai. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Às quinze horas e quarenta e três minutos, a reunião é suspensa e a reabertura é agendada para o dia três de setembro de dois mil e vinte e cinco. Às quinze horas e seis minutos do dia três de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Deputado Joaquim Passarinho, a reunião é reaberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Medida Provisória n° 1300, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, a Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, a Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, a Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, a Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, e a Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Deputado Fernando Coelho Filho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do PLV que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Relatório do Deputado Fernando Coelho Filho, nos termos da nova Complementação de Voto apresentada, que passa a constituir o Parecer da Comissão, o qual conclui pelo reconhecimento do atendimento aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.300, de 2025; pela sua constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e adequação à técnica legislativa; bem como por sua compatibilidade financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação da medida provisória na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado, e pela rejeição de todas as emendas oferecidas. Apresentados os Requerimentos de destaque nºs 1 a 3, que foram declarados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

prejudicados com base no art. 242, do Regimento Interno do Senado Federal. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 1ª e da 2ª reunião, que são aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e oito minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Joaquim Passarinho
Vice-Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 1300, de 2025

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/02

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/03

O SR. PRESIDENTE (Joaquim Passarinho. Bloco/PL - PA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro reaberta a 2ª Reunião da Comissão Mista da Medida Provisória 1.300, de 2025.

Na data de ontem foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria.

Passo a palavra ao Relator, Deputado Fernando Coelho Filho, para que faça as suas considerações.

O SR. FERNANDO COELHO FILHO (Bloco/UNIÃO - PE. Como Relator.) – Presidente Joaquim, colegas Deputados, imprensa, todos do setor, perdão pelo atraso, mas, enfim, estava conversando com diversos colegas também que me faziam questionamento.

De ontem para hoje, como vocês tiveram acesso aí, a gente fez ainda uma redução no texto, tirando alguns pontos que tinham sido incluídos na matéria de ontem, justamente para poder facilitar a tramitação.

Recebi com muita sensibilidade aqui os apelos que me foram feitos pelos Deputados Keniston Braga, Afonso Motta, Padre João, acho, e Danilo Forte, que colocaram as suas preocupações, todas meritórias,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

como a questão do fio, como eu falei ontem, já atendida, e o nosso compromisso de poder... Hoje, inclusive, falei com o Relator da 1.304, o Senador Eduardo Braga, falando que a gente vai ter muito trabalho para poder fazer todas essas escutas, possibilidade do atendimento na medida provisória.

Então, foram suprimidos alguns trechos, como foi disponibilizado.

Eu vou ler rapidamente aqui, como eu falei, explicando todas essas alterações.

Na presente complementação, acatando sugestões de Parlamentares membros da Comissão, foram excluídos do projeto de lei de conversão temas cuja discussão poderá ser aprofundada na MPV 1.304, de 2025, além de alterados os prazos e o fluxo de arrecadação de recursos para mitigação de impactos tarifários nas áreas de concessão de distribuição das áreas da Sudam e Sudene.

Em relação ao projeto anterior:

i) foi suprimido o art. 1º do PLV, que alterava a Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e o art. 3º do PLV, que alterava a Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998;

ii) no art. 5º do PLV, que propõe alterações na Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, foram suprimidas as propostas de inclusão do §8º-A no art. 2º, bem como as propostas de inclusão dos §§10 ao 15 no art. 4º daquela lei;

iii) no art. 9º do PLV, que apresenta providências de arrecadação de recursos para mitigação de impactos tarifários nas áreas de concessão de distribuição situadas na Sudam e na Sudene, foram alterados os parágrafos que especificam prazos e competências na implementação da medida, que envolve repactuação de custos de pagamento pelo uso de bem público por UHEs;

iv) em face das alterações anteriores, houve renumeração dos artigos do projeto de lei de conversão.

Importa ressaltar que a proposta de repactuação de custos exorbitantes de UBP evita risco fiscal estimado em mais de R$20 bilhões – os números são do Ministério de Minas e Energia –, o qual estaria associado à devolução das UHEs impactadas. Ademais, estima-se que a medida possa arrecadar mais de R$6 bilhões em favor da CDE, com uso preferencial para a modicidade tarifária. O evitamento do risco fiscal e o benefício tarifário associado à medida compensam e justificam renúncia fiscal derivada da redução das obrigações de pagamento em R$4 bilhões.

Diante do exposto, votamos pelo reconhecimento do atendimento aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.300, de 2025; pela sua constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e adequação à técnica legislativa; bem como por sua compatibilidade financeira e orçamentária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mérito, manifestamo-nos pela aprovação da matéria na forma do projeto de lei de conversão ora apresentado e pela rejeição de todas as emendas oferecidas.

E esses números, esses debates foram feitos hoje com o Ministério de Minas e Energia e com técnicos também da Casa Civil. Por isso, Presidente, eu peço perdão um pouco pelo atraso, mas esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Joaquim Passarinho. Bloco/PL - PA) – Muito obrigado, Relator.

Em discussão.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Joaquim Passarinho. Bloco/PL - PA) – Pois não, Deputado Danilo Forte.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu acho que são temas importantes que estão sendo colocados aí pelo nosso Relator, o ex-Ministro Fernando Coelho Filho, e que precisam de um debate e um entendimento melhor. Então, seria oportuno que V. Exa. pudesse abrir para a gente debater os temas e discutir essas modificações e também a possibilidade de construir um entendimento nos segmentos que não foram atendidos. Nós, inclusive... o Senador Efraim Filho está fazendo alguns destaques em nome da Bancada do União Brasil, e eu também gostaria de debatê-los.

O meu entendimento é que a gente possa debater os temas e, a partir daí, a gente possa construir um consenso ou tentar adoçar um pouco o coração do Deputado pernambucano Fernando Coelho Filho, que tem que entender também o sofrimento do povo pernambucano, principalmente dos investidores em Pernambuco, que estão passando por este momento de dificuldade com os cortes aleatórios que estão sendo feitos no sistema. Então, eu acho que seria oportuno a gente fazer esse debate, seria interessante. Eu quero me inscrever para debater e quero também pedir aos demais colegas que a gente possa aprofundar esse tema, que a gente possa fazer um bom debate.

O SR. PRESIDENTE (Joaquim Passarinho. Bloco/PL - PA) – Deputado Danilo, eu abri justamente a discussão, então está aberta a discussão.

Algum Deputado quer se inscrever?

O Deputado Danilo se inscreve para discutir a matéria.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE. Para discutir.) – Sr. Presidente, DD. Relator, é com profunda preocupação que nós estamos aqui debatendo essa medida provisória. Ela tem um mérito no que diz respeito a ampliar o espaço de isenção de pagamento para o consumo dos de baixa renda – esse mérito é importante, porque são pessoas que têm dificuldade até na própria sustentabilidade das suas famílias. Mas, por outro lado também, ela está atendendo a algumas demandas pontuais, que vão além da questão meritória do acordo inicial, que seria só exclusivamente atender à questão das famílias de baixa renda,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando resolve problema tarifário da Região Norte do país, principalmente... Todo mundo sabe do problema das tarifas das termoelétricas do Norte, que já causaram tanta polêmica e tanta distorção no que diz respeito inclusive à CDE, ao preço final da energia, quando a sociedade, o conjunto do consumidor cativo, é obrigada a assumir parte dos pagamentos no encarecimento da sua conta de luz, exatamente para poder com isso suprir, ou seja, subsidiar essa geração térmica no norte do país, numa contradição muito grande do momento que nós estamos vivendo.

O país está se preparando para COP 30, né? Belém vai ser a sede da COP, o Deputado Joaquim Passarinho está acompanhando muito bem isso, as dificuldades que estão tendo para que o Brasil se apresente nessa COP. E nós poderíamos ter uma agenda propositiva positiva, no que diz respeito inclusive à consolidação daquilo que é a vocação do setor energético brasileiro, que é o setor das energias renováveis.

Muito se fala em transição energética, mas, na hora da transição energética na prática, o que nós estamos fazendo é exatamente aumentando a conta de energia, valorizando os segmentos de setores de energias que contribuem para o aquecimento global, que vão de encontro exatamente a todo esse discurso de transição energética, e, de novo, nós estamos vendo aqui uma priorização para atender as térmicas a gás da Amazônia, principalmente do Amapá, em detrimento, exatamente, da correção de uma distorção que foi gerada a partir de cortes de energia aleatórios, prejudicando a geração de energia no Norte, aliás, no Nordeste brasileiro, principalmente oriunda do vento e do sol, que é exatamente um diferencial de geração de emprego, de desenvolvimento para a nossa região.

Então, essa preocupação existe, e, inclusive, a gente fez esse destaque, que é o destaque da Emenda 350, com relação à questão do *curtailment*, que é para poder com isso você regularizar e dar condições de sobrevida a essas empresas geradoras, muitas delas, inclusive, inadimplentes, muitas delas em pedido de falência, muitas delas demitindo – e quem está demitindo não é só a geração, porque tem toda uma cadeia produtiva. No setor das eólicas, nós chegamos a alcançar uma marca de quase 82%, todo construído em ativos nacionais, e é triste e lamentável a gente passar ali na BR-116, na entrada de Fortaleza, e ver uma empresa como a Aeris, que faz as pás eólicas, que faz os aerogeradores, demitindo 7 mil funcionários, como aconteceu do ano passado para cá.

Então, isso é lamentável exatamente por quê? Porque a política pública que era exatamente de estímulo ao setor das renováveis, que era de garantia, inclusive, contratual, que foi feita para que essas empresas pudessem ali investir... E, diante da disponibilidade, inclusive, da transmissão, o que é que aconteceu? Exatamente o inverso, e esse inverso prejudicando, de forma contundente, um setor tão vital, tão importante para a nossa economia.

Então, eu espero que a gente possa aqui produzir um debate capaz de fazer um melhor entendimento com relação às questões que hoje estão envoltas nessa medida provisória, até porque ela tem uma abrangência maior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) – Quanto a essa perspectiva de se jogar tudo para a 1.304, nós temos um exemplo vivido, e, inclusive, o Deputado Fernando Coelho Filho viveu muito bem isso, porque fez um grande relatório no PL 414, que era exatamente da reforma do setor elétrico brasileiro, e a gente nunca conseguiu votar o 414 – ninguém nunca conseguiu concluir essa votação. E isso já tem demanda de quase dez anos de debate, com relação a essa questão do 414, e ninguém conseguiu concluir.

Então, querer, na perspectiva futura de transferir esse debate para uma outra medida provisória, num momento, inclusive, em que o país tem uma conturbação política muito forte, uma polarização muito radicalizada, e nós aqui podendo resolver os problemas nessa medida provisória, nós estamos adiando, postergando, talvez na garantia de um insucesso e, de novo, fortalecendo não o setor prioritário da sociedade brasileira e mundial com relação à transição energética, mas fortalecendo o setor do atraso e o setor que, neste momento, inclusive, oferece uma energia mais cara.

Então, eu acho que a gente precisa refazer esse debate.

Esse destaque está aí colocado, espero que essa contribuição sirva para que o nosso Líder Relator, o Deputado Fernando Coelho Filho, possa rever esse posicionamento, e que a gente possa dar continuidade àquilo que foi exatamente a grande mudança da economia do Nordeste brasileiro, que foi o advento da geração de energia eólica e solar, mudando a realidade de todos os municípios do Nordeste brasileiro, onde tem parques instalados que mudaram a sua realidade, inclusive econômica.

Então, eu acho que, se a gente quer corresponder, inclusive, à expectativa econômica da nossa região, a gente tem que aqui atender a essa demanda e incorporar a Emenda 350 ao nobre relatório feito pelo Deputado Fernando Coelho Filho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Joaquim Passarinho. Bloco/PL - PA) – Obrigado, Deputado Danilo.

Deputado Afonso Motta.

O SR. AFONSO MOTTA (Bloco/PDT - RS. Para discutir.) – Sr. Presidente Joaquim Passarinho, Deputado Fernando Coelho Filho, os cumprimento com muito respeito, especialmente pelo trabalho que nós todos sabemos profícuo que vem sendo desenvolvido no sentido de equacionar a Medida Provisória 1.300 e, ao mesmo tempo, garantir o espaço da Medida Provisória 1.304, o que aqui foi comprometido de forma verbal, mesmo que, no meu caso em particular, não tenha a instrumentalização necessária para poder ter uma participação efetiva lá na Medida Provisória 1.304.

Eu reitero o que coloquei na sessão de ontem, quando expressei o desafio e a dificuldade, na minha representação como Deputado da Bancada do PDT, de ter conseguido aqui uma participação como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

suplente e, nessa qualidade, ter apresentado as emendas, que fiz um grande esforço para colocar na contribuição do texto da Medida Provisória 1.300.

Agora, reitero os argumentos no sentido de que, em primeiro lugar, há, de certa forma, uma singeleza nessa pretensão de qualificar uma atividade produtiva que tenha liderança nacional na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, através da rizicultura e, na medida em que a utilização da casca do arroz garante pequenos espaços de geração de energia que, até o presente momento, com todas as dificuldades, vem dando uma contribuição estratégica importante, não só pela agregação de valor, mas também pela possibilidade de atender espaços menores e espaços que não teriam uma outra alternativa de qualificação energética que não fossem esses.

E, por isso, nós entendemos, até pela dimensão, pela singeleza dessas duas questões contidas nas emendas que apresentei, que poderiam, sim, sem um prejuízo maior, compor o texto do Relator. Primeiro, porque uma das emendas garante uma situação atualmente existente que, pela medida provisória... Ontem eu ouvi atentamente os argumentos do Deputado Fernando Coelho, inclusive dando conta de que essa primeira emenda estaria preservada pelo conceito maior, mas, mesmo assim, ele não tem uma explicitude que possa assegurar essa pretensão. E, por outro lado, o fato de que essa geração é uma geração que já vem também com muitas limitações, com muitas dificuldades, e seria uma oportunidade para resolver, como muito bem foi colocado na audiência pública de que participamos com o Ministro de Minas e Energia e sua equipe, que, de pronto, também responderam com uma certa simplificação que serviria, no caso, colocando essa dimensão como uma dimensão plenamente passível de solução.

(*Soa a campainha.*)

O SR. AFONSO MOTTA (Bloco/PDT - RS) – E, por isso, nós, claro, aqui vamos, com muito respeito, reafirmar a nossa pretensão contida nas emendas e, se for o caso, destacá-las, para que fique o registro.

Eu espero, mesmo que todas as emendas sejam desacolhidas, que, pelo menos como subsídio, a própria Comissão, a própria Presidência da Comissão aqui encaminhe para a Comissão com a qual V. Exa. tem intimidade, a Comissão que aprecia a Medida Provisória 1.304.

Era isso. Obrigado, Presidente.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) – Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Joaquim Passarinho. Bloco/PL - PA) – Muito obrigado, Deputado Afonso Motta.

O SR. DANILO FORTE (UNIÃO - CE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Joaquim Passarinho. PL - PA) – Pois não, Deputado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DANILO FORTE (UNIÃO - CE. Para questão de ordem.) – Com base aqui no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, no art. 46, no §1º, coloca que, em nenhum caso, ainda que trate de reunião extraordinária, o seu horário poderá coincidir com a Ordem do Dia da sessão ordinária ou extraordinária da Câmara dos Deputados ou do Congresso Nacional. Eu acabei de ser chamado pelo Presidente Hugo Motta para ser Relator do Projeto de Lei do INSS, que é um projeto muito sério, milhões de brasileiros foram roubados nas suas contas, e a Câmara está votando lá agora. Então, eu queria solicitar de V. Sa. se a gente poderia suspender a MP ou poderia criar uma alternativa para que a gente pudesse participar dos dois debates, porque eu ainda não tenho o dom da onipresença. Queria tê-lo, mas não sou essa santidade toda para ter. Então, infelizmente não tenho. E eu tenho que relatar essa matéria lá agora e tem esse artigo que dá um embasamento legal com relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Joaquim Passarinho. PL - PA. Para responder questão de ordem.) – Deputado Danilo, quando V. Exa. recebeu a informação, também recebi, da Ordem do Dia e perguntei à assessoria da Mesa, que está me colocando sobre o Regimento. O Regimento Comum é omisso quanto à possibilidade de realização de reunião da Comissão Mista durante sessões plenárias da Casa Legislativa, conforme o art. 151, primeiro subsidiário dos nossos casos omissos, que é o Regimento Interno do Senado Federal. Então, o §2º do art. 107 do Regimento Interno do Senado Federal: "Em qualquer hipótese, a reunião de comissão permanente ou temporária não poderá coincidir com o tempo reservado à Ordem do Dia das sessões deliberativas ordinárias [...]". E, no caso da informação, a nossa sessão é extraordinária.

O SR. DANILO FORTE (UNIÃO - CE) – Mas, na omissão, você recorre, por exemplo, pode recorrer ao da Câmara ou ao do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Joaquim Passarinho. PL - PA) – Ao do Senado primeiro, primeiro ao do Senado.

O SR. DANILO FORTE (UNIÃO - CE) – Você está desprestigiando a sua Casa.

O SR. PRESIDENTE (Joaquim Passarinho. PL - PA) – Não, não sou eu, infelizmente não sou eu, é o que está escrito no Regimento Comum das Casas. Não sou eu, infelizmente, eu gostaria até de fazer uma emenda e mudar isso para a gente ter de obedecer primeiro à Câmara para depois ao Senado, mas hoje eu teria que obedecer ao que está escrito aqui no Regimento Comum.

O SR. DANILO FORTE (UNIÃO - CE) – Até porque a Câmara é a Casa do Povo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Joaquim Passarinho. PL - PA) – Concordo com V. Exa., vamos mudar então o Regimento Comum, infelizmente.

O SR. DANILO FORTE (UNIÃO - CE) – E como é que eu faço?

O SR. PRESIDENTE (Joaquim Passarinho. PL - PA) – Eu acho que V. Exa. devia ficar aqui e não ir para lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Marco Rogério.

O SR. DANILO FORTE (UNIÃO - CE) – Lá eu tenho que proteger 9 milhões de aposentados que foram roubados. Eu vou lá e vou tentar voltar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, essa matéria, essa medida provisória trata de alguns temas importantes e que merecem a nossa atenção, merecem o nosso cuidado.

Talvez o ponto mais sensível dessa medida provisória seja o que trata da questão da Tarifa Social. E, não por acaso, o que foi alinhado, o que foi acordado para a gente votar, apreciar nessa medida provisória foi justamente o que está dentro do núcleo da chamada Tarifa Social.

Eu observei... Agora há pouco, eu recebi o texto final, e o texto veio diferente daquilo que foi anunciado e que seria fruto do entendimento, porque foram inseridos alguns pontos que não são pacíficos para este momento.

Eu entendo que nós vamos ter a 1.304, que nós vamos discutir daqui a pouco, nós poderemos endereçar. O tema que o Deputado Danilo trouxe aqui é um tema sensível. Eu inclusive chamei uma audiência pública na Comissão de Infraestrutura para discutir esse tema importante. Não dá para a gente fazer essa discussão de forma rasa, de forma acalorada.

Agora, do mesmo jeito que não dá para fazer isso, o art. 7º, que está no relatório apresentado, me parece também uma situação que extrapola aquilo que foi pactuado. E aí eu vou dizer por quê. E é uma situação que me parece ter um endereço muito claro. É a questão de UBP (uso do bem público). Aqui tem dois segmentos que têm interesse nesta matéria, dois interesses. Aqui interessa à Copel, interessa à Engie – uma privada e outra francesa. E aquilo que parece ser uma coisa boa, porque você está endereçando essa antecipação para atender a conta do consumidor, na verdade você está tirando do consumidor, porque essa equação é feita com base na Selic. Se você tem um contrato de longo prazo com prorrogação de concessão e você faz a antecipação – e, se considerar a métrica que está sendo utilizada aqui, nós vamos ter um abatimento de 50% –, nós estamos tirando de quem? Do consumidor, porque para onde é que vai o derivado, o apurado, nessa questão? Vai para a CDE.

Talvez, para a solução, a minha sugestão é que a gente deixasse esse assunto para ser tratado também na 1.304, por uma razão: porque eu concordo com a ideia de atender na tarifa do consumidor, eu acho que está correto. Agora, nós podemos manter o modelo como ele está e fazer o direcionamento do benefício para atender a Região Amazônica, aí nos interessa. Agora, tirar 50% de abatimento com um agravante... Essa antecipação é feita, é apurada com o valor presente. Como é que está a Selic hoje? Numa crescente. Ou seja, aquilo que tem um valor neste momento daqui a pouco não mais será o mesmo. Então, quem está fazendo isso aqui sabe exatamente o que está fazendo e sabe qual é o desenho de mercado para daqui três meses, daqui quatro meses, daqui seis meses, e querem antecipar. Faz parte do jogo do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

mercado, está tudo certo. Agora, não deve fazer parte da nossa compreensão abrir mão daquilo que é direito do consumidor.

Então, eu entendo que dá para fazer uma construção em relação a esse item, a esse ponto. Eu só faria um apelo para gente jogar para a 1.304, para discutir melhor essa questão, dar um endereçamento melhor e fazer uma equação que atenda de fato o consumidor sem jogar apenas para o mercado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Com todo o respeito que tenho, mas, enfim, é um tema... Primeiro que eu acho que o foco aqui, se for em cima da questão da tarifa social, o.k.; vamos votar e, no Plenário, nós vamos discutir o tema. Agora, esse tema extrapola aquilo que é pacificado no acordo e, além do mais, me parece – e aí eu gostaria de ter tempo para discutir melhor isto aqui – algo que vai retirar do consumidor, porque é uma ilusão.

Você diz: "Não, eu estou direcionando isso aqui para poder reduzir tarifa". Só que você está tirando 50% do que poderia ser apurado e fazendo o direcionamento, o que aí eu acho que está correto. A questão do direcionamento está correta, porque hoje você apura essa situação e você a joga na CDE, e aí estados que não contribuíram em nada com isso, com esse fator de geração, vão ser beneficiados. Eu acho que é adequado, é correto você fazer o direcionamento desse bônus, desse benefício, mas não no formato em que está sendo feito, porque eu acho que nós estamos aqui punindo o consumidor duas vezes.

Então, o apelo que faço ao Relator, ao Presidente é que a gente pudesse repensar esse ponto, porque eu pedi que fossem destacados os temas que são extravagantes àquilo que está no acordo, para gente abrir um diálogo aqui, para tentar chegar num texto que seja consensual. É um apelo que faço para tentar construir.

Eu também faço parte da 1.304, e a gente poderia, de repente, fazer um desenho, com uma visão um pouco mais alargada do que no formato que está estabelecido aqui.

O SR. PRESIDENTE (Joaquim Passarinho. Bloco/PL - PA) – Obrigado, Senador.

Eu vou passar para o nosso Relator poder falar sobre as suas considerações.

O SR. FERNANDO COELHO FILHO (Bloco/UNIÃO - PE) – Deputado Danilo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO) – Só para dizer isto aqui, isto aqui significa, neste momento, 2 bilhões – só isto aqui.

O SR. FERNANDO COELHO FILHO (Bloco/UNIÃO - PE. Como Relator.) – O Deputado Danilo falou a respeito do tema do *curtailment*, que é urgente, que precisa de uma solução. Ele sabe o quanto eu me dediquei para que a gente pudesse tentar chegar a um texto que desse, pelo menos, uma sinalização aos agentes que estão sofrendo e que estão sendo penalizados neste momento, mas o acordo que foi possível,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

que ele tanto mencionou – o Senador Marcos Rogério também mencionou –, é o que nos possibilitou fazer a instalação das duas Comissões dessas medidas provisórias. Para poder seguir esse acordo, a gente vai debater esse tema dentro da Medida Provisória 1.304.

O Deputado Afonso Motta ontem fez duas questões e hoje fez um apelo novamente, para que a gente pudesse tratar do tema de 100% de desconto para a biomassa da casca do arroz, cuja emenda dele eu peguei ontem, pois ele me entregou. A do fio, como eu falei, já foi atendida, e, quanto ao nosso compromisso com a biomassa, como um todo, a gente vai fazer essa discussão na Medida Provisória 1.304.

O Senador Marcos Rogério tem todos... Posso dizer que ele tem parte da informação e ele a tem correta. Agora, o acordo de que eu participei, com a presença do Senador Eduardo Braga, do Presidente Hugo, do Presidente Davi, tinha, sim, alguns temas que precisavam ser tratados.

Você pode ter certeza, Senador: eu sou uma pessoa de cumprir acordo. Eu demoro para fazer, mas, quando eu faço, eu cumpro. Eu posso lhe garantir que nesse texto restou o que a gente combinou com os Presidentes das duas Casas.

Com relação à taxa de desconto, a gente não está dando aqui, neste instrumento, nenhum dia a mais de concessão a nenhuma dessas empresas e outros que podem se habilitar. A gente, na verdade, está fazendo a repactuação, porque muitos desses contratos foram feitos com IGP-M, lá atrás, houve um grande descolamento, e, se algumas dessas concessões forem devolvidas, tem, sim, um valor muito grande que a União precisa pagar a algum desses geradores, e, segundo os números que eu falei aqui, do próprio Ministério de Minas e Energia, chega a quase R$20 bilhões, se elas não forem pactuadas.

E aqui o entendimento é um instrumento, para que a gente possa criar fundos que não os já tão concorridos fundos da CDE, para poder amenizar a tarifa dos estados, os reajustes tarifários dos estados do Norte e do Nordeste.

Ano passado, nós acessamos um fundo que eu tive muito prazer de poder ter concebido lá atrás, que foi o fundo do Norte, do Nordeste, quando da privatização da Eletrobras. O Amapá usou a cota dele, os outros estados usaram a cota deles, e fizeram com que os consumidores daquelas áreas fossem menos impactados. A gente está próximo, aí, de novo de reajuste tarifário superior a 20% em alguns estados.

E, para que a gente não acessasse de novo a CDE, que é tão espremida, a gente foi buscar dentro do próprio Ministério de Minas e Energia, com pessoas que nos ajudaram, uma solução para poder tentar preservar os disputados recursos da CDE, mas também tentar amenizar os consumidores desses estados.

Eu compreendo... Eu fiz uma fala, ontem, em que eu diria que foi quase um desabafo: eu gostaria, sim, que a 1.300 tratasse de muitos outros temas, e a gente iria debater, aqui, talvez dias, para poder chegar ou não chegar à redação que a gente gostaria ou que achasse a mais apropriada, mas esse foi o possível, e eu quero acreditar, Afonso, que a gente vai fazer um bom debate na 1.304, que a gente vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

conseguir incluir as coisas que precisam ser incluídas na 1.304, mas eu quero também que a gente não perca tempo e a gente não prejudique um tema importante, que é o prazo para poder votar a tarifa social, que vai atender a milhões de brasileiros, que não...

Todos os temas aqui são muito caros e muito são importantes, e eu sei o quanto é caro para o meu Nordeste o tema que foi trazido aqui pelo meu colega Danilo Forte, mas, entre isso e o acordo que foi firmado, eu vou seguir com o acordo político que eu assumi e com o mesmo compromisso de poder fazer tudo que tiver ao meu alcance para que a gente possa ter a maior inclusão possível na 1.304.

Por isso, Presidente, eu queria pedir para que a gente pudesse votar o relatório, na forma como foi apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Joaquim Passarinho. Bloco/PL - PA) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Ninguém discute.

Encerrada a discussão.

Passamos à votação da matéria. (*Pausa.*)

Foram apresentados três requerimentos de destaque pelo Senador Efraim Filho, do União Brasil.

Nos termos do art. 242, do Regimento Interno do Senado Federal, estando ausente o autor do requerimento de destaque, fica prejudicado o requerimento.

O Senador Efraim Filho não está presente. Então, estão prejudicados os requerimentos.

Em votação o relatório.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão.

Antes de finalizarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das atas da presente reunião e da anterior.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Deus abençoe a todos!

Parabéns, Relator Fernando Coelho Filho!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 15 horas e 12 minutos e suspensa às 15 horas e 43 minutos do dia 02/09/2025, a reunião é reaberta às 15 horas e 06 minutos e encerrada às 15 horas e 38 minutos do dia 03/09/2025.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 1301, DE 2025 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE AGOSTO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e quarenta e seis minutos do dia cinco de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Parlamentares Humberto Costa e Yury do Paredão, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 1301, de 2025 com a presença dos Parlamentares Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick, Otto Alencar, Sérgio Petecão, Zenaide Maia, Dra. Eudócia, Leila Barros, Carlos Zarattini, Jorge Solla, Antonio Brito, Romero Rodrigues, Dr. Francisco, Bohn Gass, Duarte Jr. e Luiz Lima, e ainda dos Senadores Fabiano Contarato, Paulo Paim e Randolfe Rodrigues, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Efraim Filho, Carlos Viana, Nelsinho Trad, Jorge Kajuru, Eduardo Gomes, Dr. Hiran, Hamilton Mourão, Zé Vitor, Luiz Carlos Motta, Cristiane Lopes, Doutor Luizinho, Ronaldo Nogueira, Adolfo Viana e Neto Carletto. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação da Comissão e eleição de Presidente e Vice-Presidente. **Resultado:** Instalada a Comissão. São eleitos para Presidente o Deputado Yury do Paredão e para Vice-Presidente o Senador Humberto Costa. São designados para Relator o Senador Otto Alencar e para Relator-revisor o Deputado Duarte Jr. **2ª Parte - Deliberativa**. **Finalidade:** Deliberação de Requerimentos. **Resultado:** Incluídos extrapauta, são aprovados os Requerimentos nºs 1 e 2, solicitando a realização de audiência pública para instruir a matéria. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e nove minutos. A presente ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Yury do Paredão
Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 1301, de 2025

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/05

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. PT - PE. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1.301, de 2025.

De acordo com a Resolução nº 1/2002, do Congresso Nacional, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados e a relatoria sob a responsabilidade do Senado Federal.

Comunico que há acordo de Lideranças para a eleição da mesa, tendo sido indicado para Presidente Yury do Paredão; para Vice-Presidente, ainda não há uma definição.

Consulto o Plenário se podemos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem.

A Liderança do Governo indica V. Exa. para Vice-Presidência e relatoria revisora desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. PT - PE) – O.k.

Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição da mesa por aclamação.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Declaro eleitos: Presidente, Yury do Paredão; e, Vice-Presidente, este que vos fala.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – À relatoria revisora também... Aliás, à relatoria do Senado. A relatoria revisora vai ter que ser da Câmara dos Deputados, então.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. PT - PE) – Passo a Presidência da Comissão ao Deputado Yury do Paredão, para que ele possa dar consecução a esta sessão. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Yury do Paredão. MDB - CE) – Boa tarde, senhoras e senhores, cidadãos e cidadãs do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje celebramos uma importante iniciativa do Governo Federal, que reforma o compromisso com a saúde pública: a Medida Provisória 1.301, de 30 de maio de 2025, que institui o programa Agora Tem Especialistas.

Essa medida reafirma que o SUS, o nosso Sistema Único de Saúde, continua sendo a maior conquista social do povo brasileiro. A MP estabelece uma ponte estratégica entre o SUS e as instituições privadas e filantrópicas, permitindo que consultas, exames e cirurgias sejam realizados em unidades credenciadas, seja como forma de compensação de dívidas, seja por meio de incentivos fiscais. Estamos falando de milhões de brasileiros que aguardam por uma consulta com um cardiologista, por um exame de imagem ou por uma cirurgia que pode salvar ou transformar vidas.

O SUS é o maior sistema de saúde pública do mundo, e é dever do Estado fortalecê-lo com gestão, inovação e foco nas reais necessidades da população.

Como Parlamentar, destinei recursos à saúde pública de diversas cidades do Estado do Ceará, e sempre repeti aos gestores municipais: cuidem da saúde, nenhum morador pode ser deixado para trás; valorizem os profissionais de saúde e garantam o medicamento nos postos; e trabalhem de dia e de noite para cuidar das pessoas.

Por isso, reafirmamos, com orgulho, que o SUS segue firme e se reinventa para avançar e atender o povo brasileiro com excelência. Este novo programa comprova que a saúde pública deve ser prioridade absoluta, com boa gestão, investimento contínuo e controle social para garantir dignidade e bem-estar a todos. Assim como os programas Mais Médicos e Farmácia Popular, o Agora Tem Especialistas será um sucesso. Vai cuidar dos brasileiros e brasileiras, levando dignidade a todos os cantos do país, porque ter acesso à saúde pública é ter acesso à dignidade. Mais uma vez o Governo Lula inova para cuidar bem do Brasil.

Quero deixar registrado os meus parabéns ao Ministro Alexandre Padilha.

Muito obrigado a todos. Viva o SUS, patrimônio do povo brasileiro! (*Palmas.*)

Como Presidente eleito, quero designar como Relator o Senador Otto Alencar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP. Pela Liderança.) – Presidente, a Liderança do Governo sugere e indica o Deputado Duarte Jr., do PSB, do Maranhão, para a relatoria revisora na Câmara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Yury do Paredão. MDB - CE) – O.k. Fica designado como Relator Revisor o Deputado Duarte Jr.

Gostaria de sugerir a inclusão extrapauta do Requerimento nº 1, de minha autoria, que requer a realização de audiência pública para instruir a matéria.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP. Pela ordem.) – Presidente, só perguntando, na audiência pública está incluso o Sr. Ministro de Estado da Saúde?

O SR. PRESIDENTE (Yury do Paredão. MDB - CE) – O Ministro Padilha.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Perfeito.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Pela ordem.) – Só participa ele, ou há outras sugestões? Nós podemos apresentar sugestões, enfim...?

O SR. PRESIDENTE (Yury do Paredão. MDB - CE) – Se tiver alguma sugestão, Senador, a gente está aqui para acolher e acatar.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Sugiro a representação do Conselho Nacional de Saúde e dos conselhos dos secretários municipais e estaduais de saúde.

O SR. PRESIDENTE (Yury do Paredão. MDB - CE) – Se V. Exa. também quiser marcar uma próxima pauta... É porque amanhã nós poderíamos trazer o Ministro aqui e dar uma prioridade ao Ministro Padilha para que ele possa explicar o programa...

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Perfeito. Vou apresentar...

O SR. PRESIDENTE (Yury do Paredão. MDB - CE) – E, quando V. Exa. quiser marcar outra pauta, esta Presidência está à disposição para marcar quantas audiências for preciso.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Está bom. Eu vou apresentar um requerimento. E aí a gente ouve o Ministro isoladamente.

O SR. PRESIDENTE (Yury do Paredão. MDB - CE) – Muito obrigado.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Eu gostaria, Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – O Sr. Relator já chegou. Então, é adequado que o Sr. Relator tomasse o posto na mesa.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Presidente, Deputado Yury...

O SR. PRESIDENTE (Yury do Paredão. MDB - CE) – Pois não.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Pela ordem.) – Eu gostaria de também parabenizar a condução do nosso Líder Randolfe, que é o nosso Líder do Governo no Congresso, o Senador Humberto, os colegas Deputados e o Relator Otto Alencar.

Esta medida provisória é fundamental. Muita gente, há muito tempo, neste país está aguardando em filas para ter sua consulta, para ter seu exame, para ter procedimento cirúrgico, se necessário. E o Presidente Lula, muito atento a esta realidade de diminuir filas, de alcançar um serviço público de saúde para a população, criou o programa Agora Tem Especialistas. Além de trabalhar diretamente para que as pessoas possam ter esse mínimo direito humano de ter um atendimento de qualidade quando precisam, pois uma doença não espera, nós vamos oportunizar... E aí são em torno de 14 bilhões, se não me falha a memória, que vão estar disponibilizados para esse programa diretamente, além da possibilidade de os espaços de atendimento hospitalar que têm dívidas ofertarem serviços para se colocarem em dia, ofertando serviços para a população e equacionando uma dificuldade financeira que eles têm. Então, em todos os sentidos, esta iniciativa do Presidente Lula é fundamental.

Tenho certeza de que, nas mãos do Senador Otto Alencar, a condução desses trabalhos da relatoria e das audiências públicas que nós viermos a fazer vai ser bem contemplada nesse grande programa que é tão importante para o SUS no nosso país.

Concluindo, eu queria apresentar também, oportunamente, o nosso Grupo Hospitalar Conceição, de Porto Alegre, que, através da direção do Dr. Gilberto Barrichello, está desenvolvendo já atividades de ampliação desse serviço pelo país afora – GHC está em Porto Alegre, mas é para o Brasil.

E eu vou propor que ele possa a uma das audiências comparecer para também já falar das experiências concretas que o Grupo Hospitalar Conceição está fazendo, que vão exatamente ao auxílio desse trabalho tão importante que é a redução de filas e fazer atendimento qualificado de saúde para nossa população.

Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Yury do Paredão. MDB - CE) – Muito obrigado, Deputado Bohn Gass. Sem dúvida alguma, essa matéria é uma das matérias mais importantes que irão tramitar este ano aqui no Congresso Nacional.

Quero passar a palavra aqui para o nosso Relator, Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Como Relator.) – Primeiro, quero me desculpar pelo atraso, eu sempre sou muito pontual, mas atrasei um pouco, estava com um grupo lá de colegas.

Eu assumo com muita responsabilidade a relatoria dessa matéria, dessa medida provisória. Eu já dei uma lida e vi a importância que existe na questão de especialista. Eu sou médico ortopedista, fui professor muitos anos da Universidade Federal da Bahia. Sem dúvida nenhuma, a iniciativa do Presidente Lula é louvável.

Conversei com o Ministro Alexandre Padilha e estarei à disposição para ouvir os colegas, receber as emendas que forem encaminhadas, debater, discutir e apresentar um relatório que seja condizente com as necessidades da população, porque, realmente, nesse setor de cirurgias eletivas, aquelas que são marcadas, há grandes dificuldades em todos os estados do Brasil. No meu estado, por exemplo, nós temos lá em torno de 15 milhões de habitantes, e 82% da população depende do Sistema Único de Saúde.

É uma proposta do SUS, é um projeto importante para o Brasil. Eu trabalhei muitos anos em hospitais públicos, inclusive no Hospital das Clínicas, como professor, e também em hospitais do Sistema Único de Saúde – por exemplo, 11 anos, ao lado da Irmã Dulce, no Hospital Santo Antônio, que foi um ganho muito grande para nós todos. Hoje esse hospital tem 600 leitos e é sustentado pelo Sistema Único de Saúde e com alguns colaboradores.

Então, essa é uma questão que vem num momento importante, até para atenuar as filas que às vezes os pacientes do SUS têm em várias atividades. No meu estado, por exemplo, nós tivemos avanços muito grandes nesse setor de hospitais de alta complexidade, o que vem atenuando o problema com grandes investimentos, inclusive com apoio do Governo Federal, do Presidente Lula, do Ministro Alexandre Padilha.

Eu só queria pedir ao Presidente, se pudesse, que marcasse as audiências públicas em dia de terça-feira, porque dia de quarta-feira tem a Comissão de Constituição e Justiça, que às vezes se prolonga até tarde. Então, eu ficaria à disposição terça-feira para audiência pública, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

reunião, para ser ouvido, ou então em uma quinta-feira, porque na quarta-feira praticamente o tempo é todo tomado.

Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP. Pela ordem.) – Caríssimo Relator, só para informar a V. Exa.: a ideia, até pelo tempo já apertado e exíguo da medida provisória, é fazermos a primeira audiência pública, inclusive proposta pelo Presidente Yury do Paredão, amanhã, já com a presença do Ministro Alexandre Padilha. Como a nossa CCJ é pela manhã, eu creio que nós poderíamos ajustar o horário daqui da Comissão Mista para 14h30, 15h, e eu acho que isso compatibilizaria com a sua agenda.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Está ótimo, sem problema nenhum.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Obrigado.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pode ser imediatamente, terminou a CCJ, nós podemos começar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Yury do Paredão. Bloco/MDB - CE) – Muito obrigado, Senador Otto Alencar.

Passo a palavra para o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Pela ordem.) – Eu recebi aqui a sugestão da assessoria para pedir a V. Exa. que marcasse a data dessa outra audiência para que não fosse obrigada a convocação de uma nova reunião da Comissão para a aprovação desse requerimento.

Procede, Presidente? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Yury do Paredão. MDB - CE) – Pode ser, sim, Senador Humberto Costa. Sem dúvida, pode marcar.

Quero passar a palavra aqui para o Deputado Duarte Jr.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA. Pela ordem.) – Presidente, inicialmente te parabenizar pela condução dos trabalhos, parabenizar também o Senador Otto, agradecer ao Senador Randolfe, grande Líder, pela oportunidade de sugerir e indicar o meu nome para a revisão da relatoria, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relator Revisor. E quero dizer que esse programa Agora Tem Especialistas, pensado pelo nosso Presidente Lula, é um programa fundamental.

Infelizmente, muitas pessoas precisam dos serviços básicos de saúde. Muitas pessoas precisam de um especialista, precisam de uma consulta, precisam de um exame. E, por via reflexa, os planos de saúde recebem altos valores por parte dos consumidores, que são uma exceção, uma minoria, porque são aqueles que podem pagar por um plano de saúde suplementar, mas, infelizmente, os planos recebem esse valor, negam o atendimento; ao negar esse atendimento, quem garante o atendimento é o Sistema Único de Saúde. E, o pior de tudo, o Sistema Único de Saúde não é indenizado, não é reparado. O plano de saúde recebe, não presta serviço ao consumidor e não paga ao Sistema Único de Saúde aquele serviço que ele recebe muito para fazer.

Então, essa fórmula é uma fórmula perfeita, porque garante que os planos de saúde que lucram bilhões, que ao final de cada ano se acumula mais de R$4 bilhões em dívidas dos planos para com o Governo, para com o Sistema Único de Saúde, possam garantir que o plano, em vez de pagar em dinheiro, que ele possa pagar em permuta, que ele possa pagar com a prestação desse serviço garantindo o atendimento àquele que não pode pagar. E são fundamentais essas audiências, é fundamental essa discussão, é fundamental a presença do Ministro Padilha aqui. Por isso acerta esta Comissão Mista em começar com uma audiência pública ouvindo o Ministro Padilha, que tem vasta experiência, para que nós possamos entender quais são os anseios e para que possamos garantir que essa fórmula não possa ser utilizada de forma indevida por parte dos planos de saúde.

Porque, veja só, a partir do momento que o plano, ao negar o atendimento, não prestar o serviço, e ele for prestado pelo Sistema Único de Saúde, é importante que a gente possa garantir uma ferramenta de modulação, de fiscalização desse plano, para que ele seja estimulado, incentivado, fiscalizado a continuar ampliando a sua rede de atendimento, porque, se não houver uma fiscalização, Senador Randolfe, infelizmente os planos vão receber para prestar um serviço e não vão prestar o serviço. Quando esse serviço for prestado pelo SUS e houver uma compensação, ele precisará sair dessa zona de conforto, o plano de saúde, e precisará ter a sua rede de credenciamento ampliada.

E eu vou adiante nesse breve comentário. É importante também destacar que esse atendimento, outrora negado e por outras vezes realizado pelo Sistema Único de Saúde, não seja abarcado por aquele consumidor que pagou para receber o serviço, porque imaginem só o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

pode acontecer: o plano de saúde tem que atender um consumidor que paga para receber esse serviço, o plano nega o atendimento; esse consumidor que paga pelo serviço e tem o atendimento negado é atendido pelo SUS, e o SUS acaba o direcionando de volta para que ele seja atendido pelo plano que ele pagou para ser atendido desde o primeiro momento. E na verdade, nesse segundo momento, o plano acaba por atender para ter um desconto de sua dívida perante o SUS.

Então, de fato, é uma situação que tem que ter uma modulação. Eu já conversei com o Ministro Padilha, ele está refletindo sobre essa questão para que a gente possa, de fato, garantir que os planos de saúde possam prestar um serviço com qualidade e fortalecer o Sistema Único de Saúde, garantindo a ampliação dos atendimentos, dos especialistas para aqueles que mais precisam.

Por fim, eu quero aqui sugerir, em outra audiência pública, a participação da ANS – é fundamental que a agência reguladora possa ser ouvida nesse debate – e também da Secretaria Nacional de defesa do Consumidor, afinal de contas nós estamos falando também da alteração da Lei 9.656, de 1998, e da Lei 8.080, trata-se da lei do SUS e da lei da saúde suplementar.

Meu muito obrigado. Contem comigo para que nós possamos garantir a plena defesa do consumidor e garantir, principalmente, o fortalecimento do SUS e a ampliação dos serviços, porque assim pensou o Presidente Lula, de especialistas para aqueles que mais precisam.

Meu uito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Yury do Paredão. MDB - CE) – Muito obrigado, Deputado Duarte Jr.

Quero parabenizar aqui o nosso Relator, Otto Alencar, e dizer que, para mim, é uma grande satisfação estar aqui ao lado de V. Exa., um Parlamentar de vasta experiência no Congresso e também com a saúde pública do nosso país. Quero dizer que esta Presidência está à disposição para tentar organizar as agendas de audiência pública com a agenda de V. Exa., porque é muito importante a presença de V. Exa., não só como Relator, mas também como médico, como entendedor do SUS.

Então, quero colocar em votação aqui os Requerimentos nº 1 e nº 2. O nº 1 é da audiência pública que vai ter a presença do Ministro Padilha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de colocar o Requerimento nº 2 em votação, eu queria só que o Senador Humberto deixasse registrado quais são as instituições que V. Exa. quer convidar para a sua audiência pública.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – A minha sugestão é nós ouvirmos o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, o Conselho Nacional de Secretários estaduais de Saúde e o Conselho Nacional de Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Yury do Paredão. MDB - CE) – Coloco em votação os Requerimentos nº 1 e nº 2.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Sobre o Requerimento nº 1, fica marcada a audiência pública para o dia 06/08, às 15h.

Pode ser, nosso Relator?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Às 14h30?

O SR. PRESIDENTE (Yury do Paredão. MDB - CE) – Às 14h30? Pode ser às 15h?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Às 15h? Pode, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Yury do Paredão. MDB - CE) – Pode ser? Então fica marcado...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Não será deliberativa, então não há risco de coincidir com a Ordem do Dia.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA. Pela ordem.) – Presidente, só queria... Perdão, mas gostaria de fazer só um aditamento, só para incluir, já nessa audiência pública, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)...

O SR. PRESIDENTE (Yury do Paredão. MDB - CE) – Deputado Duarte, foi debatido aqui agora com o Líder Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Amanhã às 15h.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Yury do Paredão. MDB - CE) – ... e o nosso Ministro... Senador Humberto, e ficou sugerido que nós pudéssemos trazer apenas o Ministro Padilha amanhã para a gente dar foco ao Ministro, para que ele possa, realmente, explicar toda...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Não, na segunda.

O SR. PRESIDENTE (Yury do Paredão. MDB - CE) – Na segunda?

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Na outra audiência.

O SR. PRESIDENTE (Yury do Paredão. MDB - CE) – Pode ser, Senador Humberto?

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. *Fora do microfone.*) – Pode.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Então, na segunda audiência, a nossa solicitação é que seja incluída a ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) e a Secretaria Nacional de defesa do Consumidor.

O SR. PRESIDENTE (Yury do Paredão. MDB - CE) – Fica registrado.

Muito obrigado.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Yury do Paredão. MDB - CE) – Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – A segunda audiência pública seria bom marcar logo, para a gente saber, na outra semana, que dia e hora.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Acho que poderia fazer na sequência, na terça-feira. Só peço a data-limite da medida provisória, que é...?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – É 26 de setembro.

Então, acho que poderíamos fazer na próxima terça.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pode ser terça-feira, às 9h da manhã, se for possível...

O SR. PRESIDENTE (Yury do Paredão. MDB - CE. *Fora do microfone.*) – É muito cedo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Hein?

O SR. PRESIDENTE (Yury do Paredão. MDB - CE. *Fora do microfone*.) – Às 10h pode ser?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pode ser às 10h, claro! O Presidente é quem manda.

O SR. PRESIDENTE (Yury do Paredão. MDB - CE) – Então, vamos marcar aqui para... (*Pausa.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O Presidente é quem manda.

O SR. PRESIDENTE (Yury do Paredão. MDB - CE) – A assessoria está sugerindo que possa ser à tarde na terça-feira, porque pela manhã funcionam muitas Comissões aqui no Senado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – É isso, é para ter melhor disponibilidade de espaço para o funcionamento.

O SR. PRESIDENTE (Yury do Paredão. MDB - CE) – Vamos marcar então para terça, às 14h?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PT - AP) – Terça, às 14h30, né?

O SR. PRESIDENTE (Yury do Paredão. MDB - CE) – Às 14h30? Fica marcada a segunda reunião de audiência pública.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Na próxima terça, às 14h30.

O SR. PRESIDENTE (Yury do Paredão. MDB - CE) – Deputado Duarte, só para confirmar, seria a ANS...

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – A ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) e a Secretaria Nacional de defesa do Consumidor.

É por qual razão essa sugestão? Porque nós conseguiríamos trazer a ótica e a experiência dos órgãos que atuam na fiscalização dos planos de saúde, inclusive porque têm conhecimento sobre dívidas, sobre falhas nas prestações de serviço e sobre a rede credenciada.

O SR. PRESIDENTE (Yury do Paredão. MDB - CE) – O Senador Humberto está de acordo?

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. *Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Yury do Paredão. MDB - CE. Fala da Presidência.) – Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação da ata da presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos.

Declaro encerrada a presente reunião e convido a todos para a reunião amanhã, dia 06/08, reunião de audiência pública com a presença do Ministro Padilha, às 15h.

Muito obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 08 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 1301, DE 2025 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE AGOSTO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quinze horas e trinta e três minutos do dia seis de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Deputado Yury do Paredão, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 1301, de 2025 com a presença dos Parlamentares Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Otto Alencar, Sérgio Petecão, Zenaide Maia, Leila Barros, Humberto Costa, Weverton, Luiz Carlos Motta, Jorge Solla, Cristiane Lopes, Romero Rodrigues, Dr. Francisco, Bohn Gass, Duarte Jr., Weliton Prado e Luiz Lima, e ainda dos Parlamentares Alfredinho, Julio Lopes, Pedro Chaves, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Neto Carletto, Enfermeira Ana Paula e Randolfe Rodrigues, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Efraim Filho, Carlos Viana, Nelsinho Trad, Jorge Kajuru, Eduardo Gomes, Dra. Eudócia, Dr. Hiran, Hamilton Mourão, Zé Vitor, Carlos Zarattini, Doutor Luizinho, Antonio Brito, Ronaldo Nogueira e Adolfo Viana. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao REQ 1/2025 - MPV 1301/2025, de autoria Deputado Federal Yury do Paredão (MDB/CE). **Finalidade:** Debater a Medida Provisória n° 1301, de 2025. **Participante:** Alexandre Padilha, Ministro de Estado da Saúde. **Resultado:** Audiência Pública realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **Finalidade:** Deliberação de Requerimentos. **Resultado:** Incluídos extrapauta, são aprovados os Requerimentos nºs 3, 4 e 5, solicitando a realização de audiência pública para instruir a matéria. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e quarenta minutos. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião, que é aprovada. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Yury do Paredão
Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 1301, de 2025

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/06

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Yury do Paredão. Bloco/MDB - CE. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1.301, de 2025, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater a Medida Provisória nº 1.301, de 2025, em atenção do Requerimento 1/2025 da MP 1.301/2025, de autoria do Deputado Yury do Paredão.

Convido – e já está aqui, no lugar – o nosso querido Ministro da Saúde, Sr. Alexandre Padilha.

Antes de passar a palavra ao nosso convidado, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania ou por telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, o nosso convidado poderá fazer uso da palavra por até 15 minutos. Ao fim da exposição, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Com a palavra, nossa Excelência, o Ministro de Estado da Saúde, Alexandre Padilha.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, meu colega, Deputado Yury do Paredão. Queria, em seu nome, saudar todos os Deputados, todas as Deputadas aqui presentes. Em nome do querido colega médico e Relator, Senador Otto Alencar, quero saudar todos os Senadores e Senadoras, Senadora Zenaide, também colega médica, e o nosso querido Vice-Presidente da Comissão, ex-Ministro da Saúde, Humberto Costa.

Eu vou fazer primeiro aqui, Presidente, uma apresentação, uma parte de apresentação geral do programa Agora Tem Especialistas, mas eu vou buscar focar naquilo que tem a ver com o texto da MP. Algumas ações não têm a ver com o texto da MP, mas, nas perguntas, nas dúvidas, nas críticas, fico à disposição dos nossos colegas Parlamentares.

Quero agradecer muito ao Presidente Davi Alcolumbre, ao Presidente Hugo Motta, ao Sr. Presidente Yury do Paredão, a instalação desta Comissão. Para nós é muito importante a instalação da Comissão, poder ter o debate. Quero fazer um agradecimento especial ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Raimundão, que foi Prefeito de Juazeiro – estava aqui junto com os Deputados do Ceará – e me deu essa imagem aqui do Padre Cícero. Vou botar aqui por enquanto, depois eu vou levar para o gabinete, está certo?

Primeiro a necessidade desse programa e dessa medida provisória surge de uma situação que o Ministério da Saúde considera como uma situação crítica, de urgência. A gente precisa, de fato, pensar em inovar as ações do SUS para poder enfrentar essa realidade: é a realidade da dificuldade das pessoas que estão no Sistema Único de Saúde para terem acesso ao atendimento especializado. É as pessoas estarem aguardando, esperando esse tempo. Hoje, sequer a gente consegue saber qual é o tempo nacional de espera para cada uma das especialidades. Uma das ações do programa é exatamente essa, uma das ações da medida provisória é exatamente para que se permita que a gente tenha essa fila.

A gente tem alguns dados que chamam a atenção. Por exemplo, estudos de institutos de pesquisa na área da saúde apontam, em 2023, que 370 mil óbitos por ano na saúde pública e privada no país acontecem relacionados ao diagnóstico, que é tardio.

Senhora, se pudesse sair daqui, porque eu consigo ver aqui a apresentação.

Houve um aumento de 37% dos custos do câncer exatamente pelo agravamento dos casos na situação de desassistência. O Brasil faz 67% a menos biópsias de câncer por ano do que é estimado para a necessidade da quantidade de possíveis casos novos feito pelo Inca. Um estudo publicado em 2022 mostrava o deslocamento dos pacientes no Brasil, sobretudo no Norte, Nordeste, Centro-Oeste, percorrendo de 210km até 870km para poderem fazer o seu tratamento, em função da concentração dos equipamentos e dos serviços em algumas regiões do país.

Nós fizemos um estudo, o Ministério da Saúde financiou, a Faculdade de Medicina da USP, a Associação Brasileira Médica apoiou, que é a Demografia Médica. A divulgação do Demografia Médica 2025 mostra que a concentração dos médicos especialistas no país é muito desproporcional em cada um dos estados. O DF, por exemplo, tem seis vezes mais médicos especialistas do que o estado que tem o menor número de médicos especialistas. Apenas 10% dos especialistas no Brasil atendem exclusivamente o SUS. Cerca de 30% dos médicos especialistas no Brasil estão vinculados só à rede privada e um intervalo de 60% tem dois vínculos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

É essa, inclusive, uma das grandes justificativas que fazem com que a medida provisória e o programa criem um mecanismo para que a gente possa levar pacientes do SUS que estão esperando uma cirurgia, um atendimento, para essa rede privada onde se concentram esses médicos especialistas, os equipamentos, as máquinas e o próprio arranjo para a realização das cirurgias e dos exames. E o transporte sanitário de levar um paciente para hemodiálise, um paciente para o diagnóstico do câncer, um paciente para a internação, consome até 35% do custo de saúde dos municípios da Região Norte do país. São dados levantados junto a secretarias municipais de saúde.

Então, nós lançamos esse programa que tem esses dez eixos. Eu vou falar de cada um dos eixos, daquilo que tem especificamente o conteúdo da medida provisória e a importância da medida provisória; mas eu não tenho dúvida nenhuma de que, depois da pandemia, é a maior mobilização da história da saúde do país, mobilização de toda a estrutura pública e privada para enfrentar um problema específico, que é o tempo de espera que as pessoas estão aguardando para atendimento médico especializado no Sistema Único de Saúde. A pandemia foi uma grande mobilização para enfrentar um vírus e toda a decorrência desse vírus. A gente tem uma mobilização permanente na saúde pública para vários problemas, mas essa é a maior mobilização que junta a saúde pública e a privada para enfrentar um problema específico, que é um problema que se agravou depois da pandemia, Senador Otto Alencar – o senhor que teve um trabalho espetacular durante a CPI da pandemia, junto com o Senador Humberto Costa, junto com a Senadora Zenaide.

A pandemia agravou esse problema. Por quê? Porque nós ficamos, por mais tempo do que deveríamos ter ficado, com os hospitais mais lotados do que deveríamos ter ficado; mais profissionais de saúde, inclusive médicos especialistas, morreram do que deveriam ter morrido na pandemia, fez-se com que tivessem sido cancelados exames laboratoriais, canceladas cirurgias eletivas, cancelados procedimentos de acompanhamento, ou seja, gerando um verdadeiro represamento dos problemas de atendimento médico especializado, que vieram para cima dos estados e municípios depois da pandemia, em 2023 e 2024, tanto que, mesmo o fato do esforço heroico feito pelo Governo Federal, por estados e por municípios, em 2023 e 2024, que fez com que em 2024 a gente tenha batido o recorde de cirurgias eletivas pelo SUS – mais de 14 milhões de cirurgias eletivas, nunca foi feita tanta cirurgia eletiva pelo SUS –, mesmo isso foi insuficiente para a gente enfrentar esse problema, por isso a importância do Agora Tem Especialistas, e, por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso, pela urgência, a importância da medida provisória, para que as ações possam acontecer o mais rápido possível.

Então, são dez grandes eixos. Eu vou falar, tratar de cada um deles, especificamente naquilo que tem a ver com a medida provisória.

Do que nós estamos falando nas especialidades prioritárias? Nós estamos estabelecendo como especialidades prioritárias... Isso já havia sido estabelecido pelo pacto do Conass e Conasems, quando se fez em 2023, 2024, tanto o esforço para cirurgias eletivas quanto para acesso a médicos especialistas, definindo seis grandes – tinham definido cinco grandes, nós acrescentamos uma sexta que é a ginecologia – especialidades médicas. São aquelas que têm o maior tempo de espera, a maior demanda para o acesso especializado, para o diagnóstico especializado, para a consulta especializada, para cirurgias eletivas, e, das cirurgias eletivas, são 1,3 mil tipos diferentes de cirurgias eletivas.

Para isso, organizamos – e o programa consolida isso – uma nova tabela, superando a tabela do SUS, que é uma tabela que eu falo que é uma tabela desse combo, desse combinado, o combinado Agora Tem Especialistas, no qual você paga um valor maior do que a tabela SUS para os procedimentos combinados, para que eles aconteçam juntos. Então, cardiologia, você precisa de um eletrocardiograma, de um ecocardiograma, da cintilografia, você paga tudo junto, cumprindo um prazo específico... Quem faz isso é mais bem remunerado, é uma tabela nova desse combinado. Essa é uma das ações que envolve a medida provisória.

O primeiro eixo, que é a possibilidade... A medida provisória autoriza o Governo Federal a poder prestar serviço de média e alta complexidade para apoiar os estados e municípios. Essa é uma autorização que a medida provisória traz, por uma necessidade e uma urgência, porque muitas vezes o estado e o município sozinhos não conseguem organizar isso, ou porque eles não têm escala para isso, ou porque, quando ele vai organizar, porque a escala dele é pequena, o custo é muito alto, ou porque ele não consegue contratar, mobilizar profissionais, serviços e estruturas para dar conta disso.

Então, a primeira coisa que a medida provisória faz, que é inovadora, é autorizar o Governo Federal a organizar isso e ofertar isso para estado e município. Ela autoriza o Governo Federal a abrir um credenciamento para hospitais privados, filantrópicos, do SUS. Foi aberto, já, esse credenciamento em cima daquelas especialidades, 1,3 mil tipos de cirurgias, para os serviços que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

queiram ofertar isso para o SUS participarem desse credenciamento nacional. A contratação desse serviço é feita pelo estado e pelo município ou pelo Governo Federal quando o estado e o município não conseguem contratar, sempre de acordo com a necessidade do estado e do município: o Governo Federal não está criando e não vai criar uma fila própria de atendimento. A gente está conseguindo, pelo tamanho do Governo Federal, contratar mais cirurgias, mais exames, mais consultas especializadas e oferecer isso para a fila que já é organizada pelo estado e pelo município.

Então, esta é a primeira autorização que a medida provisória faz: permitir que o Governo Federal possa contratar serviços de média e alta complexidade que sejam complementares aos dos estados e municípios, autorizar que a gente faça um credenciamento privado desses serviços, autorizando o estado e o município a contratar, e permitir, inclusive, que o estado e o município façam ritos rápidos de contratação pela situação da urgência e emergência, por isso a importância também, porque a medida provisória prevê um rito específico – está em portaria já – para permitir que o estado e o município possam contratar mais rápido esses serviços que estão credenciados.

Aqui é só para dizer que já está aberto esse processo de contratação. Os municípios podem contratar... Só repetindo ali o que a gente estava falando.

A segunda é utilizar ao máximo a estrutura da rede pública. Aqui nesta situação, o que a medida provisória traz de novo é autorizar... Quando autoriza o Governo Federal a contratar esse serviço e oferecer para o estado e município, ela autoriza o Grupo Hospitalar Conceição, que muitos da área da saúde conhecem bem... Está aqui o Deputado Bohn Gass, do Rio Grande do Sul, que conhece muito bem o Grupo Hospitalar Conceição, que é uma empresa hospitalar desde o final dos anos 1970, do Governo Federal, que tem um complexo hospitalar no Rio Grande do Sul, que ajuda hoje o Ministério da Saúde nas ações da Força Nacional do Sul, nas ações emergenciais: foi fundamental no enfrentamento de situações emergenciais em todo o Brasil, foi decisivo no enfrentamento das enchentes do Rio Grande do Sul.

O Grupo Hospitalar Conceição, pela medida provisória, passa a ser autorizado, também, a poder contratar, sobretudo na Região Sul do país, serviços para serem ofertados por estados e municípios. Então, amplia a capacidade da estrutura da rede pública, do Governo Federal, de fazer isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma segunda ação que a medida provisória permite é que a AgSUS, aquela agência criada, consolidada aqui pelo Congresso Nacional – e a Senadora Zenaide teve um papel fundamental aqui na Comissão Mista no momento de formulação da AgSUS... Ela estava restrita à área indígena e uma reclamação que a gente recebia direto dos municípios do entorno da área indígena, às vezes, até do estado também, falava: "Poxa, a AgSUS vem aqui, contrata profissional para dentro do território indígena, às vezes consegue contratar um serviço, uma mobilização de cirurgia para dentro da área indígena, Senadora, e o município, que está ali está do lado, não tem o mesmo acesso; e se ele for fazer isso sozinho, ele não consegue". Então, a medida provisória autoriza a AgSUS a fazer esse processo de contratação também. Nós estamos agora, inclusive, nesta semana, num grande mutirão de atenção especializada para a área indígena no Médio e no Alto Solimões e vai poder envolver também os municípios do entorno, ajudando os municípios e o próprio estado em relação a isso. Então, autoriza a AgSUS a poder fazer esse processo de contratação.

Outra coisa é ampliar, junto com os estados e municípios, a estrutura que os estados e municípios já têm da rede pública para fazer atendimento em terceiro turno, igual fizemos, Senador Otto Alencar e Deputado Neto Carletto, lá na Bahia.

O Presidente Lula foi lá em Juazeiro, fazendo com que a policlínica que funcionava de segunda a sexta, normalmente durante o dia, passasse a funcionar à noite. O Presidente Lula, chegando lá à Policlínica de Juazeiro à noite, vendo cirurgia de catarata, exame de tomografia, exames eletivos, não emergenciais, acontecendo à noite na policlínica e no sábado também.

Estamos pactuando isso com os estados e municípios. O Ceará também está expandindo isso, Deputado Yury do Paredão, e vários estados já estão ampliando o serviço para que a gente possa garantir o atendimento em terceiro turno, no sábado e no domingo, para reduzir esse tempo de espera.

Aqui é só o detalhamento disso, mas naquilo em que mexe em relação à medida provisória tem também um grande esforço da Ebserh, com os hospitais universitários federais também começando a atender no terceiro turno, o GHC também no sábado e no domingo. Estamos fazendo grandes mutirões nos hospitais universitários federais. O primeiro foi no dia 5 de julho, o segundo vai ser no dia 13 de setembro agora. Os 45 hospitais universitários federais, dirigidos pelo ex-Ministro Arthur Chioro, da Ebserh, do Ministério da Educação, estão fazendo ao mesmo tempo um grande mutirão de vários tipos diferentes de cirurgias. Não será apenas uma cirurgia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de uma especialidade única, mobilizando toda a capacidade da estrutura dos hospitais universitários federais brasileiros.

Aqui é um exemplo do mutirão de saúde indígena. Aqui, no caso, é a AgSUS. Ou seja, a medida provisória autorizou a AgSUS a também poder oferecer procedimentos de média e alta complexidades para território indígena e no entorno da área indígena, nos municípios e estados que solicitam essa participação junto do Governo Federal.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE PADILHA – O terceiro eixo é um mecanismo que nunca foi utilizado no SUS extremamente inovador. A medida provisória autoriza o Governo Federal a fazer isto e cria este programa dentro da medida provisória: é a possibilidade de trocarmos dívidas que hospitais e planos de saúde têm com a União, que nunca são pagas ou quando são pagas não revertem mais em atendimento à saúde. No caso das dívidas dos hospitais, são dívidas tributárias, que vão lá para a conta geral da União. No caso das dívidas dos planos de saúde, é com o Fundo Nacional de Saúde; esse recurso vem como receita para o Fundo Nacional de Saúde, mas não significa ampliação de repasse para estado e município, ampliação de investimento, ou seja, não são pagas e, quando são pagas, não revertem em mais atendimento à saúde, e a medida provisória autoriza o Governo Federal a trocar essas dívidas por mais cirurgias, mais exames, mais consultas especializadas ao paciente que está esperando no Sistema Único de Saúde.

Então isso permite...

Já fizemos a portaria. Está tendo processo aí de adesão. e mais de cem hospitais privados e filantrópicos já pediram a adesão, que está em análise já na Fazenda. A nossa expectativa é assinar os primeiros contratos ainda no mês de agosto. Para a abertura aos planos de saúde já foi feita a portaria. Essa semana vai abrir o sistema, tinha um prazo de cinco dias. A expectativa é também de vários operadores de planos de saúde poderem aderir. Nós esperamos também assinar os primeiros contratos já no mês de agosto.

Assinados os contratos, como é que funciona isso? O paciente que está ali esperando na fila do município ou na fila do estado, quando for chamado pela Secretaria Municipal ou pela Secretaria Estadual de Saúde, pode ser chamado para ser atendido no hospital que já atendia o SUS, no hospital próprio do município ou do estado, no hospital filantrópico, no hospital do plano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de saúde que está trocando essa dívida, ou no hospital privado que não tinha contrato com o SUS e que passa a abrir as portas do SUS para esse atendimento.

Então, nós estamos trocando uma coisa que não voltava para a União e que, quando voltava, não virava em saúde, por mais saúde, mais cirurgia, mais atendimento, permitindo que o paciente do SUS possa ser atendido nesses hospitais e no plano de saúde sem pagar nada exatamente por conta daquele estudo que nós fizemos, que mostra que a maior concentração dos médicos especialistas, dessas especialidades e dos equipamentos está exatamente nesses hospitais privados de plano de saúde.

Então, a gente está investindo para que, cada vez mais, os hospitais do SUS, os hospitais públicos tenham essa estrutura, mas, ao mesmo tempo, de uma forma emergencial, levando os pacientes do SUS para serem atendidos nesses serviços. Então, só para todo mundo ter ideia, nossa expectativa é angariar dos hospitais R$2 bilhões de crédito/ano, que é a abertura do crédito, e, neste ano, R$750 milhões dos planos de saúde.

Qual é o valor de remuneração? É o mesmo valor que a gente está remunerando para estados e municípios dessa tabela nova do Agora Tem Especialistas, do combo, que chega a ser duas a duas vezes e meia maior que a tabela SUS, fazendo o combinado, ou seja, tem que fazer o atendimento combinado, não de forma fragmentada e com tempo fixo em relação a esse atendimento. Estou aqui só detalhando em relação a isso.

Tem um ponto importante que a gente anunciou junto com a portaria e o edital dos planos de saúde, que é a integração completa dos dados da saúde suplementar para a Rede Nacional de Dados em Saúde. Um dos artigos da medida provisória que é muito importante estabelece que União, estado, município, hospital público e privado tenham que subir para a chamada Rede Nacional de Dados em Saúde, que fica no Ministério da Saúde, os dados de atendimento, os dados da sua produção, para que se tenha maior controle sobre tudo o que está acontecendo, tenha-se uma noção melhor sobre a distribuição desses atendimentos no país e até para passar a ter, pela primeira vez – vou mostrar para vocês –, o placar geral dessas filas, porque ninguém sabe. Às vezes, Yury, o estado está na mesma cidade e não sabe qual é a fila da capital. Às vezes, cada um está numa fila separado, o que gera confusão no atendimento, perda de equidade. Então, uma das coisas que a medida provisória nos permite é essa integração de dados da saúde suplementar com a Rede Nacional de Dados em Saúde. A gente vai ter todos os dados de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

atendimentos que os planos de saúde são obrigados a fornecerem para a ANS. A ANS faz, todo ano, um relatório desses atendimentos. Todos esses dados vêm agora para a Rede Nacional de Dados em Saúde do Ministério da Saúde. Então, a gente vai ter dados combinados, integrados entre SUS, saúde suplementar, de todos os usuários dos planos de saúde também.

Como nós vamos fazer um plano de integração definitiva de o número do cartão SUS estar vinculado ao CPF – e, com isso, o número do CPF passar a ser o número do SUS –, isso vai permitir um grande controle dos atendimentos, do que está acontecendo, melhor controle de gastos, melhor acompanhamento dos dados e integração também com outros dados do Governo, como o CadÚnico, dados do INSS, vai permitir a integração dos dados do conjunto do Governo Federal.

Nesse eslaide, é o quarto eixo, que é a ampliação da oferta de telessaúde. Um ponto importante da MP é a consolidação da Rede Nacional de Dados em Saúde; prevista apenas em portaria, passa a ser lei com a medida provisória, estabelece a necessidade de regulamentação – já saiu o decreto regulamentador pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva da Rede Nacional de Dados em Saúde, que permite três questões muito importantes para o programa. Como já falei, uma delas é a de que a gente monte um plano em que o CPF passe a ser o número definitivo do Sistema Único de Saúde.

Hoje, só para vocês terem ideia, hoje tem 280 milhões de números ativos do Cartão Nacional de Saúde, sendo que a gente tem 210, 212 milhões de habitantes. Muita gente tem um, dois, três cartões nacionais do SUS. Quando fui Ministro da outra vez, tinha gente que tinha cinco, seis cartões nacionais do SUS. É muito comum aos Parlamentares, que acompanham a sua cidade, chegar o Prefeito e falar: "Meu município tem 200 mil habitantes e tem 600 mil, 700 mil números de cartão nacional do SUS". Essa integração vai permitir inclusive a gente higienizar essa situação. Muitas vezes, a pessoa tirava um cartão porque não tinha ali o seu cartão anterior; com a unificação pelo CPF, a gente vai permitir essa integração melhor.

Então, aqui, ampliação da oferta do Telessaúde. Nós estamos soltando dois editais, um para os núcleos de telessaúde que já existem no país, que são em geral ligados às universidades, institutos, hospitais de excelência, e outro para os próprios estados e municípios poderem organizar... Já estão organizando por conta própria, para a gente organizar isso como atendimento de telessaúde, para a gente reduzir a necessidade de filas, a quantidade de núcleos que a gente tem hoje. Já aumentou, dos dados que nós temos, de 1,5 milhão para 2,5 milhões,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

em 2024, de atendimentos pelo Telessaúde, esse dos núcleos que são coordenados pelo Ministério da Saúde. A gente ainda está buscando os dados dos estados e dos municípios.

O quinto eixo do programa tem a ver com câncer. Estou convencido de que nós temos tudo para consolidar a maior rede pública de prevenção, diagnóstico e tratamento de câncer do mundo, como nós fizemos: o Brasil tem o maior programa nacional de transplante público do mundo, e a gente tem tudo para fazer isso no câncer.

A medida provisória cria a necessidade de construirmos uma política para radioterapia e para o transporte para a radioterapia. Então ela autoriza o Ministério da Saúde a construir isso, pactuar com estados e municípios uma forma de financiamento, porque os Parlamentares aqui sabem do sofrimento das pessoas. Não vai ter radioterapia nem quimioterapia em todos os 5.570 municípios brasileiros; em geral, você tem que estar em centros especializados. Agora, o sofrimento que é esse deslocamento... Ao mesmo tempo, a gente não tem o dado do uso das radioterapias. Então a medida provisória nos autoriza a buscar até esse dado.

Para quê, Senador Otto Alencar? Para a gente ter um mapa do Brasil, porque a gente percebe, quando conversa com os municípios... Às vezes, você está numa divisa de uma cidade... Deputado Jorge Solla, a gente viveu uma situação em Lagarto, ali em Sergipe, que vocês estão vivendo ali. Às vezes, você tem uma situação num estado que está próximo da divisa onde o equipamento de radioterapia funciona até às três da tarde, fica sete horas ocioso e, no estado ali do lado, a pessoa precisando de radioterapia, é encaminhada para outra cidade, na capital, quando poderia estar sendo encaminhada para esse equipamento de radioterapia.

Então, a medida provisória cria essa necessidade da informação dos atendimentos da radioterapia no país, da utilização do equipamento de radioterapia, autoriza o Ministério da Saúde a ter uma política inclusive de repasse, de aumento de recursos para o tratamento de radioterapia, vinculado a quem expande o seu atendimento, a quem faz o atendimento em dois turnos, três turnos, para a gente girar mais rapidamente o atendimento de radioterapia no nosso país, e permite que o Ministério possa, junto com estados e municípios, pactuar um recurso para esse transporte sanitário acontecer de forma mais digna.

Então, esse é um artigo importante e somam-se a isso as outras ações que nós estamos fazendo, que não dependem da medida provisória, que é a compra dos novos aceleradores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

lineares. Vamos ter 121 novos aceleradores até o fim de 2026, e a criação desse Super Centro Brasil de Diagnóstico, telediagnóstico de câncer. O que é isso?

Nós pegamos o Hospital A.C.Camargo, que é um hospital privado, o maior centro especializado de câncer do nosso país, exclusivo de câncer no país, e ele se integrou àquele programa Proadi, que são os hospitais de excelência, e todo o recurso do Proadi está investido nisto: em ter um centro, que já começou a funcionar, que faça o diagnóstico, o laudo à distância de anatomopatologia das biópsias em todo o país. Esse centro vai poder produzir 400 mil laudos por ano.

Para vocês terem ideia, estudo do Inca prevê que a gente tenha 750 mil novos casos de câncer por ano. Então, só esse Super Centro Brasil do A.C.Camargo vai permitir que a gente faça mais da metade da necessidade de laudos de biópsia do Brasil. Vão ser oito centros regionais, coordenados pelo A.C.Camargo, permitindo que os estados e municípios possam mandar.

Hoje é uma dificuldade enorme. O gestor municipal tem dificuldade para conseguir a biópsia. Quando consegue fazer a biópsia – às vezes, demoram 60 dias para fazê-la –, para conseguir um anatomopatologista para fazer a leitura da biópsia demoram, às vezes, mais dois meses, três meses, atrasando o início do tratamento. Então, com esse Super Centro Brasil, esse laudo poderá ser emitido uma parte logística por correio, outra parte pelo próprio telelaudo, nesses oito pontos que o A.C.Camargo vai instituir. Já começamos a fazer funcionar isso nos Cacons e nos Unacons do país. Vai ter um salto importante no diagnóstico mais rápido das biópsias de câncer em todo o país.

O sexto eixo tem a ver com a formação. Nós estamos agindo na urgência, que é ampliar terceiro turno de serviços eletivos, não só os serviços de urgência, fazer mutirões em todo o país, levar pacientes do SUS para hospitais privados, hospitais filantrópicos e planos de saúde que já têm essa estrutura de atendimento, e estamos também agindo naquilo que é estruturante, que vai ter impacto de médio e longo prazos, por exemplo, na formação de médicos especialistas.

São duas grandes iniciativas. A medida provisória nos autorizou, criou esse programa específico para a formação de mais médicos especialistas, com duas estratégias.

A primeira, Senador Otto Alencar, é pegar aquele colega que já é médico especialista. O senhor é ortopedista. Então, ele já é um ortopedista, mas precisa de um aprimoramento numa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

técnica. Às vezes, quando fez a formação, ele fazia de tudo, hoje o cara só faz joelho. Então, a região precisa ter um ortopedista só de joelho. Ele vai lá e faz o aprimoramento dele. Hoje em dia, esse profissional, para fazer o aprimoramento, tem que pagar. Em geral, ele paga um curso da sociedade ou se vincula a um hospital de excelência. Ele banca por conta própria e aí não tem nenhum compromisso em devolver isso ao Sistema Único de Saúde. Então, a gente criou um programa em que os secretários estaduais e municipais listam os serviços que eles têm hoje, que têm a estrutura, mas não têm o especialista para aquela técnica. Então, por exemplo: tem muito hospital para o qual a secretaria estadual comprou equipamento de videolaparoscopia, está lá para fazer a cirurgia por videolaparoscopia. Ele só tem um cirurgião capacitado para isso. Então, ele sinaliza isso para o ministério e abre a possibilidade de esse profissional ser vinculado a esse serviço. Esse profissional vai para esse serviço, passa a ter uma bolsa do Ministério da Saúde para esse serviço e faz o aprimoramento dele em um centro de excelência no Brasil. Quem são os centros de excelência? Os hospitais do Proadi, que são Sírio-Libanês, Einstein, HCor, Oswaldo Cruz, Moinhos de Vento, A.C.Camargo, que entrou agora – todos eles são centros de excelência, estão abertos, já se vincularam e vão treinar esses profissionais –, além de hospitais universitários federais da nossa rede Ebserh.

Então, a nossa ideia inicial eram 500 bolsas, e vocês vão ver que a gente já subiu para 657, porque a demanda está boa. A gente permitiu o remanejamento de curso, e nós estamos aprimorando o médico que já é especialista. Ele não vai fazer especialidade por esse tempo, ele vai fazer um aprimoramento na especialidade dele.

Eu sempre estou falando isso, porque quando a gente lançou isso aqui, chegou a ter um rumor de que o Ministério da Saúde estava querendo formar especialistas em seis meses, um ano. Isso é mentira, inclusive já foi bem esclarecido isto: são médicos que já são especialistas, você vai adquirir para ele... Ontem, por exemplo, estava lá em Patos com o Presidente Hugo Motta – o Yury do Paredão sabe disto –, lá no interior da Paraíba, abriu um serviço de hemodinâmica – Romero, você sabe disso –, começou a atender... Eles têm a possibilidade de ampliar mais, para isso precisam ter médicos, cardiologistas, cirurgiões vasculares que aprendam essa técnica da hemodinâmica, e a gente vai permitir que possam treinar lá. Então, eles vão estar treinando, atendendo a população, ajudando a reduzir a fila e sendo aprimorados para um centro de excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a outra estratégia é o Ministério da Saúde colocar recurso, em parceria com a Associação Médica Brasileira, para abrir novas vagas de residência médica, que é o padrão ouro da formação de especialistas. Estamos prevendo mais 3 mil novas bolsas de residência, tem uma demanda de 1,5 mil já mapeada pelo Ministério da Educação – então, a expectativa é que possa já, neste segundo semestre, começar a abrir os concursos para isso –, e outras 1,5 mil estão sendo mapeadas, para a gente começar com 3 mil novas vagas de residência. Então, a medida provisória nos permitiu criar esse programa de aprimoramento dos médicos especialistas, de formação de mais médicos especialistas.

Aqui é só para vocês todos conhecerem o primeiro edital, a distribuição a gente já fez, pedindo para as secretarias estaduais, municipais listarem os equipamentos, os serviços para receberem esses médicos. Tem 1,778 mil vagas ao todo, a gente tem 635 médicos. Nós vamos, até o dia 10 de agosto, para o pessoal se inscrever para a gente selecionar. A gente colocou um número maior de vagas, porque o médico vai ter a opção de escolher dois lugares. "Eu quero ir lá para Juazeiro na Bahia, tem um serviço que está precisando lá, tem o tomógrafo, tem a ressonância, precisa de um radiologista que fique lá fixo. Eu quero aprender mais essa técnica". Então, pode ir para lá. Ou a outra opção dele é ir para Juazeiro, aqui do Yury do Paredão, porque tem um hospital regional lá em Juazeiro. Então, ele faz duas opções, é por isso que a gente coloca mais estabelecimento do que o número de vagas de 635.

Até domingo estará aberta a inscrição. Até ontem tinham 500 médicos já inscritos. Então, até domingo, dia 10/08. Quem puder, avise os colegas. Os meus colegas médicos aqui, se quiserem fazer um aprimoramento – viu, Senador Otto Alencar? –, podem se inscrever também. É de 10 a 20 horas a bolsa, então podem participar ativamente aí, dá para manter a atividade parlamentar também. Estou brincando. (*Risos.*)

Aqui são as instituições que se inscreveram. Então, quantas vagas cada uma delas vai acompanhar e supervisionar. Aqui são os hospitais, são 16 hospitais universitários federais. Então, o médico vai estar lá no hospital do interior, no hospital da região metropolitana, atendendo, fazendo o treinamento, fazendo todo o atendimento lá, sendo acompanhado e supervisionado por um hospital de excelência. Às vezes, ele vai ficar por uma semana no hospital de excelência; às vezes, o médico do hospital de excelência vai para lá. Nós estamos fazendo cirurgias cardíacas no Estado do Amazonas, em Pernambuco, fizemos outro dia no Imip – o Senador Humberto Costa viu –, no Ceará fizemos lá em Fortaleza, temos acompanhado por teleatendimento, com o Hcor,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

do Prof. Fábio Jatene, lá em São Paulo. Então, temos monitoramento permanente, aprimoramento e estímulo para a fixação desse profissional médico. Aqui, os hospitais do Proadi, cada um também oferecendo várias vagas de aprimoramento para a gente ampliar a formação de médicos especialistas e a fixação nos locais que mais precisam.

O sétimo eixo. A medida provisória, ao autorizar o Governo Federal e a gestão do Governo Federal a entrarem em serviço de média complexidade e oferecer isso para estados e municípios, permitiu que a gente pudesse criar esse programa, que é com carretas móveis e vai ser feito pela AgSUS.

Tem vários Parlamentares interessados em apresentar emendas; tem Parlamentares aqui que já fazem programas como esse. Agora, a gente permite que se possa fazer isso de forma organizada pela AgSUS, com uma escala maior e com aquele foco.

A nossa meta é irem 150 carretas, em cobertura de vazios, para fazer procedimentos de média complexidade e algumas cirurgias que são possíveis de serem feitas nessas carretas – tem carreta com tomografia. Já abrimos aí o processo de credenciamento desse serviço e a expectativa é de, já no mês de outubro, ter os primeiros serviços espalhados pelo Brasil.

Tem vários Parlamentares querendo apresentar emendas para isso e querem, inclusive, pegar as emendas de Comissão e de bancada, o que eu acho bem interessante também, porque passa a ser uma coisa estruturante. Para isso – Líder Randolfe, já comentei com o senhor –, a gente já até encaminhou um PLN nesse sentido, para permitir colocar na rubrica da AgSUS, porque é uma rubrica nacional. Então, podem-se, inclusive, utilizar recursos das emendas de Comissão e das emendas de bancada para isso, e eu acho que é uma oportunidade importante para os Parlamentares.

Uma outra ação é o transporte sanitário. Pela primeira vez, o Ministério da Saúde vai adquirir ambulâncias, vans e micro-ônibus, para garantir o transporte digno dos pacientes nesse esforço para os serviços especializados. Os senhores sabem que a gente só adquire hoje ambulâncias para o Samu; e a gente está criando um novo serviço de transporte sanitário. Também há muitos Parlamentares já apresentando emenda parlamentar para essa aquisição.

A gente tem um valor inicial com recursos do PAC e estamos remanejando recursos de outras ações do PAC, porque, na nossa avaliação, o andamento não estava a contento. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos criando essa nova ação dentro do PAC, permitindo que a gente possa investir no transporte sanitário.

O oitavo eixo é a comunicação direta com o cidadão, para que o cidadão possa, inclusive, cobrar e avaliar esses serviços. Então, a cada paciente atendido por aquela tabela... A tabela Agora Tem Especialistas do combo, tanto de diagnóstico e exames quanto de cirurgias eletivas; e, quando o estado, o município ou o hospital sobe essa informação para a Rede Nacional de Dados em Saúde, ele permite que a gente possa entrar em contato com esse paciente, via zap, via o Meu SUS Digital, para que ele possa fazer uma avaliação daquele serviço e nos ajudar a fiscalizar, entrar em contato sobre isso. A ouvidoria do 136 também é um mecanismo para isso.

E, aqui, é o painel de monitoramento. A medida provisória dá um passo muito importante para obrigar a União, estados, municípios, hospitais públicos, privados e todos os outros hospitais que não servem ao SUS, mas que passam a incorporar o programa ou que vão trocar dívidas, no caso dos hospitais privados ou planos de saúde, a subir essa informação para a Rede Nacional de Dados em Saúde e a gente ter um grande painel nacional de monitoramento.

Desde a edição da medida provisória, vários estados já começaram a integrar esse dado. Nós temos alguns estados em andamento. No Paraná, Rio de Janeiro, Bahia, Sergipe, Rio Grande do Norte, já está bem resolvido, ouviu, Senador Otto? Eu sei que o senhor já ia ligar lá para a Secretária Roberta para perguntar o que está acontecendo, mas já está bem encaminhado – era mais a parte tecnológica. Em Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, a gente ainda está com uma certa pendência; em São Paulo também. Estamos em conversa para que a gente tenha esse dado. Pela primeira vez, nós vamos ter o dado nacional.

Todo mundo pergunta: "Ah, mas qual é o tempo que as pessoas estão esperando para ortopedia?". Hoje, ninguém sabe dizer qual é o dado nacional sobre isso, porque não sobe esse dado; e, a partir daqui, vai começar a subir. Hoje, tem vários secretários estaduais de saúde que não sabem qual é o dado da capital, como eu estava falando. Com isso aqui, todo mundo vai começar a saber e você vai poder planejar as ações.

Inclusive, o estado, para poder receber aquelas cirurgias, exames, atendimentos, por exemplo, dos planos de saúde, dos hospitais privados ou das carretas, vai ter que subir o dado. O dado vai ter que estar integrado, senão não pode receber e a gente vai mandar esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

procedimentos para outros estados ou para outros municípios, está certo? Isso está dentro da medida provisória, é um artigo importante da medida provisória.

Estão aqui os dados da Rede Nacional de Dados em Saúde. Um dos eixos é o fortalecimento da atenção primária em saúde. Ninguém reduz tempo de espera para atendimento especializado sem fortalecer a atenção primária. Então, a gente não está abandonando, pelo contrário, estamos fortalecendo ainda mais a atenção primária em saúde, tem vários investimentos de equipamentos dentro do programa para atenção...

Vou passar mais rápido.

Aqui só a parte da gestão que é feita em parceria permanente com estados e municípios — essa é uma ação. Muita gente perguntou: por que o Ministério da Saúde, ou seja, o Governo Federal vai entrar agora em procedimento de média e alta complexidade que era só feito por estado e município, ele vai substituir o papel? Não, muito pelo contrário. A gente está entrando pela escala que o Governo Federal tem, são coisas que só a União pode fazer, como, por exemplo, trocar dívida com o plano de saúde e dívida tributária do Tesouro da Fazenda por atendimento — só a União pode fazer. O estado, se quiser fazer isso, não vai poder fazer, porque ele não faz a negociação dessa dívida. O município, se quiser fazer, não pode fazer. Então, são coisas que só a União pode fazer.

O fato de a União entrar dá mais estabilidade também para quem quer prestar esse serviço, nisso também tem um componente importante, e o fato de a União entrar constrói essa integração. Assim como foi no programa Mais Médicos, Senadora Zenaide, a senhora que teve um papel tão decisivo na Comissão Mista aqui da MP, onde o Governo Federal começou a fazer algo que não fazia antes: prover um médico para atenção primária. Antes era só o município que tinha que contratar, só que o município sozinho não conseguia contratar. Quando a gente lançou o Mais Médicos lá atrás, mil municípios não conseguiam ter um médico dentro do seu município.

O Governo Federal entrou e ele tem mecanismos que o município sozinho não tem. Então, permite levar esse profissional para o município e para os estados. A mesma coisa: a gente tem mecanismos que o município e os estados sozinhos não conseguem ter de contratação desse atendimento médico especializado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui é só... Toda a medida provisória, os decretos, as portarias que já foram editadas desde o lançamento da medida provisória. Aqui esses editais. Aqui estão com inscrições abertas, já foram editadas também. Todos os atos normativos que já estão em andamento, o programa já está funcionando.

Ontem, eu estava lá na Paraíba credenciando o serviço de cardiologia e traumatopedia — já dentro do programa Agora Tem Especialistas —, inaugurando o novo hospital da mulher de João Pessoa, que ampliou de matéria infantil para ginecologia, Agora Tem Especialistas. Bohn Gass, sabe aqui no Rio Grande do Sul, o GHC já está fazendo atendimento em terceiro turno, zerou a fila em Porto Alegre de radioterapia e diagnóstico de câncer de mama na cidade de Porto Alegre. Esse esforço do GHC junto com o Município de Porto Alegre — vários colegas Parlamentares estão aqui.

E eu queria agradecer muito e antes de terminar aqui a palavra, eu queria citar o nosso Deputado Julio Lopes. Eu falei aqui do nosso plano: nós vamos, até o final deste Governo, fazer com que o CPF seja o número único do Sistema Único de Saúde, número único da saúde. Pode contar com a gente, viu, Deputado Julio Lopes. E esse programa nos ajuda muito, porque a medida provisória obriga que essa informação suba para a Rede Nacional de Dados em Saúde.

Muito obrigado, Presidente Yury.

Fico à disposição aqui dos nossos colegas Parlamentares para as dúvidas, críticas e interações sobre o programa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Yury do Paredão. Bloco/MDB - CE) – Quero parabenizar o Ministro Padilha pela excelente apresentação.

O senhor dizia que o SUS é um patrimônio do Brasil e eu tenho certeza de que o SUS está ganhando muito com o Ministro Padilha à frente do Ministério da Saúde, com toda a sua vontade de fazer cada vez mais pelo SUS, pela sua vontade de inovação, pela sua garra e pelo seu conhecimento também sobre a matéria que é a saúde.

Então, feitas as considerações iniciais pelo nosso convidado, irei passar a palavra às Sras. e aos Srs. Parlamentares na ordem de inscrição, por até três minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos aqui seis inscritos. Eu vou começar por mim.

Ministro Padilha, eu verifico uma alta demanda em cidades do interior do Ceará por diversas cirurgias. Os moradores de várias localidades se deslocam para a capital ou para outras cidades que tenham hospitais de médio ou grande porte, para realizar cirurgias. Como o Agora Tem Especialistas lidará com as demandas por cirurgias de pequenas cidades?

Segunda pergunta: sempre digo aos Prefeitos que saúde deve ser prioridade na gestão. Qual será o papel dos Prefeitos no programa Agora Tem Especialistas?

A terceira pergunta: existirão áreas prioritárias para a realização de cirurgias, por exemplo, cirurgias de hérnia, de câncer, entre outras?

E a quarta pergunta: existirá uma fila para os demandantes de cirurgia? Quem organizará essa fila? Uma pessoa que está há cinco anos, precisando fazer uma cirurgia de hérnia terá prioridade?

Então, pessoal, eu vou dividir aqui em blocos de três Parlamentares. Os Parlamentares farão as perguntas, o Ministro responderá, e depois nós passaremos assim, em cada bloco.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Presidente, pela ordem, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Yury do Paredão. Bloco/MDB - CE) – Pois não, Líder Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. Pela ordem.) – Eu queria só saudar o meu querido Ministro Alexandre Padilha. Pelas notórias razões que todos sabem, nós estávamos em outra reunião, eu não estive... não pude acolhê-lo.

Há tanto tempo que eu o convidava para visitar a nossa Liderança, e, quando ele chega à nossa Liderança, é o momento em que eu acabo não podendo acolhê-lo. Então, peço desculpas ao Ministro Padilha por isso, mas, ao mesmo tempo, cumprimento-o por essa medida provisória, que é uma revolução para a saúde pública do Brasil. É uma medida que, na verdade, enfrenta um problema crônico da saúde pública brasileira, que é o problema da ausência de especialistas.

Vou... Iremos deixar o meu querido Vice-Líder Bohn Gass aqui, conduzindo a Liderança do Governo nesta Comissão Mista, porque nós também estamos sendo chamados pelo Presidente Alcolumbre para uma reunião de Líderes neste momento, para tentar resolver as razões do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

impasse que neste momento impedem que medidas provisórias tão importantes como essa possam avançar aqui no Congresso Nacional.

Mas eu queria só, aqui, dar as boas-vindas ao Ministro Padilha. Eu não tenho dúvida: nós tivemos excelentes Ministros da Saúde ao longo da história do Brasil, sobretudo nos Governos do Presidente Lula. O senhor foi um desses; o Ministro Humberto foi outro desses.

Eu tenho certeza de que o senhor virará uma página importante da história. É um aperfeiçoamento no SUS essa medida que está sendo adotada, e que, sem dúvida, ficará na história da saúde pública brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Yury do Paredão. Bloco/MDB - CE) – Muito obrigado, Líder Randolfe.

Eu passo a palavra ao Deputado Duarte Jr. por até três minutos, Deputado Duarte.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, cumprimento V. Exa., cumprimento todos os Deputados, Deputadas, Senadores, Senadoras, muito especialmente o Ministro Padilha.

Como são apenas três minutos, eu quero, objetivamente, ir aos questionamentos e, claro, parabenizar o Ministro Padilha e o Presidente Lula pela iniciativa de fazer um projeto tão importante, que visa a cuidar daquilo que é fundamental, que é a saúde, de garantir especialistas, garantir médicos para aqueles que mais precisam.Esse programa é fundamental e acerta quando busca garantir recursos por meio de dívidas que os planos de saúde têm perante o Sistema Único de Saúde.

O que acontece hoje? O consumidor paga o plano de saúde, o plano de saúde nega o atendimento, e quem garante o atendimento é o Sistema Único de Saúde. E o Sistema Único de Saúde, por sua vez, não é ressarcido, não é reparado, não é indenizado, não é pago pelos planos de saúde, que lucram bilhões e devem bilhões ao Sistema Único de Saúde. Então, o Agora Tem Especialista, ao tempo em que garante o atendimento, garante o pagamento dessa dívida em forma de resultado, em forma de entrega, em forma de prestação de serviço para quem não pode pagar.

Nessa linha, Ministro Padilha, eu quero aqui fazer os seguintes questionamentos. Primeiro, como funcionarão as tabelas de valores dos procedimentos do programa? O Governo vai pagar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

valores iguais ou valores maiores às operadoras de planos de saúde e às entidades? O segundo questionamento é: pelo que eu observei, são seis especialidades. Será possível, nestas audiências, através do relatório aqui apresentado pelo Senador Otto, com o qual nós vamos colaborar, os Senadores e os Deputados também vão colaborar, acrescentar alguma outra especialidade? Por exemplo, a luta da minha vida é a luta pela inclusão, a luta pelo direito das pessoas com deficiência. A gente sabe da tremenda necessidade de pessoas com autismo, de pessoas com trissomia do 21 e de pessoas com deficiência de terem acesso a terapias, à fisioterapia, à terapia ocupacional, à fonoaudiologia. Será possível a gente acrescentar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... essas especialidades?

A rescisão unilateral do contrato, na linha dos planos de saúde – já que essa medida provisória altera a Lei 8.080, a Lei do SUS, e a Lei 9.656, de 1998, que é a lei que trata da saúde suplementar –, seria possível? Qual a visão de V. Exa. sobre a possibilidade de inserir nessa medida provisória a proibição da rescisão unilateral do contrato por parte dos planos de saúde?

Ora, se o plano de saúde é contratado e presta um serviço espontaneamente, não é justo que o plano, na hora em que ele bem deseja, unilateralmente cancele o contrato com o consumidor. Então, seria possível contar com o seu apoio para que a gente proíba a rescisão unilateral do contrato por parte dos planos de saúde?

Segundo ponto – e aqui o parabenizo – é a importância dos dados, a importância de se conservar dados. Aqui, a MP traz essa possibilidade de se conservarem dados para a efetivação de políticas públicas na área da saúde. A gente consegue identificar, com essa MP, a fiscalização das filas e saber qual é o tamanho da fila para uma determinada cirurgia, para uma determinada consulta ou para um determinado exame. A gente consegue unificar os dados, porque hoje não há uma unificação: o sistema é único de saúde. E hoje não há uma unificação...

O SR. PRESIDENTE (Yury do Paredão. Bloco/MDB - CE) – Mais um minuto para concluir, Deputado Duarte.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Obrigado, Presidente.

Pois, quando o sujeito, o consumidor é atendido por um plano de saúde em um hospital particular, ele faz um determinado procedimento e, quando ele vai para o SUS, ele precisa repetir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse procedimento, porque não há uma unificação. Quando ele é atendido num sistema de urgência e emergência num hospital público, faz uma ressonância ou um exame e vai no mesmo dia para um hospital particular, ele precisa repetir esse procedimento, porque não há uma conexão. Então, essa sugestão aí é fundamental, e eu o parabenizo. Inclusive, apresentei a Emenda 12, ratificando essa importância de ter esses dados públicos, controlados e fiscalizados pelo Ministério da Saúde.

Por fim – e aqui eu peço perdão por me estender no questionamento –, eu apresentei a Emenda 74, que visa à fiscalização desses planos, porque – vejam só –, a partir do momento em que a gente vai, através dessa MP, garantir que aquele plano de saúde que nega o atendimento, e aquele atendimento é realizado pelo SUS, logo há uma dívida do plano de saúde que negou o atendimento ao consumidor, e esse serviço é prestado pelo SUS... A gente não pode tolerar que esse plano que fez uma permuta, uma compensação de sua dívida, venha a atender aquele consumidor, porque diretamente ele já pagou.

Imaginem que eu tenha um plano de saúde, a Amil – exemplo. Esse plano de saúde nega o atendimento...

O SR. PRESIDENTE (Yury do Paredão. Bloco/MDB - CE) – Só para concluir, porque o nosso Relator vai ter que falar, pois ele vai ter que ir à reunião de Líderes.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Para concluir – é porque é uma pergunta realmente pertinente.

A partir do momento que a gente tem um plano de saúde – a Amil, por exemplo – e ele nega o atendimento ao consumidor que a ele diretamente paga; ele é atendido pelo SUS e, a partir do momento que esse atendimento é uma compensação feita em razão da dívida desse plano, é como se o plano estivesse recebendo duas vezes: o pagamento do consumidor e a compensação da dívida.

Então, nesta Emenda 74, a gente estabelece...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – ... um controle de fiscalização para que esse consumidor e o Estado não venham a pagar duas vezes ao mesmo prestador de serviço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

São esses os questionamentos.

Agradeço a oportunidade e contem com todo o meu apoio. O Presidente Lula conta com todo o meu apoio, o Ministro Padilha conta com todo o meu apoio para que a gente possa avançar com esse projeto Agora Tem Especialistas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Yury do Paredão. MDB - CE) – Muito obrigado, Deputado Duarte Jr.

Eu queria passar a palavra ao nosso Exmo. Relator, Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Eu quero agradecer ao Presidente da Comissão, o Deputado Yuri do Paredão, e parabenizar o Ministro Alexandre Padilha pela exposição que ele fez. Ele foi didático, clínico e cirúrgico, de tal forma que eu vou colaborar da melhor forma possível, sobretudo porque esta medida provisória, na letra da lei, vai aproximar mais os especialistas, aqueles que fazem as cirurgias eletivas, colocá-los mais próximos do paciente.

Eu acho que ficou faltando uma coisinha que eu entendo como fundamental. No transporte de pacientes, é muito doloroso no Brasil – é no meu estado e deve ser em outros estados também – o atendimento aos pacientes renais crônicos, que precisam de tratamento especializado, hemodiálise, e que hoje atravessam quilômetros e quilômetros para chegar a um hospital, a uma clínica que possa fazer a hemodiálise.

Seria uma coisa importante a se introduzir nesta medida provisória, até porque eu vejo uma demanda muito reprimida acho que no Brasil inteiro, pelos dados, aquilo que a gente recebe. Então, talvez a gente possa propor isso no relatório de acordo com aquilo que a medida provisória pode disponibilizar de recursos para avançar mais nesse sentido.

Eu vou me retirar, porque eu fui convocado aqui pelo Davi para uma reunião lá na residência oficial – já vou levar alguma anestesia, Lexotan e um balde de água fria para a gente ver se acalma essa situação que nós estamos vivendo aqui no Congresso Nacional.

Muito obrigado a todos.

Perdoem-me a saída. (*Risos.*) (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Yury do Paredão. MDB - CE) – Muito obrigado, Senador Otto Alencar, pela participação.

Muito me honra estar aqui ao lado de V. Exa. na presidência dessa medida provisória tão importante para o nosso país. Tenho certeza de que V. Exa., com toda a experiência, como médico e como Parlamentar, irá fazer um brilhante relatório para ajudar nesse programa que será uma revolução na saúde do nosso país, que é o Mais Especialistas.

Então, estamos aqui encerrando o bloco com três Parlamentares. Irei passar a palavra ao nosso Ministro Padilha para que ele possa responder.

O próximo será o nosso...

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Pela ordem.) – Quantos mais tem?

O SR. PRESIDENTE (Yury do Paredão. MDB - CE) – V. Exa. é o próximo.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Eu digo: quantos faltam mais?

O SR. PRESIDENTE (Yury do Paredão. MDB - CE) – Faltam mais cinco.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (*Fora do microfone.*) – Quer juntar todo mundo?

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Talvez cinco fique muito.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (*Fora do microfone.*) – Às vezes o Parlamentar tem que sair. Por mim, tudo bem.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – V. Exa. é quem sabe.

O SR. PRESIDENTE (Yury do Paredão. MDB - CE) – Se V. Exa. achar que não vão ficar muitas perguntas para responder.

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Não tem problema, não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT - PE. Para interpelar.) – Pronto, aí falam todos os cinco já.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria primeiro dizer que esse programa, esse projeto é uma das coisas mais bem feitas que a gente teve a oportunidade de ver, não somente na área da saúde, mas como política pública de um modo geral. Ele é engenhoso, ele fecha vários aspectos e eu acho que, principalmente, ele ataca um ponto nevrálgico, crucial do Sistema Único de Saúde, que é exatamente o atendimento de média complexidade, o atendimento especializado.

O nosso Governo, Ministro – e V. Exa. teve um papel importantíssimo nisso –, conseguiu fazer com que a área da atenção primária fosse qualificada, com que ela se ampliasse fortemente; conseguiu que a área da alta complexidade fosse, hoje, uma das que mais têm integralidade no mundo e das que oferecem as coisas mais modernas. Com essa proposta em relação ao atendimento especializado, eu acho que nós não vamos ter só o maior sistema de saúde público do mundo, mas o melhor também! Isto aqui é uma coisa muito importante, de modo que eu queria parabenizá-lo e parabenizar todos que, juntamente com V. Exa., elaboraram essa proposição.

Eu queria só fazer duas perguntas.

Uma é no sentido do seguinte: quando se fala dessa troca das dívidas por serviços – uma coisa que sempre se falou muito, e agora vem uma proposta concreta para isso –, quais são as dívidas? Por exemplo, eu vi que fala em hospitais filantrópicos. Os hospitais filantrópicos já são isentos do pagamento de muitos impostos, até mesmo dos gastos previdenciários. Como é que se enquadraria aí? Isso também do ponto de vista dos planos de saúde e do ponto de vista dos hospitais privados.

A outra pergunta que eu... E eu quero dizer que eu concordo plenamente com a preocupação do Deputado Duarte Jr...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT - PE) – ... sobre como fica essa questão do ressarcimento também, porque é uma outra modelagem. Por último, eu lhe pergunto: como é que nós vamos garantir que esse modelo da compra do serviço privado não vá quebrar, não vá criar uma dupla porta, um atendimento diferenciado para as pessoas que advêm do SUS?

O SR. PRESIDENTE (Yury do Paredão. Bloco/MDB - CE) – Muito obrigado, Senador Humberto Costa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra ao Deputado Dr. Francisco.

O SR. DR. FRANCISCO (Bloco/PT - PI. Para interpelar.) – Saudações aqui, Sr. Presidente. Quero saudar aqui também o Ministro Padilha e os demais Parlamentares.

Primeiro, Ministro, quero elogiar aqui a desenvoltura do Ministério da Saúde para customizar um programa desta grandeza. A exemplo do que colocou agora o Senador Humberto Costa, o Brasil já avançou muito na estruturação da atenção primária à saúde, mas acabava o paciente, quando precisava do acesso a consulta, exames, procedimentos cirúrgicos especializados, tendo muita dificuldade. A gente vê que esse programa, com robustez, vai conseguir impactar significativamente essa lacuna que a gente percebia que tinha no Sistema Único de Saúde.

Então, fico muito feliz de ver a forma com que esse programa está alcançando tanto a questão da formação dos especialistas, qualificando cada vez mais essa mão de obra para aumentar sua resolutividade, estimulando a fixação, como também o que vai ampliar do atendimento assistencial, com essa modelagem, utilizando tecnologia, a telessaúde, o acesso através das carretas.

Eu queria só fazer aqui uns pequenos questionamentos. A gente vê que o programa já define as seis especialidades, e nós temos uma realidade, na população brasileira, de que a taxa de mortalidade maior, principalmente das doenças crônicas não transmissíveis, nós temos ali, hierarquicamente, as doenças cardiovasculares, o câncer, essas aí já estão bem contempladas, mas o diabetes também tem um impacto muito grande na mortalidade. Eu queria sugerir, ver a possibilidade de se estruturar, ao longo do tempo, a inclusão da especialidade endocrinologia, considerando que nós já temos uma atuação forte, o cuidado lá na atenção primária, tem até o Programa Hiperdia, é um dos focos da atenção primária cuidar dos pacientes com diabetes para evitar complicações, mas esse paciente, quando complica, vai precisar realmente, porque o diabetes, a obesidade, a síndrome metabólica...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DR. FRANCISCO (Bloco/PT - PI) – ... de um modo geral, acaba sendo um fator de risco para as doenças cardiovasculares. Então, gostaria que a gente pudesse avaliar, ver se é possível a inclusão, em uma outra etapa, dessa especialidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para finalizar, Ministro, era mais saber sobre... Queria entender melhor como é que essas carretas, que esses serviços itinerantes, que são extremamente importantes, porque conseguem chegar às cidades menores... Eu sou do Estado do Piauí, a gente tem uma realidade que tem muitos municípios pequenos e que precisa assegurar esse acesso. Como é que vai ser essa modelagem, a forma de contratação para a gente garantir esse acesso?

Parabéns pelo trabalho!

O SR. PRESIDENTE (Yury do Paredão. MDB - CE) – Muito obrigado, Deputado Dr. Francisco.

Quero conceder a palavra ao Deputado Jorge Solla.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Para interpelar.) – Ministro, quero parabenizá-lo pelo trabalho que vem sendo desenvolvido.

Eu acho que uma questão que eu queria ressaltar é que é de um nível de complexidade tão grande esse objeto sobre o qual o ministério está se debruçando que não é por acaso que precisa de um rol de diversas ações atuando em modalidades diferentes para atender o alcance necessário.

Eu queria destacar primeiro algumas coisas que acho que são fundamentais. A questão do cartão SUS, do CPF, unificando, que a gente já conversou anteriormente, isso eu acho que vai ser muito importante; e, com ele, a fila única ou a lista única de espera e de encaminhamento, isso que, inclusive, pode evitar problemas com a contratação de serviços, com o ressarcimento pelos planos de saúde. Se tem uma lista única, se tem uma orientação única, um encaminhamento único, isso dá um bloqueio.

Outra coisa: o prontuário eletrônico, que vai racionalizar também o uso desses recursos e disponibilizá-los. A tecnologia hoje, felizmente, está disponível, o que precisa é a gente ampliar.

Eu senti falta, Ministro, de algumas coisas. Primeiro, foi apresentada aí ampliação de turnos nas policlínicas, como se vem fazendo lá com a Bahia e com o Ceará, mas eu acho que essa modalidade que tem sido implantada no Ceará e na Bahia – e o PAC colocou, eu diria, até de forma ainda tímida – merece uma abrangência maior pela resposta, pela efetividade que esse modelo tem dado na oferta, especialmente de consultas e exames diagnósticos, regionalmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo, a ausência em relação à rede de escolas do SUS. A maior parte dessas escolas nos estados são quem coordenam...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE SOLLA (Bloco/PT - BA) – ... são as que coordenam os programas de formação de especialistas, os programas de residência médica.

Uma preocupação também – além das ameaças das *fake news*, como já foi comentado: nós temos uma ameaça em relação ao Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica, que na modalidade atual do Enamed, é a seleção para os programas de residência. Esse formato – que traz o modelo que substituiu os vestibulares da graduação do Enem Sisu e seria o nosso Enem Sisu para residências – tem um potencial gigantesco, porque muitas vagas de residência ficam ociosas, porque hoje as provas são separadas e, às vezes, o profissional não tem tempo nem recurso para sair, fazendo seleção de residência em vários estados. Então, isso fará, com certeza, também com que se utilizem melhor as vagas existentes e dará maior perspectiva.

Por último – porque o tempo já estourou, e são tantas questões –, eu quero chamar a atenção para esse investimento dos novos 121 aceleradores até o final de 2026 e parabenizar o investimento, que foi feito no Governo da Presidente Dilma,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE SOLLA (Bloco/PT - BA) – ... ficou parado no governo das trevas. A gente parabeniza que volta novamente o Governo brasileiro a investir na aquisição de aceleradores lineares, com isso, ampliando o acesso regional a essa modalidade.

Obrigado, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Yury do Paredão. MDB - CE) – Muito obrigado pela participação, Deputado Jorge Solla.

Quero conceder a palavra ao Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Para interpelar.) – Presidente Yury – quero parabenizá-lo também pela condução dos trabalhos –, Ministro Padilha, eu acredito que esse é, como foi dito aqui, um grande programa, mas ele não está isolado. E, nesse sentido, eu acho importante que,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

nesta audiência pública, V. Exa. possa comentar alguns outros aspectos das atividades do Governo, principalmente nesta conjuntura que nós estamos vendo hoje.

O Brasil está prestes a receber mais boicotes e sanções. Imagina se a sanção de todos os produtos importados na área da saúde seja efetivada pelo Trump? O Brasil, nos últimos anos, abandonou a sua produção própria. Hoje nós comemoramos insulina, vacinas no Brasil.

Eu gostaria, Ministro, que V. Exa. pudesse colocar esse aspecto, porque isso é muito importante para o país. Nós estamos fazendo um programa para o nosso povo do ponto de vista da nossa soberania. Então, esse é um aspecto que eu gostaria que V. Exa. aprofundasse.

O segundo aspecto é: não é possível a gente fazer chegar ao interior médicos – eu não digo só especialistas... Nós temos problema de médicos no interior. Aqui, é mais especialistas. V. Exa. falou bem, porque o programa é de mais especialistas. Mas nós temos dificuldade de médicos. Então, esse programa é extraordinariamente bom, mas ele está combinado com outro programa, o Mais Médicos. É a formação de médicos no Brasil. Há quanto tempo não se formavam médicos no Brasil? Então, esse é um aspecto também que deve ser incluído, porque a gente tem um preconceito contra formar novos médicos, porque há uma corporação que não quer permitir mais médicos. Então, interiorizar e ter especialistas, só tendo mais médicos. Esse é o segundo aspecto que eu gostaria de salientar aqui.

Terceiro aspecto: recentemente, nós pudemos entregar e anunciar o PAC Seleções. Eram unidades básicas de saúde, era Samu, eram equipamentos para equipar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – ... as atuais unidades básicas de saúde e a inovação dos equipamentos do campo de teleconsulta. Então, esse aspecto é muito importante porque ele está combinado.

É claro que, se nós tivéssemos uma democracia melhor no regime presidencialista e tivéssemos menos parte de emendas parlamentares e mais – o que seria correto – no executivo, poderia ter mais recursos no PAC para que mais programas, com critérios e não apenas critério eleitoral, que é o que vige quando é Parlamentar, a emenda pudesse ser colocada. Esse debate eu também quero levantar, como eu quero levantar também o debate dos custos. Na pandemia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos os custos na área da saúde, Padilha, foram para as nuvens. Reduziu-se um pouco, mas reduziu-se aquém do que devia ter reduzido.

Eu acho que nós deveríamos ter uma força-tarefa porque senão a gente coloca recurso, recurso, recurso, cria programa, programa, programa, e alguém está ganhando muito dinheiro em cima do que é usado na saúde para chegar a atender. Então, esse é um outro aspecto que eu gostaria de colocar aqui.

Fico muito feliz com a questão da unificação de dados.

(*Soa a campainha.*)

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS) – Eu acho que é importantíssimo, não tem como fazer política pública sem ter dados mais unificados, como já foi colocado muito bem aqui.

Por último – eu quero ficar no meu tempo, Presidente... Eu sugeri... Aqui foi várias vezes mencionado o GHC de Porto Alegre, o trabalho do Barichello e sua equipe. Eu já propus, Ministro, com a concordância do Barichello, eu telefonei para ele, que pudesse vir aqui e já explicar ações concretas de redução de filas em turnos – V. Exa. foi ao Rio Grande do Sul – noturnos, que são atendidos hoje, para mostrar a experiência de como é possível a gente criar um mutirão para reduzir filas. Então, eu quero contar com a colaboração dos meus pares aqui para a aprovação desse Requerimento, para que o Dr. Barichello possa vir aqui para mostrar, na prática, esse programa já em atividade para a gente, realmente, potencializar essas ações.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Yury do Paredão. Bloco/MDB - CE) – Obrigado, Deputado Bohn Gass.

Passo agora a palavra à nossa querida Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco/PSD - RN. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Deputado Yury do Paredão, Ministro de Estado da Saúde, Alexandre Padilha, Deputado Duarte Jr., aqui Relator revisor... Você tem uma responsabilidade muito grande porque você vai revisar Otto Alencar, a relatoria. As perguntas vão surgir mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu queria dizer aqui é que alguém tinha que fazer alguma coisa. Esta medida provisória veio mostrar essa preocupação. Hoje pela manhã, quando eu liguei.... O Bom Dia DF mostrou que a capital do Brasil tem 155 mil pessoas esperando uma consulta ou um exame como uma endoscopia. Muitas delas, se forem para uma cirurgia, Ministro, esperam três, quatro anos. Então, o que eu queria dizer: fila única. Todos olharam o sistema, aqui na medida já diz, que mostra transparência: é o diagnóstico. Como vamos distribuir especialistas se não sabemos onde estão precisando?

Dois: esse combo, esse combinado... Isso se chama operacionalidade. Você consegue um cardiologista. Quando ele entra já tem um eletro, se precisar, um eco. Se precisar, ele já vai medicar ou ele mesmo vai passar para o especialista. Os senhores têm ideia que esse paciente ia voltar de novo para a unidade básica de saúde daqui a uns três, quatro meses. O médico já iria pedir o exame. Eu fui Secretária de Saúde e eu já fazia – pequeno – isso: resolutividade.

Três: o que chama a atenção? Gente, diagnóstico precoce salva vidas. Só deixa de ser uma sentença de morte se for um diagnóstico precoce...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ZENAIDE MAIA (PSD - RN) – ... para qualquer doença. Estou falando aqui para o país entender. Com as perguntas eu já me satisfiz e depois vou ouvir. O diagnóstico precoce é para qualquer doença, se não quiserem uma sentença de morte. Pode ser de um hipertenso que não tenha a saúde primária.

Fiquei muito entusiasmada, porque a gente sabe que a prevenção da saúde é na saúde primária. Vacinar, fazer pré-natal, cuidar do hipertenso, do diabético é o que faz o paciente não chegar. E aqui a gente já tem um estímulo para estender o horário, porque aquele pai e aquela mãe de família que trabalha o dia todo não tem como vacinar o filho, como fazer seu preventivo.

E com as perguntas eu me contento. Quero dizer aqui que sou plenamente a favor.

O que a gente está definindo aqui, gente, é salvar vidas. O mérito é este e dificilmente a gente vai achar que alguém pode ser contra isso aqui.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco/PSD - RN) – Então, o resto são detalhes que a gente pode absorver.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Yury do Paredão. MDB - CE) – Muito obrigado pela participação, Senadora Zenaide Maia.

Eu quero passar a palavra ao Deputado Júlio Lopes.

O SR. JULIO LOPES (PP - RJ. Para expor.) – Presidente Deputado Yury, muito obrigado pela palavra.

Queria saudar aqui o Duarte e saudar o meu amigo Ministro, a quem agradeço muito o esforço de convergir para o número único da saúde brasileira, o número do CPF.

Sr. Presidente, estou nessa luta há muitos anos. Há mais de sete anos, a lei do número único do CPF está aprovada, sancionada, decretada e regulamentada e, posteriormente, foi suplementada por uma outra lei que diz que não pode haver no Brasil um outro cadastro público qualquer senão o CPF.

Essa lei era do Deputado Pauderney, que me substituiu e complementou a minha própria lei.

Portanto, o Ministro Padilha, que está fazendo esse esforço de efetivamente implementar o número único do CPF, fará um avanço extraordinário na saúde do Brasil. No Tribunal de Contas da União, Presidente, a economia prevista somente para esta implementação é da ordem de R$20 bilhões na área da saúde, perfazendo R$60 bilhões como um todo se implementado no cenário do Estado nacional.

Mas aqui eu queria, de público, pedir ao Ministro Padilha que, além disso, se pudesse, estimasse as datas de implementação para que todos aqui pudéssemos saber delas e conhecê-las – sabendo do seu empenho, Ministro, pelo que agradeço muito. Há uma outra lei minha que eu acho que também mudará a realidade do Brasil, que é nós usarmos os sistemas cartorários do Brasil, principalmente os cartórios de pessoas físicas, que são os pequenos cartórios que são em número de um ou dois em cada cidade brasileira... Cada um dos 5.570 municípios do Brasil tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo menos um cartório de pessoas naturais para registrarem exatamente os nascimentos e os óbitos, e esses cartórios, Ministro, podem registrar as cronicidades do Brasil.

O Ministério da Saúde faria...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JULIO LOPES (PP - RJ) – ... um grande anúncio público para que aqueles que são portadores de cronicidade procurassem os cartórios das suas cidades para fazerem os registros das suas cronicidades e dos medicamentos que tomam, dos medicamentos que são necessários à manutenção das suas vidas. A gente sabe, Ministro, hoje, que, se uma urgência acontecer, muitas vezes, tem secretário de saúde pulando pela janela, se escondendo embaixo da mesa, porque o juiz determina que o remédio seja tomado e o Ministério da Saúde não tem previsão, não tem orçamento, não tem nenhuma informação.

Por várias vezes, Ministro, eu oficiei ao IBGE que quando fizesse a grande consulta pública do censo do Brasil, fizesse o censo também sobre quem são os doentes crônicos brasileiros e os doentes de doenças raras, que são aquelas cronicidades que são mais caras ao Ministério da Saúde.

Portanto, Ministro, se nós usarmos os cartórios brasileiros de pessoas físicas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JULIO LOPES (PP - RJ) – ... para registrar as cronicidades e as raridades, o senhor teria, pela primeira vez na história do Brasil, o número de raros e o número de crônicos, e teria uma previsão orçamentária para tratar dessas pessoas, Ministro.

Esse custo é um custo ridículo, porque ele está já orçamentado e previsto no funcionamento cartorial brasileiro pelo sistema Judiciário do Brasil. Não vai ter despesa para o Ministério da Saúde. O CNJ, Ministro, concorda com essa medida, e já tenho várias decisões do CNJ no sentido de conveniar e usar os sistemas de cartório para esse benefício.

Então, Ministro, deixo aqui esse meu pleito, mais uma vez o saudando e lhe parabenizando pela proficiente e eficiente gestão que está fazendo à frente do Ministério da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Yury do Paredão. MDB - CE) – Obrigado pela participação, Deputado Julio Lopes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por meio do e-Cidadania e também do YouTube, recebemos algumas manifestações de cidadãos que estão nos acompanhando. Eu gostaria aqui de compartilhar as perguntas com o nosso Ministro. Temos perguntas aqui de quase todos os estados do Brasil.

Começando aqui pelo meu querido Ceará, o Takeo pergunta: "Como ocorrerá a acessibilidade aos cidadãos distantes dos grandes centros urbanos? O acompanhamento de ordem será pelo App Meu SUS Digital?"

Da Hillary, de São Paulo: "Como evitar que hospitais privados usem o programa apenas para quitar débitos, sem ampliar o acesso à população?"

Da Laryssa, de Santa Catarina: "Quais os possíveis benefícios e desafios de ampliar a parceria entre hospitais privados e o SUS por meio de benefícios fiscais?"

Pergunta da Solange, do Maranhão, conterrânea aqui do nosso Duarte Júnior: "Os pacientes serão atendidos de forma presencial ou por teleconsultas, como é feito em algumas especialidades em plano de saúde?

Mais uma pergunta aqui do Estado do Ceará: "Sou a Michele, psicóloga. O programa vai incluir psicólogos nas UBS e CAPS ou a saúde mental seguirá sendo tratada como secundária no SUS?"

Da Jaylene, do Pará: "Qual o impacto previsto do programa na redução das filas de espera para consultas e procedimentos especializados no SUS?"

De Marcos, de Minas Gerais: "Como será garantida a transparência e o controle sobre tributos, salários de especialistas e qualidade no atendimento via SUS?"

Pergunta do Felipe, de São Paulo: "Como ocorrerá a integração dos sistemas do SUS e dos hospitais privados? Como será feita a transferência do paciente? E o deslocamento?"

De Gabriele, de Santa Catarina: "Como a legislação pode garantir que regiões mais pobres recebam a mesma qualidade de atendimento especializado que regiões mais ricas?"

Pergunta do Lucas, de Minas Gerais: "Não é mais eficiente do ponto de vista de custo a longo prazo investir na atenção básica?"

Essas são as perguntas, Sr. Ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora vamos passar a palavra ao Ministro para ele responder as perguntas dos Parlamentares e as perguntas que tiveram pelo e-Cidadania.

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero saudá-lo mais uma vez e agradecer as palavras, as perguntas, os questionamentos dos nossos colegas Parlamentares e também os comentários aqui da população. Eu estou impressionado – não sei se há muito tempo que eu não venho a uma sessão do Congresso – de ver a população mandando tanta pergunta, bastante comentário. Acho que é uma Comissão mista que mobiliza muita gente e são várias perguntas, as quais quero agradecer. É um tema que, de fato, preocupa e sensibiliza toda a população.

Vou começar a responder primeiro aos Parlamentares, mas o pessoal que está nos acompanhando aí pela internet pode aguardar aqui porque vou responder uma das perguntas aqui que veio através da internet.

Primeiro, ao nosso Relator Duarte Jr. quero agradecer pelas palavras e a dedicação aí de assumir essa tarefa árdua, como disse aqui a nossa Senadora Zenaide, de ser o Relator, supervisor e revisor de um relatório feito pelo nosso querido Senador, médico e Presidente da CCJ, Líder Otto Alencar.

Quero dizer do valor. Qual é o valor? O valor em relação aos planos de saúde é um valor já estabelecido por lei e, inclusive, consolidado no Supremo Tribunal Federal. Uma vez os planos de saúde tentaram questionar esse valor e foi consolidado no Supremo Tribunal Federal, que é chamado IVR (Índice de Valoração do Ressarcimento). Ele é mais ou menos o mesmo valor da tabela do Agora Tem Especialistas para aqueles 1,3 mil procedimentos e para as seis especialidades; não ficou uma coisa díspar. Então, a troca do que a gente vai fazer de dívida por cirurgia, por exame especializado, por consulta especializada, no caso dos planos de saúde, no caso dos hospitais privados, e aquilo que a gente repassa para estado e município fazer e produzir de cirurgia, OCIs, o combinado de exames diagnósticos e consultas especializadas, ficaram no mesmo parâmetro. Das 1,3 mil cirurgias, tem uma situação que fica no mesmo valor, às vezes pode ter uma variação pequena, mas o parâmetro foi o mesmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não está sendo nada negativo utilizar aquele índice que já existe, que é o próprio índice de ressarcimento – seria o índice para a gente utilizar e não poderia utilizar outro – ; está no mesmo valor ali da tabela do Agora Tem Especialistas. Então, não tem diferenças significativas.

Essas seis especialidades, o Deputado Duarte Jr. e também o Deputado Dr. Francisco comentaram isso, foram especialidades pactuadas por União, estados e municípios, nos esforços que foram feitos nos dois primeiros anos de aumentar a quantidade de cirurgias eletivas e exames especializados com o Programa de Redução das Filas de cirurgias e o Programa chamado Mais Acesso a Especialistas. Foram feitas nos dois primeiros anos essas proposições e essas prioridades.

Elas surgem por quê? Porque, no diagnóstico dos estados e municípios, há os maiores tempos de espera. Os maiores tempos de espera para atendimento estão nessas seis grandes especialidades. É por isso que, quando a gente fez a medida provisória e as portarias, a gente não reabriu essa pactuação de ampliação com os estados e municípios, para respeitar o que já vinha sendo feito com o Conass e Conasems, o que não impede, lógico... Não só isso, o Congresso tem todo o direito de fazer qualquer tipo de aprimoramento, e que aprimoramentos sejam feitos em relação a isso. Só partiu dessas por terem os maiores tempos de espera naquilo que tem de dados consolidados dos complexos reguladores de estados e municípios, e, como já estava pactuado, a gente seguiu. Foi a mesma coisa, a gente não criou uma nova tabela no Agora Tem Especialista, a gente sistematizou aquilo que já estava pactuado também, de pagar duas ou três vezes mais do que a tabela SUS, e só organizamos melhor os combos. Então, é lógico que isso não impede que o Congresso Nacional faça esse debate sobre sugestões de outras especialidades.

Em relação à rescisão unilateral do contrato dos planos, eu preciso entender um pouco melhor qual é a proposta. Vamos ver a emenda que o senhor apresentou.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Ah, não, eu vou responder tudo. Eu vou responder a todos.

A gente vai checar isso e conversar com o pessoal da ANS, que acompanha isso mais de perto também, e com a nossa equipe. Estamos à disposição para a gente observar qual é a sugestão do senhor em relação a isso.

Para tudo aquilo que puder fortalecer o cuidado aos usuários, sempre vamos estar favoráveis, dentro daquilo que está no escopo do Programa Agora Tem Especialistas, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à negativa de atendimento, primeiro, é importante, quando a gente pega a grande maioria, a imensa maioria dos atendimentos que uma pessoa usuária de plano de saúde vai lá no SUS fazer, não é que teve uma negativa do atendimento, só para a gente entender isso. Na grande maioria das situações, não é que teve uma negativa do atendimento, é lógico que, às vezes, pode haver uma demora para aquele atendimento e aí, por isso, a pessoa procurou o Sistema Único de Saúde e conseguiu ser atendido antes. Na grande maioria das situações, é uma pessoa viver num lugar e não ter, naquela cidade, uma rede credenciada daquilo, acaba atendendo mais rápido no Sistema Único de Saúde. E situações também em que a pessoa é atendida por urgência, emergência, tudo. Outra coisa é como vai ser feita essa troca? A operadora de plano de saúde oferece, fala o seguinte: tenho condições de trocar essa dívida por mil cirurgias de vesícula, vou citar um exemplo aqui, está certo? Então, o Ministério da Saúde, junto com estado e município, analisa se aquela demanda está apropriada para aquilo que o estado e o município precisam. Então, não é que a operadora vai oferecer para o SUS o mesmo atendimento que não atendeu do usuário do plano de saúde, por isso gerou a dívida de ressarcimento. Então, eu acho muito raro que possa vir a acontecer isso, Deputado Duarte Jr., de a pessoa ter plano de saúde, não foi atendida no plano de saúde, isso gerou uma dívida para o SUS, aí, um ano depois, ser atendido no SUS exatamente naquilo que me foi negado no plano de saúde. Acho que isso não vai acontecer, mas não impede a gente de pensar qualquer mecanismo para acompanhar isso.

O que é importante todo mundo saber, primeiro: os mecanismos que a ANS tem de fiscalização não só vão se manter como vão ser reforçados, nós vamos botar mais servidores na ANS, especificamente para essa área de acompanhamento e ressarcimento, até estamos cancelando cargos que estavam quase ociosos, há muito tempo já, no Ministério da Saúde, de carreiras em que não se faz mais concurso, mudou o perfil da carreira, cancelando isso para trocar, estamos fazendo um grande reforço para a Anvisa já, vamos fazer a mesma coisa para a ANS, reforçar a capacidade da ANS de fiscalizar isso; e a integração dos dados que nós estamos fazendo entre saúde suplementar e Rede Nacional de Dados em Saúde vai melhorar muito a nossa capacidade de fazer qualquer tipo dessa fiscalização. Então, eu diria que nós vamos reforçar isso, os mecanismos que a ANS tem para fiscalizar o plano de saúde. A gente trabalha muito com um certo estoque, que já existe, agora, todo ano, acrescentar a esse estoque mais ou menos 700 milhões, 800 milhões daquilo que não é de valor de ressarcimento, a gente espera trocar isso por atendimento, mas o reforço de fiscalização da ANS vai existir, mas eu acho que tudo que vier no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

sentido de reforçar para que isso não aconteça, Deputado Duarte Jr., é sempre bastante positivo na avaliação do Ministério da Saúde.

O Senador Otto Alencar trouxe o tema da hemodiálise, acho que é um tema bastante importante para a gente considerar essa coisa do transporte. Aqueles equipamentos de transporte, *vans*, micro-ônibus, tudo que o Ministério da Saúde vai adquirir com recurso próprio, estamos solicitando aos Parlamentares para apresentarem emendas para isso, para reforçar o conjunto desses equipamentos, tudo aquilo não vai atender só paciente de câncer, atende todos os pacientes, e o paciente de hemodiálise é um paciente que usa muito o transporte sanitário. Mas eu sei que o Senador Otto Alencar está falando porque a gente cria um artigo lá para permitir que o Ministério da Saúde possa criar um programa específico de financiamento, para os estados e municípios, de repasse para esse transporte, no caso do paciente com câncer.

Entendi que ele está demandando que a gente possa trabalhar o tema da hemodiálise também, acho que é bastante razoável que isso seja acrescentado, porque é uma demanda muito forte no dia a dia dos estados e dos municípios, é um dos principais motivos de deslocamento de pessoas hoje.

O nosso Ministro Humberto Costa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Primeiro, quais são os perfis dessas dívidas, Ministro Humberto? São, principalmente, de três grandes naturezas aquelas dívidas que tem com o Ministério da Fazenda, são dívidas previdenciárias, tributárias e algumas dívidas trabalhistas. No caso de hospitais privados não filantrópicos, também tem muita dívida de Imposto de Renda. Então, parte disso são dívidas que estão ali na natureza, que são cobradas pela Receita Federal e, quando são pagas, vão para a conta geral da União, nunca vêm para a saúde. Então, nós estamos abrindo esse mecanismo em que todo ano a gente trocaria essas dívidas, de quem tem dívida, por créditos do programa que são aferidos a partir da quantidade de cirurgias que fizeram, de atendimentos que fizeram. Isso permite a um hospital que não tem dívida... Ele está com as contas em dia, a Santa Casa está com as contas em dia, um hospital privado com contas em dia, que queira participar do programa também vai poder participar. Ele não vai trocar a dívida, porque não tem dívida, mas o que ele produzir a mais ele ganha de crédito para abater dos impostos que ele tem que pagar para a frente. Então, a gente permite participar do programa também os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

hospitais que estão com as suas contas em dia para que isso não fique só para quem está em dívida.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Ministro, só uma pergunta: essa dívida que vai ser transformada em prestação de serviço vai ser computada nos gastos mínimos do Ministério da Saúde?

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Não, não. Então, é um recurso adicional, que a saúde conquista, de cirurgia e atendimento sem estar barrado pelo marco fiscal, sem o gasto mínimo. É um recurso adicional como, por exemplo, a gente tem através do Pronon e do Pronas, que são dois programas que o pessoal chama de a Lei Rouanet da saúde. Vários serviços do câncer, de pessoas com deficiência. Foi criado na minha outra gestão lá no Ministério da Saúde, com a Presidenta Dilma. É um recurso que vem para equipar serviços de câncer, de pessoas com deficiência, fazer formação e que não entra no nosso piso mínimo, não entra no teto do marco fiscal. Então, é um recurso que não vinha para a saúde e vem acrescentar para a área da saúde, um recurso adicional para que a gente possa fazer o atendimento.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA) – Ministro, me permite só uma pergunta? A base de cálculo desse valor que vai ser negociado já pressupõe o desconto que normalmente a Receita dá para a negociação financeira ou é necessariamente o valor cheio sem desconto? Porque eu tenho recebido questionamentos de alguns prestadores dizendo que não compensa, porque as condições que a Receita ofereceria na negociação financeira seriam mais vantajosas do que a condição de negociação por procedimentos, procede isso?

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Não, foi construído junto com a Receita isso inclusive. Não procede. É um programa de transação tributária, como é chamado, que é a lei que o Congresso Nacional aprovou, da transação tributária para outros setores econômicos, criando isso para a área da saúde, permitindo que isso entre para a saúde. Na medida em que o hospital entra no programa – assinou lá o programa –, ele ganha seis meses de moratória dos pagamentos de dívida que ele tem, como multa, juros. Fica seis meses sem pagar. E tem uma redução no valor de até 70% de juros, multa para a frente e 30% do principal. Então, é uma condição muito boa dentro do programa de transação tributária que a saúde não entrava. Outros setores econômicos estavam entrando. Então, é uma condição muito melhor do que qualquer outro programa de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

renegociação de dívidas da Receita e permite também a quem não tem dívida poder participar do programa, recebendo o crédito para abater nos impostos para a frente.

Então, esta é uma condição excepcional em relação aos outros programas que existem da Receita.

E, no caso dos planos de saúde, aí é só a dívida de ressarcimento com o SUS. Existe um debate, eu acho que, inclusive, vai aparecer este debate aqui na tramitação do Congresso Nacional, sobre se as operadoras de planos de saúde poderiam também trocar outras dívidas, porque elas também têm dívidas tributárias, dívidas previdenciárias, dívidas trabalhistas, se elas não poderiam participar do mesmo programa dos hospitais.

Nós lançamos o programa com uma espécie de um caminho para as operadoras de planos de saúde e um caminho para os hospitais, para permitir que os hospitais entrassem, porque, quando a gente conversava com a associação dos hospitais e das operadoras, os hospitais ficavam preocupados com o seguinte: "Olha, se bobear, as operadoras vão entrar, trocando a dívida de ressarcimento e vão entrar também na nossa aqui, das dívidas trabalhistas, e não vai sobrar espaço nenhum para os hospitais".

Então, a gente lançou o programa com essa ideia de ter um caminho para cada um neste momento, para que as operadoras não disputassem com os dois bilhões de crédito que tem para os hospitais.

Lembrando, só para vocês terem ideia, para os senhores terem ideia, quem nos acompanha, que a dívida acumulada dos hospitais privados e filantrópicos com a União, com a Receita, chega a quase R$40 bilhões. A gente está abrindo a possibilidade de R$2 bilhões de crédito. Então, começando com R$2 bilhões de crédito, é lógico que isso pode crescer ao longo dos anos. Está funcionando bem o programa? Os mecanismos de controle? Tudo acontecendo bem? Tem o impacto que a gente esperava? A Fazenda, junto conosco, pode, ao longo dos anos, ir aumentando. No outro ano, oferecer dois e meio, três, o que seja, pelo sucesso do programa.

Então, é um volume relativamente pequeno diante do volume total da dívida que esses serviços têm.

Por isso, também, que a gente fez um caminho para os hospitais e um caminho para as operadoras de planos de saúde, porque senão elas iam pegar ainda mais um pedaço aqui dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

dois bilhões. Como as operadoras, às vezes, têm uma capacidade de se capitalizar de forma diferente, algumas têm capital na bolsa, outras têm formas de financiamento, elas poderiam rapidamente se capitalizar e tomar o espaço ali dos hospitais, das Santas Casas. Essa foi, um pouco, uma forma de poder permitir que os dois segmentos aí, que têm serviços privados, pudessem participar ativamente.

Um outro tema muito importante que o Ministro Humberto Costa trouxe é assim: "Como garantir que esse paciente que vai lá para esse hospital privado, ou mesmo para um hospital filantrópico, que entra pelo SUS, tenha a mesma qualidade de atendimento daquele que entra pagando?". Este é um desafio que já existe hoje no SUS – não é, Ministro? –, porque a maior parte das nossas internações de cirurgias acontecem nos hospitais filantrópicos, que, em geral, têm duas portas. São poucos que são 100% SUS. A grande maioria cumpre ali o Cebas, que são 60% de atendimentos para o SUS.

Então, este é um desafio que já existe. O programa não seria um desafio novo, porque ele já existe hoje no SUS. Como é que a gente vai conseguir fazer isso? É fiscalizando, acompanhando.

O programa traz ferramentas novas para se fiscalizar. Primeiro, porque ele gera um foco para aquilo que são... Os hospitais que entrarem, os planos de saúde que entrarem. Então, você tem um número menor para fiscalizar, para o município fiscalizar, para o estado fiscalizar e para o próprio Ministério fiscalizar. E nós vamos fiscalizar. Nós vamos ter ações específicas do DenaSUS para o acompanhamento do programa. Então, tem uma direcionalidade específica para isso.

Segundo: a informação vai subir para a Rede Nacional de Dados em Saúde e o Ministério, através do Meu SUS Digital, vai mandar uma mensagem para esse usuário. Vamos mandar uma mensagem por zap para esse usuário. Ele vai poder fazer a avaliação do atendimento. Então, vai ser um instrumento de fiscalização. A gente conta também com a opinião do usuário, do paciente que foi atendido.

Eu me lembro de que, quando fui Ministro da Saúde da outra vez, não tinha o zap, não tinha os outros meios; a gente usava a chamada Carta SUS. A pessoa era internada e recebia, depois, pelo correio uma carta do Ministério da Saúde falando: "Ó, Sr. José, foi feita essa cirurgia em tal lugar".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente recebia respostas da avaliação da qualidade; a gente identificou situações de fraude a partir da resposta do usuário. Tinha usuário que falava: "Eu não fiz essa cirurgia. Meu nome está registrado aqui numa cirurgia que eu não fiz". Então, isso permitia que o DenaSUS fosse lá, pegasse o ressarcimento, abrisse uma auditoria em cima do hospital.

A gente acredita também que, com esse mecanismo da população participando, Ministro Humberto, a gente vai ter mais um instrumento, mais uma ferramenta. O pessoal já está recebendo mensagem: recebe mensagem quando entra para fazer o agendamento, quando é feito o agendamento e quando faz o procedimento depois. Aí é uma mensagem mais longa de avaliação sobre o que foi a cirurgia, o que foi aquele procedimento, para que a gente possa ter esse mecanismo de controle. É um desafio fundamental, e a gente vai colocar o DenaSUS para isso também. Estamos estimulando os conselhos municipais de saúde a acompanharem essa situação.

O Dr. Francisco trouxe o tema da endócrino, que eu acho que é um tema importante. É claro, Dr. Francisco, que, quando a gente pega essas seis especialidades, sobretudo a parte cardiovascular e a parte oftalmológica, de catarata, a gente já está pegando pacientes que têm diabetes e que têm as complicações do diabetes, os órgãos-alvo, seja cardiovascular, seja doenças da visão – catarata, retina, retinopatia –, e assim vai. Então, aquilo que é o impacto do órgão-alvo do diabetes, a gente está pegando quando pega essas especialidades.

Mas, de fato, podemos pensar também em como que entra – pelo menos na linha do cuidado do diabetes, pensando no diabetes em si, um combo sobre isso, para a área de endócrino e diabetes. Eu acho interessante a gente pensar como inclui. Obviamente, o Congresso tem toda a liberdade de poder pensar em instrumentos como esse. A gente não colocou porque, é aquilo que eu falei, a gente partiu de especialidades que já estavam pactuadas com os estados e municípios, para não criar uma coisa nova. Os senhores conhecem – eu já fui Secretário – e sabem como é todo o processo de pactuação dentro do Sistema Único de Saúde. A gente não queria criar uma coisa nova que não tivesse sido pactuada com os estados e municípios.

E sobre o tema das carretas, que vincula várias perguntas aqui, tanto de pessoas que estão nos acompanhando lá do Ceará quanto do pessoal que perguntou de outros estados também: "Como que a gente pretende chegar ao interior, aos municípios menores, onde é mais difícil esse atendimento especializado?". Uma das ferramentas é as carretas. A ideia das carretas é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

exatamente poder, em cidades menores, obviamente com uma configuração regional... Por isso que as comissões intergestoras regionais, que juntam ali os secretários municipais de uma pequena região dentro do estado, juntamente com a Secretaria Estadual, que vão dar o o.k. para a carreta ir até lá, para a programação da carreta, para a organização da ida da carreta para lá. Essa é uma das formas de chegar a esses municípios menores, poder levar uma tomografia para regiões onde você não precisa ter o equipamento de tomografia o tempo todo lá – não faz sentido ter –, mas você pode ter carretas que vão até lá por um período. Ficam uma semana, duas semanas.

Nós vamos ter uma coisa específica para os descansos de caminhoneiros nas estradas do país. Estamos mapeando, junto com o Ministério dos Transportes, as áreas de descanso dos caminhoneiros. Então, vamos colocar serviços de atendimento ali do Agora Tem Especialistas em parceria com os municípios, com a atenção primária dos municípios nesses locais de atendimento. É uma das estratégias para chegar aos municípios menores.

A outra é uma modalidade de contratação que a AgSUS vai fazer, e o GHC também vai fazer para a Região Sul do país, também em municípios menores – o senhor, que já foi Secretário, sabe disso. Às vezes, você tem uma estrutura de um hospital de pequeno porte, em que não faz sentido ter atendimento permanente, mas ele pode servir, durante uma semana para ser uma sala de cirurgia montada para fazer um mutirão de cirurgias eletivas, fazer um atendimento de alguns exames diagnósticos.

Então, a AgSUS e o GHC também vão montar serviços nessas estruturas que estão sendo subutilizadas, mapeadas pelos estados e pelos municípios – sempre em parceria com os estados e municípios –, também para chegar a esses municípios menores.

A outra coisa é a telessaúde – o Estado do Piauí é um exemplo hoje da telessaúde, da teleconsulta –, que é um mecanismo fundamental. Tem uma das perguntas aqui sobre se os atendimentos especializados de telessaúde vão ser feitos só dentro do SUS, se as operadoras de plano de saúde ou os hospitais privados podem oferecer também telessaúde como forma de atendimento. Também podem, desde que faça parte do combo de diagnóstico, de tudo. É uma das formas também de levar o atendimento especializado para os pequenos municípios, onde você não consegue fixar um especialista. Às vezes não é muito efetivo, inclusive, montar um centro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

especializado num pequeno município – em geral, é em municípios polo –, mas a telessaúde também pode fazer atingir o atendimento a essa população.

Nosso querido Deputado Jorge Solla, sobre o prontuário eletrônico: querido Deputado, na minha volta ao Ministério da Saúde, uma das coisas que mais me deixaram feliz, Jorge Solla, é que hoje mais de 90% das equipes de saúde da família já usam o prontuário eletrônico do Ministério da Saúde, o e-SUS, aquele que a gente criou lá em 2012; vários municípios já estavam fazendo prontuários eletrônicos próprios. A gente tinha – você conhece muito bem o nosso Diretor de Atenção Básica da época, o Dr. Hêider Pinto, que criou o e-SUS – uma expectativa, não sabia até onde seria essa adesão. Hoje, a adesão ultrapassou 90% das equipes de saúde da família, que já estão preenchendo suas consultas com o prontuário eletrônico.

No Agora Tem Especialistas, o médico da atenção primária vai poder pedir, já pede direto no prontuário eletrônico o agendamento. Ele já fala: "É pelo Agora Tem Especialistas, quero que seja OCI". Combinado, já entra para regulação direto, a partir do prontuário eletrônico. Então, acho que é um avanço muito importante que vai criar um novo terreno para nós, não só de diálogo, de contato... Hoje, o prontuário eletrônico, o e-SUS já aciona o Telessaúde também; já pode acionar o Telessaúde, a teleconsulta direto do prontuário eletrônico. É um avanço muito importante. A gente precisa avançar muito nos prontuários hospitalares.

O Ministro Arthur Chioro está fazendo um grande trabalho na Ebserh em relação a isso. Nos hospitais universitários federais... Está aqui o Diretor Jurídico, o Dr. Thiago, que acompanha esse trabalho sendo feito pelo Giliate, lá na Ebserh, de tentar unificar os prontuários eletrônicos dos hospitais universitários federais. O Ministério da Saúde também está com um programa, além do GHC, que já fez isso – lá o Deputado Bohn Gass conhece bem –, nós estamos com um programa em alguns hospitais no Brasil também de um novo prontuário, o AGHUse.

Ontem a gente inaugurou em João Pessoa um novo Hospital da Mulher, junto com o Governador João Azevêdo. Foram R$34 milhões de investimento do Governo Federal, reformulando a antiga Maternidade Frei Damião, lá em João Pessoa, que é agora um grande Hospital da Mulher, tratando de ginecologia, climatério, não só materno-infantil, e já vai começar a funcionar também com o prontuário do AGHUse, do sistema hospitalar AGHUse. Então, acho que é um grande avanço e que a gente precisa trabalhar fortemente para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você trouxe uma coisa fundamental, querido Deputado, colega Jorge Solla. O senhor trouxe algo muito importante que é a rede de escolas do SUS na expansão da residência médica e da residência multiprofissional. Então, absolutamente integradas nisso. Lá na Paraíba, a rede da Escola de Saúde Pública do SUS está sendo fortalecida, eles mapeando as novas residências que vão entrar nessas 3 mil bolsas, no aprimoramento também. Então, uma participação muito efetiva delas, e é importante no Exame Nacional de Residência Médica. O Ministro Camilo Santana deve, na próxima semana, inclusive, anunciar alguns dados sobre isso. Uma grande adesão dos médicos, um número recorde de médicos aderiu ao Exame Nacional de Medicina, já como o Exame Nacional de Residência Médica. Acho que é um grande avanço, vai ser, como foi o Sisu e o Enem, uma nova revolução aí no acesso à residência médica no nosso país.

E o tema do CPF no cartão SUS, dialogando com o que trouxe também o Deputado Julio Lopes, é compromisso nosso, nós vamos implantar. No dia em que o Presidente Lula assinou o decreto que consolida a Rede Nacional de Dados de Saúde, fizemos questão de colocar um artigo nesse decreto do Presidente que estabelece esse plano de trabalho para a integração dos dados usando o CPF como base. Nós já fizemos esse levantamento, Deputado Julio Lopes. A nossa expectativa é, até o final de agosto, apresentar esse plano com o cronograma definido.

É um plano em três fases. Primeiro, a gente já levantou o conjunto de cartões nacionais do SUS que são vinculados a um CPF. A grande maioria dos cartões nacionais do SUS que nós temos hoje já são vinculados a um CPF. Você tem um universo pequeno de pessoas que têm o Cartão Nacional do SUS que não tem o CPF vinculado a ele, apenas 8 milhões de usuários. A grande maioria da nossa população usuária do SUS – são 270 milhões de cartões SUS no país, como eu falei – está vinculada a um CPF já, apenas 8 milhões não estão vinculados ao CPF. E é lógico que todo ano vão surgindo novos, porque nasce criança. Hoje, cada vez mais, as crianças já têm o CPF, mas não é obrigatório ainda até os oito anos de idade. Então, na medida em que você acaba tendo um volume, pode demorar um pouco mais para ter o seu CPF, mas isso vai estimular a ter.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Acho que é. Então, é isto: para os nascidos, já é obrigatório, mas, para quem não era, é até oito anos; é isso que eu estou falando. Então, você tem um universo aí que não tem. Você tem os estrangeiros que são atendidos aqui. Então, você tem estrangeiro que tem cartão SUS e não tem CPF, está dentro desses 8 milhões, uma parte da população indígena, mas é um universo pequeno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quais são as três fases que nós vamos fazer? A primeira fase é quem já tem CPF vinculado integrar de automático, está certo? Então, é só a integração operacional com os outros dados, com os outros bancos.

A segunda é você ter uma regra de transição para quem não tem o CPF ainda, permitindo algumas exceções. Tem algumas exceções que nós vamos permitir eternamente: estrangeiro, população indígena, recém-nascido que, enquanto não tirar o seu CPF, tem que ter um número para ser atendido, registrado, internado ali. Então, vai ficar como exceção, mas são públicos pequenos que vão ficar como exceção. Então, a exceção não pode impedir a regra.

Da terceira fase a gente já vai apresentar o cronograma. Ela vai demorar mais um pouco, mas vamos concluí-la antes do final deste Governo, que é os sistemas de informação já subirem obrigatoriamente com o CPF. Tem alguns sistemas hoje que já sobem obrigatoriamente com o CPF – se não for o CPF, não alimenta o sistema – e tem outros que têm a opção de botar o CPF ou o Cartão Nacional de Saúde. Por exemplo, o sistema de imunização hoje, para vacinação hoje, você pode subir pelo CPF ou pelo Cartão Nacional do SUS. Normalmente, quando a gente vai vacinar, a pessoa já pergunta o CPF, mas ainda pode subir pelo Cartão Nacional do SUS. Então, você vai fazer uma migração para isso, e tem alguns sistemas que não têm obrigação nem de Cartão Nacional do SUS nem de CPF para subir a informação.

Então, a gente vai fazer um cronograma de migração desses sistemas, porque isso significa abrir nova ficha eletrônica, treinar as equipes; são 6 mil hospitais no país inteiro e mais de 40 mil unidades básicas de saúde, milhões de pessoas são vacinadas. Então, você vai ter um cronograma de incorporação disso, mas, até o final de agosto, a gente apresenta esse cronograma. Essa é a nossa proposta junto ao MGI.

Eu acho que a do querido Deputado Bohn Gass é a última aqui do que eu anotei nas minhas anotações. Eu queria aproveitar que o senhor trouxe temas muito importantes, como o PAC. Todo investimento na atenção primária ali de reforçar equipamentos para unidade básica de saúde, ter lá na unidade básica de saúde ultrassom, equipamentos para ver o fundo do olho e a retina, avaliar o pulmão, que antecipam o atendimento médico especializado e com isso reduz o tempo de espera, a teleconsulta, tudo é investimento do PAC na saúde. Então, são absolutamente integrados o PAC e o Mais Médicos com o Agora Tem Especialistas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, eu quero aproveitar aqui este momento, usando o dia 6 de agosto, que dizem que é o dia do tarifaço que o Trump vai fazer contra o Brasil, também para esclarecer aos nossos colegas Parlamentares como o Ministério da Saúde vê essa situação. Primeiro, nós estamos acostumados a ver o Presidente dos Estados Unidos atacar a área da saúde, porque ele faz isso desde o dia 1º de janeiro, quando ele assumiu.

O Trump já saiu da Organização Mundial de Saúde, tirou os recursos dos Estados Unidos da OMS, tirou US$600 milhões que os Estados Unidos faziam de doação voluntária para a Organização Mundial de Saúde – ele retirou isso e anunciou publicamente que estava retirando. A OMS só não fechou as portas porque a China foi lá e botou US$500 milhões – só a China foi lá e compensou toda a retirada dos Estados Unidos.

Para os senhores e senhoras terem ideia, 90% da operação da Organização Mundial de Saúde no continente africano era bancada com essa doação dos Estados Unidos. Isso é algo que não afeta só o continente africano. Se fosse só o continente africano, já seria muito grave; mas afeta todos nós, porque não existe mais barreira hoje para circulação de doença, para circulação de epidemias, para impactos na vida dos outros países – não existe mais isso.

Então, os Estados Unidos saíram de todos os fundos multilaterais de apoio à produção de vacinas – o último foi o Fundo Gavi, do qual ele se retirou – e passaram a perseguir e cortar todos os investimentos de produção de vacina da plataforma RNA mensageiro nos Estados Unidos, que é aquela plataforma desenvolvida para enfrentar a pandemia da covid-19. A primeira vez que a plataforma RNA mensageiro foi utilizada em seres humanos foi na pandemia da covid-19.

Hoje, o Ministro da Saúde, que é o Chefe do Departamento de Saúde dos Estados Unidos – o equivalente ao Ministro da Saúde –, publicou um anúncio de corte de todos os investimentos do Governo americano na produção, desenvolvimento e distribuição de vacina RNA mensageiro. Então, quem é da saúde está acostumado.

Para os senhores terem ideia, no dia em que iria começar a Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde, o Presidente dos Estados Unidos soltou um tuíte – e o equivalente ao Ministro da Saúde também – dizendo que iria mudar os preços de medicamentos no mundo, porque ele disse que é muito caro o medicamento nos Estados Unidos e, por isso, os outros países tinham que pagar mais caro no medicamento para baratear o medicamento nos Estados Unidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

É verdade, é muito caro o medicamento nos Estados Unidos, mas tudo é caro na saúde lá: o medicamento é caro, o médico é caro, o hospital é caro, o diagnóstico é caro, porque é uma saúde toda privada. É o maior gasto *per capita* de saúde do mundo, com indicadores piores do que de vários países de renda média do mundo. Quando se compara com países que têm sistemas nacionais públicos, como o nosso, nem se compara.

Então, a gente está acostumado a ele ser uma figura nociva para a saúde. Essas medidas de abuso tarifário que ele anunciou vão impactar a área da saúde. Por que impacta? Primeiro, porque a gente exporta para os Estados Unidos. É pouco, comparado a outros produtos, mas tem um impacto. A gente tem mais ou menos...

Aqui estão a Daniela, que é Diretora da Anvisa, e o Leandro, que é servidor da Anvisa. Só posso dizer isso, por enquanto. São pessoas – é um quadro extremamente qualificado – que estão agendadas aí para sabatina no Senado. E a Anvisa faz todo esse monitoramento. A gente exporta de empresas de apoio diagnóstico e dispositivos médico cerca de 2 bilhões para os Estados Unidos – é o nosso principal arsenal de exportação para os Estados Unidos.

É lógico que, se forem aplicar as tarifas abusivas para as empresas, elas vão ter dificuldade. O que o Governo brasileiro vai fazer? Nós vamos apoiar essas empresas e os seus empregos a migrarem para outros mercados se for necessário. Isso usando o quê? Tudo o que o Brasil preside neste momento, neste semestre. O Brasil preside a coalizão do G20, das 20 nações mais ricas do mundo, para a produção de medicamentos, pelos próximos dois anos. Foi aprovada essa coalizão na reunião do G20 aqui no Brasil, e a gente a lançou na Assembleia Geral da OMS. O Brasil tem a secretaria-executiva dessa coalizão provavelmente de forma eterna. São dois anos de Presidência e secretaria-executiva permanente dessa coalizão, que é um esforço das 20 nações mais ricas do mundo, e só os Estados Unidos não estão fazendo parte dela. O Presidente Biden estava aqui quando foi lançada, quando foi assinada na Assembleia Geral da OMS, mas não fez parte – a coalizão para aumentar a produção local, regional de medicamentos e produtos da área da saúde. Então, nós vamos buscar atrair e buscar, nesses países, países para comprar os nossos produtos desse setor que exporta.

O Brasil preside a parceria estratégica dos Brics para a produção local de medicamentos. Nós voltamos a produzir insulina, depois de 20 anos, por conta de uma parceria entre Brasil, Ministério da Saúde, uma fundação de Minas Gerais, uma empresa privada nacional e uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

empresa da Índia. Insulina recombinante já está sendo entregue para o SUS. Vamos passar a receber agora, no segundo semestre, a insulina glargina, que é a mais alta tecnologia da insulina hoje – o Brasil, uma empresa nacional privada brasileira, uma empresa privada chinesa, produzindo insulina glargina aqui no Brasil, uma parceria estratégica dos Brics.

Então, vamos usar ao máximo essa parceria para ter mais mercados de venda desse setor exportador brasileiro. E presidimos, nesses próximos seis meses, a Presidência *pro tempore* do Mercosul, que tem como objetivo central aproximar cada vez mais e implementar o acordo União Europeia-Mercosul na área da saúde.

Fizemos já um encontro há uma semana com empresários brasileiros e empresários europeus do Fundo Rotatório da Opas. O Fundo Rotatório da Opas pode comprar produtos brasileiros... Para as empresas brasileiras que exportam hoje para os Estados Unidos poderem vender para o Fundo Rotatório da Opas e, com isso, entrarem em mercados de outros países.

Quem dirige a Opas hoje é um brasileiro, o Dr. Jarbas, que foi Secretário de Vigilância de Saúde do nosso Ministro Humberto Costa e foi meu Secretário de Vigilância de Saúde. É servidor do Senado – não sei se teve que abrir mão do cargo –, é servidor do Senado, Consultor do Senado. É o Diretor-Geral da Opas hoje, reuniu-se com todos os empresários brasileiros, oferecendo os novos mecanismos do fundo da Opas para comprar esses produtos e levar para países, inclusive com mecanismos de exportação novos para isso.

Então, a primeira ação nossa, Deputado Bohn Gass, é esta: proteger as empresas e os empregos gerados por empresários brasileiros que exportam para os Estados Unidos. A gente também importa muito. Nossa balança comercial é mais negativa: são 4,7 bilhões, a gente mais importa do que exporta.

Há alguns produtos muito importantes e estratégicos, e nós vamos aproveitar essa situação, Deputado Bohn Gass, como uma oportunidade para o Brasil ficar cada vez menos dependente, seja dos Estados Unidos ou de qualquer país do mundo, para aumentar a capacidade de produção. É ver quais países que produzem esses produtos, tem outros países que produzem esses produtos, vamos atrás desses outros países para comprar, para produzir aqui no Brasil.

Hoje, a gente acabou de anunciar os peptídeos, as chamadas canetas emagrecedoras, que, na verdade, são medicamentos para diabetes, mas que são utilizadas para o controle da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

obesidade também: a primeira produção nacional, já foi registrada. Começou-se a comercializar um produto nacional. A Anvisa vai fazer um chamado para registro de outros dos peptídeos, novos registros. Em 2026, cai a patente dessa caneta emagrecedora, a que ficou mais famosa. Não vou falar aqui o nome para não fazer propaganda, mas cai em 2026 a patente. Já tem três propostas apresentadas, ou seja, que vão ser apresentadas para a Anvisa de registro dessa patente.

Hoje, essa empresa nacional que já tem o registro, já começou a comercializar, fez uma parceria com a Fiocruz para transferir a tecnologia para a Fundação Oswaldo Cruz. Nós queremos absorver essa tecnologia como ativo para o Brasil, que é essa linha da produção dos peptídeos. Hoje é para diabetes, para emagrecimento, podem surgir peptídeos para o câncer, para outras doenças crônicas. Então, é assumir isso, aproveitar isso como uma oportunidade, Deputado Bohn Gass, para aumentar a nossa produção nacional, parceria com outros países do mundo, defender a saúde do nosso povo, não vamos entrar em qualquer tipo de bravata. E continuar apostando, como está apostando o Presidente Lula, no papel da diplomacia.

Eu vejo o dia 6 de agosto como o início de um campeonato, a abertura para um processo de negociação em que a gente vai ter que continuar firme, uma ação diplomática e vai ficar muito... Vai se diferenciar quem exerce a diplomacia, que é o Governo brasileiro, de quem exerce a subserviência, a traição à pátria, a tentativa de interferir na nossa Constituição. Vai ficar muito nítido isso no nosso país. Vamos aproveitar essa oportunidade para aumentar a produção local aqui no Brasil.

Acho que eu comentei... Respondi aqui a todos os Parlamentares.

Aqui eu vou conversar rapidamente sobre vários vídeos trazidos aqui pela população. Uma pergunta: "Como os Prefeitos podem participar ativamente do Agora Tem Especialistas?". Primeiramente, tem duas questões que é o município que decide. Primeiro, o município que, em geral – ou o estado –, tem o complexo regulador, é ele que organiza a fila. Então, nós vamos produzir, através de carretas, negociação com o setor privado, com plano de saúde, cirurgias, para tirar pessoas dessa fila. É o município que vai chamar essas pessoas, é a secretaria estadual que vai chamar essas pessoas, usando o critério de prioridade que é definido ali. Então, há quanto tempo a pessoa está, como foi perguntado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Às vezes, há uma situação clínica que faz com que a pessoa tenha que passar na frente, pela idade ou pela condição clínica dela; alguns procedimentos são prioritários, como o câncer, que tem que fechar o diagnóstico em 30 dias. Então, são critérios a partir dos próprios municípios.

Segundo: os municípios... Quando a gente pegar a carreta, o Governo Federal contratou, ou o plano de saúde, cirurgia, ou o hospital privado, a gente vai consultar o município, a comissão inter-regional, se eles querem aquele procedimento, se eles querem aquela cirurgia. Então, é o município que decide isso de trazer esse procedimento para o seu município, para a sua região.

E a terceira forma: o Prefeito... Eu tenho conversado direto com Prefeitos, Governadores, secretários municipais, estaduais, com os Parlamentares: "Olha essa possibilidade da troca da dívida de um hospital privado, de uma santa casa, no plano de saúde". Então, os Prefeitos também podem identificar, no seu território, hospitais privados, santas casas que eles sabem que têm dívidas, que podem aproveitar essa oportunidade de trocar a dívida, por mais atendimento, mais cirurgia.

Perguntaram se hérnia entra. Hérnia entra, sim; cirurgia de câncer também entra; uns 1,3 mil procedimentos ali, e hérnia está entre eles. Não vai ter uma fila para demandar essa cirurgia; nós vamos usar a fila que já existe dos municípios e dos estados, o complexo regulador; pessoas que estão há mais tempo na fila, ou outros critérios clínicos acabam tendo prioridade para o atendimento.

Há pergunta aqui do Lucas, que é uma pergunta importante. Ele fala assim: "Não seria mais eficiente, no custo a longo prazo, investir mais na atenção básica?". Nós estamos fazendo as duas coisas. Você tem que investir na atenção primária em saúde, botando equipamento, qualificando, reforçando o Mais Médicos, fazendo teleconsulta para você fortalecer a atenção primária em saúde, mas você tem milhões de brasileiros que já passaram a etapa de atenção básica de saúde e estão esperando uma cirurgia para fechar o diagnóstico para o câncer; ou já fechou o diagnóstico para o câncer e precisa da cirurgia oncológica, precisa da cirurgia eletiva. Então, você não pode pensar, no médio e longo prazos, o impacto da atenção primária e esquecer o que está acontecendo com as pessoas morrendo porque não têm acesso à cirurgia, piorando o seu quadro clínico porque não têm acesso à consulta especializada. Então, você tem que atacar as duas frentes, e é assim que a gente está atacando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E isso gera muita esperança também para a atenção primária. Quando uma pessoa vence o câncer, ela passa a ser um exemplo para a família inteira dela, para o bairro dela, para a igreja dela. Isso estimula mais pessoas a irem fazer o exame diagnóstico, rastreamento, a cuidar da saúde. Então, ao salvar uma vida, você não está salvando só a vida daquela pessoa, você está mostrando para os seus familiares, para os seus amigos de trabalho, para os seus irmãos de igreja, para os seus vizinhos de bairro, que é possível vencer as doenças e, por isso, é bom e importante fazer o diagnóstico o mais rápido possível, cuidar da saúde. Então, tem um impacto retroativo para a atenção primária de saúde também.

O pessoal falou dos mecanismos de fiscalização, e eu acho que eu já falei em relação a todos eles. Como que a legislação permite que os municípios mais pobres, mais remotos recebam a maior parte dos recursos? Todos os critérios de distribuição estão focados nas regiões mais remotas, que têm menos especialistas, que têm maior necessidade. Então, esse é um critério permanente em todos eles aqui.

A Hillary faz uma pergunta importante: como é que a gente vai fiscalizar para que os hospitais privados não usem o programa apenas para quitar os débitos sem ampliar o acesso à população? Como que é isso, Hillary?

Hoje o município e o estado têm um contrato com esse hospital privado, que estabelece ali mil cirurgias. Então, esse hospital só vai ganhar o benefício se ele, além de fazer as mil que ele já faz pelo contrato que ele tem com o município e com o estado, fizer um número maior que aquele pelo qual ele trocou a dívida. Então, o próprio contrato que já existe entre município e estado vai nos permitir fazer esse controle.

Um hospital privado que não tem contrato com o município e com o estado, porque não faz nenhum tipo de atendimento ao SUS, vai ter que fazer um contrato com o município e com o estado. O Ministério da Saúde já fez o modelo para ser aplicado pelos municípios e estados e, nesse contrato, você vai poder monitorar. Como é obrigatório subir o dado, a gente vai saber pelo dado que sobe se foi realizada a cirurgia ou não e vamos falar com o cidadão que foi submetido à cirurgia para ver o controle em relação a isso.

Eu acho que eu respondi a todas as perguntas dos Parlamentares e os comentários aqui de quem nos acompanha pela internet.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer muito aqui a disposição dos Parlamentares, de quem nos acompanha, quem nos acompanha à distância, em especial, a sua disposição e abertura para o diálogo, Presidente Yury do Paredão, Relator Revisor Duarte Junior, e todos aqui. Quero saudar o Relator Otto Alencar, que estava aqui junto conosco, e o Vice-Presidente da Comissão, o Ministro Humberto Costa.

Para nós aqui, quero pedir ao Congresso Nacional que se debruce nessa medida provisória, que a gente possa aprimorar o que for necessário aprimorar. Estamos abertos a discutir qualquer aprimoramento, mas, sobretudo, a gente deve concluir a aprovação porque isso vai dar muito mais tranquilidade e capacidade de a gente poder exercer esse programa nos próximos anos, que vai ter um impacto muito forte de... É um novo SUS que nós estamos construindo; eu falo que é o SUS pós-pandemia. O SUS pós-pandemia nos traz um conjunto de desafios. Esse é um deles. E essa medida provisória, esse programa e a contribuição do Congresso Nacional vão fortemente nos ajudar a construir um SUS que dê conta desses nossos desafios.

Então, muito obrigado, Deputado Yury do Paredão.

Fico à disposição aqui de todo mundo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Yury do Paredão. Bloco/MDB - CE) – Muito obrigado, Ministro Padilha, pela excelente apresentação, pelas excelentes respostas, esclarecendo aqui esse programa que, tenho certeza, será o programa mais importante do Governo Lula, um programa que traz uma inovação no SUS, que traz saúde. E saúde é dignidade. Conseguindo levar saúde para a população, V. Exa. está levando dignidade. Então, está de parabéns.

Eu tenho certeza de que, se depender desta Presidência e dos nossos Relatores, tanto do Relator Duarte como do Relator Otto Alencar, nós iremos construir aqui, juntos, um texto que possa ainda melhorar o que já está bom, que é esse programa criado com muito compromisso por V. Exa. Então, deixo aqui registrados os meus parabéns.

Foram apresentados o Requerimento nº 03/2025, de autoria do Deputado Federal Bohn Gass, e os de nºs 04/2025 e 05/2025, de minha autoria, para realização de audiência pública para instruir a Medida Provisória nº 1.301, de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consulto a Comissão se posso incluir as matérias, extrapauta, para deliberação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação os Requerimentos nºs 03, 04 e 05.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

E, antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

Os Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos. Agradeço a presença dos Deputados e Senadores, da Senadora Zenaide e do nosso Ministro.

Está encerrada a presente reunião. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 15 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 40 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 1301, DE 2025 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às treze horas e vinte e quatro minutos do dia dez de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Deputado Yury do Paredão, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 1301, de 2025 com a presença dos Parlamentares Marcelo Castro, Efraim Filho, Nelsinho Trad, Otto Alencar, Sérgio Petecão, Dra. Eudócia, Leila Barros, Humberto Costa, Dr. Hiran, Hamilton Mourão, Damares Alves, Cristiane Lopes, Dr. Ismael Alexandrino, Romero Rodrigues, Geraldo Resende, Duarte Jr., Pedro Westphalen, Antonio Brito, Ricardo Ayres, Luiz Lima, Jorge Solla, Dr. Francisco e Bohn Gass, e ainda dos Parlamentares Augusta Brito, Professora Dorinha Seabra, Angelo Coronel, Ismael, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Fabiano Contarato e Delegado Caveira, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Veneziano Vital do Rêgo, Carlos Viana, Jorge Kajuru, Eduardo Gomes, Zé Vitor, Luiz Carlos Motta, Doutor Luizinho, Ronaldo Nogueira, Weliton Prado e Ana Pimentel. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Medida Provisória n° 1301, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Institui o Programa Agora Tem Especialistas, dispõe sobre o Grupo Hospitalar Conceição S.A., altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, a Lei nº 12.732, de 22 de novembro de 2012, a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, e a Lei nº 13.958, de 18 de dezembro de 2019." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do PLV que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Relatório do Senador Otto Alencar, nos termos da Complementação de Voto apresentada, que passa a constituir o Parecer da Comissão, o qual conclui pela constitucionalidade e juridicidade da Medida Provisória nº 1.301, de 2025; bem como pelo atendimento dos pressupostos de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária; no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 1.301, de 2025, e das Emendas nºs 19, 27, 28, 49 e 99, bem como as emendas apresentadas pela relatoria, sugestões do relator revisor e pela rejeição por inconstitucionalidade das Emendas nºs 12, 25, 29, 33, 34, 35, 41, 42, 56, 57, 59, 68, 82, 84, 87, 92, 96, 98, 100, 104 e 109 e pela rejeição das demais emendas, na forma do projeto de lei de conversão apresentado. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da presente ata, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e doze minutos. A Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa

Deputado Yury do Paredão
Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 1301, de 2025

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/10

O SR. PRESIDENTE (Yury do Paredão. Bloco/MDB - CE. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1.301, de 2025.

A presente reunião é destinada à apreciação do relatório.

Passo a palavra ao Relator, Senador Otto Alencar, para que proceda à leitura do relatório.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco/PSD - BA. Como Relator.) – Presidente, eu quero agradecer a V. Exa. e fazer o meu protesto, até porque pedi um tempinho para que alguém com a minha rodagem e a minha idade tivesse pelo menos o direito de almoçar, mas eu vou ler o meu relatório e retirar o protesto.

Esta medida provisória, que eu considero superimportante, encaminhada pelo Presidente Lula e pelo Ministro Alexandre Padilha, é a de mais especialidades e tem fundamental importância para diminuir, sem dúvida nenhuma, a demanda reprimida para atendimento de pacientes do Sistema Único de Saúde.

É a Medida Provisória 1.301, que dispõe sobre o Grupo Hospitalar Conceição S.A., altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, e ainda a Lei nº 12.732, de 22 de novembro de 2012, a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, e a Lei nº 13.958, de 18 de dezembro de 2019.

A medida provisória compõe-se de 25 artigos distribuídos em cinco capítulos.

O Capítulo I traz disposições gerais e institui o Programa Agora Tem Especialistas, de adesão por estabelecimentos hospitalares privados, com ou sem fins lucrativos, com objetivo de qualificar e diversificar serviços de saúde, ampliar a oferta de leitos e reduzir o tempo de espera. A medida provisória,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa

inclusive, em vigor já tem tido resultados, com vários hospitais – inclusive no meu estado – já atendendo por iniciativa desta medida provisória.

O Capítulo II dispõe sobre o Grupo Hospitalar Conceição S.A., nova denominação dada pela MPV ao Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. A medida reforça sua finalidade de prestação de serviços de interesse e utilidade públicos, exclusivamente no âmbito do Sistema Único de Saúde, abrangendo a gestão e execução de ações e serviços de saúde em todos os níveis de complexidade. Estabelece-se a contratação do grupo por órgãos e entidades da administração pública para realização de atividades relacionadas ao seu objeto social, dispensada a licitação. Além disso, são explicitadas suas fontes de receita, que incluem dotações orçamentárias, prestação de serviços, doações, convênios e parcerias nacionais e internacionais, bem como outras rendas compatíveis.

O Capítulo III, sobre as alterações legislativas, promove mudanças em seis leis federais, que eu já tinha, inclusive, relacionado aqui anteriormente.

O Capítulo IV, relativo às transformações de cargos, converte 389 cargos efetivos vagos em 129 cargos para a carreira de Regulação e Fiscalização de Locais, Produtos e Serviços sob Vigilância Sanitária da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), sem aumento de despesa, mediante compensação financeira entre as remunerações envolvidas, vedada a produção de efeitos retroativos.

O Capítulo V dispõe sobre as disposições finais e estabelece que ato do Ministério da Saúde disciplinará a contratação, por estados, Distrito Federal e municípios, de prestadores de serviços credenciados no âmbito do Programa Agora tem Especialistas, além de fixar cláusula de vigência determinando que a medida provisória entrará em vigor na data de sua publicação.

A medida veio acompanhada da Exposição de Motivos nº 14, de 2025, do Ministério da Saúde, que sublinha a necessidade de se enfrentar a elevada demanda reprimida no SUS, sobretudo em consultas, exames e procedimentos especializados. Ressalta, ainda, que os atrasos comprometem diagnósticos e tratamentos, com graves repercussões para a população – em especial nos casos relacionados com oncologia, os casos de câncer –, o que evidencia a relevância da iniciativa voltada a ampliar o acesso e a reduzir as filas na atenção especializada.

No prazo regimental, foram apresentadas 111 emendas a esta medida provisória, que serão descritas em quadro apresentado em anexo.

Análise.

Cabe a esta Comissão, nos termos do art. 62, §9º, da Constituição Federal, examinar a Medida Provisória nº 1.301, de 2025, e sobre ela emitir parecer, antes que seja apreciada, em sessões separadas, pelo Plenário das duas Casas do Congresso Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa

De acordo com o art. 5º da Resolução nº 1, de 8 de maio de 2002, do Congresso Nacional, que dispõe sobre a apreciação das medidas provisórias, a Comissão Mista deverá se manifestar, em itens separados, quanto aos aspectos: constitucional, inclusive sobre os pressupostos de relevância e urgência; de mérito; de adequação financeira e orçamentária; e de conformidade com o disposto no §1º do art. 2º dessa resolução.

Admissibilidade.

Destaca-se que a matéria contida na medida provisória não se enquadra entre aquelas cuja edição de medida provisória é vedada pelo §1º do art. 62 da nossa Constituição Federal.

Quanto à relevância e urgência, a medida provisória satisfaz plenamente os requisitos constitucionais. Sua relevância decorre do objeto de que trata: o acesso a cuidados médicos especializados, componente essencial do cuidado integral em saúde. O direito à saúde é erigido pelo ordenamento jurídico à condição de direito de cidadania.

Com relação à urgência, os dados apresentados na exposição de motivos evidenciam a gravidade da situação enfrentada pelos usuários do SUS, que aguardam por longos períodos o acesso a consultas, exames e, sobretudo, procedimentos eletivos em áreas especializadas, como eu falei aqui, o setor de oncologia e tantas outras que são necessárias à população no Sistema Único de Saúde.

Sr. Presidente, meu estado, o Estado da Bahia, é um estado com 15 milhões de habitantes. Apesar dos investimentos do Governo, nós não temos praticamente unidades, nenhuma federal, só tem um hospital federal e uma maternidade, tudo é por conta do Governo do estado. Nós temos lá mais de 30 hospitais de alta complexidade, mas temos uma população de 82%, dos 15 milhões, que dependem exclusivamente do Sistema Único de Saúde, como deve ser em outros estados, até porque os planos de saúde estão restritos a uma parte muito pequena da população.

Então, qualquer investimento nesse sentido... E essa medida provisória tem este espírito de oferecer oferta de serviço não só nas consultas, mas também nos tratamentos especializados, uma coisa que eu considerei, como médico, Professor que eu fui, por muitos anos, da Universidade Federal da Bahia, fundamental, desde que nós possamos ter esses investimentos todos, que orçam aqui em torno de R$8 bilhões para o atendimento, pelo setor privado, nesses casos que têm demanda reprimida em vários setores das especialidades médicas.

Da adequação orçamentária e financeira.

Em cumprimento ao art. 14 da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2001 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a Exposição de Motivos de nº 14, de 30 de maio de 2005, informa que não haverá impacto orçamentário e financeiro em 2025 e que, nos exercícios subsequentes, a renúncia de receita será

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa

limitada a R$2 bilhões por ano. Esclarece ainda que a compensação da renúncia de receita foi atendida pela edição do Decreto 12.466, de maio de 2025.

Da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa

No que se refere a isso, a União, os estados e o Distrito Federal detêm competência suficiente concorrente para legislar sobre saúde, nos termos do art. 24, inciso XII, da Constituição. A matéria, ademais, não se enquadra nas vedações impostas à edição de medidas provisórias nem figura entre as competências exclusivas do Congresso Nacional ou de suas Casas, previstas nos arts. 49, 51 e 52 da Carta Magna. Ao buscar assegurar o direito à saúde (art. 6º e art. 196 da Constituição Federal), a medida provisória reforça valores constitucionais, o que fortalece sua legitimidade. Conclui-se, portanto, não haver nenhum vício de constitucionalidade.

Do mérito

A medida provisória reúne um conjunto consistente de iniciativas destinadas a enfrentar de forma célere a escassez de médicos especialistas e as limitações da infraestrutura hospitalar, ofertada pelos poderes públicos.

Seus objetivos centrais são: ampliar a disponibilidade de leitos, reduzir o tempo de espera para consultas, exames e procedimentos, qualificar os serviços de saúde e fortalecer a capacidade de resposta do sistema público às demandas da população do SUS.

Entre os eixos centrais da medida provisória estão três medidas principais. Primeiro, o credenciamento de hospitais privados para atendimento a usuários do SUS. Embora essa possibilidade já exista na legislação sanitária, a inovação está na centralização federal da estratégia e no modelo de remuneração por créditos tributários. Segundo, a conversão de débitos de operadoras de planos de saúde em prestação de serviços assistenciais. Terceiro, a execução direta, pela União, de ações e serviços especializados em situações de urgência.

De forma geral, o arranjo proposto permite uma coordenação nacional, aproveita a capacidade instalada da rede privada e dispensa a mobilização imediata de recursos orçamentários. Trata-se de solução com potencial para ampliar de forma efetiva o acesso à atenção especializada.

A proposta contempla, ainda, ações voltadas à ampliação da oferta de radioterapia oncológica, considerada um dos maiores gargalos na linha de cuidado do câncer no Brasil, e a criação de um sistema público de dados sobre a atenção especializada, medida estruturante que amplia a transparência, qualifica a regulação e fortalece o planejamento e o controle social no Sistema Único de Saúde.

Os números apresentados na exposição de motivos são, por si sós, suficientes para evidenciar o mérito desta medida provisória, não só o câncer como tantas outras especialidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa

Conclui-se, portanto, pelo mérito da iniciativa, que tem potencial para fortalecer o SUS e garantir maior efetividade na expansão do acesso à atenção especializada.

Das emendas.

Após análise técnica, conclui-se pelo acatamento das Emendas 19, 27, 28, 49 e 99, conforme segue.

A Emenda nº 19, do Deputado Capitão Alberto Neto, prevê adicional na bolsa-formação a profissionais que optarem por atuar na Amazônia Legal, em territórios indígenas ou em áreas de alta vulnerabilidade socioeconômica, conforme regulamentação do Ministério da Saúde. Acata-se, por contribuir para a fixação de especialistas em área de difícil provimento e já ter sido implementado via decreto do Ministério da Saúde.

A Emenda nº 27, do Deputado Zacharias Calil, inclui como atendimentos especializados ações e serviços para prevenção, diagnóstico, tratamento e acompanhamento da doença renal crônica, como consultas, procedimentos preparatórios, exames, diálise de urgência e sessões regulares de hemodiálise ou diálise peritoneal em estabelecimentos credenciados. O texto foi ajustado para suprimir o detalhamento excessivo, preservando, contudo, a essência da proposta. Acata-se parcialmente, por enfrentar um dos maiores gargalos da atenção especializada no SUS: no mesmo modelo de solução da questão oncológica. Essa questão dos renais crônicos é fundamental, até porque tem que se aproximarem os serviços de hemodiálise dos pacientes, em função das grandes distâncias que percorrem para receber a hemodiálise em centros mais urbanos especializados.

A Emenda nº 28, do Deputado Dr. Zacharias Calil, autoriza a execução de atendimentos do programa por telemedicina, assegurando confidencialidade, consentimento e acessibilidade nacional, com prioridade para regiões remotas ou com escassez de especialistas. Acata-se, por ampliar os meios de acesso à atenção especializada.

A Emenda nº 49, do Deputado Zé Vitor, apresenta conteúdo convergente com a Emenda nº 28 e, por versarem sobre o mesmo tema, ambas são acatadas parcialmente, cada qual com seus respectivos ajustes.

A Emenda nº 99, da Deputada Adriana Ventura, amplia os executores do programa para incluir, além de hospitais privados, clínicas privadas com ou sem fins lucrativos. Acata-se, por reforçar a capacidade de oferta de serviços especializados, especialmente em regiões com insuficiência de estabelecimentos hospitalares.

Relativamente às demais emendas, conclui-se por rejeitá-las, conforme detalhado a seguir: emendas com aumento de despesa sem previsão orçamentária dentro do que está instituído dentro do orçamento do espírito da medida provisória.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa

A Emenda nº 12 obriga a criação e manutenção de plataforma digital interoperável para setores público e privado. A Emenda nº 25 institui benefício financeiro adicional de 15% no valor dos créditos para hospitais da Região Norte. As Emendas nos 33, 34 e 100 incluem outros profissionais de saúde no rol de especialidades prioritárias do programa. A Emenda nº 87 cria o Programa de Custeio Parcial de Planos de Assistência à Saúde. A Emenda nº 109 obriga o Ministério da Saúde a prestar apoio técnico e financeiro aos entes subnacionais antes de adotar restrições relacionadas ao registro de informações.

Tais proposições violam o art. 63, inciso I, da Constituição Federal.

Emendas com vício de inconstitucionalidade formal.

As Emendas 35, 42, 68, 82 e 104 interferem na transformação de cargos do Poder Executivo. As Emendas 41 e 84 disciplinam regime sancionatório de dirigentes de entidade da administração pública indireta. As Emendas 56 e 96 modificam composição de conselho de entidade da administração pública. A Emenda 59 institui fundo orçamentário. A Emenda 57 atribui novas competências a autarquia federal. A Emenda nº 92 cria modelo de cooperação técnico-financeira com serviços sociais autônomos, prevendo repasse de recursos públicos e participação desses entes em ações de saúde.

Tais matérias são de iniciativa privativa do Presidente da República, nos termos do art. 61, §1º, inciso II, da Constituição Federal, razão pela qual não podem ser acolhidas.

Ademais, as Emendas 41 e 84 desconsideram a existência de um regime fiscalizatório e sancionador já consolidado no ordenamento jurídico, o qual é suficiente para assegurar a responsabilização dos dirigentes de entidades da administração pública indireta. Assim, a superposição é desnecessária.

Emendas com vício de inconstitucionalidade material. (*Pausa.*)

A Emenda nº 29, do Deputado Dr. Zacharias Calil, exclui do limite anual de R$2 bilhões e do teto financeiro da média e alta complexidade os recursos de emendas parlamentares destinados ao programa, permitindo seu uso complementar para custeio e expansão da oferta; entretanto, pode criar riscos interpretativos e fragilizar a coerência do financiamento da política de saúde.

A Emenda 98 suprime a exigência de regularidade fiscal com a seguridade social na adesão ao programa e a exclusão por novos débitos, o que contraria o art. 195, §3º da Constituição. Por isso, não pode ser acolhida.

Emendas que extrapolam o objeto da medida provisória – desvio temático.

São as Emendas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 21, 24, 30, 48, 51, 52, 53, 54, 62, 63, 64, 69, 75, 76, 77, 78 e 111, que versam sobre matérias completamente alheias ao Programa Agora Tem Especialistas, como direitos e obrigações no setor de saúde suplementar, política de rastreamento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa

câncer mamário, financiamento federal adicional para a atenção primária do SUS, recuperação fiscal de instituições privadas de ensino superior e competências da Anvisa.

Embora relevantes, não guardam pertinência temática com o objeto central da medida provisória, configurando matéria estranha, em afronta ao art. 4º, §4º, da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional e à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o mesmo tema. Por essas razões, não podem ser acatadas.

Emendas que interferem indevidamente na competência regulamentar do Executivo.

Diversas emendas buscam detalhar matérias já atribuídas à regulamentação infralegal e à pactuação interfederativa no âmbito do SUS. É o caso das Emendas 58, 65, 66, 71, 72, 73, 79 e 95, que propõem a inclusão de especialidades médicas prioritárias; das Emendas nºs 97, 102 e 103, que tratam de doenças e populações prioritárias; e da Emenda nº 26, que fixa percentual rígido de vagas em lei. Todas essas proposições interferem na competência do Ministério da Saúde para definir prioridades assistenciais e reduzem a flexibilidade necessária para ajustes periódicos conforme a realidade epidemiológica e de oferta de serviços.

No mesmo sentido, as Emendas nºs 18, 38, 47, 61, 83, 86 e 105 detalham critérios para a distribuição de atendimentos e procedimentos operacionais, como análise de impacto regulatório e consulta pública, enquanto as Emendas nºs 46 e 89 estabelecem condições para a habilitação de estabelecimentos de saúde no programa. Já as Emendas nºs 36 e 90 especificam indicadores de desempenho a serem adotados e divulgados, e as Emendas nºs 23, 45 e 93 aumentam a frequência da prestação de contas, de anual para semestral ou mensal.

Embora relevantes em seus propósitos, essas emendas compartilham a mesma impropriedade: deslocam para a lei comandos que já podem ser disciplinados por ato infralegal, tornando o processo mais lento e menos responsivo às necessidades assistenciais dessa medida provisória.

Emendas que reduzem o alcance ou efetividade do programa.

As Emendas nºs 43 e 94 suprimem a possibilidade de a União, por meio do Ministério da Saúde e de entidades da administração indireta, executar temporariamente os serviços de atenção especializada em situações de urgência sanitária, fragilizando a capacidade de resposta federal em cenários críticos e comprometendo a coordenação do programa.

A Emenda nº 107 restringe o uso dos créditos financeiros à compensação exclusiva de contribuições sociais da seguridade social, vedando sua aplicação a outros tributos federais, além de exigir auditoria prévia pelo Ministério da Saúde e acompanhamento do Tribunal de Contas da União (TCU).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa

Já a Emenda nº 110 suprime a possibilidade de conversão do ressarcimento em prestação de serviços, esvaziando um dos principais mecanismos de ampliação da rede de atenção especializada em curto prazo.

Por comprometerem a efetividade do programa, tais emendas não foram acatadas.

Emendas redundantes ou já contempladas em legislação.

As Emendas nºs 22, 32, 37, 39, 40, 44, 67, 80, 81, 85, 88 e 106 reproduzem matérias já previstas na própria medida provisória ou em normas vigentes, como prioridade a entidades sem fins lucrativos.

Emendas com impropriedades conceituais, inconsistências normativas ou fragilidades de segurança jurídica.

As Emendas nºs 31 e 55 tratam o transtorno do espectro autista (TEA) como especialidade prioritária do programa, incorrendo em impropriedade conceitual e introduzindo detalhamentos que devem ser definidos em protocolos clínicos e regulamentação infralegal.

A Emenda nº 50 prevê fila única nacional para consultas, exames e procedimentos, solução incompatível com a gestão descentralizada do SUS, em que as filas são organizadas pelos entes federativos.

As Emendas nºs 60 e 74 restringem a conversão do ressarcimento em prestação de serviços no SUS, estabelecendo requisitos e condições que apresentam impropriedades: o §11 proposto contraria a lógica do art. 32 da Lei 9.656, de 1998; o §12 sugerido é vago e sujeito a interpretações divergentes; e o novo §13 amplia competências fiscalizatórias de forma indevida, em sobreposição às atribuições da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

A Emenda 70 amplia os executores do programa para incluir médicos especialistas, clínicas de especialidades e prestadores de exames diagnósticos, incorrendo em impropriedade conceitual ao prever a contratação direta de médicos individualmente, modalidade não contemplada pela legislação sanitária no âmbito do SUS.

A Emenda 91 altera a Lei 8.080, de 1990, para permitir compartilhamento de dados de tempo médio de espera com serviços sociais autônomos, restringindo o acesso a um grupo específico de entidades, em afronta ao princípio da isonomia.

A Emenda 101 elimina a obrigação de renúncia a ações judiciais ou recursos sobre créditos tributários a serem compensados, o que enfraquece a segurança jurídica e compromete a previsibilidade fiscal do programa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa

A Emenda 108 elimina a possibilidade de dispensa de licitação na contratação do Grupo Hospitalar Conceição S.A. para atividades relacionadas ao seu objeto social. Ao suprimir previsão já garantida pela Lei 14.133, de 2021, cria insegurança jurídica desnecessária.

Em nosso entendimento, tais emendas não devem prosperar, por inadequação conceitual, inconsistência normativa ou risco à segurança jurídica.

Realizada a análise das emendas, entende-se oportuno promover ajustes pontuais ao texto da medida provisória. Nesse sentido, no *caput* do art. 2º, incluiu-se menção expressa aos atendimentos especializados realizados pelas operadoras, medida que não altera o mérito, mas reforça a consistência do programa e alinha a redação aos seus objetivos.

Já no §10 do art. 32 da Lei 9.656, de 1998, promoveu-se ajuste para incluir, no escopo da conversão de débitos em prestação de serviços ao SUS, os valores em contestação judicial, em depósito judicial ou em programas de repactuação de dívidas. Essa alteração aprimora a efetividade do ressarcimento, evita a imobilização de recursos em disputas prolongadas e antecipa benefícios concretos à população.

O voto.

Diante do exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade e juridicidade da Medida Provisória 1.301, de 2025, bem como pelo atendimento dos pressupostos de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária.

No mérito, votamos pela aprovação da Medida Provisória 1.301, de 2025, e das Emendas 19, 27, 28, 49 e 99, bem como as emendas apresentadas pela relatoria, sugestões do Relator Revisor, e pela rejeição das demais emendas, na forma do seguinte projeto de lei de conversão que está à disposição dos Srs. Deputados Federais e dos Srs. Senadores e Senadoras. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Yury do Paredão. Bloco/MDB - CE) – Coloco a matéria em discussão.

Deputado Bohn Gass, com a palavra.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS. Para discutir.) – Presidente, eu quero parabenizá-lo, Deputado Yury, porque nós recebemos essa medida provisória, foi feito um debate com a presença, na audiência pública, do próprio Ministro, que pôde tanto explanar...

Quero saudar os colegas Deputados e Senadores que estão aqui, também o nosso Líder também Randolfe, e nosso Senador Otto Alencar, que é o Relator.

Tivemos oportunidade de, junto com o próprio Ministro, fazer o debate. Então, sempre a audiência pública dá esse vigor aos debates.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa

A iniciativa do Governo do Presidente Lula, Senador, era incorporar oncologia, otorrinolaringologia, ortopedia, cardiologia, ginecologia, oftalmologia, como prioridade de atendimento nesse programa de acesso a mais especialidades para poder ter redução de filas, redução do tempo de atendimento, exames, consultas e procedimentos.

No debate que foi realizado, eu lembro bem quando a V. Exa. pautou o tema das doenças renais crônicas, que deviam ter sido incorporadas e foram incorporadas no seu relatório. Então acho que foi importante ter o debate, e a sensibilidade dessa inclusão foi muito importante. Também a oftalmologia infantil e a telemedicina, que são elementos que se ampliaram além das prioridades que o Governo já havia sinalizado. E, além disso, as expansões em áreas distantes e de difícil provimento. Se nós queremos um SUS universal, ele realmente deve ser universal, chegar a todas as pontas. Então acho que esse também é um debate importante que nós precisamos fazer.

O segundo aspecto que eu queria destacar aqui foi a autorização de criar empresa subsidiária para atividades correlatas, junto ao Grupo Hospitalar Conceição, de ensino, pesquisa, inovação, TI, serviços técnico-científicos, captação de recursos, com regras de governança e necessidade de estudo de viabilidade e aprovação do conselho da administração.

Então, essa inclusão, Randolfe, nosso Líder, também foi importante, porque o próprio GHC está oferecendo já serviços. Eu já pude constatar, inclusive com a visita do Ministro Padilha. Há ações concretas que o GHC está fazendo nesse programa e que já estão diminuindo filas, diminuindo tempo no atendimento, em cirurgias e exames que estão sendo feitos. Então, acho que essa é uma ampliação de serviços que o nosso grupo hospitalar também vem fazendo.

Nesse sentido, eu quero reforçar, já antecipar o voto favorável ao relatório apresentado neste momento, parabenizar os esforços tanto do Governo como desta Comissão nas audiências públicas e do Relator, que incorporou, além do debate que foi realizado para aprimorar a medida provisória...

Gostaria apenas de fazer um registro, Senador: V. Exa. fez o registro da negativa de emendas, só que seria importante que no...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco/PSD - BA. Como Relator.) – Sobretudo aquelas emendas que são inconstitucionais.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS) – Inconstitucionais.

V. Exa. fez a manifestação oral, só que, no relatório, não consta por escrito que elas foram rejeitadas por serem inadequadas e inconstitucionais. Então, a minha solicitação é apenas que inclua, na forma escrita, esse aspecto para se evitarem até recursos de novas buscas depois, em função de não estar isso registrado no voto. Apenas esse pedido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco/PSD - BA. Como Relator.) – Eu agradeço a contribuição de V. Exa., Deputado Bohn Gass, e a acato. Vou incluir no meu relatório, de forma explícita, que aquelas emendas consideradas inconstitucionais não poderão ser revistas na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Yury do Paredão. Bloco/MDB - CE) – Obrigado, Deputado Bohn Gass.

Quero conceder a palavra à Senadora Dra. Eudócia; e, logo após, ao Deputado Dr. Francisco.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco/PL - AL. Para discutir.) – Boa tarde a todos aqui presentes.

Quero cumprimentar o Presidente, Deputado Yury, parabenizá-lo pela iniciativa e pela condução dessa medida provisória tão importante.

Quero cumprimentar o nosso Presidente da CCJ, meu amigo e nobre Senador Otto Alencar, o seu Relator. Parabéns pela sua brilhante relatoria. Também quero cumprimentar o Senador Randolfe por fazer parte deste momento tão importante.

Tenho imensa alegria e honra de poder fazer parte também dessa medida provisória de tão grande relevância.

Quero parabenizar o Governo Federal pela medida provisória, por essa iniciativa, e também parabenizar todos os colegas Senadores, Senadoras, Deputados, Deputadas por essas discussões tão propícias e tão oportunas aqui em relação ao Programa Agora Tem Especialistas.

Nós sabemos, como médica que sou, como médicos que temos aqui neste momento, como o Senador Otto Alencar, a importância de mais especialistas no nosso país. Aqui eu vejo, como o colega colocou, que tem várias especialidades; dentre elas, a oncologia. Queria dizer que é uma especialidade de extrema importância para os nossos pacientes, uma vez que a fila de pacientes oncológicos cada vez mais aumenta por falta de especialistas.

Queria também colocar que agora nós temos uma Comissão no Senado Federal, na CAS, que se chama CASCANCER, da qual eu tenho a honra de ser a Presidente e de o Senador Dr. Hiran ser o Vice-Presidente. Queria registrar que, dessa forma, com essa medida provisória, nós teremos muito mais cidadãos com a oportunidade de ter seus diagnósticos com mais precocidade, voltando para a questão oncológica, especialmente, na qual nós sabemos que o diagnóstico precoce salva vidas.

Então, eu quero aqui parabenizar todos que estão engajados nessa questão da aprovação dessa medida provisória e, mais uma vez, parabenizá-lo, Senador Otto Alencar, pelo seu brilhante relatório.

Meu muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Yury do Paredão. Bloco/MDB - CE) – Obrigado, Senadora Dra. Eudócia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quero conceder a palavra ao Deputado Dr. Francisco.

O SR. DR. FRANCISCO (Bloco/PT - PI. Para discutir.) – Minhas saudações, meu boa-tarde aqui aos presentes, aos Senadores, aos Deputados Federais.

De início, quero parabenizar pelo trabalho o Presidente da Comissão, Deputado Yury do Paredão, e também o Relator, Senador Otto Alencar, pela velocidade com que conseguimos avançar com essa medida provisória, por poder estar aqui hoje, após discussões, poder trazer o Ministro da Saúde para fazer um amplo debate sobre essa matéria. Tenho a alegria de também ouvir aqui o relatório do Senador Otto Alencar, que acrescentou medidas importantes para aprimorar essa medida provisória desse programa que nós consideramos extremamente importante para a saúde do nosso país.

O Brasil, que já avançou muito na atenção primária, no cuidado inicial dos pacientes com programas como o Programa Mais Médicos, garantindo o atendimento lá na saúde da família. No entanto, existe ainda essa lacuna da atenção especializada, especialmente o acesso a consultas e exames especializados, e o programa, através dessa medida provisória, Agora Tem Especialistas. Sem sombra de dúvida, vai ajudar a suprir essa necessidade em várias regiões do nosso país. Na modelagem que traz o programa, de uma forma rápida vai conseguir resolver, porque possibilita o credenciamento com a iniciativa privada com foco nas especialidades em que nós temos grandes filas e uma grande necessidade.

Então, gostaria de parabenizar também aqui o Governo do Presidente Lula e o Ministro Padilha por poder apresentar um programa tão importante para melhorar a saúde pública do nosso país. Neste momento, encerro, mas parabenizando, acima de tudo, a velocidade do trabalho aqui desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Yury do Paredão. Bloco/MDB - CE) – Muito obrigado, Deputado Dr. Francisco.

Quero conceder a palavra ao Deputado Dr. Ismael Alexandrino.

O SR. DR. ISMAEL ALEXANDRINO (Bloco/PSD - GO. Para discutir.) – Sr. Presidente, Deputado Yury do Paredão, Sr. Relator, colega médico de Parlamento, Senador Otto Alencar, demais Senadores e Deputados aqui presentes que fazem parte desta Comissão Mista, essa medida provisória, Senador Randolfe Rodrigues, é uma medida que eu considero muito louvável.

O Ministro Padilha, como colega médico conhecedor do SUS, o nosso Sistema Único de Saúde, acertou com esse programa. Nós havíamos discutido isso por ocasião da transição de Governo ainda, de que tive a oportunidade de fazer parte, e sugeri que alguma coisa voltada para a atenção secundária – sobretudo com foco em especialidades e exames de especialidades – existisse de forma complementar à atenção primária, que já foi assimilada Brasil afora. É claro que ainda carece de avanços a atenção primária, mas a atenção primária foi assimilada pelos gestores municipais – os municípios se esforçam para fazer isso, tivemos programas exitosos ao longo dos últimos anos –, e a atenção terciária, um tanto quanto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa

saturada, até porque os hospitais ficam sobrecarregados por essa lacuna da atenção secundária com a falta do especialista, que é quem dá resolubilidade para a atenção primária, é quem compensa o paciente, é quem faz o diagnóstico mais difícil, o diagnóstico diferencial. Então, faltava essa lacuna.

É claro que a gente sabe que outras medidas estruturantes virão por aí, como as policlínicas e outras coisas, mas essa medida provisória, repito, é acertada, feliz, e, sob a relatoria de V. Exa., Senador Otto Alencar, eu não tinha nenhuma dúvida de que construiríamos um texto que entrega saúde universal, integral, com equidade para o cidadão brasileiro, independente de onde ele mora. Por que eu digo independente de onde ele mora? Porque o programa se baseia não só no que tem de oferta de especialidades nas diversas cidades e estados, mas também na possibilidade da telessaúde, da telemedicina. Então, ele chega aonde muitas vezes outras estruturas mais difíceis, mais pesadas, mais robustas não chegam.

Nós sabemos que o nosso Sistema Único de Saúde – eu gostaria de ressaltar este ponto da fala – é único de verdade! Ele não é só público.

A parte filantrópica, o terceiro setor sem finalidade econômica, a parte privada desse sistema, todas essas vertentes precisam funcionar muito bem. Isso está previsto na nossa lei do SUS, a Lei 8.080, de forma suplementar, complementando a parte pública.

Então, quando se tem a possibilidade de realização de convênios...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DR. ISMAEL ALEXANDRINO (Bloco/PSD - GO) – ... utilizar essa mão de obra ociosa, esse serviço ocioso, de 25%, 30%, com capacidade já instalada, é bom para todo mundo. É bom para o Governo, que estabelece a política pública, é bom para o empresário da área da saúde e é bom para o paciente que está ali, amargando numa fila o sofrimento.

Então, parabenizo o trabalho de V. Exa., parabenizo o trabalho do Ministro Alexandre Padilha, que é muito lúcido na condução, tem uma visão muito clara do Sistema Único de Saúde, os colegas desta Comissão, o meu nobre colega Deputado Dr. Francisco, que presidiu no ano passado a Comissão de Saúde da Câmara – este ano eu tenho a honra de ser Vice-Presidente lá.

Enfim, eu acho que esse trabalho é um trabalho conjunto, ninguém constrói nada sozinho, e deixo aqui o meu apoio, já antecipando a minha intenção de colaborar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DR. ISMAEL ALEXANDRINO (Bloco/PSD - GO) – ... em relação ao voto da medida provisória.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa

Que Deus abençoe cada um de V. Exas. e continue dando sabedoria e lucidez no trabalho!

O SR. PRESIDENTE (Yury do Paredão. Bloco/MDB - CE) – Muito obrigado, Deputado Dr. Ismael.

Eu, antes de colocar o relatório em votação, não poderia deixar de agradecer ao Presidente Deputado Hugo Motta, ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Davi Alcolumbre, agradecer ao nosso Líder do Congresso, Líder do Governo, o Senador Randolfe Rodrigues.

Parabenizo nosso Relator querido, o Senador Otto Alencar, porque esta Comissão... O Presidente Davi foi muito assertivo em indicar o Senador Otto Alencar para fazer esse brilhante relatório, não só pela sua experiência como homem público, mas também pela sua experiência como médico, pela sua experiência em cuidar das pessoas, em saber, realmente, da dificuldade das pessoas que precisam da saúde.

Então, parabéns, Senador Otto, pelo brilhante relatório!

Também parabenizo o nosso Ministro Padilha, que, para mim, Senador Randolfe, foi o melhor Ministro e está sendo o melhor Ministro da Saúde da história deste país.

O Padilha é um bom conhecedor da causa, que tem feito um brilhante trabalho à frente do Ministério da Saúde e, agora, com esse Programa Agora Tem Especialistas, eu tenho certeza de que irá levar mais dignidade para as pessoas, irá levar mais cirurgias, irá levar mais atendimentos, porque saúde é dignidade e esse programa, realmente, irá revolucionar a saúde do nosso país.

Parabenizo o Governo Federal.

Quero abraçar nossa querida Vivian também do Ministério da Saúde, toda a equipe do Ministério da Saúde, a Daiane, o Richard, que sempre estiveram à disposição para dialogar com os membros desta Comissão.

Então, por isso que, além de um programa ter sido tão bem construído pelo Ministro Padilha, pelo Dr. Mozart, por toda a equipe da Saúde, foi bem construído o relatório pelo Senador Otto Alencar, através do diálogo, através da presença, através da disposição e sensibilidade de toda a equipe do Ministério da Saúde.

Então, quero parabenizar todos, parabenizar o Presidente Lula, que, sem dúvida alguma, é um Presidente que realmente sabe da dificuldade das pessoas que mais precisam, que está lutando para melhorar cada vez mais a vida daqueles que mais precisam.

Então, vamos colocar em votação o relatório. (*Pausa.*)

Sem mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa

Passamos à votação da matéria.

Em votação o relatório, com as alterações sugeridas.

Os Parlamentares que com ele concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão.

Muito obrigado a todos.

Parabéns! (*Palmas.*) (*Pausa.*)

Antes de encerramos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das atas desta reunião e das reuniões anteriores.

Os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 13 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 12 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D8742ACE00708A68.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.